00100.189501/2023-01

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. B AO Nº 191, QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 e 23 de Agosto de 2023 7

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Setembro de 2023 104

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 132

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 174

Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de Outubro de 2023 176

Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de Outubro de 2023 227

Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de Outubro de 2023 262

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 303

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Setembro de 2023 320

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 403

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Outubro de 2023 418

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Outubro de 2023 419

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 420

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Outubro de 2023 459

1.2.1 – SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Agosto de 2023 460

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 469

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 470

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 505

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Setembro de 2023 547

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Setembro de 2023 596

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 675

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 721

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Setembro de 2023 772

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023 805

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 849

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 939

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de Setembro de 2023 968

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 999

Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 1038

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 1172

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Agosto de 2023 1226

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Agosto de 2023 1254

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Agosto de 2023 1289

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Agosto de 2023 1303

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Agosto de 2023 1345

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Agosto de 2023 1368

1.4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Ata da 4ª Reunião, Reunião de Subcomissão, realizada em 17 de Maio de 2023 1395

Ata da 5ª Reunião, Reunião de Subcomissão, realizada em 31 de Maio de 2023 1425

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 6ª Reunião, Reunião de Subcomissão, realizada em 14 de Junho de 2023 1459

Ata da 7ª Reunião, Reunião de Subcomissão, realizada em 28 de Junho de 2023 1477

Ata da 8ª Reunião, Reunião de Subcomissão, realizada em 5 de Julho de 2023 1504

Ata da 9ª Reunião, Reunião de Subcomissão, realizada em 12 de Julho de 2023 1545

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 1560

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Agosto de 2023 1603

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Agosto de 2023 1616

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023 1628

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 1676

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Outubro de 2023 1677

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Outubro de 2023 1726

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Outubro de 2023 1727

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023 1729

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 1773

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Outubro de 2023 1807

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 1826

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 1854

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 1883

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Setembro de 2023 1905

1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 1917

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 1937

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 1972

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 1973

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Outubro de 2023 2017

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 2030

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 2054

1.11 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Setembro de 2023 2074

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Setembro de 2023 2088

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de Setembro de 2023 2112

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Outubro de 2023 2166

1.12 – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 2185

Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Outubro de 2023 2200

1.13 – COMISSÃO DE ESPORTE - CESP

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Setembro de 2023 **(Republicação)** 2210

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de Setembro de 2023 2211

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Setembro de 2023 2287

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Outubro de 2023 2340

Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de Outubro de 2023 2355

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 22 E 23 DE AGOSTO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19 E ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Alessandro Vieira, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Irajá, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Humberto Costa, Jaques Wagner, Daniella Ribeiro, Mauro Carvalho Junior, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Cid Gomes, Omar Aziz e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às onze horas e cinquenta e cinco minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três. Às treze horas e trinta e um minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Alessandro Vieira e Vanderlan Cardoso, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2384, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); dispõe sobre a autorregularização de débitos e a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, sobre o contencioso administrativo fiscal e sobre a transação na cobrança de créditos da Fazenda Pública; altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e as Leis nºs 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 13.988, de 14 de abril de 2020, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e revoga dispositivo da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com quatro emendas de sua autoria, e contrário às Emendas nºs 1-U a 11-U e nºs 12 a 22. **Resultado:** APROVADO o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável à matéria, com as Emendas nºs 23 a 26-CAE (de redação), e contrário às demais emendas. **Observação:** 1. Foram retirados os requerimentos de destaque dos senadores Efraim Filho e Esperidião Amin. 2. Foram rejeitados os requerimentos de destaque para as Emendas nºs 5 e 7. 3. Foi rejeitada a Emenda nº 18. 4. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4416, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirado de pauta. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 48, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 22,000,000.00 (vinte e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Preservação Ambiental e Modernização do Município de Hortolândia - PDUSPAM/Hortolândia-SP"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Favorável nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO. **Observação:** APROVADA TAMBÉM A APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE URGÊNCIA. A MATÉRIA VAI AO PLENÁRIO. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3696, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 que estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema; a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, que altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE; a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências; a Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências; e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prorrogar o prazo de obrigatoriedade de exibição comercial de obras cinematográficas brasileiras e para prorrogar a política de cotas de tela na TV paga e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao projeto nos termos do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** APROVADO o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2329, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Nilda Gondim (MDB/PB). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** APROVADO o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 386, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção à prematuridade, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir a prorrogação da licença maternidade até 60 (sessenta) dias após a alta hospitalar do recém-nascido e/ou de sua mãe, e acrescenta art. 73- A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar o prazo de salário-maternidade" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1015, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para incluir o acompanhamento de saúde bucal entre as condicionalidades do Programa Auxílio Brasil." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 699, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 678, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo). **Resultado:** Aprovado o substitutivo, nos termos da Emenda nº 1-CDH-CAE, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2724, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime dos Planos de Outorga de Opção de Compra de Participação Societária – Marco Legal do Stock Options." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação da matéria com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado, por 14 votos favoráveis, nenhum voto contrário, e nenhuma abstenção. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 116, de 2023** que: "Requer que na realização das Audiências Públicas do GT da reforma tributária, nessa Comissão, seja incluído representante da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA), Sr. Marcos Ferraz, na discussão da Proposta de Emenda à Constituição 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 117, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019 - ABSOLAR" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 118, de 2023** que: "Requer audiência pública de debates - Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 125, de 2023** que: "Requer realização de audiência pública, no âmbito da CAE, com o objetivo de discutir o PL nº 3.696, de 2023." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 119, de 2023** que: "Requer a inclusão de convidados." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 120, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos destinada a discutir a PEC nº 45, de 2019, que trata da Reforma Tributária, seja convidado representante do Conselho Federal de Contabilidade - CFC." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 121, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos destinada a discutir a PEC nº 45, de 2019, que trata da Reforma Tributária, seja convidado o sr. Marcos Aurélio Ribeiro, Diretor Jurídico da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 122, de 2023** que: "Requeiro, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para as audiências públicas que serão realizadas por esta Comissão de Assuntos Econômicos destinadas a discutir a PEC nº 45, de 2019, que trata da Reforma Tributária, sejam convidados os senhores Thales Freitas Alves, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), Vilson Antônio Romero - Presidente Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), além de um representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.(Sindifisco Nacional)" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 123, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019- FENAINFO" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 128, de 2023** que: "Requer a participação de representante COFECI - Conselho Federal dos Corretores de Imóveis para debater a PEC 45/2019." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Projeto de Lei n° 2796, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Contrário às emendas nºs 3 a 6-Plen. **Resultado:** Aprovado o relatório contrário às emendas nºs 3 a 6-Plen. Aprovado, também, a apresentação do requerimento de urgência para a matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 127, de 2023** que: "Requer inclusão de Convidado na audiência Pública da Reforma Tributária..." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 133, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária- PEC 45/2019-FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 134, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019- UNAFISCO NACIONAL" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 136, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019- ABEEólica" **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 137, de 2023** que: "Requer inclusão de convidado em audiência pública." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 138, de 2023** que: "Requer inclusão de convidado em Audiência Pública" **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 139, de 2023** que: "Requer Realização de AP sobre a Reforma" **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 141, de 2023** que: "Requer aditamento ao REQ 107/2023-CAE" **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de agosto de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 28ª e da 29ª Reuniões, realizadas em 15 de agosto do presente ano.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2384, DE 2023

- Não terminativo -

Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); dispõe sobre a autorregularização de débitos e a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, sobre o contencioso administrativo fiscal e sobre a transação na cobrança de créditos da Fazenda Pública; altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e as Leis nºs 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 13.988, de 14 de abril de 2020, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e revoga dispositivo da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com seis emendas de sua autoria, e contrário às Emendas nºs 1-U a 11-U e nºs 12 a 17.

Observações:

1. A matéria se encontra em regime de urgência constitucional.

2. Foram recebidas as emendas nºs 1 a 11-U, e as emendas nºs 12 a 21.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, e passo à leitura do meu relatório.

Na verdade, a iniciativa do Governo Federal foi de editar uma medida provisória. Ela foi editada em janeiro, a Medida Provisória 1.160, de 2023, e ela veio a perder força de lei em junho deste ano por um entendimento com a Câmara dos Deputados. Logo depois, o Governo, acatando essa posição que foi tomada pela Câmara dos Deputados encaminhou um projeto de lei ordinária para apreciação dessa matéria, que é o Projeto 2.384, de 2023, que, no seu âmago, vem para conceder o voto de qualidade em favor da União, como aconteceu até o ano de 2020, com o encaminhamento do ex-Presidente da República Jair Bolsonaro do Projeto 13.988, que modificou, passando o voto de qualidade para o contribuinte. Diante disso, a Câmara analisou esse projeto.

Por longo tempo, acompanhei algumas negociações que foram feitas, algumas audiências, tendo ouvido vários setores da economia, com participação ativa da OAB e da representação da CNI, de diversas confederações do setor da iniciativa privada, e foi votado no Plenário da Câmara dos Deputados, com aprovação por maioria absoluta daquele Colegiado, com a relatoria do Deputado Beto Pereira, do Estado do Mato Grosso do Sul, que fez as alterações que, encaminhadas aqui ao Senado Federal, mereceram a nossa avaliação.

Mas devo destacar aos Srs. Senadores e Senadoras que o trabalho efetuado na Câmara dos Deputados, sem dúvida nenhuma, foi um trabalho meticuloso, que é uma matéria muito sensível, e devo dizer que foi realmente feito com essa visão de respeitar os interesses do contribuinte, mas também dando à União as condições de, no Conselho de Recursos Fiscais, que é um instrumento de avaliação de recurso das delegacias regionais da Receita Federal, analisar essa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, eu devo destacar que o trabalho na Câmara dos Deputados foi um trabalho meticuloso, que merece a nossa consideração e o espírito público dos Srs. Deputados, coordenados e comandados lá pelo Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira.

Diante dessas considerações preliminares, devo ressaltar e destacar aquilo que foi apreciado e com alterações do projeto original que foi encaminhado pelo Governo Federal, projeto de lei ordinária. E destaco aqui:

1) exclusão de multas e cancelamento de representação fiscal para fins penais;

2) exclusão de juros de mora de manifestação para pagamento pelo contribuinte no prazo de 90 dias, que poderá ser parcelado em até 12 prestações mensais;

3) possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4) não incidência do encargo legal em caso de inscrição em dívida ativa da União;

5) emissão de certidão de regularidade fiscal no curso do prazo de 90 dias para manifestação do contribuinte para pagamento do tributo devido;

6) possibilidade de uso de precatórios para amortização ou liquidação do débito remanescente;

7) autorização para transação tributária em condições não menos favorecidas do que as ofertadas aos demais devedores; e

8) dispensa de oferecimento de garantia pelo devedor para discussão judicial dos créditos abrangidos pela decisão, desde que tenha capacidade de pagamento.

Nos arts. 15 e 16, são previstas normas que regulam casos já julgados com uso da prerrogativa do voto de qualidade favorável à Fazenda Nacional, inclusive durante a tramitação da Medida Provisória nº 1.160, de 2023.

Ainda em relação ao PAF, o Substitutivo inseriu a prerrogativa de sustentação oral pelo procurador do contribuinte nas duas instâncias de julgamento, bem como a observância compulsória dos enunciados de súmula editados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Devo dizer a V. Exa. que – eu que participei à época da CPI do Conselho de Recursos Fiscais no ano de 2016 – não me surpreenderam, por exemplo, os grandes questionamentos que são feitos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... pelas grandes empresas, aquelas que estão no lucro real. Só no período da Medida Provisória 1.160, os questionamentos, as disputas tributárias entre quatro grandes empresas do Brasil levam a um valor de R$12 bilhões. O que me chamou a atenção é que a maior contestadora disso é exatamente uma estatal, a Petrobras, que contesta R$4,8 bilhões em infração tributária no âmbito do Conselho de Recursos Fiscais.

Portanto, o art. 5º do PL altera o art. 9º da Lei de Execuções Fiscais, Lei nº 6.830, de 1980, para dispor que terá os mesmos efeitos da penhora integral do crédito a garantia apenas do principal atualizado da dívida, desde que o devedor seja capaz de obter seguro-garantia ou fiança bancária. Essas garantias apenas serão liquidadas após o trânsito em julgado de eventual decisão favorável à Fazenda Pública. No parágrafo único do art. 39 da LEF, o projeto prevê que, em caso de derrota da Fazenda Pública, esta...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... deverá ressarcir integralmente o contribuinte das despesas incorridas no processo de execução, inclusive com a contratação e manutenção de garantias.

As regras do programa de conformidade tributária, na forma dos arts. 6º e 7º, receberam mais detalhamento no Substitutivo aprovado pela Câmara, com a previsão de medidas de incentivo à regularização tributária.

Caso determinados critérios sejam atendidos, podem ser adotadas medidas no âmbito do programa, incluídas a não aplicação de eventual penalidade administrativa e a redução das multas de ofício e de mora, tudo com vistas a incentivar a autorregularização fiscal pelo contribuinte.

No art. 8º, o substitutivo altera a Lei nº 9.430, de 1996, para conferir nova regulação às multas de ofício. O percentual da multa qualificada, regra geral, passa a ser de 100% sobre o tributo devido. O percentual só atinge 150% nos casos em que verificada a reincidência do sujeito passivo. Caso o devedor adote, durante a fiscalização, as providências para sanar os ilícitos, a qualificação da multa não será aplicada. O que eu acho perfeitamente justo.

Ainda no tocante às penalidades, fica estabelecido que o percentual de multa de ofício será reduzido para um terço nos casos de erro escusável, divergência de interpretação da legislação e atuação do devedor de acordo com as práticas reiteradas adotadas pela administração tributária.

É alterada também, por meio do art. 9º do PL, a Lei nº 13.988, de 2020, que regula a transação tributária, com vistas a possibilitar a propositura de acordo em relação a créditos inscritos na dívida ativa do Banco Central, flexibilizar exigências legais e ampliar a possibilidade de descontos e prazos de pagamento.

A proposição aprovada pela Câmara ainda prevê outras medidas legislativas com repercussão tributária: i) a alteração para afastar a restrição à admissão de pessoas jurídicas nas cooperativas singulares (art. 10), na Lei nº 5.764, de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativas; ii) a aplicação expressa de efeito retroativo à exclusão da parcela da produção do cooperado da receita bruta da comercialização de sua produção que não tenha sido objeto de repasse pela cooperativa (art. 12); além de outras alterações que foram significativas realizadas na Câmara dos Deputados.

No art. 17, são previstas as revogações do agravamento da multa ofício (inciso I), da resolução favorável ao devedor em caso de empate no julgamento proferido pelo Carf (inciso II) e da cessação de eficácia prospectiva da transação decorrente de precedente persuasivo e da vedação da oferta de transação nas hipóteses de ocorrência dos referidos precedentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, destaque-se a não aprovação da Câmara dos Deputados da elevação do limite de alçada para interposição de recursos ao Carf de 60 para mil salários mínimos, ou seja, o projeto original prevê mil salários mínimos, que foram reduzidos para cem salários mínimos.

Na CAE, foram apresentadas 21 emendas.

A Emenda nº 1-U, do Senador Marcio Bittar, prevê hipótese de denúncia espontânea incentivada ao contribuinte que confessar e recolher o débito, ainda que tenha sido iniciado procedimento de fiscalização. O benefício vigorará até o último dia útil do quarto mês subsequente.

A Emenda nº 2-U, do Senador Weverton, propõe a ampliação do instituto da transação para alcançar débitos em cobrança na RFB, independentemente de contencioso administrativo instaurado, além de prever aumento de 30 para 120 dias do prazo de cobrança amigável após encerramento do PAF.

A emenda do Senador Ciro Nogueira... Por sinal, queria desejar, Sr. Presidente, sucesso hoje. O Senador Ciro Nogueira vai fazer uma intervenção no quadril para remoção de um tumor benigno, que eu tenho certeza absoluta de que será de sucesso. Ele também apresentou emenda ao projeto para acrescer em dez pontos os percentuais de redução da multa de lançamento de ofício a que faz jus o sujeito passivo que, notificado, efetuar o pagamento, a compensação ou o parcelamento dos tributos administrados pela Receita Federal.

Há outra emenda do Senador Ciro Nogueira, que aumenta, na transação por adesão no contencioso de pequeno valor, o limite de desconto de 50% para 70% do valor total do crédito e estende, na mesma hipótese, o prazo máximo de 60 para 120 meses.

As Emendas nºs 5 a 11-U, todas do nobre Senador Mecias de Jesus, disciplinam, respectivamente, os seguintes aspectos do PAF federal: i) meios de intimação para inclusão do processo administrativo em pauta de julgamento (Emenda 5-U); ii) vedação da indicação de conselheiros como presidentes ou vice-presidente de órgãos colegiados do Carf para os conselheiros com menos de dois anos de mandato efetivo (Emenda 6-U); iii) direito do procurador do sujeito passivo de assistir ao julgamento do processo, caso a decisão seja proferida por órgão colegiado (Emenda 7-U); iv) regulação do mandato e da indicação de conselheiros no âmbito do Carf (Emenda 8-U); v) determinação de instituição de comitê de seleção dos conselheiros do Carf (Emenda 9-U); vi) exceção ao princípio da colegialidade quanto às requisições de diligências, que poderão ocorrer por decisão monocrática do relator, sem prejudicar a competência da turma colegiada (Emenda 10-U); e vii) determinação de que a decisão colegiada do Carf seja proferida pela mesma quantidade de votos de conselheiros representantes dos contribuintes e de conselheiros representantes da Fazenda Nacional (Emenda 11-U).

As Emenda nºs 12 e 13-U, do nobre Senador Carlos Viana, visam a regular os casos já julgados pelo Carf. Na Emenda 12-U, é prevista exclusão de multas e o cancelamento da representação fiscal para fins penais, em caso de resolução favorável à Fazenda Nacional pelo voto de qualidade, ainda que o caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já tenha sido decidido quando da entrada em vigor da nova lei e esteja em discussão no Poder Judiciário. A Emenda 13-U, por sua vez, amplia os benefícios fiscais originalmente extensíveis apenas para os casos decididos por voto de qualidade e pendentes de apreciação nos Tribunais Regionais Federais para todos os casos pendentes de apreciação de mérito pelo Poder Judiciário, sem trânsito em julgado, que versem sobre matéria idêntica àquela decidida pelo voto de qualidade.

A Emenda 14-U, do Senador Angelo Coronel, e a Emenda 17-U, do Senador Ciro Nogueira, são semelhantes à Emenda nº 1, do Senador Marcio Bittar, e preveem hipótese de denúncia espontânea incentivada ao contribuinte que confessar e recolher o débito, com prazo de adesão até o dia 31 de dezembro de 2023.

A Emenda 15-U, do Senador Vanderlan, transfere o voto de qualidade do presidente do órgão colegiado de julgamento ao relator do processo administrativo fiscal, além de prever a obrigatória motivação que justifique a sua prevalência.

Por fim, a Emenda 16-U, do Senador Vanderlan Cardoso, nosso Presidente, prevê nova medida ao programa de conformidade fiscal, a ser aplicada uma única vez a cada cinco anos, para obrigar a administração tributária a apresentar, antes da lavratura do auto de infração, a relação de inconsistências encontradas pela fiscalização, com a intimação do contribuinte para que confesse e pague o tributo devido, sem a imposição de multas.

As Emendas nºs 18, 19 e 20-U, do Senador Mecias de Jesus, propõem, respectivamente: i) a manutenção do resultado favorável ao devedor no caso de empate em julgamento do Carf. Ficam afastadas as multas e a representação fiscal para fins penais nos casos já julgados pelo Carf com uso do voto de qualidade e que estejam ainda pendentes de apreciação do mérito pelo Tribunal Regional Federal competente na data da publicação da lei em que se converter o projeto, bem como os pendentes de recurso junto ao Superior Tribunal de Justiça ou ao Supremo Tribunal Federal (Emenda nº 18-U); ii) a alternância da presidência dos órgãos colegiados do Carf entre representantes da Fazenda Nacional e dos contribuintes (Emenda nº 19-U); iii) a possibilidade de o conselheiro integrante do Carf emitir livremente juízo de legalidade de ato infralegal, inclusive decreto, no qual se fundamenta o lançamento tributário em julgamento (Emenda nº 20-U);

Por fim, a Emenda nº 21-U, da nobre Senadora Tereza, propõe a concessão de novo prazo de denúncia espontânea incentivada, até 31 de dezembro de 2023, mediante previsão de nova redação ao art. 18 no PL (Emenda nº 21-U, da Senadora Tereza Cristina). Há pouco conversei com ela a respeito do tema, que certamente será objeto de apreciação em uma nova proposta de alteração desse projeto.

Análise.

Da constitucionalidade, adequação financeira e boa técnica legislativa da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É prerrogativa da União dispor em lei sobre o contencioso administrativo fiscal federal. Por isso, considera-se que o Decreto nº 70.235, de 1972, foi recepcionado pela Constituição Federal com força de lei ordinária. Nessa linha, é adequado o veículo legislativo em análise para alterações relativas à proclamação dos resultados dos julgamentos no âmbito do Conselho de Recursos Fiscais.

Tanto o projeto original quanto o substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados não incorrem em vícios de inconstitucionalidade, pois a União é o ente competente para dispor sobre os tributos federais, sobre transação tributária, parcelamento de seus créditos, bem como sobre os seus consectários legais, caso de penalidades tributárias e juros de mora.

Além disso, as matérias reguladas pelo PL, na forma do texto ora em análise nesta Comissão, exigem a edição de lei em sentido estrito, por respeito ao princípio da legalidade tributária, que decorre do inciso I do art. 150 da Constituição Federal, observado também o disposto no art. 97 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

A proposição está adequada do ponto de vista orçamentário e financeiro, além de não apresentar vícios de técnica legislativa, por observância da disciplina prevista na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Da regulação do voto de qualidade no Carf e da disciplina do PAF.

No mérito, é importante reconhecer a importância dos debates sobre o restabelecimento do voto de qualidade em relação ao texto original do PL nº 2.384, de 2023, encaminhado pelo Poder Executivo.

Houve amadurecimento do tema, com destaque para as tratativas efetivadas entre a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério da Fazenda, que resultaram no consenso sobre o voto de qualidade e seus efeitos, levados ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.347/DF, com relatoria do Ministro Dias Tofolli.

De um lado, é importante compreender que o instituto é necessário, em decorrência da paridade de composição do Conselho e da impossibilidade de a Fazenda Nacional recorrer ao Poder Judiciário em caso de derrota na esfera administrativa. De outro lado, deve-se considerar que, em caso de empate no julgamento, há certa razão do contribuinte em impugnar a exigência fiscal. Assim, nos casos em que o voto de qualidade lhe for contrário, devem ser ao menos afastadas as penalidades tributárias.

Esse entendimento está refletido no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, mediante a exclusão de multas e do cancelamento da representação fiscal para fins penais, na forma do art. 2º do PL, que altera o Decreto nº 70.235, de 1972.

Nesse ponto, propomos duas emendas de redação para que fique clara a adoção do voto de qualidade, na forma disciplinada pela lei em que se converter o projeto, bem como a exclusão apenas das multas que sejam acessórias do débito tributário principal. Eventuais penalidades que sejam objeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivo da autuação, caso de penalidades por infração da legislação aduaneira, não são afastadas pelo voto de qualidade, pois configuram o montante principal da dívida.

Em relação às Emendas nºs 12 e 13-U, do Senador Carlos Viana, entendemos que a regulação dos casos já julgados pelo Carf por meio do voto de qualidade, quando da entrada em vigor da nova lei, está adequadamente disciplinada na proposição, em seus arts. 15 e 16. Portanto, não acolhemos, neste momento, as referidas emendas, de sorte a evitar a potencial ampliação excessiva do alcance dos benefícios, em razão, especialmente, da dificuldade da delimitação precisa da "identidade de matéria" a que se refere a Emenda 13-U.

Quanto a esse ponto, cabe citar a importância da supressão do dispositivo - que chegou a ser veiculado no substitutivo da Câmara dos Deputados - que permitia ao contribuinte postular a anulação do acórdão proferido pelo Carf, nos processos resolvidos a favor da Fazenda Pública com o voto de qualidade durante a vigência da Medida Provisória 1.160, de 2023, desde que tivesse havido posterior modificação da composição do órgão julgador.

A norma era equivocada sob diversos ângulos, por contestar um direito sobre o qual não caberia discussões como também de prever anulação de um ato decisório não eivado de vício que maculasse a sua validade. Além disso, caso aprovado o dispositivo, poderiam ser atingidos julgamentos de processos relativos a autuações de vultosos recursos, na casa dos bilhões de reais, de que são exemplos as controvérsias que envolveram julgamentos no Carf no caso, por exemplo, do Itaú Unibanco S.A. (Processo nº 16327.720774/2018-45, julgado em 14/3/2023), do Banco Bradesco, da Ambev e da Petrobrás, o que chega a um volume de recursos da ordem de R$16,2 bilhões.

As regras que regulam os processos já decididos pelo Conselho, previstas nos arts. 15 e 16 do PL, não incorrem nesses problemas, razão pela qual não merecem ajustes de conteúdo.

Voltando ao regramento das consequências do voto de qualidade em favor da Fazenda Nacional, é também importante registrar que o texto inserido no Decreto nº 70.235, de 1972, oportuniza ao contribuinte a quitação da exigência sem a incidência de juros de mora, desde que se manifeste em 90 dias pelo pagamento do tributo devido, com possibilidade de quitação do débito tributário em até 12 parcelas.

Para que não remanesçam dúvidas, o texto estabelece que, durante o prazo de 90 dias, o contribuinte terá certidão de regularidade fiscal, por meio da emissão da certidão positiva com efeitos de negativa de débitos, na forma do art. 206 do CTN. O alongamento do prazo de pagamento configura moratória, que, na forma do inciso I do art. 151 do referido código, é causa de suspensão da exigibilidade do crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contribuinte fica, ainda, autorizado a utilizar créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, bem como de precatórios, no pagamento do débito objeto do parcelamento.

Em caso de não opção pelo pagamento do montante que lhe é cobrado, é prevista a não incidência de encargo legal e mantida a exclusão da multa de ofício. Tudo isso em decorrência do empate no julgamento da exigência fiscal no Carf resolvido pelo voto de qualidade em favor da Fazenda Nacional.

Esse resultado também permite que o débito possa ser objeto de transação tributária específica, em condições não menos favorecidas do que as ofertadas aos demais sujeitos passivos, na forma do art. 3º desse projeto de lei. Autoriza-se, também, que o devedor, conforme sua capacidade de pagamento, possa discutir em juízo o débito sem a necessidade de apresentar garantia, nos termos disciplinados no art. 4º dessa proposição.

As disposições merecem acolhimento, pois, a um só tempo, impedem a continuidade dos prejuízos que a Fazenda Nacional vem experimentando desde a extinção do voto de qualidade e mitigam os efeitos negativos do instituto sobre o contribuinte. Este passa a ser desonerado de penalidades, juros e encargo legal, caso o julgamento da controvérsia que levou à esfera administrativa se encerre com empate resolvido favoravelmente à Fazenda Nacional pelo voto de qualidade. Além disso, pode recorrer ao Poder Judiciário e, na hipótese de ter capacidade de pagamento, fica dispensado de garantir o débito em juízo.

Quanto à capacidade de pagamento, apesar da necessidade de regulamentação já estar expressa no §5º do art. 4º do PL, parece necessária emenda de redação para deixar expresso que deverá ser reconhecida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com vistas a evitar interpretações equivocadas da norma.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É inegável o avanço das disposições e o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Fazenda, pois é notória a dificuldade enfrentada pelos contribuintes para interpretar e aplicar a legislação tributária, o que leva ao constante aumento da litigiosidade.

Os dados gerenciais disponibilizados pelo Carf no mês de julho deste ano revelam elevação do estoque em julgamento no órgão, cujo valor total é superior a R$1,1 trilhão. O quadro que está previsto aqui no meu relatório demonstra o perfeitamente isso.

A continuidade do modelo de resolução do empate sempre em favor do contribuinte, em vigor desde a revogação do voto de qualidade pela Lei nº 13.988, de 2020 (Lei de Transação), não é a solução para o estoque de créditos em disputa. Como o julgamento administrativo corresponde a um controle de legalidade das autuações, há que se ter certeza razoável para sua anulação, muito além de um mero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empate, em razão do princípio da indisponibilidade do interesse público. Segundo a Receita Federal, a extinção do voto de qualidade beneficiou poucos contribuintes, embora as cifras envolvidas nos processos judiciais fossem muito elevadas como algumas que aqui citei, Sr. Presidente.

Nessa linha é importante manter a prerrogativa de desempate com o Conselheiro representante da Fazenda Nacional que preside o órgão colegiado de julgamento, diante da impossibilidade de o Estado questionar no Poder Judiciário a decisão que lhe for desfavorável no PAF, razão pela qual não adotamos a Emenda nº 15-U, do eminente Senador e Presidente Vanderlan Cardoso.

O que o Congresso Nacional precisa fazer pelo país, com vistas a reduzir a litigiosidade em matéria fiscal, é a reforma do Sistema Tributário Nacional, que está tramitando no Senado, mediante a simplificação do modelo de tributação, com a nova regulação da tributação sobre o consumo. Esse debate está em curso aqui no Senado, sob a relatoria do Senador Eduardo Braga.

Na Câmara dos Deputados, aproveitou-se a oportunidade no substitutivo do PL 2.384 para avançar na disciplina do PAF federal, mediante alteração do Decreto 70.235, de 1972, com a previsão de sustentação oral ao procurador do contribuinte nas duas instâncias do contencioso administrativo, seja no âmbito das delegacias regionais, seja na esfera do Carf.

Os colegiados de ambos os órgãos deverão, agora, observar os enunciados de súmula de jurisprudência do conselho, o que evita decisões conflitantes em casos jurídicos idênticos. Ficou previsto também que litígios entre o órgão regulador e a administração tributária serão submetidos à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal.

Entretanto, não parece adequado dispor na matéria ora em exame sobre aspectos do PAF federal que merecem aprofundamento em projeto de lei autônomo, como aqueles objeto das Emendas nºs 5 a 11-U e a 18 a 21 do nobre Senador Mecias de Jesus. São temas sensíveis, como o modo de intimação do procurador do sujeito passivo para inclusão do processo em pauta de julgamento, a regulação do mandato dos conselheiros e aspectos relacionados à decisão proferida pelo Carf.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dessa forma, deixamos de acolher, neste momento, essas emendas apresentadas pelo ilustre Senador.

A elevação do valor de alçada de 60 salários mínimos para mil salários mínimos não foi acolhida pela Câmara dos Deputados, que estava prevista no art. 4º do texto original do projeto. Apesar da louvável iniciativa de reduzir o estoque de processos em julgamento no Carf, a elevação do teto de valor dos lançamentos fiscais que permitem recurso ao conselho deixaria de fora milhares de controvérsias tributárias, que apenas seriam analisadas pelas delegacias regionais, órgãos compostos apenas por auditores fiscais da Receita Federal do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do programa de conformidade no âmbito da administração tributária.

A conformidade cooperativa em matéria tributária é tema que vem ganhando relevância em âmbito internacional, com a implementação exitosa em diversos países. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) preconiza a adoção desse novo modelo de relação entre o Fisco e os contribuintes, pautado, entre outras diretrizes, pela transparência, igualdade e conhecimento da realidade empresarial.

É de se destacar que a Receita Federal, atenta para a necessidade de evolução do relacionamento com o contribuinte, lançou o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal, fundamentado na confiança e na transparência dessa relação.

Como possíveis ganhos do programa, a Receita Federal destaca: o conhecimento mais aprofundado da autoridade tributária sobre o mercado e os negócios desenvolvidos pelas empresas; a adoção de procedimentos diferenciados e prioritários de serviços críticos que presta; e a garantia da não surpresa, que pode ser alcançada até pela não aplicação de penalidades, desde que as posições divergentes dos contribuintes em relação ao Fisco tenham sido adotadas em ambiente de abertura e transparência.

É elogiável, nesse cenário, o desenho do programa de conformidade agregado pela Câmara dos Deputados, na forma dos arts. 6º e 7º do projeto, que acrescem valor e robustez ao modelo de cooperação que se tenta criar no Brasil, em linha com as melhores práticas internacionais, recomendadas, inclusive, como dito, pela OCDE.

A criação do programa de conformidade também está em sintonia com os Códigos de Defesa do Contribuinte, objeto do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 17, de 2022, aprovado pela Câmara dos Deputados, e do PLP nº 125, de 2022, apresentado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Rodrigo Pacheco. Ambas as proposições dispõem sobre a adoção de medidas preventivas e cooperativas entre Fisco e contribuintes.

São previstos, no art. 7º do PL nº 2.384, de 2023, os critérios que permitem ao Fisco adotar medidas de incentivo à conformidade tributária.

Assim, o contribuinte que tiver bom histórico de regularidade fiscal e consistência nas declarações que apresenta pode usufruir de tratamento especial, como, por exemplo, a não aplicação de penalidade ou, no caso de imposição desta, redução no percentual da multa.

Importante efetuar, nesse ponto, dois ajustes meramente redacionais, com vistas a aclarar a intenção do legislador. Nos arts. 6º e 7º, é necessário dispor que os métodos preventivos e as medidas de incentivo à autorregularização são disponibilizados dentro de um programa de conformidade tributária, e não necessariamente no âmbito de toda fiscalização levada a efeito pelo Fisco. O cuidado nesse ajuste que propomos objetiva retratar fielmente a intenção que fundamentou o texto, considerada a estrutura já em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigor na administração tributária. Além disso, a redação adequada da norma pode evitar o indesejado aumento da litigiosidade, que poderia ser provocada por um dispositivo que não retratasse o enquadramento das medidas dentro do programa de conformidade tributária.

As disposições contidas no texto aprovado pela Câmara respeitam o princípio da legalidade tributária, previsto no inciso I do art. 150 da Constituição, que exige, em conjunto com o art. 97 do CTN, a edição de lei em sentido estrito para veiculação de dispensa, ainda que em parte, do montante devido pelo contribuinte. Além disso, são razoáveis, pois preveem critérios a serem observados pela autoridade tributária para a adoção das medidas de incentivos fiscais, bem como a dosimetria dos benefícios que podem ser concedidos ao contribuinte. Os parâmetros legais são, portanto, proporcionais e se amoldam ao princípio do devido processo legal em sua acepção substantiva, que se extrai do inciso LIV do art. 5º do texto constitucional.

Diante da robustez que ganha o programa de conformidade, não parece ser o caso de reabrir o prazo de denúncia espontânea incentivada, medida semelhante que vigorou até 30 de abril deste ano, por força do art. 3º da MPV nº 1.160, de 2023. Assim, não parece ser o momento de acolher as Emendas nºs 1, 14-U, 17-U e 21, a despeito da louvável iniciativa dos Senadores Marcio Bittar, Angelo Coronel, Ciro Nogueira e Tereza Cristina.

Nova regulação da multa de ofício.

O novo regramento da multa de ofício proposto pela Câmara dos Deputados, previsto no art. 8º do PL, que altera a Lei nº 9.430, de 1996, vai ao encontro da razoabilidade que deve permear a imposição de penalidades tributárias. Embora o tema ainda não esteja pacificado no Supremo Tribunal Federal, pois ainda há que se aguardar as teses que serão fixadas nos Temas nºs 863 e 1.195 da Repercussão Geral, há precedentes da Corte pela limitação das multas punitivas. A multa qualificada, que hoje é de 150%, passa a ser, regra geral, de 100% do tributo devido. Apenas em caso de reincidência atinge o patamar de 150%, previsão que é imprescindível para que as condutas ilícitas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... que se repetem sejam devidamente penalizadas.

Então, no caso, a multa a 150% só vai em caso de reincidência por parte do contribuinte, Sr. Presidente.

Além disso, inova-se a legislação ao prever a redução da multa para 1/3 (um terço) em casos excepcionais, em especial, naqueles em que há erro escusável ou divergência na interpretação da legislação tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em diálogo com o novo regramento da multa de ofício está o dispositivo que concede remissão das multas que excedam 100% do valor do crédito tributário apurado, na forma disciplinada no art. 14 deste projeto. Conforme exposto, a elevação da penalidade a 150% será admitida de forma excepcional.

Alterações na lei de transação.

O art. 9º da Lei nº 13.988, de 2020, para inserir a dívida ativa do Banco Central no âmbito da transação, é uma medida de isonomia, visto que todas as demais autarquias e fundações públicas federais, representadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda, podem transacionar créditos inscritos em suas dívidas ativas. Entretanto, por ter procuradoria própria, o Banco Central não podia negociar, absolutamente, o recebimento dos seus créditos.

Além de inserir a Procuradoria-Geral do Banco Central, o texto ainda flexibiliza regras da transação e eleva o percentual de descontos e o prazo de pagamento da modalidade de transação que visa a resolver relevante e disseminada controvérsia jurídica, conhecida como modalidade de "transação de grandes teses". É elevado o percentual máximo de desconto de 50% para 65%, bem como o prazo de parcelamento máximo é alongado de 84 para 120 parcelas mensais. No caso de pessoa física, microempresa ou empresa de pequeno porte, o substitutivo prevê desconto máximo de 70% e pagamento em até 145 meses no caso de pequenas empresas. Os novos percentuais e quantidade de parcelas estão adequados à modalidade de transação já em vigor na cobrança de créditos da União e de suas autarquias e fundações, na forma dos §§2º e 3º do art. 11 da Lei nº 13.988, de 2020.

Ao permitir novo regramento na transação de aplicável ao contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica, houve erro material na menção ao inciso I do *caput* do art. 11 da Lei nº 13.988, visto que o dispositivo correto é o inciso IV e não o I no referido comando legal. É no inciso IV que está prevista a possibilidade de uso de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição sobre o Lucro Líquido. A correção do texto é efetivada também por meio de emenda de redação que ora apresentamos.

Em relação às revogações previstas no inciso III do art. 17, relativas a dispositivos da Lei nº 13.988, de 2020, entendemos que são adequadas para flexibilizar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a regra e permitir que a administração tributária possa firmar mais acordos, resolver litígios e recuperar créditos públicos.

O instituto da transação tem se mostrado eficiente, com vantagens para o Poder Público e para os contribuintes. Desde o início do programa, como revela a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foram regularizados R$466 bilhões em créditos tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos últimos semestres, a arrecadação da dívida ativa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... da União tem evoluído. No primeiro semestre deste ano, a Procuradoria recuperou de R$21,9 bilhões de créditos inscritos, valor 21% superior ao arrecadado no anterior.

É importante, nessa perspectiva, investir ainda mais no instituto da transação, a fim de que possa contribuir de modo mais significativo para o encerramento de tantos litígios e para reduzir o gigantesco estoque de créditos inscritos na dívida ativa da União, no valor de R$2,7 trilhões a dívida ativa da União.

Em relação às Emendas nºs 2-U, do Senador Weverton, e 4-U, do Senador Ciro Nogueira, que dispõem, respectivamente, sobre a ampliação da transação para alcançar créditos de cobrança e ampliar benefícios na transação do contencioso de pequeno valor, entendemos que merecem tratamento em projetos autônomos, a fim de que o Congresso Nacional possa debater com mais atenção e mais profundidade o mérito dessa proposta, com entendimento com a Receita Federal.

Demais alterações na legislação.

Além dos temas abordados, há outras alterações na legislação tributária propostas pela Câmara dos Deputados.

Ao modificar o art. 9º da Lei de Execuções Fiscais, a Lei nº 6.830, de 1980, o art. 5º do PL visa a regular casos em que o devedor é capaz de obter seguro-garantia ou fiança bancária, hipótese em que poderá garantir apenas o principal da dívida, desde que, nos doze meses que antecederam sua citação na execução, tenha regularidade fiscal. Ainda na LEF, o projeto de lei altera o parágrafo único do art. 39 para impor à Fazenda Nacional que efetue o ressarcimento integral das despesas do contribuinte em caso de derrotada de litígio judicial. Os dispositivos são importantes para possibilitar a garantia das execuções de modo menos oneroso àqueles contribuintes com boa capacidade de pagamento, além de induzir o comportamento da administração pública para melhor avaliar o crédito em cobrança judicial, sob pena de ter que responder pelas despesas em que tenha incorrido o contribuinte.

Com a alteração da Lei nº 5.764, Lei do Cooperativismo, pelo art. 10, é facilitada a associação de pessoas jurídicas a cooperativas, com objetivo de incrementar investimentos pela possibilidade de aporte de recursos de um leque mais amplo para as pessoas jurídicas.

Tanto a alteração do art. 13 pelo art. 11, da Lei nº 9.249, de 1995, que trata de imposto de renda pessoa jurídica, quanto a previsão veiculada no art. 12 do projeto intencionam conferir efeitos retroativos a dois ajustes na legislação tributária.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O primeiro afasta os limites de dedutibilidade do imposto de renda da pessoa jurídica e da Contribuição sobre o Lucro Líquido referentes às despesas com *royalties* no processo de multiplicação de sementes. O segundo exclui a parcela da produção do cooperado da receita bruta da comercialização de sua produção que não tenha sido objeto de repasse pela cooperativa, para fins da contribuição previdenciária do empregador rural pessoa física. O conteúdo de ambos os dispositivos merece acolhimento.

Embora seja uma matéria que trata dessa questão de sementes, merece o acolhimento, até porque, me parece, tributação em série no caso em tela que eu acabei de relatar, Sr. Presidente.

Demais alterações da legislação.

Além dos grandes temas abordados, há outras alterações da legislação tributária proposta pela Câmara dos Deputados.

Ao modificar o art. 9º da Lei de Execuções Fiscais, Lei 6.830, de 1980, o art. 5º do PL visa a regular os casos em que o devedor é capaz de obter seguro-garantia ou fiança bancária, hipótese em que poderá garantir apenas o principal da dívida, desde que, nos 12 meses que antecederam sua citação na execução, tenha regularidade fiscal. Ainda na LEF, o PL altera o parágrafo único do art. 39 para impor à Fazenda que efetue o ressarcimento integral das despesas do contribuinte em caso de derrotada no litígio judicial. Os dispositivos são importantes para possibilitar a garantia dessas execuções.

Com a alteração da Lei 5.764, de 1971, Lei do Cooperativismo, pelo art. 10, é facilitada a associação de pessoas jurídicas a cooperativas, com o objetivo de incrementar investimento pela possibilidade de aporte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... de recurso de um leque mais amplo da pessoa jurídica.

Tanto a alteração do art. 13 pelo art. 11, da Lei nº 9.249, de 1995, que trata de imposto de renda pessoa jurídica, quanto à previsão veiculada no art. 12 do projeto intencionam conferir efeitos retroativos a dois ajustes na legislação tributária. O primeiro afasta os limites de dedutibilidade do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição sobre o Lucro Líquido referentes às despesas com *royalties* no processo de multiplicação de sementes. O segundo exclui a parcela da produção do cooperado da receita bruta da comercialização de sua produção que não tenha sido objeto de repasse pela cooperativa, para fins da contribuição previdenciária do empregador rural pessoa física. O conteúdo de ambos os dispositivos merece acolhimento.

Registre-se, por fim, o acolhimento da inclusão do §3º ao art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 2000, pelo art. 13 do PL, para dispor que o requerimento da instituição credora solicitando a novação de seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

créditos junto ao FCVS será feito diretamente ao Ministério da Fazenda, nos casos específicos disciplinados pelo comando legal.

Diante desse relatório, o voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, adequação orçamentária e financeira e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, rejeitadas as Emendas nºs 1 a 21, ressalvados os ajustes de redação, exclusivamente, na forma das seguintes emendas apresentadas. São seis.

Eu passo a ler a primeira:

EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023:
"Art. 1º Os resultados dos julgamentos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), na hipótese de empate na votação, serão proclamados na forma do disposto no §9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, nos termos desta Lei."

Outra emenda:

EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao §9º-A a ser inserido no art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023:
"Art. 25. .....
.....
§9º-A Ficam excluídas as multas incidentes sobre o valor do principal e cancelada a representação fiscal para fins penais de que trata o art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na hipótese de julgamento de processo administrativo fiscal resolvido favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade previsto no §9º deste artigo.
....." (NR)

Seguinte:

EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023:
"Art. 4º Aos contribuintes com capacidade de pagamento, reconhecida nos termos da regulamentação a ser editada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, fica dispensada a apresentação de garantia para a discussão judicial dos créditos resolvidos favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade previsto no §9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.
....."

Emenda seguinte de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao art. 6º do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023:
"Art. 6º A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito do programa de conformidade tributária, disponibilizará obrigatoriamente métodos preventivos para a autorregularização de obrigações principais ou acessórias relativas a tributos por ela administrados.
....."

Seguinte:

EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao art. 7º do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023:
"Art. 7º Para aplicação das medidas do programa de conformidade tributária, a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil considerará os seguintes critérios:
.....
§1º Na regulamentação do programa de incentivo à conformidade tributária, serão adotadas as seguintes medidas, com vistas à autorregularização:
....."

Emenda seguinte:

EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
Dê-se a seguinte redação ao art. 22-A a ser inserido na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, pelo art. 9º do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023:
"Art. 22-A. Aplica-se à transação por adesão no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica o disposto no inciso IV do *caput* e nos §§ 7º e 12 do art. 11 desta Lei."

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Parabéns, Senador Otto, pela leitura do seu relatório!

A matéria está em discussão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Oriovisto, o primeiro inscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O Senador Mecias de Jesus aqui, Sr. Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Mecias de Jesus, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O primeiro inscrito...

É para discutir a matéria, Senador? (*Pausa.*)

O primeiro inscrito é o Senador Oriovisto; em seguida, o Senador Izalci...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senadora Tereza...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o senhor me inscreve também?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Está inscrito já, Senador.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, queria iniciar elogiando...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senadora Tereza também.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... elogiando o fôlego do nosso Senador Otto, que, por mais de uma hora, está lendo o relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Maratonista!

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Maratonista. E elogiar os ouvidos de todos que conseguiram ouvir alguma coisa, apesar do ruído da nossa sala quente, abafada e com janelas fechadas. É um tanto kafkiano o ambiente, mas vamos em frente.

Sr. Presidente, esse assunto é um assunto muito sério. Pode ser muito complexo e pode ser muito simples. Eu me permito aqui um breve histórico, de duas linhas, que diz o seguinte: o voto de qualidade estava previsto desde 1972, dando um voto duplo ao presidente da turma que é indicada pela Fazenda Nacional. Em 2020, foi aprovada a Lei nº 13.988, que retirava tal prerrogativa. A partir daí, quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação resultar em empate, a decisão seria pró-contribuinte e o Governo não poderia recorrer. Assim funcionou até agora, de 2020 para cá.

Aí está o cerne da questão! De acordo com o Governo, tal alteração teria resultado em perdas de R$59 bilhões anuais ou teria resultado já, para a União, em R$59 bilhões. Aí, o Governo tenta reverter essa situação e faz a MP n° 1.160, de 2023, que caducou sem ser votada. E, aí, vem esse PL, que é o reenvio do mesmo texto da MP, mas que foi bastante modificado pela Câmara dos Deputados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, quanto mais escrevemos, tanto mais aumentamos a confusão. A lei era simples, direta: *in dubio pro reo*. Se há uma dúvida, o contribuinte deve ser beneficiado, até porque esse dinheiro, na mão do contribuinte, significa mais Brasil e menos Brasília; até porque esse dinheiro, na mão do contribuinte, necessariamente vai acabar em mais consumo, em mais empregos, em maior produção, em mais investimentos.

Esse Governo que aí está começou o Governo falando: "Precisamos aumentar a arrecadação!". Ai, que saudades que eu tenho de Tancredo Neves, que não pôde assumir, mas que dizia, quando já sabia que estava eleito, uma frase simples: "No meu Governo será proibido gastar". O primeiro ato dele seria diminuir despesas, cortar despesas, racionalizar a máquina; o primeiro ato desse Governo é engordar a máquina, é ampliar as receitas.

É claro que, na Câmara, o que era *in dubio pro reo,* com o PL, passou a ser *in dubio pro societate,* se é que podemos entender esse Governo como sinônimo de *societate*. Acho que não é, mas vamos dar o benefício da dúvida ao Governo: *in dubio pro societate*. Com esse relatório, passa a ser *in dubio pro confusione.* Isso vai gerar tanta confusão. É tanto que se inscreveu, é tanto que se fez para encontrar um meio-termo, um bem-bolado, em que não se paga multa, em que se tem 12 meses, em que isso, em que aquilo... Os advogados devem estar sorrindo: vai aumentar o campo de trabalho deles. Era muito mais simples com a lei que está sendo contestada, a lei de 2020. Era muito mais simples: *in dubio pro reo*.

Se o Governo fez uma lei confusa, se o Congresso fez uma lei confusa, se a Receita regulamentou de forma confusa, *in dubio pro reo*. Por que não escreveram menos? Por que não foram mais claros? Por que não falam, meu Deus, em fazer economia? Só se fala em aumentar receita, aumentar receita! Agora, é isso; depois, a reforma tributária, que vai aumentar impostos – nós sabemos que vai –, vai aumentar, vamos entregar mais dinheiro ao Governo; e, depois, virá mais imposto sobre a renda. E assim toca a banda, assim marchamos todos nós.

Acho uma loucura aprovar um projeto cujo Relator apresentou o relatório, por razões que ele sabe quais são, hoje e que eu não tive tempo de ler antes e que tive grande dificuldade de ouvir aqui nas condições em que estamos trabalhando. Eu sei que muitos pedirão vistas desse projeto e eu também o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faço, mas eu peço, Sr. Presidente, que não sejam concedidas vistas de quatro horas nem de 24 horas; no mínimo, de uma semana para que a gente possa apreciar esse longo trabalho, que, para ser lido, demora mais de uma hora.

Não é possível que a gente, simplesmente, diga amém a tudo que vem da Câmara. Aliás, nós estamos num dilema. Quando a lei complementar começa na Câmara, nós só temos duas opções: dizer amém à Câmara ou dizer amém à Câmara, porque, se fazemos emenda, volta para a Câmara, e eles aprovam o que eles queriam; e, se não fazemos emenda, já dizemos amém por antecipação. Este é o momento que vivemos.

Eu peço vista, Sr. Presidente, e peço que essa vista não seja de quatro horas ou de 24 horas. Por favor, uma semana, no mínimo.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Senador Otto já havia pedido a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, com todo respeito ao nobre Senador Oriovisto Guimarães, só para lembrar ao nobre Senador que, no direito tributário, não tem *in dubio pro reo*; só tem no direito criminal. No tributário, não tem. Então, o espírito da lei está correto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu estou aplicando o espírito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... porque se trata de um julgamento. Eu acho que é perfeitamente extensivo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – O espírito da lei está correto.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só uma questão de ordem, só para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner, Líder do Governo, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Senador Oriovisto, só por uma questão de ordem. Nós estamos com o PL em regime de urgência. O teto para deliberação em Comissões é o dia 27.

Então, independentemente de serem concedidas ou não vistas, eu só queria alertar que, se for de uma semana, nós não deliberaremos mais nada, pelo dispositivo da urgência em que está o PL. Então, teria que ser um tempo mais curto. Não estou sendo contra a sua ponderação; só estou alertando que dia 27 encerra o prazo das Comissões, porque está em urgência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sobre a questão de ordem, Presidente, especificamente sobre a questão de ordem. Eu estou inscrito... (*Pausa.*)

Quem é que retardou? (*Risos.*)

Quer dizer, eu vou ficar com a culpa e vou ter pressa, porque houve um retardamento, não do meu amigo califa, que eu admiro e aplaudo. Queria eu ter um líder assim como V. Exa. ou como ele. Ou seja, sendo baiano já passa, não é? Até coronel passa! É a baianidade, claro!

Agora, Senador Jaques, com todo respeito, nós tomamos conhecimento do texto agora. Então, se no dia 27 expira o prazo, quais são as consequências de expirar o prazo? Tranca a pauta, tranca a pauta! Não tem outra. Não fecha o Congresso, tranca a pauta. É justo! Se for concedido um prazo de uma semana, tranca a pauta.

Eu acho que o tema é relevante, é importante e, se for necessário um período maior para analisar, a penalidade é democrática, regimental e constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Izalci, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero também manifestar...

Primeiro, quero dizer que melhorou muito o texto em relação à medida provisória. Realmente, a Câmara trabalhou e melhorou, mas eu... Não sou advogado, mas sempre ouvi dizer – teve a correção do Senador Otto aí de que, na área tributária, não há "na dúvida pró réu" –, mas eu sempre ouvi isso na Justiça, no direito.

E, por exemplo, há questões no Carf que já poderiam ter sido sanadas com a mudança da lei. Ora, se tem questionamentos de anos e anos sobre determinadas matérias e o Governo contesta e vota da forma como vota, tem que mudar a lei, não é mudar a composição do Carf. Eu participei da CPI do Carf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também e sei dos absurdos que ocorreram, inclusive antes, inclusive com a CPI do Cachoeira, logo naquele período. E o Cachoeira disse, aqui na CPI: "Eu não invisto mais em Deputado, em Senador. É muito mais fácil trabalhar direto no ministério". E é o que aconteceu no Carf também. Aliás, em todas as CPIs de que participei, foi dessa forma.

É uma matéria muito relevante, e, da forma como a gente está colocando, dá a seguinte impressão: se é Governo, a decisão vai ser do Governo; se é pró-contribuinte, só é do contribuinte. Parece que não tem, dentro dos pareceres, dos votos, justificativa técnica para demonstrar realmente quem é que tem razão, quem não tem razão.

Eu venho cobrando aqui desde ainda... O Bornhausen foi o primeiro que apresentou aqui, que eu que eu saiba, o Código de Defesa do Contribuinte. Nós falamos em reforma tributária, falamos no Carf, mas a gente não tem aqui um código do contribuinte, que é aquele que paga o imposto, aquele que sofre essas consequências aqui.

Estou ouvindo agora na Comissão e estou ouvindo muito no Plenário: "Ah, temos que votar porque, se voltar para a Câmara, ou não votam, ou vão arquivar, ou vão rejeitar o que a gente fez aqui".

Nós precisamos resolver essa situação. Não dá para brincar! Agora, em todo projeto, a gente tem que votar em desconfiança com o que vai acontecer na Câmara. Acho que nós Senadores precisamos trabalhar, junto ao Colégio de Líderes, com o Presidente, para darmos um basta nisso! Senão, não tem sentido.

Este projeto aqui, por mais que ele tenha sido melhorado na Câmara – aqui, se está mantendo praticamente o texto da Câmara–, eu acho que pode ser aperfeiçoado, sim. Então, eu, juntamente com o Oriovisto, que acabou de pedir, e o Senador Amin, também vou pedir vista do projeto. E gostaria que não fosse uma vista de 24 horas. Que dessem um pouco mais para a gente sugerir. E acho que temos que alterar, sim, e devolver para a Câmara. Esse é o papel nosso. Somos a Casa revisora. Nós temos que fazer.

Aí a gente tem que acompanhar a questão das votações. Eu sei que o Governo tem dificuldade com a Câmara dos Deputados, porque, em cada votação lá, tem que trabalhar muito o Colégio de Líderes, mas faz parte da democracia. Eu acho que nós não podemos, simplesmente, em função dessas colocações do prazo de que, se a gente fizer aqui, vai-se alterar na Câmara, nos omitir e não fazer o que temos que fazer, o dever de casa.

Presidente, eu peço vista conjunta.

Quero aproveitar a fala, Sr. Presidente, só para pedir a V. Exa. que coloque o Requerimento 125 como extrapauta. É de uma audiência pública. Se V. Exa. puder já autorizar, eu agradeço, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também quero, a exemplo do Senador Oriovisto, cumprimentar o Senador Otto Alencar, meu dileto amigo, parabenizá-lo pelo relatório, mas lamentar profundamente ter que pedir vista.

Eu me associo ao pedido de vista, porque eu entendo que nós estamos transformando, ao aprovar este projeto, o Carf em um tribunal arrecadador, quando ele é simplesmente um cumpridor da legalidade. Como um órgão, que é cumpridor da legalidade, de repente, passa a exigir uma contribuição maior, uma arrecadação maior para o país? O Governo Federal já encaminhou aqui leis, que nós aprovamos, no sentido de beneficiar o Estado brasileiro com relação à arrecadação. Agora, transformar mais um órgão estritamente cumpridor da legalidade em um órgão arrecadador é, sem dúvida nenhuma, um absurdo.

Só para contraditar aqui o nosso Líder...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... que disse que, na questão tributária, o empate não é *pro reo*, o art. 112 do Código Tributário Nacional, Presidente Vanderlan, Sras. e Srs. Senadores, diz o seguinte:

> Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:
> I - à capitulação legal do fato;
> II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
> III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
> IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

Portanto, a Constituição Federal é muito clara, muito mais. A Constituição diz: *in dubio pro reo* e *in dubio pro societate*.

E nós estamos propondo aqui, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional ou que o Senado Federal, como Casa da Federação, não permita que o contribuinte brasileiro seja penalizado por um Governo com fome de arrecadar para execução de projetos que não são aqueles, de fato, de interesse da sociedade brasileira. Penalizar o contribuinte brasileiro, Sr. Presidente, é ferir de morte a nossa sociedade, é ferir de morte o cidadão comum, é ferir de morte as empresas que geram emprego, que geram renda, é ferir de morte aqueles que não têm sequer como se defender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propus, inclusive, Sr. Presidente, algumas emendas, que, lamentavelmente, em função da pressa, eu tenho absoluta convicção, da pressa de aprovar a lei... Eu propus uma emenda, Presidente Vanderlan, tão somente para que o Carf pudesse informar ao advogado da parte, informar à parte, através de *e-mail*, que o processo dele seria pautado. Isso também foi negado. Ora, como é que um tribunal pode se organizar, decidir sobre a vida de um cidadão e aquele cidadão não é sequer informado sobre isso, não tem direito a que sequer seja pautado de forma que ele possa fazer a defesa dele, Sr. Presidente?

Eu quero pedir vista a V. Exa., me juntando ao Senador Oriovisto, ao Senador Izalci.

Se porventura vier a trancar a pauta, Sr. Presidente, não há problema com relação a isso. Este é um projeto de interesse nacional, de todas as classes sociais. Se trancar a pauta, nós vamos estar discutindo um projeto de interesse da nação. Não vejo problema com relação a isso.

É o que eu tenho a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora Tereza Cristina, com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom dia, Senador Vanderlan.

Eu me somo também ao Senador Oriovisto, ao Senador Mecias e ao Senador Izalci no pedido de vista.

Quero parabenizar o Senador Otto pelo relatório.

A Câmara melhorou muito o relatório, mas ele não é suficiente ainda. Além do mais, com uma matéria tão importante como esta, Senador, a gente precisaria, pelo menos, no mínimo, o que já é muito pouco, 24 horas. Em quatro horas, é impossível ler com profundidade e analisar uma matéria como esta. Ela chegou aqui à Casa no dia 2 de agosto. Por que se postergou tanto para, agora, trancar a pauta? Nós já tivemos trancamento de pauta em outras matérias. Enfim, nós precisamos de um tempo para ler. E nós não podemos receber relatórios da Câmara e ter que aprovar integralmente o que a Câmara fez. Nós podemos ter boas ideias, melhorar a matéria. Para isso, existe o Senado. Se não, vamos fazer um regime unicameral, e está tudo resolvido. Então, eu me somo aos colegas e faço o pedido de vista também, para que possamos ler e sugerir algumas modificações.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, no direito administrativo, só vale o que está escrito. Quanto ao que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não está escrito, não há espaço para interpretação. Então, a primeira coisa que a gente precisa ressaltar é que, se não estiver escrito, não tem outra interpretação, não tem como você dar encaminhamento. Então, tem que estar escrito, pelo direito administrativo. Essa é a primeira premissa que a gente precisa trazer para o debate.

A segunda é a questão de ordem que foi levantada. Se o pedido de vista não for dentro do período que está previsto para tramitar na Comissão e se a Comissão não conseguir, dentro desse prazo, analisar, este projeto vai para o Plenário sem uma deliberação da Comissão, caso em que o prejuízo é maior, a gente não faz o debate aqui.

Por fim, Presidente, eu fico pensando sempre: por que é que tudo que trata de tornar o Estado brasileiro um Estado forte tem dificuldade? Por que é que nós não assumimos que precisamos ter um Estado forte? Não é Estado grande, não é Estado paquidérmico, não é Estado intervencionista, mas Estado forte. A gente fala da Coreia, que virou uma potência econômica: tem Estado forte e só virou o que virou por ter Estado forte. A gente vê o Japão: só é o Japão, porque tem Estado forte. A gente vê os Estados Unidos: tem Estado forte. Todos os países que cresceram, se desenvolveram e viraram referências, inclusive para nós, para nossos discursos, são Estados fortes. Agora, nós temos um problema em considerar a possibilidade de o nosso Estado ser forte.

E, toda vez que se fala em ter recursos ou organizar o processo administrativo para dar transparência e garantir que os recursos se materializem no caixa do Governo para se transformar em benefício para a sociedade, é como se isso fosse um crime. Nenhum outro país trata dessas questões de forma criminalizada.

Eu acho que é preciso que nós façamos uma reflexão sobre, de fato, o que a gente quer para o Brasil, o que a gente quer do Estado brasileiro, para onde a gente vai se conduzir, porque, o tempo todo, a gente só vê intervenções no sentido de reduzir a força do Estado, de diminuir a capacidade de governança, de retirar capacidade de fazer este Estado forte, para conduzir um planejamento, para conduzir um projeto de desenvolvimento, para conduzir um projeto para a gente dobrar o tamanho da nossa economia, para dobrar a renda das famílias brasileiras, para que a gente não tenha e passe a vergonha de ser um país rico como o nosso com milhões de pessoas passando fome, de ter uma educação ainda de péssima qualidade, de ter oito meses de fila para fazer uma radioterapia... Ou nós não nos sensibilizamos com isso?! Estamos confortáveis? Quando é que a gente vai entender que essas questões todas de que a gente reclama, que a gente ouve, sobre as quais a gente até se posiciona, com as quais se solidariza precisam de um ato concreto, objetivo? E os responsáveis somos todos nós! Então, eu queria fazer esse apelo.

E mais: se tirar de pauta, se conceder vista até o dia 27, vai para o Plenário direto, ou seja, é inócuo, e a gente perde a oportunidade de fazer o grande debate.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria só lembrar que o regime de urgência o Governo pode retirar a hora que quiser. Se não quiser trancar a pauta, se não quiser que vá direto para Plenário, é só tirar o regime de urgência. É um ato que o Líder do Governo pode fazer no momento em que quiser. Só isso, Sr. Presidente.

Quanto à questão de ser forte, eu queria dizer que músculo e gordura são coisas diferentes. Tem muito Estado que arrecada muito e que é fraco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em discussão o relatório do Senador Otto Alencar.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria só esclarecer algumas coisas, porque é preciso olhar um pouquinho os dados para que a gente confirme a hipótese.

Na situação em que nós tínhamos o voto de qualidade ou na situação posterior, em que não houve o voto de qualidade, eu não vejo diferença no Carf da aprovação pró-contribuinte – pelo menos nos números que eu disponho. E o volume de pró-contribuintes, a depender da dimensão ou do tamanho da empresa, vai de 40 a 50. Alguns são neutros, e outros são de Fazenda. Evidentemente, nós não vamos imaginar que todos os contribuintes fazem necessariamente o recolhimento correto. E eu não estou falando de dolo, estou falando que, pela complexidade do sistema tributário brasileiro, muitas vezes você paga e nunca sabe se pagou bem. Espero que a reforma tributária pelo menos melhore isso.

Segundo, do que eu fui me informar, eu desconheço – ou a mim não foi apresentado – outro país do mundo que tenha essa instância com essa paridade. Desconheço, até porque, com todo respeito aos contribuintes e ao juízo de valor sobre se cobramos muito ou pouco, querendo ou não, quem tem fé pública é o poder público. É para isso que ele é constituído, o juiz decide. Então, eu não vejo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vou insistir com aquilo que o Senador Otto Alencar colocou: o estoque de volume corresponde a um número bem limitado de empresas. Nós não estamos falando aqui de micro, de pequenas empresas, de médias empresas; nós estamos falando de megaempresas, que têm, inclusive, a capacidade... E disputam a ferro e fogo – não estou adjetivando nada, mas disputam a ferro e fogo – um cargo não remunerado que é o cargo de membro do Carf. Não estou levantando suspeita sobre ninguém, mas é estranho que se dispute com tanto ferro e fogo um cargo não remunerado, mas que vai tocar no ponto principal. Se você faz um conjunto paritário, é óbvio que as pessoas querem ter assento, alguém remunera o representante.

Eu queria chamar a atenção dos colegas Senadoras e Senadores: não está se fazendo aqui nenhuma aberração. Eu concordo com o Senador Oriovisto quando ele diz que só quer cobrar, que só quer cobrar... Senador Oriovisto, primeiro, quero lhe dizer que o respeito e espero que a recíproca seja verdadeira pela sua trajetória e, portanto, pelos seus pontos de vista, mas repare, quando o senhor diz que só quer cobrar... Infelizmente, nós não estamos na Suíça. Vivemos num país da maior – ou que está entre as três maiores taxas de discrepância – discrepância social e discrepância regional. Alguém tem que matar a fome, alguém tem que dar saúde, alguém tem que dar escola. Eu estou muito à vontade, pois, no território que eu governei, o volume de PPP que nós temos na Bahia seja talvez um dos maiores do Brasil. Eu adoro conviver com a iniciativa privada. Portanto, eu não vejo problema nisso aí. Agora, o Governo tem um estoque de população que passa fome, que não tem transporte, que não tem casa. Aí eu não sei que mundo nós vamos construir. Não vejo nenhuma intenção do Presidente Lula, muito menos ou tão menos do Ministro Haddad, de querer cair em nenhuma bobagem de irresponsabilidade fiscal. Em oito anos de Governo, os oito primeiros deles já deram essa demonstração. Não vou repetir aquilo que todo mundo sabe – quanto se arrecadou, quanto se fez de reserva, quando se pagou de superávit e por aí vai. Então, eu estou garantindo que não há, até porque o Presidente Lula sabe muito bem que quem paga o preço mais alto pela inflação é o pobre.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quem paga o preço mais alto pelo juro alto é a economia como um todo. E, portanto, nós estamos fazendo esse trabalho e, com a graça de Deus, o Banco Central resolveu reduzir em 0,5% e espero que continue a reduzir.

Então, é óbvio que eu concordo com o Senador Esperidião Amin e a Senadora Tereza, e a reclamação é mais do que pertinente. Nós é que precisamos, Presidente, arrumar o Regimento Interno das duas Casas. Eu concordo que é um absurdo que aqui tudo chegue já com o tempo esgotado. Aos 45 do segundo tempo, vota logo para não perder. Vai ser assim com a MP do salário mínimo, que vence segunda-feira e não chegou à Casa ainda. Vai ser assim com a MP da correção salarial dos funcionários públicos federais, que vence sexta-feira e não chegou ainda. Quando chegar, vão dizer: por favor, carimbem aí. Eu não estou concordando com isso, não. Esta Casa aqui, é óbvio, tem que ser respeitada, porque ela corresponde à Federação. Lá corresponde à representação popular, e aqui à Federação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria só dividir e ponderar com V. Exa... Eu sei que vão reclamar. O que eu queria dizer – o Senador Esperidião Amin não está mais – é que, passando do dia 27, a matéria vai para o Plenário. Eu estou só dizendo que esta Comissão não opinará na matéria, porque no dia 27 sobram cinco dias e é o prazo que tem que ser remitido para o Plenário. Então, nós vamos ter votação de Plenário; não vai ter deliberação. Por isso eu ponderei que não era uma semana razoável nesse sentido. Pode ser razoável no sentido de estudar mais a matéria. Então, eu não sei se a gente faz quatro horas, vinte e quatro horas, não sei. Aí, Presidente, é V. Exa. que pode deliberar e decidir. É óbvio que essa matéria, apesar de ter chegado ontem ou anteontem aqui, é uma matéria que todos sabíamos que estava em processo de debate, mas não estou questionando. Eu acho um absurdo o que está acontecendo nessa relação entre Câmara e Senado.

Então eu quero ponderar isso e deixar algum desses argumentos com os senhores. Vou repetir: os grandes estoques são de megaempresas, a maior delas Petrobras, cujo acionista majoritário é o próprio Governo brasileiro, que tem o estoque lá de alguns bilhões; e que de 40% a 50% do Carf são pró-contribuintes, porque tem erro realmente de quem autua na ponta. Então, tem 40% a 50%.

O que me parece, Senador Oriovisto, absurdo, é que no texto anterior você dizia que, quando o Governo perde, ele não pode recorrer; quando o contribuinte perde, ele pode recorrer. Não há equilíbrio nessa decisão. São dois atores disputando um ponto de vista, ou a interpretação de uma norma tributária. Por que um pode e o outro não pode? É só para ponderar o equilíbrio das duas posições.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente!

Presidente, não está aberto para discussão. Nós pedimos vista. Então, ou o senhor não vai conceder a vista e nós vamos discutir ou nós vamos ter vista de 4 horas ou de 24 horas, enfim, seja lá a decisão sua.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora Tereza, o Plenário é soberano. O que o Senador Jaques Wagner ponderou aqui com o Senador Rogério e nos foi passado aqui pela Comissão, pelo Chefe da Comissão, é que, por ser uma matéria que tem prazo de urgência constitucional, o que já foi dito, e vence nesse final de semana, dia 27, se nós não deliberarmos aqui, aceitarmos o pedido de vista... Nós vamos aceitar o pedido de vista, mas se nós não deliberarmos aqui até o dia 27, ou seja, sexta-feira é humanamente impossível nós votarmos. Na quinta-feira também.

E outra coisa que eu queria aqui esclarecer para vocês, para os Senadores e Senadoras, a V. Exas., é que eu não gostaria, como Presidente desta Comissão, de nós não deliberarmos essa matéria. Então, eu vou conceder pedido de vista de 24 horas. Eu acho quatro horas, pela complexidade que é essa matéria do Carf... Amanhã nós temos uma audiência pública às 14h, da CAE, para debatermos aqui, ouvirmos sobre a reforma tributária. Então, vista coletiva e amanhã, às 13h, antes da nossa audiência pública, nós votaremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui só comunicar que, conforme o Regimento Interno, no art. 132, o pedido de vista pode ser de até 24 horas. Então, nós vamos conceder de 24 horas. Mas esclarecendo também, se nós não deliberarmos, vai para o Plenário. Vai para o Plenário, para a votação do Plenário. Lá, sim, se não votarmos a matéria, tranca a pauta. Então, pedido de vista coletiva até amanhã às 13h.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 4416, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Foi apresentada a Emenda nº 1-T

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concedo a palavra ao Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu pediria a V. Exa. para que retirasse de pauta, porque tem prazo de emenda até o dia 24. Então, eu pediria que retirasse de pauta, para apreciação na outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Será atendido. O Projeto nº 4.416...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Senador Otto, se V. Exa. puder olhar com muito carinho a questão também do Centro-Oeste.

Senadora Tereza, V. Exa. tem uma emenda nesse projeto. Estou pedindo ao Otto o apoio, para incluir o Centro-Oeste.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – A Sudeco.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente, eu tenho uma emenda neste projeto para incluir a Sudeco, porque nós só temos Sudam e Sudene, e a Sudeco é do nosso Centro-Oeste.

Então, eu gostaria de colocar a Sudeco. Tem aí a assinatura do Senador Izalci, do Senador Nelsinho, a sua – Senador Vanderlan –, do Senador Mauro, do Senador Jayme, enfim, todos os Senadores dos estados do Centro-Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora Tereza, pelo que conheço do Senador Otto Alencar, que tem sido um grande parceiro e companheiro do Centro-Oeste, com certeza essa emenda será acatada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, quem está mandando são as duas estão aqui, eu obedeço fielmente.

Aqui tem duas pessoas... Aqui tem um homem a quem eu bato continência, que é o General Mourão, depois eu bato para todas as mulheres aqui. Todo dia que eu chego de manhã eu bato continência.

Tranquilo? Já acatei tudo.

A Tereza aqui, e a Margareth, duas balas, eu vou fazer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Projeto de Lei nº 4.416, de 2023, retirado de pauta a pedido do Relator Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Giordano, o próximo item é de V. Exa.

O Senador Nelsinho Trad pediu aqui para inverter a pauta aqui para o item 7. Ele tem um compromisso e pediu isso para a V. Exa. É só uma página o relatório.

V. Exa. concorda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1015, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, para incluir o acompanhamento de saúde bucal entre as condicionalidades do Programa Auxílio Brasil.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Vanderlan, antes, gostaria de agradecer ao Senador Giordano pela deferência.

Peço licença a V. Exa., com aval do Plenário, para ir direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – Autorizado, Senador.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Consoante o art. 97 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para emitir parecer sobre assuntos a ela submetidos.

O PL nº 1.015, de 2022, é meritório. Do ponto de vista econômico, a condicionalidade relativa ao acompanhamento à saúde bucal tem, pelo menos, duas importantes consequências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – De um lado, a procura desde a tenra idade por serviços de saúde prestados na área odontológica reduzirá o risco de surgimento de doenças cujo tratamento demandará mais recursos do SUS no futuro. De outro lado, uma boa saúde bucal eleva a autoestima do indivíduo, que é uma das molas para o aumento de sua produtividade, o que colabora, desta forma, para o crescimento econômico de um país.

Deve ser ressaltado também que a proposição não acarreta a criação de despesa em nenhuma das três esferas de governo, pois o atendimento às crianças utilizar-se-á da rede pública existente, que operacionaliza a Política Nacional de Saúde Bucal.

O PL nº 1015, de 2022, necessita, porém, de ajustes quanto ao nome do programa de transferência de renda mencionado em sua ementa e quanto à leia ser alterada.

A Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, convertida na Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, reintroduziu o Programa Bolsa Família, extinguindo o Programa Auxílio Brasil, e revogou diversos dispositivos da Lei 14.284, de 2021, inclusive o art. 18 que o PL 1.015, de 2022, pretende alterar.

Assim, é imprescindível alterar agora o inciso II do *caput* do art. 10 da lei que disciplina o Bolsa Família.

Voto.

Ante o exposto, ofereço voto pela aprovação do Projeto de Lei 1.015, de 2022, na forma da seguinte emenda substitutiva.

Gostaria de acrescentar também, Sr. Presidente, uma emenda que não vejo problema em acatar, que acaba de chegar, do Senador Rodrigo Cunha. Ela diz o seguinte: "o que nós estávamos propondo no relatório do art. 1º, inciso II, passa a ser assim redigido: 'ao cumprimento do calendário nacional de vacinação e ao acompanhamento anual do estado de saúde bucal'". Então, acrescenta essa palavra juntamente com a proposição do Senador Rodrigo Cunha.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Rogério, para discutir a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – São duas coisas, Presidente.

Primeiro, eu queria pedir desculpas ao meu querido amigo Nelsinho e dizer que não é um ato de vontade das mães, das famílias pura e exclusivamente que pode garantir às crianças o acesso à saúde bucal. A saúde bucal ainda não é algo que esteja presente em todos os lugares. Então, criar mais uma barreira para as famílias que estão passando fome e necessidade neste momento para acessar o Bolsa Família eu acho que é criar mais um óbice, mais uma dificuldade para que as pessoas saiam da miséria e da fome.

Então, eu queria pedir vista para que a gente possa discutir.

Com toda a desculpa e entendendo que é uma medida importante, mas requer uma discussão mais ampla para que a gente possa assegurar a possibilidade de as mães e dos pais poderem garantir o acesso às suas crianças ao serviço de saúde bucal.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sr. Presidente, para mim, não vejo problema nenhum em conceder vista, até entendo que o Senador Rogério, pela sua experiência como gestor da saúde que já foi, terá todas as condições de entender o projeto e acrescentar algo para poder melhorá-lo ou evoluí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concedo vista coletiva ao Projeto de Lei 1.015, de 2022.

Volta na próxima reunião deliberativa.

Item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 22,000,000.00 (vinte e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Preservação Ambiental e Modernização do Município de Hortolândia - PDUSPAM/Hortolândia-SP".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Giordano

Relatório: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Giordano para fazer a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores presentes.

Presidente, se me permitir, vou diretamente à análise, para dar sequência aqui.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

O custo efetivo da operação de crédito mostra-se favorável, tendo sido apurado em 5,80% ao ano, para uma *duration* de 8,12 anos. Considerada a mesma *duration*, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 6,20% ao ano, portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação, conforme salientado no referido Parecer SEI nº 1.578, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A atual situação de endividamento do Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, comporta a assunção das obrigações financeiras advindas com a contratação desse empréstimo, tendo recebido classificação "B" quanto à sua capacidade de pagamento, conforme destacado na Exposição de Motivos que acompanha a matéria.

A Secretaria do Tesouro Nacional conclui no item 8 de seu parecer que o pleiteante atendeu a todas as exigências previstas nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e que foram atendidos os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 e as condições necessárias para a concessão da garantia na União, exigidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007 (item 19 do parecer).

Por sua vez, a Procuradoria da Fazenda Nacional constata a observância do disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos, e conclui pelo encaminhamento do pleito à deliberação desta Casa Legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, consta-se que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, não havendo, portanto, motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Hortolândia, Estado de São Paulo, encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP) – Sr. Presidente, gostaria de pedir urgências. Se pudesse ir ao Plenário ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Votação do pedido de urgência do Senador Giordano ao Projeto nº 48, de 2023.

As Senadores e os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP) – Obrigado, Presidente. Obrigado, obrigado demais.

EXTRAPAUTA

ITEM PRELIMINAR 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 125, DE 2023

Requer realização de audiência pública, no âmbito da CAE, com o objetivo de discutir o PL nº 3.696, de 2023.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Izalci, autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, eu só quero pedir aos nossos colegas para apoiar esta audiência pública. É um tema importante.

Eu sei que o próprio Senador Humberto Costa já tinha, lá atrás, um projeto, eu fui inclusive Relator dele, mas esse é um novo projeto. Eu gostaria que, pelo menos, a gente aprovasse uma audiência para ouvir esses convidados e mais alguns, se alguém quiser sugerir mais alguns, mas é um tema que merece realmente uma discussão antes de pautarmos para a votação.

Então eu peço o apoio de todos os Parlamentares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, se você me permite. Esse PL 3.696, de minha autoria, que está aqui sob a relatoria do Senador Humberto Costa, *ad hoc*, pois a relatoria aqui é do Senador Rogério Carvalho, trata de um tema urgente.

Dia 11 de setembro – a data inclusive é sintomática – acaba a cota de tela. Isso prejudicará toda a produção cinematográfica do país. Quanto mais nós postergarmos esse tema, quanto mais nós adiarmos, concretamente, sem meias palavras, nós estaremos prejudicando o cinema brasileiro, esse cinema brasileiro que, essa semana, foi premiado em Gramado, esse cinema brasileiro que tem sido razão de tanto orgulho para todos nós.

Então, *data venia*, com todo o respeito devido ao Senador Izalci, eventuais modificações, contribuições, para esse PL – há algumas contribuições do próprio Senador Rogério Carvalho, que já se dispôs a levá-lo para debater no Plenário do Senado –, podem ser assimilados.

O problema é que nós estamos diante de uma situação concreta e real. Hoje é dia 22 de agosto. Nós teríamos que aprovar aqui nessa Comissão de Assuntos Econômicos, aprovar a urgência desta matéria, levar ao Plenário do Senado e, depois, contar também com a boa vontade da Câmara dos Deputados para que votassem em uma semana e para que, até 11 de setembro, o Presidente da República sancionasse. Caso nós não façamos isso, cai a cota de tela. E isso prejudica o cinema brasileiro. Isso prejudica a produção cinematográfica nacional. Então qualquer contribuição é devida, é necessária, é justa.

Eu tenho certeza de que o Senador Rogério/Senador Humberto, ambos, poderão assimilá-la, dialogar, ou ser objeto de uma matéria posterior, mas temos uma questão, uma condição emergente em prol do cinema brasileiro: a data limite para a cota de tela continuar existindo no Brasil ou não.

É esse o apelo que faço a V. Exa., Senador Izalci e a todos os colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu entendo perfeitamente, mas posso dizer a V. Exa. que, na discussão que fizemos lá atrás – porque essa matéria não é nova, essa matéria já existe e já foi debatida aqui lá atrás –, nas audiências que eu promovi, os próprios atores responsáveis pelo cinema nacional é que também questionaram a forma como estava sendo encaminhada. Então, é o seguinte: é só marcar; marca, nesta semana, no início da semana que vem, esta audiência para ouvirmos, pelo menos, as partes, e aí bota na pauta. Mas um projeto que foi apresentado agora, sem uma discussão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – É porque, Senador, se me permite...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, eu sei da questão do prazo, mas ele não pode também...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Ele foi apresentado agora porque a cota de tela para o cinema brasileiro está expirando, e essa foi a forma... O Governo poderia até editar uma medida provisória, mas, por conta da circunstância que temos do não entendimento sobre edição de medidas provisórias com a Câmara dos Deputados, optou-se pelo caminho de apresentar o projeto de lei. Só que, a rigor, a rigor, isso era tema para medida provisória. O Governo não tem utilizado medida provisória por conta do notório desencontro de posições que temos com a Câmara dos Deputados sobre medida provisória, mas o fato concreto é esse.

Nós podemos fazer uma audiência, não; nós podemos fazer dez audiências, podemos fazer vinte audiências, mas, parece-me que nada resiste ao tempo: depois da hora, tem uma outra hora; depois de um dia, tem outro dia; e tem uma data limite, e a data limite vai chegar. Acaba-se a cota de tela e o cinema brasileiro é prejudicado, é simples assim, é uma conta rápida.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, Senador Randolfe, a questão do cinema já foi votada, o que está vencendo agora é a TV paga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não, não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – O de 2021 já foi, não vence agora em setembro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Mas exatamente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É só a TV paga. Eu vou tirar outro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Exatamente, da mesma forma prejudicaremos o cinema brasileiro. Se nós não votarmos isso, nós não teremos a cota de exibições de filmes nacionais na TV paga, é isso, é disso que se trata.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Por isso que era importante ouvirmos... Não basta ouvirmos o autor do projeto sem ouvirmos as partes. Nós precisamos ouvir, pelo menos... Marque, que seja na sexta-feira, que seja na segunda-feira, mas é importante ouvirmos todos que são afetados por um projeto como esse, independentemente do prazo. Eu acho que não é bem assim, e aí já surge uma dúvida, não é bem isso que o Senador acabou de falar. O Governo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não, isso aí é fato. A data limite é 11 de setembro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sobre o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Sobre a cota de tela para a TV brasileira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Para a TV paga, e não para...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Exato, mas...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Srs. Senadores, Senador Líder Randolfe, Líder Izalci, como nós temos muitas matérias ainda para deliberarmos, vamos, então, votar o requerimento, se V. Exas. concordarem em votar o requerimento que V. Exa. apresentou, concordam?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu não tenho dificuldade nisso, eu só acho, Presidente, que a gente poderia fazer essa audiência ainda esta semana, mas votarmos uma matéria como essa sem ouvirmos realmente os interessados, as pessoas envolvidas, eu acho temerário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Izalci, nesta semana, por exemplo, amanhã, nós já temos uma deliberativa para o projeto do Carf que foi discutido hoje e temos audiência pública amanhã. E aqui está tendo... Como são muitas audiências públicas, CPMI, nós e as outras Comissões estamos com um problema sério de espaço para fazermos audiências públicas. Para nós conseguimos fazer amanhã a audiência pública teve que fazer um encaixe até de horário. Então, eu sou favorável, eu gosto de fazer audiência pública, mas...

Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer um apelo ao Senador Izalci. Esse é um tema de tamanha relevância, que vem desde 1931, que é iniciativa do Getúlio Vargas, para fazer nascer o cinema nacional e para que a gente pudesse... É a indústria cultural do Brasil! A gente não pode interromper e fazer com que essa indústria cultural perca espaço, seja em programação de canal de *streaming*, de TV paga, de cinema, seja qual for o meio de distribuição desses conteúdos.

Eu queria pedir ao Senador Izalci... Veja, tanto o Humberto quanto o autor estão abertos, dispostos a absorver aquilo que for sugerido, antes ou no Plenário, com relação a essas propostas de alteração do texto. Então, eu queria fazer um apelo a V. Exa. para a gente fazer esse debate já no Plenário e absorver essas sugestões no Plenário. Acho que dá para a gente fazer isso. Não tem nome...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Rogério, Senador Izalci, esta matéria ainda vai para a CE...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Ah! Sim...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... é terminativa na CE. Então, tem ainda uma discussão a ser feita em outra Comissão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, se vai ainda para a CE, eu vou tentar, então, na, CE, fazer...

E eu quero dizer que eu defendo a indústria nacional, não sou contra, não, muito pelo contrário, mas tem que discutir, porque nem sempre você proteger da forma como está vai beneficiar o cinema brasileiro – entendeu? –, o cinema nacional. É por isso que a gente precisa... Mas, se não é terminativo aqui e vai para a Comissão de Educação, não tem nenhuma dificuldade.

Eu vou tentar junto à Comissão de Educação, ir até lá conversar com os autores e também com quem está ligado a essa área aqui, o Senador Humberto Costa, o próprio Rogério e também o nosso Randolfe, para ver se gente entra num entendimento para se ter um texto que realmente possa, de fato, proteger e não apenas colocar na lei e acabar por ser prejudicial ao próprio cinema.

Mas, se não é terminativo aqui hoje, não tem nenhuma dificuldade de a gente conversar nesta semana ainda com eles...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Retira o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... na Comissão de Educação e ver o que a gente pode já apresentar lá na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente Vanderlan, o Izalci tem toda a razão. A assessoria nossa também tem nos afirmado a questão dos operadores de cinemas, de *shoppings*, de todo lugar, que são muito prejudicados. Então, a gente precisa, sim, fazer essa audiência pública não só com a televisão, mas também com os operadores, que também são empresas que estão em todo canto do nosso país. É importante ter audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Alessandro, gostaria de convidar a V. Exa. para assumir esta Presidência por um... (*Pausa.*)

Ah, não?

Senador Alessandro, fui comunicado de que o senhor não é mais membro da Comissão. (*Pausa.*)

É, ele voltou.

Então, assuma aqui, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Item 4, Projeto de Lei 3.696, de 2023...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador, eu tinha pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não, Senador, é o senhor mesmo que vai definir se gostaria de fazer uso da palavra ou não.

O relatório já está lido, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sim, sim, sim, está.

Não, é só porque eu estava ali na Comissão de Educação, com a indicação do novo Diretor da Ancine, e eu queria somente chamar a atenção para algumas coisas.

Eu acho que essa decisão de que nós podemos fazer a discussão lá na Comissão de Educação é muito importante, mas sempre levando em consideração que nós temos uma premência, não é? Primeiro, porque hoje nós temos uma terra de ninguém. Apesar de a cota de tela existir há tanto tempo, hoje, só para dar um exemplo, em relação a esses dois filmes americanos que estão disputando as telas do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, em alguns casos, há lugares em que 90% dos cinemas estão exibindo Barbie e Oppenheimer – não é? –, enquanto a produção brasileira, que está sendo retomada agora, está crescendo novamente, inclusive com o incentivo da Lei Paulo Gustavo, em que os editais estão sendo abertos e tal... Então, nós estamos produzindo para quê, se nós não pudemos exibir, porque há um monopólio, não é? Esse é um ponto.

O outro ponto importante é que se esgota no dia 10 de setembro, aqui já foi dito, a cota da TV por assinatura. Nós, inclusive, já conversamos com alguns canais por assinatura quanto à possibilidade de reduzir a previsão da validade, manter o que tem na lei anterior. Isso aí não é problema, pequenos ajustes podem ser feitos, mas deixar de existir a cota para a TV por assinatura também é uma perda significativa para a produção de audiovisual no nosso país.

E, por último, eu queria somente lembrar aqui aos nossos colegas companheiros: o audiovisual hoje é uma atividade econômica que supera muitas atividades econômicas importantes – se a gente for discutir a área cultural, mais ainda, não é? Mas a própria área do audiovisual é geradora de empregos, é geradora de receitas para a União, é geradora de renda para a população, enfim, e tem um papel importantíssimo, porque o Brasil hoje não tem uma produção concentrada num único lugar. O estado de V. Exa., o Distrito Federal, é um exemplo importante de produção de audiovisual no nosso país, inclusive com uma infraestrutura que existe em poucos lugares no mundo. Pernambuco é um estado também com uma produção cultural na área do audiovisual importantíssima; o Ceará; a Bahia; São Paulo.

Então, veja, além de ser uma atividade importante, é uma atividade democrática, está regionalizada. Então, se nós queremos que isso avance, que isso seja bom para o nosso país, nós temos que garantir essa coisa tão simples. Ninguém está criando aqui um jabuti, nem inventando nada. Nós estamos pedindo que aquilo que durante décadas valeu volte a valer.

Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Parabéns pela exposição, Senador.

A matéria segue em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1, da CAE, substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

Anuncio o item 5, que tem como Relatora a Senadora Damares Alves.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2329, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

Autoria: Senadora Nilda Gondim (MDB/PB)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CCJ, em decisão terminativa.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, obrigada.

Primeiro, Presidente, eu queria anunciar que vou subscrever o Requerimento 116, que é o item 11 da pauta. E quero chamar a atenção dos presentes de que a criança, a infância, está na pauta hoje, Presidente: no item 5, que eu vou relatar, nós vamos falar sobre órfãos e, no item 6, nós estaríamos tratando hoje sobre o prematuro, mas a Senadora Dorinha não pôde estar presente, está presidindo a Comissão de Educação. E eu sonho e espero que esse auditório também esteja cheio hoje por causa das crianças.

Vamos ao relatório. Eu vou fazer um pequeno resumo do relatório e sigo depois direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei 2.329, de 2021, contém sete artigos e tem como objetivo instituir o Fundo de Amparo às Crianças Órfãs (Facor) e o Programa de Amparo às Crianças Órfãs (Procor), com o objetivo de promover ações que ampliem o acesso a direitos fundamentais de crianças e jovens órfãos por meio do apoio a instituições e famílias, e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Facor entre os destinatários do produto da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.

O PL tem sete artigos.

É nos arts. 2º e 3º que fala sobre os recursos do fundo.

É no art. 5º que traz os objetivos do Programa de Amparo às Crianças Órfãs.

Para aqueles Senadores que, por acaso, estão pensando em pedir vista, eu vou fazer um apelo pelas crianças agora e dizer que esse projeto já foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, a matéria foi enviada à CAE e, posteriormente, segue para a CCJ.

Análise.

De acordo com o inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado, a CAE é competente para opinar sobre criação do Facor, sendo a criação de fundos alguns dos assuntos tratados por essa Comissão.

A matéria encontra guarida no art. 22 e no art. 24 da Constituição Federal, bem como no *caput* do art. 48 da Constituição Federal, consoante o qual ao Congresso Nacional compete dispor sobre todas as matérias atribuídas à União. Inexiste, portanto, vício de iniciativa na propositura da matéria e violação às cláusulas pétreas.

A proposição é plenamente dotada de juricidade, ao inovar o ordenamento jurídico e cumprir os requisitos de abstratividade, coercibilidade, generalidade e imperatividade.

Também atende às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, de modo que não necessita de ajuste quanto à técnica legislativa.

A iniciativa é meritória, pois, com o advento da pandemia de covid-19, milhões de crianças e suas famílias, ou os que remanescem dessas famílias, foram colocados em uma posição de extrema vulnerabilidade social e econômica. No caso dos menores cujos pais ou responsáveis faleceram em razão da doença, as sequelas são de várias ordens e provavelmente repercutirão por toda a vida dos sobreviventes.

Conforme enfaticamente destacado pela autora do projeto de lei, tais sequelas incluem o impacto psicossocial direto, decorrente do trauma da perda dos cuidadores e do abalo das redes de relações socioafetivas e de amparo institucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista econômico, a medida de criação de um fundo e um programa são a melhor forma instrumental para a execução dos objetivos que se perseguem com a proposta. Dessa forma, garante-se a receita e a forma de operacionalizar o programa.

Cabe enfatizar que a matéria será submetida à CCJ, em apreciação terminativa, cabendo àquela Comissão apreciar questões legais que porventura gerem controvérsia constitucional, não cabendo a esta Comissão, nesse caso, se pronunciar sobre o tema.

Portanto, a matéria conta com condições de sua aprovação do ponto de vista das competências dessa Comissão.

Meu voto.

Em não havendo óbices, bem como levando-se em conta o caráter meritório da proposta, voto pelo acolhimento dela e solicito aos meus pares a aprovação do Projeto de Lei nº 2.329, de 2021, para a proteção das crianças órfãs no país.

É o voto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto a matéria à votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Parabenizo a Senadora Nilda Gondim e a Senadora Damares pelo excelente projeto.

O próximo item da pauta será o item 8, do Senador Laércio. O Relator informou que está em deslocamento e vamos aguardar um pouco mais a presença dele aqui. Enquanto isso, vamos fazer a leitura de alguns requerimentos, mas há o compromisso de votação nesta sessão, Senador.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE) – O.k., Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, questão de ordem. Se o Relator não chegar, eu peço para colocar o meu, que é o nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 116, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que na realização das Audiências Públicas do GT da reforma tributária, nessa Comissão, seja incluído representante da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA), Sr. Marcos Ferraz, na discussão da Proposta de Emenda à Constituição 45, de 2019, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL) e outros.

Farei a leitura de todos os requerimentos para votação em bloco.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 117, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019 - ABSOLAR

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Absolar é Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 118, DE 2023

- Não terminativo -

Requer audiência pública de debates - Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Requer inclusão de convidados.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 119, DE 2023

Requer a inclusão de convidados.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

O Senador Paulo Paim também requerendo inclusão de convidados nas discussões da PEC 45.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 120, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos destinada a discutir a PEC nº 45, de 2019, que trata da Reforma Tributária, seja convidado representante do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 121, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos destinada a discutir a PEC nº 45, de 2019, que trata da Reforma Tributária, seja convidado o sr. Marcos Aurélio Ribeiro, Diretor Jurídico da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

EXTRAPAUTA

ITEM 18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 122, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que para as audiências públicas que serão realizadas por esta Comissão de Assuntos Econômicos destinadas a discutir a PEC nº 45, de 2019, que trata da Reforma Tributária, sejam convidados os senhores Thales Freitas Alves, Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), Vilson Antônio Romero - Presidente Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), além de um representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.(Sindifisco Nacional)

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 123, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019- FENAINFO

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 128, DE 2023

Requer a participação de representante COFECI - Conselho Federal dos Corretores de Imóveis para debater a PEC 45/2019.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Consulto a Comissão se podemos fazer a votação em bloco. (*Pausa.*)

Em votação os requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos, que serão providenciados agora pela Comissão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atendendo à solicitação conjunta dos Senadores Oriovisto Guimarães e Eduardo Gomes, que seguem em deslocamento, faço uma inversão de pauta para que possamos apreciar o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 2724, DE 2022

- Terminativo -

Dispõe sobre o regime dos Planos de Outorga de Opção de Compra de Participação Societária – Marco Legal do Stock Options.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação da matéria com 2 (duas) emendas que apresenta.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, esse projeto tem um relatório extenso. Ele tem 18 artigos, mas todos eles muito simples. E eu vou procurar, numa explicação, resumir todos eles para não cansar todos, até pelo adiantado da hora.

O que é o mercado de *stock options*? Em bom português, é você regular a possibilidade de os funcionários de uma empresa comprarem ações dessa empresa num determinado prazo.

Então, eu tenho um certo número de funcionários e digo a eles o seguinte: "Vocês poderão ser sócios da minha empresa, poderão comprar ações dessa empresa até um limite "x" que vamos estabelecer e poderão exercer essa opção até a data "x" que nós vamos colocar". Isso significa o quê? Significa que esses trabalhadores vão se empenhar para que essa empresa tenha bons resultados, para que as suas ações se valorizem no mercado, porque eles poderão comprá-las por um preço menor, que foi estabelecido já no início da opção de compra dessas ações.

Então, é importante regular como isso é feito. E os 18 artigos do projeto fazem exatamente essa regulação, tornando o mecanismo bastante transparente, deixando muito claro que não interfere em leis trabalhistas ou mesmo no Imposto de Renda, porque é só uma promessa. E se, lá na frente, o trabalhador resolver exercer essa compra e ter as ações, o projeto também regula que ele não poderá vendê-las por um prazo de 12 meses. Enfim, dá uma série de providências para que não seja transformado num mercado especulativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A análise, Sr. Presidente, é também bastante simples. E eu posso resumir o seguinte. Essas opções não representam remuneração pelo trabalho. O PL explicita que elas têm natureza eminentemente mercantil. O beneficiário, uma vez de posse dessas ações, buscará fazer a sua parte, da melhor forma possível, para que a empresa cresça e obtenha bons resultados, o que valoriza as ações ou cotas da empresa que eventualmente venha a adquirir. Pode também se aplicar a limitadas, podem ser também cotas de empresas limitadas.

Assim, quando for exercer as opções, o preço a ser pago por essas ações ou cotas estará abaixo do preço de mercado, garantindo com isso o ganho de capital. Como o beneficiário terá de esperar certo período para exercer esse direito, existem riscos na operação.

Deve-se sempre lembrar que é uma opção do funcionário, lá na frente, comprar ou não comprar essas ações. Normalmente essa é a maneira como todos os países desenvolvidos agem para democratizar o capital. Este é o melhor projeto de participação em lucros e resultados que se possa fazer: tornar os colaboradores, tornar os funcionários sócios da empresa.

Diante do exposto, Sr. Presidente, entendemos que o PL é meritório e somos favoráveis à sua aprovação.

Então, vou direto ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.724, de 2022, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº 1 - CAE

Dê-se ao art. 5° do Projeto de Lei n° 2.724, de 2022, a seguinte redação:

"Art. 5º O Plano de Opções será submetido a deliberação da instância diretiva máxima da sociedade.

.....

§4º A previsão das seguintes condições ou faculdades relacionadas à outorga, à aquisição, à venda ou ao exercício de opções no âmbito do Plano de Opções não configura desrespeito ao art. 2° desta Lei.

.....

III Estabelecimento de metas individuais ou coletivas de desempenho para outorga, aquisição e/ou exercício da opção.

....."

Dê-se ao §2º, do art. 7° do Projeto de Lei n° 2.724, de 2022, a seguinte redação:

"Art. 7º

.....

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§2º Os acionistas ou quotistas da empresa que também figurem como trabalhadores, empregados, terceirizados e colaboradores não terão preferência quanto à outorga ou ao exercício da opção de compra de ações em detrimento do direito dos demais beneficiários do Plano de Opções."

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Relator, Senador Oriovisto, parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria, por se tratar de votação terminativa, será encaminhada para votação nominal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Ainda estão processando aqui para a abertura. (*Pausa.*)

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

Peço à Secretaria da Mesa que faça o convite para votação *online* para os que não se encontram presentes aqui.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, talvez fosse importante um apelo aos Senadores para que votassem pelo aplicativo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O pessoal está fazendo o contato de um por um.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Obrigado. (*Pausa.*)

Mais algum Senador ou Senadora deseja votar? (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aprovado, por unanimidade, o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo o Relator, Senador Oriovisto Guimarães, e o autor, Senador Carlos Portinho.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não, Senador.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Eu queria fazer um apelo a V. Exa., também, contando com a compreensão dos colegas Senadores, para a inversão de pauta do item 9, que é um projeto de lei de autoria do Senador Weverton, justamente nesta semana, em que nós estamos recebendo no Senado Federal o Programa Jovem Senador. É um projeto que implementa a política nacional dos empreendedores do Brasil, dos jovens empreendedores, aproveitando o quórum, porque esse projeto é terminativo.

Então, eu queria fazer esse apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito. Faço a inversão de pauta e já, automaticamente, passo a palavra para o Relator, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só me permita, Irajá, rapidamente aqui, só proclamar o resultado.

Foi aprovado o projeto, nos termos do relatório.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

E, agora, passamos para a relatoria do item 9, o Projeto 678, de autoria do Senador Weverton e relatoria do Senador Irajá.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 678, DE 2019

- Terminativo -

Institui o Programa Nacional de Crédito ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da lei 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Irajá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Com a palavra, o Relator.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 678, de 2019, que institui o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor, em atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da Lei nº 12.852, de agosto de 2013. O Projeto de Lei é de autoria do Senador Weverton e atende a dispositivo presente no Estatuto da Juventude.

A proposição, na forma do substitutivo, aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa, apresenta seis artigos.

O art. 1º apresenta seu objeto, apontando que se trata de atendimento ao disposto no inciso III do art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

Em seu art. 2º, a proposição apresenta as seis condições a serem atendidas pelos titulares do benefício: ter entre 18 e 29 anos de idade; não ter emprego, cargo ou função pública; apresentar plano de negócios, na forma de regulamento; ter participado de curso de empreendedorismo e gestão financeira reconhecido na forma de regulamento; ter ingressado em curso de nível superior ou, tendo concluído o ensino médio, ter realizado curso profissionalizante ou formação vinculada ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ou, ainda, curso oferecido por instituto federal de educação, ciência e tecnologia; e apresentar fiança solidária ou outra forma de garantia.

Em seguida, o art. 3º determina a abrangência do crédito concedido ao jovem empreendedor, delimitando seu uso para a aquisição de bens de capital, equipamentos em geral e programas de informática, bem como ao provimento de capital de giro, necessários para a implantação, ampliação ou modernização de empreendimentos produtivos localizados no município de residência do beneficiário.

O art. 4º indica a fonte de recursos para o Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor, conforme dispõe o §1º do art. 239 da Constituição Federal. Este dispositivo constitucional assegura que, da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, no mínimo, 28% serão destinados para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com critérios de remuneração que preservem o seu valor.

O art. 5º aponta que a execução do Programa Nacional de Crédito Especial ao Jovem Empreendedor observará o disposto em regulamento próprio.

E o art. 6º especifica a vigência da Lei: entrada em vigor após decorridos 90 dias de sua publicação oficial.

Na justificação, o Senador Weverton, autor da matéria, defende que a proposição busca atender a determinação presente no Estatuto da Juventude, o qual dispõe que a ação do poder público é contemplar a adoção de criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores. O autor argumenta também que a taxa de desemprego de jovens brasileiros é superior à média mundial e que o incentivo à abertura de pequenos negócios reduzirá o desemprego na faixa etária dos mais jovens e será de grande valor em termos de experiência enriquecedora como gestores das suas próprias empresas.

A matéria foi distribuída à CDH onde foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo Senador Nelsinho Trad e do Senador Flávio Arns. O substitutivo, que faz alguns reparos de redação e da técnica legislativa, trouxe aprimoramentos como: (i) previsão de possíveis fontes orçamentárias para o programa de crédito; (ii) exigência da apresentação de garantias, bem como realização de cursos de qualificação voltados para o empreendedorismo; (iii) retirada das menções a revisões dos valores e das taxas de juros das linhas de financiamento, pois o texto original do PL não define quais são esses valores ou taxas; (iv) o estabelecimento de que o crédito deve ser analisado caso a caso em vez de um formato com um valor único e igual para todos os perfis de jovens que demandem o crédito no programa.

Na sequência, a proposição seguiu para a CAE, onde não recebeu proposta de emenda, e foi a mim despachada para apresentação de parecer. A CAE deliberará sobre a matéria em caráter terminativo.

Vou direto ao voto, Presidente.

Em face das considerações, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 678, de 2019, na forma do substitutivo aprovado na CDH, e, no mérito, votamos por sua aprovação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Parabéns pelo relatório.

A matéria está em discussão.

Para discutir, passo a palavra ao colega Wilder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Eu quero só parabenizar aqui tanto o autor, Weverton, e também o Relator, Senador Irajá. Isso realmente é muito importante para os jovens de 18 até 24 anos, já que hoje o nosso país é o segundo no mundo em desemprego. Então, parabéns! Com certeza, vai ser aprovado e isso é um grande avanço para os nossos jovens no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A matéria segue em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 678, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

A votação será nominal.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam com o Relator votam "sim". (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele tem que abrir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Nominal.

Estou esperando abrir aqui. (*Pausa.*)

Os Senadores e Senadoras já podem votar.

Reitero o pedido de contato para votação remota com aqueles que não estão aqui presencialmente.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu questiono se algum Senador ou Senadora ainda deseja votar. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aprovado por unanimidade.

Aprovada a Emenda nº 1-CDH-CAE ao Projeto Lei 678.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 699, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes – PROFERT e dá outras providências.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao projeto

Observações:

A matéria será apreciada pela CRA, em decisão terminativa.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, agora há pouco fomos procurados pela Liderança do Governo – especialmente o Ministério da Fazenda – para uma discussão mais detalhada, embora bem precisa, sobre o relatório que foi feito desse projeto, que tem revelado uma verdadeira transformação no setor agro do país, da autoria do competente Senador Laércio Oliveira. Nós estamos concordando com esse espaço para negociação, com o adiamento para a próxima semana. Por isso eu gostaria de solicitar a V. Exa. a retirada desse texto da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Fala da Presidência.) – Perfeito.

O projeto é retirado de pauta, já com a inclusão garantida na pauta da próxima semana. (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro suspensa a presente reunião, que será retomada amanhã, mediante o acordo que tivemos no início aqui da pauta.

(*Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bênçãos de Deus, declaro reaberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se reinicia nesta data, 23 de agosto de 2023.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à continuação da deliberação do Projeto de Lei nº 2.384, de 2023.

Pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2384, DE 2023

- Não terminativo -

Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); dispõe sobre a autorregularização de débitos e a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, sobre o contencioso administrativo fiscal e sobre a transação na cobrança de créditos da Fazenda Pública; altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e as Leis nºs 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal), 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 13.988, de 14 de abril de 2020, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e revoga dispositivo da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas de sua autoria, e contrário às Emendas nºs 1-U a 11-U e nºs 12 a 22.

Observações:

1. A matéria se encontra em regime de urgência constitucional.

2. Foram recebidas as emendas nºs 1 a 11-U, e as emendas nºs 12 a 21.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: favorável ao projeto, com seis emendas de sua autoria e contrário às Emendas nºs 1 a 21-U.

Observações:

3. Foi ainda recebida, após a reunião de ontem, a Emenda nº 22, de autoria do Senador Esperidião Amin.

4. Foram apresentados os Requerimentos 129, 130 e 131, de 2023, de autoria do Senador Mecias de Jesus, requerendo o destaque das Emendas nºs 18, 5 e 7, respectivamente; o Requerimento 135, de 2023, de autoria do Senador Esperidião Amin, requerendo o destaque da Emenda nº 22; e o Requerimento nº 140, de 2023, de autoria do Senador Efraim Filho, requerendo o destaque da Emenda nº 3.

5. Foi concedida vista coletiva por 24 horas.

O relatório já foi lido.

Passo a palavra para o Relator, Senador Otto Alencar, para se pronunciar sobre a Emenda nº 22, apresentada após a leitura do relatório.

Com a palavra, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Se V. Exa. quiser ler o relatório todo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Não, obrigado. Eu agradeço a V. Exa. O relatório foi lido ontem. Foi, inclusive, analisado, foi discutido o relatório. Eu não vou alterar absolutamente o relatório, e a emenda apresentada para análise é a Emenda nº 22-U, pelo Senador Esperidião Amin. Eu também rejeito a emenda dele e mantenho o meu voto pela aprovação do Projeto 2.384, de 2023, rejeitadas duas emendas, a nº 1 e a 22-U, de forma que eu quero só acrescentar a V. Exa. que, por questões de ajuste redacional, a segunda emenda redacional eu vou desconsiderar, porque não é necessária, ficando com a proposta original, que veio da Câmara dos Deputados.

Essa é a posição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A matéria está em discussão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu registro aqui os elogios ao relatório do Senador Otto Alencar para esse projeto do Carf, que foi aprovado ali na Câmara, mas eu vou, respeitosamente, aqui ter que registrar, Presidente, que não sou contrário ao relatório, mas, enfim, nós tivemos uma mudança que houve no Carf há três anos, pouco tempo atrás, que foi uma mudança da regra de julgamento.

Na época, eu até questionei se realmente isso era necessário, essa mudança. De todo modo, foi uma opção do Congresso.

Estamos há três anos disso – três ou quatro anos –, sem que tenha havido um... Sem que nós pudéssemos refletir se essa experiência tinha sido bem-sucedida ou não. E novamente estamos voltando, mudando a regra de julgamento.

É certo que a Câmara, e também o Relator, fazem algumas ressalvas quando há o voto de empate... Quando o contribuinte perde pelo voto de empate, existem algumas vantagens em multas, em juros, que me parecem bastante saudáveis, mas o fato é que ainda assim se está tendo um voto de qualidade que se opera em favor do contribuinte. E, quando a gente vê o cenário geral, existe um cenário geral de um desejo do atual governo de aumento de impostos. Aumento de impostos que, em parte, tem até um objetivo louvável, que é buscar o equilíbrio fiscal das contas públicas, mas que deveria ser perseguido pelo ajuste de contas, pelo corte de despesas.

E, quando nós vemos um Governo Federal com 37 ministérios, um Governo Federal que flexibilizou a lei das estatais, que não chega a gerar ineficiência, que tem adotado algumas políticas – a meu ver – de cunho populista, por exemplo: a própria manipulação do preço dos combustíveis, com enorme prejuízo aos cofres públicos...

Então, nesse cenário, eu não tenho como votar num projeto que leve, na prática, ao aumento da arrecadação, que submeta o contribuinte a um voto de qualidade no âmbito da Receita Federal. Acho que tem que ter um equilíbrio ali dentro, e o voto de qualidade acaba, no fundo, desprestigiando o contribuinte.

Então, com toda a vênia que faço aqui aos colegas, ao Governo, ao Relator, fica o meu elogio, inclusive ao trabalho da Câmara, em que houve uma tentativa de controle de danos relacionados à perda – quando o contribuinte perde, por conta do voto de qualidade do Carf –, mas, ainda assim, eu vejo que esse é um projeto que favorece os interesses do Fisco, num momento em que o Governo deseja aumentar a arrecadação. E, por mais que nós queiramos ver um equilíbrio das contas públicas, o fato é que isso não pode ser feito, na minha opinião, às custas do contribuinte brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu assumi este mandato, eu fiz um voto, no sentido de que seria contra aumento de impostos, seja diretamente ou de maneira indireta.

Então, com a vênia do Relator e dos colegas que, eventualmente, vão votar a favor do projeto, eu, particularmente, faço essas ponderações, adiantando o meu voto contrário.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto, o Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Olha, eu ouvi com atenção as considerações do Senador Sergio Moro, no entanto, este projeto não traz, absolutamente, aumento de nenhuma alíquota de imposto.

O que está se decidindo aqui é o voto de qualidade, até porque esse voto de qualidade já vinha há muito tempo, Senador Sergio Moro.

Eu participei aqui, em 2016, da CPI do Carf e, naquele momento, nós identificamos várias irregularidades de proteção, inclusive com votos que reduziam de R$2 bilhões de infração, de multa e de sonegação fiscal para R$100 milhões, com prazo. E, naquele momento, nós modificamos a legislação e a composição do Carf e colocando o voto de qualidade a favor da União.

Só para que vocês tenham uma ideia, nesse período em que vigorou a emenda, a Medida Provisória nº 1.160 por quatro meses, foram identificados 16 bilhões de questionamentos tributários, com decisão favorável à União, de empresas de alto porte. Eu vou citar só quatro empresas aqui de alto porte, até porque essas disputas tributárias que estão no Judiciário representam apenas 3% das empresas do Brasil. Quem é do Simples Nacional não está no Carf, quem é do imposto por lucro presumido dificilmente vai ao Carf – vai aquelas empresas do lucro real, e uma parcela pequena, 3% disso.

Agora, só nesse período de quatro meses, só o valor que o Governo receberia fica em torno de R$16 bilhões.

O maior questionamento: maior empresa com mais alto de inflação? É a Petrobras, 4,2 bilhões; depois o Banco Itaú, 3 bilhões; depois o Bradesco, 2,8 bilhões; e a Ambev, 2,4 bilhões. Então, não tem aí o quantitativo da maioria das empresas que geram emprego e renda no Brasil, que absorvem mão de obra e são intensivas na absorção de mão de obra.

Então, o meu voto é muito consciente em mudar o voto de qualidade para a União, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Não, eu só queria também ponderar, com vênia ao Senador Sergio Moro, já com os argumentos colocados pelo Senador Otto, porque, se formos olhar os dados, os dados não correspondem ao que aparentemente poderia ser, que era o voto de qualidade obrigatoriamente ser a favor do Fisco, e não do contribuinte.

Eu, ontem, na sessão aqui da CAE, trouxe – não estou com o papel aqui –, mostrando o volume.

Outra coisa: eu não consegui encontrar... Repare: são democracias desenvolvidas. A contestação... Até por isso que se chama imposto, porque ninguém gosta de pagar. Nós já tivemos revoltas aqui em Minas, etc., porque o nome já carrega – imposto –, porque, se dependesse de cada um, todos nós queremos pagar menos imposto, mas é uma necessidade.

Depois, confesso que – não por ser Líder do Governo. Não sou obrigado a concordar *a priori* – fui saber... Quer dizer, eu não encontrei nenhum outro país de democracia e de desenvolvimento econômico maior até do que o nosso que não tivesse... Aliás, alguns nem têm a paridade entre o Fisco.

E repare: até olhando para V. Exa., como operador da Justiça brasileira que foi até se decidir por vir para cá, também nos tribunais eu sei que não é igual, mas ali é um tribunal administrativo.

Se você tem uma composição par, que por si só já é complexa, porque deveria ser ímpar, como são os tribunais... Tanto, que o presidente, nos tribunais, não vota, a não ser que haja o empate. Em alguns casos até vota, e tem outro voto para desempate.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu entendo que quem tem fé pública é o poder público. É óbvio que ele pode errar e depois pode ser punido por isso, mas, na minha opinião, o fato de ter o voto de qualidade é uma garantia.

E repito: eu acho que não há corporativismo, porque muitos recursos que são levados ao Carf são dados em favor, porque, evidentemente, eu posso ter o mau profissional da Fazenda, ou do Fisco, que vai lá e multa porque quer multar ou porque tem um prêmio pelo volume de produção que ele tem.

Então, eu quero voltar ao tema, para reforçar a argumentação do Senador Otto de que, vamos dizer, o histórico que eu tenho não, vamos dizer, ajuda a tese de não ter o voto.

Então, era só o que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Senador Amin com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero cumprimentar V. Exa pela pontualidade com que realiza esta sessão ou esta parte da sessão que antecede a votação.

Considero também o tema muito relevante e creio que o Senado está se redimindo pela forma como votou a queda do voto de qualidade. Não sei se todos têm lembrança disso. Foi em 2020, com as sessões típicas do momento da pandemia.

Eu quero aqui dizer uma coisa que eu não ouvi de ninguém: o Governo mudou de posição no Plenário. Sim, a orientação do Líder, nosso querido amigo Fernando Bezerra, era para votar contra. Se for restaurada a sessão plenária, verão que houve uma mudança. Eu não vou mencionar aqui quais foram os portadores da mensagem da mudança, mas eu os tenho aqui na memória.

De forma que o tema é controvertido, e, com isso, eu quero destacar a participação do nosso califa, que acho que corretamente foi designado para relatar essa emenda do resgate, primeiro, da reflexão que nós não tivemos quando houve a votação, por unanimidade, nas duas Casas, para acabar com o voto de qualidade – nas duas Casas: unanimidade.

Não penso como Nelson Rodrigues, mas realmente a unanimidade sempre, digamos assim, é instigante. Como é que, de repente, todos concordaram?

E queria dizer que a tarefa de que foi incumbido o nosso califa, o prezado amigo senador Otto Alencar, está à altura das suas qualidades políticas, de experiência, atestadas de maneira até exagerada pela cor dos seus cabelos, exageradamente atestadas. Ele não merece tanta clareza quanto à sua idade, mas merece o nosso respeito. Ele sabe que, seu eu ouso fazer essa incursão no campo do humor, às vezes de maneira desastrada, mas é por respeito e amizade.

Mas eu quero lhe dizer que eu venho defender a emenda que eu apresentei e vou demonstrar, assim que ouvir a sua contra-argumentação, porque eu já sei qual é, eu vou contra-argumentar para dizer que emenda de redação significa emenda de sentido. O senhor, que é um especialista nos sentidos táteis... Não é isso? Todo ortopedista, todo traumatologista – e eu não sou o Tasso Jereissati – faz a fusão do tato com o sonho, porque traumatologista, usando a palavra alemã, *traum* é sonho em alemão. Então, não deixa de haver essa analogia.

O que é a emenda que eu apresento? Aplica-se aos casos julgados. Ora, no Brasil, os casos são julgados com velocidades muito diferentes.

Hoje, na Comissão de Justiça, quando nós apreciamos a argumentação do Senador Weverton... a argumentação do Senador Fabiano Contarato, houve um momento em que nós fomos chamados a refletir sobre – isso aconteceu aqui, na Comissão de Justiça – como é a conversa do colarinho branco e como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a conversa na delegacia de polícia. É bem diferente. É bem diferente, e são diferentes e diversas as consequências.

Por isso, eu quero dizer que não vejo nenhuma alteração de sentido, considerando a realidade do Brasil real, ou seja, a realidade do Brasil, que se estenda àquelas matérias que ainda estão em discussão na data da publicação desta lei que nós vamos aprovar.

Eu vou votar a favor. Eu acho que nós fomos precipitados na votação de 2020, de forma que eu concordo com o sentido geral. Eu concordo com o sentido – não preciso concordar com os detalhes.

Então, eu gostaria de recorrer da não aceitação, pedir que o Senador Otto Alencar consulte a jurisprudência, inclusive das emendas aceitas, que, certamente, se basearam também nesse princípio do sentido.

Concluo dizendo: de todas as coisas que eu já li sobre o sentido, o livro mais impressionante é de um catarinense nascido em Concórdia.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Verdade?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Verdade, sua cidade natal. Clodovis Boff, irmão do Leonardo Boff. O *Livro do Sentido* é um livro de 570 páginas e é o tomo um de um tríduo que mostra o que é o sentido das coisas e da vida, que significa o seguinte: eu estou falando em estender uma prerrogativa, que está disposta no art. 15 para os casos já julgados e que estejam ainda em discussão no Judiciário.

Quanto tempo demora a discussão no Judiciário? Se eu aplicar só para as questões encerradas, eu posso estar cedendo, por preciosismo formal, a algo que, eticamente, é igual ao beneficiado. Ou seja, no seu conteúdo, pode ser o mesmo do que foi ao beneficiado.

Portanto, não é uma emenda que mude o sentido do que está escrito, e sim que complemente o sentido em que se quis escrever, as coisas julgadas ou a serem julgadas. Se fosse mudado para a baliza do protocolo, ações impetradas, talvez fosse formalmente mais correto, mas eu estou mais preocupado é com o sentido.

A mudança de redação – podemos até discuti-la – que eu estou apresentando é exatamente por causa da realidade que nós estamos vivendo. Nós não estamos aqui pressionados pelo tempo? Então, eu não estou fazendo uma emenda mais complexa porque eu estou pressionado pelo tempo em favor do que eu acho que é justo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Senador Mecias.

Para discutir, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Vanderlan, caros colegas Senadores e Senadoras, sei que perdura até aqui se o Senado vai autorizar o Governo a penalizar mais ainda a população brasileira ou não. É isso que está se debatendo aqui, porque, em caso de empate, será pró-Governo, pró-Receita, pró-Tesouro Nacional, pró-arrecadação. Será em favor do Governo e contra a sociedade, contra o pequeno, o médio e o grande empresário, contra o cidadão comum, contra mim, contra todos nós aqui.

Não há, Sr. Presidente, que se falar que só será feito isso para grandes empresas, grandes fortunas. Onde está escrito isso? Qual é a norma que diz que, em pequenos valores, o critério do desempate será pró-contribuinte? Não existe isso em nenhuma norma.

Portanto, se o Senado Federal votar a proposta como está, nós estamos assinando uma sentença de majoração da arrecadação em favor do Governo e penalizando a sociedade brasileira.

É exatamente por isso que eu continuo a solicitar aos Senadores e Senadoras que votem contra a proposta de dar ao Carf a categorização de tribunal de arrecadação para o Governo Federal.

Essa é a minha discussão.

Eu tenho um destaque aí, Presidente, na hora... caso não seja acatada a nossa proposta, a nossa emenda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... nós vamos fazer o destaque da nossa emenda e vamos defender a nossa emenda no sentido de proteger a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em discussão a matéria.

Senador Rogerio, com a palavra.

Em seguida, Senador Efraim.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Caro Presidente, Senador Vanderlan, eminente Relator, Senador Otto, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nós temos um problema aqui, além de todos os argumentos que foram colocados por aqueles que me antecederam, que é o que se denomina "bomba fiscal".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que, com a votação e a aprovação que porventura houver do relatório do Senador Otto, nós teremos um processo em que o Carf vai se transformar, de um tribunal que dirime eventuais contendas, contenciosos entre quem tributa e entre quem é tributado, num mero órgão arrecadatório, de forma compulsória, sem que nós tenhamos a garantia de que esse contencioso, decidido de uma forma autoritária, não vá terminar nas barras da Justiça.

O que nós assistimos, Sr. Presidente, chamo a atenção dos nossos Pares, é um crescimento geométrico dos precatórios, que se tornam, depois, devedores do Tesouro da União, que pressionam o orçamento e, por via de consequência, impedem que nós tenhamos orçamentos discricionários para investir no que a população nos pressiona, na educação, na saúde, na segurança.

Nós estamos com alguma coisa em torno de mais de R$80 a R$90 bilhões por ano de precatórios. E nós, com a atitude, eu diria, de curto prazo que o Governo procura para resolver com receitas não recorrentes, receitas episódicas, receitas que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... estão dentro de um montante que vão se exaurir, que não vão se renovar nos anos subsequentes, recursos para fazer frente a essa explosão de gastos públicos que vai, certamente, pressionar a nossa dívida, a inflação, a geração de emprego e o desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo.

O Governo, infelizmente, repete, com os mesmos métodos, talvez com pequenas variações, com os mesmos personagens, a receita que levou o nosso país, em 2015, à maior crise econômica desde 1948, com decisões equivocadas, com má gestão, com preciosismo no sentido de buscar a todo custo arrecadar, sem se preocupar com as despesas públicas, ou seja, a má despesa pública, sem fazer o seu dever de casa, sem buscar, por exemplo, a reforma administrativa, que é uma pauta que saiu dos escaninhos do Governo Federal.

Sr. Presidente, eu apelo aos nossos Pares que, independentemente dos argumentos que já foram aqui desfiados por aqueles que me antecederam, argumentos lúcidos, consistentes, nós tenhamos em vista que nós temos responsabilidade para com o país. E essa responsabilidade nos é cobrada todos os dias, como hoje, nesta votação, aqui nesta Comissão.

Apelos aos meus Pares, às Sras. Senadoras aos Srs. Senadores que vejam a consequência desta nossa decisão de ampliarmos ainda mais a fragilidade da questão fiscal brasileira, os contenciosos e os problemas que advirão desta situação que ora vemos descortinada.

Então, agradeço a V. Exa. a oportunidade e reitero o apelo de que nós possamos nos posicionar contrários à matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Efraim, com a palavra.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente Vanderlan, Sr. Relator, Senador Otto Alencar...

Sr. Presidente, eu dialoguei há pouco com o Relator e queria fazer chegar ao conhecimento dos demais Senadores e Senadoras que apresento um requerimento de destaque supressivo da Emenda nº 3. Explicava ali os motivos ao Senador Otto e ele fez uma primeira análise para que possa decidir se vai acolher ou não. E por que eu trago esse destaque, Sr. Presidente? Porque, na verdade, a emenda de redação do Senador Otto acaba indo além do que seria uma mera adaptação de redação para poder ter uma mudança de mérito, e essa mudança de mérito pode trazer um entendimento diferente daquele que é o desejado pelo próprio espírito da lei.

Essa emenda diz respeito, que é a Emenda nº 3 de Redação, ela modifica o art. 4º, que trata exatamente dos critérios para definir qual é a capacidade de pagamento dos contribuintes. O art. 4º diz, *ipsis litteris*, o art. 4º que veio da Câmara: "Aos contribuintes com capacidade de pagamento fica dispensada a apresentação de garantia para a discussão judicial dos créditos resolvidos favoravelmente à Fazenda Pública pelo voto de qualidade previsto [...] [no artigo tal, tal, tal]".

O que a emenda de redação do Senador Otto faz? Ela diz que "Aos contribuintes com capacidade de pagamento...", aí ela acrescenta, "conforme regulamentação a ser editada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional", ou seja, não é apenas de redação, ela vai abrir espaço para uma regulamentação a ser editada, que vai além dos critérios que o art. 4º define em seus cinco parágrafos. E é uma norma em branco, e, para nós do Parlamento, seria um pouco temeroso deixar que a própria PGFN definisse esses critérios, e não o Parlamento.

Então, em nome da preservação das prerrogativas do Congresso, Sr. Presidente, é que eu coloco esse destaque à apreciação do Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu queria... Eu ouvi com atenção as colocações do Senador Efraim. O art. 4º tem um parágrafo, o §5º, que diz exatamente assim: "caberá [...] [à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional] disciplinar a aplicação do disposto neste artigo". Nós colocamos no *caput* essa expressão, levando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também para a Procuradoria, e, como o Senador Efraim falou, seria quase que uma redundância, porque já consta no próprio artigo.

Portanto, eu vou considerar e acolher a medida de supressão dessa expressão no *caput* do art. 4º desse parágrafo da lei que eu estou relatando. É isso aí.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Agradeço a atenção e a gentileza do Senador Otto em acolher o destaque, e, portanto, já me considero satisfeito com o encaminhamento do voto do Senador Otto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Retirado o destaque.

Em discussão a matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Já...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente? Sr. Vanderlan?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu fiz um apelo e o...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – E o Senador Otto não respondeu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o Relator...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu já tinha conversado aqui com o nobre Senador Esperidião Amin. Quando ele fez a colocação, eu já tinha – inclusive porque ele chegou um pouquinho mais tarde do que eu – rejeitado o destaque dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu fiz o recurso porque sabia que o senhor tinha rejeitado e sabia qual ia ser a sua justificativa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – O senhor já tinha rejeitado... É extemporâneo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero disputar com a sua justificativa, feita após o meu recurso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu prefiro não disputar com V. Exa., pelo respeito que eu lhe tenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, o senhor vai acatar o meu pedido...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu rejeitei, já tinha rejeitado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu participei ontem, participo hoje...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço a V. Exa. tranquilidade e calma para que eu possa dizer que eu já tinha rejeitado, tomado a decisão, não posso recuar dessa decisão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas então eu vou recorrer. Vou recorrer, fazendo um destaque.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, é para isso... Não, eu queria... Sei perfeitamente...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu já tinha rejeitado a emenda aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ...está nos anais da Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então quero só reconstituir para que os anais da Casa registrem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu fiz a minha peroração para recorrer da sua rejeição à Emenda 22, que, aliás, nem consta aqui do rito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Amin, já consta aqui o seu requerimento e nós vamos votá-lo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas eu fiz uma justificativa na esperança...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está apresentando um destaque agora, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Já tinha apresentado destaque por via das dúvidas – nasci no dia de São Tomé, não é? –; mesmo acreditando plenamente em V. Exa., eu tenho que me precaver. Mas fiz aquela peroração para recorrer. Se V. Exa. mantém, eu firmo o destaque e vou falar no momento de argumentar sobre o destaque. Mas quero lhe dizer que tenho argumento para a rejeição ao que V. Exa. apôs, porque eu respeito, mas não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aqui também, acompanhando todos os argumentos dos colegas Senadores e seguindo o raciocínio do nosso Senador, dos que me antecederam aqui, principalmente o do Marinho, é uma verdade muito grande sobre o que estamos passando e sentindo dessa vontade, desse fechamento para se tentar arrecadar cada vez mais.

Imaginem que o Carf... Hoje os processos que têm as empresas em julgamento já são processos que são julgados, e as multas são já feitas pelo Governo. Você entra num processo de defesa em de que, na maioria das vezes, são contribuintes que já contribuíram e não concordaram com a contribuição. E você tem um colegiado que tem a parte do Governo, para a qual você já entra como condenado, tem a oportunidade de se defender e, se isso dá empate, com o empate, ganha o Governo.

Acho que o momento, como bem disse aqui o Rogério Marinho... Não são receitas recorrentes, são receitas que estão em tramitação a cada momento. Eu acredito que isso não venha a trazer nenhum benefício direto à população, principalmente num momento deste, em que a gente precisa fazer com que a nossa economia, cada vez mais, possa crescer no nosso país.

Então, quero também dizer que o meu voto é contra esse argumento do nosso nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em discussão.

Mais alguém que queira discutir?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São dois destaques então, Presidente, ou um só?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Eu queria aqui me dirigir aos Senadores e Senadoras. Eu não sei se tem alguns de V. Exas. aqui que têm empresa e que têm alguma questão no Carf para ser resolvida. Se não tiverem, eu quero dizer para V. Exas. que eu tenho, tanto é que, ao ser sondado, Senadora Daniella, para ser Relator desse projeto, eu disse: "Eu sou parte interessada, não posso relatar". E está muito bem relatado pelo Senador Otto Alencar. Podia nem estar falando isso aqui e até expondo as nossas empresas, mas eu me sinto no dever e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito de estar falando isso porque eu me debrucei, principalmente de ontem para hoje, com os nossos técnicos, advogados de dentro do Carf, que trabalham, que entendem do Carf, principalmente no texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados, Senador Mecias.

Pegando por base, Senador Amin, esse caso – não peguei caso de ninguém, fui pegar um caso nosso que é idêntico a todos os outros –, o que foi aprovado na Câmara, em que se tira juros, se tira multa do principal, porque nós sabemos, quem tem aqui autos não somente de Governo Federal, Senador, mas dos governos estaduais e municipais, que as multas são astronômicas, é um absurdo, chegando a 200%, 220% do valor. Então, quando se tira a multa, a correção e ainda se dá a possibilidade para as empresas de pagarem com precatórios, eu, como contribuinte, Senador Rogério, e um dos interessados, me sinto no dever de dizer isto para vocês: eu me sinto contemplado com o que foi aprovado na Câmara e vou votar – aliás, o Presidente não vota –, se precisar, se for nominal e não chegarmos a um acordo, eu vou votar favorável, porque uma dívida pode chegar, dependendo do precatório a ser adquirido, a ser resolvida com 20% do valor principal. Essas são as contas, é uma conta, como eu costumo falar, de padaria, de padeiro, conta simples, não estou enfeitando nada aqui.

Aliás, eu nem iria usar da palavra para falar sobre isso, Senador Efraim, mas, como parte interessada também, estou vendo aqui que muitas pessoas às vezes não se inteiraram muito bem do projeto...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... principalmente quem entende e está batalhando há mais de seis ou oito anos em Carf, que já fez PhD em Carf, entende muito bem como é que a situação que funciona.

O senhor pediu a palavra, Senador?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pedi, Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, depois, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Vanderlan, pedi a palavra, com o devido respeito que tenho por V. Exa., para discordar, em termos, porque V. Exa. está falando de algo efetivo, de quem confessa que deve. E quem não deve? E quem tem certeza de que não deve, que está sendo julgado lá e, por um empate, vai ser obrigado a pagar uma dívida que não deve? V. Exa. fala de algo concreto e nós estamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Mecias, eu observei muito bem ontem a fala do Líder do Governo aqui, Senador Jaques Wagner, quando ele disse aqui que os julgamentos atuais do contribuinte não dão 100% de ganho para o contribuinte, mas em torno de 40% a 45% mais ou menos. Então, não dão a garantia para o contribuinte se for o voto para o contribuinte. Aqui eu não estou puxando nem para um lado nem para o outro.

Agora, o que é injusto? São injustas as multas que são aplicadas? São injustas. Isso tem que ser corrigido por nós, aqui no Congresso Nacional. Essas multas têm que ser dentro da realidade.

Agora, a maioria das discussões, aqueles que querem continuar com as discussões porque acham que mesmo assim vão ser injustiçados podem dar prosseguimento nas ações.

Então, Senador Mecias, essas são as minhas colocações. V. Exa. já terminou?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim. Eu só estou me referindo ao caso que V. Exa. cita porque nós estamos falando do inferno, do céu e do purgatório. Só disso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Presidente Vanderlan, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Relator, Senador Otto Alencar, cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras. E quero dizer, Presidente Vanderlan, que V. Exa., com objetividade e senso prático, acho que traz luz para este debate.

No início, quando se estabeleceu originalmente a questão do Carf, Senador Jaques Wagner, eu tinha muitas dúvidas porque entendia que simplesmente fazer com que o voto do desempate passasse a ser do Governo, sem que se estabelecesse a questão da mitigação, seja dos juros, seja da multa, seja de moedas compensatórias para a liquidação desses créditos, seria algo extremamente complicado no momento em que nós vivemos um contencioso jurisdicional muito grande na área financeira e na área tributária.

Agora, sem nenhuma dúvida, o texto, a partir do projeto de lei, evoluiu muito e melhorou muito. Agora, essa é uma instância administrativa. Isso não significa que aquele que não reconhece o débito na instância administrativa não poderá prosseguir a discussão no âmbito judicial e, caso fique comprovado que ele tenha razão, fique isento do pagamento do tributo. Agora, o que não está certo é haver planejamento fiscal usando o não pagamento do tributo em função da forma como está estabelecido o Carf. Por quê? Porque hoje apenas os 26 maiores devedores do Carf devem ao Tesouro Nacional R$600 bilhões...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. *Fora do microfone.*) – São 3%.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... 3% dos contribuintes; 3% dos contribuintes nacionais.

Portanto, nós não estamos aqui criando um desequilíbrio para o setor produtivo. Ao contrário, nós estamos dando uma alternativa de negociação, uma alternativa de liquidação.

Agora, vamos abrir um parêntese. Há um outro problema que está se acumulando no país, que é a questão dos precatórios, que V. Exa. acabou abordando.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A discussão paralela está animada na sessão.

V. Exa. acabou abordando uma questão que eu reputo hoje explosiva no Brasil, a questão dos precatórios, e não é apenas na União, porque essa questão dos precatórios está se repetindo nos estados e nos municípios com um complicador: como a decisão que aconteceu por lei, no nível da União, e nos municípios e nos estados ainda não está definida, tem município que está tendo sequestro de recursos, inclusive de pagamento de folha, para pagamento de precatório. Por outro lado, existem situações de negociação de valores de precatório até por 20% do valor de face dos créditos. Essa virou uma moeda importante.

Portanto, eu quero concordar com V. Exa., vou acompanhar o Relator e vou acompanhar V. Exa., que é um homem com senso prático, com visão pragmática com relação ao assunto. Sem dúvida nenhuma, esta matéria vem para trazer objetividade, praticidade e redução do contencioso hoje, nesta área, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senador Eduardo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Conversei aqui com o nobre Senador Esperidião Amin. O que ele pretende, ao nosso sentir, ao nosso ver, está contemplado no art. 15. A diferença é que ele se refere ao Poder Judiciário, e, no art. 15 aqui, nós colocamos Tribunal Regional Federal – é uma instância de julgamento. Todos nós sabemos que, quando a decisão sai do Carf, o contribuinte pode apelar para a Justiça. Hoje a maioria – inclusive conversando com dois Ministros do Supremo Tribunal Federal – das disputas tributárias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... disputas que estão no Supremo Tribunal Federal são disputas tributárias. Então, ainda existe o recurso ao Poder Judiciário. Aqui, eu contemplo o que o Senador Esperidião Amin desejava. Ele se refere ao Poder Judiciário como um todo, seria nas três instâncias; eu coloco aqui Tribunal Regional Federal. Então, ao meu sentir, a meu ver, atende o que ele pretende no espírito da emenda que ele colocou.

Essa é minha visão, e já tinha, inclusive, dado o meu parecer, mantido o meu voto, rejeitado a emenda, mas quero dar uma satisfação, como ele merece, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero fazer aqui o registro e vou guardar os anais desta sessão, inclusive para fins posteriores, ou seja, quando eu quiser procurar o Colegiado...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, quando o Senador Eduardo Braga entrou aqui, com uma bengala, mancando, ele quase disse que fui eu que tinha operado o Senador Eduardo Braga, e não fui eu que operei. (*Risos.*) Não fui eu que atendi nem operei, porque todas as pessoas que passam por aqui, no túnel do tempo, em qualquer corredor, mancando, ele diz que foram operadas por mim, na Bahia; eu nunca criei, eu nunca, eu nunca tive nenhum insucesso para...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Pelo contrário, Amin. Se fosse o Senador Otto, ele já estaria jogando futebol.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Não era isso que o Tasso Jereissati dizia. Ele está confundindo de "brimo", mas eu não estou aqui para falar nem questionar a competência do califa no campo da traumatologia; eu estou aqui para agradar o máximo que eu puder.

Então, eu acho que o Senador Eduardo Braga cometeu a imprudência de, aconselhado pelo psicólogo ou psiquiatra do momento, que é o Marcelo Castro, não procurar o califa, por isso que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usando a bengala. (*Risos.*) Foi atrás do conselho do Marcelo Castro, e está usando bengala, mas vai usar por poucas horas.

O que eu quero dizer é o seguinte: o que eu vou guardar nos anais é que, teoricamente, a minha proposição não muda o sentido, porque, se eu falo Poder Judiciário, é o Poder Judiciário competente, é evidente. O que é o Judiciário? É aquele ali. Se ele está na primeira instância, na segunda, na terceira, ou no Supremo Tribunal Federal, é uma questão de processo legal, o processo legal manda que recorra para tal ou qual instância. Então, eu acho que, do ponto de vista da lei e da clareza da lei, Poder Judiciário é a palavra, é a expressão correta para designar a instância à qual eu recorro.

Suponhamos que, por qualquer razão, em vez de recorrer do Carf... Se mudar uma resolução do Carf dizendo que, a partir de agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... questões com mais de tanto de valor podem ser enviadas ao tribunal na esfera estadual, à Justiça Federal no estado, ao Tribunal Regional Federal, se tiver uma instância no próprio estado, um tribunal de alçada federal, quer dizer, isso é uma peculiaridade que nós estamos aqui interpretando à luz da pirâmide pela qual fluem os processos tais no Judiciário. Se houver modificação na tramitação, não necessariamente por mudança de código de processo, nós vamos ser alcançados. Por isso eu quero deixar registrado que concordo com o raciocínio.

Hoje é assim: os recursos do Carf, a dimensão financeira da questão que chega ao Carf tem uma tramitação. Nós, na Frente Parlamentar do Empreendedorismo, discutimos isso. O então Presidente da Frente, Deputado Bagattoli, foi quem tratou desse assunto, inclusive, com instância da Receita Federal. Se estão aqui presentes, sabem disso. Ele fez reunião, inclusive, com o atual Ministro da Fazenda, à busca de um entendimento a respeito do assunto.

Então, eu quero deixar registrado que eu concordo. O que eu pleiteio é que, se uma ação inconclusa, ou por concluir, vai ser resolvida desta ou daquela forma, o direito de quem recorreu tem que ser preservado. Ele não deixou precluir o prazo, ele recorreu a tempo, tempestivamente. Então, isso vai ficar registrado aqui, porque faz parte do conjunto que vai embasar, pelo menos, os argumentos, já que há concordância tanto do Relator, quanto de minha parte; dito o que está registrado como sendo a interpretação do Relator, eu concordo. Eu não tenho nada a ver com a instância do Judiciário, o que eu quero é que questões em tramitação no Judiciário possam ser acolhidas pela ressalva que está assinalada no art. 15, está certo? A partir daí, eu vou pedir para ao Tasso Jereissati mandar o restante das mensagens.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentados requerimentos de destaque pelos Senadores Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e retirado pelo autor, Senador Efraim Filho, em acordo feito.

Destaque para as emendas nºs...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só constou, Presidente, no parecer do Senador Otto, a retirada da Emenda nº 3, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É bom só citar na complementação do voto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Otto, o Senador Efraim pede que conste no relatório...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sendo inclusive o texto original que veio da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O.k.

Senador Amin, o senhor permanece com o destaque?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Por isso eu retiro o destaque, nos termos dos *anais*.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O Senador Amin retira o destaque nos termos dos *anais*.

O destaque para a Emenda nº 18 é apresentado como requerimento de Liderança partidária.

São apresentados ainda requerimentos de destaque para as Emendas 5 e 7; e retirada da 22.

Informo que os requerimentos para a Emenda nº 18 independem de aprovação pelo Plenário, por força do art. 312 do Risf. (*Pausa.*)

Os demais requerimentos de destaque serão neste momento submetidos à apreciação do Plenário da Comissão.

Em votação simbólica os requerimentos de destaque para as Emendas nºs 5 e 7.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o destaque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, só uma pergunta: não se vota o texto principal, ressalvados os destaques, primeiro não?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em seguida. (*Pausa.*)

Esses são só os requerimentos.

Em votação dos requerimentos de destaque para as Emendas 5 e 7.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o destaque permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Os requerimentos de destaque das Emendas 5 e 7 estão rejeitados.

Passamos à votação agora, Senador Rogerio, do projeto, ressalvados os destaques.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado, ressalvadas as emendas destacadas.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com voto contrário do Senador Rogerio, do Senador Wilder, do Senador Sergio Moro e do Senador Mecias de Jesus.

Aprovado o relatório do Senador Otto Alencar, ressalvadas as emendas destacadas.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nominal, Sr. Presidente.

Requeiro a votação nominal.

Tenho o apoiamento aqui de Wilder, de Mecias e de Moro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Tem que ser apoiado por três.

Senador Wilder, Senador Moro e Senador Mecias.

Vamos preparar...

Peço à Mesa que prepare a votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, é bom que se esclareça a votação.

Quem vota com o Relator vota "sim", então?

Vota "sim" ao meu relatório?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Quem vota com o Relator vota "sim".

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – "Sim" ao meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com o relatório do Senador Otto.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senadora, seja bem-vinda. Amin, como é nome da nossa Senadora?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Emilie, seja bem-vinda à nossa Comissão de Assuntos Econômicos. Se V. Exa. não for se retirar agora da CAE, eu a convido para que se sente aqui ao lado do Presidente.

Acompanhe a jovem Senadora, Esperidião. E o professor também. Sente-se aqui ao nosso lado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Agora, olhe, Esperidião, sabe quem foi eleita Presidente da Mesa? É uma moça da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Eu convido, também, a jovem Senadora por Goiás, a Nathállya Mendes do Carmo. Está aqui a Senadora? Sente-se aqui, Nathállya. Seja bem-vinda. E o professor? Sente-se aqui do lado, professor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra o Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, parabenizo os jovens Senadores. Eu acho que é um exercício muito interessante do Senado da República, participam jovens dos 26 estados e do Distrito Federal. Se não me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engano, vem um por estado, não é isso? Parabenizando as jovens Senadoras que aqui estão, aproveito só para comentar também minha alegria de que a jovem Senadora da Bahia, se não me engano, foi eleita a Presidente da Mesa do Senado. Veio de um município do interior baiano, de Ibiassucê. É aluna de uma escola pública no interior da Bahia. Então, queria parabenizá-la e só dizer que eu acho muito importante que, ainda jovens, vocês tomem ciência de como funciona o Parlamento brasileiro.

Nós precisamos, cada vez mais, de gente com espírito público, com compromisso com o país. Tanto faz de que orientação for, mas que esteja aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... trazendo boas ideias.

Eu queria aproveitar também, Presidente, apenas para orientar as colegas e os colegas Senadores. Quando começar a votação nominal, a orientação do Governo é o voto "sim", com o relatório do Relator Otto Alencar. Então, o Governo orienta o voto "sim".

Senadora Augusta, com a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente, de uma forma bem rápida, eu não poderia deixar de cumprimentar as nossas duas jovens Senadoras.

Quero parabenizar o Senado por fazer este momento e dizer que estava, há pouco, recebendo também a jovem Senadora lá do Estado do Ceará. E também dizer que, dentre os 27 que concorreram, 20 são mulheres. Então, fiquei muito feliz.

Parabenizo, mais uma vez, os professores e a equipe aqui do Senado por, realmente, fazerem esse momento tão democrático e por fazerem com que esses alunos e professores também se aproximem aqui do Senado e vejam a importância do nosso trabalho, hoje presenciado. Então, parabéns às duas, parabéns a todos os professores, a todos e a todas.

Obrigada, Sr. Presidente. Era só isso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sim, Senadora Teresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Pela ordem, também bem rapidinho. Eu também me atrasei por esse motivo. Uma das jovens Senadoras é do meu estado, Pernambuco: Letícia Ellen. Eu a recebi em meu gabinete, junto com o Prof. Felipe, um jovem professor também. É aluna de uma escola pública, no Município de Tabira, no sertão de Pernambuco.

Quero parabenizar o Senado por essa iniciativa e todas vocês. Sigam ou não a carreira política, mas se interessem pela política.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Só a título de informação, a votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 2.384, de 2023, destacadas as emendas.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam com o Relator, votam "sim".

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – Presidente, apenas para orientar, pelo MDB. O MDB encaminha o voto com o Relator, o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – O MDB vota "sim".

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para orientar a bancada.) – A Oposição, vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A Oposição vota "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Só reafirmando, Presidente, a orientação do Governo é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A orientação do Governo é "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Vamos aguardar o Senador Mauro votar e já vamos encerrar a votação.

Creio que todos votaram.

Senador Moro já votou, não é? (*Pausa.*)

O.k.

Podemos encerrar a votação?

Encerrada a votação.

Abra o painel, por favor.

(*Procede-se à apuração.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Votaram SIM, 14; 7 NÃO.

Aprovado o projeto, ressalvadas as emendas destacadas.

A Emenda destacada é a Emenda 18, Senador.

Em votação...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Vanderlan, não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Aprovado o projeto.

Agora vamos votar a Emenda de V. Exa., a 18.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Certo.

Posso fazer a defesa, Presidente, do destaque?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Com a palavra, para fazer a defesa, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Presidente Vanderlan, eu fiz questão de descrever para não me confundir e não permitir também que nenhum dos outros colegas Senadores e Senadoras fiquem confusos.

Mas antes, Presidente, eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... primeiro agradecer a V. Exa. por estar pedindo ao Plenário silêncio, porque é um voto importante, mas eu quero aproveitar também...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Aos assessores e a quem está nos acompanhando, um pouquinho de silêncio, pois o Senador está falando. Já estamos aqui com dificuldade. O ar não está comportando tanta gente.

Por favor.

Senador Mecias, prossiga, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, na *vibe* ainda do Jovem Senador, eu quero cumprimentar a todos os Jovens Senadores do Brasil e parabenizar o Senado Federal por esse importante projeto de inserção política da juventude brasileira. Eu quero cumprimentá-los em nome do Jovem Senador do Estado de Roraima, lá do Município de Mucajaí, o jovem Murilo, da Escola Maria Mariselma, que está acompanhada pelo Prof. Deives.

Mas faço agora, Presidente, com a devida permissão de V. Exa. e dos colegas Senadores...

Recentemente o Senado Federal votou o Projeto 93, de 2023, do arcabouço fiscal, apresentado pelo atual Governo, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022. O dispositivo, Presidente, determinava que o Presidente da República deveria encaminhar ao Congresso Nacional, até o dia 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar sobre o tema.

A proposição visa a manter o controle das despesas, considerando tanto a execução orçamentária quanto financeira, ou seja, todo o nosso trabalho aqui no Senado Federal teve por finalidade a obtenção de disciplina e do equilíbrio fiscal, em substituição ao teto de gastos.

Agora, o próprio Governo, visando a aumentar a arrecadação por instrumentos equivocados, independentemente dos fins, mesmo em detrimento de direito essencial dos contribuintes, busca se utilizar do Carf para aumentar os cofres públicos, sendo que esse órgão tem por missão e função precípuas fazer o controle da legalidade e julgar os processos dos cidadãos brasileiros.

Nós Legisladores, Presidente Vanderlan, Senadores e Senadoras, precisamos estar atentos e diligentes às prioridades do Estado brasileiro, observando os devidos ajustes e fiscalizando de maneira mais eficiente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... possível o controle de gastos pelo poder público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu considero, Sr. Presidente, inconcebível que, em vez de cumprir as regras aprovadas por este Senado Federal no arcabouço fiscal, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados também, reduzindo e controlando despesas, o Governo busque, em prejuízo de milhões de contribuintes, aumentar suas receitas, enviando a conta a ser paga aos cidadãos brasileiros em geral.

Para tanto, indago aos Senadores e Senadoras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Onde fica o devido processo legal? Onde fica a impessoalidade se os legisladores garantirem, antecipadamente, o resultado, vinculando os conselheiros presidentes a votarem, quando do desempate, a favor do Fisco?

O empate nos julgamentos realizados pelo Carf demonstra elevada insegurança jurídica na interpretação das normas tributárias, Sr. Presidente, pelos contribuintes que se estendem até o órgão técnico especializado de revisão dos atos administrativos, que é o Carf. Com isso, o empate nos julgamentos deve beneficiar o contribuinte à medida que a riqueza proveniente do ordenamento tributário reflete a ausência de subsunção adequada do ato administrativo de lançamento à norma de incidência, como exigido pelo princípio da legalidade (art. 5º, inciso II, e art. 150, inciso I, da Constituição Federal).

Estou encaminhando para finalizar, Presidente.

Não é imparcial e, sobretudo, justo aos cidadãos que o Carf não observe princípio elementar da Constituição Federal, ou seja, a imparcialidade da administração pública.

Ademais, nesses casos, é justo, sim, que os contribuintes optem por acionar o Poder Judiciário para julgar seus processos, na esperança de que a Justiça seja imparcial e técnica nas suas decisões.

Recentemente, aprovamos a Lei 13.988, de 2020, incluindo o art. 19-E na Lei 10.522, de 2002, protegendo os contribuintes brasileiros.

Ora! Importante destacar que a constitucionalidade do voto de qualidade está sendo discutida na Corte Suprema do nosso país por meio das ADIs 6.399, 6.403 e 6.415, com a manifestação clara dos Ministros pela constitucionalidade do desempate pró-contribuinte.

À guisa de exemplo, o Ministro Roberto Barroso, em seu voto, dispõe o seguinte:

> O voto de qualidade produzia distorção no processo administrativo tributário por aparentemente desequilibrar a relação entre o Fisco e o contribuinte. A resolução do empate, sempre em favor de quem sofre a exação, a seu turno, embora também dê ensejos a questionamentos dessa ordem, pode ser justificada a partir de um amplo sistema constitucional de proteção de direitos e garantias fundamentais do sujeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Marco Aurélio ainda considerou em seu voto:

> A adoção ao contencioso fiscal de solução favorável ao contribuinte, em caso de empate na votação, não conflita com a Constituição de 1988. É opção legítima e razoável do legislador, estando em harmonia com o sistema de direitos e garantias fundamentais.

Finalizo, Presidente, pedindo vênia aos meus pares para afirmar que subverter a lógica dos princípios do nosso ordenamento jurídico, a lógica axiológica valorativa em prol dos contribuintes, com finalidade puramente arrecadatória, notoriamente demonstra a completa falta de cidadania do Fisco aos contribuintes brasileiros.

Reitero, portanto, aos nobres pares: subverter o disposto no art. 112 do Código Tributário Nacional é menosprezar uma construção legal, alicerçada por valores como ética e boa-fé no processo, em prejuízo à hermenêutica, conforme o texto constitucional, e com valores imperiosos e imprescindíveis aos cidadãos e contribuintes brasileiros.

Dessa feita, peço aos colegas Senadores e Senadoras que possam votar favoravelmente ao destaque. E, se assim não for entendido, Presidente, já recorro da Comissão para levar o destaque até o Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Eu só quero aqui fazer o meu apoiamento à emenda, na linha do que eu disse antes.

Entendo que o projeto até tem algumas salvaguardas quando há o voto de desempate de qualidade, retirando aí a multa e os juros, como muito bem pontuado por V. Exa., mas, no fundo, o que nós temos aqui é o Governo Federal querendo aumentar a arrecadação e legislando em causa própria.

Como é em detrimento do contribuinte, que já tem uma carga tributária imensa, e como nós não estamos vendo do lado do Governo, infelizmente, uma iniciativa de contenção de despesas consistente, eu, como coloquei anteriormente, sou contra o projeto e apoio aqui o bem colocado destaque à emenda, do Senador Mecias de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em votação a Emenda nº 18, destacada pelo requerimento do Senador Mecias de Jesus.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a emenda permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rejeitada a Emenda nº 18.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, com as Emendas...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Pela ordem, Presidente.

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... de 23 a 26.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Irajá, com a palavra.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós estamos também nesta sessão, que foi suspensa, para analisar as emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei 2.796/2021, que está presente na extrapauta.

O relatório se encontra disponível desde quinta passada, dia 18/8, portanto com tempo para a ciência dos Srs. Senadores e Senadoras. Então, eu peço a V. Exa. para proceder à leitura do relatório e das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto 2.796.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Senador Irajá, Projeto de Lei do Senado 2.796. Este?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Isso. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) –

EXTRAPAUTA

ITEM 21

PROJETO DE LEI N° 2796, DE 2021

- Não terminativo -

Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Irajá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Contrário às emendas nºs 3 a 6-Plen

Observações: a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da CAE, e contrário à Emenda nº 1. Em Plenário, a matéria recebeu as Emendas nºs 3 a 6-Plen.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – A matéria retorna à CAE para apreciação das emendas.

Com a palavra, o Relator...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator.) – Eu vou direto à análise, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – ... Senador Irajá.

Com a palavra, Senador.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Como Relator.) – Ao examinar a matéria, esta Comissão aprovou o entendimento deste Relator de que o Projeto de Lei 2.796 tem mérito econômico e não apresenta vícios de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No Plenário, o PL recebeu quatro emendas.

A Emenda nº 3 prevê que os jogos utilizados em ambiente escolar devem estar disponíveis para acesso pelos pais ou responsáveis do aluno. No caso de uso para recreação, haverá a necessidade de prévia autorização dos pais ou responsáveis.

O projeto de lei, na forma do parecer da CAE, traz uma faculdade – e não uma obrigação – para que se utilizem jogos eletrônicos dentro do sistema público de ensino, como forma de "gamificar" o ambiente escolar e torná-lo mais atraente e desafiador para o aluno, auxiliando no ensino, dentro dos parâmetros estabelecidos na Base Nacional Comum Curricular.

A emenda proposta parte da premissa da existência de uma obrigatoriedade da inserção dos jogos no ambiente escolar. Pelo fato de essa premissa não se confirmar, os ajustes propostos não são necessários.

Além disso, o projeto já prevê que o Estado determinará a faixa etária indicativa dos jogos, o que funcionará como forma de controle não só para o Estado, mas também para pais e responsáveis pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilização dos *games* dentro e fora do ambiente escolar. Dessa forma, com a devida vênia, recomendo a rejeição da Emenda nº 3.

Na Emenda nº 4, argumenta-se que a definição de ferramentas especiais em parágrafo específico contribuiria para uma melhor conceituação, tendo em vista a aplicabilidade dos incentivos previstos no art. 6º.

A definição de *games* é ampla o suficiente para contemplar todos os setores da indústria, mas tem o cuidado de não permitir a inserção no conceito de elementos que não se caracterizam como *phantasy games*.

Sobre o acesso aos benefícios previstos no art. 6º,cumpre esclarecer que o PL busca incentivar o fomento da produção nacional de ferramentas com a segurança advinda da própria regulamentação. É a regulamentação, e apenas ela, que dará segurança aos investidores para aportar novos recursos na indústria, fazendo-a crescer, gerando novos postos de trabalho para o jovem e aumentando a arrecadação do Estado.

O projeto de lei fomenta o crescimento do setor de três maneiras: (i) determina que o Estado apoiará a formação/capacitação de profissionais; (ii) incentiva investimentos em pesquisa, no desenvolvimento e na inovação, por meio da aplicação do regime da Lei 8.248, de 1991 (Lei de Informática); e (iii) estimula o desenvolvimento de máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à criação dos *games* mediante a aplicação do regime legal.

Sobre o detalhamento das "ferramentas especiais" utilizadas no desenvolvimento dos *phantasy games*, entendo que tal medida pode ser prejudicial à indústria, estritamente conectada à tecnologia e que se notabiliza por sua dinamicidade.

Todos os dias surgem novas ferramentas. Inserir norma dessa natureza em lei fará com que o texto, se aprovado, possa logo ficar desatualizado, não atendendo mais aos anseios do setor e gerando entraves aos desenvolvedores.

Por essas razões, com a devida vênia, sugiro o não acatamento da Emenda nº 4-PLEN.

A Emenda nº 5-PLEN já foi analisada acima, quando da avaliação da Emenda nº 4, que trata do mesmo tema. Desse modo, pelas razões já expostas, sugiro que não seja acatada.

A Emenda nº 6, de acordo com a justificativa para a supressão, a natureza dupla de *game* eletrônico tanto como programa de computador quanto dispositivo, pode gerar complexidades desnecessárias, não se definindo *game* objetivamente. Portanto, seria necessário separar o jogo eletrônico do seu dispositivo de execução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A supressão de um inciso que trata de dispositivos centrais e acessórios excluiria a possibilidade de desenvolvimento de *hardwares*.

Há uma tendência global de mais jogos serem desenvolvidos por meio de *softwares*. Porém, o propósito do PL nº 2.796, de 2021, é criar um marco legal para os *games.*

A supressão sugerida pela Emenda nº 6 faria com que todos os jogos desenvolvidos por meio de *hardwares*, ainda que hoje sejam minoria, não fossem contemplados pelo texto legal, ficando indevidamente à margem da normatização. Isso é indesejável, pois os *games* desenvolvidos por meio de *hardwares* são importantes, por exemplo, para pessoas com problemas de cegueira e surdez, pois estimulam o tato por meio de vibrações.

Por essas razões, com a devida vênia, o autor da Emenda nº 6 recomenda sua rejeição.

Voto.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto contrário às Emendas nºs 3, 4, 5 e 6-PLEN, oferecidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.796, de 2021.

Só para complementar, Presidente, esse ambiente que estamos tratando, dos *games*, dos *fantasy games*, hoje movimenta algo em torno de R$70 milhões. Com esse marco regulatório, com esse regramento definido e reconhecido pelo Congresso Nacional e evidentemente sancionado, nós vamos ter um ambiente de negócios na casa dos R$300 milhões, ou seja, é cinco vezes mais do que está se movimentando hoje, em função dessa insegurança jurídica que se instalou nesse tema do *fantasy game*. Hoje isso gera 5 mil empregos diretos, podendo gerar 20 mil empregos diretos.

Então, é uma medida importante para incentivar a geração de emprego, renda, tributos... E lembro ainda a V. Exa. e aos colegas Senadores que essa matéria já foi aprovada por esta Comissão por unanimidade. É estranho, porque foi ao Plenário, e aí, por um acordo de Líderes, se determinou que fosse novamente aqui apreciada, podendo ou não serem acatadas essas emendas de cujo voto já fiz a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Grato, Senador.

Parabéns pelo seu relatório, Senador Irajá.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Irajá.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário às Emendas nºs 3 a 6-PLEN.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Presidente, peço urgência para apreciação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do Senador Irajá ao Projeto de Lei 2.796, de 2021...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Vou reiterar a urgência, até porque o Senador Irajá tem razão: na quinta-feira da semana passada, eu estava na reunião de Líderes e contestei a volta desse projeto aqui para a CAE. Não havia necessidade. Mas, nessa reunião de Líderes, a maioria dos Líderes foi a favor de que voltasse.

Não havia necessidade, até porque, sendo decidido num Colegiado como a CAE, retornar a ele, tentando um parecer, seria uma coisa até de descortesia à Comissão e ao próprio Relator. Portanto, o requerimento de urgência cabe perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Concordo, sem contar o trabalho dobrado.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Lembrando outra coisa: no Plenário, ainda é admitido regimentalmente destaques, emendas...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – ... ou seja, os Senadores ainda poderão contribuir com o aperfeiçoamento dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência do Senador Irajá ao Projeto 2.796, de 2021.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Irajá.

Itens extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 127, DE 2023

Requer inclusão de Convidado na audiência Pública da Reforma Tributária...

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Nosso coordenador, Senador Efraim, mais convidados aqui: Sr. Mauro José Silva, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco Nacional).

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 128, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a participação de representante COFECI - Conselho Federal dos Corretores de Imóveis para debater a PEC 45/2019.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

EXTRAPAUTA

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 133, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária- PEC 45/2019- FÓRUM DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular.

EXTRAPAUTA

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 134, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019- UNAFISCO NACIONAL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Sr. Mauro José Silva, Presidente da Associação... Está dobrado isso aqui.

Auditores fiscais...

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 136, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública - debates da Reforma Tributária e desdobramentos da PEC 45/2019- ABEEólica

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica.

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 137, DE 2023

Requer inclusão de convidado em audiência pública.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Sra. Camila Batista Rodrigues Costa, Gerente Jurídica da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 138, DE 2023

Requer inclusão de convidado em Audiência Pública

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai ter muito serviço, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Só hoje.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Não, isso aqui são requerimentos para novos convidados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Rodolfo Gil Moura Rebouças, Professor do Ibet, Instituto Brasileiro de Estudos Tributários.

EXTRAPAUTA

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 139, DE 2023

Requer Realização de AP sobre a Reforma

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Requer realização de audiência pública para subsidiar o debate sobre a reforma tributária.

Ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho; Diretora Presidente da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico, Verônica Sánchez da Cruz Rio; representante da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Percy Soares Neto (Diretor-Executivo); representante da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, Sérgio Gonçalves (Secretário-Executivo); representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Rodopiano Marques (Presidente Nacional).

Senador Efraim, esse pessoal aqui do saneamento estadual e saneamento municipal foram, parece, esquecidos na reforma. Então, o pessoal está sendo incluído aqui.

É o Brasil inteiro. O pessoal está apavorado, porque foram deixados de lado. É um requerimento...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É de vossa autoria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – De minha autoria, para que seja...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, o padrinho é forte.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – É.

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 141, DE 2023

Requer aditamento ao REQ 107/2023-CAE

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)

A CAE requer seja incluído representante da Azul Linhas Aéreas Brasileiras.

Subscrito pela Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente... Era isso. Eu queria só me pronunciar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Consulto a Comissão se podemos proceder à votação dos requerimentos em globo. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação os requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos lidos.

Nada havendo mais a tratar, encerro esta reunião e convoco para a próxima reunião de audiência pública, em seguida.

E convido o Senador Efraim, nosso coordenador do grupo de trabalho, já para assumir a Presidência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos e suspensa às 11 horas e 55 minutos do dia 22/08/2023, a reunião é reaberta às 13 horas e 31 minutos e encerrada às 15 horas do dia 23/08/2023.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Fernando Dueire, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Zenaide Maia, Margareth Buzetti, Paulo Paim, Jaques Wagner, Daniella Ribeiro, Mauro Carvalho Junior, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Renan Calheiros, Carlos Viana, Izalci Lucas, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Wilder Morais e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2685, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação de riscos de inadimplemento e de superendividamento de pessoas físicas; altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 10.522, de 19 de julho de 2002 e 12.087, de 11 de novembro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Medida Provisória nº 1.176, de 5 de junho de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência. Aprovada também a dispensa de realização da Audiência Pública objeto do REQ 161/2023. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bençãos de Deus, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 28 de setembro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 39ª e 40ª Reuniões, realizadas em 26 e 27 de setembro respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à apreciação do relatório do Projeto de Lei nº 2.685, de 2022, que institui o Programa Desenrola Brasil.

Antes de iniciarmos a pauta, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da realização da audiência pública a que se refere o Requerimento nº 161, de 2023, que visa instruir este mesmo projeto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A realização da audiência pública está dispensada.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2685, DE 2022

- Não terminativo -

Institui o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes – Desenrola Brasil; estabelece normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação de riscos de inadimplemento e de superendividamento de pessoas físicas; altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 10.522, de 19 de julho de 2002 e 12.087, de 11 de novembro de 2009; e revoga dispositivo da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Medida Provisória nº 1.176, de 5 de junho de 2023.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Elmar Nascimento.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Cunha para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Bom dia, Senador Presidente da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, Vanderlan Cardoso, Sras. Senadoras e Senadores aqui presentes, todos que estão nos acompanhando.

Primeiramente, Sr. Presidente, eu quero aqui de público agradecer a V. Exa. pela confiança. V. Exa. sabe da importância desse projeto – conversamos bastante – e também sabe que o nosso intuito é fazer com que este país se desenvolva. E esse é um tema muito importante não apenas para o Governo, não apenas para as empresas, os bancos, os credores, mas, sim, para mais de 70 milhões de brasileiros. Então, essa confiança pode ter certeza de que não foi vão. Nós vamos retribuir à altura, tenho certeza.

Antes, eu gostaria aqui até de fazer uma reflexão, uma análise e uma crítica também a esse momento que nós estamos vivendo, em que cada vez mais é corriqueiro apenas ficar no discurso, mas nós precisamos de uma ação. Aqui me referi à nossa boa vontade, à nossa determinação, ao tempo que nós temos para contribuir com este país. E inclusive, nesta Comissão, aprovamos um plano de trabalho para pegar um projeto importantíssimo como esse e aprimorá-lo.

E o que acontece? Esse projeto já era para estar nesta Casa há bastante tempo, inclusive retirando a própria prerrogativa do Presidente da República, porque o que nós vamos provavelmente aprovar com o apoio dos Senadores aqui não é a medida provisória que foi apresentada – a medida provisória se finaliza no dia 3 –; é um projeto de lei. E essa já é uma prática corriqueira, e nós estamos acostumados com isto, a fazer com que as medidas provisórias já nem mais existam. Então, olha a gravidade disso! Ou, quando chega aqui, chega com um prazo muito curto, tirando a nossa possibilidade de fazer uma ou duas audiências, porque nós temos, sim, uma responsabilidade com o Brasil. E é nisso que se baseia esse parecer; para dar, sim, uma continuidade a um programa que é necessário. Porém, por mais que pudesse ter algum elemento técnico que permitisse uma prorrogação, poderiam, sim, surgir situações judiciais que travassem ou pelo menos criassem uma interpretação negativa de algo extremamente positivo.

Então, Sr. Presidente, quero aqui reforçar, como vários outros Senadores sempre falaram, a importância de se ter debates sobre as medidas provisórias. E nós não estamos nem tratando da medida provisória, um dos principais programas do Governo do Brasil; nós estamos falando de um projeto de lei. Então, é importante deixar muito claro isso, para que a gente pense em alguma forma para que isso não aconteça sempre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito isso, Sr. Presidente, eu quero aqui também ressaltar a importância do diálogo, das articulações. Quero mencionar diretamente o Senador Jaques Wagner, aqui presente, que me procurou diversas vezes também, demonstrando a importância de fazer com que esse texto não retorne para a Câmara dos Deputados; também os Ministros com que conversei, tanto o Ministro Padilha, quanto o Ministro da Fazenda, Haddad, colocando os nossos pontos de vista, e, inclusive, ganhamos o apoio para contribuir, de maneira paralela ao Desenrola, com outras ações. Uma delas – permita-me, Sr. Presidente, porque esse tema é importante contextualizar...

Na observação que fiz sobre o projeto de lei... O sentido, o intuito dele é retirar as pessoas do SPC ou Serasa. É isso. Então, não é um programa para fazer de conta; é um programa que tem que ser para valer. E, quando eu olho e vejo que tem 1,1 milhão de brasileiros que estão no SPC ou Serasa porque estão devendo ao Fies, esse é o momento ideal de inserir, até mesmo porque foi um crédito concedido pelo próprio Governo, e não foi um recurso jogado em vão; foi um recurso direcionado para o melhor caminho a ser seguido, que é a educação, qualificando aquelas pessoas que vão retribuir para o Brasil de uma maneira qualificada. Essas pessoas hoje começam a vida profissional, ou nem começam, mas já com uma grande dívida e querem sair do SPC ou Serasa para recomeçar uma nova etapa da vida. Então, conseguimos o compromisso do Governo de caminhar, em paralelo, com o projeto de resgate das pessoas que estão devendo ao Fies, que é o programa de financiamento do ensino superior.

Durante o parecer, eu vou fazendo também aqui outras análises.

Indo à leitura, Sr. Presidente.

Vem para a apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 2.685, de 2022, aprovado pela Câmara dos Deputados, que visa instituir o Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes (Desenrola Brasil) e estabelecer normas para facilitação de acesso a crédito e mitigação de riscos de inadimplemento e de superendividamento de pessoas físicas.

Cabe enfatizar que o programa Desenrola Brasil já está funcionando deste 17 de julho deste ano, com base na Medida Provisória nº 1.176, de 5 de junho de 2023. Embora a medida provisória não tenha sida apensada ao PL 2.685/2023, este incorpora as medidas adotadas na Medida Provisória 1.176/2023.

O PL 2.685/2023 tem 37 artigos divididos em nove capítulos. O capítulo I é denominado de Disposições Preliminares e é composto por um artigo que institui o programa Desenrola Brasil, que terá duração até 31 de dezembro de 2023.

Então, aqui eu também já faço uma primeira análise de que não é um estímulo para não pagamento das contas; pelo contrário, é bom para as empresas, porque muitas delas já davam como perdidos esses recursos, e também tem uma linha de corte: as pessoas que vão ser atendidas são as pessoas que já estão negativadas, ou seja, não é um estímulo para isso; e o programa tem um fim, que é o dia 31 de dezembro deste ano de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu também fico muito feliz, Senador Jaques Wagner, porque esse assunto eu sempre enxerguei de uma forma, sempre vi como sendo um problema diferente do que é visto por muitos governantes, que olhavam para o cidadão que está no SPC ou Serasa com o nome sujo e o viam como um problema individual: "Ele está devendo. O problema é dele, ele que se vire". Não é! Falar em 70 milhões de pessoas é falar de um problema coletivo, de um problema social e de um problema econômico, porque essas pessoas não têm acesso a crédito e ficam fora do mercado de consumo na grande maioria das situações.

O capítulo II do Desenrola Brasil é composto pelos arts. 2º a 5º, que dispõem sobre quem poderá participar do programa e quais são os requisitos necessários, estabelecendo que, na condição de devedores, poderão participar as pessoas físicas inscritas em cadastros de inadimplentes; na condição de credores, pessoas jurídicas de direito privado responsáveis pela inscrição de devedores em cadastros de inadimplentes; na condição de agentes financeiros, instituições financeiras que detenham autorização para realizar operações de crédito. Os demais artigos estabelecem os requisitos para a participação. Em particular, cabe ressaltar os seguintes requisitos: (i) os devedores deverão quitar os seus débitos por meio da utilização de recursos próprios ou pela contratação de nova operação de crédito com agente financeiro habilitado no programa; (ii) os credores deverão oferecer descontos e excluir dos cadastros de inadimplentes as dívidas renegociadas no âmbito do programa; (iii) os agentes financeiros deverão financiar com recursos próprios as operações de crédito referentes às renegociações.

O capítulo seguinte estabelece a Faixa 1: compõe-se pelos arts 6º ao 15 e estabelece as características e regras da Faixa 1 do programa. Destacamos algumas delas.

A Faixa 1 contemplará dívidas de pessoas físicas inscritas em cadastros de inadimplentes até 31 de dezembro de 2022 que tenham renda mensal de até dois salários mínimos ou que estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Então, olha só, quando a gente fala sobre esse número, aqui eu quero fazer um comparativo trazendo números objetivos do Estado de Alagoas – não é estimativa; são CPFs registrados no SPC Serasa. Nós temos hoje que 80% da população que mora em Alagoas recebe até dois salários mínimos. Então, imagine, de cada 100 pessoas 8 recebem até dois salários mínimos, que é 80% – não! De cada 10 pessoas 8 recebem até dois salários mínimos. Olha a realidade do Estado de Alagoas! É um estado que, infelizmente, tem muita pobreza, mas é um reflexo também do Brasil.

Então, esse programa vai ter – já está tendo sucesso hoje, e vai ter – o seu ápice ainda no que vai acontecer, que é atender a Faixa 1. Então, tenho certeza absoluta de que será um programa de utilidade pública – além de uma política pública necessária, um programa de utilidade pública – para resgatar a dignidade e melhorar a autoestima de boa parte da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As instituições financeiras de volume de captação superior a R$30 bilhões que quiserem participar como credoras deverão providenciar a baixa permanente nos cadastros de inadimplentes dos registros ativos de até R$100 e a habilitação para atuar também na condição de agentes financeiros da Faixa 1.

Então, olha só, essa etapa, inclusive, já foi concluída. A expectativa do Ministério da Fazenda com essa ação era retirar 1,5 milhão de pessoas do SPC Serasa com dívida de R$100. Essa etapa já foi concluída e foram retiradas 6 milhões de pessoas, superando, em muito, expectativa levantada pelo Governo Federal. Então, em uma etapa inicial, se tinha uma expectativa que foi superada em muito.

Os devedores poderão aderir ao programa por meio de plataforma digital e terão a possibilidade de acessar curso de educação financeira e de escolher as dívidas que serão renegociadas, o agente financeiro da operação de crédito e a forma de parcelamento.

Caso prefira, o devedor poderá quitar seus débitos à vista, com recursos próprios.

Então, esse também foi um ponto falado e um compromisso também do Ministro Haddad, de dar uma atenção à parte desse programa que se soma a outras leis que já existem no Brasil, de estímulo à educação financeira. A gente não pode só tratar do problema; tem que evitar o problema.

Então, se a gente perguntar, se um repórter, sair no centro de uma cidade e perguntar às pessoas o que é uma dívida, o que são juros, quanto é que você paga no cartão de crédito de juros, as pessoas não sabem, não têm acesso à educação financeira. O que são juros compostos? Poucas pessoas dentro de uma sala dessas vai saber; então, imagina em um ambiente nacional de disparidade que nós temos.

Então, eu sugeri que, inclusive, o Governo abrace isso como sendo uma premissa sua de fazer com que as pessoas tenham acesso à informação. A informação é a maior ferramenta de defesa que o cidadão pode ter. Alguém que pode pagar 440% ao ano dos juros de um cartão de crédito não sabe que pode conseguir um crédito mais barato num banco, às vezes até um terço do que está sendo cobrado. E de que maneira?

Minha sugestão: nós temos o Fundo de Direitos Difusos, que é um fundo que tem hoje R$1,5 bilhão, oriundo das multas aplicadas principalmente na relação de consumo. Essas multas necessariamente têm que ser revertidas para o consumidor. E por que não devolver da melhor forma, através de uma informação, de uma comunicação em massa?

O que diz aqui, no projeto, é que essa comunicação pode ser... Esse programa de educação financeira dentro de um aplicativo da plataforma digital não atinge a massa. Inclusive, eu dei uma outra sugestão: se o Governo Federal utilizar 40 segundos da Hora do Brasil para dizer ao cidadão coisas simples do dia a dia... Vou dar um motivo: a terceira maior causa, uma das principais causas de as pessoas ficarem negativadas com o cartão de crédito é justamente emprestar o cartão para terceiros. Olha só que absurdo: empresta para o sobrinho, empresta para o cunhado; na maioria das vezes também é um neto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com avó. Ou seja, se a gente utiliza 40 segundos de um programa que tem diariamente, do Governo Federal, para instruir as pessoas, para dizer: "Olha, você não pode, inclusive, não é permitido", já dá inclusive até um elemento, um argumento para que ela negue na hora em que pedirem o cartão de crédito emprestado.

Aqui eu estou falando a realidade. Pensemos até em algo maior. Todos aqui acompanharam o sucesso que foi toda manhã, quando a gente acordava... Muita gente acha que eu sou muito novo, mas eu lembro do Telecurso 2000. Ligavam a televisão, e as pessoas assistiam; dali, saíam instruídas.

Então, por que não utilizar? Nós estamos diante de um problema social; está crescendo a quantidade de pessoas inadimplentes. E não quero, no próximo ano, voltar aqui para ter Desenrola Brasil parte dois, Desenrola o Brasil versão 3.0, a cada ano ter um programa de renegociação, tendo em vista a crescente de inadimplência. O que a gente tem que trabalhar é a forma de reduzir.

Então, por isso, essa parte da educação financeira tem, inclusive, recursos de multas aplicadas que devem ser revertidas ao consumidor, de R$1,5 bilhão. Este ano, Senador Jaques Wagner, a previsão de gastar, desse R$1,5 bilhão, são R$60 milhões. É um recurso que serve para fazer caixa contábil para o Governo, mas não pode; a natureza dele é reverter exatamente para o consumidor, porque foram multas aplicadas na relação de consumo, para inibir as práticas. Então, esse é um apelo, inclusive, que eu fiz direitamente ao Ministro da Fazenda.

Os agentes financeiros poderão solicitar garantia do Fundo de Garantia de Operações de, no máximo, R$5 mil do devedor. O Fundo de Garantia poderá contratar, de forma direta, sem licitação, entidade para operacionalizar o Desenrola Brasil. Essa entidade ficará responsável, entre outras, por disponibilizar a plataforma digital do programa e realizar processo competitivo entre os credores. Esse processo já está sendo feito através do leilão eletrônico, com adoção do critério de maior desconto.

Os devedores cujas dívidas não forem contempladas no processo competitivo poderão escolher as dívidas que serão quitadas à vista e com recursos próprios, assegurado o desconto ofertado pelo credor cujo crédito não foi habilitado no processo competitivo.

Aqui eu também faço uma análise... Olha só a importância... Sr. Presidente, esse assunto não caiu no meu colo por acaso. Eu fui em busca dele. Durante oito anos, eu fiquei à frente do Procon do meu estado. Aqui no Senado, consegui desengavetar um projeto que estava há dez anos dormindo aqui no Congresso, fui o Relator da lei de combate ao superendividamento... E o que é essa lei? Ela deu ao cidadão o direito de renegociar suas dívidas. Ele não tinha o direito de renegociar. Hoje, se ele tem vários credores, ele pode, sim, acionar todos ao mesmo tempo, demonstrar quanto ele recebe, qual é a sua renda, tirar, reservar um mínimo existencial para viver com qualidade e, com o restante, realizar o pagamento de seus credores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós acompanhamos aqui, durante muito tempo, a figura de uma empresa que, quando ia à falência, era condenada já a fechar as portas. Eu acompanhei essa evolução, e hoje nós temos uma ferramenta de recuperação da pessoa jurídica, pela qual essa empresa consegue se reerguer em muitas situações. E o que nós estamos propondo, desde o programa do superendividamento e com esse programa, é uma recuperação da pessoa jurídica, para que ela possa, sim, se reerguer, voltar a viver com qualidade, voltar a ter um bem-estar, e não apenas sobreviver, mas sim entrar na era do bem-estar.

Então, quando eu vejo essa ferramenta, e trazendo essa experiência, Sr. Presidente, de quem já fez muitos leilões de renegociação de dívida, 80% das pessoas que procuram conseguem fazer um acordo, e muitos desses casos chegam a 90%. Então, a gente observa claramente que, de um lado, tem alguém querendo pagar e, do outro, alguém querendo receber, e muitas vezes não se conversam, e o caminho mais fácil é negativar essas pessoas. Então, eu imagino agora que essa Faixa 1, que ainda vai iniciar, vai ter 8 bilhões de garantia. Chegar a uma negociação já com uma garantia de R$5 mil... Esse recurso, Senador Jaques Wagner, falei rapidamente com V. Exa. – aqui não permite estar sempre direcionando, porque sei que estou levando recado também para o Governo Federal –, esses R$5 mil não podem, não devem ir para os bancos como prioridade. Não devem. Eles devem olhar para o cidadão, objeto disso.

E eu vou fazer aqui uma análise, e foi um comprometimento – porque ontem o Ministro Haddad também se comprometeu –: nós não estamos falando aqui das pessoas que estão negativadas. Muitas delas – e aí eu trago um estrato do meu Estado de Alagoas: 44% das pessoas que estão negativadas, objetivamente, com o CPF inscrito no Serasa ou no SPC, é porque não conseguem pagar sua conta de água e de energia, serviços essenciais para a sua vida com dignidade.

Quando eu faço essa comparação com outro estado, no sul do país, que eu não posso mencionar, porque, senão, o Senador Amin vai ficar chamando a minha atenção novamente, esse número é 11 vezes menor: 4%. Ou seja: são vários brasis dentro do nosso país. Então, olha só: 44% das pessoas em Alagoas estão negativadas, porque não conseguem pagar sua conta de água e de energia. E não é uma exclusividade do Estado de Alagoas. Isso se reflete em vários outros estados, principalmente no Nordeste. Então, esses R$5 mil, foi esse o meu apelo, não devem ter como prioridade pagar a conta de banco, que já tem esses juros altíssimos, e, sim, pagar uma conta de um serviço, porque o cidadão não pode ficar no escuro, sem ter água na sua torneira. Então, essa deve ser a prioridade, olhar para esse momento, porque, se for diretamente para os bancos, as pessoas vão continuar negativadas e podem voltar a ficar no escuro.

Tem uma dificuldade nessa negociação que esse fundo garantidor resolve, porque tem uma legislação que impede uma concessionária de serviço público de água e de energia dar um desconto maior do que foi consumido. Então, se você consumiu energia, você tem que pagar aquela energia. As empresas na negociação tiram os juros e a multa e parcelam várias vezes, só que a conta chega no outro mês, e quem já está enrolado vai continuar enrolado, e nós estamos aqui para desenrolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse apelo é para que trate com prioridade absoluta as contas da Faixa 1 dos serviços essenciais, e nós sabemos que serviços são esses – água e energia, principalmente –, para que esse recurso tenha como prioridade dar essa garantia para que elas paguem suas contas e desafoguem a pressão que é ter a sua energia cortada em casa. O Ministro Haddad também garantiu, colocando inclusive uma categoria específica nesse leilão para os serviços de água e de energia.

A Faixa 2, que já está acontecendo, atende as dívidas de pessoas físicas que estão cadastradas até 31 de dezembro de 2022, com renda mensal de até R$20 mil. As renegociações de dívidas poderão ser realizadas na plataforma digital ou nos canais indicados pelos agentes financeiros. Haverá um prazo de 12 meses para pagamento das operações, exceto nos casos em que os devedores solicitarem um prazo inferior.

Aqui eu também destaco o seguinte, um alerta para o consumidor. Já está valendo esse tipo de negociação, vários bancos estão procurando os consumidores para fazer a negociação da sua vida, mas não é bem assim, vamos com calma. Toda proposta que for feita, compare-a, porque às vezes o seu banco pode estar dando uma proposta até interessante, mas você pode conseguir uma outra melhor, em uma outra instituição financeira, que consiga honrar esse débito. Então, fazer uma análise geral de tudo aquilo que está sendo ofertado é um alerta que nós fazemos.

Então, essa faixa também já está tendo um grande sucesso, também dá um incentivo aos agentes financeiros, que poderão apurar do crédito presumido. Na forma prevista no projeto de lei, a apuração do crédito deverá ser realizada a partir do ano de 2024 até o ano de 2028. E esse crédito presumido poderá ser objeto de pedido de ressarcimento. Este será precedido da dedução de ofício de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional pelos agentes financeiros beneficiários. Então, essa é uma fase também que já pegou, de que as pessoas já estão fazendo uso.

"Da Recuperação da Inadimplência" é composto pelos arts. 24 e 25, que dispõem que os créditos do Desenrola Faixa 1 honrados pelo fundo garantidor e não recuperados serão leiloados pelos agentes financeiros no prazo de até 12 meses e os créditos não arrematados no leilão são oferecidos, no prazo de 12 meses, em novo leilão e poderão ser alienados àqueles que oferecerem o maior lance, independentemente do valor da avaliação. Os recursos do fundo de garantia recuperados serão destinados para a garantia das operações de crédito do Pronampe, que é o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Sr. Presidente, eu fiz aqui um fatiamento bem sucinto sobre do que trata o projeto Desenrola. Tem outros elementos que na análise técnica por essa Comissão também serão agora deliberados.

Nós sabemos que a nossa Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com o que está previsto no art. 99 do nosso Regimento Interno, pode opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matéria que lhe seja submetida, assim como sobre política de crédito e sistema bancário, também de sua competência.

Dado que o projeto não foi distribuído para outras Comissões, analisaremos também a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Conforme o art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores. Além disso, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Além disso, a matéria em discussão não é de competência ou de iniciativa privativa do Presidente da República e não apresenta óbices materiais.

Quanto à juridicidade, o projeto inova o ordenamento jurídico e possui os atributos de abstratividade e generalidade. Além disso, não inclui matéria diversa ao tema enunciado em sua ementa e atende à técnica legislativa, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dado que a proposição não modifica aspectos de estrutura do Sistema Financeiro Nacional, consideramos adequada a apresentação de projeto em termos de lei ordinária.

Ademais, o projeto de lei está em conformidade com as normas orçamentárias e financeiras vigentes. Segundo seu art. 10, as garantias das operações do Desenrola Brasil – Faixa 1 e os custos de operacionalização do programa serão suportados pelos recursos do fundo garantidor disponíveis em 6 de junho de 2023. Portanto, não haverá aporte de recursos públicos adicionais. No âmbito do Desenrola Brasil – Faixa 2, as renúncias fiscais não impactarão a receita de 2023. Segundo o art. 18 do PL, a apuração do crédito presumido poderá ser realizada a partir do ano-calendário de 2024 até o ano-calendário de 2028. Na exposição de motivos da medida provisória que teve seu conteúdo incorporado a este PL, o Ministério da Fazenda informou que considerará os valores estimados pelo Banco Central do Brasil para as renúncias fiscais nas propostas orçamentárias dos anos seguintes (R$19,4 milhões em 2024, R$7,8 milhões em 2025 e R$12,6 milhões em 2026).

Quanto ao mérito, cabe destacar que a inadimplência das famílias vem aumentando nos últimos anos. Segundo dados do Serasa, o número de inadimplentes atingiu mais de 70 milhões de pessoas, representando 43% da população adulta brasileira em agosto de 2023.

Segundo a exposição de motivos da medida provisória, a maioria dos inadimplentes no Brasil está em famílias com renda de até dois salários mínimos. Ademais, em dezembro do ano passado, 17% dos consumidores de baixa renda informaram que não conseguiriam quitar as suas dívidas. Além de receberem baixas remunerações, essas famílias precisam direcionar quase um terço de sua renda para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagamento de suas obrigações. Resumindo, chega no final do mês, escolhe: ou paga as contas ou compra comida. Resumindo, 80% das pessoas que serão atingidas, de até dois salários mínimos, quando vão verificar suas dívidas, escolhem – e aí é lógico – a primeira necessidade. Por isso, essa dívida só aumenta a cada dia.

E, reforço mais uma vez, não vamos apenas resolver o problema; vamos evitar o problema. Então, é aquela situação: além de proteger as pessoas, buscar defendê-las através das nossas atuações.

O endividamento das famílias brasileiras é um desafio crítico que afeta não apenas as finanças pessoais, mas também a estabilidade econômica do país como um todo. O alto número de pessoas endividadas demonstra que o brasileiro não tem as ferramentas necessárias para lidar com o dinheiro. Na maioria dos lares, o custo de vida é extremamente superior à renda da família. A situação é agravada nos bolsões de pobreza espalhados por todo o Brasil.

O endividamento excessivo coloca um peso grande, emocionalmente e psicologicamente, sobre as famílias. A pressão para pagar dívidas pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, como depressão; causa estresse familiar e, também, muitas vezes, até a fuga da realidade. As pessoas, infelizmente, ficam perturbadas e acabam não resistindo e até procurando outras alternativas que causam mal à sua saúde. Aliviar o fardo das dívidas melhora diretamente a qualidade de vida das pessoas e suas relações familiares.

Então, resumindo também em uma frase, é o que eu disse no início: a gente tem que parar de imaginar que o brasileiro tem que sobreviver. A gente tem que exigir que o brasileiro viva na era do bem-estar, viva com qualidade. Todo mundo merece isso. Nossa vida é muito efêmera, ninguém sabe o dia da manhã. E não há uma pessoa melhor que outra. Muitas pessoas têm oportunidades diferentes e outras sequer têm oportunidades. Então, é para essas pessoas que nós temos que estar sempre olhando.

Além do mais, a redução do endividamento contribui para a diminuição da inadimplência. Isso, por sua vez, fortalece a confiança no sistema financeiro, facilitando o acesso a crédito para situações legítimas de necessidade, como a compra de uma casa ou investimento em educação. Ao aliviar o endividamento, as famílias podem adotar práticas financeiras mais saudáveis, promovendo um consumo mais consciente e responsável. Isso beneficia a economia a longo prazo, evitando que as pessoas fiquem presas em ciclos contínuos de dívidas.

Então, aquela história também de receita de bolo que serve para todo mundo... Às vezes o Brasil é ousado e às vezes isso é positivo. Nós temos uma ferramenta, que é uma jabuticaba brasileira, como alguns colocam, que é a do parcelamento, que hoje faz parte de 70% das formas de aquisição no varejo. Esse parcelamento pode ser positivo. Eu sou uma pessoa endividada, eu tenho dívida. Eu tenho um apartamento financiado, mas é uma dívida saudável. É necessário, inclusive, para a economia que se criem dívidas. O problema é quando você não consegue pagar suas dívidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu vejo uma oportunidade como essa, é um momento também de verificar que, nesse parcelamento que existe hoje, tem que se ter a concorrência desde o início. Nós temos aqui, sim, uma concentração em poucos bancos: mais de 90% daquilo que é ofertado em termos de bancarização são restritos a cinco bancos. Nós temos hoje diversas operadoras de cartões de crédito, o que é para ser positivo, é para ter uma concorrência. A lei da economia é esta: quanto maior a concorrência, menor o custo e melhor a qualidade, melhor a eficiência. E é isso que nós pretendemos fazer.

Então, essa lei vai ter uma participação importantíssima, uma contribuição junto ao CMN, de que eu vou falar logo mais.

Além do Programa Desenrola Brasil, o projeto de lei estabelece medidas para mitigação de riscos de inadimplemento e de superendividamento de pessoas físicas, assim como também para evitar o superendividamento de pessoas físicas e para facilitar o acesso ao crédito. Entendemos que essas medidas são bem-vindas e atuam no sentido de aprimorar o mercado de crédito. Entre essas, destacamos algo extremamente importante e inovador, que nós vamos aprovar, tenho certeza absoluta, confiando aqui no bom-senso de todos os nossos colegas Senadores, um elemento que foi um sucesso. Quem não lembra aqui que o cidadão consumidor era refém da operadora de telefonia? E o que foi que aconteceu? Houve a portabilidade telefônica, as pessoas poderiam estar numa telefonia hoje e, se não está atendendo bem ou está cobrando caro, iam para outra. Nós vamos aprovar – colocamos e está nesse projeto – a portabilidade da dívida do cartão de crédito. Então, quem está devendo o cartão de crédito pode ir para outra situação de alguém que lhe ofereça condições melhores. A portabilidade do crédito do rotativo também está sendo inserida agora, criando outro mercado de concorrência importante que lá na frente terá reflexos, sim, de redução de juros e de mais opções para o cidadão. Há previsão também de que as instituições financeiras que ofereçam crédito adotem medidas de educação financeira, além da necessidade de que emissores de cartão de crédito submetam à aprovação do Conselho Monetário Nacional limites para taxas de juros e encargos financeiros cobrados.

E é importante ressaltar que o texto da lei prevê que o montante dos juros e encargos financeiros não deve ultrapassar o valor da dívida original. Na elaboração desse relatório, ouvimos especialistas, diversos atores econômicos como o setor de varejo, o Ministério da Fazenda, o Banco Central, o setor bancário e os meios de pagamento, e foi essencial a contribuição da Consultoria do Senado, que tecnicamente deixou claro que já estão presentes no texto as balizas que irão garantir a melhor situação possível para os devedores.

O espírito da lei é este: limitar os juros, fazer com que esses juros excessivos e até abusivos, de mais de 400% ao ano, que fazem com que uma dívida de R$1 mil, se não for paga, em um ano, chegue a R$5 mil, e se não for paga, em dois anos, vai para R$25 mil, uma dívida de R$1 mil, essa situação tem que ter uma solução. Então, tem alguma coisa errada. Das pessoas que entram no rotativo, metade delas não consegue sair. Tem alguma coisa errada, tem algum problema aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é em cima disso que nós vamos aqui também inovar ao permitir uma autorregulação, a princípio, no prazo de 90 dias, entre todos os agentes junto ao Conselho Monetário Nacional, colocando como limite exatamente o dobro do principal, o dobro da dívida, para que não chegue a esses 440% e, sim, que aquele cidadão que se enganchar em um mês consiga honrar o compromisso no mês seguinte e não entre nessa linha do endividamento.

Além disso – e é importante dizer – nós estamos aqui olhando para aquelas pessoas que estão endividadas que agem de boa-fé.

Eu não conheço, na minha relação pessoal – e até comigo também –, alguém que passe dois anos sem ter um acidente de vida, como nós chamamos, sem uma doença na família, sem uma morte na família, sem uma separação, sem desemprego, que são situações que afetam drasticamente a sua renda. Às vezes, quando alguém compra um automóvel em 36 parcelas, nesse período, conseguia pagar a parcela, mas, por um acidente de vida, não consegue mais pagar a parcela. Como resolver esse problema? Todas essas situações se agravam quando nós não temos um limite na taxa dos juros do cartão de crédito. Então, esses assuntos têm, sim, que ser tratados com muita seriedade. Não é mais de um projeto qualquer que nós estamos tratando aqui. Não é um projeto que vai dar nome a um viaduto. Não que cada um não tenha a sua importância, mas este é um projeto que pode dar uma destinação diferente à autoestima de muitas pessoas que se afundam com esse tema.

O Governo identifica – algo que eu já identifiquei há mais de dez anos – que esse é um problema não individual, é um problema social, um problema coletivo, um problema financeiro, um problema econômico que pode ter solução. Então, resgatar essas pessoas, criar um passo a passo é de extrema importância. Não é só tirar as pessoas do Serasa, mas evitar que elas entrem nele. E o principal motivo que faz com que o cidadão entre são os juros altíssimos de cartão de crédito.

Então, essa responsabilidade, dita também hoje pela maior autoridade do país em termos de finanças, que é o nosso Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é que há, sim, um compromisso de interferir diretamente para que, nesse prazo de 90 dias, seja tratado com seriedade o que nós estamos aprovando aqui e que, no Conselho Monetário Nacional, não se deixe de apresentar uma proposta, porque, se não for apresentada uma proposta, a lei já está sendo válida e não vai permitir que ultrapasse o valor da dívida original mais de uma vez durante um período.

Esse compromisso é uma grande contribuição que o Senado Federal está dando. Esta Comissão de Assuntos Econômicos mostra a sua eficiência, que já uma marca do nosso Presidente Vanderlan, que passou pela Comissão de Ciência e Tecnologia, em que foi difícil conseguir acompanhar o seu ritmo de produtividade, e que aqui está tratando de um assunto que o Brasil espera há décadas que é a reforma tributária. Assuntos econômicos estão também chegando e tendo principalmente celeridade. Nunca ouvi alguém usar esse microfone para dizer que V. Exa. se sentou em cima de um projeto ou que está aqui com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum espírito não republicano; pelo contrário, este é o lugar da celeridade, de compromisso e de resultado com que nós estamos contribuindo.

Então, este é o espírito da lei: limitar os juros. A regulamentação posterior conferirá maior clareza aos temas que estão descritos no art. 28 do texto.

Com esse entendimento, compreendemos que o projeto de lei vai efetivamente contribuir para a redução dos juros, não sendo necessárias as emendas redacionais.

A própria Consultoria do Senado demonstrou toda a robustez de acordos firmados que levam até a certeza de que, no Conselho Monetário Nacional, nesses 90 dias, nós teremos, sim, uma grande novidade para o Brasil. E a lei aqui já coloca essa trava. Podemos ter situação melhor, mas não pior do que a cobrança ultrapassando o dobro da dívida original, ou seja, 100%.

Diante do exposto – agradeço aqui aos demais colegas –, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 2.685, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Rodrigo Cunha, eu quero parabenizá-lo pelo seu relatório, pela forma com que V. Exa. explicou aqui o seu relatório.

Concordo com V. Exa. quando diz, na sua fala inicial, que as audiências públicas e os projetos têm que ser melhor debatidos. Em projetos como esse, como a reforma tributária, nós, Senadores e Senadoras, aprendemos muito, entendemos melhor os projetos através dessas discussões e das audiências públicas. Projeto como esse merecia, sim, nós termos aí, talvez, não só uma audiência pública, mas mais de uma audiência pública. É um dos pedidos que a gente tem sempre feito, tanto no Governo anterior, como agora nesse Governo, que a gente tenha tempo de discutir os projetos importantes. E é o momento para nós, Senadores e Senadoras, Líder Jaques Wagner, mostrarmos aos nossos eleitores também uma prestação de contas, que nós estamos aqui discutindo projetos, até mesmo à exaustão.

Está aí a reforma tributária. Eu vejo alguns colegas aí, amigos, Deputados Federais e Deputadas reclamando, porque não teve tanta discussão na Câmara dos Deputados. E aqui, no Senado Federal, não é só a CAE que está discutindo a reforma tributária, a CCJ, praticamente todas as Comissões estão discutindo a reforma tributária. E como nós temos aprendido nessas audiências públicas, com pessoas de diversos setores, segmentos, que têm passado para nós.

Mas V. Exa., de uma forma bem explicativa – não foi uma audiência pública como nós queríamos –, a sua explicação nos atendeu muito bem, foi uma aula. Quando V. Exa. foi escolhido Relator desse projeto, foi pelo seu histórico. Como V. Exa. aqui falou, vários anos no Procon, entende do assunto, sabe o que está falando e vem acompanhando isso há muito tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lhe agradecer aí pelas suas palavras com relação à nossa CCT (Comissão de Ciência e Tecnologia). Aprovamos projetos importantes, como foi esse que V. Exa. citou, das teles, transformando de concessão para autorização. E hoje nós estamos vendo aí bilhões de investimentos pelo nosso país, inclusive preparando nosso país para o 5G, e hoje já nem se fala mais em 5G, só em inteligência artificial. Olha a importância dessas discussões.

Eu quero passar aqui à discussão.

A matéria está em discussão.

Primeiro inscrito: Senador Amin.

Com a palavra, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – O senhor vê que às vezes os últimos serão os primeiros, não é? Fui dos últimos a chegar, tive que dar uma explicação pormenorizada para o Líder do Governo, que, muito diligente, amanheceu aqui e começou a cobrar presenças. Eu estava na missa da CNBB rezando por todos nós.

Mas eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Relator, o Senador Rodrigo Cunha. Longe de admoestar ou criar caso, eu quero cumprimentá-lo, por isto que o Senador Vanderlan registrou. E eu tinha antecipado para o próprio Líder do Governo, Jaques Wagner: como é bom quando um assunto que a gente sabe que é importante é iluminado, ou seja, é abordado na sua extensão, mesmo que não seja completa, absolutamente completa, mas você descobre uma porção de coisas, digamos, interessantes ou que deveriam despertar o interesse de todos nós sempre.

Então, eu queria cumprimentá-lo – vou dizer aqui um palavrão – pela visão holística que o senhor teve na análise desse projeto, ou seja, analisou o contexto social, socioeconômico, regional.

Eu acrescento até uma informação que nós debatemos nessa missa, pós-missa: quando se fala em Amazônia – hoje me chamaram a atenção para um detalhe extraordinário –, 27 milhões de pessoas. Quantos desses domicílios têm atendimento de alguma espécie de esgotamento sanitário? São 3 milhões dos 27 milhões. Todos querem salvar a Amazônia, mas, até mesmo àqueles que nós devemos assegurar alguma espécie de progresso e desenvolvimento, falta o elementar na preservação dessa extraordinária riqueza que é a água-doce.

Nós celebramos agora, em Santa Catarina, os 101 anos de idade do meu amigo, o engenheiro agrônomo Glauco Olinger, que é um dos nossos dinossauros, no melhor sentido da palavra, da agricultura brasileira. Ele foi o pai da extensão rural, ou seja, para levar a tecnologia para o mais modesto. Ele escreveu, aos 100 anos de idade – eu já tinha falado isso –, um livro, *Breves considerações sobre a água doce no planeta Terra*. É assustador como é pouca a água-doce, mesmo incluindo os glaciares, e como nós maltratamos a água-doce – maltratamos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando você coloca um Desenrola, ou seja, vamos ver aí como é que está a pauta das dívidas... Eu queria só acrescentar ao que o senhor falou sobre o crédito rotativo. O Bismarck disse uma vez, não vale para o Brasil isto: "Se o povo soubesse como são feitas as leis e como são feitas as salsichas, não comeriam salsichas e não respeitariam tanto assim as leis, como os alemães respeitam".

Então, em relação ao crédito rotativo, quando eu descobri que o risco dos bancos é composto pelo crédito que cada um dos aqui presentes tem – o seu cheque especial tem capacidade para 10 mil, 100 mil, não quero falar em nenhuma cifra escandalosa –, mas, mesmo que você não o use durante um ano, aquele seu crédito compõe o risco, que é pago por quem? Por quem está enrolado no crédito rotativo. Mesmo que você não tenha usado, aquilo faz parte da provisão e é a justificativa para esses 450% ao ano, que quem tem um crédito de 100 mil não paga, a não ser que haja algum acidente, mas quem não tem crédito paga, ou pelo menos nominalmente é debitado nessa cifra escandalosa de como mil passam a valer 25 mil. Como é bom iluminar esse assunto.

Então, eu acho que esse projeto não encerra o nosso debate sobre as formas de desenrolar o cidadão brasileiro, mas ignorar que ele está enrolado e que, às vezes, toma uma decisão dramática por falta de opção é ignorar que isso faz parte da saúde. Ou não faz? Como é que o sujeito que está enrolado permanentemente por uma questão desse tipo que o senhor focalizou: 44% de inadimplência no pagamento da água e do esgoto, e, quando tem esgoto, aí, dobra a tarifa, pelo menos, é a regra nacional... Então, eu acho que nós temos que dizer o seguinte: o assunto não se encerra.

Este aqui nós temos que aprovar, até pelos números do êxito já decorrente deste programa. Ele não é o primeiro, certamente é melhor do que o penúltimo e será ultrapassado na sua abrangência, se nós tivermos juízo, pelo próximo. Nosso dever é aperfeiçoar. Chegar à perfeição é uma coisa mais complicada, porque mesmo que a gente ilumine todo esse acervo de problemas, de coisas que são postergadas na sua análise, quanto mais na solução, então, eu acho que, pelo menos, minha posição pessoal é votar a favor e pedir bis, mas um bis que tenha pelo menos um asteriscozinho a mais para acrescentar.

E lhe agradeço muito pela discrição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Antes de passar ao próximo orador inscrito, eu queria fazer uma observação aqui, Senador Amin.

O senhor falou de água e me lembrou o que eu conversava com o Senador Omar Aziz hoje de manhã. Até ele – Senador e Líder Jaques Wagner, justificando a ausência dele – teve que ir para o Amazonas. É uma situação complicadíssima a do nosso Amazonas e a de Roraima também, porque, no Amazonas, não estão mais dando trafegabilidade os rios, então, não se pode mais chegar pelos rios, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

BR não se pode asfaltar, não se pode construir porque é barrada pelas licenças ambientais. Olhem só a situação!

Então, eu quero me solidarizar aqui com os irmãos amazonenses e roraimenses, porque também, se não passam para chegar ao Amazonas, também não chegam a Roraima.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se o senhor me permite, e, por contrário, com os nossos irmãos do Rio Grande do Sul, que estavam com a água acima do trapiche.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É só essa a observação. Ele pediu que eu justificasse a ausência dele aqui em uma matéria tão importante como essa.

Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Senadora Damares; bom dia, Senadores; bom dia, Senador Rodrigo Cunha, Relator dessa matéria.

Presidente, eu quero começar nem me solidarizando, mas abraçando a indignação que já foi manifestada por outros colegas na Casa do Senador Rodrigo Cunha. Eu sei que a harmonia entre os Poderes é texto constitucional, mais ainda a harmonia intrapoderes, ou seja, a harmonia entre Câmara e Senado.

Não é razoável o que a gente esteja vivendo já, há alguns meses, quando não se consegue instalar uma Comissão de medida provisória, porque há um entendimento diferente do que está no texto legal, de como é feita a composição das Comissões de medida provisória.

Ao invés disso, se faz o pior: não se instala, como V. Exa. disse e o Senador Rodrigo Cunha também, não se aprofunda, transforma-se num PL, dá-se urgência ao PL, e lá vamos nós, mais uma vez, sem aprofundar. Aí a Casa recebe – e eu quero dizer, Senador Rodrigo Cunha, que lhe agradeço e me penitencio, não por minha culpa, mas por ter que exercer o que eu não gostaria –, na antevéspera da queda da medida provisória que tem não tantas consequências, mas que teria, principalmente o fato de que esta Casa ficaria com a pecha de ter enterrado o Desenrola, um programa que já atingiu, como disse o Senador Rodrigo Cunha, milhões de pessoas, que respiraram fora da Serasa, e ter que pedir a quem estuda a matéria há 15 anos... Por isso, como disse V. Exa., foi designado como Relator: "Olha, o problema é que vai cair".

É uma coisa constrangedora. Eu me senti mal de pedir. Ele aquiesceu por compreender o momento que a gente estava vivendo com absoluta consternação. Fez o plano de trabalho, quis trabalhar. Então, não é possível que a gente continue assim. Nós temos que ter um diálogo mais amplo com a Casa irmã aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa funcionar. Não é possível que a Casa da Federação tenha que, constantemente, estar: "Não tem tempo, não tem tempo, não tem tempo". Não é possível.

Então, eu quero primeiro me solidarizar, abraçar a sua indignação, que eu acho que é de todos nós, e lhe agradecer profundamente pela sua compreensão sobre essa questão, e a V. Exa. também, Presidente, por ter convocado essa reunião, que vou chamar de extraordinária, para que a gente possa votar aqui e, provavelmente, o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente, convocará uma semipresencial na segunda-feira para poder votar. Olha onde a gente está chegando: ele vai ter que convocar uma semipresencial, porque sabe que segunda-feira a maioria de nós não estamos aqui. Eu, como Líder do Governo, chego, mas a maioria está no seu estado, trabalhando.

Então, para poder aprovar e ir à sanção, para poder coincidir a aprovação, aqui assumo publicamente o compromisso que já foi citado pelo Senador Rodrigo Cunha, que eu e o Senador Randolfe tínhamos assumido antes da conversa do Senador Rodrigo Cunha com o Ministro da Fazenda, sobre a questão de inúmeras ideias de aprofundamento de melhorias que ele queria fazer no texto se transformarem num PL de autoria do Senador Rodrigo Cunha, com o apoiamento, evidentemente, do Governo Federal. É claro que vai ter assuntos que vão ser debatidos, mas já fica aqui o compromisso assumido publicamente.

Então, essa situação, para mim, está transformando, está amesquinhando a postura do Senado da República.

Segundo, eu quero só concordar com V. Exa. e com o Senador Esperidião Amin. Foi iluminado – viu, Senador Esperidião Amin? – um super-holofote de campo de futebol, porque... É bom quando alguém que trabalha a matéria relata, porque não está falando na superfície; está falando com 15 anos de estudo, conhece os dados, etc., etc., e, portanto, pôde trazer aqui um problema que, como disse, é de saúde pública, é social. Porque qual é o limite do endividado para não tomar uma decisão pessoal, às vezes, fora completamente do padrão?

Eu vou me permitir aqui... Não é o caso de piada, mas, como eu sou judeu, posso falar de piada de judeus, porque não será tomado como preconceito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E pode responder uma pergunta fazendo uma pergunta, como é o método do judeu de resposta. (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O outro lado do rio fica sempre provocando, apesar da amizade. (*Risos.*)

Um determinado judeu devia a outro e não conseguia dormir. Não conseguia dormir. E todo dia ele chegava, e a esposa: "Você não está dormindo?". "Ah, não. Não aguento. Eu estou com dívida..." – o gozado é que eu ouvia isso de meu pai, pois meu pai não sabia dever; quando devia, não dormia. Até que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegou um dia, ele chegou em casa, dormiu tranquilamente, e a mulher ficou toda satisfeita, a esposa... De manhã, disse: "Jacó, que bom que você conseguiu pagar a dívida". Ele falou: "Não, eu não paguei a dívida. Eu disse para Abraão que eu não ia pagar a dívida. Quem não deve ter dormido essa noite foi ele. Eu fui dormir, porque eu disse que não pagava de jeito nenhum".

Mas é na brincadeira o que acontece no final: o cidadão quer se livrar, porque vira um tormento para a pessoa. E são juros altos.

A próxima fase a que se referiu o Senador Rodrigo Cunha é, talvez, a mais nobre, porque ela vai pegar aí – talvez o maior volume – os endividados, como ele disse, de conta de luz e de água, que ou vão para o gato, ou pegam no vizinho, ou ficam devendo, e fica a vida inteira um pobre que não tem dinheiro para pagar... Apesar da Tarifa Social que nós já temos.

Então, eu só quero lhe agradecer e parabenizá-lo. Eu espero que a gente aprove, segunda-feira, numa sessão remota, e que V. Exa. possa apresentar o projeto de lei aprofundando o tema e a gente possa votar igualmente na Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Muito bem, Líder.

Com a palavra a Senadora Damares, para discutir a matéria.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu não poderia deixar de falar do entusiasmo com que o nosso Relator trouxe o relatório dele.

Parabéns, Senador. Parabéns! A sua sensibilidade... E quando você traz números, por exemplo, do seu estado: 80% são pessoas que vivem com até dois salários mínimos... E a gente, que está lá na base com eles, sabe que tem pessoas que não estão dormindo por causa de R$600, de uma dívida de R$600.

Neste Setembro Amarelo, Presidente, nós andamos pelo Brasil, conversando com pessoas em profunda dor e em profunda tristeza. Infelizmente, as dívidas, o endividamento e o não conseguir pagar uma conta ou sustentar a família têm sido causa de suicídio no nosso país.

Inclusive, Senador Jaques Wagner, fica aqui um pedido ao Governo: assim que sancionar a lei, se o Governo pudesse fazer uma grande campanha de conscientização, uma grande campanha de educação financeira... Por quê? Nós estamos vivendo um fato, agora, que tem nos preocupado muito, que são as apostas. Nós estamos vendo *influencers* influenciando pessoas cada vez mais jovens a se endividarem. Nós estamos num momento agora em que, de uma forma louca, essas pirâmides financeiras estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltando, agora com uns nomes bonitos, como "consórcio entre amigos", e pessoas estão se suicidando por conta disso.

Então, se a gente pudesse pensar junto com o Governo... Aqui nós somos oposição, mas essa matéria nos une, tanto que nós estávamos em obstrução até ontem, e hoje a gente suspende a obstrução muito por conta dessa matéria que está sendo votada aqui, hoje. A oposição está apoiando essa matéria e apoiando o relatório e a forma como o Senador Rodrigo conduziu, para não precisar ter alteração e a gente já ter isso aprovado de imediato, porque é o povo lá na ponta que vai ser beneficiado.

Então, Líder Jaques Wagner, se a gente puder pensar junto com o Governo uma campanha neste momento... Está muito séria a questão dos endividamentos, e endividamentos incitados, não é nem por uma questão de necessidade – as apostas, as pirâmides, esses consórcios entre amigos. E as pessoas estão indo ao desespero, estão indo à tristeza, à depressão. Então, fica aqui o meu apelo ao Governo.

E, Senador Rodrigo, parabéns. Parabéns! A forma como o senhor... Eu ficava tentando ler o seu voto aqui, não conseguia ler, porque tinha palavras que não estavam aqui porque estavam no seu coração e na forma como o senhor colocou. Parabéns!

Sou oposição deste Governo, mas tenho que reconhecer que este Governo, neste ponto, acertou. E esta oposição aqui, nesta legislatura, é uma oposição inteligente, que vota com o povo.

Parabéns, Senador Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Damares.

Para discutir a matéria, Senador Mauro. (*Pausa.*)

Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, tal qual o meu colega Líder Jaques Wagner, eu acho que vou fazer coro com a percepção aqui de V. Exa., do querido Relator, Senador Rodrigo Cunha, e de todos nós.

Nós estamos tendo que votar essa matéria, inclusive em sacrifício do trabalho do Relator, e todos nós... O Líder Jaques Wagner assim já registrou, e o Governo tem um pleito de gratidão pela compreensão dele em relação a isso, por conta do que eu queria chamar de uma deformação institucional que está em curso. Olha, se fizer... Falei isto na quarta-feira para o caríssimo Rodrigo, em uma conversa com o Senador Wagner e o Presidente Rodrigo Pacheco: qualquer pesquisa dirá, Senador Jaques Wagner, que o nosso Governo, por força de uma circunstância, será o que menos editará medidas provisórias desde a adoção do instituto em 1988, com a Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, levando em conta que o instituto similar à medida provisória, no período anterior, para poder governar, era o decreto-lei, de famigerada memória, que deve ser afastado, inclusive, do período ditatorial, mas era um instrumento de governo para poder governar, nós estamos com a impossibilidade de utilização de um instrumento que é da circunstância do Executivo, que é da relação do Executivo com o Legislativo, e, em decorrência disso, estamos tendo que utilizar o mecanismo do instrumento de projetos de lei em regime de urgência.

De alguma forma, e aí sem alegar onde está a responsabilidade para tanto, mas essa é uma situação que nós rogamos que seja pacificada, porque os prejuízos que traz essa situação é, primeiro, para o Governo, para a própria possibilidade de o Governo poder editar medidas provisórias com um conjunto de temas que necessitam de eficácia imediata – e é para isso que o art. 62 trouxe a lume o instituto da medida provisória – e, em segundo lugar, para a relação com o Legislativo, para que nós não tenhamos que ter circunstâncias até certo ponto constrangedoras como essa do dia de hoje.

O Senador Rodrigo Cunha, sem dúvida alguma, de todos nós, 81 Senadores, é o que mais se dedica ao tema do endividamento dos brasileiros, e muito bem o faz. São 71 milhões de brasileiros que são endividados – Senador Rodrigo, me aventuro num tema em que a especialização é sua – e são 35% de todos os brasileiros. Então, ele é o que tem mais cátedra, que tem mais autoridade para tratar e, por óbvio, teria mais contribuições a trazer para esse tema – e trará, porque, conforme o Senador Wagner, na condição de nosso Líder, já o fez, nosso Líder aqui no Senado já o fez, reafirmamos o compromisso nosso com a iniciativa legislativa que V. Exa. apresentará aqui para aprofundarmos e avançarmos no tema.

Se o programa, se o Desenrola é um programa até agora exitoso, mas é o primeiro passo de uma caminhada de que se necessita para o enfrentamento do drama do endividamento dos brasileiros. Tem 21%, 22% que estão endividados com os bancos, mas V. Exa. falou muito bem há bem pouco tempo: tem outros 25%, ou seja, mais do que os endividados com banco, que estão endividados com a conta do dia a dia, com a conta de água, com a conta de luz. Então, tem que ser aprofundado de fato esse tema. O programa que o Governo editou é uma primeira iniciativa, é a mais importante até agora, é a mais significativa que teve até agora. Tem tudo isso, mas a gente pode avançar mais com isso, e eu tenho certeza de que, com a sua contribuição, conseguiremos.

Então, eu queria aqui só registrar, primeiro, que realmente tenho um incômodo: a suspensão do sistema de medidas provisórias. Sinto-me, inclusive, duplamente prejudicado para tanto. A responsabilidade da instalação das Comissões Mistas é da Liderança do Governo no Congresso Nacional, mas, em primeira análise, é o próprio Governo e a relação com o Legislativo que ficam prejudicados. Rogo para encontrar uma alternativa, uma solução em relação a isso.

Segundo, faço um agradecimento todo especial ao Senador Rodrigo Cunha, ao Presidente Rodrigo Pacheco e a V. Exa. pela compreensão e pela sensibilidade para com essa necessidade dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um terceiro agradecimento que temos que fazer aqui, que tenho que registrar, Senadora Damares, é a V. Exa., como representante da oposição, pela compreensão que V. Exa. mesma, inclusive, externou no momento de agora. Tem temas que não pertencem a governo ou a oposição, pertencem ao povo brasileiro. O tema do endividamento atinge as mais humildes famílias brasileiras. Então, é um tema que une a todos nós. Talvez não necessitasse, mas eu faço questão de registrar o agradecimento à senhora, Senadora Damares, como representante da oposição, pela compreensão que nós temos para apreciar e para votar este tema.

E reitero, Senador Rodrigo: nós temos muito o que agradecer pela especialização sua em relação a este tema e aguardamos, como diz a poesia, aguardamos como aquele que vigia espera pela aurora, a apresentação de sua iniciativa legislativa, para que possamos debater e dar os passos seguintes nessa iniciativa de enfrentar o drama do endividamento dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Vocês notam que o projeto é tão bom, tão bom, que está unindo aí oposição e situação, todo mundo parabenizando o projeto e a relatoria de V. Exa. Não tem que se acrescentar nada.

Para discutir a matéria, Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Bom dia! Bom dia, Sr. Presidente.

É mais também para fazer um registro aqui hoje e um agradecimento ao nosso querido Relator, Senador Rodrigo Cunha, a que eu estava assistindo lá do gabinete – cheguei agora há pouco aqui, presencialmente, nesta Comissão.

Acompanhei todo o relatório que foi feito por V. Exa. e a fala dos demais que me antecederam, nos elogios e também no reconhecimento da clareza que foi posta aqui no relatório. Eu quero reiterar também a minha fala nas demais.

Quero aqui também cumprimentar o nosso Líder do Governo, Jaques Wagner, pela sua grande liderança e capacidade de sempre estar aí agregando e conseguindo aprovar projetos como esse, um projeto importantíssimo, minha querida Senadora Damares – e também já faço aqui o reconhecimento, da mesma forma que Randolfe fez –, e pela importância de a gente ter a aprovação deste projeto, que vai fazer diferença na vida de muitos e muitos brasileiros.

E, aqui, um dado que para mim também é muito significativo é que na Faixa 1, que é de até dois salários mínimos, nós temos aí 40 milhões de pessoas que vão ser beneficiadas com essa possibilidade realmente de limparem seu nome negativado, de poderem fazer outros investimentos, de poderem realmente também continuar a se desenvolver economicamente. Isso, para além de possibilitar que essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas possam dormir sossegadamente, ter suas dívidas aí negociadas novamente, dá também a possibilidade de novos investimentos, de novos empreendimentos, para que elas possam se desenvolver economicamente.

Além disso, eu vi, nesse projeto, um ponto que para nós, eu acredito – nós, como todos brasileiros –, é importantíssimo que é a questão dos juros do cartão de crédito. Então, falo dessa prerrogativa que está sendo posta de a gente ter aí pelas instituições bancárias uma previsão da questão dos juros do cartão de crédito, que, se não vier em 90 dias – assim eu entendo e pergunto aqui o Relator, na minha humilde, eu diria, percepção e leitura aqui do projeto –, o juro vai deixar de ser de 450% e passar para 100% – se eles não tiverem uma programação sobre isso.

Então, eu fico aqui muito feliz em poder participar deste momento. Agradeço ao Relator e parabenizo a todos que estão envolvidos, especialmente também o Governo do Presidente Lula, que teve essa iniciativa de fazer esse projeto que vai fazer diferença na vida de muitos brasileiros e brasileiras.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Augusta Brito.

Senadora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero começar pelo tema, que eu acho que é extremamente importante.

Quando eu fui Secretária de Educação, naquela época, o Governo realizou um trabalho muito forte na questão da educação financeira. Eu acho que esta é uma tarefa, uma responsabilidade: começar isso na escola, retomar essa ação, porque, semelhante a essa situação aqui, nós temos um problema que é uma realidade do Brasil, que é o cartão de crédito parcelado, que vem comprometendo as finanças das pessoas e prejudica todo mundo, porque, em virtude do parcelamento, os preços... Alguém paga essa conta. E quem paga essa conta? É o consumidor que acaba pagando. Então, acho que a gente precisa enfrentar, discutir o tema.

E eu compreendo, provavelmente, a frustração do Senador Rodrigo Cunha, porque eu vivi isso ontem, algo semelhante, na questão do marco temporal. Entendo que o Senado precisava sim ter um posicionamento, eu acho que não só em relação à questão do marco temporal, mas à superposição de papéis, de Poderes, à invasão de temas. Eu não vou fazer de conta que isso não está acontecendo. Eu me sinto constrangida e provocada, inclusive pelas pessoas que votaram em mim e perguntam o tempo inteiro: "Vocês estão servindo pra quê, aí?". Porque a todo tempo nós somos atropelados. E eu acho que não é uma personalização, mas há a necessidade de um fortalecimento de uma Casa que precisa trabalhar e deliberar, porque toda vez que – é lei da física – o espaço está vazio a chance de ocupação existe, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa agir. Mas eu digo isso porque ontem, inclusive, procurei o Líder Jaques Wagner e disse: nós vamos votar esse texto com... Porque precisaria ter, na verdade, adequações, aprimoramentos. Eu me sinto desconfortável em não poder melhorar um texto porque ele chegou em cima da hora e, se a gente não votar, nós vamos prejudicar o país, prejudicar o meu estado, que aqui eu represento. E a gente tem feito isso com constância. Eu não posso tratar do tema porque, se o tema voltar para a Câmara, a gente não tem segurança de que ele será deliberado lá. É um jogo de interesses, dificuldade e relacionamento. Ele já chega aqui para nós caducando, e a gente acaba tendo que fazer... Nós viramos aquele filme do carimbador maluco: se a gente não carimbar, nós vamos agir de maneira irresponsável com o país em temas importantes.

A gente precisa realmente amadurecer enquanto Congresso. É uma estrutura bicameral, precisa funcionar. Eu não quero me sentir constrangida, como fiquei ontem, como fico hoje, com a oportunidade de aprimoramento. Mas, numa relação democrática, se nós entendemos, e eu acredito na democracia, eu tenho que entender que ela é possível funcionar à margem de interesses particulares que possam existir numa tramitação açodada, sem chance do debate; acho que a gente não pode fazer isso com o Brasil em temas importantes. Eu sei... Ontem houve vários colegas defendendo: "Ah, o Presidente Lula vai vetar" os pontos que eu me sinto envergonhada de ter votado, alguns aspectos que estão lá, mas isto não é a tarefa nossa: colocar uma responsabilidade, aprovando um texto que eu reconheço como pior, que eu não acho que está completo.

Então, nós precisamos avançar nisso. Eu faço esse apelo ao Líder do Congresso, Senador Randolfe, ao Senador Jaques Wagner. É preciso ter uma organização, que matérias possam começar aqui no Senado, porque é muito constrangedor a gente não ter condição de exercer o nosso papel do ponto de vista das nossas atribuições e responsabilidades.

Ao mesmo tempo, destaco o tema. Que a gente possa avançar em relação a essa questão de educação financeira, porque é importante para o país como um todo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Dorinha.

Para discutir a matéria, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, inicialmente, fazer coro com todos os Senadores e com todas as Senadoras que me antecederam, inclusive com V. Exa., em relação à qualidade do relatório apresentado pelo querido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rodrigo Cunha. Todos sabem da sua vivência – não só experiência – cotidiana na defesa dos direitos dos consumidores. É uma área de militância sua.

Eu tinha um professor chamado Mário Testa, que dividia os profissionais em três categorias: os medianos, os excelentes e os militantes. V. Exa. é, nesta questão, um grande militante, portanto, está acima da categoria do excelente profissional que atua em uma determinada área, porque você é militante, você assumiu isso como causa. E quem assume como causa vive a vigília permanente, muito focado em todos os problemas que afligem, efetivamente, as pessoas, que geram sofrimento, que geram o dissabor de estar diante de determinadas situações muitas vezes injustas ou, na maioria das vezes, sendo só a injustiça absorvida pelo mais fraco, porque, nessa relação entre o setor financeiro e os tomadores de dinheiro, a relação de poder é muito concentrada na instituição financeira, e a capacidade de defesa, a capacidade de reação do devedor é simplesmente ficar submetido, se resignar e aceitar, porque não tem outra alternativa senão aceitar.

Eu também quero cumprimentar a iniciativa do Governo, do Presidente Lula, de ter trazido esse tema.

É importante também ressaltar que esse debate sobre os juros que a gente vem tendo aqui, que a gente vem conversando aqui na CAE desde 2019, é um tema recorrente. Nas sabatinas do Banco Central, esse é um tema recorrente, e as desculpas são sempre desculpas que não convencem. Felizmente, foi dado um ultimato para que essa questão seja resolvida não como os bancos querem, acabando com uma forma de crédito que é o parcelado do cartão de crédito, que virou uma forma das pessoas financiarem suas compras, financiarem seus projetos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exato.

Eu acho que não dessa forma, porque isso é um prejuízo para o comércio, é um prejuízo para a sociedade, é prejuízo para as pessoas.

Também não posso deixar de concordar com a Professora Dorinha, com o Senador Jaques Wagner, com todos que aqui falaram sobre essa relação, que não é uma relação de urbanidade, de respeito entre as Casas Legislativas. Acho que se está chegando ao limite, no sentido de que é preciso uma discussão mais profunda. Eu sei que a nossa responsabilidade com o Brasil, com o povo brasileiro, com o bem-estar do país acaba nos fazendo nos submetermos a determinados caprichos, mas, passada essa questão mais sensível que o país precisa resolver, a gente vai ter que ter uma posição mais orientadora e organizadora dessa relação entre Câmara e Senado para que a gente possa garantir as prerrogativas constitucionais das Casas, para que os estados tenham a sua posição, para que a sociedade, o povo tenha a sua posição, representado nas duas Casas, e a gente possa construir essa harmonia e essa complementariedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho certeza de que, se esse projeto tivesse vindo com o tempo, com a *expertise*, com a militância, como eu disse, do Senador Rodrigo Cunha, nós teríamos algo muito melhor sendo aprovado, devolvido para Câmara, podendo ainda ser aperfeiçoado, a gente teria algo mais abrangente e mais consistente e resoluto para a vida das pessoas. Mas fica aqui a nossa gratidão, não só de quem é Governo, mas de quem não é Governo, a gratidão daqueles que estão se beneficiando e voltando ao mercado consumidor, porque, para aquela pessoa que tem pouca renda, Senador Vanderlan, perder o crédito é muito duro. A minha ex-sogra dizia que a melhor coisa que tinha era trabalhar com pessoas de baixa renda, porque essas pessoas só têm uma coisa ou a coisa mais importante a preservar: o nome. E é isso que, de certa forma, V. Exa., com a sua sensibilidade, mesmo premido pelo tempo, vem aqui e generosamente apresenta nesse relatório, porque você está dando uma resposta para aqueles que só têm, na verdade, um nome a zelar. E a gente está aqui por eles, apesar de tudo, devolvendo a eles a maior riqueza: o nome limpo, para poder continuar de cabeça erguida, tocando suas vidas.

Então, parabéns, Presidente. Quero cumprimentar V. Exa. pela agilidade, pela prontidão, pela eficiência como Presidente de Comissão. Ou seja, esta Comissão, como o foi com Omar Aziz e agora com o senhor, é muito bem dirigida e pauta os temas de maior relevância em cada momento, em todas as sessões. Parabéns a todos que aqui hoje cumprem essa tarefa em nome daqueles que recuperam o seu maior bem, que é o seu nome limpo, para poder caminhar na vida de cabeça erguida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogério, obrigado pelas suas palavras, pelas suas considerações.

Eu quero aqui, em tempo, ainda registrar e agradecer a presença da imprensa, agradecer a vocês que dão visibilidade, que levam as informações de nossa Comissão: Mariana Franceschini, da GloboNews; Thaísa Oliveira, da *Folha de S.Paulo*; Leonardo Martins, do UOL; Luísa Doyle, TV Globo – depois me corrijam se estiver errado aqui o sobrenome –; Felipe Igreja, CBN; Mariana Ribas, *site* Jota.

Quero agradecer também e registrar a presença do Sr. Márcio, que é lá de Londrina, do Paraná, empresário que está nos visitando nesta manhã.

Não havendo mais... (*Pausa.*)

Senador Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Eu não quero mais discutir, Presidente. É só para comunicar: eu não pude ir ao Colégio de Líderes, mas já me comunicaram que o Presidente Rodrigo Pacheco confirmou para segunda-feira, às 4h da tarde, uma reunião nossa do Pleno, remota, ou seja, as pessoas podem marcar pelo Senado Digital a presença e, eventualmente, o voto, se não for simbólico. E, por conta disso, eu queria demandar a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, além de colocar em votação a matéria, coloque o requerimento meu, de urgência da matéria, para que a gente possa superar os prazos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Rodrigo Cunha.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre o pedido de urgência urgentíssima do Líder Jaques Wagner ao Projeto de Lei nº 2.685, encaminhado ao Plenário.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Rodrigo, quer usar a palavra, nosso Relator?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, a gente poderia estar vivendo um momento agora de conflitos. Aqui eu quero até direcionar o início para a Senadora Damares. Ela poderia chegar aqui, pedir vista, tentar polemizar, tentar criar um desgaste político para o Governo, mas não é o perfil que ela tem. Esse é um projeto que supera um lado político; é um projeto para o Brasil. Então, todos entenderam isso. Aqui não é um pedido de vista; aqui é um pedido de urgência. Acredito que os brasileiros esperam por esse momento. Todo mundo compreendeu o espírito do que se busca, que é trazer dignidade para as pessoas, resgatar sua autoestima. E é para isto que nós fomos eleitos: para melhorar a vida das pessoas. Nesse sentido, Senadora Damares, parabenizo V. Exa. pela postura e agradeço demais as palavras dos nossos colegas Senadores.

Chegou a minha vez de sentir na pele a necessidade de esticar as discussões para que se possam aprimorar os projetos que chegam aqui a esta Casa. Todos já se posicionaram várias e várias vezes. A gente não pode ficar perdendo discurso; tem que ter alguma saída. É uma forma de enfraquecimento do Governo Federal, é uma forma de enfraquecimento do Senado Federal. Está errado isso. A gente está aqui para contribuir tecnicamente, revisar, inclusive; é nossa prerrogativa.

Um projeto como esse – tenho certeza absoluta – não parou por aqui. O Líder do Governo e o Líder do Congresso também assumiram publicamente o que conversaram comigo. E nós teremos, sim, um outro projeto para tratar das sugestões – aqui eu abro para todos os Senadores – sobre aquilo que interfere na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida de um brasileiro, na vida de mais de 70 milhões de pessoas na hora de colocar a sua cabeça no travesseiro para dormir, que são dívidas. Então, imaginem quem tem um recurso limitado, e não tem educação financeira. Eu reforço, Senador Jaques, a importância disto: de se fazer um trabalho sério de educação financeira, porque todo mundo assiste à televisão e quem não assiste televisão está na internet o tempo todo. É o tempo todo propaganda para comprar produtos, comprar, comprar!

Então, a necessidade do consumo cresce a cada dia e não se tem, do outro lado, informações de finanças, de regras básicas. E o Governo Federal tem, sim, uma função de fazer uma política pública de educação financeira. Nas escolas, infelizmente, a gente não aprende a ganhar, a poupar, a gastar dinheiro, não aprende a utilizar, muitas pessoas não tiveram essa oportunidade. Então, é o momento agora, também, de falar com responsabilidade para instruir, para dar a maior ferramenta de defesa que o cidadão pode ter, que é a informação.

Então, faço esse apelo publicamente, agradecendo a todos que aqui aprovaram esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns, Senador Rodrigo!

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e oito minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Efraim Filho e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Izalci Lucas, Fernando Dueire, Marcos do Val, Plínio Valério, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Sérgio Petecão, Zenaide Maia, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Styvenson Valentim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Augusta Brito e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 63, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Atibaia, Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Atibaia/SP - PRODEURB"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 64, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Alagoas e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Alagoas – PROGESTÃO Alagoas"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias (*Ad hoc*), substituiu Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PRS. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. Foi solicitada e aprovada a urgência para a matéria pelo Senador Fernando Farias. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 65, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 202,000,000.00 (duzentos e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao PEX/PE - Programa de Eficientização e Expansão do Saneamento de PE." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PRS. **Resultado:** Aprovado o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório, que passa a constituir o Parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. Foi solicitada e aprovada a urgência para a matéria pelo Senador Fernando Dueire. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 137, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 91, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas a ações relacionadas à defesa agropecuária." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2099, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE. Votam contrário os Senadores Jaques Wagner, Paulo Paim e Teresa Leitão. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 127, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte"." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável às Emendas nºs 4, 5 e 6–PLEN e contrário à Emenda nº 7–PLEN. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1859, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que especifica." **Autoria:** Comissão de Meio Ambiente. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 175, de 2023** que: "Requer a inclusão do Governador Mauro Mendes do Estado do Mato Grosso no Ciclo de Debates da Reforma Tributária (PEC 45/2019) na CAE." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovada a apresentação do Requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de outubro de 2023.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Mensagem nº 489, de 2023, da Presidência da República, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, referente ao 4º bimestre de 2023;

- Ofício GP/DL 1.527, de 2023, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, solicitando a aprovação do Projeto de Lei Complementar 148, de 2023;

- Ofício 361, de 2023, da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Santa Catarina;

- e Moção de Apoio nº 33, de 2023, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo 151, de 2023.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª reunião, realizada em 28 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Comunicado da Presidência.

A Presidência comunica às Senadoras e aos Senadores que tenham interesse em apresentar sugestões de emendas à reforma tributária que devem enviá-las à Secretaria da CAE, até o dia 6/10/2023, sexta-feira. As sugestões de emendas serão encaminhadas ao coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária, Senador Efraim Filho, para posterior apresentação perante a CCJ.

Líder Jaques Wagner, Líder Rogerio Marinho, bem-vindos à nossa Comissão!

Prezados Senadores e Prezadas Senadoras, gostaria de iniciar nossa reunião fazendo um breve registro sobre a aprovação do programa Desenrola, na semana passada, nesta Comissão, e ontem, pelo Plenário deste Senado Federal, que ontem mesmo já enviou o projeto de lei para o Poder Executivo proceder à sanção presidencial sobre o programa.

Dívidas de até R$100: desnegativação imediata de todos com dívida de até R$100. Beneficiados: 2,5 milhões de CPFs limpos. Faixa 1: pessoas com renda de até dois salários mínimos, com dívida de até R$5 mil. Previsão de beneficiados totais: 36 milhões de CPFs. Previsão de negociações: R$50 bilhões. Prazo: até 60 meses. Juros: 1,99%. Faixa 2: pessoas com renda até R$20 mil, com dívida de qualquer valor; 1,6 milhão de CPFs beneficiados; 10 milhões de negociações; R$15 bilhões renegociados.

Além disso, o Desenrola trata de juros do cartão de crédito. O programa não estabelece limite para as instituições financeiras; porém, determina que será atribuição do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelecer. Se os juros não forem aprovados no limite de 90 dias da publicação da lei, não poderão ser cobrados juros além do valor total da dívida.

Última audiência da CAE sobre reforma tributária. Amanhã, realizaremos a última audiência pública de uma série de sete, feitas no âmbito do grupo de trabalho que constituímos para discutir e elaborar sugestões de melhorias no texto ao Relator Senador Eduardo Braga. Sob a coordenação do Senador Efraim, totalizaremos cerca de 50 expositores e debatedores, representantes dos setores produtivos, do setor público de diferentes entes e diferentes Poderes da República, além de membros da academia, que, nessas audiências, trouxeram ricas reflexões, discussões e conclusões, que agora serão consolidadas em emendas.

Eu gostaria, então, de reforçar o pedido de nosso coordenador do grupo de trabalho para que as sugestões sejam encaminhadas à Secretaria desta Comissão de Assuntos Econômicos, por *e-mail*, para que tenhamos tempo hábil para analisá-las e consolidá-las, quando, então, encaminharemos ao Relator na Comissão de Constituição e Justiça deste Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Efraim, o senhor quer usar da palavra?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente Vanderlan, quero agradecer o reforço aos membros da CAE para o encaminhamento de sugestões de emendas para contribuir com o grupo de trabalho, com a iniciativa de V. Exa., o qual me honrou com o espaço para coordenar este grupo de trabalho, que se mostrou extremamente profícuo nesse debate.

Aqui tem sido um ambiente para que se aprofunde no debate do marco legal, na questão dos setores produtivos. Aqui tivemos presentes a indústria, o agro, o setor de comércio, o setor de serviços. Tivemos a presença dos entes federados, representantes dos municípios, dos estados, da União Federal, da administração tributária.

Então, a CAE procurou fazer um trabalho técnico, procurou buscar a ajuda e ouvir a *expertise* de mestres, doutores, doutrinadores, acadêmicos, profissionais especializados e que lidam com o tema no dia a dia, para que pudesse trazer para esta Comissão, especialmente para aqueles Senadores que estão extremamente interessados, a oportunidade de decifrar muitas das mudanças que estão por vir.

Sabemos que a Câmara dos Deputados teve um papel, no primeiro semestre, de formular o texto. Porém, coube ao Senado a missão de buscar dados, números, simulações que impactam a vida real das pessoas, das empresas, dos cidadãos, dos empreendedores.

Assim, nós estamos amadurecendo um tema que, claro, suscita muitas dúvidas, suscita questionamentos. As pessoas começam a se perguntar nas ruas como é que aquilo vai impactar a vida delas, se vão pagar mais imposto, se vão pagar menos imposto, se vai realmente trazer a simplicidade que se almeja para uma mudança do sistema caótico, como é o nosso sistema brasileiro atual.

Então, a gente vê um ciclo extremamente produtivo. Eu acho que o grupo de trabalho e a CAE vêm cumprindo uma missão de subsidiar essas discussões. Claro, a CCJ, por questão regimental, por se tratar de PEC, é o fórum para deliberar sobre a matéria, mas, para discutir e debater, a CAE, que é a Comissão temática da agenda econômica do Brasil, tem assumido seu protagonismo, feito seu papel.

Então, com humildade, espero, até sexta-feira, receber as demais sugestões, para que a gente trabalhe durante o feriado, a semana seguinte. A equipe técnica da consultoria nossa já está toda avisada de que serão dias intensos, sem descanso, sem folga, para que, na semana seguinte, do dia 18, quando o Relator Eduardo Braga sinalizou a apresentação do seu parecer, a gente também possa, de forma antecipada, subsidiar o Relator com as sugestões da CAE.

São esses os encaminhamentos, Sr. Presidente, e aguardo, dos Senadores e das Senadoras, as devidas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Efraim, já o parabenizando-o pela liderança nesse grupo de trabalho. Com certeza, vamos finalizar com chave de ouro, já que a sociedade espera muito de nós.

Por fim, eu quero lembrar que, na audiência de amanhã, teremos a presença dos seguintes expositores: Sr. Mauro Mendes, Governador do Estado de Mato Grosso, convidado do Senador Mauro Carvalho; Sr. Affonso Nina, Presidente da Brasscom, e Sr. Haroldo Ferreira, Presidente da Abicalçados, convidados do Senador Esperidião Amin; representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; Sr. Roberto Quiroga Mosquera, professor de Direito Tributário da USP e da FGV, e Sr. Rubens Rizek Junior, consultor de empresas do mercado de energia elétrica, ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, ex-Secretário de Governo da Prefeitura Municipal de São Paulo, convidados do Senador Izalci Lucas; Sr. Márcio Holland, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, convidado do Senador Oriovisto Guimarães; Sra. Luiza Machado de Menezes, advogada, e Sra. Tathiane Piscitelli, Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Tributação e Gênero, convidadas da Senadora Teresa Leitão; Sr. Francelino das Chagas Valença, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), convidado do Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Convoco... Nós temos...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, sobre esse... Permita-me um aparte? Exatamente sobre a leitura dessa audiência pública de amanhã, cabe um adendo à sua fala e à minha, de que ficou bem claro, inclusive com a sua leitura, que todos os Senadores que fizeram sugestões foram atendidos, pelo menos com uma das sugestões. Logicamente foram mais de 200 nomes apresentados. Nós não tínhamos condições de ouvir item a item, um a um, mas eu e o Presidente Vanderlan tivemos o cuidado de buscar que, nas sete audiências, todos os Senadores tivessem alguns dos seus nomes indicados, prestigiados, para que pudessem trazer também aqui a voz de diversos setores, de diversas visões, de um Brasil continental.

A gente sabe que não pode ficar focado, às vezes, em um grande centro, em uma única região ou sob o olhar de uma única corrente. Aqui veio gente para defender a mudança, teve gente se posicionando contrário e questionando, e é isso o que engrandece. A beleza da democracia é o bom debate.

Então, como coordenador do grupo de trabalho, quero transmitir aos Senadores que buscamos e tenho certeza, porque conferimos: cada Senador teve, pelo menos, uma das suas indicações trazidas aqui, para contribuir com o nosso debate. Aqueles que puderam ter mais de uma foi por felicidade e mérito, mas a gente sempre procurou esse critério para ser atendido, com os nomes que foram possíveis, para contribuir com o bom debate.

Eu gostaria de lembrar também que o grupo trabalho se caracterizou aqui por dois pilares, Senador Rogerio Marinho. Tem um pilar que é o pilar setorial, que é o dia a dia, que é a mídia, os debates e as idas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos gabinetes, apresentando notas técnicas, o que costuma acontecer com mais frequência, isso é natural e aqui estiveram muitos representantes.

Mas o grupo de trabalho também se caracterizou por um diferencial, nós trabalhamos muito o marco legal, a parte técnica de um sistema, porque, no Brasil, até para copiar o IVA, é desafiador. Nós não copiamos nada exatamente igual ao que existe no mundo, nós vamos ter o nosso próprio IVA, um IVA dual, para atender a três níveis de Federação.

Então, nós trabalhamos muito com o mundo acadêmico, com as universidades, com a *expertise* de mestres e doutores, para trabalhar o arcabouço legal, para preencher lacunas vazias de regulamentação de um novo modelo tributário, o que, muitas vezes, no primeiro momento, ali na Câmara, não foi possível fazer. Então, trago esses dois adendos aí ao aparte concedido por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador e Líder Jaques Wagner, com a palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Senadoras e Senadores.

Era só para, voltando ao Desenrola, dizer que, ontem, o Presidente da República já o sancionou, fez um *Diário Oficial* extra, de tal forma que nós já tivéssemos, hoje, que é a data em que caducaria ou que caduca a MP, o Desenrola funcionando.

Eu queria, só mais uma vez, reiterar o meu agradecimento a V. Exa., que fez a sessão extraordinária aqui, ao Relator Rodrigo Cunha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... que acabou ceifado na sua vontade, mas que vai apresentar um projeto de lei com as modificações, com o apoio inclusive do próprio Ministro Haddad.

Eu gostaria de agradecer também ao Presidente Rodrigo Pacheco e, de novo, ao Relator e aos colegas também, porque ontem nós tivemos remotamente... Agradeço, o quórum, que foi a 69. Claro que era remoto, pouca gente, mas já era esperado. De qualquer forma, quero agradecer a todos que deram a presença, o que viabilizou a sessão remota ontem e a aprovação do Desenrola.

Então, era só para dizer que o programa vai continuar e continua ampliando o benefício, principalmente para os segmentos mais simples e os mais endividados da nação.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Eu quero, em tempo, registrar aqui a presença do Deputado Federal Jarbas Vasconcelos Filho.

Seja bem-vindo, Jarbas! (*Pausa.*)

Estadual... (*Pausa.*)

A palavras têm poder, está? (*Risos.*)

Já vai pensando aí.

E o Deputado Zonta, de Santa Catarina, também está presente aqui conosco.

Seja bem-vindo, Deputado!

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 64, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Alagoas e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado de Alagoas – PROGESTÃO Alagoas".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação nos termos do PRS.

Relator designado *ad hoc,* Senador Fernando Dueire.

Relatório favorável à matéria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Fernando Farias. Perdão. Fernando Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Bom dia.

Obrigado, Presidente.

Peço para ir direto aqui à análise do projeto.

De acordo com o Apêndice 1 da minuta de contrato de empréstimo, o projeto objeto do financiamento tem como objetivo melhorar a eficiência na gestão de recursos públicos em departamentos selecionados do tomador.

O Projeto é composto pelas seguintes partes:

Parte 1. Sistemas de Gestão de Todo o Governo.

a) Gestão de Recursos Humanos. Prestação de apoio à Seplag para, entre outros: (i) o desenvolvimento de um sistema de planejamento estratégico da força de trabalho; (ii) a implementação de um sistema de informação de gestão de recursos humanos transacional; (iii) o projeto e a implementação de um sistema de análise de gestão para auditorias automatizadas da massa salarial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... (iv) a realização de pesquisas periódicas com o pessoal para avaliar a implementação e o apoio da reforma mudar a gestão; e (v) o desenvolvimento e a realização de comunicações e capacitação para apoiar a implementação das atividades acima mencionadas.

b) Gestão de Pensões. Prestação de apoio à Seplag e Alagoas Previdência para, entre outros: (i) a concepção e a implementação de uma gestão de investimentos de fundos de pensão estratégia; (ii) desenvolvimento de um sistema de informação de gestão de pensões; (iii) a aquisição de *hardware* energeticamente eficiente; e (iv) a realização de comunicações e capacitação para apoiar a implementação das atividades acima mencionadas.

c) Contratação Pública. Prestação de apoio à Seplag e à Amgesp para, entre outros: (i) o desenvolvimento e a implementação de (A) uma estratégia e plano de implementação para ajudar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – .... a incorporar compras sustentáveis nas compras do mutuário, (b) um sistema centralizado de e-compras, (c) um sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digital integrado para processamento e análise de dados e informações gerenciais em licitações e contratos públicos gestão, (d) ferramentas de inteligência artificial usando notas fiscais eletrônicas, metodologia de *sourcing* e ferramentas de análise de gastos para planejar estratégias de aquisição, (e) sistemas digitais que suportam as funções de gestão de contratos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e a aquisição de bens e serviços de baixo valor e não complexos, (f) um sistema que certifica empresas e automatiza a agregação de dados; (g) uma solução de *e-marketplace* para aquisição de produtos de prateleira, artigos de papelaria e produtos; (h) uma campanha de comunicação e capacidade de construção de empresas para apoiar a implantação de iniciativas de aquisição; (ii) a oferta de formação em processo de contratação pública; e (iii) a aquisição de *hardware* energeticamente eficiente para apoiar a implantação do acima mencionado.

d) Gestão e Orçamentação do Investimento Público. Prestação de apoio à Seplag e Sefaz para: (i) o desenvolvimento e a implementação de (a) um sistema público de gerenciamento de investimentos para o mutuário que integra a preparação, triagem e avaliação do projeto, (b) uma estratégia de governança para gerenciar a execução do portfólio do projeto, (c) uma revisão de despesas públicas para avaliar o alinhamento de políticas, eficácia e eficiência para padronizar as despesas públicas e identificar oportunidades de economia; (d) a preparação de um portfólio de projetos tecnicamente avaliados; (e) projeto e implementação de sistemas e práticas de orçamento; (f) um sistema de gerenciamento para as transferências de recursos financeiros do Estado de Alagoas para os municípios e organizações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... (ii) a entrega da capacitação para funcionários do Governo sobre práticas de gestão de investimentos públicos e gastos, para apoiar a implementação das atividades acima mencionadas; e (iii) o transporte realizar pesquisas periódicas com o pessoal para avaliar a implementação da reforma e apoiar a mudança da gestão.

e) Gestão de Ativos. Prestação de apoio à Seplag para, entre outros: (i) avaliação de informações dos imóveis do mutuário; (ii) o desenvolvimento e implementação de (a) um sistema abrangente de gestão de ativos públicos; e (b) um sistema de mapeamento de custos das tecnologias de informação e comunicação; (iii) a aquisição e implementação de um sistema de identificação e registo de bens móveis ativos; (iv) a identificação de oportunidades de mudança para eletrificar e melhorar a energia e a eficiência; e (v) a aquisição de *hardware* energeticamente eficiente para apoiar a implantação e implementação das atividades acima mencionadas.

Parte 2. Sistemas de Gestão em Setores Estratégicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) Educação. Fornecimento de apoio à Seduc para, entre outros: (i) o desenvolvimento e a implementação de sistemas financeiros de TI, permitindo uma alocação e monitoramento mais eficientes de recursos fiscais, ativos públicos, planejamento e gestão de despesas; e (ii) a realização da comunicação e capacitação para apoiar a implementação das atividades acima mencionadas.

b) Saúde. Prestação de apoio à Sesau para, entre outros: (i) a implementação de uma revisão de despesas para identificar a estrutura de custos e avaliar as práticas orçamentárias nos hospitais públicos do mutuário; (ii) o desenvolvimento e a implementação de sistemas para apoiar a orçamentação e a gestão das despesas nos cinco novos hospitais e os outros cinco que estão sendo planejados; e (iii) a realização de comunicações e capacitação para apoiar a implementação das atividades acima mencionadas.

c) Assistência Social. Prestação de apoio à Seades para, entre outros: (i) o desenvolvimento e a implementação de um sistema de gerenciamento financeiro para cofinanciamento de assistência social para apoiar o gerenciamento de fundos transferidos para os municípios; (ii) a remodelação do processo de negócios no nível do mutuário para aumentar a eficiência e permitir análises operacionais e financeiras; e (iii) a realização da comunicação e capacitação para apoiar a implementação das atividades acima mencionadas.

Parte 3. Gerenciamento de Projetos e Mudanças.

a) Gerenciamento de Projetos. Prestação de apoio à Sefaz para, entre outros: (i) Projeto gestão, incluindo aquisições e gestão financeira; (ii) o desenvolvimento e implementação de uma reparação de queixas mecanismo e sistema de informação de gestão, em coordenação com a Controladoria-Geral; e (iii) a realização de atividades de comunicação e capacitação para apoiar o gerenciamento de projetos funções.

b) Gestão de Mudanças. Prestação de apoio à Sefaz para, entre outros: (i) o desenvolvimento de uma estratégia transversal de gestão da mudança; (ii) a realização de estudos e pesquisas de apoio à implementação do projeto; (iii) a realização do processo revisões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... antes do desenvolvimento dos sistemas de informação; (iv) suporte *just-in-time*, conforme necessário e conforme acordado com o banco, incluindo serviços de assessoria para solução de problemas a técnicos equipes durante a implementação e atividades de troca de conhecimento; (v) o desenvolvimento e a implementação de um sistema de controle de integridade, incluindo análise de dados, para identificar potencial fraude em contratos; e (vi) a realização de comunicações e capacidade de atividades de construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os desembolsos ocorrerão ao longo de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo. O custo total do projeto foi estimado em US$50 milhões, sendo US$10 milhões provenientes de contrapartida estadual e o restante financiado pelo BID, distribuídos conforme o quadro abaixo... Peço permissão para pular o quadro, Presidente.

O custo efetivo da operação foi apurado em 4,74% ao ano com uma *duration* de 9,57 anos. Considerando a mesma *duration*, o custo de captação estimado para as emissões da União em dólares dos Estados Unidos da América é de 6,28% a.a. – superior, portanto, ao custo calculado para a operação.

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

a) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e alterações subsequentes;

b) inclusão do programa no Plano Plurianual do Estado para o período 2020-2023 (Lei Estadual nº 8.231, 2020) e na Lei Orçamentária para o exercício de 2023 (Lei Estadual nº 8.791, de 2022);

c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 8.466, de 2021, alterada pela Lei nº 8.679, de 2022);

d) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o Estado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

e) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal;

f) pleno exercício da competência tributária do Estado.

A regularidade quanto ao pagamento de precatórios, a seu tempo, deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

O ente informa, ainda, que não contratou parcerias público-privadas (PPPs). Quanto à oportunidade, à conveniência, à viabilidade e aos riscos para o Tesouro Nacional, o titular daquele órgão entendeu que a presente operação de crédito é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União.

Com efeito, a STN informa que o Estado de Alagoas ingressou com a Ação Cível Ordinária (ACO) nº 3.587/AL e obteve decisões judiciais que impedem a União de executar as contragarantias contratuais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre as quais, a retenção das transferências constitucionalmente obrigatórias. Essa situação impediria o recebimento da garantia da União a novas operações de crédito. No entanto, as citadas decisões impedem a inscrição do ente em questão em quaisquer cadastros federais de inadimplência, bem como veda qualquer outro ato restritivo quanto a operações de crédito, convênios ou risco de crédito relacionados a quaisquer dívidas nas quais a União figure como garantidora.

Por fim, conforme a PGFN, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Voto.

Em conclusão, o pleito do Estado de Alagoas encontra-se, por força de decisão judicial, de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 43, de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Fernando Farias, parabéns pelo seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fernando Farias.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Fernando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Agradeço aos colegas e pediria urgência desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pedido de urgência do Relator da Mensagem nº 64, de 2023, urgência ao Plenário.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu gostaria, Senador Efraim, de convidá-lo para assumir aqui a Presidência. Tenho que me retirar por um instante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Muito bem! Bom dia aos senhores e às senhoras.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 65, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 202,000,000.00 (duzentos e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao PEX/PE - Programa de Eficientização e Expansão do Saneamento de PE.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pela aprovação nos termos do PRS.

A relatoria é do Senador Fernando Dueire, a quem passo a palavra, para ir direito ao voto.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, peço, de forma preliminar, licença para registrar aqui, neste ambiente, a presença do Sr. Presidente da Compesa (Companhia de Saneamento do Estado de Pernambuco), Alex Campos, e, como o Presidente Vanderlan já registrou, do Deputado Estadual Jarbas Vasconcelos Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este projeto, cujo relatório leio em seguida, é de extrema relevância para o Estado de Pernambuco, porque atende a região de maior desequilíbrio hídrico do Nordeste.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, trata-se de relatório da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem 65, de 2023, do Sr. Presidente da República, que solicita autorização ao Senado Federal para que seja contratada a operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$202 milhões, de principal, entre a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e o New Development Bank (NDB), cujos recursos destinam-se ao Programa de Eficientização e Expansão do Saneamento de Pernambuco (PEX/PE).

O Projeto visa melhorar e expandir os serviços de abastecimento de água e saneamento nos municípios participantes do estado de Pernambuco por meio da construção de novas infraestruturas e reabilitação das existentes, consistindo em sistemas de distribuição de água...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – ...armazenamento e redes de distribuição, sistemas de coleta e tratamento de esgoto, bem como monitoramento associado e sistemas de controle.

Ressalto a singular importância desse projeto, que, na prática, mudará a condição da vida da população mais carente do Estado de Pernambuco.

Em atendimento à parte técnica, Sr. Presidente, a Secretaria do Tesouro Nacional concluiu que a Compesa cumpre os requisitos prévios para a concessão da garantia pela União. Quanto à oportunidade e à conveniência da operação e aos riscos para o Tesouro Nacional, o titular daquele órgão entendeu cabível a garantia pleiteada. Já na parte que compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foi observado o disposto do art. 8 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique na compensação automática de débitos e créditos.

Ao voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito da Compesa encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal que tratam do tema, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresentamos e que foi devidamente divulgado na íntegra no presente relatório.

Era o que eu tinha que relatar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

Aproveito para parabenizar o Senador Fernando Dueire pela relatoria e para reforçar o convite que ele, como pernambucano, me fez, mas eu sei que pode ser extensivo a todo o Plenário, de que amanhã, às 10h30, estaremos inaugurando o Plenário 2, a homenagem ao Senador Marco Maciel.

Não é isso, Senador Fernando Dueire?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Muito obrigado. Está extensivo a todos os Senadores o convite, já deve ter chegado pela internet.

Marco Maciel foi três vezes Senador da República, eleito por Pernambuco, Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e uma das melhores figuras humanas que conheci.

Sr. Presidente, pediria sua permissão. Diante da aprovação da Mensagem 65, de 2023, por esta Comissão, gostaria de pedir urgência para que a matéria siga para o Plenário e tenhamos a deliberação de todo o Colegiado da Casa.

Agradeço a atenção de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Muito bem. Recebido o seu encaminhamento, coloco em votação a urgência da Mensagem nº 65, de 2023.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

Esta Presidência comunica que foram retirados de pauta, a pedido dos Relatores, os seguintes itens:

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 63, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Atibaia, Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Atibaia/SP - PRODEURB".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Giordano

Relatório: Não apresentado

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 137, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

Foi concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 7

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 127, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável às Emendas nºs 4, 5 e 6–PLEN e contrário à Emenda nº 7–PLEN.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE (substitutiva).

2. Foram recebidas as Emendas n°s 3 a 7-Plen.

3. A Emenda nº 3-Plen foi retirada pelo Autor.

4. A matéria retorna à CAE para exame das Emendas.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 1859, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015, que institui a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e

seus instrumentos; prevê a criação da Comissão Nacional de Combate à Desertificação; e dá outras providências, para atualizar e aprimorar

seus objetivos e princípios, para estabelecer competências do Poder Público e para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos nas áreas que

especifica.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será apreciada pela CAS e pela CRA.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1706, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

A matéria foi apreciada pela CE, com parecer favorável ao projeto.)

Passamos, agora, à apreciação do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2099, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar a exigência de contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Rogerio Marinho

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

2. Em 26/9/2023, é concedida vista coletiva da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que o relatório foi lido, consulto o Senador Rogerio Marinho se gostaria de fazer o uso da palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o projeto do Senador Styvenson fala da questão das contribuições devidas aos sindicatos que são participantes de categorias econômicas ou profissionais, é o art. 578. A própria CLT mantém essa condição intacta, e há um acréscimo, que é o parágrafo único, em que é vedada a cobrança das contribuições previstas nesse artigo dos participantes das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas não associadas aos respectivos sindicatos.

Então, essa foi a inovação do eminente Senador Styvenson para preservar o espírito, inclusive, da lei votada pelo Congresso Nacional, em 2017, que determina que a contribuição continue, até porque é necessário que haja financiamento aos sindicatos, mas que ela seja prévia, individual e de forma que o livre-arbítrio do participante seja levado em consideração.

Eu já li o relatório.

Eu queria apenas frisar que houve um fato novo.

Ontem, inclusive, houve uma reunião das centrais sindicais – CSB, CTB, CUT, Força Sindical, UGT e uma outra, que eu não consigo distinguir aqui, mas são as principais centrais sindicais dos trabalhadores no país – com o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, e elas vieram propor uma autorregulação em função desse posicionamento novo do Supremo Tribunal Federal.

E aí eu peço a atenção dos senhores para colocar qual foi a inovação que o Supremo Tribunal Federal empreendeu na contribuição assistencial, não mexendo, portanto, no Imposto Sindical, que foi alterado por este Congresso Nacional, que obrigava, de forma coercitiva inclusive, que todo trabalhador brasileiro aportasse um dia do seu salário por ano ao conjunto dos sindicatos brasileiros. O que foi inovado pelos eminentes Ministros do Supremo Tribunal Federal? Deu-se um grau de universalização, ou seja, não apenas os trabalhadores sindicalizados, mas o conjunto dos trabalhadores teriam que pagar essa contribuição assistencial, mas, ao mesmo tempo, manteve-se o direito de oposição. Isso está dentro do voto do eminente Ministro Barroso, que se tornou depois objeto do acórdão prolatado por aquele tribunal.

O que aconteceu em seguida, Sr. Presidente? E aí chamo a atenção dos senhores. Com o argumento da autorregulação, nós assistimos a um festival de arbitrariedades, que foram cometidas por alguns sindicatos, que podem ser generalizadas, caso não tenhamos aqui a possibilidade de regulamentar essa situação, que impõe aos trabalhadores brasileiros uma dura penalidade no sentido de subtrair uma verba que a própria Constituição determina que é alimentar, salário é alimentos, então você deveria ter o arbítrio de determinar se deve ou não permitir o rateio com uma entidade que eventualmente você considera importante para a sua vida laboral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler apenas uma das inúmeras notícias que foram divulgadas após essa decisão do Supremo Tribunal Federal, que está na *Folha de S.Paulo* do dia 20 de setembro de 2023, que dá notícia de que o Sindicato dos Agentes Autônomos em Sorocaba, São Paulo, pretende cobrar 12% de contribuição ao ano, significa 12% dos salários auferidos por esses trabalhadores no ano e, caso algum trabalhador pretenda fazer valer seu direito de oposição, precisa pagar R$150 ao sindicato, apenas para dizer que não aceita. Notícias como essa estão pipocando na imprensa e vão ter uma escalada.

O grupo de centrais sindicais apresenta uma nota, que é um TAC (termo de autorregulação das centrais sindicais), na alínea "d" dessa carta que foi publicada na imprensa, determina o seguinte nesse processo de autorregulação: que as assembleias são soberanas na apreciação de todo instrumento coletivo, ou seja, retira o princípio, consignado pela legislação, da individualidade, do livre arbítrio do trabalhador. Então está dizendo que esse direito da oposição, que não foi consignado no voto do eminente Ministro, só pode ser feito na assembleia, ou seja, ou você vai para a assembleia ou você não pode se opor. Na realidade, o que ocorre é que essas assembleias são minoritárias, vão 2%, 3%, 4% do total de trabalhadores, e é nesse momento, de acordo com as centrais sindicais, que o seu direito de oposição tem que ser exercido. Caso ele seja superado por votação dentro dessa minoria organizada, você é obrigado a cumprir o que todos os demais entenderam que deve ser pago.

No item f "que práticas antissindicais de desinformação ou de incentivo [aí eu friso aos senhores] à manifestação individual de recusa ao desconto [...] podem ser punidas" como uma manifestação de prática antissindical. Quer dizer, claramente as centrais sindicais querem impedir inclusive que os trabalhadores se manifestem individualmente. Então, a omissão desta Casa em regulamentar o tema pode gerar uma série de arbitrariedades.

A letra g "que em nenhuma hipótese se admita a entrega de oposição ao desconto [...] decorrente de negociação coletiva, diretamente para a empresa, caracterizando, nessa hipótese, prática antissindical". Quer dizer, o trabalhador não pode dizer à empresa que não quer o desconto no seu holerite, tem que dizer isso ao sindicato levando em consideração a boa-fé do sindicato, que vai informar à empresa que não faça o desconto.

E, por fim, o item que eu quero chamar a atenção dos senhores é a letra k:

> k) que sejam estimulados os procedimentos de autorregulação, evitando a intervenção e a interferência das entidades sindicais, conforme previsto no art. 8º da Constituição Federal e na Convenção n. 98 da Organização [Internacional] do Trabalho.

As centrais sindicais esquecem que o Brasil talvez seja um dos únicos países do mundo, entre mais de 200, que não aderiu à Convenção 87, que fala justamente da liberdade, da pluralidade do movimento sindical. Então, o que se quer, na verdade, é que um cartório imponha uma posição ao conjunto dos trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso projeto não vai na direção contrária do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, apesar de acharmos que não é papel do Supremo Tribunal Federal trabalhar de forma positiva na regulamentação de leis, como foi o caso em tela. Nós achamos que há novamente uma ultrapassagem dos limites de prerrogativas que geram a confusão em que nós estamos imersos.

Mesmo assim, o nosso projeto na verdade apenas regula de que forma se dará esse direito de oposição. Eu quero frisar aqui para os senhores que nós estamos, neste momento em que vivemos da internet, por exemplo, os sindicatos propõem que essa oposição ou seja feita nas assembleias e, caso não ocorra, seja feita através de documentos escritos, que são apresentados aos sindicatos em horários insalubres, com fichas limitadas. E isso na prática impede que o direito à oposição possa ser exercido.

Então, nós estamos propondo, por exemplo, que o direito à oposição possa ser por meio eletrônico, que ele tenha 60 dias após a assinatura do acordo, que seja dada publicidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que o trabalhador poderá se retratar posteriormente a qualquer momento, tanto contra, revendo a sua necessidade, dizendo: "Não, eu quero contribuir"...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Relator, um momento. Queria pedir ao Plenário, especialmente aqui nas laterais, a atenção ao relatório que está sendo lido, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só chamar atenção dos senhores porque a gente está tratando de um tema que atinge 43 milhões de trabalhadores com carteira assinada no Brasil.

Bom, então o que nós estamos propondo na prática é que esse direito à oposição possa ser exercido – resguardado o espírito da lei e o próprio voto do eminente Relator, ou seja, individualmente –, que haja publicidade, que ele possa fazê-lo por meio eletrônico e que ele possa se retratar posteriormente.

Se ele se arrepende, por acaso, que ele diga: "Não quero", mas depois ele entenda: "Não, é importante", ele pode se retratar e vice-versa. Que a assembleia seja aberta para não associados porque, vejam, o STF determina que o conjunto dos trabalhadores pague por aquele acordo, por aquela convenção.

Entretanto, menos de 10% dos trabalhadores são sindicalizados e só quem vai às assembleias são os sindicalizados. Então, você está impondo a vontade da minoria sobre a maioria. Inclusive impede que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles, de fato, participem das assembleias, onde vão discutir se as suas verbas alimentares vão subsidiar uma estrutura sindical.

A questão da ampla publicidade. O pagamento do trabalhador seja via boletos ou Pix porque, na hora que você impõe que seja pela folha de pagamento dos trabalhadores, isso passa a ser uma questão impositiva e muitas vezes o trabalhador é surpreendido nesse processo.

E, por fim, a preocupação de que os sindicatos de fato façam o seu papel. Nós entendemos a necessidade de os sindicatos cobrarem as taxas assistenciais por ocasião da celebração dos acordos ou convenções, até porque é necessário contratar advogados, tributaristas, etc.

O que nós não podemos aceitar é um retrocesso, Srs. Senadores, que o espírito da lei de 2017, que preconiza – aliás, está também na nossa Constituição, na própria Organização Internacional do Trabalho –, que fala da pluralidade e da liberdade sindical, e que fala que o livre-arbítrio e a vontade manifesta do trabalhador sejam levados em conta, e não essa impositividade que vai permitir, em alguns casos, um aumento geométrico da renda desses sindicatos que, muitas vezes, não é utilizada da forma adequada, basta ver o que aconteceu em tempos pretéritos.

Nós estamos falando aqui, historicamente, de que há – como é que eu poderia dizer? – uma tradição de se cobrar até um centésimo da renda do trabalhador, o que não está sendo, inclusive, levado em consideração por alguns sindicatos. Um centésimo significa 3,65 dias de trabalho. O próprio imposto sindical, que nós superamos, permitindo que houvesse a discricionariedade e passasse a ser opcional, era um dia de trabalho, e já significava 3 bilhões; aqui, pelas convenções ou autorregulação, nós poderíamos buscar aqui, dentro do histórico dessa contribuição assistencial, de 3,65 dias, então, vai aumentar em 365%, ou poderá aumentar em até 365% esse valor que os sindicatos vão arrecadar.

Então, eu peço aos senhores que façamos a discussão – eu vou escutar aqui o eminente Líder Jaques Wagner – e que tenhamos aqui a oportunidade de nos debruçarmos com serenidade sobre o tema. Nós não estamos aqui impedindo que haja a contribuição assistencial, nós não estamos aqui impedindo que o espírito da decisão do Supremo Tribunal Federal seja ultrapassado, pelo contrário, nós queremos apenas que haja uma regulamentação do direito da oposição para que haja liberdade na escolha e na opção do trabalhador de se ele quer ou não pagar essa contribuição ao seu sindicato, caso ele se sinta representado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pela ordem, Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na sequência, a palavra ao Líder Jaques Wagner.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu só queria fazer um comentário, reforçando o que o Senador Rogerio Marinho acabou de falar, quando, lá atrás, se aprovou que o funcionário pudesse optar... Se ele quisesse, ele optava pelo recolhimento ou não do imposto sindical.

Eu só vou falar por mim, num quadro de 280 funcionários, eu só tenho seis que recolhem o imposto sindical. Agora, eu acho que isso tem que ser do livre-arbítrio de cada funcionário, se ele quiser... Ou, através dele, chegar à empresa e fazer ele ter condições de fazer, sem optar, sem ele chegar a ir ao sindicato... Porque você cobrar uma taxa de um funcionário de R$150 para ele dizer se ele quer ou não, eu acho essa situação muito injusta com o funcionário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Filho. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito, Senador Jaime.

Na sequência, estão inscritos o Senador Jaques Wagner, o Senador Ciro Nogueira, o Senador Alan Rick, o Senador Wilder Morais, a Senadora Margareth Buzetti e o Senador Paulo Paim.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, eu cumprimento V. Exa. e todos os colegas Senadores e Senadoras.

Eu queria fazer algumas considerações, porque minha vida na política começou, primeiro, no movimento estudantil e, depois, em 1978, na Bahia, em um movimento sindical.

Sempre fui defensor da liberdade e da autonomia sindical e tenho muito orgulho de dizer que talvez eu tenha feito a primeira convenção coletiva, em 1989, às vésperas do Governo Collor de Mello, onde nós escrevíamos uma cláusula que ficou conhecida, porque o caso veio até o Supremo Tribunal Federal, como Cláusula 4ª, onde nós abrimos mão da intervenção do Estado sobre as nossas relações, ou seja, era o acordo entre patrões e empregados que regulava.

Fizemos festa e depois os patrões entenderam que não podiam mais cumprir o que tinham assinado, e nós acabamos tendo que recorrer à Justiça e acabamos ganhando no Supremo Tribunal Federal, porque aquele é um ato jurídico perfeito, um acordo entre as partes que não podia ser rompido unilateralmente.

Isso para dizer só que eu acho que é muito importante a força numa democracia, e quanto maior a economia de mercado, mais importante é você ter sindicatos que possam defender os interesses do segmento, eu diria, mais fragilizado nessa relação. Ninguém aqui tem dúvida de que em uma relação capital-trabalho, empregador e empregado, o lado mais frágil é o empregado, que pode sofrer a sanção mais dura, que é a do desemprego, se fizer algo com que o empregador eventualmente não concorde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, via de regra, com todo respeito a todos os empregadores, não são todos que gostam, ou amam, ou se apaixonam, ou querem ter sindicatos nas suas empresas ou no seu segmento, porque era melhor que ninguém contestasse e evidentemente que não houvesse organização sindical.

Eu quero chamar a atenção dos colegas para o fato de que eu acompanhava o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ONU quando ele e o Presidente da meca liberal do mundo, a primeira economia do mundo, o Presidente Biden... e registro aqui: por iniciativa do Presidente Biden, não foi por iniciativa do Presidente Lula. O Presidente Lula – e eu participei dessa interação – foi chamado e, através do Ministro Marinho, começamos a trabalhar a quatro mãos...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – com outro Marinho...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, sim! Não, o outro Marinho, o Ministro do Trabalho, não foi o Senador Rogerio Marinho.

Bom, então, fizeram e lançaram lá, com a presença das centrais sindicais americanas e das centrais sindicais brasileiras, um documento em defesa dos direitos dos trabalhadores, porque está claro que no mundo dos aplicativos, da tecnologia, da modernidade, da robotização, onde cada vez se emprega menos nos empregos que eu conheci, na minha idade, eu estou com 72... e hoje já não existe muito a relação capital-trabalho em muitos segmentos, o segmento dos aplicativos não tem uma relação, a figura tradicional, não tem carteira assinada. O cidadão do aplicativo não tem direito a nada. Aliás, eu fiz um projeto que não pedia relação trabalhista, mas uma relação civil entre o trabalhador do aplicativo e quem, ao fim e ao cabo, o contratava, o que mais acontece hoje.

Então, chama a atenção que o Presidente dos Estados Unidos da América convida o Presidente brasileiro, os dois maiores países das Américas, para lançar um documento em defesa dos direitos... Isso deve acender em nós a preocupação de que ele deve estar se dando conta de que a precarização do mundo do trabalho não ajuda na economia de mercado, porque quanto menos dinheiro no mercado, menos há economia de mercado. Então, para isso eu chamo atenção.

Segundo, eu vim – peço vênia ao Senador Rogerio Marinho – falar do direito de oposição. Eu pergunto a V. Exa. se, no mundo empresarial, V. Exa. conhece dois sindicatos empresariais, ou duas federações empresariais, ou duas confederações empresariais para o mesmo segmento. Eu desconheço – eu desconheço.

Segundo: nada contra o Sistema S, mas – é óbvio, eu falo isso não contra o Sistema S – o Sistema S arrecada compulsoriamente, vou repetir, compulsoriamente, sobre folha de pagamento, a contribuição do Sistema S, que é gerido pelas confederações da indústria, do comércio, da agricultura e por aí vai, com a cobrança... Antes eram 7%, e depois, quando viram que era um exagero, passaram a cobrar 4% para administrar o dinheiro do Sistema S. Eu pergunto aos senhores: alguns segmentos, esses 4% do Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S, recolhidos compulsoriamente... E aí, Senador Marinho, vai para o bolso do trabalhador, porque não me consta que nenhum empresário pague a contribuição do Sistema S e não bote na sua planilha de custo. Isso é parte do custo Brasil. Mas é tábula rasa que nisso não se mexe. E, às vezes, alguns segmentos ainda dizem: "É o meu dinheiro". Não, não é o seu dinheiro. Se está na sua planilha de custo, isso vai para o preço do produto, e, portanto, quem está pagando é o trabalhador. Esse valor – 4% a título de taxa de administração – sustenta o sistema sindical patronal.

Peço vênia mais uma vez ao Senador Rogerio Marinho para dizer do esforço que as centrais estão fazendo junto com o lado patronal, e deve estar havendo esta semana ou semana que vem mais uma reunião tripartite – Governo, empresários e trabalhadores – para regulamentar a autorregulamentação.

Então, na minha opinião, o que está se tentando é cada vez mais chegar aonde V. Exa. pretende, e eu também, porque eu sou defensor da liberdade individual de cada um, mas eu pergunto: se cada um de nós, ou pelo menos aqueles que moram num condomínio, tem a liberdade de, por exemplo, se for ser feita uma obra de melhoria da fachada... Havendo alguém que não concorde com a melhoria da fachada, mas, se uma assembleia do condomínio determinar que vamos fazer a melhoria da fachada e vai haver uma taxa extra, não me consta que alguém possa dizer: "Eu não pago, porque eu sou contra e não tive o direito de externar". É obrigado a pagar, porque vai ser beneficiado o apartamento dele, vai ser valorizado pela valorização do imóvel.

Agora, quando chega na organização sindical, em que todos se beneficiarão de uma negociação, o direito de expressão... Primeiro, Senador Marinho, não é proibido o não sindicalizado ir na assembleia. Ninguém pede carteirinha de sindicalização. Eu fui Dirigente e Presidente sindical, então... Ninguém pede carteirinha para entrar numa assembleia. Sendo da categoria, entra e vai se expressar, sendo ou não sindicalizado.

O que eu quero dizer é o seguinte: o sistema patronal tem a sua contribuição – vou repetir aqui – compulsória, às custas da sociedade, porque vai tudo para a planilha de custos. Ninguém vai botar não sei quantos por cento sobre folha e não lançar. Eu sei que V. Exa. vai dizer que é contra. Não, eu sei que V. Exa. vai dizer que é contra.

A única coisa que eu peço vênia à V. Exa. é que, enquanto essas coisas não se equipararem, não se pode pedir, não vou dizer que é uma guerra, com uma disputa de direitos – o empresário podendo pagar o que pode, o funcionário querendo ganhar um pouco mais –, que alguém tenha uma arma, e o outro entre nessa batalha desarmado. Então, vamos deixar para igualar quando as coisas forem igualadas. Agora, eu não posso ter um sindicato patronal estruturado e um sindicato de trabalhadores totalmente desestruturado, até porque – eu estou falando isso aqui com tranquilidade – eu sou um apaixonado pela liberdade sindical.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu repito aqui: no meu sindicato, em 1989, eu nunca olhei para a lei que dizia quanto era o reajuste, eu acertava com os patrões na mesa de negociação. Se fosse bom ou ruim, eu levava. E já tomei muita vaia ao dizer para os trabalhadores: "Não, hoje não é hora de pedir tanto porque o empresário não tem condição" e assinar um acordo abaixo daquilo que, eventualmente, outros cumpriam pela lei.

Agora, vou insistir: o direito de oposição, Senador Marinho, existe no processo eleitoral. Perdoe-me a comparação, pode ser exagerada, mas é como se um de nós aqui, ambos Senadores, V. Exa. ganhou a eleição de 2018 – "eu" que eu digo é o grupo –, V. Exa. com o grupo, com o Presidente Bolsonaro ganhou a de 2018, eu ganhei a de 2022 com o Presidente Lula, mas nenhum de nós tem o direito, em sã consciência, de trabalhar, como diz V. Exa.– e eu dizia também no tempo do ex-Presidente –, contra o país porque a gente perdeu a eleição.

Então, há uma eleição sindical. A pessoa pode ir lá e montar sua chapa. Eu disputei, até porque, no tempo em que eu entrei no sindicato, os sindicatos, como eram a saída da época dos governos militares, eram todos absolutamente dominados pelos governos militares, era aquela figura famosa do pelego que estava ali só para dizer que tinha sindicato, mas nunca defendeu o interesse do trabalhador.

Então, repare: eu sei que vai para a CAS, eu sei que já houve vista, e iremos a voto, mas eu desfilei alguns argumentos aqui só para dizer para V. Exa. que eu entendo qual é o seu espírito. V. Exa. é um liberal na essência, no bom sentido da palavra, só que eu acho que, numa sociedade tão plural quanto a nossa, de forças desiguais, se não tiver um pouco de regulamentação, que é o que a gente faz aqui todo dia legislando, quem tiver unha maior sobe na parede. Então, é preciso que a gente tenha algum grau de regulação.

E vou repetir: o poder na mão do empresário é muito grande, porque o empresário tem aquilo que é mais sagrado para um trabalhador que é o direito ao trabalho desse trabalhador. Então, não tem nada pior do que ficar desempregado. Eu já fiquei desempregado no meu tempo de trabalhador. Não tem nada pior do que chegar em casa e não ter uma banda de conto no bolso para comprar a comida dos meninos.

Então, quando tem um sistema de desemprego muito alto, que hoje, graças a Deus, a gente está recuperando os postos de emprego, todo mundo sabe que a classe trabalhadora fica fragilizada, porque, quando você tem um desemprego alto, é muito difícil você chamar um trabalhador. Não precisa nem o empregador dizer: "Não quero que vá", as pessoas não vão, porque exatamente têm medo de perder o trabalho.

Então, eu queria só desfilar esse argumento, respeitando os argumentos também de V. Exa., mas só para ponderar algumas coisas. Eu tenho certeza de que as centrais sindicais, em conjunto com as centrais patronais, estão buscando evoluir nessa relação de tal forma que é o reconhecimento. Eu só citei a questão do Presidente Biden porque, querendo ou não, é uma meca do liberalismo mundial e foi ele que puxou a defesa dos interesses do trabalhador. É porque, se precarizar demais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou lhe dizer só uma... Eu fui o primeiro Ministro do Trabalho do Presidente Lula e cansava, às vezes, de receber empresários para o diálogo comigo. E eles diziam: "Pois é, mas desse jeito a gente vai desempregar todo mundo, porque a mão de obra na China é muito mais barata, a mão de obra na China é muito mais barata". E eu, meio que brincando, mas falando sério, perguntava a eles: você quer importar só o custo da mão de obra ou quer importar o modelo completo? Porque, para ter esse custo da mão de obra, tem um modelo político. Se V. Exa. quiser importar tudo, tudo bem. Agora, não dá para importar o preço da mão de obra da China, a estabilidade financeira da Suíça, porque cada um está dentro de um contexto.

Então, eu estou falando que sempre fui a favor; como sindicalista, sempre fiz o mesmo que faço nesta Casa: buscar o entendimento, minha vida inteira foi negociando. Então, eu acho que a gente vai evoluir nessa coisa. Agora, nós não podemos prescindir do sindicato. E, querendo ou não, o sindicato, para se sustentar, depende de alguma verba. Não tem mais o imposto sindical compulsório. V. Exa. citou alguns exemplos que eu não duvido que tenham acontecido, mas eu digo sempre: tem santos e diabos em todos os lados, em todos os agrupamentos, inclusive dentro de nós. A gente é que tem que brigar todo dia para que o santo ganhe do diabo dentro da gente. Nos agrupamentos tem, mas eu posso lhe garantir que nenhum desses sindicatos que está exorbitando... Primeiro porque não vai conseguir cobrar retroativo, não tem nada disso de cobrar retroativo, é a partir das negociações a serem feitas. Em geral, são sindicatos que não têm maior representatividade. Acho difícil que, nas centrais sindicais mais consolidadas, alguém se arrisque a isso.

De qualquer forma, obrigado, Presidente, pela oportunidade de debater a matéria, que eu acho realmente muito importante. E repare, Senador Marinho: eu não estou... É óbvio que a gente está discordando nesse ponto, mas eu não discordo na essência. Se depender de mim, eu acho que a relação capital do trabalho tem que correr autonomamente, com a liberdade de negociação, a liberdade de organização. Esse é meu ponto de vista. Agora, é óbvio que a gente, para chegar lá, precisa estar nesse processo de evolução.

Quando fui Ministro do Trabalho, eu produzi o Fórum Nacional do Trabalho. Meu sonho era sairmos das leis que amarram, que ainda são leis antigas, e irmos para uma nova legislação. Juntamos trabalhador e empresário, com o Estado mediando. Quase batemos lá; depois eu saí do Ministério do Trabalho e não conseguimos chegar. Agora se começa de novo uma tentativa nesse sentido. Eu prefiro apostar no entendimento entre as centrais empresariais e as dos trabalhadores do que a gente regular.

Obrigado, mais uma vez, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero parabenizar o Senador Jaques Wagner, que deu quase uma aula de boa negociação entre empresários e trabalhadores, mas é muito delicada essa questão de relação entre capital e trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero passar a palavra ao Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou começar minhas palavras pelo final do pronunciamento, sempre brilhante, do meu querido amigo Jaques Wagner. Nós queremos chegar a esse final rápido, sem essa passagem tão demorada que os sindicatos do nosso país querem com essa contribuição.

E quero dizer, Senador Jaques Wagner, que, por favor, se for para usar algum exemplo, que não seja o dos Estados Unidos, porque lá não tem contribuição sindical, e foi encerrado... O senhor está usando o exemplo do Biden. Você viu o Biden defendendo volta de contribuição lá? Eu tenho certeza de que quem está na véspera de uma eleição lá não viria com uma matéria tão impopular como essa.

E quero dizer do nosso total apoio – total apoio – ao relatório brilhante do nosso Senador Rogerio Marinho, porque isso aqui, na prática, o que é? Tenta-se, mais uma vez, no nosso país, tutelar o cidadão, tirar-lhe o direito de escolha. Cadê os democratas desta Casa, que querem dar ao cidadão... Ou o trabalhador brasileiro não tem direito de escolha? Não pode ter o direito de escolha? E, no momento, não é um voto; é o seu salário – é o seu salário. E, pelo que eu conheço, não existe nada mais sagrado na relação capital-trabalho do que o salário.

Então, fica aqui o nosso apoio, e peço a todos os Senadores que pensem muito bem se vão querer tirar ou não o direito dos trabalhadores brasileiros de escolher.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra agora, o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Primeiramente, quero parabenizar o nobre colega Rogerio Marinho pelo brilhante relatório, pela defesa importante de um dos maiores princípios que preconiza a nossa Constituição, no seu art. 5º, que é o princípio da legalidade, que determina que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

O relatório do Senador Rogerio Marinho, no meu entendimento, Senador Wilder, é até brando, porque trata de regulamentar o direito de oposição do trabalhador a que não se cobre, não se retire do seu salário – que tem como escopo constitucional o princípio da segurança alimentar inclusive – essa contribuição compulsória.

O que nós deveríamos estar debatendo nesta Casa não era esse tipo de matéria, porque, lá em 2017, Senador Styvenson, Senador Bagattoli, nós já aprovamos a modernização trabalhista. E, com todo o respeito que temos, inclusive, pela importante e brilhante exposição do Senador Jaques Wagner, ora, nós vemos mais uma vez uma decisão do Supremo Tribunal Federal usurpando a competência do Congresso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrapalhando o andamento de outras matérias que nós deveríamos estar debatendo, porque temos que nos deter, novamente, a legislar sobre o que nós já legislamos no passado. E isso vem sendo uma constância. A população tem cobrado dos Senadores a postura de defender as prerrogativas do legislador brasileiro, que os representa.

Então, eu até entendo a maneira educada, pacífica, respeitosa como o relatório do Senador Rogerio Marinho se posiciona a respeito desse tema, mas, acima de tudo, o que nós estamos debatendo aqui é o princípio da legalidade. O art. 8º, inciso V, da Constituição também fala que ninguém é obrigado a se filiar a sindicato.

Ora, existem sindicatos muito importantes, que realmente lutam e defendem os direitos do trabalhador, mas o Brasil tem o número, segundo o Ministério do Trabalho, exorbitante de mais de 16 mil sindicatos, muitos deles apenas, Senador Jaques Wagner, com o objetivo de arrecadar e manter regalias de seus líderes. Mais uma vez, eu repito, existem os sindicatos sérios, que representam o trabalhador, que lutam pelos direitos do trabalhador, e esses sindicatos devem ser respeitados e mantidos, mas não se pode obrigar o trabalhador a compulsoriamente entregar três dias de trabalho por ano de seus proventos, que garantem a sua segurança alimentar, a título, muitas vezes, de sustentar um sindicato que não lhe representa.

Então, eu acredito, Senador Rogerio, que seu relatório, singelo, até respeitoso demais, vem em busca apenas da regulação, da regulamentação, da não compulsoriedade, do direito de oposição. Mas, eu repito, o trabalhador brasileiro tem, como a sua principal prerrogativa, o seu principal direito, o direito de escolha: "Quero ser representado, me sinto representado pelo meu sindicato, vou contribuir".

E, repito, os bons sindicatos devem ser mantidos, os bons sindicatos devem ser incentivados, mas é absurdo o número de sindicatos no Brasil. Nós já vimos diversas reportagens relatando abusos com os trabalhadores, o uso desse imposto compulsório, dessa contribuição para manter regalias de dirigentes sindicais, e isso nós temos que combater.

Então, Senador Rogerio, conte com o nosso total apoio. V. Exa., mais uma vez, representa o clamor do povo brasileiro. E nós, Senadores, devemos fazer coro a essa representação.

Essas são as minhas palavras, Senador Otto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Wilder Morais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu venho aqui também para fazer o apoiamento ao brilhante relatório do nosso Senador Rogerio Marinho.

Eu acho que é um retrocesso nós estarmos hoje aqui discutindo isso, porque também já foi discutido lá atrás. Eu, além de estar na vida pública, tenho uma trajetória empresarial, e a gente tem acompanhado: depois que terminou essa obrigatoriedade do recolhimento, eu não vi nenhum funcionário, colaboradores do nosso grupo econômico vir pedir, vir exigir que precisasse... Aqueles que quiseram fazer, os sindicatos até permaneceram, porque tem muitos sindicatos ainda.

E a gente nota hoje uma matéria até... Em São Paulo, amanheceu tudo em greve: o sindicato também fazendo greve porque houve lá uma questão de privatizações de algumas linhas de metrô. A gente nota que todo esse processo, toda essa briga dos sindicatos nada mais é que querer fazer política neste momento. E é um momento em que nós não temos que fazer política; é um momento em que nós temos que gerar emprego e renda para as pessoas.

O Ciro Nogueira, nobre Senador, foi muito feliz: nós não estamos discutindo a votação aqui de um trabalhador, não é uma questão de um voto; é uma questão de uma decisão de tirar do salário dele o alimento da família dele. Então, ele tem que ter o direito. E esse projeto, brilhante Relator Rogerio Marinho, dá a ele essa oportunidade. A escolha é do trabalhador, e o trabalhador tem que escolher se ele quer ou não ser contribuinte do seu sindicato que tenha prestado serviço relevante na sua profissão.

Então, fica aqui o nosso apoio ao nosso Relator dessa matéria importante, para que a gente possa não deixar o retrocesso acontecer novamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Wilder

Senadora Margareth Buzetti. Com a palavra, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Só gostaria de aqui externar o meu apoio ao relatório do Senador Rogerio Marinho. Eu quero dizer aqui, e tenho o maior respeito pelo nosso Líder, Jaques Wagner, mas em 2018 a Suprema Corte dos Estados Unidos proibiu os sindicatos de fazerem a cobrança sindical e aqui nós temos o contrário. E lá são 7% dos trabalhadores que são sindicalizados. Então, como empregadora, quando acabou a contribuição compulsória, é a mesma coisa que o Wilder falou: ninguém dos nossos trabalhadores teve problema e a gente sempre teve uma relação muito respeitosa. Concordo com o Senador Jaques Wagner, existe um Deus e um diabo em todos nós. Existe gente boa e gente ruim em qualquer lugar, mas contribuição compulsória, os sindicatos criarem formas de retirar sem autorização, remuneração salarial,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quantias indispensáveis à sobrevivência do trabalhador, não sou favorável. Então, expresso aqui o meu apoio ao relatório do Senador Rogerio Marinho.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Margareth.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Vanderlan, me parece, a não ser que eu esteja enganado – eu estava na outra Comissão, era Relator de um projeto –, que está havendo aqui, eu diria, um mal-entendido coletivo. Até me incluo nessa, porque eu cheguei aqui e percebi que está se discutindo aqui contribuição compulsória. Contribuição compulsória de quem? Não tem contribuição compulsória de ninguém e nem vai ter.

Eu não vou ler esses documentos todo das centrais, e que têm o apoio de dez confederações dos empresários, todas estão aqui incluídas. Eu participei ontem de uma reunião com as 12 centrais sindicais e o Presidente Rodrigo Pacheco. O que está se propondo é que haja um processo primeiro, como disse aqui o Senador Jaques Wagner, de entendimento entre empregado e empregadores. Ora, com os anos que eu tenho nesta Casa eu aprendi: quando empresário e empregador se entendem, por que nós temos que nos meter? Eu sempre disse, e até fui criticado por alguns, que eu sou totalmente favorável à parceria público-privada, e repito aqui de novo: eu acho que o diálogo, o entendimento... Ao longo da minha vida como sindicalista, eu sempre dizia o seguinte: o bom sindicalista não se mede pelo número de greves que ele faz; se mede o bom sindicalista pelo número de acordos que ele faz. Ganha a categoria e ganha o empregador, porque houve um grande entendimento.

É isso que nós estamos pregando aqui neste momento. Foi isso que conversamos ontem à noite com o Presidente Rodrigo Pacheco, Styvenson, que de forma muito respeitosa, e o Relator Marinho, disse que, se dependesse dele, conversaria com os dois, na busca desse acordo, desse entendimento. Nós temos uma redação clara que diz: não tem contribuição compulsória, tem direito de oposição, tem que botar limite em qualquer tipo de decisão, inclusive em assembleia. A assembleia não pode decidir que vai descontar tanto dos trabalhadores – não compulsoriamente.

Vou dar o exemplo aqui de outra categoria. Vou dar alguns exemplos: OAB, decide em assembleia, desconta, senão você não advoga. A OAB! Querem que eu dê outro exemplo? Nós mesmos, partidos políticos. Temos ou não temos uma contribuição compulsória que quem paga é o povo brasileiro? Temos, tanto para o processo eleitoral, que há esse debate enorme que vai continuar, se vai para cá, vai para lá, mas tem. Os empresários têm, via Sistema S. Eu sou fã do Sistema S. Se não fosse o Sistema S, eu não estaria aqui. Foi o curso técnico do Sistema S... Vocês já viram aqui dentro, quando dá o debate do Sistema S, eu digo: para aí, eu tenho lado nessa história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, por que não pode ter uma decisão ajustada entre as partes, que nós chamamos de livre negociação, de ter um percentual aprovado em assembleia? Nos meus cálculos, não deveria passar mais de 1%, aprovado em assembleia, tanto para empregado e empregador. Ora, os empresários se reúnem, naturalmente, da sua federação, confederação, e decidem qual vai ser a contribuição que eles vão dar. Mesma coisa o trabalhador.

Se nós olharmos para os Estados Unidos, os Estados Unidos também não têm contribuição nenhuma? Claro que têm! Como é que vive o sindicato lá? Vive de vento, de boas ideias? Não! Tem uma contribuição que é decidida em assembleia, com direito de oposição, e o trabalhador dos Estados Unidos paga para o seu sindicato. Mas é assim a vida, assim caminha a humanidade, é assim a história. Não tem outro jeito!

Se nós quisermos que nós, de forma, eu diria até, na minha avaliação, por um momento de uma maioria que poderá ter aqui ou acolá, digamos: "Olha, nós achamos que tem que ser assim, assim, assim, acabou". Mas e o diálogo? O empregado e o empregador não contam nessa história? Por que eles estão do lado desse documento que eu vou deixar registrado aqui? Esse documento vai todo nessa linha. Nenhuma imposição, direito de oposição. É um documento que não é um documento final, é um documento para o diálogo. Eles estão conversando sobre o tema.

Por isso, Presidente, querido Senador Vanderlan, querido Senador Marinho – me permita que diga assim –, querido Styvenson, o que que eu proporia aqui de forma muito carinhosa, respeitosa a todos: não votamos hoje, conversem com os empresários para ver se isso que eu estou dizendo é verdade ou é mentira. Eu digo, é isso aí que eu estou dizendo. Vocês não me chamaram de mentiroso, ninguém me chamou. Se eu falei a verdade ou não, se eles estão favoráveis a um grande entendimento, que o acordo se faça e não há necessidade de votarmos o projeto. Nenhuma necessidade. O Supremo também não disse isso. Ele disse que é um direito, sim, que haja um ajuste entre as partes para que o sindicato sobreviva.

Claro que o sindicato tem que sobreviver. Tem que sobreviver como? Vou dar um exemplo, porque eu fui sindicalista muito tempo. Como é que é um... Eu chamava sempre dissídio, depois, com o tempo, preferi chamar de acordo coletivo. Como é que se dá? Tu decides, tu fazes o bom combate, tu negocias – combate para mim é diálogo; nem sempre combate é frontal –, tu negocias com as partes. E, quanto ao resultado do acordo coletivo, ganha quem? Toda a categoria. Você não pode dizer: "Não sócio não ganha". Não, isso não existe e nem pode existir. E nunca vou propor isso.

Todos ganham. Se todos ganham e todos entenderem, para a boa prática sindical, que deve haver um torno de 1%, o emprego e o empregador, homologado, passa pelo Judiciário, isso vai acontecer. Ponto. Simples assim. Mas seria mediante o acordo, o diálogo, o entendimento, que é o que eu gostaria muito, meus queridos Senadores e Senadoras, que acontecessem nesta sala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabem que estamos, agora, há 35 anos, 36 anos da Constituinte? Sabem o que eu disse, recentemente? O mais bonito na época para mim era o diálogo que entabulávamos, o centrão, a dita posição de centro, digamos, e a esquerda. Tenho o maior respeito pelo centrão.

Jarbas Passarinho, eu negociei com ele. Se tem direito de greve na Constituição, foi um texto que construímos juntos. Eu fui negociar com Ronan Tito, lá no interior do estado dele, num teco-teco que ele mandou para cá, e voltamos... O Jarbas Passarinho, que era um homem muito inteligente, tenho que reconhecer isso, pegou o texto na mão. O texto era isto aqui, eram sete linhas sobre o direito de greve. Falei com o Covas, falei com o Lula: "Olha, falem com o Passarinho. Se o Passarinho concordar com esse texto, nós concordamos". O Passarinho leu e disse: "Vou defender na tribuna este texto aqui". Defendeu, e aprovamos por unanimidade. É isso que estou pedindo só.

Mas faço questão de falar para vocês. (*Pausa.*)

É mais importante para mim falar para vocês, porque muita gente gosta de falar para o público. Eu gosto de falar para quem vota. São os senhores que vão votar, que vão decidir se é possível um acordo, se não é e onde está esse acordo.

O Presidente Rodrigo Pacheco, ontem – estou falando, porque eu estava na reunião –, vai chamar empresários, os senhores, naturalmente deve chamar também a nós para uma conversa de um texto de entendimento. Então, esse é o apelo. Se nós, que esperamos até hoje, se esperarmos mais uma semana, duas, eu acho que não vai haver grandes problemas. Eu não vejo problema nenhum. Este é o apelo que eu faço: se não houver acordo, vamos a voto. Ulysses Guimarães dizia: "Votem, Srs. Constituintes, não houve acordo". Podemos construir esse acordo. Estou falando aqui em nome dos empresários – e me sinto assim contemplado, autorizado – e dos trabalhadores, para que estabeleçamos uma rodada de negociação e, de repente, Styvenson, possamos, em cima do teu projeto, chegar a um grande entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador e Relator Rogerio Marinho, com a palavra, Senador.

Em seguida, Senador Styvenson.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Eu pedi a inscrição também, Presidente. Só confirme, por favor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Está inscrito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para discutir.) – Obrigado, Rogerio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu não faço parte da Comissão, mas não poderia deixar de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É muito bem-vindo. Peça ao seu Líder para o senhor fazer parte, porque será muito bem-vindo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado.

Eu não poderia deixar de passar aqui para parabenizar e dizer que o projeto de minha autoria caiu como uma luva para o Relator, conhecedor da matéria.

Fica claro, na discussão que está tendo aqui, que não existe uma generalidade de sindicatos, ou seja, nem todo mundo é sindicalizado ou filiado. Estamos obedecendo aqui a Constituição. Estamos dando também uma perspectiva para aquele trabalhador que não é filiado de ter uma facilidade de exercer o seu direito de não participar e de reaver o seu dinheiro que foi retirado, de forma generalizada.

Senador Paulo Paim, eu acho que a discussão não interfere no que ainda vai vir com os empresários, com os sindicatos, com os senhores, com o Rogerio Marinho, comigo de criar um fundo ou não para os sindicatos, do projeto que está em pauta, do projeto que está em tela. Eu acho que são coisas bem separadas.

O que a gente está botando aqui é o direito do trabalhador que não está, que não concorda ou que não se sente representado pelo sindicato de reaver, de forma fácil, simples e rápida, o que foi retirado dele, dos alimentos, poucos, do brasileiro, de forma célere.

Os exemplos que foram citados na relatoria do Senador Rogerio Marinho são presentes. Estão aí, são notórios, já foram noticiados. Isso pode acontecer mais uma vez e pode se repetir diversas vezes. E quem é que vai proteger esse trabalhador, que não é a generalidade que forma o sindicato? Está bom?

Parabéns, Rogerio Marinho! Como disse, uma luva na sua mão, este projeto de lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero aqui registrar a importância da condução desta Comissão por V. Exa., que não se exime de colocar, assim que possível, todos os projetos que interferem no rumo deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, destaco o papel do autor, Senador Styvenson Valentim. Não acompanhei os debates desde o início, mas este projeto aqui demonstra o perfil do Senador, que não é alguém que é extremamente extremista ou alguém que é intolerante, de maneira alguma.

Eu não vi, aqui no projeto, o que alguns poderiam até achar que é, a proibição da contribuição sindical. Não é isso. Ele apenas busca não obrigar as pessoas que assim não o querem ou que não se sentem representadas ou que não concordam muitas vezes com a conduta, com o que é feito através de alguns poucos sindicatos a realizar esse pagamento. Então, esta possibilidade de discussão, de diálogo é o que faz com que se amadureça e com que as pessoas se sintam representadas.

E o relatório do Senador Rogerio Marinho buscou exatamente isto: deixar uma porta de possibilidades para aprimorar este projeto e fazer com que as pessoas que, de fato, não querem se sentir obrigadas a pagar essa contribuição sindical tenham essa opção.

Não é, repito, um projeto para vedar o pagamento, mas, sim, vedar a exigência obrigatória desse pagamento. Pelo menos foi por isso que o Senador Styvenson propôs este projeto, pelo menos foi a forma que eu entendi.

Dessa maneira, acredito que não vamos parar por aqui, pois teremos muitas outras discussões, sempre buscando aqui uma compreensão clara de que os sindicatos, de fato, precisam se reinventar, para que as pessoas sindicalizadas, os trabalhadores se sintam identificados com eles e, assim, sintam prazer em contribuir para esses sindicatos, sem que lhes sejam colocados goela abaixo, sem lhes dar opção de contribuir ou não.

Dessa maneira, como a busca por transparência é uma constante em nossa atuação, este projeto aqui vem nesse mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Senador Relator Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Como Relator.) – Bom, Sr. Presidente, eu acho que nós ouvimos aqui diversos argumentos, argumentos pertinentes, importantes, como deve ser no Parlamento.

Este é um tema que, como eu disse no início, diz respeito a mais de 40 milhões de trabalhadores que têm carteira assinada no Brasil.

Aí vem o primeiro item que eu acho importante ressaltar: nem sempre, Sr. Presidente, a vontade dos empresários e dos presidentes de sindicatos é a vontade do trabalhador comum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lembrar, Senador Jaques Wagner, Senador Paim, eminentes Senadores, importantes Senadores, que trouxeram argumentos importantes para esta discussão, uma convenção que ocorreu, acho que três anos atrás, entre a Febraban e o Sindicato dos Bancários, que é um sindicato importante, forte, articulado e que, apesar da não compulsoriedade do imposto sindical, continua recebendo muitos recursos e sendo bastante instrumentalizado, o que mostra que os bons sindicados sobreviveram. O filtro foi em função daqueles que utilizavam esse instrumento de uma forma diferente.

Houve, finalmente, a resolução de um problema importante para Febraban, que foi a questão da jornada de seis horas. Sempre que algum bancário era demitido no Brasil, ele imediatamente buscava a Justiça do Trabalho e conseguia, de forma retroativa, cinco anos, duas horas extraordinárias pelo tempo em que ele havia exercido a sua função como bancário.

Então, finalmente esse problema foi dirimido, Srs. Senadores.

E quem pagou essa conta? O trabalhador. Foi cobrada uma contribuição assistencial na época que foi, inclusive, superior ao imposto obrigatório ao conjunto dos trabalhadores dos bancos. Para o banco, foi muito bom porque não tirou do bolso dele. Além de ele resolver um problema que ele tinha do ponto de vista gerencial, quem pagou a resolução do problema foram os trabalhadores.

Quando eu escuto aqui, por exemplo, o senhor dizer que defende a regulação – e eu acho bom que isso ocorra – em 1%, vamos lembrar de novo àqueles que estão no ouvindo: 1% é 3,6% do total da remuneração desse trabalhador ao longo do ano, quando o próprio imposto sindical, que era coercitivo, era obrigatório, era no máximo um dia de trabalho.

Então, 1% passa a ser, de 365 dias, 3,65%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Só um exemplo, me permita, sem fazer aparte, só para dizer que a redação que eu ouvi e vi significaria que, se houver um entendimento da assembleia, seria de até 1%.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Perfeito.

Não há regulação ainda. O senhor está falando sobre o que ouviu da questão da autorregulação. E, no documento que o senhor nos mostra aqui, eu falei antes de o senhor chegar, está claro que há uma inibição ao direito de oposição, inclusive, com ameaça de que se penalize quem assim o proceder com práticas antissindicais. Está no documento que o senhor arguiu aí e que eu li há pouco, antes de o senhor chegar.

Mas eu queria falar aqui um pouquinho, se os senhores me permitem, porque eu acho que o que nós ouvimos aqui do Senador Jaques Wagner foi importante. O Senador Jaques Wagner, além de toda relevância como Líder do Governo, foi alguém que militou no movimento sindical. Então, ele tem, literalmente, a mão na massa. Ele pode falar de cátedra, não por ouvir dizer. E foi um sindicalista tão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante que está hoje aqui, sentado ao nosso lado, como Senador da República, já pela segunda vez, me parece, foi Governador da Bahia, é um político extremamente relevante.

E vejam os exemplos que ele nos dá. Ele nos disse que foi feito um acordo, na época em que era dirigente sindical, em que o ato jurídico perfeito foi atacado pelas empresas em função do Plano Collor, se não estou enganado. Houve uma mudança na condição econômica do país, e o que foi definido, os empresários disseram "não podemos cumprir".

Bom, nem tanto ao mar, nem tanto à terra, Sr. Presidente.

Da mesma maneira que temos que preservar o ato jurídico perfeito, dentro do período que foi determinado e dentro dos conceitos que foram definidos – e a mudança que foi feita em 2017 privilegiou justamente este item de que o que é negociado, excepcionalizado no rol exaustivo dos arts. 611-A e 611-B da CLT, que está previsto na Constituição, não pode ser deixado de lado; mas o que foi negociado prevalece sobre o legislado, com as exceções que estão na CLT, que respeitam a Constituição –, nós abrimos mão da ultratividade, que era uma situação que permitia a inércia e prejudicava a economia do Brasil.

Quero exemplificar para os senhores. Se fosse feita uma convenção, um acordo coletivo numa situação em que a economia estava bem, por prazo de dois ou três anos, passados três anos, a economia ficou ruim e os empresários querem sentar à mesa, terminado o período do acordo, essa reunião era procrastinada, porque não interessava naquele momento. Aí demorava quatro, cinco, seis anos. E era o princípio da ultratividade, que foi derrubado na reforma.

Então, da mesma forma que não se pode derrubar o ato jurídico perfeito – e o Senador tem razão, se você consensualiza, se você acorda, tem que cumprir –, da mesma forma a gente não pode utilizar alternativas ou brechas da legislação para fazer o contrário.

O Senador Jaques fala do Biden. A agenda do Biden é uma agenda, me desculpe, Senador, não tem nada de liberal. Ele está num país liberal com uma prática socialista. Aliás, o que ele propõe nada mais é do que a agenda democrática que tem, literalmente, destroçado a economia de determinados estados americanos como da Califórnia, da Pensilvânia, que estão hoje em palpos de aranha, com dificuldades enormes. Não é à toa que a migração interna nos Estados Unidos vai para os estados que são governados pelos republicanos como a Flórida e como o Texas.

E essa questão dos aplicativos é uma outra discussão que a gente vai ter que ter brevemente. Setenta e quatro por cento dos operadores de aplicativos não querem a CLT, na contramão do que querem as centrais sindicais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do direito de oposição, que nós colocamos aqui no nosso relatório, é muito claro. O que nós estamos resgatando não é só o espírito da lei, não. É o que preconiza a própria Organização Internacional do Trabalho quando defende liberdade sindical.

E por que nós não apoiamos aqui a Convenção 87, se apoiamos mais de 50 convenções da OIT? Porque ela quebra a unicidade.

Aí eu pergunto a V. Exa., caro Líder: por que o Governo não manda para cá uma PEC propondo o fim da unicidade sindical? Eu vou estar do seu lado, vou apoiar. Vamos trabalhar juntos?

Agora, um erro não justifica o outro. Não é possível, por exemplo, a gente utilizar aqui como argumento que uma reunião de condômino é a mesma coisa que o salário. O condômino tem a participação da sua renda e contribui para uma reunião de associados. Salários são alimentos. A lei já o preserva como uma questão indelével do trabalhador brasileiro. Você não pode dispor ao bel prazer e, principalmente, de forma coercitiva – coercitiva, sim, porque é impositiva, porque o direito de oposição que é proposto pelas centrais é para inglês ver. Esse é o termo.

Ora, se ela vai ser exercida por ocasião das assembleias de trabalhadores em que no máximo 3% ou 4% daqueles trabalhadores estarão representados, qual é a democracia que se estabelece aí?

Neste momento em que temos, inclusive aqui no Senado da República, vamos trazer aqui o exemplo, reuniões semipresenciais, temos o teletrabalho, temos a internet, por que você não pode exercer o seu direito de oposição através de um *e-mail* ou de um zap? É obrigado você assinar um documento, em duas vias, ficar numa fila sei lá de não sei quantos quilômetros, na sexta-feira, a partir do meio-dia, para praticar o seu direito de oposição? Essa é a realidade de hoje.

Infelizmente, eu entendo que existem diálogos, como colocou aqui o eminente Líder do Governo, mas nós temos que ter uma regra. E, veja, isso só está acontecendo porque, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal, novamente, ultrapassou os seus limites, os seus ditames. Esta é uma discussão que já era para estar ocorrendo dentro do Congresso Nacional de forma prévia.

Aí, Senador Paim, essa discussão que o senhor propõe, dessa comissão tripartite, de se buscar uma forma de financiar os sindicatos, essa era a nossa discussão. A intervenção feita pelo STF gera esse desconforto entre nós, porque nós estamos aqui discutindo os excessos e não a regra.

E qual é a condição que eu tenho de acreditar que a regra vai ser estabelecida se os sindicatos propõem uma autorregulação que diz que estimular qualquer direito da oposição é prática antissindical? Ora, me parece uma declaração de guerra!

Nós temos aqui uma questão que eu acho fundamental, fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos num mundo cor-de-rosa, num mundo perfeito. Não estamos. É a vida como ela é. Por mais que nós tenhamos aqui a presunção de inocência ou que acreditemos que as centrais vão se autorregular, vão fazer como deve ser feito, não é o que está sendo demonstrado pelas exceções que estão sendo publicadas pela mídia.

Então, nós vamos ter a continuidade desta discussão na Comissão subsequente, que é a CAS, cujo Presidente, aliás, é o Senador Humberto. Não tenho dúvida de que, lá, nós teremos a oportunidade de discutir com maior profundidade o que queremos aqui consignar, que é o direito de oposição.

Deixo claro que, em nenhum momento, nós estamos aqui na contramão do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Apesar de não concordarmos com o fato de ter ocorrido, nós respeitamos o que ocorreu lá. Nós estamos regulamentando o que eles decidiram: que tem que ser universal o direito da contribuição assistencial ao conjunto dos trabalhadores, inclusive os não sindicalizados, mas está resguardado o direito de oposição.

É isto que nós estamos regulamentando, Senador Paim: o direito de oposição, de uma forma tranquila, transparente, ordeira, que respeita o livre arbítrio, a liberdade sindical e o direito dos trabalhadores.

Basicamente, era isso, Sr. Presidente.

Claro que haverá aqui tréplica, réplica, mas a nossa expectativa aqui é de que possamos votar o tema e, de forma subsequente, estamos abertos a discuti-lo, com maior profundidade, na CAS.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não é réplica, Senador Marinho, mas só para corrigir factualmente. Na verdade, o próprio Senador Paim colocou, está-se colocando um teto de 1%. V. Exa. falou em 3,65%.

Perdoe-me. V. Exa. faz uma conta usando o 1%, mas não é 1% do salário anual. É 1% do salário mensal. Então, não é 3,65%. É zero ponto alguma coisa, porque é 1% do salário mensal. Não é 1% do salário de 12 meses.

Por fim quero dizer que eu acho que o direito de oposição se faz indo votar. Quem se abstém de uma votação, por exemplo, de Presidente da República, depois, não pode reclamar de quem foi eleito, porque quem decidiu foi quem foi votar.

Eu já perdi e já ganhei em assembleia. Mas tudo bem. Isso aí é uma discussão infindável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só para corrigir que o 1% é sobre o salário mensal.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Podemos votar, gente, encerrar a discussão?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Jaques Wagner, do Senador Paulo Paim e da Senadora Teresa Leitão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3, da CAE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 175, DE 2023

Requer a inclusão do Governador Mauro Mendes do Estado do Mato Grosso no Ciclo de Debates da Reforma Tributária (PEC 45/2019) na CAE.

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Observações:

Aprovado o Requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O autor requer a presença do Governador do Estado do Mato Grosso, Sr. Mauro Mendes, na audiência pública do dia 04/10/2023, nesta quarta-feira.

Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 175, de 2023.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Margareth Buzetti, Mauro Carvalho Junior e Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Giordano, Fernando Dueire, Plínio Valério, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Romário, Esperidião Amin e Laércio Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Irajá, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Tereza Cristina e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 95/2023 - CAE, de autoria Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), REQ 175/2023 - CAE, de autoria Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT), REQ 108/2023 - CAE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 88/2023 - CAE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 133/2023 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), REQ 97/2023 - CAE, de autoria Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), REQ 101/2023 - CAE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 169/2023 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), e REQ 119/2023 - CAE, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Audiência Pública do Ciclo de Debates Temáticos sobre a Reforma Tributária, para análise e discussão do texto da PEC nº 45-A aprovada na Câmara dos Deputados e seus impactos nos respectivos setores. **Participantes:** Sr. Mauro Mendes, Governador do Estado de Mato Grosso; Sr. Affonso Nina, Presidente da Brasscom; Sra. Suely Mühl, Representante da Abicalçados (representante de: Haroldo Ferreira); Sr. Emerson Casali, Representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular; Sra. Luiza Machado de O. Menezes, Advogada, Integrante do Grupo de Pesquisa de Tributação e Gênero da FGV; Sra. Raquel Preto, Advogada, Integrante do Grupo de Pesquisa de Tributação e Gênero da FGV (representante de: Tathiane Piscitelli); Sr. Roberto Quiroga Mosquera, Professor de Direito Tributário da USP e FGV; Sr. Rubens Rizek Junior, Consultor de empresas do mercado de energia elétrica, Ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Ex-Secretário de Governo da PMSP; Sr. Francelino das Chagas Valença, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO; e Sr. Jonathan Barros Vita, Especialista em Direito Tributário do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários - IBET/SP. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e nove minutos do dia dez de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Sergio Moro, Fernando Dueire, Plínio Valério, Otto Alencar, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Paulo Paim, Mauro Carvalho Junior, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Flávio Arns, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Sérgio Petecão e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação semestral prevista na Resolução 42, de 2016, pela Instituição Fiscal Independente - IFI da evolução do quadro fiscal brasileiro. **Resultado:** Realizada nesta data com a presença do Sr. Marcus Pestana, diretor-executivo da IFI; e da Sra. Vilma da Conceição Pinto, diretora da IFI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bênçãos de Deus, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de outubro de 2023.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos os Ofícios nºs 4.329, de 2023, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, e 484, de 2023, da Prefeitura Municipal de Itanhaém.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se a debater a evolução do quadro fiscal brasileiro, inclusive das receitas, despesas, dívida pública, renúncias fiscais e outras variáveis econômico-fiscais relevantes, conforme os relatórios apresentados pela Instituição Fiscal Independente (IFI), nos termos da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2016.

Convido a tomar lugar à mesa os nossos convidados: o Sr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo da IFI – bem-vindo, Marcus...

Senador Ciro, Senador Moro, o nosso ex-Deputado e hoje Diretor-Executivo da IFI fez uma maratona para chegar aqui e fazer a apresentação para nós, saindo ontem, às 4h da tarde – às 3h, 4h, já estava lá no aeroporto em São Paulo –, e depois, às madrugadas, de um lado para o outro, até chegar aqui, às 3h, 4h da manhã. Nós queremos lhe agradecer por esse esforço, mas eu quero aqui lhe dizer que praticamente todos os Senadores e Senadoras que a gente contactou já o conhecem, alguns já foram colegas de V. Exa. na Câmara Federal – só boas referências pelo seu conhecimento. Eu tenho certeza de que esta apresentação aqui, hoje, vai ser muito útil para todos nós. Vamos sair daqui com mais conhecimento do que nós entramos, com certeza. Muito obrigado pela presença.

Também a Sra. Vilma Pinto, Diretora da IFI. Por favor, sente-se aqui ao meu lado. A Sra. Vilma foi sabatinada aqui por esta Comissão em 2021 ou em 2022 – não é, Vilma?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em 2021. E foi uma alegria para nós aqui. Ela mostrou muito conhecimento na área econômica e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai falar para nós hoje, aqui, também fazendo apresentação. Vilma, seja bem-vinda aqui a esta Comissão mais uma vez.

Antes de passar a palavra ao convidado, comunico que esta reunião será interativa – cumprimento todos os Senadores que estão participando remotamente –, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelo expositor.

Na exposição inicial, o convidado poderá fazer uso da palavra por até 30 minutos; ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Prezadas Senadoras e prezadas Senadores, hoje teremos a oportunidade de assistir à apresentação do ex-Deputado Federal e atual Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente, Marcus Pestana, sobre a evolução do quadro fiscal brasileiro.

Marcus foi Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora de 1989 a 2019; é Especialista em Economia Brasileira e Macroeconomia, pela UFRJ; foi Secretário de Planejamento, Orçamento e Coordenação de Minas Gerais de 1995 a 1998; foi Presidente da Junta de Programação Orçamentária e Financeira de Minas Gerais de 1995 a 1998; e membro da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT) de 2011 a 2018, entre outros cargos relevantes em âmbito municipal, estadual e federal.

Bem-vindo, Senador Mauro!

Certamente todos aqui também sabem que a IFI tem histórico de realizar análises com reconhecidos fundamentos técnicos e científicos que foram determinantes em muitos momentos.

Quero apresentar aqui também o currículo da Sra. Vilma da Conceição Pinto, que vai falar.

Senador Izalci, bem-vindo!

Ela possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), 2014, e mestrado em Economia Empresarial e Finanças pela Escola Brasileira de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV EPGE), 2018. Foi assessora econômica na Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (Sefa); é pesquisadora licenciada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas; tem experiência na área de economia, com ênfase em finanças públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: arrecadação tributária, reforma tributária, responsabilidade fiscal e déficit público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Margareth, seja bem-vinda!

A IFI foi criada, no final de 2016, com o objetivo de ampliar a transparência nas contas públicas. Suas funções, conforme fixado na Resolução 42, de 2016, são: divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários; analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente; mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público.

Esta apresentação, no dia de hoje, é especialmente oportuna, tendo em vista que esta Comissão e o Senado Federal recentemente aprovaram um novo regime fiscal com metas desafiadoras, a exemplo de um resultado primário zero já no ano que vem, em 2024. Vejamos, então, o que a IFI tem a nos dizer sobre as perspectivas quanto às tais metas fiscais.

E, além disso, devemos também lembrar a importância de conhecermos cada vez mais sobre a situação fiscal brasileira, que é condição fundamental para entendermos acerca dos aperfeiçoamentos que devemos fazer no texto da PEC 45, de 2019, a ser deliberada em breve na CCJ e no Plenário deste Senado Federal, instituindo nosso novo sistema tributário.

Assim, convido todos os membros de nossa Comissão a assistirem com atenção e a participarem com perguntas e considerações para termos o máximo de informações necessárias ao exercício de nossas atribuições afetas aos problemas econômicos do país.

É o que tinha a registrar.

Com a palavra, o Sr. Marcus Pestana, Diretor-Executivo da IFI.

O SR. MARCUS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Caro Senador Vanderlan Cardoso, nosso Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que tem sido um grande entusiasta e um dos maiores apoiadores do trabalho da Instituição Fiscal Independente, eu gostaria de agradecer muitíssimo o seu apoio.

Aos Senadores Ciro Nogueira, Sergio Moro, Mauro Carvalho, Izalci, meu ex-colega da Câmara, Senadora Margareth, a todos que nos acompanham, a Esperidião, meu grande amigo Esperidião, que está em situação remota na sua querida Santa Catarina, Oriovisto, Rodrigo Cunha também, meu grande amigo lá das Alagoas, e a todos vocês, a todos que nos acompanham pela TV Senado, pela internet, à assessoria da Casa e da Comissão, muito obrigado pela acolhida aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Instituição Fiscal Independente, como registrou aqui nosso Senador Presidente Vanderlan, nasceu em 2016, numa feliz iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, à época, e do então Presidente do Senado Renan Calheiros, com o apoio de todos os Senadores. Ela é estabelecida através da Resolução 42, de 2016.

E eu queria fazer um *merchandising*: nós deixamos aí com vocês – V. Exas. receberam – o nosso último relatório de acompanhamento fiscal e um *folder* que nós fizemos. E eu queria chamar a atenção, primeiro, para a existência do texto, nesse *folder*, da própria resolução; e queria chamar a atenção, para que os senhores e as senhoras pudessem compartilhar com suas assessorias, para esse QR *code* que remete e reporta a um documento da OCDE.

Eu queria compartilhar com os Senadores e com a Senadora que a Instituição Fiscal Independente existe em 51 países e os organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a OCDE, a que o Brasil se candidata desde 2017, acham fortemente que a existência de uma instituição fiscal independente sólida, com musculatura institucional, é um elemento essencial para se registrar a boa governança fiscal de um país.

O papel da IFI, Srs. Senadores e Sra. Senadora, não é emitir juízo de valor sobre as políticas públicas, sobre as diretrizes e as decisões dos Poderes republicanos. Não cabe à IFI falar se a reforma tributária está correta ou errada, ou se o arcabouço fiscal está correto ou está apontando em direção equivocada. A IFI é uma grande guardiã da Constituição e da legislação fiscal orçamentária. Cabe à IFI verificar, acompanhar, rigorosamente, criteriosamente, se a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o arcabouço fiscal, a lei orçamentária, a lei de diretrizes estão sendo cumpridos e lançar os alertas sobre os riscos embutidos em determinada dinâmica da realidade. Então, não nos cabe juízo de valor sobre as decisões do Congresso ou do Executivo. Cabe-nos, em nome do Senado, do Congresso Nacional e da sociedade brasileira, fazer um rigoroso acompanhamento de se a legislação aprovada pelos Poderes republicanos está sendo respeitada, verificada ou não e de se há riscos que se avizinham no horizonte, como é o caso deste momento de grande preocupação e de muitas incertezas.

A IFI é hospedada no Senado Federal. Nós ficamos num anexo do Interlegis. Todos estão convidados a nos visitar, no 2º andar do edifício que homenageia o saudoso Senador Ronaldo Cunha Lima. Nossa equipe é uma equipe aguerrida, muito qualificada e trabalha ali concentrada nesse prédio do Senado Federal.

O §13 da Resolução 4.216 prevê, numa alteração feita em 2019, a presença semestral na CAE. Então, nós estamos aqui, patrocinados pelo nosso Senador Vanderlan, cumprindo um dispositivo da resolução.

As IFIs nasceram no mundo, essas 51... Um levantamento do FMI identifica 51 IFIs, em países como Reino Unido, Portugal, Espanha, África do Sul, Chile. A primeira instituição dessa natureza nasceu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Holanda, em 1945, sucedida pela Dinamarca, em 1962; em 1974, nos Estados Unidos; e as mais recentes foram criadas agora, em 2021, na Costa Rica e no Uruguai.

Então, a IFI brasileira é extremamente respeitada mundo afora. O trabalho da equipe, até aqui, granjeou respeitabilidade, credibilidade. A OCDE nos acompanha, monitora a IFI brasileira.

Recentemente, há cerca de dois meses, recebemos um Diretor da OCDE. Então, a IFI, durante esses seis anos, ainda uma jovem instituição, conseguiu granjear respeitabilidade e muita confiança de todos os *stakeholders*, de todos aqueles interessados na questão orçamentária e fiscal.

Avançando para preparar o terreno para a exposição da Vilma, eu queria compartilhar brevemente a visão de que, hoje – não há dúvida –, a questão fiscal é absolutamente central no Brasil. Não foi sempre assim.

Quando eu me formei – era estudante de Economia –, o problema era estrangulamento externo e inflação. Depois do Plano Real, emergiu e se expôs, em toda a sua dimensão, o desafio fiscal. Basta dizer que os três principais projetos votados pelo Congresso Nacional neste ano dizem respeito às políticas fiscais: a mudança da governança do Carf, o arcabouço fiscal e a reforma tributária. Todos os três convergem para o campo das políticas fiscais e orçamentárias.

Há uma ou outra divergência, mas há um razoável consenso no Brasil no sentido de que a responsabilidade fiscal e o equilíbrio fiscal são essenciais para o desenvolvimento sustentado do país.

Não só a concepção teórica, mas também a experiência prática, os desafios recentes por que passamos e a maior recessão da nossa história no período de 2014 a 2017 nos demonstram claramente que o descontrole das finanças públicas inequivocamente provoca inflação, juros altos, desemprego, recessão e dívida crescente, que formam um círculo vicioso que não liberta o país por um processo positivo e virtuoso de crescimento sustentado e inclusivo. Então, a questão fiscal é absolutamente central.

E, antes de passar para a nossa Diretora Vilma, eu queria, então, deixar quatro percepções muito fortes que eu acumulei em toda a minha trajetória: primeiro, o equilíbrio fiscal é elemento-chave para um processo de desenvolvimento consistente; segundo, o Brasil não se encontra numa situação de equilíbrio. Nós tivemos déficits primários desde 2014, com exceção de 2021, mas retomando uma posição deficitária agora em 2022. Portanto, há um ajuste a ser feito.

Nós temos hoje uma enorme convergência para equilibrar a relação dívida-PIB, porque o crescimento desordenado e agudo da dívida pública pode trazer consequências muito graves. Então, é um objetivo central equilibrar a relação dívida-PIB, mas isso depende de um esforço de ajuste, já que, desde 2014 – não é de agora –, o Brasil vem numa posição de desequilíbrio, e hoje há uma convergência razoável no sentido de que o Brasil precisaria, para estabilizar sua dívida, produzir um superávit primário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1,5% do PIB. No entanto, desde 2014, com exceção de 2021, produzimos déficits, e tudo indica que o déficit, neste ano, vai girar em torno de 1% a 1,4% do PIB.

E a meta para o ano próximo é a que está no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, é um déficit zero, que – a Vilma vai expor – é um objetivo desafiador.

Em terceiro lugar, reafirmo isto: é preciso muita atenção com a dívida pública, e, para estabilizá-la, precisamos de superávit na verdade. Ela não pode evoluir como bola de neve. Os financiadores da dívida, quem tem poupança privada e compra os títulos do Governo, que está em posição deficitária, precisa de um ambiente de confiança, ele precisa acreditar – o investidor, quem compra título do Governo – que a dívida, o Brasil é um país solvente, que vai honrar as suas dívidas.

Então, muitos países, e o Brasil já teve história de moratória... Esse problema das expectativas, na evolução econômica, é muito importante.

Por último, não só o ajuste pressupõe aumento de receitas e corte de despesas, como, para que o processo tenha êxito, para cada decisão pontual de aumento de despesa ou de renúncia de despesa, é preciso criar um evento equivalente, que compense essa decisão. Se nós estamos numa situação de desequilíbrio, precisamos atingir um superávit, e essa não é uma trajetória linear e fácil, é muito importante que, a cada decisão pontual de aumento de despesa ou de renúncia de receitas, haja uma medida compensatória, recuperando a trajetória tendencial rumo ao superávit necessário.

A nossa Diretora Vilma Pinto é uma das mais conceituadas economistas da nova geração. Ela é pesquisadora licenciada do Ibre, da Fundação Getulio Vargas, é Diretora da IFI, e hoje é uma das mais respeitadas vozes pela imprensa, pela sociedade, por todos aqueles interlocutores.

Então, eu gostaria de passar para a nossa economista e Diretora Vilma Pinto, para ela lançar luzes da reflexão da equipe da IFI sobre a conjuntura econômica e sobre os cenários fiscal e orçamentário agora, a curto e a médio prazos.

Muito obrigado, Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Dr. Marcus.

Antes de passar a palavra à Sra. Vilma, eu quero registrar aqui, remotamente, a participação do Senador Rodrigo Cunha, do Senador Fernando Dueire, do Senador Oriovisto. Que bom ver V. Exa. já corado, depois de sair de uma covid que não foi fácil. Então, é muito bom ver V. Exa. com esse sorriso no rosto. E o Senador Esperidião Amin, participando remotamente.

Agora, sim, com a palavra, a Sra. Vilma Pinto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO (Para expor.) – Bom dia! Bom dia, Srs. Senadores, Sras. Senadoras!

Eu vou trazer, sem mais delongas, um pouco de como a gente está vendo na IFI a situação fiscal no país. Conforme já foi antecipado aqui, o objetivo da apresentação é cumprir o §11 do art. 1º da resolução que criou a IFI, que dispõe sobre uma análise sobre a evolução do quadro fiscal brasileiro. Eu vou trazer alguns elementos, mas eu vou centrar a apresentação na parte do nosso novo arcabouço fiscal; então, falar um pouquinho da questão, antes, de como que a gente está vendo o quadro fiscal este ano, em que a gente tem observado que existe uma restrição orçamentária mais pelo lado do teto de gastos, pelo lado das despesas – o Governo tem precisado fazer alguns bloqueios orçamentários ao longo desse exercício – e do ponto de vista do que a gente espera para o ano que vem, que essa restrição passe a se dar mais pelo lado do resultado primário. Então, a parte da despesa é menos restritiva para o ano que vem do que para este ano, mas a parte de resultado primário, consequentemente, a parte de receita é mais desafiadora para o ano que vem.

Bom, conforme já foi antecipado quanto às Instituições Fiscais Independentes, são instituições com mandatos para – vou botar aqui um cronômetro, só para me organizar com o horário – cumprir o monitoramento das contas públicas. A ideia central da IFI é alertar para os riscos. Então, se a gente caminhar na direção em que está sendo discutido um determinado tema, qual é a direção a que isso vai levar em termos de sustentabilidade das contas públicas? Trazendo um exemplo, ano passado, foi discutida no país e aprovada uma emenda da transição e, naquele momento, foi discutida a ampliação de gastos. Este ano, a gente está discutindo as fontes de financiamento para esses gastos. Então, a gente está discutindo agora uma série de propostas que estão em tramitação no Congresso, com o objetivo de gerar recursos para financiar esse aumento de gastos que foi feito no ano passado. No ano que vem – e eu acho que se não no ano que vem, mas nos próximos exercícios –, eu ainda acho que a gente vai ter que passar por um processo de revisão e avaliação de despesas.

E, aí, eu vou mostrar aqui, com base no nosso cenário, por que eu estou pontuando esse fator. E isso está muito associado à questão dos riscos e das tendências relacionadas a isso. Então, são 51 Instituições Fiscais Independentes. A do Brasil foi criada no final de 2016. A maioria, a grande parte dessas instituições foram criadas pós-crise 2008-2009 e o modelo brasileiro foi inspirado no modelo do Reino Unido.

Quando a gente olha a evolução do resultado primário do setor público consolidado – e aqui eu estou separando o Governo central dos governos estaduais, dos governos municipais e das empresas estatais federais, estaduais e municipais, a gente observa que, no período recente, se a gente olhar aqui de 2015 até 2019, a gente começa, até inclusive em 2014, a observar um déficit fiscal no setor público consolidado. Em 2020, 2021 e 2022, a gente teve uma contribuição positiva, muito relevante, dos governos estaduais e municipais com superávit primário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, as fontes desse superávit foram diversas. A gente tem a questão da restrição para dar aumento de salário para o servidor público por conta da Lei Complementar 173, que foi aprovada no ano da pandemia; a gente tem a questão das compensações financeiras que foram feitas entre União e governos regionais para tentar contribuir para essa questão da pandemia também, essa questão federativa – então, são vários *drives*–; e a questão do choque de *commodities* que a gente também tem observado num período mais recente, que contribuiu para a geração de superávit primário do setor público consolidado principalmente nos anos de 2021 e 2022.

Em 2022, a gente observa também um superávit na parte do Governo central, que é essa barra azul mais escura. E agora, em 2023, o que a gente observa é uma reversão dessa tendência de superávit para um retorno ao déficit fiscal. E por que a gente observa essa reversão? Primeiro fato, que a gente discutiu no primeiro momento: aumento de despesa, recomposição – e aí tem toda essa questão de mérito e de necessidade –, mas a gente não tinha discutido nesse momento a questão das fontes de financiamento. Está-se discutindo isso agora, então, é natural a gente observar essa reversão aqui.

Um outro fator é a questão do choque de *commodities*. Então, se a gente observar uma elevação muito forte também, muito em decorrência da guerra e também de outros fatores, a gente tem esse choque que, de certa forma, afetou negativamente a economia brasileira, porque você tem efeitos inflacionários, efeitos muito ruins para a economia, mas, quando a gente olha, em termos de contas públicas, você tem esse efeito muito positivo em termos de arrecadação. E agora também a gente já tem uma acomodação desses preços principalmente do petróleo. E tem uma certa incerteza por conta dessa nova guerra no Oriente Médio. Isso também pode gerar algum reflexo na parte de preços internacionais do petróleo, mas a gente tem monitorado isso, a gente vai monitorar isso mais de perto.

Qual é o resultado? Como bem colocou o Diretor-Executivo da IFI, Marcus Pestana, a gente tem um círculo vicioso. Então, se a gente tem déficit, tende a ter aumento da dívida, isso gera uma desconfiança do mercado, aumenta o risco fiscal, esse aumento de risco gera impacto em juros e um aumento de juros gera aumento de dívida e também tem reflexos negativos no crescimento econômico.

Então, nesse contexto, quando a gente compara a evolução da dívida, seja no conceito bruto, que pega só a União, estados e municípios, seja no conceito líquido, que pega, inclusive, as empresas estatais e o Banco Central, a gente tem este cenário, em comparação ao final do ano passado, de elevação do nível de endividamento. E quando a gente olha para o novo arcabouço fiscal, que foi recém-aprovado, esse novo arcabouço fiscal tem como previsão que as metas têm que ser suficientes para estabilizar a relação dívida-PIB. E o que significa isso? Fazer com que essa dívida pare de crescer como proporção do PIB ao longo do tempo. E como a gente consegue fazer isso? Ou com mais crescimento, ou com um contexto fiscal mais ameno, ou um conjunto das duas coisas. Então, se a gente olhar os fatores condicionantes desse endividamento, a gente tem estas direções: a contribuição do crescimento do PIB para a evolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da relação dívida-PIB e também os fatores condicionantes que estão associados à questão de resultado primário e de juros da dívida.

Quando a gente olha a decomposição desse resultado primário – que eu comentei para os senhores que teve uma trajetória de pequeno superávit, em 2022, e agora, em 2023, volta para o déficit –, a gente tem essa combinação: redução de receitas primárias e aumento das despesas primárias neste ano de 2023. Então, a gente está num cenário de queda de receita e, consequentemente, de aumento de despesas, o que gera um desequilíbrio nas contas públicas de curto prazo.

Quando a gente pensa nas restrições fiscais, comparando 2023 com 2024, a expectativa, e aqui eu estou olhando os dados mesmo do Governo, o cenário mais recente do Governo, a expectativa é que o déficit fiscal para este ano de 2023, ao final do ano, chegue a até R$141,4 bilhões.

A gente tem uma meta de déficit para este ano, que foi aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de R$65,9 bilhões, mas a gente tem a possibilidade de abater dessa meta, de fazer algumas compensações, ou seja, de calcular alguns itens fora desse conceito de meta de resultado primário, o que gera uma margem de R$150,5 bilhões. Então, são R$ 150,5 bilhões que podem ser executados sem serem contabilizados no centro da meta de déficit fiscal, para este ano de 2023. Então, mesmo com um cenário de R$141,4 bi de déficit para este ano, o Governo ainda tem uma margem, um espaço fiscal, de R$75 bilhões em relação à meta de resultado primário.

Quando a gente olha do ponto de vista de despesa, ele tem uma restrição de aumento de despesas.

Então, mesmo que você tenha essa margem, na parte de resultado primário, por conta do teto de gastos, e mesmo com o teto de gastos expandido, via emenda da transição, esse cenário é restritivo, no curto prazo. Então, a gente tem ainda uma necessidade de ajuste fiscal nas despesas do Poder Executivo Federal de R$3,8 bilhões, o que gera uma trava, um impedimento, para que esse espaço de R$75 bi aumente, seja consumido por completo.

Em 2024, no entanto, o que a gente observa?

Um cenário inverso. O cenário em que o Governo tem o centro da meta de 0% do PIB. O objetivo é zerar o déficit fiscal, mas agora a gente tem intervalos de tolerância para essa meta de resultado primário, ou seja, se ele fizer até 0,25 pontos percentuais do PIB a menos do que está no centro da meta, ele ainda assim vai estar cumprindo a meta de resultado primário. Então, mesmo que gere um déficit fiscal de 28,6 bi, ainda assim, estará cumprindo a meta de déficit fiscal. E ele apresentou, um Projeto de Lei Orçamentária Anual para este ano, uma proposta, que tem um superávit fiscal de R$2,8 bilhões.

Só que nesses R$2,8 bilhões têm uma série de medidas fiscais que estão condicionadas à aprovação do Congresso. Então, tem uma série de propostas, de medidas, que ainda estão em apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você tem um certo risco associado também ao cenário de 2024 por diversos fatores. Um dos fatores é a não aprovação integral de todas as medidas.

Outro fator é a aprovação das medidas, mas a projeção, o impacto efetivo ser menor do que o impacto potencial e outros fatores de riscos que estão associados à realização desse déficit fiscal zero.

Tem um outro fator que eu adiciono aqui, que é a questão das premissas macroeconômicas que balizaram esse cenário. A exemplo do PIB, o crescimento econômico projetado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 considera um crescimento de 2,3% para o ano que vem; hoje foi divulgado o relatório do FMI com projeções para o crescimento econômico mundial em que o Brasil é projetado para o ano que vem com um crescimento de 1,5%; o boletim Focus, que também foi divulgado hoje, está com expectativas de mercado de 1,5%; a IFI projeta a gente com um cenário de 1,2%. Então, é um cenário que, se houver uma frustração de crescimento econômico, também adiciona risco para essas premissas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É 1% ou 2% ou 1,2% a da IFI?

A SRA. VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO – É 1,2%.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É 1,2%. Obrigado.

A SRA. VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO – Por fim, na parte de despesa, a gente também tem alguns riscos, mas são riscos que eu considero menores em relação ao que a gente tem observado na parte de receita, na parte da meta de resultado primário. O principal *driver* de incerteza em relação à despesa primária está associado a esses R$32,4 bilhões, que foram colocados como despesa condicionada e são condicionados à aprovação da mensagem modificativa que foi encaminhada ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias e também à realização das premissas de inflação para o final do ano. Então, a gente tem dois cenários de incerteza na parte de receita e na parte de despesa. Na parte de despesa, já está mais ou menos mapeado, e a gente tem um certo horizonte de como que vai desempenhar a inflação até dezembro deste ano, mas acho que a principal questão está na parte das receitas para fazer cumprir a meta de déficit primário.

E, quando a gente olha o cenário atual de receita, o que a gente observa? A gente está com o cenário de expectativa de crescimento de receita para o ano que vem, mas o cenário atual mostra uma realidade um pouco diferente. A gente tem observado queda na parte de arrecadação, ou seja, na parte das receitas administradas por diversos canais, principalmente Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e a gente tem observado também queda nas receitas não administradas – e aqui os principais *drivers* de variação negativa são a parte de *royalties* e participações especiais e a parte de pagamento de dividendos, principalmente dividendos da Petrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no cenário atual, o que a gente tem observado é queda da receita do Governo para este ano, nesses primeiros meses de 2023, e uma expectativa, por parte do Governo, via receitas extras, via receitas que ainda estão em tramitação, de recompor essa perda de receita para o ano que vem.

Na composição dessas medidas – são diversas medidas que estão hoje em tramitação –, a gente compara aqui o cenário que está colocado na proposta orçamentária, os valores que foram considerados na proposta orçamentária e os valores que a gente tem considerado no nosso cenário, justamente para tentar incorporar esse fator de incerteza em relação à possibilidade de frustração das premissas que embasaram a construção do cenário, ou em um possível risco de arrecadação abaixo do potencial estimado nessas medidas, ou até mesmo a não aprovação de uma ou outra medida no Congresso.

Então, são os riscos que estão associados a esse cenário, para o ano que vem, de se alcançar esse déficit zero.

Aqui a gente está comparando o cenário do Governo com o cenário da IFI para as receitas administradas, só para a gente ter uma ideia, uma noção do que isso representa, qual o impacto disso no cenário e o fator de desvio do cenário da IFI para o cenário do Governo. Então, a gente tem uma diferença relevante entre os dois cenários, para 2024, associado à questão das receitas administradas. A gente está com uma diferença de R$212 bilhões entre o cenário projetado no PLOA 2024 e o cenário da IFI. Esse é um dos principais fatores que contribuem para o nosso cenário de déficit para o ano que vem, que, hoje, está estimado, para o setor público consolidado, em déficit de 1%.

Isso está associado muito à questão desses riscos que a gente tem observado, a questão das nossas premissas macroeconômicas, a questão dessas medidas que ainda estão em tramitação e, conforme for se desenvolvendo a tramitação desses projetos, a gente vai ter mais acurácia para incorporar, no nosso cenário, todos esses fatores.

Do ponto de vista de despesa, eu trouxe por órgão, lembrando que o limite de despesa primária, seja na regra do teto de gastos que foi criada no final de 2016, seja no novo arcabouço fiscal que vai começar a valer em 2024, esse limite é dado por Poder e órgão. Então, esses limites não são limites globais, eles são limites individualizados. O Senado tem o seu próprio limite de despesa, a Câmara dos Deputados tem o seu próprio limite de despesa, o Supremo Tribunal Federal tem o seu próprio limite de despesa, e cada órgão e cada Poder tem que cumprir os seus limites individuais.

Naturalmente, a gente olha que o Poder Executivo concentra a maior parte desses recursos e também concentra a maior probabilidade de risco de não cumprimento dessas metas, dado o volume de despesas obrigatórias que você tem em relação às despesas primárias totais, mas aqui é só para destacar o impacto que a gente tem entre o teto de gastos atual, já considerando a emenda da transição e o novo limite de despesa para o ano que vem, considerando essas despesas condicionadas de R$32,4 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um impacto. Sem essas despesas condicionadas, você teria uma redução no limite de R$115,3 bilhões, para o ano que vem... Um aumento – perdão – de limite de gastos para o ano que vem, e, com essas despesas condicionadas, você tem um aumento de R$147,7 bilhões, para o ano que vem, em relação ao teto de gastos atual. Então, é uma expansão fiscal – considerando esses dois limites – elevada, considerável.

Quando a gente faz as projeções dos cenários da IFI e do PLOA – lembrando que aqui o cenário do PLOA é pelo conceito autorizado –, no cenário da IFI, a gente pega o que a gente está esperando de despesa efetivamente paga. Então, nessas projeções, a gente tenta chegar, realmente, ao resultado primário efetivamente realizado, que leva em consideração possibilidade, por exemplo, de empoçamento, entre outros fatores, e a gente chega a um cenário mais ameno em relação ao cenário do PLOA.

Então, o PLOA do ano que vem embora considere que as despesas primárias cheguem a 19,2% do PIB, o nosso cenário, na IFI, para 2024, é de que essas despesas alcancem algo como 18,8% do PIB – no ano que vem.

Então, reforço que o principal fator de incerteza aqui, no nosso cenário, está associado à questão realmente das receitas primárias, não tanto no lado das despesas.

E aqui é só para poder mostrar um pouco do panorama, a questão do teto de gastos, as modificações que foram sendo feitas ao longo do tempo. Por que eu trouxe esse eslaide aqui? Ele é importante para mostrar um pouco do que a gente espera com uma regra fiscal e o que a gente pode ter.

Quando a gente fala de regra fiscal, a gente está falando de uma restrição duradoura na política fiscal, com o objetivo de tirar o viés deficitário e trazer um horizonte de condução das contas públicas – um horizonte relevante. Então, quando a gente fala de regra fiscal – e geralmente é uma regra fiscal numérica: ela pode estar associada à questão de primária, à questão de despesa, à questão de dívida, tem vários tipos de regras fiscais –, o objetivo fiscal é dar um horizonte de médio prazo sobre a trajetória futura das contas públicas. E, quando a gente tem muitas modificações nas regras fiscais, você tira um pouco desse horizonte. Então, um pouco desse excesso de modificações, ao longo do tempo, nas regras fiscais traz um pouco de incerteza sobre qual é o efetivo caminho que esses gastos, esse resultado primário ou essa dívida, dependendo da regra fiscal, vão tomar.

A última mudança foi a do final do ano passado, que previa uma expansão fiscal para este ano de 2023 e adicionalmente determinava criar uma nova regra para substituir o atual teto de gastos.

E, aí, o que a gente observa? No teto de gastos, a gente observa uma regra fiscal relativamente simples: o teto do ano anterior corrigido pela inflação. No novo arcabouço fiscal, a gente observa uma regra fiscal complexa. Então, aqui é só para poder ilustrar quão complexa é, quais são os possíveis tetos de gastos que a gente pode ter para o ano seguinte, a depender das condicionantes que a gente tem anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma regra fiscal um pouco mais complexa, no entanto ela é mais flexível. E, quando a gente observa a literatura internacional, a gente tem um *trade-off* entre simplicidade, flexibilidade e aplicabilidade, mas a literatura internacional também reforça que o mundo tem caminhado para regras fiscais mais flexíveis, só que é importante não prejudicar demais a questão da simplicidade.

Então, essa regra fiscal – e isso também está alertado em relatórios do FMI que foram divulgados, analisando o novo arcabouço fiscal brasileiro, em que também foi colocada essa pontuação –, de fato, é mais flexível, tem uma questão de ser pró-cíclica no curto prazo, mas gera uma tendência de melhora gradual das contas públicas, só que ela é, de fato, uma regra mais complexa para a gente comunicar, dar transparência e monitorar ao longo do tempo.

Aqui, eu trouxe esse eslaide para atentar mais a esse ponto que eu destaquei, que é o 1,5%. O que é esse 1,5%? O novo arcabouço fiscal fala que a gente tem que ter metas fiscais condizentes com a estabilização da relação dívida-PIB. Então, não é qualquer meta fiscal que pode entrar agora na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Você precisa ter uma meta de resultado primário que seja compatível com uma trajetória sustentável da relação dívida-PIB para pelo menos dez anos.

Nesse horizonte, a gente precisa saber qual é essa meta, qual é essa meta fiscal que estabiliza, que mantém a dívida estável ao longo do tempo. Então, aqui eu peguei a dívida prevista para o final deste ano, que a gente está esperando na IFI, que é 75,8%, e fiz vários cenários de crescimento econômico e vários cenários de taxa de juros real; e essa distância entre crescimento e taxa de juros vai ditar qual é o resultado primário que eu preciso fazer, qual é a economia de recurso que eu preciso fazer para que a minha dívida não cresça ao longo do tempo.

Então, combinando um crescimento potencial da economia de cerca de 2% com uma taxa de juros real em torno de 4%, a gente teria hoje uma necessidade de geração de superávit primário de 1,5%. Mas notem que a gente está falando hoje de resultado, até agosto, de déficit de 0,7%. Então, a gente precisa sair de 0,7% de déficit primário deste ano e chegar até a 1,5% no horizonte de até dez anos para a gente conseguir – média de 1,5% ao ano –, de fato, estabilizar isso ao longo do tempo.

Aqui eu tracei as metas que foram colocadas na LDO até 2026; de 2017 até 2033, eu travei com uma meta de resultado primário necessário para manter essa dívida pública estável como proporção do PIB.

E aqui eu trouxe um panorama das receitas primárias sujeitas a essa regra do novo arcabouço fiscal, porque, na verdade, o teto de gastos, o novo limite de despesas vai depender da dinâmica de receitas. Então, quanto mais receita você tiver, mais você vai poder gastar; quanto menos receita você tiver, menos você vai poder gastar, limitado a um piso de 0,6% e a um teto de 2,5%. Eu tracei diversos cenários para receita e vi como que vão desempenhar as despesas nesses diferentes cenários para saber quão sensível é essa regra fiscal, esse novo arcabouço fiscal ao desempenho das receitas primárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os cenários que eu tracei foram quais? No primeiro, eu peguei uma média de 1999 até 2022, média histórica completa, e vi, se a receita crescer de acordo com a média histórica, a gente consegue fazer, na média, um resultado primário que estabiliza a relação de vida PIB ao longo do tempo? Sim. Então, a gente consegue, na média, 1,7% do PIB, mas, na média, pegando as metas de 2024 até 2033, a gente precisaria de 1,3%.

Se a gente pegar a média de 2000 a 2009, que corresponde ao período de *boom* de *commodities,* foi o cenário em que mais cresceram as receitas, a gente consegue cumprir? Sim, consegue com uma larga folga. Se a gente conseguir gerar um crescimento de receita real na magnitude que a gente viu nessa década, a gente estaria com um primário muito superior ao necessário e a gente conseguiria, inclusive, reduzir a relação dívida-PIB.

Outro cenário foi o cenário de 2010 a 2019, lembrando que a gente teve recessão nesse período. E, se a receita crescer na média do que cresceu de 2010 a 2019 – tirei o período da pandemia aqui –, a gente não consegue chegar a esse superávit primário. Então, precisaria de mais receita.

Em outro cenário, o cenário 4, que é o nosso cenário central, a gente fez uma um estudo com base em fundamentos econométricos para calcular a elasticidade de longo prazo da receita em relação ao PIB e a gente chega a uma elasticidade que gira em torno de 1 ponto. Se a receita crescer de acordo com esse cenário econométrico que a gente calculou via estudo especial da IFI, a gente não conseguiria estabilizar a relação dívida-PIB nesse horizonte relevante. A média de resultado primário seria de 1, e a gente precisa de 1,3.

E, por fim, eu peguei o limite inferior e limite superior do teto de gastos, então, aplicando 70% em 0,9%, 70% em 3,6%, a gente chegaria ao piso de 0,6% e ao teto de 2,5%. E, quando a gente pensa uma receita crescendo sistematicamente 0,9%, em termos reais, a gente não consegue o primário – faz um primário pífio ao longo do tempo –; mas, se a gente conseguir fazer com que a receita média anual cresça sistematicamente em pelo menos 3,6%, em termos reais, a gente conseguiria também cumprir a meta, manter a relação estável em 2033.

Só que, no médio prazo, quando a gente pensa os anos iniciais da regra fiscal, apenas no cenário 2, que é o cenário de *boom* de *commodities*, a gente conseguiria cumprir a meta nos anos iniciais do novo arcabouço fiscal. Embora a trajetória seja de melhora gradual ao longo do tempo, nos anos de 2025, 2026 e 2027, em nenhum dos outros cenários a gente conseguiria alcançar esse superávit necessário.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO – Aqui, a questão dos juros, para mostrar que, mesmo com uma redução do aperto monetário, a gente tem observado uma pressão desses juros na questão da dívida pública. Então, a gente tem observado um aumento do déficit nominal, do resultado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nominal, tanto pelo *driver* do resultado primário quanto pelo *driver* dos juros nominais, do pagamento de juros da dívida.

Aqui é uma síntese das projeções da IFI. Então, a gente tem esse cenário de 1,2% de crescimento para o ano que vem, ao invés de 2,3%, que está muito associado à expectativa de um cenário menos benigno, com vetores altistas, para o ano que vem, na parte de despesa e baixistas na parte de receita.

E, trazendo outro fator relevante para a questão da dívida pública e do superávit do setor público consolidado – eu mencionei no início que a gente teve uma contribuição relevante dos governos estaduais e municipais em 2021 e 2022; e, agora em 2023, a gente tem observado um cenário inverso –, eu trouxe a meta, o resultado primário realizado ao longo do tempo, e a gente vê como tem sido a deterioração dos resultados primários de estados e municípios ao longo desse período recente.

Por fim, esse meu último eslaide é para mostrar um pouco como a gente está vendo a questão da dívida pública, levando em consideração fatores de incerteza. Então, aqui, de novo, é um modelo que a gente tenta incorporar ao nosso cenário central de dívida, que, no momento, não está sendo estável ao longo do tempo como proporção do PIB. Qual é a probabilidade de essa dívida ficar acima desse nosso cenário central? Qual é a probabilidade de ele ficar abaixo desse nosso cenário central? Qual é a probabilidade de essa dívida, em 2027, chegar a superar 90% do PIB, por exemplo? Então, a gente consegue calcular esses fatores em torno do nosso cenário base de incerteza. E a gente traça 1,5 mil cenários para conseguir calcular esses fatores de incerteza. E aí a probabilidade de a dívida alcançar 90% do PIB até 2027 é de 18% nessa nossa perspectiva.

Bom, é isso.

Obrigada.

Estou aberta a perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Vilma. Nós que agradecemos. Parabéns pela sua apresentação.

Vamos passar aqui à lista de inscritos.

Senador Rogerio Marinho, primeiro inscrito, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Bom, Presidente, primeiro quero lhe agradecer o convite.

Eu tenho estado esses dias, assim, meio fora do contexto. Eu tenho reunião agora, às 10h30, mas fiz questão de vir. Vou tentar pelo menos dar uma palavrinha rápida aqui. Agradeço muito, porque realmente foi muito instrutivo. Quero pedir, inclusive, ao Marcus aqui e ao nosso Presidente... Vai ser disponibilizado esse estudo, para que a gente tenha um acesso, assim, mais aprofundado?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer à Dra. Vilma – parabenizá-la – e aos nossos pares aqui.

Quando nós analisamos os dados fiscais, é importante sermos conservadores. Parece-me que essa é a tônica dos senhores aqui do IFI. Eu vejo um quadro um pouco mais dramático, porque existe uma série de fatores supervenientes que não estão sob o nosso controle, mas estão sinalizados. Por exemplo, o Governo, neste ano, aprovou um projeto de lei em que atrela o crescimento do salário mínimo ao crescimento do PIB, de forma positiva. Isso certamente vai ter um impacto nas contas públicas, notadamente mais ao lado dos salários, naquela que mais impacta os nossos custos, que é justamente a previdência, além dos benefícios.

O Governo não estabeleceu uma política clara em relação à questão fiscal e tributária neste momento, não é? Nós estamos tendo um problema muito sério, que está se agravando de uma maneira vertiginosa, com inércia do Governo Federal, que é a questão da compra de produtos eletrônicos. Então, o que apareceu como se fosse apenas uma questão menor, tornou-se tão grande que o Estado de São Paulo – e eu tenho dito isso, não é? – perdeu 10% do seu faturamento, da sua tributação nos seis primeiros meses do ano. E, se o Estado de São Paulo perdeu, apesar do crescimento do seu PIB em quase 2,6%, 2,7%, é porque o comércio não vende; e, se o comércio não vende, ele não encomenda às indústrias – e são os setores que mais contribuem para a tributação, para o caixa dos governos.

Nós estamos tendo um problema em função dessa situação e da inércia do Governo. Isso está impactando diretamente a formação dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, o que fragiliza a prestação dos serviços na ponta, notadamente nos estados do Norte e Nordeste, que vivem, de uma forma muito forte, em função desses recursos que são transferidos constitucionalmente, têm poucas outras fontes de receita.

O Governo recentemente aprovou, aqui no Congresso, o PLP 136, com uma série de distorções ou jabutis ou armadilhas. Então, estabeleceu a antecipação do ICMS em função da reoneração, que seria em 2024, para 2023; estabeleceu uma compensação, por três meses do ano, da questão do FPM – não por 12 meses, apesar de toda a propaganda, ele fez uma propaganda dizendo que era um ano, mas foram só três meses –; mas o mais grave é que permitiu que os estados tivessem o que eu chamo de licença para tributar. Não tem aquela licença para matar, não é? Deu a licença para tributar. Então, estabeleceu que os estados podem livremente aumentar suas alíquotas relativas ao que incide sobre os combustíveis e, ao mesmo tempo, retirou a temporalidade. Havia uma cronologia – a cada seis meses – e isso foi extinto. Então, a qualquer momento, os estados podem fazê-lo.

E o que, de fato, ocorre é uma guerra tributária sem precedentes. Os estados da Federação, com raríssimas exceções, estão aumentando as suas alíquotas de ICMS na perspectiva da futura reforma tributária para terem um pedaço maior do bolo do IVA, o que mostra, novamente, um equívoco grosseiro do Governo na condução da reforma tributária, que permite essa luta livre. E quem perde, com isso, é a população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos outro fator que eu considero muito grave também de mais uma barbeiragem do Governo Federal. No início do ano, o Governo fez três movimentos que estão impactando na questão fiscal e nos investimentos no Brasil: o primeiro muda a política de desinvestimento da Petrobras, em função da ideologia do programa de Governo atual, mas o mais grave é que ele muda também a remuneração dos acionistas, e o Governo Federal é o maior acionista da Petrobras e de outras empresas estatais. Então, baixou de 65% para 40% a remuneração dada aos acionistas por lucro. Isso significou, no primeiro semestre, a retirada de mais de R$30 bilhões, que estavam projetados na receita do Governo Federal, com todos os impactos que isso pode significar. Não é à toa que está caindo a arrecadação, é falta de perícia na condução, é bate-cabeça e desastre do ponto de vista de administração contábil e fiscal.

Nós estamos vendo também um problema em relação à questão do arcabouço. Eu votei contra o arcabouço e disse que não seria cumprido no primeiro ano, que era literalmente para inglês ver, resgatando o adágio popular. O Governo acenava no sentido de que a meta era zerar o déficit em 2024. Espero ter queimado a língua naquela oportunidade e queimá-la em 2024. Vou ficar muito feliz em botar um gelo na língua. Espero que o Governo consiga zerar o déficit, mas acho muito pouco provável, porque praticamente todas as ações do Governo são no sentido contrário. A responsabilidade fiscal saiu por uma porta há muito tempo. O Governo tem feito aqui uma política recorrente de aumento de gastos públicos, sem se preocupar com a qualidade dos gastos que tem e nem se preocupar com a melhoria da produtividade, de uma reforma administrativa, enfim... Está pensando em fazer novamente o ajuste pelo lado da receita.

Nós já temos hoje uma relação de quase 34% de dívida-PIB – trinta e três ponto quarenta e tantos por cento –, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional do ano passado.

A reforma tributária que está aqui na Casa, de acordo com o próprio Governo, sai de um patamar de 22% do IVA dos estados, dos municípios e do Governo Federal para quase 27,5%, com os subsídios que foram acrescidos, as exceções que foram acrescidas pela Câmara Federal. Eu considero que esse é um cálculo conservador. Nós já identificamos em torno de 29%. Sete por cento significa... É claro que a gente vai avaliar isso no futuro, mas a FGV já fez um estudo e o divulgou na semana passada na linha do que eu vou falar aqui. Sete por cento de aumento de impostos no IVA, que só representa um terço dos impostos cobrados no Brasil... Nós estamos falando aí de mais de 3,5% a mais na carga tributária brasileira. Então, vamos para perto de 38% apenas com o que chegou da Câmara. Não vamos nem falar de Senado da República.

Então, nós temos hoje um quadro extremamente preocupante, porque, quando foi feito o arcabouço, o Governo foi a público dizer que teríamos estabilização na curva da dívida. O próprio instituto que vocês representam aqui mostra que essa estabilização está a perder de vista – eu vou usar aqui uma expressão também mais tranquila: a perder de vista. Nós vamos ter, gradativamente aqui, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento da dívida pública e me parece que toda hora a gente vai ter uma boa notícia no sentido de permitir que isso seja acelerado.

O Governo, antes da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e antes da votação do Orçamento, anunciou um novo PAC, como se nós já não tivéssemos experiências suficientes do desastre que aconteceu anteriormente. Aliás, em 2015, nós passamos pela maior recessão do país desde 1948, e não havia Brumadinho, não havia a guerra do Irã e Iraque, não havia epidemia do covid, não havia a crise hídrica que ocorreu, que foi a maior em 92 anos, em que a gente teve uma séria restrição do ponto de vista hídrico, o que causou problema na área de energia e, consequentemente, a diminuição do crescimento do país.

Então, nós estamos repetindo os mesmos erros, os mesmos métodos e mudando pouco os personagens. Então, a gente já conhece o filme. Vamos ter que trabalhar muito para, daqui a três anos, tentar recuperar.

Mas eu vou concluir aqui, para não...

E ainda tem os outros fatores que a gente não está controlando. Está aí a desaceleração da China. Nós temos aí um efeito positivo, que é a diminuição do preço da carne, porque os nossos frigoríficos foram desabilitados no ano passado em função da vaca louca do Pará, mas não foram reabilitados este ano, porque há uma desaceleração da economia chinesa, e isso tem resultado na diminuição do preço da carne. O Ministro está dizendo que é culpa do Lula, eu estou dizendo que é culpa da China.

Nós estamos com uma supersafra este ano. O nosso Presidente aí, que também é agro, sabe que nós tivemos uma safra contratada no ano passado e, de forma crescente, nos anos anteriores, o que permitiu que tivéssemos uma produção muito grande de grãos, o que também está pressionando positivamente a nossa economia – positivamente, isso é um dado positivo. Mas, depois da guerra da Ucrânia, vem aí a guerra de Israel com o Hamas, que pode ter uma escalada com o Irã. Se o Irã entrar na guerra, nós corremos um risco muito sério na questão do combustível, do petróleo. Então, são fatores que não estão dentro do nosso esquadro aqui.

Nós temos no Brasil oito ou dez mil obras paralisadas há mais de quatro, cinco, seis, oito anos, porque hoje o Governo está chegando com a narrativa de que tem obras paralisadas, 15 mil, só que ele não está contabilizando que foram paralisadas em outubro do ano passado, novembro, porque o Governo atual só começou a passar recursos novamente em maio, junho. Essas oito ou nove mil obras, Senador Vanderlan, foram todas elas oriundas dos PACs. Então, por exemplo, o Governo está agora querendo fazer um grande programa para reconstruir e construir as creches e as escolas que foram contratadas em 2012, 2013, 2014, nesses mesmos PACs. Nós estamos vendo aí a retomada da construção de casas populares. E olhem a armadilha em que nós estamos entrando: nós vamos contratar casas populares, dizem, 2 milhões de casas, contratar 20% dessas casas, empenhando e reservando recurso para 20%, ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, ao longo de cinco anos, nós teremos pressão uma recorrente no orçamento, porque, no ano seguinte, vai acontecer mais.

Então, eu vejo com muita preocupação a forma como o Governo tem se comportado em relação à política fiscal e à política tributária.

Por último, a política tributária, a reforma tributária que nós estamos vendo aí, claro que é necessária, eminente Deputado Marcus Pestana, meu amigo e companheiro. Estivemos juntos lá na Câmara Federal. Claro que todos nós entendemos a sua necessidade. Só que o Governo nunca quis essa reforma tributária. E por não ter querido a reforma tributária, não se sentou à mesa para fazer a negociação. As negociações que foram feitas na Câmara Federal, junto ao Relator Aguinaldo, grande Relator, e ao Presidente Arthur Lira, foram conduzidas por esses dois personagens. Então todas as exceções, todas as renúncias que foram feitas, não tiveram acompanhamento do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e da Receita Federal. Por isso, que a gente está diante de um fato como esse.

Quem vai botar o guizo no pescoço do gato? Quem vai dizer qual o setor que vai ter que abrir mão de uma renúncia ou de uma situação diferenciada, para termos uma carga tributária menor?

Essa carga tributária que está sendo aplicada hoje no Brasil já é absolutamente difícil de ser suportada pela sociedade brasileira. E o prenúncio é que nós vamos fazer o ajuste fiscal com mais carga tributária. Por mais justa que seja a cobrança de determinados setores, nós vamos ver um evidente desequilíbrio, uma elisão fiscal e uma corrosão de base.

Então, infelizmente, os estudos que são feitos hoje, diante de uma realidade, não vão dar certo no futuro. Eu não estou aqui sendo pitonisa, nem estou querendo ser o arauto das más notícias, não, mas é vida real.

Se o Governo, por exemplo, vai taxar o fundo *offshore*, e eu acho justo taxar quem não é taxado, dependendo da proporção dessa taxação, é muito provável que o detentor do recurso vá para uma outra aplicação e aquela base não exista mais para ser taxada.

Então, eu quero aqui elogiar o trabalho dos senhores e dizer da nossa satisfação de ter acompanhado, de ter atendido aqui o convite do Presidente, para a exposição brilhante, tanto da Vilma como do Pestana.

Eu vou levar o material, vou me debruçar sobre ele, viu, Presidente? Eu me comprometo a participar das discussões, mas infelizmente eu não vou poder ficar aqui, porque eu estou, hoje, com uma outra agenda. E quero dizer que o IFI está em muito boas mãos. O Marcus é um profissional extraordinário e vai dar aí a condição para que o IFI possa ser um protagonista importante nessas discussões que ocorrerão neste ano e no próximo, pelo bem do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E para isso vocês vão contar conosco.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Rogerio.

Próximo orador inscrito, Senador Moro.

Com a palavra, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Primeiro, quero parabenizar o IFI pelo trabalho que vem sendo realizado, em especial o ex-Deputado Marcus Pestana e a Diretora Vilma Pinto pelas apresentações, e agradecer os dados que nos têm sido apresentados.

O que a gente tem visto, desde a grande recessão, de 2014 a 2016, é um progressivo ajuste nas contas públicas, ali, a partir do Governo Temer e depois durante o Governo Bolsonaro. Os números mostram ali uma redução do déficit progressiva, que foi interrompida, e aí compreensivelmente, pelos gastos extraordinários da pandemia.

Mas se tinha uma expectativa de que, superada a pandemia, haveria um retorno à normalidade, que a trajetória virtuosa das contas públicas seria retomada, já que não seriam mais necessários todos aqueles gastos que foram realizados. Isso foi um padrão no mundo inteiro, com, claro, suas diferenças específicas, para suportar o tempo dessa pandemia.

E agora a gente está vendo, no entanto, com esse novo Governo, um afrouxamento das contas públicas, um aumento das despesas e uma tentativa de se fazer esse ajuste com base no aumento dos impostos, no aumento da arrecadação, no aumento da tributação.

Particularmente, não tenho visto o Congresso – e aqui eu me incluo nesse quadro – disposto a aumentar tributo. Eu tenho um mandato muito claro, lá do Estado do Paraná, Senador Vanderlan, de que já existe uma carga tributária imensa que o brasileiro tem que suportar. Claro que ajustes nessa carga tributária, racionalização das obrigações tributárias é algo possível de ser feito, mas querer ajustar as contas públicas através do aumento da arrecadação, o que significa às custas do bolso dos contribuintes brasileiros, não é algo que está dentro do meu mandato, para o qual eu fui eleito.

Nessa perspectiva, a saída que existe é uma saída viável – já estava sendo feito isso, foi feito durante o Governo Temer e estava sendo feito durante o Governo Bolsonaro –, é cortar a despesa, mas a gente vê um Governo que tem aumentado a máquina pública, 38 ministérios. Daqui a pouco, vai chegar sabe Deus a quantos, estão falando já em criação de outros ministérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos visto aí o derretimento da Lei das Estatais, que foi um dos diplomas legislativos mais importantes aprovado pelo Congresso Nacional, em 2016, a fim de diminuir – não que a nomeação política seja errada por si –, colocar algumas regras que norteiem essas indicações para evitar uma partidarização da direção das estatais. E a gente tem visto agora até, surpreendentemente, o Governo Federal loteando empresas estatais. Então, o Governo tem lá ações do BNDESPAR e começa a indicar, no conselho de administração, ministros ou gente do Governo para ocupar cargos em empresas privadas. Eu nunca tinha visto isso, Senador Mauro, é a primeira vez; talvez tenha um registro histórico no passado, mas, sinceramente, me parece bastante um fato inédito.

Mas a indagação que eu gostaria de fazer aqui à IFI, em particular, é: o que acontece com a trajetória da dívida pública se existir essa frustração dos planos do Governo quanto ao aumento da arrecadação? O que nós podemos esperar para daqui adiante se isso não se confirmar? Porque também algumas dessas projeções do Governo sempre vi com bastante ceticismo. Então, dizia-se que a volta do voto de qualidade do Carf ia gerar um acréscimo na arrecadação de bilhões e bilhões – acho que a previsão inicial era de até quase uma centena de milhões de reais –, o que me parecia bastante extravagante, até porque se estaria prevendo um resultado em julgamentos no Carf... Só se nós estivéssemos munidos de poderes de adivinhação. No fundo, é um próprio menosprezo à independência do Carf.

Eu sei que este Congresso, em um gesto de muita boa vontade – porque todo mundo quer que o Brasil dê certo, todo mundo quer que o Brasil encontre bem o seu caminho –, até aprovou o Carf. No caso do Carf, eu votei contra. Respeito quem votou a favor, acabei votando contra, mas votei a favor do arcabouço fiscal, na perspectiva de que é melhor ter isso do que não ter nada, mas vejo que é um instrumento extremamente ineficiente para o controle da trajetória da dívida pública, especialmente, porque, se não tiver o cumprimento das metas, não está acompanhado de sanções.

Agora, a gente está vendo também um cenário internacional cada vez mais desafiador. Há uma guerra da Ucrânia, que não tem horizonte de término, e isso gera um impacto gigantesco na economia, já vem gerando e continuará gerando. Nós temos eleições em diversos países que são importantes para o Brasil. Temos a eleição da Argentina, neste ano, e temos, no ano que vem, a eleição nos Estados Unidos.

Temos visto um aumento dos juros norte-americanos, o que também impacta as possibilidades de redução dos juros, aqui no Brasil, e, do outro lado, a gente não vê o Brasil fazendo a lição de casa, em especial aqui o Governo Federal fazendo a sua lição de casa, que é colocar a dívida pública em uma trajetória clara e não em uma trajetória incerta de diminuição. Hoje, em perspectiva, eu, particularmente, não acredito que o Governo vai lograr colocar essa dívida pública em uma trajetória de estabilização ou de redução.

Mas a pergunta que faço, agradecendo mais uma vez, é: se essas expectativas de arrecadação do Governo se frustrarem, como fica a nossa trajetória de dívida pública nos próximos anos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só ainda, Presidente, tomando a liberdade de fazer uma observação, porque esta é a primeira reunião da CAE, desde os acontecimentos da semana passada, e nós temos, de novo, um acontecimento extraordinário que pode gerar impactos imprevisíveis, aqui para o Brasil e para o mundo inteiro, que foram os ataques terroristas desse grupo Hamas lá em Israel. Eu me manifestei, nas redes sociais, e, ontem, até falei também, na tribuna do Senado, condenando esses atos e pontuando que a reação do Brasil – a nota oficial – foi insuficiente, não foi suficientemente crítica a esse grupo terrorista.

Aí nós temos um outro incidente que pode impactar, severamente, o nosso futuro. Já há uma possibilidade de aumento do preço do petróleo em relação a essa crise, que também pode afetar o crescimento da nossa economia e, *ipso facto*, a trajetória da dívida pública.

Renovando, então, a minha pergunta, mais uma vez: como fica, se essas arrecadações se frustrarem, a projeção da dívida pública brasileira dos próximos anos, lembrando que, até o momento, neste ano – a despeito do que diz o Governo –, nós tivemos queda da arrecadação?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Sergio Moro, pela participação e pela pergunta.

Eu quero, em tempo, registrar a presença aqui do pessoal da imprensa que dá cobertura e que eleva a audiência desta Comissão. Está aqui presente o Houldine Nascimento, do Poder 360 – seja bem-vindo, Houldine, obrigado pela presença; a Vera Rosa, do *Estadão*; o Harrison Silva, do Portal Política; e o Marcelo Auler, do *site* Brasil 247.

Sejam todos bem-vindos. (*Pausa.*)

Senador, o próximo orador inscrito é o Senador Mauro, mas o Senador Oriovisto pediu aqui pela ordem.

Senador Oriovisto, com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não, pela ordem, não, Sr. Presidente. Eu quero me inscrever para falar também e não estou conseguindo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ah! V. Exa. já está inscrito, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Então, está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Mauro, com a palavra.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Senador Vanderlan, respeitando sempre as mulheres, como pai de duas filhas e avô de duas netas, eu vou passar, primeiro, a palavra para a Senadora Margareth, que tem um compromisso. Em seguida, farei uso da palavra.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Margareth, com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senador Mauro Carvalho.

Eu tenho um compromisso na Câmara, Senador Vanderlan, e eu não poderia sair daqui sem antes parabenizar o instituto IFI, Vilma Pinto e o Sr. Marcus Pestana. Excelente explanação!

Mas o que me causa maior espanto – e eu me somo ao Senador Sergio Moro – é que ninguém... Eu não estou disposta a pagar mais impostos. Chega! Nossa carga já é imensa. Mas o que me causa espanto é que não tem ninguém do Governo ouvindo essa explanação. Não tem. E é assim que a gente aprende a fazer a lição de casa: ouvindo os números, fazendo conta. É isso que o Governo tem que fazer, porque é isso que a gente faz em casa, é isso que a gente faz nas empresas, e me parece que não estão interessados em fazer conta. Isso me causa uma preocupação imensa.

Vou me debruçar sobre os números, Vilma, que você passou e que estarão disponíveis para nós. Mais uma vez, parabéns!

E também parabéns ao Senador Vanderlan, da CAE, por trazer este assunto aqui, que é um assunto econômico!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora.

Senador Mauro, com a palavra agora.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente, Senador Vanderlan.

Obrigado, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui nesta audiência tão importante para a vida de todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Margareth realmente colocou aqui... Nesta audiência deveria ter praticamente todo o Senado Federal escutando essa apresentação da Dra. Vilma, Diretora do IFI, e do ex-Deputado Marcus Pestana, Diretor-Executivo, dada a importância desses números apresentados aqui hoje e o quanto isso impacta a vida de todos nós brasileiros.

Sobre a situação que foi apresentada hoje, eu tenho duas perguntas a serem feitas, mas é uma preocupação grande e incerta.

Nós temos aqui, está caminhando, dentro do Senado Federal, a nossa reforma tributária, e eu não vejo nenhum discurso mais forte aqui, dentro do Senado, principalmente da base do Governo, em falar da reforma administrativa. Eu acho que, no mínimo, essas duas reformas deveriam caminhar juntas, da mesma forma que o Governador Mauro Mendes fez no Mato Grosso.

Senador Vanderlan, por dois anos consecutivos, o ajuste fiscal – e aqui o Deputado Marcus Pestana colocou que, para a gente ter um desenvolvimento consistente, passa pelo ajuste fiscal –, o Governo do Mato Grosso ganhou o primeiro lugar, avaliado pelo Centro de Liderança Pública, que é o responsável pelo *ranking* de competitividade dos estados.

Agora, como se deu esse ajuste fiscal? Deu-se pela coragem. Em janeiro de 2019, nós encaminhamos cinco projetos de lei para a Assembleia Legislativa, que deu um norte nessa gestão.

O que eu acho que é o mais impactante em toda a gestão é uma lei de responsabilidade fiscal muito, mas muito mais vigorosa que a Lei de Responsabilidade Fiscal federal. Por exemplo, as nossas receitas esporádicas, as nossas receitas que aconteciam, por exemplo, na época da pandemia da covid, que são receitas que acontecem em um ano, e não acontecem no ano seguinte. A Lei de Responsabilidade Fiscal federal contempla esses números para um aumento de percentuais na folha de pagamento do servidor, ou seja, você tem receitas eventuais que são computadas pelo percentual que você pode atingir, e, dentro desse percentual, que é de 49% no caso da Lei de Responsabilidade Fiscal estadual; no caso da federal, é de 54%.

Todas as receitas eventuais do Estado de Mato Grosso não são comutadas para efeito de repasse para aumento de salário do servidor público. E, fora isso, nós também criamos a isonomia fiscal dentro do Governo. Os amigos do rei, dos governos anteriores, na mesma atividade, Senador Vanderlan... Tinha atividade do setor metalmecânico, por exemplo, que, fabricando o mesmo produto, tinha 95% de benefício fiscal; o outro empresário que não tinha acesso ao poder tinha 50%. Nós acabamos com isso.

Existia um incentivo fiscal no Mato Grosso do comércio. Nós acabamos com isso e fomos também atrás do agronegócio. Ali, sim, dentro do Fethab, colocamos o milho, fizemos ajustes na soja, no algodão e reduzimos drasticamente a máquina pública, reduzindo de 23 secretarias para 15; reduzimos o número de servidores comissionados. Isso fez com que o Estado do Mato Grosso, no ano passado, investisse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

19,26% da sua receita corrente líquida, disparado o estado que mais investe em cima da receita corrente líquida. Se não me engano, a União, acho que tem menos de 2% de investimento.

Por que isso foi possível? Porque todo mundo colocou a mão na massa e todo mundo contribuiu: o agro, o comércio, a indústria, o servidor público, o tamanho da máquina pública.

Então, esse prêmio de dois anos consecutivos veio, Senador Sergio Moro, em cima da coragem de uma equipe que soube enfrentar os problemas. E a gente não vê isso aqui dentro do Governo Federal.

Nessa reforma tributária, eu me preocupo muito com qual vai ser o resultado dessa reforma, se, aqui dentro do Senado, a maioria dos Senadores – como o Senador Sergio Moro colocou aqui – não aceita o aumento da carga tributária. Nós estamos vendo que as nossas despesas não caem; pelo contrário, elas aumentam. Como é que vai fechar essa conta? Como é que nós vamos chegar e entregar, porque a política... Acabou a política do rame-rame, do tapinha nas costas; a política é a política do resultado. O que a população espera de todos nós políticos é o resultado na ponta, é o resultado que você vai entregar na saúde, na educação, na infraestrutura, no meio ambiente, em todos os pilares de uma gestão pública.

Agora, os números apresentados pelo IFI aqui não demonstram nenhum norte nesse sentido de se encontrar esse equilíbrio, porque o enfrentamento tem que ser feito. Nós vimos aqui alguns custos do Poder Judiciário que são assustadores – são assustadores –, como os do Poder Legislativo, também da mesma forma. Se não tivermos aqui, realmente, todas as pessoas envolvidas no Judiciário, no Legislativo e no Executivo, colocando mesmo e tendo a coragem de enfrentar a redução das nossas despesas, para que o Brasil encontre realmente um cenário favorável para o seu crescimento, vai ser muito difícil a gente sair do *status* em que nós estamos hoje, dada a nossa burocracia, dada a nossa segurança, a N problemas que temos aqui.

Então, nós temos que ter a coragem do enfrentamento e, para isso, nós precisamos de pessoas e de líderes que tenham essa coragem. O problema é que todo mundo, a maioria pelo menos, acaba não tendo a coragem, porque tem uma próxima eleição no ano que vem de Prefeitos e Vereadores; daqui a mais três anos, nós temos aí de Governadores, Presidente, Deputados e Senadores. Todo mundo, a maioria pensando numa próxima eleição, e não pensando realmente naquilo que é o importante para o desenvolvimento, para o crescimento deste país.

Eu teria duas perguntas a fazer aqui, Deputado Marcus – a Dra. Vilma também fique à vontade para responder –: a política fiscal do Governo Federal está pressionando a demanda agregada e pode comprometer o espaço para a redução das taxas de juros pelo Banco Central do Brasil. A política fiscal do Governo Federal requer forte aumento da carga tributária para alcançar as metas de resultado primário. E, aí, nós temos visto isso todos os dias, aqui no debate da nossa reforma tributária, na nossa... Se não forem aprovadas as medidas de ampliação da carga tributária neste país, que hoje, no Senado, todos nós somos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra, pelo menos a maioria, quais as consequências para o financiamento das políticas públicas? Então, são essas duas perguntas.

Senador Vanderlan, muito obrigado por esta oportunidade.

E aqui nós temos que ter a coragem para enfrentarmos de frente os problemas, para que a gente chegue realmente ao tão sonhado futuro brasileiro. Dizem toda hora que o Brasil é o país do futuro, o país do futuro, mas eu gostaria muito de que ele fosse o país do presente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Mauro.

Próximo inscrito...

Senador Esperidião Amin, o senhor pediu pela ordem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu vi a mão do senhor estendida. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estou me inscrevendo apenas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k. Já está inscrito aqui.

Senador Izalci com a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero também saudar e parabenizar o trabalho do IFI, na figura do meu amigo, colega Marcus Pestana, e também da Vilma, por esse excelente trabalho.

A gente está aqui discutindo já há algum tempo a reforma tributária e a situação econômica do país. É muito complexa, é uma matéria complexa, são poucos os que realmente conhecem ou têm muito interesse nisso.

Como foi dito aqui agora pelo Senador Mauro, e é verdade, infelizmente, a nossa política leva as pessoas a pensarem apenas na próxima eleição; ninguém pensa na próxima geração, ninguém pensa numa política de estado de médio ou longo prazo, e a gente convive diariamente com essas dificuldades.

O Brasil ainda está um pouquinho parecido com um condomínio, para as pessoas entenderem melhor, aqueles condomínios de prédios de que é um saco as pessoas participarem, mas, na medida em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que taxa extra vai aparecendo, a turma começa a participar. Hoje, até, a maioria dos condomínios maiores estão contratando gestores, profissionais para fazerem a gestão do condomínio. Mas é muito simples a comparação da economia brasileira estadual, municipal: é muito parecida com um condomínio. Nós temos aí as despesas, e alguém tem que pagar a conta. O problema é que, quando você não tem o dinheiro para pagar, você vai e recorre ao financiamento, ao financeiro. Aí, você vai para o cheque especial; depois vai para o cartão de crédito, com 400% ao ano de juros; depois você vai para o agiota... Alguns se suicidam, outros fazem um monte de besteira, vendem tudo que têm. Então, é mais ou menos assim a coisa: vai-se empurrando com a barriga.

É difícil porque o Governo tem um poder de convencimento muito grande. Este é o grande problema do Brasil hoje: as pessoas muitas vezes não veem o reflexo de médio prazo e, aí, em função da próxima eleição, trocam as coisas pelo voto.

Eu não vejo o Governo assumindo responsabilidade por nada aqui, é tudo na base do discurso. A apresentação, o PowerPoint é uma maravilha. Quando veio aqui o arcabouço fiscal, foi tudo maravilhoso. Só que você não vê as coisas acontecendo; ao contrário: há uma diferença muito grande entre o discurso e o fato em si.

Eu disse aqui, na última reunião sobre a reforma tributária... Disseram: "Nós temos que aprovar, temos que aprovar, porque vai mudar o Brasil, daqui para a frente vai ser outra história, o Brasil vai ser diferente... " Parece até o Plano Real –antes da reforma tributária e depois –, alguém até disse isso.

A primeira coisa que a gente tem que fazer, como a gente faz hoje nos condomínios, é isto: o que é que nós queremos? Qual é o tamanho do estado? Qual é o nosso projeto de nação, o projeto de município, de estado? O que é que nós queremos para a nossa região? Em cima disso, você define as coisas, a receita.

Aqui não, vai aumentando a receita. Ninguém discute a despesa.

Então, eu me lembro que ontem, eu disse: "Não, o nosso objetivo, e é fundamental, é a simplificação tributária." A primeira coisa que alguém falou: "Então, vai manter, não vai ter aumento de carga tributária?" No discurso...

E a simplificação, porque, de fato, se falou até em 476 mil normas, de 88 para cá, o "manicômio", palavra usada sempre aqui.

Agora, recente, nós aprovamos aqui o PL, uma lei complementar, nº 199, deste ano, de 2023, que foi aprovada na Câmara, do Efraim, e agora está aqui no Senado.

Aprovamos. Bacana! Um discurso maravilhoso.

Agora vem os vetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo vetou a nota fiscal eletrônica.

Olha se tem lógica?

No momento em que nós temos que discutir reforma tributária, no sistema 5.0, como falam aqui toda hora: "Vai ter um sistema 5.0"... Negaram. Vetaram a nota fiscal eletrônica. Vetaram a instituição da Declaração Fiscal do Brasil, digital, ou seja, o Cadastro Único. Vetaram.

Institui o Regime Cadastral Unificado... Também vetaram.

Então, essa é a prática. O discurso é maravilhoso: "Vamos simplificar!" Mas, na prática... E qual é o argumento?

O argumento é o seguinte. Falta de interesse público e poder aumentar a despesa.

Cara, então é mais ou menos assim: Nós não controlamos a despesa... Não tem sistema para controlar a despesa – e é verdade. O Governo é especialista em arrecadar, mas controlar a despesa não existe, em nenhum lugar, nem município, nem estado, nem União. E aí é o seguinte: Não vamos informatizar não, porque vai custar muito. Vai ter custo. E não há interesse público.

Então, cara, é um negócio assim, que a gente vê...

Agora ainda vem, nem falamos aqui, já aumentaram o diesel hoje – 4% ou 5% de aumento no diesel.

Mas aqui é o seguinte. Já tem alguma coisa, o Governo vai lá e aumenta.

Aqui mesmo, o ICMS nosso já mudou na semana passada, aprovado por unanimidade na Câmara Legislativa. O ICMS modal foi para 20%. E no dia seguinte nós aprovamos ajuda aos municípios, mais R$27 bilhões, nós aprovamos aqui.

Então, aumentamos a responsabilidade de... Repassamos recursos, R$27 bilhões, para estados e municípios, e, no dia anterior, alguns, e outros devem aumentar depois, já aumentaram o ICMS, em termos de alíquota. Deve estar acontecendo isso no Brasil todo, sem falar ISS. Era 18. Passou para 20. Dois aumentos. E, na sequência, veio o aumento aqui. Você aumenta a despesa e ainda aumenta a carga tributária.

Então, eu vejo assim, é muita falta de compromisso do Governo, porque se o Governo tivesse responsabilidade fiscal, tivesse realmente um planejamento de longo prazo, não é? Não usar a mesma narrativa de sempre, o mesmo *modus operandi*...

Cara, já são 38! Eu achei até que era 39. Mas não vai chegar nos 40. Pode ficar tranquilo, ou vai ser 41 ou vai ser 39 Ministérios. Ninguém bota 40, para não ter nenhuma piada com relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vejo, assim, o trabalho do IFI é importantíssimo; para nós, é fundamental. Mas essa reforma tributária tão importante...

Eu estou vendo aqui. Hoje de manhã teve o café da manhã, você chegou um pouquinho... Você estava na abertura ainda. Mas, com o setor de tecnologia, todo o setor de tecnologia.

E peço o apoio de V. Exa. para a gente aprovar imediatamente aqui o projeto da desoneração, porque nós o aprovamos, foi para a Câmara, houve uma mudança lá e está aqui. Nós precisamos aprovar rapidamente a desoneração, porque, diferentemente do Governo, as empresas fazem planejamento. Qual é a indústria que não senta e faz um planejamento de dez anos? Todas! Até porque, se não o fizer, quebra no ano seguinte.

Então, é o seguinte: como é que pode você ter uma pendência aí... Nós estamos em outubro, as pessoas já estão planejando, há muito tempo, o ano que vem e os próximos anos. Ora, se não se sabe até hoje se vai desonerar ou não vai, isso compromete completamente o custo da empresa, o preço.

Então, é uma coisa que nós temos que fazer rápido, coisa que o Governo não faz – o Governo não tem esse planejamento, a não ser esses discursos bonitos aí –, mas o *modus operandi* é o mesmo, são até as mesmas pessoas quase.

Eu, quando vejo falando aqui do Carf, que, inclusive... Por que ainda houve aprovação aqui? Eu votei contra, porque eu defendo o Código de Defesa do Contribuinte, que está aqui há 50 anos, e nunca se aprova isso. Mas, por que aprovaram o Carf? Porque, lá na Câmara, até o Beto foi o Relator, do PSDB, lá do Mato Grosso, fez um relatório interessante, avançou bastante, modificou muito com relação a dar um tratamento diferenciado com aquelas pessoas que estão questionando, que no Carf haja uma negociação, pode ter redução de multa e juros. Aí, o que aconteceu? Foi aprovado. O que aconteceu agora? Vetaram tudo. Vetaram!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Izalci, o seu projeto original era muito ruim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não passava nem lá e nem aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Péssimo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Foi um trabalho excelente do Deputado Beto Pereira, e o contribuinte saiu também contemplado, mas era muito ruim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Era muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É igual à MP 1.185, que é ruim demais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Mas aí o Beto deu um ajuste lá, ficou bom; assim, bom na medida do possível, mas ficou bom, só que chega agora e foi tudo vetado. E aí, como é que faz? Entendeu? Aí agora o Governo...

Eu fui à última reunião de Líderes de veto, e a gente sempre ouve uma conversa: "Aqui não, não. Não tem acordo. Não tem acordo. Os vetos aqui é o seguinte: tem que fazer um acordo assim, tipo o que acontece...". A maioria atropela tudo. Independentemente se tem razão ou se não tem, eles querem atropelar.

Então, eu fico, assim, preocupado, porque a gente já aprovou esse arcabouço fiscal, porque é melhor com ele do que sem ele, mas você veja: já tem veto no arcabouço fiscal, exatamente possibilitando ao Governo mexer na meta. Imagine, então, para que é isso?

Bem, o Pestana sabe mais do que eu, que é economista e acompanhou – eu acompanhei do lado de cá – a implantação do Plano Real. Eu não era Deputado, mas acompanhei por ser contador e tal. Mas você sair da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das coisas que foi criada e que ainda segurou um pouco. Imagine se não tivesse a Lei de Responsabilidade Fiscal; tendo, já está assim, imagine se não tivesse. Então, o que a gente... O que convenceu a gente a votar o arcabouço? Eu não acreditava mesmo nessas perspectivas arrecadatórias. "Ah, vai mudar o Carf e já vai arrecadar R$50 bilhões, R$80 bilhões"... Essa é a conta deles. Vai agora tributar incentivos fiscais das empresas, o Imposto de Renda que elas não cobraram, lá atrás, retroativo. Isso aí deve dar mais R$80 bilhões", e ninguém vai pagar isso, é evidente. Então, é um arcabouço que foi criado numa perspectiva de arrecadação que não vai acontecer e, se acontecer, vai ser mínima. Então, essa é a situação.

Eu torço para dar certo, cara. Em tudo o que é bom aqui, eu sempre votei, desde Deputado; o que é bom para o Brasil, eu estou dentro, estou votando. Agora, o que a gente vê é falta de responsabilidade, falta de competência, falta de compromisso com o Brasil.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Próximo orador inscrito, Senador Oriovisto. Com a palavra, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o senhor, quero cumprimentar o Presidente do IFI, quero cumprimentar a economista Dilma e todos os colegas que estão aí presencialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, quando a gente assiste a uma exposição, como a feita pela Dra. Dilma, fica muito claro, eu sou economista também, e a gente sabe muito bem que economia é, no fundo, um jogo de hipóteses. Você imagina alguma coisa para o futuro: se o crescimento for tanto, acontece isso, se o crescimento não for tanto, acontece aquilo, se a inflação é isso, se o PIB é aquilo, e assim vai. É um jogo de hipóteses.

Essas hipóteses acabam governando a expectativa dos agentes econômicos. Acreditam mais na hipótese A ou na hipótese B, e isso tem efeitos concretos no nosso dia a dia. Esse jogo de hipóteses, obviamente, é complexo. São centenas de hipóteses possíveis, de quadros que você imagina, e cada um deles envolve uma quantidade imensa de números e cálculos que não são tão simples.

Um dos grandes problemas da economia é isto, a gente não poder fazer uma linguagem clara, mais simples, porque, na verdade, ninguém tem bola de cristal para saber exatamente o que vai acontecer. Tudo o que nós, economistas, podemos fazer são hipóteses.

Nós, políticos, não economistas, podemos arriscar uma coisa que os economistas não podem: nós políticos temos que arriscar, pelo *feeling*, pelo jeito que as coisas andam, pela história de quem está no Governo, a tomar atitudes diante desse Governo.

Então, nesse sentido, eu quero dizer o seguinte: as hipóteses são variadas, existe hipótese até de se estabilizar a relação dívida-PIB, e nós trabalhamos sempre – é bom dizer isso – com a questão do déficit primário. Nós nunca falamos no déficit nominal, nós nunca falamos no pagamento dos juros da dívida, quando falamos, é com ideologia de esquerda tola, que ignora quem foi que gerou a dívida, que ignora a irresponsabilidade dos governos passados que geraram essa monstruosa dívida, e diz assim: "O problema do Brasil é a dívida externa. Temos que não pagar os juros da dívida e daí tudo se resolve".

Isso é de uma idiotice sem tamanho, é de um primarismo, mas, até hoje, repetem essa história, como se a dívida tivesse caído do céu, como se os bancos fossem os detentores da dívida e não a população brasileira. Existem visões extremamente primárias a respeito de economia e existem até partidos baseados nessas premissas totalmente ignóbeis sobre a economia.

Mas enfim, o que nós poderíamos levar de uma audiência tão boa quanto esta, tão profunda quanto esta é o que nós, enquanto políticos, podemos fazer de prático, no dia a dia, hoje, amanhã? Qual é a pequena colaboração diária que nós podemos dar diante desse quadro que está aí?

Se eu tivesse que resumir tudo o que eu ouvi hoje, eu diria o seguinte: as chances de que o cenário fiscal continue nesse processo de aumento do percentual da dívida relativamente ao PIB são enormes; as chances de que o Governo consiga aumentar a receita e, com isso, fazer superávit primário são mínimas.

Então, não é verdade técnica absoluta, mas há o sentimento da política, do *feeling*, do que nós temos que fazer. E nós não estamos fazendo, Sr. Presidente – não estamos fazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá para um fato concreto. Vamos pegar a nossa previdência social. A Dra. Dilma... O Dr. Pestana pode confirmar o que eu estou dizendo. O componente do déficit do Governo relativamente à previdência é enorme e é crescente. As projeções de déficit da previdência são horrorosas, bilhões e bilhões. E aí vem aqui na CAE uma proposta para nós reduzirmos das prefeituras os encargos que elas têm que recolher. Aí nós pensamos na próxima eleição e nós votamos favoráveis a isso. E nós – nós políticos, nós Senadores – ajudamos a piorar o cenário econômico do Brasil, quando aprovamos coisas como essa. Nós aprovamos coisas que não têm a indicação de onde que vem a receita – não têm. Nós aprovamos várias coisas nesta CAE que eu já até desisti de falar, porque o apelo demagógico é tão grande que ninguém para e diz assim: "Está bom, mas de onde que vem o recurso?". "Ah, o recurso vem não sei de onde". Inventam uma história qualquer.

Nós falhamos, no dia a dia, com as benesses. Nós aprovamos uma lei que transferiu todos os funcionários que eram de territórios – nós sabemos disso – para o Governo Federal. Isso dá um déficit eterno de R$5 bilhões ao ano. Aprovamos! "Ah, são ex-funcionários de território, quem era de território defende isso". Está bom, mas isso é o contrário do que o Governo do Mato Grosso fez.

Nós estamos aumentando despesas. Nós estamos aumentando despesas com cada bondade política que fazemos. Nós tínhamos que ser muito mais duros. E aí agora vem essa reforma tributária.

Essa reforma tributária claramente vem com o objetivo de aumentar a carga tributária, de aumentar a receita. O brasileiro já trabalha um terço do ano, 33% do PIB nós pagamos de impostos. Nós trabalhamos quatro meses por ano – um terço de doze dá quatro –; quatro meses por ano todos nós trabalhamos para pagar impostos, e querem aumentar a carga tributária.

E aí todo mundo diz assim: "É fundamental fazer a reforma tributária". Agora, qualquer reforma tributária serve? Aumentar a carga tributária em nome de uma simplificação dos impostos? Uma coisa implica a outra? Para simplificar, precisa aumentar a carga? Claro que não. E nós vamos permitir o aumento da carga? Nós vamos votar a favor para bater no peito e dizer que nós fizemos a reforma tributária? Mas, se fizermos a reforma tributária errada, nós vamos piorar a situação do país. O PIB vai crescer menos.

O Governo fala tanto em aumentar a receita, mas ele tem que lembrar de uma coisa, a receita se aumenta de duas maneiras. Se eu tenho uma carga de 10% sobre um PIB de um determinado tamanho, a minha receita é 10% daquele PIB. Aí o Governo diz assim: "Não, o PIB não vai aumentar; eu vou passar de 10% para 20%". Só que o PIB vai diminuir se ele fizer isso. Se aumentar, se o PIB crescer, também aumenta a receita do Governo sem ele precisar de aumentar alíquotas de nenhum imposto, mas o Governo não pensa assim, ele não aposta nisso; ele aposta mais em aumentar alíquotas.

Claramente a grande vítima dessa reforma tributária é o setor de serviço, o setor que mais emprega; o setor que mais emprega é a principal vítima. Claramente vai ter algum benefício a indústria, algum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício, mas há uma dúvida muito grande se vai ter benefício mesmo, porque, na medida em que prejudica o setor de serviço, na medida em que a economia cresce menos, vão comprar menos da indústria, e esse tiro pode sair pela culatra.

Então, Sr. Presidente, eu quero só dizer o seguinte: nós precisamos simplificar a economia, nós precisamos simplificar... Não a economia, porque a economia é complexa e vai ser sempre, mas nós precisamos simplificar as regras com as quais – práticas – nós aprovamos ou deixamos de aprovar as coisas neste Senado. Eu acho que claramente regras simples do tipo: todo e qualquer aumento de despesa nós não vamos aprovar mais. Não aprovar! Não aprovar aumento de despesa. É demagogia em cima de demagogia. Vamos aprovar tudo que for para fazer economia! Perfeito. Vamos aprovar tudo que for para fazer economia. Cadê as propostas pra fazer economia? Onde estão elas? Por que elas não chegam? "Ah, vai ter que cortar emprego de alguém!" Aí, daqui a pouco, vem mais uma proposta para fazer um baita reajuste para o Poder Judiciário. Nós sabemos disso; nós vamos aprovar?

Quer dizer, no dia a dia o que nos resta é ser muito antipáticos, muito antipáticos, muito duros, como é duro para qualquer família, para qualquer empresa cortar despesa. Não é uma coisa simpática cortar despesa. Não é uma coisa simpática chegar para o teu filho e dizer: "Olha, sinto muito, mas a sua mesada vai ser dividida por três, e você se vire com um terço do que você ganhava.". É difícil fazer isso, mas é absolutamente necessário. É o caso do Brasil. Nós temos 12 milhões de funcionários públicos em todos os níveis, e todo mundo quer um emprego público, todo mundo quer. É uma maravilha! Não tem patrão, tem estabilidade, não tem crise. E daí? Até quando o restante da sociedade vai suportar isso?

Então, Sr. Presidente, eu acho, assim, fantástica a exposição da Dra. Dilma. É muito bom o papel da Instituição Fiscal. Não é um órgão político, é um órgão de análise. Agora, nós temos um papel que a Instituição Fiscal não pode ter, nós temos o papel político, nós temos o papel de tomar partido, de ter um lado. Nós temos que ter esse lado. Eu acho que o lado hoje não é partido A, nem partido B; o lado hoje é: eu quero diminuir despesa, eu quero cortar a despesa, eu não vou aprovar mais política demagógica para gastar mais dinheiro sem ter de onde tirar. É essa a grande ajuda que esse Senado pode dar.

A pergunta que faço aos nossos conferencistas é se podem mostrar um pouquinho o déficit da previdência, porque é uma coisa pontual, não é uma coisa macro, mas é um déficit significativo. A reforma que fizemos foi claramente insuficiente. E nós estamos aprovando mais benesses para mais Prefeitos não pagarem o que deveriam pagar para a previdência.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Moro, questão de ordem.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Vou só uma referência aqui: o Senador Oriovisto sempre fala com muita propriedade sobre sistemas econômicos. Quero só fazer uma retificação aqui: a Diretora é Vilma, e não Dilma, porque o problema é que teve uma gestão econômica muito desastrada daqui do Governo da Presidente Dilma. E ela é economista, então é melhor a gente evitar esse tipo de confusão. A economia é muito...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto, o Senador Moro está só fazendo a observação aqui de que o nome da nossa palestrante aqui é Vilma.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Desculpa! Eu entendi mal, Dra. Vilma. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Feita a correção, vamos em frente.

Senador Amin! Com a palavra, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Quase boa tarde. Eu quero dar um bom-dia a todos e cumprimentá-lo, Senador Vanderlan, porque o senhor nos advertiu, nos chamou várias vezes. E não nos chamou para qualquer coisa! Foi uma muito interessante participação de todos nós, com destaque para o nosso filósofo Marcus Pestana, que agora está orientando o seu talento, a sua inteligência, o seu espírito público, para nos alertar a respeito dessa questão ingente que é o equilíbrio fiscal.

Cumprimento a expositora, D. Vilma. O Senador Oriovisto às vezes recrudesce nas suas paixões e insiste em fazer recordações aqui; certamente não foi com essa intenção. E eu quero cumprimentá-la também pela exposição.

E quero dividir a minha breve fala em dois aspectos.

Primeiro, eu acho que tudo que foi dito aqui é sério e grave. Mas quero lembrar a todos que, nos últimos 65 anos, os Estados Unidos da América furaram o limite de despesas – lá o teto de gastos tem esse nome – 90 vezes. E, neste ano, três vezes – três vezes! Dia 15 de novembro, ou seja, daqui a um mês, vence a terceira moratória do ano. Os Estados Unidos da América furaram o limite de despesas, neste ano, três vezes. Estão agora às vésperas de cumprir essa terceira etapa.

E sempre lá eles têm ressalvados os destaques. Por exemplo, não vai faltar dinheiro para financiar a participação norte-americana na guerra da Ucrânia, nem no conflito do Oriente Médio. Para isso, não haverá limite de gastos. Para isso, a indústria bélica americana está autorizada a continuar a produzir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

munição, porque não vai faltar munição para esta guerra terceirizada. Essa é uma guerra terceirizada, não tem nenhum americano participando dela. E às vezes até, lamentavelmente, ocorrem perdas de vidas de americanos, como parece que ocorreram agora, com dez americanos e dez ingleses, nesta primeira etapa do conflito Israel-Faixa de Gaza.

Então, o teto de gastos é algo que se persegue, se busca, mas nós não temos hoje, no mundo, uma referência para seguirmos, até porque o país que, para todos nós, é mais vezes lembrado, neste ano vai furar o teto, o limite de despesas, ou seja, vai ultrapassar os 33 trilhões de dívida, e nós é que vamos pagar. Essa é uma inflação importada por nós, como foi a pandemia.

Então, o sistema de distribuição desse peso também não é correto, não é justo, e nós não podemos esconder isso. O desequilíbrio fiscal produzido nos Estados Unidos, do Trump para cá, vai a mais de US$10 trilhões; claro que também no período da pandemia. Mas o momento da pandemia nos demonstrou claramente que as despesas extraordinárias, os gastos extraordinários para enfrentar a pandemia, desde que não com despesas permanentes, não têm impacto inflacionário; praticamente nenhum. E eu acho que isso não foi suficientemente abordado, Dra. Vilma, na exposição, muito embora nós tenhamos visto aí belos históricos, interessantes históricos, desde antes da pandemia.

Acho que o incidente econômico da pandemia deveria merecer um anexo importante neste relatório, ou pelo menos mais importante, mais relevante do que aquilo que eu vi. É um pedido que eu faço à senhora e ao meu querido amigo Marcus Pestana.

Segundo, de igual sorte, eu acho que o arcabouço fiscal, a que eu votei a favor, traz, de novidades sobre o limite o teto de gastos que nós tínhamos, uma qualidade positiva. O teto de gastos não distinguia o que era teto de gastos permanente de custeio do teto de gastos em investimentos. Investimentos que não feitos estrangularão a nossa capacidade de ser o que somos: competentes em algumas atividades fundamentais para o mundo, como, por exemplo, o agronegócio.

Nós somos imbatíveis da porteira para dentro. Senador Vanderlan, nós somos imbatíveis da porteira para dentro. Agora, quando chega lá fora – e enfrentamos problemas de logística –, colocar a nossa logística, que, aliás, é para servir à venda de *commodities*, com o que eu não concordo... Eu preferia que, dentro da porteira, nós agregássemos valor ou no conjunto das nossas porteiras, não é?

Mas eu fico nessas duas observações. Acho que o nosso IFI poderia fazer um estudo crítico de que investimentos e como medir a qualidade do investimento. Não é tudo igual, não. Há bons e maus investimentos. Quando o nosso querido Rogerio Marinho mostra que boa parte – eu não concordo com ele que todas, mas boa parte – das obras por concluir remontam aos PACs anteriores. Não é exatamente isso, não é? A antiga emenda-janela continua em vigor.

Se eu quero fazer uma creche... Nós vimos na Comissão de Educação – acho que o Senador Izalci está aí ainda – uma emenda-janela de R$10 mil, para fazer uma creche de R$2 milhões. Então, a emenda-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

janela é uma coisa que você enterra, mas ela ressuscita. Pensa que usou uma estaca de madeira de boa qualidade no vampiro, e ele acorda. A emenda-janela está aí. No momento em que se anuncia um PAC com 20% ou 30% de despesa garantida, você está fabricando mais um múltiplo.

Então, eu acho que o IFI poderia nos ajudar – é um apelo que eu faço – para uma melhor identificação, sem essa visão indutiva que eu estou dando, para tipificar gastos e qualidade de gastos, porque, dentro da tipificação, ainda tem o bom e o mau. Mas, de um modo geral, acho que a reunião foi muito proveitosa.

Agradeço ao meu amigo Vanderlan tanto pelo convite formal quanto pela reiteração do convite para participar de uma boa reunião instrutiva, que nos adverte nesse momento seriíssimo. Teoricamente, neste mês de outubro, nós vamos ter que decidir sobre reforma tributária.

E as observações que o Senador Oriovisto fez calam muito e devem ser consideradas por nós como uma grande responsabilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Amin.

Bem, não havendo mais inscritos, vou passar a palavra ao Dr. Marcus Pestana.

As perguntas foram endereçadas a V. Exa. e à Vilma. Então, vocês fiquem à vontade.

Com a palavra.

O SR. MARCUS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA (Para expor.) – Eu vou fazer uma abordagem telegráfica, e a Vilma complementa e fecha, porque foi extremamente rica a reflexão dos Srs. Senadores, provocando e tocando em pontos essenciais.

Eu vou ser bastante pontual e telegráfico, reiterando que a IFI não tem nenhum alinhamento político-ideológico partidário. Não cabe à gente fazer o julgamento, como muito bem realçou o Senador Oriovisto. Aos agentes políticos, cabem as decisões.

Dito isso, vou fazer um corte muito rápido, mas não há dúvida, independentemente de apreciação político-ideológica, de que houve uma alteração do paradigma de abordagem do ajuste fiscal. O teto de gastos – eu ainda era Deputado e fui um dos maiores defensores dele naquela crise – focava exclusivamente no controle das despesas.

O novo arcabouço transita, como a Vilma já expôs aqui, por um modelo muito mais complexo, que tem vantagens, porque não faz uma abordagem unilateral só pela despesa, mas introduz uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexidade muito grande no acompanhamento, no monitoramento e no cumprimento das metas, que é um cruzamento de muitas metas.

Então, houve uma mudança de abordagem radical, de paradigma, e, paralelo a isso, no momento de instalação do novo regime fiscal... E nós estamos no processo de transição. Houve até a polêmica sobre a vinculação de saúde e educação, se já valeria imediatamente ou não, e, no termo frio da lei, é para valer imediatamente, embora seja um jogo a ser jogado no ano que vem, a regra do jogo valeria para o ano que vem, mas, da forma que o texto foi aprovado, a vigência é imediata – até há uma discussão do Governo com o Tribunal de Contas.

Mas, enquanto o Congresso Nacional apreciava e aprovava um regime fiscal que não ancora sua expectativa no controle das despesas, mas num ajuste, principalmente, pelas receitas, houve uma ampliação significativa de despesas. Particularmente, o restabelecimento da política de valorização real do salário mínimo, que impacta onde? Salário mínimo impacta na previdência, no BPC (Benefício de Prestação Continuada) e nos municípios mais pobres, porque nos grandes centros não se paga salário mínimo.

Então, o impacto é muito focado e um impacto muito significativo nas contas da previdência, e, foi levantado aqui, é um dos grandes agregados do Orçamento nacional. Folha, previdência e benefício social são o grosso de um orçamento extremamente engessado. As despesas discricionárias estão cada vez mais espremidas e estão em torno de 8% no Orçamento do ano que vem.

Então, por um lado, houve reajuste dos salários dos servidores acima da inflação do ano, houve salário mínimo, que repercute no INSS e no BPC. Então, houve um aumento enquanto se fazia um novo arcabouço, que é escorado no aumento de receita, se fez um relevante incremento das despesas.

E aí ficou o desafio, e tem um pacote de receita em apreciação aqui, neste Congresso, que vai da incidência dos impostos federais sobre as subvenções que os estados deram para investimento, os fundos exclusivos e *offshore*, o juro sobre capital próprio e as questões do Carf, que foram apontadas aqui. Realmente é um desafio que o Governo está acompanhando; o Congresso vai apreciar e votar, deliberar. Já aprovou o Carf, ainda que tenha sido objeto de vetos, mas não há dúvida: o primeiro patamar é a aprovação parlamentar. As despesas já se cristalizaram, e elas são despesas permanentes. As receitas estão em jogo. O primeiro degrau é a aprovação parlamentar. O segundo degrau é evasão de base, que foi apontado aqui por algum Senador. Qual é o comportamento de quem sofre... É o famoso negócio do Garrincha, de combinar com os russos. Como é que os russos vão reagir? E, por outro lado, num terceiro degrau, a possibilidade de judicialização. Então, ainda é um processo complexo.

No orçamento do ano que vem, está embutida a expectativa de R$168,5 bilhões de receitas que condicionam determinadas despesas, que é esse pacote tributário e as negociações no âmbito do Carf. E, por outro lado, na vida real, as receitas estão caindo e, como eu já disse, as despesas cresceram. Você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um objetivo de déficit zero, mas é aquela coisa, a distância entre intenção e gesto. A realidade está caminhando para um lado e o objetivo está do outro lado. Então, há um ajuste a ser feito, e o Congresso tem um papel nisso, e o Governo está monitorando. Então, realmente, tudo que foi dito aqui sobre essa mudança de ambiente no regime fiscal é verdade. Nós temos um novo arcabouço, como a Vilma acentuou, extremamente complexo em que há grandes incertezas.

Segundo, uma notinha muito rápida sobre reforma tributária. Eu tenho acompanhado as audiências públicas. Quero deixar dois recados, quer dizer, o espírito do Congresso e da sociedade é de que a reforma seja neutra, que não haja aumento de carga tributária, que, ao mesmo tempo, não haja perda de receita, porque municípios, estados e o Governo Federal não têm espaço, dado o estrangulamento fiscal, para perder receitas, mas há elementos, no próprio texto que veio da Câmara, e a discussão e os pronunciamentos do Relator, Senador Eduardo Braga, de que não se admitirá, porque há uma intolerância, como o Senador Moro acentuou, na sociedade brasileira, por qualquer aumento de carga, já que nós temos aí uma carga batendo nos 34% do PIB, que já é muito elevada; não é elevada em relação aos países europeus, mas é muito elevada em relação aos países emergentes e da América Latina. Então, o foco da reforma tributária não é ajuste fiscal; é ganho de eficiência, é simplificação. A reforma tributária não se propõe a resolver esses dilemas que nós, eu, a Vilma e os senhores discutimos aqui.

Terceiro ponto que foi apontado aqui: realmente, quanto aos municípios e estados, que são parte da grande conta da dívida pública agregada e do desempenho primário, a situação dos estados é muito heterogênea. Há um *ranking* do Tesouro Nacional que classifica, dá nota aos estados A, B, C e D; a situação é muito heterogênea. Foi citado aqui o exemplo do Mato Grosso, que está com uma política fiscal saudável, mas a gente vê grandes estados, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro – Goiás também com algumas dificuldades muito sérias –, em que há uma deterioração, nesse curto prazo, da situação dos estados, ainda que tenha alguns com uma situação muito mais saudável, e dos municípios também. A Confederação Nacional de Municípios – a Vilma mostrou aqui o gráfico do déficit primário de estados e municípios, que está se agravando – também publicou um estudo mostrando que, um ano atrás, cerca de 250 municípios estavam com déficit primário; agora, são mais de 2 mil. Então, no plano federativo, não é só o problema, o desafio do Governo Federal; é também a questão dos entes regionais e locais.

Quarta questão: o cenário externo. Foi dito aqui por vários oradores que realmente o cenário não é alvissareiro: tanto a situação dos Estados Unidos, da China, quanto a guerra da Ucrânia e, agora, o conflito no Oriente Médio. É também um cenário que recomenda muito cuidado, porque a economia internacional impacta em todas as economias nacionais num mundo globalizado que tem seus fluxos instantâneos, os fluxos financeiros e comerciais. Então, recomenda muito cuidado e observação.

O Senador Moro perguntou o que ocorrerá se essas receitas não se materializarem. A meta não será cumprida, o déficit será maior e a dívida crescerá, apontando para o patamar de 80%, na direção de 80%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tudo vai depender do que se materializar ou não. E qual o resultado final desse esforço? O Secretário do Tesouro tem dado entrevistas dizendo que há planos B, tem outras medidas que estão sendo estudadas. O Governo obviamente não ficará inerte. Se as condições previstas não se materializarem, eles vão ativar outras medidas para tentar se aproximar, porque arcabouço é... Meta é meta, meta é para se cumprir, não é um jogo de faz de conta. E o Governo tem revelado, a equipe econômica, reiteradamente, seu compromisso com o cumprimento, com perseguir o cumprimento da meta.

O Senador Mauro Carvalho muito precisamente apontou a questão da reforma administrativa. Esse é um tema que nos interessa muito, os impactos fiscais, acompanhar. A decisão é de vocês, é do Governo e do Parlamento, mas, evidentemente, num orçamento tão engessado, só há um... Havendo um orçamento extremamente engessado e, por outro lado, uma intolerância ao aumento da carga, só há um caminho: ganho de produtividade, fazer mais e melhor com cada real. Para isso, há que se fazer a modernização do Estado brasileiro, a reforma do Estado brasileiro, a reforma administrativa, que está em pauta aqui no Congresso.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, como V. Exa. apontou aqui... Eu fui Secretário de Planejamento no primeiro ano do Plano Real. Nós fizemos um ajuste, fizemos o acordo da dívida. Consolidou-se a dívida dos estados e dos grandes municípios, acabou a operação de curto prazo, acabou a capacidade de lançamento de títulos no mercado, o que era uma verdadeira balbúrdia, e consolidou a dívida num único contrato. Depois vieram as privatizações dos bancos estaduais, que eram ralos, que comprometiam... No Credireal, na minha época, a gente injetava 150 milhões por ano, isso é 1,2 bilhão a preço de hoje, tirava da educação e da saúde para capitalizar um banco comercial, deixá-lo aberto. Então, é curiosa essa coisa da Lei de Responsabilidade, que, depois desse ciclo, veio, em 2000, porque, com o acordo da dívida, com a privatização dos bancos estaduais, com o programa de ajuste fiscal que foi feito e com a Lei de Responsabilidade Fiscal coroando isso tudo, é muito interessante o Congresso mergulhar nesta avaliação: por que ficaram ralos e válvulas de escape?

Aquele ajuste, da década de 90, do século XX, era para ser definitivo. No entanto, a gente vê hoje os estados... Recentemente, o Governador do Rio deu uma declaração de que precisa de uma nova renegociação; Minas está nessa situação; o Rio Grande do Sul, Goiás e tantos outros... Alguns com problema de estoque de dívida e alguns – o Rio Grande do Norte, por exemplo – com problema não de estoque de dívida, mas de fluxo financeiro, de fluxo comprometido.

Então uma revisão, um reestudo da Lei de Responsabilidade, 23 anos depois, seria de enorme valia.

E o senhor pergunta sobre a relação da política monetária e a fiscal: são irmãs gêmeas – se o fiscal vai mal, a política monetária responde com aumento de juros. O Banco Central desencadeou um afrouxamento. A taxa de juros real ainda é muito alta, muito acima da taxa natural, mas, se o fiscal não responder e não traçar uma trajetória adequada, vai ser inevitável o aumento da taxa de juros com a repercussão na dívida pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quanto às políticas públicas, o senhor falou da situação de Mato Grosso. As pessoas às vezes não percebem... Como eu fui secretário estadual por 12 anos, e de saúde, por oito anos, as pessoas não percebem, às vezes, a questão que foi tocada aqui pelo Senador Oriovisto, da previdência. As pessoas não percebem às vezes a deterioração dos serviços públicos a conta-gotas. Quer dizer, um policial se aposenta, se não tem capacidade fiscal de repor, é óbvio que a segurança vai piorar; se o médico se aposenta, e você não repõe, é óbvio que a qualidade da política pública vai piorar.

Então a saúde fiscal tem tudo a ver com a qualidade das políticas públicas. O grande amigo Izalci Lucas toca – e essa é a pergunta que não quer calar nunca no mundo moderno: o que queremos? Qual Estado queremos? Qual o papel dele? Quanto custa? E quem pagar a conta? Simples assim: é a famosa frase "não há almoço grátis". Você tem que fazer opções, saber qual o papel do Estado, qual o tamanho dele, quanto custa isso e quem vai pagar a conta. E essa é a discussão permanente, não só no Brasil. No mundo inteiro, essa questão se repõe.

O Senador Oriovisto, que é nosso colega, um economista, fala realmente que os economistas lidam com hipóteses, variáveis, parâmetros e fazem projeções. E os modelos, há muitos elementos... A própria projeção do PIB para este ano, a maioria projetou 0,9% e 1% e vai dar perto de 3%. Então, isso é um aperfeiçoamento do arsenal técnico da economia permanente, mas o Senador Oriovisto tem razão em que as atitudes dependem dos homens públicos, de quem tem poder de decisão.

E o Senador Oriovisto tocou num ponto importante, porque, eu não sei se todos sabem, o conceito de déficit primário foi inventado para o Brasil na negociação com o FMI, na crise da dívida, lá atrás, em 1979 e 1980, porque os Estados Unidos, como foi dito aqui, regulam o déficit nominal, a capacidade, qual é a necessidade de financiamento do setor público e qual é o teto da dívida. Então, há um controle não de déficit primário, mas da dívida. A União Europeia tem metas para os seus membros de déficit, de dívida e de aumento de despesa, mas o déficit nominal, quer dizer, não distingue despesas financeiras de despesas operacionais, embora haja regras também para a expansão do gasto.

Então, há uma razão, mas o Brasil criou essa cultura de controlar o déficit primário no sentido de – e a Vilma já apontou naquele gráfico que ela mostrou –, se alcançarmos 1,5% de superávit, estabilizar-se a dívida, e aí não há crise de credibilidade e confiança.

O Senador Oriovisto apontou que a tendência é o aumento da dívida, no ponto de vista dele, e qual seria o dever de casa. E aí ele aponta: o dever de casa dos homens públicos, do Governo e do Congresso Nacional é equilibrar receita e despesa e ponderar. Não cabe à IFI, em nenhuma das medidas, fazer juízo de valor.

Então, é óbvio – só tendo a coisa do Milton Friedman na cabeça de que não há almoço grátis – que, se você toma uma medida qualquer relacionada à receita ou à despesa, então, se você estende benefícios para 17 setores na questão da previdência renovando um tratamento especial, isso tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custo. A redução da contribuição dos municípios ao INSS tem um custo. A IFI não entra, isso não faz parte do escopo da atuação da IFI, são os representantes da sociedade que têm que tomar essas decisões. Mas o importante é o que eu disse no início: cada medida, como, por exemplo, incorporar funcionários dos antigos territórios, tem um custo. Então, a cada medida de renúncia de receita ou de aumento de despesa tem que ter um outro fator de compensação, porque, se já estamos desequilibrados, cada decisão que jogue lenha na fogueira vai incrementar o déficit público, e aí, realmente, a previdência é a principal conta.

Eu fui Vice-Presidente da Comissão da reforma da previdência, em 2017. Naquele momento, não foi possível fazer, mas acumulou forças para fazer em 2019. Ela foi eficaz, mas a previdência... Isso é uma discussão de longo prazo que nós temos que ter. Há uma realidade demográfica em que saúde e previdência vão ser contas cada vez mais salgadas, vão onerar cada vez mais o orçamento público – já é o inverso a educação –, porque a correção da curva e a questão da queda da taxa de natalidade colocam desafios diferentes para a previdência e para a saúde. O campo educacional deve se concentrar não no quantitativo, mas muito na questão da qualidade.

Então, na questão da previdência, é claro que a reforma é insuficiente. Ela foi eficaz para conter a expansão do déficit – a Vilma vai falar mais precisamente sobre isso –, mas a gente está vendo, na França, o Presidente Macron tentando realizar uma reforma alterando a idade mínima. Isso é uma reforma da previdência, dada a dinâmica demográfica, o envelhecimento. Ainda bem que as pessoas estão vivendo, cada vez mais – ainda bem, não é para se lamentar, é para comemorar, porque é um avanço civilizatório –, mas, no frigir dos ovos, nos números frios da economia, isso tem impacto orçamentário na previdência.

Por último, meu grande amigo Esperidião Amin – não sei se ele ainda está conectado, mas vocês transmitam, depois, para ele – coloca uma provocação interessante, porque os Estados Unidos são um desafio, os Estados Unidos têm um brutal déficit fiscal, historicamente, e um déficit comercial. A gente viu, agora, na crise do Congresso americano, o impasse que quase ocasionou a paralisia da máquina pública. Então, há negociação permanente com o Congresso Nacional sobre a ampliação do endividamento.

A única diferença, meu querido Esperidião Amin, é que os Estados Unidos, que furam teto, é verdade, emitem dólar e são a maior economia do mundo. É simples assim. A União Europeia também tem metas fiscais, mas a nossa situação não é... É claro que, um dia, se os Estados Unidos começarem a dar sinais, o juro longo dos Estados Unidos já começou a ficar cada vez mais caro... Há uma inquietação, mas ninguém imagina que os Estados Unidos vão quebrar, mas os dados são, reiteradamente, de um agravamento de um desequilíbrio fiscal.

O Esperidião também toca na questão do arcabouço, elogiando, positivamente, a distinção entre investimento e custeio. Realmente, é fato que nem todo gasto público... O gasto público é preciso entrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa discussão, e a IFI está, inclusive, desenhando um acordo de cooperação com o Tribunal de Contas da União. Na minha área que eu foquei – a saúde –, fui gestor de saúde por oito anos, o Tribunal de Contas está com um trabalho interessantíssimo na área de eficiência na saúde, de gestão, como fazer mais e melhor, com cada real.

Nós estamos desenhando um acordo de cooperação para trabalhar – foi até uma provocação da Senadora Tereza – que a gente se dedique, a IFI não tem esse escopo preferencial, mas a gente pode construir parcerias com o Ministério do Planejamento, com o TCU, para desencadear, aqui, inclusive, com a Consultoria de Orçamento do Senado e da Câmara, que têm quadros competentíssimos, de alta qualidade, uma discussão profunda sobre qualidade de gasto público.

Então, essas são as observações sobre a questão. Eu deixo para a Vilma concluir e enriquecer as respostas às perguntas que foram introduzidas. Eu já me despeço, para não alongar, e agradeço muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Dr. Marcus.

Com a palavra, a Sra. Vilma.

A SRA. VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO (Para expor.) – Obrigada.

Eu vou tentar ser objetiva e anotei aqui todas as colocações, eu acho que foram muito pertinentes.

Eu vou tentar fazer, trazer alguns elementos técnicos e numéricos para subsidiar os temas que foram aqui abordados.

A primeira questão está relacionada à questão da dívida com uma frustração de receitas, que foi colocada pelo Senado Moro.

Quando a gente faz a análise de sustentabilidade da dívida, nos cenários bases da IFI, a gente já pressupõe a não realização de todas aquelas receitas que estão sendo colocadas ali como incertas no orçamento. Então, o nosso cenário de déficit para o ano que vem já é um déficit de 1%, diferente da meta de zero. E, nesse contexto, levando em consideração esses fatores, a gente chegaria numa dívida em relação ao PIB para 2024 de 84,4% do PIB; no horizonte até 2027, de 81,7%, se nada for feito.

Lembro que, nos cenários da IFI, o nosso objetivo central não é acertar qual vai ser o número no fim das contas, mas alertar os riscos que uma direção pode tomar. Então, se a decisão, se o caminho for continuar nessa direção, o resultado potencialmente vai ser esse. E, aí, a gente consegue fugir dessa direção é a partir justamente desses debates e das ações que são feitas do ponto de vista de propostas e reformas que são discutidas e aprovadas pelo Congresso Nacional, por esta Casa.

Em relação à reforma tributária, foram vários Senadores que colocaram esse tema aqui no debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à reforma tributária, eu acho que a gente tem um entendimento comum de que ela é importante para o país. Se a gente compara o sistema tributário brasileiro com o de outras economias, de fato a gente tem uma complexidade muito grande no sistema.

A premissa de não ter aumento de carga tributária decorre do fato de a nossa carga tributária estar muito acima da média dos países da América Latina, estar muito próxima da média da OCDE, levando em consideração também os fatores de gastos que a gente tem hoje, a estrutura de gasto, e a de não ser abaixo decorre da questão do desequilíbrio fiscal que a gente tem.

Então, partindo do pressuposto de que a carga tributária não vai ser maior nem menor do que é hoje, levando em consideração a reforma tributária dos tributos sobre consumo, a alíquota, esses detalhes de qual setor vai ser mais onerado ou mais desonerado como um todo, o contribuinte como um todo, a gente tendo essa premissa, vão depender muito da questão da discussão das exceções: quantos setores a gente vai colocar, qual a pertinência de se incluir ou de dar um benefício especial para esse setor ou não. E dar um benefício para um setor naturalmente vai onerar os demais, dado que a gente está caminhando para um sistema que seja o mais unificado possível.

E isso me traz um outro tema também que foi colocado pelas Sras. e Srs. Senadores, que está associado à questão das desonerações tributárias.

A questão da desoneração tributária, quando a gente olha a evolução no país, no Brasil, teve um aumento ao longo do tempo. E qual é a grande questão associada à desoneração de tributos? Você tem um fator a que a gente até dá o nome de gasto tributário. Por quê? Porque é uma forma de você dar um benefício e fazer algum tipo de política pública, mas que não está explícita na estrutura de gasto do orçamento. Ela aparece na forma de uma receita menor, abaixo do seu potencial.

Então, nessa questão da desoneração tributária, tem várias políticas públicas que são feitas via sistema tributário, via desoneração, mas eu alerto muito para a questão da qualidade do gasto, qualidade não só dos gastos efetivos que a gente observa no orçamento, mas também do ponto de vista da desoneração dos benefícios tributários.

E, nesse caminho da qualidade do gasto público – eu até coloquei isso no início da minha apresentação, mas acabei não explorando devido ao tempo –, eu acho que isso vai ser tema de debate nos próximos anos, porque, mal ou bem, embora regra fiscal atual seja mais flexível do que o teto de gastos, ela cria uma restrição também ainda do ponto de vista de despesa que, se não for bem discutida e bem encaminhada a questão da eficiência e da qualidade do gasto público, naturalmente a gente vai estar discutindo novamente ou exceções no novo arcabouço fiscal ou formas de discutir as prioridades do orçamento. Eu acho que, nesse caminho de discussão de prioridade orçamentária, nesse caminho de qualidade do gasto público, esse debate naturalmente vai vir nos próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao investimento público, tem um estudo do FMI que avaliou os investimentos públicos no Brasil. Eles chegaram a algumas conclusões, e eu vou destacar duas aqui. Uma é que a gente investe pouco; o investimento público no Brasil é muito baixo, abaixo da América Latina, abaixo da média dos emergentes – só para ter números aqui, a gente tem 2,1%, em média, nos últimos 25 anos, até 2015, por esse estudo do FMI, enquanto que a América Latina investia, nesse mesmo período, em média, 4,5% do PIB, e os emergentes, em média, 6% do PIB. Então, a gente investe pouco. O investimento público no Brasil é baixo.

Só que a gente tem também outro fator, que é o hiato de eficiência, que está associado à questão da qualidade desses investimentos públicos. No Brasil, a gente tem um hiato de eficiência de 39%; a América Latina, 29%; e os emergentes, 27%, ou seja, a gente investe pouco, mas também investe mal. Em termos de qualidade e eficiência do investimento público, a gente tem ainda um avanço a fazer. Então, não é só aumentar gasto com investimento; é aumentar o gasto com investimento público, mas associado a um ganho de eficiência e da qualidade desses investimentos.

Sobre a questão da previdência, o déficit da previdência, de fato, a gente começa a observar uma redução no déficit gradual no percentual do PIB após a reforma, principalmente após 2021, a partir de 2021, mas, em média, a gente tem algo como 2,5% – o dado mais recente é 2,6% – do PIB de déficit no sistema previdenciário ainda, embora gradualmente a gente observe uma desaceleração. Nossos cenários, da IFI, caminham para uma estabilidade em proporção do PIB.

Outro tema que foi colocado aqui também muito pertinente foi a questão da reforma administrativa. Em relação à reforma administrativa, eu informo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que a IFI fez, em abril de 2021, um estudo com um anexo interativo, onde vocês podem colocar hipóteses diferentes, selecionar um estado diferente ou outro, ou a própria União, em que a gente analisa o impacto das medidas de gestão de pessoas sobre as despesas com pessoal – e não olha só para a União; a gente olha para o gasto da União e dos estados. E nesse estudo, que é de abril de 2021, a gente chegou à conclusão de que, em dez anos, a reforma administrativa, nos moldes como a gente simulou, poderia chegar a uma economia potencial de R$128 bilhões, considerando não só a União, mas a União e os estados. Esse estudo foi realizado pela IFI em abril, está disponível no *site* da IFI e também tem um anexo interativo onde os senhores podem olhar o estado específico ou um agregado de entes, etc.

Eu acho que eu cobri todos os temas.

Eu gostaria de novo de agradecer a oportunidade de estar aqui debatendo com os senhores e de trazer esses elementos para a discussão.

E me coloco também à minha disposição.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente, só um complemento...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Eu acho que a IFI já está usando a inteligência artificial. (*Risos.*)

Falou-se do gasto – e o Brasil gasta mal e gasta muito –, mas eu não sei se você já tem esse estudo da questão dos incentivos fiscais, porque nós aprovamos recentemente essa avaliação, de tempos em tempos, com relação à eficiência e ao retorno dos incentivos. Se não tem, teria como colocar isso? Para a gente analisar também esses incentivos aí – de preferência de forma estadual e local.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pode responder.

A SRA. VILMA DA CONCEIÇÃO PINTO (Para expor.) – Esse foi um trabalho que eu comecei quando eu ainda estava na Fundação Getulio Vargas. Minha área de atuação é muito em estados, em subnacionais. E eu fiz um esforço de tentar levantar e avaliar um pouco essa questão dos benefícios tributários no âmbito do ICMS. E confesso que é um trabalho árduo, porque a gente não tem uma metodologia harmonizada entre os entes da Federação, na hora de compilar e acompanhar esses números, e nem todos os estados têm um rigor metodológico na hora também de levantar e apresentar essas informações. Então, vai caminhar de novo nessa questão da transparência quando você escolhe fazer uma política fiscal via gasto tributário em vez de fazer via gasto efetivo: quando está gasto efetivo, a gente vê, de fato, no orçamento o custo daquela política; via gasto tributário, a gente tem que fazer estimativas de quanto que vai ser a perda de receita por conta desses efeitos.

Então, a gente fez esse estudo. Eu fiz esse estudo quando eu estava na Fundação Getulio Vargas – isso em 2018 e 2019. Eu posso depois compartilhar com os Senadores os números gerais desses estudos que a gente fez no âmbito do ICMS. Também o FMI fez um estudo em cima dessa análise que eu realizei, olhando um pouco para o gasto tributário não só da União, que é esse número que a gente conhece de 4,5% do PIB, etc., mas tentando trazer um olhar também para o campo dos estados.

O SR. MARCUS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA (Para expor.) – Senador Izalci, na verdade, é muito interessante a gente lançar luzes. São quatro grandes agregados no dilema fiscal: previdência, folha, benefícios sociais e gastos tributários. Então, há que se fazer... A Vilma tocou na questão dos incentivos estaduais. A guerra fiscal... Um dos objetivos da reforma tributária é botar um fim na guerra fiscal. Eu participei intensamente da safra de investimentos automobilísticos na década de 90: era uma disputa selvagem entre os estados. E a reforma se propõe a acabar, fechar a porta para esse tipo de guerra fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no caso do Governo Federal, vão ser mais de R$500 bilhões no ano que vem, mas é o Simples, são as renúncias do Imposto de Renda, é a Zona Franca de Manaus e tantas outras despesas; mas, de tudo isso, como também das despesas diretas que são feitas pelo Tesouro Nacional, pelos Tesouros municipais e estaduais, cabe uma avaliação de qualidade do gasto público. Mesmo quanto às renúncias: é preciso ver o retorno que isso gera para a sociedade.

Eu não sei se V. Exas. se lembram da Profa. Rita de La Feria, que fez uma exposição na primeira audiência pública, aqui na CCJ, sobre reforma tributária. Ela, como uma das maiores especialistas em IVA no mundo, cravou, sem deixar direito a dúvida, que todos os estudos mostram que a excepcionalização de alíquota não beneficia os mais pobres; que é muito melhor fazer política social pelo lado da despesa, e não criando um cipoal de diferenciações. Isso a professora, que é uma estudiosa. Então, cabe essa avaliação permanente da qualidade do gasto público para que a gente saiba efetivamente qual é o retorno para a sociedade.

Senador Vanderlan, muito obrigado pela...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Amin, eu acho, quer fazer uma observação.

Senador Amin, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Pois não, eu só queria lembrar o Senador (*Falha no áudio.*) Pois não, estou tentando falar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, nós estamos ouvindo. Pode falar, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – Estou tentando falar. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Estamos ouvindo sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Eu só queria lembrar o meu amigo Marcus Pestana e a Profa. Vilma que nós conseguimos aprovar, com muitos cortes, o projeto de lei complementar que institui a avaliação do custo-benefício (*Falha no áudio.*) ... relatado pelo Senador Oriovisto, e ele já seguiu para a Câmara. É apenas uma versão modernizada e um pouco mais complexa de um projeto que eu apresentei, Senador Marcus Pestana, em novembro de 1991. Vou repetir, novembro de 1991, como Senador. O Brasil não faz nenhuma espécie de avaliação de custo-benefício destes gastos tributários que foram aqui mencionados. Também nisto a IFI pode nos ajudar, insistindo na necessidade de avaliar e criando padrões de avaliação ou sugerindo padrões de avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Quer concluir, Sr. Marcus? Já concluiu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem, eu quero fazer algumas ponderações aqui na fala. Vai ser rápido, devido ao horário, viu, Vilma? Já vi que você olhou aí no relógio.

O Senador Izalci foi muito feliz na sua colocação com relação à reforma administrativa. Nós estamos aí ao inverso, não é? Tínhamos que estar discutindo a reforma administrativa primeiro, para saber o tamanho dessa reforma tributária. Talvez ainda dê tempo, Senador Mauro, devido a tanta coisa que está se discutindo e tanto acerto que ainda se tem que fazer para aperfeiçoar esse texto, para a gente começar para valer.

Nós começamos essa... Eu cheguei aqui em 2019, de lá para cá já vai para cinco anos. E, no início, nós aqui discutimos reforma administrativa. Senadores e Senadoras falaram primeiro na reforma administrativa; depois que veio essa questão da reforma tributária.

Quando a Vilma apresentou os orçamentos dos Poderes, a gente viu que realmente, mais do que nunca, é necessária essa administrativa. Nós temos como enxugar muito isso, muito. E aí é em todos os Poderes. Não vamos só falar do Judiciário, mas aqui, Legislativo, parte aqui, Câmara, Senado, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais. Tem Câmaras Municipais e Assembleias que viraram festa com o dinheiro público. É um percentual para os tribunais também. Então, isso tem que ser corrigido, porque, senão, pode inventar alíquota que ninguém vai dar conta. Daqui a pouco, quem gera emprego, trabalha e paga imposto... E os trabalhadores não vão aguentar essa conta que pode chegar.

A reforma tributária que foi aprovada na Câmara e que começou ali com 20% e alguma coisa, 22% num cenário mais realista, já está em 27% ou 29%, como o Senador Rogerio Marinho aqui disse. Lá se abriram algumas exceções, e alguns setores com que a gente tem dialogado e conversado – e são muitos que a gente tem recebido – ficaram de fora da reforma: saneamento, parte de energia... Se forem colocados todos os outros setores, que, às vezes, até por direito, têm mais do que o que se abriu na Câmara, de quanto será essa alíquota? Ela será exorbitante. Então, nós temos uma tarefa, até a apresentação do nosso Relator Senador Eduardo Braga de ver essas questões ainda que afetam alguns setores.

Foi falado aqui – e todos concordaram – sobre o setor de serviços, mas há muitos outros setores também que não foram contemplados. E, se se contemplarem todos, talvez nós possamos chegar a 35%, 40%. Ainda virão as leis complementares, e, com certeza, ali vai-se abrir muita coisa. Muitos dos itens da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifa zero, com redução, vão entrar ainda nessas leis complementares, que é onde mora, ao meu modo de ver, o perigo, viu, Marcus? Nessas leis complementares... Sem contar que a lei ordinária para o imposto seletivo pode entrar também como uma MP do Governo Federal, ditando quais são os produtos que vão fazer parte do imposto seletivo.

Agora, nesses dias, eu tive uma reunião muito produtiva. A discussão passou aqui já em aumento... E, quando chega em aumento de inflação, bate em quê? Em aumento do petróleo. Em qualquer guerra ou em qualquer coisa que aconteça – a Professora Dorinha acabou de entrar na reunião. Bem-vinda, Professora Dorinha! –, o petróleo sobe.

Nesses dias, em uma reunião que eu tive, Senador Izalci, com os produtores, aqueles que têm as refinarias independentes e que não são da Petrobras, eles me passaram um dado interessante que nós precisamos debater aqui nesta Comissão, para apurar esses números: o Brasil está exportando cerca de 1,6 milhão de barris de petróleo/dia, Marcus – dia, esses são os dados que eu recebi –, e tem uma dependência muito grande, cerca de 600 mil barris de óleo diesel por dia também, que não tem capacidade para refino no Brasil.

E o pior...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Mas também o que aconteceu lá em Berlim, etc...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E o pior do que eu ouvi é que nós temos estoque de diesel para seis dias somente no país – seis dias. Se nós pegarmos os Estados Unidos, se não me engano, são seis meses; agora diminuiu, para conter a inflação – parece que está em três ou quatro meses. São seis dias, na dependência da Rússia.

Eu lembro quando fui Prefeito de Senador Canedo. Lá tem a base da Petrobras, e, na época, de 2005 para 2006, nós já discutíamos as refinarias menores distribuídas pelo país. Inclusive lá nós trabalhamos para que tivesse uma, em torno de 20 mil, 25 mil barris por dia. Em vez de ficarem esses projetos que não saem do papel, ou que, às vezes, saem por um preço astronômico por barril processado, várias pelo Brasil, que comportaria aí cerca de 33 dessas pequenas refinarias. Resolveria o problema do diesel, de combustível no nosso país, com a construção mais ou menos aproximada de três anos, enquanto as outras são anos, e anos, e anos. Só de licença ambiental vai entre cinco e seis anos para ter uma licença ambiental, para fazer uma grande refinaria, como a Abreu e Lima.

Essa seria uma das sugestões que trouxeram. De 2005 para 2006, nós discutíamos isso com pessoas entendidas da área, dizendo "Essa é a solução para o nosso país; em vez de ficar concentrado em grandes refinarias, levar essas refinarias para o interior do Brasil, para as regiões". No Centro-Oeste seria na cidade de Senador Canedo, da qual eu era Prefeito, porque ali tem uma base da Petrobras, tem os dutos e tem mais. E assim em outras regiões do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que sirva de alerta. Agora está aí o petróleo subindo, 5% só ontem, e nós na dependência de importarmos petróleo de fora, porque exportamos muito, mas não temos as refinarias aqui. Não foi feita essa política, nem política de estoque. Nós não temos capacidade de estoque de derivados de petróleo no nosso país.

Agora com o que eu fiquei mais estarrecido é que a justificativa para fazer a exportação do petróleo... Porque houve a pergunta. Eu gosto de números. Nós temos que... Não é, Izalci? As continhas que a gente faz aí, que a gente fala que são de padeiro, dão certinho. Não sou economista como o Dr. Marcus, como a Vilma, mas a gente aprendeu a fazer as continhas de padeiro.

Mas por que o país está exportando tanto e não investe em refinarias? Por que a Petrobras não está construindo? Ele disse: "É simples, porque eles têm que dar lucro". Quando faz a exportação é livre de imposto, e, se fizer aqui, dentro do país, tem que pagar Imposto de Renda, tem que pagar isso, tem que pagar aquilo. Então, é uma política para os acionistas. Então, o que está adiantando muito, Dr. Marcus, nós sermos autossuficientes em petróleo e estarmos exportando petróleo, e nós passarmos por isso?

Nós ficamos à mercê agora de fertilizantes. Quanto de produção de fertilizante pode ter no país se nós desburocratizarmos para explorar, para produzir o nosso fertilizante aqui? Porque nós temos muito. É licença ambiental, é essa política ambiental, que, muitas das vezes, esquece do país, de gerar emprego. É uma política que é errada, ela não é correta.

A dependência de fertilizante, dependendo do fertilizante, chega a ser 95%. E agora vem essa guerra. O que vai virar essa guerra que está aí? Não pode virar nada... A gente já viu que as consequências dela são muito grandes, estão aí pelo país, pelo mundo inteiro ainda. A gente está vendo que essa confusão aí pode se alastrar, e o nosso país ainda ser mais prejudicado.

Nós estamos dependentes aqui – como V. Exa. falou, o Rogerio falou, o Moro falou; o Senador Moro, o Senador Rogerio – da China. Se importam carne dos nossos produtores de carne daqui, eles são remunerados; se não importam a carne brasileira, ou o frango, ou tudo mais, os outros itens, acontece o que está acontecendo aí, abaixo do preço de custo. E essa consequência do que está acontecendo agora, por ora, é muito boa, a inflação caindo e tudo mais, mas, na frente, vamos pagar um preço alto pelo que está acontecendo hoje.

Então, eu vou sugerir, aqui nesta Comissão, como Presidente, nós ouvirmos melhor, para entendermos melhor essa questão das refinarias, por que não se está investindo em refinaria, por que essa política de refinarias menores para atender o país, que é o estudo feito, não agora, lá atrás, por técnicos da Petrobras, que foram lá fazer apresentação para nós à época, por que não está em vigor? Por que nós não encaramos de frente? Porque tem que dar lucro para os acionistas? É muito bom. Eu sou acionista em algumas coisas; é bom dar lucro, mas, às vezes, a política está errada. Lucro demais também, no caso aí do petróleo, está atrapalhando o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no mais, eu quero agradecer a presença. Eu sou um defensor das audiências públicas. É nessas audiências públicas, que a gente, Vilma, entende melhor. Aqui eu aprendi muita coisa, alguns dados aí que eu não tinha observado ainda e que foram passados, como, por exemplo, quando você disse aqui que, desde 2021, Vilma, já tem um estudo da reforma administrativa. Até sugiro aqui: vamos entrar lá no *site* da IFI, para nós entendermos o estudo que já foi feito – está pronto – da reforma administrativa. Então, quero lhe agradecer, Marcus; lhe agradecer, Vilma; muito obrigado mesmo.

E mais audiências públicas virão por aí, para nós, aqui no Senado Federal, Senadores e Senadoras, entendermos melhor a situação do país, por que passa no país e, acima de tudo, buscarmos solução, como o Senador Oriovisto aqui, com muita sabedoria e dando até um puxão de orelha em nós, Senadores e Senadores: "Olha, não adianta aprovar aqui esses projetos que vão ter impacto muito grande. Primeiro, de onde vai vir o dinheiro?". Então, vou sugerir isso aqui também à nossa Comissão, para a gente observar melhor isso daqui.

No mais, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Paulo Paim, Humberto Costa, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Magno Malta, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Flávio Arns, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão e Mauro Carvalho Junior. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 42ª, 43ª e 44ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 334, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º e o caput do § 21 do art. 8º, respectivamente, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por Municípios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Contrário ao substitutivo da Câmara ao PL 334/2023. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 63, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Atibaia, Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), cujos recursos destinam-se ao “Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Atibaia/SP - PRODEURB”." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Giordano. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do PRS que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de Requerimento de Urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3626, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Aprovado REQ 181/2023-CAE, de audiência pública para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4804, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para garantir assentos especiais no transporte público para pessoas com deficiência e com obesidade mórbida." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3038, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3023, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, para modificar o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase submetidas compulsoriamente a isolamento ou internação e conceder o benefício aos seus filhos, na forma que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2838, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCT (substitutivo). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 181, de 2023** que: "Requer os termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3626/2023, que “dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências”." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e com as bençãos de Deus, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de outubro de 2023.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das 42ª, 43ª e 44ª Reuniões, realizadas em 3, 4 e 10 de outubro respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Gostaria de iniciar a nossa reunião reforçando que teremos reunião extraordinária desta Comissão na quinta-feira desta semana, dia 19/10, para apreciação dos resultados de conclusão do grupo de trabalho para avaliação do Sistema Tributário Nacional, apresentado pelo coordenador, Senador Efraim Filho. Na ocasião, após tal apresentação, teremos a oportunidade de discutir pontos da conclusão apresentada, que será em seguida encaminhada ao Relator da PEC 45, de 2019, Senador Eduardo Braga.

Assim, em razão da relevância do tema e do momento da discussão, tanto nesta CAE quanto na CCJ, reforço a importância da presença dos membros desta Comissão nesse nosso encontro extraordinário de quinta-feira, que certamente tem muito a contribuir com as discussões acerca do tema.

Gostaria ainda de registrar alguns números divulgados ontem pelo Banco Central em seu relatório Focus. Quanto à inflação, a estimativa do IPCA para este ano de 2023 caiu de 4,86% para 4,75%, enquanto que a previsão para a inflação de 2024 permanece nos mesmos 3,88%. Já a projeção de inflação para 2025 permanece em 3,5% há 12 semanas. E, para 2026, permanece em 3,5% há 15 semanas.

Quanto ao resultado primário, o objetivo de uma das metas do arcabouço fiscal que aprovamos aqui recentemente, o boletim do Banco Central mantém projeção para 2023 em -1,10% do PIB e, para 2024, em +0,83% do PIB, sendo este o último acima da banda da meta prevista do novo arcabouço fiscal de resultado primário zero, que pode variar apenas 0,25% para mais ou para menos.

Quanto aos anos seguintes, a previsão de déficit para 2025 permaneceu em -0,60% do PIB. E a de 2026 piorou, de -0,40% do PIB para -0,50%, ambas as projeções também aquém das metas estabelecidas do novo arcabouço fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, vemos que o desafio, do ponto de vista fiscal, é grande para os próximos meses, de forma que esperamos que as medidas que estão sendo adotadas e novas medidas venham no sentido de termos o equilíbrio fiscal necessário para que as metas sejam atingidas e o país tenha o ambiente adequado para o seu crescimento sustentável.

É o que eu tinha a registrar.

Item 1 da pauta, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 334, de 2023, não terminativo:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 334, DE 2023 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º e o caput do § 21 do art. 8º, respectivamente, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por Municípios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Contrário ao substitutivo da Câmara ao PL 334/2023.

Observações:

1. A matéria foi aprovada pelo Senado Federal, e agora retorna para que seja apreciado o Substitutivo da Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador Efraim Filho.

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel para a leitura do seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Bom dia a todas e a todos. É um prazer revê-los nesta terça-feira. Vejo o nosso Deputado Rogerio Marinho, Dueire, Ciro Nogueira, nossa grande Senadora, todos sorridentes nesse dia em que a gente inicia, praticamente, a pauta aqui no Senado.

Vamos ao relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 334, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º e o *caput* do §21 do art. 8º, respectivamente, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por municípios.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei (PL) nº 334, de 2023, que altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º e o *caput* do §21 do art. 8º, respectivamente, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por municípios.

O substitutivo altera materialmente a proposição aprovada pelo Senado Federal, enquanto Casa iniciadora, em quatro pontos.

Primeiro, há inclusão de um novo dispositivo na proposição. Assim, o art. 4º do substitutivo reduz para 1% a alíquota de contribuição previdenciária das empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal, intermunicipal em região metropolitana, intermunicipal, interestadual e internacional enquadradas nas classes 4921-3 e 4922-1 da Cnae 2.0, as quais estão referenciadas no inciso III do *caput* do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Segundo, há alteração da regra utilizada para redução das alíquotas de contribuição previdenciária dos municípios. Enquanto a proposição aprovada pelo Senado Federal previa uma redução uniforme – de 20% para 8% – para todos os municípios enquadrados nos coeficientes inferiores a 4,0 da tabela de faixas de habitantes do §2º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – o que equivale a um número de habitantes inferior a 156.216 –, o substitutivo, em seu art. 5º, torna a alíquota escalonada – de 8% até 18% – conforme o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do município.

Terceiro, o substitutivo modifica as balizas para o monitoramento e a avaliação de impacto da desoneração da folha de pagamentos.

Por fim, o quarto ponto de alteração material refere-se à cláusula de vigência. Isso porque, ao incluir um dispositivo na proposição e preservar a redação de tal cláusula – sobretudo a parte que trata da aplicação da noventena tributária ao art. 5º –, o substitutivo prorroga por três meses a entrada em vigor da redução das alíquotas de contribuição previdenciária dos municípios.

O substitutivo foi distribuído a esta CAE, onde fui designado Relator. Até o presente momento, não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 334, de 2023. Antes, porém, cumpre avaliar a constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e juridicidade do substitutivo.

Quanto à constitucionalidade, o substitutivo observa a competência da União para dispor acerca de contribuições sociais, cumpre a competência legislativa do Congresso Nacional e não viola qualquer iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos, respectivamente, do inciso XXIII do art. 22, do inciso I do art. 24, do art. 48 e do §1º do art. 61, todos da Constituição. Ademais, não se vislumbra no conteúdo do substitutivo qualquer violação material ao texto constitucional.

Quanto à regimentalidade e à técnica legislativa, não há qualquer afronta ao Risf ou às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Ainda, quanto à juridicidade, o substitutivo inova o ordenamento jurídico e é dotado de abstração, generalidade e coercitividade.

Avança-se, então, ao mérito econômico e financeiro.

Ao fixar em 1% a alíquota de contribuição previdenciária das empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros, o substitutivo prestigia um setor que já é beneficiado por uma alíquota reduzida de 2%, conforme o art. 7º-A da Lei nº 12.546, de 2011. Assim, uma nova redução revela-se desarrazoada, haja vista que o equilíbrio financeiro-atuarial do Regime Geral de Previdência Social deve ser sempre almejado e que existem, atualmente, situações mais prementes para o direcionamento das possíveis reduções de alíquotas – por exemplo, a drástica situação de fragilidade fiscal dos municípios.

O substitutivo também altera o formato da redução das alíquotas de contribuição previdenciária dos municípios, resultando em uma diminuição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... do valor anual da desoneração de R$9 bilhões – valor esse advindo da proposta aprovada pelo Senado Federal – para R$7,2 bilhões.

Utilizando-se a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o PIB dos municípios no período de 2010 a 2020, é possível afirmar que a proposição aprovada pelo Senado Federal beneficia mais de 95% dos municípios do país – com uma redução de alíquota de 20% para 8% –, o que representa uma diminuição de 60% das despesas com contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamentos para os municípios que não possuem regimes próprios de previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O substitutivo, porém, ao escalonar e buscar estender a redução para todos os municípios do país – englobando, assim, os menos de 5% dos municípios que continuariam com a alíquota original de 20% –, acaba por majorar, na realidade, a alíquota de uma vasta e significativa parcela dos municípios que foram beneficiados pela proposição aprovada pelo Senado Federal.

Dessa forma, o substitutivo faz com que haja um aumento das alíquotas médias de contribuição dos municípios em absolutamente todos os estados do país. Por exemplo, os maiores aumentos estimados em cada uma das cinco regiões são: de 97,66% na alíquota média de contribuição dos municípios no Rio Grande do Sul; de 69,87% em São Paulo; de 93,14% no Mato Grosso do Sul; de 37,02% em Sergipe; e de 71,38% no Estado de Rondônia.

Dito de outra forma, dos mais de 5 mil municípios originalmente beneficiados pela alíquota de 8% aprovada pelo Senado Federal, apenas 1.111 permaneceriam com ela se o substitutivo fosse aprovado, os demais recolheriam alíquotas superiores, o que não é compatível com a grave situação de fragilidade fiscal que tais entes enfrentam atualmente.

Frisa-se ainda que mais da metade dos municípios que não foram contemplados pelo Senado Federal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... estão, em termos de PIB *per capita*, entre os 20% mais ricos do país – o que revela o acerto e a devida focalização da desoneração promovida por esta Casa.

O art. 6º do substitutivo, por sua vez, aduz que o monitoramento e a avaliação de impacto da desoneração da folha de pagamentos respeitarão o disposto no art. 10 da Lei 12.546, de 2011. Trata-se de alteração que restringe a liberdade de regulamentação por ato infralegal e retira a menção à avaliação da manutenção dos empregos nas empresas albergadas pela desoneração, o que torna necessário, portanto, a sua rejeição.

Ademais, ao incluir um dispositivo na proposição e manter inalterada, na cláusula de vigência, a aplicação de noventena tributária para o art. 5º, o substitutivo posterga por três meses o vigor da redução das alíquotas de contribuição previdenciária dos municípios. Essa postergação trimestral, contudo, revela-se temerária e incompatível com a urgência imposta pelo cenário de fragilidade fiscal dos municípios, que estão a cada dia mais precisados por despesas ascendentes e receitas precárias.

Destaca-se, por fim, que a redução das alíquotas de contribuição previdenciária viabilizará um maior ritmo de contratações por parte dos municípios beneficiados, o que levará maior dinamismo às economias locais e, assim, reduzirá o desemprego, ampliará a oferta de serviços públicos, expandirá a renda, promoverá o progresso econômico e fomentará o bem-estar da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela rejeição total do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 334, de 2023.

Esse, Sr. Presidente, é o voto de um parecer que demorou muito...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... para ser lavrado, mas, ouvindo a nossa Consultoria Legislativa, a nossa assessoria – e quero agradecer a todos –, nós conseguimos sair com um texto que vem a atender as expectativas do mundo empresarial que está inserido nessa desoneração, ou seja, 17 setores que, com certeza, com isso, vão manter seus postos de trabalho, vão ter condição de se planejarem para o futuro. Então, nada como o Congresso Nacional apoiar esses segmentos que mais geram empregos no Brasil. (*Palmas.*)

Quanto à situação...

(*Soa a campainha.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quanto à situação, Sr. Presidente, dos municípios, é aquela mesma prática – que um dia o nosso "presidente da reforma tributária *ad hoc*", vamos assim chamar, Efraim Filho, que é autor do projeto –: muitas vezes o Governo finge que arrecada, e as prefeituras fingem que pagam. O que se vê hoje são quase 100 bilhões de passivo nos municípios para com a previdência, sem nenhuma condição de honrar. E todo ano tem sempre um Refis, um Refis, um Refis. Então é melhor a gente reduzir a alíquota e ser cobrada com mais eficácia, ou seja, os municípios passarem a ser adimplentes do que a continuar com uma alíquota cavalar e a inadimplência dos municípios crescer a cada dia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadora Augusta Brito, com a palavra.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu gostaria de pedir vista.

Parabenizando o nobre Relator pelo excelente relatório, eu gostaria de pedir vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Concedo vista coletiva. Volta na próxima semana, Senador Ciro e Senadora Augusta.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogerio, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa.

Bem, apesar do período de vista, esse assunto é tão relevante, tão importante que eu faço questão de deixar registrado um breve comentário a respeito, até para contextualizar o que está acontecendo no nosso país.

Eu devo, por dever de justiça, começar dizendo que o Senador Angelo Coronel fez um trabalho extraordinário.

Senador, V. Exa. honra o Estado da Bahia. V. Exa. se debruçou sobre esse tema, buscou alternativas, pegou um viés em cima dessa questão da desoneração de folha de 17 setores e trouxe para dentro do bojo do projeto a questão que aflige todos os municípios brasileiros, em especial aqueles do Norte e do Nordeste do país, que é a dificuldade de lidar com as suas respectivas situações em função da deterioração extraordinária, progressiva, geométrica das transferências obrigatórias por parte do Governo Federal.

Muita gente tem nos abordado com muita saudade do tempo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, quando se dizia "Mais Brasil, menos Brasília". E, de fato, de forma constante e progressiva, o aporte de recursos era sempre maior de um mês para outro, isso fruto das decisões econômicas que foram tomadas naquele momento.

Eu assisti, ao longo dos últimos dois meses, Senador Angelo Coronel, vários membros da oposição afirmarem que o que acontece com os municípios brasileiros é fruto da desoneração que foi feita em função da crise do petróleo do princípio do ano passado. Eu acho que eles se esquecem de observar uma coisa chamada lógica, matemática, aritmética, porque, quando isso foi feito, em função da crise, quando o preço do petróleo chegou a US$120 e o mundo inteiro tomou medidas para diminuir o impacto dessa situação junto aos fornecedores, naquela oportunidade as receitas transferidas para municípios e para estados continuaram crescentes. Que mágica foi essa? Boa administração. O Governo diminuiu o imposto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mais de 4 mil produtos, o IPI em 35% e, paradoxalmente para alguns, mas assertivamente para outros, aumentou a arrecadação, porque diminuiu a elisão fiscal, diminuiu a possibilidade ou a condição que aqueles empresários tinham de buscar mercados alternativos.

O Governo automatizou os serviços públicos, mais de 4 mil itens foram automatizados para permitir maior eficiência da prestação de serviço da população. O Governo modernizou uma série de marcos regulatórios, o que propiciou quase um R$1 trilhão contratado com a iniciativa privada, em saneamento, em infraestrutura, em portos, em investimentos os mais diversos, que foram atraídos em função da previsibilidade, da segurança jurídica e da modernização dos marcos regulatórios.

E aquilo a que nós estamos assistindo hoje no Brasil, bravo Senador Angelo Coronel, é um desmonte do que foi feito nos últimos seis anos. Esse Governo tem uma agenda absolutamente destrutiva.

V. Exa. traz para nós aqui um projeto extremamente meritório para diminuir a alíquota dos municípios, que estão estrangulados, não têm condição de fazer frente às suas obrigações mais comezinhas. Um município do interior da Bahia, estado que V. Exa. representa, e do Rio Grande do Norte, meu estado, não conseguem sequer pagar a folha, não pagam fornecedores, não pagam terceirizados, não conseguem propiciar qualidade no serviço de educação, na área social, porque houve uma redução abrupta dos recursos transferidos.

E é simples, basta ver o que ocorreu no Estado de São Paulo: 10% a menos na sua tributação nesses primeiros seis meses do ano, e o PIB cresceu quase 3%. Cresceu, eminente Senador, porque a área de serviços e a área do agro continuam crescendo, mas são tributadas menos do que o comércio e do que a indústria. O comércio não vende e não encomenda a indústria, e ambos estão estagnados e declinantes. E nós não vemos um projeto de governo.

Os projetos todos são nesta linha, de aumentar o rombo fiscal.

O eminente Presidente, o Senador Vanderlan, acaba de fazer aqui um pronunciamento – não sei se os senhores prestaram atenção – do Banco Central, que, de forma conservadora, afirma que o déficit público no próximo ano será de 0,83% do PIB. Isso significa, Srs. Senadores, quase R$100 bilhões de déficit – R$100 bilhões –, e de forma progressiva até 2026.

Eu afirmei aqui – aqui –, neste lugar, que votaria contra o arcabouço fiscal, porque era uma enganação, era para inglês ver, e que o Governo não cumpriria sequer o primeiro ano. Está se confirmando o que eu disse, infelizmente. Eu quero queimar a minha língua, mas infelizmente está aqui.

E o que significa déficit público, Senador Angelo Coronel? Significa a perpetuação de juros altos, significa inflação, significa retração de investimento, significa desemprego, significa desaceleração da economia a médio prazo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos praticando os mesmos métodos, a mesma metodologia, com os mesmos personagens, e nós já sabemos o final desse filme.

Então, eu peço licença a V. Exa., até porque assisti, na semana passada, a uma declaração do Ministro do Trabalho, Marinho, ao afirmar que vai propor que os recursos do FAT sejam redirecionados para o BNDES. E aqui nós estamos falando de diminuição de alíquota, o que vai aumentar o déficit previdenciário. E alguém vai bancar isso, que é o Tesouro Nacional. Nós vamos aumentar esse 0,83% mais um pouquinho aqui, com a aprovação desse projeto. Um percentual maior desse 0,83% vai ser acrescido aqui.

E nós vamos ter, se for aprovada a proposta do Marinho, que tem também a boa vontade do Aloizio Mercadante, um aumento ainda maior. Eles não estão preocupados com o país. Estão preocupados com o projeto de governo e de poder, e não com o projeto de país e de Estado.

Desculpe V. Exa. essa breve elocução a respeito do tema.

V. Exa., sem dúvida nenhuma, faz um trabalho extraordinário, bem-intencionado. Do projeto houve pedido vista, a gente vai ter mais oportunidades de se debruçar sobre o tema, mas é um alerta às Sras. e Srs. Senadores do que está acontecendo no país.

Agora a gente vai escutar todo tipo de explicação, inclusive que o problema agora é em função da desoneração que foi feita nos combustíveis.

A lógica diz o contrário, senhores. Os números falam o contrário. O Governo terminou o ano passado com superávit, e nós vamos terminar este ano com déficit; e no ano seguinte com déficit; e no ano subsequente com déficit; e, ao final do Governo do Presidente Lula, nós vamos entregar certamente um país pior do que recebemos.

Obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Presidente? Sr. Presidente...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autor do projeto, o Senador Efraim...

Senador...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pela ordem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – O senhor me desculpe, é pela ordem... Quer dizer, na verdade não tem nada nem com o projeto, nem com o escopo, aí eu peço desculpas ao Relator, e Marinho fez uso da palavra e outros Senadores também farão; mas é porque, rapidamente, por conta de eu estar ali envolvido no relatório da CPMI, eu trago a V. Exa. um requerimento, um pedido para que tenhamos uma audiência pública sobre essa Proposta 3.626, que requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para... com o objetivo de instruir o PL 3.626, que "dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; [que] altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971".

V. Exa. conhece o assunto e os Srs. Parlamentares também, e, como convidados para essa audiência pública, nós estamos propondo essa audiência com o Sr. Vilson Antônio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal; o Sr. Ricardo Gazel, Economista; o Sr. José Francisco Manssur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda; o Sr. Bruno Pires Lobato, Presidente da Associação Nacional de Lotéricos, que inclusive tem uma nota técnica que entregou aqui a todos os Srs. Senadores.

Eu, de formação, de consciência, de coração e de alma, sou contra qualquer tipo de jogo, e a minha luta contra a jogatina é um histórico da minha própria vida enquanto Parlamentar, mas acho que precisamos discutir essa modalidade. E a internet chegou, não podemos fazer a toque de caixa aquilo que não produz vida, produz destruição. As pessoas são levadas ao suicídio, a acabar com aquilo que pertence à sua família, aos seus filhos, desde um copo de leite até um pão, aquele que é dependente e viciado do jogo... E a internet muito mais, porque ela nunca vai se acabar. É preciso que se tenha um debate profícuo nesse sentido para evitarmos tanto sofrimento no futuro. Pensar em arrecadação sem pensar no bem-estar psicológico, moral e de uma nação... É preciso entender que, mais do que cimento e asfalto, as pessoas, o ser humano vale muito mais.

Por conta disso, eu peço a V. Exa. Esse requerimento está subscrito por diversos Senadores e pediria que V. Exa. nos desse a oportunidade, também à Comissão como um todo, para que nós pudéssemos fazer essa audiência pública para debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente Vanderlan?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Um minutinho só. Só um minutinho, se o senhor me permite... Permite?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O mais novo integrante da CAE, não é? Então...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Bem-vindo, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Então, quero cumprimentar os colegas, primeiramente cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos; o Senador Angelo Coronel, pelo brilhante relatório.

Eu quero apenas, Sr. Presidente, apelar, porque esse assunto eu conheço um pouco. Fui Presidente de um clube de futebol, tenho sido abordado pelos torcedores desse clube, que é o Fortaleza, e eu jamais imaginava que esse tipo de situação estivesse empurrando as pessoas para um abismo. Eu conheço evangélicos, que vieram com as suas famílias conversar comigo, que nunca colocaram uma gota de álcool na boca, mas estão se endividando, perdendo o emprego, perdendo a família e tentando o suicídio por causa dessas apostas esportivas. É a paixão nacional o futebol, está havendo um escândalo de manipulação, que a gente está vendo que está acontecendo, inclusive países estão indo no caminho inverso do que o Brasil pretende fazer. E eu queria fazer um apelo para esta audiência pública, para que todos os colegas Senadores pudessem ouvir a sociedade aqui, ouvir os especialistas, porque o caso não é grave, é gravíssimo. Então é uma questão de humanidade. A cada dólar arrecadado com jogo, você gasta três com custo social, questão de segurança pública, saúde, doença mental, então é um apelo. O Brasil já tem problema demais, que a gente não tenha mais esse problema.

Então eu queria referendar o pedido de audiência pública do Senador Magno Malta. Vai vir gente de outros estados participar. Então, eu lhe peço, por gentileza, que marque pelo menos para quinta-feira, para dar tempo para a mobilização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Girão. E seja bem-vindo! Parabéns pelo Fortaleza, que vai chegar à semifinal e vai ser campeão.

Em votação o Requerimento nº 181, de 2023, do Senador Magno Malta.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Eu gostaria de consultar aqui, que também é Relator desse projeto, o Senador Angelo Coronel. Seria importante ele estar nessa audiência, quinta-feira, foi pedido, porque sexta-feira, o prazo é sábado, mas, regimentalmente, nós temos até sexta-feira. Qual o horário que V. Exa. sugere, Senador Angelo Coronel, para que se realize essa audiência pública, que eu acho importante.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O requerimento é pertinente, é válida a audiência pública, e me disponho na quinta-feira, a partir das 16h, estar à disposição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O relatório já foi entregue, Senador? Ainda não, não é?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O relatório demora um pouco ainda.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Na quinta pela manhã teremos a sessão de apresentação do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária. Ficaria, portanto, para depois da apresentação, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Para as 16h. Está marcada para 10h da manhã a apresentação do seu parecer.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É importante, Presidente, que, dessa audiência pública, a gente possa participar remotamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O.k. V. Exa. não estará aqui quinta à tarde?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estarei numa missão com o Senador Otto Alencar, na quinta-feira pela manhã, mas às 16h estaremos a postos para participar da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, o Senador Efraim.

Senador Efraim, V. Exa. se inscreveu para falar sobre o projeto, mas eu gostaria que V. Exa. falasse também sobre a nossa reunião de quinta-feira, sobre os trabalhos a serem apresentados.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Eu lhe agradeço, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me iniciar sobre o projeto da desoneração da folha de pagamentos, inclusive como autor do projeto. É claro, é absolutamente regimental e compreensível o pedido da Senadora Augusta, só queria lamentar e deixar claro o quanto é necessário que a gente avance com esse tema. Nós já entramos num período extremamente crítico, faltam menos de três meses, daqui a pouco são 60 dias para o final do ano e a política pública da desoneração da folha de pagamento para gerar emprego precisa de tempo e prazo para que o setor produtivo possa ter segurança jurídica para poder planejar a ampliação dos negócios, a abertura de novas filiais e, portanto, a contratação de mais pessoas.

Então, é importante que a gente não vá jogando este tema para a reta final do ano, porque prejudica o próprio resultado que nós queremos atingir. A desoneração da folha de pagamento, meu caro Relator Angelo Coronel, é um projeto de ganha-ganha: ela é boa para quem empreende, para quem emprega, ele paga menos impostos; ela é boa para quem trabalha, para os sindicatos, para a classe trabalhadora também, após a desoneração da folha; e ela é boa, inclusive, para o Governo, porque tem um elemento que não entra na conta do Governo, que são as mais de 600 mil demissões que correm o risco de acontecer, e essa conta vai para o Governo. Você perguntou aqui quem paga a conta. Seguro-desemprego...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... pessoas que irão para os programas de transferência de renda que não estão hoje, por estarem desempregadas... Então, o saldo dessa conta é de superávit. Não é hora de se fazer mera equação financeira. O maior desafio do Brasil hoje não é arrecadar mais, é empregar mais, é tirar pais e mães que estão na fila do desemprego, jovens que querem uma primeira oportunidade para poder gerar esse espaço e poder, com o suor do seu rosto, colocar o pão na mesa da sua casa.

Presidente Vanderlan, o que mais se vê hoje são políticas públicas, inclusive, na própria reforma tributária, para estimular a pejotização, para estimular a automação, e isso tem um efeito reflexo: se perde o emprego. A desoneração da folha de pagamento prestigia aquelas empresas que mais empregam no Brasil. Não dá para a gente fechar os olhos a essa realidade. Então, nós estamos fazendo esse monitoramento.

O Senador Angelo Coronel foi extremamente feliz na análise dos dados. A gente sabe que ninguém perde aquilo que não tem. Foi uma luta muito grande, Senador Angelo Coronel, e eu sei da pressão que esteve sobre seus ombros, para que a gente pudesse fazer uma desoneração ampla e universal, atingindo todos os setores da economia. Esse é nosso sonho, esse é o ideal e talvez, na segunda fase da reforma tributária, isso será tratado. Neste momento, a única situação que é permitida, do ponto de vista constitucional, é prorrogar o benefício que já existe. Então, ninguém está tirando nenhuma receita do Governo, o Governo já não conta com essa receita, está se prorrogando um benefício que já existe, inclusive, existiu também no Governo anterior, ao qual o Senador Rogerio Marinho se reportava. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma medida, essa mesma matéria foi também aprovada no Governo anterior. Essa não é uma matéria de política, de responsabilidade ou de irresponsabilidade, essa é uma política de escolher o emprego como o principal desafio que nós temos.

Então, Presidente, para concluir, V. Exa. pediu também que abordasse na quinta-feira, e fazer um convite a todos os Parlamentares que compõem a CAE, especialmente aqueles que compõem o Grupo de Trabalho da Reforma Tributária: nós faremos a apresentação do relatório do GT, com as diversas emendas acolhidas aqui por sugestão dos Srs. Senadores e Senadoras, para que seja encaminhado ao Relator Eduardo Braga como sugestão para a deliberação na CCJ. Já que não coube à CAE, do ponto de vista regimental, deliberar sobre a matéria, nós apresentaremos, como sugestão ao Relator Eduardo Braga, aquilo que foi amplamente debatido e discutido, por iniciativa de V. Exa., Presidente Vanderlan, que acertou esta CAE e deu vez e voz a diversos setores deste país que gostariam de ver a sua razão, a sua expectativa trazida.

Aqui, a CAE cumpriu o seu papel e, claro, no momento da deliberação, nós haveremos de avançar.

Mas concluo, para deixar claro: que o pedido de vista, que é regimental, não ultrapasse a próxima semana para que a gente possa deliberar sobre essa matéria, para ela poder seguir.

Foi 14 a 3, Presidente, na última votação, no primeiro semestre. Parece-me já um cenário de maioria sólida. Já há um cenário de que o Senado fez essa opção. Ficar lutando contra isso é desgastar uma relação com quem trabalha no Brasil, com quem emprega no Brasil e com quem quer ver o rumo do desenvolvimento ser retomado pelo nosso país.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, art. 14...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, art. 14, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Pessoal das manifestações, eu quero pedir que... Os Senadores e Senadoras aqui estão falando. Sei que a torcida é grande, mas peço um pouco de calma.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Presidente, é porque eu fui citado, por gentileza, literalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa.

Eu vou ser bem breve. Primeiro, quero dizer que, na fala que fiz anteriormente, eu deixei claro – para quem não entendeu, eu vou deixar mais claro ainda – que a minha preocupação é que nós estamos tendo um problema sistêmico, um problema que está assolando – eu falei especificamente – os municípios brasileiros e, por isso, é meritória a preocupação do eminente Senador Angelo Coronel de buscar alguma forma de mitigar essa situação, mas que infelizmente não vai se resolver apenas com essa ação, porque há uma deterioração crescente dos recursos transferidos do Governo Federal para os municípios de menor porte no país, o que gera toda a sorte de problemas.

Eu inclusive fiz questão de não citar a desoneração de folha – eu não sei se o Senador Efraim prestou atenção –, eu não falei na desoneração de folha.

Em relação à reforma tributária, eu tenho uma outra visão. No final do ano passado, a Secretaria do Tesouro publicou uma nota, que é pública, que está aí para quem quiser ver, em que a relação entre tributos e Produto Interno Bruto está próxima de 34%, Senador – 34% do que é produzido no país é pago de tributo neste país hoje, 34%, mais de um terço do que se produz no país nós pagamos de impostos hoje. Está lá, não sou eu que estou dizendo, não; é o hoje Ministério da Fazenda.

Com o que veio da Câmara Federal, nós estamos aumentando apenas no IVA, que significa um terço desses impostos, em pelo menos, de forma conservadora, quatro pontos percentuais, de 21,5% para 27,5% – também não sou eu quem está dizendo; é a própria Receita Federal e o Ministério da Fazenda. Cada ponto percentual que se aumenta, eminentes Senadores, significa 0,5% de PIB. Então, a reforma do jeito que ela está já significa um acréscimo de mais de 2% no Produto Interno Bruto em relação à tributação.

Eu acho que é importante nos debruçarmos sobre o assunto de forma macro e não nos preocuparmos apenas com questões setoriais por mais importantes que elas sejam. Quando chegar aqui o projeto na próxima semana, o Senador Angelo Coronel sabe que é evidente que eu não sou eu que vou votar por mais imposto, eu não voto por por mais imposto no país, tá? Então, é evidente que você vai ter o nosso apoio. Agora, eu não posso deixar de mostrar o que está acontecendo: nós vamos aumentar, se o Governo não entrar no processo de negociação, em pelo menos dois pontos percentuais, se nenhuma das quatrocentos e trinta e tantas emendas que já foram acostadas no relatório do Senador Eduardo Braga for acolhida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos um problema muito grave. Reforma tributária, com aumento de carga tributária para a população brasileira, meus senhores, é um rumo perigoso. E este Governo tem se debruçado sempre em fazer o ajuste na área de aumentar a receita e não fazer o seu dever de casa. É isso o que eu estou colocando aqui, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu quero, ainda a tempo, registrar a presença da nossa eterna Senadora Ana Amélia. Eu gostaria de convidá-la, Senadora, para se sentar aqui conosco à mesa.

Bem-vinda, Senadora!

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Principalmente, Vanderlan, porque ela é do PSD, e está aqui à mesa uma dupla do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – E reforçada aqui pelo Senador Mecias e pelo Senador Eduardo.

Quero registrar a presença também, Senador, do Deputado Federal Mauro Benevides Filho – seja bem-vindo, Deputado –; de Marcelo Nicolau, analista de políticas públicas do Sebrae; e de Augusto Coutinho, Deputado Federal, que está nos visitando.

Vamos seguir aqui a lista dos inscritos.

Fernando Dueire.

Com a palavra, Fernando.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de me associar às palavras que foram aqui ditas pelo Senador Efraim: esse tema é urgente.

Meu caro senador Angelo Coronel, os municípios clamam todos os dias por um aporte e um agasalho. E o setor produtivo que gera emprego, que está vinculado ao relatório posto por V. Exa., clama também por urgência. Isso se trata de emprego.

Portanto, eu me associo ao Senador Efraim no sentido de que nós não venhamos a adiar isso para além da próxima semana, Senador Vanderlan, Presidente, porque isso é urgente. Essa matéria nós precisamos enfrentar com coragem. Claro, quando se tira de algum lugar, evidentemente, para fazer essa compensação, nós vamos ter alguma dificuldade, mas nós temos que ter uma responsabilidade com o país. Esse é um dever que nos coloca em encruzilhadas e nessas encruzilhadas nós temos que saber ter a capacidade de fazer as boas escolhas. É isso.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

Senador Rogério, com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o nosso Relator, querido amigo Angelo Coronel, cumprimentar V. Exa., e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que estão participando desta sessão da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em primeiro lugar, esse tema foi votado no Governo anterior, foi aprovado, foi vetado, e o Governo anterior entrou com uma ação de inconstitucionalidade, que está pendente no STF, porque, na própria reforma da previdência, já tem um dispositivo constitucional que diz que qualquer fato novo seria inconstitucional, porque muda... Ou seja, as desonerações seriam inconstitucionais. Então, teria que ser compensado de alguma forma. Essa é uma questão – e é importante que se diga – em que houve veto do Governo anterior e que foi judicializada.

Então, essa é uma questão importante de ser frisada aqui para não parecer que tem um bonzinho e um ruinzinho. É um dado de realidade e tem uma construção histórica.

A segunda questão é que nós precisamos, sim, ter responsabilidade com o Brasil, precisamos ter responsabilidade com o Sistema Único de Saúde, precisamos ter responsabilidade com a educação do Brasil, precisamos ter responsabilidade com a infraestrutura do Brasil, precisamos ter responsabilidade com investimento público no Brasil, porque, se não tiver investimento público, não tem investimento privado. E tudo isso... Todos nós sabemos, qualquer economista, qualquer iniciado no ramo sabe que, sem investimento público, não tem investimento privado, não acompanha investimento privado.

Toda vez que a gente faz uma desoneração desse tipo, a gente está, de certa forma, tirando do Governo a sua capacidade fiscal de cumprir metas. Questiona-se por que não se cumprem metas, mas se defende desoneração. É preciso que a gente encontre uma racionalidade menos esquizoide, porque, veja, eu quero desonerar, mas, ao mesmo tempo, eu quero que cumpra a meta. Quem é que vai pagar essa conta? Se vai desonerar e quer cumprir meta fiscal, quem vai pagar a conta é o povo mais pobre do Brasil. Então, essa discussão de que vai gerar emprego, essa discussão de que vai melhorar a vida dos mais pobres não é verdade, porque não é possível desonerar e fazer ajuste fiscal sem cortar na carne daqueles que já estão no osso, que é a população mais carente do Brasil.

A segunda questão que é importante lembrar é que fazer superávit sem sustentabilidade é muito simples, é vender patrimônio, como venderam a Eletrobras, é pegar, fazer um achaque e vender as refinarias, é cobrar um preço absurdo nos combustíveis para poder dar maior lucro à empresa, gerando inflação e 400 bilhões de juros por conta da inflação, por conta do aumento da taxa de juros, porque a inflação saiu do controle com o aumento do preço dos combustíveis. Depois nós tivemos que cortar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano seguinte... E eu votei contra, porque isso ia trazer a conta para este ano, e o Governo deste ano está compensando a perda dos estados e dos municípios com as desonerações que foram feitas no ano passado.

Ainda na semana passada, nós aprovamos um projeto de antecipação de receita para estados e municípios, além disso, recompondo perdas de estados e municípios. Então, é preciso que a gente tenha, na comunicação com o povo do Brasil, com os brasileiros e as brasileiras, muita seriedade naquilo que a gente diz, porque, senão, as pessoas não entendem. E o maior problema de uma nação é quando a gente não tem esse senso de responsabilidade com quem nos assiste, com quem ouve o que a gente está dizendo, porque elas têm dificuldade de compreender. A gente vive numa bolha, e as pessoas não estão nessa bolha para compreender e saber fazer o discernimento do que é certo e do que é errado, do que está e do que não está acontecendo, neste momento, no nosso país.

E quero dizer mais uma coisa, Sr. Presidente: as desonerações eram a promessa, e o Governo da Presidente Dilma fez desonerações no Brasil, que foram uma opção, em vez de reduzir dívida pública, em vez de fazer investimento público.

Sabe o que gerou? Porque a aposta era que o setor privado fosse fazer investimento e gerar emprego. Sabe o que gerou nesse período? A maior distribuição de dividendos da história do país. Sabe o que gerou neste país? Uma crise fiscal em 2015. Ou a gente não lê a história, ou quem é economista não viu esse traço histórico das desonerações. Portanto, desonerações não geram emprego. O Brasil, no ano passado, tinha dois dígitos de desemprego; agora, nós estamos abaixo de dois dígitos de desemprego.

Então, nós precisamos ter clareza de que o que gera emprego é aumento da renda das pessoas. E aumentar a renda das pessoas é o que nós fizemos este ano – política de aumento real do salário mínimo – , porque com isso vai ter mais dinheiro circulando, e mais demanda, e mais pessoas comprando, e a indústria funcionando. Sabe o que vai aumentar? É a redução da taxa de juros, é o Desenrola, é tudo que o Governo tem feito para garantir que a economia volte a girar com as suas próprias pernas, para que a gente volte a ter uma economia saudável sem tantas intervenções dos liberais.

Os liberais, ditos liberais foram os mais intervencionistas na economia, nos últimos quatro anos; foram os liberais mais intervencionistas que eu vi na história, ao contrário, tirando do Brasil e colocando para fora, porque foi assim com a Petrobras. Porque todo o lucro da Petrobras, ou a maioria, foi curtido em Nova York, em Ibiza, em Maiorca, pelos acionistas que nem aqui moram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, pela ordem.

Pela ordem, como autor do projeto, Presidente, só para recompor um fato histórico...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Efraim...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... porque é importante citar. Pela ordem, só nesse tema que foi tratado...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu não citei ninguém, Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – ... quero lembrar que a Oposição à época, Presidente, que hoje é o Governo, votou a favor da desoneração, dois anos atrás; dois anos atrás, por unanimidade, essa mesma base votou a favor da desoneração. Então, votar a favor quando é Oposição, e, agora, quando é Governo, dizer que não funciona é, no mínimo, incoerente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Otto... Pela ordem, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu agradeço a V. Exa., Senador Vanderlan Cardoso.

E queria colocar, com muita clareza, a nossa posição, a posição do nosso partido, do PSD, nesse tema: desoneração das 17 empresas que são altamente intensivas na absorção de mão de obra e que empregam muitos brasileiros. Essa é uma lei antiga. É uma lei de 2011, ainda da Presidente Dilma. É a Lei 12.546, que foi, por várias vezes, aqui, colocada, votada, para desoneração da folha, o que prorrogou essa desoneração por muito tempo.

É claro que eu tenho que discordar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... do cenário catastrófico sobre o qual disserta aqui o nobre Senador do Rio Grande do Norte Rogerio Marinho, que falou que tudo está muito ruim. Na verdade, os indicadores da economia melhoraram muito, depois que o Presidente Lula assumiu o Governo: caiu o dólar, diminuiu a inflação. O ano passado, em 2022, a inflação estava na Lua: eram 12%, 13%; nós estamos com a inflação para este ano de 4%; a Bolsa se recuperando – está certo? –; caiu o desemprego. Então, o cenário que o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Chegou a 12% a inflação no ano passado, na eleição. V. Exa. pode pegar aí. Chegou até a mais de 12%. Tanto que, quando estava 12% – e V. Exa. era o Ministro da Casa Civil –, para não botar 12%, eu dizia que estava na lua, para não desagradar muito V. Exa., mas estava na lua no ano passado. A inflação chegou a 13% no ano passado. E nós estamos agora com a projeção, para este ano, de 4% de inflação. O dólar caiu. Diminuiu o desemprego. Então, o cenário não é um cenário tão ruim como aqui dissertou e citou o Senador Rogerio Marinho, que faz seu papel de oposição ao atual Governo.

Portanto, essa é uma lei antiga, que foi várias vezes votada. Inclusive, no Governo passado, eu era Líder da Oposição e votei favoravelmente essa matéria de desoneração da folha de 17 empresas. Portanto, adiar é um direito regimental – há o pedido de vista para a próxima semana –, mas quero dizer que é justo que se faça essa desoneração neste momento em que essas empresas estão projetando os seus cenários de planejamento do próximo ano.

Mas é bom lembrar também, Sr. Presidente, que 26 grandes empresas no Brasil – eu estou repetindo o número: 26 grandes empresas no Brasil –, que não são tão intensivas na absorção de mão de obra, têm hoje 46% de todos os incentivos. Então, o que está se fazendo aqui hoje é desonerar a folha de quem emprega, porque tem atividade econômica que emprega muito – a construção civil, tecelagem, fiação, todo o setor calçadista –, que absorve muita mão de obra. Então, é natural que se possa prorrogar para o próximo ano.

Portanto, o PSD, pela sua Liderança – e eu lidero com muita responsabilidade essa bancada, que tem o Presidente da CAE, o Senador Vanderlan; o Senador Angelo Coronel, que é o Relator; o meu estimado amigo, que foi Líder também e é Líder, o Omar Aziz –, faz um encaminhamento de votação favorável à aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar, a Senadora Margareth está aguardando já há um tempo...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Art. 14, eu fui citado de novo. Pessoal quer que eu fale aqui, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Rogerio, nós temos algumas pautas hoje para deliberar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – É rápido, é rápido.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Vamos fazer o seguinte: a Senadora Margareth vai usar a palavra, porque ela está ali já aguardando há algum tempo. E também aqui o Senador Eduardo já está há um tempo. E tem outras Comissões aqui. O pessoal está aí na CPMI. Então, vamos...

Senadora Margareth, com a palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O senhor garantindo a palavra, eu aguardo.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Primeiramente, parabenizo o Relator Angelo Coronel e o Senador Efraim pelo projeto.

E quero dizer o seguinte: eu fico muito feliz com o posicionamento do nosso Líder Otto Alencar, porque eu jamais iria contra o setor produtivo e o setor que gera emprego e renda.

Eu não sei em outros estados, mas, no nosso estado, existe métrica pela qual são medidos os incentivos fiscais. E, para cada R$1 empregado, isso gera 1,8 de resultado. Então, eu não entendo essa questão de que os incentivos...

E eu coloquei um projeto falando... Eu sou Presidente de uma associação nacional que gera mais de 300 mil empregos. Eu coloquei um projeto de desoneração – não de desoneração, mas de incentivo de PIS e Cofins para as reformadoras – e fui extremamente rechaçada pelo Governo. Eu não consigo entender, porque a informalidade que gera nesse setor é tão grande que está beirando 70% e o Governo também não tem esses tributos das prefeituras, porque as prefeituras não estão pagando os tributos. Então, a desoneração é necessária, sim, e ela gera emprego e renda.

Eu vi que o Marinho falou aqui do Ministro, que ele falou que, se não passar a questão do imposto sindical, que a gente só quer que seja nominal, que cada um possa dizer se quer ou não pagar – é só isto que a gente quer: que seja feito num acórdão do STF –, ele vai dividir no imposto dos S. O imposto dos S é pago pelo empregador, não é pelo empregado. Vai dividir o quê? Então, ele que dê para quem gera emprego e renda, mas não divida uma coisa que não é dele.

Então, Angelo Coronel, parabéns pelo relatório. Estarei aqui semana que vem, votando favoravelmente a ele.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senadora Margareth.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Presidente, só uma correção aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – ... do que foi citado aqui pelo Senador. É só uma correção. A bem da verdade, a inflação, no ano passado, foi de 5,8%, muito distante dos 13% alardeados pelo Senador, meu querido amigo Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Correção feita.

Senador Eduardo, com a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é só para estabelecer aqui uma correção histórica que é importante.

Primeiro, quero falar que, com a reforma tributária, suas possibilidades e a expectativa do relatório do Senador Eduardo Braga, dezenas, centenas de setores terão a sua situação fiscal planilhada para uma fase de transição. Então, eu daria um tratamento justo à matéria que o Senador Efraim coloca em votação como uma regulamentação para estabelecer previsibilidade, condições de emprego.

E eu gostaria de propor a desoneração do debate, porque o que está acontecendo aqui? Primeiro, uma injustiça que precisa ser corrigida. No Governo passado, os setores que estão aqui presentes podem testemunhar que, nas desonerações que foram providenciadas pelo Governo passado no momento de crise, houve a participação efetiva do Senado, de V. Exa. inclusive, dos Ministros de Estado e principalmente do Presidente da República, já que boa parte das reuniões ocorreram no Palácio do Planalto. Então, mesmo com a questão técnica do veto, a derrubada do veto, as prorrogações, toda a luta para a manutenção de emprego foi providenciada pelo Governo e pela base da oposição e da situação. E é importante que isso seja resgatado.

Nós falamos aqui... É porque todo mundo quer ter o poder de resolver tudo num governo só, e esquecem que algumas matérias, como é o caso dessa, perpassam entre um governo e outro e vão permanecer para o outro, já que a prorrogação tem uma previsão de 2027.

Então, eu queria dizer que essa observação para a análise total do relatório tem duas lógicas que precisam ser obedecidas: o socorro aos municípios... Os municípios entraram numa via de desastre absoluta nessa modificação de política de governo. Essa é uma realidade dos municípios brasileiros. Está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito claro isso. O Governo não iria se antecipar para dar desoneração ou qualquer outro tipo de apoio se não tivesse crise. Existe uma crise que vai estar em todos os WhatsApps do Brasil daqui a 20, 30 dias, com dificuldade de mais de 5 mil municípios em pagar décimo terceiro, em fechar as suas contas. Essa é uma realidade.

A outra realidade, Presidente, é desse setor que... Esses 17 setores que tenham a sua situação solicitada até 2027 e que vinham tendo apoio do Governo passado para conseguir o seu intento. Senão, a gente não estaria aqui. A última reunião da última desoneração efetivada foi dentro do Palácio do Planalto, na sala com o Presidente da República. Então, não é verdade dizer que o Presidente votou contra, que tem um bonzinho e um mauzinho... Eu acho que tem gente ruim de matemática. A gente precisa ver o que é que vai acontecer com a política fiscal, esse alerta é importante, mas eu acredito que quem está aqui para votar estará pronto para resolver definitivamente isso na próxima semana.

Obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente... Eu fui...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Omar...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu fui citado, pedi o art. 14, e V. Exa. disse que dois falariam depois de mim.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu disse três, com o Omar Aziz.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ah, o Omar, tudo bem, que tem precedente: está chegando... Depois de Omar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar, antes de V. Exa. usar a palavra, eu quero registrar a presença aqui do meu suplente de Senador, Senador Jader Melo. Está aqui hoje nos visitando.

Seja bem-vindo, Senador.

Senador Omar, com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Duas questões, Presidente: primeiro, a questão da desoneração. Nós já votamos a favor em 2021, num momento em que o Brasil passava pelo momento... O mundo passava pela pandemia, e aquele... E tem resultados positivos no crescimento do número de empregos em alguns setores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próprio Relator da reforma tributária está propondo agora, nessa reforma tributária, que, de cinco em cinco anos, nós discutamos incentivos, benefícios, uma série de coisas, e nós temos que fazer isso. Aliás, isso é um pedido do Senador Amin há décadas, para que se revejam algumas questões, porque nada é... Tudo é dinâmico na economia, e não dá para você manter alguns *status quo* dos quais não se precisa mais ou que estão tendo benefícios a mais e gerando menos emprego. Por quê? Porque a tecnologia melhora, a mecanização melhora, uma série de coisas melhoram, e você tem que rever.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Essa é uma questão.

Então, o nosso Líder Otto Alencar já encaminhou essa votação, nós iremos votar a favor, o PSD vota a favor do relatório do Senador Angelo Coronel, e isso é uma questão fechada dentro do partido, mas eu quero aqui falar sobre o item 6, do qual sou o Relator. É sobre hansenianos.

Existe um projeto do Deputado Diego Andrade, projeto do qual sou o Relator, o Governo pediu para que pudesse dar uma analisada... Eu vou retirar de pauta e vou pedir para V. Exa. pautar ou para a próxima reunião ou para daqui a duas semanas.

Isso é importante, porque, no meu estado, nós temos o maior índice de hanseníase do Brasil, principalmente o Rio Purus, e lá nós temos uma colônia de hansenianos, que têm filhos, e esses filhos são separados dos pais, e essas crianças, muitas vezes, não têm condições de sobreviver.

E nós estamos só pedindo um reajuste para esse que já recebe o salário mínimo, um reajuste neste projeto.

Eu pediria a V. Exa. para retirá-lo.

Eu conversei, agora há pouco, com representantes hansenianos do meu estado, e eles estão aqui no corredor, conversaram comigo. Eu sei das dificuldades. O Presidente Lula já esteve presente lá na Colônia Antônio Aleixo. Lá nós construímos casas especiais para essas pessoas, pois elas viviam em galpões. O Eduardo, quando Governador, e eu, quando Governador, fizemos muitas casas para doar a essas famílias, equipamos essas casas todas para dar uma qualidade melhor de vida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Em Manaus, a maioria era pedintes no meio da rua, mas, com os benefícios que foram cedidos a eles...

E este projeto é de um interesse social muito grande não só para o Amazonas, mas para qualquer lugar do Brasil, pois infelizmente ainda nós temos esse tipo de doença no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu peço para retirar de pauta o item 6, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar, o seu pedido de retirada de pauta... Volta na próxima semana, ou V. Exa. sugere duas semanas?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu espero que hoje a gente converse, porque o Governo não está... Ele está falando em impacto. Não há impacto nenhum. A gente vai convencer a equipe do Governo de que, além de ser uma necessidade social, o impacto é mínimo possível e não vai quebrar o Brasil por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Omar, este...

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – ... Presidente lhe faria um pedido. Essa causa é muito justa. Eu tive a oportunidade de ser Prefeito de uma cidade que tinha a Colônia Santa Marta. E esse pessoal realmente precisa de apoio, de ajuda. Se V. Exa. concordar, nós o pautaremos na próxima semana.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Independente... Eu vou, até por uma questão de elegância, discutir para não atropelar, mas não vou modificar o projeto, porque, senão, ele volta para a Câmara. Eu irei votar... O meu relatório vem igual ao relatório da Câmara para a gente já aprovar aqui no Senado.

E tenho certeza de que o Presidente Lula não vai vetar este projeto. Tenho certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O projeto voltará na próxima semana.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, agora, eu peço que V. Exa. me...

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Sr. Presidente, eu quero pedir só, rapidamente... Eu sou Relator...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Do item 2, Senador. Já é o próximo...

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP. Pela ordem.) – Eu só queria relatá-lo. Aí, depois, o senhor abriria para os amigos Senadores falarem... É porque eu tenho uma reunião logo em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O Senador Rogerio...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Ele foi citado, e tem o art. 14... O art. 14... Senador, eu só peço que seja um pouco breve, porque o Senador Giordano está querendo que esses recursos para o estado dele cheguem o mais rápido possível.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para explicação pessoal.) – Vão chegar, vou votar favoravelmente, Senador Giordano.

Eu só peço paciência, porque aqui é a Comissão de Assuntos Econômicos. Se a gente não falar de economia aqui, vai falar onde, não é, Senador?

Vejam. Eu estou escutando alguns Senadores falarem, com todo o respeito e atenção, e quero elogiar todos eles pelas suas visões de mundo, pelas suas posições, mas é importante que a verdade venha à tona, e a gente saia desse reino de narrativas. Eu escutei alguém aqui dizer o seguinte: foi ruim a Petrobras distribuir o maior número de dividendos, porque quem ganhou dividendos é quem mora fora do Brasil. Ele se esqueceu de dizer que o maior acionista é o Governo brasileiro. O Governo brasileiro é o maior acionista da Petrobras e foi o maior beneficiário e, por via de consequência, a população, que precisava ser assistida. Segundo, assume que o problema de 2015, entre outras coisas, foi a desoneração, quer dizer, o Governo finalmente falou. O Governo falou aqui finalmente, porque o Governo não se posiciona, deixa as coisas andarem. Então, eu vou votar favoravelmente, porque eu não vou votar em aumento de impostos, mas é bom que o Governo mostre a cara. Parece que apareceu aqui rapidamente.

Segundo, foi dito aqui que a inflação do ano passado foi de 13%; a inflação foi 5,8%, como muito bem colocou Ciro. Mas o importante não é isso. Sabe o que funcionando nesse Brasil, Presidente? A política monetária tão combatida do Banco Central. Por isso que a inflação está cedendo. Nós temos o Presidente do Banco Central sendo premiado como o melhor do mundo já há três anos, e esse Governo todo dia bate no Presidente do Banco Central, como se baixar juros fosse uma questão de canetada, e não de política econômica, que esse Governo não faz.

Outra questão importante é dizer o seguinte: taxa de investimento. Eu escutei aqui mais uma vez um terraplanismo econômico: "Ah, só se tem investimento no Brasil se tiver investimento público!". Puxa vida! Isso aqui é União Soviética, é Cuba, é Coreia? Em 2017, a taxa de investimento era 14,6% em relação ao PIB; no final de 2022, 18,8%. Os dados estão aí; cresceu 4%, R$400 bilhões por ano. Nós temos R$1 trilhão contratado com iniciativa privada, fruto da previsibilidade da segurança jurídica e da modernização do Estado brasileiro, o que está sendo combatido por este Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo passado terminou o ano – e vou terminar por aqui, Senador Giordano, para V. Exa. falar – com a relação dívida-PIB de 73,5%, menor do que os 75,7% que recebeu em 2018. É o primeiro Governo desde a redemocratização que entrega uma dívida menor do que a que recebeu. Isso é ter responsabilidade fiscal. É bom que o PT aprenda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 63, DE 2023

- Não terminativo -

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Atibaia, Estado de São Paulo, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), cujos recursos destinam-se ao "Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Atibaia/SP - PRODEURB".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Giordano

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Giordano para leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP. Como Relator.) – Presidente, obrigado.

Peço só a gentileza, para adiantar, de ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Autorizado, Senador.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional. Essas normas constam das Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e da RSF nº 48, de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 2.473, de 21 de julho de 2023, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem) da STN informa que o programa de investimentos do mutuário poderá contar com contrapartida estimada de US$10,5 milhões.

A Copem declara que o Município de Atibaia, em cumprimento do disposto no §1º do art. 32 da LRF bem como no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, atestou cumprir os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União. Ademais, tendo em vista a alteração introduzida pela Resolução do Senado Federal 19, de 2011, a comprovação do cumprimento do inciso II do §1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio de parecer jurídico e declarações do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão dos recursos provenientes da operação pleiteada no orçamento vigente.

Em acordo com as disposições das Resoluções do Senado Federal 40 e 43, de 2001, foi verificado o enquadramento nos limites referentes ao art. 6º, §1º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001 – receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital dos exercícios anterior e corrente; ao art. 7º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001 – montante global das operações realizadas em um exercício financeiro em relação à receita corrente líquida; ao art. 7º, inciso II, da Resolução do Senado Federal 43, de 2001 – comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (Caed) em relação à RCL; e ao art. 7º, inciso III, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001 – relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Ainda de acordo com a Copem, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Município de Atibaia no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025 (Lei Municipal nº 4.825, de 8 de dezembro de 2021), bem como conta com dotações necessárias e suficientes ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida, conforme evidenciado na Lei Orçamentária de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Copem afirma também que o Município de Atibaia está em situação de regularidade com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União e em relação às garantias por ela concedidas, bem como entende que a verificação da adimplência do ente, inclusive relativamente ao pagamento dos precatórios, deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Além do mais, a Copem cita documentos do Poder Executivo municipal e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação, do pleno exercício da competência tributária e dos limites de despesas com pessoal.

A Copem revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 1º quadrimestre de 2023, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 23,26% de sua RCL, logo, abaixo do limite de 60% estabelecido pelo art. 9º da Resolução do Senador Federal nº 48, de 2007.

Ademais, a Copem cita o Ofício nº 27.669/2023/ME, de 1º de março de 2023, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação está situado em 6,05% ao ano para uma duração de 8,35 anos, que é ligeiramente superior ao custo de captação estimado para emissões da União na mesma moeda e na mesma duração, o qual se situa em 6% ao ano, mas inferior ao custo máximo aceitável de 7,39%. Tal fato apenas impede a existência de cláusula contratual permitindo a securitização da operação de crédito.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Atibaia oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias municipais a que se refere o art. 156 também da Carta Magna, bem como de outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias, previstas na Lei municipal nº 4.834, de 21 de janeiro de 2022, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso ela honre compromisso na qualidade de garantidora da operação.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente. Assim sendo, o Município de Atibaia está apto a receber a autorização senatorial para a contratação da operação de crédito pretendida acompanhada da concessão da garantia da União.

Voto.

Diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 63, de 2023, nos termos do seguinte projeto de resolução.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador para discutir.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu peço urgência ao Plenário, só peço que conste a urgência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu coloco em votação o requerimento oral feito pelo Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Próximo item da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 3.038, DE 2021

- Não terminativo -

Cria o Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da Defensoria Pública da União de que trata o inciso XXI do caput do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994.

Autoria: Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Gomes.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela CCJ.

Iniciativa: Defensoria Pública da União.

Relatoria: Senador – grande líder do Tocantins, revelação nesta Casa – Eduardo Gomes. O Senador é favorável ao projeto.

A matéria será apreciada pela CCJ.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes, para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel, vem à consideração o relatório desta matéria, o Projeto de Lei nº 3.038, de 2021, e gostaria de passar direto à análise.

Preliminarmente, sem prejuízo da análise mais detida da Comissão de Constituição e Justiça, registre-se que não identificamos vícios de constitucionalidade, juridicidade ou regimentalidade na proposição.

Ademais, verificamos que o PL é dotado de boa técnica legislativa.

No tocante à adequação orçamentária e financeira, concordamos com o entendimento adotado pela CFT da Câmara dos Deputados, de tal forma que opinamos pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública.

Destacamos que a mera criação do Conselho Gestor do Fundo de Aperfeiçoamento da DPU não tem potencial para aumentar ou diminuir a receita ou a despesa pública, bem como que todos os valores que compõem ou podem vir a compor o referido fundo possuem natureza eminentemente privada, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1140005 em relação aos honorários sucumbenciais, ou conforme expressa previsão dos incisos I a III do art. 4º do projeto.

Em relação ao mérito, frise-se, de antemão, que não se está a criar um Conselho Gestor com a finalidade de entregar diretamente aos defensores e às defensoras públicas federais valores de honorários para fins de acréscimo remuneratório, mesmo porque essa possibilidade é vedada pelo inciso III do art. 46 e pela parte final do inciso XXI do art. 4º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que criou o referido fundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o projeto em análise pretende é permitir à DPU, em razão de sua autonomia constitucional e do trabalho árduo e bem-sucedido dessa instituição, governança eficiente desses valores depositados em favor do órgão ao longo dos anos, inclusive com a ampliação das rubricas que podem compor o fundo, incrementando, assim, as potencialidades do órgão, por meio de seu aparelhamento e da capacitação de seus membros e servidores.

Aliás, vem em boa hora este projeto, já que o Fundo de Aperfeiçoamento da DPU, regulamentado há mais de dez anos, mostra-se como excelente instrumento alternativo para amenizar os efeitos decorrentes do regime fiscal sustentável instituído pela Lei Complementar nº 200, de 20 de agosto de 2023, o qual impõe à DPU condições orçamentárias desafiadoras para a expansão desejada pela Constituição.

Embora tenham destinação vinculada, exclusivamente pública, nos termos da Lei Complementar nº 80, de 1994, os valores constantes do Fundo, repita-se, não irão impactar as finanças públicas, pois possuem natureza eminentemente privada, decorrendo majoritariamente da atuação bem-sucedida da DPU e, inclusive, servirão como instrumento e estímulo à melhoria contínua dos serviços da DPU, num círculo virtuoso que beneficia a população carente e vulnerável deste país.

Portanto, Sr. Presidente, a aprovação do presente projeto com a criação do Conselho Gestor e a ampliação das rubricas que podem vir a compor o Fundo de Aperfeiçoamento da DPU representa a modernização da governança desses recursos, o fortalecimento dessa instituição encarregada de proteger e promover os direitos humanos e o incentivo contínuo à melhoria do serviço público prestado pelo órgão.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.038, de 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Relatório concluído, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à CCJ.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, desejando que todos vão para os seus gabinetes, vão para as suas casas com a companhia de Deus.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Fernando Dueire, Plínio Valério, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Esperidião Amin e Damares Alves, e ainda dos Senadores Cleitinho, Zequinha Marinho e Flávio Arns, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Carlos Viana, Irajá e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 334, de 2023 (Substitutivo da Câmara dos Deputados) - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º e o caput do § 21 do art. 8º, respectivamente, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por Municípios." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Contrário ao substitutivo da Câmara ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, contrário ao substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai a Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 137, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o PARECER da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar n° 91, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas a ações relacionadas à defesa agropecuária." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 224, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei Complementar n° 46, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", para tornar impositiva a execução das emendas apresentadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA). **Relatoria:** Senador Mauro Carvalho Junior. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3023, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, para modificar o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase submetidas compulsoriamente a isolamento ou internação e conceder o benefício aos seus filhos, na forma que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1706, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre normas gerais para concessão do Passe Livre Estudantil." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2341, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que "dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências", para proibir a cobrança de tarifas bancárias de instituições públicas de ensino." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de outubro de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 26.109, de 2023, do Banco Central do Brasil, que encaminha relatório de depósitos voluntários remunerados a prazo do terceiro trimestre de 2023.

Em atendimento ao art. 2º da Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021, o documento, nos termos na Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 45ª Reunião, realizada em 17 de outubro, e das Atas das 46ª e 47ª Reuniões, realizadas em 19 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Senador Omar Aziz, pediu questão de ordem?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu pedi, só a bem das Sras. e Srs. Senadores: conversei com o Relator da desoneração da folha, porque o projeto cuja leitura foi adiada hoje é um projeto que, creio, não haverá nenhuma restrição de nenhum Senador ou Senadora para votar, porque se trata de hansenianos que foram afastados dos seus filhos desde 1969. Pede-se que seja reajustado o salário. E o impacto na folha anual, em 2025, será um impacto muito pequeno. Não vai haver nenhum tipo de problema em relação a...

O Governo ponderou, e eu pedi que me mandasse alguma coisa concreta que poderia prejudicar a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas não houve nenhuma manifestação, só pedido de adiamento. E eu não vou adiar, não, Senador Vanderlan, até porque se trata de uma causa justa e de pessoas que, por obrigação, naquela época, eram forçadas a se afastarem de seus filhos, havia o isolamento dos seus filhos por causa da hanseníase. E eu creio que seria uma...

Esse projeto já foi aprovado na Câmara, só falta o Senado aprovar.

Eu pediria para ler logo o relatório e colocar para o debate dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo Coronel, que é o Relator do item 1, o Senador Omar fez um pedido e eu vou colocar em votação.

Concorda, sendo Relator do primeiro item?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente Vanderlan, um pedido do meu líder do Amazonas, Omar Aziz, a gente não questiona, cumpre.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Eu consulto os Senadores e as Senadoras se a gente faz a inversão de pauta, a pedido do Senador Omar Aziz para o projeto...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu pedi também para o Senador Efraim, que é autor do projeto, e para o Senador Relator Angelo Coronel, e os dois concordaram.

É rápido. É uma questão... Eu acho que...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Como autor...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senadoras e Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Omar Aziz.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 3023, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, para modificar o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase submetidas compulsoriamente a isolamento ou internação e conceder o benefício aos seus filhos, na forma que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada pela CAS, com relatório favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Omar Aziz, para a leitura do seu relatório.

Com a palavra, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Da Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei nº 3.023, de 2022, de autoria do Deputado Diego Andrade, que altera a Lei 11.520, de 18 de setembro de 2007, para modificar o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase submetidas compulsoriamente a isolamento ou internação e conceder o benefício aos seus filhos, na forma que especifica.

O relatório.

Vem à análise desta Comissão o projeto de lei do Deputado Diego Andrade, que altera a Lei 11.520, de 18 de setembro de 2007, para modificar o valor da pensão especial concedida às pessoas com hanseníase submetidas compulsoriamente a isolamento ou internação e conceder o benefício aos seus filhos, na forma que especifica.

O art. 1º do projeto exprime seu objeto. O art. 2º, então, altera a redação da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, para estabelecer o salário mínimo nacional como piso para as pensões instituídas por tal diploma, além de lhe adicionar o art. 1º-A, que prevê a concessão de pensões também aos filhos que foram separados dos seus genitores em razão do isolamento – domiciliar ou em seringais – e da internação desses. Nesse último caso, a pensão será devida a partir do requerimento do interessado e não produzirá efeitos retroativos.

O art. 3º, por fim, fixa a vigência a partir da publicação da lei.

A proposição foi distribuída inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, onde foi exarado parecer por sua aprovação. Agora, encontra-se nesta Comissão, onde fui designado como Relator.

Até o presente momento, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro do Projeto de Lei nº 3.023. Antes, porém, cumpre avaliar brevemente a constitucionalidade, regimentalidade, técnica legislativa e juridicidade da proposição.

Quanto à constitucionalidade, o PL observa a competência da União para dispor acerca de indenizações administrativas, civis e de saúde, cumpre a competência legislativa do Congresso Nacional e não viola a iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos, respectivamente, do inciso I do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

22, do inciso XII do art. 24, do art. 48 e do §1º do art. 61, todos da Constituição. Ademais, não se vislumbra, no conteúdo da proposição, qualquer afronta material ao texto constitucional.

Quanto ao Regimento e à técnica legislativa, não se vislumbra afronta ao Risf ou às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Ainda, quanto à juridicidade, o PL inova o ordenamento jurídico e é dotado de abstração, generalidade e coercitividade.

Avança-se, então, à análise do mérito. A proposição fixa o salário mínimo como piso para as pensões instituídas a partir da Lei nº 11.520, de 2007, e estende a possibilidade de concessão para os filhos que foram separados dos genitores em razão do isolamento ou da internação compulsória destes em hospitais-colônia em função da hanseníase.

É esse o relatório, Senador Vanderlan.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.023, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Omar. Parabéns pela leitura do seu relatório, bem consistente.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Omar, o senhor tem um pedido para fazer sobre o projeto?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu pediria urgência para a gente votar o mais rápido possível no Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação...

Senador Esperidião Amin, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Quero manifestar que sou a favor do projeto e da urgência. E quero enaltecer o fato de que o Senador Omar Aziz, que não é exatamente conhecido pela sua ternura, nos surpreendeu muito favoravelmente falando com humanidade sobre um assunto que é parte da história da humanidade. Talvez seja a história da mais longa discriminação da humanidade a história da hanseníase. E eu falo isso com um pouquinho de emoção depois de ter lido um livro, *A Dádiva da Dor*, que é o que pedem os portadores de hanseníase, porque, sem sentir dor, perdem-se membros do corpo humano e se faz até a oração para ter a dor que previna uma lesão.

Mas eu queria cumprimentar o Senador Omar Aziz, porque o seu texto, que eu pude acompanhar no final, revela essa visão humana que caracteriza o seu parecer também.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Obrigado, Senador Amin.

Primeiro, o meu estado talvez tenha o maior índice de hanseníase do Brasil. No Rio Purus, onde antigamente se tinha um percentual muito grande de borracha, seringa, a convivência criou até hoje. Em Manaus, nós temos a Colônia Antônio Aleixo, onde lá essas pessoas ficaram isoladas por muito tempo.

Depois da década de 80, quando Gilberto Mestrinho assume o Governo em 1982, aí vem o Amazonino, vem o Eduardo e eu, como Governador, nós começamos a dar um tratamento diferenciado a essas pessoas, dando condições de uma vida com uma qualidade um pouco melhor.

Nós fizemos, e o Presidente Lula teve a oportunidade de inaugurar na época, como Presidente, casas adaptadas. Tiramos eles de galpões, porque viviam todos juntos, e demos uma casa para cada um, para poderem ter uma convivência familiar um pouco melhor. É lógico que não é só no Amazonas; Goiás também tem e, com certeza, outros estados do Nordeste e do Sul. É uma doença que pode afetar, infelizmente, ainda.

E no meu estado, além de ter esse número muito grande de hansenianos, eu também fui o primeiro Governador de estado brasileiro a distribuir vacina de HPV de graça, porque também nós temos o maior número índice de câncer de colo de útero no meu estado. Então nós sabemos as dificuldades.

Você veja agora, com essa seca toda e a cheia em Santa Catarina, que essas sazonalidades da natureza atingem aquelas pessoas que são mais pobres. Por isso que eu quero aqui, Senador Amin, dizer a V. Exa. que eu fico muito feliz com as suas palavras. E essa questão é a convivência, é ver o dia a dia, é abraçar e conversar com essas pessoas e saber o que... E tem muita gente que ajuda, viu? Não é só o Governo. Tem pessoas que, isoladamente, fazem um trabalho social dentro dessas comunidades muito grande no meu estado. E é em nome dessas pessoas também que eu quero agradecer as suas palavras carinhosas, Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também quero dizer que o Amazonas está muito feliz porque nós ganhamos do Brusque lá em Santa Catarina e fomos campeões da Série C. E aqui eu quero parabenizar o meu time do Estado do Amazonas e a recepção que tiveram em Santa Catarina, com muito carinho também, apesar da vitória. Futebol é isso, e o Brusque e o Amazonas estão na Série B agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso que é importante.

Eu não sei como é que foi feito esse acordo... (*Risos.*)

Se V. Exa. é o patrono do Amazonas, eu não vou mencionar o nome do patrono do Brusque para não criar aqui ilações de acordo político de alta relevância e grande periculosidade para o país.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, eu sou nacionalino, o meu time é o Nacional, lá de Manaus; não é o Amazonas. Mas é o time do Amazonas, e a gente tem que torcer pelo time do Amazonas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o Brusque nos orgulha da mesma forma que orgulha...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias de Jesus, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me somar ao Senador Esperidião Amin no momento em que manifesto apoio a um projeto tão importante relatado pelo Senador Omar Aziz, principalmente quando ele relata aqui a candura que tomou conta repentinamente do Senador Omar Aziz.

Meu voto é favorável, acompanhando integralmente o meu amigo Senador Omar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado Senador Mecias.

Em votação o pedido de urgência ao Plenário do Projeto nº 3.023, de 2022.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será encaminhado ao Plenário.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2023 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º e o caput do § 21 do art. 8º, respectivamente, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por Municípios.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Contrário ao substitutivo da Câmara ao projeto.

Observações:

1. A matéria foi aprovada pelo Senado Federal, e agora retorna para que seja apreciado o Substitutivo da Câmara dos Deputados.

2. Em 17/10/2023, foi concedida vista coletiva da matéria.

Autoria: Senador Efraim Filho.

Em 17/10/2023, foi concedida vista coletiva da matéria, uma vez que o relatório já foi lido.

Consulto o Senador Angelo Coronel sobre se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a palavra, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Rapidamente, Sr. Presidente, apenas para fazer um apelo ao Relator, que fez um brilhante trabalho.

Uma das modificações que foi feita na Câmara dos Deputados, que eu acho mais do que meritória, trata da redução da alíquota para as empresas de transporte rodoviário, que estão passando por um momento muito difícil no nosso país, e é uma das causas de maior problema financeiro das nossas prefeituras.

Eu queria fazer um apelo ao Relator para que incorpore essa modificação que foi feita na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Senador Ciro, é muito pertinente esse pedido seu.

Nesse período em que a matéria está com pedido de vista, eu recebi no meu gabinete vários colegas Senadores também nos solicitando que se incorporasse esta emenda da Câmara. No meu relatório original, não foi considerada, mas eu não posso ser dono da razão. Então, quero atender a 12 Senadores que nos procuraram, com V. Exa. representando, e nós vamos incorporar ao nosso texto, ao nosso relatório essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O pedido foi aceito, entendi?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Então, é novo relatório?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, Líder Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria, mais uma vez, explicar qual é a ponderação que o Governo faz em relação a essa matéria, que, em verdade, vence no dia 31 de dezembro, portanto nós ainda temos um certo tempo até lá, estão valendo todas as desonerações.

Em relação aos Prefeitos, eu estou absolutamente à vontade, porque o projeto que foi incorporado na Câmara – e aqui o Relator, o Senador Angelo Coronel, voltou ao texto original dele – foi um projeto da minha autoria, até por entender que efetivamente não há como tratar pequenas prefeituras 0,6 como se grandes empresas fossem, ou seja, pagando 22% sobre folha.

Então, eu fiz esse projeto, que foi incorporado no relatório, agora CAE, entra o texto do Senador Angelo Coronel.

Só quero lembrar que, em função de reconhecimento da situação das prefeituras, principalmente as pequenas – e, na minha terra, a Bahia, são muitas –, o Governo sanciona hoje exatamente o socorro a estados e municípios, honrando o que se comprometeu de que nenhum município terá um FPM, neste ano de 2023, menor do que teve em 2022. Como uma forma, já foi remanejado o dinheiro; deve vir evidentemente no PLN, mas o Presidente da República, voltando da sua cirurgia hoje, deve fazer a sanção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria, reconhecendo o drama das prefeituras, e eu sou cercado por elas, que fizemos esse acordo do FPM.

Quanto à desoneração de folha, eu volto ao que já disse aqui nesta Comissão. Na verdade, a resposta não é simples como dizer "sou a favor" ou "sou contra", tampouco é tão simples como dizer "não, já está desonerado, não vai mudar nada porque já não recebe". Todos aqui que entendem de economia... O Senador Eduardo Braga amanhã estará entregando o relatório da reforma tributária, com as modificações que ele entendeu necessárias. Nós teremos uma semana, duas semanas, para debater a matéria e fazer um esforço, se possível, para que ela seja aprovada este ano.

Não há harmonia entre fazer uma reforma tributária, que busca otimizar o sistema tributário... Como disse o Líder Efraim, nada será pior do que o que está hoje, e eu tenho certeza de que será bem melhor ao longo do tempo, porque não vai se aplicar a reforma tributária da noite para o dia. Não há harmonia entre eu estar fazendo uma reforma tributária, que vai buscar equilíbrio fiscal, etc., e abrir mão de uma receita que cabe no bojo de uma reforma tributária, que é algo mais complexo, para discutir quais são os setores, efetivamente, que dependem de desoneração para garantir sua competitividade. E eu lembro que, quando a ex-Presidenta Dilma mandou o projeto de desoneração para ir ao encontro das empresas que tinham concorrência internacional e por isso dependiam de ter uma desoneração de fôlego para que seu produto tivesse competitividade... É natural a Câmara e o Senado incorporarem um sem-número de outros setores, alguns deles que competem aqui entre si, internamente. Um supermercado compete com o outro. Portanto, se alguém paga X, outro também paga o mesmo X, não há prejuízo para ninguém.

O setor que o Senador Ciro entende que deve ser introduzido, que V. Exa. aceita, é transporte. O transporte concorre com outra empresa de transporte, não concorre com uma outra empresa. É óbvio que vai ficar mais barato e provavelmente vai melhorar o fluxo de caixa da empresa eu não ter que recolher o que eu recolhia, mas não se trata de competitividade, porque ela está competindo com alguém que paga a mesma taxa de tributo que essa. Bom, as televisões, que eu sei que reclamam muito, competem também entre si.

O que eu estou só dizendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu já conversei com o Ministro Haddad, ontem inclusive, e ele deixou claro: "É óbvio que nós vamos olhar para a folha de pagamento, mas eu não quero fazer por pedaços". Por isso, essa sempre foi a minha ponderação. E me perdoem os amigos sindicalistas, não é isso que gera emprego. O que gera emprego é crescimento da economia, é a melhoria da renda no bolso do povo, porque, na verdade, o emprego não vem porque está mais barato produzir o produto, o emprego vem porque há um dinamismo da economia e porque as pessoas, se houver distribuição de renda, têm mais condição de gastar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como há introdução de matéria nova, eu me antecipo pedindo, mais uma vez, vista. E realmente por quê? Estou dizendo: nós estamos apresentando amanhã a reforma tributária. Eu não acho que é um bom sinal para dentro e para fora apresentar a reforma tributária e estar aprovando um projeto que fala em desoneração tributária. É contraditório. Então, eu vou pedir vista e peço venha a V. Exa. Eu sei que já houve vista, eu sei que há um desgaste, mas não há iminência, não há risco, porque o prazo é 31 de dezembro. Até 31 de dezembro, todas essas desonerações estão previstas aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR) – Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu peço vista, já que há matéria nova apresentada, e espero que V. Exa. possa conceder.

Eu já sei que, na semana que vem, há feriado, mas, na outra semana, a do dia 7 de novembro, estamos a mais de mês do dia 31 de dezembro, que é quando caduca essa matéria. Além de questionamento de constitucionalidade ou não porque estão dizendo que não é nova isenção... Outros vão dizer que é nova porque, se acabou o prazo, se vai ampliar o prazo, é um novo processo.

Eu peço vista então...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Não cabe mais vista, não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... explicando só para as pessoas não acharem que é uma birra de Governo: nós estamos tentando fazer uma coisa mais ampla, mais completa e, por isso, não me parece razoável, na porta da reforma tributária, abrir uma chancela para uma desoneração.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar o momento das palavras do Senador Jaques Wagner para chamar a atenção do Governo, Senador Jaques Wagner, porque precisa ser uma iniciativa do Governo. Melhor seria que fosse uma iniciativa do Executivo do que de qualquer um de nós.

A previdência social no Brasil teve um déficit, no ano passado, de cerca de R$270 bilhões. Só no Governo Lula, nos quatro anos de Governo Lula, a previdência social do Brasil vai acumular um déficit superior a R$1 trilhão. Em quatro anos, ela vai dar um déficit superior a R$1 trilhão. É um poço sem fundo. Só para que as pessoas parem para pensar, se não houvesse o déficit da previdência social, a situação fiscal do Brasil seria superavitária, seria de superávit primário. Em vez de cento e poucos bilhões de déficit primário, nós teríamos cento e poucos bilhões de superávit primário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão que o Senador Angelo Coronel está hoje falando, da desoneração desses setores, incluindo agora prefeituras e mais transporte, é claro que é relevante. Quando eu olho para os Prefeitos e vejo a situação das prefeituras, é claro que eles precisam, que eles estão em dificuldades, mas o problema é que, no nosso país, todo mundo quer gastar mais do que arrecada. Assim é com os Prefeitos, assim é com estados e assim é com o Governo Federal. Este país briga com a matemática desde sempre.

Nós precisamos encarar um problema muito maior do que esse. Esse é um paliativo para alguns setores, mas o problema muito maior é uma previdência que tem um déficit absurdo e que vai levar este país a continuar prisioneiro do crescimento baixo, da não geração de emprego para os jovens, da desconfiança que os investidores têm na capacidade de o Governo honrar as suas dívidas. Isso se replica em alguns estados também e é sempre um sobe e desce, porque toma-se uma medida de urgência e, dali a pouco, eles respiram e começam a gastar de novo. Não há... Enfim, a questão é muito maior do que está aí.

Eu apoio o pedido de vista do Senador Jaques Wagner, acho que realmente não cria nenhum prejuízo esperar mais uma semana ou duas, mas não vai resolver nada. E mesmo que negássemos o relatório do Senador Angelo Coronel, também o problema continuaria praticamente igual, não é? Nós estamos transferindo o problema dos municípios para o Governo Federal, desses setores para o Governo Federal, e o Governo Federal vem com uma reforma...

Como todas as outras reformas tributárias que já foram feitas neste país, o objetivo último é aumentar a carga dos impostos. Nós brasileiros já trabalhamos quatro meses por ano só para pagar imposto, é um terço, é 33%, é um terço, e vamos trabalhar mais, vamos trabalhar cinco ou seis, meio ano – daqui a pouco – para pagar impostos, porque é sempre a ânsia de gastar. Nunca existe um projeto de iniciativa do Executivo – pelo menos não existiu nesse Governo ainda – para diminuir gastos, para fazer como Macron fez e encarar o desgaste político que é tentar resolver o déficit da previdência. O problema é um câncer em último estágio, e nós ficamos cuidando de *band-aids* aqui e acolá, para Prefeito, para imprensa, para... Não que não mereçam o *band-aid*; merecem, merecem! Mas existe algo muito mais sério que não está sendo discutido.

E, Senador Jaques Wagner, tem que partir do Governo isso. É muito sério. Se fizer uma reforma, nós vamos aumentar um pouquinho mais os impostos... Um pouquinho mais, não, um pouquinho bem mais, vamos aumentar os impostos, pelos meus cálculos. Mas ainda assim, o déficit fiscal... Enquanto existir uma previdência com esse rombo, enquanto existirem todas as outras benesses que fazemos sem fundos, vai ficar cada vez pior e o país vai continuar sendo este país em que nós estamos vivendo há tantos anos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo queria usar a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em seguida, Senador Izalci.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E Rogerio Marinho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – E aqui também, Presidente, eu já tinha pedido.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu queria aqui dizer ao Líder do nosso Estado da Bahia, Jaques Wagner, que esse pedido de vista já foi discutido aqui em outras ocasiões e sempre tinha um caráter protelatório. Eu sinto – e conversando – que a maioria do Senado é favorável à desoneração da folha dos 17 setores, bem como também à desoneração das prefeituras.

Para vocês terem uma ideia, conversando com Prefeitos dias atrás, eu soube que, depois que se implantou o eSocial, o Prefeito não pode nem deixar de pagar porque senão o FPM é bloqueado no mês seguinte. Então, o que está acontecendo? Prefeitos hoje estão pendurados na mão de ciganos, de agiotas, para honrar a folha de pagamento. Não sei se acontece em todos os Estados dos representantes que aqui estão, mas pelo menos na Bahia, hoje a melhor profissão, a mais rentável é ser agiota ou então cigano, porque os Prefeitos passam todo o dia buscando recursos.

Se você reduz de 20% para 8%, você vai ter fôlego. Eu fiz um cálculo rápido, Senador Oriovisto. Em um município com 3 milhões de arrecadação, e geralmente com 1 milhão de folha, ele vai, quando aplicar os 20% em cima da folha, para 200; quando você abate, na folha de pagamento, as despesas da saúde e educação, a despesa da manutenção da cidade com limpeza, ele fica devedor, porque, na verdade, o grande credor está sendo a própria previdência social, está sendo o próprio Governo o maior credor das prefeituras.

Eu acho isso um absurdo, porque se falava tanto em pacto federativo, se falava tanto em mais Brasil e menos Brasília, e eu não estou vendo nada disso. Eu estou vendo, a cada dia, agravar-se mais a situação das prefeituras do Brasil.

Então, eu queria fazer o apelo ao meu Líder, Jaques Wagner, porque esse pedido de vista para amanhã, para depois de amanhã, ou a retirada não vão resolver o problema. Se o Governo quiser fazer um projeto, como o Senador Oriovisto falou, tem tempo para o Governo fazer. E, até a sanção, pode-se até ter uma nova desoneração oriunda do Governo, claro, nas bases das que estão aí já no mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é uma desoneração feita agora; é uma desoneração oriunda do Governo Dilma Rousseff, que foi se prorrogando a cada período. E, agora, vem essa nova prorrogação, fruto do projeto do Senador brilhante da Paraíba, Efraim.

Então, eu peço ao Senador Jaques Wagner... Inclusive, V. Exa. está com tratamento ocular; eu fico até preocupado em V. Exa. ter que vir de novo aqui, ou vir a semana que vem; e eu prezo muito pela sua saúde. Então, eu gostaria muito, Senador, que V. Exa. se poupasse e retirasse essa vista para que esse projeto pudesse ir para Plenário hoje ou amanhã, e se resolvesse esse problema, porque é pressão de Prefeito, é pressão de mídia, é pressão dos empresários e é uma situação muito delicada. Então, adiar mais eu acho que é simplesmente a gente chover no molhado.

Fica aqui esse apelo a V. Exa. Eu sei que você tem um coração grande, não é à toa que é o grande líder da Bahia, que atende a todos os baianos, e eu tenho certeza de que V. Exa. agora vai querer me atender, em especial, retirando esse pedido de vista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – O próximo orador inscrito é o Senador Izalci.

Senador, antes de passar a palavra a V. Exa., eu quero registrar a presença aqui... Eu acho que o Senador Angelo Coronel foi muito feliz na sua fala, tanto é que a pressão está tão grande que hoje ele veio escoltado pela sua esposa Eleusa, que está aqui presente, nossa amiga, e pelo seu filho Diego, Deputado Federal, que está ali; e também trouxe, falando em Prefeitos – vou registrar aqui a presença dessas pessoas ilustres – o Prefeito Quinho, que é o Presidente da União dos Municípios da Bahia. Seja bem-vindo a esta Comissão.

E está aqui também – vou registrar a presença – o Prefeito Perereca. Eu perguntei ao Angelo: "Angelo, esse é o nome?".

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E é o sobrenome mesmo, viu? É Antônio Carlos Perereca.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – "É o sobrenome mesmo?". Ele disse: "É, o Perereca".

Cadê o Prefeito Perereca? Seja bem-vindo, Prefeito, à nossa Comissão.

Prefeito Ilario, que é de São Domingos, seja bem-vindo. Também presentes a ex-Senadora Ana Amélia e o ex-Deputado Federal Mauro Benevides. O Ilario Carneiro já foi apresentado aqui.

Com a palavra, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, primeiro, eu quero reforçar aqui este conceito de "mais município e menos União Federal", porque se fala de Brasília, e não tem nada a ver uma coisa com a outra, então não é menos Brasília, é menos União Federal.

Outra coisa, eu quero contestar aqui algumas falas. Primeiro, com relação à questão da reforma tributária que está sendo colocada aqui: não é o momento. Nós estamos votando apenas o IVA, que faz parte do sistema tributário nacional.

O Governo deveria ter encaminhado a esta Casa já, concomitante ao IVA, a reforma da previdência, a questão da previdência, questão da renda do patrimônio, de uma vez só, para a gente ter um trabalho conjunto, porque eu vou dizer: diferentemente do Governo, Sr. Presidente, as empresas privadas trabalham com planejamento. Então, quando se fala aqui em mais 15 dias, mais 10 dias, não vai... vai fazer diferença, sim, porque essas empresas trabalham com planejamento de 10 anos, 15 anos, 20 anos, e hoje a gente não consegue sequer colocar um preço do que vai acontecer agora em janeiro de 2024.

Nós estamos finalizando aqui já – vamos entrar agora, ou já estamos... nem sei que dia é hoje, mas estamos entrando em novembro, vem o recesso daqui a pouco –, e você não tem condições de precificar o preço dos produtos. E mais, eu fico assim, indignado, porque já foi provado que aumentou a arrecadação e que aumentou o emprego. Agora, por incrível que pareça, uma das alegações do Governo é de que vai ter que mexer no sistema.

O Senador Efraim apresentou e aprovamos aqui, por unanimidade, um projeto de simplificação. O Governo veta a questão do Cadastro Único, a questão da nota fiscal nacional única, alegando, inclusive, que vai ter problema de sistema, vai ter que mexer no sistema. Ora, se já foi comprovado que aumentou a arrecadação, que aumentou o número de emprego, bastaria apenas fazer uma mudança com relação à legislação da questão da previdência, porque hoje, quando você paga sobre a folha, vai direto na veia para a previdência. Quando você paga sobre o faturamento, aí tem a participação de estados e municípios, e é isso o que o Governo quer evitar. Então, não tem nenhuma dificuldade em ajustar essas coisas. O que a gente não pode é atrapalhar, dificultar o planejamento, que é fundamental em qualquer atividade econômica.

Hoje qualquer empresa, seja a menor delas, tem que ter uma boa gestão, senão quebra. Aliás, grande parte está quebrada, inclusive as prefeituras. Agora, aqui não, para governar a gente bota de qualquer jeito. Falou que é recurso do orçamento, a gente vai aprovando de qualquer jeito. Então, eu vejo assim.

Por isso que nós aprovamos aqui a revisão, a análise dos incentivos fiscais, mas, quando você dá para esses segmentos que nós aprovamos e renovamos já uma vez, quando a gente dá realmente a questão da opção de pagar sobre a folha ou sobre o faturamento e comprova que com esse mecanismo aumentou o emprego e aumentou a arrecadação, tem mais é que renovar rápido e não dá para esperar em função do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu faria mais um apelo aqui ao Governo, ao nosso querido Líder Jaques Wagner – que é o grande... e que cumpre acordo, eu gosto de ressalvar sempre isso –, para que a gente pudesse votar essa matéria, porque cada dia que passa dificulta mais a questão das prefeituras, mas também, principalmente, a questão do planejamento das empresas.

Então, meu apelo é este também: retirar a vista, e a gente poder votar essa matéria hoje, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra, Senador Efraim. O próximo inscrito depois do Senador Efraim é o Senador Rogério.

Senador Efraim, com a palavra.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente Vanderlan, Relator Angelo Coronel, faço o mesmo apelo dirigido ao Líder Jaques Wagner, mas me parece que o Líder Jaques Wagner já antecipou que vai manter o pedido de vista aqui nas conversas preliminares.

Espero, Líder Jaques Wagner – V. Exa. vai falar após o Senador Angelo Coronel –, saber se vai persistir na manutenção do pedido de vista ou se vai ceder a esses encantos e apelos dirigidos pelo baiano Angelo Coronel.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu só quero que cada um de nós compreenda o papel de cada um. É óbvio que cada um de nós está fazendo a política; eu sou um ser político, e eu tenho uma missão, que é ser Líder do Governo. Portanto, eu tenho que externar. Estive ontem com o Ministro Haddad, aqui não tem briga, há apenas posições eventualmente não coincidentes. Mas eu vou manter o pedido.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeitamente, Presidente. Então, respondido pelo Líder Jaques Wagner, dentro desse sentimento de compreensão, eu gostaria de fazer um encaminhamento de procedimento para análise do Senador Angelo Coronel sobre a possibilidade de ele retirar a emenda agora, neste momento. Mantém-se o texto, aprova-se aqui na CAE. Já está bem claro também que terá um pedido de recurso e, naturalmente, podemos já nos antecipar e pedir urgência para ir ao Plenário, onde seria permitido, sem atrasos, que o Senador Ciro Nogueira apresentasse o destaque em Plenário e lá fizéssemos a votação a respeito do tema. Assim a gente faz um jogo de ganha-ganha.

Está mantido o texto para os setores que interessam e as prefeituras, fica mantida a possibilidade da inserção ou não do destaque apresentado pelo Senador Ciro Nogueira, e o Governo mantém o desejo que tem de levar à Plenário a votação para uma abordagem ampliada dos Senadores. E isso em procedimento, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E no mérito, permita-me só trazer um adendo, principalmente diante das falas que foram trazidas aqui: esse projeto não aumenta despesa, muito pelo contrário. Se ele não for aprovado, aumenta a carga tributária. Então, é bom nivelar aqui a informação para que não se pareça o contrário. Se a desoneração cair, aumenta o imposto, aumenta a carga tributária. Quem está votando a favor da desoneração da folha de pagamento, vota pela redução dos impostos, pela redução da carga tributária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Preservação...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A partir do momento em que não cair, porque se cair, vai aumentar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Pela preservação do *status quo*.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E ninguém perde o que não tem. O Governo não conta com essa receita, não é renúncia de receita. Como o Senador Esperidião Amin reportou, preserva-se uma situação de *status quo*. Agora, nós, que defendemos redução de carga tributária e que defendemos redução de imposto, quando tem um projeto que vai reduzir imposto, vamos dizer "não, o Governo precisa arrecadar mais"? Não, o Governo tem de arrumar como reduzir a despesa, como diminuir custos.

É isso que uma dona de casa faz, Presidente. Quando a dona de casa não tem o orçamento para entregar tudo que ela precisa na sua casa, ela vai buscar onde economizar, onde reduzir a despesa. Aumentar a receita através de aumento de imposto não é a saída.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma alternativa que tem seria conceder vista por 24 horas. Nós votaríamos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a proposta do autor do projeto, V. Exa. não concorda?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Está nas mãos do Relator, o que ele decidir...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Eu sou de acordo. Se o Líder do Governo concordar em fazermos o requerimento de urgência para subir para o Plenário, vota-se o destaque em Plenário, e aí vamos à voto. Não tenho problema de atender à solicitação do Senador Efraim, corroborada pelo Senador Ciro Nogueira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, eu, na verdade, não tenho que concordar ou não. A regra é clara: se não há novo relatório, eu não tenho motivação para demandar vista.

Então, na minha opinião, seguindo o roteiro que o Senador Efraim fez, evidentemente, se o relatório é o mesmo, conforme o Regimento Interno – vai ser só rejeitado o da Câmara, pelo que me consta... Posso consultar aqui os universitários, mas eu não teria motivação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não tenho. Então, aí não se trata de eu opinar, mas de que a realidade se impõe: eu não tenho como pedir vista na falta do relatório.

Eu só queria, Senador Efraim, sempre no seu brilhantismo, atentar para duas coisas. Tudo bem, a gente está falando em tributo. Eu quero sempre lembrar que a previdência é contribuição – é óbvio que custa –, mas é uma conta à parte; é uma poupança que o cidadão faz junto com o seu empregador, para que, depois, quando tiver as condições previstas na lei, possa usufruir da previdência; não é um tributo que vai para a mão do Governo.

O Senador Oriovisto acabou de dizer aqui: o buraco vai aumentando. Isso significa que mais gente precisa de aposentadoria e menos dinheiro tem, então, vai abrindo o buraco. Quando abre o buraco da previdência, eu tenho que cobrir com alguma coisa. Aí acaba empurrando para tributo, porque a previdência é uma contribuição. Eu diria que ela está no bolo do custo, mas não está no bolo do tributo, porque ela é uma conta específica. Aliás, no Brasil, muitas vezes, o erro de Governadores e de Presidentes foi misturar a conta da previdência com a fonte 00 e ir gastando aquilo que deveria ser poupança para futuro.

A segunda coisa é que, quando o Senador Efraim diz "ele já não conta com esse dinheiro", sim, mas a conta é crédito e débito. Eu hoje não tenho, mas, se amanhã eu tiver, significa que eu preciso cobrar menos em outro lugar, porque essa conta vai aparecer. É assim que funciona: quando você isenta por um ano, depois de um ano, esse dinheiro cai na conta fiscal. É óbvio que não é um a menos ou um a mais, ou melhor, não é um a menos, mas também não é um a mais que já se esperava. Afora a discussão de se é ou não é inconstitucional, por ter sido uma prorrogação depois da reforma da previdência, que proibiu, no texto constitucional, qualquer benesse sobre a folha da previdência, exatamente reconhecendo isso que o Senador Oriovisto falou, que é o rombo da previdência, o drama, que entra na conta pública, porque deveria estar apartado.

Mas repare, Senador Coronel: independentemente da gentileza de V. Exa., da nossa amizade, até porque talvez, na quinta-feira, eu possa voltar de carona com V. Exa., e eu não quero que lá em cima V. Exa. mande abrir a porta e me jogar fora. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu desço junto com V. Exa. – Deus nos livre e guarde!

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – No chão, no chão!

Não, mas eu quero dizer o seguinte, Presidente, e, se eu estiver errado, corrija-me o regimentalista, porque eu não sou um: se não há relatório novo, eu não tenho vista a pedir.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Então, fica mantido o meu relatório anterior, e, no Plenário, o Parlamentar que desejar fazer algum destaque – como o Ciro Nogueira já adiantou que irá fazer um destaque, e sei que tem mais 12 Senadores que também são favoráveis a esse texto –, votaremos em separado na Câmara.

Desde já, vou fazer o requerimento aqui, solicitando a urgência do projeto para subir para o Plenário.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Isso significa, então, que ele não vai acolher a emenda e não é regimental pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Não vai ter novo relatório.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador inscrito...

Senador Rogerio, o senhor vai usar a palavra ainda?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Vou, vou para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sim, para discutir.

Com a palavra, o Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Acabou o pedido de vista, vamos a voto, discutir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu quero elogiar aqui o espírito público que esta Comissão sempre teve e tem e o nível do debate que antecedeu a discussão propriamente dita, numa tentativa aqui que é feita de se encontrarem caminhos para que os acordos sejam celebrados, porque é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre bom o acordo. O Líder Jaques Wagner é conhecido pela sua elegância e pela sua capacidade de buscar esses consensos.

Mas, Líder Jaques Wagner, eu me dirijo a V. Exa. e ao Colegiado para dizer a V. Exa. que, a exemplo na fala do Senador Oriovisto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... eu estou muito preocupado, porque V. Exa. tem uma tarefa hercúlea, árdua até. E eu citei V. Exa. porque sei que V. Exa. poderá, em seguida, usar a palavra.

Os jornais noticiaram, na semana passada, que o Governo, através do Ministro Luiz Marinho e do Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, quer mudar a sistemática do FAT, alegando que – palavras do Ministro Marinho, que não é meu primo, deixo registrado, Sr. Presidente –, abro aspas: "foi deixada uma granada no bolso do trabalhador", e que, por isso, esses recursos têm que ser subtraídos da previdência e aplicados em projetos de interesse da sua pasta. Ele pede, inclusive, recursos retroativos, que, segundo ele, chegam a R$80 bilhões. Nós estamos falando, Senador, de R$20 bilhões, aproximadamente, por ano. Então, esse é o nível da responsabilidade deste Governo com a questão fiscal.

No ano passado e ao longo dos últimos quatro anos, com exceção de 2020, quando tivemos – é de conhecimento de todos nós – uma catástrofe mundial, em que houve uma retração econômica e houve uma inversão por parte dos Governos do mundo inteiro, e no Brasil não foi diferente, de recursos para prover a economia, nós tivemos a seguinte evolução... E aí eu chamo atenção do Relator Angelo Coronel, que falou há pouco sobre mais Brasil e menos Brasília. Senador Angelo Coronel, nós tivemos a seguinte evolução: nós tivemos, em 2019, no primeiro ano do Governo do Presidente Bolsonaro, uma evolução já deflacionada de 3,5% em relação ao ano anterior da arrecadação tributária. Em 2020, houve uma queda de 14,5%, que foi compensada com repasse direto aos municípios. Aqui estão os Prefeitos, todos testemunhas do que aconteceu. Não faltou recurso para prefeitura e nem faltou recurso para Governo de estado. Em 2021, houve um aumento de quase 20% na arrecadação deflacionada em relação ao ano anterior. Em 2022, mais de 11% de aumento da arrecadação tributária e, consequentemente, do repasse feito aos estados e municípios. Então, naquela época, eminente Senador e brilhante Relator, de fato, nós tínhamos mais Brasil e menos Brasília. Neste ano, até o mês de agosto, nós temos já uma queda da arrecadação de R$12 bilhões. Se formos deflacionar, há queda de arrecadação do FPM em quase R$1,3 bilhão, quase 1% menor do que no ano passado. E a coisa só piora, porque já são quatro meses seguidos de queda da arrecadação tributária.

Mas isso não é por acaso, nada é por acaso. Este Governo, que diz que tem responsabilidade fiscal, é o Governo, por exemplo, que propõe um ataque à nossa política monetária e gera insegurança jurídica e insegurança em quem investe no país; é o Governo que ontem, inclusive, numa ação que eu diria atabalhoada, propôs ao Conselho da Petrobras uma mudança nas regras de ocupação de postos importantes da mais importante empresa brasileira, com uma queda de 6% das ações no primeiro momento. Nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo um aparelhamento do Estado e, aí, me permitam, Srs. Senadores – e eu me dirijo agora ao conjunto dos Srs. Senadores aqui presentes –, novamente, em função de uma decisão monocrática de um Ministro que estava há dois meses de se aposentar no Supremo Tribunal Federal, o ex-Ministro Ricardo Lewandowski, nós alteramos uma regra exitosa que profissionalizava a gestão das empresas públicas. Em função de uma liminar, a Petrobras se arvora ao direito de mudar as condições de ocupação de cargos importantes daquela empresa, que é, volto a dizer, a empresa mais importante deste país. Esta é a responsabilidade fiscal deste Governo: aparelhamento da máquina pública.

Senhores, nós tivemos, desde o início do ano, um ataque ao saneamento. O Governo ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra a capitalização da Eletrobras. Olhem o sinal que é dado a quem empreende e quem edifica este país, a quem quer colocar recursos para amealhar no futuro! Não existem regras, não existe segurança para o Estado brasileiro. Vejam o que aconteceu com a questão dos precatórios: por uma simples ação interlocutória da Advocacia-Geral da União, nós sobrestamos uma decisão, desculpe, de uma PEC, de uma ação, de uma emenda à Constituição, e impedimos que os precatórios continuassem a ser como eram: moeda para privatização, para concessões ou para pagamento de tributos, com uma ação apenas de orientação da Advocacia-Geral da União.

Nós estamos vivendo um momento, Sr. Presidente, em que os municípios, que são a ponta dessa cadeia, estão com dificuldade de pagar salários a seus servidores, fornecedores, de prestar serviços de educação e de saúde. O Governo aprova um projeto aqui e diz, na Marcha dos Municípios, que vai resolver o problema dos municípios fazendo com que o FPM deste ano seja igual ao do ano passado, com três meses apenas, Sr. Presidente – três meses apenas –; antecipa o ICMS de 2024, num acordo que foi feito da desoneração, mas é um recurso que não vai se repetir no ano subsequente; e afirma que as perdas que existem são em função das mudanças que ocorreram na tributação do combustível naquele momento de crise que todos nós vivenciamos. Ora, na crise, houve aumento de arrecadação, e não faltou recurso para os municípios.

Quando houve a reoneração e com a mudança de Governo, nós estamos vendo uma decadência econômica e fiscal que está impactando diretamente na arrecadação. E o Governo agora busca, novamente, resolver os seus problemas pela receita, com um aumento de tributação feito numa sanha arrecadatória, como é o caso do voto de qualidade do Carf, que deixou de ser um órgão para dirimir questões entre quem contribui e quem cobra, para ser uma simples condição arrecadatória, deixando um passivo judiciário que, no futuro, vai ser pago pela nação brasileira.

O nosso problema, Sr. Presidente – e me desculpem, Srs. Relatores, Sr. Relator, a fala que faço –, é que é evidente que os municípios não podem aguardar, porque as ações que foram empreendidas por este Governo não resolvem a situação dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que nós entendemos que é necessário termos uma visão mais ampla, Senador Oriovisto, sobre a questão da desoneração, juntamente com uma reforma ampla, que leve em consideração, inclusive, a questão da renda. E nós a estamos fazendo de forma fatiada.

A reforma tributária que se apresenta, segundo o próprio Ministério da Fazenda, que 45 dias depois entregou os dados, vai aumentar o nosso IVA, de 22,5%, para 27,5%. Cada ponto percentual é 0,5 ponto no PIB. Nós estamos falando de 33,5% para quase 38% do PIB só com o que veio da Câmara, fora o que vai acontecer aqui no Senado da República. A sociedade brasileira não aguenta mais esse excesso de tributação.

Então, Sr. Presidente, é evidente que nós não queremos aqui ações procrastinatórias. Gostaríamos muito de que o Governo estivesse preocupado em trabalhar isso de uma forma ampla. Infelizmente, é mais um curativo, é mais um *band-aid*, é mais um arremedo, e nós estamos paulatinamente brincando à beira do precipício. A questão fiscal... Eu disse aqui nesta Comissão que eu votaria contra o arcabouço, porque ele não seria cumprido no primeiro ano. A discussão, hoje, Sr. Presidente, sabe qual é? "Vamos mudar ou não vamos mudar a meta?" A meta que foi estabelecida três meses atrás! Essa é a discussão dentro do Governo. Essa é a discussão entre as Lideranças da Câmara e do Senado. Veja o desastre a que nós estamos próximos a sucumbir. Espero novamente estar errado. Espero mesmo, de verdade. Espero que o Governo se corrija, que faça a sua parte, que não faça novamente pirotecnia e fumaça.

E vou concluir, Sr. Presidente, até porque outros querem falar, e, certamente, o Líder vai falar.

O Governo lança um novo PAC! Isso é brincar, Presidente, com a sociedade brasileira. É o terceiro PAC. Olha o que aconteceu nos dois anteriores. Lança um PAC sem ter votado a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento; ou seja, para inglês ver. É o mesmo método, infelizmente, com alguns que são os mesmos personagens. Esse filme nós já vimos e sabemos o seu final.

Relator, vou votar favorável, viu?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mecias de Jesus; em seguida, o Senador Flávio Bolsonaro.

Senador Mecias, com a palavra, para discutir.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, é simples e rápida a minha discussão, até porque, de certa forma, eu me sinto contemplado na fala do Líder Rogerio Marinho, mas apenas para falar da necessidade e da urgência de desonerar esses 17 setores propostos no relatório e também de aliviar o bolso, o cofre das prefeituras municipais.

O fato de o Presidente Lula estar sancionando o projeto que socorre os municípios e os estados pelas perdas de arrecadação é também um mérito do Congresso Nacional, que aprovou a proposta que o Presidente Lula deve sancionar, porque reconhece que os estados e municípios perderam, e perderam muito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pois 80% do bolo é do Governo Federal, e falta sempre nos municípios e nos estados. Ora, quando falta nos municípios... Eles fazem parte de uma Federação, e quem fica com o bolo maior, Presidente, é o Governo Federal. É ele que tem que novamente redistribuir, analisando a situação dos municípios que estão em situação falimentar. Eles estão numa situação desesperadora, todos os Prefeitos do Brasil.

Portanto, a aprovação integral ao relatório do eminente Senador Angelo Coronel e, claro, pela votação, o mais rápido possível, dessa matéria tanto na Comissão de Assuntos Econômicos quanto no Plenário do Senado Federal.

É o que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Flávio, com a palavra, Senador, para discutir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu resumiria a minha intervenção numa fala que eu ouvi de um Prefeito do PT, não me lembro de qual cidade, acho que da Bahia, que é a seguinte: "Nós Prefeitos só queremos do Lula o mesmo tratamento que era dado por Bolsonaro no seu Governo".

Se teve um Presidente que abriu mão de poder, abriu mão de recursos, esse Presidente chama-se Jair Messias Bolsonaro. Quando um Presidente desapegado da cadeira ia promover a independência do Banco Central? Quando um Presidente, diferente do Bolsonaro, Senador Girão, faria distribuição de recursos da União, na ponta da linha para as prefeituras? E, na pandemia, isso foi possível, porque o Governo fez o dever de casa, fez a reforma da previdência, reduziu a quantidade de ministérios, enxugou a máquina pública, reduziu a burocracia, o dinheiro chegava direto na conta das prefeituras e dos Governadores. Por isso, o Brasil não quebrou durante a pandemia. E agora nós vemos aqui vários Prefeitos que fizeram o "L" de pires na mão.

Como bem disse o Relator, Senador Angelo Coronel, o Lula criou mais uma profissão, institucionalizou mais uma profissão, que é a de cigano. É Prefeito que não sabe se mora mais na sua cidade, se mora em Brasília... Talvez seja o novo programa do Lula de incentivo às companhias aéreas, porque é tanto voo que os Prefeitos e os assessores têm que pegar para Brasília, para vir aqui mendigar dinheiro, um dinheiro que caía bonitinho, limpinho, quentinho na sua conta, religiosamente todo mês, na época do Governo Bolsonaro, e agora mudou. Mas este é o *modus operandi* do Governo Lula: cria a dificuldade para, na hora de dar, conceder o direito dos Prefeitos e Governadores, fazer chantagem eleitoral. E é o que vai acontecer de novo, se nós não abrirmos os olhos na reforma tributária, que está prestes a acontecer aqui no Senado.

Mais uma diferença entre Lula e Bolsonaro: Bolsonaro queria promover uma reforma em que houvesse redução de carga tributária, porque ninguém aguenta mais pagar tanto imposto. Aí o Governo vem com essa narrativa de uma reforma tributária neutra, que não haverá um aumento global, que a carga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária global vai se manter, mas, na realidade, nós estamos vendo que ela vai aumentar significativamente, incentivando a inadimplência e incentivando o calote no pagamento de impostos. E esse filme a gente já viu. Vai reduzir... Num primeiro momento, há um aumento da arrecadação e, logo na sequência, há uma redução dessa arrecadação, porque vai todo mundo começar a não pagar mais. Como é que o profissional liberal vai ver a tributação que ele paga hoje aumentar em mais de 200%? É óbvio que não para de pé essa conta, Presidente.

Então, eu quero aqui me somar ao Relator Angelo Coronel, favoravelmente ao seu parecer, e acompanhando o destaque que será feito pelo Senador Ciro Nogueira, no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado.

Senador Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Muito rapidamente, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero elogiar aqui o relatório do Senador Angelo Coronel e a autoria do projeto pelo Senador Efraim.

Eu estive ontem no Paraná, na posse da Fiep (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), em que havia centenas de empresários, e a cobrança era uníssona sobre esse projeto e a preocupação com a reforma tributária.

A classe produtora não quer aumento da carga tributária e precisa também de previsibilidade. Particularmente, eu entendo que nós teríamos que caminhar para encontrar uma construção, uma base tributária diferente, para que nós pudéssemos desonerar toda a folha de salários de todos os setores, ou pelo menos buscar uma redução drástica dessa carga para a gente facilitar a contratação e a própria dinâmica do mercado de trabalho, aumentar as oportunidades de emprego formal aqui neste país. Como essa situação ainda não se faz presente, mas tenho a expectativa de que um dia será possível fazer isso, o que nós não podemos agora é retroceder.

E o projeto vem bem nessa linha, estendendo essa isenção, ainda que limitada a 17 categorias, e também atendendo a uma situação específica dos municípios de pequeno porte do nosso Brasil, que também têm reclamado sobre a dificuldade de poder enfrentar essa enorme carga tributária em cima da folha de salários.

Então, eu quero apenas aqui consignar que vou votar a favor do relatório e, igualmente, da proposta que será apresentada oportunamente pelo Ciro Nogueira para fazer essa emenda, felicitando todos os envolvidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que a CAE – e aqui não querendo ser indelicado, Senador Vanderlan – irá aprovar esse projeto, e gostaria de parabenizar desde logo esta Casa por esta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Obrigado, Senador Moro.

Não havendo mais inscritos, encerro a discussão.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente, pela ordem. Eu tinha pedido a minha palavra, mas...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Perdoe-me, Senadora.

Com a palavra.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Imagine.

Eu quero deixar registrada aqui a presença do Presidente do Setcesp, dos transportes, de São Paulo, que está aqui aguardando – o Sr. Adriano, que está aqui atrás – essa desoneração da folha de pagamentos, que é muito importante para muitos setores, e para o transporte é primordial.

Então, já deixo aqui o meu voto favorável ao projeto e ao brilhante relatório do nosso Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Sr. Adriano, do Setcesp de São Paulo, seja bem-vindo a esta Comissão.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

Em votação o relatório apresentado pelo Senador, rejeitando o substitutivo da Câmara.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto. (*Palmas.*)

Senador Efraim, autor do projeto, quer usar a palavra?

Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Presidente, eu queria agradecer a compreensão do Plenário. É uma matéria que dialoga com a vida real das pessoas. O maior e melhor programa de transferência de renda é o emprego, Presidente; é dar ao pai e à mãe de família

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão desempregados, ao jovem que quer buscar a primeira oportunidade um posto de trabalho para, com o suor do seu rosto, poder colocar o pão na mesa da sua casa.

A gente sabe que existem desafios do ponto de vista de equilíbrio fiscal, do ponto de vista técnico, orçamentário, contábil, mas o maior desafio do Brasil hoje não é arrecadar mais; é gerar empregos, oportunidades, colocar o país no rumo do desenvolvimento, resgatar empregos perdidos, e é com essa realidade que o projeto dialoga, tanto que ele é defendido por quem emprega, pelos empreendedores, é defendido pela classe trabalhadora, pelos sindicatos, que querem preservar os seus postos de trabalho e evitar mais de 300 mil demissões, e inclusive para o Governo, diante do apelo social que o projeto tem, é um excelente encaminhamento.

Quero agradecer a sua condução, a relatoria do Senador Angelo Coronel e a aquiescência dos nossos demais Parlamentares em aprovar o projeto.

Vamos ao Plenário para concluir essa tramitação e dar segurança jurídica para que se possa investir ainda mais para 2024.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Angelo Coronel, com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Antes de mandar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um requerimento de urgência para a matéria, para que ela suba para o Plenário o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Em votação o pedido de urgência ao Projeto de Lei 334, de 2023, feito pelo Relator, Senador Angelo Coronel.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai a Plenário em regime de urgência.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mesmo assim, Presidente, paralelamente, a assessoria aqui da Casa está fazendo requerimento também, no mínimo, de nove assinaturas, de nove Senadores e Senadoras, para que a gente antecipe o prazo máximo de 48 horas para se fazer esse requerimento ao Plenário. Então, nós estamos adiantando também para dar mais celeridade.

Eu queria agradecer também a todos os colegas Senadores e Senadoras que entenderam a necessidade dessa urgência, partida do início, parte desse projeto, de autoria do Senador Efraim, incorporada a emenda de minha autoria a respeito também de incluir as prefeituras... Graças a Deus, vencemos essa etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos para o Plenário, que é a segunda etapa, e para a terceira etapa, que é aguardar, com muita emoção, a sanção por parte do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Item 2 da pauta...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem, Presidente Senador Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu conversei agora com a assessoria do Senador Esperidião Amin, falei com o Senador Oriovisto e eu pediria a inversão de pauta, porque eu tenho dois convidados ali na CPI das ONGs, dois caciques xavantes, que vão falar agora e eu gostaria de estar presente.

Então, eu gostaria que antecipasse o item 5 da pauta, para que eu pudesse fazer a leitura desse relatório, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Com a concordância do Senador Oriovisto e dos demais Senadores, nós vamos ao item 5 da pauta.

Antes de passarmos para o item, eu gostaria de aproveitar o Senador Girão aqui na nossa Comissão. Desde que V. Exa. chegou aqui, hoje, o sorriso – aliás, desde ali no corredor –, Senador Girão, estampado, e eu procurei saber o que era. É que o Fortaleza está na final da Sul-Americana. É motivo de... É sábado próximo? É dia 28? É sábado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – É motivo de orgulho para nós.

Senador Girão, isso está acontecendo devido ao seu trabalho sério que V. Exa. implantou ali, desde que assumiu o Fortaleza, que hoje é um grande time. E todos nós aqui, pode ter certeza, vamos ser Fortaleza desde criancinha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador, meu querido amigo Presidente Vanderlan.

Em primeiro lugar, parabéns pela condução dos trabalhos, matéria importantíssima para o país aprovada hoje, graças à sua liderança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E realmente é o Brasil disputando a Sul-Americana, é uma marca representando o Nordeste brasileiro, o país inteiro. O Fortaleza, nos seus 105 anos, vai jogar a partida mais importante, mas, só de ter chegado lá, já é uma grande vitória – viu, Senador Angelo Coronel? Já é uma grande vitória. E eu posso dizer que eu fiz um tijolinho, coloquei um tijolinho, mas preponderante foi o trabalho dos elencos que participaram até hoje; das comissões técnicas; da torcida, que é gigante; dos funcionários. Eu acho que foi um trabalho de união, de humildade, que colocou o Fortaleza onde ele merece, e é um trabalho que, se Deus quiser, vai render ainda muitos bons frutos.

Muito obrigado pela sua lembrança. Deus abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Parabéns mais uma vez, Senador!

Senador Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Inclusive, nobre Senador Vanderlan, eu queria até pedir desculpas ao amigo Girão, porque essa alegria, essa efusividade que o Fortaleza estava tendo foi interrompida pelo Bahia, na Fonte Nova, semana passada, que deu 1 a 0 no Fortaleza. Inclusive, eu sei que lá do Paraná o Senador Oriovisto também torcia pelo Bahia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO) – Convido o Senador Angelo Coronel para assumir esta Presidência aqui e anunciar o item 5 da pauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal", para tornar impositiva a execução das emendas apresentadas pelas comissões permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA)

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Carvalho Junior, para a leitura do seu relatório.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senador Angelo Coronel.

Eu não poderia perder a oportunidade de parabenizá-lo pela relatoria desse projeto de lei de autoria do nosso Líder Efraim e pela forma como ele foi conduzido aqui por V. Exas. e por nosso Presidente Vanderlan. Parabéns!

Quero saudar também o Senador Girão, que acabou de sair, pela posição do Fortaleza, se destacando no cenário brasileiro de futebol e participando da Copa Sul-Americana. Parabéns a todo o Estado do Ceará!

Peço licença, Presidente, para ir direto à análise do projeto de lei de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas. O projeto obedece aos quesitos de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

A presente ação legislativa tem o propósito de regulamentar o processo de execução das emendas orçamentárias apresentadas pelas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional. Ao reconhecer o caráter impositivo dessas emendas, a legislação passa a equiparar o processo de sua execução ao marco definido para as emendas individuais e de bancada na esfera do Parlamento.

A cada ano, Deputados e Senadores fazem essas indicações, para que o recurso federal seja aplicado nos redutos eleitorais deles em todo o país.

São as chamadas "emendas parlamentares". Essas designações de destino de recursos orçamentários são incluídas na proposta de orçamento enviada pelo Palácio do Planalto e, depois, votadas e aprovadas pelo Congresso.

Há quatro tipos de emendas: o primeiro, emendas individuais, feitas por Deputado ou Senador com mandato vigente; o segundo, emendas de bancada, que reúnem os Parlamentares do mesmo estado ou do Distrito Federal, ainda que sejam de partidos diferentes; o terceiro, emendas de Comissões, propostas pelas Comissões Permanentes ou técnicas da Câmara e do Senado; e, por último, emendas do Relator do Orçamento, incluídas pelo Relator a partir das demandas feitas por outros políticos.

Antes da criação do orçamento impositivo, o Palácio do Planalto, em tese, não era obrigado a cumprir essas emendas – mesmo com o orçamento em vigor. Em 2015, o Congresso promulgou uma mudança na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição para tornar impositivas (de execução obrigatória) as emendas individuais. Essa regra entrou em vigor no mesmo ano e continua em vigor.

Em 2019, os Parlamentares voltaram a alterar a Constituição para tratar do tema. Dessa vez, tornaram obrigatória a execução das emendas de bancada. Por ser uma emenda à Constituição, o texto foi promulgado e entrou em vigor sem passar pelo aval da Presidência da República.

A medida agora em análise ampliaria ainda mais o controle do Legislativo sobre o orçamento, reduzindo a liberdade do Executivo para decidir o destino dos recursos.

Como já destacado e enfatizado com toda propriedade pelo autor da matéria, Senador Zequinha Marinho, no mérito, esta medida completará a trajetória da impositividade da execução das emendas parlamentares, que vem sendo gradualmente estendida nos últimos anos como posição clara dos membros do Congresso Nacional, iniciando-se com as emendas individuais e atingindo depois também as emendas de bancada federal. Em rigor, trata-se de norma permanente relativa à elaboração e à organização da lei orçamentária e de gestão financeira, objeto precisamente de lei complementar por exigência do art. 165, §9º, da nossa Carta.

Até o presente momento, as definições estabelecidas nos últimos anos sobre impositividade de emendas têm sido veiculadas por emendas constitucionais ou, antes delas, por dispositivos das leis de diretrizes orçamentárias. Argumenta o autor da proposição que nenhuma dessas soluções é adequada, primeiro e fundamentalmente, porque a Constituição já atribui de forma expressa a regulação desse tema à lei complementar. De um lado, o caráter exclusivamente operacional da regra torna-a evidentemente inadequada para assumir estatura constitucional; de outro, a natureza permanente de que se deve revestir desaconselha de todo que a iniciativa seja promovida por meio de ocasionais emendas à lei de diretrizes orçamentárias, norma que tem vigência restrita a um único exercício financeiro.

A escolha de uma emenda à Lei nº 4.320, de 1964, tem por fundamento a unidade temática do ordenamento, consagrada no art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe que "o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa".

Um ponto crucial que mostra como a presente proposição será de fundamental importância para o aperfeiçoamento institucional do tema relativo às emendas impositivas é que normatizará de forma definitiva a questão em termos de tipo legislativo que tratará da matéria. O autor observou muito bem que, ao detalhar a matéria, observamos que as regras de elaboração e execução do orçamento são, ainda, contempladas em todas as suas dimensões relevantes pela Lei nº 4.320, de 1964, não havendo sentido em criarem-se leis complementares extravagantes para inserir um único comando parcial nessa matéria. De igual modo, uma eventual modificação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) seria igualmente inadequada, pois aquele estatuto trata de regras fiscais e normas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade na gestão fiscal, não abordando regras gerais de execução orçamentária. Propõe-se, destarte, a modificação na forma da inclusão de um artigo autônomo, pois trata de procedimento específico no âmbito da execução orçamentária, tema este que sequer existia quando da aprovação original da lei emendada – o que desaconselha a sua inserção como parágrafo de outro dispositivo, dado o disposto no art. 11, inciso III, alínea "c", da já citada Lei Complementar nº 95, de 1998.

Finalmente, e dado que a Lei nº 4.320, de 1964, é lei de abrangência nacional, faz-se necessário referenciar de forma expressa o âmbito de aplicação da mudança desejada, que é o orçamento federal.

De fato, por alterar relações entre Poderes na execução do orçamento, nem sequer poderia uma lei nacional impor essa alteração aos demais entes. No entanto, reconhece-se, no parágrafo único, a prerrogativa de cada um desses entes contemplar uma modificação tão fundamental a seus próprios orçamentos, desde que para tanto expressamente deliberem na instância mais elevada de seus ordenamentos locais – constituições ou leis orgânicas.

Por último, quanto à cláusula de vigência da impositividade orçamentária, deve ser esta fixada para o exercício seguinte ao de sua publicação, dado que implantar regra tão fundamental e de tão grande impacto quando um exercício já se encontra em andamento causaria insuperável insegurança jurídica e operacional aos gestores públicos responsáveis pelo seu cumprimento.

Portanto, concluo, Sr. Presidente, pelo mérito relevante da presente proposta, a qual contribuirá para o aperfeiçoamento de nosso arcabouço jurídico.

Voto.

Em não havendo óbices de natureza regimental, legal ou constitucional, bem como levando-se em conta o caráter meritório da proposta, voto pelo acolhimento da mesma pelos meus pares, com a respectiva aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2023.

É só, Sr. Presidente.

Fico muito grato pela compreensão do Senador Efraim, do Senador Esperidião Amin e do Senador Oriovisto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. É só.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, o Senador do Estado de Sergipe – quiçá futuro Governador, ou Senador na reeleição –, para fazer uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – E dependendo sempre do seu voto e da amizade.

Quero elogiar, logo de abertura aqui, os dois craques que estão aí. Essa dupla, com a contribuição decisiva do Efraim aqui com o Regimento, aprovou um procedimento, um projeto importantíssimo para os pequenos municípios sergipanos. Agradeço penhoradamente.

Com relação ao tema, que tem seu mérito, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo vista por oito dias.

Está bom, nobre Relator? Ou está muito?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Na próxima semana, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Na próxima semana, exatamente.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Na próxima semana, nós pautamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Vai ser virtual, mas nós podemos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, fica na pauta.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Isso, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Combinado.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Item 2 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 137, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

Em 26/9/2023, foi concedida vista coletiva da matéria.

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Senador Oriovisto se gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas quero lembrar que esse projeto é muito simples. A única coisa que ele diz é que, quando pequenas empresas ou microempresas prestam um serviço a prefeituras ou a estados ou ao Governo Federal, e, na data do vencimento dessa dívida, a prefeitura não paga, essas empresas podem vir até a quebrar. E elas não têm nenhum instrumento para conseguir levantar crédito no mercado financeiro. Então, o que se prevê nesse projeto é uma coisa muito simples: que, vencido o prazo, e não pago, a prefeitura emita uma cédula confessando a dívida, de tal forma que a pequena ou microempresa possa negociar isso com as instituições financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meritório, Senador Oriovisto.

Aliás, relatório de sua lavra nunca é ruim; sempre é embasado, porque V. Exa. é um dos quadros mais qualificados, principalmente nessa área da economia, aqui do Senado Federal. E V. Exa. disse que não é mais candidato à reeleição. Vai deixar uma lacuna muito grande.

A matéria está em discussão.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Declaro o meu voto favorável ao parecer encaminhado pelo Senador Oriovisto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora, vai discutir?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Declaro o meu voto favorável ao relatório do Senador Oriovisto.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Em favor das micro e pequenas empresas do Brasil, que precisam sempre ser olhadas com muito carinho.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Discussão encerrada.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai a Plenário.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 60-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências", para definir limite em relação à dívida dos municípios que especifica.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 24/10/2023, foi apresentada a emenda nº 1, de autoria do senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra ao Relator, nobre Senador Esperidião Amin, para a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, na companhia do Senador Efraim, grande dupla que hoje fulgurou ao lado da melhor parte do casal na Comissão de Assuntos Econômicos. Alguma dúvida quanto a isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor não vai impugnar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não tenho coragem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, então tem juízo. Não tem coragem, mas tem juízo. (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Destaque aprovado por unanimidade, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Exatamente.

Eu acho que é muito importante eu frisar, neste momento, que o meu parecer está pronto, está apresentado, e que acrescentei a ele algo que tem a ver com o anseio dos municípios também, à semelhança do que testemunhamos aqui no projeto há pouco apreciado.

Essa matéria foi lida no plenário, em 26 de setembro de 2019 e, entre as Comissões será ouvida unicamente a CAE antes da deliberação em plenário. Em 21 de dezembro do ano passado, decidiu-se que o PLP continuaria a tramitar nos termos do Regimento Interno, apesar de finda a legislatura. Então, eu estou aqui apenas atualizando.

Nessas transferências de recursos intergovernamentais, não há qualquer impacto que caracterize uma renúncia fiscal. Portanto, eu concluo dizendo que há um entendimento de que as receitas próprias são todas aquelas que não apenas estejam disponíveis para pagamento da despesa, mas também que não impliquem a constituição de dívida para efeito de sua arrecadação. Por isso, as receitas próprias, como aqui calculadas, são líquidas tanto de variados elementos, aos quais se dá os nomes de deduções, na terminologia do Siconfi, quanto das receitas decorrentes de operações de crédito, que são empréstimos e financiamentos a resgatar. Quer dizer, buscou-se trabalhar com um conceito de receitas próprias, que reflita com rigor e fidedignidade a capacidade efetiva de pagamento do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitos esses esclarecimentos preliminares, apurou-se que o PLP não deverá produzir impacto sobre a arrecadação federal no sentido de reduzi-la, gerando renúncia fiscal. De acordo com os dados obtidos, o comprometimento de receitas municipais para o pagamento de dívida junto à União, ou seja, o limite, é hoje irrisório. O peso relativo desse comprometimento, segundo nota da Conorf, encontra-se muito distante dos 30% dos preços propostos no PLP.

Após essas considerações, proponho três alterações.

A primeira é substituir, abro aspas, "receitas próprias, incluindo as provenientes de transferências constitucionais", fecho aspas, por, novas aspas, "receita corrente líquida", fecho aspas, que é o conceito de receita já utilizado na Lei de Responsabilidade Fiscal, que o próprio PLP busca alterar. É um projeto de lei complementar, por isso. Além disso, as receitas correntes líquidas podem incluir transferências previstas em lei, mas não na Constituição, sendo, portanto, um conceito mais abrangente do que aquele proposto pelo PLP.

A segunda alteração refere-se à mencionada incompatibilidade com o art. 195, §11, da Constituição, que veda renegociação ou parcelamento de dívidas previdenciárias por prazos superiores a 60 meses. Vale ressaltar que esse dispositivo foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, posterior, portanto, à apresentação do PLP, que não pode contestá-la. É possível que o limite de 30% das receitas municipais para o pagamento de dívidas previdenciárias seja insuficiente para quitar a dívida no prazo constitucional de cinco anos. Sendo assim, o regulamento deverá criar formas de impedir que isso ocorra.

A terceira proposta é para incentivar maior controle das finanças públicas. Como regra geral, devemos ser contrários a renegociações de dívidas, pois isso aumenta a insegurança jurídica e pode estimular comportamento fiscalmente irresponsável por parte dos devedores. Não é o caso em tela, onde uma série de problemas, iniciados com a forte recessão de 2015/2016, seguida de vários anos de crescimento medíocre e culminando com a pandemia da covid-19, de fato, deterioraram significativamente as finanças municipais.

Contudo, independentemente dos motivos que levaram à atual situação, é necessário tomar as devidas providências para que os municípios recuperem seu equilíbrio fiscal. Por esse motivo, proponho que os municípios... Aliás, depois do que eu ouvi hoje, Senador, V. Exa. descrevendo o significado de cigano regionalmente, eu acho que o argumento aqui vem absolutamente ao encontro das suas constatações.

As vedações contidas no art. 167-A da Constituição são relacionadas à criação de cargos, reajustes salariais para servidores, criação de despesas obrigatórias ou reajustá-las acima da inflação e concessão de subsídios ou benefícios fiscais. Já a vedação contida no art. 31 da LRF refere-se à proibição de contratação de operações de crédito. Trata-se de vedações que, reconheço, são duras, porém necessárias para que o município volte a ter suas finanças reequilibradas. Do contrário, estaremos perpetuamente tendo de criar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novas renegociações de dívidas, o que somente posterga – e agrava – a solução do problema fundamental, que é a desorganização financeira de alguns entes da Federação.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 224, de 2019, com apresentação da seguinte emenda.

> Dê-se ao art. 60-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 224, de 2019, a seguinte redação:
> Art.60-A O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida dos municípios com a União, qualquer [que] seja [aqui falta um "que"] sua modalidade, não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do montante anual de sua receita corrente líquida.
> §1º O percentual de 30% (trinta por cento) de que trata o *caput* poderá ser majorado para atender o disposto no §11 do art. 195 da Constituição Federal, nos termos do regulamento.
> §2º Para o Município se beneficiar do disposto no *caput*, deverá assinar contrato ou termo de aditivo contratual junto à União, nos termos do regulamento.
> §3º Enquanto durar o benefício de que trata este artigo, é vedado ao Município beneficiado:
> I – criação de cargo [conforme já mencionei];
> II – alteração de estrutura;
> III – criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório de servidores ou empregados [de acordo com o que já está escrito];
> IV – criação de despesa obrigatória;
> V – adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do *caput* do art. 7º da Constituição Federal;
> VI – criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;
> VII – concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.
> VIII – realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias.

É este o relatório, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Acrescenta-se a isso... Recebi a emenda Senador Mecias de Jesus, que visa alterar este art. 60-A, introduzindo:

> §4º Os percentuais referidos neste artigo, observados os §1º a §3º, ficam reduzidos para:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I - 20% (vinte por cento) para os Municípios de menos de 100.000 (cem mil) mil habitantes e até 10.000 (dez mil) habitantes;
II - 10% (dez por cento) para os Municípios de menos de 10.000 (dez mil) mil habitantes."

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 224, de 2019, altera a Lei...

Ele apresenta a sua justificativa e, na justificativa, ele apresenta a emenda para que os municípios sejam beneficiados em função de suas situações de vulnerabilidade nesses dois patamares acima referidos. E, ante o exposto, na certeza de contribuir para os municípios mais dependentes, ele espera contar com a nossa aprovação.

O meu voto a respeito desse assunto, Sr. Presidente, se divide em duas partes. Na primeira, eu concordo, acho que no mérito a emenda é boa, mas eu não consegui, neste prazo, a avaliação do potencial de impacto financeiro, uma vez que são dois os patamares de municípios: os de até 10 mil habitantes e os de 10 mil a 100 mil habitantes.

Então, eu queria lhe propor o seguinte: eu apresento este parecer favorável, mas fica condicionada a apreciação em outro foro, seja... Primeiro porque vai ter que ser votado... Um PLP vai ter que ter maioria absoluta. Só será votado, seja para concordar ou não, pelos Parlamentares quando nós já tivermos esta apropriação, de custos, não, mas de impactos possíveis desses dois patamares propostos pelo Senador Mecias de Jesus. Fiz-me entender?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entendemos. Eu acho plausível a sua ideia. A gente não votaria hoje...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fica lido o seu relatório, na expectativa desse impacto que você vai trazer na próxima sessão. Fica para a próxima sessão já pautado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fixamos, então, o prazo para que esta contribuição da Consultoria Legislativa possa ser feita...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque, de 10 mil para 100 mil, a diferença é grande.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, até 10 mil é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, mas de 10 mil para cima...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pega um universo. De 10 mil a 100 mil pega quase que o universo; se não a maioria, pelo menos muitos municípios do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho interessante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sempre V. Exa. contribuindo com o aperfeiçoamento aqui das práticas parlamentares. Nada como um Senador abalizado, testado, retestado, aprovado por diversas vezes, e Santa Catarina só tem que realmente ficar feliz e orgulhosa de ter o Senador Esperidião Amin como seu representante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu fico emocionado com a sua fala, mas estou sendo advertido aqui *a latere*, por alguém que o conhece melhor do que eu o conheço, de que, sempre que o senhor dá um bom elogio, é porque vem pancada por aí. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em hipótese alguma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas, na boa-fé de quem não comprova essa assertiva, eu lhe agradeço muito pela observação e acho que é realmente uma decisão de bom termo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A ideia não é má. Agora, eu apresentar uma proposta sem uma avaliação do seu impacto seria uma irresponsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou dar um exemplo, Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ficamos com o mérito e avaliaremos o conteúdo potencial.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quando eu fiz a emenda, nessa emenda dos Prefeitos, travando em 142 mil habitantes, muita gente perguntou: por que 142? Porque, acima de 142, as prefeituras têm um FPM extra. Até 142...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É outro nível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É outro nível. Então, por isso que foi travado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nada a ver com o famoso artigo da Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que alguns confundem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, nada a ver. (*Risos.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até porque V. Exa., já na condição de generalíssimo, poderia causar alguma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um rebuliço.

Não havendo... (*Pausa.*)

Devido ao fato de o relatório não ter sido complementado, voltará à pauta na próxima semana, se Deus quiser.

Não havendo mais quem querer discutir, encerro a discussão.

A votação... (*Pausa.*)

Então, sessão encerrada.

Desejo a todos que vão para casa com as bênçãos do nosso querido Jesus Cristo.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Giordano, Leila Barros, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Mauro Carvalho Junior, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Romário e Laércio Oliveira, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Eduardo Girão, Wilder Morais, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1521, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 3526, de 2019** que: "Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1057, de 2020 - Terminativo -** que: "Prorroga o prazo de vigência das certidões negativas trabalhistas, previdenciárias e tributárias emitidas pelo Poder Público nos períodos que especifica." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1640, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para assegurar estabilidade no emprego para testemunhas, informantes e colaboradores que noticiem crime cometido por seus empregadores." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 727, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para assegurar o acesso à acomodação adequada para a pessoa em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal durante o período em que estiver sob tratamento ambulatorial continuado." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1063, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instituição da Campanha "ABRIL VERDE", em âmbito nacional, no mês de abril de cada ano, dedicada à prevenção aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1711, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, para fins de cumprimento do disposto no art. 93, contratar atletas paradesportivos." **Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 692, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 100, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 106, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2952/2022, que “institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde)”." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 107, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 85/2023 - CAS, seja incluída como oradora a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 4 e 7, Projeto de Lei nº 1.640, de 2023, e Projeto de Lei nº 1.711, de 2022, foram retirados de pauta a pedido dos Relatores, Senador Alessandro Vieira e Senadora Leila Barros.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1640, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para assegurar estabilidade no emprego para testemunhas, informantes e colaboradores que noticiem crime cometido por seus empregadores.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião de 20/09/2023.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1711, DE 2022

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, para fins de cumprimento do disposto no art. 93, contratar atletas paradesportivos.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Item 1 da pauta...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu gostaria, se V. Exa. permitir, de falar sobre um problema que está acontecendo no Brasil. Eu diria que é um problema sério e que tem que ser resolvido pelo Ministério da Saúde, que é, eventualmente, em certas áreas, a falta de medicamento.

Eu cito – tenho sido sempre procurado por famílias –, por exemplo, o medicamento Sabril, para epilepsia, que é usado particularmente para bebês e na primeira infância para o controle da epilepsia e das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convulsões. Imagine um bebê com convulsão, a primeira infância com convulsão! O medicamento utilizado é o Sabril, e esse medicamento foi recolhido pelo laboratório Sanofi Medley por contaminação, quer dizer, o invólucro do medicamento estava contaminado. Os pais me falaram que o Ministério da Saúde teria dito que poderiam utilizar o medicamento mesmo estando contaminado, o que eu achei altamente perigoso, se for verdade. Eu acho que é porque os pais também não diriam de uma maneira diferente. O medicamento foi retirado seis meses atrás, e não existe nenhum planejamento para reposição do medicamento.

Então, quanto a isso, eu acho que compete a nós todos, em primeiro lugar, apontarmos o problema, sermos solidários com a família e escrevermos para a Anvisa e para o Ministério da Saúde, para sabermos se tudo isso é verdade – deve ser verdade, eu diria; não estou pondo em dúvida o que os pais falaram – e quais as providências que o Ministério da Saúde vem tomando, porque, se retirou o Sanofi Medley medicamento contaminado, seis meses atrás, corrija-se a contaminação e o produza de novo!

Cito outro remédio – agora, na área da pessoa com autismo; há tanta gente aí nessa área –, que controla impulsividade e agressividade, o Atensina. A empresa simplesmente parou de produzir o medicamento. Então, é muito estranho que alguém venha a produzir um medicamento e, depois que milhares de pessoas, às vezes um milhão de pessoas passam a utilizá-lo, pare de produzi-lo. Então, a gente quer saber também do Ministério da Saúde – e eu vou oficiar também a V. Exa., como membro da Comissão, para que esta Comissão indague do Ministério da Saúde – qual é o planejamento, qual é o diálogo que está acontecendo, porque esse medicamento, que é da área de V. Exa., inclusive, é usado na psiquiatria para tratar a pressão. Aí, essas crianças que não podem usar Ritalina usam Atensina para impulsividade e agressividade.

Contudo, nós não estamos recebendo as respostas do Ministério da Saúde como nós gostaríamos de receber, porque temos oficiado, em termos de outros medicamentos, como, por exemplo, o Brineura, que foi agora incorporado, já tem as diretrizes terapêuticas também, mas não chega à farmácia. Então, tem tudo lá, as pessoas estavam com ações judiciais para conseguir o medicamento, e agora não estão conseguindo.

Então, eu diria para a Ministra, que tem um conceito muito elevado no Brasil, para ver com os setores próprios do ministério o que está acontecendo, quer dizer, o medicamento para pessoas com autismo deixou de ser produzido, e a gente precisa saber.

O Sabril estava contaminado seis meses atrás, não estão tendo mais acesso. As crianças, os bebês estão tendo epilepsia, e o medicamento que fazia o efeito adequado não disponível na comunidade. Eu próprio posso dizer que usava com o meu filho o Tegretol CR, que é um medicamento que existe há 50 anos para a epilepsia. Na época, durante um ano – não no Governo atual, no Governo anterior... Porque o IFA vinha da China. Eu dizia: olha, impossível, né? Então, a Atensina, o Sabril...

Então, Sr. Presidente, o que eu gostaria de destacar é que é um drama para as famílias. A gente precisa de uma resposta. Se V. Exa. permitir, eu colocaria tudo isso no papel e, se a Comissão permitir,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indagaria ao Ministério da Saúde, particularmente à Ministra, para que pergunte para os setores específicos lá no ministério, o que vem sendo feito para que esse drama termine e a gente possa dar uma resposta oficial para as famílias em termos de... Pelo menos eu tenho conhecimento de três ou quatro medicamentos que estão fazendo muita falta para a promoção da saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Flávio Arns, eu peço a V. Exa. que apresente um requerimento de informação, que vai seguir os caminhos burocráticos, mas nós poderíamos – eu, na condição de Presidente da Comissão, assinando com V. Exa. –, mesmo que informalmente, pedir essa informação, está certo? A ministra vem aqui no dia 25, mas está muito longe. Então, eu vou encarecer à assessoria legislativa do ministério no sentido de que... Esse ofício, que V. Exa. poderia redigir com as informações todas, assinamos V. Exa. e eu, para que ela possa, por exemplo, na próxima semana, nos dar uma resposta sobre essa questão. O.k.?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Agradeço a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Se V. Exa. permitir e os Senadores concordarem, claro que eu posso ficar... Mas eu queria perguntar se o item 6 – é do Senador Izalci, que está em São Paulo, um projeto simples – poderia ser colocado, invertendo a pauta. É o PL que institui a campanha do Abril Verde. Eu tenho que ir para a CCJ, porque lá vai ter o debate, entre tantos temas, da política de cotas, de que eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Há alguma objeção a que se faça essa inversão de pauta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se qualquer um dos dois Senadores puder ser Relator *ad hoc*, eu me sentiria contemplado.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Fique à vontade. Eu sou Relator do projeto do item 1, Presidente. Então, depois da relatoria do item 1, sem problema nenhum, podemos conceder, de acordo com a sua determinação, a inversão da pauta para que o Senador Paulo Paim possa...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele pode começar com o item 6?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Só se você puder relatar para mim, direto. É um projeto simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Posso. Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, está bom.

Vamos começar pelo item 1.

A relatoria *ad hoc* ficará com o Senador Laércio Oliveira. Para o item 6, eu nomeio o Senador como *ad hoc*. (*Pausa.*)

Não, vamos pelo item 1.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Posso ir? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, o item 1 é um projeto terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1521, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

Ele é terminativo, portanto exigirá um quórum qualificado e votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira para a leitura do relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente Senador Humberto Costa, bom dia, meus colegas Senadores, aqueles que nos acompanham pelo sistema daqui do Senado Federal, todos que visitam a nossa Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer a V. Exa. a relatoria desse projeto. Quero cumprimentar o autor do projeto, meu colega conterrâneo, Senador Rogério Carvalho. Quero também cumprimentar V. Exa., Senador Humberto Costa, porque esse mesmo projeto recebeu a sua relatoria lá na Comissão de Educação e Cultura, e eu fico muito lisonjeado em poder aqui, nesta Comissão de Assuntos Sociais, fazer a relatoria do projeto.

Vou ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei 1.521, de 2023, do Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista.

Na sua parte substancial, a proposição prevê que:

a) a carteira de identidade profissional de Radialista tem validade em todo o território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, e será emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, podendo a emissão ser delegada ao sindicato ou à federação que represente a categoria profissional;

b) o modelo da carteira de identidade do Radialista será aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, devendo conter as informações elencadas no art. 2º do projeto em exame; e

c) o radialista não sindicalizado também fará jus à carteira de Radialista, desde que seja habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego nos termos da legislação que regulamenta a atividade profissional.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se equiparar a profissão de radialista a outras que são titulares de documento de identificação profissional, tais como os jornalistas e advogados.

O PL nº 1.521, de 2023, foi distribuído à Comissão de Educação e Cultura (CE), nela sendo aprovado, e a esta Comissão, cabendo a ela o exame terminativo da matéria.

Não houve a apresentação de emendas no prazo regimental.

II – Análise.

Nos termos do art. 22, I, da Carta Magna, compete à União legislar sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a emissão de carteira de identificação profissional encontra-se na competência privativa do mencionado ente federado.

Não se trata, ainda, de matéria reservada ao Presidente da República, aos tribunais superiores ou ao Procurador-Geral da República, motivo por que aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ela.

Dispensa-se, também, a edição de lei complementar para a inserção do tema no ordenamento jurídico nacional. Em face disso, a lei ordinária é a roupagem adequada para o PL nº 1.521, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a competência da CAS para o exame terminativo da matéria decorre dos arts. 91, inciso I, e 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto em testilha.

É graças ao trabalho dos radialistas que a comunicação via rádio permanece atual. Não se pode ignorar o amplo espectro comunicativo da atividade profissional em comento, que se encontra presente desde os veículos de transporte até as residências de milhões de brasileiros.

Assim, nada mais justo do que a categoria passe a ter sua carteira profissional reconhecida como prova de identidade, nos termos do projeto em exame.

Além disso, é importante destacar que a proposição visa tão somente a conferir força de identidade civil à carteira profissional de Radialista, assim como ocorre com outras profissões, como advogados e jornalistas.

A norma que se está a criar coaduna-se, também, com o disposto no art. 2º da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, de seguinte teor: "Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos: [...] III – carteira profissional [...]".

Nesse contexto, não há dúvida de que a medida que se está a implementar permitirá dar mais condições ao radialista para que possa exercer sua profissão na sua plena amplitude de direitos.

Nesse sentido, inclusive, é o Parecer nº 118, de 2023, da CE, que, ao aprovar a matéria, ressaltou a importância do radialista para a sociedade brasileira:

> Trata-se, pois, de reconhecer a importância destes profissionais que prestam grandes serviços para a população brasileira, divulgando informações que têm por objetivo central formar cidadãos capazes de transformar a sua realidade e a de todos aqueles que vivem em sua comunidade. Os radialistas trabalham com um instrumento pleno de desenvolvimento da cultura e do conhecimento, um modelo de comunicação que está ao alcance de todos os setores da sociedade.
>
> Em que pese a matéria discutir a emissão da carteira profissional, não nos parece razoável deixar de destacar o papel do radialista na educação e na formação cultural de um povo. É simbólico que esta Comissão se dedique a analisar esta proposta tão honrosa para estes profissionais, os quais devem ser reconhecidos por aquilo que eles representam: importantes agentes de desenvolvimento cultural e formadores de opinião; cidadãos que lutaram fortemente contra regimes autoritários que, em diversos momentos, se instalaram no Brasil, sempre pela manutenção da democracia.

O voto, Sr. Presidente. Portanto, pelo exposto, o voto é, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.521, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Laércio Oliveira, muito obrigado pela apresentação do seu relatório.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Por falta do quórum qualificado, nós adiamos a votação, está certo? Mas o relatório já está lido.

Vamos agora para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1063, DE 2022

- Não terminativo -

Dispõe sobre a instituição da Campanha "ABRIL VERDE", em âmbito nacional, no mês de abril de cada ano, dedicada à prevenção aos acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Como V. Exa. ainda se encontra aqui, Senador Paulo Paim, eu concedo a palavra a S. Exa. em substituição aos Senadores Izalci. (*Pausa.*)

Ele é o autor, desculpem-me.

Então, o nosso Senador Laércio Oliveira, de Sergipe, é o Relator *ad hoc* deste projeto de lei.

Esse é não terminativo.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Eu tenho a honra, Sr. Presidente Humberto Costa, de relatar o Projeto de Lei nº 1.063, de autoria do grande Senador e do nosso amigo, Senador Paulo Paim, e o faço com muita honra substituindo o Relator designado, o Senador Izalci Lucas, na condição de Relator *ad hoc*.

Vamos ao relatório.

Em análise nesta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 1.063, de 2022, do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a instituição de uma campanha, denominada "Abril Verde", de âmbito nacional, no mês de abril de cada ano, para que sejam desenvolvidas atividades de estímulo à prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais.

O objetivo principal da proposição é sensibilizar e conscientizar a população quanto à importância da prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

Entre as atividades previstas estão a iluminação de prédios públicos com luzes de cor verde; a promoção de palestras, eventos e atividades educativas, além da veiculação de campanhas por meio de veículos de comunicação e redes sociais e da realização de outros atos lícitos e úteis para a consecução dos objetivos da campanha.

As despesas decorrentes da campanha correrão à conta das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) e ao Ministério Público do Trabalho.

Em sua justificativa, o autor registra que a sugestão foi do Presidente do Sindicato de Segurança do Trabalho do Distrito Federal, apresentada a esta Casa em sessão de debates realizada no Plenário de 23 de abril de 2022. Destaca, também, o elevado número de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais que ocorrem no País, citando dados que corroboram sua iniciativa.

O autor também aponta os efeitos negativos dos acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais, tanto para empregados quanto para empregadores. Afirma, ainda, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2003, adotou o dia 28 de abril como o dia oficial da segurança e saúde nos locais de trabalho. A escolha desta data está vinculada a uma tragédia em mina nos Estados Unidos que, em 28 de abril de 1969, causou a morte de 78 trabalhadores.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

A matéria seguirá, após análise desta CAS, para a Comissão de Educação, a quem caberá a decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – Análise.

A matéria disciplinada na proposição – prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais – está entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Com relação à iniciativa e competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (inciso I do art. 100), compete a esta CAS opinar sobre proposições que digam respeito às relações de trabalho, organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões, além de temas ligados à seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social. O inciso II do art. 102 do mesmo Regimento atribui à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) a competência para opinar sobre datas comemorativas.

No âmbito de competência desta CAS, não há impedimentos jurídicos ou regimentais a regular tramitação da matéria.

No mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da matéria. A prevenção de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais é uma preocupação antiga, agravada pelo advento de novas profissões e atividades que demandam por práticas novas ações de pesquisa, de caráter educativo e de conscientização de toda a sociedade.

Há novas tecnologias no trabalho, e sua ampla utilização demanda por novas medidas e novos estudos, com o acompanhamento criterioso das novas exigências e dos novos impactos sobre a saúde física e mental dos trabalhadores.

Além disso, o elevado grau de informalidade de nosso mercado de trabalho dificulta a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais. Há novos personagens no trabalho, trabalhando com motocicletas ou bicicletas, sem vínculos empregatícios, que se acidentam ou adoecem em função da elevada competitividade e do estresse envolvidos no trânsito.

Mas não só isso, em todos os setores econômicos temos novidades tecnológicas e novas práticas de trabalho. Na agricultura e pecuária, por exemplo, há elevado grau de utilização de novas técnicas e tecnologias, com uso de novos fertilizantes, herbicidas, fungicidas, equipamentos e máquinas sofisticadas controladas à distância, além de *drones* e acompanhamento informatizado.

Nem é preciso registrar a constante e notória robotização da produção industrial. O controle de acidentes de trabalho e a minimização das doenças ocupacionais depende, por todas essas razões, de conhecimento e de difusão de cautelas e métodos seguros e saudáveis, no que uma campanha nacional muito pode colaborar.

Em termos de relações trabalhistas, então, somos integralmente favoráveis à adoção do denominado "Abril Verde". À CE competirá a análise de outros requisitos legais para a adoção dessa campanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – Voto, Sr. Presidente.

Em face das razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.063, de 2022, com os meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só uma falinha rápida.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Rápida mesmo, V. Exa. disse que precisa ir para a reunião... (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu tinha dito para o senhor que eu falaria em 30 segundos. Eu fui supervisor de segurança no trabalho.

Eu só quero destacar aqui, além do trabalho do Izalci, do nosso querido Relator, Senador Laércio, o trabalho do Ministério Público do Trabalho, que é essa cartilha aqui que eles estão distribuindo.

O Brasil fica, infelizmente, entre os países que mais têm acidentes de trabalho no mundo. Por isso, eu fiz questão de fazer essa rápida fala, só citando alguns números: em 2020, foram 446.881 acidentes de trabalho; em 2022, 612.920.

Então, essa campanha é uma campanha de prevenção, que vai fazer com que o Brasil todo debata com profundidade esse tema.

Como disse aqui o Relator, é de interesse de empregado e de empregador. Todos ganham com essa campanha de prevenção. Ponto.

Foi um minuto, foi mais que 30 segundos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Educação.

Pois não, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – O Senador Flávio Arns teve que sair e só pediu (*Fora do microfone.*) que eu assinasse um requerimento dele, que é um adendo a um outro já aprovado.

Se V. Exa. permitir-me já instruir...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Passo a palavra a V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Não tem nem justificativa, porque não há necessidade.

O requerimento.

Nos termos da Constituição e do Regimento Interno, pede o Senador Flávio Arns que sejam incluídos os seguintes convidados: o Sr. Pedro Pan, Professor Psiquiatra da Unifesp, e a Sra. Bruna Rocha, Gerente Geral da Associação Crônicos do Dia a Dia.

É esse o requerimento, em adendo ao Requerimento 81, já aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 100, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 81/2023 - CAS sejam incluídos os convidados que especifica.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR) e outros.)

Bom, com a palavra, para o item 3 da pauta, o Senador Laércio Oliveira, *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1057, DE 2020

- Terminativo -

Prorroga o prazo de vigência das certidões negativas trabalhistas, previdenciárias e tributárias emitidas pelo Poder Público nos períodos que especifica.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião do dia 16/08/2023.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

A relatoria *ad hoc* é do Senador Laércio Oliveira.

Com a palavra, Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, eu tenho a satisfação de fazer a relatoria *ad hoc*, em função da ausência do Relator designado por V. Exa., meu colega conterrâneo, Senador Alessandro Vieira.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei 1.057, de 2020, de autoria do Senador Angelo Coronel, a quem eu quero cumprimentar neste momento.

O projeto compõe-se de três artigos. O art. 1º determina que todas as "Certidões Negativas de caráter trabalhista, previdenciário e tributário emitidas pela União, por Estados, Distrito Federal e Municípios terão seus prazos prorrogados durante a vigência de Estado de Calamidade Pública, de Estado de Defesa, de Estado de Sítio ou de outra emergência de caráter nacional aprovada pelo Congresso Nacional".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa prorrogação abarca unicamente as certidões que, à época da decretação da emergência, estejam em seu prazo de validade e dura até 30 dias após a cessação dos efeitos do diploma que aprova a emergência.

O art. 2º retroage os feitos da lei à publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e, por fim, o art. 3º contém cláusula de vigência imediata da lei, se aprovada.

A matéria foi dispensada à análise terminativa da CAS e não recebeu nenhuma emenda.

II – Análise.

Pertence a esta Comissão, com fulcro no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a competência para apreciar matérias que versem sobre o direito do trabalho, a seguridade social e outras matérias que forem atribuídas.

A constitucionalidade da proposição está presente, pois observados os arts. 22, incisos I e XXIII, e o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, que põem a matéria no campo de competência do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa quanto no tocante à sua apreciação.

Não existe invasão de competência privativa de outro Poder ou órgão, bem como não vislumbramos violação à disposição da Lei Complementar nº 95, de 26 de janeiro de 1995.

O período da pandemia – oficialmente encerrado como emergência de saúde pública (ainda que, infelizmente, a enfermidade permaneça entre nós, em números elevados) – foi um período de aprendizado pessoal e institucional.

Do ponto de vista institucional, foi possível observar quais necessidades imediatas de pessoas, empresas e instituições públicas demandavam uma ação estatal pronta para sua acomodação e para sua adaptação a um período de incertezas decorrentes de uma situação de emergência.

A presente proposição se insere nesse processo. Trata-se de prorrogar a validade das certidões trabalhistas, previdenciárias e tributárias pelo período de vigência do decreto emergencial.

Nesse sentido, trata-se de uma medida adequada, dada a dificuldade ou impossibilidade de se obter nova certidão para substituir aquela que expira durante o período de emergência.

Tais períodos, entendemos agora, são tempos em que a solidariedade se faz necessária e o presente projeto é medida pequena, mas correta nessa direção.

Unicamente cremos que a remissão ao Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 quedou-se superada, dado o esgotamento dos efeitos daquele diploma legal. A lei, se aprovada, fica para as próximas situações de emergência, que, oxalá, não ocorrerão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – Voto, Sr. Presidente.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.057, de 2020, com a seguinte emenda:

Emenda nº - CAS
Suprima-se o art. 2º do PL nº 1.057, de 2020, renumerando-se o subsequente.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Senador Laércio Oliveira, muito obrigado pelo relatório apresentado por V. Exa.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, fica adiada a votação por falta de quórum.

Lembro que hoje, às 14h, haverá reunião da Subcomissão Permanente de Pessoas com Doenças Raras, em forma de audiência pública, destinada a debater o estágio atual de implementação do Programa Nacional da Triagem Neonatal, de acordo com a Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021.

Lembro, ainda, que amanhã, às 9h e às 14h, teremos duas reuniões desta Comissão, em forma de audiência pública, destinadas a debater o comércio de cigarros eletrônicos no Brasil e o risco ocasionado pela falta de regulamentação.

Convoco para o dia 4 de outubro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e seis minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Leila Barros, Renan Calheiros, Mauro Carvalho Junior, Zenaide Maia, Paulo Paim, Eduardo Girão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário e Wilder Morais. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 85/2023 - CAS, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), REQ 89/2023 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 95/2023 - CAS, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), e REQ 96/2023 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Debater o comércio de cigarros eletrônicos no Brasil e o risco ocasionado pela falta de regulamentação. **Participantes:** Dirceu Barbano, Farmacêutico, Ex Diretor-Presidente da Anvisa; Jorge Alberto Costa e Silva, Presidente do Instituto Brasileiro do Cérebro; Lauro Anhezini Junior, Membro do Conselho da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO; Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde; David Sweanor, Anti-smoking Expert (Especialista em controle do tabaco); Alcindo Cerci Neto, Conselheiro Federal, pelo estado do Paraná, do Conselho Federal de Medicina - CFM; Adriano Pereira Subirá, Coordenador Operacional de Fiscalização da Receita Federal do Brasil; e Vera Luiza da Costa e Silva, Assessora Técnica do Instituto Nacional do Câncer e Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/28

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 85, 89, 95 e 96, de 2023, da CAS, de minha autoria e de autoria dos Senadores Paulo Paim, Eduardo Girão e Damares Alves, para a realização de audiência pública destinada a debater o comércio de cigarros eletrônicos no Brasil e o risco ocasionado pela falta de regulamentação.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Bom dia a todos.

Senhoras e senhores, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, oradores aqui presentes e todos que nos acompanham pela televisão, pela internet e pela Rádio Senado, hoje teremos duas audiências públicas para debater sobre cigarros eletrônicos, com o objetivo de trazer essa discussão ao Parlamento, para que possamos olhar com mais cuidado a necessidade de uma regulamentação sobre o tema.

A regulamentação dos produtos fumígeros no Brasil, dentre eles os cigarros eletrônicos, está sob a responsabilidade legal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nos termos do inciso X, §§1º e 4º, e art. 8º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Assim, a fiscalização e o controle dos produtos derivados do tabaco, incluindo o registro de dados cadastrais, a comercialização, a restrição da propaganda e a proibição do uso do produto em ambientes coletivos fechados, são da agência reguladora. Porém, a Anvisa vem, ao longo dos últimos quatro anos e três meses, devendo a regulamentação dos cigarros eletrônicos no Brasil.

Os cigarros eletrônicos tiveram um grande crescimento ao longo dos anos, com o desenvolvimento de novos dispositivos. Inicialmente, possuíam refis líquidos e foram desenvolvidos primeiramente na China em 2003. A segunda geração dos cigarros eletrônicos passou a permitir recarga em que os usuários personalizam o conteúdo do e-líquido, adicionando diferentes substâncias, sabores, etc., dos quais nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos absoluto controle. Além disso, novos modelos e cores ampliaram a diversidade desses produtos e, após essa etapa, foram lançados os cigarros eletrônicos em modelo tanque – que é o de terceira geração –, que além de permitirem a manipulação do conteúdo líquido, permitem uma maior quantidade no reservatório. Os recentes lançamentos apresentam um sistema *pod* – que é o de quarta geração –, que se assemelha a um *pendrive*, devido ao menor tamanho em vários modelos.

A popularização dos cigarros eletrônicos, resultou num cenário de total descontrole do comércio desses dispositivos em que a simples proibição da comercialização pela Anvisa, devido à ausência de regramento, gera um dano maior à sociedade do que a existência de regras dispondo sobre a fabricação, composição, propaganda, comercialização, entre outros.

A Anvisa, em 4 de junho de 2019, realizou o termo de abertura de processo para avaliar os impactos à saúde decorrentes do uso dos dispositivos eletrônicos para fumar, os DEFs. À época, foram realizadas duas audiências públicas. A Audiência Pública nº 6, de 24 de junho de 2019, e a Audiência Pública nº 9, em 9 de agosto de 2019. Essas audiências subsidiaram, três anos depois, o relatório de análise de impacto regulatório para os dispositivos eletrônicos de fumar. Porém, o que se observa atualmente é que muitos outros estudos foram publicados desde 2019 e que diversos sistemas de saúde públicos da Inglaterra, Canadá, Suécia, como exemplo, adotaram os cigarros eletrônicos como instrumento de políticas públicas antitabagistas.

Assim, se faz urgente a obtenção de subsídios atualizados e de uma proposta regulatória condizente com a nossa realidade. Também é importante debater que a ausência de regulamentação impede uma arrecadação de impostos na ordem de R$5 bilhões por ano. Isso sem falar na não geração de empregos diretos e indiretos, seja no agronegócio ou em outros setores que poderiam ser gerados pela indústria do tabaco, além de fortalecer o crime organizado.

Hoje, já são mais de 2 milhões de adultos consumindo esses produtos frequentemente e mais de 6 milhões de adultos fumantes já experimentaram esses produtos – eu digo aqui no Brasil. Segundo a última pesquisa do Ipec, dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar apontam que 16,8% dos adolescentes de 13 a 17 anos já experimentaram esses produtos – demonstrando a clara ineficiência da proibição atualmente em vigor – e que uma regra, a exemplo do que os outros 80 países do mundo já fizeram, como Estados Unidos, Canadá, os 27 países da União Europeia, Reino Unido, Suécia, Noruega, Japão, entre muitos outros, precisa ser discutida pela Anvisa. Não podemos nos omitir em regulamentar o uso dos dispositivos eletrônicos para fumar. Muito mais perigoso que regulamentar é o dano a toda a sociedade ao não regulamentar, pois não sabemos quais substâncias nossa população está consumindo nos dias de hoje, nesses cigarros eletrônicos.

Considerando que, desde 2017, a Anvisa proibiu a regulamentação dos cigarros eletrônicos, tema nº 11.3 da nossa Agenda 2017/2020, mas somente em 2019 iniciou o processo regulatório, o tema vem sendo postergado ao longo de mais de quatro anos e que, segundo as métricas da própria Anvisa, o tema já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrasado, faz-se urgente que essa temática seja tratada como prioritária devido ao grande risco ao qual a população está exposta pelo comércio indiscriminado de cigarros eletrônicos no Brasil. Daí a importância de discutirmos o tema.

Quero destacar aqui que, pelo fato de que pessoas do meu convívio, parentes, amigos, pessoas caras para mim – olá, Senador, eu não havia visto o senhor; tudo bem?; como vai?; seja bem-vindo! –, pessoas do meu convívio estavam utilizando, eu comecei a indagá-los: "O que é isso? Como funciona isso?". Eu realmente me preocupei, porque eu passei a procurar por notícias e vi notícias realmente que me preocuparam de pessoas sofrendo por conta de óleo nos pulmões, coisas estranhas para mim, eu que sou leiga. Daí partiu a curiosidade e a preocupação.

Eu gostaria de dar as boas-vindas a todos aqui e vamos encarar a realidade. Nós, com a ajuda dos demais Senadores que indicaram oradores para esta audiência pública, procuramos sopesar mais ou menos, porque eu não sei a opinião de todos eles, nós procuramos alternar entre os prós e os que são contra para que a gente consiga ter uma discussão equilibrada, um diálogo equilibrado sobre esse tema.

A metodologia é de que nós permitimos dez minutos, justamente porque eu não imaginava... Nós acreditávamos que seriam apenas dez pessoas aqui como oradores, e qual não foi a minha surpresa: nós já temos mais de 30 indicações como oradores. Por isso, foi necessário estender esta audiência pública para a tarde de hoje, e nós iremos marcar uma próxima, em breve, para que possamos, sim, ouvir todos. Isso é a democracia.

Então, vamos passar ao primeiro orador desta manhã, Dirceu Barbano, que vai falar pelo Zoom, por vídeo. Dirceu Barbano é farmacêutico e ex-Diretor Presidente da Anvisa. Será por videoconferência, e eu gostaria que o colocassem já para a sua exposição.

Bom dia, Dirceu. É um prazer tê-lo aqui nesta manhã conosco. Seja bem-vindo. O microfone é seu.

O SR. DIRCEU BARBANO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora Soraya Thronicke.

Antes de mais nada, eu gostaria de cumprimentar as ilustres Senadoras, na pessoa da senhora, e os ilustres Senadores da Comissão de Assuntos Sociais, Comissão na qual eu tive a honra de ser sabatinado por duas vezes, em 2008 e 2011, quando eu fui indicado ao cargo de Diretor e, depois, de Diretor-Presidente da Anvisa. Queria cumprimentar também os Senadores, especialmente o Senador Paulo Paim, que eu me lembro que foi um dos Senadores que participou dessas duas audiências.

Gostaria também de cumprimentar os diretores da Anvisa, na pessoa do atual Presidente Barra Torres; os servidores da agência, onde tive a honra de trabalhar por seis anos, lembrando que eu saí da Anvisa há nove anos já, quando terminou meu mandato. E faço uma menção especial ao Gonzalo Vecina Neto, que foi o primeiro Presidente da agência e abriu caminho para que ela se tornasse a agência que hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é reconhecida globalmente como uma agência de alto poder regulatório, que tem as ferramentas e goza de conhecimento, capacidade e independência para tomar as suas decisões.

Senhoras, senhores, eu tive também nessa história a marca e o registro de ter, como Presidente substituto, em 2009, assinado a RDC nº 46, que estabeleceu o regulamento que é vigente até hoje, com um artigo que trata da proibição e um outro artigo que estabelecia alguns critérios para o caso de haver interesse e admissibilidade, por parte da agência, para o recebimento de solicitações de autorização de comercialização dos produtos.

A Exma. Senadora Soraya já lembrou que nós estamos falando de uma decisão tomada há 14 anos e que era o retrato de um momento em que, de fato, se sabia muito pouco sobre esses produtos. Nós, como sempre – e isso é um desafio permanente –, vivíamos as etapas de implementação dos dispositivos previstos na Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, convencionada entre os países na Organização Mundial da Saúde, e, de fato, nós não tínhamos condições técnicas, não por falta de competência, mas por limites relacionados às informações disponíveis sobre esses produtos – que, na grande maioria dos casos, eram dispositivos que geravam vapor a partir de uma mistura de polipropilenoglicol, nicotina e outras substâncias sobre as quais naquela época pouco se sabia, e flavorizantes também –, porque nós vivíamos naquele momento uma situação em que esses produtos estavam presentes em pouquíssimos países. Havia registros na Indonésia, na Malásia, na Grécia, na própria China, mas não havia um conhecimento, no ambiente regulatório, por parte das agências reguladoras no mundo todo, do que de fato significava aquele produto no contexto das políticas de combate ao tabagismo, do controle do tabagismo e da busca da diminuição da exposição das pessoas aos riscos e aos danos relacionados à exposição à fumaça, seja pelo fumante, seja por quem acaba ficando exposto mesmo sem consumir o cigarro.

Então esse era o cenário, e a decisão foi, no meu entendimento, equilibrada naquele momento, porque ela estabelecia uma proibição, mas deixava em aberto, para o caso de haver estudos que pudessem comprovar alegações para substituição dos produtos de tabaco convencional ou, ainda, para o tratamento de danos relacionados ao tabagismo, que se poderia admitir o registro desses produtos.

De lá para cá muita coisa mudou, e todos nós sabemos. Na verdade, relatórios da própria Organização Mundial da Saúde mostram que mais de 140 países ao redor do mundo já regulamentaram esse tipo de produto: ou são regulamentos que estabelecem requisitos para produção, comercialização e uso, ou proibições, como é o caso do Brasil. Há um dado publicado pela Organização Mundial da Saúde, de 2021, que mostra que 37 países proíbem a venda, como faz o Brasil. Na América do Sul, além do Brasil, a Argentina e a Colômbia são exemplos; outros 73 países autorizam com regras para o comércio, propaganda, etc. E há, ainda, países dentro desses 73, são 36, que estabeleceram critérios para os produtos que são colocados para uso com os dispositivos eletrônicos, estabelecendo limites de concentração de nicotina, critérios para as misturas líquidas, requisitos em relação aos dispositivos eletrônicos, etc. Então são 146 países que têm algum regulamento, segundo esse relatório da própria Organização Mundial da Saúde, e 37

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles tratam de proibição, como faz o Brasil. Mas já há muitas experiências no sentido de uma regulamentação que busca estabelecer requisitos para a existência desses produtos no mercado.

Além disso, existem muitos estudos que mostram que o uso desse tipo de produto que é consumido com dispositivo eletrônico aumentou muito ao longo desses 14 anos. Nós temos muitos relatórios que foram emitidos por autoridades globais de saúde pública, pelos próprios países que mostram que há uma utilização bastante disseminada, uma prevalência de uso já considerável e que indica que, de fato, os órgãos reguladores precisam de estar atentos, preocupados e, de certa forma, aderentes e coerentes com o comportamento e a decisão dos consumidores nesses países, nesses lugares em consumir esse tipo de produto.

O uso desses produtos nesses países onde ele acontece de forma autorizada é feito desde um ambiente com pouca regulação, com maior liberalidade, até ambientes onde – e nós devemos ouvir isso das pessoas que vão participar da audiência ainda – os produtos fazem parte de programas de ações de saúde pública, no sentido de promover a substituição do tabaco convencional, do cigarro convencional por esse tipo de produto. Em alguns casos, são considerados inclusive dispositivos médicos.

Então, tem desde uma liberalidade, que é sempre muito pouco desejável, até uma utilização que, claro, precisa passar pelo crivo científico sempre, para poder comprovar essa possibilidade. Aparentemente, isso tem sido feito.

Acho também que é importante citar que as políticas de redução, voltadas à redução da exposição ao cigarro convencional vêm avançando ao longo do tempo. Se nós pegarmos a prevalência de uso de cigarro nas Américas, por exemplo, um relatório recente da Organização Pan-Americana da Saúde, mostra que caiu, de 26% em 2000, para 16% agora, em 2020. Isso é significativo, isso é importantíssimo, assim como a implementação das ações previstas na Convenção-Quadro têm mostrado também eficácia no sentido de fazer com que cada vez menos pessoas estejam expostas ao cigarro.

Mas, de fato, o Brasil é um dos países que mais rapidamente e que um maior número desses compromissos assumiu e colocou em prática. Mesmo assim, ainda, no Brasil, a prevalência do cigarro é de entre 10% e 15%.

Então, nós vivemos um momento de desafio que nos coloca na seguinte situação: nós precisamos continuar dando passos para implementar as ações previstas na Convenção-Quadro; nós precisamos acolher, de forma serena, técnica e estratégica, do ponto de vista da saúde pública, o conhecimento que hoje se tem sobre esses produtos, reconhecer que há experiências e há informações, sim, que demonstram que eles precisam passar por regulamentação e, ao passarem, eles podem apresentar perfil de toxicidade que pode não ser maior do que o cigarro convencional, que é aprovado, rotineiramente, pelas agências ao redor do mundo, e, no meu entendimento, avançar na regulamentação para além do banimento, para o estabelecimento de requisitos para a sua produção, para o uso adequado é importante para que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtos possam ser enquadrados nas mesmas regras de comércio, de propaganda, de embalagem dos outros produtos de tabaco.

No meu entendimento, hoje seria um caminho, por exemplo, regulamentar o art. 2º da Resolução 46, de 2009, porque essa resolução prevê a admissibilidade para tratamento ou substituição de produtos do tabaco e prevê a realização de estudos que possam comprovar essas indicações.

Agora, é importante que a agência tenha condições de estabelecer, de forma clara, objetiva, o que é que esses estudos precisariam comprovar, sob pena de continuar aprovando produtos que são os piores, e nós sabemos, que são o cigarro convencional e produtos que tabaco que estão no mercado, e evitar que produtos que possam ter um perfil de toxicidade menor – há muitos dados que mostram que alguns desses produtos podem ter, sim, perfis melhorados de toxicidade – possam chegar ao mercado. Claro que tem questões relacionadas à iniciação, ao uso por longo prazo etc. Mas, de qualquer maneira, Senadora Soraya, de fato, é muito importante que esse assunto seja debatido no Parlamento brasileiro, que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária continue com a sua autonomia, a sua independência técnica, tomando decisões a respeito do tema, mas que esse tema seja tratado com serenidade, com profundidade técnica e científica, porque, de fato, há um mercado existente, como a senhora disse na abertura da audiência, e esses produtos hoje no Brasil são comercializados de maneira rotineira, além daquilo que é importado para uso individual, também autorizado pela legislação brasileira.

Muito obrigado, Senadora, um bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Dirceu Barbano, Farmacêutico e ex-Diretor-Presidente da Anvisa, obrigada pela sua colaboração.

Quero só destacar, antes de passarmos para o próximo orador, que não podemos nos esquecer de que o Supremo Tribunal Federal está determinando qual é a quantidade de maconha que não pode ser considerada crime. Nós aprovamos aqui que o usuário não seria criminalizado, mas nós nunca, na legislação, especificamos a quantidade; o Supremo está fazendo agora. Então, estamos discutindo cigarros eletrônicos, que é muito mais fácil de tratar, uma questão muito menos prejudicial do que a própria maconha. Então, fazendo aí um contrapeso com esse tema, só para que a gente possa raciocinar a respeito.

Gostaria de cumprimentar os Senadores que chegaram: Senador Styvenson Valentim, Senador Hiran Gonçalves, e o Deputado presente, Deputado de Santa Catarina. Obrigada pela presença.

Vamos para o próximo orador, Alcindo Cerci Neto. Também será por Zoom, por dez minutos. Seja bem-vindo.

Apenas gostaria de destacar aqui: Alcindo Cerci Neto é Conselheiro Federal, pelo Estado do Paraná, do Conselho Federal de Medicina. Seja bem-vindo, Dr. Alcindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALCINDO CERCI NETO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora. Cumprimento a todos, na pessoa da senhora, todos os Senadores, todos os presentes, palestrantes, colegas, diretores, autoridades e todos aqueles que estão assistindo a essa importantíssima sessão da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Em nome do nosso Presidente do CFM, Dr. José Hiran Gallo, eu agradeço o convite e, mais uma vez, enalteço o nosso apoio à discussão desses importantes temas sociais que acabam levando a riscos a nossa população. Há necessidade de discutir melhor o assunto.

Eu preparei um conjunto de eslaides que eu vou compartilhar com os senhores e senhoras. Estão vendo?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sim, doutor. Visível.

O SR. ALCINDO CERCI NETO (*Por videoconferência*.) – Eu dividi a minha apresentação, para ficar dentro do tempo, em duas partes distintas. A primeira parte são as ações institucionais do Conselho Federal de Medicina em relação a esse tema e a segunda parte para falar um pouquinho sobre os mitos, o que está muito de acordo com o que a Senadora disse agora, inclusive com uma relação muito direta com o consumo de maconha e derivados da *Cannabis*, que existem nos cigarros eletrônicos, de que a gente vai falar ao final da apresentação, com dados estatísticos e trabalhos científicos.

Bom, inicialmente... Eu sou pneumologista também (*Falha no áudio.*)... de Londrina, da PUC, e coordeno uma câmara técnica, dentro do Conselho Federal de Medicina, que trata justamente de ações para melhorar este conhecimento e o combate mesmo ao tabagismo em geral, mas com ênfase nos cigarros eletrônicos, nos dispositivos eletrônicos (*Falha no áudio.*)... sem nenhum tipo de consultoria, assessoria, receber qualquer tipo de verba da indústria do fumo. As atividades do conselho são atividades honoríficas; não têm honorários e não geram qualquer tipo de influência nessa apresentação.

O que o Conselho Federal de Medicina fez até este momento? Em agosto de 2009, lá atrás, nós apoiamos integralmente a decisão da Anvisa de proibição do comércio e importação do cigarro eletrônico. Então, já naquela época, tínhamos um posicionamento muito claro em relação ao cigarro eletrônico e à sua proibição, porque não existia – já não existia – nesse momento nenhum tipo de evidência científica, comprovação. Inclusive, existiam apenas *market share* das indústrias em relação a uma possibilidade maior de reativação do tabagismo na nossa sociedade, que estava em baixa, está em baixa, mas, infelizmente, vem aumentando ao longo dos tempos.

Já nessa época se sabia das diversas repercussões negativas que substâncias tóxicas como o propilenoglicol, principalmente, a nicotina e outras substâncias desconhecidas provocavam na saúde pulmonar e no corpo humano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já em agosto de 2014, o CFM emitiu um alerta importante por conta de que em 2014 foi verificado um aumento muito grande no consumo de algumas formas não convencionais, à época, de fumar, principalmente os narguilés. Lembro que uma hora de narguilé equivalente a aproximadamente 100 a 200 cigarros fumados, e com todos aqueles componentes do cigarro. Mas também, aqui nessa época, já se observou um aumento importante do cigarro eletrônico. E aqui já se começou a observar também, por isso foi motivo do alerta, a dualidade, ou seja, existia naquele momento uma ideia de que o cigarro eletrônico pudesse gerar menos doenças, menos efeitos deletérios e permitir até o parar de fumar dos cigarros, dos cigarros tradicionais. Contudo, já naquela época existiam evidências – um pouco menos importantes do que as que gente tem hoje – de que na verdade ele estimulava a dualidade: grande parte dos que fumavam esses tipos de dispositivos acabavam também utilizando cigarros convencionais por combustão e acabavam fumando duas vezes – além dos dispositivos eletrônicos de fumar, os cigarros convencionais também.

Lá em setembro de 2009, mais uma vez se detectaram aí – e a Senadora disse muito bem na sua introdução – novas doenças. Nos Estados Unidos, no ano de 2019, foram detectadas a pneumonite aguda intersticial, chamada de Evali, o nome, a sigla em inglês. Essa pneumopatia aguda, cuja citação a gente vê na imprensa, geralmente, se tratava de uma doença nova no pulmão que gerava em jovens, principalmente, que é quem utiliza mais os dispositivos eletrônicos de fumar, um tipo de patologia específica que não existia, que não era associada ao ato de fumar.

Isso fez com que os médicos fossem alertados em relação a essa nova patologia altamente letal, que cursava com hemorragia alveolar aguda, ou seja, os pacientes passavam a ter uma pneumonite aguda, inclusive com hemoptise, saída de sangue, e evoluíam ao óbito. Associou-se, naquele momento, a alguns componentes, principalmente a alguns componentes derivados de lipídios, que existiam naquelas substâncias que se colocavam no cigarro eletrônico.

Já em janeiro de 2022, uma nova campanha para se manter a proibição da comercialização dos dispositivos eletrônicos de fumar. Fizemos, então, campanha na internet, campanha para todos os médicos. Todo o *mailing list*, todos os médicos foram engajados nessa campanha de se manter a proibição dos dispositivos eletrônicos de fumar.

Em maio de 2022, também mais uma nota pública do conselho alertando para outro mito que existe: cigarro eletrônico não é só vapor de água, não é vapor de água. A fumaça não é combustão de água. Ela é combustão de substâncias. E tinham várias substâncias nocivas dentro do cigarro. E mais: cigarro eletrônico também tem nicotina, e não se controla, muitas vezes, nos produtos que se compram para colocar nos *devices*, a quantidade de nicotina. Não se sabe exatamente a quantidade de nicotina que se está utilizando.

Então, mais uma vez, em junho de 2022, foram feitas campanhas de vídeo, campanhas com o nosso Presidente, o Dr. José Hiran Gallo, de "não aos cigarros eletrônicos", *podcasts*, principalmente alertando os médicos das novas doenças, dos efeitos deletérios e também alertando a população em relação aos efeitos nocivos e à necessidade de se manter a proibição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, nós observamos, ao longo do tempo, que estavam nos incomodando muito no conselho alguns relatos de médicos que diziam para nós assim: "Olha, nossos filhos vão ao posto de gasolina e têm acesso ao cigarro eletrônico, porque ele virou como se fosse uma moda entre os adolescentes, com acesso muito fácil", mas dentro de um contexto de proibição da comercialização.

Então, nós formamos um grupo de trabalho, convidamos a Anvisa, o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, fizemos reuniões dentro do conselho para traçar metas sinérgicas para manter a orientação dos médicos e das populações dos prescritores e dos demais profissionais de saúde em relação aos efeitos nocivos, manter a proibição e talvez uma ação um pouco mais forte em relação à repressão da comercialização dos dispositivos eletrônicos de fumar, que são livremente vendidos no país, apesar da sua proibição.

Como a Senadora já falou muito bem, a evolução dos cigarros eletrônicos é uma evolução eletrônica. É um iphone, vamos colocar assim, do fumo. Ele é atrativo, ele é sociável, ele está associado a novas tecnologias, novas formas, cores, modelos tecnológicos, a tudo o que os nossos adolescentes, as nossas crianças dão valor e aprenderam, a cor, os efeitos chamativos, sem qualquer tipo de regulação do que está dentro desses frascos. Isso é um apelo muito importante.

E existem alguns malefícios muitos importantes em relação ao cigarro eletrônico. Primeiro, uma premissa falsa de que não vicia. Vicia. Tem nicotina. A nicotina causa dependência. Então, não é verdade isso. E o que mais nos preocupa é justamente o efeito dual. Os estudos já mostram que, além do efeito dual com o cigarro de combustão, existe também uma dualidade no uso com derivados da maconha. Então, o cigarro eletrônico levando a uma possibilidade, a uma probabilidade 2,3 vezes maior de também se usarem derivados de maconha ou derivados de cigarros de combustão normal. É um atentado à saúde pública!

É um mito também dizer que o cigarro eletrônico é um tratamento para parar de fumar. Não é um tratamento para parar de fumar, porque existe nicotina e existe essa associação dual.

O estudo feito aqui pela nossa Fundação Oswaldo Cruz mostra que o uso de cigarro eletrônico por adolescentes e jovens adultos já é um fator de risco muito elevado para iniciação do tabagismo adulto, do tabagismo convencional. E mais: várias doenças, todas as doenças associadas ao cigarro têm, no seu plano de fundo, a nicotina. Ou seja, se o cigarro eletrônico tem a nicotina, todas as doenças de efeito público – asma, DPOC, doenças cardiovasculares, doenças vasculares, amputações, abortos – e as novas doenças também acontecem com o cigarro eletrônico.

E não é água. É um mito. A fumaça branca, bonita, que não causa cheiro, que todo mundo acha legal não é vapor de água. Ela é uma reação química com propilenoglicol, que gera, então, aquela coloração, mas está associada a doenças, sim. Causa dependência. Ela tem uma importante associação com a precocidade de se começar a fumar, ou seja, o cigarro eletrônico é bonito, é interessante, é tecnológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto mais jovem se começa a fumar, mais difícil é o parar de fumar, maior a duração do tabagismo, maior dependência da nicotina e menor sucesso na cessação do tabagismo.

Aqui, é o número de substâncias que a gente encontra: mais ou menos dois mil produtos químicos na combustão, entre eles a nicotina, cafeína e vários outros e muitos e muitos e muitos que, como bem disse a Senadora Soraya, a gente sequer consegue identificar.

Pelo tempo, então, as mensagens finais do conselho: a proibição deve continuar. A regulamentação no sentido de permitir o uso do cigarro eletrônico pode gerar um aumento na prevalência do tabagismo em cigarros convencionais, o aparecimento de novas doenças e também uma dualidade no consumo de outros produtos derivados da *Cannabis* e uma possibilidade de cessação do tabagismo, tornando o nosso trabalho na saúde pública da equipe multiprofissional mais difícil para fazer os jovens pararem de fumar. Existem muitos produtos químicos nestas substâncias. O *vape*... Muitos adolescentes falam assim: "Você fuma? Não, eu não fumo, eu faço *vape*, eu uso *vaper*", mas não existe isso, é fumar igual, é inalar substâncias deletérias igual e levar ao tabagismo mais pesado e uma dificuldade maior de cessação.

Então, nosso ponto de vista, Senadora, demais Senadores e todos os presentes, é que a proibição deve continuar e a regulamentação, no sentido de permitir, é muito mais deletéria, e que a gente precisa ter, talvez, ações mais coibitivas na venda dos produtos e na venda dos dispositivos e, principalmente, protegendo as nossas crianças.

Era isso. Peço desculpas por exceder um pouquinho o meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Dr. Alcindo, pela sua importante colaboração. Pedimos que o senhor acompanhe conosco, continue acompanhando, de onde o senhor estiver, a nossa audiência pública.

Quero registrar a presença do Senador Eduardo Gomes. Bom dia, Senador.

Passamos para a próxima oradora, Mônica Andreis, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde, por videoconferência também. Mônica, seja bem-vinda. Bom dia. O microfone é seu.

A SRA. MÔNICA ANDREIS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Bom dia a todos e todas.

Obrigada pela oportunidade, Senadora Soraya. Cumprimento, na sua pessoa também, a todos os demais Senadores e Senadoras da Casa que estejam presentes aí e todo o público que nos acompanha.

Vou falar, então, em nome da ACT Promoção da Saúde, que é uma organização não governamental brasileira que existe há 16 anos trabalhando pela prevenção do tabagismo e também pela promoção da alimentação adequada e saudável, controle do uso do álcool, enfim, prevenção de fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou compartilhar, então, uma apresentação. Deixa eu ver se já... Acredito que agora já estejam vendo.

Inicialmente eu até vou comentar sobre o tema da audiência pública, que é comércio de cigarros eletrônicos no Brasil e o risco ocasionado pela falta de regulamentação, dizendo que, na verdade, a gente tem uma regulamentação no Brasil, como foi citado aqui anteriormente, desde 2009, que é a RDC 46, de 2009. Esta regulamentação prevê a proibição da comercialização dos dispositivos eletrônicos para fumar, assim como a importação, a publicidade desses produtos aqui no país, a produção também. E é muito importante a gente dizer que, apesar de a gente ter uma discussão na Anvisa, visando a uma atualização dessa norma, ela continua vigente. Então, nós temos a regulação no Brasil.

E aqui, acho que vamos trazer um pouquinho desses casos. Quando se fala, por exemplo, de redução de danos, vamos observar também o que está acontecendo na realidade.

A senhora mesma mencionou, Senadora, que algumas pessoas têm mencionado o uso e que a senhora foi buscar informações e viu que havia diversas coisas preocupantes em relação a efeitos do uso desses produtos no público, especialmente jovem. E isso, eu diria que não é um efeito de falta de regulamentação, inclusive porque eles acontecem em vários países do mundo com diferentes tipos de regulação para esses produtos. Isso se deve à composição mesmo desses produtos, ao que eles contêm. E é isso que está causando os diversos problemas de saúde associados, como foi mencionado também pelo Dr. Alcindo há pouco tempo.

Então aqui, casos reais de jovens, como a gente pode ver, um jovem viciado em *vape* desde os 13 anos, internado com pulmões de idoso, que teve colapsos seguidos, faz agora campanha contra o uso desses aparelhos. Ele tem 19 anos. Depois, um outro caso de um jovem de 17 anos que recebeu transplante duplo de pulmões, a partir do uso de cigarros eletrônicos. Então são casos extremamente graves.

E aqui, casos no Brasil mesmo, recentes. Um jovem internado com óleo de cigarro eletrônico no pulmão, com uma consequência irreversível, e ele compartilha que ele passou três meses apenas usando o cigarro eletrônico e teve esse sintoma, um dia do nada, acordou tossindo sangue, com muita dor no corpo, etc., tal como está aí no relato. Ele tem 23 anos. E uma outra jovem de 24 anos, também diagnosticada com trombose, embolia pulmonar, alertando agora sobre o uso de cigarro eletrônico. Então ela dizendo, no relato, algo que a gente vê que não é incomum, de o jovem começar a utilizar numa quantidade incontrolável. Então, ela mesma menciona: "Antes eu usava aos fins de semana apenas, mas de um ano pra cá, comecei a usar todos os dias. Sei que estava viciada e acredito que poderia ter tido muitos outros problemas de saúde ou até morrido, se não tivesse ido ao hospital [...] [naquele] momento".

Então, o que a gente tem observado? A Pesquisa Nacional de Saúde do Brasil, em 2019, mostrou que 70% dos usuários de dispositivos eletrônicos para fumar têm entre 15 e 24 anos, ou seja, são os jovens que estão consumindo esses produtos, não são os adultos fumantes, em sua maioria, que buscam uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativa. Na verdade, quem está consumindo... E isso não é só no Brasil, a gente vai ver depois, mas há um grande consumo por jovens, crianças e jovens.

A pesquisa Vigitel agora, de 2023, também mostrou que o uso desses dispositivos entre adultos com mais de 24 anos de idade é 75% inferior quando comparado com pessoas de 18 a 24 anos. Então, 60% dos jovens, nessa pesquisa também do Vigitel, que têm aí entre 18 e 24 anos – o Vigitel faz uma pesquisa a partir dos 18 anos, então a gente não tem esses dados anteriores – nunca havia fumado cigarros convencionais, ou seja, não está sendo usado para cessação, nem para substituição ou para redução de danos. Eles estão iniciando o tabagismo com esses produtos.

A pesquisa Covitel, de 2023, mostra que a prevalência de uso de cigarro eletrônico também foi maior na faixa etária de 18 a 24 anos, ou seja, nós temos inúmeras evidências no país de que este consumo é feito basicamente por jovens.

E quando a gente fala "Ah, mas talvez esses jovens estejam apenas fazendo um uso inadequado, não é voltado para eles o produto". Aí nós vamos ver as propagandas que existem do produto, fora do país, por exemplo, onde elas são permitidas, muitas vezes, e vejam qual é o público alvo dessas propagandas nesses produtos. Nós temos aí claramente uma comunicação muitas vezes dirigida ao público de adolescentes e jovens. É absurdo, você vê, por exemplo, *vapes* com formato de Bob Esponja. É inegável que esse produto esteja sendo promovido também junto a esse público.

E a política é de redução de danos ou de iniciação ao tabagismo? Não se pode falar em redução de danos quando o uso vem sendo feito predominantemente por jovens, muitas vezes não fumantes, como nós vimos. O aumento de experimentação no uso por jovens tem acontecido nos mais diversos países, que inclusive hoje discutem, reveem as suas políticas. Nos Estados Unidos, por exemplo, houve um aumento do consumo por jovens estudantes de 78% em apenas um ano. No próprio Reino Unido, como a gente vê pelo gráfico, também está havendo um aumento do consumo por jovens e hoje eles estão discutindo rever também a questão dos cigarros eletrônicos entre jovens e a venda desses produtos. Então, a gente tem ali, por exemplo, em todas as faixas etárias, um aumento, de 11 a 15 anos, 16 a 17 anos, 18 anos, por exemplo. Em todas essas faixas etárias se observou, no Reino Unido, um aumento de consumo desses produtos.

Esses dispositivos, como já falou o Dr. Alcindo, contêm inúmeras substâncias, nicotina, sais de nicotina, que é outra forma de entregar nicotina, provocando uma dependência mais intensa e mais rápida, então, muitas vezes, num único cartucho existe a mesma quantidade de nicotina de um maço inteiro de cigarros, partículas ultrafinas, flavorizantes diversos, substâncias cancerígenas e metais pesados.

A gente tem outros casos no Brasil como o deste jovem Lucas Viana, que também é considerado um *influencer* no país, que conta: "Eu estava numa festa e de repente me faltou o ar de [...] [forma] surreal. Parecia que estava tudo entupido, como se [eu] estivesse [me] afogando". Também atribuído ao uso de dispositivo eletrônico para fumar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outros casos emblemáticos aqui no Brasil, como, por exemplo, a doença apresentada pelo cantor José Neto, que é a densidade de vidro fosco, como é chamada pelos pneumologistas, que é um problema bastante grave no pulmão, a cantora Solange Almeida. Todos relatam a dificuldade e o temor ao perceber que, às vezes, em pouco tempo de uso, esses dispositivos estavam causando problemas tão sérios na saúde dessas pessoas.

Aqui eu trago também alguns exemplos de propagandas antigas de cigarro e algumas das novas propagandas de cigarro eletrônico, para a gente ver. Nós estamos diante, de fato, de um novo produto revolucionário ou de mais uma estratégia da indústria do tabaco para reconquistar o mercado? Esse discurso de menor nocividade e redução de danos já foi usado de forma enganosa no passado. Todos se lembram quando a gente tinha aqui os cigarros *light, ultralight*, e depois se descobriu que eram cigarros que traziam ainda mais problemas, aumentaram os casos de adenocarcinoma pulmonar e, portanto, a indústria acabou sendo proibida de utilizar esses termos. Porém, os fumantes acreditaram que estavam consumindo produtos de menor nocividade e acabaram sofrendo os prejuízos por isso a ponto de, nos Estados Unidos, por exemplo, a indústria do tabaco ter sido obrigada a veicular declarações corretivas como esta: "Muitos fumantes trocam para cigarros com baixos teores de alcatrão e *light*, ao invés de pararem de fumar, porque eles pensam que estes cigarros são menos prejudiciais. Eles não são". Isso é declaração da indústria, que teve que reconhecer que fez uma propaganda enganosa no passado.

Então, é muito importante a gente ter cautela, ter prudência, quando se vem novamente com esse tipo de discurso. É importante a gente ter muitos estudos, sem conflitos de interesse, para poder fazer qualquer julgamento a respeito destes novos produtos. E é disto que se trata: um produto que é modificado, com uma tecnologia diferente do cigarro convencional, porém, objeto de exploração comercial por uma indústria que lucra com a dependência de seus consumidores. E aí, a gente tem novamente a demonstração de propagandas, antigas e recentes, que seguem a mesma linha, como a gente pode observar muito claramente.

Então, o tratamento da dependência à nicotina.

Os DEFs não tratam a dependência à nicotina, podendo, inclusive, intensificá-la, com piora do tripé da dependência: dependência química, comportamental e psicológica.

Migrar para outro produto não significa deixar de fumar. E, no Brasil, é importante destacar que há tratamento gratuito para o tabagismo no SUS. Alternativas como o uso de fármacos, terapia de reposição de nicotina, terapia cognitivo-comportamental e apoio psicológico em grupo combinados, visando a uma assistência integral.

Não há eficácia comprovada, como disse o representante do CFM, de que os DEFs auxiliem na cessação. Parte dos usuários fazem uso dual. Então, nós temos aí um risco também de promover a iniciação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre adolescentes e jovens na dependência de nicotina, quando temos, no Brasil, métodos reconhecidos disponíveis para tratamento.

Aqui, a gente, então, entende que a regulação existente no Brasil é prudente, e aguarda-se, sim, a publicação do novo texto da norma pela Anvisa, após a aprovação, por unanimidade, do relatório técnico do ano passado.

Os dados mostram, dados de uso diário no Brasil, que, graças à regulamentação que a gente tem, não tem a epidemia, como o senhor observou, por exemplo, dos Estados Unidos, mas, obviamente, a gente tem a preocupação em relação à experimentação e o uso, especialmente pelos jovens, e daí a necessidade de ampliar campanhas, de realizar novos estudos e de ampliar também a capacidade de fiscalização do Estado.

A população apoia a manutenção dessa proibição. Temos 79% a favor de continuarem proibidos no Brasil. Essa é uma pesquisa de agosto de 2023, *Data Folha*, e também, como vimos, várias sociedades médicas, AMB, SBPT, Pediatria, CFM, já se manifestaram nesse mesmo sentido.

Então, só para finalizar, o que a gente ainda pode fazer para reduzir o tabagismo?

Política de preços e impostos.

É muito barato, ainda, o cigarro no Brasil. Não há reajuste, desde 2017. Todos os produtos subiram, porém, o cigarro está estacionado. Agora, está em discussão a reforma tributária, inclusive no Senado. Então, nós defendemos que haja um imposto seletivo para tabaco, com alíquota adequada, para trazer benefícios à saúde e à economia do país; a implementação da RDC-14, que proíbe os aditivos de aromas e sabores; manter e ampliar a oferta de tratamento no SUS; implementar o protocolo de combate ao mercado ilegal, porque isso deve ser combatido; ampliar as campanhas de conscientização e fiscalização e ativar o laboratório da Anvisa, o Latab, para que produza pesquisas e análises dos componentes, tanto de cigarros quanto de cigarros eletrônicos, narguilé, etc., de forma isenta, sem conflitos de interesse.

Então, com isso, eu encerro minha fala e agradeço pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Dra. Mônica, muito obrigada.

Nós é que agradecemos pela tão importante contribuição.

Continue acompanhando conosco. Muito obrigada.

Se possível, eu gostaria que os palestrantes deixassem os seus materiais conosco, fornecessem esses eslaides para que a gente possa fazer futuros estudos.

Muito obrigada, doutora. Tenha um bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando a diferença de fuso e a dificuldade na agenda, o convidado Clive Bates, que é um britânico, ele é Consultor Independente em Saúde Pública, nos enviou um vídeo de três minutos, a que nós iremos assistir agora.

O SR. CLIVE BATES (Para expor. *Por vídeo*. *Tradução simultânea*.) – Meu nome é Clive Bates. Eu sou diretor baseado em Londres, servidor público e também de saúde e de consumo antitabagismo... Eu não tenho conflitos de interesse. Muito obrigado por assistir ao meu vídeo.

Eu tenho cinco pontos-chave para falar. Primeiro, a gente sabe sem nenhuma dúvida *vape* não é...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Alguém deseja a tradução simultânea? O Senado está habilitado para fornecer. (*Pausa.*)

O SR. CLIVE BATES (*Por vídeo*. *Tradução simultânea*.) – Meu nome é Clive Bates. Eu sou diretor de consulta baseado em Londres e servidor público sênior antigo e para a saúde de fumo e organização principal antitabagismo. Eu não tenho conflitos de interesse. Obrigado por assistir ao meu vídeo.

Eu tenho cinco pontos-chave para fazer. O primeiro é que nós já sabemos, sem dúvida nenhuma, que *vape* e outros produtos sem fumaça são menos ruins para a saúde. Sabemos especialmente isso de estudos dos tóxicos que são achados no sangue, na saliva dos utilizadores em níveis muito mais baixos. Muitas das substâncias tóxicas não são nem detectáveis. Estamos certos de que esses produtos são muito menos nocivos.

Segunda coisa, sabemos que os produtos sem fumaça... A população, no nível individual, nós sabemos isso por testes randômicos, por estudos de observação e padrões comportamentais. Nós vemos que o fumo, o tabagismo diminui onde existe *vape* com esses dispositivos.

Tem preocupações legítimas, em terceiro lugar, com o aumento desse produto, mas nós temos que manter isso em perspectiva. Os produtos são muito menos nocivos e a maioria do uso, por pessoas jovens e adolescentes, é frívolo, experimental, provavelmente temporário e não deveria ser uma preocupação grande de saúde pública, com as pessoas jovens, que estão usando, de forma mais intensiva, quase com certeza, no lugar do fumo tradicional. Então, sim, temos que manter em mente e ter cuidado com o *vaping*, mas não deveríamos deixar que isso se desenvolva em um pânico moral.

Em quarto lugar, o principal problema com a regulamentação são as consequências indesejadas. As medidas que são muito proibitivas, muito extremas, muito severas vão ter três efeitos principais: vão causar um aumento no nível de tabagismo, as pessoas vão continuar com o tabagismo tradicional, em vez de usar os eletrônicos; vamos ver o desenvolvimento de comércio ilícito, já que esses produtos serão comercializados por pessoas e organizações criminosas; vamos ver outras formas, vão tentar conseguir os produtos da sua própria forma e isso pode ser perigoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o quinto ponto e o final é que a forma certa de lidar com esses produtos é a regulamentação com equilíbrio de risco, em que se usa a regulamentação de proteção ao consumidor para os produtos menos nocivos.

Nós vemos esses produtos como uma oportunidade enorme, não uma ameaça, se forem regulados da forma correta.

Muito obrigado por me ouvirem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – *Thank you, Mr.* Clive Bates*. We appreciate your contribution*.

Muito obrigada.

Vamos à próxima oradora.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Com a palavra, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom dia a todos e todas.

Presidente, eu não gostaria de interromper a sua audiência pública tão pertinente, mas você sabe que eu moro no Hemisfério Norte e ainda tenho que chegar lá hoje, então, eu vou pedir para usar a minha prerrogativa de Parlamentar para me manifestar.

Mais uma vez, bom dia. Gostaria de parabenizar V. Exa. pela pertinência do tema, pela discussão da matéria e, ao iniciar minha fala, eu quero enfatizar aqui que eu nunca fumei, eu sou médico, Presidente da Frente Parlamentar de Medicina, que é uma frente mista, aqui do Congresso Nacional. Não gosto de ser fumante passivo e me incomoda fumar, por isso, eu me incomodo quando estou em um ambiente que tem alguém fumando, mas eu defendo aqui, absolutamente, a deliberação e a vontade de quem quer fumar.

A maneira eu acho que menos adequada de se combater algo que faz mal é fazer de conta que aquilo não existe. Eu acho que isso não é inteligente, como Clive Bates acabou de falar. Nós temos, no Brasil, uma realidade incontestável, nós temos, cada vez mais, fumantes desses dispositivos eletrônicos dos mais variados nomes, tipos e composições disponíveis no mercado.

É risível dizer que é proibido. Aqui dentro do Congresso Nacional, nós temos, inclusive, alguns colegas que usam isso. Quando se diz assim: "Olha, isso faz mal, isso causa determinada doença", não é bem assim, a medicina não é assim, porque a gente não sabe o que a gente está fumando. Às vezes está fumando nada ou às vezes está fumando substâncias extremamente nocivas à saúde, como alguns componentes que já foram aqui colocados pelos que me antecederam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria... Depois nós vamos ouvir o Adriano, remotamente, inclusive fui o autor do seu convite para a Receita Federal para falar um pouco sobre a questão de tributação. Aliás, isso deve ter uma tributação especial, porque vai ser diferente do tabaco, porque nós vamos utilizar algumas outras ferramentas na fabricação desse dispositivo que são diferentes do tabaco.

Vocês sabem, quem era auditor fiscal era o meu pai, eu sou médico, mas a gente precisa começar a informar, como nós fazemos com a nossa política antitabaco, que é um orgulho para mim, como médico, a gente precisa inserir isso em nossa política de informação, como a gente fez na política antitabaco do Brasil. A gente precisa fazer uma campanha inteligente, direcionada. Já que se colocou que a utilização é muito maior em jovens de 20 a 24 anos, vamos direcionar toda a nossa força para conscientizar, para educar o jovem sobre os efeitos nefastos que eventuais dispositivos desses, dependendo da sua composição, podem fazer à saúde das pessoas. Isso foi muito eficiente em relação ao tabaco, hoje a gente vê poucos jovens fumando. Eu tenho cinco filhos, tenho cinco netos, meus filhos não fumam, porque eles foram bombardeados com uma informação maciça, inteligente, de que o cigarro faz absolutamente mal à saúde. A gente sabe, se falou aí sobre o adenocarcinoma pulmonar, mas o meu colega conselheiro esqueceu de uma patologia gravíssima e muito ligada ao fumo, que é o câncer de bexiga, grandes fumantes têm muito câncer de bexiga, tromboangeíte.

Enfim, o cigarro faz muito mal, mas a gente tem que respeitar o direito de quem quer fumar, a gente tem que respeitar o direito de quem quer andar de moto, como eu, sem usar capacete, é um direito, é a vida de cada um, cada um tem o discernimento de fazer o que quiser. Agora, a nossa obrigação, nós, que estamos aqui tentando construir uma sociedade cada vez melhor, não podemos fazer de conta que isso não existe.

Essa resolução aqui, de que vale isso, meu Deus? Todo mundo fuma, todo mundo sabe onde compra. Agora, a gente não sabe quem fabrica e a gente não sabe a composição. E aí alguém vai me dizer assim: "Olha, nós temos estudos de que isso aqui causa determinado tipo de doença". Como? Se a gente não sabe a composição do que se está fumando, cada um é uma coisa. Eu acho que nós precisamos, por exemplo, deixar de fazer esse tipo de cigarro eletrônico, o nome que queira se dar, flavorizado, que estimule o olfato e o paladar de crianças, de adolescentes, e fazer também informação para essas crianças. Hoje nós temos influências digitais que mudam o comportamento das pessoas de uma maneira muito rápida, porque o nosso sistema de informação transcende hoje a mídia convencional, querida Senadora Soraya. Hoje você tem um dispositivo para passar no lábio que vira uma onda em uma semana, não é? As mulheres usam porque foi uma propaganda muito bem-feita. Então, a gente precisa fazer isso em relação a esses dispositivos.

Eu respeito muito quem pensa o contrário. Aliás, esta Casa aqui é a Casa do debate, da argumentação, do convencimento, do contraditório, mas eu não acho inteligente dizer: "Olha, vamos proibir". É igual proibir cheirar cocaína – e é uma das indústrias mais poderosas do mundo. É igual proibir o tráfico de drogas – existe tráfico de drogas em tudo quanto é lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nós precisamos começar a deixar de fazer de conta que só proibir... Aliás, esta resolução diz aqui no seu §3º do art. 2º: "Ainda que obtido o Registro de que trata o *caput* do art. 2º fica proibida a venda, fornecimento, ainda que gratuitamente, ministração ou entrega, de qualquer forma, à criança ou adolescente, de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar".

Isso aqui já é um ponto de partida, mas que precisamos, eu volto a dizer, minha querida, Presidente, por quem eu tenho tanta admiração, respeito e amizade... aliás, é minha paciente.

Então, eu queria aqui, como Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, dizer que a minha contribuição aqui é no sentido de que possamos fazer realmente um debate, um debate profícuo, e que daqui saia proposta para que a gente formate uma política no Brasil de enfrentamento desse problema, que pode até se tornar um problema de saúde pública – a gente não tem dados fidedignos a respeito disso –, mas que a gente enfrente isso com inteligência. Que a gente enfrente isso formando um arcabouço legal e toda uma política que seja coordenada pelo Ministério da Saúde do nosso país, que faz muito bem isso – fez muito bem isso com o tabaco, baseado em orientações da Organização Mundial da Saúde –, e que a gente possa enfrentar com informação, com educação e salvaguardando o máximo a saúde das pessoas.

Essa é a minha posição, minha Presidente.

Quero mais uma vez parabenizar todos os painelistas aqui e dizer que esta é uma audiência que engrandece muito o nosso Senado.

Parabéns. E parabéns a todos que falaram e aos subsequentes também.

Um grande abraço. Deus abençoe a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Dr. Hiran, muito obrigada pela sua contribuição, de extrema importância, ainda mais por conta da sua condição de médico.

A sua opinião é extremamente relevante neste aspecto, e só espero que o senhor continue acompanhando a nossa audiência pública, porque eu quero saber o que o senhor achou de cada apresentação, para que a gente consiga formar o nosso juízo de convencimento.

Muito obrigada e bom viagem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – A próxima painelista é a Sra. Vera Luiza da Costa e Silva. Ela é assessora técnica do Instituto Nacional de Câncer e Secretária-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos no Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada pela presença.

É com a senhora.

A SRA. VERA LUIZA DA COSTA E SILVA (Para expor.) – Obrigada a todos. Bom dia.

Agradeço à Senadora Soraya Thronicke pelo convite para participar desta audiência pública e, na sua pessoa, saúdo todos os Senadores, Parlamentares e todos os presentes nesta reunião.

Meu nome é Vera da Costa e Silva e eu sou médica também, Doutora em Ciências da Saúde, e trabalho no Instituto Nacional de Câncer, no Ministério da Saúde, que é, na verdade, a instituição que promove as políticas de controle ao tabagismo e que é responsável, junto com outras instituições, como a Anvisa, pelo sucesso da Política Nacional de Controle do tabagismo no país. Sou também Secretária-Executiva da Comissão Nacional para Implementação do tratado do qual o Brasil é parte legalmente vinculada. Essa Comissão é presidida pela Ministra da Saúde, Dra. Nísia Trindade. Através do Decreto nº 11.672, de agosto deste ano, ela foi atualizada. Eu falo aqui em nome da Ministra e do Ministério da Saúde e faço meus comentários à luz da Política Nacional de Saúde, que tem a prevenção e a equidade em saúde como uns dos seus grandes eixos norteadores.

Os produtos definidos como dispositivos eletrônicos para fumar, vulgarmente conhecidos como cigarros eletrônicos, têm sua comercialização, importação e publicidade proibidas no Brasil desde 2009. Ao contrário do que muitos têm comentado aqui, além de existirem vários países no mundo que proíbem a comercialização desses dispositivos eletrônicos para fumar, os países que permitem – inclusive o país que, na verdade, tem propagado ao mundo a informação de que esse produto serve para a cessação de fumar e que serve para a redução de danos, o Reino Unido – estão revendo as suas políticas e estão também trabalhando no sentido de fazerem regulações mais rígidas. Para os senhores terem ideia, a União Europeia tem até 23 de outubro de 2023 para retirar todos os produtos de tabaco aquecido com aditivos de aroma, sabor e intensidade do mercado.

E aqui, eu acho que fica o comentário de que liberar esses produtos, na verdade, estimula o seu consumo. E já existe uma regulação para isso, que é a proibição da comercialização e da promoção desses produtos. Não existe promoção seletiva para um grupo de fumantes desses produtos, essa promoção atinge especificamente os adolescentes. Os adolescentes brasileiros que estão consumindo esses produtos e que aparecem nas nossas estatísticas são os adolescentes de classe média e de classe média alta, que os senhores veem no seu movimento diário, dentro dos grupos sociais aos quais pertencem.

Nós estamos criando uma geração de futuros fumantes porque esses fumantes adolescentes, quando não têm a disponibilidade do dispositivo eletrônico para fumar, avançam para o cigarro regular.

Então, o que acontece é que, no Brasil, o uso dual de dispositivos eletrônicos para fumar e de cigarros em adolescentes que usam dispositivos eletrônicos para fumar é quatro vezes maior do que o em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adolescentes que não usam nenhum desses produtos. Ao contrário do que a gente pode pensar, esses dispositivos eletrônicos para fumar no Brasil estão sendo usados, basicamente, pelas nossas crianças e adolescentes, e não por adultos. No máximo, adultos jovens. E, ao contrário do que a indústria propaga, está havendo uma redução no consumo regular desses produtos.

Então, por exemplo, no recente *Vigitel*, de 2023, a gente identificou uma queda de 7,4%, em 2019, para 6,1%, em 2023, desse consumo, o que mostra que a proibição da Anvisa está funcionando sim e que ela deve ser mantida. Se a gente tem compromisso com nossas crianças e com nossos adolescentes, a gente não deve permitir a liberação desses produtos pelo Brasil e, nesse sentido, a Diretoria Colegiada da Anvisa realmente se posicionou de uma forma completamente correta no sentido de dar seguimento a essa proibição.

Os países como Canadá e Estados Unidos estão declarando uma epidemia de uso de cigarros eletrônicos pelos adolescentes. E essa discussão de que aumenta a sensação, de que diminui os danos é um discurso do qual a indústria se apropriou porque o consumo de cigarros regulares está caindo no mundo. A indústria inventou uma nova tecnologia, submeteu essa tecnologia a uma série de países e agora está promovendo o uso de cigarros eletrônicos como uma saída para a sua lucratividade.

O que a gente vê hoje em dia é que países como o Reino Unido têm em torno de 24% – um em cada cinco – adolescentes ingleses que usam dispositivos eletrônicos para fumar, enquanto que, no Brasil, na mesma faixa etária, você tem 2,8%, o que mostra, claramente, que quem proibiu não tem o mesmo número de pessoas usando esses dispositivos do que quem, na verdade, liberou esse consumo ou mesmo está promovendo esse consumo.

Isso é aterrorizador! Esses países todos estão preocupadíssimos com o que está acontecendo. E eu acho que uma das outras questões que vem aí, muito claramente, em relação a essa liberação dos DEFs é a questão dos aditivos. A indústria se usa de um número de aditivos para reforçar a iniciação. É claro, gente: morre gente, eu não tenho mais esse consumidor; eu preciso arrumar um consumidor novo. Eu vou arrumar uma criança ou um adolescente que comece a usar produtos de tabaco com nicotina ou a nicotina em si. E são essas a lógica e a dinâmica.

Esses adolescentes brasileiros de classe média e classe alta que não tinham mais nenhum contato com a nicotina estão agora procurando médicos para se tratarem da dependência à nicotina. E é esta a nossa realidade vigente.

A adição de aromas e sabores nos produtos de tabaco do Brasil foi regulamentada pela Anvisa também, mas ela foi contestada pela indústria. A indústria não está minimamente interessada em fazer redução de danos e em que as pessoas parem de fumar. Ela está interessada em vender. E está na pauta do STF, novamente, a regulação dos aditivos em produtos de tabaco. Em 2018, foi reconhecida a competência da Anvisa para a norma que proíbe esses aditivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espera-se que o STF seja coerente com essas decisões anteriores, mantenha essa proibição e faça ela ser aplicada em todo o território nacional, porque esse é um problema que se soma ao problema dos dispositivos eletrônicos para fumar, que não são proibidos no país do ponto de vista de uso.

Então, assim, a comparação aqui com os produtos derivados da maconha também não cabe, porque a maconha...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUIZA DA COSTA E SILVA – ... tem o uso proibido e é isso o que está sendo discutido, o que não acontece com dispositivos eletrônicos para fumar, que têm seu uso permitido.

Um outro argumento que vem sendo veiculado publicamente é o de que isso gera contrabando. Meus senhores, por favor, isso é uma falácia! Um grande percentual dos cigarros que são consumidos no Brasil vem do contrabando. E cigarros são produtos legais. Como é que a gente tem isso na questão dos cigarros, e agora a gente está usando isso como argumento para legalizar um produto, já que os produtos legais já são contrabandeados?

Então, essa é uma grande falácia da indústria do tabaco, que usa esse argumento para promover e para pressionar a sociedade, pagando blogueiros, pagando organizações na internet. Além de tudo temos esses senhores que, na verdade, entram no contexto internacional fazendo campanha pró-*vape*, como é o caso do Sr. Clive Bates, que a gente acabou de ouvir aqui.

Então, assim, por todos esses motivos citados previamente, o Ministério da Saúde do Brasil apoia a decisão da Diretoria Colegiada da Anvisa dos malefícios causados – doenças respiratórias, cardiovasculares, câncer – e, principalmente, da dependência à nicotina entre crianças e jovens no mundo inteiro, especialmente no Brasil. Ele apoia a decisão da Diretoria Colegiada da Anvisa e se manifesta de forma incisiva pela manutenção da proibição da comercialização, importação e propaganda dos DEFs no Brasil, como um importante marco regulatório da política de saúde brasileira.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Dr. Vera Luiza da Costa e Silva, pela sua contribuição. Eu gostaria que a senhora fornecesse esse material, toda essa informação, para que possamos aprofundar os nossos estudos.

Muito obrigada e mande nossas saudações à nossa Ministra Nísia.

Teremos, apenas a título de informação, agora, Lauro Anhezini Junior e, depois, Adriano Subirá. Posteriormente, o professor.

Lauro, em seguida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lauro é membro do Conselho da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo).

Com a palavra, Sr. Lauro.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR (Para expor.) – Bom dia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sra. Presidente, muito obrigado por esta oportunidade de, no dia de hoje, estar aqui ladeado de pessoas brilhantes, discutindo assunto de extrema relevância para a saúde pública do país e para todos nós. Acho que aqui todos temos posições firmes a respeito desse tema.

Nós estamos aqui para discutir ciência, discutir regulamentação de uma forma séria e bastante embasada. Tem uma série de preocupações que são trazidas comumente...

Não sei se este passador está funcionando.

Um instante. (*Pausa.*)

Agora foi. Obrigado.

Uma série de preocupações comumente são trazidas e nós gostaríamos de endereçar cada uma delas.

Há preocupações, por exemplo, a respeito dos conflitos de interesse da indústria, de qual é a situação do consumo no Brasil, da famosa EVALI, do consumo de menores de 18 anos, de quais são as substâncias tóxicas e potencialmente tóxicas, dos sabores nesses produtos, da nicotina, entre outros.

Então, peço desculpas se eu me alongar um pouquinho no tempo, mas eu acho que são questionamentos superimportantes, que todos nós gostaríamos de esclarecer aqui para todos.

Vai-se começando pelo conflito de interesses da indústria.

Esse *pointer* aqui está um pouco falho, mil perdões.

Bom, conflitos de interesses da indústria. Quando se fala de provas científicas, a Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em 2014, ao se debruçar sobre esse assunto, decidiu, sobre *electronic nicotine delivery systems* – traduzindo para o português, os famosos *vapes* – que "a regulamentação dos dispositivos eletrônicos é uma condição prévia necessária para estabelecer uma base científica para julgar os efeitos do seu uso" e disse que cabe à indústria provar cientificamente as suas alegações.

Então, nesta posição, é que nós entendemos que temos, sim, uma contribuição relevante para dar para esse debate e, por esse motivo, nós estamos aqui, trazendo as nossas contribuições.

A situação do consumo no Brasil, como está hoje?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, hoje, no Brasil, 2,2 milhões de adultos são consumidores regulares. Quem faz essa pesquisa é o Ipec, uma instituição insuspeita, com mais de 60 mil adultos, em 190 municípios brasileiros. Isso é pesquisa presencial – não é pesquisa apenas por amostragem, por telefone, qualquer coisa similar –, presencial, com 60 mil pessoas. Ele faz essa pesquisa há quatro anos. Em quatro anos, esse número quadruplicou. A gente chegou, no começo, a cerca de 500 mil pessoas e, hoje, são 2,2 milhões de adultos consumindo esses produtos irregularmente, 100% ilegais. Ademais, 5,9 milhões de adultos fumantes já experimentaram esses produtos no Brasil. É um contingente massivo de consumidores que estão buscando esses produtos, 100% na ilegalidade, sem saber de onde esse produto está vindo, o que eles estão consumindo e que tipo de substância tem dentro desses produtos.

Então, hoje o dado concreto é que os consumidores já fizeram a sua escolha. Eles estão consumindo esses produtos, estão atrás desses produtos e têm produtos encontrados... Há uma percepção de que é produto de classe média alta ou classe alta, mas esses produtos são encontrados a R$30, R$50, R$100, R$150. A população, de uma forma geral, está consumindo esses produtos. Desde feiras populares até portas de boates de alto padrão, em qualquer local é encontrado. Então, há uma disseminação desses produtos de uma forma geral.

Que dispositivos são esses, para a gente ter bastante claro? A gente tem os vaporizadores de sistema aberto, em que se permite a manipulação, diretamente, pelo consumidor desses líquidos; e o de sistema fechado, em que você tem cápsulas, que, normalmente, você pode substituir, com líquido, que é lacrado, inviolável, para que o consumidor não possa manipular e você tenha um controle sanitário maior, pode ser descartável, pode ser a cápsula descartável ou o dispositivo inteiramente descartável; e você tem o produto de tabaco aquecido, que é uma barra de tabaco, que é aquecida, mas não ao ponto de queimá-la, como no cigarro combustível, diminuindo, substancialmente, a formação de substâncias tóxicas ou potencialmente tóxicas – traduzindo, substâncias que potencialmente possam gerar câncer ou outras enfermidades normalmente associadas ao ato de fumar.

No sistema aberto, como o consumidor pode manipular esse líquido, ele pode colocar substâncias como, por exemplo – a gente vai explorar um pouco mais à frente –, óleos inapropriados para inalação, causando, como uma representante colocou aqui, uma série de internações, óleo no pulmão, gente que vai parar no hospital, EVALI, como aconteceu nos Estados Unidos – gente manipulando uma série de dispositivos de sistema aberto, colocando óleo que não pode para inalação. Por isto a regulamentação é importante, para definir o que pode e o que não pode ser inalado. Países avançados como a Alemanha, por exemplo, definem uma série de líquidos que não são próprios para inalação. Você tem que dizer muito claramente o que o consumidor pode e não pode consumir, dentro do risco já admitido pelo produto; e o sistema fechado, obviamente, prevê isso muito mais claramente.

Para benefício do tempo, aqui avançando um pouco no funcionamento do produto: avaliações independentes sobre redução de risco. Bom, sobre avaliações de redução de risco, o Governo inglês já se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestou sobre esse assunto diversas vezes – e foi mencionado aqui por algumas pessoas –, de que não há comprovação. O maior estudo e a maior revisão científica feitos sobre esse assunto foram publicados em setembro de 2022. Em termos de ciência, isto é recentíssimo: setembro de 2022, com mais de 400 estudos científicos. E esses mais de 400 estudos científicos chegaram à seguinte conclusão: esses produtos apresentam 95% menos risco do que continuar fumando cigarros convencionais. Eles não são isentos de risco – não são isentos de risco. Agora, são 95% menos arriscados do que continuar fumando cigarros convencionais ou representam apenas uma fração de risco.

Mas não é apenas o Governo inglês que diz isso, o Ministério da Saúde do Canadá diz a mesma coisa, no seu *site* – isso aqui foi acessado em setembro de 2023. O Ministério da Saúde do Canadá diz: "Se você não para de fumar com as terapias tradicionais para a cessação do tabagismo, opte por cigarros eletrônicos, porque eles, regulamentados, oferecem menos risco do que você continuar fumando cigarros convencionais".

Os Estados Unidos, quando aprovam um produto, dizem a mesma coisa no seu Ministério da Saúde, que é o FDA, homólogo da Anvisa, aprovam um vaporizador, um *vape.* Dizem o seguinte: "Aprovo porque é apropriado para a proteção da saúde pública". Quando eles aprovam um produto de tabaco aquecido, eles dizem: "Aprovo porque reduz a exposição a produtos químicos substanciais ou prejudiciais, apenas se os consumidores migrarem completamente do cigarro convencional para essas alternativas de menor risco".

O Ministério da Saúde da França diz a mesma coisa. E aqui, sobre a França, é importante dizer que existe uma discussão hoje na França não para proibir completamente os produtos, como vem sendo noticiado por alguns veículos – não todos, alguns. O que está acontecendo no Reino Unido e o que está acontecendo na França é um ajuste na regulamentação, o que é natural, porque nesses países já há uma regulamentação madura. No Reino Unido, há dez anos é regulamentado; na França, há mais de cinco anos. Então, quando você tem uma regulamentação madura, ajustes de tempos em tempos acontecem, e lá eles estão ajustando essa regulamentação agora, dada a realidade que eles têm, mas não passa pela discussão, de forma nenhuma, que vá haver uma proibição completa de cigarros eletrônicos, seja na França, seja no Reino Unido.

Vou passar um pouquinho mais adiante. Um exemplo do que o Reino Unido diz: "Eu estou preocupado com os jovens ingleses, mas eu não vou deixar de ter os cigarros eletrônicos, porque eles, sim, são uma política de saúde pública do Governo britânico".

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Então, eles não discutem, de forma nenhuma, a proibição absoluta.

E a Nova Zelândia, que foi um exemplo para o mundo no combate à covid, regulamentou os cigarros eletrônicos no meio da pandemia, dizendo: "Isso é uma política de saúde pública para reduzir o tabagismo",

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no meio de uma pandemia de uma doença pulmonar. E lá, na Nova Zelândia, o Ministério da Saúde neozelandês tem um *site* informando à população mitos sobre cigarros eletrônicos, e dizendo: "Olhe, população, migre do cigarro convencional para os cigarros eletrônicos regulamentados, considerando que isso... se você não para de consumir nicotina e cigarro convencional, o que é o melhor para a sua saúde, opte pela sua alternativa de menor risco".

Muito bem. E sobre as substâncias tóxicas ou potencialmente tóxicas, como foi mencionado também aqui nas brilhantes apresentações realizadas hoje de manhã? Algumas coisas importantes. Nos cigarros convencionais são emitidas moléculas, moléculas que podem causar câncer, podem causar enfisema pulmonar, podem causar fibrose pulmonar, podem causar uma série de doenças, normalmente tabaco-relacionadas, de 100 a 150. Essas são substâncias de atenção da Organização Mundial da Saúde. Nos produtos de tabaco aquecido, isso é reduzido para menos de 20 substâncias, em concentração muito menor. Em vaporizadores ou em *vapes*, menos de 5 substâncias, em concentração muito menor. E, por isso, há uma redução de dano ou uma redução de risco.

E isso é documentado na literatura científica à suficiência, como, por exemplo, a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, que é a base científica da FDA. Eles dizem o seguinte: "Os dispositivos eletrônicos contêm poucos números de compostos ou em níveis menores do que a fumaça do cigarro convencional". Diz a mesma coisa o escritório para melhoramento de saúde do Reino Unido: "Vaporizadores reduzem a exposição a compostos tóxicos, quando comparados com a fumaça do cigarro". Dizem a mesma coisa *Oxford Journals*, da Universidade de Oxford, do Reino Unido: "A exposição a tóxicos com o uso do cigarro eletrônico [...] é significativamente reduzida em comparação ao ato de fumar". E assim vai. Alemanha dizendo a mesma coisa; instituto nacional de saúde pública do Reino Unido dizendo a mesma coisa; publicações científicas com estudo de 360 dias, com internação clínica, avaliando produtos de tabaco aquecido, dizendo a mesma coisa.

Quando se olha a nicotina especificamente... E isso é um ponto importante, porque temos observado alguns tipos de estudos sendo realizados no Brasil com a coleta de urina, para a avaliação do comportamento da nicotina no corpo humano, com brasileiros, entendendo que a nicotina encontrada nos consumidores de cigarros eletrônicos no Brasil é muito alta. Isso nos gera muita preocupação, porque esses consumidores brasileiros estão consumindo produtos ilegais. Então, eu imagino que eles estejam consumindo produtos com uma nicotina elevadíssima, muito elevada. Agora, em locais em que tem uma regulamentação, os dados que são encontrados são esses que estão publicados. A coleta de urina, que é o método utilizado para fazer a avaliação, encontra uma diminuição de quase 40% na nicotina no corpo humano dos cigarros eletrônicos, quando comparado com um fumante de cigarro tradicional; mas desde que se tenha uma regra. Agora, se se fizer um teste com coleta de urina na população brasileira, naturalmente se encontrará uma concentração muito maior, porque são produtos ilegais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se trata, por exemplo, de metais, o que é uma preocupação muito legítima – tem uma lista de metais aqui que são listados –, o chumbo tem efeitos neurológicos muito preocupantes. Foram feitos estudos sobre a concentração de metais entre consumidores...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, perdão.

Presidente, nós temos horários – muitos colegas têm voo, eu também. Só para a gente obedecer ao tempo, senão fica desequilibrado.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É que a gente dá o tempo e também permite que a pessoa conclua, tem uma certa flexibilidade, como estou tendo com todos, com todos, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tranquilo, só para saber qual é a tolerância, para a gente se programar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – A tolerância é dentro do razoável, fique tranquilo.

Por favor.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Obrigada, Senadora. Obrigado, Senador.

Quando se olham os metais, por exemplo, o chumbo, que podem causar efeitos neurológicos severos, a comparação entre consumidores de cigarros eletrônicos e não fumantes é de equivalência, ou seja, entre não fumantes e consumidores de cigarros eletrônicos não há retenção observada. Então se vê que também essa comparação de metais é extremamente relevante, do ponto de vista científico, pelos dados apontados.

Quando se olham tóxicos voláteis, como os carcinogênicos, qual é a probabilidade de alguém desenvolver câncer? Aí entra uma questão toxicológica. A exposição a qualquer substância pode causar algum tipo de mal – até mesmo água, se consumida em excesso, pode causar algum tipo de mal. Agora, tudo depende do grau de exposição, isso aumenta a probabilidade. Como essas substâncias que normalmente são encontradas no cigarro convencional ou em bebidas alcoólicas, algumas delas, se você diminui a exposição, diminui a probabilidade de câncer, e é isso que esses estudos mostram.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Os estudos feitos em países regulamentados mostram que houve uma redução substancial na exposição a substâncias potencialmente carcinogênicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avançando, propilenoglicol e glicerol, que são uma preocupação muito recorrente. Diz-se aqui que o propilenoglicol e glicerol, por exemplo, são seguros para inalação. Apesar de efeitos leves de irritação, eles são seguros para inalação. Alguns dados mencionados são de 2014, de apresentações anteriores; este estudo é de 2019, ou seja, posterior, que fez esta avaliação.

Quando se trata de comprovação de que os cigarros eletrônicos são eficientes para a cessação. Trago um dado aqui do Cochrane. Cochrane é uma instituição de saúde pública mundial, independente, sem conflito de interesses, com mais de 50 mil pesquisadores ao redor do mundo, de 190 países, incluindo brasileiros. Eles fizeram uma revisão de mais de 300 estudos, com mais de 150 mil indivíduos, e chegaram à seguinte conclusão, em 13 de setembro de 2023, duas semanas atrás: alto nível de certeza de que os cigarros eletrônicos são eficientes para a cessação do fumar o cigarro convencional. E diz, inclusive, nesse mesmo estudo, que ele é comparável, embora cigarro eletrônico não seja um dispositivo médico, à bupropiona e vareniclina.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Diz o Escritório de Estatísticas do Reino Unido que, com a introdução do cigarro eletrônico, caiu o número de tabagistas no Reino Unido em 35%, em dez anos. Diga-se que, de três países, Estados Unidos, Inglaterra e Japão, a curva de queda do tabagismo *versus* a subida de *vape* é comparável, ou seja, há a percepção de que é uma porta de entrada e de que é uso dual – as pessoas continuam fumando e consumindo *vape.* Na curva populacional total não mostra correspondência.

Quando se introduz o *vape*, a tendência é que as pessoas deixem de fumar e migrem para uma alternativa de menor risco.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Quando se observa EVALI, que é uma preocupação muito recorrente... EVALI. O que aconteceu na EVALI, nos Estados Unidos?

Era um consumo de cigarros encontrados no mercado ilegal, com manipulação de líquido, utilizando acetato de vitamina E, que é encontrado dentro do óleo de girassol, para diluir THC, tetrahidrocanabinol, encontrado na maconha. Eles estavam usando produtos de mercado ilegal.

Depois disso, o que os Estados Unidos fizeram? Regulamentaram. E aí, todos esses produtos foram tirados do mercado, e agora eles têm uma regra. E essa regra permite com que eles tenham controle. Foi um surto que foi controlado.

Hoje, no Brasil, as pessoas estão adoecendo, como a gente vê as notícias, e isso é importante. Sabores, que é uma preocupação que sempre se tem muito. Sabores, se proibidos nesses países – Estados Unidos, Canadá e Reino Unido –, se observa que 50% buscariam uma forma alternativa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – ... seja adulteração, seja mercado ilícito; cerca de 17% voltariam a fumar cigarros convencionais. Nos países nórdicos, Suécia, Holanda e Bélgica, 90% voltariam para o consumo de cigarro convencional.

Consumo de menor de 18 anos, importantíssimo. Na Inglaterra, 11,6% experimentaram; adolescentes experimentaram cigarros eletrônicos. Lá, o Governo inglês vai fazer ajustes na regulamentação.

Aqui no Brasil, o dado da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, do IBGE, de 2019, quatro anos atrás...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) **–** Sr. Lauro, só um minutinho...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – ... perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) **–** Está muito rica realmente a sua apresentação. A minha preocupação é com os horários. Faltam alguns eslaides, e não são poucos.

Eu gostaria que o senhor pudesse só concluir. As informações são realmente muito importantes, dada a nossa preocupação, principalmente, Senador Girão, quando a gente tem a indústria responsável por aquilo que está sendo comercializado, eu, na condição de advogada, sempre quero saber quem eu vou processar. (*Risos.*)

Desculpe, mas eu precisava colocar isso. É igual àquela questão do Telegram, que no Brasil a gente não sabe quem vai processar.

No atual momento, a falta de regulamentação infelizmente beneficia o crime, as milícias. Nós temos que discutir isso. Então, eu até deixei o senhor falar porque eu estava com dúvida sobre esse EVALI. Então, já vai economizar tempo.

Se o senhor puder... E aí o senhor disponibiliza isso para todos nós, por favor, porque nós queremos, sim. E o que me interessou aqui são as fontes. Pesquisa tem que ter fonte fidedigna.

Então, nós vamos nos aprofundar nesse assunto.

Peço perdão desde já, mas muito obrigada.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Eu lhe agradeço, Senadora. Muito obrigado.

Vou para a conclusão então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao consumo de jovens, só para marcar esse ponto final, e vou para a conclusão da apresentação.

Na verdade, no Brasil, hoje, a gente tem um consumo de 16,8% dos adolescentes que já experimentaram cigarros eletrônicos. Isso é Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, do IBGE, publicada em 2019; 22,7% dos adolescentes de 16 a 17 anos, num cenário de proibição. Se a proibição estivesse funcionando para proteger os adolescentes, a gente não teria esses números.

Então, a gente precisa de uma regulamentação e de uma campanha para impedir que os jovens acessem esses produtos. E, *by the way*, os sabores também precisam ser regulamentados, porque ninguém aqui quer sabor de chocolate, ninguém quer sabor de algodão doce, ninguém quer produto de formato de ursinho de pelúcia, ou formato de, como foi mostrado numa apresentação, cartum ou qualquer coisa parecida. São produtos para adultos e, para adultos, têm que ser regulamentados.

Indo para a conclusão, é importantíssimo... E tem uma série de outros dados aqui importantes de serem passados, mas para benefício do tempo... O que significa uma regulamentação adequada? A regulamentação adequada passa por entender que são produtos de risco reduzido, como foi muito debatido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Segundo, proibição para menores de 18 anos. Vale dizer que hoje, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, é crime entregar um produto que pode causar dependência física ou química para menores de 18 anos, e essa lei tem que ser aplicada. Então, isso é importante deixar registrado.

Padrões de produto, para que o produto não exploda, para que o produto não cause vazamento, ou qualquer outro tipo de risco adicional.

Limite de nicotina, porque hoje, no Brasil, os produtos não têm limite de nicotina no mercado legal; ao redor do mundo, as melhores regulamentações colocam limite de nicotina.

Vaporizadores de sistema fechado, para que a autoridade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – ... sanitária tenha controle.

Por fim, lista negativa, para que a gente saiba exatamente que substâncias estão sendo colocadas, e para que óleos inapropriados para inalação não sejam adicionados.

Informação e educação, porque as pessoas precisam saber o que elas estão consumindo, o risco que elas estão assumindo, e – na preocupação da Dra. Vera, que comentou – educação para que os menores de 18 anos não tenham acesso a esse produto, o que é superimportante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado. Muito obrigado, Sra. Senadora. Obrigado, Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Sr. Lauro.

Vamos passar imediatamente – o nosso querido Prof. Jorge está pacientemente aguardando; nós estamos com horários de voo aqui, administrando a questão do tempo – ao Sr. Adriano Pereira Subirá, assessor especial de Cooperação e Integração Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Seja bem-vindo.

Muito obrigada.

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Soraya. Cumprimento a todos. Senador Dr. Hiran, muito obrigado pela requisição, pelo convite à Receita Federal.

A Receita Federal tem participado ativamente. Nós participamos da Conicq (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro).

Eu gostaria de comentar que o impacto tributário depende justamente da tributação, e a tributação depende do registro, de haver registro.

Tributação geral é base de cálculo vezes alíquota. Então, se um produto é ilegal, ele está fora do mundo da tributação, não há base de cálculo para ele. Então, para que tenhamos números, e seria temerário aqui nós fazermos alguma regra de 3... Um cigarro A, num mercado X, tantos milhões de consumidores pagam tanto. Então, seria temerário fazer uma regra de 3, porque há questões de elasticidade de preço, elasticidade da oferta e da demanda.

Deixe eu avançar. Com relação ao modelo de tributação para os cigarros no Brasil, os cigarros de fumo, os produtos de fumo, do tabaco, esse modelo... Eu vou fazer a conclusão já, vou justificar o entendimento da Receita e, ao final, volto à mesma conclusão. O modelo de tributação hoje não atende o mercado de cigarros eletrônicos. Nós temos o registro especial de cigarros – eu acredito que o Dr. Hiran, inclusive, mencionou de passagem –, que é um decreto-lei de 1977, ou seja, nós dependemos de lei. Existe uma lei que impõe um registro especial para os cigarros, e isso não existe para outros dispositivos, outras formas de consumo do tabaco, da nicotina, que não pela combustão.

O produto hoje, sendo proibido, então, é tratado pela Receita Federal, que tem também, além dos tributos internos, Senadora, a Aduana... Então, a Aduana trata isso como contrabando. Sendo permitido – imaginamos –, ele estaria submetido a um controle especial, regido por lei.

Outra coisa também é a diferença... No tabaco, já tivemos a tributação por um valor fixo, a tributação *ad rem*, hoje a tributação é por uma alíquota percentual *ad valorem,* mas com pauta mínima, com valor mínimo. Então, é um sistema misto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não dá para a gente... a gente não consegue falar do mercado de cigarros eletrônicos, hoje, do ponto de vista tributário, aduaneiro, ilegal, sem falar também do tabaco, do cigarro convencional no mercado ilegal, porque eles têm muitas similaridades.

Eu vou já... Sendo mais objetivo, então, o cigarro, os produtos de fumo – o cigarro legal – estão já, há em torno de 50 anos, sujeitos a um registro especial e você tem uma dúzia de fabricantes – uma dúzia de fabricantes. Então, o controle da produção e da tributação é feito na ponta da cadeia.

No mercado ilegal de cigarros e também dos vaporizadores, nós temos a situação oposta: você tem centenas ou milhares de atores, e a autoridade tributária e aduaneira tem que correr atrás disso na última milha, na outra ponta da cadeia, em que você tem milhares – senão milhões – de fornecedores e milhões de consumidores.

Então, para o cigarro tradicional, nós temos um controle intensivo, inclusive até com cooperação da indústria. Para o cigarro ilegal e também para os vaporizadores, isso depende não apenas do registro, mas, mesmo havendo o registro, como você não tem meia dúzia ou uma dúzia de fabricantes, e você vai ter dezenas – talvez centenas de milhares – de atores, é um controle extensivo. E a Receita Federal, que tem uma missão tributária e aduaneira, também contribui para a saúde pública e para a segurança do país.

Qualquer controle extensivo hoje depende de um reforço da instituição da Receita Federal, um espaço para orçamento e concurso.

Hoje, a Receita Federal apreende... 60% das drogas do país são apreendidas pela Receita Federal, em parceria com outras instituições – Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal –, mas as apreensões dos cigarros não chegam a 10% do mercado ilegal. Então, nós temos essa diferença.

Com relação ao cigarro eletrônico, descartando-se a proibição, se fosse permitido, mas não sujeito a um controle especial, ele pagaria em torno de 30%, o líquido. O *vape*, o eletrônico, paga uma tributação de 6,5%, porque é um eletrônico, enquanto o cigarro, no IPI, nesses tributos de que nós estamos falando, vai pagar de 45% a 50% – ele é mais tributado.

Eu gostaria, já, de ir para as conclusões, Presidente.

Então, é temerário a gente fazer contas simples, por proporcionalidade ou regra de três, mas, sim, há impacto.

O nosso receio aqui, Dr. Hiran, é colocar alguns números e isso criar algum tipo de ancoragem: estarem superestimados ou subestimados, e também por essas questões de variação da demanda, mas, com dados fiáveis, é possível, sim.

O que se pode fazer hoje é uma estimativa de quanto esses dispositivos – se regulares fossem – estariam pagando na importação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ – O líquido, em 6,5%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ – O eletrônico. Mais os 60% de Imposto de Importação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ – Nessas contas, aí nós precisamos de dados fiáveis e de um método científico.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Som.

Existe uma estimativa, pelo tamanho desse consumo de 2,2 milhões de brasileiros num ano?

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ – Não, a Receita não tem estudos específicos para esse produto, Senadora, mas é possível avançar. Para isso, nós precisaríamos de métodos científicos e de dados mais detalhados, porque hoje ele é tratado como contrabando, é proibido. Então, a pena é de perdimento. Então, não há arrecadação e, inclusive, não há destinação que possa ser feita, porque, com essas 180 milhões, 200 milhões de carteiras de cigarro que a Receita apreendeu no ano passado, hoje a gente conseguiria transformar isso em adubo, com parcerias com a academia e com o setor privado, e esses produtos não têm uma destinação, no caso dos eletrônicos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O descarte, vocês não sabem o que fazer por enquanto com ele?

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ – Tem que ser feito um descarte ecológico, mas ele vai para a destruição.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não quero atrapalhar a sua fala.

O senhor fique à vontade, não sei se para concluir, porque o Dr. Hiran vai pegar um avião.

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ – Então, da parte da Receita, o que nós temos para colocar é isso.

Podemos fazer uma regra de três aqui. Quantos *vapes* alguém compra por ano? Dois milhões? Três milhões? Quanto se consome no mercado? Quanto de líquido? Temos uma estimativa de valor. Cada *puff*, cada tragada custa quanto? Duas, três, cinco vezes mais? Nesta faixa: duas a três vezes mais, na média, do que o cigarro normal? Mas é temerário fazer ilações nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na importação, com os números que temos hoje, seria na casa de mais de 100 milhões, os eletrônicos. Esse número multiplica bastante se você aplicar para os líquidos, mas também já há fabricação nacional, produtos não regulares.

Então, para a Receita, é assim: se não estiver regulamentado, é contrabando; se for regulamentado, ele precisa do registro especial e também de uma capacitação da instituição para que ela possa fazer o controle extensivo, diferentemente do cigarro da indústria de tabaco legal, de que hoje a gente faz um controle intensivo, inclusive posso dizer, não porque ladeado aqui pela entidade, até com parceria da indústria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Adriano, que é assessor especial de Cooperação e Integração Fiscal da Receita Federal do Brasil.

O próximo orador é o ilustre Prof. Jorge Alberto Costa e Silva.

Muito obrigada pela paciência, professor.

Somos todos ouvidos.

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Demais autoridades, membros da mesa, senhoras e senhores, quero, antes de mais nada, agradecer a oportunidade de aqui estar. Foi uma coisa decidida em um último momento, porque eu estava programado para abrir uma grande reunião em Viena, no dia de hoje, pela manhã, e decidi, dois dias atrás, que eu ia fazer por vídeo. Eu falei: "É muito importante". Eu quero sentir a ocitocina do cérebro de vocês todos para eu realmente saber o que eu vou falar.

Desculpem-me, mas eu começo filosofando: "é necessário se criar o caos no universo para se criar uma estrela". Isso é o caos, nós estamos aqui diante de um caos! O mesmo assunto visto de inúmeras facetas diferentes.

Recentemente, eu tive a honra de ser o primeiro médico biografado em vida e resolvi ir, no dia seguinte, à livraria, quando lançaram o meu livro: "Mas o senhor não é o autor do livro, por que está comprando?". "Porque eu quero comprar o meu livro. É uma coisa rara." E eu fiz uma dedicatória para mim mesmo, coisa de psiquiatra que é maluco. Então, eu sou psiquiatra, pode ser por esse lado. E, nesse livro, no prefácio, eu digo que a realidade nós não sabemos nunca o que ela é, porque a realidade é o que cada um interpreta, é o que cada um conta, o que viu, o que ouviu, é, no fundo, uma interpretação cerebral, não é a realidade que vemos. O universo não é de estrelas, não é o Sol, não é o cometa, não é nada disso; é um monte de energia, de partículas subatômicas que este cérebro, de 1,5kg, organiza tudo da maneira que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vemos, da maneira que nós damos cor às coisas, emoções a tudo, tudo isso é o cérebro que cria. Por isso, o título da minha biografia foi *Um Astrônomo da Mente*, que é como eu me intitulo, porque aqui está o universo.

Então, eu aceitei vir aqui e fiquei muito à vontade, porque todo mundo fala. O Senador já falou aqui que os filhos dele não fumam. Eu tenho sete filhos, nenhum fuma; seis netos, nenhum fuma; meus pais nunca fumaram, mas isso é um negocinho no cérebro chamado neurônio-espelho. O neurônio-espelho copia o mundo, desde a criancinha. Ela aprende tudo graças ao neurônio-espelho, ela vai copiando. Então, mais forte do que o que nós dizemos é o nosso exemplo, é o que nós fazemos para uma criança, então, para um adolescente, muito mais; daí a importância com a televisão, a importância com a mídia eletrônica, porque a criança vai copiando isso.

Então, hoje, aqui, eu vim falar ao lado de grandes expertos. Eu não sou experto nisso, eu apenas era o Diretor da Organização Mundial de Saúde, em 1990, quando um dos programas era o cigarro. Eu tinha horror ao cigarro, porque, quando eu andava de avião, o lado direito fumava, o lado esquerdo não fumava; atrás fumava, na frente não fumava, mas eu fumava, porque eu ia fumando aquela fumaça o tempo todo. E, quando cheguei, o diretor do meu programa de tabaco, que era Dr. Menchaca, fumava charuto dentro da OMS. Fumava-se dentro do escritório da OMS, no qual fiquei dez anos, em Genebra. E eu falei: "Como é que eu posso falar contra o cigarro, se aqui todo mundo fuma?". Foi uma primeira briga que eu consegui vencer.

Eu tive que promover esse senhor para uma posição mais importante, porque eu não podia demiti-lo, pois aquela era uma organização intergovernamental. Tive um problema com o Presidente Castro, porque o embaixador me chamou, mas eu resolvi comprar a briga.

E aí a coisa foi indo, contratei o Neil Collishaw, um grande canadense, grande experto na luta antitabaco no Canadá, e esse senhor começou a mudar tudo. Ele começou dizendo que nós precisávamos dar o exemplo de que fumar não era mais glamouroso, o primeiro exemplo. E eu falei: "Então, eu tenho o primeiro exemplo, vamos parar de fumar em aviões". Visitei a Swissair, que era a 500m do meu escritório, e a Swissair não quis se meter nisso. Pensei: "Tudo bem". Aí eu falei: "Vou à maior companhia aérea do mundo". Pedi ao embaixador americano, que marcou com a Delta Airlines, em Atlanta. Lá fui eu. E o Presidente da Delta me recebeu muito bem. "Mas por que é que o senhor quer? Eu não estou interessado em salvar vida, eu estou interessado na bolsa de valores no fim do dia, porque senão, eu perco o meu emprego". "Não, eu compreendo. Mas o senhor fica com esses dados aqui".

Seis meses depois, esse senhor me chama para uma visita e diz, "Doutor, eu vou proibir. Nós vamos... a Delta tomou a decisão de proibir de fumar cigarro no mundo inteiro". Eram 1,2 mil aeronaves – a maior do mundo até hoje, a Delta Airlines, em Atlanta. "E o senhor vai ver que todo mundo vai seguir, porque eu fiz isso não foi para salvar vidas; para salvar o meu emprego, porque vamos ganhar muito mais dinheiro. A coisa mais cara no avião é o combustível, e para limpar o fumo que está dentro do avião é uma fortuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos economizar muito, e o senhor vai ver que, em dez anos, ninguém fumará dentro dos aviões". O que foi que aconteceu? Em menos de dez anos, isso ocorreu.

Bom, e aí eu fui: proibi de fumar dentro da OMS. Primeiro criei um fumódromo, todo mundo odiou, e aí todo mundo ia fumar do lado de fora, no inverno. Então eu quero dizer que, com exemplos da Organização Mundial de Saúde, a Convenção-Quadro foi criada ainda na minha gestão, mas só foi deslanchada em 2003, 2004. E hoje os países estão aí.

Eu criei o primeiro grupo da OMS, filiado à OMS, de tratamento de dependentes do cigarro, como aqui a minha colega, a Dra. Vera Luiza da Costa e Silva, no Inca, e o Dr. Marcos Moraes, saudoso Diretor do Inca. Criamos o primeiro setor de tratamento. Ela já fazia isso lá. Depois, criei um serviço que eu tenho na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, e um segundo serviço, com a Dra. Analice Gigliotti, e que está funcionando até hoje.

Bom, então eu me sinto muita à vontade para falar sobre o tabagismo. Eu não gosto de tabaco, não gosto de nicotina. Ninguém melhor, não é? Então eu vou falar contra? Não. Eu não gosto de falar contra nada, gosto de falar a favor. Eu quero falar a favor da saúde pública. Eu quero ajudar ainda os que fumam. Eu quero ajudar aqueles que vão entrar no cigarro. Por quê?

Quando você luta contra algo biológico forte, você vai perder. Nós temos um sistema de recompensa, de prazer, no cérebro, dopaminérgico. Eu tive esse problema com o Jonathan Max Mann, quando nós trabalhamos no HIV, na aids. Como convencer as pessoas a fazer sexo seguro? Foi uma catástrofe, porque o maior prazer que a maior parte das pessoas tem é o sexo, porque aquilo vai ali... Como é que você vai convencer essas pessoas? O senhor não tem ideia. Foram anos de trabalho, e deu certo.

A mesma coisa, eu tive esse trabalho já, como diretor aposentado que eu sou, *pro bono*, porque eu já tenho minha pensão na OMS, no covid agora. Como convencer que a vacina de RNA funcionava, um negócio de que até os médicos tinham medo? Funcionou, está aí a prova. Botamos no mercado, autorizamos – o Tedros lá, o Diretor –, e assim foi. Então eu acompanho o progresso.

Eu já fui, na medicina, tudo que vocês podem imaginar, tudo. De diretor de faculdade, reitor lá fora, fui professor na Universidade de Nova York, Diretor da OMS, Diretor da ONU, Diretor da Unesco, Diretor da fundação internacional de saúde mental, Presidente da Academia Nacional de Medicina, que acabou de publicar um documento contra o cigarro eletrônico, está lá – eu fui presidente, não agora, mas uns anos atrás. Então eu já fiz tudo.

E as pessoas vêm: "O que é que você vai fazer agora?" Eu falo: "Olha, agora eu estou livre, o passado eu fiz para mim, para a minha glória, para o meu nome, para a minha família. Agora, o futuro, eu estou escrevendo, eu quero...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... escrevê-lo para o futuro, para todos os meus filhos, os meus netos".

Então, eu quero dizer que há um elemento aqui... A hora que for para me interromper, pode me interromper. Eu não preciso nem concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Eu tive tolerância com todos. Vou ter com o senhor também.

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA – Então, quero dizer... Eu respeito também isso aí.

Então, eu quero dizer que, com isso daí, eu tenho liberdade. Apareceu uma coisa nova... Eu estou há meses... Eu já li não sei quantas mil folhas de artigos sobre o cigarro eletrônico, para aprender, para discutir com a indústria farmacêutica, para discutir com a Philip Morris, que discute hoje com a OMS, discutir com a BAT (British American Tobacco), que foram meus inimigos no passado. Mas, de repente, pode ser...

Eu não sou inimigo de ninguém, aprendi com Kofi Annan. Ele me chamou para ser o diretor de problemas insolúveis. Eu era diretor de *conflict resolution*. Meu apelido dentro da ONU era Dr. Troubleshooter, eu era o resolvedor de problemas do Kofi Annan. (*Risos.*)

E ele me dizia: "O problema não pode chegar a mim. Se chegar a mim, eu sou a última instância. Então, antes de chegar a mim, o senhor resolve, mas só pode resolver win-win, vencedor-vencedor".

Se tem um perdedor... Eu estou aqui porque eu não quero perdedores. Eu vim aqui... eu vim de longe. Eu viajei, ontem, 30 horas, 40 horas, não sei quantas, para chegar aqui, e já voltarei amanhã – daqui a pouco, estarei no caminho de volta –, porque eu queria sentir ocitocina, eu queria sentir esse clima aqui, eu queria sentir vocês aqui.

Eu estou de fora, eu não tenho interesse nem aqui nem ali. O meu compromisso hoje é com o futuro. Eu não vou estar aqui no futuro, tenho 82 anos. Vocês estão entendendo? O que eu posso esperar? Eu posso esperar que o futuro exista. Se o futuro existir, eu posso partir tranquilo, eu estarei aqui. Então, eu vim aqui...

De que maneira o Brasil, que é um país maravilhoso... Eu vi 142 países na minha vida, eu e o Havelange. O Havelange dizia para mim: " Professor, esse avião não pode cair". Eu falei: "É claro que não pode!". "Não, porque os dois maiores viajantes brasileiros estão aqui dentro. O Brasil vai perder". Ele falou: "Então, não pode cair, é a segunda razão". Então, eu vi 142 países.

É um país maravilhoso. Eu vim aqui para servir este país, para servir o povo, para servir a ciência. Mas, pelo amor de Deus, estudem como o cérebro funciona. Eu não vi uma palavra sobre isso. Porque no cérebro, o circuito de prazer está por trás disso. Os senhores sabem que está sendo desenvolvida vacina contra todas as dependências? Já se criam anticorpos para a cocaína, para a heroína, para a nicotina, para a maconha, para tudo. Já está no animal. Daqui a cinco anos, dez anos, isso vai solucionar o problema. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até lá, vamos fazer alguma coisa, vamos rever alguma coisa, vamos ver o que nós podemos fazer de diferente. Porque, de um lado, nós temos uns que nós já sabemos que vão morrer, que vão ter problemas graves. São 8 bilhões de mortes por ano ligadas à nicotina. Vão morrer. Podemos diminuir isso? Será que esse cigarro eletrônico pode diminuir? Não sei. Juro que eu não sei. Eu não sou experto. Mas, talvez possa. Mas, vamos ver se pode ou não pode? Essa nicotina é diferente da outra nicotina? Também não sei. Dizem uns estudos que é diferente essa nicotina e outros dizem que é igual. Não sei. Eu queria saber.

Então, eu estou aqui para dizer aos ilustres Senadores, aos ilustres políticos do nosso país: vamos tentar resolver, porque, como Teilhard de Chardin dizia, ainda bem que a perfeição não existe, porque assim a vida se torna um eterno caminhar no sentido dela. A cada dia, eu posso ser melhor que ontem e, amanhã, ser melhor que hoje. E assim por diante.

Vamos melhorar. E melhorar significa mudar. E mudar é muito difícil. Mas eu tenho certeza: vai nascer essa estrela dessa reunião aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Prof. Jorge Alberto Costa e Silva. (*Palmas.*)

Ele é Presidente do Instituto Brasileiro do Cérebro, é uma sumidade. E obrigada pela sua paciência, pela sua resiliência e pela participação nesta mesa aqui, tão honrosa.

Bom, nós só temos mais um palestrante, que está no exterior, que é o Mr. David.

Eu gostaria de saber se vocês esperam este último para fazerem as intervenções, porque aí findamos... Ele está esperando lá da Inglaterra.

Então, mais uma vez, quem precisar de tradução simultânea, levante o braço, porque serão providenciados os dispositivos. (*Pausa.*)

Ah, o David não vai precisar? (*Pausa.*)

Ah, o.k.

Então, cadê ele aqui? Perdão. Cadê o nome dele aqui? (*Pausa.*)

O.k.

David Sweanor – não sei como se fala – é um canadense... Canadense... Inglês... Sweanor.

Muito obrigada.

Ele vai falar em português ou... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, o.k.

I apologize for making you wait for so long, but we are all here waiting for your lecture, o.k.?

Thank you very much!

O SR. DAVID SWEANOR (Para expor. *Por videoconferência. Tradução simultânea.*) – Muito obrigado a vocês. É um prazer poder falar na frente desta Comissão.

Foi muito benéfico ouvir o que todo mundo tinha para falar, na verdade.

David Sweanor, eu sou canadense, sou advogado. Fui o primeiro advogado a trabalhar, completamente, com medidas e políticas para reduzir o dano dos cigarros e também, globalmente, com medidas, como tributação de cigarros, para banir e parar que se fumasse nos aviões, nos restaurantes e bares e em todos os outros lugares, e com tudo que tem sido feito, tentando usar a lei, na intervenção racional para reduzir os riscos. Com o tabagismo, temos um risco enorme. É a principal causa de mortes globalmente.

Eu tenho focado em, essencialmente, usar o que tem funcionado em tantos outros problemas para reduzir o risco e eu acho que podemos ver como usar os princípios de iluminação, ciência, humanismo e racionalidade, para melhorar a condição humana. É a razão por que a esperança de vida aumentou tão dramaticamente nos últimos 109 anos.

Eu estou falando para vocês do Marrocos, na verdade, onde estou falando numa cúpula sobre a saúde aqui, falando sobre a saúde na África. E, quando vemos o que temos feito para reduzir as doenças e fazer com que as coisas sejam menos arriscadas... onde achamos riscos, tentamos reduzi-los. É por isso que aviões, automóveis, trens, equipamentos industriais, comida, farmacêuticos, água e tantas outras coisas são muito menos perigosas agora do que eram antes.

E na saúde pública, quando fazemos corretamente, o que tentamos fazer é entender a experiência de vida das pessoas, a vivência, e tentar encontrá-los no meio termo, tentar entender a situação deles e empoderá-los para tomarem decisões melhores para sua saúde.

Quando vemos os problemas da nicotina, a oportunidade é enorme. Nós já sabemos há 50 anos, desde o Prof. Michael Russell, que não é a nicotina que está matando as pessoas, é a fumaça, é inalar a fumaça. Assim como a poluição no ar mata milhões de pessoas, é a inalação dos produtos de combustão que faz mal. Então, se pudéssemos pelo menos fazer com que as pessoas que estão usando nicotina, fumando cigarros convencionais, pelo menos mudassem para uma forma de não combustão de consumo de nicotina, nós poderíamos conseguir uma das principais vitórias em saúde pública.

Quando vemos qualquer tipo de mudança, haverá sempre oposição. Sempre há oposição, especialmente quando se fala de novas tecnologias, novas ideias. Há oposição, por exemplo, a direitos das mulheres, anticoncepcionais... Na proibição que tivemos ao álcool, café e várias outras coisas que já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tivemos na história do mundo, esses debates aparecem, surgem. Mas neste caso, quando temos tantas pessoas fumando cigarros, tantos morrendo porque estão inalando a fumaça dessa combustão, temos essa enorme possibilidade, e deveria ser simples.

O primeiro passo é tirá-los da combustão, empoderá-los para tomarem melhores decisões. E onde isso foi tentado, funciona. Então, se se olha no resto do mundo, onde vemos o maior progresso em reduzir o tabagismo com cigarros tradicionais, é onde vemos o maior progresso em reduzir também fatalidades de automóveis, é onde eles têm acesso a alternativas de menor risco.

E vemos, por exemplo, nos últimos sete anos, que eles diminuíram a venda de cigarros pela metade – era um mercado enorme, foi tão difícil a gente intervir e reduzir o tabagismo. E o que aconteceu? Eles conseguiram acesso a um produto de não combustão e tantas pessoas que fumavam cigarros tradicionais mudaram para isso. Na Suécia, por exemplo, passamos a quase uma sociedade sem fumo – eles usam muito tabaco e nicotina, mas eles usam de uma forma oral, que não necessita que eles inalem a fumaça. E temos uma grande quantidade de pessoas que usaram por muito tempo, e a epidemiologia nos fala que é muito baixo o risco.

Quando nós olhamos para esses que fumam os cigarros tradicionais, o risco é enorme. Quando olhamos para o corte de utilizadores de longo prazo, o risco de doença deles é muito mais alto do que os que nunca usaram o tabaco. Então, o Michael Russell está certo de que as pessoas estão fumando para conseguir a nicotina, mas estão morrendo por causa da fumaça.

Quando olhamos para países onde tem alternativas disponíveis, nós vemos as pessoas migrando, vemos menores taxas de fumo, de tabagismo. E em pessoas jovens também diminuiu bastante, onde temos essas alternativas disponíveis.

Nós estamos vendo essa mudança, o aumento de produtos alternativos, da mesma forma como vimos pessoas passando para a telecomunicação portátil. Nós tivemos essa oportunidade e vimos, país após país... E ainda estamos lidando com essa batalha, que é muito focada nos medos. E é normal as pessoas terem medo, um pouco de resistência à proibição, mas como advogado, alguém que estudou a história... as proibições que tentaram aos narcóticos, ao álcool, ao sexo fora do casamento, ao café, ao chá nunca foram exitosas. O que a proibição faz... Nós deixamos de ter a habilidade de controlar algo, é abdicar de nossa responsabilidade como reguladores, como advogados, e deixamos isso ao mercado ilícito, porque, quando as pessoas querem algo, o mercado vai existir.

E quando falamos em doenças pulmonares causadas por pessoas inalando produtos de *vaping*, era o produto de *Cannabis* ilegal. Ele fazia mal porque era ilegal, porque não tinha controle. Com essa abordagem para produtos de nicotina, temos o mesmo risco. Se as pessoas estão usando algo regularmente ou no interesse da saúde pública... Vejam o que nós conseguimos com regulamentos em outras coisas, por exemplo, água potável, automóveis com mais segurança, mais seguros, aviões mais seguros, e podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar por essa lista enorme, em áreas onde as pessoas ficariam muito chateadas por algo, por exemplo, atividade sexual. Nós aprendemos com a aids que não podemos simplesmente impedir as pessoas de fazerem algo que não queremos que façam, mas podemos reduzir o risco de forma dramática e podemos trabalhar com a lei, podemos empoderar os consumidores para mudarem, modificarem o mercado.

E não é um processo estático, podemos continuar a mudar as regras conforme vamos recebendo ciência mais avançada. E tem um *paper* que eu coescrevi ano passado chamado "Efeito de Via de Entrada. Está realmente acontecendo?". Em todos os dados que conseguimos, nós vemos que esses produtos não estão causando os jovens irem para cigarros convencionais, estão fazendo o contrário, eles estão passando dos cigarros convencionais a esses novos.

A sociedade de pesquisa de nicotina e tabaco e os principais corpos que estão estudando a nicotina falam em favor. Sim, temos que olhar muito seriamente esses produtos e o papel que eles podem ter de entrar no lugar dos cigarros convencionais e reduzir os riscos que eles causavam.

Então, abandonar a regulamentação, falando que nós proibimos, causa problemas. Nunca funcionou. E os acadêmicos olharam isso na história e falaram "algumas pessoas querem usar para empoderar o Estado, para impor as suas visões morais em outros". Vemos outra vez e outra vez. A proibição do álcool nos Estados Unidos é um exemplo clássico e a guerra contra as drogas é outra, a guerra contra os direitos das mulheres. E esses nunca funcionaram, quase sempre foram um desastre. Regular de forma inteligente, sim, funciona; prestar atenção à ciência, aos fatos em vez dos medos, sabendo que há riscos, conforme vamos indo para frente, mas o principal risco é não avançar, o principal risco é não ter regulamentação e deixar que isso passe ao mercado ilícito. Podemos reduzir uma epidemia, tendo produtos controlados.

Muito obrigado.

Estou feliz em responder ou em dar qualquer informação que possam querer, com outros contatos. Acho que temos oportunidade de ter precedentes estabelecidos bem importantes no Brasil, como o Brasil já fez com outras coisas que possam afetar o resto do mundo, e uma oportunidade maravilhosa de fazermos um avanço significante, para fazer história com a saúde pública.

Muito obrigado pela sua cooperação.

Uma vez mais temos que pedir desculpas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Nós estamos com a Diretora da Anvisa; Diretora não, ela é Gerente-Geral Substituta de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, a Gloria Maria de Oliveira Latuf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu confesso aqui que eu preciso externar algo sobre o que eu conversei bastante com o Diretor-Presidente, Sr. Barra Torres, porque ele foi convidado e ele é o Relator. Ele me disse o seguinte: "Soraya, eu não posso emitir juízo de valor acerca disso, porque eu estaria pré-julgando."

Essa audiência, na verdade, está acontecendo para trazer mais subsídios e mais informações. Na ocasião, eu parei para pensar, pois eu fiz o convite para ele, e confesso que eu concordo com ele: ele não pode se manifestar mesmo. No começo, eu fiquei até preocupada, fiquei até chateada, eu quis ficar chateada. Mas depois eu pus a mão da consciência e entendi que, se ele trouxer uma manifestação, ele pode inclusive – gente, isso não é uma brincadeira – interferir na Bolsa de Valores, de forma antecipada. Nós não queremos isso.

Aí ele depois indicou a Sra. Gloria Maria como uma pessoa representando a Anvisa, porque, se for para a Anvisa emitir um juízo de valor aqui e falar do mérito, durante dez minutos, a Anvisa vai acabar tratando do mérito dessa questão. E isso me preocupa, os reflexos que isso pode trazer.

Então, Senador, eu não sei se os demais Senadores concordam comigo, mas eu fiquei sabendo de antemão que ela estaria conosco como ouvinte e representante, justamente para que leve as informações ao Relator.

Então, neste ponto eu prefiro consultar os nossos colegas Senadores, se vamos ouvi-la ou não, porque eu discordo agora, depois de muito refletir sobre o assunto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Eu acredito que fica até deselegante da nossa parte, meus colegas, queridos Senadores Damares, Eduardo e Styvenson, em uma audiência pública que está tendo uma repercussão e trata de vida – e um dos órgãos que tem maior consistência de estudos, inclusive tem definição já sobre o tema, é a Anvisa, pois tem resolução sobre a matéria –, que a gente deixe de ouvi-la. É fundamental que a Sra. Gloria, que conhece bastante sobre o assunto, traga para a gente a visão de um órgão respeitado, que é a Anvisa. Então, nós estamos numa audiência pública extremamente democrática, tratando de algo sério, e eu acredito, como todo mundo teve a oportunidade – dez minutos, alguns entraram mais com a tolerância da Casa –, que a gente pode ouvir essa pessoa, que é especialista. Eu tive a oportunidade também de conversar com o Dr. Barra Torres agora, através da nossa assessoria, e ele realmente, como Relator, não pode, mas a Dra. Gloria, ele reafirmou, está aqui para fazer a sua explanação técnica sobre um assunto que impacta a vida de milhões de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço se os colegas puderem nos acompanhar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Considerando o adiantado da hora – e eu acredito que a Anvisa estará presente; foi o que foi confirmado comigo com o Presidente –, eu vou abrir para as perguntas e aí, posteriormente, deliberarei sobre o assunto. Vou estudar o assunto, porque a minha conversa com o Presidente da Anvisa foi extremamente cuidadosa nesse sentido e partiu dele... ele chegou a me pedir que eu poderia até cancelar o convite. Eu falei: "Eu não posso fazer isso, porque esses nomes foram aprovados. Então, isso seria deselegante".

Agora, eu não posso, por conta de uma deselegância, me perdoe, afetar todo o julgamento. Foi isso que o Presidente Barra Torres me disse. Então, uma pessoa representando a Anvisa, qualquer fala dela, durante dez minutos, poderia macular. Então, por uma questão de educação... E eu não sabia, isso já havia sido combinado e tratado. Eu fui surpreendida com o fato novo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para um esclarecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Como eu fui surpreendida, Senador, eu me reservo o direito, presidindo esta audiência, de ter um tempo para que eu possa deliberar sobre o assunto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu queria lhe fazer um apelo com outro argumento, que eu acho que agora a senhora vai ter essa percepção e não vai ter dúvida. A Sra. Gloria não é Diretora da Anvisa, ela não participa; ela é técnica. Ela é técnica de uma autoridade, que é um órgão respeitado pelos brasileiros. Inclusive, na questão da vacina, foi fundamental a agilidade que nós tivemos aqui. Então, é fundamental que a gente possa ouvi-la. Inclusive, eu tenho perguntas para ela aqui.

Então, para fazer a minha manifestação, porque eu anotei várias páginas aqui de todo mundo que falou, seria importante ouvir, até para que a gente tenha uma audiência pública democrática, para a gente ter uma audiência pública que não seja maculada, querendo levar para o outro lado, querendo beneficiar o *lobby*. Então, como eu tenho consciência de que o nosso objetivo é buscar a verdade, ter um decantamento do que trata o assunto, eu lhe faço um apelo para que a gente possa ouvir antes a Dra. Gloria, para depois a gente fazer as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu vou dar a palavra para o Senador Eduardo, mas vou te dizer, Senador Girão: pior do que beneficiar o *lobby* é beneficiar o crime.

Senador Eduardo Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu queria primeiro lhe parabenizar pela audiência pública, a CAS, o Senado.

Eu gostaria muito de usar a palavra agora nesta fase de intervalo entre os expositores e também compreender que esta audiência pública é uma audiência pública, na essência, para ouvir várias visões. E aí uma curiosidade, porque, primeiro, se a Anvisa já tem uma deliberação formada, esta audiência aqui seria inútil.

E, se a Anvisa tivesse uma visão de apenas um campo, e não dos dois campos, para que a gente possa deliberar, também seria uma desorganização do que estamos propondo aqui, que é ouvir todos os lados e botar o Congresso Nacional diante de um assunto que precisa de esclarecimento.

Então, eu gostaria muito, como a audiência vai correr o resto da tarde também, que, no momento adequado, já que a senhora preside esta Comissão, decida, ouça qualquer tipo de versão sobre o assunto, e que, neste momento, dê oportunidade, porque todos nós temos outras Comissões, mas, dada a importância desta audiência, eu gostaria de colocar também a minha visão e de ouvir dos Parlamentares as impressões sobre uma audiência pública que é plural e que não traz nenhuma verdade absoluta, porque senão não estaríamos aqui discutindo.

Então, eu queria que V. Exa. desse curso à organização da sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Sim. O.k.

Então, como eu fui pega de surpresa, após uma conversa com o Diretor-Presidente, vou pedir o tempo necessário para deliberar.

Com a palavra o Senador Eduardo, para que a gente dê prosseguimento, a partir deste momento, e depois o Senador Styvenson Valentim, que estão inscritos, e aí nós...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Ele quer falar sobre o tema.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Eu só queria entender o seguinte, Soraya...

Eu li aqui: Glória, Dirceu, Jorge, Lauro...

O Sr. Jorge até deu um banho de serotonina na gente, de felicidade... (*Risos.*)

Eu só queria saber se essa sequência não poderia ser concluída para entrar em todas as perguntas; senão, a gente pararia as perguntas...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Já foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, não vai ter Anvisa?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu pedi um tempo para deliberar, mas, enquanto a gente delibera, eu gostaria que vocês já pudessem fazer essa parte.

Então, era isso que eu ia fazer, porque a Anvisa estava ouvindo. Se a Anvisa soubesse o que fazer, já teria deliberado. Não deliberou. Então, a Anvisa precisa de subsídio. Foi essa conversa muito amistosa, muito respeitosa, que eu tive com o Diretor-Presidente, que falou: "Eu não quero comparecer. A Anvisa não pode comparecer. Vou designar uma pessoa para estar presente e ouvir". Então foi esse o combinado comigo.

Portanto, neste momento começariam as intervenções dos Senadores. Dentro da inscrição, Senador Eduardo e Senador Styvenson Valentim. Era isso que eu queria fazer, Senador Styvenson.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Senadora Soraya, só um dado importante.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu não disse nem sim nem não ainda, mas vamos deliberar. Vamos pensar sobre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu entendi. Eu tenho certeza de que a senhora vai ouvir, porque a senhora procura ser democrática. Eu acompanho o seu trabalho. Nós chegamos juntos aqui ao Senado.

Mas ela é importante pelo menos para que fale do fluxo, de como está essa decisão, não sobre o mérito. Eu acho que fica uma descortesia muito grande nossa não ouvir, no término de uma mesa, que foi previamente divulgada para o Brasil – as pessoas estão acompanhando –, até para que a gente possa formular aqui algumas perguntas. O fluxo. Que ela possa falar sobre o fluxo dessa decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ela pode ser ouvida na parte da tarde.

Neste momento, ela não estava escalada para ser ouvida.

Então, eu não tive a oportunidade. Eu fui pega de surpresa e, considerando os pedidos dos Senadores, que têm outras Comissões e têm outro trabalho, eu preciso dar voz para os Senadores. Eu não estou dizendo que ela não será ouvida. Se realmente for sobre o fluxo, eu vou consultar, no intervalo do almoço, o Presidente da Anvisa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá, mas ela estava escalada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... porque ele está muito cuidadoso e cauteloso acerca disso. Eu acho que ele deve ser...

Ele me convenceu. Agora, eu não vou ser convencida, ao contrário, assim do nada. Ele me convenceu que eu estava errada em chamá-lo. E aí eu estou aqui, apenas, dentro de todo o combinado. Ele falou: "Estaremos presentes, ouvindo". Então, se for o caso, ela fala na parte da tarde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Porque ela estava escalada aqui. Ela estava escalada para essa mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – A Anvisa está escalada para ouvir todo o dia, o dia inteiro. A Anvisa tem a obrigação de deliberar sobre isso, então, estão trabalhando, eles estão disponíveis, durante o dia inteiro, como ouvintes. Em respeito à minha conversa com o Presidente, eu vou consultá-lo, assim que nós finalizarmos a parte da tarde, e aí vamos deliberar sobre o assunto, mas, agora, eu preciso dar continuidade.

Há tanta gente esperando. O Professor, inclusive, vai pegar avião também, já de volta para Genebra, então, vamos dar continuidade. A Anvisa pode esperar – deve esperar –, porque esse assunto é do trabalho precípuo da Anvisa e nós temos uma pessoa escalada para tanto.

Então, considerando, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Damares, Senador Styvenson, Senador Eduardo Girão, todos os expositores desta importante audiência pública da CAS, diante de um tema tão complexo, eu acho que a coisa mais honesta é que cada Parlamentar presente venha aqui com a sua história.

Nesses 23 anos de mandato, no Congresso Nacional, eu posso apontar, diante dos 591 Parlamentares, qual é a minha trajetória aqui na Casa. A história já falou por mim, é o que eu faço no meu dia a dia, então, eu gostaria de fazer muito mais do que impressões sobre as especialidades, sabendo que esta audiência pública guarda todas as informações que nós não tínhamos, até agora pela manhã – os 81 Senadores –, tanto contra, quanto a favor. Ninguém tinha opinião nenhuma.

O que a gente tem é cruzado, nos corredores da Casa, nos órgãos públicos, ainda sem uma proibição prévia ou algum conhecimento, com personalidades, Parlamentares, funcionários, colaboradores, população, fazendo uso do cigarro eletrônico. Essa é a realidade, é isso o que a gente vê.

Então, eu trago aqui uma história de 23 anos de mandato e posso dizer, com muito orgulho, que sou um Parlamentar, dentre todos aqui, que destinou mais de R$150 milhões de recursos a instituições ligadas à cura ou ao tratamento de câncer. É um dado que desponta por uma militância nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago também uma luta, que está, neste momento, sendo reconhecida, em Roma, pelo Papa, que recebe, no dia de amanhã, o Frei Hans Stapel, com a Fazenda Esperança, levando um resultado importante. Sendo o Parlamentar, entre os 591 presentes, que mais recursos levou à Fazenda Esperança, em uma briga absolutamente eivada de preconceito, em que, se fôssemos ouvir o lado da saúde, consistente entre os seus conselhos, tínhamos que admitir que, em vários momentos, houve um equívoco grave. A atividade da comunidade terapêutica, no Brasil, foi tratada, até quatro anos atrás, como uma atividade clandestina, por decisões da saúde, e, hoje, nós temos mais de 11 mil jovens atendidos – sabe-se lá por quê, com a condenação da ciência –, tratando da dependência química, e estamos salvando vidas, efetivamente.

Por que eu estou dizendo isso? Porque, na minha concepção, na minha análise parlamentar, nas pessoas que eu atendo no meu mandato, nas questões de acessibilidade, de inclusão, existem distorções.

E aí o sonho que eu tinha na minha vida, Senador Styvenson, quando eu cheguei aqui, em 2002, era que nós tivéssemos uma audiência pública para desregulamentar o cigarro, a bebida; mas isso não era possível, como não é até hoje. Ninguém conseguiu fazer isso. Mas aí eu acompanhei uma pessoa, que eu quero reverenciar neste momento, agora, pela sua luta, pela sua dedicação, a trabalhar com o êxito do possível. Eu quero chamar atenção aqui e fazer uma homenagem ao ex-Ministro José Serra, que nos convenceu na tarefa impossível de proibir a propaganda de cigarro na Fórmula 1 – e, na minha opinião, tirar definitivamente os pilotos brasileiros da competição, porque não há financiamento para o Brasil ter um piloto sequer na Fórmula 1. Esse é um exemplo de combater o possível, mas também é um exemplo de que só há controle de gestão pública e de fiscalização mínima se nós tivermos regulação.

Eu não sei que dia que nós vamos fazer uma audiência aqui trazendo para cá traficante, miliciano, bandido, para discutir qualidade de cigarro eletrônico. Infelizmente, também essa é uma realidade. Eu acho que não vou ter mandato suficiente para ver essa audiência pública. Então, na responsabilidade da Anvisa, dos conselhos de saúde, daqueles mesmos que criticam até hoje e tentam inviabilizar o trabalho das comunidades terapêuticas, é que eu acho que esta audiência serve, para que a gente tenha não alguma certeza absoluta, mas pelo menos se dedique a estudar o tema. Por que é que eu tenho que ouvir uma opinião isolada de quem diz que o cigarro eletrônico regulado não garante a possibilidade de regulação e fiscalização, e tenho que ouvir isso de outros países, onde realmente eles estão conseguindo ter algum tipo de controle?

O que é certo no Brasil é que essa atividade está absolutamente ligada à atividade do tráfico. Meus filhos, minhas filhas não fumam cigarro eletrônico, na minha casa ninguém fuma cigarro eletrônico, mas, se em algum momento algum deles tiver que fumar, que eu tenha condição de saber de onde vem, o que é, como é que eu faço, como é que eu faço para dizer para não fumar. Desse que está aí não tem jeito de saber nada. E também porque é como se eu convivesse num país em que de repente eu tivesse que pegar um Uber e escolher se o motorista fuma um cigarro eletrônico, regulado pela Anvisa ou pelo menos fiscalizado pelos órgãos de controle, ou que ele venha a portar 60g de maconha e esteja fazendo uso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos falando de realidade. Cada um vem para cá com a sua realidade, cada um vem para cá com o direito igual de exercer o seu voto. Na minha opinião, o que a gente tem que comemorar até agora é a audiência pública, a abertura do diálogo e o senso de realidade. Como eu disse, a audiência dos sonhos era uma audiência em que a gente pudesse desregulamentar tudo e proibir. Mas é possível fazer isso? Isso vai acontecer nesta Casa? E quantas coisas a gente deixou de ter porque houve sempre uma visão lateral? Eu tenho um conceito – sempre tive – de que o Congresso Nacional avança muito quando aprova boas leis e avança mais ainda quando deixa de aprovar ruins. Mas, nesse caso, nós estamos falando de um ambiente irreversível, amplo. Eu vejo que, no Brasil, o que está acontecendo é que, saindo desse corredor e indo até a garagem pegar o nosso carro, nós vamos lidar com centenas de pessoas que estão fazendo uso. Aí vamos entrar na utopia de que é possível proibir? É melhor que tenha uso restrito, regulado, orientado ou então que a gente vire um Estado que dê conta de fazer a fiscalização geral em tudo ao mesmo tempo.

Independentemente da decisão de cada um, é importante que a gente comemore a audiência. Tenho certeza de que cada um dos Parlamentares precisa receber esse material desta audiência pública para formar juízo e que a Anvisa, como uma agência reguladora competente, que tem os técnicos com o seu tempo para decidir, não será a primeira vez que a Anvisa ou reformula ou aprofunda ou resolve não discutir determinado assunto. Então, diante disso, eu trago a minha satisfação de ter ciência do assunto pelo menos para estudar nesses próximos dias e tirar uma posição, enquanto os próprios técnicos, profissionais preparados para isso, ainda não o fizeram.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Gomes.

Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Senadores e Senadoras, todos os palestrantes aqui, audiência pública serve para isto: para uma opinião formada ser desconstruída ou para uma opinião que não foi formada ser construída. Ela está didática, ela está pedagógica, ela está explicativa. Quem é contra, quem é a favor. Apesar do pouco tempo, ainda não ficou claro, porque eu ouvi aqui redução de danos, e a redução de danos, Senadora Damares, quando eu discuti o PLC 37, de 2019, de autoria do Ministro Osmar Terra, tinha uma linha que defendia redução de danos para drogas, como *crack*, maconha, cocaína. Isso não é redução de danos. Você vai continuar usando substância entorpecente.

O Senador Eduardo Gomes falou sobre o crime. A gente não está tratando *vape* aqui como substância psicoativa proibida que causa dependência, disfunção, descoordenação, desorientação, ninguém está tratando de drogas dentro do *vape*. A gente está tratando aqui das doenças, possíveis doenças que podem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser ocasionadas por essa mística contemporânea, esse apelo sedutor de que pode ser substituído. Ora, se nós estivéssemos falando aqui só de fumantes, só de fumantes, como o senhor mesmo disse, tirar o vício de uma pessoa é uma força quase intransponível, mas nós estamos falando aqui de uma população jovem que está entrando, que não tinha vício nenhum e que começou a entrar, a estatística foi mostrada. Então a gente ainda está tratando de redução de danos para aqueles fumantes, para substituir o cigarro que queima a 800ºC ou a 1.200ºC e entra no seu pulmão, cauteriza os alvéolos, entra nas células com monóxido de carbono, com todas as outras substâncias que impedem o metabolismo humano, com tudo isso. Ninguém está tratando da substituição desse tipo de produto por outro produzido por vapor, com substâncias que, querendo ou não, vão para o pulmão. E esse óleo glicerol, poliglicerol, todas essas substâncias, depois de vaporizadas, inaladas, dentro dos pulmões, o senhor é médico e sabe melhor do que eu, elas não saem mais, ficam lá dentro dos alvéolos. Talvez os cigarros eletrônicos causem mais nocividade ao fumante no curto prazo porque têm óleo – óleo, óleo mesmo.

Ora, se eu fizer nebulização todos os dias, já é prejudicial; se eu pegar um nebulizador todo dia e ficar respirando já é prejudicial, algo que deveria ser água, soro fisiológico; se eu tomar água demais é prejudicial. Imagine toda hora satisfazendo o meu vício, inalando, inalando, inalando. A gente está tratando de tecidos finos, quase microscópicos, que fazem troca gasosa, que vão ser tapados por uma substância que a gente está discutindo aqui. Entre regularizar, permitir... Porque essa discussão, Senadora Soraya, que a senhora trouxe... E trouxe num bom momento, porque isso está se espalhando sem propaganda, isso não precisou de divulgação, não precisou de empresas estarem falando, não precisa, sabe por quê? Porque cheira. Se fedesse a merda, ninguém queria. Agora, o problema é que os jovens não têm esse conhecimento, não têm acesso ao que estão inalando, e isso é um produto que é antigo, da década de 60, Gilbert Herbert, um americano, foi que pensou nisso. E ele foi desenvolvido por um chinês que, por incrível que pareça, o Hon Lik, não deixou de fumar o cigarro normal e nem deixou de fumar o *vape*, ele fuma os dois. E dizem que a China é o maior consumidor com 300 milhões de pessoas tabagistas lá.

Então, o que a gente tem de discutir aqui, Senador Girão, é que tem que separar as coisas, tem que separar e comparar. Uma coisa eu estou falando, se for para a redução de danos, você está falando de quem? Quem é o público de que a gente está tratando? Porque existem outras substâncias, existe um adesivo de nicotina, existem outras substâncias que podem substituir a inalação de um produto que sai a 300 ou 400 graus depois de passar por uma espiral, pela bateria de lítio, que aquece o líquido, que você inala, em baixa pressão ou na pressão pulmonar, se transforma no óleo que eu já disse e tapa seus alvéolos e você vai para o hospital sem ar. Isso é um raciocínio leigo, eu não sou médico, não, viu? Não precisa nem ser inteligente, isso é um raciocínio tão lógico que deve ser seguido. Agora, os jovens, pelas suas inconsequências, não sabem disso. Cheira gostoso, é bom. Eu mesmo já fumei; depois de hoje eu não fumo mais. Por quê? Porque a gente vai se aprofundando dentro do conhecimento e por isso que é prazeroso, dá serotonina o conhecimento, a gente deveria se viciar nisso, sabe, Doutor? O brasileiro devia se viciar em conhecimento antes de colocar na boca o que não conhece ou antes de ingerir coisa que não conhece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro viés que não pode ser discutido aqui é a droga, porque a gente não está falando de substância entorpecente dentro do *vape*. Nenhum produtor, nenhum empresário, nenhum... A Souza Cruz não é louca de colocar droga dentro do *vape*. A gente está tratando aqui de substâncias substitutivas. Quais são elas? Polímeros, glicídios, glicerol e tudo isso é aquecido, à temperatura tal, e, quando entra no pulmão, causa que doença?

Sobre arrecadação, Excelência, a gente pode dizer que, para combater o contrabando do cigarro, é só baixar o imposto do cigarro. Zera o imposto do cigarro que acaba com o contrabando. Aí a consequência vem para a saúde, quanto custa para curar uma pessoa com câncer? Só rebatendo o meu amigo Eduardo Gomes, ele disse que é um dos Senadores que mais investe, eu tenho três hospitais de câncer feitos por mim no Rio Grande do Norte, são milhões gastos, porque vai ser a nova pandemia o câncer. É inevitável, nós estamos envelhecendo mais, estamos sob alimentação muito pior, sob radioatividade toda hora. Então, se preparem, quem estiver vivo vai passar por essa doença de uma forma ou de outra. E o tratamento precoce seria a solução. E parece que a discussão que a gente está tendo... Eu não formei minha opinião ainda sobre liberar ou não liberar ou sobre regulamentar ou não regulamentar; para isso, nós estamos aqui. Agora, o Senador vir aqui já com a ideia formada, não precisaria de audiência pública. Eu não precisaria de audiência pública nenhuma, porque eu já estou com a cabeça formada sobre o que a gente está discutindo.

Só lembrando, Senadora Soraya: na diferença do fumar, da combustão, do queimar, do gerar monóxido de carbono, que atrapalha o ciclo de Krebs, que vai ali dentro das células, e do vaporizar já começa a sedução. Eu não preciso estar com isqueiro, queimando, fedendo, ficando com cheiro, com a roupa podre. O *vape*, não; o *vape* eu boto para carregar, pego outro sabor: pego o sabor *tutti frutti*, pego o sabor menta agora, pego o sabor melancia. Está na moda, velho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Maracujá com maconha.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se vai fazer mal ou não é o que nós estamos discutindo aqui. Para regulamentar, para poder ir para o mercado, a gente tem que ter toda a certeza e confiança de que isso não vai fazer mal para a saúde humana e, principalmente, para os jovens que, por consequência ou pela inconsequência do desconhecimento, fazem uso.

Não sei se eu estou sendo claro, Senadora. O que a gente iniciou aqui – e, claro, vai ser uma longa discussão, eu acho, em muitas outras Comissões, porque essa aqui não é a primeira nem a última Comissão em que vai ser discutido um assunto sério como esse – é um assunto que gera bilhões para a empresa? Perfeito, eu analiso pela sua ótica; e analiso pela ótica do poder público, que vai ter que gastar bilhões para poder curar essas pessoas, e analiso também pelo jovem inconsequente que não sabe nem o que está fazendo, que está lá inalando óleo em vapor. Se ele estudasse um pouquinho só de química, se ele tivesse um pouquinho só de conhecimento, ele entenderia. Isso deveria estar sendo dado em aulas no segundo grau.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do que a gente precisa em toda a discussão aqui é de mais informação e de mais publicitação. O cigarro não precisou de propaganda para ser proibido, não. Ele naturalmente ia ser proibido pelo que causa onde é acesso, é um incenso fedorento; não é só porque é cancerígeno, porque muita coisa é cancerígena, e ninguém para de consumir.

Agora, uma pergunta, Sr. Jorge Alberto. Eu ouvi a fala do senhor e fico lisonjeado pelas palavras que o senhor deu a todo brasileiro aqui durante esta audiência sobre neurotransmissor. Se eu não sei, se eu não tenho capacidade de mensurar a minha resistência a algo que me dá prazer ou que me causa dependência química, por que eu vou entrar então? Por que eu vou provar? Essa é uma mensagem para o jovem que está lá fora assistindo. Você não tem noção do que é química. Você não sabe o que uma pedra de *crack*, uma folha de maconha, uma substância química faz com o seu cérebro. Então, por que você vai entrar? Porque, depois de estar dentro, é difícil sair, é muito complicado você deixar. Ora, já é uma dificuldade a gente viver sem açúcar. Já é uma tortura eu passar sem carboidrato. Para fazer dieta, eu só falto ficar louco. Agora, imagine você dar a um jovem, a um adolescente que não tem conhecimento que é recreativo – eu estou falando agora da maconha, já entrei em outro tema –: "Ah, não, fume que não vai causar dependência, não."

Então, com esse conhecimento, o senhor deveria dar um estralo para o jovem: "Ó, se meta não, que você não controla, não, viu?". Ou o senhor acha que pode cheirar uma carreira de cocaína e não se viciar? Ou o senhor acha que pode acender uma pedra de *crack* – o senhor, com o conhecimento que tem –, o senhor vai pegar uma pedra de *crack*, queimar em seis segundos, ou menos do que isso, o senhor vai inundar seu cérebro de hormônios, de neurotransmissores, e vai conseguir sair da dependência química? É essa a mensagem que a gente tem que mandar para os jovens.

Esta audiência pública serve, também, Senadora, para esse propósito, porque enquanto a gente está discutindo aqui se regulamenta ou se não regulamenta, a gente não chegou a um ponto, mas o ponto é: vamos ouvir realmente as causas.

Eu estou dando a você a autodeterminação de saber o que vai fazer, mas eu acho que antes de ter a autodeterminação do que vai fazer, que você saiba o que está fazendo. Você não pega uma panela quente, você não mete a mão no fogo, mas quer acender um cigarro de maconha ou quer acender um *vape* ou quer fumar?

Então, essa é a mensagem que eu pergunto ao senhor se pode ser dita pelo senhor como um especialista que está indo para Genebra, de neuro? Porque a cabeça da gente controla tudo.

Então, o jovem que deve estar assistindo deve ter consciência, e isso deve ser discutido em sala de aula, a dependência química. Era nesse viés que nós estaríamos discutindo propagandas públicas para o ministério, porque se for pela mesma linha de raciocínio que todo mundo usa, todo mundo está usando *crack* lá na Cracolândia. Vamos liberar? Vamos regulamentar? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Senador, não quis interromper, não, só dei o recado de que ele quer responder, que ele vai responder, o Prof. Jorge.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se não consegue controlar, então, não se meta com isso.

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA (Para expor.) – Senador, foi a principal mensagem que eu disse: faltou neurociência aqui.

Nós somos o nosso cérebro e a nossa mente. O corpo é um grande aparelho, o que existe é um *device* para obter oxigênio, para obter carboidrato, tudo do meio ambiente, e fazer o cérebro – que consome 80% de toda essa energia – funcionar. Então, eu sempre digo que nós somos o nosso cérebro.

Existe um pequeno livro de Gerald Edelman, do Prêmio Nobel de Literatura, que diz exatamente: *Wider Than the Sky* (maior do que o céu).

Realmente, você pode entender isso que está aí do ponto de vista da neurofisiologia, como é que o circuito de prazer funciona, o circuito de recompensa. Hoje nós já sabemos.

E eu tenho usado muito isso dentro da OMS, como Conselheiro e ex-Diretor aposentado, que sobreviveu. Eu digo que eu sou um ser híbrido, que o meu cérebro é analógico, mas vive no mundo digital, então, tem os dois lados. Eu sou um dos sobreviventes do mundo analógico, a maior parte da minha idade já está aposentada ou já está em outro canto, e eu continuo. Então, o cérebro é a maior maravilha que tem.

Faltou aqui nesta audiência, mas teremos outras, podemos trazer neurocientistas para explicar exatamente como é que o fenômeno da dependência se dá dentro do cérebro. E, na hora em que se deu, que o cérebro aprende uma coisa que dá prazer, fazer ele esquecer isso é muito complicado, o dano é muito grande e, quando ele atinge o cérebro, atinge o corpo inteiro. O sistema imunológico está todo aqui dentro do cérebro, a imunologia do indivíduo vai para o espaço, o metabolismo do indivíduo vai para o espaço, some tudo, o indivíduo começa a ter mil doenças que ele nem imagina, porque o cérebro está doente, o cérebro é o que nós somos. Essa é a mensagem que eu trago aqui.

Eu adorei isto aqui, aprendi muito hoje aqui. Eu disse, eu sei pouco do que foi falado aqui, mas eu sei da parte comportamental do que foi falado aqui. Eu vejo muito isso. É onde eu sou útil ainda nas instituições que me chamam para saber como convencer as pessoas a tomar uma vacina, coisa que deveria ser óbvio, mas não é. Como convencer a pessoa – e eu comecei isso com o Jonathan Mann, que infelizmente morreu num acidente de avião – a usar preservativo, a fazer sexo seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu agradeço muito a oportunidade que me deu para eu falar mais alguns minutinhos e vender o meu peixe, que é o que eu sei. O que eu sei é exatamente o cérebro. O cérebro é o que nós somos, e nós somos o que nós pensamos e nós fazemos o que nós pensamos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas de forma resumida, existem limites seguros para usar drogas, produtos que causam dependência química? Existe algum limite de segurança, no conhecimento do senhor, para que um jovem ou um adulto possa fazer consumo de algo que causa dependência?

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA – O limite é muito individual, o metabolismo é muito individual. Tem pessoas que bebem um litro de uísque e estão lúcidos. Eu, se beber duas doses, eu fico bêbado inteiramente. Então eu não vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA – Não, eu não vou ficar dependente. A minha vantagem é metabolizar mal o álcool. Metabolizando mal o álcool, eu nunca vou beber muito para ficar dependente.

Mas se você beber álcool todo dia, todo dia, no final de 20, 25 anos, você é um dependente do álcool. Você é um dependente do álcool.

Mas há um acordo que foi feito, o Departamento de Álcool pertencia a mim, e a Organização Mundial da Saúde passou a estabelecer os limites e fazer claro isso. E as organizações que vendem álcool têm hoje... Nos Estados Unidos, tem um instituto que é financiado pela indústria do álcool, só para beber álcool de uma maneira sadia, se se pode dizer, mas que não faça muito mal.

Agora, você tem substância que, o *crack,* usou uma vez, acabou. Acabou. Você pega um narcótico, esses que estão sendo usados nos Estados Unidos para a dor, certo? Liquida, estão morrendo aos milhões. Basta uma, duas doses para o indivíduo ficar dependente. Então é dose-dependente, sim, e é também metabolismo-dependente. Mas tem drogas que realmente não há como permitir. Não há como permitir.

A SRA. VERA LUIZA DA COSTA E SILVA (*Fora do microfone.*) – Nicotina também.

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA – Hein?

A SRA. VERA LUIZA DA COSTA E SILVA (*Fora do microfone.*) – Nicotina também.

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA – Nicotina é uma droga que causa dependência, sim. É uma droga que causa dependência. Agora, será que existe uma maneira de diminuir isso daí, como foi feito com alguns narcóticos? Nós hoje temos morfinas que são dadas ao paciente terminal, cuidados paliativos. É uma maravilha, mas ele vai morrer. Mas vai morrer feliz, pelo menos, ou sem saber que está morrendo, não é? Mas é um cuidado paliativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medicina é baseada num tripé, Hipócrates já dizia: curar quando possível, aliviar quase sempre, consolar sempre. Quando não tem mais nada para fazer, fique ao lado da pessoa, dê amor a essa pessoa, que você está fazendo a medicina mais difícil.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Professor. E, sim, está equilibrado, o senhor veio trazer esse assunto, o senhor é uma sumidade no assunto. Então gostaríamos de algumas indicações, mas estamos muito satisfeitos com a sua colaboração.

Senador Eduardo Girão, só para colocar, Senador, os outros Senadores que se manifestaram disseram que seus filhos não utilizam, não fumam. Eles têm a sorte, mas nós precisamos nos lembrar de todos aqueles, de todas as pessoas que têm seus filhos fazendo uso disso. Às vezes, o problema não está em casa, mas nós temos que ter empatia com os demais que estão passando por isso.

Então, para aqueles que têm seus filhos e amigos fazendo uso desses dispositivos eletrônicos de fumar, é uma preocupação muito próxima. Não podemos fazer igual à covid: não morreu na minha casa, não estou nem aí para a covid. Temos que ter empatia.

Com a palavra, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke, Presidente desta sessão.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-la por ter tido a iniciativa de tirar esse assunto de debaixo do tapete. Tudo que fica na sombra, tudo que fica escondido é algo com que a gente tem que ficar preocupado. E esta audiência pública é o primeiro passo. Já tem outra para a semana que vem. A colocação do Dr. Jorge Alberto é perfeita: precisamos ouvir os neurocientistas.

Eu acho que o assunto é tão grave que nós vamos precisar aqui de ter dezenas de audiências públicas, porque nós estamos tratando de vidas e esse é o tipo do assunto sobre que, antes de qualquer instrução, a gente precisa ouvir especialistas, ouvir pessoas que defendem o negócio, mas também pessoas que estão sofrendo com a dependência.

Precisamos trazer comunidades terapêuticas. Precisamos ouvir o sofrimento de mães, de pais que já estão lá na frente, com relação a isso. Aí, sim, a gente vai estar pronto para votar, efetivamente, a matéria. Nós vamos estar prontos para votar a matéria dentro aqui do Senado, dentro da Câmara dos Deputados. O que não pode é o assunto vir assim para poder ser deliberado de uma forma sem o debate, porque quem está nos acompanhando, está tirando as suas próprias conclusões. Isso é importante – isso é importante.

Senadora Soraya, sobre essa questão de regulamentar, nós temos aqui outros debates muito importantes de outras áreas e fica aquela coisa: "Ah, vamos regulamentar para não ter o crime". A gente precisa entender também o seguinte, que certas regulamentações que nós tivemos no passado, depois de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita dor – porque ou a gente aprende pelo amor ou a gente aprende pela dor –, nos levaram, por exemplo, a regulamentar – o cigarro é um exemplo disso, o próprio cigarro tradicional – e o crime continua.

Não resolve o problema do contrabando, Senador Rodrigo Cunha, absolutamente. Está aí: 40% dos cigarros vendidos aqui no Brasil vêm de fora em forma de contrabando, 40%. A Anvisa eu acho que publicou uma relação, em 2016, em que cerca de 70 marcas de cigarro que são vendidas no Brasil não são legais, não são marcas autorizadas, ou seja, isso não significa que vai resolver o problema do crime.

Outra coisa também que a gente precisa entender é a questão que foi colocada aqui, Senadora, sobre quem é que a gente vai processar. Temos que regulamentar para saber quem a gente vai processar. Mas será que uma vida destruída, devassada de uma só pessoa, por exemplo, justifica que a gente possa ir atrás de regulamentar para ver? Pagar para ver o que vai acontecer? Vamos processar agora! Vamos processar. Tem empresas no Brasil já, com sede aqui no Brasil, grandes corporações que produzem esse cigarro eletrônico, esse instrumento, em nível mundial e que chegam ao Brasil. Já temos a quem processar, não precisa regulamentar para processar, não. Nós não precisamos...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – O senhor fornece...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Precisamos ir atrás e, se tiver que ir, eu estou aqui para isso. Eu estou aqui, coloco-me à sua disposição para defender os interesses da sociedade brasileira.

E a gente tem experiências no mundo. Olha, a indústria do tabaco, esse cigarro convencional, está em franca queda, e eu tenho que tirar o chapéu para idealistas. Eu vou citar aqui um nome apenas, que a gente identifica como o propulsor. Nós temos vários – eu peço desculpa a todos eles –, mas o Ministro José Serra, na época, entrou para a história pela coragem de proteger vidas de uma das maiores atrocidades que nós tivemos aqui, que é morte de pessoas por câncer, enfim. Então, começou uma queda por conta da política pública eficiente no combate ao tabagismo.

E essa mesma indústria, Senadora Soraya, está vendo no cigarro eletrônico a saída para a sobrevivência. Essa é a grande verdade. A comercialização do cigarro eletrônico começou com a falsa premissa de que serve para facilitar o abandono do vício do cigarro. Com isso, levou muitas pessoas ao erro.

Não existe prova desse benefício, ao contrário, ao contrário, faz um mal terrível à sociedade. E a gente sabe do poder do *lobby* dessa indústria mundial – são bilhões e bilhões. E nós temos que ter muito cuidado com pesquisas apresentadas, porque temos que ouvir o outro lado. Temos que ouvir as pesquisas, porque sabemos que existe muito interesse em jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para dar um exemplo, acho que foi a Dra. Vera... Eu quero trazer dados, se eu estiver equivocado, a senhora me corrija, porque são dados um pouco antigos. Nós tivemos R$13 bilhões de arrecadação, dados do INSS... Porque o pessoal diz: "Mas tem que botar esse dinheiro na Receita Federal. O Brasil quer dinheiro", nós estamos vendo a situação fiscal do país e precisa.

Agora, imagine: quando a gente bota esse dinheiro para dentro e regulamenta, aí começa... Como é que você vai dizer para o seu filho – eu tenho cinco filhos –: "Olha, não vai por esse caminho, não; não vai por esse caminho"? Aí ele chega e diz: "Papai, o Brasil já regulamentou, o Brasil legalizou". Com que moral eu vou chegar para o meu filho e dizer: "Não fume isso", vendo o estrago que eu vi nos Estados Unidos? Eu morei nos Estados Unidos antes de assumir o mandato aqui no Senado e eu vi a catástrofe que foi com o cigarro eletrônico naquele país. Centenas de mortes, manchetes todos os dias – isso foi agora, em 2019 –, morte de jovens por cigarro eletrônico, que tinha sido recentemente liberado. Foram 2,5 mil internações, Prof. Jorge – 2,5 mil internações hospitalares. Foi algo assim que impactou; e eu estava lá, eu vi.

Outra coisa que eu queria dizer é o seguinte: dos R$13 bilhões, Dra. Vera, arrecadados, R$40 bilhões... Você entra com R$13 bilhões no caixa e vai gastar R$40 bilhões com o Sistema Único de Saúde. Quem é que perde com isso? É o brasileiro! É uma enganação. "Vamos arrecadar para depois fazer campanha de...", o que é isso? Tem uma frase muito interessante que um Deputado que está acompanhando agora me enviou aqui que é: "A sociedade contemporânea, em sua inigualável covardia, prefere legalizar seus erros a corrigi-los", André Frossard.

Eu queria... Tenho aqui algumas perguntas para fazer. Porque, além de causar dependência química, o cigarro eletrônico está sendo utilizado para consumo de substâncias como a *Cannabis*, inclusive com um percentual alto de THC, alto de... Vicia para ganhar, dinheiro para viciar. E aí há aqueles *vapers*, Senadora Soraya, em toda esquina a gente vê, em alguns estados. Você já entrou ali? Eu tive a oportunidade de... por curiosidade, porque esse assunto me interessa. Eu tenho até um projeto de lei, Senador Rodrigo Cunha, que está aqui tramitando na Casa, que é o Projeto de Lei nº 4.356, que "dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de [...] fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos", enfim. Eu entrei num *vaper* daqueles. Rapaz, pensa num local de degradação. É sombra. As pessoas ali, sabe... É um local em que a gente vê como nós precisamos ajudar essas pessoas.

O mundo está caminhando no sentido de reduzir o consumo dos dispositivos eletrônicos para fumar, o Brasil não pode caminhar na direção contrária e permitir isso. O objetivo principal da indústria é o lucro desenfreado, e não importa quantas gerações nós vamos perder.

Eu tenho perguntas, para concluir, minha querida amiga Senadora Soraya Thronicke.

Pergunto primeiro para a Dra. Vera Luz... Luiza. Perdão, Dra. Vera Luiza...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só um minutinho, Senador, (*Fora do microfone.*) eu gostaria de perguntar para os senhores se a gente pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvir os Parlamentares. Tem Rodrigo, Damares e o Deputado... Pezenti – desculpa, Deputado –, e aí eles respondem em bloco. Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode. Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Porque eu acho que agiliza o trabalho, se ninguém se incomodar com isso, para que vocês sejam ouvidos. E aí, uma vez satisfeito, o senhor satisfeito com a resposta, o senhor pode...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu vou esperar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... ir para as outras Comissões.

Mas é que tem Senadores que estão com outra agenda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu vou só fazer as perguntas e eu espero depois a resposta em bloco.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Em bloco, pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em bloco, perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, porque aí os Parlamentares falam. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu que agradeço. Eu que agradeço.

Então, vamos lá, Dra. Vera Luiza. De acordo com o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), embora o consumo de cigarros comuns entre adolescentes americanos tenha caído entre 2011 e 2012, o de eletrônicos duplicou. No Brasil, um estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com o Ministério da Saúde e o IBGE, constatou um aumento significativo na experimentação do narguilé, cigarro eletrônico e outros produtos do tabaco, entre adolescentes em idade escolar. De acordo com a pesquisa, 26,9% dos jovens, entre 13 e 17 anos, já consumiram tabaco alguma vez.

Pergunto para a senhora: por que a indústria tabagista visa tanto ao perfil de adolescentes? Por que o foco deles é adolescentes? E quais as melhores formas de alertar a população? Como criar um ambiente de informação e prevenção nas escolas? Essas são as perguntas que eu lhe faço.

Outro questionamento eu quero fazer para o Dr. Jorge.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Professor, parabéns! Agradeço-lhe muito por o senhor ter priorizado esta sessão, ter feito esforço para estar aqui conosco.

As políticas de combate e prevenção ao tabagismo conseguiram apresentar resultados consideráveis, como a redução do número de fumantes de 34,8%, em 1989, para 9,07%, em 2021. Todavia, com a perda do mercado consumidor, a indústria tabagista, na sua tentativa de sobreviver, lança novos produtos e tenta vendê-los como se fossem menos maléficos à saúde. Por sua vez, os resultados estão se mostrando um verdadeiro desastre. Inclusive, quando o Senador Styvenson estava falando aqui, eu falei do maracujá com maconha, tem um sabor também: maracujá com maconha. O pessoal não brinca, não.

Aí eu lhe faço a pergunta: qual o poder da indústria tabagista no mundo e como ela consegue tal crescimento com a venda de produtos tão prejudiciais à saúde? Se o senhor tiver alguma percepção que possa me ajudar, eu lhe agradeço.

A pergunta que eu faço para a Dra. Mônica...

Uma das falácias reproduzidas pela indústria tabagista é que os cigarros eletrônicos não seriam tão maléficos como os cigarros tradicionais, pois apenas exalariam "vapor de água", entre aspas, o que não corresponde à verdade. Esse cenário de maior introdução ao tabagismo na juventude pode ter consequências sanitárias indesejáveis no futuro, com o aumento da ocorrência de doenças respiratórias, cardiovasculares e neoplasias.

Eu pergunto para a Dra. Mônica: há algum estudo feito sobre os danos sociais e físicos do cigarro eletrônico a longo prazo? Quais os custos para o Estado brasileiro em um cenário de liberação?

Para a Dra. Glória, da Anvisa, que espero que fale depois: em âmbito internacional, quais políticas públicas têm obtido êxito – já que ela é técnica – na redução do número de fumantes do cigarro eletrônico que poderiam ser reproduzidas pelo Brasil?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É a última pergunta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, é a última. O.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a última pergunta é para o Dr. Jorge.

Dr. Jorge, além de causar dependência, por conta da presença de nicotina nos líquidos que abastecem os dispositivos, os cigarros eletrônicos já demonstraram ser ineficientes para o tratamento do tabagismo e atuarem como porta de entrada dos jovens ao vício; ademais, proporcionam aos usuários uma percepção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incorreta dos riscos em que estão inseridos, uma vez que estes não se enxergam como fumantes e se sentem atraídos pelos aditivos adocicados, com sabores diversos.

A pergunta que eu lhe faço é: quais os outros riscos do cigarro eletrônico e como conscientizar os jovens já fumantes da necessidade de abandonarem seu uso?

E qual o papel das redes sociais? Das redes sociais como plataforma para a exposição de publicidade e comercialização desses produtos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Obrigada, Senador Eduardo Girão.

Eu vou, quebrando esse protocolo que nós havíamos convencionado, passar a palavra para o Prof. Jorge, porque ele precisa ir para o aeroporto. E daí devolvo, Senador Rodrigo, Senadora Damares e Deputado presente, o.k.? Obrigada.

O SR. JORGE ALBERTO COSTA E SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Soraya. Muito obrigado, Senadores. Obrigado pelas perguntas.

As pessoas, às vezes, perguntam como é que eu sei tanta coisa. Eu sei muito pouca coisa. A minha ignorância é muito maior que o meu conhecimento. Mas eu escondo ela tão bem, que nem eu sei onde ela está. Então eu só posso responder àquilo que eu sei. E aí parece que eu sou um gênio. Não sou.

Então as suas perguntas são pertinentes, mas tem coisas que eu prefiro que os expertos falem. Eu conheço muito pouco sobre, comecei a ler recentemente sobre o *device*, o equipamento do cigarro eletrônico, para lhe responder essa pergunta que me faz sobre o cigarro eletrônico, porque ela é muito técnica, e eu realmente não tenho esses elementos técnicos. Estou à busca deles. Eu já li a favor, li contra. É aquilo que eu disse: estamos vivendo a angústia do caos no momento, porque a mesma coisa tem artigos maravilhosos a favor e outros maravilhosamente contra. Mas está faltando mais ciência, e ciência básica que eu digo, para que possa explicar realmente isso, porque, do contrário, fica... E nós sabemos que o cientista, a estatística do cientista é sempre a favor dele, porque ele orienta como fazer. Isso ocorre em ciência. Infelizmente ocorre, mas é assim.

A outra é por que é que a indústria de tabaco busca outras formas? Não é a indústria de tabaco, não; qualquer indústria. A indústria de tabaco tentou. Por exemplo, Marlboro virou marca de *jeans*, virou marca de tênis para a adolescência, tinha lojas de roupas para jovens Marlboro. Mas não deu o sucesso. Então eles buscam outras formas. Então uma indústria buscar outra forma é o papel dela de sobrevivência. O banqueiro arruma uma maneira de ganhar mais dinheiro com o dinheiro dos outros é o papel do banqueiro, certo? O papel de V. Exas. aqui é exatamente entender isso aí e separar o joio do trigo, como legislar, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a função do Legislativo, sabendo que são coisas que são da natureza dos animais, da natureza das indústrias, da natureza dos processos financeiros, econômicos e tudo. Há sempre alguma coisa por trás.

Foi uma das grandes coisas que eu aprendi na ONU, na Organização Mundial da Saúde, foi lidar com todo tipo de indústria, todo tipo de política, todo tipo de ciência, todo tipo de comércio. Eu fui aprendendo. Eu tratei do assunto de drogas também, e quanto mais a minha equipe excelente fazia a política dela, os traficantes vendiam mais. Eu disse, como é aquele traficante, esqueci o nome, famoso? O Escobar.

Eu falei: vou contratar o Escobar para a OMS, porque esse entende de droga, porque ele consegue vender muito mais do que a minha equipe, que é *expert* em combater a droga. O Escobar era um craque, porque quanto mais a gente fazia para impedir mais o homem ganhava dinheiro. Então, foi um aprendizado. Eu falava: "Eu vou mandar vocês fazerem um estágio lá com eles para saber como é".

Então, essas coisas existem, são da natureza humana, e a legislação, os políticos vão aprendendo com reuniões como esta. Eu caí aqui de paraquedas, estou aqui e, quando vi, parece que eu trouxe coisas diferentes, porque eu não podia falar do que eu não sei, acabei falando do que eu sei, porque eu não ouvi ninguém falar.

Então, infelizmente, do cigarro eletrônico eu não tenho os elementos, mas tem pessoas aqui que conhecem muito bem. E é aquilo que eu digo: por favor, encontrem o acordo *win-win*, porque é muito ruim, se tem um *loser*, se tem um perdedor, o perdedor vai fazer de tudo para liquidar o vencedor. Certo?

Então, o ideal é o papel exatamente de V. Exas. aqui: lidar com duas versões do mesmo fato e como elas podem caminhar juntas.

Desculpe-me a minha ignorância e o meu pouco esclarecimento na sua resposta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Professor, mais uma vez.

E, antes de passar para o Senador Rodrigo, eu só gostaria de destacar algo aqui. Nós sabemos que é proibido comercializar no Brasil esses *vapes*, esses *devices* eletrônicos de fumar, para fumar – não sei nem como nomear tudo –, mas o Senador Girão trouxe uma *notitia criminis* aqui para nós: ele disse que conhece quem está fabricando, disse que nós já temos quem processar, disse também que o senhor esteve em locais onde as pessoas estão comercializando.

Peço para o senhor que passe para a minha assessoria ou, então, Carol, providencie um ofício para o gabinete do Senador Girão. Eu quero saber quem são, os endereços e tudo, porque eu vou processar, antes que eu seja, depois, aqui acusada de prevaricação, porque é proibido no nosso país.

Então, precisamos tomar uma providência, Senador Girão. Isso é muito sério!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Você pode ter certeza de que eu já estou providenciando isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, eu vou subscrever.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Inclusive, o que eu falei foi dos *vapers*, lá dos Estados Unidos. O que eu falei não foi aqui, eu falei dos *vapers* dos Estados Unidos. Não, deixei claro porque eu morei nos Estados Unidos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Os *vapers* foram os dos Estados Unidos, porque eu fui lá, porque eu fui lá nos Estados Unidos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mas o senhor falou que não precisamos procurar quem processar porque já há quem processar no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Esses equipamentos estão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Onde estão essas pessoas?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem empresas com sede aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, vamos processá-las.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem empresas com sede.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor sabe que tem. Então, quem são? Quem são?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Os equipamentos estão aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não, mas as empresas com sede, o senhor disse que elas estão aqui, porque, no meu estado, elas entram junto com o contrabando de cigarro, com as drogas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, não tem nenhuma empresa, elas entram de forma ilegal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas essas empresas são as mesmas que produzem lá fora e querem produzir aqui também.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O senhor providencie, por favor...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não tenha dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... para mim, por favor, porque eu vou tomar uma providência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos tomá-la juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O.k.

Senador Rodrigo.

Eu quero só esclarecer que a Senadora Damares foi tão gentil ao passar para a tarde. Depois, então, vai ser o Deputado. Por conta do avançar da hora, agradeço-lhe imensamente, e a presença da senhora vai ser muito importante na parte da tarde.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não, é porque o meu anúncio é tão grande que eu quero maior tempo à tarde.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL. Para interpelar.) – Perfeito. Perfeito.

Bem, primeiramente, boa tarde a todos.

Infelizmente, eu não consegui chegar desde o início deste importante debate, porque estava em uma outra missão, aqui ao lado, na Comissão de Assuntos Econômicos.

E, quando eu verifico aqui a presença do Presidente do Instituto Brasileiro do Cérebro; da Dra. Vera, representando o Ministério da Saúde; do Adriano, que coordena a parte de fiscalização da Receita Federal; e também do Lauro Junior, que representa o conselho – acredito, não sei se é relacionado aos fumígeros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – ... da indústria, só me faz chegar à primeira conclusão e à certeza absoluta de que a minha admiração só cresce a cada dia pela Senadora Soraya Thronicke, porque ela demonstra aqui que tem que ter coragem. Estou aqui há quatro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos e, se teve, eu não participei de uma audiência pública para tratar de um tema que é real. Então, eu não gosto de viver num mundo de faz de conta. Então, quando eu observo que uma mulher tem essa coragem, está aqui no Senado Federal e aproveita o tempo também para passar o Brasil a limpo e para identificar os problemas – e identificando-se os problemas é que surgem as políticas públicas –, é realmente de parabenizar a Senadora Soraya.

Confesso também que não acompanhei aqui se já tem algum projeto de lei em tramitação que esteja sendo discutido. Eu até acredito que não, acredito que agora é o momento de ouvir. E tenho aqui, não são afirmações, dúvidas de quem não é especialista no assunto, mas que vive neste país e vivencia muitas realidades.

Primeiro, o cigarro hoje é permitido no Brasil. Nós estamos falando aqui sobre o *vape*. Ele é cigarro ou é uma forma de apresentação? Ele é considerado tecnicamente um cigarro? Às vezes, coloca-se um nome em um produto sem ele ser. Essa é a minha primeira dúvida real. É um narguilé? É um vapor com sabor? Não sei. Eu não sei sobre o que estamos falando. Então, às vezes, o nome fantasia é um, e a realidade é outra. Tem essa pesquisa? Tem essa demonstração? Sobre o que estamos falando? É um outro produto que não é nenhum desses?

Então, partindo daí, geram-se muitas preocupações. Primeiro, sendo um cigarro, o cigarro hoje é regulamentado no Brasil. Então, essa regulamentação é válida ou não é válida? Diz-se que é proibido vender o cigarro eletrônico, o *vape*; no entanto, no mercado informal encontram-se informações e, no próprio mercado formal, se encontram também.

Sendo assim, eu ouvi as últimas palavras do representante que acabou de sair. Não sei quem era exatamente, tirou-se aqui a nomenclatura.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Prof. Jorge.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – O Prof. Jorge me pareceu ter um grande conteúdo. O que ele demonstrou aí é o que eu também venho acompanhando com o passar do tempo. Quais são os riscos desse *vape*? Se é cigarro ou se não o é? Eu já vi, no início, que era uma forma positiva de tirar as pessoas do vício do cigarro; depois, que esse risco era menor; artigos também dizendo que é 20 vezes mais danoso; artigos também dizendo que ele causa um mal não só no vício, mas também no consumo, da forma como entra no corpo humano, e ele resumiu dizendo que o que falta é ciência. Então, será que isso é realmente a realidade?

Eu estou fazendo aqui perguntas, de fato, para saber sobre o que estamos falando. Então, realmente, tem estudos comprovados? O que a OMS diz? Já me disseram que a OMS também disse que era menos danoso. Então, até pedi aqui essa informação de que fonte foi essa, porque eu não tenho essa informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já ouvi também, estou até esperando. Recebi uma mensagem aqui de alguém defendendo nessa linha. Então, são mais dúvidas.

Eu quero trazer aqui um outro aspecto, baseado no que o Senador Eduardo Girão falou aqui. O Senador Eduardo Girão... Não é que ele é conhecido, ele é a pessoa que defende a vida em todos os seus aspectos. É uma marca reconhecida e está aqui com todas as suas preocupações legítimas, sem dúvida nenhuma. Eu tinha feito algumas observações exatamente em cima de um aspecto específico, que é direcionar para os jovens, para as crianças, e falar sobre publicidade. Então, tem um projeto, que é o 4.356, do Senador Girão, que fala sobre publicidade de bebidas, publicidade de medicamentos, publicidade de cigarros. Para mim, é um absurdo a televisão fazer uma propaganda de medicamentos, ou seja, incentivar as pessoas a se automedicarem, ou seja, ninguém compra o produto pela marca.

Bebidas, eu já dei aqui esse exemplo. Meu ídolo na Copa de 1994 era o Ronaldo Fenômeno. Na Copa do Mundo, ele fazia o gol no primeiro tempo e no intervalo ele estava fazendo a propaganda da cerveja, ou seja, incentivando.

Agora, sobre o cigarro, nós passamos uma época em que os artistas de cinema estavam fazendo propaganda na televisão, era um *glamour*, e houve essa proibição da publicidade. A Fórmula 1, a Marlboro patrocinava, deixou de patrocinar. E aí o *vape* hoje no Brasil tem um sucesso entre os jovens – eu já respondo – e não vai ser a propaganda do cigarro proibida na televisão que vai fazer com que ele diminua, porque são os *influencers* nas redes sociais. Então, não tem quem segure. Você abre o TikTok e é um atrás do outro, todos com *vape*. Ninguém faz mais propaganda tradicional. Se colocar aqui 30 pessoas com até 18 anos e perguntar quem assiste televisão, essas 30 pessoas com até 18 anos pode ser que assistam na hora do jogo do Vasco da Gama, aí sim, aí eu acho que ia dar uma grande audiência. Mas, sinceramente, ninguém assiste mais a essa propaganda tradicional. Então, com essas redes sociais permitindo isso, se é um cigarro, e o cigarro não pode ter propaganda, nós hoje já podemos responsabilizar, independentemente de quem seja o fabricante, a rede social? Porque é onde conseguiu popularizar esse mecanismo para as pessoas. Então, onde é que está esse problema?

Eu tenho realmente muitas dúvidas, e da mesma forma como um tempo atrás me despertou o interesse sobre o mercado de carbono, hoje, neste momento aqui, a Senadora Soraya Thronicke despertou em mim o interesse em saber mais sobre o *vape*. Primeira coisa, se é cigarro ou não, se é um nome fantasia, se é um produto realmente dessa maneira. E aí, cadê o Inmetro? Mas não tem fabricante aqui, porque é proibido fabricar. Mas se é um cigarro e o cigarro pode fabricar, qual é a diferença? Para mim já não é cigarro, já começa dessa forma, porque o cigarro pode ser vendido no Brasil, pode ser fabricado no Brasil e se isso que eu estou falando aqui do *vape* é um cigarro, ele poderia. É isso que eu quero entender, então a gente já pode tirar dessa linha. Mas esse fluido é igual o narguilé ou um outro produto? Então, esse esclarecimento só surge de uma forma: trazendo especialistas para falar sobre o assunto, internalizando dentro do local propício, que é aqui o Senado Federal, através das Comissões específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não tenho muitas opiniões a fazer. Preocuparam-me também algumas matérias que saíram, fotos horríveis de pessoas que precisaram furar a traqueia. E foi devido ao *vape*, porque estava ali demonstrado. Mas que *vape* foi esse? O que foi que ele inalou ali? O que foi que ele fumou?

O fato de não dar o direito à pessoa a saber o que tem ali dentro já é um dano gigantesco.

Olhem só: a gente está falando que isto coloca em risco muitas pessoas: não saber o que tem ali dentro. Não se sabe o que tem ali dentro, e está sendo comercializado. Está na moda. Está na moda!

Como fazer uma reflexão em cima disso?

Eu queria acrescentar no próprio projeto, porque a publicidade tradicional que a gente conhece hoje é outra. Esqueçam. A gente está falando dos jovens, que são a nossa grande preocupação.

Hoje, se já não pode o *vape*, o TikTok pode aqui ser responsabilizado, o Instagram, porque o que mais se tem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Vou pedir para passar a relatoria para V. Exa.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - AL) – Já me dando trabalho, mas vamos juntos, com o maior prazer.

Mais uma vez, eu queria aqui levantar a questão também da certeza absoluta de que não sou especialista, mas vou estudar profundamente o tema, para que a gente não viva num mundo de faz de conta, trate aquilo que é a realidade e encare os fatos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Senador Rodrigo.

Obrigado pela presença, Senador Mauro.

Agora, o Deputado Pezenti, de Santa Catarina.

O SR. PEZENTI (MDB - SC. Para interpelar.) – Senadora, boa tarde. Já é 1h da tarde. Acho que não sou eu o único a estar com fome aqui. Então, vamos ser bem breves para que os expositores possam fazer as suas respostas num tempo adequado.

Gostaria de cumprimentá-la pela coragem de levantar um tema que, infelizmente, ainda é tabu. A gente já está nos 48 do segundo tempo para falar sobre este assunto.

Nós temos 2 milhões de usuários constantes no Brasil. Nós temos 6 milhões de pessoas no Brasil que já consumiram cigarros eletrônicos. Isso dá quase 3% da nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vai os bares, vai aos restaurantes, às festas, a gente vai aos corredores do Congresso Nacional, dentro dos gabinetes e encontra, a todo tempo, as pessoas fumando uma tecnologia que é proibida no Brasil, mas que contém uma substância legal, lícita, que é a nicotina. Ou a nicotina foi vetada no nosso país? A gente não pode criminalizar o uso dessa substância, mas precisa, de certa forma, normatizar e criar regulamentos para o uso da tecnologia.

Eu gostaria de estender os meus cumprimentos aos demais Senadores que aqui estão, aos expositores e a todo público que nos acompanha, seja pela internet, seja pela TV, seja aqui, presencialmente.

Fumar faz bem?

Vou perguntar ao representante da indústria do tabaco.

Faz bem à saúde fumar? Eu acho que esse... Faz bem fumar?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Fumar não faz bem à saúde.

O SR. PEZENTI (Bloco/MDB - SC) **–** Talvez, isso seja consenso.

Vera Luiza e Lauro, que talvez estejam nas partes mais distantes, aqui nesta reunião, concordam que fumar não faz bem.

Aliás, até aproveito para fazer um apelo, já que deve ter grande audiência uma audiência pública como esta: se você já fuma, pare de fumar! Se você nunca colocou um cigarro na boca, não coloque, porque não faz bem à saúde!

Agora, um apelo como este que faço aqui convence quantas pessoas a largar o cigarro, a parar de usar essas substâncias? Nenhuma. Ninguém se convenceu.

Fumar é um hábito que já está inserido no meio dos humanos há pelo menos 8 mil anos. Os astecas enrolavam tabaco na folha de junco e já consumiam. Depois foram para os tubos de cana. Muito tempo depois, para os palheiros, cigarros sem filtro, cigarros com filtro. As pessoas vão continuar fumando sempre; o que muda é a forma como as pessoas fumam. O mundo evolui. A maneira como as pessoas se relacionam, como as pessoas compram, como as pessoas namoram, como as pessoas fumam muda, e a gente precisa entender essa evolução.

Será que proibir vai resolver o problema? Não vai resolver. Se a gente pode regulamentar um método mais seguro para que as pessoas façam uso dessas substâncias que não são boas, por que a gente vai abrir mão, vai abdicar dessa possibilidade? Eu faço essa pergunta para que nós possamos parar um pouquinho e pensar. Se a gente pode abrir mão da fumaça, por que a gente não vai abrir mão da fumaça?

O Senador Girão falou sobre a regulamentação do cigarro. Eu comecei a pensar a respeito disso, Senador. Regulamentar o uso desses dispositivos eletrônicos para fumar, com certeza absoluta, tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança no que digo, não vai acabar com os crimes que envolvem esse segmento – não vai acabar. O cigarro, o senhor falou muito bem, Senador Girão, é regulamentado, e a gente tem muito crime envolvendo cigarro hoje no país. Quarenta e um por cento de todos os cigarros consumidos no Brasil são ilegais, são contrabandeados, vêm do Paraguai. E esse número já foi maior: já tivemos 57% dos cigarros consumidos aqui contrabandeados.

No Governo Bolsonaro, a gente teve uma intensificação de fiscalização na fronteira. Era todo dia no noticiário: carga de cigarro apreendida pela Polícia Rodoviária Federal, pela Polícia Federal. Esse número caiu, mas ainda é assustador. Imagine que, de cada dez cigarros que são pitados aqui no Brasil, quatro não podem estar em circulação. No *top of mind* das marcas de cigarro, das cinco mais lembradas, duas sequer poderiam estar aqui, no Brasil, sendo comercializadas. Tem duas; de cinco, duas, e eu não vou falar para não fazer propaganda também.

O Paraguai, no ano passado, produziu 56 bilhões de unidades de cigarro – 56 bilhões. Vocês sabem quantos cigarros o Paraguai consumiu ou exportou? Foi 1,2 bilhão. Eu vou repetir porque é um número interessante: 56 bilhões de cigarros produzidos, 1,2 bilhão de cigarros vendidos, fumados, exportados. Onde é que estão esses outros 54,8 bilhões? É muita coisa 98%. Será que eles estão enterrando para fazer adubo? Será que estão guardando para fazer coleção? Será que estão contrabandeando? É muito provável que estejam contrabandeando, e o destino principal é o Brasil – e estamos falando de um produto que é regulamentado. Então, a regulamentação, por si só, não vai acabar, certamente, com esse problema da ilegalidade, com os crimes que envolvem o setor.

Mas por que vem tanto cigarro contrabandeado? Principalmente por conta do preço que o nosso cigarro tem. E, aí, quando vejo pessoas defenderem na reforma tributária o imposto seletivo para a gente aumentar ainda mais a carga tributária sobre um produto que é ruim, sobre armas, sobre... Não que arma seja ruim, mas está nesse imposto seletivo, não é?

O cigarro é ruim.

Mas querem aumentar ainda mais a tributação sobre cigarro, sobre bebidas alcoólicas, sobre armas... Será que resolve? Será que as pessoas vão parar de consumir, vai diminuir o consumo? Não. Isso só incentiva a ilegalidade.

E estamos falando sobre um produto que é produzido aqui no Brasil e que emprega muita gente.

Eu venho da roça, Senadora Soraya. Meus pais ainda trabalham numa propriedade de 28 hectares plantando cebola, mas o meu umbigo está enterrado no meio de uma lavoura de fumo, de tabaco.

São 128 mil famílias que dependem dessa atividade, sobretudo no Sul do país, para poderem sobreviver, e em terrenos muito pequenos, de relevo acidentado. Casas rodeadas por barranco. E, nessas propriedades, ou você planta fumo ou cria cabrito, porque você não consegue mais fazer nada ali. Você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não consegue, em 4 ou 5 hectares, criando cabrito, sustentar uma família de cinco, seis pessoas. Mas o fumo, uma atividade lícita, sustenta.

E 90% da produção do nosso fumo também é exportado. Nem o fumo produzido no Brasil faz mal para os brasileiros. No entanto, se a gente parar a produção, as pessoas não vão parar de fumar. Vão, cada vez mais, trazer cigarro de fora, que é produzido, sei lá, sob quais circunstâncias. Aqui pelo menos, existe um nível de verificação, de exigência, de sanidade na produção, que em poucos lugares do mundo é observado.

Então, se o cigarro faz mal – e faz mal, o representante da indústria do tabaco disse que o cigarro faz mal, e eu estou aqui para repetir –, muito mais mal faz o cigarro que vem de fora sem qualquer observância das práticas normais, legais de produção.

E eu gostaria de fazer uma pergunta ao próprio Lauro, que representa aqui a Abifumo, porque eu, como ex-produtor de tabaco e amigo de muitos produtores, vindo de uma região muito forte na produção, tenho interesse em saber – existem dúvidas sobre esses dispositivos eletrônicos. A nicotina utilizada nesses dispositivos é a nicotina extraída da folha do tabaco ou é uma nicotina sintética? De onde essa substância vem? Porque eu tenho interesse na produção, eu não tenho interesse no consumo. Mas nós temos muitas famílias que sobrevivem graças a isso. E o incremento, um possível incremento de receita para os estados e para a União, com a regulamentação desses dispositivos...

Para a Vera Luiza, eu gostaria também de direcionar dois questionamentos, e aí eu encerro, Senadora, já abusando de sua boa vontade. Quais são os membros da Conicq, que é a comissão criada para implementação da convenção-quadro? Nós recebemos... Até porque, no dia 30 de agosto, se não estou enganado, foi recriada a Conicq. Antes disso, neste ano, a Conicq não existia, desde que o ex-Presidente Bolsonaro a extinguiu, mas ela foi recriada. Nós temos os representantes de ministérios; só não sabemos quem são esses representantes, e eu gostaria de saber. Se a senhora tem essa informação, gostaria que expusesse, por gentileza.

E também gostaria de aproveitar para questioná-la sobre a posição do Brasil na COP que teremos no Panamá, em novembro, a 10ª COP, para o controle do tabaco. Qual é a posição da Conicq? Qual é a posição oficial do Brasil, com relação aos dispositivos eletrônicos de fumar?

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Deputado, pela sua colaboração.

Senador Mauro, prazer em tê-lo aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Senador Mauro, licença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode falar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Sem atrapalhar a fala do nobre Senador – é porque eu fui ao Plenário e voltei, reforma tributária –, dentro das perguntas que eu fiz, fiz de forma rápida, a senhora estava com pressa. Eu não sei se eu posso ainda, depois, se a senhora permitir, falar com o Sr. Lauro para saber sobre o custo que é um *vape* para a empresa e o custo que é o cigarro normal, porque eu ouvi atentamente aqui a fala do Deputado sobre custos, sobre uso, sobre impostos, sobre contrabando, sobre tudo isso, porque, pela lógica que ele falou, mesmo que autorize, certifique, mesmo com todos os cuidados e cautelas, talvez seja taxado com o mesmo imposto ou com o imposto qual for que vai dar oportunidade para o mercado paralelo introduzir o seu produto também porque é a concorrência. Se a livre concorrência existir, sempre vai existir também o contrabando. Se a gente permite a droga, vai ter, sim, o traficante, porque sempre vai ter a margem de lucro que ele vai querer ganhar em produção.

Então, só para ver essa diferença aí do custo que é, se incidiria o mesmo imposto do produto, porque talvez ficaria no mesmo *loop*. A gente não sairia nunca, Soraya, disso aí, nunca, estaríamos discutindo a vida toda a mesma coisa porque o foco aqui da discussão, eu disse, é a saúde. Primeiro, a saúde, porque você não vai vender *vape* para morto e nem para doente. Então, a pessoa tem que ter esse controle.

E eu fiquei curioso: nesta sala aqui, quantos usam cigarro? Quantos fumam cigarro normal? Quantos usam vapor, *vape*? É, porque a gente está discutindo aqui coisas que talvez a gente não saiba nem o efeito delas dentro do nosso organismo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Mais *vape* aqui. Acabei de ver.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mais *vape*, não é? Então, pronto!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Então, tem gente que vai sair preso daqui hoje. (*Risos.*)

Comercializar e produzir dentro do país e trazer para dentro é ilegal, mas consumir, não. Aí nós estamos num limbo jurídico que precisa ser resolvido; por isso, estamos aqui.

Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Boa tarde, Senadora Soraya. Obrigado por me autorizar a fazer o uso da palavra, não tinha nem me inscrito ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, primeiro, parabenizo a senhora pela coragem. Nós convivemos com isso já há alguns anos no Brasil e nós temos que ter a coragem de enfrentá-lo. Quando a gente tem um problema, não existe... Se você quer realmente uma solução, não adianta querer colocar embaixo da gaveta, passar por cima e achar que por si só nós vamos chegar a uma solução, porque nós não vamos.

Existe realmente uma dúvida muito grande dos efeitos do cigarro eletrônico. Nós sabemos do mal que causa o cigarro normal, mas existem muitos estudos mundiais comprovando isso, e muitas pessoas ainda continuam fumando. Não vai ser com a proibição que nós vamos diminuir o consumo do cigarro. Inclusive, com toda essa campanha que foi feita contra o cigarro, quando a gente viaja para os outros países, a gente vê que o Brasil evoluiu muito, porque a quantidade de fumantes no Brasil diminuiu muito. Comparando então com outros países da Europa, não dá nem para... O Brasil está muito mais evoluído nesse sentido do que países da Europa.

Agora, com relação ao cigarro eletrônico, o *vape* realmente virou uma moda entre os adolescentes. Aonde você vai hoje, você encontra pessoas que não fumam no dia a dia, mas estão em uma balada e pegam o cigarro do amigo. Na época da covid, então, imaginem quantas pessoas foram contaminadas por conta disso, que virou moda entre os jovens. E nós não estamos falando de jovens de 18 anos, 25 anos, não; nós estamos falando de jovens de 12 anos, de 15 anos, de 16 anos, que estão usando esse cigarro eletrônico.

Então, eu não tenho uma opinião formada realmente no sentido de se é melhor a gente legalizar ou não. A minha opinião formada é de que a gente aprofunde os estudos. Apesar de ter 80 países, hoje, que legalizaram o uso do cigarro eletrônico, o Brasil ainda não o legalizou, e nós sabemos perfeitamente – já foi amplamente debatido aqui – de todos os problemas que o Brasil vem enfrentando com essa informalidade do cigarro eletrônico.

Eu acho que este debate, hoje, aqui no Senado Federal, é fundamental, porque realmente tudo o que a gente faz de forma exagerada... O álcool também, de forma exagerada, faz muito mal à saúde; e o cigarro também, da mesma forma. Apenas um cigarro acaba fazendo mal à saúde.

Então, o que eu vejo aqui nesta discussão... No período da tarde, nós vamos ter mais especialistas ainda debatendo, mas nós temos que ter uma solução, seja ela para a legalização...

Nós sabemos da geração de emprego e renda que toda a cadeia proporciona. O Brasil hoje perde bilhões de reais, em função dessa informalidade. Esse contrabando todo que existe hoje do cigarro eletrônico é controlado por grandes facções, porque é extremamente rentável. Além de ser extremamente rentável, a sociedade não condena, não é? A sociedade condena o tráfico da maconha, condena o tráfico da cocaína, mas o tráfico de cigarro eletrônico as pessoas acham até que é normal. A sociedade brasileira não tem esse valor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – É porque não deixa doidão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É porque não deixa doidão, não perde a consciência... (*Risos.*)

Agora, uma coisa que eu sou literalmente contra é a saborização. Isso daí, de forma nenhuma, porque a saborização acaba realmente estimulando as pessoas à sua volta a consumir esse produto, porque tem um cheiro gostoso, um perfume gostoso. Então, a saborização teria que ser totalmente excluída, mas eu não estou querendo aqui fazer juízo de valor e nem me posicionar. Eu acho, sim, que nós temos que enfrentar o problema e saber que, com qualquer decisão que tomemos, no Senado, nós vamos estar causando algum tipo de prejuízo. Onde nós vamos causar menos? Na saúde das pessoas. Porque o prejuízo vai existir, com mortes, com doenças... Onde nós vamos causar menos?

Agora, o que não pode é a gente conviver com o problema e simplesmente deixá-lo de lado, falando: "Esse problema não é meu, e eu não tenho nada a ver com isso". Milhares, milhões de brasileiros estão consumindo, inclusive aqui dentro do Senado, como o próprio Deputado colocou, em vários gabinetes. Até no Plenário, já teve pessoas que fumaram ali dentro, porque não causa nenhum tipo de cheiro, nenhum tipo de problema.

Eu acho que este debate com as pessoas que estão fazendo parte desta audiência pública vai dar realmente um norte para o Senado Federal, para dar os encaminhamentos necessários do que seja o melhor e menos prejudicial para a sociedade brasileira.

Então, eu não tenho uma opinião formada sobre se isso é bom ou se isso é ruim, mas o que eu estou vendo é que a sociedade, principalmente com os mais jovens, está com um consumo desenfreado desses cigarros eletrônicos, que passaram a ser um artifício muito bonito. E o pior: sem controle nenhum dos líquidos que estão sendo consumidos. Aí que é a minha preocupação, porque, se você não tem controle desses líquidos, você entra no YouTube e tem ali inúmeras fórmulas de você fazer o líquido dentro da sua casa. E a maioria, principalmente da classe menos favorecida, faz o seu próprio líquido baseada nesses vídeos do YouTube. É isso que vem acontecendo. Então, que controle que nós temos desses líquidos? Qual o prejuízo que isso está causando na saúde das pessoas? Porque não existe controle nenhum. Pode entrar no YouTube e você vai ver, no mínimo, 10 mil vídeos ensinando como se faz líquido e de que forma você vai conseguir mais fumaça e vai chamar mais a atenção das pessoas. Essa falta de controle eu acredito que é mais prejudicial ainda do que se o país passar a ter controle absoluto sobre esses líquidos que são fabricados no país.

Essa é a minha opinião.

Muito obrigado pela oportunidade, Senadora Soraya e todos os demais Senadores e Deputados aqui presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada, Senador Mauro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Dra. Vera Luiza vai ter que sair, então ela gostaria de responder. Eu só pediria ao senhor para ser breve, porque até a audiência da tarde nós já estamos tentando adiar em algum momento, porque aqui todo mundo é ser humano.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – É porque, Senadora Soraya, eu vou ter que pedir licença, porque senão o meu voo eu não vou conseguir pegar. Então, eu vou apenas agradecer...

Dra. Vera Lúcia...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Luiza, Luiza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É Vera Luiza, desculpa.

Eu vou pedir... A nossa equipe vai ficar aqui, vai me passar as respostas das perguntas.

Eu queria só pedir licença e dizer que um Deputado de uma terra de que eu gosto demais, que é Santa Catarina, falou que são 128 mil famílias, principalmente na Região Sul do Brasil, que sobrevivem com a questão do tabaco, com a plantação – enfim, é uma indústria –, mas a gente não pode esquecer que no mundo 8 milhões de pessoas perdem a vida pelo tabaco, pelo fumo. Aqui no Brasil, são 162 mil por ano. Então, por uma vida só, já, para mim, a gente tem que buscar outras alternativas.

E, com relação à questão de ouvir a sociedade, é muito importante. Hoje é um primeiro passo. Nós estamos vendo que o auditório aqui – e é natural, é legítimo – tem pessoas preponderantemente pró-regulamentação, mas deixo claro que a gente vai trazer a sociedade aqui também – mães, pais –, para que a gente possa ouvir o estrago que isso está fazendo.

Um erro não justifica o outro. Não é porque a nicotina está regulamentada que a gente tem que procurar aumentar mais ainda um problema para o Brasil.

Então, vamos fazer com muita serenidade esse debate.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Senador Girão, só para acalmar o seu coração, consumidores foram convidados para dar seu testemunho – consumidores. E, quanto a mães, eu sou uma, tá? Eu sou uma. Então, tem muita mãe preocupada, tem muito pai preocupado, e os consumidores também vão dar os seus relatos.

Vamos passar, então, para as respostas – boa viagem, Senador! – da Vera Luiza da Costa e Silva, justamente porque ela também precisa adiantar, se os senhores não tiverem nenhum problema. Aí eu passo para V. Sas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VERA LUIZA DA COSTA E SILVA (Para expor.) – Eu também preciso voar. Muito obrigada.

Primeiro, eu queria dizer que o tabagismo, a dependência à nicotina é uma doença pediátrica. A indústria, desde sempre, promove o produto para jovens, para crianças e adolescentes, porque, como a gente ouviu o Senador Girão dizer tão bem, se a gente tem 160 mil pessoas que morrem por causa do tabaco, para você poder se manter enquanto indústria, você tem que captar 160 mil novos usuários para consumir aquele produto. E isso, na verdade, é o que faz com que esse seja o público-alvo preferencial da indústria.

Com a questão dos dispositivos eletrônicos para fumar, não vai ser diferente. O que está acontecendo hoje é que esses dispositivos eletrônicos para fumar que estão entrando no Brasil ou por contrabando, ou porque as pessoas trazem na mala, ou porque compram em algum outro lugar vão ser... Na verdade, eles vão sofrer um *boom* de consumo, eles vão ser muito mais distribuídos. A indústria tem um esquema de distribuição de produtos do tabaco imenso, que vai disponibilizá-los em qualquer lugar. O problema desses dispositivos é que eles servem como porta de entrada para o consumo do cigarro regular.

Além disso, os saborizantes já estão presentes não só nos cigarros brasileiros como nos dispositivos eletrônicos para fumar. Existem mecanismos envolvidos na ação desses saborizantes nas vias aéreas e implicações celulares. Estudos apontam que o uso de aditivos de sabor nos cigarros eletrônicos agem em mecanismos biológicos que aumentam a dependência. Além disso, foram inventados pela indústria os sais de nicotina que causam maior dependência ainda, não é? Então, a gente está vendo vários países já se digladiando com isso, porque, ao se botar um novo produto no mercado, ele, na verdade, vai ser acompanhado por um *boom* de consumo.

A gente ouviu muito bem o nosso representante aqui da Receita Federal falando, e, obviamente, do mesmo jeito que com o cigarro... No cigarro, a gente tem uma arrecadação que foi sempre usada como arrecadação do Governo, etc., mas a gente tem dez vezes mais gastos pelo Sistema Único de Saúde para tratar as doenças tabaco-relacionadas. Isso fora as aposentadorias precoces, os danos para as famílias, sem levar em conta que o dinheiro que é gasto com cigarro, com dispositivo eletrônico de fumar e qualquer coisa do gênero deixa de ser gasto com saúde, com educação, enfim, com as crianças brasileiras.

Em relação aos agricultores do tabaco, a gente é altamente favorável a ajudar esses agricultores. A produção está caindo no Brasil, a área cultivada está caindo, a exportação está caindo, o número de famílias que plantam tabaco está caindo. É preciso que este Senado Federal, que o Governo brasileiro olhe para isso com a devida atenção. A gente precisa cuidar da parte mais fraca da cadeia produtiva do fumo, que são, efetivamente, como o Deputado Pezenti falou, os plantadores de tabaco. Então, eu tenho certeza de que essas famílias vão ficar muito melhores quando elas tiverem mais segurança de que a produção delas não vai cair no Brasil e que a demanda por folha no mundo não vai cair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao contrabando, ele vai continuar. Se o cigarro que é o cigarro tem um percentual altíssimo de contrabando, que chega a quase 40%, e é legalizado, é um produto legal, o que vai acontecer com os dispositivos eletrônicos para fumar? A mesma coisa. E as pessoas vão continuar botando líquido, fazendo as suas formulinhas domésticas, etc.

Fora isso, se você tiver um *boom* de dispositivos eletrônicos para fumar no mundo – e a maior parte da produção brasileira vai para fora –, a demanda por folha de tabaco no Brasil vai diminuir. Por quê? Porque os dispositivos eletrônicos para fumar usam muito menos folha de tabaco do que usam os cigarros regulares. Então, a questão é muito mais profunda do ponto de vista do elo da produção.

Eu acho que a gente tem que dar segmento a essa discussão – não tenha dúvidas –, mas o Ministério da Saúde tem uma posição muito clara de que isso é mais um mecanismo para criar dependência entre jovens. A maior parte da população que usa esses DEFs atualmente são crianças e adolescentes de média e alta renda, e é por isso que os senhores estão vendo essa população com mais frequência, porque essa população já tinha deixado de usar tabaco, e, agora, usando dispositivos eletrônicos para fumar, vai voltar a usar tabaco, porque o uso dual também é uma realidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. VERA LUIZA DA COSTA E SILVA – Então, basicamente, Senadora, Senadores, Deputado, eu queria compartilhar isso com os senhores.

Em relação à pergunta do Deputado sobre a Comissão Nacional, nós tivemos uma reunião aberta ontem – é muito pena que o senhor não compareceu –, e a maior parte dos membros da Conicq estavam lá representados, se apresentaram para todas as pessoas que estavam participando desta reunião aberta. E esse mecanismo é um mecanismo transparente, só que ele obedece ao Artigo 5.3 do tratado, que impede que exista interferência da indústria do tabaco no processo de formulação de políticas públicas brasileiras.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Quanto à posição do Brasil, também a gente recebeu insumos – e a gente vai ter muito prazer em receber os seus insumos – na reunião aberta da Conicq, e a comissão está discutindo esse posicionamento brasileiro e vai, certamente, consolidar isso e submeter isso à Presidência da República.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Nós vamos até pedir que os senhores possam ser objetivos, justamente porque nós estamos até adiando já o horário da próxima reunião. E eu estou aqui no laço atrás dos Senadores, porque eu ainda tenho a posse do Ministro Barroso hoje. Mas iremos tratar de tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu até gostaria, Lauro, Adriano e Vera, de falar – e eu vou falar na parte da tarde –, porque o número de perguntas que nós estamos recebendo é imenso. A participação da população está muito, muito ativa. E seria muito importante que eu pudesse lê-las, mas não consigo.

Eu vou deixar para vocês dois aí o bate-bola, para que vocês respondam o que lembrarem, se lembrarem; senão, depois, podem endereçar para os Senadores as devidas respostas, o.k.?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou tentar ser muito sucinto, até pelo adiantado da hora, sobre alguns pontos, começando pelo do Deputado presente.

Para a fumicultura, seriam gerados R$132 milhões de renda adicional, R$1,6 bilhão em faturamento com a regulamentação de cigarros eletrônicos no país. E seriam gerados cerca de 55 mil empregos na agricultura de forma geral. Isso foi um estudo realizado pela Federação de Indústrias do Estado de Minas Gerais, em que eles se aprofundaram nos dados da fumicultura especificamente. Então, eles avaliaram isso.

E, para sua pergunta original, a nicotina majoritariamente é extraída da planta do tabaco. Existe a nicotina sintética? Sim, existe. Agora, a nicotina sintética é até oito vezes mais cara do que a extraída da planta do tabaco. Então, economicamente é mais compensatório extrair diretamente da planta do tabaco. Para nós da BAT e das outras empresas associadas à Abifumo, é natural a extrairmos a nicotina da planta do tabaco, e assim vamos continuar fazendo.

Para nós e inclusive para a fumicultura, seria muito benéfica a extração, como vocação natural do país, que é o terceiro maior produtor de tabaco do mundo e o maior exportador de tabaco do mundo, dessa nicotina no Brasil. Hoje a gente perde para a Índia em extração de nicotina, porque a Índia faz extração de nicotina para abastecer o mercado mundial de cigarros eletrônicos, e poderíamos fazer essa extração de nicotina hoje no Brasil – em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e no Paraná –, e não fazemos porque a gente não tem uma regulamentação. Então, a gente hoje não consegue fazer os investimentos necessários aqui no país para capacitar o país para essa realidade. Tanto é assim que a gente pode realmente ter esses investimentos com uma regulamentação adequada.

Em relação aos outros pontos, acho que também é importante, muito sucintamente, endereçar alguns pontos relevantes: sais de nicotina e nicotina. Nicotina causa dependência. Isso é importante deixar muito claro. Nicotina causa dependência, nicotina não é uma substância inócua, tá? Ela causa dependência. Agora, nicotina não causa câncer. Não sou eu que digo isso, mas uma instituição de pesquisa do câncer da Organização Mundial de Saúde que diz. Estava nos eslaides que eu ia passar; evidentemente, tem muita coisa. Esse material vai estar publicamente disponível dentro dos *Anais* da audiência pública e estão lá as referências, inclusive para que as pessoas possam buscar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a sais de nicotina – também está no material que vai estar publicamente divulgado –, as pesquisas indicam que ele aumenta a satisfação do consumidor que faz a migração do cigarro convencional e têm um limite de nicotina, que é o adequado. Inclusive, saiu um estudo da Organização Mundial da Saúde – um grupo de trabalho da Organização Mundial de Saúde publicou neste ano –, em agosto deste ano, e publicou um outro em agosto de 2021, indicando limites de nicotina apropriados. Então, quando você tem uma regulamentação adequada, em que você tem os limites apropriados, você tem, de fato, aquilo que é esperado do produto.

Sobre os sabores, por exemplo, há discussões nesse relatório que tem que se dizer. O relatório diz: "sabores podem desempenhar um papel para atração de menores de 18 anos", e há uma preocupação legítima sobre isso. Por outro lado, os sabores ajudam os adultos que querem parar de fumar a transicionar para os produtos de menor risco. E essa ainda não é uma conclusão a que esse relatório chega. Então, é preciso, sim, encontrar um ponto de equilíbrio entre aquilo que se quer de política pública em relação à regulamentação de sabores e aquilo que não se quer de atração de menores de 18 anos. E os países estão, neste momento, discutindo esses ajustes de regulamentação, para evitar a atração dos menores de 18 anos, mas, ao mesmo tempo, ajudar os adultos fumantes para ir para esses produtos de menor risco.

Uma preocupação que eu ouvi muitas vezes aqui – e eu acho que é uma preocupação muito legítima – é a respeito dos danos e dos riscos no hábito de fumar. O Senador Girão falou em alguns milhões de mortos todos os anos e algumas outras pessoas falaram também nos custos da saúde, entre outros elementos.

Cito o exemplo da Suécia: a Suécia, entre os países europeus, tem 40% menos casos de câncer de forma geral, incluindo cânceres associados a doenças tabaco-relacionadas. Qual é a diferença da Suécia para os outros países? Eles adotam, historicamente, alternativas de menor risco no consumo de tabaco, incluindo cigarros eletrônicos – 40% menos casos de câncer! Ou seja, se nós queremos, hoje, no Brasil, reduzir, eventualmente, os custos associados, por que não adotar alternativas de menor risco para a população brasileira, como o Reino Unido faz, como a França tem feito, como o Canadá tem feito? A gente tem que observar a experiência internacional. O mundo evoluiu nesse sentido, e a gente, hoje, no Brasil, pode evoluir também no mesmo sentido, aprendendo com o que deu certo e com o que deu errado nos outros países e fazendo o que é certo para a nossa realidade.

Hoje o que nós temos de fato concreto é um contingente enorme, segundo dados do IBGE, uma instituição insuspeita e independente, de 2019, com 17% dos adolescentes brasileiros tendo experimentado cigarros eletrônicos. O Ipec, outra instituição insuspeita: de 60 mil entrevistados, 2 milhões de adultos consumindo. O que nós vamos fazer diante disso? Ignorar a realidade?

Eu acho que é importante a gente discutir, realmente, com profundidade, como todos nós estamos discutindo aqui, cada um no seu campo de *expertise*, cada um com sua visão respeitada, com muito respeito, num debate muito respeitoso, mas a gente precisa encarar essa realidade e entender que o brasileiro já fez a sua escolha, que os adolescentes não deveriam estar fazendo essa escolha, e que a gente precisa tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma solução sobre isso: ter uma regra muito clara, ter fiscalização, ter controle, campanha educativa, dar ao adulto fumante uma alternativa de menor risco e combater o consumo do menor de 18 anos. Eu acho que isso talvez dê ao brasileiro e à sociedade brasileira o conforto de que ela precisa.

Eu não vou me estender mais do que isso pelo adiantado da hora.

Obrigado, Senadora, pela oportunidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpelar. *Fora do microfone*.) – Mas o senhor não respondeu para mim...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR (Para expor.) – Perdão, Senador, perdão, mas eu posso responder. Eu posso responder, eu posso responder.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – É bem rapidinho.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Perdão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor disse que aumentar os juros da empresa lá fumígena...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Hã-hã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas disse que, na Suécia, reduziu-se o número de fumo e evitou-se o câncer.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Como é essa relação? Deixa eu ver se eu entendi direito. Espere aí.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Diga.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – A Suécia tomou a providência de diminuir lá o fumo, o tabaco...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... e reduziu o número de cânceres. Eu imagino que o sistema de saúde deles seja um pouco melhor em prevenção. A população é desse tamanho...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – É pequena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... e é mais fácil controlar. Mas como aumenta a produção dele, se a extração da nicotina por folha... Eu preciso de quantas folhas para extrair nicotina? Muitas?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Não...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Eu preciso de quantas toneladas de fumo para extrair uma quantidade de nicotina? Você não sabe dizer?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Não, de cabeça, eu não sei dizer.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E como aumenta a produção deles? Porque uma coisa é eu queimar o cigarro, que é só fumo.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Não, são duas coisas diferentes, Senador. Talvez... Acho que a gente está misturando alguns conceitos. Deixe-me talvez ser um pouco mais claro.

A Suécia é um caso de redução dos casos de câncer por ter adotado soluções de menor risco.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E esse menor risco foi o quê?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – O menor risco foi tabaco oral, ou seja, o consumo da nicotina pela mucosa oral e o consumo de vaporizadores.

O exemplo que eu citei em relação aos fumicultores foi para a pergunta do Deputado presente sobre quanto para os fumicultores brasileiros representaria a legalização no Brasil do cigarro eletrônico. E a Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais) conduziu um estudo e descobriu que no Brasil a regulamentação representaria R$136 milhões de faturamento e mais tantos mil empregos para a fumicultura no Brasil. São duas situações diferentes.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Perfeito.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Então, talvez tenha ficado um pouco confuso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – E eu perguntei quanto custa a bateria de lítio...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... a que vai mover o plástico, o processador.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Isso. Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Todo o composto dele vai custar quanto para a empresa? Um só?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Muito bem.

Agora, essa é outra pergunta superimportante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque, daqui a pouco, vão lançar um celular com isso.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Muito bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Porque eu vou ficar fumando assim. (*Risos.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Não, isso é outra pergunta. Obrigado, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – É outra. Essa é boa ideia.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Isso é interessante. Isso é outra pergunta curiosa.

Vou falar primeiro de um aspecto geral; depois, de um aspecto individual.

Bom, de aspecto geral, a Fiemg também fez esse estudo. Eles apuraram que o faturamento direto do setor seria de R$7,5 bilhões e de arrecadação de impostos, de acordo com as alíquotas já publicadas pela Receita Federal em 2021 e republicadas em 2022 – e aqui o meu colega pode falar, evidentemente, muito melhor do que eu –, R$2,2 bilhões em impostos federais. E aí a gente está falando de IPI, que já está publicado, mais imposto de importação e PIS-Cofins. Isso são de impostos federais. A gente não está contando aqui impostos estaduais. Se fizer uma conta parelha, similar, arredondaria ICMS, que seriam os estaduais, em torno de R$5 bilhões. Então, só os federais, R$2,2 bilhões. Muito bem. Então, isso é uma conta geral.

A conta individual, hoje, da tributação de cigarros, está em torno de 70%, arredondando grosseiramente. Existe uma diferença um pouco para mais, um pouco para menos, mas, arredondando grosseiramente, ela está em torno de 70%.

A tributação dos impostos de... A tributação, melhor dizendo, dos produtos de risco reduzido nos países em que eles são tributados, via de regra, segue a lógica da redução de risco. Então, se...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Então, por isso, a discussão da questão de risco...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... porque, se for regulamentado...

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – ... paga menos imposto do que o cigarro.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Paga menos imposto do que o cigarro porque os países, quando fazem isso – na Inglaterra, no Canadá, nos Estados Unidos, na União Europeia, como um todo – entendem que, por ser um produto de redução de risco, precisa estar num patamar de preço que estimule o adulto fumante a um cigarro mais caro, porque eles vão para um produto de menor risco que esteja, no mínimo, no mesmo preço que o cigarro. Então, você tem que ter um preço que seja equivalente a estimular esse adulto fumante a migrar do cigarro tradicional para um produto de menor risco.

Agora, não é barato o suficiente para estimular um jovem menor de 18 anos a consumir e não pode ser caro demais para que somente fique na classe mais alta. Tem que ser um produto que tenha um preço equivalente para que você faça a migração do adulto fumante, que não para de fumar... E é sempre importante dizer muito claramente: a única forma de você não ter nenhum risco é não consumir nicotina e nenhum produto de cigarro – nada. Agora, se você quer reduzir o risco, você tem que ter também acesso econômico a esse produto, e, para ter acesso econômico, tem que ter uma tributação equilibrada, senão, gera o mesmo problema: entra o produto no Brasil com contrabando, o preço é muito alto, a pessoa não consegue acessar, etc. Como já foi citado algumas vezes, hoje, no Brasil, você tem 40% de mercado contrabandeado. Então, você tem já um problema instalado, como já citado algumas vezes.

Eu acho que olhar para o mercado de cigarros contrabandeados hoje, no Brasil, como um paradigma para o cigarro eletrônico, é um olhar interessante, mas talvez ele não seja um olhar completo, porque, quando você tem uma regulamentação de um mercado que é 100% ilegal – 100% ilegal –, se uma parte dessas pessoas vier para a legalidade, uma parte da saúde dessas pessoas também vai ser recuperada, porque essas pessoas hoje estão consumindo produtos que elas não sabem o que tem dentro. Tem gente que está com óleo no pulmão, tem gente que está sendo hospitalizada, consumindo alguma coisa que não se sabe... Cantor sertanejo, como apareceu dentro de algumas apresentações, cantoras sertanejas, cantores sertanejos, jovens sendo hospitalizados, por quê?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Mas, Lauro, no caso do seu produto, não teria o óleo que ficaria armazenado no pulmão?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Não, não! Nossos produtos passam por avaliações de toxicologistas seriíssimos, são aprovados pelas maiores agências sanitárias ao redor do mundo, incluindo o FDA, dos Estados Unidos, com avaliações criteriosas. Quando o nosso produto é aprovado, o nosso e o da nossa concorrente que está aqui – eu estou aqui representando a indústria... Mas os nossos produtos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são avaliados... O FDA, quando avalia, avalia uma série de requisitos e diz o seguinte: "Seu produto está aprovado, porque ele é apropriado para a proteção da saúde pública". Ele dá essa declaração quando dá o registro do nosso produto, neste grau. Então, ele é avaliado por toxicologistas, por médicos, por químicos, antes de ir a mercado.

O produto que a gente coloca fora do Brasil... Aliás, o nosso produto não é encontrado no mercado ilegal brasileiro – não é encontrado! Se estiver sido encontrado, eu gostaria que eu fosse municiado, como foi dito aqui, gostaria que eu fosse municiado, porque é gravíssimo! O nosso produto – o da BAT, o da Philip Morris, que faz parte da Abifumo, e da JTI – nós não temos notícia de que é encontrado no mercado ilegal brasileiro.

Agora, os produtos de outras empresas são encontrados *abbastanza* – muito, muito! –, os de outras empresas nesse mercado ilegal, e a gente não sabe o que tem dentro. Agora, os nossos produtos são regulamentados, têm controle de produção. A gente produz aquilo que é demandado naquele país. Então, tem esse controle.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – O senhor está presente em quantos países?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Nós estamos presentes, hoje, ao redor do mundo, em cerca de 170 países; com esses produtos, em 40 países.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Com esse produto *vape*?

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Com esse *vape*. A nossa marca – não vou citar aqui para não haver qualquer alegação...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Não fazer propaganda.

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – ... de estar fazendo propaganda. A nossa marca é líder no mundo, mas ela não é achada aqui. A marca da nossa concorrente, que é de outra categoria de tabaco aquecido, é líder no mundo e não é achada aqui. A gente faz controle de produção. Agora, esses outros produtos que estão inundando a gente não sabe de onde vêm. Esse é o problema.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Hã-hã. (*Pausa.*)

O SR. LAURO ANHEZINI JUNIOR – Perdão.

Obrigado, Senador, pelas perguntas. Obrigado, Sra. Senadora, pelo espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Vamos dar a voz para o Adriano e, aí, sim, vamos almoçar.

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Eu vou usar pouquíssimos minutos das senhoras e dos senhores.

A missão da Receita Federal é assim: nós administramos o sistema tributário aduaneiro do país para contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

Então, com relação à tributação, eu queria separar em dois pratos.

O cigarro ilegal, cigarro ou não, até já respondendo a uma pergunta do Senador Rodrigo, na nossa tabela de incidência do imposto do IPI, a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), nós temos, lá no Capítulo 84, uma previsão que se chama cigarros eletrônicos ou vaporizadores para consumo. Então, até o enquadramento nós já temos, e o enquadramento, inclusive, independe se o *vape* é cigarro ou não.

Mas eu falava de dois pratos. Com relação ao mercado ilegal, seja via vaporizador, seja via tabaco tradicional, está num prato, e o mercado legal está no outro.

A maneira de enfrentar o contrabando de cigarros, o contrabando de *vapes*, o contrabando de líquidos ou mesmo produção interna, a maneira de trabalhar isso é com um controle extensivo, enquanto que a indústria regular é com um controle intensivo: você sabe quem produz e você sabe quanto produz. Então, regulamentando ou não o mercado dos vaporizadores, dos *vapes*, o controle terá que ser extensivo, se a produção for pulverizada.

Então, a posição da Receita é a de que regulamentando ou não, e considerando que nós já temos o mercado ilegal do contrabando de cigarro, nós precisamos fortalecer o controle extensivo e eu estou dizendo fortalecer a Receita Federal.

A Receita Federal tem capacidade, porque, hoje, nós apreendemos, Senadora Soraya, mais de uma tonelada de cocaína por semana no Brasil. A Receita é o órgão que mais apreende drogas, seguida pelas Forças Armadas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Quanto apreende de *vape*? (*Fora do microfone.*) Quanto apreende desses dispositivos eletrônicos? Tem os números? Já tem os números?

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ (Para expor.) – É só quando a gente pega no atacado, é em milhares de unidades, mas não vai chegar a oito dígitos, é pouco ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone*.) – Só da Receita?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ADRIANO PEREIRA SUBIRÁ – Só da Receita.

E, com relação ao cigarro, a gente apreende 10% do mercado ilegal. O órgão, com respeito às polícias, que mais apreende cigarros também é a Receita.

Então, esta é a mensagem que eu queria deixar: regulamentando ou não, nós precisamos fortalecer o controle extensivo e, com isso, fortalecer – e já vou concluir – a segurança do país. Por quê? Tem algo que nós não mencionamos aqui e de que eu falo com muito cuidado: o crime organizado monopoliza boa parte do contrabando de cigarros, se não a maior parte. Existe um ativo oculto, que é a logística, a capilaridade, e isso tem muito valor. Eu já apreendi cigarro com munição dentro. Não posso, inclusive, nem me estender essa história. Então, existem interesses que vão além do lucro do cigarro, existe a manutenção de uma logística que serve ao crime organizado.

Eu acho que já falei bastante desse assunto, não estou falando apenas do tema, então, eu gostaria de deixar essa mensagem final.

Muito obrigado, Senadora, e muito obrigado às senhoras e aos senhores pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito obrigada a todos que nos acompanharam, a todos que tiveram paciência.

Nós daremos um intervalo para voltar com a próxima reunião às 15h30.

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos painelistas e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada, Deputado, pela sua presença.

(*Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Leila Barros, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Mauro Carvalho Junior, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Magno Malta, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda do Senador Esperidião Amin, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2524, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Estabelece regras relativas à economia circular do plástico; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova Lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento; e altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 2-T e 4-T, com cinco emendas que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-T, 3-T, 5-T e 6-T. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 108, de 2023-CAS, para a realização de audiência pública de instrução da matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1521, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1057, de 2020 - Terminativo -** que: "Prorroga o prazo de vigência das certidões negativas trabalhistas, previdenciárias e tributárias emitidas pelo Poder Público nos períodos que especifica." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 3526, de 2019** que: "Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Ivete da Silveira. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável à Emenda nº 3-PLEN. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 106, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2952/2022, que “institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde)”." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 107, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 85/2023 - CAS, seja incluída como oradora a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 108, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2524/2022, que "estabelece regras relativas à economia circular do plástico; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova Lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento; e altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais"." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Cópia do Ofício nº 544, de 2023, da Câmara Municipal de Esteio, Rio Grande do Sul, o qual encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei nº 3.917, de 2023, que trata da administração de bens dos filhos menores, em tramitação na Câmara dos Deputados;

- Cópia do Ofício nº 329, de 2023, da Câmara Municipal de Mafra, Santa Catarina, que encaminha moção de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que garante recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social, em tramitação na Câmara dos Deputados;

- Cópia do Ofício nº 1.571, de 2023, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que encaminha moção de apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 70, de 2023, que susta os efeitos de portaria do Ministério da Saúde, o qual institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras do SUS, em tramitação na Câmara dos Deputados;

- Cópia do Ofício nº 132, de 2023, da Câmara Municipal de Camaquã, Rio Grande do Sul, que apresenta indicação relativa à atualização imediata dos valores da Tabela SUS e revisão nos procedimentos em que ocorrem defasagem acima dos índices inflacionários;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Cópia dos Ofícios nºs 8, de 2023, e 153, de 2023, da Câmara Municipal de Patos de Minas e da Câmara Municipal de Manduri, os quais encaminham considerações sobre repasses para pagamento do piso salarial nacional da enfermagem.

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital tanto nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2524, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece regras relativas à economia circular do plástico; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova Lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento; e altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nº 2-T e 4-T, com cinco emendas que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-T, 3-T, 5-T e 6-T.

Observações: *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.*

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para leitura do relatório.

Há um pedido apresentado pelo Senador Wilder Morais em que consulta Senadores e Senadoras sobre a inclusão... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele apresentou um requerimento de realização de audiência pública, não é? E não faz parte da pauta esse requerimento, a não ser que algum Senador endosse, aí nós podemos discutir.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Eu vou subscrever...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Damares Alves, V. Exa. endossa?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Endosso o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom. Então, eu consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 108, de 2023, CAS, apresentado pelo Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra à Senadora Damares Alves, que subscreve o requerimento.

Eu queria deixar claro aqui que esse projeto é da mais alta relevância. Tenho, inclusive, absoluta e total concordância com o relatório que V. Exa. apresentou.

No entanto, como existe o requerimento e existe também da parte de alguns órgãos do Governo uma preocupação também de aprofundar um pouco a discussão, há esse requerimento para realização de audiência pública.

Senadora Damares.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 108, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2524/2022, que "estabelece regras relativas à economia circular do plástico; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova Lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento; e altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais".

Autoria: Senador Wilder Morais e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Senador, exatamente por isso vai alcançar um público enorme, com impactos, mas impactos do bem, Senadora.

O seu relatório está muito bom – impactos do bem –, mas fazer uma discussão antes da aprovação a gente entende necessário. E aqui o requerimento, Senador, traz uma série de representantes, inclusive do Governo, de ministérios do Governo.

É uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.524, de 2022, que estabelece regras relativas à economia circular do plástico, altera a Lei 9.605, de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento, e altera a Lei 14.119, de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Propomos a audiência pública com os seguintes convidados: Confederação Nacional da Indústria; Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis; o Sr. André Passos, Presidente da Abiquim; o Sr. Fabricio Soler, advogado especialista em Direito Ambiental; o Sr. Paulo Teixeira, Presidente da Abiplast; o Sr. Adalberto Felicio Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e o Sr. Rodrigo Sobral Rollemberg, Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O objetivo é debater a proposta e ajudar a Relatora no aperfeiçoamento do relatório dela, que está muito bom, mas a gente acredita ser interessante, necessária e oportuna a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa., como Relatora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Eu também concordo. Essa é uma realidade da natureza, mas, como Parlamentar, algo que eu sempre sou contra é, se solicitarem uma audiência pública, a gente ser contra – uma audiência pública sobre um assunto –, mas, deixando claro a importância dessa economia circular do plástico, porque é uma realidade e nós vamos ouvir os dois lados, conscientizando que tem que haver uma mudança, porque isso está chegando muito grave à população, aos seres humanos, animais, a todos. Não debater não é o nosso caso, vamos ouvir os dois lados, vamos ver e vamos dar visibilidade à sociedade brasileira do que está acontecendo e da necessidade dessa economia circular dos plásticos, porque o Estado brasileiro, como já mostrei aqui no meu relatório, precisa incentivar justamente quem depende dessa economia, como foi mostrado aqui.

Então, vamos debater, sim, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino que a audiência pública seja realizada na próxima semana virtualmente, para que, na outra semana, nós possamos colocar em pauta novamente o relatório. Está certo assim?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Na próxima semana, é semipresencial?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, acho que é semipresencial.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – E os convidados? Vocês se encarregam?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Seria interessante ver se alguém tem mais algum acréscimo de pessoas. (*Pausa.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode fazer um acréscimo? (*Fora do microfone.*)

Nós estamos recebendo, como sugestão, acrescentar a Oceana, a Abralatas, a Ibá na próxima audiência. A gente acrescenta esses nomes.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço a V. Exa., Senadora Zenaide Maia, que possa presidir essa sessão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, não. A da quarta-feira que vem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Remotamente mesmo, sem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu ajudo, eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Na semipresencial, eu ajudo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

Os itens 2 e 3 já foram lidos, são terminativos e nós vamos votar em bloco nominalmente.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1521, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para disciplinar a emissão da carteira profissional de Radialista.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao Projeto.

2- Em 27/09/2023, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1057, DE 2020

- Terminativo -

Prorroga o prazo de vigência das certidões negativas trabalhistas, previdenciárias e tributárias emitidas pelo Poder Público nos períodos que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da pauta desde a reunião do dia 16/08/2023.

2- Em 27/09/2023, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Coloco em votação os Projetos de Lei nºs 1.521 e 1.057, de 2020, nos termos dos relatórios apresentados.

A votação é nominal.

Está aberta a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço que a assessoria da Comissão possa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... demandar os Senadores e as Senadoras.

Pois não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria deixar aqui uma observação. Já sei que foi solicitada vista, ou vai ser solicitada vista.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, foi audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Audiência pública. Eu acho da maior relevância que haja, realmente, audiência pública.

E gostaria de aduzir à audiência pública a seguinte sugestão. O catarinense Vilfredo Schurmann está concluindo, praticamente – acho que está no final, porque já passou por Galápagos –, uma circum-navegação denominada Voz dos Oceanos. O Fantástico, inclusive, tem apresentado alguns capítulos dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagem, que mostra a tragédia dos oceanos, das águas, dos peixes, dos seres vivos pelo mundo afora, determinada não pelo plástico, mas pelo que nós fazemos com o plástico. No Oceano Pacífico existe um continente – quase –, um continente de plástico quase do tamanho da Austrália.

Então, eu acho que a audiência pública, que foi solicitada...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... mostra que nós temos muito o que aprender. Não será este projeto que vai resolver, mas este projeto pode ser uma contribuição muito importante.

Por isso, mesmo não sendo integrante da Comissão, fiz questão de vir aqui, porque acho que isso é uma cruzada mundial, com situações que são uma aberração – uma aberração – que ainda estejam a existir num mundo que se diz em processo de civilização.

E, finalmente, quero trazer, como segunda contribuição para essa audiência pública – em que eu me inscrevo como não-membro da Comissão – também a contribuição, que é quase que complementar a este projeto, do livro do nosso centenário engenheiro agrônomo Glauco Olinger – e a Senadora Ivete sabe porque tem muito Olinger lá em Brusque, inclusive Prefeitos.

O engenheiro Glauco Olinger comemorou, agora dia 17 de setembro, 101 anos. Lançou mais um livro. O penúltimo livro, e aí eu encerro, é intitulado *Breves considerações sobre a água doce no Planeta Terra*, que aborda também esse absurdo do que nós, de quanto nós destratamos, especialmente as águas e a água doce em particular.

Muito obrigado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para falar sobre os oceanos, a Unesco está considerando a década da saúde dos oceanos. E o que o colega Esperidião Amin falou aí é o seguinte... Eu tive até audiência, conversei com um almirante lá do Estado do Rio Grande do Norte: tem verdadeiras ilhas de plástico nos oceanos. Então, é hora de a gente debater. Isso, não tem como a gente ficar adiando. Alguém tem que começar a falar sobre isso, e nada melhor do que esta Comissão de saúde e de assistência social.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito. Peço aos Senadores e Senadoras que votem.

A Senadora Zenaide ainda não votou, a Senadora Ivete ainda não votou. Já votou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Votou.

Bom, então vamos aqui a um projeto não terminativo, é o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3526, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Ivete da Silveira

Relatório: Favorável à Emenda nº 3-PLEN.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer contrário à Emenda nº 3-PLEN.

2- Em 14/09/2023, a Relatora apresentou relatório reformulado.

3- A matéria consta da pauta desde a reunião de 27/09/2023.

E eu concedo a palavra à Senadora Ivete da Silveira para leitura do relatório.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC) – Sr. Presidente, eu não posso ir direto à análise? Ou é para ler o relatório todo?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pode, perfeitamente.

A SRA. IVETE DA SILVEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. Como Relatora.) – Então está bom, muito obrigada.

Bom dia a todos, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Compete a este Colegiado, de acordo com o art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde. O PL em comento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será apreciado pela CAS nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2023, que dispõe sobre a participação remota dos Senadores e das Senadoras nas sessões e reuniões do Senado Federal e disciplina a votação por intermédio de aplicação de registro de voto.

Como mencionado, o projeto foi recentemente encaminhado por esta Comissão, mediante a leitura do relatório do Senador Paulo Rocha – o qual endossamos integralmente –, sendo aprovado parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CAS.

Em relação à Emenda nº 3-PLEN, do Senador Romário – cuja apresentação motivou novo encaminhamento da matéria a este Colegiado – julgamos essa iniciativa meritória, haja vista que o termo "cirurgia reconstrutiva", presente no texto original, é mais condizente com o caráter multiprofissional das condutas adotadas nos pacientes com lábio leporino e fenda palatina. Embora o projeto de lei preveja a multidisciplinariedade no tratamento pós-cirúrgico, cabe ressaltar que a reabilitação da pessoa com fissura labiopalatina normalmente é alcançada após aproximadamente 20 anos de sua vida e envolve não só cirurgias plásticas, mas também acompanhamento ambulatorial e diversas cirurgias funcionais, como as otorrinolaringológicas, os enxertos ósseos e as ortognáticas, executadas por médicos de outras especialidades – que não plásticos – e por cirurgiões dentistas que compõem a equipe interdisciplinar. Tais procedimentos não devem ser considerados apenas como "tratamento pós-cirúrgico". Sendo assim, é recomendável que o termo "plástico" seja suprimido do texto original, para que todas as cirurgias envolvidas na reabilitação da pessoa com fissura labiopalatina sejam previstas de forma ampla, evitando entendimentos equivocados.

De fato, embora a cirurgia plástica seja um procedimento primordial, cumpre-nos apontar que o tratamento dessas malformações consiste num conjunto de terapias e procedimentos de caráter multidisciplinar, que exigem a atuação de outros profissionais como, por exemplo, o cirurgião bucomaxilofacial, que é um dentista. Nesse sentido, concordamos que a manutenção da palavra "plástica" pode induzir à interpretação equivocada de que somente a cirurgia plástica teria cobertura no âmbito SUS, comprometendo a assistência integral aos pacientes com lábio leporino e fenda palatina. Por esse motivo, somos favoráveis à Emenda nº 3-PLEN.

Voto

Após o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.526, de 2019, e das Emendas nº 1-CAS e nº 3-PLEN.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão e votação o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar a Relatora pelo voto e falar da importância desse projeto, da importância da medida.

Acho que o senhor sabe que eu trabalho com crianças indígenas há mais de 35 anos, e um dos grandes problemas que nós temos, Zenaide, em aldeia é exatamente a fissura labiopalatal. E, infelizmente, Presidente, não é lenda e eu tento falar isso com muita delicadeza, a gente já teve sacrifício de crianças que nasceram com fissura labiopalatal, porque não é fácil. Essa criança, quando cresce, se alimenta, a base nutricional de algumas comunidades é a farinha. Como uma criança com a fissura consegue comer farinha? É impossível – impossível!

Então, a gente precisa mesmo dar uma atenção especial às comunidades tradicionais. E a gente vê muito, no Brasil, Senadora Zenaide e Senadora Ivete, mutirões médicos, cirurgiões do Brasil inteiro, enchendo navios de companheiros, de médicos residentes para fazer mutirões, na região ribeirinha, da cirurgia.

Mas a gente, aprovando essa medida agora, não quer que os mutirões acabem e que eles continuem cuidando de nossas crianças.

Mas, a gente trazendo para o Sistema Único de Saúde a cirurgia da forma como está posta, eu acho que nós vamos ter um avanço muito grande.

E aqui eu faço uma homenagem a um médico de Brasília, o Dr. Marconi, que é um dos líderes dessas grandes caravanas no Brasil para ir às regiões ribeirinhas cuidar das nossas crianças com fissura labiopalatal.

Parabéns, Senadora Ivete!

Parabéns ao autor do projeto!

E eu acho que a gente dá um passo importante hoje na saúde e proteção de nossas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 3 de Plenário.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

Bom, quero pedir aos Senadores que votem.

Nessa votação nominal, nós necessitamos de mais... (*Pausa.*)

... dois votos.

Se alguém puder fazer o contato. (*Pausa.*)

Continuamos pedindo aos Senadores e às Senadoras que compõem a Comissão de Assuntos Sociais para que possam votar, mesmo remotamente, na aprovação desses dois projetos, que já foram lidos, já foram objeto de discussão e precisamos apenas de dois votos. (*Pausa.*)

A Jussara vai votar.

Esperamos aqui. (*Pausa.*)

O.k.

Vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Vamos verificar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – SIM, 10; NÃO, 0.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados os PLs 1.521, de 2023; e 1.057, de 2020, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Laércio pede a palavra.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Presidente Humberto Costa, quero cumprimentar V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a disposição de V. Exa. em ajudar na construção da aprovação deste Projeto de Lei nº 1.521. O senhor foi o Relator deste projeto antes de a relatoria chegar aqui para eu fazê-la. Eu quero deixar registrado aqui na nossa Comissão de Assuntos Sociais a importância da sua colaboração nesse sentido.

Quero cumprimentar todos os Senadores, agradecê-los pelo apoiamento que tivemos, e principalmente homenagear o profissional de rádio do nosso país.

É uma luta de muito tempo, e a carteira profissional do radialista trará certamente ainda mais dignidade para essa profissão tão importante para todos os brasileiros.

Obrigado mesmo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Agradeço a V. Exa.

Lembro que hoje, às 14h, haverá uma reunião da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras em forma de audiência pública, destinada a debater o diagnóstico e o tratamento da hidrocefalia de pressão normal.

Convoco para o dia 11 de outubro, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e a todas.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatro minutos do dia onze de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Wilder Morais e Rogerio Marinho, e ainda dos Senadores Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Jussara Lima, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 108/2023 - CAS, de autoria Senador Wilder Morais (PL/GO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 2524/2022, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2524, de 2022, que "estabelece regras relativas à economia circular do plástico; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova Lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento; e altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais".**Participantes:** Vilfredo Schurmann, Capitão e explorador da Expedição Voz dos Oceanos; Airton Cano, Coordenador Político da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico - FETQUIM; Ítalo Braga, Professor do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo; Nathalie Gil, Presidente da Sea Shepherd Brasil; Wanderley Coelho Baptista, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria – CNI; André Passos Cordeiro, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim; Fabricio Soler, Professor e advogado especialista em Direito dos Resíduos, Direito Ambiental e ESG/ASG; Adalberto Felicio Maluf Filho, Secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Lara Iwanicki, Gerente Sênior de Advocacy e Estratégia da Oceana; Auri Marçon, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria do PET - ABIPET; Paulo Henrique Rangel Teixeira, Presidente-Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Plástico – ABIPLAST; Ronei Alves da Silva, Representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR; e Lucas Ramalho Maciel, Diretor da Secretaria de Economia Verde do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Izalci Lucas, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Angelo Coronel e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Ana Paula Lobato, Romário, Eduardo Girão e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 43/2023 - CAS, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Discutir medidas para promover a conscientização da população sobre a situação de mulheres que sofrem com depressão pós-parto, inclusive a instituição de um Dia da Conscientização e Combate à Depressão Pós-Parto. **Participantes:** Sheila Caetano, Coordenadora do Programa de Residência em Psiquiatria da Infância da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp; Alessandra Arrais, Professora Doutora em Psicologia Perinatal; Ric Vidal, Cineasta, idealizador e produtor do filme "Eu deveria estar feliz".; Juliana Terribili Novaes Santos, Assessora Técnica da Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; e Josilene Lúcia dos Santos, Coordenadora-Geral de Saúde da Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política do Ministério das Mulheres. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Leila Barros
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Alan Rick, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Teresa Leitão, Fabiano Contarato, Romário, Eduardo Girão, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Magno Malta e Damares Alves, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Augusta Brito, Marcos do Val e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2524, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Estabelece regras relativas à economia circular do plástico; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova Lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento; e altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nº 2-T e 4-T, com cinco emendas que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-T, 3-T, 5-T e 6-T. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nº 2-T e 4-T, com as Emendas nº 7-CAS a 11-CAS, e contrário às Emendas nº 1-T, 3-T, 5-T e 6-T. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3811, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 6379, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovada a apresentação, ao Plenário do Senado, do Requerimento nº 114, de 2023-CAS, de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3670, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine)." **Autoria:** Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5009, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir medida especial de proteção ao trabalho realizado em arquivos, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bibliotecas, em museus e em centros de documentação e memória." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1973, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, para determinar a concessão de abono do dia em que comprovar a ausência motivada para vacinação do trabalhador, de dependente menor e dependente maior de idade com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 727, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para assegurar o acesso à acomodação adequada para a pessoa em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal durante o período em que estiver sob tratamento ambulatorial continuado." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 147, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, para conceder o abono de PIS aos empregados domésticos; e a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para definir a contribuição dos empregadores domésticos para o Programa de Integração Social - PIS." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1640, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para assegurar estabilidade no emprego para testemunhas, informantes e colaboradores que noticiem crime cometido por seus empregadores." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 692, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 107, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 85/2023 - CAS, seja incluída como oradora a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS/MS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 109, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os riscos de ressurgimento da poliomielite no Brasil." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 110, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 83/2023 seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 111, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os riscos impostos pelo uso dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs)." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 114, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 6379/2019, que "dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta"." **Autoria:** Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 112, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar, no âmbito da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica e medidas para seu aprimoramento." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente:

Aviso nº 818, de 2023, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 1.967, de 2023, que trata do oitavo ciclo de acompanhamento da estrutura de governança adotada pelo Ministério da Saúde para o combate à crise gerada pela covid e comunica que a constante rotatividade de dirigentes no quadro de pessoal do Ministério da Saúde no período da pandemia impactou na ocorrência de falhas na condução de políticas de saúde.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação das Senadoras e dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião se destina à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de as Senadoras e os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais como nas matérias terminativas.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu queria fazer aqui um breve registro, porque hoje nós podemos dizer que comemoramos 20 anos de existência do Bolsa Família. Então, nesta próxima sexta-feira, dia 20,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Bolsa Família completa 20 anos de existência. Ele foi criado em 2003 no primeiro Governo do atual Presidente Lula e transformou-se no maior programa de inclusão social do planeta.

O Bolsa Família retirou quase 40 milhões de brasileiros da extrema pobreza e promoveu a ascensão social de mais de 42 milhões de pessoas, retirando, assim, o Brasil do Mapa da Fome e contribuindo fortemente para que o nosso país fizesse parte das principais economias do mundo.

Já ouvi muitos dizerem que o Bolsa Família é um programa que viciava os pobres, fomentava a vadiagem; alguns terminaram por querer denominá-lo bolsa esmola. Em que pese a torcida contrária de muitos que não conhecem a dura realidade do nosso país e que concentram seus esforços em aumentar ainda mais a renda dos ricos, o Bolsa Família abriu portas para dezenas de milhões de pessoas, garantiu acesso e permanência das crianças na escola e permitiu o sonho de formação superior de muitos brasileiros e muitas brasileiras.

Segundo o levantamento publicado em 2022 pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, da primeira geração do Bolsa Família, apenas um em cada cinco filhos de beneficiários do programa continuava recebendo o benefício 14 anos depois. Em 2019, 64% dos beneficiários dependentes, de 7 a 16 anos, que ingressaram no programa em 2005, já não se encontravam no Cadastro Único.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, estamos falando aqui de um programa que melhorou a vida das pessoas e de todos os indicadores sociais do nosso país, um programa que deu centralidade às mulheres na recepção dos benefícios e se associou aos cuidados básicos com a infância e a juventude, como vacinação e escolaridade; de um programa que reduziu a evasão escolar e em mais de 50% a mortalidade infantil, causada muitas vezes pela desnutrição severa.

Estamos falando de uma verdadeira revolução social. Cuidar das pessoas é cuidar do desenvolvimento do nosso país. Pesquisa do Ipea apontou que, para cada 1% do PIB aplicado na execução do Bolsa Família, há um aumento de 1,78% da atividade econômica do nosso país.

No atual Governo do Presidente Lula, o novo Bolsa Família é associado ao Plano Brasil sem Fome, que articula 80 ações e programas de 24 ministérios a partir de três eixos de atuação: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; segurança alimentar e nutricional; e mobilização para o combate à fome.

Articulado a outras ações e serviços do Governo, o Bolsa Família promove o atendimento de cerca de 21 milhões de brasileiros, retirando-os da humilhação a que foram submetidos nos desgovernos dos últimos seis anos, deixando a triste cena de brasileiros na fila do osso, em um passado que jamais deverá se repetir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, comemoramos as duas décadas do Bolsa Família com um programa fortalecido. O valor de R$175 bilhões destinados ao programa é sem precedentes na história e deixa clara a disposição do Governo brasileiro em novamente tirar o Brasil do Mapa da Fome.

Não vamos descansar enquanto não dermos ao povo brasileiro aquilo que ele já havia conquistado, e que lhe foi retirado por governos que se sucederam desde o *impeachment* da Presidenta Dilma: dignidade e cidadania!

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Humberto Costa, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu conversei com a Senadora que é Relatora do item 1, a Zenaide Maia, como eu tenho votação agora na CCJ, se eu poderia, em dois minutos, relatar o projeto do item 8. É um projeto simples, não é terminativo. Eu resumo em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se não houver nenhum óbice por parte dos demais Senadores e demais Senadoras, V. Exa. pode assumir o relato do Projeto de Lei Complementar nº 147, de 2023.

ITEM 8

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 147, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, para conceder o abono de PIS aos empregados domésticos; e a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, para definir a contribuição dos empregadores domésticos para o Programa de Integração Social - PIS.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Humberto Costa.

De forma muito rápida, esse projeto é um projeto que veio da sociedade, tem origem na SUG nº 4, de 2023, e chegou aqui com 20 mil assinaturas, para dar um pequeno fôlego para as empregadas domésticas.

Resumidamente, o projeto almeja conceder abono do PIS aos empregados domésticos. O PL foi originado pela SUG nº 4, de 2023, proposta pelo Instituto Doméstica Legal. A sugestão foi relatada por mim lá na CDH. O projeto está, neste momento, aqui na CAS, sob a minha relatoria.

O relatório é favorável à matéria. A inclusão de uma emenda é apenas para ajustar o início da vigência: após 90 dias da sua publicação, observado o prazo constitucional da noventena.

Apesar da publicação da Lei Complementar nº 150, de 2015, a empregada doméstica ainda permanece marginalizada na sociedade brasileira. O PLP é de grande importância para a efetivação do direito do empregado doméstico, por isso merece a nossa aprovação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

E agradeço já a V. Exa., à Sra. Zenaide Maia e a todos os Senadores e Senadoras desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório. Este passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, se V. Exa. me permitir, eu faço este apelo a todos os Senadores e Senadoras, porque nós vamos votar agora aqui na CCJ – e eu espero que seja simbolicamente – a permanência só da política de cota que já existe no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há 11 anos. A Câmara votou por unanimidade, só fez alguns ajustes. E vai ser relatada por mim. Já relatei, claro; e hoje ficou para ser votado. Então, fica o apelo aqui a todo o Senado para que a gente vote favorável.

É isso. Obrigado, agradeço a todos. E tenho que ir para lá.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., agradeço.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... todos os projetos (*Fora do microfone.*) que aqui vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

De imediato, vou para o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2524, DE 2022

- Não terminativo -

Estabelece regras relativas à economia circular do plástico; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para dar coercitividade à nova Lei, tipificando condutas relativas ao seu descumprimento; e altera a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, para incluir as atividades das cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nº 2-T e 4-T, com cinco emendas que apresenta, e contrário às Emendas nº 1-T, 3-T, 5-T e 6-T.

Observações:

1- Em 04/10/2023, a matéria foi retirada de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 108, de 2023-CAS, para a realização de audiência pública de instrução da matéria.

2- Em 11/10/2023, foi realizada audiência pública para instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3- Em 17/10/2023, a Senadora Zenaide Maia apresentou relatório reformulado.

4- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

Autoria: ex-Senador Jean Paul Prates, hoje Presidente da Petrobras.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu queria perguntar se posso ir direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Claro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – O PL nº 2.524, de 2022, vem ao exame da CAS em atendimento ao art. 100, incisos II e IV do Regimento Interno do Senado Federal, dado que a matéria abrange os temas da proteção e defesa da saúde – pois a poluição plástica afeta a saúde humana – e do saneamento, uma vez que o manejo de resíduos sólidos, não necessariamente por meio de ações voltadas à economia circular, constitui um dos componentes do saneamento básico, conforme a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

A análise acerca da constitucionalidade e juridicidade do projeto ficará sob a responsabilidade da Comissão de Meio Ambiente, que analisará a matéria em caráter terminativo.

Quanto ao mérito, o projeto representa importante iniciativa para o avanço no combate a um dos maiores problemas ambientais da atualidade: a poluição causada por plástico, que afeta principalmente os oceanos, mas também águas continentais, ambientes terrestres e até o corpo humano, cada vez mais contaminado por microplásticos ingeridos juntamente com água e alimentos. Portanto, merece ser aprovado e convertido em lei.

Em 2016, foi divulgado pelo Fórum Econômico Mundial um estudo realizado em conjunto com a Fundação Ellen MacArthur e a consultoria McKinsey com a projeção de que em 2050 haverá mais plástico do que peixes nos oceanos.

Afora o problema causado aos oceanos, parte significativa dos plásticos de uso único é consumida por comunidades de baixa renda, por serem esses materiais uma opção acessível. Assim, a poluição causada por tais plásticos se torna localizada em áreas mais carentes de infraestrutura urbana, como a rede de esgotos e coleta seletiva, agravando problemas sanitários e sociais.

Sabemos da importância da reciclagem, mas também precisamos reconhecer que esse processo industrial não consegue acompanhar a produção de resíduos, que tem crescido exponencialmente nas últimas décadas. Sendo assim, com relação aos plásticos de uso único, acreditamos ser preciso tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas para se colocar em prática os objetivos da não geração e da redução preconizados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, o PL sob análise procura resolver o problema de maneira factível, propondo nada além do que já vem sendo desenvolvido em muitos lugares do mundo.

Diversos países e a União Europeia avançam no regramento de banimento do plástico. Recentemente, o Congresso do Chile aprovou projeto de lei que tem como objetivo proibir o comércio e a utilização de embalagens e recipientes de plástico descartável e não biodegradável. A União Europeia estabeleceu, por meio da Diretiva 2019/904 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de junho de 2019, regras de banimento ou de grandes restrições ao plástico de uso único, a depender do tipo de produto, vigentes desde 2021.

O banimento do plástico nos diversos países contempla sacolas plásticas, canudos, recipientes de poliestireno, pratos, talheres, copos, vasilhames, fraldas descartáveis, garrafas, entre outros. As normas adotam desde medidas de incentivo econômico, proibições e tributação diferenciada, até, em caso de descumprimento, sanções administrativas e penais, como multas e restrições à atividade empresarial.

É fundamental que o grave quadro mundial de poluição plástica seja alterado rapidamente, e cabe ao Brasil contribuir com os esforços globais que vêm sendo empreendidos por praticamente todos os países. Portanto, o projeto vem em boa hora.

Além de estabelecer diretrizes, objetivos e princípios para a economia circular do plástico, o PL em análise determina regras bem objetivas com foco principal em duas ações absolutamente necessárias e urgentes: o banimento, em um ano, dos produtos plásticos de uso único feitos em material não compostável e a proibição, daqui a sete anos, do uso de embalagens plásticas que não sejam retornáveis ou compostáveis. São regras que atacam a principal fonte geradora de poluição plástica.

O projeto, em seu art. 5º, apresenta um rol exaustivo dos produtos cuja fabricação, comercialização e distribuição serão vedadas. Sabemos da dificuldade para substituir determinadas embalagens, em particular, aquelas destinadas ao acondicionamento à vácuo de alimentos para preparo posterior. Sendo assim, destacamos que a proposição não atinge tais embalagens, apenas as destinadas para o acondicionamento e o manejo de alimentos prontos para o consumo. Além disso, tais embalagens terão metas e regras específicas, conforme o art. 6º. Para conferir maior segurança, uma das emendas que apresentamos garante que embalagens para aplicações às quais não exista alternativa compostável ou retornável permaneçam no mercado.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – A proposta aborda o banimento de aditivos oxidegradáveis, que são usados para fazer plásticos se degradarem mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rapidamente quando expostos à luz e ao calor. Isso é o que torna as sacolas oxidegradáveis diferentes das sacolas de plástico comuns. No entanto, muitos especialistas afirmam que esses aditivos são prejudiciais ao meio ambiente, pois produzem pequenas partículas de plástico, os chamados microplásticos, que podem contaminar o solo, os recursos hídricos e a fauna. Além disso, a decomposição desses aditivos também pode causar poluição do solo e da água por metais presentes em sua constituição, ou seja, a adoção desses aditivos representa meramente uma espécie de substituição da poluição visível pela invisível.

Passamos a analisar as emendas apresentadas.

A Emenda nº 1-T traz importante contribuição ao qualificar o tipo de plástico que deve ser objeto de estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico. Contudo, substituir o texto original do inciso VI do art. 3º pela emenda pode resultar na perda de elementos essenciais, como a menção à transição para uma economia circular e à criação de produtos e sistemas industriais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para que a Relatora possa apresentar o seu relatório, eu peço silêncio a todos que estão acompanhando. Nós estamos aqui recebendo uma série de pessoas, estamos sendo tolerantes com cartazes e com tudo, mas eu peço silêncio, para que ela possa fazer a conclusão do seu relatório, especialmente aos assessores e às assessoras.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

... de produtos e sistemas industriais efetivos e regenerativos para o meio ambiente. Além disso, é recomendável evitar o uso do termo "biodegradável" na lei proposta e usar o termo "compostável", que é mais preciso e correto. Isso porque nem todos os materiais biodegradáveis se degradam em todas as condições ambientais, mas em um ambiente controlado de compostagem a biodegradação pode ocorrer de forma adequada.

Dessa forma, acolhemos parcialmente a Emenda nº 1-T, na forma de emenda da Relatora que inclui no texto do inciso VI do art. 3º o objetivo de direcionar a pesquisa e o desenvolvimento à substituição de embalagens de plástico por alternativas compostáveis e de baixa emissão de gases de efeito estufa, mas sem retirar o conteúdo mencionado anteriormente.

Entendemos que a Emenda nº 2-T, que inclui a pesquisa e o desenvolvimento de processos, equipamentos e métodos produtivos de baixa emissão de gases de efeito estufa entre os princípios da economia circular do plástico, é meritória e deve ser aprovada.

Não concordamos com a Emenda nº 3-T, que pretende suprimir a obrigatoriedade da implantação de procedimentos de compra de embalagens descartáveis não compostáveis por parte dos fabricantes e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importadores de produtos embalados em material plástico. Julgamos importante manter no texto a implantação de mecanismos de recompra de embalagens usadas, que levarão o consumidor a devolver a embalagem ao estabelecimento revendedor do produto adquirido, pois receberá por isso. Dessa forma, menos embalagens serão descartadas no lixo, e, portanto, não haverá confusão na separação. Esse modelo de retorno de embalagens mediante pagamento ao consumidor tem se mostrado exitoso na Alemanha, por exemplo, e se revela um mecanismo facilitador da logística reversa. Diante do questionamento do autor da emenda, oferecemos emenda para aprimorar o texto disponibilizando a alternativa de um sistema centralizado de depósito reembolsável com compensação devida aos comerciantes que pagarem por embalagens que não venderam, como ocorre na Alemanha.

Apesar de haver previsão de logística reversa na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para embalagens de produtos perigosos, como agrotóxicos e óleos lubrificantes, bem como uma lei específica que trata da devolução de embalagens de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989), entendemos que a Emenda nº 4-T deve ser aprovada, pois possibilitará um regulamento mais detalhado e abrangente, que incluirá embalagens plásticas de outros produtos, como medicamentos, tintas e vernizes.

A Emenda nº 5-T deve ser rejeitada, pois, como mencionado na análise da Emenda nº 1-T, não é conveniente incluir o termo "biodegradável" no projeto, sendo, portanto, dispensável a definição desse termo no glossário.

Quanto ao substitutivo veiculado por meio da Emenda nº 6-T, embora trate do tema do plástico, votamos pela sua rejeição total, porque representa um desvio do espírito do projeto. Como dito acima, entre as principais disposições do projeto está o banimento futuro dos plásticos de uso único e das embalagens não retornáveis...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se não houver silêncio, eu vou suspender a sessão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu queria dizer às pessoas aqui que meu nome é Zenaide Maia Calado, mas de calado só tenho o nome, viu, Humberto?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas só quem pode falar agora é a senhora, os outros têm que ouvir.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Mas eu queria dizer que, apesar de ser de uma família de 16 filhos, para a qual tinha que pedir um aparte para poder falar – 16 irmãos –, a fala aqui está sobrepondo a minha e dificultando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente tem razão, por favor, este é um projeto de uma importância fundamental, mais do que nunca se deve ouvir, certo?

Então: e das embalagens não retornáveis ou não compostáveis, medida necessária e eficaz para reduzir a poluição por plásticos. O substitutivo rejeita esse banimento, trabalhando com foco majoritário na reciclagem como política de economia circular, o que não resolve o problema imediato e crescente da geração em excesso de plásticos de uso único cuja reciclagem é praticamente inviável.

Por fim, oferecemos emenda para proporcionar maior prazo para que seja efetivada a comercialização de produtos de plástico de uso único, dando oportunidade para que sejam devidamente eliminados estoques sem acarretar prejuízos para a parte final da cadeia econômica desse produto, bem como permitir por maior prazo que tais produtos sejam destinados à exportação, com o objetivo de conferir à indústria tempo hábil para se reestruturar. A emenda também permite que o Poder Executivo amplie, por meio de regulamento, o rol de produtos plásticos de uso único proibidos, quando a medida se tornar conveniente e oportuna ante o desenvolvimento tecnológico e a disponibilização de alternativas sustentáveis no mercado.

Propomos também emenda para que ações educativas voltadas ao consumo e ao uso consciente do plástico sejam implementadas.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.524, de 2022, com as seguintes emendas: a aprovação das Emendas nºs 2-T e 4-T e a rejeição das Emendas nºs 1-T, 3-T, 5-T e 6-T.

> EMENDA Nº -CAS
> Dê-se ao inciso VI do art. 3º do Projeto de Lei nº 2.524, de 2022, a seguinte redação:
> "VI – estimular a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico direcionados à substituição de embalagens de plástico por alternativas compostáveis e de baixa emissão de gases de efeito estufa, com foco na criação de produtos e sistemas industriais efetivos e regenerativos para o meio ambiente."
> EMENDA Nº -CAS
> Dê-se ao art. 5º do Projeto de Lei nº 2.524, de 2022, a seguinte redação:
> "Art. 5º Ficam vedados, após decorridos 730 (setecentos e trinta) dias da data de publicação desta Lei, a fabricação e a importação e, após decorridos 1.095 (hum mil e noventa e cinco) dias da data de publicação desta Lei, a distribuição, a comercialização e o uso dos seguintes produtos plásticos de uso único:
> .....
> § 1º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica a produtos confeccionados em materiais integralmente compostáveis, feitos a partir de matérias-primas renováveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º Os produtos de que trata o *caput* deste artigo poderão ser fabricados pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da data de publicação desta Lei, quando se destinarem exclusivamente à exportação.

§ 3º Ato do Poder Executivo poderá ampliar o rol de produtos proibidos constante do *caput* deste artigo quando a medida se tornar conveniente e oportuna ante o desenvolvimento tecnológico e a disponibilização de alternativas sustentáveis no mercado.

EMENDA Nº -CAS

Acrescente-se ao art. 6º do Projeto de Lei nº 2.524, de 2022, o seguinte § 10:

"Art. 6º .....

.....

§ 10. Não se sujeitam ao disposto no *caput* deste artigo as embalagens para aplicações às quais não exista no mercado alternativa compostável ou retornável, assim declaradas por ato do Poder Executivo."

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao *caput* do art. 10 do Projeto de Lei nº 2.524, de 2022, a seguinte redação:

"Art. 10. Os fabricantes e importadores de produtos embalados em material plástico são obrigados a implantar procedimentos de compra das embalagens usadas não retornáveis ou sistema centralizado de depósito reembolsável com compensação devida aos comerciantes que pagarem por embalagens devolvidas, na forma do regulamento.

....."

EMENDA Nº -CAS

Acrescente-se ao Capítulo II do Projeto de Lei nº 2.524, de 2022, o seguinte art. 11, renumerando-se os artigos subsequentes:

"Art. 11. O Poder Público promoverá campanhas e ações educativas voltadas ao consumo e ao uso conscientes do plástico, focadas nos objetivos previstos no art. 3º desta Lei."

É esse o relatório, Sr. Presidente.

Eu queria fazer alguns comentários aqui.

Em nenhuma hora, neste projeto de lei se pensou em desempregar as pessoas, certo? Aqui, nós estamos dando oportunidade. Quando eu fui fazer o substitutivo... quero lembrar a todos que, em vez de um ano, eu aumentei um ano a mais para a produção e ficou... eram três anos ou quatro? Eu aumentei dois anos para a comercialização, dando essa oportunidade.

Segundo, a gente está falando aqui de plástico de uso único; os outros plásticos continuarão. E, como a gente tem certeza de que isso não é só aprovar uma lei, que a sociedade como um todo precisa cooperar, aqui é onde entra a responsabilidade do Estado brasileiro em fazer campanhas educativas, porque, olhem, se não precisassem de campanhas educativas, determinados refrigerantes não as fariam, todo dia, mesmo a gente já está tendo conhecimento. Então, deve-se mostrar à população a necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que tem algo aqui com que todos concordam: ficar omisso, sem ninguém iniciar, mesmo se tendo a certeza... Nós tínhamos ilhas de plástico. Eu estive com o almirante lá no Rio Grande do Norte e ele falou que tem ilhas de plástico. É tanto que, para a Unesco, é a década da saúde dos oceanos. E mais: a ciência já prova que o mais grave não é aquele plástico que a gente vê, é aquele que já está no cérebro dos seres humanos e dos animais.

Lembrando o seguinte, isso não é uma política contra a produção de plástico neste país, nem pela perda de empregos, pelo amor de Deus, longe da gente. E não é uma perseguição ao plástico, porque essas descobertas da ciência, encontrando plástico em todos os órgãos do ser humano, não foram uma coisa dirigida, foi um achado casual, e isso assustou. E eu digo mais, a gente tem que estar feliz aqui, porque temos ainda como reverter, sem perda de emprego, sem estímulo à ciência e tecnologia, parar com isso, dando um prazo, dando oportunidade, incentivando a reciclagem, com campanhas educativas.

A gente sabe que a economia do plástico, essa questão, é uma questão de todos nós, entendeu? Como muitos países fizeram. Por isso que eu faço questão de dizer isso, Humberto, porque dizem assim: "Não, vai desempregar as pessoas". A gente está falando aqui de economia circular do plástico, aquele de uso único, e os outros a médio e longo prazo; e de um compromisso do Estado brasileiro de fazer campanhas educativas, de dar visibilidade. Informação é poder. Se a gente não estivesse aqui falando sobre isso, milhares, centenas de brasileiros e brasileiras não tinham conhecimento dessa grande poluição, e cabe à gente, é preciso alguém começar e os outros continuarem.

Obrigada ao Sr. Presidente e a todos os colegas e assessores que, na ânsia de discutir, porque isso é um projeto muito meritório, queriam falar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Quem está pedindo a palavra?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Wilder.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fiz um relatório pedindo que essa matéria também pudesse ser ouvida na CAE, até porque é um projeto importante, muito bem explanado aqui pela nossa colega Senadora Zenaide, e pela importância, precisamos saber quais os impactos econômicos que podem vir a acontecer na nossa economia. Então, eu sugeri ao Presidente que a gente pudesse avaliar, até porque o projeto não é terminativo aqui nesta Comissão, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pudesse ouvir a CAE para ver quais os impactos, porque isso com certeza também daria toda a segurança à nossa Relatora e ao autor do projeto, para que isso não venha também a prejudicar o setor econômico do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Wilder, V. Exa. apresentou o mesmo requerimento ao Plenário do Senado, não é? Eu pergunto a V. Exa. se não seria mais pertinente que esse requerimento fosse inicialmente votado no Plenário, embora ele, sendo votado no Plenário, virá na forma de uma consulta à Comissão de Assuntos Sociais. Mas, independentemente disso, sem prejuízo, se V. Exa. concordar ou não, mas sem prejuízo até de uma votação do requerimento de V. Exa., nós vamos proceder à votação aqui, porque não são coisas excludentes.

Então, eu peço...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, eu acho que uma consulta na CAE... São requerimentos diferentes. Então, isso é uma consulta que podemos fazer na CAE para saber quais são os impactos, como isso impacta diretamente no setor econômico do país, principalmente neste momento que nós estamos vivendo...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Então, vamos fazer a discussão do relatório, votaremos o relatório, e eu me comprometo com V. Exa. de que o primeiro requerimento a ser votado será o de V. Exa.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às Emendas nºs 2-T, 4-T e 7-CAS a 11-CAS.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, mas nós votaremos, daqui a pouco, o requerimento de V. Exa. que pede a oitiva... É, na verdade, um pedido para que ele tramite na CAE ou apenas uma consulta à CAE?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Para que ele possa ser tramitado também na CAE para que a gente possa saber quais são os impactos e ouvir os setores econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas seria a tramitação propriamente dita?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – O de Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É porque da forma como V. Exa. apresentou é como se fosse meramente uma consulta.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – É uma consulta e, no Plenário, foi para que tramite também na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Está bem.

Então, me comprometo em colocar este pedido de V. Exa. em votação.

O item 2 da pauta é um projeto de que eu sou Relator, então, passo aqui, com muita alegria, a palavra ao Senador Flávio Arns para que ele possa conduzir a votação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passamos, então, ao item 2 da pauta, e, a exemplo do que o Senador Humberto Costa já tinha solicitado, também solicito que, na medida do possível, as pessoas se mantenham em silêncio.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3811, DE 2019

- Terminativo -

Institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra, então, ao nosso Presidente, Senador Humberto Costa, para a leitura do relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, submete-se à deliberação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter exclusivo e terminativo, o Projeto de Lei nº 3.811, de 2019, de autoria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Deputada Rejane Dias, que institui o mês de setembro como o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares.

Peço a V. Exa. a autorização para que eu possa ler a análise, me dirigir diretamente à análise.

Nos termos do disposto no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar acerca de proposições que versem, entre outros temas, sobre proteção e defesa da saúde, tema afeto ao projeto de lei em análise.

Conforme estabelecido nos incisos I do art. 49 e IV do art. 91 dessa mesma norma, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito.

Por outro ângulo, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, cabe à CAS pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade

Sob a ótica da constitucionalidade, não há óbice à proposição, porquanto esta cumpre as diretrizes previstas no inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, que prevê a competência da União, em concorrência com os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção e defesa da saúde.

Além disso, a Carta Magna também confere ao Congresso Nacional a atribuição para dispor sobre tal tema, nos termos do *caput* do art. 48, não havendo que se falar em vício de iniciativa.

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, concordamos também com a avaliação da CCJC no sentido de que nenhum óbice há à aprovação da matéria, que se encontra adequadamente inserida no ordenamento jurídico brasileiro.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

As doenças cardiovasculares são um grupo de condições que afetam o coração e os vasos sanguíneos e que são responsáveis, no mundo, por 45% de todos os óbitos por doenças crônicas não transmissíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distribuição similar é observada no Brasil, onde 30% das mortes – cerca de 400 mil óbitos anuais – são devidas às doenças cardiovasculares, atualmente a principal causa de mortalidade no país.

De acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil, as doenças cardiovasculares acometem cerca de 14 milhões de pessoas, e afetam desproporcionalmente o estrato mais vulnerável da população, que tem grande dificuldade no acesso a cuidados de saúde de alta qualidade.

O diagnóstico precoce de problemas cardiovasculares nos mais jovens possibilita melhores tratamentos e controle mais rígido das doenças relacionadas ao coração, que podem se agravar ao longo dos anos se não forem corretamente tratadas.

Os médicos também são categóricos em afirmar que estilo de vida é um dos fatores de risco: a prática de atividades físicas regulares e a redução do estresse, associadas ao controle do colesterol elevado e a uma alimentação saudável, tendem a reduzir em 80% esses óbitos.

Apesar da importância da prevenção, um estudo da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo aponta que 23% dos brasileiros nunca foram ao cardiologista.

Nesses cenários, as estatísticas aqui elencadas demonstram a necessidade de uma política de atenção ao coração de todos os brasileiros, e principalmente aos portadores de doenças cardiovasculares, desde o acompanhamento básico, nas unidades de saúde, ao tratamento especializado adequado a cada enfermidade.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de instituir o Mês de Conscientização sobre as Doenças Cardiovasculares.

Voto.

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.811, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço, Senador Humberto Costa.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia, antes de V. Exa. usar a palavra, quero cumprimentá-la, assim como o Senador Humberto Costa, pelo Dia do Médico e da Médica no dia de hoje. Vocês são extremamente importantes para a população toda.

Eu sempre digo: entre o paciente e Deus está o médico, que tem que orientar, tem que trabalhar, tem que acolher a família. Então, parabéns pelo Dia do Médico e da Médica, e também pelo Dia de São Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evangelista. No dia de hoje, vocês recebem, também, pelo trabalho desenvolvido, a medalha, a honraria São Lucas.

Muito bem. Com a palavra, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Já agradeço aqui – não é, Humberto? – pelo nosso dia e de outros colegas. Quero dizer que eu sinto muito orgulho disto: que durante 30 anos eu fui médica do serviço público, SUS, em nível federal e municipal. Atuei, desde na saúde primária – urgência e emergência – até numa saúde mais complexa, de alta complexidade, que é a universidade, os hospitais universitários que o Sistema Único de Saúde oferece. Sou muito grata por, durante esse tempo, com certeza, ajudar a salvar muitas vidas.

Mas eu queria mostrar aqui que, mais uma vez, nós estamos falando da necessidade de dar visibilidade à importância de se cuidar. As doenças cardiovasculares têm prevenção. Prevenção é importante – sabemos que a atividade física é importante, uma alimentação saudável é importante, prevenção – e, em seguida, um diagnóstico precoce, porque você evita que chegue ao máximo.

Mais uma vez, a saúde primária está aí. Quem faz prevenção na saúde é a saúde primária. Ela que faz o pré-natal, ela que cuida do hipertenso, do diabético, ela que vacina.

Quero parabenizar aqui o Humberto e dizer o seguinte: é necessário, sim, um mês para a gente mostrar às pessoas que é possível reduzir o número de óbitos por doenças cardiovasculares e, para isso, precisa-se dessa visibilidade, de propaganda. Vamos mostrar, porque as pessoas esquecem. A gente tem sempre que mostrar isso. Mais uma vez, lembrando que, se não precisassem de propaganda... Muitos produtos, que a gente já conhece há décadas, todo dia aparecem, de 10 a 15 vezes, na programação dos meios de comunicação.

Parabéns, viu, Humberto? Não custa nada a gente implementar, empoderar o povo com conhecimento sobre a sua saúde e de como evitar as doenças cardiovasculares, que têm um índice de mortalidade muito alto.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação desse projeto é nominal e de outros projetos também. Então, eu estava conversando com o Presidente para que deixemos para o final a votação dos projetos nominais, que podem ser votados inclusive à distância, para quem tiver colocado o nome no painel, se não houver polêmica. Se houver polêmica, votam-se, em separado, os projetos nominais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, encerro a discussão.

A votação será em bloco ao final dos outros projetos de lei.

Falamos com o Secretário também nesse sentido.

Retorno à Presidência ao caro amigo Presidente e médico Dr. Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 6379, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a atividade profissional de musicoterapeuta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, com parecer favorável ao projeto.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar todas as pessoas, os profissionais que estão aqui da área da musicoterapia acompanhando a tramitação desse projeto, bem como cumprimentar todos e todas que atuam nesta área pelo Brasil e que estão, há muito tempo, aguardando também a aprovação desse projeto.

Eu quero sempre dizer que todos nós apreciamos música e que música faz bem para a saúde. A pessoa se torna melhor, mais tolerante, mais solidária pela música também, mas a gente sempre tem que distinguir entre música e musicoterapia, quer dizer, a terapia pela música. São coisas diferentes. Lá em casa, por exemplo, todos tocam música, ou é violino, ou é piano, é uma prática familiar também. Tocar música é uma coisa agradável, boa, necessária, Zenaide, mas musicoterapia é outra coisa, não é? Então, é só para distinguir bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à análise.

Nos termos do art. 22, XVI, da Constituição Federal, é competência privativa da União legislar sobre condições para o exercício de profissões, matéria do PL 6.379, de 2019.

Além disso, não se trata de tema cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos tribunais superiores, motivo pelo qual aos Parlamentares, nos termos do art. 48 da Carta Magna, é franqueado iniciar o processo legislativo sobre ele.

Inexiste também exigência de que a matéria seja tratada por lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é a roupagem adequada para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

Por fim, a competência da CAS para o exame do PL nº 6.379, de 2019, decorre do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto.

O art. 5º, inciso XIII, da Constituição da República demanda que profissões que resvalem em interesses indisponíveis do corpo social sejam exercidas, na forma da lei, por pessoas titulares de determinada qualificação técnica.

No Parecer nº 133, de 2023, exarado pela Comissão de Educação, restaram consignados os benefícios da musicoterapia em uma variedade de contextos clínicos, desde o tratamento de distúrbios infantis até a recuperação de lesões cerebrais.

Confira-se, nesse sentido, trecho do parecer proferido pela Comissão de Educação. Vou ler, porque é importante, até para as pessoas que nos acompanham.

> É notório o poder da música de influenciar as emoções e os estados de espírito das pessoas. Ela, por vezes, nos acalma, inspira ou energiza. Na musicoterapia, essa capacidade é explorada de maneira cuidadosa e direcionada para ajudar indivíduos a lidar com questões emocionais e psicológicas, bem como para contribuir em intervenções no ambiente educacional e cotidiano.
> De fato, a música está profundamente enraizada na natureza humana. Desde tempos ancestrais, as culturas de todo o mundo têm utilizado a música em rituais, celebrações e momentos de cura. Essa conexão intrínseca com a música significa que a musicoterapia pode atingir níveis profundos de ressonância com os indivíduos, proporcionando um meio de expressão e comunicação que vai além das palavras. Isso é particularmente valioso em casos de pessoas que têm alguma dificuldade em se comunicar verbalmente ou em promover interações sociais.
> O impacto da musicoterapia é observado em grande variedade de contextos clínicos, desde o tratamento de distúrbios do desenvolvimento infantil até o auxílio na reabilitação de lesões cerebrais. o câncer. Além disso, a musicoterapia é frequentemente integrada em programas de saúde mental para tratar transtornos como depressão e transtorno de estresse pós-traumático.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Em ambientes educacionais, por sua vez, a musicoterapia desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Pode ainda estimular a criatividade, melhorar o foco e proporcionar uma maneira envolvente de aprender.
> No contexto cotidiano, a musicoterapia pode ser usada para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Um exemplo é a utilização em terapias domiciliares para idosos, revestindo-se como uma ferramenta valiosa para o bem-estar emocional e mental.
> Diante desse contexto, não há dúvidas de que a proposição sob análise se revela meritória e oportuna, na medida em que traz a devida regulamentação para atividade profissional de inegável relevância e impacto para a sociedade.

Profissões desse jaez não podem passar ao largo da atuação Parlamentar, no sentido de impor um mínimo de habilitação técnica para o seu desempenho, sob pena de violarem direitos como a vida, a integridade física e a saúde de seus destinatários.

Em face disso, ainda bem, o PL 6.379, de 2019, em seu art. 3º, exige a titularidade de diploma de graduação ou pós-graduação em musicoterapia – lembrando bem, até, o argumento que a gente quer dar para o Governo na apreciação da sanção desse projeto de lei – para que alguém possa começar a praticar o referido labor. É salutar, também, a previsão de que aqueles que exercem a profissão há pelo menos cinco anos possam continuar a desempenhá-la, na forma do regulamento.

No mais, a correta delimitação das funções do profissional em comento, bem como a sua responsabilização pelos atos que cometer por culpa ou dolo, elencadas nos arts. 5º e 6º respectivamente, militam no sentido de concretizar a garantia positivada no art. 5º, XIII, da Carta Magna, evitando a invasão de atribuições privativas de outros trabalhadores, bem como prevenindo o corpo social contra o exercício irresponsável da atividade em comento.

Por todas essas razões, o PL nº 6.379, de 2019, merece, sem qualquer reparo, a chancela desta Comissão – já passou, inclusive, pela Comissão de Educação, como eu mencionei.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.379, de 2019.

Quero parabenizar a Deputada Marília Arraes pela apresentação desse projeto de lei na Câmara dos Deputados e quero parabenizar novamente todos os profissionais, que estão aqui e pelo Brasil, que se dedicam a esta área tão importante que é a terapia pela música, musicoterapia. Isso é muito importante.

E faço apelo para que, na sanção do projeto, o Governo Federal, aqui representado, o Executivo, reflita muito bem sobre isso para que o projeto seja sancionado e passe a fazer parte da realidade em nosso país.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Quero aqui parabenizar Marília Arraes e o nosso Relator por esse projeto, também parabenizando os profissionais que fazem a musicoterapia.

Eu queria lembrar aqui que, quando Eduardo Barbosa e Mara Gabrilli eram, então, Deputados, a gente teve uma luta para ter educação durante toda a vida. Nós precisamos... Mais uma vez a ciência nos socorreu. Trouxemos neurocientistas até de fora, provando que o cérebro aprende em qualquer idade. E isso chamou a atenção da gente para o seguinte: para a causa das pessoas com deficiência, principalmente com deficiência intelectual. O que ainda acontece? Por que a gente não pôde ainda implementar totalmente essa educação ao longo da vida? Essas pessoas, crianças com deficiência, chegando aos 18 anos, saem de todo o ambiente educativo, porque o município acha que não é mais sua responsabilidade, nem o estado. E essa população, que não é pequena, deixava de existir – deixa de existir, vai para casa e não tem mais nenhum tipo de educação.

E a música é uma terapia, sim. Tanto para os idosos como para as crianças com qualquer distúrbio cerebral ele acalma. Isso foi a ciência que foi observando. Então, eu achava que já era uma profissão regulamentada, porque a gente já tem universidade que forma bacharel, e pós-graduados.

Os cuidados aqui de quem pode exercer, fazer isso, é justamente quem é qualificado, e a Comissão de Educação já aprovou com esses detalhes. Mas nós precisamos, sim, aprovar isso, porque a gente sabe que, mesmo aquelas pessoas, muitas vezes em coma superficial, observa-se – a ciência observava – que com a música elas passavam a ter alguma emoção: chorar, imitar algum movimento para a gente tomar conhecimento que elas estavam vivas e que estavam ouvindo.

Então, parabéns pelos profissionais e vamos reconhecer. O cérebro aprende em qualquer idade e em qualquer condição. Então, só se baseando nisso, a musicoterapia, não tenha dúvida, que é uma coisa importantíssima e que nós vamos ajudar nisso. Por que não?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Permanece em discussão.

Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Humberto Costa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar aqui o Senador Flávio Arns, que tão bem relatou esse projeto, sempre com a sua capacidade intelectual, ele que é um homem de muita sensibilidade; cumprimentar os Senadores aqui presentes, os Senadores e todos que aqui se encontram, especialmente os musicoterapeutas que estão aqui presentes, esses profissionais que tão bem trabalham com as pessoas que tanto necessitam.

Quero falar da importância desses profissionais, tão bem relatados aqui pelo Senador Flávio Arns, que utilizam a música como ferramenta para ajudar pacientes a alcançarem objetivos terapêuticos específicos. Como falou bem a Senadora Zenaide Maia, a música tem o poder de estimular diferentes áreas do cérebro. Daí a importância de aprovarmos hoje esse projeto da Deputada Marília Arraes, que foi relatado aqui pelo Senador Flávio Arns.

Quero aqui dizer para os musicoterapeutas que eles têm, sim, o meu apoio e têm aqui o meu carinho e a minha sensibilidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão.

Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir.) – Eu só queria complementar, meus colegas já falaram bem, muito bonito. Quero parabenizar o Senador Flávio Arns e dizer que hoje, Presidente, eu estava chegando aqui com toda aquela inquietude que a gente fica, será que a gente vai dar conta de fazer tudo que a gente tem que fazer? E estava um coral cantando aqui no corredor, que acho que é um coral de que fazem parte vários servidores do Senado, e aquilo foi um ritual de passagem só, mas mudou o meu espírito. Eu cheguei aqui com mais certeza de que vai dar tudo certo hoje.

Então, assim, a musicoterapia... Quando a gente está diante da música, não tem idade, não tem deficiência, não tem barreiras, não tem impedimentos, não tem absolutamente nada. E a gente sabe que até o surdo tem capacidade de sentir a música através da vibração e de poder interagir da mesma forma.

Então, eu quero parabenizar, e parabenizar os profissionais que são musicoterapeutas pelo quanto isso é importante no desenvolvimento das pessoas em geral.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero também aqui saudar o Senador Flávio Arns, que é o Relator dessa matéria, e saudar a ex-Deputada Marília Arraes pela sua iniciativa importante. É um tema realmente da maior relevância.

Resultado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, eu só requeiro também urgência para o Plenário para que a gente possa conversar com o Presidente para a aprovação o mais cedo possível.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco em votação o requerimento de urgência para a matéria apresentado oralmente pelo Senador Flávio Arns.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência ao Plenário do Senado Federal.

Com a palavra, a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Eu tenho três projetos para relatar – o item 5, o item 6 e o item 7 –, mas eu estou sendo chamada para relatar um projeto na CCJ. Eu queria pedir licença a V. Exa. e aos demais colegas para relatar o item 6, porque ele tem a ver com a data de hoje, 17 de outubro, e deixar os outros para depois que eu voltar de lá.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Se não houver nenhum óbice por parte dos Senadores ou Senadoras...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Posso colocar o dela antes?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone.*) – Isso é uma ordem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive porque o da Senadora Teresa Leitão é terminativo. Nós já vamos fazer uma votação conjunta.

Senadora Teresa Leitão; depois, o projeto do Senador Jayme Campos.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, em especial ao Senador Jayme Campos.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ah, só preciso anunciar o item.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1973, DE 2021

- Terminativo -

Altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943, para determinar a concessão de abono do dia em que comprovar a ausência motivada para vacinação do trabalhador, de dependente menor e dependente maior de idade com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra à Relatora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Peço licença para ir direto à análise.

O art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) confere à CAS competência para apreciar as matérias referentes às relações de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existem impedimentos formais de ordem constitucional para análise da matéria, dado que a iniciativa da matéria pode ser exercida por qualquer parlamentar, conforme os arts. 22, I e XXIII, 48 e 61 da Constituição.

Não existe, destaque-se, reserva de iniciativa de outros Poderes ou órgãos da União.

Tampouco verificamos a ocorrência de injuridicidade ou de contrariedade à técnica legislativa ou ao Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto ao mérito, entendemos justa a medida e passível de aprovação.

O projeto, como dissemos, busca acrescentar hipótese de interrupção do contrato de trabalho para incentivar a vacinação do próprio trabalhador ou trabalhadora e de seus dependentes.

A vacinação é uma das mais bem-sucedidas políticas públicas de saúde já desenvolvidas em todos os tempos, senão a mais bem-sucedida entre todas as políticas de saúde.

Talvez o maior exemplo disso seja o caso da varíola: uma doença que acompanhava a humanidade desde sua origem – foram encontrados sinais da enfermidade em múmias egípcias de mais de 4 mil anos de idade –, era uma doença altamente contagiosa, de alcance global, incapacitante e frequentemente mortal. Estima-se que em seus últimos cem anos de existência tenha matado mais de 500 milhões de pessoas.

Ainda em 1967, quando se iniciaram os esforços internacionais para a imunização contra a varíola, ocorreram 15 milhões de casos internacionalmente. O esforço vacinal coordenado conduziu à redução rápida e drástica de sua ocorrência...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... e já em 1980 a varíola foi considerada erradicada.

Como sabemos, com outras doenças não se apresentou o mesmo grau de sucesso, mas, mesmo assim, o sucesso da vacinação é evidente em relação a outras doenças como a poliomielite, a difteria, a febre amarela, o sarampo e o tétano.

Além de seu impacto direto na saúde humana, temos também que a aplicação sistemática de vacinas apresenta efeitos benéficos indiretos.

Não obstante seus resultados empiricamente demonstráveis, a cobertura vacinal ampla da população tem se reduzido de maneira preocupante.

A falta de informação e a crença errônea de que as vacinas não são mais necessárias levam muitas pessoas a negligenciarem a sua própria vacinação e – ainda pior – a de seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a difusão de inverdades sobre as vacinas – que atingiu um pico em decorrência da ampla rede de desinformação que se mobilizou durante a pandemia de covid-19 – tornou ainda mais grave a queda da cobertura vacinal e ainda mais premente a adoção de uma política renovada de imunização.

Vai nesse sentido o projeto do Senador Jaques Wagner, ao permitir – e, assim, estimular – que, por um dia a cada 12 meses de labor, o trabalhador ou da trabalhadora se ausente a fim de promover a sua própria vacinação ou a de seus dependentes.

Reverter esse triste quadro é algo que demandará tempo e esforço, e todas as medidas necessárias para tanto serão bem-vindas, inclusive a contida na presente proposição. Obviamente, temos consciência de que apenas isso não basta, mas se trata de um esforço a mais nesse grande quadro.

Unicamente apresentamos emenda de redação para retirar a remissão a um eventual inciso XIV inexistente da redação do projeto, de forma a retirar esse erro material.

Voto.

Aproveitando, inclusive, o dia nacional de mobilização pela vacina, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.973, de 2021, com a seguinte emenda:

> EMENDA nº – CAS
> Dê-se ao *caput* do art. 1º do PL nº 1973, de 2021, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII [que já está no corpo da lei]:
> ....."

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço o relatório de V. Exa. e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão e, daqui a pouco, nós faremos a votação nominal em conjunto com outros projetos que estão em regime terminativo.

De imediato, eu concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para a apresentação do seu relatório sobre o Projeto de Lei 3.670, de 2023.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 3670, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para retirar a obrigatoriedade de cobrança de FGTS e Contribuição Previdenciária sobre a remuneração recebida por empregados que já sejam aposentados, bem como altera a Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 para criar cadastro específico de vagas de trabalho para aposentados junto ao Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Autoria: Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para a leitura do relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Humberto Costa, colegas Senadores, eu indago a V. Exa., Sr. Presidente, se eu posso ir à fase de análise, até para dar celeridade ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Este projeto é de autoria do meu querido amigo Mauro Carvalho. Eu o acho meritório, por isso fiz questão absoluta de relatá-lo até pela importância que representa sobretudo para as pessoas idosas deste país.

A matéria cinge-se à competência da União para legislar privativamente sobre direito do trabalho e seguridade social, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, incisos I e XXIII, e 61 da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria. No mérito, entendemos que o PL nº 3.670, de 2023, é conveniente e oportuno.

A Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, estabelece, em seu art. 28, que o poder público criará e estimulará programas de profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas, além da criação de estímulo às empresas privadas para admissão de pessoas idosas ao trabalho.

A participação da mão de obra da pessoa idosa é conjuntural e dependente quase que exclusivamente do desempenho da economia, isto é, do nível de emprego, razão pela qual é necessário o estímulo estatal à contratação de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e, entre estas, trabalhadores que já se aposentaram e ainda podem contribuir com o mercado de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal, entretanto, considerou inviável o recálculo do valor da aposentadoria por meio da chamada desaposentação. Por maioria de votos, os Ministros entenderam que apenas por meio de lei é possível fixar critérios para que os benefícios sejam recalculados com base em novas contribuições, decorrentes da permanência ou volta do trabalhador ao mercado de trabalho após a concessão da aposentadoria.

A decisão da Suprema Corte, no âmbito do julgamento dos Recursos Extraordinários 381.367, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, 661.256 e 827.833, ambos de relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, definiu que, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à "desaposentação", sendo constitucional a regra do art. 18, §2º, da Lei nº 8.213, de 1991.

Tal decisão prejudica os aposentados que continuam a trabalhar, pois não terão direito ao recálculo do valor dos seus benefícios, razão pela qual, em conjunto com uma política de estímulo à contratação desses trabalhadores, propõe-se a isenção das contribuições previdenciárias devidas pelos trabalhadores e pelos empregadores, nos casos de contratações de empregados ou trabalhadores avulsos já aposentados, desde que a empresa tenha aumento do número total de empregados e de empregados aposentados em seus quadros funcionais, considerando o mês de janeiro do ano da publicação da lei.

O projeto de lei torna efetivas, ainda, ações afirmativas em benefício dos trabalhadores aposentados, dispondo que os órgãos estaduais, municipais e distritais executores das ações e serviços do Sistema Nacional de Emprego (SINE) devem manter lista específica de pessoas aposentadas aptas ao retorno ao mercado de trabalho, promovendo ampla divulgação de tal lista.

A proposição também estimula a contratação de trabalhadores aposentados, ao dispensar os empregadores da obrigação de depositar a importância correspondente a 8% da remuneração paga ou devida a título de FGTS e afastar, por conseguinte, o dever de indenizar o trabalhador em importância igual a 40% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, em caso de rescisão do contrato de trabalho, por iniciativa do empregador.

A proposição, assim, merece a chancela deste Parlamento.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.670, de 2023.

E concluindo, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aqui a louvável iniciativa do ilustre e eminente Senador Mauro Carvalho de, com certeza, num momento de lucidez, num momento de preocupação com as pessoas idosas, promover este projeto de lei. O Brasil... V. Exa. é um homem inteligente, preparado, um homem por quem tenho a maior admiração pela forma da retidão de caráter, mas, acima de tudo, pela competência com que desempenha a Presidência desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem atualmente 17 milhões de pessoas aposentadas que não estão inseridas no mercado de trabalho. E eu tenho certeza absoluta de que uma grande parcela desses cidadãos e cidadãs tem capacidade ainda plena, não só física, como mental, para estar inserida no mercado de trabalho.

Eu acho que, quando as pessoas falam, "isso vai, com certeza, prejudicar outras pessoas que querem ingressar"... O mais importante do projeto é ele que não prejudique nada. Primeiro, não tem que recolher a previdência. Segundo, não tem que recolher o FGTS. Terceiro, que é o mais importante, eu entendo que isso vai gerar uma riqueza para o país. Esse dinheiro que eles vão ganhar no mercado de trabalho, ou seja, nos seus empregos, vai circular na economia do nosso país, permitindo, com certeza, a possibilidade de mais criação emprego. E outro: quando você contrata o cidadão, você não pode demitir aqueles que já estão empregados, ou seja, se uma empresa tem 10 funcionários e ela quiser colocar o 11º, ele está inserido nesse projeto; receberá os benefícios. Ele não poderá tirar um e colocar outro para ser beneficiado.

De tal forma que aqui nós temos que cumprimentar o Senador Mauro Carvalho pela louvável iniciativa, pela sua preocupação com as pessoas idosas, que certamente merece o nosso reconhecimento e, sobretudo, o nosso apoio para que esse projeto dele, com certeza, seja aprovado nesta Comissão em caráter terminativo, seja remitido à Câmara e aprovado para que possamos colocar em prática tudo isso que vai beneficiar milhões de brasileiros que estão, com certeza, na expectativa de ter um emprego para o futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Jayme Campos, pelo relatório.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Coloco em votação agora os projetos de Lei nº 3.811, de 2019; 3.670, de 2023; e 1.973, de 2021, nos termos dos relatórios apresentados.

A votação é nominal.

Os Senadores que concordam com os respectivos projetos votam "sim"; os que discordam votam "não".

Então, iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, esses projetos que V. Exa... Nós vamos votar todos eles num bloco só?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Num bloco só.

Eu queria... Vou colocar em votação agora o pedido de consulta do Senador Wilder... (*Pausa.*)

Enquanto fazemos a votação, eu coloco aqui em discussão o Projeto de Lei nº 1.640, de 2023, que é o item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1640, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para assegurar estabilidade no emprego para testemunhas, informantes e colaboradores que noticiem crime cometido por seus empregadores.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A relatoria *ad hoc* será feita pela Senadora Mara Gabrilli, nossa Vice-Presidente desta Comissão.

Eu concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para a leitura do relatório e peço aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão que participem do processo de votação nominal.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora.) – Presidente, eu vou direto para a análise, está bom?

Nos termos do art. 100, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar pareceres sobre projetos de lei que versem sobre matérias que dizem respeito às relações de trabalho e outros assuntos correlatos.

Sob o aspecto formal, não há óbices à aprovação do projeto, uma vez que compete à União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do art. 22, I, da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, recomenda-se a aprovação do referido projeto de lei, uma vez que a criação de estabilidade provisória de emprego para aqueles que denunciam crimes de seu empregador, bem como a possibilidade de requerer o sigilo das informações prestadas constituem medidas de extrema relevância, ao servirem como escudos contra retaliações injustas, garantindo que o trabalhador não seja demitido como represália por sua ação de denunciar.

Além disso, essas proteções legais contribuem para reduzir a corrupção e a fraude no âmbito corporativo, na medida em que, ao saber que seus empregados têm não só o direito de denunciar irregularidades, como também respaldo legal para tanto, as empresas têm um incentivo maior para evitar atividades ilegais ou antiéticas em primeiro lugar, a fim de evitar a exposição pública e potenciais ações judiciais.

Por fim, a denúncia de crimes empresariais muitas vezes envolve questões de interesse público, como questões ambientais, segurança do consumidor ou violações dos direitos dos trabalhadores. Proteger os denunciantes assegura que essas preocupações importantes sejam trazidas à tona e tratadas adequadamente, em benefício da sociedade como um todo.

Entretanto, é importante tecer algumas considerações no intuito de contribuir para o aprimoramento da presente proposição legislativa.

Nos casos em que a continuidade do contrato de trabalho seja desaconselhável, pela natureza do crime denunciado ou pela quebra da fidúcia necessária na relação das partes envolvidas, é necessário prever a possibilidade de substituição da estabilidade provisória de seis meses por indenização correspondente.

Por sua vez, se não houver salvaguardas adequadas, alguns indivíduos poderão fazer denúncias falsas ou maliciosas para obter a estabilidade provisória de emprego ou prejudicar seus empregadores de alguma forma, o que pode resultar em recursos desperdiçados e danos à reputação de empresas. Dessa forma, no caso de o empregado comprovadamente realizar uma denúncia falsa ou caluniosa, recomenda-se a previsão de que a referida atitude se enquadra como ato de improbidade e ensejará a rescisão do contrato de trabalho pela empresa por justa causa, nos termos do art. 482, "a", do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Em face dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.640, de 2023, da Senadora Augusta Brito, sem ressalvas quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com a seguinte emenda:

EMENDA nº - CAS

Acrescente-se os seguintes §§ 4º e 5º ao art. 12-A acrescido à Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 1.640, de 2023:

"Art. 12-Aº .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

.....

§ 4º Quando a permanência do empregado nos quadros da empresa for desaconselhável, devido à natureza do crime denunciado ou à quebra de fidúcia entre as partes, a estabilidade será convertida em indenização por rescisão do contrato por prazo indeterminado, paga em dobro.

§ 5º No caso de denúncia comprovadamente falsa ou caluniosa do empregado, o empregador poderá rescindir o contrato de trabalho por justa causa, nos termos do art. 482, "a", do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho."

É isso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu peço licença a V. Exa., antes de nós abrirmos a discussão, para finalizar a votação que, por falta de quórum, não pode ser realizada, fica adiada. Nós a faremos na primeira oportunidade, talvez de uma forma melhor, separadamente, desses projetos, porque há contradição. Eu pretendo que na próxima reunião nós possamos fazer essa votação.

Então, não havendo mais... Coloco a matéria em discussão, perdão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à CCJ.

Agora vamos suspender...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Sr. Presidente, será que eu poderia ir para o item 13?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O item 13? O.k. Será o último ponto da nossa pauta no dia de hoje.

O Senador...

Vamos primeiro passar aqui para o projeto de lei, está certo? Aliás, é um requerimento da Comissão de Assuntos Sociais, o de nº 110, autoria da Senadora Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 110, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 83/2023 seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Passo a palavra à Senadora para a leitura do requerimento.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar.) – Requerimento nº 110, de 2023, CAS.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do RQS 83/2023 seja incluído o seguinte convidado: representante do Instituto Jô Clemente.

Sala da Comissão, 5 de outubro de 2023.

E, Sr. Presidente, eu tenho um itenzinho extrapauta. Será que...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, em votação, o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Qual é o item, Senadora?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, é um item extrapauta, o Requerimento 112.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento 112, de 2023, apresentado pela Senadora Mara Gabrilli. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de avaliar, no âmbito da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica e medidas para seu aprimoramento.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde (Saes); representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass); representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica; representante da Sociedade Brasileira de Genética (SBG); a Dra. Vanessa Luiza Romanelli Tavares, Pesquisadora e Supervisora do Laboratório de Biologia Molecular do Instituto Jô Clemente; a Dra. Mayana Zatz, professora titular de Genética do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo; e a Dra. Dafne Dain Gandelman Horovitz, médica-geneticista, Coordenadora Clínica do Centro de Genética Médica e Serviço de Referência em Doenças Raras do Instituto Fernandes Figueira/ Fiocruz-RJ.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Senador Flávio Arns subscreveu um requerimento extrapauta do Senador Eduardo Girão.

(É o seguinte o item:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 111, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os riscos impostos pelo uso dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs).

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para que ele possa fazer a sua leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – É um requerimento da pauta, não é extrapauta. É o item 14 da pauta, do Senador Eduardo Girão.

Como ele não pôde estar presente, pediu que eu o subscrevesse, e faço isso com prazer também, porque o assunto é importante.

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os riscos impostos pelo uso dos dispositivos eletrônicos para fumar.

Ele propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Dr. Roberto Gil, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer (Inca); a Dra. Cristiane Jourdan, ex-Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o Dr. José Hiran Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; a Exma. Sra. Glória Maria de Oliveira Latuf, Gerente-Geral substituta de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou não do Tabaco da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Flávio Arns, eu sei que V. Exa. não é o autor original. Eu vou colocar em votação e depois vou fazer uma proposição sobre a qual eu vou conversar com a Senadora Soraya, mas peço que também V. Exa. me ajude.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Senadora Soraya Thronicke, que solicitou a realização de duas audiências públicas sobre o mesmo tema, me fez um pedido, porque já houve uma primeira audiência pública e agora nós estamos na iminência de ter uma segunda audiência pública. Então, segundo a orientação do nosso assessor da Comissão, é possível, mediante o entendimento entre a Senadora Soraya e o Senador Girão, que, em vez de nós chamarmos uma audiência aqui, essas pessoas que ele sugeriu possam compor essa terceira audiência. Então, eu vou fazer essa mediação para ver se é possível. Está certo?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, lembro que hoje, às 13h, haverá reunião da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras, em forma de audiência pública, destinada a debater o acesso às fórmulas dietoterápicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para erros inatos do metabolismo e outras condições de saúde raras e a qualidade das fórmulas nutricionais metabólicas disponibilizadas pelo SUS.

Lembro ainda que, sexta-feira, dia 20 de outubro, às 10h, teremos reunião desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater o vício em tecnologia e redes sociais, seu agravamento, o aumento de incidência e suas consequências.

Convoco para o dia 25 de outubro, quarta-feira, às 9h, reunião conjunta desta Comissão com a CDH, destinada a receber a Ministra de Estado da Saúde, Nísia Verônica Trindade Lima.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos e a todas que dela participaram.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Flávio Arns, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Romário, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2023 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), e REQ 74/2023 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Debater o vício em tecnologia e redes sociais, seu agravamento e aumento de incidência e suas consequências. **Participantes:** Cristiano Nabuco de Abreu, Coordenador do Grupo de Dependências Tecnológicas do Instituto de Psiquiatria da Universidade de São Paulo - USP; Henrique Moura Leite Bottura, Diretor Clínico do Instituto de Psiquiatria Paulista; Lourival José Martins Filho, Diretor de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Aline Restano, Psicóloga especialista em Psicoterapia de Orientação Analítica e em Psicoterapia de Infância e Adolescência; Daniel Spritzer, Psiquiatra e Professor da disciplina de Dependência de Tecnologia do Programa de Residência em Psiquiatria do Hospital Psiquiátrico São Pedro - HPSP; Igor Lins Lemos, Psicólogo e Doutor em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento; Marcos Vinícius Soares Pedrosa, Diretor do Departamento de Gestão do Cuidado Integral do Ministério da Saúde; e Maria Aparecida Cina da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Eduardo Girão
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinco minutos do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença da Senadora Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Angelo Coronel, Paulo Paim, Zenaide Maia e Luis Carlos Heinze, não-membros da subcomissão. Deixa de comparecer o Senador Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição**, atendendo ao requerimento REQ 53/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Instalação da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras e eleição da presidência e vice-presidência. **Resultado:** Subcomissão instalada. Eleitas as Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. **2ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Deliberar o Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/30

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A primeira parte da presente reunião tem por finalidade a instalação da Subcomissão e a eleição da Presidência e da Vice-Presidência.

A segunda parte tem por finalidade a deliberação do plano de trabalho da Subcomissão.

Dando início à primeira parte da reunião, e tendo em vista a indicação da Senadora e amiga e Líder Mara Gabrilli para a Presidência e a indicação da Senadora Damares Alves, com toda a sua experiência, também amiga, para a Vice-Presidência, consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada. (*Pausa.*)

Havendo concordância do Plenário em relação às indicações, assim, as Senadoras e os Senadores que aprovam os nomes queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Então, estão aprovados.

Declaro eleitas a Senadora Mara Gabrilli Presidente e a Senadora Damares Alves Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras.

Antes de convidar também, eu quero só que a gente dê um aplauso, uma salva de palmas (*Palmas.*) pela Presidência e pela Vice-Presidência.

E quero destacar que esta audiência, esta Subcomissão é das mais importantes que a gente pode ter no Senado Federal. Tivemos ainda, no outro dia – não é, Senadora Mara Gabrilli? –, a sessão também alusiva à data da ELA (esclerose lateral amiotrófica), e o pessoal presente discutindo a necessidade de a pesquisa continuar, do tratamento, da identificação tão precoce quanto possível, do apoio, do atendimento domiciliar, são desafios também gigantescos que essas pessoas e famílias enfrentam no dia a dia para atender as necessidades das pessoas que apresentam um quadro de doenças raras. E não são poucas as pessoas, como a gente sabe, são cerca praticamente de 15 milhões de brasileiros que apresentam alguma necessidade, alguma doença rara. São poucas pessoas, muitas vezes, com alguma doença, mas são muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as doenças e muitas delas ainda precisando de muita pesquisa. E a gente ficou tão triste, por exemplo, com a ELA, com as pesquisas que eram feitas em São Paulo, na Unicamp, na USP e em outros lugares, que precisam de apoio para a continuidade e isso é essencial.

A Senadora Mara Gabrilli, que é a Presidente eleita, já se encontra à mesa, e convido também a Senadora Damares Alves, recém-eleita Vice-Presidente, para ocupar o seu lugar também à mesa e, em seguida, fazerem uso da palavra. Mas, antes de eu passar a palavra, eu passo a Presidência, porque agora já é a Presidente eleita, então, passo a Presidência para a Senadora Mara Gabrilli e a Vice-Presidência para a Senadora Damares Alves. E eu me sento lá na bancada, porque vou participar desta Subcomissão também e fico à disposição para colaborar.

Obrigado.

Então, com a palavra, Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É, você é importante para nós. Obrigada, Senador!

Obrigada, Senadora Damares.

Vamos juntos sempre.

Obrigada, Sr. Presidente.

É com muita alegria e com muita vontade de trabalhar que a gente reinstala hoje a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras (CASRaras).

A Organização Mundial de Saúde estima que existem cerca de 8 mil doenças raras, reconhecidas pela ciência médica. São doenças que afetam menos de 65 pessoas a cada cem mil indivíduos. Além desse universo imenso de doenças raras, com baixa incidência na população, sabemos que 80% delas têm origem genética, o que torna o cenário ainda mais desafiador. O mundo todo enfrenta essa busca para aumentar o conhecimento sobre essas doenças, já que, para 95% delas, ainda não há tratamento, somente os cuidados paliativos e serviços de reabilitação.

Aqui, no Brasil, são mais de 13 milhões de pessoas que vivem com essas enfermidades, sendo que 75% delas afetam bebês e crianças e, infelizmente, os índices de mortalidade ainda são muito elevados. Desse modo, esta Subcomissão visa a seguir contribuindo com a produção legislativa do Senado na área, mas também quer dar voz e possibilitar a participação das pessoas com doenças raras e de seus familiares nos debates.

Estamos em busca de soluções do poder público para os inúmeros problemas enfrentados por esses brasileiros, do diagnóstico ao tratamento de qualidade, mas também para a capacitação de profissionais, dos SUS e dos Suas, assim como para sua inclusão na sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na legislatura passada, três subcomissões da CAS, as de pessoa idosa, com deficiência e com doenças raras, uniram esforços para instituir uma política nacional de cuidado, demanda urgente e comum a todos esses segmentos. O resultado foi a apresentação do PL 2.797, de 2022, que, além de regulamentar a profissão do cuidador, prevê cuidadores custeados pelos Suas para pessoas idosas, com deficiência e com doenças raras que precisem de auxílio nas atividades cotidianas.

Esse é apenas um dos exemplos da importância de contarmos com Colegiados focados na defesa dos direitos dos grupos mais vulneráveis. Ainda há muitos desafios que precisam ser debatidos e estamos prontos para enfrentá-los aqui na CASRaras.

Eu quero agradecer muito a todas as Senadores e a todos os Senadores que compõem a Subcomissão. Quero agradecer ao Senador Flávio Arns por ter sempre contribuído e participado – e vai continuar participando – e quero agradecer a presença da nossa Vice-Presidente, que agora, também compondo esta Subcomissão, vem abrilhantar nossos trabalhos.

Temos muito trabalho a fazer, Senadora Damares.

Contem comigo e muito obrigada. (*Palmas.*)

A Senadora quer falar?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Senadora Mara, Senador Flávio Arns, demais que estão presentes e todos que estão aqui, que bom que o nosso Plenário hoje está repleto.

É uma honra.

O tema, Senador Flávio Arns, me une à Senadora Mara já há muitos anos. Eu era uma assessora lá na Câmara e a gente chorava, sonhava com uma pauta nas duas Casas, sendo prioridade, na mesa todos os dias, e a gente fez muito lá.

Depois eu venho para cá e tenho alegria de também estar nos bastidores, com Mara como Senadora. Depois eu fui ser Ministra e pude contar muito – a pauta estava lá no Ministério dos Direitos Humanos também – com a Senadora Mara na interlocução, com o senhor também.

E, hoje, olha o que Deus fez com a minha vida, hoje eu vou ser a Vice numa Subcomissão que era um sonho, que era um sonho meu. Eu estava brigando por uma Subcomissão, e a gente lembrou que 75% dos raros são crianças.

A gente vai precisar, de fato, que este tema seja prioridade todo dia nesta Casa, Senador, todo dia. A Mara traz um número de 13 milhões. Quando a gente fala em números... nós estamos aqui como assessores, Senadores, toda hora ouvindo números, mas eu queria fazer aqui um chamamento: Uruguai tem três milhões de habitantes; nós temos 13 milhões de pessoas com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero que vocês entendam o tamanho disso. São quase quatro nações dentro do Brasil só de pessoas que convivem com a doença rara. Esse público não pode ser deixado para trás nunca. E essa Subcomissão faz um aceno e manda um recado. Vocês não estão sozinhos, nós vamos estar aqui. E se depender de mim e de Mara, a pauta vai ser prioridade todo dia, em todas as Comissões, porque o tema é transversal.

A gente trabalha com o tema aqui nesta Comissão, na de Direitos Humanos, de Educação, de Segurança Pública, de Saúde – Segurança Pública! Por que Segurança Pública? Quantas fraudes contra pessoas com doenças raras, quanta violência, quanta discriminação, ainda preconceito. Esse tema é transversal. E é um tema, Senadora, que une muita gente neste Senado. Nós estamos conversando com muitos Senadores, e muitos Senadores são sensíveis à pauta. Então, eu creio que essa Subcomissão chega num momento bom para a gente dar continuidade ao que já aconteceu e para a gente avançar muito.

Quero te agradecer, porque eu sei que você indicou o meu nome. Quero te agradecer. E eu vou me empenhar muito, para você ter muito orgulho da sua Vice-Presidente. Eu vou me empenhar muito!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu já tenho.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E aos raros do Brasil, a gente continua afirmando: vocês não são caros, vocês são raros. E a gente vai caminhar nessa direção, com bom diálogo com o Governo Federal, com bom diálogo com as demais Casas Legislativas no país inteiro, com os Executivos no país inteiro, com o Judiciário, com os laboratórios, com a pesquisa, com as universidades. Todo mundo tem que vir para este debate conosco.

Que Deus nos abençoe a partir de hoje nesse trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Amém.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Conte com toda a minha equipe técnica no gabinete, que a minha equipe e a sua estão sempre caminhando juntas em diversas pautas. Conte com minha vontade, com a minha motivação, com o meu ânimo de a gente fazer muito nessa Subcomissão.

Que Deus te abençoe, minha Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Sabe por que eu me emociono? Porque eu lembro de uma audiência que eu tive com a Damares como Ministra, e nossa pauta, uma delas, foi doenças raras. E na sequência, a Damares como Ministra criou uma coordenadoria, que não tinha antes. Então, a gente está desbravando espaços. E por ser uma política transversal – como você disse – a gente também precisa muito da ciência e tecnologia. A gente precisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares, do Conselho Nacional de Educação, para que a genética clínica seja uma disciplina obrigatória na faculdade de Medicina. Isso vai fazer com que os diagnósticos cheguem mais rápidos.

E além de tudo, Damares, a gente está falando dos 13 milhões, mas lembrando que se trata de um desafio mundial. Eu tenho visto como outros países também passam por dificuldade para conseguir atender o público de raras. Que a questão dos caros é porque a gente fala de medicamentos que custam milhões, milhões e milhões. Então, a gente fica naquela dúvida: vai dar o Tylenol lá no posto de saúde, ou vai investir milhões no medicamento para raras?

A gente tem muito trabalho pela frente e um desafio muito grande para conseguir trazer saúde para esses 13 milhões de brasileiros – não é, Damares? – Vamos juntas!

Bom, dando início à segunda parte da reunião, passo à leitura do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras. (*Pausa.*)

Bom, vamos apresentar o nosso plano de trabalho para esse semestre na CASRaras.

Como a íntegra do plano já está publicada e todos podem ter acesso à sua íntegra, eu gostaria de apresentar brevemente um resumo dele, que norteará os trabalhos da Subcomissão.

Como já foi dito, a CASRaras tem por objetivo principal acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

Apesar de a saúde ser o primeiro passo, já que sem saúde ninguém consegue sair de casa para exercer cidadania, o escopo da atuação da CASRaras não se limitará somente às questões de saúde. Queremos discutir questões relativas a outros direitos, especialmente para a inclusão desses brasileiros nas escolas, no mercado de trabalho, na cultura, no esporte, no lazer, em todos os aspectos da vida. Eu costumo dizer, Senadora Damares, que a gente tem que aprender a viver apesar de. Não é porque a gente tem uma doença rara que a gente não vai participar da vida cultural, do entretenimento, vislumbrar um trabalho, poder frequentar uma escola. Tudo isso vai caber a nós dentro do nosso trabalho, levar essa condição de vida, de qualidade de vida para essas pessoas.

Considerando que as dificuldades de diagnóstico são as primeiras barreiras enfrentadas pelas pessoas com doenças raras e suas famílias, a Subcomissão propõe-se a dar ênfase à fiscalização das medidas para implementação dos preceitos da Lei 14.154, de 26 de maio de 2021, que ampliou o Programa Nacional da Triagem Neonatal por meio do estabelecimento do rol mínimo de doenças a serem rastreadas pelo teste do pezinho em todo o território nacional.

Olhe aí, Senador Flávio, como está tudo enrolado, uma questão com a outra.

Com o mesmo objetivo, também avaliaremos a Política Nacional de Atenção Integral em Genética Clínica, Portaria 81, de 2009, e posteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas medidas, queremos ajudar a facilitar o acesso ao diagnóstico e, com isso, poder oferecer uma rede assistencial especializada para tratamento desde a mais tenra infância, evitando sequelas e deficiências graves, já que 75% das doenças raras afetam os bebês e as crianças.

Nossa ideia é alcançar grande diversidade das doenças raras, já que esses temas são transversais e abrangem um número elevado de enfermidades.

As audiências públicas constituirão a principal atividade a ser desenvolvida no âmbito dos trabalhos da CASRaras, mas prevemos realizar ao menos uma diligência externa junto ao laboratório do Instituto Jô Clemente, na cidade de São Paulo, que é o maior laboratório de triagem neonatal da América Latina.

Também incluímos audiências para falarmos do acesso às fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo e outras condições de saúde raras, buscando debater a qualidade das fórmulas nutricionais disponibilizadas pelo SUS e a melhoria da qualidade de vida de quem depende delas para viver.

E, por fim, debateremos as proposições legislativas em tramitação no Senado Federal prioritárias para as pessoas com doenças raras. E, para isso, queremos muito receber contribuições dos Senadores, membros da Comissão, para ampliar os debates. E nosso objetivo é apresentar nosso relatório dessas atividades em dezembro, para podermos planejar o novo plano de trabalho ao longo de 2024.

Muito obrigada.

Coloco o plano de trabalho em discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu só gostaria de fazer uma observação também. O plano de trabalho está muito bom, muito bem elaborado. E o plano de trabalho é um direcionamento, todo mundo pode, sejamos nós ou a sociedade, particularmente quem milita na área, ir sugerindo o que possa acontecer.

Mas eu só quero fazer uma observação, porque agora há pouco foi falado – e com muita propriedade – do raro e do caro. Porque muitas pessoas colocam a questão econômica como um obstáculo para o atendimento da pessoa com doença rara. Não é toda doença rara que precisa de um atendimento dispendioso. Até fizemos uma audiência pública sobre glicogenose hepática, sobre a qual o pessoal de Porto Alegre está muito avançado na pesquisa, e o tratamento é feito com alimentação – maisena –, não é um medicamento. Só que a gente tem que saber, tem que identificar, tem que ver o que é, quem é que trabalha.

Agora, o Brasil gastou mais de R$1 bilhão no ano passado com medicamentos raros. Por quê? Porque foi judicializada a questão. Então, quando se judicializa, o preço é o dobro. Mas isso não significa que não deva se judicializar; eu sempre digo para as pessoas: se não forem atendidas, tem que judicializar, porque é um direito à saúde. Porém, tem que haver uma sintonia melhor entre... não a Anvisa propriamente, mas o Ministério – porque a Anvisa autoriza ou não o medicamento –, entre o Ministério da Saúde, e, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda... se bem que tem sido bastante atencioso também, mas, assim, aprimorar isso. Por que isso? Porque o maior prejuízo é para o paciente. Porque, se você judicializa, isso significa que você vai demorar um ano, dois anos para ter acesso ao medicamento – e vai conseguir; só que, em dois anos, a condição se degrada também da própria doença. Então, a gente tem que ter mais agilidade nesse processo, achar os caminhos para isto, para que essa demora não aconteça.

A pessoa diz "É caro fibrose cística", mas agora tem um medicamento que estabiliza a doença. Então, já está sendo incorporado, felizmente, nos medicamentos. Mas, se não tiver sido incorporado, a pessoa vai todo mês para a UTI, problema no pulmão, problema isso, problema aquilo. E, se você colocar...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Isso fica caro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E, se você colocar na ponta do lápis...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vai ficar muito mais caro não dar o atendimento do que prover o atendimento. E não só isso, quando a gente tem alguém doente na família, com uma doença rara, a própria pessoa não consegue trabalhar e, se fosse bem atendido, estaria trabalhando, exercendo, retornando para o estado, e a própria família fica com dificuldades.

Então, eu só queria destacar, na área de doença rara, que a gente tem que evitar, na sociedade... Eu sei que esse é o pensamento nosso, mas aí o pessoal fica falando: "Não, não dá porque é doença...", mas vai atender, vai para o hospital, vai atender de alguma forma, vai ficar muito mais caro e ainda judicializando. E felizmente o Poder Judiciário tem sido bom nesse sentido, mas vemos toda a caminhada da pessoa, porque é a identificação, é o acesso ao medicamento, é o apoio para a família, é a escola, muitas vezes com dificuldades também, é o esporte, é a cultura, como foi dito. Então, era só para destacar isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – São as tecnologias assistivas...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – As tecnologias assistivas.

Muitas dessas pessoas, em função da doença rara, apresentam um quadro de deficiência também, ou física, ou motora, ou intelectual, ou isso, ou aquilo. Então, é um desafio grande, mas vamos para que a sociedade diga... E eu quero ressaltar isso, e já foi ressaltado tanto por você – me permita falar de você, Mara – como pela Damares: contem com a Comissão. Temos um canal, vamos juntos, vamos batalhar, lutar, brigar, ver do que se precisa, e juntos podemos fazer a grande transformação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E até diminuir a judicialização, Senador, porque a judicialização é uma consequência da falta de política pública, e a gente sabe que isso encarece demais. A gente quer trabalhar para que ela não seja necessária. Então, se a gente tiver os medicamentos já disponíveis para as pessoas, para que elas não precisem chegar à judicialização, é a saúde do nosso Ministério da Saúde que está em jogo. Você sabe bem o peso disso. Então, temos muito trabalho a fazer.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o plano de trabalho.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e sete minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Efraim Filho e Flávio Arns, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Jayme Campos, Augusta Brito, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Romário e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick e Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 84/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), e REQ 94/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Debater o estágio atual de implementação do Programa Nacional da Triagem Neonatal de acordo com a Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021. **Participantes:** Helena Pimentel, Colaboradora do Programa Nacional de Triagem Neonatal do Ministério da Saúde; Daniela Machado Mendes, Superintendente-Geral do Instituto Jô Clemente; Antoine Daher, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras - FEBRARARAS; José Simon Camelo Junior, Professor Associado do Departamento de Puericultura e Pediatria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo; Amira Awada, Coordenadora da Aliança Brasileira de Associações e Grupos de Apoio a Pessoas com Doenças Raras – Aliança Rara; Maurício Fortes Garcia Lorenzo, Diretor de Negócios da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Monica Pinheiro de Almeida Verissimo, Membro do Comitê Cientifico da Associação Brasileira de Talassemia - Abrasta; Maria Teresa Alves da Silva Rosa, Médica Geneticista da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF; Leonardo Moura Vilela, Assessor Parlamentar do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS; Eduardo Maércio Fróes, Presidente da Associação Brasileira de Talassemia - Abrasta; Fátima Ielda Oliveira Braga Vaz, Presidente da Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal - ABRAME (representante de: Universo Coletivo AME); Joyce Aragão de Jesus, Coordenadora-Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; e Tânia A. S. Sanchez Bachega, Presidente da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo - SBTEIM. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e desta reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte minutos. A presente ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Damares Alves
Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Efraim Filho e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Paulo Paim, Romário, Zenaide Maia e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 92/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Debater o diagnóstico e o tratamento da hidrocefalia de pressão normal. **Participantes:** Leandro Silva Moura, Servidor da Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Marco Tulio Gualberto Cintra, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG; Fábio Simões Fernandes, Médico Neurocirurgião do Hospital Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília - HUB/UnB (representante de: Dra. Iruena Moraes Kessler - Chefe do Serviço de Neurocirurgia do HUB/UnB); Ana Maria Ribeiro de Moura, Representante da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia - SBN; Breno José Alencar Pires Barbosa, Coordenador do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia - ABN; Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; e Fernando Campos Gomes Pinto, Neurocirurgião do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião – a gente acabou de se instalar –, Extraordinária. Esta Comissão já existe há algum tempo, mas a cada legislatura a gente tem que reinstalar. Então, esta é só a terceira, mas, para mim, parece que já foram mais de cem.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 92, de 2023, da Comissão de Assuntos Sociais, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater o diagnóstico e o tratamento de hidrocefalia de pressão normal.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão através da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. (*Pausa.*)

A gente já tem pergunta antes de começar? (*Pausa.*)

Eu, primeiro, gostaria de agradecer a presença de todos vocês, os nossos convidados. Não fiquem preocupados. Parece que a sala está vazia, mas isso aqui está bombando em vários outros lugares, e os Senadores estão ocupados com a Ordem do Dia, com aquela matéria que a gente estava votando na CCJ, mas as pessoas vão aparecendo, vão voltando. Então, isso não é uma preocupação, porque não tira a qualidade nem a publicidade do que a gente vier fazer depois.

É muito gratificante receber os representantes do Ministério da Saúde, da Anvisa, da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia e da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, assim como da Academia Brasileira de Neurologia e da Universidade de Brasília.

Muito obrigada a todos e a todas que vieram contribuir com esta discussão – eu falei a todas, mas estamos com poucas "todas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de pedir licença, com todo o respeito, a todos, para fazer uma menção especial ao Dr. Fernando, porque foi ele o neurocirurgião que diagnosticou e que operou a minha mãe querida e que, mais do que isso, me informou sobre essa doença com muita segurança.

Minha mãe apresentava sinais acelerados de perda de memória, confusão mental, estava desnorteada. Ela saía de casa e, às vezes, me ligava, quando ela lembrava de mim, para perguntar se eu sabia para onde ela estava indo, com confusão mental, apatia... Quando a gente estava com várias pessoas – ela sempre se relacionou muito bem com os meus amigos –, ela ficava com o olhar parado, sabe? Parecia um idoso muito idoso que já não estava mais aqui. Ela apresentava sinais acelerados de perda de memória, apatia e achávamos que estava desenvolvendo alguma outra questão, como Alzheimer, aterosclerose, não sei.

O Dr. Fernando, num dia em que nós nos encontramos, veio me apresentar um livro dele. E foi muita sincronicidade, porque eu já tinha levado a minha mãe a três médicos. Dois falaram: "Ah"... Um falou: "Pode operar". Eu falava: "Mas ela tem 82 anos, vai operar a cabeça?". E os outros falaram: "Nossa, que coisa mais perigosa!". Então, eu optei por não operar até conhecer o Dr. Fernando, que veio me contar, do nada, que estava lançando um livro sobre esse tema. E eu falei: Nossa, eu não acredito! A minha mãe foi diagnosticada com essa doença. Aí, a gente combinou, e a minha mãe começou a tratar com ele.

Eu percebi que poderia ajudar muito mais pessoas idosas a terem esta oportunidade de ampliar o conhecimento sobre a hidrocefalia de pressão normal por meio de uma audiência pública sobre o tema.

A hidrocefalia de pressão é uma condição médica grave que acomete um número significativo de brasileiros com mais de 60 anos de idade. Ela provoca alteração de marcha, incontinência urinária – tudo que minha mãe estava tendo – e problemas de memória que podem ser confundidos facilmente com outras doenças igualmente graves, mas ainda sem cura, como o Alzheimer e o Parkinson. A grande diferença entre essas doenças do cérebro é que a hidrocefalia de pressão é a única, até o momento, que pode ser curada se o diagnóstico e o início do tratamento forem céleres – se eu estiver falando alguma coisa errada, você me corrija. A realização de uma neurocirurgia para implantar uma válvula para hidrocefalia reverte rapidamente os déficits neurológicos e a pessoa pode voltar a ter o seu processo gradual de envelhecimento, mas sem perder movimentos e autonomia, e retomar sua vida ativa com qualidade, em qualquer idade, como aconteceu com a minha mãe, é um presente. Estima-se que no Brasil existam cerca de 120 mil pessoas com a hidrocefalia de pressão normal. No entanto, somente uma minoria tem acesso a um diagnóstico tempestivo, perdendo qualidade de vida, apresentando graves déficits e impactando toda a família.

Assim, eu já faço meu apelo aqui ao Ministério da Saúde para que a gente busque ampliar no SUS o acesso aos exames radiológicos que apoiem o diagnóstico para que a cirurgia para implante da válvula que retira o excesso de líquido do cérebro também esteja disponível para os nossos idosos. O Dr. Fernando acredito que vá falar dos testes que são determinantes para a gente diagnosticar a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu quero agradecer a presença de todos, e vamos dar início ao debate sobre os desafios, para oferecermos acesso aos diagnósticos e ao tratamento e, assim, também oferecermos mais qualidade de vida aos brasileiros e às suas famílias.

Eu só queria complementar dizendo que, desde que minha mãe fez a colocação da válvula, aconteceu uma coisa muito inesperada, porque ela continuou melhorando, depois de um ano, depois de dois anos... A minha mãe sempre foi uma pessoa muito ativa, e ela joga tranca no clube. No começo, passou a perder tudo. Aí, teve um dia em que eu até liguei para o Dr. Fernando em um sábado à noite, porque ela chegou em casa caminhando de saltinho, com uma bolsa num braço e um casaco no outro, ou seja, tem que ter um discernimento para carregar essas coisas, e combinando com a roupa, toda linda. Eu falei: "E aí, mãe, você estava no Paulistano?". "Estava. "Como é que foi o jogo?". Ela falou: "Ah, eu ganho tudo". Na hora eu liguei para o Dr. Fernando: você tem noção de que já faz mais de dois anos, e ela continua melhorando? E ela foi não só melhorando, mas se tornando uma pessoa mais humana, mais carinhosa. Eu não sei se isso é falado, mas eu faço questão de dizer, porque hoje ela está com 88 e é uma pessoa que é um leão para lutar pela saúde dela. E você vê que ela tem muitos projetos. Então, a válvula foi a salvação da minha mãe. Até eu e meu irmão acreditávamos que ela estava ficando velhinha e que não tinha mais jeito. Então, imagina nos rincões deste país, no Nordeste, em todos os cantos onde a medicina é mais precária, a gente quer que essa informação chegue, porque vai salvar muitas vidas.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é 0800 0612211.

Convidados: Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde – muito obrigada, Natan, pela sua presença –; Marco Túlio Gualberto Cintra, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – superobrigada pela sua presença –; Fabio Simões Fernandes, Médico Neurocirurgião do Hospital Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília (HUB/UnB), representante da Dra. Iruena Moraes Kessler, Chefe do Serviço de Neurocirurgia do HUB/UnB – muito obrigada pela presença –; Breno José Alencar Pires Barbosa, Coordenador do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia (ABN) – ele estará com a gente através de videoconferência confirmada –; Ana Maria Ribeiro de Moura, representante da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia, também presente através de videoconferência; Leandro Silva Moura, servidor da Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), presente através de videoconferência; e Fernando Campos Gomes Pinto, Neurocirurgião do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), que está com a presença confirmada.

Eu já queria passar a palavra. Vou começar pela ordem que falei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Natan, você tem a palavra – depois, eu vou chamar um presente e um através de videoconferência, só para eles não ficarem chateados – por dez minutos. Se passar um pouquinho, eu disfarço.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor.) – Está certo.

Boa tarde, Senadora Mara; boa tarde, colegas, colegas da UnB. Eu sou professor da Universidade de Brasília também.

É um prazer estar aqui com vocês para trazer um pouquinho a perspectiva do Ministério da Saúde em relação ao que a gente tem feito para atender à população com doenças raras.

Enfim, a gente está hoje aqui com o objetivo de discutir hidrocefalia de pressão normal. Os colegas neurocirurgiões aqui, o pessoal da neuro vai falar muito melhor do que eu a respeito disso.

Eu sou professor de Fisiologia e de Fisiopatologia também e vou me permitir rapidamente comentar.

A gente está no limiar entre o que é adoecimento e o que é sintoma de outros adoecimentos. Esse tipo de sinal é marcador importante também para algumas condições raras importantes, mas que não vão cursar tanto com os adultos ou com os idosos, como a síndrome de Dandy-Walker, malformação de Chiari e tantas outras condições congênitas que podem ter impacto sobre a vida das pessoas que vivem com doenças raras.

Falando aqui um pouquinho da perspectiva institucional, no Governo Lula foi organizada a Coordenação-Geral de Doenças Raras, dentro do Ministério da Saúde.

Deixe-me pegar meu passador aqui.

A coordenação, hoje, está dentro da estrutura da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, que eu já, já apresento para quem não conhece.

Só a título de esclarecimento, Senadora, eu estou meio coordenador *pro tempore*. Eu ainda estou aguardando a nomeação sair no *Diário Oficial*. É só, por uma questão formal, para evitar constrangimentos formais. Mas a gente está atuando lá na coordenação, sendo orientados e trabalhando em parceria com a Diretora Suzana e com o Secretário Helvecio.

Enfim, desde que eu estou lá na coordenação, isso já tem um tempinho, desde o início do ano, a gente tem feito um trabalho importante e a gente tem produzido uma série de documentos orientadores para o campo das doenças raras.

Entre eles, saiu uma linha de cuidado voltada para as pessoas com doenças raras em que a gente está fazendo um caminho, uma escolha, do ponto de vista de semiologia médica, do ponto de vista de definições, exatamente para poder dialogar com essa série de outras condições neurodegenerativas dos ciclos de vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas que vai afetar as pessoas de forma crônica, ou seja, vai persistir ao longo de toda a vida das pessoas.

A gente tem mudado um pouquinho a perspectiva de "doença" para a questão da "condição". Por quê? Porque temos a compreensão de que quem nasce com uma doença, ou melhor, com uma condição genética tem toda a sua vida afetada por essa condição. Então, uma criança que nasce com uma doença de alteração de números de cromossomos ou de perfil de alguns genes, isso hoje está fora de perspectiva de cura para grande parte dessas condições.

Obviamente, a gente tem a sinalização de um cenário de terapia gênica, que muda um pouquinho a vida dessas pessoas. Isso, inclusive, tem estado em debate nesta Casa aqui por algum tempo. Mas essa perspectiva de condições raras vem exatamente para ajudar os colegas que estão na ponta, que estão na clínica e os gestores de saúde a organizarem o seu processo de trabalho.

Eu estou falando aqui de condições que vão acompanhar todo o ciclo de vida dessas pessoas. E esses quadros de adoecimento vão ter características que são muito marcantes e que vão nos induzir a mudar o perfil como a gente pensa do Sistema Único de Saúde.

O Sistema Único de Saúde, por grande parte da sua história, foi desenhado por uma série de sanitaristas visando atender doenças transmissíveis, as epidemias ou, como diz um colega da Fiocruz, as pestes que assolam a população.

Mas, à medida que as vacinas ficam disponíveis, a gente melhora as condições de vida, os cuidados à saúde das pessoas, um conjunto ou outro de condições aparece. A gente tem uma transição epidemiológica na população, e esses quadros de adoecimento que são crônicos, degenerativos, persistentes e incapacitantes começam a aparecer com grande força.

É o caso, por exemplo, de boa parte das anomalias congênitas, um conjunto importante de doenças raras que hoje está entre a segunda e a quarta causa de morte, por exemplo, entre crianças dentro do Sistema Único de Saúde.

A pandemia de covid trouxe algumas mudanças, mas esses números persistem, eles são importantes.

Uma outra característica importante dessas condições é que a gente está falando aqui de necessidades assistenciais que são complexas. No caso, hoje, eu preciso de um profissional na ponta, quer dizer alguém que esteja na atenção básica ou monitorando esse paciente, que seja capaz de perceber esses sinais de alerta e dê o adequado encaminhamento desse paciente para os serviços especializados, para ambulatórios especializados, que, aí sim, vão contar com neurologistas, vão contar com uma série de outros profissionais que são capazes de, a partir dessas evidências, estabelecer um diagnóstico para esse paciente.

Obviamente, eu falando assim parece simples, mas a gente está falando aqui de itinerários e jornadas, como a senhora mesma relatou, Senadora, que às vezes são longos e complexos. Os sinais dessas condições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às vezes se confundem com uma série de outras doenças ou uma série de outros processos de adoecimento, então a gente precisa de um olho treinado para essa *gestalt*, para esse conjunto de características que aparecem para essas doenças.

Mas o gestor público, o gestor de saúde tem que estar pronto para lidar com essa complexidade, quer seja em termos de diagnóstico, quer seja em termos de tratamento, quer seja em termos de acompanhamento, e isso é um grande desafio para o SUS. Por quê? Porque a gente está falando, invariavelmente, de oferta de tecnologia de cuidado, tecnologia de saúde, que nem sempre está prontamente disponível para as pessoas, tem ciclos de avaliação e tem ciclos de incorporação que nem sempre são tão fáceis assim.

Uma outra coisa importante é que a gente está falando de pessoas fundamentalmente, não só de doenças e não só de tecnologias, e, quando a gente fala de pessoas, a gente tem que sair da lógica da oferta da tecnologia pura para uma lógica de cuidados, e a gente está falando aqui de cuidados contínuos. Então, mesmo que uma pessoa que tenha uma hidrocefalia, qualquer que seja o perfil, que requeira uma intervenção clínica, ela vai precisar de monitoramento, ela vai precisar de acompanhamento contínuo dentro do sistema, ela vai precisar de atenção integrada, ela vai precisar de fisioterapia, de terapia ocupacional, e, de novo, o grau de complexidade disso tudo não é simples, mas isso, na medida do possível, dentro dos centros especializados de reabilitação, dentro das nossas unidades ambulatoriais, tem sido ofertado, obviamente que isso não alcança ainda toda a necessidade da população, toda a demanda existente da população por esse tipo de serviço ou por esse tipo de apoio.

Uma outra característica que tem chamado a atenção da gente, na coordenação, são as questões biopsicossociais dessas condições. A gente está falando aqui de situações de elevado sofrimento para a família, de elevado sofrimento para as pessoas. Então, imagina o choque que é ver o pai, a mãe, o idoso, por exemplo, perdendo o domínio de si, perdendo a capacidade cognitiva, tendo aquela zona cinza de pensamento em que ela não consegue articular mais as ideias, memórias e lembranças, enfim, então a gente precisa também preparar o sistema para lidar com essas questões que são, para além do biomédico, questões psicossociais que envolvem indivíduos e famílias.

Por fim, a gente está falando, no caso da hidrocefalia, de alguma coisa que pode ser, ao mesmo tempo, um sinal ou pode cursar como uma condição que a gente pode monitorar. Então, a gente está falando do aspecto de semiologia médica também, que às vezes traz um certo grau de confusão.

Falta muito pouquinho tempo para eu terminar aqui a minha fala, mas eu vou acelerar um pouquinho.

Então, é nessa perspectiva de reduzir as jornadas assistenciais que a gente tem trabalhado dentro da coordenação neste momento. A coordenação...

Opa, pulei bastante aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coordenação está dentro da Secretaria de Atenção Especializada, dentro do departamento que cuida de atenção temática, então, a neurologia, por exemplo, é um dos temas que está sendo trabalhado dentro desse departamento, com uma parceria entre a Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, a coordenação que cuida da atenção especializada, que é a CGAE, e a Coordenação de Doenças Raras também.

Para raras, a gente tem um arcabouço normativo que já é grande. Então, eu vejo, às vezes, as pessoas falando: "Ah, a gente não tem política pública para doença rara". Já tem um certo grau de produção, mas eu queria chegar aqui para chamar a atenção de que parte das pessoas que são afetadas por hidrocefalia de pressão normal pode cair dentro desse grupo de doenças genéticas, que já está prevista na portaria de doenças raras e que envolve, por exemplo, as alterações congênitas importantes, como as que eu citei aqui – Dandy-Walker, enfim –, e também tem outras condições não genéticas que vão envolver processos de perda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – ... ao final da vida. A pessoa idosa vai chegando ali depois dos 60, 65, 70 anos e começa a apresentar esses quadros. Então, já há uma previsão dentro da portaria para acolher essas pessoas.

Obviamente, tem competências que cabem ao Ministério da Saúde – queria destacar isso. Então, a questão de definir diretrizes de cuidado é uma obrigação do Ministério da Saúde. Da mesma forma, é uma obrigação do Ministério da Saúde avaliar as tecnologias e prover, na medida do possível, o fomento para que essas tecnologias sejam ofertadas dentro do SUS.

Para além das competências do Ministério da Saúde, que são muitas, por exemplo, dentro dessa portaria de raras, a gente tem outras competências que vão caber aos estados e municípios de uma forma compartilhada e tripartite. A oferta de ambulatório, por exemplo, de neurologia não é uma questão que fica só em âmbito de hospitais universitários ou no setor federal, essa oferta acontece em nível secundário e, de modo geral, deve acontecer via estado.

Enfim, acelerando aqui, Senadora – esse material vai ficar à disposição de todo o cidadão brasileiro e também da senhora –, a gente está num trabalho de organização da nossa coordenação exatamente para permitir o que está acontecendo nesta tarde aqui. O Ministério da Saúde se coloca à disposição desta Casa, dos colegas pesquisadores no sentido de abrir diálogos e articular, desenvolver políticas públicas, monitorar, avaliar, fomentar a capacidade de estruturação de serviços, ampliar acesso. Então, são muitos os desafios. A gente tem trabalhado muito nessa análise estratégica no sentido de, nesse primeiro ano de estruturação da coordenação, entender quais são as necessidades prioritárias e não atendidas da população que vive com doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do nosso trabalho, tem uma questão de habilitação. Então, veja, essa habilitação aqui para serviços de doenças raras não alcança, por exemplo, a habilitação de neurologia, mas eu, como bom gestor, fiz o dever de casa. A gente tem na rede hoje cerca de 22 mil médicos neurologistas espalhados pelo Brasil e, mais ou menos – 22 mil não, minto, 225 mil médicos neurologistas espalhados pelo Brasil –, cerca de 22 mil neurocirurgiões à disposição dentro das diferentes unidades do SUS.

Então, a nossa rede para raras é pequena, a gente tem um esquema de financiamento próprio – eu já estou encaminhando para o final –, mas esses serviços aqui que recebem o fomento federal, parte desses serviços hoje consegue atender adultos com doenças neurodegenerativas importantes. São poucos centros ainda, são poucos serviços, mas o foco desses serviços, de modo geral, são as doenças de fundo genético, de base genética importante.

Só mostrando aqui o escopo de habilitações diferentes que a gente tem hoje dentro do Ministério da Saúde, são diversas, que vão desde a fibrose cística até serviços de aconselhamento genético. São 516 serviços, mais ou menos, já tem um pouquinho mais, porque nas últimas semanas a gente habilitou mais serviços. Enfim, tem um fomento esperado, e para a neurologia também tem um fomento.

Este aqui é o retrato que a gente tem hoje de investimento na área de doenças raras. Este aqui é o investimento que a gente tem aplicado, mas a gente já está chegando na ordem de R$77 milhões aplicados para atender as pessoas com doenças raras dentro dessa rede.

Estes são os procedimentos que a gente tem, e, vejam, aqui a gente não tem aqueles que são específicos de imagem, nem aqueles que são pertinentes à neurologia e à neurocirurgia, porque a gente está falando exclusivamente de raras, mas existem na tabela do SUS vários desses procedimentos.

Este é o nosso fluxo de pacientes hoje. Vejam, tem um trânsito enorme de pacientes entre estados, é uma coisa que a gente precisa resolver também. Às vezes, os pacientes não conseguem atendimento num estado do Nordeste ou num estado do Norte do Brasil e precisam migrar para Sul ou Sudeste, para o Hospital das Clínicas, por exemplo, para conseguir atendimento, ou para o HUB, aqui, para conseguir atendimento. Então, esse é um problema importante de fluxo que a gente tem que resolver.

Enfim, só a título de curiosidade – eu não vou falar de todos aqui –, mas a gente está nesse processo de planejamento estratégico, dentro da coordenação. Temos demandas importantes trazidas pela comunidade de pacientes de que a gente já está ciente e tem trabalhado no sentido de atender.

A gente está aqui para isto: para estabelecer o diálogo com o Senado, estabelecer o diálogo com os colegas e, na medida do possível... Eu tenho algumas informações importantes aqui que eu posso trazer ao debate. Posso trazer a perspectiva do Ministério da Saúde de reconstrução, de parceria com esta Casa, de a gente pensar o SUS de uma forma integrada para o Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui e fico à disposição para o debate, para as perguntas, para aquilo que for pertinente.

Vou deixar só o *e-mail* da coordenação para quem precisar.

Obrigado, Senadora Mara. Obrigado, colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa, muito obrigada, Dr. Natan. Você já é famoso para mim; minha equipe fala muito de você.

Eu queria passar a palavra agora para o Leandro Silva Moura, que é servidor da Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Pode entrar, Dr. Leandro, através de videoconferência.

O SR. LEANDRO SILVA MOURA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Escutam-me?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Sim.

O SR. LEANDRO SILVA MOURA (*Por videoconferência*.) – O.k.

Boa tarde, Senadora Mara Gabrilli e demais participantes desta audiência.

Quero colocar que para nós é um prazer estar participando deste tema que é tão importante.

A nossa fala é breve, mas quero colocar que a missão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária é a de proteger e promover a saúde da população através da avaliação de riscos, do controle sanitário de produtos e serviços e, dentro desse controle sanitário, a regulação de dispositivos médicos, que faz parte de uma das atividades da Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, da qual nós fazemos parte.

Dentre esses dispositivos médicos, encontram-se aqueles dispositivos relacionados ao tratamento da hidrocefalia. Está dentro da competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária a regularização desses dispositivos médicos, e essa regularização é feita através de diversas etapas, como a autorização de funcionamento de um importador ou de um fabricante desses dispositivos e a avaliação do dossiê técnico desses dispositivos quando chegam para nós esses produtos para regularização. Esses produtos têm que ser regularizados na Anvisa para que sejam comercializados. E, durante a regularização desses dispositivos, a equipe técnica da Anvisa, da qual nós fazemos parte, avalia tanto a segurança quanto a eficácia desses dispositivos.

Para isso, nós temos os regulamentos pertinentes, através dos quais se estabelecem as diretrizes, os requisitos de segurança e eficácia que esses dispositivos devem atender para a regularização. Então, seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um fabricante nacional, seja um importador que traga esse produto para o Brasil, ele deve se submeter ao processo de regularização na Anvisa. A Anvisa vai avaliar a segurança e a eficácia desses dispositivos; uma vez comprovada a segurança e a eficácia, a Anvisa publica o registro desses dispositivos; e, a partir daí eles podem ser comercializados.

Então, como eu falei, são várias etapas, desde a autorização de funcionamento de uma empresa, passando por inspeção no fabricante desses dispositivos e pela análise do dossiê técnico – em que é encaminhada toda a documentação técnica desse dispositivo para a Anvisa –, através do qual nós avaliamos se cumpre as regras sanitárias vigentes; e, a partir daí, em se aprovando esse produto pela Anvisa, ele pode ser comercializado no país.

Então, ouvir a fala inicial da Senadora a respeito da utilização de um dispositivo médico pela mãe dela, no caso a válvula de hidrocefalia, faz com que a gente se sinta gratificado pelo trabalho que faz. Quando a gente está avaliando tanto a segurança quanto a eficácia de um dispositivo desse e há aprovação para a utilização pela população brasileira, a gente fica muito feliz de estar trazendo para o país novas tecnologias, novos dispositivos em benefício da população. Então, o intuito, obviamente, é sempre estar protegendo a população, mas também garantindo o acesso a esses produtos pela população; em especial, garantindo um acesso a produtos seguros e eficazes.

Então, nós da Gerência de Produtos para a Saúde da Anvisa nos colocamos à disposição para o debate, bem como para questões relacionadas à avaliação desses produtos pela Anvisa, e mais uma vez agradecemos o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa, muito obrigada.

O Dr. Leandro é servidor da Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da Anvisa.

Agora, eu vou passar a palavra ao Dr. Marco Tulio Gualberto Cintra, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

O SR. MARCO TULIO GUALBERTO CINTRA (Para expor.) – Boa tarde.

Primeiro, quero agradecer, em nome da SBGG, o convite para estar aqui presente hoje para debater um assunto tão importante. Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Eu acredito que a contribuição que a SBGG pode fazer seja, talvez, apontar algumas questões, algumas fragilidades que a gente percebe no âmbito do SUS – eu sou professor da UFMG, estamos no dia a dia no Ambulatório de Geriatria, no Hospital das Clínicas da UFMG, e vivenciamos essas questões – e apontar algumas soluções, como sociedade, que a gente imagina que possam ser implementadas para ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero comentar que, quando nós falamos de hidrocefalia de pressão normal, apesar de haver a tríade de alteração cognitiva, incontinência urinária e alteração da marcha, não necessariamente esse é um diagnóstico fácil. Do ponto de vista clínico, muitas vezes essa tríade não está presente. Então, podem faltar alguns desses sintomas. E mais que isso: esses sintomas têm vários diagnósticos iniciais. Então, pode-se confundir com Alzheimer, com demência vascular, com hematoma subdural crônico, com neoplasias, enfim, há um grande espectro aí de doenças com as quais se pode confundir.

Há um baixo conhecimento, e isso me preocupa, da população sobre isso. Quanto há de conhecimento? Nós somos uma população que está envelhecendo rapidamente – podemos traduzir isso como doenças raras como um todo –, e qual é o conhecimento da população quanto às doenças raras que acometem a população idosa? Qual é o nível de conhecimento? E mais que isso: qual é o nível de conhecimento dos profissionais que estão na atenção primária sobre essas doenças raras, incluindo a hidrocefalia de pressão normal, porque é a porta de entrada de um atendimento. Teoricamente, esse paciente que chega com a possibilidade de ter esse diagnóstico tem que ser rastreado de alguma maneira.

Outras questões. O diagnóstico envolve neuroimagem. Não tem como fazer um diagnóstico de hidrocefalia de pressão normal se não passar pela neuroimagem. E a realidade que nós vivemos é que os pacientes enfrentam anos, às vezes, de fila de espera para realizar uma neuroimagem no país. E isso é complexo porque, quando nós falamos de hidrocefalia de pressão normal, o tempo tem toda a relação com o desfecho do tratamento: quanto mais rápido for feito o diagnóstico e mais rápido o paciente tiver acesso ao tratamento, melhor vai ser a qualidade de vida e maior a possibilidade de reversibilidade. Se o paciente demora dois, três anos para ser submetido à neuroimagem para depois disso se pensar em passar por uma avaliação de um neurocirurgião para fazer o tratamento, obviamente esse paciente já piorou muito. Muitas vezes, esse paciente não vai ter nem a oportunidade de ser tratado porque a fase tratável da doença passou. Então, nós vamos falar de um paciente que vai ficar demenciado, com problemas de mobilidade e com uso de fraldas, por causa da incontinência, com baixa qualidade de vida e perspectiva de sobrevida baixa.

Além disso, nós temos que ver níveis de protocolos que nós temos nesse tratamento. Será que todos os pacientes com suspeita de hidrocefalia de pressão normal estão sendo adequadamente tratados com um protocolo? Por que eu falo isso? Alguns diagnósticos são óbvios; você olha a neuroimagem e a clínica, e é óbvio, mas nem sempre é. Uma parte desses pacientes precisa passar por um procedimento – ao qual podem ser dados vários nomes – que, entre nós médicos, a gente chama de *tap test*. E, aí, para o paciente ser submetido à retirada de uma certa quantidade do líquido cefalorraquidiano, tem que ter um protocolo antes e depois de avaliação sobre se esse paciente melhorou ou não. E o que a gente vê por aí é, na verdade, olhar se o paciente está andando – como andava antes, como anda depois –, perguntar para a família se melhorou ou não melhorou, mas isso não é o protocolo recomendado mundialmente. Ou seja, nós estamos avaliando adequadamente se o paciente precisa ou não do procedimento, se ele consegue chegar lá? Isso é uma grande questão do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante de todas essas questões, a gente aponta algumas soluções a serem pensadas.

Primeiro, acho que a gente precisa aumentar a conscientização. Nós temos uma população com baixo letramento em saúde, e, se a gente não dá conscientização à população em geral, isso dificulta qualquer diagnóstico de doença rara, seja qual for, inclusive de hidrocefalia de pressão normal. Quanto nós estamos fazendo de campanha de conhecimento e esclarecimento da população sobre as doenças que acometem a população idosa? Lembrando que a nossa população não está se tornando idosa, ela já envelheceu. Quando nós falamos que temos uma população, calculada pelo IBGE, muito menor do que se esperava, é porque a nossa população já envelheceu.

A outra questão é a necessidade de capacitar a atenção primária. E aí a capacitação da atenção primária é um desafio, porque o nosso sistema público de saúde e atenção primária é muito médico-centrado. E o médico é o membro da atenção primária menos perene, é o que mais troca. Capacitá-lo em avaliar determinadas doenças como demência, hidrocefalia de pressão normal etc. tem algumas questões: primeiro, o tempo de atendimento dele é curto e é com muitas demandas; segundo, ele às vezes é capacitado, mas, logo em seguida, vai para outro local, sai daquela região adscrita em que ele estaria capacitado para poder triar essas doenças.

Então, nós da SBGG, pensamos que talvez uma solução, pensando em uma população que envelheceu rapidamente e para a qual a gente precisa de soluções, seria a triagem de fragilidade. Por que eu falo isso? Se você tria a fragilidade, e esse paciente saiu de um padrão de envelhecimento bom e entrou em um padrão de envelhecimento frágil, ele vai ter cometimento motor, vai ter cometimento cognitivo. Nós fizemos um rastreio de fragilidade. E mais do que isso: colocar um marcador de qual é a velocidade com que está ocorrendo esse processo frágil, se é lento ou acelerado. Por que eu falo isso? Porque, se nós tivermos um sistema de triagem de fragilidade na atenção primária, o paciente com Alzheimer vai ser triado, o paciente com hidrocefalia de pressão normal vai ser triado, o paciente com neoplasia vai ser triado. E, mais que isso, essa triagem não pode ser médico-dependente; ela tem que ser feita pelo enfermeiro, pelo ACS, quer dizer, tem que ser um método pelo qual todos os que estão lá presentes detectem a fragilidade e, principalmente, se ela está ocorrendo de forma acelerada, porque esse paciente tem que ter prioridade. Porque, por exemplo, se está ocorrendo de forma acelerada, a hidrocefalia de pressão normal vai ser triada.

É esta a questão: nós temos que mudar a maneira. E aí ela tem que ser sindrômica. E é por isso que eu penso em fragilidade; porque eu não tenho como capacitar a atenção primária para triar todas as doenças raras. Isso é impossível!

A outra questão muito importante em que nós pensamos é a necessidade de financiamento de neuroimagem. Não tem como. Nós estamos falando de uma população envelhecendo, e as doenças neurológicas, neurodegenerativas ou não neurodegenerativas que acometem o sistema nervoso vão se tornar cada vez mais prevalentes. E nós estamos em um país em que – saindo um pouco da hidrocefalia de pressão normal – o contexto nosso, inclusive para demência e tudo o mais, é enorme. Em uma população

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com questões de controle de pressão, de boa alimentação, baixo nível de atividade física etc., todas essas questões envolvendo o sistema nervoso central estão se tornando cada vez mais prevalentes. Então, nós precisamos de maior financiamento para a neuroimagem, para diminuir essa fila de espera porque, senão, o paciente vai ser triado, seja como hidrocefalia de pressão normal ou outra doença, numa fase em que o tratamento vai ser muito menos eficaz ou impossível. E aí o paciente não vai ter acesso ao tratamento. E com um mecanismo mais inteligente de perceber quem está piorando rápido, porque ele tem que ter prioridade em relação àquele que está piorando mais devagar. Por que isso? Porque o que está piorando rápido pode ter uma hidrocefalia de pressão normal, pode ter, por exemplo, uma neoplasia, e a ação tem que ser mais rápida. Isso tem que ter; não pode ser uma fila de espera em que o primeiro que entra é o número um, depois chega outro e é o número dois... Não, essa fila tem que ser móvel, conforme a gravidade.

Além disso, complementando a questão do protocolo, tem que ser padronizado um protocolo. A gente tem que ter uma linha de investigação de hidrocefalia de pressão normal, de outras doenças raras e de outras doenças que envolvem o sistema nervoso central. Não pode cada um fazer à sua maneira, porque, senão, os pacientes podem ter indicação de tratamento, conseguir o acesso ao profissional para um tratamento adequado, mas podem não ser favorecidos por não ter um protocolo bem estabelecido. E isso envolve neuroimagem, envolve determinados profissionais que vão ter que avaliar a continência, a cognição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCO TULIO GUALBERTO CINTRA – ... a parte motora desse paciente.

Então, colocando isso tudo, quero complementar que a SBGG – desculpa ter ultrapassado; está vencendo o tempo aqui – está comprometida em auxiliar na aplicação dessas soluções. No que nós pudermos ajudar, nós estamos à disposição. Acho que tem um grande campo de ações a serem feitas, e, no que tiver ao nosso alcance como sociedade, nós estamos à disposição para ajudar.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui e fazer todos esses comentários que eu acredito que podem estar auxiliando nessa questão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada.

Quero só fazer uma pergunta. Posso? Estou curiosa: existem outros exames além do *tap test* que sejam precisos?

O SR. MARCO TULIO GUALBERTO CINTRA (*Fora do microfone.*) – Pode falar, porque eu acho que neurocirurgião...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) **–** Boa tarde.

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES (Para expor.) **–** A imagem demonstra se tem um acúmulo de líquido maior do que o normal. A gente vai atrofiando o cérebro com o passar do tempo, e isso faz com que a gente acumule mais líquido. E aí a gente tem alguns índices que mostram se esse líquido está maior do que deveria de acordo com o grau de atrofia. Deu para entender por enquanto? (*Pausa.*)

Isso não quer dizer que tenha hidrocefalia de pressão normal. O paciente pode ter, simplesmente, um aumento dos ventrículos e ser um paciente normal e funcional. E aí a gente precisa de um teste funcional.

A cirurgia consiste em tirar um pouco da pressão da cabeça com uma válvula. A válvula vai ficar drenando esse líquido em excesso. Como é que a gente vai saber se a cirurgia vai ser útil ou não? Fazendo o *tap test*. Você vai fazer uma punção na coluna dele, vai tirar um volume de líquido e vai simular uma retirada de líquido. Se essa retirada de líquido funcionar, a chance de a cirurgia ser muito boa, ser benéfica é muito alta.

O fato de esse teste ser negativo não exclui que a cirurgia possa ajudar, mas, quando ele é positivo, aí a chance de a cirurgia ajudar é grande. É por isso que a gente precisa do teste funcional. Seria o melhor teste.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) **–** Mas esse é o principal?

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – É, é o melhor...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) **–** Não... Eu sei que minha mãe passou por ele e, é claro, deu uma diferença muito grande, tanto na marcha quanto na resposta das perguntas do protocolo.

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) **–** Aí, eu nunca tinha ouvido falar que teria outro. Foi por isso que eu perguntei.

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – Existem alguns testes relacionados à fisioterapia, à questão postural. Existe um teste em que você coloca um dreno lombar no paciente e o mantém internado, observando melhora, drenando 10ml por hora. São testes muito mais complexos. O *tap test* você faz em poucas horas, no consultório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É rapidinho...

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – É bem mais simples.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – ... e eficiente. (*Pausa.*)

Você quer aproveitar e falar?

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – Pode ser? (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, eu vou te chamar.

Fábio Simões Fernandes, Médico Neurocirurgião do Hospital Universitário de Brasília, da Universidade de Brasília, HUB e UnB, e representante de Dra. Iruena Moraes Kessler, Chefe do Serviço de Neurocirurgia da UnB também.

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES (Para expor.) – Obrigado. Agradeço o convite.

Senadora e presentes, minha contribuição aqui é, basicamente, para falar um pouco dos números. A gente fala que é uma doença rara: a gente está falando de uma incidência de uma em cada 100 mil pessoas por ano, e ela corresponde a cerca de um em cada 20 quadros demenciais.

Uma coisa que o Dr. Marco Tulio falou e é fundamental é saber que, se a gente perder o tempo do tratamento, a gente perde a chance de trazer um paciente debilitado para uma vida normal ou próxima da normal. E esse número é em torno de dois anos. Acima de dois anos, a eficiência, a eficácia do tratamento cai vertiginosamente. Em torno de três anos de sintomas, a melhora funcional adequada é abaixo de 25%.

Para se fazer um diagnóstico de hidrocefalia de pressão normal, você não precisa treinar ninguém para essa doença específica, porque você só vai pensar em hidrocefalia de pressão normal num paciente que está com quadro demencial em instalação. Então, a gente está falando de uma doença rara que é uma pequena fração de uma doença bastante prevalente. Esse treinamento tem que ser o foco quando a gente quiser chegar na hidrocefalia de pressão normal. Não adianta a gente querer diagnosticar a hidrocefalia de pressão normal sem ter passado por todo um processo de identificação de causa de uma síndrome demencial.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – Não entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É por exclusão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FÁBIO SIMÕES FERNANDES – Não, não é por exclusão. A gente vai de acordo com os sintomas, com a imagem. Então, a gente tem a ressonância que sugere, e os sintomas, essa tríade, como a gente chama, de incontinência urinária, alteração de marcha e deficiência cognitiva. Geralmente uma instalação subaguda é um pouco mais rápida do que as outras síndromes demenciais. Associada à imagem, a gente passa para o passo seguinte, que é o *tap test*, para identificar se é ela ou não. Então, a gente não vai conseguir chegar à hidrocefalia de pressão normal se a gente não aumentar o acesso da população ao diagnóstico das síndromes demenciais.

Na minha prática, o que a gente vê é paciente chegando com três, quatro, cinco anos de sintomas. Tem algum ganho com cirurgia, mas dificilmente um ganho que o torne funcional. Outro ponto importante de falar é que boa parte desses idosos ainda são funcionais, ainda trabalham, ainda conseguem trazer dinheiro para casa, e isso muda muito a qualidade de vida, não só do paciente, como da família.

Eu acho que é isso. A minha contribuição é muito mais para falar sobre essa importância do acesso do paciente ao diagnóstico. Você vai passar da atenção primária, como o Dr. Marco Tulio falou, que é bastante heterogênea em relação à formação, em relação ao tempo de atendimento. Nesse ponto, a gente está numa fronteira da inteligência artificial, e acho que ela pode ajudar demais se a gente conseguir alimentar um sistema com os sintomas do paciente; o sistema dá alguns alertas de possibilidade de doenças raras, inclusive. Isso pode ajudar quem está lá na ponta, atendendo cem pacientes por hora, a fazer um diagnóstico mais preciso, ajudar a equalizar um pouquinho essa questão de heterogeneidade dos profissionais em atendimento.

Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Dr. Fábio Simões.

Agora vou chamar a nossa única representante mulher, Ana Maria Ribeiro de Moura, que é representante da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia (SBN). Ela vai entrar através de videoconferência.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO DE MOURA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Boa tarde.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO DE MOURA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Senadora Mara Gabrilli, por quem tenho um enorme respeito. Acompanho o seu trabalho. Eu tive um grande momento fora do Brasil e, quando voltei para o Brasil, vim com uma força enorme para lutar pelas doenças raras nos distúrbios do movimento. Então, já tive a honra de participar de algumas sessões com a senhora e com o Patrick Dorneles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu agradeço à Sociedade Brasileira de Neurocirurgia por ter me feito esse convite. E nós deixamos todo o apoio a esse tratamento. Por quê? Porque é uma causa de demência reversível. Então, se tem um tratamento para pessoas que, como foi falado, estão no auge, às vezes ainda sustentando a família, mas geralmente, como já foi muito difundido o Alzheimer, as pessoas já se colocam como tendo a doença de Alzheimer; e, então, tendo Alzheimer, não precisam de tratamento. Então essa parte da conscientização é muito importante, bem como a parte da educação, com ênfase nas escolas de Medicina, nos profissionais da linha de frente, e da capacitação, como foi falado, não só do médico, mas também de todos que participam desse atendimento.

Dentro do nosso encéfalo, nós temos algumas bolsinhas, que chamamos de ventrículos, onde o liquor é produzido. Ele é produzido para nutrir as células e também para evitar o impacto. Esse liquor, que é o líquido de que a gente está falando, é produzido nos ventrículos laterais pelo plexo coroide, desce pelo terceiro ventrículo, pelo quarto ventrículo, circula ao redor do cérebro, circula ao redor da medula. E em torno de 150ml desse liquor é renovado até três vezes ao dia. O que acontece? A pessoa vai ficando idosa, o cérebro vai atrofiando, e eventualmente se dá um maior espaço para o ventrículo aumentar, ou esse fluxo pode ser aumentado. Então, nós temos diversos fatores que poderiam ocasionar a hidrocefalia de pressão normal.

Dentro desse pensamento, eu já não vou falar nem só de colocação de válvula ou não. Além de nós defendermos a colocação de válvula, nós também defendemos um tipo específico de válvula, que é a válvula que nós possamos programar. Por quê? Porque nem sempre nós sabemos o débito, a necessidade de drenagem de que esse paciente precisa. E estamos falando geralmente de pacientes idosos, estamos falando de pacientes com outras comorbidades envolvidas, como pressão arterial elevada, que usam alguns medicamentos, às vezes com uma arritmia, usando anticoagulante. Então esse é um paciente mais delicado. E, a partir do momento que esse liquor é drenado de uma forma mais rápida, nós podemos ocasionar mais problemas para o paciente, como um sangramento em forma de hematoma subdural, que pode acontecer de um lado, mas frequentemente ocorre dos dois lados; aí outro problema, outra cirurgia, e sabemos que toda cirurgia tem um risco, não é?

Os critérios de diagnóstico já foram falados. Então, nós temos critérios de diagnóstico, nós não temos muito bem imagens. Nós temos critérios de diagnóstico que correspondem a essa tríade de Hakim, que é uma ataxia, essa marcha descoordenada, com uma base mais alargada, para ela ter, sim, um equilíbrio; uma dificuldade de segurar o esfíncter, o que dificilmente o paciente vai falar – nós precisamos interrogar e, às vezes, mais de uma vez, quando está no início –; e essa dificuldade na memória – o acompanhante vai falar que ele esqueceu o fogo do fogão ligado, ele não sabe onde colocou a chave, ele saiu para fazer compras na rua e se perdeu. Então, essa é a tríade. E, uma vez ela estando presente, há fortíssimas chances de ser uma hidrocefalia de pressão normal. Aí nós continuamos para o Tap Test e para a cirurgia.

Então, é isso. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de falar, com ênfase em que muitas pessoas, então, infelizmente, não têm esse diagnóstico, como é o nosso problema nas doenças raras. E esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diagnóstico sendo passado, sem ser cuidado, é uma pena, por quê? Porque essa demência poderia ser reversível, como a senhora mesma falou, em nível de cognição – e nós temos testes que os neuropsicólogos fazem antes da cirurgia e depois da cirurgia, para avaliar exatamente o grau de cognição como melhora.

Então, eu agradeço a palavra. Era isso que eu gostaria de falar, representando a sociedade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ana Maria, eu recebi uma mensagem aqui do Patrick Dorneles, que é lá da Paraíba. Ele tem mucopolissacaridose e demonstrou, até pediu para eu comentar, uma grande preocupação não só para quem tem uma doença metabólica que pode, de repente, vir a ter a hidrocefalia de pressão normal como um sintoma da doença, mas ele chama atenção para a gente focar em doenças neuromusculares e fazer com que essas doenças sejam foco de diagnóstico de hidrocefalia de pressão normal. Então, eu já vi que você tem um fã lá na Paraíba, que é o Patrick Dorneles.

A SRA. ANA MARIA RIBEIRO DE MOURA (*Por videoconferência*.) – Uma gracinha o Patrick, não é?

Então, eu vejo a luta dele pela causa, como a da senhora. E vocês são inspirações para a gente – para mim, que luto também por essas doenças neuromusculares, a distonia – estar sempre batendo e tocando para que nossos SUS traga melhores qualidades de vida para os nossos brasileiros.

Como eu tive oportunidade de passar muitos anos na França, eu vi que o sistema público de lá consegue ajudar muitas crianças e adultos.

Então, eu agradeço.

Um abraço para o Patrick.

Estamos juntos. Vamos lá.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Superprazer, Ana. Obrigada.

Agora eu vou chamar o Breno José Alencar Pires Barbosa, Coordenador do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia (ABN), através de videoconferência também.

O SR. BRENO JOSÉ ALENCAR PIRES BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, pessoal. Boa tarde.

Eu sou Breno, falo diretamente de Recife, sou médico neurologista e Coordenador do DC de Neurologia Cognitiva da ABN, representando, então, hoje, a Academia Brasileira de Neurologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito feliz pela oportunidade de estar aqui, junto à Senadora Mara Gabrilli, à Subcomissão de Direitos das Pessoas com Doenças Raras. Fiquei muito feliz pelo seu relato pessoal, Senadora, da experiência com o tratamento da sua mãe, e de saber que nesta ocasião, hoje, temos pessoas que se dedicam a essa área, meus colegas da geriatria, da neurocirurgia – Prof. Fernando, que eu tive a oportunidade de conhecer durante a minha formação no Hospital das Clínicas, em São Paulo. Então, é uma ocasião especial.

Minhas considerações serão curtas e terão relação com tudo que já foi colocado aqui hoje, não é?

Essa doença, a hidrocefalia de pressão normal, embora a gente esteja na ocasião aqui de falar de doenças raras, para nós ela não é exatamente uma doença tão rara, porque, como foi bem colocado, ela é uma causa potencialmente reversível de demência, e demência está longe de ser uma doença rara, é uma situação cada vez mais comum frente ao envelhecimento da população, que estamos enfrentando.

Além da perda cognitiva, nós, neurologistas, ficamos muito atentos à possibilidade da HPN frente ao idoso com dificuldades de marcha. Então, esse é um outro sinal amarelo. Muitas vezes passa batida essa dificuldade cognitiva e, como manifestação precoce da HPN, o idoso pode desenvolver um distúrbio da marcha. É uma marcha conhecida por nós, neurologistas. É uma marcha lenta, de passos curtos, com os pés colados no chão. Então, entra como outra situação em que o especialista pode se lembrar da HPN.

As dificuldades são diversas. Uma delas é o rastreio dessa condição, não é? Então, como bem colocado, o exame de neuroimagem precisa de um bom especialista para interpretá-lo, porque, muitas vezes, como meus colegas falaram, não basta a dilatação ventricular. Inclusive, o radiologista pode sugerir HPN, porque a imagem lembra HPN, mas, quando se examina o paciente, não existe dificuldade cognitiva ou da marcha, e isso torna muito pouco provável essa doença. Então, se precisa de um bom profissional para interpretar isso. E aqui surge o desafio número 1, que é o acesso a uma avaliação especializada, o que a gente sabe que no SUS ainda não é a realidade na maior parte dos centros.

O acesso ao Tap Test, que é esse exame aí – *tap*, do inglês, significa torneira –, que nada mais é do que esvaziar um pouco desse liquor, para ver se o paciente tem algumas respostas ou na cognição ou na marcha, também é outro desafio, porque isso depende de uma punção lombar, e poucos médicos têm um treinamento formal para fazer com segurança essa punção lombar, num local seguro também. Então, surge aqui o desafio número 2.

O desafio número 3 é, uma vez diagnosticada, a gente filtrar muito bem qual caso será um bom candidato ao implante da cirurgia. E aqui a gente precisa de um time multiprofissional, porque, além do neurologista clínico, do geriatra, do neuropsicólogo, que aplicou esses testes, a gente precisa de uma boa parceria com os colegas neurocirurgiões. A cirurgia de hidrocefalia, até onde eu sei, é uma situação comum do dia a dia do neurocirurgião, mas é uma cirurgia que tem seus riscos. Então, considerar o risco cirúrgico do paciente, porque, às vezes, muito embora o paciente tenha uma doença que se beneficiaria daquele tratamento, o risco supera o seu benefício. Então, precisamos ter essa cautela na hora de indicar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar depois da cirurgia, ficarmos atentos às complicações da doença, às complicações do tratamento. Embora seja uma cirurgia relativamente segura, é uma cirurgia neurológica, então é uma cirurgia de alta complexidade. Às vezes, essa válvula, como a Dra. Ana falou, por ser uma válvula que não tem uma devida regulação dessa drenagem, pode drenar em excesso, fazer uma hiperdrenagem. São raros, mas esse paciente, não basta operar, tem que ter um acompanhamento para vigiar as complicações.

E uma consideração que eu gostaria de fazer, como especialista nessa área, é que hoje a HPN é uma situação da medicina em que têm surgido pesquisas novas, mostrando que, infelizmente, com o passar do tempo, dois, três anos, apenas uma parcela desses pacientes vai sustentar esses ganhos que tiveram com o tratamento, mostrando que, na verdade, aquela HPN pode ser o início de uma condição neurodegenerativa.

Então, sabe-se que algumas formas de demência, como o próprio Alzheimer, a PSP (paralisia supranuclear progressiva) e a doença de Lewy, podem se apresentar de forma atípica, como essa dilatação ventricular idiopática. Então estudos que têm acompanhado os pacientes de HPN mostram que infelizmente nem todos vão ter o benefício da válvula, daí a importância do acompanhamento por um time de especialistas, um time multiprofissional, que tenha também profissionais da reabilitação.

E acho muito importante a gente valorizar e falar bem aqui dos nossos colegas da fisioterapia, que têm uma especialidade no treino da marcha, na reabilitação da marcha. Não adianta de nada implantar essa válvula muito bem se esse paciente, nas semanas e nos meses seguintes, não fizer um treino rigoroso de marcha, com a prevenção da queda, com o estímulo da autonomia em seu domicílio e depois nos trajetos fora de casa.

Então, nós da Academia Brasileira de Neurologia fizemos um artigo de consenso, no ano de 2022, sobre o diagnóstico das demências. Eu convido todos que têm interesse na área a pesquisarem um pouco a respeito. E lá a gente faz algumas orientações sobre esse início, sobre esse diagnóstico, quando rastrear uma HPN. Isso se aplica a todos os profissionais de saúde, não apenas ao especialista. A gente inclusive faz algumas orientações no âmbito do SUS, para que desde a atenção primária haja um cuidado, uma uniformização nos testes, na avaliação de um idoso com demência.

Congratulo todos pela oportunidade de falarmos desse tema e me coloco à disposição, em nome da ABN (Academia Brasileira de Neurologia), no que pudermos ajudar de agora em diante.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Breno. Obrigada pelas suas explanações.

Eu quero chamar agora o Dr. Fernando Campos Gomes Pinto, que é Neurocirurgião do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO (Para expor.) – Senadora Mara Gabrilli, colegas, senhoras e senhores, para mim é um prazer e uma honra estar aqui, justamente para compartilhar um olhar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privilegiado de um especialista no assunto, que sofre junto com os pacientes e com a condição à qual a gente sabe que eles estão submetidos, sabendo que a gente pode oferecer mais e pode oferecer uma qualidade de vida ainda melhor.

Eu vou falar sobre o diagnóstico e o tratamento da hidrocefalia de pressão normal.

Aqui é uma foto do nosso Hospital das Clínicas. Recebemos a missão de montar esse grupo em 2007. Há 10 anos, eu defendi minha livre docência sobre o tratamento cirúrgico dessa doença. E lá mesmo nós temos profissionais de diversas áreas que trabalham em conjunto para o diagnóstico e também para a reabilitação. O fruto desse trabalho foi o livro com o qual eu a presenteei no nosso primeiro encontro, quando a entrevistei, como Diretor Científico e de Comunicação da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia.

Bom, hidrocefalia é uma palavra que vem do grego – *hidro*: água; *cefalo*: cabeça. Desde a antiguidade já se conhece essa condição. Leonardo da Vinci já representou, muito bem, por volta de 1500, os ventrículos cerebrais, mas foi Dandy, em 1917, que fez a primeira classificação, em animais de experimentação, em hidrocefalia comunicante e não comunicante.

Em 1955, Holter, que teve um filho com mielomeningocele – ele não era médico, ele era engenheiro –, foi a pessoa responsável por se colocar também o silicone e desenvolver uma válvula, que depois, então, seria utilizada em larga escala. Então, é daí que começa a origem do tratamento definitivo que a gente tem hoje em dia, não só da hidrocefalia de pressão normal, mas das outras também.

Em 1964, um neurocirurgião colombiano, Salomón Hakim, foi a pessoa que detectou e diagnosticou, pela primeira vez, a possibilidade de uma hidrocefalia que não comungava com hipertensão intracraniana a todo momento, como uma possibilidade de uma nova doença a ser tratada, a hidrocefalia de pressão normal.

Décadas depois, o advento da tomografia e da ressonância e todo o seu espraiamento pelo mundo todo permitiu um diagnóstico mais preciso da hidrocefalia. A evolução também de lentes e materiais especiais permitiu que a neuroendoscopia viesse à tona como forma de tratamento. E nós vivemos, atualmente, a era das válvulas programáveis com mecanismo antigravitacional. São válvulas que permitem um ajuste por fora do corpo da pessoa, com aparelho magnético, sem a necessidade de reoperação, que para esse tipo de patologia – já existem evidências científicas – é o tratamento correto.

Aqui é uma foto, em destaque, do Prof. Salomón Hakim, um neurocirurgião da América do Sul, da Colômbia, que fez essa descoberta e começa, então, a postular e explicar o porquê de um ventrículo grande, sem uma pressão alta, sempre que ele puncionava os pacientes, poderia levar a essa doença.

E nós sabemos que o problema começa pelo distúrbio hidrodinâmico e o tecido cerebral que fica em volta do ventrículo não recebe sangue de forma adequada. Lenta e progressivamente, essa região do cérebro morre como se fosse um AVC e as alterações neurológicas inerentes a essa manifestação clínica podem se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tornar definitivas. E, como o colega muito bem disse, nós sabemos que o prazo de 24 meses é um prazo considerado o mínimo necessário para se fazer o diagnóstico e intervenção para que isso não seja um problema definitivo.

O protocolo aplicado não só aqui na Universidade de São Paulo, mas no Brasil e no mundo, segue mais ou menos este padrão: o paciente tem uma manifestação clínica que pode ser ou não a tríade de apraxia da marcha, um quadro demencial e de incontinência urinária, podendo também ter incontinência fecal; ele é submetido, então, a uma triagem inicial com uma tomografia de crânio e, se possível, uma ressonância magnética de encéfalo com estudo de fluxo liquórico; e, frente à hipótese diagnóstica estabelecida, ele vai para o Tap Test, através de uma punção lombar simples, em que são retirados cerca de 50ml, e observa-se, com uma avaliação antes e depois, por um neuropsicólogo e um fisioterapeuta, com testes preestabelecidos, se existe melhora ou não; havendo melhora, o paciente é candidato à neurocirurgia; se não melhora, o que nós fazemos é repetir o Tap Test, depois de pelo menos um mês, porque o Tap Test negativo não exclui a possibilidade de melhora do paciente. E existem outros testes, como, por exemplo, o teste da infusão, no qual, ao invés de tirar líquido, você infunde líquido – isso não é feito, por exemplo, nos Estados Unidos, devido ao risco de meningite e complicações, e também não é muito fácil, requer uma internação e aparelho específico –, ou, então, a drenagem lombar externa, que tem como inconveniente a necessidade de internar o paciente e colocar um dreno para fora, simulando a válvula, por pelo menos três dias, drenando 10ml por hora.

Independentemente do desfecho, esse paciente vai ser reabilitado, ganhando a cirurgia, ganhando o diagnóstico ou não. Então, ele vai precisar do trabalho de uma fisioterapia motora, uma reabilitação urológica e uma reabilitação neuropsicológica. Neurônios que não morreram, perfeito, eles podem ser restabelecidos com a colocação da válvula; para os que já se foram, a gente lança mão da reabilitação e da neuroplasticidade como forma de garantir o retorno ou preservação da função do paciente.

Um exemplo típico de hidrocefalia de pressão normal: um homem de 72 anos, previamente saudável, com alteração de marcha há um ano e meio, alteração de memória de curto prazo há oito meses e incontinência urinária há três meses, com uma ressonância em corte coronal, mostrando aumento do tamanho do ventrículo e diminuição dos sulcos e giros na região mediana, na região do vértex cerebral. Esse paciente...

Eu gostaria que fosse inserido esse primeiro vídeo, por favor. Eu acho que isso precisa ser feito pelo pessoal do apoio técnico.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Antes do Tap Test, então, com uma avaliação junto com a fisioterapeuta, a gente pode perceber uma base alargada, uma dificuldade de caminhar, uma necessidade de utilizar um apoio a mais, no caso, uma bengala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse paciente foi submetido ao Tap Test. Isso aqui é só um aspecto do Tap Test.

E tem uma avaliação simples chamada Timed Up and Go, que você pode fazer em qualquer lugar, porque sempre a nossa preocupação no grupo foi desenvolver a pesquisa e o entendimento da doença, mas sempre da forma mais barata e segura possível.

Podemos ir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Isso é um protocolo que existe, laureado pela Sociedade Mundial de Hidrocefalia, de que a gente faz parte, inclusive da Diretoria. Acontece no Japão, acontece também no norte da Europa e ao redor do mundo – Timed Up and Go.

Podemos colocar o próximo, por favor.

Depois da retirada de 50ml, esse paciente, então, é novamente avaliado.

Quando eu falo Timed Up and Go, é um teste simples: você pega uma cadeira, pede para a pessoa se levantar da cadeira, andar 3m, dar a volta e sentar novamente. O esperado é que ela faça isso num tempo de mais ou menos 12 segundos. Se demorar muito, você já pode encarar como alterado e você faz essa avaliação, então, antes e depois.

Podemos passar para após a punção.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Então, esse é o antes da punção, que nós já vimos, com uma marcha característica. A gente chama isso de marcha apráxica, com uma dificuldade, uma marcha de pequenos passos. Pode ser confundida com a marcha do paciente parkinsoniano. O paciente que tem problema de coluna pode ter uma marcha também alterada, que pode confundir quem não é da área e não examinou o paciente.

O próximo, por favor.

O vídeo que eu vou mostrar é um vídeo que foi feito uma hora e meia após a punção lombar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, olha isso!

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – É impressionante, não é? É impressionante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que é questão de se esperar, esse líquido é produzido novamente e, no decorrer dos dias, o paciente piora novamente.

Então, não tem sentido tratar uma pessoa, convidando-a todo dia para ir ao laboratório de líquor...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Sabendo que...

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – ... para ser submetida a uma punção lombar.

Por isso que a válvula entra nesse processo, ajudando de uma maneira automática a sua própria evolução.

Podemos ir adiante, por favor.

Existem doenças associadas, como aqui foi dito: depressão, demência cerebrovascular, Alzheimer, Parkinson. Nós, no nosso grupo de pesquisa, que somos referência, muitas vezes, recebemos pacientes que têm doenças associadas. Então, o indivíduo tem Alzheimer e hidrocefalia de pressão normal também; tem Parkinson e hidrocefalia de pressão normal também. Por sorte, não é a maioria. E há outras condições mais comuns, como infecção urinária, canal estreito lombar vertebral, doença prostática, incontinência de esforço na mulher que teve muitos filhos.

Existem protocolos, e isso já está validado, de avaliação de tomografia de crânio. Então, estou falando de um exame simples, um exame que já está espalhado por toda a rede do SUS, pelo qual, por parâmetros radiológicos, você consegue estabelecer critérios diagnósticos. E a gente percebe uma revolução na radiologia a partir do momento em que os laudos já vêm sugestivos – "olha, leve em consideração que esse paciente pode ter hidrocefalia de pressão normal" –, ajudando o médico que muitas vezes está fazendo a atenção primária e não pensou sobre isso.

Mas existem desafios no tratamento. A válvula de pressão fixa ou programável que a gente tem, por enquanto, disponível no SUS é a válvula de pressão fixa. Há até mesmo a discussão que surgiu anos atrás da possibilidade de fazer o tratamento com neuroendoscopia sem a colocação de válvula. Existe uma questão inerente ao fato de vivermos na Terra, que é a hiperdrenagem em todas as válvulas, e já existe evidência científica de que a colocação de um mecanismo antigravitacional reduz a ocorrência de hematomas subdurais, e por isso precisa acontecer. Há os critérios de ajuste, o reconhecimento da falência da válvula ou até a progressão de uma doença neurodegenerativa associada e a existência e aderência à reabilitação.

Comparando a terceira ventriculostomia endoscópica com a válvula, isso nos motivou a realizar um trabalho científico em 2002, tendo em vista que seria muito menor o custo da realização da terceira ventriculostomia endoscópica, e alguns grupos do mundo mostravam resultados positivos naquela ocasião. Nós chegamos a publicar isso na *Neurosurgery*, e de fato o melhor tratamento é o implante da derivação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ventrículo-peritoneal. A terceira ventriculostomia, em apenas alguns casos, mostrou algum grau de eficiência.

Estudos internacionais, como esse, por exemplo, realizado no Japão, mostram que, depois de um ano e meio, o benefício, sobretudo em termos de custo, já é observado para o paciente, para a família e para todo o sistema de saúde.

E no nosso meio, nós temos esse trabalho, que foi produto da orientação de doutorado de um aluno meu, que também publicou numa revista internacional, e levamos para congressos internacionais, comparando a válvula de pressão fixa, que é disponibilizada com o SUS, com a válvula programável, tecnologia essa brasileira, com o mecanismo antigravitacional.

Então, é lógico, aqui eu fiz uma correção para o valor do dólar anteontem, quando eu fiz essa apresentação e enviei aqui para o Senado. A válvula de pressão fixa custava cerca de R$700 – eu vou arredondar –, e o custo final desses pacientes, depois de um ano, foi quase R$20 mil, levando em consideração as necessidades de reoperação, exames que foram realizados e reintervenções. A válvula programável, isso aqui a título de pesquisa e doação, custava sete vezes mais, cerca de R$7 mil, um pouco menos, mas, no decorrer de um ano, o que nós observamos foi uma economia; o valor do tratamento total, levando em consideração as intercorrências e necessidades de reintervenções, foi de R$15 mil. Ou seja, de saída, é mais cara a válvula programável com antigravitacional, mas, no decorrer do tratamento, ela representa, inclusive, uma economia. Então, ela não é diferente. E, pensando na realidade continental do nosso país e na necessidade urgente de difundir esse conhecimento, a nossa preocupação foi também de traduzir e validar uma escala feita pelo ministério da saúde japonês, que foi o produto de uma aluna de mestrado também.

Então, é uma escala simples. Quem é da neuro sabe, por exemplo, que a gente tem a Escala de Coma de Glasgow, que é utilizada para avaliar quando um paciente tem um trauma de crânio. Essa é uma escala que é avaliada levando em consideração as três partes mais presentes no paciente com hidrocefalia de pressão normal, com pontuação de zero a quatro para cada domínio, avaliando a marcha, o quadro demencial e a incontinência urinária, sendo que qualquer profissional da área da saúde e até mesmo o próprio paciente ou familiar podem aplicar essa escala, e, traduzindo num número, isso pode facilitar o processo de segmento, avaliação e até mesmo necessidade de acelerar a reavaliação do paciente. A nossa preocupação é entregar para o paciente o que tem de melhor, de uma forma barata e de uma forma mais rápida.

Antes de concluir, eu gostaria de ressaltar novamente os pontos que eu considero mais importantes. É estimado que cerca de 120 mil brasileiros ou mais tenham hidrocefalia de pressão normal, mas, com certeza, a maioria não tem o diagnóstico estabelecido. Se nós pudéssemos visitar asilos, instituições onde cuidam de idosos e pudéssemos fazer a triagem... com certeza muitas pessoas estão padecendo de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doença que é reversível. Ela se comporta como uma doença rara devido a todas as circunstâncias que a gente tem conversado, mas ela é mais comum...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E esses 120 mil...

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Ah, muito menos. Se a gente tem cerca de 10 mil tratados anualmente, por exemplo, é muito. Não chega a tudo isso ainda.

E certamente...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É uma perspectiva que haja isso?

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Sim, possivelmente, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pode ser mais?

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Sim, sim.

E apesar de já existir uma tecnologia nacional – essa válvula que eu mostrei se chama Sphera Pro, da empresa HpBio, uma empresa que fica em São Paulo –, já existe a tecnologia nacional do que é cientificamente comprovado como o tratamento mais adequado com menos complicações – entenda-se a válvula programável com mecanismo antigravitacional –, no SUS ainda não há disponibilidade de tal prótese para os pacientes portadores de hidrocefalia de pressão normal.

Os pacientes que foram operados foram oriundos de pesquisa científica, na qual a válvula foi doada pelas empresas que fabricam. E obviamente essa válvula já é vendida no sistema suplementar. Então, o paciente que tem condição de pagar ou um convênio para pagar, ele tem essa válvula implantada. Existem muitos pacientes já no Brasil com essa válvula, inclusive fora do país.

Então, já tem registro pela Anvisa, está tudo certinho. O que falta aqui é nós termos a possibilidade de, em todo o serviço de saúde, abrir um pregão, por exemplo, para tentar comprar a válvula adequada para tratar essa patologia.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Só te interrompendo – eu vou devolver seu tempo –, nesta semana eu já apresentei para a Conitec uma indicação ao Ministério da Saúde para que sugira à Conitec que avalie a incorporação no SUS da válvula programável com mecanismo antigravitacional para tratar a hidrocefalia de pressão normal.

Então, assim, o fato de estar na Conitec já é um grande sucesso para a gente, já é quase que muito mais da metade do caminho andado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Uma grande preocupação que nós temos é que a população está envelhecendo.

Quando eu falo da sociedade mundial de hidrocefalia, que existe também desde essa época, 2007 aproximadamente, os países que mais brilham e que mais correm atrás de conhecimento são o Japão e os do norte da Europa – Suécia, Finlândia, Alemanha – e, não é à toa, são países onde a população vive mais e vive melhor. Então, a busca incessante em se viver de uma forma adequada na terceira idade ou até com muitos mais anos de vida é fundamental.

E eles ficam realmente impressionados – eu quero trazer aqui para o Senado essa informação, porque muitas vezes a gente que está na universidade escuta os parabéns que o país recebe e não consegue transmitir –, primeiro, com a tecnologia que existe; com a preocupação do país em desenvolver tudo isso e principalmente a possibilidade de estar conversando sobre esse assunto, que pode revolucionar o tratamento do pessoal com 60 anos ou mais.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A gente pode considerar a hidrocefalia de pressão normal como uma doença rara que tem uma... a cada 63 pacientes diagnosticados num universo de 2 mil pessoas ou então seria 1,3... Não, 65 pacientes a cada 100 mil pacientes e 63 teriam uma doença rara ou 1,3 em cima do universo de 2 mil.

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Sim, em trabalhos epidemiológicos. Mas a gente tem que fazer transposição do que a gente tem lá fora. Por exemplo, mostrando que na Noruega a prevalência seria de 22 para cada 100 mil habitantes. Então, em determinado aspecto sim.

Só que, por um lado, a hidrocefalia de pressão normal pode ser classificada em hidrocefalia de pressão normal idiopática, que é aquela que a gente não sabe a causa, e cada vez mais a ciência progride... Parece que existem evidências de alteração genética do sistema glinfático, de canais de água, como aquaporina 4. Então, talvez para uma parcela desses pacientes o tratamento, quem sabe no futuro, não seja nem a válvula, não seja nem cirúrgico. E aí a conversa tem que ficar diferente, segmentando então para os pacientes que têm hidrocefalia de pressão normal secundária, por exemplo uma meningite, um trauma de crânio, um sangramento de um aneurisma, um pós-operatório de cirurgia.

De qualquer maneira, independentemente do número, a gente sabe que, conforme a idade avança, essa incidência acaba aumentando. Então, por exemplo, no Japão, pacientes com mais de 70, 80 anos de idade é considerado que 2% da população dessa faixa etária tenha hidrocefalia de pressão normal. Nós ainda não temos estudos epidemiológicos consistentes em nosso país, que tem uma dimensão continental e com diferentes realidades estabelecidas.

Mas, certamente, a condição que a gente vive hoje em dia é que a hidrocefalia de pressão normal se comporta como uma doença rara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E a gente não tem um percentual de pessoas que são diagnosticadas, por exemplo, com Alzheimer ou com Parkinson, e que, na verdade, não é essa doença, é a hidrocefalia?

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Senadora, eu tenho o privilégio de fazer o ambulatório e o atendimento específico desse tipo de paciente num hospital que é referência tanto da nossa cidade, como do nosso estado e até mesmo do país. Então nós sabemos que cerca de 1,2 milhão de pessoas no país deve ter a demência de Alzheimer. Então, assim, isso representa 50% ou mais das causas de demência. Se esse paciente recebe um rótulo errado, uma triagem errada no começo, ele já chega com um diagnóstico que alguém falou e ele comprou essa ideia. Hoje em dia, até mesmo neste momento em que a gente realiza o Tap Test, porque existem outras coisas a mais que a gente pode fazer... Eu posso dosar biomarcadores, que vão me ajudar a diferenciar do Alzheimer ou não, como, por exemplo, proteína Tau, fosfo Tau, beta-amiloide. Mas acho que isso fica para um passo seguinte.

Então, este momento é o que me permite fazer o diagnóstico, é o momento que me permite entender se esse paciente vai se beneficiar do tratamento. Mesmo aquele paciente que venha a evoluir com um quadro neurodegenerativo nos anos subsequentes e não sustente essa melhora, muito do que a gente tem na literatura ainda é porque o paciente botou, de repente, uma válvula de média pressão ou de alta pressão, e não foi submetido a uma intervenção para uma válvula de baixa pressão.

Fato é que em um paciente com uma válvula programável eu posso reduzir essa pressão. E não é infrequente a gente verificar que o paciente estacionou em um determinado grau ou até mesmo piorou, a gente faz um ajuste depois e esse paciente ainda continua melhorando.

Então tem um pouco de tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Agora eu queria falar para vocês que, assim, chegaram várias perguntas.

Eu selecionei algumas. Se vocês quiserem responder...

E vocês de forma de videoconferência também.

Então vamos lá:

De Daniel Vieira, de Pernambuco: "Como será a participação da atenção básica para esse diagnóstico e tratamento?"

De Kevin Teles, de São Paulo: "Não seria interessante criar algum protocolo que facilitasse o diagnóstico de pacientes que apresentam algum sintoma característico?"

Da Tatianna Firmino, do Rio de Janeiro: "Há planos de divulgação para a população dos principais sintomas para que o diagnóstico seja rápido?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De Haroldo José: "Existe glaucoma de pressão normal. Causa cegueira irreversível e não tem sintomas. Colírios mais modernos e eficientes são muito caros." Essa é mais específica.

Diego Michelini, do Rio: "Importante a presença da odontologia hospitalar para acompanhamento adequado."

Bruno Matheus, de Rondônia: "Quais são os métodos mais eficazes para a prevenção da hidrocefalia?". Não sei se existe.

Vinícius Vicentini, de São Paulo: "Como o Senado pode contribuir para que a população de baixa renda tenha acesso ao diagnóstico e tratamento de hidrocefalia?"

E o último, Marcos Correia, de São Paulo: "Como é feito o diagnóstico e o tratamento da hidrocefalia? Esses procedimentos estão disponíveis gratuitamente a todos?"

Quem quiser responder alguma...

O SR. MARCO TULIO GUALBERTO CINTRA (*Fora do microfone*.) – Eu posso falar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então vai.

O SR. MARCO TULIO GUALBERTO CINTRA (Para expor.) – Com relação à atenção primária, vou colocar novamente o que eu falei, que eu acho que é importante. A nossa atenção primária é muito médico voltada, ou seja, ela é muito centrada no médico, e o médico tem várias tarefas para fazer, e com um período curto para atender o paciente. Então, se você colocar mais demandas, você vai estressar uma situação que não seria adequada ser tão centrada no médico. E mais do que isso, o médico é o menos perene na atenção primária, é o que mais muda. Então, se eu for somente capacitar o médico, eu crio um problema muito grave, porque na hora que ele fica bom em detectar determinadas situações, ele vai embora, e aquela região a que ele estava adstrito fica carente.

Então, o que nós pensamos é o seguinte: o ideal é você treinar... Não que não tenha que treinar o profissional médico, obviamente ele tem que ser treinado, tem que ter educação continuada e etc., mas é importante treinar outros profissionais que estão na atenção primária, como o agente comunitário de saúde, como o enfermeiro. Quando eu estou falando isso, obviamente eu não estou querendo que esses profissionais façam o diagnóstico de hidrocefalia de pressão normal, não é isso, mas é você tentar uma questão mais sindrômica.

E aí, quando eu falo em pessoa idosa, se a gente começa a treinar esses profissionais a rastrear fragilidade, provavelmente as doenças neurológicas, neurodegenerativas, a hidrocefalia de pressão normal e outras situações neurológicas vão ser triadas. Por que eu falo isso? Porque esse paciente, obviamente, vai deteriorar. Então, ele vai ter acometimento de marcha, ele vai ter acometimento cognitivo, ele vai ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acometimento de incontinência. Se isso for detectado por vários profissionais que estão na atenção primária, a gente consegue colocá-lo em uma linha de cuidado para ser avaliado por um profissional que tem capacidade de fazer o diagnóstico, por exemplo, da hidrocefalia de pressão normal. A grande questão é que, se não há esse diagnóstico sindrômico para rastreio – e aí na atenção primária o papel é rastrear –, eu só vou descobrir essas situações tardiamente. Aí, na hidrocefalia de pressão normal, é aquela questão: depois de alguns anos, mesmo que se possa fazer o tratamento cirúrgico, esse paciente vai ter uma baixa qualidade de vida, porque quanto mais precoce a válvula, melhor vai ser para ele. "Ah, mas em demências como um todo, quando eu falo em demência de Alzheimer, tem tratamento". Tem, mas quanto mais precoce o tratamento, que não cura a doença, mas lentifica a evolução, e você tem um certo controle comportamental etc. e melhora um pouco a funcionalidade, quanto mais precoce, mais funciona. Mas o paciente chega com demência, numa fase avançada, para os profissionais que teriam capacidade de tratar aquela situação.

Então o que eu coloco é isto: o papel da atenção primária não é necessariamente o diagnóstico de hidrocefalia de pressão normal, mas fazer o rastreio. E aí, o que nós defendemos é o rastreio da fragilidade, porque nós conseguiríamos detectar precocemente todas essas situações e encaminhar para quem possa fazer o diagnóstico adequado.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Fora do microfone.*) – Posso responder?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Claro.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor.) – Então, só complementando, enfim, a gente tem equipes de atenção à saúde da família, equipes de atenção primária espalhadas pelo Brasil inteiro, mas a gente tem essa questão da rotatividade de profissionais, e enfim, esse é um debate que tem acontecido dentro do Ministério da Saúde.

Mas essa questão de identificação de sinais de alerta, acho que tem que ser uma questão central para doenças raras no geral.

A gente tem uma dificuldade enorme de reter especialistas. A gente tem uma dificuldade enorme, às vezes, de organizar os níveis de atenção, para que eles dialoguem, no sentido de produzir estratégias de cuidado também. Essa é uma dificuldade.

Queria fazer um reparo, Senadora. Eu falei aqui de números, estava olhando aqui, olha, falei, enfim, o meu compromisso aqui é com o dado correto. Então são 9 mil mesmo neurologistas no Brasil, 9 mil e 4 mil neurocirurgiões. Então a gente tem uma limitação de oferta também na atenção especializada, no que se refere a profissionais disponíveis para fazer os procedimentos, a instalação da válvula, o monitoramento desses pacientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a atuação sinérgica, de fato, resolve esses problemas. Hoje, por exemplo, tive uma reunião com o Imip, que é lá de Pernambuco, falando um pouquinho do funcionamento de ambulatórios de doenças raras, e eles relataram para a gente essa questão de assistência integrada, quer dizer, a conversa com a atenção básica, o centro de infusão funcionando, a coordenação do cuidado, a transferência para o cuidado domiciliar quando precisa. Então eu acho que é mais do que a disponibilidade de profissionais; é, às vezes, a questão de a tecnologia estar disponível e a questão da organização da rede de atenção à saúde, que pesa muito nesses processos.

E aí, vem uma questão: os olhares sempre se voltam para o Ministério da Saúde, mas a organização da rede passa fundamentalmente pelo gestor estadual e municipal. Então eu acho que nas próximas rodadas de conversa, deixo a sugestão, a representação de Conass, Conasems e outros setores se torna importante, porque são eles que vão fornecer esse cuidado lá no território.

Enfim, em relação à disponibilidade de tecnologia, dentro da atenção especializada, a gente tem a oferta de alguns desses insumos, alguns desses equipamentos. Mas eu queria fazer uma provocação. A Senadora já antecipou, disse que já encaminhou para o Ministério da Saúde, mas é um chamado mesmo para os nossos pesquisadores brasileiros. Eu sou professor universitário, sei como isso é difícil, a gente tem dificuldade de patentear a coisa, a gente tem dificuldade de competir com os nossos produtos, dada a voracidade do mercado internacional, enfim. Mas o Ministério da Saúde está aberto a ser provocado pelos pesquisadores, no sentido de ver se esses equipamentos, esses *devices* trazem valor. Muito mais que custo, a gente tem que começar a falar de valor, porque é pesquisa nacional, produção nacional. E aí, à medida que a gente ganha escala na produção, incorpora e ganha escala, esses produtos se barateiam também, não é?

Então, recentemente o nosso Secretário Gadelha fez um evento do marco de ciência e tecnologia para a saúde. Tem um investimento previsto inclusive para esse tipo de desenvolvimento, tá? Então queria chamar a atenção para isso.

E queria fazer só um lamento público aqui, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Faça.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – A PEC do Sangue. Acabei de ter a notícia, levamos um reverso: o relatório da Senadora Daniella foi aprovado, e isso traz para a gente, de novo, um embate e a necessidade de a gente manter, como diziam os primeiros sanitaristas, a reforma sanitária permanente. Então, assim, é um embate permanente na defesa do SUS. Eu lamento que, no século XXI, com todos os avanços que temos, a gente tenha que retroceder 20, 30 anos, e retomar um debate que já estava feito no Brasil. Então, só quero deixar esse lamento público aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Mas foi por três votos e foi na Comissão de Constituições de Justiça. Agora, vai para o Plenário. Dizem as línguas por aí que, no Plenário, ela não vai conseguir. Então, vamos ver o que vai acontecer. Mas, por enquanto, foi só a votação na CCJ.

Alguém mais quer fazer alguma colocação?

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO (Para expor.) – Eu quero deixar à disposição, também, do Ministério da Saúde e também das sociedades, todo o conhecimento que a gente tem acumulado durante esses anos incansáveis de pesquisa. Mais uma vez, eu volto a frisar: nós somos elogiados fora do país e nós percebemos que podemos entregar mais.

Então, a nossa preocupação é, por exemplo, traduzir e validar uma escala que seja de fácil aplicação, porque existe a escala europeia, mas a gente não conseguiria ter tanta gente fazendo avaliação neuropsicológica e avaliação fisioterapêutica ao mesmo tempo, mas a escala japonesa contempla bem.

Nós não conseguimos ter laboratório de marcha, que no começo era proposto, em escala. Você consegue em hospitais de ponta, em hospital universitário, mas com um recurso muito simples que todo mundo tem na mão de fazer uma gravação e utilizar um teste como o Timed Up and Go sofistica a evolução e a avaliação dos pacientes.

A gente fica à disposição, inclusive se em algum momento foi interessante a existência de um real centro de referência, às vezes para uma teleconsulta, para uma orientação remota, porque não é tão difícil assim. Como eu falei: a ressonância é importante sim, mas, com a tomografia, nós temos mecanismos, atualmente, de fazer o diagnóstico. Uma punção liquórica é feita em qualquer lugar para fazer o diagnóstico de meningite numa criança, é a mesma punção, só que com uma retirada maior de líquido cefalorraquidiano. O implante da válvula, quem coloca uma válvula de pressão fixa, coloca uma válvula de pressão programável. Lógico, vai precisar aprender a lidar com esse paciente, porque é diferente de você operar e simplesmente falar: está operado, não tem hematoma subdural, viva a sua vida e faça sua reabilitação. Não. A válvula programável não trata o paciente, quem trata o paciente sempre é o médico e o profissional da área da saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Que vai programar a válvula.

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Que vai programar, reprogramar, se necessário for pensar em alguma outra intervenção.

Então a gente deixa... São muitos anos de pesquisa e, às vezes, a gente fica pensando: estamos dentro dos muros da universidade, o meio acadêmico nacional e internacional sabe o que a gente está fazendo e a gente pode ser ainda mais útil, a gente pode ser mais bem aproveitado pelo próprio Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Mas isso que você falou sobre o laboratório de marcha, por exemplo, é uma coisa que você poderia pegar todos os detalhes e mandar para mim, pedindo emenda parlamentar para a gente construir um laboratório de marcha. Isso não é algo impossível, é factível.

A gente tem comprado equipamentos tão caros, para o nosso parâmetro, mas equipamentos muito bons, como o exoesqueleto. A gente comprou dois para o Lucy Montoro e mais um para o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro. Os nossos atletas serão os únicos do mundo, os paratletas, a treinarem com o exoesqueleto. Isso vai dar um *up* no resultado geral das Olimpíadas e Paralimpíadas de Paris.

Aí, assim, cada equipamento desse custava em torno de 2 milhões, instalado, funcionando. E aí a gente comprou três. Então, assim, tem recursos para a gente tentar montar um laboratório de marcha.

Fica aí a dica para você pedir o dinheiro.

O SR. FERNANDO CAMPOS GOMES PINTO – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nada mais? (*Pausa.*)

Nossos companheiros por videoconferência? (*Pausa.*)

Bom, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

E, nada mais havendo tratar...

Certeza? (*Pausa.*)

... declaro encerrada a presente reunião. (*Pausa.*)

Muito obrigada. Gratidão para vocês.

E a gente já está em busca de reunião com a Ministra e aí eu vou mantendo vocês informados, porque esse é um dos temas da nossa reunião. Está na pauta.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor.) – Senadora, eu já fiz o dever de casa. Já conversei aqui com os colegas também.

A perspectiva de sinais de alerta aqui é muito interessante para a gente, dada a questão de custo, enfim, traz uma resolutividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, enfim, está anotado aqui, enquanto Ministério da Saúde. A gente vai levar isso para a nossa Diretora lá, para o Secretário Helvécio também, porque acho que são soluções simples e, enfim, que vão trazer, inclusive, economicidade aqui para o SUS.

Então, conte com a gente lá no Ministério da Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Isso que a gente pensa, porque uma doença de idoso que tem cura, a gente consegue manter o envelhecimento ativo de muitos deles. E isso só economiza para o SUS.

Então, assim, fazendo a conta no papel, quem ganha é o SUS e a população brasileira.

Então, vocês podem contar comigo, por um trabalho, assim, de muito acreditar, de assistir à minha mãe.

E eu falo para o Dr. Fernando que a minha mãe é um caso tão interessante, porque ela fez lá com 82, 83 anos, ela está com 88, mas, em alguns aspectos, ela continua melhorando. Para mim, eu não sei se tem explicação isso, sabe? Mas o fato é assim: ela joga com as amigas e ultimamente ninguém quer jogar mais com ela não, porque ela ganha tudo.

Então, é assim: eu vi uma pessoa sair de um estágio para dar um *up* assim... Foi um salto de qualidade. E eu acredito que esse possa ser um salto de qualidade da humanidade.

Então, por isso que eu quis muito fazer essa audiência.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada a vocês. (*Pausa.*)

Vamos – vamos!

Eu fico aqui? (*Pausa.*)

Então, tira esse microfone. (*Pausa.*)

... da Comissão, o Saulo, sempre aqui nos atendendo e trabalhando para que as audiências sejam de qualidade, e à equipe aqui também, muito obrigada por tudo.

E muito obrigada por desligarem o ar-condicionado. (*Risos.*)

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às treze horas e quatro minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Mara Gabrilli e Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Efraim Filho e Damares Alves, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Romário, Izalci Lucas, Paulo Paim, Magno Malta, Marcos do Val, Eliziane Gama, Humberto Costa, Augusta Brito, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 83/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), REQ 91/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), e REQ 110/2023 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Debater o acesso às fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo e outras condições de saúde raras e a qualidade das fórmulas nutricionais metabólicas disponibilizadas pelo SUS. **Participantes:** Ida Schwartz, Chefe do Serviço de Genética e de referência em Doenças Raras do HCPA e Professora Titular do Departamento de Genética - UFRGS; Andressa Gomes de Oliveira, Gerente Substituta de Regularização de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Renata Zago Diniz Fonseca, Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Soraia Poloni, Nutricionista da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo – SBTEIM; Simone Arede, Representante da Associação Mães Metabólicas; Monique Poubel, Nutricionista do Centro de Referência em Doenças Raras do Hospital de Apoio de Brasília da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; Ana Rita Ferreira, Nutricionista do Ambulatório de Triagem Neonatal do Instituto Jô Clemente; Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; e Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e treze minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Permanente de Direitos das Pessoas com Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Permanente de Direitos das Dessoas com Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 83, 91 e 110, de 2023, da Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, para a realização de audiência pública destinada a debater o acesso às fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo e para outras condições de saúde raras e a qualidade das fórmulas nutricionais metabólicas disponibilizadas pelo SUS.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão através da Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. Já temos, inclusive, como já está sendo dito, perguntas.

E temos para o dia de hoje a presença de vários expositores. Primeiro, daremos a palavra para os expositores e expositoras que representam movimentos sociais, para que os órgãos públicos depois possam se posicionar em função daquilo que tiver sido dito pelos movimentos sociais, porque é importante a gente ter resposta, ter desdobramento para os desafios que a área apresenta. Então, nós temos a palavra também de várias pessoas, presencial e remotamente, mas quero dizer a todos e todas que são muito bem-vindos e bem-vindas.

Faço parte também desta Subcomissão presidida pela Senadora amiga Mara Gabrilli, que daqui a pouco estará com a gente também, mas que pediu para que eu iniciasse esta reunião.

Nós temos a presença nesta audiência pública de Ida Schwartz, Chefe do Serviço de Genética Médica e Referência em Doenças Raras do HCPA e Professora Titular do Departamento de Genética da UFRGS;

Soraia Poloni, Nutricionista da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal Erros Inatos do Metabolismo – já estou lendo na ordem em que as pessoas vão se manifestar; Monique Poubel, Nutricionista do Centro de Referência em Doenças Raras do Hospital de Apoio de Brasília da Secretaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Saúde do Distrito Federal; Ana Rita Ferreira, Nutricionista do Ambulatório de Triagem Neonatal do Instituto Jô Clemente; Simone Arede, Representante da associação Mães Metabólicas.

Em seguida, passaremos a palavra, como mencionei, para os órgãos públicos, para que se posicionem em função das demandas, dos desafios, dos problemas que vêm sendo enfrentados nesta área: Kelly Poliany de Souza Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde; Andressa Gomes de Oliveira, Gerente Substituta de Regularização de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); Renato Zago Diniz Fonseca, Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); representante do Ministério da Agricultura e Pecuária – pelo menos estava escrito aqui –; e o representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). (*Pausa.*)

Eles não estão mandando representantes, mas tinham sido convidados também, é importante que se diga.

Eu sempre penso o seguinte, uma audiência pública tem que ter resultados, o que vai acontecer a partir da audiência pública. O mais importante é ouvir famílias, pessoas, associações que estejam envolvidas com a área, e o poder público, como políticas públicas, deve dizer o que nós vamos fazer para que esses desafios legítimos sejam ultrapassados, não é verdade?

Então, se depender de alguma coisa do que deva ser dito pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, nós vamos enviar para eles, porque eles foram convidados para esta audiência pública, assim como o Ministério da Agricultura e Pecuária.

Antes de passar a palavra à primeira pessoa, eu até sugiro que os expositores que estão aqui possam se sentar à mesa. Não querem sentar? Querem ficar aí mesmo? Venham aqui para a frente. (*Pausa.*)

Bom, o que o Secretário está me falando é que, para a Senadora Mara Gabrilli, fica mais confortável, para ela não ficar olhando para o lado, se vocês estiverem aqui na frente. Então, eu peço mil desculpas, mas eu acho que ele tem razão, sabe? A não ser que a Senadora Mara Gabrilli depois pense em uma maneira. Eu não perguntei para ela, mas, caso seja isso mesmo, ela vai dizer se é melhor ou não.

Eu quero ler as perguntas.

Jadson Aguiar, de Pernambuco: "Existem políticas públicas estruturadas na atenção primária para acolhimento e/ou direcionamento da população que necessita desse acesso?". Então, existe uma organização?

Ellen Vieira, de Minas Gerais: "Quais [...] as patologias [...] incluídas no rol de fórmulas que serão disponibilizadas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jailma Medeiros Gomes, do Rio Grande do Norte: "Por que [...] a grande maioria dos erros inatos do metabolismo [...] [é causada por] doenças autossômicas recessivas?".

Também as perguntas ficam à disposição.

Lucas Magno, de Minas Gerais: "[...] Como é possível o acesso gratuito [...] às fórmulas dietoterápicas? Quais os documentos e procedimentos necessários para consegui[-las]?".

São coisas bem práticas também.

Thiago Nylander, do Pará: "É indicada [a] suplementação para esses casos? Quais alimentos ou fórmulas são indicados para os tipos mais comuns [de doenças raras]?".

É um debate permanente, não é?

Muito bem, em primeiro lugar, conforme dito anteriormente, de maneira remota, passamos a palavra para Ida Schwartz, que é Chefe do Serviço de Genética e de referência em Doenças Raras do HCPA e Professora Titular do Departamento de Genética da UFRGS.

De maneira remota, eu quero dizer a todos e todas que nós teremos, para cada fala, dez minutos – temos bastante gente participando, dez minutos.

Para os presentes, soará uma campainha. Aqui o relógio sempre marca o tempo. Lá no fundo também existe outro relógio, mas aqui, para quem estiver sentado na primeira fileira... Para quem está à distância, não tem o barulhinho. É automático, sabe, gente?

Então, Dra. Ida Schwartz, a gente agradece a presença. Seja muito bem-vinda, sempre.

Com a palavra, então.

Obrigado.

A SRA. IDA SCHWARTZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, S. Exa. Senador Flávio Arns. Na sua pessoa, eu saúdo todos e todas que estão presentes nesta audiência e agradeço muito a oportunidade de dela participar.

A fala que eu preparei neste momento é uma fala que vai embasar as outras manifestações também.

Eu prestei muita atenção às perguntas que já foram feitas. Eu imagino que em alguma delas eu possa auxiliar na sua resposta depois, no momento final da audiência. Eu não vou fazer isso neste momento, porque eu vou tentar ser bastante objetiva aqui em relação ao que eu considero importante ser discutido.

Em primeiro lugar, nós temos que tentar pensar conjuntamente na definição desse grupo de doenças de condições genéticas, raras e crônicas. Eu já estou de antemão falando nessa palavra no crônico, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os erros inatos do metabolismo são condições em que a pessoa nasce com alteração genética e ela, por toda a vida, vai permanecer com essa alteração e, por toda a vida, vai precisar do seu tratamento.

Então, é muito diferente, por exemplo, de câncer, em que a pessoa desenvolve o câncer e, dependendo do câncer, nós temos uma grande probabilidade de cura e de que a pessoa não precise, a sua vida inteira, de tratamento. Aqui nós estamos falando de condições em que a pessoa vai precisar de tratamento em todas as fases da sua vida, da infância até a melhor idade. Está certo?

Então o que são esses erros inatos do metabolismo? Eles são condições em que essas alterações genéticas farão com que a pessoa não produza uma enzima em quantidade suficiente para que o seu metabolismo seja normal.

O que são enzimas? Enzimas são substâncias que o nosso corpo produz e que transformam uma substância em outra. Então nós temos uma palavra bem difícil assim que nós falamos, que é o substrato da enzima. Então a enzima age nesse substrato e o transforma num produto. Como exemplo, vou citar o que acontece no erro inato do metabolismo, que parece ser a doença genética rara mais prevalente no país, aqui no Brasil, que é a fenilcetonúria.

Então, quem tem fenilcetonúria não tem uma enzima que se chama fenilalanina hidroxilase. E a falta dessa enzima faz com que haja um aumento do substrato da enzima, que é a fenilalanina – a fenilalanina é um aminoácido – e falta do produto dessa enzima, que a gente chama de tirosina, que é outro aminoácido. Dessas doenças dos erros inatos do metabolismo nós sabemos que existem pelo menos 1,5 mil tipos, que, no conjunto, não são raros se a gente pegar todos os erros inatos do metabolismo, mas cada um de forma isolada, eles atendem à definição brasileira de doença rara.

Bom, de novo fazendo uma analogia com a questão da doença crônica, sempre tenham em mente a diabete e a doença celíaca, em que a pessoa não pode comer glúten. Diabete e doença celíaca não são erros inatos do metabolismo, mas elas também são doenças crônicas que dependem de tratamento dietoterápico.

Então, aqui nesta audiência, não tem como a gente falar dos 1,5 mil tipos de erros inatos do metabolismo porque nem todos dependem de estratégias nutricionais para o seu tratamento. Nós vamos falar daquelas que são três grupos principais, em que o substrato da enzima que falta são os aminoácidos. A gente chama esse grupo de aminoacidopatias. Então a gente tem como exemplo de aminoacidopatias a fenilcetonúria e homocistinúria clássica. Na homocistinúria clássica, o aminoácido que acumula é a homocisteína. Então cada doença é um aminoácido diferente. Mas nesse grupo também estão as acidúrias orgânicas, como a doença da urina do xarope do bordo, em que se acumulam os aminoácidos leucina, isoleucina e valina, e a gente também cuida dos distúrbios do ciclo da ureia, como a deficiência de ornitina transcarbamilase. Esses três grupos são três grupos que dependem das estratégias de tratamento que eu vou comentar a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já respondendo a algumas das perguntas que foram feitas, de todas essas condições que eu falei, existem protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do Ministério da Saúde somente para a fenilcetonúria e para a homocistinúria clássica. Para nenhum erro inato do metabolismo desse grupo, nós temos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. E as fórmulas metabólicas ou suplementos proteicos, que são sinônimo para fórmula metabólica, somente as para fenilcetonúria ou para homocistinúria clássica fazem parte do componente especializado de dispensação de medicamentos do SUS.

E as fórmulas metabólicas ou suplementos proteicos, que são sinônimo para fórmula metabólica, somente as para fenilcetonúria ou para homocistinúria clássica fazem parte do componente especializado de dispensação de medicamentos do SUS. As fórmulas metabólicas para os outros tipos de erros inatos do metabolismo não são cobertas pelo SUS. Então, não tem uma política que cubra as outras fórmulas.

Como é que essas condições serão tratadas? O tratamento depende de a gente deixar o aminoácido que está envolvido na doença em níveis normais. E como é que a gente faz isso?

Por exemplo, na fenilcetonúria, eu vou querer que a fenilalanina fique em níveis normais, para que ela não seja tóxica para o cérebro. Nós devemos, então, restringir a ingestão de alimentos proteicos da dieta. Por que tem que ter essa restrição? Porque as proteínas são formadas por aminoácidos. Se eles comerem muita proteína, vai aumentar o nível do aminoácido no sangue.

Mas só que não tem como eu restringir a ingestão de somente um aminoácido, por exemplo, só da fenilalanina. Nós temos que restringir a ingestão de todos, porque não tem um alimento que seja formado só de fenilalanina. Eles sempre são formados por vários tipos de aminoácido. E se eu fizer isso, eu vou poder levar o paciente a um estado de desnutrição. E esse estado de desnutrição, paradoxalmente, vai piorar o quadro clínico do portador de erro inato do metabolismo.

Para que isso não aconteça, nós temos que suplementar a dieta dele com fórmula metabólica ou suplemento proteico. Essa fórmula metabólica, de uma forma muito resumida, contém os aminoácidos que o indivíduo precisa para crescer e se desenvolver e não tem o aminoácido envolvido na doença.

Uma outra fórmula complementar a essa é ter disponível alimentos hipoproteicos, como na doença celíaca. Quando vocês vão ao supermercado, a gente tem prateleiras de alimentos que não têm glúten. Ou para os diabéticos, a gente tem vários alimentos disponíveis com baixo teor de glicose.

Mas, se vocês forem aos supermercados, vocês não vão encontrar alimentos com baixo conteúdo de proteína.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IDA SCHWARTZ – Por quê? Fica a pergunta para a gente discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse tratamento, eu tenho que dizer para vocês, é muito efetivo. Se ele é seguido corretamente por toda a vida, por exemplo, na fenilcetonúria, você evita que a pessoa tenha a deficiência cognitiva.

Na homocistinúria clássica, se ele é corretamente seguido por toda a vida, você evita que ela tenha trombose, derrame no cérebro e que, daí, ela evolua para o óbito.

Quais são os problemas que a gente tem?

Eu já estou terminando a minha fala aqui.

Primeiro, para ser muito objetiva, como o Senador Flávio pediu, a fórmula, na nossa legislação, é vista como alimento e não como medicamento. E isso traz uma série de discussões acerca de como ela deve ser aprovada e de como ela deve ser regulada e fornecida.

Em relação às fórmulas já dispensadas pelo SUS, ou na teoria dispensadas, como para a fenilcetonúria e para a homocistinúria clássica, em vários estados existe falta, às vezes, de uma maneira muito periódica, desses medicamentos, ou por algum problema na sua aquisição, que é feita por licitação, ou por problema de distribuição, nas cidades do interior.

A própria aquisição via licitação é problemática, porque o princípio da licitação é que seja adquirida pelo Estado as fórmulas de menor preço, mas uma fórmula não é igual à outra e nem todos os pacientes se adaptam a um tipo de fórmula ou a outro.

O outro problema que eu queria frisar é a falta de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para outros erros inatos do metabolismo que necessitam de dieta hipoproteica, e a inserção, no componente de medicamentos especializados do SUS, das fórmulas metabólicas para outros erros inatos do metabolismo que precisam desse tipo de fórmula.

Com isso, eu termino a minha exposição e agradeço novamente a possibilidade de estar presente nesta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos – permita-me chamá-la de você –, Ida Schwarztz, que também é do Hospital de Clínicas, de Porto Alegre, da Universidade Federal.

Já tivemos a participação em outra ocasião – sabe Dra. Ida? – do pessoal aí do hospital que trabalha com a glicogenose hepática, cuja alimentação, inclusive, é na base da maisena. Se você compra um pacote de maisena, é uma coisa, mas se você tem que comprar 30, 40, 50, já fica inacessível para a pessoa.

E os pontos levantados são muito importantes para a gente discutir a legislação nesse sentido. Por exemplo, alimento ou medicamento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também sempre fui de opinião de que é medicamento, não é alimento. É um medicamento, porque, se não tomar esse medicamento, que é um alimento, acaba tendo consequências difíceis, não é?

Agradeço, Dra. Ida Schwartz. Parabéns pelo trabalho!

Passamos, em seguida, a palavra, presencialmente, à Soraia Poloni, que é nutricionista da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo.

Com a palavra, Soraia.

Esperem, que está tendo uma repetição desnecessária.

A SRA. SORAIA POLONI – Certo.

Então, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Eu acho que tem que apertar ali o botão.

Isso, Soraia.

A SRA. SORAIA POLONI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Acho que um pouquinho mais perto também...

A SRA. SORAIA POLONI (Para expor.) **–** Agora sim?

Tá. Acho que agora ficou melhor.

Eu agradeço, também, imensamente por este convite. É um tema muito caro para mim.

Eu sou Nutricionista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, mas eu falo aqui representando a Sociedade Brasileira Triagem Neonatal Erros Inatos do Metabolismo, de onde eu sou Coordenadora do Departamento de Nutrição atualmente.

Eu quero falar um pouquinho mais detalhadamente sobre esse tratamento dietético, especialmente das fórmulas.

Aqui, a Dra. Ida já comentou por que a gente faz uma dieta: basicamente, porque, pela deficiência enzimática, a gente vai ter um acúmulo de um aminoácido que vem das proteínas dos alimentos. Então, a gente restringe a alimentação desses indivíduos na quantidade de proteína, para prevenir essa intoxicação pelo aminoácido que se acumula na doença, mas, por outro lado, a gente tem uma deficiência de um produto dessa rota, que também, muitas vezes, é um aminoácido, e a gente consegue ultrapassar esse bloqueio, fornecendo esse suplemento de aminoácidos, entre outros nutrientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A consequência dessa intoxicação – como a gente chama –, geralmente, desse aminoácido que se acumula aqui, é em vários sistemas, mas principalmente para o sistema nervoso central, para o cérebro e, na maioria das vezes, vai gerar sequelas irreversíveis.

A história do tratamento dietético para essas doenças não é necessariamente recente. O primeiro paciente que foi tratado tinha fenilcetonúria – foi essa menininha chamada Sheila Jones, que tinha dois anos de idade. Fez-se esse teste com uma dieta pobre em fenilalanina.

Se vocês tiverem interesse, aqui no QR *code* tem o vídeo muito bem detalhado, na época, desse teste, que é bem interessante, mostrando que o tratamento foi bastante efetivo no controle da doença.

Por isso, a fenilcetonúria se tornou um modelo de sucesso de tratamento dietético, que foi replicado para outras doenças.

Essa aqui também é uma foto bastante clássica da história da fenilcetonúria, que mostra dois irmãos. Esses dois irmãos têm fenilcetonúria, a diferença desse menino, que tem uma sequela neurológica bastante grave, para a sua irmãzinha, é que ela teve a oportunidade de fazer o tratamento dietético num momento oportuno, e ele não.

Então, a partir dessa terapia de sucesso que se descobriu para a fenilcetonúria, esse mesmo modelo de tratamento dietético, com a restrição proteica e com o uso de fórmula – e vai ser diferente a fórmula para cada uma dessas doenças –, foi replicado, como a Dr. Ida já havia comentado, para todas essas doenças.

A gente tem alguns pilares bem importantes para o sucesso desse tratamento – o que é importante ressaltar –, sendo o primeiro deles, então, a restrição de proteínas, como eu comentei; o segundo, o uso dessa fórmula; e o terceiro, tão importante quanto, é a triagem neonatal.

Então, deve-se permitir que o paciente tenha o diagnóstico e comece esse tratamento antes do início dos sintomas, uma vez que muitos desses sintomas, especialmente os neurológicos, são irreversíveis. Isso tudo a gente precisa ter, com certeza, aliada também a adesão do paciente ao tratamento.

Falando um pouquinho melhor das fórmulas, que são chamadas também de substitutos proteicos – a Dra. Ida já comentou um pouquinho –, elas são isentas ou tem muito baixa concentração desse aminoácido que intoxica, na doença em questão, e vão fornecer um aporte muito importante de vitaminas, minerais e outros aminoácidos essenciais, que se tornam deficientes em função de o paciente fazer uma dieta tão restrita. Então, ela é fundamental não só para o controle da doença, mas também para a nutrição desse indivíduo, para o crescimento e para prevenir a deficiência proteica.

Uma outra coisa bem importante a ser trazida é a questão da dose. Bem diferente de um medicamento, a quantidade da fórmula que vai ser prescrita é completamente individualizada para cada paciente e vai variar não só em relação à doença, à idade, mas também à tolerância. Então, de quanto ele consegue comer de proteínas na dieta, mantendo a sua doença bem controlada. Então, aqui há um exemplo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um paciente adulto com fenilcetonúria clássica tolera, em média, de 5g a 6g de proteína ao dia. Se a gente for comparar nossa alimentação à de uma sem fenilcetonúria, seriam só 10% da quantidade de proteína que a gente ingere diariamente. Então, pensem na gente restringir tudo que a gente come a 10%, para dar uma dimensão de quão restrita é essa dieta.

Por causa disso, essas fórmulas vão constituir a base da alimentação desses indivíduos. Aqui a gente tem uma pirâmide adaptada para a fenilcetonúria, mas isso vai se aplicar às outras doenças também. Essas fórmulas estão na base dessa pirâmide, indicando que a maior parte dos nutrientes que os indivíduos vão obter vai ser através dessa fórmula.

Como esse tratamento não é necessariamente novo, a gente já tem alguns avanços tecnológicos. Aqui eu trouxe uma tabela só para demonstrar todos os tipos de fórmula à base de aminoácidos livres que existem no mercado internacional. Então, a gente tem fórmulas de diferente composição nutricional e diferente apresentação. A gente pode ter em pó, a gente pode ter uma fórmula líquida, pronta para beber, a gente tem comprimidos, a gente tem barras de proteína, tem géis, então há vários tipos de apresentações. No entanto, eu destaquei ali que no Brasil a gente só tem um tipo desses, a gente só tem o substituto proteico em pó e sem sabor. Isso é uma realidade que é diferente até de países bem vizinhos nossos. Por exemplo, a Argentina já disponibiliza uma gama maior de produtos que inclui tantos produtos em pó quanto produtos líquidos prontos para beber e já esse também.

Uma característica bem importante desses produtos – e que se deve à sua composição nutricional – é que eles têm uma baixa palatabilidade, o que quer dizer que eles têm um sabor e um odor que são, em geral, bem desagradáveis para o nosso paladar. E aqui a Simone, como representante dos pacientes, vai poder falar muito melhor sobre isso. Isso é uma questão bem importante porque afeta a adesão dos pacientes. Eles têm que tomar esse produto em grande quantidade, várias vezes ao dia. Então, se eles não se adaptam àquele sabor, fica muito mais difícil tomar.

Então, aqui, uma das recomendações, por exemplo, da diretriz europeia, que é a principal que a gente tem é que é importante que a gente tenha uma oferta apropriada desses produtos não só em relação à idade e à composição nutricional, mas também esses tipos variados de apresentação para que o paciente possa experimentar diferentes apresentações e escolher aquela que consegue ingerir de forma mais fácil ou menos difícil e consiga aderir ao tratamento. Porque não adianta a gente ter o tratamento, fornecer a fórmula direitinho e ele não conseguir tomar.

Uma outra discussão que também já foi levantada pela Dra. Ida é essa classificação. Também uma discussão internacional que vem sendo feita é sobre se esses produtos são comidas ou remédios. Enquanto eles são categorizados como alimentos, a gente tem uma regulação um pouquinho mais frouxa. E alguns *gaps* a gente vem percebendo que têm impactado bastante a qualidade desses produtos que chegam ao mercado. Aí a gente tem que pensar que esses pacientes são criticamente dependentes da administração desses nutrientes, conforme já foi comentado. Mas, enquanto a gente os tem classificados como alimentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles sofrem bastante com questões tanto relacionadas a qualidade do produto como a problemas de acesso, que vão incluir o alto custo desses produtos.

Aqui está meio pequenininho, mas, só para trazer um infográfico bem interessante desse estudo, eles comparam as diferenças de regulação, por exemplo, de produtos que são considerados suplementos alimentares, alimentos para fins especiais e produtos medicinais. Então, algumas questões.

Por exemplo, produtos que são suplementos ou alimentos para fins especiais não necessitam de nenhum teste de segurança antes de entrar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAIA POLONI – ... no mercado. Então, o produto pode ser fabricado e ser comercializado sem nunca ter sido testado num paciente. Como eu comentei, é a base da alimentação e do tratamento desses pacientes. Então, a gente vê que vem acontecendo, ano após ano, de esses produtos entrarem no mercado sem qualquer teste nos pacientes previamente.

E também, falando mais da parte nutricional, esses produtos não têm uma composição de nutrientes indicada também em nenhum regulamento com mínimo e máximo de nutrientes que seriam seguros ou mesmo tipo de nutrientes que eles devem conter.

Então, já está acabando meu tempo aqui.

Só para reforçar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** A senhora pode ficar tranquila e terminar, está bem?

A SRA. SORAIA POLONI – Como a Dra. Ida já comentou, essas dietas são por toda a vida. Então, não é um tratamento de prazo determinado ou de curto prazo, e ele tem que ser contínuo. Isso é uma coisa bem importante também. Essas interrupções que a gente vem observando que acontecem com bastante frequência no fornecimento das fórmulas, por exemplo, mesmo que seja uma interrupção por alguns dias, isso pode ter uma consequência bem drástica e definitiva para o paciente. Ele pode ter um dano neurológico que não vai poder mais ser revertido, mesmo tendo ficado poucos dias sem esse produto.

Então, o que eu tinha para falar era isto, e fico bem aberta para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) **–** Agradeço a você também, Soraia Poloni, que representa a... (*Palmas.*)

... Sociedade Brasileira Triagem Neonatal Erros Inatos do Metabolismo.

O grande objetivo de termos uma Subcomissão é para mostrar que a Senadora Mara Gabrilli, eu e os outros Senadores e Senadoras queremos ficar à disposição dessa área, para vocês dizerem para a gente onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão os desafios, os problemas, o que vocês acham que deve ser feito, colocando tudo isso nas falas e mesmo depois, pelo trabalho que vocês fazem, para que a gente possa agir em função disso: tem que mudar a lei, tem que falar, tem que regulamentar, tem que chamar o Ministério da Saúde, ser mais específico...

O que não pode é haver sempre a discussão: "será que eu consigo? Será que eu não consigo? Está muito caro? Está muito barato? É alimento, é remédio, tal". A gente tem que ter uma política pública organizada nesse sentido.

Por exemplo, você colocou que, na Argentina, já disponibilizam muito mais do que no Brasil. Poxa vida, a Argentina, com todos os problemas que vem enfrentando, já disponibiliza muito mais que o Brasil. Então, a gente tem que dizer: "Olha, na Argentina, já fazem isso, isso e aquilo... Aqui no Brasil, a gente quer fazer, pelo menos, o que fazem na Argentina". E mais, porque temos que ter mais competência e mais capacidade.

Entendem? Quer dizer, é alimento e tal, então, vamos fazer, isso tem que fazer parte do rol de medicamentos, para que a pessoa tenha acesso. Esse é o objetivo. A gente quer contar com as ideias de vocês, para que o Senado discuta o que vocês acham que é importante, não é? Às vezes, até já tem a lei. Tem outras áreas em que a gente discute e o pessoal diz: "Tem que ser cumprida a lei. Não precisa de lei nova". Mas nem sempre é assim.

Ressalto que todas as exposições ficam disponíveis no *site* da Comissão de Assuntos Sociais, se alguém quiser ler com mais calma, pensar e refletir.

Passo, em seguida, a palavra a você, permita-me chamá-la assim, Monique Poubel, que é nutricionista do Centro de Referência em Doenças Raras do Hospital de Apoio de Brasília, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Com a palavra, Monique.

A SRA. MONIQUE POUBEL (Para expor.) – Muito obrigada, Sr. Senador Flávio Arns, pelo convite para poder contribuir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Acho que está ligado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pode falar um pouco mais alto e com mais força para quem já é meio surdo que nem eu? (*Risos.*)

A SRA. MONIQUE POUBEL – Obrigada pelo convite, Sr. Senador Flávio Arns. Cumprimento, na sua pessoa, todos os que estão aqui na mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando continuidade à apresentação da Dra. Ida e da Soraia, eu quero falar sobre os alimentos hipoproteicos. Dentro daquela pirâmide que a Soraia mostrou, eles estão no terceiro lugar no tratamento dos erros inatos.

Meu nome é Monique, eu sou nutricionista clínica do Centro de Referência do Distrito Federal e também sou membro do Departamento de Nutrição da SBTEIM, coordenando o GT de políticas públicas.

A alimentação é muito importante. A alimentação e a nutrição são fundamentais para o tratamento dos erros inatos no metabolismo e 75% das doenças raras que se manifestam na primeira infância e são triadas pela triagem neonatal biológica exigem cuidados com alimentação. Esses cuidados se iniciam com o recém-nascido.

A alimentação também pode ser um gatilho de uma descompensação metabólica nos erros inatos em qualquer idade.

A gente sabe que, em 2021, a Lei 14.154 ampliou para mais de 50 o número de doenças que podem ser rastreadas pelo teste do pezinho e isso abriu um leque de possibilidades diagnósticas de vários erros inatos do metabolismo. São 12 as subcategorias, que, com essa ampliação, vão, de agora em diante, de forma escalonada, a partir de quando os estados conseguirem fazer essa triagem, elas vão poder ser diagnosticadas e vão poder ser tratadas precocemente.

Desse subgrupo de doenças, a gente percebe que a mediana global de prevalência dessas doenças – nessa tabela eu peguei os principais erros inatos que exigem tratamento dietético –, então essa prevalência global é de 1:100.000, essa mediana. No Brasil está sendo feito o inquérito acerca da frequência, do quadro clínico, de recursos e diagnósticos de doenças raras, pela Rede Nacional de Doenças Raras. A gente sabe que vai ter o número do Brasil, que está sendo construído aos poucos.

No *site* raras.org, peguei um levantamento de 2018 a 2019, entre 12 mil pessoas diagnosticadas, 11.686 estão em tratamento, sendo que 6,3 mil, aproximadamente, fazem um tratamento específico para doença rara. E, entre esses 6 mil, quase mil são tratamento dietético, para a gente perceber a importância do tratamento dietético para doenças raras. Esse número é subnotificado porque praticamente metade desses formulários não informou o tipo de tratamento realizado. A fonte pagadora desse tratamento prioritariamente é o SUS. Em torno de 731 desses 968 são custeados pelo SUS.

O objetivo geral do tratamento nos erros inatos e metabolismo é reduzir essa produção de substâncias tóxicas, a gente vai restringir o nutriente afetado através da dieta do paciente e fornecer caloria, proteína, vitaminas e minerais que são essenciais para o desenvolvimento da criança. Para isso, a gente precisa de cinco itens, dos quais eu destaco dois: as fórmulas, de que a Soraia já falou inicialmente; e os alimentos, o quinto item, com baixo teor de proteína, industrializados, que são especialmente projetados para utilizar dietas com restrição de proteína.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O manejo dietético dessas doenças é exigente, além de todas as diretrizes que a gente tem que seguir e orientar os pacientes, a gente tem que prover energia. Então daí a gente vê a importância dos alimentos especiais hipoproteicos para a dieta dos pacientes que têm erros inatos do metabolismo.

Pacientes que têm uma dieta muito restrita incluem aqueles que têm uma ingestão de proteína muito baixa, proteína natural, a gente define, ou aqueles que às vezes adoecem de forma recorrente e a gente sempre tem que entrar com uma terapêutica de emergência. Nessa situação, essas pessoas precisam do fornecimento de uma ingestão segura e equilibrada de energia. Para atender esse *status* de proteína e de caloria, a gente depende do fornecimento dos alimentos especiais hipoproteicos na manipulação da dieta.

Aqui nesse quadro eu coloco vários tipos de erros inatos, a doença da urina do xarope de bordo, a intolerância à proteína lisinúrica, as acidemias orgânicas e a acidemia glutárica. Nessas doenças, prioritariamente, um dos estopins relacionados a uma descompensação metabólica é a carga de proteína que esse paciente recebe. Então, se eu tenho o alimento especial hipoproteico, eu vou conseguir reduzir essa carga de proteína e prevenir essas descompensações metabólicas, e livrar aquele paciente de uma intercorrência relacionada à dieta.

O alimento especial hipoproteico contém baixo teor de proteína. São alimentos que mimetizam os alimentos comuns, por exemplo, macarrão, arroz, farinha, biscoito, pão, que têm menos de meio grama de proteína por 100g de conteúdo do alimento. Eles devem fornecer em torno de 50% da ingestão diária de energia e vão ajudar a adicionar uma diversidade à dieta, a manter a saciedade e a adesão, e auxiliar no controle metabólico.

Existem poucos trabalhos em relação ao alimento hipoproteico na literatura. Um desses é um trabalho feito na Arábia Saudita por uma colega, que é a Bedour Handoom, e ela fez uma coorte, acompanhou 98 pacientes. Dentro desse trabalho, ela percebeu que a disponibilidade do alimento hipoproteico tem sucesso na melhoria do resultado bioquímico do paciente, melhora o parâmetro de crescimento do paciente e contribui para o aumento da ingestão de energia.

Na prática clínica, fazer a dieta para os pacientes é bem difícil, porque a gente aqui no Brasil não tem alimento hipoproteico para distribuir. Essa é uma realidade do nosso país que difere da realidade de muitos outros países. Por exemplo, nos Estados Unidos e Canadá, no guia de tratamento de doenças do metabolismo, os alimentos especiais hipoproteicos já estão descritos como necessários para o paciente que tem erro inato do metabolismo, no guia europeu do tratamento da doença também esses alimentos estão descritos como indicados para a prescrição dietética para o tratamento, no guia australiano esses alimentos também já estão descritos. A gente precisa que também no nosso país os alimentos estejam descritos para o tratamento dessas doenças. Então, a inclusão dos alimentos e de fórmulas com melhor palatabilidade vai ajudar o tratamento.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MONIQUE POUBEL – Em termos de regulação sanitária, existe a RDC 715, que fala dos alimentos utilizados para necessidades especiais. Esse regulamento classifica alimento para dieta com restrição de proteína, entre os quais o alimento hipoproteico poderia estar incluído, mas, no requisito de composição deles, fala que esses alimentos devem ser isentos de aminoácidos e da proteína associada ao distúrbio. Na verdade, não existe isenção, então é uma coisa que a gente trouxe à pauta para discutir, porque é o baixo teor, mas não isenção.

Na Europa, esses alimentos são classificados como alimentos para necessidades especiais e, para entrada desses alimentos aqui, do que a gente precisa? Da exigência de normas de controle de qualidade, de um padrão de identidade e qualidade, da definição de regras específicas de rotulagem, porque também a gente tem que favorecer o entendimento das pessoas em relação às informações dos alimentos para erros inatos, estabelecer o critério de composição aqui no Brasil, para que a gente minimize os riscos de consumo desse produto por outras pessoas que não têm necessidade, e estabelecer regras específicas de boas práticas de fabricação.

Em relação aos custos, é muito importante falar sobre isso. Por quê? Na literatura, existe um trabalho que foi feito na China, por Wang, que relata que é um fardo econômico excessivo que a gente transfira para...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MONIQUE POUBEL – ... o paciente esse custo com a compra do alimento, então, é considerado como uma despesa catastrófica, e o manejo dessas doenças impõe um grande encargo financeiro e, se o paciente não tem dinheiro para comprá-los, o tratamento pode ser insuficiente.

Um outro estudo da República Tcheca também relata a mesma questão de que são alimentos necessários, que os custos são elevados e que, prioritariamente, são consumidos alimentos básicos como massas, farinha com baixo teor de proteína, massas doces e tarteletes e que o custo mensal para o paciente lá, na República Tcheca, está em torno de R$660 até R$665 – eu fiz a conversão. Em conclusão, a dieta com baixa proteína traz um fardo econômico alto, pode levar a uma adesão insuficiente do tratamento e pode ocasionar potenciais consequências graves para a saúde do paciente.

Na Europa, eles já têm uma outra realidade. A gente sabe que lá eles têm uma cesta de produtos que saem para prescrição. São 142 produtos que estão disponíveis na Europa para serem prescritos e o custo deles também é elevado, mas 54,6% desses alimentos que são prescritos na Europa também são alimentos básicos como farinha, mistura de macarrão, macarrão, arroz. Então, são alimentos que são necessários para a subsistência do paciente. Aqui é a cesta da Europa, só para vocês verem o tanto... Então, por cada idade tem o número máximo de alimentos que o paciente tem direito de pegar na farmácia lá na Europa.

Como no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MONIQUE POUBEL – ... a gente não tem isso, a gente sujeita o paciente à insegurança alimentar. Por que eu falo isso? Porque, se a gente for comparar o preço de um alimento convencional com o custo do alimento hipoproteico, é mais de 1.000% o percentual de diferença, por isso que eles falam que é uma dívida catastrófica. E quantos dos nossos pacientes que estão submetidos à restrição dietética também estão em situação de insegurança alimentar e de fome? Então, é importante também que a gente tenha essa sensibilidade. E esse alto custo dos alimentos agrava a insegurança e aumenta o risco de descompensação metabólica e elevação de custos com internação, então, é necessária uma redução da tributação sobre esses alimentos e também que o Estado se organize em programas estaduais para fornecer uma cesta básica. Aqui eu trouxe um exemplo: de um a seis anos, de sete a 18 anos e para pacientes maiores de 18 anos.

Essa distribuição na Europa é descentralizada, as prescrições são feitas pelos profissionais, e os nutricionistas calculam e monitoram esses regimes dietéticos, mas no NHS o paciente vai ter direito a receber esse produto, desde que esteja carimbado por um profissional especializado.

Conclusão.

A restrição severa que a gente impõe, devido ao tratamento dos erros inatos no metabolismo, vai exigir que a gente disponibilize para os pacientes alimentos que são alimentos especiais. A dieta vai requerer o uso de alimentos especiais hipoproteicos e de suplementos de aminoácidos que são livres desses aminoácidos que são ofensivos.

Então, essa é uma política pública que a gente deve construir aqui no nosso país.

Eu queria agradecer.

Aqui são os pacientes, e eu acho que a maioria está aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bom. Parabéns pelo trabalho, pela exposição.

É isso que a gente precisa mesmo, ser bem prático, bem objetivo: o que fazer? E você tem, como as demais pessoas que falaram, muitas propostas.

Eu quero saudar as famílias, os pacientes também. Onde houver lugar vago, podem se sentar também, mas eu acho que está todo mundo bem tranquilo.

Passamos, em seguida, a palavra para Ana Rita Ferreira, que é Nutricionista do Ambulatório de Triagem Neonatal do Instituto Jô Clemente, pelo meio remoto, por videoconferência.

Então, com a palavra, Ana Rita Ferreira. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela está sintonizada com a gente? Ana Rita Ferreira... (*Pausa.*)

O áudio está aberto, Ana Rita. Você está escutando a gente?

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Estou, só um minutinho que estou tentando colocar a aula. Não está dando, não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso. Agora o áudio está aberto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ana Rita, se houver alguma dificuldade e você não se opuser, eu passo a palavra para Simone Arede, que é Representante da Associação Mães Metabólicas, que está aqui presente.

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Eu só estou tentando compartilhar a tela. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Estou sendo orientado aqui: abrir o modo de apresentação e depois compartilhar.

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Ah, seria ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Abrir o modo de apresentação e depois compartilhar, mas se você tiver algum problema e quiser fazer com calma, em dez minutos você usa a palavra.

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Não está. Estou tendo um certo problema.

Eu mandei a aula. Será que vocês conseguem passar por aí?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não estão com a sua apresentação aqui. Se você mandar, no meio-tempo... Eu faço o seguinte: enquanto isso, você pode mandar para cá ou tentar abrir aí também. (*Pausa.*)

Está com vocês a apresentação? Ah, então ela vai abrir aqui, Ana. Está bom?

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Ah, é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Só, então, você sempre pede o seguinte, o seguinte.

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Para o pessoal passar para frente. Muito bem, está conseguindo abrir aqui. Um pequeno problema tecnológico aí. (*Risos.*)

Sempre acontece. Mas está aparecendo aqui. Agora você está vendo aí, não é, Ana Rita?

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Aqui eu não consigo ver.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não consegue ver?

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Não. Do outro jeito, eu estava vendo. Agora não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora não está aparecendo aqui também, mas só um minutinho que já vai aparecer. Nós também não estamos vendo aqui. (*Pausa.*)

Agora está vendo?

A SRA. ANA RITA FERREIRA (*Por videoconferência.*) – Ah, ótimo, eu consigo ver.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, com a palavra, Ana Rita.

A SRA. ANA RITA FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Em primeiro lugar, eu queria agradecer o convite da Senadora Mara Gabrilli e do Senador Flávio Arns. É muito importante a gente debater sobre esse tema.

Pode passar, por favor. Pode passar. Não, volta um, por favor.

Meu nome é Ana Rita. Eu sou nutricionista do Ambulatório de Triagem Neonatal do Instituto Jô Clemente e faço parte do Departamento de Nutrição da Sociedade Brasileira de Triagem Neonatal e Erros Inatos do Metabolismo.

Próximo.

Aqui no nosso ambulatório, nós atendemos casos com fenilcetonúria. E nós temos cerca de 500 pacientes, desde bebês até idosos. No interior do Estado de São Paulo, existem outros dois serviços de referência que também fazem esse mesmo tratamento. Então quem quiser maiores detalhes pode direcionar a câmera de celular para o QR *code* que aparece na tela.

De modo geral, o tratamento dietético, como já falaram as minhas colegas, é extremamente complexo e desafiador, não só para os pacientes, como para os seus pais e responsáveis. Existem algumas barreiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que dificultam o tratamento, como as fórmulas metabólicas não palatáveis, que são de sabores e odores que não são agradáveis, o acesso a esses alimentos especiais, que são extremamente caros, difíceis de a família conseguir consumir, e algumas características familiares e sociais que eu vou explicar mais para frente.

Próximo, por favor.

Eu vou falar um pouco mais da fenilcetonúria, mas o que eu vou falar se aplica também a outros erros inatos. Conforme o tempo vai passando, os pacientes vão envelhecendo, e há uma maior dificuldade na adesão a esse tratamento, a essa dieta, que é restrita em um ou mais aminoácidos. Eu trouxe um estudo que foi feito em 2004, no Reino Unido, que mostrou que 17% das crianças não tinham níveis adequados de fenilalanina e, quando se olhava para os adultos, esses níveis aumentavam muito, 75% não faziam o tratamento de forma adequada.

Anos depois, em outro país, foi feito um estudo semelhante, e praticamente chegaram à mesma conclusão: pacientes até quatro anos, somente 12% tinham níveis inadequados, e 67% dos adultos aumentavam muito o nível, a menor taxa de adesão ao tratamento.

Pode passar, próximo.

Num outro país, também no mesmo ano em que foi feito o estudo nos Estados Unidos, foi feito na Itália, e a conclusão foi semelhante: entre as crianças e adolescentes, os níveis de fenil, 43%, não eram adequados, e entre os adultos, maiores de 18 anos, 61%.

Próximo.

No Brasil, diferentemente dos outros países, essa taxa de não adesão ao tratamento não está ligada nem à faixa etária e nem à transição do período da infância para a fase adulta. Aqui, infelizmente, esses níveis inadequados já estão presentes na infância.

Eu trouxe dois estudos que foram feitos com pacientes brasileiros. Um mostrou que, para pacientes menores de 13 anos, quase 80% dos casos tinham níveis inadequados de fenilalanina, e entre crianças e adolescentes de um outro estudo também quase 70% tinham níveis inadequados.

Próximo.

O que colabora, então, para essa dificuldade de adesão, para essas taxas de exames alterados? Como vocês puderam perceber, é uma dieta bem restrita. Na fenilalanina a dieta é à base de arroz, verduras, legumes e frutas – geralmente é assim, nos outros erros inatos também – e, junto com isso, o uso de uma fórmula metabólica, que é de difícil sabor, de difícil odor. Isso dificulta muito a integração dos pacientes em situações sociais. Vocês imaginam isso numa escola, em festas ou no próprio ambiente de trabalho.

Grande parte das vezes, as mães são as grandes responsáveis por esses cuidados nutricionais com o paciente. Esses alimentos precisam ser pesados diariamente. Então, a mãe tem uma tabela, tem que calcular,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesar os alimentos, arroz, verdura, legumes e frutas em balança digital, calcular se ele está consumindo aquela quantidade que foi prescrita para ele pelo profissional que o acompanha, e nem sempre a mãe tem tempo para fazer isso, porque ela tem outras demandas, tem outros filhos, tem a casa, tem uma carreira – muitas vezes ela tem que abdicar essa carreira para cuidar dessa criança.

Como foi falado pela Monique, esses alimentos especiais têm um altíssimo custo. Então, fazendo só uma observação aqui com os nossos pacientes, cerca de 95% dos nossos pacientes não conseguem comprar esses alimentos especiais.

Próximo, por favor.

Como foi falado pela Soraia, as formas metabólicas têm um odor e um sabor desagradáveis, após consumidas, elas deixam um mau hálito. Então, imagina isso na prática do dia a dia para essas crianças, para esses adolescentes. E elas têm que ser fracionadas ao longo do dia. Então, não adianta consumir tudo de uma vez, elas têm que ser fracionadas em, pelo menos, três vezes ao dia. São formas de difícil preparo, é uma difícil diluição. Não é como leite em pó, que se dilui facilmente, elas formam grumos.

Próximo.

Além disso, pela própria embalagem, que aqui no Brasil é em uma única apresentação, em latas de 500g, há uma dificuldade na hora do transporte. Então, vocês imaginam, na prática, a dificuldade de um paciente que trabalha o dia inteiro e estuda à noite, para transportar isso no seu dia a dia. Não é uma embalagem de fácil transporte nem de fácil preparo. Isso também é um outro ponto que dificulta a adesão ao tratamento.

Próximo.

Com relação às características familiares, a Monique já falou aí dos altos custos desses alimentos: mesmo com os alimentos à base de arroz, verduras, legumes e frutas, que agora são a base da alimentação desses pacientes, muitas famílias gastavam X reais com esses produtos no dia a dia e, depois do diagnóstico, depois desse paciente com um erro inato na família, o custo – porque eles precisam ter verduras, legumes e frutas diariamente em casa, numa maior variedade –, no mínimo, triplica.

Então, é uma carga financeira maior para essas famílias.

Conforme a região do nosso país, nem sempre se tem um hábito alimentar de consumir verduras e legumes. Isto é um outro entrave também no tratamento: adaptar o hábito alimentar a essa nova dieta. Fatores religiosos também podem dificultar o tratamento. Algumas famílias acreditam na cura pela fé, e isso também pode dificultar a adesão ao tratamento.

É muito importante que esses pacientes tenham apoio emocional para fazer essa dieta, porque, como já foi falado, é uma doença crônica. Essa dieta precisa ser feita para o resto da vida. Esse apoio emocional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é importante não só para o paciente, como para os seus familiares. É muito difícil para uma mãe falar não para um alimento de um paciente. Muitas vezes, a criança olha... O desenho que está passando na televisão faz propaganda de algum produto alimentar daquela faixa etária, e ela não pode consumir o que os amiguinhos ou, de repente, os priminhos que não têm o mesmo diagnóstico podem. Então, isso no dia a dia dessas famílias não é fácil.

Próximo.

O paciente tem vergonha de falar do seu diagnóstico, ele tem medo de ser estigmatizado, medo de ser desprezado pelo seu grupo de amigos. Então, isso pode levar a um isolamento social. Isso vai causar uma atitude negativa com relação ao tratamento, dificultando a sua adesão ao tratamento.

A monotonia alimentar – consumir sempre os mesmos alimentos, do mesmo jeito – também proporciona maior chance de o paciente consumir alimentos que não fazem parte do tratamento. Então, não faz parte do tratamento o consumo de carnes, frangos, ovos, leite, derivados e, se é uma dieta muito monótona, há maior chance de ele consumir alimentos que não fazem parte do tratamento.

E, se ocorre uma percepção de que essas opções alimentares são muito limitadas, pode ocorrer um consumo excessivo mesmo dos alimentos que fazem parte da alimentação dele, como, por exemplo, consumir uma maior quantidade de batata, que é um alimento que, no caso da fenilcetonúria, tem maior teor de fenilalanina.

Próximo.

Vários estudos, em diversos locais do mundo, em diversos países, apontam...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA RITA FERREIRA – ... a limitação das opções alimentares nos erros inatos do metabolismo. Isso é uma realidade. Então, quando a gente vai almoçar fora, a gente vai a um restaurante, ou a uma praça de alimentação num shopping, a gente quer comer alguma coisa diferente do nosso dia a dia. E isso acontece também com o paciente. Mesmo dentro da dieta, ele quer comer alguma coisa diferente, que chame mais atenção. E isso não existe. Não tem. Tem uma escassez de opções. Com o que ele se depara geralmente? Batata frita e refrigerante.

Próximo.

E essa restrição alimentar severa em crianças causa um grande estresse nos pais e nos cuidadores. Não é fácil falar não para um filho quando você tem até condições de comprar aquele alimento. Então, é muito difícil. Eles precisam de um apoio muito grande.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somado às fórmulas metabólicas, que não são palatáveis, isso causa um impacto na vida social dessas famílias.

Próximo.

Eu vou chamar a atenção para um grupo que são os adolescentes. Os adolescentes querem fazer parte do meio, parte do grupo, não querem ser diferentes, e essa restrição alimentar vai restringir atividades do dia a dia. E a não adesão vai piorar a qualidade de vida desse paciente e reduzir a sua capacidade intelectual, o que vai comprometer o seu futuro.

Próximo.

A gestante. Aqui eu vou falar mais da fenilcetonúria. Durante toda a gestação, elas precisam de um preparo maior, níveis adequados de fenilalanina, para evitar o que é chamado de síndrome da fenilcetonúria materna. O que é isso? Quando uma gestante tem nível elevado de fenilalanina durante a gestação, o bebê já nasce com algumas sequelas muito graves e irreversíveis, como microcefalia, que é a cabecinha pequenininha; deficiência intelectual, má-formação, problemas no coração e no rim. Isso quando não causa o aborto, que é muito comum no primeiro trimestre devido ao nível elevado de fenilalanina.

Próximo.

Vocês imaginam no primeiro trimestre, que é um período que tem grandes episódios de náuseas e vômitos, a gestante ter que ingerir essa fórmula, daquela que já foi falada, de odor e sabor desagradável, para controlar os níveis de fenilalanina. É uma fórmula que é grande responsável por fornecimento de proteínas, vitaminas e minerais. Nesse período em que ela não está aceitando, que está com náuseas e vômitos, ela teria que tomar essa fórmula, que existe uma única apresentação no Brasil.

Próximo.

Essa não adesão ou abandono do tratamento vai causar um impacto negativo na inteligência do paciente, vai diminuir as suas habilidades mentais, que são superimportantes para manter o controle melhor do tratamento, para administrar a sua vida no dia a dia e para planejar uma gestação.

Próximo.

Tentando uma maior adesão ao tratamento, aqui no IJC nós temos uma linha de produtos chamada Divina Dieta, que não contém farinha de trigo, leite, derivados, ovos e, então, atende às necessidades de outros erros inatos, além de pacientes celíacos, vegetarianos e veganos.

Existe um projeto chamado Cesta Especial, que disponibiliza gratuitamente para as famílias mais vulneráveis um *kit* de alimentos dessa linha Divina Dieta mensalmente.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos responsáveis por cerca de 67% da triagem neonatal...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA RITA FERREIRA – ... de pacientes nascidos em maternidades públicas e privadas, e, no teste ampliado, detectamos mais de 50 doenças.

Próximo.

Finalizando, no nosso ambulatório, nós acompanhamos pacientes com fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e deficiência de biotinidase, e nossa equipe é formada por endocrinologista pediátrico, nutricionista, psicólogo e assistente social.

Agradeço a atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu quero, da minha parte, agradecer à Ana Vita Ferreira, que representa o Instituto Jô Clemente de São Paulo. Só quero dizer que eu conheci a Jô Clemente por vários anos, assim como o marido, Antônio Clemente, e quero agradecer a participação também. Parabéns!

Eu quero agora passar a condução dos trabalhos para a Senadora Mara Gabrilli, que estava em outra reunião, porque a gente participa de inúmeras reuniões nos mesmos horários, mas, com muita alegria, passo a condução dos trabalhos para a Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Primeiro, quero agradecer a presença de todos vocês e agradecer muito ao Senador Flávio Arns por ter conduzido esta audiência até agora – foi uma gentileza muito grande, porque a gente tem que presidir sessões ao mesmo tempo –, e sobretudo pela sua profunda dedicação à inclusão das pessoas com deficiência, Senador, e com as pessoas com doenças raras. Eu sou uma grande admiradora do seu trabalho, que sempre nos inspira e motiva.

Eu quero agradecer também a presença de todas as convidadas. Um tema tão importante que é o acesso às fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo e a qualidade dessas fórmulas nutricionais disponibilizadas pelo SUS...

Quero até falar para a Ana Rita, que estava falando aqui por videoconferência, que eu tive a honra de poder provar os alimentos que são feitos no Instituto Jô Clemente, tanto para a fenilcetonúria quanto para outras doenças, para – esqueci o nome –... (*Pausa.*)

... homocistinúria. Eu recebi até uma cesta de produtos muito saborosos. Isso me deixou bastante animada, porque a gente sabe que nem sempre a gente tem sabores gostosos nessa alimentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aproveitar para agradecer, Senador, de forma especial, a presença do Ministério da Saúde, através do Dr. Natan Monsores de Sá, Coordenador-Geral de Doenças Raras; a Dra. Kelly Poliany de Souza Alves, que é Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição – é muito importante a presença de vocês aqui –; assim como as representantes da Anvisa, a Dra. Renata Zago Diniz Fonseca, que é Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos Cosméticos e Saneantes; e a Dra. Andressa Gomes de Oliveira, que é Gerente Substituta de Regularização de Alimentos.

Está tão longe o papel... (*Risos.*)

O Ministério da Saúde e a Anvisa são essenciais para a regulamentação e dispensação dessas fórmulas para as pessoas com erros inatos do metabolismo.

E eu lamento que o Conass não tenha conseguido enviar um representante, diante da importância dos estados para a dispensação dessas fórmulas. Esperamos que, em oportunidade próxima, eles consigam estar conosco.

O Senador já me falou das falas maravilhosas – eu vou ouvi-las depois –, e eu quero passar a palavra para a Simone Arede, que é a representante da Associação Mães Metabólicas.

A SRA. SIMONE AREDE (Para expor.) – Primeiro, eu quero agradecer à senhora por estar sempre atenta ao nosso tema, porque é um tema que a maioria das pessoas não consegue entender, por ser um tema ligado à alimentação. Muitas das vezes, a pessoa pensa que uma dieta é uma coisa só para não engordar ou para emagrecer. E agora a gente está até tentando mudar esse tema: em vez de falar "dieta", falar "terapia nutricional". Eu tenho ouvido muito sobre isso de um pessoal da Europa – a gente faz parte de um grupo das associações de lá –, e eles estão falando para a gente começar a mudar, ao invés de falar "dieta", falar "terapia nutricional", para que as pessoas consigam olhar com outros olhos, e não com esses olhos.

Eu vou falar bem rápido... (*Pausa.*)

Eu vou falar bem rápido porque é o que a gente vive no dia a dia. A gente posta sempre isso nas redes sociais. A gente vê as nossas crianças chorarem, porque elas estão com fome, e a gente não pode dar comida para eles, mesmo a gente tendo na dispensa esses alimentos, porque todos os pacientes, como as nutricionistas falaram, têm uma cota por dia, e, se eles já alcançaram essa cota, a gente não pode fazer mais nada, a gente não pode dar mais, porque, se a gente der a mais, eles vão ter alguma sequela lá para frente. Quando a gente tem os alimentos hipoproteicos, eles têm um teor muito baixo, a gente pode até dar, mas, como a Ana Rita mesma falou, 95% dos pacientes não podem comprar.

Ali, olhem... Por que nossos filhos choram? (*Pausa.*)

Quando a gente vai ao supermercado, é como se a gente imaginasse que todas aquelas coisas ali estivessem vazias. A gente não consegue comprar nada para eles no supermercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente pensa assim: "Se a gente fosse ao supermercado da nossa cidade e lá tivesse uma farinha ou um pão para a gente..." Mas isso não tem. Essa não é nossa realidade. As crianças hoje sabem o que querem. Elas são diferentes de quando eu era pequena. Hoje o que as crianças querem elas falam, mas elas não podem ir ao mercado, não, porque, se chegarem lá e falar "Eu quero. Eu quero", mas não tem. Lá elas não vão ter nada.

E sem a fórmula... Isso acontece com muita frequência. Falar a fórmula aqui no Brasil é frequente. Todo mundo já tem um histórico de falta de fórmula. Isso toda a família vai sofrer. O paciente sofre porque ele fica com mais fome ainda, porque essa fórmula ajuda também a dar um pouquinho de saciedade, e a família toda sofre porque a família toda entende que aquilo dali vai, lá no futuro, causar danos àquela criança. É desesperador você não saber... Na fenilcetonúria a fórmula está incluída, nas outras não estão. Então é tudo na Justiça. É muito desesperador – eu passo por isso – você saber: "No mês que vem a gente vai receber a fórmula?" É porque, mesmo sendo na Justiça, isso não é respeitado.

Por isso que eu acho até que a Conass deveria estar aqui, porque são os Secretários de Saúde estaduais os responsáveis por essas compras, e essas compras não acontecem com frequência. Hoje, Pernambuco e Piauí estão sem fórmula nenhuma; o Paraná está sem a Fórmula nº 3; tem um outro também que está sem a nº 3. Fortaleza está sem o nº 3, e daí por diante. A gente vai citar vários estados que estão com dificuldades, e os pacientes estão sem fórmula. Esses pacientes da fenilcetonúria tiveram o diagnóstico, mas não têm o tratamento. Então o Governo joga um pouco do dinheiro fora, não é?

Ai nós precisamos ter voz para escolha. Vou explicar isso daqui a pouquinho, nos meus cinco minutos finais.

E a fórmula não é simplesmente um leite. Muitas vezes, quando a gente fala na fórmula, as pessoas pensam que nós estamos falando em leite. Ela não é; ela é um composto de aminoácido, como as nutricionistas já explicaram.

Pode colocar o vídeo então.

Vou botar um vídeo de uma mãe que tem um diagnóstico tardio e um do meu filho falando sobre essa questão da fórmula.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. SIMONE AREDE – Eu queria aproveitar e quebrar um pouquinho o protocolo, porque ainda falta um minutinho, e eu queria misturar as fórmulas até para que as pessoas tenham noção de como que se mistura, de que elas não são palatáveis, até para misturar, e do sabor.

Eu posso fazer isso? Eu já deixei tudo preparado ali, nestes minutinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Pode.

A SRA. SIMONE AREDE – Olhem, nós temos, aqui no Brasil, só um tipo de fórmula, em lata.

Eu não quero mostrar o rótulo. São duas marcas, mas não estou interessada nisto, na marca.

Mesmo nestas duas marcas nossas, nós temos muita dificuldade. Quando você abre a lata... Não, eu vou misturar aqui para poder mostrar como é.

A gente bota ela num copo normal e bota água, para a criança ou para o adolescente tomar. Se for num copo comum, olhem que ela não consegue, esta daqui, se misturar totalmente. Ela vai ficar um monte de carocinho. Como eu consigo mostrar os carocinhos? Ela não dissolve.

A solução, para dissolver, a que a gente tem, eu tenho este copo aqui, mas este copo nem existe no Brasil. Este copo é de fora, que eu trouxe. Neste copo, eu consigo porque ele tem tampa. Eu vou ter que fazer assim bastante para ela dissolver.

Se for num copo comum, o que acontece? Esse copo dura uma semana, dez dias no máximo, porque você vai ter que jogar fora, porque o copo fica preto e com um cheiro horrível. Então, a gente tem toda essa dificuldade.

Como a Ana Rita falou, se o paciente é adulto, ele tem que ter um copo especial para levar para balançar a fórmula, para conseguir tomar, tem que levar essa lata e tem que levar uma balança digital também, porque não é a quantidade que quer, não.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SIMONE AREDE – Tem que pesar numa balança digital para saber a quantidade certinha.

Fora do Brasil, a gente trouxe algumas coisas só do que tem.

Você, fora do Brasil, pega uma papinha qualquer de criança, um suco grossinho... Existe esta daqui. É um granulado que você pode misturar na comida. Você vem, bota aqui – é porque fico nervosa –, mistura na comida, e ela perde o sabor. Quem quer provar?

Natan, você quer provar a boa ou a ruim?

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (*Fora do microfone.*) – A ruim.

A SRA. SIMONE AREDE – A ruim. Então, é esta daqui.

(*Procede-se à degustação da fórmula.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não é nada bom.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu vou cheirar.

Eu tomo tanta coisa ruim.

Deixa eu ver...

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – Essa tem um cheirinho melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Deixa eu provar. (*Pausa.*)

Eu provei e jamais vou esquecer. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – E o paciente não toma isso uma vez por dia, é de três a cinco vezes. E sempre é em uma...

É no almoço, no café da manhã, na janta...

Então, sempre, na hora da refeição, é esse gosto aqui.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olha, eu posso imaginar o drama da mãe dando produto para o filho.

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – Essa daqui não vende aqui também.

E essa do pozinho que não tem gosto... E esta daqui também que o gosto é mais agradável – aí a nutricionista pode explicar, ela tem algo também bom, porque as taxas...

Nutricionista, explica.

Este aqui é o GMP.

Olha este tem um saborzinho também melhorzinho. Não consegui dissolver direito não.

A SRA. MONIQUE POUBEL (Para expor.) – As fórmulas com glicomacropeptídeo têm um sabor bem melhor do que a fórmula de aminoácido que está descrita no nosso PCDT, para fenilcetonúria.

No PCDT de homocistinúria a gente não tem a previsão.

Assim, tem a previsão, mas não tem a pactuação; mas as fórmulas têm uma absorção melhor, têm uma característica que vai favorecer melhor a adesão à dieta pelo paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone*.) – Agora também fala que a absorção demora mais...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Microfone...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Fala no microfone, para o pessoal... Tem muita gente no Brasil acompanhando.

A SRA. SIMONE AREDE (Para expor.) – Eu estou falando fora do microfone. Quem está em casa não consegue ouvir, não é?

Mas eu acho que, assim, as pessoas que estão em casa são os pais, e eles todos já me conhecem e sabem já que...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eles já sabem que o gosto é ruim.

A SRA. SIMONE AREDE – É. Já sabem o gosto.

Olha, esta aqui é outra dessa também que é do GMP. Falam que ela demora mais, as taxas ficam mais controladas durante o dia. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Essa é o quê?

A SRA. SORAIA POLONI (Para expor.) – É uma fórmula diferente, uma proteína derivada do soro do leite, então, não é um aminoácido sintético como as outras...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É tipo *whey protein*?

A SRA. SORAIA POLONI – É um derivado, é um refinado da proteína do soro de leite da produção de queijos. É usado para fenilcetonúria e tirosinemia e tem um comportamento mais parecido com as proteínas da alimentação.

O que acontece com essas fórmulas que vocês provaram que têm o odor desagradável? Como elas chegam muito rápido ao sangue, boa parte delas o corpo não consegue usar, então, o paciente tem que tomar uma dose mais alta, considerando que boa parte ele desperdiça, ele não consegue usar como fonte proteica. Isso não acontece com o GMP, porque ele é uma proteína completa, então, tem um comportamento mais natural no nosso corpo, diferente desse produto sintético que é o que a gente usa aqui pelo SUS, no Brasil em geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE AREDE – Estou eu aqui. Eu acabo com tudo quanto é protocolo, já estou cá na frente falando. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Você já estava servindo um coquetel diferente... (*Risos.*)

A SRA. SIMONE AREDE (Para expor.) – Mãe é assim mesmo. A gente faz assim mesmo, senão...

O que acontece? Por que nossos filhos têm que tomar a fórmula que é ruim e não uma fórmula que é boa? Não queria que fosse assim: todo mundo com aquela de chocolate ou todo mundo com aquela que pode misturar na comida. Eu queria que cada um escolhesse a que prefere, porque isso existe, existe na minha casa. Hoje, no Brasil, nós temos só duas marcas, uma meu filho toma, a outra não. Ele consegue ter sempre a que ele gosta, porque, entro na Justiça, eu posso pagar um advogado para poder ter sempre aquela fórmula, mas essa não é a realidade da maioria.

É muito difícil. Eu não quis mostrar, mas a gente tem vídeo de criança que a mãe agarra o queixo e vai com a seringa, botando, goela adentro, porque ele tem que tomar, mas, às vezes, quando termina, ele bota para fora. Aquilo é um desperdício, não é? Então, que a gente tivesse direito a ter essas coisas com uma qualidade melhor.

Os adolescentes não querem tomar a fórmula na rua por causa do mau hálito, como a Ana Rita falou. A gente tem vários adolescentes que falam isso. Como eles vão ficar o dia inteiro, na rua, sem tomar a fórmula? Se você fizer um exame da taxa dele, durante o dia, na rua, sem a fórmula, a taxa dele vai estar alta. Não pode. Nós que somos mães sabemos que eles têm que estar sempre com as taxas boas. Por isso, a gente queria ter esse direito.

Uma das coisas que também está atrapalhando para que essas coisas cheguem ao Brasil é a gente não ter regulamentação na Anvisa. A Anvisa deveria ter isso. Nós não temos. Essas fórmulas são caracterizadas como um simples alimento e tal, não sei. Neste ano, já teve uma, mas a gente já teve quatro fórmulas dessas interditadas, porque elas não tinham qualidade. Uma delas tinha matéria-prima vencida... Estava sendo feita... E daí por diante. Elas não têm qualidade, porque a gente não tem uma regulamentação só para as fórmulas na Anvisa. A gente queria que a Anvisa fizesse a regulamentação para que essas outras fórmulas pudessem vir para o Brasil, que as pessoas pudessem ter esse direito de escolha e que não fosse na Justiça, porque, na Justiça, infelizmente, só um grupo muito pequeno vai ter acesso. Eu queria que todos tivessem acesso.

Então, muito obrigada! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Simone.

A SRA. SIMONE AREDE – Eu bato palma para mim também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – A Senadora Mara vai continuar presidindo, mas eu tenho que me justificar, porque, às 3h, eu presido uma audiência pública do Grupo Parlamentar Brasil-Ucrânia. O Embaixador da Ucrânia vai estar presente, assim como a representante, uma brasileira que vem fazendo um trabalho maravilhoso no *front* na Ucrânia, um trabalho humanitário.

Então, eu me desculpo por estar saindo, mas só quero dizer a você, Simone, que você não poderia ter sido mais didática. Foi professora, foi mãe...

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – Existe esta daqui também. Esta está vencida, eu não posso dar para ninguém provar, mas, olha, é uma garrafinha que você leva também para a rua fácil; aí, chega na rua, só toma. E tem também um comprimido – mostra para ele, Talita –, porém estão vencidos aqueles, aí eu não podia dar para ninguém provar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim.

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – É um monte de comprimidinhos que, na hora do almoço, no restaurante, você bota na mão, toma, ninguém percebe – porque dizem que os adolescentes têm vergonha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agora, eu até falei para a Senadora Mara que eu insisti no fato de que a nossa preocupação tem que ser isso que vocês estão trazendo aqui, trouxeram antes nas falas, e, agora, do ponto de vista da família: é impossível. Todo mundo que é mãe aqui, pai, sabe como a vida é complicada nesse sentido também.

Então, eu quero só dizer a vocês que a Senadora Mara é a Presidente, eu faço parte do grupo e quero colaborar com ela e com os demais Senadores e Senadoras do grupo, para que a gente, junto com o poder público, junto com a Anvisa, o ministério – quero agradecer a presença –, para que a gente chegue a uma conclusão que seja adequada, boa. Não é possível que a gente não chegue a uma conclusão que favoreça a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, uma alimentação mais saborosa pelo menos – porque há uma diferença, quer dizer, incrível entre uma alternativa intragável, até pelo cheiro, pelo gosto, por tudo, e as outras. É uma coisa que a gente tem que pensar, até por uma questão humanitária, de humanidade, com as crianças e com as famílias também, para a família poder ter uma vida mais tranquila, não é? Vamos trabalhar juntos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nossa, Senador, sem querer interrompê-lo, tem uma ligação tão forte com a alimentação, com a fala, com o afeto e com a felicidade que a gente não pode não levar em consideração.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria só dizer, assim... Desculpem-me por estar saindo, peço perdão, mas é que está lá marcada a reunião e eu sou Presidente dessa Comissão Parlamentar, então tenho que estar lá...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É, sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Porque, se a gente marca a reunião e a gente não está, também não vai dar certo. E a pessoa está falando lá da Ucrânia aqui para o Brasil.

Mas parabéns para as famílias, para as crianças, para os profissionais, e juntos vamos tentar, o Ministério da Saúde, Anvisa, vamos ver o que cada um faz, e esta Subcomissão está à disposição de vocês, está bom?

Obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

Obrigada, obrigada. Manda um abraço lá para os nossos ucranianos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – É, pois é.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, então, dando continuidade, eu vou chamar agora a Kelly Poliany de Souza, que é Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Mara.

Agradeço a oportunidade de participar do debate e agradeço também as exposições feitas antes de mim, que foram bastante esclarecedoras.

O colega Natan de Sá vai fazer uma exposição logo em seguida. A minha fala vai ser no intuito de trazer para o nosso debate a perspectiva de que essa problemática da garantia do direito à alimentação adequada e saudável para as pessoas portadoras de erros inatos do metabolismo e doenças raras não pode mais ser encarada apenas como uma responsabilidade do Sistema Único de Saúde, do setor de saúde. A garantia do direito de todos e todas à alimentação adequada e saudável demanda políticas públicas intersetoriais.

As colegas que fizeram apresentação antes trouxeram uma série de elementos relacionados à produção desses alimentos no nosso país. Isso, então, diz respeito ao nosso parque industrial e tecnológico e à capacidade de ter produção nacional, não dependendo da importação, que eleva os custos e dificulta o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso. Elas trouxeram também a questão do preço, a questão da nossa política tributária, a definição dos impostos que incidem sobre esses produtos também precisa ser discutida e debatida.

Eu também queria lembrar que o nosso Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de gestão do FNDE, prevê que as crianças, os jovens, os estudantes da rede pública de ensino que possuem necessidades alimentares especiais tenham a dieta especializada servida no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Então, o setor de educação, a escola pública brasileira também tem responsabilidade de cuidado com o direito à alimentação adequada e saudável das crianças e jovens que frequentam as escolas públicas da nossa educação básica.

Eu queria também trazer a questão da garantia do acesso a esses alimentos como uma questão de assistência social também. Também temos uma questão de dificuldade de acesso pelas condições financeiras das famílias. Então, isso também demandaria uma articulação com o nosso Sistema Único de Assistência Social.

Levantando essas questões e, de forma nenhuma, eximindo o Sistema Único de Saúde da sua responsabilidade do cuidado integral e cuidado universal com essas pessoas, é também trazer a questão de que temos uma conjuntura favorável para construção intersetorial de soluções para esses problemas que estão sendo expostos aqui. Nós temos a retomada da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, que congrega 24 ministérios e é coordenada pela Secretaria Especial de Combate à Fome do MDS. A Caisan se reúne mensalmente, nós temos uma série de grupos de trabalho. Eu acho que a gente tem que avançar nessa discussão junto aos outros ministérios para que a gente consiga soluções mais rápidas e mais concretas, a partir dos problemas que foram levantados aqui. Então, eu queria me colocar à disposição, enquanto representante do Ministério da Saúde na Caisan, para levar essa agenda para lá, para construir uma possibilidade de grupo de trabalho junto com as representantes que estão aqui, com representantes do Senado e de outros setores que vocês identificarem, para que essa discussão passe a ser uma pauta intersetorial, para que a gente consiga discutir e construir soluções de políticas públicas efetivas a partir de todos os pontos dessa cadeia que vocês trouxeram dos problemas para o acesso ao alimento.

E a gente precisa esclarecer que é muito mais do que ter um alimento palatável, é muito mais do que isso, é a garantia do direito à alimentação adequada e saudável, que está relacionada com o direito à vida e com os outros direitos humanos também.

Eu queria me colocar à disposição para fazer essa ponte junto com os outros ministérios e para a gente conseguir avançar nessa agenda.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Kelly.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só queria perguntar: você sugere quais outros ministérios?

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES – A Caisan reúne 24 ministérios. Então, a gente pode sugerir a inclusão do ponto de pauta para a discussão e formar um grupo de trabalho com os ministérios que estejam mais relacionados com os pontos dos problemas que foram trazidos aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Está bom.

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES – Há o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; o Ministério da Fazenda, por conta da tributação; o próprio FNDE, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Agricultura?

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES – Ministério da Agricultura; do Desenvolvimento Social, por conta da gestão do Suas; da Saúde, com certeza...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – O da Ciência e Tecnologia.

A SRA. KELLY POLIANY DE SOUZA ALVES – Exatamente. Então, eu acho que as falas que me antecederam mostram um mosaico de questões que precisam ser cuidadas por diversas políticas públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Kelly.

Agora, eu vou dar a palavra para o Natan Monsores de Sá, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Mara.

Estou obrigado a fazer um reparo sempre: Coordenador *pro tempore*, porque a publicação ainda não saiu, mas a gente está atuando firmemente lá na coordenação.

Eu acho que a Kelly já trouxe aqui alguns apontamentos interessantes, mas antes – que mal-educado – boa tarde a todos. Muitos rostos aqui eu conheço: a Simone, companheira desde 2013 nessa luta por doenças raras; a Monique também já conheço; a Profa. Ida também. Elas são minhas colegas de academia, de movimento social, de militância no campo das doenças raras e pessoas muito queridas, muito aguerridas e muito dedicadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a Kelly já trouxe aqui uma série de soluções importantes. E, a partir da nossa compreensão, enquanto Ministério da Saúde, enquanto sanitaristas, enquanto pesquisadores, primeiro há a compreensão de que saúde é sempre alguma coisa ampliada. Então, se a gente for discutir a forma como o nosso Sistema Único de Saúde foi constituído no Brasil – e é sempre importante lembrar isto, porque a luta pelo SUS, a luta pela manutenção do nosso Sistema Único de Saúde é uma luta permanente de todos nós, é um direito que precisa estar ali no quinhão da nossa luta constante –, na hora em que o SUS foi pensado, na hora em que o SUS foi desenhado pela nossa Constituição Cidadã, ele trouxe para dentro de si uma série de características, uma série de questões sociais superimportantes: a questão do direito à saúde e não só do direito à atenção à saúde, que são duas coisas diferentes. O direito à saúde passa pelo direito à alimentação, à moradia, a condições dignas de vida, a saneamento básico e a tantos outros elementos que compõem a nossa vida cotidiana. Então, falar de saúde, falar de SUS significa a gente pensar também esses elementos. E a questão da nutrição entra muito forte nessa pauta.

Neste momento, dentro da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde no ministério, a gente tem discutido a questão de nutrição enteral, parenteral, a questão de dietas, as pessoas que têm, por exemplo, necessidade de fazer transplante intestinal e a consequente terapia a esse transplante. Enfim, são múltiplas pautas que têm sido debatidas dentro do ministério, como a atenção básica à questão da alergia à proteína de leite de vaca, às dietas especiais com crianças hiperalérgicas.

Veja, a gente não se furta, enquanto Ministério da Saúde, a estar nessa discussão, a fazer essa discussão e a ouvir a sociedade civil organizada, ouvir as associações, ouvir o setor produtivo, para tentar chegar a soluções conjuntas e sustentáveis. A questão da sustentabilidade é algo que a gente, enquanto gestor, precisa pensar também. Essas políticas precisam ter média e longa vida e não serem soluções imediatistas ou de caráter pragmático não efetivo.

Retomando aqui um pouquinho do que a Kelly falou e pensando aqui na atenção especializada à saúde, neste momento, a gente tem estado lá num esforço constante, primeiro, de manter a principal porta de entrada para parte dessa população afetada por erros inatos de metabolismo aberta, que é a questão da triagem neonatal, com toda a discussão que tem sido feita nos últimos dois ou três anos da expansão dessa triagem também, o que requer parque tecnológico adequado, treinamento de equipes, enfim. Nos últimos anos, passamos por problemas muito sérios na triagem neonatal, a ponto de, em alguns estados, a gente não ter essa oferta. E isso significa que o Ministério da Saúde, neste momento, no Governo Lula, com a batuta da Ministra Nísia, está nesse esforço de reorganizar esses serviços, junto com o Conass, o Conasems, os estados e municípios, para garantir essa oferta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – No segundo momento, para além da triagem, a gente tem questões de oferta de protocolos, questões de oferta de ambulatórios, de atendimento adequado para essa população. Na Coordenação de Raras, a gente tem feito o esforço de conversar com os serviços, prover

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habilitação para os serviços que têm atendido essa população inteira, um percentual enorme de pessoas afetadas por essas doenças.

Eu acho que, como a Kelly falou, a gente tem soluções que podem ser de curto prazo, soluções que podem ser alcançáveis em médio prazo e soluções que podem ser alcançadas em longo prazo, com esforço um pouquinho maior.

De curto prazo, são as ações que a gente já tem disparado, como lidar com as questões da triagem neonatal em si. E a gente já ouviu a Simone lá dentro do ministério, a gente já tem feito esse diálogo no sentido de tentar garantir acesso à fórmula. E aí eu dou um passo atrás: eu acho que, primeiro, independentemente da questão de palatabilidade, a gente precisa garantir acesso à fórmula para todos e, a partir dessa garantia, a gente precisa começar a discutir os outros elementos dessa fórmula também. Se falta fórmula, será que faz sentido discutir somente a questão de palatabilidade ou de diversidade? Então, o.k., isso faz parte dessa discussão, mas a garantia do direito para todos precisa acontecer num primeiro momento, e a gente vai adicionando camadas a essa discussão. Enquanto alguns estados não conseguem fornecer a fórmula, a gente cai nesse dilema constante. Eu não estou dizendo aqui que a gente não precisa discutir a fórmula boa, a fórmula diversa, a diversidade alimentar, mas tem um direito anterior que precisa ser garantido para todo mundo, para todos os pacientes, e isso tem falhado sistematicamente. A gente está ciente disso e tem trabalhado no sentido de dialogar com gestores e conseguir a garantia dessa fórmula.

Para médio prazo, tem a questão de protocolos que a Simone tem procurado, assim como Monique, enfim, tantos outros pesquisadores. A gente tem aventado essa possibilidade dentro do Ministério da Saúde de tentar... Por exemplo, tem a questão da sapropterina, tem a questão da diversidade de doenças raras que não estão cobertas por esses protocolos que a gente precisa pensar, mas para isso a gente precisa estruturar grupos de trabalho, gerar esses PCDTs. E isso não é um trabalho tão simples assim.

E tem uma solução que pode ser alcançada de médio para longo prazo, que é isto que Kelly propõe: chamar o setor produtivo para dentro dessa discussão. Então, por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos precisa estar nesse debate. Nós precisamos ter a nossa cadeia produtiva de alimentos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – ... inteirada dessa necessidade.

Enfim, a gente está aberto, enquanto Ministério da Saúde, a ouvir as demandas. Já acolhemos o grupo Mães Metabólicas e tantos outros grupos. A gente está disposto a fazer essa discussão e, em parceria com esta Casa, com as associações, com os profissionais, avançar nessa questão da dieta, da diversidade e do direito à saúde como direito universal.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Natan. Desculpe o horário: é porque o horário foi dividido aí em dois.

Dando continuidade, eu quero chamar, por videoconferência, a Andressa Gomes De Oliveira, que é Gerente Substituta de Regularização de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A SRA. ANDRESSA GOMES DE OLIVEIRA (*Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde. Boa tarde, Senadora. Boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Boa tarde.

A SRA. ANDRESSA GOMES DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, eu queria agradecer o convite, a oportunidade de a agência participar dessa discussão.

Meu nome é Andressa, eu hoje atuo como Gerente Substituta da Gerência de Regularização de Alimentos da Anvisa. E meu objetivo aqui é falar com vocês brevemente sobre esse conceito de fórmulas dietoterápicas para erros inatos e sobre de que forma hoje esses produtos estão sendo regularizados junto ao Sistema de Vigilância Sanitária.

Eu começaria minha apresentação fazendo uma introdução rápida sobre o assunto de erros inatos do metabolismo, mas eu acredito que isso já foi amplamente contemplado nas outras apresentações. Então, eu só queria reforçar aqui a importância, o que a gente entende da importância dessas fórmulas, já que elas podem ser a única fonte de alimentos do paciente ou a única fonte proteica, no caso dos pacientes com fenilcetonúria.

Só contextualizando um pouquinho, diante dessa importância, o contexto regulatório do passado não trazia regras sanitárias claras e específicas para esse tipo de produto. Em 2018, 2019, a Anvisa conduziu um processo regulatório, a partir até mesmo de provocação da própria sociedade civil, depois de reuniões e oficinas com a sociedade – até com a Simone Arede, que está aqui também, a gente já se reuniu algumas vezes aqui na agência para debater sobre o tema. E, após essa discussão, foi publicada, então, a RDC 460 em 2020. Essa norma criou uma categoria específica para fórmulas dietoterápicas para erro inato do metabolismo e estabelece os requisitos de composição, qualidade, segurança e rotulagem para esses produtos.

Antes dessa resolução específica, essas fórmulas eram abarcadas como alimentos para fins especiais, mas não tinham uma categoria específica para enquadramento. Elas podiam ser alimentos para dieta com restrição de nutriente, podiam ser fórmulas infantis para necessidade dietoterápica específica e ainda fórmulas modificadas para nutrição enteral.

A partir da publicação e da entrada em vigor dessa norma no dia 1º de junho de 2021, esses produtos passaram, então, a fazer parte dessa categoria específica e, a partir disso, precisam atender a essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentação. Então, desde 1º de dezembro de 2022, as fórmulas dietoterápicas para erros inatos que não atendem a essa regulamentação não podem mais ser fabricadas no Brasil ou por ele importadas e, a partir disso, só podem ser comercializadas até o final do prazo de validade.

Essa norma trouxe também a definição das fórmulas dietoterápicas para erros inatos. Então, a gente entende, e ficou definido, que são alimentos para fins especiais, formulados especialmente para o manejo dietético de indivíduos portadores de erros inatos do metabolismo, administrados por via oral e, opcionalmente, para uso via tubo, apresentados em formas farmacêuticas e utilizados sob supervisão de médico ou nutricionista.

A norma também traz os principais requisitos sanitários. Então, hoje, a norma estabelece que a composição das fórmulas deve ser baseada em evidências científicas para assegurar a adequação, a segurança e o benefício para atendimento das necessidades nutricionais. E essas substâncias associadas aos erros inatos devem estar ausentes ou presentes em quantidades seguras e necessárias para o manejo dietético dos indivíduos a que se destinam, de acordo, então, com essas evidências científicas. Também estão estabelecidos nessa norma os requisitos específicos dos constituintes fontes de macronutrientes, micronutrientes e outras substâncias e probióticos. Também fica ressaltada a necessidade da realização de estudos de estabilidade e controle de qualidade, com metodologia validada, o que ajuda aí no controle da qualidade dessas fórmulas. Também traz os requisitos específicos de rotulagem desses produtos.

Só para finalizar aqui, falando um pouquinho do procedimento de regularização, naquele momento, a gente optou pela manutenção da forma de regularização adotada, que é um alimento dispensado da obrigatoriedade de registro. Então, hoje, a empresa precisa comunicar o início de fabricação e importação no órgão de vigilância sanitária local. Essa decisão, à época, foi tomada, porque já estava em andamento um outro processo regulatório, que revisa todo o marco de regularização de alimentos que é a revisão das Resoluções 22 e 23, de 2000. Esse processo, de lá para cá, também vem sendo amplamente discutido, e a proposta já está em vias de ser publicada. A gente tem essa previsão de publicação até o final deste ano. E, nesse texto, a gente está alterando a forma de regularização dessas fórmulas dietoterápicas, passando essa categoria para uma categoria com obrigatoriedade de registro na Anvisa. Então, isso vai deixar de ser comunicado nas vigilâncias sanitárias e vai passar a ter esse controle pré-mercado pela Anvisa. Elas vão ser avaliadas e devem ter essa aprovação antes da entrada no mercado.

A gente acredita que essa mudança pode trazer uma melhoria grande em relação ao risco, que está associado a esse público, e a gente espera que essa mudança traga algum benefício já para a população que se utiliza desses produtos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Andressa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANDRESSA GOMES DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – A gente fica à disposição na Gerência-Geral de Alimentos em relação a outras demandas e questões.

Eu agradeço a atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Andressa. (*Palmas.*)

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – A publicação até o final de 2023...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Em 2023.

A SRA. SIMONE AREDE (*Fora do microfone.*) – ... é uma excelente notícia!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Que bom.

Agora, eu vou chamar a Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que é a Dra. Renata Zago Diniz Fonseca, também por videoconferência.

A SRA. RENATA ZAGO DINIZ FONSECA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Queria primeiramente agradecer o convite em nome da Anvisa, em nome da Quarta Diretoria. É um prazer a gente estar aqui debatendo este tema. Queria também agradecer à Senadora Mara e ao Senador Flávio pela disponibilização do espaço para que a gente possa falar um pouquinho do nosso trabalho e trazer dados importantes, que eu acho que vão complementar essa discussão e vão deixar um pouco da visão do que a Anvisa tem feito e do olhar que a gente tem, importante, sobre esses produtos.

Meu nome é Renata Zago, eu estou como Gerente de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Alimentos, Cosméticos e Saneantes dentro da Anvisa.

De início, gostaria de falar um pouquinho sobre a regulação das fórmulas dietoterápicas, como é que elas acontecem no Brasil hoje. Então, como a Andressa já explicou, primeiro, é feito o comunicado de início de fabricação, e, então, ela é dispensada de registro. Esse comunicado é feito nas vigilâncias sanitárias locais, e não há uma análise prévia. E, como a própria Andressa já colocou também, a gente tem, então, boas notícias de mudanças em breve: a Anvisa reviu esse processo e entendeu a importância de que esses produtos sejam registrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no pós-mercado, que é o que a gente chama depois que o produto já foi colocado no mercado e já teve início a sua produção, a gente tem a inspeção que é feita para licenciamento das fábricas, e hoje a gente tem requisitos específicos de boas práticas de fabricação para esses produtos – eu vou falar mais à frente.

No comércio, a gente tem aquisição pelo SUS, é um volume baixo, e é um preço muito alto – as pessoas que antecederam a gente aqui já trataram esse tema com muita propriedade. A fiscalização atua no comércio, e a área de fiscalização da Anvisa conjuntamente com as fiscalizações das vigilâncias sanitárias estaduais e municipais fazem a fiscalização nos comércios e nas fábricas que já produzem essas fórmulas.

Também há um monitoramento do consumo desses produtos por meio das notificações que são apresentadas à Anvisa e também por meio da sociedade civil, que está sempre em contato com a agência, principalmente as associações de mães – Simone é uma parceira grande da Anvisa, está sempre em contato. Muitas ações que a Anvisa desencadeou nesses últimos anos foram resultados dessa parceria e das informações que a gente recebe da sociedade civil.

A partir de 2018, a Anvisa traçou um plano de ação para esse tipo de produto, para as fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo. A gente fez um plano de ação voltado para a fiscalização, de maneira a olhar como estavam sendo fabricados esses produtos e ter um contato direto com a fábrica, com o processo fabril e com a percepção da qualidade dos produtos quando a gente chegasse à fábrica.

A partir de 2018, a gente inspecionou estas empresas brasileiras, a FBM e a THN, mas a gente também sabe da existência – e tem contato com eles – dos produtos importados da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. E, neste ano, a gente também inspecionou a importadora, a American Health, que é responsável pela importação do produto NeoPKU 1 ou NeoPKU 2, NeoPKU 3, fabricados pela Nucitec no México. Então, as inspeções da Anvisa existiam antes desse programa, mas, a partir de 2018, a gente teve um olhar mais forte ainda para essas empresas e para esses produtos.

Os dados das inspeções.

Antes mesmo do programa ter sido iniciado, a gente já havia feito inspeções na fábrica Vitafix, a inspeção em maio de 2017, que resultou na interdição da empresa, que não cumpria requisitos primordiais para garantir a segurança e a qualidade do produto. Então, essa empresa foi interditada; um tempo depois, ela mesma encerrou as atividades, não sendo mais fabricante dos produtos no Brasil.

A gente também teve uma série de inspeções na empresa FBM, que é no Estado de Goiás, e ela foi desinterditada em 2019. Alguns lotes foram analisados, ela foi, então, desinterditada, mas, por uma série de questões da própria empresa, ela desistiu da fabricação das fórmulas. Ela fez todo o cumprimento das exigências da Anvisa, regularizou-se, melhorou a qualidade da planta fabril, cumpriu todas as exigências, mas, depois disso tudo, ela mesma desistiu de continuar a fabricação e encerrou as atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente também teve inspeções na THN, que era uma outra fabricante nacional, que também cessou a fabricação das fórmulas depois das inspeções da Anvisa, porque não conseguiu cumprir os requisitos que a gente determinou.

Este ano, a gente teve a inspeção na importadora em Curitiba, que é responsável por trazer os produtos da empresa Nucitec, o NeoPKU 3 e o NeoPKU 2, e ela também resultou na publicação de uma RE, que suspendeu a distribuição, o comércio desses produtos.

Hoje, a situação das empresas brasileiras é que nenhuma das empresas cumpre com os requisitos sanitários vigentes. Então, elas não têm condições e acabaram encerrando a fabricação das fórmulas dietoterápicas. Algumas não cumpriram e outras decidiram por bem, por interesses próprios das empresas, cessar com essa fabricação.

E, aí como a Andressa também já pontuou, no âmbito desse próprio plano de trabalho que a gente trabalhou em relação às fórmulas, foi publicada uma instrução normativa em dezembro de 2020 que dispõe sobre as boas práticas de fabricação de fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo, que trouxe requisitos específicos, que facilitam a inspeção dessas empresas, que facilitam o entendimento dos próprios fabricantes de quais são os requisitos que são específicos para esses produtos e que elevam o nível da qualidade do processo fabril dessas empresas no Brasil. E também conjuntamente foi publicada a já mencionada RDC 460, de 2020, que foi publicada em conjunto na mesma data.

Os desafios desses regulamentos específicos têm relação com o investimento das empresas em relação à estrutura, a equipamentos e a recursos humanos; também têm relação ao estudo e conhecimento dos próprios produtos, porque a gente viu que muitas empresas começam a fabricar sem saber exatamente qual é a especificação de qualidade, quais são os controles que precisam ser feitos; e a melhorar também a segurança. Quando a gente pensa em validações e qualificações de fornecedores, são esses os desafios que os regulamentos trouxeram.

A Anvisa hoje atua na área de fiscalização por meio das denúncias que a gente recebe, por meio da notificação de eventos adversos, pelos contatos com as próprias vigilâncias sanitárias estaduais e municipais e por essa aproximação que a gente tem com as associações de pacientes, de mães de pacientes e da própria sociedade civil, que trazem casos importantes que direcionam as ações de fiscalização da Anvisa para que a gente atue realmente onde está o problema.

Por fim, aqui só coloco os contatos para dúvidas e para denúncias.

Eu queria agradecer mais uma vez novamente e pedir desculpas, porque eu acho que passei um pouquinho do tempo, mas era para dar um pouquinho mais de dados sobre a nossa atuação.

Obrigada mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Renata.

Na verdade, vocês nos abundaram com a presença de vocês por terem vindo duas pessoas tanto do Ministério da Saúde quanto da Anvisa, e aí a gente teve que dividir o tempo, mas eu agradeço profundamente o fato de vocês terem vindo, terem esclarecido.

Eu queria só contar para vocês que, no nosso plano de trabalho da CASRARAS, este ano, a gente buscou focar no acesso ao diagnóstico de doenças raras, que ainda é um desafio não só no SUS como também na saúde suplementar, e também em mostrar que o diagnóstico precoce de doenças também é fundamental para a prevenção de deficiências evitáveis. Para isso, a gente já promoveu uma audiência pública importante para tratar da ampliação da triagem neonatal e a gente vai fazer agora, no início de novembro, uma outra audiência sobre a Política Nacional de Genética Clínica. Então, já estou avisando e já estou convidando.

Nesse sentido, a gente quer também contribuir com a detecção precoce dos erros inatos do metabolismo, que, como a gente sabe, causam o mau funcionamento de alguma via metabólica relacionada ao processamento ou armazenamento de moléculas presentes nos alimentos, como carboidratos, proteínas e ácidos graxos. Com isso, a gente pode iniciar o mais cedo possível o tratamento do bebê ou da criança, promover o bom funcionamento do seu organismo e, além de tudo, evitar essas consequências graves que a gente vê, especialmente as neurológicas e do desenvolvimento. E a dieta, baseada em fórmulas nutricionais e nos alimentos especiais, tem sido um dos maiores desafios para as pessoas com doenças metabólicas e suas famílias.

As Mães Metabólicas... (*Manifestação de emoção.*)

Eu fico emocionada...

Elas hoje aqui presentes, representadas pela querida Simone Arede, sabem bem disso. O trabalho que a Simone faz merece o nosso aplauso e, sobretudo, merece respostas aos desafios que enfrentam, como o desafio de acesso às fórmulas, muitas vezes com cheiro e sabor ruins e impalatáveis, o que a gente pode observar, gerando grande sofrimento para as crianças e para suas mães. Além disso, a gente tem poucas opções de fórmulas no SUS, pouco respeito às preferências da criança e à oferta daquela fórmula à qual ela melhor se adapta, com os riscos imensos que a falta de planejamento ocasiona com a falta dessas fórmulas nutricionais nas farmácias do SUS. A gente sabe disso. Afinal, a vida dessas crianças dependem desse cuidado.

Muito obrigada pela presença de vocês. Mais uma vez, agradeço.

Estamos todos unidos para buscar soluções para todos esses desafios e oferecer mais qualidade de vida e saúde para todas as nossas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada! (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A gente tem que encerrar.

A gente tem que ser rápido. Tem um minutinho.

A SRA. SIMONE AREDE (Para expor.) – Espere aí, deixe-me botar o fone. É para responder o Natan.

Natan, nós temos que ter solução ao mesmo tempo. Eu sei que todos têm que ter fórmula, mas esses que já têm a fórmula, também têm o direito de escolha, porque, senão, a gente vai ficar sempre assim: aí você pega e vamos dar a fórmula a todos. Mas mesmo os que estão com fórmula e não conseguem tomar vão ficar sem fórmula. Então, eu acho que tem que deixar os pacientes escolherem a fórmula e arrumar uma maneira de que todos tenham a fórmula. As duas coisas têm que andar juntas, não podem andar separadas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – E o sabor... E o sabor, que vá junto. (*Risos.*)

Bom, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Gratidão. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 13 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Mauro Carvalho Junior, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Wilder Morais e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Reforma Tributária - Serviços**, atendendo ao Plano de Trabalho oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga. **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição n° 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Neste momento, cuidaremos do setor de serviços, esclarecendo como as mudanças o impactarão e como é o tratamento conferido a esse segmento pelos países que adotam modelo semelhante ao introduzido pela PEC." **Participantes:** Sr. CARLITO MERSS, Gerente da Unidade de Políticas Públicas do Sebrae Nacional; Sr. LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA, Procurador da Procuradoria Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Sr. JOÃO CARLOS GALASSI, Presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (UNECS); Sr. LUIGI NESE, Presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS); Sr. GILBERTO ALVARENGA, Consultor Tributário da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Sr. BRENO DE FIGUEIREDO MONTEIRO, Presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde); Sr. MURILLO ALLEVATO, Representante da Associação Brasileira da Educação Básica Privada (Abreduc) e Sócio do Bichara Advogados; Sr. PERCY SOARES NETO, Diretor Executivo da ABCON SINDCON; Sr. PEDRO FERNANDES, Conselheiro e ex-Presidente da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI); Sr. JARBAS DE BIAGI, Diretor Presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp); Sr. MARCELLO BAIRD, Coordenador de Advocacy da ACT Promoção da Saúde e representante da Reforma Tributária 3S; e Sr. MARCOS MENDES, Consultor Legislativo do Senado Federal e Pesquisador Associado do Insper. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/19

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da quarta audiência pública para instruir as matérias que tratam da reforma tributária.

Conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator, as matérias que alteram o sistema tributário nacional são a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019; a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos senhores convidados, pelo sistema de videoconferência, para exposição e debate.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos; a palavra às Sras. e Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao primeiro orador, o Sr. Carlito Merss, Gerente da Unidade de Políticas Públicas, representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas...

Mas eu gostaria de compor a mesa primeiro. Gostaria de convidar o Sr. Carlito Merss, o Sr. Luiz Gustavo Bichara, o Sr. Luigi Nese e o Sr. Murillo Allevato para compor a mesa. Por problemas de espaço físico, convido para compor aqui a bancada da frente, na primeira fila, o Sr. Pedro Fernandes, o Sr. Jarbas de Biagi, o Sr. Marcello Baird, o Sr. Percy Soares Neto e o Sr. Marcos Mendes.

Passo a palavra ao Sr. Carlito Merss, Gerente da Unidade de Políticas Públicas, representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), para sua exposição por dez minutos.

Com a palavra, o Sr. Carlito Merss.

O SR. CARLITO MERSS (Para expor.) – Senador Eduardo Braga, em primeiro lugar, prazer em revê-lo. Fui, durante 12 anos, Deputado aqui. Tive o prazer também, enquanto o senhor era Governador, de conhecer Parintins, onde me apaixonei pelo Garantido, que não sei se tem ganho mais do que o Caprichoso atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ultimamente, não. Continua lá, firme.

O SR. CARLITO MERSS – Quero dizer que eu estou aqui em nome do Presidente Nacional do Sebrae, também ex-Deputado aqui, Décio Lima, que, por uma das coincidências, está hoje fazendo uma visita ao Amapá. Uma das decisões do Presidente Décio é fazer com que o Sebrae volte às suas bases e, fundamentalmente, tenha uma interação muito grande com todas as nossas regionais. Ele me pediu para acompanhar aqui, até pela tarefa que eu exerço hoje lá no Sebrae, que é a Gerência de Políticas Públicas, onde eu faço muito essa relação Congresso, entidades municipalistas, entidades privadas também, para mostrar o nosso Sebrae, mostrar qual é o nosso papel.

Principalmente, pessoalmente, aceitei esse convite, há cerca de três meses, quando o Presidente Décio Lima me disse: "Carlito, dessa vez vai aprovar a reforma tributária". Confesso que eu fui muito cético. Comentava agora com o meu grande amigo Luiz Carlos Hauly, com o qual, durante muitos anos, tivemos grandes embates na discussão tributária na época, ainda, do Governo Fernando Henrique Cardoso e, depois, já nos dois mandatos do Presidente Lula, inclusive, que participei de três Comissões da reforma tributária: a primeira, no Governo Fernando Henrique ainda, cujo Relator foi o ex-Deputado e ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador do Rio Grande, Germano Rigotto; depois, um dos relatórios foi do ex-Deputado Sandro Mabel; e, por último, do nosso grande e saudoso amigo Mussa Demes, que também foi um dos Deputados que tentou, nessa disputa de pelo menos 30 anos, assim eu a conheço, esse debate da reforma tributária. E eu sempre dizia que saí frustrado nessas três experiências, talvez até na primeira. Lembra? A Presidência era do Fernando Henrique, com Malan, se não me engano, Ministro da Economia, e o Germano Rigotto fez um texto que foi discutido, inclusive, com a oposição. Lembro, como Vice-Líder do PT na época, que aprovávamos aquilo, mas, infelizmente, pelo mesmo motivo de sempre, a gente nunca chegou a um consenso.

E, aí, eu quero dizer a minha sensação e o que eu vi nesses anos de disputa. Nós não conseguimos chegar a um consenso do conceito do ICMS, o famoso Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, durante esses 40 anos, pelo menos, porque os estados mais ricos não aceitavam que a cobrança fosse no destino. Esse foi o embate. Lembro-me de que nas três vezes, no dia da votação no Plenário, a gente não conseguia fazer esse convencimento. Isso gerou uma guerra tributária, uma guerra fiscal terrível. Depois, quando eu vi, no início do ano, esse consenso, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, de que é muito melhor a gente simplificar de uma vez por todas esse cipoal tributário que incomoda tanto e atrapalha tanto a economia, a gente percebeu... E acompanhei agora, lá na Câmara, pelo menos, as últimas reuniões do grupo de trabalho, o Reginaldo Lopes e o Aguinaldo, e confesso que fiquei muito feliz, de dois meses para cá. Acompanhei e sei que o texto que está aqui – e tenho acompanhado algumas manifestações do Senador Eduardo –, penso que o texto elaborado, do que eu vi, não é o ideal para mim, não é o ideal para muita gente, mas é o possível.

Tive o privilégio, representando o Sebrae, há cerca de duas semanas, de passar três dias no Chile, basicamente, com o pessoal da Fazenda, o pessoal da Receita, para conhecer o milagre do IVA deles – claro, não dá para fazer uma comparação pela população e tal. E aí, eu lembro que nós estávamos acompanhados do pessoal da Fazenda, da Receita, e sempre que eles nos explicavam o modelo em que eles atuam lá, praticamente, há 20 anos, nós tentávamos explicar o modelo brasileiro. E confesso, Senador, que não é fácil explicar para um tributarista, para um político, para um técnico lá do Chile, que nós temos 27 províncias, segundo eles, e cada uma com uma legislação, então, chegamos nisso aqui. Quero dizer que, para mim, até não sei se seria possível passar mais ou menos a... Aqui seria um... A gente tem mais ou menos o que representa para o Simples, que é o nosso grande desafio. A única solicitação que faço, Relator, é que o Simples se mantenha da forma como está, porque esse talvez seja o grande debate. "Ah, mas se a pequena empresa começa a faturar mais, ela não quer crescer." Eu chamo isso, Senador, de complexo de Peter Pan. Eu conheço, na realidade, fui Prefeito também de uma grande cidade e vi o desespero de pessoas que começavam a crescer. E como nós não estamos modificando o limite, e aí eu não entro na discussão do valor – vi na imprensa que vai para R$144 mil, vai para R$120 mil e tal –, de qualquer forma, tem que haver uma atualização sempre para que a gente não tenha essa crise. É um bom modelo, mas as pessoas quando chegam ao limite de faturamento tentam de todas as formas fugir da tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, do ponto de vista do Sebrae, a gente entende, claro que gostaríamos... Temos emendas, inclusive aqui, depois eu até queria fazer uma conversa com o Senador, mas, de qualquer forma, o texto possível, que a Câmara atingiu, de certa forma – eu uso uma palavra muito forte –, eu considero uma revolução. Se nós conseguirmos, de verdade, mesmo com o IVA dual – fomos explicar isso lá no Chile, ninguém entendeu também o que é o IVA dual –, só com o fato de você praticamente unificar cinco impostos em um só, simplificar, e tomando todos os cuidados, porque o relatório toma todos os cuidados dessa transição... Claro que a gente vê a ansiedade dos Prefeitos, dos Governadores, de todos os setores. No nosso caso, a gente tem muito claro o que uma solução sem uma regulamentação clara, em que nem um setor perca, pode ocasionar.

Então, eu queria colocar rapidamente alguns números que são esses desafios que nós temos em relação aos Simples.

Vocês poderiam ver a primeira?

São números. Olhem só, 99%. Alguns dizem: "Não, mas não é exatamente isso". Mas os números são esses, quer dizer, nós temos hoje no Brasil, e, pelas informações que tenho visto, estão aumentando bastante nesses últimos três meses, 21 milhões de pequenos negócios que são considerados MEI, empresas de pequeno porte e tal. Desses, 20 milhões são optantes pelo Simples, para ver como uma mudança dessas, de uma certa forma, impacta nesse setor tão importante e, durante tantos anos, tão esquecido. Para a alegria nossa... Alguns alegam inclusive que o papel do Sebrae se reduziria com a criação do novo ministério. Nós achamos justamente o contrário: a clareza é de que hoje nós teremos, nesse setor da micro e pequena empresa, um ministério, com estrutura de ministério, que nos valorize.

Pode passar mais uma.

São os números. Eu vou deixar aqui na Comissão. Os beneficiados: 21 milhões de empresários, MEIs. Estamos falando de 54 milhões de pessoas, quer dizer, não é pouca coisa. Infelizmente, há uma sensação sempre... Há pouco tempo se valorizou isso, há pouco tempo. Eu fui Deputado aqui, lembro que, sempre que se falava de microempresa, pequena empresa, desde a Lei Geral, a gente percebia que havia meio que um desinteresse, mas acho que esses números mostram que não vai ser tão desinteressante assim.

Mais um.

Este é o nosso desafio, e, de uma certa forma, o receio de como a reforma pode impactar: 83% sobrevivem somente dois anos e os não optantes, 38%. Na última pesquisa que nós temos lá, das empresas optantes, de acordo com a forma como se aplicaria a reforma, fechariam 29%, 20% se tornariam informais e 18% das optantes reduziriam as suas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são preocupações que a gente traz aqui, Sr. Relator. Todos esses dados nós estamos cotejando o tempo todo com a Fazenda, com a Receita, com a Previdência também, porque uma das principais questões que há 20 anos nos permitiu aprovar uma lei específica tem a ver com a Previdência também.

Mais um texto, acho que só tem...

Quero dizer que... Vamos ver o que a gente esperaria.

Basicamente – até pode passar –, é que o Simples seja cuidado. Porque tem itens específicos que a gente pode discutir depois, principalmente nas vendas, em que se credita, até chegar para a indústria, principalmente. Então, há uma série de preocupações nossas no sentido da aplicação.

O que nós ouvimos lá no relatório da Câmara e do Senado, do Bernard Appy principalmente: muitas dessas ansiedades serão resolvidas com a legislação simplificada depois, porque não se pode resolver todos os detalhes num processo de reforma tão complexo como esse.

Então, são algumas preocupações que a gente vai deixar aqui, depois, com o nosso Relator, mas, de qualquer forma, enquanto Sebrae e, pessoalmente, como alguém que acompanhou este debate durante tantos anos... Repito, não acreditava que nós chegaríamos a este ponto: com uma reforma tão complexa hoje já no Senado, em tramitação, pelo menos com a garantia de se aprovar este ano. Isso realmente nos é... Enquanto Sebrae, Sr. Presidente, estamos à disposição com os nossos técnicos para dirimir as dúvidas, principalmente isto: o que significaria esse texto aprovado assim ou com as modificações que seriam feitas aqui no Senado? De que forma elas impactariam? A gente quer fazer esse debate democraticamente.

Muito obrigado pelo espaço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu é que agradeço ao nosso amigo Carlito Merss.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara, Procurador da Procuradoria Especial de Direito Tributário do Conselho Federal da OAB e representante da Ordem dos Advogados (OAB) para sua exposição, por dez minutos.

O SR. LUIZ GUSTAVO ANTÔNIO SILVA BICHARA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar V. Exa. não só pela sessão de hoje, mas pelo hercúleo trabalho de conduzir essa PEC, inclusive com sacrifício pessoal. O Brasil todo conhece o seu problema de joelho. Então, quero agradecer a V. Exa. pelo sacrifício, por estar aqui conosco hoje, e saudar meus colegas de mesa e as senhoras e os senhores presentes.

Tenho a honra, nesta manhã, de representar aqui o Conselho Federal da OAB para discutir alguns pontos alusivos à reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, quero consignar o que já foi dito ao eminente Relator: a Ordem apoia o projeto, acha que a reforma tributária será positiva para o país, sobretudo ao oferecer uma simplificação do caótico sistema tributário de hoje; mas não é porque a Ordem apoia que ela vai se abster de fazer alguns comentários, objetivando um aperfeiçoamento da proposta – e, sim, há coisas que precisam ser aperfeiçoadas, até porque, a despeito do brilhante trabalho feito pelo Deputado Aguinaldo, todos nós sabemos que a coisa, no final, foi um pouco açodada na Câmara.

Então, há esperança, acho, do Brasil todo, e muita confiança nisso, Senador Eduardo Braga, de que o Senado corrigirá um ou outro detalhe, e é o que eu pretendo tratar aqui muito rapidamente nesta manhã. Quer dizer, acho que não há dúvida, também há um consenso sobre isso, de que a reforma endereça um alívio da tributação ao setor industrial, o que, sem dúvida, é bem-vindo, mas à custa de uma tributação pesada para o setor de serviço, que emprega 70% da força de trabalho no Brasil.

A esse respeito, um comentário inicial que me parece importante: o demiurgo da reforma tributária, o Dr. Bernard Appy, Secretário da Reforma Tributária, tem uma tese, que eu compreendo e acho muito razoável, de que a tributação de serviços deve ser aumentada e nivelada à tributação de atividades comerciais, para que ela não seja indutiva de uma opção de consumo. Eu compreendo a tese e acho que ela é muito razoável, acontece que alguns serviços não são tomados de acordo com a vontade do contribuinte. O Dr. Bernard Appy sempre deu o exemplo de que o sujeito não pode ir ao *shopping* e optar por ir ao cinema ou comprar uma camisa em face da tributação. É acertado o exemplo. Só que ninguém acorda de manhã e fala: "Eu vou processar o meu vizinho só porque é barato o tributo do advogado". Ninguém contrata um advogado, um médico, um contador porque tem vontade, contrata por necessidade. Então, esses serviços têm que ter um olhar diferenciado, não são serviços que deveriam se submeter a uma tributação, como vários outros.

Além disso, no particular das profissões regulamentadas por lei específica, como é o caso da advocacia, sempre houve um cuidado do legislador no sentido de oferecer uma tributação reduzida desde 1968. Eu não estou aqui a dizer – por favor, não me entendam mal – que nós devamos plasmar, hoje, na reforma, esse sistema. O que eu estou fazendo é só uma constatação de fato: hoje a tributação de um escritório de advocacia que esteja no lucro presumido, em termos de tributação sobre o consumo, porque é disso que estamos aqui hoje a falar, é 3,65. Se aprovada a PEC nos termos em que está, vai para alguma coisa em torno de 27 a 28. É um aumento brutal! Eu não estou aqui discutindo a razoabilidade ou não da tributação de hoje, mas há um fato inequívoco de que é um aumento cavalar de 3,65 para 28, e ninguém pode achar isso normal! E, quando aprovada a tributação de dividendo, essa conta da tributação completa – receita e renda – sobe de aproximadamente 15 para 50,02, se aprovado o PL de dividendos nos termos hoje propostos.

O que quer dizer isso? É o seguinte: um brutal incentivo à desorganização das sociedades. Vai todo mundo voltar a prestar serviço como pessoa física. Também, é claro, não vamos fechar os olhos para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade, o que é que vai voltar? Aquela velha prática: com nota ou sem nota. O sujeito vai ao médico e, se custar 50% a mais com nota, a sonegação vai grassar! Não há a menor dúvida disso.

Então, o que a Ordem propõe aqui não é uma alíquota diferenciada, propõe uma discussão madura sobre um tratamento específico, nos termos que inúmeros outros setores terão. Aliás, não propõe só para a advocacia, propõe para todas as sociedades de profissão regulamentada.

Aliás, vê-se que há um raciocínio, hoje, que permeia, um pouco, essa discussão no sentido de que tratamentos diferenciados, necessariamente, causarão um aumento da alíquota modal. E eu queria, com o maior respeito, consignar que essa premissa é bastante inexata. Por quê? O cálculo oferecido pela Secretaria de Reforma Tributária ao Senado contém uma série de variáveis absolutamente inexatas e imprecisas. Dou alguns exemplos bastante simples: há inúmeros setores que não têm ainda um tratamento definido pela PEC. São setores que terão tratamento definido em lei complementar, portanto, simular o cálculo agora é um exercício de futurologia. Dou exemplo: bancos, setor de combustível, lubrificantes, operações imobiliárias, planos de saúde, apostas, compras governamentais... Esses cálculos não estão feitos. O Legislativo é que, futuramente, definirá qual será a tributação deles.

Portanto, o que se faz, hoje, é uma mera estimativa, mas não é só, Presidente; há também inúmeras outras válvulas de escape para que a União aumente tributação do consumo. Um exemplo evidente é o imposto seletivo, porque hoje nós estamos dentro de uma cláusula inteiramente aberta que tributará bens e operações nocivas à saúde e ao meio ambiente. Ora, para um ambientalista radical, a própria existência do ser humano sobre a Terra causa dano ambiental. Então, nós precisaríamos entender minimamente qual será o campo de incidência desse tributo.

O que eu quero dizer com isso é que há um vastíssimo campo de aumento da tributação sobre o consumo, de maneira que os cálculos apresentados ao Senado são razoavelmente imprecisos. Aliás, e o Governador Ronaldo Caiado sempre lembra isso, no PowerPoint apresentado ao Senado, a própria Receita Federal, e isto é grave, diz que não se responsabiliza pelos cálculos. Vou tomar a liberdade de ler o trecho:

> Um esclarecimento necessário é que as hipóteses dos cenários hipotéticos foram formuladas pela Secretaria Especial de Reforma Tributária e são de sua inteira responsabilidade. A participação dos técnicos da Receita Federal nesse caso se restringiu a fornecer informações complementares.

Quer dizer, eu vejo, Senador Eduardo Braga, que V. Ex. tem dito, com toda a propriedade, que há 70 dias pede os números, e eles não chegam. Talvez por isso, talvez porque a própria Receita Federal tenha alguma ressalva sobre esses cálculos.

O tempo já vai se esgotando, e há um outro aspecto importante que eu queria consignar, que é fundamental para a OAB, que é o tratamento das empresas do Simples. Acho que o Dr. Carlito resumiu bem o problema, mas há um dado gravíssimo: é que não é verdade que essas empresas estejam sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantidas intactas. O regime do Simples está sofrendo, sim, uma alteração relevante, que é precisamente no sistema de creditamento. Então, hoje, se uma sociedade do Simples presta serviço para uma grande empresa, essa grande empresa toma o crédito cheio do PIS e Cofins. No cenário futuro, esse crédito será unicamente correspondente à parcela de tributo que a empresa do Simples pagará. Então, a sua contratação passa a ser desinteressante. Claro que alguém dirá: "Mas será mais barata também". É verdade, fica em pé de igualdade. O problema é que a Constituição, no art. 179, não manda que fique em pé de igualdade; a Constituição manda que as empresas do Simples sejam privilegiadas, que tenham um tratamento privilegiado. Portanto, o pé de igualdade não parece dar cabo do mandamento constitucional.

Um outro ponto muito relevante que eu queria também abordar é a questão da transição.

Tem em um eslaide... Se o senhor puder compartilhar, por gentileza.

A questão da transição. Durante toda a discussão da reforma – pode ir passando, por favor –, durante toda a discussão da reforma, nos foi dito que haveria uma transição de dez anos. Assim afirmou o Dr. Bernardo Appy:

> Precisamos de dez anos, porque tem muito investimento feito em cima do sistema tributário atual. Se mudar de hoje para amanhã, vai ter empresa quebrando ou tendo que operar com uma margem tão baixa que ocasionará perda de capital. Então, precisamos desse tempo para que se possa recuperar o investimento feito em cima do sistema tributário nacional.

E aí o que acontece? Há uma transição, que não é de dez anos, mas de cinco anos, para estados e municípios, e não há transição para a União. Isto é muito importante: acho que boa parte da sociedade está sendo enrolada – me desculpem a expressão coloquial –, mas está sendo enrolada com essa conversa de transição. Na parcela federal, a CBS, que é o IVA federal, que substitui PIS e Cofins, não há transição, há alíquota teste em 2026. Em 2027, desaparecem PIS e Cofins e entra a CBS, em uma alíquota projetada, hoje, de 12. Aí, alguém dirá: "Não, mas não é de 12, vai ser de 9". Mas do PL apresentado pela União consta lá ainda, o 3.887. Então, até que se retire do projeto, a alíquota estimada é de 12. E aqui haverá um aumento da noite para o dia, de 3,65 para 12. "Ah, tudo bem, é não cumulativo, isso será repassado no preço". Mas aí há uma discussão que é de uma ingenuidade comovente, que é a de inelasticidade de preço. É claro que nem todo preço vai comportar isso. Então, esse aumento é um aumento brutal, e não há transição, então, para a parcela federal.

Agora, eu pergunto aos colegas aqui presentes: durante todo o tempo se disse que a simplificação era o Santo Graal dessa reforma. Por que fazer, então, uma transição tão complexa e com regras diferentes para o IVA federal e o IVA estadual e municipal? Isso é a União operando na base do "farinha pouca, meu pirão primeiro", querendo aumentar a sua arrecadação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teria outros pontos a considerar, Sr. Presidente, mas meu tempo já vai se esgotando, então eu agradeço a atenção, a gentileza de V. Exa. em me ouvir. E fico, claro, à disposição para prosseguir nos debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço a contribuição.

Agora, está presente, de forma remota, e eu lhe concedo a palavra, o Sr. João Carlos Galassi, pelo prazo de dez minutos.

O SR. JOÃO CARLOS GALASSI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente. Meu querido Eduardo Braga, Senadores da República, Relatora, demais amigos aí da mesa, meu muito obrigado pela atenção, pelo tempo dispensado.

Bom, Senador, peço desculpas por não estar presencialmente. É porque nós estamos promovendo um evento nacional do setor de supermercados e, infelizmente, caiu exatamente na data desse evento – inclusive, o senhor foi convidado e, pela própria agenda, não pôde estar presente –, no qual nós recebemos aqui alguns amigos Senadores: o Izalci, o Angelo Coronel, o Efraim, a quem eu agradeço pela presença.

Presidente, iniciando a nossa apresentação... Vamos só projetar na tela aqui a apresentação.

Só queria ter certeza: vocês estão me ouvindo bem? Está tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Estamos ouvindo bem.

O SR. JOÃO CARLOS GALASSI (*Por videoconferência*.) – Obrigado. Então, está ótimo. Vamos à apresentação.

Precisa autorizar, liberar a nossa apresentação, Presidente. (*Pausa.*)

Vamos lá, pronto. Bom, vamos lá, Presidente.

Inicialmente, nós gostaríamos aqui de apresentar as conquistas do povo brasileiro na reforma na Câmara dos Deputados, as quais nós gostaríamos de manter aí, à frente, no Senado também. Primeiro, a criação da cesta básica nacional de alimentos, com alíquotas dos tributos reduzidas a zero; produtos destinados à alimentação humana com redução de 60% na alíquota; produtos para a saúde menstrual com redução de até 100% na alíquota; produtos hortícolas, frutas e ovos com redução em 100% das alíquotas; higiene pessoal com redução de 60% na alíquota; bares e restaurantes com regime específico para tributação definido em lei complementar; empresas do Simples Nacional gerando créditos tributários em montante equivalente ao cobrado por meio do regime único e, no caso do recolhimento em separado, gerará crédito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de maneira integral; aproveitamento de saldos do ICMS; as alíquotas de referência revisadas anualmente com vistas à manutenção da carga tributária.

Agora, nós gostaríamos de fazer uma pequena apresentação dos pontos em que nós entendemos que poderíamos avançar numa melhora do texto ao longo dos debates do Senado, temos alguns pontos. Aqui vale lembrar que nós estamos representando a Unecs, que é o instituto União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços, que contemplam grandes entidades que representam o setor de comércio e serviços. Então, os primeiros pontos, Presidente, que nós entendemos ser de muita relevância, são:

1) apresentação de impacto regulatório para apresentação de lei complementar;

2) possibilitar o creditamento da folha de pagamento;

3) ampliar redução de 60% da alíquota para produtos de higiene (supressão do termo "pessoal") – aqui, Presidente, trago uma observação: no texto foi aprovado "higiene pessoal", e, em audiência com o senhor, com o seu vasto conhecimento de gestão como Governador, com todo o tempo de Senado, o senhor percebeu rapidamente que o termo "pessoal" estaria de alguma forma impedindo que nós pudéssemos avançar para alguns produtos de extrema necessidade do povo brasileiro, como, por exemplo, água sanitária, que seria para higienização dos alimentos e não estaria contemplada se no texto for mantido "higiene pessoal", e, sendo mantido apenas "higiene", isso será possível, então, eu agradeço ao senhor por essa observação e por essa visão clara, até por conhecer muito bem o comércio como um todo;

4) direito ao crédito integral da CBS e do IBS nos regimes especiais de tributação, inclusive para que o Simples Nacional também tenha acesso ao mesmo direito, ou seja, os benefícios que hoje tem o Simples;

5) supressão dos trechos relativos ao IPTU e ITCMD – aqui, Presidente, não é que nós somos contra a discussão sobre patrimônio nem IPTU, é que nós entendemos que estamos fazendo uma reforma tributária para discutir a questão do consumo, não dos tributos que, de alguma forma, estão relacionados à renda, e entendemos que não faz nenhum sentido esses dois tributos estarem sendo debatidos na reforma tributária;

6) garantia do aproveitamento de saldos credores do IPI, PIS e Cofins;

7) redução do prazo para aproveitamento dos saldos credores de ICMS, que está em torno de 240 meses;

8) redução em 60% das alíquotas de bens e serviços relacionados a sistemas para gestão do comércio e para conformidade fiscal e contábil;

9) supressão da possibilidade de instituição, por parte dos estados e do Distrito Federal, de contribuição sobre produtos primários e semielaborados – eu entendo aqui a preocupação dos estados, mas, como foi aprovada de última hora essa questão, nós entendemos que precisamos debater um pouco mais, acabou gerando um novo tributo que também é um tributo cumulativo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10) estabelecer alíquota máxima para cada ente federado; e aí, é uma proposta do senhor basicamente, não é, Presidente, que tem batido muito nessa tecla. Eu acho fundamental nós termos um teto, nós termos um limite. Já foram apresentadas algumas propostas de 20%, de 25%. Seja qual for a proposta, o importante é ter um teto. Nós estamos comungando da mesma ideia e aplaudimos a sua iniciativa de propor um teto na questão dos tributos sobre consumo;

11) exclusão do condicionamento do crédito ao pagamento de impostos;

12) substituição do imposto seletivo por uma alíquota majorada do IBS e da CBS e vedar a incidência sobre alimentos, energia elétrica, combustíveis e telecomunicações; aqui nós temos duas questões, Presidente. A primeira é que nós entendemos que o imposto seletivo é um imposto punitivo, assim como o imposto seletivo traduzido antes como IPI. Nós tínhamos antes, o imposto seletivo vem para substituir o IPI.

O IPI basicamente aleijou a nossa indústria, prejudicando-a de uma forma quase que irrecuperável. E agora nós estamos trazendo esse imposto seletivo sobre saúde e meio ambiente, e ninguém sabe qual será o impacto desse imposto sobre essas áreas. Até porque essas áreas também são tão amplas que é impossível nós termos ciência correta do fato.

E a questão é que, inclusive quando a reforma tributária for aprovada este ano, esse imposto já passa a ter o direito de ser cobrado a partir do dia 1º de janeiro. Então, ou nós eliminamos de vez o imposto seletivo e o trocamos por um imposto, uma alíquota, mesmo o IVA, o IBS, a CBS majorado. Essa é a nossa proposta. Ou que se faça de fato uma seletividade clara sobre onde será aplicado o imposto seletivo. Cigarros? O.k. Bebidas alcoólicas? O.k.

Então, ou seja, como está, está muito amplo. E o pior, ele está tão amplo e poderá ser adicionado a questões extremamente relevantes à população brasileira como um todo: energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, como eu comentei, inclusive alimentos.

Indo quase para o final:

13) assegurar a desoneração constitucional sobre os produtos destinados à alimentação no mundo alcança o consumidor final;

14) garantir que o tratamento diferenciado aos alimentos destinados ao consumo humano se dê desde a sua produção até o consumo final.

Aqui é um ponto importante, Presidente. Caso nós tenhamos lá uma desoneração da cesta básica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CARLOS GALASSI – ... a criação da cesta básica nacional. E aí, nós temos lá uma proteína, por exemplo, uma carne bovina, uma carne suína ou um frango, enfim, dentro da cesta básica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional. Ela deveria, e é o que nós entendemos o correto, ela correr em toda a cadeia, ela ser isenta em toda a cadeia, e não simplesmente na ponta. Garantir o tratamento diferenciado, como eu comentei agora.

E aqui, Presidente, depois, nós fizemos, para cada lei que nós estamos propondo, para cada proposta dessas, nós temos aqui o texto atual e a proposta que nós estamos sugerindo, já com a proposta de alteração do texto, facilitando assim o entendimento para todos, principalmente, para os que preparam as leis complementares ou as leis de substituição neste momento.

Então, é isso, eu vou só tirar da tela aqui. Eu só queria agradecer o tempo que o senhor nos dedicou, em nome da Abras, da instituição União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços. Nós agradecemos e estamos abertos, Presidente, a qualquer tempo, a qualquer momento, para uma conversa com os Srs. Senadores, para podermos aprofundar qualquer um dos temas.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós agradecemos a contribuição do Sr. João Carlos Galassi e passamos a palavra ao Sr. Luigi Nese.

O SR. LUIGI NESE (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos. Bom dia, Senador. Obrigado, principalmente, pelo convite que nos está dando a oportunidade de falar um pouquinho sobre o setor de serviços, que é o setor, inclusive, que vai ser mais penalizado por essa reforma, como já foi dito anteriormente aqui.

Nós não estamos pleiteando aqui, através dessa nossa apresentação, nenhum específico incentivo ou benefício para um setor em detrimento de outro setor. Nós estamos colocando uma tese genérica de como está situado o setor de serviços nessa reforma.

Por favor, o primeiro.

Como é que está distribuída a atividade econômica? O setor de serviço representa, hoje, 74% do PIB, incluindo-se o comércio, o setor financeiro e o setor público, e somente o setor privado e o não financeiro representam 37% do PIB, que é três vezes mais, por exemplo, do que a indústria de transformação, que é para onde, basicamente, está voltada essa reforma tributária. Nada contra a indústria, pelo amor de Deus, mas nós temos que fazer exatamente uma reforma que seja equânime e que abranja e beneficie toda a economia, e não especificamente um setor em detrimento de outro. Transferência de renda não é o caso, não é o objetivo dessa reforma, mas vai acontecer, infelizmente.

Por favor.

Hoje, das pessoas ocupadas, 70% estão no setor de serviço. É o setor que emprega e, hoje, que mais paga imposto e vai ser penalizado conforme essa reforma é equalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distribuição do emprego por carteira assinada – por favor –: 77% está no setor de serviço. Isso quer dizer que aqui está demonstrada, Senador, a importância do setor e que nunca foi levada em consideração nessa reforma nas discussões básicas, infelizmente. Nunca. Nós sempre colocamos como um processo de melhoria da simplificação, coisa que também não está sendo proposta aqui. O imposto que era para ser um, agora já são quatro. Portanto, não é simplificar, está complicando.

E, se o imposto é tão bom quanto estão falando, por que tem que ser colocado no imposto que foi implementado 60 anos atrás, para hoje viabilizar, aqui, no Brasil, um imposto dessa natureza que precisa de sete anos para ser implementado? Se ele é bom, pode ser implementado imediatamente; não precisa esperar sete anos.

Outra questão também que o setor de serviço quer levantar é que sempre se falou que o setor de serviço emprega mão de obra pouco qualificada.

Por favor, o outro eslaide. Mais um.

Hoje, o salário médio do setor de serviços é maior que o próprio da indústria de transformação. Então, hoje, nós representamos especificamente o setor profissionalmente bem qualificado e que abrange os setores, inclusive, mais avançados de TI, de *software*, desenvolvimento de *software* e desenvolvimento de tecnologia. Essa é uma coisa que nunca foi levada em consideração e, hoje, tem que ser levada em consideração, inclusive no processo da economia digital, que não está mais aqui através de uma nota fiscal, e, sim, da nuvem. Isso é outro aspecto da não simplificação do setor.

Nós temos todo o arcabouço dessa reforma tributária baseado na nota fiscal, que é um documento que segue a mercadoria, coisa que não vai acontecer mais na nuvem, quando você tem hoje qualquer economia que pode ser feita através de um processo digitalizado – coisa que, agora, por exemplo, para conseguir mais recursos imediatamente, o que se foi buscar? Está se buscando o recurso em cima do jogo, que é informatizado, não é nota fiscal.

Por favor, o outro.

A proposta que foi colocada, que hoje está, como todo mundo sabe – por favor – é o IVA dividido em dois setores, a CBS e o IBS, o que é a simplificação do IBS e, praticamente, é a unificação só do PIS e do Cofins, e acabar com o IPI. É mais ou menos isso, o resto é problema dos estados, que é o calcanhar de Aquiles para resolver essa situação, hoje, da economia, porque os estados, efetivamente, não têm condição de sobreviver com o imposto do jeito que está.

O que nós propomos desta proposta aqui?

Baseado na proposta de dedução de três alíquotas padrões, reduzindo 50%...

Por favor, o outro. A outra, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alíquota necessária de que hoje precisaríamos, que nós estimamos, conforme a apresentação da PEC 45, seria substituir os R$918 bilhões por uma alíquota para arrecadar esses R$918 bilhões.

Nós calculamos, Senador, uma alíquota que hoje é, inclusive, menor do que aquela que está sendo proposta.

Por favor.

Hoje, para arrecadar os R$918 bilhões, precisaríamos de uma alíquota de 21,8%. Agora, evidentemente, tem espaço para outros benefícios de alguns setores. Eu não sei quantos setores vão ser beneficiados, porque cada vez que se tira de um setor, vai ter que aumentar para o outro e, portanto, essa alíquota provavelmente vai aumentar em função disso, para manter.

Mas hoje, com uma alíquota de 21,8%, a gente arrecadaria os impostos que estão sendo substituídos pelo novo sistema.

Por favor, o outro.

Esse demonstra a transferência tributária. Quais são os setores que ganham e os setores que perdem?

Vocês podem ver que até o setor financeiro ganha. Imaginem uma reforma tributária hoje fazendo com que o setor financeiro ganhe em detrimento do setor de serviços que está pagando a conta e está empregando. Quer dizer, é uma coisa que eu acho que... eu não entendo. Eu acho que nós estamos subvertendo a ordem lógica da criação desse novo imposto.

Estimativa do impacto: com essa alteração que está sendo proposta hoje – por favor, o outro eslaide –, nós teríamos o aumento do PIB, do jeito que está hoje, vindo da câmara e que está sendo proposto, nós teríamos um aumento do PIB de 0,5%, um aumento do emprego de 0,3% e um aumento da inflação de 0,66%, porque a inflação é a reposição de preços, e vai ter um aumento de carga tributária. Por isso que a inflação vai aumentar. Mas assim mesmo, vai ter o benefício de 0,5% do PIB e 0,3% do emprego.

Por favor, o outro. Isso, conforme a reforma tributária.

Nós elencamos alguns setores para mostrar exatamente que fizemos as projeções sobre o que vai acontecer para alguns setores. O setor de TI, por exemplo, que é um setor importante, vai ter um aumento de carga tributária de 125%, considerando-se, Senador, a desoneração da folha de pagamento, que está tramitando no Congresso e que espero que seja aprovada, porque é uma coisa importantíssima para aqueles 17 setores que estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Aqueles 17 já foram aprovados.

O SR. LUIGI NESE – Falta ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Falta?

O SR. LUIGI NESE – Falta. Falta ainda aprovar. Espero que seja aprovado, porque é importantíssimo para esses 17 setores.

Mas os preços... vai ter um impacto nos preços de TI de 6,8%. A demanda deve cair 2,5%, o PIB deve cair 4,4%, e o emprego, 68 mil postos de trabalho, apesar da desoneração da folha de pagamento e com a implementação da nova alternativa.

Por favor, o outro.

Alguns setores que foram colocados já pelo Bichara, muito bem, por relações profissionais, nós temos aqui: na engenharia, vai ter um aumento de 238% no impacto nesse setor; nos preços, 7,6%.

Por favor, o outro.

Serviços profissionais em geral, 121%; preços, um impacto de 5,4%. Nos serviços.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIGI NESE – E assim vai. Segurança privada, 299% de aumento. Eventos, 68% de aumento. Academias e condicionamentos, 114%.

O que é que nós estamos propondo, Senador? O objetivo nosso aqui é vir solicitar o apoio integral na desoneração da folha de pagamento, para todos os setores, não só para os 17 que vão ser ou que foram aprovados, mas, sim, para todos os setores. E a nossa proposta é simples.

Por favor.

É a desoneração, diminuindo o GPS, o INSS, eliminando o INSS sobre a folha de pagamento, diminuindo a contribuição dos trabalhadores, inclusive em três pontos percentuais hoje, em que eles estão sendo onerados, e eliminar o Incra e o salário-educação. Essa é a nossa proposta base de desoneração da folha de pagamento, para nós pelo menos diminuirmos o impacto crucial que vai ter com essa reforma tributária.

A estimativa de alíquota que nós estamos propondo, Senador, para fazer essa alteração e arrecadar 271 bilhões, que a previdência... 275 bilhões que a previdência arrecada sobre a folha de pagamento...

Por favor.

É de 0,74% de uma contribuição previdenciária, que a gente chamou CP. O que é essa contribuição previdenciária? Todos esses recursos irão diretamente para a previdência; não passarão por uma comissão, não passarão por uma federação, uma associação, uma fundação para distribuir esse dinheiro. Não, esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro vai diretamente para a Previdência, simplesmente com a arrecadação sobre um sistema exemplar, parecido com a Contribuição sobre a Movimentação Financeira, o princípio é o mesmo.

O cálculo do imposto, com isso... A gente aumentaria 0,9%... diminuiria 0,9% nos impactos se a gente implementasse esse tipo de solução? E quais seriam as vantagens?

O impacto do cálculo...

Mais uma por favor.

Nós teríamos um aumento do PIB só com essa desoneração da folha de pagamento para todos os setores, um aumento de 1,5% do PIB, um aumento de 1,7% do emprego, com 1,8 mil novos postos de trabalho, a redução da inflação em 0,6%. Tudo aquilo que a PEC 45 ganhou, teve de ganho, nós estaremos triplicando esse ganho se nós fizermos apenas a desoneração da folha de pagamento, sem fazer todo o arcabouço de modificação do sistema tributário brasileiro. Só com isso Senador, a gente conseguiria. É tudo o que nós estamos precisando hoje: diminuição da inflação, aumento do emprego e eliminação das tributações sobre a folha de pagamento.

As oito vantagens: fim da sonegação; Contribuição sobre a Movimentação Financeira, que vigeu durante doze anos, nunca teve nenhum problema com relação à sonegação, foi arrecadada sem ninguém ter sonegado; a redução do custo Brasil, com 0,6% do IGP; aumento das exportações; aumento da competitividade internacional e nacional; aumento dos investimentos; crescimento econômico de 1,5%, após 18 meses; aumento do emprego, com 1,7% de novos empregos, milhões em 18 meses; aumento da formalidade. Essa é outra informação que a gente conseguiria. Com todo mundo pagando essa Contribuição sobre Movimentação Financeira, nós diminuiríamos a informalidade do trabalho hoje.

As receitas...

Por favor, mais um.

Outra coisa importante é financiar, através desse sistema, Senador, a arrecadação e a Previdência, que hoje tem o déficit. Hoje, o déficit da Previdência é R$271 bilhões, ao longo desses 20 anos em que se transgrediu. Os senhores podem ver que isso tende a aumentar cada vez mais. Com isso, a gente aumentaria a base de tributação para arrecadar mais imposto para financiar a Previdência, que é um dos pontos-chave do grande déficit que nós vamos ter pela frente.

Por favor, mais um.

A estimativa que nós estamos propondo para que isso aconteça, Senador, é de um aumento de arrecadação, que nós teríamos, com a alíquota sobre a folha de pagamento e alíquota dessa CPMF, que seria a CP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor vê que existe um aumento gradativo em função da mudança simplesmente da base, enquanto no setor, infelizmente... Cada vez mais, nós temos menos gente celetizada e mais gente que vai trabalhar como autônomo, como pequeno empresário, etc. Portanto, a nossa base maior da Contribuição sobre a Movimentação Financeira seria maior e, com isso, a gente iria arrecadar.

Por favor, mais uma.

Essa é uma informação importantíssima, Senador, que eu queria mostrar para vocês com relação a isso. Nós temos um déficit, mostramos o déficit da Previdência. Se nós tivéssemos implantado isso nos anos 2000, que era a nossa proposta, pois há 22 anos que a gente defende essa proposta, a CNS, nós teríamos um ganho de R$302 bilhões a mais de arrecadação, sem aumento de carga tributária, simplesmente pelo aumento da demanda e aumento da economia como um todo.

Isso é uma forma gradativa e uma base melhor para você financiar a Previdência, coisa que hoje cada vez menos vai ser, ter gente celetizada. E nessa conta a adequação não fecha, porque a celetização cada vez vai ser menor em função da mudança de estrutura econômica no mundo inteiro – não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Cada vez vamos ter menos gente trabalhando celetizada e muito mais gente trabalhando através de um sistema mais tecnológico e com mais economia digital.

Nós estamos propondo uma emenda e, para fazer isso, precisamos apenas de uma modificação da emenda da PEC, no art. 195 da Constituição. Alterando esse art. 195, a gente gostaria de criar uma contribuição sobre a movimentação financeira que seria a CP (Contribuição Previdenciária), que vai diretamente para a Previdência. E, com isso, eu peço aos Senadores presentes que apoiem essa nossa PEC, que está sendo feita e apresentada.

Mais uma, por favor.

Queria mostrar para os senhores qual é a importância da desoneração da folha de pagamento. Nós fizemos uma simulação só do setor de TI, que é um setor importantíssimo.

Por favor.

Se nós tivéssemos, hoje, o impacto da CNS em TI, a contribuição de redução da carga tributária do setor de serviços seria de R$15,5 bilhões, se nós implementássemos essa contribuição, essa instrumentalização financeira, substituindo a folha de pagamento. Nos preços, teríamos uma redução de 6,2%; a demanda aumentaria crescendo 3,3%; o PIB 4,4%; e mais 26 novos empregos.

Por favor.

Se nós mantivermos a desoneração, a atual desoneração da folha de pagamento, com o novo sistema, a gente teria um aumento de arrecadação direta de 90%, substituindo os 2,5% sobre o faturamento.

Por favor, mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a extinção da atual política de desoneração da folha, Senadora, já haveria um aumento de carga tributária de R$5 bilhões, um impacto de 2%, uma demanda no serviço de tecnologia de 1,1% e um PIB de 1,4%.

E, no pior dos mundos, Senadora, aliás, se nós extinguirmos os benefícios sobre a desoneração da folha atual e implementássemos a PEC 45, nós teríamos um aumento de carga tributária para o setor de TI de R$23,1 bilhões, só com o problema da desoneração da folha de pagamento.

O senhor vê quais são as distorções que existem entre uma comparação com relação a isso na folha de pagamento.

Com o aumento dos preços, nós teríamos 88%, a demanda dos serviços de tecnologia cairia 3,6% e o PIB cairia 5,8%. Somente com essa alteração e modificação do sistema tributário sobre a folha de pagamento.

Por isso, Senador, a nossa proposta básica é a desoneração da folha de pagamento. Nós não vamos discutir alíquota, nós não vamos pedir benefícios para nenhum setor, mas simplesmente a desoneração da folha para minimizar o impacto que essa solução vai ter ao ser imposta ao setor de serviço como um todo.

É isso aí, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço a contribuição.

Passo a palavra ao Sr. Gilberto Alvarenga.

O SR. GILBERTO ALVARENGA (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia aos colegas de mesa e aos Srs. Senadores que nos deram a oportunidade de ouvir um pouco sobre as questões afetas do setor de turismo, que eu vejo que é a representação principal deste evento.

Eu represento a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo. Então, a gente está aqui representando também o setor de serviços, assim como o setor de turismo.

A gente sabe que, no Brasil, a carga tributária é equalizada a países da OCDE, muito embora a gente não tenha a realidade desses países. E a gente tem uma crescente carga tributária também, se a gente pensar em 1991, com uma tributária de 20% e, em 2022, com uma carga tributária de 32%, a gente tem uma evolução significativa da carga tributária.

Se a gente pensar nessa carga tributária somada a fatores relacionados à tributação no Brasil, a gente vê que empreender no Brasil não é um investimento; geralmente, é uma necessidade do cidadão. Isso porque a gente tem uma carga tributária alta e um sistema complexo. E, aí, vai o elogio da CNC à reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária, que busca, sobretudo, a simplificação da carga tributária atual se falarmos em obrigações acessórias e outros fatores.

Bem, o ponto é que essa simplificação precisa encontrar alguns limites, e um dos limites é a impossibilidade de tratarmos situações que são notoriamente desiguais de forma igual, o que está gerando uma desigualdade. A gente verifica que o setor de serviços – e isso já foi falado pelo representante da OAB, da CNS e, inclusive, do Sebrae – possui uma realidade distinta, porque ele possui um custo que estaria de fora da análise e da tributação do consumo, ou seja, um custo que não geraria crédito, que seria o custo inerente à folha de pagamento.

Nós, da CNC, fizemos simulações. Veja, não pegamos dados inventados; pegamos dados do próprio IBGE e simulamos setorialmente o impacto da carga tributária se tomarmos por base uma alíquota – e aí veja que, à época, fizemos a 25%, já se fala em uma alíquota próxima a 30% – por setor. Se a gente pegar o setor de serviços, em média, essa carga tributária vai aumentar, se a não cumulatividade plena for perfeitamente observada, o que eu acho difícil, em 70%. Se tivermos percalços na observância dá não cumulatividade, ela pode chegar a 190%.

Essa mesma análise foi feita por nós considerando, também, o Simples Nacional. E vejam: no Simples Nacional, a gente pode chegar a um aumento da carga tributária de 100% a 271% das empresas no Simples Nacional. É muito difícil e... "Ah, mas o Simples Nacional vai passar a dar crédito". Perfeito! Será que o fornecedor ou, na verdade, o cliente da empresa do Simples Nacional vai conseguir absorver esse aumento de custo? Será que a gente não está fomentando, na verdade, a sonegação de tributos e a gente está espremendo, cada vez mais, aqueles empresários que empreendem de forma adequada e formal, de acordo com a legislação tributária do Brasil? Eu acho que esse é um ponto em que a gente tem que pensar.

Diante disso, aproveito para trazer três propostas que a CNC considera importantes para que haja um ajuste na PEC 45. A PEC 45 é realmente adequada, necessária, mas ela não pode, pura e simplesmente, tratar o setor de serviço de uma forma equalizada a outros setores. E aí, um ponto que eu chamo a atenção, e isso é muito importante, que... "Ah, não, porque em outros países...". Vou citar um exemplo: no Canadá, o serviço tem a mesma tributação do comércio. Mas, por favor, qual é a alíquota do Canadá? São 5%. A gente não pode ter como parâmetro um país que tenha uma alíquota de um sexto da nossa perspectiva de alíquota final – e isso é um ponto importante.

Diante disso, a primeira sugestão seria que fizéssemos – e isso é uma questão de equalização, não é uma questão de tratamento diferenciado – algo similar ao que acontece hoje na Lei Complementar n° 116, em que há um rol de atividades que se sabe que são atividades que têm uma necessidade de tratamento mais equalizado, principalmente para que a gente não esteja fomentando aqui a informalidade. Então, a primeira proposta é a alteração do art. 9º, §1º, a fim de que Lei Complementar possa criar uma relação de atividades que teriam um tratamento equalizado, por serem atividades afetas ao setor de serviço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda proposta seria a emenda do emprego. A emenda do emprego já foi apresentada como emenda, é a emenda do Senador Laércio Oliveira, que salvo engano está aqui presente. É a Emenda n° 142, que visa – e acho que o ponto mais importante é que a emenda do emprego não estaria afeta a uma determinada atividade; estaria afeta a empresas que possuem um maior índice de empregabilidade se comparado à média nacional –, essas empresas teriam um fator de redução da alíquota do IVA e, a partir disso, seria possível uma equalização dos custos de folha em detrimento de uma redução, na verdade, uma equalização custo de folha *versus* uma redução da alíquota efetiva do IVA. Isso, em simulações que fizemos.

Para os senhores entenderem, a indústria tem menos de 10% de custo de folha; o comércio chega a aproximadamente 20%; o serviço tem, em média, 45%; mas algumas atividades chegam a 80% ou 70%, e aí são atividades de alta empregabilidade. Impossível uma empresa que tem 80% do custo de folha competir numa não cumulatividade e não ter, não sofrer uma redução substancial da carga tributária no sistema proposto como não cumulativo.

Por fim, a gente propõe também uma emenda que geraria um tratamento mais equalizado às empresas do Simples Nacional, atendendo o anseio do art. 170, inciso IX, da Constituição. Vejam, é uma ordem o art. 170, inciso 9º. O STF já equivaleu isso a princípio. Existe uma necessidade, então, muito fundamental de que haja minimamente um creditamento presumido para as empresas de serviço a fim de que as mesmas minimamente compitam com as demais empresas. A gente não está tratando e não pode tratar uma empresa do Simples Nacional em situação equivalente às demais empresas. A Constituição não ordena que isso seja feito. A Constituição ordena que haja um tratamento favorecido e essa emenda busca isso.

Por fim, eu acho que um ponto importante é que a gente tem a questão do serviço e a questão do Simples Nacional como questões tão importantes que nos limitam a debates que seriam muito mais relevantes. Eu gostaria aqui de colocar outros pontos que entendemos como necessários à readequação da reforma tributária. Já foi citado anteriormente que a questão da transição é uma questão que precisa ser repensada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO ALVARENGA – Existe a questão do conceito de uso e consumo pessoal. Existe a questão da possível divergência futura de entendimento e interpretação do IBS e da CBS, que serão administrados por órgãos distintos. Seriam pontos muito importantes, Sr. Presidente, para discutirmos aqui, mas a questão do serviço e a questão do Simples Nacional acabam afastando qualquer outro debate e tornam esses dois pontos como pontos fundamentais para que a gente consiga prosseguir na análise de uma reforma tributária adequada, justa e desenvolvimentista.

Obrigado a todos e um bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a contribuição do Sr. Gilberto.

Concedo a palavra ao Sr. Breno de Figueiredo Monteiro, Presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), para sua exposição, por dez minutos.

O SR. BRENO DE FIGUEIREDO MONTEIRO (Para expor.) – Senador Eduardo Braga, eu agradeço o convite para a Confederação Nacional de Saúde participar desta audiência pública. Cumprimento o Senador Izalci, Vice-Presidente da Frente Parlamentar dos Serviço de Saúde. Saúde faz parte do complexo de serviços deste país, mas representa 9,4% do PIB brasileiro – só a saúde. Nós empregamos 2,8 milhões de trabalhadores. Portanto, temos algumas características que precisam ser observadas aqui.

Não se falou, até agora, em um público extremamente importante da gente avaliar. As pessoas que ganham até R$2 mil neste país são tributadas quase na sua totalidade sobre imposto sobre consumo, em torno de 93%. E sobre elas a gente precisa tratar, seja através da desoneração... E ocorre isenção, já no texto, da cesta básica, ocorre a possibilidade, como já se falou, de *cashback* e tantas outras iniciativas que precisam estar nesse texto para a gente favorecer essa parcela da população. Mas não é só isso. Ela favorece o país. Nós temos...

Pode passar aí.

Nós temos hoje algumas complexidades. Nós temos uma litigiosidade muito grande na questão tributária neste país. A cada 25 minutos, uma regra é criada sobre o sistema tributário brasileiro. Só aqui, nesse estudo do Insper, 751 empresas somariam um contencioso judicial de mais de R$120 bilhões. Isso é impossível de a gente ter uma lógica que não possa ter a necessidade de a revertermos com uma reforma tributária.

Pode passar.

Temos também, comparando com outros mercados, um custo de burocracia muito alto. Se você comparar o Brasil, nós temos em torno de 2,5% de custo para fazer o pagamento de tributos no Brasil. Quando você compara com outros países, como os Estados Unidos, você tem dez vezes menos esse custo. Isso pesa muito no preço final.

Aqui tem um exemplo de que hoje – pode passar mais – nós temos, sem a reforma, a necessidade para fazer o pagamento desses tributos, que são sobre o consumo, de 885 horas. Com a nova reforma, com a proposta que está sendo feita, isso haveria uma redução de 68% de horas de trabalho, o que diminuiria o custo de trabalho e, obviamente, de despesas para todas as empresas.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer aqui que também o setor de saúde não é apenas seis empresas que estão operando em bolsa. Na realidade, as empresas de saúde privada – estão aqui os números, dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde do próprio Governo –, 73% dessas empresas com fins lucrativos têm menos de 50 leitos. Então, são unidades de pequeno porte e que estão concentradas na maioria dos municípios do interior deste país. Elas estão pagando imposto sobre... todos esses tributos.

Eu sigo para dizer assim: apenas observar ao Senado que qualquer alíquota diferenciada que possa ser dada ao setor de saúde não é para as grandes empresas; é para esse setor que é majoritariamente pequeno e que está instalado no interior do país.

Pode passar.

Aqui, nós contratamos uma consultoria – LCA Consultores – para enxergar qual era a nossa carga tributária. Então, hoje nós pagamos 3,65% de PIS-Cofins; há uma variação de 2% a 5% de ISS; nós não pagamos ICMS. Temos, ou seja, variando esses impostos, 6%, mais 4,4% de uma carga indireta, ou seja, que a gente está pagando em cadeia desse tributo, chegando a um número de 10,4% a carga efetiva do setor de saúde.

Se nós projetarmos isso para os 27% de que se fala da alíquota única, nós teríamos um aumento de 16,5 pontos porcentuais, quase dobrando – mais do que dobrando – o custo atual de pagamento.

Pode passar.

Aqui, o texto que foi encaminhado para o Senado, vindo da Câmara, traz nele uma redução de 60% para o setor de saúde. A gente, apesar de ter estudos – que eu vou mostrar mais na frente – que mostram que os países que usam IVA tratam o setor de saúde de forma diferenciada, aqui a gente precisa tratar a essencialidade desse setor. Ela foi contemplada no texto com uma redução de 60%. Isso faz com que, junto com outros itens que também são essenciais – como educação, como transporte público – possam ter essa diferenciação, que é o que a gente pede que se mantenha aqui, no Senado, porque eu vou mostrar mais à frente o impacto que elas têm.

Pode passar.

Aqui, ficou separado, sob regime especial, os planos, as operadoras de saúde. Elas serão tratadas em lei complementar e, provavelmente, no mesmo modelo do sistema financeiro, em que você só paga sobre a intermediação. Você desconta tudo o que é despesa assistencial e só paga sobre o que, realmente, fica como receita para a empresa.

Nós mantemos também, pelo texto vindo da Câmara, a isenção para um setor muito importante da saúde que são as entidades filantrópicas. Não se mexe, elas mantêm essa isenção.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, como eu citei, a consultoria conseguiu dados de que 179 países usam IVA para tributar o consumo, e, desses 179, em 118, nós conseguimos fazer o levantamento. Nos outros, não conseguimos, ou por dificuldade de acesso às legislações ou por tradução que demandou dificuldade, mas, desses 118 países, 76% deles não tributam saúde no IVA, não é tributado como consumo. Então, aqui estão os gráficos e as fontes.

A mesma coisa acontece também com outro setor essencial que é a educação. Então, saúde e educação, no mundo, não se tributa saúde quando se utiliza um Imposto sobre Valor Agregado. Mas, desde o princípio da tramitação na Câmara, o que o setor de saúde pediu foi uma neutralidade. Eu passo adiante para que a gente mostre que o texto que veio para o Senado nos traz essa neutralidade.

Pode passar.

Vamos lá. Como já citado, nós temos, hoje, uma carga de 10,4% para hospitais e laboratórios. Aqui, trazemos o quanto é pago sobre os insumos, o quanto é pago sobre cada um desses tributos, o quanto é de resíduo tributário.

Pode passar.

Se a gente tem uma alíquota diferenciada com redutor de 60% e a gente pensa em uma alíquota máxima de 27, o redutor de 60% nos leva para uma alíquota de 10,8, que é uma alíquota neutra. Então, o redutor de 60%, Senador Eduardo Braga, que veio da Câmara, só nos traz – para o setor de saúde – uma neutralidade, que é aquilo que eu acho que é justo para um setor que é essencial e que, na maioria dos países, não é tributado na questão do IVA.

Pode passar.

Então, pensando no Senado...

Volta só um pouquinho.

Aqui embaixo, os 27% levariam a nossa carga tributária para 10,8, muito próximo do 10,4 atual. Então, nós não estamos com nenhum benefício a mais do que o equilíbrio.

Pode passar.

Aqui temos só um resumo. Os hospitais e laboratórios com fins lucrativos vão ficar na média. Tendo aquela alíquota reduzida, não terão aumento de carga tributária.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRENO DE FIGUEIREDO MONTEIRO – As entidades filantrópicas ficaram fora do regime de débito e crédito pela não cumulatividade, mas mantêm as suas isenções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As empresas que optam, hoje – da saúde – pelo Simples Nacional vão poder continuar utilizando o Simples Nacional e, se entenderem que o benefício é a outra carga, podem fazer a mudança.

Os planos de saúde e as operadoras terão um regime diferenciado, junto com o sistema bancário, em lei complementar. As cooperativas, que representam um setor também muito importante na saúde, as Unimeds e Unicred, se mantêm no texto o ato cooperativo. Então, portanto, se mantém a carga tributária atual, dando um equilíbrio para toda a cadeia da saúde sem haver uma oneração pela reforma tributária, como também não há uma diminuição de carga tributária.

Pode passar.

Apenas para terminar, outro ponto muito importante do texto que veio ao Senado, que está aqui em análise, é de que, após a aprovação do imposto sobre consumo, teria o Executivo mais 180 dias para começar a tratar de outra parte importante da carga tributária, que é a carga sobre renda e capital.

Senador, agradeço mais uma vez o convite, e estamos aqui disponíveis. Inclusive, eu gostaria de, depois, repassar para a Comissão o estudo em que se baseou a apresentação aqui feita.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Sr. Breno.

Concedo a palavra o Sr. Murilo Allevato.

O SR. MURILLO ALLEVATO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

É com muita honra e satisfação que a Abreduc vem hoje tratar da reforma tributária, que é uma das emendas constitucionais mais importantes da última década.

Como todos sabem, o nosso sistema tributário sobre o consumo está, sem meias-palavras, com prazo de validade vencido. E é nesse contexto que a Abreduc gostaria de parabenizar o trabalho que vem sendo desempenhado com muito esmero pelo Senado Federal, na palavra, especialmente pelo Relator Eduardo Braga – com notável esmero, a gente gostaria de dizer.

E, nesse contexto de apoio à reforma tributária, a Abreduc gostaria de aproveitar estes minutos para fazer umas breves ponderações sobre um setor cuja identificação já denota sua indispensabilidade, que é o setor da educação.

A educação não é consumo; a educação é investimento. É um aporte de recursos de longo prazo que gerará resultados a longo prazo, quais sejam uma população mais consciente, produtiva e democrática. Uma população bem-educada gera um aumento da inovação e impulsiona o desenvolvimento econômico, este, sim, capaz de gerar riquezas e consumo passíveis de tributação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É inerente à lógica do sistema tributário proposto pelo IBS e pela CBS a não tributação do investimento, e, sim, apenas do consumo. Ora, a tributação sobre educação desestimula o investimento dos pais na educação das suas crianças e desestimula o investimento das instituições de ensino em seus empreendimentos, e, por conta disso, não deveria haver que se falar em tributação sobre investimento da educação.

Se puder passar para o próximo eslaide, por gentileza.

O próximo também, por gentileza.

A PEC 45, em certa medida, na sua versão aprovada pela Câmara dos Deputados – de novo, cumprimentando o Relator Aguinaldo Ribeiro na Câmara de Deputados –, reconheceu isso em certa medida ao prever 60% de desconto da CBS e do IBS sobre a educação, além de 100% de desconto do CBS sobre o Prouni, que é restrito às universidades. Contudo, como será demonstrado a seguir, isso não é suficiente.

Em primeiro lugar, devemos ressaltar que, no art. 208 da Constituição, a educação básica é um dever do Estado; ela deve proporcionar isso de forma obrigatória. E, se passarmos para o próximo eslaide, então verificaremos que, partindo do pressuposto de uma alíquota conservadora de 27,5%, que é o que se vem estimando pelos estudos do Ministério da Fazenda – que é o que a gente tem mais próximo no momento – , a gente teria uma tributação reduzida de 60%, que resultaria em 11% sobre a educação. Se nós pegarmos os dez principais países que estão nos primeiros colocados do Pisa, que é o exame internacional de desempenho de educação, veremos que eles não tributam ou tributam a uma alíquota em torno de 6%. Ora, o Brasil, que amarga a 50ª posição, tributaria em 11%, ou seja, muito inferior aos demais países.

Mas não é só isso. Se a gente passar para o próximo eslaide, seremos capazes de constatar que a evasão escolar no Brasil ainda é muito grande. Nós possuímos mais de 2 milhões de alunos fora das salas de aula, e é nesse contexto que se insere a educação particular, que, hoje em dia, representa 19% das matrículas escolares, o que equivale a 9 milhões de alunos. Há um estudo do OCDE que fala que o custo do aluno é R$15 mil, mais ou menos US$3 mil. Aplicando essa sistemática, quando se colocam 9 milhões de alunos no ensino particular, está-se economizando mais de R$135 bilhões.

E aí a gente chega ao epicentro do nosso problema. O aumento... o custo do aluno na rede pública é muito superior à arrecadação que esse aluno gera na educação privada. Então, é muito mais eficiente, de certa forma, muito mais barato, um programa de redução de tributos que resulte em uma migração maior, ou pelo menos que não haja uma modificação, uma saída dos alunos da rede particular e passe para a rede pública. E outro dado empírico interessante é que, com a CBS e o IBS atual, a gente teria uma contração no setor de educação privada de 4,29% e uma redução de 4,21% dos empregos. De novo, um setor que contribui para 9 milhões de alunos e implica uma economia de R$135 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguindo as projeções – por favor, indo para o próximo eslaide – a gente vê que, se a gente tiver... se o Brasil adotar uma alíquota de 0%, se não se tributar a educação, que é o que aqui se propõe, haveria uma economia de R$26 bilhões e uma perda de arrecadação de R$1,8 bilhões.

Por outro lado, se tivermos uma alíquota de 27,5... Estamos, nesse momento, extirpando o benefício, só para fins didáticos, a gente teria um gasto adicional de 49 bilhões, e o aumento de arrecadação seria apenas de R$0,2 bilhão, de 200 milhões. Então, resta muito claro que não é só uma questão de incentivo fiscal, é uma questão de economia de recursos públicos.

E vejam que, com uma economia de R$24 bilhões por ano, que é o que se atingiria com a possibilidade de redução do IBS, a gente teria possibilidade de financiar o Programa Escola em Tempo Integral, o Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica, a gente conseguiria criar 1,65 milhão de vagas para receber crianças e 2 bilhões para o compromisso nacional de alfabetização. Tudo isso poderia ser gerado com essa economia de recursos.

Podemos passar para o próximo eslaide, só para finalizar, tendo em vista que o tempo é exíguo.

O que se propõe, então, é uma desoneração, mas uma desoneração condicionada, porque uma mera desoneração incondicionada pode levar ao investidor do setor de educação simplesmente aumentar seus lucros, e não é isso que a gente espera; a gente procura que o valor da desoneração seja aplicado em prol dos alunos, garantir um livre acesso universal à população. E como se faria isso? Com um sistema muito parecido ao Prouni, em que possam ser garantidas reduções, até ser atingida a isenção, à medida que forem concedidas bolsas de estudos. Isso é como ocorre no Prouni hoje. O Prouni, hoje, nós podemos dizer que é um dos programas sociais da educação que mais sucesso atingiu na atualidade. Desde a sua instituição, em 2005, já temos mais de 2,47 milhões de alunos inscritos; quando foi implementado, havia 9% de alunos matriculados, hoje há 37,4%, e, até o final da década, espera-se que haja 2.030.

Por último, só para dar um parâmetro do Prouni, veja que o custo por matrícula do Prouni é R$3,9 mil aproximadamente, enquanto no ensino superior é de R$22 mil. Ou seja: além de tudo, a educação particular tende a ser de boa qualidade e mais barata.

Nesse sentido, a Abreduc gostaria de agradecer ao Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria agradecer a palavra do Sr. Murillo Allevato.

Concedo a palavra ao Sr. Pedro Fernandes.

Sr. Pedro, perdoe-me, é que há uma solicitação... Parece-me que o Sr. Percy tem um compromisso e pediu para fazer uma inversão. Então, se V. Sa. me permite, eu concedo a palavra ao Sr. Percy Soares Neto, ele, que é o Diretor-Executivo da Abcon Sindcon, para sua exposição, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PERCY SOARES NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, pela oportunidade de estar aqui na CCJ fazendo esta presença. Pedro, muito obrigado pela gentileza.

Senador, eu acho que a gente hoje consegue ver a complexidade do seu trabalho, quer dizer, todos os setores com a sua essencialidade, mas a gente vem aqui representar o setor de água e esgoto. Então, talvez buscando aí, também, no caminho da essencialidade... Quer dizer, é o setor de serviço concedido, é um serviço público concedido, com tarifa regulada pelo Estado.

Pode passar.

Hoje a gente tem aí... A associação representa 14 *holdings*, 120 concessionárias. Hoje nós já atendemos aí... As demandas que a gente traz a gente atende... Os operadores privados atendem a 24% da população, mas essa demanda foi construída junto com as entidades públicas, das operadoras públicas. Então, não há mais uma divisão no setor entre público e privado. Por um momento aqui na discussão desta Casa, do marco do saneamento, houve um tensionamento. Agora, a gente vem aí atendendo a tudo isso.

Podemos passar.

A essencialidade do setor a gente mostra. Hoje, 16% dos brasileiros não têm acesso ao abastecimento de água. Então, talvez seja um setor que tenha uma lacuna de investimento das mais importantes na infraestrutura brasileira; 49% da população não tem esgoto tratado.

E, aí, eu ressalto esse dado do gráfico. Se a gente trabalhar com famílias de abaixo de um salário mínimo, 74% da população não tem acesso a esgoto tratado. E, aí, eu olho o meu amigo Breno. São pessoas que não têm acesso a esgoto tratado e vão pesar lá no setor de saúde, porque é exatamente aquilo que vem acontecendo. Nessas áreas de famílias de abaixo de um salário mínimo, a grande maioria dessas famílias não tem nenhum esgoto tratado, o que causa aí uma convivência com um ambiente de insalubridade total.

Pode passar.

Hoje, o setor é tributado apenas por PIS-Cofins. Ele não paga ISS e não paga ICMS. Com uma alíquota aí de 9,25, se a gente considerar o resíduo, a gente está trabalhando aí com 9,74 sobre a receita bruta. Se a gente trabalhar com a alíquota de 27%, isso aumentaria aí em 56%, o que reduz a nossa capacidade de investimento.

Reduz a capacidade de investimento ou acarreta aumento de tarifa, porque o setor, como é um setor de concessão pública, necessariamente vai ter um acesso a reequilíbrios contratuais.

Pode passar.

Então, para manter o atual ritmo de investimento considerando a alíquota de 27%, nós teríamos que buscar um ajuste na conta d'água de todo cidadão na ordem de 18 a 20%. Ou seja, todo cidadão que tem água em casa paga essa conta. Então, nós teríamos que pleitear os reajustes para o reequilíbrio dos contratos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou, pior, reduzir, fazer esse reequilíbrio dos contratos pela redução de investimento, o que atrasaria levar o serviço para essa população de quem não tem.

Então, a situação para nós é muito delicada.

E também, seguindo a próxima, considerando que o saneamento é um serviço de regulação municipal, Senador, nós temos no Brasil hoje 90 agências reguladoras. Imagine a gente ter que estabelecer reequilíbrio de contratos em 90 agências reguladoras com capacidades técnicas completamente diferentes, algumas ainda muito incipientes... Então, isso vai gerar um problema estrutural no setor.

Quer dizer, o operador que está lá, se não houver uma neutralidade tributária, vai necessariamente buscar o seu reequilíbrio. Não temos outra saída. Ao buscar esse reequilíbrio, ele não tem, como outros setores, uma agência nacional, em que tem um interlocutor qualificado para discutir esse reequilíbrio. Ele vai buscar esse reequilíbrio em um ambiente pulverizado de regulação. Ou seja, a probabilidade aí é grande de operadores não conseguirem sobreviver a esse período aí de discussão desses reequilíbrios.

Adiante, por favor.

Então, o que a gente busca é uma equiparação ao setor de saúde. Exatamente no que o Breno falou, uma neutralidade tributária.

Ninguém está aqui pedindo um tratamento diferenciado do atual. A gente está pedindo que, com uma equiparação ao setor de saúde – até porque saneamento é saúde no fim do dia –, a gente chegaria a uma neutralidade tributária, ou seja, evitaria todo esse processo de busca de equilíbrio, manteria a contribuição que já é feita hoje e trabalharia neste ambiente de neutralidade.

Esse ambiente está materializado na emenda apresentada pelo Senador Eduardo Gomes, Emenda 114, que é uma emenda bastante simples, que seria a equiparação ao tratamento do setor de saúde. Por quê? Porque nós entendemos que a reforma tributária é um avanço para o país, o setor é a favor, mas desde que a gente consiga essa neutralidade, principalmente por estas duas características: pela essencialidade do elemento água e do tratamento de esgoto na vida e no cotidiano do cidadão e, dois, por ser um serviço de concessão municipal com uma regulação completamente pulverizada, que necessariamente nos levaria a processos de reequilíbrio muito complexos, causando problemas estruturais na prestação desse serviço para o cidadão.

Indo adiante...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria dizer o seguinte: poucas vezes eu vi uma causa tão óbvia ser tão singelamente apresentada. Eu só queria fazer esse destaque, porque, realmente, isto é saúde e é básica, não é de alta complexidade, é de básica utilização e utilidade.

O SR. PERCY SOARES NETO – Obrigado, Senador Esperidião. Então, eu vou fazer minhas palavras...

Então, é isso, o que a gente demanda, o que a gente propõe é uma neutralidade do setor, e aí a gente mostra que a falta de saneamento hoje é responsável por 130 mil internações ao ano.

Então, o saneamento é saúde e é economia, porque, para que a gente possa suprir o déficit de investimento do setor de saneamento, tem investimento em construção civil, tem investimento em máquina e equipamento, tem toda uma ativação econômica e que é capilar, Senador.

A gente faz saneamento em cada uma das cidades brasileiras. Então, não é uma atividade do lado econômico... A perspectiva econômica do saneamento não é uma atividade concentradora do desenvolvimento, ela é ao contrário; quando eu vou enterrar um cano de esgoto numa cidade do interior, eu vou contratar mão de obra lá. Eu vou contratar o soldador, eu vou contratar a pessoa que vai abrir a vala, vai enterrar o cano, nesta cidade. Então, eu gero um desenvolvimento, uma ativação econômica de forma muito capilar. Além da redução da pressão sobre o serviço de saúde, que é significativa, é preventiva, eu também tenho uma abordagem muito importante do lado da economia, tanto pelas cadeias produtivas como na construção civil, intensivas em mão de obra, mas, principalmente, pelo seu caráter capilar na ativação da economia.

Então, estou tentando aqui não me estender mais e queria levar ao senhor essa sensibilização para esse setor. Quero agradecer mais uma vez as palavras do Senador Esperidião Amin.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) **–** Eu que agradeço ao Sr. Percy Soares Neto.

Passo, então, a palavra ao Sr. Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Para expor.) **–** Bom dia, bom dia. Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão e Relator, o Senador Eduardo Braga, cumprimentar também todos os Parlamentares presentes, meus colegas de mesa que estão participando do debate e o Senador Izalci, do meu Distrito Federal.

Eu começo minha apresentação cumprimentando o Congresso pelo trabalho árduo com que vem tratando a reforma tributária, um tema tão relevante para o nosso país e que já é debatido há tanto tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e agora a gente vê um avanço relevante nesse tema, principalmente quando se trata da reforma tributária do consumo.

Claro que a gente não pode perder de vista a importância das discussões das outras reformas, como a própria reforma administrativa, num momento mais oportuno.

A gente entende que é necessário a gente livrar o nosso país desse emaranhado de regras complexas e difíceis de a gente entender. A gente precisa destravar investimento, incentivar o empreendedorismo, por meio da simplificação tributária, e, por isso, o setor imobiliário entende e defende o avanço dessa reforma. A gente precisa definitivamente desatar esse nó do manicômio fiscal, como já dizia há bastante tempo o Dr. Alfredo Augusto Becker e o Dr. Roberto Campos.

E eu estou aqui hoje representando a Associação Brasileira do Mercado Imobiliário, que reúne o setor imobiliário brasileiro em todas as regiões. É importante falar que a gente entende profundamente das questões de moradia do Brasil, mas, além disso – pode passar, por favor –, a gente também tem, como signatárias dessa apresentação – pode passar –, mais de 32 entidades do setor imobiliário brasileiro, entre elas Cbic, Abrainc, enfim, os Secovis do Brasil, defendendo o avanço e o tratamento adequado para o setor imobiliário na reforma tributária.

Pode avançar, por favor.

E o nosso ponto, acho que principal, é o de esclarecer a importância da especificidade do setor imobiliário na reforma tributária. Mas, antes de abordar... Pode voltar um, por favor? Não, pode avançar.

Antes de abordar a reforma especificamente, é muito importante dar o contexto da relevância da atividade imobiliária no Brasil.

É uma atividade que impacta mais de 97 outras atividades. Então, quando a gente vende ou aluga um imóvel, a gente movimenta a indústria moveleira – a pessoa compra um armário, compra um móvel –, a indústria de decoração, enfim, a indústria de linha branca, mas também impacta o setor de regularização e melhoria fundiária, de infraestrutura e saneamento, além, claro, da distribuição de energia elétrica, sistema de iluminação e pavimentação.

O setor imobiliário, provavelmente, não se equipara a nenhuma outra atividade realizada pela produção de bens de consumo, pois, além da sua complexidade, ele tem um ciclo muito longo. É um setor de alta empregabilidade e essencial para o bom funcionamento das organizações e dos empreendimentos, e seu fator chave é a entrega de moradia, que é um princípio básico da nossa Constituição.

O ciclo imobiliário e a atividade imobiliária envolvem uma cadeia muito longa, desde os fundos imobiliários, que são tão importantes como o *funding* para o setor de habitação, inclusive habitação de interesse social, assim como a locação, o loteamento, a construção civil, a incorporação, a intermediação imobiliária, que é a corretagem, e a administração de condomínios e locação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atividade imobiliária representa 7% do PIB brasileiro, e isso equivale a 9% da arrecadação dos impostos e a 10% dos empregos.

Vamos avançar, por favor?

E, aí, quando a gente trata aqui da reforma tributária, é muito importante... E foi tramitada – em uma discussão muito técnica com a Câmara dos Deputados, na figura do Relator Aguinaldo Ribeiro – a questão da especificidade do setor, e eu queria aqui listar alguns pontos que amparam esse texto, porque a gente aqui gostaria de esclarecer a importância de se manter o texto já aprovado na Câmara dos Deputados.

Então, quais são os pontos que levaram em consideração? Primeiro, como eu falei, é um setor que trata de um bem imóvel, fixo ao solo, não é um produto de prateleira, que se vai ao mercado e que se busca e que tem um consumo rápido. Muito pelo contrário. E há discussão inclusive se o bem imóvel é de consumo, mas sim de investimento.

A atividade imobiliária é complexa, de ciclo longo, e o tratamento específico que o texto aprovou, eu gostaria de deixar claro que não é um privilégio, um benefício, mas sim, trazer a norma tributária à realidade da atividade que se pretende tributar.

E nada melhor do que a gente buscar experiência internacional, não é? Quando a gente olha outros países que adotaram o IVA e que têm uma experiência muito mais longa, a gente observa, fazendo um *benchmark* principalmente com a União Europeia, que não tem tributação do IVA na atividade imobiliária. Tem inclusive uma Diretiva 122, que recomenda que não seja aplicado o IVA para a atividade imobiliária, incluindo intermediação de imóveis, locação, seja de imóvel residencial ou imóvel comercial.

A gente gosta de citar o exemplo de Portugal, que não aplica o IVA na atividade imobiliária, mas sim o Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis, que a gente conhece, aqui no Brasil, como ITBI. O ITBI não é discussão da reforma tributária, e o ITBI continua sendo devido nas atividades de exploração imobiliária.

E aí, para a gente avançar aqui um pouco e encaminhar já para o final, a importância do tratamento específico. Tem uma importância no impacto principalmente da moradia para o segmento econômico e o segmento de média renda, como é o caso de um programa tão importante como o Minha Casa, Minha Vida. O setor, se não seguir dessa forma, sem a tributação do IVA, poderá ter uma distorção muito grande na cadeia de circulação, que é pequena no setor.

Temos uma possibilidade pequena de creditamento, pois os principais insumos são terreno, outorga onerosa, financiamento bancários, que são itens que não têm creditação. Então, certamente traria um impacto muito grande para o produto final, que, no nosso caso, é a moradia.

Então um exemplo, para elencar um pouco e poder exemplificar para os Srs. Parlamentares e os presentes nesta reunião, imagine que nós tenhamos, numa mesma quadra, dois terrenos, e esses terrenos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estejam sendo vendidos. No caso do terreno 1, sendo vendido por uma pessoa física, o outro, por uma pessoa jurídica. No caso, uma pessoa física não contribuinte, e o outro, pela pessoa jurídica. O que é que aconteceria nesse caso? Um, a gente teria creditamento, a isenção, e o outro, não, o que geraria uma distorção clara de mercado e de preços de mercado.

Então, aí eu acho que é mais um ponto que reforça o entendimento, e esse texto já foi aprovado na Câmara, e a gente esclarece e defende que seja mantido aqui nesta Casa.

E aí, para finalizar, a gente tem, no Brasil, um déficit habitacional estimado de mais de 7 milhões de moradias e a gente acredita que é fundamental um tratamento específico da moradia, incentivos, como é o caso do programa Minha Casa, Minha Vida e outros programas que acontecem em outros estados brasileiros.

Por último, a gente...

Pode passar, por favor.

A gente também entende que essa PEC se restringe à tributação do consumo. Então, dessa forma, não faz sentido a gente discutir uma mudança de base do cálculo do IPTU. A gente defende a manutenção da atual necessidade da lei municipal para o aumento do IPTU. Então, a possibilidade de Prefeitos ajustarem a base de cálculo do IPTU via decreto, sem debate com Vereadores e com a sociedade, fere o princípio da legalidade, e o entendimento jurisprudencial já consolidado é o de que não ter qualquer relação com a reforma do consumo, e essa alteração irá tirar o poder da Câmara dos Vereadores, dos municípios, e terá o potencial de impedir o debate democrático do tema.

Dessa forma – pode passar –, a gente defende aqui as emendas já apresentadas no Senado Federal, a Emenda 58, a Emenda 82, a Emenda 94 e a Emenda 164, do Senador Esperidião Amin, que está aqui ao meu lado, que traz o tema do IPTU se mantendo da mesma forma, sendo discutido nos municípios.

Por último, Sr. Relator, quero agradecer a oportunidade e dizer que todo o setor imobiliário, a atividade imobiliária, está defendendo a manutenção desse texto como um tratamento específico necessário para a preservação da moradia e para a preservação do emprego no nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço ao Sr. Pedro Fernandes e concedo a palavra ao Sr. Jarbas de Biagi.

O SR. JARBAS DE BIAGI (Para expor.) – Bom dia a todos!

Cumprimento aqui o Exmo. Senador Eduardo Braga, na pessoa de quem cumprimento todos os Parlamentares presentes e também os integrantes da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar aqui, em nome da Abrapp, que nós apoiamos a reforma tributária.

Para contextualizar, Senador, a Abrapp é uma entidade que representa 241 entidades associadas, que, na realidade, são os fundos de pensão. Essas associadas são patrocinadas por empresas públicas e privadas. E também, hoje, com a Emenda Constitucional 103, de 2019, nós temos os entes federativos, porque, como todos nós sabemos – mas é importante a gente registrar aqui –, após a Emenda Constitucional 103, de 2019, nos municípios, nos estados, no Distrito Federal, aqueles servidores públicos que vão receber acima do salário, do teto da Previdência, têm que ter um plano de previdência complementar, e hoje nós já temos – já é realidade – 681 entes federados e 1,3 mil em fase final de implantação. A Abrapp representa essa totalidade.

Na realidade, o que essas entidades fazem? Elas operam sem finalidade lucrativa a previdência complementar, hoje também dos servidores públicos, para alcançar um resultado de longo prazo e com uma taxa de administração inferior a 0,3% anual na administração de reservas.

Há 45 anos nós atuamos na defesa do segmento. Atuamos de uma forma propositiva, mas também reativa. E, no fórum da Abrapp, nós temos, inclusive, uma universidade corporativa, onde já formamos mais de 30 mil profissionais, nos segmentos fechados de previdência, para que, com esse investimento de longo prazo, a gente venha a pagar um complemento para os benefícios oficiais.

O propósito do nosso sistema, não por acaso, está na ordem social da Constituição. O propósito do nosso sistema é pagar benefícios no momento em que o indivíduo mais necessita, é a proteção social, a ordem social, ou seja, na aposentadoria, na invalidez, na doença e também para os seus beneficiários.

Então, esse é o objetivo, pagar benefícios. Então, essas entidades que nós representamos têm essa finalidade e, por isso, protegem o indivíduo na sua dignidade. Ou seja: no momento em que ele necessitar – o beneficiário –, o plano estará lá para pagar o benefício.

Para a gente também contextualizar – muito rapidamente aqui, nesse tempo que nos foi concedido, e para depois endereçar para a reforma tributária –, em números, nós temos 4 milhões de participantes e assistidos, o que totaliza uma proteção de mais de 8 milhões de pessoas na sociedade vinculadas ao regime fechado de previdência complementar – somente estamos falando aqui do regime fechado.

Temos ativos garantidores – e esse é o fator relevante também do nosso segmento, que é um segmento de capitalização – de 1,23 trilhão de recursos. Esses recursos são investidos na sociedade. Dados do Banco Central indicam que 12% a 13% da dívida pública interna são financiados através de títulos públicos que são adquiridos por essas entidades. Fora isso, investimos também nas empresas, então, esse recurso se capitaliza. É aquilo que nós falamos, Senador, do ciclo virtuoso: investe na empresa, capitaliza, paga o benefício, volta para o consumo, volta para as empresas... Ou seja, isso enriquece a nação, enriquece o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos 4 milhões de ativos.

Também, para falar em números, para a gente ver a grandeza disso – e esses dados que eu estou falando são dados do Ministério da Previdência e antes eram do Ministério da Economia –, nos últimos 12 meses, na base de junho de 2023, nós pagamos 87,55 bilhões de recursos, ou seja, recursos que, acumulados, voltaram para a sociedade, voltaram em forma de benefícios, qualquer que seja o valor para o participante assistido ali, em forma de renda complementar.

Da reforma tributária.

A reforma versa sobre o consumo, e as entidades não exercem atividade consumerista. Isso que eu estou falando está na Lei Complementar 109, de 2001, art. 32, e também, se houve algum debate sobre isso, isso foi sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula 563. Portanto, não se trata de consumo a nossa atividade como fundo de pensão ou como entidade fechada.

A nossa natureza é previdenciária e não financeira, de modo que nós não podemos estar inseridos no regime jurídico diferenciado das instituições financeiras e que é contemplado no art. 10 da proposta de emenda à Constituição.

O reconhecimento de que a previdência privada está fora do regime jurídico acarretará o reconhecimento de não incidência do novo IVA, IBS e CBS, mas mantém a tributação existente quanto ao pagamento dos benefícios previdenciários, como ocorre em praticamente todos os países da OCDE.

Importante esse ponto também, senhores. Na realidade, no momento do recebimento do benefício, o participante paga. Então, ele é tributado no momento do recebimento. Ele acumula aquele recurso e vai ser tributado no momento do recebimento do benefício. Pensar em tributar essa atividade geraria uma bitributação, porque já existe a tributação, tanto no momento da saída do acúmulo como também no momento do recebimento do benefício. Isso vai desestimular a poupança, motivo pelo qual vai sobrecarregar o sistema público de previdência, a assistência e a saúde – aquilo também que foi falado aqui –, além de prejudicar a própria capacidade de investimentos a longo prazo no país.

Sensível a isso, Senador, observando a emenda constitucional no seu art. 10, nós temos uma abordagem para a previdência privada enquadrada como serviços financeiros e que poderia trazer uma interpretação de que as entidades fechadas também estavam contempladas, os fundos de pensão, o que não é o caso, não é nossa atividade financeira, porque os planos abertos são geridos e administrados por instituições financeiras. No nosso caso, não é o que ocorre; no nosso caso, são entidades fechadas que só cuidam disso.

Conseguimos, trazendo essa questão para debate – e aqui eu já estou indo para a parte final e para o endereçamento –, duas emendas. Nós tivemos a Emenda 19, do Senador Plínio Valério, a quem agradecemos demais a sensibilidade com o tema, que é um tema específico, e também do Senador Jorge

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kajuru. O que é que trazem essas emendas – isso para a gente trazer aqui e que está em debate – ? Que o disposto na alínea "a" do inciso I do *caput* do art. 10, esse que eu acabei de falar, não se aplica à previdência administrada por instituições sem fins lucrativos; ou seja, não temos aqui fins lucrativos – digo isso só para aclarar e não trazer, eventualmente, mais um debate em relação ao segmento e à própria reforma da previdência; é simplesmente no sentido de aclarar –, de forma que essas duas emendas estão em tramitação com a devida justificação, que foi o que eu acabei de dizer.

E, também aqui, ao final, quero agradecer a nossa participação, que foi por requerimento do Senador Rogério Carvalho, para trazer esse ponto muito relevante; agradecer a atenção de todos e nos colocarmos à disposição para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Muito obrigado a todos que me ouviram e obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a participação do Sr. Jarbas de Biagi e concedo a palavra ao Sr. Marcello Baird, Coordenador de *Advocacy* da ACT Promoção da Saúde e representante da Reforma Tributária 3S, para a sua participação por dez minutos.

O SR. MARCELLO BAIRD (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Queria cumprimentar o Senador Eduardo Braga e agradecer pelo convite para estar nesta audiência.

Bom, pode passar o primeiro eslaide, por favor?

Eu sou da ACT Promoção da Saúde, que é uma organização não governamental, fundada em 2006, que, basicamente, busca promover políticas públicas de prevenção às doenças crônicas não transmissíveis, que, como as doenças cardiovasculares, respiratórias, o diabetes, são as doenças que mais matam no mundo e no Brasil – 75% das mortes aproximadamente. E, de modo específico, nós defendemos a regulação dos fatores de risco para o desenvolvimento dessas doenças, como o tabagismo, o uso abusivo de álcool e alimentação não saudável.

Próximo eslaide, por favor.

E eu estou hoje aqui também representando a Reforma Tributária 3S, que é uma reforma tributária saudável, solidária e sustentável. É um movimento da sociedade civil brasileira, dos mais diversos campos, endossado por mais de cem organizações – temos até representantes aqui na lateral desta Comissão –, e nós defendemos, como o nome diz, que a reforma tributária promova saúde, proteja o meio ambiente e também enfrente as desigualdades sociais do nosso país.

A gente não está aqui para defender nenhum interesse econômico específico ou o terceiro setor brasileiro de maneira geral; a gente está defendendo aqui interesses públicos nesses três campos que eu mencionei e a gente acha que a gente pode aproveitar a reforma tributária não apenas para simplificar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impostos, reestruturar o sistema como um todo... O que, por si só, já é importantíssimo, dar uma racionalidade ao nosso sistema tributário e, com isso, gerar crescimento econômico e desenvolvimento, mas a gente acredita que a gente pode ir além da simplificação e aproveitar essa oportunidade para promover aquilo que faz bem para a saúde das pessoas e do planeta e, por outro lado, desestimular aquilo que faz mal para a saúde das pessoas e do planeta.

E como que a gente quer fazer isso? Eu trago aqui algumas propostas para compartilhar com todas e todos, mas antes eu queria, no próximo eslaide, trazer alguns dados de saúde – pegar aqui do campo da minha ONG, a ACT Promoção da Saúde – de impactos na saúde desses produtos e impactos na economia.

Por exemplo: no caso do tabaco, em que o Brasil já é uma referência internacional, ainda assim nós temos 161 mil mortes por ano. Ou seja, é um problema social grave. No caso da alimentação, tem um estudo inédito que revelou que o consumo de alimentos ultraprocessados responde por 57 mil mortos prematuras todos os anos. E temos dados também de óbitos relacionados ao uso de álcool na casa dos 6,2%.

E aqui alguém poderia dizer, Senador: "Ah, mas cada um consome o que quer". E, claro, nós defendemos a liberdade de todos fazerem o que bem entendem nos limites da lei, obviamente, só que isso traz problemas para a sociedade como um todo. É aquilo que os economistas gostam de chamar de externalidades negativas, ou seja, esses problemas gerados pelo consumo desses produtos trazem prejuízos para a sociedade como um todo.

Nós estamos falando aqui, por exemplo, de R$50 milhões de custos com tratamento de saúde no país como um todo, tanto no sistema público quanto no privado. Se a gente soma custos indiretos, com perda de produtividade, pessoas que adoecem ou ficam incapacitadas, a gente chega a mais de R$40 bilhões por ano, só do tabagismo, setor no qual o Brasil é uma referência internacional. Se a gente pegar, por exemplo, dados de bebidas açucaradas, a gente tem R$3 bilhões por ano no SUS de custos com tratamento de obesidade, de diabetes, e a gente não está falando de todos os alimentos ultraprocessados não, só bebidas açucaradas, como o suco de caixinha e algumas bebidas lácteas, por exemplo. E temos dados, ainda que defasados, sobre o álcool também, com custos na ordem de R$100 milhões no nosso sistema público de saúde. Ou seja: os prejuízos sociais são muito grandes e precisam ser enfrentados, e a gente acredita que a reforma tributária é uma oportunidade para isso.

Então, eu trago aqui algumas sugestões de mudanças no texto. A gente acredita que a reforma já tem um texto muito bom, mas ela pode ser aperfeiçoada, e, inclusive, eu gostaria de defender alguns pontos.

O primeiro deles é a manutenção do imposto seletivo, tal qual veio da Câmara dos Deputados.

O imposto seletivo é um instrumento de política pública muito importante, utilizado no mundo todo. Inclusive, o grupo de trabalho da reforma tributária da Câmara dos Deputados foi à OCDE, no primeiro semestre, e ouviu dos representantes da OCDE sobre a importância do imposto seletivo, que tem um papel muito importante na redução do consumo desses produtos. Pouca gente sabe, mas tem um estudo do Inca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mostra que a medida de mais custo efetivo, mais impactante para a redução do tabagismo no Brasil, mais que os ambientes livres de fumo, mais do que a proibição da propaganda, foi o aumento de tributos, especialmente do IPI, no período de 2011 a 2016. Não é à toa que tanto a OMS quanto o Banco Mundial defendem essa medida.

O imposto seletivo está sendo bastante atacado, inclusive aqui nesta audiência, mas com várias emendas que foram propostas já aqui na CCJ também. Por isso a gente vem aqui fazer a defesa do imposto seletivo como um instrumento importante. Que ele seja amplo mesmo, sem exceções, até porque a sociedade evolui... Então, em determinado momento... Por exemplo: tabaco e álcool. Acho que já está mais estabelecido que devem ser alvo do imposto seletivo. Mas, por exemplo, tem um debate avançado no mundo inteiro: já há mais de 50 países que tributam algum tipo de alimento ultraprocessado. Então, a gente está caminhando nesse sentido também. E também há a questão, por exemplo, da alíquota. Tem setores que vão precisar de uma alíquota maior, como o tabaco; hoje há uma tributação de mais de 70%. Outros setores podem ser menos. Então, a gente precisa ter essa flexibilidade, e eu acredito que o texto, como está hoje, permite essa flexibilidade.

E, mais do que isso, Senador... Teve um estudo que foi capa da *Folha*, há duas semanas, mostrando que o Brasil ainda usa pouco o instrumento do seletivo. Ou seja, a gente tributa pouco produtos nocivos ao meio ambiente e à saúde. Já tributamos mais, vem caindo, e a gente está defasado em relação à América Latina e ao mundo – são dados do Banco Mundial –, e, nesse sentido, o imposto seletivo pode até ajudar a aliviar a carga geral, que eu sei que é uma preocupação grande do Senado e do senhor, particularmente, e acho que de todos nós, que a carga não seja muito alta...

Acho que o brasileiro já paga muito imposto de fato, mas eu acho que o seletivo é um instrumento para isso, para desestimular o consumo de produtos nocivos, e tem esse condão de também ajudar a aliviar a carga geral. Inclusive, ele poderia ser implementado de forma imediata, via lei ordinária, já ajudando até a calibrar. Conforme ele for sendo utilizado, ele poderia ajudar a calibrar quanto que vai precisar depois subir dos demais tributos que vão ser criados.

Próximo ponto, por favor.

Outro ponto aqui que também ajuda a aliviar a carga geral.

Duas coisas: primeiro uma correção ali, só um ajuste de texto ali no §1º do art. 9º: incluir, além de "operações", o termo "categorias", para deixar claro que as categorias vão poder ser discriminadas na lei complementar; e, de forma específica, no inciso VII, a gente defende que insumos agropecuários e aquícolas permaneçam, exceto as substâncias classificadas como tóxicas, e os alimentos destinados ao consumo humano – mas não todos –, observado o critério da essencialidade, porque, senão, realmente qualquer tipo de alimento, inclusive alimentos que são nocivos à saúde comprovadamente, vão poder receber benefícios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscais. Hoje, vários produtos ultraprocessados pagam alíquotas na faixa de mais de 25%, pouco mais de 20%, e podem cair para 10%, 12%, o que a gente considera um retrocesso muito grande.

Próximo eslaide, por favor.

Uma emenda que foi incluída no finalzinho, ali no último dia do debate na Câmara dos Deputados, que é uma emenda que traz uma trava para o imposto seletivo. Diz que os produtos que estão ali no art. 9º e que, portanto, têm redução de alíquota não podem ser alvo do seletivo. A gente considera isso um erro, porque isso daí foi uma estratégia da indústria para colocar ali alguns setores, por exemplo, agrotóxicos, alguns alimentos ultraprocessados, que podem entrar com redução de alíquota e depois não poderão ser sobretaxados pelo seletivo. Então, a gente acredita que o Senado tem a possibilidade de corrigir esse ponto.

Próximo eslaide.

E, mais do que isso, a gente acredita que a inclusão da emenda anterior – que eu mencionei, Senador – não só traz uma trava e, ao fazer isso, inverte a lógica da saúde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELLO BAIRD – Aqui a gente acredita que não só tem que excluir aquele parágrafo, como também colocar o contrário. É dizer: se está no imposto seletivo o produto porque faz mal à saúde e ao meio ambiente, ele não pode receber nenhum tipo de incentivo fiscal. Ou seja: aí, sim, ele não pode estar lá no art. 9º, que tem redução de alíquota.

Próximo passo...

A gente defende também a manutenção da cesta básica nacional de alimentos com alíquota zero. A gente acredita que é um avanço, pode ser um marco no direito à alimentação no Brasil. Agora, a gente obviamente tem que definir depois, na regulamentação, de que tipo de cesta básica a gente está falando. Eu acredito que ela tem que ser uma cesta básica enxuta, até para não sobrecarregar a alíquota geral, mas também composta por alimentos saudáveis. Então, esse é um ponto importante.

E aqui eu até discordo de algumas pessoas que defendem que deve ter apenas um *cashback*, que a cesta básica deveria ter a alíquota geral dos outros produtos e o *cashback* ser devolvido. Mas hoje a população, quando vai ao supermercado, já encontra alimentos ultraprocessados sendo vendidos a um preço menor do que produtos *in natura*, por exemplo. Obviamente, se esses alimentos tiverem uma alíquota igual à dos alimentos ultraprocessados, a gente já sabe o que as pessoas vão consumir. Os grupos mais vulneráveis vão consumir os produtos que fazem mais mal à saúde. É por isso a importância da cesta básica.

Por fim, o último ponto: a gente defende também que, para os produtos do imposto seletivo que fazem mal à saúde, a gente poderia vincular esses recursos ao SUS, não como forma de financiar o sistema público de saúde necessariamente, mas para compensar os gastos – que eu mostrei lá no começo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação – que o sistema tem para tratar as pessoas que consomem esse tipo de produto. Então, é uma oportunidade também de fazer uma compensação ao sistema público de saúde.

Encerro mostrando, no último eslaide aqui, que saiu um DataFolha agora, no mês passado, Senador, mostrando o apoio da população – apoio esmagador, eu diria – para a tributação de produtos nocivos, para a vinculação dos recursos à saúde e também para a cesta básica composta exclusivamente por produtos saudáveis. Ali, nove em cada dez brasileiras e brasileiros defendem essa cesta básica.

Encerro agradecendo novamente aqui o convite para participar da audiência, dizendo que, no *site* do movimento da Reforma Tributária 3S, tem o nosso posicionamento, que a gente está lançando essa semana, que eu trago aqui. Vou deixar com o senhor um exemplar.

A gente acredita que essa reforma, se seguir esses parâmetros, esses princípios, pode estar muito alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Inclusive, o Presidente Lula está agora lá em Nova York, na sede da ONU, defendendo os objetivos de desenvolvimento sustentável que o Brasil se comprometeu a seguir, e a gente acredita que esses encaminhamentos aqui vão nessa linha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, eu agradeço ao Sr. Marcello Baird e concedo a palavra ao Senhor Marcos Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal e Pesquisador Associado do Insper, para sua exposição, por dez minutos.

O SR. MARCOS MENDES (Para expor.) – Boa tarde, Presidente.

Cumprimento a todos que estão presentes. É uma satisfação estar nesta audiência pública.

É sempre bom a gente lembrar o que é que significa discutir a organização do sistema tributário. O assunto é complexo, é cheio de detalhes, mas, ao fim e ao cabo, nós estamos discutindo aqui quem é que vai pagar a conta. Quem é que vai pagar a conta de financiar as políticas públicas, os gastos do governo.

Numa dimensão menor, a gente pode imaginar que a gente está falando de uma reunião de condomínio. As pessoas se reúnem no condomínio para ver quanto cada um vai pagar para fazer a limpeza, a manutenção, a reforma das áreas comuns do prédio.

É claro que um sistema tributário tem uma dimensão muito maior, e as consequências que decorrem da forma como a conta é dividida e cobrada têm grandes impactos na economia: afeta como as empresas se organizam, quais setores as empresas escolhem para trabalhar, quanto elas investem, quanto elas contratam de trabalhador e etc.

Bom, o que a literatura e a experiência internacional já mostraram é que um sistema tributário bom é aquele que interfere o mínimo possível na decisão das empresas e dos consumidores, deixando que o mercado organize a alocação dos investimentos, do consumo, etc., da forma mais eficiente possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre que o sistema tributário favorece algum grupo e desfavorece outro, ele cria ineficiências, a economia fica menos produtiva, a economia cresce menos, gera menos emprego, e a maioria da sociedade perde, mas aí é que surge o problema.

O problema é o seguinte: definir o desenho de um sistema tributário é um processo de escolha coletiva, é uma escolha que nós estamos discutindo aqui, à qual todo o processo de discussão da reforma tributária, que já vem de tantos anos, se dedica. É uma discussão coletiva para decidir quanto vai ser pago de imposto, quem vai pagar mais e quem vai pagar menos. E, aí, cada membro da sociedade, cada membro da coletividade, cada membro do condomínio tem um incentivo para querer pagar menos e se esforça para convencer o resto da comunidade de uma coisa muito difícil, pois se esforça para dizer para todo mundo: "Olha, se eu pagar menos vai ser bom para você, vai ser bom para todo mundo", o que raramente, dificilmente, é verdade.

Como tem muito dinheiro em cima da mesa, sempre vale a pena organizar assessoria, relações institucionais, contratar trabalhos caros, mostrar estatísticas várias e complexas, como nós vimos aqui, para mostrar isso: se eu pagar menos imposto, vai ser bom para você, eu vou gerar mais imposto, eu vou gerar mais renda, a arrecadação, no fim, vai subir, o serviço essencial vai ser barateado e etc. e tal.

O problema, Presidente, é o seguinte: nem todo mundo está representado nessa mesa. A dona de casa, o ajudante de pedreiro, o trabalhador sem carteira assinada, o lavador de carro não tem assessoria de relações institucionais e ele não consegue espaço na discussão da conta do condomínio. Então, humildemente, Presidente, vou fazer aqui o papel de lobista do interesse coletivo e falar um pouco sobre os efeitos nocivos de tratamentos especiais dados para esse ou para aquele setor.

Ao longo de toda essa discussão de reforma tributária, já ficou mais do que claro – só não entende quem não quer entender – que o Imposto sobre Valor Agregado é um imposto que não tributa a produção, é um imposto que acaba incidindo apenas na relação de consumo. As empresas que estão no meio da cadeia de produção não vendem ao consumidor, atuam apenas como recolhedoras de imposto e, portanto, imediatamente se compensam com créditos acumulados de impostos pagos nas transações anteriores.

Então, só tem que se preocupar se vai pagar mais imposto ou menos imposto quem está na transação final com o consumidor. Nesse caso, é a lei da oferta e demanda que vai dizer quem arca com a incidência do imposto, se é o consumidor que vai ter o custo repassado no preço, ou se é a empresa que está vendendo que vai ter que reduzir a sua margem de lucro, mas isso é economia de mercado, é oferta e demanda. A gente não tem que mexer na reforma tributária para proteger esse ou aquele setor que não vai conseguir repassar o seu custo.

E, aí, as várias demandas de estabelecer alíquotas e tratamentos diferenciados geram uma série de problemas, Presidente. Em primeiro lugar, estimulam empresas a investirem demais em setores que têm alíquotas favorecidas, distorcem a locação de capital da economia, uns setores produzem muito, outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzem pouco, a economia vai crescer menos, o emprego que você gera num setor incentivado com menos impostos é um emprego que você está matando no outro setor que vai ter que pagar imposto mais caro para pagar a conta, e, no fim, todo mundo ou a grande maioria perde. Isso acaba distribuindo o ônus de forma injusta na hora de pagar a conta. Aumenta o custo de fiscalização, aumenta as oportunidades de elisão e sonegação fiscal.

Infelizmente, Presidente, a Câmara dos Deputados já exagerou nos tratamentos privilegiados. Eu vou me dar aqui ao trabalho de ler todos os setores que já têm algum tipo de benefício: regimes específicos para hotelaria, parque de diversão, parque temático, bar, restaurante, aviação regional; tratamento separado para o Simples; alíquotas reduzidas para cesta básica, serviços de educação, serviços de saúde, dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência, medicamentos e produtos com cuidado de saúde menstrual, serviços de transporte coletivo rodoviário, ferroviário e hidroviário, produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas, insumo agropecuário e aquícola, alimentos destinados ao consumo humano, produtos de higiene pessoal, produções artísticas, culturais, jornalísticas e audiovisuais, atividades esportivas, bens relacionados à segurança nacional e à soberania, segurança da informação e segurança cibernética.

Nós temos dois problemas aqui: todos esses que vão pagar menos vão exigir que se cobre uma alíquota mais cara dos outros, e, segundo, está claro na literatura que políticas de benefícios a setor específico ou a uma área que é socialmente sensível se faz pelo lado da despesa, não pelo lado da tributação. A tributação tem uma capacidade muito baixa, e custa muito caro fazer política social através desse tipo de benefício tributário.

Então me parece que a Câmara já foi bem longe, e o ideal seria reduzir bastante esses tratamentos favorecidos.

Cada um desses que eu listei vai empurrar a conta para a dona de casa, para o ajudante de pedreiro e para o lavador de carro. Pior ainda: vai distorcer a estrutura produtiva da economia e vai diminuir o nosso potencial de crescer mais e de criar emprego.

Bom, quais são os argumentos tipicamente utilizados aqui, para terminar?

Número um: "A tributação do meu setor vai aumentar muito".

Ora, de duas uma: ou você está fazendo a conta errada, não está percebendo que o novo sistema de tributação vai ter uma série de créditos que não tem na tribulação cumulativa, ou você está fazendo a conta certa, e, sinto muito, se você está pagando imposto, está errado; se está pagando imposto a menos, está errado. O correto é todo mundo pagar de forma uniforme.

O segundo argumento é: "Temos que desonerar os bens consumidos pelos pobres".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, a literatura já deixou claro que é ineficiente você desonerar, fazer distribuição de renda reduzindo tributação. Rico também come arroz e feijão. Se desonerar o arroz e feijão, você vai estar dando benefícios para o pobre, mas também para o rico. Sai muito caro. Melhor fazer um *cashback* do que desonerar a cesta básica ou fazer transferência de renda.

A ideia de que "olha, não é nada disso. Vamos fazer uma CPMF para financiar o setor público e desonerar a folha de pagamento, que é isso que vai resolver". Sinto muito, CPMF não funciona direito em lugar nenhum do mundo. O imposto sobre valor agregado funciona em mais de 70 países de forma bastante razoável.

Outra proposta é que alguns setores, em especial pequenas empresas, gerem mais créditos, créditos em valor maior do que eles pagaram em imposto.

Isso é uma tremenda distorção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS MENDES – ... vai gerar distorção competitiva e favorecimento a algumas empresas contra outras.

A ideia de misturar crédito de outros impostos, impostos sobre patrimônio, impostos sobre a renda, sobre o faturamento, e isso dar crédito no consumo, isso não existe em lugar nenhum do mundo. Isso é uma distorção enorme.

A ideia de que neutralidade não é privilégio volta àquele primeiro ponto: eu pago pouco hoje e quero continuar pagando pouco no futuro.

Presidente, me parece que, se nós levarmos em conta todos os argumentos que são levantados em sessões com defesa de argumentos setoriais, é inviável fazer um IVA, porque, pelo menos aqui, nós temos dez setores para os quais o IVA não se aplica, e na verdade nós temos 170 países com o IVA. Então, nós temos algum problema, e eu acho que a direção deveria ser muito mais no sentido de restringir tratamentos especiais do que, efetivamente, trazer novos tratamentos especiais para o debate na mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Dr. Marcos Mendes.

E o primeiro Senador inscrito – e recém-chegado – é o nosso querido Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discursar.) – Querido Presidente, Senador Eduardo Braga, meus colegas todos aqui, quero agradecer a presença de vocês, é importante. O nosso Relator está dando uma aula de democracia participativa, permitindo a manifestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nos ajudando. Mesmo para mim, que sou especializado em direito tributário, ouvir vocês todos me faz refletir ainda mais sobre o nosso sistema – nosso sistema historicamente tem uma razão de ser assim. Eu queria, na verdade, fazer uma pontuação rápida elogiando a sua condução, Presidente Eduardo, porque eu sei que está cansativo e assim será ao longo das semanas de audiências.

Sim, eu tenho, como todos, recebido diariamente setores. Esse é o nosso papel. Cada um puxa para o seu. Realmente, o único que não tem uma relação institucional é quem paga o imposto, que é a classe média, Izalci, meu Senador, e o trabalhador. Esse não tem, não tem ninguém aqui... Não recebi ligação de sindicato, falando aí de imposto sindical, ninguém veio aqui falar comigo; os núcleos de associação de consumidor eu também não recebi, não recebi nenhuma demanda deles; mas a gente está aqui com a nossa função de tentar defender o princípio básico dessa reforma.

O princípio original era simplificação – o que já é um pouco comprometido, na medida em que a gente vai ter dez anos de dois sistemas caminhando e em que não reduzimos tanto o número de tributos, continuam cinco ou seis – e a redução da carga tributária, e a gente já abandonou isso. Vamos ser sinceros, a gente está falando já em neutralidade. Esse é o prato que veio da Câmara, deixando bem claro, e a gente está aqui para salvar esta reforma tributária, sob a sua condução, Presidente.

E aí, nesse diapasão, eu queria colocar qual é o princípio... A gente tem, acho, que buscar um princípio lógico para que a gente possa direcionar, e assim eu procuro fazer, Presidente Eduardo Braga, nas emendas que eu estou oferecendo. E quero externar aqui – não sei se vão concordar ou discordar – que a gente tem que ter alguma lógica para dizer, dentro de tantas exceções pedidas, quais realmente fazem sentido ou não. Eu tenho me conduzido por dois princípios.

São setores de serviço e produtos – a indústria está resolvida, não é? –, segmentos do serviço, segmentos dos produtos, do comércio que sejam essenciais. O que é essencialidade? É óbvio que todas as concessões públicas, por exemplo, são essenciais. A conta de luz vai impactar no consumidor, na indústria, na geração de emprego. É só para dar um exemplo, sem precisar falar do saneamento, da conta de água, de transporte público, etc. Isso é um exemplo. Então, é o que é essencial!

E, pelo amor de Deus, gente, é o que gera emprego, porque a gente tem que gerar emprego no país. Se a gente tem um setor – e vou dar também um exemplo claro – que gera emprego, a gente tem, sim, que lhe dar um tratamento especial, porque o benefício que esse setor devolve para a sociedade é muito maior, que é a empregabilidade, é a renda. Vou dar um exemplo. Eu vi lá dentro das exceções "bares e restaurantes", o que é ótimo, é um setor que gera emprego, só que ele, na Lei Geral do Turismo, está junto com outros segmentos do turismo, e o Brasil é um país vocacionado ao turismo. A minha cidade, a sua cidade, nós todos Senadores aqui... No Rio Grande do Sul, em Gramado, quanto emprego não gera o turismo lá, Senador Mourão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Vive disso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vive disso, não é?

Eu quero externar a minha lógica, para que fique claro: "Ah, o Portinho está botando muita emenda". Em todas elas vocês vão ver que estou seguindo esta lógica que eu queria externar, pois talvez não tenha a mesma oportunidade à frente, que é essencialidade e geração de emprego.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Presidente, primeiro, quero dizer da importância destas audiências, nós estamos ouvindo aqui todos os segmentos.

Além disso, nós temos o grupo de trabalho – estava em reunião ali o pessoal do grupo de trabalho da CAE – que deverá apresentar a V. Exa. uma posição também do grupo de trabalho, que tem feito várias audiências também.

Eu até sugeri lá uma proposta, porque tem alguns pontos que foram aprovados na Câmara que são preocupantes. Eu não sei se V. Exa. já teria alguma coisa relacionada a isso, porque teve algumas falhas lá. Por exemplo, saneamento. Alguém falou aqui agora do saneamento, acho que foi um esquecimento a questão da oneração do saneamento. A questão do imposto seletivo também é um ponto que foi colocado lá que deixa em aberto, não precisava nem de reforma, porque tudo vai ser feito por portaria. Tudo que afeta meio ambiente e saúde... Pode ser tudo. Então, lógico, a gente está pensando aqui, mas, se V. Exa. já tem... Eu sei que é difícil, o Relator normalmente deixa para o final o geral, mas há alguns pontos em que a gente fica assim... Há essa questão do Conselho Federativo, sobre o que a gente fez até uma audiência no Plenário, eu acho que tem que ser operacional apenas, mas veio no texto como um super Confaz, que vai mandar mais do que o Congresso Nacional. Então, são coisas assim que nos preocupam, mas eu tenho certeza de que V. Exa. está muito atento a isso.

E vou reforçar a palavra do Portinho aqui. O Portinho disse uma coisa que é real e é o que eu vinha acompanhando. Qual é o objetivo da reforma?

Primeiro, simplificação. Nos próximos dez anos, haverá uma complicação, porque você vai fazer o sistema atual, que já é complexo para caramba, que seja exatamente o motivo talvez da reforma, e mais tudo aquilo que está sendo criado. Durante dez anos, você vai ficar nisso aí. Então, não vejo simplificação. Acho que, nos próximos dez anos, alguém vai mexer nessa reforma, antes de a gente simplificar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a questão da neutralidade. A gente coloca comércio e serviço, mas, em serviços, eu fico de olho é no consumidor. Eu sempre defendi aqui a aprovação do Código de Defesa do Contribuinte. Precisa alguém defender o contribuinte, porque aqui vai ter aumento, sim, óbvio. Na área de serviços, não tenho nenhuma dúvida, mas, se for direto para o consumidor, não tem problema, não, porque vai pagar a conta lá... Só que esse consumidor já não tem a mínima condição de receber mais qualquer aumento. Muito pelo contrário, ele está é devendo – 70% da população devem, não conseguem pagar, todo mundo torcendo por Refis, todo mundo torcendo por anistia fiscal. Então, você pensar em qualquer aumento para o consumidor?! Eu vi lá: "Ah, mas você vai poder ter crédito, vai poder creditar". Sim, o tomador de serviço vai se creditar, só que ele vai repassar para o consumidor. Esse consumidor dele lá tem condição de absorver esse aumento que, mesmo creditando, para a empresa não tem problema, mas para o consumidor tem? Vai ter reflexo? Vai, com certeza. Então, eu fico assim agoniado. E você me desculpe, mas é um tema superimportante.

E aí, numa dúvida, eu queria perguntar a V. Exa.: existe uma data para votar o relatório na Comissão já definida? Não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Depende do Davi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ah, sim, de pautar? Mas por parte do Relator não tem isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – A gente está ouvindo todos os segmentos, tem muita emenda para ser apresentada...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só hoje nós ouvimos doze...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Oito...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Doze!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu tenho contribuído muito, muitos requerimentos.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E nós acatamos hoje... Eu acho que só de alguns Senadores aqui tem pelo menos uns seis ou sete. E eu ouvi todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Eu parabenizo V. Exa. por isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Desde o início.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Presidente, sem aumentar aí o nosso tempo, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar o senhor pelo trabalho que o senhor está fazendo, diante daquilo que o senhor se comprometeu com todos nós. E não é um trabalho simples.

Acompanhei aqui grande parte das exposições. Cada setor tem os seus interesses, não resta a mínima dúvida. E nós vamos ter que chegar à melhor equação aqui dentro, baseado em três aspectos principais, na minha visão.

Há a questão da neutralidade, não pode ter aumento na carga tributária. Eu sou um pagador de imposto neste país. Sou daquele que paga mesmo. Quem tem contracheque paga imposto. Pago Imposto de Renda, pago imposto em tudo aquilo que eu consumo. Então, já nem sei mais qual é a quantidade de imposto que eu pago, mas sabemos que a carga é grande. E sempre batemos num aspecto: poderíamos ter uma carga grande se tivéssemos o retorno de tudo aquilo que nós entregamos para o Governo, sejam governos anteriores, seja o Governo atual. Ele tem que nos devolver isso na forma de serviços, que é aquilo que a população deseja.

Precisamos que haja efetivamente uma simplificação. Hoje eu estou vendo que nós estamos trocando cinco impostos por quatro. Sou contra o imposto seletivo. Acho que, se você quer tributar o chope que eu bebo, bote uma alíquota maior no IVA e acabou. Sem problema nenhum!

E, principalmente, temos que resolver a questão do Conselho Federativo. Essa é uma grande preocupação.

No mais, agradeço a exposição aqui de todos, pertinentes, objetivos.

E é um trabalho que nós vamos ter que decidir aqui dentro.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço, Senador.

Mais algum Senador? Senador Efraim?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discursar.) – Não, Presidente, até porque cheguei agora para prestigiar a sua iniciativa, a de V. Exa.

As preocupações são as mesmas. Eu acredito que quanto mais a gente se aprofunda – e V. Exa. tem se aprofundado, eu também e os demais Senadores – a gente vê que tem algo para amadurecer. São desafios, desafios para serem amadurecidos, superados; é para se aperfeiçoar. Eu acho que o intuito é buscar esse texto que consiga aperfeiçoar algumas lacunas que vieram da Câmara. O Senado tem essa missão de debater, mas no sentido de buscar avançar. Poucos consensos são obtidos das audiências públicas, mas um me parece que atinge quase a unanimidade que é a que o atual modelo está esgotado, que o atual modelo é arcaico, é obsoleto, só atrapalha quem quer produzir e nos joga nas últimas posições do r*anking* Doing Business, ou seja, a resposta ser "permanecer onde estamos" não pode ser. Então, V. Exa. tem se debruçado sobre esse aperfeiçoamento do texto, os Senadores têm buscado contribuir, e a gente está na expectativa, é claro, de que a gente possa amadurecer para algo ainda melhor e tentar aprovar esta reforma tributária, porque é isso que desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero primeiro agradecer a todos os convidados que participaram desta audiência pública. Foram 12 convidados aqui que contribuíram com as mais diversas contribuições dos diversos setores da área de serviços. Ouvimos a todos. Sem dúvida nenhuma, uma das áreas e um dos setores mais desafiadores nesta reforma tributária é a questão dos serviços por todos os aspectos mencionados aqui neste debate.

Eu gostaria apenas de dar alguns esclarecimentos. O imposto seletivo, que está sendo apresentado, tem uma função extrafiscal, porque ele está substituindo o IPI. Quando ele foi apresentado, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) veio para substituir o Imposto sobre Consumo lá atrás. E o IPI, àquela altura, era tão genérico quanto o imposto seletivo, porque até uma vassoura poderia ser considerada um produto industrializado àquela altura. E o engraçado é que o IPI é um imposto que é regulamentado por decreto – nem por lei ordinária é, é por decreto. E ele tem uma função de financiar os municípios e os estados, 50% desse Imposto sobre Produtos Industrializados financiam o FPM e financiam o FPE. Quando a receita dos municípios desaba, todos nós nos perfilamos e gritamos sobre a queda do FPM e do FPE, queremos entender como é que desabam o FPM e o FPE. Quando caem os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, os Senadores do Centro-Oeste vêm aqui, para o Senado, questionar. Quando desabam os Fundos de Desenvolvimento do Norte e do Nordeste, nós Senadores do Norte e do Nordeste queremos... Bem, 50% do recurso vêm também do IPI; 65% do imposto seletivo vão exatamente para FPE, FPM, FNE, FNO e para o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com uma diferença de que o IPI era regulado por decreto e o imposto seletivo será regulado por lei, ou seja, nós estamos dando um degrau a mais com relação ao IPI.

Se isso vai ser suficiente ou não, é claro que o Congresso vai decidir, mas eu estou apenas chamando atenção de que o imposto seletivo tem uma função extrafiscal e o IPI, com essa função extrafiscal, ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desinteressante para a União no esforço de arrecadação, tanto é assim que a União tratou de estabelecer outras fontes de receita.

O interessante é que, nesta reforma tributária, 80% dos recursos dos estados e dos municípios estão nesta reforma tributária, mas da União apenas 30%. Talvez até menos de 30% dos recursos da União estejam nessa reforma tributária, porque PIS-Cofins e IPI não representam 30% da receita da União. Só quero chamar atenção para isso.

Quando eu vejo o Senador Portinho dizendo "não, sou contra" e tal, eu queria ver como é que ficam os municípios do Estado do Rio de Janeiro. "Ah, eu sou contra o imposto seletivo." Eu gostaria de saber como é que fica o financiamento, porque nós estamos extinguindo o IPI e estamos colocando um sucedâneo na função extrafiscal, que é o imposto seletivo.

Eu acho que todas essas questões merecem uma reflexão quando a gente se posiciona para fazer a formação da opinião pública com relação a este tema, porque este tema vai pesar na hora da nossa decisão. Agora, eu concordo com uma série de considerações feitas com relação aos aspectos todos aqui colocados, mas todas essas questões nós vamos precisar avaliar com muito cuidado. Por isso, eu tenho ouvido tanto e, por isso, eu tenho tido tanta cautela, porque, cada vez que eu procuro me debruçar sobre este assunto, cada vez que eu procuro estudar sobre este assunto, eu percebo a complexidade e o quanto nós precisamos estar efetivamente atentos com relação à decisão que nós vamos tomar proximamente.

Nós vamos tomar uma decisão até o final do mês de outubro, esperamos nós, a respeito dessa questão no Senado da República. E é uma questão complexa, eu não tenho a menor dúvida de que é extremamente complexa, só que, como disse o Senador Efraim e como vários já disseram, de uma coisa nós temos certeza: não dá para continuar com o modelo tributário que nós temos. O modelo tributário que nós temos chegou ao fim. O Brasil não consegue mais responder à economia, à atração econômica com esse manicômio tributário que nós temos, e nós precisamos dar uma resposta.

Eu quero agradecer a todos, eu quero agradecer aos Senadores e às Senadoras.

E declaro encerrada a nossa audiência pública.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Mauro Carvalho Junior, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 28, de 2023-CCJ, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o PL 5384/2020, que "altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública". **Participantes:** Sr. CLÉDISSON JÚNIOR, Cientista Político (representante da Sra. DANDARA TONANTZIN, Deputada Federal); Sra. MARIA DO ROSÁRIO, Deputada Federal; Sra. GEISIANE FREITAS, Bacharel em Ciências Sociais e Pesquisadora das Relações Raciais Brasileiras e de Gênero; Sr. CLEBER SANTOS VIEIRA, Assessor de Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC); Sr. FERNANDO HOLIDAY, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo; Sr. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC); Sr. ELI VIEIRA, Biólogo e Mestre em Biologia Molecular pela URRGS e Mestre em Genética pela Universidade de Cambridge, Reino Unido; Sr. ELIEL BENITES, Diretor do Departamento de Línguas e Memória do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); Sra. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES, Presidente da Nação Mestiça; Sra. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA, Secretária de Políticas e Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial (MIR); e Sra. MANUELLA MIRELLA NUNES DA SILVA, Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezenove horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/19

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PL 5.384, de 2020, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública, conforme o Requerimento nº 28/2023-CCJ, de iniciativa do Senador Paulo Paim.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, pelo sistema de videoconferência, para exposições e debates.

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui a lista de convidados, são dez convidados.

Eu vou fazer de imediato aqui, antes de citar os convidados, a fala que compete à Presidência, para que todos tenham uma visão, quem está nos assistindo ou ouvindo pela Rádio Senado, TV Senado ou Agência Senado, e saibam o motivo deste debate.

Fala da Presidência.

Creio, com muita fé e esperança, que a igualdade de oportunidades e a inclusão social e econômica estão juntas em um mesmo caminho, que supera a disputa partidária ou mesmo ideológica. Estamos realizando hoje esta audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com o apoio do Senador Davi Alcolumbre, do Senador Rodrigo Pacheco, do Senador Flávio Arns.

Registro que esta audiência pública foi um acordo firmado na Comissão de Direitos Humanos, da qual sou Presidente, no caso, Relator da matéria, a pedido também do Senador Girão. Lá fizemos um acordo em que eu entraria com o requerimento para uma audiência pública. Esse acordo permitiu que nós votássemos lá a matéria por unanimidade, não teve nenhum voto contra. Consequentemente, o Requerimento nº 28, de 2023, foi apresentado e aprovado para tratar da avaliação e do aprimoramento da Lei 12.711, de 2012, a Lei de Cotas. É importante destacar para todos que estão aqui no Plenário, que estão nos assistindo, mesmo para aqueles que vão participar como painelistas por videoconferência: a lei não perde a sua vigência e vigora por apenas 11 anos. O que nós estamos discutindo aqui é como a lei deve ser aperfeiçoada.

Conforme estudo do Consórcio de Acompanhamento das Ações Afirmativas, realizado em 2022, com o cenário de 2021, estudantes pretos, pardos e pobres correspondiam a 31% dos matriculados nas universidades públicas no Brasil. Hoje, esse índice chega a 52%. Agora, se nós retomarmos desde a época em que não havia política de cotas, nós vamos ver que tivemos um aumento de mais de 40%.

A legislação é um sucesso e muda a vida das pessoas. A avaliação da norma é realizada no Congresso Nacional, através do PL 5.384, de 2020, de autoria da Deputada Maria do Rosário e outros Parlamentares, como a Deputada Benedita da Silva, tendo como Relatora de Plenário a nobre Deputada Dandara, que só não está aqui porque está numa missão na ONU, onde ela vai também tratar desse tema.

O texto foi, na Câmara Federal, aprovado por unanimidade, com acordo de todos os Líderes, da situação, da oposição, e agora está no Senado, onde foi aprovado, como eu destacava antes, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, também por unanimidade.

Eu gostaria de destacar que acompanhei todo o debate lá na Câmara dos Deputados. E faço aqui os meus elogios a todos os Deputados e Deputadas. Houve o debate democrático, e isso faz parte da nossa caminhada, nós que amamos a democracia, como faremos o debate aqui. Mas nenhum pediu verificação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quórum, nenhum exigiu que a matéria ficasse truncada no Plenário. Todos – todos –, unanimemente, colaboraram para que houvesse a aprovação.

Agora estamos aqui na CCJ.

O relatório, eu lembro aqui a todos, aprovado na Câmara, aprimora, sim, o projeto nos seguintes pontos: primeiro, no processo de ingresso de estudantes na universidade ou no instituto federal, primeiro serão observadas as notas por ampla concorrência, ou todos concorrem no mesmo patamar, e, posteriormente, as reservas de vaga para as cotas é que entram. A Lei de Cotas não perde a sua vigência e será, como é agora – dez anos foi o ano passado –, avaliada a cada dez anos, com ciclos anuais de monitoramento realizado pelo Ministério da Educação. O projeto de lei faz a atualização dos órgãos encarregados pelo acompanhamento e avaliação da Lei de Cotas. Falei aqui do Ministério da Educação e agora eu destaco onde aprimora: o Ministério da Educação, os ministérios das políticas de promoção de Igualdade Racial – Ministério da Igualdade Racial e Ministério dos Povos Indígenas – e ainda a Fundação Nacional dos Povos Indígena serão os responsáveis, quatro.

Prioridade de auxílio estudantil para os alunos cotistas que se encontrem em situação de vulnerabilidade. No ano de 2010, tinha já apresentado um projeto nesse sentido e que, felizmente, agora foi incorporado no substitutivo da nossa querida Deputada Dandara.

A renda familiar *per capita*, que era de um salário mínimo e meio – isso no item 5 –, passou agora a um salário mínimo de reserva de vagas de 50% das cotas, para efetivamente contemplar os mais pobres.

A proposta amplia as ações afirmativas para os cursos de pós-graduação. Também fiquei muito feliz, porque, no ano de 2020, apresentei o PL 3.434, que trata do mesmo assunto e agora está contemplado no substitutivo apresentado e aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados.

Uma das maiores inovações foi a inclusão dos quilombolas na Lei de Cotas das instituições federais de ensino superior e nas instituições de ensino federal do ensino técnico de nível médio – os quilombolas agora estão contemplados.

O PL institui que as vagas reservadas para subcotas não utilizadas serão repassadas primeiramente para outras subcotas – estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência – e depois serão ainda distribuídas para todos os estudantes de escolas públicas, sendo que aí o critério também será para os mais vulneráveis. O projeto ainda permite o uso de outros institutos de pesquisa, além do IBGE, como o do Censo, para o cálculo da proporção de cotistas nos Estados.

A questão da inclusão daqueles que, historicamente, foram marginalizados é urgente. Ao longo dos anos, temos testemunhado a verdadeira transformação trazida pelas políticas de cotas. Permitam que eu faça um comentário. Alguns diziam que a nossa juventude não aceitaria os cotistas. Ledo engano. Tiveram que nos engolir. Estou falando isso numa boa, não tem nada de agressão aqui, não, porque a juventude se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendeu e não temos visto conflito nenhum entre brancos, índios, negros dentro das universidades e nos institutos. Isso é bom, mostra que a democracia avança e o combate ao racismo e ao preconceito, a partir da nossa juventude, se amplia. Eu sempre digo que o acesso à educação não é apenas uma estrada para a justiça social, mas, sim, uma chispa, um farol de luz que cruza a geografia brasileira para erradicar as barreiras que, por tanto tempo, discriminam nossa população.

Desde os primeiros debates na Assembleia Nacional Constituinte – eu estava lá –, tínhamos a bancada negra, dou um destaque aqui.

Estou vendo o Moura, que chegou aqui, que foi o fundador da Fundação Palmares, na época do Presidente Sarney. Eu queria dar uma salva de palmas para o Moura. (*Palmas.*)

Que ele chegue à frente. Sente-se aqui na frente, Moura, não fique aí atrás, escondido. Ele foi um dos grandes articuladores e nos ajudou muito também no Estatuto da Igualdade Racial.

Como eu dizia, desde os primeiros debates na Assembleia Nacional Constituinte, a bancada negra lá era composta por Benedita da Silva; Caó, que já faleceu – e fica aqui minha homenagem ao Caó –; Edmilson Valentim, do Rio de Janeiro; e este Senador. Foi essa bancada que, junto com Domingos Leonelli, esteve na África do Sul exigindo a libertação do Mandela, seguindo uma determinação da Assembleia Nacional Constituinte. A Assembleia decidiu que Mandela tinha que ser liberto, e nós fomos encarregados de lá entregar essa moção, esse documento. Felizmente, naquele mesmo ano, não pela obra nossa, mas, sim, pelo movimento mundial pela libertação do Mandela, ele foi liberto, veio ao Brasil já como Presidente e nós tivemos o prazer de recebê-lo aqui no Congresso.

Os movimentos negros, as vozes das ruas, o esforço daqueles que acreditam na força transformadora da educação contribuíram muito para o cenário atual. Todos estão de parabéns, brancos, negros, índios, enfim, todos que colaboraram do seu jeito, da sua forma para que a gente estivesse aqui hoje discutindo a ampliação da política de cotas. A luta foi feita e está sendo feita por muitas mãos.

Depois de 20 anos de luta, o Estatuto da Igualdade Racial foi sancionado em 2010, Lei 12.288. Recordo o momento épico e histórico, em 2010, quando tive que ir ao Supremo defender a política de cotas. Alguém poderia dizer: "Mas por que foi o senhor? Por que não foi outro?". Só tinha eu de negro no Senado. Então, eles escolheram um Senador que fosse negro e um Senador que não fosse negro e que tivesse até uma posição diferente, mas assim se escreve a história da humanidade. Felizmente ganhamos o debate no Supremo por 10 a 0. Não teve nenhum ministro que tenha votado contra para que fossem consideradas as cotas inconstitucionais – foram consideradas constitucionais.

A nossa força – a nossa força que eu digo não é minha, é a nossa do povo brasileiro – está na união em busca da igualdade, um passo que nos aproxima mais e mais do sonho de uma sociedade justa e inclusiva, sem racismo, sem discriminação, sem homofobia, sem ódio e sem violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Termino dizendo o que Paulo Freire já dizia: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Essa é a introdução da fala como Presidente dos trabalhos.

Agradeço aqui aos nossos queridos apoiadores, ao Senador Davi Alcolumbre, que, na semana passada, quando eu informei que o relatório já estava aqui, já marcou audiência para hoje, para debatermos o tema. E, num acordo que fizemos inclusive com o Senador Girão, por ele votaria até no mesmo dia. Essa foi a decisão tomada lá. Como no mesmo dia não dava, nós esperamos que se vote, quem sabe, amanhã – se der, amanhã. Eu entendo que o debate é construído com muitas mãos e muitas vozes, e vamos falar com o Presidente da Comissão se vamos votar amanhã ou na outra semana. Claro que a decisão final é do Presidente Davi.

Agora vamos, de imediato, então, chamar os nossos convidados, sabendo que todos, todos... Sabendo, não. Quero dizer que todos, todos são bem-vindos. Aqui nós não convidamos só para falar aqueles que pensam e falam da mesma forma. Todos têm direito de expressar o seu ponto de vista para que a gente possa aprimorar cada vez mais o caminhar do nosso povo, combatendo todo tipo de preconceito e discriminação.

Eu convido o Sr. Clédisson Júnior, cientista político, representante da Dandara Tonantzin, que é a Relatora, porque ela está no exterior. O Clédisson vai entrar por videoconferência. Eu gostaria que ele ficasse a postos já. Como aqui ele representa a Dandara, eu fiz questão de que ele fosse o primeiro a falar, para explicar o relatório, porque no que eu aprovei, no que nós aprovamos na CDH (Comissão de Direitos Humanos) nós não mexemos uma vírgula. Então, não há ninguém melhor do que ele, que acompanhou a Dandara desde os primeiros minutos na construção desse substitutivo – ela viajou pelo país, inclusive, dialogando com a sociedade brasileira –, para fazer a primeira fala.

Na sequência, Sra. Geisiane Freitas, Bacharel em Ciências Sociais e Pesquisadora.

A Geisiane está aqui? (*Pausa.*)

Então, venha para a mesa, Geisiane, por favor, com as nossas palmas. Venha para a mesa. (*Palmas.*)

Sra. Geisiane Freitas, Bacharel em Ciências Sociais e Pesquisadora das relações raciais brasileiras e de gênero. Presença confirmada, e aqui ela está.

Então, como já combinado – está aqui o pedido, inclusive, do assessor do Senador Girão –, o primeiro a usar a palavra será o Sr. Clédisson e, depois, a Geisiane falará tranquilamente, porque o Girão quer te ver aqui. Então, a senhora fala quando o Girão estiver aqui, não há problema nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada, autora do projeto – nós também entendíamos que ela deveria ser uma das primeiras a falar, que é a Sra. Maria do Rosário, Benedita e tantas outras –, Maria do Rosário teve um problema de voo, mas chegará. Logo que ela chegar, ela usará a palavra.

O próximo convidado, que, se estiver aqui, eu peço que venha à mesa, é o Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor do Gabinete da Secretaria de Atenção Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação (MEC). (*Palmas.*)

Muito obrigado aqui já. O Governo está mandando aqui os seus representantes, para um tema que eles vão ter que regulamentar, não é? Por isso, é preciso que todos entendam que, se nós ficássemos debatendo uma semana, duas, três, quatro, era uma forma de divulgar ainda mais o projeto. O problema é que o Ministério da Educação já fez contato comigo, porque eles têm que regulamentar todo o processo. Por isso, há uma certa urgência para que a gente possa fazer com que a matéria seja aplicada já a partir do início do próximo ano. Então, esse é um pedido que eu faço para que a gente vote o mais rápido possível.

Eu convido também para a mesa, seguindo aqui a ordem de quem estiver presente, o Sr. Eli Vieira, que é Biólogo e Mestre em Biologia Molecular pela UFRGS e Mestre em Genética pela Universidade de Cambridge, Reino Unido. Ele vai ser por videoconferência. Deve estar a postos já, e a gente vai chamá-lo depois.

Agora chamo o Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

Está presente? (*Pausa.*)

Muito obrigado, Sr. Alexandre. O Ministério da Educação é fundamental nesse debate. (*Palmas.*)

Convido agora o Sr. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente da Nação Mestiça... (*Pausa.*)

Senhora – é, eu estava confundindo aqui.

Convido agora a Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente da Nação Mestiça.

Seja bem-vinda, Doutora. (*Palmas.*)

Convido o Sr. Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memória do Ministério dos Povos Indígenas, para que ele se sente aqui na primeira fila – à medida que as pessoas forem falando, todos virão para a mesa. O senhor se sentaria aqui na primeira fila até a hora da sua fala.

Seja bem-vindo, Eliel.

Bateram palmas para o Eliel? Se não baterem, eu vou bater. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora chamo o Sr. Fernando Holiday, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, por videoconferência também confirmada. Ele estará à nossa disposição no momento adequado.

Convido agora a Sra. Márcia Regina de Lima Silva, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Faça o favor, se puder, de sentar-se aqui na primeira fila – na hora da sua fala, a senhora será convidada a vir aqui à mesa, está bem?

Então, como havíamos combinado já, nós vamos de imediato passar a palavra, representando a Relatora Dandara, na Câmara Federal, ao Sr. Clédisson Júnior, Cientista Político, que trabalhou com a Dandara durante todo esse período, viajou com ela, e está bem a par do substitutivo final, que foi aprovado por unanimidade.

Sr. Clédisson Júnior, por favor, a palavra é sua por dez minutos com mais cinco.

Quando eu digo dez mais cinco, cada um pode trabalhar com quinze minutos; mas, se entender que dez é o suficiente, nos dez a campainha toca.

O SR. CLÉDISSON JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi, meu amigo, boa tarde. Seja bem-vindo.

O SR. CLÉDISSON JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, demais Senadores presentes, debatedores, convidados que estão presentes no Senado e que nos assistem pela internet e pela TV Senado.

Queria começar agradecendo pela oportunidade de estar aqui nesta audiência pública apresentando um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Clédisson, tu me ouves?

O SR. CLÉDISSON JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Ouço você, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, deixe-me falar, Clédisson. Eu queria fazer um apelo aqui à Polícia do Senado. Eu tenho com eles uma relação de muito respeito. Todas as minhas audiências públicas ficam lotadas, nunca tem problema algum, como fizemos ontem e fizemos hoje pela manhã, e esta aqui não está lotada. Existem aqui dezenas de lugares. Peço para que liberem aqueles jovens, adultos e idosos que querem vir aqui para a audiência. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei por que... Nunca aconteceu isso, não acontece isso. Então, fica o meu apelo, de público aqui, para que eles... É só vir aqui olhar: tem dezenas de lugares aqui à disposição dos nossos convidados. Eles vieram aqui porque foram convidados para este debate.

Fica o apelo feito.

Sr. Clédisson, me desculpe, mas volta o seu tempo original. Você tem dez minutos, com mais cinco, quinze no total.

O SR. CLÉDISSON JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Novamente obrigado, Senador Paulo. Eu retomo agradecendo a oportunidade de estar aqui expondo um pouco do processo que se deu na dinâmica da aprovação do relatório do substitutivo da Deputada Dandara, na Câmara dos Deputados.

Eu quero inicialmente localizar um pouco da minha trajetória particular. Enfim, sou cientista social e gosto de falar que tive uma oportunidade de assistir à história do Brasil sendo construída, no período passado, quando tive a oportunidade, enquanto diretor da União Nacional dos Estudantes, à época Diretor de Combate ao Racismo, de participar ativamente das articulações que permitiram que nós pudéssemos ter, à época, o Estatuto da Igualdade Racial, lá em 2009. Também tive a oportunidade, representando a União Nacional dos Estudantes, de ser *amicus curiae* na ADPF 186, no Supremo Tribunal Federal, que, enfim, tinha como foco a proposta apresentada pelo Partido Democratas, antigo PFL, à época, e hoje União Brasil, sobre a inconstitucionalidade das cotas raciais na UnB. Obviamente, o resultado todos nós sabemos, e ele foi preponderante para que dois anos depois pudéssemos aprovar, no Congresso Nacional, em 2012, a Lei de Cotas.

De lá para cá, obviamente, a minha trajetória tem sido intimamente construída dentro dessa agenda, e tive o privilégio também de ter três mandatos, um representando a União Nacional dos Estudantes, no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o nosso CNpir, e dois representando o Coletivo Nacional de direitos de negros, o Enegrecer, permitindo-me coordenar de forma executiva a III Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, em 2013.

Obviamente, depois de 2013, fiz uma opção por construir um processo mais orgânico junto ao poder público. Fui Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Direitos Humanos, o antigo CNDH. Depois, veio golpe, e eu entendi que era o momento de me recolher e voltar para o processo de reflexão e para as cadeiras escolares. Fui fazer mestrado, fui estudar na UFRGS. Tive a oportunidade de conhecê-lo, de conhecer o seu trabalho muito de perto, Senador Paulo, e a oportunidade também de fazer campanha junto à sua militância de base. E hoje construo o mandato da Deputada Dandara, com a tarefa de articular politicamente os processos que envolvem as agendas que nos são caras.

Hoje falo daqui de Minas Gerais, meu estado natal, e acredito que, nesses dez minutos, o importante, primeiro, é situar um pouco das dinâmicas que fomentaram a conquista da aprovação de caráter... O apoio de todas as lideranças partidárias da Câmara em relação a essa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gosto muito de dizer que tanto a construção como o conjunto muito próximo dos movimentos sociais são elementos que dão base à nossa correlação. Tanto a Deputada Dandara quanto eu temos origem no movimento negro, e nós entendíamos que foi necessário retornar o movimento negro para que nós construíssemos, primeiro, uma legitimidade desse processo e, segundo, que fosse possível colher, junto ao movimento negro, naquele primeiro momento, um conjunto de alterações que mirassem o aperfeiçoamento da Lei de Cotas.

Foi necessário também que nós ampliássemos o conjunto de debates para o movimento educacional e, para tanto, uma relação de viagens foi feita pela Deputada e por mim, visitando universidades Brasil adentro, articulando com a militância, tanto negra quanto a da juventude das universidades, para propor um texto que estivesse à altura e correspondesse à correlação de forças internas da Casa, permitindo-nos hoje ter a matéria sendo debatida no Senado.

Entendíamos também que a Lei de Cotas, em que pese tenha um pano de fundo que, na nossa avaliação, diz muito sobre o processo de reparação político e histórico, que tem por origem a escravidão negra no Brasil, também tem elementos que precisam ser debatidos que envolvem outras dimensões de grupos sociais que são, obviamente, beneficiados pela política. Então, foi necessária uma parceria muito próxima com o Ministério dos Povos Indígenas, para articular junto aos povos indígenas – e aí queremos agradecer, desde já, o papel da Deputada Célia Xakriabá, que nos ajudou bastante nesse processo, assim como a direção do Ministério dos Povos Indígenas –, e também com o Ministério da Igualdade Racial, que nos permitiu produzir diálogos importantes com atores que se localizam dentro da relação do próprio Governo Federal. O diálogo com o poder público do Governo Federal foi importante para que nós pudéssemos azeitar, por exemplo, elementos muito importantes na nossa avaliação, já na redação final do projeto que foi votado.

A dinâmica de diálogo passava também por alguns melindres que nós avaliamos que eram necessários, como, por exemplo, dialogarmos com um conjunto de atores dentro da Câmara dos Deputados que nós já sabíamos, de largada, que eram historicamente contrários à política de cotas. Mas, obviamente, a nossa aposta no aperfeiçoamento tanto das cotas quanto da própria democracia nos fez, por exemplo, bater à porta de um conjunto de lideranças que, obviamente, se colocaram, num primeiro momento, céticos quanto à importância dessa aprovação, que diz respeito não só ao aperfeiçoamento da lei – que, como o próprio Senador já apontou na sua exposição inicial, alterou de forma qualitativa a presença negra, indígena, de pessoas com deficiência e mesmo dos povos quilombolas, porque hoje são poucas as universidades onde, de fato, existe um processo seletivo específico para isso –, mas que veio a cabo para tentar conter esses limites que, historicamente, nesses dez anos, nós identificamos como passíveis de serem melhorados.

A Deputada Dandara trata a questão do diálogo participativo e da participação social como um princípio do seu mandato. É importante destacar que é um mandato de primeira legislatura, o que nós entendíamos que seria um limitante no acesso, por exemplo, às Lideranças da Câmara dos Deputados. Mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente, que pudemos contar com a própria ajuda do gabinete do mandato do Senador Paulo Paim, assim como de lideranças importantes no campo do centro democrático, que nos permitiram, por exemplo, dialogar não só com essas lideranças, mas com o próprio Presidente da Casa, o Deputado Federal Arthur Lira, que, no primeiro momento, se colocou ao lado da agenda, nos provocando a colocar para votar em momentos distintos; mas nós entendíamos que precisávamos amadurecer o diálogo, em particular com o movimento social, porque a gente sabe que o debate que se faz no Congresso ganha corpo, ganha fôlego quando as ruas exprimem essas opiniões que, de fato, apontam para os avanços que a sociedade tanto demanda. Então, foi preciso o tempo todo pautar no movimento social, foi preciso o tempo todo construir diálogo com o movimento negro em particular.

E, aqui, eu quero agradecer à Coalizão Negra Por Direitos, à Convergência Negra, à Frente Favela Brasil, antirracismo, colegiados que congregam no seu interior uma gama de organizações, de movimentos dentro do próprio movimento negro, e que nos permitiram construir de uma forma muito qualificada, ouvindo ao mesmo tempo um conjunto de quadros históricos da agenda, o que é muito caro para a gente, pessoas que ao longo das suas próprias vidas se dedicaram a formular saídas para os limites que o racismo impõe à população negra. E o mesmo nós podemos dizer das lideranças indígenas que nos auxiliaram nesse processo, assim como o movimento em defesa e pela dignidade das pessoas com deficiência.

Eu quero encerrar esta participação apontando, Senador e pessoas que participam deste debate, que nós temos muita confiança no povo brasileiro, que nós temos muita confiança na política e que por isso nós acreditamos que a matéria será aprovada no Senado e irá para a sanção do Presidente Lula. Nós iniciaremos um novo ciclo de conquistas para o povo brasileiro, em particular para o povo que demanda reparações históricas em função do nefasto, criminoso e muito triste passado de escravidão e de colonialismo, com o qual o Brasil ainda precisa repactuar.

Encerro agradecendo. E desejo a todos nós um bom debate e que possamos sair dessa audiência muito mais convictos de que as cotas abrem portas e aperfeiçoam a democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Clédisson Júnior, Cientista Político, representante da Relatora, Dandara Tonantzin, Deputada Federal, que fez a sua exposição por videoconferência, falando de como foi essa caminhada até aqui.

É com alegria que nós vemos já presente – como ela tem outros compromissos, porque aqui na Casa é assim – a nossa querida autora número um do projeto – permita que eu diga isso –, que muitos tantos, dezenas assinaram depois, entre eles a Benedita, a Deputada Federal Maria do Rosário, que pediu para falar neste momento, para que ela possa então depois se deslocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu explicava antes que são dez minutos, com mais cinco, no total de quinze, para cada um dos painelistas. E a você, como autora do projeto, é claro que ninguém vai criar obstáculo para que seja uma das primeiras a usar a palavra.

Eu quero também agradecer aqui de pronto ao pessoal da segurança do Senado, Isabel, porque eles já vieram aqui falar comigo. Estão liberando todo mundo, em seguida os que estão lá, e não vai ficar nenhum lá fora. Todos estarão aqui dentro, atendendo um pedido desta Presidência. Eles estavam fazendo, digamos, o crivo natural que fazem na Casa. Mas o importante é que foi liberado e que todos estejam aqui.

Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

Uns já chegaram, outros estão chegando.

A palavra é sua, Deputada Maria do Rosário, autora do projeto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Para expor.) – Senador Paulo Paim, é uma grande honra dirigir-me a esta Comissão de Constituição de Justiça e estar aqui ao lado de V. Exa., que é o meu Senador, o nosso Senador das causas mais importantes do Brasil, o Senador que compôs legislações que marcam a trajetória democrática brasileira. Portanto, sinto-me honrada, de fato, em estar ao seu lado aqui, Senador. Quero cumprimentar, igualmente, o Sr. Alexandre Brasil da Fonseca, o Sr. Cleber Santos Vieira, a Sra. Geisiane Freitas, a Sra. Helderli de Sá Leão, enfim, a todos os demais aqui, inclusive o Clédisson Júnior, que representou a Relatora Dandara, abraçando cada um e cada uma. Peço desculpas, como disse o Senador, pelas atribuições existentes na Câmara, que me levam àquela Casa, nessa tarde, ainda, no debate de matérias.

Mas eu fiz questão de estar aqui presente, porque esta audiência tem grande importância para deixarmos muito nítida a importância dessa política pública, para refletirmos juntos e juntas sobre o que nós estamos buscando consolidar aqui, e porque, afinal de contas, esta é uma lei que tem a grandiosidade de poder ser considerada um diferencial em termos de políticas afirmativas no Brasil, a lei mais importante como política afirmativa no Brasil, um país que não fez a reparação histórica, um país que muito pouco conhece a própria história sua, cujas desigualdades e contradições o compuseram como Estado, como sociedade, como cultura. Aqui, certamente, há uma lei que representa o povo negro deste país, as comunidades indígenas, as pessoas com deficiência, os estudantes das escolas públicas, mas, sem dúvida alguma, todas as pessoas que acreditam na igualdade de direitos, nos direitos humanos e na afirmação de um Brasil diverso de um país historicamente marcado pela exploração, se posicionam favoravelmente à aprovação dessa matéria.

Então, em primeiro lugar, eu quero dizer que o sistema de cotas raciais e sociais foi composto no Brasil de uma forma original, muito própria, dentro da realidade brasileira, mas está plenamente respaldado na Constituição Federal brasileira, que no seu art. 5º estabelece que todos os brasileiros e brasileiras são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo assim a inviolabilidade à igualdade. É cláusula pétrea a igualdade de direitos.

Mas a própria Constituição Federal, nas suas cláusulas pétreas, traz de forma também objetiva a missão de superarmos as desigualdades regionais e de toda ordem. E quando traz, carrega essa missão como cláusula pétrea, define o próprio país, a Constituição Cidadã aprovada, sancionada.

Completa-se agora, no próximo 5 de outubro, 35 anos daquele momento, Senador Paim, em que os Constituintes como o senhor compuseram esta peça de democracia que inaugurou um Estado democrático de direito no Brasil. Ela não veio apenas com a manchete geral de uma democracia; ela indicou que o caminho da democracia é a superação das desigualdades. E não colocou outro lugar como missão às autoridades que, a partir dali, assumiram, nas diferentes esferas, o comando político, econômico e social deste país que não fossem as cláusulas pétreas – cláusulas que, independentemente de governo, de quem governe cada período, têm a responsabilidade e obrigação de ver instituídas. Se é, então, um país desigual, se a Constituição não conseguiu fazer superar a desigualdade pela força objetiva da Lei Maior promulgada, é porque, na cultura nacional, na história nacional, essa desigualdade está incrustada de forma a permanecer produzindo mais desigualdade, mais violações e mais segregação no formato de um racismo estrutural, se não for cessado, se não for enfrentado, se não for superado. E é isso que essa lei busca instituir. Ela é parte de um complexo maior, porque não apenas com acesso à universidade e à educação profissional e tecnológica, como ela prevê, nós vamos superar esse racismo estrutural. Mas não há dúvida de que é por via da educação e do acesso, que diante da desigualdade jamais é igualitário, que nós deveremos enfrentar a violência que é a segregação. Portanto, o Brasil precisa de cotas raciais e sociais. O Brasil precisa de dispositivos que objetivamente superem a desigualdade que nas demais esferas não foram superadas naturalmente.

Entre o próprio dispositivo constitucional em 1988 e 2012, quando aprovada a Lei de Cotas, durante todo este período, qual era a marca das universidades brasileiras? Qual era a presença de alunos oriundos das escolas públicas, das comunidades mais empobrecidas do Brasil e, sobretudo, de negros, negras, indígenas e pardos desta população que carrega consigo as marcas da segregação?

Pois, senhores e senhoras, a política de cotas foi adotada primeiramente nas universidades do Rio de Janeiro – na UERJ, depois na Estadual Fluminense –; depois na Universidade do Estado da Bahia – primeiro, portanto, em universidades estaduais. Em 2004, a Universidade de Brasília tomou uma importante decisão de adotar o mesmo procedimento, mas, passados dez anos dessa primeira experiência, as organizações da sociedade civil, o movimento com autonomia da luta dos negros e negras, da população brasileira, sedenta de transformações mais profundas – e deve ser creditada essa autoria, principalmente aos negros e negras, que são os protagonistas da sua própria história e da transformação brasileira –, aí, este movimento, o movimento estudantil, o movimento negro, assume um processo de mobilização e incide de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma cidadã para que fosse apresentado um projeto de lei, trabalhados projetos de lei que já se encontravam na Câmara dos Deputados.

Faço questão de referir que a primeira autora de uma matéria dessa natureza foi a Deputada Nice Lobão, que não tratava ainda, Senador Paim, de cotas de caráter racial ou social, era uma outra forma de acesso que ela buscava, não por vestibular nas instituições, mas o andamento do projeto legislativo também contou com diferentes Relatores e Relatoras que conseguiram apresentar relatórios que vieram trazendo esta vontade da sociedade de ver-se primeiro dentro do Parlamento, onde eram poucos os negros e negras, muito bem representados, certamente, pelo Senador Paim, prezado Senador Girão, a quem cumprimento, mas certamente muito, em termos numéricos, muito pouco representados, com a sua própria pele, com a sua própria cultura, porque não se trata apenas da cor da pele, mas de uma existência cultural, de uma identidade que conjuga um povo como o povo brasileiro, mas não deixando de ser ele próprio, a sua própria existência, a sua própria matriz. Portanto, a política de reserva de vagas vem dialogar com o Parlamento a partir da sociedade. Adentra o Parlamento brasileiro a partir da sociedade. Ela, portanto, indica o seguinte: que ela tem, inclusive hoje, amplo apoio da população. Segundo o Datafolha, metade da população se declara a favor de cotas raciais nas universidades públicas. O apoio – chamo a atenção – é ainda maior, nessa mesma pesquisa aferida, de pessoas cujos filhos estão em escolas particulares: 60% das pessoas cujos filhos estão nas universidades particulares avaliam que é positiva a existência de cotas; que tenham 50% de vagas para os alunos oriundos das escolas públicas e com a consideração de acordo com os critérios regionais do IBGE para a reserva de vagas para estudantes indígenas, quilombolas, negros e negras, pardos e pretos de um modo geral.

Essa evidência demonstra que a sociedade é favorável porque compreende que o benefício da existência dessa política afirmativa não se limita ao jovem negro que passa a acessar a universidade. A sociedade vai compreendendo cada vez mais que estar organizada com bases igualitárias enfrenta o racismo e constrói melhores condições em todas as esferas das relações humanas e não apenas na esfera educacional. Formar-se, portanto, em profissões mais diversas, aquelas que têm sobretudo uma remuneração mais pronunciada também a jovens negros e negras, significa forjar e formar camadas médias multiétnicas que vão conviver em uma condição de renda, de desenvolvimento igualitário para o bem da sociedade.

Isto demonstra também o pesquisador Adriano Senkevics, do Inep, que mostrou que a participação de pretos, pardos e indígenas nas instituições federais de ensino superior vindos das escolas passou de 27,7%, em 2012, para 38,4%, em 2016. Agora, observemos que, em 2019, essa proporção de acesso ao ensino público chegou a 39%, enquanto em termos populacionais naquele ano já se indicava que 56% da população brasileira entre 18 e 24 anos é composta de pessoas pardas, indígenas e pretas.

Há um mito, Senador Paim, sobre o tema da qualidade do desempenho. Esse mito foi exaustivamente pesquisado nas próprias universidades e pelo próprio Ministério da Educação, como, por exemplo, na USP, com um histórico muito forte até mesmo de rejeição de cotas. Em 2018, ela decidiu definir cotas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

critérios raciais, e uma pesquisa recente, em 2022, indicou que a diferença de notas entre cotistas e não cotistas é pequena no início de cada curso e diminui ao longo da existência acadêmica dos estudantes.

A pesquisadora Marta Arretche, por exemplo, afirma que a inclusão dos cotistas não compromete em nenhuma medida a excelência dos cursos realizados pela Universidade de São Paulo. E essa hipótese ela refuta, inclusive com o próprio Enade, posteriormente, também demonstrando que ou não há diferença entre aluno cotista e não cotista na nota, ou essa diferença corresponde menor, quando menor, a cinco pontos percentuais no desempenho, o que representa dois pontos em uma prova com cem itens para serem respondidos, o que significa um desempenho considerado semelhante, idêntico ou superior dos jovens cotistas em relação aos não cotistas.

Portanto, é totalmente falsa e, inclusive, preconceituosa a ideia de que os jovens cotistas têm notas menores ou podem vir a comprometer o desempenho institucional. Aliás, como pedagoga e sendo da área da educação, eu digo que a nossa principal preocupação, como professores e professoras, é garantirmos não apenas que o jovem acesse, mas que dentro da instituição possamos ter estes resultados que estão em comum sendo desenvolvidos em todas as universidades brasileiras, de que o jovem ser cotista ou não cotista não significa nada em termos de desempenho educacional, porque as nossas universidades estão preparadas para a equivalência não apenas de oportunidades, mas também da garantia de os conhecimentos serem desenvolvidos.

O caminho, portanto, para o ensino superior se mostra mais positivo com cotas, e, sem dúvida, o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, fruto de um amplo debate no ambiente parlamentar, fruto da concordância e – concluo dizendo – da unanimidade na votação dos Srs. Deputados e Deputadas, demonstra o potencial para superarmos a ideia de que teremos de tempos em tempos uma revisão que virá precarizar o sistema.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) – Como o racismo não tem prazo – e nós lamentamos muito isso –, políticas afirmativas também não podem ter prazo.

O que nós propomos aqui, portanto, que nós afirmamos, para finalizar, é que o Brasil encontrou, Senador Paim, graças ao seu trabalho, da Deputada Dandara, da Deputada, ex-Senadora, ex-Governadora Benedita da Silva, a quem homenageio nesta hora, como líder que ela é, inclusive minha, eu digo ao senhor: nós encontramos um formato próprio no Brasil, uma forma que deve ser valorizada como projeto legislativo, como execução do Poder Executivo, com autonomia das universidades, sobretudo com protagonismo negro, negra, indígena, do povo brasileiro.

Este Brasil, finalmente, faz um encontro consigo mesmo, porque se não tivemos justiça de transição em nenhum momento, se nunca enfrentamos as nossas próprias dores e as nossas próprias chagas, e se elas não cessam na juventude negra que ainda tomba nos lugares mais perversos desse Brasil onde ela se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontra abandonada, se ainda há mães negras, mães indígenas que choram seus filhos, nós temos a obrigação neste Parlamento de enfrentar a desigualdade, não pelo hoje, mas porque recebemos essa obrigação dos próprios Constituintes, e não abriremos mão da Constituição Cidadã.

Muito obrigada. É esse o meu pronunciamento.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a autora do projeto, Deputada Maria do Rosário, como outros tantos que assinaram, como ela citou a Benedita aqui. Parabéns pela fala!

Senador Girão, meus cumprimentos, você é um dos autores desse requerimento junto comigo.

Quero dizer, Maria do Rosário... Dizer não, eu tenho que explicar ao Plenário que ela vai ter que sair...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Vou para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mas os outros tantos debatedores ficarão aqui e a gente continuará. São em torno de 11 debatedores.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Paim, posso levantar daqui? É regimental?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode. Pode. É regimental.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Minha saudação às comunidades indígenas que estejam aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

De imediato, então, uma salva de palmas à Deputada que está saindo, mas que veio aqui dar o seu ponto de vista. Valeu, amiga! (*Palmas.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Primeiro, eu queria cumprimentar a Deputada Maria do Rosário – muito obrigado pela presença nesta Comissão – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentar todos os presentes aqui que vieram debater num debate amplo e democrático que a Comissão de Constituição e Justiça está fazendo aqui. Inclusive, o Senador Plínio Valério me ligou agora há pouco e perguntou se está aqui a Sra. Helderli Fideliz Leão Alves. Ela está aqui conosco e vai colaborar também, porque eu acho que a gente precisa ser includente e, nessa hora, deixar a questão político-ideológica e ver de forma técnica o que é melhor para o Brasil. O Senador Paulo Paim sabe. Eu já votei aqui... Acho que, na maioria das vezes, a gente está junto em muitas pautas, procurando trabalhar pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só queria ver, Presidente, como é que o senhor... Porque, daqui a pouco, começa o Plenário e tem umas matérias lá que me chamaram para... Como é que o senhor está organizando? Vai ser um de um lado, outro de outro, com contrapontos. Vai ficar alternando. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alternando de acordo com a sua presença, porque eu fui orientado aqui...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – que a Geisiane...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ela vai ter que viajar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que eu desse a palavra para ela no momento em que o Senador Eduardo Girão estivesse no plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, cumprindo esse acordo, eu estou colocando um, dois, um, dois...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... de forma bem equilibrada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria ouvir os argumentos dos dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, chegou a vez da Geisiane então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Está bem.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

A SRA. GEISIANE FREITAS (Para expor.) – Olá, boa tarde.

Bom, eu não gosto de partir muito dessa premissa, mas, como eu sei que, por exemplo, o nosso primeiro colega, o Clédisson, utilizou e geralmente isso dá uma boa base para as pessoas entenderem, eu quero começar dizendo que eu sou até hoje moradora de periferia, sou estudante de escola pública, estudei a minha vida inteira em escola pública, sou Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal em João Pessoa e pesquiso relações raciais e relações de gênero do nosso país há mais ou menos dez anos, porque, assim que eu entrei na universidade, comecei a pesquisar a respeito disso. Ainda coloco que eu sou ex-feminista e ex-marxista. Durante a universidade, eu fui e defendi essas ideias, mas depois eu deixei de defender, porque encontrei a verdade. É basicamente isso.

E aí o que me chama a atenção em relação a esse assunto é que, primeiro, aqui eu não enxergo muita pluralidade e que me incomoda bastante não ter pluralidade num assunto tão sério em relação ao Brasil. Inclusive, faço um convite à própria população negra que não é conservadora ou liberal...

As pessoas brancas têm o direito à pluralidade de pensamento, mas, no Brasil, a população negra, por imposição do movimento negro contemporâneo – não o movimento negro como um todo, mas o movimento negro contemporâneo –, não têm direito à pluralidade de pensamento. Para alguns, por exemplo, nem sequer eu sou considerada uma mulher negra, o que me soa muito curioso a respeito desse assunto.

Bom, posto isso, me chamou a atenção a fala dos nossos dois primeiros colegas, da Maria do Rosário e do Clédisson, porque eles falaram a respeito da política de cotas como uma política reparadora em relação à famosa dívida histórica que é tão falada nos nossos meios culturais e, portanto, dentro das universidades, das escolas, da imprensa, aqui dentro do nosso Senado, e falaram também a respeito do racismo estrutural e da desigualdade. Então, eu quero ir por partes.

O meu grande problema com as cotas raciais – e é por isso que eu sou veementemente contra elas e também, portanto, contra o que está sendo debatido aqui hoje, essa ampliação das cotas – é muito simples: as cotas raciais partem de premissas equivocadas, partem de premissas falaciosas. Quando a gente pega, por exemplo, o caso da dívida histórica – e eu acreditava na dívida histórica –, a gente vai ter que fazer aí uma volta lá para o nosso Brasil Colônia e entender o que aconteceu naquele período. A história que nos é contada, que é pulverizada na nossa sociedade é que brancos malvadões chegaram ao nosso país, exploraram o nosso país, houve o processo de escravidão e aí, quando a gente teve o golpe republicano, em 1889, a população foi desassistida e, portanto, todo aquele processo de abolição foi perdido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, André Rebouças, um dos maiores negros deste país e um dos maiores abolicionistas deste país, junto com José do Patrocínio, ao ouvir essa história, estão se revirando no túmulo, uma vez que eles eram monarquistas. O André Rebouças era liberal, acreditava inclusive no capitalismo como uma forma de ascensão da população negra, coisa em que o movimento negro contemporâneo não acredita, porque tem bases epistemológicas no marxismo; e o José do Patrocínio defendia o isabelismo, ou seja, defendia a monarquia, conseguiu ver ali o processo de ação da monarquia dentro do movimento abolicionista.

O que eu quero dizer com tudo isso é que a história do nosso país é contada erradamente e que, portanto, a história do nosso país é recriada dentro das escolas para recriar essa ideia de luta de classes, de brancos contra negros. É óbvio, é evidente que a escravidão deixou resquícios para a população negra; é óbvio que, após o golpe republicano de 1889, a população negra ficou ainda mais em vulnerabilidade, uma vez que de fato eram escravos, de fato estavam numa situação opressora. No entanto, a gente contar essa história sem respeitar a complexidade do período, ou a gente olhar com olhos de luta de classe, ou olhar com olhos do anacronismo, é um grande erro.

Por exemplo, durante a escravidão, negros que conseguiam ser alforriados compravam escravos, negros tinham negros escravos. E por que isso acontecia? Porque a escravidão é legal, é bacana? É óbvio que não, a escravidão é uma violação do direito humano, não restam dúvidas a respeito disso. A grande questão é que a ordem social da época era aquela, uma ordem social esdrúxula, uma ordem social desumana, não restam dúvidas, mas era a ordem social da época.

É importante a gente ainda lembrar, quando a gente fala desse argumento de dívida histórica, em que são colocados também os portugueses como os criadores desse sistema escravocrata, que isso não é verdade. Dentro do continente africano, já existia o sistema de escravidão. O que os portugueses de fato fizeram – aí é na conta deles – foi meio que modernizar o processo, mercantilizar e ampliar o processo. Então, eles também têm a culpa deles, mas é importante a gente dizer que líderes da população negra nata dali daquela região também tiveram os seus benefícios em relação a esse processo de mandar outras pessoas negras para serem escravas.

Vejam só, as premissas de dívida histórica já partem de maneira falaciosa, de maneira equivocada. Então, eu não consigo remontar agora que todo e qualquer negro de fato veio dessa linhagem – vamos colocar assim –, dessa linhagem de opressão, até porque existem pessoas brancas que são pobres, pessoas brancas que estão em condições financeiras precárias, pessoas brancas que também precisam de um governo que tenha algum tipo de assistência em relação àquela população.

Posto isso, eu quero falar a respeito do racismo estrutural, porque bastante me incomoda esse termo. Inclusive, recentemente, escrevi e lancei um livro, junto com a Patrícia Silva, que também é pesquisadora, a respeito do tema, porque é um termo que me incomoda bastante. Por quê? O termo racismo estrutural é tomado como se ele fosse o racismo e não é. De fato existe racismo dentro da sociedade brasileira, não há dúvida quanto a isso, mas dizer que o país é racista ou, pior, tomar que o racismo estrutural é algo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe dentro da nossa sociedade é equivocado, inclusive por uma questão acadêmica. Eu sou socióloga, como eu disse.

Logo nas primeiras páginas do livro do Silvio Almeida, que agora inclusive é Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ele fala o seguinte... O livro dele é uma tese social, ou seja, a tese de doutorado dele. Preciso aqui só dar uma explicação acadêmica: quando nós temos uma tese social dentro do meio da academia, nós vamos até a realidade e vemos se a realidade comprova a nossa tese ou refuta a nossa tese. O que acontece atualmente, infelizmente, dentro dos meios acadêmicos, é que teses sociais são empurradas goela abaixo por narrativas dentro da sociedade para que a realidade se adapte àquela narrativa. Não interessa se aquilo dali tem respaldo na realidade ou não, o que é um grande problema.

Bom, posto isso, ele coloca ali no livro dele, que é uma tese social, e fala o seguinte: que ele não tem por objetivo definir o conceito de racismo estrutural, ou seja, é um não conceito, não existe uma definição. Simplesmente a gente não sabe o que é, não existe. Ele vai além e fala que, embora não dê essa definição, parte do princípio de que todo e qualquer racismo, de que o racismo da nossa sociedade sempre tem bases estruturais. Quando a gente corre ali a leitura do livro, quando a gente finaliza a leitura do livro e, quando a gente lê um outro livro dele que agora me fugiu o nome, mas que tem marxismo no nome – eu não me lembro agora muito bem o nome –, a gente vê que, na verdade, ele está reimplantando ali aquela teoria marxista; portanto, de estrutura, superestrutura, campo ideológico... Ele menciona, no livro, o campo ideológico. Quando ele menciona, no capítulo a respeito da economia, é a economia de Karl Marx inteira ali. Então, quer dizer, ele remonta a teoria de Karl Marx ou do marxismo, portanto, adicionando a categoria raça e partindo do princípio de que estruturas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GEISIANE FREITAS – ... não estruturas físicas institucionais, mas que toda a sociedade brasileira só existe como existe em decorrência do racismo. Esse tipo de afirmação é muito séria e muito grave.

Bom, além disso, só para a gente...

Eu tenho dez agora? Eu tenho mais cinco, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Sim.

A SRA. GEISIANE FREITAS – Ah, está bom. Eu tenho mais cinco.

Bom, então, estes são os pontos principais que me incomodam: essa história da reparação histórica e essa história do racismo estrutural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como de fato o Brasil é um país pobre, o nosso problema não é a desigualdade, o nosso problema é a pobreza, porque seres humanos são desiguais. É inato à natureza humana a desigualdade. Eu não quero ser igual a outra mulher negra, porque eu tenho a minha individualidade, principalmente se for uma mulher negra da esquerda, por exemplo, que não me representa em termos de ideias. O nosso problema principal é a pobreza. Inclusive, para mim, o principal problema da população negra é a pobreza, o principal problema, por exemplo, é ela não ter acesso ao saneamento básico. Isso afeta muito mais a população negra do que o racismo efetivamente.

Bom, aqui foi falado bastante da desigualdade também, mas não foi falado que o movimento negro contemporâneo tem base marxista e que esse movimento antirracista tem inerentemente a ele essa ideia anticapitalista, ou seja, o movimento negro quer atacar o sistema econômico, que tem como condição mitigar a pobreza. Não estou aqui dizendo que todos nós ficaremos ricos ou bilionários porque não ficaremos mesmo. Isso é a vida acontecendo. O que eu estou dizendo é que ele tem a...

É engraçadíssimo falar e ver a carinha de riso de alguns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Fique tranquila...

A SRA. GEISIANE FREITAS – Mas o que eu quero dizer é que ele tem a capacidade de mitigar e de promover a ascensão material. E a ascensão material para a população negra é muito importante, como para qualquer pessoa, porque é por meio dessa ascensão que nós conseguimos ter outras, a exemplo da ascensão cultural, da ascensão intelectual, ou seja, o ser humano, se ele não está pensando só no arroz e feijão, se ele não está pensando só que dentro da casa dele vai passar o esgoto, se ele está em condições mínimas de sobrevivência, consegue aspirar a novos horizontes – percebe? –, consegue aspirar a novas coisas. Por isso é que é tão importante essa ascensão material da população – e aí a gente pode fazer isso como um todo.

Ainda falando sobre o marxismo, eu acho importante dizer que um dos maiores problemas do nosso país é que a população negra sofre com o que a gente chama de desestrutura familiar, por assim dizer, que são aquelas mães solo. O movimento feminista gosta bastante de mencionar as mães solo. E isso afeta diretamente na população, porque a família precisa da estrutura da mãe e do pai para ter o mínimo de estrutura, de ordem, de harmonia dentro de uma família. E isso vai prover para os rapazes, por exemplo, que eles não entrem no tráfico, que eles de fato estudem, que as meninas tenham um bom exemplo de homem dentro de casa para saberem se valorizar e não serem hipersexualizadas. O que afeta a população negra, portanto, é essa ausência de base familiar. O que, por exemplo, para mim, afeta a população muito mais é um *show* da Anitta dizendo que é o.k., que é legal meninas com shortinhos supercurtos, extremamente vulgarizadas e hipersexualizadas serem tratadas como a carne mais barata do mercado, que é o que o movimento feminista fomenta, por exemplo. Isso afeta a população negra. Isso, sim, é que tem que ser transformado e mudado dentro da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, só para finalizar, preciso dizer a respeito da educação, que o ambiente acadêmico não é feito para todo mundo por um motivo muito simples: nada tem a ver com a cor da pele da pessoa, mas sim com a aptidão, com a vocação daquele indivíduo para determinada atividade. Por exemplo, nós aqui temos alguma vocação para a política e estamos aqui falando e debatendo e deliberando. É uma questão de vocação, não uma questão de cor, não tem a ver com cor.

Portanto, se você implantasse uma cota social para todos, seria muito mais efetivo, eu conseguiria abranger inclusive a população negra e outras pessoas e teria um crivo muito melhor de análise do que tribunais raciais que imitam tribunais eugenistas, onde a pessoa quase aparece ali com um negrômetro do seu lado e vai dizer se você é negra o suficiente ou não, uma situação completamente constrangedora, a meu ver, e eugenista.

Então, ainda falando de educação, além de o ambiente acadêmico não ser para todos por uma questão de aptidão e não por uma questão de quanto dinheiro tem na sua conta ou de qual é a sua cor, a gente ainda precisa dizer que a gente tem uma defasagem educacional muito grande. Os nossos alunos não sabem...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GEISIANE FREITAS – ... fazer conta de matemática, português... A gente tem uma população que sai das faculdades e universidades que não consegue interpretar textos básicos de 60 linhas, aquilo que a gente chama de analfabetismo funcional. Então, nós temos outros gargalos muito maiores, e outras políticas conseguiriam atingir esses problemas com muito mais efetividade do que as cotas raciais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Sra. Geisiane Freitas, que é bacharel em Ciências Sociais, é pesquisadora das relações raciais brasileiras e de gênero. Ela expressou o seu ponto de vista. Essa é a nossa jovem democracia. Eu sei que nem todos concordaram, mas a vida é assim, não é? Por isso, nós somos democratas, cada um expressa o ponto de vista e vamos em frente.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor de Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC).

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para expor.) – Muito boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aqui presidida hoje pelo Senador Paim, todos os Senadores, todas as Senadoras, as pessoas que estão presentes, os colegas militantes, as organizações sociais, os colegas de outros ministérios e também o público que está assistindo através da internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra muito grande participar desta audiência pública. É muito importante dizer, logo de início e a princípio, que nossa premissa é aquilo que está na Lei 12.711 e o que a Câmara dos Deputados, a Deputada Dandara, a Deputada Maria do Rosário e a Deputada Benedita da Silva cumpriram de maneira muito importante, que é tratar da avaliação e da revisão da Lei de Cotas, conforme previsto, dez anos depois. Então, reafirmando as palavras do Senador Paim, nós não estamos discutindo vigência, estamos discutindo aprimoramento, estamos discutindo aperfeiçoamento, estamos discutindo, portanto, aquilo em que podemos avançar em relação ao principal programa de ações afirmativas que nós temos no Brasil e no ensino superior, que é a Lei de Cotas.

Então, com essas palavras, eu inicio dizendo que de fato a Lei 12.711 não interessa apenas às pessoas negras, apenas aos indígenas, apenas às pessoas com deficiência e, certamente, após aprovada no Senado e sancionada pelo Presidente Lula, também à população quilombola. A Lei de Cotas é um projeto estratégico para o desenvolvimento nacional, é um projeto estratégico para se combater o racismo, para se combaterem outras formas de opressão e, com isso, certamente aperfeiçoar nossa democracia, certamente aperfeiçoar a nossa sociedade e certamente controlar essas desigualdades, inserindo aí uma política pública eficiente.

Eu gostaria de que passasse o primeiro eslaide, por favor. Eu não tenho o controle.

Eu queria dizer... São dados do Inep que nos dizem de que ponto saímos. Em 2012 – é bom e importante que seja reafirmado aqui o que foi lido pela Deputada Maria do Rosário –, já existiam ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras, inclusive nas federais. Portanto, já existia um contingente estudantil nessas universidades. E o importante é que nós chegamos a 2021, através da Lei de Cotas, com 1.080.566 estudantes que ingressaram nas universidades.

Isso é muito importante dizer pelo seguinte: quando eu falo que a Lei de Cotas é um projeto estratégico para o desenvolvimento do Brasil, é porque a Lei de Cotas é, antes de tudo, uma lei de cotas sociais. Nós não estamos falando de lei de cotas raciais aqui, a não ser que seja outra lei. A lei que está sendo debatida, a lei que está sendo aprimorada, a lei que está sendo atualizada, a lei que está sendo aperfeiçoada e debatida hoje é a Lei 12.711, que trata de programa de reserva de vagas, cuja premissa primeira, inicial, antes de tudo, é o estudante estar matriculado na escola pública. Essa é a condição. Como subcotas, nós temos então indígenas, temos pessoas com deficiências, temos a população negra, considerando pretos e pardos, e temos também, o Senado aprovando e sendo sancionado, a população quilombola.

Então, nós estamos falando de um contingente populacional que tem como condição inicial estar matriculado na escola pública. Isso é importante dizer, porque, como a nossa Profa. Nilma Lino Gomes tem ensinado muito para a gente, uma face importante das transformações recentes da sociedade brasileira, sobretudo do ponto de vista das políticas públicas, são as lições do movimento negro, que ela chama de movimento negro educador. Aí, sim, temos uma discussão importante: à medida que os problemas que atingem a população negra são atendidos, são escutados, são transformados em políticas públicas, não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficia apenas a população negra, mas a sociedade como um todo. Então, a Lei de Cotas tem essa faceta importante, que foi exatamente a de apresentar um problema como denúncia e depois como sugestão de política pública e estamos avançando nesse sentido. Então, os números são muitos importantes.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

O próximo.

Nós entramos aí no tema que talvez seja o tema do substitutivo do Senador Plínio Valério, que apresenta a proposição das comissões de heteroidentificação. Certamente nós também estamos aqui dentro de um debate, dentro de um tema que foi tremendamente debatido, intensamente debatido na primeira década dos anos 2000. Foi muito debatido esse assunto, a começar pela questão da UnB. A Lei de Cotas é constitucional, isto é, reservar vagas para pessoas negras... E, na UnB, nós estávamos falando de cotas para pessoas negras, aí, sim, cotas raciais, no debate do início da primeira década dos anos 2000. E, segundo, de que maneira verificar o pertencimento racial dessas pessoas.

Então, nós precisamos lembrar que o que pacificou do ponto de vista jurídico... E certamente os Srs. Senadores e Senadoras da Comissão de Constituição e Justiça conhecem muito bem a matéria. Na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186, no voto do Ministro Ricardo Lewandowski, ele afirmava, com todas as letras: "[...] Tanto a autoidentificação, quanto a heteroidentificação, ou ambos os sistemas de seleção combinados, desde que observem, o tanto quanto possível, os critérios acima explicitados e jamais deixem de respeitar a dignidade pessoal dos candidatos, são, a meu ver, plenamente aceitáveis do ponto de vista constitucional".

Então, nós estamos aqui num processo de aprimoramento, mas temos uma base legal que precisa ser considerada e respeitada, porque nós não estamos iniciando o debate; pelo contrário, nós o estamos aprimorando e estamos caminhando.

Pode passar o próximo, por favor.

Vamos em frente. No acórdão da ADC 41, que foi sobre a Lei de Cotas no serviço público, o voto do Ministro Barroso também reconheceu a constitucionalidade das cotas e, mais, reconheceu a constitucionalidade das comissões de heteroidentificação. Ele coloca lá: "É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa".

Portanto, nós temos, em duas situações, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, no caso da ADPF 186, reconhecendo a constitucionalidade tanto das cotas como das comissões de heteroidentificação.

Por favor, adiante aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para aproveitar aqui o meu tempo, nós pensamos: de que maneira isso se desdobra no aprimoramento da política pública, de que maneira as comissões de heteroidentificação chegam às universidades, combinadas à Lei de Cotas, de que maneira isso também está de certa forma pacificado, inclusive no Ministério Público Federal.

Lembramos que tão logo o extinto Ministério da Gestão Pública e de Orçamento construiu a normativa das comissões de heteroidentificação para as cotas do serviço público, a Procuradoria se manifestou, através da então Procuradora Deborah Duprat, e ofereceu às instituições de ensino superior, às universidades a possibilidade de se adequarem ao processo. Ela coloca lá: "Considerando a importância das quotas raciais para o acesso aos sistemas de ensino, bem como as conclusões do Supremo Tribunal Federal na ADPF 186 e ADC 41, indago a Vossa Magnificência sobre a existência de comissões de verificação em sua instituição, com o propósito de atestar a veracidade da autodeclaração de pretos e pardos, e, em caso afirmativo, informar as normas que regem a sua constituição, bem como os critérios e modos de decisão".

Então, nós temos duas decisões do STF e uma decisão, uma orientação, uma recomendação do MPF para avançar no reconhecimento constitucional e aplicação das comissões de heteroidentificação.

Adiante aí, por favor.

Essa discussão, lá na primeira década dos anos 2000, foi muito intensa. E de fato o termo pejorativo de tribunal racial, que as comissões seriam na verdade tribunais raciais, foi muito empregado, é bem verdade. Isso foi fartamente colocado. Mas não veio de nós, não, que atuamos na causa.

Eu, antes de ingressar na Secadi, no Ministério da Educação, sou professor da Universidade Federal de São Paulo, sou doutor em Educação, historiador por formação; sou ex-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, com muito orgulho, e também ex-Coordenador Nacional do Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Correlatos, também com muito orgulho.

E o Ministro Fux colocava, no seu voto, ainda na ADPF 186, que as comissões de heteroidentificação não se tratavam de tribunal racial coisíssima nenhuma. "A medida é indispensável para que as políticas de ação afirmativa não deixem de atender as finalidades que justificam a sua existência".

Então, esse é o caminho. Não se trata de tribunal, mas, sim, de um mecanismo para aperfeiçoar, para implementar, para aplicar a lei da melhor maneira possível.

Adiante também, por favor.

E, para finalizar, o tanto que esse tema foi debatido na comunidade jurídica... Nós temos que lembrar que o PL 5.384, da Deputada Maria do Rosário e da Deputada Benedita da Silva, tem origem no episódio muito dolorido de nossa história, mais um episódio de racismo e de violência, que foi o assassinato do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovem Beto, no Rio Grande do Sul, que resultou, entre outras coisas, na criação de uma Comissão externa da Câmara dos Deputados, que foi acompanhar a apuração do caso.

Dentre outras coisas, essa Comissão propôs a criação de uma outra comissão, que foi a Comissão de Juristas. E essa Comissão de Juristas, presidida pelo Ministro Benedito Gonçalves, do STJ, também recomenda as comissões de heteroidentificação e também reconhece a importância desse mecanismo para coibir as fraudes. Não se trata de tribunal racial, mas, sim, de um mecanismo público jurídico para controlar as fraudes nas universidades públicas.

Então, por fim, meu tempo vai encerrando...

Passe aí, por favor.

Esses são uma tabela e um gráfico elaborados pela Consultoria do Ministério da Educação, junto à Unesco, que elaborou esse trabalho para pensar nas comissões de heteroidentificação, porque o substitutivo do Senador Plínio Valério fala de proibir as comissões de heteroidentificação.

Nós precisamos pensar assim: as universidades gozam de autonomia administrativa, gozam de autonomia pedagógica, conforme prevê o texto constitucional. A nossa base aqui não é a Carta Régia de 1750; a base para a nossa discussão é o texto constitucional de 1988. Então, as universidades gozam de sua autonomia. E, gozando de sua autonomia, nós pensamos que, sem ser obrigatório – portanto, não se pode impor –, a evolução das comissões de heteroidentificação têm um histórico. Em 2014, era apenas uma; nós chegamos, em 2023, com 66.

Tem um corte muito importante, que vocês podem observar, que é a partir de 2018. É exatamente quando é aprovada a escolta no serviço público, e o Ministério da Gestão e do Orçamento, à época, expede uma portaria determinando de que maneira era para controlar o acesso às vagas no serviço público através de cotas. Então, nós temos uma ampliação muito significativa.

Prestem atenção: das 69 universidades federais que nós temos no Brasil hoje, 66%, valendo-se de sua autonomia, adotam critério de verificação.

Na verdade, o que nós queremos dizer é o seguinte: da mesma forma que esse conjunto de agentes públicos do Poder Judiciário se manifestou favoravelmente às cotas, favoravelmente às comissões de heteriodendificação, a comunidade acadêmica, que lá trás também era muito resistente... Não vamos esquecer que tivemos, inclusive, um manifesto de intelectuais contra as cotas, assinado por 111 pessoas, muitos dos quais hoje, felizmente, se convenceram e, arrependidos, defendem hoje as cotas, porque o histórico demonstrou que as cotas, na verdade, mais do que um assunto de interesse da população negra, são de interesse do Brasil, para o desenvolvimento do Brasil.

Então, as instituições universitárias também já estão convencidas da necessidade. É bem verdade que há uma profusão de modelos adotados nessas instituições, há modelos de formas adotadas, mas o fato é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o debate foi acumulado, a discussão está feita e, de alguma forma, está institucionalizada. Então, esse caminho é que tem que ser visto a partir da perspectiva do aprimoramento, do aperfeiçoamento, e não o de um retrocesso para colocar uma proibição em algo que já está consolidado nas instituições.

E, por fim, para terminar, o último eslaide, por favor.

Falando então... Isso foi a partir de uma pesquisa desenvolvida pela Defensoria Pública da União. O Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais, à época conduzido pela atual Secretária Executiva do Ministério dos Direitos Humanos, a Dra. Rita Cristina, junto à ABPN, provocou, então, através da DPU, as instituições universitárias, perguntando quantas foram as pessoas que ingressaram nas universidades e passaram por comissões de heteroidentificação; e, ao mesmo tempo, quantas autodeclarações foram recusadas por essas comissões.

Nós temos, então, como ano de referência, 2019. E nessa amostra não estão todas as universidades, apenas as universidades que responderam ao questionamento impugnado pela Defensoria Pública da União. E nós temos que dos 81.659 ingressantes, tivemos 3,7 mil autodeclarações recusadas, o que demonstra o seguinte: que as comissões de heteroidentificação cumprem um papel muito importante, como os demais falaram, no sentido de aprimoramento e, mais, de implementação da política pública...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dez minutos.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... da política pública, mais importante do ponto de vista de ação afirmativa no ensino superior brasileiro.

Então, eu concluo por aqui.

Peço desculpas por exceder um pouco o tempo, certo de que a Lei de Cotas, por tudo o que nós demonstramos aqui e que outros colegas demonstrarão, cumpre o papel de democratização do ensino superior, de diversidade, e por isso merece ter a sua continuidade aprovada no Senado e sancionada pelo Presidente Lula.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor do Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação, que expôs aqui o seu ponto de vista.

Como dizíamos aqui, o Senador Girão elogiava todos os painelistas aqui para mim: "Olha, parabéns pelo nível do debate". É assim que a gente vai construindo... A frase é outra: assim caminha a humanidade, pensando sempre na democracia e direitos para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Fernando Holiday, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, estava com problema de horário, mas conseguiu entrar agora. Então, a pedido do Senador Girão, nós vamos de imediato passar a palavra para ele.

Por favor, Vereador, Sr. Fernando Holiday, a palavra é sua.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente. Obrigado a todos que nos acompanham aí presencialmente, no Senado, e também pela TV Senado.

Curiosamente, no mesmo dia em que o Senado discute um tema tão importante quanto a Lei de Cotas e, por consequência, o racismo, aqui na Câmara Municipal de São Paulo estamos discutindo a cassação de um Vereador por conta de ofensas raciais proferidas em Plenário. Portanto, é um dia inteiro, no meu caso, dedicado à discussão desse assunto tão importante e, ao mesmo tempo, tão infeliz para o nosso país.

Gostaria de deixar aqui a minha contribuição sobre uma visão histórica e política da Lei de Cotas e sobre a maneira adequada – pelo menos, eu considero – de se combater o racismo no nosso país e sobre por que acredito, mesmo sendo negro, que a Lei de Cotas, como está pensada e como é apresentada nesse projeto, é um absoluto equívoco e, pelo contrário, pode acabar aumentando o racismo no nosso país ou pelo menos trazendo consequências drásticas para aqueles que já são vítimas do racismo quase que cotidianamente no nosso país.

Bom, acredito que os convidados aqui já trataram disso e tratarão, ao longo do dia, sobre a triste história do nosso país, desde o período da escravidão, e as consequências dessa escravidão na nossa realidade atual. Quer dizer, acredito que todos nós concordamos que há consequências práticas nos dias atuais e que o racismo que nós vivemos é consequência daqueles diversos séculos de escravidão pelos quais nós passamos.

Há um erro também histórico, no Brasil, que foi o fato de, após a libertação dos escravizados, nós termos simplesmente abandonado a população negra à própria sorte, sem que houvesse um processo de alfabetização, de profissionalização, sem que houvesse uma preocupação também com a distribuição de terras para essas pessoas. O tempo passou, o racismo se enraizou na nossa sociedade, e hoje nós o vemos se manifestando das mais diferentes formas e estamos aqui, portanto, discutindo formas de tentar corrigi-lo.

Mas, ao mesmo tempo em que nós admitimos esse diagnóstico e admitimos esse problema, nós não podemos esquecer uma característica fundamental do nosso país, que é a miscigenação. O Brasil é um dos países, se não o mais miscigenado do planeta. É muito difícil encontrarmos, em qualquer outro lugar do mundo, algum país, alguma nação ou algum povo que se misturou tão intensamente como o país em que nós vivemos. Aliás, esse inclusive é um dos motivos de maior orgulho dos brasileiros: o fato de nós lidarmos bem, apesar dos nossos problemas, com a diversidade: a diversidade regional, a diversidade de idioma, a diversidade religiosa, a diversidade de cores. Essa é uma característica essencialmente brasileira,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e nós a absorvemos a partir do momento em que passamos a nos identificar como brasileiros, no século XIX e ao longo do século XX.

Diversos historiadores e sociólogos estudaram esse processo de integração, principalmente esse processo de integração após o fim da escravidão.

Nós poderíamos aqui citar, por exemplo, Florestan Fernandes, que escreveu a sua tese de doutorado, que depois também se transformou em um livro publicado, que era *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Nesse estudo, Florestan Fernandes, que era um sociólogo de esquerda e, inclusive, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, estudou principalmente a integração do negro na sociedade paulistana, isto é, como aquela população negra, que havia deixado a escravidão, que havia acabado de deixar a escravidão, passava a se integrar em uma sociedade agora completamente capitalista e sem a escravidão como sistema econômico oficial do país.

Florestan Fernandes tirou diversas conclusões que evidentemente não teríamos tempo de elucidar aqui, mas, entre estas conclusões, ele chega a uma que é muito interessante, que é como a falta de capacitação profissional e a falta da compreensão das relações trabalhistas também foi essencial para a exclusão do negro do mercado de trabalho, no início do século XX. O que eu quero dizer com isso? Havia o elemento racial, claro. Os ex-donos de escravos ou ex-donos de escravizados, agora patrões, donos de empresas, donos de fazendas etc. tinham um elemento racista que os impedia de contratar pessoas negras. Isto é um fato, ninguém pode negar. Mas havia aqueles que tinham superado de certa forma essas questões raciais e tentaram contratar ex-escravizados, mas encontraram diversos problemas, como, por exemplo, diversas pessoas negras que não entendiam que as ordens de um patrão não eram a mesma coisa que as ordens de um dono; que não entendiam que trabalhariam por um tempo e, depois desse período, receberiam algo pelo seu salário – achavam, por exemplo, que deveriam receber imediatamente, a cada trabalho feito, um pagamento; e não era assim que funcionava na sociedade capitalista, e não é assim que funciona na maioria dos lugares. Ou seja, essas pessoas não foram preparadas para a liberdade, não sabiam o que significava a liberdade. Portanto, a falta de profissionalismo, a falta de preparação profissional foi um elemento crucial na exclusão.

Foi um elemento crucial também a falta de alfabetização. A imensa maioria dos ex-escravizados que foram jogados à liberdade não sabiam escrever o próprio nome. Aliás, não sabiam escrever a palavra liberdade, não sabiam o real significado da palavra liberdade.

E por que eu trago esse estudo de Florestan Fernandes? – poderia aqui também falar sobre a miscigenação e a obra de Gilberto Freire. Porque o fator social, embora haja sim o peso racial, é importantíssimo para a compreensão da exclusão dos negros no Brasil. Excluindo o fator social, nós faremos aqui uma conclusão absolutamente ignorante sobre a realidade do país e, portanto, uma conclusão absolutamente ignorante sobre as reais soluções que nós precisamos discutir. Conforme as décadas foram passando, ao longo do século XX, essa miscigenação foi aumentando, porque, como os negros não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adaptavam a essa nova realidade e também havia o fator racial, havia também um incentivo para que imigrantes europeus viessem ao Brasil e passassem a ocupar essas vagas.

Diversos desses imigrantes vieram em condições absolutamente sub-humanas, sem ter o que comer, em navios absolutamente depredados, não tinham relações familiares, digamos, muito fixas ou muito fortes, vieram aqui em condições realmente deploráveis, mas tiveram melhores elementos que os permitiram progredir na vida. Por que? Porque eram alfabetizados, porque foram preparados profissionalmente, porque tiveram uma educação de qualidade, ou seja, apesar da pobreza, eles tinham as condições necessárias para ascender socialmente e financeiramente, como muitos fizeram.

Aliás, evidentemente, a chegada desses imigrantes europeus aprofundou essa miscigenação do nosso país, a ponto de ser muito difícil hoje, no Brasil, nós encontrarmos uma pessoa negra que diga com certeza absoluta que, em nenhum momento, em toda linhagem de sua família, houve uma pessoa branca. Muito provavelmente, essa pessoa negra terá tido alguém branco na sua linhagem. Da mesma forma o contrário: uma pessoa branca não consegue afirmar com certeza absoluta que em nenhum momento da sua linhagem houve uma pessoa negra ou um indígena ou algum tipo de miscigenação entre povos diferentes, porque esta é uma característica natural do nosso país. Portanto, não há uma ligação direta entre mim e os meus tataravós escravos, por exemplo. Há uma diluição no tempo desse sofrimento, digamos assim, porque houve uma miscigenação muito grande ao longo desse período.

E por que isso é importante para a discussão da Lei de Cotas? Porque nós precisamos entender que no Brasil o racismo é um problema que precisa ser combatido, é um problema que precisa ser superado, mas ele não está de forma alguma dissociado do problema social, porque o problema social, a falta de qualidade na educação é o verdadeiro problema que impede um negro de entrar na universidade pública hoje. E eu digo isso com a maior calma possível, porque, veja, não há nenhum tipo de avaliação de entrada na universidade pública na qual o racismo de um avaliador possa impactar na sua avaliação. No Enem, o avaliador não vê a foto de quem ele está avaliando a redação. Aliás, ele sequer sabe o nome da pessoa. Da mesma forma nos maiores vestibulares do país, como a Unicamp ou a Fuvest. Tudo que se sabe é o conteúdo que aquele estudante colocou numa folha de papel, e o conteúdo que ele põe naquela folha de papel está diretamente ligado à qualidade de educação que ele teve, não importa se ele é branco, não importa se ele é negro, não importa se ele é indígena. Se ele aprendeu, ele sabe responder; se ele não aprendeu, ele não sabe responder. Logo, não faz o menor sentido colocar um elemento racial nesse tipo de avaliação.

Aí alguém poderá dizer: ora, mas o racismo pode impactar no processo de aprendizagem de uma pessoa negra. É verdade. Eu, por exemplo, sofri racismo na minha escola algumas vezes e estudei em escola pública a vida inteira. Mas também é verdade que eu conheci pessoas brancas, na escola pública, que não tinham o que comer em casa, que só iam para a escola para comer e que, portanto, por conta da fome, não tinham condições de se concentrar na aula, problema esse que eu nunca tive.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É possível também que tenham passado pela minha vida escolar meninas ou meninos que eram abusados dentro de casa pelos pais. E, evidentemente, este é um problema que poderia atrapalhar na sua concentração e no seu processo de aprendizagem. Acontece que para todos esses outros problemas que podem impactar na aprendizagem de um aluno não tem uma cota específica. Não há uma cota para a menina ou para o menino abusado; não há uma cota para a menina ou para o menino que passa fome; não há uma cota para o menino ou para a menina que perderam os pais, independentemente da cor da pele, independentemente da sua religião. Quer dizer, o que importa é que esta criança, naquela condição social, consegue aprender ou não.

Portanto, o melhor caminho, ao invés de segmentar os sofrimentos ou de criar cotas para cada um dos sofrimentos que pode impactar a aprendizagem de um aluno, é haver uma cota única que abarque todos aqueles que sofrem com a péssima qualidade do ensino público. Esta cota já existe, é a cota social.

Aí vão dizer: "Ora, mas nada impede que nós continuemos com as cotas sociais e também com as cotas raciais, como já é hoje". É claro que importa, porque, no caso da cota social, quando o aluno é visto dentro da universidade, não tem um carimbo na testa dele dizendo "eu sou cotista", porque o sujeito da cota social pode ser indígena, ele pode ser uma pessoa com deficiência, ele pode ser uma pessoa negra, ele pode ser uma pessoa branca. Agora, se a cota é racial, é como se eu tivesse um aviso gigantesco na testa daquele aluno dizendo "sou cotista". E, por mais capaz que ele seja, por mais esforçado que ele seja, por mais competente, por mais inteligente, isso vai impactar, sim, a carreira do sujeito, porque somos um país racista. E isso não quer dizer "se submeter ao racismo", não; pelo contrário, quando nós tiramos o aspecto racial da seleção, estamos dizendo que a cor da pele não é razão para que esta pessoa seja discriminada, colocada para baixo ou colocada como alguém menos inteligente, menos capaz ou menos competente. O que realmente impacta a competência, o aprendizado ou o conhecimento desta pessoa é a qualidade de ensino que ela teve.

É por isso, senhoras e senhores, que, já há muito tempo, eu sou contrário às cotas raciais e advogo a ampliação das cotas sociais. E acredito que este, sim, seria um projeto muito digno e muito excelente para o futuro do nosso país: discutirmos o fim das segmentações, talvez com algumas exceções. Acho válida a cota no caso de pessoas com deficiência ou até mesmo a cota para indígenas ou quilombolas, que vivem em uma realidade particular, mas, do ponto de vista geral, acredito que a ampliação das cotas sociais em detrimento do fim das cotas raciais seria muito mais efetiva, muito mais saudável para o nosso país e, ainda assim, traria uma inclusão muito grande para as nossas universidades públicas, porque, como todos nós sabemos, a maioria dos pobres do nosso país são negros. E, se nós passarmos a transformar a ascendência social dessas pessoas com uma condicionante ligada à cor da sua pele, acredito que nós acabaremos piorando esta situação racial do nosso país, aumentando as tensões, como já dizia o economista norte-americano Thomas Sowell, que também é negro, que também se coloca contra esse tipo de sistema.

Acredito que nós devemos tomar para nós, como lição, uma frase, um trecho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, Vereador, você tem mais um minuto para concluir.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Já ia concluir mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (*Por videoconferência*.) – Pegando um trecho, então, do discurso de Martin Luther King, em que ele diz lá, no *I Have a Dream*, o seguinte: "Sonho com o dia em que os filhos de ex-escravos e os filhos de ex-donos de escravos se sentarão juntos na mesa da fraternidade", ou seja, o dia em que todos nós sentaremos à mesa, deixando de lado as nossas aparências e olhando para o que realmente temos por dentro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Vereador Fernando Holiday, Vereador da Câmara Municipal de São Paulo, que expressou aqui o seu ponto de vista.

Agora, vamos de imediato ao Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Senador Paim.

É um prazer enorme estar ao seu lado e ao lado dos colegas da mesa e outros que falarão depois, conversando sobre esse PL tão importante.

Preparei aqui alguns comentários.

Eu sou Professor universitário – sou Professor titular na UFRJ – e estou, desde março, colaborando, dentro do MEC, na Diretoria de Programas e Políticas de Educação Superior. Então, basicamente, a minha área é responsável pelo acesso e permanência de estudantes de educação superior, pelos sistemas de acesso, o Sisu, o Fies e o Prouni, e é um pouco a partir desse lugar que eu vou comentar alguns pontos que me parecem relevantes.

Próximo, por favor.

O primeiro elemento que eu queria salientar com todos os presentes é o investimento que o Governo brasileiro, já há algum tempo, tem feito na ampliação do acesso ao ensino superior. Então, há ali, no primeiro gráfico, o aumento de oferta privada e pública. Hoje, o ensino superior brasileiro se configura com um terço presencial público, um terço presencial privado e um terço de educação à distância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

A partir de 2002, 2003, você tem um investimento muito forte no aumento do ensino público gratuito e de qualidade, o que caracteriza as universidades e institutos federais, universidades estaduais, municipais e federais e os institutos federais no Brasil. Isso é algo em que o Governo investiu muito fortemente a partir do início desse século.

Próximo, por favor.

Aí é o mapa de universidades federais da SESu, que é a secretaria de onde eu venho. Então, a cobertura do território nacional em relação a universidades públicas tem um avanço absurdo nesses últimos 20 anos.

Próximo.

E o que acontece de preocupante – em que, hoje, nós, na SESu, estamos debruçados de uma forma muito intensa – é que o crescimento que vinha em uma velocidade teve uma redução a partir de 2016, no contexto do *impeachment*, da mudança na direção do Governo Federal, mas nós temos esperança de que isso se retome a partir da atual gestão, que tem a educação como uma prioridade.

Próximo, por favor.

E por que investir tanto no aumento do acesso ao ensino superior? Se a gente compara os dados do Brasil em relação aos de países mais ricos e desenvolvidos do mundo, a nossa realidade da presença de jovens na universidade ainda é muito baixa, ainda é muito aquém do que precisamos para sermos aquele país que nós somos e que desejamos ser.

Próximo, por favor.

E um dado – e aí eu concordo com a Sra. Geisiane quando fala que o problema é a pobreza –, um dado básico que nós temos é que, no Brasil, ao contrário de todos os países ricos do mundo, o fato de alguém ter curso superior representa um ganho de renda muito significativo. Quatro vezes mais ganha uma pessoa no Brasil, em média, se ela tem um curso superior, do que quando ela não tem. E eu me lembro, década de 90, eu era estudante de ciências sociais lá no Rio de Janeiro, de um documento do Banco Mundial e do BID, recomendando a privatização do ensino público superior e dizendo que as pessoas não precisavam estudar em universidade na América Latina. E o documento dizia "com exceção do Brasil" – isso em 90 –, porque, no Brasil, ter nível superior faz diferença. Então, pode ser em qualquer profissão, se a pessoa tem nível superior, ela tem uma renda maior no Brasil. Então, é fundamental nós ampliarmos a presença na educação superior dos nossos jovens e da população brasileira.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse quadro, o MEC, na época, no início desse século, criou um ecossistema de acesso à educação superior, que envolveu Sisu, Fies e Prouni. São três sistemas que, nesses últimos 20 anos, levaram 9 milhões de jovens e adultos às universidades brasileiras, públicas e privadas, ao sistema federal de ensino.

E esse sistema hoje, quando a gente entra, quando o Partido dos Trabalhadores retorna ao Governo Federal... A nossa preocupação hoje envolve... Primeiro, a gente precisa ampliar a oferta de cursos de ampla procura, de grande procura. Tem cursos que têm uma disputa enorme de candidatos. A gente precisa aumentar essas vagas. Segundo, a gente precisa ter uma discussão da relação com as universidades e reavaliar cursos que estão muito ociosos, isso tanto na esfera privada como na pública. A gente tem que repensar o que tem sido oferecido para os nossos estudantes. Terceiro, nós precisamos, fundamentalmente, fortalecer e ampliar a permanência estudantil; investir mais recursos; aumentar a presença e o apoio de estudantes para que eles possam estudar, se alimentar, ter transporte, ter moradia – dar uma situação de presença. Dentro dos processos de seleção que o MEC promove, uma preocupação nossa hoje é melhorar a experiência dos estudantes em aplicar para entrar na universidade.

E um elemento que hoje me parece muito importante é o que representa hoje no Brasil estar numa universidade, o quanto, infelizmente, nos últimos anos, isso foi visto como algo ruim, como algo errado, como algo prejudicial, perigoso. Mas, não; no mundo inteiro, é fundamental nós termos um contingente de pessoas que passam pela universidade, que têm um processo de formação, como prevê nossa Constituição, para que sejam cidadãos e cidadãs que contribuam para o desenvolvimento social e econômico do nosso país. E a universidade tem um papel central no território e na ampliação da população.

Próximo, por favor. Aí, já é esse.

Então, quando a gente discute hoje, nesta audiência pública, nesse contexto, nessa introdução que eu quis trazer para os senhores e senhoras, fundamentalmente, primeiro, como o Vereador Fernando Holiday coloca, o que nós temos hoje são cotas sociais. Você tem cotas para escola pública. Esse é o corte que a gente tem. Hoje, no ensino médio, 70%, 80% dos estudantes brasileiros se formam em escolas públicas. Quando a gente vai para a universidade, isso se inverte: 30%, 40% dos estudantes de escolas públicas estão no ensino superior. Por quê? Porque o ensino superior é de qualidade, é extremamente concorrido, e há o interesse de que todos nossos filhos e netos estudem em escolas públicas, federais especialmente.

Diante desse quadro de qualidade e de necessidade de acesso, o que as cotas trazem de novidade, a partir de 2013, quando regulamentadas em nível federal, é uma equalização e um ajuste, digamos assim, da entrada na universidade pública, porque havia, anteriormente, algo muito desigual. Então, pegando os últimos quatro anos no Sisu, a gente vai ver que a variação em entrada de cota e não cota – e somente o pessoal da Lei de Cotas, porque também tem a ação afirmativa, que as universidades oferecem cerca de 10% das vagas por instrumentos próprios –, a gente vai ter que varia de 47% a 54% a presença de estudantes cotistas ingressando no ensino superior. Como o número que o Prof. Cleber trouxe, você tem um ingresso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de estudantes de escola pública, associado a outros elementos, que é muito significativo e importante e que tem dado um tom diferente à universidade pública brasileira.

Próximo.

Um elemento que se questiona muitas vezes é a questão da diferença de notas ou a pseudodificuldade ou não capacidade do estudante cotista. Então, ali eu peguei de cursos de alta procura, o extrato superior ali da base de dados do Sisu, as notas de corte para ingresso nas universidades públicas. Então, em geral, pegando setecentos e poucos cursos que nos últimos dez anos foram oferecidos pelas universidades, a diferença entre a nota de corte de cotistas para não cotistas, para ampla concorrência, foi de 26% em média. Se eu pego um dos dez cursos mais concorridos – aí tem exatamente os dez que têm maior competição –, vai variar aí de 5% a 12% a diferença de nota.

E o que a gente tem que ter em consideração em relação à cota é que a cota é mérito, as pessoas concorrem entre si num grupo que é diferente, que corre em ruas diferentes; mas é uma concorrência extremamente difícil, complicada. Estudar Medicina por cota ou não cota é extremamente complicado no Brasil, é difícil, há muita concorrência. E não há possibilidade de a gente pensar que haja perda de qualidade ou incompetência desses candidatos, porque eles têm uma nota muito próxima daqueles que entram por ampla concorrência. O que acontece é que são muitos candidatos, há muita concorrência, e a entrada se dá por pequenas diferenças. E, com isso, nós temos aí um desempenho muito similar de alunos cotistas e não cotistas. E estudos vários demonstram que o desempenho acadêmico é bastante próximo, e a dedicação de alunos cotistas até, às vezes, é identificada como maior.

Próximo.

E aí – os outros dados anteriores são da SESu –, esse dado é de uma tese de doutorado de uma orientanda minha na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Luciana Lessa, que está estudando a trajetória dos estudantes egressos do Pibic nas Ações Afirmativas, que é um programa do CNPq voltado para alunos cotistas. E a gente analisou os dados dos alunos que são egressos, entre 2009 e 2011, das universidades públicas e bolsistas do CNPq que tiveram bolsas do Pibic-Af e os que não tiveram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA – ... que são do Pibic normal, digamos assim, e como eles estão hoje em relação à pós-graduação. O que ela encontrou, analisando cerca de 67 mil pessoas? Fizeram mestrado ou doutorado, em 2021, 28% de alunos que não são Pibic-Af e 23% entre alunos cotistas. Tiveram bolsa de mestrado durante esse período – o percentual é muito próximo –, acho que 21% de Pibic e 19% Pibic-Af. Então, a continuidade da vida acadêmica entre alunos cotistas e não cotistas é muito semelhante, é muito similar. O tempo de ir para o mestrado do aluno cotista foi um ano e meio, do aluno Pibic foi um ano e dez meses. Então, a ideia é um pouco de uma proximidade grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu concluo nesses meus últimos cinco minutos, Senador Paim.

Eu confesso que, lendo a sua justificativa para esse requerimento, eu me inspirei, porque eu sou sociólogo, adoro dados, falo dados o tempo todo, mas não vou falar dados hoje. E aí o Senador Paim, no requerimento, começa a justificativa afirmando "creio com minha fé e esperança". E aí eu queria compartilhar essa frase e dizer que muito o admiro, Senador Paim, pela sua trajetória, pela sua militância, pela sua luta, e agradecer pela sua vida e seu trabalho aqui neste Senado, que tanto engradece a população negra brasileira.

E eu queria, nesses quatro minutos que me faltam, falar sobre a minha experiência como Professor universitário e a questão das cotas – o que eu vivi, o que eu convivi.

Eu sou Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 2004, eu atuo num programa de pós-graduação de excelência, nota 7 na Capes, na área de educação, e fui antes Professor na Universidade Estadual de Londrina. Então, tenho essa cara de garoto, mas estou com 51 anos e sou Professor há 30 anos quase.

E, quando eu entro em Londrina, toda a discussão que existia na universidade era exatamente sobre política de cotas – isso no final da década de 90. E Londrina tem uma experiência muito interessante, que foi a experiência de cotas para indígenas. E eu dava aula no curso de Medicina – sou sociólogo, mas trabalho com sociologia da saúde, educação e saúde. E era impressionante, em Londrina, ver os grupos indígenas caingangues, os alunos – três, quatro, no início, porque entravam quatro ou cinco de cem alunos – estudando juntos na biblioteca, buscando encontrar espaço dentro da universidade tão arredia em relação àquela presença. E como aquilo, para mim, foi muito significativo: vê-los ali, na universidade, e depois vê-los se formando na universidade. Então, isso, para mim, foi muito marcante.

Depois eu vou para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, outro mundo, uma universidade imensa, centenária. E eu trabalho em um centro de excelência da universidade, que existe desde 1972, o Instituto Lutz, que desenvolve pesquisas na área de tecnologia, desenvolve programas de educação à distância, cinema, uma área muito interessante da UFRJ. E ali, naquele programa, eu tive o privilégio de ter contato com essas duas alunas, que foram as minhas orientandas de doutorado. Então, eu trabalho num programa da UFRJ, que é em um instituto que é só de pós-graduação, e dou aula de disciplinas obrigatórias para Medicina da UFRJ.

Quando eu me tornei Professor da UFRJ, em 2004, em sala de aula, eu era o único negro dentro daquela sala de aula com 50, 60 alunos – o único negro e o mais novo na sala de aula também, na época. Quando eu volto, em 2018... Eu fiquei em Brasília, na época do mandato da Presidente Dilma; quando eu volto, em 2017, para a sala de aula, para dar aula para Medicina, tinha dez alunos negros, oito, e de vários lugares do Brasil. Então, a mobilidade que o Sisu promoveu, a possibilidade de colorir um pouco mais aquela universidade foi algo, para mim, muito significativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando eu olho duas trajetórias em dois minutos, um minuto para cada uma, eu pego duas professoras hoje universitárias no Brasil.

A Profa. Rute Costa, da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, é formada em Nutrição na primeira turma de cotas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com mestrado feito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro e doutorado feito sob minha orientação no Nutes da UFRJ. A Profa. Rute, primeira da família que faz curso superior, tem um trabalho de liderança na análise de segurança alimentar e nutricional, na questão da alimentação na escola, na questão dos quilombolas, no papel da alimentação e da cultura para o ensino, para a saúde pública, e tem todo um trabalho de liderança e de destaque. Ali, as fotos dela, embaixo, falando no II Congresso Internacional de Alimentação Escolar, que o FNDE organizou. Toda a experiência que ela tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA – ... e a preocupação dela e a intervenção dela em conseguir que uma escola num quilombo no Rio de Janeiro, na Região Norte do Estado do Rio, se tornasse uma escola quilombola, a partir da intervenção do trabalho dela de pesquisa e de um grupo grande de pesquisadoras que ela coordena e lidera. E hoje ela é Professora do mesmo programa em que eu sou Professor, que é esse programa de educação e saúde.

A outra pessoa que eu gostaria de compartilhar com vocês, com quem eu tive o privilégio de conviver na minha vida, é a Profa. Tamiris Rizzo, Professora da Universidade Federal de São Paulo, formada na Universidade Federal de São Paulo, também, na família, fazendo, a partir das cotas, a sua graduação, o seu mestrado. Ela fez doutorado com a gente no Nutes. Ganhou prêmio de menção honrosa de melhor tese, um trabalho belíssimo, sobre a presença de coletivos negros dentro da universidade e o papel que esses coletivos fazem no processo educativo da universidade, a contribuição que eles fazem. E hoje a Profa. Tamiris é Professora da Universidade Federal de São Paulo também.

Então, Senador, além de 500 dados estatísticos da importância e da relevância da Lei de Cotas, eu diria que só por essas duas pessoas com que eu tive contato direto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem um minuto para concluir.

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA – ... eu considero que nós precisamos avançar. E agradeço a celeridade que o senhor tem dado.

Como o senhor comentou no final, nós do MEC e da SESu estamos preocupados com o tempo, porque a gente quer ver isso acontecendo já a partir de 2024, mas, fundamentalmente, a relevância, a contribuição que a Lei de Cotas trouxe para a sociedade brasileira é um avanço inegável que a sociedade brasileira conseguiu e que nós precisamos fazer avançar e aprofundar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC). Meus cumprimentos.

Eu queria fazer algum comentário no final, mas eu vou dizer uma frase só – não vou fazer comentário, vou dizer uma frase sua, que mexe com o coração. Pode saber que, se você mexeu comigo, mexeu com todo mundo. Quando você disse que, quando se formou, era o único aluno negro, eu me lembrei do meu filho no Rio Grande do Sul, da formatura dele em Direito. Era o único aluno negro. Mas, quando você diz que você volta depois de um tempo como Professor e vê, devido às cotas, alunos negros e índios na universidade, isso quebra comigo. (*Manifestação de emoção.*) (*Palmas.*)

Essa frase é mais bonita do que muitos imaginam.

Mas vamos em frente.

Eu passo a palavra agora, seguindo aqui, tentando fazer um de cada lado, ao Sr. Eli Vieira, Biólogo e Mestre em Biologia Molecular pela UFRGS e Mestre em Genética pela Universidade de Cambridge, Reino Unido, por videoconferência.

O SR. ELI VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui. É realmente uma honra que a CCJ acredite que a minha opinião nesse assunto seja digna de ser ouvida pelos outros cidadãos, especialmente em uma Casa que é criada pelo voto popular. A nossa Constituição diz que o poder emana do povo; então, acredito que isso faz, de certa forma, um poder mais legítimo, quando é formado pelo voto.

E, por falar em poderes não formados dessa forma e para explicar por que razão eu estou aqui – o único biólogo –, eu não estou aqui, por exemplo, para falar de genoma ou questionar a identidade racial de alguém em função do genoma. Eu acredito que a ideia da autoidentificação é uma boa ideia, só que ela está gerando problemas, porque as cotas presumem que a gente saiba distinguir o que é o grupo favorecido do que não é favorecido. E aí, quando me vem um termo como Comissão de Heteroidentificação da autoidentificação, isso me remete direto ao George Orwell, com aqueles nomes irônicos do livro dele, *1984*, "Ministério da Verdade", que era dedicado a mentir para a população, "Ministério do Amor", que era dedicado a torturar – torturou o personagem principal no livro.

Então, para mim, Comissão de Heteroidentificação, de autoidentificação parece uma contradição em termos, e é uma contradição em termos que revela que há algo errado na posição que está em vigor no Brasil. Reconheço que sou minoria aqui, de opinião, e, como se trata de tema de minoria, acho que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especialmente proveitoso que o lado que é a maioria de opinião está virando. Como citaram, já metade da população concorda, mas, nesse debate, a minha impressão é de que a maioria é do lado contrário ao meu. Então, nesse espírito de ouvir minorias, vamos ouvir pessoas como eu, Geisiane e Fernando Holiday. Eu acho muito bom para a nossa democracia que a gente ouça um ao outro. E, nesse ouvir um ao outro...

Nós estamos numa era de extrema polarização, e a gente tem que entender por que a gente se polariza em posições políticas diferentes. Há teorias para explicar por que isso acontece. Há pessoas como a Geisiane que mudam de lado. Ela repensou as crenças dela, políticas e mudou de lado: ela se disse antifeminista, por exemplo. E há uma simetria de entendimento aí. Qual lado entende mais que o outro? Presumem que são dois só. Eu não acho que são dois só, mas convencionou-se falar em apenas dois lados – esquerda e direita –, às vezes, dando outros nomes como progressistas e conservadores.

E há a pesquisa empírica do psicólogo social Jonathan Haidt mostrando que os progressistas têm mais dificuldade de entender como pensam os conservadores do que o contrário. Os conservadores entendem melhor como pensam os progressistas. Então, esse é um convite, na verdade, de despolarização, para que a gente reveja os nossos próprios vieses, especialmente quando nós estamos integrando maioria de opinião. Será que há algum argumento que eu ainda não ouvi? É possível. Então, eu discordo bastante.

Eu não lembro na fala de quem apareceu: "O debate já foi feito, já passou". Não é bem assim. Se fosse assim, as pessoas pararam de discordar a respeito de política, e não parece nem um pouco perto disso.

Enfim, por que eu estou aqui? Eu sou biólogo e jornalista. Uma das coisas que eu fiz, digamos, na vida pública, pensando no meu país, como melhorá-lo, eu fui presidente de uma associação humanista, a Liga Humanista, e nós mandamos um representante, como *amicus curiae*, ao STF, para falar, por exemplo, em nome do princípio da laicidade: que o Estado deve ser neutro diante das crenças religiosas da população.

Em 2017, o STF entendeu que não viola o princípio da laicidade que as escolas públicas no Brasil tenham um ensino religioso confessional, que é aquele que não é só tratar da diversidade das crenças religiosas, sua história, sua sociologia, mas aquele que pode ensinar à criança: "Olha, essa é a verdade religiosa". Inclusive, pessoas com crenças diferentes das minhas a respeito de religião concordam comigo que não foi uma boa decisão do STF essa. E, analogamente, eu acredito que a decisão do STF de considerar as cotas constitucionais também está equivocada, pelo princípio da violação de outro princípio, que não é a laicidade, é o tratamento igual perante à lei, que foi citado aqui, como cláusula pétrea, corretamente, pela Maria do Rosário. Ela disse que todos são iguais perante a lei. Só que eu acho que o entendimento que a Maria do Rosário tem de igual não é o meu e não é de pessoas que não são progressistas ou de esquerda, mas o de que há igualdade perante à lei, igualdade de tratamento. Então, para uma pessoa que não é progressista e olha para as cotas, isso imediatamente parece injusto para elas, porque parece que se tem uma balança, e o Estado está botando o dedo para pesar mais para um lado do que para o outro. É como pensam pessoas que não compartilham daquelas fundações morais, como o Jonathan Haidt coloca, que são priorizadas pela esquerda, pelo progressismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que um ponto de partida importante nesse debate é que a gente se despolarize pelo pensamento para tentar compreender como pensa o outro lado. Como eu disse, há um resultado empírico de que um lado tem mais dificuldade que o outro. Então, é necessário que um dos lados faça mais esforço. Não é implicância minha; é o resultado da pesquisa: um lado tem que fazer mais esforço para entender o outro.

E, nesse sentido, eu ouvi aqui os colegas falarem antes, por exemplo, o Clédisson e a Geisiane, mesmo em lados diferentes, ambos com paixão pelo tema, o que eu gostei de ver. E o Clédisson disse que ele tem muita confiança no povo brasileiro de que a lei será continuada, a cota será continuada.

Eu acho que, na verdade, confiar no povo brasileiro é pensar que nós conseguimos combater o racismo, que é um problema real no nosso Brasil, sem a necessidade de recorrer ao Estado para botar o dedo nessa balança. E por que eu confio no povo brasileiro? Tem pesquisa empírica sobre isso também. Uma divisão do King's College, de Londres, ouviu pessoas por todo o mundo, e os brasileiros, junto com os suecos, eram os menos racistas explícitos. O que eles perguntaram? Se a pessoa gostaria ou não gostaria de ter um vizinho de uma raça diferente da própria. Somente 1% dos brasileiros disse que não gostariam de ter um vizinho de uma raça diferente. Entre os americanos, é o triplo: são 3% que pensam assim. E isso é relevante. Falar dos Estados Unidos é relevante, porque ação afirmativa, por exemplo, é tido como o tema em que as cotas estão contidas, certo? E houve também uma decisão recente lá em que o critério racial foi derrubado como critério de entrada nas universidades.

Ação afirmativa é um termo que surgiu numa medida provisória, uma ordem executiva do Presidente assassinado John F. Kennedy. Só que o sentido original era de igualdade de oportunidade. Então, já houve aí o que se chama na psicologia de deriva conceitual. Então, foi um termo que criado para enfatizar igualdade de condições de competição, que inclui nela o afastamento da discriminação injusta e racista. O termo mudou de sentido, tanto que agora persegue-se a igualdade de resultados. Resultados, por exemplo, como olhar para um grupo, como os universitários, e achar que, se ele não é uma amostra representativa da população no quesito raça, isso só pode ser resultado de injustiça. É provável que injustiça seja uma das razões, mas não é a única. E a gente tem que estudar empiricamente a importância da causa injusta, entre as várias causas, como os fenômenos sociais são complexos e multicausais. Então, é necessário compreender isso.

Por esse dado empírico de que somente 1% dos brasileiros é racista explícito, isso põe em questão o que quer dizer, como a Geisiane chamou a atenção para isso, o racismo estrutural. Uma das coisas que eu fiz, inclusive junto à Liga Humanista, foi checar a estatística anual de ONGs, especialmente no Grupo Gay da Bahia, sobre a homofobia estrutural. Então, quantas pessoas são assassinadas no Brasil por serem LGBT? Basicamente, esse é o tema.

Nós fizemos uma checagem das estatísticas de 2016 e somente conseguimos confirmar motivação homofóbica em 9% daqueles casos. Havia afogamentos, acidentes, até mortes fora do Brasil – a estatística

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é referente ao Brasil. Então, havia um problema de rigor naqueles dados. E aí, quando eu mostrei resultados preliminares, o que eu ouvi de líderes dessas ONGs foi: nós colocamos esses casos problemáticos porque a homofobia é estrutural. Logo, se a pessoa morreu e ela é LGBT, a gente já presume que a causa foi a homofobia. Interessante.

Pesquisando documentos do Ministério dos Direitos Humanos – não lembro agora se foi no Governo Lula 2 ou Dilma 1 –, eu vi que a mesma organização, ao definir o que é homofobia estrutural, apelava para esses dados; ou seja, é circular, a definição é circular. A homofobia é estrutural porque esses dados mostram. E incluímos esses dados lá porque é homofobia estrutural. Então, eu acho que é um problema epistemológico, de conhecimento, de o que se quer dizer quando se diz que certo preconceito, certa intolerância é estrutural em um país. Para mim, soa como até uma possível – e provavelmente não é a intenção – difamação coletiva do país inteiro. E isso tem consequências. Por exemplo, quando o Brasil foi sede das Olimpíadas, essas estatísticas eram usadas para colocar até medo nos atletas que fossem LGBT.

Então, eu questiono até que ponto foi demonstrado que o racismo é um problema tão grave no Brasil que nós precisamos de um tratamento excepcional para as pessoas negras, assim como para mim está bem claro que nós precisamos de tratamento excepcional para as pessoas que nós chamamos de excepcionais, ao menos as APAEs, que fazem um belo trabalho Brasil afora – Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Então, os excepcionais, os deficientes precisam de tratamento excepcional. Agora, será que todo grupo no Brasil que realmente sofre preconceito e intolerância, como o meu – eu sou homossexual –, será que a única forma de melhorar a vida e elevar a igualdade é pela intervenção estatal? Para mim, parece que não. Então, é necessário pensar se toda solução neste país precisa ser estatal.

Eu corrigi redações para o Enem, para simulado de Enem. Quase todo aluno dizia exatamente a mesma coisa na parte da intervenção, que é uma parte da redação: precisamos de mais políticas públicas, precisamos de mais políticas públicas.

Em uma vez, eu estava vendo na TV um doutor em sociologia da UnB, e o assunto eram pichações na Asa Sul, em Brasília, que enfeiavam o bairro. E aí houve uma parceria bela entre grafiteiros, que faziam belas artes, belos grafites, e os empresários, que estavam tendo seus muros pintados. Onde o Estado era necessário nessa interação, nessa bela interação? Não era necessário. Então, eu acredito que o nosso país sofre de uma estatolatria, uma mania de usar o Estado para resolver problemas.

Fazendo uma analogia, por que a União Soviética caiu? Entre outras razões geopolíticas, um dos principais erros ali era que o planejamento central da economia ia enriquecer as pessoas. Não funcionou, não funcionou. Eu acredito que as cotas são um tipo de planejamento central da harmonia racial, planejamento central da harmonia racial. Então, eu acredito que há outras soluções.

Foram apresentadas algumas estatísticas, por exemplo: as cotas aumentaram o número de minorias raciais, minorias de etnicidade nas universidades. Isso também me soa circular, por quê? Elas estão criando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um incentivo para as pessoas estarem ali, e elas vão estar ali. Qualquer grupo humano responderia a um incentivo desse tipo exatamente assim. É tratado como um sucesso uma coisa que está na premissa. Então, para mim, parece circular esse argumento de usar o aumento... Eu não vejo problema no aumento de pessoas representando essas minorias nas universidades, mas ele não deve servir como prova de sucesso. Esse é o meu argumento.

Outro: eu não vou discutir os estudos sobre se os cotistas se saem pior do que os não cotistas. Eu acho que, procurando, a literatura é complexa, e eu não acho que um lado desse debate ganhou na literatura também não. E uma coisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência.*) – ... que acontece muito nos debates políticos é que podemos sempre recorrer a anedotas contra estatísticas de que não gostamos. Bem, eu acho que há anedotas para o outro lado também.

Enfim, deixe-me ver se eu falei tudo o que eu planejei.

Ah! Finalmente, a Constituição também prevê – já que eu estou aqui para defender um princípio constitucional na minha visão, que é o princípio da igualdade perante a lei – qual é o papel da universidade. Ela diz que é um tripé: pesquisa, ensino e extensão; não é um quadripé: pesquisa, ensino, extensão e justiça social. E por que não é um quadripé? Eu acho que os Constituintes tinham em mente que... (*Pausa.*)

Eu já estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou lhe dar mais um minuto, vou lhe dar mais um minuto para concluir.

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Eu acredito que os Constituintes tinham em mente que, assim como o Estado deveria ser neutro em relação a crenças religiosas, ele também deveria ser neutro em relação a crenças políticas, que estão no campo doxástico, ou seja, de opinião, opinião política. Eu acredito que a Lei de Cotas em si parte de um desses lados que eu falei no começo, o progressista, ganhando do outro lado, e não é pelo voto; geralmente não é pelo voto, é pela decisão do STF.

Como eu disse no começo, eu respeito muito esta Casa, o Senado, porque ela foi criada pelo voto, quem está aí está pelo voto. Então, acho muito perigoso até que qualquer lado da política, não interessa qual, se eu estou do lado dele ou não, use o que me parecem artifícios. Para mim, parece uma espécie de tráfico de influência por vias judiciais, para ganhar um debate que é milenar, vai estar aí para sempre, que é o que é justiça, como a sociedade deve ser conduzida... E, nas partes que mais fervem nesse debate, o Estado deveria ser neutro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Sr. Eli Vieira, biólogo e mestre em Biologia Molecular pela UFRGS e mestre em Genética pela Universidade de Cambridge, Reino Unido.

Neste momento, eu pediria aos meus três convidados mais próximos, que já falaram, que eles voltassem ao plenário para eu convidar três pessoas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já vou lhe passar a palavra. Enquanto trocamos a mesa, em seguida você pode já...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu queria fazer pergunta para eles, mas não sei como é a dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas poderá fazer aí mesmo.

Eu só quero dar uma chance para quem não esteve na mesa ainda.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas você poderá fazer as perguntas tranquilamente.

Eu peço que bote a plaquinha deles na mesa.

Ela não falou, fica; e os três que não estiveram na mesa eu vou convidar agora. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – A próxima vai ser a Helderli?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, porque eu estou trocando um a favor e um contra. Estou preservando-a.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Está com tempo de voo, ou não? Está tranquilo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só se ela quiser, porque agora eu vou botar um que tenha posição contrária.

Aqui, o que me antecedeu...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Já perguntaram por ela e se ela já tinha falado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, é ela que sabe. Ela vai ficar aqui agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! O certo seria depois do outro, porque daí ela fala... Senão, ficam dois a favor e um contra. Eu quis evitar isso aqui ou pelo menos tentei, não é?

Então, pelo meu calendário aqui, agora seria o representante dos povos indígenas. Então, já está na mesa o Sr. Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias do Ministério dos Povos Indígenas; já está na mesa a representante da Nação Mestiça; e já está na mesa a Sra. Márcia Regina de Lima Silva, Secretária de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial.

Então, neste momento, eu passo a palavra ao representante do Ministério dos Povos Indígenas, o Sr. Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias do Ministério dos Povos Indígenas. Em seguida, fala a senhora.

O SR. ELIEL BENITES (Para expor.) – Boa tarde a todos, a todas e a "todes".

Como foi apresentado, sou Professor indígena Eliel Benites, do Departamento de Línguas e Memórias do MPI e, na condição, primeiramente, de professor, eu vim de uma universidade também, como os demais colegas que estavam aqui falando, e também como indígena da etnia guarani–kaiowá, que passou também por esse processo todo que foi colocado aqui em relação à pauta.

Na mente, me vem uma ideia, quando se debate, em relação às cotas, ao papel da universidade, à própria educação, em relação à justiça histórica, não é? Porque considerar a presença indígena no Brasil... Ela foi considerada, no primeiro momento da história, até hoje, como um sujeito menor, um sujeito considerado tutelado, que deve ser exterminado. São povos que merecem ser considerados como silvícolas, não é?

Então, com essa visão, todo o papel da educação, da universidade, foi projetado em relação aos povos indígenas, não é? E eu quero, com essas ideias, apontar a própria violência justificada em relação aos povos indígenas, historicamente. E, nesse processo de violência, ela foi claramente vivenciada hoje pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reivindicação dos povos indígenas dos seus direitos aos territórios, à demarcação dos territórios, à proteção dos territórios e à sua dignidade.

Então, primeiramente, nós, indígenas, povos indígenas no Brasil, hoje estamos, com a Ministra Sonia Guajajara, conduzindo uma política nacional em relação à promoção do direito, à promoção de uma política pública que se alinha com as ideias sobre ancestralidade. Depois eu vou falar um pouco o que isso significa.

Antes disso, quero parabenizar este momento. Eu fico bastante emocionado aqui, neste momento, por estar presente, pela primeira vez, falando no Senado. Obrigado pela oportunidade, Senador Paulo Paim, demais autoridades presentes, todo o pessoal que está assistindo, e por estar aqui falando como indígena, diretor, professor, tudo isso devido às cotas. Estou aqui por isso.

Eu me emocionei bastante com a fala do colega que anteriormente estava falando. Eu me lembro de quando estudava. Cada indígena que estuda na universidade tem uma história muito forte, muito triste, muito forte de superação, graças às políticas públicas, não é? Por isso é fundamental considerar, porque a própria história coloca os indígenas como saindo numa corrida com uma distância já atrás, com a mesma força, mas com a distância mais atrás. Eu lembro, quando a gente estudava, que a gente andava 15km todo dia para chegar à casa, não é? Então, são dificuldades muito grandes, porque tem uma grande dívida histórica com os povos indígenas que merece ser considerada.

Agora, nessa contemporaneidade, hoje é comum a gente ver, recentemente, a presença dos povos indígenas na universidade, nos espaços políticos, nas decisões, no governo, atuando de forma a construir uma nova realidade. E, com essa chegada, inclusive à própria universidade... É importante a gente endossar essas ideias da importância dessa política pública e a pauta que foi construída de uma forma coletiva, com todo o envolvimento dos movimentos sociais, lideranças, políticos, porque essa vinda dos povos indígenas ao espaço acadêmico, à universidade não é só uma presença física, ela traz com ela uma presença de transformação da estrutura da própria universidade no sentido conceitual e no sentido metodológico.

Aí a gente questiona muito, e isso é importante colocar nessa mesa, o papel da universidade em relação aos povos, não é? Qual será o papel da ciência, da universidade em relação aos povos indígenas? Para nós é muito claro. É um processo de construção permanente de novas metodologias para a gente superar as nossas crises atuais.

Como fruto de uma forma de conhecimento construída, nós vemos hoje as crises globais, não é? Nós temos desastres ambientais, problemas sociais e econômicos. Isso é fruto de um conhecimento construído historicamente, que é verdade, não é? Então, o processo da construção da verdade merece ser questionado. Então, os povos indígenas vêm para contribuir nesse processo, para a gente superar todos os problemas sociais, como, por exemplo, a questão do racismo, o ódio, o preconceito, essa questão da dificuldade de a gente viver na diversidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessa linha, trago a mensagem da Ministra. Por exemplo, ela diz muito "reflorestar as mentes", fazer com que os conceitos indígenas, os saberes tradicionais dos povos, que têm um conhecimento milenar, que têm um conhecimento grandioso, histórico, estejam sendo conhecidos pela sociedade a partir da universidade, e construir de uma forma diferente, melhorar, enriquecer a própria ciência. Nesse sentido, você constrói novos valores, novos valores da sociedade.

Nós temos inclusive uma filosofia indígena. Que tipo de sociedade queremos no futuro? Uma sociedade onde a gente viva na coletividade, na diversidade, porque a diversidade não é um problema; ela é uma riqueza da experiência humana.

Então, nesse sentido, trago as experiências indígenas para contribuição, e para isso é preciso, nesse primeiro momento, que os povos indígenas cada vez mais estejam na universidade, nos espaços acadêmicos, principalmente, não para números – é importante –, mas para eles trazerem os seus conceitos, novos conceitos. Os conceitos são os fundamentos dos saberes que vão dialogando entre si. Os saberes vão dialogando entre si para produzir novos fundamentos dos saberes e, assim, novas verdades, diferentes, mas plenas.

Então, nesse sentido, a presença... Considerar, sem esquecer, a violência histórica contra os povos indígenas, mas o processo de estar na universidade, através das cotas, é um processo de justiça histórica, de reparar, mas ela não fica ali. A ideia é que, nas universidades, começa-se a pensar novos pensamentos, novas filosofias, para que a gente possa dar conta da sustentabilidade do planeta, porque a ciência precisa ser enriquecida no sentido de pensar o saber mais holístico, mais integrado, acrescentar no conhecimento técnico a questão da espiritualidade. Exemplo: o que move a mecânica da Terra, o que move o sistema da Terra? É a espiritualidade. Os povos indígenas, milenarmente, já vêm trazendo esse conhecimento, e a gente quer contribuir.

E, com isso, a própria dignidade dos povos, trazer a importância e, assim, diminuir o preconceito histórico que eles sofreram durante séculos, em que foram considerados como selvagens, tutelados, subjugados, o pessoal diz "periféricos". Por quê? Hoje, ao falar em qualquer cidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELIEL BENITES – .... você percebe, olhando, que a sociedade considera os povos indígenas como menores, incapazes. Isso é comum no sentimento da sociedade. Nós precisamos quebrar isso.

Então, a presença indígena que eu quero deixar, em nome do Ministério, a nossa presença aqui como povos indígenas nessa pauta, endossando a importância, é no sentido de enriquecer a sociedade nessa posição melhor e de superar onde a verdade é unilateral – ela sempre vem dos poderosos. Inclusive, já ouvi falar aqui, a forma de analisar, a forma de construir a ciência precisa ser questionada, precisam ser colocadas outras formas para que a gente possa enxergar a multiplicidade do olhar da realidade, que é o povo indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que a nossa mensagem é a questão a partir da ancestralidade, a partir da memória dos povos da floresta, considerar toda uma rede de saberes da existência para que a gente possa entender de uma forma ampliada, amplitude física e não física, a nossa realidade. E, nesse sentido, para dar mais essa riqueza ao próprio sentimento da humanidade. Humanidade, para nós, tem uma fonte, uma fonte que é a espiritualidade.

Então, nesse sentido eu quero colocar para nós essa proposta, convidar todas as autoridades, Senadores, para que olhem com bastante carinho, porque nós estamos falando em pessoas, sonhos, realidade, perspectiva, que os povos indígenas, os jovens, eles reencontrem, através da universidade, muitas vezes, a sua história, a sua identidade, a sua língua, a sua cosmologia, porque muitas vezes os guardiões, os mais velhos, os sábios também são acionados hoje nas universidades, e isso é fundamental.

É importante hoje, cada vez mais, mostrar qual é o papel da universidade nesses tempos em que nós estamos vivendo, em termos de pensar a sustentabilidade, em termos de continuidade do sistema Terra em que a gente vive, onde todos estamos vivendo juntos. Por isso que os povos indígenas não são um problema; são uma solução, mas uma solução que precisa ser compartilhada com todos, para que a gente possa ser mais... Em nossa língua, chamamos de *teko joja*, que é viver na coletividade. Então, essa é a palavra que eu quero deixar.

E estamos sempre com muita expectativa de contribuir na construção permanente de uma política pública que se alinhe a partir da memória, da ancestralidade, dos valores dos povos indígenas no Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o senhor Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias do Ministério dos Povos Indígenas, que fez aqui a sua exposição, dentro da sua visão do tema.

Senador Girão, você tinha me pedido já para fazer algumas perguntas, mas me permita ler quatro perguntas... cinco perguntas, e, em seguida, você faz as perguntas, antes de eu passar para as duas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, eu queria ouvi-las, faltam só as duas, e eu dei um jeitinho aqui, remodelei a agenda para ficar para ouvi-las.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Perfeito, melhor ainda.

Então, eu vou fazer a leitura aqui obrigatória, antes que as últimas duas usem a palavra.

Pelo e-Cidadania, pergunta Hemerson Pereira, de Rondônia: "Como podemos promover uma redução das desigualdades no Brasil que vá além do acesso à universidade?";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pedro Henrique, do DF: "Quais são as principais mudanças propostas pelo projeto [...] na Lei de Cotas e como essas alterações podem impactar a inclusão?";

Leandro Avelar, do Rio de Janeiro: "Como intensificar a fiscalização de forma que a lei não seja empregada por quem não precisa se beneficiar das cotas?";

Vivian Guedes, de São Paulo: "Como efetivamente se identificar quem [...] teria direito [...] [à política de cotas]? [Não considero suficiente apenas a autodeclaração]".

Comunicaram-me também que estão no plenário conosco Comunidade Bahá'í, União Nacional dos Estudantes, Fasubra, Comunidade Charrua de Porto Alegre, Proifes, Adufes, Adufrgs e ainda Unegro.

Passo a palavra, neste momento, conforme havíamos combinado aqui, à Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente da Nação Mestiça. (*Pausa.*)

Pode, pode, pode... Ela prefere mudar de lugar.

Fique bem à vontade. (*Pausa.*)

A plaquinha eles trocam de lugar. Ela só quis trocar de lugar. Ela explicou, agora que eu estou entendendo. Ela queria ficar mais perto da tela para fazer a leitura.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Para fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) **–** Muito bem, tem toda a razão.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) **–** Exatamente, Presidente.

Eu saúdo a mesa na pessoa do Presidente, Senador Paim, e também cumprimento o Senador Girão, que fez com que acontecesse este debate, que é muito interessante e também proveitoso para que a gente possa aprovar o melhor para esta Casa e também principalmente para o povo brasileiro.

Eu inicio a minha apresentação e começo com a seguinte frase: Antes de haver pretos no Brasil, já havia mestiços (pardos). O povo mestiço é nativo e os primeiros pardos originaram-se no Brasil da miscigenação entre índios e brancos portugueses por volta de 1510, ou seja, anterior à chegada dos primeiros africanos ao Brasil, cerca de 1549. A escravidão do povo mestiço (pardos) iniciou-se antes e foi mais longa do que a dos pretos. Diversas leis portuguesas e do Brasil reconhecem o povo mestiço como etnia e identidade distinta de pretos.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pardos e pretos nunca constaram como uma mesma categoria nos censos nacionais, desde o primeiro, de 1872, tendo a categoria censitária "parda" inclusive sido substituída por "mestiça" no censo de 1890. A palavra "negro" nunca constou como categoria de cor/raça do IBGE nem dos órgãos responsáveis pelos censos nacionais que o precederam.

Próximo.

Classificar pardos como negros também vai contra a Declaração de Durban, item 56, questões gerais, documento de direitos humanos do qual o Brasil é signatário, adotado na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em 2001, a qual também distingue pardos de negros e condena a invisibilização de mestiços: "Reconhecemos, em muitos países, a existência de uma população mestiça, de origens étnicas e raciais diversas, e sua valiosa contribuição para a promoção da tolerância e respeito nestas sociedades, e condenamos a discriminação de que são vítimas, especialmente porque a natureza sutil desta discriminação pode fazer com que seja negada a sua existência".

Próximo.

Classificar mestiços (pardos) como negros também viola o Artigo 9 da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, que possui força de emenda constitucional.

Próximo.

Também dificulta a implantação de políticas de igualdade racial, pois conflita com leis estaduais e municipais que reconhecem mestiços como distintos de negros, a exemplo dos Estados do Amazonas, Roraima, Mato Grosso e Paraíba. Provoca efeito inverso ao que pretende, especialmente em estados com grande percentual de pardos onde a grande maioria destes não possui fenótipo aparentado com o de pretos, mas de índios, a exemplo dos Estados do Amazonas, Acre, Amapá e Tocantins, prejudicando a classificação destes em concursos e seu acesso a políticas de ação afirmativa. Expõe pardos a constrangimentos, humilhações públicas, injustas expulsões de instituições onde cursam em vagas reservadas para fins de ação afirmativa, processos administrativos e judiciais e acusações de fraude em concursos públicos e pleitos eleitorais por não terem aparência de negros.

Classificar mestiços (pardos) como "população negra" faz parte de um projeto genocida que visa a dividir o poder político do país em raças – inclusive no processo eleitoral – e à aniquilação do povo mestiço enquanto identidade nacional brasileira e povo nativo. Mestiçagem une e por isso vai contra a divisão racial. As cotas raciais são positivas, mas têm sido usadas para aniquilar o povo mestiço. Daí a necessidade de garantir a separação das cotas dos mestiços (pardos) das cotas dos pretos.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estatuto da Igualdade Racial realiza assimilação forçada dos mestiços (pardos) na categoria "negro" para aumentar o percentual de cotas raciais, deixando para as instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio excluir os pardos que não tenham aparência de preto:

> Art. 1º.....
> .....
> IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

O IBGE sempre separou pretos de pardos.

Segundo o censo de 2010, ano da sanção do Estatuto da Igualdade Racial, viviam no país: 82 milhões de mestiços (pardos); 15 milhões de pretos; 91 milhões de brancos. Assim, estes 82 milhões de mestiços (pardos) foram "transformados" em "negros" no Brasil.

Classificar pardos como "população negra" significa: genocídio, pois aniquila o povo mestiço; racismo, pois considera ser "de raça" superior a ser mestiço; imperialismo africano, pois substitui um povo mestiço nativo americano por africano, o que é incompatível com os direitos humanos, pois viola o Artigo 2 da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, ratificada pelo Brasil pelo Decreto nº 30.822/52, e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.

Próximo.

Inclusive, durante todo o trâmite do PL da Lei de Cotas (PLC 180/2008), constavam e foram aprovadas cotas separadas para negros e pardos. Porém, o Senador Paim, em seu parecer, reescreveu o texto do PL da Lei de Cotas, trocando a palavra "negro" por "preto", a fim de adequar à ideologia antimestiça dos movimentos negristas. Embora a atual Lei de Cotas já estabeleça cotas exclusivas para mestiços (pardos), esta norma não foi cumprida pelo MEC, que, através da Portaria nº 18, de 11/10/2012, sob a alegação de "autonomia universitária" e de que as cotas seriam destinadas a "duas raças", não a mestiços, somou as cotas dos mestiços (pardos) num único grupo "negro".

Próximo.

Aí a gente vê também o cavalo de Troia.

Eu queria só que voltasse, por favor.

Pode passar o vídeo. (*Pausa.*)

Faltou o som.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Próximo.

A Lei nº 12.711/12 reserva as vagas com base no total de autodeclarados em cada unidade da federação. A lei tramita com o critério da autodeclaração, maximizando a reserva de vagas. Porém, no preenchimento, aplicam exclusivamente a heteroidentificação. Criam uma barreira fenotípica para restringir o acesso dos mestiços (pardos) que foram utilizados para fixar o percentual de reserva.

As universidades, por pressão do MPF, passaram a utilizar a Portaria nº 04/2018, do Ministério do Planejamento, destinada à Lei 12.990/14, de cotas no serviço público federal, para regulamentar a Lei 12.711/12, de cotas para estudantes.

O Ministro Gilmar Mendes comprovou o fato num recurso extraordinário, após a Universidade Federal do Ceará expulsar uma estudante com base nessa sistemática. A Suprema Corte garantiu o retorno da estudante, ante o critério da autodeclaração.

Próximo.

Órgãos envolvidos na edição do art. 11 da Portaria 04/2018.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Próximo.

Após regulamentação ilegal da Lei 12.990/14 nos concursos federais para servidores, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão apoiou a utilização da referida Portaria na Lei 12.711/12 nas universidades. Daí milhares de estudantes foram eliminados de forma retroativa, outros milhares de estudantes estão sendo perseguidos nas universidades neste momento, pois estão aplicando heteroidentificação exclusivamente para validar a autodeclaração prevista em leis e editais. Esta ilegalidade foi comprovada pelo Ministro Gilmar Mendes no recurso extraordinário. O Estado brasileiro, assim, violou tratados internacionais de direitos humanos.

Bancas de heteroidentificação têm tratado autodeclarações de boa-fé com as quais não concordam como declarações fraudulentas. O que o Supremo Tribunal Federal entende por declaração fraudulenta é a pessoa, durante toda uma sequência da vida, declarar-se, em toda documentação, branca e depois vir a se declarar de outra forma somente para se aproveitar, conforme manifestação do Ministro Alexandre de Moraes na ADC 41.

O Supremo Tribunal teve que julgar uma ação em que a União Federal buscava comprovar que irmãs bilaterais eram de raças diferentes, com base apenas no fenótipo. A União perdeu o processo em todas as instâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

O MEC racializou as cotas reservadas às pessoas com deficiência, reservando mais vagas aos "negros" do que aos brancos PCD e aniquilando os pardos.

Próximo.

"[...] a Resolução CNJ 203/2015 – não autoriza a eliminação sumária de candidatos não reconhecidos como negros ou pardos, porquanto a adoção da medida extrema é legítima quando constatada a intenção em burlar o sistema de cotas raciais. O reconhecimento da má-fé exige a instauração de processo administrativo com observância do contraditório e da ampla defesa, sob pena de conferir ares inquisitórios à decisão do Tribunal."

Próximo.

A Suprema Corte julgou inconstitucional a reserva de 80% das vagas para estudantes oriundos do Estado do Amazonas. A Lei de Cotas chega a reservar 90% das vagas exclusivamente para heteroidentificados, como é o caso da Universidade Federal da Bahia. A cada 20 vagas, 2 são para não negros e 18 são controladas pelas comissões raciais. Sisu 2022: 258 vagas para pobres não heteroidentificados – brancos/pardos (autodeclarados); 2.090 vagas para "negros" exclusivamente heteroidentificados – pretos.

São necessárias leis e políticas de proteção ao povo mestiço, que está sendo "transformado" em "negros" pelo Estatuto da Igualdade Racial, em índios pela Funai e sofrendo limpeza étnica pelo indigenismo que nos expulsa de nossas terras. Apoiamos a aprovação por este Senado do PL substitutivo proposto pelo Senador Plínio Valério, pois está em sintonia com o que preconiza a Suprema Corte e os tratados internacionais de direitos humanos; a revisão do Estatuto da Igualdade Racial, excluindo pardos da classificação como negros, o que viola tratados internacionais de direitos humanos; a proibição da exclusão de mestiços por critério de aparência, um absurdo, haja vista que uma das características do povo mestiço (pardo) é não ter padrão de aparência, o que não é exigido dos indígenas e quilombolas; que instituições específicas do povo mestiço (pardos) informem quem é ou não pardo e não movimentos negros, que excluem os pardos que não têm aparência de preto, como ocorre atualmente nas bancas de heteroidentificação; que seja investigado pelo Senado Federal o genocídio étnico promovido pelas autoridades que editaram o art. 10 da Portaria nº 18, do MEC, e o art. 11 da Portaria nº 04/2018, do Ministério do Planejamento, pois eliminaram sumariamente milhares de mestiços (pardos) brasileiros pobres das universidades e concursos.

Pode passar o vídeo, por favor, para finalizar. (*Pausa.*)

Pode aumentar o som.

Isso aí é uma pessoa que foi expulsa da universidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só falta o som, por favor, para o depoimento.

(*Soa a campainha.*)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – O próximo, do Ifam, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Aumenta o som.

(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós não estamos ouvindo nada.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Pode aumentar o som?

(*Continua a exibição de vídeo.*) (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só vou afirmar que não estamos ouvindo. Não é falta de boa vontade, mas...

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Só para finalizar, essa aí foi uma jovem que foi reprovada pela banca racial por não ter sido considerada parda. Ela tem 15 anos. Nós entramos com recurso junto ao Ifam, onde foi feita uma nova revisão pela bancada de heteroidentificação e foi comprovado que os pais dela são pardos, e hoje ela cursa Mecatrônica no Ifam do Estado do Amazonas.

Então, o que eu coloco é que nós estamos aqui, nós somos mestiços, nós somos pardos, nós temos orgulho da nossa mistura de índio, de negro, de branco, e, com isso, a gente combate a discriminação, mas não podemos deixar de existir em detrimento de uma raça.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves.

Eu vou ter que fazer uma pergunta para a senhora, mas farei depois, porque a minha é bem simples. É que, quando, inclusive, eu apareço ali – e eu fiz tudo proposital; muito obrigado por ter me colocado ali –, eu digo que estão contemplados pretos, pardos, índios, deficientes e brancos pobres... Quando eu digo isso, eu estou abraçando, naturalmente, toda a nação parda. Só faço esse esclarecimento para que não tenha nenhuma dúvida. Até, quando me falaram da questão, eu disse... Bom, mas eu vi ali no lado mestiço – entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parênteses – (pardo). Ora, se eu boto na lei que pardo está contemplado, está contemplado o que está colocado ali. Só para esclarecimento, para não ter dúvida.

Mas vamos em frente.

Senador Girão, vamos ouvir as outras duas convidadas? (*Fora do microfone.*)

Agora, então, a Sra. Márcia Regina de Lima Silva, Secretária de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial.

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA (Para expor.) – Olá! Boa tarde!

Eu quero começar, mais uma vez, agradecendo ao Senador Paulo Paim e dizendo que é sempre uma enorme honra vir até esta Casa e ser recebida pelo senhor. Fico muito feliz por estar aqui novamente. E, assim como os demais colegas, quero destacar a sua importância e a sua história política no combate ao racismo no Brasil.

Nós estamos aqui hoje para discutir o PL que foi apresentado, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados, e considero que estamos, aqui, seguindo todos os ritos da nossa democracia. Portanto, estamos aqui para também trazer e ouvir opiniões diferentes. Acho que isso faz parte realmente da democracia que queremos, mas acho que também a gente tem que trazer um pouco o respeito às instituições, não é? Eu acho que a gente tem um Supremo Tribunal Federal que é uma instância de garantia da nossa Constituição, dos nossos direitos. Portanto, quando a gente fala em muitas das questões apresentadas aqui nesses PLs, especificamente no que a gente está discutindo hoje, nós estamos respeitando os ritos democráticos e estamos trazendo decisões que reafirmam a importância da Constituição, portanto, nada do que a gente está colocando aqui ou que está na lei, e todo o processo da lei passa por pareceres jurídicos dentro dos ministérios... Temos já uma posição do STF em relação a isso. Então, eu quero reforçar aqui a importância de a gente reconhecer as instituições democráticas das quais nós fazemos parte. A gente não pode escolher o que a gente acha que é bom ou que é ruim. Então, acho que a gente precisa aqui...

E aí eu retomo um pouco o que o meu colega do Ministério da Educação, Cleber, já disse em relação à constitucionalidade que a gente tem para a ADPF 186 e para a ADC 41 não apenas acerca das políticas de cotas, mas também da constitucionalidade, que está em debate, que está em aberto em relação às comissões. Inclusive, o PL veio para esta Casa já com essa questão colocada, ou seja, a das comissões.

Acho também que... Volto aqui rapidamente, eu não vou... Além dos aspectos legais que já foram apontados, eu quero destacar que temos também a posição do Supremo, que é validada por muitos juristas deste país, de que as ações afirmativas – mais do que a Lei de Cotas, as ações afirmativas – prestigiam, segundo o próprio STF, o princípio da igualdade material, porque elas garantem ao Estado lançar mão tanto de práticas de cunho universalista quanto de ações afirmativas para garantir esse princípio constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O modelo constitucional brasileiro já incorporou diversos mecanismos institucionais que corrigem distorções de uma aplicação puramente formal do princípio da igualdade. Essa é uma posição da nossa Corte que a gente também está seguindo. Então, acho que é importante marcar aqui que o desenho dos projetos de lei e do que está sendo aprovado está seguindo os trâmites constitucionais.

Temos também a adesão de documentos como o Estatuto da Igualdade Racial, que define negros como a soma de pretos e pardos, acho que também já está colocado de uma forma bastante... e outros documentos que o Brasil assina ou segue. Então, acho que o primeiro ponto que eu quero marcar aqui é a importância legal e constitucional do que está sendo colocado em votação ou do que foi proposto.

Eu quero abrir um parêntese aqui para saudar e parabenizar a Deputada Dandara pela condução desse processo na Câmara dos Deputados. Eu acho que foi brilhante a atuação política dela, que nos fez poder chegar a uma questão que a sociedade brasileira tão avidamente defende, por que se interessa.

A revisão da Lei de Cotas era algo muito esperado por estudantes, por diversos grupos. Eu acho que aí a gente tem a prova de que este debate é um debate importante e que, portanto, precisa dessa agilidade, precisa dessas realidades para que a gente possa continuar.

Então, a gente primeiro supera aqui o debate da constitucionalidade.

Nos últimos 30 anos da minha vida, eu me dediquei, como professora universitária, a estudar desigualdades raciais no Brasil. E algumas questões que foram colocadas aqui eu não consigo... Não adianta: a gente que é professora não larga nunca o vício de pensar, de trazer algumas questões que eu acho que são importantes. Antes de assumir o cargo em que estou hoje, eu dediquei muitos anos da minha vida a estudar a desigualdade, a estudar políticas públicas. O consórcio que o Senador citou no começo da fala dele eu coordenei, esse consórcio de ações afirmativas, no ano passado, junto com o Prof. Luiz Augusto Campos, do Iesp-Uerj. Nesse consórcio, nós produzimos um material empírico bastante consolidado, bastante sólido sobre a eficácia da política.

Eu discordo do colega que falou que existe uma premissa que, portanto... Não! Eu acho que a gente poderia não ter a eficácia da política. O que a gente avaliou nesse tempo é que a política é uma política eficaz. E acho que temos dois pontos diferentes; nos estudos que a gente faz sobre a Lei de Cotas, a gente chama a atenção de dois momentos desses vinte anos de lei: a gente fala da importância da lei, dos dez anos da lei – a lei tem dez anos –, mas nós temos vinte anos de ações afirmativas nas universidades brasileiras, sendo que esses dez primeiros anos foram fruto de mobilização estudantil, do movimento negro e da autonomia universitária, que decidiram como implementar essas políticas. Então, quando a gente estuda, quando a gente olha para os dados sobre a implementação dessas políticas, a gente identifica que já existe um conjunto de ações da universidade...

E aí eu discordo novamente do colega que diz que não está na missão da universidade a justiça. Eu acho que a universidade prevê isso, sim; se é com o dinheiro público, ela não pode reproduzir desigualdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente tem um ponto muito importante aqui que a gente não trouxe ainda para este debate: qual é o papel da educação e o papel do sistema educacional. As políticas de ações afirmativas visam corrigir o processo no qual a educação, que deveria ser o mecanismo de transpor desigualdades, se torna mecanismo de reprodução de desigualdade. Então, as ações afirmativas existem não apenas para incluir negros, pobres, indígenas nas universidades, mas também para que a universidade, que o sistema educacional possa retomar o seu papel de igualdade e de oportunidade.

E eu discordo mais uma vez do que foi dito aqui em relação a... Quando nós falamos de pobreza, nós estamos falando de escassez de recursos; quando nós falamos de desigualdade, nós estamos falando da distribuição desses recursos. Então, você pode ter uma situação de países que são muito ricos e também desiguais, porque esses dois elementos não estão... assim como você pode ter países com menos pobreza e com muita desigualdade. Então, é muito importante, conceitualmente, separar o que essa política vem corrigir. Essa política vem corrigir o fato de que o sistema educacional universitário no Brasil está reproduzindo desigualdades, e a educação não foi pensada para reproduzir ou para produzir mais desigualdade, por isso que nós precisamos de ações afirmativas, ações que vão...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA – Já acabou? Mais cinco minutos? Está bom. (*Pausa.*)

Bem, então, acho que isso é um ponto importante.

O segundo ponto, ao qual eu tenho dedicado muito do meu tempo, da minha vida... Inclusive, hoje, estando Secretária de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial, eu continuo me baseando em evidências empíricas para produzir políticas. Eu acho que esse é o ponto. A gente não faz política pública com base nos nossos desejos pessoais: eu acordei de manhã e resolvi fazer uma política pública. Nós temos diagnósticos, nós temos acúmulo de pesquisas sobre isso.

Na ocasião do consórcio das ações afirmativas, nós fizemos um levantamento bibliográfico, selecionamos um conjunto de textos acadêmicos que tivessem sido citados pelo menos uma vez, criamos um critério bastante importante, ou seja, dentro da comunidade científica, esse material, esses textos já foram citados. Nós levantamos 980 referências de capítulos de livros, de artigos e fizemos uma avaliação desse material, uma grande equipe de pesquisadores se dedicou a avaliar esse material. E a gente tem que 53% dos resultados dessa avaliação são avaliações positivas das políticas. Nós não pegamos apenas pessoas... Nós pegamos material produzido intelectualmente e que foi citado e referenciado sobre esse tema. Então, eu acho que a gente tem como provar cientificamente que estudos sobre esse tema têm demonstrado, sim, que a universidade hoje é um lugar mais diverso. Se a gente pega... Por exemplo, em 1992, segundo os dados do próprio Adriano Senkevics, 73% das matrículas de ensino superior eram dos mais ricos em renda do Brasil. Hoje nós temos que, de 73%, caiu para 40%. Ou seja, o acesso à universidade pública se tornou mais igualitário, e se tornou mais igualitário por conta dessas políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu quero voltar novamente à missão da universidade e acompanhar aqui o meu querido colega de mesa quanto ao que significa o conhecimento e a produção intelectual. Eu não acho que a universidade seja entendida apenas como espaço acadêmico para pessoas que tenham vocação acadêmica. A universidade é um espaço de formação intelectual e profissional. Ter uma carreira acadêmica é uma decisão que você toma depois que você acessa o ensino superior. Então, me causa muita estranheza dizer que ir para a universidade é para quem tem aptidão acadêmica. Acho que essas coisas são bem diferentes do que a gente... Não é um caminho interessante pensar isso. Acho que tem outras questões, como: nas universidades, as ações afirmativas trouxeram uma dinâmica para a produção intelectual do país para diferentes campos disciplinares, trouxeram novos atores, e aí eu falo de novos grupos, o que tem consequências para LGBT, como o colega citou anteriormente. Hoje, esses grupos têm espaço na universidade, têm representação na universidade e têm voz na universidade. E é essa a universidade que o Ministério da Igualdade Racial defende e em que acredita.

Acho que tem ainda um outro ponto importante, além dessa mudança do cenário da universidade: existem, vocês podem procurar, diferentes autores que vão dizer que diversidade produz o conhecimento, não somente o conhecimento, mas o ambiente de trabalho. Nós precisamos de ambiente diverso para ter mais qualidade na educação, no mercado de trabalho. Então, isso também é uma aposta na diversidade. Eu acho que é muito importante que a gente tenha isso em vista.

Considerando que o meu tempo está acabando, eu acho, sim, que nós temos desafios e acho que a gente precisa olhar para eles também, para melhorar a inclusão social e racial na universidade. A gente sabe que ainda temos muitos problemas, e é nesse sentido que eu acho que o PL de que a Deputada Dandara foi revisora traz avanços importantes. Primeiro, ela não cria uma obrigatoriedade nem uma proporção de cotas para pós-graduação; ela respeita a diversidade da pós-graduação no Brasil e respeita a autonomia desses programas para definirem suas formas de inclusão. Eu acho que isso é um ponto importante.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA – A gente está pensando também na questão da autonomia universitária, mas também a gente está pensando em outros aspectos que eu acho que a gente tem que... Eu sempre lembro muito disto: no começo desse debate, sempre se falava muito que a gente estava violando a autoridade das universidades, e, quando a gente olha para os dados, a gente vê que a adesão das universidades foi muito grande, sem precisar que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto para concluir.

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA – Muito obrigada.

... pusesse esse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente tem que avançar nisso; a gente tem que avançar na permanência, que é um outro aspecto que a Deputada Dandara coloca na sua relatoria.

Mudamos também a faixa de renda, que foi algo que o TCU levou até o Ministério da Educação, e discutimos muito isso internamente.

Então, o que eu quero afirmar aqui é que hoje quem está no Governo Federal e nos ministérios está focado em olhar...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA – ... para o sistema educacional como um sistema que não vai mais reproduzir injustiças, e, sim, corrigir essas injustiças.

Eu encerro por aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sra. Márcia Regina de Lima Silva, Secretária de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, é só a título de saber como vai funcionar.

A gente tem quanto tempo para fazer algumas colocações e perguntas? Depois, os nossos convidados aqui, debatedores, terão quanto tempo para responder? É só para eu poder me organizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que eu sempre fiz em todas as Comissões. O Senador terá o mesmo período que os painelistas, ou seja, dez minutos, se entender que está de bom tamanho – dez minutos e com a tolerância que eles tiveram também.

Os convidados terão três minutos, cada um, para responder – três minutos cada um, três minutos, porque é o que nós sempre usamos. Bom, se chegar de três a cinco minutos, também não vou ser eu que vou barrar a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com a tolerância da Casa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a tolerância da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão e Senador Sergio Moro, que eu vejo aqui, está prestigiando o evento – fiquei muito feliz de ver a sua entrada aqui –, a Presidente da UNE está aí desde a abertura dos trabalhos. Não sei o que houve, ela não foi inscrita, porque tem tudo a ver com a UNE. Eu disse para ela – e vou ser muito franco, porque sou assim – que eu só daria alguns minutos para ela se expressar se os Senadores entenderem que é possível. Ela pode falar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, daí mesmo... Olha a bondade dos Senadores aí!

A SRA. MANUELLA MIRELLA NUNES DA SILVA – Olha aí!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não criaram nenhum obstáculo para a UNE falar.

A SRA. MANUELLA MIRELLA NUNES DA SILVA (Para expor.) – Então, primeiro, boa tarde, quase noite, a todas as pessoas que estão presentes.

Antes de mais nada, queria parabenizar o Senador Paulo Paim por esta audiência, um debate tão importante, que são as cotas no Brasil.

Queria aqui iniciar me apresentando. Sou Manuella Mirella, sou Presidenta da União Nacional dos Estudantes. Fui a primeira da minha família a ingressar no ensino superior público, sou fruto das políticas de ações afirmativas, inclusive a primeira da minha família a me formar também na universidade. Fui estudante de Licenciatura em Química da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Hoje, estou na minha segunda graduação, estudando Engenharia Ambiental. Sou a prova viva de que as cotas abrem portas, porque, de algumas coisas que eu vi aqui, Senador Paulo Paim, em muito já fui contemplada pela Márcia Regina, enquanto resposta, mas acho que nós precisamos nos atentar ao debate das cotas no que está posto hoje. Anos depois, aqui, o debate não é se as cotas raciais vão ser ou não renovadas, se elas deram ou não certo – elas deram certo. Inclusive, a UNE produziu um estudo técnico que se chama "De lá pra cá: dez anos", sobre a questão da Lei de Cotas, inclusive disponível, para quem quiser acessar, no *site* defendoascotas.org.br. Tem o nosso manifesto e nosso estudo técnico também, reforçando a importância da Lei de Cotas, no que tange ao debate sobre a democratização do acesso ao ensino superior.

Foi falado aqui sobre vocação para universidade. Eu fiquei muito assustada com esse debate, porque, se olhamos para um Brasil onde foi necessário iniciar a discussão sobre aprovação ou não da Lei de Cotas, é porque já existia um problema. Porque, se for falar de vocação para universidade, a gente vai falar, então, que os negros, no Brasil, têm vocação para serem maioria nas estatísticas de morte; os negros, no Brasil, têm vocação para serem acertados pela polícia; os negros, no Brasil, têm vocação para serem maioria nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxas de desemprego. Eu não acredito nisso; acho, inclusive, que isso é fruto da falta de políticas públicas para acessar essa população.

E a Lei de Cotas foi fundamental para que a gente conseguisse democratizar o acesso ao ensino superior e dar perspectivas para esses jovens, porque, ora, eles estavam fadados... E de onde eu vim... Eu vim de uma periferia, lá de Paulista, Pernambuco, onde eu tive que me esforçar duas vezes mais para conseguir estar na universidade, porque é certo que a Lei de Cotas conseguiu democratizar o acesso ao ensino superior, mas, aproveitando aqui o debate sobre a sua renovação, é importante colocarmos também o debate da permanência, porque nós, estudantes negros e cotistas, sabemos como é difícil permanecer na universidade.

E fico muito feliz quando a Deputada Dandara coloca na lei inclusive a preferência de os estudantes cotistas terem acesso às bolsas de permanência. Isso diz respeito à possibilidade de jovens como eu permanecerem na universidade e poderem escolher se querem seguir carreira acadêmica ou não, mas, com certeza, queremos ser os quadros técnicos que irão reconstruir o nosso país. E é certo que o debate hoje de que as cotas raciais revolucionaram e mudaram a cara da universidade, é certo que olhamos hoje as produções da universidade federal brasileira e de como nós conseguimos transformar um pouco esse perfil, mas nós queremos muito mais.

E nós, da União Nacional dos Estudantes, seguimos na luta, lembrando, inclusive, e respeitando a discussão sobre a renovação da Lei de Cotas, colocando num debate de que, se uma política pública foi tão importante para dar perspectiva para uma juventude que nunca teve oportunidade de sonhar, para uma juventude preta brasileira, cujos corpos sempre, sempre eram encontrados por balas perdidas – e ainda o são, infelizmente –, quando temos uma juventude que, por muito tempo, não pôde sonhar, a Lei de Cotas foi, sim, e continua sendo um respiro para esses jovens.

Fico muito feliz que este debate hoje tange à sua renovação e, sim, pela garantia de que esses jovens podem, sim, continuar sonhando, porque, além de negros e negras, além de estudantes de escola pública, além de pessoas de baixa renda, nós, juventude negra, queremos ser cientistas, queremos ser professores, queremos ser engenheiros, e a Lei de Cotas deu possibilidade para que jovens pudessem fazer isso. Fico muito feliz e tenho certeza de que esta Casa aprovará a renovação da Lei de Cotas. Vamos continuar juntos, lutando contra as desigualdades sociais, diariamente, mas dando perspectiva para essa juventude.

As cotas abriram portas, as cotas continuam abrindo portas, e tenho certeza de que as cotas vão continuar abrindo as portas do nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Usou cinco minutos, terminou ali no talo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, primeiro, agradeço a tolerância de V. Exa., que era fundamental. Se V. Exa. não concordasse, a UNE não iria falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, o que é isso? Pelo amor de Deus! A gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – ... precisa, Senador Paulo Paim, ouvir. Eu não pude chegar no começo desta sessão; lhe peço desculpas e, ao mesmo tempo, lhe cumprimento pela condução democrática, de forma equilibrada.

Eu digo para o senhor que eu aprendi muito aqui, com todos os palestrantes, todos os que se manifestaram. Obviamente, vou precisar me aprofundar mais sobre dados trazidos aqui.

Eu acho que a regra da boa convivência é o respeito, e a gente viu o respeito aqui de todos, com a opinião divergente. Isso já é algo que aponta para que a gente vá construir realmente uma legislação, se é para aprimorar, o que quer que seja... Mas eu acho que esse diálogo aqui foi fundamental.

Eu confesso à D. Helderli Fideliz Leão Alves – foi uma sugestão do Senador Plínio Valério que ela estivesse aqui –, eu confesso a minha ignorância, pois eu não tinha noção do que foi trazido aqui, que os pardos estão se sentindo desrespeitados. Então, nós estamos criando certas situações de divisão de algo que foi feito para acolher a todos.

Mas, Presidente, eu já tenho uma posição muito clara com relação à questão da cota social. Acredito que essa questão da desigualdade socioeconômica pode ser abordada daí, embora essa questão de recurso não tem que ser, no meu modo de entender – respeito que pensa diferente –, distribuído; ele tem que ser gerado. Agora, a gente pode beneficiar indivíduos com base em critérios como renda, educação, condições de vida. Eu acho que é por aí o caminho.

Para avaliar esses primeiros dez anos da Lei 12.711, de 2012, na verdade, que prevê o prazo de dez anos para que se realize a sua revisão, nós já temos 11. Desde a sua publicação, não houve qualquer parecer oficial do poder público brasileiro atestando as transformações realizadas pela lei. O que há são estudos acadêmicos, matérias jornalísticas, manifestações de agentes políticos, o que também é legítimo, mas, com caráter oficial, a gente precisava de algum órgão, para que a gente pudesse fazer essa avaliação e deliberar sobre a matéria, no meu modo de entender.

Não sei se as perguntas que eu tenho aqui eu vou poder... Até porque todos vão ter apenas três minutos apenas para responder – e eu entendo, é o limite de horário que nós temos –, mas, se não for possível, peço aos palestrantes todos, se puderem, para enviar para o Senado, o Senador Paulo Paim me passa, ou então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu já me comprometo a lhe passar a resposta de todos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto, perfeito. E o nosso Gabinete 21 da Ala Teotonio Vilela também está à disposição.

Mas o que me preocupou foi o Tribunal de Contas da União, que, expressamente, manifestou que são notórias a desarticulação, a omissão de agentes envolvidos e as deficiências de monitoramento e avaliação da política de cotas, isso porque não existem relatórios anuais sistemáticos sobre a avaliação da implementação das reservas de vagas nem relatórios com dados consolidados relativos ao período de 2017 a 2022. Na avaliação do tribunal, essa ausência de dados prejudicará a revisão da política pública.

E aí, Sr. Presidente, eu já vou começar a fazer algumas perguntas. Algumas deu para eu direcionar aqui; outras, não.

Então, eu digo: dessa forma, como se pode propor a mudança da letra da lei, alterando o seu alcance e restringindo o perfil econômico demográfico por ela amparado, se não tem parecer oficial das transformações promovidas pela atual redação legal em 11 anos? Esta é a primeira pergunta que eu faço: como a gente pode avaliar se não tem dados oficiais?

Segundo: é possível concluir que o PL, o projeto de lei em análise, ainda que bem-intencionado, age sem o devido embasamento técnico que lhe permitiria promover uma boa revisão? Essa é um complemento, reforçando a primeira.

Vocês acham que há um duplo benefício aos estudantes cotistas quando se prevê que vagas remanescentes serão preenchidas por cotistas, que, pelo texto do projeto, agora também disputarão as vagas de ampla concorrência?

Em relação às vagas remanescentes, o texto do projeto de lei prioriza o preenchimento dessas vagas pelos cotistas raciais e deficientes, em detrimento dos oriundos de escolas públicas que atendem os critérios de renda. Então, eu lhes pergunto: por que fazer tal distinção?

Outra pergunta: essa medida não vai na contramão da concepção do regime de cotas que visa à redução das desigualdades sociais no país? Se são afirmativas, se ações afirmativas são criadas para reparar erros do passado, os quais, em essência, promovem desigualdade social no presente, por qual razão o PL promove a redução do teto de renda dos contemplados pelas cotas, criando exclusão de enorme contingente de estudantes com parca condição socioeconômica? Qual estudo serve de base para tal alteração promovida pelo projeto de lei?

A eficácia das cotas. Como as cotas estão cumprindo seu objetivo de aumentar a representatividade de grupos historicamente sub-representados nas universidades? Essa eu queria destinar para o Prof. Cleber aí– é professor também, não é, Cleber?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

O impacto nas taxas de desistência. Qual é o índice de permanência entre os beneficiários das cotas? As desistências estão relacionadas a desafios específicos enfrentados pelos estudantes cotistas? Essa outra pergunta é no geral, sobre a necessidade contínua.

Após anos de implementação das cotas, ainda é necessário manter essa política ou existem alternativas mais eficazes para promover a inclusão?

Para o Dr. Eli, que participou virtualmente: critérios de seleção. Os critérios de seleção usados para as cotas são os mais seguros? Eles refletem com precisão as desigualdades existentes na sociedade?

Uma geral, para quem quiser se colocar: políticas de apoio. Além das cotas, quais outras políticas de apoio estão sendo inovadoras para garantir o sucesso acadêmico dos estudantes cotistas?

Para Geisiane: mérito *versus* diversidade. Como equilibrar a busca pelos méritos acadêmicos com a necessidade de promover a diversidade e a inclusão nas universidades?

Sete: monitoramento e avaliação. É geral, para quem puder responder. Como as universidades estão monitorando e avaliando a eficácia das cotas? Existem indicadores específicos sendo usados?

Por último: experiências bem-sucedidas. Também geral aqui. Existem exemplos de programas de cotas que alcançaram sucesso notável? Eu digo pelo mundo. Eu acho que foi falado aqui sobre a questão dos Estados Unidos – não sei se foi pelo Eli –, falou-se que lá já foi abolido o processo de cotas raciais. Quais lições podem ser aprendidas com essas experiências internacionais?

Com o tempo que me resta, com a tolerância, Sr. Presidente...

A gente vê aí, inclusive na campanha eleitoral, que aconteceram casos, assim, *sui generis* em que Deputados, Senadores, candidatos, tudo se autodeclararam, e isso causou um transtorno, porque depois não tiveram como comprovar, enfim, e a gente precisa ter isso mais bem definido.

Eu estava observando os debates aqui, muito bons, repito, todos os debates...

Eu fui presidente de um clube de futebol, o Fortaleza, e, na semana passada, nós tivemos um debate riquíssimo, Senador Paim – o senhor não pôde, porque estava na CCJ, estava aqui –, sobre o racismo no futebol.

Racismo é algo deplorável. A gente tem que fazer campanhas, o Brasil tem dado passos significativos... Entra governo, sai governo, a CBF tem um papel importante nisso também – pode evoluir, claro, sempre pode –, mas o que a gente vê acontecer em outros países, inclusive o que aconteceu com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele jogador, o Vini Jr., é algo surreal, e, no Brasil, isso não é tolerado, e a gente tem que expandir punição – é punição! Campanha, mas punição também com relação a isso.

Eu falei até para o Presidente da CBF: "O senhor vai matar a galinha dos ovos de ouro". Porque tem aí uma série de coisas que estão atentando contra a beleza do futebol, que é feito para unir.

Outra coisa, uma causa nossa, é a aposta. A aposta está manipulando o resultado, enfim...

E foi colocada a questão de cotas também: "Olha, tem que ter em clubes, diretorias e tal...". Eu digo: olha, será que isso não está reforçando, isso não faz reforçar... Porque eu fui presidente e, se a gente tivesse, ali, toda a diretoria de negros, seria... Não vejo problema nenhum, absolutamente nenhum. Agora, na hora em que você estipula, eu acho que, como foi colocado aqui por algum participante, você reforça o racismo, em vez de você promover... Técnicos de futebol, jogadores... Tem diretores, tem pessoas que atuam nisso, e eu acredito que é o caminho.

Nos três minutos que me faltam, eu me preocupo muito... Por isso que eu acho que a ideologia tem que ser deixada de lado. Nessas horas, política ideológica atrapalha. Acho que é técnica, no meu modo de ver – respeito quem pensa diferente.

Por exemplo, falando de racismo, eu fiquei estupefato, Senador Paulo Paim: antes de chegar ao Senado – eu nem imaginava, o senhor sabe da história, disputar qualquer eleição –, eu vi um debate, que me assustou, com eugenia, sobre aborto. E foi demonstrado, especialistas sendo ouvidos lá nos Estados Unidos... Inclusive a sobrinha do Martin Luther King participa desse documentário, chamado Blood Money. Eu recomendo que as pessoas possam assistir. E foi mostrado, Senador Sergio Moro, lá, nesse documentário, que as clínicas de aborto, na indústria – que foi legalizado em 1973; já voltaram atrás nos Estados Unidos –, estavam em bairros pobres, onde tinha uma maior concentração de pretos, de negros. Ou seja, era uma eugenia para acabar com os negros. Isso foi denunciado publicamente no Congresso americano, e as pessoas se assustaram.

A gente tem que ter cuidado com isso, para a gente não estar reforçando algo... Porque nós temos um histórico, no Brasil, de acolhimento, de respeito e de convivermos muito bem uns com os outros.

Então, eu queria deixar essas perguntas, colocando aqui para os senhores os meus parabéns sinceros para todas as palestras. E a gente vai ficar atento para fazer um bom debate nas próximas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão, eu vou fazer o seguinte encaminhamento: a todas as suas perguntas nós vamos responder, naturalmente, conversando com os painelistas, e vamos lhe dar o retorno. Agora, neste minuto de encerramento, eu vou dar três minutos para cada um dos convidados que estão presentes. Os que quiserem responder respondam a alguma das perguntas; outras, você recebe por escrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Geisiane vai ser a primeira a usar os seus três minutos à vontade. Se quiser responder pergunta, sim; se não, expresse o seu ponto de vista do debate do dia de hoje. Daí mesmo. Fique à vontade.

A SRA. GEISIANE FREITAS (Para expor.) – Eu queria só saber o nome da moça que é Presidente da UNE...

A SRA. MANUELLA MIRELLA NUNES DA SILVA (*Fora do microfone*.) – Manuella Mirella.

A SRA. GEISIANE FREITAS – Oi, Manuella. Interessante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Manuella, ela vai falar para ti, Manuella. Se tu puderes esperar um pouquinho...

A SRA. GEISIANE FREITAS – Interessante a Manuella ter dito algumas coisas, porque eu também sou de Paulista e me identifiquei com a sua história. Na verdade, eu sou de São Paulo, mas eu morei quase dez anos em Paulista.

Eu realmente estou muito feliz, assim, com o dia de hoje. É evidente que eu sou minoria aqui, nós defendemos coisas completamente distintas, mas isso aqui é o princípio da democracia, não é mesmo? É a discordância de opiniões. Então, eu quero realmente agradecer a oportunidade de conversar com todos vocês a respeito disso. Nós temos discordâncias, talvez, intransponíveis, mas em relação ao debate acadêmico, e não em relação ao convívio uns com os outros.

Bom, ainda sobre todo esse assunto, eu não posso deixar de dizer que as cotas raciais, na verdade, fomentam muito mais uma segregação, que é o que a gente chama, dentro da academia, de discriminação positiva em relação a isso. Eu não nego, inclusive, os seus efeitos. É evidente que mais pessoas entraram nas universidades públicas por uma questão muito simples: ora, se tem um mecanismo que está fomentando a entrada das pessoas por uma questão de fenótipo dentro das universidades, é evidente que, quando eu for fazer uma avaliação de fenótipo dentro das universidades, essa população será maior.

Mas a minha grande questão, insisto nisso, porque tenho um apreço muito grande pela educação, é a qualidade disso. E essa qualidade, eu reitero, não tem relação com o fenótipo da pessoa, porque, se fosse assim, eu estaria dizendo aqui, tal qual um eugenista, que todo negro tem uma limitação cognitiva. Esse não é o meu ponto. Não é que o negro tem uma limitação cognitiva. A grande questão é que há centros acadêmicos em que a educação preza, sim, por um formato e tem, sim, uma característica que não é uma aptidão para todos. E não há um demérito em não ter a aptidão, não há um demérito em fazer outras funções que não passem pela vida acadêmica. Ora, estamos em sociedade. Precisamos de todas as funções para funcionarmos. Se a gente for usar aí Durkheim, na sua sociologia funcionalista, nós somos um corpo em funcionamento.

Por exemplo, para falar a respeito especificamente dessa questão da qualidade da educação: a USP está agora ocupando a posição 85 dentro de 1.499 universidades. E, aí, eu fiquei curiosa a respeito disso. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

USP, uma das maiores universidades do nosso país... Foi de lá, por exemplo, que saiu Florestan Fernandes, marxista que é muito celebrado dentro da academia. Ali, por volta dos anos 30, a gente teve aquele debate todo entre os uspianos e tal... Portanto, é uma universidade muito importante dentro do nosso país. Mas fiquei curiosa a respeito dos critérios que levaram a USP a ter essa posição dentro da nossa educação.

Veja, os critérios são os seguintes: empregabilidade dos alunos; a melhora da reputação internacional da instituição... Vale lembrar que a sua reputação tem muito a ver com o aparelhamento que o marxismo tem dentro dessas instituições. Então, por exemplo, eu posso ter uma baita organização, um baita instituto liberal ou conservador...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GEISIANE FREITAS – ... que não seja considerado com uma boa reputação, porque ele refuta algumas ideias marxistas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cinco minutos. Agora é um. Eu vou manter cinco – bem rígido – para todo mundo.

A SRA. GEISIANE FREITAS – O.k. Vamos lá.

A empregabilidade, o número de professor por alunos, a produção científica... Essa produção científica chama bastante a atenção, porque essa produção científica não diz respeito à qualidade, mas à quantidade de produções. Então, é a quantidade de teses, de dissertações, de monografias que são dispostas. Prossigo: práticas de sustentabilidade, posicionamento no mercado de trabalho e as relações internacionais. Ou seja: a gente não está preocupado aqui com a qualidade da educação, de fato.

Se você fizer uma pesquisa dentro dos bancos educacionais, já que a gente está batendo tanto na diversidade, e a diversidade é extremamente importante, nós vamos encontrar trabalhos que são, em sua grande maioria, de cunho marxista ou neomarxista – chamem pelo termo que gostarem. Então, são trabalhos que têm como citação o próprio Marx, que têm como citação Escola de Frankfurt, que têm como citação Pierre Bourdieu, que têm como citação Foucault e assim por diante, ou seja, são trabalhos que não dão a pluralidade de pensamento. Onde está Roger Scruton, por exemplo? Onde está Thomas Sowell, por exemplo? Onde estão os autores que falam contra o marxismo ou o que inibe a pluralidade que a gente tanto busca?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terminou o seu tempo.

Para eu ser duro com os próximos, eu tenho que te avisar.

A SRA. GEISIANE FREITAS – O debate foi ótimo.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi bom. Eu fico feliz que você gostou.

Eu vou seguir agora a lista aqui de todos, e cada um... Eu digo três, mas até cinco. Todos sabem que podem falar cinco.

Então, eu começo com o Sr. Clédisson Júnior.

Está na tela? Não? (*Pausa.*)

Não está.

Geisiane já falou, que seria a próxima. Maria do Rosário já não está mais também... Sr. Cleber Santos Vieira.

Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor de Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA (Para expor.) – Bom, muito obrigado, Senador Girão, pelos questionamentos. Acredito que estamos aqui num debate importante, visando ao aprimoramento da Lei 12.711, e eu vou tentar responder utilizando os três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Cinco.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... talvez avançando pelos cinco, baseando-me aqui no documento que o senhor citou, o Acórdão nº 2.376, de 2022, do Tribunal de Contas da União.

E, assim, caminhamos para uma audiência muito importante. Estamos aqui no Poder Legislativo; o Poder Judiciário, com a sua importância, foi citado diversas vezes; o movimento social, a sociedade civil, então... E nós, do Poder Executivo, também participando. Então, acho que é dessa forma que nós vamos construir uma reflexão importante para dar ainda mais força aos argumentos apresentados no relatório da Deputada Dandara.

Eu vou tentar pontuar o que está no acórdão e responder, tudo bem?

No item 9.1 do acórdão, ele recomenda ao MEC, à Seppir – agora MIR – e à Funai criar instrumentos para o comitê de monitoramento. Está previsto, nós sabemos, no Decreto 7.384, e o que nós estamos fazendo agora – e que o projeto de lei aprovado na Câmara contempla – é reformular, adequando as nomenclaturas e ampliando o número de membros que participam. Isso está contemplado no PL 5.384, aprovado pela Câmara – item 9.1 do acórdão.

Coloca ainda: "realize estudos sobre o impacto do Programa Nacional de Assistência Estudantil e o Programa de Bolsa Permanência".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos a lição de casa, encomendamos, através da Unesco, um estudo – depois, Senador Paim, eu o deixarei de forma digital, para que o senhor compartilhe com eles... Encomendamos o estudo, conforme solicitado pelo TCU, e esse relatório, esse trabalho, esse documento foi entregue para a Relatora, Deputada Dandara, que certamente analisou e aproveitou aquilo que, dentro do projeto dela, está contemplado. Então, esse item também está contemplado aqui.

Além do mais, no item 9.2.3, o TCU coloca: "elabore estudos da revisão do critério de renda atualmente [...] [utilizado]", que era o item 9.5. E o relatório de Dandara, o projeto aprovado na Câmara, traz para um salário mínimo.

Está aqui também o trabalho que nós encomendamos junto à Unesco, o Ministério da Educação, com os dados que também entregamos para a Dandara, dos quais ela se utilizou para formular seus argumentos.

Outro tópico é a abrangência da faixa de renda, que também está no 2.3.1 e que também está contemplado ali na questão.

Outro tópico que o TCU recomendou foi exatamente das comissões de heteroidentificação, porque, além de comissão de juristas, STF, MPF considerarem a constitucionalidade das comissões de heteroidentificação, o TCU também expressa a preocupação do mecanismo que combate às fraudes e pediu que encomendássemos os estudos, pediu ao MEC. Nós encomendamos, o estudo está aqui e também será compartilhado com o Senador Paim.

Esses são estudos encomendados. Agora, não é verdade que não existem dados oficiais sobre o acompanhamento e monitoramento da Lei de Cotas. Em 2019, houve, ainda no Governo anterior, um TED, junto à Enap (Escola Nacional de Administração Pública)...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... encomendando exatamente um estudo para saber o impacto da Lei de Cotas no serviço público e criar uma metodologia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem um minuto.

O SR. CLEBER SANTOS VIEIRA – ... para avaliação da Lei de Cotas. Esse estudo foi realizado, é público, está *online* no *site* da Enap, encomendado por um órgão do Poder Executivo para uma autarquia, e foi realizado.

Também, desde 2016, foi elaborado o Simope (Sistema de Monitoramento de Políticas Étnico-Raciais), que estava anteriormente na responsabilidade do MIR – agora, MIR. Esse sistema foi elaborado, porém foi descontinuado a partir de 2016, mas é uma plataforma oficial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para completar, Senador Paim, também os dois estudos do nosso principal instituto de pesquisa educacional do Brasil, que é o Inep, criado pelo saudoso Anísio Teixeira. E nós encomendamos também dois estudos abrangendo as questões colocadas pelo TCU na revisão de cotas, isto é, dois estudos avaliando exatamente a questão da distorção de renda e a questão do ingresso de ampla concorrência e cotas.

Então, os estudos do Inep são estudos oficiais. Os dados apresentados pelo Inep são trabalhos, estudos, pesquisas oficiais, que foram entregues à Relatora do projeto na Câmara dos Deputados, a Deputada Dandara, e que serão também entregues aqui ao Presidente Paim, que depois compartilhará com o senhor.

Obrigado, Senador. Desculpe-me ter avançado em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, ficou dentro do tempo. Esse foi o Sr. Cleber Santos Vieira, Assessor do Gabinete da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação.

Agora eu vou passar a palavra para o Eliel, porque ele tem voo também. Então, vou passar a palavra para o Sr. Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

O SR. ELIEL BENITES (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade.

Eu queria responder ao Senador Girão trazendo um pouco – não tem uma pergunta específica, mas uma parte dessas perguntas – no âmbito das boas experiências. Eu acho que a presença indígena na universidade é importante relatar um pouco aqui. Eu acho que é fruto também dessas políticas afirmativas.

Hoje os povos indígenas estão procurando, vindo às universidades em todo o país. Por exemplo, na própria Universidade Federal da Grande Dourados, nós temos cursos específicos voltados aos estudantes indígenas, mas eles estão também nas outras graduações, e estão saindo muitos trabalhos muito interessantes. É importante considerar esse processo.

O que falta, expresso aqui, é um tratamento dessa política pública – respeitando, claro, as universidades, a sua autonomia –, como conduzir de uma forma mais ampla essas iniciativas exitosas de muitas universidades em relação à recepção dos acadêmicos indígenas. Têm muita experiência, por exemplo, a UFGD, a própria UnB, a UFMG e outras, temos iniciativas, mas que merecem ainda focar, considerar. E o Ministério dos Povos Indígenas, junto com o nosso departamento, está trabalhando nesse processo agora, para que a gente possa estar junto não só em como entrar o indígena na universidade, mas na permanência dele, colocando-o sem perder a sua identidade. Porque muitos indígenas vêm das suas comunidades e ficam isolados; isso dá um impacto para os acadêmicos jovens, muitas vezes. E isso a gente tem que levar em consideração, para que a gente possa construir, de uma forma integrada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

institucionalmente, esse processo de recepção dos acadêmicos indígenas. E também, com esse processo todo, a própria universidade vai ter ganho epistemológico, ganho em termos de produção acadêmica, o que está sendo muito importante e interessante considerar.

Então, essas mensagens eu quero deixar neste debate aqui, e acho que é importantíssimo constantemente a gente estar refletindo, porque a presença indígena, cada vez mais, desafia em todos os âmbitos a própria universidade, em termos de metodologia, de gestão, de forma de promoção, e precisam estar constantemente avaliadas, analisadas e refletidas essas ações.

Então, são essas minhas palavras. Obrigado pela oportunidade, Senador e toda a Casa.

Estamos à disposição para contribuir e estamos juntos para construir essa pauta de uma forma coletiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas.

Agora voltamos à lista, estamos aqui.

Passo a palavra para o Sr. Eli Vieira, Biólogo e Mestre em Biologia Molecular pela Uergs e Mestre em Genética pela Universidade de Cambridge, Reino Unido.

Está na tela?

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está liberado.

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Três, mas podendo chegar a cinco, viu, Doutor?

O SR. ELI VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k., tudo bem. Eu sou mestre, não sou doutor. (*Risos*.)

Mestre duas vezes.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Girão, V. Exa. me perguntou se os critérios das cotas são seguros. Minha resposta curta é: não. Eu vou fazer uma elaboração sobre ela com um exemplo.

O Instituto Federal do Pará, em 2016, chocou até mesmo os defensores das cotas raciais quando vazou de lá uma tabela com nove critérios para escolher quem seria contemplado ou não pelas cotas raciais, que lembram critérios da ciência racista lá do começo do século XX. Por exemplo: processo zigomático, que é um osso aqui da face; se os lábios são grossos ou não; se os dentes são muito alvos e oblíquos ou não. Então, isso parecia o ressurgimento de uma coisa muito tenebrosa, que mancha a história da ciência e da minha ciência, a Biologia.

O que é interessante para mim é que a desaprovação quase universal a essa tabela parece ser baseada somente na precisão do instrumento; quando, então, uma comissão de heteroidentificação usa uma tabela como essa, é errado porque estão usando o paquímetro. O paquímetro é um instrumento científico para medir como uma régua. É diferente da régua, porque você vai abrindo, assim, para ver o comprimento de alguma estrutura. Então, quando é o paquímetro, é errado, mas, quando é o olhômetro, é certo? Que interessante. Então, a parte errada da coisa está na precisão do instrumento? É isso que eu pergunto. Para mim, esse é um dos problemas insolúveis, insolucionáveis da posição pró-cotas raciais.

Se o Brasil estabeleceu, como o IBGE ainda usa, que a cota é autodeclarada, o que está acontecendo, quando se criam coisas orwellianas, como eu defendi, como a heteroidentificação da autoidentificação, é que, na verdade, esse critério da autodeclaração é insincero – é insincero. E foi este o erro da comissão do IFPA, sinceridade excessiva, porque eles estabeleceram critérios objetivos para medir com régua ou talvez com tabelas de cores das pessoas, em vez de critérios subjetivos, porque é interessante para uma universidade preferir critérios subjetivos.

Então, esse é um dos perigos, esse ressurgimento de uma coisa tenebrosa, um dos perigos desse critério racial para selecionar quem entra ou não entra em cotas reservadas ou coisa assim.

E, nos Estados Unidos, o critério racial foi derrubado pela Suprema Corte em julho, agora, por quê? Porque já estava discriminando racialmente os americanos de origem asiática. Inclusive, acharam conversas horrendas das comissões que julgavam se uma pessoa ia entrar, por exemplo, em Harvard ou não, falando mal mesmo, se fosse asiática: "Nossa, olha que nota excelente eles tiram, porque eles têm uma cultura em casa de estudo rigoroso, mas que pena que é asiático, então não vai entrar". Então, é esse tipo de conversa que estava acontecendo lá – está tudo nos autos do processo americano.

Sei que já deu três minutos, Presidente.

A secretária, cujo nome infelizmente eu esqueci agora, respondeu ao meu ponto, sobre que há um tripé universitário, previsto pela Constituição, que estabelece a função da universidade, e eu disse que não, que é um quadripé em que a justiça social é o quarto pé. Quando eu disse justiça social aqui, não é num sentido amplo de justiça social. Todo mundo é a favor de algum tipo de justiça na sociedade. O meu ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é: a interpretação de justiça social que está sendo feita na adoção de cotas é parcial politicamente, e o Estado brasileiro deveria ser imparcial politicamente. O Estado, não o Governo, porque as pessoas votam num governo com certa visão política, mas o Estado tem que ser neutro, assim como ele tem que ser neutro em crenças religiosas. Esse é o meu ponto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência.*) – E, para terminar, uma das pesquisas mais ignoradas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais um minuto.

O SR. ELI VIEIRA (*Por videoconferência.*) – Mais um minuto. Obrigado, Presidente.

Uma das pesquisas mais ignoradas foi feita pelo casal Leda Cosmides e John Tooby, na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Eles viram que desenfatizar o critério raça como marcador de grupo humano é o que reduz o racismo. Então, há um esforço, eu acredito, baseado em ideologia. Por isso eu pedi para os adeptos da ideologia que reconheçam que eles têm dificuldade de entender outros pontos de vista. A pesquisa mostra isso. Então, desenfatizar a raça é a solução para o racismo, segundo essa pesquisa aqui, que inclusive foi replicada. Outros cientistas refizeram e descobriram a mesma coisa.

Então, o Senador Girão não sei se endossou este ponto de vista, mas – seja lá quem expressou este ponto de vista – realçar a raça como um critério de tratamento diferenciado nos cidadãos, sim, é uma receita para o racismo. Eu não digo que é racista em si, mas é uma receita para piorar o racismo, sim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Sr. Eli Vieira, Biólogo e Mestre em Biologia Molecular pela Uergs e Mestre em Genética pela Universidade de Cambridge, Reino Unido.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA (Para expor.) – Boa noite.

Muito rapidamente vou responder duas questões, uma feita pelo e-Cidadania, pelo *site*, que o Sr. Paim leu, sobre, além da questão do acesso à universidade, o que mais tem sido feito visando à redução da desigualdade.

Então, eu diria que o Ministro Camilo Santana, dentro do MEC, tem estabelecido uma pauta de atuação que envolve investimento forte em educação infantil. O MEC, este ano, até junho, investiu R$400 milhões em educação infantil; no ano passado inteiro, foram R$100 milhões. Então, há um foco muito forte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em educação infantil, no fortalecimento das escolas. O primeiro ato dele como Ministro foi o aumento da alimentação escolar, e, para mim, o Pnae é a política pública brasileira mais sensacional, que é a alimentação escolar nas escolas a partir da agricultura familiar, com alimento de qualidade, e que envolve uma série de representações educativas, de saúde e de desenvolvimento local.

O foco também do Ministério da Educação hoje é o da escola em tempo integral – também é outro investimento pesado que tem sido feito no MEC – e a questão do PL das obras, que foi aprovado aqui por esta Casa e que prevê 3,5 mil conclusões de obras em escolas de educação básica.

Então, um elemento fundamental e paralelo a isso, que também foi aprovado aqui pelo Congresso, é o PL da Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Então, a universidade... Dentro do PAC tem a ampliação de *campi* universitários como também de *campi* de escolas tecnológicas, mas a ideia é pensar a educação como um todo, o que começa na educação infantil e termina no doutorado, e o MEC tem somado esforços, com o apoio do Presidente Lula e de todo o Governo Federal, do centro de governo, no sentido de um investimento pesado em educação, que é fundamental e que visa à redução das desigualdades e ao desenvolvimento do país. Acho que não há dúvida da importância da educação e do papel que ela possui nesse processo.

O acesso à educação superior, no caso brasileiro, é fundamental, mas essas outras frentes também têm tido investimento muito pesado, e a intenção do MEC é o desenvolvimento da educação básica e do ensino profissional e tecnológico.

Em relação às perguntas do Senador Girão – e agradeço as observações e comentários –, vou pegar uma questão que foi a das políticas de apoio para a questão da universidade.

Também está em discussão aqui na Câmara – a Deputada Alice Portugal é a Relatora – uma Política Nacional de Assistência Estudantil.

Então, tanto a questão da Bolsa Permanência como as ações hoje no Plano Nacional de Assistência Estudantil, que atualmente existe, são uma preocupação do MEC e da área de que eu estou à frente, no sentido, primeiro, da necessidade de mais recursos financeiros e, segundo, de estratégias de busca de boas práticas que visem garantir a permanência estudantil e apoiar os estudantes.

O Sisu tem uma grande virtude, que é promover a mobilidade dos estudantes no Brasil: cerca de 10% de estudantes saem da sua cidade para outra cidade. Então, é fundamental que as universidades ofereçam a estrutura mínima, como existe mundo afora, para que os alunos fiquem na universidade, tenham acesso à biblioteca 24 horas, tenham acesso ao transporte, tenham acesso à alimentação, tenham acesso a uma série de serviços que o poder público oferece, que não é uma atuação exclusiva do MEC, mas que envolve toda uma rede de que a universidade precisa fazer parte e a que precisa estar atenta em relação aos seus estudantes, como também em relação ao seu entorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que um elemento importante nessa redução das desigualdades é a própria atuação das universidades, com a produção de conhecimento, com as políticas de extensão, que é outra ênfase que atualmente nós temos no MEC, de aumentar a extensão, de oferecer recursos financeiros para que as universidades possam estar presentes no seu entorno e contribuir junto à prefeitura, junto ao governo do estado, junto ao Governo Federal na execução de políticas públicas e no enfrentamento dos desafios que nós enfrentamos enquanto nação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE BRASIL CARVALHO DA FONSECA – Quero agradecer novamente ao Senador Paim por esse bom debate, desejar-lhe todo o sucesso na trajetória, e também saudar o Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca, Diretor de Políticas e Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC).

De imediato, Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente da Nação Mestiça.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – Bem, queria dizer que estou feliz de estar aqui. O Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro foi ouvido, 83 milhões de pardos que estão sendo excluídos por não se assumirem negros foram ouvidos. E eu agradeço muito ao Senador Plínio Valério, o nosso Senador mestiço do Estado do Amazonas, que abriu essa porta para o movimento; agradeço ao Senador Girão, que provocou esta audiência pública para os debates...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Nós dois.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – .... com o Senador Paim.

Quero dizer que me preocupa muito quando o Governo começa a fazer política que visa dividir o povo. Eu estou aqui... Inclusive, apresentei no meu eslaide: está aberta a inscrição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Aí aparece aqui, ó: por um Brasil para e pelo povo negro. Se eu sou... O Conselho de Igualdade Racial é um conselho para todos. Agora, quando eu começo a direcionar a apenas um segmento, isso é preocupante. Então, que se mude o nome – não é? – do Ministério da Igualdade Racial, e que se mude o nome do Conselho Nacional da Igualdade Racial, porque igualdade é para todos. Então, nós queremos igualdade.

E eu peço a esta Casa: nós pardos somos os misturados, somos mestiços, conforme o IBGE. E aí eu peço ao Senador Paim que possa rever o Estatuto da Igualdade Racial, que nos qualifica como negros: somando pretos e pardos, formam-se os negros no Brasil. Isso precisa ser revisto, porque nós, segundo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IBGE, somos mestiços. E nós devemos ter o respeito e o direito: se tem cotas, nós também, os pardos, temos o direito de ter nossas cotas separadas das dos pretos.

Também quero dizer da satisfação de estar aqui, fazendo valer o nosso grito, calado há 11 anos, quando foi aprovado o estatuto, em 2010, e nós ficamos sendo subjugados quando tentamos acessar as cotas, principalmente nós do Estado do Amazonas, onde nós somos a mistura do índio com o branco. Fomos excluídos, escorraçados, ameaçados, como vocês viram com aquela jovem de 15 anos. O quê? Uma jovem de 15 anos, ao dizer que ela não é parda, você está sendo uma pessoa fraudulenta. Para uma jovem, para uma adolescente, isso é uma coisa terrível.

Então, nós só queremos fazer valer o nosso direito de ser mestiço, de ser pardo e de ser brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente da Nação Mestiça, foi a última aqui que usou da palavra antes do encerramento.

Eu farei uma consideração rápida no encerramento, inclusive entendendo que, com essa minha fala, eu atendo, inclusive, o interesse de V. Sa. – V. Sa. eu acho que nesta audiência pública foi a mais vitoriosa, porque V. Sa. vai ver na minha fala que a senhora pode ir para casa tranquila, porque o seu pleito foi atendido. Mas farei isso agora, no encerramento.

Pode falar, Dra. Márcia Regina de Lima Silva, Secretária de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial.

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA (Para expor.) – Senador, muito obrigada pelas suas questões.

Eu acho que as suas perguntas, boa parte delas... A que eu acho mais preocupante é em relação à revisão da Lei de Cotas, ao sentido da palavra revisão. Eu acho que os colegas, tanto o Cleber quanto o Alexandre, responderam bem quanto ao encaminhamento que para isso foi dado.

Eu só queria complementar com uma coisa: eu acho que aí entra uma questão política que a gente não pode deixar de tratar aqui nesse momento. A Lei de Cotas foi aprovada em 2012, e todos os problemas que foram relatados aqui... A gente não teve, desde o Governo Temer, um acompanhamento da política. Eu acho que um governo que assumiu em janeiro conseguir dar em nove meses uma resposta formal... Foram feitos os estudos, as consultorias. Nós já sentamos várias vezes com o MEC para discutir a recomposição do comitê de acompanhamento e avaliação, o que também não existiu. Então, acho que é um mérito muito grande dessa gestão e dos ministérios envolvidos nesse processo que a gente esteja muito empenhado nas suas preocupações, que são muito legítimas. Eu acho que a gente tem aí um conjunto, agora, de dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficiais, informações do Inep e de outros órgãos públicos, relacionados ao que é realmente esse processo da revisão, que eu acho que é realmente preocupante.

O trabalho que eu desenvolvi e o de diversos colegas acadêmicos são estudos acadêmicos – o senhor mesmo chamou a atenção para isso –, mas todos muito voltados, utilizando dados oficiais das universidades e dados oficiais do Governo brasileiro. Então, a gente tem... Embora a política, a lei tenha dez anos, nós temos vinte anos de muito estudo, de muita investigação e de muitas experiências bem-sucedidas, como o senhor realmente atentou.

Estudos internacionais, de outros países, para além dos Estados Unidos, que é sempre o país em que se mira para olhar essa questão, também implementaram políticas de ações afirmativas, e aí eu acho que é importante a gente chamar a atenção aqui para essas comparações internacionais. Elas têm muita dificuldade... Por exemplo, o caso americano, que o senhor citou. A Suprema Corte voltou... Lá, o processo seletivo é muito diferente, então você fala de usar o critério racial como um dos elementos com que você analisa o candidato para entrar na universidade. O que a Suprema Corte proibiu foi usar um desses critérios, mas outros critérios continuam funcionando, como pobreza, como outras condições sociais e outros elementos também que muitas das vezes sequer têm a ver com *performance* acadêmica. Então, é uma experiência muito diferente, e as universidades vão poder continuar olhando esse candidato e a aplicação dele – os candidatos apresentam uma candidatura –, e eles não vão poder utilizar esse critério, mas outros critérios socioeconômicos poderão ser usados, e não há uma proibição de criar diversidade na universidade.

Então, acho que esse é um ponto. Temos muitas experiências bem-sucedidas. O modelo de ação afirmativa que se construiu no Brasil é puramente brasileiro, não é? Ele não é cópia do modelo dos Estados Unidos, ele não é cópia do da África do Sul, ele não é cópia do da Índia, ele é um modelo nosso, com as características das nossas desigualdades.

E tem um fator que eu acho que a gente fala muito pouco, Senador, relacionado às ações afirmativas: essa política transformou a demanda de acesso ao ensino superior. Hoje, nós temos mais candidatos pobres, pretos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA – ... pardos e indígenas se candidatando às universidades. Eles têm hoje a universidade como um projeto de vida. Antes dessas políticas, nós não tínhamos, Senador. Se você pega estudos sobre estudantes de ensino médio, o que eles vislumbravam depois do ensino médio era o mercado de trabalho, era uma formação ou outra, uma qualificação profissional. As ações afirmativas mudaram a perspectiva do jovem brasileiro, e isso não tem preço. Isso muda a forma de você olhar para o seu futuro.

Eu acho que, às vezes, nesse debate, Senador, a gente fica muito preso a esses cálculos muito objetivos, a essa métrica do sucesso da política. A política mudou a maneira como os jovens pobres no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil olham para o seu futuro. Isso não pode ser menor na avaliação da política. Os jovens brasileiros nunca acreditaram, porque a nossa desigualdade nunca permitiu a esses jovens acreditar nesse potencial, acreditar que eles pudessem chegar a esse lugar.

Vários colegas aqui falaram – inclusive a pesquisa que eu coordenei no consórcio também chamou a atenção para isso – da pouca diferença de resultado de desempenho. A gente poderia se perguntar: então, por que precisamos de políticas? Porque o sistema educacional exclui. A gente precisa demonstrar que esse sistema não é mais um sistema excludente. Eu acho que esta é a mudança mais profunda: os nossos jovens, hoje, têm opção. E isso precisa ser mantido, isso precisa ser valorizado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, parabéns, Sra. Márcia Regina de Lima Silva, Secretária de Políticas e Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial.

A SRA. MÁRCIA REGINA DE LIMA SILVA (*Fora do microfone*.) – Só isso, Senador... Que nome grandão deram para minha função! É um trabalho simples... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem muito, muito por fazer.

Olha, eu queria agradecer a todos. Foram quatro horas de um bom debate, qualificado, em um alto nível, em que ficou claro para todos que nós aqui não estamos debatendo se cota deve ou não ser aprovada. E esse foi o eixo do debate, porque cota vai ter revisão de dez em dez anos. Assim diz a lei original, e isso é o que nós estamos fazendo. Nós não estamos debatendo aqui se cotas devem ou não devem... Digamos que não fosse votado este ano. As políticas de cotas vão vigorar como estavam. E tem algumas coisas que têm que ser aperfeiçoadas.

E aí eu vou me dirigir à senhora com o maior carinho e respeito que eu tenho para com a senhora. Eu quero cumprimentá-la pela defesa que fez aqui dos pardos, e fez uma defesa que o painel mostrou com muita clareza: a senhora botava "população mestiça" e, entre parênteses, "pardos". É exatamente isso que nós trabalhamos. E agora quem vai cuidar exatamente disso nesse projeto? O projeto de lei faz a atualização dos órgãos encarregados pelo acompanhamento da avaliação da Lei de Cotas: o Ministério da Educação e os ministérios de políticas de promoção da igualdade racial – o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério dos Povos Indígenas. Vai mais: ainda vai ter agora a Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Esses serão os responsáveis.

A senhora pode ficar tranquila mesmo, porque com essa fiscalização a sua preocupação está resolvida: os pardos estarão contemplados com a inovação. É por isso que a senhora tem que ser uma das primeiras... Quero ver a senhora no dia da votação, hein? No dia da votação a senhora tem que estar aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto conosco, fazendo campanha, porque, com essa nova redação, o seu povo, da senhora, que é presidenta do movimento, vai estar contemplado porque agora os pardos terão participação do Ministério dos Povos Indígenas e ainda da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Entendo que, com essa fala, que era a maior preocupação... Se eu não me engano, é o que está no substitutivo apresentado pelo Senador Plínio Valério, porque ele está preocupado com que os descendentes de indígenas com negros e brancos estejam também contemplados. E com essa redação dada aqui vão estar contemplados.

Quero que a senhora faça um apelo, inclusive... Vou fazer este último apelo a V. Sa.: peça para o nosso querido Senador, meu amigo querido, como é o Senador Girão, que retire esse substitutivo, porque não tem razão de ser, já que, com essa redação feita – e eu estou aqui garantindo, porque está escrito e há regulamentação, os ministérios podem também assegurar isso, porque estão aqui representados –, a questão está resolvida. Com isso, a matéria poderá ser votada até amanhã, de forma simbólica, e vai para a regulamentação com essa preocupação expressa pelo nosso querido Senador Plínio e também por V. Sa.

Com isso, cumpridos os motivos desta reunião, eu dou a nossa audiência pública de hoje por encerrada, e oxalá a gente vote a matéria no dia de amanhã. A proposta do Girão era para votar no mesmo dia.

Está encerrada a audiência pública...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Só um detalhe, Presidente: a pauta já saiu, e não está na pauta para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, eu estou sabendo. Eu vou fazer o apelo...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o pessoal quer fazer um apurado do que aconteceu aqui; alguns Senadores que não puderam vir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas é natural.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... alguns nomes pediram para fazer um relatório, e até amanhã não dá tempo de a gente conseguir trazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fiz esse apelo porque V. Exa. havia proposto lá na CDH – e eu cumpro acordo –, V. Exa. me disse – e não estou cobrando, estou apenas dizendo – que faríamos a audiência pública e votaríamos até no mesmo dia. Essa era a sua...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu disse que, por mim, não teria problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Votaríamos até no mesmo dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por mim, não teria problema, agora, pelo que eu soube dos colegas, eles querem um apurado dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É uma pena eles não estarem aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Infelizmente, porque se quisessem apurar, o melhor momento era este, com todos os convidados para responder todas as perguntas.

Eu me preparei hoje para ficar aqui, se necessário fosse, até 10h, 11h, meia-noite. Na Constituinte eu ficava, e hoje eu ficaria também.

Eu só espero que não se atrase a votação. É fundamental para que ela possa ser regulamentada pelo Ministério da Educação.

Muito obrigado a todos.

Parabéns a todos que ficaram aqui, heroicamente, até o último minuto.

Está encerrada a audiência.

(*Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e um minuto do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Omar Aziz, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Zenaide Maia, Paulo Paim, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Lucas Barreto, Wilder Morais e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2721, de 2023,** que: "Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria da(s) Emenda(s):** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2903, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 501, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas n° 1-CCJ e n° 2-CCJ (ambas de redação). **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 29, de 2023,** que: "Requer realização de Audiência Pública para instruir o PL 2903/2023." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 30, de 2023,** que: "Requer realização de audiência pública para debater o marco temporal - PL 2903/23". **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Rejeitado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 3 da pauta.

Cumprimento todos os colegas Senadores e Senadoras e os que nos acompanham nesta sessão da CCJ.

Agradeço a presença às Sras. e aos Srs. Deputados e aos que nos acompanham na sala da CCJ. Muito obrigado pela presença.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2721, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN.

O projeto é de autoria do Deputado André Figueiredo, do PDT, do Ceará.

Há emenda de autoria do Senador Izalci.

A Relatora é a Senadora Dorinha Seabra. A Senadora Dorinha solicitou a esta Presidência a retirada de pauta deste projeto em razão de não poder estar presente no dia de hoje.

Então, fica retirado de pauta o item 1.

Do item 2, eu sou o Relator. Na condição de Relator, convido o Senador Weverton para presidir os trabalhos neste momento, para que eu possa fazer a leitura do parecer.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Vou só fazer o chamamento do item da pauta. Aí eu já passo a V. Exa.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2903, DE 2023

- Não terminativo -

Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;

- Recebidas as Emendas nºs 11 a 16, de autoria da Senadora Augusta Brito; Emenda nº 17, de autoria do Senador Carlos Viana; Emendas nºs 18 a 32, de autoria do Senador Fabiano Contarato; Emendas nºs 33 a 45 de autoria do Senador Alessandro Vieira; Emendas nºs 46 a 48 de autoria do Senador Humberto Costa. (todas dependendo de relatório).

A autoria é do Deputado Federal Homero Pereira, do PL, do Mato Grosso.

Antes de conceder a palavra ao Relator, pela ordem, eu concedo a palavra a V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, formulo esta presente questão de ordem com base nos arts. 403 e 108, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A pauta da presente reunião deliberativa foi disponibilizada no dia de ontem, às 8h22 da manhã, portanto, com 25 horas de antecedência ao horário marcado para a reunião, quando a gente sabe que aqui diz que são dois dias. Ocorre que o art. 108 do Regimento Interno estabelece que a pauta dos trabalhos das Comissões será disponibilizada em meio eletrônico no Portal do Senado Federal com antecedência mínima de dois dias úteis.

Dessa forma, Presidente, considerando o desrespeito ao Regimento, requeiro que seja adiada a presente reunião, remarcando-a para data que cumpra o art. 108 do Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senadora Zenaide, eu ouvi a sua questão de ordem. O art. 108 é claro, como V. Exa. leu. Não foi desrespeitado o Regimento da Casa, porque lá ele é bem claro: "salvo" – salvo! – "em caso de urgência". E é o caso. O chamamento foi... A reunião foi chamada de forma extraordinária. Então, a sua questão de ordem, Senadora Zenaide, está indeferida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Mas eu podia falar aqui sobre a convocação extraordinária no âmbito...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu queria, como Presidente, fazer a minha questão de ordem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Vamos aqui por partes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que o tema é um tema muito sensível e que vai, claro, de todas as partes, de quem é a favor e de quem é contra, ser feito o máximo do exercício possível, dentro aqui da regra do jogo, da nossa norma legislativa, do trabalho ou para protelar ou para avançar.

Eu compreendo o que V. Exa. vai tentar fazer nesta sessão. Quero que V. Exa. compreenda o meu papel, neste momento, de ajudar a conduzir a pauta, mas é importante que, no diálogo que nós vamos tentar aqui construir com o Relator, a gente possa ter o tempo que nós achamos necessário, que os Senadores acham necessário, para amadurecer e poder avançar ainda mais na construção de um possível acordo para a construção desse projeto.

Então, eu queria pedir aos colegas Senadores que as suas questões de ordem ou intervenções pela ordem fossem realmente atinentes à questão do encaminhamento do item da pauta que está lido. Mas, quanto à questão do chamamento da reunião, este foi feito dentro do Regimento e essa questão já está resolvida pela Mesa. Assim, eu queria pedir que os colegas Senadores pudessem me ajudar aqui na condução da reunião. Eu ainda tenho o meu apelo aqui também para fazer ao Relator, mas isso vai ser aqui no decorrer do processo que nós iremos encaminhar.

Então, eu já fiz a leitura do chamamento aqui da reunião.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Marcos Rogério para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Weverton Rocha, agradeço a V. Exa. pela condução dos trabalhos e por nos oportunizar fazer a leitura do nosso relatório, no dia de hoje, de uma matéria que é fundamental para o Brasil, para todos os brasileiros – uma matéria fundamental para todos os brasileiros. E eu quero agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras que compõem a CCJ e que estão aqui, no dia de hoje, para acompanhar a leitura do nosso voto.

Eu vou procurar ser o mais sucinto possível, indo direto à manifestação de voto e, na sequência, manifestando-me também sobre o conjunto de emendas que foram apresentadas, inclusive, emendas foram apresentadas até o dia de hoje.

Digo inicialmente, Sr. Presidente, que, desde o dia em que recebi a incumbência de relatar essa matéria, meu gabinete esteve aberto para receber e dialogar com todos aqueles que tinham interesse nesse assunto. A todos que quiseram dialogar com o Relator dessa matéria, houve espaço para o diálogo, obviamente que dentro dos limites que nós temos de atuação neste momento e em razão da quadra que vivemos também neste momento. Mas, até o momento da votação final deste projeto, aqui nesta CCJ e lá no Plenário do Senado Federal, da minha parte, eu continuo aberto a dialogar.

Muitos pontos que me foram apresentados, inclusive pelo Ministério que representa o povo indígena, eu ouvi, colhi as sugestões, dialoguei com outros colegas que estão estudando esta matéria, dialoguei com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, e vou continuar dialogando até o momento em que esta matéria for votada no Plenário do Senado Federal.

Não estou anunciando, neste momento, nenhum entendimento, mas o diálogo é justamente em torno disto, de buscar o entendimento que atenda os dois principais grupos de interesse desta matéria.

Da minha parte, todo o esforço será feito para a gente tentar construir o entendimento, repito, dentro dos limites que nós temos, mas fazendo uso dos instrumentos de que dispomos dentro do chamado devido processo legislativo, que não se exaure no âmbito da atuação deste Senado Federal. O devido processo legislativo vai se exaurir com o ato sancionatório do projeto de lei. Então, há um caminho pela frente.

Estou fazendo estas breves ponderações em razão das conversas que tivemos ao longo da instrução desta matéria, que nos permitiram chegar a este dia com o relatório a ser apresentado.

Passo ao voto.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição, à luz do Regimento Interno do Senado Federal, e também sobre mérito esta matéria.

Inicialmente, ressalte-se que o legislador não é constitucionalmente obrigado a adotar os mesmos entendimentos do Supremo Tribunal Federal, já que o efeito vinculante (art. 102, §2º, da Constituição Federal) não é oponível às atividades legislativas em sentido estrito. Apesar disso, não obstante inexista, numa democracia, "última palavra" sobre tema algum, é relevante reconhecer que o projeto de lei em análise praticamente apenas positiva, explicita em lei o entendimento adotado pelo Supremo Tribunal Federal nos paradigmáticos julgamentos do caso Raposa Serra do Sol (Petição nº 3.388/RR e seus embargos de declaração). Esse elemento é relevante para excluir qualquer alegação de que o chamado marco temporal seria inconstitucional ou estaria em desacordo com o art. 231 da Constituição Federal, já que a própria Corte Suprema encampou tal interpretação (ainda que possa, eventualmente, alterar sua jurisprudência). Ou, nas palavras do Relator dos embargos de declaração na Petição nº 3.388/RR, que passo a citar: "[...] tendo a Corte enunciado a sua compreensão acerca da matéria, a partir da interpretação do sistema constitucional, é apenas natural que esse pronunciamento sirva de diretriz relevante para as autoridades estatais – não apenas do Poder Judiciário – que venham a enfrentar novamente as mesmas questões. [...] Isto é: embora não tenha efeitos vinculantes em sentido formal, o acórdão embargado ostenta a força moral e persuasiva de uma decisão da mais alta corte do país, do que decorre um elevado ônus argumentativo nos casos em que se cogite de superação das suas razões" [fecho aspas].

Na verdade, como registrou o Ministro Gilmar Mendes, em votos proferidos após esse julgado, várias das condicionantes fincadas pelo tribunal nem sequer aplicavam-se a Raposa Serra do Sol, o que evidenciaria ter a Corte tratado de fixar padrões interpretativos que, embora não oficialmente dotados de efeitos vinculantes, devem ser levados em conta na análise de casos futuros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, portanto, a adoção da tese do chamado marco temporal é constitucionalmente compatível com o art. 231 da Carta da República, tanto por positivar o entendimento do STF sobre o tema quanto por uma interpretação histórica e sistêmica do texto constitucional.

Com efeito, há discussão, contudo, sobre o momento de verificação dessa ocupação tradicional, se apenas quando da promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988 (tese do marco temporal, baseada na teoria do fato indígena e adotada pelo projeto de lei); ou se a qualquer momento, antes ou depois da entrada em vigor da Constituição (tese do indigenato). De toda forma, a proteção não abrange os aldeamentos extintos, que um dia foram terras indígenas. Justamente por isso foi editada a Súmula 650 do STF, deixando clara a "impossibilidade de se reconhecer como bens da União os imóveis urbanos usucapiendos que, num passado longínquo, integraram áreas de antigos aldeamentos indígenas" (Proposta de Súmula Vinculante nº 32).

De forma extremamente didática, o Relator original da Petição 3.388, Ministro Ayres Britto, explicou que:

> [...] o marco temporal da ocupação.
> Aqui é preciso ver que a nossa Lei Maior trabalhou com data certa, a data da promulgação dela própria, 5 de outubro de 1988, como um insubstituível referencial para o reconhecimento aos índios dos "direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Terras que tradicionalmente ocupam, atente-se, e não aquelas que venham a ocupar, tampouco as terras já ocupadas em outras épocas, mas sem continuidade suficiente para alcançar o marco objetivo do dia 5 de outubro de 1988, marco objetivo que reflete o decidido propósito constitucional de colocar uma pá de cal nas intermináveis discussões sobre qualquer outra referência temporal de ocupação de área indígena, mesmo que essa referência estivesse grafada em Constituição anterior. É exprimir: a data de verificação do fato em si da ocupação fundiária é o dia 5 de outubro de 1988, e nenhum outro.
> Com o que se evita, a um só tempo: a) a fraude da subitânea proliferação de aldeias, inclusive mediante o recrutamento de índios de outras regiões do Brasil, quando não de outros países vizinhos, sob o único propósito de artificializar a expansão dos lindes da demarcação; b) a violência da expulsão de índios para descaracterizar a tradicionalidade da posse das suas terras, à data da vigente Constituição. Numa palavra, o entrar em vigor da nova lei fundamental brasileira é a chapa radiográfica da questão indígena nesse delicado tema da ocupação das terras a demarcar pela União para a posse permanente e usufruto exclusivo dessa ou daquela etnia aborígine. Exclusivo uso e fruição (usufruto é isso, conforme Pontes de Miranda) quanto às "riquezas do solo, dos rios e dos lagos" existentes na área objeto de precisa demarcação (§2º, do art. 231, da Constituição), devido a que "os recursos minerais, inclusive os do subsolo", já fazem parte de uma outra categoria de "bens da União" (inciso IX, do art. 20, CF) [também, da Carta da República].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fecho a leitura de parte da decisão do então Relator da matéria, no Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto.

Digo eu, durante a Constituinte, a tese chegou a ser prevista explicitamente no art. 108 do Anteprojeto da Comissão de Ordem Social (Fase H): "A União demarcará as terras ocupadas pelos índios, ainda não demarcadas, devendo o processo estar concluído no prazo de 5 (cinco) anos, contados da promulgação desta Constituição". Chegava-se mesmo a estipular a porcentagem de terras demarcadas a cada ano (25% do total), o que obviamente pressupõe que exista um total de terras indígenas ocupadas naquele momento, existia naquele momento, da promulgação da Constituição. O primeiro dispositivo citado foi mantido no Anteprojeto da Comissão de Sistematização (Fase I, art. 498) e praticamente em todas as fases seguintes, resultando no atual art. 67 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o qual dispõe: "A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição". Se "concluirá" é porque foram consideradas as ocupações até a data em que o art. 67 do ADCT entrou em vigor.

Cito:

> a partir da análise de todo o processo de debates na Constituinte, e com base no texto positivado, parece claro que não se previu a demarcação de terras indígenas como um processo constantemente renovado no tempo, mas como algo sujeito a conclusão, a término, a termo.
> [...] quando dos debates na Constituinte, não havia expectativa de ampliação das terras indígenas, mas de demarcação daquelas já ocupadas naquele momento, o que parece ser reforçado pelo texto do art. 67 do ADCT e também pelo art. 68 do mesmo dispositivo (este, tratando das terras dos quilombolas).

Citação de publicação.

Vale lembrar, a propósito, que o próprio projeto de lei excepciona da questão do marco temporal as terras que só não estavam ocupadas em 1988 por conta de renitente esbulho praticado contra comunidades indígenas, de maneira que cai por terra a ilegítima acusação de que se estaria buscando aqui legitimar ou acobertar qualquer tipo de violência contra a população indígena.

Estabelecida a constitucionalidade da chamada tese do marco temporal, vale analisar também a compatibilidade formal e material com a Constituição de outros dispositivos que geraram ou podem gerar discussão.

Assim, o próprio art. 4º, que define como terras indígenas aquelas que preencham simultaneamente os requisitos constitucionais de habitação permanente, utilização para atividades produtivas, imprescindibilidade para a preservação dos recursos e necessidade para a reprodução física e cultural, é compatível com a doutrina de José Afonso da Silva, conhecido constitucionalista do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mesmo sentido, o art. 5º do projeto de lei é constitucional ao assegurar a participação dos entes federativos no processo de demarcação (condicionante "t" definida pelo STF na Petição nº 3.388). Embora as terras indígenas sejam de propriedade da União, sua demarcação pode afetar decisivamente o território de estados e até a sede de municípios; logo, a participação desses entes no processo decorre até mesmo do princípio constitucional implícito da conduta amistosa federativa. O STF, aliás, já reconheceu essa possibilidade, assim como a necessidade de resguardar a ampla defesa e o contraditório no processo de demarcação, o que é também assegurado no art. 6º do projeto de lei.

Da mesma forma, o art. 9º, que assegura proteção aos ocupantes de boa-fé, vem a concretizar o princípio constitucional da segurança jurídica (art. 5º, *caput* e inciso XXXVI, da Constituição Federal). Não se pode tolerar os verdadeiros atos de terrorismo psicológico a que muitas vezes estão submetidas famílias de fazendeiros que ocupam terras há décadas e que se veem ameaçadas por processos de demarcação que, a partir de seu início, já tolhem inclusive a subsistência desses núcleos familiares. Nesse sentido, anda bem o *caput* do art. 9º do PL, ao vedar qualquer limitação ao uso e gozo das posses da terra até a conclusão do processo demarcatório, assegurada ainda a indenização pelas benfeitorias de boa-fé, tudo nos termos do art. 231, §6º, da Constituição Federal.

Por outro lado, o art. 13, que veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas, apenas repete a condicionante "r", fixada pelo STF no julgamento da Petição nº 3.388. Afinal, se a demarcação tem caráter declaratório, conforme reconhecido de forma unânime pela doutrina, não faz sentido ampliar a demarcação depois de efetivada ou, nas palavras de Robério Nunes dos Anjos Filho, "a função da demarcação é de natureza prática, tornando claros os limites da terra indígena tradicional, possuindo índole meramente declaratória".

Quanto aos dispositivos que tratam da gestão das terras tradicionalmente ocupadas (arts. 19 a 24), verifica-se que eles apenas positivam as condicionantes "e" a "n" adotadas pelo STF na Petição nº 3.388 – além de estabelecerem uma razoável ponderação entre a necessidade de preservação da terra e da cultura indígenas, de um lado, e questões de segurança nacional, liberdade de locomoção e prestação de serviços públicos, de outra parte.

Em relação ao art. 26, que trata da cooperação com não indígenas, vale lembrar que a exploração econômica das terras indígenas por não índios (respeitada a vontade e a autonomia das comunidades indígenas) deriva da própria autonomia que é conferida a essas comunidades; da Convenção nº 169 da OIT; e do próprio julgado do STF na Petição nº 3.388, quando se reconhece a necessidade de um "modelo de ocupação que tanto preserva a identidade de cada etnia quanto sua abertura para um relacionamento de mútuo proveito com outras etnias indígenas e grupamentos de não-índios".

Finalmente, quanto ao art. 27, que permite o turismo em terras indígenas, trata-se de algo defendido também pela doutrina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à juridicidade, é inegável o caráter inovador da legislação aqui tratada, assim como sua generalidade e abstração. Quanto à regimentalidade, foram seguidas todas as normas do Regimento Interno do Senado Federal atinentes ao tema, inclusive com respeito absoluto à competência desta Comissão de Constituição e Justiça para pronunciar-se sobre o mérito da proposição, por tratar de bens da União (art. 101, II, "m"). Finalmente, quanto à técnica legislativa, a proposição segue fielmente os ditames da Lei Complementar nº 95/98.

Com relação ao mérito, aliás, nosso voto só pode ser favorável à proposição. Com sua aprovação, finalmente o Congresso Nacional trará segurança e paz às populações indígenas e não indígenas, especialmente do campo. Não se pode aceitar que, 35 anos após a entrada em vigor da Constituição, ainda haja celeuma sobre a qualificação de determinada terra como indígena, gerando riscos à subsistência e à incolumidade física de famílias inteiras.

O Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, equilibra bem – e qualquer um que o analisar de forma despida de preconceitos e ideologia o verificará – a necessidade de proteção das terras indígenas com a modernização de sua gestão pelas próprias comunidades, com justiça para aqueles que eventualmente as ocupam de boa-fé ou por erro do próprio estado.

Vale lembrar, a propósito, que o Brasil foi inclusive condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso "Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil" (sentença de 5 de fevereiro de 2018), justamente por omissão em adotar regras para resolver, de uma vez por todas, o conflito entre indígenas e não indígenas, inclusive em relação a questões de desocupação das terras. O projeto de lei, ao estabelecer a justa indenização aos ocupantes de boa-fé, equilibra bem os temas em jogo, oferecendo uma porta de saída para esse conflito há tanto tempo desenhado.

Nesse sentido, reiteramos nossa manifestação, quanto ao mérito, convergente ao parecer aprovado na CRA, integralmente favorável à matéria. Aliás, conforme analisado por aquela Comissão ao rejeitar as dez emendas lá apresentadas, trata-se de propostas que viriam a esvaziar a proposição, inclusive retirando-lhe a essência – a tese do marco temporal –, no que poderiam até mesmo ser consideradas antirregimentais, já que o inciso II do art. 230 do Regimento Interno do Senado Federal veda emendas "em sentido contrário à proposição".

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 2.903, de 2023, e, no mérito, por sua aprovação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu estou com seis inscritos aqui. Vou começar a discussão, óbvio...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Mas eu tenho um pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senadora Eliziane Gama, pela ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria cumprimentar o senhor, cumprimentar o Relator Marcos Rogério e fazer um pedido tanto ao senhor quanto ao Relator acerca de requerimentos.

Tem um requerimento da minha autoria e um requerimento de autoria também da Augusta Brito que pedem realização de audiência pública, Presidente, acerca desse projeto – e também do Senador Alessandro Vieira. E a nossa solicitação desta audiência pública se dá, sobretudo, porque nós temos um projeto de um impacto gigante, eu diria, não apenas para o Brasil, mas impacto internacional, dada a magnitude e, sobretudo, os debates que se antecedem em relação ao marco temporal. E há uma necessidade premente disso.

Nesta Casa, nós temos algumas Comissões, dentre elas, a Comissão de Direitos Humanos, que, pelo Regimento desta Casa, é uma Comissão que trata das questões relativas aos povos indígenas. Veja, nós temos um projeto, na verdade, cujo resultado da votação impactará exclusivamente os povos indígenas do Brasil. O tema é atinente aos povos indígenas, e a Comissão desta área específica sequer foi aberta para fazer uma avaliação dessa proposta.

Já que esta Comissão não é, digamos assim, o espaço para pedir que o projeto vá à Comissão de Direitos Humanos – é uma decisão do Plenário do Senado Federal –, eu pediria que esta Comissão fizesse uma audiência pública.

Nós estamos... Inclusive, serão retomados o debate e a votação no Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade. Fatalmente, de uma forma muito clara, pela votação que nós temos até o presente momento, quatro votos a dois, nós teremos a derrubada do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal, ou seja, uma lei poderá ser aprovada nesta Casa, mas não há dúvida nenhuma de que ela não vai vigorar, porque a ação direta de inconstitucionalidade será impetrada, sem nenhuma dúvida, pelos órgãos que trabalham a questão ambiental brasileira, ou seja, nós poderemos estar votando um projeto que vai cair por vício de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. E esta Casa sequer o tramitou nas Comissões atinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça, que trata da constitucionalidade, precisa minimamente abrir um debate para uma audiência pública.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu quero só finalizar, Presidente.

Neste momento, o Presidente Lula está na ONU. Fez um debate inicial de 15 minutos. Dos 15 minutos, quatro minutos foram para a política ambiental. Estão lá o Presidente da Câmara dos Deputados, Lira, e o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, ambos acompanhando o debate e aplaudindo o debate.

E neste momento, com o quórum baixo nesta Casa, nós estamos na ordem do dia com o marco temporal. Veja que há uma série, na verdade, de contradições e claramente uma decisão que trará prejuízos, eu diria... nem diria, apenas em relação aos povos indígenas, porque eu não tenho dúvida nenhuma que essa lei não vai vigorar, porque ela cairá no Supremo Tribunal Federal. Mas é um gesto muito ruim do Congresso Nacional, é um gesto muito ruim desta Casa, desta Comissão, que é uma Comissão que trata de constitucionalidade.

O Supremo Tribunal Federal tem uma missão fundamental, aliás, a sua missão primeira, que é exatamente tratar sobre a constitucionalidade que vai cair lá.

Então, Presidente, eu quero pedir, fazer um apelo à V. Exa. e um apelo ao Relator desta Comissão. Senão, seguiremos para um pedido de vista, que já quero deixar, inclusive, consignado, mas que o requerimento da Senadora Augusta Brito, que o requerimento do Senador Alessandro Vieira, que é um profundo conhecedor constitucional, pela carreira que ele tem nessa área jurídica, e também o requerimento de nossa autoria fossem atendidos realizando minimamente essa audiência pública nesta Comissão de Constituição e Justiça. Senão, já quero deixar aqui consignado o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A primeira inscrita é a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, mais uma vez, pela ordem, só para eu entender, já é... não é debate do relatório não?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – É a discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, eu pedi vista, Presidente. Vista suspende a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Então, eu vou fazer o seguinte, Senadora Eliziane, é porque eu ia tentar fazer... eu ia, não, vamos fazer aqui um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhamento, mas eu ia fazer aqui com o Relator no meio do debate ou no final, para tentar aqui ver se os argumentos que vão ser colocados podem ajudar aqui a evolução desse debate.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu até acho que eles podem falar pela ordem, mas não para discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Então, está dada a vista coletiva, pedido da Senadora Eliziane, eu também peço e, com certeza, que a maioria vai pedir. Então, está dada vista coletiva.

O que eu gostaria de encaminhar para nós podermos aqui maturar o máximo possível? Nós temos aqui a lista de inscritos; nós poderíamos ouvir aqui a opinião dos colegas Senadores, que é um assunto que interessa a toda a sociedade. De já, eu tenho aqui, Relator, Senador Marcos Rogério, o requerimento da Senadora Augusta Brito – ele é subscrito pelo Senador Rogério Carvalho, pelo Senador Humberto Costa, por mim – e outro requerimento do Senador Alessandro Vieira. Ainda não chegou na mesa o da Senadora Eliziane, mas subscrito também, sem problema nenhum.

Todos aqui estão pedindo, pediram audiência pública. Nós compreendemos que um relator, quando pede pauta do projeto, ele já tem a convicção dele, já instruiu a matéria e ele já está convicto em fazer esse debate no local legítimo, que é dentro da sua Comissão. Então, respeito.

Agora, ontem mesmo conversei com S. Exa., que está convencido de que o relatório já está maduro para ser debatido e para ser apreciado e votado e que não precisaria ou não concordaria com a audiência pública.

Eu queria aqui fazer uma sugestão, não prejudicando o debate de hoje. Está dada a vista coletiva para a próxima quarta-feira, para continuarmos a discussão e votarmos a matéria, mas isso não impede... E aí eu queria, mais uma vez, fazer esse apelo à V. Exa., para que nós realizássemos uma audiência pública na próxima terça-feira, às 14 horas, e aí, em vez de... a gente juntaria todos os requerimentos aqui. Os que são contra o projeto indicariam três participantes, o Relator indicaria mais três...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... e os Senadores participariam dessa audiência pública, às 14 horas, na terça-feira.

Daí se evolui, porque, o que vai acontecer? Eu sempre acredito que alguma coisa se tira de uma audiência pública. Vai se suprimir alguma vírgula, um texto, incluir ou melhorar. Aqui é o local para se fazer o amadurecimento desse projeto. Caso não seja feito aqui, nós ainda temos outra instância, que é o Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui crer que seja a última instância. Por quê? Porque é o fruto de um debate desta Casa. Incomoda-me muito, mesmo eu tendo aqui a minha posição, e tenho aqui várias críticas... Inclusive, estou deixando aqui, na mão de V. Exa. – eu não vou me inscrever, porque eu estou presidindo –, oito pontos que eu acho que poderiam ter sido melhorados, discutidos, ou que são prejudiciais, mas isso é fruto do nosso debate.

Essa coisa de dizer: "Aqui eu não ganho; já vou para o Supremo". A gente vive reclamando do Supremo, e aí, na hora em que não dá certo, a gente já está falando dele. É muito difícil. Eu acho que nós teríamos que tentar vencer todas essas possibilidades de se amadurecer, de se evoluir, de se melhorar aqui, porque é aqui que se decide; não é no Supremo. O Supremo só tem que guardar isto aqui, a nossa Constituição, apenas isso. Não é deliberar se fizemos certo ou errado. Se fizermos certo na prática legislativa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... isto aqui está resolvido, não tem que se levar para lá o nosso debate.

Então, se V. Exa. concordar com esse encaminhamento, a gente já deixa aprovado aqui o pedido de audiência pública para terça-feira, V. Exa. indica três nomes para discutir o projeto. Os requerentes indicam três...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ele vai ser votado, mas é bom a gente ter a orientação do Relator, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu queria ter a oportunidade de dizer que eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não, mas o senhor terá essa oportunidade, sem dúvida nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente... Eu queria dar uma sugestão só de data, Presidente. Deixa-me...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem aqui, só para ajudar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pela ordem também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – A terça-feira, Presidente, da audiência pública, é um dia... Eu sei que todo dia aqui tem muita atividade, mas, por exemplo, uma parte dos membros desta Comissão, da CCJ, integra a CPMI; dia de terça-feira nós temos um dia intenso de oitiva. Eu queria pedir à V. Exa. que colocasse audiência para quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Nós temos um problema real de data.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o objetivo não é a audiência; é apenas postergar.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Nós temos um problema real de data.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu acho que tudo tem seu limite, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Segunda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A senhora pode propor para domingo, para segunda. Agora, ao propor para quarta-feira, a senhora está avançando sobre a linha vermelha...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Não, na segunda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... no mau sentido da palavra, não no sentido bom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Não, segunda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu acho que...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela Liderança.) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... até aqui, o Presidente se houve bem. Cabe ao Plenário debater, decidir se vai fazer audiência pública ou não, mas os méritos já foram colocados. Agora, falar sobre o projeto, como a senhora falou, insinua que eu também vá falar sobre o projeto, e nós vamos discutir hoje – não é o caso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Certo, perfeito. Perfeito. É isso mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, vamos discutir se se faz audiência pública, se não se faz audiência pública e o dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se nós vamos falar que o projeto vai rodar no Supremo, vai passar, isso eu acho que nós devemos evitar.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu queria, Senador Esperidião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ingressar no mérito agora não é bom. Está concordado que vai haver o pedido de vista. O pedido de vista já está deferido?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Já está dado o pedido de vista.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É unânime, todos nós pedimos vista.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A Senadora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Trata-se de discutir apenas a realização da audiência pública e a data.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tem a lista de inscritos? A lista de inscritos não está sendo respeitada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O Senador Zequinha Marinho e a Senadora Zenaide estão pedindo aqui pela ordem, mas assim, eu queria...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Antes de abrir o encaminhamento, a discussão, eu queria que nós deliberássemos sobre a questão da audiência pública.

Eu consultei aqui a Mesa. A data disponível que nós temos é às 14h de terça-feira – a disponível. Está lotada: temos reforma tributária, temos aqui o crime de responsabilidade, amanhã mesmo nós temos, pela manhã, às 10h, a audiência pública do crime de responsabilidade, que é a Lei do Impeachment. Está lotado. Então, terça-feira, às 14h.

Senadora Zenaide, e o Senador Zequinha.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Presidente, eu queria aqui parabenizar o senhor, como Presidente, e o Relator, porque, por exemplo, permitir que um assunto desse... Porque eu tenho minha opinião. Por exemplo, eu concordo com a Senadora Eliziane: os indígenas não vão ter ganho aí, porque a gente vê o marco temporal e outras coisas, mas seria desmerecer a Comissão de Constituição e Justiça a gente votar a projeto desse, que tem uma conotação nacional e até internacional, sem audiência pública – audiência.

Por isso é que eu estou parabenizando. A gente precisa discutir até por respeito à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Zequinha, V. Exa. ainda, pela ordem? Ou posso já encaminhar aqui a questão da audiência pública?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pela ordem!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Isto é uma questão de ordem: se vai discutir só a audiência, tem que respeitar a lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A lista vai ser para o debate do...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas a matéria não vai ser debatida no mérito. Já vai ter a vista.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não, não, nós combinamos assim: a vista já está dada. Nós combinamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu queria saber – e a gente já poderia deliberar – se o Plenário concorda com a audiência pública na terça-feira...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, não!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, coloque em votação!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não, Presidente, vamos ter que votar isso!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Coloque a audiência pública... Ou então, por sugestão ao senhor e aos demais Parlamentares, que nós levemos essa audiência pública já para o Plenário, depois da votação na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Mas entendam: uma coisa não vai atrapalhar a outra. Já está dada a vista coletiva.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Mas aí, Senador, nós tivemos a CRA, fizemos audiência. É um desrespeito à CRA ignorar audiência pública que foi feita na CRA com a presença de todos os envolvidos nesse projeto, com oitiva dos direitos e interesses. E aqui nós estamos simplesmente dizendo que o que foi feito na CRA não vale nada?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E aquela discussão que era aberta a todos os Parlamentares não valeu nada?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Moro...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A Presidência gostaria só de fazer aqui o seguinte encaminhamento.

Senador Moro, cada Comissão é independente. E queria lhe dizer que não são oitivas: nós ouvimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, aqui as sugestões, os encaminhamentos, as deliberações, o que você vai construir para poder melhorar o texto... Por isso é que são Comissões: uma vai revisando a outra e vai evoluindo. Então, não se trata do que aconteceu na outra Comissão.

O que eu quero aqui só passar para o Senador Seif e depois ao Senador Magno e ao Senador Omar...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Só um minutinho, Senador Mecias.

É dizer aos senhores o seguinte: está dada a vista coletiva. Será na próxima quarta-feira a votação da deliberação do tema. Se na terça-feira nós vamos ter audiência pública, não vai atrapalhar em nada, pelo contrário.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vai, vai atrapalhar, sim, vai atrapalhar muito. Uma semana para o Governo é muito para ele pressionar. Uma semana para colocar e para pressionar aqui é muito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Mas ele vai ter uma semana, de todo jeito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aqui é uma Casa política.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Já tem uma semana, Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Coloque em votação a audiência.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, pela ordem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Pela ordem!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Como todos querem pela ordem...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – A minha é questão de ordem, é de fato uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Então, eu vou ter que pedir o artigo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A minha também, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não, não. Aí eu vou ter que pedir o artigo, e eu sei que não vai ser.

Então, vamos fazer o seguinte. Eu vou abrir aqui uma votação nominal do requerimento. Quem é a favor da audiência pública para a próxima terça-feira vai votar "sim".

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Quem é contra vai votar "não". E vamos deliberar. Fica mais fácil.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Pronto!

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – E vamos abrir aos partidos para encaminharem a orientação.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, durante a votação o senhor não pode abrir para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pode. Claro, claro. V. Exa. tem todo o direito de falar...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Pode, pode encaminhar.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu solicitei pela ordem, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Todos vão ter pela ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, eu só falo quando V. Exa. autorizar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Mecias. Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é exatamente para falar o que os colegas falaram aqui: a Comissão a que caberia fazer audiência pública já o fez, que foi a CRA. A Comissão de Constituição e Justiça, em que pese ser uma Comissão independente, logicamente, analisa mérito, a constitucionalidade. Nós não podemos transformar a Comissão de Constituição e Justiça num debate desnecessário quando esse debate já foi feito lá, na Comissão afim, que foi a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Portanto, seria necessário que todos aqui – para usar um termo utilizado aqui pelo eminente Relator, Senador Marcos Rogério –, que a gente se despisse das vaidades e das ideologias para poder discutir mérito de matérias.

O marco temporal está aqui, no Senado Federal, há muito tempo. Não há como alguém dizer que não teve tempo para discutir, para ouvir.

Vou finalizar, Presidente, cumprimentando V. Exa. pela condução eficaz.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Meu quarto Senador maranhense...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... desta Comissão e dizer que é desnecessária uma audiência pública para debater mérito. Portanto...

Pois não.

Vamos à votação.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Meu quarto Senador maranhense...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Com prazer, com orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pelo carinho que eu tenho a V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem não sabe, o Senador Messias, a família dele é do Maranhão...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu nasci no Maranhão com muito orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ele nasceu no Maranhão; então, é o nosso quarto daqui da bancada, e nós temos que nos proteger.

Deixe-me dizer mais uma vez: só eu, sou Relator aqui de dois projetos que estão em plena audiência pública a pedido de quem é contra, e eu não tive problema nenhum com o fato de eles, instruídos, serem debatidos. Então, não é o caso. Não vamos tirar a autonomia das Comissões. É legítimo. A própria CCJ está fazendo as audiências públicas da reforma tributária. É uma maneira de você melhorar, de você ouvir e instruir. Não vai atrapalhar, mas é opinião. E quem vai deliberar é o Plenário, que é soberano.

Portanto, está aberta a votação.

Quem é a favor da audiência pública terça-feira – quarta-feira vai ser votado o projeto – vai votar "sim", e quem é contra a audiência pública na terça-feira vai votar "não".

Enquanto isso, eu vou continuar ouvindo aqui a orientação dos partidos.

O próximo com a palavra é o Senador...

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Quero encaminhar pelo bloco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Já está aberto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Encaminhar pelo bloco.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Ah, tá.

O encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, cabe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Vou encaminhar pelo bloco, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, cabe orientação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Cabe, cabe, cabe.

Eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Acho que o painel já está aberto.

Já pode abrir o painel, tá?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... encaminhar pelo bloco Resistência Democrática, Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Sr. Presidente, pela Liderança do Governo, eu não posso encaminhar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pode sim.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Será que para falar aqui tem que gritar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – E pela Liderança da Bancada...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – E pela Liderança da Bancada Feminina.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não vai ter problema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Exatamente. V. Exa. pôde encaminhar duas vezes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Ah, tá. A Margareth está aqui.

Desculpe, Margareth.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A votação está aberta.

Eu tenho aqui o Bloco Parlamentar Democracia, União Brasil, MDB, Podemos, PDT e PSDB.

Quem vai encaminhar pelo União Brasil? (*Pausa.*)

Pelo MDB? (*Pausa.*)

Pelo União, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para encaminhar.) – Pelo União Brasil, com todo o respeito aos colegas que pediram a audiência pública, nós entendemos que essa matéria foi amplamente debatida no mérito na CRA, e a realização de nova audiência seria redundante.

Além disso, existe uma questão importante, que nós precisamos – e isso foi muito bem colocado pelo Presidente da sessão, pelo Senador Weverton – manter as prerrogativas do Parlamento. E, concomitantemente a esse debate aqui, no Parlamento, há um debate no Supremo Tribunal Federal. E nós não podemos aqui, com todo respeito àquela Suprema Corte, abrir mão da nossa prerrogativa de legislar. Senão, fechemos o Congresso de uma vez e vamos aguardar todas as decisões, todas as questões serão resolvidas pelo STF.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Como encaminha o União?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, existe uma questão de tempo envolvida e existe uma questão, que essa matéria vem sendo debatida exaustivamente há anos, já tendo sido feita a audiência pública lá na CRA.

Doutro lado, dos agricultores do Paraná, há uma necessidade de segurança jurídica. Como nós sabemos...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Como encaminha o União Brasil, Senador Sergio Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... as populações indígenas precisam, sim, de investimento, financiamento para se desenvolverem, e não necessariamente gerar insegurança jurídica aqui.

O encaminhamento da União Brasil é no sentido de "não" para a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – "Não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MDB, lembrando que o encaminhamento é um minuto. MDB, quem vai encaminhar pelo MDB? (*Pausa.*)

Podemos?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Podemos.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Podemos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Autorizado pelo nosso (*Fora do microfone.*)

Líder.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Zequinha Marinho, um minuto para encaminhar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para encaminhar.) – Autorizado pelo Líder Oriovisto, eu gostaria de fazer o encaminhamento dizendo que participamos efetivamente de um grande debate na CRA, onde se exauriu toda a possibilidade de, digamos assim, de um lado ou do outro, de entendimento sobre a matéria.

Sabemos que todo mundo tem seu direito de pensar diferente, mas, na minha concepção, na concepção do Podemos, é desnecessária mais uma audiência pública. Por isso votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Como encaminha o PDT? O PDT tem aqui só eu, não é? Então, eu encaminho "sim" à audiência pública.

PSDB, quem vai encaminhar pelo PSDB?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Plínio Valério.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Tá. E eu só posso votar em caso de empate.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para encaminhar.) – Para quem não sabe, Senador do Amazonas. E, neste momento, o Amazonas é vítima dessa política indigenista, dessa política financiada por estrangeiros que mandam no Ministério do Meio Ambiente, mandam no Incra, no Ibama e na Funai.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os pequenos agricultores estão sendo expulsos sobre uma suposta área indígena que vai ser demarcada. Estão ampliando a área indígena para impedir a exploração do potássio.

Então, é "não", porque isso é protelatório, isso é coisa do Governo, que quer vir para cá para tentar manipular. E é hora de votar.

E essa coisa, eu não vi nem na Câmara Municipal de Manaus, onde eu fui Vereador. Nem como Vereador de Manaus, eu tinha receio do Supremo. Nós fazíamos nossas leis porque era nossa obrigação, e o Supremo tinha que fazer a dele.

Portanto, se eu vier aqui para achar que a lei, que o Supremo vai derrubar, assim como o Moro, eu caio fora. Isto aqui é o Senado da República Federal do Brasil. Nós temos que ter tamanho de Senador, que não é menor que o Ministro do Supremo. Pelo contrário, nós temos aqui instrumento para frear esse desmando do Supremo, que causa essa insegurança jurídica.

Claro que "não" para a audiência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, nós estamos criando uma situação desnecessária. Eu lamento que a Senadora Eliziane não esteja aqui.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Está. Está ali.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que eu gostaria de dizer a ela é que o caso concreto... O Supremo está deliberando sobre um caso concreto, que terá repercussão geral na medida em que ele for cabível. O caso, por sinal, é de Santa Catarina. É de Ibirama, particularmente de José Boiteux, terra natal do nosso Senador Jaime Bagattoli. Mas, dificilmente, ele terá repercussão geral...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Nós estamos em...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... *in totum.*

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ah, mas é para esclarecer, porque foi colocada essa ameaça. Essa ameaça não tem essa dimensão.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Nós estamos em encaminhando de votação.

O Bloco Parlamentar Democracia já encaminhou.

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Rede. Quem vai encaminhar pela Rede? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo PT?

Senador Humberto Costa, um minuto para encaminhar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, é importante dizer para o que serve a audiência pública. Não é tão somente para a formação do juízo do Relator da matéria, mas dos Parlamentares.

Aqui, nós estamos em uma Comissão que é diferente da Comissão onde houve aquela primeira discussão e votação. Além do mais, essa questão é tão relevante que nós estamos, hoje, praticamente indo na contramão do que ao que nós assistimos, ontem, na Organização das Nações Unidas, no pronunciamento do Brasil, por intermédio do seu Presidente da República, que afirmou posições absolutamente claras em torno de temas como o meio ambiente, a preservação da nossa biodiversidade, a preservação da Floresta Amazônia e a defesa dos povos originários que, com essa proposição, terão, sem dúvida, não apenas uma definição do marco temporal...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Para encaminhar, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mas, também, a implicação de uma série de pontos que desrespeitam os direitos garantidos pela Constituição a esses povos.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Como encaminha o PT?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o PT encaminha o voto "sim" para a realização da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O PT encaminha "sim".

PSB. Quem vai encaminha pelo PSB? (*Pausa.*)

Pelo PSD. Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, veja bem, tem um município no Estado do Amazonas onde 90% são terras indígenas. A gente convive com essa questão há muito tempo, com aquilo que pode e não pode.

O relatório feito pelo Senador Marcos Rogério vai além do marco temporal. Tem alguns artigos... Esta Comissão é para discutir a constitucionalidade ou não constitucionalidade do projeto como um todo. Por isso é que é importante... Se tiver uma audiência pública, não é discutir o mérito, mas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade de algumas questões que estão aqui dentro e que vão além do marco temporal. Por isso a audiência pública. Eu sou favorável por essa questão, para que a gente não aprove aqui e, depois... O art. 20 e o art. 26 vão muito além do marco temporal.

Não é que eu seja, no mérito, contra. Eu vou discutir a constitucionalidade primeiro, depois vamos discutir a questão do mérito. Esta Comissão... Por isso, Senador Sergio Moro, quando o senhor diz que já teve uma audiência pública na CRA é uma coisa; aqui nós temos que trazer juristas para essa audiência pública, Senadora Eliziane, para que a gente discuta a constitucionalidade. É o papel da Comissão de Constituição e Justiça discutir a constitucionalidade...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Como encaminha o PSD?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ...do projeto.

O PSD encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para encaminhar.) – Eu queria cumprimentar o meu Líder, Omar. V. Exa. traz o X da questão. O debate nesta Comissão é constitucionalidade. E digo ainda mais, Senador Omar, essa votação, em tendo um resultado positivo, ao final de todo o processo, será inócua, não há dúvida nenhuma. Haverá ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal se até lá – e será – nós já não tivermos um resultado do Supremo Tribunal Federal para a inconstitucionalidade do marco temporal. Então, isso é um fato.

Agora, o que é nós temos aqui, com o devido respeito aos colegas? A posição do Senador Weverton é uma proposição no campo de um debate até daqueles que querem a votação, é razoável. Ele assegura a vista para a quarta-feira e pede uma audiência para a terça. Não trará nenhum prejuízo do ponto de vista de tempo para a votação na quarta-feira. Mesmo assim, os Parlamentares não querem debate!

Com todo respeito, chega a ser absurda essa decisão e há tentativa e o pedido da aprovação desta audiência pública, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, eu queria dizer que o Bloco faz encaminhamento favorável, porque debate é um dos princípios da legislação brasileira.

O processo legislativo se faz com diálogo, se faz com construção, indo ao limite em relação ao diálogo que ouvir as pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, eu respeitei um minuto. Eu cravei um minuto lá. Eu respeitei um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Encaminhamento favorável à audiência pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Bloco Vanguarda, PL, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu tinha pedido pela ordem antes, mas aí V. Exa. começou esse encaminhamento de um minuto. Mas eu quero dizer o seguinte: esta Comissão, da qual fiz parte ao longo da minha vida aqui... isso aqui não é Comissão de mérito; isso aqui é Comissão para decidir se é constitucional ou não – acabou.

E essa questão do marco temporal, qualquer cidadão, em qualquer esquina do Brasil sabe: é simplório. É um debate. O Brasil ficará do tamanho de um menor estado deste país, e o resto será entregue para ONGs internacionais. É meramente ideológico. Agora, você dizer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Bom, eu posso pensar o que eu quero, ou não? Ah, está bom.

Então, é o seguinte, dizer que fazer aqui vai cair no Supremo é dar mais corda para esse ativismo judicial que é velho e está vivendo um momento no Brasil que é o momento da "onzimetria". Então, nós votamos aqui e nós mesmos nos rebaixamos. Então, por que Senado? Para que perder tempo, energia? Para que fazer debate? E a gente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Como encaminha o PL, Senador Magno Malta?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Vai encaminhar "não", mas como eu havia pedido pela ordem da V. Exa. e V. Exa. fez assim para mim, e eu acho que o dedo é assim para cima...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu fiz assim. Assim é gente boa.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, era só um *like*.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Era só um legal. Era só um legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ah, está bom. Então... me desconcentrou.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Como o senhor encaminha, V. Exa. encaminha?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós encaminhamos seguramente o voto "não", porque o país não pode ficar desse tamanho, e o resto entregue para ONGs internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Muito obrigado, Senador Magno Malta. Eu peço a minha assessoria que pegue todas as falas aqui contra a audiência pública nesta Comissão. Eu vou precisar.

O Novo, quem vai encaminhar pelo Novo?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo PL, Presidente. Aqui do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse é o tipo de assunto em que os Parlamentares já têm a opinião consolidada. Há um contexto de a gente aprovar rapidamente esse projeto de lei que é complementar.

Independentemente da decisão do Supremo, é essa lei, ao ser sancionada, que vai estabelecer os critérios, a partir de agora, para possíveis interpretações sobre novas terras indígenas. E muitas pessoas têm pavor desse projeto, porque ele está dando uma coisa que para os indígenas é sagrado e algumas pessoas se acham acima dos direitos dos indígenas ou que podem tomar decisões melhores por eles. Isso dá, Senador Jayme, autonomia aos povos indígenas. Eles é que têm que decidir o que é melhor para eles, não um Parlamentar ou uma ONG.

E o parecer, elogiando aqui o Senador Marcos Rogério, está perfeito e brilhante.

O Bloco encaminho o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

O Bloco Parlamentar Aliança, Progressistas. Quem vai encaminhar?

Senadora Ministra Tereza Cristina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O PP encaminha "não", até porque eu acho que foram muito ruins as falas aqui do pedido de audiência. Dizer que isso vai para o Supremo, que o Supremo vai...

Então, é "não".

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Republicanos, quem vai encaminhar pelo Republicanos?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, eu, pelo Republicanos.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu creio que o Governo deveria estar pedindo uma grande audiência pública para discutir não mais terras para os povos indígenas, mas mais escolas, mais postos de saúde, mais estradas e meios para que os povos originários possam produzir e viver bem e dignamente. O que os povos indígenas precisam é disso, não é de mais terras.

Portanto, o Republicanos orienta "não" à audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O.k., todos fizeram encaminhamento...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Não, Sr. Presidente, eu sou a Líder do Governo. Não posso opinar?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Claro, claro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Então, eu queria dizer aqui o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – E, se V. Exa. não fosse a Líder, mas pedisse a palavra, a teria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para encaminhar.) – Eu queria dizer aqui o seguinte: não falei em Supremo; parabenizei o Presidente e o Relator por permitirem que a Comissão de Constituição e Justiça pudesse fazer um debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu não estou aqui discutindo isso aí. E não poder, agora, sim, é apequenar esta Comissão de Constituição e Justiça. Não poder discutir um dia, já garantindo que esse mesmo assunto, essa pauta vai estar aqui na quarta-feira... Por favor, gente! Parlamento é falar. O que custa ouvir? Como foi dito aqui que já tinha opinião formada... A gente não está acreditando aqui que vamos mudar a opinião de quem é a favor desse marco temporal, que eu, como o Presidente, vi que não é só um marco temporal; tem vários assuntos. Eu me debrucei durante pouco tempo, mas já vi.

Mas quero dizer o seguinte: não permitir que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal possa debater um assunto de uma grandeza como essa é apequenar esta Comissão. Não estou tirando o mérito da Comissão de Agricultura, mas a Constituição e Justiça, gente! Essa foi uma proposta do nosso Relator, Marcos Rogério, e do Presidente. Por favor, vamos debater... Falem um dia. É terça? Eu concordo que não tinha história de quarta...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Lembrando de um minuto, Presidente, o resultado da votação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... mas, na terça, eu voto "sim" para ter o direito de essa grande Constituição debater um projeto de lei de uma importância que mexe com a vida de todos, não só com os indígenas, porque os indígenas a gente já sabe que vão sair perdendo aqui, nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O Senador Hiran também já tinha pedido aqui pela ordem e, como ele estava do lado, eu o fiquei segurando, mas, antes de abrir a votação, eu vou passar à Senadora Margareth, Senador Hiran, e a gente abre o painel.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Primeiro a Senadora, por favor.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para encaminhar.) – Presidente, no meu estado, nós estamos com conflitos, e o Senador Jayme Campos é testemunha disso, em áreas de estudos indígenas. Participei de duas audiências públicas sobre o fato. Então, pela Bancada Feminina, eu voto "não" pela audiência pública. Chega! Nós temos que votar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Ué...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Eu sou Vice-Líder da Bancada Feminina e posso votar. Eu posso encaminhar. O meu estado está com conflito.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Não, não estou questionando o encaminhamento da senhora, mas, normalmente, quando se tem dúvida, a gente libera a bancada, mas tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Está bom, então, libera.

Não, o encaminhamento é "não". Pronto. (*Risos.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Senador Weverton, senhoras e senhores, com todo o respeito que tenho pela nossa querida Senadora Eliziane, Senadora, eu que sou de um estado que tem 33 reservas indígenas demarcadas, 46% do seu território é reserva indígena... E, aliás, meu querido Relator, você foi em cima do cerne da questão. Você colocou no seu relatório as 19 condicionantes do saudoso Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, saudoso Carlos Alberto Menezes Direito, que consignou essas condicionantes na demarcação da Raposa Serra do Sol, que nós discutimos, Senador Oriovisto... Quando eu tinha pouco mais de 20 anos de idade, nós começamos a discutir essa matéria no meu estado. Então, pedir uma audiência para a terça-feira, para discutir um tema desses, em que todo mundo já sabe o que está pensando, eu acho que é absolutamente uma tentativa de procrastinar um assunto tão importante para Roraima e para o Brasil.

Eu acho que nós precisamos votar o mais rápido possível...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente, vamos encerrar a votação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... para dirimir, para consignar segurança no campo para quem trabalha e produz.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senador.

Se todos já votaram, eu vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Peço que abram o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – SIM, audiência pública, 8; NÃO, 15 Senadores.

Abstenção: 1.

Está rejeitado o pedido de audiência pública. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, antes de fazer a devolução aqui da Presidência dos trabalhos ao Senador Marcos Rogério... Nós vamos encerrar esse item da pauta, porque está aberto o pedido de vista coletiva para a próxima quarta-feira, mas gostaria de fazer a seguinte reflexão com os senhores. Já está deliberada essa matéria, mas abre-se aqui um grande precedente de ficarmos discutindo o encaminhamento e a deliberação das outras Comissões. Essa Comissão já tem o seu rito, já deliberamos várias audiências públicas, mesmo com matérias instruídas, e, como foi falado aqui hoje, a audiência numa terça-feira para votar na quarta não iria atrapalhar em nada. Fica aqui apenas o meu registro de que poderíamos ter construído esse entendimento, como foi sugerido, mas o Plenário é soberano.

Respeitada a vontade da maioria, fica rejeitada a audiência pública e vista coletiva concedida para a próxima quarta-feira.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, só para colocar uma coisa clara.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu votei "sim", porque queria me inteirar um pouco mais sobre essa questão da constitucionalidade ou não. O mérito não estou discutindo agora, mas quero dizer o seguinte: dizer que a gente quer postergar a discussão quando já está marcada para a quarta-feira que vem a votação, isso aí não é verdade. É uma mentira que foi levantada aqui, dizendo que nós queremos postergar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O que não era o caso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O que não é o caso, porque nós faríamos a audiência pública na terça e na quarta votaríamos. Postergar seria a gente pedir para fazer uma audiência pública daqui a 30 dias, 40 dias e depois votar. Então, não se posterga fazendo uma audiência pública um dia antes da votação do mérito da constitucionalidade ou não aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu quero dizer ao senhor e aos demais Parlamentares que hoje eu amanheci, acordei 5h30 da manhã, liguei no telejornal, e a primeira matéria: "Supremo Tribunal Federal retoma, no dia de hoje, a discussão do marco temporal de terras indígenas".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, a Senadora Eliziane, com todo o respeito que eu tenho a ela e ao Estado do Maranhão, que o senhor também representa, quer procrastinar, para que, mais uma vez, o Judiciário apequene esta Casa. É uma vergonha!

Se nós começarmos a falar e discutir aqui, dizendo que nós vamos recorrer para lá, que, em vez do Flávio Dino, a Senadora coloque o nome dela para o Lula para ela ir para lá, porque não podemos mais aceitar que nós continuemos entregando – é marco temporal, é aborto, é droga, é cobrança sindical – para o Supremo Tribunal Federal... São 10 bilhões por ano! Então, entregue de uma vez a chave destas Casas ao Supremo e vamos para casa fazer outra coisa.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, eu fui citada. Eu fui citada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A Senadora Eliziane Gama foi citada.

Passo a palavra a ela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu queria só deixar aqui claro o seguinte: quando a gente trata de constitucionalidade, a gente está tratando de uma das ações e das prerrogativas do Supremo Tribunal Federal.

O Supremo Tribunal Federal trata da constitucionalidade das matérias. Esse é um ponto central.

Ora, quando a gente faz um projeto inconstitucional, abre um precedente e dá, automaticamente, uma munição para que qualquer instituição ou órgão que tenha a competência de arguir uma ADI possa buscar isso no Supremo Tribunal Federal.

O que o Congresso Nacional tem feito de forma reiterada é aprovado projetos de lei que têm vício de inconstitucionalidade. Então, a gente abre um precedente para isso. Não é dizer e não fazer aqui qualquer defesa a ativismo judicial. Ao contrário: é fazer com que o Congresso Nacional siga a Constituição Federal.

E este projeto de lei vai na contramão da Constituição do Brasil. Ou seja, nós podemos aprovar... Reafirmo mais uma vez, Presidente: nós podemos aprovar um projeto de lei que vai, fatalmente, cair no Supremo Tribunal Federal. Esta é uma realidade.

E quero finalizar, Presidente, cumprimentando-o. V. Exa. tentou construir, neste plenário, um entendimento para garantir o debate, e, infelizmente, a maioria, que a gente respeita...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Vamos lutar pela audiência pública no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Aqui o pessoal... É barulho demais.

A gente respeita a maioria do Plenário desta Casa...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... mas, infelizmente, essa votação reflete uma ação, no meu entendimento, absurda de não abrir o debate, de não aprofundar uma discussão que é tão fundamental para o Brasil e, sobretudo, para os nossos povos indígenas.

Muito obrigada.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, uma pergunta: nós vamos ao terceiro item?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Nós... Eu já vou chamar aqui.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Por favor, se a gente for ao terceiro item, essa matéria já é vencida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Nessa matéria, eu quero falar.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Plínio, a Senadora Zenaide com a palavra. Em seguida, eu vou para outro item.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria falar aqui que eu sei que muitos têm muito tempo de Senado. Por isso é que mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Plínio, não vai ter audiência pública. Deixe a Senadora falar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... eu quero parabenizar o Presidente e o Relator, porque o que a gente vê é que essa matéria não foi terminativa nas outras Comissões, porque teria que vir para a Comissão de Constituição e Justiça. E nela não se pode debater? Senão, tinha terminado, era terminativa nas Comissões anteriores, gente.

Mais uma vez, quero dizer que é uma pena que não foi terminativa nas outras Comissões, porque precisava, sim, ser debatida na Comissão de Constituição e Justiça. Senão, não estaríamos aqui. Não permitir uma audiência pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que eu parabenizo os dois colegas aí, porque eles tiveram essa visão. Não vamos nos apequenar.

A gente falou aqui, como Marcos Rogério, que é um projeto de lei que quer botar uma pá de cal nesse assunto. E, para botar uma pá de cal, que é a última vez que se vai falar sobre o assunto, precisamos debater, gente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Encerrado o item...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu queria só dar...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... só uma palavra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Claro.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Bom, eu acho que esse assunto...

Primeiro, quero parabenizar o relatório brilhante do Senador Marcos Rogério. O senhor foi ao ponto.

Esse é um assunto que a sociedade brasileira espera por muito tempo.

É claro que é um assunto dividido, mas, quando nós resolvermos esse assunto aqui nesta Casa, que é onde precisa ser resolvido, no Congresso – já passou pela Câmara, agora passa pelo Senado Federal –, eu acho que nós vamos trazer a pacificação para o campo. E, como disse aqui muito bem o Senador Mecias, vamos tratar de outros temas a favor dos indígenas – educação, saúde, prosperidade, emprego, renda... Eu acho que é isso tudo.

Então, nós temos que realmente avançar com esse assunto. Eu entendo que mais uma audiência pública... Eu não sei se esclareceria.

Mas parabéns pela condução do encaminhamento aqui hoje.

E, agora, vamos para a semana que vem, porque aqui a discussão será livre e teremos a votação do mérito. Hoje foi simplesmente se teríamos uma audiência ou não. E todo mundo vai poder colocar aqui as suas opiniões e as suas posições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pela ordem, Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, reitero aqui as palavras da Senadora Tereza Cristina.

Na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nós realizamos a audiência pública, uma audiência muito prestigiada, com a participação de representantes de ambos os lados, representantes que defenderam seus pontos de vista a favor ou contra o marco temporal.

Agora, é fundamental que esta Casa dê uma resposta à sociedade, porque não podemos mais ser atropelados pela Suprema Corte, que está legislando, reinterpretando, assumindo a posição do Congresso Nacional. Como muito bem disse aqui o Senador Jorge Seif, nós precisamos cumprir o nosso papel.

O Senado precisa ter a altivez de votar matérias de tanta relevância como esta, e procrastinar, adiar ainda mais este tema é um desserviço à população brasileira, tanto para aqueles que produzem, que precisam ter segurança no campo, quanto para os irmãos indígenas, que também precisam ter a segurança jurídica para a ocupação de suas áreas. Portanto, urge a votação desta matéria.

Quero parabenizá-lo pela condução e os colegas e parabenizar também o nosso querido Relator, meu amigo Marcos Rogério, Senador de Rondônia.

Vamos em frente. O Brasil precisa do Congresso, precisa do Senado, e nós necessitamos responder à voz do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado.

Encerramos, então, o item 2.

Vamos para o item 3 da pauta.

Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu quero, inicialmente, agradecer ao Senador Weverton Rocha pela condução dos trabalhos da CCJ neste momento tão importante – importante para a CCJ e importante para o Brasil. Há uma expectativa muito grande de todos os brasileiros – e dos dois lados – com relação a essa matéria, e a sua condução foi uma condução que engrandece a CCJ do Senado Federal, pela habilidade, pelo fino trato com os colegas Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, apenas para sublinhar o que é o Parlamento, o que é o Colegiado, às vezes, uma fala mais ácida, acentuada, num momento como esse, acaba gerando um resultado que poderia ser diferente, se todos tivessem a compreensão de que o jogo político acontece e deve acontecer dentro da quadra política. Agora, quando você coloca um tema como esse, sensível como é, com o impacto que ele tem, que ele gera em cada região do Brasil, e aí você terceiriza o papel que é do Parlamento para um outro Poder, apequenando o Poder Legislativo, tem um desdobramento como esse que nós tivemos hoje.

Digo isso porque o Senador Plínio, falei com ele, falei com a Senadora Tereza e outros, poderíamos até fazer isso, e eu acho que, talvez.... A audiência pública. Eu acho que poderíamos fazer. E a ponderação que faço aqui é que, no encaminhamento que farei com o Presidente Rodrigo Pacheco, na condição de Relator, eu vou ponderar ao Senador, o Presidente do Senado, que a gente faça uma audiência pública no Plenário do Senado Federal, atendendo ao nosso segmento que quer falar, e muitos dos nossos querem falar, porque até agora estão apenas assistindo passivamente às narrativas que estão sendo vendidas, e eles querem falar.

Vamos dar vozes, equilibrar de lado a lado. Ouve-se quem defende a tese contrária ao marco temporal e ouve-se quem defende a tese a favor do marco temporal.

E, apenas em defesa da verdade, o que se estabelece nesse projeto de lei, nesse marco legal do marco temporal, é a repristinação, com efeito *erga omnes* ou com efeito vinculante ou com repercussão geral, usando aqui as frases lá do Poder Judiciário, daquilo que a própria Suprema Corte já decidira, no caso Raposa Serra do Sol. Não há inovação.

Qualquer questionamento de inconstitucionalidade com relação a essa matéria, ao fim e ao cabo, deveria ser encaminhada a tese que foi vencedora no âmbito do Supremo Tribunal naquele momento.

E aí, da minha parte, digo aqui... Assim, eu tenho sido muito questionado sobre: "Ah, o que o Parlamento está fazendo e o que o Supremo está fazendo?". São papéis distintos, diferentes. E, da minha parte – e sei que dos colegas aqui –, há respeito ao Supremo Tribunal Federal como instituição da República e como instância mais alta do Judiciário brasileiro, mas as decisões do Supremo Tribunal Federal não vinculam o Parlamento quando não é encarada, no caso concreto, a legislação que deriva deste Poder. Então, quem diz: "Ah, aquela decisão lá anula essa daqui", não! Aquela decisão lá é em cima de um caso, de um paradigma. "Ah, pode haver um ajuizamento de uma ação direta de inconstitucionalidade"? Pode. Aí terão que julgar novamente e mudar a tese estabelecida pelo próprio Supremo Tribunal Federal, no caso Raposa Serra do Sol, ou reafirmar o precedente da própria Corte.

Com relação a alguns pontos que tem no projeto, o Senador Omar falou ali atrás sobre isso, eu reitero aqui: eu continuo dialogando com todos. Falei com o Senador Weverton ontem e hoje pela manhã novamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem pontos, tem muitos Senadores, muitos colegas que defendem o marco temporal, querem votar o marco temporal, mas discordam de pontos que, na verdade, foram introduzidos no projeto e que não impactam aquilo que é a nossa defesa principal.

Então, eu tenho dialogado com o Líder do Governo, o Senador Jaques, tive um diálogo muito franco com a Ministra dos Povos Indígenas – a Ministra Guajajara esteve comigo –, outras lideranças me fizeram apelo...

Nós temos uma limitação temporal aqui, com relação a isso, mas, dentro daquilo que a gente pode fazer, na busca de um entendimento, nós estamos construindo. Até o final, quando da votação no Plenário do Senado Federal, nós vamos fazer todo o esforço para encontrar uma maneira de atender a essas duas pretensões.

Aqueles que têm apenas nos pontos, ali, essa preocupação, que pode ser objeto de veto... Não há nenhum prejuízo em relação a isso, e aí você não tem o prejuízo do processo legislativo, o retardamento da decisão no âmbito do Parlamento, quando os textos que são apresentados como textos de divergência são textos isolados – eles não estão no bojo do texto principal do marco temporal.

Estou fazendo esta ponderação breve apenas para dizer que não há intransigência por parte deste Relator, não há intransigência por parte da condução dessa matéria. É possível se chegar a um entendimento com aqueles pontos em que há convergência em relação a modificações, mas, pelo caminho seguinte do ato do processo legislativo, que é o momento de sanção ou veto.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, nós vamos ao terceiro item.

Peço desculpas aqui por alongar um pouquinho mais esse tema, mas é um tema importante, em que o esclarecimento se faz necessário.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 501, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sergio Moro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Projeto de autoria da Deputada Leandre, do PV do Paraná, com relatoria do eminente Senador Sergio Moro, a quem asseguro a palavra para proferir seu voto.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, só quero aqui reiterar meus elogios ao seu relatório, já que não adentramos o mérito, mas vejo a necessidade de pontuar, dada a profundidade, a análise da constitucionalidade, inclusive com referência ao voto do nosso querido Ministro Carlos Ayres Britto. Eu até iria sugerir, se fôssemos fazer aqui uma audiência, que o chamássemos, mas acompanho o entendimento de que não é necessário.

Eu queria fazer aqui uma observação para os pares sobre este projeto.

Esse projeto foi elaborado no âmbito dos juizados, no âmbito do Poder Judiciário, que discute com profundidade esses temas relacionados à violência contra a mulher. Então, é um projeto muito técnico, que foi apresentado e aprovado na Câmara e que vem exatamente das pessoas que lidam com esse assunto.

Eu vou direto à análise, então, Presidente, para nós ganharmos um pouco de tempo.

Cumpre-nos examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do PL 501, de 2019.

Verificamos que o PL contém normas relacionadas à promoção de direitos humanos, segurança pública, proteção e defesa da saúde e assistência social.

Diversos dispositivos sustentam a constitucionalidade da proposição, que pretende promover a ação integrada dos entes federados no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Primeiramente, constitui fundamento da República Federativa do Brasil a dignidade da pessoa humana. Por sua vez, o art. 226, §8º, da Carta Magna, determina que o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

A Constituição Federal, no art. 24, inciso XII, e §1º, confere competência privativa à União para estabelecer normas gerais sobre proteção e defesa da saúde, enquanto no art. 22, inciso XXIII, atribui competência privativa à União para legislar sobre assistência social. E, no §7º do art. 144, determina que a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importa registrar que o tema não se enquadra nos casos de iniciativa privativa do Presidente da República, não havendo vício de iniciativa.

Ademais, a forma de criação das respectivas redes de enfrentamento da violência e de atendimento à mulher atenderá a critérios de conveniência e oportunidade no âmbito de cada ente federado e se dará em conformidade com a respectiva disponibilidade orçamentária. Afinal, não cabe à União interferir na organização administrativa dos entes federados, que gozam de autonomia. Por essa razão – e essa parte é importante nós enfatizarmos, porque houve algum questionamento sobre uma possível inconstitucionalidade –, as únicas sanções previstas na lei pelo descumprimento das metas ali previstas na lei para os entes federados são a ausência de repasse de recursos federais relacionados à segurança pública e aos direitos humanos na hipótese de descumprimento das medidas propostas.

Dessa forma, como mencionado, o estado que não aprovar o plano de metas em um ano da promulgação da lei não receberá recursos federais relacionados à segurança pública e aos direitos humanos.

Da mesma maneira, como o art. 5º do projeto prevê que o Sinesp deverá armazenar informações para auxiliar nas políticas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, os entes federados integrantes do Sinesp que deixarem de fornecer ou atualizar seus dados no referido sistema não poderão receber recursos do Fundo Penitenciário (Funpen), em razão do disposto no §4º do art. 3º da Lei Complementar 79, de 1994.

Vale lembrar que ao menos 40% desses recursos são repassados pela União aos estados, Distrito Federal e municípios, nos termos do art. 3º-A da referida lei.

Ainda com relação ao Sinesp, outra consequência possível, em razão do disposto no art. 5º do PL e do §2º do art. 37 da Lei nº 13.675, é que o ente integrante do Sinesp que deixar de fornecer ou atualizar seus dados poderá não receber recursos nem celebrar parcerias com a União para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública e defesa social e do sistema prisional, na forma do regulamento.

Não vislumbramos óbices quanto à juridicidade da proposição.

Cabe lembrar que as medidas propostas se somam às recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional com semelhante objetivo de combater a violência contra a mulher, tais como:

a) a inclusão, entre os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, da tarefa de estimular e apoiar a realização de ações de prevenção à violência e à criminalidade, com prioridade para aquelas relacionadas à letalidade da população jovem negra, das mulheres e de outros grupos vulneráveis, conforme a Lei 13.675;

b) o dever de se instituir o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, conforme previsto na Lei 13.675, com a redação da Lei 14.330;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) a previsão de que, entre os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, que são distribuídos pela União aos estados, Distrito Federal e municípios, serão incluídos metas e resultados relativos à prevenção e ao combate à violência contra a mulher, conforme previsão já existente no art. 17, parágrafo único, da Lei 13.675;

d) a determinação de que, a partir de janeiro de 2023, 5% dos recursos empenhados do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam destinados a ações de enfrentamento da violência contra a mulher, conforme já previsto na Lei 13.756, com a redação da Lei 14.316; e

e) a previsão de que a transferência pela União de parte dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública aos estados e ao Distrito Federal ficará condicionada ao desenvolvimento e à implementação de um plano estadual ou distrital de combate à violência contra a mulher, já previsto na Lei 13.756.

Então, só para deixar claro esse trecho, não há aqui nenhuma novidade em estabelecer a exigência de um plano de meta como condicionante do repasse dessas verbas federais, porque já existem disposições que condicionam esses repasses à adoção de políticas públicas específicas do fundo. São incentivos fixados pelo Congresso para recebimento desses valores aos estados, Distrito Federal e municípios.

Com a aprovação do projeto, também as transferências voluntárias de valores do Fundo Nacional de Segurança Pública pela União aos estados, Distrito Federal e municípios, realizadas por meio de convênio ou repasse, somente poderão ser efetuadas aos entes federados que tiverem aprovado o respectivo plano de metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Com relação à técnica legislativa, o projeto necessita de um pequeno ajuste para se adequar ao disposto no art. 5º da Lei Complementar 95, que determina que a ementa explicite, de modo conciso, o objeto da lei, razão pela qual oferecemos uma emenda de redação. Também é necessário, por meio de emenda de redação, prever que a norma do art. 6º aplica-se não somente aos estados, mas também ao Distrito Federal.

Quanto ao mérito, somos favoráveis à aprovação do PL, que estabelece medidas oportunas e convenientes para que o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher seja realizado de forma mais célere, eficiente, especializada e articulada. Dessa forma, a União contribui para que todos os entes federados cumpram seu dever constitucional de criar mecanismos para coibir, de forma articulada, a violência doméstica e familiar contra a mulher, conforme imposto pelo §8º do art. 226 da Constituição Federal.

A esse respeito, é oportuno registrar que o Poder Judiciário também tem atuado de forma integrada para prevenir e reprimir a violência doméstica e familiar contra as mulheres e lhes garantir assistência e proteção. Nesse sentido, o CNJ, com o objetivo de coordenar a elaboração e a execução de políticas públicas relativas às mulheres em situação de violência, aprovou a Resolução 254, de 2018, que instituiu a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente relevante destacar trecho do voto da Ministra Rosa Weber na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19, por meio da qual o Supremo Tribunal Federal examinou a constitucionalidade de dispositivos da Lei Maria da Penha:

> [...] o espectro de escolhas legislativas disponíveis (na definição e implementação de políticas públicas voltadas ao cumprimento do dever do Estado de coibir e prevenir a violência no âmbito das relações familiares), do ponto de vista constitucional, somente inclui aquelas que fornecem proteção suficiente ao bem jurídico tutelado, aquelas que sejam, por assim dizer, eficazes, sob pena de ser negada a força normativa da Constituição.
> A insuficiência na prestação estatal protetiva configura, em si mesma, uma afronta à garantia inscrita no texto constitucional.

Os dados sobre a violência doméstica seguem alarmantes. Somente no primeiro semestre de 2022, a Central de Atendimento da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos registrou 31.398 denúncias e 169.666 violações envolvendo violência doméstica. Portanto, é imperioso que todos os esforços sejam envidados e reunidos pelos entes federados para enfrentar a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.

Vou ao voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 501, de 2019, e, quanto ao mérito, pela aprovação, com as seguintes emendas de redação:

> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 501, de 2019, a seguinte redação:
> Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para determinar que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) armazene dados e informações para auxiliar nas políticas relacionadas com o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.
> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Acrescente-se, no art. 6º do Projeto de Lei nº 501, de 2019, a expressão [entre aspas] "e o Distrito Federal" após a expressão [abrem-se aspas] "Os Estados" [fecham-se aspas].

É esse o voto, Sr. Presidente.

E eu destaco aqui o papel que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, principalmente através do Presidente Keppen e, igualmente, da Desembargadora Ana Lúcia, que comanda lá o Centro de Política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciária em relação à violência contra a mulher, teve na elaboração e no encaminhamento deste projeto, assim como todo o Poder Judiciário envolvido no enfrentamento da violência contra a mulher.

É um projeto que avança significativamente ao estabelecer não só a coleta de dados estatísticos confiáveis e seu fornecimento pelos estados e pelo Distrito Federal, mas também a elaboração de planos de metas e políticas públicas consistentes aos estados e municípios, sem violar a autonomia, já que a única consequência é uma consequência financeira dos repasses que já têm uma discricionalidade prevista na legislação da União Federal em relação aos entes federados.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao eminente Relator, o Senador Sergio Moro, e submeto a matéria à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Sergio Moro pela relatoria dessa matéria e a todos os Senadores e Senadoras que compareceram no dia de hoje à sessão da CCJ.

Quero cumprimentar aqui o sempre Senador Moka, que visita esta Casa.

Seja muito bem-vindo. Essa é a sua casa.

Ele está ali sendo ciceroneado pela nossa brilhante Senadora, a sempre Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por favor.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Posso dizer aqui ao Senador Moka que nós sentimos muita falta dele nesta Casa, pela sua sabedoria, pela sua responsabilidade nos encaminhamentos e pelo diálogo que ele sempre estabeleceu aqui no Senado Federal.

Então, é uma honra para mim estar com o meu professor hoje, aqui, conosco, na CCJ, na mais importante Comissão desta Casa.

Obrigada, Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito bem.

Feito o registro absolutamente merecido e por todos nós subscrito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela presença, Senador Moka.

Eu quero registrar e agradecer também a presença aqui, no âmbito da CCJ do Senado Federal, do Deputado Estadual pelo Estado de Rondônia, Deputado Laerte Gomes.

Ele foi Presidente da Assembleia Legislativa lá do meu estado, Senador Mourão, e hoje veio com dupla missão: veio acompanhar a tramitação, a votação sobre o marco temporal, que é de muita importância também para o Estado de Rondônia, e me trouxe uma ponderação, que eu compartilho com os colegas, porque acho que outros estados também têm esta mesma situação com relação aos produtores rurais, agricultores, pecuaristas, que fizeram financiamento ao longo dos últimos anos, com a taxa de juro no patamar em que estava e com o preço da arroba do boi, naquela época, em outras condições.

A arroba do boi chegou a R$310. Hoje, lá no Estado de Rondônia, está na faixa de R$180, R$190; no mercado futuro, está chegando aí, talvez, a R$200, duzentos e pouquinho.

E o financiamento que foi feito naquele momento, com o preço do boi no patamar em que estava, agora, na hora de pagar o financiamento, esses produtores estão numa condição muito difícil.

São financiamentos que eles buscaram no Pronaf, Pronamp, FNO, e faltam as condições para honrar esses financiamentos agora para muitos deles.

O apelo que o Deputado Laerte veio fazer aqui à bancada é no sentido de o Governo estudar meios de aqueles financiamentos com vencimentos em 2023, 2024 e 2025, considerando essa oscilação no preço do boi, tivessem um olhar diferenciado, para não sacrificar essas propriedades, não sacrificar esses brasileiros que acreditam no país; que se adotasse algum tipo de prorrogação para atender, como já foi feito em outras épocas.

Então, eu faço esse registro aqui, porque essa é uma demanda que, tenho certeza, não é apenas lá do Estado de Rondônia, mas certamente de outros estados também.

Saúdo S. Exa., o Deputado Laerte Gomes, e agradeço a sua presença.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a presença de todas as Sras. Senadoras e de todos os Srs. Senadores.

À nossa Secretaria-Geral da Mesa, assessores e àqueles que estiveram conosco no dia de hoje nesta sessão histórica os nossos agradecimentos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 41 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Alan Rick, Izalci Lucas, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Omar Aziz, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Zenaide Maia, Paulo Paim, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Rodrigo Cunha, Lucas Barreto e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Reforma Tributária - Agronegócio e Cooperativismo**, atendendo ao Plano de Trabalho oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga, e ao Requerimento nº 23, de 2023-CCJ, de autoria Senador Mauro Carvalho Junior. **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição n° 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Nesta audiência pública, ouviremos os participantes abordarem questões relacionadas aos efeitos da Proposta de Emenda à Constituição nos segmentos assinalados. Será a oportunidade para esclarecermos também acerca da perspectiva em relação ao preço dos alimentos com a aprovação da Reforma, bem como sobre a desoneração da cesta básica." **Participantes:** Sr. GESNER OLIVEIRA, Economista e Consultor Econômico, fundador da GO Associados; Sra. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ, Assessora Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO, Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); Sr. NELSON LEITÃO PAES, Doutor em Economia e Assessor na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Sr. MAÍLSON DA NÓBREGA, ex-Ministro da Fazenda, sócio da Tendências Consultoria; Sr. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA, Economista, Presidente das empresas Kaduna Consultoria e BK Consulting, Presidente do LIDE Energia e membro do Conselho da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Sra. TATIANA FALCÃO, Especialista em questões de tributação do clima na ONU (UNDP); Sr. FERNANDO CADORE, Presidente da Aprosoja/MT; Sr. VILMONDES SEBASTIÃO TOMAIN, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO); e Sr. ANDRÉ MELONI NASSAR, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião às dezessete horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da quinta audiência pública para instruir as matérias que tratam da reforma tributária, conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator, o Senador Eduardo Braga, e o Requerimento nº 23, de 2023, da CCJ, de autoria do Senador Mauro Carvalho Junior.

As matérias que alteram o sistema tributário nacional são: a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019; a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022.

Segundo o plano de trabalho, nesta audiência pública, ouviremos os participantes abordarem questões relacionadas aos efeitos da proposta de emenda à Constituição nos seguintes segmentos assinalados: agronegócio e cooperativismo. Será a oportunidade para esclarecermos também acerca da perspectiva em relação ao preço dos alimentos com a aprovação da reforma, bem como sobre a desoneração da cesta básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposição e debate.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que querem encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Nós temos aqui convidados, alguns participarão de forma presencial, outros remotamente: Sr. Wilson Vaz de Araújo, Secretário de Política Agrícola Adjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária; Sra. Maria Angélica Echer Ferreira Feijó, Assessora Técnica e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Sr. João Caetano Muzzi Filho, Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB); Sr. Nelson Leitão Paes, Doutor em Economia e Assessor na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda; Sr. Gesner Oliveira, Economista e Consultor Econômico, fundador da GO Associados; Sr. Maílson da Nóbrega, que não carece de apresentação, ex-Ministro da Fazenda, sócio da Tendências Consultoria; Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Economista, Presidente das empresas Kaduna Consultoria e BK Consulting, Presidente de Lide Energia e membro do Conselho da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil); a Sra. Tatiana Falcão, especialista em questões tributárias do clima na ONU (UNDP); Sr. Fernando Cadore, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT); Sr. Vilmondes Sebastião Tomain, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato); e Sr. Meloni Nassar, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição; os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Gesner Oliveira, Economista e Consultor Econômico, fundador da GO Associados, para sua exposição, por dez minutos. Com a palavra, o Sr. Gesner.

O SR. GESNER OLIVEIRA (Para expor.) – Muito boa tarde.

Uma saudação a V. Exa., Presidente Marcelo Castro, da Mesa. É uma honra estar aqui.

É uma honra estar também com o Ministro Maílson, com quem, há pouco, conversava.

Cumprimento a todos também na pessoa do Deputado Arnaldo Jardim, cujo trabalho eu admiro muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Senador, falar sobre uma palavra e três pontos. A palavra é segurança, que eu queria abordar em três aspectos.

Primeiro, um aspecto que merece muita atenção, na reforma tributária, é segurança jurídica, para aumentar investimento. Nós estamos com a taxa de investimento de 4 a 5 pontos percentuais aquém de um crescimento sustentável para a economia, e, para aumentar essa taxa de investimento, é imprescindível haver segurança jurídica, para o que a reforma tributária, tendo os mecanismos adequados para eliminar a guerra fiscal, é fundamental.

Segundo aspecto: gostaria de falar de segurança hídrica. Quando nós observamos os cenários para 2030, observamos a necessidade de adaptação e mitigação urgente. Para o setor agrícola, quando nós observamos a plataforma AdaptaBrasil, observamos altas probabilidades de secas e inundações, muitas vezes, no mesmo município, Senador, com alta probabilidade, com efeitos devastadores sobre a sociedade e o setor agrícola em particular. Em particular, em relação às secas, o Brasil já tem mecanismos muito interessantes e eficazes para atenuar seus efeitos, através de água reciclada. A reciclagem da água, isto é, a utilização do efluente de esgoto doméstico adaptado devidamente, dentro das normas, para a irrigação, que representa 70% da demanda de água, Senador, teria uma importância fundamental. Se nós analisarmos o tratamento tributário a tudo aquilo que é reciclável no país, nós vemos uma discriminação contra o reciclado. Portanto, é também um ponto de atenção bastante importante, Senador.

Segurança jurídica, segurança hídrica e segurança para o salto de investimento necessário para o saneamento. O mesmo saneamento que é essencial, entendido como saneamento ambiental, para atenuar os danos causados por inundações, através de drenagem adequada, drenagem verde sustentável, e as secas, através da água reciclada, esse saneamento precisa dar um salto no investimento, o que nunca ocorreu na nossa história. Nós precisamos, nos cenários mais conservadores, mais do que dobrar o montante de investimento em água e esgoto e, mais do que isso ainda, em drenagem e manejo de resíduos sólidos. Portanto, o desafio é enorme, e é preciso ter um foco muito grande nisso.

Ora, o tratamento tributário para o saneamento, hoje, já é diferenciado. Hoje, no saneamento, não incide ICMS, não incide ISS. Mais ainda, na Lei Complementar 116, de 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou a incidência de ISS sobre o saneamento básico, corretamente, justamente pela importância que tem para o desenvolvimento social. Nós temos um regime, na verdade, que é diferenciado, em nossos cálculos, um regime de PIS-Cofins não cumulativo, com uma alíquota de 9,25%, com todas as peculiaridades e complexidades do regime PIS-Cofins que são conhecidas.

Fizemos um estudo utilizando a base de dados do Snis, 2022, com 127 empresas, e procuramos derivar, Senador, aquela que seria a empresa média. Verificamos item de despesa por despesa, de tributo por tributo, qual é a incidência tributária e, mais importante, qual seria o efeito da reforma tributária sobre esse setor tão importante. A conclusão é que nós temos, se nós tomarmos como referência uma alíquota padrão, apenas como referência, dado o estágio da atual discussão da reforma tributária, se nós tomarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como referência uma alíquota de 27% no imposto sobre valor adicionado que está por vir, nós teríamos um impacto – tivemos oportunidade de compartilhar os dados com a equipe do Dr. Bernard Appy – sobre a tarifa dos serviços de 18%. É um impacto excessivo.

Há benefícios da reforma para o saneamento? Sim. Assim como em outros setores, com capital intensivo, há créditos que serão obtidos ao longo do processo, porém, é preciso cuidado, primeiro, no *timing* em que esses créditos ocorrerão, porque os investimentos são concentrados logo no início dos projetos, como está ocorrendo agora, e nós queremos que ocorram muito mais, nós queremos mais do que dobrar. Muito bem, tem esse problema, e há os resíduos tributários que nós calculamos integralmente – em toda a cadeia calculamos os resíduos tributários –, e chegamos a essa conclusão de 18%.

Ora, trata-se de um setor com enormes externalidades positivas. Cálculos do Instituto Trata Brasil sugerem benefícios da ordem de R$1,4 trilhão, mais do que a reforma da previdência, para a universalização dos serviços. A correlação de internações por doenças por veiculação hídrica, que matam, sobretudo, crianças, é enorme, quer dizer, o impacto do setor sobre a saúde é brutal.

Dos 100 milhões, aproximadamente, de brasileiros e brasileiras que não têm esgotamento sanitário hoje – é uma vergonha para o país –, três quartos, algo como 75 milhões de cidadãos e cidadãs, ganham até três salários mínimos. Quem não tem saneamento? Certamente não é o rico; é o pobre que não tem saneamento.

O que é o saneamento? É saúde, as estatísticas são eloquentes em relação a isso. O que é o saneamento? É meio ambiente, é um impacto direto sobre o meio ambiente.

Aliás, o Presidente Lula faz muito bem de mostrar os avanços em relação ao meio ambiente do país, mas, se eu pudesse incluir algo no discurso do Presidente Lula na abertura da Assembleia Geral, Senador, eu incluiria que o Brasil, orgulhosamente, tem o maior programa socioambiental do mundo que é levar esgotamento sanitário e condições dignas de vida para a sua população na próxima década – mais importante do que chegar à Lua. Como diz o Mario Vargas Llosa, desenvolvimento não é internet, não é foguete; é privada. E é isso que o programa e o novo marco do saneamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GESNER OLIVEIRA – ... promovem.

Ora, 18% de aumento de tarifa é um aumento muito elevado. Alguém pode dizer: "Bom, mas pode-se fazer um reequilíbrio". Há, Senador, 89 agências reguladoras. O saneamento, diferentemente de telecomunicações, diferentemente de energia elétrica, é muito pulverizado, descentralizado, com agências reguladoras municipais, regionais, estaduais. Haveria um imbróglio regulatório se nós tivéssemos uma sucessão de reequilíbrios. Mais do que isso: incerteza no financiamento. Mais do que isso: a incerteza no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento significa usar mais capital próprio; aumento do custo do capital; consequentemente, aumento de tarifa.

Consequentemente, de forma conceitualmente correta, nós deveríamos tratar o saneamento da mesma forma que a saúde. Com 60% de redução da alíquota que se tomar, nos nossos cálculos, nós teríamos um impacto sobre a tarifa imaterial da ordem de 0,6%. Estaríamos conceitualmente corretos, porque saneamento é saúde. Estaríamos, do ponto de vista prático, corretos, porque não haveria uma enorme incerteza regulatória. E estaríamos fazendo aquilo que nós precisamos fazer com urgência, que é o salto de investimento. Estimularíamos o investimento, dando a devida segurança para o salto de investimento.

Resumindo – e me desculpando por me entusiasmar um pouco aqui, Senador, e passar um pouco do tempo –: segurança jurídica, fim da guerra fiscal; segurança hídrica, água reciclada; e segurança para o salto de investimento no saneamento.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Dr. Gesner, vamos à ordem aqui dos palestrantes.

Concedo a palavra a S. Exa. o Sr. Wilson Vaz de Araújo, Secretário de Política Agrícola Adjunto do Ministério da Agricultura e Pecuária, para a sua exposição, por dez minutos.

Com a palavra, o Sr. Wilson. (*Pausa.*)

Informaram-me que todos... Ele está remoto, não? (*Pausa.*)

Ah, vai falar remotamente. (*Pausa.*)

Como o nosso convidado está com dificuldade de conexão, vamos ao próximo, que é a Sra. Maria Angélica Echer Ferreira Feijó, Assessora Técnica e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para a sua exposição, por dez minutos.

Por favor, com a palavra.

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Senador Marcelo; boa tarde a todos os colegas aqui integrantes da mesa.

Queria dizer que é uma alegria estar aqui nesta importante Comissão. (*Pausa.*)

Queria, desde logo, agradecer e dizer que é uma alegria, uma honra estar aqui nesta Comissão, uma Comissão tão importante dentro do processo legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil traz justamente pontos importantes da reforma tributária para o agronegócio, não só do ponto de vista do produtor rural, mas do ponto de vista do agro como um todo.

E aqui, Srs. Senadores, há uma questão muito importante. Quando a gente fala do processo legislativo, nós estamos diante de um debate amplo que já veio da Câmara dos Deputados e está aqui hoje nesta importante Casa. E o que nós temos no panorama geral da nossa apresentação? Num primeiro momento, nós vamos tratar da manutenção dos avanços conquistados até o presente momento do que foi debatido na Câmara e, num segundo momento, nós vamos trazer aqui justamente o que, no entendimento da Confederação da Agricultura e Pecuária, deve ser aperfeiçoado aqui no âmbito do Senado Federal.

Em primeiro lugar, uma questão importante é a seguinte: quando a gente está dentro aqui da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a gente tem uma preocupação muito grande com a constitucionalidade do que nós estamos aqui discutindo. E eu gostaria de lembrá-los aqui que, quando nós falamos de uma reforma tributária no que toca ao agro, nós estamos falando, na verdade, de uma interpretação sistemática daquilo que já está na Constituição. Quando nós olhamos para a Constituição, nós vemos, lá pelo art. 170, a ordem econômica. Dentro da ordem econômica, tem uma questão muito sensível que todos nós conhecemos que é a parte, por exemplo, de política agrícola, e, num primeiro momento, Srs. Senadores, o que vem à nossa mente é política agrícola como instrumento creditício, o que a gente vê, por exemplo, no Plano Safra, mas não é só isso que está ali no art. 187, que fala do tratamento privilegiado que deve ocorrer, o tratamento diferenciado para o agro, também via instrumentos fiscais. E é por isso que o principal ponto, Senador Marcelo, aqui trazido pela CNA é uma interpretação sistêmica da Constituição para lembrar que, dentro do tratamento diferenciado para agricultura e pecuária, ele não é só por instrumentos creditícios, mas também por instrumentos fiscais. Uma reforma, portanto, da Constituição Federal tem que estar atenta ao que já está na Constituição Federal por uma questão de coerência sistêmica.

Passando para o próximo eslaide, eu gostaria de trazer aqui alguns pontos de alinhamento sobre premissas, porque, quando nós todos falamos do agro, nós temos algumas impressões, e essas impressões precisam ser vistas e trabalhadas.

Aqui eu trago um ponto de vista eminentemente técnico para a discussão nesta Casa, que a CNA respeita e honra muito, que é o seguinte: geralmente, nós temos uma visão de que o agro não paga tanto tributo, e, a partir desse gráfico, a gente consegue dar uma olhada e perceber que o tanto que nós pagamos de tributo é o tanto que o agro contribui para a produção do nosso PIB. E esse é um ponto muito importante.

Vamos passar.

É até porque, quando a gente fala em benefício fiscal, segundo dados muito recentes da Receita Federal, da portaria que foi divulgada em torno de maio, Portaria 319, de 2023, da Receita Federal, o maior setor que recebe benefício fiscal – pasmem! – não é o agro, é a indústria. E, quando nós olhamos... O.k.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos falando do agronegócio, e, no agronegócio, tem a agroindústria. A agroindústria, que está ali em verde, recebe 6,9% do total dos benefícios fiscais concedidos pela União Federal. E, quando a gente pega as cem maiores empresas que possuem benefícios fiscais, a gente vê ali que o maior setor industrial que recebe benefícios não é o agro.

Vamos passar.

E há uma questão muito importante, Srs. Senadores: todos nós que estamos acompanhando a reforma tributária sabemos que o principal ponto aqui é sobre o novo sistema dual e, principalmente, o quanto nós estamos preocupados em estarmos alinhados com a OCDE. A OCDE, que também possui um sistema tributário idêntico ao que nós estamos aqui discutindo na reforma tributária, tem 38 países-membros, e mais de 80% deles possuem alíquota diferenciada para o agro; desses 80% dos países que possuem alíquota diferenciada para o agro, em 30% deles, a alíquota para o agro é menor do que 1%. E isso por quê? Porque nós sabemos da importância do agro, principalmente para a alimentação e para o contexto econômico de cada um dos países.

Pode passar.

O que, Srs. Senadores, de forma muito prática e sucinta, nós precisamos manter das conquistas que foram objeto de debate e votação no âmbito da nossa Casa vizinha, a Câmara dos Deputados?

Primeiro, um tratamento diferenciado para o agro que deve ser mantido é justamente a questão de redução de alíquota. Nós temos aqui reduções de alíquota no patamar de 60% a 100%: 60% para produtos agrícolas e 100% para a tão importante cesta básica, porque isso é algo muito sensível para todos nós brasileiros.

Outra questão importante que deve ser mantida: a opção pelo IVA dual para aquele produtor rural pequeno.

Outra questão muito importante: a não incidência do imposto seletivo sobre produtos e insumos agropecuários quando são aplicados para consumo humano.

Quarto ponto que tem que ser mantido, que implica muito na vida do produtor rural, que é o início da cadeia do agro: a gente não pode cobrar IPVA sobre tratores e máquinas agrícolas. Isso traz uma majoração muito grande e inesperada, inclusive, para os produtores.

No próximo eslaide, a gente tem aqui os outros três últimos pontos que precisam ser mantidos dentro do que foi debatido até agora: imunidade das exportações com a garantia de devolução do crédito acumulado de uma forma rápida e efetiva; um tratamento diferenciado para as cooperativas, que possuem uma atuação tão importante no agronegócio; e o tratamento diferenciado para biocombustível. Biocombustível é diferente de combustível fóssil, biocombustível vem do nosso agro, e a gente tem que dar um tratamento diferenciado para ele, a gente deve privilegiar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são – vamos passar – os pontos importantes de aperfeiçoamento aqui dentro do Senado? São quatro pontos principais na visão da CNA.

O primeiro é a redução de alíquota, que hoje está em 60%, precisa ser maior. Por quê? É porque a grande parte dos produtos que estão nessa redução são produtos do gênero alimentício, alimentação... E aqui eu tenho a honra de estar aqui do lado do Ministro e de vários outros colegas que conhecem muito melhor do que eu economia, mas nós sabemos que aumento de tributação sobre alimentos é aumento de inflação. Aumentar a inflação é sempre ruim para o país. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é o patamar de opção pelo IVA para o produtor rural tem que ser aumentado, não os R$3,6 milhões que estão hoje, mas, sim, R$4,8 milhões. Por que esse aumento? Porque a opção por um novo sistema tributário implica adoção de novas burocracias. O produtor rural que tem condições hoje de lidar com burocracia de uma nova tributação é o mesmo produtor rural que já está acostumado a lançar suas despesas e receitas no Livro Caixa Digital, exigido pela Receita Federal. Então, aqui mais uma importante coerência dentro do sistema.

Outra questão muito importante, que é sensível a todos, é o endereçamento dos fundos estaduais.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ – Na redação que vem da Câmara dos Deputados, há diversos pontos que precisam ser mais bem esclarecidos: a questão da transição frente à extinção do ICMS e principalmente a questão ligada à segurança jurídica e ao fato de que nós temos diversos estados, cada um com uma sistemática diferente de cobrança desses fundos.

Para encerrar, algo muito importante para pequeno e médio produtor é isenção de ITCMD na sucessão da propriedade rural. Todos nós sabemos que uma família que está alocada no campo e que produz, quando perde o seu familiar que conduz ali a produção agrícola, tem uma enorme dificuldade de dar continuidade à sua vida no campo e à produção no campo quando perde esse ente familiar. E uma delas é justamente a regularidade da terra, que precisa passar para o nome dos herdeiros, e o valor do tributo cobrado sobre isso é muito grande. Então, o pequeno e o médio produtor rural precisam ter imunidade no pagamento desse tributo para nós mantermos as pessoas no campo. Mantendo quem está no campo, a gente contribui para a economia local e para a economia do país.

Esses são os quatro pontos prioritários que nós trazemos, Senador Marcelo Castro, aqui para debate no âmbito desta Casa.

Eu agradeço a atenção e fico à disposição.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição da Sra. Maria Angélica, representante aqui da CNA, quero comunicar a presença honrosa aqui, hoje, nesta tarde, do Deputado Arnaldo Jardim, do Deputado Vitor Lippi, do Deputado Alceu Moreira, do Deputado Perondi, do nosso Senador Mauro Carvalho Junior, do nosso Marcos Rogério e da nossa encantadora Senadora Margareth Buzetti, que nos honram aqui com as suas presenças.

Concedo a palavra ao próximo orador, Sr. João Caetano Muzzi Filho, Consultor Jurídico da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para sua exposição por dez minutos.

O SR. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO (Para expor.) – Exmo. Senador Marcelo Castro, na pessoa de quem cumprimento os Exmos. Senadores e Senadoras aqui presentes, cumprimento também em especial o Deputado Arnaldo Jardim e o Deputado Vitor Lippi, que conhecem profundamente a causa cooperativista.

O meu papel aqui hoje, Sr. Presidente, é externar a todo o Senado Federal, dentro do contexto da reforma tributária, a essência do modelo cooperativo de produção, o porquê de o modelo cooperativo de produção ser um modelo específico, um modelo próprio que, dentro da realidade jurídica desse modelo, pleiteia o reconhecimento das suas características essenciais, características essas que não representam, em momento nenhum, vantagem, benefício, isenção, imunidade ou qualquer coisa que o valha. Não se busca aqui pedir favor para o modelo cooperativo; o que se pleiteia aqui é o reconhecimento das peculiaridades de formação de modelo econômico, de transferência de riqueza dentro desse modelo, para que o direito tributário possa alcançar o tributo onde a riqueza se fixa.

O próximo eslaide, por gentileza.

Esse eslaide, então, Sr. Presidente, mostra qual a pujança do modelo cooperativo no mundo. E, como o tempo é muito curto, eu já pulo para o segundo eslaide, que mostra o modelo cooperativo no Brasil. O que ele representa hoje? Quase 4,6 mil cooperativas; 20 milhões de cooperados no Brasil, ou seja, quase 9% da população brasileira, lembrando o impacto disso, porque é o cooperado fora a família desse cooperado que está vinculado a esse modelo econômico de produção; o volume de ativos, 524 mil empregos gerados; 1,7 milhão de brasileiros aderiram a esse movimento em 2022, com o ingresso de R$655 bilhões no ano de 2022.

O que esse modelo representa? É muito importante entendermos que o modelo cooperativo está muito além de alguns modelos de produção que se conhecem ultimamente. O cooperativo vai muito além das agropecuárias, vai muito além do trabalho médico, vai muito além do transporte. Ele congrega uma série de atividades, e aqui está a pujança desse modelo sob o ponto de vista econômico no país: 53% da produção de grãos do país passam por uma cooperativa; tem 25% da capacidade de armazenamento agrícola do país; 9 mil profissionais de assistência técnica trabalham diretamente nas cooperativas agropecuárias. Na saúde, Sr. Presidente, nós temos orgulho de dizer que nós temos o maior modelo cooperativista do mundo, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atende 40% do mercado de saúde suplementar no país, com presença, com alto grau de capilaridade, atingindo 85% dos municípios brasileiros. No cooperativismo de transporte, 450 milhões de toneladas de carga transportadas. No cooperativismo agropecuário, há 2,1 milhões de cooperados associados em redes de supermercados. No cooperativismo de eletrificação, há índice altíssimo de satisfação. No cooperativismo de crédito, que é a maior rede de atendimento, a maior capilaridade do sistema financeiro, com 9 mil postos, é a única instituição financeira em 264 municípios do país. E 180 mil brasileiros estão no mercado de trabalho através de uma cooperativa de trabalho.

O próximo, por gentileza.

E aí a grande questão: qual é a diferença desse modelo para o modelo comercial? O modelo cooperativo funciona exatamente ao inverso do modelo comercial, e entender o direito tributário, entender a tributação da cooperativa é entender essa inversão. Ao passo que o modelo comercial busca alocar resultado para si, o que vale dentro da percepção de poder naquela sociedade comercial que é o capital, no cooperativismo o capital nada vale, nada interessa a não ser uma cota de acesso para viabilizar a própria prestação. Um cooperado que tiver uma cota de 100 e aquele que tiver uma cota de 100 mil têm o mesmo direito de voto. O que vale é a pessoa, o que vale é a inclusão econômica do indivíduo. Então, somos uma sociedade de pessoas em contraponto à sociedade de capital, não temos objetivo de lucro e não produzimos lucro. O resultado gerado pela cooperativa, Sr. Presidente – isto é importante dizer –, é todo transferido, seja na atividade diuturna, seja ao final do exercício quando gera sobra, ao seu cooperado. E ali, diferentemente das sociedades comerciais, ele vai sofrer a tributação. A cooperativa, o cooperado paga Impostos de Renda de Pessoa Física ao contrário do sócio da sociedade comercial, que tem a tributação na distribuição de lucros isenta. Esse é o ponto também fundamental para se entender nesse debate.

E aqui há grandes outras diferenças, mas eu vou me ater ao próximo eslaide em que nós temos um modelo para poder entender como é que funciona economicamente isso, o cálculo tributário nessa realidade.

Aqui, hipoteticamente, é uma cooperativa de prestação de serviço em que o cooperado prestou serviço para o contratante por intermédio dessa cooperativa, a cooperativa recebeu desse contratante 100 dinheiros, reteve 10% de custos administrativos e repassou 90 dinheiros para esse cooperado. Ao repassar 90 dinheiros para esse cooperado, ela não tem incidência tributária na cooperativa, porque ela está representando o cooperado, a riqueza vai toda para o cooperado; ao não ter incidência na cooperativa, a incidência é deslocada para o cooperado. E ali, em 90 dinheiros, vão incidir o Imposto de Renda a 27,5%, o ISS e a contribuição previdenciária. Desses 90, portanto, viram quase 25% de tributo nessa cadeia econômica. Agora, vamos imaginar o mesmo exemplo se fosse uma sociedade comercial. Nessa sociedade comercial, ela presta serviço no mercado com o objetivo de obter lucro, nada mais legítimo, e vai distribuir para o seu sócio, seu acionista, o lucro obtido. Quando ela atua no mercado e busca recurso para ela própria, ela vai ter uma carga tributária da ordem de 14% ou 15%, e a distribuição de lucro é isenta. Está aqui o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo clássico de que não incidência tributária sobre o ato cooperativo não é, não foi e nunca será vantagem, favor ou benefício tributário. O exemplo que está na tela mostra claramente que a não incidência, não raramente, Sr. Presidente, representa uma tributação superior na cadeia econômica. Agora, imaginem V. Exas.: se eu tiver que pegar aqueles mesmos 14% ou 15% e jogar em cima na tributação na cooperativa quando ela não detém capacidade contributiva nem fixa a riqueza. Por óbvio, eu estaria inviabilizando o modelo, eu teria uma tributação quase em torno de 40% ou 50% na sua cadeia econômica contra 14% ou 15% aqui embaixo.

O próximo, por gentileza.

Qual é o círculo virtuoso do cooperativismo? Ele nada mais é que uma união de pessoas com um propósito específico para que uma atividade econômica organizada possa captar oportunidade para esse grupo; captando essa oportunidade, o grupo que vai buscar essa oportunidade através da cooperativa no mercado vai atuar no mercado, trabalhar, produzir, vender; a cooperativa organiza esse recebimento e repassa para esse grupo riqueza gerada. Portanto, no grupo, quem paga tributo é o próprio grupo. Gera trabalho e renda, gera prosperidade nas comunidades onde ela atua.

O próximo eslaide, por gentileza.

Pode passar esse também.

E aqui, Excelência, um dado muito importante. É um dado da Fipe produzido agora, no mês de agosto, que mostra o efeito do cooperativismo no ambiente econômico. Esse dado mostra que, para cada R$1 gasto em consumo de produtos ou serviços de cooperativa, aumentaram-se R$0,06 de arrecadação tributária nesse ambiente. É o estudo da Fipe. Para cada R$1 gasto através de consumo de produtos ou serviços de cooperativa, a massa salarial daquele ambiente aumentou em R$0,33. Agora, analisando o ambiente municipal onde essas cooperativas atuam, onde atuam cooperativas, existe o incremento do PIB de R$5,1 mil por cidadão, existe o incremento do trabalho formal de 28,4 empregos para cada 10 mil habitantes e existe o saldo positivo da balança comercial de mais US$96,2 por habitante nesses ambientes onde as cooperativas atuam.

O próximo, por gentileza.

E aqui o exemplo numérico é histórico, é absurdamente relevante. Faço uma análise dos municípios brasileiros que tinham cooperativa em 2002 e daqueles que não tinham cooperativa em 2002. Pega-se essa análise e se repassam esses dados para 2021. Em 2002, naquele grupo de controle lá em cima, não existiam cooperativas. V. Exas. podem perceber qual foi a evolução desses municípios em 2021, 19 anos depois. O efeito é praticamente o mesmo, a pujança econômica deles é praticamente a mesma. No grupo de baixo, o grupo onde atuam cooperativas, em 2022, eu tinha uma perspectiva, que está aí no gráfico. Em 2002 e em 2021, mostra-se claramente a evolução social que esse modelo proporciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que evolução social? Porque o modelo cooperativo autonomamente faz a inclusão econômica do indivíduo em determinado ambiente econômico. Portanto, ao fazer a inclusão econômica, ele faz também a inclusão social. Infelizmente, o tempo não me permite falar um pouco da história do cooperativismo, nascido dos mais elevados valores sociais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CAETANO MUZZI FILHO – ... num momento de extrema depauperação das relações sociais. Enfim, fica para uma outra oportunidade, Sr. Senador.

O próximo, por gentileza.

Portanto, a Constituição Federal não foi despicienda em relação ao cooperativismo. No seu art. 146, ela exigiu o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas cooperativas, que, estamos vendo aqui, não representa imunidade, isenção, favor, benefício, nada disso. É entender que a cooperativa, enquanto pratica o ato, atua por conta de seu o cooperado, ela é neutra nessa atividade e quem paga tributo é o cooperado.

E o art. 174, Sr. Presidente, exigiu mais do que isso, não respeitar o cooperativismo, mas incentivá-lo. Então, o que nós estamos discutindo aqui, hoje, nesta Casa, é o respeito ao ato cooperativo. Em determinado momento no futuro, oxalá, se estará discutindo um modelo de evolução do cooperativismo com o incentivo estatal para produzir aqueles efeitos econômicos almejados lá atrás.

E esse adequado tratamento já existe hoje na Lei 5.764, uma lei produzida por este Parlamento em 1971, que é objeto de louros internacionais. Foi a primeira lei no mundo que reconheceu o conceito de ato cooperativo e o pratica desde então, há mais de 50 anos.

O próximo, por gentileza.

O que a reforma fez? Reconheceu, portanto, que o regime tributário das cooperativas tem que reconhecer essa neutralidade, a neutralidade jurídica das cooperativas, para que, quando ela pratica esse ato, que é o ato que aloca o cooperado no mercado e produz riqueza para o cooperado, quem vai pagar tributo é o cooperado. Volto a dizer, não se objetiva aqui pedir favor para que cooperativa não pague tributo; não se objetiva aqui pedir favor para que o ato cooperativo seja intributável. Busca-se mostrar que o ato cooperativo é, sim, tributável, quando possível, onde a riqueza nele se fixa. E, na prática do ato cooperativo, a riqueza se fixa no cooperado. Quando possível, quem vai pagar esse tributo é o cooperado.

Portanto, o que se pleiteia e o que se estruturou, com o debate na Câmara dos Deputados, foi um regime para assegurar a competitividade das cooperativas – caso contrário, elas não têm como equilibrar aquela equação econômica. Elas têm uma não incidência sobre o ato cooperativo, porque é o cooperado que vai pagar esse tributo, mas, como se trata de um tributo não cumulativo, essa não incidência não pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vir desacompanhada da perda do crédito. Então, tenho que manter o crédito das operações anteriores para tornar essa cooperativa competitiva nas etapas subsequentes da produção.

O próximo por gentileza.

Eu trago aqui, Excelências, os modelos de cooperativa de compra em comum – o próximo – e o de venda em comum, mas o tardar da hora não me permite entrar em maiores detalhes sobre esses modelos de produção pelo que vai ficar no material. E nós estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

O próximo, por gentileza.

E aqui são as nossas reflexões.

O primeiro ponto é que todo mundo sabe da necessidade da reforma tributária para poder criar, sobretudo no país, a segurança jurídica de que tanto precisamos, mas sabemos que estamos entrando num modelo que é muito novo para todos nós, que é o modelo IVA, que vai, de uma forma ou de outra, eliminar algumas realidades do passado que vivíamos, como os tributos sobre o faturamento, e, querendo ou não, por mais complexos e densos que eram, todo o sistema econômico deu uma certa adaptada em relação a eles. Então, nós estamos reabrindo talvez o maior debate tributário da história do constitucionalismo brasileiro, mais até do que alguns poderes constituintes.

Nesse particular, em relação ao cooperativismo, o que se pleiteia é o respeito ao art. 146, que mostra que, na lógica do cooperativismo, na lógica desses milhões de brasileiros que precisam da cooperativa para o seu sustento, precisa-se perceber a fixação da riqueza no cooperado e tributar a riqueza ali, quando possível, nessa fixação. Então, seria garantir a sustentabilidade socioeconômica desse modelo e a sustentabilidade socioeconômica dos brasileiros que dele dependem, aplicando-se o art. 146, inciso III, alínea "c", na perspectiva do ato cooperativo e na perspectiva de um tributo indireto.

Portanto, num tributo indireto, eu teria que garantir uma não incidência, a neutralidade jurídica da cooperativa, só que nesse modelo, aqui para trás, eu tenho créditos que estão sendo gerados em toda essa operação, eu tenho uma não incidência aqui, porque essa incidência vai se dar na etapa subsequente, quando eu repassar e alocar a riqueza do cooperado, vou precisar manter esse crédito, senão seria o fim do modelo cooperativo, e preciso, sobretudo, num segundo momento, de entender como eu apoio e estimulo esse modelo.

E aí a posição final, a perspectiva final seria: dentro da realidade do modelo cooperativo brasileiro e do pouco tempo que tem, a OCB vem à presença de V. Exas. para pleitear a manutenção do texto do art. 156-A, que foi muito bem trabalhado, estudado, avaliado, pensado e mensurado, por horas e horas de reuniões, debates e contas, junto à Câmara dos Deputados.

E segundo, Srs. Senadores, um pequeno detalhe relevante. Quando se fala na manutenção daquele crédito, para que a incidência tributária se dê no consumidor final cooperado ou para que se repasse crédito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o cooperado contribuinte para que ele possa continuar na cadeia econômica do tributo não cumulativo, do IVA, que seria o IBS/CBS, o sistema cooperativista brasileiro pleiteia um crédito de equilíbrio. O que seria o crédito de equilíbrio? Seria o crédito daquela etapa referente aos custos que a cooperativa teve para alocar o recurso, alocar a mercadoria ou alocar o serviço do cooperado nesse ambiente econômico.

Portanto, Sr. Presidente, de forma bastante rápida e bastante célebre, a posição da OCB é agradecer o Parlamento pela sensibilidade da Câmara dos Deputados na percepção das particularidades do modelo cooperativo e demonstrar a confiança neste Senado Federal em relação à manutenção dos avanços desse texto, que nada mais são do que a manutenção do regime que existe hoje para a grande parte das cooperativas, regime que existe hoje há mais de 50 anos. Para quem quiser, basta olhar na IN 2.121 que boa parte das não incidências de PIS-Cofins para boa parte dos modelos cooperativos já está lá. Não se está alterando absolutamente nada do que já existe.

E eu pedi uma atenção especial a esse crédito de equilíbrio para acabar de exatamente, como o próprio nome diz, equilibrar a presença da cooperativa nesse ambiente econômico.

Com isso, eu saúdo novamente a todos os Senadores desta Casa e agradeço a oportunidade da explanação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero agradecer a contribuição do Sr. João Caetano Muzzi, representante aqui da OCB.

Passamos a palavra ao próximo, que é o Sr. Nelson Leitão Paes, Doutor em Economia e Assessor da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

Antes, porém, comunicando aqui a presença honrosa do novo Deputado Hauly, cujo passado não sei, mas, nas três últimas décadas, tem sido (*Risos.*), entre nós, o que mais tem se dedicado e contribuído para esse tema tão importante e relevante para o nosso país.

Com a palavra, então, o Sr. Nelson Leitão Paes.

O SR. NELSON LEITÃO PAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadores, boa tarde, Senadoras, colegas aqui convidados, pessoas que estão nos assistindo pela internet.

Eu tenho uma apresentação, acredito que esteja sendo projetada aí.

Eu vim falar, então, sobre o setor agropecuário, a desoneração da cesta básica e o *cashback*, que é essa novidade que a reforma tributária está trazendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando para o segundo eslaide, aqui a gente traz aquilo que foi acordado na Câmara dos Deputados durante a discussão da reforma por lá, que consta no texto atual da reforma tributária. Boa parte já foi dita pela minha antecessora, Angélica, da CNA.

O que a gente tem, então, é: alíquota zero para cesta básica; alíquota padrão reduzida em 60%; produtor rural, pessoa física ou jurídica, com faturamento até R$3,6 milhões por ano, pode optar ou não por ser contribuinte do tributo; direito ao crédito presumido; previsão de tratamento específico para as cooperativas; questão dos biocombustíveis; não incidência do IPVA sobre aeronaves e máquinas agrícolas; não incidência do imposto seletivo sobre todos os bens e serviços que estão abrangidos pela alíquota reduzida da CBS e do IBS; e, por fim, produtor integrado também não será considerado contribuinte. Então, essa é a fotografia atual do setor agropecuário na reforma tributária. Nesses pontos, então, acho que já há algum consenso.

Sobre a desoneração da cesta básica, eu trago aqui uma visão um pouco crítica dessa desoneração. A cesta básica trata de produtos essenciais, ou seja, produtos absolutamente necessários para que as pessoas consigam sobreviver – alimentação, alimentação básica –, mas esse tipo de produto costuma ter o que os economistas chamam baixa variedade da demanda. O que quer dizer isso? As pessoas precisam consumir de toda forma. Então, havendo variações nos preços, a demanda tende a se manter ou variar muito pouco. Então, se o preço do arroz, por exemplo, aumentar em torno de 30%, não se espera que a demanda de arroz caia nessa mesma magnitude, porque as pessoas precisam continuar comendo arroz. Na verdade, apenas aquelas pessoas de renda muito baixa não vão conseguir mais comprar essa mercadoria, esse produto essencial e, com isso, ficarão prejudicadas nesse mercado. Então, esse produto ainda tem essa característica, são produtos essenciais, em que a demanda não tem muito como variar. Ela é, mais ou menos, constante, com pequenas variações.

Bom, esse fato leva a que a desoneração da cesta básica tenha um impacto reduzido nos preços. A gente tem uma literatura aqui no Brasil, inclusive um trabalho bastante recente, que aponta que o repasse da desoneração para os preços ao consumidor, na verdade, é parcial, não é integral. Uma parte da redução chega até o consumidor final, o que é algo também perfeitamente natural e acontece com todos os setores da economia. Qualquer benefício tributário não necessariamente vai ficar com aquele beneficiário. Do ponto de vista econômico, haverá, sim, um deslocamento desse benefício para ofertantes e demandantes a depender das condições de cada mercado.

Além disso, a desoneração da cesta básica tem um segundo problema: beneficia todos os consumidores, ou seja, não apenas aquelas pessoas que realmente precisam ter alimentos mais baratos, mas toda a sociedade, inclusive aqueles que não precisam. Essa é uma falta de focalização na desoneração. Então, a desoneração da cesta básica como instrumento para a redução de pobreza e desigualdade não é muito adequada. Ela não tem o repasse integral do benefício aos preços e acaba beneficiando pouco os consumidores de menor renda. Então, há um gasto, um recurso robusto, grande, alocado na desoneração da cesta básica, mas apenas uma pequena parte acaba chegando às pessoas de renda mais baixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma tributária traz uma alternativa, que é a restituição do imposto, apelidada de *cashback*. Isso quer dizer o quê? O imposto que as famílias pagam na aquisição de produtos... E aí a gente pode definir quais produtos dariam direito a esse *cashback*, mas seguramente produtos de cesta básica seriam os primeiros candidatos. Esse imposto que as famílias pagam na aquisição de produtos básicos, produtos agrícolas... Elas poderiam receber de volta em dinheiro o imposto que foi pago. Essa forma de restituição do imposto não é novidade. Isso já acontece em vários países da América Latina, inclusive em países mais pobres que o Brasil, como o Equador e a Bolívia, já acontece em algumas províncias no Canadá e já acontece no Brasil. O Estado do Rio Grande do Sul possui atualmente a instituição do ICMS pago, chamado Devolve ICMS, que já está em funcionamento e com ótimos resultados na perspectiva de redução de pobreza e redução de desigualdade.

Esse recurso que é destinado de volta às famílias de baixa renda é bastante interessante, porque, primeiro, tem uma focalização. Você pode direcionar o recurso para aquele grupo social que você acha importante que receba o imposto de volta. Então, notadamente são as pessoas de menor renda, mas é possível ampliar ou diminuir esse foco. E essas pessoas que recebem esse recurso podem usar o dinheiro da forma que elas quiserem. Então, elas não precisam consumir um produto de cesta básica para ter acesso ao benefício. Elas podem pegar o dinheiro da restituição, do *cashback*, e comprar um fogão, se elas estiverem precisando de um fogão. Então, elas têm muito mais autonomia e liberdade no uso do recurso, não ficam atreladas apenas àqueles produtos que têm redução do imposto.

Essa estratégia, essa restituição do imposto, tem um potencial incrível para mitigar a regressividade da tributação sobre o consumo. A gente precisa lembrar que, no Brasil, quase metade da tributação, da arrecadação tributária está no consumo. E o consumo é regressivo, ou seja, quem é mais pobre paga proporcionalmente mais tributo do que aqueles que são mais ricos. E o *cashback* tem o potencial para mitigar muito fortemente essa característica do imposto sobre o consumo.

Se o *cashback* estiver atrelado à emissão de nota fiscal, ele representa também um incentivo à formalização das empresas: as empresas vão se interessar em se formalizar para emitir nota fiscal, porque haverá uma demanda dos clientes por receber essa nota fiscal para poderem pedir o imposto de volta. Então, há um aspecto muito positivo também em educação tributária, em educação fiscal, em redução de informalidade no Brasil.

E mais ainda, é possível... Certamente, aliás, uma parte substancial desses recursos do *cashback*, que retornarão para as famílias de baixa renda, será utilizada na aquisição de produtos essenciais, como os da cesta básica. Então, aquele indivíduo que não conseguia comprar, que não pôde mais comprar a quantidade de arroz de que gostaria, porque o preço subiu e a renda dele não acompanhou o aumento do preço, ao receber o *cashback*, tem chance, tem possibilidade de conseguir voltar a comprar a quantidade de produtos básicos que ele gostaria de ter.

Próximo eslaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mesmo com a desoneração da cesta básica, ainda que se mantenha a desoneração da cesta básica, o *cashback* ainda pode ter um papel importante. É o que acontece, inclusive, no Rio Grande do Sul, onde convivem os dois mecanismos: a desoneração da cesta básica e a restrição do imposto.

Mas a importância do *cashback* cresce, aumenta se a cesta básica for mais restrita, for mais bem focalizada em produtos realmente essenciais. Então, ter uma desoneração da cesta básica para produtos efetivamente básicos abre espaço para que a gente possa ter um *cashback*, uma restituição do imposto de maior volume. É claro que nós temos esse limite de não aumentar a carga tributária, de se manter a carga tributária, e isso também representa um limite na quantidade de recursos que pode ser alocada no *cashback*.

Tem um gráfico que é bastante interessante – espero que esteja sendo projetado –, que trata da carga tributária que as famílias de baixa renda suportam no ICMS do Rio Grande do Sul, onde já existe o Devolve ICMS, que devolve recursos para as famílias de baixa renda.

A linha vermelha é a carga tributária sem nenhum tipo de benefício. Então, observe que as famílias de baixa renda estão com uma carga em torno de 11%; as de alta renda, em torno de 4%.

A desoneração da cesta básica – aqui supondo que seja integralmente repassada para os preços, o que não é exatamente verdade – tem um decréscimo muito pequeno no efeito, na redução da carga tributária sobre os mais pobres: cai em torno de 1%, ou nem isso. Agora, com o Devolve ICMS, com a restituição do imposto, a carga tributária das famílias de menor renda cai mais da metade, vai para em torno de 5,5%. Ela cai de 11,37% para 5,5%, cai a menos da metade.

Então, esse tipo de mecanismo consegue acabar com a regressividade do sistema tributário, reduzir substancialmente a regressividade do sistema tributário e transformá-lo em um sistema muito mais neutro. Há um ganho expressivo aqui na questão da pobreza, na desigualdade e no acesso a alimentos para as pessoas de renda mais baixa.

Bom, concluindo, muitas demandas do setor agropecuário já foram contempladas na reforma, a gente passou por algumas agora, e o *cashback* pode ter um papel muito importante na redução da pobreza e na redução da desigualdade, principalmente acabando ou, pelo menos, mitigando substancialmente a regressividade do sistema tributário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fico à disposição para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Agradeço a contribuição do Sr. Nelson Leitão Paes, do Ministério da Fazenda. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tinha sido possível inicialmente, porque era o primeiro aqui da relação, mas vamos voltar ao Sr. Wilson Vaz de Araújo, Secretário de Política Agrícola Adjunto, do Ministério da Agricultura e Pecuária, para a sua exposição.

Então, com a palavra, o Sr. Wilson, que vai falar remotamente.

Vamos ver se agora completa a conexão. (*Pausa.*)

Está difícil. Vamos, então, suspender a conexão e vamos passar para o próximo.

Com muita honra, concedo a palavra ao Sr. Maílson da Nóbrega, ex-Ministro da Fazenda, sócio da Tendências Consultoria, para sua exposição.

Com a palavra, Dr. Maílson.

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro e demais membros desta Comissão.

Senadores e Senadoras, meus colegas de bancada, participantes deste debate, é um prazer estar aqui e trazer um pouco do meu desejo de contribuir para assunto tão relevante da economia nacional.

Eu começaria dizendo que nós estamos diante de uma revolução, uma revolução da tributação do consumo, quando comparado ao que se tem hoje: o pior sistema de tributação de consumo do mundo. Não tem nada parecido, de bagunça, em canto nenhum do mundo. E esse sistema responde, em grande parte, pela armadilha do baixo crescimento em que se meteu o Brasil.

Portanto, nós estamos diante de uma revolução não apenas de um sistema moderno de tributação do consumo; o IVA, associado à sua gestão pela tecnologia digital, faz com que o Brasil possa ter o mais avançado, tecnicamente falando, tecnologicamente falando, sistema de tributação do consumo do mundo. Portanto, é uma oportunidade ímpar, que vai aumentar, se aprovada a reforma, o potencial de crescimento da economia brasileira.

Se nós pudéssemos dar um exemplo aqui, seria o da Índia. A Índia viveu um caos tributário semelhante ao do Brasil na tributação do consumo; fez uma reforma parecida com a que o Brasil está tentando fazer; e essa reforma responde, em grande parte, pelo êxito recente da Índia. A Índia supera a China, pela primeira vez, como o país de mais relevante, de mais forte ritmo de crescimento de sua economia.

Eu queria defender alguns pontos aqui dessa reforma que vejo desprezados ou pouco entendidos no debate que tem se travado nos últimos meses.

O primeiro é o Conselho Federativo. O Conselho Federativo é, na minha opinião, a maior inovação dessa reforma, porque, sem ele, a reforma não existe. Por que não existe? Porque só o conselho permite

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurar uma promessa da reforma, qual seja, a de que durante 20 anos nenhum ente federado perderá a receita, a sua participação na receita. Isso é impossível sem o Conselho Federativo. Se deixarmos a critério de cada estado ou câmara de compensação que o valha, isso não funciona.

E é preciso assinalar... E eu participo, tenho participado deste debate há pelo menos 40 anos. Eu integrei a primeira comissão de reforma tributária do Ministério da Fazenda, em 1983, junto com Francisco Dornelles e Ibrahim Eris, e, já naquela época, isto era claro para nós: os estados perdedores de uma reforma que mude da origem para o destino vão se opor. E se opuseram sempre. Então, a coalizão de veto contra a reforma acontecia exatamente por isto: a falta de um mecanismo que permita obviar o problema das perdas e ganhos da reforma durante um certo período.

Em segundo lugar, o Conselho Federativo é fundamental para devolução dos créditos acumulados, particularmente na exportação. Isso será possível fazer rapidamente. Prometem 60 dias. Eu acho que podem fazer em 48 horas, se quiserem, porque, dado que a arrecadação é centralizada e ela será comandada por um algoritmo e não pela ação humana, cada crédito acumulado corresponderá a uma, chamemos assim, reserva de valor na arrecadação para a sua devolução. Ou seja, aquilo que se transformará em crédito não será objeto de distribuição para a União, os estados e os municípios, nas duas formas de tributação que estão sendo examinadas.

O conselho não é, ao contrário do que se tem dito, uma afronta à Federação, até porque a União não participa do conselho – até poderia, eu acho; poderia até contribuir mais se a União participasse, mas a decisão da Câmara não permitia a União participar desse conselho.

Como é hoje? Hoje, quem acumula crédito pode passar anos para receber. Nenhum estado devolve o crédito com menos de 90 dias. Eu fui membro do conselho de administração de uma empresa de celulose que exportava 80%, 90% de sua produção e acumulava quantias imensas de créditos pela exportação. Ela levava tempo para receber, e o estado onde ela funciona propôs uma solução: você constrói 20 escolas rurais e nós te devolvemos. Isso é pura chantagem. Isso é possível fazer. E a empresa concordou, porque é melhor receber fazendo essas escolas do que ficar sem receber.

Então, acusa-se o Conselho Federativo de ser contrário à Federação, porque ele terá iniciativa de leis. Iniciativa de leis não significa aprovar leis, é a capacidade de propor alterações na legislação. E o conselho, pelo trabalho de coordenação que ele vai fazer, a capacidade de dirimir dúvidas que ele vai ter, está aparelhado de informações e experiências para propor aperfeiçoamento na legislação, mas a palavra final é do Congresso. Portanto, não há que falar que isso é uma aberração ou um monstrengo. É absolutamente natural que se faça assim.

Eu queria comentar também dois ou três outros pontos. Portanto, eu sou amplamente favorável ao Conselho Federativo. E, se ele for eliminado da reforma, ela acabou, porque nós vamos voltar ao sistema de hoje, em que cada estado devolve quando bem lhe aprouver. E isso significa uma perda enorme

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularmente das empresas que serão desoneradas dos seus investimentos e estarão imunes na tributação das exportações.

Outra coisa que eu queria, nessa mesma linha, alinhavar, em alguns comentários, é sobre essa questão da autonomia estadual, que alguns Governadores estão levantando e têm apoio de alguns cientistas políticos, de alguns economistas, porque isso vai ferir a autonomia. Os estados e municípios teriam, nessa visão, o direito de gerir suas próprias finanças. Olha, a experiência mundial mostra que a autonomia de entes federados não é absoluta, ela é relativa. Isso está consagrado no livro recente do conceituado comentarista econômico do jornal *Financial Times*, Martin Wolf. Repetindo: a autonomia é relativa. Ela só funciona, só deve funcionar quando não... Ela deve ser relativa quando estão em jogo os interesses da coletividade e não os interesses dos estados.

Eu acho que tem um exemplo contundente para se opor à ideia de que a autonomia tem que ser absoluta, como defendem alguns Governadores, Prefeitos e secretários de fazenda e finanças, que é o exemplo da Alemanha. A Alemanha é, na minha opinião, junto com a Suíça, a federação mais forte do mundo. A federação alemã decorreu da unificação em 1871, sob o comando do Chanceler Bismarck...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAILSON DA NÓBREGA – ... e juntou condados, ducados, etc., para formar um só país: a Alemanha. E, certamente, a Alemanha se viu diante desta questão: o que nós queremos? A autonomia dos estados ou a prosperidade do país? Porque a autonomia do estado significa não se beneficiar das vantagens de um IVA, em termos de geração de atividade econômica, emprego e renda. Pois bem, os alemães optaram pela prosperidade. Os estados alemães não têm poder de administrar o IVA, e está se querendo que isso seja feito aqui no Brasil.

Na verdade, o que se deseja é a preservação da guerra fiscal, isto é, autonomia para cada estado, coincidência entre fiscais, o que piora a alocação de recursos, cria problemas para a gestão tributária e gera distorções na economia.

E é preciso olhar a experiência mundial. Aqui, perto de nós, os estados americanos têm o poder de atrair, via instrumentos fiscais, investimentos no seu território. Mas como isso é feito? Via orçamento. O estado concede uma subvenção... Conheço uma empresa brasileira que vai inaugurar uma fábrica agora no Estado do Tennessee, e ela receberá uma subvenção do estado para baratear o custo do investimento. Mas, uma vez operando – é uma empresa de Santa Catarina –, ela vai pagar imposto como qualquer outra empresa, que é isso que a gente pode fazer aqui no Brasil. Ou seja, preservar o poder de atrair investimentos, mas fazê-lo pela via transparente do orçamento, que tem que ser aprovado pelo Congresso, que pode ser monitorado pela imprensa, pela sociedade, pelo sistema político, e não preservar uma autonomia que é danosa à atividade econômica e inviabilizaria um dos principais objetivos dessa reforma que é o fim da guerra fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também gostaria de mencionar rapidamente a questão das exceções.

Os especialistas que acompanharam as decisões da Câmara, entre os quais me incluo, lamentaram a quantidade de exceções. Exceções existem em vários países. A Europa nasceu com exceções – três a cinco alíquotas. Aqui nós temos muito mais do que isso, com algo que eu considero que é – não digo condenável – lamentável, que é o benefício para o serviço. Os serviços nos IVAs modernos pagam tanto quanto os bens, porque a Europa, que começou isentando determinadas atividades, se deu conta de que essas exceções beneficiam as classes mais favorecidas e não os pobres.

Os ricos no Brasil pagam menos tributos sobre o consumo, por uma razão, um acidente histórico, que é o nascimento da reforma tributária de 1965, que foi implementada em 1967. Naquela época, em vez de fazer um IVA único, que era possível, o Governo optou por usar as bases existentes. Já existia o IPI na União, que virou IPI; existia o Imposto sobre Vendas e Consignações nos estados, que virou ICM e, depois, ICMS; e o Imposto de Indústria e Profissões, que virou ISS (Imposto Sobre Serviço), com alíquotas de 2% a 5%. Então, o rico, que paga a melhor escola de seu filho, usa o melhor hospital para sua família, viaja de férias, inclusive para o exterior, paga por esse consumo 5%. O pobre, que compra feijão, arroz, café, açúcar, pão, paga 18%. Isso me parece inaceitável. Isso me parece inaceitável.

E criou-se um comentário absolutamente desprovido de procedência, que seria tributar a educação. A proposta da PEC 45 não era para aumentar a tributação, era para tributar os ricos que usam a educação paga, porque a educação gratuita continua. Enfim, eu acho que foram exceções demais feitas aqui.

E um comentário: tem exceções e regimes especiais – não são a mesma coisa. Exceções são estabelecer uma alíquota diferenciada para um determinado segmento, que se justifica, a meu ver, no caso do agronegócio, se justifica, a meu ver, em alguns itens que estão lá, mas provavelmente não se justifica para todos os serviços.

E os regimes especiais. Os regimes especiais são setores com características tais que não é possível tributar de forma adequada, a não ser criando novas distorções. Os exemplos são a construção civil, o turismo e o sistema financeiro. Imagina se fosse tributar com a líquida de 27%, que é o cálculo mais recente, uma operação de empréstimo. Você acresceria ao já gigantesco *spread* bancário mais 27%. Aliás, é mais que isso, porque incide em cascata. O biocombustível também é passível de enquadramento no regime especial.

Então, eu acho que o Senado, a meu ver, poderia, nesse campo, tomar duas decisões. Em primeiro lugar, reexaminar criteriosa e cuidadosamente as exceções e, ao mesmo tempo, não sucumbir a pressões para novas exceções. Em segundo lugar, revogar o art. 19 da emenda, que autoriza estados a tributar produtos semielaborados e produtos primários. Significa tributar a agricultura, tributar o petróleo – é absurdo. Além do mais, o art. 19 é uma contradição à reforma. A reforma veio para simplificar; o art. 19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

veio para complicar, e ele vai incidir nas exportações, ele vai prejudicar os exportadores brasileiros, inclusive e sobretudo a agricultura.

Então, eu acho que o art. 19 merece não apenas o repúdio dos que analisaram essa questão, mas uma corajosa decisão do Senado, que, mesmo sendo a Casa dos estados e da Federação, tem que assumir corajosamente essa ideia de excluir esse tipo de câncer que pode contaminar as vantagens da reforma tributária.

E, por último, eu queria fazer um comentário sobre incentivos para a indústria automobilística, que, por pouco, não foram preservados no projeto aprovado pela Câmara, que é, em primeiro lugar, como eu mencionei aqui: conceder incentivo fiscal para determinados segmentos ou para atrair indústria é um processo abandonado em todo o mundo. Você tem que usar o orçamento e sua transparência. Em segundo lugar, manter esse tipo de incentivo para desenvolvimento regional vai beneficiar especificamente, basicamente, uma empresa do Estado de Pernambuco. Essa empresa tem benefícios que hoje remontam a R$5 bilhões por ano. Só para você ter uma ideia, esse tipo de tributo extraiu dos estados e dos municípios, através dos Fundos de Participação de Estados e Municípios, de 1998 para cá, R$25 bilhões. E uma coisa a que os estados e municípios têm que estar atentos: esse benefício decorre do crédito presumido do IPI, portanto ele diminui o valor desses fundos. Por que o Piauí, o meu Estado da Paraíba e todos os demais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste teriam que pagar um preço para o Estado de Pernambuco ter uma indústria automobilística? Não me parece razoável, não me parece lógico, não me parece correto. Portanto, eu acho que o Senado deve resistir também a essa ideia de preservar o incentivo fiscal para a indústria automobilística no nível regional. Além do mais, há um estudo recente mostrando que para cada R$6 de renúncia tributária cria-se renda de apenas R$1, ou seja, esses R$5 bilhões, no fundo, beneficiam as margens de lucro dessas empresas. Repetindo: não dá para aceitar as pressões para prorrogar esse benefício.

É isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, agradecendo ao Doutor Professor Maílson da Nóbrega, que nos brindou com uma análise muito profunda e concisa, trazendo vários conceitos importantes, vamos ao próximo, que será o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Economista, Presidente das empresas Kaduna Consultoria e BK Consulting, Presidente do Lide Energia e membro do Conselho da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), para sua exposição no prazo de dez minutos.

O SR. ROBERTO GIANNETTI DA FONSECA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente Marcelo Castro, pela realização deste evento. Eu cumprimento a todos os integrantes da mesa, Senadores, Senadoras, Deputados. Falo aqui, remotamente, com muito prazer, a esse Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os Srs. Deputados que aprovaram, na Câmara dos Deputados, como o ex-Ministro Maílson falou, a histórica reforma tributária que nós, há tanto tempo, aguardamos, desde a época dele de Ministro. Eu lembro também, como Secretário-Executivo da Camex no Governo Fernando Henrique, por quanto tempo almejamos a reforma tributária. É um momento histórico: temos na mão a possibilidade de uma grande evolução institucional, fiscal, tributária no nosso país.

Muito bem. Foram feitos ajustes, emendas pelo Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro, e pelo Presidente do grupo de trabalho, Reginaldo Lopes, e vários dos conflitos distributivos que existem hoje no país foram abordados nessa reforma. Alguns já foram aqui ditos, eu não vou repeti-los para poupar tempo, mas o que eu quero clamar ao Senado Federal, aos Srs. Senadores são os novos ajustes prioritários que devem ser feitos. E eu vou me deter a apenas três, porque, se eu colocasse mais do que isso, eu não estaria falando de prioritário, eu estaria falando de todos os ajustes. Eu vou falar de três prioritários, que eu julgo extremamente importantes.

O primeiro é relacionado a essa questão da cesta básica, que foi aqui abordada pelo representante do Ministério da Fazenda, e eu discordo, como economista, das suas afirmações e conclusões. Por quê? Em primeiro lugar, há um equívoco de pensamento que reside no fato de que nós temos hoje impostos de consumo – o ICMS, o IPI e o ISS –, que são cobrados na origem e não no destino. E, quando se fala de cobrar no origem, sim, a tributação é em cima do setor, é em cima da empresa. Agora, nós estamos falando de um IVA no destino. E, com o IVA no destino, a tributação, a incidência é em cima do consumidor, na nota fiscal eletrônica lançada pelo último da etapa da cadeia produtiva – provavelmente, o varejo ou o prestador de serviço –, que vai emitir uma nota ao consumidor. Portanto, ao aumentar em 25% ou 27% o preço dos itens da cesta básica, ele vai estar, sim, prejudicando profundamente aqueles que mais precisam da alimentação no Brasil, que são os que têm fome, que são os 30 milhões de pessoas que passam insegurança alimentar neste Brasil. Isso, para não falar da classe média – iria a 70 milhões de pessoas ou mais –, que também tem uma dificuldade orçamentar em casa e que, ao receber 25% ou 27% de aumento na nota fiscal do produto, vai ter que reduzir a sua alimentação. Diz o representante da Fazenda: "Ah, mas depois recebe de volta". Mas não é imediato. E, nesse prazo temporal entre o pagamento do imposto e a devolução, ele vai comer o quê? Se 70% da renda do cidadão da classe mais baixa são gastos em cesta básica, ao aumentar o imposto, ele vai sofrer uma redução de consumo. A elasticidade vai ser aplicada, sim, em uma correlação relativamente alta na queda de demanda, que vai prejudicar também o produtor rural, especialmente o pequeno e médio agricultor que produz para o mercado doméstico.

E a questão do *cashback*, que eu também repudio veementemente, não pode ser aprovada. Por quê? É um mecanismo ineficiente, é um mecanismo, inclusive, que não atinge toda a população. Aqueles que não estão no Cadastro Único, que não recebem, por exemplo, Bolsa Família, vão ter que pagar o imposto de consumo sobre os itens da cesta básica? Porque eles não têm como receber de volta; eles não são bancarizados, não têm conta bancária. Alguns não têm nem certidão de nascimento. Será que esses homens do gabinete de Brasília conhecem o Sertão profundo do Nordeste, conhecem as populações remotas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ribeirinhas, da Amazônia? Eles vão ter que pagar imposto sobre cesta básica? Não! Por favor! Cesta básica tem que ser isenta para todos. Ainda dizerem: "Ah, mas os ricos vão ter o benefício da isenção da cesta básica?". Sim! Mas que ricos são esses? Três ou quatro por cento da população. Ou, se formos ainda mais segregar, os milionários, que são 0,1% da população.

E aqui há um outro conceito que está errado, no imposto de consumo você diferencia produtos, não pessoas. Quem tem que diferenciar pessoas é Imposto de Renda. É preferível cobrar um pouco mais de Imposto de Renda dos ricos e acabar com essa bobagem de *cashback*, um sistema que vai devolver o imposto que não devia ser cobrado, que vai ter ineficiência, vai ter fraude, vai ter desvio, não vai atingir toda a população. Tanto que os países da OCDE não usam isso, Senador. Esta é a conclusão, nós temos que copiar aqueles que dão certo. Nos países da OCDE os alimentos são isentos. Podem olhar as estatísticas, de 1%, 2%, 3% ou isentos. É o que a Europa, a Austrália e o Canadá cobram para alimentos.

Pulando para outro ponto, vamos agora falar do período de transição, em que ninguém tocou até agora. Acho gravíssimo, quero chamar a atenção dos Srs. Senadores, período de transição. Vejam só, duas contabilidades por dez anos? Nós vamos ter o IVA pleno só em 2032. Eu estou indignado com isso, porque eu sou de uma geração que está esperando a reforma tributária há décadas. Ainda vamos ter que esperar mais dez anos para ela ser concluída? Aí perguntam: "Ah, mas tem que fazer todos os ajustes, tem que fazer tudo com muita cautela". Verdade, temos que fazer os ajustes para dar neutralidade e equidade, são dois aspectos importantíssimos da reforma tributária. Só que ninguém falou até agora que a tecnologia digital, tecnologia de informação, pode fazer isso em um ou dois anos. E eu explico como: a plataforma digital de repartição de pagamento já é de uso comum hoje na tecnologia de informação. A nota fiscal eletrônica gera um IVA ou um IBS ou um CBS, vai para a plataforma, lá na plataforma vai ter o chamado algoritmo, que o Ministro Maílson acaba de registrar, que vai repartir essa receita entre os entes federados – União, estados e municípios – e vai ajustar a alíquota para ser neutra em relação ao que é cobrado hoje, para não haver aumento de carga tributária.

Isso é possível de se fazer, mas de primeiro e de forma virtual, que se faça isso de forma virtual, de um a dois anos: simula-se um IVA virtual, assim como foi feito no Plano Real, com muito sucesso, uma URV virtual, era moeda virtual a URV, e depois de seis meses simplesmente se virou a chave, terminou a URV e existiu o real. E o plano foi fantástico, temos até hoje aplaudido o Plano Real. Aqui nós temos que fazer o mesmo: o IVA virtual por um ou dois anos, simula-se a arrecadação do IVA, ajusta-se a alíquota para ser a alíquota correta – sem este "chutômetro", que é 25%, 27%, 30%, ninguém sabe direito, até pelos efeitos disso no fim da guerra fiscal, aumento da base de incidência, aumento da carga tributária sobre o consumo de alguns itens como serviços; está certíssima a opinião do Maílson da Nóbrega também. Eu acho que isso vai dar uma outra conotação de fazer realmente a garantia, a confiabilidade de que a neutralidade da carga tributária está assegurada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro ponto: para a distribuição para os entes federados, ninguém quer ter perda de arrecadação. A distribuição também vai ser vista pelo Conselho Federativo, no virtual, e vai se saber que ela está sendo feita no *ex ante*, ou seja, igual ao que era. Não haverá perdedor.

Então, peço aqui que os senhores analisem a possibilidade de termos aqui a plataforma digital. Existe já uma proposta do Instituto Atlântico chamado Onda, que é nada mais como o ONS na energia. Você tem a Organização Nacional de Arrecadação Tributária, que vai fazer esse papel de arrecadar e distribuir para os entes federados.

E o último ponto que eu quero colocar é a questão da eliminação do contencioso. A eliminação do contencioso é fundamental. O Maílson da Nóbrega também tocou nisso, eu quero citar... Não é só o ICMS exportação, são muitos créditos tributários, inclusive precatórios, porque não podemos fazer uma reforma tributária sem que o ajuste da alíquota elimine dívidas consolidadas da União e dos estados com os contribuintes. Os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, não podem ser prejudicados. É questão da segurança jurídica, que tão bem falou o Gesner. Se nós não tivermos segurança jurídica, não há investimento, promoção de investimento. Se não há promoção de investimento, não há geração de emprego. Se não houver geração de emprego, não há renda. Se não houver renda, não há consumo. Se não há consumo, o país não cresce, as pessoas não evoluem.

É essa a armadilha em que nós estamos presos hoje, na armadilha da renda média, de que o Ministro Maílson também falou. Então, aqui a segurança jurídica é fundamental. Temos que colocar todos esses créditos e dívidas consolidadas, homologadas, reconhecidas, transitadas em julgado, para que a gente tenha confiança em que os nossos governos – federal, estadual e municipal – honram as suas dívidas e não são devedores contumazes, não são devedores caloteiros, que infelizmente hoje nós vemos que prejudicam a credibilidade dos governos, tanto em nível federal como estadual e municipal.

É importante que o contencioso também seja resolvido. E, por enquanto, não vejo que no texto temos uma solução adequada para isso. É preciso trabalhar na solução do contencioso para o futuro.

Termino colocando aqui, portanto, o tripé que nós temos que observar nessa reforma tributária e que o Senado tem que levar como importante meta para se consolidar a reforma tributária. Três palavras: simplicidade, confiabilidade e constitucionalidade. Se essas três palavras forem analisadas em cada decisão que o Senado tomar, eu tenho certeza de que essa reforma tributária será muito boa.

Agradeço pela atenção.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Foi uma valiosa contribuição de V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E passamos à próxima, que será a Sra. Tatiana Falcão, especialista em questões de tributação do clima na ONU. Estou curioso para ver essa contribuição aí da reforma tributária com o clima.

Com a palavra, Sra. Tatiana.

A SRA. TATIANA FALCÃO (Para expor.) – Muito obrigada, primeiramente, pelo convite, Senador Marcelo Castro. E aí eu saúdo os demais Deputados e Senadores aqui presentes, na pessoa do Senador Marcelo Castro.

Eu vou falar aqui hoje sobre a tributação de carbono dentro do contexto do imposto seletivo, na PEC 45, que, na verdade, a meu ver, é o único contexto no qual esse imposto seletivo deve ser abordado, seguindo aí as premissas de melhores técnicas legislativas internacionais.

Então, quais serão minhas principais mensagens aqui hoje? Eu gostaria de ver a questão do imposto seletivo dentro do contexto das obrigações do Brasil frente às metas assumidas no Tratado de Paris, que trata da redução de 43% das emissões até 2030.

Esse imposto seletivo, em se tratando de um *sin tax*, como é deliberado aí internacionalmente o imposto sobre carbono, ou açúcar, ou tabaco – e no meu caso falarei sobre o carbono –, ele tem a competência de passar a tributar todas as emissões derivadas do consumo de produtos fósseis em território nacional.

E, aí, o que eu trago aqui hoje? Na verdade, eu vou tratar um pouco mais da técnica legislativa. Eu tive a oportunidade já de tratar um pouco sobre a tributação de carbono, quando eu falei no grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, mas eu queria focar realmente a questão legislativa, conforme a redação que já foi objetivada ali na Câmara dos Deputados, e o que nós poderíamos fazer, na verdade, para alcançar uma formulação que é mais adequada e que, de fato, segue as melhores práticas internacionais para a tributação de carbono, que, assinalo novamente, é o tema de que vou tratar aqui hoje.

Então, o que é um tributo sobre carbono? Eu vou começar com isso, porque – não está nesse eslaide –, na verdade, ele é um imposto específico sobre uma base específica, então, medida em unidades – em volume, na verdade, no caso do carbono, que é medido em toneladas de carbono e que varia de acordo com a quantidade de produto fóssil, de carbono contido dentro daquele produto fóssil, aí tendo ou o petróleo, ou o gás, ou o carvão como base e todos seus produtos derivados.

Eu vou chegar à técnica legislativa, que está nesses eslaides – eu tenho um eslaide específico para tratar disso.

Mas eu vi aqui – eu cumpri o meu dever de casa – a lista de pessoas que falariam junto comigo hoje, e aí eu gostaria de ressaltar em primeira mão que, sobre esse imposto, não se trata de um imposto que onera, em primeira mão, o agronegócio, tampouco a pecuária; ele vai onerar produtos fósseis, de acordo com a capacidade poluente desses produtos. Então, na verdade, vai haver uma onerosidade que é só indireta, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida que essas indústrias utilizarem petróleo e gás como combustível fóssil nas suas atividades econômicas, mas não existe uma onerosidade específica com relação à atividade em si; é um impacto indireto que seria cabível a todos os consumidores desse produto.

E o etanol, e na verdade o biocombustível, só passa a ser onerado à medida que existe uma mescla de combustíveis. Então, não havendo mescla de combustíveis, também não há onerosidade sobre o etanol. Então, o biocombustível fica isentado desse tipo de imposto.

Se puder passar para o próximo eslaide, por favor.

É importante ressaltar aqui o preço sobre carbono, o que a gente trata no preço sobre carbono. O preço sobre carbono é entendido como preço explícito, mas, como o imposto sobre carbono não existe em território nacional, o preço é implícito. O preço implícito sobre carbono seriam os impostos *ad valorem* incidentes sobre os combustíveis fósseis: aqui, seria o ICMS incidente sobre a gasolina, o gás natural no Brasil. Atualmente, se você levar em consideração todos os incentivos, isenções e subvenções estatais, ele é considerado negativo.

Mas isso implica dizer que o Brasil, na verdade, subsidia a venda de combustíveis fósseis, o que é um impedimento na transição verde que será necessária até 2030 e, por consequência, até 2050, de acordo com os compromissos assumidos dentro do Tratado de Paris. E, pelos estudos do Banco Mundial, nós sabemos que o carbono poderia vir a ser uma importante fonte de receita justamente para financiar essa transição, para o desenvolvimento de produtos de combustíveis de baixo teor de carbono ou combustíveis renováveis, energias renováveis. E o estudo do Banco Mundial ressalta que se seria capaz de produzir até US$28 bilhões, o equivalente a 1,1% do PIB, em 2030, isso levando em consideração um imposto de R$75 ou US$14 em 2024, ou R$350 ou US$67 em 2030.

É importante ressaltar, claro, que, havendo a imposição de um imposto sobre carbono, haveria uma redução correspondente da base do IBS. Então, esses dois impostos, na verdade, se comunicariam. O imposto sobre carbono incidiria em uma primeira mão para equalizar o preço dos produtos e também dos combustíveis, removendo a vantagem competitiva que os produtos marrons atualmente têm – quer dizer, os produtos ricos em carbono atualmente têm –, por serem os predominantes no mercado, e aí equalizando a vantagem competitiva desses produtos frente aos produtos fósseis, dando equidade de competição entre os dois produtos.

E aí, na medida em que você tem um imposto sobre carbono que equaliza o preço em bases ambientais, ele equaliza o preço com base no poder de poluir daquele produto, você passa a incidir o IBS, que vai ser um imposto que vai incidir na base *ad valorem*, como consequência, em complementação à imposição do imposto sobre carbono. O IBS, claro, ele não tem esse teor de onerar a base com base no teor poluente: o objetivo dele é justamente onerar o consumo. Então, o objetivo é diferenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu coloco isso também dentro de um contexto mais amplo, mais macro, das discussões internacionais, dentro do mecanismo europeu de ajuste sobre o preço de carbono na fronteira. Não sei se vocês já ouviram falar sobre isto, mas existe uma proposta – uma proposta não, uma legislação – que entra em vigor agora em outubro de 2023 para estabelecer um preço fronteiriço na União Europeia a partir de produtos que não são onerados por um preço explícito, como eu falei. Então seria um imposto sobre carbono ou um mercado regulamentar de carbono.

O mercado regulamentar de carbono leva, em média, dez anos para se estabelecer num país, então a única opção que nós teríamos disponível atualmente seria realmente o estabelecimento de um imposto sobre carbono.

E o que esse mecanismo de ajuste na fronteira faz? Ele diz que, na medida em que o país de origem não tem um preço explícito, ou seja, um imposto sobre carbono em vigor, ele passa a tributar em nome do país de onde o produto provém. Ele onera produtos que são ricos em produtos fósseis, com uma pegada alta de carbono. Então, normalmente, eles oneram polpa de papel, aço e alguns outros produtos, inclusive eletricidade quando existe negociação na fronteira europeia, mas a verdade é que a União Europeia passa, então, a tributar em nome do país do qual o tributo se origina, ou seja, ela tanto tributa quanto guarda a receita proveniente desse tributo para os seus próprios cofres. Então, a inação por parte do Governo brasileiro, neste momento, importa em uma perda de arrecadação em âmbito doméstico, mas também na abertura de mão dessas receitas em prol de um Governo terceiro, que, nesse caso, é a União Europeia.

E existem outras propostas também para contemplação de um ajuste fronteiriço, um ajuste na fronteira, por exemplo, vindo dos Estados Unidos, do Canadá e de outros países que agora consideram, por causa dessa proposta europeia, para a introdução de um imposto fronteiriço também.

Se a gente puder passar para o próximo eslaide...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TATIANA FALCÃO – Eu vou rapidamente tratar da questão legislativa, o que se contempla aí para você poder passar a tributar o carbono. Já houve, sim, uma melhora na redação desde a proposta original da PEC 45, mas ainda faltam algumas questões a serem complementadas.

O imposto sobre o carbono incide na fase *upstream* da cadeia produtiva do petróleo, ou seja, no momento da extração do chão, no momento em que você passa a estabelecer a indústria de óleo e gás como a pessoa competente para arrecadar aquele imposto em nome do Governo brasileiro, o substituto tributário, ou o importador. Então, falta aí a figura da extração, no que compete à formulação do art. 153, conforme atualmente formulada.

As partes em verde são as partes que eu proporia a adição de texto, e as partes em vermelho são as partes que necessitariam ser excluídas da atual redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa é, então, a inclusão da extração, porque o imposto sobre o carbono incide no momento da extração ou da importação no país para que ele possa onerar a economia inteira, então a cadeia produtiva inteira do produto fóssil, desde o momento da entrada na economia até o momento de saída da economia. Então, precisa-se incluir a extração, sob o risco de esse texto já estar eivado de inconstitucionalidade.

Eu sugeriria também a exclusão da palavra "serviços", já que tanto o imposto sobre o carbono, mas também o imposto sobre açúcar e o imposto sobre o tabaco, sobre o qual esse artigo trata, são impostos sobre uma base específica, quer dizer, eles vão onerar um volume, a quantidade contida naquele produto. Eles têm uma base específica. Então, na verdade, eles não oneram serviços. Então, a palavra "serviços" é a letra morta e não traz nenhum benefício à redação atual.

Prejudiciais à saúde e ao meio ambiente: eu incluiria essa questão da base específica, para eliminar dupla tributação potencial caso se pretenda utilizar esse artigo para estabelecer também um imposto seletivo na base *ad valorem*. Por quê? Porque, já que a gente está tratando de reforma tributária aqui, a melhor técnica legislativa, na verdade, é que você consiga alcançar dois fatos geradores distintos. O primeiro sendo o produto o qual se pretende coibir, que, nesse caso aqui, é o carbono – então você tributa ele na base específica –, e, numa segunda oportunidade, você passa a tributar ou a utilizar o VAT, o Imposto sobre Valor Agregado, ou o IBS, conforme a denominação, sobre uma base *ad valorem*. Então, não tem por que esse artigo em específico contemplar também a imposição de um imposto seletivo sobre uma base *ad valorem*, porque isso significaria aí uma dupla tributação desnecessária.

E aí a última modificação seria no §6º do art. 153, que seria para remover a tratativa de que trata de um crédito na exportação, porque, se houver um crédito na exportação, do ponto de vista do país terceiro que poderia aplicar um imposto fronteiriço, é como se o imposto nunca houvesse existido. Então, claro que existe um ganho significativo em ter esse imposto em base nacional, você vai ter aí um estímulo para a mudança de comportamento do consumidor para adquirir produtos que são menos ricos em carbono, você vai ter uma mudança comportamental, que é o que se objetiva através da utilização desse imposto, mas, quando você dá o crédito na exportação, a União Europeia, por exemplo, vai entender que esse imposto nunca existiu, do seu ponto de vista, quando entra no seu mercado. E aí, para equiparar o preço do imposto europeu com o imposto brasileiro, ela vai passar a tributar 100% de acordo com a alíquota que for aplicada na fronteira, cuja expectativa atual é que esteja 100 euros por tonelada de carbono.

Se eu puder passar rapidamente para a próxima...

Nesse eslaide, eu só queria demonstrar o que eu trato de *upstream* e o que é *downstream*. *Upstream* realmente é a parte de extração do chão. O Brasil é um país extrator, então é importante que exista a imposição do tributo já no momento da extração, porque, é claro, aí você tem menos contribuintes para verificar o montante de imposto pago. Cumpre ressaltar que esse é um imposto que é bastante matemático, quer dizer, dentro de um volume específico de produto fóssil e da qualidade do produto fóssil, a gente já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe, de acordo com as aferições do IPCC, quanto de carbono existe dentro daquele produto sem que seja necessário medir ou efetuar qualquer tipo de medição técnica ou química para aferir a quantidade de carbono. Então, na verdade, ele é um imposto que é de fácil automação, que também é um assunto que é bastante atual. Então, o Brasil pode estabelecer que a indústria extrativa, do ponto de vista do produto que é extraído dentro do território nacional, ou o importador, no caso de importação de produtos fósseis que sejam de qualidades diferentes das que são extraídas dentro do território nacional, possam ser qualificados para pagar este imposto em nome da cadeia produtiva integralmente.

E, quando você tem a incidência desse imposto na fase *upstream*, você não tem nenhuma perda nas emissões. Então, o problema de aplicar o imposto na fase *downstream* da cadeia produtiva, que seria o ponto de comercialização do produto, no caso de você incidir, por exemplo, no posto de gasolina, é que você já teve perdas nas emissões desde o momento em que esse produto entrou em território nacional até passando pela parte de refino e aí chegando até a parte de comercialização do tributo para o consumidor final. Então, como você tem perdas nessas emissões, você tem perdas também na capacidade de arrecadação, porque toneladas de carbono, na verdade, representam capacidade de tributar.

E aí – o próximo eslaide, por favor – eu queria falar um pouco dos ganhos indiretos, porque eu vi aqui que existe muita preocupação também com o impacto nas classes sociais menos abastadas.

É claro que pode e existe, como melhor técnica legislativa, o *cashback* para as classes sociais mais baixas, mas existem também ganhos diagonais pela imposição desse tributo, entre eles: os ganhos associados à saúde, que também beneficiam as classes sociais mais baixas; a diminuição de mortes prematuras vinculadas a doenças respiratórias, principalmente em grandes cidades, porque existe uma redução significativa da poluição atmosférica – aliás, muitos países vêm implementando esse tipo de tributo por conta das questões respiratórias; o nosso vizinho, por exemplo, o Chile, fez uma reforma tributária com base nisso, por conta das partículas de carbono que existiam nas grandes cidades –; existe uma diminuição, claro, no trânsito das cidades; e o incentivo à expansão em vias de transporte coletivo que sejam menos danosas à saúde, mas que também sejam em bases mais elétricas, por exemplo.

Então, indo para o meu último eslaide, eu queria só ressaltar essas minhas principais mensagens no sentido justamente de que a introdução de um imposto sobre carbono pode assistir o Brasil a atingir as suas metas de mitigação dentro do contexto do Tratado de Paris. As regras de mitigação só são regras vinculadas a questões fiscais; as demais regras são regras de adaptação. Então, para tratar de mitigação climática, você precisa tratar realmente do sistema fiscal de uma nação.

O art. 153, inciso III, da PEC 45 prevê a criação de um imposto seletivo. No entanto são necessárias algumas mudanças legislativas: a primeira é a inclusão da incidência na base extrativa, para evitar essa ação direta de inconstitucionalidade por parte das empresas extrativas, que é quase *sine qua non*, caso não haja essa alteração na redação; a previsão de uma base específica para evitar dupla tributação, ou seja, incidência de dois impostos, o imposto seletivo e o IBS sobre uma mesma base *ad valorem*; e a remoção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da não incidência na exportação, ou seja, incidência do imposto também na exportação, para que não exista nenhum efeito negativo quanto da exportação dos produtos ricos em carbono para países terceiros que venham aplicar um imposto fronteiriço. Ele, novamente, não onera o agronegócio, nem a pecuária diretamente. Ele não onera o etanol e o biocombustível, que somente seriam onerados na mescla. Não tributar o carbono implica a perda de arrecadação em prol de países terceiros e pode ser uma importante fonte de receita para financiar o processo de transição energética verde e para dar mais capacidade de o Governo realmente se estruturar para se colocar nesse contexto de transição energética verde que nós veremos aí pelos próximos 50 anos.

Eu agradeço muito a palavra e fico à disposição para responder a quaisquer perguntas que se façam necessárias.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Sa.

E vamos agora ao próximo, que é o Sr. Fernando Cadore, Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), por dez minutos.

O SR. FERNANDO CADORE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro, pela oportunidade.

Quero fazer uma menção aqui aos nossos Senadores do Mato Grosso, o Mauro Carvalho, também ao Jayme Campos e à Margareth, que estava aqui, pelo trabalho feito no Senado. Na pessoa deles, cumprimento a todos os outros Parlamentares aqui presentes.

Então, eu queria começar desejando uma boa tarde a todos e apresentar a nossa entidade para quem, porventura, não a conheça.

Somos uma entidade que hoje representa mais de 8,3 mil produtores, o que congrega a totalidade praticamente da soja mato-grossense, quase 50 milhões de toneladas neste ano e mais 50 milhões de toneladas de milho.

E um número importante, que eu vou deixar aqui no começo e depois vou usar um pouco mais à frente, é que, desse total de produtores, 50% são formados por pequenos produtores, que plantam abaixo de 500ha. Isso é importante, porque se tem uma imagem errônea com relação à distribuição de tamanho, sempre elencando o produtor mato-grossense como um megaprodutor.

E eu vou falar um pouco aqui, Senador, de uma maneira um pouco diferente do que foi abordado. Nós vamos falar aqui que a gente sabe que a reforma tributária andou em uma velocidade muito rápida. Inicio dizendo que não somos contrários – a gente sabe que a reforma tributária é importante –, mas nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendemos que o ambiente em que ela começou a ser discutida não veio ao encontro do que o país, do que a agricultura, do que a agropecuária precisa de fato. Todos falaram aqui em simplificação, todos falaram aqui em modernização, mas eu não ouvi em nenhum momento falar em redução da carga tributária. E nós entendemos que, no momento que o país atravessa, uma reforma tributária não está em linha com a diminuição da carga tributária, em função do aumento que a gente tem visto dos custos país nos últimos tempos.

Dito isso, a gente vai passar por um ponto sobre o qual não tem como não deixar o alerta que é a preocupação do nosso setor pela velocidade que foi colocada. Não foi feito nenhum tipo de análise de risco, de impacto regulatório para o nosso setor. O que quer dizer isso? Ninguém fez um estudo dizendo qual a carga tributária atual que o setor paga, quanto vai ficar, e se isso inviabilizará ou não o setor à frente. Isso não existe e não existiu, e nós acreditamos que, para uma reforma que venha ao encontro do que a agricultura precisa, isso precisaria ter sido discutido.

Então, o que se paga hoje? Porque a agricultura não são só insumos, máquinas que são altamente depreciáveis. Nós temos serviços anexados, temos a construção civil, que está dentro da infraestrutura, o armazenamento, peças e tudo mais. Em nenhum momento se comparou, dentro dos mais variados aspectos de investimento que se faz, uma lavoura de baixa, alta, altíssima produção, o custo atual e o custo que teremos com a nova alíquota, mesmo que seja prospectando alíquotas diferentes. Isso nos causa muito medo, porque, sem esse estudo e a gente não conseguindo ver o impacto, pode ser que a gente inviabilize ou torne a agricultura, em alguns pontos, inviável em algumas culturas. Nós precisamos saber qual é o impacto disso. Então, essa análise do risco regulatório foi muito pouco discutida ou, melhor, quase nada discutida, no aspecto da reforma tributária. Isso não nos permite avalizar essa reforma como produtores, e eu digo por quê.

Dito isso – e aí eu volto ao número de produtores que somos lá e falo do tamanho deles –, nossos produtores de 500ha, Ministro Maílson... Está lá a formação deles, está o pai no trator, a mãe na cozinha, o filho na colheitadeira, com um apoio fiscal muito pequeno. Imagine como esse cara vai fazer política de crédito e débito. Então, nós enxergamos uma concentração de terras maior ainda. Um conglomerado agrícola que planta 100 mil, 200 mil hectares, que já faz tudo isso no seu escritório, vai absorver esse cara de 300, de 400, de 500ha – disso eu não tenho dúvida nenhuma, porque, na hora em que você falar para um produtor que ele vai precisar fazer uma política fiscal – o cara não contrata um funcionário a mais; não passou a reforma agrária familiar ainda, que é a divisão da terceira geração –, que ele vai precisar de mais um contador, como ele vai operar? Então, isso também deveria estar dentro do risco do impacto regulatório. Portanto, vai ter concentração.

Sem contar que a alavancagem do setor agrícola é de quase 70%. Então, mesmo numa política de crédito e débito, o produtor trabalha buscando crédito e vende a sua safra um ano depois. Então, só nessa compensação, a gente já tem um *delay* em que fica o financeiro. Quem vai pagar isso aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é que somos exportadores indiretos, não é? Não somos nós que exportamos diretamente a nossa produção. Então, quem vai de fato saber se quem recebeu o produto mandou mesmo para exportação ou mandou para o mercado interno? Isso fica muito obscuro. Até hoje é assim. Com todo respeito à indústria e tudo mais, não temos como saber, sem um certificado de exportação, se foi para a exportação, se foi para o mercado interno. Fica a critério de quem dizer isso? Então, é mais um risco que a gente vê.

Além da complexidade fiscal, alguns pontos que eu anotei aí, a falta da análise de impacto...

Nós vimos também que máquinas e equipamentos estão fora. Acho que até a CNA colocou aqui a questão do IPVA. Com todo respeito, para nós é um absurdo falar em cobrança de IPVA em máquinas agrícolas. Isso remete até à autorização para se andar em BRs, rodovias. Imagine uma colheitadeira: já que pago IPVA, eu posso transitar em uma via urbana. Então, não faz nem sentido. E elas também estão fora da isenção na atual redação do texto. Então, máquinas são um dos maiores custos – altamente depreciável – e estão fora da isenção.

Também quero chamar a atenção para a questão dos países com que concorremos. Nós somos tomadores de custo. O que quer dizer isso? A gente sabe quanto vai gastar para produzir, porém não sabemos a quanto vamos vender nossos produtores, porque são *commodities* margeadas pelo mercado internacional – precificadas, melhor dizendo. Então, se nós não fizermos a análise correta de risco da mudança tributária, nós também não sabemos, não temos certeza se vai aumentar ou não a carga tributária. Quando eu chego para um importador da China, da Ásia, da Europa e digo para ele que eu tive um aumento do meu custo em 5% em função da carga tributária, ele não vai aumentar em 5% o preço da cotação da mercadoria. Então, esse é outro ponto de risco.

Eu sei que a reforma já andou, que a reforma está prestes a passar, mas nós não podemos deixar, Senador, nobres Senadores, Deputados, de alertar para o risco de uma possível inviabilização ou até concentração ainda maior de áreas no Estado de Mato Grosso e – por que não? – em todo o país. A gente pode se perguntar: ah, mas e a isenção de até 3,6 milhões? Quando a gente joga isso para número de hectares, a gente vai chegar a produtores de até 300ha.

Então, eu finalizo deixando esse alerta, em nome dos produtores, dizendo que, apesar de a gente precisar da reforma, nós precisamos ainda, para o nosso setor, discuti-la muito mais, saber o impacto que ela vai trazer de fato e, principalmente, ter a certeza – e aí eu falo como cidadão brasileiro – de que haverá não só a simplificação, mas a redução da carga tributária. Para o pobre, para o operário, até para o produtor rural que está lá na ponta não importa se vai simplificar. Simplificar com aumento de tributo não adianta nada.

Então, eu acho que essas questões têm que ser colocadas. E nós em nenhum momento tivemos oportunidade, pela velocidade com que tramitou toda essa reforma, de nos aprofundarmos para podermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avalizar se de fato essa reforma é positiva ou negativa, se inviabiliza ou não inviabiliza, se vai ser boa ou não para o setor agrícola da soja e do milho do Estado de Mato Grosso.

Então, era isso. Agradeço muito pelo tempo e ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço ao Sr. João Caetano Muzzi... Não; ao Sr. Fernando Cadore – perdão.

Passamos agora a palavra ao Sr. Vilmondes Sebastião Tomain...

O SR. VILMONDES SEBASTIÃO TOMAIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato).

O SR. VILMONDES SEBASTIÃO TOMAIN (Para expor.) – Boa tarde, Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão. Quero cumprimentar o Prof. Maílson, nosso eterno Ministro; o João, a Maria Angélica, todos os Senadores presentes. Obrigado pela oportunidade.

Pegando aqui talvez um pouco da fala do meu colega aqui, parceiro Fernando, representando a federação e representando os produtores do Estado do Mato Grosso, Senador, hoje eu quero abordar este tema de extrema importância para a economia e para o sustento de milhões de brasileiros: os impactos da reforma tributária no agronegócio.

Como todos sabemos, o agronegócio desempenha um papel central em nosso país, sendo o principal pilar da nossa economia. Em 2022, o agronegócio respondeu por impressionantes 24,8% do nosso PIB brasileiro, gerando um expressivo montante de R$2,5 trilhões em valor bruto de produção. Além disso, esse setor desempenha um papel fundamental na criação de empregos, sendo responsável por pouco mais de um quarto de todas as oportunidades de trabalho em nosso país.

O Brasil está entre os cinco maiores exportadores em cerca de 30 produtores agrícolas. Em 2022, nossas exportações atingiram o recorde de R$158,9 bilhões. Esse desempenho excepcional fez com que as vendas externas do agronegócio representassem impressionantes 47,6% do total exportado pelo Brasil no mesmo ano.

Pois bem, nesse cenário, destaca-se o Estado do Mato Grosso, que desempenha um papel crucial na produção agrícola e pecuária do país, destacando-se como maior produtor de soja, com 29,5%; milho, com 40,4%; algodão, com 75,9%; rebanho bovino, com 14,4%.

No entanto, ao considerar a reforma tributária proposta pela PEC 45, é crucial atentarmos para os potenciais impactos negativos que podem recair sobre o agronegócio. A intenção de simplificar o sistema tributário e reduzir a carga para alguns segmentos econômicos é louvável, mas precisamos analisar com cautela os possíveis efeitos adversos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, a introdução dos novos tributos pode acarretar um aumento considerável no custo de produção do setor, especialmente no que se refere às despesas de insumos essenciais, como fertilizantes e defensivos. Recentemente, um estudo feito pela Secretaria de Estado de Fazenda aponta que a atual proposta da reforma tributária elevará os custos variáveis da produção de milho em 9,65%; soja, 7,48%; algodão, 8,96%, colocando em risco a competitividade do nosso setor.

Diante desse cenário, a reforma tributária pode resultar em aumentos nos preços dos produtos de alimentos no nosso mercado doméstico, afetando diretamente os consumidores e contribuindo para o aumento da inflação.

Outro ponto a ser considerado é a complexidade do sistema tributário brasileiro. A proposta da reforma busca simplificar esse sistema, mas ainda não há definições sobre como isso será efetivamente implantado. A falta de clareza e a possibilidade de interpretações divergentes das novas regras tributárias podem gerar insegurança jurídica aos produtores rurais, a exemplo da indefinição sobre o que é insumo na produção rural, bem como a forma de cálculo do crédito presumido dos produtores que optarem por não aderir ao novo regime tributário IBS/CBS. Além disso, a reforma tributária também pode afetar negativamente a geração de empregos no setor, pois o aumento do custo de produção causará a redução imediata dos recursos financeiros disponíveis no caixa do produtor rural, travando qualquer investimento na contratação de novas pessoas. O agronegócio é responsável por uma parcela significativa dos empregos formais no nosso país, e qualquer mudança no sistema tributário que impacte a competitividade do setor pode resultar em redução de postos de trabalho.

Em vista disso é fundamental que a resposta da reforma tributária seja cuidadosamente analisada, levando em consideração os impactos específicos para o setor do agronegócio. É necessário buscar um equilíbrio entre a simplificação do sistema tributário e a manutenção da competitividade do setor, garantindo, assim, o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro.

A reforma tributária apresenta uma série de implicações negativas que não podemos ignorar quando se trata do agronegócio brasileiro. Apesar dos esforços para simplificar o sistema tributário e reduzir a carga para alguns segmentos econômicos, é inegável que essa reforma pode resultar em aumentos dos custos de produção, elevação dos preços dos produtos alimentícios, mudança na distribuição de benefícios fiscais que prejudicam pontualmente o agronegócio mato-grossense e incertezas relacionadas à tributação dos produtos agrícolas.

Diante desse cenário – a estruturação fiscal que aumentará a carga tributária do agronegócio enfraquecendo o desenvolvimento do setor e da economia do estado –, a federação defende: o aumento do percentual do desconto da alíquota do setor para 80%; a abrangência da alíquota diferenciada para todos os insumos utilizados na agropecuária, incluindo máquinas e equipamentos; e, por fim, que seja garantida a manutenção da carga tributária atual e o nível de receita pública estadual para os investimentos em infraestrutura e logística, algo que é fundamental para os produtores do Estado do Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todo o exposto, concluo que, antes de prosseguirmos com essa reforma, é essencial que sejam elaborados estudos que mensurem com rigor os impactos negativos sobre o setor e a base da nossa economia, que sustenta milhões de brasileiros.

Agradeço a atenção dos Srs. Senadores e ressalto que a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso está à disposição para fornecer o auxílio técnico que esta Casa Legislativa necessite para analisar e concluir a votação da presente reforma tributária.

E, dessa forma, asseguro que todos os brasileiros dependem, todos os dias, do avanço do agronegócio do Brasil. É isso que eu queria colocar.

Agora mudou o nosso Presidente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Temporariamente.

O SR. VILMONDES SEBASTIÃO TOMAIN – Temporariamente.

Mas é o posicionamento do estudo que a Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso, que representa hoje 33,3 milhões de produtores naquele estado... (*Pausa.*)

... 33 mil, não é? Então, concluindo aqui a parte que o nosso Presidente da Aprosoja fez, a gente não tem base concreta e segura do que vai acontecer com a reforma. Então, esse é um pedido, para que olhem com muita atenção para que amanhã não venha uma carga que a gente não possa suportar e afete diretamente o setor produtivo do nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Teremos, sim, essa atenção.

Não me apresentei. Sou o Senador Styvenson Valentim. Estou ocupando momentaneamente, aqui, esta cadeira de Presidente desta sessão, mas, logo, logo, o Marcelo Castro retoma.

O senhor é o Vilmondes Sebastião, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Obrigado.

Passo agora para o Sr. André Meloni Nassar, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, para a sua exposição.

Dez minutos? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR (Para expor.) – Boa tarde! Obrigado, Senador Styvenson.

O primeiro ponto é o seguinte: a Abiove está dentro da cadeia do agronegócio. Então, em relação ao que a CNA, a Aprosoja e a Famato colocaram, tem uma percepção comum de preocupações grande da Abiove. Então, a gente compartilha de vários pontos que foram colocados pela CNA, pela Aprosoja e pela Famato.

A gente tem participado desse debate – o Senador Marcelo voltou; quero também cumprimentá-lo –, em vários níveis, a Abiove, até dos debates mais conceituais sobre o que significa uma reforma tributária, sobre o que significa a questão federativa; a gente tem participado de todos os níveis, mas eu decidi concentrar a minha apresentação em pontos bem específicos de preocupação do nosso setor. E, aí, eu preciso falar que, na verdade, eu sou o Presidente-Executivo da Abiove, mas trata-se de um trabalho conjunto desenvolvido pelas três entidades que estão ali: a Abiove, a Aprobio e a Ubrabio, que, na verdade, são as três entidades que representam os produtores de biodiesel. E essas três entidades se juntaram para trabalhar a questão da industrialização da soja: como é que a gente estimula mais industrialização da soja no Brasil. Esse é o foco da minha apresentação aqui. Então, evidentemente, eu não vou fazer um grande debate sobre questões tributárias; eu vou focar naquilo que concerne ao nosso setor.

Se puder passar, por favor.

Então, essas três entidades juntas, só para dar uma ideia, representam 66% do total de processamento de oleaginosas – a principal oleaginosa processada no Brasil é a soja –, 52 milhões de toneladas as três juntas; no biodiesel, elas representam 82% do total, 11 milhões de metros cúbicos; e, nas exportações de soja, 75% do total, exportação de grão. Isso é só para ter uma ideia da dimensão do que essas três entidades representam.

Quais são as nossas preocupações setoriais na reforma tributária? Então, de novo, eu não estou trazendo aqui os pontos do produtor rural, porque já foram muito bem abordados pela CNA, pela Aprosoja-MT e pela Famato.

Primeiro, devolução dos créditos na exportação com rapidez e sem gerar impactos no fluxo de caixa dos exportadores. A gente entende que a PEC 45, que veio da Câmara, atendeu esse ponto.

Tem uma questão ainda sobre o impacto no fluxo de caixa, porque vai depender muito de que momento que eu vou poder pedir o crédito à exportação: se no momento que eu comprovar a exportação; ou no momento em que eu receber a soja e eu comprovo a exportação depois. Então, isso pode gerar três, quatro meses de diferença e gerar um impacto enorme no fluxo de caixa das empresas, não é? Mas foi bem endereçado pelo projeto de lei que veio da Câmara.

Aproveitamento dos créditos anteriores, principalmente ICMS do estoque. Então, isso não foi o ideal para nós, mas foi endereçado na PEC 45. O que não foi endereçado são os estoques de crédito de PIS-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cofins que, porventura, possam ocorrer no momento da transição. Então, a gente está trabalhando para que haja algum tipo de solução semelhante à que foi feita em relação ao ICMS na Câmara.

Aplicação da monofasia de combustíveis de forma integral, inclusive com aproveitamento dos créditos na entrada. Então, isso também já foi endereçado na PEC 45 na Câmara, não é? Então, eu estou tentando mostrar os pontos positivos que já foram endereçados. A gente gosta de apresentar as preocupações, mas também demonstrar os pontos positivos.

E o último ponto, que agora, sim, é o foco da minha apresentação aqui, é o estímulo à agregação de valor, que é o tema central das nossas contribuições nesta audiência pública. De novo, nossas, porque eu estou falando pela Abiove, mas também pela Aprobio e pela Ubrabio.

Próximo, por favor.

Então, isso aí é só para mostrar que a cadeia produtiva do nosso negócio é bem longa. Ela começa lá no produtor rural, lá no Cadore, lá no Vilmondes, não é? Ela vai para a indústria, aí da indústria se produz farelo destinado à alimentação animal, que vai para as granjas, e para toda a produção de proteína animal, peixe, tudo. Parte do óleo vai para o mercado de consumo alimentício, parte do óleo vai para o mercado de biodiesel; depois de biodiesel, ele vai para o diesel B, até a Tatiana falou um pouco desta questão: de quando o biocombustível está misturado e tal, ela explicou um pouco. Não vou entrar nisso, eu só quero mostrar que isso é uma cadeia longa, tá? Se a gente for olhar a quantidade de gente envolvida nessa cadeia, ela é muito grande. A gente tem até um cálculo, que o Cepea fez para nós, de que essa cadeia inteira representa 11% de todos os empregos do agronegócio brasileiro.

Próximo, por favor.

É uma cadeia que – ainda bem – adiciona bastante valor, então o PIB do negócio inteiro, considerando lá os insumos, o produtor, a indústria, a parte de rações, a produção de biodiesel e toda a parte de serviço, gera um PIB de R$673 bilhões, que é basicamente 27% do PIB do agronegócio brasileiro e 11% do PIB nacional. Então a cadeia de soja e biodiesel inteira significa 11% do PIB nacional. Ela é muito grande.

Eu quero chamar a atenção de um ponto de vocês. Vocês vejam que a produção de soja está adicionando R$192 bi de valor; e o esmagamento, R$57 bilhões. Ou seja, nós temos um potencial enorme de aumentar esses R$57 bilhões, esmagando mais soja. Essa é a grande preocupação. Ao esmagar mais soja, eu mantenho toda a agregação de valor que o produtor está gerando e gero mais agregação de valor para a indústria brasileira. Então esse é o nosso grande objetivo.

Próximo, por favor.

Aqui é um outro jeito para vocês entenderem, na nossa safra deste ano de 156 milhões de toneladas de soja, 97 milhões de toneladas vão ser exportadas e 53 milhões serão processadas no Brasil. É o maior nível de processamento que nós já tivemos, mas é um terço somente de tudo o que é produzido. Assim, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem um grande interesse, e eu entendo que o Brasil... É do interesse do nosso país que a gente adicione mais valor a essa soja que é produzida no país.

É claro que é um conjunto, é um *menu* de estratégias. Por exemplo, aumentar a mistura de biodiesel é uma forma; o diesel verde que está chegando aí vai consumir óleo vegetal; o setor de proteína animal crescendo, a gente tem que produzir mais farelo para produzir mais ração. Só que tem uma questão tributária em jogo, e é isso que eu quero colocar.

Próximo, por favor.

Isso aqui foi um exercício que a gente fez. Só para vocês entenderem, lá em meados de 1995, lá na década de 90, perdão, a gente processava 80% da soja que a gente consumia. E isso hoje está ao redor ali de 36%, que é um terço do que eu falei ali. Hoje um terço da soja é processada. A produção de soja cresceu enormemente – mérito do produtor, mérito das nossas empresas que foram parceiras do produtor, não é? –, mas o processamento não cresceu na mesma velocidade, e a gente quer que o processamento cresça.

Considerando que a gente está olhando de mercado de biodiesel, mercado de farelo, mercado internacional de farelo, mercado internacional de óleo, nós temos um potencial de crescer esse processamento e chegar até 50% no futuro. Agora, esse cenário de 50% tem dentro dele uma premissa em que você tem um incentivo para a industrialização, incentivo que a reforma tributária do IVA vai acabar, basicamente por conta de um negócio chamado crédito presumido. Não vou falar o nome crédito presumido, assim, mais do que duas vezes, porque eu sei que vai acabar, então a gente tem que pensar em um modelo novo. Então, essa é a proposta que a gente está trazendo aqui.

E, diante de uma reforma tributária que não tem mais esse incentivo, nós temos a preocupação de que o nível de processamento vá cair. Não é que vai cair o nível de processamento, mas ele deixa de crescer. E a produção de soja continua crescendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ MELONI NASSAR – ... e a participação da soja processada passa a cair no total de soja produzida. Então essa é a grande preocupação nossa.

Agora vamos para as sugestões. Eu segui um pouco a linha da Tatiana também, indo direto para a sugestão de texto, tá?

Então, nós estamos sugerindo aí no artigo... Ih, caramba, aqui se refere ao 146, tá? Que é basicamente o CBS, então a gente está fazendo uma sugestão específica na CBS, no imposto federal, certo? Que seja autorizado para que a União possa instituir uma modalidade incentivada de créditos restituíveis à industrialização de produtos agropecuários, especificamente no caso da contribuição da CBS, que é o 195, V, tá? O que significa isso? Não tem mais cumulatividade no IVA, não é? Então, ou eu vou... Se eu estiver vendendo farelo e óleo no mercado interno, eu vou repassar o IVA e vou me creditar do que eu comprei de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soja do produtor, ou, se eu exportar, eu vou receber de volta. A gente espera que a gente venha receber de volta, não é? É claro que a gente tem enormes preocupações desse crédito não voltar, mas isso já foi superbem abordado pelo Ministro Maílson da Nóbrega, e há soluções para que esse crédito volte.

Agora, a gente entende que a União pode e deveria ter o interesse em incentivar maior industrialização. Então, ela poderia, em cima da sua receita de CBS, estimular a industrialização por meio de um mecanismo novo. Então, a gente está sugerindo criar esse mecanismo, e, aí, tem que fazer uma alteração, evidentemente, porque se trata de um regime específico. A gente tem que alterar, tem que autorizar a criação de um regime específico, que é a segunda parte ali, no 149-B, dizendo que: os mesmos regimes específicos diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuado o que está previsto nesta Constituição – o que se refere ao item de cima.

Nesse ponto aqui, só para... Pode deixar aí. A gente tem um ponto muito importante: a gente tem uma preocupação muito grande... Hoje, qual é o estado que mais processa soja? Mato Grosso. Por quê? É o estado que mais produz soja, e hoje você tem uma limitação de ICMS. Você não vai instalar uma indústria de soja num outro estado, comprar soja de outro estado, com incidência de ICMS, porque tem o problema da devolução dos créditos de ICMS, que a gente já sabe. Isso não ocorre. Então, Mato Grosso e outros estados – Goiás e podemos citar vários do Centro-Oeste, principalmente, e também do Matopiba, Tocantins, Maranhão – têm seus programas de estímulo à construção de esmagadoras, e a reforma tributária vai mudar isso. Então, nós temos uma preocupação, e temos conversado muito com os governos estaduais, para que você tenha uma solução também no IBS que estimule a manutenção dessas empresas ali. Mas eu optei por trazer somente a nossa sugestão de texto aqui para a CBS, que está mais madura na nossa cabeça.

Uma outra hipótese – aí é meu último eslaide e eu termino – seria alterar o 187 da Constituição, que permite, ele é um pouco mais amplo, que permitiria ao poder público... Na verdade, colocaria uma obrigação ao poder público, em forma de lei complementar, de estabelecer mecanismos para desenvolver, estimular e garantir o diferencial competitivo para a indústria nacional que promova agregação de valor à produção agrícola.

Então, basicamente, a gente está pensando em duas soluções: ou a primeira, que é focada na CBS; ou a segunda, que é focada no IBS e na CBS. E qual é a grande preocupação nossa – e eu termino – então? A preocupação nossa é de que a indústria de processamento de soja não cresça na mesma velocidade que a produção de soja brasileira vai crescer, e, aí, a gente vai perder capacidade de adicionar valor. A gente entende que deveria ter um sistema de creditamento para estimular essa industrialização. Essa é a proposta. Conforme eu falei, a gente está bem focado agora no nosso setor, e não fazendo discussões muito macro mais sobre a sobre a reforma em si.

Obrigado, Senador.

Nem cumprimentei o Senador Mauro. Desculpe-me, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Exa., Sr. André Meloni Nassar, que é da Abiove.

Esta audiência pública foi aprovada aqui por um requerimento do nobre Senador Mauro Carvalho Junior, que nos honra muito aqui com a sua presença.

Pergunto se o Senador gostaria de usar a palavra. (*Pausa.*)

Com a palavra o nosso Senador Mauro Carvalho Junior.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Senador Marcelo Castro. É um prazer muito grande estar aqui hoje nesta Comissão.

Quero saudar a todos: João Caetano, Ministro Maílson da Nóbrega, que conhecia apenas pela televisão, pelo noticiário – é um prazer muito grande. Está bem de saúde, parabéns! Depois quero o endereço do seu médico, o telefone dele, para ir lá também. Mas, parabéns! (*Risos.*)

A Maria e a todos os que aqui nos acompanham, o André...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Hã? Pode falar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É só ligar o microfone.

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – Se eu puder dizer alguma coisa sobre o seu comentário, eu teria o máximo mais prazer. Eu não tenho só um, eu tenho vários médicos. (*Risos.*)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está bom. Isso é importante. (*Risos.*)

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – Em segundo lugar, é exercício, alimentação, essas coisas que todos recomendam.

Em terceiro lugar, eu falei num dos meus livros, eu tenho um projeto de trabalhar até os cem anos...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Parabéns!

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – ... e descansar os quinze restantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está certo. Vou acompanhá-lo, então, nessa missão aí. (*Risos.*)

Quero agradecer ao Presidente da Famato, Vilmondes; e da Aprosoja-MT, Fernando Cadore.

Aqui, Presidente, Senador Marcelo, foram debatidos temas relevantes. Eu peço desculpas por ter me ausentado. Fui até meu gabinete, porque estava ali naquele momento o Presidente da GM do Brasil, o Presidente da Volkswagen, o Presidente da Toyota e da Hyundai, questionando, inclusive, o que o próprio Ministro da Nóbrega colocou aqui, Ministro Maílson da Nóbrega, sobre o incentivo fiscal de uma indústria automobilística no Estado de Pernambuco, no valor de R$5 bilhões no ano. Esse contrato, que, na minha concepção, tem que ser cumprido, ia até 2025, mas existe aqui dentro do Senado Federal o desejo de se estender esse benefício fiscal, igualando-o à Lei 160, que são os benefícios estaduais, até 2032. Acontece que, realmente, citando como exemplo o Estado do Mato Grosso, esse estado perde com esse benefício fiscal do IPI R$410 milhões por ano; o Estado de Pernambuco, que é a sede da indústria, quase R$500 milhões; o Estado de São Paulo, quase R$900 milhões. É todo mundo pagando essa conta no FPE e no FPM. Acho que, realmente, a segurança jurídica e tributária deste país tem que ser cumprida, mas desde que seja cumprida até 2025, e não estendido esse benefício até 2032, haja vista que os números contábeis dessa indústria automobilística, que são publicados, esses R$5 bilhões de benefícios fiscais que são concedidos de IPI por ano, ela arrecada em apenas seis meses. Então é uma indústria totalmente viável sem esse benefício fiscal. Temos o problema da Bahia, que é aquela fábrica da Ford que foi fechada, e temos que arrumar uma alguma saída estratégica para ocupar aquele espaço que tanto faz falta ali para essa geração de emprego e renda para os baianos.

Mas, voltando ao nosso agronegócio do Estado de Mato Grosso – e, aí, Ministro, eu concordei com o que para a indústria automobilística o senhor colocou, mas sou contra a posição do senhor com relação ao art. 19 e, com certeza, vou ter uma oportunidade de fazer a defesa do art. 19, como eu faço a defesa da Zona Franca de Manaus –, então, no caso de Mato Grosso, que é o Fethab, ele é um fundo opcional, essa contribuição é opcional. Então, se o produtor não quiser pagar o Fethab, ele vai pagar o ICMS, que é muito mais caro e muito mais burocrático para o produtor. E nós temos uma lei estadual feita pelo Governador Mauro Mendes, com o qual eu tive o prazer de ficar quatro anos e meio como Secretário da Casa Civil. Esse fundo, que é essa contribuição, é investido 100% em infraestrutura: 80% em infraestrutura, 20% em habitação. Nós conseguimos construir, em quatro anos, 2,5 mil quilômetros de asfalto; a União construiu menos de 500, e não tem nenhum estado brasileiro que chegou perto desse número.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só o Estado do Piauí.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Menos um pouco, Senador. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para o senhor ter uma ideia, Ministro Maílson, o Governo do Mato Grosso investiu, no ano passado, 19,26% da sua RCL (receita corrente líquida). É o estado brasileiro que mais investe; a União também menos de 2%, e alguns estados também, como Espírito Santo, na faixa de 12% a 13%. Isso é possível em função desse fundo, que contribui muito.

Nós temos ainda uma malha rodoviária no Estado do Mato Grosso, em torno de 7 mil quilômetros de estradas asfaltadas, e temos mais de 20 mil quilômetros para serem asfaltados. E quem paga a conta, acaba pagando a conta e acaba perdendo a competitividade é o nosso agronegócio, que depende dessa infraestrutura.

Nós temos hoje a primeira ferrovia estadual do país, que é a Ferronorte, saindo de Rondonópolis, indo até Cuiabá, Nova Mutum e Lucas, mas nós temos que criar uma... Tem a Fico, que está vindo lá de Mara Rosa até Água Boa, de Água Boa até Lucas. Esse estudo da Ferrogrão, de Sinop indo para o Pará, mas nós temos uma deficiência muito grande ainda em infraestrutura, para tornar o nosso agro mais competitivo do que ele é, porque esses guerreiros que se mudaram para Mato Grosso, e, logicamente, alguns mato-grossenses também, foram desbravadores, plantando soja em pleno Cerrado, e hoje tendo a eficiência e a produtividade elogiada pelo mundo todo.

Então, esse fundo, que é essa contribuição, é opcional. Os maiores produtores do Mato Grosso não pagam esse fundo; optaram pelo ICMS. Em função do seu débito de crédito, ele acaba tendo uma vantagem maior. E o que a gente tem construído aqui dentro, Ministro, é justamente junto com o Senador Eduardo Braga... O texto aprovado na Câmara Federal ficou muito ruim com esse art. 20, hoje art. 19.

Então, nós estamos deixando, de uma forma clara, que a data limite é 30 de abril de 2023. E outra emenda que nós estamos apresentando também é com relação à ampliação desse fundo: não existe essa possibilidade. O fundo – são quatro estados brasileiros hoje que o têm inserido, que são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Pará – não poderá ser ampliado em nada durante esse período da existência do fundo. Então, ele deverá ser mantido com as mesmas regras atuais, e não se poderá criar nenhum tipo de fundo a partir de 30/04/2023.

E os fundos constituídos hoje estão nesses quatro estados. São tão importantes para esses quatro estados esses fundos como é a Zona Franca de Manaus. São estados... O Mato Grosso tem, em quilômetros quadrados, mais de 900 milhões de quilômetros quadrados – cabem três estados de São Paulo no Mato Grosso –, com 141 municípios, com 3,7 milhões de habitantes – a população da Grande Campinas é maior do que a do Mato Grosso. Nós não temos consumo. E é este equilíbrio que, na reforma tributária, nós estamos procurando aqui, no Senado Federal: realmente o equilíbrio entre os estados produtores e os estados consumidores.

O Estado do Mato Grosso, de 1997 para cá, foi, disparado, o estado cujo PIB mais cresceu, e essa foi a discussão que nós tivemos ontem com o Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto com o Secretário da Fazenda, Rogério Gallo, para estudar algum tipo de compensação. Como é que nós vamos, nesse crescimento todo, e, com a implantação da reforma tributária, da forma como ela foi aprovada na Câmara... Nós somos o estado... Dos 27, o Estado do Mato Grosso é o que mais perde na reforma tributária. Um estado que está em franco desenvolvimento precisa, no mínimo, manter o seu *status* que tem hoje.

Então, essa é a nossa discussão aqui. O agronegócio é o grande propulsor do desenvolvimento do nosso estado, é o que faz a diferença, não só para o Mato Grosso, mas para o Brasil e para o mundo, trazendo a segurança alimentar, tão importante e tão discutida, como nós estamos dizendo há muitos anos aqui, no Brasil, e preservando 62% do seu território igual a como Pedro Álvares Cabral descobriu o país em 1500.

O Estado de Mato Grosso, nos próximos 20 anos, pode dobrar sua produção sem derrubar uma árvore, mantendo esses mesmos 62%, trabalhando realmente nas áreas degradadas de pastagens e melhorando a nossa produtividade e eficiência.

Desculpa eu me alongar, Senador Marcelo, mas era o que eu tinha para dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito pelo contrário, nobre Senador Mauro Carvalho Junior. Pelo contrário, V. Exa. dá uma grande contribuição aqui ao nosso debate. É um tema muito importante para todos os setores da economia do Brasil, em especial para a agropecuária.

Eu sou passar a palavra ao nobre... quase que eu ia dizer Senador.

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA (*Fora do microfone*.) – Quem sabe...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ao nobre mestre, professor, Ministro Maílson da Nóbrega, para fazer seus comentários sobre as observações do Senador Mauro.

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

Primeiro, honrado pelo Senador Mauro Carvalho, por ter usado a minha objeção firme e forte ao art. 19 para defender uma tese que eu acho válida. Não discordo da sua tese. Aliás, eu sou um admirador do Estado do Mato Grosso do Sul e cito o Mato Grosso do Sul em minhas palestras. Aprendi outro dia... Fui lá fazer uma palestra para a Federação da Agricultura, prefaciei um livro da Abag que mostra o espetacular trabalho do Mato Grosso do Sul na questão do algodão. Graças ao Mato Grosso do Sul, nós vamos passar os Estados Unidos como maior exportador de algodão...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – Mato Grosso, desculpe – Mato Grosso. Eu sempre faço essa confusão, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Normalmente a confusão é ao contrário. (*Risos.*)

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – Olha, eu acho que tem um certo sentido, e o papel que esse fundo teve é inegavelmente relevante. A questão é como fazer, porque tem uma frase mais do que bicentenária, de um dos fundadores da nação americana, Benjamin Franklin, que dizia que só existem duas coisas inevitáveis: a morte e o imposto, o tributo. E o que se extrai dessa frase? É que, se o tributo é inevitável, cobremos o tributo da forma menos eficiente. Alguma eficiência ele gera.

E a vasta produção acadêmica dos últimos 50 anos, pelo menos, sobre tributação tem mostrado que impostos sobre consumo não servem para instrumento de ação de política econômica; eles geram mais distorções do que benefícios, e os abnegados autores do estudo que resultou na PEC 45 estudaram isso muito a fundo. E daí a proibição do uso de tributos do IVA para incentivo fiscal, que é outra conclusão a que se chegou desses vários estudos que eu citei aqui, dos quais eu mencionei a existência, que é: o instrumento adequado para estimular a atividade econômica não é o incentivo fiscal; é o orçamento – porque ele é transparente, porque ele é examinado periodicamente pelo Poder Legislativo e, portanto, ele tem mais legitimidade do que a concessão de incentivo fiscal.

O problema é a criação desse tributo que está no art. 19, porque ele vai penalizar as exportações; ele vai penalizar o investimento; ele é uma tributação em cascata; e ele é, como eu disse aqui, uma contradição em relação à reforma.

Eu vejo duas formas de se fazer isso, pensando alto aqui. A primeira é penalizar no sentido positivo, ou seja, a contribuição forçada dos contribuintes do Mato Grosso, para viabilizar um fundo dessa natureza. E a reforma permite isso, você aumentar a alíquota do IBS nas transações no território estadual...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – ... e, aí, todos os contribuintes do Mato Grosso do Sul contribuiriam.

E, outra, é ter uma participação da União. Esse federalismo cooperativo, que, de alguma forma, a gente pratica no Brasil, menos do que em outros países...

Está sendo feito isso na preservação de incentivos fiscais, não é? É o mesmo princípio. Se você vai preservar os incentivos fiscais até 2032 e cria um fundo para isso, você pode muito bem, por um período razoável, subsidiar ou incluir, nesse fundo, algo que atenda a essa reivindicação justa do Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que tem essas duas saídas. Mas deixe-me repetir: eu continuo achando que é meritório. É apenas a forma de fazer. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu já participei de várias audiências públicas, acompanhando aqui o Senador Eduardo Braga, que é o nosso Líder e Relator da matéria. Lamento que ele tenha perdido, de todas, Ministro Maílson da Nóbrega... Das audiências públicas a que eu assisti, eu acho que esta foi a mais proveitosa. As contribuições que houve aqui... Destaco aqui, anotei, com cuidado, todas as observações do Dr. Maílson e, se eu não conhecesse a sua biografia, iria chamá-lo de professor, pelo didatismo, pela clareza, pela consistência, concisão da sua exposição, e quero fazer uma menção honrosa aos representantes aqui do nobre Estado do Mato Grosso. Não estou confundindo aqui com o Mato Grosso do Sul. (*Risos.*)

Aqui da Aprosoja, da Famato, da Biovia, e, inegavelmente, o Mato Grosso é o estado que mais nos orgulha na questão do agronegócio. É o que mais tem crescido.

Eu fiz parte da Comissão de Agricultura quando era Deputado Federal. E, no início do século, nós comemoramos que o Brasil havia alcançado, pela primeira vez, ultrapassado a barreira dos 100 milhões de toneladas de grãos. Foi um feito extraordinário. Catorze anos depois, nós ultrapassávamos 200 milhões de toneladas de grãos. Oito anos depois, ultrapassamos 300 milhões de toneladas. Se continuar nessa toada, não tem China nem Estados Unidos, que são os maiores produtores mundiais, que nos segurem, porque a produção da China e dos Estados Unidos, todos sabemos, está praticamente estacionada já há alguns anos, e nós é que estamos crescendo – disputamos com a Índia também, que tem uma grande produção.

E o Brasil, neste ano, Ministro Maílson da Nóbrega, está batendo todos os recordes da balança comercial. No início, havia uma previsão de que nós teríamos um superávit de 75 bilhões. Agora já passamos para 90 bilhões. E, se demorar mais um pouco... (*Risos.*)

... quem sabe... Aí já estou exagerando, não é?

Isso nós devemos, em grande parte, sem nenhuma dúvida, ao glorioso Estado do Mato Grosso, que é o maior produtor de soja, milho, algodão e bovinos no Brasil, e é a produção que cresce mais no Brasil. Só perde para o Piauí, na questão das estradas... (*Risos.*)

... porque o Estado do Piauí tem uma área territorial que é menos de um terço da do Mato Grosso. Mato Grosso tem 900 mil quilômetros quadrados, o Pará tem 1,2 milhão de quilômetros quadrados, e o Amazonas tem 1,6 milhão de quilômetros quadrados. E o Piauí tem 252 mil quilômetros. Então, menos de um terço. Mas nós temos o orgulho de dizer que temos 10 mil quilômetros de rodovias asfaltadas – 3 mil federais e 7 mil estaduais. E os nossos 224 municípios do estado, todos interligados por asfalto. Então, é um feito muito grande e só perde para o Mato Grosso na... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas temos crescido a taxas superiores ao Brasil, superiores ao Nordeste, e respeitando sempre o Estado do Mato Grosso, que é o que mais cresce.

Então, quero agradecer a todos que contribuíram para... (*Pausa.*)

E, antes de declarar encerrada a sessão, o nosso Ministro Maílson da Nóbrega pede para completar e falar mais um pouco.

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA (Para expor.) – Desculpe-me, Senador. Só para ajudar o Fernando Cadore, para ele entender uma questão que tem a ver com a exportação. Só para te ajudar.

É o seguinte: há um princípio adotado no mundo inteiro segundo o qual a tributação do consumo é feita no destino, ou seja, se o Brasil exporta calçados para os Estados Unidos ou soja para a China, quem vai tributar essa soja que será consumida lá são os Estados Unidos ou é a China. E, dado que a produção se processa em diversas etapas, você tem que desenhar o sistema tributário de tal forma que, na etapa final, não incida o tributo e o exportador possa recuperar tudo que foi pago nas etapas anteriores, o que significa desoneração integral ou, na linguagem constitucional do Brasil, a imunidade, ou seja, não é que seja isento, é imune. E, portanto, o fornecedor de um bem ou serviço para o exportador não tem que se preocupar se ele vai exportar ou não, porque quem paga o... Qualquer que seja a sua saída... Para exportação ou para consumo doméstico, você tem que pagar, com o IVA é assim que funciona. Como é que funciona, então? Devolve-se ao exportador o tributo que o produtor de soja pagou quando forneceu a ele o grão. Então, resumindo, o produtor não precisa saber se ele vai exportar ou não, isso é indiferente para ele; ele tem que pagar o imposto e, se o seu cliente lá na frente manda para o mercado interno, ele paga a diferença pelo que ele agrega e, se ele for para o exportador, ele é imune e traz de volta toda a tributação da cadeia produtiva.

E, só para concluir, a minha impressão é a de que o setor de agricultura ganha com a reforma. Essa é a minha impressão, por várias razões. Em primeiro lugar, é porque a eliminação da cumulatividade, ou seja, a cascata, vai baratear os insumos e os bens de capital. Em segundo lugar, é porque essa desoneração integral das exportações acaba beneficiando o produtor. Hoje, a desoneração é só do produto. Há um estudo da Confederação Nacional da Indústria mostrando que, nas exportações do setor agropecuário, há um resíduo de 13% a 14% que não é desonerável, porque não sabe identificar numa exportação de soja quanto incidiu de ISS no transporte rodoviário, quanto incidiu de PIS-Pasep na outra fase da produção... Então, o setor perde hoje 13% do que paga a mais de imposto que não é desonerável. Nisso vai beneficiar. Como é que vai beneficiar? Indiretamente, porque o fato de o exportador receber mais do que ele recebia vai permitir que ele aceite um preço maior por parte do produtor. Enfim, por outro lado, os segmentos que estão no meio da cadeia – e tem isso – vão se beneficiar.

E tem um estudo feito por uma assessora do Ministro Fernando Haddad que é professora da Universidade de...

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ (*Fora do microfone.*) – Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – ... Minas Gerais, a Profa...

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ (*Fora do microfone*.) – Débora.

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – ... Débora. Ela mostra... É um estudo que está sendo citado por todo mundo, nós estamos utilizando esse estudo lá na Tendências para os nossos trabalhos. Ela mostra que não há perdedor na reforma tributária. Mesmo que você tenha no impacto inicial uma perda, como a reforma vai gerar um aumento do potencial do crescimento da economia, o que, dependendo de quem faz o cálculo, vai de 10% a 20%, todos vão ganhar, porque a produção do país vai aumentar. Então, nesse sentido, eu acho que a agricultura vai ser ganhadora. Essa Profa. Débora calcula que o PIB da agricultura vai ganhar entre 10% e 18% ao longo do período de 15 anos.

É isso, é só para pontuar essas áreas.

O SR. FERNANDO CADORE (*Fora do microfone*.) – Eu posso rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. V. Sa. tem a palavra, Sr. Cadore.

O SR. FERNANDO CADORE (Para expor.) – É rapidamente. Eu sei que a gente está apertado no tempo.

Muito obrigado, Ministro, pela explanação.

E é justamente, Ministro Maílson, essa questão que aqui foi colocada. A gente hoje não tem a possibilidade de avaliar, de fato, se vai acontecer isso, porque o tempo de decorrência de discussão não nos permitiu fazer essa conta. E aqui cito o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária, reconhecido internacionalmente pelos números, pelos estudos que faz – é o Imea. Nós sentamos e não conseguimos colocar no papel e mensurar tudo isso colocando alíquotas diferenciadas, porque a gente tem uma complexidade muito grande na produção que pode envolver uma variabilidade muito grande. Então, hoje, nós não temos a certeza e não podemos avalizar isso sem termos, de fato, esse estudo um pouco mais elaborado e mais claro para que a gente consiga dizer "não, de fato, isso vai simplificar e, de fato, isso vai poder trazer redução". E, não tendo essa certeza, nós não podemos, como representantes de classe, correr o risco de dizer ou falar para nossa base que isso vai melhorar, porque a gente não consegue mensurar e não foi colocado isso em números. Por exemplo, qual a carga tributária hoje...? Existem especulações, existem estudos que não foram repetidos – pelo menos nós não conseguimos chegar a um denominador comum. Qual é a carga tributária do custo de um hectare de soja, de milho ou de uma arroba de boi efetivo hoje e quanto ficará com uma alíquota de 27%, 28%, 30% ou seja lá qual for, usando a redução que vai ter em benefício ao setor? Então, é isso que nos preocupa. Não é contrariedade, mas, sim, preocupação de não podermos ter substancialmente números que nos permitam fazer esse tipo de comparação. É nesse sentido que a gente coloca essa preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E finalizo deixando o pedido de que a gente analise melhor esse pedido, porque, como dito aqui, a gente concorre, Ministro, com o mercado internacional e, como dito aqui muito bem pela Maria, no IVA colocado lá, existem países que têm menos de 1%. E ainda nós não estamos contabilizando aí os incentivos que tem lá na forma de subsídios que chegam até mil euros por hectare em determinados países.

Era isso.

Eu acredito que só o tempo... Para nós, nós não temos condição de avalizar hoje sem termos certeza e mais estudos comparativos em relação à comparação entre o que temos hoje e como ficaremos amanhã.

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ – Sr. Presidente, permite um esclarecimento?

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou passar, primeiro, ao Ministro Maílson da Nóbrega, para a réplica. Depois eu passo para a Sra. Maria Angélica.

O SR. MAÍLSON DA NÓBREGA (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu concordo com a sua preocupação. Não é razoável concordar com a mudança dessa magnitude se você não tem segurança do que vai acontecer com o seu setor. Eu acho que, nesse caso, é um dever do Estado, dos seus agentes trabalhar para que se esclareça isso.

Eu sugiro, se eu puder fazer isso, até porque eu conheço o instituto, respeito muito o instituto, o seu prestígio, a qualidade técnica dos seus estudos, uma articulação entre o estudo e a equipe do Bernard Appy. Tem gente lá qualificada para isso, pode ser no Centro de Cidadania Fiscal e, sobretudo, na Secretaria de Política Econômica, com a Dra. Débora. Como é que você achou que aumenta 18% no PIB da agricultura? Como é que você prova que realmente nós vamos ganhar? Nós estamos com dúvida, nós temos outro número.

Então, o diálogo, nesse caso, tem que ser a melhor forma de esclarecer esse tipo de dúvida, porque, se eu estivesse no Governo, eu não ia ficar tranquilo se um estado de uma área importante como a da soja tiver dúvida da reforma, porque pode trabalhar contra. E nós temos que estar todos de acordo com que essa reforma é boa para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Dra. Tatiana... Maria Angélica, perdão.

A SRA. MARIA ANGÉLICA ECHER FERREIRA FEIJÓ (Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Ministro Maílson, o senhor sabe que, quando o senhor trouxe essa questão do estudo da Dra. Débora, da UFMG, fiquei muito contente, porque é um estudo o qual, dentro da CNA, a gente leu e estudou muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para contrapor algumas questões, porque, de fato, é um estudo que traz pontos relevantíssimos. E uma questão interessante é que, quando ela fala, por exemplo, de como vai melhorar o cenário econômico nas projeções do modelo feito ali pela UFMG, ela coloca uma observação de que, ainda que haja aumento no preço dos alimentos, a economia vai melhorar. Olhando para isso, a confederação, todas as vezes que pensou em sugestões para a reforma tributária, pensou em medidas para a redução de alíquota e carga tributária de produtos agropecuários, justamente para tentar eliminar ou tentar minimizar isso que está no próprio estudo da Dra. Débora, que é um tanto difícil de tentar endereçar, minimizar. É a melhor ou é a única solução? Talvez não, porque a gente sabe que tem questões técnicas e questões de debate político que são feitas, mas é uma medida importante.

E um segundo ponto que o senhor traz, que é uma questão relevantíssima: lá realmente ela coloca que o PIB do agro vai ter um crescimento muito grande. A gente tentou, dentro da CNA, por meio da contratação de um estudo de uma instituição de ensino renomada, fazer, por meio de um modelo de equilíbrio geral, essa mesma projeção, e a gente não chega nesse resultado. Inclusive até os Srs. Senadores vão receber, nos próximos dias, um convite para participar, para conhecer esse estudo sobre quais os impactos que a CNA vai mostrar dentro da economia brasileira, para os próximos anos, se algumas questões não forem aperfeiçoadas.

Então, Ministro, não podia deixar aqui de fazer esses contrapontos da confederação, porque esse estudo da Débora é muito instigante e relevante justamente para esse debate profícuo que precisa ter, ainda mais aqui, dentro desta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já partindo para o encerramento, nós queremos agradecer a presença e a contribuição de todos. Foi uma tarde enriquecedora, e eu vou tentar modestamente levar essas contribuições para o Relator Geral, que, se ele não estiver nos assistindo de casa, está perdendo uma verdadeira aula e uma contribuição muito significativa para o seu trabalho como Relator.

Então, agradecendo a todos, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Plínio Valério, Mauro Carvalho Junior, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 27, de 2023-CCJ, de autoria Senador Weverton (PDT/MA). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 1388/2023, que "dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento". **Participantes:** Sr. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI, Advogado e Professor da Universidade de São Paulo; Sra. AMANDA RODRIGUES, Diretora do Lawfare Nunca Mais; Sr. CAIO CHAVES MORAU, Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP); Sr. JOSÉ EDUARDO CARDOZO, Jurista, ex-Ministro da Justiça e ex-Advogado-Geral da União do Brasil; e Sra. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA, Assessora do Supremo Tribunal Federal (STF). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública para instruir o Projeto de Lei 1.388, de 2023, que dispõe sobre os crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento, conforme Requerimento nº 27, de 2023, da CCJ, de iniciativa do Senador Weverton.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debate.

Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar os comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da nossa Ouvidoria 0800 0612211.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do nosso Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida à ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de até três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Eu vou convidar aqui para compor a mesa – na primeira audiência pública, nós adotamos aqui a média de dez minutos para cada convidado. Obviamente, se ele necessitar de mais algum tempo... Mas tirem aí como medida, para mais ou para menos, a média de dez minutos. Nós teremos condição de fluir melhor a nossa audiência pública.

Eu vou convidar aqui para a mesa a Fabiane Pereira de Oliveira, Assessora do Supremo Tribunal Federal – está convidada para já tomar assento aqui na nossa mesa de trabalho –; o Professor Caio Chaves Morau, Professor Doutor da Universidade Católica de Brasília; a Sra. Amanda Rodrigues, Diretora do Lawfare Nunca Mais.

Nós temos o Sr. Pierpaolo Cruz Bottini, que está de forma remota.

Nós temos a ausência justificada nesta audiência pública do Ministro Antonio Anastasia, ex-Senador da República e agora Ministro do TCU; do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Salomão; e do Sr. Rogerio Schietti, Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também como convidado o ex-Ministro da Justiça e ex-Advogado-Geral da União, Ministro José Eduardo Cardozo, que nos confirmou a presença. Então, no decorrer da audiência, deve participar. Estamos aguardando. (*Pausa.*)

Como o Dr. Pierpaolo está de forma remota, nós vamos começar com ele como o primeiro expositor, mas antes disso eu gostaria de agradecer aos participantes da primeira reunião, da nossa primeira audiência pública.

Nós fizemos a primeira audiência pública, para começar a instrução desse Projeto 1.388, de 2023, que trata sobre os crimes de responsabilidade e disciplina o processo e o julgamento. E a primeira providência que eu tomei, como Relator do projeto, foi ouvir o grupo de juristas que fizeram esse brilhante trabalho, dedicaram-se, dando as suas contribuições.

Obviamente, também, já ouvi alguns especialistas e pessoas indicadas por colegas Senadores e Senadoras, para que possamos formar um relatório, uma opinião, para construir, dentro de um ambiente democrático, como é esta Casa, um texto que possa ser oferecido à sociedade para os próximos anos.

Nós estamos falando de uma lei que ainda é muito antiga, de 1950. Então, de lá para cá, Código de Processo Civil, Penal, estatutos vários, todos são aperfeiçoados, são melhorados. Quando você vai discuti-los, não é que você quer voltar atrás, você quer sempre se adaptar.

Ontem mesmo, eu falava numa entrevista aqui na TV Senado: ainda nem começamos a discussão de fato aqui, dentro da CCJ – agora é um primeiro momento, para ir acumulando as informações, como foi feito –, e como se pode ainda ter qualquer tipo de desconfiança de casuísmo ou qualquer outra situação, que não é a essência, o espírito desse projeto, que foi totalmente construído de forma republicana?

Eu dei como exemplo que se trata agora de *fake news* e crimes que são cometidos através da internet. Olha, claro que tem que ser colocado agora, porque em 1950 não tinha internet. Como é que você ia prever um crime que nem existia? Então, você se adapta com o que você está vivendo no dia de hoje.

Nesta primeira audiência, o Presidente desta Comissão de Juristas, o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, esteve aqui presente, de forma presencial, e abriu esta primeira audiência pública, juntamente com o nosso Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, também servidor aqui desta Casa, Fernando Bandeira, e o Sr. Gregório Assagra de Almeida, que é Procurador de Justiça, aposentado, do Ministério Público de Minas Gerais e Professor do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade de Ribeirão Preto. Nós tivemos aqui o Sr. Heleno Taveira Torres, de forma remota, também Advogado e Professor da USP, que deu a sua contribuição, e o nosso Consultor João Trindade Calvalcante Filho. O João também tem um acúmulo grande, junto com o Bandeira, porque participaram diretamente aqui, no momento do fatídico episódio do *impeachment*, que nós vivenciamos nessa última quadra. Então, eu queria já agradecer esses participantes que estiveram aqui conosco na primeira audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para começar a segunda, eu vou convidar o Sr. Pierpaolo Cruz Bottini, que é Advogado e Professor da USP.

Seja bem-vindo, Professor.

O senhor tem o tempo de, aproximadamente, até dez minutos, para usar da forma que V. Sa. julgar necessário.

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmo. Sr. Presidente, queria agradecer a oportunidade de dialogar, de fazer esse diálogo com o Senado Federal a respeito desse anteprojeto de lei que foi apresentado por esta Comissão.

Queria cumprimentar todas as Senadoras, todos os Senadores e todos os membros da mesa na pessoa da Dra. Fabiane, que integrou a Comissão comigo e com a qual, juntamente com outros integrantes, tivemos o trabalho de refletir um pouco sobre a atualização dessa lei do *impeachment*, sob a coordenação do então Ministro do Supremo Ricardo Lewandowski – Ministro que, na verdade, além da jurisdição, é professor da universidade na qual dou aula também, que é a Universidade de São Paulo, e conduziu todos esses trabalhos por esse tempo determinado pelo Presidente desta Casa, para que nós pudéssemos, então, apresentar às senhoras e aos senhores esse trabalho, essa proposta para discussão e para reflexão.

Eu vou ser bem breve aqui, Sr. Presidente, até por conta do tempo, e eu acho interessante que a gente possa fazer aqui um debate.

O objetivo, como o senhor bem disse, é atualizar a Lei 10.079, de 1950. É uma lei que foi aprovada no Governo do Gaspar Dutra e é uma lei que, realmente, ficou no passado. Ela tem dispositivos pouco atuais, e a gente até brincava na Comissão, Sr. Presidente, que ela parece aquela caixa de primeiros socorros que todo mundo tem no carro e fica lá para se usar em um caso de emergência, e, quando a emergência acontece, ninguém sabe usar, ou aquilo que está dentro dessa caixa acaba não servindo para muita coisa. Tanto é que, todas as vezes em que houve uma discussão de *impeachment* após a aprovação dessa lei, o Supremo Tribunal Federal foi chamado – muitas vezes – para tratar de como interpretar esses dispositivos que, de certa forma, estavam obsoletos. Então, para que isso fosse modernizado, para que isso fosse atualizado, nós apresentamos esse projeto de lei.

Eu vou falar, rapidamente, sobre a parte dos tipos penais. O projeto de lei é dividido em dois grandes blocos: em um, nós apresentamos os tipos penais, ou seja, os crimes de responsabilidade cometidos pelas autoridades; e, em um segundo bloco, sobre o processo, ou seja, de que forma essa apuração e esse julgamento pelas Casas Parlamentares ou pelo Supremo Tribunal Federal é feito.

Eu vou me limitar à primeira parte, que foi a parte em que a gente dividiu a Comissão em dois grupos e eu fiz parte da subcomissão que trabalhou um pouco a redação dos crimes, a definição dos crimes. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou falar um pouco a respeito desse tema, destacando aqui quais são os crimes mais relevantes que nós acabamos atualizando ou inserindo na nova lei.

A ideia toda, Sr. Presidente, foi, em primeiro lugar, modernizar, como o senhor mesmo disse, trazer para a atualidade aqueles que podem ser os crimes de responsabilidade; mas, em segundo lugar, também estabelecer de maneira mais precisa, de maneira mais taxativa quais são as condutas caracterizadas como crime de responsabilidade, porque, muitas vezes, uma lei penal tem termos imprecisos, tem termos abstratos demais, e isso acaba ensejando alguma insegurança na aplicação da lei ou até alguma arbitrariedade. Então, a nossa ideia foi tentar delimitar, da melhor forma possível, essas condutas políticas.

Em primeiro lugar, o que nós fizemos? A lei de 1950, antes de mais nada, define quem é que pode cometer um crime de responsabilidade. Crime de responsabilidade é um crime próprio, não pode ser cometido por qualquer pessoa, só pode ser cometido por determinadas autoridades. Essa lista de autoridades de 1950 estava desatualizada, porque a Constituição de 1988 trouxe uma série de outras autoridades que também podem cometer o crime de responsabilidade – então, nós a atualizamos. Pelo anteprojeto de lei, quem é que pode, eventualmente, praticar o crime de responsabilidade e sofrer o *impeachment?* O Presidente da República, o Vice, os ministros de Estado, os comandantes das Forças Armadas, os ministros do Supremo, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Advogado-Geral da União, os membros dos tribunais superiores, dos tribunais de contas, os chefes de missões diplomáticas de caráter permanente, os membros do Poder Judiciário e alguns outros previstos na Constituição, todos eles julgados nos seus respectivos tribunais, então, de acordo com as regras de jurisdição que existem na nossa legislação.

Pois bem, quais são os tipos penais, ou seja, os crimes de responsabilidades que podem ser praticados? Em primeiro lugar, nós deixamos claro que só crimes dolosos são crimes de responsabilidade, ou seja, aqueles praticados com intenção. Os crimes culposos, ou seja, por imprudência, por imperícia, não podem, não existem no caso de crime de responsabilidade. Então, ninguém pode sofrer *impeachment* por ser imprudente, por ser imperito, por ser negligente, só se pode sofrer *impeachment* se efetivamente houver uma intenção de praticar aquele crime doloso. Ele pode ser consumado ou tentado, evidentemente, e pode ser praticado por ação ou por omissão.

Quais são efetivamente os crimes que... Claro que eu não vou ler todos aqui, mas eu vou destacar nestes minutos aqui que me restam, os crimes talvez mais importantes, que mereçam mais atenção de V. Exas. nessa lista que foi apresentada. Em primeiro lugar, foram estabelecidos os crimes que podem ser praticados pelo Presidente da República, então, pelo primeiro mandatário do Poder Executivo. E quais são esses crimes, Sr. Presidente? Em primeiro lugar, os crimes contra a soberania nacional – então, aqueles crimes que envolvem a manutenção do território nacional, que envolvem a preservação de segredos de Estado, que envolvem a preservação da posição do Estado numa eventual declaração de guerra. Tudo isso é relevante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, são os crimes que podem ser praticados contra as instituições democráticas. O Congresso Nacional, em 2021, aprovou uma nova Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito e incorporou uma série de crimes no Código Penal para a proteção das instituições democráticas, e nós entendemos por bem, na esteira do que já foi decidido pelo Poder Legislativo, aproveitar essa inovação e inserir essas inovações na lei, no projeto de lei do *impeachment*. Então, por exemplo, o ato do Presidente da República de impedir o funcionamento dos demais Poderes é caracterizado como um crime de responsabilidade. Também é caracterizado como crime de responsabilidade o ato, por exemplo, de divulgar, direta ou indiretamente, por qualquer meio, fatos sabidamente inverídicos, com o fim de deslegitimar as instituições democráticas. Então, esses atos e uma série de outros foram caracterizados como crimes passíveis de *impeachment*.

Para além disso, os crimes contra garantias fundamentais. Então, se o Presidente, por exemplo, estimular o preconceito ou incitar a violência, civil ou militar, ele também responde por crime de responsabilidade, cuja pena será o *impeachment*.

Para além disso, os crimes contra a probidade na administração. Nós entendemos por bem inserir na lei do *impeachment* alguns crimes que também são crimes comuns, que podem ser praticados por qualquer funcionário público, mas, se praticados pelo Presidente da República, evidentemente ganham uma natureza política mais destacada, em especial os crimes de corrupção e os crimes de prevaricação. Então, para esses crimes também, além da pena normal, da pena de restrição de liberdade, também a pena de *impeachment*.

Para além disso, os crimes contra a lei orçamentária, então todos aqueles atos do Presidente da República contra a lei orçamentária – e aí, nessa parte, contribuiu bastante o Prof. Heleno Torres, que já esteve expondo nessa Comissão há algum tempo, mas a ideia era definir melhor esses crimes contra a lei orçamentária para evitar também uma imprecisão e uma insegurança jurídica.

Esses os do Presidente da República.

Em relação a outras autoridades, também foram previstos novos crimes, e aqui eu já caminho para a conclusão, para não estourar o tempo que me foi designado, mas foram definidos os crimes de responsabilidade que podem ser praticados pelos comandantes de Forças Armadas, como, por exemplo, manifestações políticas partidárias e incitação de greve ou de motim.

Em especial, Sr. Presidente, e eu quero encerrar nesse último ponto, foram estabelecidos crimes que podem ser praticados por magistrados e por membros do Ministério Público. E aí, o Ministro Ricardo Lewandowski, que é alguém que conhece muito a magistratura e zela pelo cumprimento das regras disciplinares e éticas da magistratura, então, apoiou que nós previssemos esses crimes, já aproveitando a legislação anterior, mas atualizando-a. Então, por exemplo, o magistrado que participe de um julgamento sabendo-se impedido para participar desse julgamento comete um crime de responsabilidade; se ele exercer atividade político-partidária; se ele se manifestar a respeito de processos em andamento que ele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competente para julgar; se ele revelar documentos sigilosos e se ele tomar decisões fora da sua jurisdição, ele acaba também cometendo crimes de responsabilidade.

Então, Sr. Presidente, como uma primeira aproximação, eu acho que é isso. Esses são os principais crimes que nós apresentamos como resultado desse trabalho, mais uma vez frisando que a nossa ideia não foi criar a roda, não foi reinventar a roda, não foi fazer qualquer espécie de pirotecnia, mas justamente pegar tudo aquilo que já foi construído pela tradição jurídica nacional e atualizar com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e com base na experiência que alguns membros da Comissão tinham, inclusive de acompanhamento da Casa Parlamentar, como o senhor mencionou o Dr. Bandeira, por exemplo... Pegamos essa experiência e essa jurisprudência e, de certa forma, apresentamos, então, esse anteprojeto que nós esperamos que seja apreciado por esta Casa.

Então, Sr. Presidente, esta era a minha apresentação inicial. Fico à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O Prof. Pierpaolo Cruz Bottini é Professor da USP, Advogado. Excelente apresentação. Muito obrigado.

Eu vou convidar agora para fazer uso da palavra a Sra. Amanda Rodrigues, Diretora do Lawfare Nunca Mais.

A Amanda está aqui acompanhada... Nós temos aqui a honrosa presença da Cleide Martins e da Isabel Gomes, que são também diretoras da rede Lawfare Nunca Mais e são da Comissão de Estudo e Combate ao Lawfare daqui da OAB do DF

Sejam bem-vindas!

Amanda, você tem até dez minutos ou o tempo que você julgar necessário para fazer a sua exposição.

A SRA. AMANDA RODRIGUES (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia a todos e todas!

Eu queria, primeiramente, parabenizar pela iniciativa de todos os envolvidos na exposição desse PL.

Dialogando com o Senador Rogério e sua equipe, ele fez uma proposta de emenda ao PL 1.388, que trata exatamente do *lawfare*.

É muito bom estar aqui hoje, nesta Casa, no Senado Federal, com a representante da Suprema Corte e com tantos estudiosos da área de Direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou aqui adentrar no mérito do direito, até porque não sou advogada, mas sou, na verdade, uma vítima de *lawfare*.

Então, é muito importante a gente poder fazer este debate com a sociedade sobre essa prática, que lá nos anos 50 não existia, talvez, dessa forma no país e que hoje acontece de forma muito cruel. E o *lawfare* é exatamente o uso estratégico do direito para fins de deslegitimar e para prejudicar ou aniquilar o inimigo. É usar a arma, é usar as instituições, parte das instituições, para aniquilar as vítimas e esgotá-las do ponto de vista emocional, financeiro, físico, psicológico e emocional – como eu falei anteriormente –, e degradá-las do ponto de vista moral também, perante a sociedade.

E esta pessoa aqui que vos fala é vítima do *lawfare*. Eu sou denunciada numa operação do Estado da Paraíba por ser casada com alguém, então está lá escrito na denúncia, uma denúncia pesada de misoginia, de preconceito, e está lá escrito... Eu não sou, inclusive, qualificada nessa denúncia, eu não tenho CPF, eu não tenho pai, não tenho mãe, não tenho endereço; eu tenho apenas um companheiro, e por isso eu sou denunciada – e tantos outros companheiros. E, quando eu me vi envolvida nessa operação, eu precisei estudar direito, porque eu me vi envolvida numa operação que envolveu a vara da família, a Justiça Criminal, a Justiça Eleitoral e a parte administrativa, o direito civil. Então, eu precisei estudar para entender o que é que eu estava passando.

E aí eu perpassei a minha vida e fui estudar a vida de outras pessoas também. Eu terminei escrevendo um livro e virando Diretora da Rede Lawfare Nunca Mais, junto com Cleide e Isabel, em que a gente agrupa uma quantidade de vítimas de *lawfare* Brasil afora, que sofre das mesmas dores e que não tem consolo algum. Não tem consolo algum porque isso não é visto; porque nós sofremos processos que estão fora da Constituição; porque responder a um processo, qualquer um de nós aqui, qualquer pessoa da sociedade pode responder a esse processo. Agora, existem normas, a legislação existe para permear esse processo. Você não pode ser condenado antecipadamente na mídia, e, quando você vai olhar o seu processo, você já está condenado, execrado pela população, e dentro do seu processo não tem absolutamente nenhuma prova. E um promotor o denuncia, e um magistrado aceita essa denúncia, e aí você fica como eu estou há cinco anos: respondendo a um processo que não tem uma única prova, que não tem um único caminho de desvio de recurso algum. Inclusive eu sou denunciada porque participei de uma reunião de um conselho do qual eu era obrigada a participar por conta do cargo que exercia. Não defini exatamente nada, nada de importante, e sou denunciada por isso, mas sem qualificação. Mas não é para me atingir, é para atingir o meu companheiro. A minha denúncia...

E é exatamente isso que acontece, é uma perseguição inclusive cruzada, em que se denuncia toda a família daquela pessoa que é escolhida para ser perseguida. E aí envolve todo tipo de ação possível. Tudo o que puder prejudicar aquela pessoa, que puder prejudicá-la financeiramente, que puder prejudicá-la emocionalmente vai ser feito – e com a pitada, com todo o sabor que a mídia faz, porque tudo é mandado antecipadamente para a imprensa, antes, inclusive, de a defesa ter acesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, eu acho de extrema importância... E o Brasil viu aí, foi desnudada a Lava Jato e tantas outras operações que, se você tiver a capacidade de entrar nos meandros, nas entrelinhas delas, nas combinações de magistrados e de promotores que acontecem Brasil afora, a gente vai ter a capacidade de desnudar o que acontece no país e de interromper isso que está acontecendo, porque aconteceu comigo, aconteceu com vários companheiros, mas, Senador, pode acontecer com o senhor amanhã, pode acontecer com a digníssima representante do STF, que está aqui ao meu lado, porque, num dado momento, alguém é escolhido para essa prática, e a sociedade precisa efetivamente olhar para isso.

Eu sofri vários danos, inclusive eu perdi um filho com cinco meses, ele nasceu morto, nasceu vivo e morreu porque não tinha capacidade de sobreviver, porque meu corpo não aguentava mais, meu corpo não tinha mais condição, não aguentava mais. O Reitor Cancellier se suicidou.

Esta semana, uma vítima de *lawfare* que eu acompanhei, que está no meu livro, passou seis anos... é um advogado de um clube de futebol que foi denunciado por executar um parecer simples, que era sua atribuição, e foi inocentado semana passada, mas teve um infarto, perdeu tudo o que tinha, um rapaz de menos de 50 anos. Ele não morreu porque Deus protegeu esse cidadão, mas ele perdeu o escritório que tinha, perdeu o emprego que tinha, por pouco não perdeu sua esposa e seus filhos, porque era um casal companheiro, mas, se não fosse, tem muitos que perdem até sua família e ficam sozinhos.

Então é algo que a gente precisa olhar e olhar com seriedade. Os processos se alastram nos tribunais e ninguém observa. Como é que você faz um estardalhaço na vida de alguém, você o acusa de um roubo milionário e não mostra o caminho desse dinheiro? Como é que alguém é acusado de lavagem de dinheiro, mas você não tem caminho do dinheiro, não tem o percurso. Então eu acho que essas coisas precisam ser observadas, que a sociedade precisa olhar, que esta Casa precisa olhar para o *lawfare* e precisa olhar Brasil afora, porque a gente sabe, a gente teve um caso emblemático, o caso do Presidente Lula, em que a gente pôde acompanhar as mensagens da Operação Spoofing, o que aconteceu ali dentro. A sociedade pôde ver o que aconteceu, mas é um caso de alguém muito importante no nosso país e no mundo, mas existem vários outros casos que estão margeados, em que pessoas estão sofrendo e continuam a sofrer, inclusive, Senador, pagando pena sem ter um crime estabelecido. Quando você analisa o processo, judicialmente falando, você não encontra absolutamente nada que possa condenar aquela pessoa. Tipificações criminais, fazem denúncia com tipificações criminais que não têm nada a ver com a narrativa.

Eu acho que as instituições deste país são importantíssimas, o Ministério Público é uma instituição muito importante, o Ministério Público Federal, o STJ, o STF, os tribunais de justiça pelo país são fundamentais para que a nossa sociedade seja organizada, mas tem uma parte aí dentro, e aí a gente não pode generalizar nunca porque temos excelentes quadros nessas instituições, a gente não pode generalizar, mas é preciso que seja observado, é preciso que esta Casa encontre maneiras de controlar e de punir quem está punindo severamente a vida de outras pessoas apenas para fazer uma perseguição política, midiática ou seja ela qual for. Eu acho que o direito não pode jamais ser utilizado para este fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço este espaço, até me desculpo se, por acaso, usei algum termo que não deveria, mas realmente é um tema que mexe muito comigo, porque eu ainda sofro hoje consequências gravíssimas do *lawfare*, a minha vida está interrompida por conta de uma perseguição que não me cabe e de uma luta que eu não tenho como lutar, porque não é de pessoas, é de instituições contra um cidadão, contra uma cidadã. E eu não encontro resposta onde eu gostaria, no âmbito da Justiça. Meu processo é postergado, postergado, postergado.

Um órgão diz que é eleitoral, o outro diz que é criminal. Ninguém julga, ninguém olha para isso. E eu estou prejudicada, mas aí eu não falo por mim. Eu falo por uma quantidade de pessoas neste país que sofreram e sofrem, margeadas por perseguições que estão sendo feitas com a utilização das instituições mais importantes do nosso país, que são as instituições de Justiça.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Amanda Rodrigues, Diretora do Lawfare Nunca Mais.

Eu convido agora e concedo a palavra ao Sr. Caio Chaves Morau, Professor Doutor da Universidade Católica de Brasília.

O SR. CAIO CHAVES MORAU – Bom dia, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar também as colegas que dividem a mesa comigo, os servidores presentes, João Trindade, Marina Barão, Luiz Freire.

Gostaria, Sr. Presidente, em primeiríssimo lugar, tentando respeitar esse tempo de dez minutos, parabenizar o trabalho que foi feito pela Comissão. Primeiro por uma razão muito simples, é fácil, a partir de um texto pronto, fazer críticas e pensar em sugestões de aperfeiçoamento, mas o trabalho de fazer esse anteprojeto, que agora é um projeto de lei, é muito duro. Então, imagino o esforço que foi envidado pelos membros da Comissão de Juristas e parabenizo todos nesse sentido.

Não há dúvidas de que essa lei que atualmente regra os crimes de responsabilidade precisa efetivamente ser aperfeiçoada. Ela tem 73 anos de vigência, ou seja, há 13 anos ela já é idosa. E o idoso pode envelhecer se mantendo jovem, não é o caso, me parece, dessa lei de 1950. É uma lei que precisa de grandes mudanças para que ela consiga caminhar neste cenário que nós temos hoje.

Houve de fato mudanças no ano 2000. Então, a Lei 10.028, de 2000, foi promulgada no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Houve alterações muito pontuais nessa lei de 2000, mas eu penso que são alterações muito tímidas. A minha opinião é de que elas não conseguem fazer essa atualização, esse acompanhamento, que se faz tão necessário nos dias de hoje.

Eu gostaria de elogiar quatro grandes pontos, Sr. Presidente, desse projeto de lei para que, na sequência, eu faça alguns comentários sobre eventuais sugestões que V. Exa. poderia eventualmente considerar na condição de Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiríssimo ponto. O projeto de lei consegue, através de seus dispositivos, atenuar, mitigar esse poder quase imperial dos Presidentes das Casas. Um poder muito grande para dar andamento ou deixar de dar andamento a essas denúncias que são formuladas.

Segundo ponto. A inclusão e o detalhamento da responsabilização de autoridades públicas que foram ignoradas pela lei de 1950 me parecem também um avanço importantíssimo. Como bem expôs o Prof. Pierpaolo, várias autoridades passam a estar objetivamente e detalhadamente sujeitas a esses crimes de responsabilidade. Em terceiro lugar, cria-se um rito próprio capaz de dar efetividade aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Esse me parece um ponto importantíssimo desse projeto de lei. E, como quarto e último ponto que eu enuncio, haveria muitos outros para elogiar, diz respeito à descrição de um modo técnico e objetivo das condutas que ensejariam os crimes de responsabilidade, também afastando aquelas prescrições que já não fazem sentido nesta quadra histórica.

Feitos esses apontamentos e elogios ao projeto de lei, eu gostaria de me focar também em quatro outros pontos, que eu penso que poderiam eventualmente ser considerados quando da produção do relatório pelo Senador Weverton. São eles: os crimes de responsabilidade atribuídos aos Ministros do Supremo, que também dizem respeito a outras autoridades; o prazo para exame das denúncias que são recebidas nas Casas Legislativas; a legitimação dos proponentes, dos denunciantes dos crimes de responsabilidade; e, por fim, o fatiamento das sanções eventuais que sejam culminadas aos denunciados.

Com relação aos crimes de responsabilidade, então – esse é o primeiro dos quatro pontos –, o Capítulo IV Título II do projeto de lei já enuncia que estes crimes se aplicam também a ministros de tribunais superiores, ministros de cortes de contas, juízes e desembargadores de tribunais de justiça, entre outras autoridades, especialmente do Poder Judiciário, ou seja, o regramento sobre os crimes de responsabilidade de Ministros do Supremo, que se inicia no art. 14, é bastante amplo e cobre diversas outras autoridades.

Um ponto sensível que eu notei, Sr. Presidente, que inclusive já é objeto de algumas emendas que foram apresentadas, é o fato de que o projeto de lei não contempla duas condutas importantíssimas que estão atualmente previstas na lei de 1950 e que não são replicadas. Quais são elas? A primeira: ser patentemente desidioso no cumprimento dos deveres do cargo; e a segunda: proceder de modo incompatível com a honra, a dignidade e o decoro das suas funções. Por que essas duas condutas me parecem muito importantes? A gente está diante de uma aparente contradição nesta parte.

Sob o meu ponto de vista o projeto de lei enumera mais condutas que encontrariam subsunção em crimes de responsabilidade, mas, ao mesmo tempo em que ele cria mais condutas, essas condutas, na minha visão, não seriam suficientemente abrangentes para abarcar alguns tipos de situação. Então, eu penso que seria extremamente prudente manter essas duas condutas e incorporá-las ao texto do projeto de lei. Então, a conduta que pune os magistrados que são patentemente desidiosos e que exercem a sua função de modo contrário à honra, à dignidade e ao decoro, porque essas duas condutas são suficientemente abertas, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não com uma abertura exagerada, para que nós consigamos contemplar alguns tipos de conduta que, a meu ver, não estão previstas nos incisos do art. 14.

Além disso, a própria Loman, a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, nos seus dispositivos do art. 35, determina, por exemplo, que os juízes não excedam injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar, para determinar as providências para que os atos processuais se realizem, os juízes precisam comparecer pontualmente à hora de iniciar o expediente, ou seja, a própria Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que já disciplina como é que deve ser o comportamento dos magistrados, muito embora haja uma interpretação de que os Ministros do Supremo não se sujeitariam à Lei Orgânica da Magistratura Nacional, eu penso que o que está previsto nela é um reforço para a necessidade de que essas duas condutas estejam presentes no texto.

Eu penso que seriam uma garantia de uma maior sindicabilidade dos membros do Poder Judiciário, ou seja, essas duas condutas, em específico, me parece que poderiam abrir um panorama mais amplo para a responsabilização dos magistrados.

Segundo ponto, o projeto de lei me parece que andou muitíssimo bem ao estabelecer alguns prazos, especialmente para o exame das denúncias que são remetidas a cada uma das Casas do Congresso Nacional. O art. 29, *caput*, deste projeto de lei fixa o prazo de 30 dias úteis.

Eu penso, Sr. Presidente, que esses 30 dias úteis por, na prática, serem um mês e meio, talvez sejam um prazo um pouco demasiado, alongado. Penso que, eventualmente, poderia haver uma diminuição...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAIO CHAVES MORAU – Como?

Exatamente, exatamente.

Eu penso que, eventualmente, uma diminuição pela metade, quem sabe, 15 dias úteis – isso daria três semanas –, poderia ser algo interessante, porque também interessa ao denunciado ter uma decisão mais célere.

A Dra. Amanda estava falando das aflições de quem se torna alvo de práticas de *lawfare*, mas, sendo práticas de *lawfare* ou não, o fato é que a pessoa que está envolvida em algum tipo de acusação quer uma resposta rápida.

E eu penso que, neste ponto específico, eventualmente, seria interessante uma redução, quem sabe, pela metade: 15 dias úteis corresponderiam, na prática, a três semanas.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Isso seria na fase de...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CAIO CHAVES MORAU – De recebimento das denúncias porque... (*Fora do microfone.*) ... os presidentes teriam esse prazo de 30 dias úteis para despacharem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAIO CHAVES MORAU – Exatamente.

Eu penso que, pelas autoridades envolvidas, pela gravidade das acusações, talvez fosse interessante, Senador Weverton, pensar em um prazo mais enxuto.

Já vi que há emendas também nesse sentido, que propõem um prazo mais enxuto. Isso poderia dar uma celeridade a esse processo, ou seja, o fato de criar um prazo em si mesmo já é muito bom, já é algo excelente e absolutamente necessário, e eu penso que, para ficar melhor ainda, quem sabe ponderar sobre uma redução desse prazo de 30 dias.

O penúltimo tópico que eu gostaria de explorar – e já estou encaminhando para o final, Senador Weverton – diz respeito à legitimação, ou seja, para que as pessoas que estão efetivamente elencadas no rol deste projeto de lei apresentem uma denúncia por crime de responsabilidade.

A decisão que a Comissão de Juristas tomou no anteprojeto, no sentido de excluir a possibilidade de o cidadão individualmente considerado oferecer uma denúncia por crime de responsabilidade, a meu ver, é bastante acertada. Isso não quer dizer que haveria uma redução na possibilidade de acesso dos cidadãos a esse instrumento, na possibilidade de formular uma denúncia; ao contrário, me parece uma decisão prudente no sentido de que pode e há efetivamente muitas denúncias que são apresentadas sem lastro, sem lastro jurídico, e que, com esse prazo que está sendo designado, acabariam representando um acúmulo de trabalho para as Presidências das Casas – e, muitas vezes, há um viés eminentemente político nessas denúncias que são apresentadas individualmente.

Com isso, não se quer dizer que o cidadão vai perder a voz. O projeto deixa muito claro, e me parece também uma ótima solução que foi encontrada, usar-se o quórum, os requisitos que se utilizam para a proposição de uma lei de iniciativa popular. Então, se para uma lei de iniciativa popular a própria Constituição já prevê requisitos objetivos, me parece sensato e compatível que essa mesma lógica seja aplicada para os cidadãos que queiram apresentar uma denúncia. Então, se eles conseguirem se reunir de acordo com os critérios que são adotados para a lei de iniciativa popular, eles conseguem formular a denúncia. E não só isso; eles podem ser representados por sindicatos, pela OAB, por entidades, por partidos políticos, enfim, há muitas opções que estão à disposição do cidadão.

Uma sugestão, eventualmente, Senador Weverton, para ser considerada seria uma espécie de contrapartida; quer dizer, se de um lado nós estamos tirando essa legitimação individual do cidadão, quem sabe, por outro, nós não poderíamos criar uma possibilidade para os Parlamentares, não individualmente, mas, quem sabe, respeitando, por exemplo, o quórum que se exige para a instalação de uma CPI. Então, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho pelo menos um terço dos Senadores ou Deputados que subscrevem uma denúncia por crime de responsabilidade, essa denúncia poderia ser aceita, poderia ser formalizada. Então, me parece justo tirar a possibilidade de que o cidadão individualmente apresente a denúncia, mas também me parece razoável que não só o partido político possa apresentar essa denúncia, mas também um terço dos Parlamentares de uma das Casas penso que seria um quórum interessante para que os Parlamentares fossem legitimados.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – No estudo que foi apresentado, o Parlamentar, individualmente, não poderia solicitar?

O SR. CAIO CHAVES MORAU – Não pode. O Parlamentar, individualmente, no texto que está hoje, no projeto de lei, não pode individualmente apresentar.

Então, a ideia seria exigir, quem sabe, um terço, que seria o mesmo quórum exigido para a criação e instalação de CPIs. Se houver esse preenchimento de um terço no Senado ou na Câmara, eu penso que já poderia ser suficiente para a instalação, para o oferecimento dessa denúncia por crime de responsabilidade.

Por fim, Sr. Presidente, para não me alongar – acho que já até ultrapassei o tempo regimental –, uma última consideração a respeito de um ponto certamente polêmico e que sei que foi muito ponderado pelos juristas que compuseram a Comissão, que diz respeito ao fatiamento da pena, ou seja, uma vez condenado o denunciado, será que haveria a possibilidade de julgar separadamente a perda do cargo e a inabilitação por oito anos?

Como V. Exª bem apontou, Senador Weverton, esta Comissão de Juristas e os debates, evidentemente, não são casuísticos, não há nenhuma pretensão de se ater a fatos que aconteceram na nossa história. Mas, o fato é que, muito embora haja um precedente de 2015, 2016, da Presidente Dilma Rousseff, em que houve essa separação, eu penso – com a devida vênia a quem entenda de modo diverso – que o art. 52, parágrafo único, da Constituição não autorizaria essa divisão. O art. 52, parágrafo único, fala em perda de cargo com inabilitação, usa-se a partícula "com", e, a meu ver, essa partícula "com" não permitiria esse fracionamento.

Se nós olharmos os arts. 67 e 68 do projeto de lei, nós veremos que há uma evidente separação. Primeiro, pergunta-se se a autoridade deve ser condenada à perda do cargo e, na sequência, demanda-se se deve haver a inabilitação por oito anos. E não é só isso, o projeto de lei ainda traz alguns pontos que podem ser considerados para diminuir essa pena de oito anos. Então, por exemplo, fala-se em considerar antecedentes, a personalidade, a conduta social do acusado, etc.

O grande óbice, Presidente Weverton – e já encerrando a minha participação –, parece-me justamente o texto constitucional. Eu penso que, para haver esse fracionamento, seria necessária a propositura de uma PEC, de uma proposta de emenda à Constituição. Não me parece, diante desta redação do art. 52, parágrafo único, da Constituição, que haja essa possibilidade de fatiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço perdão a V. Exa. por ter extrapolado um pouco o tempo e agradeço pelo tempo e pela oportunidade de estar aqui.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Prof. Caio, muito obrigado, excelente participação.

Eu vou convidar agora, de forma remota, o ex-Ministro da Justiça e ex-Advogado-Geral da União José Eduardo Cardozo.

Nós estamos combinando aqui, Ministro, que cada convidado tem a média de dez minutos para utilizar, da forma que achar melhor, para mais ou para menos, mas fique à vontade. E é bom revê-lo.

O SR. JOSÉ EDUARDO CARDOZO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Presidente.

Peço-lhe desculpas. Eu queria estar aí de forma presencial, mas tive uma série de contratempos familiares que me impediram de poder, a tempo, pegar um meu avião para ir a Brasília.

Mas, seja como for, Senador Weverton, é um prazer e um privilégio poder estar com os senhores nesta manhã, inclusive com uma mesa tão seleta, formada por juristas, por pessoas como a Fabiane, que participaram ativamente da prática de um processo de *impeachment*. Portanto, eu fico muito feliz em poder participar.

Eu queria apenas levantar alguns pontos, Presidente Weverton: primeiro, é muito bem-vinda essa lei – é muito bem-vinda! A lei atual consegue ser mais velha que eu, de idade, Presidente. Então, imagine como está a passada. Ela sobreviveu a várias Constituições. Ela ultrapassou a Constituição de 1967, a de 1988; foi obrigatório o Supremo se posicionar, numa ADPF, em relação ao que havia sido recebido, ao que não foi recebido... É muito bem-vinda! Do ponto de vista, digamos assim, da topografia jurídica, o projeto de lei é excelente: define situações, afirma procedimentos. Então, acho muito bem-vinda essa lei. Faz falta uma lei que atualize o processo de *impeachment* nos marcos do direito brasileiro.

Alguns pontos, porém, eu acho que precisariam ser colocados. Eu vou apenas pontuar e ir para o meu WhatsApp, porque tenho muito pouco tempo. Cada um desses tópicos que eu vou mencionar e tantos outros exigiriam aí uma análise de três, quatro, cinco horas de debate entre os juristas e os membros do Senado Federal.

O primeiro ponto: a grande discussão sobre a natureza jurídica do *impeachment* – grande discussão! Eu sempre me posicionei achando que ela não é função jurisdicional atípica realizada pelo Legislativo. Eu sempre entendi – e, já antes do processo de Dilma Rousseff, em congressos, em debates, sustentei – que é uma função administrativa atípica. E por que isso? Porque ela não gera coisa julgada. O próprio Supremo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tribunal Federal já entendeu que, pelos aspectos formais, o processo de *impeachment* pode ser revisto. O que não gera coisa julgada função jurisdicional não é.

E, sendo função administrativa, isso nos desloca para um problema, Presidente Weverton: até onde o Judiciário pode controlar o processo de *impeachment*? Claro, a Constituição brasileira diz que nenhuma lesão de direito ficará afastada da apreciação do Poder Judiciário. E há uma grande discussão entre juristas, atuais e antigos, sobre o que é controlável ou não no processo de *impeachment*. Por exemplo, Paulo Brossard, o autor da mais festejada monografia sobre o tema, dizia que não se pode rever nada do processo de *impeachment*. O Supremo avançou e disse que aspectos formais podem ser observados. Eu, todavia, sigo aqui a linha de alguns juristas que entendem que, se eu estou diante de uma função administrativa, os pressupostos de controle do Poder Judiciário sobre o *impeachment* são os pressupostos de controle de validade do ato administrativo.

Por exemplo, o processo de *impeachment* começando com desvio de poder, como, a meu ver, foi o caso de Dilma Rousseff, poderia ter esse aspecto controlado pelo Poder Judiciário. Um processo de *impeachment* que não tem os pressupostos fático-valorativos que ensejassem o motivo para o seu desencadeamento pode ser controlado pelo Judiciário, a meu ver. Não foi essa a posição tomada pelo Supremo Tribunal Federal no caso de Dilma Rousseff, que entendeu que o mérito não deveria ser considerado e englobou, no mérito, não só o plano de valoração política do ato, mas a afirmação do reconhecimento dos pressupostos fáticos para desencadear o processo de *impeachment*. Ora, a meu ver, uma oportunidade que essa lei tem é de delimitar o campo de até onde existe o controle jurisdicional, porque a Constituição, da forma em que se apresenta, traz dúvidas, traz polêmicas.

Outro ponto que gostaria de frisar, Sr. Presidente, diz respeito à questão relativa ao desencadear do processo de *impeachm*ent. Concentrá-lo nas mãos do Presidente da Câmara me parece algo não recomendável, embora a lei, o projeto de lei tenha melhorado bastante nesse aspecto. Por quê? Pelo que me recordo, o projeto de lei chega a dizer que o Presidente tem um prazo para apreciar essa matéria, todavia diz que no silêncio o pedido de abertura do *impeachment* fica rejeitado. Não me agrada essa solução – quero ser sincero, Presidente –, porque é muito fácil um Presidente do Legislativo não encarar um pedido de *impeachment* para deferir ou para indeferir e simplesmente silenciar – não me agrada. Algum outro procedimento deveria ser adotado: ou remeter à Comissão de Constituição e Justiça caso ultrapassasse o prazo, para uma avaliação da Comissão... Alguma coisa tem que ser pensada. Se o senhor me perguntar qual seria a solução melhor, eu fico aqui com o Sócrates: "Só sei que nada sei". Mas eu diria que a forma como está colocada me parece que não é a melhor, porque não cai bem no processo de *impeachment* a postura de Pôncio Pilatos: "Lavo a mão e rejeito". Isso não me parece o melhor.

Outro aspecto – eu peguei aqui o final da magnífica exposição do meu antecedente sobre a questão do fatiamento, e eu faço aqui a minha fraterna discordância do doutor –, eu não tenho a menor dúvida de que a Constituição, do ponto de vista da interpretação literal, realmente diz que não poderia haver o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatiamento, como se julga. Literalmente é isso, mas no direito não se interpreta só literalmente. Há toda uma historicidade por trás disso. Esse fatiamento acabou sendo decidido pelo Presidente Lewandowski, a partir de um parecer de um jurista, professor da UNB, que formulou, que vem da Constituição dos Estados Unidos da América relativamente ao processo de *impeachment*.

Mas, a meu ver, o principal argumento que se colocou diz respeito ao seguinte: o Supremo Tribunal Federal, quando julgou a ADPF, que redefiniu o processo de *impeachment* em um voto vencedor do Ministro Luís Roberto Barroso, mandou adotar o procedimento do rito Collor adotado na época. E vamos lembrar que, quando houve o *impeachment* do Presidente Collor de Mello, ele renunciou antes da decisão. E, naquele momento, o Presidente do Judiciário, que presidiu o *impeachment*, levantou a dúvida e falou: "Olha, ele renunciando, se eu entender pela literalidade da Constituição, perdeu a validade qualquer imposição de pena, inclusive de suspensão dos direitos políticos; se eu entender, interpretativamente, que há uma dissociação, que é uma pena acessória a despeito da literalidade da Constituição, eu poderei julgar em separado; caso contrário, não poderei fazê-lo".

Então, o Presidente do Supremo Tribunal Federal coloca em votação – apesar da renúncia e da pena do objeto do *impeachment* – a suspensão dos direitos políticos. E o Senado aprova por suspender o Presidente Fernando Collor de Mello dos seus direitos políticos. O Presidente Fernando Collor de Mello vai ao Supremo e perde. Ou seja, o Supremo referendou a ideia de que havia uma dissociação das duas hipóteses a despeito da literalidade do texto constitucional. Ou seja, no fundo, o que se entendeu é que, dentro de uma interpretação sistêmica, nós não poderíamos permitir que um Presidente burlasse a Constituição, pedindo a perda do seu mandato previamente para escapar de uma pena que seria um efeito. Se fosse um efeito, aí sim, então, eu não poderia julgar.

Então, interpretando a Constituição a partir dos seus próprios valores, dos seus próprios princípios, o Supremo Tribunal Federal respaldou o Senado dissociando as duas coisas, dizendo que é melhor que isso seja tratado à luz da Constituição como situações separadas e não como um mero efeito, para evitar distorções sistêmicas que, obviamente, ocorreriam, como ocorreria no caso do Presidente Fernando Collor de Mello.

Quero lembrar que, naquele momento, salvo melhor juízo, não existia aquela regra de que o Parlamentar não poderia exonerar, não poderia pedir exoneração, que seria processado se fosse pedir, antes de um processo, a renúncia ao seu mandato.

E aquilo não estava colocado na Constituição nem para uma aplicação analógica, então, sistemicamente, se entendeu, do ponto de vista histórico, a partir da Constituição dos Estados Unidos da América, de precedentes, etc., que se deveria tratar, a despeito da literalidade da Constituição, como uma interpretação sistêmica, e isso foi recolocado no caso de Dilma Rousseff, ou seja, já havia uma jurisprudência, a ADPF disse que nós teríamos que seguir o rito de Fernando Collor de Mello, e, portanto, teria que o Presidente da Suprema Corte, e, no caso, o Presidente Ricardo Lewandowski, colocar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação no Senado para que o Senado fizesse a interpretação autêntica ou alterasse a avaliação ou a afirmasse. Efetivamente, assim foi feito, o Senado Federal entendeu que deveria tratar, também, mais uma vez, como uma sanção autônoma.

Isso ensejou a impetração de mandatos de segurança, esses mandatos de segurança não tiveram a liminar concedida, e está em julgamento, hoje, no Supremo Tribunal Federal, esse mandato de segurança, com o voto da Ministra Rosa Weber, um voto muito alentado, a Relatora, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, dizendo que não poderia reapreciar o campo dessa matéria que qualifica como interpretação autêntica, a partir de variantes interpretativas que o texto da Constituição oferece.

Então, portanto, acho que a lei também fará uma interpretação autêntica, seguindo a tradição da jurisprudência brasileira nessa linha, e, portanto, se o Supremo entendeu que, no caso de Collor, deveria manter a situação, se, no caso de Dilma, se entenderá, me parece, essa mesma situação, acredito que a lei vem seguindo a trilha exatamente do que é melhor, a despeito da literalidade da Constituição, fazer uma análise de dissociação punitiva entre *impeachment* e suspensão dos direitos políticos, justamente para que o Senado possa apreciar, em cada caso, o que é melhor, não estando manietado por um texto da Constituição apenas por uma questão gramatical, mas estar submetido a uma lógica sistêmica e também, evidentemente, aos fatos do caso concreto.

Em síntese, Presidente, peço desculpas pela exposição em velocidade, mas, como eu disse a V. Exa., eu precisaria, para cada tema desse, de umas dez horas de exposição, mas me cingi a apenas três aspectos que julgo absolutamente relevantes, que são a questão de até onde o Supremo Tribunal Federal pode controlar o processo de *impeachment*, a questão da concentração de poderes do Presidente da Câmara, e a afirmação de um silêncio tácito como rejeitando um pedido de *impeachment* – não me parece a melhor saída – e, em terceiro e último lugar, essa questão do fatiamento, que acho que, com todas as vênias de entendimento contrário, o entendimento adotado pela lei é o melhor.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, ex-Ministro José Eduardo Cardozo.

Eu vou, agora, convidar a Fabiane Pereira, assessora do Supremo Tribunal Federal.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador Weverton, primeiro, eu quero externar a minha alegria de estar aqui debatendo este tema e parabenizá-lo imensamente por esta iniciativa.

Eu tive a oportunidade de ser Relatora da Comissão de Juristas que, por quase um ano, trabalhou intensamente nesse anteprojeto de lei apresentado pelo nosso Presidente Pacheco à Casa, e a relatoria, agora, é de V. Exª. Eu sou testemunha ocular de um trabalho extremamente sério que foi realizado por todos aqueles 12 juristas integrantes da Comissão. Realmente foram dias e noites de trabalho, um exercício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dever cívico muito bonito por cada uma dessas autoridades, que dedicaram seu tempo, seus estudos e sua experiência prática a ela.

Nós tivemos na Comissão o nosso hoje Ministro Anastasia, que foi Relator aqui no Senado Federal, durante o processo de *impeachment* da Presidente Dilma. Tivemos também o nosso Presidente da Comissão, Ministro Lewandowski, a quem eu rendo todas as homenagens não apenas pela carreira jurídica que eu pude construir a seu lado, mas porque hoje ele é meu orientador no doutorado da USP. Graças a Deus eu estou finalizando essa trajetória acadêmica – na verdade, sempre começando, recomeçando, não é, Prof. Caio, nosso doutor aqui, civilista. O Ministro Lewandowski foi o Presidente do Supremo Tribunal Federal e, portanto, o Presidente do Senado para os fins do *impeachment* de Dilma Vana Rousseff. .

Eu tive a oportunidade, à época, como Secretária-Geral do Supremo Tribunal Federal, de coordenar os trabalhos e de fazer essa interface tão interessante entre Judiciário e Legislativo. Foi uma experiência que carrego comigo e tenho certeza de que a prática acrescenta muito à teoria. E o nosso querido Bandeira, que foi escrivão do processo e, à época, era o Secretário-Geral do Senado, além de todos os outros grandes juristas: Prof. Heleno, o Ministro Rogerio Schietti, do Superior Tribunal de Justiça. Enfim, pararei por aqui, senão posso ter o disparate de esquecer o nome de algum nobre colega.

Em segundo lugar, Presidente, eu quero também falar da minha alegria de dividir esta mesa com uma outra mulher, a Amanda, porque, vejam, esses temas políticos são temas normalmente reservados a espaços masculinos, e, à época, quando a Comissão foi instalada, eu me lembro de que a própria opinião pública reclamou pelo fato de eu ser a única mulher integrante da Comissão de Juristas. E, hoje, a nossa Amanda deu um testemunho absolutamente necessário, esse olhar feminino para o debate de um tema tão importante como o *lawfare* e *impeachment n*o Brasil.

Eu me lembro que, assim que nós terminamos o processo de Dilma, nós finalizamos a Presidência do Supremo Tribunal Federal poucos dias depois, e a Universidade de Salamanca, na Espanha, convidou-me, juntamente com o Prof. José Eduardo Cardozo, a dividir uma bancada lá naquela universidade para relatar a experiência do *impeachment* no Brasil.

Qual não foi a minha atenção para o fato de que determinados setores da Espanha tinham uma convicção de que Dilma Vana Rousseff havia sido impitimada, única e exclusivamente, pelo fato de ser mulher. Não é o tema, não trataremos sobre isso, mas isso apenas reforça o quanto é importante que a sociedade efetivamente tenha representatividade com as mulheres, hoje maioria no Brasil, aqui nas bancadas dos temas mais sensíveis para a nossa nação.

A Amanda trouxe, então, o tema do *lawfare*, o tema em que muitas vezes as autoridades não respondem adequadamente pelos seus atos. E, Amanda, eu fico feliz em ouvi-la, porque essa foi uma preocupação cotidiana da Comissão. Nós tínhamos plena certeza de que o princípio republicano repudia – repudia – o exercício da autoridade sem responsabilidade. Responsabilidade é algo inseparável do conceito de democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, querido Senador Relator do nosso anteprojeto, eu quero falar que nós estamos absolutamente em um estado de incompletude constitucional quando não integramos autoridades que a Constituição exige que estejam, neste anteprojeto e agora neste projeto de lei, sendo responsabilizadas pelo crime de responsabilidade. E eu ouso aqui discordar de vozes que querem que nos mantenhamos restritos a Presidente da República, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Procurador-Geral da República ou Governadores. Não, a Constituição elenca expressamente, fala que são sujeitos de crime de responsabilidade Advogado-Geral da União, os membros das Forças Armadas, da diplomacia, o chefe da diplomacia e tantos outros, como já foi mencionado não apenas hoje como também na primeira audiência pública. Então, nós estaremos sob um impasse: se retirarmos essas autoridades, conclamamos que o Congresso Nacional escreva um projeto de lei que retrate e tipifique os crimes de responsabilidade dessas autoridades, porque nós não podemos mais, no Brasil, viver um estado em que juízes, Ministério Público e tantas outras autoridades não respondam conforme os ditames da nossa Constituição Federal. Esse é um primeiro ponto que eu acho absolutamente importante retratar.

Um segundo é com relação ao momento em que essa lei vigente hoje foi editada. Nós estávamos em uma lei que vinha regulamentar um comando de uma Constituição Federal de 1946. Era um outro momento absolutamente distinto da quadra vivida, vínhamos de um processo de autoritarismo.

Eu tive a oportunidade de escrever, numa obra em homenagem ao Ministro Lewandowski, um artigo, e as minhas reflexões são no sentido de que a nossa atual Lei do Impeachment no Brasil é um estoque autoritário na nossa democracia. E por que estoque autoritário? Porque é uma lei que concentra nas mãos dos Presidentes das Casas se se deve ou não prosseguir com processo de tamanha gravidade como esse, um processo que traz rupturas, seja do Presidente da República, seja de um ministro do Supremo Tribunal Federal, seja de um Procurador-Geral da República.

Nós continuaremos ainda sob essa vigência? Não. A nossa Constituição de 1988 é plural, é democrática, conclama à colegialidade. As vozes são múltiplas. E nós estamos aqui exatamente no Senado Federal, a Casa maior de todas as vozes. É por isso que com muito cuidado a Comissão trabalhou a questão de se permitir que, em um recurso, a Casa possa debater a abertura ou não.

Com relação ao prazo, Caio, o que eu posso lhe dizer é que esse é o menor dos problemas. Parece-me que o Senador Lasier Martins inclusive tem um projeto propondo acho que 15 dias úteis, se não me engano. A Comissão propôs 30. Esse é o menor dos problemas. O importante é que esse prazo exista, porque realmente não é possível que fique um vácuo sobre o prosseguimento ou não daquele processo, e isso vire inclusive assunto para a mídia, uma exposição indevida a essas autoridades. Elas também não podem ficar sujeitas ao *lawfare*, se é que a gente poderia fazer uma simbologia com o que foi retratado aqui. Porque também deve ser muito difícil para uma autoridade dessa saber que ela está aqui com a cabeça entregue numa bandeja e não se resolve se esse processo se arquiva ou se vai adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, da mesma forma que nós falávamos sobre responsabilidade, a responsabilidade precisa ser não apenas para as autoridades sujeitas, mas também para os autores e para aqueles que podem trabalhar pela abertura ou não. Falando em autores, realmente nós também trabalhamos, dentro desse princípio da responsabilidade, com que ninguém pode imputar nada a alguém sem ser responsabilizado pelo que imputa. É por isso, Caio, que nós trouxemos a questão da iniciativa popular e, evidentemente, para que, quando partidos políticos, sindicato ou os outros legitimados, a OAB, ou outros legitimados entrem com esse pedido, que esse pedido já venha lastreado minimamente, sob pena de serem responsabilizados, porque realmente – e o Caio como civilista – há aqui um dano à imagem. A autoridade não pode ficar exposta sem que depois se se responsabilize quem indevidamente quis muitas vezes se valer daquele período para o seu próprio momento de fama. Então, isso é muito, muito importante.

Bom, com relação à questão dos direitos e garantias do acusado, eu quero lembrar que a mudança extraordinária da Constituição de 1988 foi destinar direitos e garantias fundamentais topograficamente no início do documento. Se os senhores analisarem todas as outras Constituições do Brasil, nunca antes direitos e garantias fundamentais estiveram em primeiro lugar na Constituição. Na nossa Constituição, os primeiros artigos, o primeiro título é "Dos Direitos e Garantias Individuais". Nós tivemos Constituição em que esse foi o último título. Esse é o primeiro! O que isso quer dizer? Isso quer dizer que todos, absolutamente todos, devem ter os seus direitos e garantias fundamentais respeitados, inclusive a autoridade sujeita a um processo de tamanha envergadura como esse. Foi por isso que a Comissão teve toda uma preocupação com o direito à ampla defesa, ao devido processo legal, a que o Presidente da República, o Ministro do Supremo Tribunal Federal ou qualquer outra autoridade possa, a todo momento, ter acesso aos autos, uma defesa diligente, participativa e direito, inclusive, de ser ouvida.

Nós tivemos, no período de Dilma Rousseff, mais de 13 horas dela sentada, inclusive ao meu lado, debatendo com cada um dos Senadores. Isso é direito e garantia a um devido processo legal, a poder retrucar, a poder contestar e participar ativamente. Então, nós ficamos muito preocupados com esses direitos e garantias fundamentais.

E aí eu também preciso discordar, com a devida vênia, mas veementemente, do nosso Prof. Caio, porque está nos direitos e garantias fundamentais o princípio da individualização da pena. A perda do cargo é uma pena, uma pena máxima. A Constituição é muito clara: limita-se a perda do cargo com... O "com" é para dizer que este é o limite máximo, a soma dos dois é o limite máximo, mas, em nenhum momento, se consegue fazer a leitura, pelo menos da minha parte, de que eu não poderia ter um limite mínimo. Limites são aquilo que varia dentro de uma escala, e evidentemente, com os precedentes, desde Collor, nós já havíamos tido essa mecânica; não houve qualquer tipo de inovação nesse sentido.

E, por fim, eu teria inúmeros outros também, mas acho que diversos aspectos já foram falados na primeira audiência e agora, e eu quero reforçar a necessidade de que esta Casa, de que o Congresso Nacional aprove uma lei do *impeachment*. Isso é urgente! Não é possível que nós tenhamos uma lei de 1950! Eu, como cidadã brasileira, me sinto absolutamente decepcionada com essa paralisia, com essa inércia do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Legislativo. Nós já temos 35 anos de Constituição federal e uma série de leis não regulamentadas pelo Congresso, apesar de um comando expresso da Constituição para que essas leis tenham eficácia plena no Brasil. E aqui eu falo desde a regulamentação à licença paternidade, ainda não tratada pelo Congresso Nacional, ao rito do *impeachment*. São 35 anos!

E as pessoas criticam o ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal, mas o Supremo apenas responde às reivindicações e aos pedidos da sociedade. E sabem por que o Supremo está tendo que julgar? Porque o Congresso Nacional não legisla.

Nós pedimos e conclamamos que o Congresso, efetivamente, cumpra o seu papel de legislar uma lei do *impeachment* no Brasil. E aqueles que ficam de plantão, chamando de casuísmo... Isso aí, desde 2016, eu que participo ativamente dessas discussões escuto. Nós já estamos em 2023! Chega!

A gente pode facilmente resolver esse problema com uma *vacatio legis*. A gente pode muito bem... E nós não o fizemos. Aliás, é importante que se diga isso – e o João está aqui presente, o João esteve conosco na Comissão –: nós decidimos, Relator, no nosso último artigo, dizer que a lei estaria em vigor na data de sua publicação, mas isso não impede que outro seja o prazo estabelecido por esta Casa. Isso resolve o problema do casuísmo. Para que ninguém diga que nós estamos ou pensando em Bolsonaro ou em Lula, ou em quem quer que seja, coloque-se a lei para viger daqui para frente, daqui a dois anos, três anos, nas próximas eleições. Esse é um problema absolutamente fácil de se resolver. E não dá mais para a gente cair nessas falácias de mídia ou de opinião pública a respeito.

Portanto, eu quero falar do meu orgulho de estar aqui, debatendo um tema de tamanha gravidade e importância para o Brasil, e eu espero que nós não deixemos mais que esse assunto seja retratado, ou discutido ou definido pelo Poder Judiciário, pelo Supremo Tribunal Federal, porque isso é competência do Congresso.

E, em termos de *impeachment*, nada é óbvio. Ainda que nós já tenhamos tido precedentes, nós não sabemos se, em havendo um próximo *impeachment*, já estaremos com todas as balizas e os parâmetros definidos, não. E eu tenho um exemplo muito claro para dar aqui sobre isso. Foi por oito votos a três que o Supremo decidiu agora, no caso do último *impeachment* no Brasil, que o Senado poderia, sim, fazer um juízo sobre a instauração ou não do processo de *impeachment*. Vejam que interessante: o art. 51 da Constituição fala que compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar o processo e compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar. E o Supremo, então, precisou decidir se, uma vez a Câmara autorizando o processo, o Senado estaria de mãos amarradas e seria, então, levado a... não poderia mais rediscutir o assunto quanto à abertura. Isso não foi unânime no Supremo Tribunal Federal! Nós tivemos três ministros que entenderam que o Senado estaria amarrado e que não poderia fazer um segundo juízo de admissibilidade. Os nossos Ministros Fachin, Dias Toffoli e Gilmar Mendes entenderam que, da leitura literal dos arts. 51 e 52, compete privativamente ao Senado apenas processar e julgar. Mas oito ministros entenderam que o bicameralismo, vigente no Brasil, autoriza que o Senado tenha, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência para não instaurar, caso entenda que as provas são frágeis e, portanto, insuficientes para o prosseguimento de um processo dessa natureza.

Portanto, eu trago um exemplo muito claro da urgência de isso ser debatido pelo nosso Congresso. E eu, como cidadã brasileira, terei muito orgulho de participar desse processo até o fim.

Muito obrigada, Presidente Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu que agradeço, Fabiane Pereira, Assessora do Supremo Tribunal Federal.

Quero aqui cumprimentar e parabenizar a participação de todos que deram aqui a sua contribuição para esta relatoria, para a Casa e a sociedade como um todo, que está acompanhando esse importante projeto.

Eu gostaria de fazer uma pergunta e já ir tirando algumas dúvidas. Primeiro, lá no anteprojeto, vocês chegaram a tratar da questão... Porque aí você está definindo um prazo para definir se aceita ou não, lá no início dele, a apresentação qualificada – vamos dizer assim, porque aí já não vai ser mais individual –; para essa apresentação qualificada da denúncia, o Presidente da Câmara, porque começa pela Câmara, teria o prazo de "x" dias – aqui ainda se vai ter a discussão sobre qual vai ser o prazo definido –, mas, nesses "x" dias, a pergunta é: há prazo para o ato cometido? Tipo, a autoridade cometeu esse crime, esse suposto crime que vai ser denunciado, três anos atrás ou no mês ou no ano em que se está... Foi tratado esse ponto?

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Não, não foi tratado. (*Fora do microfone.*) Não foi tratado. É interessante o questionamento. Expressamente isso não foi tratado. Evidentemente, espera-se que tenha sido no exercício desta... deste... enfim, a depender da autoridade, não sei que termo eu uso, mas tem que ser ali durante o mandato.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – No exercício da função dele que ele esteja...

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Isso, do mandato, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Tá. E, no caso, por exemplo, de ser uma função vitalícia? Ele praticou um determinado crime de responsabilidade que pode ser denunciado, e ele o praticou 20 anos atrás.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – É interessante. Isso não foi tratado. Não foi, não. Realmente, o senhor trazendo... Um ministro que não é mais ministro, no sentido... Ministro é sempre ministro, porque o cargo é vitalício, mas eu digo um aposentado, um ministro aposentado, ele poderia responder por esse processo...? Isso não foi tratado, realmente não foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Tá. Eu queria pedir essa sugestão para os colegas Senadores e para a Comissão de Juristas, para que a gente tivesse esse gatilho, de até qual prazo se teria para poder fazer...

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Seria quase uma prescrição, não é?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Isso, pronto.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Um prazo prescricional.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Para não virar casuísmo, não é? "Ah, aquela quadra ficou difícil, então vamos aproveitar aquele momento para poder daquilo ali fazer uma denúncia", por exemplo.

O SR. CAIO CHAVES MORAU – Presidente, se senhor me permite, eu também penso que, claro, mesmo sem esse regramento a respeito, seria muito provável que qualquer denúncia que remontasse, por exemplo, a um tempo muito antigo, em que aquela determinada autoridade não estivesse exercendo o cargo, ou mesmo que o estivesse exercendo, acho que muito possivelmente seria derrubada judicialmente. Mas eu penso que vale, sim, a pena pensar num regramento para o projeto de lei, para que não haja dúvidas, para que se pense num prazo razoável, para evitar perseguições por fatos antigos também, entrando no que a Dra. Amanda havia dito. Parece-me relevante pensar a respeito, sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu me lembro de que, na época do *impeachment* – eu era Deputado e participei da Comissão –, até pedi aqui o prazo, e foram três meses o que foi acatado naquele momento ali pelo então Presidente Eduardo Cunha. Tinha o grupo de juristas que apresentou, eles apresentaram um determinado período, e três meses depois foi o que foi aceito, diante de uma situação pública em que todos sabiam por que aquilo aconteceu, o que não é o caso desta audiência pública. Mas uma das preocupações – e eu percebo que, tanto oposição quanto Governo, todos vão ter e têm – é justamente esse cuidado de não se utilizar esse instrumento para virar um casuísmo.

Por exemplo, eu fui Relator aqui da Lei de Improbidade. Ouvi muitos relatos – muitos relatos – de gestores, em que não teve absolutamente nenhuma possibilidade de dolo da parte deles em determinado ato durante sua gestão, e o promotor local vai lá e: improbidade administrativa nele, porque ele tinha condição de fazer, de qualquer forma ali, de propor uma ação tão dura dessa, como o nome já está dizendo, que é por um ato de improbidade.

Hoje, já está claro isso aqui, no que nós aprovamos, que tem que ter realmente um dolo para você poder tipificar um processo tão duro, porque, quando você entra, principalmente aqui no Brasil, você já começa acusado, já começa numa situação de desvantagem muito grande. Então, temos que nos debruçar e ter essa preocupação em relação a como vamos fazer para evitar que venha qualquer tipo de dúvidas, na questão de possibilidade de casuísmos, nesse momento em que todo mundo está na rua, contra determinado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chefe de poder ou autoridade, e que naquele momento ali se tenha uma possibilidade de se criar condição para utilizar esse caminho, porque tem outros caminhos legítimos que se poderiam usar.

A outra questão é quando se trata – gostei do termo utilizado pela Fabiane – da incompletude constitucional, porque hoje essa legislação está ali.

Há críticas, Fabiane, aqui, sobre a questão dos crimes de rede social, a chamada *fake news*. Eu queria que vocês fizessem um pouquinho desse comentário sobre como o grupo de juristas trabalhou e o que vocês entenderam a respeito, para poder avançar nessa proposição que foi feita, incluindo esse rol que hoje é uma realidade, a questão da internet.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) – É, o tema realmente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – E também, Fabiane, os que estão de forma remota, se quiserem dar sua contribuição, é só levantar a mão, e nós imediatamente já convidamos para falar.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – O tema realmente foi muito, muito debatido, porque nós vivemos... Todas as leis precisam ser um reflexo da sociedade em que estamos inseridos, isso é um fato. A gente sabe que é muito difícil uma lei absolutamente regrar todo e qualquer tipo de conduta, porque as condutas humanas são infinitas, mas nós precisamos ter uma legislação que seja adequada ao seu tempo. E aqueles que estão achando que essa lei veio em razão do 8 de janeiro precisam entender que esses estudos profundos foram realizados anteriormente, como o nosso Relator e Presidente dos trabalhos bem disse ontem em entrevista.

E nós estamos vivendo a era da tecnologia. Nós falamos de disruptura; a todo momento, nós estamos aqui conectados nas redes sociais. Então evidentemente que a questão da responsabilização na arena digital tem que estar presente numa Lei do Impeachment. Então realmente nós debatemos muito sobre as *fake news*, porque, às vezes, a verificação da veracidade ou não de uma informação não é tão rápida quanto o disparo dela, e pode trazer danos tenebrosos não apenas às autoridades, como, enfim, à população em geral. Então é por isso que nós debatemos e trouxemos a questão das *fake news*.

E lembrando que as autoridades também precisam estar atentas àquilo que elas postam ou repostam, porque, realmente, se ela é uma autoridade pública, a sua responsabilidade é muito maior do que a do cidadão comum. Ela tem todo um aparato estatal, todo um apoio, um assessoramento para verificação desses dados.

Então foram esses os parâmetros da Comissão. A responsabilidade sempre foi o olhar atento da Comissão. E a autoridade pública evidentemente tem maior responsabilidade do que um cidadão comum. É como a gradação do nosso crescimento. Uma criança não tem tanta responsabilidade quanto um adolescente, quanto um adulto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então evidentemente que as autoridades precisam estar muito atentas, porque é um quadro novo, um momento novo. Às vezes, a gente recebe aquele dado digital e já tem o impulso de replicá-lo. Mas sabemos que os danos podem ser muito nefastos, dada a celeridade de viralização, é o termo do momento. Então às vezes, as pessoas comentam que dormiram fazendo uma postagem meia-noite, e 6h da manhã, já tem milhares, às vezes até milhão de visualizações. Então isso é muito ruim para a democracia, uma informação que não possa ser mensurada, verificada. Então, realmente foi uma preocupação da Comissão nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O Prof. Pierpaolo também quer dar a sua contribuição.

V.Sa. tem até três minutos.

O SR. PIERPAOLO CRUZ BOTTINI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, Sr. Presidente, eu só queria complementar sobre essa indagação que o senhor fez.

Nós previmos, na verdade, entre os crimes do Presidente da República contra as instituições democráticas, o anteprojeto, no art. 7º, inciso V, em que há uma proposta de caracterizar como crime o ato de divulgar, direta ou indiretamente, por qualquer meio, fatos sabidamente inverídicos, com o fim de deslegitimar as instituições democráticas.

É claro que isso não substitui todas as discussões em andamento, de inserção de *fake news* no Código Eleitoral e no Código Penal e em outros diplomas específicos, mas nós entendemos aqui, nessas discussões que a Dra. Fabiane mencionou, que esse dispositivo seria relevante para, de certa forma, inibir que o Presidente da República, seja por meio direto, ou seja através de redes sociais, dissemine fatos, aqui, com o fim de deslegitimar as instituições democráticas, mas a ideia aqui é coroar toda essa legislação sobre divulgação de notícias inverídicas, também estabelecendo na Lei do Impeachment uma menção a isso.

Então, só para complementar a resposta da Dra. Fabiane, eu achei que era importante fazer essa menção específica aqui.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Outra coisa que nós colocamos na audiência passada e que eu queria ouvir aqui dos senhores e das senhoras é a respeito de como que seria, ao juízo ou ao olhar de vocês, a aplicação dessa lei na questão da municipalidade, no que trata de Prefeitos, por exemplo. Prefeitos estão em outra legislação, mas como seria, ao juízo de vocês, a aplicação também dessa mesma lei no que se refere a essas autoridades municipais?

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – É, esse foi um tema também muito debatido e nós sabíamos que isso viria a ser tratado, retratado, num futuro momento, mas, como a comissão que nos instituiu, o ato que nos instituiu, melhor dizendo, foi muito específico no comando para um pedido de atualização da Lei 1.079, e como a Lei 1.079 não trata da municipalidade, nós ficamos com receio de extrapolar o *munus* que recebemos de atualizar a lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a minha opinião, pessoal, é de que seria fantástico se se pudesse realmente trabalhar em conjunto com a discussão da responsabilidade dos gestores municipais. Também é uma lei antiga, um decreto-lei, se não me engano, de 1967, que também já não é mais consentâneo com os tempos vividos. Eu acho que seria fantástico se realmente pudesse avançar esse tema aqui no Senado.

O SR. CAIO CHAVES MORAU (Para expor.) – Sr. Presidente, apenas um brevíssimo comentário a respeito desse tema.

Eu acho que deve haver efetivamente uma prudência quando se trata de Prefeitos – e não foi, como bem disse a Profa. Fabiane, o escopo do projeto de lei. De fato, a conduta dos gestores municipais já tem esse tratamento pelo decreto mencionado e pela lei de improbidade administrativa, e sempre com aquela visão, considerando a extensão do nosso país, os diferentes níveis de instrução dos Prefeitos, Brasil afora, para evitar aquele fenômeno que nós chamamos de apagão das canetas. Quer dizer, o Prefeito sempre com receio de praticar algum determinado ato por medo de poder ser responsabilizado. É claro, tem que haver prudência na prática, mas é preciso também dar uma retaguarda para os Prefeitos, para que eles tenham essa possibilidade de atuarem como gestores.

Eu penso que, tanto nessa questão, Sr. Presidente, como na questão anterior, em que V.Exa. tratou das *fake news*, eu, com uma visão pela minha formação mais no direito privado, penso que sempre é interessante analisar a extensão dos danos. Ou seja, uma situação é um juiz de direito em primeiro grau, que está contemplado aqui pelos crimes de responsabilidade, dizer uma frase infeliz em uma audiência com as partes; outra coisa muito distinta é um Ministro do Supremo Tribunal Federal, ou outra autoridade que esteja prevista na lei, fazer o mesmo discurso em uma entrevista à imprensa. Se o discurso é feito pelas redes sociais, qual é o alcance da rede social de quem fez essa declaração? Então, acho sempre importante analisar qual é a extensão desses danos, porque, muitas vezes, a mera conduta, ainda que seja reprovável... Nesse caso de *fake news*, é evidente que as condutas que menoscabam as instituições democráticas são todas reprováveis, mas há contextos em que essas falas adquirem uma densidade, produzem efeitos de maneira mais grave.

Então, eu só queria chamar a atenção, Senador Weverton, para essa necessidade de vislumbrar, no caso concreto, se houve uma extensão considerável dos danos ou se aquela informação inverídica foi circulada em um meio mais restrito. E acho que há aí uma necessidade de graduar e individualizar eventuais punições.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Muito bem.

Ao tempo também que a gente faz a seguinte reflexão de que se isso não seria também uma maneira de proteger os Prefeitos, porque você tem centenas de casos, Brasil afora, de Prefeitos que, às vezes, ficam reféns do outro Poder por conta de conjunturas, discussões políticas ali locais e acabam sendo, muitas vezes, vítimas de todo tipo de achaques possíveis por medo, porque hoje é muito frágil, é muito aberta a forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é... Quando se decide que vamos cassar, chegam lá e fazem, mas dentro de uma legislação que poderia, na verdade, dizer: "Olhe, se politicamente não está alinhado, tem que ter responsabilidade no que seria imputado àquele chefe daquele determinado Poder". Também seria um ponto em que eu queria pedir sugestão também para que... Não estava no ato, mas eu vou agora instituir um novo ato pedindo contribuição da Comissão. (*Risos.*)

Nós iremos também conversar aqui com os colegas Senadores, mas que pudessem, de repente, unificar para podermos ter tudo junto e, com isso, facilitar, até amanhã, eventual intervenção do Judiciário, o que facilitaria esse processo. O Ministro Lewandowski até chegou a dizer, no caso do Prefeito, quem seria que faria a sessão para julgar aquele determinado... Seria o juiz da comarca, por exemplo, em vez de ser o Presidente da Câmara para ser mais isento? Então, acho que nós poderíamos pensar, de repente, algumas possibilidades que dessem também essa segurança e também essa condição.

Falando em segurança, muito também tem se ouvido já nos comentários sobre a questão do exercício da defesa, da acusação, da paridade que se vai ter durante esse eventual processo, com esse rito bem definido, para não ser um rito de acordos e sim um rito que está lá claro na legislação, para que se evitem conchavos ou qualquer tipo de ato que venha a ficar desproporcional para quem quer que seja o envolvido.

E, na questão dos militares, eles não estavam antes e agora estão? O que é que muda dentro desse novo formato sugerido ao Congresso Nacional na questão dos militares na Lei de Responsabilidade?

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – De novo, reforço a ideia de que a Comissão apenas trouxe as autoridades que a Constituição expressamente definiu como autoridades sujeitas a crime de responsabilidade. E realmente – não vou me lembrar agora de memória qual é o artigo, o dispositivo constitucional que traz essas autoridades – Comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica estão expressamente na Constituição Federal. Isso não foi invenção da Comissão e muito menos casuístico. Em absoluto! De novo, qualquer pessoa que estudar a Constituição... E hoje em dia fica fácil, a gente pode abri-la remotamente, faz aquele Ctrl-F, não é? Ou localizar. Se a gente pesquisar a palavra "responsabilidade", vai sair cada uma das autoridades que precisam ser sujeitas ao crime de responsabilidade. E esses comandantes estão lá na Constituição Federal. Então, não teve em absoluto nada a ver com ...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Então, não seria o membro das Forças Armadas, seria o comandante...

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... daquela...

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Somente...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O comandante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – A Constituição é muito clara: somente os Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) **–** E os membros do Ministério Público?

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Todos eles. Aí, inclusive, um promotor.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) **–** O promotor da comarca lá de Afonso Cunha, lá de Penalva, lá de...

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) **–** Ele é submetido a essa legislação?

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Ele é sujeito, ele está sujeito porque a Constituição fala em todos os membros do Ministério Público. Aqui a Constituição não elencou somente o Presidente do Ministério Público Federal não. Inclusive, ele tem... O Procurador-Geral da República é um caso apartado, mas todos os membros do Ministério Público e todos os membros da magistratura, juízes...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) **–** O juiz da comarca de onde quer que ele esteja, de qualquer município do Brasil, também está submetido a essa legislação?

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Exatamente. Juízes substitutos. Não precisa ser titularizado, não é? Juiz substituto já está sujeito aqui à nossa lei.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) **–** Eu fiz essa provocação pedindo também para que vocês se manifestassem, porque durante a semana também fiz esses esclarecimentos, mas é importante, para quem está nos assistindo, ter uma ideia da abrangência do projeto. Acho que um ponto fundamental que foi colocado hoje, vamos reafirmar, porque sabemos que ainda terá, infelizmente, gente que vai chegar lá para o mês de novembro e falar que está muito açodado o debate, que precisa de mais tempo e que precisa conversar mais, como acontece em outros temas, em outras quadras, ocasiões, enfim. Mas vamos vencendo aos poucos, de forma contundente, de forma muito focada.

Eu acho que essa missão que foi dada a esta Comissão e agora dada ao Congresso e a mim conferida essa responsabilidade de tocar é fundamental, e espero que nós possamos, ainda este semestre, entregar essa matéria, pelo menos no ponto para que a Casa possa deliberar. E é uma decisão política dela se vai ou não, mas pelo menos está madura para isso. Então, eu queria...

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone*.) **–** Senador, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) **–** Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – ... um aparte, usando um pouquinho do termo aqui dos senhores.

Eu me esqueci de um dado histórico que eu acho tão interessante. *Impeachment* é um tema tão sensível que a primeira liminar em *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, que foi no ano de 1964, foi dada, foi deferida essa liminar, em um tema de *impeachment.* Discutia-se o *impeachment* do Governador de Goiás. Ele estava naquele momento ali conturbado do autoritarismo e queriam cassá-lo, e ele pediu uma liminar em *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal, que nunca antes havia concedido liminares em *habeas corpus*, e esse instituto foi criado justamente num processo de *impeachment*. Eu acho isso muito significativo.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Foi concedido?

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA – Foi concedido, foi deferido.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Naquele processo de *impeachment* da Dilma, eu utilizei uma frase, que ontem também nessa entrevista a repórter lembrou, a Renata, da qual nem eu estava mais me lembrando. E ela disse: "Naquele *impeachment* você disse que remédio para governo ruim é voto, não é golpe.". Você não pode utilizar... Essa que tem que ser a preocupação de todos, para não acontecer isto: uma lei que está sendo feita para amanhã perseguir o Lula ou o Bolsonaro. Não pode ser isso porque isso é para o futuro, isso é para frente, não pode ser para pessoas – jamais! Não tem como.

Então, você não pode também ter uma legislação que vire um instrumento que, naquele momento ruim, politicamente, de quem quer que seja da autoridade ali constituída, seja esse tipo de instrumento utilizado para ferir a nossa democracia, que nos custa muito caro e tem que ser todo o tempo ali... como até falei ontem, é como um casamento, você tem que estar todo o tempo ali reafirmando, todo o tempo conquistando, todo o tempo mantendo, cuidando, porque não é fácil.

Então, é muito, muito... Temos que ter muito desprendimento – todos – para que todos baixem aqui a temperatura, se desarmem e entendam que essa legislação está sendo construída para o futuro, para a garantia da democracia e para o fortalecimento das instituições; assim, nós conseguiremos avançar.

Então, eu gostaria aqui de passar a todos. Nós estamos ainda com o Prof. Pierpaolo e com o Prof. Cardozo ainda na... (*Pausa.*)

Já saíram. Então, agradeço a eles a presença.

Eu queria aqui conceder até três minutos para que a Amanda pudesse aqui se despedir e fazer a sua fala final. Em seguida, para o Prof. Caio e para a Fabiane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Amanda está com a palavra.

A SRA. AMANDA RODRIGUES (Para expor.) – Bom, eu queria agradecer, neste momento, esta oportunidade de participar deste debate. Queria parabenizar a Dra. Fabiane. É muito bom ter uma mulher com essa consciência democrática no STF – é extremamente importante. Sinto-me feliz enquanto cidadã de tê-la lá.

Agradeço a presença de todos e desejo, como cidadã, que este PL seja aprovado e que todas as discussões ainda se desdobrem para que a legislação do nosso país, com respeito à responsabilização dos entes e de todos que tenham que ter essa responsabilização, seja aprovada da melhor forma, porque nós não podemos presenciar o nosso país tendo a sua democracia atacada a todo momento, tão fragilizada, e ver também as instituições de Justiça sendo utilizadas como tribunal de inquisição. Ver pessoas sendo torturadas através das instituições de Justiça é um momento muito triste do nosso país, e eu espero que a gente possa virar essa página com o pé direito, com este PL aprovado.

E eu tenho certeza de que esse grupo de estudo está fazendo isso da melhor forma, junto com esta Casa Legislativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Amanda.

Sr. Caio.

O SR. CAIO CHAVES MORAU (Para expor.) – Senador Weverton, muitíssimo obrigado por esta oportunidade. Gostaria de agradecer também aos colegas e aos presentes, apenas reafirmando o que disse no início. Acho que nós estamos no momento ideal para que esse projeto de lei possa tramitar e ser finalmente aprovado. Não há como continuarmos com um diploma de 73 anos, que, como disse, poderia ter se mantido jovem, especialmente com as alterações no ano de 2000, mas não foi assim. Ele está efetivamente defasado, com lacunas que precisam ser preenchidas.

Nos casos concretos, o Supremo tem se manifestado com muita recorrência para preencher essa falta de detalhamento da lei de 1950, de modo que eu penso que o projeto, como está hoje, está, de fato, muito interessante, muito generoso no sentido de atender às demandas que se apresentam no dia de hoje, nos momentos que nós estamos vivendo nessa quadra histórica.

E essas sugestões que eu apresentei brevemente... e também tive o cuidado de ler todas as emendas que foram apresentadas pelos Senadores. Há ali excelentes emendas, algumas das quais contemplam os pontos que eu tratei hoje.

Então, eu penso, Senador Weverton, que V. Exª terá nos debates que ainda virão, e em razão das emendas que foram apresentadas, muita matéria para debate. Eu penso que V. Exª terá diante de si boas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emendas – e já tem –para aprimorar o texto, que, no geral, como disse, está excelente, mas que, com esses pequenos ajustes, penso que poderá ficar melhor ainda.

Desejo a V. Exª muito sucesso para cumprir essa missão na relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Concedo a palavra à Fabiane Pereira.

A SRA. FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador Weverton, a mim realmente agora só resta agradecer-lhe imensamente e parabenizar uma vez mais pelo excelente trabalho.

Eu tenho reafirmado muito isso, nós precisamos sair desse estado de incompletude constitucional. Há diversos pontos em que a nossa Constituição não está regulamentada ainda, são 35 anos, e a lei está sobrevivendo porque ela é teimosa em sobreviver, a Lei 1.079, porque ela já está em frangalhos, totalmente recortada, picotada, e até hoje os temas de *impeachment* de Governador de Estado chegam ao Supremo cotidianamente.

Nós tivemos agora o caso de Santa Catarina. Novamente foram até o Supremo Tribunal Federal – estou falando agora de dois anos atrás – querendo saber, perguntando o que ainda vale da Lei 1.079, apesar de o Supremo ter debatido na ADPF 378 a Lei 1.079. E, na ADPF 379 – eu a tenho aqui porque isso aqui é meu estudo constante –, foram quase 500 páginas de decisão do Supremo Tribunal Federal e mesmo assim, até hoje, os Governadores ainda têm dúvidas sobre o que sobreviveu da Lei 1.079.

Então, nós precisamos superar esse problema, e eu tenho certeza de que o nosso Congresso vai chegar a bom termo, e estaremos muito felizes com isso.

Muito obrigada mesmo pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Obrigado, Fabiane.

A nossa próxima audiência pública, que continuará instruindo esta relatoria da Lei nº 1.388, de 2023, que trata sobre a Lei de Crimes de Responsabilidade e disciplina o respectivo processo de julgamento, a chamada Lei do Impeachment, fica marcada para próxima quinta-feira, dia 28, às 10h da manhã, aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Todos os assessores dos colegas Senadores e Senadoras que estão nos acompanhando mantenham-nos informados das reuniões e das audiências que estão acontecendo, porque, logo depois do dia 28, eu já irei pedir ao Presidente Davi Alcolumbre pauta, aqui na CCJ, para começarmos o devido processo de discussão para, se Deus quiser, podermos já deliberar sobre este importante projeto.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Marcos do Val, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Mauro Carvalho Junior, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Wilder Morais, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Rogério Carvalho, Carlos Portinho, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Reforma Tributária - Regimes Específicos e Favorecidos**, atendendo ao Plano de Trabalho oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga. **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição n° 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "A definição de um tratamento uniforme com uma alíquota padrão não pode afastar a necessidade de discutirmos os casos que, por peculiaridades próprias, devem receber tratamento distinto. Nesta reunião, ouviremos as justificativas para implementação e abrangência de regimes específicos e favorecidos. Outro assunto correlato a discutir é a escolha entre instituir regimes favorecidos e criar um mecanismo de restituição do imposto pago pelos consumidores de baixa renda". **Participantes:** Sr. PAULO RABELLO DE CASTRO, Economista Ph.D pela Universidade de Chicago (EUA) e ex-Presidente do IBGE e do BNDES; Sr. NELSON MUSSOLINI, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e membro do Conselho Nacional de Saúde; Sr. THOMAZ NOGUEIRA, Consultor Tributário e ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa); Sra. LINA SANTIN, Advogada Tributarista; Sr. EMERSON CASALI, Diretor na CBPI Produtividade Institucional (representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular); e Sr. JOÃO HAMILTON RECH, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Minhas senhoras, meus senhores, Sras. e Srs. Senadores que integram a Comissão de Constituição e Justiça, cidadãos que nos acompanham através dos nossos veículos de comunicação, TV Senado, Agência Senado, Rádio Senado, eu registro as nossas boas-vindas e os nossos cumprimentos neste início de manhã e início de nossos trabalhos.

Os senhores podem estar a se perguntar a razão pela qual não abre esta presente audiência o Senador Relator Eduardo Braga, que distinguiu-me com a designação por força de compromissos também referentes à discussão em pauta que é exatamente o da reforma tributária e, por isso, e até para cumprir essa agenda que nós entendemos ser de fundamental importância para que tenhamos as conclusões sobre essa matéria até o final do ano, nós estamos aqui trabalhando e compartilhando desses momentos e efetivamente aqui estou para atender à delegação do Senador Eduardo Braga para esta sexta audiência.

Havendo número regimental, nós declaramos aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da sexta audiência pública, como nós informamos, para instruir as matérias que tratam da reforma tributária, conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As matérias que alteram o sistema tributário nacional são a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, do ano de 2019; a proposta de Emenda à Constituição nº 110, também do mesmo ano; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, do ano de 2022.

Segundo o plano de trabalho que foi apresentado pelo Senador Eduardo, a definição de um tratamento uniforme com uma alíquota padrão não pode afastar a necessidade de discutirmos os casos que, por peculiaridades próprias, devem receber tratamento distinto.

Nesta reunião, a sexta, ouviremos as justificativas para a implementação e abrangência de regimes específicos e favorecidos. Outro assunto correlato a discutir é a escolha entre instituir regimes favorecidos e criar um mecanismo de restituição do imposto pago pelos consumidores de baixa renda.

A presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e para debate. A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participações populares.

Dessa forma, os cidadãos e cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-los por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Nós temos como convidados, para que iniciemos esta sexta reunião: o Sr. Paulo Rabello de Castro – que fará sua exposição remotamente –, economista, PhD pela Universidade de Chicago e ex-Presidente do IBGE e do BNDES, sendo muito bem-vindo; o Sr. Nelson Mussolini, Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) e membro do Conselho Nacional de Saúde; o Sr. Thomaz Nogueira, Consultor tributário e ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa); a Sra. Lina Santin, Advogada tributarista; o Sr. João Hamilton Rech, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; por fim, o Sr. Emerson Casali, Diretor da CBPI Produtividade Institucional e representante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior.

Eu aproveito para convidar os nossos ilustres expositores para que possam tomar assento à mesa.

Sejam todos muito bem-vindos.

Por ordem, nós iniciaremos pela exposição do primeiro convidado, o Sr. Paulo Rabello de Castro, que, remotamente, fará uso da palavra.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Bom dia, Professor. Seja bem-vindo.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Por videoconferência*.) – Vocês me ouvem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Ouvimos perfeitamente. V.Sa. tem dez minutos para sua exposição. Agradeço de já o aceite ao convite feito por parte do Senador Eduardo Braga para a colaboração, que, sem sombra de dúvidas, haverá de ser importante, pertinente ao momento.

Seja bem-vindo. Bom dia.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, muito obrigado pelo honroso convite.

Eu gostaria de saber se é possível que o seu apoio técnico apresente os eslaides que haviam sido enviados, porque facilitariam a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Professor, fique à vontade.

Nós temos condições técnicas para fazer? (*Pausa.*)

Temos condições, sim, Professor. Fique à vontade.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Está ótimo.

Eu gostaria, então, de iniciar agradecendo desde já ao Sr. Presidente e agradecer também indiretamente ao Senador Eduardo Braga, que, embora ausente, certamente vai acompanhar o que vai ser debatido hoje. Cumprimento os demais depoentes, ilustres, que nos acompanham; todos os cidadãos e cidadãs que, remotamente, também acompanham esse depoimento; e, obviamente, todas as Senadoras e Senadores, Parlamentares e assessores técnicos que nos ouvem.

Eu iniciaria dizendo que, numa paródia a Chico Buarque, quando os escafandristas forem remexer a história do ano de 2023, lá pelo final do atual século, quando, supostamente, estará completa essa versão da PEC 40, até 2098, esse longínquo ano de 2098, nós verificaremos em que medida este Senado Federal teve a disposição, a determinação de aperfeiçoar o texto que provém da Câmara dos Deputados. A ideia da reforma tributária já está aí, percorrendo – inclusive no Instituto Atlântico, que aqui represento – 30 anos de tentativas. E nós temos feito um esforço muito grande, este é mais um. E agradeço mais uma vez, Sr. Presidente, penhoradamente, a oportunidade de apresentar nestes dez minutos. Por isso, peço que já o apoio técnico me facilite o próximo eslaide.

A introdução do Atlântico como sendo um trabalho coletivo de empresários, intelectuais, trabalhadores, neste caso, orientados pelo professor e tributarista constitucionalista Miguel Silva, que, junto com o Comitê Técnico também da ACMinas, a Associação Comercial de Minas, apresentamos esse conjunto de emendas que será, obviamente, encaminhado imediatamente, após esta exposição, à Mesa dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhos e à Presidência do Senado também, proximamente, numa visita que o Presidente José Anchieta e o Presidente Rafael Vecchiatti farão ao Presidente do Senado.

E por que o substitutivo? Porque esse conjunto de ideias merece mais do que simplesmente emendas tópicas.

Próximo eslaide, por favor.

E aí, neste caso, é bom começar pelo começo, dizendo que apoiamos o conceito geral e o princípio de um IVA. No entanto, nós estamos seguros, Sr. Presidente, de que, na versão atual, a PEC 45 não entrega os resultados necessários para fazer a transição necessária para uma boa reforma tributária. E por quê? Porque nós temos um pecado original, que é o que está apresentado aí, que é uma concentração, que é a parte amarela da barra que representa o Brasil, muito larga. Ou seja, temos uma tributação do consumo alta demais. Portanto, nós temos já um pecado original que não pode ser remediado, porque teremos uma alíquota muito elevada, a alíquota mais elevada do mundo será essa alíquota padrão.

Portanto, a discussão de hoje, particularmente nesta sessão, a de tratamentos especiais, não é, portanto, porque os tratamentos têm que ser especiais por situações desiguais. Isso também acontece, mas, muito especialmente, porque a alíquota, sendo alta demais, não consegue, obviamente, fazer justiça a determinadas tributações essenciais, e a essencialidade é um princípio constitucional.

Portanto, nós temos que esperar também a reforma da renda para a gente caminhar para uma estrutura tributária mais justa, mais equitativa, e isso exigirá uma segunda rodada da reforma tributária, incidindo sobre a renda. Também já acrescento mais uma rodada sobre a previdência social.

Voltando à tributação do consumo no próximo eslaide, nós verificaremos que a nossa crítica a essa reforma tão necessária e à implantação de um IVA é que não entrega...

E aí clica de novo, que nós vamos apresentar os três princípios fundamentais, que, tenho certeza, o Relator tem na sua mente, que são obter simplificação, ou seja, o princípio da simplicidade, da confiabilidade e da constitucionalidade.

Por vários motivos que apresentaremos nos próximos minutos, nós verificaremos que a PEC 45, na atual versão, não entregará uma simplificação nem maior confiança e que também ela fere o princípio da constitucionalidade. Nesse sentido, já no próximo eslaide, nós verificaremos que os cinco pontos de aperfeiçoamento dizem respeito exatamente, no ponto nº 1, com a supressão do imposto seletivo – que nós aqui acomodamos e vamos apresentar – e da contribuição estadual, sem prejuízo dos estados produtores primários, nós conseguiremos uma simplificação, já que, hoje, a atual versão da 45F passa o sistema de tributação de consumo de cinco categorias tributárias para quatro, e, portanto, simplesmente, há uma eventual economia de apenas uma categoria tributária. A nossa proposta é que a gente ganhe a supressão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mais duas categorias, e a gente ficaria apenas com um IVA dicéfalo: IBS e CBS. Essa é a proposta do Atlântico, a proposta da ACMinas, uma efetiva simplificação.

E ela vem junto também com a criação de uma câmara de compensação, que já tinha sido prevista na versão da PEC 110, acolhida uma proposta até do Atlântico pelo então Relator, Deputado Hauly, e que deveria voltar a ser objeto de consideração. Essa câmara de compensação administraria uma plataforma digital Onda, sobre a qual falaremos também rapidamente.

E óbvio que, à medida que nós tenhamos uma plataforma digital instalada, é possível acelerar a implantação da reforma, motivo pelo qual há baixa confiabilidade. A gente lançar o nosso olhar como cidadão, como contribuinte, para uma reforma que apenas começa a rodar plenamente daqui a dez anos é não ter pressa nenhuma com o Brasil, que está relativamente estagnado, que precisa dessa reforma e que precisa dessa reforma já, ainda no atual mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, a nossa proposta é que nós tenhamos... (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Houve uma interrupção técnica...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Por videoconferência.*) – ... de um IBS...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Prof. Rabello...

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Por videoconferência.*) – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Durante alguns segundos, houve uma interrupção.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Por videoconferência.*) – Houve uma interrupção?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – V. Sa. estava falando sobre a preocupação no tocante ao período de transição. Aí, em seguida, houve uma interrupção. Se o senhor puder retomar deste ponto, nós agradecemos.

O SR. PAULO RABELLO DE CASTRO (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

O período de transição nos parece, Presidente, prolongado demais, e, normalmente, os argumentos são de que nós temos, primeiro, que aguardar o fim do prazo de incentivos fiscais – é até 2032 –, depois uma transição federativa longuíssima até 2078, e ainda temos um período de garantia de receita que vai até o longínquo ano de 2098. Isso é não ter pressa com um Brasil que precisa crescer e gerar empregos. Então, a proposta do Atlântico é muito simples: que tal rodar essa reforma com vigência plena, sem coexistência entre tributos velhos e tributos antigos, virar a chave em 2026? É o que a gente pretende apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para isso, o quinto ponto é a gente estabelecer mais dois níveis de alíquotas de IBS/CBS. Com isso, a gente verificará que será possível simplificar enormemente o tratamento desses chamados casos especiais, que não deixarão de ser especiais, para serem apenas níveis diferenciados, como faz a Índia, como faz a China, grandes países de população muito larga e de organização federativa, muito parecidos com os desafios que temos por aqui.

Olhando cada um desses cinco pontos, passando, por favor, o eslaide do ponto um, que é muito rápido, a gente obtém a supressão do imposto seletivo. Como? Através da introdução de mais um nível de alíquota, que é um nível superior a 100% da alíquota padrão, uma alíquota majorada. Com uma alíquota majorada, que pode ter inclusive uma cláusula *ad rem*, como, aliás, já é tratamento que é dado hoje pela PEC 45 aos combustíveis, esse problema está resolvido.

Em segundo lugar, também nós fazemos, no caso, a supressão da contribuição estadual, no caso do recolhimento do IBS. Ou seja, se nós tivéssemos um recolhimento da ordem de 4 pontos percentuais, segundo os cálculos do Atlântico, isso seria perfeitamente suficiente para cobrir a receita dos atuais fundos estaduais de infraestrutura, com muita vantagem para estados como Mato Grosso, Goiás e, no caso de produtos minerais, Minas Gerais, Pará, e assim por diante.

Portanto, ponto número um vencido, vamos ao ponto número dois, que é também extremamente importante e que é o ponto nevrálgico da nossa proposta. É onde, inclusive, a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária... Sim, com todo o respeito com que estamos tratando o assunto, ela, no entanto, não apresentou ainda a maneira (*Falha no áudio.*)... o artigo que prevê o Conselho Federativo, até por exorbitar dos poderes que são privativos do Senado Federal para administrar o espaço tributário brasileiro.

O ponto número três é um ponto também extremamente importante – podemos passar, por favor? –, que comanda a urgência, em primeiro lugar, na tramitação das leis complementares, para a gente obter o quê? Aquilo que vem em seguida: a extinção por completo das atuais categorias tributárias, as cinco categorias que vão deixar de acontecer, deixar de vigorar, a partir de 2026, e nós teríamos, no ano de 2026, o primeiro ano já de vigência integral dos dois tributos que nós consideramos essenciais, o IBS e a CBS, que obviamente constituem, na realidade, o IVA, que depois poderá ser inclusive integrado numa outra fase.

Vamos ao ponto nº 4, por favor, que é essencial: a repartição mais equitativa para os entes federativos e inclusive para alguns *stakeholders*, como a Zona Franca de Manaus. Sei que hoje o Sr. Thomaz Nogueira vai falar sobre zona franca, mas farei uma provocação inicial aqui dizendo que eu não acho que está bem atendida a proteção aos interesses dos produtores locais. Nós fazemos, no art. 92-B, também uma proposta de emenda que traria a compensação automática e diária aos produtores locais, sem a necessidade de se manter uma alíquota de imposto seletivo incidindo no Brasil inteiro, onerando os produtores do Brasil inteiro para compensar. Essa compensação pelo... Isso é explicado com detalhes no substitutivo que lhes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixarei. É compensado dentro da própria arrecadação que diz respeito às produções relativas à Zona Franca de Manaus. Portanto, é uma maneira muito mais fácil, muito mais confiável e muito mais simples.

Assim como essa solução, o Onda também dá uma solução para os incentivos fiscais. Não há necessidade – e eu já argumentava isso com o Senador Eduardo Braga numa outra ocasião – de que a gente mantenha a convivência de um sistema tributário antigo junto com o novo apenas para poder manter o cálculo dos incentivos fiscais. O Onda, esse operador nacional, faz esses cálculos, é ele que dá a compensação diária e automática aos estados que abrigam empresas incentivadas, que são devidamente compensadas diária e automaticamente, assim como a gente faz uma proposta de transição mais acelerada da origem para o destino. Embora mantendo 4 pontos percentuais no destino, na origem quero dizer, nós não dependemos de ficar aguardando até 2078, imaginem só, para que a gente obtenha esse princípio básico de maior peso para arrecadação do destino. A isso nós podemos chegar, ainda que gradualizando essa diminuição de 12 ou 7 pontos percentuais para 4, em apenas quatro ou cinco anos, até 2030 no máximo, que é a nossa proposta.

Uma garantia de reposição de receitas também é prevista, como também a alíquota-padrão que é fixada para cada estado; e, dentro desse estado, os municípios em acordo fixam uma única alíquota por estado. Isso também é uma simplificação que o Atlântico prevê, porque, no caso da PEC 45, que não traz simplicidade, nós teremos potencialmente 5.570 diferentes alíquotas, com cada município e cada estado estabelecendo a sua própria alíquota de referência. No nosso caso, nós temos uma visão federativa que alavanca o potencial do ente federativo estado em conjunto com os municípios. E, obviamente, os municípios passam a ser empoderados por uma repartição também automática, via Onda, que chega a 40% do total do IBS arrecadado – 40%! Hoje os municípios recebem 25% da arrecadação do ICMS do respectivo estado. Na nossa proposta, e nós mostramos o porquê, essa participação pode ser alavancada para 40% e sem o congelamento que nós teríamos hoje em relação a termos as arrecadações todas distribuídas, conforme uma média da arrecadação dos anos de 2024 a 2028. Essa maneira congelada, engessada de fazer essa distribuição nos parece completamente fora de propósito.

Passando então para uma rápida visualização do que é esse operador distribuição de arrecadação, a gente vê ali, pelo lado esquerdo, todos os contribuintes do Brasil digitalmente falando com o operador; esse operador é amigável, ele não autua, não emite multas, ele apenas emite as notas fiscais eletrônicas, simplifica o Sped fiscal, automatiza tudo, estabelece a data da liquidação. Na data de liquidação, ele arrecada, e aí vem a parte que é o coração do Onda, que é a repartição feita, no caso, com duas parcelas: a parcela antiga, que é uma parcela fixa relativa ao valor da arrecadação de cada município ou cada estado no dia da reforma, e a parcela nova, que é todo um avanço de arrecadação a partir de então, que é feito obviamente conforme as regras novas.

A Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária tem que apresentar, o mais urgente possível, antes mesmo, a nosso ver, da votação pelos Srs. Senadores, como é que está estabelecida essa organização do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lançamento e repartição do ponto de vista desse operador digital, que eles dizem que está sendo construído, mas não estabeleceram ainda o critério, que nós agora apresentamos como proposta, e nós gostaríamos de confrontar isso com aquilo que está sendo feito na secretaria.

E, finalmente, o ponto nº 5, com o qual eu encerro, já pedindo desculpas pelo excesso de tempo, para dizer que, portanto, temos então cinco alíquotas em vez de três; mas com essas cinco alíquotas com duas adicionais, uma sendo a super-reduzida e a outra a majorada da qual já falamos, nós obtemos uma acomodação necessária para que setores que hoje se veem prejudicados não entrem na fila, não fiquem esperando na porta do gabinete do Relator para pedir vantagem. Nós poderíamos fazer uma acomodação de forma que a indústria seria relativamente desonerada, mas sem deslocamento de carga tributária tão violenta, tão radical como a que está consignada na PEC 45.

Óbvio que isso tem também algumas exceções de essencialidade, como o conceito de uma cesta básica nacional. Nós apoiamos a ideia da Associação Brasileira de Supermercados de ampliar esse conceito para introduzir, além de alimentos, o critério de higiene, até por motivos óbvios de toda parte de saúde pública tão ainda relegada no nosso país, e, portanto, nós queríamos manter essa isenção para uma cesta básica nacional de alimentos e higiene, e uma faixa super-reduzida para todo esse amplo setor de serviços, que hoje paga de ISS mais Pis-Cofins 8,65%, para os quais nós manteríamos essa faixa super-reduzida, que é uma alíquota que é opcional e, sendo opcional, ela é cumulativa, ela não gera crédito. Em compensação, nós teríamos crédito amplo e não condicionado para todas as demais faixas.

E concluímos com algo que eu acho que é caro ao Relator da matéria, que é a sujeição de todo esse processo a um teto de alíquota, teto esse que pode ser móvel, que não precisa ser determinado em nível constitucional, mas que estabeleça – e fica essa sugestão, que tem uma emenda para ela consignada – a redução gradual desse teto, porque, caso contrário, corremos o risco de fazer do teto um piso. Portanto, é preciso que o Senado Federal, além de consignar por resolução um teto, estabeleça também, por exemplo, que uma alíquota de 29% inicialmente vá caindo para 28%, 27%, 26%, 25%, na medida em que os efeitos de uma futura reforma tributária na área da renda e da previdência consigam facilitar essa transição.

Eu concluo mostrando uma comparação – e é o último eslaide – entre Brasil e China; a proposta do Atlântico com as cinco faixas de alíquota – zero, a super-reduzida, a reduzida, a padrão, que estaria inicialmente, segundo os nossos cálculos, em 29%, convergindo para 25%, e a faixa majorada. Nós observaremos – o que é muito curioso – que diferentemente da PEC 45, que trabalha com mais um imposto seletivo e mais os regimes especiais, que estão cada vez mais diferenciados, nós teríamos a possibilidade de trabalhar apenas em cinco padrões, que são parecidos. Vejam do lado direito a coluna da Índia, que tem sete alíquotas, e, nessas sete alíquotas, se acomodam todas as situações possíveis; ou a da China, que está com seis alíquotas a partir do zero.

O Brasil tem condições, Sr. Presidente – e com isso concluo –, de obter o avanço de crescimento tão desejado a partir da reforma tributária, mas o Atlântico, a ACMinas, todos os técnicos que participaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse trabalho, cujo substitutivo eu lhe entrego digitalmente neste momento, estão convencidos de que, com a atual versão, nós não conseguiremos esse tão propalado avanço do crescimento econômico. Crescimento econômico será obtido na medida em que tenhamos a coragem, no Senado Federal, de aperfeiçoar esse texto, fazê-lo realmente ficar simples e, sendo simples, ser confiável, ser constitucional e realmente fazer os cidadãos tirarem de cima das suas costas esse verdadeiro manicômio tributário que tem assolado as atividades produtivas e os cidadãos brasileiros por tantas décadas. O Brasil merece mais crescimento, mas é preciso avançar com celeridade; não esperar até 2033, não esperar até 2078, mas fazer a implantação de uma reforma nos moldes da Índia, nos moldes da China, e, com essa simplicidade, obter, então, o avanço de crescimento que todos desejamos.

Muito obrigado. Agradeço e peço desculpas pelo excesso do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Prof. Paulo Rabello. Necessária foi a utilização de alguns minutos a mais para que V. Sa. pudesse dar cabo à sua exposição importante e que chegará ao conhecimento do nosso Relator, Senador Eduardo Braga, como chegou a nós, participantes, desta manhã.

De imediato, convido o Sr. Nelson Mussolini para que possa fazer uso dos dez minutos reservados à sua exposição. O Sr. Nelson é Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos e membro do Conselho Nacional de Saúde.

Seja muito bem-vindo. De imediato, agradeço a sua participação por ter aceitado estar conosco colaborando neste debate amplo que se faz sobre a reforma tributária.

Bom dia. À disposição.

O SR. NELSON MUSSOLINI (Para expor.) – Bom dia, Senador Veneziano – muito obrigado –, na pessoa da qual cumprimento os Senadores que estão nos ouvindo e o Senador Mourão, aqui presente; cumprimento a Profa. Lina, cumprimentando, assim, a mesa.

Eu vim falar sobre saúde e tributação em saúde. O Brasil é um dos poucos países do mundo que tributa a saúde, e a gente precisa ter um olhar específico para isso.

Eu não tenho a mínima dúvida da necessidade de uma reforma tributária. Como disse o Prof. Rabello, nós vivemos um manicômio tributário. É um absurdo quando um investidor quer montar uma fábrica de produtos farmacêuticos, por exemplo, ou produtos para a saúde no nosso país. Na hora em que ele compra o projeto, ele paga imposto. Na hora em que ele compra o primeiro tijolo, ele paga imposto. Na hora em que ele vai retirar o alvará, ele paga imposto. Se ele precisa de um financiamento, ele paga imposto, antes de começar a produzir o primeiro comprimido ou antes do primeiro produto para a saúde que saia da fábrica. Nós precisamos resolver esse problema. Então, tanto na saúde quanto na educação – e trabalhamos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perto um do outro –, precisamos ter um olhar muito diferenciado nessa construção daquilo que pretendemos como futuro para o nosso país.

Eu sempre coloco o seguinte: saúde pode ter alíquota zero de tributação, e o motivo é um só: uma pessoa sã, uma pessoa que está bem de saúde, ela é um contribuinte efetivo. Eu tomo meu medicamento para hipertensão arterial, eu tomo meu medicamento para diabetes, eu venho para Brasília, pago um custo de avião que gera imposto, pago hotel que gera imposto, pago táxi que gera imposto, pago a roupa que eu uso que gera imposto. Se eu ficar, como na minha época de moleque – o Senador Mourão vai lembrar –, na caixa ou usando a previdência, eu deixo de ser um contribuinte de imposto e passo a ser um usuário do imposto. Então nós temos que olhar a saúde sob uma perspectiva diferente.

A solução que foi encontrada pela Câmara dos Deputados de alíquota zero nas compras governamentais, sem dúvida nenhuma, não tem como se discutir. Secretaria de estado pagando imposto sobre medicamento para a saúde ou sobre produtos para a saúde é um verdadeiro absurdo. Se ainda o imposto fosse para o caixa da secretaria de saúde, teria até alguma coisa relevante, mas vai para o Tesouro, e aí o Tesouro do estado vai usar o dinheiro para fazer outras coisas, e eventualmente não saúde. Esse é um problema sério.

Nós tivemos um exemplo muito preocupante no Estado de São Paulo quando, em 2019, o Governador do Estado resolveu aumentar o imposto sobre produtos para aids e produtos oncológicos. O que aconteceu foi que o Ministério da Saúde, que tem um programa de aids, que é um programa de Estado e um programa exitoso, teve que comprar 15% a menos de produto porque aumentou o preço do produto em 15%. E o orçamento do Ministério da Saúde é um orçamento congelado, nós sabemos bem disso. Depois, o próprio Governador viu que tinha tomado uma atitude que não era condizente com saúde e resolveu retornar à alíquota zero os produtos para aids e os produtos oncológicos.

Mas eu sempre coloquei – coloquei para ele à época e coloco em todas as vezes que estou explanando sobre imposto – que cobrar imposto de medicamento não é um tiro no pé; é um tiro na cabeça. Nós não podemos cobrar imposto sobre medicamento, assim como sobre educação, que são dois fatores primordiais para o desenvolvimento – um, porque gera futuros profissionais e, outro, porque mantém os profissionais trabalhando e pagando imposto.

Então, nós temos uma preocupação, Senador, e a gente tem demonstrado isso nos artigos que eu apresento, nas conversas que a gente teve, nos debates que a gente teve, inclusive na Câmara dos Deputados. Participei de duas, três audiências públicas como esta – e fiquei muito honrado de estar aqui –, justamente para falar isto: vamos olhar a saúde sob uma perspectiva diferente da sob a qual nós estamos olhando o resto – a saúde e a educação. Nós participamos, acho, de duas audiências públicas juntos, porque são dois assuntos fundamentais para o desenvolvimento do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concluindo, Senador, o que nós esperamos? Houve um caminho, houve um começo de caminho muito bom dentro do Senado. A gente acha que cobrar no setor privado uma alíquota reduzida pode trazer uma inflação ou inflar o Sistema Único de Saúde , porque, se o senhor começa a cobrar no privado e o privado não tem condição de pagar, vamos todos para o SUS. Então, a gente deveria ter um tratamento isonômico, porque a saúde que é oferecida pelo sistema suplementar e a saúde que é oferecida pelo sistema público, no final do dia – e a Constituição deixa isto muito claro: uma é complementar a outra –, vão gerar os mesmos problemas. Então, se a gente não olhar a saúde privada sob o mesmo aspecto que a gente olha a saúde pública, a gente vai criar, aumentar ou tirar 50 milhões de brasileiros que estão na saúde suplementar, fazendo-os migrarem para a saúde pública. E aí nós vamos precisar aumentar alíquotas de imposto em outras áreas para financiar todo esse exército de pessoas, 50 milhões de brasileiros – nós estamos falando de mais gente do que em alguns países da Europa –, no sistema público de saúde. Então, nós temos que tomar um pouco de cuidado; mesmo com uma alíquota reduzida, pensar se alguns produtos essenciais não deveriam, mesmo no setor privado – eu estou falando de produtos para a saúde de uma forma geral –, seguir a mesma linha do setor público. Eu dou um exemplo: as alimentações especiais, especializadas, nutrições especializadas, que são para a vida da pessoa. Então, ela não pode ser tratada como um alimento, ela não é um alimento; ela é, mais do que isso, um medicamento.

Então, acho que nós poderíamos, sim... Isso eventualmente ficaria para uma lei complementar, mas seria muito bom que na Constituição ficasse definido qual o teto da alíquota, porque se falar em mínimo, como foi dito pelo professor, pode gerar um problema sério. Então, qual o teto da alíquota? Como hoje nós temos na Constituição uma série de isenções. A gente não fala em isenção, fala em alíquota zero, que é efetivamente o que nós necessitamos para ter uma saúde melhor no nosso país. Tendo uma saúde melhor no nosso país, eu não tenho a mínima dúvida de que nós teremos mais investimentos do setor privado, nós teremos mais arrecadação de imposto. Pessoa com saúde contribui, paga imposto. Pessoa sem saúde é um usuário do sistema e, infelizmente, não contribui.

Muito obrigado. Era isso que eu tinha a apresentar. Peço desculpas, tenho um evento no Palácio do Planalto, preciso correr para lá, como representante do Conselho Nacional de Saúde, preciso estar nesse evento.

Senador, foi um prazer estar nesta Casa mais uma vez e, toda vez que precisar, é sempre bom estar por aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Nós é que agradecemos, Sr. Nelson Mussolini. Sei da sua prestativa disposição em colaborar com esse debate. Para esse evento para o qual V. Exa. se dirige também fomos convidados, mas, em meio às atribuições do Senado, temos que cumpri-las primordialmente. Muito grato, em nome do Senador Eduardo Braga e de todo o colegiado de Sras. e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seja sempre bem-vindo, Dr. Nelson Mussolini.

Vamos convidar o Sr. Thomaz Nogueira, Consultor Tributário e ex-Superintendente da Zona Franca de Manaus, a Suframa. Seja de pronto muito bem-vindo. V. Sa. disporá dos dez minutos que regimentalmente estamos disponibilizando aos expositores. Muito bom dia.

O SR. THOMAZ NOGUEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Dra. Lina, na pessoa de quem cito todas as pessoas da mesa, eu gostaria de dizer que não tenho a capacidade de síntese do Dr. Mussolini e farei um esforço enorme para tentar, neste tempo, abordar o aspecto que me traz aqui.

Tendo sido toda a minha vida profissional da área de tributos, eu tenho a enorme tentação de interagir com todas as outras propostas que dizem respeito à reforma tributária, mas o meu trabalho hoje aqui é ter o foco sobre um sistema especial, como muito bem foi colocado, que é a Zona Franca de Manaus.

Eu sempre digo que nós perdemos a batalha da comunicação sobre a Zona Franca de Manaus. Qual é esse mecanismo, qual é esse fenômeno e o que é a percepção nacional? A percepção nacional, eu não tenho a menor dúvida, é que é um pouco aquela maracutaia lá do Norte, Senador Mourão. Então, eu gostaria de colocar aqui para os Srs. Senadores, para aqueles que nos acompanham e para todos os homens e mulheres deste país alguns dados que possam fazer compreender melhor um pouco esse fenômeno e, ao fim e ao cabo, trabalhar isso dentro do conceito da reforma tributária.

Não esqueçamos que... Então, na gênese disso, como é que nasce a Zona Franca de Manaus?

Ah, eu pediria que se fizesse a projeção – desculpa – da nossa apresentação. (*Pausa.*)

Muito bem, então, nós podemos avançar.

Nós vamos tentar dar essas respostas para que a gente possa fazer essa avaliação do que é a Zona Franca de Manaus. Então, nós vamos ver aqui uma gênese, a evolução de alguns dados básicos, qual é o tratamento, os impactos da reforma e quais são as nossas propostas.

Vamos à frente.

O que nós queremos dizer é o seguinte: primeiro, conhecer esse fenômeno e depois perguntar. As razões que um dia a justificaram ainda persistem hoje? Quais são os seus dados efetivos? Isso cabe numa economia moderna? Isso cabe no novo sistema tributário? Então, é isso que nós gostaríamos de colocar e mudar aqui para ver.

Bem, a gênese da Zona Franca de Manaus, muito, muito rapidamente, nasce no contexto da disputa de uma Guerra Fria, lá com a iniciativa acerbada por uma entidade, um *think tank* ligado ao Governo americano, que é o Instituto Hudson, naquela altura presidido por Herman Kahn, que traz para o país uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta para a América do Sul de grandes lagos – aí está a proposta dele –, que conectariam, de forma – eu diria – absurda, o Pacífico ao Atlântico. E isso traz um debate enorme dentro do Governo, do regime militar e da sociedade brasileira. Inclusive, ele tem duas contrapartidas: um Instituto do Trópico Úmido e um Instituto do Semiárido, ambos sediados em Washington. Então, há uma forte oposição nacionalista.

O Governo do Estado do Amazonas, naquela altura com Artur César Ferreira Reis, faz um debate enorme – pode avançar –, que vai para os jornais, vai para revistas e não apenas na imprensa nacional. Nós temos aí essa discussão que aparece no *Jornal do Brasil*, que aparece na *Folha de S.Paulo*, mas também excertos aí do que vai essa discussão até o *Le Monde* e *The Washington Post*.

Então, qual foi a resposta? A resposta foi uma ação do Governo brasileiro em ter um mecanismo que fizesse a ocupação econômica da Amazônia. Esse debate se prolonga ainda por dois anos no Brasil, mas a decisão é tomada de implementar a Zona Franca de Manaus.

E o que nós temos de fazer hoje?

Vamos dar alguns dados e vamos ver se isso valeu ou não valeu a pena. É isso que nós queremos. Vamos ver o impacto demográfico, como é que ele ocupou esse espaço e o que ele gera de faturamentos e tributos. É ali um paraíso fiscal? E vamos enfrentar alguma dessas críticas que a gente pode ver.

Senhores, o primeiro ponto que eu queria compartilhar é este impacto demográfico que tem. Na década de 60, o Brasil tinha 70 milhões de habitantes. Nós chegamos agora a 213 milhões, um crescimento da ordem de 200%. Se nós pegarmos a cidade de São Paulo, cujo crescimento a gente testemunha – há verificação disso aqui –, ela cresce um pouco mais do que a média nacional, em 224%.

Mas vamos direto para a cidade de Manaus, que sai de uma população de uma pequena vila de 176 mil habitantes para uma cidade de 2,2 milhões de habitantes. É um crescimento, no período, de 1.179%, praticamente seis vezes o crescimento da população brasileira – seis vezes.

Vamos olhar o que acontece com a cidade de Manaus. Ela tem um quarto da população do estado no início dos anos 60 e vai crescendo em uma concentração que chega a 53% hoje da população do Estado. Isso não tem a ver com a taxa de natalidade das amazonenses. Isso tem a ver com um modelo específico de geração de receita, de renda, de alternativa econômica, que atrai, inclusive, brasileiros de outras partes. Esse é o ponto absolutamente fundamental.

Mas, se atraiu tanta gente, qual é o impacto?

Vamos para a frente um pouco agora.

Vamos olhar aqui a questão do espaço preservado. O Amazonas tem 1,56 milhão de quilômetros quadrados. Para contextualizar, o Amazonas é maior do que as Regiões Sul e Sudeste somadas, o Amazonas é maior do que os nove estados da Região Nordeste. E, se nós pegarmos o Amazonas nesses quadrinhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciados a cada 100 mil quilômetros, nós temos que 97% são preservados. O que não está preservado, o que foi antropomorfizado é 3%. Desses 3%, aquele único quadrinho desses tantos é a cidade de Manaus,

Vamos avançar.

Olha, se nós pegarmos aquele quadrinho e colocarmos a cidade de Manaus – o município, perdão –, o Município de Manaus tem 11 mil quilômetros quadrados. A área urbana de Manaus, segundo a Embrapa fala, tem 382 quilômetros quadrados. Eu já estou atualizando esse número para 500 quilômetros quadrados. O Polo Industrial de Manaus é um delta dessa área.Ele não é toda esta área, é uma pequena parte do espaço urbano de Manaus. Então, o que que nós dizemos: o Polo Industrial de Manaus, o polo industrial incentivado da Zona Franca de Manaus, representa 0,0003% do território do estado e gera mais de 90% do PIB estadual – mais de 90% do PIB estadual! Este fenômeno tem impactos, e nós vamos desmistificando um pouco a percepção que se tem da Zona Franca de Manaus. O Estado do Amazonas é dos maiores geradores de receita pública neste país. É um dos poucos que tem uma relação superavitária com a União.

Compilação que fiz a partir do ano 2000 mostra que nós arrecadamos 162 bilhões de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil no território do Amazonas. Quando nós falamos no território do Amazonas, os senhores sempre podem fazer a seguinte redução: mais de 90% na cidade de Manaus, mais de 90% em razão do motor que é o Polo Industrial de Manaus. Desses 162 bilhões, Senador Veneziano, nós entregamos para a União 120 bilhões – 120 bilhões! Isso significa mais de 70% do que nós arrecadamos.

Numa palestra em Manaus, o ex-Presidente da Petrobras levou o seguinte conceito: nós temos de rediscutir isso, porque isso é um jogo de soma zero, em que você devolve para a região tudo aquilo que arrecada. E eu perguntei para ele: "Os senhores têm os dados segregados do Amazonas?". Os dados segredos do Amazonas são esses. Os dados segregados do Amazonas: nós entregamos, por ano...

Pode avançar.

Para a gente ver aqui o que aconteceu em 2021: arrecadamos R$20 bilhões, e a União ficou com R$14 bilhões, 71,8% dos recursos arrecadados no Amazonas. É o único estado pobre superavitário com a União – superavitário com a União. Para resolver os problemas do Amazonas, basta abrir mão de 3%, 4%, 5% – se nós tivermos a atividade econômica, que é fundamental.

Vamos avançar.

Então, a gente verifica que isso não é um paraíso do Fisco e não é nem mesmo no ICMS. Os dados do Confaz mostram que, em 2021, nós arrecadamos R$14,5 bilhões de ICMS e crescemos 8,75%; R$15,8 bilhões. Isso não é desprezível. Essa arrecadação – 90%, cidade de Manaus, Polo Industrial de Manaus como motor – é maior do que a arrecadação de pelo menos 12 estados brasileiros deste modelo econômico.

Um dado interessante, vamos avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A participação do Estado do Amazonas no bolo do ICMS é superior à participação do Estado do Amazonas no PIB brasileiro. Então, significa dizer – isso é importante e é esquecido – que o Amazonas, sendo um estado onde há benefícios fiscais constitucionalizados, tem uma carga tributária global maior que a média dos estados brasileiros – maior que a média dos estados brasileiros.

Vamos avançar.

O Amazonas também – e isso é importante para a discussão lá na frente – estabeleceu um mecanismo de gestão que condiciona a fruição dos benefícios fiscais a determinadas contrapartidas. Essas contrapartidas acenderam a ordem de 2,6 bilhões no exercício de 2022. E quais são? Uma é o FTI, que é o Fundo de Turismo e Interiorização do Desenvolvimento, com 1,5 bilhão. O segundo fundo, que eu julgo inclusive mais importante e estratégico, porque é absolutamente fundamental para a transformação, é o fundo da UEA. A UEA é simplesmente a Universidade do Estado do Amazonas, que está presente nos 62 municípios, sendo a maior universidade multicampi do país e que é financiada completamente por recursos advindos da atividade do Polo Industrial de Manaus. E o FMPES é o fundo de micro e pequenas empresas.

Então, o que eu quero mostrar com isso? Vamos desmistificar que o Polo Industrial de Manaus é um paraíso fiscal onde ninguém paga imposto. Por favor. Isso faz tudo... Para nós termos uma noção exata – e poucos têm essa percepção –, a cidade de Manaus é o terceiro PIB industrial do Brasil, apenas atrás das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta é a dimensão e o tamanho desta realidade econômica gerada pelo desenho do Polo Industrial da Zona Franca de Manaus.

Por favor.

Agora vamos enfrentar algumas das críticas mais recorrentes sobre aquele modelo. A primeira delas é sobre a balança comercial. A balança comercial é exagerada, tem importações mais do que em qualquer outra parte do Brasil. Eu convido a que a gente dê uma olhada na pauta de importações do Polo Industrial de Manaus. Eu digo que ela é virtuosa, porque nós importamos partes, peças, insumos, matéria-prima, produtos... Nós temos ali: paládio, estireno, circuitos impressos, memórias, partes e peças, que têm a sua industrialização no país, que agregam valor, que geram receita, que ocupam aquele espaço economicamente e que, repito, geram um nível enorme de receitas públicas para este país – são virtuosas.

Podem passar para frente para avançar. Vamos ver outro ponto.

A renúncia fiscal. Essa é com certeza a crítica mais recorrente, a crítica menos correta que se faz sobre a Zona Franca de Manaus. Por quê? Primeiro, porque não é um paraíso fiscal, se gera isso tudo de recursos, mas, fundamentalmente – eu preciso deixar isso registrado –, a maior parte do que se produz em Manaus só é produzido nas economias ocidentais, em zonas econômicas especiais. Nós não estamos falando de deixar de colocar em Manaus para colocar em outra parte do país. Todos os modelos que nós temos, quando isso está... Quem perde é o país, vai para fora. A nossa concorrência não é com a estrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de custos ou tributária brasileira; é com o mundo. Quando a Pepsi saiu de Manaus, ela não veio para perto do mercado consumidor; ela foi para o Uruguai. Nós precisamos ter claro isso.

Esse eslaidezinho mostra apenas que esta foi... Uma medida dessa linha faz com que uma medida do Governo americano feche a última fábrica de TV naquele país.

Então, repetindo, para deixar claro: nas economias ocidentais, não se produz o que nós produzimos, salvo em zonas econômicas especiais, na sua grande maioria. Como é que eu vou falar em renúncia fiscal? Se esse desenho tributário não existe, não existiria esta atividade dentro do país.

Por favor.

Um outro ponto que se diz é: "Olha, na verdade aquilo não é industrialização. Vamos falar sério: aquilo tem uma maquiagem". Só há uma forma de desmistificar isso: é o conhecimento, uma visita *in loco*. Mas a gente quer trazer aqui um dado: para produzir na Zona Franca de Manaus, é preciso que você observe o que se chama PPB (Processo Produtivo Básico).

O que é o PPB? É um conjunto mínimo de operações que têm que ser feitas no país. Sem isso, você não tem o benefício fiscal. Sem isso, você não recebe qualquer vantagem. Você não pode, sequer, produzir em Manaus. Então, tem de ter agregação nacional de valor. Tem de ser efetivo.

Nós temos, em Manaus, indústrias – a gente sempre cita, porque é o valor mais exemplar – que têm 93% de nacionalização. Se você for pegar o polo de duas rodas, há empresas que vão desde a fundição do motor, de todas as partes e componentes. Nós temos, em Manaus, em torno de 14 fábricas de motocicletas; nós temos 76 fábricas de partes e peças. Então, não é verdade.

Só tem um caminho: é conhecer. Eu trago o testemunho de um Deputado que disse: "Vocês não falam o suficiente da Zona Franca". Quando eu estive em Manaus, na visita agora, eu mudei completamente a minha percepção. Então, eu digo que só o conhecimento *in loco* é que vai trazer essa percepção.

Mas vamos avançar um pouco.

Agora, a crítica mais – não vou dizer moderna, porque é velha – recente é a que está com o nome bonito de *misallocation*, que é a ineficiência locativa dos recursos. Os recursos têm que ser colocados mais perto da matéria-prima e do mercado consumidor.

Eu queria trazer dois exemplos das duas maiores empresas de aviação. Isso é uma propaganda, digamos assim, da Boeing: como são, de onde vêm as diversas partes e peças do seu componente de aviação. Se nós virmos a próxima, que a é da Airbus, está escrito ali: "*Operations in seven countries, three continents, 24 hours a day*". Eles se orgulham de estar em três continentes e sete países. E há um outro, Senador Mourão, que mostra que partes e peças são produzidas na África – na África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o polo industrial de Manaus é um modelo de integração global e nacional produtiva. Nós compramos grande parte dos insumos no Brasil e nós compramos partes de insumos no mercado internacional, global, e produzimos em Manaus.

Esta... Por favor, avance.

Esse conceito precisa ser enfrentado. Nós vimos o Presidente da República na ONU dizer que não é possível você, hoje, travar um debate sem falar da desigualdade. Essa crítica do *misallocation* é concentradora do desenvolvimento e é mantenedora do *status quo* da desigualdade. Num país continental como o Brasil, é como se nós voltássemos para a lei invisível do mercado. Se nós não tivéssemos o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, nós teríamos a repetição e a alocação dos investimentos onde nós já temos um nível de desenvolvimento acentuado. Se não fosse essa política, nós não teríamos obtido esses resultados que nós obtivemos. E ela ignora – e todos os estudos e aqueles que trabalham, os amigos que estão no Amazonas lá atrás – uma externalidade absolutamente positiva do ponto de vista econômico: a complexidade logística, que traz essa externalidade positiva porque movimenta a economia do Brasil ao longo do caminho. Seja para entregar em Porto Alegre, seja para entregar em Aquidauana, seja para entregar na sua cidade de Campina Grande, ao longo do caminho, gera atividade econômica. Então, isso não é negativo. E ignora a economia nacional e global.

Vamos avançar.

Então, senhores, esse é o caso concreto da Zona Franca de Manaus, mas fica uma pergunta: faz sentido na economia moderna? Em razão do tempo, eu só vou fazer referência ao *case* do Reino Unido e a um relatório da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento.

O Reino Unido, a partir do Brexit, teve um debate intenso sobre o papel das zonas francas – podem avançar. Mas não apenas teve um debate. Houve esse debate, os *links* que mostram, mas ele tomou decisões concretas e as está implementando agora.

Pode avançar, por favor?

Inclusive, isso é a regulação já de como é que você vai implementar essas zonas francas.

Então, veja bem: "Ah, mas isso faz sentido aqui e tal?". Vamos lá.

O que eu gostaria de salientar é este gráfico da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Olhem o crescimento dessas zonas econômicas especiais no mundo. Então, os países estão fazendo utilização deste mecanismo para promover o desenvolvimento mundo afora. Isso não é um dado meu – de novo. Então, nós temos de fazer uma reflexão.

Então, essas são as razões que nós queríamos trazer aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Polo Industrial de Manaus tem diversos estudos sobre a elevação do padrão laboral lá, mas, pelo tempo, eu vou deixar a apresentação à disposição.

Eu gostaria de usar – e eu sempre faço isto nas minhas apresentações –, ler e compartilhar com os senhores a avaliação do Prof. Norbert Fenzl, que era da CORDIS, quando ele avalia um trabalho que se chama "Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia", muito rapidamente:

> Todos os dados apresentados indicam que a verdadeira função do PIM [Polo Industrial de Manaus] é a de um catalisador econômico que de um lado alivia a pressão sobre a floresta amazônica e por outro lado é capaz de canalizar recursos financeiros para a educação e desenvolvimento de [...] [ciência, tecnologia e inovação], que por sua vez impulsionam o desenvolvimento de tecnologias e inovações de processos econômicos sustentáveis ao longo prazo.

Isso não é – de novo – a minha opinião, mas uma avaliação de um trabalho científico que foi colocado.

E como é que nós ficamos na reforma tributária? Na verdade, a Zona Franca de Manaus já tem o seu tratamento estabelecido pela própria Constituição, nos seus arts. 40, 92 e 92-A, que a asseguram como uma área de livre comércio, de exportação e importação e de incentivos fiscais. Está no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. É uma disposição por prazo certo, portanto não é passível de uma alteração, inclusive porque foi feita pelo Constituinte originário.

O fato é que a extinção de tributos da PEC e a adoção do princípio do destino causam um enorme impacto na situação presente. Os números que eu estou apresentando aqui são menores do que os estudos oficiais, mas a gente precisa rever isso. Na verdade, nós falamos daqueles R$15 bilhões que o Estado do Amazonas arrecada de ICMS; com o princípio do destino, R$4 bilhões dessa arrecadação direta são transferidos para outros estados – transferidos para outros estados. Eles anulam... E nós temos que ter cuidado com a base de cálculo das contribuições de contrapartida na ordem de R$2,6 bilhões.

Retiram a competitividade para se produzir em Manaus. Então, este modelo exitoso, com esses números, precisa ter um tratamento específico e diferenciado. Neste modelo, a redação que foi trazida da Câmara Federal já, digamos, faz este movimento de impor que a lei complementar adote os mecanismos necessários para que se mantenha a competitividade na zona franca. Mas, na verdade, então vamos lá, são os dois pontos: arrecadação e competitividade. Certo? Nós estamos retirando arrecadação do Estado do Amazonas; nós a estamos transferindo para outros distritos pela adoção do princípio do destino.

E aqui eu queria fazer referência ao que o Prof. Paulo Rabello de Castro fez. Eu quero dizer que eu concordo inteiramente com as duas proposições que ele faz para a questão da Zona Franca de Manaus, está certo? Primeiro... Qual é o primeiro? É que dois pontos absolutamente essenciais do coração dessa reforma, Senador, me permita, são dados como dados da realidade e não foram tão aprofundados e discutidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há muito tempo, a questão do princípio do destino perpassa a discussão entre os técnicos. Eu representei o Estado do Amazonas, por mais de 20 anos, no Confaz, seja como técnico, seja como Secretário-Executivo da Receita. O princípio que ele propõe é o princípio mitigado do destino, em que – e ele propõe os famosos 4% – fica na origem. Por quê? O princípio do destino tem o condão de fazer com que o cidadão do seu estado que não é um estado rico e que paga o imposto não faça essa transferência do que ele paga para o estado rico. O estado pobre, perdão, não faça transferência para um estado rico, não é? Quem compra uma geladeira na Paraíba paga um conjunto de impostos, um valor, mas parte desse imposto ficou no estado de origem. Então, para isso é que se tem mudado. Qual é a proposta? Que se mitigue. Hoje é 7% ou 12%; que se vá para 4%, que fique o mínimo no estado de origem, porque isso é uma escolha.

Deixe-me dar um exemplo sobre o Estado do Pará. Permita-me, não vou usar o Amazonas. O Estado do Pará produz energia elétrica, mas, por uma questão de destino, quanto é que fica no Estado do Pará do incentivo disso? Zero – zero. Quem é que fica com o impacto ambiental? Quem é que fica, por exemplo, com o de Belo Monte e de Tucuruí? Hoje já é assim, para dizer isso, mas é só para mostrar que é uma escolha. Se eu usar o Pará também, pela mesma razão do princípio do destino, as exportações de minério pelo destino ao exterior pagam zero – zero de imposto. É como se nós disséssemos quando... Aquilo que nós aprendemos que são as nossas riquezas minerais, se eu colocar para o exterior, é só chamar quem quer vir aqui, pegar nossa riqueza e levar, porque ele vai ficar com o lucro da operação, mas vai pagar zero de imposto. Então, o destino é uma escolha. Eu só estou suscitando esse fato que o Dr. Paulo Rabello de Castro colocou, porque eu acho que deveríamos aprofundar um pouco essa discussão.

Mas, para a Zona Franca de Manaus, eu tenho o cuidado de dizer que, como o Estado do Amazonas é definitivamente o que mais perde, nós precisamos que esses mecanismos de recomposição da receita sejam respeitados, mantidos, aprimorados, assegurados, porque, quando a gente pensa em Amazônia, nós temos de ter certeza de que nós não vamos agravar as dores de cabeça, os problemas, as preocupações que nós já temos.

Quanto à competitividade – e já caminho para concluir, porque sei que extrapolei meu tempo –, a questão da competitividade é que a proteção da Zona Franca na Constituição vai a 2073, mas nós estamos mudando o sistema tributário. Então, nós vamos manter a proteção e a competitividade conforme está no art. 92-B, creio. E aí, a questão é: como fazê-lo? Isso é, na minha visão, matéria de lei complementar, mas nós precisaríamos deixar com clareza no comando constitucional que isso fosse assegurado. Mas já me manifesto de duas coisas, e outra vez sendo pouco aderente ao que o Prof. Paulo Rabello de Castro colocou: eu tenho também uma enorme crítica ao papel da utilização do IPI como mecanismo – ainda que transitório – de proteção da competitividade da Zona Franca.

Quando eu era Superintendente da Zona Franca de Manaus, nós fomos objeto de uma exposição de um painel, na OMC, pela utilização daqueles mecanismos de benefícios fiscais. Aquilo não prosperou... Foi o mesmo que fez o Inovar-Auto, a Lei de Informática. Aquilo não prosperou por uma articulação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade brasileira com os próprios embaixadores da União Europeia... Vou repetir: não prosperou porque nós fizemos, juntos, uma demonstração do papel da Zona Franca de Manaus nesse sentido, na questão inclusive ambiental. Mas a questão está em aberto, ou seja, o mecanismo tem fragilidades institucionais. Então, o IPI e o Seletivo me parecem que não se apresentam como a melhor solução que está... E eu gostaria de colocar isso inclusive para o Senador Eduardo Braga, que é do nosso estado, para que nós pudéssemos olhar isso com tranquilidade.

Eu gostaria de ter me aprofundado em outros aspectos mais tributários, mas entendi que trazer esses dados sobre a Zona Franca de Manaus, para que a gente possa construir conjuntamente, ter a percepção, a clareza de que ela precisa ser mantida pelos valores estratégicos, seria mais interessante para compartilhar com os Srs. Senadores.

Agradeço muitíssimo a condescendência na gestão do tempo, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Somos nós que devemos agradecer, porque no início, estimado amigo Thomaz, da sua exposição, V. Sa. nos alertava de que gostaria que com ela pudessem estar arejados alguns conceitos e algumas percepções, em especial – há de se convir – percepções fora do quadrante de Manaus, e não desconheço a necessidade que foi e que é trazer exatamente esses instrumentos, para que nós nos convençamos daquilo que estará sendo proposto, no tocante ao item Zona Franca de Manaus, pelo Senador Eduardo Braga. Areja-nos a nós próprios, o que a mim me parece ser o sentimento também do Senador Mourão.

Então, parabéns, e agradeço a obsequiosa presença do senhor.

Eu quero saudar aqui a presença, a chegada do nosso Senador Mauro Carvalho.

Quero cumprimentar a Senadora, querida Senadora Ana Amélia, estimadíssima figura que brilhou no Senado Federal enquanto representante do povo gaúcho. Sempre que V. Exa. aqui se encontra, isso para nós é motivo maior de fazer esse registro, sabedores que somos de quanto V. Exa. contribuiu na sua passagem e continua a colaborar efetivamente. Sempre muito bem-vinda.

Registro e acuso a chegada do Sr. João Hamilton Rech, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

E passamos, de imediato, a palavra à Sra. Lina Santin, Advogada tributarista, Pesquisadora e Coordenadora do Núcleo de Estudos Fiscais da Fundação Getúlio Vargas, Mestre por lá e doutoranda na PUC; também é Professora e Diretora do Movimento de Defesa da Advocacia.

Os meus cumprimentos, Sra. Lina Santin. Com a permissão da Mesa, V. Exa., disporá dos minutos que regimentalmente estamos reservando aos expositores e expositoras. Muito bem-vinda.

A SRA. LINA SANTIN (Para expor.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos e todas que nos escutam. É um prazer estar aqui. Gostaria de agradecer ao Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, ao Senador Eduardo Braga, Relator, aqui representado pelo Sr. Senador Veneziano. É um prazer estar aqui.

Também não posso deixar de parabenizar os trabalhos que foram feitos na Câmara dos Deputados e nesta Casa também, nos últimos quatro anos, com relação tanto à PEC 45 quanto à PEC 110, o que nos permitiu, neste momento, chegar a este debate tão profundo, tão maduro, de forma tão consciente, como tem sido feito aqui nesta Casa. Então, todos que estiveram envolvidos nessa trajetória desses últimos quatro anos estão de parabéns. Acho que a gente teve um avanço muito grande no debate público com relação a esse tema de reforma tributária aqui no Brasil.

Não é novidade para ninguém que o modelo IVA é o modelo mais adotado no mundo para a tributação sobre o consumo; a gente tem mais de 170 países no mundo que o adotam. É o modelo recomendado pelos organismos internacionais como a OCDE, BID, inclusive para o Brasil, no relatório da OCDE, aquela de que nós pretendemos nos tornar membros desde 2015. E por uma razão bastante simples: é um modelo amplamente conhecido, amplamente aceito pelo mercado, já com os problemas também e as questões que são postas bastante amplos, com uma literatura bastante grande a seu respeito.

E, entre todas as benesses desse modelo, a gente tem um potencial arrecadatório muito grande – é uma forma muito eficaz de se tributar o consumo –; a gente tem uma menor complexidade, sem dúvida, do que a do sistema atual, que dividiu as suas bases de incidência; e, aqui, o mais importante, que acho que é o tema da nossa reunião de hoje, a gente tem maior neutralidade.

Isso porque a tributação sobre o consumo – e esse é um ponto que vem sendo falado aqui por diversos técnicos que pensaram e que são gestores também dessa proposta – não é o instrumento adequado para a gente tratar de questões de desigualdades sociais, desigualdades regionais, porque, com qualquer uma delas, a gente vai trazer mais complexidade do que eficiência para um modelo que só se presta a arrecadar. Essa é a grande verdade. Então, a gente tem outros instrumentos dentro do modelo tributário, seja a tributação da renda, seja a tributação do patrimônio, que se prestam com maior eficiência a endereçar essas questões que também nos são muito caras, ainda mais em um país como o nosso, com todas essas desigualdades que precisam, sem dúvida, ser endereçadas.

E é por isso também, justamente para que o modelo da tributação sobre o consumo não se preste a corrigir falhas de mercado, não se preste a fazer essas questões de justiça fiscal, que essa experiência empírica, toda a experiência internacional, toda a literatura estabeleceu algumas bases mínimas para que o IVA seja considerado um IVA de boa qualidade. Quais são essas bases? Aqueles princípios que foram absorvidos pela PEC 45 e que constam, irão constar da nossa Constituição. Então é simples, é neutro, é isonômico e com o mínimo de exceções possíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem jeito, não tem como a gente ter mais exceções sem perder em simplicidade. Esse é um *trade-off* sobre o qual acho que a Casa está bastante ciente a respeito e que todas essas deliberações que serão feitas aqui dentro devem levar em consideração. Todas as exceções, quanto maiores forem, menos simplicidade a gente vai ter, maior complexidade também teremos. Então, isso é muito importante quando a gente está falando aqui de regimes diferenciados e regimes especiais.

De toda forma, dito isso, nós sabemos que a dependência arrecadatória da tributação sobre o consumo no Brasil é muito elevada. Isso faz com que a gente tenha uma expectativa de uma alíquota também muito elevada. Além disso, a gente tem alguns setores da economia que, de fato, têm dificuldade de operar dentro do sistema de valor agregado. Daí surge a necessidade de se tributar através de uma alíquota menos elevada, mais favorecida naqueles setores ditos como essenciais, que foi a ideia que veio do texto da PEC 45 da Câmara dos Deputados, e também de criar regimes específicos para aqueles setores que têm dificuldade em apurar o seu valor agregado. E, assim, a gente chegou à previsão desses três regimes no texto.

Hoje a gente tem o regime fiscal específico, do lado do art. 156-A, §5º. E aqui já vem minha primeira sugestão: seria interessante, Senadores, que a gente tivesse já no texto a previsão do que significa especialmente o regime específico, de em que ele se diferencia do regime favorecido e de em que também se diferencia do regime diferenciado, para que eles não sejam vistos todos como um balaio só. Então seria interessante, ainda que com menções mínimas, que o texto da Constituição trouxesse essa diferenciação.

Bom, dentro dos regimes específicos, a gente tem lá aqueles setores que de fato precisam de uma tributação, como é hoje o de combustíveis – a gente tem um problema muito grande de sonegação na cadeia; é sabido que, se a gente não tiver uma monofasia, uma incidência na ponta, a gente vai ter uma distorção na cadeia –; assim também as instituições financeiras, que têm uma dificuldade de chegar ao valor agregado sobre o *spread* – a maioria das nações que utilizam o IVA ou simplesmente não tributam o *spread* ou o fazem de uma forma diferenciada, como está sendo atribuído aqui a lei complementar –; e outras sociedades cooperativas e outros que foram incluídos ali.

Na minha opinião, faltou incluir as sociedades uniprofissionais. E não é pelo argumento de que desde sempre as sociedades uniprofissionais são tratadas de forma diferenciada – tem muita coisa que desde sempre é feita de forma errada –, e, sim, porque as sociedades uniprofissionais têm a responsabilidade pessoal do seu profissional autônomo e liberal e têm também liberdade para se associar de outras formas. Ao passo que a gente decidiu manter o Simples Nacional, eu posso ter aí vários planejamentos e várias sociedades hoje de médicos, advogados, arquitetos e outros profissionais liberais se desfazendo para que essas pessoas atuem na pessoa física ou dentro do Simples Nacional, o que vai acarretar menor redução também dos outros tributos incidentes, seja sobre contribuição previdenciária, seja no caso do Simples Nacional, inclusive em Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que esse é um ponto específico que precisa ser olhado com carinho por esta Casa, evitando que a gente tenha outras distorções e que a gente perca em neutralidade ao aprovar essa reforma.

Depois, a gente tem os regimes fiscais favorecidos. Aqui entram Zona Franca de Manaus, biocombustíveis e Simples Nacional.

Inclusive, meu querido amigo Thomaz, vou hoje pegar um voo para Manaus, amanhã estarei lá num evento e terei o prazer de ter essa percepção que o senhor menciona à nossa fala, *in loco*, para perceber a importância dessa região e desse setor para o nosso país.

Depois, por fim, a gente tem o regime fiscal diferenciado, que são as reduções de alíquota para aqueles setores específicos que foram listados pela Câmara dos Deputados – e aqui se inclui o seu setor, Dr. Emerson, e o setor do meu querido amigo Mussolini também: saúde e educação, que são setores extremamente caros para a nossa sociedade e que devem ser tratados, sem dúvida, com esse carinho.

Por outro lado, a gente precisa estar ciente de que, ao determinar na Constituição que saúde e educação terão uma alíquota reduzida, ou a gente deixa explícito que é tudo, toda a saúde e toda a educação, ou a gente vai ter contencioso, porque o que é a saúde que merece um tratamento diferenciado? É só a educação de primeiro grau, o ensino fundamental? E a pós-graduação não? O doutorado não? Ensino de línguas não? Se a gente tiver essas restrições, a gente vai entrar no mesmo contencioso que a gente tem hoje com relação a créditos de insumos para fins de PIS-Cofins, créditos de ICMS, créditos de IPI. Então, é importante que isso fique bastante amplo para que a lei complementar e, depois, as atuações também das secretarias de Fazenda e as fiscalizações não restrinjam esse direito a uma alíquota diminuta. O mesmo se aplica à saúde. É a saúde como um todo? Aqueles cuidados, cuidados paliativos, fisioterapia e outros derivados terão alíquota reduzida também? Acho que é importante que isso conste para que a gente evite essa litigiosidade futura.

Outro aspecto que eu já mencionei, e acredito que a Casa está bastante ciente, é que, sem dúvida alguma, todas essas outras concessões – e aqui ressalvando essas que me são muito caras e estão no preâmbulo da Constituição como valores a serem buscados –, saúde, educação, pobreza menstrual e tantos outros que foram habilmente incluídos no texto da Câmara... A gente precisa pensar que há uma máxima na tributação: onde todos pagam, todos pagam menos; onde alguns não pagam, todos pagam mais. Então, não existe como fazer essa conta sem pensar numa alíquota final e definir o que a gente vai querer de fato, como sociedade, fazer com que tenha uma alíquota reduzida, ao passo que teremos que onerar outros setores para compensar essa arrecadação. Então, acho que esse é um ponto bastante importante que precisa estar sempre em voga aqui nos debates desta Casa.

E, já para finalizar, porque meu tempo esgotou, embora fuja um pouco do painel, quanto à questão do Imposto Seletivo, que foi trazido aqui, inclusive, como um subterfúgio para a manutenção da competitividade hoje da Zona Franca de Manaus, que já tem uma decisão política também de que tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser mantida, de que tem sua importância para o país e tudo mais de que temos consciência aqui, eu não entendo que esse seja um instrumento adequado para tanto, assim como disse o Sr. Thomaz também. O Imposto Seletivo, em realidade, é um *excise tax* e tem como objetivo, no mundo inteiro – toda a literatura o diz –, desincentivar o consumo de bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente – ponto. A partir do momento em que eu vou tributar a produção de outros bens que nada fazem de mal à saúde e ao meio ambiente pelo simples fato de estarem fora de um território que se quer beneficiar, eu estou distorcendo as razões e a lógica que um imposto seletivo deve ter.

Também acho que o Imposto Seletivo tem que ser monofásico, não deve incidir sobre a produção, deve incidir sobre o item, sobre o consumo do item. Toda produção pode ser danosa, até produção de água; o envazamento de água pode ser danoso ao meio ambiente.

E a gente tem que ter um texto aí talvez um pouco mais restrito, com incidências mais taxativas, para que no futuro o Imposto Seletivo não se torne um instrumento única e exclusivamente arrecadatório, já que ele tem essa flexibilidade de ter alíquotas determinadas por decreto e também não subsume a anterioridade.

Esses são meus pontos.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A Presidência agradece, mais uma vez, em nome do nosso Relator, o Senador Eduardo Braga, pela sua presença, também tendo aceitado o convite para uma colaboração tão qualificada, Profa. Dra. Lina Santin. Muito bem-vinda, e também em outras oportunidades o será.

Nós registramos a chegada do nosso companheiro Senador Mecias de Jesus.

Imediatamente passamos ao expositor, querido amigo, Emerson Casali, Diretor da CBPI Produtividade Institucional e representante do Fórum das Entidades do Ensino Superior Particular. Muito bem-vindo.

O SR. EMERSON CASALI (Para expor.) – Bom, obrigado, Senador. Queria dar um bom dia a todos, cumprimentar aqui o Senador Veneziano e, na pessoa dele, toda a mesa, cumprimentar o Senador Mourão, o Senador Mecias, o Senador Mauro, enfim.

Queria também fazer um agradecimento aqui, Senador Veneziano, ao Senador Izalci e ao Senador Portinho, que têm estado também muito junto do setor de educação nessa discussão da reforma tributária. Vários outros Senadores também têm estado, mas eles fizeram até esse requerimento para que a gente pudesse estar aqui apresentando. E também cumprimento o nosso Relator, o Senador Eduardo Braga, com quem a gente já teve a oportunidade também de discutir essa apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma apresentação e vou tentar ser rápido, direto nas mensagens, mas eu queria só começar com um ponto, aproveitando que eu estou falando após a Dra. Lina aqui.

De fato, ela explicou os diferentes regimes, e a gente observa que tem regimes que fundamentam questões técnicas. Então, por conta disso – ela explicou o combustível – a gente tem uma questão técnica. E vários outros fazem sentido por uma questão de política pública, seja uma política pública regional, seja uma política pública setorial, não é? E, sobre essas políticas públicas – é um pouco até da narrativa do setor de educação também –, cito o quanto essas políticas públicas trazem de benefícios para os cofres públicos. Ou seja, a gente está falando aqui de arrecadação, então, a gente está falando de recurso. Será que vale a pena cobrar menos da educação? Será que vale a pena cobrar menos da saúde? E aí eu posso dizer, Senador Veneziano, que eu não tenho nenhuma dúvida disso, tanto pelo impacto fiscal, quanto pelo impacto em emprego, quanto pelo impacto no bem-estar dos cidadãos.

Então, só vou, ainda antes de entrar na apresentação, pegar a fala aqui do Dr. Mussolini. Quando a gente fala de educação, a gente está falando de qualificar a sociedade. Cada família que investe está desonerando o Estado.

Quando a gente fala em saúde – e aqui, Dra. Lina, saúde de uma forma mais ampla –, tem algo muito interessante: saúde vai desde a questão da pobreza menstrual, dos itens de higiene, como falou o Dr. Paulo Rabello (passa por todas as questões curativas, mas, na parte de medicação, aquilo do evitar o internamento a partir de uma medicação, isso tudo tem impacto nos custos), até, por exemplo, a atividade de condicionamento físico. Estudos mostram que atividade de condicionamento físico traz um retorno também para as contas públicas muito interessante a partir de uma redução de impostos, igual está previsto nas atividades esportivas, que na PEC vão ter um tratamento diferenciado, e esse tratamento diferenciado retorna todo na redução de custos do sistema de saúde e no aumento da produtividade do trabalhador brasileiro. Então, essa é uma política pública que faz sentido.

É lógico que a gente pode dizer que, do ponto de vista técnico, é mais simples ter uma alíquota única. É mais simples, mas, aqui, é muito importante o uso de instrumentos fiscais para a política pública. Eles são muito poderosos para construir elementos da nossa sociedade.

Eu vou iniciar aqui a apresentação e vou pedir aqui para clicar...

Desculpe-me, mas só uma observação: aqui eu represento o fórum das entidades do setor particular, que é formado hoje por 14 entidades e representa cerca de 80% de todas as matrículas da educação particular do Brasil, básica e superior. Então, hoje a gente tem cerca de 16 milhões de alunos, e, aqui, essas entidades representam cerca de 80%.

Por favor, pode seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São só três números bem básicos: a gente tem 16 milhões de alunos; na educação superior, 6,9 milhões – a educação superior representa quase 80% hoje das matrículas de ensino superior no Brasil. Foi a educação superior privada que viabilizou a expansão do ensino superior e o acesso às classes com menos renda.

A educação básica é reconhecida pela qualidade. Fazendo uma conta bem simples de qual o custo de um estudante hoje dentro do Estado e pegando esses 16 milhões de alunos e colocando a custo de ensino superior e etc., dá R$280 bilhões por ano, mais ou menos, que, por existir esse setor, você reduz o custo do Estado. O Estado deixa de gastar esses R$280 bilhões por ano.

Aí tem toda a parte de emprego formal, um setor intensivo em mão de obra, cuja maioria é de mulheres, 800 mil professores, enfim... E é um setor que gera emprego em cada cidade do Brasil, não é uma coisa concentrada.

Por favor, o próximo.

Aqui tem um ponto que é muito importante: ao longo de anos, a gente vem discutindo reforma tributária e a gente sabe que a gente tem uma tributação nos produtos maior do que no serviço, na parte de consumo, e sempre veio uma narrativa de que quem consome serviços são os ricos, que os pobres consomem mais bens e quem consome serviço é rico.

Aqui é mostrado o que acontece com o ensino particular em números claros por matrícula ali na base da Pnad do IBGE: mais de 80% dos alunos da escola particular brasileira e da universidade particular brasileira são das classes C, D e E – mais de 80%, classes C, D e E. Então, definitivamente, não são ricos, e qualquer aumento de tributação impactaria diretamente no acesso ao ensino.

Por favor, o próximo.

Nisto daqui não tem surpresa, porque, infelizmente, no nosso país, 92,5% da população são das classes C, D e E. Então, se 92,5% da nossa população são das classes C, D e E, naturalmente quem consome também muitos serviços no Brasil, que é o caso da educação e é o caso de diversos outros setores de serviços, são classes C, D e E.

Então, novamente, qualquer aumento de tributação sobre serviços tende a reduzir o consumo – e o serviço é intensivo em mão de obra – e tende a bater no emprego, tá? Então essa foi sempre uma base de discussão nossa.

Por favor, o próximo.

Pode seguir, por favor.

Falando um pouquinho do cenário. Aqui a gente já sabe, não é? Temos dois tributos que vão unificar as contribuições e os impostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode seguir.

Aqui o que a gente tinha de receio da reforma – e foi uma discussão ao longo de anos – é que, se a gente fizer a conta direitinho, usando resíduo tributário, usando cálculo por fora, etc., uma escola particular tem menos de 10%, perto de 10% de carga tributária, e a PEC trazia um certo risco de isso ir para algo em torno de 25%. Então, isso sempre foi um alerta para o setor.

Pode seguir.

E é um setor que tem algumas características, não é? Assim é um setor consumidor final, ou seja, ele não está no meio de cadeia. No meio de cadeia, a variação de impostos é praticamente... ela não é relevante, tá? Quando se está no final da cadeia, aumentou-se imposto, vai direto para o consumidor final, que não aproveita crédito.

Nós temos em média, calculado por matrícula, um ISS de 2,44% – somos intensivos em mão de obra, temos os resíduos. Fazendo-se uma conta, essa alíquota ponderada aí deu um total de 9,38%. Essa seria a carga neutra do setor. As contas da equipe técnica lá do Relator na Câmara, do Deputado Aguinaldo, indicaram algo em torno de 9,5%, então essa conta está coerente.

O que é que... E aí, voltando à questão de política pública, o que é que os países fazem? De 102 países – neste estudo aqui coordenado pela Ernst & Young –, 65 isentam a educação e 20 cobram até 10%, que é o nosso caso. Quer dizer, se a gente passasse dos 10%, a gente iria ficar entre os 17 piores países, não é?

Pode seguir, por favor.

Aqui eu queria destacar o Prouni, porque ele vai ser importante aqui na apresentação.

O Prouni é uma espécie de coração do ensino superior. Nele você pega impostos – o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, CSLL, PIS-Cofins – e paga, através de bolsa, para população de baixa renda, tá? O Prouni é visto como isenção. Na verdade é um pagamento de imposto através de bolsa, não é? Já beneficiou mais de 3 milhões de alunos de baixa renda.

Por favor, o próximo ponto.

E o que acontece com o Prouni? Os estudantes do Prouni têm o mesmo desempenho do estudante do ensino público superior, mesmo em desempenho no Enade, têm evasão menor do que o do ensino público superior, porque, se eles vacilarem, eles perdem as bolsas, e cada um custa, em isenção fiscal, R$4,6 mil por ano para o Estado. Cada aluno do ensino superior público custa – custava; isso é um número já um pouco defasado – R$28,6 mil, o que significa que por 16% do custo o Estado entrega uma vaga de ensino superior para um aluno. Então, assim, esse é um programa muito interessante para o país.

E daí vieram os nossos pleitos pela reforma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, pode avançar.

Essa emenda, Senador Veneziano, o Senador Jader Barbalho protocolou na PEC 110. O que a gente queria? O que a gente queria, na discussão da CCJ aqui, no ano passado, era o seguinte: olha, não dá para chegar e dizer que vai ser favorecido simplesmente, é preciso estabelecer tetos, limites que garantam que você não vai ter aumento de carga. Então, o Senador Jader protocolou essa emenda, colocando limites claros para garantir essa neutralidade tributária e trazendo também a questão de você continuar isentando a CBS, assim como isentava o PIS-Cofins.

E aqui eu queria até destacar que o Senador Veneziano também apresentou uma emenda, que foi uma emenda também estabelecendo limites que dariam uma solução para o serviço em geral, justamente em função de todo esse impacto no emprego, o impacto social e o impacto em cada cidade do Brasil, o impacto regional e dentro da linha de que não faz sentido você pegar setores com 10% e jogar para 25%. No geral isso foi, então, bem resolvido na Câmara. Assim, eu diria que a solução do senhor era melhor, mas a Câmara, ao construir um conjunto de exceções sobre questões principais, deixou ainda pouca coisa, digamos assim, que não está bem resolvida, como o caso aqui das sociedades uniprofissionais.

Então, assim, fica o agradecimento de todo setor de serviço ao senhor também por essa atuação também, no ano passado, na CCJ.

Por favor, o próximo.

E aí a gente conseguiu. Então, várias vezes, com a emenda do Senador Veneziano a gente ouvia: "Não pode ter alíquota na PEC". Não é alíquota, é um teto; a alíquota vai para a lei complementar. E está ali, a gente conseguiu, está lá reduzido, tem um teto, isso dá conforto, vai ser de uns 10% a 11%, o setor paga 9,5%, 10%; então está equalizado. E o Prouni, da emenda do senador Jader, também está lá.

Próximo, por favor. Desculpe-me, Senador; só faltam mais dois eslaides.

O que eu queria só dizer sobre esse tratamento justo para a educação. Houve até uma discussão sobre se a gente não devia buscar isenção como a maioria dos países, e o setor achou o seguinte: o país tem um desafio tributário, é difícil você dizer "não, vamos zerar", por mais que isso seja adequado. E aí o setor colocou: "O nosso desafio vai ser não ter o aumento, garantir isso na Constituição". E está lá.

Nas particulares, ficou praticamente neutra – as particulares são lucro real e presumido –; nas sem fins lucrativos filantrópicas, você tem imunidade, e isso não impacta; imunidade nas sem fins lucrativos que não são filantrópicas, a elas a PEC trouxe algo muito inteligente que é o mesmo tratamento que você tem para o IBS e vai ser o da CBS, não vai ter duas legislações diferentes no geral. Então as imunidades foram estendidas. A imunidade que o setor tinha no IBS foi para a CBS. Então, ele teve um ganho? Não, praticamente não, porque ele já tinha isenção em lei na CBS. Não foi uma questão de ganho; praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficou neutro. O impacto aqui é, digamos assim, muito pequeno. E o Simples tem a previsão de não ter alterações para a frente, na carga. Eu acho isso muito difícil, mas essa é a promessa.

Diante disso, o setor considera que é fundamental que o Senado ratifique isso nesta direção dessa neutralidade sobre a educação.

O próximo eslaide, acho que já chegando no último.

Aqui eu trago uma emenda do Senador Izalci, agora apresentada na semana passada, sobre o Pró-Básico, e o Pró-Básico basicamente é pegar esse modelo inteligente do Prouni e dar oportunidade para crianças de baixa renda estudarem em escolas particulares de alta qualidade também. Então seria usar esse mesmo sistema na CBS para o ensino básico.

O próximo clique, só para fechar.

A gente imagina aí cerca de 150 mil crianças podendo ser atendidas pelo Pró-Básico, com uma isenção da ordem de R$478 milhões, que é um valor bem reduzido... Perdão, R$1,29 trilhões, que a gente está buscando nessa reforma, e o custo por aluno, Senador, de R$3,4 mil.

Aqui tem algumas questões tributárias, porque acaba... Enfim, tem uma questão de matemática, e uma média, aí... Essa matrícula custa em torno de R$6 mil, mas para o Estado, na isenção fiscal, pelo modelo, sairia algo em torno de R$3,4 mil.

Então, esse último clique, por favor.

Então, a gente considera aqui, aos Senadores, muito importante que o Senado aprove o Pró-Básico. Assim... O momento é agora. Se não aprovar agora, só uma outra reforma depois, na Constituição. Então, o momento de acrescentar isso é agora para o setor.

Então, em nome aqui do setor de educação, Senador Veneziano, quero agradecer a oportunidade, agradecer mais uma vez ao Senador Eduardo Braga também, e a gente fica à disposição do Senado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Fundamental, amigo e estimado companheiro Dr. Emerson Casali, a sua presença e a participação, trazendo, em detalhamentos, a importância para que nos absorvamos o que, de fato, tem sido, a mim me parece, essa impressão inicial por parte deste Colegiado, aquilo que defendido está, no tocante ao setor de educação no nosso país. Muito obrigado.

E, na oportunidade, quero fazer as referências, justas referências, aos dois companheiros, o Senador Izalci, não apenas pela condição de já estar colaborando com sugestões, por meio de emendas, e o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Portinho, ambos que subscreveram requerimento para que nós pudéssemos ter, entre audiências, esta que estamos a realizar.

Muito grato pela sua presença.

Por fim, como último expositor, o Sr. João Hamilton Rech – peço de já desculpas, não sei se essa é a pronúncia... Se não for, desculpas já públicas –, Auditor Fiscal da Receita Federal, para que, em seguida, tenhamos, caso assim desejem os Senadores presentes, as suas participações com indagações.

Dr. João Hamilton, por gentileza.

O SR. JOÃO HAMILTON RECH (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento os integrantes da mesa, na figura do Senador Veneziano. Agradeço também ao Senador Eduardo Braga, por convidar a Receita Federal para participar dessas audiências, e ao Senador Alcolumbre, que enviou o convite.

Primeiro me desculpe pelo atraso, que eu estava numa conexão internacional. Acabei perdendo o avião e só pude chegar agora.

Também não preparei nada específico, mas, vendo os assuntos que estão sendo tratados, eu vi que o tema são os benefícios, e isso é um assunto que tem que ser endereçado na reforma tributária. A situação que nós temos hoje não é boa, do ponto de vista do IVA.

Eu participo, na OCDE, do grupo que trata do IVA. É o WP9 (Working Party 9), que tenta elaborar boas técnicas, tenta definir boas técnicas para o IVA, e, em 2015, foi aprovado um manual que tem todas as *guidelines*, as diretrizes do bom IVA. Foi aprovado por 104 países. Então, isso não tem mais muita dúvida no mundo, ao contrário da tributação da renda, que ainda tem muita discussão, pilar um, pilar dois, e essa discussão ainda continua. Na parte do IVA, não. Já está tudo muito bem definido.

Hoje em dia, esse grupo da OCDE, de que eu participo, se debruça a fazer pacotes práticos de implementação para a América do Sul, para a Ásia, pensando nas particularidades de cada região do mundo. Então, não há mais muita briga nesse aspecto, e esses princípios estão muito bem definidos.

O princípio básico é o princípio do destino. Nós temos que implementar o princípio do destino, porque ele evita a guerra fiscal, ele é justo. Então é o princípio que rege todas as outras regras que vêm por trás do IVA, todas elas vêm para dar efetividade ao princípio do destino.

Também uma regra interessante é que se tenha uma alíquota ou poucas alíquotas. Nós sabemos que uma alíquota vai ser muito difícil, e tem realmente setores que talvez tenham que ter um tratamento diferenciado – na própria Europa, que tem um IVA implantado há muito tempo, existem, sim, diferentes alíquotas –, mas não podemos ter uma miríade de alíquotas, porque nós estamos falando de uma reforma tributária cujo objetivo é simplificação. Se nós vamos trocar PIS-Cofins e ICMS, que são dois monstros...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como diz o Secretário Bernard Appy, o ICMS é o pior tributo do mundo, e eu digo que o PIS-Cofins é o segundo pior, e os dois estão no Brasil. Então, isso aí é uma coisa que a gente tem que resolver.

Inclusive, numa dessas reuniões em que eu estava na OCDE, eu me lembro de que veio um americano conversar comigo que queria saber como estava a reforma do "PIS-Cófins" – "Cófins" é ótimo. (*Risos.*)

Mas na época não tinha muito... Porque naquela época a gente queria uma coisa menos ambiciosa, não era uma reforma tributária, era só reformar o PIS-Cofins, que já seria um avanço e tanto. Mas, naquela época, a situação não estava boa para avançar isso.

Aí eu disse para ele: "Olha, por enquanto, ainda não temos esse ambiente político para fazer essa reforma". E ele me disse que ele era representante de uma grande multinacional que tinha investimentos no mundo inteiro e que ele era um conselheiro para definir onde investir. E, muitas vezes, quando o foco era a América do Sul, ele descartava o Brasil de pronto, porque ele disse que as empresas não entendem o sistema tributário brasileiro e têm medo de vir para cá, então ele indicava na época a Argentina. Não sei hoje, isso foi há uns dez anos, mas o Brasil estava descartado. Então, nós estamos perdendo investimentos, nós estamos perdendo uma inserção no mundo pelo fato de termos um sistema tributário muito complexo.

Então, o que a gente pretende com essa reforma tributária, na proposta que foi feita, é tentar implementar esses princípios da OCDE, na medida do possível, claro, com as particularidades brasileiras, mas fazer algo bastante parecido com o que eles entendem ser o que há de melhor no mundo. E realmente é muito bom, o princípio do destino é muito bom. Eu entendo que, claro, tudo tem que ser adaptado a cada país, mas, em regra, os princípios estabelecidos são muito bons e muito bons para o Brasil.

Por exemplo, o princípio do destino: a preocupação maior da OCDE é entre países, não é nem a questão dentro do país. Então, vamos imaginar, quem vende mais *software* para quem? O Brasil para os Estados Unidos ou os Estados Unidos para o Brasil? Todo esse tributo desse *software* vendido para um consumidor brasileiro é do Brasil, mas hoje essa coisa está meio nebulosa ainda, não está se implementando isso. Então, o princípio do destino favorece, sim, bastante, acredito, o Brasil, mas, claro, a gente também quer implementar isso na nossa tributação interna, para dar racionalidade ao tributo.

Falando da Zona Franca, que foi muito bem abordada aqui pelo Thomaz, eu estava lá em Genebra quando se abriu o painel, aquela primeira reunião de consultas entre a União Europeia e o Brasil. Naquela época, a Zona Franca estava na berlinda, sim. Chegou a ir uma colega da Suframa, foi junto também, mas, como o senhor bem disse, ali morreu, porque ela foi muito eficiente, ela botou um PowerPoint que tinha um gráfico assim: se acabassem os benefícios, desempregaria muitos trabalhadores e o desmatamento decolava.

Os olhos daqueles europeus, assim, arregalaram, porque a coisa de ecologia já está muito forte hoje em dia e tiraram a Zona Franca do painel, não é? Nós tivemos painel para alguns regimes tributários de IPI, o Inovar-Auto, de PIS-Cofins, e a Lei de Informática também, mas a parte da Zona Franca foi retirada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é verdade que, com o IPI na Zona Franca, do ponto de vista das regras da OMC, a gente tem que ter cuidado, porque ele pode nos causar problemas.

Agora, na reforma, o que a gente está pensando na Zona Franca é... Ninguém está falando em acabar com os benefícios, não. A gente quer, sim, ter alguma coisa que dê aquele diferencial, porque é necessário ter um diferencial na Zona Franca para que as empresas desejem se instalar lá e se mantenham lá. Então é necessário ter um diferencial. Só que esse diferencial hoje é uma loucura se eu for falar de PIS-Cofins. É uma alíquota que se vende para um contribuinte de um jeito. Se o contribuinte é do lucro real, se é do lucro presumido, a alíquota varia. Então, a gente quer simplicidade. Eu volto a dizer, a reforma tributária é para simplificar a tributação. Ela não é para baixar carga também, nem é para aumentar a carga tributária, é para simplificar. Então, esse regime que nós temos, por exemplo, no PIS-Cofins para dar o diferencial da Zona Franca é uma coisa que tem que ser abolida, porque é um regime extremamente complexo e difícil de aplicar no PIS-Cofins. Então, a gente está criando um regime sim, vai criar um regime...

Aí eu abro aqui um parêntese: nós estamos falando de PEC, nós estamos falando de Constituição. A gente não vai realmente botar alíquota em Constituição, a gente não vai botar detalhe de regime em Constituição, porque não é o local. Nesse assunto, esse detalhamento vai vir na legislação infraconstitucional. O próximo passo é uma lei complementar para implementar os tributos. Aí, sim, nós vamos falar disso. Mas é claro que a Constituição vai dar a chamada, vai ter um regime diferenciado, vai ter um regime para a Zona Franca. Isso sim, mas não entrar em detalhes de como ele vai ser implementado. Não é o momento adequado na PEC.

A ideia é, apesar de não estar feito ainda o regime, que se implemente esse diferencial nesse novo IVA, na CBS e no IBS, mas de uma forma muito mais simples – uma forma muito mais simples –, na forma de um crédito presumido, fácil de apurar, alguma coisa que seja mais transparente para que nós tenhamos, então, realmente essa simplificação que a gente deseja.

Sobre a questão de saúde e educação, eu concordo muito com o que a Dra. Lina falou. Eu acho que, sim, vamos ter que ter algum tratamento diferenciado. São realmente setores muito importantes para a sociedade que merecem ter um tratamento diferenciado. A alíquota menor pode ser, um regime diferenciado pode ser, só que temos que focar nessa questão da objetividade. Nós temos que deixar muito claro, então, o que é saúde ou que parte da saúde realmente está com esses benefícios, que parte da educação. Cursinho de inglês vai ter benefício como educação? Fazer propaganda de plano de saúde é saúde? Entendeu? Nós temos que definir os limites de até onde isso vai, porque, se botar "saúde", a palavra solta, aí pronto, está armado o contencioso. E esse é outro ponto de complicação do sistema tributário brasileiro. Hoje nós temos mais de 40 teses em repercussão geral no Supremo de PIS-Cofins. Então, o que é que adianta? Eu tenho um tributo que é totalmente judicializado e gera uma insegurança jurídica, é terrível. Então, nós temos que ter tributos que sejam sólidos; e, para isso, eu preciso de objetividade. Se eu botar a palavra "saúde" solta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí vamos ter discussão para todo lado do que é saúde, do que é educação. Então, vamos definir claramente o que são esses setores, não sei se na Constituição – não sei se na Constituição –, mas na lei complementar...

A Constituição pode dizer assim: "Serão definidas as atividades de educação e de saúde que terão o tratamento diferenciado". E aí, na lei complementar, elas são colocadas.

Só uma coisa que eu deixo bem claro é que eu acho importante também não generalizar: "Ah, todos os serviços vão ter alíquota menor". Aí realmente nós estamos quebrando já aquela *guideline*, aquela diretriz do bom IVA, porque aí nós vamos ter uma borda entre serviços e bens mais contenciosa: o que é bem, e o que é serviço. Há uma região meio nebulosa, ali no meio; todo mundo vai querer ser serviço se a alíquota for menor. Então, já vamos ter contencioso. É um tributo que vai nascer sob o signo do contencioso. Então, acho que não devermos ir por este caminho de todos os serviços terem uma alíquota menor. Não! Vamos ver os serviços que são mais importantes para a sociedade, e os outros vão para a alíquota normal, modal, do tributo, como tem na Europa, como é assim na Europa, porque isso evita, inclusive, alocação econômica com base tributária, o que não deveria acontecer. O tributo deve ser neutro. "Ah, vou abrir uma empresa que fabrica motores ou vou abrir uma escola de arte? Ah, mas serviço paga menos, então vou abrir uma escola de arte." Então, isso acaba induzindo a minha escolha econômica por conta de uma tributação menor. Isso está errado! O tributo dever ser neutro.

Então, de preferência, a maior parte dos serviços deve ter a mesma alíquota dos bens. Àqueles que a gente entender que merecem tratamento especial, vamos dá-lo.

Seletivo. Está na Constituição que é só para externalidades negativas, aqueles bens que fazem mal à saúde ou questões de meio ambiente. Então, ele não... Eu não acredito que realmente ele possa ser usado para criar o diferencial da Zona Franca. Não pode, porque a Zona Franca fabrica, por exemplo, telas de computadores. Eu vou dizer que telas de computadores fazem mal à saúde? Não vai dar. Então, não caberia o seletivo para essa função, por isso é que o IPI está sendo mantido, pelo menos por enquanto. Ele teria um *fade-out*, iria reduzindo aos poucos, para ter esse diferencial da Zona Franca, que é algo que é muito solicitado lá pela região. Então, a gente não...

Seria o ideal até, para mim, acabar com o IPI, que é um tributo anacrônico, antigo; ele incide na fase industrial e não é algo assim comum no mundo. Não me parece interessante o IPI, enfim, mas ele tem esse papel na Zona Franca. Por enquanto, ele é então quem vai realizar esse papel de gerar esse diferencial. Mas também, claro, vamos ter um diferencial via crédito presumido, via algum outro instrumento na CBS e no IBS. E como foi bem falado – isto foi uma discussão forte, eu bati muito forte nisto –, nós vamos ter uma lei única para para a CBS e para o IBS... Na medida do possível única, claro, porque uma é contribuição destinada à seguridade social e o outro é imposto, que pode ser utilizado para qualquer fim. Mas base de cálculo, alíquotas, regimes, porque, de novo eu volto a focar, nós temos que ter sempre aquilo em mente: simplicidade, e simplicidade do ponto de vista do contribuinte. Se ele for ter uma apuração para a CBS e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra apuração para o IBS, porque aqui é isento, aqui não é, aqui tem regime, aqui não tem regime, então já começamos de novo a criar aquele frankenstein, não é?

Então, isto é muito importante: vai haver uma lei única e ela vai dar as mesmas regras tanto para um tributo, para a CBS, federal, como para o outro tributo, o IBS, que vai ser estadual e municipal, vai englobar o ICMS e o ISS.

Os regimes em geral, os regimes tributários de benefícios. Temos uma miríade de hoje no Pis-Cofins. Essa é uma das grandes fontes de complexidade do Pis-Cofins. O regime da soja, por exemplo, de que se faz lecitina, se faz manteiga: cada um tem um crédito diferente, é uma coisa maluca. Então, nós temos que acabar com isso. Não estou dizendo que ninguém merece ter benefício, mas, se eles forem implementados, que eles sejam implementados de uma forma mais racional, porque hoje é uma coisa absurdamente difícil de administrar tanto para a Receita como para o contribuinte – não é só para a Receita, não; para o contribuinte também é muito difícil.

E também tem uma questão que eu acho que tem que ser muito bem avaliada por esta Casa, que é a questão de efetividade dos regimes. A gente chegou a fazer, na Receita Federal, um estudo de alguns regimes que são antigos, que já tem mais de dez anos: se eles atingiram aqueles objetivos propostos. Normalmente, esses regimes são criados mediante uma medida provisória. Daí a medida provisória tem a sua exposição de motivos, é tudo muito bonito ali: "Ah, porque vai incentivar determinado setor, porque vai reduzir o preço de tal coisa". Verificou-se que muitos desses regimes, depois de dez anos, não atingiram os objetivos. Então, fica a questão: vale a pena ter regime, abrir mão de tributos que vão para a Seguridade Social, que podem financiar outras atividades do Estado, se eles não estão atingindo aqueles objetivos a que se propunham?

E outra questão também foi abordada pela Dra. Lina – e eu insisto nisto, porque eu acho importante –: à medida que eu crio benefícios, partindo da premissa de que eu quero manter a arrecadação, a arrecadação tem que ser mantida; a gente não vai aumentar, mas também não estamos em condição de reduzir a arrecadação no Brasil no momento. Então, a arrecadação será mantida. No momento em que eu crio benefícios – e, portanto, eu estou dando um favorecimento para um determinado setor, regimes setoriais –, o que acontece? Isso vai repercutir no resto da sociedade. Eu vou ter que aumentar, provavelmente, um pouquinho aquela alíquota modal para compensar a perda de arrecadação que eu vou ter com aquele setor. Em outras palavras é dizer o seguinte: para favorecer um setor, toda a sociedade paga a conta. Então, temos que avaliar até que ponto a gente vai seguir com esse modelo. Como disse a Dra. Lina, se todos pagam igual, todos pagam menos. Se começa a ter diferenciações, uns pagam menos, e os outros não pagam igual ao que era antes; eles pagam um pouquinho mais do que era antes para compensar aquilo que foi perdido.

Acredito que eram essas as minhas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar muito por alto aqui da economia digital, que eu acho só que não é bem o assunto, mas eu acho importante nós termos em mente que esse é o futuro.

A OCDE está muito voltada com o IVA na economia digital. E hoje a grande dificuldade está aí: como é que eu detecto um *upload* e um *download*? Como é que eu tributo isso? São coisas muito etéreas. Então, aquelas regrinhas que a gente tem para bens não funcionam. O IVA é um tributo antigo, mas ele está sendo repaginado para atender essa questão da economia digital. Então, eu acho que é algo de que a gente não pode abrir mão: de agora nós fazermos esse *upgrade* no Brasil. Os outros países já estão cobrando – já estão cobrando e arrecadando muito bem por conta da economia digital, que cresce exponencialmente a cada ano –, e o Brasil está um pouquinho parado nisso. Então, eu acho que a reforma tributária seria o momento de nós avançarmos – avançarmos nisso e avançarmos no IVA, avançarmos na CBS e no IBS, para que esses tributos também contemplem a economia digital.

Era isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Dr. João Hamilton, também reconhecendo o seu esforço, de quem, chegando do exterior, se predispôs a atender ao convite formulado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Eu passo agora à fase dos nossos integrantes inscritos, Sras. e Srs. Senadores: Senador Mourão, Senador Presidente Vanderlan... E aí o devido registro ao trabalho, porque também, paralelamente a esta Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos formou um grupo de trabalho para colaborar com esse debate, a fim de que tenhamos, no momento definitivo da apreciação derradeira, voto, tenhamos o propósito de um arejamento, clarividência em relação a todo esse tema, que é extremamente... não poderia ser, foi se acumulando durante as décadas nas quais nós não conseguimos fazer o que estamos a realizar neste momento, a reforma.

Então, quero saudar a presença do Senador Vanderlan como partícipe, na condição de Presidente da CAE, e o Senador Mauro, passo a palavra, fiquem à vontade para quaisquer questionamentos, a começar pelo Presidente Vanderlan, por gentileza.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - GO. Para interpelar.) – Presidente Veneziano, meus cumprimentos; quero cumprimentar o João, que faz parte da mesa, o João Hamilton, a Lina Santin, meus cumprimentos ao Emerson, ao Thomaz, e eu vi que teve outros aqui que já participaram, o nosso Senador Mourão, o Senador Mauro...

Senador Veneziano, nós temos realmente, como V. Exª disse, feito várias reuniões para debater a reforma tributária – e como nós, Senadores e Senadoras, temos aprendido! Como tem muito tempo que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos esse anseio de termos a reforma tributária, a simplificação dos tributos no nosso país, o que eu vejo é que não tem ninguém que é contra a reforma tributária.

E a experiência que nós estamos tendo, e não só na CAE, na CCai, CCJ, agora mesmo na CDR está se discutindo a reforma tributária na área do turismo, a CE tem discutido, a CCT, ciência e tecnologia, está se discutindo também em audiências públicas. Então, nós temos aprendido muito e entendido melhor os setores.

São vários os setores que já estiveram participando ali na Comissão de Assuntos Econômicos. Hoje, aqui mesmo, está uma concorrência, muitas Comissões funcionando, então os Senadores ficam de um lado para o outro. Eu mesmo vim aqui mais cedo cumprimentar, voltei para presidir a CAE, hoje é deliberativa, amanhã é nossa audiência pública, em que estaremos ouvindo nove, todos querem trazer a sua mensagem, o seu ponto de vista sobre a reforma tributária, que é muito ampla.

Então, eu quero aqui parabenizar a todos vocês que têm contribuído conosco aqui na CCJ e em outras Comissões, que vocês, porventura, tenham ido também. O que vocês falaram aqui, embora às vezes nós, os Senadores, não estejamos aqui, mas tudo é gravado, e todos nós estamos pegando o que vocês estão falando. Eu mesmo, há uma assessora nossa, que está aqui desde cedo, anotando tudo que foi falado e está levando para nós. E o momento agora é de fazermos conta, analisarmos os números de cada setor.

Tem setor que, às vezes, Veneziano, a gente recebe, como veio nesses dias, o setor de saneamento. Foi a primeira vez que, pelo menos é o que eu ouvi falar, o setor de saneamento, quem tem concessão, as empresas municipais, porque são muitos que têm saneamento municipal, e as estatais, nos nossos estados... Em Goiás, nós temos a Saneago, no Estado de Goiás. E vieram os três juntos, preocupados, dizendo: "Olha, nós fomos esquecidos na reforma tributária". É a preocupação do setor.

Fui me reunir com o setor elétrico, e com a mesma conversa: "Olha, esqueceram-se de nós na reforma tributária".

Então, o momento agora é de discussão, e é importante. O Senado Federal está fazendo muito bem esse trabalho, esse papel, como é uma Casa revisora, de melhorar, não é atropelar o que veio da Câmara, mas melhorar o texto, já que é consenso que todos nós queremos a reforma tributária. Eu sonho com isso há anos. Nós – eu sou empresário também – não aguentamos mais essa maneira de se cobrar imposto no nosso país: cada estado tem o seu código tributário e cada estado também tem suas pegadinhas tributárias, que é difícil de estar acompanhando.

Então, quero parabenizar a nossa Comissão, a CCJ, e V. Exa. pela condução e agradecer a todos vocês que estão aqui a uma hora dessa, participando e falando do conhecimento que V. Exas têm. Obrigado.

Eu não tenho pergunta nenhuma, até porque eu não participei, mas tenho algumas coisas já anotadas aqui do que V. Exas. falaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Gratíssimo, querido Presidente Vanderlan.

Senador Mauro – V. Exa. sinaliza que deseja participar –, por obséquio.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Senador Presidente Veneziano, é um prazer muito grande estar aqui na CCJ hoje. Eu também estava lá na CAE, estava relatando um projeto do Senador Jayme Campos e aí, em função da incompatibilidade dos horários, não consegui participar de toda a audiência pública hoje, tão importante. Gostaria de ter visto a fala do meu amigo economista Paulo Rabello de Castro, mas foi justamente na hora em que eu estava relatando, e também gostaria de ter um pouco mais de experiência com relação à Zona Franca de Manaus, mas já pedi para a minha assessoria que eu quero ouvir a sua fala aqui hoje, com a sua apresentação. Tentei abrir a apresentação aqui, mas, infelizmente, não consegui.

Mas realmente é isto que o Senador Vanderlan comentou aqui: está sendo um aprendizado muito grande para todos nós, uma experiência muito grande, ouvindo realmente, que é o que o Senado tem feito, todos os segmentos da sociedade, dos mais pobres aos mais favorecidos. Então, todo segmento está tendo a oportunidade de vir ao Senado e colocar realmente as suas expectativas, as suas reivindicações, as suas sugestões com relação à PEC, e a maioria dos segmentos acabam, logicamente, sempre colocando aqui que gostaria de uma alíquota diferenciada no imposto seletivo. Todo mundo quer pagar menos imposto. E nós sabemos perfeitamente que não é possível a gente caminhar dessa forma aqui dentro do Senado Federal.

Mas a minha preocupação é justamente o que o Senador Vanderlan Cardoso colocou aqui: várias Comissões estão ouvindo vários segmentos da sociedade, e é extremamente importante o Relator Eduardo Braga realmente ter acesso a todos esses relatórios para ter a sensibilidade, junto com a sua equipe, de analisar realmente todos os nossos setores produtivos.

Nós temos mais – está chegando, acho que já ultrapassou – de 200 emendas nesta PEC. Só para avaliar essas 200 emendas, Senador Mourão, acho que leva alguns dias aí para realmente entender o impacto dessas emendas dentro da PEC. Então, esse prazo que foi dado para o dia 4 de outubro... e a expectativa de o Senador Eduardo Braga entregar o relatório dois dias antes, eu acho que ela fica um pouco comprometida, porque nós temos vários segmentos ainda para serem ouvidos aqui, dentro do Senado.

E eu tenho, da mesma forma que eu respeito muito a Zona Franca de Manaus... E aqui também foi colocado por alguns sobre o art. 19. Eu faço parte do Mato Grosso. E a gente tem construído aqui dentro do Senado um texto para esse art. 19, colocando a data limite do dia 30 de abril e tirando qualquer possibilidade de ampliação dos fundos, ou seja, se manter como está hoje, porque da mesma forma que a sobrevivência do Amazonas depende da Zona Franca de Manaus, o Mato Grosso também depende do seu fundo, que é o Fethab.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje mais de 20 mil quilômetros de asfalto para serem feitos no estado. O Governador Mauro Mendes dobrou a malha viária dele... vai dobrar a malha viária dele em quatro anos de gestão. Agora, se a gente quer produtos competitivos lá fora, nós temos que proporcionar logística no estado. Agora, como é que eu vou pagar essa conta? Se a gente quiser fazer esses 20 mil quilômetros, nós estamos falando de R$76 bilhões.

Então, os fundos constituídos hoje, que no caso são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará, eles também são essenciais para esses estados. E lembrando que o fundo, no caso de Mato Grosso, é optativo, é opcional. Se ele não quiser pagar o fundo, ele paga o ICMS. E, se ele for pagar o ICMS, mesmo na transição, é muito, mas muito superior ao que ele paga no fundo, sem burocracia nenhuma, sem fiscalização, numa contabilidade extremamente fácil de ser implantada.

Então, não é simplesmente "vamos acabar com o art. 19?"; "Vamos acabar". A partir de janeiro, esses estados passarão a cobrar o ICMS, até 2032. Esses dez anos de pagamento do ICMS são muito superiores, algumas vezes superiores, do que esses fundos que são contemplados no art. 19. Concordo que o texto aprovado na Câmara não foi um texto, realmente... ali dá várias interpretações. Mas, com ajuste do texto agora no Senado, colocando a data do dia 30 de abril e tirando a possibilidade de ampliação desses fundos, ou seja, os Governadores não poderão aumentar a sua alíquota, ou fazer coisa parecida. E, no caso de Mato Grosso, 100% da arrecadação desse fundo é para infraestrutura, 80% e 20%, habitação.

Então, eu respeito a Zona Franca de Manaus, a manutenção da Zona Franca de Manaus, que realmente é extremamente importante para o Estado do Amazonas, mas também é muito importante esse fundo para esses quatro estados, que foi colocado no texto, que era o art. 20, agora virou o art. 19, também na continuidade dele no Senado Federal.

Então, faço aqui a minha defesa. Agradeço aí a presença de todos aqui que estiveram presentes, e realmente está sendo muito importante para que a gente amplie o nosso conhecimento e faça uma reforma tributária, aprove uma reforma tributária.

O Senado Federal tem a responsabilidade de deixar esse legado para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, estimado Senador Mauro Cavalho Junior, pela sua participação.

Senador Mourão, por gentileza.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente Veneziano Vital do Rêgo, Senador Vanderlan, Senador Mauro, senhoras e senhores expositores, apenas alguns comentários, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, quando a gente ouve todos os segmentos que aqui comparecem, mais do que nunca, aquele ditado famoso "em casa em que falta pão, todos brigam e ninguém tem razão" é verdadeiro, porque todo mundo quer manter alguma coisa e não quer perder. E, para fazer uma reforma, a gente vai ter que organizar muito bem o texto que veio da Câmara para poder, mantendo a neutralidade, atender aos interesses mais diversos que existem.

Eu cumprimento especialmente o Thomas Nogueira pela excelente exposição que fez sobre a Zona Franca de Manaus. Só quem viveu na Amazônia, especificamente no Amazonas, que tem raízes no Amazonas e que conhece a cidade de Manaus desde os anos 60... A tudo aquilo que o senhor mostrou na evolução eu assisti desde a minha adolescência até agora. Ver Manaus sair de uma cidadezinha que era confinada lá na ponta do rio, terminava ali no Boulevard Álvaro Maia – tanto que o cemitério hoje fica no meio da cidade –, e ver a pujança que passou a ter a partir da Zona Franca...

A questão da educação, muito séria.

O meu xará, Hamilton, colocou dois aspectos que eu considero importantíssimos e falou em algo que nós já vínhamos discutindo aqui nesta Casa, que é a revisão das isenções periodicamente. É um projeto que transita aqui dentro. Hoje nós temos 450 bilhões de isenção tributária por ano. E é muito claro: se eu concedo isenção para alguém, ele tem que me dar um retorno. Ou ele me dá um retorno, porque ele é intensivo em mão de obra e gera emprego e renda, ou ele me dá um retorno que é intensivo em pesquisa, desenvolvimento, ciência, tecnologia. Se ele não está dando mais esse retorno, me dê meu dinheiro de volta, porque eu vou aplicá-lo em outro lugar.

Outro aspecto que nós temos que tocar aqui e discutir muito é a tributação da economia digital e as *big techs*. Isso não está sendo discutido, e hoje é uma grande fonte de receita.

Cumprimento, então, mais uma vez, a todos e o nosso Senador Veneziano Vital do Rêgo pela condução dos trabalhos desta manhã.

Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado ao nosso distinto companheiro recém-chegado, mas que, com muita facilidade e tratabilidade, conquistou-nos a todos pela forma sempre equilibrada, tratável mesmo.

Eu pergunto aos senhores expositores se desejam falar a respeito dos comentários feitos pelos nossos companheiros; caso contrário...

O SR. THOMAZ NOGUEIRA (*Fora do microfone*.) – Se eu puder, por dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, o Dr. Thomas Nogueira pede a palavra para que, em seguida, encerremos a presente audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. THOMAZ NOGUEIRA (Para expor.) – Eu só queria aproveitar para, Senador Mauro, colocar que eu não vejo – e aí eu estou falando no nome pessoal, como brasileiro que trabalha com esse tema – qualquer nível de excludência entre as duas propostas; ao contrário, eu me manifestei ao Deputado Aguinaldo no sentido de que nós tributássemos, Senador, o bem semielaborado, especialmente – especialmente – o semielaborado não renovável.

Veja, o que é que nós estamos fazendo? Vou pegar o exemplo aí do minério de ferro. Como nós exportamos minério de ferro e no *book* está escrito que você, pelo destino, não tributa exportação, o que é que acontece? Vem a empresa, leva todo o minério e nós compramos, da Índia e da China – isso não é um discurso fácil, mas é verdadeiro –, aquele minério elaborado, o aço da Índia e da China, pagando imposto – pagando imposto! Com o que ficamos para nós? Ficamos com o dano ambiental ou o impacto ambiental dessa atividade, mas fica zero de imposto para aquele estado, para aquela situação.

Então, o relatório da 110, do Senador Roberto Rocha, já trazia isso. E eu entendo que é algo que se poderia colocar na agenda para essa discussão, porque não faz sentido. Nós dominarmos o mercado de muitos semielaborados, e entendo esse trabalho.

Então, eu só fiquei preocupado porque em nenhum momento, na nossa fala ficou excludente qualquer outra solução dos estados brasileiros. Eu ficaria honradíssimo se o senhor dedicasse uma parte do seu tempo, que eu sei que é precioso, para dar uma olhada na exposição que nós aqui fizemos.

Agradeço muitíssimo a todos, especialmente a paciência do Senador Veneziano pelo tempo que nós tivemos, mas eu creio que é importante fazer a exposição, dar a conhecer, porque, repito, não é apenas importante para o Amazonas. Acreditem, isso faz parte e uma diferença para a economia brasileira.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois não, Dra. Profa. Lina Santin.

A SRA. LINA SANTIN (Para expor.) – Sobre a colocação que foi falada pelo Senador Hamilton Mourão. O Dr. João Hamilton e eu estivemos na Câmara dos Deputados para tratar especificamente sobre o IVA e a economia digital, então nos colocamos aqui à disposição da Casa para retornarmos e trazermos esse assunto também.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Quer fazer alguma consideração final?

O SR. JOÃO HAMILTON RECH (Para expor.) – Somente agradecer o convite e pedir que venham outros convites para a Receita, porque a Receita tem que participar desse processo da reforma tributária. Nós temos a Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, do Secretário Bernard Appy, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretaria nova, específica para isso, com uma estrutura pequena. A Receita tem a experiência, a *expertise* de muitos anos, não é?

Então, eu peço encarecidamente que continuem chamando a Receita – não especificamente eu; nós temos outros colegas também que podem ser chamados –, porque eu acho importante a contribuição da Receita, para mostrar os aspectos do que se pretende com essa reforma tributária, do que existe hoje, o que existe de ruim, o que não deu certo, para ajudar esta Casa a fazer algo melhor.

Se nós vamos sair de um projeto de um sistema ruim para outro sistema ruim, é melhor não mexer nada, não é? Mas eu acho que, quanto mais tivermos contribuições aqui, chegaremos a um bom final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Dr. João.

Dr. Emerson, V. Sa.

O SR. EMERSON CASALI (Para expor.) – Eu queria fazer uma última consideração aqui, muito em função das discussões que estão muito colocadas no Senado, e tem a ver com as exceções. Eu me permito aqui discordar um pouquinho do Dr. João Hamilton.

Eu acho que, quando você tem alguma exceção que faz sentido a uma política pública e você tem que aumentar um pouquinho a alíquota do restante, toda a sociedade vai pagar um pouquinho mais na gravata, toda a sociedade vai pagar um pouquinho mais no copo, mas toda a sociedade vai pagar um pouquinho menos na educação e vai gerar todos esses ganhos de que a gente está falando: vai pagar um pouquinho menos na academia e vai gerar todo o ganho lá na no sistema de saúde, vai pagar um pouquinho menos no medicamento.

Então, eu acho que é uma escolha pública. Eu vou deixar de reduzir menos a tributação da gravata, que hoje, calculando por fora, dá uns quarenta e tantos por cento; eu não vou reduzi-la para 24%, 23%, vou reduzi-la para 25,1%, mas eu vou preservar a parte dessas escolhas de políticas públicas que estão sendo feitas, e eu acho que muito bem-feitas, e, como disse nosso Presidente Vanderlan, ouvindo bem. E aí o Senado vai depurando o que faz sentido ou não faz sentido.

E eu queria parabenizar o senhor pela condução do trabalho, queria parabenizar todos pelas exposições e pela atenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Dr. Emerson.

Nós vamos chegando, assim, ao final da sexta audiência prevista. Ainda teremos a audiência pública tratando sobre as impressões pelas autoridades estaduais, pelas autoridades municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, em mãos aqui o plano de trabalho apresentado, prevendo, para o dia 4 de outubro, a entrega do relatório.

Há as mãos de uma pessoa que, sabidamente, tem experiência, dotado de uma vivência como ex-Governador, experimentado, integrante das Casas legislativas. Não podemos descrer. A impressão ou o convencimento que todos nós temos é que é essa a oportunidade, e, por ser essa a oportunidade, não devemos estar premidos por ter que entregar por entregar. Temos que entregar o melhor trabalho. Não teremos, longe de nós, Dr. João, a capacidade, porque seria impressionantemente indizível, estarrecedor, fazer pior do que a realidade atual. Isso aí, com certeza, nós não faremos – nós não faremos.

Mas a parte... A Câmara já produziu um trabalho que é merecedor do nosso reconhecimento, mas também é de reconhecimento público, que muitos pontos precisam ser mais bem debatidos para que seja, ao final, mais bem apresentado à sociedade brasileira. E é exatamente fruto dessa compreensão que praticamente todas as Comissões temáticas têm se esmerado, como bem salientou uma das mais importantes, que é a Comissão de Assuntos Econômicos, de tratar de ouvir V. Sas. Não sabem, não aquilatam o quanto têm produzido, para este Colegiado, de informações que, muitas das vezes, não são conhecidas nossas, porque, afinal de contas, requer uma acurácia e um aprofundamento que as especificidades das nossas atividades não nos permitem. E aí não é demérito de nenhum destes e destas integrantes desse Colegiado assim dizerem, assim se apresentarem. Não nos diminui o fato de não conhecer em detalhes aquilo que foi exposto pelo Dr. Thomaz, não nos diminui em nada o fato de também não conhecermos as particularidades trazidas pelo Dr. Emerson, pela senhora, Dra. Lina, e pelo João.

Eu acho que esse trabalho que está sendo feito, está sempre aqui renovando e reiterando a completa confiança naquilo que será apresentado pelo Senador Eduardo Braga, para que nos possibilite a uma deliberação da melhor forma possível. Passadas quase quatro décadas de expectativas, hoje nós nos reunimos, identificando que todos os entes da nossa República desejam tê-la... Muitas das vezes, não tínhamos isso, em especial quando se falava, o Governo central tinha verdadeiro ojeriza na perspectiva de perder parte do que a generosidade do sistema lhe permitir. Hoje não: você tem um Governo Federal desejoso, os governos estaduais – com as suas ressalvas –, os governos municipais – com as suas reconhecidas ressalvas –, e, em especial, o contribuinte, que é, na ponta, quem mais paga e paga de forma mais injusta.

Pois bem: em nome do Senador Eduardo Braga, nós queremos agradecer a atenção dispensada, desejar sucesso na sua exposição, Dra. Lina, amanhã, em Manaus, tratando sobre a matéria, Dr. Emerson, Dr. João – que, de certo, não aparenta fisionomicamente, mas deve estar cansado, porque chega de viagem do exterior e já se permite colaborar conosco e atender –, Dr. Thomaz e nossos dois companheiros, ao Prof. Dr. Paulo Rabello, que foi o primeiro expositor que remotamente participou e nos garantiu uma exposição, pontos que devem ser observados, ou seja, período de transição – será que a proposta que nós estamos a tratar não é muito elástica, será que poderíamos diminuir? Enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Dra. Lina está dizendo que esse tempo está bom.

E ao nosso querido também expositor Dr. Nelson Mussolini.

Senhoras e senhores, nós agradecemos a atenção de todos e encerramos esta audiência pública.

Boa tarde a todos e a todas.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Giordano, Alan Rick, Marcelo Castro, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Mauro Carvalho Junior, Otto Alencar, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Zenaide Maia, Paulo Paim, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda do Senador não membro da Comissão Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Omar Aziz, Angelo Coronel, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 26ª e 28ª Reuniões Extraordinárias e da Ata da 27ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2903, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 11 a 49. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário às Emendas, com 16 votos SIM e 10 votos NÃO. **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. Votam vencidas as Senadoras Zenaide Maia, Augusta Brito e Eliziane Gama. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2721, de 2023 - Ementa do Projeto:** "Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta." **Autoria do Projeto:** Câmara dos Deputados. **Relatoria da(s) Emenda(s):** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3453, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas n°s 1 a 7. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 8, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Lasier Martins

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 31, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta § 8º ao art. 218 da Constituição Federal, estabelecendo o incremento gradual do montante aplicado em ciência, tecnologia e inovação até, no mínimo, 2,5% do produto interno bruto." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Romário (PL/RJ), Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3535, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 5384, de 2020 - Não Terminativo** - que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1054, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 1713, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever prazo maior em representação criminal em contexto de violência doméstica." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 430, de 2018 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3954, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos da subemenda que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3; e pela aprovação da Emenda nº 4, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 31, de 2023,** que: "Requer urgência para o PL 2903/2023". **Autoria:** Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 26ª e 28ª Reuniões, Extraordinárias, e também da Ata da 27ª Reunião, Ordinária.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 13.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2903, DE 2023

- Não terminativo -

Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Autoria: Deputado Federal Homero Pereira, PL-MT.

Relatoria: Senador Marcos Rogério, Vice-Presidente da CCJ, PL.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: - *A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Foram recebidas as Emendas nºs 11 a 16, de autoria da Senadora Augusta Brito; Emendas nº 17 e 49, de autoria do Senador Carlos Viana; Emendas nºs 18 a 32, de autoria do Senador Fabiano Contarato; Emendas nºs 33 a 45 de autoria do Senador Alessandro Vieira; e as Emendas nºs 46 a 48 de autoria do Senador Humberto Costa (todas dependendo de relatório);

- Em 20/09/2023 a Comissão rejeitou os Requerimentos n° 29-2023-CCJ e n° 30, de 2023-CCJ, de autoria do Senador Alessandro Vieira e da Senadora Augusta Brito, respectivamente, de Audiência Pública para a matéria;

- Em 20/09/2023 a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais;

- Em 27/09/2023, foi recebido Voto em Separado, do Senador Alessandro Vieira, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 33 (Substitutiva), e contrário às demais emendas;

- Em 27/09/2023, foi recebido Voto em Separado, do Senador Fabiano Contarato, contrário ao Projeto, nos termos do art. 101, §1º do RISF.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério, Relator, para proferir o relatório sobre as emendas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, nobre Senador Davi Alcolumbre, Sras. e Srs. Senadores, os que nos acompanham nesta sessão da CCJ, eu quero...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... iniciar a minha manifestação preliminarmente – Sr. Presidente, preliminarmente – fazendo um registro importante de que esse tema do marco temporal não é um tema do Governo ou da oposição; é um tema de interesse nacional, é um tema do Brasil. Portanto, nós temos posições que podem até divergir, mas há uma compreensão de que esse é um tema do Brasil. Não é um tema de base ou de oposição; é um tema de interesse nacional.

Passo à análise das emendas que foram apresentadas após o voto que lemos na semana passada.

Após a apresentação de meu relatório, foram apresentadas diversas emendas, que passo agora a relatar e analisar.

A Emenda nº 11, da Senadora Augusta Brito, altera o art. 11, para dispor que os atuais ocupantes de áreas em terras indígenas, se comprovada a boa-fé da ocupação e a existência de erro do Estado na titulação, têm direito a indenização, mas não à retenção, podendo haver desintrusão antes de pagar a indenização. Quase idênticas são a Emenda nº 28, do Senador Fabiano Contarato, e a Emenda nº 36, do Senador Alessandro Vieira. Todas, porém, devem ser rejeitadas, uma vez que terminam por enfraquecer a segurança jurídica, já que praticamente impossibilitam a quem possui título de posse ou propriedade emitido pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio poder público de dispor de meios para buscar a devida indenização por esse erro – algo que deriva do mandamento do art. 37, §6º, da Constituição Federal.

As Emendas nºs 12, da Senadora Augusta Brito, e 48, do Senador Humberto Costa, suprimem o art. 30, que autoriza o cultivo de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) em terras indígenas, e que devem ser rejeitadas; se é autorizado o cultivo de Organismos Geneticamente Modificados em qualquer lugar do Brasil, não permitir isso em relação às terras indígenas seria inclusive violador do princípio da igualdade.

A Emenda nº 13, da Senadora Augusta Brito, modifica o art. 28, para permitir o excepcional contato com povos isolados apenas para prestar auxílio médico em caso de risco iminente; em sentido semelhante é a Emenda nº 30, do Senador Fabiano Contarato, que suprime os §§1º e 2º do art. 28, os quais tratam da intermediação da Funai para o contato com povos indígenas isolados. Ambas devem ser rejeitadas, dado que não se pode excluir a necessidade de contato com povos isolados inclusive por motivos de relevante interesse nacional (guerra externa, ou necessidade inadiável, por exemplo), e a intermediação da Funai mostra-se, nesse caso, indispensável.

A Emenda nº 14, da Senadora Augusta Brito, suprime o art. 31, que visa a alterar a Lei de Desapropriação para prever a possibilidade de se expropriarem terras necessárias à reprodução cultural dos indígenas, e também precisa ser rejeitada, inclusive porque parece ter confundido as terras tradicionalmente ocupadas (reguladas nos arts. 5º a 15 do projeto de lei) com as reservadas (arts. 16 e 17). As primeiras são aquelas sobre as quais incide a posse originária e permanente das comunidades indígenas; as segundas, as que são adquiridas pela União – inclusive mediante desapropriação – para a ampliação das áreas ocupadas pelos indígenas. A alteração na Lei de Desapropriação diz respeito à ampliação das terras reservadas, não das tradicionalmente ocupadas.

A Emenda nº 15, da Senadora Augusta Brito, suprime os arts. 4º, 31 e 32 e possui o mesmo sentido das Emendas nºs 26, do Senador Fabiano Contarato, e 44, do Senador Alessandro Vieira, para excluir quaisquer referências ao marco temporal da ocupação em 5 de outubro de 1988, o que vai contra a própria essência da proposição e contra a interpretação constitucional do Supremo Tribunal Federal na citada Petição nº 3.388/RR, que já mencionamos.

Emenda nº 16, da Senadora Augusta Brito, que suprime o art. 26, que trata da possibilidade de cooperação entre índios e não índios; assim como a Emenda nº 17, do Senador Carlos Viana (que exclui também o art. 27, o qual aborda o turismo em terras indígenas), precisam ser rejeitadas. O turismo em terras indígenas vem sendo defendido até mesmo pela doutrina especializada em direito indígena; e, quanto ao art. 26, é preciso assegurar a liberdade das comunidades indígenas para explorar, inclusive economicamente, sua produção. Pelas mesmas razões, também devem ser rejeitadas as Emendas nºs 20, do Senador Fabiano Contarato, e 47, do Senador Humberto Costa, que alteram o art. 26, para permitir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colaboração com não indígenas apenas com o registro e fiscalização da Funai, e para atividades sustentáveis.

Emendas nºs 18 e 19, do Senador Fabiano Contarato, respectivamente: suprime o art. 20, que trata do conflito entre posse indígena e interesses da soberania nacional, bem como admite a realização de obras estratégicas de serviços públicos em terras indígenas; e altera o mesmo dispositivo, para permitir a relativização do usufruto exclusivo das terras indígenas apenas em casos de estado de sítio, ou com consulta prévia às comunidades, e com parecer vinculante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (CCR). Além de serem incompatíveis entre si, as emendas devem ser rejeitadas. Não se pode sobrepor o interesse das comunidades indígenas à soberania nacional, nem se pode atribuir efeito vinculante ao parecer de um órgão interno do Ministério Público Federal. Aliás, a alteração das atribuições da 6ª Câmara exigiria lei complementar de iniciativa do PGR ou do Presidente da República, à luz do que dispõe o art. 61, §1º, inciso II, alínea "d", da Constituição Federal, combinado com o art. 128, §5º.

Emenda nº 21, do Senador Fabiano Contarato, modifica o art. 27, para condicionar o turismo em terras indígenas à aprovação dos Planos de Visitação pela Funai – e deve ser rejeitada, uma vez que não se pode condicionar a liberdade de exploração das terras indígenas à aprovação da Funai.

As Emendas nºs 22, 23 e 24, todas do Senador Fabiano Contarato, são incompatíveis entre si. Buscam, respectivamente: alterar o art. 23, para exigir, nas terras indígenas sobrepostas a unidades de conservação ambiental, a obediência a Planos de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas, bem como condicionar o trânsito de visitantes e pesquisadores não indígenas à autorização dos indígenas (mesmo conteúdo da Emenda nº 38, do Senador Alessandro Vieira); alterar o mesmo dispositivo, para submeter à gestão exclusiva das comunidades indígenas as terras indígenas sobrepostas a unidades de conservação, inclusive quanto ao trânsito de pesquisadores não indígenas; e suprimi-lo. Não se pode deixar sem regulamentação a sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação; também não faz sentido condicionar totalmente até a entrada de pesquisadores à autorização das comunidades indígenas, motivos pelos quais essas emendas devem ser rejeitadas.

Emenda nº 25, do Senador Fabiano Contarato, suprime o art. 9º, que trata da permanência de não indígenas enquanto não concluído o processo demarcatório, bem como da indenização pelas benfeitorias de boa-fé; no mesmo sentido é a Emenda nº 35, do Senador Alessandro Vieira. Devem ser rejeitadas, sob pena de se deixar sem regramento algum a situação fática de pessoas que atualmente ocupam terras que depois vêm a ser reconhecidas como indígenas. No mesmo sentido, deve ser rejeitada a Emenda nº 27, do mesmo autor, que suprime o art. 11, relativo à indenização por erro do Estado de quem recebeu título de posse ou propriedade incidente sobre área posteriormente reconhecida como terra indígena – deixando também no vácuo legal essa situação tão frequente quanto grave.

Emenda nº 29, do Senador Fabiano Contarato, suprime o art. 22, que trata da instalação em terras indígenas de equipamentos, de redes de comunicação, de estradas e de vias de transporte. Não se pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar sem regulação esse tema, sob pena de se impedir em absoluto a realização de qualquer obra de interesse nacional nessas regiões, pelo que a emenda deve ser rejeitada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Emendas nºs 31, do Senador Fabiano Contarato; 37, do Senador Alessandro Vieira; e 49, do Senador Carlos Viana, suprimem o §4º do art. 16, que trata da retomada pela União de terras indígenas reservadas, em caso de descaracterização das ocupações como indígenas. Merecem também a rejeição, uma vez que se trata, aqui, das terras reservadas, adquiridas pela União, e não das tradicionalmente ocupadas, e que podem, portanto, sofrer redestinação.

Emendas nºs 32, do Senador Fabiano Contarato, e 39, do Senador Alessandro Vieira, suprimem o art. 13, que veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Devem ser rejeitadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... inclusive por gerar insegurança jurídica, bem como por contrariar a decisão do STF no caso Raposa Serra do Sol.

Emenda nº 33, do Senador Alessandro Vieira, tem natureza substitutiva, e, em suma, aglutina o conteúdo das emendas nºs 11, 12, 13, 15, 16, 18, 22, 25, 31 e 32. Como já opinamos pela rejeição de todas essas emendas, por coerência, opinamos também pela rejeição do substitutivo.

Emenda nº 34, do Senador Alessandro Vieira, visa a alterar o art. 15, para deixar claro que as novas regras instituídas pela lei não serão aplicáveis aos processos em andamento e aos já finalizados. A emenda, segundo pensamos, é desnecessária; a aplicação a processos já concluídos seria mesmo impossível, pois vedada pelo art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal. Sua incidência aos processos em andamento, porém, é típica das leis de natureza processual, conforme já reconhecido pelo STJ. Por isso, opinamos pela sua rejeição. Pelo mesmo motivo, deve ser rejeitada a Emenda nº 42, do mesmo Senador, que pretende modificar o art. 14, nos mesmos termos do que a Emenda nº 34 pretende fazer quanto ao art. 15.

Emenda nº 40, do Senador Alessandro Vieira, visa a alterar o art. 22, para condicionar a instalação de obras de infraestrutura e equipamentos públicos à consulta às comunidades indígenas – sentido idêntico ao da Emenda nº 46, do Senador Humberto Costa. Devem ser rejeitadas pelos mesmos motivos já aventados anteriormente, inclusive porque o exercício das funções de soberania nacional e de interesse público podem ser exercidas pela União nos bens de sua propriedade, independentemente de concordância das comunidades indígenas. Pela mesma razão, merece rejeição a Emenda nº 41, do Senador Alessandro Vieira, que pretende modificar o parágrafo único do art. 20, submetendo o exercício da função pública à concordância das comunidades indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 43, do Senador Alessandro Vieira, pretende alterar o §1º do art. 4º, para substituir os critérios objetivos para a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pela mera exigência de laudo antropológico. Opinamos por sua rejeição, já que a exclusão dos critérios objetivos ocasionaria insegurança jurídica e falta de previsibilidade.

Emenda nº 45, do Senador Alessandro Vieira, pretende modificar o art. 4º, para considerar como tradicionalmente ocupadas pelos índios as que preencham qualquer dos quatro critérios constitucionalmente estabelecidos. Ocorre que, como já citamos em nosso relatório, a doutrina mais abalizada interpreta o art. 231 da Constituição Federal justamente no sentido do texto atual do projeto de lei, o que justifica a rejeição da emenda.

Sr. Presidente, essas são as emendas que foram apresentadas ao projeto de lei até o presente momento, de sorte que estou me manifestando objetivamente sobre todas elas, com o maior respeito aos seus signatários, aos seus autores, mas opinando claramente pela sua rejeição.

O voto, portanto.

Diante do exposto, voto pela rejeição das Emendas nºs 11 a 49.

É o voto, Sr. Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria fazer, na verdade, um apelo ao senhor. O senhor é o Presidente desta Comissão, muito democrata, uma pessoa muito elegante. E eu tenho plena convicção de que V. Exa. poderá, na verdade, se reposicionar em relação a uma decisão tomada.

A imprensa toda, Presidente, está aqui do lado de fora e, simplesmente, foi impedida de entrar nesta Comissão. Então, eu queria fazer um apelo a V. Exa. para que liberasse a entrada da imprensa brasileira. Aliás, o princípio da transparência é um dos elementos fundamentais desta Casa, inclusive do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Se a gente perceber, Senadora Eliziane... Eu reconheço a manifestação de V. Exa., mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eles ficam lá atrás, está bem livre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Foi feito um acordo, eles já estão revezando. A Secretaria da Mesa da Comissão já fez um acordo com a imprensa. Como são muitos veículos de comunicação, eles entenderam o motivo, porque nós não temos nem como acomodá-los aqui. Está lotado de assessores aqui do lado.

A gente pede... Todo mundo pede para resolver esse problema dos assessores. Toda reunião eu tenho que falar a mesma coisa, e eu tenho que tratá-los todos com muito respeito, porque eles estão todos aqui assessorando cada Senador e cada Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Secretaria da Mesa – só para eu concluir, em respeito e em resposta a V. Exa. – já está tratando com a imprensa lá fora. Eles fizeram um acordo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eles estão dizendo que não tem acordo, Presidente. Estou falando com alguns jornalistas, inclusive, aqui, porque, pelo que eu estou vendo, lá no fundo não tem jornalistas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aí é a versão e o fato. A versão e o fato. O fato...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas eu só quero saber se tem jornalista da imprensa lá atrás, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Secretário-Geral da Mesa está autorizado com a polícia...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Neste momento, tem algum jornalista ali atrás? De qual veículo?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Neste momento, nós temos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não tem nenhum, Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, pela ordem.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O revezamento é dos cinegrafistas e dos jornalistas?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem que decidir agora. Os jornalistas querem entrar ou querem entrar os cinegrafistas e os jornalistas? (*Pausa.*)

Os cinegrafistas estão fazendo o revezamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Prioridade para a presença dos interessados, especialmente os indígenas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, não, eu queria só saber...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Que estão aí.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não está sendo transmitida ao vivo na TV Senado?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Quais são os cinegrafistas? Eu queria só a informação, então...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Porque a informação que eu tenho é de que não tem nenhum cinegrafista lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem, a Secretaria-Geral da Mesa já fez um acordo e ela está autorizada a proceder ao acordo que ela construiu: procurar os jornalistas e fazer o acordo. Se ele mandar o cinegrafista, o jornalista não vai conseguir entrar. Então, tem que entrar o jornalista ou o cinegrafista.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Só me tire uma dúvida: está sendo transmitida ao vivo a sessão? Televisão?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não. O.k.

Então, está todo mundo satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador, para além da transmissão que é feita por essas câmeras do Senado, os jornalistas do Brasil inteiro acompanham todas as Comissões. Então, é absolutamente natural que eles estejam aqui presentes e façam as suas imagens. Eu acho que, se tem um acordo, ótimo. Mas é porque realmente eu perguntei e não tive nenhuma informação da presença, mas até onde eu sei não tem nenhum cinegrafista lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está aqui a Polícia Legislativa, o Dr. Gilvan está aqui e o Secretário Ednaldo está aqui. Estão autorizados, e o Vice-Presidente fez o acordo. Os jornalistas estão autorizados a fazer o revezamento na região, no fundo da Comissão. Infelizmente, o nosso plenário não é para 300 pessoas, senão nós colocaríamos todas as pessoas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, se tiver cinco jornalistas, está bom; não precisa de 300, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tudo bem. Eles vão fazer um revezamento de dois em dois, de três em três e vão organizar. Fique tranquila, porque já está feito o acordo.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o voto em separado de V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para voto em separado.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Uma especial saudação ao Sr. Relator, Senador Marcos Rogério.

Faço, preliminarmente, Sr. Presidente, um registro do óbvio. É preocupante que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado da República persista na intenção de legislar com entendimento contrário àquele consagrado com repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal. Parece não fazer sentido essa adoção, pelo menos na seara de um projeto de lei. Fosse numa proposta de emenda à Constituição, ainda faria sentido confrontar o entendimento consagrado com repercussão geral, repito, pelo Supremo Tribunal Federal, mas não é o caso.

Passo à leitura, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, (originariamente, PL nº 490, de 2007, na Casa de origem), dispõe sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas, sendo conhecido popularmente como projeto do marco temporal, por estabelecer que somente sejam reconhecidas como terras indígenas aquelas efetivamente ocupadas pelos povos originários no dia 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal vigente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto original da proposição foi apresentado pelo Deputado Homero Pereira sob a justificativa de buscar um equilíbrio que considerava ser mais justo entre os direitos dos indígenas e outros interesses, como exploração de recursos naturais e defesa nacional.

Em 30 maio de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou a matéria na forma de substitutivo que abrandou alguns de seus aspectos mais polêmicos – como era o caso da homologação da demarcação pelo Legislativo –, mas ainda contém pontos bastante controversos, tais como o próprio marco temporal, a possibilidade de anulação das demarcações que não tenham usado esse critério, a autorização para que não indígenas participem de atividades produtivas nas terras protegidas e a promoção do contato com grupos isolados.

A proposição chegou ao Senado Federal no dia 1º de junho de 2023, autuada como PL nº 2.903, de 2023. Foi despachada à CRA, onde foi aprovado o relatório da Senadora Soraya Thronicke, favorável à matéria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Seguiu, então, para análise não terminativa por esta Comissão de Constituição e Justiça, na qual o Senador Marcos Rogério apresentou relatório pela aprovação, ao qual foi dado vista coletiva no dia 20 de setembro de 2023.

Neste Colegiado, foram apresentadas 39 emendas até o dia 20 de setembro. Outras 10 haviam sido apresentadas perante a CRA, que as rejeitou.

Passo à análise, Sr. Presidente.

O art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CCJ para examinar matérias legislativas sob a perspectiva de sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Já o inciso II do mesmo artigo prevê que este Colegiado examine o mérito de matérias de competência da União, com a expressa ressalva das atribuições das demais Comissões.

A começar pela regimentalidade, é pertinente mencionar que a proposição não foi encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que têm competência para examinar matérias pertinentes aos povos indígenas e à garantia e promoção dos direitos humanos, conforme disposto nos arts. 100, inciso I, e 102-E, inciso III, do Regimento Interno desta Casa, respectivamente.

Note-se ainda que a Comissão de Meio Ambiente não foi ouvida, apesar da relevância das terras indígenas para a preservação da biodiversidade brasileira e do conhecimento tradicional a ela associado...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... que é um patrimônio economicamente relevante e legalmente reconhecido de nosso país, além de ser fundamental para o enfrentamento da crise climática, que ameaça não só nossa agricultura, como também nossa sobrevivência.

Registre-se que os Requerimentos nºs 549, 563 e 744, de 2023, pedem encaminhamento da proposição à CDH; os Requerimentos 561 e 564 pedem que seja analisada pela CAS; os Requerimentos 548, 554, 562 e 566 solicitam encaminhamento à CMA. Reconhecendo a pertinência da análise especializada sobre o mérito, encaminhamos a proposição à Presidência do Senado Federal com orientação fundamentada, no sentido de que seja remetida também a esses Colegiados, para que se manifestem.

Feita essa ressalva à regimentalidade claramente infringida na tramitação desse PL, passamos a examinar o PL, eminentemente sob os prismas da constitucionalidade e da juridicidade, limitando-nos, quanto aos demais aspectos de mérito, ao que entendemos ser diretamente relacionado ao que dispõe a nossa Constituição Federal.

O tema principal da proposição é o marco temporal. Para transformar essa tese em lei, o art. 4º do PL 2.903 repete alguns dos requisitos previstos no art. 231 da Constituição para o reconhecimento de terras indígenas, mas acrescenta a eles a exigência de que fossem ocupadas por esses povos na data da promulgação da Constituição, ou seja, 5 de outubro de 1988. Os §§2º e 3º desse art. 4º determinam que a ausência física de indígenas na área por eles pretendida descaracteriza a ocupação tradicional, salvo na hipótese de renitente esbulho, comprovado por fatos ou por controvérsia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... judicializada que comprovem o conflito possessório.

Ainda com relação ao marco temporal, o art. 32 da proposição em análise prevê que o poder público atue para garantir a posse permanente dos povos e comunidades indígenas somente sobre as terras por eles ocupadas em 5 de outubro de 1988.

Nitidamente, esses dispositivos pretendem limitar, por lei ordinária, o sentido e a amplitude do que determina a Constituição, o que já seria uma aberração jurídica; mas é necessário que nos detenhamos apenas um pouco mais sobre o tema do marco temporal para evidenciar a sua inconstitucionalidade. E repito, Sr. Presidente, inconstitucionalidade que foi reconhecida por 9 a 2 pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão ampla.

A primeira premissa do marco temporal é a de que a Constituição criou direitos em favor dos indígenas, anulando justos títulos preexistentes sobre suas terras. Há, aqui, uma nítida inversão. Os direitos dos indígenas são originários, isto é, precediam qualquer titulação sobre suas terras. Os títulos dados sobre o que já pertencia a outrem não são anulados, mas sim nulos de pleno direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Historicamente, esses direitos já eram reconhecidos, como direito natural, em cartas e alvarás régios, desde o século XVI. Nessa longa linha, o Diretório dos Índios, de 1755, reconhecia os povos originários como "primários e naturais senhores" de suas terras, proibindo que fosse perturbada a sua posse, inclusive a título de contrato, sob pena de expulsão dos esbulhadores, que perderiam a terra e as lavouras.

A precedência cronológica, lógica e jurídica dos direitos dos indígenas foi reconhecida no art. 129 da Constituição de 1934, no art. 154 da Constituição de 1937, no art. 216 da Constituição de 1946 e no art. 186 da Constituição de 1967.

Mais longe ainda foi o art. 198 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que acrescentou a esses direitos o caráter inalienável e declarou nulos e extintos os atos de qualquer natureza que tivessem por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas por indígenas, acrescentando que isso não dava aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União. Registre-se que não se falava em posse imemorial ou tradicional, bastando que os indígenas habitassem o local.

Com exemplar lucidez, a Constituição de 1988 foi tecnicamente mais precisa ao tratar desse tema. Reconheceu, e não criou, os direitos dos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, declarando nulos e extintos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse dessas terras.

O art. 231 reconhece direitos originários, ou seja, prévios a qualquer titulação. Sua abrangência é limitada às terras tradicionalmente ocupadas, segundo os critérios definidos no §1º do art. 231: que sejam habitadas pelos indígenas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

O art. 231 estabelece, objetivamente, uma ordem de precedência jurídica, critérios para identificação das terras indígenas conforme o modo de ocupação, mas não o tempo, e deveres da União na sua proteção. Nada, portanto, autoriza a presunção de que ele admite, e muito menos estabelece, de modo tácito, qualquer marco temporal. Vale observar que há marcos temporais expressamente previstos no inciso I do art. 20, no §3º do art. 239 e nos arts. 240 e 242 da Constituição. Dezenas de outros dispositivos do ADCT e de emendas fazem o mesmo. Entre todos esses dispositivos que tratam de condições "atuais" ou "existentes na data de promulgação desta Constituição", ou que remetem "à data de instalação da Assembleia Nacional Constituinte" e a outras datas claramente definidas, absolutamente nenhum faz referência aos indígenas e às suas terras.

Quanto à possibilidade de que a conjugação do verbo "ocupam", no tempo presente, possa ser entendida como marco temporal, preocupa-nos sua consequência lógica: todos os demais direitos previstos da mesma forma – direito à vida, à liberdade, à igualdade – somente seriam válidos para quem os detivesse em 5 de outubro de 1988, e não antes ou depois. Seria o auge do casuísmo aplicar essa pérola hermenêutica somente sobre os direitos de uma das minorias mais vulneráveis de nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Note-se, ainda, que a Constituição não trata de posse imemorial, que remete a tudo que, algum dia, tenha sido ocupado pelos indígenas. Essa ideia foi cogitada, mas abandonada pelos Constituintes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não há, portanto, que se temer a alarmista "tese de Copacabana", segundo a qual os indígenas poderiam retomar qualquer parte do país, até porque o Supremo Tribunal Federal já excluiu, na Súmula nº 650, de 2003, qualquer hipótese de reivindicação sobre aldeamentos extintos, ocupados apenas em passado remoto.

Quanto ao caso Raposa Serra do Sol, frequentemente mencionado como comprovação da constitucionalidade do marco temporal e referido inúmeras vezes pelo Relator, Senador Marcos Rogério, ao justificar a rejeição das emendas apresentadas, trata-se de um precedente jurisprudencial relevante, mas não de uma súmula ou de uma tese amplamente generalizável. O próprio Supremo Tribunal Federal rejeitou pedido de súmula nesse sentido e esclareceu, nos embargos de declaração na PET 3.388/RR, que a decisão naquele processo "não produz uma transformação da coisa julgada em ato normativo geral e abstrato, vinculante para outros eventuais processos que discutam matéria similar".

Mais recentemente... E peço a atenção, Sr. Presidente. Mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu atribuir repercussão geral ao julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, no qual o marco temporal foi arguido. Por 9 votos a 2, o marco temporal foi rejeitado. A redação final do acórdão ainda será discutida neste mesmo dia, para que sejam fixados os termos de enunciados secundários propostos pelos ministros, mas a tese principal já foi declarada incompatível com a Constituição.

Em síntese, Sr. Presidente, estamos votando um projeto de lei já previamente declarado pelo Supremo Tribunal Federal, por ampla maioria, como incompatível com a Constituição.

Nesse julgamento, o Relator, Ministro Fachin, salientou que a posse da terra é condição indispensável para a reprodução física e cultural dos povos indígenas, de modo que se trata de garantia fundamental. Acrescentamos à reflexão do Ministro a sua consequência lógica para o processo legislativo, de que, por força do disposto no art. 60, §4º, inciso IV da Constituição, não será admitida emenda – e, muito menos, projeto de lei ordinária – tendente a abolir direitos e garantias fundamentais. Seria, dessa forma, inútil qualquer tentativa de legalizar o marco temporal, sobretudo no âmbito desta CCJ.

Aos que defendem essa tese como sustentáculo da segurança jurídica, podemos afirmar que ela ampliaria a insegurança jurídica, ao dar sobrevida a pretensões declaradas nulas e extintas pelo §6º do art. 231, pois erodir a força do texto constitucional lança dúvidas sobre todo o ordenamento. Se centenas de terras já regularizadas, homologadas, demarcadas, declaradas ou sob estudo forem submetidas ao crivo do marco temporal, passarão a ser novamente contestadas, com previsível aumento da violência fundiária, ceifando vidas e eliminando culturas. Não é por outra razão que lideranças indígenas apelidam essa tese de "genocídio legislado".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, com relação à exigência de que esbulho seja renitente e comprovado mediante existência de ação judicial ou pretensão possessória na data de promulgação da Constituição, temos as seguintes considerações: seria insensato exigir controvérsia judicializada, já que os indígenas eram considerados civilmente incapazes e não detinham capacidade postulatória, até que o art. 232 da Constituição expressamente reconheceu esse direito em seu favor; além disso, não seria razoável exigir registro de conflito possessório, dada a desproporção de forças que costumamos ver entre os indígenas e os invasores de suas terras, sobretudo quando tinham, ou têm, o apoio de órgãos de segurança pública ou nacional.

Registre-se, ainda, que a Convenção 169 da OIT determina, no seu art. 6º, que os povos interessados sejam consultados sempre que forem previstas medidas administrativas ou legislativas que possam afetá-los diretamente. O mesmo artigo prevê que as consultas sejam realizadas em boa-fé, com o objetivo de chegar a um acordo e obter o consentimento acerca das propostas. A falta de diálogo com os povos diretamente interessados, exigido pela Convenção 169, mostra que a proposição tem um caráter fortemente unilateral, impositivo e antidemocrático, não havendo registro de qualquer ato que reflita a busca de consenso, sobretudo após a sua aprovação em regime de urgência, pela Câmara dos Deputados, ao cabo de 16 anos de tramitação, durante os quais foram emitidos pareceres contrários em comissões temáticas.

Passemos, agora, à análise dos demais dispositivos do PL 2.903.

O art. 5º, que prevê a participação obrigatória de estados e municípios na demarcação, bem como de todas as comunidades diretamente interessadas, não inova sobre o modelo atual. A legislação e os regulamentos vigentes já dispõem sobre essa participação, de modo mais detido e amplo, tornando injurídica a proposição, nesse aspecto.

O *caput* do art. 9º garante que ocupantes não-indígenas permaneçam na área até a conclusão do processo demarcatório, invertendo a lógica do §6º do art. 231 da Constituição, que declara nulos e extintos quaisquer atos e títulos incidentes sobre terras indígenas. É, portanto, dispositivo inconstitucional. Quanto ao mérito, estimula a perpetuação de conflitos fundiários, contribuindo para o aumento da violência e agravando a insegurança jurídica.

O art. 11...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, pode ficar à vontade. Eu tenho certeza de que V. Exa. conversa e presta atenção no mesmo instante.

O *caput* do art. 9º garante que ocupantes não-indígenas permaneçam na área até a conclusão do processo demarcatório, invertendo a lógica do §6º do art. 231 da Constituição, que declara nulos e extintos quaisquer atos e títulos incidentes sobre terras indígenas. É, portanto, dispositivo inconstitucional. Quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao mérito, repito, estimula a perpetuação de conflitos fundiários, contribuindo para o aumento da violência e agravando a insegurança jurídica.

O art. 11 prevê que o Estado indenize os detentores de títulos de propriedade ou de posse constituídos em boa-fé, cuja concessão pelo poder público possa ser documentalmente comprovada. Considerando o direito originário dos indígenas, a concessão desses títulos constitui erro do Estado, que é civilmente responsável, nos termos do art. 37, §6º da Constituição. Vemos mérito nesse dispositivo, que é ancorado na responsabilidade civil do Estado, mas há necessidade de conformá-lo aos limites que têm sido discutidos no Supremo Tribunal Federal. Não se pode opor essa pretensão ao direito originário dos indígenas, de modo que ela deve ser discutida em processo separado ao de demarcação, movido contra o ente público responsável, e sem qualquer tipo de direito de retenção da terra, obviamente.

O art. 13 da proposição veda a ampliação de terras indígenas já demarcadas. Novamente, o Supremo Tribunal Federal acaba de reconhecer a possibilidade de revisão de terra, desde que seja fundamentada em inobservância dos requisitos constitucionais, faltando definir, em acórdão, os prazos aplicáveis à decadência desse direito, tanto nos casos já decididos, quanto nos que ainda aguardam decisão.

O art. 14 impõe a aplicação do marco temporal aos processos demarcatórios que estejam em curso e o art. 15 declara nulas as demarcações em desacordo com os preceitos fixados na proposição. Eles ficam prejudicados pela rejeição do próprio marco temporal, repito, reconhecido como inconstitucional pela Suprema Corte.

O art. 16, §4º, autoriza a União a retomar terra indígena reservada, dando-lhe outra destinação de interesse público ou social, inclusive reforma agrária, caso considere que essas terras não sejam mais necessárias para a subsistência digna e a preservação da cultura indígena, em razão de alterações dos traços culturais da comunidade. Materialmente, esse dispositivo parte de uma concepção integracionista não recepcionada pela Constituição de 1988.

O art. 20 declara que "o usufruto dos indígenas não se sobrepõe ao interesse da política de defesa e soberania nacional", negando, dessa forma, possível situação de fato em que esses valores estejam sobrepostos, estando, ou não, em oposição. Cabe redação mais precisa, que assegure a atuação dos órgãos de segurança pública e de segurança nacional nas terras indígenas, sem violar os direitos constitucionais dos povos originários.

Não há, contudo, amparo constitucional à possibilidade de que a expansão da malha viária tenha precedência sobre os direitos constitucionais dos indígenas, independentemente de consulta, como prevê o parágrafo único desse artigo. Esse dispositivo contraria frontalmente o Artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT, principal instrumento de direito internacional para a proteção dos povos e comunidades tradicionais, que prevê o direito desses povos à consulta livre, prévia e informada, abro aspas, "mediante procedimentos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, toda vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetar-lhes diretamente", fecho aspas.

Pode-se dizer o mesmo sobre os dispositivos seguintes da proposição. O art. 21 assegura a atuação das Forças Armadas em terras indígenas independentemente de consulta, em qualquer hipótese, sem prever imperiosa necessidade, ameaça iminente ou presente, risco à segurança, emergência ou qualquer circunstância extraordinária que justifique a limitação do usufruto e da posse exclusiva prevista na Constituição. Já o art. 22 estabelece, também de modo incondicionado, que o poder público pode instalar equipamentos públicos diversos nas terras indígenas.

O art. 23 subordina o usufruto dos indígenas sobre terras sobrepostas a unidades de conservação às decisões do órgão gestor ambiental, com consultoria do órgão indigenista. É possível dosar essa dupla afetação com razoabilidade, já que a incidência simultânea de mais de uma norma não é sinônimo de antinomia. Sugerimos, nesse caso, a gestão compartilhada para atender ao interesse ambiental e aos direitos da comunidade indígena.

Curiosamente, a prevalência da política ambiental que a proposição sugere contrasta, por exemplo, com o disposto no seu próprio art. 30, que elimina a proibição de cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas. Há riscos de que os cultivares transgênicos possam causar prejuízos à biodiversidade, considerada patrimônio genético do país nos termos da Lei nº 13.130, de 2015, ou ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade, protegido pela mesma lei.

O art. 26 prevê que indígenas e não-indígenas possam firmar contratos para exploração de atividades econômicas e que esses instrumentos sejam meramente registrados na Funai, sem análise prévia pelo órgão indigenista e pelo Ministério Público Federal, o que fere a competência do órgão indigenista para exercer o controle das atividades de não-indígenas nas terras protegidas. Além disso, a hipótese de parceria aventada na proposição viola o usufruto exclusivo garantido pelo §2º do art. 231 da Constituição Federal, além de incidir na nulidade prevista no §6º do mesmo artigo, que exclui do mundo jurídico os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Já o art. 28 permite que entidades particulares mantenham contato com indígenas isolados para intermediar ações estatais consideradas de utilidade pública, aumentando o risco de propagação de doenças e criando brecha legal para que a prestação de assistência aos indígenas possa servir como mero disfarce para atividades de caráter integracionista. Historicamente, o choque cultural e a disseminação de doenças destruíram incontáveis comunidades indígenas, de modo que seria absolutamente imprudente manter esse dispositivo sem, ao menos, adotar cautelas adicionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, reiteramos a importância da previsão de uma indenização ao ocupante detentor de justo título de boa-fé pelo ente público responsável pela titulação indevida e, subsidiariamente, pela União, a fim de que não haja prejudicados pelo erro do Estado.

Diante do exposto, pretendemos sanear a proposição, como sugerem as diversas emendas apresentadas. Acolhemos essas sugestões na forma da Emenda substitutiva nº 33-CCJ, sem prejuízo da análise de mérito pelos colegiados que, no nosso entendimento, ainda podem e devem se manifestar.

Em resumo, Sr. Presidente, é o voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.903, de 2023, na forma da Emenda nº 33-CCJ (substitutiva), ficando rejeitadas as demais emendas.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para proferir o seu voto em separado.

Senador Fabiano.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu queria auxiliar o jurídico, porque eu fico ouvindo esse tamanho de voto, isso é normal, voto em separado ou é um voto em paralelo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É o voto em separado, contestando o relatório, o parecer do Relator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí, por direito, ele vai contestar de A a Z. É normal isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, tranquilo, tranquilo.

Eu vou ouvir, preparar-me aqui para ouvir mais uns cinco votos em separado, vou-me preparar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – São 35 votos em separado, só que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – E eu quero protocolar mais um

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... vamos entrar só com mais um.

Senador Fabiano Contarato, Líder, com a palavra, V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, pode deixar, Senador Plínio, que eu vou ser econômico aqui com o voto, porque ele já foi disponibilizado, e vou passar diretamente para aqueles pontos que eu acho mais importantes, Senador Marcos Rogério, apenas para reflexão dos colegas.

Primeiro, cabe destacar o art. 20, XI, da Lei Maior, que estabelece a titularidade da União sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Portanto, as terras indígenas são bens da União, embora destinadas à sua posse permanente (dos indígenas – art. 231, §2º).

O *caput* do art. 231 da Lei Maior é claro e não deixa dúvidas ao reconhecer aos indígenas os seus direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam.

Ademais, o §1º do mesmo art. 231 define que são terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Especialmente relevante para a discussão que aqui fazemos é o disposto no §4º do art. 231, o qual consigna que as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. Cabe repetir: os direitos dos indígenas sobre as suas terras são inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis – vale dizer: não podem ser negociados, ter outra destinação ou ser perdidos com o passar do tempo. São direitos permanentes.

Outrossim, o §5º do mesmo art. 231 veda a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

Também especialmente relevante para a discussão que ora aqui fazemos é o disposto no §6º do art. 231 da Carta Constitucional, que declara a nulidade e a extinção dos atos – que não produzem efeitos jurídicos – que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inconstitucionalidade do PL nº 2.903, que ora analisamos, choca-se de frente tanto com a Constituição vigente, como com toda a nossa história constitucional ao pretender estabelecer o dia 5 de outubro de 1988 como marco temporal das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, fato esse já abordado pelo Supremo Tribunal Federal.

Com efeito, esse entendimento foi rejeitado por nossa Corte Constitucional no julgamento tal, em regime de repercussão geral, estando prevista para hoje a deliberação sobre a positivação da tese que demarcará o seu entendimento sobre a matéria.

A propósito, cabe citar a seguinte ponderação do Ministro Edson Fachin: "[...] os direitos territoriais originários dos indígenas [...] preexistem à promulgação da Constituição. Logo [...], a demarcação não constitui a terra indígena, mas apenas declara que a área é de ocupação pelo modo de viver indígena".

O relator pondera também que a Constituição vigente não representa um marco para a aquisição de direitos possessórios por parte das comunidades indígenas, e, sim, um *continuum*, uma sequência da proteção já assegurada pelas Cartas Constitucionais desde 1934. E, agora, num contexto de Estado democrático de direito, ganham os indígenas novas garantias e condições de efetividade para o exercício de seus direitos territoriais, mas que não tiveram início apenas em 5 de outubro de 1988.

Quanto à questão do chamado renitente esbulho, que requer que houvesse controvérsia possessória judicializada ou situação de conflito deflagrado, na data da promulgação da Constituição de 1988, para aceitar a ausência de comunidade indígena da posse de território reivindicado, o Ministro relator igualmente pondera com racionalidade que, quanto à controvérsia possessória judicializada, tal exigência não pode subsistir ao se levar em conta a realidade fática e jurídica da capacidade processual dos indígenas antes da Constituição de 1988, pois, desde o período colonial, estavam os indígenas brasileiros submetidos a regimes tutelares com a finalidade de aculturá-los e de promover sua assimilação progressiva ao novo território do colonizador branco e cristão e, no período republicano até a Constituição de 1988, em contraste com as previsões constitucionais que lhes garantiam a posse de suas terras, eram os indígenas qualificados como relativamente incapazes pela legislação civil, necessitando da tutela para a prática de atos da vida civil, inclusive ingressar em juízo.

E, no que diz respeito à situação do “conflito deflagrado” existente na data da promulgação da Constituição de 1988, o relator registra o que todos sabemos, que os indígenas foram constantemente expulsos, assassinados e desintegrados de sua cultura, e, nesse cenário, resistir aos conflitos de forma reiterada, a persistir até a data da promulgação da Carta Magna, seria enfrentar a morte quase certa. E registra que o STF já decidiu que o abandono involuntário das terras tradicionais, perpetradas por meios violentos, não se presta a desconfigurar a tradicionalidade da ocupação, sendo preciso que esse abandono se revista de um caráter eminentemente voluntário por parte da comunidade, sem a configuração de qualquer forma de esbulho das terras por parte de terceiros e sem a exigência de um conflito físico ou de uma demanda possessória ajuizada e em trâmite à data de 5 de outubro de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe, ainda, anotar que não se desconsidera a complexidade da situação fundiária brasileira, menos ainda se desconhece a ampla gama de dificuldades dos produtores rurais de boa-fé. No entanto, a segurança jurídica não pode significar descumprir as normas constitucionais, em especial aquelas que asseguram direitos fundamentais.

Desse modo, não há como aprovar o PL 2.903, nos termos em que se encontra escrito, sem incorrer em inconstitucionalidade, e cabe recordar que, infelizmente, as emendas que buscam corrigir os equívocos e erros do projeto receberam parecer pela rejeição do ilustre Relator. Aliás, todas as 49 emendas apresentadas receberam parecer contrário.

Enfim, reconhecendo a complexidade do tema e a necessidade de uma solução que pacifique o país, devemos registrar o nosso entendimento de que acolher acriticamente a tese do marco temporal, no sentido de que só têm direito à posse de suas terras os indígenas que as ocupavam em 5 de outubro de 1988 ou os que fossem parte em demanda judicial ou estivessem em conflito físico por tais terras, é fazer interpretação equivocada da Carta Constitucional de 1988 e negar direitos dos indígenas às suas terras, desconhecendo que o direito constitucional brasileiro, desde 1934, reconhece-lhes o direito à posse de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Essa é a nossa análise e o nosso entendimento.

Em face do exposto, votamos pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 2.903 e, portanto, conforme prevê o art. 101, §2º, pela sua rejeição.

Sr. Presidente, eu só queria fazer aqui um apelo aos colegas. Esse projeto não trata apenas do marco temporal. Esse projeto tem pontos extremamente sensíveis, ele fala em aculturamento da comunidade indígena.

Minha gente, nós temos a população do Japão, que talvez seja no mundo a população mais tradicional, mas é a mais tecnológica. Não é o argumento de que o indígena tenha carro ou que use um celular que faz com que ele esteja renunciando à sua cultura ou à sua tradição. Não é o fato de eu colocar um cocar na cabeça que vai me tornar indígena. Essa não é a discussão. Isso é uma visão simplista, imediatista, pragmática, que quer vilipendiar uma comunidade indígena! E nós tínhamos quase 5 milhões de indígenas no Brasil.

Esse projeto não trata apenas do marco temporal. Ele assegura, além da aculturação, também o contato com os povos isolados. Isso é risco para a saúde. Isso é risco para a vida desses indígenas que ali estão. E, sob esse pretexto de estar difundindo essa concepção desse marco temporal, nós vamos aqui vilipendiar esses direitos desses nossos irmãos, desses nossos parentes.

Eu faço este apelo: estabelecer a aculturação, estabelecer contato com povos isolados, isso não é marco temporal, isso é um verdadeiro ataque aos povos indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma dívida histórica com os povos indígenas. Eles chegaram aqui antes de nós. Nós efetivamente os banimos. Nós efetivamente praticamos um genocídio com os povos tradicionais. O que aconteceu com os ianomâmis, o que acontece com os guaranis-caiovás, o que acontece com todos os povos indígenas, e nós... É cômodo. É cômodo para nós. É cômodo para nós, homens, brancos, ricos e engravatados, decidir a vida de milhões. É cômodo para nós falar que vivemos numa sociedade em que todos somos iguais perante a lei, em que todos temos uma representatividade, quando eu queria que entrasse por essa porta uma representatividade maior dos povos indígenas. Eu queria que entrasse por essa porta uma representatividade maior dos quilombolas. Aí, sim, nós estaríamos legislando para todos de forma igualitária, inclusiva, justa, sensível, humanizada. Agora, nós, não! Ficamos aqui, com os nossos ternos, brancos, decidindo o destino desses povos indígenas.

Tenhamos o mínimo de empatia. Empatia é a possibilidade de se colocar na dor do outro. Essa empatia eu quero exercitar na minha vida enquanto Deus me der vida e saúde, porque, para mim, um dos maiores pecados da humanidade é a vaidade. Eu tento me blindar dela, porque esta Casa é uma casa de vaidades...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, uma questão de ordem!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... mas eu tenho aqui que me blindar e exercer a humildade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É uma questão de encaminhamento! Não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Então, eu faço aqui esse apelo ao Presidente, aos colegas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, uma coisa é ler o voto em separado; a outra coisa é defender o voto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nós vamos aqui continuar defendendo os povos indígenas.

O senhor, Senador, peça questão de ordem e aguarde o seu tempo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... porque eu estou falando, eu estou defendendo o voto que eu apresentei em separado, para garantir efetivamente o direito dos povos indígenas, como está estabelecido na Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente! Presidente, é uma questão de encaminhamento, Presidente. É uma questão de encaminhamento. É o Presidente que tem que decidir.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Por gentileza, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Marcio! Senador Marcio, só um minuto, só para o Senador Fabiano concluir, porque eu já vou passar a palavra para o Relator. Todo mundo está inscrito para falar aqui pelo tempo que quiser.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu só quero concluir, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa. pelo carinho e pela compreensão, porque é legítimo debater esse tema, é legítimo, e compete... Isto é uma prerrogativa minha enquanto Senador, estar defendendo um ponto de vista que nós entendemos que está indo na direção do que determina a Carta Constitucional no art. 231. Eu não tenho dúvida de que nós estamos lutando por uma sociedade que respeite os povos indígenas, e respeitar os povos indígenas é dizer não a esse marco temporal, é dizer não à aculturação, é dizer não ao acesso, ao contato com os povos isolados. Aí, sim, nós vamos lutar para dar garantia, vida, vez e voz a esta determinação expressa no art. 5º de que todos somos iguais perante a lei, independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pessoa com deficiência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério, para suas considerações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu farei brevíssimas considerações, considerando os dois votos em separado que foram apresentados e em respeito também a quem os apresentou e às razões que os levaram a fazer esses votos.

Mas, para que todos na CCJ possam refletir, com relação à questão da competência do Supremo Tribunal Federal, eu acho que ela é muito clara na Constituição, tão clara quanto a competência do Poder Legislativo. E aí não dá para alguém vir aqui sustentar um voto dizendo que o que o Parlamento está fazendo é desafiar uma decisão do Supremo Tribunal Federal, ou legislar de maneira desprezível, "porque nada vai adiantar, porque a decisão de lá é a que vale, que manda ou que tem efeitos". Aqui têm que ser observadas duas questões.

Primeiro, esse projeto de lei nasce das condicionantes originadas numa decisão do próprio Supremo Tribunal Federal, Senador Marcio Bittar, naquele emblemático Caso Raposa Serra do Sol, Senador Mecias – de lá nasceu, do Estado de V. Exa. Só que, naquele caso, diferente desse que está sendo enfrentado agora pelo Supremo Tribunal Federal, naquele caso não houve repercussão geral. Foi um julgamento em que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reafirmou o marco temporal previsto no 231 da Constituição Federal e no 67 da ADCT, mas não teve efeito vinculante, não foi reconhecida a repercussão geral. Nesse caso que o Supremo está a julgar neste momento, embora seja um caso específico, opera-se nesse caso o efeito vinculante, porque é reconhecida a repercussão geral.

Agora, a repercussão geral vai até que ponto? Aqui está a questão, está aqui no 102 da Constituição Federal, no §2º: "As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal".

E aqui eu quero trazer, além do que a própria Constituição, para aqueles que se veem numa condição menor do que o Supremo, a Reclamação nº 13.019, que foi relatada pelo então Ministro Celso de Mello. Veja o que diz o precedente consolidado do Supremo Tribunal Federal numa reclamação – e é bom... Reclamação ocorre quando uma medida ou uma ação desafia a autoridade, a validade de decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal.

Veja o que disse o Supremo, porque ela foi referendada pelo Pleno do Supremo:

> O efeito vinculante e a eficácia contra todos (*erga omnes*), que qualificam os julgamentos que o STF profere em sede de controle normativo abstrato, incidem, unicamente, sobre os demais órgãos do Poder Judiciário e os do Poder Executivo, não se estendendo [repito, não se estendendo], porém, em tema de produção normativa, ao legislador, que pode, em consequência, dispor, em novo ato legislativo, sobre a mesma matéria versada em legislação anteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo, ainda que no âmbito de processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade, sem que tal conduta importe em desrespeito à autoridade das decisões do STF.

É o precedente da própria Corte e não poderia ser diferente, porque, caso fosse diferente, o Congresso não teria razão de existir. Então, não se trata de ofensa ao julgado do Supremo Tribunal Federal. Obviamente, isso não impede que, posteriormente, alguém ingresse com ação direta de inconstitucionalidade e seja submetido àquele colegiado também esse aspecto, mas não se vincula o papel do Legislativo quando há decisão do Supremo Tribunal Federal.

E aí, para concluir, apenas em relação à questão do art. 28, que foi suscitada pelo Senador Contarato, eu não vou rediscutir os votos, queria apenas trazer essa informação em relação ao que o Supremo decidiu e ao que nós estamos fazendo aqui. Em relação ao ponto que o Senador Contarato trouxe, eu recebi, para dar conhecimento ao Plenário da CCJ, a Ministra Guajajara, que é a Ministra dos Povos Indígenas, conversei com ela longamente, conversei com o Senador Jaques Wagner, que aqui está e é o Líder do Governo. Eu sei das posições do Governo em relação a esse tema. Tem pontos... A posição que eu recebi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naquele momento com a Ministra é de ser contrário ao projeto, mas existem pontos específicos que são pontos mais sensíveis a essas comunidades, e, do ponto de vista do processo legislativo, pode ser uma escolha política aprovar ou não aprovar. Não se trata de questão de constitucionalidade, é uma escolha política.

Agora, no formato em que está estabelecido o projeto, na divisão que tem dos temas, os pontos mais sensíveis apontados pela Ministra naquele momento – repito, embora tenham a posição global contrária, não estou fazendo aqui e trazendo meias-verdades – são contra o projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... mas existem pontos específicos, como a questão dos transgênicos, por exemplo, a questão das comunidades isoladas. Tem alguns pontos em que há essa divergência, mas estão separados. Então, é possível que, na sequência do processo legislativo, por uma escolha política, se opere o veto nesses pontos sem prejuízo ao núcleo central, que é a questão do marco temporal e as condicionantes que são derivadas de um julgamento do próprio Supremo Tribunal Federal.

Estou fazendo... Na Raposa Serra do Sol...

Estou trazendo esses esclarecimentos para dizer que alguns pontos que foram suscitados pela Ministra, naquele momento, e em conversas que tive com outros atores que têm interesse nessa matéria, naqueles pontos, é possível, na sequência do processo legislativo, se fazer a opção de veto em relação àqueles, por mais que eu discorde. Tem situações lá que é de interesse da administração pública, mas, se a opção deles é vetar, não há nenhum impacto com relação ao núcleo central que interessa neste momento, que é a questão do marco temporal, a segurança jurídica.

Então, não há prejuízo em relação a esses pontos, caso, na sequência, aqueles pontos que foram apontados... A Tereza Cristina, a Ministra Tereza Cristina, nossa Senadora, participou dessas conversas, nós dialogamos muito. Há essa possibilidade.

Então, eu continuo dialogando, aqui na condição de Relator na CCJ, essa matéria vai para o Plenário, mas, se nós fizermos qualquer modificação substancial aqui que vá além daquelas emendas de redação, essa matéria volta à Câmara dos Deputados, e aí é uma escolha política – aí é uma escolha política. E nós estamos diante de um ambiente de insegurança, de inquietação, de intranquilidade no Brasil inteiro.

Repito: esse tema não é um tema do Governo ou da oposição; esse tema do marco temporal é um tema do Brasil, que deve gerar segurança jurídica e paz para indígenas e não indígenas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me tentar buscar um acordo de procedimento com os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos alguns Senadores que não são membros desta Comissão, nem titulares, nem suplentes, que estão solicitando a inscrição da palavra. E eu consultei a Secretaria sobre qual procedimento nós deveríamos adotar. Até agora, nós temos 15 Senadores inscritos para falar só da Comissão e temos outras solicitações de membros que não são desta Comissão. Eu sei que nós vamos ficar aqui o tempo que for necessário e nós vamos deliberar no dia de hoje essa matéria, aqui nesta Comissão.

Pelo Regimento, para cumprir o Regimento, no período de discussão da matéria, em que nós vamos entrar agora, cada Senador tem o direito de falar por uma única vez, é o que está escrito aqui, em até dez minutos. Se a gente fizer um acordo de procedimento e que tenha apoio da maioria dos Senadores desta Comissão, para que eu não faça uma decisão unilateral desta Presidência, que eu não vou fazer, se os Senadores concordarem, a gente poderia estabelecer, para atender mais Senadores, cinco minutos para todos os Senadores, porque até agora são 15, mas daqui a pouco pode chegar a 26 titulares, e daqui a pouco pode chegar a 40 suplentes. Se ficarmos dez minutos para os 15 que estão aqui, nós vamos ficar duas horas. Não tem problema, a gente pode ficar até quatro horas, está tranquilo para mim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu acho ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O quê?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O debate dos dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois é, mas eu quero ouvir a maioria. Eu não quero decidir.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer uma proposta sobre se a gente segue a regra regimental ou se a gente pode, por um acordo de maioria, e eu quero propor, cinco minutos para todos os Senadores inscritos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, vamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Só é uma vez.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como já temos um precedente aqui no corredor, na CPMI quem não é membro tem três minutos só, mas eu acho que aqui devem ser cinco minutos para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para não membros? Para não membros?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Até porque lá o Magno Malta e outros...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas o Magno Malta não é Vice-Presidente?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... monopolizam.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas não vai falar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele é, ele é...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não vai falar, ele não tem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, cinco minutos para todos os Senadores, membros ou não da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, eu vou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu encaminho dez minutos, Presidente, para todos, seguindo o rito que esta Comissão, na verdade, já adota.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Como a ampla maioria opinou pelos cinco minutos...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, por gentileza, quantos estão inscritos que não são membros?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Seis.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, são 21.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só que a gente tem dez que são titulares e que vão querer se inscrever.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – V. Exa. me inscreve também e são 22, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Certo, 22.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Vinte e dois vezes cinco...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, pela ampla maioria, cada Senador e cada Senadora, independentemente de ser titular ou não desta Comissão, terá cinco minutos.

Primeira Senadora inscrita, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Só uma questão de encaminhamento, Eliziane, por favor, é rapidinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se não me engano, V. Exa. pode, também, optar, é uma decisão da Presidência, de limitar, estabelecer o fim das inscrições.

É uma decisão que V. Exa. pode tomar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, nós vamos estabelecer o fim das inscrições ao meio-dia, daqui a 45 minutos.

Senadora Eliziane Gama, são cinco minutos.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Só confirmando, eu estou inscrita?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está inscrita.

Senadora Eliziane, cinco minutos.

Cronômetro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. colegas, eu quero cumprimentar o Senador Marcos Rogério, cumprimentar os demais colegas, o Senador Contarato e o Senador Alessandro Vieira, que apresentaram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senadora.

Deixe-me pedir a atenção aqui dos nossos assessores, consultores e colaboradores.

A nossa Senadora está com a palavra e nós fizemos um acordo de procedimento. Eu queria pedir que a gente pudesse dar a atenção adequada para ouvir a manifestação de cada Parlamentar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu queria só que o senhor repusesse o meu tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Retoma o tempo aqui, cinco minutos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Davi, eu estou aí? Estou em dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está aqui já.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está o.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Muito bem.

Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Relator da Comissão, os demais colegas e iniciar, Presidente, lembrando que todos nós já sabemos que esta Comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça, tem, na verdade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... uma competência típica, que é primeira, precípua, que é fazer a análise constitucional das matérias que chegam aqui nesta Comissão e, da mesma forma, tratando também da juridicidade.

Inicio falando isso porque, no início dos debates aqui nesta Comissão acerca do marco temporal, ainda não havia sido finalizado, Senador Girão, o projeto, o debate, na verdade, no Supremo Tribunal Federal, acerca da constitucionalidade do marco temporal. E o resultado final que nós temos, pelo Supremo Tribunal Federal, que tem também uma função precípua, que é tratar da constitucionalidade, o resultado naquela Corte foi de 9 a 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o nobre Senador Marcos trata, por exemplo, da repercussão geral – e ele fala de uma forma, naturalmente, até pelo conhecimento que tem –, que ela faz uma vinculação ao Judiciário e, portanto, à administração pública e também ao Executivo brasileiro, por tabela, considerando o princípio da harmonia dos Poderes e a beleza do processo democrático brasileiro, essa proposta que estamos a aprovar tem, na verdade, dois problemas.

O problema inicial é que não deveria ser através de projeto de lei, deveria ser através de uma PEC e, mesmo se fosse por uma PEC, haveria ainda um debate acerca de um direito fundamental, que está lá assegurado no início da nossa Constituição Federal.

E digo que afeta, sim, por tabela, porque quando a gente fala da vinculação na administração pública, a proposta não acaba em si no Congresso Nacional. Um projeto de lei, ao contrário de uma PEC, que é promulgada, vai para a mesa do Presidente da República para ser vetado ou sancionado. Dará ao Presidente da República o direito elementar, a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal, de vetar esse projeto de lei; ou seja, o que nós estamos fazendo aqui, na aprovação dessa proposta, que, como já foi muito bem lembrado aqui, inclusive pelo Senador Alessandro Vieira, não é uma proposta que acaba em si no marco temporal, ela avança para outras áreas... Pelo tempo de cinco minutos, infelizmente, não poderei discorrer sobre todos esses pontos.

Ou seja, o marco temporal – a decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral já é clara – é inconstitucional; ou seja, ao aprovarmos esse projeto, para além do veto presidencial, a gente abre um espaço enorme para que os órgãos que têm a competência legal possam ir ao Supremo Tribunal Federal e mais uma vez derrubar este projeto de lei. O que é que nós temos para além disso? Nós temos hoje – hoje inclusive – a continuidade do debate pelo Supremo Tribunal Federal, aí sim, debatendo a questão das indenizações, que, neste caso específico, é competência deste Congresso Nacional; ou seja, debater as indenizações, Relator, seria a decisão mais razoável deste Parlamento. Vamos deixar o marco temporal – que já é uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, portanto esse debate é inócuo, portanto este projeto de lei está fadado ao veto e também a ser derrubado por tabela, numa sequência, no Supremo Tribunal Federal – e debater as indenizações.

Nós temos uma PEC, que foi aprovada em 2015 – no Senado Federal, em 2011 –, que é a PEC 71, a PEC das indenizações, e a PEC 132, de 2015. Os dois projetos andaram aqui no Senado Federal e na Câmara. Vejam, na votação da PEC das indenizações, havia 66 Senadores em Plenário. Dos 66 Senadores, a PEC foi quase unanimidade, teve 65 votos favoráveis. Essa é uma ação que nós, de fato, precisamos apresentar e precisamos debater, que é uma PEC, é uma proposta de emenda à Constituição Federal. Então, é o mais razoável.

Hoje, este projeto que trata do marco temporal trata e assegura um problema muito sério, e para mim, na verdade, é um projeto que acaba sendo feito para aqueles que estão em situação de invasão hoje no Brasil, que são os posseiros. Assegura a esses posseiros a permanência na sua terra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro ponto que é preocupante, porque a gente não tem tempo de fato, infelizmente, aqui para discutir – o Senador Esperidião Amin não me ajudou a ter os dez minutos –, mas na verdade estabelece também a questão da derrubada de garantir aquilo que é de antes da Constituição Federal, que são as terras, as reservas indígenas para esses indígenas, por uma avaliação subjetiva, porque o projeto na verdade não traz uma coisa mais concreta...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... ele não traz uma definição mais clara e mais definitiva e mais acabada.

Presidente, eu fico muito triste por, num debate dessa natureza, com um tema de impacto tão grande como esse, a gente não ter tempo suficiente, infelizmente, para fazer o debate.

Mas eu quero finalizar pedindo ao Relator desta Comissão que tenha complacência. Que ele, que é um jurista reconhecido no Congresso Nacional, faça valer a sua visão e o seu conhecimento nessa área e que possa fazer uma separação, Senador, e possamos debater apenas aquilo que é atinente, que é a questão do mérito, e respeitar a constitucionalidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... ou então o senhor mesmo pode propor uma PEC em um outro momento e a gente pode ampliar o debate sobre esse ponto em questão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria aqui, neste momento, primeiro dizer que o Estado brasileiro, os Governos de todos que passaram, da Dilma, do Temer, do Bolsonaro e agora do Lula, de cuja Vice-Liderança aqui faço parte, vem errando de forma sistemática ao tratar desse tema, e o fruto desse erro é nós tentarmos sempre fazer com que esse conserto possa ser através de alguns remendos legislativos, e no final a gente acaba não dando uma solução concreta para o assunto.

Eu quero aqui cumprimentar o Relator Marcos Rogério, pelo qual tenho grande respeito, os colegas Senadores que apresentaram voto em separado, tanto o Alessandro Vieira quanto o Senador Fabiano Contarato, e dizer que não se trata de quem apoia o projeto ou o voto do determinado Senador, primeiro porque acredito que o projeto, por exemplo, relatado por V. Exa., Senador Marcos Rogério, tem muitos itens que vão ser bons para deixar claro para o Brasil como deve ser. Eventualmente passando na Casa como veio da Câmara, obviamente, V. Exa. é sabedor disso, ele será submetido à possibilidade de vários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vetos, que nós mesmos achamos, julgamos que são inconstitucionais. Então, até para ter essa garantia, essa segurança, ele seria declarado inconstitucional.

Mas o que eu quero na verdade falar neste tempo que eu tenho é sobre o depoimento de um representante de um estado complexo como é o Estado do Maranhão. Se os colegas Senadores puxarem nos *Anais* do Congresso Nacional, eu tenho várias falas, não é uma não, tenho várias falas, ainda como Deputado Federal, tratando sobre esse tema, um tema extremamente complicado, porque nós não podemos prejudicar os bons por erros de poucos ruins.

O que aconteceu lá no Maranhão – e aí vou dar exemplo do que aconteceu e do que está por acontecer, por isso que me deixa em polvorosa esse tema, me deixa aflito, angustiado –, o que aconteceu lá com a awa-guajá, por exemplo, em São João do Carú, a imprensa nacional cobriu de forma muito forte, Senador Magno Malta, a desapropriação de vários produtores que estavam lá. Naquela época, eu aqui na Câmara falava: "Olha, a grande imprensa fala de grandes produtores, de grandes agricultores que estavam lá". E eu vim várias vezes aqui denunciar, dizendo "estão cometendo um erro, uma injustiça, pela forma como estão fazendo", tirando pequenos produtores, médios produtores, pessoas que eu conheço, que até hoje passam necessidade, criaram seus filhos dentro da sua roça, com 30ha., 50ha., o menino cresceu dentro daquela casa, ouvindo seu pai dizer que aquilo era dele e, de uma hora para outra, vem uma decisão da Justiça dizendo que não era dele aquela propriedade. E aquilo... Depois que houve aquela desapropriação, aqueles tratores, a mídia nacional toda cobrindo, ninguém voltou lá para perguntar como é que aquele pessoal está comendo. Eu não me lembro de um político nacional indo lá na awa-guajá perguntar como é que eles estão sobrevivendo. Muitos deles não tinham nem poupança mais, porque o pouquinho que tinham estava lá na sua propriedade. E aí o que acontece? Demos um recado para o mundo internacional, estamos fazendo a nossa parte.

E quem é que está cuidando do brasileiro? Porque o índio e o não-índio são todos brasileiros!

Eu quero aqui dar um outro depoimento. Amarante, do Maranhão. Essa cidade de Amarante, pertinho lá de Açailândia, onde V. Exa. tem parente, Senador Magno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... Amarante está passando por um problema seriíssimo! Eu convivo com a comunidade, Governador, eu convivo com as comunidades indígenas de lá e eles me dizem: "Weverton, nós não queremos aqui mais terra; aqui o problema não é mais terra, aqui é mais educação, é mais saúde, é política pública que nós não temos aqui no Amarante".

Só para quem está me assistindo entender, se esses antropólogos que chegam lá... E estão agora num processo, que foi suspenso, mas vão voltar. Se eles começarem de novo o processo de ampliação das terras indígenas da cidade de Amarante, nós estamos falando de 20 mil pessoas que vão sair da cidade. Sabe o que significa? Vão fechar a cidade de Amarante! Essas pessoas vão pra onde? Vão acabar inclusive com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os indígenas que estão lá dentro, que já tem pouco! Mas o pouco que tem é dos não-índios que estão lá na cidade, na boa convivência e ajudando no trabalho, e ajudando na manutenção deles.

É muito sério o assunto, e não é com um PL, com uma PEC que nós vamos resolver isso, minha gente! Ou se para de verdade... E eu digo que errou no Governo da Dilma, que eu várias vezes falei lá, Senador Jaques, lá na Câmara. Errou no Governo do Temer, errou no Governo do Bolsonaro, e começamos, no Governo do Lula, de que eu sou Vice-Líder, errado! Por quê? Porque a Funai não pode se trancar em quatro copas achando que ela está acima do bem e do mal! É errado isso! E se não pararmos para fazer essa autocrítica, nós não iremos para lugar nenhum, porque não se trata de quem é a favor e contra as pessoas. Parem com isso! Nós precisamos de verdade é definir o seguinte, se eu estou num local e esse local é declarado uma terra indígena, ponto! Já é decidido isso e pacificado. Mas aonde hoje eu estou produzindo, aonde hoje eu estou gerando renda, estou criando a minha família, não pode um antropólogo chegar lá amanhã e me tirar de lá porque ele decidiu que naquele momento vai ter ali uma nova comunidade. Está errada a forma como é feito.

Então, Rogério, este assunto concreto eu não tenho problema nenhum de debater, de forma muito clara. E todos sabem que eu sou da esquerda, do campo progressista, mas eu sou maranhense, eu vejo o que está acontecendo lá. Quanto às famílias que estão sendo infelizmente desalojadas, de que foram derrubadas as suas casas e que estão lá sendo injustiçadas... Eu não me lembro de nenhum, nenhum ativista de plantão perguntando como é que eles estão botando comida na boca dos filhos de quem perdeu a sua propriedade. (*Palmas.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Voto com o Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

Eu também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, fazia tempo que eu não votava com o Weverton. Mas...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Se V. Exa. votar comigo, eu vou rever minha posição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Estou em grande processo de sedução, mas ele me rejeita. (*Risos.*)

Presidente, eu acho que nós temos que nos cingir aqui a cinco minutos, porque temos que deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De tudo que eu ouvi aqui, eu quero destacar, Senador Marcos Rogério, as suas citações sobre nós não podermos aceitar nos diminuir, nem nas nossas responsabilidades, nem nas nossas prerrogativas. Portanto, nós temos que deliberar. Por isso, cinco minutos não é o bom, mas é o razoável.

Segundo, no Plenário, eu vou contar algumas histórias interessantes. Por exemplo, o valor da escola, Senador Weverton. Eu não vou entrar aqui em nomes, mas temos aqui, inclusive, exercendo funções de assessoramento aos órgãos do Governo que tratam desse assunto, pessoas que estão aqui porque puderam estudar, indígenas na sua origem. Não vou dizer nome, mas eu tenho o conforto de que eu conheço alguns casos e conheço casos de assessores hoje que eu respeito, que divergem de mim e que estudaram numa escola que eu construí. Isto não tem preço.

Segundo, a maior escola indígena de ensino médio eu tive o privilégio de construir no Município de Ipuaçu, 22 salas de aula. Foi a primeira escola do Brasil que recebeu, no dia 22 de abril de 2000, comemorando os 500 anos do descobrimento, banda larga. Fizemos, nesta comunidade, financiamento. É a maior comunidade indígena de Santa Catarina, predominantemente caingangues. *Mu ny*! Quer dizer, "vamos juntos". Fizemos empréstimo agrícola no Banco do Brasil, com o aval do Estado, para pagar em regime de troca-troca, ou seja, escambo; e pagaram.

Portanto, o Senador Weverton foi muito feliz quando lembrou: terra é muito importante, mas há outras coisas muito mais importantes e que dizem respeito à cultura, ao jeito de viver, o que não é igual em Santa Catarina, em Mato Grosso ou, por exemplo, em Buerarema, na Bahia. Mas nós temos mais ou menos uns 15 mil da região de Buerarema que, por causa deste conflito, estão morando hoje – 15 mil queridos baianos – em Brusque e Guabiruba, em Santa Catarina, e são muito úteis. Estão construindo o seu projeto de vida, mas olha a viagem que eles fizeram. Por quê? Por causa deste tipo de expropriação que nós estamos vivendo.

Portanto, em nome da segurança jurídica, eu só quero lembrar uma frase do indígena lá da Escola Cacique Vanhkre, essa que eu falei, de Ipuaçu: "Com esta escola, nós podemos ser como vocês são sem deixar de ser o que nós somos". Foi um índio que escreveu isso. Eu aprendi com ele isso.

Quero aqui dizer que, desses votos do Supremo, todos respeitáveis, eu respeito muito o voto do Ministro Alexandre Moraes, porque ele se baseou num livro do Prof. Sílvio Coelho dos Santos, antropólogo catarinense, membro do conselho estadual de educação, meu colega de universidade federal, que escreveu sobre os xoclengues e sobre as dificuldades que nós vivemos. É em cima desta comunidade predominantemente xoclengue, de José Boiteux e de Ibirama, terra natal do nosso amigo Bagattoli; é em cima disso que houve a decisão do Supremo. É área urbana – não é nem de pequena propriedade; é área urbana –, com título bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou ansioso para ver como é que o Supremo vai modular a sua decisão, porque enunciar um princípio é fácil, mas o Vitorino Freire, Senador Weverton, ensinou, Senadora Eliziane: "As consequências vêm sempre e depois". Qual será a consequência de desconsiderar o marco temporal?

Todos os textos, Senador Alessandro, que o senhor citou, eu só não conheço o de 1755, mas foi nessa época que os portugueses expulsaram os jesuítas e acabaram com as reduções jesuíticas no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, na Argentina e no Paraguai. Ou seja, escreveram uma coisa, mas fizeram outra. Quem puder assistir ao filme A Missão vai aprender um pouco. Eu quase fui jesuíta, tive que aprender.

Então, não é o marco temporal, mas todos os textos outros de Constituição que o senhor citou dizem, tudo o que eles dizem, eles dizem no presente do indicativo, percebeu? Ocupam, possuem, são posseiros, tudo está no presente de cada Constituição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Preste bem atenção, tudo está no presente do verbo. Ou seja, em 1934, era "os que ocupam". O que está escrito em 1988 é "os que ocupam". Está sempre no presente, mas não há marco temporal desse presente. Por isso que inventaram até um princípio de Copacabana. Olha, Copacabana não tem perigo. Tem um julgado do Supremo que diz que Copacabana não corre risco, porque é capaz de aparecer. É verdade, e o senhor mesmo citou.

Tem uma definição do Supremo que diz que o "ocupam" não vale para Copacabana. Ou seja, Copacabana o índio não pode reivindicar. Até isso existe. Sim, senhor. O Senador Alessandro... Então, nesses cinco minutos, eu quero dizer o seguinte, o projeto não é perfeito, mas tem que ser deliberado e votado, e eu votarei "sim". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o nosso Relator, discordar dele com todo o respeito, apenas de uma posição, porque essa posição é, sim, ideológica. Ela separa, de um lado, aqueles que entendem que há o direito à propriedade privada, portanto, liberais conservadores na essência clássica; e de outro lado, aqueles identificados com a teoria comunista de que a propriedade privada é uma invenção do homem e que deveria ser abolida. E eles, no mínimo, querem transformar isso numa coisa mais fácil de ser tomada.

Portanto, há uma separação, sim, ideológica. De um lado, quem defende o direito sagrado à propriedade privada como fruto do seu trabalho, e do outro aqueles que querem relativizar esse direito. Isso é ideológico, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero parabenizar o Senador Weverton pela coragem de trazer a esse debate a experiência que nós, da Amazônia, conhecemos muito bem. Parabéns, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Coloque logo, entre aspas, que eu não faço parte da sua ideologia, tá?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, sim, não estou... Não precisa ter esse cuidado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Porque ele dividiu a coisa em ideologia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Ainda bem, ainda bem, porque eu considero a ideologia comunista que mais matou no mundo. Nós não somos da mesma ideologia, mas podemos convergir em alguma coisa. E a honestidade intelectual é uma delas.

Essa pauta, ela vem, sim, Relator, um pouco de fora para dentro. Ela é, sim, uma pauta importada de fora para dentro, criando no Brasil o que eles não fizeram lá fora.

Várias ONGs... Ainda ontem, na CPI das ONGs, uma delas recebeu R$450 milhões – R$450 milhões – em oito anos. E, se você for ver qual é a pauta dessas ONGs, é exatamente o trabalho nas comunidades indígenas, teleguiando, falando em nome dos indígenas. Brancos teimando em falar em nome dos indígenas, como se os representassem, querendo criar mais e mais terra.

Ora, os Estados Unidos têm quase três vezes a população indígena do Brasil, têm 2,5% de terra indígena. E tem uma diferença: lá, o indígena pode usar a sua terra, ele de fato comanda o seu destino; e aqui, não.

Sr. Presidente e nobres colegas, nós estamos... E aí, particularmente na Amazônia, virou aquele tema que, no passado, era a Copa do Mundo. Nós dizíamos, no passado, quando tínhamos 100 milhões de habitantes, 150 milhões de habitantes, que, na época da Copa do Mundo, eram 100 milhões de técnicos ou 150 milhões de técnicos. A Amazônia é a mesma coisa. Eu conheço pessoas que nunca pisaram na Amazônia, mas acham que têm o direito de falar em nome de comunidades que sequer visitaram.

Sendo assim, eu, que sou paulista de nascimento, mas acriano por opção, portanto represento um pedaço da Amazônia, o meu Acre querido, posso dizer, então, que eu também falo em nome das comunidades indígenas. E, ao falar por elas, o que eu ouço, o que eu vejo é isso que o Senador Weverton disse, não é... O problema hoje dos irmãos indígenas não é mais terra. O problema hoje da comunidade indígena é ser dono da terra, porque eles não são donos, Esperidião Amin. Quando eles querem usar o subsolo, eles são proibidos. Quando eles querem transformar 1% ou 2% da sua terra em lavoura, para sobreviver, eles são proibidos. Olha o exemplo do Mato Grosso, onde uma reserva indígena está usando menos de 2% do seu território para lavoura, para agricultura, para trazer crescimento econômico, dignidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego, riqueza, está com um monte de processos na Justiça, denúncias, multas e mais multas, por órgãos como o Ibama, que o Senador Weverton acabou de citar.

O que nós devíamos fazer não é continuar tutelando índio. O que eu mais ouço na CPI e por onde eu ando são índios dizendo que não aceitam mais serem segregados, que não aceitam mais serem tutelados.

Eu li aqui, com todo o carinho, com todo o respeito, votos em separado querendo decidir pelo indígena se ele pode ou não plantar transgênico, querendo decidir pelo indígena se, por acaso, uma comunidade isolada pode ou não se comunicar. Deixe-os decidirem, deixe que a decisão seja deles.

Meu querido Relator, Presidente Davi, o que nós devíamos fazer era dar a verdadeira liberdade para a comunidade indígena, e a verdadeira liberdade para a comunidade indígena é dar a eles o direito de usarem as terras que foram criadas. Eles se sentem enganados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O Brasil criou unidades indígenas vendendo a ideia de que esse índio seria dono, e, na prática, ele não o é e se sente enganado.

Portanto, Relator, eu estou pronto a ajudar, a dar ao Brasil o mínimo de tranquilidade, de equilíbrio para que um setor tão importante do Brasil não sofra revés. Por isso, conte com o meu voto favorável e fica aqui o meu reconhecimento, mais uma vez.

Parabéns ao Senador Weverton, que, mesmo sendo Vice-Líder do Governo, traz aqui corajosamente a versão que considero a versão correta sobre esse debate.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, Presidente, cinco segundos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, pela ordem. Só uma pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... só para registrar a presença da minha suplente, a Senadora Denise dos Santos, que vai ocupar minha cadeira por alguns momentos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu queria só uma pergunta para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Aqui, na verdade, nós temos os blocos, não é? Como é que fica o tempo de partido, de Liderança de partido? Eu sou Líder do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu falei no começo da reunião o que estava escrito pela assessoria aqui do Regimento Interno sobre o período da discussão.

A discussão tem um acordo de procedimento. Alguns Senadores estão passando, mas tudo bem, é tolerável.

Quando nós terminarmos a discussão da matéria, nós vamos submeter à votação diretamente a matéria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O senhor não vai abrir nenhum espaço para tempo de Líder, por exemplo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Porque não tem aqui, na Comissão, espaço para tempo de Líder. Nunca votei assim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – De repente, o senhor pode inovar na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas é difícil inovar nesses momentos importantes. É melhor a gente manter o que está na rotina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Mas haverá encaminhamento depois?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O encaminhamento a Secretaria diz que é possível.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Queria pedir atenção aqui. Nós estamos com Senador na tribuna.

É a festa da nossa suplente de Senador.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente da CCJ, o Davi Alcolumbre; o Relator, o Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer à nossa Senadora Eliziane Gama, ao Fabiano, que a gente respeita muito a sua opinião. Eu acho que nós vivemos em um país democrático e sabemos também ter respeito aos nossos povos originários.

Mas o que eu quero fazer aqui: eu quero dar praticamente um depoimento sobre o que foi votado no Supremo Tribunal Federal sobre a reserva, a reserva indígena de José Boiteux, Ibirama e Vitor Meireles – são três municípios lá, eu nasci naquele município –, e quero dizer para vocês o seguinte: aquela reserva é uma reserva de 14 mil hectares. Se existe alguém que conhece aquela reserva... Nenhum Senador, nenhum Deputado Federal de Santa Catarina conhece aquela reserva da maneira que eu conheço. Eu nasci, fui motorista de caminhão, andei dentro daquela reserva, aquela reserva cruza para outros municípios, para Itaiópolis – enfim, outros municípios.

Olhem o que aconteceu nessa semana, na semana que passou.

O Supremo Tribunal Federal tirou uma reserva de 14.156 hectares para quase 38 mil hectares, tirando 870 famílias do campo.

Eliziane Gama, eu quero dizer para você o seguinte: eu conheço mais de 30% das famílias, Senador Amin, que moram naquela região; a média é de 25 a 30 hectares por família – por família!

Então, eu quero que vocês entendam a forma, a injustiça que está acontecendo. São 870 famílias.

Igual disse o Senador Amin, o Município de Vitor Meireles perde mais quase que 50% do seu território, da sua área agricultável e da sua área de reflorestamento.

Aí eu digo mais para vocês, eu estou em Rondônia há quase 50 anos e vou falar do Estado de Rondônia. Quando era território, na década de 70, os militares fizeram a reforma agrária, e toda reforma agrária que foi feita, ou com licitação de terra da União, ou com a distribuição de terra direto ao produtor, ao pequeno produtor, tudo tinha... Toda a documentação existia. Existe uma negativa do Incra dizendo – a negativa daquela propriedade era da Funai – que não havia nenhum indício de indígena naquelas propriedades. E o que aconteceu? Passaram-se anos, e agora vem a discussão dizendo que lá tem muitas propriedades com reservas indígenas. Então, no meu Estado de Rondônia, nós estamos na mesma situação e tem muitos proprietários de terra que vão perder terra com essa situação do marco temporal.

E, para terminar, eu quero dizer para vocês o seguinte: eu vi muitos *sites* publicando que o Senador Jaime Bagattoli tinha terra, que ele estava defendendo o marco temporal porque ele tinha terra dentro das áreas indígenas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu entrei, inclusive, no Ministério Público Federal, estou entrando com uma ação, porque eu não tenho nenhum hectare com problema dentro de reserva indígena ou de futuras reservas que possam ser demarcadas.

De mais a mais, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Fernando Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Primeiro, eu quero agradecer aqui a oportunidade de poder dar esse voto nesse momento, principalmente pela ação do Presidente da CCJ, que teve a coragem aqui, uma coragem institucional, de colocar esse tema em pauta, mesmo após a decisão do Supremo Tribunal Federal. E isso é importante para a gente resgatar o papel do Senado e o papel do Congresso.

Eu não vejo nenhum confronto, seguindo a linha aqui do Senador Marcos Rogério, no seu brilhante relatório, nenhuma afronta ao Supremo Tribunal Federal. Não é uma afronta ao Supremo o Senado exercer sua prerrogativa de legislar. Aliás, quando se examinam os votos, nesse caso, proferidos do marco temporal do Supremo, apesar de existir uma maioria, não foram fixadas ainda as teses. E há divergências internas dentro dos votos dos próprios ministros.

Além disso, como foi muito bem colocado – e aqui é um fato objetivo –, é uma decisão que não tem repercussão geral, que não gerou uma súmula vinculante. É uma decisão que foi feita num caso específico e que, aparentemente, até diverge em parte do que foi decidido anteriormente no Raposa do Sol, sinalizando que o próprio Supremo Tribunal Federal tem uma grande incerteza sobre esse tema.

E nós ouvimos, frequentemente, dos próprios Ministros do Supremo Tribunal Federal, a afirmação de que eles estão tendo que decidir determinados temas porque o Congresso não o faz, porque o Congresso não está ingressando em polêmicas. E aí vejam o paradoxo: quando este Senado e o Congresso se dispõem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... a exercer suas prerrogativas e responsabilidades para disciplinar esses temas polêmicos, parte do Senado – e aqui respeito os entendimentos contrários – diz: "Não, não devemos entrar nessa área", fazendo coro, na verdade, às críticas que recebemos por estarmos nos omitindo nessas questões tão importantes.

Hoje, pela manhã, recebi no meu gabinete representantes do Município de Guaíra, no Paraná, e de Terra Roxa, dois municípios do oeste do Paraná, que me apontaram que, a prevalecer o fim do marco temporal, o Município de Guaíra terá 20% do seu território demarcado como área indígena, de população que não estava lá há pouco tempo – Guaíra, 14%. Da mesma forma, Terra Roxa terá 18% do seu território objeto de demarcação de terra indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ouvimos aqui tratando esse tema como se fosse um confronto entre o agro e a população indígena, e não é. O próprio exemplo de Santa Catarina, como bem colocado pelo Senador Esperidião Amin e pelo Senador Jaime Bagattoli, é área urbana. No fundo, o que esse projeto estabelece é segurança jurídica, que nós precisamos no nosso país – paz no campo e paz nas cidades. E é inequívoco que todos nós aqui temos esta compreensão muito clara de que o grande problema das comunidades indígenas venha a ser exatamente as faltas de oportunidade para o desenvolvimento econômico, que envolvem muito mais que questão de terra, porque existem diversas populações indígenas que têm há tempo terras demarcadas, mas que ainda assim vivem na pobreza ou dependendo de uma assistência social permanente por parte do Estado.

Então, o que nós precisamos são políticas públicas de educação – e o exemplo colocado pelo Senador Esperidião é extremamente oportuno, da escola indígena, e parabenizo V. Exa. por essas iniciativas do seu tempo de Governo –, saúde, financiamento, ou seja, oportunidade de desenvolvimento, muito mais do que a questão da terra. É falsa essa oposição entre brasileiros não índios e brasileiros indígenas. No fundo, nós estamos dentro de um mesmo país, e o nosso objetivo tem que ser buscar prosperidade para todos, mas não teremos essa prosperidade à custa da insegurança jurídica, a custo de fomentar conflitos que podem surgir com o fim do marco temporal.

São dois pontos, então, essenciais, a meu ver, que me levam a votar "sim" nesse projeto, relatado pelo Senador Marcos Rogério. Primeiro, nós precisamos afirmar nossas prerrogativas do Senado, e nossa afirmação não significa um confronto com o Supremo Tribunal Federal. Muito pelo contrário, atendemos até uma crítica que pontualmente alguns ministros fazem de que eles têm que atuar diante da nossa omissão. Pois bem, aqui estamos legislando, dando tratamento a essa matéria em um caso ao qual eles não deram repercussão geral, nem efeito vinculante, e ao qual eles têm muitas incertezas e dúvidas.

Dois. Precisamos desse PL para ter segurança jurídica no Brasil em relação a essa matéria. Concomitantemente, cabe ao Governo e cabe também a esta Casa Legislativa encontrar respostas às demandas legítimas da população indígena, na forma de encontrar oportunidades de desenvolvimento, para que possam, sim, mantendo a sua cultura – e isso é essencial –, seguir o caminho da prosperidade, assim como todos os outros brasileiros.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, quero cumprimentar V. Exa., Presidente, a todos, o Relator Marcos Rogério, todas as Senadoras e os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar fazer uma abordagem um pouco diferente da que vem sendo feita, porque eu não tenho a propriedade de fazer o debate jurídico, como o Relator fez, porque eu não sou rábula, não sou operador do direito. Então, não vou me arriscar em território em que muitos aqui já falaram.

Eu só queria chamar a atenção, com tristeza, para um fato histórico do Brasil que foi muito bem colocado pelo Senador Esperidião Amin. Desde a primeira Constituição, a de 1934, republicana, como ele citou, a citação é sempre no presente: aos que ocupam, aos que estão, etc. No entanto, mesmo sendo esse o texto legal máximo da Constituição, e assim se sucederam outras, nós até hoje mantemos o conflito da terra, seja indígena, seja quilombola, seja da reforma agrária.

Eu só estou dizendo que a gente está tão apaixonado aqui corretamente, porque o tema é candente. Foram belas defesas, seja em que sentido for, mas, na minha opinião – me perdoe, Relator –, eu vou orientar a votação contra, não é nem por discordar ou porque alguém já julgou antes, é porque eu acho que o problema não é de lei, o problema é de decisão do Estado brasileiro. É isso que nos envergonha, porque, se a matéria consta desde 1934, praticamente são cem anos dizendo aos que ocupam... Em cem anos, nós não conseguimos resolver a ampla maioria desses conflitos de terra, porque a terra é sempre uma disputa.

Então, tudo bem, nós vamos votar e, eventualmente – eu não tenho bola de cristal –, aprovar aqui no plenário, etc., vai à sanção do Presidente e ele fará o que a sua consciência disser, mas, em qualquer hipótese, só para ter consciência, nós não estamos resolvendo o problema. E nós só estamos aqui vendo que legítimos pretendentes à posse da terra, sejam eles indígenas ou não indígenas – prefiro chamar genericamente assim –, não terão sua vida resolvida.

O Supremo acabou de tomar uma decisão sobre o caso de Santa Catarina. Pergunto eu: a vida está resolvida? Não, não está resolvida. Não sei quantos são os colonos. Seja ele o número que for, como é que vai ser? Cento e vinte anos depois: "Valeu, obrigado. Depois eu vou pagar a sua indenização". Não tem dinheiro suficiente para pagar a indenização com a crise fiscal da qual nós sonhamos em sair. Então, vai virar tudo o quê? CDA? Vai virar tudo precatório? Vai virar tudo o quê? Não sei. Eu só estou querendo chamar a atenção que nós estamos num caminho não da solução.

Vamos reafirmar o que já está na Constituição de 1934: "aos que ocupam". E aí eu queria, nesse detalhe, chamar a atenção dos colegas, na minha eterna presunção de que a gente consiga construir aqui um ambiente em que os ouvidos, porque Deus nos deu dois e a boca uma, ouçam mais do que a gente fale, e que entendam que a verdade de cada um não é a verdade final da democracia.

O que é que eu quero dizer? Só para mostrar uma incongruência, porque para essa que eu quero chamar a atenção, inclusive do Relator. Nós estamos dizendo que é "aos que ocupam", em 1988. Aí pergunta-se: como saber quem ocupava? Antes se exigia a presença. Como se considera que a presença acaba atrasando o processo, lá vamos nós para o satélite, para saber quem ocupava, com imagens. Agora, eu vou chamar a atenção dos colegas, não índios: no caso pretendido da regularização fundiária, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também se trata da posse da terra, nós pretendemos que – repare que distinção nós fazemos – quem for pagar à vista pode dizer que estava na terra até dezembro de 2019, apenas quatro anos atrás, dezembro de 2019; se for a prazo, o presente não é tão grande, é 2013. Como é que eu constato se aquele cidadão, efetivamente... Como é que eu constato que efetivamente esse cidadão é colono? Esse texto está para ser votado aqui nessa mesma condição. Como é que eu constato que o cidadão está lá? Aí alguém diz: "Ele precisa comprovar cultura efetiva". Como é que eu constato a cultura efetiva? Antes lá ia o Incra para constatar a cultura efetiva, agora não. Com as imagens de satélite, basta eu ter, por exemplo, destocado uma área, e não estou criminalizando, limpado uma área, o satélite vai dizer "não, aquela área foi agricultada". Por quê? Porque se quer pressa no sistema e não tem mais a visita lá. A visita que tinha no caso do índio, da Funai, foi suprimida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ou melhor, ao contrário, está sendo exigida. Ele tem que ir lá para constatar que o índio esteve lá. No caso do não índio, o satélite resolve a minha vida.

Pelo amor de Deus, senhores e senhoras, nós precisamos ter coerência no que a gente vota. A todos é dado o mesmo direito, é preciso que a gente tenha a mesma lógica para as coisas. Apesar que eu vou insistir, este ato que nós vamos fazer, na boa-fé de todos que querem resolver o problema, não vai resolver o problema, porque, como disse o ilustre Senador... Eu ia cair nessa esparrela. Eu ia falar que desde 1934 está aqui, aí depois eu fui ler o texto e falei: se eu falar isso aqui, vai ter algum careca inteligente que vai dizer "ó, mas aí está no presente". Ele falou, ainda bem, antes de mim. Então, ainda bem que eu não caí na esparrela. (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A aliança dos dois lados do Jordão.

Bom, mas o que eu estou querendo dizer é que não há culpados aqui, é o Estado brasileiro que é culpado, com os seus sucessivos dos governos, sejam eles autoritários ou democráticos, do meu Presidente, do Presidente anterior, todos, porque a única forma de resolver isso é como nós resolvemos agora na Comissão de Meio Ambiente, com o defensivo agrícola: é sentar com os interessados à mesa e fazer uma negociação séria, com tempo marcado, para que a gente diga que ninguém vai levar tudo aqui e que a razoabilidade tem que prevalecer.

Tudo bem, teremos o texto, é 2008, e o texto não vai resolver a nossa vida, porque tudo que está no contencioso vai continuar e outros contenciosos, eventualmente, como o de Santa Catarina, vão surgir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só chamar a atenção para esses dois aspectos. Não é isso que resolve a vida e para mostrar que nós estamos usando dois pesos e duas medidas, um para os índios e outro para os não índios. Não acho razoável.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, diante da fala do Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, e diante de uma concordância que eu percebi ao ouvir o silêncio, acho que poderíamos construir algo que pudesse ser consensuado entre todos que conformam esta Comissão, num debate em que essas questões, que foram levantadas pelo Amin, que foram levantadas por vários colegas aqui e inclusive pelo Líder, que a gente pudesse consertar, fazer uma consertação e encontrar um termo para que pudéssemos sair daqui com algo que não fosse, ao fim e ao cabo, transformado num veto ou com coisas importantes que têm, fossem ou possam ser vetadas na sequência ou transformadas em inconstitucional na sequência.

O enfrentamento somente em uma posição, ou para marcar posição, sem efetivamente dar ao Estado a condição de fazer o que tem que ser feito, talvez não seja o que o Brasil e o que todos os setores da sociedade brasileira esperam.

Por isso, a sugestão de encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me continuar com a lista de oradores inscritos.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, quero aqui cumprimentar o nosso Relator Marcos Rogério, os dois votos em separado do Alessandro Vieira e do nosso colega Contarato e cumprimentar o nosso Presidente Alcolumbre.

Eu, como o Jaques Wagner, sou médica, então, eu ouvi toda a parte jurídica aqui, mostraram tudo o que é inconstitucional.

Uma pergunta que não quer calar: a quem interessam as terras indígenas? Eu estou vendo o lado da vida.

Falou-se muitas vezes aqui que com esse marco temporal vai acabar a insegurança jurídica, vai trazer liberdade para as populações indígenas, tranquilidade para as populações indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu pergunto aqui... O marco temporal é para quem já estava na Constituição até 5 de outubro de 1988.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Todos nós sabemos que muitas comunidades indígenas se deslocaram por pressão do garimpo ilegal, do avanço de quem interessa, os latifúndios, empurrando esses índios.

Nós tivemos uma prova recente, gente: os ianomâmis. A gente viu aqueles ali. E quantos outros não tiveram isso porque nossa população originária sempre foi empurrada por outros interesses?

Eu não quero me prorrogar aqui, mas quero dizer que eu sou contra o marco temporal, inclusive esses itens que tem, que foram considerados pelo nosso Relator e outras pessoas, como, por exemplo, ter que ir *in loco* saber se você continua com a sua cultura indígena. E, como foi falado pelo nosso Líder, o Jaques Wagner, eu perguntaria: em 05/10/1988, poucos de nós sabemos onde estávamos; então, o que é que está sendo proposto aqui aos indígenas? Vão ter tranquilidade jurídica, segurança jurídica; vocês vão ficar em paz e vão ficar tranquilos para continuar sendo esmagados, sim – esmagados, sim! – pelo garimpo ilegal, quem está financiando – porque a gente sabe que a maioria daqueles garimpeiros tem gente por trás –, e pelo interesse maior do lucro.

Por isso que eu digo aqui: eu sou contra esse marco legal. A sociedade brasileira tem uma dívida muito grande com a população que, quando a gente chegou aqui, já estava, gente. Então, fiquem tranquilos, povos indígenas, vocês vão ter paz, vocês vão ter tranquilidade para continuar vendo a população indígena sendo esmagada pelo garimpo ilegal e pelos outros interesses que a gente vê aí. Isso é fato.

Zenaide está aqui, não está discutindo a legalidade, porque já foi comprovado aqui que é inconstitucional. Eu estou aqui em defesa da vida, gente. Você não pode mandar as pessoas morrerem tranquilas com segurança... com insegurança, porque tem segurança jurídica. Paz? Paz? "Morram em paz" é o que está sendo votado aqui, infelizmente, para os nossos povos originários.

Obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, primeiramente eu quero declarar aqui minha posição de oposição a essa ideia do estabelecimento de um marco temporal, exatamente porque a Constituição brasileira não estabeleceu, em nenhum momento, esse corte temporal para a demarcação das terras indígenas. A própria definição do Supremo Tribunal Federal, que aconteceu esta semana, mais uma vez sepulta a ideia de posse imemorial. E quero dizer que considero absolutamente adequado e correto o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posicionamento do Supremo em tomar essa decisão. Ele é o guardião da Constituição, isso é definido pela própria Constituição. E nós aqui não somos nem melhores, nem piores do que o Supremo Tribunal Federal, como alguns querem usar como argumento para fazer confrontação com posições do Supremo; Supremo que garantiu que nós hoje não estivéssemos vivendo numa ditadura sanguinária, alguns torturados e outros mortos, e que cumpriu o seu papel, é esse o papel que a Constituição reserva ao Supremo.

Mas, se o problema fosse só o marco temporal, estava bom. A questão é que esse projeto de lei, que, de forma inconstitucional, mexe numa série de aspectos que exigiriam emenda constitucional ou lei complementar, avança para eliminar ainda mais os direitos dos povos indígenas, por exemplo, garantindo que possa haver contato com povos isolados, desrespeitando o que a Constituição prevê, que eles têm direito aos seus costumes, à sua língua, às suas crenças, às suas tradições, fazendo com que esses indígenas estejam expostos ao contato com o que nós chamamos de civilização, expondo-os a doenças e obrigando-os a um processo de aculturação. Temos a definição para inclusive entidades nacionais ou internacionais fazerem esse tipo de articulação. Basta a gente olhar para o que aconteceu com a covid para a gente saber quão nocivo é esse contato indesejado para os povos indígenas, particularmente para aqueles que são isolados.

Prevê a possibilidade de reversão do que já está demarcado, dentro de uma visão que não somente prevê, mas acredita e certamente estimulará um processo de assimilação, que é inaceitável se nós queremos preservar os direitos dos povos originários no nosso país.

Permite exploração de qualquer tipo de atividade econômica, inclusive em consórcio com os próprios indígenas, o que é, sem dúvida, um total desvirtuamento do que é o debate sobre os direitos que os indígenas têm.

Permite intervenções militares, plantio de transgênicos, permite instalação de equipamentos públicos sem qualquer condicionante, indenização de terra nua até para quem lá está de má-fé.

Portanto, o que nós estamos vendo é irmos contra a corrente do que o mundo deseja hoje, que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... é a preservação do meio ambiente, que é a garantia dos direitos dos povos originários, que é acabar com a insegurança e os conflitos. Esse projeto, essa proposta vai acirrar a conflitividade e não a resolver.

Por último, quero dizer que me estranha muito falarem aqui que o problema dos indígenas é superar sua pobreza, é garantir seus direitos legítimos. Nós passamos aqui quatro anos de um Governo de extrema direita, que muitos aqui apoiaram, e o que foi que esse Governo fez? Desmontou os instrumentos de política indígena, retirou recursos para implementação dessa política, permitiu grilagem de terra e permitiu o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garimpo nas terras indígenas, levando àquele escândalo que aconteceu lá nas terras ianomâmis, onde eu tive oportunidade de ir também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estou concluindo, Presidente.

... e aquele escândalo que nós vivemos em relação à população ianomâmi, em que o Governo não somente nada fez como estimulou a entrada de garimpeiros ali, estimulou o garimpo ilegal, permitiu a violência e permitiu até outras coisas mais, como a presença do crime organizado hoje em todas aquelas regiões.

Portanto, por essa razão, entendo que esse projeto deve ser rejeitado e nós respeitarmos integralmente o que fez o Supremo, que tão somente cumpriu o seu papel constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, nosso Primeiro-Secretário, Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero não responder, mas deixar claro que sempre fui, serei e continuarei sendo um social-democrata. Portanto, essa ideia de polaridade atrasada que as pessoas tentam criar sobre um neocomunismo inexistente, eu acho isso um desserviço à sociedade brasileira, porque não é isso que está em discussão neste momento.

O que está em discussão aqui... Primeiro, é que o Brasil é um país que tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 854 milhões de hectares, no total, e isso nos dá 500 milhões de hectares, aproximadamente, de área preservada, quase 600 milhões de hectares de área preservada, o que representa em torno de 55% a 60% do nosso território preservado. E, além disso, nós temos em torno de 200 milhões, 220 a 230 milhões de hectares de áreas cultivadas, no Brasil, e o restante de áreas ocupadas com rodovias e centros urbanos.

Eu quero chamar atenção para que esses 584 milhões de hectares de área preservada é um dos maiores ativos da humanidade. Ali nós temos a maior biodiversidade da humanidade e ali nós temos a maior fonte de captação e de estabilidade na captura de carbono da humanidade também. E isso em pé, isso vivo vale muito mais do que desmatado, do que devassado, do que ocupado de forma a não preservar e a não explorar de forma objetiva, respeitosa, esses futuros recursos que serão a base da indústria, que serão a base do que nós vamos viver com a inteligência artificial e a produção de tecnologia biológica e de uma indústria biológica que está por se formar, e toda a base está ali. E eu quero dizer que se não fossem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reservas legais, se não fossem as reservas indígenas, se não fosse tudo isso que a gente vem preservando até hoje, não teríamos mais toda essa riqueza a serviço do Brasil e da humanidade.

Nós não precisamos derrubar nenhuma árvore mais para poder dobrar nossa produção agropecuária. Nós não precisamos de mais nada disso. Nós podemos garantir a segurança alimentar, nós podemos fazer tudo isso preservando as culturas, preservando os nossos povos originários, preservando aquilo de que nós deveríamos nos envergonhar. Se a gente vai no México e vai no museu pré-colombiano, a gente vai ver o respeito às culturas que estavam lá quando os espanhóis chegaram; aqui sequer nós temos um museu decente para falar dos povos pré-europeus que chegaram nesta terra.

E eu quero concluir, Presidente, dizendo que seria possível a gente estabelecer um acordo para dar estabilidade, tranquilidade, mas quando se quer acordo. Quando se quer fazer disputa ideológica, quando se acredita que o índio ou que todos são iguais, sem levar em consideração as suas origens, quando essa igualdade que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... na maioria das vezes, as pessoas buscam diferenciar – ela é trazida para disfarçar as desigualdades que existem –, aí a gente passa a ter uma dificuldade de diálogo, de compreensão e de construção conjunta de uma solução definitiva para que o Estado brasileiro resolva essa questão, que é mais do que secular e que precisa de uma solução definitiva.

Espero que, independentemente de qualquer coisa, a decisão do STF e a decisão do Governo, do Executivo, ao final, definam o rumo final dessa história.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero agradecer a palavra e parabenizar o Relator, Senador Marcos Rogério, que, de forma extremamente equilibrada e competente, como lhe é peculiar, proferiu esse relatório que estamos debatendo nesta Comissão.

O que está no cerne deste debate, Senador Marcos Rogério, acima de tudo, é a solução de um problema com graves desdobramentos sociais e econômicos para o nosso país. Quando se estabelece um marco temporal que vai dar segurança jurídica para os indígenas e para os não indígenas, você resolve os conflitos no campo, garante que o Brasil tenha o respeito ao art. 231, com a sua regulamentação – como, nos atos transitórios, a nossa Constituição já estabelecia –, e, acima de tudo, nós damos uma resposta à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade, que quer deste Congresso a altivez necessária para deliberar sobre os temas que são de sua competência.

Ora, uma boa parte dos que aqui nos sucederam também fez esta mesma ponderação: assuntos como aborto, descriminalização de drogas ilícitas, demarcação de terras, como o marco temporal, são assuntos do Congresso Nacional. Ora, seria muito fácil, muito simples que o Supremo, diante dessas temáticas apresentadas, dissesse: "Não. É competência do Congresso. Nós sequer recepcionamos. O Congresso está deliberando acerca disso ou já deliberou".

Então, para que a gente seja muito claro, eu estive recentemente no Estado do Acre e lá, conversando com amigos indígenas dos grupos das etnias huni kuin, caxinauá, no Município de Santa Rosa do Purus, eu os questionei: "Meus amigos, vocês estão precisando de mais terra? Vocês querem mais demarcação de terras?". Sabe o que eu ouvi, Senadora Tereza? "Senador, não. Nós queremos é energia solar na aldeia. Nós queremos uma saúde indígena de qualidade. Nós queremos internet. Nós queremos acesso às nossas estradas vicinais, aos ramais. É isso que nós queremos. Nós não queremos mais demarcação de terra".

Precisamos conversar com os próprios indígenas. É importante ouvi-los também.

Lá na CRA, nós tivemos uma audiência pública, ouvimos os dois lados, mas ouvimos indígenas que falavam exatamente disso. Nós não estamos atrás de mais demarcação, nós estamos atrás de mais condições de termos uma vida melhor nas nossas aldeias. Esse é o cerne do debate. E, olha, dar mais autonomia aos nossos irmãos indígenas, mais autonomia para que eles possam usufruir de suas terras, sem as amarras que têm hoje.

Então, esse eu acho que é o grande debate no Brasil. Garantir a soberania dos nossos irmãos indígenas sobre suas terras, para que eles possam ter prosperidade, melhor saúde, melhores condições, inclusive de produzir em suas terras. Esse é o grande debate, Senador Magno Malta, porque os nossos irmãos indígenas, em sua maioria, não querem aumentar as suas áreas, eles querem melhorar as suas condições de vida. Eles querem o melhor, querem viver bem, querem qualidade de vida, querem usufruir de suas terras. E é isso que nós ouvimos deles quando conversamos com eles. Então, é importante fazer essa reflexão.

Estabelecer uma demarcação para aqueles proprietários rurais que, lá atrás, de boa-fé, adquiriram áreas que foram desapropriadas pela própria União, pelo próprio estado onde eles residem, e aí não lhes dar o direito de serem indenizados devidamente, Senador Ciro, pelas terras ocupadas por suas famílias há décadas, muitas vezes há séculos?!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É importante que o Brasil garanta ao produtor rural e garanta ao irmão indígena as duas coisas: aqueles que produzem terem a sua segurança jurídica, que não serão esbulhados de suas áreas; e os nossos irmãos indígenas terem segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que poderão usufruir de suas terras de forma que garantam a prosperidade de seus filhos. É isso que deve ser o grande debate neste Congresso Nacional.

Outra coisa, eu acho que nós temos que ter a altivez de fazer o enfrentamento democrático, o enfrentamento do diálogo, mas o enfrentamento corajoso, de se fazerem respeitar as competências do Congresso Nacional. Não é mais possível o atropelamento que estamos sofrendo às vistas da sociedade, e a sociedade cobra dos Senadores uma posição firme de respeito às suas atribuições, suas competências...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... de o próprio Senado se respeitar. Então esse também é o grande debate.

Estamos aqui diante de três grandes pontos: o respeito à autonomia do Congresso Nacional e à sua competência; o respeito à norma jurídica e à segurança para o proprietário rural; e o respeito e a dignidade do nosso povo indígena para que usufruam de suas terras e tenham as melhores condições para garantir a sua prosperidade e de seus filhos. Esse realmente deve ser o grande debate nesta Casa.

O marco temporal é fundamental para garantir isso. Aprovar esta matéria, dar uma resposta nas três fases. Eu acredito que é isso que o povo brasileiro anseia de todos nós Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Davi, Sras. e Srs. Senadores, eu poderia até me dar já por satisfeito, com a fala do nobre Senador Alan Rick, porque é, de fato, o que todos nós entendemos aqui.

Da mesma forma, lá no Estado de Roraima, quando eu converso, de fato, com as comunidades indígenas, o que eles clamam é por apoio para que eles possam produzir, o que eles clamam é por educação de qualidade.

Aliás, Sr. Presidente, no Estado de Roraima, o Governo do estado mantém mais de 350 escolas em comunidades indígenas, mais de 350 escolas, os municípios mantêm as escolas, e tudo isso sem R$1 do Governo Federal, nem antes, nem durante, nem depois. O Governo Federal não contribui com absolutamente nada com o estado e os municípios para manter as escolas nas comunidades indígenas. Nós não temos R$1 do Governo Federal para manter as estradas dentro das áreas demarcadas como reservas indígenas. São todas mantidas pelo Governo do estado.

O que querem é ampliar mais demarcações, criar novas unidades e jogar os nossos povos originários ao relento, à própria sorte – é isso que desejam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos, categoricamente, definidos, nós não estamos pleiteando nenhuma redução daquilo que já está demarcado para os povos indígenas. O que nós não podemos concordar é com essa contínua, essa sanha insaciável do Governo Federal por mais demarcações, por mais terras, quando eles não mantêm as terras que já existem para os povos indígenas, quando eles não lhes dão condições para eles poderem sobreviver. O que eles querem... E eu vou usar aqui a fala do indígena Jonas Marcolino, que disse, Presidente Davi, Senador Jaques Wagner: "Eu quero que o meu povo tenha o direito de sair da obrigação do Jamanxim nas costas, para rodar 50km, 100km com Jamanxim sem ter um transporte, sem ter uma bicicleta, sem ter um carro. Nós queremos estradas trafegáveis. Nós queremos que os nossos irmãos tenham direito a frequentar uma escola, a fazer um curso superior. Nós queremos postos de saúde de qualidade, medicamentos, equipamentos médicos". É isso que eles querem, não são mais terras.

Na Raposa Serra do Sol, foram demarcados 5 milhões de hectares de terra, e os povos indígenas ali não cresceram nada. Quem produz lá, quem dá a eles condições para produzir é o atual Governo do Estado de Roraima, o Governador Antonio Denarium, que, junto às comunidades, dá a eles 20ha., 30ha. e faz com que eles produzam, dá o trator, dá o arado da terra, dá o adubo, dá a semente para que eles possam produzir e viver melhor.

É por isso que o Governador Antonio Denarium ganhou a eleição em todos os municípios do Estado de Roraima, ganhou principalmente nas comunidades indígenas – ganhou principalmente nas comunidades indígenas –, pelo apoio que ele dá. O que os indígenas querem é isso.

Tem muita gente falando de indígenas sem conhecer o indígena, sem conhecer a comunidade. Tem gente falando da região Yanomami sem conhecer o tamanho da região Yanomami, sem conhecer as necessidades daquele povo. Tem gente que levou jabá para os povos indígenas comerem, Presidente. Os indígenas não comem jabá, Presidente. Eles não sabem o que é isso, eles não conhecem isso, eles não conhecem, eles não têm essa cultura. Querem manter a cultura dos povos indígenas? Mantenham, eles querem que seja mantida, mas eles querem que seja mantida, dando a eles também a oportunidade de eles crescerem, de eles terem educação, de eles terem internet na casa deles.

Falaram aqui que nós estamos, com a aprovação dessa lei, Presidente Davi, peitando o Supremo; pelo contrário, nós estamos legislando, cumprindo o nosso dever constitucional de legislar – esse é o nosso dever, essa é a nossa obrigação. E essa lei que está sendo aprovada aqui na CCJ é para reduzir conflitos, é para acabar com os conflitos, é para reduzir os conflitos e acabar com a insegurança jurídica no campo.

Presidente Davi, eu tenho em minhas mãos um documento enviado agora, neste ano, em abril – em abril, maio deste ano –, ao Presidente da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Roraima.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vou caminhar para concluir, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse documento, eles manifestam que mais de 300 pretensões existem – foi enviado pela Funai –, mais de 300 pretensões, em quase todos os estados no Brasil. São 615 áreas no Brasil, mas, só no Estado de Roraima, Presidente Davi, são mais 15 áreas que eles pretendem ampliar, e eles pretendem ampliar isso aqui, Presidente Davi, de quem já está seguro na sua terra, de quem trabalha lá há muito tempo, de quem tem o suor do seu rosto.

Vamos fazer uma nova injustiça no estado, como foi feita no caso Raposa Serra do Sol, em que os indígenas, ao saírem de lá, foram para Boa Vista e, sem terem onde trabalhar, entraram em depressão, morreram desempregados e não têm como sobreviver? É isso que querem novamente?

É preciso conhecer o Brasil continental para tomar decisões e aprovar leis que venham a entender, a atender todas as nossas necessidades.

É muito fácil o Supremo pautar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... uma decisão em que 11 ministros é que votam, e ali, imediatamente, eles tomam uma decisão sem ouvir diretamente a necessidade e a todos os interessados.

Quando uma lei é demorada para votar no Senado Federal e no Congresso Nacional, é porque aqui se ouve toda a sociedade, todas as classes sociais, todos aqueles que têm interesse. Os Senadores ouvem, os Deputados Federais ouvem. Então, Presidente, até quando o Senado, o Congresso não decide, é uma forma de decidir, porque está ouvindo a população.

Nós queremos manifestar o nosso apoio integral e irrestrito ao parecer do Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Presidente, quero cumprimentar a todas as Sras. e Srs. Senadores e pedir que todo mundo retorne ao Plenário. Logo, logo, se Deus quiser, estaremos votando.

Para não ser tão repetitivo...

Antes de entrar aqui, queria cumprimentar os Deputados Federais que estão ou estiveram: a Silvia, o Sergio Souza, o Pedro Lupion, o Alceu está ali ainda – Deputado Alceu, grande liderança, nosso grande amigo.

Vamos ao caso concreto de Santa Catarina.

Está aqui o Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São 2,7 mil hectares ocupados por 172 famílias. Se você pegar 2,7 mil e dividir por 172, não dá – não dá – 16ha. Povo que vive e faz a melhor agricultura familiar do Brasil, sim ou não?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Títulos de cem anos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Documento centenário.

De repente, uma decisão ali no ar-condicionado, sem conhecer, sem viver, sem saber, leva-se a essa população dos dois Municípios de Cunha Porã e Saudades... Por que eu estou falando assim? Porque eu recebi os dois Prefeitos, que estiveram conosco aqui fazendo uma jornada dentro do Senado Federal.

Então, não votar um assunto – não é? – dessa envergadura, deixar a população... Nesse momento é Santa Catarina; amanhã não sei onde; depois de amanhã... Quer dizer, nós já temos lá no Pará gente botando fogo em milharal, querendo dizer que a terra é dele. Situação crítica!

Temos que votar sim. E essa votação aqui não tem nada a ver, meu Relator querido, que fez um grande relatório, Marcos Rogério, aqui, com disputa entre situação e oposição, absolutamente! Quem quiser levar para esse campo leve, mas não é o objetivo disso. "Produtor rural contra indígenas!", também não, não existe isso. "Esquerda contra direita!", também não. "Congresso, Senado contra o Supremo!", não tem nada a ver uma coisa com a outra. Estamos simplesmente fazendo o nosso arrozinho com feijão, o dever de casa: debater e votar matérias que deem um mínimo de condição e cobertura jurídica àqueles que moram neste país, botando um mínimo de cada um no seu lugar. É assim, é assado. "Ah, mas os coitados dos indígenas!". Olhem, minha família está dentro da oca, minhas filhas são bisnetas de índio, minha esposa é neta direta, correto?

Mas prestem atenção num dado aqui: 1,192 milhão de quilômetros quadrados já estão demarcados e entregues aos nossos irmãos indígenas. Isso, quando você pega a Europa, praticamente some com a Europa ali dentro. Para quantos mil índios? Não dão 600 mil aqueles que moram na zona rural, não é?

Que necessidade maluca nós temos de ficar atendendo ONGs? E aí, Presidente, atender essa situação aqui não é nada mais, nada menos do que atender aquilo que lá na Amazônia é comandado pelas grandes ONGs, correto? Se fosse um movimento dos próprios indígenas, da Funai, etc., etc., "ah, vamos fazer uma reflexão". Mas não é.

Eu estou ficando velho, careca, não idiota. Pelo amor de Deus! Eu conheço isso como a palma da minha mão. Tudo o que está acontecendo hoje aqui, envolvendo a questão indígena, pelo menos dentro da Amazônia, é comandado, financiado, organizado e mobilizado por organizações não governamentais.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pegam dinheiro lá fora para fazer isso aqui, para amarrar o Brasil, a produção e a soberania nacional.

Então, colegas, vamos votar, faz parte do nosso dever.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Boa tarde!

Eu quero agradecer aqui ao Presidente. Eu estava pensando que eu era a terceira, mas fiquei feliz agora, porque faz algum tempo que eu já espero aqui.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, nobre Relator, fazer também o meu registro de que sou contra realmente esse marco temporal que está aqui sendo discutido e debatido hoje. Sobretudo, estamos na Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade do projeto que aqui está sendo discutido e debatido, não tirando todo o trabalho que teve o nobre Relator, não tirando todas as intervenções que me antecederam.

Eu estive aqui atentamente ouvindo cada Senador, cada Senadora, cada posição que foi dita aqui, e quero aqui ressaltar especialmente também o posicionamento do Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner, que tão bem fez um resumo de todo esse projeto, um resumo de tudo que está acontecendo, que está sendo debatido, e trouxe realmente para a realidade como se vai poder – amenizar, não – acabar realmente com esses conflitos. E eu quero dizer que não posso falar como uma pessoa que é dos povos indígenas porque não sou. Eu não sou de uma comunidade, então não me dou o direito de dizer o que eles querem ou o que eles não querem, mas se tem uma coisa, das relações com os povos indígenas que eu tenho lá do Estado do Ceará, é que a primeira reivindicação dos povos indígenas se trata sobre a demarcação realmente do seu território.

Então eu, que ouvi os povos indígenas lá do meu Estado do Ceará, não acredito que seja diferente pelo país. Algumas diferenças podem até existir, mas, na sua grande maioria, o primeiro ponto de reconhecimento histórico, por esse povo que vem sofrendo há séculos, realmente é a demarcação do seu território. E, através desse marco temporal, eu não vejo a justiça sendo feita da forma que tem que ser.

Ao mesmo tempo que escutei vários Senadores e Senadoras também falando da importância de posseiros, de pequenos proprietários que estão lá há algum tempo em algumas terras hoje sendo delimitadas como indígenas, de boa-fé, aí já é outra discussão, como foi dito aqui pela Senadora, que merece, sim, ser realmente apartada dessa questão que o PL está tratando aqui, que não é só da demarcação territorial dos povos indígenas, mas é que a gente não pode ter dois pesos e duas medidas no que se trata da demarcação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de terras, porque é muito importante. E é prioritariamente para os povos indígenas que a gente vai fazer um reconhecimento histórico e, para além disso, garantir a dignidade desses povos, garantir realmente que eles possam ter o seu sustento da forma que eles escolherem. Assim tão bem foi dito aqui, e é o que nós também defendemos, da forma que eles escolherem. Mas a escolha deles está exatamente em serem mantidos no seu território, em ter a dignidade de realmente não terem interferência exterior sobre o que eles têm que acreditar, sobre como eles têm que comer, o que é que eles têm que comer ou vestir, e assim foi dito aqui por todos e todas.

Mas, aqui, eu sei que o tempo é pequeno, e eu quero só ressaltar que sou contra – volto a dizer – esse projeto, vou votar contra, com muita convicção, especialmente pela sua inconstitucionalidade.

E aqui eu ouvi alguns questionamentos dizendo que é questão ideológica, que não é questão ideológica. Para além do que é ideológico ou não, eu me sinto aqui na Comissão de Constituição e Justiça com a obrigação real de votar pela legalidade ou não. Então, não fazendo parte do ciclo da legalidade, que o que trata aqui desse projeto... E eu fico triste também que, na tentativa de amenizar e corrigir algumas nuances que tem dentro do projeto, apresentamos seis emendas que não foram acatadas. Entendo também o posicionamento, mas fico triste também em saber que essas emendas amenizariam um pouco aí a insegurança dos povos indígenas.

Então, aqui, só quero reafirmar que também sou contra, novamente sou contra esse PL, com muita convicção da sua inconstitucionalidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... e, sobretudo, do que se trata dentro dele também de não fazer justiça aos povos mais injustiçados que são os povos indígenas do nosso país.

Obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito bom dia. Bom dia, Sr. Relator.

Boa tarde já, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É verdade. Aquele bom dia do general: "Bom dia!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, alguns aqui fizeram uma cronologia, mas eu preciso rebater. A história é a seguinte: essa matéria chegou ao Senado, no dia 1º de junho de 2023, depois de 17 anos sendo discutida na Câmara. Aí, Plínio Valério, o nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que é um cara educado e que respeita até demais outros Poderes, comentou com o grupo de Senadores... Isso não está oculto, não. Isto foi matéria de manchete, matéria de jornal: o Presidente Rodrigo Pacheco iria consultar o Supremo e lhes pedir para pararem de legislar, porque nós íamos fazer nossa parte aqui, Ministra Tereza Cristina.

Olhe só, aí ele foi e disseram que iam respeitá-lo. Infelizmente os governistas começaram aqui, Marcos Rogério – vai vendo Brasil, vai vendo –, a sabotar a votação. E mete audiência pública, e manda para a CRA, e volta para a CCJ... "Vamos discutir direto no Plenário?" "Não." Pede urgência, não bota, sabotando o assunto para quê? Para o objetivo deles. E agora está na ponta da língua: "Não, o Supremo Tribunal Federal...". Que Supremo Tribunal Federal? Porque uma abençoada lá vai se aposentar, pega só assunto moleza, só assunto lindo, como aborto, droga e demarcação de terra indígena, inovando para pior, Magno Malta. Sabe por quê? Magno Malta, Raposa Serra do Sol, 19 condicionantes, nenhum indígena vai ficar na mão, ninguém vai ficar sem demarcar terra.

Agora, eu quero ver, perguntar aqui aos Senadores...

Aliás, Davi, tem que mandar, por gentileza – pedido meu para o senhor, do meu coração para o seu –, lá para o Tribunal de Contas da União...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não fiquem com ciúmes, V. Exas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não fiquem com ciúmes.

Mas, veja, Presidente Davi, tem que mandar para o Tribunal de Contas da União qual é o valor que nós estamos devendo, porque aqui eu já ouvi que nós temos dívida com índio eterna. Eu sou branco, então eu tenho dívida com negro; eu sou heterossexual, tenho dívida com os homossexuais; eu não sou pardo, tenho outra dívida; aí, se eu tenho descendência europeia, é mais dívida. Tem que mandar para o Tribunal de Contas da União, porque essa dívida é impagável.

E aí é um floreamento, jogam purpurina, jogam paetê... Entendeu? Floreamento para um negócio que é tão grave, Hiran: demarcação de terra indígena. As terras indígenas que nós já temos não são desenvolvidas!

Marcos Rogério, exijo sua atenção porque eu vou falar agora em sua homenagem: vai vendo, Brasil. Eu, junto com o Governador Jorginho Mello, junto com o Senador Esperidião Amin – ouça isso, Plínio Valério –, fomos à Advocacia-Geral da União tratar do assunto de Santa Catarina, o Advogado-Geral da União tinha quatro ou cinco assistentes na mesa, sabe o que eles falaram, Mauro? Falaram o seguinte: "Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas de Santa Catarina querem acordo, mas as ONGs e a Funai não permitiram". Vão vendo, Brasil e Santa Catarina.

Está ouvindo, Davi? Está ouvindo? Está ouvindo, Davi?

Palavras do Advogado-Geral da União. Se é mentira, então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... é mentira do Advogado-Geral da União, que falou isso na minha frente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, Sr. Presidente, é um tema... Quero parabenizar Marcos Rogério.

Índio não quer apito, índio não quer mais terra, ele quer dignidade, ele quer Hilux, ele quer plantar, ele quer colher, ele não vai fazer dança de fogo, porque já tiveram indígenas comigo, já tiveram indígenas aqui com o Plínio Valério e eles falam: "Massa de manobra, ONG por trás para roubar tesouro nosso e mandar para fora, para pesquisar nossas terras e mandar para fora".

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, Sr. Presidente...

Então, Sr. Presidente, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero pedir para V. Exa. concluir, porque eu quero só concluir a ordem de oradores inscritos para nós deliberarmos a matéria. Nós temos um Senador na tribuna e eu peço para todos os convidados que a gente possa acompanhar a manifestação de cada um, mesmo que seja contrária à decisão pessoal de outro Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, quero só parabenizar o senhor. Infelizmente, esta Casa demorou a legislar. Infelizmente, nós temos aqui Senadores levando, deixando as nossas prerrogativas, entregando para o Supremo Tribunal Federal, que não deveria estar se metendo na seara que é nossa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... exceto se eles enfrentassem as urnas. Eles têm o direito de se licenciar e pedir demissão, sei lá o quê, e irem enfrentar as urnas. Não podem roubar as nossas atribuições legais de legislar pelo Brasil.

Parabéns, Marcos Rogério.

Obrigado, Senador Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente... Desculpe, Presidente.

Quem está inscrito, pela relação...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ainda temos inscritos: Senador Mauro Carvalho em seguida, Senador Rogerio Marinho, Senador Girão, Senador Hiran, Senadora Tereza, Senador Magno e Senador Randolfe – um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, eu vou generalizar e não vou pedir desculpas. Eu vou generalizar e não vou pedir desculpas.

Eu sou de beira de rio, eu sou das barrancas do Rio Juruá. A minha avó era canamari. Portanto, eu sei do que estou falando e falo em nome do que conheço. Eu não conheço o lado feliz dos que querem viver isolados. Só louva a vida dos indígenas da Amazônia quem não conhece uma maloca, quem nunca viu um índio cujo dedão do pé foi chupado por um morcego. Só louva índio quem não sabe o que é beber água que não seja potável, quem não vê uma índia morrendo de diarreia, de dor de barriga, problema de fígado, de rins. Só louva índio quem não sabe que os koripakos, em São Gabriel da Cachoeira, levaram 14 dias para me abraçar, para reclamar.

Só louva índio quem nunca viu um pequeno agricultor, um pai de família se ajoelhar diante de ti para pedir socorro, porque eu não posso louvar esse conflito criado. E, lá, em Autazes, tem conflito criado, sim; estão acabando com os mestiços, estão acabando com os pardos, tornando-os indígenas para poder depois pedir demarcação de terra.

Só louva índio quem não sabe o que é pegar três dias de rabeta para chegar à sede e pegar o seu Bolsa Família, humilhado. E quem está falando é quem nasceu em beira de rio, é um Senador que já deu, de emendas parlamentares, o valor de R$6 milhões para indígenas. É pouco? É pouco, mas eu dou, eu não tomo. Eu dou, eu não tomo, como fazem os estrangeiros.

Só louva índio quem nunca pisou lá, quem não conhece a solidão da floresta, a escuridão da noite, quem não tem que viver com a lamparina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só louva índio quem acha que é moda, quem acha que é bonito. Eu não louvo, estou generalizando e não estou pedindo desculpas, porque conheço.

Se o problema do índio fosse terra, Manaus não teria, agora, segundo o IBGE, 71 mil índios vivendo em condições sub-humanas.

Só louva índio quem nunca foi socorrer um índio invadindo terra na capital, como eu fui, e enfrentar a polícia para não deixar bater em índio. E sabe de onde vieram os índios? Das áreas protegidas, porque eles isolam e abandonam os indígenas.

Portanto, não venham me falar de amor quem nunca soube amar. Não venham me falar de amor, quem nunca soube o que é amar, o que é ser solidário, que tem que levar um poço de água potável para os apurinãs no valor de R$7,5 mil, o que não é nada, porque nunca na vida tomaram água potável.

Só louva índio quem não viu de perto levar 19 canoas de alumínio com rabetas para que os índios tearins pudessem colher sua castanha, seu jerimum, sua melancia em um dia e não mais em seis.

Só louva índio quem acha que é bonito.

Só louva índio quem pensa que a nossa indígena tem seios pontudos, que não conhece indígena com os seios tocando na barriga, sem um pingo de leite para dar para o seu filho.

Eu não estou pedindo desculpa porque eu estou generalizando mesmo, porque aqueles que dizem defender indígenas não sabem como eles vivem – não sabem. Pode ser bonito, pode ser moda, pode acompanhar o Leonardo DiCaprio, pode acompanhar quem quer que seja. A Amazônia de quem defende os indígenas não é a minha Amazônia.

Não estou querendo dizer que vocês aí atrás não estejam felizes. Ótimo! Quem está feliz com a vida que tem, parabéns. Eu não fui eleito Senador para defender quem está feliz, eu não fui Senador para legislar para quem está feliz, eu vim legislar para os injustiçados, para os indefesos, falo aqui em nome dos pardos, dos mestiços que estão sendo aniquilados, que não têm direito sequer mais à bolsa universitária.

Você não sabe o que é ver um pai de família, cara, se ajoelhar e você imediatamente ser puxado, pedindo, implorando que nós, Senadores, façamos alguma coisa para não deixar demarcar mais aquela terra lá que tem potássio em Autazes.

Estou aqui com um depoimento, a moça veio à CPI das ONGs depor. Ela nasceu lá, herdou do avô, que herdou do bisavô, um título de 1904, que a juíza não quis saber. Eu estou aqui para falar em nome dessa gente.

Eu não estou aqui para falar em nome de quem está feliz, de quem está satisfeito. E, se quiserem, podem me vaiar à vontade, as vaias não me intimidam, os aplausos não me envaidecem. Então, não tem problema nenhum. Eu vim para o Senado representar uma população que clama por justiça!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, eu digo aqui – conheço, com a autoridade que tenho de caboclo –, digo aqui, o problema do indígena brasileiro não é falta de terra, é a completa e injusta ausência de políticas públicas.

E, por fim, eu estou feliz da vida, porque hoje nós estamos assumindo nosso papel de legislador. Hoje, o Senado está do tamanho que deve ser e que tem que ser. E é um recado que vai para o Supremo: "Parem, vocês não são semideuses. Nós vamos legislar". E, depois de o marco temporal ser estabelecido aqui, eu aposto com quem quiser: eu duvido, o Supremo não vai ter a ousadia e a coragem de derrubar, porque nós estamos exercendo o nosso papel, garantido pela Constituição. E àqueles que defendem o atual Supremo Tribunal Federal, dizendo que eles legislam, fazendo respeitar a legislação: puro engano. A legislação que eles aplicam está na cabeça deles e a legislação que eles têm que legislar é a de 1988, promulgada aqui no Congresso Nacional, e não lá no Supremo. Supremo para eles e para quem os acolhe, os aplaude. Para mim, não são "supremo", são juízes guindados à condição de ministro para julgar e interpretar a Constituição – e eles não o estão fazendo.

Senado, hoje sim. Hoje eu tenho orgulho. Quatro anos e meio de Senado, hoje eu estou orgulhoso de ser Senador da República.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Mauro Carvalho.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente desta Comissão, Davi Alcolumbre; nosso Relator, Marcos Rogério.

Presidente, eu, em 2019, assumi a Secretaria da Casa Civil do Estado de Mato Grosso, e essa Secretaria da Casa Civil tem a responsabilidade com todas as 43 etnias indígenas que estão no Mato Grosso. Então, tive a oportunidade, durante quatro anos, de conviver com todas as etnias do nosso estado. Temos dentro da Casa Civil uma superintendência indígena, nomeamos naquele momento uma pessoa que representava a federação e entendemos que, nomeando uma pessoa representando a federação, nós estávamos falando com as 43 etnias do Estado de Mato Grosso. Ledo engano. Pela falta de experiência ali naquele momento, em janeiro de 2019, achei que, com uma pessoa representando a federação, estaria ali contemplando as 43 etnias e as políticas públicas que o Governador Mauro Mendes colocou para o seu primeiro mandato. E me deparei com o fato de que cada etnia tem a sua autonomia, tem a sua cultura, tem a sua forma de pensar e de agir. Nenhuma etnia fala sobre a outra. Toda etnia tem a sua independência, é comandada pelo seu cacique, que é muito responsável, que é muito respeitado pelos seus pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses quatro anos de Casa Civil, eu recebi praticamente todas as etnias no meu gabinete. Nunca recebi um pedido de aumento de área indígena. Nunca. Senador Marcos Rogério, nunca nenhum índio, nenhum cacique chegou na Casa Civil para pedir um aumento de demarcação de terra indígena. Nunca aconteceu isso.

O que aconteceu, sim, foram pedidos de equipamentos agrícolas, foram pedidos na área de educação, foram pedidos na área de saúde, porque a mortalidade infantil indígena ainda é muito alta; foi pedida internet, foram pedidos equipamentos, foram pedidas muitas coisas! Agora, sempre respeitamos a vontade e a cultura de cada etnia.

Senadora Tereza, tem índios que querem produzir e estão produzindo, como, por exemplo, os paresís, numa área de 1,2 milhão de hectares, eles plantam em 1,6%, em 20 mil hectares. Tem índios que querem apoio para produzir, que querem políticas públicas para produzir e se espelham inclusive nos paresís, e tem índio que quer simplesmente manter o *status* que tem hoje. E o que o Estado de Mato Grosso fez foi realmente respeitar a vontade de cada etnia, dando apoio para os que estão produzindo e produzindo ferramentas públicas para dar condições para os que querem produzir.

Então não estamos debatendo, aqui no marco temporal, ninguém está querendo aqui tirar terra de índio, muito pelo contrário; nós queremos manter o que a Constituição de 1988 promulgou, nós não estamos querendo ampliar a área indígena, nós queremos manter exatamente o que tem hoje. Com isso nós estamos preservando a nossa sustentabilidade, um país que é exemplo para o mundo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... no caso de Mato Grosso, 62% do seu território é preservado como Pedro Álvares Cabral descobriu em 1500.

Então o que eu quero deixar claro aqui é o meu apoio irrestrito ao marco temporal. Eu tenho a convicção de que nós temos que dar a segurança jurídica que o setor produtivo, que o agronegócio precisa para continuar mantendo a segurança alimentar do planeta. Então conte com meu apoio, Senador Marcos Valério, porque nós estamos aqui deixando um legado para o povo brasileiro...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Só vamos consertar, é Marcos Rogério, o Marcos Valério está preso.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Marcos Rogério, eu falei Marcos Valério?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Me compara com uma vidraça, mas não com essa desgraça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Me desculpa, me desculpa...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi um momento de fraqueza, não é, Senador.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Foi um momento do passado que passou pela minha cabeça aqui, despretensiosamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ele respondeu aqui no ouvido: me compara com essa vidraça, mas não com essa desgraça.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Desculpa, Senador Marcos Rogério, desculpa mesmo.

Mas, concluindo, conte com o meu apoio, Senador Marcos Rogério, para essa votação. E temos aqui sim que, a partir da aprovação, de que tenho certeza absoluta, pedir um regime de urgência para que se vote hoje ainda no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, é importante que todos nós tenhamos a oportunidade de nos expressar neste momento, porque o que está em jogo aqui, além de tudo que foi dito por aqueles que nos precederam, chamo atenção principalmente daqueles que estão fora deste Plenário acompanhando esta audiência pública, este evento importante para o Senado da República e para o nosso país, é a questão da separação dos Poderes, da prerrogativa do Parlamento brasileiro de, como representante do povo brasileiro, definir o seu destino e de que forma isso se dará ao longo do tempo.

Com a redemocratização do país, nós tivemos uma mudança constitucional, em 1988. E essa mudança, que foi um marco para todo o nosso país, definiu a necessidade de tratarmos os povos indígenas com respeito, permitindo que os direitos básicos fossem assegurados a essa população, que a sua cultura fosse preservada, que a sua autonomia fosse levada em consideração, que as suas terras de povos originários fossem reconhecidas, e foi definida também a forma como isso se daria e a regulamentação subsequente através de lei.

Eu falo assim para resgatar essa situação, reiterada por aqueles que nos precederam, e mostrar a importância do que está sendo decidido aqui. Em 2009, eminente Relator, houve um caso extremamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para o nosso país, que foi a demarcação das terras de Raposa Serra do Sol. De repente, por uma deliberação do Supremo Tribunal Federal, pessoas que ocupavam terras limítrofes, fronteiriças, e de forma produtiva, foram desalojadas, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, e lá estavam, em alguns casos, há 80 e até 100 anos. E se definiu um marco no tempo. E esse marco no tempo, na época, os Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal o fizeram, para que nós tivéssemos previsibilidade, segurança jurídica e possibilidade de nos planejarmos em relação à ocupação e ao desenvolvimento sustentável do nosso país; país que tem mais de 60% do seu território preservado, da forma como foi encontrado, há quase 500 anos atrás. É importante que se diga isso.

E no momento em que tantos temas importantes têm sido julgados pelo Supremo, com o argumento de que há um vácuo legislativo, de que há uma inação, uma inércia deste Poder, e há uma pressão de grupos identitários da sociedade que querem rever conceitos e preceitos, e até jurisprudências firmadas ao longo do tempo, isso desarruma a nossa estrutura organizacional e social.

Sr. Relator, esse é mais um caso em que esse argumento não se põe de pé, porque há uma legislação, amparada inclusive pela lei maior que é a Constituição, testada depois com um caso concreto que é a demarcação de uma reserva que na época foi extremamente rumorosa, porque desalojou, repito, centenas de famílias que a estavam ocupando de forma pacífica há dezenas de anos, e naquele momento, a justificativa foi estabelecer justamente um marco temporal para dar previsibilidade. E eis que de repente esse marco rui, evapora-se. O que nos dá a possibilidade de que a Alemanha e a França juntas, quase novecentos e tantos mil quilômetros quadrados, quase um milhão de quilômetros quadrados que já estão demarcados, possam ser dobrados.

E o voto dos Srs. Ministros, inclusive, prevê a prévia indenização, inclusive, da terra nua. Os senhores já imaginaram o tamanho dos recursos que vão ser despendidos caso essa situação de fato aconteça?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Haja precatório, Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Os senhores já imaginaram a desarrumação fiscal do nosso país; a impossibilidade do que foi colocado pelos Srs. Ministros; além dos conflitos que estão sendo avivados e que não interessam a ninguém? A insegurança no campo voltou. Aqueles que se sentem prejudicados – é evidente –, agora alicerçados, alavancados, legitimados para a decisão do mais importante tribunal do nosso país, começam a fazer atos, gestos de ocupação de terras que entendem que são suas, sem esperar o rito que a própria legislação determina e que o marco temporal não abortou. Não acabou, permanece o rito.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Então, eminente Relator, nós temos aqui duas situações importantes.

Primeiro, a divisão dos Poderes, a prerrogativa de cada um deles. E quem, de fato, deve legislar sobre esse assunto, de acordo com a Constituição, que é a lei que nos protege a todos, é o Parlamento brasileiro. Não tenho nenhuma dúvida em relação a isso.

Segundo, de que forma vamos nos comportar como nação e qual é o nosso objetivo em relação ao povo que habita essa terra.

Eu escutei aqui vários depoimentos de quem tem, de fato, a mão na massa. Eu não me coloco nessa posição de quem mora na Região Norte do país ou no Centro-Oeste do país, que tem uma relação mais estreita, mais próxima com grupos de indígenas, aculturados ou isolados ou semiaculturados, e conhece as suas motivações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Há uma CPI instalada sobre ONGs, Sr. Presidente, que trata especificamente desse tema de como as ONGs atuam no território nacional e de como os índios são tratados, de como as populações indígenas são tratadas.

Eu acho que, antes de tudo, é necessário transparência, porque cidadania é uma palavra muito forte e abrange tudo. E a cidadania tem que ser exercitada pelo conjunto da sociedade brasileira, mas o primeiro fundamento de uma sociedade civilizada é a previsibilidade; é a segurança jurídica; é ter regras claras; é sabermos de que forma vamos nos comportar e se a Constituição e a lei nos amparam a todos. A partir desse princípio e desse fundamento, todos nós temos a capacidade e a condição de sermos, de fato, cidadãos.

Então, eminente Relator, Srs. Senadores aqui presentes, Senadoras, esse é um momento importante para o Parlamento brasileiro, um momento de reafirmação do seu papel de representante do povo brasileiro, de resgate das nossas prerrogativas, sem enfrentamento, sem conflitos, sem bravatas, apenas exercendo o nosso papel e respeitando a Constituição, que está acima de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

Nobres colegas Senadoras e Senadores, que audiência, que sessão rica! É o exercício da democracia com respeito às posições divergentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, daqui a poucos instantes, nós vamos chegar ao veredito desta Comissão e eu acredito que a um divisor de águas, Senadora Tereza Cristina, porque nós chegamos, se não ao fundo do poço, muito próximo do fundo do poço, de invasão de competência, usurpação de um Poder sobre outro hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso é muito claro. Nós temos a nossa Suprema Corte, que não se trata absolutamente de ser contra ela, muito pelo contrário, é um pilar da democracia, um pilar importante, mas nós temos que ser a favor do Congresso Nacional. Isso é algo elementar. Nós estamos aqui eleitos diretamente para fazer justamente o que estamos fazendo.

A Câmara dos Deputados teve o procedimento lá com relação ao PL. Chega ao Senado Federal... Senador Marcos Rogério, quero lhe dar os parabéns. O senhor é quase uma unanimidade aqui, todos o respeitam, seja de corrente política de um lado ou de outro. O senhor é do diálogo e mergulhou, nesses dias, nesse projeto de uma forma muito responsável. E o que nós estamos aqui, Sr. Presidente, buscando é sermos responsáveis com o país, com o Brasil.

E hoje nós já temos... Temos que ter uma gratidão enorme pelos povos originários, os indígenas do País. E hoje, no meu modo de entender, respeito quem pensa diferente, nós já temos, pelo amparo legal da Constituição de 1988, 14% do território nacional dedicado a eles, com muito respeito, com muita honra. Agora, com essa decisão, com esse abuso do Supremo Tribunal Federal, vai para 25%.

E a CPI das ONGs acontecendo ao mesmo tempo, Senadora Margareth, nada acontece por acaso, parece uma catarse o que a gente está vivendo no Brasil. Eu fiquei impressionado, eu não sou titular, não sou membro, nem membro da CPI das ONGs, muito bem liderada pelo Senador Plínio Valério, outro Senador extremamente responsável com o país. Mas o que eu ouvi numa das sessões, quando eu pude ir lá, eu fiquei estarrecido, que os interesses são de todos menos do Brasil, menos dos indígenas. Essas ONGs que estão com interesses comerciais, bloqueando a autonomia dos próprios indígenas, decidindo por eles, mas com interesses de multinacionais, lá de fora.

Eu queria encerrar, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: é um marco o que a gente está fazendo aqui hoje, não é um marco apenas temporal, não é esse assunto, ele transcende isso. A Oposição bloqueou ontem, obstruiu uma sessão deliberativa do Senado Federal, que há muito tempo não se via. Nós derrubamos a sessão.

Hoje, durante o dia, derrubamos todas as outras sessões do Senado Federal, só deixamos essa, porque chegou no limite a usurpação do poder do Congresso Nacional.

É sobre marco temporal – e o Supremo quer fazer o nosso trabalho, hoje manda e desmanda no país –; é sobre aborto; é sobre droga; é sobre Lei das Estatais; é sobre a questão da contribuição sindical. O que mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se eu estivesse aqui, eu ia falar: pá-pá-pá. É algo estarrecedor. Então, chegou ao limite, e essa catarse é importante. Hoje vai ser um dia fundamental.

Então, eu quero parabenizá-lo, Presidente Davi Alcolumbre, pelo seu senso democrático de ouvir, de conduzir, de forma serena, mas a decisão tem que ser também soberana deste Plenário e que a gente possa ter urgência para levar para o Plenário do Senado Federal para acabar com essa insegurança jurídica em que hoje o Brasil está imerso, esse caos institucional que hoje vive a nossa nação.

Então, que Deus abençoe e que a gente possa tomar, e eu tenho certeza, a melhor decisão para o bem do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente Davi; ilustre Relator Marcos Rogério; nosso querido Senador Magno Malta, que acompanha aqui esse dispositivo; nossos queridos Senadores e Senadoras; todos que nos ouvem, hoje realmente é um dia emblemático para esta Casa.

Eu, Presidente, que cheguei a Roraima há 41 anos, sou testemunha viva do que essas instituições não governamentais têm causado de dano e de prejuízo ao desenvolvimento de Roraima e do nosso país.

Eu quero aqui salientar que eu acompanhei todo o processo demarcatório daquela que é a maior reserva indígena do nosso país, que é a Reserva Yanomami, meu querido Senador Oriovisto, que é maior do que Portugal, tem 9,6 milhões hectares para cerca de 20 mil índios. Em Portugal, moram 13 milhões de pessoas. É impossível – é impossível – se formular qualquer tipo de política pública de atenção a essas comunidades, porque são várias subetnias que estão lá dentro daquela reserva, qualquer tipo de apoio, de projeto de desenvolvimento, porque, com esse discurso que nós ouvimos aqui de isolar aquela comunidade, nós estamos condenando nossos irmãos ianomâmis à morte, porque o isolamento gera doenças infectocontagiosas, malária, gravidez complicada, que a gente não consegue resolver dentro da reserva. Ninguém fala aqui, mas nós temos lá na reserva a maior área endêmica de uma filariose que tem em poucos lugares do mundo, que é a cegueira dos rios, a oncocercose, que ninguém cuida, ninguém trata e que causa cegueira irreversível aos índios que estão lá no Tootótobi, Balawau e Demini. Quem está lá sabe o que eu estou falando.

E aqui eu estava lendo os nossos procedimentos demarcatórios do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supremo Tribunal Federal, na Petição 3.388, estabeleceu as condicionantes das demarcações e, na oitava condicionante, é muito claro, quando diz: "O usufruto dos índios não impede a instalação pela União Federal de equipamentos públicos, redes de comunicação e estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e educação".

Olhe só, meu querido Senador Zequinha: há 13 anos, nós fizemos uma licitação para interligar Roraima ao sistema nacional de energia. Nós temos uma energia vaga-lume lá, que, aliás, um ex-Senador aqui da Casa tentou preservar, porque ganhava muito dinheiro com o diesel que era utilizado nas termoelétricas. É por isso que ele não se elege mais lá.

E nós ficamos lá 13 anos – 13 anos – tentando passar pela BR-174, na faixa de domínio – na faixa de domínio – do Governo Federal da BR-174, Senador Oriovisto, 110km de uma Reserva Waimiri-Atroari, o que não causa impacto ambiental nenhum naquelas comunidades. Nós esperamos até o Governo passado, do Presidente Bolsonaro, para que nós pudéssemos negociar as compensações e só então conseguir a licença de instalação dessa linha de transmissão. Nós estamos começando a fixar os postes dentro da reserva agora, 13 anos depois.

E, quando eu falei isso lá na CCJ, para aprovar o PL 490 na CCJ e para levá-lo para o Plenário, a ex-Deputada Joenia começou a contar no meu estado que eu disse que os indígenas significavam um atraso para o meu estado. Não foi isso que eu disse. Eu falei que as ONGs que manipulavam os uaimiris-atroaris causavam um atraso a Roraima e, consequentemente, um atraso, inclusive, no desenvolvimento das comunidades indígenas que estão lá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... que são várias: os ingaricós, os uapixanas, os patamonas, os macuxis, enfim.

Então, hoje, aqui, nesta Casa, que resgata o orgulho de nós dizermos "nós somos Senadores da República" nesta sessão, porque resgata uma prerrogativa constitucional de nós, Senadores e Deputados, legislarmos pelo nosso país, é um momento histórico para nós.

E eu passei ali, eu estava comentando aqui: deve ter muita gente aqui, nesta sala, que está com uma crise de identidade e vai ficar com peso na consciência, porque está defendendo aqui coisas que são indefensáveis. Não é possível. Nós não temos uma lei clara neste país que estabeleça um marco temporal para a gente resolver essa questão. Os indígenas não querem mais terras neste país.

E eu vejo aqui, e só vejo aqui, e eu estava perguntando de V. Exa.: o senhor vê algum índio com cocar belíssimo assim, como têm esses índios que circulam aqui dentro desta Casa, lá em Roraima, lá no seu estado, lá no seu? O senhor vê? Não. Ninguém vê isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá no meu estado, as etnias usam roupas como nós. Isso aqui é para criar narrativa, é para criar confusão, é para isso que estão aqui.

Então, eu quero aqui, como médico... Nenhum médico, Tereza, nenhum médico, Senadora Tereza, naquele estado, operou mais índio que eu. Na época em que eu fui Coordenador da Fundação Nacional de Saúde, cuja atribuição, uma das atribuições, eram cuidados indígenas, nós criamos lá aquilo que foi o projeto piloto para a criação do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami, que foi o primeiro Distrito Sanitário Especial Indígena deste país, que foi construído na minha gestão. Fiquei lá quase nove anos; eu sei o que estou falando.

Eu acho que hoje aqui nós estamos prestando um grande serviço à nossa nação e tenho certeza de que aqueles que vão se manifestar contrariamente a isso aqui vão ficar com peso na consciência o resto da sua vida, porque causarão um dano ao desenvolvimento da nossa nação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Meu Presidente, muito obrigado! Vamos para a votação e, se Deus quiser, levar para o Plenário hoje, para mostrar para o país que nós temos responsabilidade com esta nação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente, querido Senador Davi Alcolumbre.

Meu eminente Relator, Senador Marcos Rogério, parabéns pelo seu relatório, parabéns pela sua serenidade, pela sua abertura ao diálogo, recebendo a todos.

Eu acho que quase todas as falas aqui daqueles que estão a favor do PL me trouxeram um pouco de tudo aquilo que eu penso sobre esse projeto e sobre o marco temporal.

Mas eu não poderia deixar de falar, Senador Davi, porque eu sou de um estado que tem graves problemas indígenas, de invasão de terra, de proprietários de boa-fé que têm escrituras de mais de cem anos, que foram retirados das suas áreas e que receberam da Justiça, em primeira e em segunda instância, a sua reintegração de posse, que não foram cumpridas. E não são grandes produtores, não, porque às vezes se confunde... "Grandes produtores rurais!". Não, médios e pequenos produtores rurais.

Eu conheço produtores que tiveram que sair com a roupa do seu corpo há mais de 15 anos, no Município de Dois Irmãos do Buriti, que eram plantadores de limão e soja, e ficaram lá dentro vendo aqueles indígenas, dentro das suas casas, da sua propriedade, e não puderam nunca mais voltar para pegar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem o seu retrato de estimação do seu pai e de sua mãe. E a Justiça deu ganho de causa a eles, mas a reintegração de posse nunca aconteceu.

Nesse momento em que nós estamos votando, talvez – talvez, não, tardiamente... Porque a Constituição é clara. Nós falamos aqui, agora há pouco, na fala do eminente Senador Espiridião Amin, das Constituições que sempre ressaltaram no presente "aqueles que estão", "aqueles que"... Então... Mas resolveram interpretar a nossa Constituição.

E esse projeto de lei eu acho que vai trazer justiça. E não se comete, não se faz justiça cometendo outras injustiças, que é o que hoje acontece no país.

O caso de Santa Catarina... Há várias noites que eu fico pensando como é que aquelas pessoas que estão lá, mais de 160 famílias – muitas das quais estão lá há mais de 50, 80, 100 anos –, dormem à noite sabendo que podem, de manhã, ser retiradas das suas casas e das suas propriedades?

E eles não querem indenização, os de Santa Catarina. Conversei com vários deles. Eles querem a sua vida lá, onde seus avós, seus pais e eles vivem, e seus netos estão vivendo.

Mas nós temos que pensar em tudo. O Brasil é um país continental. Então, o marco temporal traz, sim, paz, ele vai trazer justiça. E as injustiças que podem acontecer o Estado brasileiro tem como cumprir, tem como rever, fazendo indenizações, permutas e alocando aquelas pessoas, se não conseguirem estar dentro da lei do marco temporal de 5 de outubro de 1988.

Acho que todo mundo já falou aqui, e no meu Estado não é diferente: os indígenas hoje têm outras aspirações. Eles não têm aspiração à pobreza. Eles querem, dentro da sua maneira de pensar, melhorar de vida, ter educação, ter saúde, acesso às suas vilas, às suas aldeias, e eles, principalmente, querem ter o poder de decidir as suas vidas. Nós não podemos decidir por eles. As etnias são completamente diferentes, cada um pensa de um jeito. E, no meu estado, eu tenho visto... Essa noite eu recebi uma ligação à 1h30 da manhã – que eu só vi hoje pela manhã, bem cedo, quando acordei – de uma grande amiga minha que tem uma propriedade no Município de Antônio João, em que tem uma discussão. Eu sei que eles estão lá, Senador Weverton, há mais de 70 anos, porque eu sei da história dessa família nessa região e nessa propriedade. E ela me mandando aflita, dizendo que precisava alguém falar com a polícia. Por quê? Porque os indígenas já tinham invadido duas propriedades vizinhas e chegavam até a dela, e que ela iria resistir. Ela não sairia e não entregaria a sua propriedade.

Então, eu acho que, neste momento, essa votação e se nós conseguirmos aprovar o PL 2.903 nesta Casa, com certeza, Senador Marcos Rogério, nós vamos trazer segurança ao campo, paz ao campo e às cidades, porque as pessoas não entenderam a dimensão do que está sendo votado e julgado. Não atinge só propriedades rurais, atinge também propriedades urbanas – e aí, eu não sei se querem pagar para ver...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós hoje aqui, se Deus quiser, vamos fazer o dever de casa e sair daqui com esse assunto encaminhado, para que possamos levar a Plenário e aí poder votar e trazer, com certeza, a segurança de que nós precisamos.

E, página virada, vamos resolver o que ficou para trás. O que não dá é para estar a vida inteira jogando para debaixo do tapete aquilo que a gente acha ou não quer encarar de frente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Hoje, então, eu fico muito feliz de poder participar como Senadora do Mato Grosso do Sul, onde tive votos de indígenas e não indígenas, e de votar um PL tão importante para a nação brasileira e também para o meu querido Estado do Mato Grosso Sul.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente Davi, muito obrigado. Quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os colegas.

Eu creio, já foi dito aqui, que é importante, sem estigmatizações ou acusações, nós travarmos aqui um debate bem maduro sobre o tema. E eu quero partir do pressuposto de que todos os colegas que estão presentes têm consciência do que representa tratar dos direitos dos povos originários, dos povos indígenas. Tem que partir, primeiro, do reconhecimento histórico de que eles são denominados povos originários, porque estavam aqui antes do contato com o conjunto dos outros povos que formaram a civilização brasileira. Por que tem que ter por isso um reconhecimento histórico? Porque endemia não é uma invenção dos povos originários, endemia é algo que foi trazido aos povos originários; influenza não existia na América até a chegada dos europeus, foi por eles trazida; sarampo não existia na América até a chegada dos europeus, foi pelos europeus trazido; coqueluche e tuberculose não existiam até a chegada dos europeus. Reconhecer isso eu acho que é um bom passo para nós legislarmos sobre eles.

O que estamos fazendo aqui, me parece, Presidente Davi, é um pouco mais do que somente marco temporal. Eu vou já apresentar três aspectos do que estamos aqui votando. E eu posso falar com autoridade, meu caro Weverton. Eu venho do Amapá com muito orgulho, convivo com os oiampis, galibis, galibis-kaliña, galibis-marvornos, caripunas, tiriiós... Na minha terra, o nome foi dado da língua tupi, Amapá, *amapaba*, lugar da chuva. Temos orgulho dos oiampis terem dado. Tanto eu como o caríssimo Presidente Senador Davi convivemos, reconhecemos os direitos desses povos, entendemos e compreendemos com eles. Por isso é que digo que o que está sendo travado aqui é um pouco mais do que marco temporal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou trazer três aspectos do que aqui será votado daqui a pouco. Vou rapidamente me reportar ao art. 13. O art. 13 diz: "É vedada a ampliação de terras indígenas já demarcadas". Parece-me, já que a gente está falando e confrontando tanto o Supremo Tribunal Federal, que isso confronta frontalmente o Supremo Tribunal Federal, porque o direito à demarcação foi a grande conquista da Constituição de 1988 e é o que a diferencia de todas as constituições anteriores – art. 231, da Constituição, combinado com o art. 67. E, no Estado democrático de direito, por essa invenção que se teve há uns 200 anos que nos possibilita ser representantes do povo aqui, baseada no princípio de um francês chamado Charles-Louis de Secondat, mais conhecido como Barão de Montesquieu, que garantia o princípio da separação dos Poderes, dos três Poderes, existe um Executivo para governar, um Legislativo para fazer as leis e um Judiciário para julgar. E, no formato que foi montado para cá, o Judiciário, para julgar, que se chama em nosso país, nessa formatação prevista nos arts. 1º e 2º da Constituição, de Suprema Corte, tem que dizer o que é constitucional ou não.

Será que, às vezes, não é a gente que está querendo se meter no que é atribuição do Supremo Tribunal Federal? Será que não é o inverso que aqui está acontecendo? Na pacificação que foi feita, me parece que o último julgamento do Supremo Tribunal Federal foi nos termos da Constituição. E, no art. 13 daqui, do dispositivo legal que votaremos, nós estamos dizendo assim: é vedada a ampliação e demarcação de terras indígenas já demarcadas. Isso me parece que fere a Constituição e não podemos versar sobre isso através de lei.

Mais adiante, no art. 26 do PL, é dito o seguinte: indígenas e não indígenas podem firmar contratos para explorar atividades econômicas. E a Funai simplesmente... Registre isto: não é para isso que existe a Funai. À Funai cabe a relação de regulação. Não está se avançando um pouco sobre o que é a atribuição de uma instituição montada e estruturada, inclusive apartando o Ministério Público Federal sobre isso? Indígenas e não indígenas em terras indígenas? Parece-me flagrantemente inconstitucional também.

Vamos adiante, ao terceiro, para não citar outros dispositivos. O art. 28 diz: "No caso de indígenas isolados, cabe ao Estado e à sociedade civil o absoluto respeito de suas liberdades [...]". Nós estamos versando sobre indígenas isolados. Isso foi pacificado no direito brasileiro desde o Marechal Cândido Rondon, que deu, inclusive, o nome a um estado chamado Rondônia. Desde o Marechal Cândido Rondon que pacificou uma doutrina em nossa história e em nosso direito do respeito aos não contactados, do respeito aos povos indígenas isolados.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Isso me parece que claramente fere o que diz o art. 231 da Constituição. A Constituição reconhece o direito à terra, que é o direito à organização social e aos costumes de todos os povos que aqui vivem, às línguas e aos costumes dos indígenas contactados e dos não contactados também. É esse o avanço civilizacional da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, meu caríssimo Senador Davi, eu ouvi aqui: "Essa dívida é impagável". É, é impagável. Assim como é impagável a dívida ao povo preto, os negros, que foram trazidos escravizados no maior crime da condição humana que já existiu sobre um povo; assim como é impagável a dívida com os povos originários, porque aqui eles estavam.

Senador Davi e meus caros colegas, a civilização foi montada a partir do reconhecimento das dívidas impagáveis. Se não fosse assim, nós ainda estaríamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Já concluo, Senador Davi.

Se não fosse assim, nós ainda estaríamos, tal qual os romanos, nos deliciando em levar os cristãos para os coliseus e lá serem vítimas de diversão quando eram jogados às feras. Sabe por que assim faziam os romanos? Porque consideravam os cristãos e todos os escravizados sub-raças. A civilização evoluiu para compreender o que são dívidas impagáveis. É isso que constitui o pacto civilizatório nosso. O reconhecimento dos direitos dos povos originários e do povo preto que foi escravizado é o que nos faz nação e é o que nos faz civilização.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Último Senador escrito, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, saudade dessa falecida. Eu não vou entrar, até porque penso que este debate não permite caminhar para as ideologias... Não é um debate ideológico, não é um debate de comunista contra quem é cristão ou de quem é cristão contra comunista. O debate aqui, de fato, é a vida, o valor da vida. Mas eu ouvi tanta coisa aqui, tanta coisa vai para o ar, que chama a minha atenção até porque tem Senadores aqui, muitos não estão aqui, que conviviam com eles oito anos, dezesseis anos. E ouvi ataques ferrenhos deles a essa falecida, ataques ferrenhos ao Supremo Tribunal Federal pelo ativismo judicial, mas, quando lhe é conveniente, a falecida ressuscita, mas, sem a conveniência, a falecida desaparece. Essa falecida se transformou em 11, em tempos de dosimetria, "dezessetemetria", "catorzemetria", mas nós estamos vivendo nos dias das "onzemetrias".

Mas já vi discursos ferrenhos aqui de pessoas se dirigindo, por exemplo, a quem vinha ser sabatinado, sentado no lugar do Senador Hiran, e de fala mansa: "Cumprirei a Constituição se V. Exas. me derem o privilégio de colocar essa capa nas minhas costas".

Eu vou lembrar o Fachin. Eu, sentado ali, olhando para ele, relatei tudo, já abri o meu voto antes de falar, relatei tudo o que eu sabia sobre ele, os seus posicionamentos, quanto às pautas daquilo em que eu acredito, não vou entrar em seara que eu não acredito. Ele disse: "Senador, quando um homem é aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui muda tudo, começa tudo do zero, a vida muda". Eu disse: Não, advogado, não se separa um homem de suas convicções. Eu estava com a verdade, veja como ele se comporta lá. Ele não é separado das convicções.

Então, já adianto que, se o Messias ou o Flávio Dino for indicado para o Supremo, eu já voto contra. Mas eu vou deixar para sabatinar aqui, o Dino é o que eu gostaria, porque é valente, mas para ir para o Supremo, vamos ver se ele vai botar aquela valentia dele sentado aí.

Bom, com relação aos índios, nós temos que pensar neles. O índio é que tem que decidir o que ele quer, o que fazer da vida dele. Adianta você dizer "essa terra toda é sua" e falar "mas você não pode fazer nada", que deve manter a sua cultura, pegar as suas piabas, dormir no relento, porque você não pode fazer nada? Não, a demarcação não é para o índio, porque eles estão abandonados e isolados, a demarcação é para as ONGs internacionais.

Esta Casa resgata o seu valor quando toma uma posição.

"Ah, mas o Supremo está votando". Bom, quando é conveniente o Supremo está votando e vale.

"Ah, nós estamos atropelando o Supremo". Não, o Supremo que atropela esta Casa e já faz muito tempo. Eu passei 16 anos denunciando e vou continuar, e olha que eu estou com muito processo na cabeça, mas nenhum deles me mete medo.

A sua terra, lá em seu território, eu sobrevoei aquilo ali, e dizia: Meu Deus, como pode demarcar uma área dessa, tirar a riqueza do povo? E fomos nos aproximando, tinham mais ou menos 2 mil índios lá embaixo. Eu falei: Meu Deus, para que essa aeronave vai baixar? Porque eu achei que os índios estavam excitados, com ódio lá embaixo, nos esperando com as lanças na mão, e você estava junto. Quando nós descemos, tinham 2 mil índios dizendo: "Nós somos brasileiros, isso aqui é nosso, mas não é nosso, isso aqui disseram que é nosso, mas não podemos fazer nada, nós não queremos nada disso". Até porque os índios que estão ali, com todo o respeito, está todo mundo com *smartphone* na mão. Uns com *smartphone* e a maioria absoluta com "smartfome", como disse o Senador Weverton sobre o município do Maranhão. V. Exa. sabe que eu tenho família lá, que o meu tio tem igreja lá em todo lugar e eu sei exatamente da realidade que V. Exa. colocou.

Então, Sr. Presidente, neste momento a minha palavra é simplória, sem fazer contexto histórico, sem citar Constituição histórica, sem fazer enfrentamento ideológico, de forma desarmada, sem fazer enfrentamento ao Supremo; até porque o Supremo sabe, os Ministros do Supremo sabem o que é que eles falaram quando sentaram aqui, o que eles responderam, o que eles juraram – juraram de pé junto saírem daqui com o título de guardiões da Constituição. É tudo o que eles não são.

Nós temos que pensar... Dizia aqui, ninguém operou índio mais do que eu. Quando na CPI do Narcotráfico, Senadora Tereza, eu fui ao Amazonas. E, quando cheguei lá, no hotel do Exército, lá no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coração da Amazônia, os soldados, os índios... O sargento, Mourão, foi falar com o comandante, porque os índios estavam querendo falar comigo. Sabe por que eles estavam falando que queriam falar comigo? "Nós queremos agradecer ao senhor" – era a CPI do Narcotráfico –, "o que o senhor está fazendo, prendendo traficante, denunciando o tráfico, o senhor está fazendo em nossa proteção". Aí um pediu a palavra e disse: "O senhor sabia que toda semana morre índio aqui? Depressão. E, quando tem alguns deprimidos, viram alcoólatras". Mas um ministro do Supremo sozinho, com uma caneta, proibiu, Viana, que os religiosos entrassem nas tribos, para manter a cultura deles. Isolados. "Sou dono de terra, mas não uso. Ninguém deixa eu usar. Não, eu vou tentar usar". Ninguém está aqui para defender garimpeiro. "Ah, tem gente por trás dos garimpeiros?" Tem! Como tem gente por trás das ONGs: George Soros, Rockefellers da vida, reis e rainhas que não querem de fato que a Amazônia, que as terras brasileiras, agricultáveis, onde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... tem minério, principalmente, que lhes interessa, que tudo isso seja demarcado, e não se importam com o país que o agro... O agro... No meu estado, tem 14 mil... Nosso estado, Evair, o Espírito Santo, tem 14.411 índios, que querem... 15 mil índios que querem decidir sua própria vida. Aí o que é que fazem? O índio não pode decidir sua própria vida, o índio então toma uma situação marginal para sobreviver. "Pô, para passar naquele lugar tem um pedágio. Os índios cobram R$100 para ir, R$100 para voltar. Isso não pode! Isso é crime!". Mas quem fez eles cometerem esse crime? Quem entregou a terra, demarcou, não deu a eles condições e diz: "Vocês não podem trabalhar, mas podem fazer pedágio, podem fazer o que vocês quiserem que está tudo certo". Por isso eles são inimputáveis? Qual é a vantagem de ser inimputável, se você não pode, você tem uma terra e nela nada você pode fazer?

Eu vou votar a favor, seu relatório é brilhante. Índio que decida...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... a vida deles, que eles façam o que quiser, que plantem o que quiser; se eles quiserem arar a terra, que o façam; se quiserem minerar a terra, que minerem a terra, porque a terra é de vocês. Agora, aumentar aquilo que já foi feito é de uma insanidade e de uma sandice tão grande... Se o Supremo soubesse, largaria isso e diria: "É papel do Legislativo". Nós aqui, neste momento, estamos resgatando o papel do Senado. Eu não fui eleito para passar pano, porque não tenho vocação para flanelinha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só queria pedir uma gentileza a V. Ex. Eu sou Presidente de outra Comissão e nós terminamos os trabalhos agora há pouco, então eu não pude me inscrever para a palavra. Gostaria de pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a V. Ex. a consideração nesse sentido de me colocar no rol dos que podem se manifestar, por conta exatamente da incapacidade, da quantidade de eventos que nós temos aqui dentro do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu fiz um entendimento no começo da reunião, mas eu compreendo a argumentação de V. Exa. Nós fizemos um entendimento sobre o período de discussão da matéria por cada orador, mas eu tenho certeza absoluta de que o tema é tão importante que eu vou, de maneira unilateral, como Presidente, fazer a inscrição de V. Exa. como último orador inscrito para fazer a sua manifestação.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Senador. Eu agradeço a gentileza que sempre nos coloca.

Eu quero aqui dar sequência ao raciocínio que já foi colocado por boa parte dos Senadores que tenho acompanhado. Nós precisamos, como Casa Legislativa, nos levantar em relação ao desequilíbrio que está em nosso país quando falamos sobre os Poderes, e não é de hoje que isso vem acontecendo e Senadores têm se manifestado com relação a nós exercermos as nossas prerrogativas.

No passado, quando a Constituição de 1988 foi feita, nós tivemos uma série de deliberações naquele período que ficaram ainda para serem modificadas ao longo do tempo, da realidade brasileira, deliberações e propostas que iriam surgir porque a Constituição resgatava a democracia, resgatava a República e o voto e o direito de os cidadãos se manifestarem. Era, sempre foi uma Constituição muito voltada para os direitos individuais e a liberdade, pela experiência passada que nós tínhamos, mas os legisladores nos deixaram a obrigação de, à medida que o tempo for passando, nós a atualizássemos, e é isso que esta Casa tem que fazer quando dos assuntos que vão surgindo no momento.

Sobre esta questão da demarcação que estamos falando aqui, já está muito claro que isso deveria estar pacificado há muito tempo em nosso país, muito tempo, e quem tem que dar a palavra final sobre esse assunto somos nós, Casa Legisladora. Quando não exercemos este nosso dever, o Supremo, no passado, ainda nos perguntava: senhores, qual é o posicionamento? Hoje não mais, Senadora Margareth Buzetti, hoje nós temos o ativismo judicial, em que não só o Supremo, mas agora até o STJ e juízes de primeira instância estão pegando a Constituição e simplesmente dizendo o seguinte: "Esta Constituição aqui está ultrapassada, os assuntos que estão aqui hoje têm outros desafios, então eu entendo que nós devemos tomar determinadas decisões com base na sociedade", muitas vezes em rede social e nas questões publicadas em jornal, e dá uma sentença ao arrepio do que está na lei.

Nós, enquanto não nos posicionarmos com firmeza, com equilíbrio, com responsabilidade, com transparência, nós vamos continuar sendo invadidos o tempo todo com relação às nossas prerrogativas. E fomos nós que fomos para a rua pedir voto. Fomos nós que enfrentamos os discursos, os xingamentos, a população revoltada com a política, nós que fomos para lá dizer: eu quero representar você lá em Brasília. E é disso que nós estamos falando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não adianta nada criarmos determinadas situações que lá no passado poderiam até ser de fato interessantes, mas, numa sociedade muito mais moderna que está aí hoje, nossos irmãos índios, dos quais eu descendo em boa parte da minha família, querem ter o direito, sim, de tomar decisão sobre o futuro deles, e não são os representantes políticos, ideológicos, partidários, as ONGs que vão tomar essa decisão pelos índios, são eles que têm o direito de fazer isso. E, na maioria das vezes, quando perguntados, Senador Hiran, eles querem o direito de uso das terras deles.

Nós fomos discutir, recentemente, a questão das torres para distribuição de energia elétrica no Pará, para atender Roraima. Eu estava no debate.

A Constituição diz que os índios têm que ser ouvidos. No passado, os índios não queriam. Houve até conflitos com o Exército Brasileiro. Mas recentemente, quando nos debates, os próprios índios colocaram que eles querem a participação, querem as antenas, porque eles desejam os benefícios que elas vão trazer. Eles se posicionaram contrários aos partidos que estavam aqui na Casa e ao posicionamento inclusive de determinados líderes.

Vou citar um outro exemplo, no Maranhão. Nós fomos lá discutir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – ... a Base de Alcântara. O posicionamento de vários Deputados que estavam lá era de que as comunidades primitivas, o quilombo não queria a base funcionando, lá no Maranhão, e que eles deveriam ser preservados nos direitos. O líder dos quilombolas levantou e falou: "Não, senhora, isso não é verdade. O que está nos sendo oferecido aqui, de um novo tempo de escola, de casa, nós queremos isso, nós não queremos ficar vivendo na miséria que nós estamos não." Desmentiu na hora os líderes. Então, nesse caso, nós estamos aqui discutindo o direito de os índios usarem as suas terras. É isso que eu vejo nessa questão do marco temporal.

Mas, Senador Marcos Rogério, o que me preocupa é que nessa pressa de fazermos uma votação, apesar de todos os debates, nós demos mais munição ao Supremo Tribunal Federal para tentar derrubar o nosso projeto. Acredito que a gente deveria ter uma discussão mais ampla e de corrigir determinados pontos, porque eles já votaram. Eles já têm uma decisão tomada. E nós levarmos, fazermos uma legislação mais avançada ainda com relação a isso, corrigindo as lacunas que ora o Supremo está colocando, e que nós já deveríamos sair daqui com elas totalmente resolvidas.

É o meu posicionamento, Senador Davi. E digo da minha satisfação em nós podermos levantar a nossa voz aqui para dizermos que nós somos o Senado da República, nós temos que ser ouvidos e temos que ser respeitados como Poder.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a discussão.

Eu consultei a Secretaria da Mesa e estou tentando, da melhor maneira possível, colocar ao conhecimento de V. Exas. todo o processo de votação e de discussão desta matéria aqui no Plenário da CCJ.

Temos uma emenda que, como é de autoria de uma bancada, ela obrigatoriamente precisa ser votada... O requerimento de destaque de bancada apresentado pelo Senador Fabiano Contarato sobre a Emenda nº 13...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... e que foi subscrito pela Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Isso. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Correto?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas nós temos também uma emenda... Um requerimento apresentado pelo Senador Alessandro Vieira, de forma individual, como Senador desta Comissão e não como Bancada MDB. Eu vou ter que votar obrigatoriamente a Emenda 13, após a votação, porque ela é de uma bancada. Mas, regimentalmente, eu tenho que submeter, ao Plenário da Comissão, pela legitimidade que tem o Senador da República de apresentar uma emenda destacada, mas eu preciso que o Plenário do Senado delibere se nós vamos acolher esta emenda ou não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... que não é o caso da emenda do PT. Nós seremos obrigados a deliberar sobre ela. É isso?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas indago a V. Exa. e à Secretaria da Mesa. Os requerimentos são absolutamente legítimos, naturais, mas o seu autor, não estando presente, qual é o procedimento?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Regimentalmente, sem a presença do autor do requerimento, não seremos obrigados a deliberar sobre ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mas o da Bancada do PT eu estou subscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, com solicitação do Senador Marcos Rogério e amparado pelo Regimento, eu declaro prejudicado o requerimento por ausência do autor.

Agora, eu tenho que colocar em votação o parecer apresentado pelo Relator Marcos Rogério, ressalvado um único destaque, apresentado pelo PT, em relação à Emenda nº 13.

Eu fiz um compromisso com a Senadora Eliziane e eu vou cumprir. E, a partir do encaminhamento da Senadora Eliziane pela Liderança, eu vou abrir a votação, que é simbólica no primeiro momento – e nós aguardaremos alguma manifestação para encaminharmos de outra maneira.

Em votação o relatório... Não, encaminhamento de votação.

Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para encaminhar.) – Primeiro, o encaminhamento.

Presidente, eu quero fazer o encaminhamento contrário, na verdade, a essa iniciativa e elencar, de forma muito rápida aqui, apenas três pontos.

Primeiramente, claramente este projeto de lei fere frontalmente os povos indígenas do Brasil, sobretudo aqueles que estão em situação de isolamento, os povos isolados, ao permitir, sem um critério de saúde pública, Senadora Zenaide Maia, sem respeitar aquilo que está estabelecido hoje na saúde brasileira, o acesso, na verdade, a esses povos indígenas.

Este projeto de lei também premia a ocupação irregular. Veja, hoje, no Brasil, nós temos que, de todo o volume de terras brasileiras, 20% das terras brasileiras hoje estão na mão de apenas 1% de proprietários do Brasil. Veja que há uma concentração significativa. E esse projeto, especificamente no art. 9, estabelece uma garantia de permanência para quem está em situação irregular, ou seja, ele premia a ocupação irregular, ele premia uma ação criminosa.

E, por último, Presidente – nesse pouco espaço de tempo –, esse projeto de lei agrava os conflitos e, portanto, aumenta a violência em relação aos povos indígenas e ao campo no Brasil. Veja, hoje nós temos 60 áreas no Brasil estabelecidas hoje em situação de consolidação – são áreas, aproximadamente aí, com reservas indígenas – e temos outras 400 áreas demarcadas. A aprovação de um projeto de lei nesta natureza acaba criando uma instabilidade, abrindo precedentes, inclusive, para questionamentos jurídicos, o que claramente aumentará a violência no campo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu estava fazendo um levantamento – e fizemos, inclusive, um debate aqui no Congresso Nacional – acerca da quantidade de mortes hoje de índios. O meu estado, por exemplo, que já foi citado aqui várias vezes, é o estado que tem hoje a maior quantidade de assassinatos de índios. Nós temos, pelos dados do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), a apresentação de que, nos últimos 15 anos, aproximadamente, nós tivemos 50 assassinatos de índios no Maranhão. Esse é um cenário que se replica em vários outros estados brasileiros; ou seja, este projeto de lei aprovado da forma como está sendo apresentado, para além do vício de inconstitucionalidade, trará, infelizmente, graves retrocessos e graves malefícios à população no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Nesse sentido, Presidente, nós fazemos o encaminhamento contrário à proposta apresentada, com o devido o respeito ao meu colega, Senador Marcos Rogério.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Presidente, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Eu sou obrigado a discordar da argumentação da eminente Senadora Eliziane Gama, porque...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Isso não é encaminhamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador, só iniciar a votação e passo a palavra a V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu também quero pedir a palavra, porque isso aí não é encaminhamento. Isso aí é nova discussão. Vamos com calma, vamos com calma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, eu fiz o encaminhamento dentro do prazo que foi estabelecido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vamos com calma. Encaminhamento tem outro conteúdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Agora, para eu encaminhar, eu não posso argumentar sobre o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Vamos votar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, Presidente, que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos votar. Vamos votar.

Senadora, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu fiz o encaminhamento pela minha bancada, na qual eu sou Líder, e fiz uma referência à argumentação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos votar. Faltam 30 segundos para a gente iniciar a votação. Só um minuto. Eu peço paciência e atenção dos Senadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vamos começar a votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou colocar em votação o relatório favorável ao projeto e contrário às demais emendas, ressalvada a Emenda nº 13.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Marcos Rogério queiram permanecer como se encontram.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Verificação, Presidente. Votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem apoiamento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Tem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Temos mais de quatro Senadores, portanto, regimentalmente está...

Determino à Secretaria-Geral da Mesa que proceda à votação nominal, com base no artigo regimental de verificação com apoiamento. (*Pausa.*)

Só um minuto.

Iniciar a votação? (*Pausa.*)

Está iniciada a votação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar. Quem vota "sim", vota com o Relator; quem vota "não", vota contra o Relator.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Solicito aos servidores da Comissão que entrem em contato com os Senadores que estão ausentes e que solicitaram o informe quando nós abríssemos o painel de votação, caso ocorresse esta votação nominal.

Senador Alan Rick, Senador Marcio Bittar, Senador Giordano, Senadora Zenaide, Senador Fabiano Contarato, Senador Ciro Nogueira, Senador Mecias de Jesus, Senador Dr. Hiran, Senador Rogerio Marinho, Senador Eduardo Gomes, Senador Weverton, Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar.

Tem que entrar em contato com os Senadores, que solicitaram: o Marcio Bittar solicitou para informar, o Plínio Valério solicitou para informar e o Rogerio Marinho solicitou para informar.

Ligue para esses três que eles pediram. Só os três. (*Pausa.*)

Marcio Bittar pediu para avisar, Plínio Valério e Rogerio Marinho. Foram os três que me falaram. (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, quem me pediu foi Marcio Bittar, Plínio Valério e Rogerio Marinho. Só falta o Marcio Bittar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque o Marcio Bittar é titular e ele me pediu para avisar que...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vamos abrir, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só ver se fala com o Marcio Bittar daqui. Se ele responder ou não, a gente abre. É porque, se ele votar, anula outro. Mas ele é titular, ele quer votar. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, tem uma porção de titulares que não estão aqui.

O Senador Marcos do Val está com a mobilidade um pouco dificultada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Marcos do Val ou Marcio Bittar? (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O Marcos do Val falou que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está tudo tranquilo? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só falta o Marcio Bittar, que é titular. Ele fez um pedido aqui. Só um minuto.

Liga aí. (*Pausa.*)

Nós não estamos conseguindo contato com o Senador Marcio Bittar. Pelo menos eu fiz a minha parte, e vai estar registrado nas notas taquigráficas que eu tentei.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que proclame o resultado no painel.

(*Procede-se à apuração.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 16 Senadores e Senadoras; NÃO, 10 Senadores e Senadoras.

Está aprovado o relatório apresentado pelo Senador Marcos Rogério.

Peço atenção, peço atenção do Plenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós temos a votação de uma emenda destacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu peço atenção, porque nós vamos fazer a votação agora da Emenda destacada pelo Partido dos Trabalhadores de nº 13, oferecida ao PL 2.903, de 2023, que é contrária ao parecer apresentado pelo Relator Marcos Rogério.

Os Senadores e Senadoras que...

É a isso que eu estou pedindo atenção, Amin.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Presidente, eu posso só defender...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu acho que há uma questão de conteúdo no destaque. Em favor até do requerimento, o destaque pode ser compensado com a forma de emenda redacional.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas nós vamos ter que... Senadora Augusta, eu vou votar a emenda que está destacada.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu posso encaminhar a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode encaminhar.

Eu queria a atenção do Plenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria a atenção dos Senadores.

Nós terminamos agora uma votação sobre o relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Pelo que eu sei, a emenda proposta restringe de duas possibilidades para uma.

Estou errado? A interferência...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para encaminhar.) – Eu posso aqui, de uma forma rápida e bem clara, objetivamente falando, pelo adiantar da hora, falar exatamente o que a emenda está propondo dentro do que foi proposto aqui, que foi protocolado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela trata de uma mudança no art. 28, e esse artigo fala – eu vou aqui ler porque é um artigo pequeno: "No caso de indígenas isolados, cabe ao Estado e à sociedade civil o absoluto respeito às suas liberdades e aos seus meios tradicionais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... de vida, e deve ser evitado, ao máximo, o contato com eles, salvo para prestar auxílio médico [...]". O que a emenda modifica é tirar "intermediar ação estatal de utilidade pública". Retira esse final aqui do artigo e acrescenta: "em caso de risco iminente, em caráter excepcional e mediante plano específico elaborado pela União".

Acreditamos que é justo que tenha um plano específico nas ações que forem ser tomadas, que, como foi dito aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ninguém está escutando, mas eu espero que pelo menos o Senador Esperidião Amin esteja.

Foi sempre dito aqui que o Estado tem a obrigação de fazer o cuidado com os povos indígenas e com todos os brasileiros. Aqui está só ressaltando que esse cuidado tem que ser feito realmente pelo Estado através de um plano de atenção também já especificamente aprovado.

E, além desse ponto que acrescenta no art. 28, também faz a supressão do §2º, que diz que: "São vedados o contato e a atuação com comunidades indígenas isoladas de entidades particulares, nacionais ou internacionais, salvo se contratadas pelo Estado para os fins do *caput* deste artigo...

(*Soa a campainha.*)

... e, em todo caso, é obrigatória a intermediação do contrato pela Funai".

A gente está também tirando, fazendo a supressão desse artigo.

A emenda trata desses dois pontos, bem objetivamente falando, que estão aqui. Eu peço aos Senadores e Senadoras e ao próprio Relator que possam fazer uma reavaliação sobre essa emenda.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Augusta.

Concedo a palavra ao Relator para a manifestação em relação ao Destaque nº 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu vou reiterar o parecer já apresentado na complementação de voto que trouxe hoje, quando analisei as emendas apresentadas.

Reitero o parecer contrário à emenda, contrário, portanto, ao destaque. Não comporta, nesse caso, Senador Esperidião Amin, uma emenda de redação em razão do conteúdo. O conteúdo modifica...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O conteúdo proposto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, o conteúdo proposto na emenda.

Veja, V. Exa., que o texto original trata como exceção já o ingresso nas áreas de índios isolados. E aí ele coloca "salvo para prestar auxílio médico ou para intermediar ação estatal de utilidade pública".

No texto apresentado, olha, "para prestar auxílio médico, em caso de risco iminente, em caráter excepcional e mediante plano específico elaborado pela União", o paciente já morreu. Se fizer o que eles estão propondo aqui, o índio já morreu.

Então, assim...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não entra vacina?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não entra.

Então, o parecer é contra, e a recomendação deste Relator é o voto "não" ao destaque.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Em homenagem ao que V. Exa. está dizendo, isto que está sendo pretendido se resolve regulamentarmente e infralegalmente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato! Sem nenhum prejuízo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Davi! Presidente Davi, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Presidente Mourão!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente Davi, por favor.

Porque eu estou ouvindo essa questão de índio isolado há horas, e tem gente que desconhece onde é que vai ter índio isolado no Brasil. É lá nos confins da Amazônia. Como é que se chega aos confins da Amazônia? Como? Alguém me responda aqui.

Então, nós estamos tendo uma discussão bizantina sobre esse assunto. Só isso, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria pedir a atenção dos Senadores e das Senadoras que estão envolvidos em relação à votação do relatório apresentado, porque agora nós temos uma emenda destacada de autoria do Partido dos Trabalhadores.

Eu vou colocar em votação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. É porque o Amin fala, eu presto atenção e já fico preocupado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria uma diferença maior.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente! Presidente!

Só a bem da verdade, eu acho que a emenda, o destaque da Senadora Augusta, Senador Marcos, mantém a primeira parte aqui do artigo. Ela diz "salvo para prestar auxílio médico".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane, essa matéria já está definida. O Relator já declinou seu parecer, rejeitando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, porque a argumentação dele não bate com o texto que a Augusta apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas ele já rejeitou, então agora vamos votar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Já rejeitou. A discussão é bizantina.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou colocar em votação a emenda destacada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atenção, os Senadores e as Senadoras que aprovam a emenda destacada permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está rejeitada a emenda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, quero verificação, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós estamos em uma hora, não tem verificação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto e contrário às Emendas nºs 11 a 49. (*Palmas.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente! Presidente, pela ordem! Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Só um minuto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – E a urgência, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Há sobre a mesa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Pedido de urgência!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu peço...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, e a urgência?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente! A urgência, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 31, DE 2023

Requer urgência para o PL 2903/2023

Autoria: Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS)

Há sobre a mesa um requerimento de urgência amparado nos termos regimentais, no art. 336, II, e 338, V, do Regimento Interno do Senado. Há urgência para o PL 2.903, de 2023, que regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007; 4.132, de 10 de setembro de 1962; e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

Requerimentos assinados: Senadora Tereza Cristina, Senador Mecias de Jesus, Senador Rogerio Marinho, Senador Ciro Nogueira, Senador Carlos Portinho e Senador Plínio Valério.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Contrário, Presidente! Contra!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A matéria vai ao Plenário do Senado Federal, com o voto contrário da Senadora Zenaide, da Senadora Augusta e da Senadora Eliziane.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Manifestação da plateia.*)

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Eduardo Braga, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Davi Alcolumbre, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Zequinha Marinho, Giordano, Marcelo Castro, Carlos Viana, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Paulo Paim, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Rodrigo Cunha, Margareth Buzetti e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Omar Aziz, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Reforma Tributária - Impacto sob a ótica dos Estados**, atendendo ao Plano de Trabalho oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga. **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição n° 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário de Finanças do Estado de Rondônia (representante do COMSEFAZ); Sr. Sérgio Wulff Gobetti, Pesquisador de carreira do IPEA, Doutor em Economia pela UnB, ex-Secretário de Política Fiscal e Tributária do Ministério da Fazenda e Assessor Econômico da SEFAZ-RS; Sra. Ana Carolina Ali Garcia, Procuradora Geral do Estado de Mato Grosso do Sul; e Sr. Fabrizio Gomes, Secretário de Fazenda do Estado do Ceará (representante do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Consórcio Nordeste -). **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da sétima audiência pública para instruir as matérias que tratam da reforma tributária, conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator.

As matérias que alteram o sistema tributário nacional são: a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019; a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debates.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu convido para compor a mesa: o Sr. Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário de Finanças do Estado de Rondônia, representante do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz); o Sr. Sergio Wuff Gobetti, Doutor em Economia pela UnB, pesquisador de carreira do Ipea, ex-Secretário de Política Fiscal e Tributária do Ministério da Fazenda e assessor econômico da Sefaz do Rio Grande do Sul; o Sr. Caio Monteiro, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais da Secretaria de Fazenda do Estado de Roraima; e a Sra. Ana Carolina Ali Garcia, Procuradora-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul – seja muito bem-vinda!

O Sr. João Azevedo Lins Filho, Governador do Estado da Paraíba e Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, justificou a sua ausência.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário de Finanças do Estado de Rondônia e representante do Comsefaz, para sua exposição, por dez minutos.

O SR. LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

É uma honra a gente, representando o Comsefaz, representando os 27 Secretários de Fazenda, Finanças, Economia, Tributação dos Estados e do Distrito Federal, poder falar à Comissão sobre aquilo que o Comsefaz vem discutindo nos últimos quatro anos, cinco anos quase.

Essa discussão da reforma tributária tem tomado muito da nossa atenção, e o Comsefaz entende que é um interlocutor qualificado para debater esse tema, porque ele representa – do bolo arrecadado, boa parte se refere ao ICMS – o principal tributo arrecadado do país, que é aquilo que financia as principais políticas públicas nos entes federados. Então, é algo que realmente tem ocupado bastante tempo e é de bastante relevância na nossa agenda.

Em nome do Presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, Secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, eu quero saudar o Senador Eduardo Braga e os demais Senadores aqui presentes e agradecer-lhes o espaço.

Entre as discussões que nós vimos tendo lá no Comsefaz, essa questão de base ampla, do princípio do destino, essas premissas que foram estabelecidas no projeto de reforma tributária da PEC 45, do texto aprovado na Câmara dos Deputados, reconhecidamente trazem avanços históricos.

A gente reconhece que o texto traz uma modernização importante para o sistema tributário brasileiro, para a tributação sobre o consumo no Brasil; viabiliza uma simplificação do tributo, o que é um fator muito relevante para a redução do litígio, que, sem dúvida, é algo que afeta muito a competitividade e a produtividade no país; também permite uma racionalidade econômica mais eficiente na alocação dos investimentos, na medida em que se adota o princípio do destino e, com isso, procura-se privilegiar a neutralidade do tributo dentro da tributação, dentro da economia, das decisões que o consumidor vai tomar e que a empresa vai tomar.

Então, esses princípios, como um todo, nós entendemos que estão bem assegurados, porém há preocupações relevantes do Secretário de Fazenda em relação à autonomia federativa, em relação à transição, em relação à forma de garantir o desenvolvimento regional; enfim, tem uma série de questões que vêm nos preocupando. Então, a gente poder falar a esta Comissão dessas preocupações é algo de fato muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A base ampla, ou seja, garantir que bens e serviços estejam na mesma base de incidência já é um fator que todos consensuamos, é fundamental para essa simplificação do tributo.

A adoção do princípio do destino na repartição das receitas está alinhada com as melhores práticas do mundo, do IVA, do sistema de tributação pelo IVA no mundo. Então, a gente também concorda com isso.

E as demais questões são aquelas em que a gente entra, talvez, num ponto que merece aprimoramento. E a gente entende que o Senado, como Casa da Federação, é o espaço ideal para esses aprimoramentos que o texto deve receber, para que ele consiga preservar a autonomia dos estados e consiga garantir que o país, como um todo, tenha os ganhos previstos pela reforma em termos de crescimento, em termos de desenvolvimento regional. Então, esses princípios todos que estão previstos no texto...

A manutenção da Zona Franca de Manaus também é algo absolutamente consensuado entre os estados, porque se entende que a preservação da atratividade da Zona Franca de Manaus, como modelo garantidor do desenvolvimento do Amazonas, é fundamental, pelas questões ambientais, pelas questões sociais que isso implica.

Privilegiar o princípio da não cumulatividade, garantindo que a não cumulatividade seja efetiva e que, de fato, o contribuinte não tenha dificuldades para se creditar em todas as etapas da cadeia produtiva, de todos os insumos necessários para a produção, para a comercialização. Nós entendemos que esse é um princípio relevante.

E garantir a compensação pela desoneração das exportações. Todos concordamos que é importante a desoneração das exportações, porém os estados precisam ter uma garantia em relação à compensação dessa desoneração.

Então, os princípios que buscam simplificação, transparência, justiça tributária, segurança jurídica, progressividade e neutralidade são todos abraçados pelo Secretário de Fazenda como importantes de serem preservados no texto final que vai ser aprovado.

E aí a gente discute alguns pontos aqui que consideramos relevantes contribuições.

A forma de cálculo, o cálculo por fora e não por dentro, como é feito atualmente na maioria dos casos – o ICMS faz o cálculo por dentro –, traz falta de transparência, o que dificulta para o consumidor entender qual é o peso do tributo no preço final do produto. Isso vai ser melhorado, muito, com o cálculo por fora porque ele é mais intuitivo e dá mais transparência.

Mas é importante também que essa neutralidade do tributo no preço, na alocação, seja garantida. Essa neutralidade tem muitos significados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A neutralidade pode ser entendida como isto: a decisão de compra e de investimento não ser afetada pelo tributo. Mas ela também pode ser entendida como a neutralidade em relação à carga tributária, pois o contribuinte precisa ter a garantia de que não haverá aumento de carga tributária. E todos concordamos com isto, existe um acordo amplo nesse sentido, entre setor produtivo, entre entes federados, de que não haja aumento de carga tributária, mas também é preciso que não haja perda de arrecadação para os estados. E isso vai ser garantido por uma calibragem adequada dessa alíquota de referência no texto final, ou a partir da experiência que os estados e a União vão empreender na fase de testes de implantação do novo tributo.

Então, é importantíssimo que essa calibragem seja benfeita para garantir que este teto e este piso sejam preservados: o teto para o setor privado, que é a carga tributária atual, e o piso para a esfera pública, que é manter a arrecadação atual.

A gente entende que esse é um dos principais cuidados que precisam ser adotados nesse texto final, porque, do contrário, isso pode comprometer seriamente a execução das políticas públicas, e as finanças estaduais já vêm sendo afetadas desde 2022 – os senhores são sabedores disso – por conta das Leis Complementares 192 e 194, por conta de mudanças até no repasse do FPE. Então, garantir que haja essa calibragem adequada da alíquota é uma das grandes preocupações dos Secretários de Fazenda.

Nesse sentido, senhores, a redução de cargas – alíquotas reduzidas incorporadas no texto – tem que ser feita com uma cautela muito grande, porque sempre que se fizer uma carga reduzida, vai se precisar calibrar a alíquota de referência, então isso pode gerar uma heterogeneidade no impacto da reforma nos diversos setores, e nós entendemos que, quanto menores forem as exceções, melhor será a administração do impacto da reforma dentro desse compromisso de neutralidade, de não aumentar a carga tributária e não reduzir a arrecadação.

Os entes subnacionais vêm suportando uma corrosão fiscal significativa, por isso a gente quer preservar que as receitas tributárias garantam os recursos que sustentam a saúde, a educação, o Fundeb, a seguridade social, a segurança pública, enfim, tantas políticas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA – ... promovidas pelos estados e municípios.

Aqui há um gráfico que ilustra essa redução da participação dos estados na arrecadação total, nas receitas disponíveis.

Nos últimos 40 anos, a gente vem tendo uma redução: saímos de 29,6% para 25%. Se a gente pegar um período anterior, tínhamos 38%, há 50 ou 60 anos; e hoje temos 25% do bolo arrecadado, os estados brasileiros. Então, a continuidade dessa corrosão pode comprometer seriamente a execução das políticas.

O sistema tributário brasileiro tem disformidades, tem discrepâncias em relação aos países da OCDE. E aqui a gente, no gráfico seguinte, reconhece algumas delas. Por exemplo, a tributação, a carga tributária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre bens e serviços no Brasil representa 14,3% – são dados de 2018, publicados em 2020 – da alíquota média sobre bens e serviços. E a média da OCDE é de 11%. Então a gente tem, de fato, uma das cargas mais elevadas sobre bens e serviços.

Já sobre a renda, lucro e ganho de capital, nós temos quase um paraíso fiscal: A média da OCDE é de 11,4%, e nós temos 7% de carga tributária sobre renda, lucro e ganho de capital. Então isso é uma distorção, todos reconhecemos que isso é causa da regressividade do sistema tributário e é um fator que, em pequena proporção, está sendo enfrentado na reforma tributária, mas só se vai avançar nisso quando também tiver a reforma dos tributos sobre renda e patrimônio. Mas esse é um ponto que a gente tem que observar.

E a forma de enfrentar que a reforma tributária previu é a questão do *cashback*, de devolução para a população de baixa renda, do tributo que eles não deveriam pagar, já que não têm capacidade contributiva para isso. Então o *cashback* é uma forma de mitigar o problema da regressividade do sistema tributário brasileiro.

Agora, essa é uma distorção, no entanto, não existem distorções: há um mito, Senador, de que o sistema tributário brasileiro tem a maior carga tributária do mundo. A gente ouve, de vez em quando, isso, e isso é um mito. A gente tem que pontuar aqui que a carga tributária brasileira, embora elevada, 36%, 35%, não é das mais elevadas. A gente tem cargas muito maiores.

E nem a arrecadação *per capita* é das mais elevadas, até porque, como a nossa renda é baixa – e aí o economista Sergio Gobetti vai poder detalhar isso melhor –, nós temos uma arrecadação *per capita* em torno de US$2,8 mil, enquanto, por exemplo, nos Estados Unidos, são US$16 mil. Claro que isso tem a ver com renda da população, mas isso mostra o limite que existe para a execução das políticas públicas. E a carga tributária total, percentualmente, não é das mais elevadas.

Então a gente também tem que desmistificar isso, até para que a gente não tenha essa pretensão de que haveria possibilidade de uma redução, mantendo as mesmas atribuições de cada ente federativo, que estão previstas na Constituição. Então é preciso entender que essa é uma necessidade para que haja aumento, haja progresso, haja melhor qualidade de vida da população brasileira.

Bom, avançando aqui, já partindo para as considerações finais, natureza e composição do Conselho Federativo é uma preocupação importante do Secretário de Fazenda. A gente sabe que o conselho é uma entidade de regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira. Com isso, todos concordamos.

Postulamos que haja uma composição mais paritária. O texto lá prevê 54 membros. A gente entende que seriam 53, com 26 estados, com o Distrito Federal e 26 municípios escolhidos entre todos os estados. Então há uma pequena diferença aí no que a gente está propondo em relação ao texto que veio da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às competências do Conselho Federativo, o texto prevê: editar o regulamento único e as demais normas infralegais; arrecadar o imposto; uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação. Isso é perfeito. Mas a gente também entende que tem que se ter algum cuidado com relação a se preservar o papel de controle externo de tribunais de contas e assembleias legislativas, que os estados têm que ter assegurada a sua autonomia federativa na gestão do tributo, e aí, nesse sentido, há algumas preocupações em relação à autonomia federativa, porque existe o risco de que, na tentativa de padronização, se estrangule a capacidade de os estados adequarem o seu sistema à peculiaridade de cada estado.

Então, a gente entende que é fundamental preservar a competência tributária plena dos entes federados – estados e municípios –, para que eles possam regulamentar o tributo dentro das suas peculiaridades. Inclusive, na concessão de regimes diferenciados, de tratamento diferenciado no processo de tributação, a gente entende que é preciso ter a autonomia preservada dos estados e municípios.

Um ponto relevante nesse sentido é o art. 149-B, do texto, que procura fazer uma vinculação do IBS com a CBS, e essa vinculação excessiva traz um risco de que, ao invés de um IVA dual, que é o que foi proposto, se crie um IVA nacional, um IVA federal, porque a vinculação seria automática. Então, nós vemos esse risco no art. 149-B e entendemos que ele precisa ser reformulado para mitigar esse risco dessa vinculação automática com a CBS, até porque a vigência dos dois tributos não está lincada. A CBS começa a partir de 2027, plenamente, e o IBS, a partir de 2033. Então, também há um risco de que a base de incidência seja cooptada pela CBS e o IBS acabe ficando com uma fatia menor.

Então, há uma preocupação também de que haja essa vinculação, talvez no início de vigência dos dois, ainda que com uma alíquota de teste a partir de 2026, mas que haja a preservação da base de incidência para que garanta a autonomia e que esses dois tributos sejam entendidos como dois tributos, e não como um único tributo administrado por entes diferentes.

Dois últimos pontos.

Fundo de Desenvolvimento Regional. Nós mencionamos como a adoção do princípio do destino vai eliminar o efeito de benefícios fiscais como fator de atração de investimento. É importante que haja uma forma de desconcentrar a alocação de investimentos no país, e o Fundo de Desenvolvimento Regional é um mecanismo, nesse sentido, para promover o equilíbrio dessa distribuição do investimento produtivo. E os estados entendem que os R$40 bilhões previstos a partir de 2033 para o Fundo do Desenvolvimento Regional não são suficientes para se alcançar esse objetivo, porque a ideia é que esse fundo possa suprir a necessidade de investimento, de disponibilidade de energia, de qualificação de mão de obra, fatores outros que são considerados pelo investidor na hora de definir onde é que ele vai colocar a sua planta industrial, onde é que ele vai alocar o seu investimento. E, para compensar essa necessidade de infraestrutura, que seria aquilo que vai viabilizar a alocação do investimento de acordo com as vocações naturais de cada região, os R$40 bilhões não serão suficientes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Comitê de Secretários de Fazenda do país propõe uma elevação desse aporte anual, a partir de 2033, para R$75 bilhões, e aí a gente pode discutir fontes de financiamento para isso, mas é fundamental que esse fundo cumpra o seu papel, já que ele se destina a suprir a falta dos benefícios fiscais como fator de atração de investimentos.

Existe o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais, que está previsto nesse período de transição, até 2033. Esse fundo os secretários de Fazenda entendem que deve abranger todos os benefícios convalidados pela Lei Complementar 160, de 2017, que buscou pôr fim à guerra fiscal, e esses benefícios têm diversos formatos. Todos que foram convalidados pelos demais estados, no Confaz, através do amparo da Lei 160, devem ser compensados por esse Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais. Isso dá segurança jurídica para quem investiu, entendendo que até 2032 haveria vigência desse benefício.

Então, esse é um ponto também consensuado entre os secretários que nós gostaríamos de colocar à apreciação do Senado.

É isso, Senador. Desculpa por ter me estendido no tempo. Agradeço pela atenção e disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Luis Fernando Pereira da Silva, Secretário de Finanças do Estado de Rondônia, pela sua contribuição.

Eu concedo a palavra ao Sr. Sérgio Gobetti, Doutor em Economia pela UnB e Pesquisador do Ipea, para a sua exposição por dez minutos.

O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer à CCJ pelo convite.

Vai entrar a apresentação? (*Pausa.*)

Vamos iniciar.

Gostaria de agradecer à CCJ pelo convite e pela oportunidade de apresentar os principais resultados das nossas pesquisas sobre reforma tributária. Exatamente quatro anos atrás, eu e Rodrigo Orair, outro colega meu do Ipea, produzimos o primeiro estudo com estimativas dos impactos que as PECs 45 e 110 poderiam produzir, tanto na esfera social quanto federativa.

Os resultados obtidos foram muito importantes porque mostraram que, além do já esperado efeito positivo da reforma sobre o crescimento econômico, a introdução de um modelo tributário do tipo IVA também seria capaz de reduzir as desigualdades na Federação e até mesmo a chamada regressividade do nosso sistema tributário, ou seja, o peso dos impostos sobre o bolso dos mais pobres.

Podemos passar.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós constatamos, por exemplo, que, ao contrário do que muitos imaginam, um imposto com alíquota única, sem desoneração para a cesta básica ou para qualquer outro bem e serviço, pesaria menos no bolso dos mais pobres do que o modelo atual com base tributária fragmentada, múltiplas alíquotas e exceções.

Outra revelação importante que surge do nosso estudo tem a ver com uma dimensão da desigualdade federativa pouco percebida, que transcende as diferenças entre norte e sul, entre as chamadas regiões mais ou menos desenvolvidas. Eu me refiro a uma desigualdade muito expressiva que existe entre municípios de cada estado do Brasil. Em Goiás, por exemplo – podemos passar aqui a apresentação –, a gente vê que tem um município, Alto Horizonte – ali a linha talvez prejudique a visualização. Esse Município de Alto Horizonte tem uma receita *per capita* anual de ICMS junto com ISS que ultrapassa os R$12 mil por habitante/ano, enquanto, no outro extremo, no mesmo Estado de Goiás, nós temos uma cidade, Santo Antônio do Descoberto, aqui no Entorno do DF, que arrecada apenas R$98 por habitante. Uma diferença de 127 vezes, algo inadmissível, e essa não é uma situação isolada, como a gente pode ver nessa tabela. Ou seja, o Brasil é um país com desigualdades locais mais acentuadas do que as desigualdades inter-regionais, que não são explicadas meramente apenas por fatores econômicos, entende, Senador? Essas desigualdades surgem de decisões políticas. Elas poderiam, portanto, ser evitadas e elas surgem de decisões políticas tomadas no passado quanto ao nosso sistema tributário e aos critérios de partilha federativa.

Próximo eslaide.

Como a reforma tributária pode mudar isso? Bem, a unificação do ICMS com o ISS em um novo imposto sobre bens e serviços de base ampla e cobrado no destino, ou seja, pertencente ao local em que ocorre o consumo, vai produzir o que eu chamo de uma revolução redistributiva no Brasil, a desconcentração de receita de onde ocorre a produção para onde há o consumo, e o consumo é muito mais diluído, obviamente, do que a produção. Mas essa mudança – é importante que a gente note – vai ser feita muito gradualmente de acordo com uma regra de transição bastante suave.

Então, desse modo, é importante que fique claro que o resultado final da reforma para cada ente federado vai depender de três fatores que vão estar atuando simultaneamente. Primeiro, o impacto redistributivo, resultado dessas novas regras tributárias e de partilha. Esse impacto redistributivo vai fazer que a fatia do bolo de alguns entes federativos cresça, enquanto a fatia de outros entes federativos caia. Mas daí nós vamos ter um segundo fator, que é a regra de transição, o gradualismo, a forma gradual com que essa mudança de redução ao aumento das fatias do bolo vai se processar. E, por fim, nós temos que incluir aí o componente de crescimento da economia, o ritmo de crescimento econômico posterior à reforma tributária. Ou seja, a fatia de cada estado no bolo tributário vai mudar lentamente com a regra de transição federativa, mas o bolo tributário, simultaneamente, também vai crescer.

Aliás – todo mundo sabe –, o PIB sempre cresce, às vezes cresce um pouco mais, um pouco menos, mas a gente avalia que ele deve crescer mais em função das importantes mudanças tributárias que estamos prestes a aprovar, de modo que o maior tamanho do bolo vai acabar compensando a redução gradual da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fatia daqueles estados que chamamos de perdedores. Eu digo "chamamos" porque são perdedores que não perdem. Na prática, de acordo com as nossas projeções, nenhum estado corre o risco de ter queda de arrecadação graças à regra de transição. Alguns estados podem crescer menos do que outros, mas absolutamente nenhum deve ter queda real de receita, mesmo em cenários mais pessimistas de crescimento econômico.

Antes de tratar do cenário de crescimento, eu queria mostrar aqui quais são os impactos redistributivos da reforma, aquele primeiro item que eu falei, o primeiro fator, o impacto meramente redistributivo. Qual seria o impacto da reforma se ela estivesse sendo processada do dia para a noite, sem uma transição?

Então, esse mapa aqui do Brasil, que eu apresento, permite visualizar, através da intensidade das cores, quem mais ganha e quem mais perde. Ganham as unidades federadas que estão coloridas em verde, perdem as que estão em vermelho. Notem que todas as unidades federadas de menor PIB *per capita*, o que inclui todos os estados do Nordeste e a maioria do Norte, ganham com a reforma tributária, ou seja, eles ganham fatia do bolo. A fatia do bolo desses estados aumenta. Entre os municípios, nós estimamos que cerca de 82% de todas as cidades brasileiras e 98% dos municípios de menor PIB *per capita* terão sua fatia do bolo ampliada.

A desigualdade de receita deve cair, medida pelo Índice de Gini, em 21%, e a diferença entre o município mais rico e mais pobre, que hoje é de 177 vezes... É o caso lá que eu não cheguei a explicitar, mas está na tabela: São Francisco do Conde e Madeiro, no Piauí. Essa diferença de 177 vezes cairia para apenas 13 vezes, mas essa mudança vai ocorrer de forma gradual, de acordo com a regra de transição.

Para a gente entender aqui exatamente como é que vai funcionar essa regra de transição... Eu acho que esse é um ponto importante. Muitas vezes eu vejo que as pessoas não entendem exatamente como vai ocorrer a regra de transição. Na prática, nós vamos ter por 50 anos o novo imposto, o IBS, sendo distribuído por dois critérios simultâneos. Uma parte crescente da receita vai para o estado de destino e uma parte decrescente do novo imposto, que vai ser inicialmente uma parte maior dessa receita, vai continuar sendo distribuída por uma cota que reflete as regras atuais. Pelo texto aprovado na Câmara, essa cota vai ser calculada de acordo com a arrecadação que os estados e municípios registrarem entre 2024 e 2028, antes de o IBS entrar em vigor. Então, na prática, daqui a 25 anos, por exemplo – na verdade, são 30, são 25 mais cinco da transição do tributo –, nós vamos ter que metade da receita do IBS vai continuar ainda sendo distribuída de acordo com a participação atual de cada estado no bolo tributário, decorrente do quê? Justamente da tributação da origem. Então, daqui a 25 anos, Senador, vai ser meio a meio: metade na origem, metade no destino. Ou seja, é uma transição muito gradual.

Vejamos o exemplo, então, de um estado hipotético aqui que eu trouxe, um estado que, por exemplo, tivesse hoje 2% do bolo tributário e, com a mudança para o destino, a fatia desse estado fosse reduzida para 1,3%, ou seja, uma queda relativa de 35%. Com a regra de transição, essa redução vai ser gradual, de modo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, daqui a dez anos, a fatia desse estado hipotético ainda estaria em 1,86%; em 20 anos, em 1,72%; e só no 50º ano é que essa fatia cairia para 1,3%. Ou melhor, na verdade, a fatia do bolo desse estado hipotético que eu estou dizendo aqui vai ser reduzida não para 1,3% no final da transição, mas para 1,47%, por quê? Porque, além da transição, nós temos o seguro-receita. O seguro-receita é um fundo formado por 13% da receita do IBS e esse fundo vai limitar. Com 13% da IBS, ele é capaz de limitar a perda relativa máxima a 26,9%, segundo as nossas simulações. É por isso que cai de 2% para no máximo 1,47%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI – Em resumo, com essa transição suave, nós podemos garantir que nenhum estado terá queda de arrecadação mesmo em cenários mais pessimistas.

Por exemplo, aqui, a gente apresenta a receita atual de ICMS dos estados; e, ali, como ela ficaria em duas situações: a economia em média crescendo 1,5% ao ano e, em outro caso, crescendo 2,5% ao ano. Se a economia crescer 1,5% ao ano, a receita de alguns estados vai crescer 2,2%; e a de outros estados, no mínimo, 0,9%. Se o PIB crescer 2,5%, por sua vez, o menor crescimento que nós vamos ter entre os estados será de 1,9% ao ano. Ou seja, o impacto redistributivo da reforma faz a receita de alguns estados crescer menos do que a de outros, mas esse menor crescimento de alguns pode ser compensado pelos efeitos positivos da reforma sobre o crescimento econômico. Basta a gente ter, portanto, uma diferença de crescimento econômico da ordem de 0,5%, 0,6% que a receita desses estados, mesmo que tivessem essa perda relativa, passaria a ser igual num cenário sem reforma.

Bom, notem aqui, com este gráfico...

Por que eu trago este gráfico? Há quem, quando a gente fala em crescer 1,5% ao ano ou 2,5%, diga: "Ah, mas isso aí é muito", porque parece que a gente está olhando o retrovisor dos últimos anos. Vejam: para projetar as receitas futuras, a gente usou cenários mais pessimistas do que os registrados nas últimas décadas. Nos últimos 50 anos, neste gráfico, a gente pode ver que o PIB cresceu em média 3% ao ano. No período mais recente do Plano Real, essa média caiu para 2,2%. Ou seja, quando fazemos projeções usando 1,5% ou até 2,5% ao ano, nós estamos sendo bastante conservadores, ainda mais diante de um cenário de aprovação da reforma.

Aqui, precisa ficar clara uma questão: não há a menor dúvida de que uma reforma como a que estamos promovendo, que desonera plenamente os investimentos, as exportações, que reduz o enorme contencioso administrativo e judicial e reduz também as distorções econômicas produzidas pelo atual sistema tributário, deve gerar ganhos de produtividade para a nossa economia. Não há dúvida sobre isso.

A única incerteza que existe é sobre a magnitude desses ganhos. Há estudos estimando, por exemplo, que os impactos sobre crescimento econômico poderiam variar de 12% a 20% ao longo de duas décadas, o que significa que estaríamos falando de um crescimento adicional da economia de pelo menos mais 0,5% ao ano por duas décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há como garantir que isso vai ocorrer? Não, não há, mas o que eu posso assegurar é que as melhores chances de a reforma produzir efeitos positivos sobre a economia dependem da manutenção da estrutura de um bom imposto sobre o valor adicionado, ou seja, um imposto de base ampla, baseado no princípio do destino, como o Fernando falou aqui, não cumulativo e com um menor número possível de exceções em termos de alíquotas reduzidas e isenções.

Repetindo o que disse aqui, na semana passada, o meu colega Marcos Mendes, a literatura econômica tem demonstrado que tentativas de fazer política social via diferenciação de alíquotas por produto é absolutamente ineficiente. Até mesmo a desoneração da cesta básica beneficia, pelo que a gente sabe hoje das pesquisas, muito mais os ricos do que os pobres.

Além disso, eu destacaria que o próprio princípio da essencialidade avocado como justificativa para tal diferenciação é altamente subjetivo.

Dou um dado aqui para vocês. As pesquisas do IBGE, a POF, mostram, por exemplo, que os pobres no Brasil gastam proporcionalmente mais com produtos de perfumaria do que os ricos – mais em perfumaria do que os ricos. Ou seja, o pobre não gasta somente em comida, como se acreditava no passado. O pobre gasta com luz, com telefone, com gasolina e também com desodorante e perfume.

Então, se há um conselho que eu e 90% dos economistas podemos dar, com base na pesquisa econômica, é para que o Senado, em hipótese nenhuma, cogite ampliar os tratamentos diferenciados e favorecidos, e, se possível, tente reduzi-los.

Por fim, eu queria tratar aqui da questão dos benefícios fiscais.

Alguns Governadores têm dito que, com o fim da guerra fiscal, poderíamos experimentar um processo de reconcentração da produção industrial nas regiões mais desenvolvidas. Minha opinião é que esse risco está sendo superestimado e eu explico por quê.

Em primeiro lugar, porque não há evidências empíricas de que o maior crescimento econômico registrado por alguns estados menos desenvolvidos seja explicado pelos incentivos fiscais que nós temos no Brasil, principalmente nas últimas duas décadas. Nessas duas últimas décadas, a competição tributária, a guerra fiscal se degenerou para uma guerra comercial, em que os incentivos são dados para atrair centrais de comércio atacadista ou operações de importação, cujo efeito sobre o crescimento econômico é nulo ou até negativo. Nós temos estado dando benefício para a importação, em detrimento da indústria nacional.

Em segundo lugar, eu diria que se superestima esse impacto concentrador porque é preciso entender que a guerra fiscal vai acabar, mas a reforma não proíbe os estados de concederem incentivos fiscais por meio de subsídios orçamentários, de modo mais transparente do que ocorre hoje, em que ninguém conhece o benefício recebido por cada empresa no Brasil e qual o retorno desses benefícios para a economia local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse novo modelo de incentivo fiscal vai ser financiado parcialmente pela União, com os recursos do FDR, mas os estados também poderão deslocar recursos do seu orçamento para essa finalidade.

Quando a gente fala dos valores – o Luis Fernando estava tocando nos valores –, eu queria destacar que nós estimamos que, hoje, os incentivos fiscais relacionados à guerra fiscal somam, no país, cerca de R$100 bilhões de anuais – isso é o que a gente consegue ver, inclusive, pelas declarações dos estados nas LDOs –, mas só pouco mais da metade disso está sendo direcionado para o setor industrial. Como eu falei, tem benefício para a importação, para o comércio atacadista, etc.

Os poucos estudos disponíveis sobre incentivos fiscais mostram que os custos são muito altos comparados aos reais benefícios gerados. Eu não vou entrar aqui... Há estudos que mostram que, nos empregos das empresas mais beneficiadas, o custo desses benefícios chega a ser da ordem de R$400 mil por trabalhador, por emprego – R$400 mil por emprego, por trabalhador.

Ou seja, tudo isso indica que podemos obter melhores resultados, em termos de geração de emprego e renda, com um volume de recursos menor do que se gasta hoje com a guerra fiscal.

Então, eu concluo aqui a minha exposição, repetindo que a reforma tributária é importante não só para simplificar e gerar maior eficiência econômica, mas também para corrigir graves distorções e injustiças que nós temos no nosso sistema tributário e também federativo.

Eu deixo aqui à disposição o *link*, no próximo eslaide, dos nossos estudos e digo que, inclusive, não só estudo, mas a base de dados, Senador, e o simulador que a gente utiliza para estimar os impactos federativos foram disponibilizados tanto para o Tribunal de Contas da União quanto para a Consultoria do Senado e da Câmara.

Era isso.

Agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a palavra do Sr. Sérgio Gobetti e concedo a palavra à Sra. Carolina Ali Garcia, Procuradora-Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, para sua exposição, por dez minutos.

A SRA. ANA CAROLINA ALI GARCIA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes.

Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Davi Alcolumbre. Nas pessoas de V. Exas., cumprimento os Senadores que participam desta audiência e os Deputados Federais, na pessoa do Deputado Hauly.

Cumprimento também os meus colegas de mesa e agradeço o honroso convite para estar no Senado Federal, trazendo a visão das Procuradorias dos estados e do Distrito Federal, com sugestões de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprimoramento do texto, a partir de debates no âmbito do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Nosso agradecimento também a toda a bancada federal do Estado do Mato Grosso do Sul, à importante interlocução da Senadora Tereza Cristina, do Mato Grosso do Sul, e do Senador Portinho, do Rio de Janeiro, com a Advocacia Pública.

As nossas reflexões giram em torno de três garantias, Senador: autonomia da representatividade do ente, autonomia federativa e também segurança jurídica nas competências jurisdicionais.

A nossa fala e a maior preocupação da Advocacia Pública, hoje, é em relação ao inciso V, §2º, do art. 156-B. Esse dispositivo estabelece que o Conselho Federativo vai ter competência para coordenar a atuação integrada entre estados, Distrito Federal e municípios, na representação administrativa e judicial do imposto. Até aí, entendemos a importância dessa norma, porque nos parece que o maior desafio da reforma tributária é, realmente, passar desse federalismo de competição em que nós vivemos para um federalismo cooperativo.

Mas o ponto que nos chama a atenção e em que nós solicitamos que tenha um ajuste é a parte final do dispositivo, quando ele prevê poderes para o Conselho Federativo redefinir competências das carreiras jurídicas, independentemente do interesse dos entes. Isso porque o legislador complementar poderá eleger hipóteses de compartilhamento ou delegação de competências.

De fato, isso já ocorre no âmbito das Procuradorias dos estados e do Distrito Federal, porém, de forma voluntária, por meio de pactos interfederativos. O Supremo Tribunal Federal – essa decisão mostra –, inclusive, já julgou um dispositivo do Código de Processo Civil. A premissa para julgá-lo constitucional trata de compartilhamento de competências processuais entre as Procuradorias dos estados. A premissa foi, justamente, de que esses acordos eram consensuais.

Então, a nossa discussão aqui é em torno do papel do Conselho Federativo na gestão das Procuradorias. Com essa delegação, por exemplo, os Procuradores do Distrito Federal poderiam ser competentes para tratar de todos os processos das unidades da Federação que tramitassem nos tribunais superiores.

Então, o que é a nossa sugestão? E, aí, seguindo o art. 132, da Constituição Federal, que trata da representação judicial e da consultoria jurídica dos entes, e também a forma federativa de Estado, que haja uma admissão. Então, que esse pacto seja interfederativo, de forma voluntária e sempre no interesse do ente que será representado.

Nosso segundo ponto de atenção é quanto ao Conselho Federativo. O art. 156-B, §1º, traz a natureza, e ali nós entendemos como uma soma de autonomia: estados, Distrito Federal, municípios, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subordinação entre eles e também não se configurando um órgão da União. Nosso pequeno ajuste é deixar de forma expressa, nesse texto, que o Conselho Federativo não terá subordinação à União.

E o terceiro aspecto, também sobre autonomia representativa e autonomia federativa: no inciso VI do §2º, caminhou muito bem a proposta, lá atrás, de que as competências exclusivas das carreiras jurídicas, das administrações tributárias, no âmbito do Conselho, serão exercidas por servidores de carreira. A nossa discussão aqui são essas competências na representação do próprio Conselho Federativo, uma solicitação que conste, de forma expressa, que também a representação do Conselho Federativo será exercida por essas carreiras no âmbito das suas competências.

E o segundo viés da nossa apresentação – eu disse, lá no início, que seria a segurança jurídica quanto às competências –: na proposta, os conflitos federativos entre os entes e entres estes e o próprio Conselho Federativo, da forma como consta, estarão na competência do Superior Tribunal de Justiça. A corte vocacionada para tratar de conflitos federativos é o Supremo Tribunal Federal. Então, a nossa solicitação é que, em vez do art. 105, seja alocada essa competência no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

Fica uma lacuna da representação desse Conselho Federativo num possível conflito de interesses entre os estados, o Distrito Federal e esse próprio conselho. Hoje, o Confaz, que tem uma outra configuração como órgão da União, tem, nessas hipóteses, a representação pela AGU.

E aqui é mais um alerta quanto à Justiça competente: pelas regras atuais constitucionais, em razão do titular da competência tributária, essas ações envolvendo o IBS se processarão na Justiça estadual, e já temos nos debruçado sobre a materialização disso no âmbito do CNJ, com todas as procuradorias das unidades federativas.

Mais um alerta: havendo qualquer pretensão de se alterar essa competência, nós necessitaremos de uma previsão constitucional.

Também invocando novamente aquele julgamento da ADI, o Supremo Tribunal Federal, olhando para o dispositivo do Código de Processo Civil que exigia que os estados e Distrito Federal fossem demandados para além dos seus limites territoriais, julgou inconstitucional, porque isso desconsideraria a sua prerrogativa de auto-organização, impactando inclusive em questões administrativas, como pagamento de precatórios.

Por fim, quanto às competências, a nossa sugestão é de que houvesse previsão para o STJ ou o STF uniformizarem a jurisprudência na interpretação das leis federais, já que serão duas – das CBS e do IBS – na forma como hoje nós temos a uniformização aplicável aos juizados. E, quem sabe, até já prevendo uma ação, um instrumento que o próprio Conselho Federativo pudesse demandar uma dessas duas Casas para a uniformização dessa jurisprudência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como esta audiência também é voltada para o impacto para os estados – o Dr. Sergio Gobetti trouxe aqui a questão, a preocupação quanto à arrecadação –, quero trazer dois pontos que, no Estado do Mato Grosso do Sul, são de grande preocupação e também têm nos outros estados: fundos de infraestrutura criados há muitos anos e cuja receita substitui sim a arrecadação do ICMS. Que nós tivéssemos o retorno da redação que previa a contabilização da receita desses fundos na base, o que vai servir de parâmetro para a distribuição entre os entes durante a transição federativa. Não estamos falando da criação, mas de a fotografia de 2024 a 2028 contemplar essas receitas, como constava nos arts. 130 e 131.

A questão que nos é trazida também é a dificuldade dos técnicos de validarem, no âmbito do estado, os percentuais de recomposição de perdas. Por exemplo, o seguro-receita de 3%.

Já foi cogitado aumentar a alíquota para 5%. O que nós temos dialogado, internamente, é a necessidade de entender os estudos que levaram a esses parâmetros e que, de fato, o Estado de Mato Grosso do Sul, um dos estados perdedores, tenha assegurada sua participação nesse instrumento valioso de recomposição de perdas, que é o seguro-receita, nessa corrida com os municípios, que são em maior número e são também muito perdedores.

Deixo aqui meus contatos e gostaria de finalizar dizendo da importância dessa reforma, do quanto as premissas são acertadas, da simplificação, da transparência, da cidadania fiscal e que as nossas sugestões são de aprimoramento de texto e que ela é disruptiva.

Então, diante do tamanho da reforma, do momento, nós não podemos dizer que não há um federalismo de desconfiança – vivemos Lei Kandir, vivemos Lei Complementar 194 –, e, diante disso, a importância de garantias constitucionais. O ideal não é uma Constituição prolixa, mas o tamanho da reforma exige, por isso as sugestões de inclusão de alguns dispositivos e pequenas modificações, porque não é um problema, uma preocupação de um chefe de um Executivo numa eventual tomada de decisão equivocada. É um problema de Estado, de serviço público, de carreiras que são tipicamente de Estado e o papel das procuradorias nesse cenário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço à Dra. Ana Carolina Ali Garcia pela sua participação e contribuição.

Concedo a palavra ao Sr. Fabrizio Gomes, Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, representando o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.

Com a palavra por dez minutos.

O SR. FABRIZIO GOMES (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. Boa tarde, Senador Eduardo Braga, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava agora na Comissão de Assuntos Econômicos. Não deu certo minha apresentação lá e não vai dar aqui de novo também, mas eu vou falando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FABRIZIO GOMES – Não, acho que é porque não chegou. Acho que não deve ter chegado. É porque... Teve uma confusãozinha, mas não chegou não. Mas... Eu vou, como dizem lá no Faustão, à capela mesmo.

Mas, Senador, é um tema de grande importância a discussão da reforma tributária nesta Casa, no Senado. Já foi aprovada na Câmara Federal, mas os secretários de fazenda entendem que tem alguns pontos a serem aperfeiçoados pelos Srs. Senadores. Mas eu vou focar um pouquinho mais... Como estou aqui como representante do Nordeste, vou focar mais na questão do Nordeste.

Antes de entrar especificamente na reforma tributária, a gente precisa entender qual é a situação fiscal dos estados federados, já que é uma reforma que impacta firmemente nos estados e nos municípios.

Hoje a gente tem... Eu estava comentando que ninguém faz reforma em casa sem ter estabilidade financeira; ninguém faz uma cirurgia se o paciente está um pouquinho fraco. E a realidade dos estados e municípios hoje, no país, é uma realidade de dificuldade fiscal, até por conta do que a gente viu na queda de arrecadação dos estados, que reflete na participação também dos municípios, e as Leis Complementares 192 e 194 impactaram fortemente esse equilíbrio e esse poder arrecadatório que os estados tinham.

Então, a gente vê, só um comparativo... Olhando o primeiro semestre de 2023, comparado com o primeiro semestre de 2022, quando a gente olha o ICMS, os estados perderam cerca de R$19 bilhões só no primeiro semestre deste ano, comparado com ano passado.

Para igualar, né? Ninguém faz uma previsão de começar o ano, nenhuma empresa faz achando que vai empatar ou que vai perder alguma coisa. A gente sempre tem um pensamento positivo de que vai arrecadar mais ou vai lucrar mais. É assim com os orçamentos públicos também.

Quando a gente olha o lado da despesa, a gente veio de uma pandemia, em que até o final de 2021 não era permitido dar aumento de pessoal, não era permitido fazer concurso público, só que, em 2022, isso foi permitido. Então, você tinha uma demanda reprimida.

Muitos estados acabaram avançando na sua despesa com pessoal. Se você olhar os indicadores de despesa com pessoal da maior parte dos estados, já está ali ou ultrapassando o limite prudencial ou até chegando no limite máximo.

Por outro lado, você tem as outras despesas correntes também, que, por conta da pandemia, vinham reprimidas. Você acabou aumentando, até porque o primeiro semestre de 2022, em termos de arrecadação, foi bom. Então, os estados estavam ali equilibrados. Não esperavam aquela perda arrecadatória que tiveram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se você tem queda na arrecadação, despesas pressionando para cima, é claro que, se eu pegar o primeiro semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2022, comparando o resultado primário, a gente vê uma piora clara nesse indicador.

Então, assim, é preciso contextualizar isso, para a gente inserir uma reforma tributária que afeta principalmente os dois impostos, o ICMS e o ISS, que são os impostos que afetam diretamente estados e municípios.

Para a nossa surpresa, chega julho, agosto, setembro, o FPE também começa a cair – aí, é o desespero dos colegas secretários de Fazenda. Então foi proposta, no Comsefaz, uma recomposição, tal como feito na época da pandemia, do FPE e do FPM dos meses de julho, agosto e setembro.

Tem o PLP 136, que está aqui agora nesta Casa, mas a regra não ficou igualitária, e eu acho que é importante o Senado Federal analisar, porque eu não posso ter regra diferente de FPM para FPE. Recompor julho, agosto e setembro é real, tanto para FPM como para FPE. Eu acho que é justo.

E eu vou além: a gente vai entrar numa reforma tributária com uma instabilidade financeira muito grande para os entes federados estaduais e municipais. Eu acho que seria importante, inclusive, ter uma regra em que esses estados – principalmente os estados do Nordeste e do Norte também, que são dependentes de transferência... Que até 2032 tivesse uma regra de que não haveria perda nessa transferência de FPE e de FPM para os municípios também, para criar justamente uma segurança financeira pelo menos nas transferências, já que esses estados são tão dependentes das transferências ainda.

A reforma tributária vem com o intuito até de diminuir essa dependência, já que eu tenho o princípio do destino. Ele é muito importante. Que ele seja até efetuado de forma mais rápida. Hoje está previsto até 2078.

Na época em que a gente mandou o texto do Comsefaz para a Câmara dos Deputados, a gente tinha chegado a um consenso... Eu vou falar aqui a maioria, porque eu não tenho certeza se foi consenso, mas a maioria aprovou uma transição de 26 anos, em que a gente finalizaria mais ou menos em 2059, se eu não me engano. Então, tinha uma proposta do Secretário de Fazenda com uma transição mais rápida para o princípio do destino, e isso permite que os Estados do Norte e Nordeste se reequilibrem e tenham a possibilidade de ter uma arrecadação própria maior, dependendo menos de transferência financeira.

Outro ponto importante para o Nordeste é a questão do Conselho Federativo, e, aí, eu me sinto muito à vontade de estar nesta Casa tão bem representada por Senadores, três Senadores de todos os estados, em que nenhum tem peso maior do que o outro. Não pode um Conselho Federativo em que um estado tenha peso maior do que o outro. Então, o apelo do Nordeste é que seja feito o mesmo formato federativo que a gente tem aqui no Senado Federal, cada estado tenha o mesmo peso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto importante, que vai no mesmo caminho da questão de você ter o desenvolvimento regional onde mais se precisa, é o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Essa repartição do fundo é importante que esteja na Constituição. Como a colega falou, é claro que a gente não quer uma Constituição prolixa, mas a gente não pode ter uma regra que seja para lei complementar quando diz respeito a uma distribuição tão importante para os estados.

É claro que a gente tem pobreza no Brasil todo, mas, quando a gente olha os estados do Nordeste e do Norte, a gente vê que precisa de um equilíbrio para que todos se desenvolvam, para que a gente tenha um Brasil cada vez mais forte. Então, a gente, no Nordeste, tem discutido muito isso, como será essa distribuição e como será a regra da distribuição. Tem que ser uma regra que distribua pelo menos R$75 bilhões, não os R$40 bilhões, porque os R$40 bilhões não são suficientes para o tanto de benefícios que a gente tem hoje e para manter os empregos e a renda no Norte e Nordeste. Então, a gente defende que seja pelo menos R$75 bilhões, com uma distribuição que foque em quem realmente precisa se desenvolver mais.

Outro ponto que é muito importante para o Nordeste, Senador, é a questão do hidrogênio verde.

O Senador Cid Gomes tem falado muito aqui, eu acho, com os Senadores, porque a gente tem, hoje, no mundo todo, uma mudança de matriz energética. Você vê a Europa sofrendo com a guerra lá da Ucrânia e querendo uma transição cada vez mais rápida dessa matriz energética, e a gente, aqui no Brasil, já avançando muito, até com incentivos – claro que precisa incentivar para o custo cair – nas energias renováveis, que são importantes para o hidrogênio verde. Então, é importante, eu acho, ter uma regra clara também de incentivo para o hidrogênio verde, que não é uma questão só para o Nordeste. Eu acho que o Brasil tem uma oportunidade nas mãos de sair na frente como o país que vai industrializar e se reindustrializar com uma matriz energética limpa, o que traz crédito de carbono, traz diversas outras receitas, diversas reduções de custos ambientais que a gente pode ter e melhorar a qualidade de vida do povo e melhorar o desenvolvimento e o crescimento econômico do país.

Então, o apelo do Consórcio do Nordeste é que a gente tenha... Não existe República Federativa forte se você não tem entes federados, estaduais e municipais, fortes, com autonomia e com capacidade financeira para executar suas políticas públicas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Quero agradecer a participação do eminente Secretário de Fazenda do Estado do Ceará.

E, concluindo a participação dos nossos convidados, os cidadãos participaram aqui da nossa audiência pública com algumas perguntas aos senhores. Eu gostaria de formulá-las, e os senhores, aqueles que se sentirem à vontade para responder a elas, por favor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Jorismar Sena, da Paraíba, pergunta: "Quais são os principais impactos econômicos e fiscais que os estados brasileiros podem enfrentar caso a proposta [...] seja aprovada?".

O Sr. Leonardo Silva, do Rio de Janeiro, pergunta: "Os municípios menores arrecadam pelo menos, [...] como a tributação única pode impactar a economia desses municípios? Qual vantagem?".

A Antônia Oliveira, do Acre, pergunta: "Em que índice vai ser criada a alíquota? Como esta alíquota vai ser diferente para estados e municípios?".

O José Emílio, de São Paulo: "Não se resolvem as finanças dos estados aumentando impostos. Deve-se reduzir impostos para atrair investidores e empresas para o nosso país". Na realidade, ele não faz uma pergunta, ele faz um comentário. Não só ele. Agora não são perguntas, são comentários.

O Marcos Roberto, de Minas Gerais, também faz um outro comentário: "É necessário equalizar o pagamento de impostos. Quem ganha mais paga mais. [É preciso] reequilibrar o processo de arrecadação e taxar a renda".

O Hélio Silvério, de Minas Gerais, comenta: "[Impossível] uma taxação justa taxando o consumo. Deveriam ser taxadas as grandes fortunas, os grandes lucros [...]".

Agora são perguntas.

O Mateus Coutinho, de Santa Catarina, pergunta: "De que forma essa reforma traz mais independência [financeira] aos estados e municípios?".

O Jorge Felipe, de Minas Gerais, pergunta: "A reforma não prevê um número alto de exceções [à nova regra tributária]?".

E o Marco Douglas, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Será realmente utilizado o imposto seletivo para aumentar a alíquota sobre bicicletas? O veículo mais ecológico continuará com a maior taxa?".

Aqueles que acharem que tem alguma coisa a comentar sobre essas perguntas, sintam-se à vontade para fazer algum comentário.

O SR. LUIS FERNANDO PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Senador, eu vou me arriscar a responder a duas dessas perguntas aí, e os demais colegas fiquem à vontade para complementar.

Mas, assim, o impacto sobre estados e municípios, o risco que a gente precisa mitigar é o risco da concentração do investimento onde já existe muita concentração. Há uma preocupação – e eu comentava antes de iniciarmos a sessão –, porque uma conclusão do último Censo do IBGE foi o aumento da densidade populacional nos estados do Sul e do Sudeste, o que é um indicativo dessa concentração. Então, a gente precisa de uma política tributária que favoreça a desconcentração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se não desenharmos bem o modelo, eu vejo efetivamente um risco de perda de atratividade de investimento, e, para que isso seja mitigado, é fundamental que o Fundo de Desenvolvimento Regional cumpra o seu papel. Então, uma das perguntas foi nesse sentido.

Uma outra pergunta é sobre os municípios, sobre o impacto nos municípios menores.

Para os municípios menores eu vejo que o impacto deve ser bastante positivo, porque eles têm uma baixa autonomia, as receitas próprias do município normalmente têm um percentual muito baixo. Em Rondônia, cerca de 20% da arrecadação total dos municípios vêm da receita própria, porque eles arrecadam muito pouco, porque falta infraestrutura arrecadatória, desde profissionais de auditoria tributária até sistemas etc. E, quando você soma o esforço, a força de trabalho com a do estado, isso tende a favorecer um aproveitamento melhor das oportunidades de arrecadação nos municípios. Então, para os municípios pequenos eu vejo que haveria um ganho significativo por uma maior eficiência na fiscalização.

Para esses dois, a gente deve esperar os demais.

O SR. FABRIZIO GOMES (Para expor.) – Eu também vou tentar responder algumas, mas vou começar completando a fala do Luis.

Para os municípios pequenos, é mais ou menos o que eu estava falando sobre o FPM: a partir do momento que você também tem o princípio do destino e você tem uma tributação em que a arrecadação vai ficar lá no município, então ele vai ter uma capacidade financeira maior. Apesar de a reforma precisar de alguns ajustes, eu entendo que é um ponto positivo para o país. Eu acho que foi um grande feito, está sendo um grande feito, que esta Casa também vai concluir com muita inteligência e sabedoria, porque a gente tem um caminho longo pela frente – este é o primeiro passo –, mas que vai mudar a história do Brasil. Acho que é uma reforma que vai trazer mais eficiência.

Você tem hoje uma burocracia tributária, que, em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, custou R$180 bilhões ao país. Então, se você tem um tributo que é mais eficiente...

Aí perguntaram sobre a alíquota. Eu acho que é muito cedo para definir qual vai ser a alíquota, até porque a gente não sabe qual é o potencial arrecadatório do tributo, a gente não sabe qual vai ser a eficiência dele. Quanto mais ele for eficiente, menos custo tributário eu vou ter e menos custo de burocracia, e isso vai baixar a alíquota.

É claro que... O colega aqui falou que a gente tem que deixar de tributar o consumo. Está certo, a gente tem que parar de tributar indiretamente a população e focar na renda e no patrimônio. Quanto mais a gente fizer isso, menor vai ser a carga do IBS e do CBS, porque o foco da reforma, neste momento, é o consumo, mas eu acredito que o Congresso, o Senado e a Câmara vão caminhar para uma reforma também de imposto de renda e de patrimônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para dar um exemplo, no Chile eles têm uma alíquota única de 19% para tudo. Eles não precisam se preocupar com o código de atividade, como a gente precisa hoje na Secretaria de Fazenda. Então, isso já é uma simplificação de um nível gigantesco. Eles se preocupam muito mais com tributar a renda e o patrimônio do que o imposto sobre o consumo.

Então, eu tenho uma visão bem positiva. É claro que vai dar muito trabalho e precisa da participação de todos os segmentos da sociedade, do Secretário de Fazenda, dos legisladores, do Poder Executivo, dos segmentos econômicos, para que a gente construa uma reforma que realmente traga desenvolvimento e crescimento econômico para o Brasil, porque é isso que todo mundo quer, eu acho.

O SR. SERGIO WUFF GOBETTI (Para expor.) – Obrigado.

Para complementar, sobre essa questão da tributação da renda e do consumo, eu diria que, evidentemente, a questão da tributação da renda tem muitas coisas para serem corrigidas e o momento oportuno vai ser quando se discutir a reforma do imposto de renda.

Mas a gente também não pode ter grandes ilusões. Foi dito aqui que o Brasil é um país de renda baixa, então dificilmente nós conseguiríamos, através de uma reforma do imposto de renda, ter um aumento tão significativo de receita de modo a permitir uma redução expressiva da carga tributária sobre o consumo. Esse seria o ideal, mas a gente tem que ir fazendo, eu diria, por partes.

Agora, apesar de a reforma do imposto de renda ser o lócus fundamental para se corrigirem problemas como as injustiças, como a maior progressividade, é possível fazer avanço, sim, via reforma da tributação do consumo, por duas razões, e a primeira delas seria porque eu posso tornar a tributação sobre o consumo um pouco menos regressiva do que nós temos hoje.

Eu falei do resultado da pesquisa; foi algo surpreendente. Nós, lá no Sul, quando estávamos tentando fazer uma reforma anterior a essa, uma reforma nossa do ICMS, descobrimos que a alíquota média de ICMS paga pelas famílias mais pobres era maior do que a alíquota paga pelas famílias mais ricas. Vejam: com desoneração de cesta básica, com desoneração de produtos hortifrutigranjeiros que a gente tem lá, ainda assim, os mais ricos pagavam um menor imposto. Por que isso? São as loucuras que a gente tem no ICMS.

Os estados tributavam em 25% a 30% a gasolina, mas o automóvel, por convênio do Confaz, era tributado em 12%. Quer dizer, quem compra automóvel no Brasil? Pobre não compra automóvel. Tinha uma carga tributária, mas reduzida.

Eu estou dando aqui só um exemplo, mas é isso, é a parafernália. A diferenciação de alíquotas nunca obedeceu a um critério de essencialidade. Como eu disse, a essencialidade, além de tudo, é subjetiva.

Então, a gente simplesmente, por ter uma alíquota única, *flat*, para todo mundo, com isso a gente já reduz a regressividade no Brasil. Se adicionalmente colocarmos a devolução do imposto para os mais pobres, a desoneração para as pessoas, a gente consegue melhorar substancialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas também acho que a tributação do consumo tem um lado de justiça, que é o seguinte: a aplicação do princípio do destino permite que o imposto que o cidadão paga em todo o Brasil retorne para onde aquele cidadão vive, que é diferente de hoje. As pessoas estão pagando imposto em tudo que é lugar, mas aquele imposto que as pessoas estão pagando está sendo concentrado em alguns estados e, principalmente, em alguns municípios.

Eu mostrei aqui a desigualdade. Nós temos município no Brasil que arrecada R$15 mil, R$12 mil por habitante e nós temos mais de 2,5 mil municípios que, de ISS, não conseguem arrecadar nem R$100 por habitante/ano.

E isso vai mudar, os pequenos municípios... Porque não é só um problema de máquina, não tem base tributária. A base tributária é ter empresa de serviços ou ter propriedade territorial urbana. Como é que um município rural do interior do Brasil vai tributar com o IPTU? E o novo imposto, o IBS, permite que esse município possa tributar todo o consumo realizado pelos seus cidadãos. A gasolina, a comida, a vestimenta que eles compraram, tudo isso o município vai poder tributar.

Por fim, já que foi perguntado, a questão das alíquotas, obviamente, é uma incógnita ainda, porque a gente não sabe exatamente qual é o tamanho da base que a gente vai conseguir tributar. Existem estimativas do Ministério da Fazenda que indicam que seria uma alíquota entre 25,5% e 27%, mas só para dar um exemplo: supondo que, se a alíquota fosse de 25% cravados, nós teríamos aproximadamente 15% de alíquota dos estados, 2% de alíquota dos municípios e 8% de alíquota federal da CBS. Vejam, no máximo, 8% de alíquota federal.

O que é que prevê o projeto da CBS, da gestão anterior, que estava tramitando no Congresso aqui? Doze por cento. Portanto, para quem fala em aumento da carga tributária, esta reforma tributária agora que nós estamos apreciando tem possibilidade de ter uma alíquota, na CBS federal, significativamente menor do que a do projeto que estava tramitando aqui no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, mas o contribuinte paga a carga global.

Com a palavra o Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. ALEXIS JOSEPH STEVERLYNCK FONTEYNE (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Belíssimas apresentações de todos que estão compondo a mesa.

Senador, eu tenho indústria e eu vou dar só um exemplo do caos que é hoje na hora em que alguém liga na minha fábrica – a gente fabrica revestimento de epóxi – e pergunta qual é o preço de um balde de epóxi. Eu tenho que começar um processo investigativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta que eu faço: você está dentro do Estado de São Paulo ou você está em outro estado? E aí a pessoa fala: "Não, estou no Mato Grosso". Muito bem! E você vai comprar para uso próprio ou você vai revender? É a segunda pergunta que eu tenho que fazer, porque se for próprio, já imobiliza, se for para revender, talvez tenha a substituição tributária ou, no caso... Eu ainda vou perguntar se ele é inscrito no Estado do Mato Grosso e se ele é contribuinte. Quer dizer, eu tenho que fazer um processo investigativo para poder botar preço no produto que eu vou vender, porque, se eu errar, quem vai pagar a diferença sou eu, no posto fiscal, que obviamente vai parar lá e a gente vai ter esse preço.

O importante, Senador, e seria bom que todos os Senadores também entendessem, que a alíquota a que nós vamos chegar um dia, aqui no Brasil, é o produto do atual Estado brasileiro, quer dizer, o tamanho do Estado brasileiro, mais os subsídios que vão ser dados para alguns que vão pagar menos. Então quanto mais a gente começar a fazer exceções, mais nós vamos provocar. E essas exceções, para mim, não fazem o menor sentido, Senador, porque o mesmo cidadão que pede uma redução na carga tributária é o que vai comprar alguma coisa mais cara, porque algum outro produto vai ter que cobrir esse cobertor, que é a carga tributária brasileira.

Se a gente quer reduzir carga tributária, é claro que tem que ser dito isso, é na reforma administrativa, porque aqui nós estamos querendo é simplificar, dar transparência, dar equidade e resolver distorções. Mas o que me preocupa é que já vieram muitas distorções lá da Câmara dos Deputados.

E é difícil tirar benefícios. Eu sei como é que é isso. É absolutamente dificílimo para os Senadores fazerem esse trabalho.

Mas nós temos que entender que o agro que quer menos carga tributária vai comprar um trator mais caro, vai comprar um implemento mais caro, vai comprar o diesel mais caro. No final das contas, essa média vai dar o que nós gostaríamos de ter como uma alíquota para todos os brasileiros. Que não seja de 28%, mas talvez fosse de 21%, que é um número muito mais razoável quando a gente fala em comparação a outros países que têm o IVA.

Uma pergunta que eu gostaria de ter colocado na mesa – e aí eu acho que talvez o Sergio Gobetti seja a pessoa mais indicada – é: esse Fundo de Desenvolvimento Regional, que está em 40%, e aí quer falar 75%, por que é permanente? A pergunta é: as diferenças regionais, que a gente sabe que existem hoje, que todos nós reconhecemos, vão para a Constituição e ficaremos eternamente fazendo uma compensação do desenvolvimento regional? Não seria talvez melhor botar um prazo?

Sabemos que os prazos, no Brasil, sempre são alongados. A própria Zona Franca de Manaus teve um prazo, já foi para o outro prazo e está indo para outro prazo. Mas eu acho que seria importante a gente chegar, num determinado momento, a que essa conta da diferença regional tenha sido paga e aí cada estado tenha a sua competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma pergunta que eu coloco aqui, acho que nunca ninguém a fez, mas sobre a qual eu acho que é importante a gente refletir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A pergunta foi ao Sr. Gobetti.

O SR. SÉRGIO WULFF GOBETTI (Para expor.) – Então, talvez, a gente...

Não cheguei a pensar, Deputado, sobre essa ideia do prazo. Eu vejo que existe essa tensão maior em relação ao volume do fundo e, na conversa que a gente tinha aqui antes da reunião, eu comentava que, talvez, podemos até pensar num prazo, mas aparece uma demanda por mais recursos no dia de hoje para resolver, para enfrentar esse desafio de desigualdade de desenvolvimento.

Eu só acho que é muito difícil a gente buscar... A gente fala do cobertor curto, não é? Quer dizer, esperar que a União, que já está dando R$40 bilhões, dê mais R$25 milhões... A gente quer redução da carga tributária, quer dizer, de onde a União vai tirar esses R$25 milhões? Aí a gente entra na equação, e fica difícil.

Como ideia para pensar numa alternativa a isso seria a gente redirecionar algumas fontes de financiamento que a gente tem hoje já para estados e municípios; a gente pensar em recursos que estão sendo direcionados a estados e municípios de modo, talvez, ineficiente e injustificável, principalmente sob a ótica de um novo modelo tributário, e que poderiam estar sendo, esses recursos, redirecionados.

Vou citar um caso, talvez dois: a questão de discussão dos *royalties* do petróleo, por exemplo, que está, inclusive, parada no Supremo para se apreciar. A gente poderia pensar numa fórmula alternativa de redirecionar os *royalties* do petróleo, em vez da destinação atual que se tem lá do Fundo Especial do Petróleo. O Fundo Especial do Petróleo, em vez de ser distribuído pelo FPM e pelo FPE, poderia ser o Fundo Especial do Petróleo destinado a um fundo de desenvolvimento regional.

E a discussão, eu diria, aqui, é sobre o Fundo de Constitucional do DF. Uma coisa é o Fundo Constitucional do DF 60 anos atrás, quando foi criado. E o DF, segundo as nossas estimativas, é uma das unidades da Federação que mais vai ser beneficiada com o novo imposto sobre bens e serviços. O DF ganha.

Então, é possível também fazer uma redução gradual – gradual –, tudo gradual. Ninguém está mudando nada, regras do dia para a noite, para fazer nada disruptivo nesse sentido. Ninguém quer atrapalhar a governabilidade e as finanças públicas dos entes. Então, a gente pode pensar: vai aumentando gradualmente por um jeito e vai reduzindo gradualmente por outro.

Eu acho que há fontes alternativas para, eventualmente, se resolver esse problema do total do fundo.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR) – Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Hauly, eu estou abrindo uma exceção, até porque hoje nós tivemos uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça que durou até, quase, 3h da tarde. Então, o quórum dos Senadores na nossa audiência pública hoje foi muito prejudicado em função disso.

E, em respeito à presença dos Srs. Deputados nesta audiência pública, eu estou abrindo exceção. E você tem sido, absolutamente, presente em todas as audiências públicas.

Com a palavra, o nosso inspirador e, talvez, um dos grandes responsáveis por essa reforma tributária, o nosso Deputado Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Eduardo Braga, grande Senador.

É uma missão difícil a empreitada que o senhor pegou, e está sentindo aí o caos tributário que cai sobre o Congresso. Mas a anarquia é antiga, ela tem 50 anos de estragos na economia, destruindo negócios, sonhos, esperanças, destruindo empregos e empresas e destruindo o crescimento brasileiro.

O Brasil, até 1980, tinha um compromisso com o futuro de chegar a ter um PIB duas ou três vezes maior do que é hoje. E o sistema tributário, exatamente, a cada ano, foi ficando pior, foi piorando a cada ano, até se chegar a essa situação, que tem um consenso nacional – não uma unanimidade, mas tem um consenso –, da aprovação da reforma.

Para mim, é muito claro: o IVA é uma solução, não é um problema. Ele é um bom imposto – claro, ninguém gosta de pagar impostos, não tem imposto bom, é até uma coisa estranha de falar –, aliás, é o "menos ruim" de todos, igual à democracia, que é o "menos ruim" de todos os sistemas.

E o IVA tem uma característica: é neutro para a cadeia produtiva, não tributa nenhum dos elos da cadeia produtiva – deixa zerada a carga tributária na zona rural, que hoje tem cumulatividade de 12%; deixa zerada a cumulatividade na indústria, que hoje é de 7%; e deixa zerada a cumulatividade no serviço, que hoje é de 12%, segundo a LCA e CNI. Foi uma pesquisa encomendada, feita e está sendo muito usada.

E, claro, quem paga é o consumidor, hoje e amanhã. Só que hoje ele paga o arrecadado do ISS, ICMS, IPI e PIS-Cofins, que, nas minhas contas, dá 13% do PIB, R$1,3 trilhão. Só que o consumidor está pagando a renúncia fiscal da União, dos estados e dos municípios de R$350 bilhões, 3,5% do PIB. Segundo um relatório que eu consegui do Confaz, de 2018, dá 1,9% do PIB a renúncia dos estados, R$190 bilhões. E a renúncia do IPI do PIS-Cofins – soma-se a diferença mais R$110 bilhões –, que dá R$350 bilhões.

Eu estimei uma inadimplência de R$200 bilhões e R$100 bilhões de custo burocrático. Então, o consumidor está pagando, além dos 13%, mais 6% do PIB, totalizando 19%. Então, nós temos aí uma gordura, que eu chamo de trans – podem não ser R$600 bilhões, podem ser R$450 bilhões, mas não menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que R$400 bilhões –, e é essa gordura que o cidadão e a família brasileira estão pagando. Então, nós temos margem para reduzir a carga.

Nessa conta que eu faço de R$1,95 trilhão, a alíquota hoje, desses cinco tributos, dá 42%. É, 42%! Se ela for modal, 25%, porque 25% do consumo das famílias, 65% do PIB, por dentro, dá 20%; por fora, dá 25% a alíquota. Então, nos meus estudos, que não têm a profundidade acadêmica do estudo com compromisso com a universidade, eu digo assim: a alíquota modal é 25%.

Outro item que eu agrego: você tem cem mil itens, subitens, que eles chamam de SKUs, os mercados, supermercado, atacadista – eu faço muita palestra para eles. A maior rede de atacadistas tem 70 mil SKUs, e nós estimamos mais 30 mil de serviço e outros, 70 a 100 mil.

Então, na medida em que nós reduzimos a alíquota desses itens, vai-se aumentando a outra. Então, a alíquota modal, de qualquer maneira, é 25% para a sociedade. Você pode ter uma de 27%, se a outra for pequenininha, a sociedade, como você disse ali há pouco, vai pagar o mesmo valor, 1,3 trilhão. É isso que... Não mexer na carga e não mexer na partilha com o mesmo dinheiro. Aí que está a reengenharia tributária, financeira, que está dentro da 45. "Ah, mas tem aqui, mas tem ali", não é? Então, cabe à Consultoria da Câmara, do Senado, aos especialistas fazerem esse detalhamento.

Uma coisa, para mim, é fundamental para a ruptura: o crédito financeiro e a cobrança automática. Se não estiver claro que o crédito é financeiro, romper com o modelo declaratório. Eu não deixaria nenhum espaço para a cobrança de imposto da forma tradicional de hoje, declaratória, e nenhum espaço para se pagar depois; tira-se qualquer possibilidade de a empresa ou o empresário pôr a mão no dinheiro e tira-se também o poder de o município, o estado e a União porem a mão no dinheiro. Tudo automático, como está com a discussão. Então, aí fecha tudo, quer dizer, a simulação.

E o Senado é a retaguarda disso. Eu não daria nenhuma delegação que não fosse para o Senado fixar alíquota, ter o controle. O comitê gestor ou o conselho – o nome que se quiser dar – para a gestão do IBS estadual, mais o Senado, sempre o Senado, porque aqui é a Casa dos estados, e o sócio majoritário do IBS são os estados. Os municípios têm um pouquinho só. Hoje, a arrecadação nacional do ICMS é 7,2% do PIB; do ISS, 0,9%. Então, ele é um sócio majoritário. Se incluírem os 25% do ICMS para o município, aí ele fica um sócio equilibrado, porque o município é dono de 25%.

Esses dados são só para colaborar, porque a gente tem que ter a visão de que o consumidor vai pagar menos imposto de geladeira, de fogão, de eletrodoméstico, da bicicleta, que está todo mundo falando... Eu coloquei lá, "Hauly afirma que a bicicleta vai ser de 25%". Ninguém quer cobrar bicicleta acima de 25%. Tudo factoide, tudo *fake* tributário.

Então, para tranquilizar, nós podemos fazer os fundos – isso que eu quero lhe dizer, Senador, "use os fundos" – até para resolver, se for o caso, no passo seguinte, a Zona Franca. Use o fundo, com *cash* mesmo dentro, já. Se você tem dúvida ali com algum mecanismo do imposto seletivo, parte direto para um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundo permanente, você tem o direito; a Zona Franca tem esse direito, porque ela preservou o Estado do Amazonas. Isso é um compromisso com o mundo, não é só com o Brasil, que vocês honraram. Você foi Governador, e vocês estão honrando. A Amazônia está intacta: 97%!

Então, eu penso aberto. Sou do Sul, não sou Governo, mas digo assim: "O projeto é bom". Se tem probleminha técnico, está aí o Confaz, está aí o Ipea, está todo mundo, é só fazer aquele ajuste fininho.

Claro, cada exceção tem um custo na alíquota modal. "Ah, o serviço". Eu tentei explicar, falei: contabilidade, serviço de contabilidade para uma empresa, 5 mil por mês. Tecnologia de informação, uma empresa média, 20 mil, 30 mil por mês. "Ah, o porteiro é terceirizado", 20 mil por mês. "A segurança, a limpeza é terceirizada", mais 20 mil por mês. No final, essa empresa, esses custos representam o quê no preço final das vendas totais? Não dá 10%, entendeu? Ele é intermediário, é apenas um pequeno elo na cadeia.

Nós vamos ter que pensar na lei complementar para o consumidor final ou o prestador de serviço: o advogado final para a família, a academia para as pessoas. Na intermediária, 97% do sistema é PJ-PJ. É isso que nós temos que pensar, que nós podemos fazer um sistema simples, moderno, de última geração e ganhar todos esses 40 anos que nós perdemos.

Só quero parabenizar. Meu objetivo... Eu faço 10, 12 palestras por semana para tirar dúvida, tirar medo. Eu falo: "Gente, não tenha medo, não tenham medo". Explica. "Ah, e o contabilista?". Você vai ganhar mais dinheiro no futuro, porque você tem menos despesa e você vai auxiliar a empresa, porque hoje você é um escravo do papel, da burocracia. Ele fica correndo atrás de papel o dia inteiro com 30, 40 meninos, trabalha só com pessoas de baixo salário, para poder correr atrás de papel e não dorme no final de semana – "Ah, esqueci disso, esqueci daquilo, levei multa".

Então, o sistema eletrônico rompe com o modelo atual. O Confaz já tem a melhor nota fiscal do mundo, eletrônica, aperfeiçoou de novo. A Receita Federal também tem. Falta fechar com a cobrança automática, que nós temos o melhor sistema financeiro do mundo e já tem o modelo Abuhab aí, tudo à disposição.

Então, parabéns. Só quero ajudar e dizer assim: os pequenos ajustes... E não tenha medo de: "Ah, e o meu setor?". Não existe setor, a economia é uma só. A economia existe para atender o povo, e o povo é dono das empresas, da economia e trabalha dentro das empresas. Então, não há um setor, todo mundo compra tudo. Cem mil itens são fabricados no Brasil para vender para 210 milhões de pessoas. Um pouquinho exporta e um pouquinho importa. É isso, mercado econômico existe para servir o povo. Um só custo, um só imposto nacional, uma só regra, uma só lei para o estado, o município e a União, então um só imposto. "Ah, mas tem a divisão". É nada, é uma divisão meramente administrativa. "Ah, e o conselho?". O conselho vai fazer o quê? Se é tudo automático, vai ter pouco serviço. Olha lá o conselho do Simples,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tem o que fazer. Você sabe que eu fiz o Simples e funciona. E claro que esse modelo é cem vezes melhor que o Simples, para não dizer mais.

Parabéns, obrigadão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao nosso Deputado Hauly, eu agradeço aos nossos convidados pela participação. Eu agradeço de uma forma muito especial à Dra. Ana Carolina pela sua...

A SRA. ANA CAROLINA ALI GARCIA (*Fora do microfone*.) – Presidente, o senhor me permite fazer um complemento em relação à fala do Dr. Gobetti?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por favor. Aperte o botão, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA ALI GARCIA (Para expor.) – Complemento só em relação à fala do Dr. Gobetti, acho que os *royalties*... Precisa ser trazido isso para esse debate.

Nós estamos num momento de solução consensual dessa demanda no Supremo, nós temos uma liminar há mais de dez anos vigente e sem a repartição nos termos da lei como aprovada no Legislativo. E realmente, acho que é um assunto que estados produtores e não produtores, junto com a União, podem talvez definir nesse cenário de necessidade de recursos para equilibrar no âmbito da reforma.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria mais uma vez agradecer a participação de todos, agradecer a participação da Dra. Ana Carolina, do Dr. Gobetti, do Dr. Luis Fernando, do Dr. Fabrizio e do Dr. Sergio, e quero agradecer a todos e a todas pela contribuição.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Weverton, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Oriovisto Guimarães, Mauro Carvalho Junior, Augusta Brito, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Soraya Thronicke, Styvenson Valentim e Margareth Buzetti. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Jader Barbalho, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 27, de 2023-CCJ, de autoria Senador Weverton (PDT/MA). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 1388/2023, que "dispõe sobre crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento". **Participantes:** Sr. Carlos Eduardo Frazão do Amaral, Advogado, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados e ex-Diretor Jurídico da Presidência do Senado; Sr. André Estevão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Sr. Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE); Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Litígio Estratégico da Conectas Direitos Humanos; Sr. Frederico Mendes Junior, Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB); e Sr. Flavio José Roman, Advogado-Geral da União Substituto. Faz uso da palavra o Sr. João Trindade Cavalcante Filho, Consultor Legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Weverton
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/28

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da terceira audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 1.388, de 2023, que dispõe sobre os crimes de responsabilidade e disciplina o respectivo processo e julgamento, conforme o Requerimento nº 27, de 2023, da CCJ, de iniciativa do Senador Weverton.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposição e debate.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram podem encaminhar comentários no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da nossa ouvidoria, 0800 0612211.

Antes de já conceder aqui a palavra e começar a nossa audiência pública, convido para se fazer presente o nosso Advogado-Geral da União substituto, o Dr. Flávio José Roman, e o nosso Presidente da nossa Associação dos Magistrados Brasileiros, Dr. Frederico Júnior.

Os dois expositores estarão aqui de forma presencial, assim como o Dr. Nelson Gustavo Mesquita, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, a nossa Ajufe.

O Dr. Nelson também já está presente.

Nós temos mais dois participantes de forma remota.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência vai adotar as seguintes normas: os convidados vão fazer as suas exposições. Nós estamos combinando, nas audiências públicas – esta é a terceira que está tratando sobre o tema, e, daqui a pouco, irei fazer o registro de todos que já participaram delas –, de iniciarmos pelo Presidente da Comissão de Juristas, que deu esta sugestão, juntamente com todos os consultores e juristas que ajudaram a elaborar este projeto. Esta Comissão foi presidida pelo ex-Ministro Ricardo Lewandowski, que esteve aqui, de forma presencial, também dando a sua contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos aqui tiveram até dez minutos, obviamente, você tendo a possibilidade de discorrer, dependendo do momento em que estiver da sua fala, podendo antecipar ou passar alguns minutos, para que a gente possa fazer um bom debate. Serão dez minutos que cada um vai ter para poder dar a sua contribuição.

Os convidados também, caso queiram fazer alguma outra intervenção, podem falar aqui com a Presidência, que nós vamos administrar da melhor forma possível.

Também remeto essa possibilidade aos que estão participando de forma remota.

Então, todos estão, de forma tranquila, podendo acionar a mesa. E nós vamos fazer o devido registro.

Nós estamos aqui com o Sr. Gabriel Sampaio, que hoje é Diretor de Litígio Estratégico da Conectas Direitos Humanos. O Gabriel já esteve aqui na última audiência pública, com nosso ex-Ministro Eduardo Cardozo, com certeza já conhece bem aqui o rito da Casa, já participou de vários debates e tenho certeza de que também vai dar sua contribuição.

Então, nós vamos começar com todos que estão de forma remota já conectados. Eu vou começar logo por eles e, em seguida, passar aqui para os expositores que estão de forma presencial. Os colegas Senadores que já estão nos acompanhando em suas assessorias, em seus gabinetes ou de forma remota também poderão fazer suas inscrições aqui com a Secretaria da Mesa.

Então, eu concedo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Frazão do Amaral, que é advogado, consultor legislativo da Câmara dos Deputados e ex-Diretor Jurídico da Presidência do Senado, para fazer a sua exposição.

Sr. Carlos Eduardo, o senhor está com a palavra.

O SR. CARLOS EDUARDO FRAZÃO DO AMARAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente, na pessoa de quem eu cumprimento todos os demais Senadores. Cumprimento os demais expositores.

Gostaria de registrar aqui todo meu apreço ao Senado Federal, uma Casa onde eu estive durante dois anos, uma passagem durante a Presidência do Presidente Davi Alcolumbre.

Querido Presidente, Senador Weverton, e demais companheiros de mesa, nós tivemos aqui a honra de participar da Comissão de Juristas desse anteprojeto, presidida pelo Ministro – sempre Ministro – Ricardo Lewandowski, um homem público de notável conhecimento jurídico, que foi meu professor na Universidade de São Paulo, por determinação do Presidente Rodrigo Pacheco, que houve, por bem, repensar toda essa atualização necessária da Lei 1.079, de 1950, Presidente Weverton, que é uma lei antiga e que precisa naturalmente de ajustes para que fique em conformidade com a nova axiologia da Constituição de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lei é uma lei que foi editada sob a égide da Constituição de 1946 ainda, sob o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, e foi utilizada, em alguns momentos históricos. Por exemplo – embora não tenha sido ela aplicada –, houve dois períodos em que foram considerados impedimentos, digamos assim, embora o rito dela não tenha sido seguido: à época do Café Filho, do Vice-Presidente Café Filho; e do Carlos Luz. Assumiu, então, o Nereu Ramos, que governou durante o estado de sítio e, depois, transmitiu o poder ao Presidente eleito, Juscelino Kubitschek.

Tivemos dois Presidentes da República, já sob a égide da Constituição de 1988, submetidos a esse rito, e, naturalmente, houve uma grande discussão, tanto em 1992, com o Presidente Fernando Collor de Mello, e mais recentemente, com a Presidente Dilma Rousseff, de modo que o que norteou esse anteprojeto de lei – que hoje é um projeto de lei que está sendo debatido numa medida salutar nesta Casa, que é a nossa Alta Câmara, que é o Senado Federal – foi expor esse tema, submetê-lo ao escrutínio público para que nós possamos aperfeiçoar esse projeto.

Então, a ideia central, a viga mestra dela, posso dizer que são duas.

A primeira delas é acomodar, aos novos valores da Constituição de 1988, essa Lei 1.079. Então, é você trazer uma nova roupagem, revisitar, construir e edificar um produto legislativo que seja consentâneo, que se harmonize com os valores constitucionais trazidos pela Constituição de 1988, segundo, sobretudo, os valores democráticos dela, inerentes a ela.

O segundo ponto é uma garantia processual específica, que é, sobretudo, a garantia da ampla defesa. Por quê, Presidente Weverton? Porque nós não podemos baratear o instituto do *impeachment*.

O instituto do *impeachment* difere da moção de desconfiança, que é um instituto típico do sistema parlamentarista, em que você destitui o Chefe de Governo e seu gabinete, em razão da falta de apoiamento dos Parlamentares. Aqui não, aqui nós temos um modelo presidencialista, dotado, na Constituição, desde 1891, de inspiração americana. Em razão disso, nós temos aqui um amplo apoio popular do Presidente da República, talvez, a pessoa mais dotada de legitimidade democrática que nós temos, pelo menos do ponto de vista quantitativo. Então, não pode haver uma promiscuidade, não posso tirar o Presidente da República em decorrência de, talvez, uma perda de apoio político momentâneo.

Então, houve uma preocupação muito grande de você tornar esse rito um rito que não barateie o instituto, para você não desvalorizá-lo – o próprio conceito inflacionário disso. O que nós pensamos?

Esta foi a grande ideia traçada pelo nosso grande Presidente e Ministro Lewandowski: exatamente, você não baratear o instituto, pouco importando quem seja o Presidente da República que esteja ocupando o cargo, uma medida muito republicana de aperfeiçoamento das instituições democráticas.

Nesse sentido, Presidente Weverton, nós tivemos aqui a preocupação, em primeiro lugar, de atualizar as autoridades que são submetidas a julgamento por crimes de responsabilidade, um crime de natureza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

híbrida – político-administrativa –, um pouco *sui generis*, que flerta, um pouco, com o direito penal, porém a ele não se assemelha, porque nós temos aqui uma infração de natureza político-administrativa, porém alguns predicados da Teoria Geral do Direito Sancionatório devem ser trasladados para cá, como, por exemplo, a possibilidade de maximizar as defesas, inclusive, o denunciado fala por último... Nós temos toda uma preocupação e, não à toa, tivemos grandes processualistas penais, como o Prof. Maurício; o Professor da Universidade de São Paulo Pierpaolo; também o grande Gregório, membro do Ministério Público.

Então, houve uma preocupação de não gerarmos um barateamento do instituto. Então, a primeira, acomodar. E, em razão disso, nós elencamos todas as autoridades que, constitucionalmente, estão submetidas ao crime de responsabilidade. Nós conseguimos fazer uma primeira atualização quanto às figuras, às autoridades que estão submetidas. Essa foi a primeira atualização importante.

Uma segunda atualização importante – e eu acho que esta, talvez, seja uma das mais relevantes para serem examinadas – é a questão da própria tipologia, as condutas típicas que caracterizam o *impeachment*. Nós tínhamos condutas extremamente vagas, Presidente, então, nós houvemos, por bem, detalhar essas condutas, de uma maneira que, tanto quanto possível – embora nós saibamos que não seja possível aquela tipicidade fechada –, nós descrevermos os elementos característicos no tipo ali das condutas descritas dos crimes de responsabilidade.

Então, atualizar esses crimes, alguns deles, que já não faziam muito sentido por serem abertos, excessivamente abertos. E V. Exa. sabe, Presidente Weverton, qual é o problema de tipos abertos demais: isso permite um subjetivismo que é muito nocivo à democracia.

Então, nós procuramos tentar delimitar, sob a orientação do Presidente Lewandowski, que teve um cuidado minucioso, trabalhou exaustivamente nesse anteprojeto. Então, o DNA dele está ali, com todas as qualidades que esse projeto tem, em razão da atuação muito destacada do Presidente Lewandowski, que nos orientou bastante, atuou decisivamente ali, construiu o texto junto com todos os demais juristas. Então, aqui nós temos essa preocupação de você não ampliar demais a instauração de processos.

Uma outra preocupação, Presidente Weverton, é que a atual lei é muito aberta quanto aos legitimados para provocar o processo, para deflagrar o processo. Então, por isso, nós também houvemos por bem criar um procedimento um pouco mais rigoroso, não alijando da sociedade civil a possibilidade de discutir isso, mas, sim, criando uma maior legitimidade. Não é mais apenas um cidadão que pode oferecer isso, mas sim um conjunto de legitimados; porque, aí sim, nós fortalecemos a democracia. Essa também foi outra alteração importante.

Tivemos outras alterações importantes no rito, mas o grande cerne daqui – já me encaminhando, Presidente Weverton, para o final e pedindo todas as desculpas por não estar aí presente, mas é que eu estou com um filho com covid, então entendi melhor ficar daqui, à distância, e peço desculpas por não estar aí –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

, o grande eixo normativo, o grande pilar normativo desse anteprojeto de lei era exatamente a gente conferir maior estabilidade ao mandato do Presidente da República. Nós não temos... Essa preocupação é, em primeiro lugar, consentânea com a axiologia da Constituição de 1988, que estabeleceu, no art. 85 da Constituição, um rol de condutas, a partir das quais o legislador pode pensar e formular, engendrar os modelos típicos do crime de responsabilidade.

Então, ali, no art. 85 da Constituição, nós temos: crimes que atentam contra a existência da União; crimes que atentam contra a existência dos Poderes constitucionais; crimes que atentam contra o Orçamento, contra a probidade na administração, contra o exercício de direitos individuais, sociais e políticos. Então, nós tivemos a preocupação de sempre reconduzir – essa foi uma das grandes preocupações – todo o trabalho que foi feito, em primeiro lugar, a esses limites substantivos que nós temos no art. 85 da Constituição, os limites que nós temos quanto às autoridades que são processadas e julgadas ali, observando as regras do art. 51 da Constituição, que fala da autorização da Câmara dos Deputados; do art. 52 da Constituição, que fala do processo de julgamento pelo Senado Federal, no inciso I, inciso II; as regras lá do art. 102 da Constituição, que também asseguram, conferem ali, preveem a competência do Supremo Tribunal Federal; do 105, que prevê a competência do Superior Tribunal de Justiça. Então, nós tivemos essa preocupação de sempre reconduzir, tanto quanto possível, ao texto constitucional.

Naturalmente o texto constitucional fornece uma moldura, e, dentro dessa moldura, existe esse amplo espaço de conformação legislativa, a partir do qual a Comissão de Juristas tentou atuar, agir dentro desses delineamentos constitucionais e tomando sobretudo por base os pilares do direito sancionatório, os pilares democráticos. Nós não podemos gerar, de certa maneira, uma promiscuidade quanto ao processo de *impeachment*, porque nós temos um problema institucional, isso gera rupturas institucionais gravíssimas no sistema, deve ser uma medida de *ultima ratio* em razão dos valores inerentes. O Presidente da República é a autoridade, repito, que talvez goze de maior legitimidade democrática, ao menos do ponto de vista formal, dentro da República, então é preciso que a gente tenha cuidado com isso. Nós tivemos episódios no passado.

O terceiro ponto que nós temos é que houve, tanto quanto possível, atualização à luz dos debates que foram travados no âmbito judicial. Em razão de a lei ser antiga, naturalmente, houve a judicialização desse tema. Nós tivemos mandados de segurança, por exemplo, que foram impetrados em 1992. Recentemente nós tivemos a ADPF 378, em que o Supremo Tribunal Federal fez uma análise bem minudenciosa sobre o rito. Então, naturalmente, nós procuramos ali, tanto quanto possível, colocar, por exemplo, a questão da Comissão Especial: o Supremo Tribunal Federal validou a eleição, se não me engano, por seis votos a cinco. Então nós positivamos também essa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dando uma nova roupagem, modernizando a legislação do *impeachment* para tornar o procedimento mais qualitativo, tanto do ponto de vista da governabilidade quanto daqueles também que querem depor às vezes o Presidente da República, que verifiquem que existem realmente elementos concretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a nossa ideia aqui é criar um sistema constitucionalmente adequado no processo de responsabilização, submetendo-o, naturalmente, ao lócus onde essa decisão deve ser travada – esse anteprojeto é apenas um ponto de partida –, que por excelência é o Congresso Nacional, onde devem ser tomadas as decisões de primeira ordem dentro de uma democracia. Nesse sentido, eu louvo aqui o Senado Federal, na pessoa de V. Exa., a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que oportuniza este debate franco, aberto, republicano com as demais entidades da sociedade civil, para que todos possam contribuir e nós tenhamos um procedimento democrático tal como deve ser.

Então, Presidente, agradecendo e pedindo desculpas se roubei um pouco do tempo, agradeço demais o honroso convite para estar aqui, ainda que virtualmente, e cumprimento os servidores desta Casa, Senado Federal, onde tive o prazer de estar.

Presidente, um grande abraço a todos, cumprimentando todos os demais presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Dr. Carlos Eduardo Frazão do Amaral, nosso consultor legislativo aqui da Câmara dos Deputados, que já foi Diretor Jurídico da Presidência do Senado Federal.

Eu vou convidar o Sr. André Estevão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, também de forma remota.

V. Sa. está com a palavra.

Eu peço ao Sr. André Estevão para liberar o áudio. Verifique se o seu áudio está fechado, por gentileza.

Sr. André Estevão, o áudio do senhor...

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Consegue me ouvir, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Agora sim, agora sim. Estamos ouvindo. V. Sa. está com a palavra.

O SR. ANDRÉ ESTEVÃO UBALDINO PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Excelência. Na pessoa de V. Exa., eu gostaria de cumprimentar todos os presentes. Quero agradecer inclusive pela gentileza de aceitarem a minha presença remotamente, o que me foi imposto pela existência de compromissos, inclusive compromissos docentes aqui na capital do Estado de Minas Gerais.

Eu gostaria de, aproveitando a oportunidade que me é dada, dizer, e parcialmente concordando com quem me precedeu, com o Dr. Carlos Frazão, que de fato, passados mais de 70 anos desde a entrada em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vigor da Lei 1.079, de 1950, é natural que, tendo sobrevindo as Constituições de 1967, a Emenda 69 e a Constituição de 1988, muito da realidade brasileira tenha se transformado, inclusive do ponto de vista institucional e político, a exigir que nós tivéssemos de fato uma nova lei.

E eu me recordo de muito pouca bibliografia que se produziu a respeito. E uma das mais respeitadas a esse respeito é exatamente a do Ministro, hoje já falecido, Paulo Brossard, do Supremo Tribunal Federal, que fazia à época algumas importantes críticas à Lei 1.079, algumas das quais por certo terão sido, como se vê, corrigidas no anteprojeto.

No entanto, o que me preocupa sobremaneira, e devo compartilhar com V. Exa. e com todos os presentes essa minha preocupação, é exatamente uma definição dos crimes de responsabilidade, especialmente da Suprema Corte.

Eu percebi aqui, até com certa surpresa e curiosidade, que, em relação à Suprema Corte, por exemplo, não são definidas como fatos criminosos de responsabilidade, embora no meu juízo devessem ser, algumas infrações penais que me parecem graves o suficiente para motivar a sua definição também como crime de responsabilidade. Eu me refiro em especial aos crimes contra a administração pública e também ao crime de abuso de autoridade, sem prejuízo, evidentemente, de algumas outras observações que fiz, sempre à luz das críticas feitas pelo Ministro Paulo Brossard.

Perceba-se que, à época da vigência ou da ainda vigente Lei 1.079, o Senador Paulo Brossard observava o seguinte – e essa sua observação acho que deve ser tomada em consideração com muita preocupação pelo Parlamento. É que, considerado o quórum exigido na Lei 1.079 e proposto no anteprojeto para a deliberação em torno do *impeachment* – não para aceitação da denúncia, é claro, mas para decisão de mérito em torno do *impeachment* –, são necessários dois terços dos votos. E isso que, para o Ministro Paulo Brossard, pareceu uma distorção se conserva no vigente projeto. E ele considerava uma distorção fazendo a seguinte, e ainda hoje atual, crítica.

Observava S. Exa. o Ministro Paulo Brossard o seguinte, que na verdade a decisão tomada pelo *impeachment* acabava sendo a decisão da minoria. A decisão que decretasse ou que decrete eventualmente o *impeachment* ou que recuse o *impeachment* acaba sendo a decisão da minoria, uma minoria que se expressa por uma terça parte. Dizia ele, no exemplo citado, que, se hipoteticamente for proposto o *impeachment* de alguma autoridade a ele sujeita e se, na hipótese do Senado, por exemplo, os representantes de dez estados da Federação recusassem o *impeachment*, nós teríamos eventualmente a recusa ao *impeachment*, mesmo motivada pela decisão de representantes francamente minoritários, do ponto de vista numérico, e essa não era a sua preocupação, mas em especial haveria recusa ao *impeachment* por um número ou por estados cujos eleitores eventualmente compusessem um número expressivo entre os eleitores do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É exatamente essa crítica que ele faz em relação à Lei 1.079, que prevalece no projeto ou que continua sendo atual em relação ao projeto, que é uma das razões da nossa preocupação, além, evidentemente, como já dito, da definição mais clara de crimes de responsabilidade por parte dos juízes, em especial dos Ministros do Supremo.

Aqui, inclusive, nas anotações que fiz, acresci algo que me parece também igualmente importante, que é a possibilidade de que o *impeachment* do Ministro do Supremo se desse em virtude da atuação não só em processo em que esteja impedido. Surpreendeu-me, inclusive, que essa mesma hipótese de *impeachment* não ocorra no caso em que a sua atuação se dê em processo em que seja suspeito.

Como se trata de uma abordagem inicial e, obviamente, limitada a um tempo bastante exíguo, eu teria outras considerações a fazer, inclusive em relação aos crimes de responsabilidade do Ministério Público, porque também me parece que, no caso do Ministério Público, deve ser estendida a possibilidade do *impeachment* não só aos casos em que atue estando impedido, mas também aos casos em que seja suspeito.

Então, há uma série de considerações adicionais que eu gostaria de fazer, mas o tempo conferido, obviamente, não permite, e até em respeito aos demais expositores. Em essência, o que eu quero dizer é exatamente que, se de fato se impõe pela passagem do tempo, pela superação das circunstâncias em que foi produzida a Lei 1.079 a sua atualização, abre-se diante de nós uma oportunidade para promover, inclusive, o reequilíbrio do poder da Federação e entre os Poderes que a compõem, tendo em vista as circunstâncias em que, presentemente, conforme se sabe, há um agigantamento na atuação do Poder Judiciário, a recomendar que esse seja um primeiro passo no sentido do estabelecimento de uma normalidade em que o Legislativo – que é, enfim, o responsável pelo julgamento dos crimes de responsabilidade atribuídos ao Presidente da República, aos Srs. Ministros e aos Ministros do Supremo Tribunal Federal – possa recompor esse equilíbrio através da sua atuação.

Por isso, diferentemente do que se sugere, que é o afunilamento da possibilidade de provocação do *impeachment*, o que se sugere, o que consideramos adequado não é propriamente esse afunilamento: o melhor controle é verdade, mas não a redução na legitimação.

Com essas considerações, eu interrompo, por ora, aqui a minha manifestação, de modo a assegurar que possam fazer também aqueles que estão presentes e mesmo outros que, eventualmente, estejam remotamente, para que eu possa contribuir com alguma reflexão ou algum apontamento mais objetivo, se a oportunidade para isso houver.

Muito obrigado, Presidente.

Eu devolvo a V. Exa. a palavra, agradecendo a gentileza por ter me ouvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu agradeço ao Sr. André Estevão Ubaldino, que é Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e fez a sua brilhante exposição.

Eu vou convidar, agora, o Presidente da Ajufe, o Sr. Juiz Federal Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro, para fazer a sua exposição.

Falei aqui, agora há pouco, que é o meu colega de Roda Viva. (*Risos.*)

O SR. NELSON GUSTAVO MESQUITA RIBEIRO ALVES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Um cumprimento especial ao Presidente da CCJ, Senador Weverton, um grande amigo, já de longa data. Iniciamos esse debate realmente num programa de televisão, de política, como, então, Deputado Federal Weverton, e, hoje, mais do que merecidamente, Senador da República e Presidente em exercício da CCJ.

Queria cumprimentar também os painelistas que estão de modo virtual – o Dr. André Ubaldino, o Dr. Carlos Eduardo Frazão –, aqueles que estão aqui presencialmente – meu dileto amigo, o Dr. Frederico Mendes Junior, Presidente da AMB; o Dr. Flavio Roman, Advogado-Geral da União substituto; e o Dr. Gabriel Sampaio, também uma figura conhecida dos meios políticos, que está em praticamente todos os atos mais importantes da história política brasileira dos últimos anos.

Queria também fazer referência aos meus colegas juízes e juízas federais que estão aqui presentes neste momento, líderes associativos – Dra. Ana Lya, Dra. Mária Rúbia, Dr. Fábio Ramiro, Dr. Lucas Guedes, Dr. Daniel Raupp, Dr. Ney Gustavo de Andrade, Dr. Alexandre Saliba –, todos aqui trabalhando pela magistratura federal em prol do Poder Judiciário.

Senador Weverton, sobre este projeto de lei – a Ajufe agradece o convite, é muito importante a participação da magistratura federal neste debate –, o Projeto de Lei 1.388, de autoria do nosso estimado Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e de que é Relator o Senador Eduardo Braga, eu vou me permitir falar mais sobre as questões que afetam a própria magistratura e o Poder Judiciário. O projeto é muito amplo e não vou pretender aqui falar sobre todos os aspectos, até porque há oradores muito mais qualificados para isso do que este que fala neste momento, mas, sobre a participação da magistratura, algumas preocupações se anteveem, se apresentam quanto a essa matéria.

Nós temos, na verdade, três itens com que eu gostaria de iniciar, que, de alguma forma, sintetizam essas preocupações. São aqueles que falam dos crimes de responsabilidade dos magistrados. E aqui coloco que esse projeto de lei, derivado de uma Comissão capitaneada pelo nosso sempre estimado Ministro Ricardo Lewandowski, cumpre o seu propósito de atualizar uma lei que realmente precisa ser atualizada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma lei de 1950, que necessita da sua devida atualização, mas há três aspectos quanto à magistratura que a Ajufe entende importantes.

O primeiro é de ordem formal. Todos sabem que as questões relativas à magistratura devem vir primordialmente no seu respectivo estatuto, que é a Loman. Então, hoje, ainda que também vetusta a Loman, que, já de muitos anos, deveria sofrer algum tipo de atualização, as questões da magistratura, de regra, devem ser lá previstas e colocadas. Então, este é um primeiro aspecto que eu gostaria de ressaltar: a necessidade da via formal adequada, que é a lei complementar de iniciativa do Supremo que trata das questões afetas à magistratura, a Loman, na forma do art. 93 da nossa Constituição Federal.

Um outro ponto, já entrando na parte de direito material, é em relação à própria imputação de crimes de responsabilidade, possibilidade de *impeachment* quanto a magistrados. Sabe-se que esse tipo de crime e as suas imputações dizem mais respeito àqueles atores políticos, àqueles que exercem a política, e a magistratura não exerce a política ou pelo menos não deveria exercer enquanto sua atividade finalística. O juiz julga as causas que são lhe postas, ele não faz atividade política. Das suas decisões cabem recursos para todas as instâncias, cabem até outras ações quando a decisão é teratológica ou algo do gênero, mandado de segurança, enfim, mas imputar crime de responsabilidade, em certa medida, é até fora da natureza da atividade jurisdicional.

Então, esta é uma outra preocupação também da Ajufe: se imputar um crime que tem uma certa natureza administrativa, sim, mas que não é ligado à atividade da magistratura. A todos os outros crimes do Código Penal, quando o magistrado os comete, aqueles crimes formais mesmo, tipicamente penais, evidentemente, o magistrado está sujeito a eles como qualquer outro cidadão, mas crime de responsabilidade realmente não é algo compatível com a atividade da magistratura.

Um outro item também de ordem material, a que a Ajufe chama a atenção, é a própria violação de cláusula pétrea, de interferência entre Poderes. Quando você, de alguma forma, tenta, mesmo com o crime de responsabilidade, trazer alguns tipos fechados, prevendo algumas situações, imputando esses crimes de responsabilidade aos magistrados, de certa forma, você está trazendo um cerceamento à atividade jurisdicional, que, de certa maneira, também é ampla. O juiz decide de acordo com as suas convicções fundamentadamente.

Então, esta é uma outra preocupação: a que nível chegará essa responsabilização no seio dessa lei do *impeachment*. Então, é uma preocupação quanto ao correto exercício das atividades jurisdicionais.

Então, três pontos que trazem preocupações, resumindo e rememorando: arts. 14, 15 e 16, que são os crimes de responsabilidade de magistrados; a questão formal do meio utilizado, que não é a Loman; e essas duas questões materiais trazidas aqui: da natureza do crime em relação à magistratura, do crime de responsabilidade, e de uma eventual violação de independência dos Poderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo bastante breve, Senador Weverton, eu vou trazer só mais um ponto para cumprir o meu tempo, porque, eu sei, a gente acha que dez minutos é muito, começa a falar, e logo se esgotam. Então, eu vou cumprir religiosamente o tempo.

Um outro ponto é a questão da denúncia. A ver da Ajufe, parece que a possibilidade dessa denúncia ampla por qualquer cidadão alarga demais o escopo que se pretende. A gente sabe que o juiz sempre desagrada alguém, pelo menos uma parte do processo ele vai desagradar – quando não ambas. Quando é um processo coletivo, então, é uma coletividade que ele não consegue nem imaginar que a gente possa desagradar. Quando qualquer cidadão pode se utilizar de uma denúncia por crime de responsabilidade, isso gera uma preocupação, porque o juiz já tem tantos afazeres, tantas coisas... O senhor mesmo sabe, hoje nós temos o CNJ: qualquer denúncia que chega lá, o juiz tem que parar. Por mais infundada que seja, ele tem que deixar de julgar os seus processos, responder, ainda que sucintamente, pelo que está sendo imputado a ele. Isso atrapalha a atividade jurisdicional.

Então, nós temos, logicamente, com as considerações que foram feitas anteriormente, talvez, que restringir esse rol de denunciantes. E há já uma restrição ali no art. 26, no inciso I: ele traz um rol daqueles que podem denunciar. Aí vem o inciso II e abre esse leque para qualquer cidadão. Isto causa muita preocupação à Associação dos Juízes Federais: que o juiz tenha que lidar com denúncias ou responder denúncias infundadas, tomando o seu tempo, tomando o tempo da atividade jurisdicional, e, na verdade, prejudicando o cidadão.

Então, essa é uma sugestão que é feita da eventual supressão desse inciso II do art. 26, para que, realmente, aqueles legitimados no inciso I tenham exclusividade em eventual denúncia nessa matéria.

Então, Presidente Weverton...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON GUSTAVO MESQUITA RIBEIRO ALVES – ... novamente digo que é uma alegria reencontrá-lo. Toda vez que eu o encontro, fico muito satisfeito. O senhor já teve oportunidade de ir lá à Ajufe fazer uma visita, num café da manhã, junto com outros Parlamentares, já nos encontramos outras vezes aqui e em outras atividades em Brasília.

A Ajufe agradece muito e se coloca à disposição para o que for necessário para o aprimoramento legislativo desse projeto e de qualquer outro que seja do interesse.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu que agradeço, Presidente Nelson Gustavo, que é Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ajufe sempre teve portas e tem portas abertas aqui na CCJ, no nosso gabinete, e continuaremos sempre de portas abertas para continuar dialogando e construindo aqui bons projetos, para que possamos aprimorar mais a nossa legislação.

Eu vou convidar agora o Gabriel Sampaio...

Eu estava falando agora há pouco aqui: o Gabriel também é uma das memórias também vivas. Viveu aí nos bastidores, em um dos lados aqui, assim como o João, o Dr. Bandeira, o Ministro Lewandowski, que deu aqui o seu depoimento ainda como Presidente do Supremo, foi o Presidente do último *impeachment* que tivemos, aqui no Brasil, de um Presidente da República...

Então, não tem, a nosso juízo, momento mais adequado para você discutir a modernização de uma legislação em que vários atores – da defesa, da denúncia, do Judiciário, do Legislativo, consultores da Casa – estiveram diretamente num debate tão complexo como foram os dois últimos *impeachments* aqui de Presidente da República e deram, certamente, uma grande contribuição para esse projeto.

Então, o Gabriel hoje está como Diretor de Litígio Estratégico da Conectas.

V. Sa. está com a palavra.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para expor.) – Senador, gostaria de agradecer a oportunidade de fazer parte deste debate e cumprimentar o Senador Weverton pela brilhante atuação no Parlamento – que remonta desde o último debate sobre *impeachment* no Brasil – e que tem feito uma gestão como Senador também que abrilhanta o seu estado.

Gostaria de, na sua pessoa, cumprimentar todos os demais Parlamentares presentes e que acompanham este debate, cumprimentar também o meu amigo Flavio Roman, que é um grande Advogado da União, Advogado-Geral da União substituto, cumprimentar o Dr. Nelson, o Dr. Frederico e a todos os demais debatedores.

Bom, gostaria aqui de tecer comentários. Primeiro, quero exaltar a iniciativa deste Senado Federal, a Comissão que elaborou essa proposta altamente qualificada, imbuída do espírito necessário para superar a legislação da década de 50.

Certamente, a nossa experiência histórica nos faz refletir sobre o instituto. Os debates que acompanhamos, especialmente e muito vivamente no último processo de *impeachment*, nos deixam algumas lições e alguns pontos que são fundamentais para a sequência desses debates, fundamentais para a reestruturação do ambiente institucional no Brasil. Eu acho que é disso que nós estamos tratando, ao priorizar essa legislação.

O Brasil precisa recompor a sua institucionalidade, retomar a normalidade do funcionamento das instituições. Nós passamos por um período, por um ciclo histórico o qual, na minha avaliação, tem direta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação com o que acontece em 2016 e trouxe uma instabilidade institucional que nós pretendemos recuperar, e acho que essa legislação é muito importante para isso.

Uma das bases fundamentais para essa recomposição é refletir sobre o instituto. Bem, nós tivemos um debate acalorado em relação à natureza do processo de *impeachment.* E aqui eu vou me deter mais sobre a questão que envolve a autoridade do Presidente da República ou da Presidência da República.

Bom, a minha posição e a posição de muitos é que o processo tem natureza jurídica e política. Ainda que haja alguma divergência e mesmo para aqueles que classificam como de natureza exclusivamente política, Senador, eu acho que aqui tem um ponto importante para nós nos determos. Mesmo nessa hipótese, o fato de o fundamento do processo de *impeachment* estar lastreado na existência de crime de responsabilidade, crime ainda que de natureza não penal, é importante haver uma análise criteriosa sobre o crime de responsabilidade. Portanto, em alguma medida, nós estamos a tratar de um elemento jurídico. Essa classificação exigirá de qualquer intérprete uma avaliação de natureza jurídica, que é fundamental e muito importante. Partindo, então, desse pressuposto, nós temos uma base comum para que uma análise jurídica criteriosa seja realizada. A gente pode dar um segundo passo.

Fundamental também é estabelecer que, não só para o atual contexto de retomada da normalidade institucional, mas para qualquer contexto do presidencialismo, é importante afastar aquilo que a própria Comissão dialoga. Nós estamos diante de um instituto que não se pode confundir com o voto de confiança do parlamentarismo; é por isso que a natureza política, ainda que não... A natureza jurídica, ainda que ela possa não ser consenso, para que haja um lastreamento com o que a Constituição exige, precisa ser visitada. Então, ainda que não se faça uma análise, que não haja consenso sobre a natureza jurídica, é importante identificar que, para a estabilidade institucional e para a diferenciação do instituto em relação àquilo que há no parlamentarismo, é preciso atender a determinados rigores. E a Constituição, quando trata inclusive dos crimes de responsabilidade, trata dos atentados à Constituição; não basta ser crime, não basta a conduta ser típica, ela precisa atentar contra a Constituição. Portanto, o Constituinte passou um recado, deixou uma mensagem de que, inclusive naqueles casos em que o fato é típico, é preciso haver uma análise criteriosa em relação ao quanto ele afeta a Constituição.

Como trabalhar com esses conceitos fundamentais? Nos Estados Unidos se fala dos *high crimes*; são os crimes que não bastam ser aquele fato típico formal, que nós trataríamos no direito. São aqueles crimes que geram uma instabilidade institucional. Para evitar que o processo de *impeachment*, ele em si, se torne o elemento da instabilidade, é fundamental que se identifique nos crimes esse elemento de instabilidade.

O projeto, a meu sentir, caminha bem ao estabelecer essa análise criteriosa. Nesse sentido, coloca a necessidade do dolo do agente público. Acho que talvez pudesse haver um elemento mais assertivo no sentido de identificar, nas condutas típicas, aquilo que esteja relacionado ao atentado à Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um desafio que é sempre difícil, até numa análise jurídica mais formal, Senador, que é conseguir, na base interpretativa, estabelecer o critério mais restritivo, especialmente porque o foro de discussão é o foro de natureza política. Esse ponto é inegável.

Portanto, há dois caminhos essenciais para conseguir garantir que os objetivos sejam atendidos e que a mensagem constitucional também seja atendida. Um deles é estabelecer critérios materiais mais rígidos, aqui um avanço identificando o elemento do dolo como pressuposto para avanço em qualquer análise, mas há também um sentido de estabelecer esse vínculo mais direto com o atentado à Constituição. Esse caminho ainda tem um grau de subjetividade.

Aquele caminho que mais vai proteger a institucionalidade e a estabilidade é o procedimental. Nesse ponto, toda a rigidez é essencial, Senador – toda a rigidez no procedimento. O projeto caminha bem, mas eu acho que há mais elementos a avançar nesse sentido. E não é meramente um sentido de proteção do mandato presidencial por um conceito abstrato, mas é atender ao mandato constitucional. E aí eu penso numa equação, Senador, que leve em consideração o seguinte elemento: o voto popular, do qual é imbuído o Presidente da República, é sagrado. E ele é o ponto, ele é o elemento que sempre deve contar quando nós estabelecemos o procedimento.

Então, na minha avaliação, nenhuma das fases deve admitir um voto que não seja qualificado. Todas as fases, na minha avaliação, precisam identificar o voto qualificado em todas as instâncias parlamentares. Por quê? Porque ele está se contrapondo, em alguma medida, em todas as medidas, àquele sagrado voto popular que ungiu o Presidente da República à condição de exercer o cargo. Então, em todos os momentos, eu defendo que haja votação com quórum qualificado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – A decisão do Presidente da Câmara, naquela primeira etapa de admissibilidade, na minha avaliação, precisa ser alterada. Eu faço aqui uma sugestão de que ela não possa ser confrontada por uma minoria parlamentar. Com todo o respeito, identificando toda a legitimidade das minorias parlamentares, mas nós estamos aqui lidando com o elemento sagrado do voto popular. Não cabe, para discutir esse elemento, minoria parlamentar. Tem que ser maioria, tem que ser maioria absoluta.

O Supremo validou a insindicabilidade dessa decisão, porque essa decisão também tem um fundamento jurídico. Ela está lastreada também na capacidade e na possibilidade de o Presidente da Casa fazer a análise jurídica. A Constituição atribui ao Parlamento diversos momentos em que faz, inclusive, controle preventivo de constitucionalidade. Atribuir a uma única autoridade a possibilidade de uma decisão que seja insindicável eu acho que é adequado num contexto de proteção ao voto popular.

Sr. Senador, se não for consenso a insindicabilidade, eu entendo que ao menos o quórum precisa ser. O quórum de dois terços, o mesmo quórum, deve ser aplicado a qualquer das discussões, inclusive caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não prevaleça a insindicabilidade da decisão, que rejeita o prosseguimento da denúncia. Eu entendo, então, que esse quórum deve ser aplicado.

Também venho a concordar... A denúncia aplicada a todos, a qualquer cidadão deve ser admitida? Entendo que a restrição que o anteprojeto traz é bem-vinda, mas eu agrego mais uma sugestão: que, para qualquer hipótese, ainda aquela apresentada por cidadão, é preciso ter, inclusive para a denúncia, apoiamento de maioria parlamentar. Para que ela seja apreciada pelo Presidente da Câmara, é preciso haver, também naquele quórum qualificado, na minha avaliação, apoiamento de uma maioria parlamentar, dois terços de Parlamentares subscrevendo a denúncia.

Então, com isso, nós vamos conseguindo, por procedimento, balancear aquele que é um paradoxo talvez intransponível. Vai ser intransponível lidar com o paradoxo da natureza jurídica e da natureza política. A única forma de proteger a estabilidade e o sagrado voto popular é garantir procedimentos que estejam imbuídos do máximo de formalidade e do máximo de preservação daquilo que seja maioria, maioria qualificada, maioria parlamentar. Então, nesse sentido, entendo que pode haver um meio-termo possibilitando a qualquer cidadão apresentar a denúncia, mas tem que ter o apoiamento de uma maioria.

Eu tenho outras considerações, prometo ser telegráfico, porque meu tempo já esgotou. Mas, apenas para contribuir com o processo legislativo, não quero deixar de dizer, Senador, que eu acho que o §3º do art. 20, que diz que a renúncia não obstará o prosseguimento da denúncia... Eu entendo que esse dispositivo poderia ser suprimido, porque eu entendo que ele carece de objeto. As experiências de continuidade do processo no caso do Presidente Fernando Collor cumpriram um papel histórico, mas entendo que aqui, para os objetivos dessa lei, se não há objeto e diante até da formalidade que está estabelecida pela lei, é até um custo muito alto para o próprio Parlamento e para a democracia prosseguir um processo quando o objetivo da perda do mandato já foi atendido.

Os eventuais efeitos secundários acho que podem ser discutidos de outra forma.

Eu encerro aqui também me colocando à disposição para outras considerações e também para não tomar muito do tempo precioso desta Comissão.

Agradeço pela oportunidade e fico à inteira disposição.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Obrigado, Sr. Gabriel Sampaio, pelas suas contribuições. O Gabriel é nosso consultor e Diretor de Litígio Estratégico da Conectas Direitos Humanos.

Eu vou agora convidar o Presidente da AMB (Associação dos Magistrados do Brasil), Sr. Frederico Mendes Junior, para fazer uso da palavra.

Antes, queria também já confirmar que o Presidente Rodrigo Pacheco marcou... Eu tive a honrosa missão, aqui no Senado Federal, de ser o Relator da PEC da permuta dos juízes, e nós marcamos... O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Pacheco já autorizou à Secretaria da Mesa para marcar a promulgação dessa PEC agora para a próxima terça-feira, às 15h da tarde, no Plenário do Senado Federal.

Então, parabéns a toda magistratura do nosso país. Sei que foi uma luta grande da AMB e de todas as associações que estavam acompanhando de perto e apoiando esse importante projeto, que agora vai se tornar realidade. Na próxima terça-feira, estaremos promulgando essa importante PEC, fazendo justiça a esses importantes colaboradores, que ajudam a não só levar a Justiça, mas também ajudam a manter a ordem democrática no nosso país.

Eu falava, há pouco, para o Presidente Frederico que quando fomos questionados, ainda na relatoria do projeto, sobre o ponto X da questão da permuta dos juízes estaduais, além de lembrar que não tinha e não tem nenhum tipo de impacto financeiro esse projeto, ele tem um impacto social e faz melhorar ainda mais... Aos jurisdicionados, melhora ainda mais o acesso à possibilidade de procurar ou ter a Justiça, porque o juiz, quando pede para ir trabalhar perto de casa, olha na rua o vizinho, a sua família; ele sabe ainda mais da sua responsabilidade, porque está ali no convívio familiar, no convívio cultural. Ele conhece mais de perto os problemas da sua região, então, sem dúvida nenhuma, ele também tem muito mais sensibilidade com os temas que ele poderá vir a tratar.

Então, V. Sa. está com a palavra, Presidente Frederico.

O SR. FREDERICO MENDES JUNIOR (Para expor.) – Muito bem. Bom dia a todos e todas.

Eu fico muito honrado e muito feliz em poder participar, Nelson, aqui dessa audiência sobre um tema tão importante assim. Se o ambiente não fosse tão formal aqui, eu acho que agora o Senador Weverton iria ter recebido uma grande salva de palmas, com assovios e com muita festa aqui de todo mundo. Conforme o senhor ia falando, eu fui olhando aqui para o pessoal e vi muitos sorrisos aqui na assistência.

Esse é um tema muito caro para nós, muito caro para a magistratura, essa PEC da permuta, que tramitou por muitos anos, aqui no Congresso. E aqui no Senado, a gente teve um... Depois que o senhor começa a participar desse processo, assume a relatoria dele, a permuta acaba recebendo um novo ritmo, uma forma de caminhar. Chegamos a uma aprovação de 68 presentes, dentro de um processo dialógico de construção de consenso. Ali, a todo momento, um Senador ia lá e falava: "Weverton, a gente pode mudar isso; precisava mudar aquilo", e foi sendo construída ali uma solução. Não custa nem um centavo para o Estado, não encarece em absolutamente nada e, ao mesmo tempo, deixa todo mundo feliz, faz com que o juiz possa trabalhar perto da sua família, da sua comunidade.

Muito grato, Senador Weverton. Acho que o senhor é um desses grandes heróis hoje da magistratura. Se nós fizéssemos uma pesquisa hoje dentro da magistratura brasileira, indiscutivelmente o senhor estaria ali dentre os três políticos mais queridos pela magistratura brasileira. E não é que o Senador Weverton pegue e assuma todas as causas; ele analisa e acredita em muitas das nossas causas, do sistema Judiciário, do sistema de Justiça e da magistratura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

Eu quero cumprimentar o Flavio José Roman, um dileto amigo, que tem feito um trabalho extraordinário na AGU, que, no início do ano, trabalhou muito. Volta e meia, encontrava o Flavio, que estava ali correndo atrás de um assunto e de outro: "Vou fazer uma petição agora". Parabéns pelo trabalho, viu, Flavio? É uma grande satisfação estar aqui com você mais uma vez.

Quero cumprimentar aqui meu irmão Nelson, Presidente da Ajufe, grande parceiro, grande amigo, meu vizinho ali de Santa Catarina. É uma grande satisfação estar aqui nessa bancada com você, Nelson.

Quero cumprimentar o Gabriel. Ouvi atentamente, Gabriel, gostei muito – sabe? – e subscrevo integralmente cada palavra. É um grande prazer, uma grande honra.

Estou vendo aqui... Alguns agradecimentos e alguns cumprimentos eu não posso deixar de fazer, Senador Weverton.

Quero cumprimentar aqui a Tatiany, que tem sido nossa parceira, nossa grande amiga, nos atende muito bem sempre, ali no seu gabinete, amiga muito querida da magistratura.

Volta e meia, acho que os colegas até exageram um pouco, Tatiany, te ligando e te... Mas muito obrigado. Muito grato, viu?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Quando vocês chegam lá com as pautas, aí ela vem para cima, e eu digo: Vem cá, você está trabalhando comigo ou com a AMB ou a Ajufe? (*Risos.*)

Só para eu entender aqui. Já a cooptaram.

O SR. FREDERICO MENDES JUNIOR – Está trabalhando para quem, não é?

Quero cumprimentar todos os Senadores presentes que eu vejo aqui no painel. Tenho ali bons amigos, bons parceiros; são pessoas que nos atendem sempre com muito carinho, com muita atenção.

Estava aqui presente também o Desembargador Rotondano – estava ali no fundo –, que é Presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais da Justiça na Bahia e que agora assume uma vaga no Conselho Nacional de Justiça destinada aos desembargadores. E é uma pessoa reconhecida na magistratura nacional pelo seu trabalho, pela sua inteligência. A magistratura recebe com muita felicidade a indicação dele.

Rapidamente quero falar aqui do Thiago Massad, Presidente da Apamagis agora para o próximo biênio; Eunice Haddad, do Rio de Janeiro; Pizzolatti, de Santa Catarina; Max, da Paraíba, que está aqui, ex-Presidente da Associação da Paraíba, do Laboratório de Inovação agora; Cristiano Flores, da Ajuris, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será o nosso próximo Presidente da Ajuris pelo próximo biênio; meu Presidente Jederson Suzin, do Paraná, que está ali atrás, Presidente da Amapar.

Ali nós temos, Senador, o Jederson, que é o atual Presidente, Fernando Ganem, ex-Presidente, antes de mim, e o Marcel Ferreira dos Santos, que será o próximo Presidente, nos próximos anos.

Quero cumprimentar Jaqueline Allievi; Bertasso; Euma Tourinho, Presidente da Ameron; a Mariel, Presidente da Amamsul, ali direto de Campo Grande; nossos Desembargadores Celso Mainardi; Marcel Macedo; Naor Macedo; Fernando Bueno da Graça, direto de Cianorte para cá; e o Leonardo Bechara, da Auditoria Militar. Se eu esqueci alguém, quero que me perdoe, mas, do jeito que eu olhei aqui, eu fui anotando. Está bem? É uma grande satisfação. Isso não é em prestígio a mim, é ao senhor, pelo reconhecimento de todo o seu trabalho que tem sido feito pela magistratura brasileira.

Não posso deixar de cumprimentar também o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado, que tem sido um grande parceiro da magistratura brasileira e que é autor deste projeto.

Acho que o que o Senado faz é o que toda a sociedade espera dele, que é abrir um canal de diálogo, de debate sobre um assunto tão importante como esse. Habermas já dizia que, na democracia, você só constrói algo através do diálogo, através da construção do consenso. E me parece que o que o Senador Weverton, Flavio, o que o Senado pretende fazer aqui é isto: construir algo através do consenso, debatendo, discutindo, para se chegar a um lugar que seja melhor para a República.

A magistratura brasileira vem sofrendo muito, nos últimos 25, 30 anos, uma série de dificuldades. Isso está estampado hoje nos nossos concursos públicos, concursos de São Paulo, por exemplo. Os dois últimos concursos de São Paulo tiveram 25 e 24 mil inscritos, respectivamente. O último, 14 mil. Para onde foram esses 10, 11 mil candidatos que queriam ser juízes em São Paulo? Esse é só um exemplo do que vem acontecendo no Brasil inteiro nos concursos de magistrados.

Os concursos públicos para a magistratura agora são talvez a quinta ou a sexta opção para aqueles estudantes que saem das universidades e que querem ser magistrados. Por quê? Porque a magistratura tem muitas limitações – muitas limitações. Há algum tempo ela já não é o maior salário, ela já não é o padrão salarial do serviço público no Brasil. Inúmeras outras carreiras dentro do serviço público – de forma legítima, e não há nada de errado nisso – criaram mecanismos e tem uma remuneração muito melhor para a magistratura. Ao mesmo tempo, o quanto a magistratura só se aumenta exigências, só se aumenta dificuldades, novas barreiras, novas restrições. Então, a magistratura, ao mesmo tempo, tem um concurso dificílimo, muitas restrições, impõe a esse jovem que sai das universidades passar 20 anos pelo interior do Brasil, nas cidades mais remotas e com uma remuneração menor. Isso tem sido um grande quadro de desestímulo para que as pessoas sejam juízes.

O Ministro Ricardo Lewandowski, nesse projeto agora da Lei de Impeachment, fez um trabalho extraordinário. O Ministro Lewandowski é um democrata, foi Vice-Presidente da Associação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Magistrados Brasileiros, é alguém que a gente se orgulha muito de ter ali em nossos quadros, de ter essa proximidade, e fez aqui um brilhante trabalho com o Senado nessa Lei do Impeachment.

Nós temos uma lei de 1950, de um Brasil totalmente diferente do Brasil que temos hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FREDERICO MENDES JUNIOR – ... e que, com a Constituição de 1988, acabou ficando para trás essa lei. Há algumas partes que foram recepcionadas – outras, não – e que são de muita dificuldade de aplicação hoje no Brasil.

Quanto ao projeto em si, eu vejo, em primeiro lugar, um problema formal, porque ele trata de uma matéria reservada ao Estatuto da Magistratura, como bem disse o Nelson aqui. Talvez tenha aí um vício de iniciativa nessa parte que trata da magistratura. Talvez seja uma matéria reservada à Lei Orgânica Nacional da Magistratura de iniciativa prevista do Supremo Tribunal Federal.

Eu concordo com o que foi falado aqui antes no sentido de que nós estamos falando de infrações de natureza político-administrativa – crime de responsabilidade –, mas, predominantemente, o que se tem em crime de responsabilidade é um julgamento político e não um julgamento técnico-jurídico. O julgamento que o juiz realiza no processo por crimes, no cível, são julgamentos puramente técnico-jurídicos. Argumentos de natureza política não têm uma relevância nesses 80 milhões de processos que nós temos tramitando no Brasil.

Já nos crimes de responsabilidade, embora tenha esse conteúdo jurídico, por exemplo, no procedimento... Como foi muito bem ressaltado aqui pelo Gabriel, esse cuidado com o procedimento, esse rigorismo procedimental tem que existir e aí é que fica mais o jurídico. Na questão de fundo em si dos crimes de responsabilidade, o que você tem é uma análise política, é um julgamento político. Agora, não me parece interessante trazer para a atividade jurídica, para a atividade diária do magistrado um julgamento político; quer dizer, o magistrado, na opinião da AMB, tem que responder por tudo o que faz como cidadão comum. Cometeu crime? Tem que responder. Cometeu infração cível? Tem que responder. Cometeu infração administrativa? Tem que responder com o devido processo legal, o contraditório, como qualquer cidadão brasileiro. O magistrado não quer ser mais do que o cidadão brasileiro e nem menos. Ele é um cidadão brasileiro, que tem que ser igual. E, por isso, me parece muito difícil você trazer para a atividade diária do juiz esse julgamento político dos seus atos.

Como o Nelson disse, nós temos, no Brasil, 80 milhões de processos. É como se 160 milhões de brasileiros estivessem no Judiciário, Senador Weverton, por um motivo ou outro – 160 milhões de brasileiros. No processo, tem duas partes, e você desagrada uma só. Imaginem a enxurrada de processos que chegariam, pedidos de *impeachment*, ao Judiciário, a partir do julgamento dos magistrados, a partir do julgamento de processos. Então, eu tenho só essa reserva quanto ao aspecto formal.

Já vou caminhando para o encerramento, Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A nossa opinião, a opinião da Associação dos Magistrados Brasileiros é que o magistrado, o juiz que está lá na comarca no interior do Brasil podia receber um tratamento fora da lei do *impeachment*, esse tratamento normal, como qualquer cidadão vem recebendo.

Era isso.

Desculpe por me exceder no horário.

O senhor é um grande cavalheiro, um bom amigo, que tem todo respeito e admiração da magistratura brasileira.

Muito obrigado, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu que agradeço, Presidente Frederico.

Estava aqui me lembrando das últimas missões que nos foram dadas e eu sempre digo aqui para os colegas Senadores e Senadoras que o papel de uma relatoria é justamente tentar construir uma convergência – não precisa ser uma unanimidade, mas uma convergência –, no sentido de você formar uma maioria. Então, não é simples. Muitas vezes, não é a opinião do relator que está construída dentro de um relatório, mas, sim, algo fruto de diálogo.

Justamente, a ideia de se ter construído essas três audiências públicas aqui na CCJ – e faremos uma no Plenário logo após esse projeto ser aprovado aqui na CCJ e, caso ele seja aprovado, nós faremos uma sessão aberta no Plenário federal e certamente essas entidades estarão presentes – é para que a gente possa também fazer essa última revisão, porque, até o último minuto, é hora de você melhorar, de aperfeiçoar. Não há... A comissão mesmo de juristas que esteve aqui, deu a sua contribuição, em momento algum colocou um ponto fechado. Ela é um norte. Daí, você pode construir de forma mais democrática uma legislação que não é para nós, é para o futuro. Então, ela não tem casuísmo. Na audiência pública passada mesmo, foi lembrado que essa proposta que foi enviada para cá foi construída antes da eleição. Então, ela não tem nada a ver com história de 8 de janeiro ou, luta de bem e de mal, oposição e Governo, nada tem a ver. Ela foi construída antes da eleição e foi muito bem presidida, de forma muito séria, pelo Presidente Ricardo Lewandowski, Ministro do Supremo Tribunal Federal, que deu sua importante contribuição.

Eu vou... E lembrei...

O SR. FREDERICO MENDES JUNIOR (Para expor.) – Eu trago aqui um abraço para o senhor da magistratura do Maranhão. Eu estava aqui agora vendo o meu celular. Tem um abraço aqui do Holidice, Presidente da AMA, que gosta muito do senhor, tem muita admiração; Gervásio Protásio me mandou aqui uma mensagem; estivemos ontem com o Presidente Paulo Velten, falei que iria estar aqui com o senhor, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele mandou um grande braço. E quero reafirmar isto, como o senhor é querido, como é admirado pela magistratura maranhense.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Antes de passar a palavra para o nosso Advogado-Geral da União Substituto, eu estava me lembrando aqui das últimas missões, da que recompõe alguns espaços dentro do CNJ e do Tribunal de Justiça aqui do DF, que que foi uma construção importante que nós fizemos aqui na Casa, mas eu acho que a desafiadora, depois da PEC da permuta, foi a criação do TRF6 e a relatoria, que eu tive a honra de conduzir aqui, da ampliação do TRF1. Foi uma luta grande, estava aqui já há décadas, e, quando nos chegou essa missão de relatar esse projeto, foi um movimento muito importante o que nós fizemos com os estados aos quais o TRF1 chega e com os outros, que também tiveram essa sensibilidade – e eu não canso aqui de agradecer os Senadores que tiveram essa compreensão dessa importante conquista, que não foi da magistratura, mas da sociedade brasileira – na ampliação das vagas que nós tivemos no TRF1 e na criação do TRF6, Presidente Nelson.

O SR. NELSON GUSTAVO MESQUITA RIBEIRO ALVES (Para expor.) – Senador Weverton, até, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Claro.

O SR. NELSON GUSTAVO MESQUITA RIBEIRO ALVES – ... não só a Ajufe agradece, mas, como o senhor falou, o povo brasileiro agradece, porque, realmente, o redimensionamento do segundo grau da Justiça Federal era imperioso. Era humanamente impossível o acúmulo de processo e a vazão desse processo. Foi um passo muito importante. E aqui digo que V. Exa. foi fundamental para esse passo que foi dado, e a população brasileira lhe deve agradecimentos por isso, aquela que vai até a Justiça Federal. Saiba que o senhor foi um grande articulador dessa melhora do nosso serviço jurisdicional.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Convido o Dr. Flávio José Roman, nosso Advogado-Geral da União Substituto, para fazer uso da palavra.

O SR. FLÁVIO JOSÉ ROMAN (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Queria começar cumprimentando o Senador Weverton, Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça, dizendo que é um privilégio estar aqui para representar institucionalmente a Advocacia-Geral da União, uma missão que me envaidece, principalmente para falar de um tema tão palpitante como esse.

Cumprimento meus companheiros de mesa, Dr. Nelson, Dr. Frederico, meu amigo Gabriel; cumprimento todos os presentes, principalmente o meu amigo João Trindade, que é meu colega do IDP. Eu tenho um baita privilégio: sou amigo de João e de José, que são dois irmãos – os dois são geniais, os dois são cordiais. Então, é um privilégio estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar também os Senadores que estão nos acompanhando remotamente. A gente vê aqui o quadro dos que estão presentes. Então, digo que é um privilégio poder tratar desse tema, e um honroso convite para tentar, de alguma forma, qualificar o debate sobre a Lei do *Impeachment*, louvando a iniciativa do Senado Federal, por sua Presidência, por ter constituído uma comissão de juristas – tinha tudo para dar certo e realmente deu certo – capitaneada pelo Presidente Ricardo Lewandowski, então, alguém que não só é um dos maiores constitucionalistas brasileiros, é um grande democrata... Ontem, assumiu, tomou posse como Presidente do Observatório da Democracia, num evento bastante celebrado ontem. Foi um dia de festa para a Advocacia-Geral da União, com o aceite do Ministro Ricardo Lewandowski para assumir o Observatório da Democracia, que é um tema que tem tudo a ver com o processo de *impeachment*. E, ainda assim, vejam só a composição: Rogerio Schietti, Ricardo Lewandowski, Antonio Augusto Anastasia, Luiz Fernando Bandeira de Mello, que tem uma tese de doutorado sobre o processo de *impeachment*... E mais: o Ministro Ricardo Lewandowski, que era quem estava na banca, na arguição, ou seja, era quem era doutor e quem julgava os doutores que estavam ali. Então, tinha tudo para dar certo, e, realmente, o projeto evolui nesse sentido.

Então, a gente vê que é um projeto que tem realmente bastante mérito e que, no comparativo com a lei de 1950, vai muito à frente. E vai muito à frente por quê? Porque o procedimento do processo de *impeachment* não estava ajustado à Constituição de 1988. Tanto, que os primeiros questionamentos, quando tem um processo de *impeachment*, vão relativamente a esse procedimento.

No processo de *impeachment* da Presidenta Dilma, a gente pode notar o seguinte: quais foram os primeiros passos adotados pelo então Presidente da Câmara para o início desse procedimento? A edição de uma questão de ordem para regulamentar esse processo. Essa questão de ordem é objeto de uma reclamação constitucional e dois mandados de segurança. E, no dia seguinte, o Supremo Tribunal Federal tem o quê? Três liminares: uma da Ministra Rosa Weber e, salvo engano, as outras duas do Ministro Edson Fachin – era isso? –, que travavam, falavam: "Olha, está violando a súmula vinculante; essa matéria é uma matéria de lei formal para ser tratada". Então, efetivamente, esse é um dos aspectos.

Mais à frente vai ter o ajuizamento de uma ADPF, e o Supremo Tribunal Federal, subscrito até pelo Cláudio Pereira de Souza Neto, um dos maiores constitucionalistas do Brasil, faz também o quê? Uma filtragem constitucional de todo o processo da Lei do *Impeachment*.

Então, essa lei retrata isso de uma forma muito clara – esse procedimento – e dando direito de defesa, especificando todos os procedimentos, e, nesse ponto do procedimento, eu trago até, assim, que ela prestigia a Advocacia-Geral da União.

O Senador Weverton não é só um amigo do Advogado-Geral da União Substituto e do Advogado-Geral da União titular; é um amigo da Advocacia Pública Federal, e ela se sente prestigiada pelo fato de estar previsto expressamente como sujeita à Lei doe *Impeachment*, o oposto de Advogado-Geral da União. Estão ali, tanto no art. 2º, inciso VI, como no art. 12, as hipóteses em que se incide a Lei do *Impeachment*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E veja só: ele já é ministro de Estado, mas se preferiu... Porque é circunstancial o fato de o Advogado-Geral da União estar na condição de ministro de Estado.

Tem toda uma polêmica dentro da advocacia pública se esse seria o melhor arranjo. Eu acho esse arranjo efetivamente adequado, porque o Advogado-Geral da União é um conselheiro direto em questões jurídicas do Presidente da República e assume um papel que é muito assemelhado ao de um ministro de Estado. Então, efetivamente, ele teria essa prerrogativa.

Outro aspecto procedimental que vale a pena louvar é a previsão do art. 32 do projeto de lei, que faculta à Advocacia-Geral da União... Na verdade, faculta àquele que está sujeito à lei a requerer a representação pela Advocacia-Geral da União.

Esse foi um tema que foi objeto de bastante discussão durante o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma, e, prestigiando um entendimento pessoal que eu tenho e que carrego comigo, de que não existe função mais nobre para um advogado público do que defender a soberania do voto popular, ela prestigia sim a possibilidade de os advogados públicos atuarem na defesa do Presidente ou de ministros de Estado que venham, eventualmente, a ser objetos de *impeachment*.

Então, ele fala assim: "A partir da intimação, será facultado à autoridade denunciada constituir, até qualquer tempo, advogado de sua livre escolha ou requerer à Advocacia-Geral da União ou a órgão local equivalente para representá-lo, que deverá destacar equipe adequada para tanto, ainda que venha a deixar o cargo provisoriamente".

Então, a gente pode pensar também até de outras autoridades que, na forma do art. 22 da Lei 9.028, possam requerer essa forma de representação.

Outra questão bastante importante e que a gente louva no projeto e que tem o seu mérito é a qualificação da legitimidade da propositura, e aqui eu vou aderir pessoalmente à proposição que foi formulada, de qualificar também em outras hipóteses. Acho importante isso. Não pode ter um processo de banalização dos processos de responsabilização. Então, deixar o magistrado à espreita de que qualquer pessoa possa vir a reclamar, isso pode inviabilizar efetivamente.

Então, aqui eu venho aderir a essa proposição. Acho importante isso. Creio que roubar a agenda da magistratura, para que ela tenha que ficar discutindo processos de responsabilização, sem que esses processos estejam qualificados pela pessoa que faz essa propositura, seria bastante problemático.

Outro ponto que me chamou atenção – e aqui eu já vou para uma segunda parte...

Peço desculpa a V. Exa., Senador Weverton, se eu ultrapassar alguns minutinhos do tempo que me foi concedido e já peço a sua paciência, porque essas são as partes que eu acho que são mais relevantes e que eu queria colocar de forma propositiva para o aprimoramento do projeto. Ou seja, eu acho que a Advocacia-Geral da União tem um papel para ajudar nesse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, uma questão que foi preocupação da Comissão de Juristas foi tentar deixar os tipos mais fechados, deixar os tipos mais limitados e retirar eventual subjetividade que venha na aplicação do crime de responsabilidade, também com essa perspectiva de não banalizar os ilícitos de crimes de responsabilidade. E aí, quando eu analiso os tipos, eu falo assim: mas eu considero que esses tipos ainda estão abertos; como que uma comissão com tão ilustrada composição não enfrentou isso? E aí eu percebi: ou alguém está errado, a Comissão, ou eu estou errado; para variar, percebi que quem estava errado era eu.

Tipos abertos não se tornam tipos determinados a partir de uma explicitação mais detalhada. Não adianta tentar avocar novos elementos, agregar; os tipos vão continuar fechados. Então, você tem que fechar pelo procedimento, e foi isso que o Parlamento já fez.

Eu não estou aqui sozinho, tenho dois magistrados para isso. Então, a gente pode ver, vislumbrar que advogados, membros do Ministério Público e juízes são bastante criativos na interpretação de normas legais. Então, ainda que eu tentasse fechar esses dispositivos, por via interpretativa, eles ampliariam as hipóteses de aplicação. É isso que aconteceria.

Eu lembro, quando eu me formei no século passado, lá no Estado do Paraná, na Universidade Estadual de Londrina, que a gente aprendia que interpretação era o quê? Interpretação era revelar o conteúdo da norma. O que hoje é interpretação? A interpretação não é apenas revelar o sentido da norma; o sentido da norma é o ponto de partida do intérprete, por meio do qual conteúdos assemelhados são sendo divididos e construídos pelo intérprete. O sentido da norma não está no texto, mas está no sentido que o intérprete lhe convoca. Então, a gente vê que não tem possibilidade disso e a gente tem que limitar por meio do procedimento. E o Parlamento já fez isso, quando mudou o Código de Processo Civil e colocou ali, no art. 489, §1º, inciso II, que, quando o juiz for fundamentar a sua decisão e empregar conceitos jurídicos indeterminados, tem que explicar o motivo concreto de sua incidência. Nos arts. 20 e 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, também se exigiu um esforço argumentativo maior do juiz quando ele aplicar – ou de qualquer um que venha aplicar a norma –, até porque fala que, nas esferas administrativa, controladora e judicial, ele vai ter que ter um esforço argumentativo maior.

Isso foi inclusive replicado mais recentemente, em 2021, na Lei de Improbidade Administrativa, quando, lá no art. 17-C, também trouxe deveres de argumentações mais contundentes na fundamentação da condenação por hipóteses de improbidade. E, no esforço que foi feito aqui na legislação no nosso projeto de lei, também houve uma preocupação em qualificar essa previsão. E ele fez o quê? Por meio da inclusão da necessidade de dolo, ele falou: "Olha, tem hipótese tentada, tem hipótese por omissão, mas nesse tipo só são apenados na hipótese dolosa".

E qual seria a hipótese, então, que eu, muito modestamente, tentaria agregar? A gente poderia...

Porque o que é que acontece? No âmbito do processo político de votação do crime de responsabilidade, a analogia é com o quê? O tribunal do júri. No tribunal do júri, eu não exijo uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentação do jurado. Tanto, que a gente viu cenas que não foram de prestígio para o Parlamento, em que se invocaram algumas razões, e eu, como cidadão, me senti – como que se diz –, assim, um pouco acanhado, por conta da forma como foi feita a fundamentação da votação. Ele não precisaria nem votar; ele diz "sim" ou "não", e está adequada a fundamentação. Mas, no recebimento de denúncia, há sempre um esforço argumentativo.

Então, a minha sugestão é que se agregasse ao projeto de lei a previsão de especificação do dolo nas hipóteses em que se for aplicar o crime de responsabilidade, trazendo um produto do próprio Parlamento para esse tipo de hipótese.

Uma última sugestão é a discussão que já foi abordada – eu vou abordar até de forma mais rápida, porque ela foi muito bem abordada pelo meu amigo Gabriel Sampaio –, que é a discussão do art. 29.

Realmente, a gente tem ali – ele apontou bem – um paradoxo.

A decisão monocrática, ou seja, toda a concentração de poder no Presidente da Câmara para o recebimento da denúncia pode não se mostrar um mecanismo republicano. Então, acertadamente, foi previsto um mecanismo de recurso.

Ao me preparar para comparecer à Comissão, eu assisti também aos outros debates e vi que o ex-Ministro da Justiça, ex-Advogado-Geral da União e que também foi o advogado da Presidenta Dilma durante o processo de *impeachment*, o Ministro José Eduardo Cardozo, criticou a hipótese de se ter um indeferimento pelo silêncio, mas, para mim, parece que o caso mais grave é a possibilidade de recurso com uma minoria tão pequena de um terço.

O processo de *impeachment* é um processo de *impeachment* extremamente traumático, e ele é tão traumático, que a gente, quando estava discutindo o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma – eu, naquela oportunidade, estava na Casa Civil, na subchefia, então subchefia, agora Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos –, discutia bastante, do ponto de vista político, qual era o ponto de não retorno, porque é um tsunami político. E, a partir de um determinado momento, por mais que o Presidente da República ainda tenha apoio, ele não consegue segurar mais aquela avassaladora política do processo de *impeachment*. Então, a instauração da Câmara já é um movimento político extremamente grave. E, da mesma forma como foi apontado muito acertadamente pelos magistrados que isso vai roubar a pauta, isso também roubaria a pauta da Câmara dos Deputados. E isso impediria, inclusive, o próprio Presidente da República de articulação política, para que ele pudesse controlar esse processo, de buscar o apoiamento político. A pauta seria toda roubada, todo o esforço do Parlamento estaria em discussão nessa Câmara.

Então, por isso que eu acho que é acertado quando o Gabriel propõe: "Olha, essa maioria de um terço deve ser requalificada, seja para colocar os dois terços ou, pelo menos, a maioria absoluta". E veja que a gente não está exigindo que cada Deputado a assine. A gente está colocando que os próprios Líderes que representem essa maioria levem esse processo para a Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que essa previsão do um terço seria realmente bastante complicada.

Então, esses seriam os dois pontos fundamentais.

Quero louvar mais uma vez a iniciativa do Senado Federal de colocar... Eu acho que tem todo o mérito discutir.

Quero louvar a previsão de atuação específica da Advocacia-Geral da União e sugerir dois apontamentos que, na nossa visão, podem ser aprimoramentos da norma: a qualificação do dolo e, especificamente, o aprimoramento, qualificando para dois terços ou para a maioria absoluta especificamente essa parte.

Agradeço mais uma vez inclusive a paciência dos senhores por me deixarem extrapolar o prazo. Espero que eu não seja penalizado e que não tenha cometido nenhum crime de responsabilidade em função disso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Iremos ficar atentos a esse artigo. (*Risos.*)

Eu agradeço ao Dr. Flavio José, que é o nosso Advogado-Geral da União Substituto.

Registro a presença, aqui na nossa Comissão... Esteve aqui presente conosco o Desembargador Rotondano, que é Corregedor do Tribunal de Justiça da Bahia e indicado para o cargo de Conselheiro Nacional do CNJ pela vaga dos Desembargadores, do Supremo Tribunal Federal.

A Juíza Euma Tourinho, Presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Rondônia, também está presente. Seja bem-vinda!

Advogado Pedro Ivo Velloso, professor de direito penal e também um grande amigo, seja bem-vindo, como todos os magistrados do nosso país que estão aqui acompanhando esta importante audiência pública.

Tem algumas perguntas e comentários que nós vamos deixar registrados. Nós temos feito isso em todas as audiências, porque, na verdade, eles vão ajudar a servir de subsídio para esta relatoria e os consultores da Casa que estão nos ajudando a construir o texto, o relatório final, para poder esclarecer... Então, eu queria aqui deixar registrado alguns.

Por exemplo, a do Philippe Mouls, de Minas Gerais, que pergunta: "[...] o prazo de afastamento de 180 dias não [...] é muito longo? O julgamento final não deveria ter um prazo mais curto (60 dias) [por exemplo]?".

Fica o questionamento do Philippe.

O Carlos Gustavo, de São Paulo: "Como pode uma pessoa sofrer um *impeachment* e ainda manter os direitos políticos intactos? A Constituição não é clara nesse sentido?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ricardo Araújo, do Espírito Santo, faz a seguinte indagação: "[Seria possível realizar um] júri popular sorteado, [...] [composto por] pessoas idôneas com [...] [pelo] menos 300 jurados para julgar membros do [...] [Supremo] e outras autoridades por abuso de poder?".

O Luís Antônio, de São Paulo, faz o seguinte comentário: "Creio que, nessa atualização, as penas deveriam ser mais severas, por serem crimes cometidos por autoridades de alto [...] [nível]".

Antes aqui de fazer o encerramento, eu gostaria de pedir ao nosso Consultor João Trindade... Ele tem uns dois ou três pontos que a Ajufe – e eu acredito que o Gabriel também fez... Mas, enfim, tem uns dois ou três pontos que seria importante já esclarecer e, como você participou diretamente da comissão que ajudou a construir esse texto, é importante já deixar o nosso Presidente da Ajufe e toda a sua diretoria aliviados, ao dizer: "Pode ir tranquilo, porque não é bem isso que foi colocado". Mas é importante que vocês também já deem a sua contribuição, em nome da Comissão.

Eu vou lhe conceder aqui até cinco minutos – é rigoroso o tempo, tá? –, para que a gente possa encerrar a audiência pública.

O SR. JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO (Para expor.) – Senador Weverton, bom dia. Bom dia aos membros da mesa, aos quais eu cumprimento.

Já tomei nota de todas as questões aqui, até para o Relator poder discutir e refletir.

Agradeço a palavra, mas, muito brevemente, há algumas questões até de natureza mais fática, até para, em certa medida, tranquilizar um pouco em relação ao projeto.

Sobre a questão da iniciativa para denúncia, houve uma questão sobre a denúncia ser feita individualmente por um cidadão. Só que, na verdade, todas as regras de denúncia de todas as autoridades... O projeto está unificando a denúncia para todas as autoridades do Brasil. Antigamente, a gente... Antigamente não; na lei atual, a gente tem a denúncia por qualquer cidadão ou a denúncia pelo membro do Ministério Público em relação àquelas autoridades cujo processo vai correr no próprio Judiciário. E, aí, o projeto está unificando todas essas regras no art. 26, e peço licença para ler o inciso II, que fala: "São legitimados a oferecer denúncia por crime de responsabilidade". O inciso I são os mesmos legitimados a propor a ADI, como o Dr. Nelson já citou, e o II: "os cidadãos, mediante petição, que preencham os requisitos da iniciativa legislativa popular, no âmbito federal, estadual ou distrital, conforme o caso".

Então, quer dizer que aqui a gente vai ter, na esfera federal, 1% do eleitorado nacional distribuído em pelo menos cinco estados, com não menos do que 0,3% do eleitorado de cada um deles, que é a regra do art. 61, §2º, da Constituição. Aqui a gente está falando de 1,5 milhão de assinaturas, no levantamento de hoje, para poder propor essa questão.

Em relação à iniciativa popular na esfera municipal, aqui não está tratada, porque não é tratado de Prefeito, mas, na esfera estadual e distrital, vai seguir as regras da constituição de cada estado. Nem todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguem a mesma proporção da esfera federal, mas só para deixar claro que não é previsto, pelo menos no projeto, aparentemente não foi intenção da Comissão de Juristas a iniciativa individual, e sim a iniciativa dos cidadãos, mediante petição que preencha os requisitos da iniciativa popular.

Outra questão que também havia sido levantada, que foi também objeto de muito debate na Comissão, é a questão de lei ordinária ou lei complementar, que também dialoga com a própria questão de os magistrados e membros do MP serem sujeitos ativos de crime de responsabilidade. O entendimento, pelo menos majoritário, na Comissão foi de que se deveria atender ao mandamento da própria Constituição, no art. 96, inciso III e no 108, inciso I, alínea "a", em que se preveem magistrados e membros do Ministério Público como sujeitos ao regime de crime de responsabilidade.

Eu, inclusive, me permitiria particularmente concordar. Não me parece que seja uma opção muito racional do Constituinte originário, mas foi a opção do Constituinte originário trazer crime de responsabilidade. Mas, por outro lado, essas autoridades vão ter o julgamento por tribunais. Quer dizer, o julgamento do crime de responsabilidade de magistrados e membros do MP vai caber, respectivamente, ao Tribunal de Justiça, no caso de magistrados e membros do MP atuantes em primeira instância; ao TRF, no caso obviamente de serem juízes da União; ao STJ e ao Supremo Tribunal Federal, respectivamente. Só tem um caso, se a memória não me trai, de magistrado que é julgado por órgão político, que são os Ministros do Supremo Tribunal Federal, julgados pelo Senado Federal, nos termos também do mandamento constitucional do 52, II. Então, nesse sentido, a ideia foi de que o Constituinte originário fez uma opção de equiparar o magistrado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO – ... ao agente político *lato sensu* e, portanto, submeteu-o ao crime de responsabilidade.

E, sobre a questão da iniciativa e da lei ordinária, que também foi um tema suscitado – e até, tendo o próprio Ministro Lewandowski sido Presidente do Supremo, isso era uma preocupação dele –, o entendimento, pelo menos o que prevaleceu naquele momento, é de que a reserva de lei complementar vai ser para a responsabilização administrativa funcional do magistrado, quer dizer, para trazer na Loman a responsabilização perante a corregedoria de cada tribunal e no sistema de correição, inclusive, do CNJ. Aqui é uma lei de natureza de direito processual, tanto que o Supremo Tribunal Federal, na Súmula Vinculante 46, entende que a competência legislativa é privativa da União por ser matéria de direito processual. Claro que, obviamente, isso aqui vai ser discutido na Comissão, mas só para tentar esclarecer quais foram os temas ou quais foram as opções da Comissão.

E, cumprindo o meu tema – felizmente eu não sou sujeito ativo de crime de responsabilidade também... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... eu queria agradecer ao Presidente Weverton a oportunidade de trazer esses temas para a reflexão também.

O SR. PRESIDENTE (Weverton. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu agradeço ao nosso consultor, o João.

E, assim como fizemos nas outras duas audiências públicas que já aconteceram, tanto com a AMB, com a Ajufe, mas com todas – a AGU, as entidades não governamentais, todos os interessados no tema; os militares, que também já nos procuraram e estão dialogando –, o João, que é o nosso consultor aqui da Casa, está fazendo essa interlocução direta. Se quiserem tirar dúvidas ou dar mais alguma sugestão, ele e a Tatiany Barata estão à disposição, para que a gente possa compilar e tentar construir esse relatório que nós iremos apresentar.

Nossa ideia – já fica aqui anunciado – é, cumpridas essas três audiências públicas, já na semana após o feriado do dia 12, apresentar esse relatório aqui na CCJ. E aí fica à disposição da pauta que o Presidente Davi Alcolumbre vai conduzir na Casa. Então, vamos aí, nessa semana que vem e na outra, ter os próximos 15 dias para poder terminar de revisá-lo.

Antes de publicar, o João está autorizado a dar acesso para essas entidades que participaram aqui dessas audiências públicas e para a Comissão de Juristas, para que possam revisar, até porque é o que eu tenho dito: não tem nenhuma possibilidade de nós construirmos qualquer texto casuístico. Não dá. Acho que, no Brasil, por tudo que vivemos, pela experiência que nós estamos tendo, não dá para se pensar em questões pontuais. Não é contra A e B. Isso tem que trazer uma segurança jurídica para a sociedade. É um tema importante. E eu tenho certeza de que, além de proteger quem tem poder, quem tem autoridade, quem tem a responsabilidade de conduzir determinados temas ou mandatos, nós também temos que saber qual é a real regra do jogo. Não dá para ser arranjo, tanto que eu pedi já à consultoria que incluísse nesse projeto os casos também dos Prefeitos, Presidentes de Câmaras, porque eles eram tratados em outra legislação. Como a Comissão de Juristas foi muito disciplinada no que trata da instituição dela, o Ministro Lewandowski explicou que não quis instruir esse tema por conta de que ela estava relacionada a outro. Mas acredito que é um tema, é uma questão importante, até porque nós vivenciamos, no dia a dia do Brasil todo, vários casos que são abertos de *impeachment*, por exemplo, de Prefeitos municipais. Então tem que ter uma regra clara, dentro da legislação nacional, até porque isso não é brincadeira. Como foi falado aqui, é um voto popular.

Então, se vai acontecer, que tenha a regra do início, meio e fim. O juiz da comarca, assim como é aqui o Presidente do Supremo Tribunal, pode ser o Presidente daquela sessão ali na Câmara, para que trate de forma muito séria e independente o tema. Enfim, vamos fazer o possível para entregar uma boa legislação para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa audiência pública e agradeço aqui a presença de todos.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Mauro Carvalho Junior, Izalci Lucas, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Paulo Paim, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não-membros da Comissão Rodrigo Cunha, Margareth Buzetti e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Eliziane Gama, Augusta Brito, Carlos Portinho, Magno Malta, Marcos Rogério, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Reforma Tributária - Municípios**, atendendo ao Plano de Trabalho oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga. **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição n° 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". **Participantes:** Sr. Francisco Nélio Aguiar da Silva, Presidente da Federação das Associações dos Municípios Paraenses (FAMEP) e 1º Tesoureiro da Confederação Nacional de Municípios (CNM), representante da CNM; Sr. Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária; Sr. Fernando Luz Lehnen, Consultor Tributário e Coordenador da Área de Receitas Municipais da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); Sr. Francelino das Chagas Valença Junior, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO); Sr. Dário Jorge Giolo Saadi, Prefeito de Campinas/SP e Vice-Presidente de Saúde da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), e Sr. Sebastião de Araújo Melo, Prefeito de Porto Alegre/RS e Vice-Presidente de Mobilidade Urbana da FNP, representantes da FNP. Faz uso da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização da oitiva, audiência pública, para instruir as matérias que tratam da reforma tributária conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator, Senador Eduardo Braga.

As matérias que alteram o sistema tributário nacional são: a Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019; a Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019; e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2022.

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposição e debate.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da nossa Ouvidoria, 0800 0612211.

Quero avisar a todos que fui convidado, de última hora, a substituir aqui o Relator, Senador Eduardo Braga, por questão de saúde e vou dar cumprimento aqui a esta audiência pública.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Sras. e Srs. Senadores inscritos.

A palavra aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição.

Os Srs. Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo vedado interpelar os membros da Comissão.

Então, vamos chamar aqui os convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Nélio Aguiar, Presidente da Federação da Associação dos Municípios Paraenses (Famep) e 1º Tesoureiro da Confederação Nacional de Municípios, representante do Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Só errou aqui que devia ter botado Presidente perpétuo da confederação; (*Risos.*)

Sr. Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária;

Sr. Fernando Luz Lehnen, consultor tributário e Coordenador de receitas municipais da Federação da Associação dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs);

Sr. Francelino das Chagas Valença Junior, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco);

Sr. Sebastião Melo, que fará de forma remota, Prefeito de Porto Alegre e Vice-Presidente de Mobilidade Urbana da Frente Nacional de Prefeitos, representante do Sr. Edvaldo Nogueira, Prefeito de Aracaju e Presidente da FNP; e

Sr. Dário Saadi, também remotamente, Prefeito de Campinas, São Paulo, Vice-Presidente de Saúde da Frente Nacional de Prefeitos, representante do Sr. Edvaldo Nogueira, Prefeito de Aracaju e Presidente da FNP.

Sendo assim, dou boas-vindas a todos e a todas e concedo a palavra ao Sr. Nélio Aguiar, representante da Federação das Associações dos Municípios Paraenses e 1º Tesoureiro da Confederação Nacional de Municípios, representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), para a sua exposição pelo prazo de dez minutos, prorrogáveis, se houver necessidade.

Com a palavra, V. Sa.

O SR. FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todos. Bom dia, Senador Marcelo. Bom dia, Senadores. Bom dia, senhores convidados.

Estamos aqui representando o Presidente Paulo Ziulkoski. Hoje nós estamos numa mobilização dos Prefeitos – temos quase 2 mil Prefeitos em Brasília – devido à crise que os municípios vêm passando. Ele está numa plenária lá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Eu sou Prefeito de Santarém, no Pará, Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Pará e 1º Tesoureiro da CNM, que faz parte da Diretoria Executiva.

A gente agradece o convite desta Casa, o Senado Federal. É um prazer muito grande estar participando desta audiência pública. Obrigado pela oportunidade de poder contribuir com esse tema tão importante para o nosso país, em defesa dos municípios, que é a reforma tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Confederação Nacional dos Municípios representa hoje mais de 5,2 mil municípios filiados, das mais diversas regiões e características, inclusive, contando com as capitais filiadas, e, nesse conjunto, uma população de mais de 154 milhões de habitantes. Nós trazemos a posição do movimento municipalista sobre a reforma tributária e as necessidades do conjunto dos municípios e da sociedade local em relação aos urgentes e necessários ajustes ao atual texto da PEC aprovada na Câmara dos Deputados. É com essa representatividade que viemos aqui posicionar o sentimento e o racional presente da esmagadora maioria dos municípios quanto à irrefutável garantia das premissas tomadas pelos municípios, premissas essas que aqui vou novamente trazer para que sirvam de condão para as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores na discussão.

Mudança da origem para o destino: nós a defendemos, inclusive, somos os primeiros a defender. Desde 2012, lutamos pela adoção do princípio do destino.

Preservação da autonomia dos municípios.

Paridade de representação de estados e municípios no Conselho Federativo.

Regra de transição com mecanismo de compensação de perdas, seguro-receita.

Compartilhamento de todas as receitas de impostos.

Fortalecimento dos impostos sobre o patrimônio.

A nossa confederação historicamente tem defendido uma reforma que não só modernize o sistema tributário, mas também corrija as graves distorções na partilha dos impostos entre os entes federativos. Temos atuado tanto no apoio de mudanças constitucionais, como as previstas nas PECs 45 e 110, quanto na aprovação de leis complementares que corrijam essas distorções, como foi o caso da Lei Complementar 157/2016.

O que nos remete à reforma tributária atual? Este é o momento adequado para fazermos justiça e inserirmos na Constituição que a regra matriz do novo imposto que surgirá em substituição ao ICMS e o ISS é o princípio do destino, como ocorre na maior parte do mundo. Mas é preciso ficar atento para que o conceito de destino não fique tão aberto que possa, na prática, ser desvirtuado na lei complementar.

Na decisão sobre a Lei Complementar 157, de 2016, por exemplo, o Ministro Relator Alexandre de Moraes reconheceu o princípio do destino como ideal, mas exigiu uma clara definição de quem é o tomador do serviço, o que, segundo ele, não teria sido proporcionado pela redação da Lei Complementar 157.

Outro ponto que merece destaque, no nosso ponto de vista, é a importância de não confundirmos os papeis do Conselho Federativo do IBS com o do legislador. Como já foi assinalado pelos especialistas no assunto, tudo a que a Constituição remete para lei complementar foge das competências do conselho federativo, e são muitas as questões remetidas para lei complementar. É aí, ao nosso entender, que o Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve se preocupar em atuar na elaboração de uma boa lei complementar, que não viole os princípios da reforma, como o do destino, que acabamos de tratar.

O conselho deve atuar em ações que se limitem ao processo de resoluções gerais e ações integradas entre os vários entes federados que busquem uma opção de atuação colegiada, sem a interferência, nas agendas de trabalho, nas funções e atividades e na possibilidade de definição de atribuições e exigência de qualificação dos servidores da administração tributária.

Não somos contra o aprimoramento na governança do conselho, mas achamos inapropriada qualquer tentativa de tirar dos municípios e dos estados o poder de dirimir dúvidas no plano administrativo, como já ocorre hoje, de forma individualizada, e como deve ocorrer de modo coordenado ao novo imposto.

Por isso, destaco aqui as Emendas 56 e 57, que fizemos e foram apresentadas pela Senadora Eliziane Gama.

No âmbito do conselho, uma das alterações que tenho como objetivo esclarecer é que os atos de fiscalização, lançamento, cobrança e representação administrativa e judicial serão feitos por cada ente federativo, mesmo na atuação integrada, não cabendo ao Conselho Federativo exercê-los ou interferir em ações regulares de competência das administrações tributárias dos entes.

Outra visa inserir cláusula de paridade na estrutura de paridade na estrutura de gestão do Conselho Federativo, estrutura essa que entendemos que funcionará como uma instância executiva e de discussão técnica das deliberações que serão levadas ao Conselho Federativo.

Ainda outra proposta pretende esclarecer que a distribuição da arrecadação do IBS feita pelo Conselho Federativo será imediata e automática.

Por último, alteração exclui o Distrito Federal do conjunto de municípios, para atendimento da regra de alternância da Presidência do Conselho Federativo.

No âmbito da cota-parte, esse é um ponto, Srs. Senadores, que sempre constou nas prioridades da CNM e que foi modificado pela emenda aglutinativa apresentada logo após a votação, no primeiro turno, da PEC, durante a madrugada.

Defendemos um modelo segundo o qual 60% da cota seria repartida proporcionalmente à população, 5% em partes iguais e 35% conforme lei estadual. Essa parcela, que seria distribuída conforme lei estadual, permitiria a promoção de políticas públicas, respeitando a realidade e a diversidade local, como incentivos a investimentos em infraestrutura e produção.

Pelo critério defendido pela CNM, ganham não apenas cidades pequenas, mas também cidades grandes e pobres. As estimativas, com base nos estudos do Ipea, apontam que apenas 108 municípios do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país teriam potencial de perda com aprovação do texto atual. Como há a transição e o seguro-receita, também defendidos pela CNM, ninguém perde.

No entanto, a redação aprovada pela Câmara Federal tira essa margem de promoção de políticas públicas regionais e aumenta o percentual proporcional à população, beneficiando grandes municípios.

Os critérios aprovados na Câmara foram 85% proporcionais à população, 5% em partes iguais e 10% com base em indicadores da melhoria nos resultados de aprendizagem. Diante deste cenário, um número maior de municípios passa à condição de potenciais perdedores, e quem mais vai perder são os pequenos municípios, Srs. Senadores.

O critério da população favorece as capitais, favorece as grandes cidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA – ... e elas têm outros meios de arrecadação, aumentando esse percentual de população de 60 a 85%. Vai ser uma grande perda, principalmente para a grande maioria dos municípios do Brasil, que são os pequenos municípios.

Vou solicitar mais um pouquinho de tempo para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) **–** Fique à vontade.

O SR. FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA – No âmbito do compartilhamento de impostos, contribuições e fundos criados, é importante ainda destacar que temos a experiência nos últimos 35 anos e que queremos evitar nesta reforma tributária, impedir a criação de tributos que não sejam partilhados com os municípios.

O aprendizado que temos no modelo tributário trazido pela Constituição de 1988 é que a União se utilizou de ampliar a tributação sobre as contribuições sem partilhar com os municípios, porém, quando a intenção era gerar subsídios e benefícios fiscais, se serviu daqueles tributos partilhados, como o Fundo de Participação dos Municípios, dividindo a conta das reduções e isenções tributárias com os municípios. Essas experiências nós, gestores locais, queremos evitar.

A divisão dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional em 25% para os municípios na proposta: a partilha, com os municípios, de contribuições a serem criadas pelos estados, e não o que vem acontecendo, em que cada contribuição que é criada fica 100% com a União, e não se partilha nada com os municípios.

A supressão de alteração do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: esse texto prevê que os estados não podem destinar parte de sua receita do IBS para o Fundo de Combate à Pobreza, como ocorre hoje com o ICMS, e que essa parcela de receita não entraria no cálculo da cota-parte dos 25%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dispositivo é um absurdo. Todos sabem, hoje em dia, que esse fundo é mero instrumento para tirar receita dos municípios. Ele faz falta para os municípios combaterem as desigualdades locais e a pobreza, que o poder local tem que enfrentar diariamente.

Não ter perdas...

Outro ponto que precisamos destacar aqui é quanto à transição e ao seguro-receita, dentro da premissa inegociável de que nenhum município tenha queda de arrecadação com a reforma. Haverá ainda um longo período de transição.

Sabemos que o Senado está avaliando de quanto tempo será esse período, mas isso é extremamente importante para a plena e integral aplicação do princípio de destino, tudo para preservar o equilíbrio financeiro dos potenciais perdedores.

Ainda na Câmara, apresentamos nossa proposta de um seguro-receita, constituído com 3% da arrecadação do IBS e destinado e repor perda dos municípios mais afetados pelas mudanças, e isso é muito importante que permaneça no texto.

Outros pontos.

Preocupa-nos o universo de privilégio para setores que o texto aprovado na Câmara trouxe e os impactos disso.

Olha, esses benefícios têm efeitos colaterais para uma proposta que diz que preservará a neutralidade. Há setores, pelo texto da PEC aprovada, em que os municípios terão que aplicar alíquotas 60% menores.

Outro ponto, Senadores, é a proposta de progressividade do ITBI. A PEC traz a progressividade para o ITCD dos estados, irmão do nosso ITBI, temos a progressividade no Imposto de Renda, no ITR, mas agora, quando os municípios tentam implementar no ITBI, não há mérito na proposta? É inaceitável que não seja integrada ao texto essa proposição que é justa em equilíbrio com os seus similares. Nada inovador, apenas a construção de uma equidade entre os tributos de mesma natureza.

Por fim, defendemos um modelo justo, que não retire as competências municipais, que não esquarteje a disposição tributária dos municípios, e precisamos que o Senado mostre essa disposição em atender às premissas municipalistas, incluindo as nossas emendas. Então, de fato, mostrarão que não desejam tornar os municípios ainda mais dependentes, ainda mais submissos às correntes que impõem somente aumento de atribuições, obrigações e responsabilidades.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade. A nossa esperança, dos municípios brasileiros nesta Casa, a confiança no Senado Federal é para que daqui saia realmente uma reforma tributária que proteja os municípios, que fortaleça os municípios. Somos nós que estamos lá na ponta. Que não seja inviabilizado o nosso dia a dia em poder cuidar das cidades, em poder cuidar das pessoas. É muito importante e temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperança, essa confiança no Senado Federal, que vai olhar com muita atenção pelas nossas emendas e pelas nossas reivindicações dos municípios do Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Sa.

Eu posso lhe antecipar que o Senado, por ser a Casa da Federação vai... Vai não, está debruçado sobre todos esses aspectos e vamos procurar fazer o melhor possível para o fortalecimento dos nossos municípios.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Octávio Orair, Diretor de Programa da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, para a sua exposição, por dez minutos.

Com a palavra V. Sa.

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR (Para expor.) – Bom dia.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Presidente, cumprimentar os demais presentes e os colegas aqui da mesa.

Eu confesso que é um motivo de grande honra para mim. Eu sou pesquisador do Ipea, estou agora no ministério, temporariamente no Ministério da Fazenda, dando suporte para a reforma tributária, e é motivo de grande orgulho, porque é realmente fazer parte de um processo, de um momento histórico. Eu não tenho dúvida de que é a mais ampla reforma tributária em períodos democráticos a que gente está aqui implementando e de que ela limpa a arena para um conjunto de outras reformas transformadoras, tanto no sentido de eficiência como também de equidade do nosso sistema federativo. Então, é um momento em que me orgulha muito estar aqui presente.

Não é a primeira vez que se tenta, e várias vezes sempre houve aquelas tradicionais resistências federativas dos estados produtores, o fato de municípios muitas vezes serem relegados ao segundo plano, o temor de centralização. Mas eu acho que a gente agora tem um cenário muito otimista, seja porque o desenho está adequado, seja porque nós estamos prevendo aqui um modelo extremamente inovador e flexível da perspectiva federativa.

Não se está inventando a roda. É o modelo mais consagrado internacionalmente; é a instituição de um IVA moderno, base ampla, princípio do destino, poucas exceções e pleno aproveitamento de crédito. E a gente vê as outras experiências internacionais, com países realizando as suas reformas e colhendo os frutos desse êxito.

Só para dar um exemplo, recentemente eu estudei o caso da China. A China queria retomar o crescimento, reordenar os seus *drives* de crescimento e ela tinha um sistema com alguma semelhança com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o nosso, em que se tinha um IVA não cumulativo para a indústria, serviços com tributo cumulativo. Eles fizeram essa reforma de fusão, acabando a separação artificial entre bens e serviços, e hoje ela colhe os frutos, extremamente bem avaliada.

A Índia tinha também um sistema caótico, em que cada província tinha o seu tributo. Ela também fez essa reforma, unificou no território nacional e hoje ela está colhendo os frutos em termos de crescimento, em termos de produtividade.

Agora, as experiências internacionais eu acho que servem para guiar, mas a gente tem que ter em conta que a nossa Federação é diferente. E, quando a gente olha as soluções a que as federações foram, normalmente foram mais centralizadoras, seja a Índia, seja a Austrália, seja o Canadá.

E aqui é importante um aspecto inovador dessa proposta: nenhum lugar do mundo prevê um IVA moderno na esfera municipal. O que está se propondo para o Brasil é o sistema mais flexível do mundo. A concepção é de um IVA dual, CBS federal, IBS subnacional, gerido conjuntamente por estados e municípios, em paridade de condições e representações junto a esse Conselho Federativo. Esse é o modelo mais flexível ao redor do mundo. Não tem qualquer paralelo, é uma inovação.

Quando a gente conversa com os organismos multilaterais, é impressionante como eles ficam interessados e falam: "Como é que vocês estão, como é que vocês viabilizaram?". Isso tem a ver com os avanços tecnológicos, tem a ver com aqueles que conceberam esse processo, depois de muito debate, nos últimos cinco anos. E aí eu cumprimento também a classe política, que tornou uma proposta que era tecnicamente bem desenhada em politicamente factível, pelo trabalho não só na Câmara, conduzido com maestria pelo Deputado Aguinaldo, mas também aqui no Senado. A solução de IVA dual vem da PEC 110 – aqui está o incansável Deputado Hauly –, em que foi acomodada essa flexibilização que ajuda você vencer muitas dessas resistências.

Aquilo a que a gente tem que chamar a atenção: da perspectiva o que está se propondo? A ideia de um IVA que seja federal e um IVA subnacional, estados e municípios, no qual os municípios terão a sua alíquota própria, administrada por legislação própria e uma base de incidência ampla sobre todos os bens e serviços consumidos nesse território.

Para dizer é mais autonomia ou menos autonomia, a gente tem que entender como é hoje.

Aí eu queria só pedir para passar, por favor. Pode passar mais uma? Eu queria só mostrar um número que me choca muito – mais uma, por favor –, que é esse aqui.

Como que é hoje no Brasil? Nós temos basicamente um pequeno punhado de municípios – 61 municípios – que ficam com quase metade da arrecadação do ISS, e você tem mais de 3 mil municípios que não arrecadam sequer R$100 por habitante. O Brasil é um país díspar, mas isso é explicado por disparidade econômica? Não. Isso é explicado principalmente pelas regras do nosso sistema tributário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o nosso sistema tributário fez? Primeiro, ele fragmentou a base. Ele disse: "Estados, vocês tributam bens e alguns serviços – telecomunicações e transporte interestadual. Municípios, vocês tributam a lista de serviços aqui". E aí já criou uma primeira oposição em que estado fica brigando com municípios, se o *software* é mercadoria, se o software é... Cria-se uma primeira dimensão de briga, de competitividade entre os entes. Segundo, princípio da origem. Parte da arrecadação dos estados fica na origem, parte fica no destino, e isso gera um incentivo para uma guerra fiscal absolutamente predatória, em que eu, vizinho, tenho incentivo a atrair a empresa do meu vizinho para me apropriar da renda da arrecadação sobre o consumo de bens e serviços desse meu vizinho. Então, estados brigam entre si, municípios brigam entre si também na guerra fiscal do ISS, e o resultado é essa hiperconcentração.

Na prática, o que a gente tem nesse modelo brasileiro hoje? Hoje o cidadão de baixa renda do norte de Minas, do interior do Piauí compra um automóvel, faz uma operação financeira de financiamento e paga ISS para uma praça financeira de um município rico ou daqueles vizinhos desse município rico que fazem guerra fiscal do ISS. O pobre está financiando as políticas públicas do município rico.

Pode passar o próximo, por favor.

Mais um.

Nesse aqui, eu não sei se dá para enxergar, mas são as paridades, porque aí a gente tem uma segunda questão que agrava ainda mais esse modelo: o mesmo problema acontece entre os estados. Então, quando o cidadão do norte de Minas, do interior do Piauí compra um computador na internet ou compra uma cadeira na internet, parte dessa arrecadação fica no estado de origem, 25% dessa arrecadação do ICMS é repartida, principalmente, para os municípios mais ricos do estado de origem, e o que fica no seu estado de destino também é repartido, principalmente, entre os municípios mais ricos desse estado, porque o nosso critério de partilha da cota-parte do ICMS privilegia a origem e o critério de valor adicionado fiscal. O resultado é uma enorme disparidade de receitas disponíveis nos municípios brasileiros. Assim, é uma coisa que me escandaliza você ter lugares em que você tem R$17 mil *per capita* disponíveis para prestação de serviços públicos de educação e saúde e, em outros, você ter R$100, como é o caso do Município de Madeiro, no Piauí. Não é possível pensar em coesão social com esse tamanho de desequilíbrios. Então, existem desequilíbrios sociais? Existem, mas há desequilíbrios federativos enormes.

A reforma reduziria muito essa disparidade – depois eu explico os dois mecanismos –, mas, por trás disso, a gente está falando de, pelo menos, quatro princípios que são absolutamente revolucionários e que eu reputo aqui. No primeiro, eu migraria desse sistema competitivo entre estados que competem com a União e entre si – estados entre si, municípios entre si –, que tem a ver com a questão da origem, para um modelo cooperativo, em que estados e municípios reunidos vão administrar a mesma base. É uma solução absolutamente inovadora: para o contribuinte, é como se fosse um imposto só; para os orçamentos, ele vai se desdobrar entre a CBS federal, uma parcela do IBS subnacional estadual e uma parcela do municipal. Isso traz também uma ampliação da base tributável da grande maioria dos municípios. A grande maioria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por quê? Porque a base de consumo é muito mais descentralizada do que a base de serviço na origem. Isso também traz ampliação de autonomia orçamentária.

E tem também uma terceira dimensão que eu acho que também é revolucionária, que tem a ver com a questão da transparência fiscal e da responsabilização por parte do cidadão comum, do contribuinte. Hoje nós temos um sistema completamente invisível: ninguém sabe o que está pagando, nem para quem está pagando e muito menos para onde está pagando. Em um IVA moderno, sem cumulatividade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO OCTÁVIO ORAIR – ... a alíquota de saída é aquela que de fato incide sobre o bem e serviço. O cidadão vai comprar um computador de R$1 mil e vai recolher R$250 de imposto. Ele sabe que R$150 vão para o seu estado; R$80, para a União; e R$20, para o seu município. Quer dizer o seguinte: ele vai recolher no destino para a prefeitura na qual ele vota, para o governo do estado no qual ele vota e para o governo da Presidência da República no qual ele vota, que também lhe deve prestar conta. E, mais do que isso, ele também elege os Poderes Legislativos responsáveis por fiscalizar. Isso é uma revolução enorme também, em termos de transparência e de responsabilização fiscal.

E, por fim, tem uma quarta revolução, que é o fato de que esse movimento, por si só, não é só de transparência, mas também de equalização de desequilíbrios na Federação. A pressão por serviços públicos está onde o cidadão reside e onde ele consome. É ali que está a filha dele pressionando os serviços públicos escolares, é ali que está a mãe dele indo no posto de saúde. Trazer da origem para o destino e para critérios populacionais significa equalizar a disparidade entre receitas e necessidades de despesa.

Bom, dado esse ponto todo...

Pode passar o próximo.

O que a reforma faz? Ela tem dois principais caminhos que ajudam a redistribuir essas desigualdades, minorar essas desigualdades na Federação. Primeiro, eu amplio a base de incidência do imposto municipal, que passa a incidir sobre todo consumo de bens e serviços no território. Segundo, eu modifico o critério de partilha do imposto estadual, que passa a priorizar a cota-parte do IBS estadual, que hoje é a cota-parte do ICMS. Hoje prioriza um critério de origem e passará a priorizar um critério municipal.

Pode passar o próximo.

Isso aqui só falando dos estudos no Ipea. Essa reforma de Estado... Eu comecei a trabalhar esse estudo em 2018, 2019. Estava na IFI, aqui no Senado Federal; depois, no Ipea; agora, eu estou no Governo, mas já estava trabalhando isso há muito tempo e sempre aprimorando. Quando a gente faz a simulação dessa mudança da origem para o destino, a gente chega à conclusão de que 82% dos municípios tendem a ganhar, porque concentram a maioria da população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A oposição não é entre municípios grandes e pequenos; é entre ricos e pobres. Então, municípios grandes e pobres ganham, a maioria das capitais ganha, quase todos aqueles municípios vulneráveis do chamado g100 ganham, mas isso é estático: caso não houvesse crescimento econômico e caso não houvesse regra de transição.

Pode passar o próximo, por favor.

Na prática, esses efeitos vão ser muito diluídos ao longo do tempo. Então, a ideia é que essa transição ocorra ao longo de 50 anos. No início, continuará sendo a partilha atual e a apropriação de receitas atual. O critério do destino vai sendo introduzido muito devagarzinho. E, além disso, você tem o chamado seguro-receita, que evita aqueles orçamentos se desorganizarem demais; daqueles orçamentos que receberiam grandes choques, segura um pouco a queda deles.

E, por fim, o efeito de crescimento econômico. Eu estive debatendo textos da OCDE. Há um consenso, entre os organismos multilaterais e os principais economistas, de que essa é uma reforma capaz de potencializar a capacidade de crescimento econômico da economia brasileira. E aí a grande questão que fica para o Prefeito é: o que você prefere de uma *pizza*, duas fatias de uma *pizza* brotinho ou uma fatia de uma *pizza* média, de uma *pizza* grande ou de uma *pizza* gigante?

Então, a gente tem que incorporar esses cenários de crescimento econômico para avaliar o número de municípios que podem sair prejudicados ou não.

Aí pode passar o próximo, por favor.

Quando a gente incorpora, portanto, a regra de transição e o efeito do crescimento econômico, dependendo das estimativas – são modelos fundamentados, referenciados na literatura –, você pode ter, mesmo num cenário dos mais conservadores, cerca de 90% dos municípios tendendo a ganhar com o efeito da reforma, seja para mudança para o destino, seja pelo efeito do crescimento. Então, o crescimento econômico mitiga essas potenciais perdas de outros...

Aí, mais uma, que vai ser a minha penúltima.

Só para dar um exemplo aqui de municípios que têm potencial de ganhar mais, para tirar essa coisa... Não são pequenos, necessariamente, então nós estamos falando de municípios como São Gonçalo, quase 900 mil habitantes; municípios como Ribeirão das Neves; municípios como Águas Lindas de Goiás e Valparaíso, nossos vizinhos aqui de Brasília. São municípios vulneráveis, frágeis e que hoje são prejudicados porque concentram consumo e população, e não empreendimentos que fazem com que a arrecadação seja tão concentrada no Brasil.

Pode passar o próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, acho que a gente tem vários problemas sociais. A reforma contribui, vai na direção... O grande objetivo é crescimento econômico, mas ela tem efeitos redistributivos que são absolutamente virtuosos – e é claro que tem coisas que podem ser melhoradas, etc., mas, do ponto de vista redistributivo federativo, são claramente virtuosos.

E, aí, só para passar mais uma... Aqui eu quero deixar só as referências, principalmente para as equipes, as assessorias dos Senadores.

Esse primeiro texto é o texto que eu fiz lá em 2019 com o meu grande coautor, o Sérgio Gobetti. Sempre estivemos neste debate, há muito tempo já, porque estudamos sobre finanças municipais. Depois, as duas vezes que a gente atualizou as notas, a primeira já incorporando coisas da Câmara. Então, essas são as versões mais atualizadas.

E deixo também o *link*, porque o Ministério da Fazenda colocou lá um portal que tem uma série de estudos com o grande objetivo aqui de a gente qualificar o debate público.

Agradeço a oportunidade mais uma vez e me sinto honrado de estar, neste momento histórico aqui, podendo contribuir para os debates desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Sa. Aproveito para parabenizá-lo pela profundidade e clareza da exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Luz Lehnen, Consultor Tributário Coordenador de Receitas Municipais da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), para sua exposição por dez minutos.

O SR. FERNANDO LUZ LEHNEN (Para expor.) – Senador Marcelo Castro, a quem cumprimento aqui, quis o destino lhe dar essa missão de presidir esta sessão tão importante diante de tudo que se está trazendo aqui e do que pretendo relatar ao senhor. E lhe peço a máxima atenção, porque o que a gente traz é realmente grave.

Senador Hamilton Mourão, do nosso querido Rio Grande do Sul, é uma honra estar aqui e quero dizer que estou abrilhantado pela sua assessoria, tão bem recebido por ela.

Dr. Eudes, representante da CNM, gostaria de cumprimentá-lo também nesta sessão.

Cumprimento o Deputado Federal Hauly, que está, há muito tempo, nessa luta pela realização da reforma tributária tão importante para o nosso país, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados aqui também presentes.

Senhoras e senhores, a Famurs, preocupada com a questão da vinda, do surgimento da reforma tributária, reuniu-se com a finalidade de verificar os pontos mais importantes. Não somos contra a reforma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária, mas somos a favor de uma reforma tributária viável. E, diante do texto da reforma tributária, dois pontos nos chamaram a atenção. São esses dois pontos que eu quero destacar para o senhor.

Permita-me discordar um pouquinho do Dr. Orair em relação à questão redistributiva dos estados, redistributiva do imposto. É importante redistribuir o imposto? É, mas é importante redistribuir o imposto de uma forma que seja viável; e não empobrecer quem conseguiu atingir a vitória.

Hoje nós temos talvez um VAF distorcido, como muitos gostam de pregar, em relação a municípios que têm muita industrialização ou em relação a municípios que são sede de barragens, como a gente ouviu falar – e, gratificantemente, me aproximei à associação dos municípios no dia de hoje, municípios de sedes de barragens.

O que acontece com a questão redistributiva do texto – como está hoje a PEC aqui no Senado, alterado na undécima hora dentro da Câmara dos Deputados, alteração que aconteceu na emenda aglutinativa? A cota-parte dos municípios lá dentro do IBS foi alterada para ter a regra de distribuição de 85% baseada na população. Essa alteração está causando distorções, a partir de elementos em que fizemos comparativos: pegamos os dados do ICMS do ano passado e utilizamos os critérios definidos pela emenda à Constituição.

Para o senhor ter uma ideia, Senador – e infelizmente eu não preparei os dados do Piauí, mas deixei preparados os dados do Amapá e do Amazonas, o Presidente desta Comissão e o Presidente da questão da reforma –, no Amapá, se mantido o critério de distribuição de 85%, pegando por base o ICMS do ano passado, há um município que vai perder, na cota-parte, R$23,5 milhões e um município que irá ganhar R$32,2 milhões. Se adotada a proposta da CNM de 60% da população, nós teremos um município que perde R$16,7 milhões e um município que ganha R$ 20,8 milhões. Entretanto, se adotarmos uma proposta de 25% – o critério populacional, adotando os critérios de distribuição hoje existentes, mas não é essa a questão –, nós teremos um município que perde R$7,3 milhões e outro que ganha R$4,7 milhões. Nós estaremos redistribuindo os recursos? Estaremos, mas de uma forma muito mais equilibrada do que os 85%.

No Amazonas, por exemplo, nós temos um município que perde R$332,7 milhões – os senhores imaginem o que é este impacto! – e um município que ganha R$31,4 milhões. Nós estamos falando numa diferença em torno de R$400 milhões, de mexida nas contas públicas desse município.

O Sr. Orair colocou que isso vai se dar ao longo do tempo, amortecido pela questão do seguro, etc., mas é a transformação que nós estamos fazendo ao longo do tempo para esses municípios entenderem como eles vão administrar de uma maneira mais pobre os seus municípios. Então, é grave o que se aproxima, se não mexermos nesse ponto da reforma.

Nós estamos aqui como Famurs, mas tivemos o trabalho conjunto com a Assomasul, Mato Grosso do Sul, e entendemos, Sr. Senador Marcelo Castro, que é necessário deixar um espaço para que cada estado, de acordo com a sua realidade estadual, defina o critério de distribuição da sua cota-parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí que nós propusemos – o Senador Nelsinho Trad estará propondo a nossa proposta de emenda – no sentido de serem distribuídos 25% pelo critério populacional, 60% definidos em lei estadual, 10% da educação e 5% distribuídos de forma igualitária. Esses 60%, no critério de legislação estadual, permitirão, Senador, que os estados olhem para as suas realidades regionais e façam uma distribuição que seja equilibrada aos seus municípios. E é esse o nosso pleito em relação à questão da distribuição da cota-parte do IBS. Mas não é só, Senador. É importante que este Senado esteja atento às armadilhas que estão sendo preparadas.

Nós sabemos que já tramita no Senado uma proposta para que se altere a cota-parte, tendo em vista que o imposto passa a ser único, dividido entre estados e municípios, eliminando-se a cota-parte e absorvendo-a no percentual dos municípios. O estado não teria mais a obrigação de dividir nada, porque já estaria absorvido esse percentual da cota-parte no percentual que pertenceria aos municípios.

Ocorre, Senador, que nós temos um imposto que está sendo criado para ser devido no destino da operação. E aí eu questiono aos senhores: como ficam os municípios de produção primária, em que pouco é destinada a operação a esses municípios?

Pegamos um exemplo num município de Mato Grosso ou pegamos um exemplo num município de Rio Grande do Sul mesmo, um município em que o mercado de consumo é pequeno e que fique próximo de uma cidade em que o mercado de consumo é maior. A população desse município, quando tem necessidade de adquirir um bem, normalmente se desloca ao município que tem o comércio maior. Esse imposto do munícipe lá do município de produção primária estará deslocado para o município maior, e o município de produção primária restará atingido sem ter o imposto de destino da operação tão propagado aqui. Então, é um perigo nós trazermos para dentro da divisão, eliminar a cota-parte e dificultar a distribuição dela de acordo com cada realidade regional.

Eu tive a oportunidade de conversar com o Secretário Bernard Appy, e ele me colocou uma questão bastante interessante: o critério da distribuição populacional é o mais justo, porque o imposto tem que ser dirigido às populações. As populações é que tem que ser merecedoras de receber esses valores. Ele não é o mais justo, ele é um dos critérios justos. E eu explico: como fica o preço de uma ponte – a mesma ponte que eu tenho que fazer num município de dois mil habitantes – e como fica o preço dessa ponte que eu tenho que fazer num município...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO LUZ LEHNEN – Permita-me alongar.

Como fica o preço...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fique à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO LUZ LEHNEN – Obrigado.

Como fica o preço dessa ponte no município de maior população? O preço da ponte é o mesmo, só que o imposto, na forma como está sendo propagado hoje na proposta, é dividido pela população. O município que tem a concentração de população terá facilidade de fazer a ponte. Agora, o município que não tem população terá muita dificuldade de fazer a ponte. E aí eu provo que o critério população não pode ser o único critério de distribuição da cota-parte.

Mais do que isso, Senador, muitos municípios, ao longo dos anos – e o meu estado tem essa característica –, organizaram as suas matrizes econômicas baseadas no critério do VAF e se permitiram, olhando as regras constitucionais existentes, organizar economicamente e incentivar cadeias produtivas que homenageassem o VAF como retorno.

Eu cito aqui os municípios integrados, que é como a gente chama lá, que são os municípios criadores de frango e de porcos. Os municípios perceberam que os frangos e porcos davam um critério de valor adicionado significativo, passaram a desenvolver, seus produtores rurais, pocilgas e aviários e se tornaram uma importante cadeia produtiva aos frigoríficos do Rio Grande Sul, municípios pequenos que desenvolveram sua cadeia produtiva com base apenas nessa situação e que hoje se veem ameaçados de perder todo o critério de base econômica que construíram.

Então, esses são os riscos que eu queria trazer ao senhor, porque está sendo eliminado o VAF, está sendo eliminado o critério de distribuição da cota-parte em relação a critérios de produção, se inserindo o critério de distribuição de cota-parte a partir da população. E esses municípios, no mais das vezes, são municípios de pequena população. Então, eles saem de uma relação de ganhos que tinham porque organizaram suas matrizes econômicas para perdas significativas, porque o critério ficou distribuído por população. O senhor imagine...

E isso não acontece apenas com municípios primários, Senador. Nós temos o Município de Garibaldi, em que, se o senhor não conheceu, eu lhe convido a conhecer, as melhores espumantes do Brasil estão lá. (*Pausa.*)

Pernambuco também tem espumantes maravilhosas, mas certamente é o pessoal de Garibaldi que está produzindo lá. (*Risos.*)

Brincadeira à parte, o Município de Garibaldi, Senador, é um município industrializado. Fica ao lado de Carlos Barbosa, que é outro município industrializado. Ele tem uma população média interessante, em torno de 30 mil habitantes, mais ou menos, mas tem um VAF acelerado devido à capacidade produtiva. Carlos Barbosa é sede da Tramontina. A Tramontina nasceu em Carlos Barbosa.

Se adotado o critério de 85%, dos 50 milhões hoje, que são o retorno de ICMS do Município de Garibaldi, Garibaldi perde R$30 milhões no orçamento. O Prefeito olhou para isso e disse assim: "Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como fica Santa Tereza [esse município que foi atingido agora nas enchentes], como fica Coronel Pilar?". Quando ele olhou para os números de Coronel Pilar e Santa Tereza, ele disse: "Nós nos ferramos mais ainda". Por quê? Porque Coronel Pilar e Santa Tereza vão ter que definir quem vai apagar a luz, voltará a ser Município de Garibaldi, e voltará apenas com custo para Garibaldi, porque a população é uma população pequena que não representa consumo.

Então, esse critério, Senador, eu trago aqui. Peço especial atenção da Comissão para esse critério distributivo dos 85%. Essa é uma das propostas.

A outra, para que eu quero chamar a atenção da Comissão – e aí eu procurarei ser muito breve para não tomar mais tempo –, é a questão do IPI. Nós estamos com o IPI sendo absorvido pela CBS, está no texto da PEC. O valor da CBS será calculado de maneira a absorver hoje o que é arrecadado de IPI e o que é arrecadado de PIS e de Cofins. Isso está se transformando numa contribuição sobre bens e serviços. No momento em que ele passa a ser contribuição sobre bens e serviços, a União não tem mais obrigação de repartir a receita do IPI no FPM. Então, a União cria o chamado Imposto Seletivo como forma de compensar as perdas do IPI. Ocorre que o Imposto Seletivo é um imposto não tão simples de ser criado, Senador. Se nós olharmos para o cigarro, é absolutamente viável a gente impor o Imposto Seletivo à sociedade; a sociedade absorverá o Imposto Seletivo olhando para o cigarro. Se nós olharmos para o álcool, nós já temos o espumante e o vinho gritando: "Aqui, não!". Ou as cachaçarias especializadas também já gritando: "Aqui, não!".

Então, é dúbio se nós temos uma tranquilidade de imposição do Imposto Seletivo à sociedade. Mas eu vou além. Se o Imposto Seletivo vai incidir sobre produtos nocivos ou prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nós teremos imposto seletivo sobre a graxa que é utilizada para colocar nas máquinas? Nós teremos Imposto Seletivo sobre a cola para passar no sapato, que é prejudicial, é nociva à saúde? Nós talvez tenhamos Imposto Seletivo sobre o plástico, que também é prejudicial ao meio ambiente. Aí nós vemos que a base do Imposto Seletivo se torna de difícil construção em uma lei complementar, junto ao Congresso, devido às forças que operarão no sentido de esse imposto não ser criado.

Não criado o Imposto Seletivo, nós não temos compensação das perdas do IPI no FPM, IPI esse que deixa de existir já em 2027. Não criado o Imposto Seletivo, nós não temos a compensação das perdas do IPI no FPM. Mais do que isso: aí há um dispositivo constitucional que diz que, caso o Imposto Seletivo não seja o suficiente para compensar as perdas, a União compensará estados e municípios de acordo com uma lei complementar. E aqui eu quero chamar atenção que essa lei complementar se torna um risco de ser a nova Lei Kandir, a Lei Kandir série dois.

Então, nós estamos propondo, como uma segunda emenda, através do Senador Nelsinho Trad, junto com a Assomasul, a ideia de que seja inserido um §3º dentro do artigo que trata da compensação dessa lei complementar, dizendo o seguinte: não criado o Imposto Seletivo, sendo ele insuficiente, não criada a legislação complementar ou sendo ela insuficiente, que a União retire da CBS, dos valores da CBS os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores necessários a compensar as perdas do FPM. Afinal de contas, as perdas do FPM estarão lá dentro da CBS quando a União transformar o IPI, junto com PIS e Cofins, em contribuição.

Essas são as considerações, Senador Marcelo Castro. Eu lhe agradeço muito a atenção, a atenção dos Srs. Senadores, do Senador Mourão. Enfim, eu agradeço muito a oportunidade. A Famurs está muito feliz por ter sido aceita nesta Comissão e ter podido trazer o recado com clareza para que tenha uma atenção em relação a essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição valiosa de V. Sa.

Eu lhe faço uma pergunta: essas emendas que o Senador Nelsinho Trad está apresentando contemplam o desejo do município?

O SR. FERNANDO LUZ LEHNEN – Esses dois assuntos, contempla os dois assuntos, são duas emendas. Uma trata especificamente de reduzir os 85% para 25% e abrir 60% para definição em legislação estadual, mantendo os 10% e os 5% de distribuição da cota-parte, e a outra contempla exatamente a inserção do §3º nesse artigo de compensação das perdas do IPI.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Certamente, V. Sas. fizeram a justificativa da emenda, esclarecendo tudo isso que V. Sa. falou hoje aqui.

O SR. FERNANDO LUZ LEHNEN – Está completa e, inclusive, trazendo números dos Estados de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul.

Rio Grande do Sul, Senador, não cheguei a trazer os números, mas o Rio Grande do Sul, nos 85%, aplicada a regra da emenda constitucional, considerando o ICMS do ano passado, Porto Alegre ganha R$440 milhões, e Canoas perde R$326 milhões – aplicadas as regras que estão ali consideradas.

Então, não queremos que Porto Alegre tenha perdas, mas também precisamos manter um equilíbrio, de maneira a manter os municípios equilibrados e vivos e, talvez, com uma ideia de enriquecer todos, e não empobrecer alguns para enriquecer outros.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

Agradecendo a V. Sa., passamos a palavra agora ao Sr. Francelino das Chagas Valença Junior, Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), para a sua exposição também por dez minutos.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR (Para expor.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro, do Piauí. É uma honra estar aqui presente nesta audiência com o senhor presidindo a audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo os demais colegas de mesa, especialmente o nosso querido Orair, que participou conosco no trabalho da Reforma Tributária Solidária desde o início, os demais Senadores que estão aqui presentes e *online*. Não poderia deixar de saudar o nosso Deputado Hauly, que está conosco defendendo a reforma tributária há muitos anos – é um baluarte nessa defesa há décadas, e o destino o colocou, neste momento ímpar da história, novamente no Parlamento –, e os colegas da Fenafisco, os colegas do Pacto de Brasília, que estão aqui presentes, enfim, todos que estão assistindo.

Pode passar, por favor.

Eu vou fazer uma abordagem um pouco diferente da reforma tributária. Mas, antes, só queria registrar uma coisa muito importante para a gente – a gente está no Senado Federal –: que a esperança não termine em termos uma reforma tributária que modifique essa estrutura perversa que nós temos, da regressividade – pode passar, por favor –, e que possamos finalmente combater um pouco essa triste realidade que assola o nosso país e que faz parte, infelizmente, da maior parcela da população. É essa a realidade gritante que salta aos olhos e que, às vezes, nós fazemos de conta que não existe.

Mas – pode passar – iremos fazer uma abordagem um pouco mais jurídica, já que estamos na CCJ.

Então, a gente uma reforma tributária pensada, discutida muito com um viés econômico, um viés financeiro, mas alguns aspectos nos chamam a atenção, que são o viés jurídico e constitucional. A reforma tributária, por exemplo, da forma que está, cria um conselho federativo, uma entidade nova, de regime especial, com independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, que poderá fazer quase tudo. E, nos debates, o que está se colocando é que não haveria e não teria como se fazer uma reforma tributária sem essa nova entidade, que, na nossa ótica, retira muito o poder dos entes tributantes.

E nos debruçamos um pouco sobre a Europa, que tem o IVA – o IVA. O único, entre os países. E qual é a descoberta? Não existe conselho federativo na Europa. E funciona. Lá tem a França, Itália, Alemanha, a Espanha... Há compensações, mas não há um ente que suprime o poder dos entes federados. É uma coisa bem interessante isso aí.

Então, se funciona na Europa, com países que detêm o seu pátrio poder, por que não poderia funcionar no Brasil sem essa, digamos assim, inovação? E, para ser mais sincero, não prevista pelos Constituintes.

Pode passar, por favor.

Esse Conselho Federativo, como está colocado, de forma paritária, também nos chama atenção, já que o viés é muito econômico e foi dada e está sendo dada essa pegada, digamos assim. Os estados e municípios, com todo respeito aos municípios, não têm a mesma arrecadação. A arrecadação dos estados, do ICMS, é em torno de 700 bilhões; a dos municípios é em torno de 100 bilhões. Se a gente colocar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cota-parte, sobe um pouco mais, mas o poder decisório é o mesmo entre estados e municípios, mesmo que a arrecadação dos tributos seja distinta, seja diferente.

Faço uma pergunta, já que o viés é econômico: alguma grande corporação se juntaria com outra, abrindo mão do seu poder, se o poder econômico dela fosse distinto ou a arrecadação dela ou o lucro? Alguma faria isso? De certo que não, mas estamos fazendo. Então, isso não soa muito razoável, não só nos aspectos federativos, mas no aspecto financeiro e econômico.

Esse conselho também, chamo a atenção, vai coordenar a atuação integrada entre os estados, o DF, os municípios, a fiscalização, o lançamento. Isso quer dizer que nenhum estado, nenhum município poderá iniciar qualquer fiscalização sobre qualquer empresa ou qualquer operação, desde que não seja autorizado pelo Conselho Federativo. Isso parece razoável? Será que não está sendo usurpado retirar todas as competências administrativas dos estados e municípios? Deveria ser assim, tudo centralizado em Brasília? Um conselho?

Por favor.

Além do mais, na representação dos estados e dos municípios, são 27 representantes dos municípios. Temos mais de 5 mil municípios, mais de 5 mil reduzidos a 27. Esses 27 é que irão dizer como vai funcionar. Há democracia, República democrática dessa maneira? Vinte e sete vão poder decidir sobre todos os demais?

Avancemos.

Um detalhe interessante: Casa da República, Senado da República, Casa da Federação. Se três estados, por exemplo, São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, se unirem, nada vai passar nesse Conselho Federativo, porque tem um critério populacional – 60%, tem que ser aprovado pelo menos por 60%. Isso quer dizer que nós estamos, talvez, voltando à República do café com leite, mas agora é misturado com samba; então, vai ser café com leite e samba. Sem esses estados, nada poderá ser feito. Isso soa como algo federativo? Dá para imaginar que a autonomia do Piauí está agora adstrita à decisão desses três estados? Há pseudoautonomia, já que estamos abrindo mão da autonomia que tínhamos?

E por que a gente chama atenção disso? Porque na Constituição Federal, quando ela foi elaborada, foi constituída, foi determinado o poder de cada entre tributante. Poderíamos nós, por uma emenda à Constituição, fazer essa modificação, jogando e alterando várias competências para o Conselho Federativo com o novo tributo ou deveríamos ter uma nova Constituinte, já que cada um é um ente federado?

Avancemos, por favor.

Isso aí é só uma tabela mostrando o poder que esses três estados podem ter. Então, vão suprimir todos os estados ou demais estados e municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Aqui fala um pouco das competências do Conselho Federativo, e o pessoal que é da área tributária conhece bem. A gente tem um modelo tributário chamado Supersimples, o Simples Nacional – o Simples Nacional que era simples. Hoje, a normatividade infralegal virou uma coisa monstruosa. E quase tudo é feito dessa forma, infralegal. Será que isso não vai acontecer conosco?

Podem passar. Não vou gastar energias nisso não, por causa do tempo.

Esse Conselho Federativo, por mais que digam que não, que não existe paralelo na Europa, já que a gente traz exemplos externos, de outros países, da OCDE, é tão poderoso que ele vai poder, inclusive, ter iniciativa de lei complementar. Os Governadores não têm, pelo que eu saiba, mas o Conselho Federativo vai ter essa iniciativa. É um novo legitimado a propor alterações legislativas. Aqui está um pouco mostrando – vocês entendem mais do que eu – quais são as competências e quem pode propor leis. Então, essas discussões também passam a fazer parte dessa nova entidade pública.

Por favor, pode passar.

Um detalhe interessante, e a gente vai se ater um pouco à questão das alíquotas: as alíquotas desse imposto, inclusive, serão calculadas pelo Tribunal de Contas da União. Uma pergunta que fica: por que motivo o Tribunal de Contas da União, que não tem, teoricamente, nada a ver com os estados e os municípios, já que vivemos em uma Federação, vai passar até acesso a dados sigilosos dos contribuintes, o que eles não têm hoje – de todos os contribuintes –, para calcular qual será a alíquota? Seria isto razoável: em uma Federação, uma entidade ligada a um outro Poder, a um outro órgão dizer como os entes... Eu não gosto de usar o termo subnacional, porque nós estamos em uma Federação, então não tem, teoricamente, um acima do outro, mas vai ter um órgão à parte... Nem sequer hoje, pelo que eu saiba, nos estados e municípios, o Tribunal de Contas do estado, que seria competente, não teria essa competência – não é dos tribunais de contas dos estados. A partir de agora, não será dos estados, mas será da União, que vai ter todo esse acesso.

E, aí, só lembrando, o Tribunal de Contas – pode passar, por favor? – da União... Por sinal, já falei sobre sigilos. Pode passar.

Aqui está a competência do Tribunal de Contas na Constituição Federal, e nenhuma delas fala, por exemplo... E com todo respeito à competência técnica do Tribunal de Contas, são auditores – conheço alguns colegas, amigos extremamente competentes –, mas, pelo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – ... que eu saiba, eles não teriam a atribuição de dizer se haveria ou não – ou se poderia ter – constitucionalidade em tal ou qual matéria, mas saiu um parecer do Tribunal de Contas dizendo que ele não via inconstitucionalidade na reforma por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modificar a competência tributária ativa dos entes – estados e municípios. Ora, poderia o Tribunal de Contas fazer isso? Não está no rol de competências. Além disso, o Tribunal de Contas passa a ser o interessado, já que ele vai ter acesso aos dados sigilosos dos contribuintes. Então, não parece ser a melhor entidade a fazer essa análise, já que ela vai ser beneficiada com atribuição que nem sequer era imaginada há pouco tempo.

Então, eu já faço uma proposta: que também os tribunais de contas dos estados sejam ouvidos, porque, com certeza, terão uma opinião bem diferente dessa, muito diversa.

Pode passar.

Aqui eu peguei do *site* aqui do TCU, só para lembrar e relembrar qual a competência do Tribunal de Contas.

Pode passar.

E um ponto interessante, que é o risco do *free rider*, pessoal – Excelências, por sinal.

Pode passar.

A gente tem um risco muito grande. Esse é o período de transição dos tributos que a gente vai ter de 2029 a 2032.

Vou finalizar já, Senador Presidente.

Pode passar.

E, de 2029 a 2034, 90% da arrecadação vai para esse fundo, vai para um fundo nacional, para o Conselho Federativo, superpoderoso, que não tem contrapartida no mundo, que vai concentrar tudo isso e que vai distribuir. Só que tem um detalhe: a partir daí, depois de 2035, um quarenta e cinco avos vai abatendo até a transição, a longa transição. A pergunta é: se o estado, se o município aumentar a arrecadação em 100%, dobrar a arrecadação, ele só vai ficar com 10%. Qual vai ser o ente subnacional que vai fiscalizar, aumentar a arrecadação, se já está garantido com 90%?

Nós corremos o risco de a arrecadação global, que vai ser em torno de R$1 trilhão – já está mais de R$800 bilhões –, ser inclusive reduzida, porque não haverá fiscalização. Eu duvido que algum chefe de Executivo municipal ou estadual – porque é uma atividade que é árdua. Fiscalizar incomoda – vai incomodar seus eleitores por algo em que não vai ser beneficiado.

Então, a gente tem um risco gravíssimo disso, por anos ou quiçá décadas, que pode impactar as finanças públicas dos estados, dos municípios e macular a ideia dessa grande arrecadação, que inclusive vai ter uma alíquota um pouco alta.

Podem passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí é o período, a transição, já 2024 e 2028.

Pode passar.

Já falei.

E um detalhe interessante...

Pode passar.

Pode passar esse.

Eu queria só registrar isto: quando essa reforma foi proposta, uma das coisas mais importantes – eu me lembro muito do Deputado Hauly falando – seria a questão dos créditos financeiros. Só ia ter crédito quando fosse efetivamente recolhido e pago, ia ser um tributo que ia ser quase sonegado. Só que há uma possibilidade de que vai ser condicionado à verificação e recolhimento. Pode ter hipótese de... Isso quer dizer que aquela ideia original de "pagou, entrou o crédito" desapareceu, foi suprimida, e nós poderemos ter um sistema que não acabe com a sonegação e em que se criem, inclusive, créditos que serão pagos em 240 meses, pelo prazo da lei complementar que vai dizer como vai ser apropriado, um grande risco também à proposta de reforma tributária baseada no consumo que nós temos.

Pode passar.

E só dois pontos interessantes: é que foi criada, nessa proposta, uma coisa surreal na nossa ótica, que foi trazer dois institutos americanos para cá, o que possibilita burlar a transferência do patrimônio intergeracional, não pagando o ITCMD, quando permite que entidades religiosas e outras sejam criadas com fins de evitar esse pagamento, aumentando inclusive a regressividade do sistema.

E mais dois pontos em que nós achávamos que ia ter um grande avanço seriam a tributação de IPVA, finalmente, de jatinhos e aeronaves e de embarcações, mas perdemos as esperanças, porque se colocaram duas possibilidades: que, se o jatinho prestar serviço a uma outra pessoa, a terceiros, não vai pagar IPVA e que, se as embarcações – e aqui é a quarta frota naval do país – fizerem pesca artesanal, também não vão pagar IPVA. Então, já estou vendo os iates aqui todos com um caniço pendurado, dizendo que é pesca artesanal. Infelizmente, apesar da questão jocosa, não vão pagar o IPVA nas embarcações. E os trabalhadores de aplicativos vão continuar pagando para as motos, as mobiletezinhas que eles têm.

O último eslaide...

Pode passar os dois rapidamente, por favor.

Por favor.

Por favor. Já falei sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também já falei.

E só quero deixar registrado que o Pacto de Brasília são oito entidades nacionais do Fisco, de que nós fazemos parte, que defendem princípios republicanos, e nenhum deles corporativos. Quando vocês ouvirem falar do Pacto de Brasília, geralmente é a união dessas entidades em torno de um sistema tributário mais justo, mais eficaz e que possa servir ao povo e à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – Nós agradecemos a contribuição de V. Sa., Sr. Francelino.

Agora eu pergunto: vocês lá apresentaram alguma proposta, alguma emenda?

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR (Para expor.) – A gente está conversando com o Senador Efraim e também com o Relator, Senador Eduardo Braga, para dois aspectos: a questão da transição do *free rider*, que é uma coisa que preocupa muito a gente, e também a questão do Conselho Federativo, que nós achamos que está superpoderoso. E, quando nós vimos alguns Governadores fazendo uma crítica contundente à forma que está, nós não temos como não concordar com essas críticas.

Não há paralelo no mundo nesse aspecto. Nós podemos estar criando uma coisa, um monstro que depois vai ser difícil de combater, infelizmente, numa república federativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

Agradecendo mais uma vez, vamos passar ao próximo palestrante, que vai ser por via remota. É o Sr. Dário Saadi, Prefeito de Campinas, São Paulo, e Vice-presidente de Saúde da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), para sua exposição por dez minutos.

Com a palavra o Sr. Dário Saadi, Prefeito de Campinas.

O SR. DÁRIO JORGE GIOLO SAADI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcelo Castro. Bom dia, Senador Mourão e demais Senadores; Prefeitos que participaram; representantes de entidades.

Venho aqui, em nome da Frente Nacional de Prefeitos, fazer algumas reflexões sobre a reforma tributária.

Primeiro, eu quero fazer coro – e apoiar 100% – com o que disse o Francelino Valença, da Fenafisco, sobre a constitucionalidade do tal Conselho Federativo, do conselhão. É uma coisa realmente que fere a Constituição brasileira, de uma tal maneira, tira atribuições dos entes federativos, que dificilmente haja conteúdo constitucional para garantir um conselhão como esse. Então, não vou ser repetitivo e faço aqui as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minhas considerações de apoio às falas do Francelino Valença em relação ao conselhão, ao Conselho Federativo.

Agora, quero fazer uma reflexão também sobre a estrutura da reforma administrativa proposta.

Nós estamos aí concentrando, no Conselho Federativo, a gestão, a autonomia, por exemplo... Retirando das cidades a autonomia do ISS, para criar o IBS junto com o ICMS, e tirando a autonomia do ISS das cidades. Isso vem na contramão do que tem acontecido nos últimos 20 anos, nos últimos 30 anos. As cidades têm assumido responsabilidades cada vez maiores, cada vez maiores, e essa reforma vai na contramão. Ela tira dos municípios a autonomia do ISS e passa para um conselho sobre o qual há sérias dúvidas de que seja constitucional ou não.

Um exemplo claro é o da minha cidade, que não deve ser diferente do das grandes e médias cidades e de outras cidades do país. Há 20 anos, Campinas investia, do total na saúde, 30%, e os outros 70% eram destinados pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Federal e pelo estado. Hoje a lógica se inverteu: Campinas põe, do seu orçamento próprio, 74% na saúde contra 26% divididos entre o estado e o Governo Federal. A cidade de São Paulo investe 84%.

Os grandes municípios, médios e outros municípios do Brasil estão investindo cada vez mais no sistema de transporte, pagando subsídios vultosos. Campinas pode chegar a quase 200 milhões de subsídio, para que o preço da passagem não impacte no bolso do cidadão. A cidade de São Paulo está passando de 5 a 6 bilhões por ano de subsídios. E essa reforma concentra a autonomia dos impostos no conselho e entes superiores. É contra a lógica.

Na educação, a gente tem investido muito. No sistema de assistência social, de proteção social, 90% do que é investido nas cidades são receita própria dos municípios.

Então, essa reforma tributária vai na contramão. Ela concentra o recurso contra um movimento histórico que está sendo feito de jogar a atribuição para os municípios. E na segurança pública também: há 20, 30 anos, quantos municípios tinham guardas municipais? Por quê? Porque a segurança era atribuição prioritariamente dos estados. Hoje, Campinas tem 800 homens da guarda municipal e investe milhões e milhões do seu orçamento próprio nesse sentido. Então, é preciso refletir.

Além disso, há inconstitucionalidade desse Conselho Federativo, que retira dos municípios e dos estados atribuições e cria um órgão esdrúxulo, que não...

Repetindo, eu tinha esta opinião e gostei da opinião da Unafisco: não tem respaldo constitucional. Essa reforma vai na contramão do que é lógico, da descentralização. Nós estamos, nos últimos anos, nas últimas décadas, descentralizando as atribuições, as obrigações dos municípios; e, agora, essa reforma vem concentrar a autonomia e a gestão dos tributos municipais – claro, o ISS – num Conselho Federativo, que, na minha opinião, não tem respaldo na Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que nós devemos observar... Temos aí a defesa muito grande da reforma tributária dizendo: "Não, a reforma tributária vai aumentar a arrecadação e ninguém vai perder".

Nós sabemos que uma reforma tributária adequada realmente incentiva o crescimento do país, mas o crescimento de um país como o Brasil não depende só da reforma tributária; depende do ajuste das contas públicas; depende da competitividade da nossa indústria e dos nossos setores; depende do cenário de crescimento mundial. Então, com essa história de que ninguém vai perder, de que tem estudo do Ipea e estudo não sei de onde, de que a economia vai crescer, e ninguém vai perder, é preciso ter cautela demais.

Quem responde às demandas do dia a dia, quem responde às demandas seja da manutenção da cidade, seja da saúde, como eu disse, em mais de 80% em algumas cidades – no caso de Campinas, 74% –, com recursos próprios na saúde...

E mais: é preciso ter a lógica da população.

Eu não acho que a população pobre, que necessita do Governo, de uma cidade pequena ou média é diferente da situação da população pobre da periferia de uma grande cidade. Nós não estamos aqui disputando entre cidades grandes e cidades pequenas. Se fosse assim, as grandes cidades do país não atenderiam às demandas, principalmente de saúde, das cidades do entorno e das pequenas cidades, que é a lógica do SUS, porque não dá para colocar, na competência de uma cidade pequena, a média e a alta complexidade do atendimento à saúde. Isso fica naturalmente com as médias e grandes cidades no país. Aqui em Campinas, dos 2 bilhões que nós investimos em saúde, aproximadamente, todos os anos, 20 a 25% da nossa rede atende à região. E não tem problema, sempre foi assim.

Agora – eu vou ressaltar –, nós não podemos aprovar uma reforma tributária dessa, que concentra recursos nesse conselho, e colocar os Prefeitos, que têm cada vez mais atribuições, têm cada vez mais responsabilidades sobre as políticas públicas principais da nossa população, de joelhos e de pires na mão nesse conselhão. E ressalto a observação que foi feita: não tem base na Constituição Federal para você retirar dos municípios e dos estados a competência na área fiscal e tributária.

Então, faço aqui, Srs. Senadores, um apelo, não em nome das grandes, médias, pequenas cidades, mas um apelo em nome de todos os municípios deste país, de todos os municípios: não dá para acreditar nessa lógica de que concentrar a receita nesse conselho, de que tirar autonomia dos municípios vai melhorar a vida das pessoas. Pelo contrário: essa lógica é perversa com a população, porque a população, quando precisa da saúde, bate na porta do Prefeito, não vai bater na porta de nenhum Conselho Federativo. A população, quando quer um transporte de qualidade, bate na porta do Prefeito, não vai bater na porta de nenhum Conselho Federativo. A população, quando quer uma assistência social, uma proteção social, não vai bater na porta de nenhum conselho.

Essa lógica, repetindo, é perversa. Essa reforma tem problemas seríssimos de concentração de receita nesse órgão que se quer, a respeito do qual há dúvidas se é constitucional ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faço esse apelo aos nobres Senadores, faço esse apelo ao Senado brasileiro, que representa aqui os nossos estados, e tenho certeza de que, com a qualidade dos nossos Senadores, essas observações serão levadas em conta.

Não dá para a gente fazer uma reforma administrativa em que ficam uns defendendo uma mudança ali, uma mudança aqui, porque essa mudança melhora na cidade tal, mas na outra cidade diminui. Essa outra cidade ganha, essa cidade diminui. Ou nós teremos capacidade de fazer uma reforma que traga para todos os municípios a capacidade de atender às suas necessidades, ou não é possível fazer dessa forma.

Uma reflexão que eu faço também é a seguinte: quando você tira a autonomia do ISS dos municípios, você tem que discutir as competências, tem que discutir o pacto federativo. A partir desse momento, nós vamos ter o apoio efetivo, vamos ter uma lei federal que garante o apoio financeiro no sistema único de transporte público, para que o Governo Federal coloque dinheiro no nosso sistema de transporte, ou não? Ou só vamos perder a autonomia do ISS e vamos ficar responsáveis por todo o custo do transporte público que nós temos nas nossas cidades?

É preciso, sim, ter uma reforma administrativa, mas não precisamos tirar a capacidade dos municípios de fazer a gestão dos seus tributos e de dar a eles as respostas que a população tanto precisa. Por isso que eu chamo os senhores a essa reflexão.

Todo mundo fala que o SUS é o melhor sistema de saúde do país, do mundo, e eu também concordo, eu sou um defensor. Agora, esse SUS, cujos 70%, 80% estão sendo jogados nas costas dos municípios...

Então, defender o SUS é defender os municípios que têm o recurso para bancar o que está sendo bancado hoje.

E repito: as médias, as grandes cidades do Brasil atendem não só à sua população; atendem a um percentual muito grande das cidades do entorno, de cidades menores, que, claro, não têm condições de ter estrutura para um atendimento de média e grande complexidade e passam a usar o sistema das médias e grandes cidades.

Então, faço aqui um apelo aos Senadores e peço – para concluir, Sr. Presidente, para concluir – uma atenção especial às emendas que a Frente Nacional de Prefeitos defende: a Emenda 186 do Senador Marcio Bittar; a Emenda 221, do Senador Marcio Bittar também; a 276, do Nelsinho Trad; a 234, do Senador Hamilton Mourão; e a outra, a 264, do Nelsinho Trad. Essas emendas garantem, do ponto de vista da Frente Nacional de Prefeitos, um avanço e a diminuição dos riscos para as cidades do Brasil.

Tem uma emenda aqui que é fantástica. Se o Governo Federal garante que nós não vamos perder a arrecadação, que coloque lá: se houver perda da arrecadação, o Tesouro Nacional indeniza e paga a diferença aos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, faço um apelo aos nobres Senadores: cuidado com essa reforma! Não vamos tirar dos municípios a capacidade de dar respostas à população daqui a 10, 15 e 20 anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós agradecemos a participação do Sr. Dário Saadi, Prefeito de Campinas, que traz uma questão muito relevante da saúde pública.

De fato, ele falou que 25% do atendimento é de pessoas de fora do município. Isso, Deputado Hauly, é um problema do nosso Sistema Único de Saúde, porque ele é interfederativo: todos têm a responsabilidade de prover a saúde. Agora, todo município que é polo em saúde termina sendo sacrificado, porque ele atende aos seus munícipes e tem que atender aos dos outros municípios, e aí termina se sacrificando.

O que ele disse aqui é uma verdade, porque os estados e o Governo Federal só colocam os recursos que são obrigados constitucionalmente, Senador Mourão, a colocar. E o município, não. Ele não pode dizer: "Não, hoje eu não tenho dinheiro para fazer a radiografia, hoje eu não tenho dinheiro para fazer a hemodiálise". Ele é obrigado a prover o sistema. Então, tem municípios que hoje comprometem as suas receitas de corrente líquida em 35%, 40%, ou até mais de 40%, o que, evidentemente, não é sustentável.

Passo, então, a palavra agora ao nosso último palestrante, para honra nossa, o Sr. Sebastião Melo, Prefeito da nossa querida cidade de Porto Alegre, Vice-Presidente de Mobilidade Urbana da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).

Com a palavra, o Sr. Sebastião Melo, pelo prazo de dez minutos.

O SR. SEBASTIÃO DE ARAÚJO MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Marcelo, o meu abraço e o meu carinho. Eu estava me lembrando aqui de um amigo comum nosso que faz falta neste Brasil, que é o Ibsen Pinheiro.

Quero saudar, na pessoa do senhor, na pessoa do nosso Relator, Eduardo Braga, e também do meu conterrâneo Mourão, a todos que estão participando, pela qualidade do debate.

A cada vez que participo de mais um debate, eu fico mais convicto de que esta é a reforma das teses: cada um tem uma tese, e as exceções, com certeza, serão maiores do que a reforma. Portanto, há uma incerteza enorme. Eu fico pensando em comprar um presente e ligar para o amigo e dizer: "Daqui a 40 anos, você vai abrir o presente que eu vou te entregar". É o que está posto nessa reforma, porque em tudo há uma transição enorme.

Mas eu queria colocar algumas coisas preliminares, para, depois, entrar no mérito.

Primeiro, quero saudar o Senado da República, que está nos dando a oportunidade que a Câmara não nos deu. Isso merece ser sublinhado de forma muito carinhosa, porque nós tentamos esse debate na Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– esse tema estava lá há muito tempo –, mas a democracia, que eu também ajudei a construir, não permite votar uma matéria dessa envergadura com tamanho atropelo. Um relatório ser apresentado no mesmo dia, as emendas de Plenário... Você votar a reforma mais importante dos últimos 60 anos que o Brasil enfrenta, entendeu?

Segundo, eu acho que não tem nenhum brasileiro em sã consciência que seja contrário a uma reforma, porque esse manicômio judiciário é uma coisa terrível, das milhares de horas de contadores, advogados, empresários... Agora, o que é que nos une? Em primeiro lugar, simplificar. Isso nos une. E nos uniria também, se se fizesse uma reforma administrativa, para depois dizer: "Olha, qual é a competência de cada ente federado?". Isso não aconteceu.

Então, no mínimo, eu espero que o Senado entenda de botar uma trava para não aumentar uma carga tributária do Brasil – que saiu de 20, foi para 25 e está em 33 – e não se montar no cangote de quem produz neste país, para gastar dinheiro com uma máquina pública falida, com uma máquina pública que não entrega, e arrecada muito.

E uma reforma tem que ser neutra. Ela não pode beneficiar o sistema financeiro, que é o grande ganhador dessa reforma neste momento. É evidente que a indústria brasileira tem ganho de competitividade, mas também não pode ela montar nos serviços. O mundo hoje é de serviços. Você não compra mais carro. Você aluga carro, você aluga *streaming*... Você usa serviço.

Então, nós estamos espantando e talvez criando o maior IBS do mundo, pelo tamanho das exceções que essa reforma vai botar. E, aí, eu vou pegar um exemplo da minha categoria, de advogados, meu caro Mourão: daqui a um pouco, os advogados do Rio Grande vão botar escritório no Uruguai, no Paraguai, na Argentina e vão atuar aqui no Rio Grande do Sul para pagar imposto menor. Então, nós estamos afugentando os serviços do nosso país?

Agora eu queria, então, entrar um pouquinho no mérito e dizer: gente, o Brasil levou 500 anos para ter um mínimo de autonomia nos seus municípios, porque você sabe da centralização política, econômica do país. A Constituição de 1988, assinada por muitos e negada por alguns, deu autonomia aos municípios, aos entes federados, dizendo: "Olha, você tem autonomia municipal", e essa reforma fere de morte uma cláusula pétrea do Brasil federativo, tirando a autonomia dos municípios. Eu acho que o Senado, que é a Casa da Federação, tem condição de olhar, reexaminar e dizer: "Não é por aqui o caminho da roça".

Qual é a regra do Brasil que nós conhecemos – porque aqui tem Senador que foi Vereador, Deputado Federal, Estadual, Prefeitos... Nos 35 anos, o que eu mais conheço – eu fui Vereador da minha cidade, Porto Alegre, fui Vice-Prefeito, fui Deputado Estadual – é transferência de responsabilidade aos municípios sem o devido recurso.

O povo não sabe o que é reforma tributária, Senadores – não sabe! –, mas o povo sabe o que é faltar remédio, o que é faltar médico, o que é faltar acolhimento para morador de rua, rua esburacada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infraestrutura da cidade; isso o povo sabe. Então, com a reforma tributária, estou mexendo em tributos que mexem com a vida das pessoas.

Então, essa reforma deixa muitas incógnitas.

E eu vou na linha do meu amigo e colega Dário. Vou pegar o caso do Rio Grande do Sul agora, das enchentes – Porto Alegre também está atingido pelas enchentes, mas tem municípios piores do que o município que eu governo. O que eu mais vejo é avião sobrevoar, tirar foto de agentes do Governo Federal, dar coletivas, e o recurso é zero o que chega aqui. Agora eu tive que mandar para a Câmara, que votou no mesmo dia, 20 milhões destinados para as famílias para comprar fogão, para comprar geladeira, para comprar cama, para as pessoas voltarem, e para casas que também vamos ter que alugar – ou construir casas provisórias –, porque elas não têm para onde voltar nas áreas ribeirinhas. A União entra com isso? Não! A União não entra com isso, como não entra em nenhum outro momento.

A questão do SUS.

Todo mundo sabe, Senador Marcelo – o senhor é o conhecedor dessa matéria –, que a alta complexidade e a média caem onde? Nas capitais. Porque, se o cidadão – nós temos 497 municípios no Rio Grande do Sul – tem um AVC em Uruguaiana, que está a 700km, qual é o destino dele? Porto Alegre. Hoje, se eu pegar o Instituto de Cardiologia, por exemplo, hospital referência no Brasil, 70% dos pacientes são do interior do Rio Grande do Sul, mas isso vai para a rede de alta complexidade. E quem é que financia isso?

O teto do SUS tem um pouco disso, mas hoje nós financiamos com incentivos municipais, porque, se tu vais contratar o serviço, o hospital diz: "Olha, eu não vou aceitar a tabela do SUS porque a tabela do SUS está atrasada em 30 anos". Então, quando nós fazemos uma reforma tributária e não levamos em conta isso, nós não podemos criar um cidadão de duas classes.

E aí vem aqui uma coisa que eu quero apelar aos meus amigos nos municípios médios, pequenos: nós não podemos fazer uma disputa entre município pequeno, grande ou médio; nós somos municipalistas ou não somos municipalistas, e somos todos municipalistas, porque muitos dos municípios pequenos dependem dos serviços das cidades grandes e médias. Então, eu acho que o critério da população tem que ter o equilíbrio. Se não são 85%, não podem ser 20% – não podem ser 20% –; nem tanto o céu, nem tanto a terra, porque aí você não quer levar onde o povo mora. Quer dizer, eu tenho 1,5 milhão morando em Porto Alegre, no entanto eu vou transferir para o município 3 mil? É diferente, são coisas diferentes. Eu não estou criticando, mas por que o ISS não é importante para o município pequeno? Porque não arrecada nem quer arrecadar. Agora, os municípios médios, para montar as suas máquinas, ter eficiência... Nós temos aqui, por exemplo, eficiência na cobrança judicial. Tudo isso por quê? Porque a gente entende que esse é o principal imposto hoje dos municípios médios e grandes. Então, acabar com esse imposto sem uma alternativa é um crime contra a população; não é contra o Prefeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as enchentes, o SUS... O transporte coletivo saiu antes da pandemia, mas escancarou na pandemia, e não há nenhum Prefeito hoje que sustente uma passagem que caiba no bolso do cidadão e que não tenha que botar dinheiro público, porque há isenções demais, começando pela federal, que o Governo não paga. A maior isenção do Brasil, que é de R$5 bilhões, é de 65+, é uma lei federal, e o Governo Federal não paga; quem tem que pagar essa conta somos nós, os cidadãos do município; é o pobre financiando às vezes quem tem 65 anos, tem condições de pagar e não paga, e o vendedor e o camelô têm que pagar a passagem dele. Isso é reforma tributária?

Por isso eu queria dizer o seguinte, gente: nós – e falo aqui junto com o Dário, em nome da frente nacional, em nome do Edvaldo e de todos os demais Prefeitos – tínhamos 40 emendas para apresentar; nós apresentamos cinco, e o Dário já falou sobre elas. Uma dessas emendas é essa questão que é assinada pelo meu querido amigo, Senador Hamilton Mourão. O Brasil tinha, até então – e pode consolidar essa questão ou não –, três entes federativos: os municípios, os estados e a União. Agora vai criar um quarto ente federativo, que é mais importante do que todos esses, que é o Conselho Federativo, que deverá ser composto por burocratas, pessoas que, às vezes, não vivem o dia a dia de uma cidade, de um estado, e eles vão decidir pelo cidadão lá da vila popular. Isso não está correto. Esse Conselho não tem como dar certo.

Eu, às vezes, fico pensando: de tantas exceções que essa reforma vai ter, eu não sei se ela vai entrar em vigor, porque eu só conheço teses.

Então, do bispo ao Deputado, ao Senador, ao Prefeito, todo mundo disse que não vai ter perda de arrecadação para ninguém. Então, aceitem uma das nossas emendas que dizem que a gente está um pouquinho contente de manter a arrecadação que a gente tem. Se aumentar, está bem; agora, diminuir não pode.

Então, se está todo mundo dizendo que todo mundo vai ganhar, eu não conheço reforma em que todo mundo ganha – eu não conheço. Para mim, a reforma precisa ter um equilíbrio, e esse equilíbrio acho que o Senado tem condição de fazer, Senador Marcelo, Senador Mourão, Senador Braga, porque é a Casa dos municípios, é a Casa dos estados, é para isso que existe o Senado da República – é para isso que existe o Senado da República.

Eu fico aqui pensando a democracia, que eu também ajudei a construir, lá nos anos 70, nas ruas de Porto Alegre, na Esquina Democrática, e que dizia um Brasil justo, casa para todos, comida, distribuição de riqueza, fazendo com que este Brasil, do Oiapoque ao Chuí, inaugure pessoas...

É claro que nós avançamos em muitas políticas públicas, no Suas, no Fundeb, no SUS, que nasceu da Constituição, mas esse Brasilzão profundo tem enormes injustiças sociais. Então, uma reforma tributária não pode caminhar na contramão.

E, aí, está bem, nós vamos fazer lá a distribuição para os pobres, vamos fazer um IVA para distribuir. Para quem é que nós vamos distribuir? Para 100 milhões de brasileiros, para 150 milhões?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tudo é tese. Tudo é tese.

Então, eu acho que o Senado não faria mal ao Brasil se ele disser: "Olha, gente, o Brasil não vai, por causa de um mês, perder uma reforma". Talvez fosse preciso prorrogar um pouco mais, debater um pouco mais e votar uma reforma equilibrada.

E volto a afirmar, finalmente, que nós não somos contra a reforma. Agora, o que não pode é uma reforma ficar encalhada na Câmara – a 45, a 110 – tantos e tantos anos, e, de uma hora para outra, eu monto uma Comissão Especial, que apresenta o relatório num dia, e que vai para votação, e vota a reforma desse jeito. As exceções estão maiores do que a reforma.

E vamos combinar entre nós, Senadores, que a votação daquilo que vai ser infraconstitucional, que são leis infraconstitucionais, vai ser uma carnificina, porque todos os setores vão dizer que seus setores são mais importantes, e, cada vez que eu abrir uma exceção, o IBS vai aumentar. Então, o IBS pode ser o maior do mundo. Isso para os serviços do Brasil e para a economia do Brasil, desculpem-me, vai ser uma tragédia.

Muito obrigado pela atenção de vocês, e estamos juntos por um Brasil melhor, e o Senado tem essa condição de fazer esse equilíbrio que na Câmara não foi feito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero agradecer a contribuição do nobre Prefeito Sebastião Melo, tão fluente, tão capaz. Fico muito orgulhoso de tê-lo nos nossos quadros do velho MDB, militante, desde sempre, do nosso partido.

Senador Hamilton Mourão e nobre Deputado Hauly, eu pensei que nós estivéssemos mais próximos de uma aprovação de uma reforma tributária (*Risos.*), mas o que eu vi hoje nos deixa aqui verdadeiramente muito preocupados. São críticas profundas, consistentes, e, evidentemente, o Senado tem a responsabilidade de aperfeiçoar e não deixar que a reforma possa ser aprovada com tantas exceções e com tantas deformações.

São muito procedentes todas as críticas que foram feitas aqui, e o nosso Senador Eduardo Braga tem uma missão aí muito, muitíssimo difícil, que é a de dar cabo de fazer uma reforma mais justa possível. Evidentemente que nós ainda estamos longe dessa, pelas críticas que foram feitas aqui hoje.

Senador Hamilton Mourão, V. Exa. gostaria de falar? (*Pausa.*)

Tantas vezes citado aqui, apresentador de emendas, ficaremos muito honrados com a contribuição de V. Exa.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Senador Marcelo Castro, presidindo aqui a nossa sessão da CCJ; nosso grande amigo Deputado Hauly, aqui presente; e todos aqueles painelistas que apresentaram aqui as suas ideias, eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhando aí junto com o senhor, Senador Marcelo, porque realmente existem várias incógnitas nessa questão da reforma.

Eu, há muito tempo, sou um defensor dela, porque não há dúvida de que o nosso sistema tributário é um sistema complicado, é um sistema caro, tem uma evasão/sonegação muito grande, e a gente precisa corrigir isso. Mas existem alguns gargalos, e compete a nós aqui no Senado buscar fechar esses gargalos que foram citados por quase todos os painelistas aqui, que é a questão do Conselho Federativo, como isso vai funcionar, se vai funcionar, se é necessário efetivamente ter esse conselho. Na minha visão, ele está usurpando muitas funções que são nossas aqui do Senado Federal, e nós estamos criando um outro ente aí, que é algo, para mim, perigoso.

Eu não acredito em um prazo de transição de 50 anos. O que Melo colocou ali é muito claro. Nós conhecemos nosso país, aqui coisas que se decidem... Nós estamos em uma disputa há horas com questões ligadas à Suprema Corte, que, há três, quatro anos, decidiu uma coisa, e agora a mesma coisa ela define de outra maneira. Então, acho muito complicado esse prazo de transição. A gente teria que ser mais agressivo na mudança de um sistema para outro, porque, ao final das contas, as empresas e os próprios estados e municípios terão que trabalhar em dois sistemas distintos, com duas equipes distintas, não é? Então, coisa complicada.

O imposto seletivo é outro que dá uma margem muito grande... A gente não sabe até onde vai chegar isso aí.

Então, essas são as minhas observações, Senador Marcelo.

Cumprimento todos aqui que colocaram as suas ideias, desde o nosso representante aqui do Ministério da Fazenda, que é um estudioso do assunto e leva o nome de um grande general do Exército, o Rodrigo Octávio. Pode ser batizado de RO mesmo, viu, Orair? (*Risos.*)

E, nas apresentações da Famurs, na do Nélio também e na do nosso representante lá de Pernambuco, foi importante tudo que foi colocado, assim como pelo meu Prefeito Sebastião Melo.

Outro dia, Senador Marcelo, eu encontrei o Eduardo e disse assim para ele: "Cuidado com o que você pede. Você pode conseguir", porque realmente é um trabalho hercúleo que ele está tendo que fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Exa., Senador Hamilton Mourão, sempre muito atento aos problemas do país.

Quer falar, Hauly?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – Sim, se puder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós estamos aqui em situação informal. Pode falar. Será um prazer para nós todos.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcelo Castro.

É um momento importante e decisivo na história da economia brasileira. Nós vimos, nos últimos 42 anos, de mal a pior. O Brasil era um expoente até 1980, tendo maior crescimento econômico do mundo; de 1981 para cá, vimos fracassando com voos de galinha, cresce um pouco e cai; e, nos últimos dez anos, o crescimento foi para o chão. A galinha não tinha mais nem asa, foi cortada, e zero de crescimento econômico. Houve uma pequena reação neste ano e no ano passado, mas a galinha vai voltar para o chão. A galinha, no caso, é a economia brasileira; não é uma águia, que voa lá em cima.

O Brasil perdeu a potência econômica. Tem o quinto maior território do mundo, a sétima maior população do mundo, está entre as dez ou doze maiores economia do mundo e tem o 184º pior sistema tributário do mundo, o que derruba o ambiente de negócios do Brasil para 125º.

O que acontece com a economia brasileira? O que aconteceu? A Emenda Constitucional 18, de 1965, criou este modelo e cometeu um erro fatal na concepção do modelo quando dividiu a base do consumo em três, três tributos da base do consumo.

Como se sabe, a tributação no mundo tem três bases clássicas, de onde se tiram os impostos: a base patrimonial, o IPTU, o IPVA, o ITR, o ITCMD e o ITBI, que arrecadam pouquinho, menos de 5% da arrecadação nacional – nos Estados Unidos, são 11% dessa arrecadação –; a segunda base, rendas e proventos de qualquer natureza, onde se tributam salários, aluguéis, dividendos, juros, *royalties*, lucros – aqui no Brasil, não chega a 21% da arrecadação; nos Estados Unidos, a 50% –; e a terceira base é do consumo de bens e serviços, una, inseparável – essa base do consumo no Brasil, entre folha e a tributação de bens e serviços, dá 75% da arrecadação; nos Estados Unidos, só 40%. Então, olhando os dois casos, o Brasil está errado: tributa muito o consumo, pune as famílias, as pessoas que gastam toda a sua renda no consumo de bens e serviços.

Então, exatamente esse modelo não é culpa de um governo; é de todos os governos que passaram no Brasil, de todos os Congressos e de todos os empresários, porque eles também tinham o poder de fazer essa mudança lá atrás, mas nunca houve esse acordo. O mais próximo que chegamos de acordo é agora, o grande momento que vem. Esta PEC 45 vem junto com a 110, a 293, a minha primeira PEC de 1991 – a PEC 48, de 1991 – e os textos da Assembleia Constituinte, do Ipea, do Prof. Varsano Fernando Rezende, que pregava o IVA. Por que o IVA? Porque o IVA foi criado na França no século passado, na década de 20, e levou trinta e poucos anos para ser implantado na França e depois para o mundo inteiro. Como ter um imposto que fique neutro nas negociações entre empresas, pessoas jurídicas? O que é neutro? Porque o sistema é de valor agregado, ele não é um imposto cumulativo. O objetivo do imposto é que a empresa não tire proveito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem seja prejudicada na cobrança do imposto e nem o consumidor, que paga essa conta. Então, aí o IVA entrou.

Ele é um bom imposto? Claro, ninguém gosta de pagar imposto, mas é o melhor que tem. Ele deixa neutras as cadeias produtivas rurais. Todo produtor rural brasileiro hoje, que paga ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins, tem 12% de cumulatividade de imposto. Ele não recebe e fica como uma gordura na cadeia produtiva da indústria, do comércio, que vai para o consumidor. A indústria, por sua vez, tem 7% de imposto cumulativo; e o serviço, 12%.

Essa cumulatividade aumenta a carga tributária e traz efeitos negativos no crescimento econômico. Primeiro, as empresas que podem mais choram menos, porque elas vêm em busca de benefício fiscal, planejamento fiscal, inadimplência do imposto declarado, sonegação e contencioso tributário.

Ao juntar todas essas iniquidades, nós arrecadamos hoje 33% do PIB brasileiro, só que tem de carga tributária nas costas dos preços dos bens e serviço mais de 43%, fora 8% de sonegação, que são renúncias fiscais da União, estados e municípios de R$650 bilhões, 6,5% do PIB; inadimplência de 3% do PIB, R$300 bilhões; e custo burocrático de R$100 bilhões a R$200 bilhões. Então, o problema não é o pacto federativo. Têm razão S. Exas. os Prefeitos, todos e o Francelino, que colocou muito sobre o pacto federativo e o conselho.

Eu entendo que o pacto federativo e o pacto social... No que diz respeito ao pacto federativo, tem que respeitar as arrecadações, não mexer na partilha, de tal forma que a inteligência do Senado, com as emendas, possa manter, aproximadamente, a mesma arrecadação. Nos primeiros 20 anos, Orair, está garantido – o Dr. Orair está aqui, um estudioso – que não haverá perda com o próprio dinheiro da arrecadação. É um fundo para isso. Nos anos seguintes, vai diminuindo e cada um... Se crescer a economia e se crescer a arrecadação local, ele tem vantagens. Então, o problema é o pacto federativo – tem razão V. Exa. – na manutenção, não causar rupturas nas arrecadações dos municípios, nem grandes nem pequenos, e não criar briga entre os dois.

O pacto social é o que tem a ver com a população. Aí envolve as empresas, que são até hoje as responsáveis pelo recolhimento e pagamento do imposto. O que o IVA 5.0, da 45 e da 110, que são iguais, está fazendo? Tirando essa responsabilidade das mãos das empresas. O próprio Senador Marcelo Castro me contou, uns dois ou três anos atrás, um causo muito interessante de um amigo dele que falou: "Esse Hauly e esse Abuhab querem mexer na arrecadação nossa das empresas". Aí o Marcelo: "Não, a proposta é boa e tal. Mas o que é?". "Mas você vê, Senador, que hoje nós empresários vamos arrecadando, arrecadando... A cada dia que passa, quando chega ao final do mês, a gente está tão íntimo do dinheirinho do imposto que está lá no nosso caixa que, na hora de pagar o imposto no mês seguinte, dá uma dor no coração". Essa fase...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Já se afeiçoou ao dinheiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – E se afeiçoou ao dinheiro.

Essa fase não precisa mais. Com a tecnologia, não precisam mais as empresas fazer esse encargo, essa canga. A tecnologia vai resolver: acaba com o ato declaratório, não precisa mais declarar o imposto, não precisa fazer a contabilidade do imposto internamente nenhuma empresa e nenhum contador e, com o recolhimento automático, ninguém põe a mão no dinheiro. Nenhum empresário, nenhum contador e também nenhum município, estado ou a União põe a mão no dinheiro. A partilha tem que ser decidida aqui na PEC e vai ser automática, como diz o Appy e todo mundo, serão lá os algoritmos como é hoje.

Eu fui o Relator do Supersimples, e 98% das empresas já estão no Simples. Nenhum município bota a mão nessas empresas. É um sistema unificado nacional. A arrecadação é unificada e nacional. Isso não quer dizer que é do Governo Federal. Não é, a arrecadação é deles. Então, quando vem o dinheiro dos 7 milhões de microempresas e dos 15 milhões de MEIs, vem para o sistema do comitê gestor, que não tem muito o que fazer. Você sabe que o sistema do Simples, Senador Mourão, tem 15 funcionários?

Então, eu acho que eles estão um pouco equivocados com esse conselho. Se tudo vai ser distribuído automaticamente, a briga está na partilha, não é? Vai mexer, não vai... Se está garantida a arrecadação, o Município de Porto Alegre e o de Campinas vão receber o dinheiro não mais mensalmente, vão receber diariamente *online*. Todo dia vai cair dinheiro.

Como hoje a sonegação é grande, é de 25% a sonegação, esse mecanismo de unificar com a nota fiscal eletrônica, com o pagamento instantâneo, crédito financeiro – porque o coração é o crédito financeiro... O Francelino apontou para não ter nenhuma possibilidade de ter outro tipo de crédito, não é, Francelino? Isto nós vamos garantir: que toda empresa que tiver pagado a sua compra receba de volta. E o consumidor final vai ter o *cashback* no modelo gaúcho. Até foi um auditor gaúcho, o Giovani, filiado ao Fenafisco, que bolou o modelo do *cashback*... Bolou não, ele sugeriu para mim e nós colocamos no texto lá atrás, por quê? O *cashback* é para pobre. Mas qual o pobre? O que está no Cadastro Único. Quantos nós temos no Cadastro Único hoje? Uns 70 milhões de pessoas? Uns 20 milhões de famílias? Uns 25 milhões de famílias? Depois, se o legislador quiser: "Não, vamos mudar para dois salários, para dois e meio, para três", podemos fazer, no futuro. Com base em quê? Na nota fiscal. Nota Brasil. Todo mundo estará estimulado a tirar nota, com prêmios diários. Imagina, o Brasil inteiro com sorteio de milhões de prêmios, todo dia? Todo mundo vai tirar nota e a sonegação vai emagrecer.

As prefeituras, o estado e a União vão ter muito mais dinheiro. As empresas vão ter um sistema transparente, concorrência isonômica; o ganho é econômico e social. E o cidadão não vai pagar nunca mais a guerra fiscal, nunca mais vai pagar a inadimplência e o contencioso.

Gente, só de contencioso tributário – o Insper já levantou isso, todo ano levanta – são R$7,3 trilhões! Quase um PIB inteiro de contencioso de impostos. E 95% do contencioso tributário do mundo está no Brasil, mais a inadimplência anual, mais o custo... Qual o país do mundo que tem esse custo burocrático?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, o serviço... Fica tranquilo, Prefeito de Porto Alegre. O seu escritório de advogado vai ter zero de imposto. O advogado de empresa jurídica que presta serviço para outra empresa jurídica, não é ele que paga o imposto, quem paga é o adquirente do serviço – o contador, a mesma coisa; a tecnologia, a mesma coisa. Então, o prestador de serviço... Quem está falando é o Hauly, que criou o Simples: nenhuma empresa vai pagar imposto, quem paga é o consumidor; ela vai ficar neutra na cadeia produtiva. Só teremos um problema a pensar: se o advogado de família, o prestador de serviço para pessoa física... Como é que nós vamos fazer? Vai cobrar os 20% a 25%? Se você for para o Uruguai, são 22%, viu, Prefeito de Porto Alegre! O Uruguai cobra 22% do IVA do advogado, como cobra de todas as atividades os 22%. O Uruguai, que tem 3 milhões de habitantes.

Então, por que o Brasil tem a maior alíquota do mundo hoje? Porque tem 75% da arrecadação vindo do consumo; os Estados Unidos, 40%; a OCDE, de que está dentro os Estados Unidos, dos 35 países,60%. Então, o Brasil já tem a maior carga tributária. E nenhum desses países tem guerra fiscal, isso acabou há décadas; não tem inadimplência, porque vai para a cadeia; não tem custo burocrático; e a sonegação não tem também, muito pouca, porque vai para a cadeia.

Então, eu acho que o IVA é moralizador, ele é suprapartidário.

Eu sou da oposição ao Governo, sempre fui, e estou defendendo o IVA, o Governo defende o IVA, não é isso? Então, o que nós estamos falando é do futuro do Brasil. Então, vamos pôr no eixo, só dizer assim. Os Prefeitos têm razão? Então, mas é pacto federativo. Junta a CNM, a Frente Nacional de Prefeitos e resolve a partilha. O que vocês decidirem... Qual é a regra? Se é só população, se é a receita bruta, vocês entregam para o Senador – não uma emendinha daqui, uma só, igual o Pacto de Brasília – uma emenda só: "Nós queremos isso aqui, ó".

A CNM, que participou desde o começo, eu a parabenizo, desde o começo ganhou muito. Vocês ganharam o *cashback* das compras – não foi a Frente Nacional que não participou, foram vocês. Essa partilha depois foi mudada. Vocês têm razão, tem que mudar a partilha, viu, Senador Mourão? Fazer uma partilha que não dê prejuízo no futuro, daqui 20, 30 anos, porque agora não vai ter problema. E resolvendo botar... O grosso está resolvido, 90%. Tem 10% de problema, põe o chapeuzinho amarelo aqui para resolver essas questões.

A Consultoria do Senado é de primeira qualidade, a equipe do Appy é de primeira qualidade e o Senador Eduardo Braga tem uma capacidade de gerenciamento político enorme. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É de uma supercapacidade.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – Muito capaz. Tanto que está aqui, não é? Eu vejo aqui... Na semana passada... Eu tenho que ter paciência, porque eu lido com isso há 36 anos, e ele, em pouco tempo, receber toda essa carga de pressão de conhecimento é uma coisa maluca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero dizer assim, tranquilizem-se. Essa reforma é para o bem do Brasil e do povo brasileiro. Vai se fazer uma economia liberal, porque a economia de mercado brasileira é um capitalismo predatório, selvagem: os grandes matam os pequenos, e os sonegadores e os falsificadores matam os bons empresários. Então, nós temos que fazer uma limpeza. E todos vão ganhar, porque eu digo assim: o Ipea, a Universidade de Minas fizeram cálculos, vai crescer tanto, 15%, 20% em 15, 20 anos. Eu falo assim: nós vamos sair de 2% em média, nós vamos para 6%. Vai ser igual a Índia, vai ser igual a China, só que a China entra em declínio, e nós vamos entrar em ascensão. Vamos ser uma águia, não mais uma galinha. O Brasil vai crescer, porque tem todos os predicados e os pressupostos básicos: tem um povo trabalhador, bons empresários, bom produtor rural... A reforma não é boa para a indústria. Não existe indústria sem serviço, nem serviço sem indústria, nem produtor rural sem serviço e vice-versa. Quem quer fazer divisão de atividade econômica está errado. O PIB, quando se calcula o PI (produto interno bruto), é a soma da produção do quê? Produção de bens... É uma coisa só, porque o consumidor é um só.

O consumidor brasileiro compra 100 mil itens todos os anos, milhares de vezes ele compra esses itens. É o consumidor que compra e o consumidor que paga. Então, nós estamos falando do imposto que é pago pelo povo brasileiro. E o povo, por sua vez, é dono das empresas e empregado das empresas. Isso é a economia de mercado e o mercado consumidor. Então, pense grande, não pense pequeno. Se pensar pequeno, o ótimo local lá da prefeitura X, Y, Z não tem nada a ver com o ótimo que nós estamos buscando aqui na reforma. É um ótimo nacional, para o bem do Brasil. Nós já estamos há 50 anos errados, na contramão do mundo. Chegou a hora de consertar. É isso.

Que Deus abençoe e ilumine os Senadores e o meu querido amigo Marcelo Castro, de mais de 30, 40 anos, desde quando éramos lá do velho MDB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, eu agradeço muito a contribuição do nobre Deputado Hauly. Quase que eu o chamava de Senador, viu?

E não tenho dúvida, Hauly...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É verdade.

O Hauly tem sido incansável nessa luta. Eu sou testemunha, fui colega dele na Câmara dos Deputados.

E nós vamos aprovar essa reforma, que é a reforma mais importante para o país. Não há nenhuma que se equipare à reforma tributária. E o Brasil, Deputado Hauly, vai ficar com essa dívida para com V. Exa. V. Exa. nunca perdeu a esperança, a fé e nunca deixou de lutar por essa causa tão justa, contra esse sistema caótico que nós temos, regressivo, que cobra mais dos ricos do que dos pobres, Senador Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a coisa com que eu mais implico no nosso sistema tributário é essa complexidade, essa possibilidade, essa permissividade para a sonegação. Isso traz, inclusive, transtornos, deformações nas relações morais dentro da sociedade. Como é que um pai vai educar o seu filho? Naturalmente, para pagar os impostos. E o malandro que não pagar o imposto vai levar vantagem sobre quem vai pagar os impostos. Evidentemente isso é uma distorção. E o pai vai se perguntar dez vezes como é que deve educar o seu filho, porque, se for pagar todos os impostos direitinho, provavelmente ele não vai se estabelecer no comércio, porque vai concorrer com aqueles que não estão pagando.

É evidente que, se nós conseguirmos fazer essa reforma, nós estaremos dando um salto qualitativo extraordinário, e o Brasil, sem nenhuma dúvida, vai mudar de patamar.

Sei que a tarefa é difícil, mas temos à frente aí o nosso Senador Eduardo Braga, que é uma pessoa superqualificada e experiente. Ele tem uma mente aberta, tem recebido todo mundo, está ouvindo todos os segmentos.

E eu espero que aquilo que a Câmara fez, que foi um salto muito grande, gigantesco... Evidentemente tem falhas. Nós sabemos que, na última hora, houve concessões para que pudesse ser aprovada. E evidentemente, agora, nós, no Senado, com mais tempo, com mais vagar, vamos estudar melhor e vamos fazer uma reforma que seja útil para o país.

Agradecendo a presença de todos aqui, declaro, então, encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dois minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Zequinha Marinho, Giordano, Mauro Carvalho Junior, Izalci Lucas, Marcelo Castro, Carlos Viana, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Otto Alencar, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros da Comissão Sérgio Petecão e Jaques Wagner. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Marcos Rogério e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 29ª, 30ª, 31ª, 32ª e 33ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 2721, de 2023. Ementa do Projeto:** "Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta." **Autoria do Projeto:** Câmara dos Deputados. **Relatoria da(s) Emenda(s):** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Contrário à Emenda nº 2-PLEN. **Resultado:** Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2-PLEN. Vota vencido o Senador Eduardo Girão. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3453, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para dispor sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição n° 8, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Marcos do Val

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PODEMOS/ES), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Weverton (PDT/MA), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Constituição Federal para dispor sobre o direito à segurança alimentar como direito fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Eduardo Gomes (PL/TO), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB), Senador Alessandro Vieira (PSDB/SE), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Samuel Araújo (PSD/RO), Senador Wilder Morais (PL/GO), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO/AL), Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3535, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5384, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 173, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Autoriza transferência de capital, a título de contribuição, mediante celebração de convênios entre a União e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), em atenção ao disposto no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4086, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acatamento parcial das Emendas nº 1 e 3, acatamento integral da Emenda nº 4 (com os ajustes redacionais apresentados pelo autor da Emenda, Senador Otto Alencar), e contrário à Emenda nº 2, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta, com o acatamento parcial das Emendas nº 1 e 3, acatamento integral da Emenda nº 4 (com os ajustes redacionais apresentados pelo autor da Emenda, Senador Otto Alencar), na forma da Emenda nº 5 (Substitutivo); e contrário à Emenda nº 2. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 196, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 7-CAE (de redação), e contrário às Emendas de Plenário n°s 2, 3, 4 e 6. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2494, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para definir mecanismos que facilitem o financiamento e a gestão de equipamentos públicos em espaços urbanos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1054, de 2019 - Terminativo -** que: "Regula a realização de testes de aptidão física por candidata gestante em concurso público." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, com cinco emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1713, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para prever prazo maior em representação criminal em contexto de violência doméstica." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 2; pelo acolhimento parcial da Emenda nº 3, nos termos da subemenda que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 430, de 2018 - Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade de instalação de banheiro familiar e fraldário em ambientes coletivos, públicos ou privados." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicadas as demais Emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 3954, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria *Ad hoc*:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos da subemenda que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3; e pela aprovação da Emenda nº 4, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Vista concedida à Senadora Augusta Brito, nos termos regimentais. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Projeto de Lei n° 4503, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Projeto de Lei Complementar n° 136, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e as regras relativas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e revoga dispositivo da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e das Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), e 192, de 11 de março de 2022." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** Durante a discussão da matéria, o Senador Ciro Nogueira apresenta a Emenda n° 1, que recebeu Parecer contrário do Relator. Aprovado Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 32, de 2023,** que: "Requer Urgência para o PL 4503/2023". **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES) e Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 33, de 2023,** que: "Requerimento de Urgência para o PLP 136, de 2023". **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 34, de 2023,** que: "Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 3045/2022." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das Reuniões de nºs 29, 30, 31, 32 e 33. Todas reuniões extraordinárias.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 15.

Nós estamos utilizando, de praxe, a presença de Relatores em plenário de matérias que estão na pauta. Portanto, eu vou submeter a inversão de pauta do item nº 6, Projeto de Lei nº 5.384, de 2020, de relatoria de S. Exa. Senador Paulo Paim, como disse o Senador Esperidião Amin, do PP.

Os Senadores que aprovam a inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Passa-se à deliberação do Projeto de Lei nº 5.384, de 2020.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 5384, DE 2020

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1 e 2.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 30/08/2023 foi recebida a Emenda nº1, de autoria do Senador Plínio Valério;

- Em 19/09/2023 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Em 26/09/2023 foi recebida a Emenda nº 2 (Substitutiva), de autoria do Senador Flávio Bolsonaro.

A autoria da proposta é da Deputada Federal Maria do Rosário.

O Relator da matéria, como disse, é S. Exa. o nosso querido Senador Paulo Paim, conhecido como PP.

Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Relator Paulo Paim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Davi Alcolumbre, Senadores, Senadoras, é com muita satisfação que agradeço ao Presidente Davi Alcolumbre por ter me indicado como Relator, na CCJ, de um tema que descreve grande parte da minha vida. É um tema do qual, muito tempo atrás, eu já fui Relator, há 11 anos, a primeira Lei de Cotas aplicada no Brasil, que foi um sucesso. Naquele período, tinha em torno de 6% de negros, pardos, índios, pessoas com deficiência, quilombolas em universidades. Hoje nós temos em torno de 40%. Foi um sucesso absoluto.

Havia quem dizia que ia haver conflito nas universidades. Não houve conflitos, o que mostra que a nossa juventude não é preconceituosa, não é racista. Houve uma integração muito grande. E hoje a gente pode ver médicos, advogados, engenheiros, arquitetos e tantos outros se formando não só na universidade, como também nos institutos.

Eu tenho aqui um relatório, Presidente, que é longo. Eu tenho dois caminhos a seguir, se assim V. Exa. entender: como essa não é uma lei que nós estamos aqui derrubando ou aceitando, é uma revisão que se faz na lei aprovada, e foram oito os pontos que foram mudados na lei lá na Câmara de Deputados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte da Deputada Dandara, que foi a Relatora, se V. Exa. entender que eu devo ler o que está modificado... Ou devo ler todo o processo? Seguirei a orientação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Querido Senador, eu reconheço o trabalho de V. Exa., a agenda histórica de V. Exa. nesses temas específicos, mas, como o relatório de V. Exa. já foi apresentado e também nós já fizemos uma audiência pública para instruir a matéria – eu tenho certeza absoluta de que todos os Senadores já tiveram acesso ao extenso relatório de V. Exa. –, então, fique à vontade para fazer a leitura do que achar conveniente, especialmente das alterações que foram apresentadas pela Câmara de Deputados, já que V. Exa. é um profundo conhecedor deste assunto e todos nós reconhecemos isso.

E aproveito esta oportunidade para registrar o carinho e o respeito que tenho por V. Exa., pela vida pública dedicada à defesa intransigente dos direitos, especialmente, dos negros, dos quilombolas, dos pardos, dos indígenas e também de portadores, de pessoas com deficiência.

Com esse registro, reconheço a grandiosidade do relatório apresentado por V. Exa. e reconheço o trabalho que foi feito a várias mãos, conversando com vários Senadores, para o relatório ter sido apresentado.

Então, eu peço para V. Exa. fazer o que achar conveniente, especialmente em relação às alterações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Então, eu começarei fazendo um resumo nas alterações, que já citei:

1) No processo de ingresso do estudante na universidade ou num instituto federal, primeiro serão observadas as notas pela ampla concorrência e, posteriormente, as regras de vagas por cotas;

2) A Lei de Cotas não perde a sua vigência. Será avaliada a cada dez anos, com ciclos anuais de monitoramento realizado pelo Ministério da Educação;

3) O projeto de lei faz atualização dos órgãos encarregados pelo acompanhamento e avaliação da Lei de Cotas na qual o Ministério da Educação e o Ministério de política de promoção da igualdade racial, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas serão os responsáveis;

4) prioridade de auxílio estudantil para os alunos cotistas que se encontrem em situação de vulnerabilidade. No ano de 2010, eu teria já apresentado projeto nesse sentido que, neste momento, a Câmara aproveitou e colocou nesse substitutivo aprovado lá por unanimidade;

5) A renda familiar *per capita* era de 1,5 salário mínimo, e passou para um salário mínimo, reserva de vagas, para atender 150% das cotas, para atender os mais pobres;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6) A proposta amplia as ações afirmativas para os cursos de pós-graduação. No ano de 2020, apresentei o PL 3.434, que trata desse assunto, que foi agora incorporado;

7) Uma das maiores inovações foi a inclusão de quilombolas. Os quilombolas também estão contemplados agora na política de quotas nas instituições federais de ensino superior e nas instituições de ensino federal e de ensino técnico em nível médio;

8) O PL instituiu que as vagas reservadas para as subcotas não utilizadas serão repassadas primeiramente para as outras subcotas: estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, depois, mantendo, então, aos estudantes de escola pública;

9) O projeto permite ainda o uso de outro instituto de pesquisa, além do IBGE, como o censo para o cálculo de proporção de cotista nos estados.

Essas foram as mudanças que vieram do projeto da Câmara em relação à lei que existe.

Eu sigo agora a orientação de V. Exa. Se entender que eu deva ler todo o processo, eu leio. Se V. Exa. entender que o importante são os pontos chamados novos que vieram na lei, eu estou aqui à disposição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o voto e o relatório.

Claro, tenho que já anunciar que tentei bastante atender a uma emenda do Senador Flávio Bolsonaro, mas não foi possível, porque daí o projeto voltaria para a Câmara, e também a do meu querido amigo Plínio Valério. Conversamos muito. Até teria me comprometido com ele de que, na regulamentação, se pode buscar esse caminho. O MEC, inclusive, está aqui presente com esse compromisso de uma emenda sobre a qual ele, naturalmente, irá falar aqui, na busca de uma alternativa em que ele insistiu.

Nós estamos fazendo de tudo para que não volte para a Câmara, porque o MEC está precisando desse período agora para regulamentar a política de cotas.

Em resumo, Presidente, é isso.

Eu, naturalmente, claro, faria um apelo para que todos possam votar simbolicamente, entendendo as divergências que podem existir, pela aprovação do projeto e rejeitando as duas emendas, com o compromisso...

O MEC ontem, inclusive, esteve no gabinete do Plínio Valério, e ele assumiu o compromisso de, na regulamentação, atendê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão o relatório.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – É notório o conhecimento do Senador Paulo Paim nesse assunto. Então, quem somos nós para querer interceder? Tem o meu apoio.

Não há necessidade da leitura do relatório. O que o senhor falar para nós aqui é de notório saber. Então, tem o meu apoio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores mais inscritos para...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, eu conversei muito com o Senador Paim, que é um cavalheiro, entende? Mas eu vim aqui porque tive votos no Amazonas, senão não seria Senador da República. E os mestiços representam uma grande parcela no Amazonas. Eles são organizados, tanto é que tem uma lei lá que reconhece a etnia mestiça. Nesse projeto aqui, fala *en passant*, quando fala pardo mestiço.

Mas o que eles pedem para mim – e eu já conversei com o Senador Paim – é que, pelo amor de Deus, não deixemos de defender a emenda que eles apresentaram.

O Paim apresentou suas razões, e a gente entende. Eu apresentei as minhas.

Ontem, tivemos uma comitiva – e o Paim pediu para ir conosco – ao Ministério...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Da Igualdade Racial.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... da Igualdade Racial. A gente não chegou a um denominador comum. A gente tinha tentado uma emenda de redação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntaria ao meu amigo Paim se tem problema a gente se reunir mais uma vez, Paim. Você já leu o relatório e, quarta-feira, Davi, seria só a votação. Já pouparia o Paim de ler o relatório.

Eu não posso, Paim, em sã consciência, não fazer algo em nome dessa gente que me pede socorro. Eu tenho que fazer alguma coisa. E, hoje, o que me vem à mente, meu amigo Paim, é pedir vista para que a gente possa novamente se reunir e, na quarta-feira, volta. Aí não tem mais o que discutir.

Eu pediria vista, Presidente, para, na quarta-feira, a gente só votar. O Paim já leu o relatório.

A gente não chegou, Davi, a um denominador comum em relação ao que os mestiços pleiteiam.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Plínio, sobre essa observação que foi feita pelo Relator do compromisso do ministério em fazer, na regulamentação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Atender à sua...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... essa solicitação de V. Exa., V. Exa. prefere...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente reúne...

Para dizer isso, Paim, eu chamo o pessoal de Manaus aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ah! Entendi.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... explica-se que nós chegamos ao limite. A gente chegou ao limite e agora tem que ser votado, não tem mais para onde correr. Você me concederia isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu estou conversando com o Dr. Ednaldo aqui. Será que a gente poderia deliberar aqui, e eu faço um compromisso de não encaminhar para o Plenário até V. Exa. definir? Porque essa matéria ainda vai ter que ser discutida no Plenário do Senado.

Então, eu faço o compromisso de não encaminhar para a Mesa do Senado até esta próxima reunião entre o MEC, V. Exa. e os interessados com o Relator, para a gente tentar...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aí, vamos supor que eu os convença, vamos supor que eu os convença. Como é que a gente faria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas ele não quer... Por isso que ele quer tirar, não é isso?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se nós chegarmos a esse acordo com o MEC e o Ministério da Igualdade Racial, eu, naturalmente, vou cumprir o acordo. Então, no Plenário, eu posso alterar no Plenário tranquilamente a redação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A votação aqui não é simbólica?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É simbólica.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é. Ele já lê o relatório. Na quarta-feira, é simbólica, é rapidinho, porque eu queria uma reunião com...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, tudo bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, e V. Exa. tem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você perde força, mas eu tenho que manter a minha força no Amazonas, em nome dos mestiços.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, tudo bem. Não, e V. Exa. tem...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não posso abandonar os mestiços nessa hora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. tem prerrogativa regimental de pedir vista. E V. Exa. está tentando fazer uma coisa diferenciada: não é pedir vista; é suspendermos a votação...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Suspender a votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... já fizemos a discussão...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente volta uma reunião com os líderes da nação mestiça e a gente vê quem convence quem. Em não havendo convencimento de nenhuma parte, é votação na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, vamos fazer o seguinte: regimentalmente... A gente pode, lá na frente, ter outro problema de outra interpretação de outro Parlamentar, e o outro Parlamentar pedir vista, e a gente adiar mais uma semana. Então, eu concedo vista coletiva...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... de ofício...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Suspende a votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não vai votar. Vista coletiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva, não vota.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Suspende a discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Suspende... Não...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A vista suspende a discussão? (*Pausa.*)

Pronto. Então é isto...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Suspende a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... vista coletiva, com discussão suspensa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso, o.k. Aí, se não tiver convencimento, Paim, sem nenhum problema. Eu não posso é abandonar um povo inteiro. E são muitos mestiços no Amazonas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria agradecer muito ao Senador Plínio Valério. Vista coletiva é regimental. E nós estamos na Casa há tanto tempo. Às vezes, é bom para mim e, às vezes, é bom para o outro, não é?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Correto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu reconheço isso. Mas achei interessante a sua boa vontade de nós sentarmos com o MEC, com o Ministério dos Povos Indígenas, com o da Igualdade Racial, com o dos Direitos Humanos e construir uma saída para essa questão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se houver, nós votamos simbolicamente inclusive...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ótimo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ficando, então, só esse item para a discussão na próxima oportunidade.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k., combinado.

Obrigado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., em função, inclusive, da necessidade de darmos uma satisfação à sociedade, que o projeto que foi apresentado pelo eminente Senador Presidente Rodrigo Pacheco, que trata da questão das drogas, possa ter uma celeridade aqui na Casa, a possibilidade de V. Exa. designar o Relator desse projeto para que nós possamos dar celeridade, bem como o decreto legislativo que trata da questão do aborto. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já tem solicitação para as duas matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Hã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, V. Exa... Sobre a PEC nº... que trata das... Sobre o projeto de decreto legislativo, já tem uma solicitação, vou indicar o Senador Magno Malta Relator.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Agradeço a V. Exa. a deferência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – E, sobre a PEC das drogas, a solicitação foi feita pelo Líder Efraim Filho, e ele será o Relator da matéria.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sr. Presidente, só para concluir, agradecendo a V. Exa., a posição que V. Exa. adota hoje no plenário desta Casa é muito relevante, é muito importante, porque são temas que são caros à sociedade brasileira. Não é por acaso que o Presidente Rodrigo Pacheco apresenta uma PEC – é o primeiro signatário – de um assunto que é estritamente de competência do Legislativo. E o Legislativo tem que fazer o seu papel, exercer as suas prerrogativas.

Então, saúdo V. Exa. por esse ato.

E, ao mesmo tempo, essa questão do aborto. Nós vamos ter, no dia 8 agora, no domingo, um movimento em que as famílias vão se reunir em várias cidades do país em relação à questão do nascituro. E, no dia 12, na quinta-feira, haverá um outro movimento nesse sentido. Então, a sociedade está se mobilizando. Por isso a importância também de darmos celeridade a esse assunto.

E, na hora em que V. Exa. escolhe o Senador Magno Malta, não tenho dúvida de que está em muitas boas mãos, de alguém que conhece a causa e vai dar a devida atenção a essa questão.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu agradeço ao Presidente Pacheco, a V. Exa. e ao meu Líder Marinho a designação dessa matéria, que tem sido a minha causa de vida e deveria ser a causa de vida, e é, de todos nós, da maioria absoluta, porque, sem nascituro, V. Exa. não estaria sentado aí. V. Exa. só seria aquele que poderia ter sido, se abortado fosse.

E, mais do que isso, sem qualquer tipo de revanche, é o Senado, é a Casa, é o Legislativo se colocando no seu devido lugar, porque é a Casa da lei, que faz a lei, para que seja guardada, zelada pelo Supremo Tribunal Federal. Muitas vezes a gente cobra e a gente deixa espaço para que sejam as questões perdidas nas Comissões de mérito, e é assim que acontece, e eles judicializam. E, judicializado uma vez, se toma gosto. É como um time pequeno jogando contra um time grande. A gente vê o narrador falando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Eles estão gostando do jogo, estão brincando, estão demorando para decidir, estão gostando", e acabam perdendo o jogo. Foram gostando, gostando, gostando e gostaram.

Eu acho que a atitude do Presidente Pacheco, que lhe está custando caro, na minha visão, de colocar o Senado no seu devido lugar e que nós decidamos aquilo que nos pertence, que é legislar... Por isso, por essa matéria ser muito cara, pela qual tenho lutado ao longo da minha vida, junto com tantos outros pró-vidas Brasil afora, eu fico grato a V. Exa. por me designar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos seguir...

O Senador Esperidião Amin ainda está aqui? (*Pausa.*)

Seguindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pelo *sniper*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É da SWAT. Imagina se eu vou reagir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Esse é o problema, esse é o problema.

Nós vamos seguir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Olha a confusão! Temos que ficar de olho nele. É um perigo esse rapaz.

Nós vamos seguir o compromisso que nós assumimos de fazermos a deliberação das matérias com as presenças dos Relatores.

Então, nós vamos deliberar agora o item 3.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 8, DE 2021

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta.

Observações: *Em 30/08/2023, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 196, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde, e a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 7-CAE (de redação), e contrário às Emendas de Plenário n°s 2, 3, 4 e 6.

Observações:

- Foram apresentadas em Plenário as seguintes emendas: Emendas nº 2-PLEN a nº 4-PLEN, de autoria do Senador Humberto Costa; e a Emenda nº 6-PLEN, de autoria do Senador Marcelo Castro;

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 12/09/2023 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

O autor da matéria é o Deputado Federal Geninho.

Concedo a palavra ao Líder Senador Eduardo Gomes, Relator, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é submetido à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 196, de 2020, de autoria do Deputado Geninho Zuliani, que trata das normas gerais da contratação de consórcios públicos.

A proposição foi recebida por esta Casa em 4 de julho de 2022 e recebeu as Emendas nºs 1 a 6. A primeira e a quinta emendas, de autoria do Sr. Senador Marcelo Castro, foram posteriormente por ele retiradas.

A matéria foi distribuída para exame pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, para apreciação por esta Comissão de Constituição e Justiça.

Na reunião do dia 9 de maio último, a CAE aprovou o relatório por mim apresentado, que passou a constituir o seu parecer, favorável ao projeto e à Emenda nº 7-CAE de redação, e contrário às Emendas nºs 2, 3, 4 e 6-Plen.

No dia 12 de setembro passado, foi promovida audiência pública para discussão da proposta, por minha iniciativa.

Análise.

A proposição preenche os requisitos de juridicidade, a saber: inovação, coerência, generalidade, abstratividade e imperatividade.

A matéria objeto do projeto de lei não vulnera a Constituição Federal. Destaca-se que os temas nele tratados estão no rol de atribuições legislativas do Congresso Nacional, bem como não se colocam entre os quais compete privativamente ao Presidente da República deflagrar o processo legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A técnica legislativa empregada observa os ditames das Leis Complementares nºs 95, de 1998, e 107, de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Convém também assinalar que a Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados, manifestou-se no sentido de que o PL nº 196, de 2020, não implica aumento das receitas ou despesas públicas.

Em relação ao mérito, a Constituição Federal prevê que os entes federados podem prover serviços públicos por meio de consórcios, podendo transferir para estes, total ou parcialmente, encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. Nesse sentido, a criação de consórcios públicos favorece o planejamento regional e aprimora a articulação entre os governos subnacionais, além de minimizar a fragmentação e de racionalizar os investimentos, especialmente na implementação de programas, projetos, atividades e ações de difícil consecução pelas prefeituras de maneira isolada.

As alterações propostas no marco legal dos consórcios públicos, inclusive com a ampliação das suas competências, concorrem para o fortalecimento dessas entidades e conferem maior segurança jurídica às suas ações, o que deverá resultar na melhor alocação dos recursos disponíveis e em maior provisão dos serviços demandados pela população.

Assim, o PL nº 196, de 2020, apresenta uma valiosa contribuição para o aprimoramento do setor público brasileiro nos níveis iniciais do nosso sistema federativo, o dos estados e o dos municípios.

No que se refere às emendas, igualmente expusemos a avaliação à Comissão de Assuntos Econômicos.

Voto.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei nº 196, de 2020, votando pela sua aprovação nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, acatando a Emenda de Redação nº 7-CAE e rejeitando as Emendas nºs 2 a 4 e 6.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Gomes.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Presidente Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Com a vênia de V. Exa., eu peço vista.

E peço à V. Exa. que, como na semana que vem nós vamos ter provavelmente um regime semipresencial, possamos fazer uma reunião ordinária da Comissão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vista coletiva, tá, Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Plínio Valério solicitou vista conjunta. Então, fica concedido vista coletiva da matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, eu peço a...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo, eu posso fazer esse acordo que o Presidente Humberto pediu? Ele está pedindo para que a gente não paute na próxima quarta, para ficar daqui a 15 dias.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, é evidente que o melhor procedimento é o acordo. Eu só queria fazer uma observação de que, recentemente, mesmo depois da votação na Comissão de Assuntos Econômicos, nós realizamos audiências públicas, retiradas para a rediscussão, e a gente entende que é um assunto muito importante, prioritário: o fortalecimento dos consórcios não existe sem o fortalecimento dos municípios, senão não faria sentido. E, no dia, em especial, de hoje, nós temos aqui mais de 2,5 mil Prefeitos e Prefeitas de todo o Brasil.

Mas não há problema, porque o Senador Humberto tem essa credibilidade, essa parceria, mas a gente entende que hoje seria uma data especial para esta Comissão, para o Senado Federal, dar essa sinalização dessa matéria amplamente discutida por anos aqui no Senado, já que ela já passou na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Humberto...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que diz o Regimento, Presidente?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, apenas... eu só pedi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eu quero pedir o que diz no Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O que eu pedi foi o seguinte: na semana que vem, provavelmente, nós vamos ter um regime semipresencial, pois dia 12 é feriado nacional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, eu entendi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o que eu estava querendo é que a reunião, que a discussão desse tema se fizesse numa reunião presencial. Não é nenhuma tentativa de protelar, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, a gente está estabelecendo só um calendário. V. Exa. pediu para que não fosse na próxima quarta, não foi isso?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai ser...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que diz o Regimento, Presidente? Eu pedi vista coletiva. Eu pedi vista também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Vista coletiva concedida.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3535, DE 2023

- Não terminativo -

Cria cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas nos Quadros Permanentes da Secretaria do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar da União.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Superior Tribunal Militar.

Concedo a palavra ao Relator Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. que pudesse retirar esse tema de pauta e, na primeira reunião presencial, nós voltássemos a abordá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Fica retirado o item 5 de pauta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... a pedido do Relator da matéria.

Senador Marcelo, V. Exa. pediu uma inversão de pauta. Vamos aproveitar que V. Exa. está aqui e vamos fazer aqui.

É o item 14, parece. (*Pausa.*)

Ele vai fazer pelo Marcio. O Marcio pediu para... (*Pausa.*)

Não é o Relator o Marcio?

Inversão de pauta do item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 3954, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para promover a gestão eficiente dos recursos relativos à aplicação dos recursos de convênios e dá outras providências.

Autoria: Senadora Tereza Cristina

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos da subemenda que apresenta; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3; e pela aprovação da Emenda nº 4, com três emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 20/09/2023, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Marcelo Castro;

- Em 26/09/2023, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 4, de autoria do Senador Jorge Seif;

- Votação nominal.

A autora é a Ministra Senadora Tereza Cristina.

O Relator da matéria é o Senador Marcio Bittar.

Informo ao Plenário que a votação desta matéria é nominal.

Faço a designação *ad hoc* do Senador Marcelo Castro para fazer a leitura do relatório.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa é uma matéria da maior relevância, de autoria da nossa Senadora Tereza Cristina, que vem resolver um problema crônico que nós temos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... nos convênios do Brasil, sobretudo, Sr. Presidente, com relação aos contratos de repasses com a Caixa Econômica Federal.

Um Parlamentar coloca um recurso para construir uma estrada – suponhamos – de 10km, que vai para a Caixa Econômica; o município apresenta o projeto; a Caixa o aprova e faz a licitação. Isso muitas vezes demora e, quando vai se executar a obra, como por exemplo agora na pandemia, às vezes está com um ano depois, dois anos depois, e aquele recurso que foi alocado não é mais suficiente para construir aquela obra. O que ocorre na prática? O município ou o estado que é beneficiado com o contrato de repasse tem que entrar com reajustamento desse convênio que foi feito, desse contrato de repasse. E é um peso muito grande para o estado ou para o município arcar com essa diferença.

O que é que a nossa Senadora Tereza Cristina, em boa hora, está propondo? Que a Caixa possa, de uma maneira inteligente, como já é feito pela Codevasf, como já é feito pela Funasa, fazer uma redução de metas.

Então, Senador Mourão, se o dinheiro hoje não é mais suficiente para construir os 10km de estradas, que seriam suficientes há dois anos, faz-se uma redução de metas e, em vez de construir os 10km, constroem-se os 8km, ou, então, seja permitido que o poder público federal possa colocar o recurso necessário para construir os 10km. Por incrível que pareça, uma coisa tão simples e elementar dessa não é permitida pelos contratos de repasse da Caixa. É disso que se trata e é disso que nós estamos tratando agora aqui para corrigir essa deficiência nos contratos de repasse da Caixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveitei esse projeto da Senadora Tereza Cristina e acrescentei uma simplificação dos contratos, porque os contratos de repasse da Caixa podem ser de R$250 mil, de R$500 mil, de R$1 milhão, de R$2 milhões, de R$10 milhões, de R$100 milhões, de R$1 bilhão, podem ser de qualquer valor. E hoje, na legislação vigente, tanto faz um contrato de R$250 mil como um contrato de R$100 milhões, a burocracia e os passos burocráticos são os mesmos. Ora, é evidente que uma obra de R$250 mil, R$500 mil, R$1 milhão não pode ter a mesma burocracia. Então, a própria Caixa Econômica – esteve junto comigo o Vice-Presidente dos setores da Caixa, com toda a diretoria correspondente – solicitou uma simplificação dos processos para até R$1,5 milhão, ou seja, se nós aprovarmos esse projeto hoje aqui, nós teremos dois sistemas na Caixa: valores superiores a R$1,5 milhão continuarão com o normativo de hoje; e, para os valores simplificados de R$1,5 milhão para menos, um sistema simplificado, automatizado, em que tudo vai ser informado pela Caixa, que fiscaliza a obra no final. Não precisa ficar fiscalizando de etapa por etapa – vai o fiscal, volta o engenheiro, dá parecer, libera... E hoje, um Parlamentar que coloca uma verba para fazer um calçamento numa cidade tem que esperar três, quatro, cinco anos para inaugurar esse calçamento, uma obra simples que poderia ser feita de uma vez só.

Além disso, a gente obriga que, para valores inferiores a R$1,5 milhão, o Governo Federal repasse esse dinheiro total e não em parcelas. Não justifica... Se você tem um convênio de R$100 milhões, justifica-se que você faça a liberação desse dinheiro por etapas. A empresa construiu R$10 milhões, paga os R$10 milhões; construiu mais dez, paga mais dez. Agora, R$1,5 milhão, não, paga tudo de uma vez, no final da obra, e estamos resolvidos.

Então, o projeto da Senadora Tereza Cristina é meritório, vem resolver um problema crônico que nós temos nos convênios no Brasil e só simplifica, melhora e diminui a burocracia dos convênios no Brasil.

É esse o parecer, Sr. Presidente, com o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – ... de pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista para...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Vista para a Senadora Augusta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vista concedida para a Senadora Augusta.

Questão de ordem, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu pediria, a gentileza de V. Exa. para que fosse incluído extrapauta o Projeto de Lei 4.503, que trata da lei orgânica nacional das polícias civis. É uma luta de décadas, já passou na Comissão de Segurança Pública e foi aprovada na Câmara dos Deputados por unanimidade. Esse é um reconhecimento para esses policiais que, assim como eu, empenham sua vida para proteger a sociedade.

Nós estamos nos debruçando sobre a lei geral da polícia militar, e solicito que coloque extrapauta para deliberarmos ainda hoje e, quem sabe, ir diretamente para o Plenário, o que vai ser um ganho para a população brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu queria subscrever até o pedido do Senador Contarato para botar extrapauta e também colocar... Eu até apresentei um requerimento para poder botar como urgência hoje no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me aproveitar a oportunidade da solicitação do Senador Fabiano.

Existem duas matérias para as quais está sendo solicitada inclusão extrapauta no dia de hoje. Uma é feita por todos os Senadores desta Comissão, cuja matéria tem, como Relator, o Senador Veneziano Vital do Rêgo. É um projeto que trata das compensações da União com os municípios brasileiros e com os estados. Há uma solicitação de vários Senadores para que nós possamos incluir extrapauta para darmos uma resposta para o movimento que foi realizado e que está sendo realizado na cidade de Brasília, na capital federal, em relação à retomada dessas compensações de recursos financeiros para os entes subnacionais.

E, para o projeto que o Senador Fabiano Contarato solicitou, que é o Relator da matéria, também tem um acordo de todas as lideranças, para que a gente possa tramitar com inclusão extrapauta. Ele trata da lei orgânica das polícias civis.

Então, eu vou colocar em votação a inclusão extrapauta dos dois projetos.

Os Senadores...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, eu peço, com todo o carinho, com todo o respeito que eu tenho tanto ao Senador Fabiano Contarato quanto ao Senador Veneziano Vital do Rêgo... Eu tenho convicção de que é um bom propósito, mas é a responsabilidade que nos cabe aqui.

A nossa assessoria está aqui comigo e não teve oportunidade de analisar. Ontem foi votado na Comissão de Segurança Pública, e o relatório foi disponibilizado na noite anterior.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tudo bem, como vinha para a CCJ, nós deixamos, sem atrapalhar a tramitação na Comissão de Segurança Pública, sem problema nenhum. Agora, a CCJ tem essa responsabilidade... Nós temos a responsabilidade de analisar isso.

Então, eu lhe peço, Presidente Davi, que a gente possa ter esse cuidado com relação a isso. É só isto: que possa ter esse cuidado, ter cautela...

Nós estamos aqui colocando as nossas digitais, estamos aqui eleitos diretamente pela população para fazer o nosso trabalho. Que a gente não corra, porque a pressa é inimiga da perfeição. É só isso. Só para complementar, só para debater.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pela ordem, só para debater...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me dar uma resposta com encaminhamento, porque, senão, nós vamos discutir o requerimento extrapauta.

A solicitação não é do Senador Fabiano nem do Senador Veneziano. Vários Senadores, no dia de ontem, me ligaram, solicitando a inclusão; muitos Senadores, inclusive desta Comissão, e muitas lideranças políticas.

Tem requerimento para levar esse da polícia civil e esse das compensações para o Plenário hoje. Se nós não deliberarmos na CCJ, o requerimento vai ser votado no Plenário, vai ser incluído diretamente no Plenário, passando por cima, inclusive, da CCJ e da possibilidade da discussão.

Então, eu vou colocar para deliberação a inclusão extrapauta, e nós vamos votar. Quem votar a favor vai incluir extrapauta hoje; quem votar contra, vamos ver o placar...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Presidente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Mas eu queria só fazer uma complementação, até para falar com o Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Comissão de Segurança Pública quem fez o relatório foi o Senador Alessandro Vieira, que foi um delegado de polícia. Aqui na CCJ, quem relatou foi o Senador Contarato, que também foi um delegado da polícia civil. Então, são duas pessoas que passaram mais de 30 anos dentro da instituição, e não tem pessoas melhores e mais capacitadas para relatar, tanto naquela Comissão como nesta.

Então, não há necessidade de tirar de pauta. Eu apoio a colocação do extrapauta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para corroborar, a polícia civil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... no Brasil e no meu estado... Nós temos um delegado da polícia civil do meu partido Deputado Estadual, nós temos outros policiais que estão na vida pública e, mais do que isso, nós entendemos a defasagem da polícia no Brasil, mas o Espírito Santo tem necessidade urgente. Se o Brasil tem, a nossa é muito maior.

Então, por isso, só para corroborar, para que nós possamos realmente votar e levar para o Plenário, Sr. Presidente. Nós não estaremos fazendo favor, não; nós estaremos reparando algo que já deveria ter sido feito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É outra matéria, Líder?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – É outra matéria. Sr. Presidente, é sobre a audiência pública sobre os terrenos de marinha.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente está sugerindo duas pequenas alterações, e aí já poderíamos resolver isso para deixar pronto para, quando ela ocorrer, já estar definido quem são os participantes, porque tem cinco representantes indicados pela sociedade civil e cinco representantes pelo Governo. A gente está propondo incluir o GSI, que é quem tem o comando das posições estratégicas de toda a região litorânea, e, em vez da associação de portos, o Ministério de Portos e Aeroportos.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, deixe-me aproveitar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a observação feita pelo Relator da matéria, que está construindo, com todos os Senadores, essa proposta, que é muito importante, em relação aos terrenos de marinha, Secretaria de Patrimônio da União, eu vou incluir, de ofício, a solicitação de V. Exa., de mais dois integrantes, Senador Flávio, para a gente fazer logo a audiência e deliberar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, também só em relação a essa pauta, porque eu sou Relator da matéria, eu também queria encaminhar para a mesa a alteração de um nome, que é talvez o maior especialista nos estudos aqui, por décadas, sobre terrenos de marinha. E quero comunicar que eu estou tentando... Está comigo a bola, eu vou sentar com o Senador Rogério Carvalho – eles querem sugerir algumas alterações. A minha ideia era que não houvesse alterações, para que volte para a Câmara essa PEC, mas, de qualquer forma, vou cumprir essa etapa aqui também, antes da audiência pública, Presidente.

Só peço permissão para o senhor para mandar para a assessoria o nome.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para substituir?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não é para acrescentar?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode ser uma coisa ou outra. Eu não lembro agora se dá para substituir, está incluindo nomes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá, eu acerto com a assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom. Vai ser incluída a solicitação de V. Exa. também.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou colocar, extrapauta, em votação o Projeto de Lei nº 4.503, de 2023, que institui a Lei Orgânica Nacional dos Policiais Civis.

Os Senadores que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei Complementar nº 136, de 2023, que dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º da Lei Complementar nº 194.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a inclusão extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está incluída, extrapauta, a matéria.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que está se incluindo extrapauta, a PEC 51, que é de minha autoria, que já tem parecer favorável do Senador Rogério, e ela... Não tem nenhum momento mais importante que este, em que os estados e municípios estão sofrendo, e o parecer do Senador Rogério Carvalho aumenta em 1% – eram 4%! – o FPE e FPM de estados e municípios. Eu penso que seria uma amenização urgente e segura.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Lucas Barreto, o Relator ainda não entregou o relatório, mas nós vamos cobrar celeridade do Relator da matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 4503, DE 2023

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Segurança Pública.

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo direto à leitura da análise.

De acordo com o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição e Justiça manifestar-se sobre a proposição, que institui a lei orgânica nacional das polícias civis.

A matéria é conveniente e oportuna.

O projeto elenca os princípios institucionais básicos, as diretrizes, as competências e a estrutura organizacional básica das polícias civis. Traz também normas sobre investidura, promoção, prerrogativas, garantias, direitos, deveres e vedações dos policiais civis.

Até agora não existe uma lei nacional das polícias civis.

O projeto foi apresentado em 2007, amplamente debatido na Câmara dos Deputados... Faço aqui um agradecimento ao Senador Magno Malta, ao Senador Marcos do Val e a todos aqueles que têm essa sensibilidade. Então, foi amplamente discutido, passou ontem na Comissão de Segurança Pública, sem nenhuma alteração. Foi construído esse projeto por várias mãos, com muito debate, com extrema responsabilidade.

O da PM, nós vamos proceder a uma audiência pública, porque tem alguns pontos que nós vamos lançar e debater de forma mais responsável. Agora, esse, Senador Girão, está muito bem construído. Eu pediria a sensibilidade de V. Exa.

Enfim chegou a hora de conferir a segurança jurídica aos delegados, peritos criminais, médicos legistas, odontolegistas, agentes, investigadores, inspetores, escrivães, papiloscopistas e demais servidores das polícias civis, cujo trabalho, que ora reconhecemos, valorizamos e homenageamos, é fundamental para a elucidação e repressão dos crimes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 4.503.

Desde já, eu agradeço a V. Exa. pela sensibilidade e a todos os colegas.

Parabéns à polícia civil de todo o país, na certeza de que quem está ganhando com a aprovação dessa lei é a sociedade, que é o principal destinatário, porque o art. 144 da Constituição Federal é claro: a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, o primeiro ponto é...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – ... botar para discutir, então.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Eu gosto sempre dos precedentes.

Em muitas matérias que aqui a gente vê que são fundamentais, sempre há uma tentativa, por parte da base do Governo, de pedir audiência pública, de pedir vista coletiva, de fazer emenda, de pedir para ir para outra Comissão o projeto. Projetos que são terminativos, a base do Governo pede que possam ir a Plenário. Então, queria só deixar registrado, Presidente, que esse precedente aqui do Senador Fabiano Contarato acho que é importante, e pedir reciprocidade com a Oposição, para, em função da matéria, concordar com a apreciação a jato desse projeto, que passou ontem na Comissão de Segurança Pública, hoje, na CCJ, e já vai para a Plenário. Óbvio que a Polícia Civil merece.

Eu também não acompanhei o Senador Girão porque recebi pedidos de vários Parlamentares que são da Frente Parlamentar de Segurança Pública solicitando agilidade na aprovação desse projeto, atendendo também ao pedido deles, Presidente. E que a gente converse também sobre o da Polícia Militar. Eu não quero crer que há, por parte da base do Governo, um preconceito com relação à polícia por ser militar. Eu concordo que tem que haver um debate não tão demorado – profundo, mas não demorado –, para que possamos apreciar essas matérias também.

Então, é só para concordar e encaminhar o voto a favor do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, só...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Só para complementar, Senador Flávio, a Lei Geral da Polícia Militar, de que eu tenho muito orgulho de ter sido Relator na Comissão de Segurança Pública, aprovamos lá, tem meu total empenho, e eu não tenho dúvida de que o nosso empenho é para a aprovação. O que foi feito foi uma construção com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os segmentos dentro da segurança pública e a sociedade civil, e, aí, nós autorizamos apenas uma audiência pública.

E eu quero, inclusive, pedir ao Senador Davi que aprove esse requerimento de audiência pública, porque a gente já faz semana que vem e já vota aqui, por gentileza, que coloque extrapauta esse requerimento de audiência pública para aprovarmos a Lei Geral da Polícia Militar, que é o nosso compromisso também.

Pode contar comigo que essa reciprocidade o senhor tem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para discutir, Presidente, rapidamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Em discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Tranquilo. Eu fiz apenas aquela ponderação no começo, justamente com relação a precedente, para que a gente possa, com a responsabilidade do nosso mandato, analisar com calma. Mas eu confio no Senador Fabiano Contarato, que fez realmente uma discussão ampla, a gente sabe, porque eu conversei com o pessoal da área lá no Ceará. E eu queria lhe dizer o seguinte: por mim, tudo o.k., podemos fazer, mas deixando claro que, com essa prerrogativa, em outros momentos, com esse precedente, a gente tem que ter cuidado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Em discussão, Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu agradeço, Sr. Presidente, ao Senador Girão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... pela sensibilidade, e ao Senador Flávio. Podem ter certeza de que, mais uma vez, eu estou aqui publicamente falando que, no que depender de mim, a reciprocidade vai ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Eu queria só poder esclarecer para a sociedade a importância da Polícia Civil, que é aquela polícia que, infelizmente, a sociedade não vê, porque não está uniformizada, mas o trabalho dela é essencial para cercear aquela sensação que a gente tem de impunidade.

A Polícia Civil, a Polícia Judiciária, que é uma polícia civil, e a Polícia Federal, sendo bem investidas, trabalham com inquéritos e junção de provas, aí não se tem mais aquela sensação de impunidade: quem fez o ato, de fato, vai responder. Então, com uma Polícia Civil equipada, preparada, com bons salários e incentivada, o índice de homicídio cai assustadoramente.

Infelizmente, não é sempre investida pelo poder público, porque não se vê a Polícia Civil, porque não usa farda, mas eu quero colocar aqui que é uma das principais dentro da estrutura de segurança pública.

A Polícia Civil é fundamental para que não haja a impunidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de dizer da importância do tema e que eu não sinto nenhum tipo de constrangimento em termos incluído extrapauta. Eu acho que esse é o discernimento nosso.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Tem temas que exigem, cujo debate já está maduro, é antigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha.*) – Por gentileza, eu vou ter que acabar pedindo para dar uma esvaziada aqui na lateral, porque está muito, muito confuso isso aqui.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está pior do que recreio escolar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está. Está.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Está pior do que recreio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora, só um minuto. Deixa eu pedir aqui para os nossos assessores que estão aqui na lateral, nas duas laterais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., por gentileza, pode dar uma esvaziada aqui, por favor?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E também pedir ao Senador Esperidião Amin. Ele é o centro lá da... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Da confusão.

Senadora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Não, eu só não sinto nenhum tipo de desconforto na inclusão extrapauta. Eu acho que este é o nosso trabalho: o discernimento em relação ao tema. O tema está maduro, já está em discussão e debate há muito tempo, e eu gostaria de destacar da importância da estruturação da segurança pública.

O nosso estado – o meu Estado do Tocantins e do Senador Eduardo Gomes – tem um desenho diferenciado da segurança pública, e a nossa bancada vem continuamente colocando recurso para a Polícia Civil. Ela precisa ter condição de trabalho, estruturação, formação. Então, quero parabenizar o Senador Contarato pelo voto e, ao mesmo tempo, pela disposição em tornar uma realidade a regulamentação e as condições de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Presidente Davi, na verdade, eu queria apenas dar um depoimento. Nós na...

Se essa moça saísse da minha frente... Só um instantinho. (*Risos.*)

Obrigado.

Presidente Davi, eu queria apenas dar um depoimento. Na nossa Comissão, Comissão a qual eu presido, a Comissão de Segurança Pública, nós tivemos um trabalho que ajudou, e ajudou muito, para que esse processo da Polícia Civil tivesse a maior celeridade possível. E aqui eu quero dar um testemunho e agradecer o meu Senador querido, o Contarato, pelo trabalho; pelo trabalho, pela dedicação, pelo empenho.

E hoje eu estou tendo o prazer de estar aqui também na CCJ. Vou votar a favor, porque entendo que a nossa Polícia Civil – eu vou falar pela Polícia Civil do meu estado, que não é diferente da do Brasil todo – presta um trabalho de fundamental importância à sociedade do nosso país. Então, a Polícia Civil dispensa elogios, porque a sociedade conhece o trabalho da nossa Polícia Civil brasileira.

Então, queria parabenizar o Senador Contarato, todos os membros da Comissão – vejo o nosso General aqui presente –, todos que ajudaram lá na Comissão de Segurança Pública para que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudéssemos hoje estar votando esse projeto aqui nesta Comissão tão importante, que é a Comissão que V. Exa. preside.

Então, parabéns, Senador Contarato, pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, Senador Contarato, o senhor, que recentemente visitou Florianópolis, deve trazer de lá um pouco do nosso vento sul, que é um vento inspirador e pacificador. Foi mencionado aqui que um dos (*Falha no áudio.*)

Um dos planos suscitados o foi por mim. É verdade. E queria lhe dizer, especialmente ao Senador Fabiano Contarato, que hoje é dia do aniversário do Capitão Augusto, o senhor sabia disso? Que é o autor do projeto. E eu falei com ele: a minha divergência, que V. Exa. talvez possa atender, desde que eu aprimore a redação, não é contra a lei orgânica das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros. O senhor já desbastou do projeto algumas impropriedades, para não dizer outra coisa.

Por exemplo, só para recordar, Senador Flávio Bolsonaro, o projeto proibia que se usasse a palavra bombeiro, se não fosse bombeiro militar. Quer dizer, abolia uma profissão internacional.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Da Polícia Civil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, essa era a parte dos bombeiros militares. Então, por isto é que eu pedi uma audiência pública. Aliás, eu não pedi uma audiência pública, eu participo da audiência pública, mas creio que será possível solucionar "o problema que eu criei" – entre aspas –, como foi dito aqui, acho que pelo meu amigo Girão. Naturalmente, para que melhorasse a simpatia à minha pessoa, ele disse isso: "Quem criou esse caso foi o Amin". Mais um.

Eu quero dizer que eu estou promovendo uma solução, de sorte que o seu relatório, que foi realmente uma obra-prima de tolerância, porque o senhor.... Esse relatório, o senhor tem que levar para casa como a Arca da Aliança, que o Davi Alcolumbre tem na casa dele, o Jaques Wagner tem. O pessoal do outro lado do Rio Jordão tem a Arca da Aliança como símbolo do seu acordo com Deus, não é assim?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse projeto de lei, que vai ser aprovado, se Deus quiser, vai ser a Arca da Aliança dele com a Polícia Militar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas este projeto é que vai ser a Arca da Aliança.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai ser o grande acordo dele, que é egresso e militou durante a sua vida profissional na Polícia Civil, com a Polícia Militar, porque sempre teve aquela diferençazinha funcional. Que a Swat queria ser apaziguadora. Imagine você contar com a Swat como o poder moderador dessa encrenca?

Então, eu queria dizer o seguinte: eu estou tratando, Senador Contarato, e vou procurar uma solução que permita que os bombeiros voluntários possam existir, respeitadas as questões técnicas pertinentes, mas, se possível, postergando a sua regulamentação para uma questão mais específica do que esta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que tem como objetivo organizar as polícias e os bombeiros militares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado, Senador Amin. Só para registrar que nós vamos votar ainda hoje o requerimento que trata do PL das polícias militares, em que está incluída a fala de V. Exa.

Esse que nós estamos deliberando é a Lei Geral da Polícia Civil.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Tem como deliberar o pedido de urgência para o Plenário, para hoje, desse projeto de lei?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Após apreciação da matéria.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O último Senador inscrito para discutir, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as discussões que envolvem as polícias e ainda votaremos, segundo V. Exa., a matéria tão bem dissecada aqui pelo Senador Amin, mas neste momento é a Polícia Civil.

A Polícia Civil, nós sabemos, ao longo dos anos vem sendo quase que desmontada, sucateada. E no meu estado, eu sou testemunho, até porque venho de longos mandatos, e vi... houve um momento na nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história do Espírito Santo em que a tropa da Polícia Militar era o único estado em que o efetivo diminuía, quando nós assumimos o posto de estado mais violento do Brasil.

A Polícia Militar prende, a Polícia Civil é que faz o processo investigativo, e hoje o processo investigativo, com a tecnologia que avançou, é preciso que, tecnicamente, ela esteja preparada, porque uma Polícia Civil analógica, hoje, não chega a lugar nenhum. E parece que muitas Polícias Civis, inclusive do meu Estado, o Espírito Santo, ainda não é uma polícia tecnológica. A tecnologia avançou e eles ficaram analógicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Aí vai entrar uma série de coisas, Sr. Presidente, do descaso – descaso –, vamos entrar na questão salarial, na questão do respeito, até porque a mídia, a mídia esquerdista mirou na polícia, seja a militar, seja a civil, sejam os bombeiros. E a polícia é um mote para apanhar todo dia, num país em que vagabundo tem os seus protetores, os seus flanelinhas que passam pano para vagabundo, mas a polícia paga o preço. Isso não é honroso.

Então, nós temos uma dívida. O que vai acontecer hoje aqui é uma dívida que está começando a ser paga, que é velha no Brasil inteiro. Os Senadores do meu estado sabem o quanto ao longo dos anos nós sofremos o sucateamento. E na época da tecnologia não dá para ter uma Polícia Civil que faz a investigação trabalhando de forma analógica, mal paga, desrespeitada e sem tecnologia.

Eu quero parabenizar o sindicato, a associação da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo pelo esforço, pela luta; quero parabenizar a luta de todos aqueles que entendem da mesma forma o papel da polícia nos seus estados e o esforço desses líderes, que não abriram mão em nenhum momento de buscar para a categoria aquilo que lhe é de direito, porque a Polícia Militar prende, executa o mandato de prisão, mas é a Polícia Civil que vai pagar o preço do dia a dia em uma investigação que nem sempre resulta no resultado que a família da vítima quer por falta exatamente desse reconhecimento e de investimentos que são necessários.

Parabenizo o Relator da matéria, parabenizo o meu estado, e falando em nome do meu estado, eu parabenizo as Polícias Civis de todo o país.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa., com a anuência do Plenário, já que o item 10 tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido um item que, aliás, vem sendo reiteradamente, desde abril, adiado, que pudesse haver a inversão de pauta para que a gente pudesse discutir e votar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Daniella Ribeiro, nós vamos fazer a deliberação desta matéria que foi incluída extrapauta; vamos fazer a deliberação da questão da compensação, que é uma solicitação do Governo, do Projeto de Lei Complementar 136, que foi incluído extrapauta; e, em seguida, será a PEC relatada por V. Exa., de autoria do Senador Nelsinho.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Após a PEC, eu boto o projeto de V. Exa.

Está encerrada a discussão.

Em votação.

O Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a construir parecer da Comissão, favorável ao projeto. (*Palmas.*)

Em votação o requerimento de urgência, subscrito pelo Senador Marcos do Val e pelo Relator Fabiano Contarato, de urgência para o Plenário da matéria.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai direto ao Plenário do Senado.

Projeto de Lei Complementar nº 136, de 2023. Dispõe sobre a compensação devida pela União, nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, V. Exa. me permite uma pequena intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu saí daqui do plenário porque fui à solenidade de designação do nome do nosso saudoso amigo Marco Maciel, no Plenário 2, e, por isso, não pude pedir urgência para o item 3, que foi aprovado. V. Exa. permitiria? (*Pausa.*)

Eu não sei se cabe.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A gente pode...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu deixo consignado para o senhor apreciar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

A Secretaria está informando que, como é proposta de emenda à Constituição, não cabe urgência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Emenda à Constituição, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É calendário especial.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está perfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu queria pedir permissão aqui a todos os nossos convidados que estão aqui... Está complicado a gente fazer a condução da reunião e até é ruim para os Senadores, porque eles fazem as suas manifestações, tem a discussão da matéria, e a gente não está conseguindo... Tem muita reunião paralela aqui. Isso é uma coisa complicada, porque, em toda reunião, a gente fala, Marcelo, e, em toda reunião, aumenta o número de pessoas aqui na lateral.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um ambiente bom para conspirar, por isso que eles vêm para cá.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O senhor está achando que tem pouca zoada ou muita zoada?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muita zoada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, então tá. Eu achei que o senhor estava achando pouca. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer a leitura, novamente, do item que foi incluído extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 17

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 136, DE 2023

Dispõe sobre a compensação devida pela União nos termos dos arts. 3º e 14 da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, a dedução das parcelas dos contratos de dívida, a transferência direta de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal, a incorporação do excesso compensado judicialmente em saldo devedor de contratos de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o tratamento jurídico e contábil aplicável aos pagamentos, às compensações e às vinculações, as transferências de recursos aos Municípios em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), as transferências de recursos aos Estados e ao Distrito Federal em razão da redução das receitas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e as regras relativas ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e revoga dispositivo da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e das Leis Complementares nºs 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), e 192, de 11 de março de 2022.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto.

A autoria é da Presidência da República.

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de conceder a palavra ao Relator da matéria, Senador Veneziano Vital do Rêgo, eu gostaria de fazer uma manifestação.

Nós tínhamos uma solicitação do nosso querido Líder Eduardo Gomes para que ele pudesse relatar essa matéria, porque ele já tinha tratado de uma matéria correlata em relação a essas compensações, e foi uma solicitação feita pelo Partido Liberal. O Líder Eduardo Gomes, compreendendo a importância e o significado da matéria e a urgência da sua deliberação para as compensações a estados e municípios e também atendendo um pedido do Líder do Governo, Senador Jaques Wagner e também de S. Exa. o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que tinha o interesse, em nome do MDB, de relatar a matéria, fez um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gesto e, no dia de ontem, encaminhou um ofício ao gabinete da Presidência da CCJ, abrindo mão e aquiescendo à indicação do Senador Veneziano para relatar a matéria.

Então, por questão de justiça, Líder Eduardo Gomes, eu queria agradecer a V. Exa. no sentido de ter compreendido a importância e a relevância da matéria e a urgência da sua votação e ter aquiescido com a indicação do Líder do Governo para que o Senador Veneziano pudesse relatar tão importante matéria no dia de hoje.

Concedo a palavra ao Líder Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Senador Veneziano, Líder do Governo, Líder da Oposição, Líderes de todos os partidos, na verdade, eu acho que essa é uma construção de emergência, em um momento que vem depois de vários anos, quatro pelo menos, de consolidação de recursos aos municípios brasileiros durante a pandemia, consolidação do orçamento impositivo por parte do Congresso Nacional, atendimento direto aos municípios brasileiros, e uma ponte suprapartidária que envolve assuntos municipais nos últimos anos.

Então, relevando aqui e destacando a competência, a capacidade do meu colega, do nosso Vice-Presidente Veneziano, por quem tenho uma grande admiração, e a construção paralela de Líderes de todos os partidos, de oposição e de situação, e principalmente uma escalada positiva do fortalecimento do município brasileiro, que vem desde as decisões, Líder Jaques Wagner, da decisão do Presidente Bolsonaro na divisão da questão dos recursos onerosos, a divisão entre os mais de 5,4 mil municípios, a participação direta dos recursos direto aos municípios brasileiros, e a participação em Brasília de marchas de Prefeitos positivas, com pauta positiva – e agora uma pauta de emergência –, nós entendemos que esta matéria é uma matéria, além de suprapartidária, que tem a decisiva participação do Congresso Nacional.

Portanto, Presidente Davi, eu quero só registrar que a votação na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, na CAE faz parte de todo um conjunto de fortalecimento, principalmente do Senado Federal, na questão do apoio aos municípios brasileiros, construído – faço o destaque – em várias medidas. Aqui o Ministro Senador Ciro Nogueira, que foi Chefe da Casa Civil, acompanhou de perto essa batalha dos municípios brasileiros. Então, realmente é um movimento para não retrocedermos na autonomia, nos recursos dos municípios brasileiros e, consequentemente, nos estados.

Então, faço esse destaque e entendo que está em boas mãos. E eu acho que é um dia importante para dar resposta direta a mais de 2,5 mil Prefeitos e Prefeitas brasileiros que estão na cidade de Brasília hoje e os tantos quantos que estão em todos os municípios aguardando essa importante medida para os municípios brasileiros.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente Davi Alcolumbre, os meus cumprimentos iniciais a V. Exa., extensivamente a todo o Colegiado de Sras. e Srs. Senadores integrantes da CCJ.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Devo inicialmente agradecer a sua distinção, a deferência para conosco no atendimento dirigido e formulado pela Liderança do Governo nesta Casa, Senador Jaques Wagner.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só pedindo silêncio, gente, por fineza...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – E como o Presidente antecipou-se, com a sensibilidade que lhe é muito característica, V. Exa. mencionou o gesto maiúsculo, o gesto maior do Senador Eduardo Gomes, que entendeu pessoalmente e muito por força dos laços de natureza pessoal, mas também no reconhecimento a esse trabalho conjunto, de aquiescer com essa indicação nossa para tratar um assunto de relevância suprema. Eu já ia fazer, Senador Eduardo Gomes, as menções necessárias, não protocolares, mas justas aos seus gestos, repetindo, de natureza diferenciada.

E espero, porque aqui há digitais presenças suas no relatório que nós constituímos e que vamos apresentar à apreciação... É uma matéria que a todos diz respeito e, por a todos dizer respeito, nós acatamos incluí-la como item extrapauta. São demandas que trazem os Governadores desde o ano de 2022 e os milhares de municípios, em especial neste ano, em face das diminuições que houve, identificadas em especial nesses últimos três meses.

Não é uma matéria nova. Essa matéria teve também uma passagem discursiva no Supremo Tribunal Federal, quando provocado em relação a demandas de alguns representantes estaduais, com uma sugestão final de acordo, sentados à mesa a União, os entes estaduais, o Distrito Federal e, por conseguinte, também outros beneficiados, quais sejam, os municípios brasileiros.

Agradeço a V. Exa., portanto a nossa designação.

O relatório, Sr. Presidente, na primeira parte, como de praxe, disseca, detalha os 19 artigos que compõem o projeto de lei complementar ora apreciado, cuja origem vem do Governo Federal. Portanto, peço a V. Exa. e aos demais companheiros, em razão da vastíssima agenda que haveremos de enfrentar durante essa manhã e também das expectativas geradas nos Prefeitos que se encontram em Brasília, nutridos da esperança de poder vê-la consagrada ao final com a sua sanção, que me permitam fazer já da análise a leitura do nosso posicionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão, nos moldes do art. 101 do nosso Regimento, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, bem como sobre temas de direito administrativo, direito civil das obrigações e contratos, além de direito processual civil.

A iniciativa, o PLP 136, inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas à nossa apreciação, preenchendo todos os requisitos, quais sejam, juridicidade, inovação, coercibilidade, generalidade, abstratividade e imperatividade.

A matéria objeto do projeto de lei complementar não vulnera a Constituição Federal. Destaca-se que os temas que estão sendo tratados nele estão no rol de atribuições legislativas do Congresso Nacional, e, tendo o projeto sido apresentado pelo Presidente da República, obedece às regras de iniciativa legislativa prevista no art. 61 da Constituição Federal.

A sua técnica empregada observou os ditames das Lei Complementar 95, do ano de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da nossa Carta Maior.

No seu mérito, Sras. e Srs. Parlamentares e todos os que nos acompanham pelas vias de comunicação facultadas e franqueadas por esta Casa, entendemos que o PLP nº 136, deste ano, apresenta uma proposta bastante substancial visando a equilibrar as relações financeiras entre a União, estados, Distrito Federal, e, por consequência, como nós veremos, os municípios, garantindo uma compensação justa e necessária, para que os mesmos, em face da redução de arrecadação do ICMS decorrente das alterações legais preconizadas por legislação anterior, exigiam.

Em 2022, o país se defrontou com um choque inflacionário decorrente, em certo grau, em medida considerável, pelo impasse da guerra da Ucrânia e pelos efeitos da pandemia, sem olvidarmos as consequências provenientes também de decisões políticas adotadas.

O impacto dos preços dos combustíveis e de outros bens e serviços geraram uma espiral inflacionária que pôs em risco a estabilidade econômica. Naquela oportunidade, este Congresso Nacional posicionou-se favoravelmente – entendendo a gravidade do momento e identificando a oportunidade para votarmos algumas matérias de natureza tributária – a uma série de iniciativas visando à desoneração dessa carga que incidia sobre diversos desses bens.

Em relação aos combustíveis, especificamente, a edição da Lei Complementar nº 194, de 23 de junho de 2022, obrigou os Estados a reduzirem as alíquotas aplicáveis a bens considerados essenciais (combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo). Na mesma lei, o Senado inseriu medidas de compensação a estados e municípios, Senador Eduardo Gomes. No entanto, essas compensações que estão sendo tratadas no dia de hoje, Senador Jaques Wagner, foram rechaçadas pela Casa iniciadora ou foram objeto de veto pelo então Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como consequência, a forma de compensação das perdas de arrecadação incorridas pelos Estados e o Distrito Federal prevista no diploma suscitou o ajuizamento, perante o STF, de 15 ações judiciais, Presidente Davi Alcolumbre, e a determinação, por parte daquela Corte – em 11 dessas reclamações – da compensação imediata das perdas, mediante dedução nas prestações de dívidas estaduais administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional ou nas prestações de dívidas estaduais garantidas pela União, Senador Ciro Nogueira.

Ao fim, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.191-DF, foi celebrado acordo entre estados e União para que se encerrasse o litígio, disciplinando a forma como a compensação seria feita. Eis, portanto, o propósito do projeto de lei complementar que nós estamos a discutir: cumprir a cláusula quarta do acordo referido. Qual seja – na íntegra leio:

> O Poder Executivo da União encaminhará, em até trinta dias contados da homologação do presente Acordo, Projeto de Lei Complementar que autorizará o aditamento dos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com a União e criará transferência temporária, nos termos da Cláusula Segunda, inclusive observando os aspectos financeiros e os registros contábeis e nas estatísticas fiscais definidos na citada Cláusula.

Para tanto, o presente PLP prevê as seguintes medidas:

a) definição do valor total das perdas, a ser compensado nos exercícios de 2023, 2024 e 2025, que será de aproximadamente R$27 bilhões, e o valor atribuído a cada estado e o Distrito Federal;

b) estabelecimento do modo de compensação das perdas, que consistirá, primordialmente, na dedução do valor atribuído a cada estado e ao Distrito Federal dos valores das prestações, Sr. Presidente, das...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... respectivas dívidas refinanciadas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, meu querido Relator.

Eu vou diminuir aqui. Vão ficar só dez aqui nesse lado daqui desse corredor e dez aqui.

Segure aí um instante.

Eu peço para as pessoas se candidatarem aí, por gentileza, e a gente diminuir: colocar dez assessores de um lado e dez do outro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Davi, no Exército, a gente manda para a água. É a única solução. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ajuda aí, Dr. Morales, por gentileza.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É para ficarem só dez ou para saírem dez?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para ficar dez de um lado e dez do outro.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Porque aí eles atendem 20 Senadores. Nós somos 27, está tranquilo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Remanescer. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, está tudo bem. Pronto. São 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10. Está tudo certo.

Com a palavra, o Relator da matéria.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Retomando, Sr. Presidente. Seria tão fácil mantermo-nos dessa forma.

b) estabelecimento do modo de compensação das perdas, que consistirá, primordialmente, na dedução do valor atribuído a cada estado e ao Distrito Federal dos valores das prestações das respectivas dívidas refinanciadas ao amparo da Lei 9.496, de 1997, do art. 9º-A da Lei Complementar 159, de 2017, e do art. 23 da Lei Complementar 178, de 2021, conforme o caso;

c) previsão de transferências diretas da União para os estados e o Distrito Federal caso os valores, Senador Esperidião Amin, das prestações das dívidas sejam insuficientes para compensar os valores a eles atribuídos ou não possuam contrato de dívida administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, cujo crédito pertença à União;

d) estabelecimento do tratamento contábil e orçamentário a ser dispensado às compensações e às transferências diretas;

e) autorização para baixa do ativo da União das pendências geradas no exercício de 2022 pela compensação, por força de decisão judicial, de R$9,05 bilhões;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

f) definição do tratamento que os estados e o Distrito Federal deverão dispensar aos valores compensados para efeito das vinculações às ações de saúde e educação e ao Fundeb, e das transferências por eles devidas aos seus municípios, tendo em vista que os recursos ora discutidos precisam – precisam – e devem ter a mesma repartição e as mesmas vinculações aplicáveis ao ICMS;

g) obrigatoriedade de comprovação, Senador Marcelo Castro, da transferência aos municípios de 25% do valor reconhecido a cada estado;

h) estabelecimento de que as incorporações, compensações, deduções e refinanciamentos nela tratadas não constituirão nova operação de crédito;

i) permissão para que a União celebre contratos, termos aditivos, e convênios, conforme o caso, para que se efetivem as compensações acordadas;

j) autorização para que o Ministro de Estado da Fazenda regulamente a implementação das compensações acordadas; e

k) revogação de dispositivos que limitam a alteração das alíquotas do ICMS-combustíveis e preveem que as alíquotas máximas de bens e serviços considerados essenciais para o fim da incidência do imposto não poderão ser superiores à vigente por ocasião da publicação da Lei Complementar 194, deste ano.

Aprimorando o texto original da matéria, a Câmara dos Srs. e das Sras. Deputadas, com a concordância do Poder Executivo da União, promoveu alterações pontuais.

Essas medidas atendem aos estados, ao Distrito Federal e, em particular, aos nossos milhares de municípios, que têm sido impactados com quedas na arrecadação e nas transferências legais em virtude de medidas como a correção da tabela do Imposto de Renda.

Para tanto, a Câmara acresceu dispositivo para que a União antecipe, senhoras e senhores, as compensações, mediante a entrega de valores previstos para o ano de 2024, nos termos de ato do Ministro de Estado da Fazenda; e, também, incluiu disposição com vistas a cobrir as perdas reais do FPE e do FPM – eis um parágrafo de muita relevância. É a antecipação do que estava proposto para o ano de 2024, para que seja já, neste ano, feito aos governos estaduais, com a inclusão também da reparação aos montantes de FPM e de FPE, comparados ao período do ano de 2022.

A antecipação dos valores não alterará – não alterará – o cronograma previsto para 2025; poderá ter seu valor reduzido em função dos montantes já compensados nas ações judiciais movidas pelos entes e ocorrerá por meio de transferência direta da União, independentemente da existência de contrato de dívida administrado pela STN com o respectivo Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encaminhando-me para o final, já no tocante ao FPM, o dispositivo acrescido pela Câmara compensa as perdas nos meses de julho, agosto e setembro do corrente ano. A União transferirá a diferença entre os valores creditados em 2023 e em 2022, corrigidos monetariamente.

Ademais, ao término de 2023, a União complementará os recursos do FPM, Sras. e Srs. Prefeitas e Prefeitos municipais, caso se constate redução real do repasse quando considerado todo o exercício, nos termos de ato do Ministro da Fazenda.

Para o FPE, as perdas dos meses de julho e agosto de 2023 serão cobertas, cabendo à União transferir a diferença entre os valores creditados em 2023 e em 2022, sem correção, e anteriormente à incidência de descontos de qualquer natureza

Conforme os cálculos do Poder Executivo, a antecipação da compensação representará crédito imediato para os entes estaduais no valor de R$10 bilhões, dos quais a quarta parte caberá especificamente aos Municípios. A compensação pela redução dos repasses, por sua vez, será de aproximadamente R$2,3 bilhões, para o FPM, o fundo municipal, e de R$ 1,6 bilhões, para o FPE.

Outra alteração, meramente redacional, serve para certificar que os Municípios também deverão observar, para os recursos recebidos em virtude do presente acordo, as mesmas vinculações aplicáveis à cota parte de ICMS.

Entre os pontos positivos do PLP, destacam-se a clareza em definir os objetivos e escopo da lei, garantindo a transparência e facilitando sua implementação. O projeto propõe soluções para a compensação financeira, dedução de dívidas, transferências diretas e outras medidas que proporcionarão um ajuste financeiro bastante robusto, mitigando os efeitos negativos da redução de arrecadação do ICMS verificados no ano passado.

Além do mais, o projeto considera a necessidade de manter as vinculações constitucionais e legais relativas à saúde, à educação e ao Fundeb, demonstrando sensibilidade para garantir, Senador Ciro, investimentos em áreas essenciais.

Garante, ainda, o repasse dos recursos devidos pelos estados aos seus municípios, prevendo a necessidade da dessa transferência, sob pena de serem cessados os abatimentos de dívida e as transferências diretas decorrentes do acordo.

O PLP 136 também busca manter a responsabilidade fiscal, não constituindo novas operações de crédito e estabelecendo diretrizes para a contabilização adequada das compensações e transferências.

Portanto, considerando os aspectos positivos apresentados pelo projeto de lei complementar, nosso parecer, com a colaboração decisiva dos companheiros e companheiras, é favorável à sua aprovação, ressaltando a importância de contribuirmos para um equilíbrio financeiro justo e responsável entre os entes federativos, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico e social para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveitamos a oportunidade de ser justo e de justiça para cumprimentarmos todos os agentes públicos envolvidos nessas negociações que precederam a apresentação do projeto que ora analisamos. O Ministério da Fazenda, a Advocacia-Geral da União, bem como os governos estaduais e do Distrito Federal, por meio de suas procuradorias, tiveram altivez e espírito público para que construíssemos um acordo maduro e equilibrado e que foi previamente homologado pelo Supremo Tribunal Federal e honrado neste projeto pela União. A proposição já contou com o beneplácito da Câmara dos Deputados e Deputadas e, no Senado Federal, foi recebido com o cuidado e o sentimento, Sr. Presidente Davi Alcolumbre, de urgência – entendido como tal pelo Colegiado – que o tema demanda.

Afinal, cremos nós que os nobres pares poderão votar favoravelmente à sua aprovação, com segurança e tranquilidade, certos de que estaremos contribuindo com a higidez das contas públicas dos estados que representam e todos os nossos municípios.

Eis o nosso posicionamento, Senador Davi Alcolumbre.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 136, de 2023.

Obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para discutir a matéria, Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero começar dizendo da importância desse tema. E eu diria da pertinência, no momento em que os Srs. Senadores estão tendo os seus gabinetes aqui assediados – no bom sentido, inclusive –, de forma legítima, pelos Prefeitos de cada estado de Federação, que estão sentindo na pele o efeito perverso de uma queda brutal da transferência de arrecadação do Governo Federal para os municípios, principalmente os estados do Norte e Nordeste do país, que dependem muito, eminente Presidente, do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, e é importante que se faça uma contextualização, para entendermos o que está acontecendo.

Os principais vetores de formação do Fundo de Participação dos Municípios e do FPE é o Imposto sobre o Produto Industrializado e o Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica, que vêm caindo gradativamente este ano de 2023, porque, apesar, eminente Senador Eduardo Gomes, de termos um aumento do Produto Interno Bruto fruto do crescimento do agro e do setor de serviços, nós estamos tendo uma queda de arrecadação brutal no comércio e na indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comércio está vendendo cada vez menos e, por sua vez, encomenda cada vez menos a indústria. Isso é um ciclo vicioso perverso. E o Governo, inerte, assiste ao crescimento geométrico de compras nesses *sites* estrangeiros.

Talvez seja necessário o Governo tratar também do problema e não do efeito. Talvez seja necessário que o Governo comece a tomar medidas levando em consideração a questão estrutural da economia, porque nós estaremos aqui como se estivéssemos numa canoa cheia de buracos, com uma caneca na mão, tirando a água que continua a jorrar dentro dessa canoa.

Eminente Relator, V. Exª fez um trabalho admirável, Senador Veneziano, mas isso é importante como alerta aos senhores. O Estado de São Paulo, que é um dos mais importantes da Federação, teve uma queda de arrecadação nos primeiros seis meses – chamo a atenção dos Sr. Senadores – de quase 10%. E o Produto Interno Bruto lá cresceu mais de 2,5%. Olha que paradoxo, Senador Marcelo Castro! E quando há a queda da arrecadação no comércio e na indústria, sofrem os Prefeitos que estão na ponta para atender a população nas suas necessidades mais comezinhas, na saúde, na educação, na assistência social, no socorro aos seus munícipes.

E isso é mais forte ainda nos municípios dos estados do Nordeste, Senador Marcelo Castro, Senador Girão, e do Norte do Brasil, que dependem fundamentalmente desses repasses. E nós estamos discutindo aqui um apoio emergencial de antecipação de ICMS de 2024 para 2023. Ou seja, estamos dando com a mão e tirando com a outra. Vai ser um recurso que não vai acontecer novamente no próximo ano. E o problema vai perdurar.

Feito esse alerta, quero lembrar que nós estamos no momento em que se acusa o Governo anterior de medidas populistas. Pois muito bem, nesses seis primeiros meses, nesses seis primeiros meses, Srs. Senadores, o Governo deixou de receber mais de R$30 bilhões de dividendos de empresas como, por exemplo, a Petrobras, que utilizou como política para subsidiar o petróleo – que foram consideradas eleitoreiras na gestão anterior –, diminuir a remuneração aos seus acionistas de 65% para 40%, com impacto direto na formação do bolo tributário que é repassado para municípios e estados brasileiros, penalizando quem está na ponta, penalizando o cidadão que está lá no interior do Brasil.

E aí, senhores, é evidente que temos que votar o projeto, mas eu faço um apelo ao nobre Relator e aos nossos pares que tenhamos atenção, por exemplo, ao art. 15. Há um jabuti plantado aqui – chamo a atenção dos senhores. A Constituição é clara quando fala que os recursos que têm que ser repassados para a educação e para a saúde no ano subsequente são em função da receita corrente líquida, que é apurada ao final do período. E o Governo aqui diz o seguinte: que é o que foi estipulado ou que foi apresentado pela LOA, pela Lei Orçamentária.

Nós vamos ter uma subtração em recursos da saúde e da educação, mais de R$20 bilhões. Este Governo que diz defender a saúde e a educação planta um jabuti aqui onde claramente se retiram recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essenciais para a população brasileira. Eu faço um apelo ao Sr. Relator que reveja, dentro da sua condição de Relator, esse art. 15, que claramente retira recursos da saúde e da educação. Faço um apelo aos nobres pares para que reflitam.

Hoje, inclusive, há uma matéria que foi veiculada pelo *Valor Econômico* e também replicada aqui no nosso *site* da Câmara dos Deputados, que trata aqui de que este projeto também permite que nós possamos diminuir o período entre os aumentos que são dados, de alíquotas do ICMS, que incidem sobre o combustível. Então, nós estamos fazendo um liberou geral, porque, no ano passado, foi definido que era 18% para todo o Brasil. Com esse projeto, nós estamos permitindo que os estados possam fazer as suas alíquotas e, ao mesmo tempo, estamos permitindo que eles o possam fazer em qualquer período, sem qualquer condição mínima de tempo entre uma alíquota e outra.

Então, é evidente que nós queremos votar o projeto, eminente Presidente, mas sabemos da dificuldade dos senhores Prefeitos, que estão com dificuldade de atendimento.

Mas o primeiro alerta é que o Governo está tratando a causa e está mantendo o efeito, ou seja, o problema vai perdurar. O segundo é que há um jabuti claramente inconstitucional, que retira recursos da saúde e da educação, que é o art. 15. E, por fim, essa condição que permite o liberou geral na questão das alíquotas e da temporalidade da sua aplicação do ICMS nos estados brasileiros, para uma população que já paga tão caro pelo combustível e que impacta diretamente a inflação.

Nós sabemos das intempéries desse processo, de como isso acontece e com ações de que nós sequer temos controle, em função de problemas da Opep, de guerra, etc., etc., etc. Enfim, nós precisamos de previsibilidade e segurança jurídica.

Então, elogiando aqui o belo trabalho feito pelo Senador Veneziano, que, sem dúvida nenhuma, honra esta Casa, é um extraordinário Parlamentar, apenas chamo atenção para esses pontos, ao mesmo tempo em que me coloco à disposição para votarmos rapidamente o projeto, já que nós estamos tratando aqui de um socorro emergencial para os municípios, que estão colapsados pela queda abrupta da sua arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na mesma linha do que foi dito e alertado aqui pelo Senador Rogerio Marinho, eu tenho um carinho, um apreço muito grande pelos Prefeitos brasileiros, em especial do meu Piauí. Sei da aflição. Passamos o dia de ontem e de hoje recebendo a visita dos Prefeitos, trazendo a sua aflição, fruto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa queda de arrecadação. Prefeitos com as suas contas atrasadas, alguns já com salários atrasados pelo país afora, prestadores de serviço.

Mas nós não podemos, meu querido amigo e grande Senador Veneziano – o senhor sabe do meu apreço. O seu relatório está brilhante, menos nesse aspeto. Nós não temos como aprovar nesta Casa esse art. nº 15. Ele é inconstitucional, porque nós não podemos, Senador Girão, mudar nossa Constituição, pois isso já está bem claro aqui no art. 198, com uma lei complementar. Isso é impossível, não é permitido.

Então, na prática, é aquilo que o Senador Rogerio falou: isso é um jabuti que o Governo Federal quer – e ia passar despercebido aqui por essa Casa –, para que nós saíssemos, todos nós, daqui, Senador Marcelo – você, que foi Ministro da Saúde, tenho certeza de que não concorda com isso –, tirando mais de R$20 bilhões da saúde e da educação.

Na prática, meu querido Líder Jaques Wagner, é isso que o Governo Federal quer com esse jabuti do art. 15. Então, eu faço um apelo ao Senador Veneziano para que suprima isso.

Eu ia apresentar, Senador Presidente Davi, um destaque para suprimir isso, mas foi colocado extrapauta. Mas, se isso não ocorrer, não tem condições desta Casa sair com essa imagem de ter retirado mais de R$20 bilhões da saúde e da educação do nosso país, aproveitando a aflição dos Prefeitos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu me sinto representado pela fala do Senador Ciro Nogueira, antecedida pela fala do Senador Rogerio Marinho.

Queria só esclarecer o seguinte: na semana passada, nós víamos praticamente a base do Governo dizer que o marco temporal era uma mudança da Constituição, quando não é uma mudança através de uma lei. Agora, a comparação legiferante é a mesma, a comparação legislativa é a mesma. Neste caso, nós estamos alterando uma prescrição constitucional através de um projeto de lei complementar.

Então, confirmando as palavras do Presidente do meu partido, Ciro Nogueira, e as palavras mais detalhadas até do Senador Rogerio Marinho, eu não vou acrescentar, vou dizer que me considero representado por ambas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero dizer que nós estamos pagando o preço de uma taxa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de juros de quase 13% ao longo de um ano, que parou a economia, e que todos sabem que o comércio e que a indústria dependem do crédito.

Nós vimos as concessionárias, mesmo com o incentivo, não conseguirem vender porque falta crédito. Não é falta de dinheiro. Não há condição de um indivíduo tomar crédito a juros com essa taxa básica estabelecida pelo Banco Central. Estabelecida por um Presidente a quem esta Casa deu autonomia e que foi proposta pelo Governo anterior. É preciso que a gente leve em consideração o fato histórico. E o que nós estamos colhendo este ano é fruto de um avião sem piloto durante quatro anos do Governo anterior. A gente precisa ter mais honestidade quando a gente argumenta e quando a gente fala sobre economia.

A segunda questão é que este Governo teve a coragem de criar o Desenrola para tirar as pessoas da marginalidade do crédito por endividamento, causada por juros que ninguém teve a coragem de enfrentar e que esta Casa, este ano, está enfrentando, inclusive os juros do crédito rotativo.

Nós precisamos, temos e sabemos que tem uma chaga gigante neste país que são as altas taxas de juros. Sem resolver isso, que está sob a autonomia do Presidente do Banco Central e que o Governo não tem... é importante que a sociedade que está nos ouvindo saiba que o Governo não consegue interferir na taxa de juros porque foi dada a autonomia ao Banco Central no Governo anterior, e nós estamos pagando o preço, a sociedade está pagando o preço.

Vir dizer que é o comércio, que representa um pequeno percentual de compras externas, que isso estaria comprometendo no ano anterior... mas não comprometeu, o que comprometeu foram as taxas de juros que vêm sendo praticadas, que fizeram a nossa economia parar. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é sobre a saúde, Sr. Presidente. Nós tínhamos uma regra de 15% das receitas corrente líquidas, essa regra era a que estava em vigor, e foram colocados mais R$20 bilhões com a PEC da Transição. E o Ministério da Fazenda fez uma consulta sobre este recurso da área da saúde: se a regra seria a regra dos 15% da receita corrente líquida ou se seria a regra nova... dos 15% da receita corrente líquida, voltando à regra constitucional, depois da aprovação do marco do regime fiscal que o País adotou.

Então, o que nós temos aqui é uma situação... ou mantém o que vinha sendo ou muda, por causa da anualidade, o princípio da anualidade do ponto de vista tributário. Então, R$149 bilhões, que foi o que foi gasto, mais R$20 bilhões, dá R$168 bilhões, o que trancará e obrigará a retirar recursos de outras áreas, porque existe uma determinação constitucional para complementar.

Então, é falaciosa essa história de que o Governo está retirando dinheiro da saúde. Precisamos fazer o debate, mas o debate com a precisão e a honestidade dos fatos, dos dados, sob pena de a gente passar uma ideia falsa para a sociedade brasileira, em nome de um debate político que não é honesto, que não é decente com o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega de enrolar o povo brasileiro com taxa de juros de 13% ao ano. Chega de enrolar o povo brasileiro e dizer que isso não é um problema. Nós dissemos aqui: é a questão da paridade de preço de importação que gerou a inflação que produziu essa taxa de juros, e isso foi no Governo anterior, e está sendo corrigido agora.

Então, é preciso que a gente faça essa análise de forma mais detida e mais cuidadosa para a gente não informar de forma errônea a sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Líder Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, Davi, colegas Senadores, Senadoras, eu confesso, peço vênia ao Senador Rogério Marinho e ao Senador, querido amigo, Ciro... porque tem algumas inversões aqui que são difíceis de acreditar, Presidente. Eu nem sou constitucionalista, mas quem acabou, pelo que me consta, com o piso da saúde de 15% da RCL não foi este Governo. Foram os Governos que instituíram a medida tão simplória quanto ineficiente do chamado teto de gastos, que acabou com o piso de 15%. Acabou com o piso da saúde em função de uma regra, repito, tão simplória quanto ineficiente e ineficaz. Tanto assim que o teto de gastos, se chovesse, virava uma goteira de tantas vezes que o teto foi furado ao longo da sua história.

Finalmente se fez um arcabouço fiscal um pouco mais moderno, mais inteligente e, portanto, flexível. Se a economia vai bem, você pode gastar um pouco mais; se a economia vai mal, você tem que segurar o gasto. O teto era uma coisa parada. Então, não fomos nós que acabamos com o piso. Quem acabou – vou repetir aqui para ficar claro para os colegas – com o piso da saúde de 15% da RCL foram os Governos que instituíram o teto de gasto, não foi este Governo.

Portanto, aqui falar que estamos querendo tirar... Não há governo que invista mais em saúde. Estão aí os 7 bilhões para compensar a questão da enfermagem, do piso da enfermagem. Depois da PEC da transição, aquilo que este Congresso abriu e fez a negociação, em dezembro do ano passado, para permitir que o Governo começasse, nós destinamos mais de 20 bilhões para a saúde.

Portanto, o orçamento, que também não foi feito por este Governo, foi feito ainda no Governo passado, por este Congresso Nacional – pelo menos pelo Congresso Nacional –, ele é que previu como era a forma... O teto de gastos só caiu em agosto, senhores, só aí que retorna o piso da saúde de 15% da RCL. Querer agora dizer que é inconstitucional e tentar levar para o começo do ano o que caiu em agosto, quando o conceito da anualidade é um conceito já consolidado na legislação brasileira, da anualidade do orçamento, me permitam, não é um argumento em linha reta. Então, aqui não se está tirando nada; ao contrário, se for olhar em relação a este ano, nós colocamos, eventualmente, aproximadamente, somando com o piso da enfermagem, perto de 30 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, Senador Rogerio Marinho – me permita a franqueza –, ao reduzir a remuneração da Petrobras dos seus investidores na forma de distribuição de dividendos e lucros, ninguém visou prejudicar o bolo para prejudicar Prefeitos, porque V. Exa. deve saber que na Bolsa de Nova York temos vários investidores internacionais que recebiam esse mesmo dividendo, ou seja, é dinheiro indo para fora em vez de ficar aqui dentro, para fazer o que a Petrobras há muito tempo não fazia: investimento em tecnologia e investimento em novas prospecções. Foi por isso que nós descobrimos o pré-sal, com muito dinheiro investido.

Quem já se esqueceu do famigerado PPI, que foi acabado agora? A cada noite, a cada dia, dormia-se com um preço e acordava com outro. E não é parceria do preço internacional – é bom que se esclareça isso –; apesar de parecer, é parceria do preço de internação, de importador, ou seja, nós sacrificávamos o povo brasileiro para sustentar todo o direito de funcionar das empresas que importavam petróleo ou importavam combustível.

Senador Marinho, quando nós reduzimos o preço da gasolina, foi beneficiado o povo brasileiro, os pequenos municípios, é claro, porque eles também recebem produtos que caminham pelas estradas com óleo diesel. Se o óleo diesel fosse mais caro, o transporte seria mais caro, e o produto chegaria mais caro.

Então, pelo amor de Deus, isso aqui está sendo feito para socorrer os municípios e estados que perderam. Aqui não tem nenhum jabuti para fazer coisa de subterfúgio. E vou repetir: senhores, quem acabou com o piso da saúde foram os Governos que instituíram o malfadado teto de gastos, que acabou com o piso de 15%.

Porém, as mesmas pessoas que acabaram com o piso da saúde, agora, são os defensores da saúde. Acabou em 30 de agosto o teto, e aí querem usar para o ano inteiro o piso de 15%. Não existe isso; regra mudada é usada com a anualidade, o que já é consagrado.

Então, Sr. Presidente, eu peço aos colegas que mantenham o texto vindo da Câmara, porque há inúmeros Prefeitos aqui que precisam desse socorro, estão desesperados; precisam, como foi dito pelo Senador Rogerio Marinho – e eu concordo –, de medidas definitivas para equilibrar suas contas, mas hoje – outubro – eles precisam fechar o ano, pagar sua folha e pagar os seus credores. É por isso que o Governo, mesmo na dificuldade fiscal, está entrando com isso.

Então, era só para esclarecer, Presidente, porque não foi este Governo que tirou investimento da saúde. Pelo amor de Deus, pelo menos reconheçam isso!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, eu concordo que os municípios não têm condição de esperar mais. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade da maioria dos municípios do meu estado, e não só os do meu estado, porque o movimento é nacional, é de total desespero, sem conseguir saldar as contas.

Eu me preocupo com o retorno para a Câmara, em virtude do tempo, mas também não posso deixar de falar, e com muita segurança, porque, mesmo tendo uma direção, na época, do próprio partido apoiando o teto de gastos, eu fui a única do meu partido que votei contra o teto de gastos. Mas também, de igual forma, eu não posso me furtar a essa discussão sobre a perda de recursos para a saúde ou para a educação. Quero me manifestar. Sei que foi feita uma consulta ao TCU sobre essa questão dos tetos, tanto da educação quanto da saúde, para saber qual é o entendimento do TCU, e eu de forma alguma voto ou aprovo qualquer medida que tire dinheiro da educação e da saúde.

Eu não sei qual tratamento poderia ser dado, se isso pode ser discutido em um outro espaço... Ou o compromisso, Líder Jaques Wagner, do veto a esse artigo, se realmente tiver comprometimento dos percentuais para a saúde. Eu acho, inclusive, que o Governo está aplicando mais porque passou recursos para os municípios e estados apoiarem o teto da enfermagem, mas não me sinto confortável, em hipótese nenhuma, de tirar recursos da educação ou saúde. Não tenho conforto nem segurança para tratar desse tema.

Então, a minha sugestão, para que a gente pudesse evitar voltar para a Câmara e piorar ainda mais a situação dos municípios, é pensar sobre uma possibilidade de um compromisso de veto em relação ao art. 15, se realmente estiver tirando recursos da saúde e educação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, a CCJ não é Comissão de mérito, mas temos que falar do mérito. Mas, se a CCJ é Comissão de Justiça, constitucionalidade, o art. 15 não pode ser substituído por uma lei complementar.

Está-se falando aqui muito, assim, sobre o mérito de cada coisa, governos anteriores e uma série... E aí, se a gente tiver que voltar a governos anteriores, meu amigo Jaques Wagner, por quem tenho grande admiração – até porque eu sou judeu adotado em Cristo, e sou descendente de judeu etíope –, mas, V. Exa... eu acho que V. Exa. era Ministro da Dilma.

Assim que terminou a eleição com o Aécio, ela tirou R$15 bilhões da educação e R$10 bilhões da saúde. Não sei se os números... Mas sei que foram R$10 bilhões e R$15 bilhões, de um e de outro. Se o argumento vem de outros governos, e nós estamos discutindo mérito...

Os corredores estão cheios de Prefeitos, eles estão muito mais decepcionados e desiludidos. Eu acho que a depressão bateu mais forte, porque no processo eleitoral eles ouviram as palavras "Fundo de Participação dos Municípios", que nós vamos melhorar, nós vamos fazer melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se vê no Brasil hoje é desemprego, empresas estão quebrando, estão indo embora, o capital estrangeiro está indo embora. Se o argumento é esse...

Eu estava aqui quando protestei no Plenário. O Presidente era o Senador Renan, que está do meu lado aqui – e gosto muito porque, na época em que ele era Presidente, o STF não tirava farinha com esta Casa, quero relembrar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quero relembrar. É preciso que esse tempo volte, que os Poderes se respeitem, onde um não queira tirar farinha em cima do outro.

E eu fui para tribuna e verbalizei isso, porque a última publicidade do processo eleitoral da Dilma na televisão era um prato cheio de comida e dizia que, se Aécio virasse Presidente, aí sumiria a comida do prato – sumiria –, porque ele iria aumentar impostos. E foi a primeira coisa que ela fez na primeira semana, exatamente na educação e na saúde, como disse aqui a Senadora.

E também a mim me preocupa... Se nós pudéssemos procurar uma fórmula, até porque, Senador Ciro, na linha do que V. Exa. falou... O Marinho não está aqui, é o Líder da oposição, e eu sou o seu Vice-Líder, então não é ao Marinho que o judeu se dirigiu aqui, agora é o Magninho, no lugar do Marinho. Estão tirando R$20 bilhões, Senador Davi. Está mais que claro.

Nós estamos debruçados nesse assunto, a oposição, já há algum tempo, e em função disso nós entendemos e encontramos: é um jabuti sim. O Senador Jaques Wagner tem uma experiência vastíssima na vida, eu não vou nem falar a idade dele, embora ele pareça ser mais novo, mas ele sabe mais do que todo mundo – e o jeito de falar, o timbre de voz, voz de locutor de AM de madrugada, que convence e que vai convencendo –, ele sabe, na verdade, que existe aqui um jabuti, Senador Mourão, e que, na verdade, o art. 15 não pode nunca...

Com todo o brilhantismo do meu querido Veneziano aqui – que não está próximo de disputar a eleição, mas está deixando o cabelo crescer novamente, porque, quando chegar a reeleição ele estará cabeludo de novo, porque é a marca dele –, com todo o brilhantismo de Veneziano, nós da oposição entendemos, Sr. Presidente, que a população brasileira, na educação e na saúde, é que realmente está sendo atingida agora.

Eu votei a favor quando o Temer assumiu e criou o teto de gastos, e na verdade ele não foi um mal para o Brasil – não foi um mal para o Brasil. O mal para o Brasil é a gastança horrorosa. Por exemplo, você precisa dar um exemplo: se você falar que o Presidente Lula precisa parar de viajar ou viajar menos, alguém diz assim: "Mas, se juntar tudo que ele viajou, esse dinheiro não resolve o problema do Brasil".

Claro que não resolve, mas é o gesto. Se o Brasil está quebrado e precisando, precisa de um gesto, de um Presidente que diga: "Não vou viajar, não saio do país, não gasto um litro de combustível, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu país está quebrado e está precisando". Que dê o exemplo. Mas, se esse exemplo não vem nem de cima, então qualquer argumento para mim fica absolutamente vazio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Davi Alcolumbre.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar meu colega Senador Veneziano Vital do Rêgo. Tudo que Veneziano faz é com muito esmero, com muita serenidade. Nisso aí a gente não tem discordância.

Eu só queria fazer uma ponderação, juntando-me aos colegas Rogerio Marinho, Magno Malta, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, porque eu venho do Nordeste, Senador General Mourão. E nós tivemos um caso muito emblemático no Nordeste, que nunca tinha sido visto na história, que foi uma paralisação, uma greve dos Prefeitos, dos serviços, o que impactou diretamente a população, e não foi pouco, não. Foram, exatamente aqui, pela greve, 16 estados atingidos, a maioria do Nordeste.

E um detalhe: os Prefeitos – e lá no Nordeste eu viajo, Senador Alan Rick, bastante, lá no Ceará –, a maioria deles que fizeram o L, estão extremamente revoltados, decepcionados, constrangidos até. Há uma queda de 40% em muitos deles.

E a gente tem que dar o exemplo. Nós estamos na Comissão de Constituição e Justiça. Não é pouca coisa; é a Comissão mais importante, considerada aqui pelos Senadores, desta Casa revisora da República. E nós somos a Casa revisora da República.

Então, quando se fala do Banco Central... Sempre este Governo Lula quer achar um culpado para a sua incompetência, para a sua extravagância. Vem falar no Presidente do Banco Central, vem atacar... Aliás, eles só olham no retrovisor o tempo inteiro. Você já viu este Governo olhar para frente? Ele só olha no revanchismo, na vingança. Esse é o espírito que está, infelizmente, conduzindo este Governo, que fala em pacificação – eu não entendo! –, que fala em democracia, e persegue seus adversários, os seus críticos ao sistema, de forma implacável, sem dó.

E a extravagância é um negócio vergonhoso. Senador Magno Malta, não são só os R$52 milhões que foram gastos nesses primeiros meses de Governo com viagens internacionais, não. São R$52 milhões, mas, se você pega coisas pequenas, do pequeno você chega ao grande. Chegou logo querendo mudar os móveis todos do Palácio da Alvorada, gastando dezenas de milhares de reais. Pega o "aerojanja", o avião: está querendo agora trocar um avião para ter cama de casal? Tenha santa paciência! Esse é o Governo do social? E, agora, está querendo cortar R$20 bilhões, de forma inconstitucional. Cortar R$20 bilhões da educação e da saúde? Esse é o Governo que se preocupa com os pobres?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu faço essa ponderação a um Senador que eu respeito muito, o Veneziano Vital do Rêgo. Esse art. 15 é fundamental para que a gente possa pelo menos minimizar essa situação. É urgente, essa matéria, a gente tem que deliberar hoje. É urgente, porque os Prefeitos estão desesperados, mas a gente tem que ter responsabilidade, principalmente numa Comissão, repito, mais importante do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O último Senador inscrito para discutir a matéria...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, só uma informação, Presidente. Só para informar ao Senador Eduardo Girão que o atual avião da Presidência, que foi usado por todos os Presidentes que sucederam o Presidente Lula, já tem cama de casal. Não precisaria trocar por conta disso.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Agora quer uma *king size*.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ele quer uma autonomia maior.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Ciro, só um minutinho.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Pela ordem.) – Só para um esclarecimento aqui, Senador. Queria um esclarecimento ao Plenário. Que foi dito aqui que foi feita uma consulta ao TCU. É verdade. Agora, a consulta não foi respondida, está tramitando ainda. A não ser que o Senador Veneziano, que tem linha direta lá com o nosso Vital, tenha essa consulta. Mas, até agora, essa consulta não foi respondida. Está tramitando, segundo a nossa assessoria.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Querido Senador Ciro, até porque eu sei que o senhor não fez essa colocação por outras razões, até porque sempre manteve, como fidalgo nas relações, carinho com o ex-Senador Vital do Rêgo Filho. Então, não há nenhum tipo de participação, antecipação, não conheço.

Agora, o senhor é bem informado – e é bom que nós digamos aqui a todo o Colegiado –, que esse posicionamento do TCU se deu em 2016. Houve uma renovação em 2016 para...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Foi sim, em 2016...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, Senador...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... com o mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – ... Veneziano. Tem um senador inscrito aqui na ordem de inscrição. Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nesta matéria aqui eu acho que nós estamos fazendo uma confusão desnecessária, porque nós acabamos com o piso da saúde quando votamos a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos no Brasil. De lá para cá, a saúde pública do Brasil vem perdendo recursos ano a ano, de forma tal que, no ano passado, quando eu tive a honra de ser o Relator do Orçamento, nós tínhamos um orçamento previsto de apenas R$149,9 bilhões, insuficiente para poder fazer face a todas as despesas da saúde. Por causa disso, nós aprovamos a PEC da Transição, que trouxe recursos para várias áreas, inclusive para o Bolsa Família, e nós priorizamos as áreas sociais do Governo, como não poderia deixar de ser no momento de crise que nós estávamos passando.

Então, só para a saúde, nós acrescentamos no orçamento da saúde R$20,6 bilhões. Este ano, o Governo acrescentou mais 7,3 para fazer face ao piso da enfermagem, e agora está destinando mais R$4,8 bilhões.

Então, quero crer aqui, com toda prudência, que não há retirada de recursos da saúde. Antes, pelo contrário, há é acréscimo de recursos para a saúde. O que nós poderíamos estar discutindo aqui, e seria legítimo, é se serão suficientes, Senador Mourão, esses recursos que nós estamos acrescentando, ou não. Agora, dizer que nós estamos tirando recursos da saúde simplesmente não corresponde à realidade dos fatos.

Mas, para finalizar a minha palavra... Não está presente aqui o nosso Senador Rogerio Marinho, nosso grande amigo, e eu gostaria muito de que ele estivesse presente.

Ele fez uma imagem do Brasil aqui catastrófica. Ele disse que o Brasil é um barco furado, que está vazando água e as pessoas estão, com o balde, jogando, Senadora Daniella, essa água fora – água entrando e água saindo. Não, eu olho para o Brasil e não vejo isso.

O Brasil está crescendo, neste ano, à taxa muito provavelmente superior a 3%, quando todos os economistas, todas as agências previam que o Brasil iria crescer 0,5%, 0,7%. Os mais afoitos botavam que o Brasil iria crescer 0,8%. Estamos crescendo 3%.

De oito anos para cá, no Brasil, nós temos o menor índice de desemprego do país – saiu nesta semana no IBGE, Senador Veneziano Vital do Rêgo –, o menor índice de desemprego do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ter, neste ano, o maior superávit da balança comercial da história do Brasil, desde que Pedro Álvares Cabral aqui chegou: mais de R$90 bilhões, dos quais... Bilhões de dólares! Perdão!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Bilhões de dólares.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perdão! O Senador Mourão aqui me corrige.

Cadê o nosso Jean Paul Prates?

E a Petrobras está contribuindo, Senador Amin, decisivamente para este superávit. Hoje, o Brasil produz, graças ao pré-sal, 3,5 milhões de barris de petróleo por dia, mais um tanto de gás, que corresponde a 500 mil barris equivalentes de petróleo, hoje nós produzimos aproximadamente 4 milhões de barris de petróleo por dia, e 1,5 milhão desses barris são exportados.

Senador Esperidião Amin, a conta-petróleo do Brasil deste ano será de aproximadamente R$20 bilhões! Inédito na nossa história.

E mais: somos exportadores de energia fóssil, mas seremos, no futuro, exportadores de energia limpa. O hidrogênio verde já está se instalando aqui no Brasil.

Então, eu quero crer, com todo o respeito e admiração que eu tenho ao nosso Senador Rogerio Marinho, que a sua imagem está errada. O Brasil não é um barco furado de que a gente está tirando a água que está entrando; pelo contrário, eu compararia o Brasil, Senador Otto Alencar, com o barco Benjamim Guimarães, que V. Exa. conheceu muito bem e que singrava o Rio São Francisco, de Pirapora a Juazeiro, subindo e descendo o rio por anos a fio, sem vazar, com segurança, com estabilidade. É assim que eu vejo o Brasil, e não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... esse barco furado, que eu não sei de onde foi que o Senador Rogerio Marinho tirou.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Temos um último orador escrito para a discussão da matéria. Em seguida, eu vou passar a palavra para o Relator, e nós vamos iniciar a deliberação.

Presidente Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu vou votar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favoravelmente a esse projeto. Por quê? Porque esse projeto não só compensa perdas tributárias de estados e municípios, mas abate, reduz, antecipa perdas de 2014 para 2023 e, Sr. Presidente, vai normalizar novamente a situação de municípios e de estados, gerando condições para retomadas de investimento e a continuidade da melhoria da vida das pessoas.

Com relação ao art. 5º... me perdoem, ao art. 15... Com relação ao art. 15 – me perdoe o nosso querido Veneziano –, eu acho, Sr. Presidente, que isso é uma questão constitucionalmente resolvida. O artigo é inexequível porque é inconstitucional.

Quando nós votamos a PEC do teto – e eu estava na Presidência quando votamos –, ela não revogou os percentuais para saúde e educação; ela apenas os limitou no tempo. Na prática, quando ela foi revogada, restauram-se os percentuais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, nós não podemos conceber que um projeto de lei emende a Constituição Federal no que se refere aos percentuais para saúde e educação.

Então, eu acho que nós temos que votar o projeto, e esse art. 15, por si só, vai ser tornado inconstitucional, ou pelo veto do Presidente da República, ou por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que é a quem compete fazer o controle da inconstitucionalidade. E, mais do que isso, numa questão emergencial, importante, transcendental como essa, eu acho que o Governo deveria envolver pessoas que pudessem verdadeiramente contribuir, ajudar, discutir, para encontrar uma solução que fosse uma solução definitiva; não uma solução inexequível, repito, porque inconstitucional.

Eu vou votar favoravelmente e não vou ter, assim, nenhuma preocupação com o art. 15, porque, repito, eu o entendo como inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Relator Veneziano. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu só gostaria de fazer dois reparos: em matéria de navegação fluvial, o meu amigo Marcelo Castro conhece tudo, mas nós estamos navegando em mar, mar aberto – é um pouco diferente. De forma que as procelas são várias, e é melhor citar Camões: "Mais longe iria se mais mar houvesse".

Mas o que eu quero chamar a atenção, primeiro, é a que eu votei a favor da PEC da transição porque eu acho que o teto de gastos foi uma iniciativa, mesmo contrariando o que disse o Senador Jaques Wagner, inteligente, mas que se exauriu. Seis anos, seis furos – muito menos do que os Estados Unidos da América,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, neste ano, vão furar o limite da dívida três vezes num único ano. Em 62 anos, furou 90 vezes o seu limite de dívida. Lá é diferente do nosso. Eu fiz uma comparação no começo deste ano.

Como viram agora, o Presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos foi destituído porque fez uma concessão ao Governo, do Partido Democrata, para resolver o problema do limite da dívida por 45 dias. Então, dia 15 de novembro começa a encrenca de novo lá.

Alguém tem que melhorar, e aqui melhorou. Eu acho que o arcabouço, em relação à PEC do limite, do teto de gastos, é uma evolução natural e inteligente, com a qual eu concordo. Agora, quanto à questão de enquadrar previsibilidade... Primeiro, o mandamento é a previsibilidade. Subsidiário a ele vêm os princípios da anualidade, da anterioridade e outros tantos, mas o que queremos é previsibilidade.

Por exemplo: eu não vou votar contra, mas vocês acham que nós aprovamos a Lei Complementar 192, que, no seu art. 4º, diz que, para mexer em alíquota, tem que se esperar 12 meses... Prestem atenção: não é anterioridade constitucional, mas é anterioridade prevista na lei complementar, que aqui está passando... Olha... Inciso III do art. 18: "Ficam revogados". Aquele que fica revogado... Agora tem que explicitar, senão bastaria dizer: "Ficam revogados os dispositivos da lei tal". Ou: "A Lei Complementar 95 mandou explicitar o que é que você quer revogar".

O que é que ela quer revogar? "Na definição das alíquotas, em termos do inciso V do *caput* do art. 3º desta lei complementar – desta, 192; anterior, portanto –, deverá ser previsto um intervalo mínimo de 12 meses entre a primeira fixação e o primeiro reajuste dessas alíquotas". Isso aqui nós estamos revogando.

Não é inconstitucional a revogação, mas é um atentado contra a previsibilidade, e não tem nada a ver com ajudar município. Isso significa liberar para uma flutuação, e não no Rio São Francisco, um mar revolto, onda de través... É mais complicado, mestre. É mais complicado. Onda de través, no mar, pega; no Rio São Francisco, nem tanto.

Então, o mar é mais encapelado do que o do Rio São Francisco. Não é navegação fluvial.

Portanto, nós estamos é liberando... Olha, majoração, amigo, é quando for esse... É mais ou menos como dizer: é uma paridade de preço internacional, de acordo com as necessidades; ou seja, não há intervalo entre a primeira e a subsequente. Isso é só *en passant*.

E, finalmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu acho que tenho a maior consideração pelo TCU... O TCU foi consultado. O TCU é um órgão auxiliar do Legislativo. Quem discute, neste momento, a constitucionalidade é esta Comissão, meu querido amigo Veneziano, querido Senador, que eu respeito profundamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O TCU falou sobre esse assunto num outro momento.

Neste caso, em que nós tivemos, primeiro, a substituição – o Senador Marcelo Castro bem se lembra de que eu disse: é melhor mudar o marco temporal no primeiro semestre –, S. Exa. queria até colocar na votação da PEC da transição que o projeto deveria ser apresentado em agosto. Está lembrado? Ou seja, quanto mais cedo, melhor para o Brasil e para o Governo. E eu sou a favor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu queria alertar para isto: este texto não tem segurança jurídica, na pior das hipóteses ou na mais elementar das hipóteses. E eu acho que, como ele afronta interesse de dois setores – da saúde, até menos, apesar muito discutido, mas, da educação, é mais objetivo –, como alertou a Senadora Professora Dorinha, a cujas palavras eu dei toda atenção, até pela história que ela tem nessa luta pela educação, que eu perfilo, com quem eu perfilo. Eu acho que esta singeleza de dizer que não é inconstitucional eu não subscrevo. Eu quero dizer que eu considero que ele não me dá segurança para considerá-lo constitucional, com o maior respeito e admiração pessoal e funcional, como Senador, que ele sabe que eu tenho, o Senador Veneziano, nosso Relator muito estimado e respeitável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para discutir.) – Rapidamente, Sr. Presidente, nós iremos votar favoravelmente ao projeto. Tem destaque de minha autoria sobre o art. 15. Depois votaremos esse destaque nominalmente. Quero só fazer um esclarecimento à Comissão de que esse artigo, esse projeto, Senador Otto, é de origem do Executivo, mas esse artigo é de autoria do grande Zeca do PT, que era o Relator lá na...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Esse não é original. Só não é jabuti porque não é medida provisória. Se fosse medida provisória, seria jabuti e entraria, assim classificado, no jardim zoológico.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Tem uma emenda que foi apresentada pelo líder...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Ciro Nogueira e que, inclusive, por ela, eu já parto para fazer algumas considerações finais, até pelo horário em que nós nos encontramos, e vai ser uma discussão cujo resultado final se dará pelo conceito e convencimento que cada um tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui ouvimos as exposições dos Senadores que se contrapõem ao entendimento desta relatoria, como também ao entendimento de outros, entre os quais o Senador Marcelo Castro, que relatou o Orçamento de 2023, o Senador Renan, o Senador Eduardo, enfim, nós vamos ter a oportunidade de votar o texto base e, de certo, à unanimidade por tudo aquilo que ele sugere. E, no tocante ao art. 15, nós vamos expor.

Eu tenho a compreensão e o convencimento, Senador Davi Alcolumbre, de que, no instante em que, em 2016, tratávamos se não desta matéria, mas de matéria de igual teor, natureza, quando houve o posicionamento para saber se o princípio da anualidade estaria sendo respeitado, esse posicionamento foi adotado pelo TCU e, diga-se, mesmo sabendo que é um órgão auxiliar, não houve qualquer contraposição a respeito de se aquela decisão do TCU seria constitucional ou inconstitucional.

À época, o Congresso Nacional votara o piso dos 15% – é também bom que nós registremos que eu votei contra aquela iniciativa – e a pergunta que foi feita, ou seja, a consulta que foi feita, Senador Renan Calheiros, ao TCU é se prevaleceria o que estava no orçamento para a vigência no ano posterior, 2017, ou não. O que o TCU disse? "Não, prevalece o princípio da anualidade, o que foi votado pelo orçamento ou no orçamento". E durante esse interregno não houve qualquer questionamento, por parte do órgão consultivo desta Casa, se ele teria ou não cometido equívoco dessa análise.

A mesma coisa agora. Do que nós estamos a tratar? Nós estamos a tratar sobre uma proposta que veio, em agosto, se consumar, que foi a mudança das referências fiscais para um novo conjunto, um novo modelo fiscal. O que os senhores estão a perguntar? "Nós vamos fazer essa contabilidade sobre os meses anteriores, ferindo o princípio da anualidade?". Bem, se os senhores assim entendem, não há nenhuma dificuldade de nossa parte, reservando-me ao entendimento de que estaríamos, aí, sim, cometendo a inconstitucionalidade, que é muito mais grave do que simplesmente fazer uma discussão de ordem política.

O Governo Federal, não é verdade que tenha tomado posições que contrariem, Senadora Zenaide, os interesses da saúde ou da educação. Dizer isso – não utilizarei o termo desonestidade – não é condizente com a realidade dos números, porque, senão, vejamos, Senador Ciro, V. Exa. participou, ainda como integrante do Governo anterior, de uma construção do Governo de então com o Governo que fora eleito e com a Casa Senado e a Casa Câmara dos Deputados, para que nós votássemos a PEC da transição. E assim o fizemos, garantindo aquilo que... Com a sensibilidade de profissional não apenas por sê-lo, mas a sensibilidade de homem público, de cidadão, o Senador Marcelo Castro incluiu, com aqueles recursos, 20 bilhões a mais para a saúde. Verdade? Verdade, V. Exa. balança com a cabeça. Não há de negar o Senador Esperidião, porque votou; todos nós. A mim me parece que naquela oportunidade foi à unanimidade.

Durante o transcorrer deste ano, senhoras e senhores, nós tivemos acréscimos de R$7,3 bilhões para o compromisso firmado na relatoria da Senadora Zenaide no tocante aos enfermeiros, enfermeiras, enfim, profissionais que integram a enfermagem, e mais, a inclusão dos R$4,8 bilhões. Senhoras e senhores, é importante que se diga, Senador Otto Alencar: esse texto prevê, Senador Renan Calheiros, a inclusão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$4,8 bilhões de emendas sugeridas na Câmara e que nós estamos a acolher. Então, são R$32 bilhões, no ano de 2023, que o atual Governo inseriu para compensar minimamente, mitigar minimamente aquilo que nós perdemos durante os cinco anos de vigência da 95, da Emenda Constitucional 95. Então, não condiz com a realidade dos fatos.

Questão sobre a constitucionalidade ou não. Aí cada um de nós haverá de se posicionar no momento em que formos votar o destaque.

Também registremos, já com a previsão e respeitando o princípio da anualidade: há R$34 milhões a mais, para o ano de 2024, de investimentos na área de saúde.

São essas considerações, com o respeito devido a todos os nossos companheiros e companheiras, em especial àqueles que se posicionam contrariamente a essa visão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – V. Exa. deu parecer...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Contrário.

Eu sugeriria, Sr. Presidente, já que não há discussões em torno do texto ou não há contestações sobre ele, que nós votássemos simbolicamente o texto-base e, depois, partíssemos para a votação nominal do destaque apresentado pelo Senador Ciro, se V. Exa. concordar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Acho que pode ser esse encaminhamento.

Está encerrada a discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, por favor.

O PL, o Partido Liberal, fez aí uma emenda, que está chegando à sua mesa, sobre a questão justamente que o Senador Esperidião Amin colocou há pouco tempo – agora eu o estou citando, Senador Esperidião; é a primeira vez hoje –, sobre a questão do ICMS, porque se está fazendo aí, no inciso IV, uma flutuação muito preocupante, que dá uma carta branca para que os estados possam, por qualquer situação aí da flutuação da questão do preço do combustível internacional, alterar, aumentar impostos a qualquer momento, sem aquele período que foi estabelecido no Governo anterior – e que é importante para dar previsibilidade – de um ano do primeiro reajuste e de seis meses do segundo reajuste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria lhe pedir, Senador Davi, e também ao nosso querido Senador Veneziano Vital do Rêgo, que possam analisar, meu querido amigo, essa emenda, essa supressão que a gente faz, normatizando isso no inciso IV.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão, não chegou ao conhecimento da Secretaria essa emenda destacada de V. Exa. Então, não está no sistema, não está aqui; está prejudicada, não temos como deliberar. Ela não está aqui.

Está encerrada a discussão.

Vou colocar em votação o relatório com uma única ressalva de um destaque da emenda apresentada pelo Progressistas, do Senador Ciro Nogueira.

Em votação o parecer apresentado pelo Relator Veneziano Vital do Rêgo.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – É importante, Presidente, destacar que, quanto ao texto principal – vamos ser bem claros –, que tem como principal objetivo essa compensação para os municípios, houve unanimidade. Acho que é muito importante que isso fique caracterizado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

Aprovado por unanimidade – feito o registro.

Em votação a emenda destacada pelo Progressistas, que suprime o art. 15 do Projeto de Lei Complementar nº 136, de 2023.

Eu não vou ler, porque todo mundo já sabe o que é. (*Pausa.*)

O Relator solicitou votação nominal. Fica deferida a solicitação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É bom que V. Exa. esclareça: quem vota com o Relator vota "sim" ao Relator, não é isso? Vota "sim" ao Relator?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o Relator vota "não".

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vota "não"?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. "Não" à emenda destacada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É isso que eu estou querendo esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, só para esclarecer... Só um minuto que eu vou registrar aqui para iniciar a deliberação da votação nominal.

Neste caso, Líder Otto, nós estamos votando apenas a emenda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas eu estou só tentando esclarecer.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então vota "não" ao destaque do Ciro Nogueira?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quem vota com o relatório do Relator Veneziano vota "não" à emenda.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – "Não" à emenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mas o senhor pode votar "sim".

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não, absolutamente! Estou esclarecendo por isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pode abrir?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Davi...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – V. Exa. acataria uma orientação nossa – se me permite assim fazê-lo – que orientará, neste caso, o Senador Líder Jaques Wagner?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Claro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Apenas por um adendo, se prevalecer esse entendimento e não haveria qualquer tipo de dificuldade, porque assim estaria sendo soberanamente respeitada a decisão deste Colegiado, ao invés de termos os R$5 bilhões fundo a fundo, nós teremos, sob essa perspectiva com que eu não concordo, outros R$15 bilhões buscados, prospectados em todas as outras demais pastas, em todas as demais áreas, inclusive na saúde e na educação.

É bom que nós nos alertemos, porque amanhã podemos aqui ter – é sim, Senador Cid – essa proposta acatada e acolhida da sugestão de R$5 bilhões por parte da Câmara, e que nós a incluímos aqui, que vai de fundo a fundo. Em não prevalecendo isso, os outros R$15 bilhões seriam, repito, prospectados no orçamento das demais outras áreas. É apenas um adendo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Quero registrar que a votação está iniciada.

Quem vota com a emenda destacada, vota "sim". Quem vota com o Relator, vota "não".

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Presidente, só para esclarecimento – até dói no coração divergir do Senador Veneziano, que é um grande amigo –, não é que se está tirando da saúde. Esse recurso é da saúde e da educação. É lógico que esse recurso está indo para outras pastas. Está se retirando dessas outras pastas, é óbvio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Os Senadores já podem votar.

Presidente Renan, Senador Plínio, Senador Efraim, Senador Alessandro, Senador Flávio, Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Já votei, rapaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, está amarelo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não senhor. Já votei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Agora ficou verde.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para orientar a bancada.) – Presidente, só para orientar, o Governo pede o voto "não" para manter o texto votado aqui com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A orientação do Governo é pelo voto "não", com o Relator.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para orientar pelo Novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para orientar a bancada.) – O Novo vota "sim". "Sim" porque é inconstitucional. Essa é a Comissão de Constituição e Justiça. Está tirando dinheiro da educação e da saúde. É "sim".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A orientação do Novo é pelo "sim", com a emenda destacada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – O PSD encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – PSD encaminha o voto "não".

Senadores presentes aqui: Nelsinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Já votei, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não... Está amarelo ali.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Acabou de entrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Agora.

Senadora Zenaide está presente? (*Pausa.*)

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone*.) – Votei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está amarelo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, pela Oposição.

A Oposição orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Mara já votou e ainda está amarelo ali.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas pode votar que vai substituir o titular que não votou.

Pode votar, Mara. Tem muitos titulares que não votaram.

Senadora Augusta, Senadora Ana Paula, Senadora Zenaide, Senador Portinho.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Está chegando aqui, pois está dando uma entrevista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Flávio.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não posso votar.

A Senadora Ana Paula está aí? (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, a Oposição orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Oposição orienta o voto "sim".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O PL orienta o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PL orienta o voto "sim".

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Permita-me só enquanto dura a votação. É que há um requerimento do Senador Otto, que eu subscreveria, que é pedido de urgência para ir ao Plenário, se possível, hoje à tarde.

Eu sei que há uma determinação da Mesa de ir à CAE, mas acho que há concordância de todos de que a gente possa suprimir essa fase e ir para o Plenário só para poder valer para...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu apoio o requerimento do Líder Otto, subscrevo-o, mas regimentalmente o meu secretário tem uma determinação da Secretaria-Geral da Mesa e da Presidência do Senado, que encaminhou essa matéria após a nossa deliberação para a CAE.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tudo bem, mas tudo é mutável na terra dos homens que raciocinam. Falaremos com o Presidente mais tarde.

Eu acho que aprovar a urgência é simbólico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos aprovar o requerimento e depois se decide lá. Está certo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu devo dizer a V. Exa. que o requerimento de urgência que eu encaminhei com a assinatura de outros Líderes, ou seja, cumprindo o que está estatuído no Regimento Interno do Senado Federal, eu fiz... antes, eu conversei com o Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco, que aceitou que, encaminhando o requerimento, essa matéria pudesse ir para o Plenário do Senado, até porque as Prefeituras não podem mais esperar essa postergação de uma decisão que vai levar os recursos para suprimento da perda de arrecadação dos municípios.

Postergar isso é querer apenas fazer uma política negativa em favor daqueles que estão na ponta, trabalhando na saúde, na educação, que são as Prefeituras do Brasil e do meu Estado da Bahia.

Portanto, antes de fazer o requerimento, eu consultei o Presidente do Senado Federal e ele concordou que, com o requerimento de urgência, a matéria pudesse ir à votação, ainda hoje, no Plenário do Senado Federal. E o Presidente Rodrigo Pacheco concordou com a minha proposição.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, nós vamos votar o requerimento de V. Exa., já que tem esse acordo estabelecido com o Presidente Rodrigo Pacheco.

Todos os 27 Senadores já votaram.

Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Votaram SIM 11 Senadores; NÃO, 15 Senadores.

Está rejeitada a emenda destacada.

Vou colocar em votação o requerimento de urgência desta matéria para Plenário.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a urgência apresentada pelo Líder Otto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável à Proposta, com o acatamento parcial das Emenda nº 1 e 3, com a rejeição da Emenda nº 2 e com o acatamento integral da Emenda nº 4, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Foram recebidas as seguintes emendas: Emenda nº 1, de autoria da Senadora Mara Gabrilli; Emenda nº 2 e 3, de autoria do Senador Marcelo Castro; e Emenda nº 4, de autoria do Senador Otto Alencar;

- Em 18/04/2023 foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria;

- Em 30/08/2023, durante a discussão da matéria, a Relatora, Senadora Daniella Ribeiro, acolhe parcialmente as Emendas nºs 1 e 3, e acolhe integralmente a Emenda nº 4, nos termos do Substitutivo que apresenta, e rejeita a Emenda nº 2;

Em 13/09/2023 foi recebido o Voto em Separado do Senador Marcelo Castro, favorável à Proposta, acolhendo parcialmente as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4, na forma do Substitutivo que apresenta.

Em 26 de abril, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Castro para proferir o voto em separado. (*Pausa.*)

Senador Marcelo, V. Exa... (*Pausa.*)

Em seguida, nós vamos conceder a palavra à Relatora, Senadora Daniella Ribeiro, vamos discutir a matéria e vamos submeter à votação.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um assunto, talvez, dos mais graves e mais importantes que esta Comissão vai deliberar, porque estaremos tratando de saúde pública, da saúde humana e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercialização – olha o termo que eu estou usando – ou não de órgãos humanos, é disso que essa PEC 10 trata.

Então, quero inicialmente dizer que o meu comportamento nesta Casa ao longo de toda a minha história não levará a ninguém concluir que eu seja uma estatista ou que eu seja um privatista. Não! Eu sou a favor do setor privado quando está funcionando bem e sou a favor do poder público quando está funcionando bem. E, mais ainda, sou a favor integração do setor público com o setor privado complementarmente, um, de braços dados, ajudando o outro.

Então, é só nesse sentido que eu faço a intervenção e apresentei um voto substitutivo, uma emenda e um destaque para essa questão tão grave que eu reputo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Desculpa, Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – No argumento que a Senadora Daniella Ribeiro faz na sua análise do voto, eu encontrei aqui, Senadora, uma contradição.

V. Exa. diz que tem plasma sobrando, que tem plasma sendo desperdiçado, inclusive um parecer do Tribunal de Contas da União dizendo isso; e, no seu parecer, V. Exa. autoriza a comercialização do plasma, a venda do plasma humano para poder ter plasma para ser processado. De duas uma: ou tem excesso de plasma que está sendo desperdiçado; ou não tem, e nós precisamos remunerar para as pessoas poderem fornecer o plasma.

Segundo, no primeiro parecer da Senadora Daniella, está dito textualmente: "coleta remunerada do sangue humano". No segundo parecer da Senadora Daniella, ela diz o seguinte: "e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização, [exceto] com exceção ao plasma, na forma do §5º". Sr. Presidente, para quem sabe interpretação de texto, isso aqui é a mesmíssima coisa. Tanto faz eu dizer que a coleta de sangue é remunerada como dizer que é proibida a comercialização do sangue, exceto do plasma. O plasma é o quê? É um componente do sangue. É sangue. Então, tanto faz eu dizer uma coisa como dizer outra.

Por que é que eu estou chamando a atenção para isso? Porque alguns Senadores vieram a mim e disseram: "Não, Marcelo. A Senadora Daniella mudou o seu parecer. Ela não está mais permitindo a coleta remunerada de sangue". Ora, não é verdade. Esse artigo aqui, esse parágrafo como está permite a coleta remunerada de sangue. Claro! Senão, por que é que não tira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas hoje eu recebi a visita ilustre do nosso Senador Nelsinho Trad, que é o autor da PEC. E eu vou botá-lo hoje aqui, Senador Lucas Barreto, numa sinuca de bico. (*Risos.*) O nosso grande amigo, um Senador de todo espírito público, foi lá me convencer de que a Senadora Daniella Ribeiro havia feito uma terceira modificação; que ela iria apresentar um parecer hoje dizendo que não seria mais coleta remunerada nem seria exceção ao plasma – que a comercialização do plasma estaria excetuada –, mas sim que haveria uma compensação. Eu volto a dizer: é tudo a mesma coisa. Tanto faz eu dizer que é compensação, como dizer que é exceção ao plasma, como dizer que é coleta remunerada – é a mesma coisa.

O que é compensação? Vamos para o Aurélio. Compensação é equiparação, é recompensa – está explicito –, é pagamento, é indenização, é retribuição, é gratificação, é paga.

Ou seja, esse termo "compensação" é tão impreciso que ele não deveria fazer parte de uma lei. Porque, para o Senador Otto Alencar, lá na Bahia eles fazem compensação para as pessoas que vão doar sangue. Que compensação é essa que a Bahia faz, Senador Jaques Wagner? A pessoa que vai doar o sangue recebe um tíquete para se transportar, recebe uma merenda, um café para depois que doou o sangue, e recebe naturalmente a dispensa do ponto se for servidor público. Não é isso, Senador Otto?

Ora, mas, quando eu digo, na lei, que haverá uma compensação, essa compensação poderá ser remuneratória em dinheiro. Por que é que não pode? Não tem como poder. Compensação não proíbe. Eu posso compensar uma pessoa dando uma entrada do jogo do Corinthians – nem seria mais do Corinthians, que perdeu por Fortaleza. (*Risos.*)

Poderia dar uma compensação para a entrada do *show* de quem? De Chitãozinho e Xororó. E posso dar uma compensação pagando em dinheiro. Você vai doar o seu plasma, e eu lhe dou R$1 mil por cada doação que você fizer. Não está proibido. A lei permite isso, quer dizer, o parecer que a Senadora Daniella ainda não apresentou, mas que o Senador Nelsinho Trad me disse que ela apresentaria.

Senadores e Senadoras, não há nenhuma oposição, nenhuma contradição em nós permitirmos que o plasma humano seja industrializado, processado pelo setor privado. Isso é saudável. Nós temos a Hemobrás, e, infelizmente, nós sabemos que no Brasil tem interrupção de políticas públicas, que vêm se arrastando há tempos, mas eu tenho uma boa notícia para dar a todos. A Hemobrás está no PAC Saúde, e são nada mais nada menos do que R$795 milhões para poder concluir a nossa empresa tão importante, e mais R$100 milhões só para fortalecer a Hemorrede, são recursos já assegurados do PAC.

Mas nós achamos saudável que a iniciativa privada também compita, coopere, forme seus laboratórios, pegue o plasma que foi doado e industrialize o plasma, forme as imunoglobulinas e venda e comercialize. Como? Por que preço? Pelo preço de mercado. Isso é concorrência. Nós estamos num país de economia de mercado. E vai concorrer com a Hemobrás, e quem for bom que se estabeleça. Não há nenhuma contradição, não há nenhum problema nisso daí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós queremos, e é o meu único ponto de divergência... Meu único ponto de divergência com o relatório da Senadora Daniella Ribeiro é que possa a pessoa sair de casa para vender o seu sangue. Só isso. Não há outra divergência.

Eu acho que essa não é uma boa prática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu acho que nós estaremos incorrendo num grave erro. Nós já estamos acostumados, há muitos anos, a doar sangue – é só fazer as campanhas, porque o povo brasileiro é solidário, tem consciência social, tem sentimento de pertencimento e vem doando sangue, sucessivamente, durante todos os anos. Na hora em que nós botarmos a coleta de sangue remunerada... Dizem: "Não, mas não é sangue, é plasma". Ora, plasma é o quê? Plasma é sangue sem as hemácias; é a mesma coisa. Na hora em que nós permitirmos isso daí, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nós estaremos dando um passo no sentido da regressão das relações sociais. Não tenho a menor dúvida em afirmar isso aí.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quem é que vai doar altruisticamente o seu sangue se tem pessoas na fila para vender o sangue? Quem vai vender esse sangue? Nós vamos ver um Senador vendendo sangue? Um ricaço vendendo sangue? Não! São os miseráveis, os famélicos que vão vender o seu sangue. Essa é que é a realidade.

Então, eu peço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu peço a todos que façam essa compreensão. Não há nenhuma dificuldade.

Fiz tudo para convencer o Senador Nelsinho Trad. Ele tentou me convencer do contrário.

Esse é um ponto que é inegociável. Nós não podemos regredir socialmente, descer na escala civilizatória, porque, se hoje nós permitirmos a comercialização do sangue, qual o argumento moral que nós vamos ter para proibir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Para concluir, Senador.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... para proibir a comercialização de um rim? Como nós vamos fazer? Sangue pertence ao corpo humano. Se nós permitirmos uma coisa, está aberta a porta para permitir as outras coisas também.

Então, quero...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Só concluindo, eu quero, só para finalizar... Para mostrar a nossa boa vontade de um entendimento, eu proponho votar a PEC do Senador Nelsinho Trad do jeito que ele apresentou, se for o caso. Eu acho mais razoável a minha emenda, porque permite a industrialização, o processamento e a comercialização dos hemoderivados; só não permite a venda do sangue humano – a diferença é só essa.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Se não for possível a minha proposta, podemos votar a PEC do Senador Nelsinho Trad como ele apresentou originalmente. Não acredito que o Senador Nelsinho Trad vá votar contra a PEC dele. Seria uma incongruência muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcelo.

Questão de ordem, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, muito rapidamente, com muito respeito ao nosso querido colega, colega médico também, Senador Marcelo Castro, eu acho que a gente está invertendo um pouco a ordem das coisas, porque nós já estamos na discussão. Então, vamos voltar aqui a ouvir a nossa Relatora e depois fazemos a discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É exatamente isso.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro, Relatora da matéria.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, pessoas que estão aqui presentes...

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, antes de a Relatora se pronunciar, apenas para, depois que ela se pronunciar, V. Exa. estabelecer alternâncias de quem é a favor e de quem é contra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente. Boa sugestão.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... para emitir o juízo apurado dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vou fazer dessa maneira.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, mais uma vez, cumprimento a todos os colegas, V. Exa. e aqueles que estão aqui acompanhando este importante momento.

Eu fiz questão de vir pedir ao Presidente para sentar aqui ao lado dele, para poder olhar para cada um de vocês. Inclusive quero dizer àqueles que trouxeram esse cartaz: concordo completamente com vocês, sangue não é para se comercializar, não é mercadoria, como vocês colocaram. Concordo completamente com vocês. Muitos de vocês talvez não me conheçam, mas meus colegas aqui do Senado, que me acompanham no dia a dia, me conhecem.

Eu sou uma mulher cristã, sou uma mulher temente a Deus, sou contra o aborto, sou a favor da vida e do respeito a todo e qualquer ser humano. Sou uma mãe de três filhos que tem na vida... Em primeiro lugar, Deus deu a cada um de nós a certeza de que é na mão d'Ele que todas as coisas estão no controle, na vida d'Ele, na mão d'Ele, e as nossas vidas, inclusive.

O Senador Nelsinho Trad me procurou e falou sobre o seu projeto, sobre a PEC que trata da questão do plasma humano no nosso país. Eu disse a ele que ia estudar, que – como sempre faço, se abraço uma relatoria – ia buscar as informações, ia ouvir a sociedade, ia ouvir médicos, ia ouvir entidades para poder responder a S. Exa. se aceitaria esse desafio. Obviamente, pela questão polêmica e, mais do que isso, porque sabia que narrativas diferentes do que estão no texto seriam utilizadas principalmente pelos meus adversários políticos no meu estado; aliás, por um adversário político no meu Estado, que aqui é sempre muito educado com vocês, mas, na Paraíba, Paraíba conhece bem.

Então, muitas *fake news* foram jogadas, porque nós tentamos, Senador Nelsinho, desde o princípio, construir um texto baseado naquilo que é feito e está sendo feito na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia. Esse foi o primeiro momento do texto, da discussão do texto. E por que isso? Vamos aqui elogiar a Hemobrás. A Hemobrás é uma empresa brasileira nascida e criada em 2004 para suprir o mercado brasileiro de plasma – não sou médica, Senador Marcelo Castro, mas garanto que me debrucei na matéria –, pois, lamentavelmente, há 19 anos, as pessoas que precisam de plasma humano no Brasil têm que comprar medicamentos no exterior. O Brasil investe há 19 anos no exterior. Recursos neste ano de mais de R$1,5 bilhão foram para o exterior. E, aqui, sabe o que é interessante, Senador Marcelo Castro? Eu até quero ajudar também. Você ajudou aqui, eu quero ajudá-lo. Interessante. Interessante é que sou contra, sim, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remuneração, diante de tudo que a gente fez e a gente formulou. Nós sempre fazemos isso aqui, todos nós. Agora, sabe o que é interessante? É que a gente hoje paga, nos Estados Unidos, para se vender sangue lá. Não é uma hipocrisia? Mas eu não quero que se venda sangue, não. Nem queremos que vendam plasma, não. O que nós queremos é que os pacientes autoimunes, os pacientes queimados, traumatizados, politraumatizados tenham acesso ao que, infelizmente, a Hemobrás não faz. E por que não faz? Há 19 anos...

Inclusive, o Presidente da Hemobrás esteve aqui na audiência pública e disse que não tinha capacidade de fazer e que até 2006 não tinha previsão. E, se fizer – eu trago aqui para vocês os números –, se chegar na sua capacidade máxima em 2006... Essa é a promessa. E quem pode acreditar que, depois de 19 anos, eu pergunto aqui a cada um, sem funcionar, 500 mil litros de plasma estarão à disposição do SUS no mercado do Brasil?

Ora, gente, precisamos de 2 milhões – 2 milhões – para atender à demanda, pelo menos, porque não é a demanda completa, mas é isso de que precisamos, para, pelo menos, dar condição de vida para essas pessoas.

Não sei se vocês... Eu tenho certeza de que a maioria aqui que recebeu essas pessoas, se não chorou junto, chegou quase a chorar de ouvir o que eu ouvi, por exemplo, na minha vinda, no meu voo. Uma senhora veio para cá só para saber... Eu nem a conhecia, mas ela olhou, sabia que eu era da Paraíba, e disse: "Senadora, a nossa expectativa é na PEC, porque o medicamento, na hora em que abre o mercado, na hora em que quebra esse monopólio"...

Eu não entendo, e aqui digo muito claramente: a quem interessa manter esse monopólio que não atende ao Brasil? Eu pergunto aqui, muito claramente... Uma senhora como essa, que chega junto de mim e diz: "Minha expectativa é ter acesso ao meu medicamento, porque, lamentavelmente, o meu tratamento é consistentemente suspenso"...

Então, eu estou aqui porque defendo a vida. Eu estou aqui porque – assim como vocês, que eu conheço, meus colegas Senadores e Senadoras – sei que o bem maior e mais precioso é a vida.

E, aqui, quando a gente fala em abrir a iniciativa privada para auxiliar, a gente está falando em baratear medicamentos para o SUS, porque, na hora em que entra a iniciativa privada, Senador e querido amigo Marcelo Castro, é óbvio que a concorrência vai baixar o medicamento, e o SUS vai comprar mais barato. A gente está ajudando o Governo a comprar mais barato. Nós estamos ajudando o cidadão.

E, por sinal, é importante que vocês saibam disto – para quem não sabe, minha querida Senadora Zenaide Maia –: só quem passa pela Anvisa dos medicamentos, só o pouquinho que sai daqui de plasma para exportar... E aí, se comprar um medicamento de fora, o que acontece? Só quem passa pela Anvisa é quem tem direito a plano de saúde. Talvez vocês não saibam, mas quem não tem plano de saúde, o pobre recebe esse medicamento sem passar pela Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui porque tenho um nome a zelar. Eu estou aqui porque tenho um nome que tem história e, graças a Deus, uma história limpa e honrada. Temor, como eu disse, a Deus antes de tudo, mas não abraçar uma causa dessa, vendo pessoas morrerem por falta de autossuficiência no Brasil, em que se poderia investir nas empresas brasileiras, na ciência e na tecnologia do nosso país, e a gente está pagando isso lá fora? Não tem condições de nós, representantes do povo brasileiro, homens e mulheres, não mostrarmos...

E vocês sabem que quem está aqui defendendo o sangue, dizendo: "Não, mas vai cair a doação de sangue". Não vai, porque nós vamos discutir, no Plenário, a lei infraconstitucional, nós vamos discutir a lei que vai regulamentar. E por que não colocarmos nela, junto, em conjunto, que só pode doar plasma quem doar sangue, fazer as duas coisas? Por que nós não podemos trabalhar assim? Devemos trabalhar assim, porque aí vamos estimular o plasma nacional. E, inclusive, é bom dizer: se a gente recolhe o plasma aqui e faz o medicamento aqui, lembremos que aqui nós temos doenças que lá fora não tem, a exemplo da zica, da chicungunha. Isso são coisas nossas, do Brasil.

Então, eu não viria aqui, Presidente Alcolumbre, se não fosse para defender o povo brasileiro, o povo da minha Paraíba, que espera isso de mim.

Então, primeiro... Aliás, por último, eu quero dizer para vocês o que está aqui: derivados de sangue – vocês podem pegar, se quiserem buscar –, que poderiam salvar vidas, vão para o lixo – vão para o lixo. A Associação Brasileira de Bancos de Sangue... Vão para o lixo, porque não existe o aparelho, não existem as empresas que possam fazer a plasmaférese, para, assim, a gente ter o plasma suficiente para atender esses pacientes que estão olhando para a gente hoje, estão nos olhando.

Conversei com o Dr. Dimas Covas, busquei informações, busquei pessoas que têm representatividade, que têm respeito no país inteiro. Estive presente; busquei fazer junto ao Senador Humberto Costa, que é o maior interessado na Hemobrás, lá em Pernambuco; busquei um acordo. Sentei: "Senador, vamos conversar, porque a gente não pode impedir que outras pessoas tenham acesso e que a gente pague para o exterior aquilo que é para ser investido no nosso país".

Senador Marcelo, concordo com você: eu não quero venda de sangue, não. Não quero venda de plasma, não. De jeito nenhum, isso está no meu relatório. Agora, a gente não pode, Senador... E vou dizer a V. Exa. que eu sei que V. Exa. está cumprindo o seu papel, mas nós não podemos... Não, está cumprindo o seu papel de Senador, isso é de cada um, mas nós não podemos aqui fazer confusão de narrativas. E é por isso que eu estou querendo deixar muito claramente isso, para concluir as minhas palavras e depois ficar à disposição, Presidente Alcolumbre, para perguntas, mas nós não podemos dizer que o que a Homobrás faz hoje é ato de comércio e que a empresa faz, depois da coleta – não com a coleta, mas após a coleta –, ato de comércio. E é disso que está tratando a PEC.

E, agora, aquilo sobre o qual nós vamos nos debruçar é responsabilidade de todos, e eu tenho certeza de que nós, nesse entendimento, nessa votação, dando a esse povo essa esperança e a expectativa de vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que muitos e muitos, milhares e milhares não têm... Estão pedindo: "Pelo amor de Deus, me dê a chance de viver! Me dê a chance de viver!".

Aí três Hemobrás precisam ser construídas – três –, para que se atendam os 2 milhões de plasma por ano, Senador. Três, porque, na realidade, 250 mil... Perdão, 500 mil por ano. Três, Senador Renan Calheiros.

E, aí, qual é a nossa resposta para o povo? Não, a resposta para o povo é: não, ninguém vai vender, ninguém vai comprar o seu plasma.

Quando se falar em compensação, que a gente vai discutir, é a mesma compensação do sangue: uma pessoa que sai para doar sangue, ela tem, sim, a compensação de um ônibus para voltar para casa. Ela tem o custo dela, mas se... E isso, num segundo momento de uma discussão que não cabe aqui, nessa discussão da PEC. Não cabe aqui agora.

A lei vai disciplinar em quais condições isso pode acontecer e quais discussões, como essa que eu disse, de segurança total e absoluta, para que não se caia a questão da doação de sangue. Muito pelo contrário: para que se atrele e que a gente tenha muito mais doadores de sangue e de plasma, mas que a gente não pague mais para que, no estrangeiro, possa se ganhar muito dinheiro à custa do Brasil, inclusive, lamentavelmente, com os últimos casos que a gente ouviu, de medicamentos que não chegaram. Foram comprados em abril, e não chegaram agora, até o final de setembro, medicamentos esses relativos justamente à albumina e à imunoglobulina, que atendem aos pacientes autoimunes primários e secundários.

Então é isso, Sr. Presidente, que, nesse momento, deixo aqui. E, qualquer dúvida maior, estou aqui à disposição de todos e para construir em conjunto, como tentamos, Senadora Ana Paula, Senador... Todos os colegas e as colegas que aqui estão e que, tenho certeza, querem o melhor para o cidadão e a cidadã brasileiros, que anseiam pelo plasma para ter acesso aos seus medicamentos, sem prejuízo da coleta de sangue.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Senadora, a senhora vai mudar o seu parecer?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou colocar em discussão aqui, Líder Marcelo. Só um minutinho.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A gente precisa saber qual é o que nós vamos votar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Não houve previsão de alteração de parecer. Eu acatei uma emenda do Senador Otto Alencar, que V. Exa. acompanhou...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Claro...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – ... na audiência passada...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, porque o Senador Nelsinho Trad esteve hoje no meu gabinete, dizendo que a senhora iria mudar o nome...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Não, não tem...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... para compensação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Exatamente. O que saiu foi o que foi acordado com essa compreensão, porque, como eu disse – já falei e vou repetir –, baseado na discussão do exterior, que a gente estava acompanhando, União Europeia e Ásia, foi que nós iniciamos o relatório. Após conversas e após as definições nossas de compreender que não dava para o Brasil isso, nós retiramos remuneração. Inclusive, eu disse na outra audiência: não cabe aqui mais falar de remuneração. Não existe remuneração para sangue nem para plasma. Para que fique bem claro.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra, a Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, muito obrigada...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está iniciada a discussão da matéria.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir.) – Primeiro, eu queria deixar claro que eu também sou uma pessoa totalmente a favor da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria me unir à Senadora Zenaide, aos Senadores Humberto Costa, Marcelo Castro e muitos outros, para defender que a gente não aceite a proposta de mudar nossa Constituição para permitir a comercialização de tecidos humanos. Isso é muito grave.

Eu falo com bastante pesar sobre essa proposta de inserir a palavra "comercialização" no art. 199 da Constituição, que visa a justamente o oposto: proteger a população do comércio de sangue, órgãos, tecidos e substâncias humanas para qualquer finalidade, sejam transplantes, pesquisas ou tratamentos.

Não é algo trivial, no Brasil, passar a incentivar o comércio de tecidos humanos, como é o caso do plasma.

E, na audiência pública que promovemos para instruir a PEC 10, todos os convidados chamaram atenção para as questões éticas e para os riscos imensos desse comércio. Foi uma pena que a Relatora Daniella não estivesse presente – foi muito impactante, Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Não estava fisicamente...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Não. Pode ter acompanhado, só não estava lá. Sentimos sua fala.

O art. 199 já tem expresso que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Faço novo apelo à Relatora para que busquemos os meios de unir esforços para que a iniciativa privada participe da produção dos hemoderivados e que nos tornemos autossuficientes, é isso que a gente quer, mas a partir de doações. Vamos buscar resolver em conjunto o desperdício anual de milhares de bolsas de plasma doadas pela população de modo altruísta e corajoso. Podemos promover parcerias público-privadas para viabilizar a produção dos hemoderivados.

Temos recebido pacientes que dependem da imunoglobulina, que clamam por essa urgência, mas esses pacientes choram de desespero quando veem o caminho que estamos tomando, porque eles próprios são contrários à comercialização. A Juçaira Giusti, Presidente da associação Eu Luto pela Imuno Brasil, que há dez anos batalha por isso, fez apelos muito sensíveis na nossa audiência aqui na CCJ e já disse que eles são contrários à comercialização. Vamos dar voz a essas pessoas, Senadora Daniella. Temos que ouvir os apelos da população, desses pacientes que não querem a comercialização, mas, sim, o acesso mais célere e seguro aos medicamentos de que necessitam. E isto, a comercialização do plasma, não os trará, mas o Brasil tem capacidade de promover essa celeridade.

Além dos pacientes, os técnicos dirigentes de hemocentros de todo o Brasil também pontuaram diversas questões sobre os riscos desse tipo de comércio na coleta de sangue. São técnicos que conhecem com profundidade o setor e ainda afirmam que, em 79 países do mundo, mais de 90% do suprimento de sangue é obtido de doadores voluntários não remunerados. Desses 79 países, 64 países têm a totalidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

100% do estoque de plasma proveniente somente de doações e que não por um acaso apresentam um sistema de coleta e transfusão mais seguros, com menor taxa de contaminação para doenças como hepatites, HIV e sífilis.

Os homocentros enviaram uma carta para todos os Senadores da CCJ recomendando: é ao lado desses países que o Brasil deve estar. E vamos ignorá-los?

Precisamos, sim, com urgência, melhorar o processamento de plasma em nosso país. Quanto a isso, Relatora Daniella, não temos nenhuma dúvida. Agora, com o Governo junto conosco, conseguiremos acelerar, enquanto a comercialização do plasma terá um processo muito mais demorado, fora os impactos imensuráveis.

Hoje temos técnicas avançadas, como a plasmaférese, que coleta o sangue, extrai só o plasma, em uma máquina, e já devolve ao doador as hemácias e os outros elementos. Isso já permite coletar um volume maior de plasma...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – ... e, ainda, que o doador volte a doar plasma em pouco tempo, sem risco. Muitos hemocentros já fazem isso no Brasil.

Eu sempre defendi a liberdade da iniciativa privada, e sabemos bem que o objetivo de qualquer comércio é o lucro. Repetindo, o objetivo de qualquer comércio é o lucro! E, ao falar em comercialização de tecidos humanos na Constituição, colocamos em risco o princípio da dignidade humana – isso não se justifica –, para que cheguem novas propostas para permitir a compra e venda de rins, de medula óssea e de outras partes do corpo humano.

Hoje assistimos nos jornais organizações pagando por matérias enormes, matérias pagas. Essas matérias estão escondendo muito do que está sendo colocado nesse projeto. Sangue é vida! Defendo a proibição expressa, na Constituição, de não comercialização da vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

Eu só quero deixar claro que eu vou ter que me retirar por conta de ter que presidir outra sessão, mas eu quero ouvir a Daniella.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Está com problema aqui.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Como Relatora.) – Rapidamente, minha querida Senadora Mara, só para dizer que a querida Juçaira Giusti tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhado conosco, inclusive apoiando a PEC ao nosso lado. Só para... Acho que talvez você não tenha mais falado com ela.

Obrigada.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Do nosso lado, não.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Ela tem acompanhado conosco e tem nos ajudado na construção da PEC. Só para esclarecer, só isso.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É, eu sei. Ela só não é a favor do termo "comercialização". Ela apoia, mas não a comercialização.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador... Senador... Vamos votar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Dá para votar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Por telefone, dá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Eu teria um compromisso agora, Presidente, e queria só antecipar: eu voto contra a comercialização. Nós estamos tentando sair de uma pandemia, em que perdemos 700 mil pessoas.

Agora mesmo votamos... (*Fora do microfone.*)

Obrigado, Senador.

Agora mesmo votamos uma compensação para municípios. Em função de tudo o que houve, com o qual o Brasil deparou, eu acho essa matéria, do ponto de vista do comércio; do lucro; da prioridade; da compensação; da venda de sangue, de hemoderivado e de plasma, um retrocesso inominável, um atraso civilizatório. Eu estou adiantando isso porque eu vou ter que sair, mas eu vou votar já, já, mas queria deixar essa posição.

Muito obrigado, meu querido Presidente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Presidente Renan.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, só para que nós não percamos... É muito importante que nós expressemos, todo o Colegiado, as nossas posições, respeitando-se todas elas.

Eu sugeriria, se V. Exa. assim acolher, que nós abríssemos o processo de votação, para que os mesmos pudessem já ter...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vai se votar remotamente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, perfeito, mas que também seja garantida a todos os demais debatedores a condição de reforçar as suas convicções, entendeu? Porque, se o senhor, por exemplo, abrir agora, o Senador Renan já votaria, a Senadora Mara...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não. Ele vai votar na hora que a gente for...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito, querido, mas sabe V. Exa. que às vezes somos tomados por algumas obrigações e que...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu vou me comprometer a ligar de um por um. Está tudo tranquilo.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não está sendo obedecida a alternância, conforme a V. Exa. falou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em seguida, o Senador Hiran.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Mas já falou a...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É porque a Senadora Mara pediu prioridade e eu a atendi.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Aí o Senador Renan falou.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Senador Renan não falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Está bom. Concordo com V. Exa. como sempre.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Seria importante dar a palavra ao autor do projeto, o Senador Nelsinho Trad. Ele é o autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em seguida, após o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Deixa eu falar primeiro.

Eu queria, primeiro, Sr. Presidente, dizer que, na minha vida como estudante, uma vez eu cheguei ao hospital universitário e tinha uma mãe desesperada atrás de um doador, e de um doador que tivesse um determinado tipo de sangue e, por coincidência, foi o meu. E eu fiz essa doação. Vinte anos depois, eu encontrei essa senhora na feira da minha cidade, em Lagarto, e ela me abraçou chorando, dizendo que eu salvei a vida do filho dela.

Veja, eu quero chamar a atenção, porque nós não estamos falando de qualquer coisa, nós estamos falando de órgãos humanos. Quando nós no Brasil... e por isso somos o maior transplantador do mundo, de córnea, de coração, de pulmão, de fígado. Veja, nós o somos porque criamos um sistema extremamente eficiente e um dos sistemas mais sérios do serviço público brasileiro, que é a lista única de acesso, a fila única nacional.

Quando nós definimos que tem que ser por doação, acho que nós deveríamos estar aqui discutindo a doação presumida. Ou seja, alguém teria que dizer que não é doador para que a gente pudesse ter a doação já como uma questão da sociedade, como um valor da nossa sociedade. Isso é mais civilizatório. Isso é transformador.

Veja aqui o Senador Marcelo Castro e a Senadora Mara Gabrilli, os dois disseram, como eu tenho certeza de que Humberto Costa, o Jaques Wagner, o Marcelo Castro que falou aqui – todos –, ninguém é contra a criação de novas empresas processadoras de hemoderivados e de derivados de sangue e que produzam imunoglobulina, fatores de coagulação, tudo, nós não somos contra que, além da Hemobrás, outras empresas se instalem. Essa não é a questão. Quanto a isso há pleno acordo de que o setor público tenha que ser competente e competitivo com o setor privado. Que o setor privado entre e seja competitivo.

O que nós estamos discutindo aqui é: vamos abrir a porta para a doação de órgãos, ou sangue não é órgão? Comercialização de órgãos, ou melhor – desculpe –, comercialização, venda, ou sangue não é um órgão? Então, nós precisamos trazer esse debate para a luz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero dizer uma outra coisa, Senador Nelsinho: quem viveu a gestão pública... Eu fui Secretário municipal de Saúde, eu fui Secretário estadual de Saúde, eu fui Secretário de Gestão do Ministério da Saúde; Humberto foi Ministro da Saúde, Marcelo Castro foi Ministro da Saúde, todos que passaram por esses lugares sabem que, na hora em que você abrir à comercialização, nós vamos ferir de morte a assistência, porque a assistência... Quando a pessoa sofre um trauma ou vai fazer um procedimento cirúrgico, a pessoa precisa de sangue. E, se esse sangue for comercializado ou compensado, sabe para onde vai? Vai para a indústria. Vai faltar sangue na hora da cirurgia, vai faltar sangue na hora do trauma, vai faltar sangue! É a competição entre o funcionamento do sistema de saúde, a assistência à saúde, e não adianta a gente querer escamotear ou dissimular essa questão, porque essa competição vai se estabelecer. E nós vamos pagar esse preço entre quem está na fila para fazer uma cirurgia que precisa de sangue – e não ter o sangue – e aqueles que vão... Esses doadores todos, com compensação, vão doar e esse sangue vai ser utilizado para... Porque eles não podem doar duas vezes, eles têm um prazo de doação. Então, a ideia de que se doar para a indústria tem que doar... Não é assim, nós não somos uma máquina produtora de sangue; nós podemos doar a cada período.

Então, a competição existirá em desfavor de quem sofre um acidente, em desfavor de quem faz uma neurocirurgia, em desfavor de quem precisa de transfusão para tratamento de saúde sem os hemoderivados.

Então, podemos, sim, aproveitar melhor todo o plasma do processamento de sangue no Brasil – e isso já nos daria uma folga enorme – com a doação para o sistema de saúde, estimulando a doação. Não precisamos vender órgãos; precisamos fazer campanhas de doação de sangue. E que deixe a indústria...

Por isso, para concluir, para não tomar tempo, para deixar que todos possam se manifestar, eu quero dizer, Senador Marcelo Castro, que o seu brilhantismo para encontrar uma equação que permita que, constitucionalmente, possam outras empresas e não só o setor público agir neste campo está correto. Isso não cria... Não temos, ninguém tem problema com isso. O único problema é iniciar a abertura de uma porteira que ninguém segurará: a doação de órgãos. A doação de órgãos, como disse o Senador Renan Calheiros, é um atraso. A comercialização de órgãos é um atraso civilizatório. Nós estaremos regredindo, nós vamos diminuir todas as taxas de transplante no Brasil, que é campeão no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Daniella, com todo respeito a todos que querem fazer este caminho, este encurtamento de caminho, caminho curto não significa mais eficiência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A eficiência vai se dar se a gente garantir aquilo que está na Constituição – órgão só por doação –, para que não haja competição, principalmente no sangue, entre quem está na assistência e a indústria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Com a palavra, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria, de uma forma bastante sensata, equilibrada, de mostrar aos colegas a realidade que nos fez sair coletando as 27 assinaturas para apresentar a PEC, conforme foi apresentada.

Eu gostaria de ressaltar aos colegas aqui que esse debate não é um debate de mérito. O debate da CCJ visa à regimentalidade, à juridicidade e à constitucionalidade. Após a CCJ, ele vai ao Plenário e, em sendo uma PEC, precisa de três quintos dos votos, 49 votos, onde poderão ser devidamente exauridas todas dúvidas relativas a essa questão, que são muitas.

Eu não quero falar aqui, Sr. Presidente, o que fez com que a gente pudesse alavancar esse debate, porque eu já sinto que ele já valeu a pena, já valeu a pena.

Eu quero dizer, Senadora Daniella Ribeiro, que V. Exa. foi corajosa de ter pego essa causa, de ter ido atrás dos lugares onde isso funciona e de ter tentado trazer uma alternativa para o Brasil. Porque o que que existe no Brasil? Não existe o processamento do plasma para fazer os remédios para as doenças que estão aí no nosso nariz – não existe! As pessoas doentes que precisam da imunoglobulina, e custa R$3,5 mil cada ampola, têm que se socorrer do Sistema Único de Saúde, como é o natural – é dever do Estado de prover a saúde e o direito de todos de tê-lo –, para poder oferecer a esses pacientes. E aí o que que o Brasil faz para poder conseguir o remédio? O Brasil importa, ele gasta mais e gasta mal. Por que o Brasil faz isso? Porque tem um artigo na Constituição, de que eu sou a favor, assim como V. Exa. também o é, em que está escrito: proibida a comercialização de sangue. Isso está mantido! Aí, botaram lá uma vírgula e "hemoderivados". Por que isso? Porque houve, na época em que isso foi escrito, a morte de uma pessoa famosa que tinha hemofilia e que contraiu aids em função de uma transfusão inadequada. Aí, botaram "hemoderivados".

Não existe remuneração no projeto relatado pela Senadora Daniella. Quem fala isso está induzindo os colegas ao erro! Não existe remuneração! Não existe remuneração para transplante de órgãos, isso não está colocado. O sangue é um órgão, o derivado dele não é.

O Brasil não tem doação de plasma. V. Exa. sabia disso, Presidente Davi Alcolumbre? Não tem. Como é que o Brasil faz? O sangue que todos nós doamos, por aí afora, e que fica armazenado e não é utilizado é levado lá para a Hemobrás. É o chamado excedente. Desse sangue a Hemobrás produz o plasma, e esse plasma ela tenta mandar para o exterior para que, da matéria-prima desse plasma, se façam os medicamentos necessários para as doenças pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem não acredita em Deus, basta olhar o corpo humano. O corpo humano é tão perfeito que não se descobriu, sinteticamente, uma forma para você fazer os remédios oriundos do plasma. Só que nós precisamos fazer esse remédio! Tem gente morrendo!

Já que o Rogério Carvalho contou a história de uma paciente... Eu estava aqui no Senado, há um mês, e veio uma dentista do interior de São Paulo falar comigo. Sentou na minha frente e falou: "Eu quero dizer para o senhor que eu não gosto de política, eu não sou da direita, eu não sou da esquerda, eu não sou do centro". Eu falei: "E por que a senhora veio falar isso aqui para mim?". "Eu sou uma imunodeprimida e eu quero o meu remédio. Vocês têm que achar uma alternativa para poder fazer com que eu tenha o meu remédio."

Aí, V. Exa. vai doar o plasma aqui como eu doei. Sabe por que eu doei o plasma aqui, Presidente Davi Alcolumbre? Porque nós dois fomos vítimas de covid, eu fiquei internado na UTI, e eu fui demando por uma universidade de São Paulo para doar o meu plasma, para ela estudar os anticorpos do meu plasma para poder fazer um remédio, uma vacina, que no início não tinha. Eu doei o plasma. É totalmente diferente de doar o sangue: é mais tempo que você fica na cadeira; o seu sangue sai, entra numa máquina – igual à máquina de diálise – e é processado ali dentro; na mesma hora, a parte vermelha do seu sangue volta para o seu corpo; e dali essa máquina produz a parte amarela do sangue, que é o plasma. E V. Exa. sabe quanto tempo o corpo humano precisa para repor o plasma que foi doado hoje? Setenta e duas horas.

Então, nós precisamos garantir o remédio para quem precisa. E como a gente vai fazer isso? Oportunizando à iniciativa privada, uma vez que há 18 anos a Hemobrás está tentando fazer isso, e não faz. Vamos dizer, Sr. Presidente, que esta caneta seja uma varinha de condão, que ela tenha um poder mágico. A gente bate na Hemobrás agora, e ela passa a produzir o plasma e a tirar dali os medicamentos relativos às doenças, que são: imunodeficiência primária, secundária; púrpura trombocitopênica idiopática, doença de Kawasaki, síndrome de Guillain Barré, grandes queimados...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Hepatite.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – ... hepatite – vários tipos de hepatite. Pois bem, está pronto: a Hemobrás está produzindo. Ótimo! Parabéns! A Hemobrás está produzindo. Dá conta de produzir a demanda do mercado brasileiro? Não dá. Nós precisamos de, no mínimo, três Hemobrás para poder dar conta daquilo de que o Brasil precisa.

Então, qual é a alternativa a isso? Nós queremos fortalecer o SUS. Nós queremos fortalecer o SUS, tirar das costas do SUS o peso dessa questão, que ele não deu conta de fazer, para atender os pacientes que precisam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente quer trazer uma técnica nova, moderna, que nos países que V. Exa. pesquisou está funcionando, que se chama plasmaférese, para poder, através disso, tirar o plasma e dele produzir os medicamentos necessários para a doença.

Portanto, Sr. Presidente, o texto da Senadora Daniella teve evolução, sim, porque lá nos países que ela pesquisou tem a remuneração, tem sim, e tem a fila da remuneração e tem a fila da doação. Quando lá se percebeu – e é natural – que a fila da remuneração era maior do que a doação, o que eles fizeram? "Ah, o senhor quer fazer a remuneração?" "Quero." "Assine esse papel aqui de que o senhor tem que doar sangue duas vezes por ano para poder compensar a remuneração que você tem". Aí o que aconteceu? Triplicou a fila da doação em detrimento da remuneração.

Então isso, quem é que vai fazer isso, Sr. Presidente? Não é na nossa lei, não. Não é. É isso que eu quero explicar para os colegas. Seja o que for o resultado daqui – seja o que for o resultado daqui –, V. Exa. sabe para onde vai o projeto de que se exauriu a discussão aqui e na Câmara? Vai para o Executivo regulamentar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – O Executivo regulamenta e coloca a regulamentação que ele quiser. Se a compensação que está na palavra for um copo d'água, o Executivo põe o copo d'água; acabou, está regulamentado.

Então, eu quero dizer para V. Exa. o seguinte. Eu sou a favor do remédio para quem precisa. Isso precisa ser resolvido no Brasil. Os métodos diagnósticos estão cada vez mais apurados. A descoberta das doenças está numa forma geométrica aparecendo para as pessoas. E, aí, as pessoas que têm imunodeficiência precisam do remédio para poder viver, Presidente Davi Alcolumbre, porque, com imunodeficiência, qualquer infecção que elas pegarem pode levá-las ao óbito.

Então, eu quero dizer aqui, de uma forma muito tranquila e muito clara: Comissão de Constituição e Justiça define constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade. Muita calma nessa hora!

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A gente sabe da dificuldade que é para aprovar uma PEC. Diante de todo esse debate, se isso não estiver claro na cabeça do Senador, arrumar 49 votos em dois turnos não é tarefa para qualquer um, não é tarefa para qualquer tema. Aí, depois que votar aqui, tem que ir para onde o projeto? Para a Câmara dos Deputados. Imagine arrumar três quintos dos votos lá se a matéria não estiver devidamente exaurida no juízo de cada um.

Então, o ponto em comum que une a todos é um: nós precisamos debater esse assunto para ter mais remédio para a população brasileira. Se V. Exas. acham que dessa forma está bom, importando lá de fora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastando mal e gastando mais e dando condições para que possam acontecer malfeitos, que a gente sabe que acontece, aí a gente vai ficar vendo a situação passar. Agora, ficar sem tentar, Sr. Presidente... A gente pode acertar ou errar diante de uma decisão, mas, a partir do momento em que você não faz nada, você já errou.

Então, eu peço aos Srs. Parlamentares que deem oportunidade de isso continuar a ser debatido no Plenário do Senado da República e no Plenário da Câmara dos Deputados. Vamos votar a favor do relatório da Senadora Daniella.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Nelsinho.

Com a palavra, o Senador Hiran.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu estou inscrito aí?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Após o Senador Hiran é V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas não seria a hora de alternar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – É agora que vai começar.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos.

Presidente, eu ouvi, com muita atenção – e tenho participado dessa discussão –, a argumentação do meu querido Senador Marcelo Castro, que eu respeito muito e com quem tenho profunda amizade. E já discuti muito a matéria.

Eu queria aqui colocar uma coisa muito clara para as pessoas: alguém aqui ou entre aqueles que nos assistem acham que é plausível nós termos uma estrutura, como a Hemobrás, funcionando há 18 anos, e nós estarmos importando – vejam bem – 100% da imunoglobulina de que nós necessitamos? Isso não é um exemplo de eficiência. Isso está ferindo um princípio basilar do nosso Sistema Único de Saúde, meu querido colega Nelsinho: o SUS pressupõe equidade, universalidade e integralidade. Onde é que está a universalidade ao acesso?

Eu sou médico ativo no meu estado, meu querido Senador Girão. Ninguém opera mais no SUS do que a nossa estrutura – e eu me incluo nela; opero ainda. E eu sei da dificuldade que é para uma pessoa, lá no Hemisfério Norte, onde está Roraima, conseguir um imunoderivado para tratar uma insuficiência renal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– o senhor falou de doenças mais raras, mas uma insuficiência renal, uma queimadura. Só quem não atende, só quem não está praticando medicina no dia a dia não se compadece com esse drama humano que nós vivemos.

Aliás, eu já falei aqui – olhe só, Senador Portinho –: no meu estado, as mulheres... E aqui nós temos muitas mulheres jovens. Sabe o que mais mata vocês? Câncer de mama. No meu estado, nós temos diagnóstico precoce, porque eu levei uma unidade lá de diagnóstico precoce com Barretos; nós temos cirurgia oncológica; nós temos tratamento quimioterápico; mas não temos um ciclo completo de tratamento de câncer no meu estado, Senador Trad. O câncer mais prevalente, lá e no mundo, é o câncer de mama. Todas as mulheres do meu estado que precisam fazer um tratamento adjuvante de radioterapia precisam entrar numa fila de TFD. Olhem só!

E isso acontece também quando um paciente... Nós temos uma endemicidade mundial de diabetes, por exemplo, que é a porta inicial para a insuficiência renal. E aí, meu querido Senador Girão, nós ficamos com essas pessoas que têm necessidade... Aqui só se falou em imunoglobulinas, mas nós temos necessidade de outros imunoderivados, como fatores da coagulação, para se tratarem doenças mais raras, e nós não temos essa oportunidade de trazer para o país essa tecnologia.

Aliás, Senadora Daniella, esse projeto, essa PEC, vai lá para a Câmara. E, lá na Câmara, eu tenho um projeto, que é o 7.082, que norteia pesquisas clínicas no nosso país. Eu não sei se vocês, senhoras e senhores que estão nos assistindo, sabem, meu Presidente Ciro, mas nós não temos uma lei que regulamenta a pesquisa no nosso país. Toda regulamentação de pesquisa clínica aqui é feita através de resoluções e portarias. Uma empresa que quer trazer inovação para pesquisar no Brasil, para fazer uma pesquisa aqui, apresenta essa pesquisa num CEP, num conselho de ética. Tem que passar pela Conep, tem dois estágios éticos no país. Os países desenvolvidos só têm um. Quando vai para a área técnica, na Anvisa, não se estabeleceu ainda um prazo adequado para que essa pesquisa tramite dentro da Anvisa. E sabe o que é que acontece? As inovações, as pesquisas vão todas para outros países. O nosso país é gigante, tem uma diversidade incrível de raça, de clima, biodiversidade, um país muito adequado para se fazer pesquisa, e nós fazemos menos pesquisa, meu querido Marcelo Castro, do que o Egito e do que a Polônia, que é um país desse tamanho.

Então, é nesse sentido. E também reforço aqui que eu não vi no projeto algo que me diga que se vai pagar para se coletar plasma. Compensar, já se compensa, já se compensa quem vai retirar sangue, já tem compensações. Agora, que nós não podemos, aqui nesta Casa, que é uma Casa que é muito sintonizada com aquilo que as pessoas querem, não podemos aqui cercear o direito dessas pessoas que têm doenças graves, que têm doenças que, quando não utilizam esses hemoderivados, podem evoluir para a morte, para sofrimento, para imunodeficiências crônicas graves. A gente não pode aqui ficar tergiversando e fazendo algumas narrativas, como eu vi aqui. Falou-se muito em cobrar, cobrar, cobrar, mas não se falou em modernizar a nossa indústria para poder fazer com que ela se instale aqui no nosso país. Aliás, as indústrias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm que se instalar aqui no nosso país para que nós possamos fazer plasmaférese aqui, e só vamos fazer se nós tivermos marcos legais adequados.

Eu espero que esta Comissão, que, mais do que de mérito, é de constitucionalidade, juridicidade e boa técnica – e o seu projeto tem esse tripé que é prerrogativa daqui para esse processo caminhar –, que nós possamos aqui aprovar hoje essa PEC que vem democratizar e vem modernizar a questão da fabricação de todos esses medicamentos que salvam pessoas que têm doenças graves, doenças crônicas que abreviam suas vidas.

Então, Presidente, senhoras e senhores, eu quero parabenizar aqui a minha querida Senadora Daniella Ribeiro e meu querido colega também, Nelsinho Trad, pela sensibilidade, pela pertinência dessa PEC, que, realmente, eu tenho certeza, vai ser um marco divisório naquilo que não tem sido um exemplo de eficiência para que nós possamos aqui, realmente, agilizar esse processo no país, não esquecendo também que a Hemobrás é uma realidade e que nós precisamos auxiliar a Hemobrás para que ela realmente se torne eficiente – porque é um patrimônio nosso, foi dinheiro nosso que foi aplicado ali –, e que ela seja também eficiente para competir com a iniciativa privada. E, no final, isso vai gerar sabe o quê? Integralidade, universalidade e equidade no SUS, acesso das pessoas a esses medicamentos.

Nós precisamos deixar, meu querido Líder, que eu respeito muito, que é um grande gestor, nós precisamos deixar de ser aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... apenas um exportador de matéria-prima e comprador de manufaturados. É por isso que a nossa indústria, meu querido Presidente, caminha de lado neste país, porque nós nos esquecemos aqui de estimular eficiência na indústria, e aí eu incluo também a indústria farmacêutica.

Eu quero parabenizar e pedir o apoio de todos, como médico, como médico do SUS que sou, porque a gente, aprovando isso aqui, vai conseguir caminhar mais a passos rápidos, para que as pessoas tenham acesso a essas medicações.

Parabéns, meu querido Senador Nelsinho, pela pertinência da sua PEC; e parabéns, Daniella, mais uma vez!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro, eu entendo que, para assuntos relativos a emendas constitucionais, a CCJ é Comissão de mérito. Então, essa discussão que está sendo levantada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, de "Deixa o Plenário discutir": não. Quando se trata de PEC, nós temos que saber se essa PEC pode alterar a Constituição ou se ela está ferindo algum tipo de cláusula pétrea.

A segunda questão é que não está em discussão aqui a Hemobrás. Não é isso que é relevante, nem a questão da iniciativa privada. Eu não sei se V. Exas. sabem, a Hemorrede, ou seja, os serviços de hemoterapia no Brasil, vinculados ao próprio SUS, são dois terços privados. O SUS não estabelece essa discriminação.

Eu queria um pouquinho de silêncio para externar aqui o meu pensamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, dois terços desses serviços são privados. E a proposta do Senador Marcelo Castro, que o Ministério da Saúde aceitou, concordou, ela flexibiliza a Constituição no que está aí. Ela permite o processo do processamento do plasma, ou seja, do que é que a gente não está abrindo mão? Compare as três propostas, a do Senador Nelsinho, a da Senadora Daniella Ribeiro e a proposta do Senador Marcelo Castro. São três palavras: coleta, comercialização e preferencialmente ao SUS.

Coleta. Não é verdade que aprovar essa PEC não abre possibilidade da coleta remunerada. Por quê? Nós estamos tirando da Constituição, que, para ser mudada, precisa de três quintos dos Senadores e Deputados, e vamos jogar para uma lei complementar, em que 50% mais um podem definir que a coleta é remunerada. Essa é a questão que está aqui em jogo. Comercialização também.

E, quanto ao "preferencialmente", a proposta do Senador Nelsinho dizia: produzir medicamentos para o SUS. A proposta que está sendo apresentada no relatório é "preferencialmente", ou seja, não tem obrigatoriedade de garantir ao SUS. Então, esse discurso, de que estão preocupados com a autossuficiência não corresponde à realidade.

Outro ponto importante: como eu disse, não é a Hemobrás, mas é a segurança sanitária da doação de sangue. Quem não se lembra como era na década de 70: se vendia o sangue, gente pegou aids, gente pegou hepatite. Qual controle que nós vamos ter se for aberto o processo de coleta do sangue remunerada. Nós temos que garantir a segurança à sociedade. Por isso que nós não queremos abrir mão do tema da coleta nem da comercialização. A sua proposta permite que uma empresa qualquer possa ter acesso ao plasma, mas esse plasma vai ter que ser coletado por quem está regulamentado pelo SUS. Esse plasma vai ter que ser tratado dentro da normatização da Política Nacional de Sangue.

Então, não é a Hemobrás que a gente está discutindo; nós queremos discutir se quem for receber o sangue está correndo risco de ter uma infecção ou se a pessoa que está doando, como acontece nos Estados Unidos, às vezes doa seis vezes por semana o plasma; essa pessoa fia espoliada. Então, temos que pensar nesses dois pontos aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão relevante diz respeito ao tema exatamente da questão do preferencial. Vamos dizer aqui a verdade: existe uma empresa que está torcendo, esperando que isso seja aprovado. É, uma empresa está esperando. Essa empresa comprou quatro bancos de sangue nos Estados Unidos, essa empresa comprou 22% de uma empresa francesa de hemoderivados, essa empresa comprou bancos de sangue aqui, no Brasil. O que é que ela quer? Ela quer que entre a coleta remunerada, que ela pegue o plasma do povo brasileiro, que é um plasma qualificado: o nosso povo é vacinado, o nosso povo tem contato com as maiores doenças do mundo. É por isso que eles querem o nosso plasma.

Agora, eu pergunto a vocês: quando essa empresa pegar o plasma do povo brasileiro e mandar lá para a França, para fazer o processamento, quem vai garantir que ele mandou tudo de volta? É lógico que esse recurso, que esse plasma que vai para lá, ela vai comercializar na Europa e no resto do mundo. Essa que é a verdade das coisas.

A outra questão que é fundamental de a gente discutir é sobre a Hemobrás. Eu falo agora da Hemobrás. Primeiro, quero convidar a todos: daqui a um mês, a Hemobrás vai inaugurar a unidade de processamento do Fator VIII. É uma transferência de tecnologia. Não é verdade que a Hemobrás pega o plasma, manda para fora e compra simplesmente o produto; é uma parceria público-privada. Está havendo transferência de tecnologia. Ao mesmo tempo em que a gente manda o plasma, volta o medicamento mais barato do que essa empresa cobra aqui, no Brasil, ao mesmo tempo em que isso acontece, nós estamos pegando a tecnologia, para o Brasil ter autossuficiência. Agora, nós temos...

Agora, em outubro, nós vamos ter a inauguração da planta do Fator VIII. O Fator VIII é tecnologia da mais alta relevância. E engenharia genética... Depois vão poder ser produzidos outros medicamentos à base de engenharia genética.

Então, a Hemobrás não é um elefante branco, não. E é bom dizer: desses bancos de sangue que assinaram nota no jornal, vocês sabiam que a maior parte não cumpre a lei? Não manda o plasma para a Hemobrás? É por isso que eles querem. É por isso que eles querem, porque vão vender, vão querer vender, vão querer fazer comercialização.

Isso é um dado de realidade concreta que nós estamos discutindo aqui.

Sr. Presidente, o Governo quer resolver o problema. O PAC, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... prevê R$100 milhões para resgate dos bancos de sangue. Nós tivemos aí um investimento, agora, por parte do Governo: como foi dito, serão R$700 milhões para concluir a Hemobrás em 2025. Enquanto isso, o que é que acontece? Tem gente morrendo? Não é verdade! O Sistema Único de Saúde sabe quanto pagou pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transplante de Faustão? Sete milhões de reais! Sabe quanto o SUS pagou para o medicamento mais caro do mundo, que foi administrado a uma criança com ELA, recentemente? Quatro milhões de reais!

Vocês sabem que o sistema de atendimento à aids, no Brasil, foi o primeiro do mundo a dar tudo gratuitamente. Como é que o SUS vai deixar de atender a alguém com a imunoglobulina, que custa R$2 mil, R$3 mil? Não é verdade isso que está sendo dito.

O SUS garante sim e vai continuar garantindo.

Agora, sabe o que é que acontece? A Hemobrás realmente não consegue suprir tudo. Aí, sabe o que ela faz? Ela abre uma licitação para comprar imunoglobulina. Vocês sabem o que essa empresa que eu estou falando faz? Ela não entra na licitação. Para quê? Para ser um contrato emergencial, e ela, às vezes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... receber três, quatro vezes o valor que a Hemobrás está recebendo da Octapharma. Essa é a verdade dos fatos.

Peço vênia a V. Exa.

Infelizmente, eu acho que a gente precisaria aprofundar mais esse debate, mas, por último, eu quero dizer, perguntar a vocês: sabe quem é a favor disso? São poucos. Agora, contra: Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Ministério da Saúde, Ministério Público Federal, Ministério Público do Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Frente pela Vida. A 17ª Conferência Nacional de Saúde aprovou uma moção de repúdio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a essa proposta.

Será que só os bancos de sangue e essa empresa têm razão?

Então, gente, a proposta do Senador Marcelo Castro abriu a possibilidade de a empresa privada fazer o processo de processamento. Agora, não pode abrir para fazer coleta nem comercialização. É isso que está em discussão. É isso que está em discussão.

Além disso, o que tem, infelizmente, é mistificação, que esses bancos de sangue que enviam essas empresas estão querendo fazer.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Líder Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Quero retificar a emenda que encaminhei por redação, que se refere primeiro ao termo "pesquisa", que ficou duplicado no §4º. A sugestão apenas é a supressão do primeiro deles, para que o texto fique adequado.

Depois, refere-se a um ajuste de texto no §6º, que deve fazer menção expressa ao §5º, para que não haja conflito com os demais dispositivos do art. 199 da Constituição Federal, com adequação também da redação para maior clareza. Nesse sentido, o texto do §6º ficaria assim: "§6º Para a realização de atividade prevista no §5º e visando à assistência à saúde no SUS, a iniciativa privada poderá atuar de maneira complementar, mediante demanda do Ministério da Saúde, cumpridas as normas regulatórias vigentes".

Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de pequenos ajustes de redação que visam dar maior clareza e segurança ao texto sem alterar, em nenhuma medida, o mérito da emenda.

Queria só complementar o meu raciocínio. Ouvi com atenção todos os argumentos, inclusive do autor do projeto, Senador Nelsinho Trad, os argumentos do Senador Marcelo Castro, do Senador e médico Dr. Hiran e, por último, agora, do Senador Humberto Costa, médico também. Eu farei apenas um reparo: sendo a Senadora Daniella Ribeiro a Relatora, e ela o faz com a sua consciência, e nós temos cérebros para opinar de acordo com aquilo que nós achamos que é correto... Não é uma instituição que vai mudar a minha maneira de pensar, até porque algumas instituições, recentemente, como o foi o Conselho Federal de Medicina, foram contra a vacina, vieram a apoiar, inclusive, o negacionismo, que levou a óbito 700 mil pessoas, sendo que, das 700 mil pessoas, 73% eram pessoas com mais de 60 anos, 90% de aposentados, provedores da sua família, o que não sensibilizou a maioria do Senado, grande parte dos Senadores, que agora contestam uma questão de saúde pública.

Então, o único reparo que eu faço é que o Senador Humberto levanta uma suspeita de que alguém aqui estaria a serviço desse ou daquele banco de sangue. Absolutamente! É até uma coisa que pode levar alguém que não entenda perfeitamente como é o comportamento meu, ou do Nelson, ou da Daniella Ribeiro a pensar dessa forma. É errado fazer isso, Senador Humberto Costa. Eu faço esse reparo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fez. Uma insinuação de leve, mas uma insinuação que eu considero leviana quando se trata da relatoria de uma Senadora, de uma mulher que tem absoluto conceito meu como alguém que é correta e séria nas suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posições, com muita firmeza. Portanto, eu rebato V. Exa. Não aceito essa insinuação, mesmo que não seja, mas a palavra foi nessa direção.

Eu quero rebater e pedir ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que não escreva no texto que está aí a consideração levada pelo Senador Humberto Costa.

E outra coisa: comercialização de sangue já existe no Brasil. Uma bolsa de sangue é R$580. Uma papa de hemácias é R$350. Vende-se bolsa de sangue. A coleta é pública, a coleta é gratuita, mas todo banco de sangue coleta, paga os seus profissionais, paga pela bolsa para colocar o sangue e cobra. Uma bolsa de sangue é R$580, uma papa de hemácias é R$350. Então, comercialização, a meu ver, a meu sentir, é isso aí. É claro que a coleta deve ser gratuita, mas a comercialização já existe, e essa é uma interpretação corretíssima que eu faço aqui agora.

Então, eu quero fazer esse reparo e peço a V. Exa. que não conste nos *Anais* da Comissão de Constituição e Justiça a observação que o Senador Humberto Costa fez.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, pelo art. 14, eu, em nenhum momento, acusei qualquer Senador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. pode depois pedir que leiam a minha fala.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não precisou citar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu disse que há uma empresa que está esperando isso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não precisou citar. Senador Humberto Costa, ninguém aqui é criança, ninguém aqui é criança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nem eu sou.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Presidente, questão de ordem. Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Bem sabe V. Exa. – e nós fomos informados agora – que a mim me parece iniciado o processo discursivo do Congresso Nacional. A sessão já se deu...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós vamos continuar deliberando, porque nós já temos precedentes que o Presidente...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Já, não é? Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Era exatamente a preocupação para que amanhã não haja questionamentos, se porventura for levantado esse ponto, porque regimentalmente a...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O que foi levantado para esta Presidência eu preciso tornar público as V. Exas. Irei tornar no momento adequado, mas fui instado a fazê-lo agora.

Eu já tenho pedidos suficientes... Já que essa matéria é uma proposta de emenda à Constituição, eu a deliberaria por uma votação simbólica, mas já há Senadores suficientes solicitando a votação nominal. Então, eu quero informar, de antemão, que nós não iniciaremos a votação simbólica, nós iniciaremos novamente e diretamente a votação nominal.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Não, perfeito. A preocupação era exatamente para que nós não perdêssemos o ritmo, a fim de que concluamos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Inclusive, deixe-me aproveitar essa oportunidade de V. Exa. Foi sugerido, no começo da reunião, por V. Exa. e por alguns outros Senadores... A gente ainda tem seis Senadores inscritos. Naquele momento, eu achei que era importante nós ouvirmos alguns Senadores, até para que aqueles Senadores que não têm conhecimento de causa, profundamente, em relação à matéria pudessem ouvir as manifestações favoráveis e contrárias à proposta.

Então, eu queria aproveitar, já que eu vou submeter à votação nominal, as palavras de V. Exa. Nós já tivemos mais de onze Senadores que já usaram da palavra, faltam cinco ou seis. Então, eu vou abrir o painel de votação e eu tenho certeza de que todos aqueles que já têm o juízo de valor... E eu só vou encerrar quando a gente atingir os 27 Senadores votantes.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pois não, Líder Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Não, eu só queria ponderar: o tema é muito candente. Eu acho que cada Senador ou Senadora que ainda está inscrito trará alguma contribuição. Está claro que nós não temos quórum de 27 aqui, portanto seguramente a maioria dos colegas votarão remotamente.

Então, eu só queria ponderar – não falo em meu nome, não, porque ainda não falei – se não seria o caso... Como já não tem o quórum aqui... Uma coisa seria V. Exa. abrir com uma preocupação de que fosse embora o quórum. Como é possível a remota, eu estou só ponderando com V. Exa., porque já não tem 27 aqui, nós teremos que pedir aos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas todos os Senadores estão aguardando nós ligarmos para autorizar a votação.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu sei, mas se eles estão aguardando, eles podem aguardar mais um pouquinho para acabarmos de falar.

Bom, eu estou ponderando V. Exa. é que comanda o processo.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu também não...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Eu vou abrir a votação, porque a maioria está pedindo para abrir a votação, só que eu não vou concluir até os 27 votarem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A votação, Presidente. Oriente como é a votação.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Presidente, mas não deixa de desrespeitar a nossa fala, porque a gente não fez o nosso argumento ainda e eu...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Quem é o próximo, Davi?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É porque, se abre a votação, permite que, principalmente quem está fora, vote com o que foi apresentado até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora. Não deixa de desrespeitar nós que ainda não falamos. É por isso que eu faço um apelo para que esperasse.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Mas quem se sente... Quem acha que já está pronto vota. Quem não acha espera.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu, por exemplo, acho que tenho uma questão de... Eu não sou médica nem sou especialista, mas eu sou professora e sei ler. O que está escrito aqui permite comercialização.

Eu fui Relatora de uma PEC – a emenda constitucional do Fundeb –, que lá deixou claro o que a lei vai dispor. E aqui está muito claro que tem comercialização de plasma. Está escrito. Eu quero saber se vai ter alguma mudança.

Eu acho que é... Eu, por exemplo, não sou especialista na área, não acho que pode ficar do jeito que está. A incompetência ou falta de condição da Hemobrás não podem ser utilizadas como desculpa, porque mostram a nossa incompetência. Eu fui Deputada por 12 anos e agora Senadora. Então, justificar que um órgão dessa importância não funciona não pode ser argumento. Ele tem que ser argumento para que a gente aprimore.

E o que está escrito aqui no texto, porque eu fui buscar a Senadora Daniella, a quem eu respeito muito, e colocou a preocupação... Eu perdi meu pai com 48 anos de idade, porque nós não tínhamos condição de comprar albumina humana, que na época era R$30 mil por uma semana. Então, é grave.

Mas não é verdade que a lei não está dispondo sobre a comercialização. Está muito claro, está escrito aqui.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – A lei vai dispor sobre as condições.

A minha proposta é que fique claro – eu faria uma emenda – que o doador não pode ser remunerado.

Eu acho que a comercialização... Eu vi o voto em separado da Senadora Zenaide, que coloca todo o controle do SUS. Mas eu acho que aqui, do jeito que está, não veda a comercialização ao doador. E, se não veda, nós vamos concorrer: o sistema público querendo o sangue de graça, o plasma, e alguém pagando. Eu não tenho dúvida de qual vai ser o caminho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Espera lá, que nós estamos discutindo.

Está em discussão a matéria, e nós vamos deliberar o relatório apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Dorinha está fazendo uma manifestação a V. Exa. sobre uma possível inclusão de uma redação, de um parágrafo, de um artigo, com essa redação proposta por ela. Queremos saber se a V. Exa. vai aceitar. Mas, na verdade, se eu colocar em votação, eu vou colocar sem isso. É verdade.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, deixa os outros se manifestarem enquanto ela resolve.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, eu queria dizer aqui o seguinte: ouvi todos. Queria dizer que ouvi muita coisa dos colegas. Com todo o respeito, eu costumo achar o seguinte: nós somos todos iguais, abraçados ou não. Não é obrigado a gente estar de mãos dadas para poder ser...

Eu queria dizer o seguinte: primeiro, eu sou a favor do paciente. Eu ouvi aqui dizerem que quem é a favor do paciente vota pela comercialização do plasma humano.

Segundo, ouvi aqui dizerem que só quem não pratica medicina é quem é contra essa PEC – outra, inverdade, porque eu pratico a medicina também.

Terceiro, aqui se falou da indústria, por exemplo. Isso é uma contradição. Falou que não era, mas, por exemplo, o sangue humano não é para ser uma *commodity*, mas eu vi aqui proposta dizendo que a indústria brasileira não avança porque não investe nisso. Gente, convenhamos, eu como médica experiente com isso, tirando a Hemobrás, como foi falado aqui... E, quanto à Hemobrás, como falou a Professora Dorinha e o Senador Humberto, vamos botar a nossa culpa: não investimos.

A Constituição deixa claro que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Por que a Hemobrás, por falta de investimento, não está já processando todo o plasma deste país? Culpa do Estado.

Para isso, nós vamos mudar a Constituição do Brasil e comercializar parte do corpo humano. Essa é a verdade! Não podemos negar isso, e digo mais, gente: colegas, vão, sim, colapsar as hemorredes; vão, sim, morrer homens e mulheres deste país. Por que os senhores acreditam que quem vai fazer a "doação", doação entre aspas... Porque a indústria, como foi falado aqui, quer lucro e ninguém é contra. Indústria é para ter lucro, mas não com parte do corpo humano. Por favor, meus colegas, por favor!

Nós estamos falando, isso sim, de vida. E outra coisa: estamos fazendo o colapso das hemorredes. Os senhores têm ideia dessa cultura de solidariedade que o povo brasileiro tem? Eu, em plantões, quando iam suspender grandes cirurgias porque não se tinha o concentrado de hemácias nem de plaquetas – porque quem é cirurgião sabe disso e outros não –, se fazia uma ligação para o Corpo de Bombeiros, para a Polícia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Militar, para o Exército, Marinha e Aeronáutica e no outro dia de manhã estavam os carros lotados dessas instituições, que têm esse hábito de serem solidárias.

Por favor, gente! Vocês acreditam mesmo... E outra coisa: lembrem-se, as pessoas com leucemias, com outras neoplasias, muitas vezes precisam... Você ouve o familiar dizer: "Meu filho tomou uma bolsa de sangue todo dia para sobreviver". Plaquetas... Não há necessidade e nem deve... Isso é um retrocesso. Nós já vimos isso quando o sangue foi ser comercializado, quando se pagava.

E sabe quem vai doar o sangue? Os pobres. E sabe quem vai faturar com parte do corpo humano, dos brasileiros e brasileiras de boa vontade? As grandes indústrias, sem nenhuma garantia de que isso vai retornar para a gente.

Por favor, gente, sangue não é mercadoria. O mundo todo é contra isso. Eu ouvi aqui dizendo que várias pessoas da saúde são a favor. Não, respeitando todos os colegas, Daniella Ribeiro, mas isso aqui é retrocesso civilizatório. Não vamos permitir que o sangue seja uma *commodity*, que seja minério, que seja soja ou trigo, que pode ser comercializado e lá fora vai agregar valor.

Então, essas contradições... E nós sabemos que a responsabilidade é do Estado brasileiro. Vamos acabar com essa história aqui de, quando se encontrar um erro ou quando não se evoluir por falta de investimento, vamos entregar à iniciativa privada.

Isso aqui é a vida do povo brasileiro que vai faltar. As hemorredes vão colapsar, sim, porque não existe essa história. Você doa o sangue, papa de hemácias, plaquetas, está tudo lá. Isso é o dia a dia dos hospitais deste país, gente. Vocês acham que se fosse...

Nelsinho, eu assinei a PEC! Mas, na PEC original de Nelsinho, ele deixava claro, tirando a palavra "comercialização". Se não tirar a palavra "comercialização" de parte do sangue humano... Eu sei que a maioria aqui é neoliberal. Tudo bem, gente, mas chegar ao nível de comercializar parte do corpo humano! Mesmo que se diga o contrário, isso aqui é comercializar parte do corpo humano.

Por favor, vamos cobrar do Governo. Eu digo aqui: vamos cobrar do Governo! Convidem-me, convoquem-me, que eu vou cobrar do Governo. Vamos investir nas hemorredes, vamos investir na Hemobrás, vamos fazer o que é necessário, mas não vamos acabar com esse sentimento de solidariedade, de cristandade, de olhar para o outro e doar o sangue.

Vocês ouvem lá, nos seus estados, assim: "Crianças de 'tantos' anos precisando de sangue O negativo". O brasileiro vai lá e doa, mesmo sem saber quem é. Não tenha dúvida de que, se esta Casa aprovar, estaremos transformando parte do corpo humano em comércio. E não é por aí. Doe!

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – O Estado brasileiro falhou – já está aí, a Hemobrás está no PAC –, vamos para cima, como foi falado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu confesso aqui, com todo o respeito, que eu assinei a PEC, só que a PEC do nosso Nelsinho Trad vedava a comercialização. Então, gente, com todo respeito por quem está dependendo disso aí, mas isso, eu confesso aqui, é uma das propostas mais indecentes que eu já vi aqui nesta Casa. E, quando se diz "vamos debater, exaurir o debate", então vamos botar mais audiências públicas. Exaurir o debate, e não vamos mais debater? Por que vamos deixar para o Plenário se nós sabemos hoje que vamos prejudicar, sim; que corremos o risco de os serviços da Hemorrede colapsarem e levarem pessoas a óbito? Aí, sim. Aí, sim...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – ... nós vamos ver mais brasileiros e brasileiras morrendo de morte evitável.

O meu voto... Desculpem-me, mas, com comercialização, voto "não". "Não", pela vida.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Defender a vida é ser contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Presidente; senhor autor da PEC, Nelsinho Trad; Relatora, Senadora Daniella, eu não ia entrar nessa linha de argumentação, não, mas eu me sinto na obrigação, pelo que foi falado aqui, porque parece realmente que quem está a favor da PEC está levando alguma vantagem de empresa que tem interesse. Porque nessa linha eu poderia dizer que quem está contra a PEC talvez esteja interessado, como houve no passado, em 2015, em sugar o sangue da Hemobrás, já que houve uma operação da Polícia Federal exatamente porque havia na Hemobrás algumas pessoas que se apropriavam das posições que tinham, inclusive de diretoria dessa estatal, para fazer fraude em licitação.

Quem não se lembra, Senador Hiran, de uma das pessoas que recebeu a visita da Polícia Federal em casa tacando bolsa de dinheiro pela janela, enquanto a Polícia Federal subia pelo elevador? Foram perdidos mais de 9 milhões em plasma estragado porque a Hemobrás não conservava de forma adequada aquele plasma.

Então, por esse raciocínio, quem está contra a PEC poderia estar interessado em usar a sua força política hoje para indicar pessoas na Hemobrás ou para fazer coisas erradas dentro da Hemobrás. E eu, obviamente, não quero crer nisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho, Presidente, que aqui há uma discussão sobre quem está a favor da vida conforme se posiciona nessa PEC. Eu entendo que quem está a favor da vida está a favor da PEC. Por que a gente vai negar um melhor tratamento para quem tem hemofilia, cirrose, câncer, aids, tem que tratar queimaduras severas? Porque, Senadora Daniella, se estivesse tudo maravilhoso hoje, para que teria necessidade de apresentar a PEC, já que a Hemobrás foi criada por uma lei de 2004, começou a funcionar em 2012, e está claro aqui no debate que até hoje ela não tem condições de atender de uma forma satisfatória os SUS? E é óbvio que, numa visão de mercado... E aí não é pensando em comercializar órgãos, porque isso é mais uma falácia hoje... Para quem teve filho há pouco tempo, por exemplo, não foi oferecido um serviço de congelamento de célula-tronco do cordão umbilical, para que, num futuro, se a medicina se desenvolver, isso pudesse ser usado para cura de alguma doença genética, ou até, Senador Hiran, para que fossem feitos, a partir dessas células-tronco do cordão umbilical, órgãos? Pois, artificialmente, acho que a gente vai chegar lá, algum dia. Esse é um serviço que é oferecido. Por isso eu sou a favor de comercialização de órgãos? Não. Estou pensando na vida daquelas pessoas que têm compatibilidade comigo ou com a minha família, e que em algum momento, na evolução da medicina, isso vá trazer algum benefício, vá salvar vidas.

E, para concluir, Presidente Davi Alcolumbre, eu acho que tem um argumento de que ninguém falou aqui ainda: eu acho que a gente tem que aprender com o que aconteceu na pandemia – nós temos que aprender com o que aconteceu na pandemia. Hoje o Brasil é dependente de um monopólio da Hemobrás e dependente de que esse produto, sim, vá lá para fora, seja industrializado e volte para cá de forma beneficiada; o sangue vai *in natura* e volta para cá em partes que vão ser usadas de forma medicinal. Na pandemia, o que nós vimos foi isto: o mundo inteiro dependendo de matéria-prima que alguns poucos países detinham; o mundo inteiro dependendo da China para a produção de vacinas. Qual foi o aprendizado para todos? Temos que distribuir onde nós investimos não só na produção de matéria-prima como no beneficiamento dela, na produção de vacina, no caso. E aqui é a mesma coisa. Quando a gente abre o mercado para que haja concorrência – e, óbvio, nos termos que nós vamos colocar numa legislação posterior que viria após essa PEC –, é fundamental para que a gente não dependa mais do comércio exterior, do mercado estrangeiro, para produzir esse tipo de medicamento que vai salvar vidas aqui no Brasil.

A Hemobrás foi criada exatamente com o intuito de diminuir a dependência externa no setor de derivados de sangue. E até hoje nós continuamos dependentes. Há lógica nisso? Não há lógica nisso.

Portanto, Presidente, a posição minha, que eu quero defender, é favorável à PEC. Que discutamos mais a fundo, quando da sua regulamentação, que está remetendo à legislação específica, os termos em que essa PEC seria implementada.

Então, Presidente, eu tenho toda a tranquilidade para dizer que sou a favor da vida, quero tratamento melhor e mais barato para pessoas que sofrem de hemofilia, cirrose, câncer, Aids, queimaduras e tantas outras doenças.

Portanto, sou favorável a essa quebra do monopólio e à aprovação da PEC, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Senador Davi, eu acho que muitos argumentos já foram colocados de parte a parte, mas eu queria adicionar um novo argumento.

Aqui se falou muito da Hemobrás, que é ineficiente. A Hemobrás é uma empresa jovem, 18 anos não é nada para uma empresa de tecnologia em saúde. E está se desenvolvendo e crescendo. Óbvio que tem problemas, como tem problema também a iniciativa privada.

Eu queria aproveitar o aniversário de 70 anos da Petrobras para começar a minha fala. Há mais de 70 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Aí, fica difícil para eu falar.

Há mais de 70 anos, tentaram botar na cabeça da sociedade brasileira que nós não tínhamos petróleo. Mas Getúlio atendeu ao grito da rua e fundou a Petrobras. Sessenta anos depois, a empresa é orgulho nacional, porque, com tecnologia desenvolvida por brasileiros, interagindo com o mundo inteiro, descobrimos o pré-sal, que nos deu autonomia de fornecimento de petróleo bruto aqui para dentro, ou seja, antes nós não tínhamos nada, hoje a gente dá banho de tecnologia.

Por que eu estou falando isso, Senadora Daniella? É porque eu aqui não vejo ninguém contra a vida. E eu acho que o calor dessa matéria pode ter apaixonado alguns, mas também acho que – não quero fazer juízo de valor nenhum – todos nós aqui estamos defendendo a vida. Achamos que são caminhos diferentes, esse que é o problema. Não quer dizer que um quer a vida e o outro não quer.

Eu falei da Petrobras porque hoje, na verdade, não há nenhuma empresa instalada em solo brasileiro que consiga fazer o craqueamento do sangue para fazer os hemoderivados – nenhuma! E no mundo inteiro, só existem 13 empresas – 13 no mundo inteiro. Agora, pasmem, três delas, se não forem quatro, são chinesas. Depois todo mundo fica assustado: "O que houve com esse Tigre Asiático? Não era nada, virou tudo?". Ou com a Coreia do Sul. Porque quando as pessoas pensam no desenvolvimento do seu país não pode ser um remendo do aqui e agora. Tem que projetar o que eu quero do meu país.

Nós já somos fornecedores de *commodities* no mundo agrícola: vendemos soja, importamos óleo; vendemos ferro, importamos aço; vendemos cacau, importamos chocolate.

A Alemanha não tem um pé de café; é o maior exportador de café processado do mundo, porque todo mundo sabe que o que acumula dinheiro, o que acumula lucro para o país é tecnologia. Então, só tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

13 no mundo, e muitas delas em países de baixa população, portanto, que terão pouco acesso ao plasma humano, porque plasma depende de volume de população: é o Brasil, é a Índia, é a China, são os Estados Unidos. Os outros, a Suíça tem tecnologia para fazer imunoglobulina.

Então, Senadora Daniella, eu não quero ficar dependendo de país nenhum. A pergunta que eu coloco: alguma empresa internacional quer vir produzir imunoglobulina aqui, ou ela só quer o plasma brasileiro para produzir imunoglobulina e outros derivados lá fora e me botar para comprar? Nós vamos ficar a vida inteira...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Aqui tem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, eu só quero saber, porque não tem.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Tem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não tem. Hoje não tem nenhuma.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Não, eu estou...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem. Se ela quiser, deixa eu lhe dizer: tem uma. Não, tem uma, que não é...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Eu não sei qual é, mas eu sei que tem.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas espera aí. Deixa eu terminar.

A Octapharma, que é suíça, estabeleceu uma coisa chamada PDP, que é transferência de tecnologia. Perdoe-me, Nelsinho, nós não estamos importando; nós estamos entregando à Suíça plasma humano brasileiro, que é processado lá e é devolvido para o SUS com pagamento do serviço prestado de processar. Custa perto de R$1,8 mil, e não R$4 mil; R$4 mil é o importado, e não é verdade que ninguém possa importar. Qualquer clínica privada, se o remédio, a imunoglobulina, estiver registrado aqui, na Anvisa, pode importar livremente e, portanto, ter acesso. Aí custa R$4 mil, R$5 mil.

E é verdade o que o Humberto disse: boa parte das empresas importadoras, quando o SUS vai fazer a licitação, não se apresentam na licitação. Aí, no desespero, o SUS tem que fazer uma emergencial. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preço vai para quanto? Para R$4 mi, R$5 mil. É por isso a dificuldade, Senadora, porque a que a gente está recebendo de volta da Suíça, custa R$1,8 mil, com plasma humano brasileiro.

Agora, eu pergunto: nós vamos autorizar o que está dito? Vai se pegar o plasma, sangue de brasileiro, vai ir lá fora, e não está nem escrito que, obrigatoriamente, é para atender o mercado brasileiro; é preferencialmente o brasileiro.

Então, estou avisando a V. Exas.: o que nós vamos fazer é entregar plasma humano brasileiro para atender os imunodeficientes não daqui, do Brasil; vai atender imunodeficiente dos países ricos, que podem pagar. Convide qualquer empresa para se instalar aqui; não conheço nenhuma que queira se instalar aqui. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Presidente, me permita.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou lhe dizer, Senadora. Deixe-me só concluir meu raciocínio. Eu vou lhe dizer: a fábrica chinesa de carro elétrico está chegando para a Bahia. Ela está importando o carro agora, antes de concluir a fábrica, com isenção de ICMS, mas ela só tem isenção de ICMS porque, daqui a dois anos, ela começa a produzir aqui dentro. O que nós precisamos fazer é transferência de tecnologia, é o que a Hemobrás está fazendo.

Nós estamos na boca...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... não vai atender tudo. Nós estamos na boca, em 2024, de começar a produção em Pernambuco. Vai atender tudo? Não, não vai atender tudo, mas a gente pode pegar mais plasma humano, porque realmente a gente não consegue... Não está faltando, Nelsinho, está sobrando, é jogado fora. Por quê? Porque, por enquanto, é proibido...

Agora, é o que eu estou insistindo com V. Exa: eu sou pela vida... Não estou dizendo que V. Exa. não seja. Eu só acho que o caminho não é esse. Esse caminho não vai nos levar nem a deter a tecnologia, nem a ter a autossuficiência de imunoglobulina. Nós vamos ficar eternamente dependendo de fora, a menos da fábrica de Pernambuco, se ela for crescendo, para poder processar...

Porque não é só processar. A rede logística para coletar de tudo que é banco de sangue no Brasil não é pouca coisa. Se fosse, já estaria feito.

Então, eu quero dizer, Senadora, com todo o respeito – e nós tentamos fazer um acordo o tempo todo, que não conseguimos: eu não vejo aqui a solução. Eu defendo... E só para dizer: o SUS deve gastar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R$0,5 bilhão por ano trazendo imunoglobulina, uma parte com plasma humano, que vai para a Suíça e volta.

Daqui a pouco, com a graça de Deus, a partir de 2024 ou 2025, esse plasma humano não vai mais precisar viajar para a Suíça. Isso se chama PDP: transferência de tecnologia. Eu compro, ele está transferindo. Eu ofereço. "Qual é a outra empresa internacional que quer assinar contrato com o Brasil? Vocês compram de mim durante dois, três anos, enquanto eu construo a fábrica de imunoglobulina no Brasil". Aí nós vamos gerar emprego aqui, tecnologia aqui.

Não entra na minha cabeça que o plasma humano brasileiro – e temos 210 milhões de brasileiros – vai sair para o exterior, ser processado no exterior e atender a muita gente americana, suíça, francesa, que têm grana para pagar. Eu, sinceramente, não concordo, porque não há essa limitação na PEC que V. Exa. relatou.

Eu não tenho nada, não vou fazer juízo de valor. Eu acho que Exa. é bem-intencionada, como eu sou, só que cada um acha um caminho diferente para chegar a um objetivo.

Então, era só o que eu queria agregar, que é a autossuficiência e a transferência de tecnologia, que, no projeto, não têm previsão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Senador Davi Alcolumbre, é porque eu estou precisando falar, porque, caso contrário, eu iria simplesmente subscrever os nove minutos e meio que nos deram, a todos nós, indistintamente, à compreensão exata de tudo aquilo que nós estamos a discutir, que foi a fala do Senador Jaques Wagner, sem desconhecer as precisas – e desde o início – falas da Senadora Zenaide, do Senador Marcelo Castro, do Senador Humberto e de tantos outros senhores e senhoras, por favor, os convidados que aqui se encontram, Senador Eduardo Girão, que têm demonstrado essa preocupação.

O que incomoda, e penso que incomodou a todos, é que esse debate começou da seguinte forma: "Olhe, eu sou cristão. Quem votar contra não é cristão", "Eu sou pela vida. Quem votar contra a PEC não é pela vida". Não é correto que façamos essa discussão, esse debate, desta maneira. Todos aqui queremos solucionar situações que estão postas, que estão presentes em nossa convivência.

Há outras falas que foram proferidas a mencionar que nós seríamos insensíveis com aqueles e com aquelas que têm doenças crônicas, que têm doenças que são difíceis e que cobram do poder público principalmente a atenção.

Eu vou começar, Senador Humberto Costa, com o respeito que todos os representantes que aqui se encontram têm de nós. Eu vou começar a fazer menção... Frente pela Vida. Nós temos aqui representantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Nós temos a Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Nós temos a Sociedade Brasileira de Bioética. Nós temos a Rede Unida. Nós estamos com a presença ilustre de integrantes da Associação Brasileira de Enfermagem. Mais: Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade; Associação Brasileira de Economia da Saúde; Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme. Ouviram? Aqui nós temos a representação da Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme.

Regimentalmente, nós não pudemos ouvi-la, porque não estamos em sede de audiência pública. Mas será que essa senhora não representa outros tantos, e ela própria beneficiada que seria, em tese, desse processo, que é o processo que vai resolver todas as questões, que vai garantir todos os medicamentos, estaria aqui a dizer: "Não, eu não concordo com esse desmantelamento. Não, eu não concordo com essa proposta de mercantilização?". Será, Senador Girão? Não!

Vamos lá. Temos aqui o Conselho Nacional de Saúde; a Associação Brasileira Superando o Lúpus – correto? –; Asfoc (Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz); Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores); AME (Amigos Múltiplos pela Esclerose), Senadora Augusta; Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Enfim, amigos, minhas amigas, quero dizer que aqueles e aquelas que se posicionaram desde o início contra, como veio na relatoria... É bom que nós situemos, e a Senadora Zenaide Maia bem o disse: há cerca de um mês, eu, quando usava da palavra, dizia: "Eu fui um dos subscritores", Senador Nelson Trad, V. Exa. bem o sabe disso.

Quando V. Exa. apresentou a proposta inicialmente, pegue lá que V. Exa. vai ter, meu amigo, a minha subscrição, nos termos originais da sua proposta. Aí, sim, porque a sua proposta não criou, não inventou comercialização de sangue ou comercialização do plasma, Senador Eduardo Braga. Traga de volta a origem ou traga de volta originariamente aquilo que V. Exa. ponderou, propôs, que todos nós aqui haveríamos de dizer: "Votamos 'sim', porque entendemos que há essas dificuldades de produção".

Ninguém está discutindo que não haja. Ninguém está discutindo que não temos que, de fato, através dos meios e dos instrumentos, ampliar esses atendimentos, Senador Eduardo Braga, mas é um escárnio, a meu ver – peço desculpas, é estarrecedor, é um escárnio –, você ver que aqui há uma proposta que não foi modificada, em que pesem – inobstante – todas as tentativas, porque também há de se compreender, Senador Marcelo, que não houve por V. Exas., inclusive pela condição de catedráticos na matéria, o interesse de dizer: "Vamos votar, vamos melhorar, vamos qualificar o texto". A sua postura foi de discutir e de debater. Desde o início, a postura do Senador Humberto Costa, igualmente às nossas. Nós tivemos um clamor de ninguém mais, ninguém menos do que uma referência do Senado Federal, que é a Senadora Mara Gabrilli, que fez o seu pronunciamento em torno dessa sensível realidade, Senadora Zenaide.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para mim, pessoalmente, quando você lê: "A Lei disporá sobre as condições e os requisitos para a coleta, o processamento e a comercialização de plasma humano pela iniciativa pública e pela iniciativa privada, para fins de uso laboratorial, desenvolvimento de novas tecnologias e de produção de medicamentos hemoderivados destinados a prover preferencialmente o SUS", está aqui, não tem controvérsia. Nós estamos restabelecendo e desconhecendo aquilo que expressamente está na nossa Constituição. Nós estamos fazendo um retrocesso ao que já foi julgado antes e dizendo que não queríamos mais, porque, em determinado momento, havia essa comercialização.

Então, eu espero, sinceramente, com o respeito que os senhores bem sabem, porque, afinal de contas, vocês bem me conhecem, é a minha postura, isso não é uma questão reservada, particular a esse ou àquele estado... Nós estamos aqui, senhoras e senhores, falando sobre uma realidade nacional e falando com as preocupações que foram despendidas aqui pelo Senador Jaques Wagner.

V. Exa. não será, necessariamente, Senador Eduardo Girão, quem precisará de negociar o seu sangue, com certeza, não. Mas, com certeza, o senhor sabe que, se isso acontecer, V. Exa. o comprará, porque tem como pagar. Mas aqueles humildes, como dizia a minha querida amiga aqui, a comunidade negra, preta, mulheres, pobres, que estarão na dependência da compra desse processamento que foi feito – e eu não estou fazendo acusações a quem quer que seja – por empresas outras interessadas, não terão esse acesso. Os serviços lhes serão negados. Essa é a realidade.

Por que não dizer: vamos fazer o processamento e vamos permitir a presença da iniciativa privada, como sugeriu em emenda o Senador Marcelo Castro? Assim o façamos e assim nos portemos. Mas não, nós queremos a comercialização.

Por isso, Senador Davi Alcolumbre, eu, desde o início, depois da apresentação da PEC originária do Senador Nelsinho Trad, com a qual eu concordava, reiterando, sempre, o entendimento para que nós apreciemos, aprofundemos, qualifiquemos esse trabalho todo, não posso concordar, não haveria de concordar, porque isso é, simplesmente, a vampirização – a vampirização desse serviço. Vamos quebrar, por completo, todo o nosso sistema.

E, quando eu ouço de alguns companheiros, alguns pares – Senador Davi, para encerrar – preocupações sobre o fato de que somos dependentes, e não deveríamos assim ser... Cá para nós, há bem pouco tempo, nós estávamos diante desse encaminhamento, desse desmantelamento das nossas estruturas, e citemos aqui o caso das nossas refinarias, quando, na verdade, precisaríamos tê-las, quando, na verdade, precisaríamos ter mais Hemobrás, quando, na verdade, nós precisaríamos deter essas tecnologias para que não fiquemos na dependência de valores que se agregam lá fora, quando se produz e se industrializa o que nós vendemos, comparado ao que nós cobramos depois que as nossas matérias primárias são levadas.

Então, temos que nos deter a essa apreciação.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com o respeito devido às senhoras e aos senhores, o meu posicionamento é, visceralmente, pela vida, cristão que sou, como quero crer que todos os senhores e senhoras o são, exatamente para contestar, veementemente, essa proposta de vampirização, ou seja, de comercialização do sangue.

Do sangue, passaremos a outros órgãos. Do sangue, passaremos a um mercado paralelo. Ou os senhores têm dúvidas disso?

Muito grato, Senador Davi Alcolumbre. Desculpe-me. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Veneziano.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero aqui também, como enfermeira, me manifestar. Eu já poderia aqui dizer que, depois de tantas falas aqui de Senadores e Senadoras, médicos e não médicos, da área de saúde e de outras áreas mais, estava contemplada, mas não posso deixar de me manifestar.

Desde o começo da tramitação, exatamente da relatoria da minha querida amiga e Senadora Daniella, em que conversamos, lá atrás, também conversei com o Senador Nelsinho, que aqui está, que fez a primeira proposta, o que foi garantido na conversa é que não teria comercialização.

Aí, hoje, respeitando aqui as opiniões e os debates, até as interpretações do texto de cada um – minha querida Luciana, nossa Ministra que aqui chega, seja bem-vinda –, respeitando aqui a fala e a interpretação que dão a esse texto, para mim, está muito claro, como disse a Senadora Dorinha, que no texto trata-se, sim, de comercialização.

Desde o início, Senador Girão, eu dizia que eu era contra a comercialização. Se tiver comercialização, para mim, já não estava valendo. A interpretação que eu vejo aqui é de que todo mundo diz que é contra a comercialização, na sua grande maioria, mas no texto está a comercialização. Não posso defender uma coisa que eu estou vendo que está escrita e dizer que não está escrita, fazer de conta que eu não a estou vendo. Então, está claro.

Eu li de novo, eu li três vezes aqui para ver se realmente eu vi a palavra "comercialização". Para mim, eu não consigo dar outra interpretação a não ser realmente a que está aqui escrita no texto para essa proposta, respeitando todos os debates, respeitando todo mundo, acreditando que todo mundo quer defender a vida e ressaltando aqui a fala do nosso Senador quando diz que, se a gente possibilitar realmente essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercialização, não vai se resolver o problema, dessa forma como está aqui escrita. Muito pelo contrário, quem tem dinheiro vai comprar e quem não tem dinheiro vai sofrer ainda mais com a falta, a necessidade que não vai ser suprida na sua saúde.

Também quero aqui deixar muito claro que sou convictamente contra o projeto da forma como está aqui no seu relatório, e que não sou contra que a gente tenha que fortalecer e que também tenha que dar resposta o Governo, porque é obrigação do Governo, em relação ao que está faltando – que seja com plasma, que seja com processamento, que seja com a tecnologia que nós temos que trazer para o nosso país, como disse aqui também nosso querido Jaques Wagner –, mas, desta forma como aqui está, eu quero dizer, com muita convicção, que sou contra, até porque acredito que não vai resolver o problema. Muito pelo contrário, vai acentuar as desigualdades e os problemas que já existem em relação à saúde do nosso país.

Sobretudo, registro aqui a grande importância do Hemoce lá do Estado do Ceará. Quero dizer que, quando estive como Deputada, fiz uma proposta para, especificamente, os hemofílicos e fiz visita ao hemocentro lá do nosso estado e vi a competência e a capacidade que ele tem. Por incrível que pareça – para aproveitar aqui meus minutos restantes –, o que a gente constatou, através de audiência pública, é que os portadores de hemofilia, que é uma doença rara, que têm que tomar o seu fator RH e vão buscar nesses hemocentros, muitas vezes não iam até o hemocentro simplesmente pela condição de comprar uma passagem de ônibus para chegar até o local em que ele ia ter, realmente, o seu fator RH.

Eu digo, então: o problema é muito mais profundo do que simplesmente possibilitar que as pessoas possam comprar, porque só está-se dando a possibilidade realmente para quem tem dinheiro e quem tem condição. Os que não podem nem pagar a passagem para chegar até os hemocentros, chegar até onde tem gratuitamente a garantia do seu tratamento... Eu acho que é muito mais profundo do que a gente aprovar esse relatório.

Esse projeto, do jeito que está, para mim, está muito claro: é comercialização e eu sou totalmente contra.

Agradeço ao Presidente e, aqui, a atenção de todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho que grande parte da minha fala eu já expressei aqui.

Eu acho que o alerta de que o Senador Jaques Wagner fala é pertinente, sobre condições para autossuficiência, produção no Brasil, instalação aqui. Entendo que isso pode ser definido na lei de regulamentação, acho que é pertinente e podem ser estabelecidas as condicionalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só não me sinto confortável com este texto porque eu acho que todo mundo que está votando e que... Apesar de ter sido dito que não tem comercialização, está muito clara a exceção para o caso de plasma.

> A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de pesquisa e transplante, pesquisa e tratamento [está até repetido, chamo atenção para o pessoal da Língua Portuguesa], bem como coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização [aí vem uma vírgula], com exceção ao plasma, na forma do §5º.

Então, está claro que o plasma é exceção e vai ser comercializado.

O que eu acho é que, se há a intenção que a Senadora mencionou, em relação à vedação do doador, tem que estar explicitado, porque, hoje, a gente vota um texto e pode, em outro momento, a lei ser construída e permitir a comercialização, a compra, porque, como tem uma situação de exceção aqui, eu acho que a gente pode e precisa aprimorar este ponto de vista, até porque, também no outro parágrafo, no §5º, a questão da comercialização volta ao texto: "A lei disporá sobre as condições e os requisitos para a coleta, o processamento e a comercialização de plasma humano...".

Eu não vejo como lidar com esse tema sem dar a condução para o SUS, o controle para o SUS, senão nós vamos fazer um arremedo e vai ficar pior ainda do que se tem hoje, pior do que a situação que nós temos hoje. Então, não me sinto confortável com esse texto. Confortável, não! Não voto nesse tipo de texto, como ele está. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A gente só tem dois Senadores inscritos.

Eu não sei... Estão acontecendo algumas conversas de alguns Senadores com a Relatora e os assessores. Então, se a Senadora Daniella estiver confortável para fazer alguma manifestação, eu passo a palavra, senão eu vou concluir o debate e vamos iniciar a votação.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de me solidarizar, apesar de ele ter feito uma agressão comigo – inclusive agradeço ao Senador Otto Alencar –, mas gostaria de me solidarizar com o Senador Humberto Costa, a quem o Senador Veneziano se referiu no caso dos vampiros, em denúncia contra Humberto Costa, na época da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente! Presidente!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – ... da Hemobrás.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, por favor!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Porque comigo não foi.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Comigo não foi, então...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Art. 14, Sr. Presidente!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Por gentileza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Art.14.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Então, eu gostaria, aqui, de me solidarizar com o Senador Humberto Costa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Sr. Presidente, com relação ao texto que a Senadora Dorinha mencionou, de forma muito correta, Senadora, no segundo texto, nós retiramos do texto a palavra "remuneração" da coleta, mas, se for para ficar mais confortável "vedação", a gente coloca no texto, sem problema algum, a gente faz essa modificação.

Com relação à questão da comercialização – não do plasma, de forma alguma do plasma –, a gente fala de atos de comércio... Não com doador, de forma alguma com doador, nada de comércio com doador, inclusive a gente deixa isso no texto fechado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atos de comércio... Porque tem que ter atos de comércio, no caso, das empresas que vão comercializar, vão baratear os medicamentos, porque essa é a intenção, junto a outras empresas que poderão abrir.

E, assim, Senador – o Senador Jaques Wagner saiu –, não tem empresa brasileira porque não tem abertura do mercado. Na hora em que entra abertura de mercado, nós temos ciência e tecnologia para fazer o que nós deveríamos fazer, que é esse dever de casa, porque, afinal de contas, depois de 39 anos nessa espera, a gente aguardar por mais quantos anos, 40 anos, de espera para atender ao país. E aqui eu falo de forma geral. Então, eu acho que esse é o intuito.

O intuito, na realidade, acredito que de todos aqui, como disse o Senador Jaques Wagner, é pela vida, cada um pensando de uma forma, tentando ajustar de um jeito, mas é pela vida. Agora, acima de tudo, a importância de deixar este registro com relação à dúvida da Professora Dorinha e do Senador Marcelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Não, mas aí eu estou dizendo para a gente ajustar, para deixar claro e vocês se sentirem confortáveis de poder votar, é nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senador Eduardo Girão

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos concluir o debate aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Muito obrigado, muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Eu procurei, Sr. Presidente, estar atento a cada fala de forma muito minuciosa, percebendo o sentimento de cada Senador, cada Senadora aqui. Eu quero dizer que eu quero dar os parabéns, primeiro, para o senhor, Presidente Davi Alcolumbre, por ter colocado esse assunto em pauta. Isso é coragem, isso é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ousadia no bem, isso é democracia. E o aprendizado democrático desta sessão é algo que a gente tem que levar para a vida toda.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É o Parlamento mostrando como se faz democracia até que, Deus nos livre novamente, tenha mais uma intervenção da Corte Suprema nesta Casa sobre um assunto como esse. Então o Parlamento está fazendo a sua parte, é aqui que tem que ser debatido isso.

Eu tenho que parabenizar o Senador Nelsinho Trad, eu fui um dos que apoiaram a tramitação dessa PEC porque, independente do relatório que tenha sido modificado, independente do resultado que nós vamos ter no painel daqui a pouco, já é uma vitória fantástica, Senador Eduardo Braga, pela discussão, pela problematização que a gente viu aqui. Como a Hemobrás precisa avançar, como a gente tem um problema grave no país e precisamos encontrar uma solução.

E, olhem, a alternativa colocada pelo Senador Marcelo Castro, meu vizinho de estado – ele é do Piauí, eu sou do Ceará –, é uma alternativa que não é o voto dele, não é uma coisa do contra, porque é muito fácil você chegar, tendo em vista o problemão que a gente viu aqui, e dizer o seguinte: vamos votar "sim" ou "não" e deixar como está.

Eu quero dar os parabéns, primeiro, à Senadora Daniella, que teve que sair agora, à exposição dela. Eu só vejo idealistas aqui, eu não vejo ninguém que: esse lado é contra a vida, esse não é. E eu lhe digo isso porque essa é a minha causa, a defesa da vida, aqui no Senado Federal, são as pautas que eu abraço aqui. Senadora Daniella, você está de parabéns, independente do resultado – eu estava falando aqui –, por ter tido a coragem, por ser corajosa, de acreditar nos seus ideais. A senhora é uma pró-vida convicta e está trazendo aqui a discussão, e vai sair coisa boa para o país. Eu estava falando que o voto em separado do nosso querido Senador Marcelo Castro não é uma coisa do contra. Ele pega o espírito da iniciativa e dá um avanço. Eu acho que caldo de galinha e cautela não fazem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mal a ninguém. Eu sou um liberal, eu sou um liberal. Então, olha que conflito interessante a gente está tendo, Senador Flávio Bolsonaro. Eu escutei a sua fala também. É muito interessante esse dilema, porque também sou conservador. Olha o meu lado, o lado do liberal: não, iniciativa privada vai. O lado do conservador: calma, isso aqui é vida, é ética. Não é porque muitos países, há 30, há 50 anos, liberaram, por exemplo, o aborto... "Ah, os países estão todos liberando o aborto. O Brasil vai liberar." Não! Tem uma questão ética aí, de valores, de princípios. E estão aí os países voltando atrás. O Brasil foi cauteloso.

Quero parabenizar a Ana – que é uma assistente aqui do Senado Federal, uma assessora, que é respeitada pela direita, pela esquerda, por todo mundo, pelo profissionalismo dela –, que me apresentou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico do Ministério da Saúde, que foi para mim muito esclarecedor no começo desta sessão, porque os argumentos são fortes de um lado e de outro, são muito fortes de um lado e de outro.

Olha, o que eu aprendi aqui com Daniella, Rogério Carvalho, Nelsinho Trad, Dr. Hiran, Humberto Costa, Otto Alencar, Zenaide Maia, Professora Dorinha, Flávio Bolsonaro, Jaques Wagner, Veneziano Vital do Rêgo – perdoe-me se eu não tiver falado... O Marcelo também já tinha colocado; também a Senadora Augusta Brito, que colaborou e traz a realidade do Hemoce, com o qual a gente fez contato também. Foi espetacular, com argumentos consistentes aqui – consistentes. E a gente... Repito: eu só vejo idealismo.

Agora, a gente tem que decidir, a gente tem que votar. Eu estou convencido, pelo que eu pude pegar durante esta sessão – eu já tinha um sentimento com relação a isso e até confidenciei com alguns colegas –, aqui ficou mais consistente ainda para mim que, neste momento, caldo de galinha e cautela não fazem mal a ninguém. O lado mais conservador nesse aspecto fala mais alto, porque nós estamos tratando de vida, de sangue – e sangue é vida. Tem até um PLN da Hemobrás aqui para decidir e, graças a Deus, saiu de pauta. A gente tem que ter também cautela com relação a isso, ao monopólio. Mas eu acredito que o relatório do Senador Marcelo Castro abre uma fresta importante para que a gente possa caminhar, com todo o respeito a quem pensa diferente. Eu só tenho que agradecer pelo aprendizado que eu tive hoje aqui como cidadão. Foi uma aula de democracia. Estou orgulhoso de fazer parte desta CCJ hoje aqui, por ver debates tão consistentes de todos os lados aqui.

Eu acho que, às vezes, a emoção vem à tona em alguma situação pelo idealismo de cada um, mas nada pessoal. Eu não vi absolutamente nada, nem de um nem de outro, de fazer colocações aqui que fossem contra ninguém. Eu acho que são fatos e nós precisamos ter esses elementos também.

Senador Davi Alcolumbre, parabéns! Vamos agora, daqui em instantes, para a votação, e eu acho que esta Casa sai grande de tudo isso, esta CCJ sai maior ainda, todos nós, com esse aprendizado.

Mas eu quero fazer especialmente à Daniella, porque eu já tinha uma admiração grande por ela e agora eu tenho mais ainda, mesmo que a gente não esteja junto nesta votação, pela compreensão que eu tenho hoje, mas eu vejo a sua humanidade nos seus olhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma última consulta, uma última tentativa.

O Senador Líder Eduardo Braga, como último orador inscrito para a discussão da matéria, vai ter dez minutos para fazer a sua manifestação.

Como é o último já, eu queria consultar se eu posso abrir a votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu só queria que, depois da fala dele, V. Exa. me desse a palavra, pelo art. 14, para eu me manifestar. O.k.?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só queria... Eu não usarei os dez minutos. Eu queria apenas o direito de expressar a minha opinião, até porque alguns companheiros do MDB vão votar. Eu gostaria de poder manifestar a minha opinião como Líder do MDB, já que, durante todo esse processo, até por ser uma matéria técnica, nós optamos em deixar que o nosso Líder Marcelo Castro, que é médico, especialista na área, Ministro da Saúde, pudesse, em nome do nosso partido, manifestar a nossa posição sobre o tema. Mas eu não vou usar sequer cinco minutos para manifestar a nossa posição do MDB.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Mas eu posso abrir enquanto V. Exa. fala?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Se V. Exa. me permitisse, apenas em três minutos, manifestar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está bom, está bom. Não vou abrir, não vou abrir.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... que nós do MDB, sob nenhuma hipótese, apoiamos a comercialização do sangue do plasma. Por quê, Presidente? Pelas razões aqui expostas por alguns Senadores. Mas eu quero assinar embaixo os argumentos do Senador Jaques Wagner. Sabe por quê, Presidente? Porque o Brasil exporta minério de ferro e importa aço pelo triplo do preço. Só que tem uma diferença com o sangue, Presidente: se nós não criarmos algumas travas e algumas proibições, o nosso plasma vai e não volta para o Brasil, vai para outros lugares.

Nós precisamos, portanto, proibir a remuneração da coleta para que não haja a comercialização da coleta, mas nós precisamos garantir que esse plasma volte para o Brasil pelo único caminho que ele possa ter. Para isso, ele tem que ter uma saída monitorada, Senadora Daniella. Se não houver uma saída monitorada, depois que ele sair, ele não volta para o Brasil, lamentavelmente ele não voltará para o Brasil. Ele tem que sair de forma monitorada. Essa saída que acontece hoje, que vai para a Suíça e volta, volta porque é monitorada pelo Sistema Único de Saúde. É a única forma para nós pudermos garantir isso, é a única forma, senão nós não temos garantia de que esse plasma voltará. É a única forma! Lamentavelmente, essa é a situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero me alongar. Eu quero dizer que apoiamos, portanto, a posição... Nós não somos contra a discussão da matéria, não votamos contra a matéria, votamos contra a comercialização. Queremos dar uma opção. Por isso, nós ficamos com o destaque apresentado pelo MDB.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me só passar, rapidamente, um minuto, Líder Humberto, a palavra a V. Exa. pelo art. 14.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para explicação pessoal.) – Serei breve, Sr. Presidente, primeiro, para dizer que é importante que, quando a gente fizer a alguém qualquer tipo de acusação, faça-o com propriedade.

Esse caso que foi citado pela ilustre Relatora, na verdade, foi um processo que eu iniciei no Ministério da Saúde: denunciei empresas que faziam conluios no ministério para vender hemoderivados...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – Não fui eu que citei, não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... denunciei-as. Depois, injustamente, fui colocado nesse processo e, depois de seis longos anos, eu fui inocentado no Tribunal Regional Federal, com o pedido do Ministério Público para ser inocentado, por 15 a 0.

Então, eu quero dizer isso aqui para eliminar qualquer discussão. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não tive qualquer intenção de levantar qualquer tipo de ilação em relação a V. Exa. Se alguém entendeu assim, eu peço que leia depois o que eu falei. Eu falei que existia uma empresa que tinha interesse. Eu não estou dizendo que V. Exa. está envolvida com isso e eu tenho certeza de que não está.

Então, eu queria só fazer este registro: se, em algum momento, passou essa ideia, eu peço aqui perdão, mas também peço a V. Exa. que, antes de fazer uma denúncia assim, conheça do início ao fim o que ocorreu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Relatora pediu a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou conceder a palavra à Relatora, e vamos iniciar a votação.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, de forma rápida, só para dizer ao Senador Humberto que não fui eu que citei esse caso.

Segundo ponto, eu gostaria de esclarecer aqui, para o meu colega Senador Eduardo Braga e para todos, que existe uma narrativa – isso eu falei, e V. Exa. ainda não estava aqui – que foi tentada ser construída ao longo desse processo da construção da relatoria, até porque, quando iniciamos aqui – e eu falei desde o princípio –, iniciamos buscando modelos nos Estados Unidos, modelos europeus e asiáticos e aí, depois, modificamos com relação à remuneração de coleta, foi vedada a remuneração de coleta, que é isso que a Senadora Dorinha... Nós tiramos do texto, ou seja, nós eliminamos do texto. Quando fala em comercialização, não é comercialização – e está claro no texto – do plasma com relação ao doador, não é nada disso; é que existe o ato de comércio na hora em que você faz a plasmaférese, pega isso aí e transforma em medicamentos. E vai existir – e a gente sabe que existem – o quê? As empresas que se habilitarão... E aí não tenho nem conhecimento de quem tem habilidade para isso – inclusive, o Senador Jaques Wagner falou –, não sei. Eu só acredito que com a abertura do mercado é que essas empresas poderão aparecer e se interessar, porque uma coisa é certa: no Brasil nós temos ciência e tecnologia de ponta, disso eu não tenho dúvida.

Então, a intenção do projeto, acima de tudo, é a gente poder atender a demanda. É válido o que colegas Senadores colocam aqui, que vamos, agora... que a Hemobrás vai aparecer, que a Hemobrás vai acontecer. Mas, infelizmente, com 39 anos de falta, realmente... de absorver o mercado, ou seja, nós compramos... Isso que você falou é a nossa preocupação. O plasma excedente, que é cerca de 15%, nós exportamos, e importamos os medicamentos. Os medicamentos que são pagos por plano de saúde passam pela Anvisa; os que não são pagos não passam pela Anvisa. Aí, o cidadão mais pobre, o cidadão comum, humilde, não tem, infelizmente, essa segurança.

Obviamente que outras discussões, como a que você colocou, vão ser feitas – e aí o Senador Nelsinho colocou muito bem – no âmbito da lei infraconstitucional, em que nós vamos, ordinariamente, colocar a lei e estipular as questões, por exemplo, do cuidado para não perdermos a doação de sangue, para que seja ligada à doação de sangue, para que quem é doador de sangue seja doador de plasma, tendo essa ligação. São coisas que a gente vai construir em conjunto, porque, aqui, eu acredito que o intuito seja o mesmo.

Então, no momento, eu gostaria de acatar a questão e deixar claro que a parte da comercialização é o ato de comércio pós-coleta dessas empresas brasileiras – aqui acatando –, porque a gente tinha colocado, inclusive, no relatório, como sugestão, que as empresas fossem expressamente brasileiras. E que se coloque a frase da Senadora Dorinha para que seja vedada a remuneração do doador. A gente teve essa intenção, quando nós tiramos – porque tinha isso – no segundo relatório. Então, atendendo a V. Exa., Senadora Dorinha, e ao Senador Eduardo Braga, com as suas sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É assim que decido, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, precisamos receber essa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Ela acabou de ler aqui a...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – A palavra dela está registrada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me pedir ao Senador Nelsinho, que está ajudando, junto com o Líder Otto, para ele fazer a leitura do que foi que a Relatora acatou de sugestão.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – V. Exa. vai...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minutinho. Por gentileza, atenção aqui.

A Senadora Daniella está tentando, em parte ou na sua totalidade, acatar as demandas da Senadora Dorinha e do Senador Eduardo.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – §5º A lei disporá sobre as condições e os requisitos para a coleta, o processamento e a comercialização de plasma humano pela iniciativa pública e pela iniciativa privada – essa desde que por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha a sua sede e administração no país – para fins de uso laboratorial, desenvolvimento de novas tecnologias e de produção de medicamentos hemoderivados destinados a prover preferencialmente o Sistema Único de Saúde, bem como sobre a compensação destinada ao doador, vedada a sua remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, está incluindo a palavra "vedada a sua remuneração"; o resto já tinha?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, não! O resto não é igual, não!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por uma questão de formalidade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Aqui está modificando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... isso tem que ser feito por escrito, não é?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está modificando todo o parágrafo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aqui no art. 131.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E está modificando todo o parágrafo seguinte também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

Não há acordo, vamos votar.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Uma modificação de última hora?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, a gente vai pedir vista aqui.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – É uma mudança do texto dele.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Só um minuto, Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Davi...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Senador Marcelo, o parágrafo seguinte foi modificado pelo Senador Otto, que foi a questão redacional, só para deixar claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sim, mas está modificando...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – Não; redacional.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não! Redacional, não!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PB) – O seguinte...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O que é que está no parecer de V. Exa. aqui? No parágrafo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, Marcelo...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, está modificando tudo!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Então, não vai modificar nada, vai voltar ao que está no texto. Quem vota "sim" vota "sim"; quem vota "não" vota "não".

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Então, volta ao que está no texto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Pronto.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a discussão.

Vai voltar ao texto apresentado.

Informo que há sobre a mesa um requerimento do Líder e do Vice-Líder da Bancada do MDB, respectivamente Senadores Eduardo Braga e Marcelo Castro, para destaque da Emenda de nº 3.

Portanto, o que nós vamos colocar em votação é o relatório apresentado, ressalvada a única emenda destacada.

Determino, de ofício, diante do acordo construído, que a votação seja nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Presidente... Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, como nós vamos votar o parecer da Senadora Daniella, nós temos que votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós quem?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós temos...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Nós quem?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Espere aí. Eu vou explicar.

Quem quer aprovar o meu destaque, só poderá votar no meu destaque se derrotar o parecer dela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, mas sem também campanha antecipada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Isso já é campanha antecipada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não, não é campanha antecipada. É um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma ponderação.

Quem votar o relatório apresentado, de que nós estamos iniciando a votação agora, concordando com a Relatora, vai votar "sim"; quem for contra o relatório, ressalvada a única emenda destacada, vai votar "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pronto, é isso que o Senador Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Simples assim.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É simples assim. É só para que nós não levemos em conta a possibilidade de nos convencermos, votarmos "sim" ao texto-base...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não, não! Não há prejuízo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Então, pronto.

Então, o voto de quem não concorda com a matéria, da maneira como ela foi apresentada, é "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sem prejuízo para a emenda destacada.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito, mas é "não".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI. Para orientar a bancada.) – O Progressistas encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O Progressistas...

O painel está aberto já.

O Progressistas encaminha o voto "sim".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – O MDB encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O MDB encaminha o voto "não".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para orientar a bancada.) – O PL encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PL encaminha o voto "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para orientar a bancada.) – O PT encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PT encaminha o voto "não".

Solicito à Secretaria da Comissão que informe a todos os Senadores que o solicitaram para quando nós iniciássemos a deliberação.

Como nós estamos aqui desde 10h da manhã e são 15h22, eu vou aguardar até 16h a votação dos 27 Senadores.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós concluiremos a nossa participação durante esta manhã-tarde com esse item ou vamos...?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, vamos encerrar depois da votação.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – O senhor pode firmar conosco o compromisso de que, para a próxima quarta-feira, incluiremos o item da DPU...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos incluir.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... que estava em pauta?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Vamos incluir.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Líder Otto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para orientar a bancada.) – O PSD encaminha o voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O PSD encaminha o voto "sim", com a Relatora. (*Pausa.*)

Vou chamar os nomes aqui dos Senadores: Senador Laércio – acabou de chegar –, Senador Magno Malta, Senador Rogerio Marinho, Senador Plínio Valério, Senador Marcos do Val, Senador Oriovisto Guimarães – está ausente por motivo de saúde –, Senador Sérgio Petecão, Senador Angelo Coronel, Senador Laércio Oliveira, Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Pronto.

Só para deixar muito claro, assim... A nossa Oposição é muito firme e unida e está fazendo um belo trabalho aqui no Senado Federal, mas nesse aspecto não existe uma orientação da Oposição. Ela está, vamos dizer assim, liberada e tem divergências. Então, é só para deixar muito claro que não é uma questão de ideologia, não é questão de ser de direita ou de esquerda. Ficou muito claro aqui no debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me aproveitar que ainda temos muitos Senadores aqui. Tem uma solicitação da Senadora Dorinha...

Veneziano, me perdoe, eu fiz uma manifestação, mas a Senadora Dorinha só tem um destaque do item 1. E eu acho que não tem, não sei se tem alguma divergência porque ninguém questionou o item 1 da pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já passou na Comissão, foi para o Plenário, voltou para a Comissão por conta de uma emenda, e ela a está rejeitando. Eu acho que vou votar só esse item 1, quando terminar essa votação, e aí encerro a reunião.

Eu vou votar só o primeiro item quando nós terminarmos aqui, que é o primeiro item, relatado pela Senadora Professora Dorinha. É o item 1.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Atenção, um minutinho!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto da atenção.

O item 1...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – O item 1 da pauta – foi uma solicitação da Senadora Professora Dorinha – é uma matéria que já foi deliberada na Comissão, foi ao Plenário, houve uma emenda destacada lá no Plenário, a matéria voltou para a CCJ, e nós vamos deliberar apenas sobre a emenda destacada.

A Senadora Dorinha...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que não encerre ainda, não, porque ainda tem os titulares para votar.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não vou encerrar. Só estou avisando do item 1. (*Pausa.*)

Eu posso votar o requerimento da audiência pública que foi solicitada no decorrer da votação?

Foi feito um acordo no começo da reunião, quando nós votávamos...

Senador Fabiano...

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Senadora Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA. Pela ordem.) – Meu voto não foi computado. Eu sou titular, e meu voto não foi computado.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Sim, mas o que eu quero dizer a vocês, Sr. Presidente, é que foi feita, claro, uma manobra para que o meu voto, que, como muitos sabem, era contrário...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não estou entendendo. Só um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – ... que eu não votasse, que meu voto não fosse computado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Deixe-me consultar aqui porque eu não estou entendendo o que V. Exa. está falando.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Sou titular desta Comissão. Estou aqui desde o começo, e hoje entrou um Senador...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senadora. Eu estou consultando aqui porque tem um negócio de uma regra.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – A Secretaria está informando... V. Exa. é a última na ordem de inscrição como titular – V. Exa. está certa. Só que a Relatora da matéria, pelo Regimento, tem que votar, e ela é suplente da Comissão. Então, ela anula o último voto na ordem dos titulares e passa a ser a primeira...

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Tudo bem. Entendo a questão regimental, mas, se a gente for analisar caso a caso, a gente vai ver que foi feita uma manobra para que meu voto não valesse.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não foi feita manobra, não. Espera lá!

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – Presidente, o Senador Petecão não fazia parte desta Comissão. Ele entrou hoje!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Espera lá, só para registrar: a Senadora Ana Paula está questionando desta Presidência como se esta Presidência tivesse feito uma manobra – só um aparte.

A Presidência recebeu o nome dos Senadores indicados para esta Comissão porque os blocos, os partidários e os Líderes podem trocar a qualquer momento os integrantes da Comissão. Então, foi uma decisão do bloco ou do partido substituir o Parlamentar. No caso concreto do voto da Relatora, tem prioridade a Relatora, porque ela tem que votar, e ela acaba invalidando o último voto da titularidade, que infelizmente é de V. Exa. aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - MA) – O.k, então eu quero registrar minha indignação, insatisfação com isso, e vou conversar com meu Líder, o Líder do PSB, Kajuru, para que a gente repense a permanência nesse bloco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Pronto. Isso pode ser feito.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente... Questão de ordem aqui, Sr. Presidente. Aqui!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Oi, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – A Senadora Daniella tem que substituir alguém do partido dela. Não é...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É alguém do partido dela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aqui é bloco partidário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – É do partido...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – É bloco partidário. Não tem...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Sim, senhor. Quem indica é o bloco.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Leio o §3º: "Nas hipóteses dos incisos II e III do § 2º, se a representação do bloco parlamentar ou do partido a que pertencer o suplente estiver completa na reunião, o seu voto só será computado em relação à matéria que relatar [...]". Está no Capítulo IV, art. 84.

Já deu 27? Vou encerrar a votação – já deu 27. Posso, Marcelo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Não, o Marcelo não deixou.

É porque está muita confusão.

Marcelo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Espera lá!

Não está faltando ninguém, Marcelo!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Está encerrada a votação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Está encerrada a votação.

Votaram SIM 15 Senadores; NÃO, 11 Senadores.

Está aprovado o relatório apresentado pela Senadora Daniella Ribeiro.

Em votação a emenda destacada.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitada a emenda destacada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Nada mais havendo a tratar, declaro... (*Pausa.*)

Ah, tem o requerimento aqui. Espera lá.

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço verificação de voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Já foi deliberado porque precisei de uma hora. A votação nominal foi essa, a primeira.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 34, DE 2023

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o PL 3045/2022.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.045, que institui a Lei Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 1 da pauta.

Emenda de Plenário ao Projeto de Lei 2.721, de 2023.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2721, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a prestação de serviços postais aos órgãos públicos federais da administração direta e indireta.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Contrário à Emenda nº 2-PLEN.

Autoria da matéria: Deputado Federal André Figueiredo. Relator da matéria: Senador Izalci Lucas. Relatora da emenda: Senadora Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, o meu voto é pela rejeição da emenda. Nós mantemos o texto que já foi debatido aqui vastamente.

Então, ante o exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2, de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu apenas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário à Emenda nº 2.

A matéria vai ao Plenário.

Com a palavra, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu conversei com a Senadora Dorinha. Sem nenhum tipo de obstrução, mas apenas para registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AP) – Registrar o voto contrário do Senador Girão nesta matéria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Braga, Paulo Paim e Laércio Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Giordano, Mauro Carvalho Junior, Izalci Lucas, Carlos Viana, Alan Rick, Zequinha Marinho, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Otto Alencar, Sérgio Petecão, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Humberto Costa, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Dr. Hiran, Hamilton Mourão e ainda do Senador Jaques Wagner, não-membro da Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Weverton, Marcos Rogério e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Reforma Tributária – Serviços**, atendendo ao Plano de Trabalho oferecido à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, pelo Relator da matéria, Senador Eduardo Braga. **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 45, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional", a Proposta de Emenda à Constituição n° 110, de 2019, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências", e a Proposta de Emenda à Constituição n° 46, de 2022, que "altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências". Do Plano de Trabalho: "Nesta reunião, cuidaremos do setor de serviços, esclarecendo como as mudanças o impactarão e como é o tratamento conferido a esse segmento pelos países que adotam modelo semelhante ao introduzido pela PEC". **Participantes:** Sr. Marco Aurélio Barcelos, Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR); Sr. Roberto Ardenghy, Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP); Sr. John Anthony Von Christian, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Telesserviço (ABT); Sra. Marina Thiago, Gerente e Cofundadora do Pra Ser Justo; Sr. Diego Ramiro, Presidente da Associação Brasileira dos Assessores de Investimentos (ABAI); Sr. Josier Vilar, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ); Sr. Eduardo Fleury, Advogado, Economista, Sócio da FCR Law, Consultor do Banco Mundial e Mestre em Tributação Internacional; Sr. Tiago Conde Teixeira, representante da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANOREG-BR); Sr. Gerino Xavier da Silva Filho, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática (FENAINFO); Sr. Marcelo Almeida, Relações Governamentais e Institucionais da Associação Brasileira de Empresas de Software (ABES); Sra. Ariane Costa Guimarães, Vice-Presidente da Comissão de Tribunais Superiores da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF); e Sr. Cláudio Tartarini, Sócio do Souza Netto e Tartarini Advogados. Faz uso da palavra o Deputado Federal Luiz Carlos Hauly e o ex-Deputado Federal Alexis Fonteyne. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e trinta e seis minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Braga
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Paulo Paim
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Senador Laércio Oliveira
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente em reunião destina-se à realização da 9ª audiência pública para instruir as matérias que tratam da reforma tributária, conforme o plano de trabalho oferecido pelo Relator.

As matérias que alteram o Sistema Tributário Nacional são as Propostas de Emenda à Constituição nº 45, a Proposta à Emenda de Constituição nº 110 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 46.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência para exposição e debate.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Eu passo a palavra ao Sr. Marco Aurélio Barcelos.

O SR. MARCO AURÉLIO BARCELOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador Eduardo Braga, quero cumprimentá-lo e dizer que este momento e a dedicação que o Senado tem feito para a auscultação da sociedade civil são fundamentais e nos enchem de entusiasmo. Isso reforça a preocupação do Senado com a depuração do texto da emenda constitucional que afeta a vida de todos os brasileiros.

Eu represento a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), que congrega hoje mais de 50 concessionárias responsáveis pelos principais trechos e corredores rodoviários do Brasil.

A carga brasileira passa pelas rodovias brasileiras e pelas rodovias concedidas. As nossas associadas fizeram, nos últimos 25 anos, R$236 bilhões em investimentos. Só em 2022 foram R$15 bilhões, o que suplanta em quase quatro vezes o orçamento destinado para o Ministério da Infraestrutura no Governo anterior.

O tema que nós vamos trazer aqui diz respeito não apenas ao setor de concessão de rodovias, mas eu poderia dizer que ele envolve todos os prestadores de serviços de infraestrutura. Todos os prestadores de serviços públicos no Brasil estão sujeitos aos apontamentos que nós vamos trazer aqui.

Tanto isso é verdade que as associações que representam os setores como ferrovias, como aeroportos, como portos, como saneamento, como transporte sobre trilhos, já trouxeram para cá pontos análogos e que mais uma vez suscitam a reflexão do Senado, para que a reforma possa se dar de maneira neutra, tanto para quem hoje investe em infraestrutura quanto, sobretudo, para os usuários de serviços públicos.

E para endereçar os temas que importam para os prestadores de serviços de infraestrutura, Sr. Presidente, vale uma reflexão sobre três vetores, sobre três valores que em alguma medida são impactados pela reforma tributária. O primeiro valor é o da segurança jurídica. Desse valor eu diria que já resta preservado pelo próprio texto da Constituição. A que eu me refiro? Nós hoje temos estudos que dão conta de que a reforma tributária levará a um incremento da alíquota efetiva para todos os prestadores de serviço público.

Vou me ater aqui ao meu setor, o setor de concessão de rodovias. Nós teremos um incremento de 98% da alíquota efetiva percebida pelo setor de concessão de rodovias: 98%! De 8,65%, passaremos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

17,1% de imposto, o que vai ensejar um impacto sobre as tarifas dos usuários de rodovias de 11%. E 11% significa custo logístico, significa efeito inflacionário. Mas eu dizia que há um primeiro valor, o da segurança jurídica, que já resta preservado no bojo da Constituição, qual seja: para todos os prestadores de serviço público, para os serviços regulados há a previsão constitucional ao reequilíbrio econômico e financeiro.

Então, o senhor vai dizer, Senador e todos que nos assistem aqui, que não haveria qualquer problema, portanto, para o nosso setor e para os demais setores, uma vez que a resposta regulatória já está consagrada na Constituição. Mas qual é o ponto de alerta? Essas respostas regulatórias, os reequilíbrios econômico-financeiros, que são atestados pela Constituição e pela legislação, demoram! Há alguns casos clássicos que inclusive decorrem de aumento de alíquota tributária, de inserção de impostos sobre os setores regulados, que consomem de 5 a 6 anos. E a grande questão é, Senador Eduardo Braga, que 5 a 6 anos é muito tempo para suportar o efeito de caixa do aumento efetivo da alíquota da carga tributária das concessionárias. As empresas vão quebrar! Ou haverá uma desidratação dos serviços fornecidos por essas empresas, e quem vai pagar a conta é o usuário.

Nós estamos, portanto, aqui lidando não apenas com o princípio da segurança jurídica, que eu dizia que já está resguardado, nós já temos o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro; nós estamos lidando aqui com outro princípio caro do nosso ordenamento, que é o princípio da continuidade do serviço público. Se não tivermos uma resposta efetiva, rápida, célere dos reguladores, as empresas, generalizadamente, não só das rodovias, vão quebrar!

E para esse problema há uma solução; uma solução simples e elegante, Senador, e que já foi testada no ambiente regulatório brasileiro. Nós vimos trazer para o Senado uma proposta de emenda simples, que orienta todos os reguladores do Brasil a, em virtude dos efeitos da reforma tributária, oferecerem uma resposta regulatória célere, prioritária e que admita medidas cautelares. O que significam essas medidas cautelares? Que nós consigamos trazer reequilíbrios, independentemente da conta na vírgula sobre esses efeitos.

Eu dizia que essa é uma hipótese que já foi testada recentemente, no cenário paulista. Há hoje um regulamento, da secretaria responsável pela infraestrutura naquele estado, que admite essa mesma visão. Só que nós não teremos conforto jurídico para que os reguladores de todos os estados, todos os municípios, Senador, adotem postura análoga, arrojo análogo.

Eu quero chamar atenção aqui para um setor amigo das rodovias, que também está conosco nessa jornada para sensibilização do Parlamento: o saneamento. O saneamento tem que lidar com centenas, com milhares de reguladores. Eles não vão dar conta. Nós teremos a sucumbência, o solapamento do setor pela demora nos reguladores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós trazemos uma emenda precisamente dizendo sobre a necessidade de os reequilíbrios serem tratados de forma prioritária, admitidas medidas cautelares, para que nacionalmente todos os reguladores possam ter o conforto de promover essas medidas arrojadas, mas que garantem a segurança jurídica e garantem a continuidade do serviço público.

Se isso não bastar, talvez uma medida adicional a ser sopesada e que poderia dar cabo de todos os problemas, tanto do problema do acréscimo do fardo regulatório que haverá, do risco de continuidade do serviço público e do risco – me perdoe por usar essa expressão – do "tarifaço", talvez uma medida que nos auxiliasse de maneira peremptória, Senadores e todos que nos acompanham, seria a previsão de que os contratos de concessão e de parcerias público-privadas que hoje já estão celebrados – não me refiro apenas a rodovias, mas a aeroportos, saneamento, metrô, etc. – pudessem ser inseridos pelo regime especial de que tratará o legislador complementar.

O nosso pleito, nesse sentido, Senador Eduardo Braga, é para que a emenda preveja, no art. 156-A, inciso V, a previsão de que a lei complementar, que hoje já está prevista para os contratos da administração pública, contemple, ilustre a hipótese de que, nesses contratos, estão as concessões e as parcerias público-privadas, para que o legislador complementar, para que o Parlamento, Senador, possa refletir sobre a eventual modulação da alíquota para esses contratos.

E o que nós vamos minimizar com isso? Os impactos da alíquota efetiva sobre as tarifas dos usuários de serviços públicos brasileiros. Nós vamos evitar esse imbróglio regulatório que haverá no nosso país – e com efeitos para a Fazenda que podem ser suplantados.

Então, essas são, Senador, as duas medidas que nós vimos trazer, as duas propostas de emenda que nós vimos trazer, ressaltando que há uma harmonização de três valores caros ao nosso ordenamento, que são fundamentais para a prestação de serviços públicos: segurança jurídica de um lado; continuidade do serviço público de outro; e modicidade tarifária.

Há uma perspectiva enorme de atração de investimentos privados para infraestrutura no Brasil, sobretudo rodovias. No PAC, há a estimativa de mais de R$182 milhões nos próximos anos para a transformação da logística brasileira. E o que nós queremos é que a reforma traga repercussões neutras para o nosso setor e para os nossos usuários.

Eram essas, Senador Eduardo Braga, as nossas considerações. E realmente fazemos aqui o apelo para a sensibilização dos Senadores para esse ajuste importantíssimo no âmbito da emenda.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Se me permite um comentário, Líder, a respeito desse tema específico, no momento em que V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador, o que a gente tem feito nas nossas audiências públicas, porque senão... Nós estamos diante de – um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze – doze convidados. Se eu, a cada convidado, for dar a palavra aos Senadores, eu, lamentavelmente, não conseguirei... Então, a gente tem ouvido os convidados e depois passa a palavra aos Srs. Senadores, se V. Exa. me permite.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com certeza. Eu só peço a minha inscrição, então.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A inscrição, obviamente, será atendida, Senador Carlos Portinho.

Eu passo a palavra – agradecendo ao Sr. Marco Aurélio Barcelos – ao Sr. Roberto Ardenghy.

O SR. ROBERTO ARDENGHY (*Por videoconferência*.) – Boa tarde, Sr. Presidente!

V. Exas. me escutam? (*Pausa.*)

Alô?

V. Exas. me escutam, Presidente? (*Pausa.*)

Boa tarde! Está me escutando, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Boa tarde, boa tarde!

O SR. ROBERTO ARDENGHY (Para expor. *Por videoconferência*.) – Está bem. Muito obrigado.

Bom, boa tarde, Sr. Presidente! Queria inicialmente cumprimentar V. Exa. pela condução dos trabalhos nessa verdadeira maratona que o senhor está conduzindo para permitir um amplo debate sobre essa medida tão importante que é a reforma tributária; cumprimentar também o Senador Efraim Filho, o Senador Carlos Portinho, que participam também desta audiência pública; o Deputado Vitor Lippi, que também está aí prestigiando com sua presença esse debate; e também registrar a presença do ex-Deputado Alexis Fonteyne e do Deputado Hauly, que também estão presentes.

Eu lamento não estar presencialmente aí em Brasília, estou em viagem fora do Brasil, mas fizemos questão, Sr. Presidente, de estarmos presentes virtualmente e falarmos um pouco sobre o setor de óleo e gás, o setor de energia do Brasil. Eu sou o Presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, uma entidade que existe há mais de 67 anos, representando esse enorme segmento que tem uma importância fundamental para a economia brasileira.

O Senador Jaques Wagner mencionou, na sessão anterior da CCJ, os 70 anos da Petrobras, porque esse é um caso, Sr. Presidente, esse setor, esse segmento da economia é um caso de enorme sucesso, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o setor agropecuário. Eu acho que nós representamos os dois casos de maior sucesso da economia brasileira em termos de importância econômica. Nós representamos hoje cerca de 12% a 15% do PIB brasileiro, somos o maior contribuinte em termos de pagamento de impostos. Alguns estados da Federação chegam a depender em mais de 40% dessa arrecadação. Em média, 25% da arrecadação de ICMS dos estados vêm do setor de combustíveis e de comercialização de derivados de petróleo e gás. Então, temos um enorme interesse em acompanhar e apoiar inicialmente, Sr. Presidente, a reforma tributária. Nós queremos dizer que o setor de óleo e gás e as 220 empresas representadas pelo IBP apoiam entusiasticamente os princípios da reforma tributária pela questão da simplificação, pela questão do aumento da produtividade, que é muito importante no nosso segmento.

Há cerca de um mês, eu tive uma reunião com uma empresa de petróleo, uma pequena empresa brasileira de petróleo. Felizmente, o Brasil hoje já tem muitas empresas, além da nossa Petrobras, produzindo petróleo e gás natural no Brasil, sem falar das distribuidoras e as comercializadoras de petróleo e gás. E esse empresário me dizia: "Dr. Ardenghy, eu hoje tenho na minha empresa mais contadores que geólogos. Eu perco mais tempo pagando imposto do que procurando petróleo e gás". Então, isso é uma distorção que precisa ser resolvida, e eu acho que essa medida de simplificação, de melhora na questão dos fluxos e na simplificação de todo o regime tributário vai causar uma enorme atividade econômica também no nosso setor.

Então, inicialmente, a gente queria passar essa mensagem de apoio ao seu trabalho, de apoio às medidas que estão previstas no modelo da reforma tributária.

De modo geral, ele vai ser muito benéfico para o setor de óleo e gás do Brasil, que todos os dias, Sr. Presidente, produz 3,5 milhões de barris de petróleo, nós transportamos 390 milhões de litros todos os dias. Se o Brasil fosse um corpo humano, o petróleo seria as veias que circulam em todo o território nacional, em todos os municípios. O senhor, que é da Região Norte do Brasil, está acompanhando agora a questão da seca na Amazônia, o senhor veja a dificuldade de conseguirmos atingir todos aqueles municípios ribeirinhos com um produto que é essencial ao dia a dia da economia da Amazônia e da Região Norte, que é o combustível. Então, esse é um desafio logístico, isso apenas mostra como complexa é essa atividade e como nós temos muito orgulho do que nós fizemos para o desenvolvimento nacional, não é?

A nossa preocupação, Sr. Presidente, é com pontos específicos com relação à reforma tributária. O primeiro deles é a questão da não onerosidade dos investimentos, não é? Esse setor tem um regime tributário específico que se chama Repetro, em que nós não oneramos a fase de preparação, porque projetos de óleo e gás, especialmente projetos de grande magnitude, como é o caso dos projetos da Petrobras, como é o caso dos projetos na região do pré-sal brasileiro, são projetos que levam muito tempo de maturação. Em média, nós levamos cerca de oito anos entre a descoberta efetiva do petróleo e do gás natural e o primeiro óleo e o primeiro metro cúbico de gás. São oito anos que a empresa líder do consórcio e as empresas que participam do consórcio pagam e desembolsam bilhões de dólares de investimentos sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma remuneração, sem nenhum retorno específico naquele momento. Então, esse setor tem esse regime que se chama Repetro para exatamente permitir uma não onerosidade na fase de investimentos. A gente sabe que a filosofia da reforma tributária é a manutenção desse princípio, mas esse é o motivo por que a gente tem preocupação, de modo que a gente possa permanecer com essa não onerosidade para que a gente possa continuar explorando e continuar sendo um caso de enorme sucesso.

O Brasil, Sr. Presidente, nos anos 70, importava 90% do petróleo que consumia e hoje nós estamos exportando 1,5 milhão de barris de petróleo, e um petróleo ainda descarbonizado, um petróleo que tem alto valor agregado no mercado internacional.

Então, nós temos que manter essa atividade, porque isso se faz com muita tecnologia, inclusive brasileira, tecnologia desenvolvida pela Petrobras e pelos seus parceiros no Brasil.

Então, a não onerosidade do investimento é um princípio importante com a questão da manutenção de um regime similar ao regime do Repetro.

A outra é a questão da não cobrança do imposto seletivo. Esse é um produto essencial para a economia brasileira. Eu não preciso divagar aqui sobre a essencialidade do petróleo e dos seus derivados. Ele é fundamental para a sobrevivência e para a manutenção da atividade agrícola, da atividade do serviço, do transporte urbano, do transporte de cargas no Brasil. A essencialidade é evidente. Então a gente manifesta preocupação com a questão de que não é aplicável a cobrança do imposto seletivo para essa atividade.

Já temos, inclusive, impostos específicos sobre essa atividade econômica, que é o caso da Cide, por exemplo, um imposto específico sobre combustível; que é a questão do RenovaBio, que é um regime específico de créditos de carbono que afeta o setor da distribuição. Então, já temos uma tributação específica bastante forte nesse setor.

O terceiro elemento, Sr. Presidente, é a questão da monofasia. Isso foi uma vitória do Congresso Nacional e do Brasil. Ao estabelecermos a monofasia para os combustíveis, isso diminuiu muito a questão da evasão fiscal no nosso setor. Quando você cria um sistema monofásico com uma alíquota *ad rem* você melhora muito a questão da cobrança dos impostos. Alguns estados já estão registrando, inclusive, aumento da arrecadação. E o que a gente defende, inclusive, é a expansão da monofasia para todos os combustíveis, como é o caso do álcool hidratado, que, a nosso ver, tem que ser incorporado a esse regime da monofasia e da cláusula *ad rem* para que nós tenhamos todo o sistema funcionando nesse mesmo sentido da simplificação e do combate à sonegação no setor.

Um motivo de preocupação, ainda, é a questão dos saldos credores, que certamente vão acontecer quando fizermos a reforma tributária. E a regulamentação desse aspecto também para nós é importante, porque as empresas – muitas delas – acabarão, nesse processo da reforma tributária, ainda com saldos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credores importantes, que terão que ser, de alguma maneira, compensados durante a fase de implementação da reforma tributária.

E o último aspecto, Sr. Presidente, já encerrando a nossa manifestação aqui nesta audiência pública da CCJ, do Congresso Nacional, do Senado Federal, é a questão do art. 19, que é a imposição ou a possibilidade de que os estados possam instituir uma contribuição para a atividade de exportação de produtos primários e semiacabados. Para nós isso é uma medida que vem em oposição a toda a filosofia da reforma tributária, que prevê exatamente que não se dê essa liberdade excessiva aos entes federativos, em detrimento de outros entes federativos; que a gente tenha que evitar essa guerra fiscal entre os estados. E essa medida da contribuição dos estados vem, a nosso ver, em oposição a essa ideia, que é muito importante, de que nós temos que evitar que isso possa acontecer dentro do regime tributário federativo do Brasil. Então, somos terminantemente contra o art. 19, que permite aos estados instituir uma contribuição sobre a produção e a exportação de produtos primários e semielaborados.

Então, essa era a nossa manifestação, Sr. Presidente, agradecendo e cumprimentando V. Exa. pela condução desse debate tão importante para o Brasil. Acreditamos que a reforma tributária vai ter um efeito muito positivo na economia. E eu posso lhe trazer o testemunho do setor de óleo e gás, das 220 empresas que representamos, desde as exploradoras e produtoras de petróleo e gás até os distribuidores de combustíveis, e o nosso entusiasmado apoio à reforma tributária, com o nosso desejo de que o resultado final desse debate no Senado seja positivo para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Roberto Ardenghy e passo a palavra ao Sr. John Anthony von Christian para uso da palavra por dez minutos.

O SR. JOHN ANTHONY VON CHRISTIAN (Para expor.) – Boa tarde, Sr. Presidente Eduardo Braga. Obrigado por esta oportunidade.

Obrigado, Senadores aqui presentes, Senadoras e demais autoridades aqui.

O que eu queria comentar é que o nosso setor de telesserviços hoje emprega aproximadamente 1,4 milhão de pessoas. Mas o que esse 1,4 milhão de pessoas faz? Basicamente, a grande porcentagem faz o atendimento, o famoso SAC. E é um serviço essencial. Aliás, nós somos essenciais. Por quê? Veja bem, em qualquer problema que acontece, você tem que ligar para um telefone: para resolver um problema de seguro, um problema de perda de cartão de crédito, porque pegou fogo na sua casa, um gás que estourou, a água que está faltando. Então, realmente nós somos... E o que nós fizemos? Hoje em dia, nos últimos dez anos, nós conseguimos expandir muito para o Norte e o Nordeste. Então, hoje, o telesserviço está em 69 cidades, pequenas e médias, onde nós somos os maiores empregadores. Então, veja só: muitas vezes um rapaz que podia morar em Arapiraca, para ele poder trabalhar em um Bradesco, em um banco ou em alguma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa, teria que vir a São Paulo e ser um *office-boy*; hoje, ele trabalha de lá, atendendo a grandes demandas dos bancos, de grandes seguradoras, a operações de teles e de grandes clientes.

Então, qual é a nossa grande preocupação com essa reforma tributária? Nós temos muito medo de que, com o aumento dos custos, o imposto que a gente paga de 8,65%, em média ou um pouco mais para baixo, dependendo da localidade por causa do ISS, suba para 25%. E esse é um repasse que os nossos contratantes... Oitenta por cento são bancos e teles e eles não vão conseguir absorver esse crédito, porque eles já têm muito crédito, principalmente as teles do 5G, as empresas de saneamento básico. Todo mundo faz investimento, e os bancos estão isentos. Então, é um problema que nos preocupa.

Por outro lado, corre a inteligência artificial, que vem galgando no mundo todo a substituição de pessoas, que eu acho injusto, porque essas pessoas ficam depois na rua e não têm nenhuma compensação. Essa é uma coisa que deve ser estudada para frente. Mas essa é a nossa preocupação.

No nosso setor, eu diria que, para 35% das pessoas que trabalham, é o primeiro emprego, o jovem que, em 40 horas, está trabalhando. Então isso dá uma ajuda. No Nordeste, só para terem uma ideia, só na Paraíba, nesses últimos dois meses, nós contratamos 6 mil pessoas que vieram do Bolsa Família. O Governo não está pagando o Bolsa Família, e nós estamos dando salário para essas pessoas. Então, essa integração de serviço com pessoas e com geração de empregos é importante, e nós temos essa preocupação. Quer dizer, o que que nós vamos fazer? Setenta por cento são mulheres, 70% desse povo todo são negros e pardos, eu diria que 15% dessa população são LGBTQIA+, e talvez nós sejamos o maior setor que contrata essas pessoas. E nós temos essa preocupação. Então, nós temos algumas coisas. Já estivemos explicando para os Senadores a nossa posição, e acho que aqui não é um caso de eu poder fazer um *delay*.

Se puder passar para frente, por favor.

Isso é onde nós estamos nas cidades.

Como eu tinha acabado de falar, se puder passar um pouco mais para frente.

Para você ter uma ideia, por exemplo, em Arapiraca, nós temos 4,9 mil pessoas, e 11%, 13% da população trabalham conosco. Em Campina Grande, 9%. Então, você começa a ver a importância do nosso setor de gerar emprego, porque emprego gera renda, renda gera consumo e imposto e volta a gerar emprego. Então é o que nós pedimos.

Eu gostaria... As telas um pouco mais abaixo, por favor, se puder mostrar.

A carga horária dos nossos trabalhadores são seis horas. Então eles podem trabalhar e estudar em outros locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja bem, os nossos concorrentes nessas cidades pequenas são as padarias, os açougues e as entregas, em que essas pessoas trabalham oito horas e não veem nada para crescer. No nosso setor, elas podem crescer rapidamente a funções e a cargos mais altos.

Queria, por favor, passar para o outro.

Ou seja, nós damos essa oportunidade do primeiro emprego, qualificação, inclusão da diversidade, como eu já falei para vocês, na formação de ensino superior, porque todas as empresas têm convênio com as faculdades para facilitar que os seus colaboradores, depois das 6h, possam fazer uma faculdade – têm tempo para fazer isso, está certo?

Então, eu acho que esse é o nosso pedido.

Eu gostaria, por favor, de passar para a próxima tela.

Então, hoje o risco da carga tributária é praticamente de 200% para nós. E a gente pergunta: nós vamos conseguir repassar isso? Se não conseguirmos, os nossos contratantes vão usar? Como é que vai ser? Então, o perigo são as pessoas.

Então, eu gostaria de passar mais para a frente.

Eu gostaria – só se o Senador Presidente me permitir dois minutos da conversa – de que o nosso Diretor Tributarista da ABT pudesse falar só duas palavras para explicar qual seria o nosso pleito. Se o senhor me permitir, se ele puder falar no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Dentro do tempo, claro.

O SR. JOHN ANTHONY VON CHRISTIAN – Por favor, Cláudio Tartarini, que trabalha conosco na ABT, tributarista. É o meu assessor direto.

Cláudio, por favor, explique as últimas duas coisas.

O SR. CLÁUDIO TARTARINI (Para expor.) – Ótimo, obrigado. Obrigado pela oportunidade.

É só para dar um testemunho bem rápido de que é óbvio que falamos da parte mais técnica. Normalmente, no conceito da reforma, você não tem a não cumulatividade. Então, próximo da cadeia, o crédito daquilo que é tributado por uma empresa.

Então, um comentário que poderia surgir é: se o setor for mais tributado, a próxima etapa, se ele fornece para bancos, como o Sr. John Anthony explicou, fornece essencialmente para bancos e setores regulados, telecomunicações, energia, por que esses setores então não aproveitam esse crédito? Isso, então, na prática, não resultaria em aumento. É o comentário que ele fez: na prática, a gente percebe que não só no Brasil, mas em outros países, por exemplo, em instituições financeiras, há o acúmulo de crédito, quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, todo mundo ter regime diferenciado, na próxima etapa, é normal em outros países, é típico. É um desafio para a lei complementar, inclusive, diga-se de passagem, ter restrição no crédito. Como tem ou isenção, ou redução de alíquota, ou algum tratamento diferenciado, é normal, em outros países, também fazer algum tipo de restrição.

Então, essa é a grande preocupação do setor com esse aumento. E quando se fala, então, em 200% de aumento, é pensando nisso, ou seja, se aquilo que é tributado a mais em quem está no começo da cadeia, na próxima, não puder aproveitar o crédito, aí há preocupação.

A segunda preocupação é com o acúmulo de crédito. Então, por exemplo, se alguém investe bastante e toma o crédito, mas ele não tem a restituição do crédito que ele tem a mais, por exemplo, se a mecânica não for essa, haveria um acúmulo de crédito e, na hora em que ele contrata o fornecedor, não teria o que fazer naquele momento com o crédito. Digamos que ele pudesse aproveitar daqui a cinco anos o crédito, na medida em que fosse gastando os créditos acumulados. Aí tem o custo do dinheiro. Nenhum outro ponto, pelo menos no texto constitucional da proposta, não há uma garantia, por exemplo, de reajuste desse crédito.

Então, essas preocupações... Quando o setor fala que está 200% é por causa disso.

Era só para dar esse testemunho, então, de que o cálculo feito, essa análise foi feita e está em linha com preocupações de outros países. Não é um problema só brasileiro, é verdade, mas é necessário destacar, e tem caminhos a endereçar. E a proposta do tratamento diferenciado que o setor faz é para isto, que dizer, para que isso possa ser endereçado, na mesma linha de que há tratamento diferenciado, por exemplo, para boa parte dos clientes do setor, que são as instituições financeiras.

É isso basicamente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. JOHN ANTHONY VON CHRISTIAN – Senador Eduardo Braga, eu quero agradecer. Acho que, da minha parte, eu posso encerrar.

Muito obrigado pela oportunidade e obrigado a todos os Senadores por poderem colaborar conosco. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu que agradeço ao Sr. John Anthony pela contribuição.

Eu passo a palavra à Sra. Marina Thiago, Gerente e cofundadora do Pra Ser Justo, para sua exposição, por dez minutos.

A SRA. MARINA THIAGO (Para expor.) – Estão me ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARINA THIAGO – Ótimo.

Bom, obrigada. Queria agradecer ao Senador Eduardo Braga, assim como aos demais Senadores que estão aqui.

Eu queria me apresentar, eu sou a Marina, sou gerente do Pra Ser Justo. O Pra Ser Justo é um movimento que aqui vem hoje representar a sociedade civil. Então, a gente vai representar todos os brasileiros e brasileiras que têm muito interesse nessa reforma tributária, porque a gente sabe o impacto que ela vai gerar para o nosso país.

Então, a gente é um movimento da sociedade civil, uma organização sem fins lucrativos e a gente trabalha por uma reforma que seja simples, transparente e justa, pensando nos níveis de desigualdade que a gente tem aqui no nosso país.

Pode passar.

A nossa defesa é de sete princípios mínimos dentro da reforma tributária. Não vou passar por todos eles, porque a gente sabe que tem um tempo curtinho aqui para falar sobre todos eles, mas eu queria hoje destacar dois deles que são superimportantes para a discussão que a gente está vendo aqui no Senado, que é, primeiro, relativo à quantidade de exceções que entram no sistema e, segundo, em relação ao *cashback*, que é uma política que já está prevista na reforma tributária e que tem um potencial de impacto gigantesco no nosso país.

Pode passar.

Em termos das exceções, a gente tem esse posicionamento do texto, ter o mínimo possível de exceções em relação aos setores, porque existe uma série, eu poderia dizer, centenas de estudos que já foram lançados, tanto no Brasil quanto no mundo, antigos e novos, que têm demonstrado que as exceções e esses regimes favorecidos que entram no sistema acabam beneficiando majoritariamente as pessoas que têm maior renda. E eu trago aqui um dos dados de um desses estudos, que foi feito pelo Ipea recentemente, e que diz que uma reforma tributária sem nenhuma exceção significaria que 90 % das pessoas pagariam menos impostos. A gente sabe que uma reforma tributária sem exceções é muito difícil, inclusive, politicamente. E a gente traz aqui uma defesa nossa, que o Senado consiga olhar para essas exceções considerando algum tipo de redução das exceções que foram aprovadas ali na Câmara dos Deputados.

Pode passar.

Aqui é um dado que foi feito pelo Ministério da Fazenda, que mostra hoje o quanto que as exceções já estão custando para todos os brasileiros e brasileiras. Com uma reforma tributária sem exceções, a gente teria uma alíquota para todo mundo, que seria mais ou menos de 20,7%. Com as exceções que foram já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovadas no texto da Câmara, essa alíquota sobe já em 4,72%, chegando hoje a mais ou menos 25,4%. Esse número de 4,72 % é um número que significa o quanto que todas as pessoas e todos os brasileiros vão pagar pela quantidade de exceções que já estão dentro do sistema.

Aqui a gente fez um exercício de também tentar demonstrar quais são os setores que já foram impactados por essas reduções. O aumento de mais ou menos 2,3 % da alíquota está relacionado a pontos que foram cedidos para o setor agropecuário, 1,3 % relacionados a pontos que já foram cedidos para empresas do setor de serviços e 0,73 % de aumento foi referente a uma pequena alteração que aconteceu no texto de última hora, que foi dos regimes favorecidos. Eles hoje vão ter metade da alíquota que tem a alíquota padrão. E ali, no último momento, reduziram esse percentual de 50% para 40%. Essa redução de 10% significa que todo mundo vai pagar mais 0,73% de alíquota.

E por que eu trago esses dados? Eu trago esses dados para a gente considerar tudo isso quando a gente estiver olhando aqui para os pleitos setoriais. A gente sabe que todos os setores têm atividades extremamente importantes para o país, mas a gente precisa levar em consideração que esses pleitos, se concedidos, vão significar um aumento na alíquota para todos os brasileiros e brasileiras e por isso que a gente traz aqui esses dados.

Então, de novo, a gente tem como pleito, no Pra Ser Justo, uma redução dessas exceções. Eu não consigo falar aqui sobre algumas delas, que a gente tem trabalhado. A gente tem até já sugestões de emendas. Então, os Senadores que se interessarem, a gente também está super à disposição para conversar.

Mas, para eu também não ficar falando aqui só desse ponto das alíquotas, eu também queria trazer um outro tema, que é o tema do *cashback*. O *cashback* já está previsto na PEC da reforma tributária. A gente não acha que ele precisa sofrer nenhum tipo de alteração, porque a gente tem a defesa de que realmente a Constituição precisa ser mais enxuta e a gente não precisa trazer muitos pontos para isso. Mas eu queria trazer aqui dois dados que mostram o nível de impacto que esse tipo de política teria no Brasil, uma política de devolução de tributos para pessoas de menor renda.

Esse daqui é um gráfico de um estudo que a gente tem – eu tenho aqui o estudo para também quem quiser, depois, se aprofundar mais –, que mostra o quanto que a população brasileira vai consumir mais com a reforma tributária, o aumento de consumo.

Aqui, do lado esquerdo, a gente mostra o quanto que as pessoas consumiriam só com a reforma tributária. Do lado direito, a gente tem o demonstrativo de qual seria esse impacto sobre o consumo quando a gente traz o *cashback* para o jogo. E aí a gente vê que as famílias de zero a um salário mínimo, com a reforma tributária, já vão aumentar em 3,2% o consumo delas. Quando a gente traz o *cashback* focalizando as pessoas de menor renda, esse consumo aumenta para 21%. E acho que todo mundo consegue imaginar aqui o nível de impacto que é para uma família que ganha até um salário mínimo conseguir aumentar em 21% o seu consumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queria trazer um outro dado de impacto aqui, que é o próximo eslaide, que mostra as regiões que seriam beneficiadas por esse tipo de política.

Pode passar.

O Brasil inteiro seria beneficiado por esse tipo de política, porque a gente sabe que em todos os estados a gente tem aqui pessoas que estão em situação de pobreza, mas aqui a gente vê que existem estados em que até 60% da população seria beneficiada pelo *cashback*.

Aqui a gente fez uma simulação, claro, se o *cashback* fosse devolvido para todas as pessoas que estão no Cadastro Único, mas isso ainda não está definido. A gente pode tanto ter mais ou menos pessoas dentro dessa política. Isso, obviamente também vai depender da quantidade de exceções que a gente coloca no texto e da quantidade de recursos que a gente vai ter para investir nessa política.

E aí, por fim, eu sei que sempre existe uma dúvida muito grande dos Parlamentares que já conhecem essa política, que é como ela vai ser implementada.

Pode passar dois eslaides.

O *cashback* já existe numa série de países da América Latina, também já existe no Canadá, mas, mais importante, a gente já tem um programa desse no Brasil. O Rio Grande do Sul, há dois anos, já tem uma política que chama Devolve ICMS. Como é que funciona no estado? Eles entregaram para toda a população beneficiada um cartão.

Nesse cartão, eles já depositam antecipadamente R$100 trimestrais para essas famílias gastarem em qualquer estabelecimento que elas queiram. Esses R$100 se referem a uma conta que eles fazem do quanto essas famílias já gastam com o ICMS. Para além desses R$100, essas famílias ainda podem receber mais R$260 extras trimestrais, que aí vão depender do consumo delas ali na boca do caixa e conforme elas forem pedindo CPF na nota.

E a gente já tem uma série de dados de impacto que mostram o sucesso dessa política ali no Rio Grande do Sul. O primeiro deles mostra que o Devolve ICMS reduziu em 50% o peso do ICMS que incide sobre as famílias que ganham até um salário mínimo. Só a título de comparação, eles fizeram o mesmo cálculo em relação à desoneração da cesta básica e ela reduziu em 1% esse peso.

Isso significa que o *cashback* não pode sobreviver com outras exceções no texto? Não. Inclusive, no Rio Grande do Sul, eles têm as duas políticas. Eles têm a política de cesta básica e eles têm a política de devolução. Mas a gente sabe...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARINA THIAGO – ... olhando aqui os dados, que o *cashback* acaba tendo um impacto muito maior do que qualquer tipo de exceção que a gente coloque no texto da reforma tributária, pensando nas pessoas de menor renda.

E, por fim – eu sei que também muitos Senadores aqui se interessam bastante por isto –, a questão da formalização. O Devolve ICMS conseguiu, com esse processo também de estimular que as pessoas peçam a nota fiscal, aumentar em 27% a emissão de notas fiscais no estado. Isso porque esse modelo pedindo a nota fiscal é muito recente no programa. O programa existe há dois anos, mas esse modelo de você pedir a nota fiscal, que fazia parte de uma segunda fase, existe há quase seis meses. Então, ele é bastante recente.

E aí, por fim, eu deixo aqui o eslaide que mostra, para quem quiser aqui acessar o nosso estudo, tanto pelo *site* quanto QR *code*. Eu tenho aqui também alguns materiais para os Senadores para receberem também a pesquisa completa, que tem todos os dados que eu apresentei, todos os casos internacionais.

E, por fim, eu deixo de novo aqui a nossa mensagem para que a gente considere esse pleito da sociedade, para que as exceções fiquem contidas no texto, para que a gente possa, assim, priorizar cada vez mais essa política do *cashback*, que é tão importante para o Brasil e tão importante para a reforma.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agradeço a sua contribuição, Sra. Marina Thiago.

E passo a palavra ao Sr. Diego Ramiro, Presidente da Associação Brasileira dos Assessores de Investimentos (Abai), para sua exposição por dez minutos.

O SR. DIEGO RAMIRO (Para expor.) – Boa tarde a todos, Senador Eduardo Braga; boa tarde, Senadores, Senadoras, e temos aqui um Deputado presente. Então, boa tarde para vocês.

Bom, vou ser breve na minha colocação, não vou tirar todos os dez minutos, mas o meu objetivo aqui, Senador, e para todos aqui no Senado, é falar um pouco do assessor de investimentos. Nós temos um trabalho muito forte na Câmara. Recentemente pleiteamos, no ano passado, a Lei 14.317, do assessor de investimento, em que se trouxe luz a essa profissão, que antes não era tão conhecida.

Vimos recentemente matérias sobre pirâmides financeiras, 100 bilhões, 3 milhões de brasileiros lesados, não só pessoas de baixa renda, mas também pessoas de poder aquisitivo muito alto. E quem tem hoje essa função no Brasil de levar a educação financeira num país que não tem, de fato, na base, a educação financeira, somos nós assessores de investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, quando a gente traz o setor de assessoria de investimentos, aqui representando a Abai... Deixe-me ver se eu consigo... Só para colocar aqui todo mundo. Hoje a Abai representa uma classe de 5 mil assessores, temos hoje mais de 2,5 milhões de clientes e 150 bilhões... Vou fazer uma referência a vocês. Alguns países no mundo já usam trabalho de assessoria que leva à educação financeira.

Se formos falar do passado, quantos brasileiros conheciam o que era uma LCI, o que era uma LCA; como investir no Tesouro Direto, CRI, CRA, essa sopa de letrinhas no mercado financeiro, quem acabou ensinando à pessoa física, ao brasileiro médio – porque antes, era só tido esse tipo de assessoria para grandes fortunas ou de poder aquisitivo muito alto – foram os assessores de investimentos. E é isso que a gente trabalha junto na associação.

Quando a gente traz aqui os dados, os pilares nossos são regulatórios, educacional e parceria estratégica. Mas eu coloquei uma imagem aqui para vocês. Muitos, quando falam nos assessores, pensam nessa imagem: ex-operadores de pregão. Isso não mais existe. Hoje somos mais de 25 mil profissionais no Brasil.

Eu trouxe uns dados da CVM para vocês. Mas antes, nos Estados Unidos, são mais de 1,3 milhão; no Brasil são apenas 25 mil. Há 5 anos, eram 5 mil profissionais. Esses profissionais que hoje têm essa função, para se ter uma ideia, cuidam de praticamente 80% da poupança dos americanos. No Brasil, estamos falando na casa ainda de 15%, em que grandes brasileiros têm trilhão na poupança, e quem faz esse trabalho são os assessores de investimentos.

Eu trouxe aqui para vocês, que eu queria mostrar, dados... Está um pouquinho... Aí, pronto. Esse é o principal eslaide que eu queria mostrar para vocês: é o crescimento. Recentemente, o Brasil atingiu 5 milhões de pessoas físicas na Bolsa de Valores, que é a linha vermelha que eu coloco aí para vocês, dos investidores. E na mesma linha, vocês veem o crescimento desse profissional, que, quando eu iniciei, em 2009, eram apenas 470, no Brasil. Cinco anos atrás, 5 mil; hoje, 25 mil profissionais. Esse número só vem crescendo. O quanto nós vemos de agências de banco fechando... Onde mais brasileiros, nos rincões do país, precisam de educação financeira, o banco acaba saindo, e esses empresários, os assessores de investimentos – são mais de 1,2 mil empresas no país com mais de 25 mil – vêm se expandindo hoje, levando esse trabalho.

Quando a gente traz aqui os dados para vocês... Eu trouxe aqui um gráfico só sobre o crescimento, como era nos últimos anos, mas o que eu queria mostrar aqui é que hoje o assessor está em todos os estados brasileiros, em todas as regiões; mais concentrado ainda em São Paulo, no Sudeste, mas hoje já é possível ver esse crescimento, essa informação.

A gente vê a questão hoje do *spread* dos juros, não é? Hoje todo mundo fala muito dessa redução. Quem leva a educação financeira? Quem poderia ajudar? É o assessor de investimento. A partir do momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele democratiza, que ele leva essas informações, a gente consegue baixar o custo do recurso, ensinar educação financeira, finanças pessoais. Esse profissional, Senador, vem crescendo muito nos últimos anos.

O perfil é muito interessante: 91% desses profissionais têm ensino superior. Hoje é baixíssimo... Apesar da profissão precisar apenas do ensino médio, você vai contar, dos 25 mil, que 91% já têm ensino superior e 4% com mestrado. Só que aqui é o dado mais interessante: quem atua nessa profissão? Hoje, majoritariamente, 80% têm até 45 anos. Quando a gente fala que é uma profissão do futuro, vários jovens entrando, então, que maravilha a gente ver um país que tem o seu mercado de capitais evoluindo, não é mistério para ninguém... Quantas empresas tivemos nos últimos anos abrindo capital... Mas quem explica para o brasileiro o que é comprar uma ação? Ser sócio das maiores empresas? Quem leva isso? São esses profissionais: 14% até 25 anos; 36% até 35 anos e assim vai; 80% abaixo dos seus 45 anos.

Aí a gente vem mostrar... Qual é o nosso trabalho? Basicamente é: prospecção, recepção e suporte. Hoje, nós atuamos como um preposto. Muitos acreditam que nós somos os bancos, as plataformas de investimentos. Não, nós somos o assessor, nós servimos a essas plataformas, ao banco, que não têm mais tanto espaço. Quem se dá o trabalho de explicar os serviços financeiros somos nós. Mas, como todos aqui no setor de serviços, nós temos uma alíquota, hoje, quando pegamos PIS, Cofins e ISS, na casa de 8,65%. E, como alguns colegas já comentaram aqui, o próprio John, da ABT, vamos sair, nesses três tributos... Pode ser que, com a reforma, saiamos de 8,65% para 24%, como a Marina comentou. Do jeito que já está aparecendo hoje, vai ser 27%, 28%.

E, Senador, assim, a gente entende aqui o pleito de todos, mas a principal questão é que, a partir do momento em que eu tiver uma alíquota numa profissão de 8% para 28%, sem contar ainda o IRPJ, a CSLL – porque, se a gente incrementar isso, vai mais para 35% da carga –, nós corremos o risco de acabar com uma das principais profissões do futuro, que é a de levar essa assessoria.

Eu gostei da fala do Marco Aurélio, da ABCR, quando ele falou: "Não vim aqui só para mostrar, explanar; também tem algumas soluções que a gente gostaria de propor ao Senado".

A profissão dos assessores de investimentos, trazendo aqui para os senhores... Quem é o assessor? Antigamente era o corretor de investimentos. Temos o corretor de seguros, o corretor de imóveis e o corretor de investimentos. Os dois primeiros são abarcados no Simples Nacional. Nós não somos. Temos 1.183 empresas; a grande maioria delas são Eireli, que não podem ser optantes do Simples, porque não foram, na época, colocadas na lei, porque o legislador não nos conhecia. Claro, como eu disse, era uma profissão muito nova. Então, hoje, não podemos estar no Simples Nacional. Hoje, tem a questão do ISS uniprofissional, que alguns podem fazer hoje, como advogados, economistas... Hoje, também, nós não podemos ser colocados nessa categoria.

Mas, Senador, eu gostaria de terminar aqui, nos meus dois minutos, com o último eslaide que eu trouxe, que é a nossa relação... A gente traz só uns dados aqui para os senhores: 35% das mais de quase 1,2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil empresas ainda são Eireli. E eu fico feliz de representar esses 1.183 empresários neste país que, de fato, fomentam e levam a educação e fazem esse trabalho, porque ainda são pequenos e microempresários que adotam, majoritariamente, o lucro presumido. Então, nós não podemos hoje compensar nada. Como o nosso trabalhador de cunho intelectual, a questão de a gente conseguir abater algo não será possível na reforma. Por isso é que a gente entende – e a gente viu que já tem a questão da PEC do setor financeiro – que essa Lei 14.317, que eu trouxe aqui para os Senadores conhecerem, que trata o setor de investimento, antiga CVM, de 1976, foi aprovada em março de 2022...

Aqui são os pontos que eu comentei da alíquota, de 8% para 25% e 34%. Grifei que é de cunho intelectual, envolvendo pouquíssimas despesas que poderiam gerar crédito do imposto. E, hoje, por questão regulatória, nós nos organizamos na forma de PJ, mas a maioria dos senhores recebem via distribuição. Então, basicamente, essas empresas repassam muito. Por números hoje que fazemos em conjunto com a Ancord, acreditamos que poderíamos ter, em 2030, mais de 80 mil profissionais. No Brasil, são 100 mil gerentes bancários, 25 mil... Então, é uma profissão que tende a crescer, mas o impacto é muito grande.

Somos bitributados. Hoje, quando um cliente compra um CDB ou faz uma compra de ações em uma plataforma, essas são as alíquotas aqui que os bancos cobram – já o PIS, o Cofins e o ISS –, e nós... É a mesma fonte; eu, apenas por ser o intermediário, depois ainda tenho que pagar mais 8,65% desse tributo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO RAMIRO – Então, como eu coloquei algumas soluções aqui, não é a questão, mas a ideia maior é mostrar a inclusão do Simples, a tributação da atividade na base fixa, para serem pensados, mas, olhando o que o Presidente da OAB Nacional já abordou, até com o Senador Eduardo Braga no final de agosto, a questão dos regimes especiais. E por que eu falo para nós? Para nós assessores de investimentos é muito importante estar nesse regime especial. Por quê? Porque hoje, se essa profissão deixar de existir por conta de uma questão tributária, não será ruim só para uma classe, será ruim para todos os brasileiros. Quem hoje tem essa função? Somos nós.

Então, quando a gente vem aqui, com a notícia da pirâmide financeira, eu me sinto: "Poxa, eu tenho o meu dever, como Presidente da Abai, de falar com os Senadores da importância de olharem com carinho para essa profissão que é serviço". O texto hoje, na lei complementar, coloca a palavra "intermediação". Eu só gostaria de deixar o meu recado final aqui para os Senadores: quando estiverem fazendo o texto final, lembrem que o intermediário é a plataforma, as corretoras, e não nós. Então, precisariam ser incluídos os assessores de investimentos, porque, como fomos esquecidos na época do Simples Nacional, gostaria que os Senadores, quando estivessem redigindo, não se esquecessem dos assessores de investimentos, que são tão importantes.

Essa era a minha colocação.

Eu agradeço a todos, ao Senador Eduardo Braga e a todos os presentes aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito bem.

Eu agradeço ao Sr. Diego Ramiro.

E concedo a palavra ao Sr. Josier Vilar, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), para a sua exposição por dez minutos.

O SR. JOSIER VILAR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa tarde, Sr. Presidente Eduardo Braga.

Agradeço muitíssimo a gentileza do nobre Senador Carlos Portinho, Senador do meu estado, que formalizou através do senhor esse convite para que a associação comercial pudesse estar hoje representada.

Na realidade, eu venho muito mais fazer um apelo do que uma proposta. Eu venho fazer um apelo aos Senadores e Senadoras para que a reforma tributária, que nós da Associação Comercial do Rio de Janeiro apoiamos integralmente no que diz respeito à racionalização e simplificação da cobrança tributária, porque hoje nós vivemos um emaranhado de cobrança tributária que eleva os custos das empresas do ponto de vista de gestão contábil, da burocracia excessiva que sufoca a todos nós... Portanto, parabéns ao Senado Federal por estar discutindo com profundidade. E eu agradeço a oportunidade de os representantes do setor produtivo do país estarem podendo verbalizar as suas visões sobre o tema.

Entretanto, apesar de estarmos totalmente favoráveis à reforma tributária, que racionaliza e simplifica, o nosso pleito é que os senhores garantam que a reforma tributária não gerará aumento da carga tributária atual. Isso é fundamental para o setor de serviços, muito particularmente no meu Estado do Rio de Janeiro, onde quase 70% da economia está focada na indústria de serviços. Então, nós temos aqui uma plataforma de serviços gigante.

No que diz respeito à indústria da economia solidária, eu, como Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, montei aqui uma estrutura para incluir a economia solidária das favelas e das comunidades pobres no ambiente empresarial, para que eles possam ser incluídos nessa atividade empresarial.

Uma reforma tributária que venha a causar um maior impacto na tributação sobre os serviços que esses milhares de jovens e idosos prestam à nossa cidade – e aqui no Rio de Janeiro são milhares de pessoas que trabalham, produzindo coisas nas comunidades –, isso será um inibidor da inclusão para o mundo empresarial dessas comunidades. Nós temos, aqui no Rio, a indústria de turismo, a indústria da cultura, a indústria do esporte e lazer, a indústria de eventos, a indústria do transporte de carga e logística e a indústria da inovação, que queremos implementar cada vez mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, qualquer coisa, qualquer reforma que possa ser implementada cujo resultado final seja o aumento da carga tributária atual para os prestadores de serviço, da indústria de serviço assim chamada, não será bem-vinda para todos nós do Rio de Janeiro, e eu tenho absoluta convicção de que estou falando em nome da indústria de serviços de todo o país, das associações comerciais brasileiras, da Confederação das Associações Comerciais brasileiras.

Sessenta e oito por cento dos empregos no Rio de Janeiro estão relacionados a serviço. Nós temos aqui mais de 580 mil microempresários individuais que estão vinculados, na sua maioria, a esse segmento de serviços. E, se nós tivermos a não sensibilidade de ampliar o valor e o impacto da reforma tributária com tributação maior para o segmento de serviços, nós estaremos contribuindo de forma decisiva para que haja uma inibição da atividade produtiva no nosso país, porque inviabiliza a atividade empresarial no segmento de serviços por uma razão que os senhores sabem: o nosso negócio de serviços é fundamentalmente estruturado em cima de pessoas e, como nós não teremos compensação tributária por não termos nenhuma atividade que se compense dos impostos de produção fabril, nós estaremos, então, numa situação dos MEIs, que prestam serviço para as indústrias, e dos empregados das indústrias de serviços, que estão fazendo a sua atividade regular, muito comprometida no seu resultado e muito provavelmente estaremos estimulando o desemprego, a não empregabilidade, a não inclusão empresarial, o não chamamento dos micro e pequenos empresários para o ambiente regulatório, que façam a sua contribuição tributária de forma decisiva para o crescimento de nosso país.

Portanto, é um apelo que eu faço ao Senado Federal, é um apelo que eu faço ao Presidente Eduardo Braga: que, junto com as Senadoras e os Senadores aí presentes possam levantar a bandeira em defesa da estrutura de serviços no Brasil. A indústria de serviços brasileira é gigantesca, ela faz parte do componente da maioria dos estados brasileiros como uma fonte principal de receita para os estados brasileiros, ela não pode ser penalizada, porque, majoritariamente, são micro, pequenos e médios empresários e a maioria deles adota o modelo tributário de lucro presumido, portanto, eles não têm nada a ser compensado dentro de uma reforma que não observe as especificidades e a sensibilidade que o setor de serviços precisa ter por todos os nossos representantes no Parlamento brasileiro.

Eu agradeço ao Presidente Eduardo Braga; agradeço, mais uma vez, ao Senador Carlos Portinho, representante do meu estado; agradeço a todos que me antecederam e aos Senadores e às Senadoras presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu é que agradeço ao Sr. Josier Vilar, Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Concedo a palavra ao Sr. Eduardo Fleury, Advogado, Economista, Sócio da FCR Law, Consultor do Banco Mundial e Mestre em Tributação Internacional, para sua exposição, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO FLEURY (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Só algo técnico antes de começar: eu estou tentando colocar a apresentação e não estou tendo a possibilidade; está bloqueado aqui.

Aproveito a oportunidade, enquanto isso está sendo verificado, para agradecer o convite do Senador Davi Alcolumbre e do Senador Eduardo Braga para aparecer novamente no Senado a fim de discutir esse importante assunto que é a reforma tributária.

Então, apenas... Deixe-me ver se agora está disponível... Sim, pronto. Está disponível.

Muito bem. Voltando aqui à apresentação, nós... A ideia da apresentação aqui... Nós fomos convidados para falar sobre a reforma tributária sobre o consumo, lembrando que a gente vem trabalhando junto ao Banco Mundial, com algumas interrupções, desde 2019. O nosso papel nesse trabalho foi criar um estudo para medir o impacto de uma reforma tributária sobre o consumo no Brasil.

Esse impacto se mede de duas maneiras: nos preços e também na distribuição de renda. Então, nós trabalhamos durante quase três anos construindo um banco de dados gigantesco, com todos os itens de bens e serviços consumidos pela população brasileira. A nossa ideia nesta nossa apresentação é tentar medir alguns cenários de impacto em termos de distribuição de renda na população brasileira nas diversas faixas de renda. Quer dizer, a gente construiu cenários que possam, digamos assim, medir a distribuição de renda em virtude da reforma tributária.

Bom, explicando um pouquinho mais o nosso trabalho aqui, o que a gente fez? Nós pegamos a chamada POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), feita pelo IBGE em 2017 e 2018 – julho de 2017 a julho de 2018 –, e, a partir dessa pesquisa, a gente vai calcular a carga tributária de cada produto e serviço dessa pesquisa. Quer dizer, todo o consumo das famílias brasileiras está ali incluído – são quase 8 mil itens. Nós temos um banco de dados de 8 mil itens de bens e serviços com a carga tributária, com o quanto eles pagam hoje. Só lembrando, a carga tributária brasileira não está disponível apenas na nota fiscal. Na verdade, na maioria das vezes, a maior parte da sua carga tributária está nos custos.

Então, por isso o trabalho demorou quase dois, três anos, para gente construir esse tipo de trabalho. Esses 8 mil itens, depois que a gente calcula a carga tributária, o que a gente faz? A gente pega o percentual, tira do preço, depois coloca o IBS-CBS, as alíquotas, e a gente verifica qual o resultado, isto é, que preço, se o preço aumentou ou diminuiu. Adicionalmente, a gente consegue ver o padrão de consumo, quer dizer, quem consome aquele produto ou que faixas de renda mais consomem aquele produto, que teve seu preço diminuído ou que teve seu preço aumentado. E, a partir daí, nós podemos verificar qual é o impacto do ponto de vista distributivo. O nosso trabalho foi basicamente fazer esse exercício.

A gente trabalhou com alguns exercícios, como a gente fala, algumas simulações. Essas simulações procuram, na maioria das vezes, reproduzir o que a PEC 45, aprovada na Câmara, diz, os regimes que foram ali criados. Mas a gente deixa claro que o objetivo é exatamente dar mais luz para que novas decisões pelos Senadores, em relação ao sistema da proposta que está sendo colocada... quer dizer, a gente dá mais luz,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais informação, buscando, digamos, apoiar de uma certa forma as decisões que vão ser feitas pelos Senadores.

A primeira coisa que a gente fez, então, foi calcular qual é a carga tributária que existia e que existe no sistema atual. Utilizando a base de 2018, nós chegamos à conclusão de que existe uma arrecadação de cerca de 50 bilhões por mês. Com esses 50 bilhões, multiplicados por 12, a gente vai chegar ao total de uma arrecadação muito próxima da realidade. A gente não gosta de trabalhar muito com alíquotas, porque a POF não é um sistema muito perfeito para calcular as alíquotas; ela tem uma série de distorções, que, por vezes, dizem que a alíquota pode ser menor ou pode ser maior. Então a gente trabalha mais com arrecadação. Qual o objetivo nosso? Temos uma arrecadação de R$50 bilhões por mês; como a proposta da reforma diz que não vai haver incremento na arrecadação, a consequência é: vamos montar percentuais, para que mantenhamos essa arrecadação. Então em todos os exercícios que a gente fez aqui, em todas as simulações que nós fizemos, o objetivo foi manter a arrecadação.

O sistema atual arrecada 50 bilhões e quem paga isso daqui? Essa é uma questão importante hoje, não é? A despeito de algumas distorções que possam existir, meio pontuais, o fato é que na pesquisa, na POF, como em todas as pesquisas feitas, claramente nós temos aqui que os decis... Esses são os decis de renda. O que é isso? Dez por cento, 20%, 30%, 40% e assim por diante, até chegar ao último decil: os 10% mais ricos e, no primeiro decil, os 10% mais pobres. O que a gente percebe? Que a carga tributária, o percentual da sua renda que você destina ao pagamento de impostos... Veja, pessoal, este é o verdadeiro consumidor, o contribuinte, que, de fato, que está pagando imposto; e a população de classe mais baixa é a população que tem uma carga maior – e bem substancialmente maior. Então a gente vê que a menor carga está lá para classe mais alta de renda, e a maior carga está na classe mais baixa.

Outra forma de medir isso é, do total arrecadado, quanto cada um paga, cada decil paga? Desse cem arrecadado aqui no total, a gente tem que 2,4% são a classe mais baixa e 33% são a parte mais alta, quer dizer, a classe mais alta. Quando a gente está falando de classe, são os 10% mais ricos, 10% mais pobres.

Este número aqui é importante para a gente medir o resultado das atuações. O resultado do quê? Quando eu coloco uma alíquota, o que acontece? Quando eu coloco outra alíquota, o que acontece neste gráfico aqui? Então, é bastante importante para a gente saber a distribuição, se as pessoas da classe com renda estão pagando mais ou estão pagando menos.

O primeiro exercício que a gente faz é: vamos supor que colocamos uma alíquota padrão – e a gente não quer discutir aqui qual a alíquota – que reproduz exatamente a mesma arrecadação que a gente tem hoje, e a gente aplica a alíquota padrão de IBS e CBS somados sobre todos os bens e serviços. E a gente já percebe como resultado. Vejam: a classe mais baixa, que recolhia 2,4% do total arrecadado, passa a recolher 2,2%. Isso vai se repetindo ao longo dos decis de renda, dos percentuais de renda, até que você chega na classe mais alta, e essa, sim, acaba apagando mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aquilo que foi falado pela Marina, do Pra Ser Justo: 90%, se você olhar aqui, nesta tabela, se beneficia se você colocar uma alíquota única para todos os produtos. Quer dizer, de partida, a gente já tem uma melhor estrutura com a reforma tributária, uma melhor distribuição de renda com a reforma tributária, e, obviamente, no sentido de que as faixas, o decil mais rico, os 10% mais ricos estão pagando mais, e os 10% mais pobres estão pagando menos. Então, esse é o primeiro exercício: se a alíquota fosse única para todos os bens e serviços.

Na sequência, nós fazemos uma simulação um pouco diferente. A simulação que a gente faz aqui é demonstrar qual o efeito, em etapas, de quando eu resolvo conceder alíquotas reduzidas ou alíquota zero para determinados grupos de serviços. O que a gente faz? A gente pega e, tentando simular próximo ao que está na proposta aprovada pela Câmara, aplica uma redução da alíquota padrão para educação e saúde, e dentro de saúde a gente tem equipamentos médicos e também remédios.

Só que, um pouquinho diferente do que está no texto da PEC, nessa primeira simulação, nós estamos aplicando alíquota zero para toda a cesta básica, todos os alimentos que estão na cesta básica, na cesta básica conhecida, aquela que está hoje na lista do Pis e Cofins. Então, quer dizer, a gente aplica para o todo, e o restante dos bens e serviços vão ser tributados com a alíquota padrão. Qual o resultado disso? Sempre visando a que essa alíquota padrão tem que ser alta o suficiente para bancar a arrecadação. O que acontece? É óbvio que, quando eu dou esses benefícios aqui, esses benefícios de redução se espalham por todas as faixas de renda. Eu caio de um comprometimento de 57% da renda dos mais pobres para 41% da renda dos mais pobres, e, assim por diante, todos se beneficiam com isso.

Só que o passo seguinte, pela restrição fiscal que a gente tem, de que temos que arrecadar o mesmo valor, a consequência é que eu tenho que aumentar a alíquota padrão, na hora em que eu aumento a alíquota padrão, parte daqueles ganhos desaparece, porque, por exemplo, a faixa mais baixa de renda no Brasil, os 10% mais pobres consomem 22% de alimentos; os outros 78% são produtos que, na maioria deles, vão ter redução de preço. Então, quando você pega, vai lá e dá uma concessão do benefício, uma redução de alíquota, se é só a redução, está bom, mas, logo na sequência, eu tenho um passo seguinte, eu tenho um aumento de alíquota. Então, parte daquele ganho desaparece, porque eu volto a aumentar a alíquota, e os outros produtos, os outros bens e serviços acabam sendo mais tributados e, como consequência, aumenta a carga.

Então, a gente precisa olhar que a concessão de redução de alíquotas tem dois lados, dois sentidos. Primeiro, ela melhora, mas depois piora a situação, não exatamente no mesmo patamar, mas, sem dúvida, a gente tem que entender que não é almoço grátis, como a gente diz. Você dá uma concessão, mas, logo em seguida, você tem que aumentar a alíquota e parte desses benefícios chega a desaparecer.

E vejam, quando a gente olha aqui – esses efeitos são mostrados nesse gráfico –, então, quer dizer, no princípio você ganha, você cai de 57 para 41, mas, quando aumenta a alíquota-padrão para compensar as perdas, você volta muito próximo, você caminha para o estágio anterior em que você estava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando esse problema que a gente viu aqui, esse vai e volta, a gente pensou num sistema um pouquinho diferente. E esse aqui é um ponto muito importante que a gente acha que pode auxiliar – no Banco Mundial a gente fez essa pesquisa –, a gente pode auxiliar um pouquinho na construção desse modelo.

Então, a gente faz o exercício seguinte. No exercício anterior, eu ressaltei que todos os alimentos estavam com alíquota zero. O que a gente faz aqui? Parte dos alimentos deixa de compor a cesta básica, tributada a alíquota zero, e vai ser tributado alíquota de 60% da alíquota-padrão. Então, veja, eu tiro bens que estão na cesta básica, isentos, e jogo para alíquota de 60%. Nesse momento, eu gero uma receita, porque, na simulação anterior, todos os alimentos estavam sem tributação, alíquota zero. Agora, uma parte desses alimentos está sendo tributada. Como consequência disso, a gente gerou uma receita. E o que se faz com essa receita? A gente joga no *cashback*. Então, a ideia é: eu estou ainda fiscalmente neutro, mantendo a mesma arrecadação, só que eu tributei uma parte dos alimentos, não coloquei todos como alíquota zero, e o dinheiro gerado eu joguei no *cashback*. A gente vai ver o efeito disso, do ponto de vista distributivo, que é um efeito bastante positivo.

Mas, antes disso – e aí peço ao Senador para ver –, isso aqui é um exercício, que não é uma regra, é um exercício apenas que a gente cria para tentar discernir quais produtos vão ficar com alíquota zero, quais alimentos vão ficar com alíquota zero e quais alimentos não vão ficar com alíquota zero. Peço até para ter um tempinho a mais aqui para eu terminar isso aqui, porque é um exercício bastante importante.

Qual que é a regra que a gente cria?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria apenas informar ao Sr. Eduardo que o senhor já teve 5 minutos a mais de tempo. Então, eu peço que já vá para o encerramento, por favor.

O SR. EDUARDO FLEURY (*Por videoconferência.*) – Está bem.

Então, esclarecendo aqui, se o consumo do alimento pelos 10% mais ricos foi superior a 50% do consumo dos 40% mais pobres, qual que é o resultado disso? O resultado é que você está beneficiando... Cada vez que você dá uma redução de alíquota, você está dando mais dinheiro para os 10% mais ricos do que para os para os 40% mais pobres. Então, a gente fala que, nesse caso, quando você encontra um produto que tem esta regra aqui, em que os 10% mais ricos consomem mais do que os 50% mais pobres, você coloca fora da cesta básica.

O resultado disso é uma melhora substancial da distribuição de renda. Veja, a gente começou com um sistema, lá atrás, em que era 2,4 no sistema atual, 2,2 com a alíquota-padrão para todos os bens e serviços e agora a gente alcança 1,2, quer dizer, a gente diminui substancialmente – está certo? – o pagamento de imposto pelas classes mais baixas e, obviamente, você gera um aumento de tributação das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

classes mais altas. Então, é uma forma de você combinar as alíquotas reduzidas e o *cashback*, a fim de você obter uma melhor distribuição de renda. Então, esse é um ponto que a gente estabelece.

Nós temos uma última simulação aqui, que é a alíquota padrão com *cashback* e aí, nesse caso, que é um dos casos bem distantes do que a gente tem hoje no projeto, a gente teria uma subvenção melhor na distribuição de renda.

Muito bem, então, muito obrigado aí pelo tempo e pelo tempo extra, mas é que o assunto sempre é um pouquinho mais é complexo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu agradeço ao Sr. Eduardo Fleury.

Concedo a palavra ao Sr. Tiago Conde Teixeira, representante da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR) e da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) para a sua exposição, por dez minutos.

O SR. TIAGO CONDE TEIXEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Eduardo Braga. Aqui eu cumprimento a todos os presentes, demais Senadores e Deputados aqui da Casa.

O que a Anoreg pede aqui não é nenhum tipo de privilégio, muito pelo contrário. O que nós estamos destacando – e deve sempre ser levado em conta – é que hoje cartórios, Presidente, deve ser entendido como um dos pilares fundamentais do Estado democrático de direito. Isso porque é através dos cartórios que eu tenho soberania nacional. Isso porque, senhores, é através dos cartórios que eu tenho dignidade da pessoa humana, registro, óbito, casamento.

E aí, falo para os senhores aqui: hoje nós temos um cenário de 2 a 5% de carga relacionada ao ISS.

Se puder.... Isso.

Com a perspectiva da reforma, nós passamos aí para uma carga de até 27%. Eu tenho um aumento de 14 vezes do que é levado hoje. Toda essa questão ou todo esse aumento acarretará um desaparelhamento de todo o sistema cartorário hoje existente no nosso país.

Hoje, a importância social e econômica dos cartórios... São os cartórios responsáveis por registro de nascimento, casamento e óbito; registros imobiliários; publicidade dos fatos e negócios jurídicos; e têm um papel fundamental na legalização, reconhecimento e concretização de mudanças culturais, porque é através desses dados, enviados pelos cartórios a diversos órgãos públicos, que são feitas importantes políticas públicas do nosso país.

Cartório tem um papel fundamental hoje no exercício da cidadania. Ele contribui, inclusive, para a redução de conflitos e irregularidades. Cartório, Sr. Presidente, já foi responsável, em 14 anos, por 719

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões de recolhimentos sem nenhum custo para o Estado. Falo isso em ITR, ITCMD, ITBI, IPTU – 719 bilhões sem nenhum custo estatal.

E aí, eu tenho ainda essa função de agente fiscalizador do Estado. Cartório é um *longa manus* do Estado hoje em dia. Cartório atua, inclusive, como intermediário confiável na certificação de registros e proteção de documentos e atos jurídicos, senhores. Hoje, o cartório é responsável pela transparência e publicidade dos principais atos do nosso país. Todos os nossos registros para exercício da cidadania são executados em um cartório. Quatorze são os órgãos públicos oficiais que utilizam dos nossos dados para exercício de políticas públicas, para concretização de políticas públicas, para organização de políticas públicas.

O cartório é uma atividade desempenhada em caráter privativo e mediante delegação do poder público. Pois bem, qual é o grande impacto, Presidente, dessa reforma para os cartórios? Nós temos aqui ou teremos uma redução significativa de acesso aos serviços públicos essenciais. Nós teremos aqui muita dificuldade de acesso à cidadania. Isso porque eu vou ter um desaparelhamento do Estado.

A Dra. Marina falou, logo mais cedo aqui, que é importante não se ter exceções à reforma. O que pedimos aqui é que a concretização da cidadania, dos serviços essenciais, permaneça. Nós somos essenciais hoje no país. Qualquer impacto aqui sobre os cartórios vai gerar um risco de queda na qualidade do serviço prestado a cada um dos brasileiros, a mim, aos senhores.

E eu tenho significativos impactos na desjudicialização, senhores. Hoje, Srs. Senadores, eu tenho casamentos e divórcios em cartório, eu tenho processos de inventário em cartório. Com o incremento desse custo, eu vou ter fatalmente uma macrolitigância. Eu vou ter novamente a parte optando pela via judicial, por ser mais barata, ou por ele lá pedir uma gratuidade. Cartórios foram essenciais para a desjudicialização do país.

A reforma trará uma posição contrária. Eu vou aumentar a litigância em razão do aumento e do desaparelhamento desse Estado, desse cartório. Então, essa redução de cartórios acarretará um significativo problema para toda a população e risco à sustentabilidade de todo o sistema. Esse é o ponto que os Senadores devem levar em conta.

Eu vou ter aqui... A reforma tributária coloca em risco a sustentabilidade de oferta de serviços essenciais, como registro civil, óbitos e dali adiante... E aí, o que pede aqui à associação e à nossa confederação é que, apesar da relação direta, como nós temos relação direta com serviços de segurança à informação, em razão de todos os dados que ali temos, e também a questão da soberania nacional, nós somos os responsáveis por importantes atos deste país, pedimos aqui, em razão da enorme insegurança jurídica que essa alta carga pode levar, pedimos aqui um regime tributário diferenciado, previsto no art. 156-A do texto da PEC atual. E é o nosso pedido, Sr. Presidente.

Muito obrigado. Obrigado a todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Tiago Conde Teixeira.

Eu vim aqui quebrar o galho do nosso grande Relator, Eduardo Braga. Eu, quando cheguei aqui... Estou ficando grandão agora... Foram lá me chamar para substituir o Relator da reforma tributária. Eu que estou aqui há quase 40 anos, no Congresso, só vejo falar em reforma tributária e não acontece. Agora vai acontecer, não é? Vai?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai, não é? Grande Eduardo Braga.

De imediato, eu vou chamar o próximo convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Gerino Xavier da Silva Filho, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática, para sua exposição, pelo tempo já determinado, creio eu, pelo Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez minutos cada um. O.k.. O tempo é teu.

O SR. GERINO XAVIER DA SILVA FILHO (Para expor.) – Boa tarde, Senador Paulo Paim, que agora preside a nossa Mesa substituindo o Senador Eduardo Braga. Boa tarde ao Senador Izalci Lucas, que muito tem nos apoiado nessa trilha do universo do desenvolvimento da tecnologia nacional; ao Senador Carlos Portinho, que saiu há pouco, que é outro que tem se juntado a nós no esforço de colocar o país num radar de desenvolvimento da tecnologia mundial.

Eu presido a Fenainfo, cuja entidade foi fundada em 1990, representa as entidades patronais de TI representando mais de 121 mil empresas; emprega mais de 2 milhões de pessoas. O setor é absolutamente intensivo na contratação de mão de obra, e o nosso segmento paga mais do que o dobro do salário a trabalhadores com o mesmo nível de formação em outros segmentos, chegando, em muitos momentos, a pagar 3,5 vezes mais, como é o caso por exemplo do Porto Digital, em Pernambuco, em que hoje a gente paga 3,4 ou 3,5 vezes mais do que o salário a trabalhadores com o mesmo nível de formação de outros setores.

Quanto à reforma tributária, quero já declarar aqui que todos nós que compomos a direção da Fenainfo somos a favor da reforma, mas aproveitando aí a palavra do Dr. Izalci, não neste texto.

Na realidade, o que ocorre? Como nós somos um setor muito intensivo em mão de obra, nós não temos recuperação de crédito. Na cadeia tributária, nós não temos uma compra de insumos que nos possibilite fazer um crédito adequado. Portanto, em função disso, a nossa contribuição ao imposto pago vai aumentar de oito vírgula alguma coisa para, com muita sorte, 25%. Então, isso é o que tem se posto para o nosso setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, desde que nós começamos a falar de reforma tributária – não há tanto tempo como o Senador Paim, 40 anos, mas há um pouco menos de oito meses –, é recorrente a discussão entre os nossos pares com a seguinte pergunta: o que nós queremos como nação? Veja, nós sofremos uma concorrência internacional absolutamente desigual. Nós formamos mão de obra muito qualificada, e, portanto, muito cara, e perdemos para essa globalização no setor de TI de uma maneira muito fácil. Então, um dos propósitos que nos dá muito trabalho e muito custo é reter nossos talentos. Esse é o primeiro aspecto.

O segundo aspecto é: a gente só faz inovação com talentos, com pessoas bem informadas. As empresas de tecnologia, ao contrário de outros setores, geram emprego. Hoje, nós temos 100 mil vagas para serem ocupadas à espera de pessoas que tenham formação para a gente ocupar esses postos de trabalho. E qual é a nossa dificuldade? A gente não tem velocidade na formação e na demanda. E o que é muito importante deixar claro para os senhores aqui é que o custo de você gerar um posto de trabalho é muito caro quando se trata da indústria de base e de outras indústrias congêneres; na área de tecnologia, esse custo aí é absolutamente zero para o Governo. Nós temos, inclusive, um papel de coadjuvante na formação de mão de obra. E os meninos... Tem um programa, por exemplo, que foi feito junto ao MCTI, em que nós tínhamos 2 mil rapazes e moças de baixa renda, preferencialmente de cor, de baixa renda, de escola pública, com a formação de um ano e meio, e eu acho que mais da metade já está empregada haja vista que tem muito posto de trabalho.

Qual é a nossa maior concorrência? Os nossos países vizinhos. O Uruguai tem oferecido para os nossos empresários a possibilidade de ir para lá para pagar um imposto de 6%. Então, senhores, para mudar uma empresa de tecnologia de Recife, que é a região onde eu moro e atuo como empresário, é uma pastinha. Posso ir para o outro lado do mundo; chegando lá, eu instalo a base, ponho nossos funcionários todos em *home office*, está instalada e a gente está enfrentando uma nova realidade. Mas nós temos discutido frequentemente que não é isso que devemos fazer com o nosso país. A gente está aqui para fazer o desenvolvimento do nosso país. E é preciso que tenhamos compromisso de fazer o desenvolvimento econômico-social.

O setor de tecnologia sofre uma competição internacional, mas não é de empresa para empresa, não são só negócios; é um projeto de nação, é hegemonia política, é questão do poder. Hoje, a maioria das pessoas tem, em suas casas, um monte de equipamentozinhos que compra na China, de automação e tal, e isso está fazendo mineração de dados para o uso, daqui a pouco, dessas informações em inteligência artificial. Quero dizer aos senhores que a China colocou 50 mil alunos para fazer curso de engenharia de *prompt*, que, na realidade, são pessoas que vão trabalhar com inteligência artificial, e a gente precisa ficar preocupado com a questão do que é o projeto de nação que nós queremos.

Com relação à reforma, estamos cônscios de que é boa para o país, é boa para a nação, mas precisa vir conectada ao projeto de nação que nós queremos. Se essa taxa de 25% for imposta às nossas empresas de tecnologia, eu acho que vai ser muito difícil a gente enxergar um desenvolvimento promissor nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, o que nós estamos pleiteando é ficarmos na alíquota especial, a alíquota reduzida de 60%, porque isso dá um equilíbrio. Vamos pagar um pouco mais de imposto do que pagamos hoje, vamos pagar um pouco mais, mas é justo, porque eu acho que todo brasileiro, todo empresário, todo setor tem que dar sua contribuição para o desenvolvimento da nação. Isso é o que nós pretendemos e colocamos aqui no nosso pleito em andanças aqui no Senado Federal.

Quero agradecer aqui ao Senador Carlos Portinho, ao Senador Izalci Lucas e ao Senador Esperidião Amin, que colocaram aqui três emendas que refletem um pouco o que o setor quer. A gente não quer benefício; na realidade, o que a gente quer é equilíbrio tributário. Uma vez que nós não nos vamos creditar o imposto nesta cadeia, para nós, entrar nessa alíquota especial, todos os cálculos apontam, fará com que nós paguemos mais imposto do que pagamos hoje. Não há problema. Agora, não podemos pagar muito mais do que já pagamos, porque isso inviabiliza completamente uma visão estratégica, uma visão consequente que possamos enxergar para a nossa nação.

Muito obrigado. Eu quero deixar um tempo aqui, antes de terminar, para agradecer ao Senador Paulo Paim, companheiro já de muito tempo, e aos Senadores que têm nos apoiado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Viemos de outros tempos, não é? Meus cumprimentos pela fala, Sr. Gerino Xavier da Silva Filho, Presidente da Federação Nacional das Empresas de Informática. Parabéns!

Vamos em frente.

Senador Portinho, seja bem-vindo! Eu estou aqui quebrando um galho do Presidente. (*Risos.*)

Passo a palavra ao Sr. Marcelo Almeida, Relações Governamentais e Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Software, para a sua exposição por dez minutos.

O SR. MARCELO ALMEIDA (Para expor.) – Senador Paulo Paim, muito obrigado pela oportunidade. Agradeço também a presença do Senador Portinho, do Senador Izalci, do Deputado Alexis, do Senador Laércio, do Deputado Hauly. Obrigado pela presença, por nos dar o privilégio da audiência nesta importante data em que nós aqui do setor de tecnologia reforçamos a necessidade de estarmos... (*Pausa.*)

Tem. (*Pausa.*)

Está na área de trabalho.

Peço só a V. Exa. um pouquinho da paciência com o tempo, Senador, só para que eu possa iniciar a minha apresentação ali.

Isso, está aí. Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, agradeço a apresentação, Senador.

Meu nome é Marcelo Almeida, sou da Associação Brasileira das Empresas de Software.

A Abes tem o propósito de construir um Brasil mais desigual... mais digital – perdão – e menos desigual. Perdoem-me; a recíproca nunca será verdadeira. E, para que a gente possa caminhar nessa jornada, a gente pretende sempre democratizar conhecimento, gerar novas oportunidades, melhorar a qualidade de vida do cidadão e sempre batalhar pela inclusão e pela igualdade.

Nessa jornada, a gente também tem como objetivo assegurar um ambiente inovador, dinâmico, ético, sustentável e competitivo. Para isso, a gente conta aí com o apoio de aproximadamente 2 mil empresas; atuamos em 24 estados da Federação e no Distrito Federal; e temos dentro da nossa associação 85% do setor, que movimenta algo em torno de R$92 bilhões.

Todo ano, a Abes, em parceria com o IDC, elabora um estudo em que nós demonstramos para o mercado alguns dados econômicos do mercado de *software*, e estamos trazendo esse estudo exatamente para mostrar a V. Exas. onde estamos e para onde nós vamos com o texto da reforma tributária que está colocado.

A gente trabalha com tecnologia, e às vezes a tecnologia não nos ajuda.

Agora vai.

Pode passar aí para mim, por gentileza.

Bom, o mercado de *software*... A gente tem o mercado de *software*, *hardware* e serviços. O mercado de *hardware* arrecada ICMS; o mercado de *software* e serviços, ISS; e o montante arrecadado é desta ordem: são US$11 milhões. No caso do *software* e no caso de serviços, tem esses percentuais correspondentes a cada um deles. Esse é o panorama contemporâneo com os impostos que estão colocados na nossa realidade tributária dos dias atuais.

Desse mercado, é importante a gente destacar que 93% da participação empresarial correspondem a pequenas empresas e microempreendedores inscritos no Simples. É importante que a gente saiba disso, porque uma das circunstâncias, Senador Paim, que a gente tem dificuldade na reforma é o relacionamento que se estabelece com relação aos diferentes sujeitos que têm diferentes alíquotas e têm diferentes impactos, seja na atuação do mercado econômico, seja na atuação econômica, seja nas relações subjetivas. Uma das coisas que não está clara e é objeto de emenda, Senador Paim, do Senador Jader Barbalho, especialmente... Eu vou mostrar aqui para os senhores que esse mecanismo de relacionamento com quem tem alíquotas diferenciadas não está muito bem orquestrado dentro do texto que vem encaminhado da Câmara para o Senado apreciar. Portanto, trazer essa realidade do microempreendedor e do pequeno empreendedor é um elemento de atenção que precisamos estabelecer com relação ao necessário relacionamento que esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sujeitos que fazem parte de cadeias produtivas demandam sobretudo de agentes que são responsáveis pelos insumos produtivos dessa cadeia econômica representada por esses sujeitos.

Se nós fizermos uma segmentação dos principais usuários de *software*, nós vamos ver aí que serviços e telecom têm uma participação absolutamente preponderante. Nós estamos falando de 32% do mercado de serviços. Portanto, essa realidade segundo a qual a tecnologia da informação incorpora de uma maneira muito ativa a vida das pessoas físicas, das pessoas jurídicas e a vida do produto nacional é absolutamente salutar e precisa de uma atenção especial na reforma tributária.

Quando a gente olha para o mercado, comparando o mercado brasileiro com o resto do mundo, a gente não tem uma boa notícia, Senador Paim. A gente está caindo: de 2020, na nona posição, passamos para a décima segunda em 2021, e agora nós estamos em décimo quarto com relação ao mercado mundial de *software* frente a outros países, liderados hoje pelos Estados Unidos. Portanto, a realidade contemporânea é indicadora de que, na situação que vivemos, nós temos problemas com relação ao desenvolvimento da tecnologia nacional. Frente a outros países do mundo, nós estamos perdendo oportunidades de gerar negócios, de gerar provimentos econômicos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Marcelo...

O SR. MARCELO ALMEIDA – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ele vai me substituir – já acertei com ele –, porque eu já tenho que sair agora.

O SR. MARCELO ALMEIDA – Sem problema. Então, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Ele vai fazer a gentileza de assumir aqui porque eu tenho uma entrevista às 5h30. Mas saio orgulhoso, porque presidi o debate na Comissão.

Um abraço a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Pode seguir.

O SR. MARCELO ALMEIDA – Muito obrigado, Senador Laércio.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ALMEIDA – Não, de forma alguma.

Então, o mercado mundial hoje de *software* revela que nós estamos perdendo posições frente ao mercado mundial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na América Latina não é diferente. Vejam V. Exas. que nós estávamos em primeiro lugar, tendo 37% do mercado, e agora em 2022... Perdão, nós estamos em primeiro lugar tendo 37% do mercado, mas já estivemos em primeiro lugar ocupando 44% do mercado da América Latina. E eu chamo a atenção de V. Exas. porque nós estamos mantendo o primeiro lugar, mas estamos caindo – nós estamos caindo. Em matéria de tecnologia e desenvolvimento, nós estamos caindo. A Argentina, por exemplo, já saiu de quinto lugar e foi para quarto lugar. Então, a gente precisa prestar atenção nessa movimentação para ter um paradigma não só com relação ao Brasil e o resto do mundo, mas também com relação à posição do Brasil na América Latina. Portanto, estamos perdendo posições qualquer que seja o parâmetro mundial em matéria de tecnologia, que, na essência, é transfronteiriça – tecnologia não obedece fronteiras. O dinamismo faz parte do processo de produção e inovação tecnológica. Portanto, se nós não contarmos com um elemento facilitador, nós vamos ter problemas verdadeiramente em matéria de tecnologia no Brasil.

E o paradoxo, Senador Izalci, é que nós somos o quinto lugar em usuários, nós somos o segundo lugar em tempo de uso em aparelhos conectados, nós somos o terceiro lugar em baixar aplicativos para uso – quer dizer, todos nós aqui temos telefones, a maior parte das pessoas têm telefones, *smartphones* e conseguem produzir as suas coisas de casa; telefone passou a ser hoje, contemporaneamente, um dos principais elementos de produção econômica no país –, nós somos o terceiro lugar em acessos no YouTube, nós somos o terceiro lugar em acessos no Instagram. Então, a questão é a seguinte: por que nós estamos caindo se temos esse grau de acessibilidade e alcance dos usuários para poder gerar provimento econômico? Perdemos oportunidades, senhores. Perdemos oportunidades.

E a competitividade no Brasil não é um complicador de que diz respeito tão somente à tecnologia da informação. O Brasil está caindo no *ranking* de competitividade, e, no momento em que nós discutimos uma reforma tributária que faz recair um aspecto de simplicidade – originária, Deputado Hauly. Tenho certeza disso –, cuja simplicidade era a origem da reforma, nós, ao longo da jornada que fomos cumprindo na reforma tributária, na necessidade de fazer o que é possível, a gente traz complexidades e não consegue trazer benefícios para cadeia produtiva.

E aí é importante deixar claro, reforçando o que o Gerino já falou aqui anteriormente, que nós não somos contra uma reforma tributária; a gente é a favor da reforma tributária, só que a gente acha que, nessa jornada, a gente precisa fazer um ajuste de rota, um ajuste de rota que nós já estamos pleiteando aqui e que a gente acha que tem alguns detalhes que verdadeiramente precisam privilegiar, para que a gente possa... Privilegiar não, perdão; mudar, para que a gente possa sair de um cenário em que nós temos demanda, e não somos competitivos, mas que a gente possa usar essa demanda para fazer com que a competitividade nacional, em matéria de tecnologia, seja um motor de uma alavancagem do Brasil, que hoje é desigual e precisa se tornar mais digital.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ALMEIDA – Se nós pegarmos o *ranking* de competitividade da IMD, a realidade também é a mesma: nós continuamos caindo em competitividade. Nós já fomos o 9º em 2020, fomos o 12º em 2021 e agora estamos em 14º lugar. Então, vejam os senhores que nós estamos caindo no *ranking* de produção de *software* no Brasil, estamos caindo no *ranking* de competitividade no cenário comparativo com outros países do mundo, razão pela qual me parece que alguma mudança de rota precisa ser dada.

Especificamente com relação à reforma tributária, a gente tem alguns *players* do mundo que se notabilizam em produzir mecanismos de tecnologia da informação *lato sensu*, que têm um tratamento tributário muito diferente do que está posto no nosso Brasil. Eu trouxe o exemplo da China por uma razão muito simples: nós fazemos parte do Brics; então, peguei um país do Brics para que a gente possa comparar.

Na China, de acordo com esse artigo publicado pelo Dr. Aristóteles, que faz parte de uma iniciativa da Abes, que tem um *think tank* que pensa uma série de elementos fundamentais com relação aos impactos regulatórios, inteligência artificial, Lei Geral de Proteção de Dados... O Dr. Aristóteles é especialista em direito tributário. Ele fez esse levantamento e trouxe para gente: na China, você tem um IVA de 13%; no caso de TI, você tem uma alíquota de 6%, que recai sobre o setor; aqui nós estamos lidando com uma alíquota de 27,5%. Então, nós precisamos...

A ideia de nós trazermos essa diferenciação é que a gente traga reflexão com relação a essas distorções que podem não nos posicionar num cenário de competitividade no mercado mundial, quando, na verdade, nós somos líderes de acessibilidade em matérias de tecnologia.

A ideia, Senador Laércio e demais ouvintes, é que a gente possa trazer o conceito da transversalidade. Falar de transversalidade, em matéria de tecnologia da informação, vai significar o seguinte: qualquer que seja atividade... Aliás, melhor: o desafio é saber qual é a atividade econômica hoje que não conta com qualquer um dos elementos de tecnologia de informação para poder produzir os seus produtos e os seus serviços, Deputado Alexis. Esse é o desafio.

Então, de nada adianta nós falarmos de alíquota diferenciada, alíquota exclusiva, se nós não olharmos para aqueles elementos que são transversais na produção econômica brasileira. Se nós olharmos para a transversalidade das cadeias econômicas brasileiras, nós vamos ver que tecnologia da informação, mercado de *software*, mercado de *hardware*, têm uma posição importante, que merece, Senador Laércio, um olhar diferenciado em matéria de reforma tributária.

Ao final de tudo isso, o importante é nós estabelecermos que a tecnologia precisa estar disponível. Isso quer significar que a gente precisa evitar barreiras para que esses *players* que já existem no mercado hoje possam desenvolver a sua atividade econômica.

A gente precisa, urgentemente, garantir a acessibilidade tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem um problema, Senador Laércio, de letramento digital. A gente está enfrentando isso, a Abes tem mecanismos para enfrentar isso. A gente fornece curso gratuito para as mais variadas pessoas, para que a gente possa verdadeiramente diminuir essa assimetria tecnológica existente no mercado brasileiro. E a gente precisa ter essa compreensão, para que a gente possa, verdadeiramente, trazer uma reforma que seja mais pujante.

Alguns problemas da reforma tributária que eu quero, rapidamente, Senador – para não tomar muito tempo – apontar.

A gente tem um aspecto primeiro. Isso aí não significa prioridade, mas a gente tem complexidades com relação ao pequeno e ao médio empreendedor, e a gente já apontou isso, esses mecanismos relacionais não estão claros na reforma tributária.

O consumidor vai pagar essa conta. Portanto, a gente precisa olhar para os mecanismos que geram menos impacto. A gente concorda com os mecanismos de modificação de paradigmas da reforma tributária, mas a gente tem que olhar as transições e os impactos que vão recair sobre os mais diversos atores da cadeia produtiva.

O aumento da carga tributária, invariavelmente, vai mexer nos setores produtivos. A despeito de nós termos mecanismos de creditamento na cadeia, esses mecanismos também não estão claros, sobretudo quando a gente envolve atores diferentes na cadeia produtiva. E, se nós não tivermos um olhar diferenciado para os aspectos transversais da tecnologia da informação no país, a gente vai perpetuar a competitividade que a gente já vem perdendo ao longo dos anos.

Isso vai acarretar, necessariamente, queda de investimento. A gente vai impactar naqueles que são os maiores provedores de tecnologia no país, que são os micro e pequenos empreendedores, e a gente vai aumentar o custo de acesso de tecnologia.

Portanto, o cenário que está posto precisa ser revisto para olhar para a transversalidade das cadeias produtivas. E que a gente possa ter um cenário mais favorável em matéria de produção de tecnologia da informação.

A verdade é que nós já temos um trabalho feito, já sensibilizamos alguns Senadores: o Senador Jorge Seif, da Emenda 172; o Senador Jader, Emenda 216; Senador Portinho, Emenda 80... É verdade, está aqui, faltou a sua, mas eu já estou fazendo aqui, de viva voz, dizendo que o Senador... Senador Izalci, eu agradeço pela Emenda 237; Senador Esperidião, com a Emenda 121...

Portanto, nós já caminhamos aqui, Senador Laércio, no Senado. Nós somos várias entidades ombreadas: o Gerino, uma das entidades, a Fenainfo está ombreada conosco na Abes, junto com a Brascom, junto com a Cespro... A gente está caminhando aqui, no Senado Federal. Já buscamos esses espaços, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente possa trazer a sensibilidade. A tecnologia da informação, esse caráter transversal precisa ter um olhar diferenciado.

E é isso.

Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui, mas, antes de encerrar, eu gostaria de fazer um convite, a propósito da presença, e agradecer mais uma vez ao Senador Izalci, que nos proporcionou a oportunidade para que, no próximo dia 10 de outubro, nós realizemos, aqui no restaurante do Senado, um café da manhã, em que vamos tratar mais detidamente sobre as questões da reforma tributária e os seus impactos. O Senador Izalci vai estar lá. Senador Portinho, a gente gostaria de saber se pode contar com a sua presença. O Senador Laércio, o Deputado Hauly e o Deputado Alexis também estão convidados para que a gente possa debater esse assunto da reforma tributária e a gente possa verdadeiramente fazer com que o Brasil seja mais digital e menos desigual.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Marcelo Almeida, pela sua exposição. Tenha certeza de que a sua preocupação é a preocupação de muitos Senadores aqui dentro. A gente está muito preocupado com isso. O seu setor construiu um time de Senadores *top* aqui dentro para encaminhar as emendas. Certamente, nós teremos um debate muito qualificado para enfrentar o relatório que virá logo em breve.

Antes de passar a palavra para a Ariane, eu vou conceder a palavra a Gerino, porque ele quer complementar um pouco o que o Marcelo falou.

O SR. GERINO XAVIER DA SILVA FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Eu quero que o senhor venha para esse cordão de Senadores *top* que nos apoiam. Já aproveito aqui para convidá-lo para o café da manhã no dia 10, que foi um gentil esforço do Senador Izalci Lucas, de maneira que a gente possa congregar todos e discutir exaustivamente esse tema para que todo mundo entre na mesma página. Para nós, essa questão de tecnologia é estratégica, coloca o país em outro patamar e a gente não pode sequer pensar em abrir mão de ser menos do que já somos.

Muito obrigado.

A palavra foi pedida para convidar todos os Deputados, Senadores e demais autoridades aqui presentes para o nosso café da manhã, que será aqui no Senado, no restaurante daqui no Senado, café da manhã, às 8h da manhã – muito cedo, mas 8h da manhã – do dia 10.

Muito obrigado a todos. Muito obrigado, Senador. Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu quero conceder a palavra à Sra. Ariane Costa Guimarães, que é Vice-Presidente da Comissão de Tribunais Superiores da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal, para a sua exposição. Por favor, Ariane.

A SRA. ARIANE COSTA GUIMARÃES (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde, Senador Laércio Oliveira. É uma alegria dupla estar aqui nesta assentada, primeiramente, por poder contribuir com perspectivas que temos feito no escritório e também no contexto da OAB e uma série de associações sobre os impactos da reforma tributária tanto do ponto de vista jurídico... Estamos fazendo isso também com apoio de economistas. Fazemos isso por conta do nosso sócio-fundador, que foi o Dr. Ary Oswaldo Mattos Filho, ele foi presidente da CVM e sempre estimulou que essas análises fossem feitas de uma maneira multidisciplinar. E quero dizer também que é uma segunda alegria estar novamente com o Senador Laércio Oliveira. Outro dia, o iPhone me lembrou que acho que faz cinco anos que a Frente Parlamentar de Serviços foi lançada, e V. Exa. estava à frente desse tema. E ficamos muito contentes de tê-lo aqui, ocasionalmente, nesta oportunidade, presidindo esta assentada, porque sabemos da sua sensibilidade em relação ao tema, assim como o Senador Izalci, o Senador Portinho, o Deputado Alexis e também o Deputado Hauly, com quem já temos falado há bastante tempo.

Bom, eu não sei se eu posso passar os eslaides aqui.

Se puder passar para a próxima, por favor. Para a próxima. Exato.

Bom, aqui nós temos alguns dados que são trabalhados no contexto das frentes parlamentares que se dedicam a levantar os impactos da legislação sobre os serviços. E existe aqui uma questão muito relevante, não é? O setor de serviços hoje é responsável por quase 75% do PIB brasileiro, ou seja, todas as atividades de comércio e de indústria necessitam do serviço para que sejam desempenhadas. E aqui o papel não pode ser mais relevante e, portanto, a oportunidade mais do que adequada de se examinar os impactos da reforma tributária sobre o setor.

O setor também é responsável pela maior empregabilidade no Brasil. Nós estamos falando de 70% – isso são dados de 2021 –, o que revela a importância do setor na economia brasileira. Tem também um outro dado, que a Fundação Getúlio Vargas divulgou, que diz que nesse setor, diante de uma série de impactos promovidos pela pandemia e também do nosso cenário econômico mundial, que já foi aqui mencionado pelos outros que me antecederam, hoje existe um dado muito preocupante: mais de 50% do setor de serviço operam sem lucro, ou seja, isso é muito sério, não é?

A legislação brasileira não está adaptada e não é favorável ao desempenho das atividades do setor de serviço. E com a reforma tributária – eu vou mencionar aqui – existe o potencial de esses setores e essas atividades aqui dentro do contexto macro de serviço serem ainda mais afetados e, muitos deles, sofrem o risco de serem inclusive eliminados, do ponto de vista de oferta no cenário brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um outro dado também que é muito importante é que nós estamos falando de uma reforma tributária que busca cinco princípios principais aqui: nós estamos falando de uma reforma tributária que busca simplicidade; estamos falando de uma reforma tributária que busca transparência; estamos falando de uma reforma tributária que busca neutralidade, portanto, a carga tributária sobre o consumo não pode afetar a atividade propriamente dita, ela tem que ser neutra no custo global das atividades desempenhadas; estamos falando de uma reforma tributária que busca justiça social – a Dra. Marina aqui falou muito bem a respeito desse tema –, mas existem peculiaridades que nós precisamos considerar dentro da nossa realidade; e existe também uma preocupação com, agora – uma novidade que se instaura no nosso sistema tributário brasileiro –, o meio ambiente. E há também como conformar essa preocupação dentro aqui de alguns impactos que eu vou mencionar.

Para a questão do setor de serviços – e o Senador Laércio Oliveira é bastante sensível a esse tema, até por isso que apresentou uma emenda em relação ao tema; existem outras duas também sufragando essa posição –, há justamente a criação de um crédito presumido em relação aos custos tidos com a folha de pagamento. Esse instrumento vai viabilizar a concretização, para o setor de serviço, da neutralidade. Sem esse instrumento, nós vamos ter uma sobrecarga insuportável no setor de serviços do IBS e CBS. Portanto, é muito relevante que se atente a essa questão.

Eu vou só falar aqui que existem alguns argumentos contra, dizendo: "não, a reforma tributária tem como premissa permitir o crédito daquilo que foi pago na operação anterior, e aqui nós não estamos diante de um pagamento, porque o empregado não tem o recolhimento de IBS e CBS", isso é verdade. Essa preocupação, no entanto, já foi adotada em outras jurisdições. Estou falando de jurisdições que adotam o IVA, considerando que, muitas vezes – e aqui nós estamos falando do setor de serviços –, o setor de serviços tem uma deficiência de crédito de 43% quando comparado à indústria. Portanto, alguém tem que tomar conta desse valor, que deixa de ser permitido aqui na sequência, de creditamento no contexto de IBS e CBS, do IVA, de maneira macro. Eu estou falando aqui da legislação, por exemplo, francesa, que já considerou esse aspecto e já implementou dentro da sua estrutura esse crédito, esse instrumento aqui de concessão desse valor para as atividades econômicas serem, sim, neutras de fato.

E quando a gente fala especificamente aqui...

Pode passar dois eslaides, por favor.

Quando nós falamos especificamente de atividades que são alcançadas, eu trouxe alguns exemplos aqui só para ilustrar e adicionar a todos aqueles que me antecederam. Quando nós olhamos, por exemplo, o setor de aluguel de veículos, que tem sido um setor bastante alvo de críticas por parte do Governo Federal, de que esse é um setor que não paga tributo, na verdade, nós encomendamos um estudo da Fundação Getúlio Vargas para desmistificar essa narrativa. Isso não é verdade. O setor de locação de veículos paga tributos e contribui significativamente para essa carga tributária. Nós estamos falando aqui de R$20 bilhões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tributos. E o setor recolhe, tanto de forma direta como indireta, ICMS, PIS, Cofins, Imposto de Renda, CSLL e o próprio IPVA.

Nós estamos falando aqui de um setor que emprega 90 mil trabalhadores. E, efetivamente, quase 70% dessa demanda reflete uma preferência pelo uso em detrimento da propriedade. E aqui, Senador, nós estamos diante de uma realidade que seria a concretização do princípio também do sistema tributário implementando preocupações com o meio ambiente. Nós estamos falando aqui de uma tendência de consumo que prefere o uso à propriedade e é um setor que fornece esse tipo de atividade para os consumidores. E isso deve ser considerado, já que a preocupação é usar um instrumento tributário também para implementar políticas que protejam o meio ambiente. E aqui é uma delas.

Estamos falando aqui de 30% do licenciamento total de veículos dentro desse universo, protegido e congregado aqui na associação. E nós estamos falando, claro, de uma redução de poluição e melhoria do trânsito, já que nós temos aqui uma governança profissional em relação à gestão desses veículos diante de todos os malefícios que eles podem causar em toda a questão ambiental. E essa governança é mais bem conduzida de uma forma mais ampla, como acontece aqui no contexto dessa atividade.

Poder passar para o próximo, por favor.

Aqui existe um... Eu trouxe só os dados desse estudo que foi implementado pela Getúlio Vargas. Então, aqui nós estamos falando de aumento de carga tributária de mais de 100%. Outros aqui já mensuraram impactos ainda maiores no setor de serviços, mas, efetivamente, na atividade nós estamos falando aqui desse número.

Estamos falando aqui de uma potencial perda de empregos de 10 mil a 13 mil postos de trabalho, numa atividade que demanda bastante a empregabilidade direta via emprego formal. Estamos falando aqui de uma queda no PIB de R$928 milhões a R$1 bilhão, acima de R$1 bilhão, se essa atividade não tiver o tratamento adequado do ponto de vista da neutralidade. E, claro, diante de tudo isso, nós temos um impacto efetivamente na massa salarial, que também acaba sendo comprometida com o não tratamento adequado do ponto de vista tributário.

Portanto, nesse nicho, nós estamos falando aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ARIANE COSTA GUIMARÃES – ... de algumas sugestões que já foram implementadas, inclusive, pelo Senador Angelo Coronel, no sentido de assegurar um crédito integral ao ativo mobilizado e a permissão daquilo que ainda não foi depreciado no contexto da nova reforma tributária. Isso não está endereçado, imagino que isso será uma preocupação de lei complementar, mas é importante que se coloque aqui o aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há também uma outra questão, que é justamente esse regime específico, assim como já foi concedido para os bens imóveis. A natureza dos bens móveis também exige esse tratamento específico, como bem encampou aqui o Senador Angelo Coronel.

Se puder passar dois estalides. Mais um outro, por favor.

Aqui nós estamos mudando agora de setor, nós vamos falar especificamente aqui da captação, repasse, gestão e administração de recursos. Estamos falando aqui de recursos de serviços de frete e de alimentação, que são aqueles cartões que nós temos hoje para facilitar a mecânica de governança em grandes grupos, que precisam de serviços de baixo valor que efetivamente não transmitem, não transferem esse dinheiro diretamente aos seus empregados e o fazem por intermédio de cartões.

Há uma preocupação aqui específica de que esse setor não esteja contemplado no regime específico que está previsto para serviços financeiros, já que é um setor também regulado pelo Banco Central. Portanto, a sugestão é que haja essa faculdade também para esse grupo.

Estamos falando aqui também de um possível aumento de carga tributária, aí, portanto, mais uma adesão à questão do crédito de folha. E aqui também há outra oportunidade de endereçar esse tema, que dialoga muito com o que esta Casa e o Congresso Nacional, de uma maneira mais recente, vêm enfrentando, que é o tema da inadimplência. Hoje a inadimplência no Brasil é tributada. Então, quando o empresário presta um serviço e não recebe do cliente, ele não recebe do cliente, ele pode colocar isso em perda definitiva, mas ele é tributado. Então, nós pretendemos que na reforma tributária seja considerado esse problema gravíssimo, que gera ônus e compromete a neutralidade. Portanto, a sugestão é de que haja um crédito presumido em relação à inadimplência.

Nós até acreditávamos que o Supremo Tribunal Federal fosse se sensibilizar com a matéria, mas o Supremo entendeu que a questão deveria ser tutelada pela Receita Federal. Mais uma vez não enfrentou... não negou o pleito efetivamente, mas disse que o problema não deveria ser solucionado lá. Então, portanto, aqui é a oportunidade, Senador Laércio, de se considerar esse ponto, que é algo muito diferente do que é tratado no cenário internacional com relação a essas perdas.

Passando para o próximo eslaide, dois outros, por favor.

Estamos falando agora das organizações da sociedade civil. Houve aqui um pleito bem importante, que foi já encampado pela Câmara dos Deputados, que é relacionado à não incidência do Imposto sobre Transmissão Causa *mortis* e Doação sobre as doações que as entidades do terceiro setor recebem. Só que há um problema – e aí um problema jurídico propriamente dito –, porque, enquanto não for editada a lei complementar, essas organizações vão continuar sujeitas ao ITCMD. Então, a ideia aqui é de que seja já de imediato acolhida no texto, para que essas organizações recebam as doações e não sejam tributadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso sensibilizou efetivamente a Câmara, mas aqui há uma questão jurídica que nem sempre é capturada na realidade, no dia a dia dos entes federados – estamos falando aqui dos estados –, para que isso seja concretizado.

Existe outra questão que é a seguinte: existe tratamento de imunidade, que hoje é protegido e está lá na reforma, no texto aprovado na PEC 45, mas se esqueceram exatamente, Senador Izalci, aqui, de algumas entidades. Nós estamos falando de institutos científicos e tecnológicos, que são, na verdade, os institutos e os atores que vão concretizar a educação, tão cara aqui para a nossa sociedade brasileira. Portanto, há uma necessidade de aprimoramento desse texto, porque essas entidades não foram consideradas.

E também aqui uma questão que é bastante cara é justamente a questão do *cashback*. Nós estamos sugerindo a extensão do *cashback* para as organizações: que as organizações que compram materiais também tenham direito ao *cashback* de IBS e CBS que estejam ali carregados naqueles produtos, porque as atividades precisam ser neutras. E aqui nós estamos falando do terceiro setor: efetivamente não é um setor do qual o poder público pode arrecadar e deveria, do ponto de vista moral inclusive, arrecadar recurso já que é um setor que está ao lado do Estado diante da impossibilidade de o Estado concretizar as políticas públicas que a nossa Constituição e a legislação estabelecem.

E, por fim, eu gostaria só de relembrar que aqui há uma oportunidade e uma inovação que é usar o sistema tributário como um instrumento para a concretização de política pública em defesa do meio ambiente. E nós temos duas oportunidades aqui de aprimoramento. A primeira delas é que o Fundo de Desenvolvimento Regional tenha como foco principal as atividades que tenham relação com a bioinovação e a bioeconomia. Essas duas atividades são atividades que congregam tanto o desenvolvimento econômico quanto também a proteção ambiental. Então, aqui, nesse texto, nós estamos sugerindo esse aprimoramento, inclusive aproveitando o avanço que vem sendo implementado no Ministério da Fazenda e também no Ministério de Minas e Energia, com relação ao tratamento da economia verde.

E o segundo aspecto que aqui nós mencionamos é com relação à Zona Franca de Manaus. Há uma preocupação muito grande com que critérios vão ser exigidos agora para que quem está na Zona Franca possa usufruir e desempenhar suas atividades. E aqui a ideia é implementar esse requisito de que essas atividades estejam relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias e produtos também relacionados à bioindústria e à bioinovação. Nós estamos diante de um cenário internacional em que o Brasil tem condições, como nenhuma outra nação, de implementar essas duas atividades de uma maneira muito protagonista no cenário internacional.

Portanto, a ideia é aproveitar este momento e concretizar a preocupação que a reforma tributária tem de ser um instrumento para a concretização de uma política pública de proteção ao meio ambiente efetiva.

Então, são essas considerações.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço à Ariane a exposição que ela faz.

E, depois de Ariane, a gente encerra a participação dos expositores.

Vamos ouvir agora os nossos Senadores e Deputados aqui presentes.

Por ordem de inscrição, quem pediu foi o Senador Izalci.

Eu, com muita honra, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, a gente estava participando aqui e, concomitante, na CAE – ao mesmo tempo – sobre a questão da reforma.

Já foram ouvidos vários setores, mas eu fico impressionado com o discurso e a prática: o grande problema que a gente enfrenta hoje, em nível de Governo, é a desconfiança que nós temos com o Governo, porque ele faz um discurso bonito, mas, na prática, não age da forma como vem no discurso. Está aí o déficit zero do arcabouço fiscal. Acabamos de pagar o arcabouço fiscal, e já vai furar ou vai mudar...

Agora, vou falar em simplificação, que é um dos objetivos principais da reforma. Nós aprovamos aqui a Lei Complementar 199, de autoria do Senador Efraim, que exatamente trata da simplificação das obrigações acessórias. Vocês sabem que eu sou contador de formação. A gente fica escravo do Governo, prestando serviço de graça, e não tem reconhecimento nenhum. Mas, de qualquer forma, olha só o que foi vetado, o que nós aprovamos e já foi vetado: nota fiscal eletrônica – foi vetada –; instituição da declaração fiscal digital Brasil; instituição do registro cadastral unificado – foi vetado isso aqui –; o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou o que vai substituí-lo, a identidade cadastral também, que seja única, suficiente para identificar a pessoa jurídica. Tem vários aqui. Eu posso citar aqui. Eu estou falando do art. 1º, que tem uns cinco vetos; o art. 3º, que também tem dois vetos; o art. 6º, que também tem veto; o art. 8º; o art. 10; tudo quanto à simplificação. Então, quer dizer, é só olhar aí os objetivos da reforma; o principal deles é a simplificação. Então, isso não tem nada de impacto orçamentário. "Ah, mas a receita diz que vai precisar mudar o sistema." Cara, estão implementando aí um turbo 5.0 de arrecadação, é o que está sendo colocado aqui. Sem falar que o Governo é totalmente analógico. Só com a implementação do serviço digital, porque a tecnologia tem esse papel, nós já economizaríamos na saúde, por exemplo, no mínimo aí 20%, 30%, se tivesse controle, porque não tem controle nem de estoque de medicamento em lugar nenhum.

Então, eu fico vendo aqui a área de tecnologia... Eu vim agora de um congresso em São Paulo, do 18º Congresso Internacional de Inovação. Eu saí orgulhoso, porque fui muito homenageado, porque a gente botou a inovação na Constituição, o marco de ciência e tecnologia, o FNDCT, que agora tem 10 bilhões para investimento; saí bacana, mas muito preocupado, porque a inovação agora é diária. O Brasil tem uma capacidade imensa de inovar, criatividade, mas não tem mão de obra. Se hoje o Porto Digital está pagando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3,5, nos próximos meses vai ter que pagar 10, porque está concorrendo agora com a economia global e não temos formação nenhuma. Então, quanto ao distanciamento entre as pessoas que menos têm poder aquisitivo com aquelas que podem pagar, que são poucas, a distância vai aumentando cada vez mais.

Aí você cria um parque. O Brasil ainda está muito atrás. Em 2004, eu lancei aqui o Parque Capital Digital, que até hoje está patinando, mas lá em Santa Catarina e no Porto Digital já avançaram bem, mas só avançaram em função dos incentivos, porque é o que foi dito aqui: se você quiser montar uma empresa hoje e contratar todo mundo de fora, você faz isso. Então, quer dizer... E aí a gente quer tributar, quer colocar mais imposto.

Quando se fala em meio ambiente – eu estava comentando aqui com o Portinho –, essa questão que foi colocada de meio ambiente não é para proteger o meio ambiente, mas para ter justificativa para arrecadar mais usando o meio ambiente como argumento, é assim que funciona no Brasil.

Então, superpreocupado, é evidente. Na área de serviço, profissionais liberais vão acabar, a não ser que mude aí o sistema. "Ah, não, mas você vai poder aproveitar o crédito." Que crédito? O consumidor já não consegue nem comer. Estão aí 90% nas apresentações que... Agora, eu vi na apresentação, mas tem outras apresentações, em que, se, em 90%, fosse alíquota única, não tinham que pagar nada. Por quê? Não é porque... É porque ganham muito mal, as pessoas mal conseguem comer no Brasil.

Então, está aí. Nós estamos falando em IVA. Já está rodando aí, já estão aprovando lá na Câmara vários meios de tributação, coisas, inclusive, do passado; querem cobrar o que já foi sacado. Mas vem aí a reforma do Imposto de Renda, que ninguém vai achar que se vai reduzir; a tributação de dividendos, de distribuição de lucro; tributar juros de capital próprio. O cara: "Não, tem que ir lá ao banco e pagar 400% do cartão de crédito". Não dá para você aproveitar o recurso próprio; você tem que ir lá buscar, sem falar no patrimônio. Quer dizer, nós vamos pagar para trabalhar. Quem quiser empreender no Brasil tem que pagar. Então, é preocupante, muito preocupante.

Eu sei a importância disso para a indústria, que está sucateada – nós estamos com um problema sério na indústria –, mas o Governo precisava reduzir despesa, e não se fala nisso, só se fala em criar mais ministério, em mais coisa. Há vários ministérios fazendo a mesma coisa; não tem integração nenhuma, não tem informatização nenhuma, não tem controle de nada. Então, fica difícil você...

Eu discuti... Eu estava com o Hauly, há 40 anos, sei lá, 30 anos – eu, 20; ele, 40 –, na Câmara, discutindo essa reforma tributária. Todo mundo é favorável, ninguém é contra a reforma tributária, mas depende do texto. Nesse texto que está aí, se não for muito alterado, vamos ter dificuldade, a não ser que se passe o trator aqui. Eu vi, lá na Câmara: à meia-noite e meia, você tinha um relatório; depois da meia-noite e meia até uma e meia da manhã – eu acompanhei –, você tinha um relatório completamente diferente.

Então, a gente tem que ter muito cuidado aí para a gente não cometer aí... e depois se arrepender, além do que, durante dez anos, em termos de simplificação, nós vamos continuar fazendo o que estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo, e há mais o complicador da inovação. Então, é só para alertar. E, daqui a dez anos, você sabe o que pode acontecer, não é?

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu quero, de imediato, passar a palavra para o Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Todos querem uma reforma tributária que simplifique e que reduza a carga. Assim essa reforma tributária nasceu. Hoje, a gente discute uma reforma tributária em que, durante dez anos, haverá dois sistemas – meu amigo aqui, Senador, que é contador, sabe muito bem a complexidade disso –, e não se fala mais em redução. A gente já está até – até – se conformando com neutralidade, que é o termo do momento.

É lógico que todos os setores, diante desse quadro, todos os setores... E a oportunidade está sendo dada aqui no Senado. O Senado tem a chance de salvar essa reforma tributária, eu tenho repetido isso várias vezes, porque aqui os setores estão sendo ouvidos. Se tivesse sido um pouco melhor mastigado, talvez o que sobrasse aqui para o Senado fosse um trabalho menor. Essa participação... É a democracia participativa, é isso. A gente tem que ouvir. Ouvi a imprensa comemorando, alguns Deputados comemorando, mas, com todo respeito, eu perguntava: "Mas você está comemorando o quê? Você vai pagar quanto de imposto?". Ninguém sabe. Até hoje a gente não sabe qual é a alíquota base. Fala-se em 25%; sabemos que não será – vi algumas projeções com 25%; lamento, não será. Escutei, vi, no estudo do Ipea, 33%. Aí, numa conta de chegada, porque é tudo meio empírico, eu já estava pensando em 27%. Esta semana, num debate na Alerj – porque isso também está motivando debates nos estados –, o Secretário de Fazenda do Rio falou: "Ó, eu não quero ser pessimista, não, mas no meu cálculo pessoal são 39%".

E a capacidade contributiva? O cidadão tem condições de pagar? Ele acreditou na simplificação e na redução; já se fala em neutralidade e já se fala em aumento? Tem condição de pagar? Aguenta? Porque ainda tem o Imposto de Renda, ainda tem o IPTU, ainda tem o IPVA do seu veículo, ainda tem os encargos financeiros de quem mantém uma conta corrente, ainda tem o IOF. Não cabe, gente! A gente vai chegar à era do Robin Hood daqui a pouco, porque não tem condição de o cidadão arcar.

E todos os setores estão certos, porque, diante de uma reforma tributária que não venha mastigada e que aqui a gente está mastigando, é lógico que todo mundo, todos os setores da economia, que estão muito preocupados, têm que se posicionar buscando as exceções.

Então, assim... Eu entendo o Senador Eduardo Braga, o esforço hercúleo – ele está exausto, dá para ver na cara dele –, porque ele está fazendo um trabalho de ouvir e de entender, mas eu aqui, lendo pensamento, estou vendo que ele não vai ter muito espaço, não. Se ele pudesse, ele faria – ele já disse isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas vezes – uma alíquota padrão para todo mundo. Ora, se a alíquota padrão fosse aquela que roda aí o mundo, de 13%, 15%, 17%, talvez até fosse melhor, mas a gente está falando de 25%, 27%, 33%, 39%.

E aí, como não falar em exceções? Por exemplo, qual é a lógica, então – a gente tem que buscar –; qual vai ser a lógica que vai guiar as exceções? Não é quem pediu primeiro, infelizmente; também não é porque eu tenho direito, porque eu emprego, porque... Qual é a lógica? Eu não sei qual é a lógica. E o Relator vai ter que buscar a sua lógica. Eu tenho a minha, e vocês aqui confirmaram que a minha lógica me parece uma lógica do bom senso. Quem é que tem que ter exceção? Serviços que são essenciais, necessários e quem gera emprego. Porque a gente quer é gerar emprego. Não adianta só tributar, diminuir a atividade econômica e não gerar emprego. Você vai tributar numa base menor e vai ter um problema social gigantesco. Então, na minha lógica – e é o que está guiando todas as minhas emendas –, são os setores que eu considero necessários, fundamentais ou os setores que geram emprego.

Mas o que é isso? Acho que aqui se resumem bem as emendas que eu apresentei com outros colegas – Senador Izalci, Senador Esperidião Amin e tantos outros –: concessões. Porque não é só transporte público que tem que estar na exceção. Concessões. Porque o pobre vai pagar alíquota cheia da conta de energia da rodovia que usa, do saneamento? Ele vai conseguir pagar 30% de IVA sobre o serviço de energia? Porque é lógico que vai ser repassado, porque quem paga a conta não foi ouvido no processo da Câmara. E, aliás, ele está muito distante até aqui do Senado. Quero fazer aqui o registro: nenhuma associação de defesa do consumidor se habilitou ou procurou nenhum Senador até o momento; nenhum sindicato – que está aí cobrando imposto sindical de novo – veio aqui para dizer qual é o impacto da reforma tributária sobre o emprego e sobre o que ele vai pagar de imposto. Mas a gente aqui, os Senadores, nós estamos fazendo esse esforço, porque nos cabe como representantes dos nossos estados e dos eleitores que nos elegeram. Então, os serviços concessionados, que, ali ás, são uma obrigação do Estado, têm que estar, sim, em algum regime especial, porque ou o cara vai pagar 39%, 33% de IVA na cabeça, ou pelo menos na energia ele vai pagar 15%, vai pagar 17%.

O serviço de tecnologia é essencial, a não ser que a gente queira voltar à era da carroça, ficar atrás de todos os países na evolução tecnológica, porque a gente vive a era digital. Não tem um serviço, uma indústria que possa prescindir da tecnologia hoje em dia. Então, o setor de educação, muito bem, esteve aqui... Isso era um problema da PEC 110, do meu querido Senador Roberto Rocha, que resolveu a indústria, como está resolvido no 45, mas persiste o problema no setor de serviços e comércio, porque o cobertor é curto; alguém vai pagar a conta. Esteve aqui o setor de educação e falou: "Opa, espera aí! Com essa alíquota especial aí, ou seja, a redução de 60%, Izalci, o.k., vai ser neutro. Pelo menos mantém isso". Aí eu perguntei: "Mas e se o setor de tecnologia for pagar 189% a mais?" – que foi um dos estudos que eu recebi. "Ah, eu vou ter que repassar para o consumidor." "Ah, mas você vai poder se creditar!" E nos investimentos? E a gente entrando na era da inteligência artificial, da tecnologia *blockchain*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando nisso, Senador Izalci, você colocou que os governos, os nossos governos – prefeituras, estados e o Governo Federal – estão muito atrasados nisso; você falou aqui da área da saúde, do controle de estoque de remédios. A gente tem que entrar na tecnologia *blockchain*, mas como é que você vai fazer esse investimento se ele vai custar 39% ou sei lá quanto para você? Isso vai replicar no consumidor. Pode ser que o setor da educação seja neutro, mas o investimento que ele precisa fazer em tecnologia... Imagina, numa universidade privada de Medicina, por exemplo, que está na vanguarda – tem que estar na vanguarda – da área tecnológica, os *softwares* que são usados; o serviço de TI do consumidor pessoa física em casa – porque ele precisa ter serviço de TI; é o cara que cuida do computador. Esse não se vai creditar. O serviço dele vai ter 189% de aumento ou ele vai abandonar a tecnologia? Então, a gente precisa realmente, infelizmente, de pensar em exceções, a não ser que digam que alíquota padrão geral é 15%, 17% talvez; agora, 29%, 30%, 27% não dá! É melhor você ter exceções sobre o que é essencial, porque o impacto da inflação vai ser imediato.

Por exemplo – outra emenda minha –, sociedades profissionais regulamentadas: advogados, arquitetos, contadores, representantes comerciais, pessoal da consultoria, assessoramento e etc. O advogado hoje que cobra R$100, se amanhã ele for pagar, supondo, o IVA de 27%, vocês juram que acham que ele vai fazer a conta de que eu pagava X eu vou diminuir de quanto? Ele vai meter 27% na cabeça! Isso vai ser uma inflação natural. Isso aqui é Brasil, gente! Então, essas atividades regulamentadas... Lógico, porque a esposa que perdeu o marido e que vai contratar um advogado para fazer o seu inventário não vai se creditar de nada. "Ah, mas 93% das empresas são do Simples! O Simples está fora." Está fora, mas ele vai perder mercado para as outras empresas em que a creditação é maior?

Olha, eu estou... É muito difícil. Ninguém acha que é fácil. É difícil mesmo essa reforma tributária. É por isso que a gente discute há muitas décadas. É por isso que a gente avança um pouquinho, parece que a gente está quase lá, mas ainda tem caminho pela frente. E eu acho que o tema ainda não está nada maduro para uma aprovação este ano da reforma. Pode ser a nossa intenção. Ou pode ser o nosso – não meu, não do Izalci, mas de alguns – descompromisso, porque uma reforma que vai demorar dez anos e até cinquenta anos... A gente não está nem vendo, Senador Laércio, o final disso tudo. E quantas legislaturas vai haver depois? Só nesses dez anos são três legislaturas praticamente. Quantas vezes a gente vai mexer nessa reforma tributária? Então, isso gera um descompromisso no Parlamentar, porque ele quer o quê? Dizer que aprovou uma reforma tributária. Não vai ser aquela; vai ter outras três legislaturas – depois entra outra, e muda tudo de novo, não é?

Então, quero aqui ressaltar a complexidade do tema, o esforço hercúleo do nosso Relator Eduardo Braga, parabenizar o Senado, que está ouvindo os setores, e os setores que se têm feito representar aqui, trazendo simulações – certas, erradas, isso aí faz parte, é a nossa discussão –, mas eu estou muito preocupado é com a tal da alíquota, porque a capacidade contributiva tem um limite.

Muito obrigado a todos que participaram e trouxeram mais elementos, mais dados e contribuíram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado, Senador Portinho.

Eu queria passar a palavra para o Deputado Federal Alexis Fonteyne; depois, ao Deputado Hauly.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (Para expor.) – Senador Laércio Oliveira, muito obrigado.

Acompanhei muito bem a apresentação de vários aqui, mas eu queria colocar algumas questões conceituais que eu acho importantes para todos os setores, porque a gente vem assistindo às várias audiências públicas, e todos os setores apresentam a sua posição.

A primeira questão conceitual é que a carga tributária é do tamanho do Estado brasileiro – mais o déficit. Então, a grande discussão que a gente tem que fazer aqui é que não é na reforma tributária que a gente vai diminuir a carga tributária; é na reforma administrativa. Na reforma tributária nós vamos definir quem é que vai pagar a carga tributária e como ela vai ser paga – está certo? –, de forma mais simples, mais transparente, mais equânime e de forma mais neutra, mas a pergunta é: quem é que vai pagar a carga tributária do Brasil?

Eu vi o setor de concessão, vi o de *software*, vi cartórios... A Ariane falou de cinco setores diferentes: tem a ABBI, serviços, tudo mais e tal. Aí, toda vez que alguém apresenta uma exceção... A concessionária falou assim: "a gente tem uma carga de oito e alguma coisa", mas é nessa mesma rodovia que passa um caminhão que paga 50% de carga tributária. Faz sentido isso? Quer dizer, faz sentido um setor pagar menos, se a conta vai ter que ser jogada para outro? Porque o cobertor é do tamanho do Estado brasileiro. Quer dizer, cada vez que alguém pede alguma coisa, a pergunta que eu faço e a pergunta que eu vou fazer para cada um dos setores que falaram aqui é: quem é que vai pagar a conta que vocês não querem pagar porque vocês querem um tratamento diferenciado?

Então... Cartório. Com o cartório eu fiquei até mais chocado: de 3% e 5%, mas eu acho que esqueceram de botar PIS e Cofins. Se o cartório paga 3% e não paga PIS e Cofins, então, estou mais chocado ainda, porque vocês não pagam nada, está certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXIS FONTEYNE – Não, tudo bem. Estou só colocando aqui.

De novo, se cartório para 3% e 5% de carga tributária sobre o consumo, eu pergunto: quem é que paga? É o sabonete? É a escova de dentes? É a bicicleta? É o pneu? Alguém vai ter que pagar.

E é esse desequilíbrio que o Brasil não pode ter mais. A gente, todos, cada um de nós.... Foi muito bem colocado pelo Marcelo, Presidente da associação... O Marcelo é ótimo, porque ele mostra, de um lado, o *hardware*, pagando 56%, e, do outro lado, o *software*, pagando – não lembro mais a alíquota – vinte e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos por cento. Bom, soma, divide por dois; nós vamos chegar a 27% – não é? –, que é a alíquota de que nós estamos falando.

Então, não faz sentido nenhum, na minha opinião, a gente começar a querer pleitear. Eu entendo o interesse de cada um aqui e eu entendo que é legítimo que cada um esteja defendendo o seu setor, mas a gente tem que olhar para o Brasil. Não vai existir um Brasil só com um setor, sei lá, de *hardware*, de *software*, de concessionárias ou de saneamento básico.

Dizem: "Não, o saneamento não vai pagar nenhum imposto". É importante? É importante. Aliás, tudo é importante aqui; nada aqui é dispensável, está certo? Então, quando você fala que um não vai, o outro vai acabar pagando.

Eu acho que a gente tem que prestar muita atenção na apresentação do Eduardo Fleury. Essa é a apresentação das mais preciosas que foi apresentada hoje, nos últimos dias, nas audiências públicas, porque ele mostra que, quando você quer baixar a alíquota, automaticamente a alíquota já ficou maior, porque você acaba pegando 60% de uma alíquota maior, porque agora nós temos que subir essa alíquota para 27, 28, 29, ele fala em 33... É absurdo isso, é loucura! Mas isso, essa alíquota grande, ela está vindo das exceções, não está vindo do Estado brasileiro, que já está lá, já custa aquela coisa.

A Ariane falou uma – e eu conheço a turma do serviço –, mas, Ariane, se for dar crédito de folha, o que é que vai agregar valor? Quer dizer, só o lucro da empresa? Porque a empresa compra uma peça; se ela vender a mesma peça pelo mesmo preço, ela agregou zero de valor; e aí, simplesmente, a folha ainda vai dar crédito, ou seja, não agrega valor. E aí, se a gente quiser ter crédito de folha, a alíquota singular não vai ser de 30%, vai ser de 60%. Porque o grande valor, a agregação das empresas, é justamente a hora-homem, que é agregada na manufatura, na prestação de serviço, naquele ser humano que gera riqueza. Porque uma barra de ferro, esse computador aqui sozinho, parado, não geram riqueza. O único ser que gera riqueza somos nós, humanos. Aí, se eu vou dar crédito da folha, o que sobrou para dar crédito? Só o lucro que a empresa vai ter. E aí, a base ficou desse tamanho, e a alíquota é absurdamente grande.

Então, eu acho que a gente tem que refletir... E agora eu posso falar assim, com muita tranquilidade, porque eu não tenho mais indústria, eu não tenho mais serviço, está certo? Vendi minha empresa. Eu falo como um cidadão brasileiro. Todos nós temos que nos vestir com a camisa brasileira e falar: "Não dá para eu querer a minha exceção e falar que alguém da sociedade vai pagar a conta". E quem... Quer dizer, acho que ninguém vai querer responder a minha pergunta de "se eu pago menos, quem é que vai pagar a minha conta?'. Porque aí o cara da conta vai querer brigar com você, está certo? Mas essa é uma realidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXIS FONTEYNE – Izalci, lógico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – Qual é o Estado que nós queremos? Nós vamos cobrar 40, 50 para bancar um Estado inoperante, analógico, incompetente? Porque dos impostos que nós pagamos, nós não temos nada de volta. Você quer uma educação, você tem que pagar de novo. Você quer um plano de saúde, você tem que pagar de novo. Você quer segurança, tem que pagar de novo. Então, vamos suspender a reforma tributária para botar primeiro o Estado. O que nós queremos no nosso Estado? Aí, sim, esse Estado que nós queremos, quanto é que vai custar? Aí, sim, vamos discutir isso. Agora, discutir uma reforma tributária com a alíquota da forma como está sendo colocada, sem saber qual é a despesa disso, qual é o custo desse Estado, sabendo que esse Governo que está aí só vai aumentando? Agora, um déficit de 163 bilhões, com o orçamento já aqui, com um déficit de previsão zero... Que brincadeira é essa? É só no papel que a gente...

Então, com todo respeito, até porque eu respeito muito tanto o Hauly como o Deputado, com quem a gente trabalhou muito já na Câmara. Mas eu digo o seguinte: não dá para manter esse Estado do jeito que está. E aprovar uma reforma sem saber qual é o Estado que nós queremos, também é... Desculpa a intervenção, mas essa é a minha indignação.

Eu vou dizer isso como contador. Eu sempre exigi que todos os meus clientes, quando eu fui contador – eu estou lá há não sei quantos anos, só me afastei para vir para a vida pública –, sempre exigi que eles pagassem corretamente, em dia, que não sonegassem nada; sempre fui assim. Aí chego aqui, para minha surpresa, "vamos para Comissão Mista do Orçamento". Cara, é uma esculhambação! As pessoas gastam o dinheiro da viúva, vamos dizer assim. Vão gastando com tudo, não têm nada de controle. Tem 20 anos que eu estou nisto: tentando entender como é que é gasto o nosso dinheiro, com muito sacrifício.

Eu sei o que é – vocês também sabem, todos aqui sabemos – pagar o salário no quinto dia útil, o que é pagar o imposto em dia. Como foi dito aqui... Eu já peguei uma época em que você tinha 90 dias para pagar o ICMS. Depois, baixou para 60. Agora você paga antecipado. Você não recebe; paga o imposto... Cara, é um desabafo. Há 20 anos eu venho falando isso.

Cadê o Código de Defesa do Contribuinte? Por que não se vota esse código? Por que o Carf agora... O Ministro da Fazenda disse agora, "o Carf é mais ou menos assim: tem quatro auditores fiscais de um lado e quatro detentos do outro". Isso foi o Ministro da Fazenda que disse. E já tem uma previsão de arrecadar 80 bilhões com essa mudança de Carf.

Então, pelo amor de Deus, ou a gente moraliza esse Governo, o Estado que nós queremos... Mas querer jogar uma reforma, com uma alíquota desse tamanho, para pagar a conta do que a gente vê todo dia, é brincadeira. Desculpem o desabafo, mas eu não posso deixar de falar essas coisas aqui.

O SR. ALEXIS FONTEYNE – Só para completar. O Izalci, como contador, seria a pessoa que tinha que operar o sistema. Ele sabe exatamente a loucura, a insanidade que é e a insegurança jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que o nosso sistema novo – o sistema tributário que nós merecemos e de que precisamos muito –, de novo, dê segurança jurídica, seja simples, acessível, intuitivo, não tenha pegadinhas, seja fácil de entender; e que todo mundo possa pagar a conta, de modo que a conta seja menor para todo mundo.

Muito obrigado.

Eu vou ter que sair, porque eu tenho um voo agora, mas agradeço muito o espaço, Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Bem, obrigado, Alexis.

Antes de passar a palavra para o Hauly, eu queria registrar daqui a presença do Deputado Estadual Neto Batalha, meu correligionário lá de Sergipe, que está acompanhado da sua esposa, visitando aqui a gente – muito prazer em recebê-los aqui na nossa CCJ, nesta audiência. Muito bem-vindos.

Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODEMOS - PR. Para expor.) – Meu querido Senador Laércio, querido companheiro de Congresso, de tantos anos; querido amigo Izalci; caríssimo Senador Carlos Portinho – tivemos a honra de ouvi-lo aqui, há pouco; o Alexis também –; ilustres convidados aqui de hoje; as duas meninas aí, uma defendendo com ardor, como sempre – a Marina –, o IVA, e a nossa Ariane, que está colocando as suas ponderações dentro da sua perspectiva, do escritório do grande e querido amigo Ari Oswaldo Mattos Filho, que tive a honra de conhecer quando cheguei ao Congresso, na década de 90...

Meu caro Laércio, a minha intervenção é no sentido de um olhar global para a economia brasileira. O sistema tributário nos países é a peça central do motor da economia, e a economia de mercado existe para abastecer a população. Por sua vez, a população é dona da economia de mercado e funcionária da economia de mercado. Então, ambas existem para a edificação da civilização, dar subsistência à civilização, e exigem impostos para manutenção da previdência, da educação pública, da saúde pública.

Então, diante dessa perspectiva, os países adotaram três bases tributárias clássicas: tributação do patrimônio das pessoas e empresas – essa arrecadação no Brasil é baixíssima, não chega a 5% dos 100% arrecadados –; a tributação das rendas e proventos de qualquer natureza, que no Brasil, pessoa jurídica, física e CSLL não chegam a 21% do PIB...

Infelizmente, nos últimos 50 anos, pois esse modelo tributário nasceu na EC 18, de 1965, de ponta cabeça, concentrou a carga tributária no consumo, 75% da carga tributária está sobre os preços, folha e os impostos de consumo – ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins. E os cinco piores tributos são esses que estão na base do IVA, que vai se chamar IBS e CBS, que é uma mera divisão administrativa. Eles não são dois impostos, é um imposto, uma lei só, um texto constitucional, uma lei complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que ele vai tributar no consumo, já que, para diminuir a carga tributária do consumo, precisa aumentar o Imposto de Renda? Tem o Congresso capacidade de aumentar o Imposto de Renda a curto prazo para diminuir a carga tributária do consumo? Podemos aumentar... A pessoa jurídica? É possível aumentar o Imposto de Renda da pessoa jurídica mais do que já tem hoje? Eu não vejo possibilidade. Você tem capacidade política aqui de aumentar o Imposto de Renda da pessoa física? Eu não vejo capacidade, não vejo, com toda a honestidade, com meus 50 anos de vida pública, 36 anos estudando essa matéria tributária.

O que eu aprendi? Por que foi inventado o IVA e o Brasil não adotou o IVA, mas resolveu fracionar a base do consumo em uma dezena de tributos pequenos, pendurados, ineficientes, concorrentes? Ora, a base do consumo é uma só de bens e serviços, tanto é verdade que o PIB, quando é calculado pelo IBGE, calcula a produção, é a soma da produção de todos os bens e serviços. Então, bens e serviços são uma coisa só. Não existe produção rural sem serviço. E não existe indústria sem serviço. E não existe comércio sem serviço e serviços sem os bens. Eles estão unificados numa só base.

"Ah, mas o meu setor"... Com todo o respeito, o consumidor é um só, são as famílias brasileiras. Ela que paga toda essa conta dos 75% da arrecadação, que dá 25% do PIB. E aqui nós estamos tratando de cinco tributos, que representam 40% da arrecadação – o ISS, ICMS, IPI, PIS, Cofins, que dá 13% do PIB. Só que hoje, Laércio, o povo brasileiro está pagando não 13, mas 19,5% de impostos, que não chegam aos cofres da União.

Tem aí, nesses cinco impostos, calculados por mim, 350 bilhões de renúncia fiscal. Ou você acha que quando você dá um incentivo fiscal para a empresa, ela tira do preço? Eu não vi ainda empresário bom samaritano.

Segundo, a inadimplência desses cinco tributos é de 200 bilhões por ano. Como disse alguém aqui, ele está cobrado. Só que é o contrário do que você falou: ele cobra e não paga. É diferente de quando ele antecipa o pagamento e não recebe, que é uma coisa, uma fração mínima. Só que a dívida ativa está em R$4,5 trilhões, a receber das empresas que declararam e não pagaram. O contencioso administrativo e judicial está em 7,5 trilhões, segundo o Insper. As renúncias fiscais totais: 650 bilhões; o custo burocrático, de 100 a 200 bilhões. Sonegação: 800 bilhões. Como você enxuga o sistema tributário, que é muito maior do que o gasto do Orçamento da União?

Esse ano, só a Previdência vai pagar R$1 trilhão para 40 milhões de aposentados: 10% do PIB. Então, olha a responsabilidade. Mais o SUS, mais os outros setores. Então, eu estou dizendo que é mais importante para o país consertar o sistema tributário do que qualquer outra coisa que estamos fazendo no Congresso, porque temos que eliminar a inadimplência, acabar com a guerra fiscal, tem que acabar com o custo burocrático e combater a sonegação. Esses custos de economia de mercado... O Brasil tem a mais fraudulenta economia de mercado do mundo! Só sobrevivem aqui aqueles que conseguem ser espertos, ter benefício fiscal, declarar o imposto e não pagar, ou ir para a justiça, ou um recurso administrativo para postergar o pagamento. Então, não tem como você conduzir a economia. Por isso que o Brasil não cresce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil chegou a atingir crescimento de 6,3% durante 50 anos, e caiu para 2%, nos últimos 10 anos, para zero. Não tem futuro. Vocês empresários não têm futuro nesse sistema tributário. No novo modelo, todos vão ficar ricos. O Brasil dobra o PIB a cada 15 anos. Nesse modelo, leva 50 anos. Nós já perdemos de ter um PIB três vezes maior.

Setores. A cada setor que você der redução de impostos... São 100 mil itens, Izalci. Você vai ter que escolher, dos 100 mil itens, de qual que você quer reduzir o imposto, e recalibrar nos 90 mil. Se você diminuir de 10 mil itens o imposto, tem que recalibrar. A alíquota média sempre será 25%. Sempre será 25%, porque ela pode chegar a 30... Se você zerar todos os itens que estão querendo zerar, vai continuar com a geladeira a 50%, o carro a 45%. Não tem almoço grátis. Estou dizendo de coração. Não sou Governo; não tenho nada a ver com este Governo aí, você sabe disso. Não tenho nada. Só o que temos em comum é que estamos apoiando a reforma.

Então, tem que haver o bom senso com vocês também, dos setores. PJ com PJ não paga imposto. Desculpe-me dizer. Quem fala que paga imposto, não paga. Nós vamos deixar zero de imposto para as empresas de advocacia, zero para toda tecnologia, zero para as elétricas, porque quem paga o imposto é o consumidor final. Lá na ponta, eu sei que é difícil cobrar do pedágio mais do que cobra hoje, mas nós vamos ter que fazer uma conta de chegar nisso: o prestador de serviço para a pessoa física. Isso sim.

É diferente de diminuir alíquota de PJ para PJ. Aí se está reivindicando o quê? PJ com PJ, o crédito é zerado. O modelo de cobrança não tem mais declaratório. O crédito, Ariane, é financeiro. Você precisa repensar o crédito. Não é mais escritural. Eu estou aqui e não aceito crédito escritural. O novo modelo tem que ser financeiro e automático. Ninguém põe a mão no imposto! Nenhum contador, nenhuma empresa, nem o Governo põem a mão no imposto. Ninguém vai pôr a mão no imposto. Nunca mais! O imposto é sagrado. Vai ser o justo a ser cobrado para substituir os 13%. Nós não queremos a esperteza mais. Nenhum comerciante, nenhum empresário industrial, ninguém vai se sobrepor aos outros. Vai viver da sua capacidade, da sua tecnologia; não da esperteza de você declarar e não pagar, de você ter um incentivo melhor que o outro. "Vou quebrando o outro porque...".

Então, o Senado tem a maior responsabilidade. O Eduardo está ciente disso. Você também sabe que tem uma pressão de serviço. PJ com PJ, a pressão não é legítima. Só estou dizendo isto ao amigo, de coração: ela é ilegítima. Ah, sim, para o consumidor final, sim; eu topo tudo. Vamos diminuir a alíquota do consumidor final, do advogado de família? Vamos diminuir, sim. Mas do advogado de empresa? Não é ele que vai pagar o imposto; quem paga é o tomador. O engenheiro? Quem paga é o tomador. E ele se credita. Isso é o IVA, gente.

Os franceses, na sabedoria deles, inventaram o IVA há mais de cem anos para deixar neutros os negócios: empresário com empresário... Esqueça o imposto. Isso não existe. Também, desculpe, Ariane: os escritórios de advocacia vão zerar, não vão ter mais contencioso. No IVA, não; isso vai zerar, zero de contencioso. E custo Brasil: o povo vai pagar menos, e o Brasil vai crescer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um abraço. Desculpe a minha veemência.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Não, que isso. Sempre, com sua sabedoria, traz riqueza nos seus comentários.

Antes de encerrar – só um minutinho, porque já começou a Ordem do Dia, e a gente precisa seguir para o Plenário –, o Diego me pediu aqui para fazer um comentário muito breve, e a gente encerra.

O SR. DIEGO RAMIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador Laércio.

Na verdade, era só... Infelizmente, o nosso Deputado Alexis teve que sair. Ele acabou fazendo uma pergunta para todos nós aqui, e eu iria aproveitar e responder para ele – e eu acho que posso falar por todos aqui que estão nas pautas – que cada um aqui está buscando um benefício próprio para a sua categoria.

O nosso objetivo é mostrar aqui para os Senadores, como seria para mostrar para os Deputados, que, da maneira como está sendo feito, se não tiver essas exceções, algumas profissões deixarão de existir. Acho que esse é o ponto. Uma carga tributária que você coloque de 40%... Vou dar o exemplo do nosso caso aqui. Ninguém falou dos assessores de investimentos. Quando eles ensinam o brasileiro a não colocar na poupança, e colocar no Tesouro: poupança não rende imposto. Quando a gente coloca brasileiro indo ao Tesouro e colocando lá, gera-se imposto de renda e arrecadação. Isso é forma inteligente. Educação financeira leva a isso.

Então, a minha contribuição final aqui, Senador Laércio, é apenas para mostrar para os presentes aqui que a nossa pauta aqui, pelo contrário... Claro que, se fosse uma alíquota de 8%, 12%, eu acho que isso seria bom para todo mundo. A questão é que sair de uma alíquota sem saber o que vai acontecer... O nosso objetivo aqui é mostrar que, dependendo de como sair essa reforma, podem algumas profissões ou setores deixar o Brasil e ir para o Uruguai – e o Brasil perder essa arrecadação –, ou algumas profissões, como a nossa, podem deixar de existir, o que seria um problema para a educação financeira no país.

Então, era só esse comentário.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PODEMOS - PR) – Eu só esqueci de dizer que a carga tributária de quem ganha dois salários mínimos é o dobro da sua e da minha. É ele que paga a conta; não é você, não é a sua categoria. Quem paga é o consumidor final: é de 53% a carga do consumidor de dois salários – 53%. Isso é calculado pelo Ipea. Empresa não paga. Não vai extinguir nada. Vai dobrar... A sua atividade vai ser o triplo daqui 20 anos, 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Laércio Oliveira. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu queria agradecer a presença de todos os expositores: muito obrigado por vocês terem vindo, trazido a preocupação de vocês, trazendo para a gente informações sobre as particularidades de cada setor. Vamos seguir em frente. Vocês levam da gente o compromisso de que o Senado não vai se dobrar diante da necessidade que o Brasil tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ter uma reforma tributária dentro dos requisitos que a gente entende que foram tão bem colocados pelos meus colegas Senadores.

Portanto, muitíssimo obrigado. E eu declaro encerrado a nossa audiência pública.

Um abraço a todos.

(*Iniciada às 15 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2023, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às quinze horas e treze minutos do dia sete de agosto de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Arns, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 42/2023 - CE, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e PL 3441/2021, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3441, de 2021 e debater com a comunidade científica a importância do dia do Físico e do Biofísico. **Participantes:** Sr. Robson Coutinho Silva, Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Sra. Rosangela Itri, Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica (SBBf); Sr. Vagner Roberto Antunes, Chefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (USP); e Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, gostaria de agradecer a presença de todos, tanto presencialmente quanto remotamente – os nossos convidados estão de forma remota –, e também de agradecer a todos que nos acompanham através das redes do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 7 de agosto de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 3.441, de 2021, e de debater com a comunidade científica a importância do Dia do Físico e do Biofísico, em atenção ao Requerimento 42, de 2023, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Participam de forma remota os seguintes convidados: Sr. Robson Coutinho Silva, Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sra. Rosangela Itri, Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica; Sr. Vagner Roberto Antunes, Chefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; e Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet – o endereço é senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – ou pelo telefone 0800 0612211. De novo, por senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. Aliás, eu ressalto para os nossos convidados: como eles estão remotos e não estão com acesso aqui ao contador de tempo que nós temos aqui na sala de audiência e nem ao sinal de um minuto faltante – quando falta um minuto, ele toca aqui um alarme –, então, vou pedir para os convidados prestarem atenção, dispararem algum cronômetro aí, para que as suas apresentações fiquem dentro do tempo. Então, são dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro novamente que todos aqueles que nos assistem pelas redes também podem participar através do portal e-Cidadania, cujo endereço já foi lido aqui.

Dito isso, vamos passar às exposições. Eu vejo aqui já os nossos convidados na linha.

Eu quero, neste momento, agradecer inicialmente aqui ao Vagner, ao Robson, ao Paulo Sérgio, à Rosangela pela participação. Sem dúvida nenhuma, esta é uma audiência que trata de um tema muito importante: o reconhecimento do físico, do biofísico. Aliás, a entidade de biofísica, pelo que eu me lembro, é uma das entidades mais antigas da história das nossas sociedades aqui no Brasil, e não é à toa. Justamente esses profissionais têm uma importância muito grande, que nós vimos aí durante a pandemia e nos momentos mais difíceis, vamos dizer assim, quando você vê esses profissionais surgindo e dando a sua contribuição para a sociedade. Então, eu gostaria de agradecer, e muito, a todos os profissionais dessas áreas.

E vamos, através desta audiência, solidificar o conhecimento para que o Dia do Físico e do Biofísico seja estabelecido aqui no Congresso Nacional, muito merecidamente.

Eu já passo a palavra para o Sr. Robson Coutinho Silva, Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para que faça sua apresentação. Ressaltando, são dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Robson, você tem a palavra.

Obrigado.

O SR. ROBSON COUTINHO SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, prezadas senhoras e prezados senhores, boa tarde.

Sou Robson Coutinho Silva, Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na posição atual de Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, e tenho o prazer e a honra de me dirigir a todas e todos que nos acompanham nesta audiência pública do Senado Federal.

Cumpre-me aqui o papel de apresentar contribuições do nosso instituto para o desenvolvimento da ciência brasileira a partir dos estudos com foco na área de biofísica, ciência que estuda a física, ou seja, matéria, energia e tempo, com os sistemas biológicos. Assim sendo, biofísica é uma disciplina que combina os princípios da física e da biologia para desvendar processos de fisiologia dos seres vivos.

O Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) desempenha um papel fundamental na formação de biofísicos e na promoção de pesquisa científica nessa área. Através dos cursos de graduação e pós-graduação, o instituto capacita profissionais altamente qualificados, que são essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A seguir, um breve histórico da origem do IBCCF, intrinsecamente ligado à trajetória do seu fundador, o renomado cientista Prof. Carlos Chagas Filho.

O interesse do Prof. Carlos Chagas Filho pela ciência foi despertado ainda na infância, influenciado por seu pai, o famoso cientista Carlos Chagas, responsável pela descoberta da doença de Chagas, que lhe ensinou a valorizar a experimentação e a pesquisa, associadas aos estudos teóricos. O Prof. Carlos Chagas Filho concluiu o curso de Medicina em 1931 como o melhor aluno de sua turma. Em 1934, já finalizava o curso de especialização do Instituto Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, tendo sido, então, efetivado como pesquisador da seção físico-química. Pouco tempo depois, em 1937, trocou o ambiente seguro e garantido de pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz, um centro de excelência da época, por uma vaga de Professor Catedrático de Física Biológica na Faculdade Nacional de Medicina. E, assim, inaugura-se uma longa carreira acadêmica na universidade, pautada, desde o início, pela convicção que nos deixou como legado e que aqui reproduzo, fazendo uso das suas próprias palavras – abrem-se aspas –: "A universidade deve ser uma instituição de pesquisa, e, porque pesquisa, ensina, abordando os problemas essenciais de cada região e abrindo horizontes para o mundo, sem qualquer tipo de discriminação".

No seu livro *Um aprendiz de ciência*, o Prof. Carlos Chagas Filho descreve que, logo após a queda do Estado Novo, teve um encontro com o Ministro da Educação e Saúde Raul Leitão da Cunha, que o convocou e perguntou-lhe o que achava que deveria ser feito pela universidade. Ele, então, aproveitou a oportunidade para debater sobre a importância de se estabelecer o tempo integral, sobretudo nas cátedras fundamentais, e de se organizarem institutos de pesquisa e ensino voltados ao estudo das disciplinas básicas. O desfecho do debate acabou por levar o Ministro a apresentar-lhe uma nova questão, uma nova pergunta – abrem-se aspas –: "E para você, o que posso fazer?" – fecham-se aspas. De acordo com o próprio Prof. Carlos Chagas Filho, naquele exato momento, ele respondeu, sem hesitação – abrem-se aspas –: "Criar o Instituto de Biofísica, que terá a função de implantar a pesquisa na Faculdade de Medicina e trazer para o nosso meio os métodos físicos que despontaram nos centros maiores depois da Segunda Guerra Mundial, e o desenvolvimento dos métodos eletrônicos" – fecham-se aspas.

Assim, em 1945, surge o Instituto de Biofísica, em um contexto histórico marcado pela esperança de dias melhores no pós-guerra, especialmente no Brasil, com a redemocratização do país com o fim do Estado Novo. Nesse momento, a ciência se apresentava como um dos pilares fundamentais para impulsionar o desenvolvimento humano e melhorar a qualidade de vida da sociedade. E, como visionário à frente do seu tempo, o Prof. Carlos Chagas Filho estabeleceu as bases do nosso atual instituto, forjando em sua essência a ideia de que o ensino e a pesquisa são atividades indissociáveis.

É importante ressaltar que, à frente do instituto por 20 anos como Diretor Fundador, de 1946 a 1966, o Prof. Carlos Chagas Filho sempre promoveu e valorizou parcerias e colaborações científicas, nacionais e internacionais, com o fim de trocar conhecimentos, compartilhar experiências e contribuir para o avanço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da ciência em âmbito global, de forma que, desde o início, o Instituto de Biofísica firmou sua posição como um centro que persegue a excelência conectado às principais instituições de pesquisa do Brasil e do mundo.

Passados 77 anos desde a sua fundação, o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho destaca-se por oferecer ensino de graduação e pós-graduação de alta qualidade e por conduzir pesquisa relevante nos cenários nacionais e internacionais. Inicialmente especializado em aplicar métodos físicos a pesquisas biológicas, ao longo de sua história, tornou-se uma instituição multidisciplinar, reunindo grupos de alta qualificação em todos os níveis de análise de fenômenos biológicos. Com o passar do tempo, o IBCCF incorporou a promoção da inovação e do empreendedorismo como farol norteador de suas ações. Hoje, além da pesquisa de ponta, o IBCCF promove iniciativas pioneiras de modernização do ensino de graduação e da extensão universitária, em colaboração com outras unidades e centros da UFRJ.

O Instituto de Biofísica faz parte do Centro de Ciências da Saúde, sediado na Cidade Universitária da UFRJ. Somos atualmente 341 profissionais, sendo 114 docentes, 79 funcionários, 148 pesquisadores pós-docs. Em números aproximados, nossos profissionais atendem, por ano, um público de quase 9 mil alunos, sendo 6,7 mil alunos de graduação em várias disciplinas oferecidas pelo IBCCF a diferentes cursos da universidade, 290 alunos em pós-graduações *stricto sensu*, 300 alunos de iniciação científica alocados em 63 laboratórios, 1,6 mil alunos de escolas públicas do ensino básico, participantes de atividades oferecidas pelo Espaço Memorial Carlos Chagas Filho do IBCCF.

Destaco aqui um marco significativo do instituto em sua atuação na graduação que é a criação, em 1906, do curso de bacharelado em Ciências Biológicas, modalidade Biofísica. Esse novo curso buscou preencher lacunas importantes na qualificação do profissional biofísico, de forma a capacitá-lo para atuar na interseção das ciências biomédicas e exatas. Atualmente, o curso atende a 200 alunos, os quais podem optar por três ênfases distintas: a biofísica dos sistemas e biotecnologia, a biofísica molecular e bioinformática ou a biofísica ambiental. A abordagem inovadora tem proporcionado aos estudantes formação abrangente e atualizada para a iniciação nas pesquisas em biofísicas, bem como para o enfrentamento dos desafios e demandas do mercado de trabalho.

O IBCCF apresenta a reconhecida tradição no ensino de pós-graduação, que garante a formação de recursos humanos destinados a atuar na pesquisa científica e na área de desenvolvimento tecnológico, tradição essa inaugurada nos idos de 1963, quando o Prof. Carlos Chagas Filho criou o primeiro curso de pós-graduação da então Universidade do Brasil. Hoje, o instituto conta com cinco programas de pós-graduação *stricto sensu:* mestrado e doutorado em ciências biológicas modalidade biofísica; mestrado e doutorado em ciências biológicas modalidade fisiologia, ambos avaliados com nota máxima da Capes, o que demonstra o grau de excelência e de internacionalização dos programas; também temos um mestrado profissional em formação para pesquisa biomédica, esse com a missão principal de formar e qualificar perfis em áreas tecnológicas e científicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais recentemente, o IBCCF foi copartícipe da criação de dois novos programas na UFRJ, para titulação de mestres e doutores. São eles: o Programa de Pós-graduação Profissional em Tecnologias de Bioimagem e Bioestrutura e o Programa de Pós-graduação Acadêmica em Engenharia de Biossistemas e Bioprodutos.

No total, o IBCCF já formou 2.553 pós-graduandos, sendo 1.368 mestres e 1.185 doutores. Muitos desses ex-alunos encontram-se hoje ocupando importantes espaços em universidades e instituições de pesquisa no Brasil e no exterior.

No momento, o IBCCF conta com 63 laboratórios de pesquisa, organizados em sete programas temáticos: saúde ambiental, biologia celular e parasitária, biologia molecular e estrutural, fisiologia e biofísica celular, imunobiologia, neurobiologia e medicina regenerativa. Tal organização flexível facilita a dinâmica de adequação da estrutura institucional, em face das velozes transformações da ciência moderna e das demandas da sociedade.

O IBCCF tem investido esforços para criar plataformas multiusuárias, com sistemas integrados e coletivos de apoio à pesquisa, capazes de atender as demandas internas ou externas, em caso de prestação de serviços. Tais investimentos visam a promover a colaboração entre os pesquisadores, a estimular inovação e a impulsionar a produção científica de alta qualidade. Atualmente, contamos com o Centro de Espectroscopia de Massas de Biomoléculas e com as seguintes plataformas: Imunoanálise; Sequenciamento de DNA; Modelos Biológicos; Expressão, Purificação e Análise de Biomoléculas; Histologia; Microscopia Óptica de Luz; Experimentação e Manipulação de Organismos Patogênicos, nível de biossegurança 3. Adicionalmente, o IBCCF participa ativamente de diversas iniciativas pioneiras de pesquisa em rede, tais como a Rede Proteômica do Rio de Janeiro, a rede de sequenciamento genômico estadual, a RioGene, e a nacional, a BRGene.

A produção científica do IBCCF é de alto nível, crescente e internacionalmente reconhecida. Recentemente, o Portal Acadêmico Research.com classificou 50 professores da UFRJ entre os melhores cientistas do mundo; entre eles, figuram 10 professores do IBCCF. Também cabe destacar que numerosos docentes do IBCCF encontram-se entre os membros titulares da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Nacional de Medicina e que muitos foram agraciados com condecorações da Ordem Nacional do Mérito Científico.

Como relevante conquista institucional para a ciência sem fronteira, ressalto aqui a construção do Centro de Pesquisas em Medicina de Precisão do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho. Trata-se de um arrojado centro multiusuário que amplia o espectro de possibilidades de nossas pesquisas, com a incorporação de novas tecnologias de alta complexidade. Recém-inaugurado, ele funciona em um prédio próprio de 5 mil metros quadrados de área interna, construído com base em arquitetura inteligente e ambientalmente amigável. Os recursos para a construção, a aquisição de equipamentos e a alocação de laboratórios foram adquiridos junto a fontes diversas de financiamento, tais como: o CT-Saúde, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos fundos setoriais vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Finep; Faperj; emenda parlamentar, entre outros. O centro de pesquisas funciona como uma unidade multiusuária com esforços coordenados e faz parte de uma rede de pesquisa em medicina de precisão em nível nacional. Ele organiza e articula competências acadêmicas, científicas e empresariais que visam ao desenvolvimento de novas estratégias diagnósticas e terapêuticas na área. Nele, são conduzidos estudos básicos, pré-clínicos e clínicos, englobando as áreas da terapia celular e gênica, infectologia, parasitologia e imunologia. Assim, o Centro de Pesquisas em Medicina de Precisão encontra-se alinhado aos objetivos do IBCCF de promover inovação e empreendedorismo em suas ações, em posição de indiscutível vanguarda para a condução de projetos de pesquisas e desenvolvimento tecnológico na área biomédica.

Por fim, encaminhando-me para o encerramento de minha fala, como representante do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ, apoio integralmente a criação do Dia Nacional do Biofísico, razão da presente audiência pública. Vejo-a como uma ação concreta no sentido de valorizar e reconhecer o trabalho desse profissional e a importância da ciência brasileira na área da biofísica. Iniciativa dessa natureza contribui ainda para inspirar novas gerações a ingressarem na carreira científica. Ao destacar a importância da biofísica, é possível despertar o interesse de jovens na área. Em conclusão, ao propor a criação do Dia Nacional do Biofísico, a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal reconhece a relevância desse profissional para o avanço científico e tecnológico do país.

Sendo assim, cabe-me parabenizar a iniciativa e colocar o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho à disposição para as discussões técnicas e científicas que se façam necessárias, sempre tendo no horizonte nossa missão não só de contribuir no presente, mas também de avançar para construir um futuro melhor para toda a sociedade.

Finalizo aqui e agradeço a atenção de todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Robson Coutinho Silva, Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela apresentação. Sem dúvida nenhuma, é um instituto que tem contribuído de forma bastante eficiente para o desenvolvimento do setor, não só com a formação de novos profissionais, mas também com a pesquisa associada. Isso é extremamente importante. Agradeço o apoio ao estabelecimento do Dia do Físico e do Biofísico.

Agora, eu gostaria de passar a palavra para a Sra. Rosangela Itri, Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica.

Dra. Rosangela, a senhora tem a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Obrigado.

A SRA. ROSANGELA ITRI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde, prezados Senadores, prezadas Senadoras. Boa tarde a todos.

Eu vou compartilhar rapidamente uma pequena apresentação sobre a sociedade; é preciso só me darem autorização.

Eu posso começar me apresentando. Meu nome é Rosangela Itri, sou Professora Titular do Instituto de Física da USP e atual Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica e coordeno um laboratório de física de sistemas biológicos.

Para começar, eu queria contar um pouquinho para vocês o que é biofísica, de uma maneira um pouquinho mais generalizada. Então, a biofísica é o campo que aplica as teorias e métodos da física para entender como os sistemas biológicos funcionam. E a biofísica tem sido fundamental para entender como as moléculas da vida são feitas; como diferentes partes de uma célula se movem e funcionam; como sistemas complexos em nossos corpos, por exemplo, cérebro, circulação, sistema imunológico, sistema neurológico, funcionam.

A biofísica é um campo científico extremamente vibrante, em que cientistas de muitas áreas – é um campo bastante interdisciplinar, incluindo matemática, química, física, engenharia, farmacologia, ciências de materiais – usam as suas habilidades para explorar e desenvolver novas ferramentas, para entender como a biologia; quer dizer, no final, como a vida funciona e também tentar inferir, de alguma maneira, em processos que podem dar origem a doenças, as mais diversas, que resultam, por exemplo, em morte celular.

O que o biofísico faz, quando a gente fala em biofísica? Então, o biofísico tem uma ampla gama de conhecimentos e, com isso, ele consegue ser muito versátil. Então, ele tem uma diversidade de áreas de atuação e pode trabalhar desde a parte de biologia estrutural, fazer modelamento computacional, trabalhar com bioengenharia, biomateriais. Ele tem uma parte assim bastante importante em nanotecnologia, pode trabalhar em aplicações médicas, pode trabalhar em biofísica de sistemas, tentando entender sistemas biológicos – e aqui eu dei um exemplo em neurociência.

E em que os biofísicos trabalham? Onde eles trabalham? Então, onde nós encontramos biofísicos? Eles são professores e pesquisadores nas áreas de biologia, de física, de engenharia e de muitas outras disciplinas. Trabalham em universidades, trabalham em hospitais, trabalham em *startups* de tecnologia em empresas de engenharia, que desenvolvem novos testes de diagnóstico; em sistema de entregas de medicamento ou de potenciais biocombustíveis. Os biofísicos também desenvolvem modelos computacionais para descobrir, por exemplo, como uma nova cepa da gripe escapa do sistema imunológico ou fazem modelos tridimensionais de novas estruturas proteicas para entender melhor como elas funcionam. Eles praticam também leis em áreas especializadas, como propriedade intelectual; escrevem sobre ciência para publicações impressas e *online*, trabalham em governo também para aconselhar legisladores, que é o que estamos fazendo e têm pessoas nessa área trabalhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quem é formado em biofísica, como essa área é bastante interdisciplinar, tem possibilidades ilimitadas na carreira. Então, a biofísica é um campo científico na vanguarda de pesquisa, não só no Brasil como no mundo. E ela está transformando a biofísica na compreensão da biologia e na prática da medicina de maneira significa, usando ferramentas, como eu acabei de falar, do ponto de vista da outra disciplina, física, mas também de outras disciplinas coirmãs, como a matemática, como a engenharia, como a bioquímica, a química. Então, a gente tenta juntar tudo isso, fazer parcerias, para entender melhor esse mundo da biologia.

Como o nosso colega, o Robson, acabou de falar, então, a Sociedade Brasileira de Biofísica foi fundada em 1936. É a sociedade mais antiga, em nível de ciências, do Brasil. Foi fundada na Faculdade de Medicina – a gente tem uma foto antiga daqui –, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. Essa sociedade, que foi fundada em 1º de setembro de 1936, foi liderada pelo Prof. Barbosa Vianna, na Escola de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o objetivo era promover os encontros entre pesquisadores e estudantes para discutirem a biofísica, através de cursos, conferências e congressos. Então, eu friso aqui que a primeira sociedade de ciências no Brasil, foi a Sociedade de Biofísica. É claro que depois, da maneira como a ciência foi se desenvolvendo no país, teve um momento em que ela deu uma baixa, e depois ela foi reestruturada. É o que eu vou mostrar para vocês.

Então, em 1936, a gente tem documentos históricos aqui de licença, através da Polícia Civil do Distrito Federal, para realizar a primeira assembleia da Sociedade Brasileira de Biofísica.

Aqui, a ata inaugural, em 1936.

Nós vamos comemorar, em 2026, 90 anos — vai ser uma grande festa que a sociedade vai fazer — da Sociedade Brasileira de Biofísica.

Só para chamar a atenção de vocês, a sociedade foi fundada em 1936. A americana, The Biophysical Society, foi fundada só em 1950. E a internacional de biofísica, International Union for Pure and Applied Biophysics (IUPAB) foi estabelecida em 1961.

Então, a gente tem realmente um papel de vanguarda, de trabalhar com biofísica, de instituir a sociedade de biofísica, antes até que a sociedade americana e de uma congregação de sociedades em torno do mundo, que é a união internacional das sociedades de biofísica.

Em 1963, claro, com o Carlos Chagas Filho, cuja atividade o Robson já comentou bastante... Quer dizer, um cara brilhante, que teve uma iluminação, para realmente fazer a biofísica se desenvolver, começando pelo Estado do Rio de Janeiro... Ele reativou a sociedade e foi Presidente da sociedade de 1963 a 1965.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criação do Programa de Pós-Graduação em Biofísica. O Prof. Robson já comenta. Então, em 1945, o Instituto de Biofísica Carlos Chagas é criado, o IBCCF, como órgão suplementar da UFRJ, por esse notável cientista, Prof. Carlos Chagas Filho.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas e Biofísicas foi criado em 1963, sendo dos primeiros a ser credenciado pelo MEC, e foi responsável pela emissão do primeiro título de doutor na UFRJ, que é o primeiro título de Doutor em Biofísica, ao Professor Roberto Alcântara Gomes, em 1963, e vai ser comemorada agora, em 2023, a primeira tese de Doutorado em Biofísica no país, não só na UFRJ, mas representa o país inteiro.

Alguns Presidente da SBBf.

O Prof. Paulo Beirão vai nos prestigiar, hoje, conversando um pouco com a gente, também, aqui, neste Senado, ele está aqui. O Prof. Paulo Bisch. O Prof. Marcelo Morales, que eu acho que muitos de vocês conhecem. Professores mais recentes da UFMG, da USP de Ribeirão Preto...

E, atualmente, então, a Sociedade tem a mim, como Presidente do Instituto de Física da USP; o Prof. Celso Caruso, do IBCCF; a Profa. Daniele Ribeiro de Araújo, que é da Federal do ABC; o Professor Leandro Barbosa, que é do CNPEM; e a Profa. Adriana Fontes Barbosa, que é da Universidade Federal, em Recife.

O que a SBBf faz? O que a sociedade faz? Ela tem uma diversidade também de atuação. Então, ela faz escolas para preparar biofísicos, escolas de minicursos, de curto alcance, não como uma graduação, como é o caso do IBCCF.

Então a gente tem... Por exemplo, em 2017, nós fizemos, junto com a Fapesp, com o apoio da Fapesp, uma escola internacional, com 200 alunos, sobre biofísica, nos diferentes temas. A gente tem Semana de Graduação em Biofísica. A gente faz congressos nacionais e congressos regionais... Então, a gente tem vários congressos regionais.

Entre os congressos nacionais – todo ano, é anual o nosso congresso –, nós fizemos em 2021, um congresso internacional da IUPAB, da União Internacional de *Pure and Applied*... de Biofísica Pura e Aplicada, que foi feito no Brasil. Infelizmente, a gente ainda estava na época da pandemia. Nós planejamos, planejamos e planejamos, era para ser presencial, e acabou sendo *online*, mas foi um sucesso, com mais de 1,2 mil participantes *online*.

A gente participa também de elaborar fascículos especiais para revistas especiais, focadas em biofísica. Esse é um dos jornais, que é o *Biophysical Reviews*. A gente já tem três fascículos especiais; estamos trabalhando mais um, focados na biofísica, que é desenvolvido na América Latina.

A gente prepara homenagens para colegas. Essa é uma homenagem para o Prof. Paulo Bisch; recentemente fizemos para a Profa. Shirley Schreier, também uma grande parceira na área de biofísica;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste ano, nós vamos fazer homenagem para o Prof. Roberto Alcantara Gomes, justamente o primeiro doutorando em biofísica do país; e nós temos parcerias com outras sociedades.

Então, um ponto importante é que nós criamos, junto com a Argentina, com o Uruguai e com o Chile, em 2006, uma pós-graduação latino-americana em biofísica, a POSLATAM; e outras sociedades foram aderindo a essa pós-graduação. Nós temos atualmente, além do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Argentina, da Venezuela e de Cuba, países aderindo, como o México, o Peru e a República Dominicana. Então, a gente tem a possibilidade, através desse programa de pós-graduação, de formar novos recursos humanos na América Latina em biofísica. A gente faz cursos, minicursos, os alunos visitam laboratórios, têm essa interação; os professores criam uma interação forte também. A gente tem a preocupação em desenvolver a biofísica em nível não só do Brasil, mas da América Latina, e em olhar para o mundo como um todo e ter esse reconhecimento, que a gente já tem pela União Internacional de Biofísica Pura e Aplicada.

Nós somos membros da União Internacional já faz bastante tempo, a gente trabalha com parcerias com a União Internacional; e somos membros da LAFeBS. A LAFeBS é a Federação Latino-Americana de Sociedades Biofísicas. Foi uma iniciativa também nossa, do Brasil, constituída em 2007, junto com os nossos colegas argentinos e uruguaios, que hoje já se expandiu. Nós criamos uma federação latino-americana em biofísica, em que a gente faz bastante colaboração, intercâmbios, e também damos suporte para essa pós-graduação latino-americana, POSLATAM.

Temos o nosso *site* da sociedade, para quem quiser olhar o *site*, Sociedade Brasileira de Biofísica.

Nosso encontro anual, neste ano, vai ser em Campinas.

Temos também um Prêmio Carlos Chagas Filho, pela importância do Carlos Chagas durante a reunião.

Eu só tenho a agradecer a vocês por essa possibilidade de estar aqui, falando nesta tarde, neste momento, sobre a biofísica, sobre a Sociedade de Biofísica, e, assim como o meu colega, o Prof. Robson, já disse, nós estamos muito entusiasmados com a possibilidade de instituir o Dia do Biofísico, pela possibilidade que abre para os nossos estudantes de serem reconhecidos na sua carreira, de alguma maneira; de a gente conseguir mostrar para a sociedade a importância dessa área, dessa disciplina, que é bastante interdisciplinar e que, cada vez mais, ganha um destaque. Ela é uma disciplina de vanguarda e que vem sendo praticada no Brasil desde o seu início, em 1936, com a Sociedade Brasileira de Biofísica.

Então, agradeço a todos pela atenção e eu me coloco à disposição para qualquer pergunta ou comentário.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Profa. Rosangela. Parabéns pela apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, através da apresentação aqui, até para quem gosta de ciência e tecnologia, quando a gente vê a amplitude das possibilidades em biofísica, chama atenção, à curiosidade, a possibilidade, você ver essa soma de tantos conhecimentos. Eu imagino que os jovens... Eu quero que os jovens que estejam assistindo pensem sobre isso, na grande possibilidade em várias áreas, quando você fala de nanotecnologia junto com biologia, junto com tantos conhecimentos e a possibilidade de você criar empreendimentos como, por exemplo, empresas de *startups*, solucionar problemas através disso, é muito bacana.

Então, parabéns, professora.

Aliás, é importante ressaltar por ser a primeira sociedade de ciências no Brasil e à frente, inclusive, dos Estados Unidos e da sociedade internacional.

E, também, estou olhando aqui para o Marcelo Morales, que está mandando um abraço também para a senhora. Ele está aqui presente, aqui conosco, e foi também Presidente da sociedade.

Então, é muito bom ter isso e, de fato, o fato de nós termos um dia destinado aos profissionais da biofísica ressalta a importância do profissional, e eu acho que também traz à consciência das pessoas. É a hora de você falar da existência, da importância, e isso é sempre importante para o desenvolvimento mais ainda desse setor, que vai crescer muito quando você fica imaginando o desenvolvimento de todas essas tecnologias associadas, como nanotecnologia, por exemplo. Então, eu só vejo aí um futuro brilhante para esse lado.

Novamente, obrigado, Prof. Rosangela.

Passo a palavra, então, para o Dr. Vagner Roberto Antunes, Chefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (USP).

Então, Prof. Vagner, o senhor tem dez minutos e mais cinco minutos de expansão. Você terá que cuidar do tempo pelo lado de lá, porque não vai conseguir ver o relógio daqui. Está bom?

Obrigado.

A palavra é do senhor.

O SR. VAGNER ROBERTO ANTUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Agradeço o privilégio de poder falar para vocês. Cumprimentos ao Exmo. Senador Marcos Pontes, a todos da plenária e ao Dr. Marcelo Morales também.

Eu vou compartilhar aqui a minha apresentação. Espero que vocês consigam visualizá-la e vou tentar manter aqui o meu tempo.

Como o Senador já me apresentou, o meu nome é Vagner Antunes, estou como o atual Chefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Prof. Rosangela já adiantou aqui alguns pontos importantes, de como a biofísica... Nós tivemos, a humanidade teve a sorte, o privilégio de que essas duas disciplinas... de que a física se juntassem à biologia, porque os avanços nesse campo são incríveis.

Eu vou direcionar a minha fala mostrando um pouco do contexto histórico, alguns dos avanços de que toda a sociedade mundial se beneficia e vou focar um pouco aqui em nosso instituto, em nosso departamento, que teve biofísicos que também contribuíram muito para o desenvolvimento científico, da Medicina e do bem-estar da saúde.

Então, aqui eu passarei bem rápido por esses conceitos que a Prof. Rosangela definiu muito bem.

O estudo da biofísica tem início no século XIX, quando os princípios da física são estabelecidos por Isaac Newton e começam a ser aplicados na área de ciências biológicas. Então, como a Profa. Rosangela também mencionou, ela vai de uma escala micro a macroscópica, com aspectos interdisciplinares e de mecanística, de funções, para entender todos os fenômenos biológicos e físicos que envolvem os organismos em diferentes escalas, desde o nível molecular até a interação entre órgãos e desenvolvimento de uma série de tecnologias e medicamentos.

Então, é possível dizer que nenhum estudante – vou colocar o meu *laser* aqui – das ciências da vida de hoje será adequadamente educado ou formado sem uma firme compreensão dos princípios fundamentais da ciência física, que são os objetivos desses cursos.

Então, aqui um breve histórico só para situá-los. Aqui, eu pincelei alguns dos grandes físicos, biofísicos médicos na história.

Então, o Giovanni Borelli, que foi considerado o pai da biomecânica, foi o primeiro a propor que os músculos exercem uma função de movimento vital... não exerciam o movimento vital, mas, sim, de contração. E ele publica isso no livro dele.

O Galvani também, Luigi Galvani, foi um médico físico e filósofo, e ele estuda a contração, estudou a contração das células de rãs e descobriu que os músculos e as células nervosas eram capazes de produzir eletricidade, ou seja, bioeletricidade.

E aqui, já avançando um pouco mais no tempo e demonstrando estudos que fizeram e ainda fazem grande diferença na aplicação de diagnósticos, um deles foi feito pelo físico Wilhelm Roentgen, que descobre os raios-X em 8 de novembro de 1895. E em 1901, ele recebe o Prêmio Nobel da Física pela descoberta do raio-X.

Então, aqui é uma foto clássica. Ele tira uma radiografia da mão da esposa dele, da D. Bertha, e ele escreve e fala: "Eu não achei; eu pesquisei". Então, isso é muito importante no contexto histórico, e é indiscutível a aplicação dos raios-X hoje na medicina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois outros destaques que eu faço aqui são para o Godfrey Hounsfield, um engenheiro elétrico britânico, e o Allan Cormack, um físico sul-africano, que ganharam, receberam o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina, em 1979, pelo desenvolvimento da Tomografia Computadorizada (TC).

Então, eu trago alguns exemplos. Óbvio que a ressonância magnética também é outro grande avanço, mas aí eu quero puxar um pouco a história e vir aqui para o nosso departamento, que é do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo. No início do século XX, a Faculdade de Medicina de São Paulo busca, na Europa, os primeiros cursos, os primeiros mestres para suas cadeiras básicas.

Inicialmente, as cadeiras de Fisiologia contaram com a orientação do Prof. Lambert Mayer, que trouxe para São Paulo a experiência da escola fisiológica francesa. Então, as cadeiras de Fisiologia e Farmacologia foram os núcleos iniciais do Departamento de Fisiologia e Biofísica do ICB, da USP, mas foi a pesquisa em Fisiologia, iniciada pelo Prof. Cantídio de Moura Campos, que, assumindo essa cátedra, começou a instituir essa disciplina.

Na sequência vieram outros, e dou destaque ao Prof. Alberto Carvalho da Silva, um catedrático da Faculdade de Medicina da USP, eminente fisiologista que reformulou o ensino prático de fisiologia e foi Professor Emérito da USP, Presidente de Honra da SBPC, Diretor Científico e Presidente da Fapesp, tendo ocupado muitos cargos importantes no Instituto de Ciências de Estudos Avançados da USP e também na OMS. Depois eu retornarei aqui ao Prof. Alberto Carvalho.

Em 1968, com a reforma universitária, as cátedras foram transformadas em departamentos, cada um administrado por conselhos.

Em 1969 surge o Instituto de Ciências Biomédicas – tem uma foto aqui. Para quem conhece o Instituto de Ciências Biomédicas 1, o 2, o 3: o quarto fica mais nessa região e o quinto fica em Rondônia, que tem uma sede também. Na época, os docentes se dedicavam à Fisiologia e à Farmacologia, dando aula a diferentes faculdades da área de saúde, como é até hoje, quando muitos mais cursos estão agregados.

Então, no início era o Departamento de Fisiologia e Farmacologia do ICB, mas, em 1982, com a separação da Farmacologia, houve a criação do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas. E a Biofísica sempre esteve ligada à Fisiologia por motivos óbvios, quer dizer, o estudo da fisiologia e dos fenômenos biofísicos andam – certamente também na Farmacologia – de mãos dadas.

E aqui eu trago alguns dos quadros de eminentes fisiologistas, mas também biofísicos, que compunham o quadro docente na época. Certamente o Dr. Marcelo Morales conhece vários deles, ele inclusive talvez tenha tido aulas com alguns deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu destaco aqui um nome para representar todo esse grupo da Biofísica: o Prof. Gerhard Malnic, que infelizmente nos deixou em fevereiro deste ano. O Prof. Malnic foi um eminente fisiologista, mas também um biofísico. Depois que ele...

Perdão, acho que eu perdi uma parte da apresentação... Mas tudo bem.

O Prof. Malnic nasceu em Milão, mas veio com a família para o Brasil, estudou Medicina, fez toda a sua pós-graduação com o Prof. Alberto na Faculdade de Medicina, foi fazer a pós-graduação na Tulane University e na Cornell e, ao retornar para o Brasil, em 1964, ele implantou essa técnica de micropunção e microperfusão renal, onde – está aqui um esquema – se isola essa unidade funcional do néfron, que é no rim, e, através de estudos biofísicos, ele consegue estudar toda a dinâmica desses trocadores entre canais, trocadores iônicos, e como isso acontece ao longo do néfron.

Então o Prof. Malnic... Na época, esse método não existia no Brasil. Isso aqui foi pioneiro e teve uma contribuição muito significativa para o avanço da fisiologia e da biofísica renal no Brasil e no mundo. Isso foi capa de algumas revistas científicas de muito renome internacional, por essa técnica desenvolvida que ele aprendeu com o Prof. Giebisch, no exterior, durante seu pós-doutorado.

Mas um trabalho de destaque que eu trago aqui, para ver a importância da ciência básica nesse caso da biofísica renal, é esse trabalho que o Prof. Malnic, juntamente com o Prof. Francisco Lacaz, publica na revista *Nature*, em 1965. Aqui embaixo eu chamo atenção que esse trabalho teve o apoio da Fapesp, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, em que eles estudam o efeito da furosemida na expressão de cloreto e água nesses néfrons isolados de ratos. Pode-se dizer: "Ah, mas por que isso é importante para a ciência, um estudo tão específico?". Pelo fato de depois a furosemida vir a ser aplicada no desenvolvimento de um fármaco que certamente muitos de vocês devem conhecer, o diurético talvez mais utilizado na clínica para tratamento de uma série de doenças cardiovasculares, renais. Então, vejam o quanto que a gente sempre fala, da bancada ao leito, esse trabalho representa muito bem essa translação do estudo da biofísica, estudando na unidade funcional do néfron, os trocadores iônicos, e como isso se aplica e se desenvolve em um medicamento que é amplamente utilizado pela população mundial no tratamento de várias doenças.

Além disso, é importante também frisar, e o Prof. Malnic, juntamente com seus colaboradores, biofísicos, eles imortalizaram esse conhecimento em livros, alguns deles, três deles citados aqui, chamando atenção para esse livro *Biofísica*, do Prof. Francisco Lacaz Vieira e do Prof. Malnic. Isso demonstra, de fato, como é importante essa disciplina, essa ciência, para a sociedade em geral.

Eu termino trazendo algumas palavras do Harold Varmus, que foi Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina em 1989. Se me permitirem, eu vou ler aqui o que ele escreve. Ele fez essa apresentação numa plenária na American Association for the Advancement of Science. Ele diz o seguinte:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maioria das mudanças revolucionárias que ocorreram na biologia e na medicina estão calcadas em novos métodos. E esses, usualmente, estão calcados em descobertas fundamentais em outras áreas. Algumas delas são tão óbvias que nem as percebemos – como o papel da física nuclear na produção de radioisótopos essenciais para a medicina moderna. A física também forneceu os ingredientes fundamentais para muitas aplicações clínicas comuns – raios-X, tomografia computadorizada, videoendoscopia por fibras óticas, cirurgia a laser, ecocardiografia e ultrassonografia. A ciência dos materiais está contribuindo com novas juntas, válvulas cardíacas e outros substitutos para tecidos.

Igualmente, um entendimento da ressonância magnética nuclear e das emissões de pósitrons foi necessário para os experimentos com imagens que nos permitem localizar e cronometrar as atividades cerebrais que acompanham pensamentos, movimentos e sensações.

Dessa forma, a cristalografia por raios-X, a química e a modelagem computacional estão agora sendo usadas para melhorar o *design*, o desenho desses fármacos, baseado na determinação das estruturas tridimensionais de proteína.

Esses são apenas poucos de muitos exemplos da dependência das ciências biomédicas de uma vasta gama de outras disciplinas, tais como a física, a química, a engenharia e muitos outros campos aliados.

Então, com isso, eu deixo aqui o meu muito obrigado e certamente o apoio integral. E parabenizo o Senador e a todos os envolvidos nessa frente em instituir o Dia do Físico e do Biofísico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Vagner. Aliás, parabéns pela apresentação também. Bastantes coisas interessantes que você... Novamente eu estava assistindo aqui e pensando algumas coisas, mais voltadas à minha área de atuação, a área de espaço, quando você imagina o que acontece com o corpo, com os órgãos de um astronauta em situação de microgravidade ou exposto durante muito tempo não só à microgravidade, mas também radiação no espaço. E isso vai ser cada vez mais necessário, quando a gente começa a pensar em voos de longa duração. Eu acho que o papel também da biofísica junto com isso para analisar e proteger, afinal de contas, para os astronautas, durante essas missões de longa duração vai ser muito, muito importante. Parabéns pela apresentação!

Então, nesse momento, eu passo a palavra para o Sr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Prof. Paulo, o senhor tem a palavra. Novamente, eu peço para que controle o tempo por lá, porque não vai poder ver o nosso cronômetro por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k.? Então, dez minutos estendidos para mais cinco. Está o.k.?

Obrigado.

O SR. PAULO SÉRGIO LACERDA BEIRÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O.k. Muito obrigado. Eu queria saudar o Senador Astronauta Marcos Pontes pela importante iniciativa que ele nos traz aqui, nesta audiência, também saudar os meus colegas, que me antecederam com brilhantes exposições, e também aqueles que nos assistem.

Eu gostaria de iniciar a minha fala chamando atenção para um contexto maior da ciência e tecnologia no Brasil. Qualquer país do mundo que pretenda ter um desenvolvimento econômico e social robusto e permanente deve assentar suas atividades em bases científicas, sustentadas por pesquisas, pelo cultivo e geração de conhecimento. Um povo com uma boa educação e com uma parcela importante da sua população trabalhando em pesquisa estará mais apto a gerar o desenvolvimento econômico e social que garanta a sua soberania e o bem-estar de sua população.

Hoje a nossa economia é muito baseada em exportação de *commodities* e temos assistido a um preocupante processo de desindustrialização. Nós vendemos matérias-primas e compramos produtos manufaturados com alto valor agregado. Apenas como um exemplo trivial aí, se a gente pegar, por exemplo, o café industrializado que a gente importa em cápsulas, ele tem o valor cerca de 50 vezes maior do que o café em grão que exportamos.

Então, isso serve de exemplo para a diferença de preços entre uma *commodity* e um produto industrializado. Então, naturalmente, é insustentável tentar manter uma economia dependente apenas da exportação de *commodities*.

A lição que a gente deve aprender é que nós devemos investir mais na agregação de conhecimentos em nossos produtos e, para que eles sejam competitivos internacionalmente, nós devemos investir na inovação baseada em ciência e tecnologia.

E pergunto: por que eu estou tratando desse assunto aparentemente não relacionado com o tema em pauta? Porque temos que investir e valorizar as atividades de ciência e tecnologia para superarmos esse desafio de remodelarmos a nossa economia para uma economia baseada em conhecimento.

Isso, naturalmente, não significa rompermos com os setores importantes da nossa atual economia, mas significa darmos um passo adiante, sem nos contentar em continuar com a mesma dependência tecnológica e a mesma vulnerabilidade a crises.

Nesse sentido, eu queria até aproveitar a oportunidade para louvar uma iniciativa que está sendo articulada neste Senado, que, até onde eu sei, conta com apoio de 33 Senadores que já se manifestaram favoravelmente ao aumento do investimento em ciência, tecnologia e inovação do atual cerca de 1,1% do PIB para cerca de 2,5% do PIB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um investimento dessa monta, que é um pouco superior à média mundial, se mantido, certamente nos colocará em condições de superarmos nossas dificuldades econômicas.

Essa é uma pauta suprapartidária, que beneficia a todos, e é muito bom vermos que esse tem sido o entendimento do Senado Federal.

Mas ciência e tecnologia não se fazem apenas com recursos financeiros. Nós precisamos, como já foi até enfatizado, de pessoal qualificado em pesquisa, novos pesquisadores terão que ser formados com esse recurso, e, para isso, nós temos que atrair o interesse da juventude para a ciência e para a tecnologia, criando perspectivas de carreiras produtivas em benefício da nossa sociedade.

É aí que eu entro com o tema em pauta.

O tributo a profissionais de ciência, dedicando a eles um dia, é uma forma de reconhecer o valor de pessoas que se dedicaram e se dedicam à ciência, muitas vezes de forma pioneira, com sacrifícios pessoais, muitas vezes até mesmo em condições adversas.

No caso da biofísica, seria até temerário da minha parte nomear todos os pioneiros, mas opto por destacar o Prof. Carlos Chagas Filho, que já foi mencionado anteriormente, e outros pioneiros que foram mencionados também, os quais eu endosso plenamente.

O Prof. Carlos Chagas Filho, como foi dito, é praticamente o criador da biofísica no Brasil. Em nome dele, eu presto homenagem a todos esses pioneiros, bem como aos pesquisadores que se dedicam a esse trabalho ainda hoje. Eles serão devidamente homenageados com a criação do Dia do Biofísico.

Em particular e por ser do meu estado, Minas Gerais, eu quero também mencionar o professor Ibrahim Heneine, que foi, inclusive, Presidente da nossa SBBF. Graças a ele e aos pesquisadores que o sucederam, a Universidade Federal de Minas Gerais, a UFMG, tem desempenhado um destacado papel nas pesquisas e na formação de biofísicos.

Mas há também uma outra dimensão para a criação do Dia do Biofísico, que é, pelo reconhecimento da atividade, atrair a atenção e o interesse da juventude. No caso da biofísica, isso tem um significado muito especial, pela importância da disciplina e pelos desafios que ela representa.

Já foi muito bem ilustrado aqui, eu não vou mencionar, a importância da disciplina pelos meus antecessores e com exemplos muito claros e muito demonstrativos.

A biofísica é uma disciplina muito transversal em sua aplicação. Ela pode ser aplicada em praticamente todas as áreas da biologia e da saúde e é de fundamental importância para a compreensão de fenômenos biológicos e para a fundamentação da biotecnologia.

Por outro lado, ela exige uma sólida formação, tanto na área biológica como na física e afins, o que dá uma magnitude mais desafiante para a formação dos biofísicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É até interessante mencionar que, pelo tipo da educação tradicional, que separa áreas biológicas das ciências exatas, a biofísica acaba sendo um desafio a mais, e a valorização do biofísico deverá despertar mais atenção dos jovens para essa importante área do conhecimento.

Voltando ao tema do desenvolvimento, há uma avaliação atual mundial de que as inovações relacionadas com a saúde, principalmente a saúde humana, serão um grande motor dos avanços científicos e tecnológicos neste século. A biofísica, por lidar com fenômenos físicos associados à vida e à saúde, e também com impactos das tecnologias físicas sobre a saúde, vai ter um papel muito importante.

A criação de um dia em homenagem aos biofísicos dará um foco para essa atividade científica, chamando a atenção para sua importância. Será uma motivação a mais para atrairmos jovens talentosos para se tornarem biofísicos e contribuírem, assim, para nossa sociedade.

Eu gostaria de elaborar um pouco mais sobre a importância do investimento em pesquisa relacionada à saúde.

O Brasil tem uma enorme diversidade territorial de biomas. Isso nos dá uma grande oportunidade de desenvolvimento, mas, ao mesmo tempo, um grande desafio para provermos a saúde para toda a população. Por termos grande parte do território em zona tropical, ainda somos vítimas de doenças típicas dessa zona, que afetam o bem-estar de parcela importante da população, com efeitos acentuados sobre a economia.

O Brasil conseguiu construir o maior sistema de saúde do mundo, o nosso SUS, que, mesmo com todas as dificuldades conhecidas, conjuga a promoção da saúde, a saúde pública e o atendimento individualizado médico-hospitalar de uma forma orgânica. Isso ficou patente na pandemia da covid-19, da qual estamos finalmente saindo.

A criação do SUS também deu ao Estado um grande poder de compra, que poderá ser um motor importante para a indução de uma economia voltada para a saúde, com estímulo à produção de medicamentos, insumos, equipamentos médico-hospitalares, bem como para a invenção de novos medicamentos e novos métodos de diagnóstico, desenvolvimento de novos equipamentos, criação de novos dispositivos assistidos e várias outras atividades promotoras de saúde. Muitos desses produtos são hoje importados, levando a uma perigosa dependência, além de comprometer nossa balança comercial.

A biofísica está direta ou indiretamente em todas essas atividades, desde a formação de pessoal capaz de desenvolver esse tipo de atividade, como já foi mencionado, como na geração de produtos e orientação de procedimentos adequados para a atenção da saúde. Esse fato ressalta a importância dessa iniciativa que nós estamos discutindo neste momento.

Finalmente, eu queria falar um pouco sobre a biofísica no meu Estado, Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma que, no Brasil, temos importantes grupos de pesquisa que vêm se dedicando à biofísica e que formam uma base importante para o desenvolvimento das pesquisas nessa área, nós temos pelo menos 12 instituições no Estado com grupos ativos em biofísica.

O que tem se buscado, atualmente, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a Fapemig, que eu estou presidindo atualmente, em alinhamento com o Governo estadual, é promover o desenvolvimento da capacidade científica em todo o território mineiro, por meio do estímulo da cooperação entre instituições e entre grupos de pesquisa. Nos últimos cinco anos, foram investidos pela Fapemig quase R$2,5 milhões em projetos de biofísica.

Eu quero terminar essa minha apresentação elogiando essa importante iniciativa, louvando essa iniciativa feita pelo nosso Senador Astronauta Marcos Pontes e agradecendo essa oportunidade de falar para essa respeitável instituição.

E quero me colocar à disposição aí para qualquer pergunta e esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Paulo Sérgio.

Aliás, parabéns pelo trabalho também na Fapemig, que é uma organização – eu me lembro –, do tempo junto com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, que tem uma participação bastante ativa no desenvolvimento de projetos no Estado de Minas Gerais. Inclusive, ali, uma coisa que eu lembro bem desse conjunto, foi quando nós estávamos discutindo a questão das vacinas do Centro Nacional de Tecnologia de Vacinas, ali no BH-TEC. Foi bastante intenso esse trabalho. Aliás, a Universidade Federal de Minas Gerais é bastante interessante no sentido da proatividade, com relação não só à formação, obviamente, dos alunos, mas também à aplicação desse conhecimento, o que é muito, muito importante.

Então, eu estou aqui muito feliz em poder participar disso.

Aliás, também, uma coisa que o senhor falou, que é muito cara aqui, muito importante, é a questão do financiamento da ciência, que é uma luta pelo que eu tenho batalhado aí durante muitos anos. E nós vemos, agora... Eu coloquei esse projeto de lei para que nós tenhamos um projeto de... É uma PEC, a nº 31 aqui, de 2023, para que os investimentos em ciência, tecnologia e inovação do país passem do que nós temos atualmente, cerca de 1,1%, 1,2% do PIB, para, gradativamente, gradualmente, vamos dizer assim, em dez anos, atingir, no mínimo, 2,5%, o que nos coloca aí numa margem adequada. E que esse financiamento seja constante, porque não pode ter essas variações grandes. A gente perde os projetos. A ciência não pode parar no meio do caminho. Você começar e perder o financiamento... Não é uma coisa que você liga um botão e desliga depois, e, depois, liga quando tiver recurso de novo. Tem que ser constante isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho certeza... Nós tivemos... Por exemplo, quando eu coloquei essa PEC, eu liguei, obviamente, para os Senadores. Foi num final de semana – para se ter uma ideia de como isso é importante –, num final de semana, eu liguei e falei: "Olha, a PEC está no sistema e eu preciso do apoiamento de, pelo menos, 27 Senadores para que ela dê prosseguimento para dentro das Comissões". E, em um final de semana, só ligando, nós já tivemos mais de 30 apoiamentos ali rapidamente.

Você vê que é uma coisa que é independente de partido, é independente de qualquer ideologia, e a ciência, tecnologia e inovações são muito importantes. Como eu tenho repetido durante tanto tempo, embora muitas vezes não seja dado o devido valor, mas a ciência, tecnologia, inovação, se olhar todos os países, todos, sem exceção, todos os países desenvolvidos, o que eles têm em comum? Eles têm em comum ciência, tecnologia e inovação muito bem desenvolvidas, a educação, obviamente, para poder apoiar... Não se faz, como o Professor falou, não se faz só com a tecnologia; você precisa de pessoas, e as pessoas vêm da educação. Então, nós precisamos disso: de educação profissionalizante.

Aliás, eu coloquei também uma frente aqui para a educação profissionalizante e tecnológica e também um ambiente de negócios favorável, para que nós tenhamos desenvolvimento de novas empresas, desenvolvimento do empreendedorismo tecnológico, que é extremamente importante.

Estamos, aos poucos, construindo esse ambiente aqui. Acabamos de ter, na semana passada, uma audiência pública, que eu solicitei para discutir a Lei do Bem, para melhorar investimentos no financiamento de ciência e tecnologia no setor empresarial. Isso faz uma alavancagem de R$1 de renúncia fiscal do Governo, e a gente alavanca R$4,6 por investimento em tecnologia. Dá para ver quanto isso é importante.

Também nós tivemos um Marco Legal das S*tartups* também, pensando nesse sentido de melhorar. Nós estamos trabalhando nessas duas legislações para melhorar.

Também é importante lembrar ao pessoal que nós colocamos uma frente, fiz a proposta aqui de uma frente em defesa, não sei, uma frente parlamentar para pesquisa biomédica e as suas aplicações na saúde, que tem tudo a ver com isso também. Então, também é importante, porque isso a gente pode distribuir, vamos dizer assim, com a capilaridade de Parlamentares de diversos locais do Brasil, de todo o Brasil. Nós podemos também alavancar isso com essa capilaridade dentro de todos os lugares no Brasil.

E uma outra coisa que eu gostaria de lembrar também, que é importante para os nossos alunos de pós-graduação, todo mundo está aí que sabe muito bem de como isso é importante e como isso é difícil, muitas vezes, para o aluno: nós colocamos também um projeto de lei, que é o Projeto de Lei nº 2.249, para que o pós-doutor possa contar, primeiro, o tempo de serviço em previdência, tempo de trabalho na previdência, com uma alíquota mais baixa. Lógico que isso é facultativo, se ele quiser ou ela quiser, mas tem a possibilidade de poder contribuir com uma alíquota mais baixa e já contar o tempo de serviço também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que demora muito tempo para chegar lá no mestrado, doutorado, pós-doc e assim por diante. A gente está tentando agora estender isso para mestrado e doutorado também.

São certas possibilidades que nós temos para ajudar no desenvolvimento e na promoção da ciência.

A gente nunca pode esquecer também da garotada, vamos chamar assim, de levar a ciência para dentro das escolas, promover o ensino de ciência, levar coisas que a gente vê que os alunos do ensino fundamental, por exemplo, do ensino médio... Eles gostam muito de robótica, astronomia, tudo isso. Ali você já começa a formar esse pensamento científico, a metodologia científica aplicada.

As bolsas de iniciação científica são muito importantes para eles nesse sentido também.

Então, tudo isso tem que ser feito em conjunto. Não dá para fazer uma coisa só, tem que ser feito em paralelo e não parar, vamos dizer, dar continuidade em tudo isso.

E acho que a instituição de dias especiais, vamos dizer, para a ciência também é importante, para trazer mais consciência. Os prêmios voltados aos cientistas, aos pesquisadores também, são muito importantes.

E a oportunidade para que os nossos pesquisadores tenham a utilização e, vamos dizer assim, o reconhecimento, inclusive financeiro, pelas suas participações, poder desenvolver produtos baseados no conhecimento... A ciência básica traz muita coisa, muita possibilidade, e a transformação desse conhecimento em novos produtos deve gerar também para os pesquisadores, do meu ponto de vista, as vantagens financeiras devidas. É importante que a gente tenha isso no Brasil.

A gente vai, aos poucos, chegando aí, para que a gente tenha cada vez mais, vamos dizer assim, a nossa ciência valorizada, a ciência, a tecnologia e a inovação valorizadas aqui no país.

Novamente, muito obrigado a todos os nossos expositores. Foi muito importante e muito esclarecedor acho que para todos que estão nos acompanhando aqui nas redes do Senado.

E nós temos aqui algumas perguntas que chegaram pelo e-Cidadania, e eu gostaria de fazer essas perguntas e deixar em aberto para os nossos expositores responderem.

Então, a primeira pergunta vem do Wesley Henrique, de São Paulo, que falou: "Além [desse projeto], existem outras iniciativas [...] que visam a promover a visibilidade e valorização dos físicos e biofísicos?". Eu deixo, em aberto, se alguém quiser responder. É só levantar a mão, que a gente abre o vídeo aqui para os nossos expositores. (*Pausa.*)

Aqui, o Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO SÉRGIO LACERDA BEIRÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou falar não do ponto de vista de legislação, porque eu não tenho essas informações, mas, do ponto de vista de uma agência de fomento que procura estimular vocações e dar oportunidades para os jovens que se interessam por pesquisa e querem se desenvolver, desde o ensino médio com a Bolsa de Iniciação Científica Júnior, depois, na graduação, com a Bolsa de Iniciação Científica e também com a participação em encontros como, por exemplo, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que ocorre em outubro; os encontros da SPPC, quando é na cidade do jovem... Enfim, há várias oportunidades, e eu gostaria de estimular, então, que ele procurasse identificar essas feiras de ciências, esses momentos, para poder ver as oportunidades que são oferecidas para os jovens. Mas é um ponto muito importante que ele levantou.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, obrigado, Prof. Paulo.

Eu passo a palavra para a Profa. Rosangela, que também levantou a mão.

A SRA. ROSANGELA ITRI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Também sobre a questão de valorização, no fundo, a grande preocupação da sociedade é fazer escolas e divulgar a biofísica. Então, a gente procura, principalmente, em nível não só nacional quanto internacional, ter uma inserção, trazer alunos e levar alunos para grandes laboratórios, para laboratórios de pesquisa. Mas, em particular, uma coisa em que a gente tem investido, um fator em que a gente tem investido bastante, aqui no Brasil, é formar novos grupos de pesquisa em locais ou em estados cujos números de pesquisadores, na área de biofísica, ainda é incipiente. Então, para isso, a gente tem investido, nos últimos dez anos, em fazer congressos regionais, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, que são onde a gente percebe ou percebeu que se tem um número menor de biofísicos.

Então, para divulgar mais a biofísica nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, a gente tem ido nessas regiões, feito seminários, feito congressos regionais, para, de alguma maneira, a gente criar mais, formar mais recursos humanos na área da biofísica, distribuídos pelo Brasil inteiro, por todas as unidades da Federação.

Então, é isso que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, professora.

Realmente, eu estava olhando para o Marcelo Morales aqui e me lembrando do tempo em que ele era o Secretário Nacional de Pesquisa, de alguns programas que nós tínhamos junto com as escolas, como o Ciência na Escola; da importância de levar os pesquisadores para dentro da escola, os alunos para dentro do centro de pesquisa, para que já se desperte nas crianças e nos adolescentes o gosto pela pesquisa. Também as olimpíadas científicas, que também são, na minha opinião, uma ferramenta muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos mais de 60 olimpíadas apoiadas pelo ministério, um ponto muito importante para trazer esses jovens para o gosto do descobrir as coisas.

O próprio, agora, Bolsa Família – antes era o Auxílio Brasil –, nós tínhamos embutida ali uma bolsa de iniciação científica, uma mentoria do CNPq e um valor – era mil reais –, mil reais, para que cada família que tivesse os filhos... A família do Bolsa Família que tem os filhos com resultados expressivos nas olimpíadas científicas certificadas... E é isso aí. A criança, o jovem ganharia essa bolsa por um ano, mais a mentoria do CNPq, o que é muito importante, metodologia científica, que às vezes o pessoal imagina que é só para fazer pesquisa, mas não. Acho que é válido para a vida como um todo você pensar de forma metódica, vamos dizer assim, pensar de forma científica, e também para a família, ao receber essa bolsa, esse valor de mil reais, perceber o quanto é importante incentivar as crianças na escola, a escola com uma função muito importante.

Então, eu vejo possibilidades muito boas para a gente continuar a apoiar. Mas, novamente, essas coisas não podem parar; têm que ter continuidade, para que tudo funcione.

Eu vou ler aqui mais duas perguntas, a da Gabriela Araújo, do Rio de Janeiro, e a do Fernando José, do Paraná, a gente pode somar essas duas perguntas – e novamente fica aberto para os nossos expositores responderem: "Como o dia do físico e do biofísico pode contribuir para a valorização da ciência e dos cientistas no Brasil?".

Acho que isso até, de certa forma, já foi respondido durante as próprias apresentações, com a valorização do profissional e a conscientização da importância das atividades da biofísica e da física.

E também o Fernando José: "É notório que países com alto investimento em ciência e tecnologia têm crescimento efetivo. Por que o Brasil não segue [esse] modelo?".

Essa aqui eu mesmo vou responder, viu pessoal? Se alguém quiser, também pode responder.

Fernando, na verdade, esse é o modelo que nós estamos tentando implementar aqui no Brasil, e já faz algum tempo. As dificuldades que nós sempre temos tido no Brasil, e nós estamos tentando resolver esse problema agora, é a questão do financiamento... Justamente o que nós estávamos falando: a questão do financiamento continuado, efetivo para a ciência, tecnologia e inovação, assim como a estruturação de todo o modelo, o sistema de ciência e tecnologia e inovação.

Lá, como Ministro, eu reativei o Conselho de Ciência e Tecnologia, que é importante para dar as diretrizes, vamos dizer assim, para onde a gente tem que seguir, e também a formação de profissionais, desde a motivação dos jovens, o que eu estava falando agora há pouco, até chegar ao nível da pesquisa, para que os alunos tenham a possibilidade de pesquisar e ter bolsas e ter bolsas em valor adequado – agora eu vi o valor das bolsas aumentar, o que é muito bom, o que é extremamente importante – e também terem saídas, vamos dizer, para o seu conhecimento, ou seja, o empreendedorismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos seguindo esse modelo, não na velocidade que eu gostaria, certamente, mas estamos lá, aos poucos, chegando e melhorando.

Se você observar os índices em números de *startups* criadas no Brasil; se você, durante os últimos anos, verificar, por exemplo, também ganhamos algumas posições no índice de inovação, o que ainda está muito aquém do que eu gostaria que nós tivéssemos no Brasil... Eu gostaria que o Brasil estivesse entre os 20 primeiros, e nós estamos em 54. Nos últimos anos, melhorou, de mais de 60 para 54, mas ainda é muito distante dos 20.

Nós temos uma atualidade de pesquisa muito boa, em termos de número de publicações científicas – é 13º e 14º no planeta –, mas a gente tem que transformar esse conhecimento em inovação, e isso exige toda uma participação de diversos setores em conjunto. Não é a cargo só do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Isso precisa da participação atualmente – porque antigamente era o de Economia só –, dos de Planejamento, de Fazenda e de outras instituições no Brasil, de trabalharem em conjunto, com a finalidade específica. Eu tenho certeza de que a gente vai conseguir chegar lá.

Aliás, eu gostaria de aproveitar esse momento também, todos aqueles que nos acompanham remotamente, pois eu estou aqui no Senado aberto para receber sugestões de como nós podemos melhorar a nossa ciência no Brasil, através aqui do Legislativo, como melhorar o desenvolvimento da nossa tecnologia, as aplicações, de forma que nós também tenhamos mais inovações no Brasil ou na área de educação também. Então, estou aqui à disposição.

É fácil encontrar os meus contatos aqui no *site* do Senado. Mandem as informações, mandem as sugestões, pois esta justamente é a minha pauta principal aqui: ciência, tecnologia, inovações, empreendedorismo, educação. Então, nós estamos aqui para defender que o país tenha cada vez mais desenvolvimento com isso.

Então, no fechamento aqui do nosso evento, eu gostaria de passar a palavra para cada um dos nossos expositores.

Eu vi ali o Robson levantando a mão.

Então, vou começar pelo Robson, para que faça a sua argumentação e as considerações finais, Robson.

A palavra é sua.

O SR. ROBSON COUTINHO SILVA (*Por videoconferência.*) – Eu não poderia deixar de comentar que o reconhecimento do biofísico passa pelo reconhecimento da área, passa pela valorização da área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A divulgação científica é vital e, desde a época do Dr. Carlos Chagas, muitos pesquisadores do Instituto de Biofísica se engajam em atividades de extensão, em atividades de divulgação científica, particularmente no Rio de Janeiro, no Espaço Ciência Viva, que é o Museu Participativo de Ciências, onde nós participamos do chamado Sábados da Ciência, para onde, nesse momento, as escolas são atraídas, famílias são atraídas, e vamos discutir e aproximar um pouco a população daquilo que fazemos.

Eu acho que esta oportunidade que nos está sendo dada é muito importante, porque eu vejo de vital importância trazer a população para a compreensão do que significa a pesquisa científica e do que fazemos nos centros de pesquisa e nas universidades; e, ao mesmo tempo, é preciso incentivar as novas gerações, incentivar o jovem a seguir uma carreira acadêmica que possa, no futuro, dar uma boa contribuição para o nosso país, porque, em função de muitos anos de descontinuidade do financiamento da pesquisa, descontinuidade ou diminuição dos recursos voltados para a pesquisa, o *status* da ciência brasileira começou a diminuir, mesmo tendo uma pujança no aumento da produtividade.

Os jovens estão cada vez menos procurando as áreas científicas, e isso é necessário a gente tentar reverter. Particularmente, um grande desafio é a biofísica, que é multidisciplinar e integradora. Não é fácil, mas ela responde aos desafios futuros do mundo, os desafios que nós vamos encontrar.

Então, é muito, muito importante a gente ter mais espaços para divulgar a biofísica, para divulgar a ciência feita nas universidades e nos centros de pesquisa, e, com isso, atrair mais jovens para a carreira acadêmica.

Eu novamente quero agradecer a iniciativa da possível criação desse dia especial para o físico e o biofísico, que eu acho que é algo esperado há mais de 30 anos. Finalmente se faz justiça a essas áreas que vêm dando contribuições relevantes para o nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prof. Robson. Obrigado pelas palavras. E, sem dúvida nenhuma, pode contar conosco aqui.

Aliás, eu falei em geral, mas, obviamente, para os nossos pesquisadores, professores, eu estou aqui no Senado à disposição para ideias, sugestões de como nós podemos trabalhar juntos para melhorar a nossa ciência, tecnologia, inovações no Brasil e a educação no Brasil como um todo.

Eu passo agora a palavra para a Profa. Rosangela Itri, para suas considerações finais.

A SRA. ROSANGELA ITRI (*Por videoconferência.*) – Só quero agradecer pelo convite de estar aqui, nesta tarde, foi extremamente agradável conversar com todos; e agradecer, em particular, ao Senador Astronauta – e Professor – Marcos Pontes também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O apoio nosso, realmente, para o que a gente puder fazer... Estamos à disposição para, de alguma maneira, incentivar a formação de novos biofísicos e desenvolver essa área tão importante no Brasil e no mundo, na América Latina e no mundo; e, principalmente – o que é uma das motivações para o dia de hoje, para essa tarde –, para esse apoio à criação do Dia do Físico e do Biofísico.

Esperamos, como sociedade, contar com o apoio de vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Professora. Parabéns, novamente, pela apresentação.

Eu passo a palavra, então, para suas considerações finais, ao Sr. Vagner Roberto Antunes.

O SR. VAGNER ROBERTO ANTUNES (*Por videoconferência*.) – Bem, eu gostaria também de deixar meus agradecimentos e, mais uma vez, cumprimentar pela iniciativa de instituir esse Dia do Físico e do Biofísico. Sem dúvida, como já foi mencionado, são disciplinas que norteiam a ciência e tecnologia e repercutem, diretamente, na saúde e no bem-estar da população.

E nós, que tivemos o privilégio ou não de viver uma pandemia – poucos tiveram isso e passaram ilesos, como estamos aqui –, devemos lembrar que o lado bom – se há um lado bom nessa história – foi a exposição que a ciência teve e como ela respondeu de maneira eficaz, rápida, no desenvolvimento de vacinas, no reposicionamento de fármacos... Isso somente acontece e aconteceu devido ao desenvolvimento tecnológico, à biotecnologia, à nanotecnologia.

Percebemos, na universidade, que os alunos, retornando à universidade de maneira presencial, buscam, nos procuram mais com brilho nos olhos em aprender ciência. E a física, a biofísica, para a área de saúde, e a tecnologia, a ciência e tecnologia, sem dúvida, são partes fundamentais em todo esse processo.

Eu o parabenizo por esta iniciativa novamente e eu torço para que seja, de fato, instituído o Dia do Físico e do Biofísico. Esses – outras profissões, mas especialmente esses – merecem, sim, ter os seus dias reconhecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prof. Vagner.

Eu passo a palavra agora para o Prof. Paulo Sérgio para as suas considerações finais.

O SR. PAULO SÉRGIO LACERDA BEIRÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer muito a oportunidade de a gente estar trocando ideias aqui e parabenizar o Senador Astronauta Marcos Pontes por esta iniciativa muito importante, que vai valorizar uma área muito importante da ciência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e da tecnologia brasileiras, e também por outras iniciativas que ele mencionou aí, que vão ter um impacto muito positivo. Então, eu queria agradecer muito por essas iniciativas e me colocar também à disposição, tanto individualmente quanto agora representando a Fapemig, para a gente colaborar no sentido de fazer esse esforço nacional para, como foi mencionado por uma das perguntas, a gente superar essas dificuldades que a gente tem e passar a construir uma economia baseada no conhecimento, na ciência e na tecnologia.

E, como o Senador mencionou, há várias iniciativas, mas eu acho que a gente ainda precisa ter um esforço adicional para articular essas iniciativas para a gente realmente romper essa barreira, porque nós temos condição de romper a barreira. Como foi mostrado aí pelos nossos expositores, muita coisa bonita e de alta qualidade vem sendo feita no país, e o nosso desafio agora é, realmente, construir um desenvolvimento econômico e social baseado no conhecimento.

Eu queria agradecer muito por esta oportunidade de a gente estar participando deste debate e me colocar à disposição para futuras discussões, enfim, para futuras contribuições.

Muito obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Prof. Paulo Sérgio.

Neste momento, eu gostaria também de fazer o meu agradecimento a todos aqueles que nos acompanharam pelas redes do Senado; também à nossa mesa aqui, que nos apoiou durante todas as apresentações; e a todos aqueles que estão presentes também, acompanhando esta audiência, que teve como objetivo instruir o Projeto de Lei nº 3.441, de 2021, e debater com a comunidade científica a importância do Dia do Físico e do Biofísico, em atenção ao Requerimento nº 42, de 2023, da Comissão de Educação, de minha autoria.

Eu gostaria, de forma muito especial, de agradecer ao Dr. Robson Coutinho Silva, Diretor do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; à Profa. Dra. Rosangela Itri, Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica; ao Dr. Vagner Roberto Antunes, Chefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; e ao Dr. Paulo Sérgio Lacerda Beirão, Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro, então, encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dez minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Mauro Carvalho Junior, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Damares Alves e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 49ª e da 50ª reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria; a disponibilização, no portal da Comissão, de vídeo sobre projeto desenvolvido pelos alunos do Colégio Sesi de Curitiba-PR, em parceria com a Escola Avançada de Tecnologia e com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); e o comparecimento do Ministro de Estado da Educação, Sr. Camilo Santana, à Comissão para a entrega do resultado da Consulta Pública para Avaliação e Reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio, realizada pelo Ministério da Educação (MEC). Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1913, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o regime excepcional de estudos para os estudantes que especifica, em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2208, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015) - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3224, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para alterar o critério de aferição dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em de manutenção e desenvolvimento do ensino para a despesa liquidada." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 10, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 81, de 2020 - Terminativo -** que: "Concede ao Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o título de Capital Nacional do Reggae." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2751, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pelo arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 79, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que regulamenta as ofertas de cursos de ensino superior, mediante novas diretrizes curriculares que autorizem o ingresso único em vestibular e permitam a opção posterior do discente em percursos formativos de licenciatura ou de bacharelado, de modo a tornar os cursos mais flexíveis e atrativos aos estudantes." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 80, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância de programas de assistência estudantil na educação superior, notadamente nas instituições de ensino superior públicas federais e estaduais, considerando o cenário atual alarmante de enorme evasão dos discentes na educação superior brasileira, em que o problema da falta de recursos para alimentação e transporte surge como obstáculo para a permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 81, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2331/2022 e o PL 1994/2023." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de agosto de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 49ª e 50ª Reuniões, realizadas em 1º e 8 de agosto de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Alguns comunicados.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício nº 258, de 2023, da Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento, Rio Grande do Sul, que encaminha moção de apoio, de autoria do Vereador Dagberto Cezarino dos Reis, aprovado em plenário, pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 5, de 2022, que prevê a proibição do uso de fogos de artifício que produzam barulho a partir da explosão de pólvora;

- Ofício nº 208, de 2023, da Câmara Municipal de Nova Veneza, Santa Catarina, com moção de apoio a requerimento que será apresentado pelo Senador Esperidião Amin para realização de audiência pública com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Mineiro de Subsolo.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação pelos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Informo que se encontra disponível, o portal da Comissão, vídeo sobre projeto desenvolvido pelos alunos do Colégio Sesi, em Curitiba, em parceria com a Escola Avançada de Tecnologia e com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Foi desenvolvido um sensor capaz de prever deslizamento de terra e encostas nas estradas. Parabéns a todos os alunos do Colégio Sesi e a todas as instituições que apoiam a iniciativa!

Informo também – e isto é muito importante – que hoje, às 12h30, o Ministro Camilo Santana virá à Comissão para entregar pessoalmente o resultado da consulta pública que o MEC finalizou sobre o novo ensino médio. Ele estará aqui às 12h30 para, pessoalmente, entregar. Faremos, então, uma reunião de trabalho para que ele possa, inclusive, explanar rapidamente a maneira, a metodologia utilizada. Naturalmente, convidamos os Senadores e as Senadoras para participar dessa importante apresentação.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar o Senador Cid Gomes, que propôs uma Subcomissão sobre alfabetização na idade certa. Essa Subcomissão receberá da parte de todos nós toda a atenção neste segundo semestre, porque é assunto da mais alta relevância para o país.

Saúdo o Senador Paulo Paim, sempre presente, Presidente da CDH, fazendo um trabalho há tanto tempo extraordinário; e, de uma maneira particular, o Líder, sempre Líder Eduardo Gomes, que tanto tem feito e apoiado todas as iniciativas importantes em todas as áreas. A gente tem uma admiração especial por V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Com a palavra, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu solicito a V. Exa. a inclusão extrapauta do Requerimento nº 81.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Indago ao Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, incluímos o item extrapauta solicitado pelo Senador Eduardo Gomes.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 81, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2331/2022 e o PL 1994/2023.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

Com a palavra, V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.331, de 2022, e o PL 1.994, de 2023.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Ministério da Cultura (MinC);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Agência Nacional do Cinema (Ancine);

- Brasil Audiovisual Independente (Bravi);

- Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA);

- Motion Picture Association (MPA);

- Conexão Audiovisual Centro-Oeste, Norte, Nordeste (Conne);

- Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro (API);

- Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav);

- Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (Apan);

- Netflix;

- Amazon;

- YouTube;

- Cardume;

- Now;

- Rio Filme;

- Spcine;

- Sra. Rosana dos Santos Alcântara, advogada, especialista em Legislação e Regulação do Audiovisual;

- Sra. Jorane de Castro, Professora do Bacharelado em Cinema e Audiovisual, do Instituto de Ciências das Artes, da Universidade Federal do Pará.

Justificação.

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência da Casa determinou a tramitação em conjunto do Projeto de Lei nº 2.331, de 2022, do Senador Nelsinho Trad, que inclui a oferta de serviços de vídeo sob demanda ao público brasileiro como fato gerador da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), com o Projeto de Lei nº 1.994, de 2023, do Senador Humberto Costa, que possui um escopo maior, eis que, além de dispor sobre a Condecine, pretende inserir no ordenamento jurídico brasileiro a disciplina dos serviços de vídeo sob demanda (*video on demand* - VoD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de tema complexo que envolve, além de aspectos tributários, a adoção de mecanismos de incentivo à produção de conteúdo nacional e a fiscalização de provedores de VoD.

Assim, para melhor instrução da matéria, consideramos fundamental a realização de audiências públicas com a presença de representantes do Governo e dos setores impactados.

É o requerimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Não era bem para discutir. Só para solicitar a V. Exa. uma inversão de pauta para que os itens 4 e 5, que estão sob a minha relatoria, possam ser antecipados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

Em discussão a matéria, o requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, Senador Eduardo Gomes.

Um assunto da mais alta importância. Será um extraordinário debate, em conjunto com a Comissão que V. Exa. preside.

Muito bom. Excelente.

Muito bem, passamos, por solicitação do Senador Cid Gomes, ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 10, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 20/06/2023, 27/06/2023 e 04/07/2023.

Autoria: Deputado José Guimarães.

Com a palavra, o Senador Cid Gomes, para a leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, antes de fazer a leitura, eu quero, primeiro, fazer um registro de gratidão a V. Exa. por ter atendido à nossa solicitação de antecipação da apreciação do item 4, que trata da inscrição do nome do Padre Cícero no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, e do item 5, que inscreve a cidade de São Luís como a capital nacional do *reggae*.

O Padre Cícero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, foi escolhido em votação popular, há cerca de 15 anos, promoção essa do maior sistema de comunicação lá do Ceará, como o homem do século XX em nosso estado.

Trata-se de uma personalidade que ultrapassa as fronteiras da cidade que ele fundou. Ele começou como pároco na cidade de Juazeiro do Norte, então, distrito da cidade do Crato, no início do século XX, nos anos de 1915, ou nesse redor. Ele foi o líder do processo de emancipação da cidade de Juazeiro do Norte. Na sequência, a sua liderança espiritual transformou essa cidade no maior centro urbano de toda a região do Cariri, e isso num intervalo de 40, 50 anos. A sua liderança religiosa extrapolou as fronteiras do Estado do Ceará e são, até hoje, incontáveis a quantidade de fiéis que vêm da Paraíba, que vêm de Pernambuco, que vêm de Sergipe, que vêm de Alagoas, que vêm da Bahia, que vêm do Maranhão, que vêm do Piauí, para as datas solenes em que se homenageia o seu nascimento, a sua morte e a data do padroeiro, da padroeira da cidade de Juazeiro do Norte.

Portanto, é uma das mais relevantes a iniciativa do nosso conterrâneo, o Deputado Guimarães, de propor esse projeto, já aprovado na Câmara, e que vem à deliberação desta Casa.

Então, eu passo, com a sua permissão, à leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 10, de 2020, do Deputado José Guimarães, que "inscreve o nome do Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria".

A proposição contém dois artigos. Enquanto o art. 1º prescreve a homenagem descrita pela ementa, o art. 2º prevê a entrada em vigor da lei na data de sua publicação.

Na justificação, o autor apresenta de forma detalhada a biografia do Padre Cícero Romão Batista, destacando a sua relevância religiosa, bem como a sua importância no Nordeste do País, especialmente no Município de Juazeiro do Norte, no Ceará.

A proposta, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva da Comissão de Educação e, sendo aprovada, seguirá para decisão do Plenário.

Análise.

A competência da Comissão de Educação para análise de homenagens cívicas decorre do comando contido no art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ademais, por ser a única Comissão a se manifestar sobre a matéria, compete à Comissão de Educação, ainda, a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao Projeto de Lei nº 10, de 2020.

De fato, a matéria se insere no campo da competência concorrente da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Carta Magna. Ainda, é legítima a iniciativa parlamentar, visto não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República. Igualmente legítimo é o tratamento da matéria por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Não se vislumbram óbices de natureza jurídica ou regimental, estando o projeto redigido de acordo com a boa técnica legislativa, em conformidade com o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis".

Além disso, a proposição está em consonância com os pressupostos da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que trata sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

No mérito, igualmente, a matéria merece acolhida.

Cícero Romão Batista, nascido no Crato, Ceará, em 24 de março de 1844, tem inegável relevância na religiosidade brasileira, sendo considerado verdadeiro santo popular por muitos fiéis católicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começou a estudar muito cedo e, com apenas 12 anos de idade, fez seu voto de castidade. No início dos anos de 1860, foi matriculado no Colégio Padre Inácio de Sousa Rolim, em Cajazeiras, na Paraíba, mas acabou retornando ao Crato dois anos depois, em decorrência da morte de seu pai.

Cursou seminário em Fortaleza e foi ordenado padre em 1870, aos 26 anos. Deixou marca profunda no povoado que veio a configurar posteriormente o Município de Juazeiro do Norte, no interior do Ceará, local em que fixou residência em 1872. Nessa cidade, Padre Cícero desenvolveu intenso trabalho pastoral por meio de pregações, aconselhamentos, confissões e visitas domiciliares. Rapidamente conquistou a simpatia e a confiança dos moradores.

A história de Cícero Romão, em Juazeiro do Norte, é marcada por importante acontecimento ocorrido em 1889. Na ocasião, ao participar de uma comunhão geral, oficiada por ele na Capela de Nossa Senhora das Dores, a beata Maria de Araújo presenciou a hóstia a ela ofertada transformar-se em sangue. O fenômeno repetiu-se algumas vezes, e o milagre da hóstia tornou-se amplamente conhecido.

Padre Cícero inicialmente tratou o caso com cautela, convidando médicos a analisarem o fenômeno. Ao concluírem pela inexistência de fundamentação científica, a explicação divina ganhou força.

A Igreja passou, então, a investigar o ocorrido. A primeira comissão eclesiástica enviada entendeu pelo caráter divino do fato, o que levou o então bispo de Fortaleza a enviar ao local nova comissão. Conta a história que a beata Maria de Araújo foi convocada, e a ela foi dada a comunhão. Como nada de extraordinário ocorreu, concluiu-se pela inexistência de milagre.

Os padres que acreditavam no milagre foram pressionados a se retratarem publicamente, e a Padre Cícero recaiu o castigo maior: a suspensão de ordem.

Com a proibição do exercício eclesiástico, Cícero Romão ingressou na vida política. Atuou imensamente pela emancipação política de Juazeiro e passou a exercer, a partir de 1911, o cargo de Prefeito do recém-criado município. Foi nomeado, posteriormente, para a então Vice-Presidência do Ceará.

No dia 20 de julho de 1934, aos 90 anos de idade, Padre Cícero veio a falecer. Não obteve em vida a reconciliação com a Igreja Católica, a qual só ocorreu em 2015, por meio do perdão oficial do Vaticano. Em 2022, foi autorizado o início do processo de beatificação, fato celebrado por milhares de pessoas em missa no Largo da Capela do Socorro, em Juazeiro do Norte.

Todos os anos, milhares de romeiros chegam a Juazeiro do Norte em diversas épocas, especialmente no Dia de Finados, para visitar o túmulo de Padre Cícero, na Capela do Socorro. O mês de março reserva a tradicional Romaria do Padre Cícero e inclui festejos, danças, exposições, concursos e apresentações teatrais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A influência de Padre Cícero e seu reconhecimento como homem bom e caridoso foram sedimentados na cultura nordestina. A análise de sua vasta obra já resultou em centenas de publicações, incluindo estudos e biografias, os quais revelam uma vida dedicada ao povo brasileiro.

Por tudo isso, consideramos extremamente justa e meritória a iniciativa de se inscrever o nome de Padre Cícero Romão Batista no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 10, de 2020.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem!

Muito bom o relatório.

Quero parabenizá-lo, Senador Cid Gomes.

Em discussão a matéria.

Com a palavra, o nosso amigo Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, só uma fala que eu vou contestar no relatório, mas é uma contestação positiva. Bote o Rio Grande do Sul aí, por favor, Senador, entre os admiradores, entre aqueles que têm no Padre Cícero uma referência, porque eles colocaram em diversos estados. Eu estou pedindo que não precisa ser formal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Acrescente o Paraná na contestação. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Rio Grande do Sul e o Paraná, porque o Padre Cícero é uma...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Acrescentem-se os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul como estados em que Padre Cícero Romão Batista tem devotos, fiéis e admiradores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Adeptos, admiradores.

E permita-me que eu faça um comentário: muitos são colocados como heróis da pátria, muitos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em alguns, eu lanço dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse aqui, eu diria, o Padre Cícero, é uma alma iluminada. Ele cuidava dos pobres, dos mais carentes, dos mais necessitados. É uma referência para o Brasil e para o exterior.

Por isso, em 2022, pela leitura que o senhor fez...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – ... iniciou-se o processo de beatificação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entrou o processo de beatificação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já, em 2015, não é?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Em 2022 a beatificação, em 2015 ele foi perdoado...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em 2022 o processo então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele foi acolhido novamente na Igreja Católica, não é.

Então eu quero só dizer que voto com louvor, se possível, a favor, no Livro dos Heróis da Pátria, o querido Padre Cícero.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Quero destacar também a presença do Senador Zequinha Marinho. Seja sempre bem-vindo, um Senador com uma atuação importante na educação e na cultura.

Mas, Senador Cid Gomes, quero parabenizá-lo novamente pelo relatório, pela explicação. Já mencionei que eu quero participar da contestação também. Quero dizer que no Paraná, assim como no Rio Grande do Sul, e no Brasil inteiro, o Padre Cícero é uma figura nacional – é claro que tem uma relevância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito maior no próprio Estado do Ceará e nos estados próximos –, mas falar de Padre Cícero no Paraná é falar de alguém de casa, uma pessoa amiga, solidária, que ajuda.

E eu penso que foi extraordinário a Igreja Católica, em 2015, dizer: "Olha, que bobagem, vamos rever isso e caminhar juntos". São equívocos que são cometidos, infelizmente, em todas as áreas, no decorrer das nossas caminhadas. Mas foi revisto esse equívoco, inclusive, reforçando esse posicionamento da Igreja Católica no sentido de se iniciar o processo de beatificação, a primeira etapa para pensarmos no Santo Padre Cícero. Como é importante, não é, as pessoas já serem santas em vida, não precisa morrer para ficar santo, quer dizer, santos em vida e reconhecer depois todas as virtudes que acompanharam essas pessoas, não só não área religiosa, na área política, administrativa. Ele foi uma pessoa do mundo, envolvendo todos os aspectos.

Muito bem. Então está encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir, então, o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos, Senador Cid Gomes, conforme solicitação, ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 81, DE 2020

- Terminativo -

Concede ao Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o título de Capital Nacional do Reggae.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela aprovação

O Deputado Bira do Pindaré é o autor, a relatoria é de V. Exa., Senador Cid Gomes. O relatório é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, há matérias que são absolutamente simples no seu texto, mas que são simbólicas e reconhecidas já do domínio popular. O que nós estamos fazendo aqui com essa matéria é tão somente oficializar algo que já é real na cabeça das pessoas.

O *reggae* é um ritmo originário da Jamaica que encontrou adeptos no mundo inteiro. Eu pessoalmente sou um apreciador do ritmo, da música do *reggae*.

E talvez pela influência negra na composição da população de São Luís, o *reggae* passou a ser uma música popular. Como no Ceará é popular o forró, como em Goiânia é popular o sertanejo, o frevo é popular em Pernambuco, em Olinda, o *reggae* é o ritmo de São Luís, e tem hoje lá vários grupos, mas um que se destaca internacionalmente. Então, a iniciativa do Deputado Bira do Pindaré é uma iniciativa simples, mas cheia de símbolos e mostra importância da cultura, a importância da música. E atribui algo que já é fato, verdadeiro, a São Luís o título de capital nacional do *reggae*.

Então, me dispensando aqui, Presidente, do relatório ou fazendo dessas palavras aí adendos ao relatório, eu peço a permissão de V. Exa. para passar direto à análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre assuntos relativos à cultura, caso do projeto de lei em análise.

Não há, na proposição, óbice relativo à sua constitucionalidade, hasteando-se a competência concorrente da União para legislar sobre a matéria no art. 24, inciso IX, da Constituição da República, que compreende o âmbito da cultura. Tampouco há senões no que se refere a juridicidade, técnica legislativa e adequação ao Regimento da Casa.

O *reggae*, gênero musical nascido na Jamaica no final dos anos 1960 e rapidamente difundido pelo mundo, tem um inegável e contagiante vigor artístico, tanto na melodia, no ritmo e nos arranjos como nas letras. Desde sua origem, esteve vinculado à expressão da vida da maioria da população da Jamaica, marcada por agudos problemas sociais, e à ânsia de transformação, associada à promoção do igualitarismo, da negritude e do anticolonialismo.

Essa música foi adotada, já a partir dos anos 1970, pelo povo maranhense e, em especial, pelos moradores da Ilha de São Luís. Há hipóteses de que o *reggae* tenha chegado pelas ondas de rádio emitidas do Caribe ou por marinheiros que, descendo no porto, traziam discos para São Luís.

Menos importante do que explicar o modo como ele chegou ao estado é constatar que houve uma inesperada empatia entre o ritmo e a população maranhense, essa mesma que desenvolveu formas poderosas de arte popular, como o bumba meu boi e o tambor de crioula.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há dúvida de que a origem africana, transformada em moderna expressão afro-caribenha, foi um fortíssimo fator que impulsionou essa convergência do *reggae* com o povo do Maranhão, com sua elevada participação de afrodescendentes.

Chegando ao Maranhão, o *reggae* foi passando por transformações culturais que lhe dão sua feição peculiar – gente, me perdoem é que minha vista está ruim e eu tenho me recusado a usar óculos e vou resistir, pedindo sempre à assessoria que aumente o tamanho das letras –, seja pelo jeito de dançar *reggae* agarradinho, ou em pares que se enlaçam, que é único no mundo; seja pela presença tão difundida das radiolas, que são verdadeiras paredes de caixas de som montadas nas ruas e em outros espaços abertos; seja, por fim, pelo surgimento de bandas, como a pioneira Tribo de Jah – é extraordinária essa banda –, em atividade desde 1986, chegando até a Orquestra Maranhense de Reggae, criada quarenta anos depois.

Visto inicialmente com preconceito pela cultura oficial, o *reggae* foi conquistando espaços a partir da periferia de São Luís e se tornando uma das marcas inconfundíveis da cidade, ao mesmo tempo que se espalhava pelo interior do estado. Temos hoje, no centro histórico da capital, o Museu do Reggae Maranhão, único museu do gênero fora da Jamaica, visitado por dezenas de milhares de pessoas a cada ano.

Por essas razões, não há dúvida de que é meritória a proposição de intitular São Luís como a Capital Nacional do Reggae.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 81, de 2020.

É este o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Cid Gomes. Eu só quero dizer que V. Exa., gradativamente, tem que se render à realidade de ter que usar os óculos para a leitura. (*Risos.*)

Eu já me rendi há muitos anos. Aumentar a letra, daqui a pouco... Vamos cuidar do meio ambiente para não ter muitas folhas também.

Em discussão, a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Não sei se é a idade que vai fazendo com que a gente fique cada vez mais sensível, eu vou usar o termo sensível e cumprimentar mais uma vez o Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi um videozinho de que eu nunca mais me esqueci e acabei usando-o até em discursos que fiz ao longo da minha vida. Era, exatamente, uma música ligada ao *reggae*, e, se eu não me engano, era Jimmy Cliff o nome desse cantor de *reggae* – Jimmy Cliff, se eu não me engano, era esse o nome dele. Ele ia fazer um show, numa situação de conflito armado inclusive, e, quando ele chega ao local, ele é baleado. E, aí, à noite, ele estava no show – isso está no vídeo, eu estou resumindo o vídeo –, e perguntaram a ele: "Por que você está aqui cantando *reggae*? Nós amamos, é uma música tão bonita, e o seu jeito...". Diz ele: "Se aqueles que fazem o mal não dormem, eu também, embora baleado, não tenho o direito de dormir. Estou aqui para fazer do meu canto a voz de vocês, de protesto". É lindo. É um videozinho de um minuto. Quem puder, veja.

É isso.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Maravilha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – O *reggae* fez história no mundo. Faz.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O *reggae*, no Brasil... Essa, referida aqui, Tribo de Jah é famosa e faz muitos *shows* lá em Fortaleza, e o grande mestre do *reggae* é o Bob Marley.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Bob Marley!

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bob Marley.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bob Marley, uma figura extraordinária. Uma figura extraordinária. É, o Bob Marley.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – O jamaicano Bob Marley.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Que bom.

Senador Zequinha Marinho com a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quero cumprimentar o Relator pelo trabalho apresentado, mas eu quase sou contra a aprovação do projeto, porque foi a Jamaica que tirou nossas meninas da Copa. (*Risos.*)

Mas tudo bem. Fazer o quê? Parabéns. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É.

Lembrando que as meninas do futebol despertaram a paixão pelo futebol em muita gente pelo Brasil. Então, esse também foi um momento importante.

Destaco que, de acordo com as notícias, as jogadoras da Jamaica, inclusive, foram para a Copa fazendo vaquinha para poderem chegar lá, então tiveram bastante mérito também. Mas sem tirar o mérito da nossa seleção, que se empenhou, lutou. E eu acho que abrir essa oportunidade para as meninas do Brasil, moças, jovens, adolescentes, adultas, é algo muito importante.

Muito bem.

Está encerrada a discussão.

Eu só quero dizer que a votação será nominal, mas só vamos fazer ao final da reunião. É só para os Senadores que estão aqui presentes – o Senador Mauro Carvalho, que nos dá honra com a presença também –, não se esquecerem de que será nominal. E a gente avisa no WhatsApp também, até para que o Senador Zequinha Marinho possa fazer o relatório do item nº 2 também.

Eu quero relembrar: 12h30, a presença do Ministro da Educação, Camilo Santana, que trará os resultados da consulta pública sobre o ensino médio – foi um trabalho de alguns meses – e entregará para a Comissão e usará a palavra também para dizer alguma coisa sobre o processo todo.

Meio-dia e trinta: o Ministro Camilo Santana. Então, a gente convida, enfatiza o convite para os Senadores e Senadoras. É uma coisa rápida, porque ele também terá que ir para a Câmara dos Deputados.

Muito bem. A votação, então, será realizada no final da reunião.

Passamos ao item 2 da pauta.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 2208, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2015)

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do projeto e da Emenda nº 1-CRA

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA.

Autoria: Senador José Agripino, que conviveu aqui no Senado por vários anos. Senador do Rio Grande do Norte.

Com a palavra então o Senador Zequinha Marinho, para leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Permita-me ir direto à análise do projeto.

O PL nº 2.208, de 2022, envolve matéria de natureza educacional. Dessa forma, encontra-se sujeito ao exame da CE, consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há reparos a fazer sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

O PL está ainda em consonância com as normas educacionais brasileiras, representando importante medida para incrementar a implementação de políticas públicas para a juventude do campo. Em termos de alinhamento, vale citar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que, no art. 28, determina que, na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, provendo especialmente conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e adequação à natureza do trabalho na zona rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, também apresenta um grande número de estratégias, disseminadas por todo o texto, relacionadas ao cuidado que se deve ter com a população do campo. A Meta 8, por exemplo, menciona esse público, pois trata de elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo em 2024, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres.

Infelizmente, segundo o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o indicador da meta relacionado à população do campo ainda não foi alcançado entre as pessoas que residem em áreas rurais, as quais estudam, em média, apenas 10,4 anos. Para os que têm localização urbana, esse indicador já foi atingido em 2021.

Além disso, ainda segundo o Inep, em 2021, cerca de 13% da população rural de 15 anos ou mais não estava alfabetizada (nas cidades, esse índice é de menos de 4%).

Na educação de jovens e adultos, de forma integrada à educação profissional, no mesmo período houve 56.871 matrículas na área urbana e apenas 8.074 na área rural.

A discrepância de oferta de educação profissional e técnica de nível médio ainda é mais significativa, pois as matrículas foram ofertadas, majoritariamente, nas escolas localizadas em área urbana. O percentual de 2021 era de 94,8%.

A proposição pode, assim, contribuir para que se supere a desigualdade educacional relacionada à localização, sobretudo, porque propõe um trabalho multissetorial, envolvendo diferentes áreas e eixos da educação, quais sejam, educação empreendedora, capacitação técnica, acesso ao crédito e difusão de tecnologias no meio rural.

Parece-nos bastante adequada também a perspectiva de priorizar a interface entre a prática e a teoria, promovendo o empreendedorismo, bem como o foco na criação de redes cooperativas para a difusão de conhecimentos e de experiências.

Para finalizar, achamos importante também a emenda de redação aprovada na CRA, pois é preciso indicar na nova norma que a definição dos componentes do comitê a ser criado no âmbito da política será feita por meio de regulamento.

Do voto, Presidente.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.208, de 2022, substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei, aqui no Senado, nº 104, de 2015, e da Emenda nº 1, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Presidente, só fazendo uma consideraçãozinha muito rápida aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nós, pelo menos na Região Norte do Brasil e, talvez, na Região Nordeste também, esse é um grande preconceito com relação às pessoas que nascem no campo, com relação à perspectiva de vida.

Eu sou um desses. Nasci numa zona rural e o sonho do meu pai era nos levar para a cidade para que a gente estudasse e conseguisse um emprego. Essa era a meta de todo pai de família: "Não vou deixar meus filhos aqui, porque aqui não tem futuro. Aqui é isso. Aqui...". Na verdade, naquele tempo, a vida era muito dura na zona rural, tecnologia zero. Era tudo à custa do braço e de ferramentas muito rudimentares, e a produção era muito penosa em função de tudo isso.

Mas isso se estendeu a até quase que agora. Estar na zona rural, quando dizem "Fulano está na lavoura", "Fulano está na roça", significa que ele está em situação difícil. Isso atrapalha, significativamente, a visão de mundo.

Recentemente... Recentemente não, mas de alguns poucos anos para cá, há um comercial na rede de televisão dizendo que o agro é *tech*, o agro é *pop* e o agro é tudo. Mas nós temos descoberto, muito antes da televisão, que o agro é importante e que não pode ser colocado na forma como nossos pais colocavam, por falta de perspectiva – o Brasil mudou. Então hoje um jovem querer trabalhar, ficar na zona rural recebendo a educação, formação empreendedora para poder enxergar a sua terra, a terra dos seus pais como uma empresa, um lugar de se produzir, de se vender ou de se agregar valor à produção, isso é alguma coisa real.

Eu tenho certeza de que o projeto de lei que a gente acaba de relatar aqui... E eu vou fazer de tudo para que, no meu estado, a gente possa combater essa velha mentalidade e mostrar que hoje se pode produzir – o mundo é outro, o Brasil é outro, a tecnologia chegou. A formação, principalmente na área técnica, está muito fácil, está muito disponível. Que se tire de uma vez por toda da cabeça que estar na zona rural, que se viver ou ter nascido ali não tem nada de negativo. Ao contrário, isso é uma oportunidade de não ir para as periferias das cidades, ficar desempregado e, de repente, se encaminhar ou se enveredar pelo caminho errado, o que acontece muitas vezes.

Então, festejo aqui estar relatando esse projeto, na expectativa de que a gente vá convencer, através do sistema educacional – que precisa incorporar efetivamente, porque não adianta a gente pensar em desenvolvimento e continuar ministrando educação que não serve para nada. Nossos meninos terminam o ensino médio e não sabem absolutamente nada. Você tem que fazer um investimento muito grande para ele ter uma nota razoável no Enem ou passar num vestibular de uma universidade particular. Eu sou pai de três filhas e eu vivi isso na minha realidade. Então sou adepto daqueles que querem uma educação que prepare essas crianças para o mercado de trabalho imediato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu terminei o ensino médio – eu não sou tão velho – lá na década de 80, eu já saí técnico em Contabilidade, eu sabia abrir uma empresa, eu sabia movimentar uma empresa. Eu sabia, se fosse preciso, fechar uma empresa. Eu não iria passar fome se não tivesse um emprego, eu iria começar a trabalhar. É claro que, do meu tipo social, tem que começar a trabalhar com cinco anos de idade, porque, senão, o cara não sobrevive muito tempo. E meu pai ensinou isto: trabalho nunca matou ninguém, nem deixou ninguém aleijado, correto? Pelo contrário, ajudou e continua ajudando as pessoas a se prepararem para a vida.

Então, gostaria aqui de agradecer pela escalação que me foi feita para relatar o projeto. Fico feliz pela oportunidade de ver este país começar a pensar numa educação que possa promover efetivamente o estudante, o aluno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Senador Zequinha Marinho, pelo relatório e, mais do que tudo, pela explicação dada, importante, necessária, bonita e relevante.

Inclusive, antes de vir aqui para a reunião da Comissão, eu estava lá no Plenário recebendo estagiários e também alunos do ensino médio do Bolsa Aprendizagem que estão trabalhando aqui na Biblioteca do Senado – e era um grupo grande bom, eram 20, mais ou menos –, para mostrar a importância disto, como foi ressaltado, do trabalho junto com ensino médio, do estágio junto com o ensino superior, mas particularmente junto com o ensino médio, porque o aluno que faz o ensino médio, está trabalhando e tem uma profissão, particularmente na área rural. O empreendedorismo rural, como o projeto prevê, é essencial.

Inclusive, duas, três semanas atrás, na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, eu passei pessoalmente lá, por todas as iniciativas, também da economia solidária, que é a organização do povo para ter uma vida melhor também no campo. E iniciativas muito interessantes: a grande agricultura, a agricultura familiar, a tecnologia... Hoje é uma outra realidade.

Mas parabéns! Muito bem relatado o projeto.

Está em discussão, Senador Paulo Paim.

Senadora Professora Dorinha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Professora Dorinha sempre terá preferência.

Eu gostaria de ouvi-la primeiro, inclusive, porque ela é uma referência para todos nós, como V. Exa. é nessa área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Por favor.

Então, com a palavra a nossa Vice-Presidente da Comissão, Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia.

Eu agradeço o carinho, sempre, do Senador Paulo Paim.

Quero parabenizar o Senador Agripino Maia, que é do União Brasil, foi do Democratas e PFL, pela iniciativa da apresentação desse projeto. E quero parabenizar o Senador Zequinha Marinho pela relatoria.

Eu gostaria, na verdade, Senador, de fazer uma sugestão a partir do que foi proposto em vários dos projetos que têm sido... Alguns inclusive viraram lei, da criação de programas.

E este caso aqui é um projeto extremamente importante, que eu tenho certeza de que virará uma lei. E eu gostaria que a gente pudesse avançar em relação ao acompanhamento e à cobrança para que ele saia do papel.

A minha leitura em relação à escola do campo é uma leitura, ainda, que requer um investimento muito alto. O que eu vejo é que, nos últimos anos, e aí eu não estou falando só da última gestão, eu estou falando nos últimos anos mesmo, na área da educação de jovens e adultos, houve um encolhimento, em virtude até do *per capita* do valor do Fundeb. O menor *per capita* hoje é o da educação de jovens e adultos. Isso desestimula o investimento, inclusive, do poder público, de maneira equivocada.

No caso da escola do campo, a situação é ainda mais grave. É uma escola que vem encolhendo. O famoso transporte escolar tem feito um trabalho, lógico, buscando garantir o direito à educação, mas em vez de criar uma escola com a identidade do campo, as nossas crianças e jovens são transportadas para uma escola da cidade, que não está prestando nem para a cidade, no sentido de responder às suas demandas. No caso do campo, o desafio é maior ainda.

O Senador Zequinha falou dessa realidade que ele viveu. O meu pai também era um autodidata, estudou, só conseguiu ir para a cidade com 17 anos, mas, na própria casa dele, tinha uma escola de fazenda. Mas o que eu gostaria de propor é que a gente pudesse – hoje o Ministro da Educação estará aqui entregando a consulta pública que foi feita na área do ensino médio – tratar de alguns assuntos dessa questão de política pública na área indígena, quilombola, do campo e a questão da identidade.

Eu não vejo, por exemplo, um projeto desse sair do papel se a gente não articular com a questão da educação profissional e com as escolas, talvez, num regime de alternância, com as escolas agrícolas, e que encolheram nos últimos anos enquanto política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem iniciativas de municípios e estados, mas, quando a gente falamos que a educação é para todos, a universalização passa por essa política completa de educação. E aqui o projeto é um projeto que já tramita há muito tempo – de iniciativa do Senador Agripino Maia –, e eu lamento ter demorado tanto nesse processo de aprendizagem, de aprovação.

Faço esse pedido a V. Exa., como Presidente da Comissão de Educação, para que a gente pudesse selecionar esses que são políticas públicas, para que a gente pudesse monitorar, para que ele saia do papel.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É muito importante.

Eu só quero lembrar também – V. Exa. tem acompanhado de perto, mas para todas as pessoas que nos acompanham – que está disponível também no *site* da Comissão de Educação a audiência pública que foi coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em que são apresentados todos os dados do Plano Nacional de Educação, mas desagregados, para que a gente saiba na comunidade quilombola, na comunidade indígena, no campo, na periferia, quer dizer, não só ter o dado geral, mas por contextos específicos. Isso pode nos subsidiar também neste debate, que tão bem a Senadora Professora Dorinha ressalta.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Senador Flávio Arns, Senadora Professora Rosinha, que tem nos mostrado os belos caminhos da educação, permita que eu diga isso, os belos caminhos da educação. Como a gente fala sempre, somente a educação liberta. Aí pega todo mundo, pega quilombola, pega negro, pega branco, paga índio. É o símbolo da liberdade.

Quero cumprimentar aqui o querido Senador Zequinha Marinho e dizer que esse projeto trata de abrir espaços para o trabalhador jovem rural. E aqui eu tenho uma bela exposição que a consultoria do PT, os assessores do partido fizeram, e claro que eu não vou ler toda a argumentação, está belíssima. Fala desde o ensino técnico, do crescimento da juventude na área rural, fala de escolas, da família agrícola, fala das casas de familiares rurais, enfim, fortalecendo o projeto.

Mas eu quero terminar só dizendo que na semana que vem nós vamos ter, aqui em Brasília, a Marcha das Margaridas. Serão, segundo as informações que nos passou a Contag, mais de 100 mil mulheres que estarão aqui. E a maioria é juventude. A maioria são jovens desse grande movimento.

Vai haver uma sessão de debate no Plenário inclusive, organizado por diversos Senadores e Senadoras, que vai permitir inclusive que um projeto como esse seja enaltecido, seja discutido, seja mostrado a importância dessa obra que começou, pela informação que nos deram aqui, com o ex-Senador José Agripino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Maia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – José Agripino Maia. Então, eu só queria enaltecer aqui e fortalecer também o nosso querido Relator, que é o Zequinha Marinho, pelo brilhante relatório, e naturalmente a Senadora Professora Rosinha e V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Isso.

Agradeço, Senador Paulo Paim. Parabenizo de novo o Senador Zequinha Marinho pelo relatório, pela explicação.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores que concordam com o relatório apresentado e Senadoras permaneçam como se encontram.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu concordo, Presidente, mas permita que eu faça um ajuste: eu tenho a mania de chamar essa querida Senadora de Rosinha e ela não diz nada. Aí os assessores dizem: "Senador, outra vez, é Senadora Professora Dorinha!". Falei em tempo ainda, não é, Professora? Senão, a Senadora vai sair daqui dizendo: "De novo ele errou meu nome!".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Na hora, quando foi falado "Rosinha", eu pensei: será que eu entendi errado? É que eu ando com um problema de surdez já também, então, eu disse: eu acho que eu entendi errado. É que é parecido em todo o caso. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peguei duas vezes a covid, viu? E isso me traz mesmo uns probleminhas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Mas é Dorinha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dorinha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, não entendi errado e não é problema meu de audição.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, é Dorinha mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está bem, então.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Feita a correção.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da CRA (Comissão de Reforma Agrária e Agricultura) – Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Muito bem.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3.224, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para alterar o critério de aferição dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em de manutenção e desenvolvimento do ensino para a despesa liquidada.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a V. Exa., Senadora Professora Dorinha – não é, Senador Paulo Paim? Dorinha! (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Está me ajudando, meu querido Líder. Por isso que ele é o meu Presidente.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Nossa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando à análise do mérito, ao vincular recursos os mínimos da receita resultante de impostos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios à educação, o art. 212 da Constituição Federal consolidou a expressão "manutenção e desenvolvimento do ensino".

A LDB, por sua vez, define, nos arts. 70 e 71, o que constitui e o que não constitui, respectivamente, despesa de MDE. Essa dupla definição busca deixar claro à comunidade escolar, em especial para os gestores, mas também para os órgãos de controle e fiscalização, os gastos que possuem natureza educacional, de modo a evitar desvios de recursos para atividades conexas ou mesmo totalmente alheias ao setor.

Assim, o art. 70 da LDB estabelece que são de MDE "as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo apenas as que se destinam a": a) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; b) aquisição, manutenção, construção e conservação das instalações e equipamentos necessários ao ensino; c) uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; d) levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino; e) realização de atividades meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; f) concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; g) amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos itens acima; h) aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar; e i) realização de atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado dos alunos ou à formação continuada dos profissionais da educação, tais como exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura.

A proposição em análise, por sua vez, busca alterar a forma como é feita a aferição do cumprimento dos mínimos constitucionais a serem aplicados em educação. Atualmente, fala-se em "despesas realizadas", que incluem "despesas empenhadas", que nada mais são que valores reservados para determinada finalidade. Ocorre que empenhos podem ser cancelados durante o exercício, enquanto os restos a pagar não processados (empenhados, porém não liquidados no exercício) podem ser posteriormente cancelados ou até prescritos.

Ao alterar a forma de cálculo para incluir somente "despesas liquidadas", a proposição busca assegurar vínculo mais direto e próximo entre o bem ou serviço entregues à população e o recurso orçamentário dispendido. Dessa forma, garante-se que tais valores já componham crédito adquirido em decorrência da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço, o que fornece uma maior garantia para que esse gasto realmente seja feito conforme a finalidade apontada e, portanto, permite um maior controle social.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.224, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto é extremamente bem-vindo, Senador.

Parabéns pela sua preocupação e autoria.

Quando ele estabelece que foi uma luta de educadores ao estabelecer os arts. 70 e 71, infelizmente, por algum tempo, até um asfalto na porta da escola era considerado como despesa de educação. Por isso, houve um grande avanço na LDB ao definir, nos arts. 70 e 71, o que é despesa efetiva de educação e de ensino.

Neste caso aqui, nós vamos além: é aquilo que foi liquidado, efetivamente pago, porque logicamente o empenho pode ser cancelado, o serviço pode não ser entregue e pode, inclusive futuramente, causar até uma ilegalidade a um gestor tanto no âmbito da secretaria quanto a um Governador de estado ou a um Prefeito ou Prefeita.

Então, parabéns pela sua iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Professora Dorinha, pela explicação extremamente clara, como sempre.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2751, DE 2021

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pelo arquivamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para leitura do relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, farei a leitura, mas destaco que o arquivamento aqui é pela prejudicialidade, porque, quando o projeto foi apresentado, a matéria não estava regulamentada e, hoje, ela já atendida numa legislação.

Então, a iniciativa é muito bem-vinda.

O Senador Heinze tem uma grande preocupação, desde quando era Deputado, com o tema da educação.

E, aqui, era uma iniciativa que tinha uma grande importância quando ela foi apresentada.

O projeto de lei aborda matéria relativa à educação – portanto, sujeito à nossa apreciação.

O exame do projeto sob a ótica da constitucionalidade não evidencia óbice de ordem material ou formal.

A proposição também não apresenta problemas de juridicidade e técnica legislativa.

No mérito, a matéria, quando apresentada no ano de 2021, apresentava-se consentânea com os debates em torno do aperfeiçoamento do Fundeb, que previa a revisão da norma até 31 de dezembro de 2021, prazo que se mostrou demasiado curto. Ademais, diversos dispositivos da lei necessitavam de adequações, especialmente aqueles relativos a questões operacionais dos cálculos de distribuição dos recursos bem como ao envio de informações orçamentárias.

Nesse sentido, naquele momento, a proposição apresentada pelo Senador Luis Carlos Heinze foi oportuna e necessária.

A tramitação da matéria, no entanto, levou a que fosse aprovado o PL nº 3.418, de 2021, inclusive de minha autoria, que foi convertido na Lei nº 14.276, de 2021. Essa norma solucionou os gargalos que havia na implementação do fundo, dispondo sobre as questões tratadas na proposição aqui sob análise, inclusive com redação bastante semelhante em muitos dos seus dispositivos, resultado da construção de consensos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Dessa forma, ao tempo em que louvamos a iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze, consideramos que restou prejudicada a matéria e concluímos pelo não prosseguimento da discussão nesta Comissão, nos termos do art. 133, inciso III, do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco, mais uma vez, que nós já conversamos com o Senador sobre o arquivamento em virtude da regulamentação procedida depois da apresentação do projeto.

Por isso nosso voto é pelo arquivamento do Projeto de Lei 2.751, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Está em discussão a matéria.

Eu quero também destacar, como a Senadora Professora Dorinha já fez, que, inclusive, esse encaminhamento foi bem discutido com o Senador Luis Carlos Heinze, e a pretensão dele, legítima, importante e necessária, já foi atendida em legislação aprovada aqui no Congresso Nacional. Por isso, o encaminhamento para o arquivamento.

Quero parabenizar o Senador Luis Carlos Heinze pela preocupação antiga, de 2020 – portanto, três anos, dois anos e meio atrás, já.

Muito bem, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, passa a constituir o parecer da Comissão, pelo arquivamento do projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao item nº 1 da pauta, que é o turno suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1.913, de 2020.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI N° 1913, DE 2020

- Terminativo -

Dispõe sobre o regime excepcional de estudos para os estudantes que especifica, em razão da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 01/08/2023, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 1913/2020, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282, c/c art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

3. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal, não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido apresentadas emendas no turno suplementar, é adotado, definitivamente, sem votação, o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1.913/2020.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Passamos agora à votação nominal do item nº 5, que já teve seu relatório lido pelo Senador Cid Gomes. Lembro que foi um projeto bastante enaltecido: concede ao Município de São Luís, capital do Estado do Maranhão, o título de Capital Nacional do Reggae.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

Em votação, então, o Projeto de Lei nº 81, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator Cid Gomes votam "sim".

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar.

Abriu?

Há um problema, mas acho que o problema está sendo resolvido. (*Pausa.*)

Ah, já sim. Agora, está bem.

Já podem todos votar agora.

Eu solicito também às assessorias dos Senadores e Senadoras que, tendo registrado o nome, já podem votar à distância também.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para encaminhar.) – Muito bem.

Há dois requerimentos de minha autoria também.

Item nº 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 79, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a necessidade de aperfeiçoamento da legislação que regulamenta as ofertas de cursos de ensino superior, mediante novas diretrizes curriculares que autorizem o ingresso único em vestibular e permitam a opção posterior do discente em percursos formativos de licenciatura ou de bacharelado, de modo a tornar os cursos mais flexíveis e atrativos aos estudantes.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Esse debate surgiu a partir de uma discussão com o Conselho Estadual de Educação do Paraná. Lembro que, por exemplo, no curso de Educação Física, a pessoa pode fazer o vestibular e depois escolher se vai para bacharelado ou para licenciatura, o que é bom – na minha opinião é bom. Por que é bom? Porque, às vezes, a pessoa tem 17 anos, 18 anos, está fazendo vestibular e nem sabe o que é bacharelado, o que é licenciatura. Com bacharelado, pode ser professor de academia, pode ser *personal trainer*, uma série de coisas. Mas, de repente, durante o curso ela vai dizer... A gente tem que incentivar inclusive isto: "Olha, você pode ser professor também. Pode ser professor e *personal trainer* ou um profissional de uma academia". E essa pessoa acaba... Ou o contrário: acha que vai ser professor e acaba fazendo bacharelado. Mas é uma opção que a pessoa faz no decorrer do curso, à medida que vai se entrosando mais com os conteúdos, com os debates. Às vezes é difícil: a pessoa, às vezes, com 30, 40 anos, ainda está discutindo para ver o que vai fazer na vida. E com 17, 18, 19 anos... O conceito de bacharelado e licenciatura é comum para nós, mas não para a população de uma maneira geral.

Só que isso acontece em outros cursos também. Por exemplo, Geografia: as pessoas têm que fazer uma série de trabalhos em relação a rotas, transporte escolar e tudo, que é um trabalho de bacharelado, mas nada impede que essa pessoa possa também fazer depois o curso para licenciatura, para ser professor de Geografia. Mas, ao mesmo tempo, se ele não tiver essa opção... Ele pode ter a opção de achar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismo que permita com que essa pessoa possa, no decorrer do curso, se enfronhar mais, entender melhor as consequências de uma decisão que possa ser mais favorável à vida pessoal e profissional.

Então, esse debate está acontecendo e está acontecendo no Conselho Nacional de Educação também, junto com o MEC. E, esta Comissão, com esse requerimento, pretende se debruçar sobre esse assunto, debater, discutir, chamar as pessoas, ver o que todos acham, para chegarmos a uma conclusão. Então, esse é o objetivo do requerimento.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Faremos, na sequência, a votação do requerimento.

E, outro requerimento, também. Nós temos o item nº 8, da pauta.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 80, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância de programas de assistência estudantil na educação superior, notadamente nas instituições de ensino superior públicas federais e estaduais, considerando o cenário atual alarmante de enorme evasão dos discentes na educação superior brasileira, em que o problema da falta de recursos para alimentação e transporte surge como obstáculo para a permanência dos estudantes de baixa renda no ensino superior.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Então é uma demanda antiga, importante e, eu diria, necessária.

Nós tivemos aqui, na legislatura passada, uma Subcomissão da Educação na Pandemia, e esse assunto da assistência estudantil foi trazido para o debate.

E, vendo o Senador Marcos Pontes aqui, até diria que não é só para o ensino superior, mas, também, até para a profissionalização – e nós temos agora a Frente Parlamentar em Favor da Educação Profissional e Tecnológica –, para que a pessoa tenha condições de sobreviver. "Não, entrou, teve uma vaga", mas não só nas federais, nas estaduais também, o caso do Paraná, mas de outros estados. Nós temos sete universidades estaduais no Paraná, e isso, por um lado, também facilita muito a questão da pessoa ficar no interior, na região onde mora, contribuir para o desenvolvimento. E também nas próprias instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particulares, eu diria, porque há o financiamento do Governo Federal em relação às instituições comunitárias, confessionais, particulares, para que o aluno permaneça. Então, já está sendo investido. Só que esse aluno acaba desistindo, muitas vezes, pela falta de condições de se manter no decorrer do curso também.

Então, esse debate da assistência estudantil e, também, essa iniciativa surgiram dos debates acontecidos com o Conselho Estadual de Educação do Paraná, mas é um debate antigo, interessante, necessário, importante, e, por isso, esse requerimento de audiência pública está sendo colocado.

Está em discussão também esse requerimento.

Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de destacar a importância de discutir o tema.

Eu sou autora de dois, na verdade, de três projetos que tratam da questão da assistência estudantil que estão na Câmara.

A convite da Andifes e do Fórum de Pró-Reitorias da área de assistência estudantil, eu participei, há cerca de dois meses, de um mês e pouco, de um fórum para discutir o tema, a ideia de instituir um programa e uma ação permanente na área da assistência estudantil, que sofreu bastante, nos últimos anos, com redução de recursos, mas é um projeto que, inclusive, outros governos já podiam ter dado sequência para aprovação.

Um dos projetos trata da assistência estudantil específica para quilombolas e indígenas, porque requer um investimento diferenciado – a universidade do meu estado foi piloto para criar um programa de vagas na área indígena, inclusive em cursos na área de saúde –, e tem um outro específico que cria um fundo nacional de assistência estudantil, um programa que garanta um recurso permanente para que, em situações de queda do orçamento, seja mantido. Lógico, um jovem que mudou para uma cidade para estudar, e, de repente, tem um corte: ele volta para casa ou mudam as condições? Então, esse é o do fundo. Mas o que eu quero dizer é que a Deputada Alice Portugal é a Relatora, e, na semana passada, na quinta-feira, ela me disse que está finalizando um texto.

Então, essa é a importância desse tema. Logicamente, peço que, tão logo esteja aprovado, a gente possa estabelecer – quem sabe? –, a partir dessa audiência pública, os principais pontos para que seja criado um programa permanente de assistência estudantil, com recurso, com garantia, porque é uma porta que precisa ser aberta, e, depois de o estudante estar dentro do programa, ele não pode ter solução de continuidade.

Então, parabéns pela iniciativa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E parabéns também pelas iniciativas de projetos de lei!

Continua em discussão a matéria.

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discutir.) – Presidente, bom dia! Bom dia a todos!

Eu também considero muito importante ter essa discussão aqui.

Nós temos muitos alunos no Brasil todo que passam por essa situação, sem dúvida nenhuma, de ter esse auxílio, essa possibilidade, inclusive, de reduzir a quantidade de desistências dos cursos ou atritos nos cursos, que é importante. Muitos querem estudar, mas, no final, fica difícil de se manterem, fica difícil por várias razões.

Eu cito, particularmente, aqui o meu caso. Quando eu fiz o vestibular para a Academia da Força Aérea, eu tinha feito também o vestibular para a Unicamp, na época, para fazer Engenharia Elétrica lá, e esta opção, embora muito atraente, não era factível para mim, porque eu não ia conseguir me manter lá. Apesar de ser uma escola pública, mas, lógico, você tem que viver, tem que morar, tem toda essa parte, eu não tinha como fazer o curso e trabalhar em paralelo. Então, a Academia da Força Aérea, embora também fosse meu sonho voar, etc., também veio como essa opção, porque eu moraria ali dentro e já teria todo o apoio.

Então, é importantíssima essa discussão. Sem dúvida nenhuma, eu acho que isso vai ajudar muitos jovens aí no Brasil como um todo.

Parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão do requerimento.

Muito bem! Já atingimos o quórum para votação do item 5. Então, está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Votaram SIM 15; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto está aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Em votação também os requerimentos já lidos: item 7, Requerimento nº 79/2023; item 8, Requerimento nº 80/2023, em votação os requerimentos.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Eu quero lembrar, antes de encerrar os nossos trabalhos no dia de hoje, parabenizar todos os membros da Comissão, Senadora Zenaide Maia, que está aqui, a quem passo com prazer a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Quando eu cheguei aqui à Comissão de Educação tive uma curiosidade muito grande sobre o que Ruy Barbosa falava sobre educação. Eu peguei alguns dados e vou dizer para os nossos colegas e para quem estiver nos assistindo: "Num país onde o ensino não existe, quem disser que é 'conservador em matéria de ensino', volteia as costas ao futuro e desposa os interesses da ignorância".

Mas ele ainda diz mais: "A produção", o ensino, a gente vê esse olhar diferenciado, como a Professora Dorinha, que educação é a base de tudo, é a única política que inclui, que socializa e para aqueles que têm um olhar diferenciado só para a produção Ruy Barbosa já dizia: "A produção [...] é um efeito da inteligência: está, por toda a superfície do globo, na razão direta da educação popular". Então imaginem, senhores, o que ele falou.

E tem outros, que não vou dizer para não permear, mas é algo que me enche de orgulho, que muitas vezes digo: o Estado não educa suas crianças, seus jovens, seus adultos, e esse mesmo Estado se acha no direito de criminalizar esses jovens que ele não educou, mesmo sabendo que a única maneira de diminuir violência, de haver desenvolvimento com inclusão social é a educação.

Então, um orgulho muito grande aqui do Flávio Arns na nossa frente, a Professora Dorinha Seabra, Teresa, a gente tem muito orgulho de fazer parte desta Comissão, porque aqui, falando como Procuradora da Mulher, porque ela está me ajudando nisso – viu, Dorinha? –, eu costumo dizer que nós temos que ter esse olhar diferenciado sobre o investimento em educação, e Dorinha é incansável nisso na Comissão de Orçamento. Tudo isso que a gente aqui quer aprovar, como custeio para a educação, porque a gente sabe que para a maioria das crianças a única refeição é no colégio, tudo para a educação. Se a gente não lutar por um orçamento digno, respeitável e justo para a educação, nós vamos patinar.

Então, vai contar com todas as mulheres deste país, porque, quando se diz assim: "Dra. Zenaide, eu não tenho nada a ver com política"... Eu digo: "Que coisa, a senhora não tem nada a ver com o orçamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da educação dos seus filhos e netos? A senhora não tem nada a ver com os recursos do SUS, que vão salvar a vida dos seus filhos e netos para não morrerem de morte evitável, porque não têm recurso?".

Então, cabe a nós e estamos nessa batalha: Secretaria da Mulher na Câmara, Procuradoria da Mulher. Além de a gente ter esse olhar diferenciado para a violência contra a mulher, a gente sabe que essa violência a gente só vai conseguir erradicar ou diminuir muito se a gente investir na educação. Viu, Dorinha? Aquela Lei Maria da Penha em miúdos já consegui fazer a Procuradoria mandar para as escolas de ensino fundamental. Mesmo que ainda não conste na grade curricular, há a importância de mostrar que ela exige em miúdos, porque mostra desenhos, vai mostrar o interesse das crianças.

Obrigada, Sr. Presidente. Para quem chegou atrasada ainda deu o direito de falar. Eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – V. Exa. é sempre bem-vinda, não só como membro, mas como da Comissão. Senadora, somos seus fãs. E, lá no Paraná, também V. Exa. tem muitos fãs, sabe? Dizem: "Olha, essa Zenaide, toda vez em que fala, fala assim com a perspectiva de cidadania, de direitos, de políticas públicas". E isso é muito importante, coerente.

E quero dizer que esta Comissão, quero destacar, tem feito um papel extraordinário graças à participação de todas as pessoas, por exemplo, a Senadora Professora Dorinha Seabra, Vice-Presidente da Comissão, também uma referência; a Senadora Teresa Leitão, Presidente da Subcomissão do Ensino Médio – lembro que o Ministro virá 12h30, aqui na Comissão, daqui a pouco, para entregar o relatório da consulta pública realizada –; o Paulo Paim, que é uma referência aí, tem mais votos no Paraná do que no Rio Grande do Sul, apesar de ter sido eleito lá; também a Senadora Zenaide; o Senador Marcos Pontes, que é uma referência também nisso, na área da educação, dos exemplos, da caminhada de vida e da preocupação com algo que é essencial no Brasil que é, vamos dizer, a educação profissional e tecnológica. Então, eu acho que todo esse conjunto é que faz com que a Comissão vá apresentando os resultados, cada um fazendo uma parte. A soma do conjunto faz com que o resultado seja bem expressivo.

Muito bem! Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para hoje ainda, 8 de agosto de 2023, às 12h30. A Comissão receberá o Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, que fará a entrega do resultado da consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio – 12h30, hoje, Ministro Camilo Santana.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 52ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e doze minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Cid Gomes, Leila Barros, Zenaide Maia, Augusta Brito, Teresa Leitão, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior, Astronauta Marcos Pontes e Rogerio Marinho, e ainda do Senador Chico Rodrigues, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro de Estado**. **Finalidade:** Entrega do resultado da Consulta Pública para Avaliação e Reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio realizada pelo Ministério da Educação. **Participante:** Camilo Santana, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de agosto de 2023.

Com muita satisfação, nesta reunião, estamos recebendo o Sr. Ministro da Educação Camilo Santana, para que ele possa apresentar para a Comissão, entregar o documento e dar as explicações que julgar necessárias neste momento, relacionadas ao término da consulta pública sobre o novo ensino médio.

Dizia, agora há pouco, que foi um trabalho intenso, importante, exaustivo, de grande alcance, de grande profundidade, e recebermos o relatório da parte do MEC é um fator extremamente importante para que toda a sociedade brasileira se debruce sobre os desafios do novo ensino médio.

Eu quero dizer que o Senado Federal, junto com a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, enfim, na verdade, faz, realiza os grandes debates, as grandes discussões. E termos esse documento vindo do Ministério da Educação é essencial para os encaminhamentos necessários.

Eu quero saudar também... (*Pausa.*)

... o nosso Líder do Governo, Senador Jaques Wagner. Quero destacar a presença da Senadora Teresa Leitão, que, nesse período, presidiu inúmeras audiências sobre o novo ensino médio. A Senadora Augusta Brito também, que vem participando dos debates. Todos os membros da Comissão

Bem como a equipe do Ministro, que o acompanha e que estão aqui representados também, o Maurício, o Gregório, a Katia, que é a Secretária Nacional de Educação Básica. Que bom, não é? É muito importante também. O Gregório, que é Diretor da Secretaria Executiva, e o Maurício, com quem a gente já tem falado bastante, da Sase.

Então, Ministro...

Senador Cid Gomes também.

Cumprimento todos e todas que nos acompanham.

Quero, de imediato, passar a palavra ao senhor para abordar o documento, o processo e a expectativa. E a nossa expectativa também, no sentido de que, em eventuais mudanças legislativas, como é que elas serão encaminhadas para esta Casa, se através de medida provisória, se através de projeto de lei, se há a necessidade, no relatório, de mudanças legislativas ou qual a metodologia a ser adotada também nesse sentido.

Mas, então, passamos, com muita alegria, com muita satisfação, dando as boas-vindas à toda equipe do MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, quero parabenizá-los pelo trabalho não só em relação ao novo ensino médio, ao debate, mas a tantas questões que vêm sendo fruto da atenção do Ministério.

Quero dar as boas-vindas ao Ministro, mais uma vez, e passar a palavra a V. Exa.

O SR. CAMILO SANTANA (Para expor.) – Bom, primeiro, boa tarde a todos e a todas.

Queria cumprimentar o Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal; cumprimentar aqui as nossas Senadoras, a Senadora Teresa Leitão, que vem tratando desse tema, liderando esse tema dentro da Comissão, a Senadora Augusta Brito; cumprimentar o Líder do Governo no Senado Federal o Senador Jaques Wagner; cumprimentar, também, aqui o Senador Cid Gomes, o Deputado Domingos Neto aqui presente.

Mas a vinda aqui hoje, peço desculpa até por ter pedido, há poucos instantes, ter pedido esse encontro, mas foi exatamente porque nós queríamos, oficialmente, entregar aqui um sumário executivo do relatório da consulta pública realizada pelo Ministério da Educação.

Cumprimento aqui a Senadora Leila.

Esse é um tema que vem sendo debatido e, ao longo da sua implementação, houve críticas, opiniões diferentes na sociedade por parte de alunos, por parte de professores, por parte de especialistas dessa área, e a orientação do Presidente Lula, Presidente Arns, foi, exatamente, de se abrir uma ampla consulta pública para ouvir, até porque nós acreditamos que tudo precisa ser construído através do diálogo, da construção coletiva, mas, principalmente, ouvir professores, ouvir alunos, ouvir especialistas. E nós criamos uma portaria, no dia 08/03/2023, com um prazo de até 120 dias para se fazer essa consulta.

Foi uma consulta que envolveu aí milhares de pessoas, e isso consta aqui no relatório, seja através de audiências públicas, seja através de reuniões de trabalho, seja através de webinários, que envolveram aí milhares de pessoas, seja através de encontros presenciais, seja através de consultas em plataformas *online*, em plataformas digitais. Para vocês terem uma ideia, nós fizemos uma consulta que envolveu, praticamente, 130 mil alunos que participaram da consulta através do WhatsApp, de um programa de WhatsApp que nós construímos durante esse período.

Ouvimos dezenas de entidades, entidades que colaboraram com documentos, inclusive com sugestões por escrito e, ontem, nós apresentamos, publicamente, esse relatório com as sugestões e as propostas do Ministério da Educação a partir dessa consulta.

Lembramos que esta comissão que foi formada, do MEC, é formada pelo conselho estadual de secretários de educação dos estados brasileiros, até porque nós compreendemos que é fundamental a participação deles, dos estados, porque são eles que implementam a política do ensino médio lá nos seus estados; a participação do Fórum Nacional de Educação; a contribuição do Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que representa os professores deste país; a contribuição da Ubes, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa os alunos, os estudantes da educação básica brasileira; do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais da Educação, que regulamentam, que orientam todas as ações nos estados da Federação. Então, todos eles participaram.

Aliás, ontem, Presidente, antes de anunciar publicamente, através de uma coletiva, os pontos mais importantes, os que foram mais tratados na consulta, nós fizemos uma reunião para apresentar a essas entidades, a essas instituições. Esse documento está organizado, os resultados estão organizados em 12 temas, porque a consulta ultrapassou a necessidade de discutir simplesmente uma questão curricular, mas ele trouxe o tema da infraestrutura, trouxe o tema da permanência, do abandono e da evasão escolar, trouxe o tema da formação e avaliação de professores; enfim, ele trouxe um conjunto de ações, de temas importantes, porque pensar uma política de ensino médio não é só uma questão curricular, não é só uma mudança curricular; é garantir todas as condições para que esse jovem, tanto do ponto de vista pedagógico, de infraestrutura, de permanência... É no ensino médio onde nós temos a maior evasão escolar da educação básica, e já começa da transição do fundamental para o ensino médio, do nono para o primeiro ano.

Portanto, o MEC, além de ter construído essa consulta, orientada pela Presidente Lula e também orientada pela equipe de transição do governo, ainda no ano passado, fizemos questão, Presidente, de trazer e entregar oficialmente esse relatório à Comissão de Educação do Senado Federal. Nós combinamos com essas entidades que, até o dia 21, o MEC receberia as considerações em relação a essa proposta do MEC e, assim, queríamos muito que esta Comissão indicasse um grupo de técnicos da Comissão de Educação do Senado para, juntamente com a nossa comissão do MEC, pudesse discutir esse relatório, pudesse também trazer as contribuições que o Senado Federal tem feito, através da liderança aqui da Subcomissão da Senadora Teresa, em relação a esse tema.

Acabei de vir também da Câmara Federal, onde também entreguei o relatório à Comissão de Educação daquela Casa. E isso porque qualquer mudança vai ter que passar por esta Casa. Haverá as mudanças infralegais, que poderão ser feitas através de resoluções ou decretos do Ministério, ou do Conselho Nacional de Educação, mas haverá mudanças que precisarão de leis sobre as quais este Congresso precisará se debruçar para que a gente possa traçar aí a melhoria em relação ao ensino médio.

Lembro que eu vou participar, nessa quinta-feira, de uma reunião com os Secretários Estaduais de Educação dos estados brasileiros, que estão reunidos no Mato Grosso, para a gente exatamente poder – e eles já receberam o relatório – fazer esse debate. O prazo para o Consed é até o dia 21 para fazer as considerações em relação à proposta do MEC. E nós queremos construir isso juntos com esta Casa, com o Senado Federal, com a Câmara, até porque, repito, esta Casa representa o povo brasileiro e é por ela que passará qualquer mudança em relação ao ensino médio brasileiro.

Lembro que vários temas que foram focados nessa consulta, como, por exemplo... Houve uma cobrança muito grande dos jovens, dos estudantes em relação à escola profissional e técnica, a EPT.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, o Congresso aprovou recentemente uma lei sobre esse tema. Então, o MEC também já está se debruçando sobre uma política que possa induzir e fortalecer o ensino técnico e profissionalizante.

Também a consulta trouxe a questão da escola em tempo integral. E esta Casa aprovou, e o Presidente sancionou agora, na segunda-feira passada, retrasada, a nova lei do tempo integral, que vai permitir que o MEC invista R$4 bilhões por ano para induzir matrículas, tanto do ponto de vista da orientação e apoio técnico, como financeiro, desde a creche até o ensino médio, na escola em tempo integral.

Também a consulta trouxe a necessidade da formação inicial de professores. E é um tema também em que nós estamos debruçados no MEC. No último Enade, que avalia os cursos de licenciaturas nas universidades, tanto públicas como privadas, o resultado foi: todas as licenciaturas avaliadas abaixo de 5, numa escala de 0 a 10 – cursos de licenciatura, por exemplo, 3,6. Portanto, é esse professor que está indo lá para a sala de aula na educação fundamental e educação básica. Portanto, há necessidade de rever a questão da formação inicial das licenciaturas nas nossas universidades. É um ponto também em que nós estamos já focados.

Também a cobrança dos estudantes por um apoio de permanência... Aliás, estão me passando aqui: 80% dos alunos que foram participar da consulta, Presidente, querem educação em EPT, Senador Cid.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CAMILO SANTANA – Técnico e profissionalizante, escola técnica e profissionalizante. Então, é essa consulta que nos permite planejar e focar naquilo que é da necessidade e do anseio da grande maioria dos nossos jovens brasileiros.

Outro tema importante foi a questão da permanência, porque, quando o jovem chega ao ensino médio, é aquela hora em que muitas vezes o jovem precisa trabalhar, às vezes por uma necessidade de vida familiar. É preciso garantir também um apoio permanente para esse jovem ficar no ensino médio, ficar na escola. E nós temos discutido isso juntamente com... O Presidente Lula tem me colocado essa necessidade. Nós estamos construindo uma grande política de apoio ao jovem na permanência na escola, pensando em uma bolsa, em uma poupança, enfim, uma experiência que inclusive já existe em outros países e já existe em alguns estados aqui da Federação.

Então, nesses temas, Presidente, eu não vou aqui me aprofundar, porque a ideia aqui não é discutir os pontos do relatório, mas é fazer a entrega oficial e que, de imediato, a Comissão possa indicar uma equipe que irá discutir com a nossa equipe do MEC.

Eu estou aqui com a Secretária de Educação Básica do MEC, a Katia; estou aqui com o Secretário da Sase, do sistema de articulação intersetorial, que coordenou essa consulta, o Maurício; e com o nosso Diretor da Secretaria Executiva do MEC, o Gregório, que foi uma espécie de relator de todo esse processo, representando aqui a equipe do MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fiz questão aqui de vir hoje, Presidente. Queria cumprimentar aqui a Senadora Zenaide, que também está presente, agradecer o rápido recebimento aqui do Ministro e da sua equipe e dizer que nós queremos as contribuições do Senado, antes mesmo de ser encaminhado... Podemos construir, nos antecipar e construir juntos – foi a mesma fala que fiz agora na Câmara – para que a gente possa juntos construir essas mudanças que melhorem, que aperfeiçoem o ensino médio no nosso Brasil.

O Presidente Lula tem colocado claramente: o que nós queremos é o melhor ensino médio para os jovens brasileiros, que garanta sua permanência, garanta sua vontade de estar na escola, de ter um curso, de ter uma profissão, de poder ter uma oportunidade e um futuro melhor no nosso país.

Então, quero aqui agradecer, entregando oficialmente aqui o relatório. Vou deixar aqui algumas cópias, para que sejam distribuídas aos Senadores da Comissão. Mas entrego aqui oficialmente... Vou ficar em pé para entregar. Vou entregar aqui o relatório com um ofício de recebimento aqui.

(Procede-se à entrega do relatório.)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É o ofício de recebimento. Ao entregar para a gente, ele não está nem preocupado em entregar, está preocupado em que a gente assine o recibo de que foi entregue. É o povo do interior... (*Risos.*)

O SR. CAMILO SANTANA – Presidente, escreva aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu agradeço a entrega do relatório.

A Comissão de Educação, como eu já disse, tem que se debruçado sobre o debate do novo ensino médio, inclusive criando uma Subcomissão. Hoje de manhã ainda discutimos a questão da assistência estudantil não só para o ensino superior, mas também para o ensino médio, a questão da profissionalização, e nós já aprovamos, inclusive, aqui nesta Comissão, a criação da frente parlamentar pelo ensino profissional e tecnológico.

Então, há uma grande preocupação – que não é partidária, eu quero dizer – em termos um bom ensino médio, que conduza ao trabalho, como os estudantes colocaram. A inserção posterior no ensino superior, a geração de renda, de trabalho, com o envolvimento da sociedade, isso é um desafio para todos nós.

Eu perguntava para o Ministro se ele teria um tempo para ouvir algumas colocações dos Senadores, e ele falou que, se formos rápidos também, aí não tem problema, devido ao adiantado da hora.

Então, eu peço, assim, que as pessoas que desejarem se manifestar o façam rapidamente.

Eu começo com a Senadora Teresa Leitão, que é Presidente da Subcomissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, então, a Senadora.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Boa tarde a todas e a todos.

Os astros estão convergindo para o êxito desse processo, viu, Ministro? Saúdo V. Exa. e toda equipe aqui presente e, na pessoa do nosso Presidente, saúdo todos os Parlamentares. Estou dizendo isso porque na quinta-feira nós realizamos a última reunião da Subcomissão, a última das sete audiências públicas que nós fizemos, ouvindo o MEC – o MEC veio mais de uma vez –, o Maurício, a Sara e o Inep também. Ouvimos gestores estaduais e municipais nas suas representações, movimento estudantil, Conselho de Juventude, movimento sindical, movimento sociais, pesquisadores e academia.

Então, acho que o ato inicial do ministério de ter coragem de ouvir, ante aquele movimento do Revoga Já, foi um demarcador de posições, foi um divisor de águas. E eu dizia, e digo, em todas as audiências às quais eu sou convidada – vários estados fizeram nas suas assembleias –, que Revoga Já não é um ato administrativo nem ninguém poderia fazer uma revogação a toque de caixa, seguindo o que a gente tanto criticou do modelo anterior, que não houve debate.

Nós demarcamos um campo exatamente por isto: porque consideramos o Revoga Já como um movimento, mas carente de um aprofundamento do que estava sendo feito e, mais ainda, ouvindo proposições para o que fazer. A gente não teve nas Comissões simplesmente um muro de lamentações, de jeito nenhum, nós tivemos análises, nós tivemos proposições, nós tivemos leituras de realidade tanto do campo acadêmico quanto do campo sindical. E fico muito feliz porque há uma convergência de análises, Ministro, há uma convergência de opiniões.

Acabou de chegar a nossa Relatora da Subcomissão, a Senadora Professora Dorinha. Nós tivemos um breve introito do que pode vir a ser o nosso relatório apresentado na última reunião. E muito do que está aqui certamente foi analisado pela Subcomissão. As dificuldades de implementação não são simplesmente dificuldades de implementação, elas são vinculadas a outros fatores da própria política educacional. Vejo com muita alegria que a pesquisa, a consulta também tratou de infraestrutura das escolas, formação de professores, abandono escolar, aumento da carga horária, envolvimento da comunidade escolar no que a gente chama de gestão democrática da educação. E acho que foi uma riqueza, uma riqueza muito grande de opiniões, de contraposições também – não é? –, mas tudo dentro de um debate onde se busca, dentro da diversidade, construir uma unidade para um país tão grande como o nosso.

A gente dizia muito na Comissão e vários gestores, inclusive representações do Consed, diziam: nós temos uma reforma do ensino médio, um novo ensino médio, assim chamado, para cada estado, porque a falta de coordenação federativa que se agregou à falta inicial do debate – veio por uma medida provisória e depois se tornou lei – deu aos estados a responsabilidade de fazer, de ter que fazer, e fizeram do jeito que puderam. Uns muito bem, outros nem tanto, e essa experiência serviu também de análise de caldo para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente verificar que o melhor caminho eu acho que é esse que a gente está tomando. Como se vai fazer? É o passo seguinte, mas o conteúdo que nós produzimos tanto aqui quanto na consulta e no próprio grupo que o MEC criou, nos dá essa condição, Líder, que vai conduzir aqui. Eu creio nesse processo também de articulação com os demais Senadores.

Ele nos dá essa condição por dois fatores – e encerro por aqui. Primeiro, o reconhecimento do Governo. Isso chegou ao Presidente Lula, porque ele fez pronunciamentos públicos dizendo que ia tratar disso – e ia tratar democraticamente e não ia tratar de maneira açodada. Isso é coragem. Isso é coragem para avançar, isso é coragem para mudar, isso é coragem para propor. Segundo, a reconstituição do Fórum Nacional de Educação. Se há uma medida, Ministro Camilo, que diz muito de como o MEC deseja conduzir a sua gestão foi a constituição do Fórum Nacional de Educação. Por quê? Porque ele foi recriado nos moldes do que era antes do golpe. Isso é posicionamento político, e nós precisamos de posicionamento político.

A política não é uma coisa ruim nem é uma coisa para ser usada de maneira ruim. Ela é positiva, ela é bonita, ela produz e é ela que nos move. E essa posição do MEC, pedagogicamente, politicamente, foi uma posição que responde a muita coisa do que nós atravessamos nos últimos cinco anos na gestão da educação deste país.

Então, espero que o tripé que eleva nosso Governo à condição em que ele hoje está esteja presente nessa nova proposta do ensino médio: democracia, inclusão social e combate às desigualdades. Educação é um carro-chefe para isso tudo.

Parabéns, Ministro! Esse gesto de trazer, aqui ao Congresso Nacional, o fruto desse trabalho é a cereja do bolo. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Teresa Leitão, Presidente da Subcomissão.

Quero dizer que nós temos tido, para todas as pessoas que nos acompanham, um entendimento bastante positivo dentro da Comissão de Educação para o diálogo, o entendimento, a escuta, o chamamento de todos os setores da sociedade, que é a filosofia tantas vezes externada também pelo Ministro. E a gente enfatiza esse gesto de vir para o Congresso pessoalmente entregar, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o resultado dessa pesquisa. Isso demonstra o entendimento que tem que haver com o Congresso, independentemente de partido político, de cor partidária, porque todos nós temos que pensar naquilo que a gente quer para o Brasil, que é uma educação básica de muita qualidade de uma maneira geral que vá conduzir a um ensino médio, posteriormente, de mais qualidade também.

Muito bem, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só peço que a gente... O Ministro já está fazendo uma deferência especial, não é? Eu perguntei para ele se poderia ficar também porque ele tem uma agenda grande, mas a gente também vai abrir para os Senadores e as Senadoras que desejam se manifestar tão brevemente quanto possível.

Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu serei telegráfico.

Primeiro, eu quero enaltecer a sua posição, Presidente. O senhor tem sido um Presidente que tem estimulado que os integrantes desta Comissão possam dar, de forma motivada, a sua colaboração.

O fato de termos a Subcomissão presidida pela Senadora Teresa Leitão para tratar especificamente do tema ensino médio, e outras Subcomissões – brevemente sendo instalada a Subcomissão da Alfabetização na Idade Certa, que, pela experiência que a gente já viveu no Ceará, é algo fundamental e que tem que ser atacado, apesar da obviedade que o assunto já traz na sua definição...

Mas, eu queria me manifestar mesmo, Sr. Presidente, para enaltecer, elogiar e dar o testemunho de que não poderia ser diferente a conduta, a forma de agir do Ministro Camilo Santana. Camilo tem – permita-me a intimidade, nós somos amigos lá do Ceará – na sua índole a característica e o compromisso com o diálogo e com a abertura para ouvir a opinião das pessoas. E esse trabalho que o ministério hoje entrega aqui à Comissão de Educação do Senado mostra os diversos ângulos dessa escuta. Primeiro, a consulta pública, onde todos os brasileiros, todos os segmentos puderam dar a sua contribuição para um tema que envolve grande atenção. E, depois, a sua atenção para com o Parlamento. Ele é originário do Parlamento. O primeiro cargo eletivo que o Camilo disputou foi um cargo de Deputado Estadual por dois mandatos e, na sequência, ele foi Governador do Estado do Ceará. Então, ele compreende a importância do Parlamento e deseja que as iniciativas e as ações do ministério estejam sintonizadas. Antes mesmo de vir o projeto, ele já encaminha para cá para que esse projeto seja construído já há quatro mãos.

Então, parabéns, Ministro Camilo Santana. Tenho certeza de que esta Casa, bem como a Câmara dos Deputados terão motivação de sobra para ajudá-lo na construção desse grande desafio que é fazer um ensino médio que realmente mantenha os nossos jovens na escola, para não repetir mais as palavras já ditas pelo Ministro Camilo Santana.

Obrigado, parabéns. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço.

Só lembrando também, desculpe até não ter mencionado, mas é nosso colega aqui do Senado, o Senador e a Senadora Augusta Brito, quer dizer, a primeira suplente também. Então, parabéns também por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra.

Para lembrar, Vice-Presidente desta Comissão e Relatora da Subcomissão.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

Ministro Camilo Santana, quero cumprimentá-lo e cumprimentar toda a sua equipe. O Secretário Mauricio veio várias vezes, esteve conosco nesse debate. É um debate extremamente importante porque, querendo ou não, ele hoje traz uma insegurança grande para as escolas de ensino médio, para os jovens do ensino médio sobre o destino deles, sobre o funcionamento das escolas. Eu acho que tem muitas coisas para serem definidas, mesmo que a médio prazo.

Nós realizamos várias audiências públicas, a nossa Presidente já teve a oportunidade de falar, então não vou me deter em relação a isso.

Eu gostaria de solicitar, se fosse possível, os dados completos, para que a consultoria que está trabalhando no relatório possa nos ajudar a debruçar sobre os dados.

Alguns elementos demandam ação legislativa; outros, o próprio ministério, a partir de todo o conjunto que vai estar disponível para o ministério, com certeza vai tomar as medidas junto ao Conselho Nacional de Educação. Nós sabemos que o Consed, que tem a maior rede de atendimento do ensino médio, tem participado e participou conosco aqui também dos debates. Tem alguns pontos que são comuns, mas a maior urgência e o cuidado são os caminhos que serão adotados, porque a insegurança e a preocupação das redes, tanto públicas quanto privadas, são sobre destinos. Enem, qual é a consequência em relação ao Enem? Livro didático, material que já foi encaminhado num determinado desenho. Então, acho que tem algumas coisas bem práticas que vão ter que ser tomadas a partir de uma determinada posição. Eu acho que o mais importante é a liderança do ministério, que assume um compromisso com as redes.

Essa ausência não só nessa questão específica, mas eu não posso deixar de falar sobre a questão da recuperação de aprendizagem, que é gravíssima... Não basta as escolas terem sido reabertas. Já tínhamos muito problema, dificuldade na garantia da aprendizagem das escolas públicas e da educação básica, mas a situação da pandemia trouxe um prejuízo enorme, que está instalado ainda, porque a gente não teve nenhuma ação mais concreta. Eu digo ação concreta; tem debates na Câmara, tem aqui no Senado – eu sei que o MEC também tem programas e ações em andamento. Então, são ações que vão ser tomadas na medida do possível dentro dessa coletividade.

E, de qualquer forma, eu sei que nós não teremos essa... Não seria, talvez, necessário colocar, mas a nossa ideia é, com um relatório desenhado, chamar novamente as principais entidades e contar com a participação do ministério, para que a gente possa trabalhar nesse desenho, inclusive porque o relatório pode apresentar medidas legislativas, propostas de lei – obviamente, nós vamos precisar da ajuda do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo para construir a rapidez necessária – e outros. A partir de constatação, nós entendemos que, a partir das audiências que nós realizamos, muita coisa está acontecendo e muitas coisas já foram, inclusive, realinhadas, o que é normal, num procedimento de uma reforma, com o porte que tem.

Acho que a grande preocupação nossa é garantir o respeito aos estudantes, ao aluno, o direito que ele tem de aprender – que essa escola tenha significado – e também é não voltar ao desenho anterior, porque a gente já sabe de todos os problemas que tinha: a falta de interesse do jovem em relação ao ensino médio, a não aderência do ensino médio à vida do jovem, à própria questão de formação. Então, o problema não é a reforma do ensino médio; é o ensino médio. A reforma foi um caminho – elementos podem ser mantidos, outros vão ser alterados –, um novo desenho pode ser tomado a partir dessa preocupação, mas o problema continua. O ensino médio, no formato que nós tínhamos, tem problemas gravíssimos em relação à questão enciclopédica, à questão da formação de professores, à própria estrutura curricular. Esse é o maior problema, não a decisão em relação à reforma do ensino médio, revoga ou não revoga, não. Nós temos um problema grave: o ensino médio no Brasil.

Então, essa é a nossa expectativa de trabalhar em conjunto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Professora Dorinha.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente e Sr. Ministro, vou ser mais telegráfica do que o Cid. Eu só quero dizer o seguinte.

Não tive nenhuma surpresa quando 80% dos alunos disseram que queriam escola de ensino integral. Gente, nós temos uma prova material, são os institutos federais. Os institutos federais são um exemplo, são uma prova viva... A gente não vê em institutos federais violência. E a grande cobrança deles, Professora Dorinha, é assistência estudantil. Eu não tenho nem dúvida. Dos institutos federais, eu conheço todos os *campi* do Rio Grande do Norte, que eu visito e boto emendas para todos eles – são R$20 milhões, desde que eu sou Senadora.

Eu dizia aqui, na época: "Professora Dorinha vai ser a Ministra da Educação". E ela dizia: "Pelo amor de Deus, não é, Zenaide?". Então, o que é que acontece? Quando eu descobri que o mérito...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Não agora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Não agora – não agora –, mas antes... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que acontece? Quando eu descobri que o mérito... Como a gente tinha aberto muitos *campi*, ou seja, interiorizar educação... A gente é que tem que educar, o Estado brasileiro é que tem. Então eu vi que o mérito de verdade era fechar vários cursos por falta do laboratório. Eu digo: "No meu estado, não vai fechar nenhum, porque eu não vou deixar enquanto eu tiver condições de botar emendas".

Mas é o seguinte. Os institutos federais são um exemplo. Você não vê... Eu chego lá, está terminando a aula, e eu não vejo nenhum aluno correndo, como na própria escola quando eu ia buscar meus filhos – quando batia o sininho, vinham assim, parecia que era um estouro de boiada. Os institutos federais oferecem uma educação pública de qualidade. A gente precisa sim ter esse olhar diferenciado, porque isso é uma experiência exitosa. Você não vê, você chega... Em cada instituto federal que eu visito, eu fico pasma. E eles pedem... Não ficam mais tempo por falta de assistência estudantil, onde entra a alimentação, o transporte.

É isso, é só para parabenizar.

Não seria diferente se não consultassem, mas nenhuma surpresa em ver nossos jovens dizendo que realmente querem escola de qualidade em tempo integral e que eles saiam com uma profissão. E estas Casas aqui, o Congresso, são importantes. Vamos nos debruçar, gente! Isso é um plano que é essencial, mas vamos nos debruçar sobre o orçamento. Vamos cobrar um orçamento que seja justo, porque não adianta a gente discutir e ter os maiores projetos. E, como foi falado aqui, condições físicas de escola, de equipar e tudo mais passam por orçamento.

Então, esta Casa tem que ter esse olhar diferenciado, não só como falou a Professora Dorinha Seabra sobre essa mudança, mas não se faz educação sem orçamento. E nós lutamos por isso, e vamos continuar lutando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço à Senadora Zenaide Maia.

Para encerrar, a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para interpelar.) – Vou tirar a máscara aqui rapidamente, porque estou um pouquinho resfriada, pedindo vênia aos meus pares. Mas já estou no antibiótico, no finalzinho.

Bom, Ministro, quero só parabenizar você e toda a sua equipe pelo trabalho, porque, desde o início do Governo, a gente percebe o compromisso do Ministério da Educação com a educação brasileira, principalmente com os nossos jovens, principalmente com a educação para os nossos jovens, em preparar essa sua mão de obra. A gente sabe que a educação é como... Eu gosto muito de ouvir a frase que o Senador Flávio Arns fala aqui: a educação é a porta mais importante do nosso país. E tem que ser, tem que ser!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aqui, como membros da Comissão de Educação, vivemos anos muitos difíceis nos últimos anos. Foram anos muito desgastantes para nós, não é, Senador Flávio Arns? Eu acho que as demais... Senadora Zenaide, foram anos difíceis, mas eu vejo uma luz, um novo momento em que o Governo, primeiramente, se mostra muito interessado em dialogar com a Casa, com o Congresso Nacional, com o Senado Federal. Essa sua iniciativa é muito nobre e nos motiva mais ainda a debruçar sobre pautas que sabemos que são importantíssimas para o nosso país, envolvendo a educação. Falo delas, pois, para os próximos meses, serão grandes desafios para nós, que são a questão da educação no ensino médio, a educação técnica e tecnológica...

E quero tratar da questão da Lei de Cotas, o PL 4.656, de que sou Relatora. Já entreguei, apresentei requerimentos para audiências. Estou convidando o Governo a estar conosco nesse diálogo aqui na Casa. Também para nós é muito importante revisarmos essa lei, esse programa que é extremamente exitoso e que sabemos que é importante também aprimorar. Então, quero contar com o apoio do Executivo, do Governo Federal e dos pares daqui, desta Casa, para que possamos também colocar como prioridade tratar sobre o programa de cotas na educação.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem, nossa Relatora da Lei Geral do Esporte também. Parabéns!

Eu quero novamente, Sr. Ministro Camilo Santana, sempre representado aqui pela Senadora Augusta Brito, muito bem representado, agradecer o gesto político e importante de ir à Câmara dos Deputados e de vir aqui, à nossa Comissão, ao Senado Federal entregar o resultado do estudo. Isso é muito importante no sentido de entrosamento de todas as áreas. Esse relatório mostra o entrosamento com a sociedade toda, estados, municípios, estudantes, pais, conselhos... Eu acho que isso é essencial. Se nós quisermos bons resultados, os bons resultados são sempre frutos de um esforço coletivo, com todo mundo entendendo o desafio e trabalhando para que os desafios sejam ultrapassados. Nós vamos nos debruçar, como Comissão de Educação... Já estamos fazendo isso através da Subcomissão, mas vamos reforçar a partir agora da compatibilização e daquilo que o Ministério da Educação vem apresentando para o Congresso. Então, contem com a gente. E esse espírito do diálogo, do entendimento... A gente sabe que a equipe toda vem procurando fazer isso também em todos os setores. Agradeço novamente ao Gregório, à Katia, ao Maurício, que estão aqui, mas ao Léo também, que está lá – sempre presente o Léo, que é ex-Deputado também e que faz um trabalho muito bom.

Eu quero parabenizar V. Exa. Continue firme na caminhada do diálogo e do entendimento. O senhor foi muito veemente nesse sentido na reunião da SBPC, em Curitiba, em que estava junto, dizendo: "Olhem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha característica é dialogar, escutar, fazer junto, não ter a minha opinião, mas ter a nossa opinião". Foi muito contundente nesse sentido, de uma maneira boa e positiva.

Parabéns!

O SR. CAMILO SANTANA (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria só agradecer a oportunidade, porque em cima da hora foi solicitada essa reunião para essa entrega; agradecer às Senadoras e aos Senadores aqui presentes.

E queria dizer que, a partir de agora – não sei se a Senadora Teresa vai ficar à frente disso –, a gente quer que as equipes se reúnam o mais rápido possível para a gente poder construir isso juntos. Eu só acredito em qualquer política pública se ela for construída a várias mãos, principalmente envolvendo os setores que são responsáveis. E o principal deles é o estudante, que está lá na ponta. É para ele que nós estamos trabalhando para construir um ensino médio melhor, de melhor qualidade, que possa atender os seus anseios de vida em todos os estados brasileiros.

Agradeço aqui a todos, à imprensa, ao Senado, e agradeço a você, Presidente, pela oportunidade.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço novamente.

Declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 54ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2023, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e oito minutos do dia onze de agosto de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença da Senadora Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Izalci Lucas, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão, Flávio Arns, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 43/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 18/2023 - CE, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Finalidade:** Debater o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, para fins de avaliação da política pública de qualificação da educação básica. **Participantes:** Sra. Zara Figueredo, Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC); Sra. Adriana Buytendorp, Superintendente de Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Sra. Anamaria Camargo, Diretora-Executiva do Instituto Livre para Escolher; Sr. Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); e Sra. Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira, Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional de APAES (FENAPAES). **Resultado:** Audiência realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de agosto de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, para fins de avaliação da política pública de qualificação da educação básica em atenção ao Requerimento 43, da Comissão de Educação, de minha autoria, e ao Requerimento 18, também da Comissão de Educação, de minha autoria em conjunto com o Senador Flávio Arns.

Esta é a segunda audiência nesse sentido. Nela iremos discutir a educação para pessoas com deficiência, comunidades indígenas e quilombolas, para populações do campo, entre outros públicos que requerem um olhar diferenciado do Estado. Também refletiremos sobre modelos diferenciados de oferta de educação e sobre propostas e desafios para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, em relação à efetivação do direito à educação para esses diferentes públicos com o objetivo de construir um novo Plano Nacional de Educação que inclua todos com qualidade. Esses assuntos estão relacionados às Estratégias 7.14, 7.24, 7.25, 7.26, 7.27, 7.28 da Meta 7 do PNE.

Para tratarmos sobre eles, participam desta audiência, de forma remota, os seguintes convidados: a Profa. Zara Figueiredo, Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do MEC; a Sra. Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira, Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das Apaes; a Sra. Adriana Buytendorp, Superintendente de Políticas Educacionais do Conselho Nacional de Secretários de Educação; o Sr. Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; a Sra. Anamaria Camargo, Diretora-Executiva do Instituto Livre pra Escolher.

Informo também que foi convidado o Sr. Fernando César Capovilla, Professor da Universidade de São Paulo e Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que justificou sua ausência.

Antes de passar a palavra aos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada candidato poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu comunico ao público que está nos acompanhando que alguns dos nossos debatedores, após a fala, vão precisar se ausentar por questões de agenda, especialmente a nossa Profa. Zara, que está em trânsito, e aqui a gente registra nossos agradecimentos a ela pelo esforço que ela está fazendo para participar dessa reunião.

Vamos, então, iniciar as nossas exposições.

Com a palavra a Professora Zara Figueiredo, Secretária da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, para tratar sobre o tema Educação Inclusiva para Crianças e Adolescentes com deficiência, indígenas, quilombolas, populações de campo, entre outros públicos, na perspectiva de um novo PNE.

Professora, seja muito bem-vinda!

A SRA. ZARA FIGUEREDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora.

Quero agradecer o convite. Eu acho que é nossa obrigação, enquanto servidores públicos, ouvir esse convite. É parte do comprometimento do Governo Federal, do MEC, de modo particular, responder a esse convite, sobretudo quando se tem no debate algo tão importante como um Plano Nacional de Educação, a sua avaliação, mas também pensar essa avaliação à luz de subsídios para o próximo Plano Nacional de Educação como uma política de Estado.

Então, sou eu que agradeço e lamento não poder ficar até o final, mas o Prof. Alessio sabe, nós estávamos juntos agora numa reunião em Cuiabá, terminou, tem uma segunda, então nós estamos exatamente discutindo as políticas educacionais.

Pois bem, dito isso, eu vou apresentar, trazer minhas considerações, e cumprimento todos e todas que estão aqui conosco, mas também os que nos assistem de modo virtual. Eu peço à técnica para me dar conta do horário para não ultrapassar, eu sei que vou ter que pular alguns eslaides, mas vamos lá.

Bom, vamos ver, prontinho.

Então, a primeira questão é parabenizar pelo recorte. Eu acho que essa Meta 7 é emblemática, estratégica, sobretudo neste momento, e pensar como o novo PNE vai lidar com as questões de qualidade eu acho que é o cerne do debate, obviamente pensando que qualidade em educação pressupõe um conjunto de outros instrumentos de ação pública e, obviamente, de alocação orçamentária. Mas me parece que, quando a gente avalia o atual PNE e pensa em ter estratégias para consolidar o próximo PNE e fazer os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debates em todas as conferências, a gente não pode esquecer de conceituar o que a gente está chamando de qualidade, a gente não pode esquecer que a forma de operacionalizar essa qualidade decorre, em larga medida, de como nós a definimos. Então, nos parece que um primeiro esforço para pensarmos até onde nós andamos, no que nós fracassamos no atual PNE, na 13.005, e o quanto nós precisamos corrigir os rumos e acertar no próximo PNE vai depender da definição que nós assumirmos de qualidade.

O que é qualidade em termos educacionais? E, dito isso, qualidade para quem? Além disso, quem são esses sujeitos de direito para os quais a política educacional vai ser pensada, que essa qualidade vai ser pensada? É possível pensar em políticas universalistas para grupos que, historicamente, foram alijados do direito à educação do ponto de vista da qualidade? O que nós vamos assumir e o que nós assumimos no último PNE? Qualidade é só acesso? Qualidade é só colocar todos os alunos dentro da escola? Qualidade é pensar políticas universalistas de financiamento, de avaliação? Como é que nós fizemos isso? Porque, a depender dos sujeitos de direito que nós estamos tratando, a gente vai ter que definir qualidade, inclusive, pensando em uma distribuição orçamentária diferenciada para os grupos. Isso significa – eu o estou dizendo nesse caso – que a gente precisa pensar numa lógica de ação afirmativa, de dar mais para quem tem menos, para esses grupos. Então, eu estou falando de alunos com deficiência na rede regular de ensino; eu estou falando dos alunos quilombolas, alunos indígenas, alunos negros da periferia.

Então, nós precisamos pensar isso e pensar como lidar com as modalidades, porque modalidade é educação básica. Não dá para pensar que modalidade não é educação básica; é educação básica e, portanto, é direito público e subjetivo. E, daí, quando a gente define qualidade, é preciso ter clareza de que uma das dimensões de qualidade é equidade. Portanto, você pensar nesses grupos, sobretudo os atendidos pela Secadi, é trazer para dentro da definição de qualidade uma dimensão que se chama equidade. Portanto, não é possível mais falar em qualidade em educação sem considerar o aspecto da equidade. Isso não faz sentido, sobretudo, para esses grupos de que vamos tratar.

Então, quando a gente pega a Meta 7 da 13.005, dos seus anexos, o que a gente vê, na minha análise da Meta 7, é que, obviamente, aquele era o consenso possível. Mas me parece que a Meta 7 tem um conjunto de equívocos. Ela é a meta que, talvez, tenha o maior número de estratégias – são 36 estratégias –, mas o número de estratégias, na minha análise, não deu conta de expressar as estratégias que, efetivamente, nós precisávamos para lidar com os grandes desafios da qualidade em educação. Então, o primeiro problema dela, me parece, foi exatamente o texto da meta.

A Meta 7, no seu texto... E, aí, o que a gente precisa pensar? Qual é o texto da meta? As estratégias vão, em larga medida, lidar com aquilo que está posto dentro da meta. As estratégias nada mais são do que lógicas formas de operacionalizar a meta. Com isso, eu quero dizer que, se a meta é redutora, as estratégias não vão dar conta de lidar com essa meta. E, na minha análise, a Meta 7 tem um problema sério que é... Qual que é? Ela é qualidade em educação, mas como é que essa qualidade foi traduzida? Ela foi traduzida como "fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria [...] da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendizagem de modo a atingir as [...] médias [...] [do] Ideb". Olha, o Ideb foi muito importante. Eu não estou fazendo um debate contra o Ideb. É importante você ter indicadores. A educação precisa de avaliação, ela precisa ser monitorada, mas o indicador precisa dar conta disso também.

O que eu quero dizer? Que o Ideb foi muito importante, essa geração que nós tivemos de Ideb representou um avanço enorme em termos de pensarmos indicadores para a educação, mas ele é insuficiente. Ele é insuficiente sobretudo se você assume qualidade não só como resultado de dois componentes curriculares sem recorte de nível socioeconômico, sem recorte de raça, ou seja, você tem uma concepção de qualidade bastante delimitada. E da forma que foi colocada no texto da meta, nos parece – e isso sugere para os gestores – que qualidade em educação é única e exclusivamente a nota do Ideb, e não é. Então, já no corpo da meta a definição de qualidade foi uma definição equivocada.

Veja, se a meta 7 está falando em qualidade e alcance do Ideb, como é que nós explicamos educação escolar quilombola, educação escolar indígena, alunos negros, se você não tem um componente do Ideb, nem social, nem racial? Como é que ficam todos esses grupos, se isso é qualidade da educação? Então, eu acho que um primeiro ponto é pensar isso. E, ao longo de toda a Meta 7, as estratégias vão nos mostrar isso. Elas apenas tangenciam a questão da educação no campo, da educação escolar quilombola, da educação escolar indígena. Ela não reconhece que existem diferenças enormes de aprendizagem de alunos negros e alunos brancos, sobretudo nas periferias. Ela trata da implementação da Lei 10.639, mas sem estratégias claras. Então, me parece que nós temos no atual PNE um problema conceitual do que é qualidade na educação, e isso se refletiu nas estratégias que também não deram conta de abarcar o que é qualidade na educação.

Então, se a gente for olhar, você tem aí a discussão de consolidar a educação escolar no campo, a educação quilombola; desenvolver currículos pedagógicos; implementar a 10.639 e a 11.645. Agora veja, a própria educação inclusiva, a educação especial na perspectiva inclusiva, não aparece na Meta 7. Ela está lá na Meta 4, mas ela precisaria estar expressa também dentro da Meta 7, porque nós estamos falando de qualidade em educação. Então, me parece que já tem uma questão. Veja, a qualidade em educação da educação especial na perspectiva inclusiva aparece na Meta 4. Obviamente, é importante ter a Meta 4, que é voltada para os alunos com deficiência.

Enfim, a questão aqui é que isso não aparece novamente lá em qualidade. O que eu estou dizendo é que qualidade pressupõe infraestrutura, formação de professores, qualidade da oferta, pressupõe princípios de ação afirmativa para aqueles que precisam de mais. E isso tudo precisa estar dentro daquilo que nós chamamos de qualidade da educação. Nós precisamos ter alocação financeira, alocação orçamentária também para produzir qualidade. Não adianta eu esperar que o meu aluno tire 5, 9 ou 6 no Ideb se o meu aluno não tem qualidade de infraestrutura, meu professor não é formado, eu não tenho uma carreira profissional atrativa. Então, todos esses elementos precisam ser considerados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista das aprendizagens, o que, obviamente, é muito importante se avaliar... A escola precisa produzir aprendizagens, senão nós estamos depondo contra nós mesmos, professores. A escola precisa produzir aprendizagens, mas também dar condições para que essas aprendizagens sejam construídas.

Daí, vejam, nós chegamos praticamente a uma década de Plano Nacional de Educação, e qual é o cenário atual dessas modalidades com as quais a Secadi trabalha?

Vejam: aqui, nós temos a educação escolar indígena. Esta é uma foto do mês de junho. Nós temos aqui escolas dentro da região, da Região Amazônica, nós temos os ianomâmis, mas vejam a infraestrutura que nós temos aqui. Aqui ainda estamos em escolas de educação escolar indígena. Nessa nós chegamos, depois de uma década, a 50% dos professores da educação escolar indígena sem formação; temos apenas 2% de escolas com esgoto e apenas 1% das escolas de educação escolar indígena com laboratório de ciência, ou seja, aquilo que é qualidade em educação, do ponto de vista da educação escolar indígena, não está posto, uma década depois.

Temos um problema de dados significativo: apenas 14% dos professores se especializaram em seguida, tiveram formação continuada. A maioria dos professores é temporária. Então, você não tem uma estabilidade, uma carreira docente da educação escolar indígena.

Obviamente, tudo isso tem a ver com a qualidade de educação, se nós estamos assumindo a qualidade de educação como um conjunto de dimensões.

Educação escolar do campo. Também fotos de um mês atrás. Esta é a situação de infraestrutura de educação escolar no campo.

De 2000 a 2022, 104 mil escolas – quase 105 mil escolas – de educação no campo foram fechadas. Então, nós temos um problema de qualidade sério.

Isto aqui também é educação do campo. Esta é uma escola que, há duas semanas, nós fomos visitar. A escola está fechada, com um monte papéis feitos pelos alunos, para se protegerem do frio, porque estava 9 graus.

Vejam que nós estamos tratando de infraestrutura. Nós estamos falando de insumos. Como pensar qualidade se nós não pensarmos esses elementos? Obviamente, a aprendizagem, o desenvolvimento intelectual se dão a partir também desses aspectos infraestruturais.

Bom, a gente precisa, então, compreender se a infraestrutura importa para a qualidade. Em toda uma literatura que nós já temos, nós temos vários indicadores de infraestrutura. Isso nos mostra que infraestrutura é, sim, uma variável que incide sobre a qualidade, sobre a aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como você pode esperar que um aluno aprenda ciência se ele nunca esteve dentro de um laboratório? Nós estamos assumindo que a forma de ensinar ciência é a mesma de 50 anos atrás?

Então, veja que a infraestrutura educacional brasileira é muito regressiva. Como assim? Os alunos mais carentes, que mais precisam e que vêm de lares muito impactados são os que estudam em escolas mais precárias do ponto de vista da infraestrutura. Os alunos com nível socioeconômico melhor também estudam em escolas melhores. Então, o que nós temos é o rio caminhando para o mar, não é?

Se a gente pegar – esse aqui foi o indicador que nós construímos mais recentemente – e olhar a partir de outras pesquisas que já foram feitas, como está aqui no eslaide, a gente vê que apenas 0,2% de estudantes indígenas estudam em escolas consideradas escolas de nível adequado ou avançado. Enquanto os estudantes brancos, 50% deles, estudam em escolas consideradas de infraestrutura adequada, apenas 4% e 3,5% dos alunos pretos estudam em escolas dessa organização, dessa formatação. Então, o que nós temos é uma infraestrutura educacional completamente regressiva. E, se a gente assume que infraestrutura importa, no próximo PNE nós precisamos dizer isso de modo claro e ter metas para esse tipo de qualidade, sobretudo para essas modalidades.

Do mesmo modo, Lei n° 10.639. Vocês viram que este era um subitem da Meta 7: implementar uma educação antirracista nas escolas. Vinte anos depois – agora todas essas são manchetes atuais, vocês viram isso na imprensa –, nós não conseguimos fazer isso. E o que significa implementar a 10.639? É você ter formação docente; é você também ter formas de indução e coordenação federativa nas escolas; é você ter um currículo que mostre a contribuição das populações negras e indígenas na formação do povo brasileiro, mas é mais do que isso. É você pensar também numa forma de financiamento para as escolas que atendem majoritariamente esse público, uma forma de financiamento que atenda de modo adequado esse grupo; é pensar na organização das salas de aula; é pensar na alocação docente.

No Brasil, a gente tem um problema grande: os melhores docentes, com mais experiência, estão nas escolas em que menos se precisa deles em termos de alunado. Nós temos que pensar como se faz composição de turmas para equidade; nós temos que pensar como se organizam os ambientes escolares para a equidade. Então, implementar a 10.639 significa isso, não é? E nós não o fizemos.

Como é que a gente sabe? Olha isso aqui. Os dados de aprendizagem mostram para nós que, entre um aluno branco e um aluno preto, a distância de aprendizagem chega a seis anos de aprendizagem, ou seja, no 9º ano de matemática, nós temos, numa sala, alunos brancos e pretos – estou falando de pretos especificamente. Embora todos eles tenham 14 anos e todos eles estejam no 9º ano, os alunos negros estão com um nível de aprendizagem que corresponde ao 5º ano, ao 4º ano! Então, nós temos uma desigualdade de aprendizagem enorme, e isso não diz respeito à capacidade intelectual de alunos negros, senão eu, inclusive, não estaria, neste momento, conversando com vocês de igual para igual. Isso significa ausência de um Estado forte para lidar com essa situação. Nós precisamos implementar políticas, e é isso que a Secadi está fazendo também nesse âmbito, neste momento. Nós não podemos naturalizar a não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendizagem de estudantes negros dentro do sistema. Do mesmo modo que nós corretamente nos indignamos quando um jogador negro é atacado no campo de futebol e lhe atirem bananas, ou que tiktokers deem para crianças negras bananas e pelúcia de macaco, da mesma forma que nós nos indignamos acertadamente, a sociedade precisa se indignar que historicamente os alunos negros não têm aprendido, não se tem criado aprendizagens para estudantes negros dentro do sistema. Isso é bastante grave. E o grande problema é que isso começa, essa trajetória começa desde a alfabetização.

Aqui nós temos a trajetória escolar de alunos pobres e ricos por perfil étnico, por perfil racial. E esse eslaide nos mostra novamente as trajetórias escolares de estudantes pobres, negros, indígenas. São trajetórias absolutamente irregulares. Não dá para eu discutir todos aqui.

Quando a gente olha a regressividade desse sistema educacional – e aí eu estou falando de qualidade em educação –, ela começa desde a alfabetização. Então, vamos olhar aqui o percentual. Eu agradeço muito ao grupo do Inep; esses são dados que eles nos forneceram, que vão ser publicados. Veja que isso aqui é o percentual de crianças no segundo ano do ensino fundamental de assentamentos, de terras indígenas, de quilombos, para mostrar o índice de alfabetização dessas crianças. Ou seja, se você as comparar com crianças com nível socioeconômico alto, a diferença é absurdamente grande.

A mesma coisa em termos raciais. Enquanto o percentual de crianças brancas que estão sendo alfabetizadas chega a 70% – eu estou tirando 2021 por conta da pandemia, mas em 2019, é 70% –, as mesmas crianças pretas chegam a 52% e as indígenas, a 21%. Ou seja, nós temos uma desigualdade enorme, e nós estamos falando de qualidade. Portanto, veja, o que nós temos é que aquela Meta 7 não foi cumprida.

Aqui, deficiência, a mesma coisa. Entre alunos com deficiência, transtorno global e altas habilidades, também há uma desigualdade absurda – isso sem considerar a distorção idade/série. Enquanto entre alunos de ensino fundamental 1 e 2, alunos que não estão em situação de deficiência, nós temos a distorção de 12%, que já é alta, quando você olha alunos com deficiência, isso chega a 50%. Ou seja, nós temos uma desigualdade enorme aí, portanto estamos falando de qualidade.

Na EJA, é a mesma situação: 9,5 milhões de estudantes analfabetos, em situação de não alfabetização, que não foram alfabetizados. Ou seja, 9,5 milhões de não alfabetizados, depois de praticamente uma década de Plano Nacional de Educação, mostra que nós fracassamos também na qualidade de educação. Por quê? Pensar qualidade é incluir as pessoas que não puderam, por razões diversas, serem alfabetizadas na idade certa.

Se nós olharmos os dados por estado, vocês vão ver que, regionalmente, também tem uma desigualdade absurda de pessoas jovens e adultas não alfabetizadas. Começamos com 14%, no Estado de Alagoas, até 1,8%, no Distrito Federal.

Na educação especial inclusiva também há uma desigualdade significativa, e, portanto, limites de qualidade. Um grande ganho de qualidade na educação inclusiva é o quanto nós aumentamos o número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso na escola regular, nas classes comuns. Então, esse foi um ganho enorme. Nós estamos caminhando para 90%.

Mas, vejam, nós temos, em atendimento nas salas de recursos, um número muito baixo. E nós precisamos garantir essas salas de recursos, precisamos garantir a articulação do professor da sala comum com o professor de atendimento especializado, para que, efetivamente, essa educação seja inclusiva.

Ou seja, do ponto de vista da educação inclusiva, temos um baixo atendimento da educação infantil; nós precisamos melhorar a distorção idade/série; temos um percentual de crianças ainda fora da escola e fora da classe comum; precisamos melhorar a acessibilidade arquitetônica das escolas; temos uma oferta insuficiente, ainda, de formação para os profissionais de educação; e temos estudantes do público da educação especial sem acesso ao atendimento educacional especializado. Então, vejam que, também desse ponto de vista, nós tivemos uma limitação.

Daí o que pensar para o próximo Plano Nacional de Educação, na minha análise, considerando estes grupos: educação escolar indígena, educação quilombola, educação inclusiva, educação do campo, educação de jovens e adultos, alunos negros? O que fazer, na minha leitura, no Plano Nacional de Educação, que já está sendo delineado?

Daqui a pouco, vão começar as conferências regionais, municipais e estaduais, e nós precisamos fazer essa análise cuidadosa, essa avaliação cuidadosa. Não se faz política sem uma avaliação. Por isso acho importante este momento.

Precisamos aprender com os equívocos que nós cometemos no último PNE com esses grupos e ter metas claras de equidade para todos esses grupos. Se nós tivermos metas claras de equidade para todos esses grupos, nós podemos ajudar os territórios na operacionalização dessas metas em cada território, em cada escola. Mas, se as estratégias são difusas, dificilmente os gestores, sobretudo, aqueles mais frágeis, que estão em municípios...

O Alessio está aqui, como Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, e sabemos o quanto é difícil para muitos municípios. Boa parte, a maior parte dos municípios são pequenos, com baixa capacidade estatal.

Precisamos ter metas de equidade claras para que, num segundo momento, inclusive, o MEC, via Secadi, ajude esses municípios a operacionalizarem, no âmbito das redes de ensino das escolas, planos de ação para lidar com essa qualidade.

Por que estou chamando a necessidade de ter metas de equidade? Porque a equidade é uma das dimensões de qualidade. Sem equidade, não dá para falar em qualidade. Ou, então, nós temos que admitir que qualidade é apenas para determinados grupos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Secretária, eu não sei que palavras usar para expressar o sentimento que a senhora provocou na gente agora. A senhora nos deixou sem fôlego.

E, aí, pela sua exposição, eu acredito que a Comissão acertou em fazer o recorte da avaliação da Meta 7. Nós estamos cumprindo o Regimento na nossa Comissão sobre a avaliação de uma política e, quando a gente conversou com a Comissão sobre avaliação da Meta 7, já conhecendo o seu trabalho, o que a senhora já estava trazendo para a Comissão, antes de a gente aprovar qual política seria avaliada, eu acredito que nós acertamos na escolha desse recorte.

A senhora nos assusta. E é um momento, Secretária, peculiar aqui no Congresso. Vejam só, nós estamos, neste exato momento, recebendo as lições do pós-pandemia; nós estamos, neste exato momento, construindo a nossa Lei Orçamentária; nós estamos, neste exato momento, discutindo o arcabouço fiscal; nós estamos, neste exato momento, discutindo uma reforma tributária, que também alcança a educação, que conversa com a educação; nós estamos construindo o PPA. Vejam o momento ímpar que nós estamos vivendo. Nós estamos, agora, recebendo a divulgação do resultado do IBGE, que nos assusta. E, aí, quando chega o resultado do IBGE, Secretária, a gente vai deparar, daqui a pouquinho, com o número das crianças nos acampamentos ciganos. Os povos ciganos cresceram no Brasil também, e a gente vai ter que considerá-los. E, quando eu falo de povos ciganos, neste exato momento, o Congresso está discutindo o Estatuto do Cigano lá na Câmara, que já passou pelo Senado, que já vai ter que ser revisto com base em tudo que a senhora trouxe aqui e vai ter que dialogar com a avaliação da educação, vai ter que dialogar com o PNE, inclusive. Nós estamos, neste exato momento, sabendo do número de comunidades tradicionais que estão pedindo reconhecimento como comunidades tradicionais, que precisarão ter um olhar ampliado, agora também, na nova meta. Nós estamos vivendo, historicamente, um fluxo imigratório para a nossa nação, vindo lá do Norte, que também terá que ser alcançado com o novo Plano Nacional de Educação.

Então, a avaliação da Meta 7 eu entendo ser oportuna neste momento. E gostaria muito, Secretária, de fazer aqui uma colaboração com a Secretaria. Nós vamos entregar, no final dos debates, um relatório, mas eu acho que ele pode chegar um pouquinho tarde aí para a senhora. Eu queria pedir à Comissão que a gente já pudesse começar a compartilhar com a Secretária dados que estão chegando nas nossas discussões. Na nossa primeira reunião, Secretária, a gente conseguiu reunir dados, indicadores e elementos que poderão ser compartilhados já com a senhora, para os debates que a senhora já está fazendo no Brasil inteiro. Então, eu vou pedir à Comissão que já envie para a Secretaria, que a gente não espere o relatório final deste trabalho para a gente não perder esse *timing*, para a gente não perder a oportunidade dessa transversalidade que está acontecendo em todas as Comissões no Senado, aí, com a senhora discutindo com a sua equipe, os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, todo mundo discutindo. Eu vou começar a compartilhar, a Comissão já vai começar a enviar para a senhora, e a gente gostaria também, Secretária, que tivesse essa dupla mão: a senhora poder também mandar para este grupo de trabalho aquilo que a senhora considerar necessário para a gente considerar no relatório final da avaliação do recorte da Meta 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só tenho uma pergunta, e nós temos mais dois convidados que chegaram e eu acho que não estão sabendo que a nossa Secretária vai fazer a exposição e vai precisar se retirar. Eu só tenho uma pergunta, Secretária: como incorporar outros critérios para mensurar a qualidade? Para mensurar, como incorporar outros critérios? O MEC está trabalhando nesse sentido?

A SRA. ZARA FIGUEREDO (Para expor. *Por videoconferência*.) – O som... O.k., o som agora voltou. Desculpa.

Então, Senadora, a minha análise é que esta Casa acerta quando ela traz a Meta 7 para a avaliação, porque o nome dela é "qualidade da educação", e, na minha análise, o Senado acerta por recortar essa meta e colocá-la neste momento que, eu concordo com a senhora, é um momento estratégico. A gente não faz política social debaixo de árvore com voluntariado, a gente precisa de alocação orçamentária, a gente precisa de um desenho de política, de avaliação, de monitoramento.

Então, aproveitando a palavra da senhora, eu, inclusive, faço um apelo: está chegando a questão orçamentária para esta Casa, que se compreenda que os estudantes mais vulnerabilizados, que os estudantes pobres, que esses grupos – e a senhora trouxe dois outros elementos: a migração, que sabemos que tem chegado e impactado alguns estados e muitos municípios, e também os povos ciganos – caibam no orçamento. É preciso que os pobres caibam no Orçamento, e caber no Orçamento significa considerar que eles precisam de mais, porque eles têm menos, porque senão nós vamos continuar repercutindo, desdobrando e ampliando as desigualdades. Então, esse é o primeiro ponto, é o apelo que eu faço a esta Casa.

Nós temos aqui... Eu não sei se o Consed está aqui na reunião, mas o Consed e o Undime são dois grandes parceiros nossos, porque são eles que estão lá na ponta e conhecem essa realidade. Então, o que o MEC está fazendo, nós estamos já fazendo isso, é óbvio que as conferências e o documento orientador ainda não foram concluídos, isso é com a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), no MEC, mas isso vai chegar para debate aos territórios, exatamente para se debater e se aperfeiçoar, mas vai chegar ao Congresso no segundo momento, e é importante que isso esteja bastante equacionado lá dentro, para se caber efetivamente no Orçamento, porque senão vira um plano de intenções.

E aí, sobre a pergunta da senhora, se nós já temos os indicadores, nós temos os indicadores. O movimento, na minha análise... Esta é a leitura da Secadi/MEC: nós temos que ter metas de equidade e, para essas metas de equidade, nós temos que ter indicadores específicos, e nós temos esses indicadores. Então, isso precisa estar muito bem posto dentro do novo plano nacional.

O Inep é uma instituição seriíssima de dados oficiais e tem trabalhado conosco, sobretudo no âmbito desses grupos, para melhorar a qualidade do dado. Por exemplo, nos dados de alunos com deficiência, nós temos um problema de dados, mas o Censo já está melhorando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já tivemos várias reuniões com o Inep e já vai haver essa melhora, porque se a pergunta é ruim, o dado é ruim, vai aparecer ruim. Nós não temos dados sobre profissionais de apoio. Quer dizer, nós temos que melhorar esse dado e isso já tem sido feito. E, de todas as outras modalidades, nós também já temos indicadores, desde gestão democrática a financiamento, passando por aprendizagem e passando também por infraestrutura e formação de professores, nós já temos indicadores para contribuir.

É perguntar em cada uma dessas metas. Educação infantil? Em educação infantil, por exemplo, temos que ter metas de equidade lá dentro, de educação infantil. Os alunos com deficiências têm um déficit enorme na educação infantil; então, tem que ter essa meta clara na educação infantil. A aprendizagem de alunos negros está completamente comprometida, tem que ter uma meta, e não é indicador sintético. Nós temos tanto... A produção acadêmica já tem indicadores que mostram escalas de aprendizagem e nós temos, agora, já indicadores com o nível socioeconômico com raça dentro deles. É considerar isso e levar para o Plano Nacional de Educação de modo muito claro. Em gestão democrática nós já temos indicadores, porque tem que ter equidade na gestão democrática. Vamos para o financiamento? Temos que ter equidade dentro das metas de financiamento. Todos nós temos esses indicadores, e o Inep tem trabalhado muito.

A Secadi está em contato direto, em reuniões diretas com o Inep, porque a nossa compreensão é que o órgão oficial é o Inep. Ele é o responsável por esses dados e ele, conosco, já tem feito esse movimento da produção desses dados que nós acreditamos. Então, a nossa defesa, na Secadi, são metas de equidade para todos esses grupos e os indicadores estão aí para apoiar essa construção que precisa ser coletiva, obviamente.

Espero ter respondido.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Muito, Secretária, respondeu e colaborou muito com o grupo de trabalho.

Eu quero agradecer a sua participação e dizer que a gente vai continuar buscando-a, chamando-a e estamos à disposição.

Eu vejo a composição da atual... Eu estive muitos anos aqui nos bastidores, Secretária, e eu vejo a composição da atual Comissão de Educação do Senado, desculpe por eu estar me autoelogiando, mas é uma composição muito boa, e conduzida pelo Senador Flávio Arns de uma forma muito, muito, sensata, muito equilibrada.

Aqui é a sua Casa, aqui é o seu cantinho, aqui é o seu lugar de pedir socorro, é o seu lugar de vir chorar e de vir rir também com a gente. E vamos, Secretária, caminhar na direção de colaborar muito com a Secretaria e na direção de a gente construir, de fato, um PNE que venha alcançar e chegar a todos, que a gente consiga a daqui, quem sabe, dez anos estar aqui sentada de novo, cada uma numa posição, mas com o coração na educação, avaliando e dizendo que a gente está conseguindo – a gente está conseguindo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Secretária. Um bom retorno, uma boa viagem.

Ficamos aqui à sua inteira disposição.

Na sequência, nós temos os nossos convidados já aqui posicionados e nós vamos ouvir agora a Sra. Adriana, Superintendente de Políticas Educacionais do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e, na sequência, vamos ouvir o Prof. Alessio.

Agora, a gente dá boas-vindas à Profa. Adriana, seja muito bem-vinda e estamos ansiosos para ouvi-la.

A SRA. ADRIANA BUYTENDORP (Para expor. *Por videoconferência*.) – Abriu. Não estava conseguindo abrir o som.

Bom dia a todos e a todas.

Eu sou a Profa. Adriana Buytendorp. Só quero fazer uma correção: sou Superintendente de Políticas para a Educação aqui da Secretaria de Estado de Educação, e estou representando o nosso Vice-Presidente do Consed, Prof. Hélio Daher.

Então, eu estou aqui nesta tarefa, gigante e hercúlea, de trazer um pouco a visão do que os estados vivenciam, necessitam e compreendem como de extrema importância para este debate.

Para começar esta conversa, depois da brilhante apresentação da Profa. Zara, que nos trouxe várias questões que problematizam o cerne desse processo de falar em qualidade, em educação, exatamente vinculado a esse grande desafio que é discutir a questão da equidade.

Nós temos um país de dimensões continentais, nós temos várias questões...

Vocês estão me ouvindo? Sim? É que eu tive a sensação de que eu caí.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Sim, querida. Sim.

A SRA. ADRIANA BUYTENDORP (*Por videoconferência*.) – E a minha fala está exatamente em pensar. Quando eu falo de qualidade em educação, como é que nós estamos trazendo a questão das diferenças e da equidade para o cerne dessa discussão, para um projeto de nação?

Quando a gente olha a Meta 7, que é a de discutir qualidade em educação, nós não podemos, de maneira nenhuma, desqualificar um ponto que é essencial: como é que nós olhamos para a equidade?

E nós do Mato Grosso do Sul – eu vou trazer uma experiência da vivência daqui, do que a gente vivencia – temos um contexto extremamente diverso. Nós somos um estado fronteiriço, com dois países – Paraguai e Bolívia –, e nós temos a segunda maior população indígena do Brasil. Nós temos as escolas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quilombolas e temos pessoas com deficiência. Temos a questão da educação de jovens e adultos, que é um problema que, quando nós pensamos em modalidade, a EJA era para ser algo que temporariamente existisse neste país, para resolver a questão de analfabetismo e a falta de acesso da idade certa, mas o que nós temos visto é uma consolidação de uma política que deveria não ter mais necessidade de existir no nosso país. E aí nasce uma nova política, que é também para os meninos que estão com 15 a 17 anos, que tem uma distorção de idade séria e significativa e que não se enquadram na política da EJA, mas que também precisam desse olhar da especificidade.

Então, quero trazer toda essa realidade que também não se esgota nisso. Nós temos hoje a situação dos haitianos, que estão chegando ao nosso país, nós temos a situação dos venezuelanos. Enfim, nós temos uma diversidade de processos e onde eles estão? Estão buscando acesso a nossas escolas.

E é muito interessante que, quando a gente traz a questão da equidade étnico-racial para dentro das discussões da qualidade, ela vai necessitar que nós compreendamos o que significa essa equidade de acesso.

Nós estamos falando de equidade de acesso de aprendizagem, e essa aprendizagem não pode ser apenas modelada e compreendida como um resultado linear, mas compreendida dentro dessas questões, que são muito específicas. E aí o regime de colaboração com os municípios, para que essas políticas possam ser devidamente trabalhadas e pensadas, é fundamental.

Então, aqui nós temos o Presidente da Undime. Recentemente, estive em Cuiabá fazendo uma discussão junto com um seminário regional, falando de educação em tempo integral. E também, dentro dessa discussão, nós estamos visualizando a questão das diferenças, da diversidade que compõe essa nossa escola.

Então, quando eu falo de educação indígena, eu não posso me esquecer... Hoje, por exemplo, o Estado do Mato Grosso do Sul tem 18 escolas indígenas e 16 extensões, e um centro de formação indígena, mas eu não tenho os indígenas só nessas localidades onde eu tenho escolas específicas. Os indígenas estão nas escolas de ensino comum, porque eles estão na cidade e têm toda uma questão cultural. E como é que isso nós estamos discutindo ante a esse nosso desafio de discutir essa aprendizagem, mas uma aprendizagem voltada com um olhar no sujeito?

Senadora, a pauta é tão importante, e eu creio que essa pauta diversa para nós é muito cara, de discutir esse projeto de educação escolar inclusiva, porque, quando eu falo de educação escolar inclusiva, eu estou falando de um projeto de educação nacional. Eu não estou trazendo um conceito de educação escolar inclusiva apenas pela visão desses sujeitos que fazem parte dessa diversidade, mas a educação escolar inclusiva como um projeto de educação nacional, de pensar que escola é essa, de onde a gente vem, por exemplo, com aquilo que nós assinamos lá no fórum em Incheon, por uma educação pela equidade, por uma educação inclusiva e ao longo da vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que nós temos discutido isso dentro dessa Meta 7, que é a meta da qualidade? E aí eu tenho que trazer a importância da intersetorialidade, porque hoje nós vivemos questões nas escolas, que foram muito bem colocadas aqui pela Profa. Zara, quando ela fala de políticas antirracistas, políticas que reconheçam a necessidade de a gente ter uma gestão diferenciada. Mas eu preciso também discutir que escola é essa, que educação é essa, que projeto de educação escolar inclusiva nós queremos para nossa nação. Reconhecer que nós temos que ter, quando eu falo de recomposição de aprendizagens e alcance de resultados, porque isso também faz parte... Indicadores são necessários para que a gente possa, inclusive, fazer o que a senhora está fazendo na Comissão de Educação, discutindo isto, como é que a gente pode validar e melhorar. Nós precisamos reconhecer que nós temos aí um trabalho que precisa ter regime de colaboração como ponto principal entre estados e municípios, pensarmos os recursos de formas diferenciadas para localidades diferenciadas que nós temos no nosso país, realidades diferentes entre estados e municípios.

Nós precisamos pensar hoje na tarefa hercúlea que as redes têm, que se acirrou – na verdade, eu não gosto de dizer que nasceu com a pandemia, mas se acirrou com a pandemia –, que é a recomposição da aprendizagem.

Então, hoje, quando nós olhamos que, em 2021, nós tínhamos 91% dos estudantes estudando de forma remota, e quando nós iniciamos a pandemia, nós tínhamos 4,3 milhões de estudantes que não tinham acesso à internet, eu preciso também trazer essas questões. Como é que eu estou recompondo essa aprendizagem dos estudantes que não fazem parte desse recorte, mas também desses estudantes?

Como é que eu posso direcionar e pensar num desempenho focado na aprendizagem dos estudantes, e não apenas num contexto de sistema? Mas quem são esses meninos que estão hoje e que nós precisamos ter todo um olhar, todo um direcionamento, para que eles possam realmente estar inseridos e garantir aquilo que é o acesso, a permanência e a aprendizagem, que é a qualidade da educação e, principalmente, pensar nessa equidade de acesso à aprendizagem, a partir do olhar do estudante. O que nós precisamos dar a ele?

Então, a tarefa que nós temos hoje também se soma a essas novas tarefas, se soma a este processo que também nós não podemos negar: que esses grupos vulneráveis ficaram mais vulneráveis, e a gente vai ter que trabalhar numa rede que reconheça esse papel. Nós temos hoje a questão muito presente, que também veio e se acirrou pós-pandemia, que fez com que a gente acolhesse esses estudantes. Nós tivemos que fazer um processo de parar e acolher. Por quê? Porque as dimensões socioemocionais estavam muito fragilizadas.

Então, nós estamos vivendo um contexto em que há a discussão da Meta 7, essa avaliação desses resultados, mas pensando na projeção de um novo Plano Nacional de Educação, que vamos começar a discutir, sem perder de vista todas essas dimensões necessárias para que a gente tenha condições de financiamento diferenciado para essas realidades diferentes que nós temos no Brasil, uma política voltada para pensar a aprendizagem a partir desses grupos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando eu falo, por exemplo, de pessoas com deficiência, por coincidência é minha área de estudo, minha área de aprofundamento de estudo e pesquisa, eu estou falando de pensar isso a partir das suas individualidades, por que a gente sempre lutou por acesso a um plano educacional individualizado, acesso a serviços, acesso a serviços de apoio. E isso é muito diferente num país que tem dimensões continentais, que tem dimensões políticas. E aí a gente precisa ter políticas de Estado consistentes para garantir que esse regime de colaboração possa se efetivar.

Só para dizer um pouco sobre essa importância de reconhecer essas diferenças, nós estamos no Estado do Mato Grosso do Sul, nós temos um regime de colaboração, uma política de estado que se chama MS Alfabetiza, que é uma parceria com os municípios, e nós acabamos de lançar o MS Alfabetiza Indígena, porque nós entendemos a importância da língua para essa população.

Nós temos aqui, Senadora, a primeira língua terena, indígena, sinalizada, porque nós temos pessoas surdas dentro das aldeias que precisam de um olhar diferenciado para que a sua aprendizagem aconteça. Então, é um pouco dessa visão que a gente precisa ter, de reconhecer as redes de apoio à intersetorialidade. Para pensar em equidade e qualidade, eu preciso pensar em políticas intersetoriais, porque nós temos que dar as mãos com a saúde, com a assistência social e fazer um grande movimento em relação a isso.

Bem, eu trouxe aqui uma visão e os desafios dos estados e retomo aqui a importância desse regime de colaboração entre os entes federados, estados e municípios, e que a gente pense políticas de qualidade vinculadas à equidade, para que a gente realmente tenha uma agenda de educação que tenha como projeto nacional as políticas públicas voltadas para a diversidade que nos compõe.

Eu quero só finalizar dizendo que eu entendo que a gente nadar contra a corrente é sempre mais difícil do que a gente deixar correr. Então, eu valido aqui e quero parabenizar pela iniciativa, porque nós precisamos discutir mesmo, trazer esses dados, colocar isso diante dos nossos olhos e realmente efetivar um projeto de educação que reconheça a sua complexidade e que seja, de fato, inclusivo para todos.

Era esta a minha fala.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Professora.

A gente não quer, com este grupo de trabalho, Professora, apenas cumprir uma tabela e o regimento de uma comissão, o Regimento Interno do Senado Federal. A gente quer mesmo produzir um relatório, e aí a minha preocupação de não esperar o final e já estar compartilhando com vocês, mas, como eu estou entre a senhora e o Alessio, eu queria fazer uma colocação e chamar a atenção dos dois, e aí agora eu vou cortar na carne. Agora, eu vou fazer uma avaliação do nosso papel aqui no Congresso.

Às vezes, eu vejo que nós estamos mais atrapalhando vocês do que ajudando. E eu preciso fazer este reconhecimento. Nós estamos criando coisas incríveis aqui no Senado e aqui na Câmara, Alessio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, eu fui a uma sessão solene na Câmara Legislativa do Distrito Federal para o lançamento de uma frente parlamentar sobre suicídio, automutilação, depressão, ansiedade, com especialistas na mesa, grandes psicólogos, psiquiatras, todo mundo que está lidando com o tema, e todos, no final, falavam da escola. E as sugestões trazidas para o Parlamento local aqui, a Câmara Legislativa, eu disse "meu Deus! Se aprovarem tudo que estão pedindo...".

Eu estive em sala de aula, Professores. Eu venho da educação básica, eu comecei na educação básica. Se o Congresso, se os Parlamentares, se os Parlamentos, nos estados, e o Parlamento federal começarem a aprovar tudo que está chegando – com boas intenções –, eu acho que a gente vai atrapalhar mais do que vai ajudar.

E aí, Alessio, nós estamos vivendo um momento, no Congresso Nacional, de a gente trazer forças-tarefas para aprovar propostas em datas comemorativas, meses comemorativos, e a gente quer dar resposta para segmentos.

Estamos no Mês da Primeira Infância, e todo mundo está querendo aprovar tudo para a primeira infância, para a gente dar uma resposta para o segmento, mas muita coisa que está tramitando e sendo pedida aqui faz um diálogo direto com a educação. Vocês estão construindo debates, estão trabalhando debates incríveis, construindo propostas incríveis, e depois a gente vem aqui com um dispositivo legal que não está dialogando com os debates que os senhores já estão fazendo.

Então, eu queria fazer esse chamamento aos conselhos, fazer esse chamamento ao Consed e à Undime. Eu sei que vocês têm todo um acompanhamento do que está acontecendo aqui dentro do Congresso Nacional, mas há muita matéria que, às vezes, vocês ainda não identificaram que, lá na ponta, vai dialogar com a educação. Então, eu queria muito fazer esse apelo para que a gente tivesse uma interação maior, os conselhos com o Congresso.

Eu fui assessora parlamentar. A gente vive criando coisas aqui dentro, porque o chefe quer, porque o segmento dele quer, porque nós, assessores, precisamos ser bem avaliados pelos nossos chefes. Então, tem muita coisa sendo criada aqui e, hoje, eu tenho buscado algumas propostas legislativas e eu tenho manifestado as minhas preocupações. Eu quero muito que vocês saibam que alguns dispositivos legais, inclusive, poderão influenciar de forma negativa a qualidade da educação. Então, permitam-me fazer esse alerta porque eu não sei se eu teria, nos próximos meses, a oportunidade de estar entre os dois. Permitam-me fazer esse alerta desse olhar cada vez mais ampliado dos senhores para o que tramita no Congresso, nos Parlamentos estaduais, e ouso falar, também, que nas Câmaras de Vereadores. O.k.? Então, permitam-me fazer esse alerta.

Professora, eu não tenho nenhuma pergunta para fazer, quero apenas agradecer a sua apresentação. Todo esse material vai estar disponível. Muita gente depois fica pedindo os vídeos, acessando. Então, isso aqui vai ser muito compartilhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também coloco-me à disposição, se a senhora tiver interesse. À medida que a gente for buscando dados de uma forma parcial, já podemos compartilhar com vocês, nós também queremos fazer isso. E queremos, também, essa linha de mão dupla. Mandem para cá, para o grupo de trabalho, aquilo que entenderem que é necessário para a gente terminar essa avaliação com relatório propositivo, com um relatório, inclusive, apontando, ajudando os senhores na construção do PNE. Muito obrigada, Professora.

Professor Alessio, seja bem-vindo. O Professor Alessio Costa Lima é o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). É uma pessoa muito querida, uma pessoa que a gente faz questão de ouvir todas as vezes que a gente fala de qualidade de educação. Professor, seja bem-vindo. E a palavra é sua por dez minutos, cinco minutos a mais, se precisar. E se não puder ficar até o final do debate, como a Profa. Zara, o senhor também está liberado. Muito obrigada pela sua participação.

O SR. ALESSIO COSTA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senadora.

Inicialmente, gostaria de agradecer, em nome da Undime, que representa os 5.568 municípios e o Distrito Federal, pelo convite para estarmos debatendo um tema de tão grande relevância. Quero parabenizá-la pela escolha dessa temática. Era o momento oportuno, um momento em que nós estávamos às vésperas da elaboração de um novo Plano Nacional de Educação. É fundamental estarmos refletindo sobre os avanços ou não avanços obtidos no Plano Nacional em curso, que se encerra agora, em 2024, e falar, realmente, da importância e da complexidade que é discutir a questão da qualidade em educação, Senadora.

Gostaria de saudar também a nossa Secretária Zara, da Secadi, do Ministério da Educação, que fez uma brilhante apresentação, muito fundamentada, é muito coerente o que propõe a Secretaria, a Secadi, no que tange à questão da defesa da inclusão, sobretudo desses grupos que são mantidos à margem do sistema educacional: crianças com deficiências, grupos indígenas, a questão das crianças negras, quilombolas... Então, aqui ela traz para a gente um conjunto de dados e informações que, de fato, como a senhora colocou, são bastante impactantes, mexem realmente conosco ao saber que somos brasileiros e que testemunhamos ainda indicadores tão perversos no nosso país. E nós somos corresponsáveis. Por estarmos nos cargos que ocupamos, seja como gestores, seja como Parlamentares ou como executivos, nós temos a nossa corresponsabilidade com a questão dessa enorme desigualdade educacional que, infelizmente, ainda é uma marca na educação brasileira.

Quero saudar também a companheira, colega Adriana, que aqui está representando o Consed. Transmito o meu abraço ao Vitor de Angelo, Presidente do Consed. Na pessoa dele, eu saúdo a todos os 26 Secretários de Estado. É importantíssima essa parceria entre União, estados e municípios, a questão do pacto federativo na construção e no delineamento de políticas públicas.

Quero saudar a Anamaria Camargo e a Fabiana de Oliveira, que também estão conosco nesta sala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, bom dia a todos, e aos que nos acompanham virtualmente em suas casas e em seus locais de trabalho, uma saudação especial a todos.

Inicialmente, como forma de preâmbulo dessa discussão sobre a Meta 7 do PNE, que trata da questão de qualidade em educação e do Ideb, é importante, Senadora, a gente fazer algumas reflexões, e eu queria trazer quatro iniciais antes de adentrar à minha apresentação.

Primeiro, nós não podemos ter a ingenuidade de uma visão romântica ou de uma visão reducionista de avaliação de qualidade em educação restrita, exclusivamente, a indicadores quantitativos. Esse é um grande equívoco. A Secretária Zara já pontuou muito bem um exemplo de como na Meta 7 foram esquecidos outros indicadores que compunham a dimensão da qualidade, que, no entanto, não foram, naquele momento, colocados, explicitados, ou valorizados, incluídos.

Então, assim, a gente não pode discutir e achar que qualidade de educação se resume a rendimentos – taxas de aprovação, de reprovação, de evasão e de desempenho escolar, através das médias aferidas pelas avaliações externas. A qualidade em educação é algo muito mais amplo, que envolve, desde a questão do nível de aprendizagem à questão da infraestrutura desses ambientes de aprendizagem, como foi reportado também pela Zara, mas também pega esse último ponto, Senadora, que a senhora traz, que é essa questão da felicidade. Esses ambientes têm que contribuir para que a criança esteja na escola e esteja aprendendo, mas que ela se sinta acolhida, ela se sinta feliz, e a escola possa contribuir para o desenvolvimento dessa criança, não só na dimensão cognitiva. Nós não queremos formar somente fazendo a transmissão de um conjunto de saberes, mas nós defendemos uma educação que trabalhe a formação dessa criança nas suas múltiplas dimensões, em especial nessa questão socioemocional que a senhora traz, que gera esses problemas justamente por a essas questões não ter sido dada a devida relevância. Isso gera problemas como crise de depressão, crise de ansiedade, crise de agressividade, que se materializa em violência na sociedade, em violência que é trazida para dentro da escola, em violência dentro da escola, leva a situações mais graves, como a senhora pontuou, de suicídio.

Então, tudo isso está relacionado a aspectos do desenvolvimento do lado socioemocional dessas crianças, que é tão importante, Senadora, quanto desenvolver essa questão da transmissão dos conhecimentos cognitivos. Nós precisamos ter essa visão ampla de educação e por isso, tendo uma concepção ampla de educação, nós não podemos ser reducionistas em achar que, para se avaliar a educação, nós vamos usar apenas aquele ou outro indicador quantitativo. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria que a senhora incorporasse ao seu relatório, convidando a sociedade brasileira a ter essa visão plural, essa visão mais ampliada do conceito de educação, e principalmente do conceito de qualidade em educação. Qualidade de educação vai para muito mais do que um número, e felicidade a gente não mede com um número, e ela é tão importante quanto a questão da dimensão cognitiva.

O segundo ponto é que a gente precisa também entender, sobretudo quem não é da área da educação, que às vezes se aflora a participar do debate, no intuito de ajudar, como a senhora coloca, e acaba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrapalhando mais do que ajudando. Então, muitos especialistas de outras áreas, que não são grandes entendedores, que não se debruçaram, não estudaram tanto sobre educação, e no entanto querem participar, querem contribuir, acabam atropelando e fazendo o uso de termos equivocados, de visões equivocadas. Então, gostaríamos que a senhora incorporasse o segundo tópico no seu relatório, que melhorar indicadores de qualidade em educação, como foi colocado pela Adriana, não é algo tão simples, não é algo tão fácil e não é algo linear. Principalmente nesse termo que a Adriana usou, ela foi muito feliz. Qualidade em educação não é algo que você vai a uma prateleira de supermercado e que você compra o produto, e você paga por esse produto. Qualidade em educação você constrói com a criança, você constrói com os atores, com os professores. Então, esse lado, Senadora, esse lado humanizado, a senhora precisa recuperar e colocar como segundo ponto de alerta no seu relatório, no relatório desta Comissão, deste grupo de trabalho.

Quando a gente coloca que não é algo tão linear, é preciso, sim, que pessoas que são especialistas do campo da economia, de outras áreas mais das ciências exatas, entendam que educação é um campo subjetivo, porque trabalha com pessoas. Então, aumentar "x" recursos em educação não significa que eu vou ter "x" desempenho, como numa esteira de produção. Nós não podemos comparar nossa escola a uma fábrica onde eu vou colocar "x" produtos e no final eu vou ter "x" alunos com um determinado nível de conhecimento.

Primeiro, eu tenho que considerar as diversidades e as características individuais de cada pessoa. Nem os dedos da nossa mão são iguais; eu não posso querer que as crianças aprendam no mesmo ritmo de desenvolvimento, que as crianças tenham o mesmo nível de desempenho. Nós vamos, sim, trabalhar sempre para construir no sentido de oportunizar que todas elas aprendam, mas nós precisamos respeitar as individualidades. Isso é fundamental. E aí, se fosse tão simples, Senadora, países mais ricos que o nosso já teriam melhorado muito a educação, se fosse só uma questão de colocar o dinheiro de qualquer forma e esperar o resultado no final.

E desconstruir também, nesse relatório, o falso discurso no Brasil, que está sendo implantado há algumas décadas e que é muito perigoso: que no nosso país nós temos recursos demais para a educação e o que falta é uma gestão. Nós sabemos bem que não é isso. Se nós temos esses indicadores cruéis que foram trazidos pela Profa. Zara, nós não podemos achar que o Brasil fez o dever de casa no que tange a financiamentos adequados para que tenhamos escolas dignas.

Olha, essas escolas que ela trouxe, essas imagens, como a senhora colocou, são impactantes, são imagens muito fortes. A gente não pode admitir que um aluno que tenha direito à educação vá buscar essa educação numa escola que não tinha a mínima condição de receber essa criança. Como que esse professor, essa professora vai desenvolver o seu trabalho num ambiente que não oferece a menor condição? É a gente querer achar que a educação acontece debaixo de árvores. Não podemos confundir momentos diferenciados de aula de campo, momento diferenciado em que o professor tira o seu aluno e o leva para o campo, para fazer uma educação mais interativa com o meio ambiente, e achar que educação formal vá acontecer debaixo de árvores ou sem as condições básicas de funcionamento. Não gosto nem desse nome "mínimo"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria que a senhora retirasse desse relatório toda a vida que aparecesse esse nome "mínimo" e a senhora o substituísse por "condições ideais básicas", porque as nossas crianças merecem. Vamos suprimir essa palavra "mínimo" do relatório.

O Brasil tem, sim, uma enorme dívida de financiamento, porque a educação de fato nunca foi prioridade no que tange... Porque as prioridades, Senadora, a senhora tão bem sabe, se materializam na sua política. A senhora ressalta muito bem a legislação da Lei do Orçamento. Se a educação é prioridade, eu vou ter essa prioridade materializada no Orçamento. Se o Orçamento, de fato, colocar recursos e investimento e priorizar a educação, como ela deve ser priorizada, aí sim eu estou dizendo que estou valorando, que eu estou valorizando a educação. Foi muito oportuno a senhora trazer também esta reflexão de estarmos discutindo educação atrelada à questão da Lei Orçamentária, porque educação não se faz, como a Zara coloca, só com uma carta de intenções, com boas ações e com os propósitos; precisa de tudo isso, mas precisa ter também as condições básicas.

O terceiro, Senadora, é que nós não podemos também embarcar na falsa ilusão de que, no nosso país, nessa visão equivocada desse viés do uso dos indicadores como forma de responsabilização do gestor como forma de *accountability*, como forma de culpabilização. Se a gente for gastar tempo e querer culpar as pessoas pelo fracasso de uma política não implementada corretamente, pelo não investimento feito corretamente, nós iremos perder tempo e não iremos resolver o problema.

Nós não estamos atrás do culpado. Cada um tem que fazer a sua parte, mas essa corrente que defende que a gente deva fazer uso maciço dos indicadores, pelos órgãos de controle, pelo Ministério Público, para fazer uso desses indicadores como forma de culpabilização de gestores vai afastar cada vez mais gestores sérios, comprometidos, de quererem abraçar a causa e a luta na defesa pela educação, porque você cria um mar de adversidades. Como a senhora bem mesmo pontuou, se forem aprovadas tantas leis, tanta coisa de boa intenção que está aí, a senhora, que passou pelo chão da escola, vai entender que isso, na prática, não vai acontecer, e a gente vai estar prestando um desserviço à escola mais do que ajudando.

Então, vamos desconstruir essa lei de responsabilidade educacional. Ela está sendo equiparada à Lei de Responsabilidade que irá salvar, melhorar as condições por um viés da perseguição, pelo viés da punição. Como é que eu vou responsabilizar alguém quando ainda a gente não proveu as condições mínimas para que, realmente, a educação no Brasil aconteça de forma igualitária em todo este imenso país? Este era o terceiro ponto, Senadora. Ele é muito caro, e eu gostaria que a senhora também o incorporasse.

Em relação a esse último, a Zara já falou muito bem: que é preciso ter esse olhar atento para as várias dimensões de qualidade. A qualidade começa na garantia do direito à educação, ao acesso, à permanência da criança na escola, ao sucesso na aprendizagem dessas crianças nessa escola, onde entram essas questões dos indicadores de medidas de proficiência, mas entram também as questões de equidade, que precisam ser trabalhadas. Essa qualidade não pode ser para uns, em detrimento da maioria; essa qualidade tem que ser construída e oportunizada para todo brasileiro. Então, eu não posso dizer que eu tenho um município, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado ou uma escola com uma média altíssima sabendo que, dentro daquela mesma escola, daquele mesmo município ou estado, eu tenho grupos de alunos que não aprenderam no 9º ano o que deveriam ter aprendido. Então, eu consigo caminhar com médias que mascaram a realidade, mas eu deixo para trás um conjunto de crianças que foram esquecidas. Então, não é esse modelo de escola que deixa para trás que nós queremos.

Assim, nesse sentido, era muito feliz o Presidente dos Estados Unidos Obama quando colocava que nós não podemos deixar nenhuma criança para trás. É um lado muito importante também essa questão da equidade, dos espaços, que a Zara traz, é importante assegurarmos esses espaços adequados, condições de infraestrutura.

Outra coisa, Senadora, que precisa constar no relatório da senhora é que o Ideb é um indicador muito simplista. Ele congrega somente fluxo e média de desempenho. O Ideb é limitado a esses dois indicadores e desconsidera o contexto onde esses indicadores são produzidos, de onde vêm essas crianças que estão naquelas escolas, por exemplo, de periferia. Eu não posso ter a ilusão de achar que uma escola de periferia que atende a uma clientela que enfrenta enormes adversidades tem a mesma condição para desenvolver a aprendizagem que tem uma escola de outra realidade que não uma escola de periferia. Então, essas questões do contexto em que essas medidas são produzidas precisam ser consideradas. Então, a gente precisa estar atento a isso.

Por último, nós não podemos esquecer que é importante na qualidade da educação o aspecto cognitivo, mas tão importante quanto ele é o aspecto socioafetivo e emocional. Então, isso também tem que ficar no radar do relatório desse GT.

Eram essas algumas contribuições iniciais.

Gostaria que passasse a minha apresentação. Vou tentar ser rápido, por conta do tempo. Em algumas coisas, vou ser mais rápido, porque a Zara já trouxe, em termos de indicadores.

Por gentileza. A próxima lâmina, por gentileza. Alguém poderia me auxiliar, passando aí?

Essa lâmina, Senadora, é o retrato da educação básica no Brasil. Então a senhora percebe aí hoje como está organizada a oferta da educação brasileira. Observe que metade, praticamente 49% das matrículas da educação básica estão hoje sob a responsabilidade dos municípios. Então não dá, Senadora, para discutir mais, no nosso país, políticas de forma centralizada, políticas verticais, de cima para baixo. A gente tem que considerar que discutir política é fazer com, e fazer com pressupõe esse regime de colaboração, que está na Constituição e que a gente precisa que ele saia do papel, saia da Constituição e venha para a prática.

Então, hoje nós temos os municípios, as redes municipais, com metade da matrícula na educação básica; depois temos as redes estaduais, com 31% da matrícula, mais concentrada na questão da oferta do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino médio, anos finais do fundamental e o ensino profissional; e temos a rede privada do nosso país, com oferta de 19%; e a rede federal, com a oferta de menos de 1%, que equivale aos Institutos Federais, que ofertam o ensino técnico, os institutos federais.

Então, essa é a foto da educação do Brasil hoje, uma educação com cara municipalista. Como 50% da educação está na responsabilidade das redes municipais, e cabe à União, cabe aos 26 estados apoiarem os municípios e o Distrito Federal na oferta dessa educação, da educação básica, sobretudo da educação infantil, as etapas da educação infantil e do ensino fundamental.

A próxima, por favor.

Aí está o objeto do tema desta mesa, que é essa questão da discussão da Meta 7. O que foi traçado? Indicadores para uma meta para dez anos. Nós estamos chegando ao final desse período e, de fato, nós não conseguimos, em nenhuma das etapas, atingir, de fato, a média desejada.

Vejamos o próximo.

O que a gente não pode dizer é que não houve avanço. Nós não podemos negar os avanços que ocorreram. Por exemplo, nos anos iniciais, pegando somente fluxo e desempenho, a gente quase que chegou à meta. Faltou 0,2 ponto para que a gente pudesse atingir a meta nessa escala de zero a dez, que é a escala utilizada pelo Ideb, que foi eleito como indicador para avaliar a qualidade da educação – a gente deve fazer uma reflexão, primeiro sobre a fórmula do indicador e que ele sozinho não dá conta disso, não é?

E aí, a gente percebe claramente a tendência, como a gente chegou bem perto de atingir a meta. Eu acredito que, se não fosse a pandemia, talvez nós tivéssemos, no caso dos anos iniciais, atingindo a meta, porque houve, de fato, uma queda no período de 2019 a 2021, e a gente sabe que o impacto foi muito forte nos dois anos de pandemia. Nós estávamos muito próximos de 5,9, faltando 0,1, um décimo, e caímos para 5,8.

A próxima.

Esse dado é importante, Senadora, porque, como eu falei para a senhora, ao trabalhar com médias, elas mascaram situações. Então, assim, no geral, a gente pensa que a gente quase atingiu a meta – atingimos 6 –, mas, quando a gente pega esses dados desagregados por regiões, aqui é foto da desigualdade do sistema educacional brasileiro.

Aí você percebe que regiões, como o Sul e o Sudeste, ultrapassaram a meta, graças a Deus. Felizmente, eles estão com indicadores acima de 6, que era o indicador da meta, 6.1, 6.2, respectivamente. Mas, quando a gente olha para as outras regiões, nós percebemos que as outras regiões não conseguiram chegar próximo da meta, que seria 6. Quem mais se aproximou foi a Região Centro-Oeste, com 5.8, que leva a mesma média que a média nacional. Tenho grupos que se somam para chegar nesse ponto, mas eu tenho aí duas regiões que ficaram para trás. São duas regiões com as quais nós ainda temos uma dívida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais acentuada, uma dívida educacional com os brasileiros que residem nessas duas regiões: a gente percebe que o Nordeste está com a média 5.3, muito distante ainda, 0,7 décimos distante da média 6; e, no caso da Região Norte, a gente percebe que o desafio ficou bem maior. Apesar de todas terem crescido – e vamos desconsiderar 2021, quando todos caíram devido à questão da pandemia –, a gente percebe que todos vinham crescendo, mas a gente não trabalhou na questão, como a Profa. Zara coloca, no sentido com políticas focalizadas para reduzir essa desigualdade. Permaneceu esse poço de distanciamento entre as Regiões Norte e Nordeste, dos alunos dessas regiões, em detrimento das outras regiões. Então, isso é o reflexo do quão é desigual o sistema educacional brasileiro.

Pode passar.

Aí nós temos a taxa de aprovação, que vem sempre crescente. Chegou a quase 100%. Não devemos considerar esse dado, porque é o dado que foi influenciado pela pandemia. Os nossos conselhos... Por orientação dos conselho nacional, estaduais e municipais, a gente foi orientado a não fazer a retenção de alunos; trabalhar com esses alunos para a gente ter a oportunidade de fazer a recomposição, como a Adriana coloca, dessas aprendizagens, desse tempo de pandemia sem penalizar o aluno com reprovação, porque ele não teve culpa desse período que a gente vivenciou, desse período que a gente experimentou de escola não presencial, que trouxe realmente resultados bem negativos. E trouxe lacunas de aprendizagem que precisam ser recuperadas, não é, Adriana? E também outros tantos que precisam ser recompostos. São duas frentes de trabalho que nós precisamos ter em mente: o que não foi aprendido e o que não foi ensinado. Então, são duas frentes, muito bem lembradas pela Adriana.

A próxima.

Esse traz as médias de proficiência do 5º ano em língua portuguesa, a média nacional. A gente percebe que esse aí, de fato, é a qualidade cognitiva das aprendizagens das médias do Saeb. E aí a gente percebe que, quando junta o indicador do Ideb, ele gera um indicador que ilude as pessoas; ele dá a entender que houve um falso crescimento, uma queda muito pequena, porque você junta fluxo, que foi 100%, na pandemia foi 100%, e junta com a média desempenho, que de fato foi o que de fato os alunos não aprenderam nesse período de pandemia.

Então, esse gráfico desmascara o Ideb. O Ideb 2021 tem problemas. É um indicador que não deve ser utilizado, como todo mundo alertou – a Undime saiu com o relatório, o Consed alertou também –, porque ele é um indicador camuflado.

É importante que, nesse relatório, vocês tenham esse entendimento e registro de que o Ideb 2021 é um indicador camuflado pela situação da pandemia. Na pandemia ele foi camuflado pela autorização que a gente deu às escolas para aprovar todo mundo, mesmo eles não tendo aprendido quase nada. Esse dado mascara o tanto que as crianças tiveram...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí é o impacto real, o prejuízo real na aprendizagem dos alunos. Os alunos despencaram. Se a gente pegar Matemática – a maior queda foi na Matemática – nos alunos do 5º ano, a média nacional despencou de 227 para um número bem menor, para 216, uma queda de mais de 10 pontos, o que é muito significativo. Numa escala que oscila com desvio padrão de 15% é um número muito significativo. Então, essa é a realidade, o efeito da pandemia de 2019 a 2021. Então, esse indicador do Ideb tem problemas, o Ideb de 2021.

O próximo.

E aí estão os anos finais também. A gente observa que também nós não atingimos, que ficou um pouco maior a distância do que... Aí você percebe que houve um falso crescimento, Senadora, de 2019 para 2021.Olha como é perigoso esse dado Ideb. Houve um falso crescimento de 2019 para 2021, mas não houve esse crescimento no conhecimento. O que houve é que se juntou a nota dos alunos com a taxa de aprovação, que, no caso dos anos finais, eram muito abaixo de 100%. Quando você aumentou para 100% a taxa de aprovação, você camuflou o Ideb jogou o Ideb para um número altíssimo, quando que, de fato, esse crescimento não é real, não reflete que houve melhoria. Seria contraditório dizer que houve melhoria no ensino não presencial por dois anos de pandemia. A gente sabe que não houve melhoria no período de pandemia, salvo raras exceções que precisam, inclusive, ser estudadas – como elas conseguiram, em que condições fizeram –, mas são exceções. A regra geral mostra que todos caíram.

O próximo, por favor.

Aí se mostra a questão das desigualdades regionais. Mais uma vez, no 9º ano também fica a diferença entre as Regiões Norte e Nordeste, que ficam com os desempenhos menores – no caso do Norte, 4,6; no Nordeste, 4,8 –, muito distantes da média de 5,5, que foi a média planejada. Nenhuma região, mesmo desagregada – mesmo aquelas regiões mais favorecidas, como a Região Sudeste do país, como a Região Sul –, conseguiu atingir a média traçada pelo Ideb quando se trata dos anos finais. Então, a gente percebe que, quanto mais aumenta a série, menor foi esse crescimento, maior foi a distância de atingir o que foi planejado. A gente vai ver isso lá no ensino médio. Por uma questão de tempo, eu vou pular esses gráficos todos e vou para as minhas contribuições em termos de sugestões. Minha não, a da Undime, da nossa instituição.

Por gentileza, o próximo.

Vou pedir que passe esses eslaides. Pode passar para o próximo, o próximo.

Aí é o do Ideb, do ensino médio; foi muito distante mesmo.

Aqui, muito obrigado.

Nessa lâmina está como aperfeiçoar o Ideb, Senadora. E aí é muito importante o relatório desse GT, porque vocês vão sinalizar... É o Legislativo brasileiro sinalizando para o Ministério da Educação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade de se discutir e de se aperfeiçoar esses indicadores e o conjunto de indicadores para valorar a qualidade em educação que serão utilizados no próximo Plano Nacional de Educação.

Então, a gente tem que considerar que o Ideb teve um importante papel no desenvolvimento das políticas públicas desde 2007. Isso é inegável. Antes dele, a gente não tinha um indicador compreensível, claro, e a população brasileira – mesmo a pessoa que é leiga, que não é da área de educação, que não é da área de avaliação – conseguiu monitorar e acompanhar o desempenho da sua escola, acompanhar o desempenho do seu município, do seu estado, da sua região.

Então, ele cumpriu esse papel no sentido de criar essa cultura, Senadora, do uso do indicador para monitoramento das políticas públicas. Isso foi um grande legado do Ideb à história da educação brasileira.

Além disso, nós não podemos deixar de considerar o impacto da pandemia, porque o Ideb de 2021 é um Ideb que foi alterado por conta das taxas de aprovação que foram elevadas a 100%. Então, é um indicador com que tem que se ter uma certa reserva no uso. Somente os especialistas que detêm o conhecimento mais profundo da construção do indicador podem compreender tecnicamente como é possível utilizar esse indicador. É um indicador que deixou de ser esse indicador simples, porque ele carrega essas questões que enviesam a sua leitura.

E, por último, o que foi colocado pela Adriana, nós temos que considerar a importância de se ter uma atenção, uma política voltada para o processo de recuperação e de recomposição das aprendizagens. Do contrário, as crianças que estavam nos anos iniciais no período de pandemia, Senadora, vão ter comprometida toda a sua aprendizagem nas séries subsequentes – se a gente não tiver políticas de intervenção que venham a recompor essas aprendizagens, que venham a recuperar o que não foi aprendido nesses dois anos.

Esses três pontos são para a gente considerar na hora de definir qualquer novo indicador.

O próximo.

E aí, assim, como o Ideb pode contribuir para implementar as redes? Então, com os resultados do rendimento escolar, a equipe da secretaria pode conhecer os dados de aprovação, reprovação e abandono da sua escola e traçar metas e estratégias para uma ação articulada para combater, sobretudo, essas taxas de abandono escolar, essas taxas de evasão escolar e combater também essas taxas de alta reprovação que ainda existem na escola. A gente precisa entender a reprovação como um fracasso escolar.

Quando eu falo do fracasso escolar, Senadora, a reprovação é um mal dentro da educação. Ela é como se fosse um câncer que corrói as células saudáveis no organismo. E isso é o efeito da reprovação dentro de uma escola. Então, é preciso trabalhar essa questão pedagógica da reprovação, porque a reprovação é um fracasso de todos. É um fracasso da criança, mas é um fracasso do professor, é um fracasso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do diretor, é um fracasso do secretário de município, do secretário de Estado, é um fracasso da família. Não é normal uma criança ser reprovada. É isso que a gente não pode naturalizar e a gente não pode aceitar.

A gente tem que trabalhar para que essa reprovação seja cada vez menor. Nós não podemos admitir um sistema escolar que reprova muita gente. É a mesma coisa que admitir um hospital que mata muita gente. Então, assim, é a mesma analogia.

Então, a reprovação é um problema. E somente com indicadores confiáveis a gente pode monitorar essas duas questões.

O Ideb também – a próxima – permite contribuir no sentido de se verificar a distorção idade-série, ainda muito séria, um problema crônico, porque uma coisa gera a outra.

A reprovação ou entrada tardia de criança fora da idade gera distorção idade-série. E todos os especialistas e psicólogos do mundo inteiro colocam esse problema que é ter criança na escola estudando fora da sua idade adequada; tem um tempo de aprendizagem para cada coisa. Então, a criança precisa ser inserida na idade correta na escola e ela precisa evoluir ano a ano nessa escola – sua idade cronológica também tem que ser compatível com o seu desenvolvimento cognitivo.

A próxima.

Por gentileza, a próxima.

E, aí, também os dados da Prova Brasil, o Ideb. Como o Ideb pode contribuir? É uma terceira variável. Os dados da Prova Brasil, que é a questão dos indicadores produzidos pelo Saeb de forma censitária, que dão o diagnóstico de cada escola no país, permitem conhecer o desempenho dos estudantes tanto em Português como em Matemática, escola a escola, por este país. Nesse sentido, foi importantíssima essa avaliação censitária.

A gente sabe que uma avaliação por amostragem é mais barata, é mais econômica, permite a construção do mesmo indicador do estado ou do município, mas não permite a construção do indicador da escola. E a Prova Brasil, a partir dessa universalização da avaliação em 2007, veio dar essa condição de cada escola ter o seu diagnóstico, de cada escola saber a média e proficiência dos seus estudantes, para que a escola possa se reconhecer nesse resultado.

Então, é importantíssima a manutenção dessas avaliações censitárias, Senadora, e a gente acha importante... Hoje, é avaliado o 5º e o 9º anos do ensino fundamental e o 3º ano do ensino médio – são series conclusivas de cada etapa –, mas nós entendemos que o processo da alfabetização é de suma importância no desenvolvimento e nós entendemos que cabe ao Ministério da Educação a responsabilidade de proceder, também de forma censitária, incluída nas avaliações oficiais do Ministério da Educação, à avaliação do 2º ano do ensino fundamental, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu pediria também que constasse no relatório esse ponto. Ele é muito caro para os municípios, ele é muito especial, e eu gostaria que a senhora nos ajudasse nessa defesa para que a avaliação do 2º ano também possa ser incorporada e integrada ao sistema de avaliação nacional do Saeb. Então, assim, é muito importante a gente ter medidas produzidas pelo Governo Federal no que tange ao 2º ano, que é a etapa conclusiva do processo de alfabetização.

Nós precisamos ter também o diagnóstico, produzido pelo Governo Federal, de cada escola sobre o nível de aprendizagem de alfabetização das crianças que concluem o 2º ano do ensino fundamental; se essas crianças realmente conseguiram ser alfabetizadas. Do contrário, se elas não forem alfabetizadas na idade certa, nós sabemos que essas crianças terão a sua aprendizagem comprometida nas demais séries, o que vai gerar outros problemas futuros.

Então, a gente pede que conste nesse relatório da senhora que é fundamental o Governo Federal, em que pese requerer mais investimentos... A alfabetização é tão importante que o Governo Federal não pode se furtar de incluir a avaliação da alfabetização do 2º ano do ensino fundamental dentro do Saeb.

Então, nós teríamos avaliação do 2º ano da alfabetização, avaliação do 5º ano, do 9º e do 3º ano do ensino médio. Nós estamos, no momento, redefinindo o sistema de avaliação brasileiro e eu acho que o relatório do Senado, neste exato momento, o relatório produzido por esse GT pode dar uma grande contribuição para o aperfeiçoamento do sistema de avaliação.

O próximo, por favor.

E aí seriam as nossas contribuições para melhorar o nosso sistema de monitoramento do Ideb. Que ele continue sendo uma fórmula simples, pois não adianta a gente criar fórmulas complexas, com muitos indicadores. É importante que ele seja simples, de fácil contribuição para o público, usando essa escala que todo mundo já conhece, essa escala de 0 a 10 pontos. Todo mundo sabe que dez é muito bom, é ótimo, e todo mundo sabe que um é muito ruim, um é péssimo, qualquer pai sabe ler essa escala. Isso foi um ganho fantástico. Que ele continue preservando essa característica.

Que ele consiga comunicar os resultados de maneira hábil. Senadora, nós não podemos permitir no Brasil que a gente faça avaliação e demore mais de seis meses para divulgar os resultados. Hoje nós temos tecnologia para isso, esse resultado precisa... Se já foi avaliado em outubro, novembro, no começo do próximo ano, toda sociedade brasileira tem que ter o mais rápido possível, no início do ano, esses resultados. E se for necessário mais investimento para dar conta da celeridade do retorno desses resultados, é fundamental... Esse é outro ponto que a senhora poderia pautar e exigir do Ministério da Educação: maior celeridade no retorno dos resultados. Porque, se eu avalio no final do ano e vou ter o resultado quase em agosto, setembro do ano seguinte, nós já perdemos um ano, entendeu? Então, isso é muito importante.

E que o Ideb, que as avaliações, considerem o contexto do aluno. Senadora, este aí eu queria até destacar de verdinho, porque seria a grande contribuição que a senhora colocaria, que a Undime está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defendendo, em nome de todos os municípios, dos 5.568 municípios e do Distrito Federal: a gente defende que esse indicador do Ideb crie uma maneira de incorporar o contexto social da criança para a gente também entender. Nós sabemos que pesquisas internacionais no mundo inteiro apontam que o contexto é uma das variáveis que mais interfere no resultado final do aluno. E o Ideb atual desconsidera totalmente essa variável.

Então, a gente luta para que esse indicador – agora que ele vai ser redesenhado para a próxima década – incorpore essa variável de contexto. E que inclua, já no quarto item de sugestão, essa terceira variável, considerando as questões de contexto que são produzidas nos resultados educacionais e que espelhe um pouco dessa desigualdade que foi apresentada pela Secretária Zara.

Então, eram essas as nossas contribuições para o debate. A gente se coloca à disposição, Senadora, da senhora e de todos os Senadores da República para continuar contribuindo, levando a voz e a vez dos 5.568 municípios brasileiros e do Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Prof. Alessio, eu estava aqui falando com a minha equipe técnica, pois tem uma equipe enorme aqui por trás deste computador, e a sua apresentação a gente vai ter que levar para casa, assistir a esse vídeo inúmeras vezes, ler tudo de novo, porque o senhor trouxe grandes contribuições.

Nas suas considerações iniciais, o senhor já aqui nos provocou muito, e agora nas considerações e nas contribuições finais também.

Obrigada, professor. Enquanto o senhor falava, eu fazia uma viagem no tempo. Em 2013, 2012, quando a gente estava construindo o PNE, a gente não tinha uma bola de cristal para a gente ter a dimensão de como seriam aceleradas as grandes transformações sociais também. E nesses dez anos, mudou o nosso mundo, mudou o nosso país, mudou a forma de a gente se relacionar – e nós jamais imaginaríamos um advento mundial como uma pandemia.

Eu acho que este momento com todos os aprendizados e já prevendo, professor, que as mudanças serão mais aceleradas ainda... O menino de daqui a dez anos não vai ser igual ao menino de hoje, e a gente ter essa compreensão... O senhor trouxe uma palavra que me fez aqui uma provocação: a humanização, a gente trazer a humanização para as metas de avaliação, para os índices também. Eu gostaria muito de falar sobre isso, mas a gente não tem tempo.

Mas, professor, foi muito importante a sua participação. E eu quero pedir essa liberdade de te acionar, de te buscar de vez em quando, de te ligar, de o grupo te ligar, de as nossas equipes estarem se falando, porque a gente quer mesmo contribuir, esse grupo de trabalho quer mesmo contribuir. E a Undime veio agora, assim, nos provocando e trazendo sugestões que serão consideradas no nosso relatório com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando o senhor me chama a atenção aqui agora da divulgação do relatório, da divulgação da avaliação em tempo quase que real, se possível, num tempo muito rápido, é como consertar o rumo de uma canoa se alguém não me avisou antes que tinha um jacaré vindo na minha direção. Então, a divulgação do resultado... Eu acho que o senhor trouxe aí um grande problema que a gente está enfrentando, que a gente está sentindo, e a gente vai ter no orçamento da União se vamos precisar de mais dinheiro para mais mecanismo, para que esse resultado seja divulgado mais rápido. Então, entenda que este é o momento oportuno de a gente estar avaliando a Meta 7, esses recortes que a gente trouxe para esse grupo de trabalho.

Professor, muito, muito obrigada! Sei que o senhor também está em trânsito, sei que não foi fácil o senhor se organizar para participar desta reunião, mas a gente sabia que é assim que o senhor trabalha. O senhor está sempre muito disponível e disposto a colaborar. Muito obrigada. Nós vamos estar buscando o senhor para dar continuidade ao trabalho desse nosso grupo aqui. Muito obrigada, Undime, pela participação nesta manhã. Obrigada, professor. O senhor fique à vontade se precisar se retirar.

Na sequência, nós vamos ouvir agora a Fabiana Maria das Graças Soares de Oliveira, Coordenadora Nacional de Educação e Ação Pedagógica da Federação Nacional das APAEs. Ela vai falar sobre educação para crianças e adolescentes com deficiência intelectual ou deficiência múltipla no âmbito de um Plano Nacional de Educação.

Fabiana, seja bem-vinda! É uma alegria ter você conosco nesta manhã!

O SR. FABIANA MARIA DAS GRAÇAS SOARES DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora. Obrigada pela oportunidade. Eu agradeço em nome do Presidente da Federação Nacional das APAEs, Presidente José Turozi, essa oportunidade. É muito importante nós estarmos aqui conversando, não é?

E quero cumprimentar os colegas que me antecederam: a Profa. Zara, que fez uma brilhante explanação. Embora eu tenha entrado num ponto já um pouco avançado da fala dela, mas consegui, assim, ver alguns dados demonstrativos em relação à realidade do nosso país e avaliação da Secadi. Quero cumprimentar a Adriana também, Adriana Buytendorp, Superintendente da Educação aqui do estado, da mesma cidade em que eu moro – Adriana, já trabalhamos juntas, é um prazer revê-la aqui na tela –, e o Prof. Alessio, que fez também essa brilhante explanação.

É um prazer muito grande nós estarmos aqui conversando, trabalhando com as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. E aqui trazendo a realidade da rede Apae, eu quero localizar vocês que nós da rede Apae trabalhamos com escolas do sistema de ensino, porque são escolas orientadas a se regulamentarem nos respectivos sistemas de ensino para oferecer educação básica, educação infantil, ensino fundamental, séries iniciais do 1º ao 5º ano, educação de jovens e adultos, também regulamentados pelo sistema de ensino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista da estatística do Censo Escolar de 2022, nós identificamos 1.298 escolas e também 865 unidades educacionais que oferecem o atendimento educacional especializado. Essa organização que a instituição Apae Brasil tem é de acordo com a legislação educacional em vigor. Tem as escolas especiais, de acordo com o art. 58 da LDB e a Resolução 2 do Conselho Nacional de Educação, e alguns estados ainda autorizam as escolas especiais. Há os estados que não autorizam as escolas e que autorizam, que credenciam os centros de atendimento educacional especializado.

Nessa lógica dos centros de atendimento educacional especializado e até no papel das escolas que realmente fazem parte do sistema de ensino, para nós é muito importante estarmos discutindo exatamente a Meta 7, que é a meta que trata da qualidade da educação básica.

E a gente também se pergunta como garantir a qualidade com algumas questões que são fundamentais e que acontecem na nossa realidade, como acontece na realidade da escola básica comum, como a gente já ouviu aqui, uma vez que nós temos questões relacionadas a pessoal docente, que passa pela rotatividade de pessoal docente, a efetivação do docente na escola. Nós geralmente trabalhamos com o sistema de ensino do ponto de vista da rede pública, que não tem concursos públicos continuados, trabalhamos com professores contratados temporários e outras questões de contratos. E aí você não garante a continuidade da formação que é disponibilizada, sem contar que a gente sente muita necessidade de repensar e discutir muito essa formação continuada, porque a grande chave – a gente vê assim – dessa qualidade, como já foi dito aqui, não é a quantidade numérica no censo escolar, não é a quantidade de alunos que nós temos, mas é a qualidade das nossas ofertas, a qualidade de projetos de formação continuada planejados, continuados e permanentes não só por conta da rotatividade, mas porque o conhecimento se modifica ao longo dos tempos.

A cada momento nós temos uma discussão, uma pesquisa e um conhecimento diferente, que é trazido pelas academias, pelos pesquisadores. E, quando você não tem essa formação realmente continuada, o professor fica muitas vezes defasado em suas informações. Então, a gente que trabalha na base, com os professores, escuta muito isso.

A gente sabe também que muitas vezes é criticada a fala do professor de não ter condições de trabalhar com o aluno, mas vendo também esse lado do professor, isso só não basta. Por isso é que nós nos voltamos para o sistema de ensino, para as unidades educacionais no seu papel de cumprir o compromisso de ter a formação continuada nos seus planejamentos. A outra questão que já foi falada aqui também, mas que eu gostaria de repetir, é essa rede de apoio com que nós trabalhamos e estamos discutindo hoje na rede Apae, por meio da Política de Atenção Integral e Integrada, que é um documento que foi elaborado em 2020, com base na legislação atual e, inclusive, na legislação que garante e protege direitos das pessoas com deficiência, com as devidas adequações, pensando na rede de apoio, em se tratando de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, pensando no aluno, pensando no professor, que também precisa de apoio; pensando na família, de que forma essa rede de apoio pode ser abrangente e atuar para que ninguém fique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fora das suas necessidades de aprendizagem na escola, das suas necessidades de ensinar com qualidade, de mediar com qualidade, de atuar como um professor com a devida qualidade e também com a família.

Nós sabemos hoje que a nossa sociedade enfrenta um problema sério, que é da constituição familiar e da vida familiar. Apoio familiar e orientação familiar são uma das pautas mais importantes que nós enfrentamos, principalmente em se tratando de alunos, no nosso caso, com deficiência, ou alunos com outras comorbidades. A gente tem que estar sempre junto com a família para poder criar esses mecanismos de apoio, de estrutura e de orientações.

A outra questão que foi dita aqui também é o financiamento. Eu quero fazer uma pausa, no financiamento, em relação às instituições especializadas. Nós sabemos que houve a atualização, o chamado novo Fundeb, recentemente, e que, na Meta 7, ele ampara as instituições a receberem recursos conforme a Meta 7, recursos do Fundeb. Mas, se for feito um levantamento – como fazer esse levantamento –, um número significativo de APAEs e municípios brasileiros não recebe recursos do Fundeb, como não recebe recursos do PDDE e como não recebe transporte escolar e outros benefícios que os demais alunos recebem.

Eu estou dizendo isso, porque, por exemplo, no Plano Nacional de Educação... Em outras palavras, nós fazemos parte da discussão do Plano Nacional de Educação, não só na Meta 4, como também nas estratégias da Meta 4. E o serviço que é ofertado na área educacional, nas escolas, no apoio, desde os bebês, porque as escolas trabalham com crianças de zero ano em diante... Alguns chamam estimulação precoce, outros educação precoce, intervenção precoce, ou seja, entendendo que o bebê de zero a três anos precisa de uma atuação intensiva, principalmente quando é planejada a equipe multidisciplinar, a parceria entre educação, saúde e assistência social.

Nesse contexto de recursos de que todos precisam e que têm que ser suficientes para a oferta da educação básica, da mesma forma as instituições parceiras... A gente já entende que é uma grande conquista a gente estar dentro da lei do Fundeb, que garante o direito à educação do aluno com deficiência quando ele está nas instituições para receber esse recurso para a sua educação, mas é preciso – e a gente gostaria também – ter uma parceria com os municípios, até para implementar esse repasse de recursos e trabalharmos juntos essa questão do Fundeb, para alcançar e também atuar nessa qualidade, porque não basta, por exemplo, estar lá na meta do Fundeb, estar no artigo do Fundeb, e ele de fato ainda não alcançar, não ser universalizado.

Não posso nem avaliar aqui o porquê. Só estamos dizendo que não está chegando a todos os municípios. Agora, o porquê de não estar chegando é o que a gente precisaria saber e trabalhar no sentido de que ele chegue, porque o financiamento também contribui para a qualidade, porque é preciso você garantir uma escola com espaço, é preciso você ter professores contratados, é preciso você investir também nessa formação continuada e em outras necessidades das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Prof. Alessio, quando estava falando da questão do Ideb, neste ano nós fomos questionados por que os alunos com deficiência não estão sendo avaliados pelo Ideb, os alunos com deficiência que estão na educação básica. Essa foi uma resposta, inclusive, Adriana, que nós não tivemos para responder para a assistência social, porque os alunos com deficiência não são inseridos, avaliados pelo Ideb. Eles queriam que nós déssemos o resultado dessa avaliação, até porque, essa é uma questão também para se pensar, já que nós estamos falando de questões futuras e questões para serem pensadas. Se há essa universalização das ações, os direitos são universalizados e os deveres também, então, é uma pergunta que eu deixo aqui porque também foi uma pergunta para a qual nós não tivemos resposta para o Ministério da Cidadania, em relação à avaliação dos alunos que estão, principalmente, nas instituições especializadas fazendo educação básica.

Uma outra questão, Senadora, que eu não sei se caberia aqui, mas eu gostaria de ressaltar é que nós temos esse compromisso com a educação básica, com os anos iniciais, como eu disse, do 1º ao 5º ano, e estamos em avaliação das ofertas educacionais na rede Apae com a seguinte questão: em 2023, nós continuaremos daqui para frente com a escola que temos ou com a escola que precisamos ter? De acordo com as demandas dos alunos que nós atendemos – deficiência intelectual e múltipla, transtorno de espectro autista –, que adequações, que mudanças nós precisamos fazer?

Então, nós estamos pensando muito, por exemplo, pois até então nós trabalhamos com a escola chamada de especial, como eu disse, amparada na própria legislação, que assim o chama, mas as nossas discussões em relação à visão que nós temos hoje da pessoa com deficiência, desse olhar biopsicossocial, do trabalho que é desenvolvido, das mudanças que estão sendo produzidas no sistema de ensino... Nós estamos seguindo ainda o que tem na política de educação especial de 2008. Até então, nós não recebemos nenhuma orientação ou informação da Secadi, nós não estamos fazendo parte do grupo de trabalho da Secadi. Então, nós estamos continuando...

A Apae Brasil criou um grupo de trabalho de doutores, de especialistas, para poder discutir a educação que se oferece no ensino fundamental, a educação de jovens e adultos, a questão da idade e tem, junto com isso, uma preocupação que eu também não poderia deixar de colocar aqui, que são os adultos que, para a rede regular, para a escola comum, vão continuar os seus estudos, não ficam nas escolas e quando adultos e adolescentes estão voltando para as escolas das Apaes pedindo para se matricular. A questão mais problemática é uma questão realmente do direito dele, de ter tido essa continuidade, essa avaliação progressiva e a gente não poder retroceder o aluno que já estava lá no 8º ano ou no ensino médio e matriculá-lo no 5º ano.

São questões que nós estamos recebendo até através do Ministério Público. O Ministério Público manda a petição judicial para a gente para matricular o aluno, e a gente tem essa demanda aí para discutir como fica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como nós estamos discutindo a avaliação e a qualidade da educação básica, o que interessa para a toda a sociedade brasileira, nós estamos empenhados, também quero deixar muito claro aqui que a Rede Apae, na área educacional, está empenhada, comprometida com a colaboração na construção do sistema educacional inclusivo, com a colaboração das ações do Senado.

E, mais uma vez, eu quero elogiar a sua atuação, dos Senadores, do Senador Flávio Arns, que incansavelmente tem atuado no sentido de contribuir cada vez mais com a educação brasileira. E nós também nos empenhamos para isso.

Nós só queríamos ter esse espaço, fazer parte nas discussões e dizer: nós estamos oferecendo educação básica até a EJA. Para aquele jovem que está na idade de fazer educação de jovens e adultos, acima de 17 anos, a gente não faz mais processos de desligamento, porque ele tem o direito da continuidade à educação. Por isso, hoje é ofertada a EJA período diurno e também nós estamos discutindo tudo isso.

Nós temos escolas, espaços pelo Brasil todo em que é possível até ampliar com matrículas para alunos sem deficiência estudando conjuntamente com os alunos com deficiência. Sabe? Mas é uma avaliação que tem que ser feita com base nas próprias normativas do sistema de ensino, com base nas normativas locais, na qualidade da oferta educacional de cada estado. Mas, assim, a Rede Apae Brasil está disponível, aberta para todas as discussões, tendo em vista o nosso compromisso em contribuir para as mudanças necessárias, para que o sistema de educação brasileiro sofra as adequações necessárias e que a gente construa políticas públicas que garantam a diversidade e respeitem a todos os alunos, que valorizem a diferença.

Mas a gente precisa ter mesmo esse olhar para o nosso corpo docente, para os profissionais da educação. Agora nós estamos recebendo também pela área educacional os psicólogos, assistentes sociais. Nós estamos trabalhando na implementação da política de assistência social nas escolas e do papel do assistente social na escola. Temos muito o que avançar e o que fazer, mas nós estamos trabalhando buscando lá na base, lá na realidade da escola, ouvindo os professores, ouvindo os alunos. E essa escuta é fundamental, porque eles é que estão recebendo as ofertas que nós fazemos.

Então, eu acho que, com relação à Rede Apae, era isso que eu gostaria de ressaltar, que nós queremos fazer parte dessas discussões. E agradecemos muito, Senadora, pela oportunidade e a abertura a esse convite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Professora, eu quero agradecer muito a sua participação, mas quero lhe fazer uma provocação.

A senhora trouxe a informação de que vocês estão com um grupo de pensadores, especialistas, vocês estão discutindo. Eu gostaria muito de compartilhar as informações. Eu gostaria muito de compartilhar os resultados, compartilhar os debates que o grupo está fazendo do lado de lá com o nosso grupo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso Prof. Alessio, antes da senhora, nos trouxe a provocação de termos um indicador simples, mas não simplista. E a gente vai precisar refletir sobre isso. Como avaliar a qualidade da educação para as crianças com deficiência no Brasil sem sermos simplistas? Enquanto a senhora falava, a senhora me levou, aqui nas minhas memórias, à Apae de São Carlos, a minha cidade, em que eu fui família apaeana – eu sou família rara; e obrigada, Apae, por tudo o que fez pela criança da minha família –, mas a senhora me levou à Apae do Rio Grande do Sul, Santo Ângelo, de que a gente conhece a qualidade, e a senhora me fez caminhar lá para o Mato Grosso do Sul, quando a nossa palestrante anterior, a Adriana, falou da criança com deficiência em comunidade tradicional, quando ela trouxe a experiência da língua terena em sinais. Agora, a gente pode falar que nós temos a libras e nós temos terena em sinais também. Como avaliar a qualidade da educação para a criança com deficiência em comunidades tradicionais? Quais são os critérios, Professora, que nós vamos trazer para avaliação?

Aí, eu saio do Mato Grosso do Sul e vou lá para o Norte, eu vou lá para a região ribeirinha, porque nós temos os povos indígenas, temos os povos ribeirinhos, os povos tradicionais. Qual o critério? Como é que nós vamos escrever uma nova Meta 7, de avaliação da qualidade do ensino, para a criança com deficiência com um indicador simples que não seja simplista, que considere todas as nossas diferenças regionais, que considere as diferenças dos povos tradicionais? Fica aí o desafio.

Eu acho que a Rede Apae pode nos ajudar muito nesse trabalho, Professora, e eu quero provocar que compartilhe conosco os resultados já alcançados pelo grupo de trabalho que vocês estão coordenando.

E me coloco à disposição, Professora. A senhora sabe a minha posição com relação à educação especial, que é muito clara, sabe como a Comissão está se debruçando sobre isso, como um todo, o nosso Presidente Flávio Arns e demais Senadores. Eu vou destacar aqui a participação da Senadora Mara, do Senador Izalci do Senador Romário – todos eles estão muito envolvidos com o tema.

Então, colocamo-nos à sua disposição, mas queremos lhe cobrar também o compartilhamento de informações, para que a gente possa construir um relatório e a gente possa apontar, nesse relatório, exatamente como o Prof. Alessio falou, indicadores simples, mas não simplistas, considerando, de verdade, as diferenças dentro das diferenças.

Professora, muito obrigada por sua participação.

Se a senhora precisar se retirar, a gente vai entender. Nós já estamos com o horário um pouquinho avançado.

Nós temos uma última painelista.

Nós queremos convidar, com muita alegria, para participar agora a Sra. Anamaria Camargo, Diretora-Executiva do Instituto Livre para Escolher, que vai contribuir com reflexões sobre o Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação vigente, na perspectiva da educação inclusiva e contribuir para a construção do novo PNE.

Anamaria, seja muito bem-vinda e obrigada por ter aceitado o convite para estar conosco.

A SRA. ANAMARIA CAMARGO (*Por videoconferência*.) – Bom dia! Vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Sim.

A SRA. ANAMARIA CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só um minutinho aqui que eu vou...

Bom, primeiro eu queria agradecer à Senadora Damares pelo convite e dar bom dia a todos que estão acompanhando. É um prazer estar participando desta audiência pública para a qual eu pretendo contribuir com uma reflexão.

Eu vou focar também na Meta 7 do PNE, mas de forma mais geral, ou seja, no que ela se refere a fomentar a qualidade da educação básica, de modo a melhorar o fluxo escolar e a aprendizagem, sem focar, exclusivamente, em quaisquer das suas estratégias.

Bem, apesar de pouquíssimo ambiciosa para um país que efetivamente queira uma população educada, essa meta não será integralmente cumprida. A minha reflexão começa com as seguintes perguntas: até que ponto o não cumprimento dessa meta é surpreendente? E, se não é, por que não houve intervenções a tempo, contundentes, para mudar o rumo que estava claro diante dos olhos de todos?

Ao longo dos mais de nove anos da execução do PNE, a eficiência no uso dos recursos, nos processos que visavam a essa meta, jamais foi estabelecida como pré-condição para a manutenção desses mesmos processos. Por exemplo, há municípios no Brasil que gastam mais de três vezes o que outros gastam e têm resultados iguais. E não, os que gastam mais para ter o mesmo resultado não necessariamente são os mais pobres. Por exemplo, o Município de Panelas, em Pernambuco, e o Município de Águas de São Pedro, em São Paulo estão dentre os que obtiveram a melhor nota no Ideb em 2017. Só que Panelas é o 256º no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e investiu menos de R$5 mil por ano, por aluno, em 2016. Já Águas de São Pedro é o segundo colocado nacional no IDH Municipal e investiu R$8,5 mil por ano, por aluno.

Segundo o pesquisador Ricardo Paes de Barros, que foi quem trouxe esse exemplo, essa não é uma situação atípica. Ora, se essa não é uma situação atípica, se o nível de ineficiência é esse, evidentemente não podemos aqui estar surpresos com o não atingimento dessa meta.

Outro fator tão ou mais importante para o nosso insucesso – e aqui eu vou discordar frontalmente do Prof. Alessio, que falou há pouco... Metas parciais foram estabelecidas ao longo dos anos, mas o fracasso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em atingi-las nunca resultou na responsabilização das instâncias gestoras. Então, eu pergunto: que iniciativas, que projetos, que planos complexos, como é um Plano Nacional de Educação, ou até mesmo menos complexos, conseguiram atingir suas metas sem esses mecanismos básicos de incentivo e controle? Alguém acha que na Estônia, na Finlândia, na Coreia do Sul ou em qualquer país em que haja excelência educacional, ainda que sejam países pouco populosos, como esses que eu citei, que o sistema funciona sem esses incentivos?

O que nós vimos como justificativas foram tentativas, de alguma forma, de escamotear a realidade. E uma dessas tentativas, a meu ver, é o argumento de que contribuiu para o fracasso dessa meta do PNE a falta de coordenação e de articulação entre a União, estados e municípios.

Bom, primeiro, não há qualquer lei que proíba essa articulação. Gestores já podem buscar experiências exitosas e já podem articular entre si, de forma a replicar essas experiências exitosas. Segundo, de nada adianta articular algo intrinsecamente disfuncional, como é o nosso sistema educacional. Ele não é disfuncional porque ele é mal articulado; ele é disfuncional porque não existem incentivos para que funcione bem.

Eu não costumo defender a criação de leis, mas, considerando que existe um monopólio estatal sobre o uso dos recursos públicos da educação, considero que, assim como temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal, nós precisamos de uma lei de responsabilidade educacional, que garanta o uso eficiente e responsável desses recursos. Nós precisamos acabar com a percepção errônea de que os recursos investidos pertencem ao sistema de escolas públicas. Não pertencem. Os recursos pertencem ao pagador de impostos. O dinheiro nos é tomado sob a justificativa de que, em troca, o sistema entregará à sociedade crianças e jovens bem-educados, algo que, como sabemos, está longe de acontecer. Os envolvidos precisam responder por isso.

Outro argumento insustentável é o de que gastamos pouco. Pouco em relação a quem? Só se for em relação aos países que escolheram não ser pobres, como a Estônia, por exemplo. Em 1995, a Estônia, que se libertava da sua condição de República Socialista Soviética, e o Brasil eram igualmente pobres. O PIB *per capita* e a produtividade por hora dos dois países eram praticamente iguais. No entanto, ao contrário de nós, os estonianos não escolheram ser pobres para sempre. A Estônia, que é o país da OCDE com melhor desempenho no Pisa, tem hoje um PIB *per capita* duas vezes e meia maior que o nosso e é também, não por acaso, a sexta economia mais livre do mundo. Nesse *ranking*, em que a Estônia está na sexta posição, o Brasil ocupa a 127º posição.

Aliás, aqui nós temos uma correlação muito interessante: 80% dos países que estão no topo do *ranking* de liberdade econômica estão também no topo não só do *ranking* do Pisa, como também do *ranking* de desenvolvimento humano. Então, sim, embora em relação ao PIB *per capita* nós gastemos muito, comparando com o que esses outros países gastam, em termos absolutos por aluno, nós gastamos pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o nosso PIB é baixo porque, ao contrário deles, nós escolhemos ser um país em que os incentivos para eficiência não estão ausentes apenas do nosso PNE: estão ausentes em toda a nossa economia.

Mas e se a gente se comparar com os nossos vizinhos da América do Sul? No *ranking* do Pisa, o Uruguai está bem à nossa frente. E o Chile, então, nem se fala, muito à nossa frente. Será que esse desempenho tão superior ao nosso se deve a gastos muito maiores com os estudantes chilenos? Na verdade, não. Em 2016, o Chile gastou a mais do que o Brasil menos de US$1 mil por ano, por aluno do ensino médio. No entanto, a diferença entre o desempenho dos brasileiros e dos chilenos no Pisa de 2018 foi muito significativa.

Detalhe, o fato de os chilenos terem um sistema de *vouchers* que faz com que escolas públicas e privadas concorram pelos alunos não é uma coincidência. E, ao contrário do que alegam os críticos desinformados, o melhor desempenho chileno não se dá à custa de segregação. A análise da OCDE, pós-Pisa de 2018, mostra que, a cada edição do Pisa, vem caindo a diferença de desempenho entre estudantes pobres e ricos no Chile, ao contrário da nossa, que só aumenta.

Mas a resposta certa para quem alega que gastamos pouco — não é pouco em relação a quem, mas, sim, pouco em relação a quê — certamente não é em relação ao que os estudantes aprendem. Basta a gente lembrar que, dos alunos que estão no 3º ano do ensino médio das escolas públicas, apenas 30% têm nível adequado de português — adequado para o nosso nível de exigência, porque para parâmetros internacionais de exames de linguagem, certamente seria um percentual ainda mais baixo. E em Matemática é muito pior. Apenas 5% dos alunos que estão no 3º ano do ensino médio de escolas públicas sabem o que significa 5%.

Atenção! São números de 2019, portanto, de antes da pandemia.

Então, desculpem, não é só que nós não gastamos pouco; para ter isso como resultado, nós gastamos excessivamente. E, quando eu digo que a Meta 7 é pouco ambiciosa, não é apenas por ela não incluir dimensões não cognitivas que, sim, são muito importantes. Ela é pouco ambiciosa mesmo na dimensão cognitiva que se propõe focar. Isso porque ela está baseada no Ideb, que mistura taxa de aprovação com desempenho escolar.

Além do fato de que a taxa de aprovação mascara a real situação de aprendizagem do aluno, o desempenho escolar é medido através das provas do Saeb que, ao invés de um currículo ambicioso, tecnicamente embasado e robusto, o que nós temos é um arremedo de base curricular e pouco podemos esperar do nível de exigência dessas provas que medem o desempenho dos alunos. E, para piorar, os gestores escolares não têm autonomia de contratar e manter apenas professores excelentes e capacitados, ou seja, estamos presos a parâmetros incompatíveis com as necessidades de avanço da nossa sociedade, a métricas que não refletem os resultados que supostamente queremos conhecer e a procedimentos tecnicamente inadequados. Não é à toa que o resultado do Estudo Internacional de Progresso em Leitura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicado no Brasil, pela primeira vez, no ano passado, foi um desastre. Não é à toa que o nosso desempenho no Pisa segue pífio.

No exame Pisa é estabelecido o nível mínimo abaixo do qual os estudantes são considerados inaptos para participar, de forma efetiva e produtiva, na sociedade. Pois bem, em 2018, 74,6% dos estudantes brasileiros ficaram abaixo desse nível em leitura. Em Matemática, 86,3% ficaram abaixo desse nível.

Eu vou repetir. Na média, oito em cada dez estudantes brasileiros de 15 e 16 anos não sabem o mínimo do mínimo para participar da sociedade de forma efetiva e produtiva. E, para piorar, apenas 2% dos nossos estudantes atingiram os níveis mais altos de proficiência em pelo menos uma das disciplinas testadas no Pisa. Esse é um dado importante se, de fato, acreditamos que a educação é o melhor instrumento para acabar com a pobreza. Isso porque, do ponto de vista da produtividade de um país, estrategicamente é melhor ter mais gente nos níveis mais altos de proficiência do que menos gente no nível mínimo de proficiência. E o Brasil vai mal nas duas pontas.

Mas, enquanto a tragédia se desenrola no andar de baixo, no andar de cima, a elite, os intelectuais, os especialistas acham que sabem o que é melhor para os pobres e para os estudantes de grupos vulneráveis de modo geral. Eles acham que pais e mães pobres, com pouca escolaridade, não têm capacidade ou mesmo interesse de fazer escolhas sobre a educação dos seus filhos, o que nós do Instituto Livre para Escolher, através de uma pesquisa de representatividade nacional, refutamos com dados.

Nossa pesquisa mostra que pais e mães, independentemente do seu nível socioeconômico, sabem o que querem e têm basicamente as mesmas expectativas educacionais que os seus filhos. No entanto, essa elite que gosta de afetar virtude, mas que, na verdade, é movida pelo que eu chamo de racismo educacional, já determinou que é um despropósito deixar pais e mães pobres escolherem como usar os recursos públicos em que já cabe a educação dos seus filhos, através de *vouchers*, por exemplo. Para eles, quem tem que decidir, quem sabe o que é bom para os filhos dos pobres, são eles, os especialistas, a elite. Nesse sentido, eles defendem, primeiro, que essa história de excelência, de *ranking*, de Pisa, tudo isso é uma imposição do propósito produtivista da educação. O que os filhos dos pobres precisam, dizem eles, é de uma escola pública gratuita e de qualidade, mas, evidentemente, como a elite sabe que isso sequer existe, enquanto luta pelos pobres, mantém seus próprios filhos em escolas particulares que pontuam bem no Pisa.

Concluindo. Para o novo PNE é preciso ter em mente que a existência de um sistema de escolas públicas só se justifica na medida em que seus alunos aprendem muito bem e em que o protagonismo das famílias, inclusive das famílias pobres, é garantido. Um sistema de escolas públicas não pode existir como um fim em si mesmo ou para manter grupos de interesse, que evidentemente incluem os sindicatos, mas não se limitam a eles.

Se sabemos que não fomos suficientemente ambiciosos, sabemos que não gastamos pouco, está claro o que não funciona, seguir da mesma maneira, cometer os mesmos erros, após dez anos de fracasso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significará que, na verdade, esse é o plano, significará que, além de termos escolhido ser um país pobre, escolhemos que nossos pobres sigam na ignorância, sem a mínima chance de se realizarem como pessoas ou como profissionais. Eu não quero acreditar que estaríamos hoje aqui participando desta audiência se não houvesse em cada um de nós um desejo genuíno de sermos um país melhor, mais educado, mais humano.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Agora, uma palavra para resumir o que ouvi da senhora, com certeza, traria a palavra "eita!". (*Risos.*)

Nós estamos com muita gente participando pelas redes sociais – está sendo transmitido – e tem gente perguntando quem é Anamaria, pessoas que não viram a apresentação inicial. Quem é essa mulher que trouxe essa visão crítica, desafiadora, provocadora, incômoda para o final da nossa reunião hoje? Ela é do Instituto Livre para Escolher. Acho que a gente pode procurar o instituto nas redes sociais, conhecer mais o instituto, que trabalha a educação em um modelo diferenciado, a partir de experiências fora do Brasil, inclusive.

Anamaria, você nos desafiou, você nos incomodou muito. Eu não falaria "eita!", mas eu falaria que estou incomodada. E você traz aqui... A gente fazendo um diálogo da sua fala com as demais, quando você diz "a família da criança pobre", com certeza a Fabiana estaria falando "a família da criança com deficiência". Por que a família não pode escolher? Por que a família não sabe escolher?

Esse tem sido o norte do debate da Federação das Apaes e das demais instituições de pessoas com deficiência. E aí a sua fala final, fazendo um diálogo com todas as outras – e a gente viu aqui hoje que cada um, na sua linha, acabou trazendo pontos muito críticos –, me faz acreditar na complexidade do cenário que se apresenta. E quantos elementos precisarão ser considerados neste exato momento se a gente quiser realmente ter indicador para avaliar a qualidade da educação? Nós vamos ter que pensar em financiamento. Nós vamos ter que considerar orçamento, financiamento e gestão.

Anamaria, você trouxe a palavra aqui que incomoda realmente: gestão. E digo mais: governança e transparência. A gente tem que considerar aqui também o contexto social. Nós temos que considerar, por exemplo, que hoje, Anamaria, quase 50% das famílias são lideradas por mães solo. Olha a realidade que está posta! Isso precisa ser considerado na avaliação da qualidade da educação. Nós temos de considerar também outro aspecto: este país continental gigante, imenso que é o Brasil, com tantas diferenças regionais, diferenças culturais, um país que tem inúmeros povos tradicionais... E aí, Anamaria, só entre povos indígenas, são 305 diferentes entre si. Eu fico aqui imaginando: como a Undime vai cuidar disso lá no município... Nós temos um município que tem oito etnias diferentes que falam línguas diferentes, que vivem de formas diferentes e que pensam diferente. Como trabalhar a qualidade da educação nessa complexidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o Brasil, neste país gigante, tão plural, este país incrível? Eu costumo falar que é a nação mais incrível que nós temos. É a nação mais incrível, mas também a mais desafiadora.

As mudanças sociais. O Brasil de hoje não é o Brasil de dez anos atrás e não vai ser o Brasil de daqui a dez anos. Como nós vamos estabelecer um plano nacional de educação com indicadores para avaliar a qualidade da educação se a gente não sabe nem o que vai acontecer daqui a dez anos e com a forma acelerada como estão acontecendo as mudanças. Nosso jovem pensa diferente do jovem de dez anos atrás. Nossa criança pensa diferente da criança de dez anos atrás e vai pensar diferente da criança de daqui a dez anos.

E aí você traz uma outra coisa: como avaliar uma educação em que nós estamos tão desarticulados, em que não existe uma articulação entre os entes, não existe uma articulação entre os atores? Então, o que nós vimos aqui hoje nessa nossa reunião, Anamaria, Fabiana e os demais que estão aqui com a gente, é que o cenário é por demais complexo. E já sei que este grupo de trabalho vai ter muito trabalho.

Mas eu quero agradecer a todos vocês pela colaboração e por tudo o que foi trazido aqui. A minha equipe técnica já está aqui assim olhando para mim em desespero, tipo: "vamos ter que parar tudo hoje e amanhã, no final de semana, e assistir a todas as apresentações de novo, todas as provocações, se a gente quiser realmente colaborar com esse grupo na Comissão, para a construção de um PNE e para a construção de uma meta que garanta uma avaliação". Mas eu não quero só garantir avaliação. A gente quer garantir a qualidade mesmo. Seria muito simples para mim chegar aqui e dizer: o meu trabalho vai ser mudar o indicador, vai ser mudar critérios. Não! Não é isso, não! A gente quer mesmo é a qualidade na educação.

Quero te agradecer, Anamaria. Procure aí, gente, o Instituto Livre para Escolher e veja o que eles pensam e o que eles falam. Muito obrigada.

Muito obrigada, Fabiana.

Nós vamos continuar conversando com vocês pós-reunião. Vamos estar provocando vocês, buscando vocês, para continuar nos ajudando.

Quero agradecer a participação de todos que nos acompanharam de forma *online*, pelo e-Cidadania. Muitas perguntas estão chegando e nós vamos responder todos vocês

Nós temos um cronograma de trabalho neste grupo aqui. O cronograma está disponível no *site* da Comissão de Educação.

Eu quero agradecer os técnicos da Comissão e agradecer o Presidente da Comissão por mais uma reunião. Mas o grupo de trabalho não se resume apenas a audiências públicas. Nós temos diligências, nós temos análise de conteúdo, nós temos conversas também no dia a dia com outros especialistas. Mas hoje eu considero um dia muito importante para o grupo de trabalho, para a Comissão de Educação. E obrigada a todos os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saber se alguém tem alguma consideração final para fazer. Mas nós aqui na Comissão nos damos por satisfeitos com as apresentações e com a colocação de cada um de vocês.

Alguém tem alguma consideração final? (*Pausa.*)

Fabiana? (*Pausa.*)

Ana Maria? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Então, muito obrigada.

A gente vai encerrar os nossos trabalhos, agradecendo a todos que participaram, agradecendo aos técnicos da Comissão.

Nada mais tendo a tratar, a gente dá encerrada a sessão nesta manhã.

E muito obrigada pela participação.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 55ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dezessete minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Zenaide Maia, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 51ª, da 52ª, da 53ª e da 54ª reuniões, que são aprovadas. O presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2440, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 -CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 675, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2849, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas de pós-doutorado, das entidades de ensino e pesquisa e dá outras providências." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do PL 675/2022, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PL 2849/2023 e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 675/2022, com a Emenda nº 2 - CE, e contrário ao Projeto de Lei nº 2849/2023 e à Emenda nº 1 - T. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 473, de 2020 - Terminativo -** que: "Institui a Semana do Migrante." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas de redação nº 1-CCJ e nº 2-CCJ. **Resultado:** Aprovado o projeto e as emendas de redação nº 1 e nº 2 - CCJ/CE. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1237, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2 – CAE, com uma Emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1 – CAE. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 82, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a comunicação audiovisual sob demanda no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 83, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no País, com ônus para o Senado Federal, em São Luís (MA), de 04/09/2023 a 06/09/2023, a fim de participar, como Presidente da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio (Ceensino) e representante da Comissão de Educação e Cultura, do Seminário Nacional de Legisladoras, conforme Convite para o Seminário em anexo." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de agosto.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Moção nº 62, de 2023, de repúdio à descontinuidade dos modelos de escola cívico-militares, encaminhada pela Câmara Municipal de Xanxerê, Santa Catarina; moção de apoio à implantação do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense em Rosário do Sul, enviado pela Câmara Municipal de Rosário do Sul, Rio Grande do Sul; Ofício nº 35, de 2023, do sindicato União dos Professores Públicos do Estado do Rio de Janeiro, solicitando apoio e celeridade na aprovação do Projeto de Lei nº 224, de 2023, que visa alterar a Lei 11.738, de 2008, com o objetivo de disciplinar o cumprimento do pagamento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica.

Os documentos mencionados permanecerão por 15 dias no *site* da Comissão para manifestação dos interessados. Após esse período, serão arquivados.

Antes de iniciar nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 51ª, 52ª, 53ª, 54ª Reuniões, realizadas dias 8, 9 e 11 de agosto de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Fica retirado de pauta o item 4, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1237, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a instalação de comissão de negociação do valor total anual das anuidades ou das semestralidades escolares.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 2 – CAE, com uma Emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1 – CAE.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

Eu vou passar para o segundo item da pauta. Do primeiro eu sou Relatora – depois eu peço ao Senador Nelsinho Trad que assuma –, mas passo ao item 2.

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI N° 675, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI N° 2849, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas de pós-doutorado, das entidades de ensino e pesquisa e dá outras providências.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do PL 675/2022, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição do PL 2849/2023 e da Emenda nº 1-T.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para a leitura do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Como Relator.) – Sra. Presidente, Professora Dorinha, eu pediria a vênia de V. Exa. para ir direto à análise, com a aquiescência dos membros que aqui se encontram.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação.

Passando à análise do mérito, do ponto de vista educacional, é inegável a relevância de incluir na seguridade social pesquisadores financiados por bolsas. Na maioria dos casos, a pessoa que se dedica à pesquisa não tem condições de manter outro emprego formal que assegure esses direitos. Desse modo, garantir direitos trabalhistas e previdenciários a esses indivíduos é crucial para assegurar que eles possam viver com dignidade, além de atrair pessoas altamente qualificadas para os campos científico e acadêmico.

Com efeito, mais do que assegurar direitos individuais, a proposição em análise valoriza a pesquisa científica e acadêmica, na medida em que prestigia os profissionais responsáveis pelo seu desenvolvimento, o que os encoraja e motiva a realizar estudos de alta qualidade, que podem beneficiar a sociedade como um todo.

Com relação à questão previdenciária, precisamos registrar que atualmente esses bolsistas são contribuintes facultativos na qualidade de estudantes, por exclusão, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que afirma: "É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não incluído nas disposições do art. 11". O citado art. 11, por sua vez, trata dos contribuintes obrigatórios.

A alíquota de contribuição dos facultativos, nos termos da Lei nº 8.212, de 1991, é de 20%. Em face disso, a inclusão deles numa alíquota diferenciada de contribuição (no caso, 5%), nos termos da alínea "c" acrescida ao inciso II do §2º do art. 21, representará um estímulo ao ingresso no sistema de seguridade.

Ainda, cumpre mencionar que as proposições têm conteúdo bastante semelhante, com a diferença de que o PL nº 675, de 2022, trata de contribuição previdenciária de bolsistas das entidades federais de ensino que cursem especialização, mestrado ou doutorado, enquanto o PL nº 2.849, de 2023, trata dessa contribuição para bolsistas de todas as entidades de ensino e pesquisa nacionais que cursem pós-doutorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 1-T, por sua vez, pretende abarcar bolsistas que cursem especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado em qualquer instituição de ensino do país.

Assim, iremos acatar o PL nº 675, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, por ser o mais antigo, conforme determina o art. 260, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, na forma da emenda adiante apresentada, de modo a abarcar estudantes bolsistas de cursos de pós-graduação, doutorado e pós-doutorado. Deixamos de incluir os demais estudantes de graduação *latu sensu* (especialização), de modo a minimizar o impacto financeiro que pode advir da medida, o qual, de todo modo, deverá ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Apesar de, nos termos regimentais, ficarem rejeitados o PL nº 2.849, de 2023, e a Emenda nº 1-T, na elaboração da emenda que apresentamos, devemos destacar as valiosas contribuições trazidas pelos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Mecias de Jesus.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 675, de 2022, com a emenda apresentada a seguir; e pela rejeição do PL nº 2.849, de 2023, e da Emenda nº 1-T:

> EMENDA Nº - CE
> Dê-se a seguinte redação ao art.1º, do PL nº 675, de 2022:
> "Art. 1º O inciso II do §2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea "c":
> “Art. 21. .....
> .....
> §2º .....
> .....
> II – .....
> .....
> c) no caso de estudantes bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, remunerados mediante bolsas durante o desenvolvimento de seus estudos e pesquisas, hipótese em que a alíquota incidirá sobre o total dos valores recebidos de todas as entidades de ensino e custeio educacional.
> .....” (NR)

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, nobre Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constitui o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 675, com a Emenda nº 1, da Comissão de Educação, e contrário ao Projeto de Lei nº 2.849, de 2023, e à Emenda nº 1-T.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria de cumprimentar a Sra. Liana Cirne, Vereadora do Recife que está conosco. Seja bem-vinda!

Gostaria de solicitar ao Senador que pudesse assumir a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra para a leitura do seu relatório.

Trata-se do Projeto de Lei 2.440, de 2023.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2440, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda substitutiva que apresenta

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo então a palavra, neste instante, à Senadora Professora Dorinha para a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Além da análise de mérito adiante empreendida, cumpre chamar a atenção para o fato de a proposição apresentar algumas falhas legislativas, ensejando assim alguns reparos de adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1997.

Passando agora ao mérito educacional do projeto, cabe lembrar inicialmente, como bem pontuou o Senador Flávio Arns, autor da proposição, que a legislação brasileira continua apresentando uma lacuna regulatória que dê clareza e segurança à atuação das organizações gestoras dos fundos patrimoniais. De fato, embora a Lei nº 13.800, de 2019, seja oportuna na condição de marco de atuação das entidades gestoras dos fundos patrimoniais, o arcabouço jurídico nela contido ainda deixou amarras que, na prática, são impeditivas às doações e à efetividade da lei.

Dessa forma, a referida norma acabou não cumprindo sua finalidade. Isso ocorreu principalmente por conta do não acolhimento dos incentivos às doações, aprimoramentos oferecidos à matéria durante sua apreciação no Senado Federal.

Nesse contexto, a proposição sob exame intenta aproveitar a discussão acumulada no próprio Parlamento a respeito do tema. Para tanto, atualiza e utiliza disposições do substitutivo retroaventado, que havia sido oferecido à matéria e que, embora de forma parcial, deu azo à citada Lei nº 13.800, de 2019.

Entende-se assim que o projeto oferece ao Congresso Nacional, em um novo momento vivido pelo país, a oportunidade de se debruçar novamente sobre a matéria, desta feita, com o aporte de conhecimentos já balizados sobre o tema, especialmente com o aprendizado propiciado pela vigência da Lei 13.800, de 2019.

De maneira geral, o contexto de demanda por investimento continua o mesmo. Afinal, o cobertor de recursos orçamentários para as áreas de educação, ciência, pesquisa e desenvolvimento continua insuficiente e inadequado ainda às necessidades do país, embora se mostrem cada vez maiores e urgentes.

Ademais, em um contexto internacional cada vez mais adverso à circulação de bens de produção danosa ao meio ambiente ou ao bem-estar geral das pessoas, intensifica-se a necessidade de investir em atividades de produção de bens e serviços intensivos de tecnologia e de criatividade, o que exige investimento em educação, ciência e tecnologia.

Por essa razão, a ampliação das possibilidades de captação de recursos para investir em instituições de educação e de pesquisa é uma demanda não apenas para o presente. Esse investimento precisa ser feito agora para que o país assegure seu espaço mundial em futuro bem próximo, na condição de um país que busca o desenvolvimento sustentável, mas não tem encontrado respaldo e suficiência de recursos em sua realidade orçamentária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, não se pode deixar de reconhecer que a legislação brasileira precisa compreender e disponibilizar instrumentos que permitam, facilitem e assegurem àqueles que têm maior capacidade econômica e vontade de contribuir a certeza de que podem cooperar com o desenvolvimento nacional, com a garantia de que seus recursos serão aplicados corretamente e renderão frutos para todos.

Considerando a necessidade de correções pontuais para aprimoramento do mérito da iniciativa, oferecemos uma emenda substitutiva ao projeto, de sorte a sanear algumas falhas técnicas de maneira global.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.440, de 2023, na forma do seguinte substitutivo. (*Pausa.*)

Não. O substitutivo está anexo ao relatório. Já está distribuído, está disponível para todos.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – A votação será simbólica.

Em votação o relatório ora apresentado pela Senadora Dorinha.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos da Emenda 1 – Comissão de Educação, substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Neste momento, devolvo a Presidência à Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA N° 82, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a comunicação audiovisual sob demanda no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Senador, para sua defesa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sra. Presidenta, o mercado audiovisual fornecido por demanda, que é conhecido pela sigla VoD, vem crescendo rapidamente no país, e essas empresas que atuam nesse mercado e que competem com a TV aberta e com os serviços por assinatura não estão sujeitas às mesmas obrigações que estas, sobretudo porque não atendem às condições de distribuição de conteúdo brasileiro e de contribuição ao seu fomento.

É um debate antigo, que vem se consolidando com o tempo. Aqui no Senado, inclusive, temos duas propostas de projetos de lei para regulamentar esse segmento.

Em 2016, a Agência Nacional do Cinema, após uma consulta pública, recebeu significativas contribuições a respeito do tema, entre as quais: a determinação de valores devidos a título de contribuição ao desenvolvimento do mercado audiovisual, o estímulo ao consumo de títulos brasileiros, e mecanismos que sejam capazes de estimular a regionalização da produção audiovisual brasileira. Esses, entre outros temas, precisam ser debatidos.

E é importante que esta Casa busque criar mecanismos legais que possam garantir um tratamento simétrico entre as várias modalidades de serviço audiovisual, principalmente assegurar a produção e a veiculação de conteúdo nacional, promovendo um marco regulatório que traga estabilidade jurídica ao setor.

Por essa razão é que nós solicitamos essa audiência pública. Ela será feita em duas etapas, em dois dias, contando com mesas que sejam equilibradas, no sentido de garantir que tanto o setor a ser regulado possa participar e defender suas proposições, quanto o setor produtor dos audiovisuais também possa fazê-lo.

Eu propus essa audiência inclusive em comum acordo com o Senador Eduardo Gomes, que é Relator de vários projetos que tratam desse referido tema.

Obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela iniciativa!

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2020

- Terminativo -

Institui a Semana do Migrante.

Autoria: Deputado Carlos Gomes

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas de redação nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça e nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas de redação nº 1, da CCJ e nº 2, da CCJ.

2. Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo se houver algum requerimento de destaque. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Bom, fui informada de que o Senador está em deslocamento.

Eu vou passar para o item nº 6, de autoria da Senadora Teresa Leitão. Eu vou subscrever o requerimento.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 83, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no país, com ônus para o Senado Federal, em São Luís (MA), de 04/09/2023 a 06/09/2023, a fim de participar, como Presidente da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio (Ceensino) e representante da Comissão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação e Cultura, do Seminário Nacional de Legisladoras, conforme Convite para o Seminário em anexo.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

A Senadora solicita a sua participação como representante desta Comissão.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado. (*Pausa.*)

Muito bem.

Enquanto o Senador se organiza, eu queria só fazer um destaque: nós estamos em processo de discussão e hoje é finalizada a apresentação, o debate do relatório da Deputada Flávia Morais na medida provisória que trata sobre as obras inacabadas e paralisadas, que são um grande problema, eu creio que, em todos os estados. No meu estado não é diferente, às vezes, em uma pequena cidade de 5 mil, 8 mil habitantes, no meio dela, tem lá um prédio da creche inacabado, e as crianças estudando em espaços improvisados. A nossa expectativa é de que realmente, com a medida provisória, seja possível retomar essas obras, uma vez que, em muitos casos, e aí eu coloco uma questão em que eu acho que a gente precisa avançar no Brasil, para o gestor... E, infelizmente, os órgãos de controle avançaram de tal forma sobre a gestão que, em alguns casos, mesmo o Prefeito que está em exercício... Ou não tem nenhum problema com aquela obra, a obra às vezes se perdeu pelo tempo, alguém não conseguiu concluir, e ele não consegue terminar, ele luta para concluir essa creche ou essa escola.

Hoje, com essa medida provisória, será permitida uma nova pactuação, uma atualização do projeto e, logicamente, os critérios já apresentados pela Relatora vão dar prioridade para as obras próximas ou com maior percentual de execução, para que elas sejam concluídas, e cerca de, se não me engano, R$4 bilhões serão destinados à conclusão dessas obras, para as novas pactuações e a conclusão. E é importante destacar que um dos pontos que eu defendo, que a medida provisória coloca é que as obras que estão em tomada de conta não poderiam entrar no processo. O próprio TCU já tem um entendimento diferente. A tomada de contas vai continuar acontecendo. Quem deu causa... Se tem um problema administrativo, legal, desvio, os responsáveis que deram causa serão devidamente punidos. Agora, administrativamente, não tem cabimento uma obra ficar paralisada 10 ou 12 anos, porque tem uma tomada de conta em andamento. Então, o TCU já tem esse entendimento, inclusive, o Ministro Aroldo Cedraz já encaminhou alguns casos dessa natureza, e a nossa expectativa é de que essa seja uma das ações mais importantes da área da educação, porque ela resolve um passivo enorme de dinheiro público colocado, sem ter nenhum tipo de continuidade ou sem dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento ao público, que é o objetivo desse recurso lá colocado. Infelizmente, em muitos casos, faltavam 10%, 15% do valor; hoje, em virtude do tempo de abandono, o custo será muito maior. Em muitos casos, foram roubadas as louças, a fiação, o telhado, enfim. É o custo de... Eu acho que a gente precisa avançar em relação a essa questão da própria rapidez na atuação e também uma coisa em que se precisa sempre pensar que é essa atuação, às vezes, descontrolada, inclusive dos órgãos de controle e...

Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de colocar um ponto com relação a isso que é um exemplo, vamos dizer assim, um exemplo pequenininho, mas acho que demonstra o que acontece no Brasil em milhares de obras, nesse sentido. Em Alcântara, cidade de Alcântara, há sete agrovilas onde moram os quilombolas, que foram deslocados da área do Centro Espacial há mais de 30 anos para uma localidade ali, para essas agrovilas. Em uma dessas agrovilas tem uma escola com um ginásio. Quem toma conta é o Prof. Luiz, de lá. Eu, como Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, via aquilo lá e, conversando com eles, é uma coisa muito simples continuar aquele ginásio, que está parado há mais de dez anos, esperando a conclusão – de um ginásio, é simples. Eu tentei, como Ministro... Eu não poderia colocar recurso porque era uma obra do Ministério da Educação, e havia um problema administrativo, jurídico, entre a Prefeitura e o ministério; eu com recurso, mas eu não conseguia colocar lá para isso. E aquele ginásio, eles esperando... Como falei, é simples, mas para eles aquilo é importante, é uma coisa bastante importante para aquela comunidade ali. É um exemplo simples, mas eu acho que ilustra bem o que acontece em muitos lugares do país. Às vezes, com um pouquinho de recurso, a gente conseguiria fazer aquilo, satisfazer a comunidade, era algo que eles estavam esperando há mais de dez anos, e você não consegue por causa da burocracia.

Então, parabéns por essa medida, que eu acho que muda a vida de muita gente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Inclusive, eu creio que essa instituição do programa pode permitir que Deputados e Senadores possam colocar emendas para agilizar. Como vai ter um cronograma, se alguma instituição, como no caso citado por V. Exa., tiver interesse em ajudar, com isso regulado, com os projetos atualizados, é possível.

Fui informada de que a reunião foi transferida para amanhã, 16 de agosto, às 14h30, no Plenário 2, na Ala Senador Nilo Coelho.

A expectativa é muito favorável.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2020

- Terminativo -

Institui a Semana do Migrante.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas de redação nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas de redação nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.1.

2. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Senador Paim, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Parabéns pelos comentários feitos sobre esse importante programa, que é um programa de construção e reconstrução. Fundamental o trabalho e a fala dos senhores e das senhoras.

Mas, Presidenta, Senadora Professora Dorinha, Senador Astronauta Marcos Pontes, eu vou fazer aqui um relatório de um tema muito simples, muito objetivo, não é polêmico, mas é votação nominal, então eu faço um apelo a todos os Senadores e Senadoras para que votem.

Vem à análise desta Comissão de Educação e Cultura, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 473, de 2020, de autoria do Deputado Carlos Gomes, que "institui a Semana do Migrante".

A proposição, tal como consignado na ementa, busca instituir a referida efeméride, a qual passará a ser celebrada, anualmente, no período de 19 a 23 de junho. Prevê, igualmente, os objetivos da data comemorativa, bem como a vigência da lei, prevista para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor afirma que, com a proposição, busca contribuir para a ampliação do debate entre o poder público e as entidades da sociedade civil relacionadas à migração, sobretudo quanto aos impactos desse fenômeno na sociedade brasileira.

Na Casa de origem, a matéria foi encaminhada unicamente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Casa, a proposição foi distribuída para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu parecer favorável por parte deste Senador, já que fui convocado para também lá ser Relator da matéria, porque pertenço aqui, no Congresso, da Comissão Mista de Migrantes e Refugiados. Fui um período Presidente, Vice, sempre no rodízio, alternando Câmara e Senado.

Enfim, não foram apresentadas emendas, a não ser – e aqui eu já vou sintetizar – de minha parte, porque, como eu faço parte também da Comissão dos Refugiados, fiz duas emendas, Senadora e Senador, com o objetivo de aperfeiçoar e suprimir a omissão que constatamos na redação do PL, haja vista ter sido uma preocupação do autor do projeto – que é o Coordenador da bancada gaúcha, um grande Parlamentar, autor do projeto –, a qual eu elogio, exposta em sua justificativa, ao informar sobre os 68,5 milhões de indivíduos que foram forçados a migrar em razão de perseguição, conflitos ou violência generalizada.

O autor do projeto já estava com essa preocupação, e nós apenas ajustamos numa emenda de redação.

Assim oferecemos emenda para que o refugiado seja expressamente mencionado.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 473, de 2020, com as seguintes emendas de redação. E assim a CCJ entendeu e aprovou por unanimidade, já que, repito, lá também relatei:

> EMENDA Nº 1 – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Acrescente-se a seguinte expressão "e do Refugiado" em seguida à expressão "Semana do Migrante" [...]. [Que se coloque essa contribuição que nós estamos dando.]
>
> EMENDA Nº 2 – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Acrescente-se a seguinte expressão "e dos refugiados" em seguida à expressão "dos migrantes" contida nos incisos I, II e III do art. 2º do PL nº 473, de 2020.

Esse é o voto, Presidenta. Peço aos Senadores e Senadoras, se pudermos votar... É muito gratificante nós termos uma semana no país que vai discutir a situação dos refugiados e dos migrantes. Já existe uma Comissão Permanente, de que eu, inclusive, faço parte.

É isso, de forma bem sintética.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será nominal.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Projeto de Lei nº 473, de 2020, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidenta, eu queria fazer um apelo aos Senadores e Senadoras, se puderem votar, e já registrar, porque eu vi que, à minha esquerda, já está o nosso querido Senador Zequinha Marinho, que tem contribuído muito em todos os temas relacionados ao interesse do povo brasileiro.

Aproveito para destacar o trabalho dele, como já destaquei o do Senador que eu já chamo de Astronauta, que tem um trabalho belíssimo – ele coordena, para a minha felicidade, porque eu gosto muito do tema, a comissão parlamentar do ensino técnico. Ele é o nosso Líder.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – A frente parlamentar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Frente parlamentar. Ele é que coordena lá. Eu estou lá junto com ele. O ensino técnico no Brasil é fundamental. Eu sei que V. Exa. também pensa assim quanto à importância do ensino técnico.

Sabe que eu fiquei até assustado, na audiência pública de que participei, com os dados que recebi lá: nos países de primeiro mundo, o número de alunos, de jovens no ensino técnico fica em mais de 80%, em média – porque em alguns é 98%, em outros é 76%; mas ultrapassa 80%. E, no Brasil, não chega a 10% – 9,8%.

Então, mais uma vez, enalteço que foi ele que me convidou para estar nessa frente parlamentar mista do ensino técnico.

Eu sei que V. Exa. é uma liderança inegável, como eu digo sempre... Quando é a gente... Por exemplo, eu falo de negro, e não acho que eu só falo de negro; falo de outros temas também – como a senhora, eu digo, é uma liderança respeitada, em todo país, no campo de educação, mas que conhece todos os outros temas também.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Presidente, eu gostaria de... Eu acho que... Tivemos a oportunidade de conversar, inclusive, na semana passada, sobre... Eu fui autora de um projeto de lei que define o Dia Nacional da Educação Profissional. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de igual forma, eu acho que é talvez um dos debates mais importantes em relação ao caminho da educação para a juventude.

O Ministro Camilo esteve aqui na semana passada e entregou o relatório a partir da consulta pública realizada sobre a reforma do ensino médio. E eu tenho acompanhado esse tema. Fiz parte de uma comissão que trabalhou dois anos, sob a presidência do Deputado Reginaldo Lopes, com a discussão do tema sobre a reforma do ensino médio. Por dois anos, a gente não conseguiu votar um relatório para apresentar uma proposta em relação ao ensino médio. Igualmente o ensino superior: quem apresenta na Câmara um projeto na área do ensino superior tem a triste constatação de que ele vai para um cemitério de projetos. Tem um projeto-mãe de reforma do ensino superior – acho que de dez, quinze anos atrás – ao qual todos os projetos são apensados.

E, neste caso específico da reforma do ensino médio, depois houve uma apresentação pelo Governo da época, com o Ministro Mendonça Filho, enfim, e foi votada uma reforma. A reforma começou um processo de preparação e implementação. E, agora, tem um grande debate nacional sobre a revogação da reforma do ensino médio. Eu sou a Relatora desse grupo de trabalho. A Senadora Tereza Cristina fez a proposta da Comissão. Ouvimos várias entidades. A consulta pública foi aberta pelo MEC. E o ministro a trouxe aqui.

Por que eu estou dizendo da importância de entendermos... Porque o mais simples é dizer: "Não, não vale nada; vamos revogar a reforma, ou fazer as medidas necessárias", porque realmente tem ajustes que precisam ser feitos. Mas nós não podemos cair, eu diria, na simplicidade de imaginar que o problema estaria resolvido. O ensino médio é, de longe, o maior desafio, em relação a encontrar caminhos para o ensino médio, e justamente também a educação profissional.

Alguns países, a maioria dos países têm números muito melhores na área da educação profissional. Tem modelos que conseguem fazer uma grande ligação entre a formação profissional e o mundo do trabalho, inclusive com percentuais bastante altos, como o caso da Alemanha, em que mais de 60% do trajeto profissional já são feitos nas empresas – e não é estágio barato, não é mão de obra barata; é formação, com uma estrutura; tanto muda a empresa quanto muda a estrutura de formação.

E hoje os jovens não acreditam no ensino médio, que precisa encontrar alternativa. Então, não é simplesmente revogar a reforma do ensino médio ou mudar esses aspectos. Nós precisamos encontrar alternativas. Tanto no meu estado quanto no estado do Senador Zequinha Marinho, se nós olharmos a maioria dos nossos municípios, pequenos municípios, escola do ensino médio é um apêndice, ela não tem laboratório de informática, ela não tem formação profissional e, em alguns casos, tem professores sem formação na área específica. A quantidade de disciplinas, eu vi no documento apresentado, 14 voltariam a disciplinas obrigatórias, 14 disciplinas. O nosso problema continua sendo: qual é a identidade do ensino médio? Como é que nós conseguimos construir uma etapa que ajude na trajetória de quem quer seguir na sua formação na área acadêmica ou na área da educação profissional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu só queria lembrar esse aspecto que V. Exa. acaba de colocar com muita clareza. Senadores Astronauta e Paim, o meu estado sente que o ensino médio está desconectado: desconectado, por exemplo, da questão da economia – o menino termina o ensino médio, coitado, e não sabe nada do mercado de trabalho, esse é um ponto –; desconectado também, acho, da grade nacional da educação, porque os pais têm que investir nos cursinhos para ele ter uma nota melhor no Enem e passar em algum vestibular das faculdades privadas. Quer dizer, nós não estamos conseguindo botar o ensino médio útil para os nossos meninos. Por quê? Termina e não tem mercado de trabalho, porque ele não se forma em nada; não está conectado na questão da educação nacional, porque as avaliações do ensino médio é o Enem. Quer dizer, o que que nós estamos fazendo com essa faixa – não é? – da educação? Ou cria uma identidade e mescla tudo isso... Correto?

Uma vez, lá atrás, há muitos anos – eu era Deputado Federal –, teve um debate acalorado na Secretaria de Educação em função de um desastroso resultado de uma avaliação feita pelo MEC. Eu disse: "Vocês estão isolados do mundo? Por que vocês não acompanham? Não é o MEC que dá as diretrizes, que trabalha isso? Como é que vocês estão aqui à frente de uma Secretaria de Estado de Educação e, aí, acontece uma avaliação dessa, acontece um resultado desastroso, a imprensa toma conta disso e bate pesado no governo do estado?

Então, já passou do tempo, minha Presidente, de a gente fazer uma reflexão prática. Eu sei que em educação cabe muita coisa romântica, muita coisa sonhadora – muita coisa, sonhadora! –, mas, na vida real, para que serve a educação? Primeiro, para fazer de você um bom cidadão, um cidadão que possa ser crítico da sua realidade e ajude a transformar essa realidade. O outro lado: que lhe dê condição profissional de ganhar a vida dignamente. O que passa disso é importante? Pode ser, mas são, como dizem os professores, termos acessórios da oração e não decidem a vida das pessoas.

Então, a sociedade bota dinheiro... O Brasil, em relação ao PIB, não é tão... A gente está bem colocado no mundo. Vamos voltar lá para o meu estado: parece que nós somos o 11º salário, por exemplo, no Estado do Pará. Eu não tenho o dado atual, mas a senhora conhece os índices do Ideb. Quando você pega o Ideb, nós somos o 26º em algumas faixas ou o 27º em outras. Quer dizer, há uma desconexão entre o investimento que é feito e o resultado que se entrega. Daí eu apoiar 100% o seu raciocínio e o dos demais aqui. A gente precisa parar, fazer a reflexão e construir uma grade curricular que sirva para os dois lados: o conhecimento mais amplo, mas também dê ao menino condição de trabalhar quando sair, até porque ele precisa avançar na vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe, quando terminei o ensino médio, eu vim da roça, eu "sou caipira, Pirapora", igual àquela música. E, aí, qual era a cabeça do meu pai? Botar os filhos para estudar para arrumarem um emprego. Olha só, não estava errado, não é? Não estava errado: leva para a cidade, bota na escola, que é para os filhos estudarem, para arrumarem um emprego. Se fosse hoje, o coitado do meu pai não conseguiria o intento que era arrumar o emprego – primeiro, porque mudou muito e a educação não contribui. Mas, no meu tempo, eu terminei o ensino médio em 1980, já com 21 anos de idade, e, no meio do último ano do ensino médio, eu passei num concurso sem fazer cursinho e sem tempo para revisar minhas matérias, porque eu nunca tive, graças a Deus, espaço para muita brincadeira, não – sempre a vida foi dura, corrida. Mas eu consegui passar num concurso razoável naquela época do terceiro ano do segundo grau, que era como a gente chamava, não é? Então, eu saí no fim daquele ano como técnico em Contabilidade. Se eu não tivesse passado no concurso, eu seria técnico em Contabilidade e iria para o mercado de trabalho e não iria passar tanta "perrenguice", como dizem no meu interior.

Então, isso é sinal de que a gente parece que não continuou naquele rumo. Nós demos uma desvirtuada dos objetivos e entregamos pouco resultado, com muito investimento.

Muito obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Só um comentário, somando-me às palavras do Senador Zequinha. O ensino médio... Primeiro, o que a senhora falou faz todo sentido. Você ter uma reforma estudada e trabalhada durante anos e simplesmente jogar fora para tentar começar de novo é, no mínimo, ineficiente. Então, é importante analisar o que foi feito e melhorar obviamente. Nem todos os estados começaram a fazer a aplicação do ensino médio. Também é importante ressaltar isto: alguns começaram, outros não.

Mas um ponto que eu gostaria de colocar com relação a essa fase do ensino médio, ao que eu vejo nas dificuldades que estão sendo aumentadas atualmente é o seguinte. Primeiro, essa fase da vida da pessoa, como adolescente, naturalmente já traz algumas dificuldades emocionais por adaptação, vamos dizer assim, por desenvolvimento emocional, desenvolvimento durante essa fase, que é uma fase bastante importante na vida, mas que traz uma série de conflitos à medida que o adolescente vai se desenvolvendo como adulto, não é?

Segundo, soma-se a esse fato a questão – eu vou somar aqui a minha área – da tecnologia, porque hoje existem muitas informações disponíveis a todos os jovens. Obviamente, é muito bom por um aspecto, mas o excesso de informações também que a gente tem, se não forem filtradas na direção correta, causa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais confusão nesse cenário como um todo. Então, para uma pessoa atualmente escolher uma carreira, pensar o que vai fazer na vida... Muitas vezes surgem aquelas pressões de todos os lados para você escolher o que você vai fazer e, às vezes, o jovem não tem consciência, e não falam assim: "Isso aí você não precisa fazer a vida inteira, você tem uma vida inteira para fazer, ter várias profissões". Por exemplo, eu mudei de várias profissões. E, às vezes, fica uma pressão tão grande que acaba dificultando a concentração desse jovem naquele momento.

Saiu uma reportagem, nesse final de semana, falando a respeito da proposta do ensino médio e como que essa proposta pode dificultar um pouco com relação ao ensino técnico. Agora, eu vou voltar ao tema do ensino técnico, da importância desse ensino técnico como alguma coisa muito pé no chão, vamos dizer assim, em que você traga elementos da vida real, do que acontece nas empresas, do incremento, da evolução da tecnologia no dia a dia e da importância dos nossos jovens estarem preparados para enfrentar o mercado de trabalho com novas tecnologias ou para empreender nessas novas tecnologias. O fato de você poder ter experiências, já no ensino médio, no setor técnico traz um sentido mais real para tudo que você aprende. De repente, a matemática começa a fazer sentido; de repente aquela física, de que muita gente tem medo, começa a fazer sentido, porque aquilo pode ser utilizado em automação e em uma série de coisas. Então, eu acho que isso contribui. O fato de você ter uma possibilidade já de testar algumas áreas de conhecimento técnico dentro do ensino médio é importante para trazer isso e ajudar esses jovens a tomarem decisões de vida para escolha de universidade e curso de universidade ou mesmo decidir ser um empreendedor e continuar nesse ramo. Eu acho que ajuda bastante nessa fase importante.

Novamente, há aqui a importância de se ter muita cautela quando a gente trabalha com o ensino médio, principalmente hoje em dia, tendo em vista a tecnologia e também a importância do ensino técnico para que jovens, como nós aqui, possam sair da situação de risco. Estou falando de situação de risco exposição a crime, exposição a drogas, etc. Como eu morava lá na periferia, ter um curso técnico, um emprego para começar a conhecer a vida e ter mais autoestima, autoconfiança, muda vidas, então é importante a gente ter esse conceito.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É verdade.

Encerrada a votação.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Uma consideração.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – A nossa situação lá no estado é tão difícil, e esse menino, genericamente falando, menino ou menina, desempregado, precisando fazer alguma coisa.

Eu conversei com um rapaz que é muito bom nessa área de tecnologia, ele tem um instituto e é doido por trabalhar, fazer alguma coisa. Alocamos um recurso e estamos construindo, neste momento, dando os retoques finais num projeto onde nós vamos correr atrás de uns 15 mil jovens para trabalhar com o próprio celular, porque hoje ninguém consegue mais viver sem esse negócio. Então, em vez de ficar brincando aqui, vamos fazer algum negócio usando o celular.

Estamos chamando esse projeto de Empreendedor Digital, para vender, para ganhar comissão em cima. Ele bolou lá um negócio legal, que a moçada está empolgada, esperando começar, se Deus quiser. Se isso aqui a gente conseguir, eu já vi que o caminho é por aqui. A escola, sem a inserção da tecnologia, por mais que não seja tão profundo nesse negócio, não atrai mais ninguém, torna-se muito sem graça, sem atrativos, sem importância, porque o mundo caminha para um lado, e, se a gente não acompanhar, eu acho que estamos fora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Nós tivemos 16 votos SIM; nenhum voto NÃO.

A matéria foi aprovada, o projeto e as Emendas de Redação nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Educação.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Quero só justificar que o Senador Flávio Arns esteve em Brasília, mas teve que retornar, em virtude de problemas pessoais. Todo mundo já sabe que ele está com problema com o filho dele, problema de saúde, infelizmente o filho piorou, e ele teve que retornar.

Nós desejamos que o Osvaldo se recupere e que também ele esteja bem.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco a próxima reunião da Comissão para hoje, 15 de agosto, às 14h30, quando será realizada uma audiência pública com o objetivo de debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, desculpe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não, Senador.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Só um adendo que eu vi aqui no item 2. Gostaria só de fazer um comentário no item 2 da pauta de hoje, para parabenizar aqui o Senador Relator da matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Senador Nelsinho Trad. Com relação a essa proposição, eu havia feito uma proposição para que os pós-graduandos, na verdade, os pós-doctors, pudessem contribuir com a previdência a um custo mais barato, um percentual mais barato, de forma que eles já pudessem contar esse tempo, que é muito importante para a pós-graduação, para pós-doctor, que a gente sabe da dificuldade. Como Ministro, eu vi muito disso aí. Agora também foi apensado e colocado junto na matéria da Senadora Eliziane Gama para que conte para mestres e doutores. Isso é muito importante.

Só gostaria de ressaltar aqui a importância desse projeto e como que isso pode ajudar na nossa pesquisa. A gente sabe toda a dificuldade que existe, então, isso é uma motivação a mais para os nossos pesquisadores.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Parabéns pela iniciativa, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, sem querer ser chato aqui, todo mundo está com pressa, inclusive eu, mas só uma frase que eu quero deixar: eu estou muito animado com um projeto de lei que nós aprovamos nesta Comissão, da Deputada Maria do Rosário – eu fui Relator, indicado pela Presidência –, que garantiu que, entre os heróis da pátria, fica a líder assassinada Margarida Alves.

Houve agora um evento grande no Plenário. O Beto Faro, que foi o organizador, permitiu que eu presidisse uns 10, 15 minutos, e eu dei a notícia lá de que esta Comissão e o Presidente Rodrigo Pacheco pretendem botar na pauta hoje à tarde ou, no mais tardar, amanhã.

Então, eu queria fazer essa citação, lembrando que os hotéis em Brasília estão todos lotados. Cerca de 100 mil mulheres estarão aqui entre hoje e amanhã.

Era isto, Presidenta, só um registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Parabéns pelo registro, extremamente justa a homenagem.

A Marcha das Margaridas, mais uma vez, traz a voz, a luta e a presença das mulheres.

Agora, encerrando, a Comissão hoje se reúne, às 14h30, numa audiência pública com o objetivo de debater os possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação – logicamente, educação, saúde, que têm recursos cuja base central é o ICMS, mas tem outros impostos. E, numa reforma tributária, como assegurar que não haja prejuízo tanto para a educação quanto para a saúde?

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Cid Gomes, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Paulo Paim, Flávio Arns, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Mauro Carvalho Junior, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Angelo Coronel e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Romário e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 14/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), e REQ 76/2023 - CE, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação. **Participantes:** Sr. Eduardo Favero, Auditor-Chefe Adjunto da Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal) do Tribunal de Contas da União (TCU); Sra. Milene Dias da Cunha, Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON); Sr. André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ) e representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); e Sr. Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) –

Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de agosto.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater os possíveis impactos da reforma tributária nos recursos para a educação, em atenção aos Requerimentos nºs 14 e 76, ambos de 2023, de minha autoria.

Eu convido para tomar lugar à mesa o Sr. Eduardo Favero, Auditor-Chefe Adjunto da unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União – seja bem-vindo! –; Sr. Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; Sr. André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Participam desta audiência, de forma remota, os seguintes convidados: Sr. Patrick Tranjan, Secretário Adjunto de Planejamento e Finanças da Secretaria de Educação do Pará e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); a Sra. Milene Dias da Cunha, Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

Informo também que foi convidado o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião está sendo interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como todas as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá a palavra por 15 minutos, prorrogáveis por mais cinco. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas e comentários.

Eu vou falar algumas perguntas que já chegaram, se houver interesse de algum comentário.

Fábio Henrique, de Rondônia, faz uma pergunta sobre o salário dos profissionais da educação, se pode sofrer aumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel Gomes, de São Paulo: "Como ficarão os investimentos no combate ao analfabetismo com a reforma tributária?".

Aluísio Barreto, do Rio de Janeiro: "De que forma, no âmbito da reforma tributária, o uso dos recursos para a educação nos municípios pode ter maior transparência?".

Cláudia Neumann, de Minas Gerais: "Precisamos de educação e qualificação. Como realizar [isso] com menos recursos? Os menos favorecidos precisam de educação pública de qualidade".

Rita Valente, de São Paulo: "De que forma os impostos podem ser mais bem alocados na educação básica e no incentivo à inovação e tecnologia?".

Sibelle Trevisan, do Paraná: "As condições da classe média e baixa seriam melhores com ensino fundamental em tempo integral. A reforma permite ampliar esta prática?".

Gabriel Mathias, de Santa Catarina: "É necessário olhar para o orçamento da Educação como investimento; [...] [isso] trará resultados para [todo] o país e toda a sociedade no longo prazo". Um comentário.

Eu passo a palavra, para suas considerações iniciais, para o Sr. Eduardo Favero, Auditor-Chefe Adjunto da Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal), do Tribunal de Constas da União.

O SR. EDUARDO FAVERO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite da Senadora Professora Dorinha Seabra, da Comissão de Educação do Senado, agradecer a presença de todos e também agradecer a oportunidade aqui, como representante do Tribunal de Contas da União, de divulgar um trabalho realizado pela antiga Secex Tributária, que foi uma unidade criada no tribunal justamente para estudar e acompanhar a questão do nosso Sistema Tributário Nacional.

Então, nos idos de 2021 ainda, quando tramitava nesta Casa a PEC 110, nós estávamos trabalhando numa auditoria sobre a tributação, sobre o consumo especificamente, com a participação, o apoio de 16 tribunais de contas dos estados e municípios, mais uma controladoria-geral, a Controladoria do Estado do Mato Grosso, e o objetivo, na época, era elaborar um diagnóstico sobre as principais distorções do Sistema Tributário Nacional. Muito se fala que o sistema é um manicômio tributário, que existem muitas distorções. Então, apesar de haver vários estudos, a gente também gostaria de que o Tribunal de Contas da União se pronunciasse a respeito e apreciasse um trabalho nessa área, já que as propostas de reforma já estavam tramitando, com chance de serem aprovadas.

Então, sabemos que a tributação sobre o consumo é de responsabilidade dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal –; por isso, havia essa necessidade de envolver os tribunais de contas dos estados e dos municípios, que responderam, de forma pronta, brilhante, ao nosso chamado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E avaliamos quais aspectos, quais dimensões? Da neutralidade tributária e da complexidade dos sistemas, e esses aspectos possuem impactos importantes na cadeia produtiva e também na atração de investimentos, além de outras consequências.

O trabalho foi realizado em duas etapas. A equipe aqui do tribunal se concentrou em perguntar, em investigar, na Receita Federal, no Ministério da Fazenda, as distorções existentes especificamente sobre o PIS-Cofins e o IPI, e os estados ficaram, então, com as questões referentes ao ICMS e ao ISS. E a segunda etapa foi justamente a realização da consolidação de todas as informações, para se chegar às devidas conclusões.

E os principais achados? O que é que essa auditoria encontrou?

Primeiro, quanto à neutralidade tributária.

Neutralidade é um conceito relativamente complexo e que envolve a capacidade de um investidor tomar as suas decisões com base simplesmente em aspectos econômicos e não fiscais. Então, se hoje um determinado investidor resolve instalar uma fábrica, em determinado estado, é porque ali ele estudou e verificou que aquele estado, aquela localidade possui as melhores condições para abrigar aquela fábrica, aquelas instalações, e não porque aquele estado, aquela localidade oferece condições de tributação mais favoráveis.

Então, primeiramente, nós vemos que a questão das renúncias fiscais existe numa quantidade imensa em nosso país.

Nós investigamos a questão do PIS-Pasep e do IPI, e chegamos à conclusão de que são 77 renúncias só desses tributos, além do que existe uma ausência até da definição clara do que seria uma renúncia tributária. Nós temos termos como "desoneração tributária", "incentivos fiscais", "benefícios tributários", "gastos tributários", cada um com um entendimento diferente e que dificulta realizar uma totalização, um estudo sério sobre o assunto.

Além disso, nós verificamos que a maioria dessas renúncias não tinha objetivos e metas definidos, apesar de estarem muitas vezes vinculadas a determinadas políticas públicas, a uma baixa transparência dos setores e até dos beneficiários: quem foi beneficiário dessa renúncia, quais valores, qual foi o resultado dessa política dessa renúncia, se teve o resultado esperado ou não...

Muitas poucas avaliações foram encontradas. Nós pontuamos cinco – das setenta e sete que nós apresentamos –, que foram realizadas pelo Semap, apesar de que hoje nós já temos a possibilidade, via modificação realizada aí no Código Tributário Nacional, no art. 198, §3º, inciso IV, em que já é permitido, não infringe mais o sigilo fiscal a divulgação dos dados de benefícios fiscais, dos dados de renúncia. Então, é necessário, nós estamos incentivando que, cada vez mais, haja transparência nessa área. Hoje ainda há muito pouca transparência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da cumulatividade e da não cumulatividade.

Hoje ainda existem, no PIS-Cofins, em outros tributos, esse duplo regime de apuração. Dependendo de determinadas condições, a empresa pode ir para um regime ou para outro, havendo o quê? Critérios tanto subjetivos quanto objetivos na legislação, para se definir qual é esse regime de apuração, se cumulativo ou não cumulativo. A questão da não cumulatividade plena ainda é algo em que se precisa avançar no nosso país. Então, aquele que escolhe regime não cumulativo ainda enfrenta uma série de dificuldades, uma série de restrições para poder ter de volta os créditos. Existem várias hipóteses de não creditamento. Então, não é com qualquer recurso gasto na cadeia produtiva que a empresa vai ter o seu crédito ressarcido. É preciso obedecer uma série de condições expostas ainda na nossa legislação. Tudo isso causa uma não paridade da cadeia de circulação de bens, ou seja, a existência desses dois regimes e o não creditamento pleno provocam distorções, porque estamos longe de pressupor que a carga tributária hoje seja equânime durante toda a cadeia produtiva, o que seria o objetivo de uma eventual modificação nessa legislação.

Há uma grande quantidade de alíquotas que existem em diversos tributos, como, por exemplo, o IPI. A Tipi, a famosa tabela do IPI, contém 400 páginas com 21 seções, cada uma delas com uma infinidade de produtos, cada um com uma alíquota específica. Então, somente nesse tributo, a gente já percebe a dificuldade envolvida.

Somente a título de comparação, num estudo divulgado em 2013, 45% dos países que possuem IVA tinham apenas uma alíquota, 25% usavam duas, e apenas 8% tinham quatro alíquotas ou mais.

Tudo isso gera uma base de incidência fragmentada setorialmente, existindo tratamento tributário distinto dentro do mesmo setor e entre setores. Um grande exemplo que nós identificamos é o setor da indústria de transformação, com o ICMS dentro desse mesmo setor variando de 9% a 35%. No mesmo setor, empresas diferentes são tributadas com alíquotas com uma diferença que chegava aí até a 26%.

A gente consegue perceber que estamos muito longe de termos um sistema tributário com uma neutralidade que permita que um investidor tome suas decisões apenas com quesitos econômicos. O quesito tributário ainda é muito forte, é muito presente.

A título de ilustração, nós temos dados sobre as renúncias, para mostrar como a questão da renúncia ainda pesa muito no nosso sistema. Somente nos tributos da União que estão sendo abordados nessa reforma, IPI e PIS-Pasep, um terço é renunciado pela União, ou seja, no período de 2015 a 2020, arrecadaram-se cerca de R$2 trilhões, e foram renunciados mais de R$670 bilhões. Nos estados e os municípios da amostra – nós só conseguimos acessar alguns estados e alguns municípios –, esse índice é bem inferior: 14% para os estados, e 10% para os municípios.

O segundo achado do trabalho remete à questão da complexidade do nosso sistema, da tributação sobre o consumo, que tem como consequência imediata a geração de custos tanto para as empresas quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o próprio Fisco, para a própria atividade de fiscalização. A maioria dos senhores conhece aquele famoso estudo Doing Business, que foi desqualificado, foi bastante contestado, mas que colocava o Brasil como um dos piores países, um dos últimos países no quesito tempo para que as empresas pudessem pagar seus tributos, mais 1,9 mil horas. Mesmo sendo contestado, surgiram outros estudos; inclusive a própria Receita Federal apresentou um estudo, que mostrava o Brasil com 600 horas, sendo que esse número ainda é muito elevado, mais que o triplo dos países da OCDE que possuem um Imposto sobre Valor Adicionado instituído.

Então, além disso, a complexidade se reflete na grande quantidade de normas tributárias existentes. São 32 mil normas federais sobre tributação; 138 mil normas estaduais; 250 mil normas municipais. Então, perceba que qualquer empresa precisa contratar um escritório de advocacia e um de contabilidade para poder fazer a sua contabilidade, o que gera obviamente um mercado considerável, porque quem vai se arriscar a interpretar essas normas sem o apoio de toda essa estrutura?

Além disso, temos prazos de processamento de pedidos de restituição de tributos muito elevados no Brasil, estoques de contencioso tributário, porque toda essa dificuldade, essa complexidade, essa grande quantidade de normas gera dúvidas na interpretação, gera diferentes interpretações e gera todo um contencioso administrativo e tributário. Hoje nós temos grande parcela do nosso PIB justamente sendo decidida nessas disputas, principalmente judiciais, sendo que o tempo médio para a resolução dessas disputas ultrapassa em muito o razoável, tanto o prazo legal de 360 dias para a questão administrativa, que existe no Brasil, quanto o prazo que a TADAT coloca de 90 dias. E, quando vai para a Justiça, aí são cinco, seis, sete, oito, nove anos para se equacionarem determinadas questões. Tudo isso gera custo tanto para o Fisco quanto para as empresas.

Estudando o histórico da tramitação das diversas reformas que buscavam alterar a tributação no Brasil de forma ampla, nós vemos que existe uma dificuldade ínsita na aprovação dessas reformas. Desde antes da aprovação da Constituição Federal de 1988, o Ipea já tinha apresentado uma proposta que não prosperou. Lá em 1987, no Governo do Fernando Collor, todas as propostas que foram encaminhadas pela Comissão Executiva da Reforma Fiscal, porque já se havia se identificado a necessidade de se alterar a legislação, não prosperaram, justamente pelo aspecto político. Durante a revisão constitucional de 1993-1994, houve cerca de 60 propostas de alteração, mas nenhuma delas obteve sucesso. E, em seguida, houve a proposta do Governo Fernando Henrique, a PEC 175, de 1995; depois, no Governo Lula, PEC 233, de 2008. Nenhuma obteve sucesso.

Obviamente a complexidade do tema, o grande número de atores com interesses frequentemente divergentes, díspares, e a questão do conflito federativo fiscal, com cada um puxando para o seu lado, dificultaram o atingimento de um consenso necessário para a aprovação dessas propostas.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO FAVERO – Incrivelmente, mas não surpreendentemente, os problemas identificados na tributação federal também estão presentes na tributação sobre o consumo nos níveis estadual e municipal. Então, a não neutralidade está presente não só nos tributos da União, mas também nos tributos dos estados e municípios – idem para a questão da complexidade.

E o último achado, retratando a questão do Confaz, que foi um ator investigado por ocasião da consolidação, principalmente sua atuação nos episódios de guerra fiscal: foi, obviamente, constatado que ele não tem sido capaz de impedir que os entes federados concedam os incentivos e benefícios fiscais à revelia das declarações do próprio Confaz, de modo a atrair investimentos para os seus territórios.

E existe uma iniciativa do Confaz, que é o Portal Nacional de Transparência Tributária, em que os dados, as informações de todos os entes federados com relação a incentivos fiscais estão ali disponibilizados, mas a equipe verificou que são planilhas sem uma organização, sem um índice, sem um mecanismo de busca estruturado que permita que, efetivamente, haja uma transparência adequada para comparar os diversos benefícios fiscais de cada estado. Então, o próprio tribunal deliberou no sentido de recomendar que o Ministério da Fazenda contribua para aperfeiçoar a questão da transparência dos benefícios fiscais como um todo e, principalmente, para se permitir a comparação entre o que cada ente federado oferece, possui.

Para finalizar, nós identificamos alguns mecanismos inovadores que seriam importantes ou que têm uma importância muito grande para que uma eventual reforma possa ser implementada com sucesso – no caso, a reforma que implemente um IVA.

A nota fiscal eletrônica, por exemplo, já é uma realidade. Você tem a nota fiscal de comércio eletrônica, que já está padronizada em todas as unidades da Federação, mas cada município tem a sua nota fiscal de serviços eletrônica. Tem dois PLPs que estão tramitando aqui no Congresso Nacional – o 521, de 2018; e o 217, de 2019 –, que têm o objetivo justamente de organizar essa questão, instituindo o padrão nacional da nota fiscal de serviços, e criar o Comitê Gestor da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, porque a questão da tecnologia é de fundamental importância para o sucesso de um IVA, que vai precisar de um governo digital, do compartilhamento contínuo de informações entre os Fiscos municipais, estaduais e federais. Tem a questão do novo Conselho Federativo do IBS. Vai ter que receber todos os dados – não só das notas fiscais eletrônicas –, para permitir que o contribuinte também acompanhe as informações referentes ao seu creditamento, ao seu ressarcimento nas operações com o IVA.

Então, a união das administrações tributárias das três esferas para construir efetivamente um sistema de informação que permita isso de forma transparente é fundamental para o sucesso de um Imposto sobre Valor Adicionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o tribunal se manifestou nos Acórdãos 1.409 e 1.408 – acho que mais tarde, se for o caso, a gente entra em detalhes sobre as recomendações –, que visam justamente recomendar providências para que os achados que forem encontrados sejam mitigados ou solucionados.

Agradeço a atenção e me coloco à disposição para eventuais esclarecimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, com certeza tem muito material disponível. Muito obrigada, Dr. Eduardo.

Passo a palavra ao Sr. Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO DE SENA MARTINS (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas presentes e àqueles que nos acompanham de maneira remota.

Queria, em primeiro lugar, agradecer o convite da Comissão de Educação, Cultura e Desporto do Senado, na pessoa da Senadora Professora Dorinha e de seus membros, cumprimentar os colegas dessa mesa e fazer alguns rápidos e pequenos comentários sobre essa proposta e seus impactos, como a gente vê, na educação pública.

Não vou tratar aqui da educação privada, não era esse o tema. Em educação privada, a gente sabe que o mais importante, talvez... Está previsto lá, se não me engano, no art. 9º, um redutor de alíquota de 60%, mas eu vou me debruçar mais sobre a questão dos impactos na educação pública.

Bom, o Dr. Favero já apresentou um panorama geral da configuração tributária do país, o que reforça um pouco a nossa convicção da necessidade de uma reforma. É uma coisa que, como cidadão e convivendo com as pessoas do setor educacional, a comunidade educacional apoia. É claro que há sempre uma preocupação porque o financiamento da educação depende fundamentalmente de tributos. Então, de alguma maneira, a gente tangenciou um pouco essa discussão mais geral que foi apresentada aqui pelo Dr. Favero ao longo desses anos. A gente teve interlocução com algumas personalidades importantes dessa reforma: o Bernard Appy, quando do Poder Executivo, participou da discussão do Fundeb, do primeiro Fundeb lá atrás; o Prof. José Roberto Afonso foi uma presença constante em audiências públicas na Câmara dos Deputados, quando da constituição do Fundeb; então, são pessoas presentes nessa reforma tributária e com quem a gente tinha contato.

Indo mais diretamente para aquilo que diz respeito à educação, a gente tem aí o que eu chamo dos dois grandes pilares. Há outros recursos também, mas os dois grandes pilares do financiamento da educação são a receita proveniente da vinculação da receita de impostos, um dispositivo que é uma tradição jurídica brasileira desde a Constituição de 1934, e mais recentemente, dentro desse universo, dentro desse conjunto, há um subconjunto, que é a subvinculação que constituiu o Fundeb. Então, são essas duas principais fontes.

E o salário-educação? O salário-educação eu só menciono para dizer o seguinte: era comum nas reformas anteriores, nas propostas de reformas tributárias anteriores, a ideia de extinguir o salário-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação; isso não acontece com essa reforma. Então, a primeira notícia importante com relação aos pilares do financiamento é esta: não há nenhuma alteração no que diz respeito ao salário-educação. Então, a gente vai ver o que pode acontecer com os impostos que compõem essas outras fontes de recursos importantes.

Só para a gente visualizar, esse é o conjunto dos impostos, todos os impostos que compõem e que são de responsabilidade dos entes federativos.

O ITR está ali com um asterisco porque ele é um imposto da União, mas ele beneficia os municípios e pode, inclusive, mediante convênio, ser arrecadado pelos municípios. Então, por isso que ele está com esse pequeno asterisco aí.

Em vermelho, a gente já coloca alguns impostos que vão ser afetados pela reforma, para chamar a atenção. Estes são os impostos que compõem a cesta do Fundeb; e, então, como essa cesta vai poder, eventualmente, ser afetada.

E, aí, os impostos que não a compõem, mas que também são importantes, porque um dos impostos a serem criados vai ser o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que é a fusão do ISS, que é um imposto municipal, com o ICMS, que é um imposto estadual.

Então, como fica isso? O ISS, imposto municipal, não compõe a cesta do Fundeb, por exemplo; mas o ICMS compõe. Como fica isso à medida que a gente vai ter um novo imposto, o IBS, que vai alimentar a cesta do Fundeb também?

Bom, quando da discussão do novo Fundeb, do Fundeb permanente – estou aqui com a Relatora –, a emenda previa também, já mostrava essa preocupação, essa atenção com a reforma tributária. Então, ela tinha um dispositivo que previa exatamente isto: na hipótese da extinção ou substituição de impostos, que houvesse a preservação dos recursos da educação. Essa era a ideia. Isso está previsto na emenda constitucional, em dispositivo constitucional, e é, de alguma maneira, replicado na legislação infraconstitucional do Fundeb até com mais detalhes.

A Lei 14.113, do Fundeb, prevê e até propõe um critério: no mínimo, a média aritmética dos três últimos exercícios. Ainda bem que é "no mínimo", porque a gente sabe que os últimos exercícios foram afetados em função da pandemia, da perda de arrecadação do ICMS. Enfim, só para mostrar que havia uma preocupação e uma série de propostas do setor educacional já antevendo alguma possibilidade de debate quando chegasse a reforma tributária.

Aí eu aproveito para fazer um parêntese: também na Câmara, houve um grupo de trabalho para a reforma tributária, cujo coordenador era o Deputado Reginaldo Lopes, que é um Parlamentar do setor da educação. O Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro, também foi muito aberto a ouvir o setor educacional e mostrou uma preocupação com aquilo que se falou da neutralidade. E a gente acompanhou. Houve esse esforço. É claro que, para além do que está no papel – e acredito que a proposta reflete bastante essa busca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da neutralidade –, tem que ver como as coisas se verificam na realidade, como se comporta a arrecadação dos novos impostos. Tudo isso, eventualmente, necessita de ajustes. Mas a conformação geral reflete um pouco este objetivo de buscar uma certa neutralidade.

Bom, aí para a gente visualizar o que acontece com os tributos. Isso tudo tem um gradualismo, que vai ser apontado mais adiante e que está dentro da reforma. Mas o IPI, o PIS e o Cofins vão se transformar numa contribuição, a CBS; e o ICMS e o ISS, como eu já tinha mencionado, no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). São os dois principais tributos dessa reforma, vamos chamar assim, além do imposto seletivo, de que vou falar mais para a frente.

Aí é a transição para o novo modelo. Então, a gente vai ter esta transição: a entrada da CBS em 2027; e o IBS vai, nesse intervalo de 2029 a 2032, entrando gradualmente. Vai haver um momento em que ele vai conviver com o ICMS. O ICMS vai caindo; o IBS, subindo. Então, vai ter um certo momento para se prestar atenção também em como esses dois impostos vão se comportar. E, a partir de 2033, serão extintos todos estes impostos: o IPI, o ICMS e o ISS. Então, tem um gradualismo longo.

Agora, vamos mais diretamente para a cesta do Fundeb. O que poderia nos preocupar? Primeiro, a questão do IPI. Por que? O IPI é um imposto e, como a gente sabe, a receita vinculada de impostos depende dos impostos. Se o IPI deixa de existir e passa a ser absorvido por uma contribuição, esse pedaço deixa de ser um recurso que é vinculado à educação.

Qual é a expectativa do ponto de vista dos construtores da reforma? Eles falam assim: "Não, tudo bem; a gente compensa de alguma maneira, porque vai ter um novo imposto, que é o imposto seletivo". O imposto seletivo é um imposto que vai ser cobrado tendo como objeto bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, então esse imposto que não existia vai existir e vai haver a vinculação. A gente, entre aspas, "perde o IPI, mas ganha o imposto seletivo". Na realidade, a gente vai ter que acompanhar qual será a diferença disso ou não em termos de perdas e ganhos.

Outra preocupação com relação ao IPI: o IPI compõe... ele determina a formação tanto do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) como do FPE – o Imposto de Renda mais o IPI. E o IPI deixa de existir. Mas, mais uma vez, qual é a proposta da reforma? É substituir, neste caso, a composição do FPM e do FPE pelo imposto seletivo. Então, ele vai, com os mesmos percentuais, alimentar a composição dos fundos de participação.

Em relação ao ICMS, que é o principal imposto da educação, em torno de 60% ou mais da cesta do Fundeb, não estou nem falando da... O ICMS é compartilhado: tem a cota municipal do ICMS; e até a Emenda 108 criou uma série de regras para atuar em prol da redistributividade, no âmbito de cada estado, desses recursos dos municípios, da cota municipal do ICMS. Então, existe essa preocupação com o fim do ICMS, que vai ser substituído pelo IBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra questão importante, que está no art. 156-A da proposta, é que o IBS – como regra; pode ter alguma exceção, mas pela regra – não será objeto de incentivos e benefícios fiscais. Isso não deixa de ser uma boa notícia no sentido de que exatamente, quando há a guerra fiscal, quando há um excesso de incentivos fiscais e tudo mais, deixa de haver aquele imposto, deixa de haver vinculação de imposto, deixa de haver o recurso que é direcionado à educação. Então, de alguma maneira, a inibição da guerra fiscal, num ponto de vista mais geral, tende a beneficiar o financiamento da educação.

A cota municipal que existe hoje no ICMS – vai continuar havendo uma cota municipal do IBS, e é mantida essa regra, que veio com a Emenda 108, de que parte dessa cota municipal seja distribuída de acordo com critérios educacionais. Isso está mantido também, praticamente com a mesma redação, a única diferença é que na redação atual é no mínimo e na proposta deixa de ser no mínimo, porque vai ser um valor fechado. Você vai ter os 10% para o critério educacional, 5% para a distribuição igualitária entre os municípios e o resto de acordo com a população, então você vai ter um número fechado, mas não tem grande alteração, porque a gente sabe que esse mínimo nunca extrapola o mínimo mesmo.

Então, com relação à cesta do Fundeb. Como agora vai ter um imposto unificado, vamos chamar assim, que é o IBS, qual que é o esforço da neutralidade? Continua no mesmo patamar, 20%. Então, a gente poderia falar: poxa, que legal, 20%, porque o IBS vai arrecadar mais. Só que não, isso vai ser corrigido. Aquela parte – vamos chamar assim, só para efeitos didáticos – do IBS, que seria a parte que viria do ISS, vai ser abatida, não vai entrar na cesta do Fundeb, continua sendo um imposto vinculado, mas fora da cesta do Fundeb. Enfim, aquilo que era do Fundeb, continua do Fundeb, aquilo que não era do Fundeb, da cesta do Fundeb, continua não sendo da cesta do Fundeb. Então, esse foi o exercício da reforma.

Eu não sei qual o potencial de arrecadação disso mas, de qualquer maneira, o IPVA, que é um imposto que integra a cesta do Fundeb, vai ser acrescido dos veículos aquáticos e aéreos. De qualquer maneira, não deixa de ser um acréscimo na cesta do Fundeb, em termos de recursos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DE SENA MARTINS – E, já finalizando, já caminhando para o final, na lei do Fundeb, não na emenda, da mesma maneira que antigamente havia a compensação da desoneração da Lei Kandir, foi proposta, como receita adicional, aquela prevista no art. 82, que diz respeito aos fundos da pobreza. A redação também é praticamente igual. Só varia aqui...Tinha um percentual máximo de 2% na redação atual e, na proposta da reforma, vai ser de acordo com a lei complementar.

Bom, só para finalizar, isso eu acho importante, vai haver um fundo de compensação, dada toda essa mexida, toda essa estrutura tributária, em relação às perdas do ICMS. Vai ter um conselho federativo – eu não falei muito nisso, mas vai arbitrar. Isso também é um elemento que não deixa de ser positivo para a educação também, que tem lá seus debates federativos, essa experiência de aprimoramento de debate federativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo perda, por desoneração, há uma compensação. E no Fundeb 2007 e 2020 havia, no caso da educação, até por proposta do Consed – foi uma proposta do Consed a reposição do percentual que deveria ser dirigido à educação.

E, olhando a reforma, vendo que vai haver todo um debate, decisões com relação à reposição das perdas por desoneração, talvez fosse o momento de recuperar essa ideia, que já foi regra dentro do Fundeb.

Por enquanto, paro por aqui. Obrigado.

Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pela exposição, Paulo de Sena, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

Passo a palavra ao Sr. André Horta, Diretor Institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), para sua exposição.

O SR. ANDRÉ HORTA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Agradeço o convite para participar deste importante debate. Já tivemos outras oportunidades de estar com V. Exa. lá na Câmara, e agora aqui, no Senado. E quero saudar aqui o Paulo e o Eduardo, que fizeram essa importante discussão.

Quero dizer, Senadora, que um dos aspectos e uma das perspectivas mais importantes dessa preocupação nossa com o financiamento da educação pública é que o Senado, representado pela senhora aqui, precisa ficar sócio de uma preocupação de décadas dos estados, que é o federalismo brasileiro.

Os estados perderam bastante receita ao longo das décadas, e vou mostrar aqui o que foi que aconteceu, e a notícia boa aqui, como o Paulo estava mostrando aí, é que, se não houver grandes mudanças na aplicação, se não houver grandes turbulências na aplicação do que está colocado aí, não vai haver perdas para o financiamento da educação. É preciso só cuidado com determinados aspectos aqui de que eu vou falar rapidamente.

Eu vou inverter aqui a ordem do que eu iria falar porque tanto o TCU, tanto o Eduardo quanto o Paulo já trouxeram aqui. O Eduardo trouxe, por exemplo, a questão da preocupação com os benefícios fiscais. Isso é um diálogo importantíssimo dos tribunais com os estados. O Comsefaz, por exemplo, há dois anos, promove pesquisas, Eduardo, sobre eficiência dos benefícios fiscais. Os estados se inscrevem, é feita a pesquisa e é entregue ao estado segundo as possibilidades.

Claro que a gente enfrenta os velhos problemas, porque a gente não consegue ainda, no país, um glossário, um dicionário único que fale a mesma língua para todos os benefícios. Então, fica difícil você comparar um benefício de um estado com o de outro porque a gente precisa criar uma padronização

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro, criar uma categorização de como fazer, como trabalhar com essas variáveis. Então, geralmente, os trabalhos de um com o outro não ficam comparáveis. Mas isso é uma preocupação.

Eu estou diretor do Comsefaz. Fui Presidente de 2015 a 2018, e meu mandato, em um dos meus mandatos, de 2017, foi aprovada, com a participação intensa do Comsefaz, a Lei Complementar 160, que regrou os benefícios fiscais para trás, o "pratrasmente", como a gente fala. E isso foi uma grande alteração. Isso foi quase que uma solução da guerra fiscal brasileira. De lá para cá, a gente enfrentou problemas até essa lei e depois dessa lei. Depois dessa lei, a cópia de benefícios ficou muito restrita só na região onde já acontecia essa cópia. Então, não tinha grande espaço para isso.

Ficou muito restrita só na região onde já acontecia essa cópia, então não tinha grande espaço para isso. E hoje é proibido e ninguém faz porque, se você fizer, tem denúncia dentro da própria lei, e você resolve isso com o Convênio ICMS 190, que tem um processo para poder desfazer isso. Inclusive um ou outro estado tentou alguma coisa e, antes que a gente começasse o processo, o benefício foi revogado, mal se conseguiu nem julgar.

Então, essa Lei 160 foi uma grande evolução, eu diria uma espécie de prejuízo, quase que morte da guerra fiscal brasileira. Essa lei foi extremamente importante para isso, ao regulamentar e ao estabelecer, ao paralisar isso aqui e dar um fim, não é? Em 2032, o benefício se acaba, e também botar um calendário final para que outras formas de benefício fiscal... Veja: incentivos fiscais para reduzir desigualdades regionais, todos os países usam, em todo federalismo, do mundo todo. Isso vai continuar. O que precisa haver é regulamentação, o que não pode haver é essa corrida *race to the bottom*, é esse leilão que prejudica o financiamento público, prejudica a educação e prejudica todos os setores da sociedade.

Eu iria falar também sobre essa questão do IS e do IPI, que o Paulo já puxou. É uma preocupação nossa de fato. Paulo, o Congresso é sócio dos estados na preservação do federalismo brasileiro, então, se nós conseguirmos manter não somente a arrecadação individual, Senadora, por tributo para os estados, não somente isso, se nós conseguirmos manter as receitas disponíveis que os entes têm hoje. Porque, Paulo, se você cria o IS para substituir o IPI, e, como se fala, o IS não tem a mesma potência que o IPI tem. Bom, se não tem a mesma potência, é claro que o FPE e o FPM saem prejudicados e, se saem prejudicados, é claro que vai afetar a educação. Então é claro que, nessa regra de compensação, nessa regra de preservação dos entes federados, quanto às suas receitas e quanto às suas disponibilidades para financiamento do dia a dia, das suas necessidades fiscais, precisa que as receitas disponíveis sejam respeitadas e atualizadas e não somente a arrecadação por imposto, porque assim pode acontecer de você perder em um setor e manter no outro simplesmente. Então essa é uma outra questão que eu já trouxe adiantado.

Vou aqui a algumas pautas, é bem reduzido, Senadora, é porque, de fato, a gente não está enxergando aqui grandes problemas, pelo menos neste momento. Pode ser que na hora da regulamentação, é outra vida, outro mundo, mas pelo menos, neste momento, a gente não está vendo grandes prejuízos para a educação, ao contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à educação privada, o Paulo já tinha puxado a questão de que houve uma redução de 60% na alíquota, foi um dos setores beneficiados. É uma possibilidade, está lá, é possível, Paulo, não é uma obrigatoriedade, é uma possibilidade que deve ser utilizada, que seja feita uniformemente e – está lá no mesmo artigo – com ajuste da alíquota de referência com vistas a reequilibrar a arrecadação da esfera federativa. Então está aqui, Senadora, a preocupação com a verba da educação. Vai se reduzir o dinheiro da educação privada, a alíquota da educação privada, mas o próprio artigo diz que isso deve ser calibrado na alíquota final, na alíquota de referência do IBS, de forma que vai manter, reduz para um lado, sobe em outro, então essa calibragem equilibra e mantém o financiamento como estava antes.

Volto a essa questão da alíquota de referência, só um outro aspecto, uma outra perspectiva. A médio e longo prazos é esperado que haja uma reacomodação do financiamento do Fundeb, por quê? Porque, do ponto de vista de uma perspectiva de federalismo fiscal chamada equalização fiscal, é um dos grandes pontos dessa reforma, ela melhora a equalização fiscal do país: a alíquota vai para o destino. Estados menos desenvolvidos, estados com perfil consumidor vão ter a mesma relação com o tributo que seu contribuinte paga, que o contribuinte de todo o país que tem IVA tem, ou seja, o que você pagar, você vai receber em forma de benesses no seu próprio estado, no seu próprio local. Então, isso é uma reacomodação das receitas tributárias.

Se é uma reacomodação, Senadora, então, significa que vai haver uma alteração para mais e para menos em alguns estados. Eu não sou especialista em Fundeb, mas aquela complementação que se paga provavelmente a ordem dela vai mudar, porque estados menos desenvolvidos vão ter mais receita. Então, isso deve mexer nessa complementação e, pelo visto, Paulo, acredito, reduzir a necessidade da complementação, na medida em que você vai ter uma melhor equalização entre as unidades federadas do país.

O crescimento. Dentro da reforma tributária é previsto um crescimento derivado do próprio projeto. Então, o crescimento evidentemente – não tem o que comentar aqui – deve melhorar as fontes de financiamento da educação pública. Aí vem uma questão: a alíquota de referência. A alíquota de referência tem uma regra muito boa dentro da reforma tributária, que é o estabelecimento de um teto e de um piso. De um teto – acho que visa mais uma perspectiva privada – que não se aumente a carga tributária dos impostos, dos tributos indiretos que estão envolvidos nela, que não se aumente a carga tributária. Mas ele também tem um piso que coincide com o teto: que não se reduza o financiamento dos entes públicos que estão sendo afetados por essas mesmas reformas, que são os três.

Então, o teto e o piso coincidem: nem pode ser menos do que os estados têm de receitas disponíveis hoje – receitas disponíveis é uma questão para a gente discutir, não é arrecadação de cada um individualmente, porque aí vai dar problema –, receitas disponíveis não se podem reduzir, as receitas disponíveis que os entes têm hoje, e não se pode aumentar a tributação indireta, porque nós não queremos aumentar a tributação indireta no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem necessidade de aumentar a tributação direta, porque rico não paga imposto no Brasil como paga em outros países. E outros países conseguem se financiar bem, porque existe má distribuição de receita em todo lugar – de riqueza – em todo lugar. Dentro dos Estados Unidos têm uma dificuldade de distribuição de riqueza, mas como você tem uma alíquota de imposto de renda maior para rendas maiores, então, onde tem mais recurso você tributa também com mais intensidade e aí você consegue financiar toda a sociedade. Aqui a gente está ancorando a tributação, principalmente no Brasil, nos indiretos, e os indiretos são os mais pobres quem pagam principalmente, quem usam mais o consumo, e isso é uma forma errada.

Então, aqui o Brasil tem duas necessidades em relação à carga tributária: tem necessidade de reduzir a carga tributária e de aumentar a carga tributária. Carga tributária não é uma coisa só. Cada pessoa, cada indivíduo tem uma carga tributária diferente, depende de onde você, nas classes sociais, na sua renda, se situa, onde você estiver tem necessidade de aumentar ou de diminuir. Se for muito rico, tem necessidade de aumentar, porque não tem a mesma solidariedade fiscal que há em outros países; e, se for muito pobre, o Estado tem o dever de procurar formas de reduzi-la, porque estamos pagando aqui mais do que países, inclusive, mais ricos. E a gente não pode tirar o dinheiro do mais pobre, porque, inclusive, se você tirasse, a economia melhoraria, porque ele pegaria esse dinheiro dele e colocaria todo na roda da economia, na roda do consumo, e isso melhoraria todos os índices econômicos.

Pois é, mas terminou que atalhou essa discussão, inclusive já se está discutindo aqui no Senado, Professora, a questão da pré-definição de um teto para a alíquota de referência do IBS. Isso nos preocupa. Isso é uma discussão que é descabida, porque, afinal, já está colocado aqui que tem teto e piso. Quando você disse que precisa ter um teto numérico, como assim um teto numérico? O Brasil é um recordista de tributação indireta, porque não tributa o direto, pela razão que não tributa o direto, que está até na reforma do segundo tempo do Governo, na tributação do Imposto de Renda. Por que agora vamos estabelecer um teto abstrato, adiantar essa questão? Se você fizer isso, vai haver pressão para duas coisas: vai haver pressão da área privada para poder reduzir carga tributária – e aí a gente desfinancia a educação – e vai haver pressão da área pública também, com medo de que se coloque o chute disso aí, a estimativa abaixo do necessário e que a gente alargue isso aí. Pode prejudicar um lado ou outro.

Então, essa discussão da pré-definição de um teto, Senadora, eu acho que é uma questão importante para a educação retirá-la daqui do Senado. Nós já temos aqui instrumentos e institutos suficientes para tratar dessa questão do tamanho da carga. Ela é deslocada.

O Brasil vai ter a maior carga tributária indireta do IVA do mundo. Se já tem, vai ter, claro, só vai colocar o número nisso aqui, mas não vai alterar em nada, não vai aumentar isso aqui. Isso é uma falsa discussão. Não deveríamos estar conversando sobre isso. Isso pode prejudicar, inclusive pode inquinar, pode sabotar outras coisas importantes que a reforma tem, favoráveis à sociedade, por causa dessa tensão que se cria devido a essa falsa discussão que se cria em torno dessa alíquota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso e tenho razões, já trouxe para V. Exa. lá na Câmara e trago aqui no Senado, de novo, a preocupação dos estados. O histórico para os estados não é bom nessa discussão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ HORTA – Entre 1964 e 2014, Senadora, os estados perderam simplesmente um terço das suas receitas disponíveis. Imagine que os estados... Os municípios passaram a ser entes federados em 1988, mas os estados são a razão de ser do federalismo no mundo todo. Você cria o federalismo, a alma do federalismo, porque a União existe em um estado unitário ou federado, mas a alma do federalismo são os estados, são eles que estão na genealogia da ideia federativa. Então, sobre justamente essa técnica em que você pega os oito maiores países do mundo, sete são Federações; só quem não é Federação é a China, dos oito maiores. Por quê? Porque a geografia favorece a Federação, claro, e a administração: você pode descentralizar políticas, descentralizar ações, e isso favorece, principalmente, países com dimensões continentais como o Brasil.

Então, aqui nós reduzimos o papel do federalismo quando nós reduzimos em um terço a participação dos estados nas receitas disponíveis.

Então, a gente não tem um histórico bom. No ano passado, piorou. No ano passado, pegamos aí a 194 e o ICMS, que era o imposto de maior arrecadação do país e está atrás agora do Imposto de Renda. O Imposto de Renda agora é o imposto que mais arrecada no país.

Então, mudou, inclusive, a feição do comportamento dos impostos no Brasil.

Veja, ali em verde está a tributação sobre bens e serviços, as indiretas, o Brasil lá em cima, comparado com a OCDE; e, do lado direito, em vermelho, está o Brasil na tributação sobre renda; em amarelo ali é a média da OCDE.

Nós tributamos pouco renda, o imposto que chega nos mais ricos, e tributamos muito os pobres. A gente precisa mudar esse perfil, e, quando a gente vai mudar esse perfil, a gente já sabe – estou encerrando – quais são as discussões que vêm: "Ah, mas a nossa carga tributária já é muito alta, ninguém aguenta mais pagar imposto". Falam "ninguém aguenta mais" como se fosse a mesma coisa, como se um sujeito que ganha um salário mínimo e um milionário estivessem na mesma situação, como se a gente não estivesse dando tratamento diferente a um e a outro.

Quero só dizer que o Comsefaz está promovendo uma pesquisa, a ser publicada em breve, sobre carga tributária *per capita* e desenvolvimento, mostrando que esse aqui é o Brasil, em verde aí, esse menorzinho, a gente o está comparando com os países mais ricos. Veja que a nossa carga tributária é ridícula, *per capita*, perto desses países. Aquela comparação... A Professora conhece melhor do que eu. Quando se estava discutindo aqui o Fundeb, o pessoal dizia: "Ah, em relação ao PIB, gasta-se muito no Brasil", e, ao mesmo tempo, a OCDE dizia que o gasto por aluno é pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é uma ilusão matemática que a gente trabalha, que a gente vive, Professora, desde sempre. Quero explicar que, entre o milionário e o motorista do milionário, o motorista do milionário gasta percentualmente o salário dele – da riqueza dele, que é o PIB – muito mais com saúde, habitação, segurança do que o milionário, cujo gasto é bem menor percentualmente do que o que ele ganha, em relação ao que ele ganha.

Nisso, a carga tributária bruta não é um bom elemento, é na carga tributária *per capita* que nós enxergamos; e *per capita*, no Brasil, nós temos uma renda *per capita* baixa. Claro, a carga tributária *per capita* do Brasil, o gasto tributário *per capita* do Brasil é baixo e nós queremos melhorar isso aí, e a melhor forma de melhorar é melhorar a qualidade da carga, é reduzir os indiretos onde a gente puder e aumentar os diretos, que é um trabalho do segundo turno aqui dessa reforma.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, muito obrigada pela exposição, Sr. André Horta. Nós vamos ter a oportunidade de conversar um pouquinho mais sobre a exposição.

Fui informada que o Patrick, que representa o Consed, não conseguiu... está com um problema na conexão. Vários estados hoje tiveram problema na energia. Vamos ver se ele consegue voltar.

Eu passo, então, para a Milene. A Milene é Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

Seja bem-vinda, Milene, para a sua exposição.

A SRA. MILENE DIAS DA CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, gostaria de cumprimentar a Senadora pela iniciativa de promover esta audiência neste tema tão importante, que trata da reforma tributária, principalmente buscando trazer reflexões sobre se há ou não reflexo para a educação. Eu quero também cumprimentar aqui todos que me antecederam nas falas.

Eu estou aqui representando a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e, na verdade, nessa temática, analisando propriamente o substitutivo que foi feito na PEC. Inicialmente havia toda uma preocupação em relação a se haveria ou não impacto no financiamento da educação e também em relação a outras questões que pudessem gerar cumulatividade ou mesmo algum tipo de concentração na área de educação, principalmente no ensino privado. E, com o substitutivo apresentado, essas questões foram, de certa maneira, sanadas. Como foi bem colocado aqui pelo Dr. André e pelo Dr. Paulo de Sena, num primeiro momento, pelo menos pela redação desse substitutivo, a gente ainda não percebe nenhum impacto negativo em relação ao financiamento da questão da área da educação, mas é preciso ficar atento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente em relação à questão dos impactos indiretos, com a retirada do IPI e dos recursos que vão ser repassados para os fundos municipais e estaduais em relação a essa temática.

Então, há preocupação realmente dos tribunais de contas, até porque, pela proposta da PEC, caberia ao Tribunal de Contas da União fazer a análise da alíquota de referência, fazer todos os dados de levantamentos para municiar a fixação dessa alíquota, e claro que isso precisa ser feito em cooperação também com os demais tribunais de contas que conhecem as questões locais e regionais em que atuam. Então, esse papel cooperativo vai se fazer muito importante neste momento, até para que os tribunais de contas possam de fato colocar em prática as auditorias na temática de arrecadação e de renúncia de receitas, que era uma das preocupações relacionadas justamente a essa questão da reforma tributária, para que se mitigue a questão da guerra fiscal e também da própria regressividade da tributação.

Nesse sentido, a gente percebe uma atuação do Tribunal de Contas para que faça esse levantamento, já que a gente tem *expertise* técnica para isso, como bem colocado aqui pelo Dr. Eduardo Favero, do Tribunal de Contas da União, nesse estudo que ele apresentou logo no início quanto à complexidade do sistema tributário.

A proposta atualmente apresentada tem esse objetivo de simplificar e desburocratizar o nosso sistema tributário, como uma forma de alcançar mais eficiência, mais equidade e transparência em relação à tributação. Nesse sentido, a gente já vê como uma boa iniciativa, tendo em vista que, de acordo com o Banco Mundial, nós gastamos aproximadamente 1,5 mil horas só com formalidades em relação ao preparo, à declaração e ao pagamento de tributos. Então, com essa desburocratização, com essa racionalização e simplificação na tributação, há um potencial, pelo menos teórico nesse primeiro momento, de se conseguir uma maior racionalidade e, com isso, o objetivo é aumentar a tributação com a formalização da economia no Brasil.

O cuidado que precisamos ter, eu acho, nesta temática, principalmente para a questão da educação, é de se, indiretamente, ao concretizar e efetivar isso, isso não vai comprometer, de certa maneira, o financiamento para a questão da educação. Eu acho que a tônica e a palavra-chave é justamente evitar qualquer retrocesso nesse financiamento, principalmente após o que foi feito na Emenda 108, com a definição das repartições de recursos ali para o Fundo de Participação dos Municípios e principalmente para o Fundeb também.

Então, assim, precisamos garantir uma melhoria cada vez mais qualitativa nessa política pública, de modo que se mantenha...

A gente percebe que, nesse substitutivo, não há qualquer alteração nesse sentido, em relação ao que foi proposto inicialmente pela Emenda 108. Então a preocupação dos tribunais de contas e de todos os que avaliam as políticas públicas em educação é que isso não seja alterado, que isso seja mantido realmente tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como está, principalmente também alterados ali os indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e do aumento também da equidade.

Então, nesse primeiro momento, até para não estender muito aqui as falas, a gente precisaria realmente estar mais municiado de informações em relação à parte, como bem colocado aqui pelo Dr. André, de regulamentação. Então, num primeiro momento, não se verificam grandes impactos para a educação, tal como está hoje redigido esse substitutivo da emenda, mas é preciso estar atento e acompanhar realmente como será feita essa regulamentação, para se observar se não vai, de fato, impactar no momento ali da arrecadação na forma como isso vai ser executado, tanto pela União, quanto pelos estados e municípios, no financiamento da questão da educação.

Nesse sentido, nós aqui do Tribunal de Contas, nós de todos os tribunais de contas nos colocamos à disposição do Senado, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, para apresentar todos os estudos que foram feitos em relação a essa temática. Inclusive, nesse ano de 2023, foi realizada uma grande operação na área de educação que buscou justamente levantar questões das mais diversas áreas, tanto de infraestrutura quanto da qualidade do serviço prestado, dentro das escolas, feita em tempo real e simultaneamente em várias cidades do Brasil. E os resultados foram dispostos depois na operação, no relatório final dessa operação, que inclusive foi encaminhado para o Congresso Nacional.

Então, os tribunais de contas têm condições de oferecer subsídios e informações para poder garantir realmente que essa temática, essa discussão seja cada vez mais ampliada, pois é preciso, de fato, amadurecer realmente o debate, de modo que tenhamos aí uma reforma tributária que traga melhorias para o sistema tributário, para a economia, para o desenvolvimento como um todo, mas também não comprometa a realização de políticas públicas sensíveis como é a política pública de educação, saúde e tantas outras.

Então, eu gostaria apenas de fazer essa fala aqui, em nome da Atricon, colocando os tribunais de contas à disposição do Congresso para participar de qualquer debate ou apresentar qualquer estudo que for necessário para essa temática.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, agradeço as contribuições da Sra. Milene Dias da Cunha, Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon).

Infelizmente a representação do Consed não é possível participar.

A gente continua à disposição em relação ao tema.

Vou ler mais algumas contribuições que chegaram, mas eu gostaria de colocar qual a nossa maior preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo debate do Fundeb, isto ficou muito claro, mas também não só do Fundeb, em vários momentos: um movimento já ensaiado no Congresso por várias vezes e até com apoio institucional, ora de Governadores, ora de Prefeitos, sobre a derrubada dos pisos constitucionais da saúde e da educação ou até a junção dos pisos de saúde e de educação. Um discurso recorrente é de que o orçamento brasileiro já é muito engessado, com muitas vinculações.

Grande parte da preocupação no conjunto, quando a gente lida com orçamento, se refere a essa preocupação no desenho final.

Há a questão das renúncias fiscais e isenções, que ainda são muito altas.

Há a nossa preocupação com o percentual de renúncia fiscal do Brasil, que é um dos mais altos. Inclusive, isso foi motivo de estudo nosso quando nós buscávamos encontrar fontes para o Fundeb. E uma delas seria a possibilidade de avaliação.

As renúncias fiscais não têm nenhum tipo de balizamento para saber a efetividade, que tipo de beneficiamento existe para a população.

E o volume de renúncia fiscal no Brasil é altíssimo, sem a gente saber que tipo de retorno.

Uma outra pergunta, não sei se é possível comentar, é sobre a questão das áreas de livre comércio e da própria Zona Franca de Manaus.

Quanto à Zona Franca de Manaus, aqui, em debates, é difícil avançar na revisão, mas a Zona Franca de Manaus é um exemplo: qual é a efetividade dela. Para a Região Norte, ela não tem nenhum benefício fora do Amazonas.

Quando alguns Governadores são contrários e se preocupam com a reforma tributária e, ao mesmo tempo, a gente escuta o discurso de que não tem mais guerra fiscal, tem muita gente que já tinha o benefício. E, até por ter esse benefício, ele trava no Confaz. Se não for de consenso total, não sei o termo que vocês usam, um estado vizinho não consegue aprovar.

O meu estado mesmo é um estado jovem que paga muito alto por essa questão, pela questão de ser um estado exportador também, o Tocantins.

A Lei Kandir virou uma peça de figuração, não representa hoje.

E nós sabemos que, na reforma, tem uma proposta de um equilíbrio.

Então, a gente tem uma preocupação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Achei muito interessante essa questão do *per capita* tributário, porque acho que essa é uma discussão pouco tratada, porque faz diferença e porque a gente lida com isso em relação à própria questão da educação.

Mas a nossa maior dúvida, quando a gente pensa na educação, é esta questão de saber até onde a gente vai estar protegido ao longo dos anos.

Hoje, nós temos uma clareza de onde buscar, de como monitorar pela cesta de impostos.

Já tivemos muitos prejuízos na área da educação, com várias contribuições que foram criadas, com toda estrutura para serem impostos, e como contribuições, para não terem o percentual incidido sobre a questão dos recursos de educação.

Então, a gente não fala no vazio. Já temos exemplos concretos de situação em que recursos da educação foram tirados, compensação que foi realizada para estados e municípios e que a parte da educação não foi assegurada. A gente teve a perda do recurso, mas, na hora da compensação, nós não conseguimos carimbar o recurso para a educação. Então, tem muitas preocupações. É aquele ditado popular que diz que gato escaldado tem medo de água fria. Então, é recorrente essa preocupação de quem lida com a área da educação.

A Sibelle Trevisan, do Paraná, pergunta se é possível diminuir a tributação sobre serviços e insumos utilizados na educação básica, principalmente no caso do ensino público.

O Pedro Francisco, de São Paulo, pergunta quais são os possíveis efeitos da reforma tributária na alocação de recursos destinados à educação.

Foi toda a exposição de todos que nos... A preocupação aqui.

Suzana Morgado, do Paraná: "Haverá retomada das estratégias do PNE 2014-2024 com previsão de aplicação de percentual do PIB e uso dos recursos do pré-sal na educação?"

Imagino que é em relação à questão da reforma tributária, sobre o PIB, percentual do PIB.

Renan Gustavo, do Rio de Janeiro: "Qual será o impacto de curto prazo na educação escolar das periferias?"

A Kauana Oliveira, do Paraná, pergunta se a reforma pode impactar as pesquisas de mestrado.

Eu devolvo agora a palavra na mesma ordem, para as considerações finais, pelo tempo de...

Nós não temos nenhum Senador aqui inscrito.

Nós vamos voltar na mesma ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Eduardo, Auditor-Chefe Adjunto do TCU, para suas considerações finais, pelo tempo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO FAVERO (Para expor.) – Eu gostaria, então, de aproveitar este tempo para destacar alguns aspectos importantes das deliberações que o Tribunal de Contas da União chegou quando apreciou justamente esse trabalho que as equipes de auditoria fizeram, que estão resumidas nos Acórdãos 1.409 e 1.408, de 2023.

O interessante, quando eu estava escutando a apresentação do Dr. André, que estava comentando sobre o problema da não padronização dos termos que envolvem a questão das renúncias... O tribunal recomendou, então, ao Ministério da Fazenda que desenvolvesse um estudo para subsidiar a uniformização da caracterização das renúncias tributárias e da metodologia de apuração delas entre os órgãos envolvidos com o orçamento público e a sociedade civil. Quer dizer, visando justamente a endereçar esse problema.

Uma das causas de não haver essa padronização, de não se ter objetivos, de não se ter metas, de não se ter avaliação, é porque, justamente, são diversas línguas que são faladas e que não se conversam. Então, há necessidade de a gente convergir para uma mesma terminologia para poder endereçar melhor essa questão.

O tribunal ainda recomendou ao Ministério da Fazenda e à Receita, que é justamente a nossa área de competência, mas aí a gente, ouvindo, obviamente, a doutora do TCE do Pará representante da Atricon sobre a necessidade de replicar e de haver essa articulação até para a questão do cálculo da futura alíquota de referência, que haja justamente um esforço na adoção de providências para se reduzir a complexidade da apuração dos créditos de IPI, PIS/Pasep e Cofins e eliminar os entraves ao ressarcimento financeiro dos tributos aos contribuintes, e a adoção de medidas tendentes a unificar a base de incidência, reduzindo a fragmentação setorial, o quantitativo de alíquotas, as hipóteses de não creditamento e os regimes especiais de tributação.

Recomenda-se à Receita a implementação de medidas para promoção do *compliance* de tributos.

Aqui é um aspecto que eu não consegui abordar na primeira fala, que nós identificamos até como uma boa prática da Receita Federal a elaboração desse programa, para que dê oportunidade ao contribuinte de realizar a sua conformidade sem que o fiscal logo de início lavre um auto de infração, e que, então, para uma espécie de cadastro positivo para os contribuintes que buscam regularizar a sua tributação, haja um tratamento diferenciado.

Então, há um encaminhamento de todas essas recomendações, de todas essas necessidades que foram identificadas nesse trabalho, para diversos órgãos, como, por exemplo, para a Abrasf, para o próprio Comsefaz, para a Confederação Nacional de Municípios, para a Frente Nacional de Prefeitos, que foram entidades que foram convidadas a participar de diversos diálogos públicos, à época no Tribunal de Contas da União, e dos painéis de referência, que balizaram justamente as conclusões a que nós chegamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, gostaria de mencionar e destacar uma recomendação justamente do Acordão 1.408, da consolidação, que endereçou aquele problema do Confaz – não é, Dr. André? – que a gente mencionou. Na verdade, é uma recomendação para o Ministério da Fazenda para que tome providências normativas, administrativas e tecnológicas, com vistas a dotar o Confaz dos recursos necessários para avançar na integração dos fiscos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO FAVERO – ... federal, estaduais e municipais, com ênfase na promoção da transparência tributária; e aqui a gente inclui a questão do PNTT, do Portal Nacional de Transparência Tributária, para que ele possa possibilitar a realização de consultas eficazes e automáticas às informações disponíveis.

Muito obrigado pela oportunidade, nós nos colocamos à disposição para futuros questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Passo a palavra para o Paulo Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO DE SENA MARTINS (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Bom, eu iniciei minha apresentação falando da receita vinculada de impostos, que está prevista lá no art. 212 da Constituição. Então, vamos especificar isso um pouco melhor.

Você tem um mínimo de 18% no caso da União, 25% no caso de estados, DF e municípios. Teve uma decisão importante, está em discussão uma decisão importante, na verdade, no Congresso Nacional – até o Senado deu uma contribuição muito importante no debate do arcabouço fiscal em relação à exclusão da complementação da União ao Fundeb, do teto do arcabouço. Mas o que é importante falar do arcabouço é que ele marca – o quê? – o fim do regime fiscal da Emenda Constitucional 95, do teto de gastos, que comprometeu o piso.

Quem der uma olhada – e eu vi esses dias, e queria até fazer um registro e um elogio ao TCU e à Atricon, ao Dr. Fábio e à Dr. Milene – no relatório preliminar do TCU em relação às contas do Governo da República de 2022, vai verificar – e foi importante porque o TCU manteve a série histórica para comparação, para efeito de comparação – que foi observada a regra instituída pela Emenda 95, que é de correção pelo IPCA a partir de 2017, mas, se fosse a regra antiga, não teria sido atingido o mínimo. Isso está no relatório do TCU das contas de 2022. Então, já houve uma perda, já teria havido uma perda se a regra fosse a anterior, que vai ser na regra revitalizada com o fim do arcabouço fiscal – continua lá o art. 212 no caso da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso de estados e municípios, acho que a própria reforma reafirma a necessidade dos pisos na medida em que ela mantém, como exceção à desvinculação, que já existe, as DREs dos estados, mas com exceções. Uma exceção é a educação, e é mantida essa exceção. Então, é uma reafirmação.

Assim, o Congresso e o próprio Executivo têm reafirmado a necessidade desses pisos. Não se pode flertar com uma certa desorganização institucional, que seria a unificação de pisos da educação e da saúde. Isso só traria uma certa desorganização. A gente está num momento de tentar organizar as receitas, a reforma tributária, as receitas de cada setor, e isso apenas confundiria.

Só para finalizar: é claro que, quando se mexe nos impostos, vai haver até um estranhamento num primeiro momento, porque, como foi mencionado, por exemplo, a arrecadação pelo destino... A isso principalmente os municípios vão ser mais sensíveis. Por quê? O que é o VAT no Fundeb? O VAT, a gente pode dizer, é o conjunto das disponibilidades. Nisso pode haver alguma alteração. Às vezes um gestor... "Ah, meu VAT mudou. Por que mudou?" Mudou porque agora a regra é outra, a regra é pelo destino. Isso vai gerar até uma necessidade de intensificar aquilo que já é previsto, no caso da educação, como obrigações federativas de cooperação e tudo mais, e, no caso da União e dos estados, da ação supletiva, que pode envolver não só recursos, mas também atuar na redistribuição dos recursos.

Isso é importante, e a União já fez isso no caso do Fundeb – acho que o estado pode fazer isso um pouco mais –, mas também há a questão de apoio técnico, quer dizer, vão surgir algumas dúvidas em função disso e de você ter aí o Governo da União e os governos dos estados esclarecendo os municípios em relação às razões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DE SENA MARTINS – ... dessas alterações que vão surgir por causa da mudança de perfil de arrecadação e distribuição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Paulo de Sena, Consultor da Câmara dos Deputados.

Passo a palavra agora ao Sr. André Horta, que representa aqui o Confaz e o Comsefaz.

O SR. ANDRÉ HORTA (Para expor.) – Inicialmente quero agradecer a oportunidade, Senadora, de a gente discutir aqui.

O Dr. Eduardo estava falando sobre clareza dos benefícios. Eu acho que isso corresponde à expectativa que V. Exa. expressou aqui, do retorno desses benefícios efetivamente para a população.

Veja que isso é feito um leilão, Senadora, e de fato termina erodindo a base dos estados, cujos Governadores ficam entre a cruz e a caldeirinha: ou perdem a empresa ou dão benefício até o final. Quer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer, isso é, na verdade, falta de Estado, falta de regulamentação, falta de norma. Se houvesse uma norma para se conceder o benefício e a norma fosse observada... Mas a gente não consegue a norma por questões complexas sobre as quais a gente passaria aqui uma tarde discutindo.

Deveria, claro, não ter um quórum de unanimidade, como é, porque a unanimidade do Confaz termina em um que manda em vinte e sete, um estado manda nos demais, então isso é muito complicado de se fazer. Tentamos aí, os estados entraram com ação de inconstitucionalidade no Supremo, mas o Supremo terminou dizendo que se observasse aquilo, e que aqui no Senado se modificasse. Aqui temos quatro ou cinco projetos de lei, no Senado ou na Câmara, para poder alterar esse quórum e poder se dar por maioria. Não se dá por maioria porque provavelmente os estados mais desenvolvidos não vão querer que o quórum favoreça, por exemplo, Tocantins, porque precisa ter um regime; se é um estado desigual, porque o Estado de Tocantins tem uma situação que é da maioria dos estados brasileiros, desigual em relação à minoria, então precisa de condições desiguais para poder haver justiça fiscal, tratar desigualmente os desiguais na medida da desigualdade, como se define justiça há 2,5 mil anos.

Então, esse tipo de situação cria entraves políticos, e a gente não consegue evoluir, mas precisaríamos de uma regulação disso aí, para poder a gente sair desse labirinto e entrar numa nova era de incentivos fiscais para regiões menos desenvolvidas, de forma que responda aos anseios sociais. E isso, em 2032, está chegando aí, que é o final do prazo da lei, e a gente vai precisar ver o que a gente vai colocar de política de desenvolvimento regional no lugar desse leilão que houve até hoje, em que a gente não conseguiu encontrar uma ordenação que a gente desejava.

Nas perguntas que os ouvintes estavam fazendo, quero destacar aqui a preocupação com o financiamento – um falou até do mestrado, se isso reduz. O que a gente tem que se preocupar é com o financiamento do setor público. Nós temos a carga tributária *per capita* baixa em relação aos países desenvolvidos, e como é que a gente pode recuperar o financiamento ou manter o financiamento que a gente tem hoje? Esse discurso... Aqui eu convoco o setor que as fazendas possuem, inclusive bastante motivado, chamado educação fiscal. Aqui é questão para educação fiscal, é entender que essas frases que a gente ouve no debate público de que "Ninguém aguenta mais pagar imposto" estão falando de quem? De um cara com salário mínimo? Realmente está muito... Se está falando de alguém que ganha muito? Não, não está pagando nada, é pouco solidário. Aliás, a ONU chama aqui de paraíso fiscal dos super-ricos.

Então não pode ter uma questão genérica de simplesmente você ficar tratando a solidariedade fiscal, a carga tributária, como se chama, de forma tão pouco educativa, como a gente tem tratado no debate público. A gente precisa melhorar a qualidade do debate público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ HORTA – ... e melhorar a forma de tributação e financiamento da coisa pública.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Essa campainha é muito sem educação, gente. Tem hora em que... (*Risos.*)

É um tema pouco enfrentado essa questão da tributação. O servidor público, quem faz o consumo paga muito, então realmente é um ponto que precisa ser enfrentado.

Eu passo a palavra para a Milene – não sei se ela está conosco ainda –, para suas considerações.

A SRA. MILENE DIAS CUNHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

A minha internet está um pouco instável, então peço desculpas caso caia.

Eu acredito que essa questão, tudo que foi discutido nesta tarde, é fundamental realmente para que a gente possa aprofundar o viés, a discussão em relação a isso.

Toda mudança, caso a reforma venha a ser aprovada tal como está, é claro que trará aí alguns impactos na atuação de todos os órgãos. E eu acredito que, nesse sentido, o que precisa ser discutido e até aprofundado posteriormente na regulamentação é uma necessidade de cooperação entre os órgãos.

Isso eu estou falando do ponto de vista do controle externo porque, para que a gente possa de fato exercer a fiscalização em relação à arrecadação desses tributos, a gente precisa de uma cooperação com os órgãos fazendários. Então, precisamos de transparência nas arrecadações e nos relatórios que são disponibilizados aos órgãos de controle externo, até para que a gente possa ter condições realmente de fazer estudos balizados, estudos adequados para poder municiar a alíquota de referência tal como está prevista na PEC.

Então, eu acredito que, diante disso, na regulamentação é preciso trabalhar também uma integração de todos os sistemas, para que as informações fluam em todos os setores, em todos os entes e Poderes, para que a gente possa realmente ter condições de ter relatórios completos em relação às informações necessárias. Não só em relação à arrecadação como também em relação às políticas de compensação e de renúncia que possam ser implementadas nessas searas todas de um modo geral.

Então, nesse viés, os tribunais de contas exercem papel fundamental para... (*Falha no áudio.*) ... processo de arrecadação, renúncia e implementação de políticas públicas. E acreditamos que podemos aí contribuir e aprofundar nesse debate, nos colocando aqui à disposição, tanto na tramitação dessa PEC como também nas demais propostas que possam surgir e que vão surgir com certeza na regulamentação de projetos de leis que surgirão em decorrência dessa própria PEC.

Então, eu quero agradecer e desejar uma boa tarde a todos vocês.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada. Eu agradeço a presença das instituições que se fizeram aqui representadas.

Hoje demos início às primeiras audiências públicas da Comissão da CAE que são de um grupo de trabalho tratando da reforma tributária. E, enfim, o debate se inicia. Eu acho que é muito interessante. Não pude tratar, mas gostaria de conversar um pouquinho depois sobre essa questão que foi mencionada sobre a questão do teto da tributação, porque existe hoje uma pressão muito grande em relação a essa questão, inclusive para a gente entender quais são os aspectos e qual a maior complicação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Carlos Viana e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Izalci Lucas e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Maria Luiza Süssekind Veríssimo Cinelli, Vice-Presidente Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); Luiz Fernandes Dourado, Diretor de Intercâmbio Institucional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); e Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos que aqui estão presentes no nosso plenário, que nos acompanham pela TV Senado e pelas redes sociais.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de maio de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada no dia 4 de maio. (*Pausa.*)

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O objetivo desta nossa reunião é debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, de minha autoria, que criou esta Subcomissão.

Nós vamos fazer, professores, sete audiências públicas – esta é a segunda. A primeira reunião nossa foi para a aprovação do plano de trabalho.

Convido, ou anuncio, porque já estão aqui sentados à mesa: o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede); e a Sra. Profa. Maria Luiza Veríssimo Cinelli, Vice-Presidente Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Na nossa reunião, nós teremos também a participação remota, por videoconferência – já está na nossa tela –, do Prof. Luiz Fernandes Dourado, Diretor de Intercâmbio Institucional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae). Informo também que foi convidado o Sr. Luiz Roberto Liza Curi, Presidente do Conselho Nacional de Educação, que não pôde comparecer.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, quero pactuar com os senhores, com a senhora e com o senhor, com o nosso Luiz Dourado, teremos dez minutos, que podem ser prorrogados por mais cinco. E, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos e às perguntas que vierem, que chegarem do e-Cidadania.

Eu peço desculpas por esse rigor no tempo, porque nós temos sessão com votação secreta hoje – no Plenário, não é? –, que já se iniciou, mas o deliberativo só começa às 16h.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra inicialmente para o Sr. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação. E, já neste momento, Prof. Ricardo, agradeço a sua presença e a sua atenção ao nosso convite.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde, Senadora Presidente Teresa Leitão – é um prazer estar aqui –, Profa. Maria Luiza. É uma honra para mim estar aqui representando o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação para tratar de um assunto tão caro a todos nós, que é o ensino médio.

Eu acabei de participar de um seminário, na Câmara dos Deputados, tratando da mesma matéria. Acho que o mundo educacional vive um pouco esse momento, cada um com uma visão distinta, mas eu vim aqui tentar trazer um pouco da visão dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação.

Para quem não sabe, os Conselhos Estaduais e o Conselho Distrital, em regra, são os órgãos normativos, recursais, consultivos, que tratam de educação nos sistemas estaduais e no sistema distrital de ensino. Então, nós estamos para os estados, dentro da razoabilidade, assim como o Conselho Nacional de Educação está para o sistema federal.

Então, com relação ao ensino médio, tivemos um papel preponderante, porque foi nos estados e também no Distrito Federal que foram aprovadas as diretrizes do ensino médio de cada um dos estados da Federação. E essa implementação se deu posteriormente a isso. Isso foi no fim de 2021, com exceção de um único estado que fez a aprovação em meio a 2022, e começamos a implementação.

Inicio já, sem nenhuma tentativa de polemizar, dizendo que a discussão do "revoga" ou "não revoga", para nós, é absolutamente ultrapassada. Acho que ela tem que ficar na Casa Legislativa. Se uma nova lei vai ser realizada, criada, isso fica no âmbito único e exclusivo do Congresso Nacional.

O que nós temos, efetivamente, é uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo Presidente da República, que se encontra em vigor, e cuja implementação já se deu em todos os estados da Federação. Dos 27 entes da Federação – Distrito Federal e 26 estados -, nós temos a implementação total em dois estados; a implementação no primeiro ano em mais dois estados; e, em 23 entes, estados e Distrito Federal, nós temos a implementação já no segundo ano do ensino médio. Então, é algo que não se encontra ainda no campo do futuro, já está sendo realizado agora, e essa é uma discussão premente.

Numa lógica muito pragmática e cartesiana, não consigo sinceramente, Senadora, Profa. Maria, vislumbrar uma mudança momentânea dessa norma agora, por força de todos os aspectos políticos e do esforço que foi feito pela rede pública e pela rede privada na implementação. É óbvio que nós temos desafios, é óbvio que houve uma mudança. Agora, era necessária essa mudança. Nós tínhamos um ensino médio que, por força dos resultados que encontramos no Pisa e dos resultados que encontramos no Saeb, não era satisfatório. Então, era necessária – e acredito ser necessária – essa mudança, essa implementação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já está sendo feita pelos Estados, e temos discussões das mais distintas. Talvez uma das mais prementes é com relação aos itinerários formativos.

E para mim foi uma grande surpresa, no sentido de uma alegre surpresa, ver, entre os itinerários, o itinerário da formação técnica e profissional. Nós temos um déficit, neste país, de mais de 500 mil vagas de técnicos; nós temos uma quantidade imensa de jovens que são formados no ensino médio sem nenhum tipo de perspectiva no mundo do trabalho. Num mundo ideal, num mundo que se encontra dentro dos nossos corações, o melhor seria que todas as crianças e adolescentes pudessem se dedicar integralmente aos estudos, que nenhum deles fosse arrimo de família, que todos eles tivessem três ou quatro alimentações diárias e um teto seguro para poder viver, mas esse não é o mundo ideal. Ao contrário de um mundo ideal, lamentavelmente nós temos adolescentes que terminam o ensino médio sem nenhum tipo de preparo para o mercado de trabalho e que são absolutamente iludidos – e faz parte da nossa formação – para achar que, um dia, serão médicos, serão engenheiros, serão advogados, com uma formação pífia que recebem, muitas vezes em escolas privadas e muitas vezes em escolas públicas.

Então, por força disso, como nós não temos vagas para todos aqueles que desejam realizar uma escola pública, porque não têm dinheiro para poder pagar uma universidade privada, vários deles se encontram num limbo, porque terminam o ensino médio e – com todo o respeito, eu vou falar – lamentavelmente, ainda neste país, se não tiverem boa aparência, nem vendedores de loja serão, porque essa é a realidade. Sem a qualificação, num mundo absolutamente globalizado, num mundo em que, hoje, nós temos a inteligência artificial batendo à nossa porta... Os professores não sabem o que fazer com Chat GPT. Nós não sabemos o que fazer com a evolução da tecnologia. As conexões neurais das crianças estão sendo modificadas pelo uso do celular com um ano de idade. Essa é a realidade a que nós devemos nos ater.

É óbvio que nenhum dos conselheiros estaduais e distrital bate palmas para que nós não tenhamos mais Geografia, não tenhamos mais História, não tenhamos mais Física ou Química – isso não é verdade. Agora, é necessário que nós comecemos a entregar um pouco do protagonismo ao estudante para que ele possa decidir qual o caminho que deve seguir, com orientação – essa eu acho que é uma das palavras fundamentais aqui.

Nós temos uma lei aprovada pelo Congresso Nacional em 2019, que deveria ter entrado plenamente em vigor em 2020, que trata da contratação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de ensino. Isso não aconteceu, Senadora! A quantidade de entes da República, de entes da Federação, sejam estados, sejam municípios, seja até mesmo a União, que têm psicólogos ou assistentes sociais nos seus quadros de profissionais dentro das escolas é ínfima. Deveria haver esse psicólogo lá para fazer a orientação vocacional, para fazer a interface entre a escola e talvez o mundo do trabalho, e ele não está lá.

As escolas privadas de alto nível, de alto custo podem ter o luxo de contratar esse profissional, porque a legislação não fala na contratação obrigatória pelas escolas privadas, fala na rede pública, e isso não vem acontecendo. Então, o melhor seria que esses alunos tivessem uma orientação vocacional, soubessem o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles podem e qual é o seu desejo no mundo profissional. Não é que nós iremos indicar o que esse aluno vai fazer – isso é uma falácia, uma utopia, não é um desejo de ninguém –, mas que ele possa conhecer sua plena potencialidade e saber qual é o seu desejo para que a gente possa encaixar os dois, e isso com orientação profissional.

Por força disso, a gente tem uma série de desafios.

O Foncede recebeu convite do Ministro Camilo para integrar um grupo de trabalho que foi oficializado na Portaria 399 e já está realizando esse trabalho junto com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, junto com o Conselho Nacional de Educação, junto com o Fórum Nacional de Educação. Webinários vêm sendo realizados, audiências vêm sendo realizadas. Já fizemos uma audiência com os integrantes do Conselho Nacional de Educação e faremos uma audiência na semana que vem com mais de 50 conselheiros estaduais de educação que virão a Brasília para que o MEC possa ouvi-los. E nisso aqui eu faço um parêntese, Senadora: é fundamental – e não é um ataque pessoal; muito pelo contrário, é um pleito, é um apelo – que o Ministério da Educação ouça e converse com os sistemas.

Um dos grandes equívocos da educação brasileira – e isso vem se repetindo governo após governo, ano após ano – é que o MEC acha que pode tudo. O MEC pode muito, e deve poder muito, mas os sistemas estaduais e os sistemas municipais devem ser respeitados, devem ser ouvidos. Então, não é possível... Hoje nós temos 97% dos alunos do ensino médio sob as asas dos sistemas estaduais de ensino. E nós temos uma quantidade ainda considerável de redes municipais que têm ensino médio. Então, 3% do ensino médio encontram-se na mão da União, que são as ilhas de excelência dos institutos federais, com professores ganhando uma remuneração devida, uma remuneração justa, mas que o resto do magistério não recebe.

Então, por força disso, por mais que eu deseje – porque eu sou professor de uma universidade federal, e eu desejo – que aquilo seja o parâmetro da educação brasileira, ele não é. E nós não temos a curto prazo pelo menos uma resposta sobre de onde virá esse investimento, porque nós temos desdobramento sobre o ensino médio, temos um problema seríssimo com relação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – ... e eu já me encaminho para o fim, à formação de professores. Nós precisamos investir na formação de professores e, por incrível que pareça, nós não somos ouvidos quando se trata, por exemplo, do magistério normal. Eu, que sou da educação – e aqui eles são da educação... Podem perguntar a qualquer professor um pouco mais antigo: onde você aprendeu a dar aula? Se ele fez o normal ou magistério, falará assim: "Eu aprendi no magistério normal. Eu tive complementação, eu tive aprimoramento acadêmico na academia, fazendo Pedagogia, mas eu aprendi no magistério normal". Então, há uma série de desdobramentos que, com o tempo necessário, se for possível, a gente está aqui para poder fazer.

Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – Então, para tentar finalizar, nós temos algo seríssimo, que é o investimento. Nós estamos discutindo agora, por exemplo, o piso salarial, o investimento...

E me desculpem a fala muito dura que eu vou realizar agora – e acabei de fazê-la também na Câmara: se temos problemas de corrupção neste país, é óbvio que também temos problemas de corrupção na esfera educacional. Um dos escaninhos que mais recebe dinheiro junto às prefeituras, aos governos estaduais e à União é a educação. Então, o apelo que eu faço aqui é que os órgãos de controle – o Ministério Público, o Tribunal de Contas – terminem com o "ai, ai, ai", essa é a verdade.

Então, nós recebemos, às vezes, informações – que permeiam o país inteiro – de gestores que não cumprem, por exemplo, o gasto constitucional com a educação e recebem recomendações de tribunais de contas. Desculpem-me: isso está equivocado. Tem previsão constitucional. Se não houve o gasto devido, tem que haver reprovação de contas. Mas isso vai se perpetuando época após época, ano após ano, e os gestores se acostumam com o fato de que não são devidamente punidos por não cumprir.

Então, nós gastamos muito em educação, ao contrário do que muita gente diz, mas também gastamos muito mal em educação. É necessário que se combata a malversação de dinheiro público na educação, no desvio de merenda, no desvio de material escolar, no desvio de livros didáticos. E aí, então, a gente vai poder falar, efetivamente, como se deve gastar o dinheiro da educação no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a intervenção do Sr. Ricardo Tonassi Souto, aqui representando o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e Distrital de Educação, ao tempo em que também anuncio a presença da Senadora Professora Dorinha Seabra, que é a Relatora da nossa Subcomissão.

Duas coisas, Prof. Ricardo... Posso chamá-lo agora de professor. O senhor fez Normal Médio, igual a mim. (*Risos.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – Na verdade, Senadora, não fiz. Minha mãe fez.

Eu sou do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, e tinha um movimento lá para acabar. Eu falei: no meu turno não, porque você vai criar problema com a minha mãe. Então, no Normal do Rio de Janeiro ninguém mexe por enquanto.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero destacar duas coisas. Primeiro, a necessidade de a gente sair da polarização que ocorreu na transição, e o que nós escrevemos no relatório está sendo cumprido. Tinha quem defendia o Revoga Nunca e quem defendia o Revoga Já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que ambos são movimentos, como muito bem disse o senhor. O movimento do Revoga não é capaz de dizer que revoga, porque são instrumentos que precisam ser feitos, como muito bem disse o senhor, nas Casas Legislativas.

Por isso que nós chamamos esta Subcomissão, porque virá para o Senado – espero que venha –, assim como para a Câmara dos Deputados, e é bom que a gente já esteja devidamente apropriada do que pode vir a ser e com bastantes condições de interferir no processo, que é o que o senhor reivindica e com o que concordamos: diálogo.

A gente está dialogando em todos os cantos sobre o ensino médio, no Parlamento, nos conselhos; o MEC criou o GT, fez a recomposição do Fórum Nacional de Educação...

Eu também boto muita fé de que o diálogo é um instrumento, Professora, capaz de a gente produzir elementos importantes, porque estão envolvidos a academia, o movimento social, o movimento sindical, os gestores de todos os níveis – nós já ouvimos, inclusive, na nossa primeira audiência pública, todos os gestores, não é? –, os órgãos normativos, e eu acho que o saldo vai ser bastante positivo.

Então, sem mais delongas, eu passo a palavra agora para a nossa próxima convidada, a Sra. Maria Luiza Süssekind Veríssimo Cinelli, Vice-Presidente Sudeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Quando a sineta toca, são os dez minutos iniciais. Em havendo necessidade, V. Sa. pode utilizar mais cinco.

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI (Para expor.) – Certamente vou precisar, Senadora. Muito obrigada.

Em nome das pessoas associadas da Anped, eu dou meu boa-tarde a todas, "todes" e todos presentes aqui e nos assistindo virtualmente.

Para nós da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, o nosso papel é estar aqui para o debate, para contribuir com o que as pesquisas têm a dizer sobre a situação do ensino médio e, sobretudo, para garantir que a gestão da educação seja democrática e que as pessoas que estão envolvidas nessa reforma sejam sujeitos dos direitos da educação que a reforma envolve, e não objetos do discurso dos direitos da educação.

Eu vou pedir para colocar a minha apresentação.

Eu tenho participado deste debate há algum tempo. Vou passar rapidamente, nem vou parar no meu currículo. Eu resolvi trazer uma metáfora. Eu trouxe uma apresentação bastante grande, tenho resultados de uma pesquisa que nós vimos fazendo sobre – entre aspas – "a implantação dessa reforma". Eu tenho a colaboração da Profa. Ana Cláudia Rodrigues da Silva, da Universidade Federal da Paraíba, e da Profa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Miriam Fábia Alves, da Universidade Federal de Goiás. E é, então, com muita felicidade que eu trago esse material.

Eu fui professora do ensino médio durante 12 anos. Eu sou pesquisadora do campo do currículo há 20 anos e tenho certeza de que é por isso que estou aqui representando meus pares, tentando contribuir para o debate.

Eu vou tentar argumentar, Senadora, que, neste momento da reforma, tentando fazer uma metáfora sertaneja, a gente está fazendo um movimento de negar as aparências, disfarçar as evidências, mas a gente não pode enganar o nosso coração.

O material que eu trago é extenso e está acessível e público a todo mundo, através desse QR *code*. Vou deixá-lo público para que todo mundo possa consultar e fazer uso.

Vou começar dizendo que a gente nega as aparências quando não enfrenta o real problema do ensino médio, que ainda é de acesso e permanência. Depois, vou lembrar que a gente está enfrentando uma questão seriíssima de desigualdade da rede, desigualdade local, regional e nacional, quando a gente trata do que é o ensino médio. Vou chegar à conclusão de que o que a gente está falando é de uma redução da educação disfarçada de flexibilização.

Depois, vou argumentar que as experiências internacionais nos levam a disfarçar as evidências do que foi e do porquê foi abandonado esse modelo de ensino médio tanto na África do Sul quanto nos Estados Unidos, lembrando que, segundo o ordenamento jurídico legal da educação, essa reforma pode ser considerada, inclusive, um ataque, uma afronta e um desvio do que foi a LDB, fazendo parte de um conjunto de ataques de desfinanciamento e desvirtuamento do que era o pacto da educação pública que veio da Constituição Federal de 1988 e da LDB de 1996 e que prevê, por exemplo, a organicidade da educação básica nos seus 12 anos, e não o seu fracionamento. E vou chegar a um ponto mais grave que é a questão das condições da oferta.

Nesse sentido, eu vou lembrar que esse novo ensino médio cria experiências, cria áreas de interdisciplinaridade, como a discussão do projeto de vida, que não existem na realidade. As disciplinas existem, algumas há milênios, outras há centenas de anos. E, sim, existem experiências, certamente, de interdisciplinariedade no velho ensino médio que devem ser conhecidas e ouvidas. Nesse sentido, falo do que é currículo. E sobre a questão do Rio de Janeiro vou tentar dar foco, se houver tempo. Vou terminar argumentando que é importante lembrar que uma reforma curricular pode ser imaginada em um gabinete, pode ser feita por uma MP, por um projeto de lei, mas a gente está falando de uma comunidade escolar de quase 40 milhões de pessoas quando a gente fala do Sistema Nacional de Educação, e é preciso ouvi-los.

Vou terminar defendendo, mas vou começar propositalmente defendendo que a constituição dos currículos tem que ser feita com as comunidades, nas comunidades, com atenção aos direitos humanos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com gestão democrática. E, por isso, começo lembrando das ocupações estudantis que começaram a questionar a importância de ouvir as comunidades escolares quando se fala do ensino médio.

O número de matrículas do ensino médio já vinha caindo antes da pandemia, e os estudos comparativos mostram definitivamente uma relação mais correta entre abandono do ensino médio e crise econômica, desigualdade educacional e insegurança alimentar do que por problema do currículo. Nesse sentido, quando a gente fala do ensino médio e olha o percentual de matrículas, a gente está falando de uma rede que é quase exclusivamente estadual e pública. Por isso, é aqui que temos que prestar atenção. E estamos falando de uma totalidade de escolas e municípios que traz algumas questões assustadoras.

Vamos a elas.

Quase metade dos municípios só tem uma escola, e, dessas 2.661 escolas que são únicas em seus municípios, 735 têm menos de 15 professores, tornando-se impossível realizar uma proposta de três, quatro, cinco itinerários, como vem sendo desenhado nos estados. A gente está falando de 27 currículos diferentes.

No caso do Rio de Janeiro, temos algumas particularidades interessantes. Quero chamar a atenção para ali: os estudantes que vão fazer terminalidade integral no ensino inovador vão aprender línguas, ensino religioso, laboratório e ciências; os estudantes que vão ser esportistas vão fazer treinamento físico e dupla carreira. E aí eu já pergunto: como a gente pode dizer que a gente está adequando ao mercado de trabalho quando a gente já pressupõe que alguns vão ser vulnerabilizados, precarizados, tendo que ter dupla carreira? Do que a gente está falando?

Mas vamos a dados importantes. Por exemplo, eu vou pular o Estado do Rio, porque eu sei que eu estou com pouco tempo, mas lá não temos nenhuma escola com menos de 15 docentes. Mas, na Paraíba, 46 municípios têm escolas que têm menos de 10 docentes e mais da metade dos municípios possui uma única escola. Nas Alagoas, a situação é mais grave ainda; quando a gente fala da Bahia, a gente tem municípios que têm uma única escola e ficam a cinco horas de Salvador,

É importante a gente lembrar que a gente está falando de um ensino médio que já traz dados graves de distorção; não idade-série, mas idade-série, gênero, classe, região. Então, já existem populações cujo acesso é negado, e é isso que a gente precisa enfrentar.

Quando a gente fala da ideia de que os currículos vão garantir a redução da desigualdade social e da desigualdade educacional, a gente está falando de uma projeção muito complicada. Nós do campo do currículo sabemos que temos que tomar cuidado com esse modelo de reforma que vincula unificação curricular, materiais didáticos e testes externos e formação de professores como se fosse uma mesa de quatro pezinhos, onde tudo que se cria no cotidiano escolar é visto como desimportante. É bom lembrar que essa reforma nasce de um contexto conservador de ataques, padronização, desfinanciamento, controle do trabalho docente, controle da escola, com muitos ataques e riscos, que eu também não vou aprofundar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe, por estudos longos, que é um grande equívoco político e epistemológico dividir planejadores e executores quando se planeja, quando se pensa uma reforma curricular. E a gente sabe que o controle do currículo tem uma série de implicações seriíssimas, como greve, aposentadoria precoce, mas sobretudo a produção do docente como incapaz e a produção da escola como ruim porque é impossível controlar o que se aprende. E é um ataque ainda mais grave à base da formação.

E eu chamo a atenção para as experiências como a da África do Sul, onde chegaram a ter 19 currículos. A gente no momento tem mais ou menos 27 e já parece que temos cerca de 1,6 mil optativas, Senadora.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI – Estamos falando certamente de uma bomba de desigualdade, em que o que interessa é que se abra mão das decisões curriculares nos locais exatamente onde os currículos acontecem.

É bom lembrar que os testes padronizados são defendidos por muitos, mas, dentro do campo teórico da educação, eles são largamente questionados. E nós temos vários documentos na ANPEd que levantam muitos motivos para que a gente possa questionar a situação do ensino médio, e um importante motivo é esse.

É importante lembrar que, quando a gente está numa sociedade democrática, a inversão da equação da LDB, que é feita pela reforma, sujeitando a reforma às condições locais, não é um bom caminho. Ao contrário, é importante que a reforma avalie as condições locais antes de qualquer outra coisa.

Por isso, eu estou aqui para defender que o novo, o velho, o tal ensino médio, o ensino médio possível, não o ideal, isso não existe quando a gente trata de pesquisa em educação, Senadora, que ele seja pactuado junto com o que a gente deseja no Plano Nacional de Educação. Que a construção do Sistema Nacional de Educação seja retomada, porque é importante lembrar que professores, comunidades escolares, trabalhadores da educação são intelectuais, são profissionais intelectuais e criam conhecimentos nos seus locais, nos seus territórios.

Os currículos planejados, prescritos, mesmo quando maravilhosos, democraticamente construídos e planejados, digamos o currículo que é o sapatinho da Cinderela, o sapatinho de cristal, mesmo ele é sempre muito menor do que o que se cria no território como experiência vivida. E a gente sabe muito bem o que acontece quando se tenta reduzir ou controlar a experiência vivida.

Então, antes que vocês me perguntem o que vem para o lugar do ensino médio: o que os professores já sabem fazer, o que eles vêm fazendo e sobretudo a nossa responsabilidade de pensar que essa reforma precisa ir às redes, ouvir as comunidades, saber dos professores, dos gestores o que está acontecendo, o que está sendo produzido, o que é bom disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu queria chamar a atenção para aquilo que todos concordamos quando chamamos a atenção para experiências internacionais que denominamos serem de sucesso. Os pesquisadores da educação mais à esquerda e mais à direita, defensores do *accountability*, sempre vão concordar, vamos todos sempre concordar que remuneração adequada, qualificação planejada e coordenada e um professor para cada escola é a maneira de fazer currículo com sucesso e com qualidade.

Portanto, é hora de fazer isso e, sobretudo, Senadora, tomar muito cuidado para que não haja choque entre o que vem sendo implantado e o Enem, porque o risco é essa bomba de desigualdade, é disso que a gente está falando. A gente também está falando da possibilidade de um projeto de nação, em que esportistas, gestores, cientistas não estudaram alguma coisa, história, português... E é bom a gente pensar nisso. A quem interessa essa reforma? Eu tenho muitos dados sobre os contextos de influência e quem já vem tomando conta dessas escolas. A gente tem escolas, por exemplo, que são entregues à Fundação Xuxa Meneghel, a Burger King. A gente questiona não o interesse de colaborar com a educação, mas quem faz os currículos, quem gere esses currículos. A Peugeot Citroën ou nós, a partir da gestão democrática da educação brasileira, em parceria com as universidades, com as redes, com todas as instâncias, inclusive com o terceiro setor, inclusive com o setor privado?

É importante chamar a atenção a quem vem influenciando então essas políticas de educação, quem vem defendendo isso, quem vem construindo como consenso essa ideia de que o novo ensino médio é uma filantropia e vai ser bom para todo mundo. Os gráficos que mostram a construção não ouviram alguns setores da sociedade, é aí que a gente está deixando de lado as vozes locais, as vozes das comunidades.

Quero terminar, então, dizendo que não vamos enganar nosso coração mais, não é? Quando a gente olha, por exemplo, para um dado como esse, da Pnad Covid, Senadora e todos presentes, a gente mostra que quem chegou ao ensino superior teve três vezes mais chance de sobreviver do que quem não estava na escola. Então, quando a gente fala da educação pública, laica, gratuita para todas, "todes" e todos, a gente precisa pensar primeiro no que é escolaridade, o que é educação pública, o que é qualidade social da educação, antes de pensar em testes externos, padronizados, que supostamente criam inclusive a visão de que a educação pública é ruim.

É importante lembrar que, para se produzir essa aliança nefasta entre burocracia e morte, para que aconteça o que está acontecendo neste momento na Terra Yanomami, a gente está falando de currículo, a gente está falando de falta de currículos preguiçosos, que não querem conhecer a diversidade, a história deste país e as dívidas históricas que nós temos. E é em nome disso que a gente lembra que o território escolar é o território de luta contra esses epistemicídios, de luta contra a misoginia, o racismo e de defesa desses direitos.

Nós fomos surpreendidos pelo conservadorismo, nós tivemos muitos golpes na educação, que esse cronograma aí mostra como foi um tsunâmi em cima da educação. E eu tenho chamado a atenção então para essa arrogância de alguns acharem que podem determinar o que vai acontecer no chão da escola. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente que trabalha com educação sabe que se produz muito mais riqueza e que é preciso, ao pensar o que se está fazendo, não cometer um imenso equívoco político, epistemológico e pedagógico.

Essas reformas ferem a LDB; ferem os direitos da população brasileira; ferem a autonomia docente garantida na LDB; ferem o direito ao uso de concepções pedagógicas plurais; ferem o princípio da equidade, optando por uma falsa igualdade, ao oferecer a todos a mesma coisa em condições desiguais; ferem o direito de aprender, porque não dialogam com os sujeitos individuais nos seus territórios; e, portanto, ferem o interesse público.

Eu agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, professora. Mesmo com a pressa, cumpriu rigorosamente o tempo estendido, não é? Agradeço as suas reflexões, sobretudo a que reivindica muito ouvir o chão da escola. Isso é o que nós estamos, também, muito preocupados em fazer.

Na primeira rodada, na primeira audiência pública, nós ouvimos do MEC, que esteve presente com três representações das suas secretarias diversas, essa mesma preocupação em relação ao Enem, uma justificativa que foi dada, inclusive, para a suspensão do cronograma para que a gente possa viabilizá-lo sem proporcionar mais desigualdades. Eu acho que essa é uma preocupação bastante pertinente.

Já dei a justificativa do Presidente do Conselho Nacional, que não pode comparecer.

Passo, então, a palavra, através de videoconferência, ao Prof. Luiz Fernandes Dourado, Diretor de Intercâmbio Institucional da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Ampae), também membro do Fórum Nacional de Educação.

Prof. Luiz Dourado, o senhor tem 10 minutos iniciais, havendo necessidade, mais 5 minutos de prorrogação.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Certamente utilizarei a prorrogação.

Boa tarde a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós não o estamos ouvindo bem. Deixe-me ajustar o som.

É aqui ou lá? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência.*) – Consegue me ouvir bem agora? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda não. (*Pausa.*)

Fale um pouquinho para a gente ver se ajustou.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência.*) – Boa tarde. Melhor agora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Melhorou um pouquinho, mas ainda não está muito...

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência.*) – Muito nítido.

Eu consigo ouvir bem vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Melhorou um pouquinho, mas pode ficar melhor.

Desligaram? Aqui já está no máximo? (*Pausa.*)

Aqui nós já botamos no máximo.

Veja aí no seu aparelho.

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência.*) – Aqui também está no máximo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pronto, agora está bom.

Sigamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Uma boa tarde a todos e todas!

Eu quero, inicialmente, agradecer à Senadora Teresa Leitão, Presidente da Subcomissão Temporária, o convite para participar desta sessão debatendo e avaliando o ensino médio no Brasil. Quero cumprimentar a Senadora Dorinha, Relatora desta Subcomissão, e também os demais Senadores e Senadores presentes. Quero cumprimentar também os convidados desta audiência, o Prof. Ricardo Tonassi Souto, a Prof. Maria Luiza Veríssimo Cinelli, da Anped, e saudar a equipe técnica e todos os que nos acompanham.

Quero dizer que a minha intervenção, também, busca trazer e recuperar estudos e pesquisas desenvolvidos por pesquisadores e apaeanos no campo educacional e também na interface da Anpae com outras entidades como Anped.

Fui bastante beneficiado pela exposição da Prof. Maria Luiza e aqui quero dizer que muitas dessas nossas entidades, hoje, compõem o Fórum Nacional de Educação que foi reconstituído democraticamente.

Entendo que é fundamental discutir o cenário dessas políticas de gestão, em particular sobre o ensino médio, avaliando os limites decorrentes da reforma do ensino médio e da materialização – o que muitos estudos sinalizam – fragmentada do chamado novo ensino médio.

Ressalto a importância de debates como este, e, nesse sentido, quero valorizar o esforço do Legislativo e também do Ministério da Educação, dos fóruns, do Fórum Nacional Popular de Educação, também do Fórum Nacional de Educação, que congrega o GT sobre o ensino médio, valorizando esses processos de consultas, audiências, diálogos, e, destacando, inclusive, este com o Parlamento, na medida em que são espaços que poderão, inclusive, resultar em medidas, inclusive legislativas, em direção à promoção de um ensino médio de qualidade e de inclusão dos jovens, de um real protagonismo estudantil.

Então, quero, como Anpae, que é a Associação Nacional de Política e Administração da Educação, sinalizar a nossa história e a nossa luta pelo exercício efetivo do direito à educação de qualidade para todos e todas ao longo da vida, alicerçado nos valores éticos da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da justiça social, visando à promoção da educação e de uma qualidade de vida, portanto, sustentável na educação e na sociedade.

Bom, os dados que Maria Luiza trouxe, de alguns deles eu lançaria mão, então, não farei uso deles, mas vou me ancorar nos dados já apresentados.

Quero dizer que a discussão sobre as políticas de gestão da educação tem sido objeto de vários estudos e pesquisas no cenário nacional e no internacional. Destaco que se trata de temáticas com várias perspectivas, concepções e cenários complexos em disputa. Isso diz respeito também ao ensino médio, aos diferentes interesses, sujeitos e atores e contextos institucionais que demarcam a temática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A discussão sobre tais políticas, as políticas de gestão da educação em geral e do ensino médio em particular, articula-se com processos mais amplos, sem se circunscrever à dinâmica intraescolar. Mas, nesse contexto, é fundamental não se negligenciar, nesse percurso, a real importância do papel social da educação e, sobretudo, das instituições educativas, das escolas e dos processos relativos a organização, cultura e gestão, intrínsecos a elas.

Portanto, destaco que é fundamental não se perder de vista que o processo educativo é mediado pelo contexto sociocultural, pelas condições em que se efetiva o processo de formação ensino-aprendizagem e desenvolvimento, mas também pelos aspectos organizacionais e, consequentemente, pela dinâmica com que se constrói o projeto político-pedagógico em que se materializam os processos de organização e de gestão da educação – espera-se que articulado à garantia do acesso e de formação de estudantes, com garantia de qualidade socialmente referenciada.

A educação básica no Brasil foi redimensionada pela Emenda Constitucional 59, na medida em que ela alargou a abrangência que antes era restrita ao ensino fundamental e passou a ser a educação de 4 a 17 anos. A despeito desse importante avanço constitucional, a universalização não se efetivou, a universalização da educação básica, ainda que fosse reforçada nas três primeiras metas do Plano Nacional de Educação em consonância com a Emenda Constitucional 59, de 2009.

Se considerarmos as diversas etapas e modalidades que compõem a educação básica em seu processo de universalização, certamente identificaríamos o ensino médio como um dos maiores desafios para as políticas de gestão da educação no Brasil. O ensino médio, ratifico, historicamente secundarizado ao longo da trajetória da educação brasileira, foi e é uma das etapas cujos processos de regulação e gestão quase sempre se efetivaram de maneira autocrática e com pouca ou nenhuma participação de estudantes, professores e especialistas. Esforços raros foram efetivados na linha de participação. Eu destacaria aqui, como um ponto alto dessa discussão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 2012) e também alguns programas destinados à sua materialização, como o Ensino Médio Inovador.

A despeito desses esforços de participação e de calorosos debates que se delinearam no cenário brasileiro, tivemos recuos históricos sem precedentes. Após o golpe de 2016, a discussão foi secundarizada em função de políticas e de concepções distintas que, desconsiderando o esforço histórico de buscar avanços no ensino médio, propuseram uma reforma de ensino médio sem garantir a discussão necessária. E, aqui, eu quero dizer que a Anpae é favorável à revogação do ensino médio, mas está aqui em uma perspectiva de construir alternativas, e, quando o faz, entende que nós já tínhamos avançado muito face àquele ensino médio tradicional, que nenhum de nós defende.

Posto esse reparo, quero dizer que o rolo compressor da reforma efetivou-se à revelia da participação, por meio da edição, pelo Governo Federal, da Medida Provisória 746, de 2016, que visava, em tese, instituir a política, a implementação das escolas de ensino médio integral e dava outras providências. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultado desse processo, que eu denomino excludente, a despeito de inúmeras manifestações e posições contrárias à MP, inclusive da Anpae, a reforma do ensino médio foi consubstanciada pela Lei 13.417, de 2017, alterando dispositivos da LDB, da Lei 11.494, de 1997, revogando a Lei 11.161, de 2005, e alterando o Decreto 5.452, e o Decreto 236, de 1967.

É importante situar que essa opção política optou por silenciar ou negligenciar diferentes vozes e proposições, com realce para a ausência de participação efetiva de estudantes, professores e especialistas das áreas. Ressalto, ainda, que todo esse cenário não pode também desconsiderar os esforços que foram desencadeados pelos poderes públicos estaduais e distrital.

Bom, ao adotar tal política excludente, o Governo Federal, principalmente, ignorou uma premissa básica para a materialização das políticas de gestão para o ensino médio. Ou seja, ao ignorar que a análise sobre os desafios para as políticas de gestão do ensino médio deveria envolver a reflexão sobre os embates, as concepções, a histórica inter-relação esfera pública e privada, as questões relativas a acesso e permanência social, e, sobretudo, a dívida histórica do Estado brasileiro com a democratização desse nível de ensino, o Governo optou por instituir uma reforma governamental, longe, portanto, de ser uma reforma de Estado, sem lastro e sem legitimidade, desconsiderando processos exitosos em curso, que são, a todo momento, secundarizados.

Bom, poderíamos continuar fazendo essas sinalizações, mas, em função do tempo, vou dizer que essa visão, que eu considero excludente e autoritária da reforma, ignorou muitos movimentos que estavam em curso, como as próprias diretrizes curriculares nacionais, que estavam em fase de implementação, Programa Ensino Médio Inovador, inclusive experiências de estados, além das experiências dos colégios de aplicação das universidades federais e dos institutos federais, secundarizando, em muitos casos, um conjunto de processos que poderiam auxiliar nesse avanço.

Para fins didáticos, quero situar que a reforma do ensino médio e a sua materialização fragmentada, entre outros, configurou-se como uma reforma centrada no currículo, que ignorou o diálogo federativo; uma reforma que secundarizou dimensões estruturantes, como infraestrutura física e pedagógica, formação de professores, planejamento e contratação de docentes. Uma resposta que, a despeito de ampliar a carga horária, paradoxalmente reduziu a carga horária da formação básica com diminuição de horas-aulas e, em muitos casos, com exclusão de disciplinas tradicionais, sobretudo, na área de humanidade.

Uma reforma que advoga a flexibilização curricular, sem delineamento de uma proposta pedagógica. Uma reforma que naturaliza a dicotomia ensino propedêutico e profissional sem contemplar a garantia de processos articulados. Uma reforma que sinaliza para a ampliação da jornada escolar sem definição de padrões de qualidade e negligenciando, entre outros, o estudante trabalhador, bem como a especificidades das modalidades educativas.

Uma reforma que não contempla o desenvolvimento pleno do estudante conforme preconiza a Constituição Federal e um conjunto de outros dispositivos. Uma reforma, portanto, que não contribuiu para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a garantia da unidade nacional articulada à diversidade. Uma reforma que apresenta diferentes níveis de implementação sem a garantia de apoio e articulação pelo próprio MEC.

Uma reforma que contribuiu e contribui para desvalorizar e desregulamentar a profissão docente com a adoção, entre outros, indiscriminada da figura do notório saber.

Uma reforma que flexibiliza o uso da educação à distância na educação básica e consequentemente no ensino médio. Uma reforma que sinaliza novas demandas sem um minucioso estudo analítico que produzisse proposições no tocante à infraestrutura, à formação, à alimentação escolar, às políticas de transporte entre outros.

Uma reforma que atua no sentido, dada a sua capilaridade de materialização absolutamente assimétrica, de ampliar a desigualdade entre escola pública e escola privada. Uma reforma que desconsidera a realidade de boa parte dos municípios, como apresentou a Maria Luiza, onde há apenas uma escola de ensino médio, ao propor e também não garantir os itinerários formativos.

Por fim, uma reforma, ao meu ver, que se desresponsabiliza de garantir condições para estimular o efetivo protagonismo juvenil, um dos princípios sinalizados e publicizados para legitimar essa reforma.

Então, penso que o cenário atual – agora vou fazer sinalizações – coloca uma grande questão: que concepções e proposições defendemos para garantir o ensino médio de qualidade para todos, num cenário de disputas de projetos que considero irreconciliáveis para essa etapa da educação básica?

É de se ressaltar os movimentos do MEC após as manifestações sociais, incluindo as manifestações estudantis, que avançam ao sinalizar a retomada do diálogo, a despeito de alguns limites metodológicos e político-pedagógicos de alguns instrumentos de consumo.

Mas sinalizo que é preciso avançar para além do instituído, e isso não significa, como dizem alguns defensores da reforma, a volta ao ensino médio fragmentado e disciplinar.

Nós já estávamos vivendo em várias unidades da federação uma outra proposição de ensino médio. Então, não é justo com aqueles que advogam as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio dizer que a proposição da revogação está em contraposição a avançar no ensino médio. Queremos isso e não estamos aqui defendendo a volta ao ensino médio fragmentado e disciplinar.

A posição da Anpae de vários interlocutores no campo educacional é defender a revogação da reforma do ensino médio bem como propor a construção de uma política nacional para essa etapa da educação básica, que seja articulada às modalidades educativas e ao conjunto da educação básica por meio de ampla participação, visando a construção de política formativa histórico–crítica, que garanta uma articulação consistente entre formação geral e profissional e seus desdobramentos, não apenas no mundo do trabalho, mas no mundo do trabalho, da cidadania, da formação técnica universitária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso, nesse contexto, considerar avanços regulatórios, como as diretrizes, recuperar experiências bem avaliadas pelos estados e municípios, algumas delas decorrentes do ensino médio inovador, entre outros.

De igual modo, é preciso compreender e recuperar propostas pedagógicas e experiências exitosas no campo da formação. Temos aí escolas de aplicação, os institutos federais, muitas redes estaduais, numa perspectiva de contribuir com a construção de uma política de estado para o ensino médio que expresse os preceitos constitucionais, especialmente aqueles presentes nos arts. 205 e 206 da Constituição Federal.

Nesse cenário, entendemos que uma política nacional de estado para o ensino médio deve ser ampla e articulada aos preceitos institucionais e, logo, não pode ser centrada somente no currículo. Essa política deve ser construída com ampla participação, envolvendo o estabelecimento de espaços tripartites, visando ao efetivo diálogo federativo, mas assegurando também a participação de estudantes, professores, especialistas e gestores.

Essa política deve garantir projetos formativos históricos críticos que possibilitem a formação integral do estudante, por meio da garantia de uma formação que é crítica, ética, estética, política e pedagógica e estejam articulados aí ao desenvolvimento da autonomia intelectual, à compreensão dos fundamentos científicos, técnicos e tecnológicos, prevendo a necessidade imperiosa de articulação à parte diversificada, contribuindo assim para a compreensão e transformação da natureza e da sociedade.

Tenho ainda mais três pontos.

Essa reforma política deve considerar as dimensões estruturantes das instituições educativas, infraestrutura física e pedagógica, formação de professores, contratação de docentes, gestão democrática, protagonismo estudantil, entre outros; assegurar carga horária compatível com a formação básica e suas áreas de conhecimento, bem como prover flexibilização curricular, articulada ao projeto formativo político e informativo, que supere a dicotômica relação ensino propedêutico e ensino profissional; prover as condições para a efetivação da educação de tempo integral, articular as garantias de padrões de qualidade, nunca negligenciando as especificidades das modalidades educativas e do estudante trabalhador, ao mesmo tempo em que garanta políticas de acesso e permanência e apoio estudantil.

É buscar superar a histórica desigualdade escola pública x escola privada, sobretudo por meio de apoio técnico e financeiro às instituições públicas; contribuir para a efetiva participação dos estudantes e para o seu protagonismo, não apenas para discurso do protagonismo juvenil; garantir ensino médio regular noturno, com projeto pedagógico adequado às condições dos trabalhadores. De igual modo, materializar as respectivas diretrizes e normas nacionais à educação especial, à educação do campo, à educação escolar indígena, à educação quilombola; à educação a pessoas em regime de internação e privação de liberdade.

Finalmente, uma política de Estado para o ensino médio deve se efetivar com a coordenação nacional do MEC em articulação com os entes federados, respeitando as suas respectivas autonomias, direcionada e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

visando à garantia do desenvolvimento pleno do estudante, superando o cenário atual de fragmentação. E para isso é fundamental buscar pactuar uma unidade nacional, unidade essa que não desconsidera a diversidade.

Tal formação básica e diversificada deverá se efetivar por meio de uma abordagem histórico-crítica e cidadã aliada a projetos de formação político-pedagógicos consistentes, que sejam expressão da articulação entre as dimensões da cidadania, do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura. Nesse sentindo, faz-se necessário nos debruçarmos sobre essas questões, e agora, considerando inclusive a tramitação de um PL no Congresso Nacional, desenvolver estudos no sentido de avançar na discussão do ensino médio.

Eu vou parando por aqui. Teria alguns apontamentos, mas em função do tempo, agradeço.

Em última análise, a proposição aqui da Anpae é que possamos avançar na construção de uma política de Estado para o ensino médio rompendo o dualismo estrutural entre formação propedêutica e formação profissional, e contribuindo efetivamente para um real protagonismo juvenil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Nós que agradecemos, professor. Se puder mandar o texto...

Está um eco, não está?

Nós agradecemos, Prof. Luiz Dourado. Se puder mandar o texto para nós, é importante. Quero destacar que esse aspecto final da sua fala tem sido reiteradamente colocado aqui. Vários convidados nos colocaram, Senadora Dorinha, a questão da carga horária, porque há um limite, atualmente, para a base – assim chamada –, um teto; e, ao mesmo tempo, como essa carga horária vai dialogar, no novo ensino médio, nas possíveis alterações, com a proposta recentemente lançada da extensão da jornada, com vistas à educação integral. Considerações sobre o ensino noturno, quilombola e indígena sempre estão sendo feitas por vários dos nossos convidados e convidadas, como a gente pode incluir isso nas nossas discussões e nas nossas deliberações.

Sobre o PL do qual o nosso professor falou, é de autoria de um grupo de Parlamentares, Deputados Federais. Foi inscrito, se não me engano, ontem, por Deputados da Federação Rede/PSOL para tramitação. A única notícia que nós temos é que ele já está depositado conforme as regras regimentais da Câmara dos Deputados.

Então, antes de a gente fazer as perguntas do e-Cidadania, claro, eu vou inicialmente passar a palavra para a nossa Senadora Relatora, a Professora Dorinha, e demais Senadores que porventura queiram se inscrever, para, em seguida, lançar as perguntas do e-Cidadania. Senadora Professora Dorinha, Relatora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Agradeço aos nossos convidados aqui presentes, ao Prof. Luiz Dourado, que foi meu professor, inclusive.

Eu começo sempre lamentando a ausência dos colegas, porque é um tema extramente caro. É necessário o debate. Nós temos aqui ainda um debate bastante acirrado de Senadores. Alguns acompanharam o desenho, a proposta da reforma. O desafio é colocado porque os sistemas se organizaram ou não se organizaram devidamente, alguns estados mais, outros menos. Quanto à própria produção de material didático, de livro didático, pelo próprio fluxo que nós temos em relação à produção dos livros didáticos, lógico, alguns movimentos foram feitos nos estados. Obviamente, estou falando dos estados porque a maioria da oferta do ensino médio é coordenada pelos estados. E o próprio Consed tem discutido o tema.

Eu tive oportunidade de ser Presidente do Consed há algum tempo.

Eu fiz parte de uma Comissão, em que eu acho que ficamos debatendo a reforma do ensino médio cerca de mais de dois anos na Câmara. E a gente não conseguiu avançar em votar um relatório. No meio disso, houve a apresentação da medida provisória. E todo desenho de uma reforma na natureza do ensino médio, numa medida provisória, sempre é muito ruim em virtude do tempo de maturação do debate, apesar da Comissão. Eu participava dessa Comissão na Câmara, de muitas reuniões, de audiências públicas.

Não é simples. O ensino médio é uma das etapas com maior desafio na educação básica e também na educação como um todo. Não é esse um fim. A gente não faz bolo nem asfalto, em que bastou colocar as misturas certas que tem um caminho. A gente tem uma série de construções.

Eu sou do Tocantins. A grande maioria das nossas cidades têm escola única. Em alguns casos, é a única escola que oferece; ou, então, é uma escola compartilhada, fundamental e ensino médio. E a gente acaba sempre...

Eu gostaria de ouvir.

A minha preocupação é, primeiro, nós somos muito procurados pelos secretários estaduais. E houve até uma manifestação tanto da Secretaria de Educação Básica do MEC quanto do próprio Ministro de que a reforma seria mantida.

E a reforma, de verdade, não foi revogada, até porque ela é fruto de uma legislação. E ela precisa ter um outro formato de revogação.

Ao mesmo tempo, acerca de alguns elementos do que está construído, estados e municípios se organizaram dentro desse processo de formação, principalmente estados e instituições. Eu acho que o debate é necessário, até porque a própria BNCC está em processo de implementação. Eu fui responsável, na época, pela emenda que colocou no texto a proposta da BNCC, que é um processo em construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Haverá o ponto de entender: é preciso de uma nova reforma do ensino médio? A BNCC, com as suas diretrizes, e o espaço que é dado para cada sistema e para cada escola, podem dar conta? Que tipo de apoio técnico nós podemos contar no Ministério da Educação? De verdade, os sistemas ficaram numa situação de abandono em termos de formação de professores. A própria BNCC estava num processo de implementação e sofreu muito com a ausência dessa oferta de formação.

E eu coloco a questão de todo o material de suporte, livros didáticos, materiais que precisam ser colocados.

Então, a minha pergunta é se houve algum tipo de avanço no âmbito do Foncede, porque os conselhos estaduais trabalham nas regulamentações. Se tem algum documento produzido em relação à audiência, em relação aos estados, como é que os estados caminharam, quem caminhou, quem não caminhou, que tipo de desenho. Acho que tem elementos importantes, na época a gente ouviu muitas experiências apresentadas por institutos federais, por outras escolas que estavam lidando com o novo formato. Mas não é só mexer em carga horária, criar disciplina, tirar disciplina; a discussão, o desafio do ensino médio é muito mais amplo, com uma articulação com muito trabalho, a questão da cidadania, a questão da formação de professores, a gestão democrática e a estrutura das escolas, então saber se tem algum avanço em relação à posição do dado, do processo que foi colocado gradual para implantação, então se houve algum tipo de acompanhamento do Foncede, se vocês têm dados.

Tanto para a Anped quanto para a Anpae, que colocam elementos, acho que nós não discutimos os pontos que foram colocados, mas saber se houve algum avanço em relação também a esse debate com os sistemas, com as universidades, com as instituições que atuam na formação dos professores. Acho que com a grande maioria dos princípios colocados tanto aqui pelo Prof. Luiz Dourado quanto pela Profa. Maria Luiza nós concordamos plenamente, a necessidade de enxergar de que trajetória nós estamos falando, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo a dificuldade dos sistemas que não têm tradição na formação profissional. O que quer dizer esse quinto itinerário e qual o número de maturação que ele consegue dar? Nós estamos voltando a um desenho da 5.692, com a ideia de formação que vai ser anunciada sem ser entregue, o que é muito grave porque nós temos realmente...

E aí eu reforço um ponto: nós temos um enorme desafio, o número de alunos no ensino médio tem caído não só pela questão demográfica, existe uma falta de interesse e também de diálogo entre a escola e os jovens. Em que medida a gente pode avançar em relação a essa construção? E, de igual forma, se a Anped e a Anpae têm participado desse... Tem elementos, lógico que a gente não vai esgotar hoje, mas, se houver alguma produção de texto, material, reflexão que possa ser enviado para acesso e nosso debate.

Logicamente, a Subcomissão, quando foi proposta pela Senadora Teresa Leitão, a gente não tinha nem parte do desenho que nós temos hoje em relação a questionamento, mas sim o grande incômodo e a necessidade de debate com os sistemas. Inclusive não precisa ter um caixote: nós estamos agora nesse caminho; há liberdade inclusive de ação dos sistemas das escolas, cada estado é autônomo. Nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regras diretivas e até onde elas podem ser revistas para não encaixotar nenhum estado e, ao mesmo tempo, sempre respeitando o que a gente tem de definição da própria BNCC, que tem um propósito de também guardar uma unidade, porque, na minha leitura, no Brasil, a gente avançou primeiro nas avaliações, na cobrança dos sistemas, sem avançar muito nas condições estruturais e de funcionamento das escolas. A gente cobra um aprendizado e um resultado num modelo de avaliação em que a maturação da própria BNCC ou de currículo vem muito depois, ainda está em processo de implantação.

Então, quero agradecer e me colocar à disposição para esse debate.

Queria pedir para ligar o ar porque agora a gente já ouviu o Luiz, não é? Acho que nós podemos...

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É verdade, Senadora. Muita obrigada pela sua intervenção.

Só quero esclarecer que todas as audiências estão sendo degravadas, até para facilitar o trabalho da relatoria, e nós temos uma consultora designada para nos acompanhar, a Issana. Ela hoje não veio porque está de licença médica, mas a gente pode contar com ela.

E a gente sempre está pedindo também aos convidados que estão apresentando documentos, Professora, que deixem os documentos também para consulta, que é uma das ações aprovadas pelo nosso plano de trabalho, consulta a documentos, consulta a pesquisas. E isso que a Senadora disse, conhecer as experiências exitosas *in loco*, conhecer as experiências que apresentam grau maior de dificuldade, apesar do esforço estadual – todos nós estamos ressaltando isso. A falta de uma coordenação federativa central não inibiu os estados, até porque tinham que fazer. Fizeram dentro das suas perspectivas, dentro das suas condições, mas fizeram. Então, essa análise e essa avaliação de experiências têm sido também muito citadas por todos nós e agora reforçada pela nossa Relatora.

Eu quero justificar – esqueci de fazê-lo – a ausência do Senador Izalci porque ele está em outra audiência desta Comissão de Educação mesmo, sobre educação inclusiva.

E antes de passar para os nossos convidados, vou fazer a leitura do que nos chegou pelo e-Cidadania, dois comentários.

Josianne Pantoja, do Amazonas: "Creio que o governo precisa ser mais rígido com os jovens no ensino, pois eles precisam entender de fato a importância dos estudos".

E Célia Regina, do Paraná: "[Na teoria] O ensino médio inovador [...] é muito relevante e as propostas são muito boas, mas é necessário cobrar mais a participação dos alunos".

E as perguntas, algumas delas até já respondidas na exposição inicial. Então, os nossos três palestrantes podem ficar à vontade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eduardo Witter, de Goiás: "Como ficará o ensino médio após a suspensão do novo ensino médio?".

Natacha Neukirchen, do Rio Grande do Sul: "Quais decisões estão sendo tomadas pensando realmente no aluno e na sua qualidade de ensino? Quais são os fundamentos em que se baseiam?".

Lucineide Alessandra, do Distrito Federal: "Em 2015 apresentou-se a primeira versão da BNCC [Base Nacional Comum Curricular]. Contribuições de congressos, seminário, debates levaram à versão atual. Por que não a implementar?".

Marcos Vinicius, do Rio de Janeiro: "Quais os principais pontos positivos e negativos do novo ensino médio?".

Então, vou fazer a devolução, inicialmente com cinco minutos, diante daquela nossa necessidade que eu expliquei, Senadora Dorinha, de que temos votação secreta hoje no Plenário, que se inicia logo mais, às 16h, mas sem pressão. O tempo é marcado, mas dentro do possível. Está certo?

Então, eu volto a palavra para o Prof. Ricardo Tonassi Souto, Presidente do Foncede.

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Vou tentar começar pelos questionamentos da Senadora Dorinha, que pergunta se temos pesquisas ou elementos ou dados sobre como vem ocorrendo a implementação no Brasil. O Foncede não os possui, porque nós não tratamos diretamente da implementação, mas posso dizer das informações que recebi junto ao Consed. Dos 27 estados, 23 encontram-se na implementação no segundo ano, 2 encontram-se na implementação no primeiro ano, e 2 já fizeram a implementação no terceiro ano, completa. Então todos os estados iniciaram a implementação.

Todos os estados, com exceção da Bahia, fizeram a aprovação das suas diretrizes ao final de 2021, respeitando o que determinava a lei que modifica a LDB. A Bahia fez em meados de 2022, com um entendimento peculiar do conselho estadual de lá.

Então, nós temos a implementação absolutamente em curso, com todos os percalços que uma implementação desse nível tem.

Eu acho... Aqui nem foi mencionado, mas em vários fóruns de discussão se faz uma crítica muito contundente e acertada de terminologias absolutamente descabidas, como "como realizar um brigadeiro *gourmet*", "como fazer um boneco de palha". Eu acho isso, primeiro, um desacerto de quem propõe, se não contextualiza. Então, por exemplo, o Presidente do Consed, o Secretário Vitor, deu um exemplo do que ocorreu no Espírito Santo, de uma dessas disciplinas eletivas, porque costumeiramente o são, que falava do café. Ele falou assim, isso é o quê? É para aprender a fazer café? Não, é para ensinar as crianças a importância do café na economia regional, a *commodity* internacional que é o café. Então, assim, a terminologia solta, sem contextualização, parece que é algo absolutamente banal, que estamos gastando tempo dos profissionais e das crianças com algo que não deveria ser ensinado ou tratado ali.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É óbvio que existem exageros, eles devem ser corrigidos. Por isso, as secretarias de educação devem estar sempre presentes para saber o que está sendo apresentado aos seus alunos, mas fundamentalmente nós defendemos que o protagonismo esteja também na mão dos alunos. Que eles possam, dentro de um limite do razoável, escolher o que pretendem estudar. Então essa é uma defesa que o Foncede também faz.

Nós, quando crianças ou adolescentes – eu me refiro a nós de uma maneira geral –, sempre nos questionamos: "Para que é que eu vou aprender química se eu quero ser advogado?". Isso sempre existiu e sempre haverá. E por isso existe a formação geral básica naquele primeiro ano, em que você vai ter acesso a todas as disciplinas, e não que não vai ser ensinado, mas vai ser ensinado numa densidade menor, não é?

E aqui é necessário fazer também uma divisão. Muitas vezes, o ensino médio avança para a graduação. Eu, quando ensino matemática, ou quando se ensina matemática no ensino médio, não temos a pretensão de formar um matemático. Isso deve ser cabido a um curso de graduação. Dentro do ensino médio, são as bases, os elementos da ciência que devem ser apresentados aos alunos.

Então, quando foi mencionado aqui, pela Senadora Teresa, o projeto de lei que foi interposto ontem, é só para lembrar que todos os ataques... Acho razoável a discussão acadêmica respeitosa, o ataque às ideias, mas quero lembrar que a Câmara dos Deputados aprovou com mais do que o dobro de votos esse ensino médio que se encontra em vigor, e o Senado da República aprovou com mais de três vezes a quantidade de votos contrários. Então foi absolutamente democrático.

Se essa foi uma escolha acertada ou não, é o futuro que vai dizer, mas a gente não consegue fazer, pelo menos eu não consigo fazer exercícios de futurologia. A gente consegue olhar para trás e ver o que não funcionou, consegue olhar para experimentos em outros países, mas sempre...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO TONASSI SOUTO – ... e aqui caminho já para o meu minuto final, mas sempre respeitando as peculiaridades do país.

Eu, quando fui sugerir a quantidade de audiências junto ao grupo do MEC, sugeri 27 audiências, no mínimo, uma em cada estado da Federação e uma no Distrito Federal, por uma razão muito simples, Senadora Teresa, Senadora Professora Dorinha: nós temos sistemas absolutamente peculiares. O Estado de V. Exa. é um dos mais jovens da Federação, o Estado do Amazonas é o maior estado em dimensão territorial, o Estado do Rio de Janeiro tem áreas conflagradas pelo tráfico e pela milícia, o Estado de São Paulo possui um sistema com a maior quantidade de discentes do país, Roraima tem a maior quantidade de discentes indígenas.

Então, num olhar do Foncede, precisaríamos discutir... Já que tanto foi dito que o MEC não foi um farol para os demais, que fosse nesse momento. Não foi possível e, por força disso, estamos realizando audiências, por parte do MEC, obviamente – sempre lembrando que somos convidados nessa portaria –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com cada um desses órgãos, Foncede, Consed, FNE e o Conselho Nacional de Educação, para que possam ser ouvidos e que esses ensinamentos, que esses debates possam ser levados a ponto dessa configuração do que é melhor e do que precisa ser ajeitado. Isso é fato. Acho que existe um consenso quando se sai da discussão de um ensino médio que não é esse que se encontra aqui, é um ensino médio pensado por muitos, mas precisamos melhorá-lo, isso é fato, isso, como tudo na vida, precisa ser melhorado, mas o que temos hoje para trabalharmos é o ensino médio aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República.

Perdão, e com relação... Respondendo só à primeira: como ficará o ensino médio se houver a revogação? Ou vai haver uma previsão de repristinação, porque no direito brasileiro não ocorre, ou seja, quando se revoga uma lei, não vai voltar ao que era antes, salvo se a própria lei assim determinar. Então, ou vai haver um vácuo – eu não acredito absolutamente nisso, sequer acredito numa revogação... Mas, nós temos a possibilidade de o projeto ser aprovado e de termos esse ensino médio proposto agora.

Lembrando: o processo legislativo é um processo diferente do que tramita nos nossos corações. Muitas vezes, desejamos mudanças para o dia de ontem. É necessário debate, discussão, aprimoramento, lembrando sempre: muito foi investido nesse ensino médio que hoje se encontra, seja por parte do dinheiro público, seja por parte do dinheiro privado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Permita–me uma observação para defender meus colegas Deputados Federais à época? Foi feito um projeto de decreto legislativo, assinado por vários Deputados, contra a aprovação da maioria, porque na democracia a maioria ganha no voto, mas à minoria também é permitido se manifestar. Então, foi feito esse projeto, só que esse projeto não tramitou.

Em relação ao que virá, eu digo sempre, Professora Dorinha, nos versos de Drummond, já disse isso na reunião passada: as leis não são tudo, porque "Os lírios não nascem da lei". Então, a gente vai ter que buscar lírios para enfeitar essa nova lei.

Eu acredito que possa vir uma nova lei, ou esta atual ser alterada por outras normas, que não legislativas, do ponto de vista de passar pelo Congresso, mas, pelo menos, de autoria da alçada do Poder Executivo.

Tudo isso, Professor, virá do debate. Eu acho que essa reivindicação que todos fazem pelo debate é a melhor que tem, porque ele está ocorrendo.

Tudo isso que é levantado pelo Foncede tem base na realidade, sobretudo dos órgãos normativos, e será levado em consideração, mas, realmente, a gente tem que pegar as experiências de cada estado ou de todos os estados para poder fazer uma síntese que emane, de fato, do debate.

Muito obrigada por me ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora a palavra para a Profa. Maria Luiza, por cinco minutos.

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Senadora Professora Dorinha, é um prazer ouvi-la. Eu concordo com sua explanação – e por ela agradeço –, sua contextualização sobre a questão que discutimos.

Eu gostaria de colocar que toda reforma educacional, toda política educacional, por melhor que seja, digamos a melhor política educacional, ao ser pensada, sempre vai incidir numa comunidade escolar e num corpo de professores e trabalhadores da educação que, provavelmente, foram formados em outros contextos e referências. Daí o fato de nós do campo do currículo e das políticas educacionais sermos sempre enfáticos na necessidade de que essas políticas sejam construídas com esses sujeitos que vão, de fato, colocar essas políticas em prática nos seus contextos de prática. Quando a gente usa a palavra implementação para se referir a currículos ou políticas educacionais, a gente corre o risco de simplificar um processo que é um processo humano – como você mesma colocou –, cujos resultados são, muitas vezes, intangíveis e de longo, médio prazo.

Então, é muito importante pensar que o tempo da política na Casa Legislativa, no contexto legislativo, às vezes é muito diferente do tempo de uma política educacional e, principalmente, de uma política curricular.

Eu acho que é nesse sentido que é importante a gente lembrar que ainda, neste país, estamos falando de uma maioria de professores que foram formados em instituições privadas, cujo desempenho e avaliação não apontam para instituições de grande qualidade na formação. Então, precisamos, quando falamos de reformas curriculares e de qualidade da educação pública, mais uma vez, precisamos pensar no Sistema Nacional de Educação, que se compõe da educação infantil, da creche à pós-graduação, e aí, sim, pensar no papel das universidades, dos institutos federais de formação inicial e continuada e permanente, porque, se somos redes de educação, estamos aí para funcionarmos em conjunto. E, para isso, temos uma série de estudos que mostram iniciativas de grande sucesso. Por exemplo, como o Pibid, política de amplo sucesso de qualificação docente para atuação no cotidiano escolar.

Então, temos, sim... No âmbito da ANPEd, estamos fazendo um grande recolhimento de artigos qualificados, de materiais discutidos, ao longo dos anos, nas nossas reuniões para encaminhar a esta Comissão. Agradeço, mais uma vez, por essa oportunidade. Estamos realizando cinco seminários também, presenciais e transmitidos ao vivo, em parceria com o MEC, o que nos felicita por duas razões. Primeiro, porque o papel da ANPEd, como o papel da Anpae, é contribuir com o debate. É problematizar, analisar, trazer dados científicos e, desse modo, contribuir.

Não temos uma reforma. Não temos um modelo de currículo. Não somos governo. Temos grandes contribuições, do alto dos nossos quarenta e poucos anos. A ANPEd é uma jovem senhora, a entidade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

então temos bastante relevância. E o campo do currículo, particularmente no Brasil, é um campo respeitado no mundo inteiro e nós pesquisadores do currículo queremos, sim, ser ouvidos.

Queremos lembrar que é impossível controlar os resultados do que se aprende, dado esse que faz com que a gente precise, como a própria Senadora colocou, avançar muito não só na questão das avaliações, mas também em todos os outros contextos que tocam a escola.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LUIZA SÜSSEKIND VERÍSSIMO CINELLI – Nesse sentido, eu gostaria só de terminar chamando a atenção ao seguinte: é bom lembrar que, no meio dessa implantação de uma política, nós fomos atravessados por uma pandemia, uma tragédia mundial, que teve repercussões particulares no Brasil. É preciso lembrar que nossos dados de diagnóstico – a melhor política precisa de diagnóstico – são ruins desde 2019. Temos dificuldade com dados, com coleta, com armazenamento e tabulação. Então, é muito importante reconhecer isso quando falamos da educação, como é importante reconhecer os contextos locais e a gente se perguntar por que o ensino religioso passou a fazer parte do ensino médio no Rio de Janeiro, numa cidade onde 27% dos jovens deixa de ir à escola por medo do trajeto.

Essa é minha fala.

Eu agradeço os questionamentos, Senadoras.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço também a sua lembrança do Pibid.

Eu fui Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do meu estado e nós tivemos a oportunidade de acompanhar o Pibid na implantação, professor, e, depois, nos tempos de dificuldades. Sabemos da importância que o Pibid tem para as licenciaturas, e, agora, felizmente as bolsas do Pibid também foram contempladas com esse reajuste, depois de dez anos sem reajustes. Isso é bom para a formação dos professores!

Com a palavra, agora, o nosso Prof. Luiz Dourado, para os seus cinco minutos de considerações conclusivas ou inconclusivas. (*Risos.*)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero agradecer, quer dizer, é uma alegria ouvir a Senadora Dorinha, a Senadora Teresa, trazendo um conjunto de pontos que contextualiza essa complexidade da discussão do ensino médio no Brasil.

Eu quero dizer que nós avançamos. Acho que avançamos na medida em que estamos aqui, hoje, quer dizer, com uma perspectiva de retomada e de impulsionamento mesmo de discutirmos o ensino médio. Eu acho que essa centralidade colocada para o ensino médio, uma explicitação dos limites das proposições político-pedagógicas colocadas pela reforma, os limites da própria tramitação dessa reforma... Porque, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas educacionais, a gente tem que discutir sempre muito, e eu tenho trabalhado muito nessa perspectiva, dizendo que a proposição de políticas não é linear à sua materialização.

No nosso caso, no caso da reforma – e a Senadora Dorinha também consubstanciou isso –, a sua tramitação foi bastante complicada, com pouca participação. Ainda que tenha tido a votação para a aprovação da reforma, quer dizer, há questionamentos, sim, quanto ao seu lastro e também sobre a sua legitimidade, sobretudo, se nós tivermos por norte, por eixo a perspectiva de uma formação cidadã para estudantes do ensino médio, a defesa, realmente, de um protagonismo juvenil, que é tão necessário, e a superação de uma questão histórica, no caso do ensino médio, que é o dualismo estrutural, na histórica dicotomia formação propedêutica e profissional.

O que a reforma faz? Na verdade, ela não equaciona essas questões – também não seria só um caso da reforma –, mas ela apresenta novas limitações.

Eu acho que o debate tem pontuado isso, tem permitido delinear essa fragilidade, e aqui eu quero dizer que eu respeito muito o esforço feito pelos entes estaduais e distrital, no sentido de, de fato, avançar na discussão do ensino médio. Mas é que a lógica da reforma se configurou mesmo pela fragmentação, pela minimização da formação geral, e nós estamos vendo pelos exemplos, inclusive os que foram citados aí pelo fórum de conselhos, quer dizer, guiou-se pela própria perspectiva de itinerários formativos, na absoluta contramão da autonomia e da formação emancipatória dos estudantes.

Quer dizer, em muitos casos, para além do brigadeiro e manuais de autoajuda, essa ênfase no empreendedorismo sem fundamentação histórica, enfim, por uma lógica de negação à formação histórico-crítica.

Acho que o primeiro elemento em que eu acho que a gente avança nessa discussão é retomar essa questão de uma formação histórico-crítica.

E aí eu digo: é retomar o art. 205 da Constituição Federal, o que ele preconiza em termos de formação, é considerar também os princípios do ensino presentes no art. 206, e é por isso que é preciso... E acho que neste momento nós estamos agora não apenas discutindo o ensino médio, mas nós também temos no Fórum Nacional de Educação outras instituições que são muito articuladas, como a formação de professores, inclusive, com o GTT no FNE e também com o GT no MEC, em que essas questões estão colocadas. Quer dizer, de como pensar a educação básica na sua complexidade, a especificidade do ensino médio, mas não descolar dessa especificidade do ensino médio, a realidade, incluindo, inclusive, a questão do estudante trabalhador, como potencializar.

Então, uma formação ampla, integral, inclusive, ampliando a perspectiva da jornada, mas ao mesmo tempo garantindo processos formativos que não excluam por natureza os estudantes, a educação de jovens e adultos, o estudante trabalhador e a educação de jovens e adultos, e que também considere, as demandas decorrentes...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ FERNANDES DOURADO (*Por videoconferência.*) **–** ... de um conjunto de situações e de questões contextuais, envolvendo as questões atinentes à educação especial, à educação no campo, escolar indígena, quilombolas.

Há, na verdade, um esforço muito grande de se fazer, que é de como pensar um projeto, e aí quero dizer que ratifico a defesa da educação integral, mas não qualquer educação integral, não é simplesmente ampliar a carga horária, é preciso discutir pedagogicamente esses processos formativos.

Então, eu penso que as nossas discussões, quer dizer, todo esse movimento... E aí eu acho que a eleição de um governo do campo democrático popular possibilitou a retomada dessas discussões, porque ela estava posta de uma maneira autoritária. E, é claro, nós estamos no momento desnudando um conjunto de limites e buscando alternativas.

E é por isso que eu quero uma vez mais enfatizar que essa alternativa passa, sim, por uma política de Estado para o ensino médio, que considere esses elementos que nós destacamos em nossa fala; que considere uma perspectiva ampla; que não se reduza somente à questão curricular, mas que seja construída num amplo diálogo federativo; que considere dimensões estruturantes como infraestrutura física e pedagógica, que estão bem ressaltadas pela Senadora Dorinha; a formação de professores; o planejamento e até a contratação de docentes para fazer face a um processo que seja esse de unidade na diversidade, que se apoie também numa flexibilização curricular, mas pautada num projeto político-pedagógico emancipatório.

É possível pensar nisso, e acho que o debate ganha na medida em que nós estamos hoje colocando o ensino médio numa grande centralidade. Isso se faz necessário inclusive em decorrência da Emenda Constitucional 59, de 2009, que ampliou a educação básica obrigatória e sinalizou a sua universalização até 2016, de 4 a 17 anos.

Então, nós temos aí uma dívida histórica. É preciso que esse ensino médio seja um espaço, quer dizer, que avance mesmo no estímulo ao protagonismo juvenil e não apenas que assuma esse discurso, mas que esteja articulado com esse processo amplo, com essa construção político-pedagógica.

Esta é a posição da Anpae e do conjunto das nossas entidades.

Eu quero uma vez mais agradecer o convite para estar aqui e dizer que temos, na medida do possível, contribuído.

Nesse meu texto que utilizei hoje para a fala, eu farei pequenos ajustes e encaminharei para o Senado Federal, tanto para a Comissão como para a divulgação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço – e cumprimento-as –, uma vez mais, às Senadoras Teresa Leitão e Dorinha pelo trabalho feito, em face a essa Subcomissão Temporária que tem uma discussão fundamental, que é debater e avaliar o ensino médio no Brasil.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Nós que agradecemos, Prof. Luiz Dourado, a sua participação, a lembrança de que finalmente, quando nós incluímos a educação apenas em dois níveis na LDB, básico e superior, foi com essa intenção, Professora Dorinha, de que um dia a educação básica fosse obrigatória e universal, e o ensino médio sempre ficou ali, naquele limbo. E, agora, eu acho que a gente, botando na centralidade esse debate, já que está como obrigatória, a gente ampliou inclusive o nível da obrigatoriedade, de 7 para 14, depois puxamos mais para baixo, até que, finalmente, o dia vai chegar. Quem sonha sabe disso, o dia vai chegar em que a educação básica será obrigatória, universal e acessível, portanto, para todos e para todas.

Eu quero agradecer muito a participação de todos e a observação no tempo que eu pedi logo no início. Eu acho que o tempo deu para a gente refletir, até porque serão vários momentos de debates.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço, como já fiz, e declaro encerrada esta reunião.

A nossa próxima audiência será daqui a 15 dias com novos convidados.

Muito obrigada a todos e a todas.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, no Remota, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Teresa Leitão, Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad e Leila Barros, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC); Sra. Monica Ribeiro da Silva, Professora Titular da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Coordenadora do Observatório do Ensino Médio; Sr. José Ricardo Diniz, Representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen); Sr. Ivan Claudio Pereira Siqueira, Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (representante de: Movimento pela Base); e Sr. Gabriel Barreto Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil n° 2, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 74, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Inclusão, no Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária para “debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas” (CEENSINO), aprovado em 10 de maio de 2023, a seguinte atividade: Aplicação de formulários eletrônicos para a coleta de dados para a realização de uma avaliação do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, junto às autoridades que serão ouvidas pela CEENSINO." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente Eventual da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/31

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Agradeço o comparecimento de todos. Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de maio.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, de autoria da Sra. Senadora Teresa Leitão.

Participam desta audiência de forma remota: a Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); a Sra. Monica Ribeiro da Silva, Professora Titular da Universidade Federal do Paraná e Coordenadora do Observatório do Ensino Médio; o Sr. José Ricardo Diniz, representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen); o Sr. Ivan Pereira Siqueira, Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e o Sr. Gabriel Barreto Corrêa, Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação.

Antes de passar a palavra a todos os convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos. E, ao fim de todas as exposições, a palavra será concedida a algum Parlamentar que esteja acompanhando a sessão, se houver. E depois serão as perguntas recebidas pelo e-Cidadania. Depois, eu volto a todos os participantes para suas respostas e considerações finais

Com a palavra, a Sra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral, Vice-Presidente da SBPC, pelo tempo de dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA ANTÔNIA DA FONSECA SOBRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas e todos.

Eu gostaria, primeiro, de agradecer à Senadora este espaço para discutirmos abertamente a reforma do ensino médio, e imagino que com posições diferentes, isso é bom na democracia, para depois se chegar a um possível consenso ou a uma possível posição.

Primeiro, eu gostaria de dizer que a SBPC... Eu estou aqui representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que tem 75 anos de existência na luta por educação, ciência e tecnologia, direitos humanos, etc. E, em julho de 2018, a Assembleia Geral dos Sócios da SBPC fez uma moção sobre a lei da reforma universitária, já naquela ocasião. Eu não vou ler tudo, mas vou dar alguns *flashes* dessa Assembleia dos Sócios:

> [...] considerando que a Reforma de Ensino Médio e a BNCC a ela articulada têm características excludentes e que podem levar a um aprofundamento das desigualdades sociais, ao contrário do exposto em propagandas oficiais;
> que a Educação Pública [...] necessita de significativos aportes financeiros advindos do setor público;
> que o Plano Nacional de Educação (PNE -2014-2024), ainda que tenha excluído [alguns] pontos [...], como as questões étnico-raciais e de gênero, constitui [no entanto] um importante aporte à Educação Pública Brasileira [...];
> que o PNE [...] tem tido suas metas sistematicamente descumpridas pelo governo, propõe:
> – A revogação da Lei no 13.415, [que é] da Reforma do Ensino Médio, e um debate amplo e necessário sobre a reestruturação do Ensino Médio, com a participação de todos os setores envolvidos [que é o que está acontecendo agora, na realidade];
> – A devolução [outra proposta] da BNCC do ensino médio ao MEC para uma reavaliação de sua estrutura e conteúdo, que deve ser feita com a participação dos setores envolvidos, aí incluídas as entidades científicas;
> – O posicionamento [também] claro do governo em relação ao PNE 2014-2024, no sentido de garantir as suas 20 metas e buscando a incorporação das questões étnico-raciais e de gênero.

Isso foi lá em 2018.

Agora, recentemente, nós temos uma publicação diária, que é o *JC Notícias* no *site* do *Jornal da Ciência*, que toda sexta-feira tem uma edição especial. Escolhe-se um tema e procuram-se artigos relacionados a esse tema.

No dia 17 de março, teve uma edição especial, com vários artigos – uns favoráveis à reforma; outros, não. E o editorial do nosso Presidente, que é o Renato Janine Ribeiro – não vou ler tudo –, aponta que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Desde o começo, houve erros na reforma do ensino médio. Foi baixada por medida provisória, instrumento que produz efeitos imediatos, quando tinha sido discutida ao longo de [vários] anos e merecia uma tramitação mais segura [...] [também, segundo esse editorial] veio com promessas inexequíveis. [...]
> A ideia inicial da reforma era melhorar o ensino médio, que, com 13 disciplinas ou matérias (o nome usado [na reforma, como todos sabem] é "componentes curriculares"), acabava sendo muito pesado, até porque muitos alunos não se interessavam por várias delas. [...] [embora seja adequado] melhorar a articulação interdisciplinar dos componentes, o que obviamente não é fácil, mas traria resultados bons [...].
> Mas, na verdade, me parece que a preocupação com a reforma estava em aumentar a qualificação profissional dos jovens brasileiros [...].
> A matriz que se propôs foi tomar cada uma das quatro áreas do ENEM e vitaminá-las. O aluno, no ensino médio, escolheria a preponderância de Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas ou Linguagens, cada uma acrescentada por "e suas Tecnologias". [...] Obviamente, isso significaria mais aulas na área preferida, e menos nas demais áreas. Uns teriam poucas ciências, outros [...] teriam [pouca] História, por exemplo.
> Mas aqui vêm dois problemas. Qual o papel de cada componente? Entendo que História, como Filosofia, Sociologia e Literatura, são decisivos na formação da pessoa. É aí que se pode entender a formação do país, o conjunto dos direitos humanos, o beabá da política, sem os quais ninguém será um cidadão, aliás nem mesmo uma pessoa, bem formado(a). Reduzir tais aulas não forma melhor o jovem. Talvez aqui houvesse uma confusão entre formar e treinar. Educação é formação, não é treinamento.

Outra questão, outra promessa que se considerou que não foi cumprida é que se dizia nos comerciais, era alardeado que cada aluno seguiria seu itinerário próprio. E segue:

> E ainda: dado o aumento que haveria de componentes, teriam as escolas salas para isso? Teriam professores? Ou, como é constantemente relatado, cada professor acumularia aulas como penduricalhos?
> Queixam-se os alunos do pequeno número de aulas de Português e Matemática, por exemplo. Não há justificativa para isso. [...] Como vimos, foi um erro na concepção, na comunicação e na execução.

Agora, finalmente, eu acho que eu ainda tenho cinco minutos, imagino, tem que se pensar que a reforma do ensino médio aconteceu num contexto de contenção de gastos sociais, como determinado pela Emenda Constitucional 95. Bem, a nova redação também do art. 36 da LDB é, de certa forma, excludente, pois não obriga os estabelecimentos a ofertarem todos os itinerários formativos. Por isso, milhões de estudantes que optariam por determinados itinerários, por exemplo, seja de Ciências da Natureza ou seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Ciências Sociais, nas quais, muitas vezes, a falta de professores é crônica, sobretudo nas Ciências Naturais, não há interesse do poder público em oferecê-los.

Para que a reforma desse certo, seria vital que as escolas públicas de ensino médio pudessem melhorar sua infraestrutura e também que contratassem mais professores para suprir as demandas colocadas nos múltiplos itinerários formativos. Bem, mas para melhorar a infraestrutura das escolas do ensino médio – lembrem-se de que apenas 10% dessas escolas têm laboratório de ciências –, seria necessário um investimento grande, que era proibido pela Emenda Constitucional 95.

A reforma também possibilitou a ampliação da carga horária de 2,4 mil para 3 mil horas; dessas 3 mil, 1,2 mil para os itinerários formativos e 1,8 mil para o núcleo comum. Note que há uma redução na formação básica: de 2,4 mil para 1,8 mil horas. A BNCC determina que apenas Português e Matemática sejam conteúdos obrigatórios no ensino médio. Além disso, são previstas a oferta das disciplinas eletivas que comporão os itinerários formativos.

Mas o que está acontecendo na prática? É isso que eu queria evidenciar. Um levantamento feito pelo jornal *O Globo*, feito agora em maio, com base nas matrizes curriculares de todas as redes estaduais, revelou que as Ciências da Natureza e Humanas foram as que mais encolheram na formação geral básica; Física, História e Química tiveram cortes de 36% do tempo de aula obrigatório. Na prática, professores de Química, Física, Geografia e História, com carga horária reduzida, estão sendo obrigados a completar essa carga horária com itinerários ou com disciplinas eletivas que não têm nada a ver com a sua formação.

Mesmo português e matemática tiveram um corte de 25%; portanto, na prática, a reforma diminui a qualidade de ensino das escolas públicas, o que vai aumentar ainda mais o fosso que separa a população que frequenta as escolas privadas – menos de 10% dos estudantes do ensino médio – da grande maioria que frequenta a escola pública.

O que farão as escolas privadas? Conforme ficou estabelecido, elas poderão resolver, ofertando um único itinerário formativo, que contemple todas as quatro áreas de conhecimento. Portanto, esse estudante não vai ficar prejudicado nas suas aspirações, pode prosseguir os estudos na universidade. Vocês lembram quando aconteceu a lei da profissionalização do ensino médio. É uma coisa diferente, mas o problema voltou de uma certa forma.

O que acontecerá com os estudantes da escola pública? Nesse caso, podemos recorrer a um estudo realizado pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu) divulgado em junho de 2022, que afirma que o novo ensino médio, implementado pioneiramente pelo Estado de São Paulo, aumentou desigualdades na rede, ampliando a carga horária pela educação a distância, distribuindo desigualmente as oportunidades de escolha e padecendo de falta de professores, substituídos, muitas vezes, por aulas em vídeo.

O que a gente não gostaria que acontecesse é o esvaziamento das disciplinas e sua substituição por matérias que não acrescentam nada à formação do jovem, e, além disso, submeter os professores... Eu sou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pessoa que defendo a formação interdisciplinar. Quanto mais o nível for alto – sobretudo de ensino superior, pós-graduação – muito mais eu defendo, mas os professores tiveram formação disciplinar. Então, tem que se pensar também na formação dos professores neste sentido, pois, muitas vezes, eles têm que complementar as suas horas-aulas com matérias em que eles não têm formação e que avançam um pouco além do senso comum, justamente por conta da diminuição de suas cargas horárias naquelas disciplinas em que foram formados.

Então, eu gostaria de dizer que a questão, não sei nem se é rejeitar ou revisar essa reforma que está aí, mas eu acho que nós não podemos, com a reforma, aumentar as desigualdades sociais. Este é o ponto fundamental que eu gostaria de trazer.

Obrigada a todos e a todas.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a exposição da Sra. Fernanda, fazendo a fala em nome da SBPC. Agradeço em nome da nossa Presidente, a Senadora Teresa Leitão. Eu estou na relatoria; ao final de todas as exposições, vou fazer as minhas considerações, mas muito obrigada pelas contribuições, sugestões e grandes preocupações apresentadas.

Eu passo em seguida a palavra para a Sra. Monica Ribeiro da Silva, Professora Titular da Universidade Federal do Paraná e coordenadora do Observatório do Ensino Médio, pelo tempo já definido regimentalmente de dez minutos e, se necessário, uma prorrogação de cinco minutos.

A SRA. MONICA RIBEIRO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Vocês me ouvem bem? (*Pausa.*)

Então, primeiro, muito boa tarde! Quero dizer, assim, que estou muito feliz de encontrá-la, Profa. Dorinha, porque há dez anos, lá em 2013, nós pudemos traçar algumas interlocuções, algumas conversas quando do Projeto de Lei 6.840, e, ainda que a gente, às vezes, nem sempre concordasse, sabe do meu carinho e admiração pelo seu trabalho. Eu quero reiterar isso neste momento em que está presidindo esta nossa sessão. E boa tarde aos colegas todos que fazem parte hoje deste debate.

Novamente estamos às voltas com a discussão sobre ensino médio. Para alguns, ela entra na pauta mais recentemente; para outros, como é o meu caso... sou pesquisadora do campo de ensino médio há 35 anos e coordeno um grupo de pesquisa, que é o Observatório do Ensino Médio, da UFPR, e uma rede nacional de pesquisadores, a rede EMpesquisa, que compõe o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, compondo 23 grupos de pesquisa que têm acompanhado a implementação do novo ensino médio desde, na verdade, a aprovação da lei e da medida provisória lá em 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu convido, para, além desse tempo de agora, quem quiser conhecer um pouco das pesquisas, são teses, dissertações, dissertações de mestrado, livros, artigos, documentários... Fica aí o convite para conhecer um pouco das preocupações do nosso grupo e da rede também.

Mas começo dizendo que o que nós temos, como interesse no campo de estudos e de produção do conhecimento, é, sobretudo, o ensino médio da escola pública. É sobre isso que nós nos debruçamos por uma razão bastante fácil de entender. Hoje, 85% da matrícula do ensino médio no Brasil está nas redes estaduais; 3% na rede federal e 11% na rede privada, e, dadas as condições de profundas desigualdades de acesso, de permanência e conclusão, as nossas preocupações se debruçam sobre os jovens que estão na escola pública: hoje, algo em torno, nas redes estaduais, de 6,6 milhões de estudantes. Esse é o nosso foco.

E nós temos também como preocupação entender o processo de produção das desigualdades sociais e educacionais que atingem essa população do ensino médio, porque, ao longo do século XX, o ensino médio era o que a gente chamava – eu já estudava isso – de ensino para poucos, de o patinho feio da educação no Brasil. Era assim que a literatura... um ensino dual, porque ele tinha mesmo uma marca de dualidade, ele separava o ensino propedêutico, que era para poucos, e o ensino técnico profissional, que também era para poucos.

O Brasil termina o Século XX com algo em torno de 3 milhões de matrículas. Isso dava menos de um quarto da população de 15 a 17 anos, menos de 25%. E a gente só começa a fazer uma inclusão importante da juventude brasileira no ensino médio, de 1993 para cá.

A gente salta de 3 milhões de matrículas, para 9 milhões de matrículas, em 2004. E depois começa a decair. A gente que acompanha sabe. Hoje são 7,7 milhões, mas a gente continua fazendo inclusão de meninos e meninas de 15 a 17. A matrícula absoluta diminui porque diminui a faixa etária acima dos 18.

Agora, mesmo essa inclusão, tão importante, que é uma inclusão territorial; por exemplo, a região Norte, muito mais tardiamente, passa a incluir os jovens na escola, na etapa do ensino médio. Isso é diferente na região Sul e Sudeste, em que essa inclusão já vinha sendo feita há mais tempo. Ela é uma inclusão, em números absolutos, muito importante, mas é desigual internamente. Essa inclusão tem a marca das desigualdades sociais; tem a marca da desigualdade racial, na permanência, na conclusão e no acesso; tem a marca da desigualdade socioeconômica... Então, é uma inclusão importante, mas é carregada de elementos que fazem com que a discussão do ensino médio no Brasil receba a atenção que está recebendo agora, mas também receba um conjunto de perspectivas distintas de olhar para o ensino médio. Acho que é isso que nós estamos debatendo.

Eu também chamaria a atenção para os problemas estruturais que permanecem. Por exemplo, a questão do subfinanciamento. Olha só, vira e mexe a gente ouve alguém dizer assim, vocês todos daqui com certeza já ouviram: "Nós temos que olhar para o modelo do ensino médio na Alemanha, porque lá se profissionaliza...". A Alemanha investe, no mínimo, R$32 mil/ano por aluno. O Custo Aluno do ensino

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médio no Brasil é de R$8 mil reais hoje. Ou seja, como é que a gente quer copiar modelos estrangeiros com o subfinanciamento? A profissionalização na Alemanha, que é um formato muito interessante, não é esse itinerário técnico do novo ensino médio aqui, que pode ser cursado, inclusive, em cursinhos de curta duração, como está nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação.

Não se profissionaliza fazendo cursinhos FIC de qualificação, com certificação intermediária. Isso não habilita para o trabalho. E esse modelo... E alguns chamam... O novo ensino médio é profissionalizante? Não, ele não é profissionalizante. Sequer, chega a ser profissionalizante. Essa é a situação em que se encontra esse jovem que está na escola pública.

Mas eu gostaria de chamar a atenção para alguns aspectos. O tema é o ensino médio, mas o ensino médio em face, do novo, do chamado novo ensino médio, da Lei 13.415. Então, eu começaria, além desses problemas estruturais, do subfinanciamento, da ampliação seguida de desigualdades, também pela elevada evasão e pelo abandono, que ainda marcam o ensino médio no Brasil – a cada ano, em torno de 500 mil estudantes não chegam a concluir o ano, e isso significa problemas de todas as ordens, não apenas problemas curriculares... Não é suficiente pensar uma mudança no ensino médio no Brasil, enquanto política pública, só fazendo uma mudança curricular. Nós precisamos pensar as políticas de acesso e permanência, as políticas de condição e trabalho docente.

O novo ensino médio incide de forma muito ruim sobre a docência. Não sei se a Profa. Fernanda já disse agora alguns desses aspectos. E as pesquisas que gente tem, na rede nacional em pesquisa, mostram situações gravíssimas de intensificação do esforço docente, que vai incidir negativamente sobre a qualidade, sobre o resultado. Então, se a questão era melhorar, mudar, inclusive, o ensino médio para melhorar o desempenho, o que nós vamos ter é o oposto disso. Lamento dizer, mas todos os indicadores levam a isso.

Nós temos vários problemas de implementação, alguns já foram mencionados aqui, mas eu gostaria de destacar a posição que a gente vem defendendo nas outras audiências públicas. E quando eu falo "a gente", eu falo porque a gente discute no âmbito do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, da rede nacional EMpesquisa. Então, não falo apenas com a minha percepção, mas represento aqui o grupo de pesquisa ao qual eu pertenço e também as redes, ANPEd, rede de pesquisas com as quais eu tenho relações como pesquisadora. E o que nós temos defendido é que a questão do novo ensino médio...

Eu pus num cronômetro aqui para a gente, mas não estou achando-o, esbarrei e acabei perdendo. Já está aqui.

Trata-se, sobretudo, de problemas de concepção na origem da lei – na origem. Por exemplo, num país de grandes desigualdades educacionais e sociais, como o nosso, reduzir a formação geral básica de 2,4 mil horas para o máximo de 1,8 mil horas foi absurdo, porque para muitos dos nossos jovens o ensino médio é a etapa final da sua escolarização, de toda a sua vida escolar. Hoje, de todas as pessoas que terminam o ensino médio, apenas 16% vão ter um banco de ensino superior, incluindo ensino superior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público e privado, à distância e presencial. E 84% da nossa juventude não continuará estudando. Então, a etapa final da educação básica é a etapa conclusiva da sua vida escolar. Como é que a gente reduz o acesso à ciência? Como é que a gente reduz o acesso à arte, à cultura, a uma formação humanística, científica? O novo ensino médio fez isso e já propunha isso lá na lei. Lá na lei, a gente já apontava que isso seria um equívoco. A divisão do restante da carga horária em itinerários nós também já falávamos, lá em 2016, que ela aumentaria as desigualdades. Tem textos escritos sobre isso, tem manifestos das entidades científicas falando isso, porque, primeiro, a gente já sabia que as escolas públicas não teriam condições sequer estruturais de oferecer dois, três, quatro, cinco itinerários. A implementação está comprovando isso. Os dados já mostram. Não tem escolha. Os estudantes não estão escolhendo.

E, assim, eu tenho acompanhado algumas audiências públicas nos estados e quando os estudantes são chamados a falar é desesperador, porque eles dizem: "Nós estamos tendo aulas de coisa nenhuma. A gente parou de ter aula, de ter disciplina". Eles falam assim:" A gente tem aula de itinerário. É aula vaga. Não vai nos ajudar em nada no Enem".

É isso que os estudantes estão sentindo na pele. E os seus professores adoecendo, inclusive, pela intensificação do trabalho e por motivos já apresentados aqui.

Outros problemas de concepção que estão na lei, gente... Num mundo como o de hoje, tornar só português e matemática obrigatórios... Nenhum país do mundo fez isso – já que é para mencionar os países do mundo. Ninguém tornou obrigatório somente a língua materna e matemática com foco no Pisa. Todo mundo fala de uma perspectiva integrada, interdisciplinar, mas que assegure os objetos da ciência, com profundidade de conhecimento.

Nós estamos negando aos nossos jovens o direito a uma formação para continuar estudando, porque quem está nesse novo ensino médio não terá condições de enfrentar o Enem – não terá –, mude ele ou mude o Enem ou não. Ele não terá uma formação técnica e profissional com esses cursinhos FIC e não terá condições de ter conhecimentos de base científica e cultural suficientes para compreender o mundo em que vive, para poder se situar na vida em sociedade. É uma tragédia. Desculpem-me! Por quê? Porque se tornou só português e matemática e se reduziu, em média, 35% a 40% da carga horária das disciplinas que, convencionalmente...

Eu sempre digo: se o problema estava no ensino de física, a questão não é acabar com o ensino de física ou de química, mas alterar o modo de ensinar física e química, que dialogue mais com o campo das nanociências, das nanotecnologias... Se é a questão da história e da geografia, vamos falar dos processos migratórios, vamos falar das questões de gênero, da identidade étnico-racial, da promoção de igualdade racial... São temas que os estudantes estão pedindo. E, em contrapartida, a gente oferece coisas como "a vida é um *flash*". Tem uma disciplina que se chama assim, "A vida é um *flash*", no Estado do Acre – porque tenho feito um mapeamento das grades curriculares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo para o final, eu considero que foi um equívoco da Lei 13.415 vincular, na LDB, um documento de política curricular, que é a BNCC. A gente estuda a legislação historicamente e isso nunca existiu. A BNCC é um documento, um texto de governo, daquele governo, ainda que fosse para cumprir o Plano Nacional de Educação, mas ele não é um documento de Estado, podendo ser alterado. Então, esse também foi um equívoco que se cometeu ao aprovar, do modo como se aprovou, a Lei 13.415.

Eu vou encerrar por aqui, mas eu teria outras coisas para falar: a questão da EAD; da enorme exclusão digital da juventude brasileira, que foi parar na lei; o notório saber... Se der tempo, depois a gente volta, mas eu agradeço bastante.

Cumprimento novamente a Presidente desta sessão, Professora Dorinha, e a todos os colegas que aqui estão presentes.

Agradeço pela oportunidade. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada à Profa. Monica, e, nas suas considerações finais, você poderá pontuar os pontos não abordados, e também nós, dentro do plano de trabalho, vamos enviar um material. Vou apresentar uma proposta de complementação do plano de trabalho, e quem puder nos enviar as contribuições por escrito, aquelas que julgarem necessárias, para ajudar... Com certeza, alguns pontos poderão estar claros lá, mas foi muito pertinente a sua fala.

Passo a palavra, agora, para o José Ricardo Diniz, representante da Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), pelo mesmo tempo regimental de dez minutos, com prorrogação de cinco, se necessário.

O SR. JOSÉ RICARDO DINIZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos, a todas... Boa tarde, sobretudo, a todos que estão nos acompanhando na via remota. Também saúdo a Professora Dorinha, que está presidindo este encontro, e saúdo todos os demais colegas aqui participantes da mesa.

Eu começo colocando que respeito as colocações aqui feitas, os argumentos aqui colocados, mas é interessante a gente observar, para citar aqui o globo, que o *Estado de S. Paulo* de ontem traz, numa entrevista – consequência de um encontro que eles fizeram recentemente, de grande porte, sobre essa discussão do ensino médio –, a fala da Sra. Secretária–Executiva do Ministério da Educação, Profa. Izolda Cela, e é interessante observar que ela parte da ideia de que chegaremos a um consenso. Ela diz claramente: "Penso que chegaremos em um consenso". E ela diz aqui que acredita que seja concluída, no prazo inicialmente previsto, a consulta pública. E mais ainda diz: "O diálogo com os estudantes tem revelado mais convergências do que divergências, [eu estou citando textualmente] como o incentivo ao ensino integral, à educação técnica e à flexibilização curricular".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A flexibilização curricular está no cerne do novo ensino médio. Quando se colocaram alguns aspectos aqui da evasão, do abandono, e a isso, de certa forma, quer se atrelar uma impossibilidade de um modelo que sintoniza com as mudanças que estão se processando no mundo e na própria América Latina... É verificar o caso da Colômbia, que é um caso interessante de a gente estudar também, e um caso muito mais bem-sucedido do Chile, que tem uma população menor e que vive já num processo de revisão que já vem há pelo menos do início do Século XXI.

Então, esses aspectos que são colocados e que são atribuídos trazem, com isso, a impossibilidade de você ter o princípio da flexibilização, que é o cerne da questão, e vai para o lado da formação geral básica e também dos itinerários formativos, lembrando que a questão dos itinerários formativos têm aspectos de piada, como também há várias piadas com relação a modelos anteriores, mas são sempre as mesmas exceções. Sempre. É a do brigadeiro, é esse do *flash* e vários outros que vão surgindo. Mas isso tem muito mais respeito à aplicação, à execução do modelo. Tem muito mais respeito a isso, a esse aspecto, do que a qualquer outro.

Então, a concepção do modelo está sintonizada com o que ocorre no mundo. E não se trata de copiar modelo tal ou qual, mas se trata de uma concepção que está no mundo e que apresenta transformações profundas.

A formação do professor não é um problema que esteja afeito ao novo ensino médio. É algo que já vem de décadas.

A quantidade das caixinhas do modelo antigo e que se quer retomar... Fala-se muito da retomada dos PCNs e argumenta-se que não foi utilizado adequadamente etc., mas foi. Não adequadamente ou inadequadamente, mas veio sendo a marca. E quem milita na sala de aula do ensino médio sentiu a profunda desmotivação naquele esquema, naquele modelo que privilegiava a questão da centralidade do professor na metodologia expositiva. Aquilo estava tremendamente desmotivador, desestimulador. É uma evidência. Basta observar aqui o abandono, que foi citado.

No meu estado, Pernambuco, esse abandono chega a mais de 60% de alunos que não prestam o exame Enem. São mais de 60% no meu estado. São quase dois terços. Isso, no império do modelo anterior.

Então, há um modelo que surge sintonizado com o que está acontecendo no mundo, seja na América Latina, seja na Ásia, mais na frente, seja na Europa, e, de repente, se diz "esse modelo não tem embasamento na sua concepção", quando, na verdade, não se trata de uma questão de Brasil, não se trata de uma questão de qualquer outro país; trata-se realmente de uma questão planetária, de mudança nos padrões, nos parâmetros da educação. Então, é uma questão de contemporaneidade.

Claro que não é pegar um modelo e colocar, de maneira alguma. Não se trata disso. Mas simplesmente colocar a questão de que o novo ensino médio, na sua configuração, representa uma impossibilidade do modelo... Eu acho que é muito mais a questão das dificuldades de implementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essas dificuldades existem, existiam, e, dentro da perspectiva que aí está, teremos muitos desafios pela frente para vencer todas essas questões, a questão da formação do professor, a sintonia com metodologias ativas, a saída da questão da exposição, a quantidade de aulas expositivas numa carga horária de, muitas vezes, física, química, biologia enorme para aquele aluno que não tinha o menor interesse dentro daquele contexto...

Então, a formação básica padece de problemas, de 1,8 mil horas? Se voltarmos para 2,4 mil horas e deixarmos dentro do modelo anterior, vamos continuar a ter a evasão galopante que tínhamos, sem dúvida alguma. Não há dúvida com relação a isso. Isso é fato.

Então, é muito mais uma questão de vencermos os desafios da formação docente, da questão da estrutura física, do avanço tecnológico. Esses pontos permanecem, e permanecem de maneira pesada, dentro do contexto.

Mexer nessa base do novo ensino médio.

Nós acreditamos que há o que se fazer. A complexidade é evidente desse novo modelo.

Por quê? Porque nós temos dificuldades, de fato, dentro do nosso contexto social. Então, isso vai ser uma dificuldade permanente dentro do contexto em que a gente está. Então, o desafio é vencer esses pontos básicos.

Então, nós entendemos, enquanto Confenen, que a revogação será um desastre pleno, e desastre maior será retomar o esquema anterior, o modelo anterior, quantitativo e acumulativo de conhecimentos, sem abrir os olhos para o contexto que nós estamos vivenciando, de profundas mudanças na educação – não é só no ensino médio.

Outra coisa: a BNCC se propõe a ser não um currículo – está dito em alto e bom som. A BNCC, no nosso entendimento, é, sim, uma política de Estado para a educação. É sim. Nós entendemos que sim. Com todo respeito às posições contrárias, nós entendemos que sim. Por quê? Porque, na verdade, se você vai implementar uma coisa sistêmica, dentro de uma concepção inteiramente inovadora, fala-se muito pouco nas BNCCs. Parece que se quer omitir esse assunto. Por quê, se nós temos algo sistêmico de base nacional, que pega da educação infantil ao ensino médio, trazendo concepções de outro ângulo, de competências, de habilidades, mexendo até nas avaliações?

"Ah, mas vai ser muito difícil implementar tudo isso". O professor... Eu fui professor de sala de aula 42 anos, e o professor com, hoje, 20, 30 anos dentro da sala de aula, é claro que vai ter dificuldades. E a aprendizagem dentro desse contexto, o aprendizado dele, de todo esse mundo novo que está aí, veio dentro da pandemia, trocando pneu com o carro andando. Então, foi doloroso? Foi. Muito doloroso. Mas avançamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, consequentemente, essas mudanças vão ter que ocorrer. Se voltarmos ao esquema da centralidade do professor na metodologia expositiva, quantitativa, ampliando carga horária, nós vamos continuar dentro do abandono, dentro da evasão que nós temos observado ao longo desses anos.

Então, nós defendemos achegas dentro do processo de itinerários formativos? Sim, defendemos. Defendemos as trilhas da questão de aprofundamento dentro dos itinerários formativos.

A ampliação da carga horária... É verdade que se deixou de lado um pouco a questão das ciências humanas. Então, chegar a um meio termo, reduzir para algo em torno de 900 horas no itinerário formativo, e chegarmos a 2,1 mil horas na formação geral básica, nós entendemos que é algo possível, perfeitamente possível.

Há ênfase na questão da educação técnica e profissional. Como a Sra. Secretária-Executiva colocou, a nova lei abre essa perspectiva, como abre a perspectiva de escolha.

Não é pecado haver um projeto de vida. Não é pecado. Não há pecado em querer desenvolver um projeto de vida. Então, casa perfeitamente com o espírito também que está na lei do novo ensino médio.

Então, esses pontos eu gostaria de fechar, colocando que é preciso que a gente veja tudo que foi feito, uma legislação com bases conceituais sólidas; é preciso observar que a implementação em milhares de escolas ocorreu e está acontecendo de maneira não plenamente satisfatória, mas vem acontecendo e ajustando-se; e nessa consulta pública, na consulta aos alunos, não apenas às lideranças dos movimentos estudantis, mas sobretudo aos alunos diretamente, lá na base, nós vamos observar que eles querem esse novo tempo.

É isso que eu gostaria de colocar inicialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada pelas contribuições do Sr. José Ricardo Diniz, que representa aqui a Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino). Muito obrigada pela sua exposição e por vários contrapontos que eu acho que nos interessam muito no debate.

Passo em seguida a palavra para o Prof. Ivan Claudio Pereira Siqueira. Ele é Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia e representante do Movimento pela Base.

Prof. Ivan, seja bem-vindo.

O SR. IVAN CLAUDIO PEREIRA SIQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora Professora Dorinha.

Na verdade, fui convidado para falar sob uma perspectiva em função de eu ter estado no Conselho Nacional de Educação e também ter atuado como professor da educação básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na minha fala, eu vou procurar não repetir as ilustres convidadas e o convidado e também vou tentar propor aquilo que me parece que pode ajudar a avançarmos nessa discussão e, sobretudo, nas decisões. Eu também corroboro vários aspectos que foram mencionados pela Profa. Fernanda, pela Profa. Monica e também pelo Prof. José Ricardo. Eu penso que nós devemos encontrar mecanismos, soluções para avançarmos. Não acho que uma discussão infindável é de interesse seja dos estudantes, seja do próprio país.

Então, eu queria dizer que, em relação às questões da discussão, eu acho que é bom a gente lembrar, para deixar bem sedimentado, que a discussão do ensino médio começa com a nova Constituição da República do Brasil. Pós-LDB, já começa – eu listei alguns elementos, só para lembrar aqui –: logo depois da LDB, que é de 1996, em 1988 houve o debate; na sequência, em 2002, houve o primeiro Seminário do Ensino Médio; em 2007, quando da mudança do Fundef para o Fundeb; depois, quando houve o novo Enem, quando mudou a configuração; em, 2010, a gente teve o primeiro Programa do Ensino Médio Inovador, com a Portaria 971, de 2009; depois nós tivemos as discussões das diretrizes curriculares nacionais do ensino médio. Ou seja, todos esses documentos colocam basicamente o quê? Que a situação era de que 25% dos estudantes não terminavam o ensino médio, sequer terminavam o ensino fundamental, quando chegavam ao primeiro ano. Ou seja, a situação era realmente de calamidade, não era uma situação que a gente deveria pensar que era razoável. Não, não era razoável. Isso fora as questões curriculares – para a gente falar apenas da evasão, que é um dado; há outros elementos.

Então, a gente tinha evasão. E a gente tinha qualidade? Não; o Ideb estava estagnado desde 2011. Então, quando se começa a discutir o projeto, o PL do Deputado Reginaldo Lopes, ele vem da envergadura dessas discussões todas. E eu acho difícil que a gente não reconheça a legitimidade pública dessas discussões, que foram discussões nacionais, feitas nos vários locais, nos vários estados, nas cinco regiões do país. Isso está documentado. Isso foi plenamente discutido. Pode-se discordar, mas não negar que tenha acontecido o que de fato aconteceu. Houve; isso aconteceu.

Então, o projeto, o PL do Deputado Reginaldo... E aí não vou discutir a questão da tramitação, porque, quando eu estava no conselho, eu fui um dos que fui contra, sugeri à época que não fosse por medida provisória, ainda que várias outras medidas provisórias tenham acontecido na história da nossa República, inclusive com projetos que nenhum de nós aqui terá coragem de negar. Mas eu fui um dos que sugeriu: olha, peça para o MEC mandar para o conselho, a gente abre a discussão pública, ouve a sociedade etc. O.k., fui voto vencido; é parte do processo democrático. Mas dizer que o PL do Deputado Reginaldo foi desconsiderado é não ter lido o PL. E, mais ainda, a partir desse projeto, com as discussões com o Consed, com a nova administração que aconteceu, é só a gente olhar a sequência dos documentos.

Então, isso que o Prof. José Ricardo colocou está em tudo isso: a questão da flexibilização, a questão da articulação com o ensino profissional e a questão da educação integral. Por quê? Porque eram esses elementos que vigiam e vigem na educação dos países com os quais a gente quer se perfilar. Onde a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontra um país em desenvolvimento ou desenvolvido que tem quatro horas de educação? E essas quatro horas – eu dei aula – nunca são quatro horas, porque tem entrada, tem sinal, tem intervalo, tem não sei o quê; são, no máximo, três horas. Então, vamos falar sério, gente: não funciona. Não funcionava e não vai funcionar.

A questão da articulação profissional... Ora, a Prof. Monica citou: quantos dos que terminam – não vamos nem considerar aqueles que não terminam – vão para o ensino superior? E não vamos nem falar da evasão. São 16%, quer dizer, o PNE previa que a gente alcançasse, passasse de 30%. A gente não conseguiu chegar.

Então, eu acho que a gente precisa considerar elementos mais globais e, sobretudo, os novos desafios que estão vindo aí.

Esse era o primeiro ponto, dizer que não é possível que a gente desconsidere a legitimidade desse processo todo, que tem um referencial importante no projeto do Deputado Reginaldo Lopes e que se agregou ali com a participação dos secretários estaduais, porque cabe aos estados grande parte da responsabilidade. E o acordo era o quê? Que é a União iria fazer a sua parte. A pergunta é: A União fez a sua parte nesse período da pandemia? Cumpriu aquilo que que estava determinado? Então, esse é o primeiro ponto. Inclusive as metas que estão no PNE e assim por diante.

O segundo elemento para o qual eu gostaria de chamar a atenção é exatamente para que, de fato, se a gente está em busca de fazer um acordo... E aí eu concordo com as falas no sentido de que, ainda que reconhecendo todo esse esforço e essa discussão, não me parece que os docentes e as docentes foram propriamente ouvidos. Então acho que é salutar, é importante, sim, que esta audição esteja acontecendo, assim como está acontecendo com os estudantes, mas eu acho que é preciso colocar dados. Acho que a gente precisa ter menos paixão e colocar mais dados, porque nós estamos, ao fim e ao cabo, tratando da vida de milhões e milhares de jovens.

Então, a gente já sabia, na discussão, mas isso não foi na aprovação da lei. A gente já sabia que mais de 50% dos municípios do país têm uma escola. Isso não é de hoje que a gente sabe. Ora, por que não se organizaram maneiras, modalidades para fazer isso? Porque, do contrário, a gente nunca vai fazer nada. O país é desigual. Então, nós nunca vamos fazer nada, porque, se tudo que fizermos tiver que ser para 100%, nunca nós alcançaremos 100%, porque nunca nós começaremos nada. É evidente que nós não vamos conseguir nenhum modelo que abranja 100%. Ora, mas nós temos que considerar que mais de 80% dos estudantes estão onde? Estão nas cidades. É evidente que parte do público é da zona rural, mas me parece que um único projeto, uma única luva não vai caber nas mãos desses milhões de jovens que nós temos. Agora, não fazer nada parece-me que não é uma alternativa melhor.

Então, o segundo ponto é que de fato eu entendo e apoio, sim, que os professores sejam ouvidos etc., mas também é bom a gente reconhecer problemas que estão ao largo disso e que influenciam diretamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como também o Prof. Ricardo disse: a formação continuar da maneira como se dá, de muitos nem sequer pisarem numa escola e depois serem alcunhados de professor; a maneira como se dá, o currículo em que se forma; a distribuição desigual das docentes e dos docentes pelo país nas regiões em que é preciso etc., e daí o problema da carência de determinadas disciplinas ou componentes. Isso está dado, isso faz parte da desigualdade. Não vou nem falar do currículo, que ainda é um currículo colonialista, que não atende aos pressupostos antirracistas etc.; é tudo o que a gente vem discutindo aí. Agora, se a gente for esperar que tudo isso esteja resolvido para começar a fazer alguma coisa, serão mais mil anos – mais mil anos!

E o terceiro elemento que eu acho que é importante é que eu vejo uma crise institucional sem tamanho numa revogação. E eu não estou desconsiderando os problemas, não. Porque o que vai acontecer? Quem vai cumprir a próxima lei, sendo que a gente teve aí um espaço muito curto do ponto de vista do plano educacional? Todo o investimento que foi feito, esse recurso vai ser devolvido pelos estados? E o que não foi feito, quem vai responder pelo que não foi feito? É evidente que houve o problema da pandemia, mas como é que a gente vai resolver isso institucionalmente? Porque é evidente que o Ministério Público terá que tomar ações em relação a esses recursos que foram dados, e não foram poucos. Depois aqueles que cumpriram vão falar assim: "Mas espere aí. Eu estou cumprindo agora... Não, não vou cumprir, porque também amanhã, sabe-se lá por qual motivo, vocês podem mudar". As escolas privadas, ainda que tenham um número menor, todos devem ser respeitados, porque todos somos cidadãos e cidadãs do Brasil que fizeram investimentos privados etc. e vão fazer, sim... Então, eu acho que a gente pode criar uma crise maior do que a proposta de solução, inclusive de não cumprimento posterior, porque a cada momento... Olha, é só ver o que a gente está discutindo até hoje com a nº 2, de 2015, a formação de professores. Qual é a solução que a gente tem? Nós estamos em 2023 e nós estamos discutindo.

E agora, para finalizar, em relação àquilo que inexorável, é incontornável: as alterações do ponto de vista da inteligência artificial. Nós estamos atrasadíssimos. Essa discussão que nós estamos fazendo, parte dela é do passado, no sentido de que ela não ajuda a responder os problemas que já existem e que cada vez mais tendem a crescer, que são em relação às mudanças do ponto de vista da produção, em relação à própria maneira como se dá a formação dos professores, à própria maneira como as atividades repetitivas estão sendo substituídas por mecanismos de inteligência artificial, à maneira como os mercados produtivos estão operando e ao papel social da escola, numa situação em que parte dos afazeres humanos passam a ser atribuídos a máquinas. E isso se insere num contexto de múltiplos desafios como, por exemplo, quem será responsabilizado, como é que as pessoas vão se alocar, num país desigual, racista, que é o nosso país.

Então, parece-me que nós deveríamos discutir questões que apontam para soluções para essas complexidades que vão atacar milhões de pessoas. E com isso eu não quero dizer que nós não devemos, obviamente, discutir questões pertinentes que vêm do passado. Não é isso. Mas a gente não pode só discutir o passado e esquecer que haverá um futuro para aqueles que continuarem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não vejo, nessa discussão em que se fala de novo ensino médio, a gente pensar, por exemplo: o.k., e como é que a escola – a escola pública, porque nós estamos falando dela, sobretudo, mas também a escola privada, todas elas – como é que a escola vai responder a esses desafios da inteligência artificial que já estão postos? Como é que os docentes irão alterar o seu *modus operandi* de trabalho em função de todo esse desencadeamento de processos que a gente está vendo aí, que veio como um foguete nesses últimos seis meses, em que você pode conversar com um personagem histórico? Isso muda completamente o trabalho pedagógico do professor de História. Você pode exatamente fazer perguntas em relação à Geografia, da mesma forma sobre graus de dificuldades na Matemática, na Física etc. O nosso professor, a nossa professora que não teve, obviamente, essa formação terá que correr e muito para ter trabalho, para poder estar apto a enfrentar essas dificuldades. Então, nós já estamos obsoletos em relação a partes significativas dessa discussão.

Portanto, o meu pedido é que a gente, primeiro, tenha responsabilidade; que a gente pense nos desdobramentos das ações, para que a gente não tenha que se arrepender depois. E, num momento em que a sociedade está tão dividida, eu acho que a gente tem que procurar consensos, sobretudo consensos que nos possibilitem avançar de maneira contínua e de maneira a abarcar o máximo possível de esforços daqueles que realmente estão interessados em melhorar a educação do nosso país.

Obrigado, Senadora Professora Dorinha.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Prof. Ivan. Muito lúcido, como sempre; esteve no conselho, na época tanto da discussão da Base Nacional Comum Curricular quanto da reforma. Eu acho que temos muitos elementos para discutir.

Inclusive, uma provocação que eu faço é que nós, quanto ao ensino médio, não estávamos bem resolvidos, nós temos problemas muito sérios em relação a abandono, evasão, resultado, desconexão com a vida dos alunos, e parece que o único problema é... Nós temos um enorme desafio com o qual lidar e temos que fazer os ajustes necessários, as mudanças, e é por isso, eu acho, o debate.

Mas acho interessante a lembrança do projeto. Eu fiz parte da Comissão, que se reuniu por mais de dois anos. Eu fazia parte da Comissão, a partir do texto apresentado pelo Deputado Reginaldo. Eu e ele participamos por mais de dois anos de inúmeras audiência públicas – acredito que mais de 30 audiências foram realizadas –, ouvindo escolas, professores, alunos, UNE, Ubes, pesquisadores. A medida provisória veio como uma ação de Governo, mas a Casa estava discutindo o tema – na época, eu era Deputada.

Mas nós vamos ter tempo de falar.

Eu passo a palavra para as suas contribuições, ao tempo em que já agradeço as contribuições do Prof. Ivan, para o último expositor, o Gabriel Barreto Corrêa, que, neste nosso debate, é Diretor de Políticas Públicas do Movimento Todos pela Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabriel, você tem dez minutos de exposição e, se necessário, mais cinco para complementação.

O SR. GABRIEL BARRETO CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Professora Dorinha. É um prazer revê-la inclusive.

Queria saudar, aqui, os colegas também: Profa. Monica, que é uma grande referência do tema; Fernanda; Prof. Ivan; José Ricardo. E agradecer, também, em nome do Todos pela Educação, à Senadora Teresa Leitão pelo convite e pelo espaço democrático, com visões diferentes, mas que é tão importante para a gente avançar nesse tema.

Eu preparei, Senadora, uma apresentação de eslaides que eu gostaria de compartilhar com vocês, só para guiar a minha fala. É uma apresentação de eslaides a partir de um documento que o Todos pela Educação elaborou, com propostas para a Avaliação e Reestruturação da Política Nacional do Ensino Médio, que é como o Ministério da Educação tem chamado o objetivo da consulta pública em andamento.

Antes de começar, eu queria fazer uma fala, pois nem todo mundo conhece o Todos pela Educação. Bem brevemente, gostaria de falar o que é o Todos pela Educação, que eu estou aqui representando. O Todos pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que trabalha em prol da educação pública de qualidade para todos. Isto é uma questão muito cara para nós: a equidade educacional, a garantia dos direitos educacionais, com foco muito grande na educação pública. Para isso, a gente busca contribuir, com trabalho técnico e com diálogo plural, com as políticas públicas do país. Por isso, nessa discussão do ensino médio, a gente tem participado com contribuições técnicas, ouvindo especialistas, ouvindo professores, ouvindo gestores públicos, para tentar trazer subsídios para o debate educacional e para os avanços das políticas educacionais, no Poder Executivo, no Poder Legislativo, nas três esferas de poder do nosso país.

Todas as nossas propostas – acho muito importante destacar isto – são públicas. O interesse do Todos pela Educação é pela melhoria da educação pública e nossas propostas de avanço estão publicadas no nosso *site*, sempre prezando pela transparência das nossas ações e pelo debate, porque a gente pode avançar, pode mudar, pode melhorar, então, acho que esse é um destaque que eu queria fazer.

Nesse sentido, um ponto fundamental é que o Todos pela Educação lançou, recentemente, dois documentos que trazem propostas sobre o ensino médio e um aprofunda o outro. O primeiro foi lançado em dezembro de 2022. Então, assim que terminam as eleições, quando a gente começa a perceber um ímpeto ou um movimento de que é possível se discutir mudanças no ensino médio que está aí, que precisam ser discutidas, porque o novo ensino médio traz muitos problemas, a gente já lança um primeiro documento apontando que enxergamos alguns elementos da essência do novo ensino médio, do chamado novo ensino médio, que são fundamentais, mas também tem uma série de problemas que julgamos que precisam ser melhorados, superados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, propusemos, desde dezembro, que fosse feito um amplo processo de escuta, de diálogo da nova gestão do Ministério da Educação e da nova legislatura com os atores diretamente relacionados com o ensino médio. Por isso, a gente saúda muito essa iniciativa do Senado Federal, as iniciativas que a Câmara dos Deputados tem puxado e a consulta pública, aberta pelo Ministério da Educação. Já trouxemos alguns pontos de discussão que, a nosso ver, no Todos pela Educação, precisam ser rediscutidos e precisam ser revistos nas normativas.

Muito recentemente, isso tem dez dias, soltamos uma nota técnica com contribuições bem detalhadas sobre como vemos que as normativas do novo ensino médio podem ou poderiam avançar. Muito na linha de contribuir, novamente, para o debate, para o avanço das políticas públicas, apresentamos, já no Ministério da Educação, e é uma satisfação poder apresentar aqui, nesta audiência do Senado.

Eu vou trazer os pontos principais desses documentos, mas, em âmbito geral, são duas grandes mensagens. Uma: é preciso fazer ajustes nas normativas do novo ensino médio, mas, preservando alguns elementos da sua essência, que a gente acha muito importantes. Vou falar aqui sobre eles, mas, mais do que isso, a Profa. Monica trouxe e outros expositores também trouxeram: não adianta a gente achar que vai se mudar o ensino médio brasileiro apenas a partir de uma reforma curricular. Existem vários outros elementos que não estão em discussão ainda ou... Perdão, que estão em discussão, mas ainda não no âmbito desta discussão atual sobre o novo ensino médio e que precisam avançar. Vou abordar isso na minha fala.

Nosso processo de proposição, e isso não é só sobre o ensino médio... A Professora Dorinha acompanhou, na discussão do Fundeb, por exemplo, e conhece o trabalho do Todos pela Educação. A gente sempre faz nossas propostas a partir de estudos, claro, das legislações, das normativas, da literatura, mas com muita escuta, escuta com especialistas, com os atuais gestores, com profissionais da educação. Então, esse contato frequente com quem está lá no chão da escola pública também nos ajuda, e nos ajuda muito, a construir e pensar nossas ideias de políticas públicas e, no âmbito, aqui, do ensino médio, tem nos apoiado bastante.

Então, esta é a minha apresentação, que, nos meus próximos minutos, eu vou passar bem brevemente, mas é assim que está estruturado esse último documento do Todos pela Educação que a gente soltou há dez dias: o que é a essência do Novo Ensino Médio e que a gente defende que deva ser mantido, quais são sugestões de reestruturação dos elementos do chamado Novo Ensino Médio e algumas outras propostas do que a gente enxerga que deveria ser uma verdadeira reforma do ensino médio, muito mais ampla e muito mais sistêmica.

Então, a essência do Novo Ensino Médio, e não vou entrar em grandes detalhes, acho que bastante já foi comentado aqui. Em primeiro lugar, a ideia de expandir a carga horária, de, inicialmente, das 800 horas anuais, o que dá quatro por dia, para, pelo menos, mil horas por ano, mas com uma ideia de expansão olhando para o ensino integral. É claro que muito precisa ser feito para garantir as condições para que isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteça, mas é uma sinalização positiva, é uma essência positiva que enxergamos no atual Novo Ensino Médio.

A nova arquitetura curricular, que tem muitos problemas, e a minha segunda parte da fala vai falar sobre isso, mas a ideia dela de se ter uma formação geral básica e uma parte diversificada, que, como já foi dito aqui, não veio, essa ideia não veio nas discussões de 2016, 2017 e 2018, mas já vinha antes. As próprias normativas, algumas delas, já traziam a ideia de diversificação, mas acho que a nova lei induziu isso, mas a ideia de você ter uma parte comum, com uma BNCC organizada por áreas do conhecimento, que não proíbe você ter os componentes curriculares que tinha antes, mas permite que você trabalhe com mais interdisciplinaridade, o que acho que foi um avanço importante, e uma parte flexível, que tem muito a melhorar, e falarei disso em breve, mas a ideia de você ter uma parte flexível que aprofunde em áreas do conhecimento é muito importante, a nosso ver, e muito conectada com o que no mundo está avançando, como o José Ricardo trouxe.

E aí, por fim, a ideia da integração da formação profissional e técnica no ensino médio.

Concordo, não é FIC via aquelas certificações intermediárias, mas a ideia de você conseguir prever, na carga horária total do ensino médio, os cursos técnicos de nível médio, com a certificação técnica de nível médio. Dependendo do caminho que formos seguir com alguma eventual mudança de carga horária da formação geral básica, isso pode ser um desincentivo para uma integração dos cursos técnicos de nível médio. Precisa-se chamar a atenção para isso. Então, acho que um modelo, a ideia de você integrar mais, articular mais, que é a palavra certa, a formação técnica profissional, a EPT, no ensino médio regular é um ponto muito positivo.

Agora, vários problemas aconteceram, e, no Todos pela Educação, a gente enxerga que não são só problemas de implementação. Há problemas, sim, na lei que foi aprovada e há problemas nas outras normativas, há desafios que podem ser pontos de aprimoramento a serem feitos nas diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas portarias do Ministério da Educação...

E aqui eu queria trazer, de forma muito resumida, as seis mudanças prioritárias que o Todos pela Educação tem apontado para esse Novo Ensino Médio que estão explicitadas, discutidas e detalhadas nesses documentos que estão no nosso *site*.

A primeira delas é a substituição da ideia de que você tem um teto da formação geral básica de 1,8 mil horas. A nossa proposta é que isso seja mudado para dois pisos de carga horária: um piso de 2,1 mil horas para a formação geral básica, e um piso de 600 horas para os itinerários formativos. Percebam que isso não soma as 3 mil, dá flexibilidade para o sistema de ensino; inclusive, o que quiser, nesse modelo, poderia trabalhar 2,4 mil horas com 600 horas de aprofundamento de área. Mas também poderia trabalhar 2,1 mil horas e integrar um curso técnico profissional ao ensino médio, especialmente se considerarmos a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regra que valia na Resolução 6, de 2012, do Conselho Nacional de Educação, pela qual os cursos técnicos de mil horas, de 1,2 mil horas, quando integrados no ensino médio, tinham um abatimento de carga horária. Acho isso muito importante de destacar. Mas temos que tomar cuidado para não ir a um modelo que inviabilize a articulação da EPT no ensino médio. Esse é o modelo que a gente coloca para discussão e para proposta.

O segundo é acabar com essa dispersão e pulverização imensa que houve nos itinerários. A partir das normativas do Conselho Nacional de Educação, não avançamos em orientações nacionais nos últimos quatro anos; não houve definição de como será o Enem, ninguém sabe como vai ser o Enem do ano que vem, os estudantes estão desesperados. Então é preciso, a nosso ver, dar novas orientações sobre o que são itinerários formativos, o que significa aprofundar em áreas do conhecimento, eventualmente até com uma base dos itinerários, deixando mais claro para as redes de ensino o que significa esse aprofundamento de cada área.

Um terceiro ponto, que achamos um absurdo nas atuais normativas, é a permissibilidade dada para o EAD no ensino médio. Hoje 20% da carga horária total do ensino médio pode ser feita à distância pelos estudantes. A gente defende uma redução drástica nessa permissão: apenas o que for superior às 3 mil horas presenciais poderia ser, 20% disso poderia ser à distância, apenas nos itinerários formativos, esse é um ponto que a gente coloca também na nossa nota.

Uma criação de uma meta vinculante para a expansão das escolas de tempo integral: a lei fala da expansão das mil horas por ano para as 1,4 mil, mas, se nas mil horas ela colocou o prazo de 2022, nas 1,4 mil ela não colocou. Isso está completamente solto. Acho que é possível discutir com sistemas de ensino sobre a gente caminhar rumo às 1,4 mil, pelo menos para uma parcela mais significativa do debate.

Vou usar meus quatro minutinhos finais, já estou me estendendo até os 15 minutos.

Precisamos rever urgentemente o cronograma de implementação dessas mudanças. A nosso ver, não dá para o Enem, no ano que vem, já ser adaptado à nova arquitetura, já avaliar itinerários formativos. Defendemos o modelo do Enem totalmente adaptado só em 2027, para dar tempo do anúncio do que seria esse modelo e de as redes se prepararem para isso. Mas também não é manter o Enem como está até lá. A partir do ano que vem, já é fundamental que o Enem esteja alinhado à Base Nacional Comum Curricular, o que já está sendo trabalhado nas redes de ensino. Vai ser um trabalho importante que o Inep precisa fazer.

E, por fim, algo que ficou praticamente esquecido, congelado nos últimos anos, que é o apoio do Ministério da Educação às secretarias estaduais. Um processo de mudança, de reforma curricular tão importante quanto este que estamos discutindo precisa de uma coordenação do Ministério da Educação, que soltou programas pulverizados nos últimos anos, e é preciso assumir um guarda-chuva maior, ter mais recursos, mais apoios, porque são muitas mudanças que precisam ser feitas nos sistemas de ensino. Se vamos mudar novamente algumas normativas – ajuste nas normativas estaduais, ajuste na formação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professores, ajuste no material didático, nas avaliações são muitos elementos que precisam ser alterados **–** , uma coordenação nacional não é só bem-vinda, como é essencial para que isso possa acontecer com qualidade.

E aí, por fim, Senadora, as propostas adicionais para a constituição de uma verdadeira reforma do ensino médio. Nós temos muita clareza aqui no Todos pela Educação de que apenas discutir a reforma da arquitetura curricular não levará à melhoria substantiva do ensino médio brasileiro. A gente precisa discutir diversos outros elementos **–** essa imagem no eslaide tenta abarcar isso **–** que hoje são pouco abordados nessa discussão que está muito focada na questão curricular.

A gente já falou aqui na assistência estudantil para acesso e permanência, na infraestrutura das escolas, no apoio à formação e valorização dos professores, no financiamento e nas outras políticas pedagógicas. São vários outros elementos que, a nosso ver, no Todos pela Educação, dão oportunidade ao Ministério da Educação, junto com a sociedade brasileira, de lançar uma verdadeira reforma do ensino médio, com a questão curricular resolvida e solucionada, mas com vários outros elementos nessa política, para termos realmente um novo ensino médio muito mais estrutural, muito mais transformacional, que é do que os jovens brasileiros precisam.

Agradeço novamente pelo convite e paro por aqui.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) **–** Obrigada pelas contribuições. O Todos já tem um documento mais aprofundado que acredito que já tenha sido enviado **–** eu já recebi uma cópia **–** e pode contribuir muito com o debate a partir dos estudos já realizados.

Eu quero informar **–** estou presidindo, embora seja Relatora **–** que o plano de trabalho com as audiências públicas já foi aprovado, e a minha ideia para a construção do relatório contempla uma proposta que eu já havia mencionado na presença da nossa Presidente, assim como já havia feito um apelo a todos os expositores para que pudessem enviar documentos.

Em virtude de eu estar acumulando Presidência e Relatoria, eu vou só fazer essa exposição. Nós vamos seguir o plano de trabalho apresentado, a ideia dos prazos e audiências públicas, todas as que foram sugeridas e, logicamente, se houver alguma sugestão de alteração ou complementação, nós vamos receber dos colegas Senadores. Junto nós temos uma proposta, que eu vou disponibilizar à Comissão para que possa fazer sugestões também, de elementos de coleta das informações que cada uma das instituições que já estiveram conosco e que estão pesquisando o tema, podem ser inclusive algumas que não estejam conosco... Esse formulário eletrônico vai ser disponibilizado justamente para coletar as diferentes informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo de exposição de cada um de vocês é muito pequeno para um acumulado de estudos que cada um aqui, a partir do seu local, de onde fala, tem a apresentar. A ideia de discutir... Quando a Senadora Tereza Leitão apresentou a proposta, nós tínhamos até uma situação desenhada de maneira diferente pelo Ministro Camilo. Depois disso foi aberta a consulta pública.

Nós temos hoje uma situação de grande insegurança para as redes, porque quem tem a tarefa do Executivo de implementação da reforma ou, dentro da rede privada, com uma estrutura que precisa responder, todo mundo já começou a fazer.

Inclusive eu acho que esse também é um dos pontos; nós estamos, é natural, não pode haver uma situação de demonizar a reforma do ensino médio. Nós temos uma situação de enorme desafio no ensino médio antes da reforma; o processo de implementação está em andamento. Nós vivemos dois anos de pandemia, uma ausência eu diria que praticamente completa do Ministério da Educação, não só no âmbito do ensino médio, mas no apoio aos sistemas de educação municipais e estaduais. Temos um desafio que todos nós acompanhamos, os números da última avaliação mostram isto: o impacto da pandemia, do fechamento das escolas. Não seria diferente pelas dificuldades e pela mudança, ao mesmo tempo pelas enormes desigualdades de acesso a novas formas de aprendizagem, ao ensino híbrido, à educação à distância.

Concordo plenamente com a fala do Prof. Ivan também, quando ele coloca os dois anos da pandemia e o desenho, muitas situações que podem ser incorporadas, inclusive como alternativa. Eu enxergo que, se nós não enfrentarmos de cabeça centrada, sem paixões, a situação da educação no Brasil, o prejuízo será muito grande. Os números mostram que o impacto na alfabetização é o maior, passa de 60% em relação às nossas crianças em fase de alfabetização. E, no ensino fundamental e no ensino médio, o ensino médio já era a modalidade com o maior desafio, com menor crescimento dentro das avaliações nacionais.

Nós precisamos enfrentar a questão da temporalidade. Eu coloquei aqui a questão do abandono, da evasão, da formação de professores, que eu lamento muito ainda ser pouco enfrentada, porque, se a gente não conseguir fazer enfrentamento em relação à formação de professores... Quem forma os nossos professores? Como é que nós estamos lidando com isso? Cadê as universidades públicas, as federais, as instituições de formação, os projetos inovadores que nós precisamos construir? A formação de professores, eu coloco que hoje é um dos maiores desafios da educação, e no ensino médio não é diferente. Se a gente continuar na lógica dos caixotinhos das disciplinas, dos pacotinhos, cada um cuidando da sua tarefa, olhando a realidade da maioria dos estados, como o meu Estado de Tocantins, que em muitas cidades tem, sim – e não é agora, com a reforma; já era –, uma única escola de ensino médio, e, em muitos lugares, a escola de ensino médio compartilha com o ensino fundamental: às vezes a própria escola oferece do sexto ao nono e o ensino médio.

Quando eu estava na Comissão, uma das coisas que nos preocuparam foi o percentual muito baixo do teto. Hoje o Todos traz uma sugestão, que pode ser esse número ou outro, mas realmente o número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas é pequeno, a gente pode avançar. Eu acho também que a gente não pode ridicularizar os itinerários formativos; tem muita coisa acontecendo e tem uma série de situações orgânicas. Eu acho que o que nós temos que enfrentar é que não é só uma questão de reforma curricular, de organização disso aí. A estrutura curricular, a grade, cada estado poderia trabalhar dentro da sua autonomia essa estrutura. A gente precisa ir além disso. Que escolas são essas do ensino médio? Escolas que não têm biblioteca, que não têm laboratório, que não têm banheiro, que não têm nenhuma estrutura de funcionamento.

Nós estamos debatendo, neste momento, a questão do piso, da formação. Pensar que, simplesmente por um selo "novo ensino médio", ou ensino médio anterior, ou porque a gente não concorda, e eu em particular também... A medida provisória atropelou.

Na minha opinião, poderíamos ter trabalhado com a Câmara para acelerar a votação do trabalho que estava sendo realizado. O que logicamente não seria esgotado, mas já tinha um grupo trabalhando, uma Comissão instalada na Câmara há mais de dois anos. Então, nós poderíamos ter avançado.

A discussão e a revisão permanente iriam acontecer também. Só que nós teríamos essa legitimidade porque o debate aconteceu também, mas com a legitimidade de um debate ouvindo diferentes correntes por mais de dois anos.

Eu acho que essa questão de que veio desse governo ou daquele governo não pode ser o que nos dirige, mas os desafios que estão colocados num Brasil diverso, desigual e nós queremos enfrentar. E eu vejo que o Ministro Camilo também tem esse propósito, de lidar, estabelecer e agir, porque o MEC, de verdade, não agiu para apoiar estados nessa tarefa do ensino médio. As ações mostram em relação a isso.

Eu vou fazer... Esse plano de trabalho que eu mencionei, todo mundo vai receber assim que a gente fechar. Eu já tenho as propostas de questionamento, de formulário, que é muito mais de quem fez o texto e apresentou. Praticamente tudo está abordado, mas tem muitas contribuições que têm vindo, ao longo das exposições, com situação da exposição de um representante, de que não necessariamente chegou algum documento já consolidado, de posições, com contribuições.

Então, a ideia é ter esse documento, que possa ajudar não só no nosso relatório, mas ser enviado também ao Ministério da Educação para que possa reunir os dados coletados agora pela consulta pública. E, a partir daí, nós avançarmos, porque hoje o que tem de pior é a insegurança para os alunos, para os sistemas, para a sociedade. E os alunos são os que estão mais inseguros ainda porque têm o Enem para enfrentar, a continuidade de escolarização, a realidade, em muitos casos, de abandono e de apoio dos próprios sistemas, as dificuldades dos sistemas estaduais.

Temos questões abertas em relação aos pontos fortes, pontos positivos da reforma: o que pode ser reforçado, o que tem que ser modificado, o que pode ser aproveitado, o que pode ser minimizado. Questões mais amplas, e todos vão receber, e faço esse apelo para que, dentro das possibilidades de cada uma das instituições, possam nos enviar as contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ler as perguntas do e-Cidadania e devolvo a palavra a todos os expositores.

O Taylor Pedro, do Distrito Federal, faz uma pergunta, ele coloca: "Quais correções precisam ser feitas no atual modelo de gestão educacional [do Brasil] para [que o Brasil possa ocupar um papel de] destaque na educação mundial?".

Érica de Souza, de Goiás: "Quais são os eixos estruturantes dos itinerários formativos?".

David Martins, do Rio de Janeiro: "Se o novo ensino médio for integral, como [...] [será] com aqueles jovens que trabalham ou fazem estágios? [...] [Perderão] seus empregos?".

Clarissa Saraiva, do Ceará: "Não seria bom se o ensino médio fosse também profissionalizante, como ocorre em países da Europa, por exemplo?".

Vítor Martins, do Distrito Federal: "Qual o impacto da precariedade no ensino médio no Brasil na formação acadêmica e no futuro dos estudantes?"

Átila Conceição, da Bahia: "O ensino médio deveria ter uma disciplina de estágio para preparar o estudante para o mercado de trabalho".

Essas são as contribuições que nós recebemos através do e-Cidadania. Eu acho que, de maneira geral, já coloquei a maioria das questões que foram abordadas. Foi extremamente rica a posição apresentada pelas diferentes instituições.

Eu acho que tem um ponto novo que o Todos trouxe, que é a questão da EAD. Na Comissão, a gente precisa ter essa medida, ao mesmo tempo em que nós estamos trabalhando para a regulamentação do ensino híbrido. Com que elementos a gente pode contar da tecnologia – o que foi muito bem colocado pelo Ivan, pelo Prof. José Ricardo, sobre as tecnologias –, da pesquisa, da possibilidade de aprofundamento, inclusive usando todos os recursos que estão dados. Em muitos casos, os nossos professores não estão nem preparados para conduzir o trabalho. Ao mesmo tempo, temos a questão da EAD e o peso.

Na Câmara, por muito tempo, o debate e a luta de várias áreas profissionais é a de não ter formação de veterinário com EAD, de não ter formação na saúde com EAD. Infelizmente, a situação da formação de professores, no Brasil, tem um peso enorme só em EAD e com muita dificuldade. E não estou colocando pelo formato; é porque o nosso país não tem estrutura de monitoramento, de acompanhamento. É uma ausência completa, normativa e, eu diria até, de monitoramento do que é ofertado, de qual a qualidade e de como é que nós podemos certificar quem está fazendo através da EAD.

Eu vou passar a palavra pela ordem de exposição, por cinco minutos, no máximo, pedindo que, dentro do possível, consigam se organizar dentro desse tempo, deixando aberto para qualquer um de vocês. Além do material que nós vamos mandar, é aberto. Obviamente, são sugestões de pontos; quem quiser e puder nos ajudar nesse processo de construção do relatório, será muito importante para todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Profa. Fernanda Antônia Fonseca Sobral da SBPC, pelo tempo de cinco minutos.

A SRA. FERNANDA ANTÔNIA DA FONSECA SOBRAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer, de novo, à Profa. Dorinha, porque eu acho que foi uma oportunidade.

Como eu disse no início, é um exercício da democracia. A gente viu aqui posições diferentes, todas respeitosas, eu diria – todas respeitosas. Nós vimos posições mais críticas, menos críticas e propositivas, como foi o caso, sobretudo, do Gabriel, que trouxe propostas claras com relação a isso. Então, eu acho que isso só ajuda para essa construção do consenso que se está querendo.

Logo no início, eu disse: olhem, quem sabe a gente chega, mais ou menos, a um consenso, apesar das divergências. A gente quer, na realidade, ajudar nesse consenso, com relação à reforma do ensino médio, e isso é típico da democracia.

Eu disse aqui... Uma questão só que eu queria reforçar: é claro que alguns problemas que eu mesma coloquei aqui – por exemplo, relativos à formação de professores, à falta de infraestrutura –, não são de agora. Isto todos nós sabemos: não são problemas de agora, mas eu acho que na medida em que estamos querendo fazer uma reforma do ensino médio, pensando num futuro melhor, temos que nos preocupar tanto com a formação de professores, com essa questão, como com outras coisas também, como infraestrutura, inclusive com a infraestrutura digital. Foi dado um exemplo agora, quer dizer, da inteligência artificial; o Ivan se referiu a isso, quer dizer, nós estamos chegando num momento em que a inteligência artificial está entrando. Então, as escolas precisam estar, até certo ponto, equipadas. E eu diria que foi um dos sofrimentos que a pandemia trouxe, foi justamente essa falta de infraestrutura das escolas para poder justamente acessar a educação à distância.

E, finalmente, o que eu queria dizer é que não podemos pensar numa reforma apenas como uma reforma curricular; temos que pensar, então, em matrizes curriculares, em material didático, em formação de professores e em infraestrutura – é isso!

Eu acho que é isso, dizendo de uma forma muito resumida, mas eu acho que essas questões foram apontadas como sendo problemáticas, sempre foram, e nós não podemos... com uma reforma que seja malfeita, uma reforma que venha piorar ainda mais essa situação. Essa é uma questão.

Sobre a questão da revogação ou não, eu até disse que, em 2018, a SBPC foi clara na revogação. Agora, nós estamos apontando os erros e vamos ver justamente qual é a possibilidade de revisão ou de revogação, o que o próprio Ivan coloca como o temor de uma crise institucional grande com a revogação.

Então, eram essas contribuições que eu queria dar ao final.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prof. Fernanda, sempre muito lúcida, foram muito importantes as suas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos enviar e aguardamos receber contribuições da SBPC. A professora mencionou vários documentos construídos e, com certeza, vão nos ajudar nesse processo de construção.

É muito importante essa questão. Nós não estamos falando só do currículo do ensino médio; é importante, é parte de todo o processo, mas exigem ações muito mais orgânicas e estruturadas para o ensino médio.

Muito obrigada.

Com a palavra a Sra. Monica Ribeiro.

Eu não estou vendo ela aqui na página, não sei se ela não está... (*Pausa.*)

Está?

Monica Ribeiro, Professora titular da Universidade Federal do Paraná, Coordenadora do Observatório do Ensino Médio, para as suas considerações finais.

A SRA. MONICA RIBEIRO DA SILVA (Para expor.) – É que alguém aí "muta" o nosso microfone, então, enquanto "mutava", eu abria, mas, enfim, deu tudo certo.

Vou colocar aqui o meu cronômetro.

Então, primeira coisa, nós temos, do Movimento Nacional, um documento que foi entregue ao GT Transição, com a passagem do Governo Lula, vou retomar esse documento para enviar e temos um manifesto do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, que traz dez pontos para se pensar numa política pública integrada para o ensino médio, que ultrapassa a questão curricular.

Então, se der tempo, eu falo um pouquinho disso. Se não, eu vou dialogar um pouquinho com o que os colegas falaram e com o Portal e-Cidadania.

Primeiro, quanto à questão do tempo integral, ela não pode ser vista como um princípio abstrato. Nós temos que avaliar as condições efetivas de oferta e ampliação da jornada no Brasil, considerando a estrutura física das escolas, a quantidade de professores que nós temos, o grau de esforço docente, os materiais e as experiências que tivemos com o Emiti (Ensino Médio Integral em Tempo Integral), da portaria que nasce com a MP 746, que já mostram problemas graves.

Nós temos, em São Paulo, escola com turno integral, com jornada que começa às 14h e vai até às 21h. A ampliação para mil horas anuais, nós temos uma boa parte que é cumprida de forma remota sem qualquer assistência de professor. Então, não dá para ser um princípio genérico, uma abstração, nós temos que ter um diagnóstico factível em relação a isso.

Quanto à questão da profissionalização, eu sinceramente considero muito estranhas algumas falas, mas eu vou responder à pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não seria importante o ensino médio ter formação profissionalizante?"

Gente, em 1996, quando aprovou a LDB, os arts. 39 e 40 falaram da educação profissional técnica de nível médio. Já existia lá a forma concomitante e subsequente. E o Decreto 5.154 põe a forma integrada, que é o que permite a ampliação dos institutos federais. Como assim falar que não existia ensino médio profissionalizante no Brasil? É extremamente estranho isso. A questão é: qual é a forma da profissionalização?

Sobre a questão levantada pelo Prof. – não sei se é professor – José Ricardo, nós temos uma questão para discutir e para avançar, porque não é fácil dizer que a concepção de flexibilização está sintonizada com o que acontece no mundo.

Mais ou menos, tenho estudado agora o modelo alemão e o modelo canadense, que seriam modelos de flexibilização, mas são muito diferentes. Não têm itinerários formativos não.

E a outra coisa é como é que nós criamos no Brasil essa contraposição de diversificação por um lado e padronização pela BNCC do outro.

Vamos resolver essa equação. Como é que se diversifica e se impõe um currículo padronizado? Porque, mesmo que, em tese, não seja um currículo, para os estados é, inclusive porque está ali nas avaliações em larga escala. Aqui, no Paraná, tem até prova de BNCC, para vocês terem uma ideia de como as leituras vão sendo traduzidas pelos entes que irão aplicar a lei.

"Nunca ouvir falar em retomar os PCNs na nossa área da política curricular". Há uma ampla crítica aos PCNs.

Sobre a questão da flexibilização, gente, o Brasil tem formação básica como parte diversificada desde a Lei 5.692. Então, como dizer que era um currículo único que não poderia flexibilizar? Nós sempre tivemos parte diversificada.

Outra coisa, assim, preocupa-me a gente ficar falando abstratamente em currículos e, para mim, esse foi o erro da MP 746 e do PL 6.840. Nós temos que levar em consideração um diagnóstico real do que é ofertado no Brasil, das condições de estrutura física, material e trabalho docente. Por exemplo, agora há pouco o Ivan falava da inteligência artificial. O.k.. A pandemia mostrou que 90% do quartil mais pobre da população não têm acesso à internet. Então, vamos olhar para o futuro a partir da realidade, e não a partir de abstrações ou de generalizações ou até mesmo de experiências de outros países. Essa é a minha preocupação, entende? Que a gente coloque um ponto de chegada sem apreciar o ponto de partida. E, sim, o ponto de partida das nossas análises aqui são as redes públicas de ensino de todo o território nacional. Essa que é a nossa preocupação, como é que essas coisas casam.

Propostas em relação à Lei 13.415, a ampliação da formação geral básica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós defendemos o mínimo de 2,4 mil horas – o mínimo de 2,4 mil horas. Também não vejo como teto, nenhuma lei nossa tinha teto.

Ensino totalmente presencial, principalmente as 2,4 mil horas.

As pesquisas todas já estão mostrando a enorme exclusão digital de estudantes de escola pública no Brasil. Vamos olhar para isso.

Eu destacaria a problemática dos itinerários formativos. Eu, particularmente, considero um equívoco, porque sigo alguns estudos, inclusive estudos franceses, mas que analisam países – posso depois enviar o estudo, está em francês, mas posso enviar. Eles mostram que, em países com marcas de desigualdades sociais e educacionais, a diversificação precoce nos currículos só amplia as desigualdades. Então, esse é um ponto que eu considero importante que a gente considere na decisão da reformulação.

E me permite um minuto?

As pessoas ficam polarizando, revogar ou não, mas eu coloco a pergunta para gente pensar se é possível fazer alguma alteração – inclusive essas que o Gabriel trouxe ou outras que a Fernanda mostrou – sem mexer na lei. Então, não dá para ampliar a carga horária de formação geral básica para quantidade que for sem alterar a Lei 13.415, porque nela está o teto de 1,8 mil horas. Não dá para repensar formatos ou vinculação ou não à BNCC ou aos itinerários sem alterar a lei. Então, quando a gente fala em revogação, nós estamos falando em retomar a Lei 13.415 naqueles pontos que mostraram que já eram problemáticos, criticados e temerosos e que se mostraram absolutamente impossíveis de serem exequíveis nas condições do sistema escolar brasileiro.

Então, muita coisa passa, sim, por mudança na Lei 13.415, e a fala de todo mundo aqui, salvo engano, vai nessa direção, porque precisaria e implicaria em mudanças na lei.

Muito obrigada novamente, Professora Dorinha, muito bom te encontrar, mesmo assim, *online*, e é muito bom poder ter...

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Acho que nós tivemos... congelou. Travou? (*Pausa.*)

Quando a Profa. Monica retomar, nós agradecemos.

Com a palavra o Sr. José Ricardo Diniz, representante da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen).

O SR. JOSÉ RICARDO DINIZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar de um painel, de um debate tão qualificado, tão proveitoso, eu diria, pela diversidade de opiniões, de concepções, de contribuições. Eu confesso que foi bastante enriquecedor para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim estar com profissionais, com educadores que têm, cada um, a sua perspectiva, mas todos nós acreditamos na educação como o grande motor para toda e qualquer nação.

Nas palavras finais, eu gostaria de colocar que, com relação à revogação da lei e a uma outra lei, na verdade, nós entendemos que as achegas necessárias não mexem na concepção da lei. A base conceitual da lei, conceptiva da lei, está dentro dos fundamentos que nós temos na BNCC com todos os seus elementos – então, há uma articulação evidente nesse sentido – e a própria liturgia final que resultou na lei.

Gostaria de destacar também o aspecto da educação profissional. Eu acho que a nova lei do ensino médio – o Novo Ensino Médio, melhor dizendo – traz a questão profissional à tona de uma maneira muito marcante e está trazendo esse debate à pauta da educação, daí a importância que isso traz para a educação brasileira como um todo.

Uma outra questão que eu gostaria de colocar é que todas as propostas aqui colocadas sinalizam na direção de uma afinação com todos estes aspectos que marcam o nosso tempo: a questão da conectividade, a questão do avanço tecnológico, a questão das metodologias ativas, a questão de trazer a educação para algo mais estimulante e que esteja dentro da realidade de vida de cada estudante. Esses pontos todos estão colocados nas proposições, nas propostas que aqui foram colocadas, e eu, particularmente, também entendo, e toda a Confenen entende, que essas postulações são bastante relevantes para serem levadas em conta no relatório final.

Então, mais uma vez, agradeço à Presidente, Professora Dorinha; à Relatora, que acompanhou os trabalhos, e a todos os colegas que participaram deste debate tão proveitoso, tenho certeza, para todos nós.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Prof. José Ricardo.

Monica, muito obrigada. Quando você terminou a sua fala, congelou aqui a sua imagem, então, eu não sei se você estava nos ouvindo, mas muito obrigada também pelas suas contribuições.

E, só para esclarecer, obviamente, se houver... O objetivo do grupo de trabalho é uma avaliação na proposição inicial da Senadora Teresa Leitão. Não significa revogar ou ter uma nova lei, mas pode ser que isso seja apontado. Então, elementos podem ser corrigidos. Nada impede que, sem revogar uma lei anterior, façamos ajustes e novas propostas, assim como também não impede de fazermos um novo desenho. É que também, de igual forma, se nós tivemos um debate de mais de dois anos, uma proposta... Teve a medida provisória, teve uma série de coisas. Também o tempo de debate vai permanecer com os ajustes necessários. Aqueles que forem matéria de lei podem ser feitos, inclusive porque partem de um consenso com que é muito mais fácil de caminhar. E, no que não for matéria de lei – que for do conselho regulamentar, que for ação do Ministério da Educação –, eu acho que o mais importante é este debate, com diferentes leituras que você traz, também importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós sabemos, e eu fui quase que sozinha na luta pelo 5G na educação, porque o edital já estava pronto, já lá no TCU, com o peso de todo mundo dizer: "Ah, vai atrasar para todo mundo". E a gente conseguiu incluir, mas as lutas são muito grandes, porque, de verdade, este país é muito desigual. E, logicamente, a educação sofre muito com tudo isso que nós estamos colocando.

Prof. Ivan, sempre bem-vindo, para suas considerações finais. Ivan Claudio Pereira Siqueira.

O SR. IVAN CLAUDIO PEREIRA SIQUEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Também agradeço muito à Senadora Teresa Leitão, que preside; à Professora Dorinha, Senadora que é Relatora; e às colegas e aos colegas que, enfim, me deram a honra de participar aqui.

Eu entendo, tentando colaborar e, obviamente, não repetir o que já foi dito, que a educação se faz com sonhos também. Eu não acredito que a educação se faça só com concretude. E princípio, por definição, é abstrato; não conheço princípio concreto. A Constituição coloca dois princípios para a educação nacional: primeiro, uma formação de cidadania plena; segundo, a educação para o mundo do trabalho. Isso é abstrato, mas é evidente que isso deve se concretizar. É em função disso que a LDB vai procurar responder a esses dois princípios constitucionais em todos ou na maior parte dos seus artigos.

Então, são dois princípios constitucionais que deveriam ser vistos, se nós tivéssemos um projeto de país – mas não temos, não para todos. Esses dois princípios, apesar de abstratos, bastariam, porque bastaria a gente fazer a pergunta: quanto à cidadania plena, no século XXI, precisa do que para você ser uma cidadã ou um cidadão pleno num país diverso, num contexto mundial diverso, de globalização, de crise de modelo de produção, etc.? Que elementos são fundantes para aquilo que está na Constituição, que é a educação básica, que deveriam prover?

Então, acho que isso daria, de certa maneira, muito respaldo às nossas decisões, mas é evidente que, como várias sociedades, nós temos problemas, temos, enfim, debates, divergências, mas me parece que esse fundo é a razão central de todo o resto: o fato de nós não termos, de fato, um projeto de país para todos.

Agora, por fim, eu queria dizer que, independentemente de qualquer que seja o modelo, eu penso que a gente deveria estar preparado para discutir alterações de maneira constante, em função das dinâmicas que se apresentam. Qualquer que seja a alternativa que nós tomemos agora, seja em relação ao ensino médio, seja em relação à formação de professores ou seja em relação a alguma coisa que de fato importe para a educação brasileira, a gente não pode desconsiderar o contexto. E o que é que o contexto está mostrando para nós? Que são necessários, primeiro, monitoramento constantemente, avaliação e tomadas de decisões, para a gente não ficar para trás. Os países que fizeram a reforma, por exemplo, em relação ao ensino de computação, inteligência artificial, já estão na terceira reforma, que começaram há mais de dez anos. A gente aprovou um documento há um ano e pouco e, se quisermos ficar minimamente na página vigente, já teremos também que fazer alterações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu penso que, se a gente entende que a dinâmica do século XXI, neste momento presente, é uma dinâmica de inconstância permanente, eu penso que a gente tiraria um pouco do peso de nos arvorarmos em decisões definitivas. A única coisa que é definitiva é o que ficou no passado, e, mesmo assim, a gente está o tempo todo reinterpretando.

Então, eu acho que nós não temos um projeto de país, mas penso que os dois elementos centrais que estão na Constituição como princípios que reverberam por toda a LDB e toda a legislação deveriam servir de base para a gente constituir um país que, paulatinamente, seguisse na direção desses princípios. E, por definição, princípio é: se você está indo para o nordeste e nordeste, você corrige a rota, mas, indo para o sul, você não chega nunca ao norte. Então, o princípio também ajuda, porque ele te dá uma noção de direcionamento, porque não pode ser o zero ou um binário da computação, porque aí fica muito difícil de a gente pensar em convergência humana através desse conhecimento.

Eu agradeço muito às colegas e à Senadora Professora Dorinha e a toda a sua equipe aí.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Eu passo a palavra agora para Gabriel Barreto Corrêa, do Todos pela Educação, para as suas considerações finais.

Muito obrigada.

O SR. GABRIEL BARRETO CORRÊA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Eu vou começar a partir de um comentário que a senhora fez sobre tecnologia e EAD. Eu acho... Só frisar e sublinhar que é muito importante mesmo essa discussão, porque, quando aqui, no Todos pela Educação, a gente fala de restrições muito rígidas à educação à distância, a gente não quer abominar as tecnologias na educação. Então, eu acho que tem jeitos... As normativas ainda não estão claras nesse caminho, mas a forma com que tem sido feita a educação à distância nas redes de ensino tem gerado ainda mais desigualdades, e isso nos preocupa muito.

Tem um segundo ponto, que a Profa. Monica levantou, sobre questões da legislação anterior, com a qual concordamos. Não tive tempo de expor, mas, claro, sabemos da legislação, que já permitia o ensino médio integrado, especialmente, articulado ao ensino técnico e à questão da diversificação curricular, só que entendemos que a legislação e as normativas anteriores pouco incentivavam isso. Não à toa a gente tem um número, uma parcela de matrículas de cursos técnicos de nível médio integrados – que é o modelo que a gente mais defende – baixíssimos aqui no Brasil, com ilhas de excelência – que são realmente ilhas de excelência – que devem servir de inspiração, como os institutos federais de algumas escolas técnicas estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa questão de revogação, Senadora, acho que ficou muito claro na minha fala: o Todos pela Educação não é a favor da revogação do Novo Ensino Médio. A revogação é você tirar tudo que está aí e colocar outra coisa no lugar ou não colocar, mas eu acho que não tem ninguém no debate que quer voltar para o modelo anterior totalmente, mas a gente entende que tem, sim, pontos de ajustes, e mudar alguns pontos e normativas em legislação não significa, a nosso ver, revogar uma lei inteira.

Então, acho que essa ideia de alterar dispositivos está muito presente em nosso documento técnico. Não pude aqui e nem quis detalhar os artigos, os parágrafos e os incisos em que a gente sugere mudança no nosso documento.

Tem uma preocupação que apresentamos aqui e que vem crescendo no debate educacional, que é uma proposta de voltar ao modelo anterior mais 2,4 mil horas. É você botar um mínimo de 2,4 mil, com obrigatoriedade das 13 disciplinas obrigatórias, ou seja, você volta ao modelo anterior rígido, por 2,4 mil horas, e nas restantes você faz o que quer.

A gente entende que se deve ir para o seguinte caminho: olha, uma rede que ainda não está preparada para seguir esse modelo poderia seguir esse caminho, mas somos contra matar ideias que já estão acontecendo, em ideias públicas inclusive, de se trabalhar a interdisciplinaridade, de se pensar em modelos diferentes, sem voltar necessariamente, obrigatoriamente, na LDB a 13 disciplinas. Inclusive, acreditamos que também não é espaço de lei definir quais componentes curriculares devem ser obrigatórios. Acho que isso é uma coisa presente aqui na nossa defesa.

E, por fim, tem algo que é fundamental, e esse Governo, junto com a atual legislatura no Senado e na Câmara, tem tentado promover, que é essa articulação entre Congresso e Governo Federal. Se tem muita crítica, lá de 2016, de que o Governo Federal atropelou pela medida provisória uma discussão parlamentar, achamos muito crítico que no Parlamento comece a ter discussões que passam ao largo da consulta pública e do ministério que o está fazendo. Então, acho muito positiva – eu estava há pouco com a Senadora Teresa Leitão e sei que a Senadora Dorinha, que é Relatora nesta Subcomissão, também tem feito isso – essa articulação que tanto Senado quanto Câmara têm feito com o Ministério da Educação, pelo menos a maioria dos Parlamentares, para que a gente tenha esse consenso, ouvindo os secretários estaduais de educação, ouvindo profissionais de educação, ouvindo os estudantes, para que a gente possa achar a melhor saída. Do jeito que está, acho que tem um consenso aqui de que não dá para continuar, mas podemos e precisamos avançar muito mais.

Então, obrigado pelo convite. O Todos pela Educação está à disposição para continuar dialogando sobre esse tema com vocês.

Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Por videoconferência*.) **–** Muito obrigada a cada um que trouxe aqui as suas contribuições e a quem nos acompanhou no e-Cidadania.

Quero submeter à aprovação o Requerimento nº 2, de 2023.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL N° 2, DE 2023

Requer, nos termos do art. 74, I, do Regimento Interno do Senado Federal, Inclusão, no Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária para "debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas" (CEENSINO), aprovado em 10 de maio de 2023, a seguinte atividade: Aplicação de formulários eletrônicos para a coleta de dados para a realização de uma avaliação do Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, junto às autoridades que serão ouvidas pela CEENSINO.

Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

O documento está disponível na página do Senado.

Está aberta a discussão aos Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação. (*Pausa.*)

O requerimento foi aprovado.

Nós agradecemos imensamente a contribuição, a participação de todos: da Profa. Fernanda, da Profa. Monica, do José Ricardo Diniz, do Prof. Ivan, do Gabriel. Muito obrigada. Nós seguimos aqui na nossa tarefa e esperamos receber as contribuições de vocês.

Obrigada a todos que nos acompanham também pela TV Senado e pelo e-Cidadania.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Leila Barros, Paulo Paim, Flávio Arns, Jorge Kajuru, Cid Gomes e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sra. Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Campanha); Sr. Rodrigo de Paula, Coordenador da Secretaria de Finanças - CONTEE; e Sra. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/14

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de junho de 2023.

Os objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, de minha autoria.

Convido para compor a mesa o Sr. Rodrigo de Paula, Coordenador da Secretaria de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), ao tempo em que anuncio também como participante da mesa, em modelo *online*, a Profa. Marlei Fernandes de Carvalho, Vice-Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e a Profa. Andressa Pellanda, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que já estão aí nossa telinha.

Informo ainda que foi convidada a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), que não indicou representante para participar desta audiência pública.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Quero pactuar com os nossos convidados para que, na exposição inicial, cada um ou cada uma tenha o tempo de dez minutos, podendo ser prorrogável por mais cinco minutos. E, ao fim das exposições, a palavra será devolvida, após as inscrições dos Parlamentares e a leitura das participações pelo e-Cidadania. Então, os convidados terão a palavra inicial de dez ou quinze minutos, podendo se estender até quinze. E, ao final, na devolução, nossos cinco minutos tradicionais.

Vamos começar ouvindo a Profa. Marlei Fernandes de Carvalho, representando a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Seja bem-vinda, Marlei, e muito obrigada por aceitar o nosso convite.

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) **–** Boa tarde a todas, a todos e a "todes".

Quero cumprimentar a nossa querida Senadora Teresa Leitão, também da educação pública em Pernambuco, que, então, representa a nós trabalhadores e trabalhadoras da educação. E também cumprimento o trabalho desta Subcomissão, que já está hoje na sua sexta audiência pública para tratar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um dos temas que mais têm tomado o nosso debate nesses últimos períodos, que é a necessidade da reformulação do ensino médio. Eu diria que nós, do campo da educação, estamos dizendo da revogação da atual Lei 13.415 para uma nova legislação pactuada, debatida com os segmentos educacionais, o que não aconteceu desde 2016 e desde 2017, na aprovação da lei.

Quero saudar, então, todos e todas, também o companheiro da Contee e a Andressa Pellanda, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Senadora Teresa Leitão, acredito que já passaram por aqui diversas avaliações das necessidades relativas à revogação da Lei 13.415, de 2017. Não quero dizer que a posição da Confederação Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores em Educação é pela revogação dessa lei. Nós já fizemos diversos seminários, estamos em luta desde 2016, e entendemos que chegamos, agora em 2023, ao ápice da demonstração da farsa que é a Lei 13.415. Estou falado em farsa no sentido do que ela prometeu, do que veio de promessa sobre essa lei, e o que de fato está acontecendo nos estados.

Nós, da educação pública representamos... Só a educação básica, sem a contabilização dos institutos federais, que têm uma outra estrutura, um outro currículo e uma outra condição, uma que nós gostaríamos que todas as escolas públicas das redes de ensino da educação básica tivessem e ainda não foi possível... Mas quero dizer que nós respondemos por 85% de todas as matrículas dos nossos jovens, adolescentes e jovens, e de muitos adultos no ensino médio no nosso país.

Eu vou seguir um pouco os objetivos que foram colocados nesta Subcomissão, que seriam as lacunas, a carga horária, sobre o que é, então, que nós, da CNTE, fazemos as devidas críticas e o que estamos propondo.

Quero dizer, primeiro, que a revogação da Lei 13.415 é condição essencial para se resgatar o direito à educação no Brasil à luz dos princípios de qualidade e de equidade para a maioria dos nossos jovens que estão na escola. E também quero ressaltar que a CNTE já pensa, obviamente, nos mais de 70 milhões de brasileiros e brasileiras que não concluíram a educação básica no nosso país e, assim, dizer também que, nessa propositura da revogação dessa lei, nós também queremos recuperar o ensino médio noturno para o aluno trabalhador, assim como a ampliação da educação de jovens e adultos, que nos últimos anos também foi deixada de lado. Vejam que temos uma necessidade gigantesca, com mais de 70 milhões de brasileiros e brasileiras que ainda não concluíram a educação básica no nosso país.

Também quero dizer, nesse sentido, que a nossa crítica vai à parceria com a BNCC, que esvaziou os conteúdos da base geral de formação nas nossas escolas, rompeu a unidade formativa no nível básico através dos chamados itinerários formativos que compõem o chamado novo ensino médio, mas estão completamente desvinculados da formação geral e dos projetos político-pedagógico das escolas. Não houve nenhuma formação e orientação aos docentes, as matrizes curriculares foram substituídas por disciplinas com pouco ou nenhum conteúdo histórico-científico. Disciplinas da nossa matriz curricular consistente das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro áreas – história, geografia, sociologia, filosofia, artes, física, química, biologia, língua portuguesa, línguas estrangeiras modernas, no caso espanhol também foi deixado de lado, e matemática – foram substituídos por muitos desses itinerários formativos na matriz curricular. Isso criou também aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, obviamente aos professores e professoras das escolas, uma necessidade de ter que – entre aspas, muito entre aspas – "se adaptar". Adaptar a quê? Adaptar-se às novas disciplinas desses itinerários formativos que não constituem nossa formação geral básica. Isso explodiu este ano, demonstrando a dificuldade para os nossos estudantes, principalmente das escolas públicas, visto que boa parte das escolas privadas conseguiram permanecer com a formação das quatro áreas do conhecimento de forma mais geral e ao mesmo tempo também criaram alguns itinerários formativos.

Nós também entendemos que temos para esses jovens, hoje colocados, uma formação aligeirada. O próprio Presidente do Inep já disse que o Enem – e nós entendemos que é isso mesmo – tem que partir na sua configuração através da formação geral básica. Daí a gente já vê a grande lacuna que esse novo ensino médio, esse chamado novo ensino médio trouxe, que foi justamente tirar as principais disciplinas da formação geral básica.

Nesse sentido, nós entendemos que há necessidade desse amplo retorno de debate sobre o ensino médio e que o MEC, através da Portaria 399, está colocando, mas nós entendemos que também não atingiu ainda uma popularização, ou seja, chegar diretamente às escolas, aos pais e às mães, o que significa a atual proposta e quais as proposições que eu vou dizer na sequência que nós queremos instituir.

Acho que outros temas muito importantes e que esta Subcomissão coloca em seus objetivos é em relação ao que foi apresentado na proposta da Lei 1.3415. Foi apresentado um ensino médio de tempo integral que não é factível, como a gente diz entre os trabalhadores. Quem fez a proposta não conhece a realidade das escolas públicas do nosso país, com mais de 3 mil cidades que apenas têm uma escola de ensino médio, que não puderam ser adaptadas à estrutura factível de um currículo necessário para uma escola de tempo integral e, ao mesmo tempo, que expulsou muitos alunos da escola, isso porque, ao estender as jornadas e não transformar as escolas em tempo integral, porque não foi possível para as redes de ensino e para essas escolas, vários estudantes tiveram que deixar a escola diante da necessidade social de se dedicarem a suprir às necessidades socioeconômicas das suas famílias.

Com relação à infraestrutura das escolas, também não tivemos quase nenhum avanço. Não tivemos um robusto movimento do Ministério da Educação, nem no currículo, nem na implementação, tampouco na estruturação dessas escolas para de fato se ter um ensino médio em tempo integral. Então, nós entendemos que essa revogação é necessária.

Eu vou aqui dizer que a CNTE vai soltar, na próxima semana, no máximo, um texto dizendo aí de todas as nossas necessidades com relação à alteração da lei, como a carga horária mínima anual, diferenciar o noturno do diurno, diferenciar a educação, a escola de tempo integral, onde se consegue implementar esse ensino médio de forma parcial, porque não se consegue instituir em todas as escolas de nosso país, também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocar a necessidade do retorno de todas as disciplinas de uma formação geral, com um mínimo de 2,4 mil horas, e uma parte diversificada, mas construída a partir de um arcabouço e de uma estrutura direcionada às áreas do conhecimento e não uma coisa tão fluída e tão solta que não dê condições de as escolas e de os sistemas de ensino fazerem essa aplicabilidade.

Então, sabemos que já demos dois projetos de lei no Congresso Nacional, Senadora Teresa Leitão, mas a CNTE vai, nos próximos dias, colocar um texto que ajuda e vai ajudar esta Subcomissão, como vai ajudar as atuais propostas e também levar ao MEC aquilo que nós orientaremos para que alcancemos uma nova proposta amplamente debatida com a sociedade e que seja aprovada por este Congresso, tanto na Câmara Federal quanto aqui no Senado.

Então, fico por aqui inicialmente. O tempo passa rápido, não é? A gente acha que dá tempo de fazer toda a exposição, mas, na sequência, estamos aqui para contribuir.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Marlei.

Aqui no Senado, ainda não chegou nenhum projeto de lei da reforma do ensino médio. Tem um projeto tramitando na Câmara, não sei se já foi distribuído, não sei ainda o nível de tramitação, mas o que nós estamos ouvindo de todos os nossos convidados é sobre esta necessidade: o que faremos a partir do que estamos recolhendo, da riqueza que estamos recolhendo nesta Subcomissão? Todos os documentos das entidades convidadas podem ser encaminhados para a nossa relatoria. Hoje, inclusive, eu vou passar à Relatora uma posição do Conselho Estadual do Piauí. É importante que os conselhos também, apesar de nós já termos aqui contado com a presença do coordenador geral do Fórum de Conselhos Estaduais... Há posições tomadas por alguns conselhos que certamente vão enriquecer bastante o nosso relatório. Então, esse documento que a CNTE está preparando será muito bem-vindo para a nossa relatoria.

Passo a palavra agora para a parte presencial – que aí a gente alterna, não é? Depois, a gente chama a Andressa –, a Rodrigo de Paula, Coordenador da Secretaria de Finanças da Contee.

O SR. RODRIGO DE PAULA (Para expor.) – Primeiro, boa tarde a todos, todas e "todes"!

Quero saudar, Senadora Teresa Leitão, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), todos os presentes; saudar aqui o Walisson, pelo Fórum Nacional de Educação; saudar a Andressa, a Marlei da campanha da CNTE.

Quero dizer, primeiro, Senadora, que nós – a nossa confederação – representamos atualmente todos os trabalhadores do setor privado de ensino, da educação infantil até a universidade, aproximadamente 120 sindicatos, entre professores e técnicos do Brasil, e aproximadamente 1,2 milhão de trabalhadores do setor privado. E nós temos como filosofia, Senadora Teresa, embora sejamos um sindicato de trabalhadores do setor privado, nós defendermos a escola pública. Nós entendemos que cada escola pública de qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diminui a mais valia no setor privado e aumenta também a qualidade da educação, não é? E é neste sentido que nós, a Contee, também nos posicionamos, Senadora, nacionalmente, da mesma forma que os companheiros trabalhadores da CNTE: contrários à lei do novo ensino médio, por entender primeiro, como a Marlei colocou, por vários aspectos, mas o principal deles é justamente a ausência de debate político. Nós viemos de... Passamos por um processo de muita ausência de debate na educação, e entendemos que não se constrói educação por decreto ou lei sem que a gente discuta com os agentes principais, que são os estudantes, os docentes. E nós entendemos que ocorreu, ao longo de vários anos, certa inanição por parte do Ministério da Educação, em que várias entidades, inclusive representantes, foram excluídas por diversas vezes de diversos debates envolvendo a educação, entre eles do da própria reformulação do ensino médio.

Então, nós entendemos que a lei deva ser revogada, Senadora, a partir de um grande movimento de rearticulação que passa pelo Fórum Nacional de Educação. Nós entendemos que o local, o foro correto para debater o novo ensino médio passa ali pelo Fórum Nacional de Educação, pela construção coletiva, entidade essa que reúne todos os pensamentos da educação: dos estudantes a todos os docentes, toda a comunidade escolar.

Nós entendemos que, nesse sentido também, da mesma forma, Senadora Teresa, a Contee estará apresentando, tanto ao Senado como à própria Câmara dos Deputados, o entendimento nosso, a nossa concepção enquanto trabalhadores do setor privado, por entender que esse novo ensino médio faz com que o afastamento social se aprofunde, onde o filho do trabalhador não vai ter a mesma oportunidade, muitas vezes, que o filho de uma sociedade com mais acesso. E nós representamos isso no setor privado. A gente percebe o afastamento da prática real da implementação do ensino médio. A gente hoje tem escolas que não têm o mínimo sequer de estrutura, em que a gente praticamente não consegue comportar a educação em tempo integral, atender os itinerários e, ao mesmo tempo, também atender a expectativa de vida dos estudantes uma vez que a maioria das escolas não tem sequer estrutura, não é? Quando a gente vai para o aspecto da formação docente, sequer nós tivemos uma preparação enquanto docentes para atender essa nova realidade do ensino médio.

Então, nós temos várias críticas. Achamos que a reformulação nesse contexto não é possível uma vez que nós não participamos dessa elaboração. Achamos que deva ser revogado para, a partir de um marco de revogação, a gente construir uma relação nova. É claro que a gente tem aí grandes movimentos, e boa parte dos defensores, Senadora, dessa reforma do ensino médio tem dito muito: "Ah, porque nós já fizemos, os estados fizeram investimento, a maioria das escolas se preparou". Mas, quando a gente vê lá na prática, não é bem assim, com exceção do setor privado, que tem uma relação muito diferente de estrutura, de mecanismo, muitas vezes, inclusive, com foco no acesso apenas à universidade, que se preparou na ótica do mercado. E nós entendemos que a educação não pode ser uma ótica do mercado de exclusão; ela tem que levar em consideração a expectativa de vida, o acesso aos jovens ao mundo do mercado de trabalho. E esse novo ensino médio justamente faz com que ocorra um afastamento social muito grande. Hoje, praticamente, o filho do pobre jamais vai poder ser um médico, vai poder ser aquilo que ele desejar – não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falo nem em questão de médico, mas aquilo que ele desejar –, porque não vai ter a mesma oportunidade para o aluno da escola pública e para o aluno do setor privado.

E aí, nesse sentido, nós entendemos que é necessário que este Governo, Senadora Teresa, que nós ajudamos a eleger do ponto de vista de uma nova concepção, da democratização, adote esse debate no próprio Ministério da Educação, a partir do Fórum Nacional de Educação – ali, sim, nós entendemos que é o foro correto, democrático; que passa, inclusive, por todas as correntes de pensamento – para que a gente possa construir, sem dúvida nenhuma, o ensino médio de acesso a todas e todos. Porque, infelizmente, o que a gente está percebendo e acompanhando nas escolas deste Brasil é o afastamento, a evasão escolar, uma realidade em que nós entendemos que, se não tiver por parte desse Governo uma sinalização de a gente reorganizar o mundo da educação com foco nessa questão social, a gente não vai ter oportunidade para todos.

E é nesse sentido, Senadora Teresa, que a Contee se solidariza. Vamos apresentar... Estamos acompanhando a tramitação do projeto de lei na Câmara dos Deputados. Achamos também que aqui no Senado ainda precisa ter um apelo social maior do ponto de vista do que que significa o ensino médio enquanto nação e desenvolvimento para esse país. E na Contee, sem dúvida nenhuma, nós não vamos nos furtar e vamos apresentar. Porque nós temos toda a clareza, Senadora, da ótica de quem está no setor privado. Muitas vezes, a escola tem o acesso, tem todas as condições físicas, mas muitas vezes também nós não tivemos a formação, no setor privado, suficiente para a gente defender uma educação naquilo que a gente entende essencial para o nosso país, com uma dimensão tão diferente e uma realidade tão distinta que nós temos.

Então, a gente entende que esse ensino médio deva ser revogado. Achamos também que o Governo precisa urgentemente sinalizar os processos de avaliações, que têm, inclusive como acesso, os próprios vestibulares; um processo de transição em que a gente precisa entender e compreender que não existe uma solução sem que haja uma revogação. A senhora mesma disse, Senadora, que há muita crítica do ponto de vista da revogação, mas em toda a lei, seja ela do ponto de vista alterado, está lá no finalzinho: revogam-se as disposições contrárias.

Então, a gente precisa ter, por parte do Ministro Camilo e de toda a sua equipe, a reconstrução de um novo marco de discussão democrática. Volto a repetir, não se constrói uma educação legislando por decreto, por portaria, sem que haja uma construção. Nós vivemos durante muitos anos neste país – a senhora é professora e sabe o que significou – a ditadura, e essa herança que a gente tem herdado aí de governos anteriores para a educação: um desastre. Quando a gente vê o que aconteceu nesses últimos anos do Governo Bolsonaro para a educação... Inclusive no setor privado, a gente percebe um afastamento muito grande da própria mentalidade das pessoas, principalmente dos jovens do ensino médio, justamente por essa ausência, cada vez maior, de matérias em que a gente possa levar em consideração a cidadania, a formação, a coletividade. E o ensino médio muito voltado apenas para o mundo do trabalho, na ótica da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divisão de classe. Nós achamos que a educação tem que ser um processo mais amplo, onde todos possam ter oportunidade, e não a gente ter um fosso entre a educação de quem pode pagar, do filho do rico, com a falta de acesso do filho do trabalhador, do filho do pobre.

Por isso, a gente entende... A Contee, nós entendemos, Senadora Teresa, que nós vamos participar efetivamente passando um pouco para esse debate a realidade de quem está no chão da sala de aula do setor privado, não é? Porque muitas vezes a gente passa para a sociedade que o setor privado é o melhor dos mundos, mas, ali por trás, a gente tem uma massa de trabalhadores que são explorados, e muitas vezes a falta de autonomia do professor muito é grande também – a gente muitas vezes não pode expressar aquilo que pensa. E, cada vez mais, nesse Governo passado, a gente percebeu isso: as escolas e o comportamento, por parte do setor patronal, cada vez mais também, colocando a educação numa camisa de força.

É por isso que a gente defende, Senadora, a revogação do novo ensino médio e um novo marco a partir do Fórum Nacional de Educação, onde a gente consiga organizar as conferências, fazer o debate lá na ponta, do interior desse Brasil até as grandes cidades, o que passa por uma construção coletiva. Esse é o entendimento, Senadora.

E parabenizo aqui a senhora. A gente costuma dizer lá na Contee que, graças a Deus e a todo esse movimento da educação histórica, nós temos a senhora aqui no Senado, para justamente fazer esse enfrentamento e colocar na ordem do dia a visão de uma professora, de uma educadora que conhece como ninguém a realidade deste Brasil.

E a gente fica, às vezes, um pouco frustrado pelo início do Governo. Sabemos a correlação política que nós travamos neste Governo, neste Congresso Nacional, e muitas vezes a gente percebe que essa correlação tem que ter também o apoio social. É por isso que a gente entende que, quanto maior o movimento democrático pela defesa desse movimento, a gente consegue atingir as pessoas... Porque muitas vezes o debate, Senadora, também é, às vezes, sucumbido. A gente fala "novo ensino médio", e dá a impressão de que todos os problemas da escola vão estar resolvidos. Na verdade, não é isso. A gente tem escola hoje que não tem internet, que não tem o mínimo de condições. E as escolas privadas também, porque você tem escolas comunitárias que têm uma realidade bem diferente.

A gente entende que o debate passa, primeiro, pela democratização dessa discussão através do Fórum Nacional de Educação, e a senhora, sem dúvida nenhuma, vai ser a nossa porta-voz aqui. E a Contee, da mesma forma que os colegas da CNTE, nos próximos dias, vai apresentar o nosso olhar sobre a revogação, a proposta de revogação no chão de quem está no setor privado.

Então, eu agradeço aqui, em nome de toda a nossa direção da CNTE, e nos colocamos à disposição, Senadora Teresa, para a gente aprofundar e ajudar nesse debate nessa ótica da defesa da escola pública de qualidade e de acesso para todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Nós que agradecemos, Rodrigo, pela leitura do direito à educação, que não se esgota entre nós da educação pública; muito pelo contrário, ele deve ser uma luta de toda a sociedade, não é? E aguardamos também o documento.

Eu digo que o horizonte da revogação está cada dia mais nítido. Pelo menos aqui, nesta Comissão, todos os convidados e convidadas que nós estamos tendo o prazer de ouvir, com raríssimas exceções, raríssimas mesmo, têm colocado essa necessidade, pelo fracasso que significa essa organização já vista por quem está dentro da escola, pelo próprio MEC.

Eu acho que o movimento Revoga Já teve essa importância de botar o debate da revogação no centro das conversas.

A própria reconstituição do Fórum Nacional de Educação com a sua formatação anterior ao golpe é outra coisa também importante.

Nós já ouvimos várias entidades do fórum e vamos continuar realizando mais três audiências ainda. Nós aprovamos uma série de sete audiências no plano de trabalho; esta é a quarta. E esperamos ao final estar também com um saldo de conteúdo bem importante para compor e aprovar o nosso relatório.

Então, sem mais delongas agora, eu vou passar a palavra para Andressa Pellanda, representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, uma parceira também no nosso debate educacional.

Seja bem-vinda, Andressa. Obrigada pela presença. Já lhe passo a palavra de imediato.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) **–** Obrigada, Senadora, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores.

Nós temos visto também, no debate do Fórum Nacional de Educação, que foi muito reiterado aí por Rodrigo, essa mesma impressão de maioria grande e ampla sobre a revogação, com raríssimas exceções.

E queria aproveitar para cumprimentar a Contee e a CNTE, que são parceiras históricas aí do nosso trabalho, com as quais temos muita honra de trabalhar juntos.

Eu vou compartilhar a tela, fazer uma apresentação rápida sobre por que defendemos, enquanto Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a revogação.

Primeiramente, nós acreditamos e defendemos uma educação como direito, e isso precisa ficar claro, considerando que a discussão sobre o novo ensino médio é uma discussão de disputas de modelos educacionais. E o modelo educacional que nós defendemos é aquele que está presente já na Constituição Federal, que garante uma educação libertadora, uma educação que seja para a formação plena, seja para o trabalho, seja para o desenvolvimento sustentável, mas seja também para a cidadania e para a transformação social. Para isso, a gente defende que vários princípios devem ser garantidos nesse direito à educação, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três deles aqui eu vou colocar como destaques, para que a gente possa olhar a reforma do ensino médio a partir deles.

Então, o primeiro é boa formação inicial continuada, valorização e condições de trabalho docente, já que o pilar do ensino é fundamental para que o processo de ensino aprendizagem aconteça; infraestrutura adequada, com condições de acesso, permanência e inclusão na educação – para que esse processo de ensino aprendizagem possa acontecer de forma equitativa para todas as pessoas essas condições precisam ser ofertadas –; e, por fim, um currículo que seja substancial, que seja profundo, com gestão democrática, e que o currículo com esse processo de gestão democrática, juntos, permitam essa construção do conhecimento de forma dialógica e crítica justamente para a transformação social. E nós vemos, ao analisar a reforma do ensino médio, que esses três pilares não estão sendo garantidos na reforma do ensino médio.

A gente assina, somos um dos proponentes da carta aberta em defesa da revogação da reforma do ensino médio. Uma carta que já chega a 650 assinaturas de entidades – entidades, vale dizer, não são pessoas, são entidades da sociedade civil, do campo educacional –, em que a gente mostra dez pontos que são críticos na reforma do ensino médio: o primeiro deles caracteriza uma fragilização do conceito do ensino médio, que é previsto na LDB, já que a proposta de ensino médio, quando foi construída, era ser uma formação geral para todos, e esse novo ensino médio restringe e aprofunda as desigualdades, ou seja, não está sendo ofertado com equidade para todos; amplia a adoção do ensino médio em tempo integral sem assegurar os investimentos suficientes para garantir essas condições de acesso e permanência; ainda induz jovens a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade, de maneira precária, em instituições com baixa infraestrutura; além de colocar em risco o modelo de ensino médio mais bem-sucedido que a gente tem hoje, que já foi, inclusive, citado aqui, que é o ensino médio integrado praticado pelos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, que defendemos como um dos melhores modelos a serem seguidos para o nosso ensino médio; ainda aumenta o número de componentes curriculares, fragmentando a educação e pulverizando esse conhecimento sem um nexo interdisciplinar; desregulamenta a profissão docente, desmontando a construção de conhecimento e métodos científicos, trazendo a possibilidade de terem professores que não têm formação e que são contratados precariamente – nisso eu não vou me estender, porque a Contee e a CNTE já se aprofundaram muito sobre isso –; acentua o processo de desescolarização, porque os estudantes não veem mais sentido, muito menos ainda, nesse novo ensino médio, e isso faz com que eles saiam da escola, então há um processo de exclusão escolar; ainda, com o processo de terceirização dessa educação, garantindo ainda mais precariedade; e, claro, o comprometimento dessa qualidade de ensino por meio da possibilidade de educação a distância. Todos esses são elementos que aprofundam as desigualdades educacionais e, claro, as desigualdades sociais, e a gente vê ainda mais distante a consolidação de um sistema nacional de educação e da garantia desse direito à educação de qualidade. Nessa carta, a gente aprofunda e traz um argumento mais enraizado sobre esses dez pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria trazer aqui também fundamentação científica, porque muito se diz que é um problema de implementação da reforma, e na verdade ela tem problemas graves de concepção também, e isso sublinha ainda mais a necessidade de revogação.

Então, existiu uma edição especial da *Retratos da Escola* sobre a implementação do novo ensino médio nos estados, que foi organizada pelos Profs. Fernando Cássio e Débora Goulart. Os dois são da Rede Escola Pública e Universidade e integram a rede da campanha e o nosso comitê diretivo. Eles têm acompanhado de perto o ensino médio e trazem, como conclusões dessa revista, o seguinte:

> Os estudos indicam elementos comuns nos diferentes estados da Federação: o primeiro é a limitação da participação de sujeitos e comunidades escolares na elaboração dos conteúdos do Novo Ensino Médio; o segundo é a presença do número considerável de atores privados, especialmente de fundações e institutos empresariais, em todas as etapas de implementação do Novo Ensino Médio; [e, por fim], [...] é o efeito indutor de desigualdades do Novo Ensino Médio, como já previsto por [outros] [...] especialistas [...], inclusive antes da aprovação da legislação, quando foi editada a medida provisória.

Ou seja, foi construído sem gestão democrática, está sendo implementado sem gestão democrática, tem vieses de defesa de privatização da educação inclusive na sua formulação e implementação, e aprofunda as desigualdades.

Ainda no artigo que eles escrevem na revista, eles mostram que essa livre escolha, que é a grande bandeira desse novo ensino médio, é uma falácia, porque ela depende: um, das condições materiais das redes de ensino, muito mais do que das aspirações individuais – então não basta o estudante querer escolher, mas ele precisa que a escola oferte, e a gente não tem visto essa oferta –; e dois, os estudantes de nível socioeconômico mais elevado têm maior liberdade de escolha, ou seja, a gente aprofunda aí as desigualdades também em relação a liberdade de escolha. E aquelas formações com maior complexidade em termos de condições de oferta são aquelas que são menos ofertadas.

Além disso, eu e o Daniel Cara escrevemos na revista da NORRAG em 2020 uma análise sobre essas reformas educacionais – e aí trazendo a BNCC também, que já foi citada pela Marlei e concordamos integralmente com a crítica que ela traz –, mostrando que a gente tem visto no Brasil uma mudança, uma guinada de um modelo de privatização incremental da educação para um modelo de privatização estrutural. E a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular são exemplos de reformas que aprofundam esse modelo.

O resultado disso é que a gente tem deslocado o modelo educacional brasileiro do direito à educação, direito aprofundado, com todas essas características e princípios que eu trouxe lá no começo, para um direito a aprender, que, na verdade, tem um escopo conteudista, produtivista, utilitarista, que olha para uma formação estritamente vinculada a uma formação para o trabalho, uma formação para um trabalho de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

século XXI, que é um trabalho precarizado e que desvaloriza completamente o papel dos profissionais da educação, quando não os substitui. E a gente sabe que, para uma educação plena, os profissionais são essenciais.

Então, a gente já traz algumas pinceladas sobre evidências científicas, tem outras. E, além de termos feito essa carta e produzido artigos e mobilizações nas ruas, nas redes, nós temos participado dos processos das consultas públicas. Um deles é a própria consulta com o questionário. Nós fizemos uma nota técnica da Associação Brasileira do Ensino de Ciências Sociais, da Campanha, do Cedes da Unicamp e da Rede Escola Pública e Universidade – todas essas entidades fazem parte da rede da Campanha –, orientando qual seria, enquanto rede, nossa posição em relação a essa consulta. E nós discordamos de todas as proposições, exceto a última, que trata dos indicadores de qualidade do ensino médio, que são indicadores que foram, inclusive, formulados na sociedade civil com ampla participação e é a única proposição que, de fato, faz jus ao direito à educação.

Nós participamos, enquanto proposta, da formulação do projeto de lei que a Senadora citou anteriormente, 2.601, que está tramitando na Câmara dos Deputados, que traz um aumento da formação geral básica, que deve ocupar 2,4 mil das 300 horas, garantindo essa formação aprofundada e que possa pautar o Enem, além de várias outras modificações no texto, para que ele possa ser revogado e substituído por uma lei que, de fato, garanta esse direito à educação no ensino médio, como a gente defende, como a gente preconiza, que é a defesa da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Esse texto é um texto inicial para debate. A gente já tem conversado com várias entidades e pessoas especialistas para sugerir, inclusive, alguns ajustes. E a ideia é de que eles possam ser um ponto de partida para que a gente coloque, de fato, no centro do debate o direito à educação, e não a defesa de um ou outro grupo privado que tem uma ideia deturpada do que está previsto na nossa Constituição Federal.

É isso a nossa defesa.

Muito obrigada, Senadora. A gente continua à disposição para os próximos debates e para continuar essa conversa também no Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Andressa. Eu particularmente conheço esse texto da *Retratos da Escola*. É uma revista maravilhosa, já está com um bom tempinho de edição, cada vez melhor.

Agradeço a sua contribuição e estamos acompanhando também a tramitação do PL 2.601. Acho que está andando bem devagar lá na Câmara. Precisa realmente de um estímulo, mas aqui, no Senado, nós vamos aguardar. Restam-nos duas opções ou três: a gente aguardar a tramitação, porque ele virá para cá; a gente fazer um próprio; ou esta Comissão inferir sobre o MEC, para termos um projeto do Executivo. Então, isso está em debate, porque eu acho que a voz de todas as entidades e pessoas que nós estamos ouvindo é de que realmente esse modelo que está em vigor não corresponde ao direito à educação. A gente precisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reanalisar, como eu disse lá, desde o início, o que começou e o que a gente tinha na comissão de transição. Tem gente... Tinha mais força do que hoje o que mantém esse modelo. Eu dizia que era a turma do "revoga nunca", não tinha a do "revoga já", não é? A gente vai ter a turma agora do "revoga sim", que eu espero que cresça, para que a gente possa não cometer o erro que foi cometido outrora, de implementar um projeto sem debate, mas que a gente, através desse debate, se aproxime cada vez mais do horizonte da revogação com tempo hábil – com tempo hábil – também de interferir sobre esses outros quesitos que são levantados: a formação, a infraestrutura.

Aqui, no Senado, nós estamos debatendo o Plano Nacional de Educação em audiências também. Já soubemos que o Ministro deve mandar, nesse segundo semestre, um novo plano, e tem uma relação direta com aquilo que a gente está discutindo em várias frentes, mas acho que o acerto do "revoga" cada dia está mais evidente.

Então, sem mais delongas, eu vou ler as perguntas do e-Cidadania para voltar para vocês, os senhores e senhoras aqui representados. Nós temos cinco participações.

A primeira é do Taylor Pedro, do Distrito Federal: "Por que ainda vemos um ensino médio tão mecanizado e por qual motivo o Brasil não possui escolas que pregam o pensamento crítico?".

Roseane Nunes, da Paraíba: "O que o [...] [Ministério da Educação] pode dizer sobre o ensino profissionalizante integrado ao ensino médio? [...]".

Emilly Cortês, de Alagoas: "Os concluintes do ensino médio muitas vezes saem com déficit na aprendizagem. Como mudar [...] [essa realidade]?".

Lucineide Alessandra, do Distrito Federal, diz que o novo ensino médio vem sendo debatido há quase dez anos e pergunta se continuaremos a avançar nessa proposta. Eu diria, Lucineide, que, desde a LDB, nós estamos discutindo uma formatação própria, que corresponda à lei, como foi dito por Andressa, e por Marlei, e por Rodrigo, em relação a essa identidade do ensino médio.

E, por fim, Fábio Ribeiro: "Como o [...] [Ministério da Educação] vê a disparidade [no preparo] entre os alunos que terminam o ensino médio e prestam a prova do Enem?".

Eu informo que o Ministério da Educação não está presente nesta mesa. Algumas das posições do ministério são conhecidas, como essa preocupação com a desigualdade entre os estudantes que terminam o ensino médio, tanto dentro das próprias redes como de uma rede para a outra, e também com a própria proposta de ensino médio integrado, ensino profissionalizante integrado ao ensino médio. É a posição que agora está em vigor, já do tempo dos institutos federais de educação.

Os palestrantes fiquem à vontade para usar os seus cinco minutos finais.

Vamos começar como a gente iniciou a primeira rodada, com a Profa. Marlei, da CNTE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARLEI FERNANDES DE CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Teresa, pelas contribuições que chegaram.

Bom, acho que tem um debate, como a nossa Senadora já colocou aqui, sobre esta coisa: o ensino médio é o que desde a LDB? E isso se aprofundou neste período, porque uma das justificativas do Governo para dizer que o ensino médio não era atrativo era ser conteudista demais, uma educação mecanizada, como pergunta aí o próprio Taylor, isso perpassou muito neste último período para esta reformulação.

A CNTE tem ampliado este posicionamento de que a educação básica se firma como conhecimentos gerais no ensino fundamental e que o ensino médio é a reafirmação desses conteúdos, ampliação e constituição desses conteúdos, que devem servir para a continuidade dos estudos em ensino superior e, como a gente vem debatendo ultimamente também, que nesta continuidade o aluno possa, através de uma parte diversificada, aprofundar mais o percurso formativo que ele quer – mas, como nós já dissemos aqui, sem essa loucura que foi a implantação dos itinerários formativos –, uma parte diversificada com uma base teórica, estudos e preparação para o percurso formativo que o estudante desejar para o ensino superior.

Ao mesmo tempo, vou engatar este debate aqui com a educação em tempo integral. Nós também defendemos a educação profissional integrada no ensino médio – já citamos aqui os institutos federais –, mas dizendo que na educação básica também, em muitas redes de ensino, você já tinha uma sólida organização do ensino médio integrado à educação profissional nas redes de ensino, mesmo ainda sem condições efetivas na sua infraestrutura principalmente, pela necessidade de laboratórios, pela necessidade das especificidades dos cursos que vão ser ofertados. É isso que nós defendemos, não é a educação profissional como um itinerário, mas a educação profissional integrada ao ensino médio e que o estudante possa tanto ter um diploma de curso técnico, assim como a continuidade dos seus estudos no ensino superior.

Em relação ao despreparo ou ao déficit que os nossos estudantes têm ainda quando concluem o ensino médio, aí, vamos dizer assim – não é, Teresa? –, vamos fazer uma nova audiência, porque é um histórico bastante grande, e claro que essa dificuldade se ampliou nesses últimos seis anos, quatro anos do Governo anterior e mais os dois anos que tivemos do Governo Temer, do Governo golpista e que atenuou as dificuldades desta posição nossa de uma sólida formação científica, cultural e do mundo do trabalho no ensino médio, e que culminou também com o período de pandemia e com essa implementação da própria Lei 13.415. Quer dizer, nós aprofundamos, infelizmente, essa defasagem, e a pandemia também demonstrou o quanto há necessidade de banda larga, de estrutura das escolas, de acesso à internet, de uma formação mais integrada – ela causou nos nossos estudantes uma defasagem grande, e não só na alfabetização, como a gente viu no programa agora, que é importante, mas também na educação básica como um todo –, para conseguir superar esse período, não é?

E, por fim, dizer que é isso, o ensino médio ficou longamente aí com este debate, mas um debate construído. Eu acredito que, como a gente vinha lá, desde 2012, com a reformulação das Diretrizes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Curriculares da 2/2012, com o pacto inicial de debate sobre o ensino médio, da própria formação continuada para os profissionais da educação, nós estávamos num rumo progressivo, e este rumo progressivo foi interrompido, e foi interrompido de uma forma abrupta, ruim e que aprofundou as desigualdades educacionais e as desigualdades sociais.

Então, eu penso que nossas audiências e essa retomada de amplo debate sobre o ensino médio, sobre essa etapa da educação básica, são completamente necessários, e, como eu já disse e reitero, Senadora Teresa Leitão, nós precisamos popularizar este debate, para, afirmativamente, instituirmos uma nova proposta do ensino médio.

Eu agradeço aqui a oportunidade de a CNTE fazer, mais uma vez, o debate com as instituições, com a Campanha, com a Contee, nossas parceiras, e também nesta Subcomissão que a Senadora conduz. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) **–** Muito obrigada, Marlei, pela presença, pelas contribuições. Ficamos no aguardo do documento. Você traz a lembrança do debate do ensino médio inovador, que foi bruscamente interrompido.

Passo a palavra agora para o representante da Contee, Rodrigo de Paula, para as suas considerações.

O SR. RODRIGO DE PAULA (Para expor.) **–** Então, eu acho que, complementando o que a Profa. Marlei disse, a gente entende que, historicamente, na educação básica, Senadora Teresa, sempre houve um afastamento muito grande social, do ponto de vista da escola, da classe média alta para a escola do trabalhador, e eu acho que o Taylor deixou um pouco claro o que é que significaria, do ponto de vista de uma educação mais crítica do pensamento, que a gente tanto defende.

Historicamente, tanto a educação... Acho que o Prof. Paulo Freire sempre disse isso, com a educação libertadora. Historicamente, a gente sempre teve a construção educacional muito a serviço das classes dominantes. Então, houve sempre um diferenciamento entre a educação daqueles que podem ter um acesso e a daqueles que, muitas vezes, não têm condição de ter o acesso. Eu acho que é esse...

E a reforma do ensino médio pregou um pouco isso. Foi uma ilusão que foi pregada para a sociedade de que apenas a ampliação da carga horária e os projetos de vida, os itinerários seriam suficientes para resolver o problema do ensino médio, quando, na verdade, a gente sabe que a gente precisa de uma educação mais completa, e não uma educação compartilhada, dividida em projetos e itinerários de vida.

Então, a gente defende também, da mesma forma, esses modelos que são adotados do IFB, que dão complexidade tanto para o mundo do trabalho como também para o processo da formação crítica, do pensamento crítico. Eu acho que esse, sim, deve ser o desafio nosso, da gente, principalmente, Senadora... Eu sou oriundo também do movimento estudantil, e o que a gente está percebendo, estamos vendo isso nas entidades estudantis... E eu também participo do Fórum Nacional de Educação. Com pouquíssimas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceções, nós não vimos nenhuma entidade defender esse modelo de ensino médio, justamente por entenderem isto: na prática, não atende à expectativa de formação do ser humano como um todo e aumenta a divisão social, e a gente precisa de uma educação que faça um movimento libertador, um movimento de formação mais consciente da nossa juventude. Então, nesse sentido, a gente precisa empoderar a nossa juventude, pois, muitas vezes, está sendo construído um processo apenas de alienação para o mercado de trabalho, muito compactado, do ponto de vista daqueles que vão só para atender, muitas vezes, ao mercado profissional, em detrimento de uma formação mais crítica, mais consciente.

Então, Taylor, nós entendemos que esse pensamento crítico deva ser o centro principal da revogação e da nova proposta de ensino médio, para que se forme o jovem para o ensino médio numa outra concepção de nação.

E aí, Senadora, eu queria também trazer um elemento de que a gente pouco disse, que é justamente o processo de financiamento da educação. O pessoal fala muito no debate da educação sobre a ampliação de horas, mas e o financiamento? A senhora acompanhou muito bem o que significou para a educação, após o golpe contra Presidente Dilma: a retirada do debate que historicamente travamos dentro desta Casa e do Congresso Nacional da necessidade do financiamento, com o pré-sal e aquele debate todo, em que a gente jamais vai ter a construção de uma educação, seja no ensino médio, seja no ensino fundamental, sem a gente ter um financiamento por parte da estrutura do Estado, do ponto de vista da construção de uma escola que a gente defende, uma escola de tempo integral, com boa estrutura, com boa formação, com professores bem remunerados... Ao longo dos anos, a gente percebe justamente isso.

Então, é nesse sentido que a gente entende... A Roseane, da Paraíba, coloca isso muito bem. A gente não pode, de forma nenhuma... Precisamos de um Ministério da Educação que compreenda esse movimento. A gente pode ter o melhor Governo, o melhor cenário político de crescimento econômico, mas, se a educação não for pautada como prioridade, como estratégia de nação, a gente não vai conseguir avançar, a gente vai continuar sendo um país fornecedor apenas de *commodities*, em detrimento, muitas vezes, da tecnologia, da pesquisa, da extensão, e o ensino médio precisa ser colocado nesse instrumento, a gente ter uma libertação cultural dos jovens que passam pela formação do todo.

E um projeto de vida, a gente tem que dizer, o jovem tem que ter o direito de um projeto de vida do que ele entende necessário e com acesso a todos. Não é um projeto de vida em que a gente diga já para ele, lá no primeiro ano do ensino médio, o que ele vai ser. Falando assim: "Oh, você vai ser isso, você vai ser aquilo", porque a educação que essa lei do novo ensino médio defende é justamente essa, a gente dizer já para os nossos jovens o que eles podem ser, com muita limitação do processo de pensamento crítico, de formação.

Por isso, nós defendemos a revogação imediata. E a gente entende que o Ministério da Educação – Roseane, Emilly, Lucineide, Fábio – precisa compreender que não se constrói educação que não passe pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

democratização, pelo debate, pela construção do chão da sala de aula até o gabinete do Ministro da Educação e do próprio Presidente da República. Então, é isso o que a gente entende.

Nós vamos, sem dúvida nenhuma, Senadora, dar voz a todo esse movimento que a gente tem feito dentro do Fórum Nacional, de todos os agentes que constroem a educação, pela revogação imediata.

Muitas vezes, a gente não compreende. "Ah, por que o projeto começou dessa forma?", mas eu acho que, se a gente não fizesse, como disse a senhora, esse grande movimento, muito dificilmente a gente estaria organizando esta audiência de hoje, porque a gente já tinha assimilado – e o Governo passado assimilou muito, colocou na cabeça do ser humano, das pessoas – que o novo ensino médio seria suficiente para resolver as lacunas existentes historicamente na educação do nosso Brasil. E a gente só vai resolver com a revogação, a democratização, a criação das conferências, a volta das conferências nacionais de educação, nas quais a gente consiga atingir toda a sociedade, porque o clamor da educação não pode ser só o clamor de quem está dentro da escola, tem que ser o clamor de toda a sociedade para que a gente construa uma educação libertadora e o Brasil possa ser um grande país a partir da educação.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada. Muito obrigada, Rodrigo. Projeto de vida é projeto de vida, não pode ser uma disciplina, ou, como está sendo oferecido, um conteúdo dos famosos itinerários.

Passo a palavra, agora, para a Andressa fazer as suas considerações finais.

A SRA. ANDRESSA PELLANDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu estava aqui ouvindo sobre a questão da necessidade de retomar um modelo democrático e de fortalecer esse diálogo na construção de políticas, que os sujeitos de direito possam estar no centro, e eu só vinha lembrando aqui da frase de Darcy Ribeiro, que a educação brasileira não é uma crise, é um projeto; que a crise da educação brasileira não é uma crise, é um projeto. Eu acho que essa reforma do ensino médio vem colaborar com a crise da educação brasileira como um projeto, um modelo de educação que não defende o direito para todas as pessoas, que não defende a garantia da boa formação e da dignidade de trabalhos profissionais da educação, e que é um projeto mesmo. Eu acho que este debate que a gente está travando aqui no Senado, na sociedade, na Câmara, junto ao Ministério da Educação, é um debate que, no fim das contas, vai mostrar qual é esse projeto de educação que o Brasil vai tomar de agora em diante.

Por isso, também é tão necessário e é tão central esse debate sobre o ensino médio. A gente precisa deixar de pensar que o projeto da educação brasileira é um projeto de crise, um projeto de aprofundamento da desigualdade, um projeto das elites; ele precisa ser um projeto do povo, não é? Eu acho que é esse o ponto central da nossa discussão aqui, e é por isso que a gente tem, enquanto movimentos da educação, ocupado as ruas, as redes, os debates nos espaços de tomada de decisão, porque a gente não pode deixar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar, mais uma vez, mais um projeto que não foi construído com a comunidade educacional e que não é voltado para os 99,9%, mas um projeto para o 0,1%.

Então, eu acho que é um pouco sobre isso que a gente está falando aqui; e isso toca não só a educação e o dia a dia, ali, da escola de alguns estudantes, ele toca não só milhões de estudantes, mas também toda a população brasileira, porque é o que está em jogo: qual é o modelo de sociedade que a gente quer, o futuro dessa sociedade.

Então, eu queria chamar a atenção para isso. A gente não está fazendo barulho à toa, a gente está fazendo barulho por uma agenda de democracia e de justiça social.

Eu queria deixar o agradecimento, aqui, para o Senado, que tem sido uma casa que tem sido um forte esteio de resistência a retrocessos e que também tem feito o seu papel de olhar para as temáticas com profundidade, sem acelerar e açodar os debates. A gente tem visto isso nesta subcomissão aqui, na Comissão de Educação, um esforço grande dos nossos Senadores e da Senadora Teresa Leitão de fazer um debate, de fato, aprofundado, um debate que traga os diversos atores do campo, especialistas e representações, que é o que a gente realmente precisa nesse debate do ensino médio, que a gente tem levado também para o ministério. Não dá para fazer de um dia para outro, muito rapidamente, uma discussão que vai impactar a vida de milhões de pessoas.

Então, parabéns também ao Senado Federal por ser esse lugar de debate mais aprofundado e de resistência em relação aos direitos humanos!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Andressa.

Transmitirei a toda a Comissão esse reconhecimento, que é importante para nós. Temos todo o cuidado. Nosso Presidente é bem atento a essas questões e também sempre atencioso conosco. Os outros Senadores e outras Senadoras, nós estamos debatendo aqui, nesta Comissão, além da Subcomissão do ensino médio; temos audiência sobre o PNE; tivemos um roteiro de audiências sobre violência nas escolas. E isso, de fato, tem trazido, até para nós também, contribuições importantes para fundamentar as nossas falas, as nossas posições e os nossos próprios mandatos.

Então, eu agradeço muito a presença dessas três representações. Certamente, o relatório se beneficia da contribuição de cada um e de cada uma de vocês.

Não havendo mais nada a tratar, eu renovo os meus agradecimentos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL DE COMISSÃO.

Às quatorze horas e um minuto do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e três, no Plenário Virtual de Comissão, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Paulo Paim, Flávio Arns, Leila Barros, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sr. Carlos Artur Arêas, Pró-reitor de ensino do Instituto Federal Fluminense (IFF) e representante da Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Sr. Bruno Eizerik, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES); Sr. Francisco do O' de Lima Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); e Sr. Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/06/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas que estão na sala da tela e que estão nos acompanhando pela TV Senado, pela internet!

Esta é a 7ª Reunião da Subcomissão do Ensino Médio, que foi criada para avaliar, através dos vários olhares de todos os setores da educação, o processo de criação, de concepção e de implementação do chamado novo ensino médio, com vistas a que o Senado possa também subsidiar o debate, se posicionar perante o Poder Executivo, e achamos que a melhor maneira de fazê-lo seria ouvindo.

Como eu disse, esta é a sétima reunião. Já ouvimos gestores, professores, acadêmicos, instituições... Hoje, nós estamos com várias representações do ensino superior, que, sabemos, têm uma contribuição, porque recebem, formam para o ensino médio, recebem estudantes oriundos do ensino médio, e, para nós, é um prazer ouvi-los.

Esta reunião será transmitida pela TV Senado, será também uma reunião interativa, para a qual as pessoas podem mandar perguntas através do Portal e-Cidadania, na internet, com endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Informamos que o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim com as apresentações que porventura forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, estamos propondo que cada convidado possa fazer uso da palavra por até dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, o que daria 15 minutos de inicial.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares que estiverem inscritos para fazerem suas perguntas. E, em seguida, nós faremos as perguntas encaminhadas pela internet.

A mesa de hoje vai contar com a presença e a palavra do Prof. Alfredo Macedo Gomes, Reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), que já justificou que está entrando daqui a pouco; do Sr. Carlos Artur Arêas, Pró-Reitor de Ensino do Instituto Federal Fluminense (IFF) e representante da Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); do Sr. Francisco do O' de Lima Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); do Sr. Bruno Eizerik, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) e representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes).

Enquanto o Prof. Alfredo não chega, nós vamos começando, e eu já passo a palavra para o Sr. Carlos Artur Arêas, por dez ou quinze minutos inicialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ARTUR ARÊAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Queria agradecer, em nome do Conif – peço perdão pela minha dificuldade de fala agora –, o convite para esta mesa para expor, dentro desse mosaico de opiniões que está sendo construído, a visão da nossa rede e apresentar a proposta que foi construída no âmbito do conselho dos reitores dos institutos federais.

Primeiro quero colocar que as nossas instituições, por serem ainda majoritariamente instituições de ensino técnico e nível médio, têm uma visão muito privilegiada para abordar esse assunto. Quer dizer, formamos técnicos, temos ensino médio, temos ensino superior, somos afetados pelo Enem e temos também uma grande participação na formação de professores nos cursos de licenciatura.

Antes de apresentar o próprio documento do Conif, queria colocar algumas questões iniciais.

Primeiro, que a proposta feita pelo Conif é uma proposta de início de discussão, não de conclusão do processo como um todo. Talvez este tenha sido o grande problema da implementação da reforma na sua versão original: foi implementada por uma medida provisória, sem amplo debate na sociedade. Então, hoje, no caso de qualquer proposta feita, por mais conteúdo e especialistas que tenha, e a nossa é uma delas, é preciso levar em conta que é o início de uma discussão e que, para ser exitosa, vai precisar tramitar por estudantes, professores, profissionais da educação e por todos aqueles que atuam e interferem nesse processo como um todo. Então o documento que o Conif propõe é um documento de início de discussão e não um documento conclusivo, para se finalizar a reforma.

A segunda questão é que uma reforma curricular, e é disso que trata hoje a reforma do ensino médio, não basta para discutir a qualidade do ensino médio brasileiro, e ele está no coração do direito à educação. Não basta uma mera reforma curricular, é preciso que se discutam questões estruturais, questões de salário, valorização de profissionais, infraestrutura de escolas e uma série de outras questões, mas ainda se destaca que o currículo está no centro desse processo como um todo.

Um terceiro ponto, antes de comentar a proposta do Conif, é a defesa que a nossa rede faz da educação integrada e integral, que é a educação que trata do ser humano na sua forma completa. Quer dizer, a formação para a vida, a formação para a cidadania se dá em todos os níveis, no nível científico, intelectual, artístico, cultural, e a gente precisa apontar para isso com uma solução completa. A nossa rede não inventa essa proposta, ela foi iniciada e tentada em vários momentos da história da educação brasileira, por várias vezes. Talvez a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica seja aquela que persistiu nesse modelo, que hoje também é colocado como uma das possibilidades de referência para o ensino médio na educação integral.

Cada vez que nós apontamos para a obrigatoriedade, por exemplo, apenas de matemática e português ou linguagens no ensino médio, a gente está apontando para o sentido contrário, quer dizer, basta um conhecimento instrumental, competências específicas de matemática, português, para que um trabalhador exerça suas funções. Cada vez que a gente coloca a discussão da história, da filosofia, da sociologia, das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

artes, da educação física como componentes, a gente caminha para a discussão da educação integral, mas isso também não basta. Há um elemento muito forte presente nisso que é a questão do trabalho, o trabalho desde o ambiente escolar é um elemento vital como construção da identidade. E a nossa rede, por ser uma rede de educação profissional, pode fazer isso. Existem modelos que caminham para a profissionalização, mas abrem muito essa discussão mais ampla sobre a discussão da cidadania. Então, deixando claro, entendemos a posição que nós temos, mas fazemos também, insistimos nesse modelo de formação integral e integrada, porque nossas escolas são muito especializadas e a discussão aqui passa também por como poder contribuir, no modelo que os institutos têm, para as escolas regulares, se assim podemos dizer, como podemos caminhar nesse sentido.

Dito isso, a proposta construída pelo Conif está baseada em quatro proposições.

A primeira delas é a construção de uma nova Base Nacional Comum Curricular. A BNCC precisa ser refeita em todo o seu desenho, tanto de forma quanto de conteúdo, quanto de duração, porque parece ser insuficiente o que está sendo apresentado de 1,8 mil horas, mas, mais ainda, uma discussão profunda sobre a forma e o que ela representa. Não podemos transformar a discussão da BNCC numa disputa entre componentes curriculares, quer dizer, todos os componentes são necessários à cidadania. A matemática é vital para a discussão de qualquer cidadão brasileiro, assim como são as linguagens, assim como é a história, assim como é a geografia, assim como são as artes e tudo mais. Então, a questão não é qual componente é mais importante do que outros; a questão é qual é o limite de cada componente que faz parte dessa formação plena para que formemos cidadãos. E aí cabe outra discussão ainda, em cima da discussão da BNCC, de que o modelo proposto, que é bastante flexível, porque não traz cargas horárias nem componentes, rompe com a construção de disciplinas, que é a base da discussão educacional brasileira, história, geografia, quando ele trabalha com áreas. As áreas podem ser muito bem-vistas quando pensamos numa condição de ampliação de um projeto, por exemplo, um projeto coletivo de sociologia com filosofia e história, mas é preciso discutir na BNCC as garantias para todas as escolas. Então, a mesma liberdade de ampliação possibilitada ao se trabalhar com áreas é a perda de uma garantia que permite, por exemplo, em algum lugar, ter um professor de apenas uma dessas disciplinas que atue em todas as outras sem que haja uma coordenação, um planejamento disso, como o modelo propositivo de ampliação. Então, a reconstrução da BNCC é a primeira proposta que o Conif traz como desenho a uma proposta coletiva.

A segunda trata da parte diversificada, chamada de itinerário, que já causa um equívoco em si, itinerário tem outro significado em outra base legal brasileira, por exemplo, a educação profissional trata itinerário como outro conceito, mas, enfim, não vamos nos ater a questões de semântica. Mas a parte diversificada – e acho que a grande maioria defende uma parte diversificada de propostas – poderia trazer três vantagens para a educação brasileira.

A primeira é a possibilidade de escolha por proximidade aos estudantes, isso quer dizer: estar mais perto dos seus desejos. Nisso, a forma como foi feita e o desenho como foi construída falham. E aí posso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazer apenas um dado para justificar isso: um terço quase das escolas brasileiras são escolas que têm uma turma de primeiro ano, uma turma de segundo e uma turma de terceiro ano. Não há espaço físico, não há professores suficientes nessas escolas para que o aluno faça aquela opção desejada por uma questão de afinidade. Então, falhamos nesse sentido.

A segunda questão é uma questão mais ligada à cidadania. A cidadania tem uma relação muito própria com o que é local, e podemos também aqui colocar vários exemplos: a questão do meio ambiente é uma questão nacional, mas ela toca, de maneira muito especial, quem mora na Região Amazônica, por exemplo; a questão da falta de moradia, nas grandes cidades, é uma questão nacional, o déficit habitacional brasileiro é uma questão nacional, mas ela toca, de maneira muito especial, aqueles que moram nas grandes cidades, nos grandes conglomerados urbanos; a questão dos idiomas, aprender outros idiomas, como o espanhol, por exemplo, também é um tema nacional, mas toca, de maneira muito especial, aqueles que moram nas regiões de fronteira, por exemplo. Então, esse desenho muito flexível não permitiu que nós fizéssemos também, dentro da discussão da PAR diversificada, uma conexão mais forte com a localidade que estaria associada a um desenho que é preciso fazer.

E, como terceiro elemento, também da mesma importância – e faço aqui um destaque até em função da nossa rede –, uma grande proposta, para a PAR diversificada, para a educação nacional, para o ensino médio, é a possibilidade de ampliação da educação profissional. O Brasil, hoje, consegue dar alguma profissionalização para 10% dos jovens durante o ensino médio. Todos sabemos que esse valor é muito baixo, está muito inferior à média da OCDE, que está quase em 40%, muito inferior a outros países da América Latina. É fundamental, e trago um outro dado: uma pesquisa recente da Unesco diz que quase a metade dos jovens, no nono ano do ensino fundamental, gostaria de ter profissionalização durante o ensino médio e que quase 70% desses sabem que precisarão trabalhar quando acabar o ensino médio. Então, a possibilidade de ampliar a educação profissional no ensino médio seria a terceira grande vantagem para essa PAR diversificada, e também se fracassou nesse sentido. As escolas que oferecem educação profissional são aquelas mesmas que já ofereciam anteriormente. Isto é possível ser feito numa discussão curricular. Posso trazer aqui alguns exemplos: um curso de edificações é um curso que requer muitos laboratórios, mas um de desenhista de construção civil, que compõe o currículo de um técnico em edificações, pode ser dado numa escola que possui laboratórios de informática, com professores adequados; da mesma forma, é possível se formar agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias, durante o ensino médio, em escolas sem toda a estrutura laboratorial de que um curso de enfermagem precisa. Essa revisão curricular de itinerário, da forma livre como foi colocada, não propiciou esse tipo de complementação.

Então, na verdade, o que a gente defende é um ordenamento suficiente e uma ressignificação do que é a PAR diversificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dois outros elementos, na proposta do Conif, são, primeiro, a não homologação do novo Enem, que foi aprovado no Conselho Nacional de Educação e ainda não foi homologado. E aí, mais uma vez, podemos trazer os argumentos para que isso aconteça, como, primeiro, a própria questão da escolha: se essas escolas – sobretudo as escolas públicas e essas escolas de cidades pequenas, as escolas menores – não permitirão que o jovem escolha qualquer uma das áreas, como fica a situação de um jovem, por exemplo, que gostaria de fazer um curso de engenharia e optaria pelo itinerário de matemática, e, na sua escola, tenham sido oferecidas apenas linguagens ou ciências humanas? Quer dizer, além de não fazer o que era do gosto dele, ele vai concorrer, no acesso ao ensino superior, com aqueles que o fizeram. Então, isso por si só já traria uma grande questão. Mas, mais ainda, mesmo se todas as escolas conseguissem ofertar todos os itinerários, teríamos ainda assim um problema, porque a escolha do itinerário é feita no primeiro ano, quando esse jovem tem ainda 15 anos, aqueles que estão na idade própria. Quer dizer, imagina um jovem que pensa em fazer o curso superior de Direito, opta por um itinerário e descobre, no meio do caminho, que a proposta dele é de fazer Medicina. A condição em que ele fica colocado. Ele opta, ele vai fazer o curso que ele deseja, concorrendo em desvantagem com aqueles que fizeram o itinerário adequado, ou ele se mantém no itinerário que ele fez, para se manter mais fortalecido, e disputa uma vaga no curso que ele descobriu que não é mais o desejo que ele tinha quando tinha 15 anos de idade.

Então, esse Enem que vincula Enem de parte diversificada antecipa a escolha do itinerário para uma idade em que é muito cedo e esses jovens não estão preparados para fazer. E, mais ainda, ainda que todas as escolas tivessem todos os itinerários, ainda que todos os jovens milagrosamente soubessem o que querem fazer com 15 anos de idade, essa proposta ainda seria de muito difícil aceitação, porque como fazer uma prova nacional, se a ideia da PAR Diversificada é justamente se associar ao que é local? Esse é um modelo de discussão no Brasil que vem desde os anos 90, anos 2000, quer dizer, como é que construímos a educação básica brasileira e o ensino superior brasileiro a partir de um modelo que é irradiado para o Brasil inteiro, ou no modelo de recomposição, em que a grande questão são as diferenças que acontecem em cada grão, em cada local do interior, nos rincões do Brasil?

Então, nessa leitura, por exemplo, se, no Sul do Brasil, na fronteira, a área de linguagens é concentrada em espanhol, por exemplo, se em outro lugar é concentrada no idioma inglês, na língua inglesa, e se, por exemplo, no Estado de Pernambuco, podemos citar como exemplo, é concentrada na literatura, com o estudo dos autores pernambucanos – João Cabral de Melo Neto, Gilberto Freyre, Ariano Suassuna –, como ter uma prova nacional para linguagens se em cada lugar foi feito de maneira diferente? O que cai nessa prova? É o espanhol, é o inglês ou é a literatura?

Então, a sugestão é a não homologação do Enem na forma como ele está proposto e o Enem ser aplicado exclusivamente em cima da Base Nacional Comum Curricular, reformada e revista como sendo o que é possível para todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último item é a questão da formação de professores. A proposta do Conif no seu documento, mais uma vez, como um documento propositivo para o início da discussão, não para o término dela, é a revogação das Resoluções do CNE 2/2019 e 1/2020, que tratam da formação inicial e da formação continuada de professores.

Essas resoluções... E, aí sim, o retorno à Resolução de 2015, que foi uma resolução amplamente debatida e que traz o papel do professor e do docente com um significado muito mais amplo do que está colocado nessas resoluções, que, na nossa interpretação, traz um grande reducionismo. Quer dizer, vincular a formação do professor exclusivamente à preparação para a BNCC e para esse ensino médio é relegar a este professor uma condição de servir ao modelo proposto e nunca de ser aquele que está na fronteira observando os momentos de mudança para propor as transformações.

Então, não é possível entender a formação do professor estritamente associada a uma redução dessa natureza. Então, a ideia – e já se ouvem rumores – é que seria construída uma resolução nova, o que é possível ser feito em um tempo muito curto, mas, se isso não for possível, o que nós defendemos é que voltemos à Resolução de 2015.

Como um último comentário, Senadora, não sei se... Acho que não cheguei no meu tempo ainda, queria fazer mais três observações e colocar essa proposição do Conif. E aqui eu a repito: construção da nova BNCC, um ordenamento suficiente, a PAR Diversificada e a sua ressignificação, a não homologação do Enem e o Enem mantido da forma original, que era sobre a BNCC, e a formação de professores baseada na resolução anterior de 2015.

Há três aspectos dessa questão da reforma que a gente precisa analisar, fugindo da semântica. Não nos parece suficiente a palavra "revisar" porque revisar literalmente é "ter sob os olhos novamente", não é? Reformar a reforma é dar-lhe nova forma. A gente tem falado muito em substituir a reforma. É o tempo que socorre. Há uma urgência muito grande. E aí, nesses três aspectos, o que é a questão conceitual? O que é a questão...

Perdão, eu não sei se já são meus 10 ou já são meus 15 minutos. (*Pausa.*)

Dez? Perfeito então. Muito obrigado, Senador.

Há a questão conceitual; há a questão, vamos dizer assim, burocrática e administrativa do que está no ordenamento legal ou na base infralegal; e há a questão de como isso chega à escola.

Há uma urgência, na nossa interpretação, muito grande, para que as mudanças aconteçam. Então mesmo a mudança na lei, que vai implementar, causar mais um ano para a construção da base infralegal, que vai vir associada a mais três anos para implementação nas redes, traria uma mudança que seria implementada talvez em quatro ou cinco anos, e é um tempo que a gente não tem para causar as transformações necessárias para esses jovens que estão agora cursando o ensino médio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o que o Conif propõe é um grande movimento de concertação. É preciso um acordo que contemple isso. Quer dizer, hoje mesmo, a mudança na lei, que a gente vê com bons olhos, poderia ser feita de outra forma, nos próximos dias ou semanas, não traria impacto no dia a dia, no cotidiano das escolas para os projetos pedagógicos em curso, que estão em funcionamento, implementados e aprovados nas matrizes das redes que estão colocadas. Então nós defendemos um processo de concertação, sobretudo em função disso.

É preciso chamar muita atenção para que o prazo para se ajustar à reforma, na forma com que ela está colocada, é um prazo que precisa ser feito no menor tempo possível. E nesse momento, a gente sai um pouco dessa discussão da semântica de "revoga, revisa, reforma, substitui", para dizer qual é a forma que a gente tem de mudar o que é central nessa reforma curricular, de fazer com que essa mudança chegue ao dia a dia, ao cotidiano dos estudantes que estão nas escolas da maneira mais rápida possível e mais eficiente possível. E mais uma vez, a partir dum amplo debate nacional, que, aí, sim, traga todos os pontos de vista, todas as visões, todas as possibilidades, para que nós tenhamos uma alteração naquilo que todos reconhecem como necessário, que não é simplesmente comparar o mau resultado que tivemos com o modelo anterior, que também carecia de sua alteração.

Obrigado pelas explicações. Ficarei à disposição para a sequência dos debates.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, professor.

Eu acho que o vício de origem da atual lei, a gente está corrigindo. Estamos fazendo o debate. Onde esse debate vai dar, o processo está bem rico, pelo menos aqui na Subcomissão. Nós sabemos que não é apenas a Subcomissão que está debatendo. O próprio MEC está debatendo, o movimento social, o movimento sindical.

Por isso que eu digo que o Revoga Já, que é um movimento, uma manifestação pública, cumpriu essa tarefa. Claro que ninguém pode revogar já, mas o horizonte da revogação e os processos estão bastante ricos.

Mas quero dar as boas-vindas ao Prof. Alfredo, que seria o primeiro, agora vai passar para segundo. Viu, professor? O Prof. Alfredo é Reitor da Universidade Federal de Pernambuco e, aqui nesta mesa, representa a Andifes. Não é, professor?

São dez minutos iniciais. Podemos prorrogar por mais cinco. E depois a gente faz a devolutiva

Seja muito bem-vindo, muito obrigada pela presença e pode começar.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senadora, é um prazer revê-la. É muito bom ouvir também Carlos, Arthur. Cumprimento meu querido Reitor aqui Francisco Lima Júnior, todos que estão aqui na sala e também que estão nos acompanhando.

Bom, primeiro, quero dizer da grande importância, da grande relevância dessa discussão sobre a questão do ensino médio. Trata-se, não resta a menor dúvida, de um debate, assim, estruturante para a educação e para a educação superior no Brasil.

Eu vou fazer algumas considerações aqui. Vou trazer, também, uma posição mais recente da Andifes, que nós aprovamos numa reunião que realizamos aqui em Recife, há menos de um mês, que diz respeito à solicitação, à demanda de revogação da resolução de 2019 e o retorno a 2015. Então, essa é uma postura, uma proposta aprovada em Conselho Pleno da Andifes, que nós estamos encaminhando.

Quero lembrar – portanto, chamo a atenção aqui desde o início – que o ensino médio no Brasil, de maneira geral, acontece de forma muito especial nas escolas estaduais. As escolas estaduais congregam, praticamente, a grande maioria das matrículas do ensino médio brasileiro e, portanto, isso traz aí uma dimensão muito específica dessa relação do ensino médio com os outros níveis de ensino. Isso é fundamental.

É muito importante destacar – muito importante destacar – que nós não queremos um ensino médio apenas como uma etapa que leva à educação superior de maneira geral. É necessário se discutir a sua identidade, discutir o seu carácter formativo e o que ele pode entregar durante, portanto, a etapa conclusiva do ensino básico brasileiro.

De maneira geral, tem sido olhado o ensino médio como uma etapa terminativa de um processo formativo. Nós não entendemos dessa forma. Nós o entendemos como uma dimensão da educação básica que articula, portanto, a educação fundamental, de maneira mais ampla, com o ensino superior, seja o ensino técnico, que acontece nos institutos e em outros ou nas universidades e em institutos de educação superior de maneira geral. Isso é um primeiro grande desafio.

Eu creio que nós devemos nos aprofundar nessa questão. Ela já tem, digamos assim, dado passos consideráveis, nos estados brasileiros, mas é necessário considerar a possibilidade de um fortalecimento da formação integral e integrada para todos que estão no ensino médio.

Caminhar no sentido de uma formação integral integrada constitui uma possibilidade muito concreta de garantia do direito de formação, formação qualificada, para os nossos estudantes. Então, o fortalecimento de uma rede nacional que possa dialogar – a partir do regime de colaboração que existe, tendo em vista que nós estamos num sistema federativo – e que converse mais amplamente com os sistemas estaduais é muito importante para consolidar essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que é fundamental destacar é a de garantir a formação em todas as áreas de conhecimento, e não apenas de forma restritiva, de forma muito limitada à área, portanto, de português e matemática, deixando as outras como opção. Nós precisamos avançar numa formação que entregue, que leve formação crítica, uma formação reflexiva, comprometida com o entendimento dos problemas presentes nas diferentes áreas de conhecimento, para consolidar, portanto, pessoas, digamos assim, capacitadas a, quando entrarem no ensino superior, chegar lá em condições, portanto, de dar seguimento à sua formação.

Hoje, padecemos de problemas muito sérios nas universidades. Estamos caminhando para fazer cursinhos em determinadas áreas, para garantir o nivelamento desse processo formativo, o que rebate, portanto, nos cursos de formação do ensino médio. Então, é preciso trabalhar a questão da qualidade de forma mais ampla, e isso se articula com o que o Prof. Carlos estava colocando aqui, que é um investimento muito concreto na formação de professores.

Nós precisamos ter uma política nacional de formação de professores. Essa política nacional tem que ser coordenada, no nosso entendimento, em suas linhas gerais, nas suas diretrizes do ponto de vista das orientações metodológicas, didáticas, pedagógicas, pelo Ministério da Educação, para que nós possamos, assim, superar grandes desigualdades que existem em âmbito nacional.

O Ministério da Educação tem que, efetivamente, coordenar políticas de formação de professores para repercutir na qualidade dos sistemas. Então, uma rede, uma escola nacional é muito... (*Falha no áudio.*)

... no sentido de fazer essa grande articulação entre os sistemas públicos estaduais e, obviamente, poder amarrar, de uma forma articulada, o processo de formação com criticidade.

Então, quero reiterar aqui que a formação precisa ser absolutamente dirigida a todas as áreas de conhecimento, e isso pode e deve garantir, portanto, a partir de um pilar mais amplo, uma visão de não transitoriedade do ensino médio, mas uma visão que consolide, portanto, o seu caráter de formação... (*Falha no áudio.*)

... nesse sentido.

Eu acho que vale a pena, Senadora – eu chamo muito a atenção –, vale muito a pena nós olharmos de forma mais, digamos assim, detida, mais prolongada as experiências dos colégios de aplicação, das escolas de aplicação do Brasil. De maneira geral, eles atendem a determinados... (*Falha no áudio.*)

... a grande maioria dos professores e professoras têm formação em nível de doutorado, de mestrado, a escola se dá em tempo integral, existe um processo claro de acompanhamento curricular e pedagógico dos estudantes... E olhem que essas escolas avançaram profundamente, no sentido de garantir o ingresso das populações com deficiência, das populações negras para dentro da escola, sem perder, portanto, a qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As avaliações atuais indicam que essas escolas permanecem sendo muito bem avaliadas nas políticas nacionais. Então, é necessário, portanto, olhar com muito carinho, de forma muito detida, as fases da gestão da escola, as fases da gestão do currículo, porque isso é... Também é uma política nacional de formação, nos nível de mestrado e doutorado, que deve ser onde isso se dê.

Ressalte-se, nesse caso especificamente, eu não vou fazer só isso, que, do ponto de vista salarial também, há uma pauta muito importante. Salário é fundamental, condições de trabalho, condições de infraestrutura... Ou seja: nós temos toda uma pauta para que a questão da qualidade se materialize no nível desejado e na exigência que requer um país como o Brasil...

O Brasil tem que fazer esse salto do ponto de vista paradigmático, do ponto de vista da qualidade. São necessários, portanto, investimentos consideráveis, do ponto de vista da qualidade da infraestrutura, do salário...

Isso demanda uma concertação, uma coordenação, para que esse processo, portanto, se materialize nas condições que esperamos.

Então, resumindo aqui, garantir aqui a questão de um regime federativo que dialogue de forma bastante permanente, essas condições de trabalho se precisa aprofundar...

É necessário, portanto, reiterar aqui a questão da formação integral e integrada em todas as... (*Falha no áudio.*)

... formação em todas as áreas de conhecimento de forma crítica, reflexiva, comprometida, portanto, com o entendimento concreto das áreas de conhecimento que balizam esse processo.

E nossa fala termina aqui, portanto, com a necessidade, com uma necessidade concreta de revogação imediata da resolução de 2019 e sua orientação para 2015.

Então, eu agradeço a atenção, porque eu já ouvi aqui que meu tempo finalizou.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) **–** Mas ainda tem uns cinco minutos suplementares se precisar.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (*Por videoconferência*.) **–** Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) **–** Muito obrigada, viu, Professor? Se quiser mais algum tempinho...

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (*Por videoconferência*.) **–** Não, eu fico aguardando aqui. Vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) **–** Por aí. Está certo.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (*Por videoconferência*.) **–** Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) **–** As escolas de aplicação, os antigos colégios de aplicação continuam realmente com uma imagem, um resultado e um desempenho bastante positivos Brasil afora.

Para vocês outros que estão na sala, eu também sou de Pernambuco. Então, o colégio de aplicação, a escola de aplicação da Universidade Federal é bem conceituada, justamente conceituada aqui no nosso estado.

Nós vamos passar agora para o nosso terceiro convidado, o Prof. Francisco de Lima Júnior, presidente da Associação Brasileira do Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.

Pois não, Prof. Francisco. Dez minutos, podendo se estender por mais cinco.

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) **–** Boa tarde. Vocês me escutam?

Eu estava aqui preocupado, achando que o som desabilitado era meu, mas, primeiro, quero registrar aqui a nossa alegria de participar mais uma vez desse debate. Quero cumprimentar aqui a Senadora Teresa Leitão e parabenizar a Comissão por essa preocupação em reaver constantemente esse debate importantíssimo. Sinaliza para vários campos sobre os quais a gente tem feito expectativa. Primeiro, essa reconstrução mesmo das nossas políticas educacionais de um modo bem inclusivo, emancipatório, em sintonia com as aspirações desse projeto de nação desenvolvida e com redução de assimetrias, instrumentalizado pela educação.

A minha fala eu redimensionava aqui, Senadora e demais colegas – aproveito para cumprimentar aqui os colegas, o Prof. Alfredo e o Prof. Carlos, e todos os que estão aqui na sala e os que nos escutam, por outros canais –, eu ia redefinindo, a partir das falas do Prof. Carlos e do Prof. Alfredo, mas ela faz uníssono a essas reflexões.

Constantemente, na Abruem, nós temos nos declarado com oportunidades, com debates, não só sobre a reforma do ensino médio, mas sobre todo o conjunto de elementos das políticas educacionais. Temos participado aí com o Conif, com o Andifes e com outras entidades de fóruns de debates, e estão muito alinhadas. Por isso, Senadora, a minha fala é muito sintética nesse sentido.

Inclusive, nos documentos construídos seja pela própria Abruem, seja com essas outras instituições, a gente também se alinha à proposta da revogação, mas com todo esse cuidado a que a Senadora chama a atenção, de revogarmos com responsabilidade e termos uma proposição em construção, reconhecendo aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente os limites das oportunidades formativas que a atual proposta em vigor – aliás, não é proposta –, a atual política em vigor coloca.

Mas, acima de tudo, o que temos debatido na Abruem – e que também está na fala do Prof. Carlos Arthur – é eu pensar em uma nova base nacional curricular.

A Abruem tem uma característica. Nós formamos grande parte aí dos professores Brasil afora e temos um sistema muito interiorizado. Por natureza, as nossas instituições conseguem alcançar o sistema educacional básico em todos os territórios, em todos os estados, e, não obstante reconhecer a necessidade de componentes multilocais, dada essa nossa atuação interiorizada, mas, principalmente, as nossas reflexões têm a ver com a posição de rever essa flexibilização de disciplinas já mencionada pelo professor Carlos Arthur e reforçada também pelo Prof. Alfredo.

Na outra perspectiva, uma preocupação sempre apontada pelas nossas instituições, principalmente na nossa Câmara de Ensino de Graduação, é esse esforço no campo da formação de professores, Senadora e demais colegas, e aí temos participado também de vários fóruns, inclusive junto ao MEC, do GT recém-criado, que tem avançado – o Conif e a Andifes também estão lá – na preocupação com a política de formação inicial de professores.

E aí nós chamamos a atenção para o fortalecimento de programas como Pibid e a residência pedagógica, mas queremos pensar a continuidade desses programas que atendam aos níveis mais avançados da educação, não só no ensino primário, mas envolvendo também possibilidades de acompanhamento e fortalecimento dessa formação no ensino médio. E a outra preocupação, em terceira linha, que a Abruem traz, foi sintetizada também na fala do Prof. Alfredo. É essa preocupação com o sistema federativo – eu tenho conversado com a assessoria da Senadora mais recentemente –: é pensar na valorização da educação, numa perspectiva indissociável, nos seus diversos níveis, mas reforçando cada vez mais o que diz a nossa Constituição e, posteriormente, a própria LDB, que é a ideia de colaboração e cooperação nos níveis diferenciados, com um papel bem definido para cada instituição, mas reforçando a ideia de colaboração.

São essas as nossas reflexões. Estão expressas aí já na fala dos que nos anteciparam. A ideia do retorno à resolução de 2015 também é uma postura defendida pela Abruem, e pensarmos na atualização gradual dessa resolução, mas não com o diálogo com a 02, de 2019.

E aqui uma preocupação nossa, que é esse envolvimento constante, Senadora, com as entidades que representam a comunidade escolar de base. Isso é muito importante e fundamental. Eu sei que tem tido esse esforço, a gente enxerga, mas que não seja abandonado jamais esse diálogo com as entidades diversas que representam a comunidade escolar de base, as associações de pesquisadores, de professores, de profissionais da educação, todos esses grupos.

Era isso. Não vou reproduzir aqui as falas, porque temos um alinhamento aí sendo construído em parceria com Conif, Andifes e Abruem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, agradeço o espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) **–** Nós que agradecemos, Prof. Francisco.

Realmente, nós estamos tendo muita convergência de opinião aqui nesta Comissão. É claro que tem um ou outro diferencial de olhar, de experiência, que só faz enriquecer. Mas a responsabilidade de alterar essa rota, com cuidado, com compromisso, para não haver prejuízo e cada vez afirmar mais o direito do estudante, a valorização dos profissionais, as condições de infraestrutura das escolas, são temas que estão vindo de maneira muito forte. E isso realmente só nos alegra. Acho que vamos produzir um bom relatório.

Mas vamos então, fechando a nossa mesa, para o nosso último convidado, Prof. Bruno Eizerick. É assim mesmo que se pronuncia?

O SR. BRUNO EIZERIK (*Por videoconferência*.) **–** Parabéns, Senadora! A pronúncia foi perfeita.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) **–** Então, pronto! Soletrando, né? Feito antigamente.

É o nosso Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), e representando também a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior.

Pois não, professor, seus dez primeiros minutos. Podemos prorrogar por mais cinco.

O SR. BRUNO EIZERIK (Para expor. *Por videoconferência*.) **–** Obrigado, Senadora. Primeiro eu quero cumprimentar a senhora e, cumprimentando a senhora, eu cumprimento os demais participantes desta nossa mesa; agradecer o convite e saudar aqueles todos que nos assistem.

Eu acho que a democracia é bonita por isso. A minha fala vai em um sentido um pouco diferente daquela que foi apresentada até agora, mas é por isso que a democracia existe. Por isso nós estamos numa Comissão que quer ouvir todos os lados que estão envolvidos.

Nesse sentido, seria importante, primeiro, que eu dissesse quem é a Fenep. A Fenep é a Federação Nacional das Escolas Particulares. Ela é composta por 24 sindicatos e associações que estão em todo o território nacional. E nós falamos do ensino privado, que é composto por mais de 40 mil instituições. Nós empregamos mais de 2,5 milhões de trabalhadores, em sua maioria mulheres com curso superior, para atender mais de 15 milhões de alunos da educação infantil à pós-graduação.

Quando a gente fala sobre a educação básica, em especial o ensino médio, nós atendemos, na rede privada, cerca de um milhão de alunos, 12,5% dos alunos do nosso país, com índices de evasão baixíssimo e resultados muito bons, comparados aos melhores países, de acordo com o Pisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós isolássemos o ensino privado como um país, ele certamente estaria entre os 20 melhores do mundo, segundo o Pisa. Se nós pegarmos a prova do Pisa, na prova que é referente à leitura, os alunos da rede privada estariam na 11ª colocação, à frente da Suécia. Se nós formos para a matemática, os alunos da rede privada estariam na 39ª colocação, à frente de Malta. Se nós formos para a prova de ciências, os alunos da rede privada estariam na 23ª posição, à frente da Suíça.

Mas, mesmo com esses resultados, eu preciso dizer que nós saudamos, concordamos e somos totalmente favoráveis à continuidade da implementação do novo ensino médio, porque esse novo ensino médio vai trazer um modelo que vai trazer uma escola melhor para os nossos jovens.

Então, eu acho que é nos nossos alunos que nós temos que pensar. Pensando nos alunos, não existe nenhum motivo que leve a ser estancado um processo que começou no ano passado e está tendo continuidade este ano para, no ano que vem, nós implementarmos o novo ensino médio.

Eu acho que é importante dizer que, mesmo que a Lei do Novo Ensino Médio seja de 2017, esse modelo já começou a ser discutido na década de 50, quando nós discutimos a LDB, a 4.024, de 1961.

É importante que se diga também, Senadora, que nós não estamos inventando a roda. Eu posso dizer e eu já visitei Argentina, Chile, Portugal, Itália, Finlândia. Em toda a Europa, em todo os Estados Unidos, aliás, em toda a América do Norte, o ensino médio funciona com esse modelo que nós estamos implementando no nosso país, com uma parte geral e com uma parte diversificada.

O Brasil é o único país do mundo que tinha uma escola única, igual para todos os alunos. E nós sabemos qual é o resultado que essa escola única oferece para nossa sociedade. Se nós formos olhar o resultado do nosso Saeb, que é aquele exame aplicado ao final do ensino médio em todos os alunos da rede pública, obrigatoriamente, e de forma amostral na rede privada, o resultado é que 95% dos jovens que terminam o ensino médio não têm o conhecimento esperado em matemática, 69% dos jovens que terminam o ensino médio não têm o conhecimento esperado em português. Esses são resultados obtidos pelo antigo ensino médio. Então, nós precisamos modificar o nosso ensino médio e não vai ser com aquele modelo antigo que nós vamos ter resultados diferentes. Nós precisamos de uma escola plural, com o protagonismo do aluno. E isso para nós é o cerne do novo ensino médio e que tem que ser mantido. E a Fenep fez, recentemente, uma pesquisa com escolas de todo o Brasil e trouxe resultados riquíssimos, que eu quero dividir aqui nessa mesa. O primeiro deles diz respeito à carga horária dos alunos. Segundo a nossa pesquisa, 64% das escolas terão aumento na sua carga horária, e em 36% a carga horária ficará inalterada. Aqui a gente já acaba com aquele mito de que os alunos vão ter menos aula, que a carga horária vai diminuir. Pela pesquisa, a gente está vendo que praticamente dois terços das escolas vão aumentar sua carga horária.

Uma outra questão que tem que ser questionada em relação ao novo ensino médio é que o novo ensino médio vai gerar desemprego, que nós vamos ter demissão, nós vamos ter diminuição no número dos nossos professores. E isso, mais uma vez, a pesquisa que nós fizemos aponta exatamente o contrário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 49% das instituições que vão aumentar o número dos seus professores. Nós vamos ter aí 51% das instituições que vão manter o número de professores. Então, nós não vamos ter diminuição no número dos nossos professores. Então, em metade das escolas eles vão ter que contratar mais professores. E eu acho que é muito importante dizer que nós não estamos nesse momento à procura de culpados. Mas se nós estamos enfrentando alguma dificuldade na implementação do novo ensino médio, e aí podemos falar em relação à rede pública, porque na rede privada essa implementação está acontecendo, ela se deve ao não trabalho realizado pelo Ministério da Educação no último governo, porque ele acabou deixando a implementação do novo ensino médio a cargo dos estados e aí nós tivemos realmente muita coisa acontecendo sem uma centralidade, sem uma organização.

Então, achamos que o ministério agora tem esse poder e temos a convicção de que com uma organização melhor... Por exemplo, não precisamos ter mais que quatro itinerários informativos. Nós podemos trabalhar por área de conhecimento, obviamente sempre lembrando, como já foi dito aqui, o quinto itinerário, que é o ensino técnico e que é tão importante para o nosso país. Nós não temos dúvida, nós temos a convicção de que 1.800 horas para base é suficiente, sim. É possível que a gente possa extrair o sumo das áreas em 1.800 hora e, aí sim, poder fazer um aprofundamento do itinerário com as outras 1.200 horas. Eu fico pensando: qual a importância de um aluno que quer ser professor de história estudar matrizes e determinantes em matemática? Esses são conteúdos que podem entrar para quem quer seguir um itinerário, para quem quer ser engenheiro. E, da mesma forma, eu pergunto: quem quer ser um engenheiro, por que é que tem que estudar as funções orgânicas? Talvez isso sirva para quem quer seguir na área médica.

Então, eu acho que o importante é que nós temos que pensar sempre nos alunos. A gente tem que pensar nos alunos e no que é importante para os alunos, e não nos professores, donos do seu conteúdo. Eu tenho certeza que vale a pena cada um abrir mão de um pouco dos seus conteúdos em nome de uma escola mais moderna.

Nós também não temos dúvida de que – quem trabalha com educação sabe – nunca estamos prontos e que sempre há mais para aprender e construir.

O novo ensino médio é perfeito? Não. Acreditamos que podem ser feitos ajustes, podemos construir isso juntos, mas nós não podemos calar ante a um discurso de que, por falta de estrutura que as escolas públicas têm – e isso é uma realidade –, nós vamos suspender o processo de implementação de um novo ensino médio. A escola pública, então, talvez não possa nem ter ensino médio. Então, nós vamos ter que recriar uma escola pública?

É uma questão que nós temos que estudar, é uma questão estrutural. Mas essa questão estrutural não pode barrar uma implementação de um novo ensino médio que coloca o Brasil na mesma linha dos demais países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu quero, já concluindo, dizer, Senadora, que nós precisamos, no nosso país, de uma reforma tributária, precisamos de uma reforma administrativa e de uma reforma política. Mas nós precisamos, mais ainda, que a educação seja prioridade no nosso país. E, para isso, nós precisamos muito do nosso Congresso Nacional. Nós não podemos ter, a cada mudança de Governo, mudança no rumo da educação. Nós precisamos de políticas de Estado de longo prazo para a educação. Nós precisamos implementar esse novo ensino médio, medir o resultado e ver se ele é melhor ou pior do que o outro. Abortar esse processo no meio não faz o mínimo sentido sem analisar os resultados.

Eu não consigo enxergar nenhum motivo pedagógico que diga que o novo ensino médio é pior do que o modelo antigo. No modelo antigo, nós sabemos o resultado. No modelo novo, vamos acabar a implementação e medir.

E eu quero terminar, efetivamente, essa minha fala com a afirmativa de dois diretores de escola, porque nós, na nossa pesquisa, deixamos uma questão aberta pedindo que os diretores dissessem como está a implementação do novo ensino médio nas suas escolas. Um diretor respondeu o seguinte: "O novo ensino médio, com a sua proposta inovadora dos itinerários formativos, criou na escola um espaço que há muito tempo era esperado, espaço de autoconhecimento e escolhas como projeto de vida, conhecimento maior do mercado de trabalho possibilitado pelas trilhas de aprofundamento do conhecimento". E um outro diretor completa: "Após a implementação do novo ensino médio em 2021, percebemos o engajamento dos estudantes e o quanto eles puderam demonstrar de habilidades e competências que antes eram tão valorizadas na formação geral básica."

Então, nós comparecemos a essa mesa, nós agradecemos a possibilidade de enriquecer esse debate e entendemos que, sim, o novo ensino médio pode e precisa continuar sendo aperfeiçoado, mas jamais estancar um processo que começou recentemente, em 2022. Estamos no segundo ano, e no ano que vem nós terminamos a sua implementação.

Muito obrigado, Senadora, e muito obrigado a todos que nos assistem.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Nós é que agradecemos ao Sr. Bruno Eizerik, mas a ideia é essa mesmo. Nós, inclusive, já ouvimos a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino privado, para que a gente possa analisar todo o campo, porque, professor, uma das questões, e eu acho que a sua fala é muito reveladora disto, que se anunciam é o aprofundamento da desigualdade entre os estudantes das escolas públicas e das escolas privadas. Como a grande maioria desses estudantes é matriculada na escola pública, por isso que a gente está focando, e, evidentemente, essas experiências de implementação dentro da autonomia das escolas particulares tem muito a nos oferecer, porque é como muito bem o senhor disse: nós não tivemos coordenação federativa. Cada estado, cada rede estadual fez o que pôde, da melhor maneira que achou que podia fazer, com escolas muito estruturadas que temos, escolas da rede pública muito bem estruturadas e escolas pessimamente estruturadas. É um pouco dessa igualdade de condições e igualdade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidades que nós estamos buscando, mas, evidentemente, o enfoque de um gestor, de um representante das escolas privadas muito nos enriquece.

Aqui, no estado, nós tivemos também, que eu acredito que o senhor deva conhecer, o Presidente do Sindicato das Escolas Particulares, o Prof. José Ricardo Diniz, e a gente sabe que também nas escolas privadas nós temos escolas de excelência, muito bem equipadas, com projetos pedagógicos consistentes, e temos escolas bem fraquejadas. Então, o que a gente precisa é, de fato, de muita união, de muita consciência, para que o direito à educação seja devidamente respeitado.

Eu quero parabenizar essa mesa. Foi muito bom, muito enriquecedor, e vamos para a segunda parte, então, da nossa audiência.

Deixem-me ver se tem alguém inscrito. Caso não tenha ninguém inscrito, a gente já parte para as perguntas do e-Cidadania. (*Pausa.*)

Nós temos oito perguntas e quatro comentários.

Eu posso ler tudo de uma vez? Eu leio pausadamente. (*Pausa.*)

Pronto. Porque aí os senhores vão anotando.

A primeira pergunta é de Thiago Gabriel, de Pernambuco: "Como o Enem se [...] [enquadra] às diferenças que acontecem no currículo formal e real de escolas públicas e privadas?".

A segunda pergunta é de Adalberto Gomes, de Minas Gerais: "Quais são os resultados alcançados por alunos que frequentam o ensino médio em tempo integral em comparação ao ensino médio em tempo parcial?".

A terceira, de Raul Martins, de São Paulo: "Sendo um elo importante de transição e porta de entrada para uma profissão, como melhorar o ensino médio para que isso realmente se realize?".

A quarta é de Marcos Darao, do Paraná: "Quais medidas devem ser tomadas para que os currículos de ensino não sejam engessados e gerem desinteresse por parte dos jovens?".

Mais uma pergunta, de Ana Carla Pereira, da Bahia: "Como construir um currículo no ensino médio multi/intercultural e inclusivo no Brasil, onde os diversos contextos sejam contemplados?".

Mais uma, de Paula Walleska, de Alagoas: "Como se faz uma mudança tamanha no formato do ensino médio sem cogitar formação dos profissionais ou acompanhamento na sua implementação?".

A penúltima, de Gilvan Santos, de Pernambuco: "O que se pretende com a redução da carga horária de matemática no 2º e 3º anos desse novo ensino médio?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A última pergunta, de Thiago Henrique, de São Paulo: "Como o ensino médio no Brasil está garantindo uma formação integral e de alta qualidade, que promova não apenas o domínio de conteúdos?".

E temos quatro comentários.

Victor Graca, do Rio de Janeiro: "O ensino no Brasil negligencia questões vitais como ética, cidadania, política e disparidades econômicas e sociais".

Micaella Carvalho, de Goiás: "A implementação do novo ensino médio só atenuou o abismo entre o ensino privado e o público".

Dani Jesus, do Rio de Janeiro: "Não há como ter ensino público de qualidade com salas lotadas. Precisamos regulamentar o número máximo de alunos abaixo de 30 por turma".

Lisi Coty, do Mato Grosso: "Precisamos pensar na qualificação dos professores e em diminuir a quantidade de alunos por sala de aula".

Eu acho que os nossos internautas ficaram bem atentos às explanações, porque pegaram pontos bem cruciais da fala dos senhores.

Vamos seguir o mesmo roteiro da primeira rodada e passar a palavra para o Prof. Carlos Artur por cinco minutos, com a tolerância regulamentar.

O SR. CARLOS ARTUR ARÊAS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, primeiro, mais uma vez, cumprimento os colegas da mesa. Peço desculpas aos Prof. Alfredo e Francisco, porque eu estava mais preocupado com a minha voz não sair, em não conseguir falar, e não os cumprimentei da maneira devida.

Aqui nós temos algumas perguntas do milhão, não é? Como é que a gente se situa? Aí, em todos esses comentários e perguntas, cabe uma ponderação geral. A primeira é que a educação é multidimensional, não dá para a gente discutir, embora o currículo seja central, já tem um livro do Prof. Miguel Arroyo, *Currículo, território em disputa*, porque currículo sempre é território em disputa, mas não dá para dissociá-lo da formação de professores, de cargas horárias, de flexibilidade curricular. O que nós entendemos é que é óbvio que a formação de professores é crucial nisso, é óbvio que a questão estrutural é central nisso. A nossa construção histórica do nosso país concentra a maior parte das suas matrículas de ensino médio também na rede pública, na rede estadual especialmente, e essa sofre diferenças em relação às redes privadas. A escola em tempo integral vem como uma grande solução, mas a gente sabe que não consegue implementá-la em todos os locais ao mesmo tempo. Então eu acho que a disputa que a gente tem hoje, centralizando nesse processo, é – quanto maior a carga horária que a gente possa ter, é claro que aprender quanto mais, melhor, mas há um limite para isso, há um limite finito de disponibilidade, de estrutura de professores, de carga horária – como é que a gente acha esse ponto de equilíbrio para concentrar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu queria fazer algum destaque, já aproveitando esse meu tempo final. Sim, Prof. Bruno, eu concordo que a avaliação tem que ser aprofundada e tem que ser feita, mas eu me preocupo muito com os *rankings*. Então, por exemplo, o Pisa é feito com o jovem aos 15 anos, ele mede muito mais a peneira de ingresso, o Pisa na rede federal é altíssimo, o que necessariamente é a qualidade do ensino médio, porque aos 15 anos é o ano de ingresso, e ele é feito com leitura matemática e ciências, que é aquilo que consegue ser padronizado universalmente. Então eu acho que concordo com o senhor na medida em que a gente precisa avaliar, mas não acho que esses *rankings* sejam os mais adequados para a gente conseguir construir isso.

O segundo ponto, Senadora e colegas, tangenciando tudo que foi colocado ali, eu acho que há questões específicas. O Brasil trata hoje de uma discussão de inclusão muito forte no país e não são só inclusões de minorias, a gente trata das inclusões das maiorias. Então, por exemplo, secundariamente, nesse processo, a gente precisa discutir a educação de jovens e adultos. Hoje mais da metade dos jovens brasileiros com 24 anos ou mais não concluíram a educação básica, portanto, não tiveram seu direito à educação garantido. Como é que fica isso no novo ensino médio, numa BNCC própria, num estudo curricular próprio, numa formação de professores própria para a EJA, porque a gente não está falando de uma questão periférica ou secundária, mas de uma questão central.

Outro ponto, também mais uma vez pegando todas as falas colocadas, essa redução de desigualdade, essa integração passa pelo entendimento da educação – e isso muitas vezes me preocupa, quando se questiona como se a educação do Brasil fosse um serviço e um serviço defeituoso, como fornecimento de energia elétrica ou de água; a educação não é um serviço prestado com defeito, a educação precisa ter seu papel discutido na construção da sociedade, então, para isso, a discussão é muito mais larga e muito mais ampla. Os temas nacionais – meio ambiente, acesso à moradia, integração latino-americana, redução de desigualdade, confiança na ciência, convencimento a partir de *fake news* e notícias que são propagadas de maneira errônea – precisam fazer parte do currículo. Então o serviço educacional bem prestado é o serviço educacional que se vincula à realidade do país em que ele está colocado enquanto contexto e enquanto complexo, e isso tem que ser avaliado. E isso supera e muito a discussão da leitura da matemática, embora as entenda como competências – e assimilo bem competências, tenho um pouco mais de dificuldade com as habilidades, que, para mim, instrumentalizam demais – enquanto proposição educacional. Mas acho que as falas colocadas passam um pouco por isso, é a discussão da instituição educacional, enquanto papel para construção da sociedade vista de maneira ampla, ainda que tenha que começar por algum lugar, e o lugar em que se começa é o lugar do currículo.

O último destaque que eu queria fazer nesse tempo é que a educação profissional, e a educação ao longo da vida precisa ser considerada nesse processo de maneira muito forte, se são muitos aqueles que não têm acesso à profissionalização, se são muitos aqueles que não concluem a educação básica, como é que a gente consegue garantir esse direito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, seja pela expansão das redes, seja por programas de fomento, a questão da profissionalização, durante o ensino médio ou na educação de jovens e adultos, que precisa deixar de ser periférica, é tema central para a gente atacar tudo isso que foi colocado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, professor.

Nós estamos sentindo essa necessidade porque a cada mesa se destaca essa questão da ausência de vínculo do novo ensino médio com a educação de jovens e adultos, assim como com a educação quilombola, com as escolas indígenas, com a educação no campo.

Como é o ensino médio nesses territórios? Isso é uma coisa que a gente está acumulando para poder também focar de uma maneira mais profunda.

Muito obrigada pela participação e pela presença.

Passo imediatamente para o Prof. Alfredo.

O SR. ALFREDO MACEDO GOMES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu vou começar destacando que é imprescindível, nessa linha que foi colocada por uma questão aqui da interculturalidade, a (*Falha no áudio.*)... das licenciaturas (*Falha no áudio.*)... indígena e do campo. Eu acho que é fundamental que nas universidades (*Falha no áudio.*)... nos IFs a fazer o investimento adequado. (*Falha no áudio.*)... ampla, nós temos que combater (*Falha no áudio.*)... que é presente na sociedade brasileira, que é a educação e o seu sistema (*Falha no áudio.*)... vetor de reprodução das desigualdades sociais.

Então, o sistema (*Falha no áudio.*)... para oferecer oportunidades, democratizar (*Falha no áudio.*)... a pluralidade do país de forma a combater essa desigualdade.

Os dados atuais do Censo da Educação Básica indicam, aproximadamente (*Falha no áudio.*)... matrículas na educação. Mais de 42 milhões de matrículas são públicas, e apenas – o que é importante também – oito milhões privadas ou particulares.

Na minha linha de raciocínio, deve predominar aquilo que o legislador pensou em 1988, quando pensou a grande mudança na linha de financiamento da educação pública brasileira (*Falha no áudio.*)... percentuais exclusivos para fazer esse investimento.

Então, eu, por mais que respeite a diversidade e a composição do atual sistema, a minha leitura é no sentido de fortalecimento do sistema público, porque ele comporta, não resta a menor dúvida, uma linha coerente para que nós possamos enfrentar e colocar a educação pública como vetor (*Falha no áudio.*)... de desenvolvimento nacional. Não é possível pensar que um número tão reduzido de matrículas, aproximadamente nove milhões de matrículas no (*Falha no áudio.*)... você tem a grande maioria... Quase 90% ou 92% das matrículas são públicas, incluindo as públicas estaduais, federais e algumas municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é necessário olhar de forma mais estratégica para que a reforma, digamos assim, as mudanças reflitam a realidade, e não algo que a gente está impondo sobre a realidade, como é o caso dessa reforma do novo ensino médio, que tem sido colocado para a gente.

As questões aqui colocadas são todas muito pertinentes, a gente não pode, digamos, desenvolvê-las todas aqui, mas é adicional ao processo de mudança, que deve se orientar (*Falha no áudio.*)... dinâmica de ver a escola como um espaço de criatividade (*Falha no áudio.*)... um espaço (*Falha no áudio.*)... a escola tem a sua identidade e desenvolve políticas curriculares de formação (*Falha no áudio.*)... processo. Nós temos, portanto, que fortalecer essa linha de organização das escolas na sua individualidade, na sua peculiaridade. Claro, mantendo condições de funcionamento, condições de formação.

Então eu volto a colocar aqui a grande importância de uma política de formação de professores, levada ao questionamento, à problematização, a trazer metodologias novas, o que não quer necessariamente dizer que o Novo Ensino Médio deve continuar, mas isso pode acontecer com uma outra forma de organização da escola.

Então ter uma linha em que nós possamos defender claramente formação de professores, defender uma política clara nacional de formação, associada à avaliação e acompanhamento.

E aí, eu endosso aqui o que Carlos colocou, que a avaliação desse processo não deve ser somativa, e a escola comporta esse processo. Nós temos também experiências nacionais e internacionais que garantem, portanto, a qualidade desses processos a partir de uma outra forma de organização da dinâmica escolar e do tempo e espaço de aprendizado, que não é necessariamente aquele que se enquadra, portanto, na proposta do ensino médio.

A escola tem que ser, não resta a menor dúvida, (*Falha no áudio.*)... já defendia, e muitos outros, um espaço atrativo, um espaço também de alegria, mas voltado obviamente para ações de formação que tradicionalmente (*Falha no áudio.*)... para esse processo. Escolas em tempo integral, salários compatíveis com o processo resultam necessariamente nos grandes desafios.

Teve outras questões aqui colocadas que, infelizmente, a gente não consegue, digamos assim, aprofundar, mas em relação ao Enem eu gostaria só de fazer um pequeno comentário. É necessário, portanto, que nós possamos estimular a presença da juventude no exame que existe atualmente, para que nós possamos estimular o ingresso de mais jovens na educação superior de (*Falha no áudio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) **–** Muito obrigada, professor. O seu som só atrapalhou um pouquinho, mas deu para a gente compreender, não é? Compreender muita coisa da sua fala.

Tem um projeto de nossa autoria, que está sendo discutido, que agrega mais um fator a essas avaliações, algumas são feitas inclusive pelo poder público, que é o fator da gestão, a democratização da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão. A gestão democrática interfere num bom desempenho, não interfere? Está ainda em fase inicial de tramitação, mas é muito pela realidade da vivência dessas avaliações e o que elas impactam na prática pedagógica, o que elas impactam no projeto pedagógico que eu pensei em fazer essa provocação legislativa. Vamos ver como é que ela vai caminhar, não é?

Passo a palavra agora para o Prof. Francisco Lima.

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Eu fiquei animado aí também, Senadora, porque o pessoal está atento, os internautas e tudo mais. A gente vê isso expresso, não só nos comentários, mas nas perguntas, as perguntas com direcionamento ao que foi dito. Isso nos anima, não só neste debate, mas no nosso cotidiano mesmo, nos outros fóruns, a tal discussão.

Eu tentei fazer aqui um apanhado das perguntas, mas eu vou fazer uma síntese e resgatar algumas coisas que também foram colocadas na nossa primeira rodada de fala, sem, é claro, extrapolar o tempo.

Sobre a pergunta do Thiago Gabriel, seu conterrâneo, Senadora, aqui do Pernambuco. Eu acho que a primeira fala do Prof. Carlos Arthur nos ajuda a responder, que é pensar nessa reestruturação biunívoca entre a BNCC e o próprio Enem. E aí, pode-se, de uma certa forma, contemplar as necessidades daquilo que o internauta, o Thiago, chama de currículo formal e informal. Eu acho que aquela fala inicial do Prof. Carlos nos ajuda bem a refletir, mas a gente coloca um documento à disposição. O documento do Conif não está muito diferente do documento da Andifes e nem do da Abruem, e lá a gente especifica, um pouco, como fazer isso. Estão disponíveis aí, nas nossas mídias, o do Conif, o da Abruem e também o da Andifes.

O que me deixou animado foi que boa parte das perguntas e comentários sinalizam para aquilo a que a gente tem apontado, para a necessidade dessa revisão, e não só no sentido de concepção. Ninguém está falando aqui de ideologizar o debate tão somente, mas, principalmente, dos vetores, diretrizes e até de métodos, que eu acho que estiveram explícitos aqui na fala. Uma revisão da reforma em questão nessas perspectivas.

Uma internauta pergunta sobre a interculturalidade contemplada nos diversos contextos e aí reforça isso que a gente vem discutindo sobre diversidade, inclusão, sobre alcance territorial, com uma certa infiltração dos territórios, como foi bem mencionado, e aí mencionamos aqui a educação no campo, a educação indígena, a educação quilombola aí que o Alfredo coloca.

A ideia de se pensar em currículo já foi mencionada também, não só carga horária, formação de professores, como os nossos colegas pensam, mas reforço nos investimentos e revisão da orientação desses investimentos, e valorização da carreira docente, que é uma coisa que todos nós sempre temos discutido aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Marcos, do Paraná, fala um pouco sobre a ideia de que a reforma traga uma possibilidade de que o currículo não seja engessado. Mas a gente precisa também ter aqui a noção de que o contrário do engessamento não é a flexibilização contraditória, como está posta na BNCC. Muito pelo contrário, você consegue flexibilizar em conteúdos, mas não abraçando o abandono das disciplinas como a gente vinha discutindo antes da atual reforma.

E, por último, a gente menciona... Teve uma pergunta, eu não sei se foi do Raul, de São Paulo, ou do Adalberto. Eu estava atento às perguntas aqui, anotando, mas me perdi sobre quem fez o quê.

Mas, sobre a educação integral, eu concordo também aqui com uma fala que me antecedeu, que a gente tem restrições em universalizar ou em levar a todos os cantos a educação integral. E eu chamo a atenção, para além disso, para uma reflexão que eu li em um trabalho recente de um pesquisador, eu acho que foi da UFMG – eu anotei e tenho aqui o texto –, de que, muitas vezes, nós temos discutido aqui nas nossas entidades que representam a educação superior, um pouco, sobre o abandono, o pouco interesse ou o mesmo sobre os postos, as vagas ofertadas pelo ensino superior.

É uma problemática, hoje, enfrentada por diversas instituições a abstenção mesmo na ocupação dessas vagas. E nesse trabalho do pesquisador – eu anotei o nome, perdoem-me, eu tentei procurar e não encontrei –, ele chama a atenção para reflexões estruturais que precisam ser pensadas na ampliação da educação integral. Por quê? Porque, à medida que ela tarda a inserção – estou terminando, finalizando –, na medida em que ela tarda a inserção da entrada no mercado de trabalho, porque nós sabemos que muitos dos nossos jovens adentram cedo e ficam divididos entre a educação, a escola e o trabalho, quando o aluno termina, principalmente no ensino médio, ele quer ir direto ao mercado de trabalho pela necessidade, não tem nenhum interesse pela educação superior ou mesmo condições socioeconômicas pela educação superior, e isso resulta em uma sobra na oferta de vagas. Foi um trabalho em que nunca tinha chamado a atenção para essa questão. Ele pega uma amostra de escolas com ensino integral e observa essa hipótese.

Então, eu acho que eu dei conta aqui ao máximo do que foi perguntado, mas quero mais uma vez agradecer.

Senadora, eu queria pedir perdão, mas eu tenho reunião agora do meu Consuni, e as questões são muito polêmicas. Eu sei que fica feio eu sair, mas eu queria pedir licença, está faltando justamente o Presidente para dar o quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Não, professor, tem toda licença.

Esse debate levantado é muito importante para nós, da universalização dessa educação integral, porque eu faço uma diferença entre educação integral e a educação em tempo integral. Em muitos municípios só existe uma escola do ensino médio nos pequenos municípios do interior do Brasil, e a gente precisa pensar muito na realidade. A realidade de cada município, de cada estudante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas muito obrigada pela sua presença. Vai-te embora para a sua reunião. A gente agradece muito pela presença e pelas palavras. (*Pausa.*)

Eu acho que ele quer um sonzinho aí.

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – É bem rapidinho.

Eu concordo em colocar a gente inteiramente à disposição, não é? E temos muito alinhamento com – permitam-me – os "meninos" do Conif, da Andifes, a gente tem debatido em conjunto.

E depois eu atualizei a sua assessoria, Senadora, sobre a história da frente, viu? A gente avançou bastante, está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Está certo. Está bem!

O SR. FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Um abraço, gente. Desculpem, então, o mau jeito.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência.*) – Nada!

Antes de eu passar para o próximo, o Prof. Bruno, o Senado está discutindo muito educação, felizmente, viu? E é uma frente que a gente está querendo criar por fora das Comissões. Fomos demandados para isso, para o debate mais pontual de algumas questões que dialogam também com os grupos de trabalho que o MEC está organizando.

Prof. Bruno, suas considerações finais.

O SR. BRUNO EIZERIK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senadora, obrigado.

Eu fico muito feliz que o Senado esteja discutindo educação, isso é muito importante, é importante que o país todo discuta a educação. Acho que esse é o tema principal que nós temos de discutir em nosso país, se não for pela educação, nós não vamos transformar o Brasil em um país melhor.

Senadora, eu quero fazer algumas colocações. A gente não vai conseguir responder a todos. Então, eu vou tentar responder de uma maneira geral.

Mas o primeiro comentário que eu gostaria de fazer é que nós, da escola privada, não estamos satisfeitos com esse abismo que existe entre a escola pública e a escola privada. Isso nos incomoda muito. Nós queremos que a escola pública melhore. Nós precisamos de uma boa escola pública no nosso país, porque, quanto melhor for a escola pública, melhor vai ter que ser a escola privada. E nós temos que sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevar a régua. Então queremos, sim, uma escola pública forte, uma escola pública que ofereça um serviço para os cidadãos. Então, isso é muito importante.

Em relação ao Novo Ensino Médio, a rede privada conseguiu fazer a implementação e, muitas vezes, com os mesmos professores da rede pública que atuam na rede privada. Então, nós achamos aí que talvez tenha alguma coisa a ver com gestão e também às vezes com a própria vontade política de querer fazer acontecer esse ensino médio. Até mesmo porque os conselhos estaduais de educação e as secretarias estaduais de educação se manifestaram favoravelmente à implementação do novo ensino médio.

Eu quero só fazer mais dois comentários bem rápidos.

Eu vejo, sim, que é uma realidade a questão de escolas com turma única – uma única turma de primeiro, de segundo e terceiro ano, no ensino médio. E aí a sugestão que nós trazemos é poder fazer um itinerário integrado. Então, oferece para aqueles alunos dois itinerários ou até três itinerários naquelas 1,2 mil horas. Não faça um itinerário único. Então, podemos trabalhar com o itinerário integrado.

Em relação a BNCC, eu preciso dizer – e eu peço aqui desculpa ao Prof. Carlos Arthur. Prof. Carlos, eu percorri o Brasil inteiro, discutindo em audiências públicas a BNCC. Então, para isso, nós já fizemos. Nós podemos fazer de novo. Acho que não é problema nenhum.

E quanto à pergunta que foi feita em relação ao Enem, eu quero usar uma fala que o Reitor Alfredo Gomes fez: nós não temos que enxergar o ensino médio como preparatório para o Enem. Nós precisamos enxergar o ensino médio como uma etapa importante para a vida do aluno. Eu acho que isso é muito importante.

Quando foi lá no Governo FHC que se começou a falar em Enem, o Enem não era para ingresso na universidade. Eu acho que nós temos que, em algum momento, diferenciar acesso ao ensino superior, que é importante – Reitor, precisamos de mais gente ingressando no ensino superior. E aí é um outro debate, Senadora, que nós temos que ter sobre o Fies. Mas aí é uma outra audiência pública. E uma outra audiência pública seria sobre formação dos nossos professores. Nós corremos um risco de apagão. Essa é uma outra questão. Podíamos falar de vários assuntos aqui. Mas eu acho que nós precisamos enxergar o ensino médio como um fim em si mesmo e não como um preparatório para o Enem.

E nós enxergamos, nesse Novo Ensino Médio, um currículo não engessado, um currículo diversificado. E nós não precisamos ter redução da carga horária de matemática. Nós podemos manter a carga horária de matemática igual. É como o gestor, na escola privada ou na pública, vai gerenciar esse novo ensino médio.

E aí eu volto àquela minha afirmação inicial, que talvez, se houvesse por parte do MEC a definição de regras gerais, nós não teríamos essa torre de Babel que nós temos hoje em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho dúvida nenhuma, para finalizar e tentando responder aqui a uma última pergunta, que a escola em tempo integral ou a escola integral, obviamente – já existem estudos não só no nosso país, mas em outros países –, é lógico que ela vai dar um resultado melhor do que o de um aluno que esteja estudando apenas em um turno. Eu cheguei de Israel há 15 dias, e lá as aulas são de domingo a sexta-feira. Então, eles já têm um dia a mais de aula, sem contar as horas a mais. Quem sabe a gente até coloca um dia a mais de aula aqui também.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Por videoconferência*.) – Como eu sou muito antiga, eu peguei esse tempo em que a gente tinha aula dia de sábado. Mas eram aulas diversificadas: era o dia do grêmio, dia das reuniões. Hoje em dia já se pensa também em uma semana de quatro dias. São muitas experiências, não é, professor? Não para a educação, evidentemente, mas para o trabalho de modo geral.

Eu quero agradecer muito. Acho que foi uma mesa muito enriquecedora, com uma participação muito efetiva dos nossos internautas. Visões complementares, visões diferentes. Isso é que é bom, isso é que soma para o nosso relatório, que está sendo acompanhado por uma técnica da Consultoria do Senado, que tem nos dado um apoio muito grande na sistematização de cada uma dessas audiências públicas.

Não havendo mais nenhum inscrito e nem havendo mais nada a tratar, eu encerro a presente reunião, agradecendo mais uma vez a presença de todos e o apoio da nossa assessoria.

Muito obrigada e muito boa tarde!

(*Iniciada às 14 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Teresa Leitão e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Leila Barros, Paulo Paim e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixa de comparecer a Senadora Augusta Brito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil n° 3, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2023 - CEENSINO, seja incluído o nome de mais um convidado. Propõe para a audiência a inclusão do Senhor Professor Walter Carvalho Melo - Colégio Pedro II." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), REQ 1/2023 - CEENSINO, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Teresa Leitão (PT/PE), e REQ 3/2023 - CEENSINO, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sr. Wilson Conciani, Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB); Sr. Wisley João Pereira, Gerente Executivo de Educação do Serviço Social da Indústria (SESI); Sra. Mariana Campos Ferreira Martinez, Analista Júnior do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Sr. Luís Afonso Bermúdez, Diretor na Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-DF); Sr. Hugo Giallanza, Presidente da BrasilStartups; e Sr. Walber Carvalho Melo, Diretor de Ensino Médio e Profissional do Colégio Pedro II. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/05

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de julho de 2023.

A presente reunião destina-se à deliberação do requerimento e à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Teresa Leitão; ao Requerimento nº 1, de 2023, Comissão Especial do Ensino Médio, de minha autoria, subscrito pela Senadora Teresa Leitão; e Requerimento nº 3, também de minha autoria.

Bem, primeiro, vamos deliberar o requerimento da Subcomissão, da Comissão de Ensino, nº 3, de 2023.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL N° 3, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 1/2023 - CEENSINO, seja incluído o nome de mais um convidado. Propõe para a audiência a inclusão do Senhor Professor Walter Carvalho Melo - Colégio Pedro II.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) (*Pausa.*)

O Requerimento nº 3 propõe exatamente a inclusão do Prof. Walber Carvalho Melo, do Colégio Pedro II. Tendo em vista darmos prosseguimento aos trabalhos relativos à Subcomissão Temporária do CEENSINO, Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio do Brasil, criada dos termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Requerimento nº 1, de 2023, apresentamos oportunamente mais um nome de convidado que poderá contribuir com as discussões e debate sobre o assunto em tela.

Assim sendo, espero contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos iniciar a nossa audiência pública.

Eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: o Sr. Wisley João Pereira, Gerente Executivo de Educação do Serviço Social da Indústria (Sesi).

Podem bater palma aí para animar o auditório. (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Mariana Campos Ferreira Martinez, que é Analista do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). (*Palmas.*)

Luís Afonso Bermúdez, nosso Diretor na Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-DF). (*Palmas.*)

Participa também, de forma remota, o nosso querido Wilson Conciani, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), e também o Walber Carvalho Melo, Diretor de Ensino Médio e Profissional do Colégio Pedro II.

E daqui a pouquinho está chegando também o Hugo, Presidente da Brasil Startups.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo de todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado terá a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, se necessário. E, ao final das exposições, daremos também a palavra aos expositores para fazerem as suas considerações finais e os seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já passo aqui imediatamente ao Wilson, que está conosco virtualmente. Vou passar a palavra então ao Wilson Conciani, Professor do IFB, ex-Reitor e Diretor por muitos anos aqui do Instituto Federal de Brasília.

Obrigado pela presença, Wilson.

O SR. WILSON CONCIANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado pelo convite, pela consideração. É sempre uma alegria estar trabalhando com você nessas Comissões em que você tem discutido muito oportunamente o ensino médio.

Eu acho que é um grande passo para o momento em que nós estamos distensionar o meio educacional, os estudantes, os pais dos estudantes, os servidores da educação, todos os educadores de uma forma geral. Parabenizo pelo trabalho que V. Exa. tem feito e agradeço pelo convite.

Queria saudar aqui um companheiro de ensino, Prof. Walber. Sempre uma alegria, Walber, ver o seu trabalho lá no Pedro II. Eu sei que vocês estão passando por um momento difícil lá agora, mas vejo que o trabalho de vocês é profícuo, como sempre foi, com a escola mais tradicional do Brasil.

Quero saudar o Prof. Bermúdez, colega, grande educador. Tive a alegria de o conhecer no tempo em que ele era decano na UnB. Acho que é uma figura fantástica e o senhor, Senador, trouxe uma pessoa de peso.

Ao Wisley também e à Mariana, nosso cumprimento. Gente que está na educação fazendo um trabalho bacana e que a gente não pode deixar de lado.

Eu queria compartilhar com vocês algumas informações, na verdade, acerca do ensino médio. Nada muito longo, mas vou colocar aqui, de forma clara, que a gente precisava de uma reforma no ensino médio.

O ensino médio era muito complicado. Primeiro, porque a gente tem um público complicado. O nosso estudante de ensino médio está na fase de mudança física, de mudança psicossocial. A adolescência não é um período fácil para ninguém, não foi para nós e não é para os meninos e as meninas que agora estão na escola.

O modelo antigo que a gente tinha de ensino médio era extremamente conteudista – como a educação bancária –, que não levava em conta que a vida é mais do que conteúdo, que o conteúdo não se transforma em conhecimento por si mesmo e que o sistema de cobrança, de provas, não resolve nada.

Então, era preciso mudar. Essa visão de transição da educação básica para a educação superior precisa mudar. O ensino médio não é uma fase de transição da educação básica para o ensino superior, ele é, de fato, uma etapa educacional importante na constituição do cidadão, na constituição da pessoa.

Para além disso, as escolas não tinham... Para que a gente tivesse um ensino médio interativo, refletido, trabalhado, a gente não tinha infraestrutura nenhuma. Não tinha laboratório de física, de química,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de matemática, biologia, os espaços de convivência são mínimos, muitas escolas não têm uma biblioteca, uma sala de leitura, não têm espaço esportivo.

Então, a gente tem muitas dificuldades a serem pensadas e repensadas no ensino médio. Por isso, o novo ensino médio é saudado, ele era desejado, era esperado. Ele traz uma oportunidade fantástica de repensar o modelo de educação, então a gente pode, a partir das experiências, das dificuldades que a gente tinha, pensar: o que a gente precisa fazer para que o novo ensino médio dê as respostas que a sociedade precisa, de formação de cidadãos, de formação de pessoas com domínio científico, com domínio cultural, para se engajar onde quer que queira?

É muito bom a gente ver essa disposição. A gente vê também que o novo ensino médio permite melhorar o fluxo de vida do estudante. Ele vai se encaixar naquilo que é melhor para o seu perfil, através dos itinerários: quem gosta do perfil social, quem gosta do perfil científico, quem gosta do perfil tecnológico, quem quer ir para o mundo do trabalho através de uma formação profissional. Então, os itinerários foram realmente uma saída muito interessante.

Tão interessante quanto é a ampliação do tempo de permanência na escola.

Então, a gente tem algumas perspectivas bastante positivas nesse novo ensino médio e que nos animam na busca de superar essas dificuldades.

Agora, como todos os projetos, Senador, ele também trouxe algumas limitações. Uma limitação que ficou muito patente, para todos os educadores e para os estudantes, é que a formação geral básica – aquela que a gente tinha –, hoje, é menor do que a que existia antes. Espera aí, eu quero melhorar, mas, em vez de ampliar a formação geral básica, eu vou reduzir? Esse foi um problema e, infelizmente, ela foi limitada a 1,8 mil horas, a gente tinha 2,4 mil. Então, em vez de ampliar a formação, eu amplio a carga horária, mas eu reduzo a formação geral básica.

Esse é um problema que todos estão enfrentando, é um problema difícil de ser superado, porque a gente precisa dessa formação geral básica, é ela que dá a formação científica, cultural, humana, que a gente precisa como ponto de partida para a formação do cidadão.

Para além disso, os itinerários foram entendidos como uma via de mão única, ou seja, eu tenho uma pincelada de conhecimento aqui e depois eu vou para um aprofundamento em ciências, ou em matemática, ou em linguagens, enfim, eu vou escolher um itinerário. Não é bem assim, a gente só pode escolher e aprofundar aquilo que a gente já sabe.

Então, em lugar de um aprofundamento, foi um corte: "olha, você não vai ter esse conhecimento aqui, mas se você quiser ter uma parte dele, você vem para cá".

Isso retoma um problema que a gente teve na Lei 5.692, que era a falta de conhecimento, ou seja, você entrou num canal, você tem que seguir nesse canal o resto da vida, porque você não tem conhecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para migrar. E, este momento de transição social, cultural que nós estamos enfrentando, é essencial que o jovem tenha essa possibilidade de migrar de área a qualquer momento. Com as tecnologias que estão mudando, com os costumes sociais que estão mudando, a gente precisa estar preparado técnica, científica e culturalmente para mudar de área a qualquer momento.

Então, é essencial que a formação geral básica seja ampliada e que a gente, sim, a partir da formação geral básica ampliada, possa escolher uma área de aprofundamento.

Então, esse é o ponto de partida.

Uma outra questão é que esses itinerários foram construídos de maneira desconexa da formação básica, ou seja, eu tenho uma formação básica, essa formação básica não está integrada com o itinerário. Eu curto a formação básica e, logo em seguida, eu tenho que entrar no itinerário. Não. Eles têm que estar integrados, *pari passu*, trabalhando juntos, de maneira complementar.

Então, fazer a integração dos dois é essencial, e não deixar que sejam duas coisas que não se misturam, como dá a entender a proposta. Não é que seja assim, mas a proposta, da forma como está escrita, dá a entender que seja assim, que as coisas são desconexas.

Uma outra questão muito importante foi a da ampliação do tempo. Nós precisamos de escola em tempo integral. É essencial que a gente tenha escola em tempo integral. É preciso dar aos nossos jovens a oportunidade de uma formação mais completa. Agora, não é só ampliar o tempo na escola. É preciso gerar condições de que esse estudante permaneça na escola não com aula, porque, se eu tiver aula o dia inteiro, em que momento que eu vou ler? E o senhor, Senador, é uma pessoa que incentiva a leitura, que incentiva os projetos de ciência, de empreendedorismo, de tecnologia. O senhor sabe que é preciso muita leitura para a gente desenvolver e tempo livre para a maturação de conhecimento.

Então, a gente criar espaços onde os jovens possam ler, possam ir para o laboratório fazer experimentos, possam ter tempo livre para maturar conhecimento, isso, sim. Mais do que aula, a gente precisa de espaços e condições para que, na escola, o estudante desenvolva os seus talentos.

Então, ampliar a quantidade de aula não é suficiente. É importante ampliar o tempo na escola, não a quantidade de aulas.

Com essas mudanças todas, os docentes e os curriculistas não conseguiram entender qual era a ligação que existia entre aquelas competências que foram propostas para o novo ensino médio e os saberes a serem construídos e, daí, surgem componentes curriculares estapafúrdias, quando não, vazias de completo sentido.

Então, a gente tem unidades curriculares que foram colocadas como eletivas, que são muito bem-intencionadas, quase sempre. Tem uns casos malucos aí que a gente não pode nem botar em conta, mas a gente tem, caso geral, boas intenções que não foram aproveitadas. Projeto de vida é uma delas. Projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida é uma intenção fantástica, é uma coisa maravilhosa, mas foi transformado em uma disciplina, foi transformado em aula, não em um projeto de vida. Aí não funciona, porque não é, de fato, um projeto. É mais uma disciplina, com um ementário, com etapas a serem cumpridas, com nota. Como um projeto de vida pode ter nota? Então, tem alguma coisa que precisa ser repensada.

Nós tivemos alguns casos, a gente acompanha as discussões, nos projetos de educação financeira, nas disciplinas eletivas, em educação financeira, tem gente orientando os meninos para investirem na bolsa. Ora, eu estou numa cidade em que a média salarial *per capita*, a renda *per capita* está em torno de meio salário mínimo e o professor está ensinando a investir na bolsa. Eu vou investir na bolsa ou sobreviver?

Então, tem algumas distorções que precisam ser superadas e elas só podem ser superadas se a gente tiver tempo de preparação das escolas e dos educadores – preparar os professores, capacitar os professores para entrarem nesse novo modelo, os gestores das escolas para entenderem o novo modelo, e, aí sim, a gente pode mudar.

Isso requer tempo. Se a gente pensar no tempo da Finlândia, que foi de trinta anos, para a implantação da mudança de ensino, e nós quisermos implantar em quatro, cinco, a gente vai ver que não dá certo. Não tem como dar certo. É preciso a gente rever alguns pontos. Sobretudo, a gente implantou a mudança no ensino médio antes de implantar a mudança na licenciatura, ou seja, os professores que estavam sendo formados, estavam sendo formados no modelo antigo para atuar no modelo novo.

Então, a gente realmente precisa de tempo, para repensar essas coisas. É fundamental um novo ensino médio, mas é fundamental que ele seja trabalhado para que ele dê certo.

Nessa linha do trabalhar, a gente tem a infraestrutura, porque as escolas continuam sem infraestrutura. Nós criamos um novo ensino médio, mas não criamos laboratórios de física, de química, de biologia, de matemática. A gente não tem estrutura para que o pessoal possa usar o tempo escola.

Em algumas localidades, não tem nem direito a escolha: o aluno só tem um caminho a fazer porque só tem uma escola, e naquela escola só tem professores suficientes para manter um itinerário. Então é preciso repensar também: precisamos de mais professores, mais condições para poder criar a opção de itinerários, e os professores têm que ser trabalhados, capacitados para essa mudança tão fantástica que foi criada.

Agora, existe um itinerário, Senador – e eu sei que o senhor nos acompanha sempre, o senhor sempre visita o instituto, inclusive aporta suas emendas lá para que a gente possa fazer um bom trabalho –, que é a questão da educação profissional, o quinto itinerário. Uma excelente resposta a um problema social grave.

A gente tem falta de profissionais no mundo do trabalho às tantas, sobretudo na indústria. A gente não tem profissionais capacitados para atuar na indústria. Mas, do jeito que está proposto, a gente volta ao modelo da Lei 5.692, aquela lei que dizia: "Você vai fazer uma formação mínima, e é mínima mesmo, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois você vai fazer a formação técnica". E, pior ainda, na Lei 5.692 as duas estavam juntas, integradas. Agora elas estão dissociadas. Eu só começo a ter noção do que eu vou fazer depois que eu estiver lá no segundo ou no terceiro ano.

Então, é preciso integrar muito bem o itinerário formativo técnico profissional com a BNCC. Se não assim, a gente não vai ter formação de qualidade, e a gente bem sabe da experiência que nós temos no Brasil.

Nós temos excelentes experiências, tanto nas redes estaduais quanto na rede federal, de integração entre a formação profissional e a formação básica. Os institutos, a rede federal, a rede da Paraíba, a rede do Pernambuco, a rede do Ceará têm mostrado excelentes exemplos e com resultados positivos, tanto em nível de avaliações diagnósticas nacionais... E aqui, quando eu falo diagnóstico, eu estou falando do Enem não enquanto uma prova de nota, mas enquanto uma prova de diagnóstico da qualidade educacional; e a gente tem o exame do Pisa, que mostra que as escolas que fazem educação profissional integrada ao nível técnico têm resultados muito superiores – particularmente na rede federal, que é apontada entre as cinco melhores redes do mundo de educação de nível médio.

Então é uma experiência muito positiva que, lamentavelmente, a gente não aproveitou.

Eu me coloco aqui, agora, Senador, à disposição para eventuais dúvidas ou consultas que houver.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Wilson.

Eu não falei no início aqui, mas, é só para dizer que a gente trabalha na área de educação há muitos anos. Eu tive a oportunidade inclusive de ser Secretário, por duas vezes, de Ciência e Tecnologia. E, durante o período em que fui Secretário, eu trouxe a educação profissional para a Secretaria de Ciência e Tecnologia aqui no Distrito Federal. E aí eu tive a experiência muito grande com relação à formação profissional, os pré-requisitos para os professores. E as mudanças hoje acontecem da noite para o dia, não dá para você fazer como antigamente. Antigamente, você levava 20, 30, 40 anos para acompanhar a realidade, mas eu participei aqui.

Eu fui o Presidente da Comissão do novo ensino médio. Eu fui também, durante esse período, autor das emendas do Pronatec na época, em que a gente incentivava a questão da educação profissional. E tenho pelo Instituto Federal um carinho muito especial, porque realmente é uma escola de qualidade que tem estrutura; não sei se ainda tem a estrutura adequada, mas, comparado com as demais escolas regulares, realmente o instituto está muito à frente.

Agora, colocamos inclusive no Pronatec o Sistema S, porque, na época, nem o texto original tinha o Sistema S. E eu não tenho nenhuma dúvida hoje de que, na educação profissional no Brasil, a gente só tem exatamente os Institutos Federais e o Sistema S, porque a grande parte da formação profissional hoje está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com as empresas. As empresas é que estão contratando profissionais para capacitar os técnicos, os próprios funcionários.

Então, o que eu sei é que, na prática, nós temos hoje 78% dos alunos do ensino médio que não conseguem entrar na universidade e muito menos entrar no mercado de trabalho. Aí você tem essa geração nem-nem, que não estuda nem trabalham. E minha avó já dizia: "Cabeça vazia é oficina do diabo; não tem o que fazer, vai fazer o que não presta". É o que a gente está vendo, todos os dias: essa situação.

No setor de tecnologia, quantas mil vagas tem hoje, no Brasil, nessa área? São 500, 700 mil vagas, e não tem os técnicos, mão de obra qualificada para ocupar essas vagas, ainda mais hoje, em que a concorrência é internacional. Os nossos profissionais de tecnologia hoje não concorrem mais em termos de espaço nacional; hoje vão prestar serviço lá fora, e a gente está ficando muito para trás com relação a isso.

Agora, a experiência que tive também diz o seguinte: educação profissional você faz com quem está no mercado. Não adianta você – e eu tive essa experiência como Secretário –, não adianta você colocar um engenheiro, dando aula de engenharia, que nunca construiu nada; nem muito menos um enfermeiro que nunca entrou num hospital para dar aula teórica. Então, esse é o grande desafio.

Quando – e muitos criticam, porque não houve muita discussão – a gente aprovou por medida provisória, era uma medida provisória, essa discussão já vinha de anos e anos. E a gente, então, aprovou a medida provisória, colocando inclusive um complemento para incentivar as escolas a adotarem com o objetivo inclusive de implantar a educação integral. Está na medida provisória.

Agora, eu vi um anúncio, por exemplo, esta semana, de que no Governo, agora, vai ser de sete horas o horário. De fato, o Conciani tem toda razão: ficar sete horas numa escola que não tem laboratório, que não tem internet, que não tem nada que atraia o aluno, vai ter uma evasão grande. Então, por isso é que a gente precisa... E olha que o mundo todo hoje... Nós não chegamos ainda a 10% dos nossos jovens na educação profissional, e vários países já atingiram aí 50%, 60% dos jovens que fazem educação profissional, curso técnico, não é?

Então, é um desafio muito grande, não dá para você... Nós vamos ter que trocar a roda rodando, porque, se a gente for parar... Eu perguntei, eu tenho a maior admiração pelo Ministro, pelo que ele fez – o que fizeram, não foi nem ele, mas também ele, não é? – quanto à questão do ensino no Ceará, porque lá, no Ceará, você tem de certa forma, como tivemos em São Paulo, uma certa política de Estado. Houve a continuidade de governos que ampliaram, melhoraram o que vinha sendo adotado. Mas no Brasil, tradicionalmente, cada governo que entra começa tudo de novo, faz questão de acabar com tudo e começar de novo uma política de governo, e o que a gente precisa é uma política de Estado.

Nós vamos ter agora, tem uma medida provisória agora aqui do lado, está sendo instalada agora, das obras inacabadas. Nós temos mais de 3,5 mil obras da educação com 80% já... Estão faltando 20% para concluir, 70% já de obra, tudo paralisado do Brasil todo. Então, se a gente de fato não sair do discurso e ir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a prática... Está aí o Fundeb no arcabouço fiscal. Mudamos o texto e tiramos o Fundeb, que é o principal fundo da educação. Espero que a Câmara mantenha o texto do Senado. Estamos acompanhando. Devem votar de hoje para amanhã, não é? Porque há uma diferença muito grande aqui entre o discurso e o recurso, inclusive da área de ciência e tecnologia. Tiraram do arcabouço. Não sei se a Câmara vai manter o texto aqui do Senado com relação a ciência e tecnologia, que é uma área que é mais afetada nos últimos anos. Pelo menos desde quando eu entrei aqui como Presidente da Frente de Ciência e Tecnologia, cada vez se aplica menos em ciência e tecnologia. Fizemos aqui uma reunião, semana passada, uma audiência pública sobre a popularização de ciência e tecnologia. Aí foi feita a pesquisa: "Cite o nome de um pesquisador no Brasil". Praticamente se desconhece completamente, e quem falou alguma coisa ainda falou do Einstein, como se fosse pesquisador brasileiro.

Mas, Conciani, eu quero aproveitar a sua fala para realmente reforçar a minha admiração pelos Institutos Federais, pelo trabalho que fazem. E essa integração é importante. Agora, nós vamos conseguir capacitar os professores tradicionais de Geografia, História, Português e Matemática para darem educação profissional? Nós não vamos ter essa coisa nunca, não é? Então, a gente vai ter que trazer realmente profissionais que estejam no mercado. Não sei como vamos fazer. Há essa brecha na lei de contratar... Inclusive, o Sistema S tem muito convênio. Só não pode usar o dinheiro do Fundeb, porque isso na última... Eu fui o Relator do Fundeb, e a gente não colocou essa possibilidade. Mas qualquer estado, qualquer município pode fazer convênios na área profissional.

Mas, de fato, o Conciani tem razão. Nós temos que compatibilizar a Base Nacional Comum Curricular com a questão da formação, e vamos ter que criar as escolas regionais, porque, de fato, no interior do Brasil tem isto, só tem uma escola. Então, o que que você tem que fazer? Alguma forma para que você possa oferecer vários outros itinerários naquela região, naquela microrregião.

Mas são ideias que nós estamos tirando exatamente para aperfeiçoar o novo ensino médio, mas não podemos parar, porque tem estados que têm continuidade. São Paulo... Até porque é obrigação, a responsabilidade é do estado, não é da União. A União traça as diretrizes e tal, mas o ensino médio é responsabilidade dos Governadores, dos estados, não é?

Bem, fazendo essas considerações, eu vou passar agora para o Sr. Wisley João Pereira, que é o Gerente Executivo de Educação do Sesi.

O SR. WISLEY JOÃO PEREIRA (Para expor.) – Senador, primeiramente, quero agradecer a oportunidade e deixar aqui um abraço do Rafael Lucchesi, nosso Diretor Superintendente. Ele está numa agenda externa, fora de Brasília, e não tinha condições de estar presente.

Agradeço e reconheço todo o trabalho, desde quando o senhor estava na Presidência da Comissão... Só quero dizer que, quando o senhor estava presidindo a Comissão do novo ensino médio, eu era o coordenador do novo ensino médio do MEC. Eu estava lá junto com o Mendonça. Então, eu acompanhei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito o trabalho, o trabalho árduo que vocês fizeram em inclusão e melhoramento do texto da medida provisória. Houve mais de 235 inclusões em emenda parlamentar. É só para deixar claro e evidente que o debate que foi feito foi profundo.

Dito isso, cumprimentando o Senador, cumprimento toda a mesa, sobretudo o Sistema S, que está aqui com a gente para demonstrar um pouco dessa capacidade de entrega que nós fizemos na implementação do novo ensino médio.

Fico muito feliz com a apresentação e a participação do Prof. Wilson. Isso me deixou muito tranquilo e muito lúcido do ponto de vista de dizer que um dos grandes problemas é que a gente tem que fazer a integração da formação geral básica com os projetos de vida dos estudantes e dar para eles a oportunidade de fazer escolha através dos itinerários formativos.

Mas, antes de começar a se fazer sobre isso, ele trouxe um dado que é muito interessante: a reforma educacional que a Finlândia fez, curricular, demorou 30 anos para ser implementada. Eu fiz um levantamento das principais mudanças e reformas que nós fizemos na educação. A grande e última reforma que nós fizemos foi a inclusão do pré-escolar dentro da educação básica como obrigatoriedade, passando o ensino fundamental a ser de nove anos. Para a implementação dessa política, nós gastamos exatamente 9 anos, para fazer a implementação, que era, única e exclusivamente, reconhecer o início da obrigatoriedade de acesso. E todos que estavam aqui nos acompanhando... Era o pré-escola, não é? Era o pré-chulé, eram todas essas discussões que a gente tinha lá. E agora a obrigatoriedade é primeiro ano do ensino fundamental. Tem avaliação, tem que garantir a alfabetização na idade certa. E a gente garantiu direitos naquele momento. Mas o desafio não era nem tão próximo, na volumetria, do desafio da reforma que nós estamos fazendo para o ensino médio.

São três grandes pilares que estão sendo discutidos, e o desafio de fazer é exatamente do Poder Executivo dos estados e não da União. É a discussão do currículo alinhado com os territórios; alinhado depois o currículo com a arquitetura curricular, que é flexibilização do currículo, e como fazer a formação técnica e profissional, porque certamente não seremos nós – eu sou professor, há 16 anos, de escola pública no Estado de Goiás – que vamos dar conta de fazer a formação técnica profissional. Tem que ser pessoas do mercado. Nós estamos lucidamente concordando aqui. E, por último, a gente precisa garantir a implementação da metodologia, que é trabalhar por área de conhecimento nessa integração curricular. Isso passa por formação continuada dos professores. A nossa formação foi fragmentada e não nos permitiu garantir a entrega do processo de ensinar, vamos dizer assim, nesse nível de complexidade.

Então, não dá para reduzir esse desafio gigante em 2 anos, nem dizer que 2 anos são suficientemente significativos para nos dizer que estamos na direção errada, porque nós ficamos 20 anos com o outro modelo e ninguém questionou. E há 20 anos nós temos problemas. Eu tive problema, por 16 anos, em escola pública, sem quadra de esporte. Se eu quisesse usar quadra de esporte, eu tinha que pegar quadra emprestada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da escola pública municipal e deslocar os alunos para fazer qualquer atividade lá. E sem laboratório! Como é que um físico vai dar aula sem laboratório?

Nós não podemos trazer problemas do passado, deixar que se tornem o problema do processo de implementação do novo ensino médio. Esses problemas sempre existiram. E não vamos também abandonar os problemas ou dizer que eles não são um desafio. Aumentar para sete horas a permanência na escola traz também o desafio de infraestrutura sim. E não é um problema que surgiu ao aumentar para sete as horas na escola, porque o problema de infraestrutura existe há mais de duas décadas. Então, a gente tem que reconhecer esses processos, esses desafios, para a gente avançar.

Está muito claro na lei do novo ensino médio, Lei 3.415, e foi muito bem-posto pelo nosso Senador, um artigo específico de financiamento para a escola de tempo integral. A lei foi pensada no conjunto. Ela trazia não só a questão da mudança para o desafio do que ensino médio entregava, mas também deixava claro para o Poder Legislativo que precisava de instrumento financeiro para fazer o processo de implementação. E, aí, eu trago um dado: antes de sair do Ministério da Educação, deixei 1 bilhão para fazer o processo de implementação de um acordo de cooperação técnica com o Banco Mundial. O Governo passou quatro anos, e não conseguiu executar.

E a gente também tem que reconhecer outros processos. Não tiveram apoio os governos estaduais e sobretudo os secretários estaduais no processo de implementação, mesmo assim eles avançaram muito. As 27 unidades federativas fizeram o seu redesenho curricular. As 27 unidades federativas, além de desenhar seus currículos, iniciaram o processo de implementação. Isso é extremamente importante.

Dito isso, a gente vai trazer um pouco dessa realidade de como era esse modelo antigo do novo ensino médio e por que a gente precisava fazer essa mudança tão profunda no ensino médio brasileiro. Primeiro, o ensino médio daquela época era o seguinte: a cada dez estudantes que chegavam ao ensino médio brasileiro, seis evadiam. Dos quatro que terminavam, três tinham entrega de aprendizagem abaixo do esperado. Alto índice de evasão. Não tinha ensino médio para esse sujeito. Foi recentemente que nós criamos o fundo de manutenção das escolas, o Fundeb, colocando o ensino médio. Eu fiz ensino médio sem ter recurso financeiro para mim, estudante de escola pública. Não tinha merenda escolar para mim, não tinha material didático para mim. Isto eu estou dizendo – e eu sou um jovem de 44 –: passei pela última etapa do ensino médio sem financiamento.

O Brasil também vem avançando do ponto de vista de financiamento, de melhoria da qualidade, mas não era suficiente, porque o problema também era curricular. Além do baixo aprendizado e dessa desigualdade, 71% – de cada dez, sete – se evadiam se fossem jovens negros, não conseguiam terminar o ensino médio. E a educação técnica e profissional, que é um grande avanço da reforma do ensino médio, não era para todos, era excludente. O estudante tinha que fazer ensino médio num turno e ensino técnico profissional no outro turno. Estudante pobre que precisa trabalhar ou ajudar a família em casa está excluído. E são exatamente esses 80% que não vão para o ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não vai desenvolver um projeto educacional que dê conta de emancipar nem ter um projeto de vida que possa impactar. Ou o Brasil decide fazer a reforma educacional que tem de fazer ou vai pagar um preço caríssimo. Estamos fazendo uma mudança demográfica gigante, em que nós não vamos ter mais a quantidade de jovens que nós temos hoje no Brasil; vamos nos tornar um país de pessoas idosas, com menos jovens. São eles que, certamente, darão a sustentabilidade do nosso país. E, aí, nós vamos jogar 80% dos nossos jovens fora porque o único caminho tem de ser a universidade.

Quando a gente olha para os países... Saiu hoje, no *Estadão*, uma pesquisa superfresca de dez países que os pesquisadores do Instituto Lemann, do Centro Lemann, estudaram, sobre como eram as reformas deles no ensino médio desses países. Todos eles praticam mais de 60% de educação técnica e profissional, e aqueles que têm o maior índice de matrícula na educação técnica e profissional têm melhor desempenho nas avaliações e menor evasão. Então...

Vamos jogar as evidências fora também? A gente não vai fazer um debate honesto? Porque a desqualificação de um debate leva um prejuízo de uma educação de qualidade para o nosso jovem. A gente tem que olhar para frente, não olhar para trás.

Se a gente for olhar para esse ensino médio que nós vivemos, nós estamos voltando ao ensino médio de dez para seis, em que só quatro chegavam ao final e, desses quatro, só dois conseguiam entrar na aprendizagem adequada, nem no aumento da aprendizagem. Então, a gente precisa entender esse processo.

Para isso, aqui, foi muito bem-posto... O que é que essa lei traz? A gente já colocou: escolha do estudante; projeto de vida; expansão da carga horária; mais tempo de permanência na escola, mas um tempo de permanência como projeto educacional. A gente não pode começar a fazer escola para entulhar estudante.

E a educação técnica e profissional não tem que ser para alguns; ela tem que ser oportunidade para todos. As evidências internacionais...

Países como Argentina têm educação técnica e profissional acima de 60% das suas matrículas. Está hoje na pesquisa no *Estadão*.

Até um pouco... Porque todo mundo fica falando da reforma do ensino médio – ou que eu já vou chamar de "aprimoramento do Novo Ensino Médio" –, que não houve debate, mas teve um programa que eu ajudei a implementar no Estado de Goiás, porque eu fui superintendente de ensino médio lá, na rede pública de ensino, que se chamava "Ensino Médio Inovador", que era flexibilização curricular, mas era como sugestão, e não como uma obrigação de direito do estudante.

Começou em 2009 todo o debate do currículo. Em 2013, exatamente por nossas Casas Legislativas, teve o PL 6.840, do Deputado Reginaldo Lopes. Ficou parado, sem ser submetido a nenhuma Comissão, por dois anos! E por isso se fez urgente e relevante colocar uma medida provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alto índice de evasão, a aprendizagem só caindo, o jovem sendo colocado para fora da escola, a "juvenização" de uma EJA...

A gente olha para os outros países, pouquíssimos são aqueles que dependem de ter uma política de educação de jovens e adultos que não tiveram o direito garantido na idade correta. Até hoje ainda é um problema para nós. Se é um problema, é porque a gente está colocando o estudante... Não garantindo o direito dele na idade correta. E o ensino médio é exatamente esse gargalo.

E é importante... Não vou passar por aqui, foi muito bem dito de todo esse debate que foi fazendo até atualmente... Todo mundo fala sobre aprovação da lei. Setenta por cento dos votos a lei teve. Se isso não é democrático, eu não sei como é que é um processo mais democrático. Foram quatro anos de debate e foi aprovado pelo Congresso Nacional. Dos 372 Deputados, 263 se colocaram a favor.

Sabem quantas medidas provisórias... Porque também questionam o dispositivo, o expediente. É um expediente legal, é do Executivo, e é para ser urgente e relevante. Se não tiver algo mais urgente e relevante do que isso, não dá.

E eu trouxe alguns dados aqui, só para entender um pouco.

Lula 1, Lula 2, Dilma 1, Dilma 2... Nós tivemos, só no Lula 1, 239 medidas provisórias. Eu vou citar algumas medidas provisórias extremamente importantes... Não estou dizendo que não são importantes as medidas. Pelo contrário: eu quero trazer evidências de que esse dispositivo é extremamente importante para a gente garantir políticas sociais para a população brasileira quando se precisa de relevância e urgência, como foi o caso do Novo Ensino Médio. Por exemplo, Bolsa Família foi por medida provisória. "Ah, não vamos questionar também, não é?" Outra questão que foi por medida provisória: Prouni, acesso à Universidade para Todos. "Ah, é porque para fazer reforma educacional tem que fazer um longo debate!" Então, a gente joga toda uma década de jovens a não ter acesso a uma política educacional de qualidade, fruto de um debate *ad aeternum*?! Com tecnologia, quatro anos não é debate suficiente para propor uma mudança?!

Agora, dizer também que a gente está no caminho 100% correto seria muito arrogante. Precisamos olhar para a frente e para o aprimoramento. No que depende da Rede Sesi em parceria com o Senai...

A gente olhou os estados, nesses cinco anos de implementação, e esta aqui é a realidade dos estados brasileiros: hoje, todos os estados brasileiros estão com seus referenciais curriculares revisados, todos aprovados nos conselhos estaduais de educação, homologados e iniciando o processo de implementação.

E aí, quando a gente foi fazer uma pesquisa com os estudantes, encontramos que os estudantes... Nós tivemos um problema de comunicação. No meio do caminho, tinha uma pandemia. Ninguém vai considerar isso na conta também! A pandemia não prejudicou só o ensino médio, prejudicou a educação no mundo. Nós estamos falando aí de recomposição de aprendizagem, de alfabetização na idade certa, um programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Governo Federal está lançando agora e que é extremamente importante, para garantir a alfabetização, para recuperar esse tempo em que a gente foi impactado pela pandemia. E, quando a gente perguntou a mais de 2 mil estudantes no Brasil se eles concordavam que o ensino médio pudesse atender os seus projetos de vida e se isso ia elevar a qualidade da educação no país, 80% desses jovens concordam que eles precisam fazer... E, quando se pergunta se ele teria interesse em ter oportunidade de ter educação técnica e profissional como uma possibilidade, 86% dos jovens gostariam de ter possibilidade de fazer curso de formação técnica e profissional.

E 21%, um pouco mais, são o número de jovens que têm o direito de acessar o ensino superior. O que nós vamos fazer com os aproximadamente 78% dos jovens que têm outros projetos de vida?

(*Soa a campainha.*)

O SR. WISLEY JOÃO PEREIRA – Caminhando para o final, a gente olha alguns números da OCDE, de que a gente já falou, sobre a questão de prática da educação técnica e profissional, mas, se virar a lista de cabeça para baixa, somos primeiro lugar! Não fazemos... Menos de 10%! Não tem como fazer uma virada socioeconômica no país se a gente não garantir isso como uma revolução educacional para trazer uma revolução industrial. A última revolução industrial por que nós passamos foi há mais 70 anos! O Brasil só caminha para trás se a gente não fizer nossa reforma educacional.

E aqui estão alguns indicadores.

Quando a gente pega os estudantes que fizeram formação técnica e profissional, eles têm melhor desempenho.

O que não pode se fazer é o retrocesso que muitos estão propondo de voltar a 2,4 mil horas, não garantindo o mesmo turno de 3 mil horas à educação técnica e profissional dos estudantes. Temos que avançar, sim, para uma educação de tempo integral.

Aqui é um pouco do desastre brasileiro! Olhem como é o índice de abandono e evasão: 40%. Há 26% trabalhando em forma de *freelancer*, com subemprego...

O que o itinerário técnico e profissional pode trazer? Redução da evasão, conclusão da educação básica de melhor qualidade, continuidade da trajetória de vida desses estudantes ligada ao mundo do trabalho, melhor aprendizagem, ligação com a carreira.

O que nós queremos mostrar para vocês? Um pouco da experiência do Sesi e do Senai no processo de implementação. Começamos em 2018 como experiência pedagógica ainda, solicitada pelo Ministério da Educação, e hoje estamos com mais de 36 mil estudantes fazendo o novo ensino médio, com 20 itinerários técnicos e profissionais e dois propedêuticos. Só aqui, no Sistema S, nós jogaremos fora grandes investimentos. A gente olhou os dados do Consed que foram apresentados na segunda-feira no relatório, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Consed, depois da Lei do Novo Ensino Médio, colocou 20% a mais de professores na sua rede. Se a gente retroceder, a gente vai ter de mandar embora 20% de professores.

O que precisamos melhorar? É certo, o Prof. Wilson deixou muito claro, 1,8 mil horas parece muito pouco para fazer a formação geral e básica, mas a gente não precisa mexer na legislação; dá para fazer infralegal. As diretrizes garantem que nós podemos fazer aprofundamento da base. Trezentas horas nós estamos reivindicando aqui para fazer recuperação e recomposição da aprendizagem e aprofundamento da base. Em suma, em geral, o que está escrito, aqui a gente tentou colocar isso da seguinte forma: 1,8 mil horas era o teto, 1,2 mil horas para os itinerários. Nós tínhamos a ideia de que só em 1,2 mil horas a gente conseguiria fazer formação técnica e profissional, mas, quando a gente faz a integração da formação técnica e profissional com a formação geral básica, como o Prof. Wilson muito bem colocou, a gente precisa só de 900 horas; 300 horas saem quando eu não coloco a mesma matemática duas vezes. E 300 horas a gente pode utilizar para recomposição da aprendizagem e aprofundamento da base. E ficam, no mínimo, 900 horas, que a gente garante no mesmo turno, com formação técnica e profissional.

Aprimoramento é o caminho da gente avançar na política de Estado, não retroceder em política de governo. E a gente sabe em que caminhos nós podemos avançar. As instituições que estão fazendo a implementação do novo ensino médio estão concluindo os seus relatórios na mesma direção de que é possível aprimorar e garantir a segurança de uma educação de qualidade para os nossos jovens, e a gente não perder a janela de oportunidade.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Wisley.

Fui Secretário juntamente com o nosso amigo Lucchesi.

Eu passo a palavra agora a Mariana Campos Ferreira Martinez, que é do Senat.

A SRA. MARIANA CAMPOS FERREIRA MARTINEZ (Para expor.) – Boa tarde, Senador; boa tarde a todos; boa tarde a todos que estão aqui na mesa, presentes.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer em nome da Dra. Nicole Goulart, que não pôde estar presente também, porque estava em compromisso externo.

A gente entende que essas discussões são de extrema importância para os jovens do nosso país.

Gostaria de colocar aqui que o Sest Senat, pessoal, está completando 30 anos neste ano. Então, nós somos o "s" do transporte e, por atuarmos em estreita cooperação com o poder público, nós também temos essa atuação junto aos programas e às políticas públicas assim colocadas pelo Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a gente atua em 162 unidades operacionais, impactando mais de 4 mil municípios, realizando atendimentos gratuitos para o trabalhador do transporte, com atendimentos dentro de saúde e qualidade de vida e também de capacitação profissional. Temos hoje uma estrutura padronizada dentro das nossas unidades operacionais que possuem tipologias diferentes, onde contam com auditórios, salas de aula e recursos tecnológicos, ambientes simulados, centros de eventos, quadras esportivas e também campos de futebol.

A nossa intenção enquanto o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte é oferecer qualificação técnica, desenvolvimento de competências, formação especializada, educação executiva, trilhas por temática e ocupação e cursos presenciais e *online* também.

O nosso primeiro contato com o novo ensino médio, Senador, foi agora, no ano de 2022 – então, nós somos bebês nessa discussão –, mas nós gostaríamos aqui de ressaltar que nós aderimos à linha de fomento do Qualifica Mais, que é o itinerário de formação técnico-profissional, que inclusive é fomentado pelo Pronatec.

Então, ao longo das nossas reuniões bilaterais com as secretarias de todos os estados, com exceção de dois estados que não aderiram enquanto parceiros demandantes, nós registramos protocolos de intenção de mais de 80 mil vagas, entre cursos de formação inicial continuada e também cursos técnicos para serem executados no ciclo de 2023 a 2025, impactando, então, mais de 300 municípios, sobretudo aqueles que as secretarias pontuavam como municípios que não tinham acesso a essa educação profissional dentro do novo ensino médio.

Ao final do ano passado, tivemos a grata notícia de que houve a homologação de 1.682 vagas para 33 municípios em 21 estados do país por meio do Bolsa Formação. Esse estudo e essa homologação se deram conforme um critério que foi estabelecido pelo próprio Ministério da Educação, que contemplava ali os municípios que tinham maior carência: municípios de zona rural, municípios cujas escolas estaduais não tinham condições de oferecer um itinerário de formação técnico-profissional.

Ainda nesse ínterim, um dos estados que não optou pelo Pronatec, pelo Qualifica Mais nos procurou durante as reuniões bilaterais também, para a gente firmar um acordo de cooperação técnica para o atendimento de jovens de cinco municípios do Mato Grosso do Sul. Então, nós atendemos lá hoje a cinco escolas e temos uma parceria para poder formar esses alunos no eixo de logística do novo ensino médio. O eixo de logística é um eixo muito procurado, um setor produtivo bem atraente para o Mato Grosso do Sul. Estive lá presente neste ano e foi emocionante ver aqueles alunos com vulnerabilidade socioeconômica poderem ter acesso a esse tipo de conhecimento, a esse tipo de formação, que vai qualificá-los para o mercado de trabalho e que também vai oportunizar que eles acessem o mercado de trabalho ainda jovens. Sabemos que muitos desses alunos, boa parte das vezes, acabam evadindo o ensino médio para poder ir para o mercado de trabalho informal, justamente para poder conseguir uma renda e ajudar as suas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Colocamos aqui, Senador, como ponto de atenção que os cortes orçamentários relacionados ao repasse das parcerias via Bolsa Formação que foram realizados no ano passado prejudicaram um pouco o andamento do atendimento de todas aquelas vagas de que nós fizemos o protocolo de intenções. Por se tratar de um valor hoje que não foi alterado – já tem alguns anos que essa legislação está ativa – e sabendo que esses alunos, tendo essa vulnerabilidade socioeconômica, exigem essa necessidade de uma assistência estudantil, esse valor acaba atrapalhando um pouco esse processo de execução dentro das escolas, porque o custo para poder deslocar um instrutor das nossas unidades operacionais e até mesmo para executar a parte mesma de logística e etc. acaba ficando um pouco inviável. Então, isso faz com que os alunos optem por outros itinerários propedêuticos ou até mesmo nem façam o novo ensino médio por esse motivo.

Durante as nossas reuniões bilaterais, nós também sentimos um pouco de falta de clareza quanto à estruturação do currículo, que vai muito ao encontro do que os professores falaram agora, essa parte da formação básica estar integrada com a formação técnico-profissional, o vulgo quinto itinerário. E os cronogramas das secretarias também foram algo que prejudicou um pouco o início de todas as outras homologações que foram feitas aí no ano de 2022.

Com relação às parcerias, nós sabemos que o Ministério da Educação também fez a publicação de um guia de implementação de parcerias, em que eles dão várias oportunidades e possibilidades de parcerias tanto com empresas privadas que oferecem educação profissional quanto com o próprio Serviço Nacional de Aprendizagem. Então, nós entendemos que existem várias possibilidades de a gente atuar dentro desse processo. Porém, as escolas não têm conhecimento de como isso pode ser feito. Então, por conta dessa... A gente tem essa premissa de que o novo ensino médio tenha flexibilização. Porém, muitos não têm conhecimento dessas possibilidades.

Aqui, para nós, o ponto mais crítico, enquanto Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, é a ausência de diálogo entre as políticas públicas tanto do Programa Jovem Aprendiz quanto do novo ensino médio. No ano passado, nós tivemos um número de formados no Programa Jovem Aprendiz de mais de 8 mil aprendizes. Nós sabemos que esses alunos, obrigatoriamente, precisam estar no ensino médio para poderem fazer o programa de aprendizagem e estar dentro das empresas fazendo a sua qualificação profissional. Porém, a gente não tem nenhum normativo, nenhuma regulamentação, nenhum documento que diz como nós podemos atrelar o Programa Jovem Aprendiz juntamente com o novo ensino médio, sabendo que ele está incluído dentro do guia de implementação e de parcerias e que é um componente complementar que pode ser inserido lá dentro. Nós ainda não temos conhecimento disso e não sabemos como trabalhar dessa forma. Então, entendemos que o aluno que precisa trabalhar ou que quer uma qualificação profissional ao mesmo tempo vai acabar evadindo do novo ensino médio e procurando um trabalho informal, ou seja, não vai estar nem numa política pública nem no ensino médio.

A nossa defesa é que o novo ensino médio e o itinerário da formação técnica e profissional aproximem os alunos do mercado de trabalho. É algo que o professor também defende, não é? A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também defende que esse modelo acompanhe tendências mundiais e possibilite habilitações profissionais. Isso eu não preciso nem comentar, não é, pessoal? Já trouxeram dados aqui para vocês.

Oferecer habilitações profissionais ainda no novo ensino médio colabora com o nosso setor produtivo, não só da indústria, mas do transporte, do comércio, entre outros. Nós do setor de transporte, especialmente, temos um déficit hoje de jovens dentro desse eixo e, para nós, é muito importante que os eixos de logística, de transporte e de infraestrutura estejam dentro desses itinerários de formação técnica e profissional justamente porque precisamos de jovens no mercado de trabalho.

O formato de parcerias contribui para o acesso a formações técnicas e qualificação profissional para alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica. A exemplo disso, eu trouxe agora essas turmas do Mato Grosso do Sul que não tinham a menor condição de acessar esse tipo de itinerário e nós pudemos oportunizar isso para eles. O alinhamento de aplicação das políticas públicas ao novo ensino médio pode contribuir com a equalização das oportunidades para esses jovens.

Bom, tendo em vista todos os pontos elencados, a gente entende que essa discussão é necessária, mas gostaríamos de ressaltar que o novo ensino médio e o itinerário da formação técnica e profissional são um ganho para a sociedade, formam jovens para a vida e para a cidadania. É necessário, sim, discutir as lacunas e os impactos dessa mudança, mas precisamos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA CAMPOS FERREIRA MARTINEZ – ... oferecer condições de o jovem ser protagonista do seu futuro.

Por fim, Sr. Senador, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

Informo que o Sest Senat está à disposição para outras discussões.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) **–** Bem, vou passar imediatamente para o Diretor da Faculdade de Tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Luís Afonso Bermúdez.

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ (Para expor.) **–** Boa tarde a todos. Senador, muito obrigado pela convocação para estarmos aqui. Eu não vou dizer que serei mais otimista, mas eu vou fazer alguns levantamentos, alguns posicionamentos, e mostrar também o que é que se faz, o que é que se pode fazer.

Poucos meses atrás, a McKinsey, a empresa consultora, publicou um estudo sobre 30 modelos de reformas educacionais no mundo, em que a mensagem que ficou foi: olha, todas elas têm os seus problemas, mas, se você não dá o primeiro passo, não sai. E nós temos que dar esse primeiro passo. A reforma completa que a gente procura tem que ser cinquentenária, como já disse o professor ali, meu colega. Nós precisamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de tempo para atingirmos esses objetivos e criar um tipo de uma cultura muito forte de que formação, a nova formação que se quer para o nosso jovem e para o nosso ancião... Porque nós já estamos chegando numa idade, esses que estão chegando na idade, na ancianidade de 60, 70 anos, muitos deles não passaram em escolas, não passaram por formações.

O caminho, que alguns chamam itinerário, como nós usamos aí – o *roadmap*, para usar as linguagens mais modernas, que os nossos jovens usam –, é: para onde a gente quer ir? A gente quer ir para um bem-estar social, para uma situação econômica melhor, para uma situação de felicidade; hoje, em várias instituições, se fala até em cursos de felicidade de formação para as pessoas, principalmente logo depois da pandemia. Ora, a BNCC e o novo ensino médio são um itinerário e que nós temos que entender como tal, não como uma coisa fechada. Educação não tem nada fechado. Cada um... A educação que for feita aqui na capital da República – não é, Senador? – tem que ser diferente da educação que é feita em outros rincões, como diria um bom gaúcho, em rincões de outros lugares. Não é a mesma, ela tem que ter a pimenta da regionalidade. Mas hoje nós também precisamos pensar nas práticas que sejam sustentáveis; não sustentáveis no sentido ecológico, mas no sentido de termos garantido o recurso e a infraestrutura necessária.

Foi levantado aqui também que não adianta fazer ensino integral se na escola não tem uma quadra de esporte, se não tem – e eu diria mais – o torno mecânico, não tem o computador. Quantas escolas neste país não têm acesso à internet, à rede? A rede hoje é a estrada vicinal que precisa ser construída. Mas o importante é que foi dado o passo, que foi a política implementada, aprovada nesta Casa, quer queiramos ou não. E nós temos que ter em conta que, permitam-me o ato falho de engenheiro, nós estamos num sistema que tem várias variáveis que nós não podemos controlar, que fogem do controle, mas nós temos que adaptá-las.

Aí vamos a uma das grandes variáveis que é o nosso professor, o nosso instrutor. Nós temos que ter um novo modelo mental de formação para esse professor, seja no itinerário padrão ou seja no itinerário tecnológico. Aí vêm algumas dimensões de ensino e aprendizagem que eu gostaria de colocar para vocês, para pensarmos em oito coisas que nos possam ajudar.

Comunidade. A comunidade tem que ser incentivada a participar deste processo. E quando se fala em comunidade, não é levar pai para a escola, não. É a comunidade saber da importância que é o ponto de referência que é essa escola que forma, tanto para a vida como para a profissão.

O apoio para esse jovem tem que chegar na hora, porque ele é muito rápido na decisão. Ele não quer esperar uma geração para tomar a decisão de que itinerário fazer, se ele vai ser *gamer*, ou se ele vai trabalhar em transportes, ou se ele vai ser comerciante. As coisas chegam para ele rápido, inclusive nas regiões mais afastadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que ter consciência de que tecnologia e, portanto – Senador, trabalhamos bastante nisso –, inovação são coisas que dão medo, mas que precisam ser consideradas como adaptáveis. São variáveis que, se conhecemos, podemos controlá-las.

E claro, quando a gente fala de formação tecnológica, é a prática. Sem a infraestrutura da prática, sem o bom professor, sem o bom instrutor, o experiente de vida, o experiente de mercado, nós não vamos chegar a esse itinerário, nesse guia que nós colocamos para os nossos jovens.

Mas tem uma coisa que a pandemia – por mais que a gente sempre volte a falar nela – trouxe-nos à realidade: a digitalização da sociedade. Nós temos esse desafio de levar essa digitalização à área da educação, à área da saúde, às áreas mais tecnológicas, e isto dentro de um princípio de balancear. Nem tudo será digital. Se meu avô fosse vivo, ele não usaria celular, não é?

Bom, é claro que nós precisamos fazer alguma coisa e o Prof. Conciani – a quem eu mando um abraço, pois há algum tempo convivemos nessa vida do ensino técnico e ensino tecnológico – aborda a escolha, a orientação. Aí vem uma coisa que é importante: quem vai orientar e quem vai acolher esse também novo estudante que está chegando ao ensino médio? Eu preciso ter mais esse serviço nessa nova escola.

A formação básica vai dar o básico, o próprio nome já diz. Agora, e os acessórios que são necessários? Nós precisamos valorizar aquele conhecimento que o jovem traz e que adquire no dia a dia, adquire na rua, adquire na família, adquire em outros ambientes e traz para essa nova escola. Como é que nós vamos acolhê-lo? Como é que nós vamos formar as pessoas responsáveis por essa instituição chamada de nova escola? Como é que vão tratar os nossos alunos nessa escola de tempo integral? Quais as condições? A leitura... Quando se fala em leitura hoje – eu vou rapidamente, Senador, depois mostrar o que está sendo feito aqui em Brasília –, a biblioteca: ninguém mais quer saber de biblioteca. Todo mundo entra no digital. No entanto, as avaliações – e o senhor sabe que nós somos avaliados, como ensino superior, se temos biblioteca ou não – me exigem o livro físico na biblioteca. Como é que eu faço isso? A minha biblioteca é digital hoje. Mas, quando eu sou avaliado: "Ah, o livro, que é referência de tal itinerário, tem que ter fisicamente dez exemplares dele na prateleira." Então, nós temos que mudar isso aí quando eu cobro uma maturação de conhecimento com o meu jovem e com o meu professor.

E os gestores desses ambientes? Não é mais o professor – e não deve ser mais o professor – guindado à direção. Eu sei que, por isso, os sindicatos vão me cortar a cabeça, né? Mas são gestores de um novo modelo que poderão ser docentes sim, mas é um outro *mindset*, é um outro conceito que tem que ser trabalhado. Eu confesso, Senador, que sou muito otimista nisso. E, por isso, não fui para casa depois que saí da Universidade de Brasília e fui guindado ao desafio de uma faculdade de tecnologia. E a primeira coisa que fiz foi: É tecnologia? Mas tem que ter inovação. Mudamos o nome, só para dizer o que era referência, e montamos uma faculdade diferente. O que a gente quer com essa faculdade? Hoje, no Senac, que é quase centenário – ele não é tão jovem quanto o Senat, mas é centenário quanto o Sesi e o Senai –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma cultura e não é uma obrigatoriedade o ensino superior tecnológico dentro do Senac, mas o ensino técnico é, e é inclusive gratuito.

E aí são alguns números do ensino superior tecnológico. Aqui em Brasília nós não trabalhamos com bacharelado e licenciatura, apenas com tecnólogos. Essa foi uma definição para chamarmos de tecnologia e inovação: "Não, bacharelado não. Licenciatura também não." Esse é o sistema Senac no país inteiro. E por que se entrou? Foi uma consequência! Há 15 anos, os nossos técnicos, que saíam do ensino médio e que faziam alguma formação profissional paralela, o que eles iam fazer depois, se podíamos e se existia na legislação a possibilidade de operarmos esse tipo de ensino tecnológico superior? Aí veio o desafio do que é ser tecnólogo, não é? O país não reconhece muito o tecnólogo do ensino superior. Vai passar e eu acho... Acho não, tenho certeza de que essa nova escola vai permitir cada vez mais reconhecer esse ensino tecnológico.

Eu vou passar rapidamente, para mostrar para vocês.

Hoje nós operamos oito cursos superiores de tecnologia. E fizemos uma loucura no ano passado, que foi diminuir o número de horas exigidos pela legislação, a nossa capacidade física em menos tempo. Então, baixamos de dois anos e meio para dois anos, fizemos, em um curso, uma experiência que, inclusive, já foi reavaliada pelo MEC, que foi diminuir de dois anos para um ano e meio para entregarmos o título de tecnólogo em recursos humanos. Mas teve toda uma avaliação. Gestão de recursos humanos, nesse período em que estamos saindo de um desafio de saúde, é como gerenciar esse novo recurso humano que chega às nossas empresas de comércio e serviços? Então, nós diminuímos para um ano e meio e já foi avaliado, ficamos com nota 5 na avaliação do MEC com essa mudança.

Nós também temos pós-graduação, não a *stricto sensu*, mas a *lato sensu*, que são especializações. Então, nós usamos marqueteiramente, reconheço, dizer para o nosso estudante do curso de tecnólogo o seguinte: "Olha, você se forma aqui em dois anos e em mais um ano você sai com pós-graduação em tal assunto". E é isso que o mercado está esperando. Vocês podem ver os nomes dos cursos, dos títulos que oferecemos e que estão aí, além da nossa educação executiva e extensão, que também têm uma demanda. Muitos dos que estão hoje atuando no mercado ou já passaram ou só têm a formação de ensino médio, não querem um diploma, não querem um título, eles querem uma certificação, às vezes é uma microcertificação que eles querem.

Então, nós estamos aí, fazemos isso tudo com parceria com o setor empresarial, que trabalha muito, principalmente o pessoal da área de tecnologia da informação trabalha com as certificações e alguns, até pouco tempo atrás, vendiam bem caras as certificações para o mercado. Nós estamos fazendo isso em parceria com eles. Hoje nós somos 64 especialistas de mercado, mestres e doutores, de mercado, Condição *sine qua non* para participar do corpo docente da nossa faculdade é ter a experiência de mercado e, é claro, a titulação, senão nós não somos bem avaliados pelo MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi levantado, eu imaginei isso, como é que eu atendo esse novo aluno? Ele se sente acolhido. Nós vimos essa necessidade durante a pandemia. O nosso segmento comércio e serviços foi um dos mais atingidos. E o que aconteceu? As pessoas estavam demitidas, estavam sem recursos em casa. Então, nós mantivemos e incentivamos o *on-line*, é claro, um processo de *coaching* – está na moda, não é?– para o nosso aluno, com as vagas, onde é que tem estágio, onde é que tem emprego. Ele perfaz um currículo profissional para ser aceito.

O SR. HUGO GIALLANZA (*Fora do microfone*.) – Um mentor.

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – Um mentor.

Obrigado, Hugo. Você conhece bem isso.

E aí oferecemos até isso que eu falei do curso da felicidade, que não é ser feliz, ficar sorrindo, não, é felicidade no sentido de se sentir bem na sua profissão, inclusive.

E eu vou terminar rapidamente.

Quais são os nossos desafios? O nosso desafio foi, este ano, o de fazer um convênio com a Secretaria de Educação na área dos nossos cursos técnicos, em que nós juntamos o ensino médio para os nossos alunos das escolas públicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – ... com a parte profissionalizante, que é gratuita. É o Programa Senac de Gratuidade. Eu acho que o Senai também tem PSG, e não sei se o Senat também tem um programa Senat de gratuidade, a aplicação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – ... então, para dentro do quinto itinerário de formação, e hoje nós temos 1,3 mil alunos de escolas públicas em alguns daqueles títulos de técnicos. E o melhor, eu acho que o Prof. Conciani ainda está aí, foi o trabalho que foi feito de divulgação e nós vamos, sim, aderir rapidamente – estamos capacitando alguns professores, quatro professores – ao Verticaliza. Eu quero usar essa hora de técnico, fazer valer no curso de tecnólogo, o que vai fazer com que esses jovens digam "ah, eu vou poder usar lá na minha formação superior". Se essa quantidade de horas poderá ser toda, a gente ainda não tem as dosagens necessárias, mas estamos partindo, é um complemento que vem mudar do Novo Ensino Médio.

Essa é a ideia que a gente tem, que chamamos de Faculdade Senac 4.0, não esquecendo de que nós temos o DF e a Ride. Aí, nós precisamos trabalhar com isso, nossos critérios são esses. É claro, para os senhores verem o que é a mudança. Isso aqui não foi contratado, não, "olha, fala bem que nós vamos..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram chamados os alunos que têm uma jornada interdisciplinar para que eles nos digam qual a vantagem de ele estar aqui na faculdade.

Aqui é de uma empresa que selecionou esse jovem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ – ... graduado.

E aqui outros três exemplos de profissionais que passaram pela faculdade, desde a mudança do *mindset* deles até uma postura, que são colocadas como empreendedoras.

E as nossas decisões que estão aí, e é o plano de carreira docente. Que aí vem o desafio. Mesmo estando muito próximo do mercado, nós precisamos trabalhar o nosso futuro docente para receber esse novo perfil de aluno que está chegando para nós.

Nós fizemos, rapidamente... Aqui são os cinco eixos da nossa faculdade. Aquilo ali é real, não é desenho. São os laboratórios de inovação, as salas de aula inovadoras que nós montamos nesse novo prédio da faculdade.

Eu só vou terminar.

Hoje, nós estamos com 1.451 alunos entre graduação e pós-graduação, num preço competitivo. A faculdade não é gratuita, ainda, mas com um valor razoável que permite ao nosso público de comércio, serviço e turismo se engajar nessas...

Enfim, a inovação é o que nos move, Senador.

Então, obrigado pelo convite. Espero ter colaborado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) **–** Obrigado, Bermúdez.

Vamos passar agora para o Presidente da Brasil Startups, Hugo Giallanza. É isso?

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) **–** Exatamente. Exatamente.

Boa tarde a todos!

Quero agradecer a Deus por esta oportunidade de estar aqui representando a Brasil Startups. Quero cumprimentar meu amigo, o Senador Izalci Lucas, e meu amigo também, o Prof. Bermudez, todos aqui da mesa e você, que nos assiste aí pela transmissão.

Eu, desde a minha formação, tenho acompanhado os trabalhos do Senador, inclusive, eu sou aluno do DF Digital. Então, na minha inserção na área de tecnologia, eu tive contato com um produto, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa do Senador. Então, eu parabenizo o Senador, porque o seu trabalho faz parte da minha história, da minha formação.

A Brasil Startups é uma associação sem fins lucrativos. Nosso objetivo e missão é gerar abundância para pessoas, cidades, por meio da inovação da tecnologia. Nós, hoje, temos mapeado o ecossistema de *startups* e nos vemos bastante preocupados com a questão da formação de mão de obra. A gente identifica uma carência de mão de obra técnica. Existem pesquisas que dizem que, até 2025, nós teremos uma defasagem, uma necessidade de 500 mil vagas técnicas, e a nossa preocupação, como uma instituição representativa de empresas, de *startups*, é atender as demandas dessas empresas, acelerando a formação ou fomentando isso com políticas públicas.

Quando a gente pensa no ecossistema de inovação, *startups*, a gente tem cinco aspectos que são impreteríveis para que o ecossistema seja maduro. A primeira coisa é a densidade, densidade de negócios, de empresas, de conexões. A segunda é a cultura; leis e capital; e, por último, talentos. Então, no campo do talento, a Brasil Startups, junto com a Secretaria de Educação do DF, criou um projeto chamado Retina – Cultura de Inovação Educacional. É um projeto, junto com a FAPDF, pelo qual a gente recebeu um recurso, através MROSC, que é o Marco Regulatório da Sociedade Civil, e nós estamos cocriando, junto com a Secretaria de Educação, esse novo modelo de escola.

Na origem do nosso projeto, nós tínhamos a expectativa de criar um curso técnico de empreendedorismo em jogos. Esse era o cerne da nossa proposta. Mas, no processo cocriativo, quando a gente foi imergir nas necessidades, nas demandas da escola, a diretoria da escola, da ETC, a Escola Técnica de Ceilândia, falou: "Olha, se vocês fizerem um curso técnico, vocês vão executar apenas um. Por que vocês não formam professores da rede?" E, a partir dali, a gente modificou o nosso plano de trabalho e a gente começou a formar professores. Então, mudamos a metodologia e, hoje, nós formamos professores da rede pública na área de empreendedorismo digital, *design* de jogos e gestão de escolas inovadoras. Isso porque não adianta você implementar cursos inovadores se a mentalidade de quem conduz a escola, Senador, não estiver conectada com esse mundo também de inovação e tecnologia.

E, hoje, os cursos que a gente viabiliza, as nossas formações, são reconhecidos pela Eape. Então, o professor da rede consegue se formar e conduzir isso. E o que é legal é que, sem querer, a gente apontou na lua e acertou as estrelas. A gente imaginava criar um curso técnico e a gente acabou criando algo que eu entendo como disruptivo, pelo fato de que, hoje, esses professores são ainda pagos pela rede pública, então, a gente não tem custo com isso. Mas, no momento em que a gente forma esses professores, outras escolas técnicas podem reivindicar esses professores para ministrar cursos, e isso se torna algo escalável que foge do nosso controle. É para isso que a Brasil Startups existe, para fomentar esse tipo de iniciativa.

Como proposta de solução, o Retina tem, além dessa parte de formação, tem espaço físico. A gente reformou salas e tem salas de formação profissional, por exemplo, com um modelo ligado ao mercado. A gente não tem salas seriais, com mesas e cadeiras seriais, a gente tem um modelo de mesas trapezoidais que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simulam um *squad*. É como se fosse um ambiente de desenvolvimento de *software* de negócio, que é comum dentro das empresas. Então, a nossa ideia, a nossa proposta é aproximar isso e fazer com que o ensino público também possa estar no mesmo momento das demandas de mercado.

Nesta semana, a gente teve uma notícia, no mercado, de uma *startup* brasileira chamada Pismo, que foi adquirida por US$1 bilhão, cerca de R$4,8 bilhões. É a quinta maior aquisição, no ano de 2023, no mundo. É uma *fintech*, uma *startup* na área financeira, que está protagonizando algo incrível aqui. Foi uma ótima notícia nesta semana.

A gente também tem laboratórios *makers* e possui, dentro desse projeto Retina, um laboratório de gravação de estúdio e de edição de conteúdos. É um espaço muito bacana, e eu convido todos que nos ouvem a conhecer na Escola Técnica de Ceilândia.

A nossa proposta de solução é a parceria entre o Governo e as *startups*, especialmente *edtechs*, que são *startups* ligadas à educação, empresas que desenvolvem tecnologias educacionais. Elas podem oferecer soluções de atividades, recursos humanos e materiais, para que se possam alcançar as metas e implementação do currículo em relação aos itinerários formativos e apoiar, assim, a ampliação do tempo nas escolas.

No capítulo 4, que lida com a parte de fomento, ciência, tecnologia e inovação do marco legal de *startups* – estou trazendo, vamos dizer, a legislação que organizou e regulamentou esse termo *startups*, aqui no Brasil –, existe uma possibilidade de que as empresas que são beneficiadas por outorgas ou delegações técnicas possam cumprir os seus compromissos de PD&I, aportando em *startups* por meio de fundos patrimoniais e fundos de investimentos privados.

Por que estou trazendo esse tema para cá? É um tema não da natureza aqui da Comissão, mas os *endowments*, na origem deles, no mundo, são responsáveis pela manutenção de universidades no mundo inteiro. Por que nós não estimulamos o estabelecimento desses *endowments* para a manutenção dessas escolas? Por que não se criam esses *endowments*, que foram regulamentados, no ano de 2019, na Lei 13.800, como uma alternativa para suportar, sustentar esses profissionais de mercado na rede pública?

Um exemplo disso é o sócio do BTG, o André Esteves, que esteve no Vale do Silício e perguntou o que a gente pode fazer para transformar o nosso país em um país que não só vive de *commodity*. E aí o especialista do Vale do Silício falou: "Olha, investir em engenheiros. Se vocês tiverem uma quantidade de engenheiros suficientes, vocês vão atrair capital para o seu país, e as coisas vão mudar". E o André Esteves resolveu criar um *endowment*, exatamente o que eu mencionei, um fundo patrimonial, ele aportou R$200 milhões, e esse *endowment*...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO GIALLANZA – Eles criaram um instituto de ensino chamado Inteli. E esse instituto vive, é suportado, a manutenção dele é gerada por esse *endowment*, em que você consegue perpetuar o recurso. Então, R$200 milhões, aplicados a um rendimento mensal, você tem 1% ao mês sendo aplicado em uma causa, na manutenção, por exemplo, de patrimônio histórico, de universidades, etc.

Eu acredito que a minha contribuição aqui, Senador, é trazer alternativas além do que os olhos possam estar alcançando, é a gente tentar criar outras soluções para tentar suportar. Eu acho que a iniciativa privada...

Anteriormente, eu estava na Comissão do marco legal de *startups* e estava falando sobre esse tema. A gente estava tratando da questão da segurança jurídica, e uma das coisas que a gente se propõe a fazer é com que essas empresas que são beneficiadas por outorga, delegações técnicas, possam aportar, por exemplo, nesse tipo de projeto, projetos educacionais que possam capacitar pessoas, porque há uma demanda dessas empresas de tecnologia, e, depois da pandemia, nós fomos pegos de surpresa, e existe um movimento de um *headhunter* mundial capturando as melhores mãos de obra do nosso país e levando para fora. Então, algo muito disruptivo nós precisamos fazer para conter essa energia e manter essa mão de obra aqui, no país.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) **–** Obrigado, Hugo.

Esse é o desafio nosso, inclusive de mudar o processo de avaliação do MEC, não é, Bermúdez? Não tem sentido você avaliar uma coisa que já está ultrapassada.

Vou passar a palavra agora para o Walber Carvalho Melo.

Ele está aí? Está *online*? (*Pausa.*)

Walber Carvalho Melo, Diretor de Ensino Médio do Colégio Pedro II.

O SR. WALBER CARVALHO MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) **–** Boa tarde para todos!

Vocês me escutam com clareza?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) **–** Sim, está ótimo.

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência*.) **–** Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, recomeçando aqui então, obrigado, obrigado pela licença, obrigado pela aprovação na participação desta Comissão tão importante, onde, creio eu, estamos aqui como colegas e parceiros de causa para o tema que me chamam aqui, que eu entendo ser a...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) **–** ... me apresentando.

Eu sou o Professor Walber Carvalho Melo. Minha formação é na área de química industrial e engenharia química, engenharia de processos químicos. Sou Professor titular do Departamento de Química do Colégio Pedro II.

Eu acho que nada mais importante para começar do que falar do Colégio Pedro II. O Colégio Pedro II é, hoje, o mais novo na rede federal de educação profissional técnica e tecnológica; ele foi equiparado aos institutos federais pela lei de 2012. No entanto, ao contrário de ser o mais novo, ele é o mais antigo colégio público do país. O Colégio Pedro II perfaz seus 185 anos, concomitando-se à trajetória do Brasil Império ao Brasil República. Ele é a maior instituição pública de educação básica da América Latina e ele, hoje, na rede federal, congrega o maior número de segmentos de cursos da rede.

Nós temos aqui, no Rio de Janeiro capital – região metropolitana e em dois municípios adjacentes, Duque de Caxias e Niterói –, um total de 14 *campi* e um centro de referência em educação infantil. E nós temos desde a educação infantil, dos três anos de idade, ainda na idade "fraldal", perpassando por todos os segmentos que todos nós podemos imaginar de ensino: fundamental I, fundamental II, ensino médio regular, que é o ponto que nos torna diferentes e específicos na rede federal. Temos, claro, como entes pertencentes da rede, a educação profissional e técnica em todas as suas modalidades, integrada, subsequentemente, sobretudo com a educação de jovens e adultos, em cinco *campi*, com um total de alunos que nos orgulha, diante das metas estabelecidas pela Meta 11 do PNE, diante dos percentuais que hoje ocorrem na rede federal. Temos ainda as graduações, as pós-graduações, os mestrados profissionais.

O Colégio Pedro II é gigantesco, ele é completo. E eu acho muito importante a licença concedida e a participação neste debate, porque estamos aqui numa Casa pública, numa Casa de legislação em prol e com olhar no fomento, na melhoria e no desenvolvimento da educação pública como um recurso de solução para a sociedade brasileira. A nossa instituição, há 185 anos, oferece cursos plenamente gratuitos e oferece soluções, através da educação, para a melhoria social. Então, acredito que nós estamos muito dentro do escopo da nossa reunião e do nosso tema para esta audiência.

O Colégio Pedro II se coloca de uma maneira clara contra a atual proposta de novo ensino médio, e próximo de o que toda escola precisa ter, lógico, que é o pensar avaliação, pensar currículo, pensar em mudanças e atualização, a pactuação lógica das formações, todas elas, principalmente a profissionalizante, de forma alinhada ao mercado de trabalho, porque precisamos garantir uma formação que seja acolhida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo comércio. Sobretudo, esse colégio, como uma instituição grandiosa, tem as fragilidades e as necessidades de uma instituição pública.

Uma instituição pública, quando ela pensa uma mudança, quando ela pensa uma reforma, quando ela pensa uma formulação, ela tem que ser vista como tal. E ser vista como tal é imaginar que, para toda e qualquer mudança... Lógico, acho que o debate, a construção, as etapas, todas elas, têm que ser pensadas, mas, sobretudo, o investimento. Percebe-se... Nós tivemos muitos contatos aqui com dados...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência*.) – ... e também já...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência*.) – ... anteriormente como a necessidade de infraestrutura e a disponibilidade de capital são condicionantes para muitas alterações. Nós estamos diante de um modelo de reforma que é conflitante com algumas reformas que foram estabelecidas ao longo da educação pública nacional.

Por exemplo, a informatização das escolas...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência*.) – ... foi um processo que, assim como muitas mudanças normativas, na legislação ao longo...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência*.) – ... primeiro mundo, foi um processo implementado por três grandes programas, isso a partir da década de 70 – nós estamos falando de décadas de implementação. E, observem: de uma fração de mudanças que fica num escopo muito mais administrativo, digamos assim, corporativo, e não tão amplo, completo e complexo como a mudança que traz a reforma do ensino médio. E somente essa mudança no ambiente de informatização, de digitalização, de vinda...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência*.) – ... necessária no mundo moderno, ela nos trouxe muitos problemas, muitas necessidades de capacitação, de ter uma inteligência em relação à coexistência de diversas gerações naquele momento. Agora, esse foi um ponto da reforma, e olha a duração dela!

Estamos diante de uma reforma... E, lógico, as instituições públicas, e falo pela minha, são a favor do pensar a escola, a favor do pensar o currículo, a favor de pensar novas metodologias de formação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aluno, de inovação. Ocorre que nós precisamos fazer como escola, precisamos ter a capacidade analítica, temporal, de planejamento e de implantação compatível com uma escola e, sobretudo, com a escola pública, com as limitações e com o alcance que ela tem.

Nós estamos diante, por exemplo, de uma situação em que se fala em cinco anos, de 2017/2018 para cá, mas esse cômputo não é real, porque nesses cinco anos nós passamos por dois anos em um estado mundial de pandemia, por isso nós podemos decrescer esse prazo para três anos. E, nesse período ainda, ao contrário da implantação de muitas políticas públicas educacionais exitosas pelo mundo... A totalidade dos pareceres, dos conselhos e das portarias ministeriais tiveram uma percepção quanto a quem observa enquanto sociedade...

(*Interrupção do som.*)

O SR. WALBER CARVALHO MELO (*Por videoconferência.*) **–** ... muito intempestiva para a complexidade que ela traz para as instituições.

E retorno mais uma vez: busquemos um paralelo entre o processo de informatização, que é um ponto desses vários tentáculos. E nós estamos falando sobre toda uma escola, que requer, por exemplo, a capacitação docente, a preparação dos servidores e dos sistemas antes da situação. Nós somos escolas e estamos com a implantação de um modelo que nos chega de uma maneira antididática e, com isso, inviabilizadora.

Os fundamentos legais, as justificativas epistemológicas, todas elas são muito bonitas, elas são compreensíveis, a natureza filosófica da origem do pensamento, das motivações que tensionam para a reforma, mas elas não refletem a realidade causal desse modelo atual nas instituições públicas federais. Não refletem por muitos motivos: a formação docente; a demanda que recai sobre o gestor em relação à gestão de espaços, a utilização de novos espaços em concomitância; a organização acadêmica; metodologias de registro; assentamentos escolares; produções documentais; as questões de TI e de sistema; a carga horária docente, sobretudo, que passou por cinco anos com uma deserção de concursos públicos diante de muitas aposentadorias, muitos afastamentos, muitos adoecimentos. E as instituições, muitas delas, ainda cresceram pelo compromisso social e educacional que têm com este país. Os institutos federais ainda se mantiveram firmes nos princípios que eles têm de atuar como solução e retornam, pela terceira vez, como a educação pública e gratuita que traz soluções.

Esses impactos causados pela mudança nas questões pedagógicas e físicas trazem embargos. Paremos para olhar historicamente: as redes públicas – e aí é onde eu me insiro, na federal –, quando coube, implantaram os modelos. Fomos cumpridores de todas as etapas e exitosos nos processos. Então, quando nos colocamos a solicitar escutas, reavaliações, redimensionamentos, novas análises, é porque nós percebemos inconsistências com o nosso modelo que é exitoso – e daqui a pouco eu solicitarei o apoio para demonstrar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, a questão das 1,8 mil horas é muito relativa num país continental: 1,8 mil horas de formação geral básica pode ser muito para uma determinada região do país ter que aumentar a carga horária; mas, para nós, que já temos uma formação geral básica de mais de 2,4 mil horas, ir a 1,8 mil significa uma retração.

E nós somos uma instituição exitosa, porque nós valorizamos a totalidade das disciplinas, estruturadas em 22 departamentos pedagógicos e em 13 componentes curriculares. O Colégio Pedro II tem três Línguas Estrangeiras, tem Educação Musical, tem Artes Visuais, tem Filosofia, tem Sociologia, tem Desenho com enfoque em Geometria Descritiva na formação dos alunos, e isso torna o colégio diferenciado. E essa diferenciação traz resultado, porque quem chega aqui é quem não pode pagar. Os nossos editais seguem as normativas do TCU para as políticas de cota. Então, nós somos promotores de possibilidades – de possibilidades acadêmicas, de possibilidades para o trabalho, de possibilidades para a redução das desigualdades.

Agora, a favor de uma mudança, nós somos. A questão é: de qual mudança, do que mudar e de que forma mudar. É preciso pensar o currículo, a integração curricular e a avaliação. Só esses três itens nos levam a nos debruçarmos sobre um esforço e sobre um cronograma que, para ser devido na rede pública, não pode ser arrochado pela intempestividade de uma implantação que hoje, inclusive, já está temporizada pelo Enem.

Outro ponto é este: o Exame Nacional do Ensino Médio, no país, hoje, através do Inep, precisa receber algum posicionamento – de repente uma posição de aguarde, de *stand-by* –, porque, enquanto ele refletir a implantação de uma mudança, ele também é tensionador para a implantação de algo que está ainda, agora mais ainda, em um terreno movediço, porque, se ele está sendo novamente debatido, novamente pensado, é porque há instabilidades, há inconsistências e há uma reflexão, ao olhar para trás, que nos alerta para muitas coisas. Então, como está é que é a grande diferença.

Por isso, cremos que o Enem 2024 precisa ser recalculado, para a mudança em relação a esse prazo. Falta pensar e repensar esse tempo. Eu acho que pensar currículo. Acho, não; creio. Temos muitos excelentes pesquisadores que falam sobre currículo, sobre avaliação, sobre integração curricular, e que têm que ter a natureza e a essência dos seus trabalhos de pesquisa ouvidos.

A BNCC não defende uma formação plena; ela exclui. A BNCC hoje, quando prioriza um conjunto de componentes curriculares como disciplinas e outro conjunto de componentes curriculares como atividades, ações e projetos pode deixar de fora de uma formação plena o ente da sociedade que pode precisar daqueles componentes para um sonho futuro, para um concurso público, para uma formação em condição competitiva e para uma formação de igualdade. Muitos não terão direito a uma segunda e uma terceira língua estrangeira se não for aqui numa instituição pública federal gratuita e com oferta de qualidade. Muitos não terão acesso a componentes curriculares de artes visuais, de música, de atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voltadas para o desenvolvimento social, o desenvolvimento humano, para a formação da cidadania, para a formação de uma cultura, como é a nossa história ao longo da formação da educação neste país.

Então, eu peço licença para mostrar para vocês brevemente, nesta reta final, algo que traduz o Colégio Pedro II e que traduz o resultado do processo pedagógico do colégio hoje. Se nós estamos falando em qualidade, se nós estamos falando em melhoria, se nós estamos falando em dados do mundo, hoje, pelas avaliações mais recentes do Pisa, se eu não me engano, nós temos uma avaliação equiparada a alguns países como a Coreia do Sul. Observem – e eu prefiro me utilizar das estatísticas externas, e não das minhas estatísticas, e prefiro utilizar, sobretudo, a do Inep, que é a do Enem, que tem toda uma avaliação de cálculo, e nós somos vistos por eles de fora –: esse é o dado do Colégio Pedro II hoje para os seus mais de mil alunos formados em 3ª série no ensino médio exitoso e de excelência dessa instituição. Nós temos, no início ali, a média geral Brasil em amarelo... Ah, desculpa. A média geral Rio de Janeiro em amarelo. Em segundo, a média Brasil. E nós estamos ali, olha, equiparados com quatro *campi* à esquerda e quatro *campi* à direita, na média das 25 melhores instituições do Rio de Janeiro.

O Colégio Pedro II tem um modelo. Então, por que não esse modelo ser perpetuado pelo país? Por que esse modelo receber uma retificação de um novo que compromete esse resultado que hoje o Inep aponta? É um resultado de êxito e é um resultado que o colégio oferta para uma população brasileira, para uma sociedade que nos procura, como instituição pública, porque cumprimos o nosso papel, com os servidores que aqui trabalham e com os servidores que aqui se sobrecarregam, dia após dia, com a educação e com o compromisso que este país nos delibera.

Muito obrigado.

Agradeço a todos e uma boa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado.

Bem, só para efeito de informação, esta é uma de várias das audiências promovidas com relação à Subcomissão de Educação que trata, especificamente, sobre o novo ensino médio. Ontem mesmo venceu o prazo da consulta pública.

Lembro que a obrigação de execução é do governo estadual; é responsabilidade dos governos estaduais a execução do ensino médio. E não dá para a gente, simplesmente, paralisar tudo o que está sendo feito depois de 2017, ano em que nós aprovamos a lei. Eu fui o Presidente da Comissão. Ainda demos cinco anos para a implementação e estamos aqui trabalhando para demonstrar, realmente, que não dá para, simplesmente, ignorar o que já foi feito. Em muitos estados, isso já está bem avançado.

Lógico que depende, como foi dito aqui, da estrutura das escolas. Não tem como você implantar os itinerários profissionais numa escola que não tem sequer internet, que não tem laboratório, que não tem nem banheiro. Muitas escolas nossas não têm nem energia, como foi dito aqui, mas também não podemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esperar para poder avançar. Eu acho que a gente precisa deixar o discurso e entrar na era do recurso e realmente fazer com que as escolas tenham a estrutura que têm os institutos federais, que tem o Dom Pedro II.

De fato, o que interessa mesmo é o mundo real. No mundo real, nós temos 78% dos jovens fora da universidade e fora do mercado de trabalho. É isso que nós temos. A educação precisa atender realmente o aluno; o foco principal é o aluno. E, evidentemente, cabe ao Governo dar a estrutura para isso.

Há várias participações aqui do e-Cidadania. É evidente que essas colocações não se referem apenas a esta audiência, mas fazem parte das informações e perguntas para todos os profissionais e para todos os convidados e foram feitas em várias audiências públicas.

Tem aqui a Vanessa Sant Ana, de São Paulo: "Como ajustar o novo ensino médio para adolescentes que precisam trabalhar? Como evitar a evasão escolar desses adolescentes?".

Júlia Teresa, de Minas Gerais: "A educação sexual deve ser abordada de forma mais abrangente nas escolas? Quais os limites adequados para essa abordagem?".

Luciene Sabino, do Rio de Janeiro: "Como melhorar a formação do aluno no ensino médio sem reformular o ensino fundamental [...]?".

Eduardo Tadeu, de Minas Gerais: "De nada adianta mudar o currículo se não há investimento na formação do professor e na estrutura da escola. Como conciliar esses desafios?".

Josy Lozada, do Rio de Janeiro: "[...] O ensino das linguagens artísticas deve estar presente em todos os anos do ensino médio [...]". Foi um comentário.

Anelise Copetti, do Paraná: "O ensino de língua estrangeira deve possuir um caráter plurilíngue, com a possibilidade de escolha pela comunidade escolar".

Gabrielle Galdino, de Minas Gerais: "As escolas, principalmente as escolas públicas, e os professores não estão preparados o suficiente para o novo ensino médio e os alunos estão sobrecarregados".

Jéssica Laís, de Pernambuco: "Existe algum projeto novo para a redução da taxa de evasão?".

Cleiton Gomes, de Minas Gerais: "Há proposta de implementação de aulas de Direito, Constituição e legislações?".

Henry Daniel, do Rio Grande do Sul: "Por que a pluralidade linguística não é contemplada no novo ensino médio?".

Vanessa Sant Ana, de São Paulo: "[...] Como evitar a evasão escolar do adolescente que trabalha?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme Gomes, de Minas Gerais: "Quais são as novas disciplinas a serem ministradas no novo ensino médio?".

Igo Montalverne, do Ceará: "Qual a principal carência do [novo] ensino médio?".

Luís Lago, de São Paulo: "[...] [É necessário] desenvolver habilidades úteis, como ensino profissionalizante e educação financeira, além de atividades físicas [...]".

Silmara Lima, da Bahia: "O espanhol precisa voltar a ser ofertado urgentemente, pois é o idioma mais buscado no Enem [...]".

São algumas participações. Temos outras que eu apresento aqui, principalmente, para todos os membros da Comissão, depois, também avaliarem.

Bem, a Lei 13.415, cuja Comissão tive o privilégio de presidir, é de fevereiro de 2017 e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para inserir, no ordenamento jurídico educacional brasileiro, a chamada Reforma do Ensino Médio. De acordo com as informações do Inep, trata-se da mais abrangente reforma dessa etapa da educação básica desde os anos de 1990, com impacto significativo nos arranjos curriculares das redes escolares, na carga horária de estudo dos alunos e no trabalho docente.

Além dessas alterações legais, produzidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, o Conselho Nacional de Educação também editou outro importante conjunto de normas infralegais para dar direcionamento à implementação da reforma, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, atualizadas pela Resolução CNE nº 3, de 2018, e a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, instituída pela Resolução CNE nº 4, de 2018.

Todo esse arcabouço normativo federal, adicionado às normas estaduais, tem orientado os estados na implementação do novo ensino médio desde então. Os primeiros resultados do impacto da reforma, no entanto, têm ocasionado debates no Governo Federal, no Parlamento e na sociedade civil. Nessa esteira, o Senado Federal também já iniciou o debate sobre o tema e criou, inclusive, esta Subcomissão.

Para a audiência em tela, sugere-se as seguintes questões:

1) Quais são os aprimoramentos necessários do atual modelo do novo ensino médio brasileiro?

2) Tais aprimoramentos exigem alterações legais ou apenas ajustes infralegais?

3) Qual seria a contribuição do Conselho de Educação nos esforços de aprimoramento?

4) Considerando as experiências estaduais que já avançaram na implementação do novo ensino médio, quais são os acertos do modelo e quais são os problemas e as oportunidades de aprimoramento?

5) Qual foi o diagnóstico que fundamentou a atual reforma do ensino médio?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6) O que a pesquisa da associação tem indicado sobre a situação do ensino médio brasileiro?

7) Quais seriam os aprimoramentos necessários à reforma?

8) Quais inovações a reforma do novo ensino médio trouxe para o trabalho docente?

9) Quais são as necessidades de aprimoramento da formação dos professores que atuam no ensino médio?

10) Quais são as melhorias necessárias para o trabalho dos gestores de escolas que oferecem turmas do novo ensino médio?

São algumas indagações em que esta Comissão já trabalhou com vários expositores de todas as áreas, inclusive dos conselhos estaduais, da sociedade civil organizada. Tivemos aqui várias audiências. Então, acho que a gente está...

O próprio Ministério da Educação acaba de receber todas essas informações das pesquisas, das audiências públicas, para a gente poder, de fato, aprimorar o sistema. Acho que falar, como alguns falaram, em simplesmente parar ou revogar tudo aquilo que foi feito é uma coisa desproporcional e ridícula. Nós temos que, de fato, aprimorar.

E não há outra resposta, tem que investir, apesar de que, muitos também, e é verdade, nós investimos muito recurso.

Acho que somos o quarto país em termos percentuais do PIB – é evidente que o nosso PIB é bem menor do que o de muitos países –, mas a gente aplica muito mal os nossos recursos. Além de ser pouco, é mal aplicado. Inclusive, já existem algumas recomendações e orientações do próprio Tribunal de Contas da União, e estamos, inclusive, discutindo agora a nova medida provisória de recuperar todas essas obras paralisadas, inacabadas, mas para isso precisa-se de recursos.

Espero que a gente possa, com essa audiência pública, trazendo aqui o Sistema S, com as contribuições que foram colocadas aqui, a gente possa, de fato, aprimorar e atender à realidade do mundo real, do jovem que está lá querendo realmente uma formação profissional. E muitos há evasão completa. Todo mundo saindo da escola, porque não adianta, como foi feito antes de ontem, anunciar agora o turno do ensino médio de sete horas. Imagine o aluno ficar sete horas na escola se não tem internet, se não tem laboratório, se não tem profissionais da área de educação profissional. Evidentemente, a evasão vai aumentar. Então, a gente precisa, de fato, colocar estrutura, capacitar os professores, colocar coisas atrativas para os alunos.

Eu mesmo lancei agora o edital de *startups* nas escolas públicas junto com a Universidade de Brasília. São 150 horas de conteúdo de linguagem de *games*, de aplicativos e 150 horas de *startups*, de como você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

montar empresa. Só assim a gente consegue, de fato, trazer de volta esse aluno ou manter os alunos que ainda estão na expectativa de melhoria do ensino médio.

Mas eu quero dizer que, em relação à educação profissional, nós temos os institutos federais. O Conciani foi uma referência para nós durante muito tempo. Brasília nem tinha instituto federal. Quando fui secretário, a gente conseguiu trazer, liberar os terrenos e trazer... Hoje nós temos 11 escolas dos institutos federais, como ainda aprovamos mais sete escolas técnicas. Por meio de convênio com o Ministério da Educação, já foi implementado no Guará e Brazlândia, mas ainda tem mais sete escolas para serem inauguradas. Mas se não despertar no aluno o interesse para que ele tenha a perspectiva de ter uma ocupação, uma qualificação, dificilmente nós traremos esse aluno de volta para as escolas do ensino médio.

Acho que a reforma é importante, mas nós não podemos desconsiderar tudo o que foi feito com esforço danado para a aprovação. Igual a reforma tributária, a qual estamos discutindo há 30 anos. Assim como foi dito aqui pelo professor: "Se não tiver claro..." Todo mundo quer reforma – nós queremos – como também o ensino médio. Mas qual é a reforma? Quais são as condições? Esse é o debate. Ninguém é contra a reforma tributária, muito menos a reforma do ensino médio, mas qual é a estrutura? Quais são as condições? Qual é a formação?

O Bermúdez acompanhou bem, nós lançamos aqui o Parque Capital Digital em 2004. Está fazendo 19 anos - 19 anos! O BioTIC nós lançamos em 2004 ainda, com a participação da universidade, do Sistema S, do Sinfor e todos eles, e está lá, ainda engatinhando, enquanto que Pernambuco está com o Porto Digital há muito tempo, Santa Catarina, e que foram bem posteriores às nossas iniciativas.

Em 2007, a gente colocou *notebook* para todos os educadores, todos os professores da rede pública receberam os computadores, mas não basta dar computador, você tem que ter o portal. É o que eu estou dizendo: cada Governo que entra acaba com tudo e vai começando de novo. Agora, mudou o Governo Federal e também tem que mudar e, de preferência, acabar com tudo e começar novamente em todas as áreas. Isso é o grande problema do Brasil, falta de política de Estado, hoje a gente tem política de governo, infelizmente.

Mas eu quero muito agradecer pela participação de todos. O Conciani, e nós também – estamos já com a pauta iniciada no Plenário... Mas eu vou passar para cada um de vocês fazerem as considerações finais.

O Conciani já saiu ou está ainda... (*Pausa.*)

Ele tinha um compromisso.

Mas eu vou passar, então, para as considerações finais, breves considerações, porque a Ordem do Dia vai começar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou fazer na ordem inversa: vou passar a palavra, então, para o Walber Carvalho Melo, Diretor do Colégio Pedro II, para fazer as suas considerações finais sobre esta audiência pública.

O SR. WALBER CARVALHO MELO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado mais uma vez.

Aqui, no momento de despedida, além de agradecer, quero dizer que o debate é profícuo, é oportuno, sim, e dizer que nós temos questões muito fundamentais em relação às especificidades da rede federal, questões fundamentais em relação às especificidades da nossa instituição em si, por termos a educação inclusiva, por termos uma composição curricular exitosa. Então, o colégio, mais uma vez reiterando, é a favor do pensar, é a favor do atualizar, é a favor do reformular, mais de uma maneira... (*Falha no áudio.*) ... com o nosso trabalho, com a nossa visão regional e a nossa missão institucional.

Espero oportunamente ter condições de continuar durante o debate. Agradeço e parabenizo a todos os colegas que nos trouxeram mais informações e mais apropriações de questões, e também me coloco à disposição, remotamente ou por *e-mail*, para tratar de apoio às respostas que forem necessárias ou esclarecimentos.

Muito obrigado a todos. Parabéns pela iniciativa e pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, professor.

Vou agora passar palavra para o Hugo também fazer as suas considerações.

O SR. HUGO GIALLANZA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria honrar as pessoas que fizeram perguntas no e-Cidania. Eu me sinto confortável para falar sobre o tema de evasão. Eu acredito, a minha opinião, na aproximação do mercado a essas escolas através de uma metodologia ligada a projeto possa servir como uma alternativa para a retenção e transição desse aluno para o mercado de trabalho.

Sabendo que existe esse *gap* de mão de obra, por que não atualizar a matriz curricular? Por que não conectar as empresas locais com esse ambiente escolar, fazendo com que esses jovens estejam, já desde o ensino médio, conectando-se com essa demanda de mercado? A gente tem feito isso lá no Retina, e tem sido muito bacana ver o resultado dessas ações que a gente está implementando.

A outra questão é o endowment como alternativa, respondendo à indagação do Senador sobre a questão da sucessão, da falta de continuidade nas políticas públicas e da ausência de política de Estado. Eu vejo que esses *ins and outs* possam ser também uma alternativa para a manutenção disso. Independentemente de política, independentemente de sucessão de governo, esses instrumentos nascem para a manutenção de algo e perpetuam aquilo na linha do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um instrumento para que a gente possa utilizar. Quem sabe universidades e escolas técnicas possam, no futuro, ter esses instrumentos para a manutenção, atraindo professores do mercado também para suportar as demandas dessas matrizes curriculares que, muitas vezes, não têm profissional na rede.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Hugo.

Passo agora para o nosso querido Bermúdez, que é o nosso representante do Senac.

O SR. LUÍS AFONSO BERMÚDEZ (Para expor.) – Senador, inicialmente, em nome do Serviço Nacional da Aprendizagem Comercial, quero agradecer o convite para falar inclusive de um caso nosso de Brasília, que é sintomático e representa a mudança que é necessária na forma de ensinar. Os jovens nossos que estão chegando, os atuais e os que vêm atrás, têm outra formação, têm outra cabeça, têm outro comportamento e, se nós não soubermos recebê-los, acolhê-los com o devido instrumento, que são os desafios que lhes deverão ser colocados na sua vida profissional à frente, nós estaremos falhando.

E educação, como eu comecei dizendo, não é uma coisa que se vai fazer dentro de um quadrado. A educação vai se fazendo também ao caminhar: "Vamos ajustar aqui, vamos ajustar ali." E quando se fala de Finlândia, quando se fala de outros exemplos, como Coreia, enfim, foram anos de mudanças, de muitas mudanças. É claro que uma formação na Finlândia é uma coisa e uma formação no Brasil... Regionalmente, somos totalmente diferentes! Talvez isso precise ser adaptado, talvez isso precise ser discutido e arrumado. A quantidade de horas, eu confesso que seria o de menos. Precisamos formar mais na parte básica? Sim, podemos. Mas também nós precisamos atender à demanda desse jovem que nos chega com um outro tipo de conhecimento.

Eu coloco à disposição aqui o nosso Senac, que trabalha e está usando toda a sua obrigatoriedade de gratuidade para se associar com as escolas públicas. Aquele estudante da escola pública que quer fazer o quinto itinerário pode fazer conosco gratuitamente. Claro que é um desafio! Nós não vamos poder atender a todos da escola pública dentro da gratuidade do Senac, pois os recursos são poucos. Mas nós podemos dar o primeiro passo e até fazer com que as novas infraestruturas que são necessárias para atender o ensino integral e o novo ensino médio, todos nós possamos colaborar com elas.

Obrigado, Senador.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Bermúdez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, agora, para a Mariana também fazer as suas considerações.

A SRA. MARIANA CAMPOS FERREIRA MARTINEZ (Para expor.) – Bom, Senador, inicialmente, eu gostaria de agradecer.

Para mim, é uma honra estar aqui representando o Sest Senat como analista, diante de diretores e de nomes tão importantes discutindo o ensino médio.

Nós, como mencionei anteriormente, estamos engatinhando nesse processo, mas entendemos que ele é extremamente importante, sobretudo, devido às políticas públicas que mencionei anteriormente.

Gostaria de levantar aqui também que temos a meta do Plano Nacional de Educação que visa a triplicar a oferta de educação profissionalizante, que está se encerrando agora. Inclusive, faço parte, como membro suplente, da construção do próximo PNE.

Eu acho que, agora, é o momento exatamente de construir e de desconstruir também algumas questões que foram levantadas nos últimos tempos, para que a gente possa avançar nesse processo.

Então, como o senhor bem colocou, é um momento de aprimoramento, é um momento de investimento.

Eu entendo que existe, sim, uma desigualdade. Porém, isso ficou mais evidente agora, com o novo modelo, mas nada que nós não possamos trabalhar para poder melhorar.

Agradeço, mais uma vez, e coloco o Sest Senat à disposição, a Dra. Nicole, o Dr. Vinicius Ladeira, que são os nossos representantes institucionais; e também o Sistema Transporte, representado pela CNT e pelo Instituto de Transporte e Logística.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Mariana.

Com a palavra, Wisley, para fazer as suas considerações.

O SR. WISLEY JOÃO PEREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador, pelo convite.

Eu não posso deixar de contribuir com o debate por ser o executivo da primeira rede a implementar o novo ensino médio e a entregar a primeira turma formada no novo ensino médio – começamos em 2018 – e trazer premissas de aprimoramento.

O caminho é olhar para frente, progressivamente, e avançar, porque estamos falando do Brasil do futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente precisa entender o que é esse Brasil real. No Brasil real, Senador, no Pisa, no último Pisa, ficamos em 57º lugar em leitura e 70º em matemática, entre 79 países. Essa é a realidade. Não dá para fechar os olhos. Temos que avançar.

O ensino técnico-profissional se mostra como o caminho de a gente entregar uma educação de qualidade para atender os 80% dos jovens que não conseguem chegar ao ensino superior, mas precisam ter projeto de vida e precisam ser emancipados.

E a gente tem quatro grandes pontos de aprendizagem que a Rede Sesi, em parceria com a Rede Senai, desenvolveu durante os cinco anos de implementação.

É preciso e importante ampliar a carga horária da base nacional comum. Não precisa mexer na legislação. Dá para fazer por diretrizes curriculares do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação. Trezentas horas são suficientes para a gente conseguir fazer uma recuperação da aprendizagem e um aprofundamento da base.

E a outra parte precisa, sim, como nos modelos dos países desenvolvidos, de flexibilidade, sobretudo com itinerário técnico e profissional, garantindo que os currículos sejam os dos territórios. Não dá para pensar um currículo que não emancipe o sujeito conforme o arranjo produtivo local, porque isso não vai fazer sentido para esse sujeito.

Outro ponto é que precisa ser desenvolvida uma espécie de base nacional comum curricular para os itinerários formativos. Isso vai apoiar muito as redes de ensino a construir seus itinerários, mesmo a partir dos seus territórios, e vai facilitar para fazer seus materiais didáticos, processos de avaliação e o novo Enem.

Em 2024, precisamos ter um novo Enem diferenciado para não prejudicar os mais de 22 milhões de jovens que vão chegar a concluir a educação básica no novo modelo. Nós precisamos olhar para a frente, progressivamente, para avançar e fazer uma revolução educacional e garantir o futuro da nossa nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Wisley.

Vou passar ao... O Conciani teve que sair.

Bem, primeiro, eu quero dizer da minha alegria de recebê-los aqui. Eu não tenho dúvida nenhuma de que o Sistema S, o Dom Pedro II e os institutos federais são de fato a nossa referência hoje em educação profissional. Não adianta tampar o sol com a peneira. De fato, se não fosse o Sistema S nós não teríamos avançado em nada na educação profissional.

Nós temos um Plano Nacional de Educação, que foi divulgado ontem. Já para atender o Plano Nacional de Educação assim de última hora, às 7h, 50% dos alunos já tinham que estar no previsto do Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Educação. Agora, um Plano Nacional que ficou na base da intenção. Como não há nenhuma responsabilização, cumprindo ou não, não acontece nada, então, está aí o resultado do PNE. Quer dizer, ficamos quatro anos discutindo, neste Brasil todo discutindo esse plano, e ele ficou nas intenções. Espero que o próximo, agora, a gente tenha a responsabilidade educacional, como tem a responsabilidade fiscal, acho que é preciso da responsabilidade educacional, para que, de fato, as metas propostas sejam atingidas, senão não faz sentido ter um plano que não tenha a execução de forma definida.

É evidente que se falou muito em suspender ou até em revogar o novo ensino médio em função do Enem. A gente precisa ser mais ágil. O Ministério da Educação precisa de agilidade, o Inep também. É lógico que, se você mudou a base nacional, se você mudou os itinerários, não tem sentido você cobrar no Enem, agora, principalmente os estados que implementaram, porque vários estados avançaram muito: São Paulo é um exemplo disso, o Ceará, o próprio Pernambuco, Campina Grande, Paraíba. Não tem sentido agora você exigir desses estados ou desses alunos um Enem que não tenha modificação. Mas não precisa revogar ou paralisar o novo ensino médio por causa disso.

A instituição, o MEC, que é o responsável pelas diretrizes, precisa ser mais ágil e mais integrado, porque, se nós temos um sistema de educação que é tripartite – temos a responsabilidade do estado, do município e da União –, tem que ter essa conexão, essa integração. Espero que se consiga avançar nesse tema, porque é urgente, é relevante.

A gente demonstrou isso na aprovação da medida provisória que, naquela época, já era super-relevante e agora mais ainda, porque o índice, realmente, de evasão é muito alto. A pandemia foi um caos para a educação, para toda a educação, não só a profissional, mas para a educação básica de um modo geral. Nós estamos hoje com aluno do 5º ano que não sabe ler, não sabe escrever o nome completo, no 5º ano! Imaginem como é que nós estamos vivendo isso.

Grande parte não tem acesso à tecnologia, à internet, à banda larga. A gente vem discutindo aqui há 20 anos essa questão da banda larga nas escolas. Vamos ver agora se conseguimos com o 5G, que tem a proposta de infraestrutura, e na nova LDO, na LOA, se conseguimos implementar mais recursos. Mas a grande discussão hoje, lá na Câmara, é se vai tirar ou não o Fundeb do arcabouço fiscal, se vai limitar ou não o Fundeb, que a gente conseguiu, com muito avanço, uma progressão, até 2026, de aumento nos recursos da educação.

Quero agradecer a cada um de vocês pela presença.

Cumprida a finalidade desta audiência pública, eu declaro, então, encerrada a nossa reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e trinta e oito minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Augusta Brito e Astronauta Marcos Pontes, e ainda dos Senadores Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Beto Faro, Flávio Arns, Davi Alcolumbre, Zenaide Maia, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2023 - CE, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil. **Participantes:** Sra. Luana Carulla, Coordenadora da Unidade de Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Sr. Ariovaldo de Camargo, Secretário Nacional de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sr. João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente da Subcomissão Temporária para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/07/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Fala da Presidência.) **–** Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater e Avaliar o Ensino Médio no Brasil da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de julho de 2023.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e avaliar o ensino médio no Brasil, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2023, da Comissão de Educação, de autoria da nossa Senadora Teresa Leitão.

A participação está acontecendo de forma remota. Temos aqui os seguintes convidados: Sra. Luana Carulla, Coordenadora da Unidade de Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Sr. Ariovaldo de Camargo, Secretário Nacional de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Sr. João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por no máximo dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários.

Para as exposições iniciais, eu concedo a palavra, primeiro, à Sra. Luana Carulla, Coordenadora Nacional da Educação Empreendedora, da Unidade de Educação Empreendedora do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae).

Está concedida a palavra à Sra. Luana.

A SRA. LUANA CARULLA (*Por videoconferência.*) **–** Boa tarde a todos. Boa tarde, Sr. Relator.

Todos conseguem me ouvir bem?

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) **–** Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUANA CARULLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Que bom!

No Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), como vocês sabem, nós trabalhamos com fomento dos MEIs, dos APPs, ou seja, dos pequenos empresários no Brasil, mas hoje a gente faz muito além disso, a gente trabalha com a cultura do empreender para a vida. A gente entende que os países desenvolvidos têm a cultura do empreendedorismo desde a educação formal, em que as pessoas entendem o que é empreender para a vida, o que é ser protagonista, realizar sonhos. E, aí, a gente desenvolve o futuro empreendedor, como a gente diz, para que, lá na frente, ele possa também abrir uma empresa e a gente ter pessoas cada vez mais fortalecidas nessa temática, que sejam protagonistas do seu destino e que ajudem a resolver problemas do mundo, da vida e que, aí, a gente tenha um país cada vez mais protagonista em relação ao mundo como um todo, um país cada vez mais competitivo.

Então, está no nosso estatuto social, do Sebrae, trabalhar as políticas educacionais, de educação, com esse olhar do empreendedorismo como projeto de vida. E a gente se coloca como um grande agente ao fomento da BNCC no que compete ao eixo do empreendedorismo e das suas competências nessa perspectiva de atitudes comportamentais para a vida.

Para isso, a gente tem o Programa Nacional de Educação Empreendedora, em que o Sebrae, por meio de parcerias estratégicas com vários atores, principalmente da educação pública do país, tem acordos de cooperação com o Ministério da Educação, com o Consed, com a Undime, com vários outros atores, principalmente com as secretarias estaduais e municipais de educação, em que a gente promove o debate e a inserção de conteúdos de empreendedorismo nas escolas, mas sempre com esse olhar do empreender para a vida, empreender como uma oportunidade, não como uma necessidade. E, aí, a gente entende que essa cultura do empreender para a vida pode trazer muitos ganhos para o nosso país. Então, o nosso estatuto social diz que a gente tem que estar junto com as políticas nacionais de educação, com as políticas públicas, com os marcos regulatórios que trabalham essa pauta da educação brasileira, pensando em como a gente pode trazer uma educação brasileira com cada vez mais qualidade e com resultados melhores em nível não só nacional como mundial. Para isso, a gente tem essa agenda do empreendedorismo nas escolas.

O Sebrae hoje, neste ano de 2023, comemora dez anos de uma atuação estruturada por meio do Programa Nacional de Educação Empreendedora. Hoje a gente está acessível a qualquer estudante, qualquer professor que queira fazer parte desse movimento. Então, por meio do sebrae.com.br/educacaoempreendedora, a gente tem uma série de oportunidades totalmente gratuitas, é uma forma de a gente dar essa devolutiva para a sociedade também, mas, muito mais que isso, a gente tem muita ação estruturada junto aos municípios, pensando em desenvolver os territórios por meio de políticas públicas em educação a partir da educação empreendedora. E a gente tem tido cada vez mais parcerias e participações em GTs como este para que a gente possa trazer essa pauta do empreendedorismo para a vida.

Então, convido vocês a estarem com a gente, e a gente também abre os braços para estar com vocês nessas discussões e oferecer tudo que a gente tem de melhor, desde debates a conteúdos mais estruturados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cursos, capacitações, premiações, ou seja, a gente entende que, sensibilizando, capacitando, reconhecendo, premiando e se relacionando com todo o ecossistema de educação, com todo o ecossistema de políticas públicas em educação e com os nossos parceiros estratégicos, a gente consegue, cada vez mais, promover uma educação de qualidade e que traga uma cultura de empreendedores para a vida, que possam fortalecer o nosso país como um país cada vez mais competitivo.

É isso, pessoal! Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Muito obrigado, Luana.

Aqui, eu queria ressaltar, antes de passar a palavra para o Sr. Ariovaldo, a admiração e o respeito que eu tenho pelo Sebrae. Sou parceiro do Sebrae no Estado do Mato Grosso. O Sebrae tem contribuído muito para o Governo do nosso Estado. Nós temos um programa que se chama Pensando Grande para os Pequenos, que é voltado para o desenvolvimento regional dos municípios. Tivemos algumas reuniões com o Secretário da Casa Civil do Estado do Mato Grosso. Eu estava até a semana passada debatendo esse programa junto com o Sebrae, que com certeza será um grande parceiro do nosso Estado de Mato Grosso para o desenvolvimento regional.

Muito obrigado pela sua participação.

Passo a palavra para o Ariovaldo de Camargo, Secretário Nacional de Administração e Finanças da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. ARIOVALDO DE CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Mauro Carvalho; boa tarde, Luana, Betina e João Victor, com quem vou ter a oportunidade de dialogar nesta tarde.

É sempre muito importante, Senador Mauro, a gente debater a partir da realidade do que nós vivemos para a necessidade que o país atravessa no sentido de fazer uma avaliação daquilo que nós estamos chamando de novo ensino médio, ou que, pelo menos, o Ministério da Educação apontou como sendo a nomenclatura adequada para este momento que nós estamos vivendo.

Mas, antes de falar sobre um balanço do que nós sentimos até agora, digo que a nossa central sindical tem, como uma das suas entidades filiadas, a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que congrega praticamente todos os estados brasileiros, portanto, todos os sindicatos de base estadual e um conjunto grande de sindicatos municipais de trabalhadores e trabalhadoras em educação. E nós, entre outras questões, gostaríamos, primeiro, de dizer da nossa felicidade de que o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação tenham, no dia de hoje, anunciado o fim do projeto Escolas Cívico-Militares, para que a gente possa construir, de fato, uma educação para o nosso país que seja uma educação do ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista da formação do cidadão, inclusive para se contrapor a muitas das questões que, muitas vezes, são apontadas.

Por exemplo, recentemente, em um ato em Brasília, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro faz uma acusação, de certa forma, velada, ao comparar os professores, que são verdadeiros heróis neste país, pelas condições que lhes são dadas para o trabalho, pela valorização profissional que não vem... Embora o piso salarial profissional nacional tenha sido um avanço significativo no nosso país, infelizmente, além de nós estarmos passando por um processo ainda de buscar convencimento dos nossos gestores de que o piso salarial profissional nacional não é um teto e que, portanto, tem que se respeitar a carreira do magistério, a carreira dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, no sentido de que a gente possa, de fato, ter uma valorização profissional adequada... Não é adequado um agente público comparar um professor que passa por todas essas situações do dia a dia com traficantes, o que efetivamente é uma afirmação absolutamente grotesca, desqualificada. E nós precisamos, de certa forma, buscar corrigir inclusive esse conceito, que acaba sendo distribuído através, inclusive, de *fake news* nas redes sociais, que precisam urgentemente ter uma regulação, para que esse tipo de opinião não se perpetue na sociedade, porque certamente não enriquece a cultura do nosso país e a busca da construção, de fato, de uma sociedade democrática.

Nós observamos, Senador Mauro, que esse novo ensino médio traz questões que são muito complexas do ponto de vista de entendimento das pessoas que não vivem o dia a dia das escolas e que, portanto, não chegam a fazer uma avaliação mais equilibrada sobre esse assunto.

O que nós vimos não foi uma ampliação de oferta para os nossos alunos nas escolas públicas; o que nós vimos foi uma redução de disciplinas importantíssimas para a formação do caráter, para a formação cultural, para a formação crítica dos nossos alunos, como, por exemplo, a supressão praticamente de disciplinas como Sociologia, Filosofia e até mesmo Geografia no ensino médio; uma redução muito drástica das aulas de Matemática e Língua Portuguesa no currículo das nossas escolas públicas, no âmbito do ensino médio. E eu digo isso para fazer, inclusive, uma afirmação de que não tem jeito de que nós não tenhamos esse tipo de opinião.

Muito se diz que os nossos alunos chegam ao final do ensino médio dominando muito pouco da língua portuguesa e dominando muito pouco do desejável em matemática. É a primeira experiência que eu conheço, no planeta, de que é reduzindo que a gente melhora. Não é possível pensar em melhoria em língua portuguesa, não é possível pensar em melhoria em matemática, se, em vez de melhorarmos a qualidade, ampliarmos a oferta, para que os nossos alunos possam ter mais contato e, portanto, mais participação no processo de educação, a gente reduz para uma, duas aulas de componentes curriculares importantíssimos para a formação técnica e para a continuidade dos estudos nas nossas universidades.

Nós não podemos compreender como é que se traz para o debate a ampliação, em tese, do número de horas/aulas que os nossos alunos têm, num processo em que as nossas escolas sequer estão em condições de receber esse tipo de complementação. Há escolas das mais variadas formas organizadas no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há escolas em que não é possível que você tenha dois turnos, por exemplo, e muitas vezes você sacrifica um conjunto grande alunos, que têm que sair de uma determinada escola para ir distante da sua casa para poder fazer essa complementação, para que se ofereça, em dois turnos, as disciplinas daquilo que se chamou, no passado, de matriz curricular diversificada ou disciplina diversificada, para um processo agora, novo, que é aquilo que chamaram de itinerário formativo.

E, efetivamente, em relação à publicidade que se dava sobre esse tema de que os nossos alunos teriam direito à escolha de qual itinerário formativo poderiam desenvolver, ocorreu absolutamente o contrário. As escolas definiam qual era o itinerário, e os nossos alunos tinham que se enquadrar dentro dos itinerários que as escolas apresentam, porque, em sua maioria, a quantidade de turmas no primeiro ano, no segundo ano e no terceiro ano do ensino médio sequer oferece a possibilidade de que se tenha mais do que um itinerário.

Portanto, foi-se buscar construir dentro daquilo que é muito residual algo que pudesse ser transformado em processual, o que efetivamente não aconteceu. De certa forma, foi mais uma adaptação para uma legislação que veio trazendo a obrigatoriedade de se incluírem as escolas nesse novo formato do que propriamente vindo de uma preparação da estrutura para que isso pudesse, de fato, acontecer.

Esses famosos itinerários formativos acabaram sendo aplicados trazendo mais uma vez um distanciamento muito grande entre o que os alunos mais pobres que estudam na escola pública têm e aquilo que os alunos da rede privada recebem como oferta de educação. Nós não podemos aceitar que um processo que distancia ainda mais o fosso que tem entre escola pública e escola privada possa colocar a exclusão de uma camada da sociedade que necessita urgentemente de ter um ensino público de qualidade, para que ele possa ter emancipado o seu direito a escolher os melhores espaços no mundo do trabalho, cada vez mais restrito, inclusive, de ofertas de postos de trabalho para aqueles que têm qualificação. Nós não podemos aceitar que o processo de inclusão do novo modelo do ensino médio traga, por exemplo, situações de que as disciplinas da parte diversificada desses itinerários formativos tenham... E nada contra o que a Luana Carulla acaba de dizer, nós não somos contrários a que a gente possa trabalhar a questão do empreendedorismo nas nossas escolas, que a gente possa trabalhar esse tema, que é muito importante, mas nós não podemos achar que ensinar os nossos jovens a fazer brigadeiro, bolo de copo ou coisa desse tipo para vender nos semáforos das grandes cidades ou próximo das suas casas em pequenas cidades seja empreender. Empreender é muito mais do que apenas as pessoas se rotularem achando que são proprietárias do seu próprio destino e que, portanto, a partir de uma nomenclatura que apresenta uma possibilidade de vida, acabam se aprisionando numa condição muito rebaixada, inclusive, social.

Concluindo a minha fala, eu queria dizer para vocês que o novo ensino médio precisa ser revogado urgentemente e que um debate precisa ser colocado para que a gente possa construir um modelo de ensino médio que tenha, portanto, valor para o conjunto de toda a sociedade, sejam eles da escola pública, sejam eles da escola privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Obrigado, Ariovaldo. Eu só queria dizer para você que tem alguns pontos em que eu concordo muito com o que você disse aqui, tem outros em que não tanto.

Eu sou fruto da escola pública e tenho o maior respeito do ensino que na época me foi proporcionado pelo Estado de São Paulo. Eu nasci em Bauru, interior de São Paulo, e vim para Mato Grosso com 21 anos de idade.

Eu tenho uma visão um pouco diferente da escola cívico-militar. Hoje, nas escolas de Mato Grosso... No nosso índice do Ideb, sem exceção, as escolas cívico-militares são, disparados, os melhores índices que nós temos no estado. Quando a gente fala de salário, o Estado de Mato Grosso hoje é o estado que mais bem remunera professores no Brasil. E esse salário não significa eficiência e qualidade da nossa educação no Estado do Mato Grosso. Quatro anos atrás, no penúltimo índice do Ideb, Mato Grosso ocupava a 22ª colocação no ensino no Brasil; hoje, depois de muito esforço do Governador Mauro Mendes, de muito investimento em qualificação, em melhoria, nós saímos para o 19º colocado.

Concordo, quando você fala, Ariovaldo, que nós precisamos de uma reforma grande na educação, porque a educação hoje, como você mesmo nos disse, em matemática e português, parece que não visa o conhecimento. Ela visa a nota do aluno ali; se ele tirou aquela nota, não importa se ele adquiriu conhecimento ou não, ele passa para o ano seguinte sem a menor condição de ter passado para o ano seguinte, porque ele não tem conhecimento nenhum.

Então, temos um grande trabalho pela frente. Nós temos que reconhecer que, há algumas décadas neste país, o ensino vem caindo de qualidade assustadoramente. Na minha época, o bom aluno estudava em escola pública, e aquele aluno que não tinha nenhum compromisso com conhecimento ia para escola privada, porque era escola do PPP – papai pagou, passou – e tudo bem. Então, esse conceito mudou muito, e eu gostaria muito que voltasse a escola pública a ser valorizada como era anteriormente.

E aproveitando aqui, Ariovaldo, da CUT... Não tem nada a ver com essa pauta, mas eu gostaria muito da presença da CUT na nossa reforma tributária, que vai ser discutida hoje no Senado, pois eu não vi, até o momento, a classe trabalhadora sendo ouvida no texto que foi aprovado na Câmara Federal, e tem enormes impactos em toda a classe trabalhadora no Brasil essa reforma que está sendo proposta. Não sou contra a reforma, muito pelo contrário, sou bem favorável a ela, tem que ser implantada, mas desde que o Senado tenha a maturidade e a responsabilidade para fazer os ajustes necessários no texto.

Passo a palavra agora para o João Victor da Motta Baptista, Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude, da Secretaria de Qualificação e Fomento à Geração de Emprego e Renda, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com a palavra, o Sr. João.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO VICTOR DA MOTTA BAPTISTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Gostaria de saudar o Senador Mauro Carvalho, que preside os nossos trabalhos, saudar os demais presentes no plenário e também saudar os colegas expositores, bem como os intérpretes.

Para iniciar nossa exposição, a nossa apresentação, nós gostaríamos de dizer que nós precisamos articular a educação profissional e tecnológica ao ensino médio. Nós precisamos avançar nas discussões sobre profissionalização do ensino médio, potencializando e alavancando isso, assim como a LDB já fala desde 2008. Esse não é um tema novo, esse não é um tema que nos surpreende, mas, sim, é uma questão de implementação, qual é modelo que queremos implementar a respeito disso.

Nós, enquanto sociedade, nos beneficiaremos de um país em que nossa juventude tenha garantido o acesso à educação profissional ou o acesso à educação profissional e tecnológica e temos que trabalhar ativamente para universalizar um acesso a um ensino e a uma educação básica de qualidade, bem como ao ensino técnico integrado, um pouco diferente do modelo que o novo ensino médio apresenta.

Para nós, do Ministério do Trabalho e Emprego, é central que pensemos e possibilitemos a qualificação profissional dos nossos jovens e das pessoas que formarão a nossa força de trabalho no futuro, mas nós temos que fazer uma análise que parta da materialidade. E hoje, na materialidade, boa parte dos nossos jovens necessitam de renda: eles precisam trabalhar, eles precisam articular a sua vida com possibilidades de trabalho, aprendizagem e estágio.

Então, o novo ensino médio e qualquer proposta de ensino médio têm que aliar o direito à educação profissional e tecnológica à profissionalização, o direito ao trabalho remunerado, articulado com a possibilidade de aprendizagem em estágio, ou, então, que sejam estabelecidas políticas efetivas de permanência para a nossa juventude na educação básica.

Nós sabemos a pressão que os arranjos familiares realizam com os nossos jovens, quando eles entram no ensino médio, para que eles trabalhem e ajudem na renda familiar, dadas as condições precárias de grande parte da nossa classe trabalhadora, como vivem e com as rendas familiares da forma que são estabelecidas.

E nós precisamos pensar propostas que efetivamente garantam o hoje, e não, como boa parte dos debates estão sendo feitos, a partir de uma discussão do futuro, uma poupança para o futuro, algo para o futuro. A fome tem pressa, a fome precisa do dinheiro, a fome precisa da renda para comer, e boa parte das dificuldades partem disso, inclusive nós precisamos pensar uma educação básica que tenha a garantia à alimentação, alimentação de qualidade, saudável, e garanta a permanência em diversos aspectos para os nossos estudantes.

Se nós não pensarmos dessa forma, qualquer proposta de novo ensino médio ou qualquer proposta de educação vão institucionalizar a evasão escolar e vão fomentar o trabalho infantil. Eu acho que não é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de ninguém, em nenhum desses casos, que a gente tenha uma evasão de pessoas da educação básica e tenha uma ampliação do trabalho infantil. Então, se nós queremos garantir isso, nós temos que pensar em políticas efetivas de permanência, distribuição de renda e abolição efetiva do trabalho infantil, de qualquer forma de trabalho infantil.

A educação deve e precisa priorizar e ter protagonismo na educação profissional e tecnológica, mas não é papel nem missão primordial da escola formar e qualificar trabalhadores para o mercado de trabalho em habilidades específicas. A escola pode preparar, sim, um conceito mais amplo para o mercado, garantir habilidades socioemocionais, capacidade de interpretação, mas o instrumental cabe a outra rede de atores, inclusive o próprio mercado privado, que tem que dar condições para que os trabalhadores tenham conhecimentos técnicos das suas ferramentas específicas. Não cabe à escola e muito menos ao poder público formar o trabalhador da forma que seja necessária para a empresa. Nós precisamos formar o trabalhador para que ele possa estar apto para trabalhar em qualquer empresa daquela cadeia de produção, em qualquer uma daquelas habilidades.

O trabalhador e sobretudo o estudante precisam ter reconhecidas as suas habilidades como um todo, suas habilidades mais amplas. Então, nesse sentido, a escola deve garantir e estimular múltiplos saberes, em via de uma emancipação social, cultural, humana e política desse estudante. Para nós isso é primordial numa política de novo ensino médio. Não há qualificação profissional possível sem que haja uma qualificação social.

A escola não deve e nunca deverá ensinar um jovem a apertar um parafuso, mas garantir que o jovem saiba por que ele está apertando aquele parafuso, para que ele está apertando aquele parafuso e quais são as consequências materiais daquela ação. O trabalhador precisa ter consciência de seus atos e de suas ações no mercado de trabalho.

Inclusive, em nossa ação do Ministério do Trabalho, nós pensamos e concebemos nossa qualificação profissional para um reconhecimento dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas e dos direitos sociais como parte integrante da qualificação da nossa mão de obra, não só pensando nos aspectos técnicos, operacionais e práticos – que, assim, são fundamentais, visto o real apagão de mão de obra que nós vivemos no mercado de trabalho.

A escola deve garantir o acesso à educação profissional e tecnológica, mas ela deve ser um espaço de múltiplas garantias de direitos, sem hierarquia de direitos. A escola deve garantir o direito ao esporte, à cultura, ao lazer, que são tão centrais quanto a educação profissional e tecnológica, a profissionalização dos nossos jovens. Nós devemos garantir que os jovens saiam e possibilitem o seu próprio protagonismo a partir da educação, e não saiam apenas com uma habilidade, um conhecimento material específico, sobretudo no mundo do trabalho, que avança e se altera rotineiramente e cotidianamente.

Um jovem que se formou num ensino técnico há dez anos, boa parte desses conhecimentos foram alterados ao longo desses anos. A tecnologia tem avançado, e avançado com muita frequência, com muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velocidade e, sobretudo, com muita violência em cima da classe trabalhadora, então, nós precisamos que os jovens saiam com habilidades para que eles possam acompanhar esse aprendizado ao longo da vida e que eles tenham condições de, ao longo desses processos científicos e tecnológicos e com seus avanços, acompanhar essas habilidades e desenvolver essas habilidades dessa forma.

A escola é fundamental para nossa compreensão como sujeitos coletivos no mundo e para formar a cultura de um povo, e nós não podemos subordinar de forma alguma a escola ou a cultura de um povo a um modo de produção vigente. Uma coisa não pode estar hierarquizada sobre a outra.

E aqui, para avançar para elementos mais operacionais em relação ao novo ensino médio, tema da nossa Comissão Especial, nós temos que entender e compreender que o MEC está escutando, é um processo de oitiva com diversos atores. E reconhecemos que o MEC tem plena capacidade e competência de solucionar esses temas apresentados pela sociedade civil, pelos outros órgãos de Governo e, sobretudo, pelas pessoas que nós estamos escutando menos nesse processo: os jovens, que são, sim, os protagonistas e devem ser os principais ouvidos nesse processo.

Hoje nós estamos vivendo uma realidade em que os itinerários não podem – e não podem mesmo – suprimir as ciências bases. Não podem suprimir sociologia, não podem suprimir filosofia, não podem suprimir português e matemática, porque são as ciências bases que garantem que esse jovem tenha habilidades diferentes para diversos tipos de conhecimento. Um jovem não saberá, dificilmente saberá se ele ficará na mesma profissão o resto da vida.

As profissões do futuro não passarão por profissões de 30 ou 40 anos no mesmo chão de fábrica. Esse mundo mudou. O jovem passará provavelmente por diversas profissões ao longo da vida, executará diversas tarefas distintas ao longo da vida. Nesse sentido, nós temos que preparar o jovem para que ele consiga trocar ao longo da vida e consiga ter aprendizados constantes ao longo da vida, e garantindo toda a necessidade e protagonismo nesse sentido.

As escolas têm que oferecer todos os itinerários para todos os jovens, senão nós estamos suprimindo um direito a partir da tentativa de garantia de outro. A gente não pode impossibilitar um jovem de realizar um itinerário específico se a escola não oferta ou obrigá-lo a caminhar quilômetros para acessar essa educação. Nós não podemos conceber isso. Ou todas as escolas oferecem todos os itinerários ou o novo ensino médio nasce morto, porque ele não vai garantir a educação para todos. Em especial quando a gente pensa no quinto itinerário, de educação profissional e tecnológica, nós temos que pensar duas questões estruturantes: quais são as demandas daquele território, quais são os cursos técnicos e profissionalizantes que nós iremos formar, se há empregabilidade efetiva naquela área, porque não adianta inundar o mercado de trabalho com profissionais com os mesmos conhecimentos, imaginando que nós vamos gerar empregabilidade. Isso é uma falácia. Nós precisamos garantir que esses jovens tenham habilidades múltiplas para que eles possam apresentar no mercado de trabalho e, sobretudo, nós temos que garantir que o jovem tenha o direito de fazer o curso profissionalizante técnico que ele deseja, que ele almeja, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não podemos impedir o jovem de escolher o curso "a" ou "b" porque naquela escola só se ofertam um ou dois cursos técnicos. Então ele tem que escolher uma coisa que ele não gosta porque as coisas que ele gosta estão numa escola a 5, 6, 7, 8km ou em outra cidade. A gente não pode conceber uma política dessa forma, que não garanta efetivamente a universalização do direito.

O quinto itinerário para nós não pode substituir os outros saberes e as outras ciências tradicionais, eles devem agregar, eles devem adicionar, eles devem ser um elemento a mais, sobretudo pensando em contraturno, como sempre foi executado, muitas vezes, o ensino técnico no contraturno. Os estudantes sempre tiveram o ensino regular e tiveram a possibilidade de realizar no contraturno o ensino técnico. Essa é uma política que foi executada, é executada por diversas redes, como a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e as redes estaduais.

Para concluir, a gente tem que entender que, dada a necessidade do trabalho, nós temos que avançar para políticas que garantam a possibilidade de manutenção, permanência na escola e garantir que um direito novamente não suprima outro. Nós não podemos pensar num ensino médio profissionalizante, técnico que seja meramente instrumental, senão nós condenaremos nossos estudantes de escolas públicas a um ensino que vai aprisioná-los em um local, em uma classe social, o que não é e nunca deve ser o objetivo da educação e da escola. A escola deve ser um ambiente que liberte os nossos jovens. E nós sabemos quais serão os jovens e quais serão as pessoas que estarão nesse caso – serão os jovens negros, pobres e periféricos –, e nós não podemos fazer isso. E nós sabemos qual é o objetivo quando se propõe uma política que pretende prender essa população nesses locais.

Então, para nós, esses são os elementos que gostaríamos de trazer para o debate e para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O.k., Sr. João. Nós temos – eu concordo muito com o que você colocou aqui – que parar de fazer aquilo que a gente acha que é possível; nós temos que fazer aquilo que é necessário para a sociedade brasileira. E você, hoje, está tendo uma oportunidade muito importante, como Diretor de Políticas de Trabalho para a Juventude do Ministério do Trabalho e Emprego. É importantíssimo o seu alinhamento com o Ministério da Educação para colocar em prática tudo isso que você colocou aqui. Então, você hoje faz parte do poder público e essa sinergia com o Ministério da Educação é fundamental para que você abra esse debate realmente junto ao MEC, para que a gente comece a colocar em prática todas as sugestões que você colocou aqui, saindo do discurso para a prática. E você está tendo a oportunidade de executar todas as sugestões e ideias que colocou aqui nesta Comissão.

Com a palavra, Sra. Betina Fresneda, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O SR. BETINA FRESNEDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Mauro Carvalho; boa tarde, colegas expositores. Parabéns pelas exposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria agradecer o convite, em nome do IBGE.

Vou compartilhar aqui uma apresentação. Estão todos vendo? (*Pausa.*)

Eu faço parte da Gerência de Indicadores Sociais, da Coordenação de População e Indicadores Sociais, sou especialista em análise de indicadores educacionais e participo da elaboração da publicação *Síntese de Indicadores Sociais*. Eu vou falar um pouco sobre essa publicação.

É uma publicação que já tem uma história no IBGE. Ela é anual, conta com mais de 20 edições. Apresenta o perfil das condições de vida da população brasileira, abordando diversos temas, como saúde, educação, condições de trabalho, moradia, sempre relacionando os níveis de bem-estar dos diferentes grupos sociais, em relação à cor, raça, gênero, níveis de renda, grupos de idade, com um olhar para as desigualdades sociais que permeiam esses grupos. Então, o objetivo é fornecer subsídios ao Estado brasileiro com indicadores para a elaboração de políticas públicas e monitoramento das nossas agendas nacionais e globais.

Especificamente sobre o capítulo de educação, ele trata de aspectos da realidade educacional brasileira, especialmente em relação ao acesso e permanência no sistema de ensino e ao nível educacional alcançado pela população brasileira. Além desses temas principais, o capítulo de educação da síntese já abordou temas como mobilidade educacional, gestão educacional, com a pesquisa de gestão municipal, a Munic, enfim, juventude e diversos outros temas.

A principal fonte de dados para a elaboração desse capítulo é o módulo anual de educação da Pnad Contínua. A Pnad Contínua, para quem não sabe, é a principal pesquisa domiciliar amostral do IBGE. Ela apresenta um módulo específico de educação a cada todo segundo trimestre. Vai a campo, pesquisando os temas, com uma pesquisa mais ampliada como a educação profissional, por exemplo, motivos para não frequentar a escola. Nos anos de 2020 e 2021, infelizmente, esse módulo ampliado não foi a campo em função do contexto da pandemia.

Então, vou apresentar alguns resultados, os mais recentes, em comparação com o resultado de 2019. Aqui, o primeiro indicador é a frequência escolar, a garantia do direito à educação, do acesso à escola. O que a gente pode observar, em relação a 2019, é que não houve muita ampliação na frequência escolar dessas diversas faixas etárias. Na educação infantil de 0 a 3, praticamente permaneceu um percentual de cerca de 36% das crianças frequentando a escola; de 4 a 5 anos, a gente observou um decréscimo da frequência escolar de 92,7%, em 2019, para 91,5%; na faixa etária de 6 a 14 anos, praticamente manteve a sua universalização; e o grupo que conseguiu ampliar a frequência escolar foi o grupo de 15 a 17 anos, que passou de 89%, em 2019, para 92,2%, em 2022, ainda aquém da universalização almejada pelo Plano Nacional de Educação.

Em relação à educação idade-etapa, que também é um tema monitorado pelo Plano Nacional de Educação para o ensino médio, a partir de um indicador que se chama Taxa Ajustada de Frequência Escolar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Líquida, que, para quem não sabe, nada mais é do que, em relação a esta faixa etária de 15 a 17 anos, o percentual que está frequentando o ensino médio, que é o nível adequado a essa faixa etária, ou já concluiu esse nível em relação ao total da população dessa faixa etária, o que a gente atingiu em 2022 foi um total de 75,2% da população de 15 a 17 anos, com adequação idade-etapa – não foi ainda o que almeja a Meta 3 do Plano Nacional de Educação para o ensino médio, que deveria ser de 85% até 2024.

A gente observa que as desigualdades regionais persistem. A grande Região Norte apresentou o menor percentual de adequação para frequência no ensino médio dessa faixa etária, atingindo só 68,1% dos jovens de 15 a 17 anos, enquanto a Sudeste teve o maior, que foi 81,5% desse grupo em 2022.

Em relação às classes de rendimento, a gente observa que os jovens que pertencem aos 20% mais pobres da população continuam com a menor frequência escolar no nível adequado, que seria o ensino médio. Eles atingiram 64%, em 2022, bastante aquém, por exemplo, dos 20% da população com os maiores rendimentos, que, em 2022, atingiram 90,5%. Acho que é interessante observar que jovens que pertencem a esses 40% mais ricos, já em 2019, tinham atingido o que almeja a Meta 3 do PNE. Então, isso reflete um pouco as dificuldades que a gente comentou.

Eu falei um pouco sobre jovens que frequentam escola, jovens que frequentam escola na etapa adequada e agora eu vou falar um pouco dos jovens que abandonaram a educação básica obrigatória.

Então, em 2022, do total dos jovens de 15 a 29 anos que deixaram a escola sem concluir a educação básica obrigatória, a gente observa que 65,7% não chegaram a frequentar o ensino médio, sendo que 42,5% abandonaram a escola sem nem ter concluído o fundamental e 23,2%, com o fundamental completo.

É interessante também observar que, para a faixa etária mais nova, mais da metade, a maioria abandonou a educação básica obrigatória sem ter concluído o fundamental, 53,2%. Esse grupo nem teve acesso ao que seria o ensino médio. Então, para se ter alguma ideia de abandono escolar, a gente fala muito sobre desestímulo para frequentar o ensino médio, mas a gente observa que o nosso atraso escolar é grande e os nossos jovens abandonam a educação básica obrigatória antes de terem acesso a esse nível.

Vamos passar.

Em relação ainda ao abandono escolar, a Pnad Contínua, no módulo anual, investiga os motivos pelos quais os jovens deixaram de frequentar a escola, aqueles jovens que não conseguiram concluir o ensino médio. O que a gente observa é que o desinteresse ou achar que já concluiu o nível adequado e não ter interesse em seguir estudando é bastante significativo: 34,3% dos jovens da faixa etária mais nova, de 15 a 17 anos, elencam esse como o principal motivo para terem parado de estudar; logo em seguida, é apresentado o motivo de precisar trabalhar, que é a necessidade de sobrevivência, que a gente mencionou – e esse motivo aumenta a sua proporção na medida em que os jovens ficam mais velhos, em que os grupos etários ficam mais velhos. Então, em relação ao grupo de 18 a 24 anos, abandonar a escola tendo como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal motivo a necessidade de trabalhar passa para 36,9%; e, de 25 a 29 anos, passa para 45,9%. E o desinteresse em seguir estudando continua significativo, mas perde um pouco o seu peso.

Para concluir, eu queria mostrar um pouco o dado sobre nível de instrução. Sempre que a gente fala em nível de instrução da população adulta, a gente mostra um reflexo do investimento em educação de décadas passadas, e é importante observar que o Brasil tem uma dívida histórica no investimento em educação.

Então, para a faixa etária de 25 a 64 anos que não chegaram nem a concluir o ensino médio, o Brasil tem 41,5% desse grupo nessa situação. Esse percentual é maior do que em países latino-americanos, como Colômbia, Argentina e Chile.

Bom, eu acho que foi mais para dar um quadro geral, tentar usar um pouco os dados do IBGE para auxiliar na discussão. É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Carvalho Junior. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Betina, realmente os números apresentados pelo IBGE são assustadores.

Quando a gente olha para o abandono escolar, a gente vê que o maior motivo do abandono escolar é o desinteresse do aluno em permanecer na escola. Realmente, a reformulação do ensino público tem que ser totalmente reavaliada. A gente tem que entender por que esses jovens perdem o interesse por frequentar as escolas.

Nós estamos deixando de motivar essas pessoas, esses jovens a frequentarem o ensino público; nós não estamos sabendo motivar esses jovens para permanecerem na escola; e, o pior de tudo, estamos deixando de preparar brasileiros, jovens brasileiros, para o mercado de trabalho, para terem a sua dignidade.

Então, isso me preocupa muito aqui, presidindo esta Comissão momentaneamente, essa falta de motivação; ou seja, o ambiente escolar hoje não é favorável para que esses jovens permaneçam na sala de aula e tenham interesse no conhecimento, interesse em aprender, interesse em se desenvolverem. Realmente, isso tem que ser uma preocupação pública de todos nós no Senado, na Câmara, no Governo Federal, estadual e municipal.

Bom, essa pesquisa, esse trabalho apresentado pela Betina já vai ser colocado no portal.

Agradeço aqui à Sra. Luana, à Sra. Betina, ao Sr. Ariovaldo e ao Sr. João Victor pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 13 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e oito minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Carlos Viana, Leila Barros, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Paulo Paim, Eliziane Gama, Augusta Brito e Romário, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Mauro Carvalho Junior e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa - ISRAEL-PALESTINA**. **Finalidade:** Ouvir o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, como convidado, sobre o conflito em Israel e na Palestina, a posição da Diplomacia brasileira e sobre a repatriação de brasileiros. **Participante:** Excelentíssimo Senhor Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 32, de 2023** que: "Requer a inclusão do Embaixador Celso Amorim como convidado para a 20ª Sessão Deliberativa Extraordinária da CRE." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, esta reunião será dedicada a receber como convidado o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, para falar sobre o conflito em Israel e na Palestina, a posição da diplomacia brasileira e também a repatriação de brasileiros.

Informamos que será permitida a participação remota das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, por sistema de videoconferência. A reunião também está aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

Eu tenho a honra de receber na mesa o Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira.

Esclareço a todos as diretrizes que seguiremos. Inicialmente, será dada a palavra ao Sr. Ministro, por até 30 minutos, para sua exposição inicial. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, pelo prazo de até cinco minutos, em blocos de três interpelantes, alternando entre os aqui presentes e os que participam remotamente. Na sequência, o Sr. Ministro terá o prazo de cinco minutos para responder aos questionamentos. Por fim, poderá ser concedida réplica e tréplica, com limite de até três minutos para ambas as partes.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só pedindo a V. Exa. para esclarecer como será a forma de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – As inscrições já estão abertas.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Peço, por gentileza.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós abrimos por ordem de chegada. A primeira é a Senadora Mara Gabrilli, com quem havíamos falado também; o segundo é o Senador Hamilton Mourão; o terceiro é o Senador Randolfe Rodrigues; o quarto é o Senador Carlos Viana.

Eu quero sugerir ao Senador Randolfe uma inversão do terceiro para o quarto, para nós...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, com a sua chancela e permissão, e também com a compreensão dos colegas, estamos nos dividindo entre aqui e uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, onde está sendo votado agora o relatório. Então, vou ter que ir alternando e eu posso ficar por último na sequência dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

A tradição da diplomacia brasileira é e sempre foi a de buscar a paz em qualquer conflito, em qualquer parte do planeta, quaisquer que sejam os atores internacionais envolvidos. Desde o Barão do Rio Branco, o Brasil vem erguendo e mantendo a reputação de nação equidistante de litígios e com autoridade para propor soluções viáveis e confiáveis no rumo da pacificação.

Esse posicionamento vai além da tradição da nossa chancelaria, do patrimônio diplomático de que nós dispomos, do que significa verdadeiramente essa tradição; é um ordenamento constitucional. Os pressupostos da política externa que elevaram a credibilidade e a confiabilidade brasileiras são oráculos inequívocos: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os estados, defesa da paz, a solução pacífica de conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, estejam onde estiverem, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, a concessão de asilo político e a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Se não nos afastarmos dessa regência, seguiremos, sem dúvida nenhuma, elevando nossa credibilidade externa. Infelizmente, o mundo não fica muito tempo sem uma rusga séria entre as nações, sem algum desentendimento com raízes históricas, que, frequentemente, descambam para guerras. Em muitos casos, as origens são múltiplas, complexas e, não raramente, superpostas: geopolíticas, socioeconômicas, culturais, étnicas, linguísticas, religiosas, por controle de mananciais de água, entre outros.

Em 2022, quando parecíamos viver um razoável intervalo de calmaria, preocupando-nos mais com os desafios internos de cada país ou mesmo com questões ambientais, que são bastante relevantes e que unem os países, eis que eclode uma luta fratricida em pleno continente europeu, entre Rússia e Ucrânia. Todos sentimos as consequências dos atritos entre Rússia e Ucrânia, com a elevação do preço do petróleo, dos alimentos. E mal havíamos superado um outro tipo de guerra igualmente assustadora, potencialmente dizimadora: a guerra entre a natureza e a humanidade, a guerra contra a pandemia do Corona vírus, que, graças à ciência e ao bom senso, vamos vencendo.

Agora, antes de qualquer perspectiva de cessar-fogo no Leste Europeu, ficamos aturdidos com o surgimento de mais um sério conflito entre Israel e Palestina. Estamos perplexos, chocados, condoídos com as terríveis imagens de civis mortos ou feridos de ambos os lados. Tenho muito claro que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanidade sonha com a paz utópica, em casos específicos. Eu sonho e rezo pela paz. Civis não querem as guerras; querem, sim, viver em paz com suas famílias e não se opõem à coexistência serena entre etnias distintas.

Em meio a esses civis, infelizmente, há muitos brasileiros, jovens brasileiros que moravam e trabalhavam em Israel ou na Faixa de Gaza ou que estavam em viagem de turismo pela Terra Santa e que foram surpreendidos pela brutalidade da guerra. Era gente que estava celebrando a vida, a alegria de uma festa do lado israelense ou que estudava em universidades do lado palestino, atividades que têm tudo a ver com a paz; nada, nada, absolutamente nada a ver com a guerra. Tudo a ver com a empatia, nada a ver com hostilidade.

Nesse cenário aterrador, o Brasil pode ter o papel fundamental de ajudar a construir pontes em vez de muros, de contribuir para – se não há uma solução definitiva – dar ao menos um norte que aponte para um cessar fogo, para uma negociação. Além da própria índole brasileira, que naturalmente remete à paz e ao acolhimento, temos profissionais gabaritados e experientes no Itamaraty, prontos para trabalhar incansavelmente na costura de soluções.

E, por falar em profissionais desse quilate, eu tenho a honra e a satisfação de dar início ao debate, concedendo a palavra ao Sr. Ministro Mauro Vieira.

V. Exa. dispõe de 30 minutos, inicialmente, para a sua intervenção.

E muito obrigado pela honra de ter vindo. No dia 10, fiz um telefonema ao Chanceler e combinamos a sua vinda aqui a esta Comissão, depois de uma sugestão que havíamos recebido do Senador Carlos Viana. E o Ministro, de pronto, se colocou à disposição para, tão logo chegasse ao Brasil, vir a essa Comissão.

Eu, há dois dias, recebi um telefonema, à noite, do Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, propondo que nós fizéssemos hoje aqui uma reunião conjunta. Eu disse a ele que iria refletir; refleti um pouco. Não havendo precedente regimental.... Nós nunca tivemos uma reunião conjunta de duas Comissões Permanentes de Casas distintas. Nós já tivemos reuniões conjuntas de duas Comissões Permanentes da mesma Casa. Aqui no Senado, já tivemos várias; na Câmara dos Deputados, também. Por isso, e apenas por isso, nós não estamos realizando aqui, hoje, uma reunião conjunta das duas Comissões de Relações Exteriores.

Com a palavra o Ministro Mauro Vieira.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Líder do Governo no Congresso Nacional, Senador Randolfe Rodrigues; Sra. Senadora Mara Gabrilli; Srs. Senadores; senhoras e senhores colegas do Ministério da Relação Exteriores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e amigos, é uma honra estar aqui presente hoje, a convite de V. Exa., Senador, para esta reunião, que é de esclarecimento, de prestação de informações por parte do Ministério a esta Comissão, que é um canal de comunicação com o Senado, constante, e com que temos mantido essa relação tão próxima.

Eu queria agradecer a V. Exa. a sua flexibilidade em adaptar a data. Quando nos falamos por telefone, eu estava na Ásia e me comprometi a vir, tão logo possível, como V. Exa. já, recentemente, acabou de mencionar, e venho com muito prazer. Depois de participar aqui – estive apenas três dias no Brasil –, estou partindo hoje, ainda no final da tarde, para Nova Iorque, para continuar na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, no curso do mês de outubro, cabe ao Brasil. Da mesma forma que presidi, na sexta-feira, uma sessão, uma primeira sessão sobre o conflito israelo-palestino, houve uma, aliás, duas hoje cedo, e continuaremos a ter outras sessões.

O conflito israelo-palestino, que nos traz aqui, é da mais alta importância e relevância para a política externa brasileira e para o conjunto da comunidade internacional. É uma realidade concreta e imediata para os milhares de brasileiros e brasileiras que se encontram neste exato momento ou em Israel ou na Palestina, e muitos em situação de necessidade. É um assunto prioritário para o Congresso Nacional. E, como tive a oportunidade de ressaltar em maio passado, quando estive aqui nesta Comissão, a escuta atenta do Parlamento é uma prioridade do Ministério das Relações Exteriores e da minha gestão à frente do ministério.

Nesse espírito de diálogo e entendimento, tive o prazer de receber, ainda na segunda-feira, que foi o primeiro dia útil depois do meu regresso, a Comissão do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, integrado pelo Deputado Federal Gilberto Abramo e pelo Senador Izalci Lucas. Foi uma oportunidade ímpar para tratarmos da situação atual, e foram igualmente valiosas as sugestões e contribuições que me apresentaram. Quero deixar aqui registro do meu apreço especial pela atenção e respaldo constante que o Itamaraty tem recebido do Parlamento no encaminhamento desta e de outras questões tão importantes e prementes da agenda Internacional.

Srs. Senadores, é lamentável que o conflito entre Israel e Palestina, que se arrasta há mais de sete décadas, tenha voltado ao topo da agenda internacional neste momento, com um grau inédito de violência, de destruição, de mortes, colocando em risco a estabilidade regional e global.

Já na primeira hora, o Governo brasileiro, a começar pelo Presidente da República, manifestou o repúdio e a condenação aos atos terroristas realizados em 7 de outubro contra a população civil em Israel, a partir da Faixa de Gaza, com grande número de mortos e feridos. Transmitimos oficialmente, tanto por nota do Itamaraty quanto por meio de telefonema do Presidente Lula ao Presidente de Israel e em telefonema meu ao Chanceler de Israel, nossas mais sentidas condolências aos familiares das vítimas e nossa solidariedade ao povo de Israel. Nada, absolutamente nada, justifica o recurso à violência, sobretudo contra civis. Foi por isso que exortamos, desde o início, todas as partes a exercerem a máxima contenção, a fim de evitar uma escalada da situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manifestamos também, por nota do Itamaraty e em contatos pessoais, nossas mais sentidas condolências e solidariedade aos familiares dos nacionais brasileiros Ranani Glazer, Bruna Valeanu e Karla Stelzer Mendes, que foram vítimas fatais desses atos terroristas. Confirmam-se também as mortes de três filhos brasileiros: Gabriel Yishay Barel, Tchelet Fishbein-Zaarur e Noam Rotenberg. Quero aqui renovar nossas condolências e sublinhar que a Embaixada do Brasil em Tel Aviv segue à disposição para ajudar, no que for necessário, nessa hora de tristeza e consternação.

De forma clara e inequívoca, o Presidente Lula apelou ao Secretário-Geral da ONU e à comunidade internacional em defesa das crianças palestinas e israelenses. As crianças jamais poderiam ser feitas reféns, não importa em que lugar do mundo. Defendemos que o Hamas liberte as crianças israelenses que foram sequestradas de suas famílias. Pedimos a Israel cessar o bombardeio para que as crianças palestinas e suas mães deixem a Faixa de Gaza através da fronteira com o Egito. Destacamos a urgência de um cessar-fogo humanitário e exortamos as partes a respeitarem o direito humanitário internacional. É inadmissível a continuidade desse conflito e os ataques à infraestrutura civil, tal como verificado ontem, no Hospital Batista de Gaza, que, segundo apurações iniciais, resultou na morte de em torno de 500 pessoas.

Como disse o Presidente Lula, este ataque foi uma tragédia injustificável. Infelizmente, como as senhoras e os senhores sabem, o conflito entre Israel e Palestina não é algo novo, que começou agora, e nem é um fato isolado. É sintomático que essa guerra de agora ocorra no ano do 30º aniversário dos acordos de paz de Oslo, que jamais foram implementados. A violência envolvendo a Faixa de Gaza já havia eclodido em 2014, 2011, 2009, 2005, ano do início do bloqueio que agravou a situação humanitária nesse exclave, onde habitam cerca de 2,3 milhões de pessoas.

Nos anos mais recentes, a dinâmica entre Israel e Palestina tem se mostrado cada vez mais insustentável, sem avanços concretos no *front* político-diplomático. A ONU aponta que assentamentos ilegais israelenses aumentaram na Cisjordânia. Há recorrente destruição de infraestrutura básica em povoados palestinos, incluindo escolas, e o fechamento com concreto de poços de água, sem mencionar a segregação no que tange ao acesso a serviços básicos e as violações ao *status quo* dos sítios sagrados de Jerusalém, com destaque para a Esplanada das Mesquitas, também conhecido como Monte do Templo, terceiro lugar mais sagrado do islamismo.

As duras condições econômicas a que os palestinos são submetidos, especialmente em Gaza, leva à absoluta falta de perspectivas para a população, cuja maioria é de crianças, contribuindo para o desespero e a espiral de violência. Como país amigo do Estado de Israel e do Estado da Palestina, a posição e compromisso do Brasil é, como historicamente tem sido, em favor do diálogo e negociações que conduzam a uma solução dos dois estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem um compromisso histórico com o Estado de Israel, e temos também um compromisso histórico com a legitima aspiração nacional do povo palestino de construir seu próprio Estado. Tivemos papel decisivo, como todos sabem, no que levaria à criação do Estado de Israel, quando, em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a Presidência do brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou o plano para a divisão da Palestina; plano este que previu a criação de um estado judeu, mas também um estado palestino, além de um *status* especial para a cidade de Jerusalém.

No auge da Crise de Suez, em 1956, enviamos os primeiros capacetes azuis brasileiros, em uma das primeiras missões da Força de Emergência da ONU. Garantiram e supervisionaram a cessação das hostilidades, incluindo a retirada de forças armadas da França, Israel e Reino Unido do território Egípcio.

Em 1957, o Brasil participou com um batalhão de infantaria de aproximadamente 600 homens, o denominado Batalhão Suez, na primeira Força de Emergência das Nações Unidas, a UNEF I, compreendida pela região do Sinai e Faixa de Gaza.

Nós nos orgulhamos da nossa posição equilibrada sobre o conflito israelo-palestino, que respeita o direito internacional, as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas, e de nossa capacidade de diálogo e interlocução com israelenses e palestinos. Isso é um patrimônio diplomático que transcende governos; é um patrimônio do povo brasileiro que nos garante capital político-diplomático para ajudar a encontrar soluções em diálogo com todas as partes. Como agora, em que o Brasil está na Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Essa nossa postura de equilíbrio também serve como uma espécie de escudo protetor dos cidadãos brasileiros no exterior que se vejam, repentinamente, afetados por uma situação de conflito. O momento é de diálogo, de concertação e de atuação firme e serena em favor do pronto retorno dos patriotas que desejam sair da região e regressar ao Brasil. É essa a nossa prioridade absoluta no momento.

O Brasil tem cidadãos em necessidade de assistência dos dois lados do conflito: são cerca de 14 mil brasileiros residentes em Israel e cerca de 6 mil na Palestina – a grande maioria na Cisjordânia, mas alguns, pouco mais de 50, na Faixa de Gaza. É nosso dever e prioridade do Estado brasileiro atender a ambos o mais rapidamente possível.

Ainda estava no início da minha viagem à Ásia, em Jacarta, na Indonésia, quando determinei a convocação urgente de uma reunião, já no domingo, dia 8, com a participação da Ministra Interina das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha, convidando o Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro, o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Damasceno, e o Assessor Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim, para esta reunião. Estiveram presentes também o Embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, e o Chefe do Escritório de Representação do Brasil em Ramala, Embaixador Alessandro Candeas, que regressaram para seus postos no primeiro voo que foi para Tel Aviv para começar a repatriação dos brasileiros. Essa primeira reunião permitiu a tomada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de importantes decisões e resultou na criação de um gabinete de crise no Itamaraty, reunindo o Ministério da Defesa, que tem o objetivo de acompanhar em tempo real os desdobramentos do conflito, tanto na seara política como na assistência aos brasileiros.

Há servidores do Itamaraty trabalhando em sistema de plantão de 24 horas, sete dias por semana, atendendo a brasileiros e familiares e coordenando o processo de repatriação. Nossa rede de postos no exterior e os funcionários do Itamaraty em Brasília estão monitorando constantemente reações internacionais na esfera multilateral. O Brasil foi o primeiro país a iniciar a operação de repatriação de nacionais, com altíssima eficiência, graças ao apoio do Ministério da Defesa e ao profissionalismo da Força Aérea, que atenderam imediatamente ao chamado do Presidente Lula. A determinação do Senhor Presidente da República é não deixar nenhum brasileiro ou brasileira para trás. Quero agradecer igualmente o apoio de inúmeros Parlamentares que entraram em contato e nos ajudaram a identificar pessoas que precisam de ajuda tanto em Israel quanto na Palestina.

Já estamos em estágio mais avançado, quase de encerramento, da primeira fase da repatriação de brasileiros que se encontravam em território israelense com as operações de repatriação em andamento. Além dos 14 mil brasileiros que residem em Israel, cerca de 90 mil brasileiros viajam para lá como turistas anualmente para visitar os lugares sagrados. Por isso, foi nossa prioridade repatriar os não residentes em primeiro lugar. Estabelecemos voos praticamente diários de repatriação de brasileiros desde o dia 10 de outubro.

O Brasil foi o primeiro país a pôr em funcionamento uma operação deste tipo para repatriar seus nacionais. Nossa expectativa é concluir essa primeira fase de repatriação de todos os que se registraram até o final desta semana. Quase todos aqueles que residem no Brasil já foram repatriados e já estamos trazendo agora os residentes em Israel que desejam regressar ao Brasil.

O número de brasileiros em Israel aguardando atualmente o regresso ao Brasil é de 324. Há um sexto voo que parte hoje, quarta-feira, com capacidade para 223 passageiros. Com esse voo, já serão cerca de 1.137 brasileiros em Israel repatriados. Esperamos concluir a primeira fase de repatriação até o final desta semana. Há a expectativa também de que possamos trazer alguns cidadãos do Paraguai, Bolívia e Uruguai nesse sétimo e, em princípio, último voo de repatriação de Israel – o último dessa primeira fase.

Já na faixa de Gaza, ainda que o número de nacionais seja bem menor, a situação é muito mais complexa, pois envolve diversos fatores e atores. Dos cerca de 40 cidadãos brasileiros em Gaza, há 32 que até o momento manifestaram desejo de serem repatriados. Neste grupo, há pelo menos 13 crianças e 8 mulheres. Estamos em contato com todas as partes de modo a conseguir retirar os brasileiros de Gaza. O Presidente Lula e eu próprio temos mantido uma série de contatos de alto nível com o objetivo de facilitar a repatriação dos nacionais brasileiros, criar um corredor para levar ajuda humanitária, facilitar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

libertação dos reféns e, de forma mais ampla, criar espaços para a retomada do processo de solução política e pela paz para a região.

O Presidente Lula conversou com o Presidente de Israel, com o Presidente do Egito, com o Presidente da Autoridade Palestina, com o Presidente da Turquia e com o Presidente do Irã. Eu conversei duas vezes por telefone com o Chanceler do Egito, também falei com os Chanceleres de Israel, Arabia Saudita, Rússia, França e Irã.

No telefonema do dia 12 ao Presidente de Israel, o Presidente Lula agradeceu o apoio para a operação de retirada dos brasileiros que desejam retornar ao nosso país; solicitou todas as iniciativas possíveis para que não falte água, luz e remédios em hospitais; transmitiu também apelo por um corredor humanitário para que as pessoas que queiram sair da faixa de Gaza pelo Egito tenham segurança.

Eu, igualmente, renovei ao Chanceler de Israel mensagens no mesmo sentido, sublinhando estar o Brasil à disposição para apoiar e tentar encontrar um caminho para a paz.

Graças ao diálogo que retomamos desde o início do Governo com todas as partes, assim como as posições tradicionalmente equilibradas do Brasil em relação ao conflito, que data de mais de 70 anos, é que estamos conseguindo dar nossas contribuições como interlocutor confiável e qualificado. Isso tem sido mais evidenciado em nossa atuação como Presidente de turno do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao longo do mês de outubro. Uma primeira minuta de resolução apresentada pela Rússia não foi aprovada na última segunda-feira. O Brasil, então, foi instado, na qualidade de Presidente do conselho, por 13 dos 15 membros do conselho a facilitar uma nova minuta do texto de consenso com foco em assegurar uma pausa humanitária que permita a entrada de insumos de primeira necessidade aos civis de Gaza e a saída de estrangeiros e de outros cidadãos para o Egito.

É preciso ficar claro, portanto, que não se trata de projeto de resolução brasileiro, mas sim de um projeto articulado pelo Brasil na qualidade de Presidente do Conselho de Segurança, com base em uma série de contatos e consultas de alto nível em Nova York e nas principais capitais do mundo, em busca de um mínimo denominador comum entre interesses díspares.

A pedido dos interlocutores, a apreciação do projeto que resultou dessas consultas brasileiras foi postergada para hoje, de ontem para hoje, para poder alcançar um maior acordo e que fosse mais representativo das posições dos diferentes atores. Este documento foi posto à votação hoje e recebeu 12 votos positivos, portanto foi aprovado, recebeu duas abstenções e um voto negativo de um dos membros do Conselho de Segurança, que, nessa circunstância, se transforma em veto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) **–** Qual foi este último?

O SR. MAURO VIEIRA – Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de citar ainda que o Brasil já enviou equipamentos e mantimentos de doação humanitária por meio de voos da FAB que foram repatriar nossos nacionais. Foram encaminhados 40 purificadoras de água com capacidade para tratar 220 mil litros de água por dia, bem como dois *kits* de medicamentos e insumos farmacêuticos pesando em torno de 300kg. Essas doações aguardam no momento já em território egípcio, no Sinai; já chegaram à abertura da passagem de Rafah, para serem entregues em Gaza.

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, visitará o Egito nesta sexta-feira, para tratar de temas relativos ao conflito, inclusive o acesso de ajuda humanitária por meio da passagem de Rafah, que é a única saída possível da Faixa de Gaza. O Secretário-Geral da ONU visitará o Aeroporto de Al-Arish, para onde estão sendo direcionados os carregamentos de ajuda humanitária de diversos países.

Senhores, esta tem sido a tônica da nossa atuação no exercício da Presidência de turno do Conselho de Segurança neste mês: a busca da paz. O Brasil não poupará esforços para evitar a escalada do conflito e para conseguir a criação de um corredor humanitário.

Foi por isso que encerrei prematuramente uma viagem à Ásia para deslocar-me a Nova York, na quinta-feira passada, para participar das discussões do Conselho de Segurança. Como mencionei antes, apresentei a proposta de resolução, com foco em corredor humanitário, ao Conselho de Segurança na sessão de sexta-feira passada, a qual foi muito bem recebida por vários países depois de várias consultas, intensas consultas que se estenderam da sexta-feira à noite até o domingo. Ela foi muito bem recebida e deu início às discussões, então, entre os 15 membros que integram o órgão. Estou regressando hoje, como já disse, a Nova York para continuarmos a trabalhar, tentando alcançar uma solução definitiva para a questão. A sessão da votação foi realizada hoje de manhã, mas já hoje mesmo na parte da manhã houve uma segunda votação para discutir o problema, e continuará nos próximos dias.

Assim, preocupa-nos o risco também do transbordamento do conflito para países da região, onde igualmente residem milhares de brasileiros e brasileiras.

Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, como afirmei em maio nesta Comissão, o mundo assiste hoje a uma superposição inédita de crises, que tornam a realidade internacional contemporânea ainda mais complexa. O Brasil tem credenciais e patrimônio diplomático suficientes para ajudar a buscar soluções para a crise entre Israel e Palestina, que diz respeito a toda a comunidade internacional. Acreditamos no diálogo, na busca da paz e na solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas. O convívio harmonioso e pacífico de comunidades judaicas, árabes e palestinas no Brasil é motivo de orgulho e nos inspira a continuar nesta tarefa.

Fico naturalmente à disposição para esclarecer dúvidas e intercambiar ideias, o que julgo essencial para esse esforço de reconstrução de política externa brasileira e inserção internacional do Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção inicial do Ministro Mauro Vieira.

Passamos à fase das interpelações do debate efetivamente.

Eu tenho a satisfação de comunicar as honrosas presenças, nesta Comissão: da Senadora Mara Gabrilli, do Senador Hamilton Mourão, do Senador Carlos Viana, do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Esperidião Amin, do Senador Sergio Moro, do Senador Humberto Costa, do Senador Fernando Dueire, do Senador Francisco Rodrigues, da Senadora Ana Paula Lobato, da Senadora Augusta, do Senador Fernando Farias e do Senador Contarato.

E tenho a satisfação de conceder a palavra, como já anunciado aqui, em primeiro lugar, pela ordem de inscrição, à Senadora Mara Gabrilli.

Em segundo lugar, daremos a palavra, também com muita satisfação, ao Senador Carlos Viana.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente. Obrigada pela deferência.

Parabéns, Senador Carlos, pelo requerimento desta audiência.

Quero cumprimentar o nosso Presidente, todos os Senadores, todos os presentes e, principalmente, o nosso ilustre Chanceler, que está aqui presente e veio esclarecer e trazer informações para a gente.

Eu quero, além de saudar a presença do ilustre Embaixador Mauro Vieira aqui conosco, agradecer a V. Exa. por vir aqui esclarecer às Senadoras e aos Senadores como o nosso Ministério das Relações Exteriores está atuando diante do ataque terrorista abominável do Hamas, que segue com reféns israelenses, e também atuando diante da atual ofensiva militar de Israel, que tem resultado em um massacre de civis em Gaza. No fim, quem mais sofre são as pessoas comuns. E a responsabilidade do Brasil se tornou ainda maior agora por nosso país ter a honra de presidir o Conselho de Segurança da ONU neste momento.

E eu quero aproveitar, Chanceler, a oportunidade não só para agradecer, mas para parabenizar V. Exa. pelo êxito da força-tarefa, que, ao meu ver, tem sido heroica, essa força-tarefa de repatriação dos brasileiros e das brasileiras que estão na zona de conflito em Israel, a maior operação de repatriação da nossa história.

Parabenizo, já que o senhor informou, as Forças Armadas e o Ministério da Defesa também por todo esse trabalho. E, do mesmo modo, eu gostaria de valorizar os esforços para a retirada dos brasileiros de Gaza e a abertura de um corredor humanitário.

Infelizmente, essa guerra vem se somar às que já acontecem na Ucrânia, na Síria, no Congo, na Armênia; são mais de 70 conflitos atualmente ocorrendo no mundo que precisam de soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, antes de fazer minhas perguntas, Chanceler, eu queria fazer algumas considerações, porque, nas guerras, os mais atingidos são as mulheres, as crianças, as pessoas idosas e as pessoas com deficiência. E, tristemente, a população mais vulnerável também é a que mais sofre. Quando fui eleita perita no Comitê sobre Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, e tive a honra de ser eleita durante o seu mandato como Embaixador das Nações Unidas, eu fiz questão de debater as situações de riscos e conflitos armados, conforme o Artigo 11º dessa convenção, sobre os direitos das pessoas com deficiência em situação de conflito.

Pouco se fala sobre esse tema, mas muitas deficiências são geradas por conta desses conflitos. E a gente assiste horrorizada a este momento – mais um. Inclusive, o debate sobre os direitos e a efetiva inclusão das pessoas com deficiência se internacionalizou após a Segunda Guerra Mundial.

Sr. Ministro, eu não falo sobre defender um lado, mas eu falo dos mais vulneráveis, o elo mais fraco; eu falo de quem precisará de órtese, de prótese, de reabilitação, de insumos, de medicamentos, de cuidadores. O que será dos milhares de afetados pelas guerras do século XXI, que ficarão amputados, cegos, surdos, cadeirantes e com sequelas irreversíveis, além das sequelas psicológicas severas?

O repúdio ao terrorismo é um dos princípios da nossa Constituição de 1988. E, por isso, eu deixo claro que condeno veementemente todo ato terrorista praticado pelo Hamas contra Israel e que não representa as aspirações legítimas do povo palestino por seu direito a um Estado em coexistência pacífica e harmônica com Israel, conforme as resoluções da ONU.

E, Sr. Ministro, a gente precisa sempre ficar do lado da paz. Por isso, eu lhe faço duas perguntas.

Aproveitando a Presidência do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, qual tem sido a articulação adotada pelo Governo com vistas a reconhecer o Hamas como grupo terrorista, já que o Brasil só reconhece como terroristas os grupos assim denominados pela lista de sanções do conselho? E, além de uma eventual articulação do Governo brasileiro, há outras articulações em curso?

E minha segunda pergunta é humanitária. No momento eu estou Presidente da Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional (CMMIR), e eu gostaria de saber se o Brasil pretende criar novos vistos humanitários para os refugiados palestinos de Gaza, da Cisjordânia e também para os mais de 100 mil refugiados armênios de Nagorno-Karabakh, de forma similar às portarias interministeriais do Itamaraty e do Ministério da Justiça feitas aos ucranianos, sírios e afegãos para acolhida humanitária. Há algum plano nesse sentido?

E eu quero me colocar, Chanceler, inteiramente à disposição para que a gente possa discutir juntos essa iniciativa. Nosso país deve abrir as portas para todas as populações que buscam refúgio, de forma solidária, sem sermos seletivos ou preconceituosos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador (*Fora do microfone.*) Carlos Viana.

Com a palavra V. Exa...

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... que teve um primeiro contato e fez, inclusive – já disse aqui e queria repetir –, a sugestão para que nós tivéssemos hoje esta audiência pública interativa com a presença do Ministro das Relações Exteriores.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – Obrigado.

Primeiro, quero agradecer a V. Exa. por ter prontamente atendido e por já nos colocarmos antecipados. As reuniões são feitas aqui às quintas-feiras, mas antecipamos dada a gravidade.

Segundo, quero dizer ao Embaixador Mauro Vieira, nosso Chanceler, da satisfação por o senhor ter se colocado à disposição para vir aqui, antes mesmo até de o requerimento ter sido votado. Isso mostra a clareza com que nós podemos trabalhar essas questões. E quero dizer da admiração que tenho pela experiência de V. Exa.

Eu tenho, inclusive, aqui na Comissão, sido um elogiador dos nomes que têm sido mandados para representações diplomáticas brasileiras. O senhor tem aqui no Senado uma representação parlamentar de altíssimo nível, muito prontos a nos atender. Recentemente, em duas questões, inclusive envolvendo vistos no exterior, sua equipe foi pronta a nos atender, a resolver as questões.

E o motivo principal de chamar esta audiência, Ministro, é exatamente o que o senhor colocou: é o patrimônio diplomático brasileiro que, a meu ver, está em risco. Nós estamos perdendo uma grande oportunidade de, mais uma vez, fazer história. O senhor citou no seu discurso o Embaixador Aranha, que foi o responsável naquela reunião, Presidente, em que surgiu ali o primeiro passo para a redivisão do mapa do que se chama de Palestina, desde os tempos dos romanos – foi um brasileiro. E nós, hoje, pela importância que o Brasil tem, precisamos repensar os passos que nós temos dado na política externa do nosso país.

E aqui quero colocar aos Srs. Senadores o seguinte: quem está falando aos senhores sobre isso é alguém que conhece profundamente a região. Tenho um filho, inclusive, que hoje é Deputado Federal, que foi gerado em Jerusalém. Então, a minha ligação com a Palestina vai das amizades entre judeus, árabes cristãos, árabes muçulmanos, drusos, pessoas que vivem na Cisjordânia, que trabalham em Israel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na área ocupada. Então, tenho um relacionamento de muitos anos em que posso dizer que conheço um pouco dessa convivência entre os dois lados.

E falo, Senadora Mara, da alegria com que os brasileiros, quando chegam a qualquer lugar, são recebidos. Quando você chega à Cisjordânia... Porque muito do que se fala hoje, Senadores, é que os palestinos vivem só em Gaza. Não é verdade. Oito milhões de palestinos vivem na Cisjordânia, onde está Nablus, uma cidade lindíssima, onde está Belém, onde está Jericó, onde está Ramala, que é a capital deles, que é uma cidade excepcional e que, quando você chega e fala "sou brasileiro", você é recebido com um sorriso, até com um café de graça. Eles falam: "Vou fazer um café para você brasileiro".

Então, esse patrimônio é que – nós precisamos colocar aqui, Chanceler – está em risco. Por quê? Quando nós olhamos a situação dos palestinos – é bom a gente deixar isso claro aqui –, o Hamas não representa o desejo do povo palestino, porque o Hamas, quando começou os acordos, deu um golpe de Estado, matou quase 2 mil membros da Fatah, que é da Autoridade Palestina, e tomou Gaza como refém. Agora, recentemente, em eleições duvidosas, é que o Hamas conseguiu se colocar como vitorioso nas eleições.

Mas o Egito, para que os senhores entendam bem, o Egito, Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas foi com o apoio de Israel que ele fez isso.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Não; o Hamas, de jeito nenhum! De jeito nenhum. O Governo de Israel tem acordos específicos com a Autoridade Nacional Palestina.

E o melhor que o Brasil pode fazer – já era a minha conclusão, mas vou antecipar – é nós defendermos o fim do Hamas, e a Autoridade Nacional Palestina, com a autoridade da ONU, assumir a administração em Gaza. Aí nós estaríamos dando um passo a mais para a paz. Mas não foi assim que o Brasil se posicionou, porque, no momento em que o Brasil propõe um acordo sem observar os crimes que foram cometidos em Israel, nós estamos dando apoio político e diplomático aos terroristas.

E por que um ataque tão cruel, assassino, como o que aconteceu naquele sábado, Senador Humberto? Por um motivo simples: o Governo de Israel conseguiu um fato histórico recentemente, que são os acordos abraâmicos; um acordo que Arábia Saudita e Emirados estão formalizando, um acordo de paz, com Israel, com Marrocos – do qual nós somos, inclusive, membros aqui na Comissão –, e que caminha para paz internacional. Mas há um lado que não quer essa paz, e o Brasil está muito próximo dele e o tem incentivado e financiado, que é o Irã.

O Brasil, quando trouxe para o Brics, aceitou no nosso voto colocar o Irã como parte do Brics, deu financiamento ao terrorismo, porque nós vamos dar a eles dinheiro nosso, do contribuinte brasileiro. Eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão ter direito aos nossos fundos. E é o Irã quem está por trás de toda essa história. Por quê? Porque o Irã não quer o acordo de paz entre os árabes. Porque os iranianos não são árabes; eles falam, mas eles não são árabes, são persas.

No mundo muçulmano, existem dois grupos principais: existem os sunitas, da Arábia Saudita; e existem os xiitas, ligados ao Irã. Os países sunitas, como o Egito, como o Marrocos, como a Arábia Saudita, não querem a proximidade com o Irã. Por quê? Porque os xiitas desestabilizam todo e qualquer regime democrático.

"Ah! Mas a Arábia Saudita é um reino, a Jordânia é um reino." Pergunte se eles querem receber os refugiados do Hamas. Ninguém quer, Senador Renan. Por que ninguém quer? Porque o Egito fez isto, abriu as fronteiras para que Gaza pudesse ter relações abertas com o Egito, e houve uma série de atentados no deserto contra turistas. No último, lá no balneário de Sharm el-Sheikh, matou-se uma série de estrangeiros, no mesmo tipo de ataque que aconteceu agora em Bruxelas. Então, o que está por trás dessa questão, desse ataque em Israel é uma tentativa de não se caminhar para o acordo de paz, exatamente o contrário da posição brasileira.

Hoje, nós temos que ser muito firmes – muito firmes – com essa condição do Hamas em Gaza. O Hamas não representa o povo palestino. Nós temos 8 milhões de pessoas, e eu tenho certeza de que 9,8 milhões querem a paz, querem a administração e viver a vida deles, o que o Hamas não deseja.

E, quando nós, Embaixador, não nos posicionamos com clareza em dizer que o Hamas é um grupo terrorista – matou crianças, degolou bebês, estuprou mulheres, atirou em civis no meio da rua –; quando nós não fazemos isso, nós estamos dando apoio a eles.

Quando nós – e aqui a política externa brasileira, a meu ver, precisa ser corrigida – nos aproximamos do Irã, seja por qualquer motivo, ainda que alguns dos nossos tenham ligações familiares com o Irã, nós temos que ser claros, porque quem financia o terrorismo no mundo hoje, tanto do Hezbollah quanto do Hamas, é o Irã.

Eu conheço de Gaza ao sul do Líbano, dos dois lados da fronteira. Se o senhor perguntar em Beirute, de cada dez libaneses, dez não querem o movimento armado do Hezbollah dentro do Líbano, só que não há como tirá-los de lá, porque há um financiamento absurdo para que eles se mantenham nos quartéis. Quando você vai ao sul do Líbano, que é um lugar maravilhoso, e você vê os quartéis do Hezbollah... Coitado desse povo do Líbano, porque nem o exército consegue tirá-los de lá.

Nós temos um patrimônio que precisa ser colocado firmemente. E nós podemos fazer história de novo. Se o Hamas for condenado, retirado da administração de Gaza e a Autoridade Nacional Palestina assumir, com a ONU, nós daremos, sim, um passo definitivo para poder resolver, porque Israel também não quer a guerra. O que aconteceu, inclusive, sábado, durante o feriado, foi a demonstração clara de que Israel já havia, inclusive, baixado guarda e entendido que o Hamas iria administrar Gaza. Houve um erro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absurdo. Por quê? Porque as negociações estavam em andamento: o espaço aéreo aberto no norte da África para voos de Israel; os árabes visitando Israel; judeus sendo recebidos em outros países árabes, porque são primos. Agora vem esse problema.

Então, quem está por trás de tudo isso, e o Brasil, infelizmente, dele se aproximou de maneira perigosa – estão aproveitando esse patrimônio diplomático que nós temos –, é o Irã. Ao trazê-lo para os Brics, nós, infelizmente, incentivamos esse posicionamento dos terroristas e esses ataques todos. É uma questão muito clara, porque, quando vocês forem...

Nós íamos fazer agora uma missão a Israel. Eu faria questão de levar os senhores de Jerusalém a qualquer cidade da Palestina. Os senhores saem do Portão de Damasco, Senador Amin, e tem um pátio de ônibus em que você pode escolher ir aonde você quiser. Você entra nos ônibus, vai a Jericó, vai a Belém... Na hora em que você quiser. Você vai e volta em paz. São quase 100 mil palestinos que têm visto de trabalho e entram diariamente em Israel.

Inclusive, Ministro, o senhor citou aqui o não acesso a hospitais. Olha, um dos senhores da guerra do Hamas, Ibrahim Al-Sinwar, tratou-se de câncer em Israel. Ele foi tratado e curado de um câncer em um dos hospitais de referência oncológica em Israel. Foi tratado como um gesto de boa vontade – pode pesquisar!

Se hoje a operação está sendo muito bem sucedida, é porque há uma colaboração explícita do Governo de Israel. O aeroporto está funcionando; Tel Aviv continua funcionando.

Agora, nós precisamos de uma clareza. O Presidente Lula colocar em rede social que atos terroristas têm que ser... Já é um passo. Mas o Brasil precisa de uma posição oficial sobre esse assunto. Nós precisamos...

E aqui qual é o meu posicionamento? Esse patrimônio diplomático que nós temos está em risco. Há 60 dias, eu estava em Londres, eu e o Senador Marcos do Val. Há um grupo de 35 países cujos Parlamentares sentam-se e discutem as leis contra a lavagem de dinheiro para o tráfico de drogas e o terrorismo internacional. É um grupo que reúne as grandes figuras nessa questão. Eu fui Relator aqui de uma lei que hoje é modelo no mundo sobre o marco cambial brasileiro. Nesse encontro em Londres, nós fomos convidados para discutir um assunto chamado tráfico de pessoas, e o Brasil, inclusive, está lá entre brasileiros que estão sendo colocados. Sabe o que aconteceu? O Brasil foi tema de discussão durante todo o tempo. Por quê? Porque o Brasil se apequenou ao tornar a China o seu principal parceiro – que é um bom parceiro, ele não vai abrir mão da China –, mas principalmente ao se juntar a esses grupos do Irã para a questão do Brics.

O mundo internacional, os grandes investidores, as grandes nações percebem um afastamento do Brasil, porque nem o mundo muçulmano quer a proximidade com o Irã. Nem os sunitas querem, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles são problema aonde vão. Veja o Iraque. O grande problema do Iraque é a divisão entre sunitas e xiitas.

Então, hoje, Embaixador, eu coloco para o senhor aqui que o Brasil... Por que da insistência em que o Brasil condene o Hamas? Para que a gente possa dar chance à paz, que é o desejo de todos nós.

Porque a nota que o Brasil hoje teve rejeitada pelo voto dos Estados Unidos, a proposta que foi apresentada lá não inclui declaração de que o Hamas seja uma organização terrorista. Condenar os ataques não é suficiente. Isso é vago, porque nós não falamos de ataques militares. Se eles tivessem atacado bases de Israel, se tivessem atacado as áreas de defesa, tudo bem, mas eles atacaram os civis nas ruas. Eles sequestraram e estupraram mulheres. Eles cortaram e queimaram bebês. Só condenar isso... Isso é terrorismo explícito, Embaixador. O Brasil tem que ser firme e não pode, em momento algum, tergiversar sobre isso, num jogo de palavras.

A proposta que foi apresentada pelo Brasil não inclui o apoio a desarmar o Hamas e a buscar uma administração coesa dos palestinos. Por que nós não vamos defender, então? Se é a Autoridade Nacional Palestina que responde por eles, por que nós não podemos defender que Gaza passe a ser administrada pela ANP? Por que não, Embaixador? É uma pergunta que eu lhe faço. Eles não podem fazer eleições enquanto não forem unidos. Fizeram eleições separadas.

Se fizermos uma pesquisa em Gaza hoje, ninguém quer viver lá, mas não é que não quer viver porque não gosta da Palestina. Não gosta do Hamas, do que eles impõem.

O senhor citou o ataque ao hospital. Não foi um ataque. Já está muito claro que o cemitério que tem atrás do hospital era a base de lançamento de foguetes, e um deles caiu no estacionamento do hospital, matando 500 pessoas que estavam alojadas lá. Está muito claro isso. Internacionalmente já está bem colocado.

Segundo ponto: a proposta brasileira não se refere ao direito de Israel de se defender, o que, inclusive, a Embaixadora dos Estados Unidos fez questão de nos lembrar. Direito de defesa é princípio da paz. O Brasil tem direito de defesa contra qualquer um que nos ataque. Nós queremos a paz com todos os vizinhos e vamos ter, porque não temos... Mas, se alguém nos atacar, nós temos direito de defesa. O Brasil pode agir com isso. Isso é princípio da paz. E a proposta brasileira não trouxe isso.

Portanto, Senador Renan, vou deixar os demais Senadores...

Mas essa é a minha preocupação.

Está aqui um Senador brasileiro já de 15 gerações, para que o senhor tenha uma ideia. Eu conheço bem e me preocupa esse patrimônio que nós temos que é ser bem recebido em todos os lugares, tanto em Israel quanto na Palestina, porque o Brasil sempre foi firme em tomar decisões, em apontar qual é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminho, o que nós não estamos fazendo. Nós precisamos recuperar isso da diplomacia brasileira. Firmes!

Olha, não haverá paz enquanto Gaza for administrada por um grupo armado que não aceita uma autoridade que quer um Estado palestino. Não haverá paz enquanto o Irã não abrir mão de financiar os grupos terroristas que mantém no Líbano, colocando em risco a soberania do Líbano e em risco também o futuro dos palestinos. Nós temos que ser claros nisso, para a gente poder manter esse patrimônio que o senhor herdou. O senhor é parte desse patrimônio diplomático, mas que o senhor pode não deixar para os outros que vão substituí-lo.

Eu espero, sinceramente, que a gente possa corrigir esse ponto e o próprio Presidente ser bem orientado sobre os direcionamentos da nossa política externa, porque estão cometendo um engano ao se alinhar a quem financia o terrorismo internacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção inicial do Senador Carlos Viana.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... apenas para efeito de seguimento da sessão, há uma limitação de tempo para as manifestações?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós poderemos estabelecer. Regimentalmente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque nós temos várias outras atividades também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, poderíamos pelo menos estabelecer um limite para cada intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Senador, V. Exa. poderia nos dizer como está a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A ordem é a seguinte: falou a Senadora Mara Gabrilli, o Senador Carlos Viana, e agora o Senador Hamilton Mourão é o terceiro orador deste primeiro bloco. Aí começa o segundo bloco com o Senador Sergio Moro, o Senador Esperidião Amin e o Senador Humberto Costa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Ministro Mauro Vieira, Sras. e Srs. Senadores, primeiramente, quero expressar os meus cumprimentos, Ministro Mauro, pela operação desencadeada pelo Itamaraty e pelo Ministério da Defesa na repatriação dos brasileiros, operação exemplar que já trouxe mais de mil brasileiros de volta aqui para a nossa terra. Então, parabéns pelo trabalho da sua equipe!

Ministro, o senhor é, obviamente, um homem erudito, culto e sabe que, após a dissolução do Império Romano, ele levou mil anos para ser reorganizado. O Império Otomano acabou com a Primeira Guerra Mundial. Então, está com cem anos para ser reorganizado.

Toda essa confusão, esse conflito que acontece no Oriente Médio desde então é fruto daqueles acordos malfadados e do acordo Sykes-Picot, que dividiu a região entre as potências de então, e não houve um prosseguimento nisso, e nos levou à situação que a gente vive.

Esse conflito que está colocado – e eu me associo muito ao que o Carlos Viana colocou aqui – não é um conflito do Estado de Israel contra os palestinos; é o Estado de Israel contra a organização terrorista Hamas. Isso tem que ficar muito claro. Não há uma guerra de Israel contra o povo palestino, até porque os próprios vizinhos do povo palestino também não os querem: o Egito não os quer, a Jordânia não os quer, ninguém os quer. É por isso que eu digo que é uma confusão que está ainda em reorganização, fruto da dissolução do Império Otomano no final da Primeira Guerra Mundial.

Então, eu vejo com muita preocupação essa questão de a gente não deixar muito claro o nosso posicionamento em relação ao que é o Hamas, a organização terrorista que ele é, que não representa efetivamente os ideais do povo palestino de terem a sua terra, de se autogovernarem, de terem direito às suas propriedades, à vida, à sua liberdade e de poderem conviver em paz com os seus vizinhos.

A minha pergunta é muito clara aqui, também para não me alongar, uma vez que outros Senadores também desejam apresentar suas observações: que medidas efetivas, concretas, nós, Brasil, podemos oferecer para a solução desse conflito, para a mediação desse conflito, principalmente levando em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideração a difícil posição que nós temos hoje de presidir o Conselho de Segurança da ONU com todas as características daquele conselho?

É isso, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Ministro Mauro Vieira, para as suas respostas.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado. Agradeço, Senador, a palavra. Muito obrigado.

Respondendo, em primeiro lugar, à Senadora Mara Gabrilli, uma das questões dela pode ser respondida também nas demais questões, que foram sobre justamente o conflito atual.

A segunda questão a que ela se referiu diz respeito, na sua função como Presidente da Comissão Mista de Migrações, à questão dos vistos humanitários para ucranianos, afegãos, palestinos, e incluo aí também haitianos.

A questão dos vistos é determinada, na parte do Governo, por portarias conjuntas do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores. E depende, basicamente, também da capacidade de atenção dos postos diplomáticos do Brasil no exterior aos que requerem os seus vistos. Lamentavelmente, nem todas as nossas embaixadas têm o número de funcionários ou as instalações necessárias. E foi preciso uma parada temporária, foi preciso um estabelecimento de números e de cotas para que se pudesse organizar.

Só para dar uma ideia, no Paquistão havia 7 mil pedidos de pessoas que ficavam aglomeradas do lado de fora, afegãos solicitando vistos para a entrada no Brasil. Era humanamente impossível com as nossas condições. Então foi dado um período para se tentar fazer uma força-tarefa para se tentar tirar o acúmulo de pedidos e se continuar o exame de cada um deles.

E muito no que diz respeito aos cidadãos afegãos, é necessário um grande exame, cuja documentação demora muito tempo, porque tem pessoas que já estão há muitos anos fora do país e que não estão sendo deslocados por causa do conflito que houve.

Mas, enfim, a instrução, a orientação do Governo é que, sim, se continue com os vistos humanitários, ao Conare (Conselho Nacional de Refugiados), que é o braço do Executivo que examina e vê cada uma das situações. E vai haver, evidentemente, assim que pudermos nos reorganizar para um atendimento mais pleno, será feito. Infelizmente, para que as embaixadas menores estejam habilitadas, é necessário orçamento, é necessário pessoas, é necessário funcionários e recursos. Por isso que houve essa parada temporária, mas, sem dúvida nenhuma, continuarão a ser examinados esses vistos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando às perguntas do Senador Carlos Viana, e também nelas responderei a uma da Senadora Mara Gabrilli. A questão de declarar o Hamas uma organização terrorista ou não foge, no momento, à nossa política, porque nós declaramos os países ou as organizações ou as pessoas que são designadas como tal pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que é o órgão encarregado de velar pela paz e segurança internacional.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas não classificou as duas organizações, o Hamas com o seu braço... O Hamas é um partido político também, tem um lado administrativo e tem duas brigadas, que são o braço armado. Não foram, nem a organização como um todo nem as duas brigadas, cujo nome não me recordo agora, consideradas organismos terroristas, organizações terroristas até agora.

Portanto, o Brasil segue essa orientação, como segue também a das sanções em geral, sanções contra países. Nós só aplicamos sanções que sejam aprovadas pelo Conselho de Segurança e não aplicamos unilateralmente sanções que outros países aplicam e até que nos solicitam que sejam replicadas no Brasil.

Com relação à proposta que o senhor nos faz, não cabe ao Brasil nesse momento, inclusive porque esse conflito nos atinge justamente no momento em que nós estamos na Presidência do Conselho de Segurança, que é um mês apenas. Por acaso estivemos na Presidência do Conselho de Segurança no início desse mandato. Esse mandato, como lembro, não permanente, é de dois anos, foi 2022 e 2023. Dentro de dois meses nós deixaremos o Conselho de Segurança, e, nesse momento, a Presidência do Conselho de Segurança não dá uma capacidade especial ou diferente para que se possa fazer esse tipo de apresentação.

Nós recolhemos as contribuições dos demais países e as apresentamos. Como o senhor citou a resolução, a resolução foi feita por inúmeras consultas ao longo de mais de três dias entre todos os países-membros, de forma a acomodar uma linguagem que pudesse ser aceita por todos os países do Conselho e que atingisse o objetivo da resolução, o objetivo com que o Brasil trabalhou, que era a assistência humanitária, enfim, a saída dos brasileiros, a entrada de auxílio humanitário também e de medicamentos.

Qualquer resolução que tivesse os termos que o senhor usou considerando uma organização terrorista, primeiro estaria contrário aos dispositivos da ONU, porque não foi classificado dessa forma e, segundo, teria a oposição e veto de outros países. A nossa preocupação não foi em tomar posição política, porque, inclusive, o Brasil se dá e se dá bem com os dois lados, com Israel e com a Palestina. E, graças a isso, inclusive, conseguimos ter diálogo com os dois lados, um diálogo muito fluente, muito fluido, para conseguir retirar os brasileiros. Se nós tivéssemos adotado uma posição desse tipo, nós não teríamos a facilidade com que fomos tratados pelo lado palestino, por exemplo. Poderiam criar uma dificuldade, nós teríamos uma posição muito declarada com relação a um grupo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é a nossa posição em todos os tipos de conflito, em todas as questões. Agora, especificamente no Conselho de Segurança, nós não poderíamos propor, porque essa proposta não avançaria em nada, seria bloqueada imediatamente. Se propuséssemos que o Hamas fosse extinto – bom, primeiro, para extinguir, não sei como seria –, mas que fosse retirado da Faixa de Gaza e entregue a administração à ONU, isso não avançaria, não chegaria a ser um papel, não seria um documento.

Isso, o senhor pode dizer, é um absurdo? Sim, mas é o que reflete a situação atual do Conselho de Segurança, daí vem a nossa posição tradicional há mais de 30 anos, em que lutamos pela modernização, pela reforma do Conselho de Segurança, porque precisa ser mais democrático, mais aberto, ter uma participação maior dos países importantes e relevantes.

Eu dizia hoje aqui, um pouco antes da reunião: quando a ONU foi criada, havia 54 países no mundo. Hoje, só na África, são 55. E, na África, naquele momento, independentes talvez fossem dois países; hoje, no mundo, há 195 países-membros da ONU. E não se reflete, portanto, mais a composição de 1945. E o Brasil é um dos poucos... Há dois ou três países do mundo que têm relações diplomáticas com todos os países. O Brasil é um deles. Nós temos relações com todos, com a Coreia do Norte... Todos os regimes, com todos os países nós temos um canal diplomático aberto o qual nós podemos usar para falar em momentos de necessidade.

Portanto, tudo isso que aconteceu é mais um argumento favorável à reforma do Conselho de Segurança, que transformaria a ONU numa organização mais executiva, mais ativa, mais presente na solução de conflitos.

Eu fui Embaixador na ONU durante três anos e meio e, no processo de negociação que existe, uma conferência anual chamada de Negociações Intergovernamentais para discutir o que não passa das discussões da reforma do Conselho de Segurança, inúmeras vezes disse e terminava minha apresentação final dizendo que esperava que não acontecesse um grave conflito mundial, como foi a Segunda Guerra Mundial, para que fosse possível se fazer a reforma do Conselho de Segurança. Eu repeti isso várias vezes. Talvez a gente esteja hoje diante de um conflito de grande gravidade, que chame a atenção e nos acorde a todos para a necessidade de uma governança internacional diferente, em que se possa fazer frente a esses desafios tão grandes.

Agora, quanto à classificação do Hamas, há quatro países no mundo apenas que o classificam como organização terrorista, e nós seguimos estritamente as decisões do Conselho de Segurança.

Portanto, essa é uma tradição brasileira de sempre, desde sempre, e nós mantemos a nossa tradição de diálogo com todos. Nós falamos com todos os países – com todos os países –, independentemente do governo que lá esteja. As relações do Brasil são relações de Estado, e nós conversamos com todos os países, seja o governo que for, seja a orientação que for. O importante é defender o interesse nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, enfim, queria dizer isso. Queria também dizer, com relação aos Brics e à nossa relação com o Irã, que o Brasil tem 120 anos – estamos celebrando esse ano – de relação com o Irã. Ele ingressou nos Brics, quer dizer, foi aceita a postulação, como de outros cinco países, numa reunião em que cada país... Uma das coisas era a defesa do equilíbrio regional. O Brasil, como um país que tem relações diplomáticas há 120 anos com o Irã e que tem um comércio que é importante, não podemos esquecer, e muito superavitário para o Brasil, não poderíamos nos opor ou vetar, inclusive porque não há veto. Foi apresentado e não há veto na reunião dos Brics.

O Brics também é uma organização que visa ao consenso, visa ao desenvolvimento e visa às relações dos Estados, as relações pacíficas, como nós queremos, com outros Estados, de forma que se possa promover o desenvolvimento. E é isso.

E o senhor falou também de recursos e tudo. Não há recursos envolvidos nos Brics, não há contribuição. A única coisa que se pode dizer é do Banco dos Brics, o novo banco de desenvolvimento. Precisa para se receber financiamento do Banco dos Brics... É como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, enfim, todos os organismos multilaterais de crédito. Precisa que se pague uma cota, que se entre. E com base nessa cota são feitos empréstimos, levantamento de recursos para serem pagos. Mas tem a cota como garantia e tem que ser membro do banco para receber. Portanto, por enquanto, não há nenhum. Muito obrigado.

E, com relação à pergunta do General Mourão, a quem muito agradeço, sobre o que efetivamente o Brasil pode fazer para promover uma mediação, nós temos feito isso. Quer dizer, a resolução que nós apresentamos – e que não é do Brasil, é o produto da contribuição de todos – incluía vários itens em que, para o Brasil, vários aspectos eram importantes, mas também recolheu de vários outros.

Nós temos que lembrar que há cinco membros permanentes que têm o direito de veto e há dez outros não permanentes, entre os quais o Brasil, nesse momento. E, como eu disse, vai deixar de ser dentro de dois meses e meio. E, então, nós fizemos um trabalho de consensuação, de reunião das posições para tentar que fosse aprovado. É uma contribuição para a solução desse conflito, ainda que parcial, mas nesse momento de conflagração, de guerra e de mortes. Era um primeiro momento.

Se houvesse um cessar-fogo, se houvesse um entendimento e, sobretudo, o que é mais urgente, uma saída humanitária e a possibilidade de ingresso de bens de primeira necessidade como água... Havia pessoas morrendo por desidratação na Faixa de Gaza, porque já não havia mais água potável. A água é dessalinizada ou purificada, a água salobra, que é purificada, e não havia mais energia. A situação era caótica. E, então, o nosso objetivo era encontrar uma saída.

A resolução foi aprovada. Houve, dos 15 países membros, 12, inclusive o Brasil, que votaram a favor, queriam essa solução. Dois se abstiveram e um votou contra. Como havia o direito de veto, não avançou. O que é que nos resta fazer? Continuar insistindo, tanto pela reforma do Conselho e da ONU em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geral, porque não é só o conselho, mas também continuar insistindo e fazer os outros atores, sobretudo os membros permanentes, que são as grandes potências, verem que é preciso e que há outros países que têm uma voz hoje em dia. Não é só o Brasil, mas outros países, como a Índia, por exemplo, com uma população tão grande e que não está presente também no conselho, mas que tem também uma contribuição a dar.

Então, eu acho que é o que nós podemos fazer e que já estamos fazendo nesse momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Consulto os Senadores Carlos Viana e Hamilton Mourão se desejam fazer uso do tempo destinado à réplica. (*Pausa.*)

Com a palavra, V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Primeiro, obrigado, Embaixador Mauro Vieira.

Segundo, a questão é a seguinte: o Brasil, apesar de respeitar a ONU, Embaixador, pode, como outros países, declarar o Hamas terrorista. Inclusive, essa posição do Brasil seria fundamental para que a ONU tomasse uma decisão firme. O Brasil tem liderança nisso, mas é preciso que nós tomemos essa decisão e que a levemos para as Nações Unidas.

O segundo ponto, membros podem propor acordos. Essa questão, por exemplo, de desarmar o Hamas num momento como esse e devolver à Autoridade Nacional Palestina, que vive em paz... Há problemas na Cisjordânia, mas 8 milhões de palestinos vivem bem, 100 mil trabalham em Israel. Devolver à Autoridade Nacional Palestina a administração com apoio da ONU é uma proposta. Isso vai acabar sendo feito pelos Estados Unidos. Por que o Brasil não pode fazer isso? Nós somos queridos lá, a nossa voz tem...

A questão, por exemplo, que o senhor citou a água. Senador Renan, os canos de água usados para levar água à população são roubados, com ajuda internacional em dinheiro. Eles são usados para fazer foguete. A população fica sem água, é abastecida na base de caminhões. Por quê? Porque os canos que a Europa dá, vai lá, coloca, dá, são desenterrados e viram foguetes.

Então, isso mostra claramente como a gente tem que ter uma visão do que é a Palestina. O povo palestino tem direito à autonomia, tem direito à paz e quer a paz. Quem não quer a paz é o Hamas. O Hamas e o Hezbollah, que são apoiados, como eu disse para o senhor, pelo Irã e que não quer o acordo de paz definitivo entre os árabes e os judeus.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa., Ministro Mauro Vieira.

O SR. MAURO VIEIRA – Muito obrigado, Senador.

Eu só queria esclarecer, quer dizer, que o Brasil, repetindo mais uma vez, como a ONU não considera, o Conselho de Segurança não considera, o Brasil não considera, também não adota, para ter a condição de continuar a falar com os dois lados. Só quatro países adotam essa classificação. Os Estados Unidos são um deles, há outros três que não sei, nem me lembro se são membros permanentes do Conselho de Segurança.

Então, há uma grande... Há 189 países-membros da ONU que não adotaram, e alguns países muito importantes, com muito peso, que poderiam adotar. No momento em que houver uma decisão colegiada sobre isso, o Brasil poderá seguir ou não. Aí é outro momento.

Agora, com relação a retirar ou desarmar o Hamas, e retirar, o Estado palestino é membro da ONU. Eu acho que isso tem que começar por eles. Eles que têm que pedir. Nós não podemos interferir no Estado palestino e dizer que eles têm que fazer isso ou fazer aquilo.

Quando há um governo, como já houve em crises africanas, que chegam e pedem a criação de uma força de paz, isso é feito. Mas, não havendo, não se pode fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Iniciaremos o segundo bloco.

Eu concederei a palavra pela ordem ao Senador Sergio Moro; em seguida, ao Senador Esperidião Amin; e, em seguida, ao Senador Humberto Costa.

Há um pleito aqui que eu queria submeter à consideração de todos, que é incluir neste bloco também o Senador Chico Rodrigues, que vai ter que presidir a sessão daqui a pouquinho. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está aprovada a sugestão ou encaminhamento.

Concedo a palavra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Agradeço ao Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes só de começar minhas ponderações, Senador, eu queria só pedir, se fosse possível, ao final desta sessão, que nós deliberássemos sobre o Requerimento 3.223, que eu apresentei, para que nós pudéssemos ouvir, numa outra audiência, o Embaixador Celso Amorim, que também é um personagem relevante na diplomacia brasileira. E esse tema, dada a relevância dele, a meu ver, merece mais de uma audiência.

Eu até quero aqui esclarecer que apresentei esse requerimento a pedido da Confederação Israelita Brasileira, que fez esse pedido para mim, e eu prontamente entendi que era pertinente aceitar e rogaria a V. Exa. e a nossos pares que nós pudéssemos deliberar sobre ele ao final desta sessão. Não vejo nenhum prejuízo para que nós pudéssemos ouvir o Embaixador o quanto antes, sem qualquer demérito em relação, evidentemente, à conversa com o Ministro Mauro Vieira.

Eu quero deixar algumas premissas claras aqui. Primeiro, eu considero o grupo Hamas um grupo terrorista. E, se nós tínhamos dúvidas a esse respeito, esses atentados realizados na última semana com assassinatos de civis israelenses, tomada de reféns, não só são terrorismo, mas também se enquadram como crimes de guerra e crimes contra a humanidade, segundo o estatuto do Tribunal Penal Internacional, chamado Estatuto de Roma. Então, isso, para mim, tem uma clareza solar.

Também quero deixar claro que não há nenhuma confusão possível entre o Hamas e a Palestina, entre o Hamas e a população palestina ou mesmo a comunidade árabe. Inclusive, nós temos aqui um exemplo no Brasil, uma comunidade árabe ampla, que vive pacificamente com todos os demais brasileiros, não temos nenhum histórico de terrorismo. E a própria Palestina, a população palestina, o que nós temos presente é que o Hamas tem o poder lá pela força e, no fundo, submete os palestinos a uma espécie de ditadura. O país, na verdade, com tradições democráticas na região é Israel.

Também quero registrar aqui que Israel tem reagido, promovido a sua defesa, buscando não retaliar, mas se proteger contra o Hamas, o que envolve ataques ao Hamas. Infelizmente, em uma escala de guerra, podem surgir danos colaterais.

Agora, existe uma situação absolutamente distinta. O que nós vimos do Hamas foi que o alvo direto do Hamas é a população civil israelense. Essas atrocidades que foram cometidas nas últimas semanas. Enquanto Israel, eventualmente, pelas ações, acaba vitimando civis, isso eu atribuo a danos colaterais lamentáveis, que nós temos que lamentar, evidentemente. Mas não é o alvo direto. Aí tem uma diferença muito grande de conduta e de procedimento.

Mas aqui tem um adicional em relação ao Hamas, porque já foram três brasileiros assassinados, como foi dito aqui pelo Ministro: Karla Stelzer, Ranani Glazer, Bruna Valeanu e dois filhos de brasileiro, Celeste Zaarur e Gabriel Barel. Então, brasileiros foram assassinados por esse grupo terrorista. Isso nos dá, a meu ver, legitimidade, não só pelos crimes contra a humanidade. Não são só crimes contra a população judaica, são crimes contra a humanidade, crimes de guerra. Mas o fato de nós termos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros aqui vitimados exigiria – e aí é uma ponderação crítica, Ministro – uma posição mais dura do Governo brasileiro, da diplomacia brasileira, em relação a esses fatos.

Eu vi as notas do Itamaraty que foram editadas sobre a morte desses brasileiros e, sinceramente, eu achei abaixo do tom necessário. Falou em falecimento de um, morte do outro. Não nominou os responsáveis pelo assassinato. Um contraste até, tive o cuidado de olhar, com a nota que o Itamaraty editou quando foi assassinado pela polícia, em Londres, o Jean Charles, naquele episódio lamentável em que ele foi confundido com um terrorista e foi assassinado. O Itamaraty emitiu uma nota muito mais dura e pesada, informando ali a sua desconformidade, e não deixou de nominar os responsáveis por aquele assassinato do brasileiro. E aqui nós temos brasileiros assassinados e, de repente, na nota, a gente não tem nem a identificação de um culpado. Quem foi? E mereceu. Eu acompanho as redes sociais e até mesmo a própria imprensa, que criticou veementemente o tom das notas colocadas pelo Itamaraty em relação a esse falecimento.

Eu compartilho aqui o entendimento dos que indagaram antes de mim e fizeram as suas ponderações, especialmente o Senador Carlos Viana. Eu entendo que o Brasil deveria ter uma posição mais clara em qualificar o Hamas como um grupo terrorista. Até entendo o contexto, mas o que me preocupa é que a gente está vendo um padrão da diplomacia brasileira, Ministro, que nos traz alguma preocupação. E aqui vou elencar alguns fatos.

Tivemos, nesse ano, a visita de Maduro ao Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... recebido com honrarias pelo Presidente da República.

Não vemos uma posição dura da diplomacia brasileira em relação à ditadura da Nicarágua nem em relação à ditadura de Cuba. Aliás, no discurso feito, perante as Nações Unidas, pelo Presidente Lula, ele reclamou do embargo feito pelos Estados Unidos em relação a Cuba, mas não deu uma palavra em relação às violações de direitos humanos, que são constantes, pela ditadura do Governo daquela ilha.

Do outro lado, foi motivo anterior de um certo embaraço ao Brasil a posição do Presidente em relação à guerra da Ucrânia, igualando a responsabilidade da Ucrânia com a responsabilidade do agressor, do invasor, a Rússia, seguida por uma declaração, que foi, sim, infeliz, do Presidente da República, afirmando que, se Vladimir Putin viesse ao Brasil, não seria cumprido o mandado de prisão emitido pelo Tribunal Penal Internacional.

Quando se tem todo esse contexto, e daí vem a guerra entre Israel e o grupo Hamas – e aqui não coloco Israel contra a Palestina, mas Israel contra o grupo terrorista Hamas –, e o Brasil não adota uma posição clara, o meu receio é acontecer, como foi apontado aqui pelo Senador Carlos Viana, que a nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

histórica posição de neutralidade fique comprometida, que nós passemos a ser identificados, cada vez mais, com um grupo internacional que foge às nossas tradições democráticas.

Para mim, aqui também há um sinal, Ministro, com todo o respeito: o fato de o Brasil apresentar uma proposta de resolução da ONU – e aqui faço os elogios para tentar buscar um caminho pela paz – e de repente a nossa resolução ser vetada não pela Rússia, não pela China, não por outros países que não seguem a nossa tradição democrática, mas ser vetada pelos Estados Unidos, falando por ele mesmo e falando igualmente pelo Estado de Israel...

Então, claro que é elogiável o Brasil buscar ali um consenso e buscar aprovar uma resolução, mas também é um indicativo de que talvez estejamos aqui mal orientados, quando a nossa proposta de resolução é exatamente vetada por um país que é um aliado tradicional e é um país que cultua valores democráticos muito próximos aos nossos. E esse veto é um veto bem representativo dos interesses de Israel, porque Israel quer ter garantido o quê? O seu direito à autodefesa.

Veja: um grupo de assassinos terroristas invade Israel e mata centenas ou mais de um milhar de civis, em condições que caracterizam crime contra a humanidade e crime de guerra – nada justifica esses atentados terroristas; embora, sim, tenha um contexto, tenha a questão dos dois Estados, nada justifica esses atentados –, esse grupo se refugia na Faixa de Gaza, traz reféns, e, de repente, qual é a sugestão que nós apresentamos para Israel? Um cessar-fogo, mas um cessar-fogo que impede que eles continuem ações na Faixa de Gaza contra o grupo Hamas, que impede ações de Israel para obter o resgate desses reféns. Embora eu saiba que é uma equação bastante difícil, o argumento que foi apresentado para o veto, de que a proposta não garantia essa autodefesa de Israel, soa razoável.

E aí, novamente, nós nos colocamos, nos encontramos em um cenário internacional em que nossas posições acabam sendo coincidentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... com posições que não são dos nossos aliados internacionais tradicionais.

Foi indagado aqui pela Senadora Mara Gabrilli e também pelos Senadores Hamilton Mourão e Carlos Viana: por que o Brasil, já que ele está nessa posição de Presidente do Conselho de Segurança, não faz gestões neste momento para que o grupo Hamas seja reconhecido como um grupo terrorista e seja afastada a legitimidade dele para negociar em nome da Palestina?

Eu até fiquei aqui para lhe indagar, igualmente, Ministro. Quando V. Exa. disse que o Brasil se dá bem com todos e V. Exa. disse que se dá bem com Israel e se dá bem com a Palestina, a minha dúvida foi: se dar bem com a Palestina é uma referência a se dar bem com o Hamas, ou nós estamos falando da Autoridade Palestina? A minha indagação é se o Brasil não poderia apresentar uma nova proposta, primeiro esse esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reitero a pergunta: o Brasil não poderia, com base na sua legislação própria, considerando os atos recentes do Hamas e considerando a sua legislação interna, reconhecer, por sua conta, o Hamas como um grupo terrorista?

Quero perguntar igualmente a V. Exa.: com esses sinais que nós vamos concedendo na nossa diplomacia internacional, se aproximando de um determinado grupo e se afastando de outro, que é o das democracias ocidentais, isso não pode prejudicar o Brasil e a sua reputação, que nós todos temos obrigação aqui de conservar?

E por que o Itamaraty não emitiu notas mais duras em relação ao assassinato de três brasileiros e dois filhos de brasileiros pelo grupo Hamas, esse grupo terrorista?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção do Senador Sergio Moro (*Fora do microfone.*) e tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – A proximidade física me obriga a ser mais cortês do que o comum. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvidas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu quero agradecer, Sr. Presidente, pela realização desta reunião e estendo os cumprimentos, evidentemente, não só a V. Exa., mas também ao nosso califa, o Senador Carlos Viana, que demonstrou por que merece esse epíteto nobiliárquico supremo.

Eu acho que é um momento muito importante desta Comissão, sob a sua Presidência, e o fato de o nosso Ministro das Relações Exteriores se prontificar a vir para uma conversa franca, civilizada e construtiva nos enche de responsabilidade também.

Eu apreciei, neste bloco que se inicia, o estudo histórico que o Senador Sergio Moro fez a respeito da evolução histórica da questão palestina.

Eu não vou remontar o que seja o nosso sonho, afinal o sonho foi decretado pelos brasileiros, por um conterrâneo coestaduano do nosso Senador Mourão, o Oswaldo Aranha: dois Estados, e um lado está esperando há 75 anos por isso. Durante 75 anos – eu acho que é muito tempo, porque é a minha idade, 75 anos de idade –, acontecem três gerações do ponto de vista aritmético, e é muito difícil que, ao longo de 75 anos, não sejam gerados ressentimentos, falhas não ocorram – e ressentimentos profundos, transgeracionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei: em 1995, onde é que o senhor estava?

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor. *Fora do microfone*.) – Em 1995, eu estava aqui no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o senhor deve ter participado da recepção ao Arafat, Yasser Arafat.

O SR. MAURO VIEIRA (*Fora do microfone*.) – Não me lembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tenho a foto do meu encontro com ele no Itamaraty, no encontro do Presidente Fernando Henrique.

O Arafat, naquele momento, chegava como o representante da principal força de oposição, de guerrilha e de acordo. Carregou nas costas essas três questões. Acidente de avião no deserto, ou seja, uma vida que pode ser considerada como uma síntese desta saga.

Mas o Fatah não conseguiu o poder na Faixa de Gaza, que é um território, se é que se pode chamar de território – 365km^2, Senador Renan, são quase três quartos da ilha de Santa Catarina, que tem 459km^2 –, com 2,3 milhões de habitantes. E lá a Autoridade Palestina não conseguiu se consolidar. E, mesmo Israel, particularmente com Benjamin Netanyahu, que já está há 14, 16 anos no poder, em duas ocasiões, saiu de lá, ocupou e saiu, mantendo a égide do Fatah. Portanto, nós não podemos assumir uma responsabilidade que nem Israel quis assumir. E talvez não lhe tenha interessado fortalecer a Autoridade Palestina, porque, ao mesmo tempo – e eu não quero aqui interpretar, mas é o que a imprensa noticia –, o que aconteceu agora é fruto também de um desvio estratégico de Israel para mandar as suas forças cuidarem mais da Cisjordânia do que da Faixa de Gaza. Não sou eu que estou inventando isso.

Então, são circunstâncias que não... Quer dizer, eu acho que não podemos exigir do Brasil mais do que o Brasil fez primeiro com o Oswaldo Aranha. Então, eu tenho que me ater a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós temos que lutar para que haja dois Estados, e isso não está acontecendo. E o que é pior: a dificuldade para que isso ocorra está aumentando; na Cisjordânia, também. Quantos assentamentos havia, na Cisjordânia, há 10 anos, há 15 anos, há 20 anos, e quantos existem hoje? A coalizão em Israel, que mantém agora um Governo de solução nacional – é lógico –, depende de 15 ou 16 Deputados, que querem a eliminação da Palestina. A coalizão de forças que sustentou o atual Governo até há pouco agora é diferente: depende de 15 ou 16 Deputados, que querem a eliminação do outro lado. Eu tenho o direito de acreditar na narrativa que eu tenho lido. Eu conheço um pouquinho disso também.

Então, eu acho que, para concluir, esse esforço redacional que foi feito pelo Governo brasileiro de denominar terrorista o ataque – eu li aqui, com muita atenção, a nota: o ataque terrorista do Hamas –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda assim, conseguiu 12 dos 15 votos, pela consulta que eu fiz há pouco, Paulo. Há quanto tempo não se aprovava uma decisão desse tipo, uma resolução desse tipo no Conselho de Segurança da ONU?

O SR. MAURO VIEIRA (*Fora do microfone*.) – Em 2016.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria que a sua resposta viesse daqui a pouco.

Mesmo assim, conseguimos: 12 votos a favor, duas abstenções – uma delas, a da Rússia; não, eu não preciso explicar: claro, ela teve uma resolução dela rejeitada, não vai querer dar cartaz para nós ou para os outros – e um veto. É a proposição mais frágil, é a posição política mais frágil dos Estados Unidos da América no Conselho de Segurança da ONU, que eu conheço. Nunca vi uma decisão desse porte ter apenas o voto dos Estados Unidos, nem da Inglaterra, que tem uma relação especialíssima, consolidada por Churchill, Roosevelt, que todos nós conhecemos, nem da França.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a posição mais frágil. Não sou eu que estou votando, eu estou lendo. E acho que isso mostra que nós não vamos ter acordo enquanto prosseguirem as barbáries. Primeira barbárie, sem dúvida alguma: 7 de outubro. Pode ser a nossa data. Você pode escolher, numa luta de 75 anos, o marco zero, quanto mais abreviado for o período, é melhor. Mas vamos tomar 7 de outubro, uma barbárie completa. Terrorismo. Mas o que nós estamos vendo pela televisão? Um bombardeio daqui, um bombardeio dali, de Gaza para baixo. O que é isso? Sob bombardeio! Se o tiro veio daqui ou veio dali, eu não sei. Nem vou chamar o legista nem a perícia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas alguém vai fazer, não tenha dúvida.

E, para terminar, Israel tem realmente um regime democrático. Eu não tenho dúvida de que nós vamos nos assustar quando forem apuradas e divulgadas – nem todas serão divulgadas – as responsabilidades pelo que ocorreu em 17, por parte das autoridades de Israel. Eles vão fazer o levantamento, como em todos os outros episódios fizeram. E com um escrutínio absoluto, verdadeiro, sem poupar ninguém, porque, em um país que enfrenta as dificuldades de Israel – e eu respeito muitíssimo essas dificuldades, como filho de imigrantes que eu sou, por parte de pai e por parte de mãe –, não haverá solução sem que haja uma correção de rumo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E termino: porque o mapa do caminho, infelizmente, se perdeu. Não era isso que se chamava em Oslo? O mapa do caminho foi perdido. O mundo ganhou GPS, e nós perdemos a rota, Renan. Perdemos o rumo. Então, é preciso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós reconheçamos que 75 anos de uma situação anômala não gera paz. E se isso não for encarado com compreensão, generosidade e humildade, não teremos solução.

Essa é a minha reflexão, com muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção (*Fora do microfone.*) do Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu acho que, antes de mais nada, nós temos aqui que fazer um importante reconhecimento à manifestação do Embaixador Mauro Vieira, sua fala inicial, apresentando todas as razões para os posicionamentos do nosso país, e entender que o Brasil adotou duas posições extremamente relevantes e estratégicas nesse episódio.

A primeira delas foi procurar garantir a todos os brasileiros que estavam na região de conflagração o direito de voltarem ao seu país sãos e salvos. E isso não é pouca coisa. Não é pouca coisa. Países outros, muito mais poderosos que o Brasil, até agora não conseguiram fazer. É o caso dos Estados Unidos, o caso da Grã-Bretanha, que tem feito repatriamento, mas cobrando uma indenização de cada um dos beneficiados. Então, o Brasil deveria estar orgulhoso do trabalho da sua diplomacia, das suas Forças Armadas, mas principalmente do Presidente da República. Eu tenho ouvido as pessoas falarem "a FAB foi maravilhosa", "o Itamaraty é maravilhoso", mas existe um Chefe de Estado e Chefe de Governo que se chama Luiz Inácio Lula da Silva, que adotou essas posições. Primeiro ponto.

Segundo ponto: a postura do Brasil – talvez excetuando um período recente de triste memória – é a mesma, a posição da diplomacia brasileira que V. Exa. está defendendo aqui é a mesma que foi defendida até mesmo durante o período de Governo militar, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, durante os Governos de Lula e Dilma, durante o Governo Temer. Portanto, não se está aqui criando a roda numa posição diferenciada que o Brasil estaria adotando.

E eu acho que a pior coisa que se pode fazer, não só em um episódio como esse, mas na discussão de uma situação mundial... E eu acho que é importante a gente ter a consciência de que nós estamos caminhando por um labirinto muito perigoso: a perspectiva de um conflito como esse, somado ao conflito que acontece hoje na Ucrânia, se espalhar e daqui a pouco nós termos um comprometimento gigantesco da situação econômica do mundo, porque ali se concentram grande parte das reservas de petróleo, de atividades econômicas, etc., bem como de ódios que se somam há muito tempo. Então, o Brasil tem que ter realmente essa posição de cautela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E V. Exa. foi muito feliz quando disse: "O que adianta eu começar com a resolução dizendo que o Hamas é terrorista?". Não seria um veto só, não. Seriam vários. O objetivo que o Brasil teve foi o de encontrar uma solução – encontrar uma solução para uma crise que é uma crise humanitária, também, claramente ou principalmente.

Então, eu queria, primeiro, fazer essa colocação.

Segundo, também para se fazerem críticas à posição que o Brasil adota agora, em vários pontos, é importante analisar o quê, os porquês e os resultados. Ucrânia: o Brasil não deixou de condenar a Rússia por ter invadido o território da Ucrânia. Esse é o primeiro ponto da resolução que foi tirada, e, a partir dali, o Brasil procurou adotar uma posição de mediação. O Presidente Lula se encontrou com o Presidente Zelensky, tratou de negociações com os russos em busca da paz. O que adianta ser mais um que vai estar ao lado de um ou de outro para o entendimento da necessidade da paz naquela região?

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com relação ao Maduro, ele esteve aqui, o Governo o recebeu, já esteve aqui naquela reunião, mas qual é o resultado disso hoje? O Brasil atuou, intermediando uma situação que está bem perto de ser uma situação de entendimento, com a exigência de que as eleições que vão acontecer no ano que vem sejam livres, democráticas, monitoradas pela comunidade internacional, e, em contrapartida, os Estados Unidos se comprometendo em levantar algumas das barreiras que estão impostas hoje à Venezuela.

Então, não é um simples posicionamento político e ideológico, mas é um entendimento, inclusive, de que essa região em que nós vivemos precisa ser exemplo, e não só exemplo, mas um espaço de paz, porque a América Latina adquire, a cada momento, a cada dia que se passa, uma posição de protagonismo importante, ainda mais quando nós temos aí, de certa forma, uma decadência do poder americano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com relação a Cuba, quando o Brasil se coloca contra o bloqueio, ele está apenas repetindo o que há décadas – há décadas – a ONU faz: condena o bloqueio a Cuba – há décadas. Todos os anos essa resolução é tomada.

O que eu queria perguntar a V. Exa., primeiro: na sua experiência, qual é a avaliação de V. Exa. quanto à possibilidade de uma ampliação desse conflito? O Presidente Biden iria ser recebido por vários dirigentes de países árabes, e vários desses convites foram retirados. Qual o significado disso? Significa que os países árabes adotam uma posição mais firme de condenação do que está acontecendo nesse momento?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

E a outra é: diante da rejeição dessa resolução, o que o Brasil, ainda na condição de Presidente temporário do Conselho de Segurança da ONU, está pensando? O que é que ele imagina? De que forma ele vai procurar encontrar realmente uma saída?

E, por último, eu só queria lembrar que o Presidente Lula pode falar com autoridade sobre esse conflito, sobre os dois países dos quais nós somos amigos e irmãos, até porque foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar os dois países durante o exercício do seu mandato, posição mais clara de que respeita ambos e que defende a ideia consagrada de dois Estados, e me parece que não é preciso explicar por quê.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção do Senador Humberto Costa.

Há pouco, nós obtivemos aqui uma expressa autorização para incluirmos o Senador Chico Rodrigues neste bloco. Eu gostaria de ir mais longe com essa expressa autorização recebida para incluir a Senadora Margareth Buzetti e o Senador Alan Rick.

Com a palavra, V. Exa., Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Obrigada, Senador Renan.

Eu não quero fazer uma pergunta, Chanceler Mauro Vieira. Estou aqui para dizer que fiquei muito feliz com a atuação da diplomacia brasileira na repatriação dos nossos irmãos brasileiros, com os seus esforços junto ao Ministro da Defesa, José Mucio. Tudo ocorreu com muita rapidez e celeridade, e nós já temos, inclusive, um cuiabano que chegou entre os repatriados.

Mas o que a gente assiste de fora – e eu sou filha e neta de alemães, e memória de guerra é uma coisa que não é bom nem a gente lembrar –, é assim, você vê... Realmente, para mim, o Hamas é um grupo terrorista, ponto. Mas diz um ditado popular que quem mais sofre na guerra é a verdade. Então, eu só tenho que pedir a Deus que as coisas aconteçam, que vão pelo melhor caminho, porque – é como a gente já ouviu aqui –, de ambos os lados, todos têm razão e todos estão errados. Quando se começa uma guerra, os dois lados perdem a razão.

Israel tem o seu direito de defesa, lógico, mas e aí? Isso quer dizer matar os palestinos? Então, não tem o que dizer. Só me resta pedir a Deus que essa guerra termine o mais rápido possível, que os brasileiros venham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E de uma coisa que eu senti falta, Chanceler, foi o que o Senador Sergio Moro falou: a diplomacia brasileira teria que ter se pronunciado sobre a morte dos brasileiros de uma forma diferente. Foi só disso que eu senti falta.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos à Senadora Margareth Buzetti pela sua intervenção inicial.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Senador Renan Calheiros, Presidente desta importante Comissão do Senado da República; Embaixador Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores; demais Senadores; assessores, amigos presentes, a primeira pergunta que eu faço, Embaixador Mauro, mas inicialmente agradecendo ao Governo brasileiro pela repatriação – faço das palavras da Senadora Margareth as minhas –, o reconhecimento pela atitude rápida em repatriar tanto brasileiros em Israel quanto, neste momento, brasileiros na Palestina... Também enviei ao senhor, Ministro, requerimento de informação acerca da posição brasileira no tocante a esta guerra contra o grupo terrorista Hamas.

Quando eu estive em Israel em 2016, passeando ali pela Cidade Velha, em Jerusalém, eu me deparei com uma praça com uma placa muito bonita, Senador Fernando, Senador Carlos Viana. Lá estava escrito: "ao nobre povo brasileiro". É a Praça Oswaldo Aranha, homenagem ao nosso Chanceler, ao homem que presidiu, em 1947, a Assembleia Geral da ONU, Presidente Renan, que reconheceu o Estado de Israel, a livre e pacífica convivência entre o povo palestino e o povo judeu.

Neste tempo todo, e retomando 1936 até hoje, Israel buscou, durante cinco oportunidades, Senador Carlos Viana, acordos de paz e de partilha de convivência pacífica com os irmãos palestinos – que, repito, também sofrem nesta guerra. O povo palestino não é o Hamas. O Hamas são terroristas, criminosos de guerra, bandidos, assassinos, estupradores e devem ser tratados como tal. Mas não o povo palestino, não as crianças palestinas. Mas o maior sacrificado nesse conflito, a maior vítima é o povo de Israel que foi pego de surpresa, massacrado, Senadora Margareth, em sua própria casa. Imagine a dor daquele pai sofrendo e até celebrando a morte da filha de oito anos, porque ele sabia que, nas mãos dos terroristas do Hamas, ela seria torturada, estuprada, vilipendiada. Imagine a dor dos pais vendo seus filhos pequenos, seus bebês decapitados, assassinados com uma salva de tiros no seu próprio berço; crianças queimadas vivas. Eu imagino a dor dessas pessoas, eu tento me pôr no lugar delas. Eu tenho um filhinho de dois anos e meio e, só de imaginar uma atrocidade dessas com o meu filho, eu sou capaz de qualquer coisa contra uma pessoa dessa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A posição do Brasil, Ministro – com todo o respeito que V. Exa. merece –, é uma posição de neutralidade que muito me preocupa, causa-nos espanto, Senador Sergio Moro, até pelo papel histórico que o Brasil tem na criação do Estado de Israel. Ora, eu trarei aqui uma pergunta: ao não reconhecer o Hamas como grupo terrorista, o que impediria, Senador Renan, o grupo Hamas de conseguir financiamento do Brasil, empréstimo do BNDES ou qualquer outro tipo de benefício do Brasil? Porque eles são, na opinião daqueles que defendem o Hamas, um partido político, um representante do povo palestino. Ora, se o Brasil não o condena, como já o fizeram os Estados Unidos em 1997, o Reino Unido em 2001...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... o próprio Estado de Israel, o Canadá, o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia, o Paraguai, além da OEA (Organização dos Estados Americanos), da qual o Brasil faz parte...

Então, primeiro, é a posição do Brasil. Sabemos que, temporariamente, o Brasil preside o Conselho de Segurança da ONU e teve o seu relatório rejeitado pelos Estados Unidos, teve um veto americano em relação ao direito do Estado de Israel de se proteger.

É bom que se diga que há uma série de discursos contrariando Israel, buscando condenar Israel pelo seu direito de defesa de atacar as bases palestinas, as bases do Hamas na Palestina na Faixa de Gaza – as bases do Hamas. Mas o próprio grupo terrorista do Hamas utiliza civis, impede que seus civis saiam da zona de conflito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... uma vez que Israel anunciou: "Saiam desta região, vão para a região do norte, porque alvos do sul serão atingidos", para o pessoal sair do norte e ir para o sul, porque seriam atingidos. Então, nós vemos um procedimento humanitário do Governo de Israel, coisa, Senador Esperidião Amin, que não é feita pelo Hamas. Eles utilizam seus próprios cidadãos como escudo, eles utilizam seu próprio povo como escudo.

Então, diante disso, Ministro, é importante que o Brasil tome uma posição, até porque eu não vi o repúdio do Governo brasileiro a grupos de extrema esquerda no país que celebraram, comemoraram publicamente os ataques do Hamas ao povo de Israel. Aquilo foi uma atrocidade, uma atitude covarde e cruel de grupos de extrema-esquerda no Brasil, comemorando, Senador Sergio Moro, celebrando o ataque do Hamas a Israel. O Brasil deveria, o Governo brasileiro, repudiar veementemente aquilo.

E, para concluir, Sr. Presidente, o Governo brasileiro tem a oportunidade, na Presidência do Conselho de Segurança da ONU, de celebrar a sua posição histórica e honrar o povo brasileiro na defesa dos irmãos em Israel que sofrem com esta guerra. Eu faço este apelo ao Ministro, com todo o respeito que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. merece, de que o Brasil reveja sua posição. A neutralidade não é papel do Brasil, que tem, repito, uma relevância histórica para o povo de Israel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a intervenção do Senador Alan Rick.

Concedo a palavra ao Ministro Mauro Vieira para as respostas às interpelações. Com a palavra, V. Exa.

O SR. MAURO VIEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bem, eu acho que poderia, talvez, responder um pouco em bloco, porque há algumas perguntas que mais ou menos coincidem. O Senador Sergio Moro falou de Cuba, Venezuela e Nicarágua, e eu queria dizer que nós temos uma atuação nos diferentes órgãos da ONU, como, por exemplo, na Comissão de Direitos Humanos, que, lamentavelmente, não vem tanto a público, mas que é uma mudança muito grande da posição anterior, com relação especificamente à Nicarágua.

Com relação a Cuba, nós não poderíamos deixar de votar, como destacou o Senador Humberto Costa, nas resoluções da Assembleia Geral da ONU, que é o órgão mais democrático, que tem 193 membros, onde as resoluções são aprovadas. Essas resoluções de condenação ao bloqueio e ao sofrimento que impõem à população civil são aprovadas por 189 votos a 4. E essa condenação foi sempre um padrão da posição brasileira, com exceção de duas vezes recentemente. Retomaremos agora, na votação deste ano, à posição tradicional do Brasil, que é de condenar o bloqueio, que só causa sofrimento, fome e necessidades ao povo cubano, pois a situação é cada vez mais complexa.

Com relação à Venezuela, o Presidente da Venezuela foi recebido aqui da mesma forma que foram os demais. Ele apenas teve uma reunião prévia com o Presidente Lula para poder discutir temas que são de grande interesse nacional. Não podemos esquecer que temos uma fronteira de mais de 2,2 mil quilômetros com a Venezuela na Amazônia, que é um território de grande fragilidade. A Amazônia é um país que acolhe de 20 a 30 mil brasileiros neste momento, com as maiores reservas mundiais de petróleo, e que é fundamental para o suprimento de energia ao estado do Senador Chico Rodrigues, que já veio muitas vezes conversar comigo no ministério, porque Roraima, que não está conectada ainda – estará no futuro próximo – ao sistema nacional de distribuição de energia, precisa da energia que vem de Guri para que tenha uma energia mais sustentável, não seja só termoeletricidade.

E, então, manter um contato e conversar. É o que eu digo sempre, não é neutralidade; o Brasil não tem neutralidade, sempre tomamos posições muito claras. Agora, nós não deixamos de falar com todos os países, tenham o Governo próximo ou o Governo distante politicamente, ideologicamente. O Governo brasileiro, o Governo do Presidente Lula, tem relação com todos os países e continuará tendo e falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso específico da Venezuela, havia muitos interesses, porque é um país grande, nosso vizinho e do qual dependemos para assistir os cidadãos de Roraima – precisamos da cooperação, não podemos nos esquecer disso.

Sugerir... O direito de autodefesa, que foi mencionado também pelo Senador Moro e também em outra das perguntas, está referido na resolução, porque as resoluções, como todo texto legislativo, ainda mais sendo um texto que tem que acomodar a posição de 193 países, às vezes, são intrincadas, às vezes são mais difíceis. Mas, no início da resolução, diz-se assim: "recordando, retomando os princípios contidos na Carta da ONU" e aí, especificamente, vai dizendo a resolução e cita a autodefesa. Então, isso não é um problema, e, se for diferente, não se aprova nada. Seria um silêncio total e absoluto.

E, voltando à questão de o Brasil propor que o Hamas seja um grupo terrorista, se o Governo, o próprio Governo da autoridade palestina, com o qual o Governo brasileiro tem relações, se o próprio Governo não pediu ainda, não motivou e, se não é, não foi até o momento considerado como tal pela maioria dos membros da ONU, por que nós tomaríamos essa iniciativa? Talvez, se o tivéssemos feito, podíamos até ter agora dificuldades muito maiores para evacuar os brasileiros que estão nessa região.

E, eu espero não estar... Ah, quanto também à nova proposta, como nós vamos proceder, se vamos apresentar uma nova proposta, temos que ver um pouco, temos que esperar a situação. Nós estaremos na presidência do Conselho até o último dia de outubro. Tem que ver o que... hoje mesmo, depois da votação, da reunião que teve a votação, houve uma outra sessão em que foi discutido o ataque ao hospital ontem na Faixa de Gaza. Estava começando a reunião quando eu vim para cá – não sei como terminou e como está essa reunião.

Nós temos que esperar um pouco a evolução dos fatos e ver se há condição de acomodar. Tem que ser uma proposta um pouco diferente da atual, porque se repetirmos a mesma proposta, evidentemente terá o mesmo resultado. Então, temos que ver, aproveitar um pouco a situação, ver como será a evolução de cada um dos fatos, dos eventos. Temos que esperar mais informações – e precisas – sobre os fatos, como aconteceram, de onde vieram, de onde veio o foco de ataque dos foguetes. Enfim, temos que esperar um pouco. No calor dos fatos, nós não podemos reagir porque senão podemos cometer erros. Nós temos que esperar um pouco. Vai haver investigação. Evidentemente a ONU dará aí a sua palavra, que tem autoridade para o Brasil. Nós vamos esperar. Existem lá na ONU agências da ONU especializadas, como há uma agência chamada UNRWA, que é justamente para os refugiados palestinos. Eles já perderam onze funcionários, que morreram nesses conflitos todos. Então nós temos que esperar um pouco um balanço, mas dentro da posição do Brasil, que não é de indiferença. Nós temos uma posição clara e condenamos os atos terroristas em todas as suas formas.

Então eu queria agradecer ao Senador Esperidião Amin, que fez uma apresentação muito interessante. Como membro do Executivo, eu me poupo a fazer comentários sobre política interna ou política de um ou de outro Estado porque não vem ao caso. Nós falamos com todos. Temos contatos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discutimos com todos. Não quero, portanto, ser crítico de atos de outros países não sendo nacional desses países. Mas agradeço as informações e a reflexão, o que foi muito importante.

O Senador Humberto Costa falou da posição histórica do Brasil e do gesto importante realizado pelo Brasil ao tentar consensuar uma resolução. Esse gesto foi importantíssimo. Acho que é um reconhecimento ter tido 12 votos, ou seja – e posso até dizer quais foram os votos: foram dos 10 países não permanentes, no qual está o Brasil, mais o da França, que tem direito a veto. Esses 12 votos são muito significativos.

Como foi dito aqui, não temos uma resolução aprovada desde 2016. Na maior parte das vezes, não tem esse número suficiente, porque, se não houvesse o veto, ela seria aprovada a partir do nono voto. Mas só aí se produz o veto, a partir do voto negativo de um membro permanente, se há condições de ser aprovada.

Então isso foi um caso único. Foi uma vitória diplomática brasileira ter conseguido reunir 12 países que uniram forças com o Brasil pedindo que houvesse uma assistência humanitária, que houvesse saída de nacionais brasileiros e de outros países. Há, repito, cerca de 5 mil estrangeiros querendo sair pela saída de Rafah para o Egito, esperando que sejam liberados. Nessa resolução se pede também o ingresso, a entrada de ajuda humanitária, que é indispensável, e que também se poupem crianças e idosos. Eu acho que esse é um grande gesto, é uma grande conquista.

Agora, o Senador Humberto Costa perguntou como fazer depois do veto. Eu acho que é isto: nós esperarmos uma circunstância nova, um novo momento, que, se acontecer até o final de mês de outubro, nós tomaremos outra vez a iniciativa e consultaremos com todos para construir uma posição comum.

Quanto à ampliação do conflito, eu acho que temos riscos enormes – enormes. A situação toda de conflito, ao longo de setenta e poucos anos, como descreveu o Senador Esperidião Amin, pode levar a um transbordamento dessa situação para os países próximos, com reflexos terríveis para todos, para o mundo, pela proximidade da Europa. Há reflexos em todo o mundo.

A diáspora tanto palestina como israelense e também libanesa no Brasil, nos Estados Unidos, em todos os países seria uma situação de grande aflição internacional. Eu espero que haja uma certa contenção, mas acho que esse conflito ainda será longo. E acho que riscos existem de todos os lados.

Não podia deixar de dar essa posição.

A Senadora Margareth agradece o esforço, a manobra e a operação de repatriação dos brasileiros. Agradeço, em meu nome, em nome do Itamaraty e também em nome do Ministério da Defesa, do Ministro José Múcio, e do Comando da Aeronáutica. Sem o entrosamento e o trabalho conjunto dos três, não teríamos feito nada. Nós não temos aviões, não teríamos a infraestrutura. Nós coordenamos e, junto com as nossas embaixadas, com os nossos postos, pudemos distribuir os formulários para que cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro que estava registrado no consulado ou que tinha notícia dos voos pudesse se candidatar, gratuitamente.

Muitos países fizeram muito depois. O Brasil foi o primeiro país a conseguir fazer um voo. E os três primeiros voos foram feitos sem que outros tivessem feito. Mas vários países, inclusive na Europa, cobravam um custo, não sei se simbólico ou não, acho que não – me disseram que, em alguns dos casos, 300 euros –, para repatriar seus nacionais. Nós fizemos absolutamente grátis.

Portanto, agradeço a sua menção, Senadora, mas quero compartilhar com o Ministério da Defesa e com o Comando da Aeronáutica.

Quanto à questão do Hamas, o Senador Alan Rick fez também importantes considerações, agradecendo também a repatriação. Eu também agradeço e repito o que já tinha dito.

Creio que o Brasil tem uma posição que é muito reconhecida em Israel, tanto é que o senhor mesmo constatou que há o reconhecimento a Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, Ministro das Relações Exteriores e Presidente da Assembleia Geral que, em 1948, conduziu a votação – e votou pelo Brasil – que levou à criação do Estado de Israel. E a condução do Presidente é sempre importante no encaminhamento das propostas. Portanto, acho que merece todo o nosso agradecimento e a lembrança à memória dele.

Volto também a falar da questão da classificação como terrorista. Eu acho que nós, para o bem do nosso diálogo com todos os países, devemos respeitar as medidas adotadas pela ONU como fonte de direito internacional, inclusive. Se houver uma evolução e for aprovado que é uma organização terrorista, nós, evidentemente, acataremos.

Agora, repito, nunca foi apresentada uma resolução específica sobre o tema por nenhum país, mesmo pelos que estão mais próximos e mais envolvidos. E nunca o Estado Palestino, que é o nosso canal de comunicação, solicitou tal medida.

Portanto, eu espero ter coberto todas as perguntas. Se me esqueci de alguma, desculpo-me, mas estarei sempre à disposição dos senhores para, ou pessoalmente aqui ou por escrito, prestar todas as informações que forem necessárias. Estou mais do que à disposição.

E, mais uma vez, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós administramos da melhor maneira possível a presença do nosso Chanceler, mais uma vez, nesta Comissão. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, rapidamente, submeter à apreciação o requerimento do Senador Sergio Moro, de maneira extra pauta, porque esta reunião foi especificamente convocada para que nós pudéssemos debater essa questão urgentíssima da guerra Israel-Palestina.

Em votação, o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

É o seguinte o item aprovado:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 32, DE 2023

Requer a inclusão do Embaixador Celso Amorim como convidado para a 20ª Sessão Deliberativa Extraordinária da CRE.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR))

E eu quero, por fim, dizer que o Governo do Brasil tem agido bem e altivamente, por meio da parceria entre o Itamaraty e as Forças Armadas, enviando quantos aviões forem necessários até que o último dos nossos compatriotas pise o solo nacional em segurança.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Só uma rápida réplica, Ministro.

Eu vi a resolução aqui, nela não consta o termo "autodefesa". E, assim, com todo o respeito ao Brasil, eu tenho todos os elogios ao trabalho que vem sendo feito para buscar uma paz ali na região e essa tentativa de fazer uma resolução; mas, ainda, o que nós temos é uma resolução vetada, e vetada por um país que é um aliado histórico e estratégico do Brasil. Então, não vejo, sinceramente, como uma vitória diplomática do Brasil, porque, no fundo, não foi conseguido ali o que se buscava.

E, talvez, seja necessário aí fazer uma correção, fazer uma nova proposição que possa atender tanto quem entende os Estados Unidos, mas também quem entende Israel. Porque Israel, o país envolvido.... De certa maneira, esse veto representa o entendimento dos Estados Unidos, mas também representa o entendimento de Israel, sendo ali vocalizado. E, se nós não temos nem o assentimento de Israel nem dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos, nós não temos praticamente nada. Então, não adianta nós, agora, tentarmos, de repente, atribuir uma responsabilidade aos Estados Unidos por não ter conseguido a paz. Nós temos que reconhecer que o texto da resolução apresentado, por mais que mereça todos os elogios a iniciativa, não foi bem sucedido para ser aprovado pelo Conselho de Segurança.

E, só adicionalmente à questão de Cuba, o problema não é o embargo, criticar o embargo. O problema é não se posicionar em relação às violações de direitos humanos. Esses tempos, eu conheci Rosa María Payá, que é filha de Oswaldo Payá, que foi assassinado pelo regime cubano, e foi reconhecida, este ano, a responsabilidade do Estado cubano em relação ao assassinato dele, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. E o Brasil não se posicionou, e nunca se posicionou, neste Governo, em relação às violações de direitos humanos. Então, espero que, à próxima vez que o Brasil critique o embargo econômico – o que pode fazer validamente, claro –, também faça uma observação quanto a pedir democracia e respeito aos direitos humanos e à libertação de presos políticos em Cuba.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, uma réplica também, só para...

Concedo a palavra, primeiramente, ao Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para interpelar.) – É bem rápido aqui.

Eu quero, na sequência do que disse o Senador Alan Rick e de um posicionamento do Senador Sergio Moro, Ministro Mauro Vieira, quando nós não fazemos uma condenação explícita, firme, e nós não damos uma posição clara, nós geramos uma série de controvérsias e até comportamentos perigosos.

Eu quero citar aqui que, por exemplo, a comemoração da extrema-esquerda com relação aos assassinatos em Israel, no Brasil tem reflexos, reflexos antissemitas perigosos. Nós tivemos, em São Paulo, a tentativa de universidades israelenses de apresentarem a oportunidade gratuita para que alunos brasileiros pudessem complementar os estudos em Israel. Os professores foram agredidos em São Paulo, eles não puderam apresentar nem o trabalho sobre as bolsas de estudos. E agora, recentemente, no Amazonas – o mesmo trabalho de integração das universidades federais com Israel –, uma funcionária brasileira foi agredida porque grupos radicais que comemoram essas ações do Hamas impedem... São ações antissemitas que nós estamos observando no Brasil e a que nós precisamos ficar atentos. Por isso da nossa insistência em que V. Exa., comandando a nossa Chancelaria, seja mais firme nessa questão do Hamas, deixando claro que nós amamos o povo palestino, queremos a paz aos palestinos, mas o Brasil não concorda com esse tipo de posicionamento abominável de assassinar civis, crianças e mulheres.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente, para finalizar, exatamente era o que nós íamos expor e contribuir ao final deste debate: o Brasil precisa ter uma posição firme, Ministro, em relação aos atos de celebração e comemoração por grupos de extrema-esquerda no Brasil dos ataques do Hamas ao povo judeu. É criminoso, é uma posição antissemita. Isso nos lembra os tempos do nazismo, uma coisa demoníaca, em que o Brasil tem que ser firme. A Alemanha está sendo firme, a França está sendo firme em não permitir esse tipo de manifestação, porque isso suscita o ódio, suscita cada vez mais a violência, como bem expôs o Senador Carlos Viana. Então, Ministro, o Brasil precisa ter uma posição firme em relação a isso.

Outra coisa: as pesquisas estão mostrando que o Presidente Lula está perdendo popularidade por causa disso, porque as pessoas não aceitam a crueldade e o Estado brasileiro permanecer neutro. É importante que o Governo brasileiro... Eu falo isso para o bem do Governo brasileiro, não é aqui uma crítica por criticar, não. É para o bem do Governo brasileiro, para o bem da paz, que o Brasil almeja e que está no seu pedido, na bem-sucedida resolução, porque obteve 12 votos, mas obteve o veto dos Estados Unidos. Se tivesse colocado ali o direito à autodefesa de Israel, teria passado. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, do ponto de vista da votação, acabou sendo vetada, mas foi uma resolução, do ponto de vista da sua redação, muito boa, mas não passou.

Então, Ministro, reitero: é importante que o Governo brasileiro condene, Presidente Renan, com veemência essas manifestações antissemitas criminosas em favor da morte, de assassinato e do ataque terrorista do Hamas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença, especialmente ao Senadores e ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 13 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Teresa Leitão, Margareth Buzetti, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Rogerio Marinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 56, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 38, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar do Material de Construção." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4643, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2084, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre limites de dimensões para veículos articulados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2263, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a realização de licitação para a concessão de serviço público por agência reguladora." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4430, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-335." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 61, de 2023** que: "Requer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aditamento do REQ 46/2023-CI, para a inclusão no rol de convidados de um representante da ABRACE (Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres)." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 63, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para instruir o PL 2788/2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 65, de 2023** que: "Requer diligência externa da Comissão de Serviços de Infraestrutura para a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, para discutir soluções para os problemas relacionados ao transporte aéreo naquele Estado" **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 66, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para debater o trabalho realizado pela Agencia Nacional de Transportes Terrestres – ANTT na elaboração de Resolução do Novo Marco Legal do TRIP (Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros)." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 67, de 2023** que: "Requer aditamento ao REQ 66/2023 - CI, de audiência pública sobre o trabalho da Agencia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na elaboração de Resolução do Novo Marco Legal do TRIP (Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros)." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 69, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública para debater as dificuldades que os passageiros enfrentam em relação aos serviços de transporte aéreo regular." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 68, de 2023** que: "Requer o aditamento do REQ 66/2023-CI, para incluir um representante da CNT na audiência pública para debater o trabalho realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT na elaboração de Resolução do Novo Marco Legal do TRIP (Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros)." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Kajuru e Jayme Campos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e oito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 29 de agosto de 2023.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 56, DE 2023
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:
Reunião destinada à leitura do relatório

Como o Senador Jayme Campos ainda não chegou, eu vou passar adiante e já a gente retorna a ele.

Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 38, DE 2023
- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar do Material de Construção.
Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) e outros
Relatoria: Senador Jorge Kajuru
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Após análise na CI, a matéria vai à Comissão Diretora
2. Votação simbólica

A autoria é dos Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Dr. Hiran.

Aí vamos aguardar o Senador Kajuru chegar – já está chegando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3, PL 4.643, de 2020, do Senador Eduardo Girão. A relatoria é do Weverton. Ele pediu para aguardar mais um pouquinho; então, nós vamos deixar para a semana que vem o relatório do Senador Weverton.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4643, DE 2020

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para incluir os cartões de crédito e débito como meio de pagamento de tarifas de pedágios em rodovias federais.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CAE, em decisão terminativa

2. Em 12/04/2023 o Senador Wellington Fagundes apresenta a emenda nº 1

3. Votação simbólica)

Bem, então vamos voltar ao item 2, com o relatório do Senador Kajuru ao Projeto de Resolução do Senado nº 38.

Com a palavra, o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles e àquelas que nos acompanham pelas redes sociais, na TV Senado, na Rádio Senado ou na Agência Senado.

Sempre é um privilégio estar ao lado de um homem público raro em todas as questões, do Senador Confúcio Moura, Presidente desta importante Comissão. E, como eu digo mesmo, ao meu amigo pessoal, Senador Veneziano Vital do Rêgo, eu quero que o Brasil sempre saiba, insisto para que Rondônia saiba que este homem só tem um defeito, Confúcio Moura, ele criou a escravidão no serviço público: quando ele era Governador de Rondônia, ele convocava a sua equipe para reunião, às 3h da madrugada. Tem condições? Então, o Brasil precisa saber disso.

Vamos diretamente à análise deste Projeto de Resolução nº 38, de 2023, que foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura e à Comissão Diretora do Senado Federal. Na CI, não foram apresentadas emendas à proposição. Portanto, vou diretamente à análise.

Embora não haja previsão explícita no Regimento Interno do Senado Federal sobre a criação de frentes parlamentares, não vemos – e eu não vejo – nenhum obstáculo regimental à sua criação e, de fato, as duas Casas do Congresso Nacional contam com frentes parlamentares que se dedicam a diferentes áreas. Essas frentes refletem a liberdade de organização política típica do Parlamento e têm por objetivo proporcionar um fórum para a atuação conjunta dos Parlamentares em torno de temas de interesse comum e relevantes para a sociedade brasileira.

O projeto de resolução em exame é um exemplo desse tipo de atuação, tanto por tratar de um tema socialmente relevante, que afeta a vida de milhões de brasileiros – o aumento recorrente dos preços dos materiais de construção –, quanto por refletir um anseio legítimo de um grupo de Parlamentares interessados em dar destaque aos debates acerca desse tema. Aproxima-se, então assim, o Parlamento da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa. Logo, não identifico óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

No mérito, concordo integralmente com os autores – acima da média, por sinal – acerca da importância de o Parlamento acompanhar de perto o mercado de materiais de construção civil, trabalhando, em parceria com o Poder Executivo, na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas relacionadas a esse importante mercado.

Sendo assim, concluo, dizendo que a instituição da Frente Parlamentar do Material de Construção merece todo o nosso apoio e sei que a Casa será unânime.

O voto diretamente.

Em face do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2023, estimado e respeitado Presidente da CI, Senador Confúcio Moura.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Está em discussão o projeto de resolução relatado pelo Senador Kajuru. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que aprovarem, apoiarem o projeto do Senador Kajuru permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigado.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 2084, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre limites de dimensões para veículos articulados.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CCJ, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

O Senador Jaime está adoentado, não é? Então, vamos deixar para a próxima...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Tem o Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Tem o Jaime e o Jayme Campos. São dois jaimes, não é?

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 2263, DE 2023
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a realização de licitação para a concessão de serviço público por agência reguladora.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Após análise na CI, a matéria vai à CCJ, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Senador Confúcio, Presidente, houve um acordo com o Senador Rodrigo Cunha.

O Governo tem total atenção a este projeto, e, já antecipadamente, o Líder... Eu sou o Vice-Líder e conversei com o nosso Líder Jaques Wagner. O Governo concorda 100% e pediu apenas que a gente faça uma reunião para propor aqui, Veneziano, Jayme Campos, amigos e amigas, uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, a gente faria um pedido ao senhor de retirar de pauta para que, na semana que vem, a gente já pudesse dar sequência a este projeto – repito –, que será aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito, atendido.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 4430, DE 2020

- Terminativo -

Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-335.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação

Observações: *Votação nominal*

O Senador Wilder também está hoje em audiência em Goiânia. Ele ligou dizendo que ele gostaria de relatar, não quer que seja *ad hoc*. Então, vamos deixar para a próxima reunião nossa.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 61, DE 2023

- Não terminativo -

Requer o aditamento do REQ 46/2023-CI, para a inclusão no rol de convidados de um representante da ABRACE (Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres).

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Concedo a palavra... Ele não está.

Tem alguma observação sobre o do Weverton? (*Pausa.*)

Então, vamos deixar e votar tudo em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 63, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instruir o PL 2788/2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências".

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

O Senador Beto Faro é o autor, e eu concedo a palavra a ele. (*Pausa.*)

Não estando presente, deixamos para fazer a votação em sequência, em bloco, depois...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode falar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu queria solicitar a inclusão extrapauta do Requerimento nº 68, de 2023, de minha autoria, que objetiva incluir um representante da CNT na audiência pública sobre o marco legal do transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, o chamado Trip, objeto de apreciação nesta Comissão, Presidente Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeitamente.

Então, está lida a solicitação do Senador Kajuru, solicitando a inclusão desse requerimento extrapauta.

Nós vamos votar em bloco daqui a pouco.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 65, DE 2023
- Não terminativo -

Requer diligência externa da Comissão de Serviços de Infraestrutura para a realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, para discutir soluções para os problemas relacionados ao transporte aéreo naquele Estado.

Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

Esse é um problema sério.

Agora mesmo ele estava dando uma entrevista na Rádio Senado, o Senador Petecão.

Vamos aguardar aqui para votar em bloco o requerimento do Senador Petecão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 66, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater o trabalho realizado pela Agencia Nacional de Transportes Terrestres – ANTT na elaboração de Resolução do Novo Marco Legal do TRIP (Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros).

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Está lido o requerimento do Kajuru.

Votaremos em bloco todos.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 67, DE 2023
- Não terminativo -

Requer aditamento ao REQ 66/2023 - CI, de audiência pública sobre o trabalho da Agencia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na elaboração de Resolução do Novo Marco Legal do TRIP (Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros).

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

É o mesmo requerimento do Senador Jorge Kajuru.

Para votação posterior.

Bem...

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 69, DE 2023

Requer a realização de audiência pública para debater as dificuldades que os passageiros enfrentam em relação aos serviços de transporte aéreo regular.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição e do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as dificuldades que os passageiros vêm enfrentando em relação aos serviços de transporte aéreo regular, com o objetivo de estudar a possibilidade de normatizar procedimentos e estabelecer novos regramentos para as companhias aéreas e empresas que intermedeiam a venda de passagens aos consumidores.

Proponho: representante da Anac; representante da Associação Brasileira das Empresas Aéreas; representante do Instituto de Defesa do Consumidor (Procon-DF); representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); representante da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça; representante da 123Milhas Viagens e Turismo; representante da Booking.com.

Eu coloco em discussão os requerimentos, todos lidos. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que queira discutir.

Está em votação... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos que compareçam os Senadores, deem as suas presenças, porque, além desses requerimentos – precisamos de 12 presenças registradas –, nós teremos a apreciação do relatório do Jayme Campos, item 2 da pauta... (*Pausa.*)

Não é esse aqui, não. É o item 1.

Do item 1 da pauta, o relatório é do Senador Jayme Campos, que aprecia a indicação do nome do Sr. Marcos de Brito Campos Júnior para exercer o cargo Diretor de Administração e Finanças no Departamento Nacional de Infraestrutura, que precisa de quórum qualificado de 12 membros.

Eu peço aqui à Secretaria e a todos os gabinetes dos nossos membros que possam dar uma olhadinha no painel, para ir ligando para que eles deem presença e depois haja a votação.

Eu passo a palavra ao Senador Jayme Campos para ler o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Confúcio, Senadores e Senadoras, saúdo a todos na figura do Kajuru.

Com a devida vênia e permissão de V. Exa., Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a leitura da indicação do Sr. Marcos de Brito Campos Júnior para o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), referente à Mensagem 56, de 2023, (nº 394, de 2023, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Marcos, como bem disse, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Dnit.

O Dnit, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Determinam os artigos 88 e 88-A da mencionada lei que os membros da diretoria do Dnit serão nomeados pela Presidência da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, III, "f" da Constituição Federal, e que o ocupante de cargo de diretor da instituição deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, as atribuições e as competências do Dnit, e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza.

Em conformidade com o art. 383, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato.

Consta da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, "a", e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplina o processo de aprovação de autoridades.

O indicado é cidadão brasileiro e graduado, no ano de 2004, em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Campina Grande. Além do curso de graduação já mencionado, sua formação registra mestrado em Engenharia Civil e Ambiental, também por aquela universidade federal, e mestrado em Gestão e Direção dos Sistemas de Seguridade Social pela Universidad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Alcalá, em conjunto com a Organización Iberoamericana de Seguridad Social, realizado em Madri, Espanha. Nessa última instituição, é ainda aluno de mestrado em Direção e Gestão de Planos e Fundos de Pensão. Ademais, registra intercâmbio no Departamento de Engenharia de Produção no Instituto Nacional de Ciências Aplicadas (INSA), em Lyon, França.

O *curriculum vitae* anexo à mensagem presidencial relata também a experiência profissional do Sr. Marcos de Brito Campos Júnior, que passo a descrever.

O indicado possui experiência no ramo da construção civil, obtida em estágios. Adicionalmente, participou de projetos de pesquisa na área de recursos hídricos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco.

Foi engenheiro civil do Programa da Revitalização da Bacia do Rio São Francisco executado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), e atuou como professor do Curso de Engenharia Civil do Instituto de Ensino Superior Planalto, na disciplina de Hidráulica Experimental.

O início de sua atuação profissional como servidor público se deu em 2010, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no cargo em comissão de Chefe de Serviço de Engenharia e Patrimônio Imobiliário da Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste. A partir de 2013, ainda no INSS, passou a atuar como Coordenador-Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário da Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística. Nessas funções, atuou em planejamento, orientação e coordenação nacional das ações relacionadas às áreas de engenharia e patrimônio imobiliário da instituição.

Ainda no INSS, em 2016, passou a atuar como Superintendente Regional do Nordeste. Nesse cargo, trabalhou na promoção do reconhecimento, pela Previdência Social, do direito ao recebimento de benefícios nessa região, assegurando agilidade e comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social na região.

Desde 2023, atua nas atividades administrativas da Superintendência Regional Nordeste do INSS em Recife, Pernambuco.

O indicado é, ainda, autor de diversas publicações majoritariamente no campo de recursos hídricos.

Ao longo dos seus 16 anos de atuação na área de administração pública, o sabatinado adquiriu uma compreensão profunda dos desafios e das demandas relacionados à gestão administrativa e financeira de organizações complexas. Também teve a oportunidade de liderar equipes multidisciplinares, desenvolver estratégias financeiras eficazes e implementar processos de controle e prestação de contas.

Caso ocupe o cargo de Diretor de Administração e Finanças, o Sr. Marcos registrou que assume o compromisso de contribuir para o fortalecimento da governança financeira do Dnit, promovendo a transparência, a eficiência e a responsabilidade na utilização dos recursos públicos. Para isso, intenta aplicar sua *expertise* em áreas como orçamento, gestão de contratos, controle financeiro, prestação de contas e gestão de pessoas.

Cumpre, por fim, Sr. Presidente, relatar que o candidato apresentou os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, entendo que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Marcos de Brito Campos Júnior, constante na MSF nº 56, de 2023, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente, querido amigo Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

A matéria está em discussão.

A matéria está em discussão, Srs. Senadores, sobre a indicação do Dr. Marcos de Brito Campos Júnior, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Dnit.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para questão de ordem.) – Eu queria indagar a V. Exa., pelo fato de que o Dr. Marcos se encontra aqui, inclusive, presente nesta Comissão: será possível nós sabatinarmos no dia de hoje? Porque, via de regra, aqui sempre funcionou assim. Eu já fui Presidente de Comissão, V. Exa. tem uma *expertise* de ex-Governador e estudo do Estado de Rondônia. Eu não vejo nenhuma dificuldade de nós sabatinarmos, até para dar celeridade no processo, para que possamos, evidentemente, se possível, pedir regime de urgência após a aprovação nesta Comissão e remeter para o Plenário da Casa para ser votado, pelo fato de que existe aqui no Regimento Interno essa possibilidade, desde que V. Exa. encerre também esta sessão. Aí nós reconvocamos, ou seja, convidamos o indicado para que pudesse ser sabatinado. Com isso, nós damos celeridade para a assunção ao cargo de relevância lá à frente do Dnit, que é um cargo de administração e de finanças. Eu acho que não podemos ficar, em hipótese alguma, também, à mercê da pessoa que vai ocupar esse cargo.

Essa é uma indagação que eu faço para a V. Exa., se possível.

É evidente, eu imagino, pelo Regimento, teria que ser lido; após isso, cinco dias, que é prazo regimental. Todavia, não há nenhum impedimento legal, na minha concepção, no meu ponto de vista, se nós encerrarmos esta sessão e convocarmos, de imediato, uma outra sessão, para que ele pudesse ser sabatinado.

Esse é apenas um pleito que eu faço a V. Exa. É óbvio, evidente, claro que compete ao senhor tomar a sua decisão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para responder questão de ordem.) – Perfeito.

Bem, vamos, primeiro, concluir essa parte...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – De votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... da votação, da matéria que está em discussão.

Está em votação o relatório do Senador Jayme... (*Pausa.*)

Aliás, não havendo o quórum ainda, falta um ainda, a gente... (*Pausa.*)

Perfeito, um minutinho só.

Senador Jayme, por favor, dê uma chegadinha aqui, por gentileza. (*Pausa.*)

Atendendo aqui o dispositivo do Regimento Interno – eu conversei com o Senador Jayme Campos –, nós vamos seguir a tramitação prevista no nosso Regimento Interno, que diz o seguinte: não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno.

Eu agradeço demais ao Senador Jayme Campos pela sua compreensão. Isso resguarda também o próprio candidato de possíveis interpelações regimentais por quem quer que seja.

Então, assim sendo, vista coletiva concedida a todos. (*Pausa.*)

Falta somente um Senador, a presença de um. Vamos fazer um mutirão aí para conseguir esse voto? Mais uma presença, gente. Vamos ver aí quem, por exemplo: Alan Rick está sempre presente; Carlos Viana deve estar na Casa; Izalci não falta... É só ligar para o Izalci.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E do Alan Rick eu aprovei o projeto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois é, claro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, precisa vir aqui pelo menos para me agradecer. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O Wilder não está, o Marcos Rogério também localizando, no gabinete, ele dá a presença e a gente... Ah, fechou, não é? (*Pausa.*)

Bem, fechou. Muito bem.

Qual é o item 2? (*Pausa.*)

Então, vamos votar em bloco, não? (*Pausa.*)

Srs. Senadores, o item 2, do Senador Jorge Kajuru, que institui a Frente Parlamentar do Material de Construção.

Está em discussão o requerimento dele. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovarem, concordarem com o relatório do Senador Kajuru, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado. (*Pausa.*)

Vamos votar em bloco os requerimentos todos que já foram lidos aguardando o quórum.

Os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos lidos aqui há pouco permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Todos estão aprovados.

Vamos só agora aguardar as datas respectivas para as audiências públicas. Tem muitas audiências convocadas, sessões temáticas e outros itens.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião. Pronto.

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia trinta de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Fernando Farias, Lucas Barreto, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Beto Faro, Marcos Rogério e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 56, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com doze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Fazem uso da palavra os Senadores Weverton, Jayme Campos e Esperidião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/08/30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – CE. Fala da Presidência.) – Bom dia. Bom dia a todos e a todas. Vamos dar início aqui à abertura.

Havendo número regimental, a gente declara aberta a 34ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data do dia 30 de agosto de 2023.

O objetivo desta reunião é destinado à arguição pública de indicado à Diretoria do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Submete-se à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, e com o art. 88-A da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senador Marcos de Brito Campos Júnior para exercer o cargo de... Do Sr. Marcos de Brito Campos... Já estou querendo que ele vire Senador... Para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Gostaria já de convidá-lo aqui para fazer parte da nossa mesa.

O nosso Relator já esteve aqui e já voltará.

Mas eu queria já dar início e já passar de imediato a palavra, para que o senhor possa aí, o Sr. Marcos possa fazer a sua explanação, para que a gente possa fazer as devidas indagações, para que a gente possa já iniciar a votação.

Então, passo agora para o Sr. Marcos.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (Para expor.) – Olá, bom dia. Bom dia a todos.

Primeiro, é uma satisfação estar aqui presente para a sabatina do cargo de Diretor de Administração e Finanças. É um dia especial para mim. E estou muito honrado por poder estar do lado aqui da Senadora, a quem eu cumprimento como a Presidente aqui da Comissão de Infraestrutura.

E gostaria de cumprimentar todos os colegas, inclusive servidores, diretores aqui do Dnit que estão presentes, os demais colegas servidores também do Dnit que possivelmente estão assistindo ao vivo, e todos os Senadores.

Inclusive agradeço ao Governo Federal, através do Ministério de Infraestrutura e o dos Transportes, o Ministro Renan Filho, por ter me dado essa missão para poder compor, junto com os demais diretores da autarquia, do Dnit, essa diretoria tão importante, uma diretoria que perpassa todas as áreas dentro da instituição e que precisa estar em sinergia com todas as outras diretorias, para que a gente possa voltar a ter o crescimento esperado na nossa infraestrutura rodoviária, ferroviária e aquaviária.

Então, temos uma missão gigantesca para que possamos retomar as obras que estavam paralisadas, os contratos de manutenção que estavam aguardando serem retomados.

Então, é uma missão bastante honrosa, e espero contar com todos os servidores de autarquias, os estagiários, os terceirizados e também com o próprio Ministério da Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o dos Transportes, para que a gente possa realmente executar as obras prioritárias do Dnit em conjunto com o ministério.

Eu gostaria de cumprimentar aqui o Senador Weverton, um Senador bastante atuante na área também da infraestrutura. Estarei à disposição lá no Dnit para poder contribuir com todos os Senadores, com os cidadãos, com os Deputados.

Opa, amigo, poder falar.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Pela ordem.) – Permita-me, próximo Diretor de Administração e Finanças do Dnit, Dr. Marcos de Brito. Eu queria só pedir aqui para a nossa Presidente, Senadora Augusta Brito, se a senhora autorizar, para abrir o painel de votação para que a gente possa, com as outras Comissões, convidar os colegas Senadores para já virem depositar seu voto. A maioria já conhece o currículo do servidor público federal, de carreira, o Marcos de Brito, e sabe da sua competência – tenho certeza de que você vai fazer um grande trabalho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com certeza. Até agradeço também pela sugestão.

Então, a gente já pede para abrir-se a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Tenho certeza de que V. Exa. será o primeiro a votar, e a gente fica muito feliz com a sua presença aqui também.

Devolvo a palavra para o Sr. Marcos.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Como o próprio Senador falou, sou servidor de carreira. Minha formação é em Engenharia Civil. Sou formado em Campina Grande, na Paraíba – um dos Senadores lá da Paraíba, o Senador Veneziano, é conterrâneo de Campina Grande. Finalizei o meu curso de Engenharia Civil em Campina Grande e fiz mestrado lá. E, nestes últimos 15 anos da minha trajetória, estava como servidor do INSS, Engenheiro Civil do INSS. Lá tive a missão de fiscalizar as obras de construção, reforma de patrimônio imobiliário do INSS, durante mais ou menos uns oito anos. Em seguida, fui convidado para ser Superintendente do INSS no Nordeste e passei quase sete anos como Superintendente da autarquia, uma autarquia que trabalha com o cidadão brasileiro para os benefícios previdenciários. Tive a oportunidade de conhecer toda a Região Nordeste, saber as dificuldades que essa região tinha e fazer uma boa gestão perante a autarquia do INSS.

Com tudo isso, após esse convite para assumir a Diretoria de Administração e Finanças, sinto-me muito tranquilo. E, junto a todo o corpo diretivo do Dnit, quero poder contribuir com a autarquia para que a gente realmente melhore as condições das nossas rodovias, ferrovias e do sistema aquaviário também.

Bom, até agora não tivemos aqui... Seria uma fala um pouco breve – eu tinha conversado com alguns Senadores – porque tinham inclusive outras Comissões que estavam abertas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Pode ficar falando? Vamos lá falar um pouquinho do Dnit.

Inclusive, Senadora Augusta, nós temos uma missão muito grande agora, pois saiu uma portaria, recentemente, do MGI autorizando um concurso de 100 vagas para o Dnit, em que nós teremos 50 vagas destinadas aos Analistas Administrativos e também aos Analistas de Infraestrutura Terrestre. E nós temos a missão, inclusive, até o fim do ano, de lançar esse edital de concurso público para o Dnit.

Serão apenas 100 vagas, mas eu tenho certeza de que o Dnit, junto com o próprio ministério, tentará suprir mais vagas relacionadas ao concurso, porque nós temos um quadro que diminuiu durante toda essa década. Hoje, praticamente, com quase mil de necessidade, hoje o órgão necessitaria de mais ou menos mil servidores para atuarem dentro do Dnit. Porém, sabemos que esse concurso público já é um alento para a instituição, vamos fazer um concurso público para colocar todos esses servidores em atuação o mais rápido possível, porque o Dnit está precisando, e para que a gente possa manter as fiscalizações nas superintendências, nas unidades locais, em todos os estados da Federação.

Então, um item importante dentro dessa Diretoria de Administração e Finanças é fazer esse concurso público e, lógico, tentar que esses servidores entrem em exercício o mais rápido possível. Bom, esse é um ponto.

Outro ponto que eu gostaria de destacar também, que faz parte da Diretoria de Administração e Finanças, é a parte de gestão de pessoas. Nós temos uma missão gigantesca também de – inclusive, com um quadro reduzido de servidores –, além do concurso público, também capacitar os servidores que estão atuando atualmente dentro do Dnit. Então, a intenção é que a gente melhore a política interna para que a gente possa capacitar os nossos servidores e todos os servidores da autarquia, para que a gente possa ter, cada vez mais, os processos administrativos mais bem elaborados, mais bem fiscalizados, e eu tenho certeza de que tudo isso fará com que as obras que sejam executadas, que sejam fiscalizadas por esses servidores tenham uma qualidade melhor. Então, esse é um ponto bastante importante.

Um ponto importante também dentro dessa Diretoria de Administração, uma diretoria que faz parte da Diretoria Colegiada do Dnit... São sete diretores, onde nós temos o Diretor-Geral, o Fabrício Galvão; nós estamos aqui com o Carlos, que é Diretor-Executivo do Dnit. Temos uma grande missão também para a área de gestão de pessoas de qualificar todos os servidores.

Uma área também afeta, Senadora, é a área de TI. A área de TI é uma área dentro da Diretoria de Administração. A intenção é que a gente possa melhorar o parque tecnológico da instituição, até porque já faz um bom tempo que os servidores e o próprio Dnit não têm equipamentos específicos para fiscalização dos seus contratos de rodovia, de ferrovia e da parte aquaviária também. Então, nós temos a intenção de, junto com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Dnit, que faz parte da diretoria, fazer essa melhoria do parque tecnológico em sistemas que possam contribuir com o servidor para essas fiscalizações e, lógico, também dos sistemas de pagamento dentro da instituição. Esse é um ponto bastante importante também.

Bom, eu estarei à disposição, se houver algum questionamento, para a gente dar prosseguimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero aqui agradecer e registrar a presença de dois funcionários e grandes trabalhadores do Dnit. Um é o Adriano. Eu digo que tem toda a história de todos os projetos que a gente vai lá acompanhar, ele tem tudo na cabeça dele. Então, Adriano, seja bem-vindo. E também está o Sr. Carlos Barros, outro que também é Diretor e que tão bem representa o Dnit. A gente fica muito feliz que vocês aqui estejam.

E a gente espera que... Aliás, a gente está avisando a todos os Senadores, pois estão várias Comissões acontecendo ao mesmo tempo, que a votação já está aberta. A votação é aqui na cabine do lado, a votação é secreta. Os Senadores e Senadoras que estiverem por aqui já podem vir votar, enquanto a gente vai fazendo aqui exatamente a sabatina do Sr. Marcos de Brito.

E esse Brito não é meu parente... Vai ver até é! (*Risos.*)

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Sim, mas somos nordestinos...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Já estou querendo arrumar um parentesco, porque cearense tem que arrumar um parentesco com alguém! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Não, eu já estou querendo ser muito mais que primo. (*Risos.*)

Eu vou passar para o Senador que também quer fazer algumas ponderações e perguntas para o Sr. Marcos, que é o nosso Senador Weverton.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pronto. Ele disse que pode falar depois.

Agora, já chegou aqui o nosso querido Senador, que também já pode fazer as suas arguições, se assim desejar... Chegou bem na hora certa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu sei que ele é o Relator. Por isso mesmo, ele tem toda a preferência de chegar e já falar, depois do voto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pode falar, Sr. Marcos.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Ele tem o Campos também no sobrenome dele: Jayme Campos. E eu tenho também Campos. Olhe, já...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Parentesco aí está bom: meu e dele.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Você está forte! Espero eu que dê certo! (*Risos.*)

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Falta botar o Rocha no final... (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ele está aqui auxiliando, porque ele está informando aos outros Senadores e Senadoras que já está aberta a votação, para que a gente dê uma agilidade aqui e para que todos possam vir até a cabine para dar o seu voto.

Enquanto o Relator não vem, eu devolvo aqui a palavra, mais uma vez, ao Sr. Marcos de Brito – vou fazer questão de dizer que é Brito – para que ele possa continuar, enquanto o Relator vem. Ele já fez o relatório, já apresentou o relatório ontem, tão bem defendido, mas é para que ele também possa fazer alguma ponderação.

Agora é você.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (Para expor.) – Perfeito.

Vou dar continuidade. Inclusive, vou pedir escusas e pegar uma cola que eu recebi no WhatsApp dos colegas do Dnit, trazendo alguma informação específica em relação ao orçamento em que houve um incremento bastante robusto para este ano de 2023. E, assim, dentro do Dnit, junto com as demais diretorias, conseguiremos retomar todos os projetos importantes dentro da instituição. Deixe-me só pesquisar aqui.

Para que a senhora tenha uma ideia, o orçamento destinado hoje na LOA para o Dnit, neste ano de 2023, é de R$18,5 bi. Então, nós temos uma missão grande. Desses R$18,5, nós já temos R$12,6 bi empenhados.

Tivemos RAPs oriundos de exercícios anteriores, de mais ou menos R$5,9, que virou de 2022 para 2023. Desses, alguns já foram pagos nesse exercício, e, para esse exercício, nós temos um orçamento de R$24,3 bi para o Dnit, algo que a gente não tinha durante vários anos.

Então, é bastante interessante poder esse ano fazer todo o retorno desses projetos para a instituição, considerando esse volume de orçamento destinado. E tenho certeza de que a melhoria... Atualmente, já foram pagos este ano R$8,5 bilhões de pagamentos. Inclusive, neste mês de agosto, que nós estamos fechando, já ultrapassamos a barreira de R$1,5 de pagamentos durante esse ano de 2023. Então, começamos bem tímidos, em janeiro de 2023, com pagamentos de R$646 milhões, ampliamos isso durante os outros meses e quebramos a barreira de pagamentos de R$1 bilhão a partir do mês de maio. E em maio, junho e julho nós pagamos mais de R$1,2 bilhões em cada um desses meses.

E agora, em agosto, conseguimos praticamente finalizar o mês com o pagamento de R$1,5 bilhões relacionados a vários contratos – e aí eu posso trazer informações mais específicas aqui –, que são os contratos que têm o maior investimento: os de manutenção, em seguida os de adequação, e construção em terceiro lugar. Então, é um orçamento bastante robusto para este ano de 2023.

Temos esse desafio, inclusive, de, além de fazer esse acompanhamento das obras, lógico, liquidar essas despesas e também fazer o pagamento dessas despesas ainda no exercício de 2023.

Era isso, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero aqui já passar a palavra para o Relator, o Senador Jayme Campos, que também poderá aqui falar pelo tempo que achar necessário.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidenta, querida Senadora Augusta; meu prezado amigo, Senador Weverton, que também participa desta mesa diretora dos trabalhos; e o nosso indicado aqui, o Dr. Marcos de Brito Campos Júnior, que eu tive a satisfação de ontem, na CI, relatar o seu nome por designação do Presidente Confúcio.

Desta feita, eu imagino, pelo currículo apresentado, que ele reúne todas as condições para dar sua contribuição também lá no DNIT. É um moço jovem que tem toda a capacidade, pelo seu currículo aqui apresentado, e estou aqui apenas para me manifestar lhe dizendo, Marcos, que torço por você. Desejo boa sorte nessa nova missão para dar sua contribuição para o Estado brasileiro, sobretudo em áreas tão críticas como a do setor rodoviário aqui do nosso país, a do setor ferroviário e a do setor aquaviário, porque nós sabemos perfeitamente que nós precisamos de muitos investimentos e, desta feita, para minha alegria, o orçamento do Governo Federal neste ano de 2023 chega a algo em torno de quase R$20 bilhões.

Se não me falha a memória, somando o do Governo anterior, parece-me que, só no primeiro ano dessa gestão do Governo atual, vai chegar praticamente aos quatro anos da gestão passada, de forma que você tem consciência da sua responsabilidade e, particularmente, de tudo aquilo que o Brasil precisa.

Particularmente, aqui, eu não vou falar do meu Estado de Mato Grosso, na medida em que os problemas de lá são inúmeros. A sua dimensão é continental, é um estado com 900 mil quilômetros quadrados e temos várias rodovias federais em estado precário, como é o caso da 158, sem a sua conclusão; da 242, da 080. Agora conseguimos, graças a Deus, permitir que a Rota do Oeste transferisse a sua concessão para o melhoramento da BR-163, que é considerada a estrada da morte.

Entretanto, o que é o mais importante: parece-me que a visão hoje é uma visão moderna, uma visão com que buscamos com certeza o investimento necessário nas rodovias, particularmente aquelas de maior trafegabilidade, como é o caso da BR-163, em que hoje escoamos toda a produção deste Brasil moderno, deste Brasil da prosperidade, deste Brasil que tem dado certo, que é a região do agronegócio, lá na região norte do meu querido Mato Grosso.

De forma que eu quero concluir, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade e dizendo que fiquei honrado, sobremaneira, de ser o Relator de sua indicação pela sua competência por tudo, como servidor público que já é há alguns anos, e porque demonstrou que, certamente, é uma pessoa que está à altura para ser diretor desse grande órgão federal que é o Dnit.

Sucesso! Parabéns!

Já votei, e votei "sim".

Um abraço.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Obrigado! Obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada ao nobre Senador Relator.

Agora, já vou passar aqui para um ótimo Senador, sempre atuante aqui, o Esperidião Amin, que também poderá fazer suas indagações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: A76F2478005969E3.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Vou aproveitar o ensejo para, junto com o meu comentário, a minha arguição ao Dr. Marcos de Brito Campos Júnior, fazer um processo de cabala, de pedido de voto para uma causa.

Mas, primeiro eu quero registrar que, em maio último, recebemos a visita da atual direção do Dnit, em Santa Catarina, do Ministro dos Transportes, o Renan Filho, e eu quero fazer o mesmo comentário que o Senador Jayme Campos fez: deve-se ao Congresso Nacional, com a PEC da transição, com os esforços... Justiça seja feita, nem sempre se deve fazer justiça ao Marcelo Castro, ele merece muitas críticas, mas, nesse caso, nós temos que fazer justiça. As emendas que ele propôs como Presidente da Comissão de Infraestrutura já recauchutaram a capacidade de manutenção dos CREMAs, das ações de preservação do nosso patrimônio rodoviário e também ferroviário, mas a ação se agigantou na PEC da Transição, também com a participação do nosso Senador Marcelo Castro, por isso que eu o elogio neste momento, e hoje nós estamos vivendo um ano de vacas gordas.

José do Egito, se fosse contar a história das vacas magras e das vacas gordas, diria: "No ano passado, o total de investimentos do Ministério dos Transportes foi de R$6,5 bilhões; este ano, o Dnit – do Ministério da Infraestrutura –, mais de R$20 bilhões. Daí surge a necessidade de uma boa gestão para poder bem aplicar. Até para gastar esse dinheiro tem que ter competência. Agora, se for para aplicar com o cuidado que o Brasil reclama, tem que ter mais cuidado ainda, mas recursos não faltam.

Nós nos libertamos daquela trava impiedosa do teto de gastos e estamos por concluir a votação do novo arcabouço. Então, o esqueleto está bom. Arcabouço quer dizer esqueleto. Agora, tem que rechear, tem que dar massa muscular e fazer funcionar.

Eu faço votos de que a direção do Dnit corresponda a isso, por isso eu disse que eu ia consultar o Superintendente do Dnit, porque eu não nomeei, nunca designei, nunca indiquei nenhum dirigente de órgão algum, muito menos do Dnit, porque eu quero ter a liberdade de fiscalizar.

E, por isso que quero dizer que quero fiscalizar a ação de vocês e quero fiscalizar também a do Superintendente de Santa Catarina, que está se havendo muito bem. Por quê? Porque ele cuidou de ter projetos – quem não tiver projeto, não vai conseguir nem gastar o dinheiro, quanto mais investir –, além das licenças ambientais, além de ter a sorte, e aí tem o fator sorte de ter uma empresa que toque a obra e que queira concluir a obra, uma empresa que tenha mais engenheiros do que advogados.

A senhora sabe disso, Presidente?

Eu sou formado em Direito, mas tenho muito medo de empresa de engenharia que tenha mais advogado do que engenheiro. Aí complica.

Então, eu desejo sucesso para a sua gestão, porque isso vai ser sucesso para o meu estado, que é certamente o estado que tem mais haver da União, haver com "h". E quero lhe pedir, na medida em que este assunto tramite pela sua diretoria – é diretoria, não é? Eu suponho que sim, administração e finanças... Nós temos uma lei autorizando a União, determinando que a União ressarça o estado que tenha dado dinheiro para o Dnit prosseguir com as obras nesse período das vacas magras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe o que é dar dinheiro do Tesouro, não é de empréstimo, não? O Estado de Santa Catarina foi autorizado pela Assembleia Legislativa a transferir para o Dnit R$465 milhões para aplicação em obras do Dnit nas Rodovias federais 470, 285, 280, 163 e 282.

Esse processo está tramitando – certamente o Dnit será ouvido –, e eu queria que V. Sa. soubesse o seguinte: são obras federais, priorizadas pelo Governo Federal. A 470 foi prioridade pessoal da Presidente Dilma, ela disse isso no início da obra em 2012 – 2011 para 2012. As obras nunca tiveram um bom ritmo, nem mesmo agora, mas melhorou, porque tem recursos e tem obra contratada.

Estive também com o Ministro lá no trevo do Badenfurt, que sai da 470 e vai para Pomerode.

Então, eu lhe desejo sucesso, desejo sucesso para o Dnit, porque o insucesso do Dnit é o insucesso da logística do Brasil. E aí, nós estamos perdidos.

Mas quero dizer, como catarinense, que nós temos este em haver. Precisamos das obras, precisamos, portanto, do sucesso, da competência dos senhores e, do mesmo modo, na tramitação desse processo, que o senhor tenha consciência do seguinte: como Governador, eu executei obras na 280, na 282 e na 163 com recursos do estado, procurei ressarcimento da União e consegui, mesmo sem que isso estivesse totalmente explícito. Agora, nós temos lei e vamos fazer tudo para conseguir.

E aí vem o meu pedido aos Senadores que analisem. Não tem situação igual. Pelo menos no momento. Um estado que tirou do seu cofre recursos, transferiu explicitamente para o Dnit, para que as obras não tivessem um ritmo mais absurdamente do que vinham tendo. Eu acho que isso tem que ter... Nós ampliamos o patrimônio da União. Se houver uma concessão, isso vai valer para a União.

Então fizemos isso e faremos, porque as obras são cruciais para Santa Catarina. É pela 470 que se exporta produto com valor agregado. Aquilo que é o sonho do Brasil, exportar em porta-joias, como diriam as meninas, não é? Porta-joias porque tem coisa com manufatura, com tecnologia, com valor agregado.

Então eu não posso deixar de fazer esse apelo genérico, que não altera a minha deliberação de voto, nem de desejar sucesso para o senhor e para a equipe.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (Pela Liderança.) – Perfeito, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Aqui as indagações do nobre Senador Esperidião Amin.

Agora já passo também para o Senador Weverton, que quer também fazer suas indagações ao Sr. Marcos.

Se achar que tem que dar alguma resposta, depois das indagações dele, fica aberto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ele volta e tira o voto. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Para interpelar.) – Na verdade, eu vou aqui fazer apenas um comentário. O Dnit, obviamente nós sabemos que, principalmente na última década, Senador Esperidião, passou por um desmonte muito grande,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente na questão de monta, não é? Recursos. Foi uma situação muito difícil. Se pegar o orçamento de oito anos atrás que tinha para as estradas lá do Maranhão, o do ano passado ou retrasado era praticamente o mesmo valor ou menor, se não me engano; menor!

Então, nós passamos, assim, por um momento muito difícil. As estradas federais lá no estado estão realmente precisando, de verdade, da presença do Governo Federal, e o Dnit tem um papel fundamental.

Mas eu quero aqui fazer um registro do empenho que a equipe está tendo. O Ministro Renan Filho tem ido pessoalmente ao estado, já foi em mais de uma agenda, olhando as obras de perto, retomando essas obras paradas. Os diretores e a equipe lá de dentro também não têm medido esforços. Toda vez que nós os procuramos, eles estão lá, colocando-se à disposição, tentando construir as soluções, o que nós sabemos que não é fácil, principalmente no que trata da administração pública.

Então a ida agora do Dr. Marcos Brito para essa equipe, para terminar de fechar essa diretoria, que está com muita vontade de acertar, com a determinação aí do Presidente Lula, eu tenho certeza de que vai fazer um grande trabalho. E nós vamos estar lá à disposição.

Então eu só queria, assim, na verdade, fazer esse registro.

Vou agora com o Senador Esperidião lá para a CCJ. Hoje o nosso Presidente Davi teve alguns contratempos, e eu irei presidir, Senadora Augusta, a sessão lá da CCJ. Então, nós vamos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Vai destituir o Kajuru?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Vou destituir todo mundo hoje. (*Risos.*)

E nós vamos presidir lá a sessão, mas os colegas Senadores já estão vindo. O quórum mínimo era de 12, e já tem 4 aqui que confirmaram que estão a caminho, então está resolvido o problema do quórum.

Então, desde já, antes de abrir o resultado mais tarde, quero aqui já dar os meus parabéns antecipados.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Obrigado, Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – ... e lhe desejar sucesso. E, claro, eu sei que você vai se dedicar muito nessa missão.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Vou, sim. Pode contar comigo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Vou lá para a CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Está ótimo. Eu já agradeço aqui todo o auxílio, a ajuda do nosso Senador, que atentamente participou aqui, chamando, convocando os Senadores e as Senadoras para que pudessem fazer tanto as arguições quanto também votar.

Eu quero aqui registrar a presença do Will, nosso querido lá do Estado do Ceará, também do Dnit – seja bem-vindo aqui! Com certeza temos muitas pautas para conversar.

E, pegando aqui as palavras do Senador Weverton, quero também fazer o meu registro da nossa confiança em relação à nova diretoria do Dnit, que é de servidores que não são tão novos assim – digo novos na função, não é? –, mas que estão com muita vontade realmente de fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com que o Dnit funcione, e funcione de uma forma ágil. É isso que a gente percebe quando vai lá. Ontem mesmo eu estive lá. Acho que todo mês eu estou lá no Dnit buscando as soluções para as obras que estavam paradas no Estado do Ceará, para tantas outras ações também que vão acontecer ainda, o que foi pactuado e o está dentro do PAC do Presidente Lula, para que a gente possa, junto ao Estado, junto ao Dnit, agilizar as obras que a gente sabe que são de suma importância para o desenvolvimento do nosso estado, especialmente, e também do nosso país, mas sobretudo para melhorar a qualidade de vida das pessoas, seja com novas estradas, seja com as estradas consertadas, enfim, seja com a ação realmente que está lá sendo proposta para que melhore a vida das pessoas.

Mas eu quero já devolver aqui a palavra para o Sr. Marcos de Brito, porque ele também vai poder fazer algumas pontuações em cima das indagações que foram feitas aqui pelos Senadores que me antecederam. E, enquanto isso, a gente está aqui esperando os outros Senadores que estão chegando para também virem até a cabine para votar.

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR (Para expor.) – Bom, realmente, eu tive a oportunidade recentemente, inclusive, de conversar com alguns diretores: o próprio Carlos, que está aqui presente, Diretor-Executivo, uma pessoa que já tem bastante experiência dentro do Dnit, conhece tudo do Dnit também; conversei com o Fabricio Galvão, que é o Diretor-Geral, também servidor do Dnit; outras pessoas, inclusive a Fernanda, que é a Diretora de Administração e Finanças interina, que me recebeu muito bem lá dentro do Dnit. Eu me senti muito à vontade em poder conversar sobre as questões relacionadas à diretoria e entender um pouco como é que funciona toda a estrutura do Dnit. Sabemos hoje que atualmente nós temos 26 superintendências estaduais do Dnit, que também fazem parte de toda essa engrenagem para que o Dnit possa funcionar de forma plena, não só aqui na sede do Dnit, em Brasília, mas também com toda a participação das superintendências bem como das mais de cem unidades locais espalhadas em toda a região.

Então, o interesse realmente é que se tenha essa sinergia entre a Diretoria de Administração e os demais diretores e que a gente possa manter uma relação junta, coesa, para que a gente possa planejar, para que a gente possa realmente fazer com que o Dnit possa entregar à sociedade brasileira todas essas obras que já estão dentro do escopo para o ano de 2023.

Então, é importante que a sede aqui, a Diretoria Colegiada, junto com as Superintendências Regionais, as unidades locais possam fazer um trabalho conjunto e entregar para a sociedade.

Eu tenho certeza, como o Senador Esperidião Amin comentou, de que nós temos processos, projetos que precisam de um acompanhamento *pari passu* para que não tenha nenhum empecilho, para que aquele equipamento, aquela estrutura não deixe de ser entregue em tempo hábil.

Este ano de 2023, conversando com os colegas no início da manhã, é o momento de a gente resgatar não só a instituição, o Dnit, mas também, inclusive, as empresas que trabalham nesse tema de rodovias, ferrovias, e de confiar no trabalho dos servidores do Dnit, dos fiscais para que a gente realmente entregue os equipamentos com uma qualidade melhor do que já estão sendo entregues. Isso é bastante positivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lógico, todos os pleitos – não só... – de todos os estados vão ser submetidos e possivelmente passar pela Diretoria de Administração e Finanças, e a gente vai tentar contribuir pensando na melhor situação para o estado.

E pelo Ceará eu tenho um carinho bastante grande, porque, quando eu era Superintendente da região do INSS no Estado do Ceará, lá fazia algumas visitas ao estado. Inclusive, nós temos três gerências-executivas do INSS no Estado do Ceará: uma em Fortaleza, uma em Juazeiro do Norte e outra em Sobral. Então, fiz questão de conhecer toda aquela região e sei que é uma região que realmente precisa da melhoria, de chegarem todas essas melhorias às estradas da região.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mais uma vez, agradeço-lhe e o parabenizo também.

Agora, tendo em vista que a gente já conseguiu o quórum, eu quero perguntar aos senhores e às senhoras se a gente já pode encerrar esta votação.

Quem concordar permaneça como está. (*Pausa.*)

Vendo que todos estão concordando, a gente declara encerrada esta votação e já pede para que seja aberta, para a gente ter o resultado, visto que a votação era uma votação secreta.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pronto. Já temos aqui o resultado.

A indicação do Sr. Marcos de Brito Campos Júnior para o Dnit foi aprovada por 12 votos. Então, foi unanimidade dos que votaram aqui.

Parabéns, Sr. Marcos. Espero e desejo um ótimo trabalho, como já vêm fazendo todos os outros Diretores que estão à frente do Dnit, todos os funcionários que realmente estão lá. Eu só tenho aqui a desejar um ótimo trabalho. Que você realmente faça o que está se propondo a fazer e que consiga não só para o Estado do Ceará... Que consiga contribuir de uma forma positiva para o nosso país como um todo, sobretudo para o Estado do Ceará.

Agradeço aos demais Senadores e Senadoras, agradeço a todos da Comissão, aos assessores, às assessoras, à imprensa aqui presente.

E já declaro encerrada esta presente reunião, que foi aqui a sabatina do nosso querido Marcos de Brito. Boa sorte! Parabéns!

O SR. MARCOS DE BRITO CAMPOS JÚNIOR – Obrigado, de verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Sigamos juntos aí!

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Fernando Farias, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Jader Barbalho, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Otto Alencar, Augusta Brito, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Tereza Cristina, Cleitinho, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Marcos do Val e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 365, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022, que “Aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013”, e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que “Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica”." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 6035, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2084, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre limites de dimensões para veículos articulados." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3229, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5230, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

providências, para prorrogar o prazo dos municípios para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação do PL 3229/2023, com a emenda que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do PL 5230/2019. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 634, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que "estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis n º 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001", para aprimorar o processo de licenciamento para instalação de infraestrutura de telecomunicações." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senadora Margareth Buzetti. **Relatório:** Pela aprovação com as quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4430, de 2020 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-335." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Wilder Morais. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1949, de 2021 - Terminativo -** que: "Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e rejeição da emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2773, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a instalação de áreas de escape ("caixa de brita") nas rodovias localizadas em regiões serranas." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 70, de 2023** que: "Requer, os termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belo Horizonte, com o objetivo de acompanhar o andamento do contrato de concessão do metrô de Belo Horizonte, sob a responsabilidade do Grupo Comporte." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 71, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa de energia elétrica, o risco de as tarifas ficarem mais caras nas regiões do país com maiores complexidades socioeconômicas e eventuais medidas necessárias para se enfrentar as causas do problema." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 72, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Enio José Verri, Diretor-Geral Brasileiro de Itaipu, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 73, de 2023 que: "Requer a Inclusão de um representante da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (UNAREG), na audiência pública objeto do REQ 66/2023." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 74, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em agosto de 2023." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 75, de 2023** que: "Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir o potencial e os entraves da exploração de potássio no Brasil." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Subscrito pelo senador Jaime Bagatolli, alterado o texto para modificar o convidado (em conformidade com o texto final da Comissão) e aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 76, de 2023** que: "Requer audiência pública com a presença do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, incluindo o aumento na tarifa de energia elétrica do Estado do Amapá proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado, com alteração da fundamentação legal (artigo 93, II do RISF). **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 77, de 2023** que: "Requer que sejam convidados a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura os convidados que menciona, a fim de prestar informações sobre a revisão tarifária extraordinária da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA aprovada pela ANEEL em percentual médio de 44,41%." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues, Fernando Farias, Jaime Bagattoli, Margareth Buzetti, Wilder Morais, Carlos Viana, Jorge Seif, Jayme Campos e Mecias de Jesus. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de setembro de 2023.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos... (*Pausa.*)

Tem uma série de outros aqui, mas depois eu faço a leitura.

O objetivo e diretriz desta reunião, pré-reunião, destina-se à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa.*)

O fato de estar ocupando a Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal aumenta a minha responsabilidade em promover a deliberação de proposições legislativas que ajudem a solucionar os diversos gargalos estruturais que desafiam o Brasil. Temos um orçamento público limitado. É essencial a entrega de marcos normativos que facilitem maior participação da iniciativa privada nos projetos necessários à melhoria da infraestrutura no Brasil.

A Comissão, devo dizer, está determinada a garantir que o Brasil volte a crescer de forma consistente, observando a preservação do meio ambiente saudável e garantindo a inclusão social dos brasileiros mais necessitados. Em vista desses princípios, o Brasil deu um importante passo na direção do progresso social e econômico com a retomada do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Penso ser essencial ao Governo Federal que participe da concretização de investimentos cruciais ao nosso desenvolvimento.

A seleção dos projetos do novo PAC contou com a indispensável participação dos governos estaduais, que elegeram obras essenciais em seus respectivos estados. Entendo que isso fortalece o diálogo federativo e republicano, sinalizando o abandono de eventuais disputas políticas em favor do nosso povo.

O crescimento deve ser de todos e para todos, mas não basta aumentar o gasto público em infraestrutura. É fundamental que o Governo Federal cuide das suas despesas, de forma geral, sob a pena de aumentarmos o nosso endividamento e comprometermos a confiança dos agentes econômicos. Temos que privilegiar recursos e iniciativas que tragam benefícios concretos aos brasileiros.

O novo arcabouço fiscal foi uma resposta do Executivo e do Legislativo para isso. Estamos garantindo regras fiscais críveis, previsíveis e sustentáveis, sem que isso nos conduza à estagnação econômica, evitando que isso acarrete prejuízo ao nosso desenvolvimento.

A votação da reforma tributária, que vem sendo construída com ampla colaboração dos setores produtivos, da sociedade civil, dos Governadores e dos Prefeitos também será um avanço em direção à modernização do País, e isso tem sido reconhecido...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou fazendo essa leitura aqui justamente para dar tempo para os Senadores irem chegando, chegando bem cedo... Então, vou fazer essa introdução e, depois, o Kajuru falará alguma coisa aqui, até o nosso pessoal chegar.

E isso tem sido reconhecido por investidores nacionais e estrangeiros, que a cada semana têm melhorado as expectativas sobre a nossa economia. Agências internacionais de classificação de risco voltaram a elevar a nota ou o viés do Brasil, algo que não ocorria há cinco anos.

Estamos criando novos instrumentos de captação de investimentos, como as debêntures de infraestrutura, que são objeto do Projeto de Lei 2.646, de 2020, aprovado recentemente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e pronto para votação em Plenário. Já foi, inclusive, votado.

Já foi votado, o meu discurso está velho. (*Risos.*)

O meu discurso está velho.

Tive a oportunidade de relatar a matéria quando tramitou na Comissão de Infraestrutura e posso afirmar que as concessionárias de serviços públicos passarão a contar com uma fonte de recursos de enorme potencial, ao passo que os investidores privados terão acesso a um investimento seguro, rentável e de alto impacto no desenvolvimento do país.

Então, eu gostaria de passar aqui para o Kajuru, para ele fazer alguns comentários, e depois nós começarmos a leitura dos objetos desta reunião de hoje.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Bom, primeiro, Deus e saúde a todos e a todas presentes e àqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Presidente desta importantíssima Comissão de Infraestrutura, reserva moral deste país, Senador Confúcio Moura, o senhor aproveitou aqui para dizer que a gente deve, às vezes, ficar falando para chegarem os companheiros, não é? Mas tem Comissão que eu tenho que falar por meia hora porque não chega ninguém. Aí eu vou enrolando. A Leila fala: "Kajuru, enrola, enrola...". (*Risos.*)

Mas hoje eu só tenho duas páginas. Então, vou ser objetivo aqui, rigorosamente objetivo.

E a gente continua com aquela situação – não é? –, cá entre nós aqui: terça e...

Aí chegou o Otto de Deus. Esse chega cedo sempre.

É duro terça e quarta para a gente aqui, a situação nossa... É vida de Bolt, como eu falo, porque, por exemplo: 10h da manhã agora; eu presido a sessão da Comissão de Segurança Pública, com uma audiência pública, e, no mesmo horário, tem a CCJ. Não sei se o Davi vai participar, porque agora ele tem Vice-Presidente finalmente. Depois de 60 anos, ele colocou um Vice-Presidente na CCJ, não é?

Aí tem a votação lá, importante, do marco. Então, você fica numa situação difícil, porque chega a quarta-feira, e é a mesma situação, tem quatro Comissões simultâneas.

A gente tinha que achar... Eu insisto nisso, e o Esperidião Amin, nossa reserva deste Senado aqui, também poderia nos ajudar nisso, porque, terça e quarta, as Comissões que a gente tem... A gente não consegue trabalhar em todas elas. Não é verdade? É muito difícil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só você consegue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não consigo. Nem eu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Só você, com o dom da ubiquidade. Ubiquidade, só Santo Antônio consegue. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É duro, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O homem da ubiquidade é Kajuru Nasser.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Se você perguntar para o Girão: "Girão, segunda-feira vai ter Comissão". Ele fala: "Não, não, segunda-feira eu prefiro Plenário, porque eu quero falar". E aí o assunto é o mesmo: aborto, Lula, STF...

Olhe o califa chegando.

Bom, eu só queria solicitar, Presidente, que, na audiência pública objeto do Requerimento 66/2023, sobre a elaboração de resolução do novo marco legal do Trip (Transporte Rodoviário Coletivo Interestadual de Passageiros), que seja incluído, por finesa, um representante da União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais, a famosa UnaReg.

Esse é o meu pedido ao Sr. Presidente desta Comissão em relação à nossa próxima audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, assim que o Senador Kajuru Nasser se deslocar para outra Comissão, o senhor poderia me conceder a palavra? (*Risos.*)

Quero aproveitar esse momento de transferência de plenário...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente.

Pode falar agora, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu vou sair.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria fazer duas solicitações.

Primeiro, respeitando outros pedidos, se for possível, antecipar a apreciação do Requerimento 11. Primeiro, porque o 11 é um número perfeito. Até o Senador Otto Alencar sabe disso, pela sua passagem pelo glorioso 11.

Se for possível, repito.

E, quanto ao primeiro, ao item 1, eu queria pedir vista. E não é por procrastinação; é para apresentação de argumentos em separado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Fica a critério de V. Exa. quando é que vale a minha intenção.

Obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu ouvi aqui com atenção as colocações do Senador Esperidião e, já que ele vai pedir vista, eu poderia pelo menos ler o meu relatório. E, depois de lido o relatório, ele pede vista. Ou tem vista antecipada à leitura do relatório? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sendo seu – pode permitir –, eu vou pedir vista antes e depois...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Aí é complicado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para conhecer a sua opinião nos mínimos detalhes.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A minha opinião é sempre conhecida: pró-Nordeste, pró-Bahia.

Meu terreiro é a Bahia. Portanto, pela Bahia, a gente luta com todas as forças.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Seu terreiro?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meu terreiro é a Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, vamos fazer o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Bahia é, o senhor não viu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... do Orixá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... a Bahia foi que meu deu régua e compasso, como disse Gilberto Gil na música dele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bem, item 1 da pauta.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2022
- Não terminativo -

Susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022, que "Aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013", e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que "Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica".

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Otto Alencar
Relatório: Pela aprovação
Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Após exame da CI, a matéria vai à CCJ

2. Em 5/07/2023 é realizada audiência pública de instrução do projeto

3. Em 29/08/2023 o Senador Luiz Carlos Heinze apresenta voto em separado, pela rejeição da matéria

4. Em 1/09/2023 o Senador Jader Barbalho apresenta voto em separado, pela rejeição do projeto

5. Votação simbólica

A autoria é do Deputado Danilo Forte.

Vou passar a palavra para o Senador Otto Alencar para a leitura e, depois, para a discussão.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

E aviso que tem nesse projeto dois votos em separado, que serão da seguinte forma...

Logicamente, pedindo vista, não se dá andamento, mas caso corra tudo sem pedido de vista, o Senador Otto faria a leitura, a gente faria a votação do projeto dele, e, se o projeto dele tiver maioria, está encerrada a votação nem se votam os projetos do voto em separado.

Então, com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Confúcio Moura.

Esse PDL sob minha relatoria chegou ao Senado no início da legislatura, no começo da legislatura. Tive o cuidado de ler bastante, de entender essa matéria, que diz respeito, inclusive, muito, à minha região, Região Nordeste, região mais produtora de energia limpa, energia eólica.

Eu iniciei energia eólica no meu Estado, na Bahia, no Município de Guanambi, no ano de 2011, e hoje tem uma produção muito grande de energia eólica, várias empresas instaladas, e também de energia fotovoltaica na Região Nordeste. Nós temos vento e Sol para sustentar o Brasil...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sol e música.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... se tivermos toda a possibilidade de, com incentivos, com subsídios, implantar toda essa energia limpa do nosso estado, além da energia hidroelétrica do Velho Chico, com as suas oito hidroelétricas ao longo do curso desse rio, que sustenta o Nordeste com suas águas abençoadas.

Fizemos também uma audiência pública com a participação de representantes da Aneel, com a participação dos Senadores, de outros técnicos do setor e também com a participação do Deputado Federal Danilo Forte, o que me convenceu de que a resolução da Aneel, de alguma forma, é nociva à implantação das indústrias desse setor na minha região, sobretudo no meu querido Estado da Bahia.

De forma que eu vou a análise da matéria.

Em consonância com o art. 97 e com o art. 104, inciso II, ambos do Regimento do Senado Federal, compete a esta Comissão de Infraestrutura analisar matéria dessa procedência, sobretudo o PDL 365, de 2022.

A proposição que se encontra em análise está, na forma, dentro das competências exclusivas do Congresso Nacional, de acordo com o inciso V do art. 49 da Constituição Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos incumbe de "sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar".

No que diz respeito às normas a serem sustadas, farei um breve resumo.

Em 1º de julho de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica iniciou a Consulta Pública nº 39 para debater a possibilidade de suspender a estabilidade da tarifa aplicada aos geradores – aprovada pela Resolução Normativa 1.024, de 2022 – e intensificar o sinal locacional na tarifa de transmissão de energia elétrica – aprovado pela Resolução Normativa 1.041, de 2022.

Segundo os estudos apresentados pela Aneel na Análise de Impacto Regulatório 02, de 2021, há previsão de um aumento médio nas tarifas. A geração enfrentaria um aumento médio de 24%, enquanto as distribuidoras teriam um aumento de 5%, e apenas os consumidores livres teriam um aumento médio de 16%.

No entanto, essa mudança resultaria em um aumento nos custos de geração, devido à incorporação das novas tarifas de transmissão com sinal locacional intensificado e ao risco assumido com o fim da estabilidade da tarifa dos geradores.

Considerando que a geração tem um impacto muito maior no custo final da energia elétrica do que a transmissão, o impacto global final será negativo para todos os consumidores, independentemente da região do país.

A política energética para expansão da transmissão e geração de energia elétrica deve buscar minimizar o custo global percebido pelos consumidores.

No Brasil, há um *trade-off* entre produzir energia elétrica próxima ao consumo – uma escolha – com custos menores de transmissão e explorar os melhores potenciais energéticos, que oferecem maiores fatores de capacidade e menores custos na sua geração.

O objetivo do sinal locacional é orientar os novos consumidores a se instalarem próximos à geração e os novos geradores a se instalarem próximos aos consumidores, a fim de minimizar a necessidade de investimentos das linhas de transmissão com custo muito alto.

O sinal locacional não deve ser aplicado para incentivar a realocação de geradores e consumidores já estabelecidos, pois isso acarretaria a perda de investimentos já realizados tanto na geração e consumo quanto na transmissão, prejudicando a modicidade tarifária.

A intensidade do sinal locacional deve levar em consideração aspectos prospectivos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos fazer silêncio, porque o nosso Relator está fazendo a leitura. Por favor, silêncio.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... como a evolução do mercado consumidor e da matriz energética, bem como outras variáveis relevantes para a formação de custos, como custo do solo, mão de obra, transporte, mobilização, aspectos sociais, distribuição de renda e impacto ambiental, que são importantes para avaliar a relação entre custo e benefício social.

A nova sistemática de cálculo da Tust da Aneel, que inclui o sinal locacional, encarece o custo de geração de energia nas Regiões Norte e Nordeste e parte do Centro-Oeste – onde estão os melhores potenciais para projetos de energias renováveis – e barateia o custo de geração no Sul e no Sudeste.

Como efeito, teríamos uma migração de projetos de geração, apesar de nossos melhores recursos renováveis estarem no Norte e Nordeste e em parte do Centro-Oeste. É uma política

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ineficiente, do ponto de vista de utilização dos nossos recursos naturais, e equivocada. E, como política, não deveria ser formulada pela Aneel, uma agência de regulação.

Acreditamos que a intensificação do sinal locacional é uma medida de política pública que abrange aspectos além da competência regulatória da Aneel, como desenvolvimento social, emprego, distribuição de renda e mudança climática. Além disso, a estabilização das tarifas é benéfica tanto para geradores quanto para consumidores, contribuindo significativamente para a modicidade de preços e tarifas.

No entanto, a Aneel decidiu afastar essa estabilização sem fundamentação adequada em análise de impacto regulatório e análise de custo e benefício, para investigar o impacto global no preço final da energia elétrica. As regras de transição estabelecidas também foram consideradas insuficientes, gerando insegurança jurídica e regulatória. Assim, acreditamos que a proposição da Aneel apresenta inconstitucionalidade formal, por exorbitância do poder regulamentar.

Por isso, entendemos que as resoluções normativas em epígrafe vão além do poder regulamentar delegado para as agências reguladoras.

De acordo com esse relatório, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2022.

Sr. Presidente, essa é uma matéria que, sem dúvida nenhuma, merece debate e discussão. No entanto, a meu sentir, a meu ver, quanto mais produção de energia limpa no Nordeste ou em qualquer outra região, seja eólica, fotovoltaica, hidrelétrica ou, como futuramente e provavelmente, de hidrogênio – eu sou o Relator aqui na Comissão do Hidrogênio Verde, e temos feito reuniões, inclusive no meu estado, com vários setores –, se se aumenta a oferta naturalmente de energia, o custo da tarifa será menor para o consumidor. Então, nós temos condição de produzir muita energia, tanto no Norte como no Nordeste e em parte do Centro-Oeste.

Nós temos até um projeto que está tramitando aqui, sob minha relatoria, que envolve novos subsídios para a implantação de energia limpa, inclusive de pequenas centrais hidrelétricas no Centro-Oeste.

Eu acho que o caminho do Brasil é esse, para contribuir para as alterações climáticas, que V. Exa. conhece tão bem, como eu conheço.

E as alterações climáticas têm levado a tantos problemas no nosso país e fora também do país, haja vista o que está acontecendo hoje no nosso Rio Grande do Sul, em parte do Estado de Santa Catarina, e o que aconteceu na minha Bahia, pelo desmatamento, pela criminosa ação do homem frente às nascentes, às matas ciliares dos nossos rios, sobretudo comprometendo muito... E vai comprometer demais.

V. Exa. é de uma região que tem florestas e rios abundantes. Eu também nasci numa região da Mata Atlântica, que, quando eu nasci, em 1947, era quase virgem. Hoje só tem 15% de reserva de Mata Atlântica, porque 85% da Mata Atlântica foi destruída pela mão do homem. Portanto, toda proposta com incentivos fiscais que seja para produzir energia limpa terá o meu apoio, e não só para o Nordeste, mas para qualquer região – Centro-Oeste, Sul, Sudeste –, até porque esse é o caminho do Brasil, é o potencial do Brasil, é o grande potencial do Brasil.

Então, eu faço esse relatório consciente, até porque, ao longo da minha história... Eu vi inclusive o voto em separado do Senador Carlos Heinze – ele não está aqui, mas ele fez, numa conotação, ao final do seu relatório... –, que não merece, sobretudo, ser colocado, lido ou constar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos *Anais* da Comissão de Infraestrutura, quando ele leva para um lado de suspeição a respeito daquilo que nós defendemos para o nosso estado. Acho que foi muito infeliz no seu relatório, com umas cinco ou seis frases que não deveriam ser colocadas.

O relatório do Senador Jader Barbalho é técnico, o relatório do Senador Carlos Heinze é técnico, e termina querendo levar para um lado de suspeição das pessoas, quando todos nós aqui chegamos ao Senado – sobretudo no meu caso – construindo uma história de luta, de respeito, de honra e de dignidade.

Não é à toa, depois de 35 anos, sendo Deputado três vezes, Presidente da Assembleia, Secretário de Saúde, de Infraestrutura, de Indústria e Comércio, sendo Vice-Governador, Governador, já há nove anos Senador, não saber o que é o Ministério Público me denunciar em absolutamente nada e não responder a nenhum processo ao longo da minha história, tomando conta de todos os orçamentos do meu estado, bilhões e bilhões de reais. E V. Exa. sabe, como eu sei, que qualquer honesto toma conta de cofre vazio.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Na discussão, eu farei o seguinte: já que foi feito o pedido de vista pelo Senador Esperidião, eu acho que não cabe a gente discutir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só queria justificar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode ser coletiva, não é?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É, vista coletiva. Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Mesmo sendo pedido de vista coletivo, eu vou me abster de fazer qualquer comentário sobre as palavras certamente fundamentadas do Senador Otto Alencar a respeito do voto em separado do Senador Luis Carlos Heinze, que eu não li, mas eu conheço o Luis Carlos Heinze, sou amigo dele há 30 anos, e gostaria de pelo menos arguir o direito de o próprio Luis Carlos Heinze, oportunamente e presencialmente, explicar.

Eu não li, então não posso falar sobre o que eu não li, mas a razão do meu pedido de vista...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se quiser, eu posso ler para V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, não, não há necessidade...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É rapidinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Deixe para ler quando ele estiver.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É rapidinho. Eu vou ler. Mas eu, mesmo na Presidência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como eu estou com a palavra, eu quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mesmo na Presidência do Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, como eu estou com a palavra, eu só quero concluir o que eu estou falando.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom. Desculpe, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. me desculpa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só fiz essa colocação *a latere*, sem contestar o que o senhor falou. Eu acho que cabe a ele...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estou pedindo desculpa a V. Exa., meu caro amigo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, mas não se trata... Eu nem entendo que devia desculpá-lo. O senhor tem o direito até de ler o voto dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – *A latere*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Antigamente tinha o zagueiro central, o quarto-zagueiro, o lateral direito e o lateral esquerdo.

V. Exa. nunca foi nem uma coisa nem outra. No máximo, V. Exa. era ponta-direita avançado fixo, o que não deixa de ser *a latere* (*Risos.*), ... mas é quase saindo e embaixo de uma figueira frondosa, para ter...

Eu estou fazendo pedido de vista, exatamente porque eu acho que essa matéria é importante.

O parecer, lido pelo Senador Otto Alencar, até me estimula a fazer duas colocações.

Eu também tive o prazer de instalar a primeira torre eólica nos altos da Serra do Rio do Rastro, a 1.450 metros de altitude.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. comprou Sol onde?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Lá mesmo. Torre eólica não é para Sol, amigo.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, eu pensei que era fotovoltaica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Torre eólica.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pensei que era fotovoltaica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E lá venta demais, até.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Venta demais. Sol é bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agora, tem que ter frequência. O vento tem que ter frequência, regularidade, e não precisa ser muito vento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Pensei que era fotovoltaica. É eólica.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hoje, onde eu plantei a primeira torre eólica, em 2002... Portanto, até por uma questão de satisfação pessoal, nove anos antes de V. Exa. plantar a sua semente – o senhor declarou que era 2011...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O meu foi em 2002. Hoje são 97 torres eólicas...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Sempre mais precoce que eu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que estão ornamentando, depois de terem vencido os quesitos de possível agressão a pássaros, porque aquilo seria rota de pássaros...

Tivemos que enfrentar essas questões ecológicas, ambientais, mas tem um grande empenho nisso, e nós aprovamos, nós, que já servimos ao Brasil tirando carvão do subsolo num momento em que o Brasil não tinha dinheiro para importar petróleo, que temos mortos em mineração de subsolo de carvão, que são heróis para nós, nós aprovamos um plano de transição energética, que agora o Rio Grande do Sul está discutindo – o voto dos senhores.

Achamos que até do carvão nós podemos extrair gases para fertilizantes – para fertilizantes – e para produzirmos o chamado hidrogênio de outras cores. Ou seja, até daquilo que, digamos, penalizava o meio ambiente, com emissões, nós podemos produzir hidrogênio.

E, finalmente, peço vista, não porque diviso do Senador Otto Alencar, mas acho que esse tema pode ser encarado tanto do ponto de vista da constitucionalidade, como ele mencionou, como também quanto ao alcance de subsídios ou outras formas de fomento que se discutam aqui e junto à Aneel. Portanto, é muito mais para construir do que para questionar o meu pedido de vista, que agora passou a ser coletivo.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com todo o prazer, peço que o senhor conceda a palavra...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... para o Senador Otto Alencar, só que ele só não pode invocar o direito de resposta... (*Risos.*)

... porque eu nada fiz para cutucá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, eu tive o cuidado de olhar os votos do Senador Jader Barbalho e do Senador Carlos Heinze. O voto dele vem técnico, mas, na conclusão, ele disse...

V. Exa. viu que eu, de maneira nenhuma, agi com nenhuma palavra ácida ou dura contra o Senador; apenas fiz o meu protesto contra o que foi escrito no voto dele. Não estou retribuindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na mesma forma, absolutamente. A minha veemência é porque eu não concordo que, dentro de um relatório – como todos nós, Senadores, nos respeitamos – tenha uma falta de respeito por uma palavra que está sendo mal colocada num relatório. Pedi até ao Presidente que, se o Senador Heinze concordasse, não constasse no relatório, porque fere, fere a história de cada um de nós aqui, e não é o meu feitio.

Então, ele escreveu: "Dessa forma, no quesito constitucionalidade, o PDL simplesmente olvida de observar...".

Pode ouvir seu trio elétrico. Não tem problema nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Isto aqui é uma música...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nessa altura, é um trio elétrico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – ... Hino à Ponta das Canas, de minha composição.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nessa altura...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – São os meus versos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Na altura que está, é um trio elétrico. Eu pensei que era o Bell, do Chiclete.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Esses sãos os meus versos.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pensei que era o Bell, do Chiclete, tocando aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Esses são os meus versos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O celular dele é alto pra cacete. Você viu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – No Hino à Ponta das Canas.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode pular seu carnaval. Não tem problema nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A marcha-rancho.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Marcha-rancho? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Estou sendo vaiado aqui pelo Otto Alencar.

Pede o meu socorro. Pede o meu socorro aí. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou ler, meu Presidente querido.

> Dessa forma, no quesito de constitucionalidade, o PDL simplesmente olvida observar que, de fato e de efeito, não há inovação alguma a ser sustada, mas apenas o desejo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de grupos de interesse de, por meios tortos, manter ganhos a partir de meticulosas tramas da estrutura regimental, que, acertadamente, foram aperfeiçoadas pela agência dentro do que manda a lei da boa prática regulatória.

"Meios tortos" e "manter ganhos meticulosos e tramas" é uma linguagem que jamais eu faria aqui no maior momento de uma reação a uma palavra dura contra a minha pessoa.

Então, é isso que eu estou pedindo a V. Exa., que, se ele concordar, ele retire, porque fere a todos nós que estamos aqui, sobretudo aqueles que acreditam, como eu acredito, que fiz um relatório de acordo com a minha consciência e, tecnicamente, é aquilo que eu acho necessário para a minha região, para o meu estado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Heinze foi torto, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está concedido vista coletiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Na próxima reunião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quanto à minha consulta sobre o item 11...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Tenho dois pedidos de antecipação de votação, um do Kajuru e o seu, vamos antecipar.

Dê-me o do Kajuru primeiro. (*Pausa.*)

Atendendo ao pedido do Senador Kajuru, item 12 da pauta, antecipado a pedido do Kajuru.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 73, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a Inclusão de um representante da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais (UNAREG), na audiência pública objeto do REQ 66/2023.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Senador Kajuru, concedo-lhe a palavra, para defender o seu requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para encaminhar.) – Presidente Confúcio, para ser bem objetivo, com todo o respeito aos Senadores aqui presentes, eu, francamente, não vejo motivo para fazer a defesa, porque acho tão óbvio esse meu pedido, essa minha solicitação, que tenho certeza de que, por unanimidade, terá aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Alguém quer discutir o requerimento do Senador Kajuru? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir...

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 11, pedido de antecipação de leitura.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 72, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Enio José Verri, Diretor-Geral Brasileiro de Itaipu, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa aplicada à energia elétrica comercializada pela usina hidrelétrica de Itaipu.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para justificar o seu requerimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir muita atenção.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Gente, silêncio aos convidados, aos convidados ilustres.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para encaminhar.) – Quero pedir um aparte a essa algaravia e dizer que não vou ler a justificativa, porque ela é longa, mas quero explicar que o assunto é complexo; e, aproveitando aqui a presença do Líder do Governo, pedir a sua atenção pessoal.

Eu estou pedindo para convidar o Presidente da Itaipu Binacional, meu amigo pessoal, Deputado Enio Verri. Trabalhamos juntos na Comissão de Finanças e de Controle na Câmara dos Deputados, e ele agora é o Presidente da Itaipu Binacional.

Já aprovamos, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, o convite ao Ministro de Minas e Energia, nosso amigo Alexandre Silveira, ex-Senador.

Eu conversei com ele na semana passada e concordei, durante a discussão, com o seguinte, acordamos o seguinte: antes de ele voltar à Comissão – porque ele já esteve na Comissão de Assuntos Econômicos, V. Exa. participou –, ele veio aqui para falar sobre o quê? O acordo de Itaipu, 50 anos, completados em agosto deste ano, agora não tem mais amortização do empréstimo. Ou seja, nós vamos novamente discutir com o Paraguai.

Uma curiosidade histórica: a primeira discussão aconteceu quando se completaram 35 anos de Itaipu, em 2008; Lula era Presidente, e Lugo era o Presidente do Paraguai. Agora, o Presidente do Paraguai recém-eleito vem renovar pedidos que não foram atendidos naquela ocasião e, naturalmente, está acrescentando outros.

Nós temos que acompanhar isso. Por isso, já temos o requerimento de convite para o Ministro e para a Aneel, mas acordamos que, neste momento, há um fato que está acontecendo, está se desenrolando. A Itaipu Binacional teve, no ano passado e neste ano, aprovação de programas socioambientais que excederam US$360 milhões em investimentos e, neste ano, devem chegar a US$500 milhões, que não têm nada a ver com amortização. São obras que podem ser realizadas – estradas, aeroporto... –, e isso onera a tarifa de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fiz questão de pedir atenção. Não é uma questão de regionalismo, é uma questão de republicanismo.

O orçamento que a diretoria aprova, de US$500 milhões de investimento, sem conhecimento do Congresso, isso é um orçamento secreto, sem a RP 9 – sem a RP 9.

Não há exegese do Senador Marcelo Castro que consiga enquadrar isso na Lei Orçamentária. Por isso é que a justificativa é longa. E eu reconheço, ela é agressiva, sim, porque isso não é deste Governo, isso é da Itaipu Binacional.

Então, acordamos o seguinte: aprovamos o convite. Porque, como sabem, nós não podemos convocar o Presidente de uma... Seja ela nacional ou binacional. Mas, se o Enio Verri não puder vir, aí nós vamos trazer o Ministro. E vamos apelar. Primeiro, porque eu tenho certeza de que ele já esteve aqui. Só que as respostas que foram dadas tanto pela Aneel, quanto pelo Ministério, não satisfazem. Ele já mandou respostas que tergiversaram. Estou falando aqui a palavra certa. Não há uma explicação do porquê disso.

Eu repito, para concluir, que há a previsão de investimentos de cerca de R$2,5 bilhões – US$500 milhões – que serão aprovados pelo Conselho da Itaipu.

Não é despesa operacional, não é amortização da obra, ação da construção do complexo Itaipu, pois isto está pago, está zerado. O Brasil não deve nada. Foi o Brasil que financiou a obra integralmente. É binacional, mas o financiamento foi integralmente brasileiro.

Então, eu acho que é justo darmos esse passo. Convidamos o Presidente da Itaipu Binacional – repito: tenho o maior apreço e respeito técnico, além de apreço pessoal. Se ele vier, nós esclareceremos o assunto junto a ele.

Eu reconheço, nesse caso, que a justificação do meu requerimento é um libelo. Não é uma libélula. É um libelo contra esse tipo de procedimento, independente de qual seja o Governo, de permitir que uma empresa de dois países tenha um orçamento de investimento absolutamente discricionário, ao arrepio do Congresso Nacional. Pior ainda: que o montante que venha a ser investido repercuta na nossa tarifa! E, nisso, eu estou comungando com o próprio escopo do relatório do Senador Otto Alencar.

Quer dizer, vou investir US$500 milhões, sei lá, num aeroporto? Numa rodovia? E isso vai para a conta do país que, por conta desse tipo de procedimento, tem a energia mais limpa, teoricamente mais barata, mas na ponta, no consumidor, não o é.

E concluo.

Na semana passada, nós tínhamos uma exposição sobre a eletricidade na reforma tributária. Olha, o que tem de cruzamento que vai tornando, no final, a tarifa que é a mais barata, por esses 80% de energia limpa que gera a nossa tarifa e o que entra de subsídio, de cruzamento, vai tornando essa energia elétrica um fator de não competição da indústria e da economia brasileira.

Concluo, portanto: é um convite para que o Deputado Enio Verri compareça. Se ele vier, não há necessidade nem de praticarmos o convite já aprovado para o Ministro, ou seja, é um vestibular. Se o assunto for esclarecido...

Por isso, insisto na aprovação, que é uma forma, Senador Randolfe, de poupar o Ministro e de esclarecer coisas que ele não faz, só que a autoridade a que está vinculada Itaipu é o Ministério de Minas e Energia. Então, eu reconheço. Ele nem fica sabendo que investimento é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse, nem ele nem nós, nem o Congresso. Eu não sei nem se o Tribunal de Contas da União toma conhecimento disso, nunca ouvi nada a respeito.

Então, essa é a razão do convite.

Espero não ter me excedido, mas espero ter justificado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Bem, está em discussão o requerimento do Senador Esperidião Amin.

O Senador Esperidião... Esse assunto ele vem já abordando aqui durante esse ano, desde o mês de abril, por aí afora. Ele, há 15 anos, era professor da Universidade de Santa Catarina, e foi um dos trabalhos de mestrado ou de doutorado da turma que ele dirigia justamente a análise da situação de Itaipu ao fim de 50 anos. Agora chegam os 50 anos, em agosto, e esse requerimento dele a gente não pode demorar para aprovar e nem para fazer o convite ao Presidente José Enio Verri. Nós vamos acelerar, porque agosto venceu e isso tem que ser debatido mais rapidamente possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, pelo Governo...

Nenhum óbice da parte do Governo. Eu, inclusive, quero saudar o Senador Esperidião pela iniciativa. Acreditamos, inclusive, que é uma boa oportunidade para o Dr. Enio Verri comparecer a esta Comissão e ao Congresso Nacional e prestar todos os esclarecimentos que existem, sobretudo sobre a situação em que recebeu Itaipu.

Aliás, nós até exultamos a iniciativa, porque pode ser uma boa possibilidade de apresentação da situação em que Itaipu foi recebida e também sobre os investimentos e até onde o Governo pretende levar as ações de Itaipu, que é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros.

Então, só para registrar: sem óbice nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O debate vai ser muito grande. O novo Presidente falou, na posse dele – o do Paraguai –, que, realmente, o tema dele seria discutir as vantagens para o povo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

Absoluta.

Então, está em votação o requerimento do Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos acelerar o convite para essa autoridade de Itaipu.

Bem, vamos dar seguimento aos itens. Já temos quórum suficiente.

ITEM 2
PROJETO DE LEI Nº 6035, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, com o objetivo de destinar recursos aos Municípios para realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Após o exame da CI, a matéria vai à CAE, terminativamente

2. Votação simbólica

Com a palavra o Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Então, vamos relatar projeto de lei do Senador Veneziano que tem por objetivo de destinar recursos aos municípios para a realização de projetos de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública.

Combinado com o Veneziano, nós estamos fazendo um projeto substitutivo a esse projeto de lei apresentado por ele. Então, permita-me aqui passar para análise, para a gente...

Nos termos do art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CI opinar sobre matérias pertinentes a recursos geológicos, agências reguladoras e assuntos correlatos, como é o caso em tela.

No mérito, há pouco o que acrescentar em relação à excelente justificativa do PL. De acordo com estudo do Banco Mundial, o parque de iluminação pública do Brasil é estimado em mais de 18 milhões de pontos de luz e representa cerca de 4,3% do consumo total de energia elétrica do país, comprometendo de 3% a 5% do orçamento dos municípios.

Do ponto de vista financeiro, é importante buscar fontes de recursos e soluções para a modernização dos parques de iluminação pública, visto que os municípios têm situação financeira, de forma geral, bastante frágil diante de sucessivas crises econômicas e consequente baixo crescimento e geração de receitas.

Por outro lado, não se pode negar que, em pleno século XXI, eficiência energética é a palavra de ordem. De acordo com a cartilha intitulada “Iluminação Pública Municipal, Programas e Política Públicas: orientações para gestores municipais”, do Ministério de Minas e Energia, as lâmpadas de LED, apesar de mais caras, apresentam maior durabilidade, de até 90 mil horas, ante um máximo de 24 mil horas para as lâmpadas de sódio de alta pressão; apresentam custos mais baixos de manutenção, com economia de energia de 40% a 60%, além de oferecerem possibilidade de telegerenciamento e dimerização. Ou seja, um programa de substituição de outras lâmpadas (como de sódio de alta pressão, de vapor metálico ou de vapor de mercúrio) por lâmpadas de LED se paga após alguns anos, mas é necessário dispor de recursos para fazer esses investimentos.

Dessa forma, este PL tem o mérito de atender simultaneamente a duas das mais importantes demandas do país: aprimorar as finanças municipais e obter maior eficiência e racionalização no uso da energia.

Contudo, entendemos que é possível aprimorar o projeto nos seguintes aspectos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) sanar erro de técnica legislativa, deslocando do art. 4º para o art. 5º a alteração proposta para a Lei 9.991, de 2000;

ii) supressão do percentual mínimo de 40% de destinação dos recursos dos programas de eficiência energética no uso final para a iluminação pública;

iii) autorização para que os municípios menores utilizem recursos humanos da Aneel para formatarem seus projetos de iluminação pública;

iv) prever que as alterações propostas pela lei sejam submetidas à avaliação posterior;

v) vedar a exigência de pagamento, por parte das concessionárias e permissionárias, pela atividade de cobrança e arrecadação da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública na fatura de consumo de energia elétrica.

Sobre a primeira sugestão para aprimorar o projeto, o art. 1º da Lei 9.991, de 2000, obriga as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a aplicarem 1% de sua receita operacional líquida em duas áreas de atuação:

i) pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, com 0,75%; e

ii) programas de eficiência energética no uso final, com o restante 0,25%.

O PL altera o art. 4º da referida Lei 9.991. Ocorre que esse art. 4º trata do uso dos recursos para pesquisa e desenvolvimento, ao passo que o objetivo do PL é destinar recursos dos programas de eficiência energética no uso final para municípios. A destinação desses recursos está prevista no art. 5º, I. Por isso, é necessário corrigir esse equívoco de técnica legislativa.

Sobre a segunda sugestão para aprimorar o projeto, o Programa de Eficiência Energética, regulado pela Aneel, tem sido um importante incentivador de projetos voltados para a melhoria da eficiência energética na iluminação pública em todo o país, desde a publicação da Lei nº 9.991, em programas de diferentes naturezas.

De acordo com dados cadastrados pelas distribuidoras no Observatório do Programa de Eficiência Energética, no período de 18 a 23, foram contabilizados 609 projetos de eficiência energética em iluminação pública, com investimentos da ordem de R$728 milhões, provenientes do Programa de Eficiência Energética das distribuidoras (média de R$119 mil por projeto).

Ou seja, milhões já são investidos anualmente em programas voltados exclusivamente para a iluminação pública. Nesse contexto, é importante destacar que, além de não haver a necessidade de fixar um percentual específico para essa destinação, haja vista a realização de ações voltadas aos municípios, as diretrizes atuais dos procedimentos do Programa de Eficiência Energética (Propee) já orientam a realização de investimentos em iluminação pública e são amplamente disseminadas pelas distribuidoras em todas as áreas de concessão do país, considerando os benefícios associados a tais ações.

Ademais, a fixação de um percentual mínimo para investimentos em iluminação pública poderia gerar custos transacionais adicionais para as equipes das distribuidoras e para a Aneel.

A experiência nos mostra que esses percentuais mínimos se tornam excessivos e desnecessários. Por exemplo, a Lei 12.212, de 2010, que introduziu a tarifa social de energia (TSEE), obrigou as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica a aplicarem, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos recursos dos seus programas de eficiência para unidades consumidoras beneficiadas pela Tarifa Social. Isso gerou uma evidente dificuldade operacional para as distribuidoras em cumprir tal dispositivo e para a Aneel em adicionar nova rubrica específica como item de verificação, acompanhamento, controle e fiscalização. O pior: o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percentual mínimo foi estabelecido sem observar as particularidades do mercado de cada área de concessão.

É fundamental que as prioridades e necessidades de cada área de concessão sejam consideradas na destinação dos recursos do Programa de Eficiência Energética, de modo a garantir a efetividade e a eficiência dos investimentos realizados, obedecendo aos trâmites atualmente definidos no mecanismo de chamadas públicas de projetos, por meio das quais todos os interessados no financiamento podem apresentar suas propostas de modo isonômico e transparente.

Além dos recursos direcionados à iluminação pública, nos termos do Propee, há também o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). Por meio desse programa, são realizadas chamadas públicas com abrangência nacional para priorizar as potenciais localidades que requerem a substituição de lâmpadas e luminárias, assim como a automatização e gerenciamento de uso de energia elétrica, resultando em economia para as prefeituras.

A primeira chamada pública de projetos de iluminação pública do Procel, em âmbito nacional, ocorreu em 2017. A contar desse momento, o programa registrou uma admirável evolução técnica e administrativa na segunda edição, em 2019, e na última chamada, concluída em 2021.

É muito importante ressaltar que, quando um município é aprovado na chamada pública do Procel Reluz, ele recebe um pacote de benefícios, tais como capacitação técnica para os agentes públicos e privados envolvidos no projeto, ou seja, servidores, consultores, empresas de engenharia, entre outros, realizando-a seus próprios técnicos do programa.

O efeito multiplicador da capacitação promovida pelo Procel se reflete a longo prazo. O propósito principal é incorporar a metodologia do programa nos locais onde os projetos são executados, com o intuito de semear a região. Quando isso acontece, em geral, na edição seguinte os projetos aumentam significativamente.

Em síntese, os mecanismos atuais de financiamento de iniciativas das prefeituras em modernizar e "eficientizar" seus parques de iluminação pública já são suficientes para contemplar as prefeituras cujos interesses e potenciais de economia possam ser explorados por meio dos recursos da Lei 9.991, de 2000, sem a necessidade de estabelecer um percentual mínimo para tal destinação, mesmo porque a imposição desses percentuais mínimos seria em detrimento de outras modalidades e usos finais, que também concorrem com a aplicação do recurso.

Definir um percentual mínimo fixo para aplicação seria ineficiente do ponto de vista da racionalidade da aplicação do recurso público, que deve ser pautada por critérios objetivos e transparentes.

Sobre a terceira sugestão de aprimoramento, falta muitas vezes para os municípios, principalmente para os menores e carentes, capacidade técnica e jurídica para acessar esses mecanismos existentes. Assim, o projeto pode ser aprimorado com a explicitação de que recursos de eficiência energética podem ser utilizados para estruturação e realização de projetos de eficiência energética no sistema de iluminação pública.

Entendo também que, em função das especificidades de cada município, é razoável permitir que haja requisitos diferenciados, por exemplo, quanto ao prazo para apresentação e implementação dos projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme visto, os recursos do Programa de Eficiência Energética no uso final permitiram a aplicação de milhões de reais em iluminação pública. O Decreto 10.411, de 2020, que regulamentou a Lei 13.874, de 2019, já exige a elaboração de avaliação de impacto regulatório e a avaliação posterior para projetos selecionados. Essa exigência, contudo, é restrita às alterações introduzidas por normas infralegais, não sendo prevista para políticas públicas definidas em lei.

Minha quarta sugestão de aprimoramento é aplicar um princípio semelhante para os investimentos em iluminação pública, a fim de aferir a participação dos municípios após o instrumento legal proposto e de maneira a comparar o cenário anterior à lei com o posterior à sua publicação.

A quinta sugestão de aprimoramento se relaciona à cobrança da Contribuição do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). O parágrafo único do art. 149-A da Constituição permite que o município escolha se a arrecadação da Cosip deve ser cobrada na fatura da energia elétrica.

Ocorre que muitos municípios que editaram leis instituindo a Cosip, com a arrecadação se dando por meio da fatura de consumo de energia elétrica, têm encontrado dificuldades junto às concessionárias de energia, com cobranças, muitas vezes extorsivas, no meu entendimento, para a realização do serviço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Peço silêncio aí ao pessoal visitante. O nosso Relator está fazendo a leitura final do seu relatório. Por favor.

Pode continuar.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Enfim, Presidente...

Algumas concessionárias chegam a cobrar 10% da Cosip arrecadada para o serviço de cobrança. Só para inserir a taxa de cobrança pública, ela está cobrando 10%.

A Aneel já tratou do assunto em resolução normativa, disciplinando que a cobrança pela arrecadação não deve ser feita, pois a concessionária local já é remunerada em sua tarifa por esse serviço e que eventual compensação somente pode ser realizada se houver previsão expressa na legislação municipal.

Ocorre que a atual lacuna legal tem causado insegurança jurídica e trazido prejuízo aos municípios. Proponho, dessa forma, vedar a cobrança direta aos municípios, o que irá gerar mais recursos para investimento na iluminação pública – em torno de R$25 milhões/mês ou R$300 milhões/ano.

Enfim, Presidente, são cobrados esses 10%, que geram R$300 milhões. Então, qual é a ideia? É ela não cobrar esses 10% porque não é a função dela – é só para ela inserir lá no boleto –, e, quanto a esse dinheiro, ela passar um Pix para os municípios, para os municípios tomarem a iniciativa de fazer a sua iluminação.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.035, de 2019, na forma do seguinte substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Em discussão o relatório do Senador Fernando Farias.

As Senadoras e os Senadores que queiram justificar ou não o relatório, a palavra será concedida. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há ninguém que queira se pronunciar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite, o item 15 da pauta é um requerimento de nossa autoria, em que nós pedimos, nos termos do requerimento e em cumprimento ao art. 96 do Regimento Interno do Senado, o comparecimento a esta Comissão da diretoria, do diretor-presidente e dos demais diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Aneel.

Os termos iniciais do requerimento era para dar cumprimento à audiência pública e à prestação de contas anual, na qual, conforme a Lei 10.438, esses dirigentes têm que prestar ao Senado Federal. Ocorre que a razão de fundo é o exagerado aumento da tarifa de energia elétrica que ocorre no Estado do Amapá e também no Estado do Pará, um reajuste no último ano de mais de 90%.

Existem requerimentos de igual teor de autoria do colega Senador Lucas Barreto e do Senador Jader Barbalho, do Pará. Então eu queria pedir para V. Exa., num momento mais oportuno, encaminhar, apensar esse nosso requerimento aos outros dois requerimentos, para aprovarmos em conjunto a realização dessa audiência pública, não mais nos termos da Lei 10.438, mas apenas de uma audiência pública desta Comissão para contar com a presença aqui da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. O Senador Randolfe solicita o comparecimento do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica para discutir o tema que ele acabou de justificar.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Será apensado ao requerimento do Senador Lucas Barreto.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... muito longa, com votações terminativas, com quórum qualificado. Nós vamos dar uma acelerada inclusive nas leituras, se os Senadores puderem fazer breve comunicação sobre a análise e ir direto ao voto, nos ajudaria muito.

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 2084, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre limites de dimensões para veículos articulados.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela rejeição
Observações:
1. Após exame na CI, o projeto vai à CCJ, em decisão terminativa
2. Votação simbólica
Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Com permissão, Senador Confúcio, Presidente desta Comissão de Infraestrutura, quero ir direto à análise.

Compete à Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os transportes terrestres, como é o caso do PL ora em análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o tema da proposição está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, inciso XI, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna. Entretanto, do ponto de vista da juridicidade, o Projeto de Lei (PL) em análise parece invadir a chamada reserva da administração, violando a separação entre Poderes.

O Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, já prevê a competência do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) para determinar as dimensões máximas dos veículos da frota nacional. Essa regulamentação é dada pela Resolução nº 882, de 2021, que estabelece os limites de pesos e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres, referenda a Deliberação Contran nº 246, de 25 de novembro de 2021, e dá outras providências.

Assim, o assunto tratado no Projeto de Lei nº 2.084, de 2022, embora meritório, deveria ser resolvido por resolução do Contran. O processo de decisão do Contran é sabidamente moroso, mas isso dificilmente justificaria a intervenção legislativa, já que o Congresso Nacional tende a revisar suas decisões em intervalos ainda maiores.

Ademais, a aprovação do Projeto de Lei nº 2.084, de 2022, terá impactos na segurança para os demais usuários das vias públicas. A exclusão da dimensão da cabine do cômputo do limite de comprimento do veículo articulado acarreta o aumento do comprimento dos conjuntos, o que afeta gravemente a segurança no trânsito.

Nesse sentido, o aumento no comprimento desses veículos não só alongaria o tempo para a ultrapassagem segura dos veículos menores em pistas simples, com risco potencial de colisões frontais, bem como ampliaria a largura de varredura (arraste e varredura) nas curvas e alças de acesso, com risco de interferências e colisões.

Voto.

Com essas considerações, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 2.084, de 2022.

Só para fazer um comentário, isso não tem necessidade, porque já está na regulamentação de trânsito que os veículos longos articulados têm o comprimento máximo de 30m.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra, para discutir, aos Senadores. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, desculpa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – É só para falar, Senador Jaime Bagattoli, que o senhor está corretíssimo na sua análise, no seu relatório, porque não há o que se discutir. O que é feito, o que vem de fábrica tem que ser regulamentado pelo Contran, e aí o é. Não tem o que se discutir. Então, está correto o seu voto.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela inversão de pauta, se possível, no item 14.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Farias. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Requerimento, item 14.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 75, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir o potencial e os entraves da exploração de potássio no Brasil.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS) e outros

Requer, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o potencial e os entraves da exploração de potássio no Brasil.

É de autoria da Senadora Tereza Cristina. Como ela não está presente, e o relatório... Quem é que está... Não tem o relatório. (*Pausa.*)

... autoria da Senadora Tereza Cristina e do Senador Jaime Bagattoli.

Para justificar seu requerimento, Senador Jaime Bagattoli, com a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – É só para substituir... (*Fora do microfone.*)

... o Sr. Arthur Dominique Liacre pelo Sr. Bernardo Silva, Diretor-Executivo do Sinprifert (Sindicato Nacional da Indústrias de Matérias-Primas para Fertilizantes); acrescentar Roberto Noronha Santos, CEO da Unigel, uma das maiores empresas químicas da América Latina e a maior produtora de fertilizantes nitrogenados da América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está em discussão o requerimento do Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

Não tendo ninguém para discutir...

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Agora vamos a mais um não terminativo.

ITEM 4
PROJETO DE LEI N° 3229, DE 2023
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do PL 3229/2023, com a emenda que apresenta, e pela declaração de prejudicialidade do PL 5230/2019

Observações:

1. Após análise na CI, os projetos vão à CDR, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

Com a palavra, Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente, considerando que o parecer já está disponível aos colegas, eu quero a autorização para a gente ir direto à análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a transportes e assuntos correlatos.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, alterada pela Lei nº 14.000, de 2020), determina que devem apresentar seu Plano de Mobilidade Urbana como condição para receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana: os municípios com mais de 25 mil habitantes; os integrantes de regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento econômico e aglomerações urbanas com população total superior a 1 milhão de habitantes; e os integrantes de áreas de interesse turístico, incluídas cidades litorâneas que têm sua dinâmica de mobilidade normalmente alterada nos fins de semana, feriados e períodos de férias, em função do aporte de turistas, conforme critérios estabelecidos pelo Poder Executivo.

O prazo previsto na lei para a aprovação dos planos de mobilidade urbana originalmente findava-se em 2015. O prazo foi sucessivamente prorrogado por alterações legais, e a atual redação da Lei 12.587, de 2012, estabelece a data de até 12 de abril de 2022 para municípios com mais de 250 mil habitantes e até 12 de abril de 2023 para municípios com até 250 mil habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todavia, a efetivação dessa meta continuou não acontecendo. Segundo dados do Ministério das Cidades, são 1.912 os municípios obrigados a elaborar e a aprovar o Plano de Mobilidade Urbana, sendo que apenas 20% desses declararam ter adimplido essa obrigação.

A taxa de conclusão é especialmente prejudicada pelos municípios com até 250 mil habitantes. Como afirma o autor do projeto de lei, é justamente nesta faixa que estão os municípios com maiores dificuldades institucionais e com maior dependência de recursos federais para promover suas políticas públicas.

A alteração proposta no PL consiste na extensão do prazo para a aprovação do Plano de Mobilidade Urbana para municípios com até 250 mil habitantes. O prazo será estendido até 12 de abril de 2025, um aumento de 24 meses em relação ao prazo atual. Acredita-se que esse período adicional seja suficiente para que o Governo Federal ofereça a assistência necessária aos municípios, sem prejudicar a população.

Cabe ressaltar que se encontra em tramitação no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.179, de 2023, a qual reabre o prazo para elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de que trata o §4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012. De acordo com a medida provisória, o novo prazo será até 12 de abril de 2024, para municípios com mais de 250 mil habitantes; e até 12 de abril de 2025, para municípios com até 250 mil habitantes.

Embora a Medida Provisória nº 1.179, de 2023, faça remissão expressa ao §4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, ela não altera a redação desta lei. Assim, enquanto estiver vigente a Medida Provisória nº 1.179, de 2023, os prazos estão reabertos, coincidindo com a data proposta pelo PL em análise, de 12 de abril de 2025, para municípios com até duzentos e 50 mil habitantes.

Porém, não está contemplada pela MPV a proposta de retirada da punição prevista para municípios com população de até 50 mil habitantes que não cumprirem o prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. A justificativa para essa alteração é que a punição acaba prejudicando a população, que é o alvo principal das políticas públicas.

Além disso, o projeto de lei propõe que a punição seja restrita aos recursos financeiros vinculados às eventuais transferências voluntárias realizadas entre o Governo Federal e os municípios. Isso significa que, embora os instrumentos de repasse possam ser firmados entre os entes, a liberação de recursos vinculados aos respectivos cronogramas de desembolso seria proibida até que as pendências relacionadas ao Plano de Mobilidade Urbana sejam regularizadas.

O projeto de lei também propõe a criação de um dispositivo que obrigue o Poder Executivo Federal, por meio dos Ministérios das Cidades e do Planejamento e Orçamento, a desenvolver e implementar ações de apoio aos municípios que ainda precisam elaborar e aprovar seus respectivos planos de mobilidade urbana.

Os impactos dessas alterações, se aprovadas, podem ser bastante positivos. A extensão do prazo para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana proporciona aos municípios mais tempo para planejar e implementar estratégias de mobilidade mais eficazes e adequadas às suas necessidades específicas.

Para que não seja apenas mais um adiamento sem atacar as causas que levaram a postergações sucessivas, o projeto prevê a obrigatoriedade ao Poder Executivo Federal de oferecer apoio aos municípios na elaboração dos seus planos, o que pode resultar em uma maior uniformidade e eficácia na implantação das políticas nacionais de mobilidade urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, a retirada da punição para os municípios menores e a restrição da punição aos recursos financeiros vinculados às transferências voluntárias podem, de fato, evitar que a população seja prejudicada por atraso na elaboração do plano.

Dessa maneira, o PL é bastante mais amplo que o conteúdo da medida provisória em vigor, mas, ainda, a medida provisória sempre corre o risco de ser rejeitada por decurso de prazo, o que, adicionalmente, afasta qualquer alegação de prejudicialidade do PL 3.229, de 2023. Salientamos ainda não haver qualquer vício quanto à constitucionalidade e à juridicidade do PL 3.229, de 2023, pois é compatível com o texto constitucional e atende às regras técnicas legislativas.

Quanto ao PL 5.230, de 2019, que tramita em conjunto e prorrogava o prazo da elaboração do plano de mobilidade até 31 de agosto, de 2021, para todos os municípios, este fica prejudicado pelos prazos já ultrapassados, deve, portanto, ser declarado prejudicado por haver perdido a oportunidade. Finalmente, também consideramos à oportunidade a prorrogação do prazo até 12 de abril de 2024 para que os municípios, com mais de 250 mil habitantes, elaborem e aprovem o Plano de Mobilidade Urbana, razão pela qual apresentamos emenda ao projeto sob análise.

Quanto ao voto, diante do exposto, votamos pela declaração de prejudicialidade do PL 5.230, de 2019, e pela aprovação do PL 3.229, de 2023, com a apresentação da emenda que se encontra publicada e disponível para todos os Parlamentares.

Sr. Presidente, para mim é uma grande satisfação relatar esta matéria, tendo em vista que este projeto efetivamente aprimora a legislação, prevendo que os Ministérios das Cidades, do Planejamento e do Orçamento apoiarão os municípios na execução das suas obrigações de elaborar de maneira correta os seus planos de mobilidade urbana. Nós, que visitamos os municípios e conversamos com os Prefeitos, sabemos das dificuldades que esses gestores enfrentam para cumprir essas obrigações, considerando a escassez de recursos e de equipes técnicas necessárias, principalmente para os municípios menores. Prorrogar o prazo para o cumprimento das obrigações e prever que o Governo Federal elabore um plano de ação de apoio aos municípios nos parece serem medidas complementares para viabilizar a apresentação dos planos de mobilidade e para evitar as penalidades desnecessárias aos municípios neste momento.

Minha saudação ao autor do projeto, o meu amigo Senador Rogerio Marinho, e também ao Senador Esperidião Amin, que teve a mesma preocupação quando apresentou o meritório PL 5.230 lá, em 2019.

Então, Presidente, obrigado. Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem.

Então, será concedida a palavra para os Senadores que queiram discutir o projeto lido pelo Senador Wilder. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório do Senador Wilder Morais permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PL 3.229, de 2023, com emenda, e pela declaração de prejudicialidade do Decreto 5.230, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, vamos entrar nas votações dos projetos terminativos, que precisam de quórum qualificado para votação.

Projeto de Lei 634, de 2020, terminativo.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 634, DE 2020
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que "estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis n º 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001", para aprimorar o processo de licenciamento para instalação de infraestrutura de telecomunicações.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pela aprovação com as quatro emendas que apresenta

Observações:

Votação nominal

Com a palavra a Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Como é um relatório um pouco longo, peço licença para ir direto à análise, porque é de conhecimento de todos.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos de seu art. 104, inciso I, cumpre à Comissão de Infraestrutura opinar acerca de proposições que versem, entre outros assuntos, sobre serviços de telecomunicações.

Observa-se, portanto, aderência das competências desta Comissão ao tema tratado pelo projeto de lei em análise. O projeto sob exame tampouco contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, não havendo objeções a respeito de sua constitucionalidade material. Já em relação ao mérito, consideramos que o projeto sob análise busca o nobre objetivo de aperfeiçoar a legislação vigente a fim de facilitar o processo de implantação de infraestrutura de telecomunicações.

No momento, a necessidade de ampliação das redes de telecomunicações e, por consequência, de sua infraestrutura de suporte deu um grande salto, em razão de diversos fatores. O primeiro é a crescente disseminação das tecnologias de informação e comunicação entre a população brasileira. Existem cada vez mais pessoas, famílias, negócios e entidades públicas e privadas conectados e demandando serviços digitais.

A segunda razão é a própria evolução tecnológica, que requer cada vez mais infraestrutura de suporte para permitir o aumento da cobertura de sinal e das velocidades de transmissão das antenas dos serviços de telefonia móvel.

O terceiro motivo é dado pelos compromissos de abrangência e cobertura assumidos pelas prestadoras que venceram a licitação das radiofrequências do serviço de quinta geração das redes móveis (5G). Para atender as obrigações editalícias, essas prestadoras precisam investir vultosos recursos na expansão de sua infraestrutura de suporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, entendemos que, desse ponto de vista, a iniciativa é meritória. No entanto, alguns ajustes são necessários ao texto normativo. Em primeiro lugar, a supressão da expressão “em área urbana”, no *caput* do art. 5º da Lei Geral das Antenas, expande a abrangência da lei para todo o território nacional. No entanto, toda a norma está voltada apenas para a infraestrutura em área urbana, o que gera uma incompatibilidade com o restante da lei. Por isso, sugerimos rejeitar essa alteração.

Além disso, a modificação do inciso I do art. 5º da citada lei se mostra desnecessária, haja vista que tal dispositivo já está contemplado no atual art. 10 do mesmo diploma legal. No mesmo sentido, as inclusões dos §§ 1º a 4º no art. 5º da Lei Geral das Antenas se tornam dispensáveis, pela exclusão da mudança anterior, referente ao inciso I do art. 5º, por estarem a ela vinculados. Portanto, recomendamos rejeitar essas modificações, em conjunto.

Já a alteração proposta para o inciso II do art. 5º da Lei Geral das Antenas se mostra adequada, uma vez que acrescenta o conceito de transparência aos princípios e diretrizes norteadores da citada lei. No mesmo sentido, está a inclusão do inciso V no mesmo artigo, buscando reforçar que os conceitos de respeito à boa-fé do particular e de liberdade de exercício de atividade econômica também se aplicam a essa lei. Por essas razões, sugerimos acatar as modificações propostas.

Por sua vez, as alterações propostas para o art. 7º da Lei Geral das Antenas estão prejudicadas, por perda de oportunidade, em razão do advento da Lei 14.424, de 27 de julho de 2022, que já promoveu as alterações pretendidas, notadamente em relação ao chamado silêncio positivo.

Na sequência, a proposta de alteração do art. 10 se mostra inapropriada, em razão de afronta ao princípio da autonomia administrativa dos entes federados. Nesse contexto, não é cabível à Anatel monitorar ou fiscalizar as disposições da lei em relação aos municípios, pois são entes dotados de autonomia política e administrativa. Tampouco, poderia a agência utilizar um bem público, como é o espectro radioelétrico, que pertence a todo o povo, para, eventualmente, ser usado para premiar as administrações municipais que, em seu entendimento, foram boas. Em sentido inverso, também poderia usá-lo para punir as administrações municipais que entender ineficientes, por exemplo. Outrossim, recomendamos rejeitar a referida alteração.

A revogação do §1º do art. 1º retira da lei o dispositivo que prevê que a gestão da infraestrutura de telecomunicações deve ser realizada de forma a atender às metas sociais, econômicas e tecnológicas estabelecidas pelo poder público. Consideramos imprópria essa modificação, uma vez que a infraestrutura de suporte é insumo essencial à prestação dos serviços de telecomunicações, cuja exploração, consoante o art. 21, inciso XI, da Constituição Federal, é de competência reservada à União. Portanto, entendemos que a gestão da infraestrutura que dá suporte aos serviços de telecomunicações deve continuar a observar o interesse público, na forma do estabelecimento de metas sociais, econômicas e tecnológicas, conforme redação vigente. Dessa forma, sugerimos rejeitar a revogação do dispositivo.

Já a revogação do inciso VII do art. 3º da Lei Geral das Antenas se revela pertinente, uma vez que perdeu sua eficácia com o veto presidencial imposto ao art. 21 e, posteriormente, ratificado por este Congresso Nacional.

Por fim, em respeito ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que disciplina a técnica legislativa, o primeiro artigo do texto normativo deve indicar o objeto da lei e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o respectivo âmbito de aplicação. Assim, recomendamos a inclusão de um dispositivo para atender ao comando legal, renumerando-se os demais artigos.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei 634, de 2020, e, no mérito, votamos por sua aprovação, com as emendas indicadas a seguir:

EMENDA Nº – CI

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 634, de 2020, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 (Lei Geral das Antenas), para aprimorar o processo de licenciamento para a instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações."

EMENDA Nº – CI

Acrescente-se o seguinte art. 1º ao Projeto de Lei nº 634, de 2020, renumerando-se os demais:

"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para aprimorar o processo de licenciamento para a instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações."

EMENDA Nº – CI

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 634, de 2020, a seguinte redação:

"Art. 1º O *caput* do art. 5º da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 5º .....

.....

II – eficiência, transparência e celeridade dos procedimentos;

.....

V – respeito à boa-fé do particular e à liberdade de exercício de atividade econômica. (NR)'"

EMENDA Nº – CI

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei nº 634, de 2020, a seguinte redação:

"Art. 3º Revoga-se o inciso VII do art 3º da Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015."

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O voto da Relatora Margareth Buzetti sobre o Projeto de Lei nº 634, de 2020, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir....

O processo de votação é nominal. É terminativo esse projeto.

Então, nós vamos fazer o seguinte: enquanto isso – essa votação é mais lenta –, nós vamos votando e vamos lendo outros terminativos, depois nós vamos já fazer a votação a seguir, depois desse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito a abertura do painel de votação e que toda a Secretaria e os gabinetes dos Senadores sejam acionados para votarem. Precisamos de 12 votos – é isso mesmo? (*Pausa.*)

São 12 votos para poder fechar o resultado.

Então, está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não. Está aberta a votação. Pode votar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Confúcio, eu já vou votar. Eu confesso que eu não estou enxergando daqui: o nosso querido goiano, o Wilder Morais, está presente?

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Está. Está lá atrás.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está lá?

Wilder, eu queria pedir a sua compreensão, porque eu sou o Presidente da Comissão de Segurança Pública hoje. O Petecão não pôde estar presente – como o Petecão é seu amigo, você não vai falar não para mim; para mim, você falaria não, mas para o Petecão você não vai falar não. Eu tenho que comandar lá uma audiência pública com sete pessoas. Você se incomodaria se o projeto do Senador Carlos Viana pudesse ser colocado em pauta, por gentileza?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Com toda a certeza, meu parceiro goiano.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

Então, vamos votando. Vamos acionar toda a equipe.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Excelência, mas eu não quero que o meu projeto seja antecipado, não. Eu quero falar no momento certo. Porque eu não fui consultado, desculpa; ninguém me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O que eu faço?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, é porque eu achei que você concordaria.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito bem. Então, não concordando o Carlos Viana, passo à leitura do Projeto de Lei 4.430, de 2020.

Vamos continuar votando enquanto vamos trabalhando, concomitantemente.

ITEM 6
PROJETO DE LEI Nº 4430, DE 2020

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Dispõe sobre a federalização da rodovia TO-335.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Votação nominal

Com a palavra para a leitura, o Senador Wilder Morais. Por gentileza.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 4.430, de 2020, de autoria do Senador Irajá, que dispõe sobre a federalização da Rodovia TO-335.

A proposição é formulada em dois artigos. O primeiro contém o objetivo da lei, incorporar a Rodovia TO-335...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Estamos em processo de votação. Pode votar o projeto.

Pode continuar, Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – ... a Rodovia TO-335 à malha rodoviária federal. O segundo carrega a cláusula de vigência imediata.

Na justificação do projeto o autor informa o escoamento de grande parte da safra do Tocantins, do Mato Grosso e da região sul do Pará, que passa por essa rodovia, o que a torna de interesse nacional. Ademais, a rodovia vem apresentado condições inadequadas de operação e necessita receber recursos para melhorar as condições de tráfego. Por essas razões, seria pertinente que a União seja responsável pela sua manutenção.

O projeto foi distribuído exclusivamente a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI opinar sobre transportes terrestres. Sendo a proposição terminativa nesta Comissão, cabe nos manifestarmos sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto.

Quanto à constitucionalidade, a matéria atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade. Nos termos do art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Além disso, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa a respeito.

No mérito, a rodovia que se pretende federalizar está de acordo com os objetivos...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Wilder, eu peço a V. Exa. só um minutinho para anunciar o resultado, e aí V. Exa. pode continuar. Dê um *stop* aí.

Bom, eu quero que se abra o resultado da votação do relatório da Senadora Margareth Buzetti.

Por gentileza, pode apresentar o resultado, a tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Votos SIM, 11; NÃO, nenhum.

Abstenção: nenhuma.

Quórum: 12 Senadores.

Está aprovado o projeto de V. Exa.

Aprovado.

Pode continuar, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Além disso, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa a respeito.

No mérito, a rodovia que se pretende federalizar está de acordo com os objetivos do Sistema Federal de Viação, por caracterizar-se como um corredor estratégico de exportação.

Por fim, quanto à juridicidade, o projeto tem boa técnica legislativa, conforme estabelece a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.430, de 2020.

Então, Sr. Presidente, gostaria só de parabenizar o Senador Irajá pela iniciativa. Fortalecer a infraestrutura do nosso país, promover a manutenção adequada das nossas rodovias, ampliar a competitividade para as nossas empresas torna o nosso agronegócio mais robusto e entrega mais segurança e tranquilidade para os nossos honrosos caminhoneiros que percorrem este país de ponta a ponta.

Agradeço, Presidente.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senador Wilder Morais.

Está em discussão o relatório do Senador Wilder Morais.

Àqueles que queiram fazer uso da palavra, será concedida. (*Pausa.*)

Como há silêncio, vamos abrir o painel para a votação nominal do projeto relatado pelo Senador Wilder Morais, de autoria do Senador Irajá.

Pode abrir o painel, por favor, de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Apenas para me dirigir ao meu amigo pessoal, que está me devendo o início do *podcast* há três meses.

Eu entendi o seu argumento, portanto – eu vou deixar a reunião, porque eu tenho que presidir a sessão da Comissão de Segurança Pública – não vou mais fazer o pedido de vista do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto que você vai apresentar. Eu iria fazê-lo em nome da Senadora Augusta Brito, mas, Carlos Viana, o seu argumento em relação à audiência pública que aconteceu, para mim, é satisfatório, e eu não vou, de forma alguma, cometer essa injustiça. Depois tomarei conhecimento da leitura do seu relatório.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Muito obrigado, Senador Kajuru. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O Presidente da Aneel, Dr. Sandoval, Diretor-Geral, já se prontificou. Tem vários requerimentos solicitando a presença do Dr. Sandoval aqui, o Presidente da Aneel, e ele já se colocou à disposição para, no dia 5 de outubro, estar em nossa Comissão, atendendo a inúmeros requerimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É quinta-feira. Então, vamos fazer a audiência pública com ele.

Bem, o projeto está em votação.

Dando continuidade, eu passo a palavra ao Senador Carlos Viana para relatar o Projeto de Lei 1.949, de 2021, que é terminativo, de autoria do Deputado Celso Maldaner.

ITEM 7
PROJETO DE LEI Nº 1949, DE 2021
- Terminativo -

Acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do projeto e rejeição da emenda nº 1

Observações:

1. Em 19/09/2023 é realizada audiência pública de instrução da matéria

2. Em 25/09/2023 a Senadora Augusta Brito apresenta a emenda nº 1

3. Votação nominal

Com a palavra, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Mais uma vez quero agradecer ao Senador Kajuru.

Para este projeto, há algumas semanas, foi solicitada uma audiência pública. Ninguém compareceu à audiência pública. Nós ficamos no adiamento.

Primeiro, quero colocar...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Carlos Viana, só um segundinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... para anunciar só o resultado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – E aí V. Exa. continua.

Então, o processo de votação atingiu o quórum.

Eu quero que se anuncie o resultado, se apresente no painel, por favor, bem rapidinho.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Votos SIM, 11; NÃO, nenhum.

Abstenção: 0.

Quórum de 12.

Aprovado o projeto do Senador Irajá e relatado por Wilder Morais.

Pode continuar, Senador, por gentileza.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Obrigado.

Por incrível que possa parecer, Senador Kajuru, eu aprendi a dirigir com meu pai numa carreta, numa Scania Vabis 70, que eles chamam de jacaré. É muito antiga, isso lá nos anos 80 – setenta e poucos, quase 80. Então, eu conheço um pouco do assunto em relação ao que nós estamos lidando aqui.

Os senhores imaginem o que era um caminhão, um veículo de transporte para carga, para ônibus, para transporte de materiais refrigerados, em 1943, da lei original, e hoje, com os caminhões que nós temos, que vão até 1,2 mil litros. A indústria automobilística já desenvolveu, inclusive, válvulas que, quando o veículo sofre um acidente, travam o combustível para evitar uma explosão. E o diesel não é como a gasolina. A gasolina é altamente inflamável; o diesel só se inflama em altas temperaturas. Então, não há que se falar em risco de uma explosão no caso de um acidente com uma carreta. Dificilmente isso acontece.

Agora, se ele estiver transportando 1,2 mil litros de gasolina, aí é uma outra história que não existe; os veículos todos são a diesel. E, quando o veículo vem de fábrica, ele já vem com todas as normas especificando os requisitos de qualidade. Isso é um ponto obrigatório. E, para as transportadoras, quanto menos esse caminhão parar em áreas que não sejam conhecidas, mais seguro e melhor será o transporte, inclusive para o motorista.

O que está acontecendo é que a lei diz que, acima de 250 litros, há periculosidade. Ora, em 1943, era uma tecnologia; hoje, em 2023, a tecnologia é totalmente diferente e muito mais segura do que qualquer ponto. Esse projeto de lei vem corrigir esse vácuo da tecnologia na história, cuja lei não acompanhou. Esse é o ponto.

Vem a exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei 1.949, de 2021, do Deputado Celso Maldaner, que acresce dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer a não caracterização como perigosas das atividades ou operações que envolvam exposição às quantidades de inflamáveis contidas em tanques de combustíveis originais de fábrica e suplementares, na forma que especifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos falando aqui não é do tanque.

Kajuru, muito obrigado, viu? Melhoras aí.

Nós não estamos falando aqui dos motoristas que transportam combustível em tanques específicos. Não é esse o caso. Nós estamos falando aqui dos tanques de alimentação dos motores originais de fábrica.

Na questão da constitucionalidade, nós não encontramos nenhuma irregularidade no projeto, e cabe a esta Comissão manifestar-se sobre a questão do transporte em nosso país. Também no âmbito da legislação do trabalho, cabe a nós a modificação, ao Congresso Nacional. Então, não há nenhum ponto ou óbice para o projeto.

Por fim, a cláusula que nós temos no art. 3º, de entrada imediata em vigor da norma, se vier a ser convertida de lei, também está perfeitamente dentro do que prevê a Constituição.

Na análise do projeto, foi atribuída a esta Comissão, como dissemos, em caráter terminativo, sendo que, no âmbito do Senado, a matéria recebeu a Emenda nº 1, da Senadora Augusta Brito.

Análise.

Nos termos do Regimento Interno, nenhum óbice. Cabe a nós trabalhar, no Senado, a finalização dos projetos que vêm da Câmara. Não obstante, o fato de que a matéria se encontra em análise terminativa nesta Comissão impõe que nós nos manifestemos igualmente sobre os aspectos constitucionais, legais, de técnica legislativa e sociais da matéria, alheios, em princípio, à sua competência.

Não observamos qualquer vedação constitucional. Não vislumbramos também inconstitucionalidade da proposição, dado que à União, por meio do Congresso Nacional, compete instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Inexistindo incidência em qualquer das reservas de iniciativa de outros Poderes da República, cabe, portanto, a qualquer Parlamentar iniciativa para proposição.

Não verificamos contrariedade a outro dispositivo constitucional. A matéria não é reservada à lei complementar, nem contraria, em princípio, outra norma vigente.

Em análise da emenda apresentada pela Senadora Augusta, verificamos que a intenção da nobre Senadora é importante; porém, temos de rejeitá-la, pois o projeto de lei tem finalidade diferente do que foi proposto na emenda. Portanto, nós poderíamos estar aqui incluindo um assunto que não é o mérito da questão. Nós teríamos um jabuti. E isso, no Plenário, acabaria sendo derrubado.

No mérito, portanto, somos pela aprovação do projeto, conforme texto aprovado pela Casa iniciadora, e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pela Senadora.

O nosso voto é pela aprovação, Senador Confúcio, e eu me coloco à disposição, para qualquer esclarecimento, dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Para discutir, Senador Jaime Bagattoli. E, depois, a Senadora Buzetti.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Presidente Confúcio, queria aqui parabenizar o Senador Carlos Viana e dizer para vocês o seguinte. Já foi discutida esta situação: seria impossível um caminhão com um tanque acima de 200 litros ser considerado como periculosidade. Então, já se discutiu isso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é periculosidade? É para quem transporta produtos perigosos, como quem dirige um caminhão-tanque. Aí, sim; ele está transportando gasolina, ele está transportando diesel. Agora, realmente, igual diz o Senador Carlos Viana, eu sou motorista, sou motorista profissional, inclusive guio qualquer modelo de caminhão desses de nove eixos, que são os maiores caminhões que nós temos hoje no Brasil, e digo para vocês: os tanques hoje têm que ser de até 1,2 mil litros, porque um caminhão desses grandes – já foi discutido aqui – faz em torno de 1,4 mil metros, menos de 1,5km, dependendo do relevo da rodovia, com um litro de óleo diesel.

Então, o que nós temos que fazer é olhar e aprovar esse projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra a Senadora Margareth, por gentileza.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Presidente, o que me chama a atenção é que – acho que foi – o Ministério do Trabalho, por uma normativa, questiona um caminhão que vem de fábrica com dois tanques, que tem Inmetro, que está todo legal e diz que tem periculosidade. Quer dizer, são essas questões que estão nos levando ao caos no Brasil. Se o caminhão tiver três tanques, ele está fora do padrão legal de fábrica, mas, com dois tanques, o Ministério do Trabalho não tem que discutir; ele está "inmetrado", ele está legal. Então, parabéns, Senador!

E nós temos que aprovar esse projeto, porque, assim... Eu fico com dó dos motoristas de caminhão nas estradas, com dois tanques e, muitas vezes, estão andando e não têm onde abastecer. Quando você vai lá para o Pará, quando você sobe de Matupá para a Mirituba, você pode usar um tanque, um tanque e meio e pode ficar sem combustível. Então, é uma coisa que nós não teríamos nem que estar discutindo no Senado Federal. Não é competência do Ministério do Trabalho discutir o que foi aprovado por lei, pelo Contran, pelo Inmetro.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu preciso parabenizar aqui o Deputado Federal Celso Maldaner, do Estado de Santa Catarina, bem como o nosso querido amigo, nosso irmão, Relator Carlos Viana.

Nós estamos corrigindo um problema que se arrasta no Brasil há muitos anos, trazendo insegurança jurídica, trazendo judicialização, trazendo multa para nossas transportadoras, para nossos caminhoneiros autônomos, que muitas vezes viajam, fazem até viagens internacionais e precisavam se manter no tanque original. E, quando colocavam um tanque adicional – nós que já tivemos transportadora sabemos –, ficavam na estrada. É perigoso, e não conseguem fazer um planejamento financeiro, porque têm que colocar pouca quantidade de combustível.

Então, Sr. Presidente, o Senado Federal hoje está fazendo um grande serviço ao setor de transporte e logística do Brasil.

Mais uma vez, eu quero parabenizar o senhor, por ter colocado a matéria em pauta; o nosso querido amigo Carlos Viana, pela relatoria; e o Celso Maldaner, de Santa Catarina, pela proposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Mais alguém deseja comentar?

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero saudar aqui também o Deputado Paulo Caleffi, que está presente aqui conosco. Ele foi o Relator na Câmara dos Deputados e acompanhou. Também é homem do transporte, conhece bem a situação e o momento que nós vivemos no país.

Seja muito bem-vindo, Deputado Caleffi. Muito obrigado pela presença aqui.

Eu peço aos Srs. Senadores a aprovação do relatório, para que o projeto possa seguir em frente e que possamos corrigir essa questão no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeito.

O senhor quer sentar aqui adiante? Pode ficar bem à vontade.

Bem, está em processo de votação.

Solicito que a nossa Secretaria...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Só uma dúvida: a emenda foi retirada, Viana?

Foi retirada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Abra o painel para votação, por gentileza.

Abra o painel para votação nominal.

Nós temos hoje muitas votações terminativas, gente.

Vamos acelerar.

Bem, em votação.

Podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Peço à Secretaria também para fazer as ligações para os Senadores que estão à distância, em outras Comissões, para votarem. (*Pausa.*)

Perfeito.

Enquanto o processo de votação avança, eu passo a palavra ao Senador Jorge Seif, para relatar o Projeto de Lei 2.773, de 2022.

ITEM 8
PROJETO DE LEI Nº 2773, DE 2022
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a instalação de áreas de escape ("caixa de brita") nas rodovias localizadas em regiões serranas.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF

2. Votação nominal

Com a palavra, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Primeiramente, eu quero parabenizar o Senador Mecias de Jesus pela proposição e agradecer-lhe pela relatoria.

Para quem está nos assistindo, Sr. Presidente, em todo o Brasil, nós vamos explicar. O Brasil, todo ele, é muito acidentado, ou seja, nós temos muitas rodovias que utilizam morros, montanhas, planaltos. E, na hora em que o caminhão vai descer, por vezes por chuva, por superaquecimento da frenagem, acontece um acidente. O caminhoneiro freia, esquenta as lonas, esquenta o tambor, o freio perde eficácia. E quantas vezes nós não vemos acidentes que levam vidas de brasileiros porque o caminhão pesado não teve tempo suficiente para frear, estando o caminhão carregado? Vidas são ceifadas; patrimônios, destruídos; e vidas, modificadas no pior sentido da palavra, muitas vezes.

Então, o Senador Mecias de Jesus, com muita sabedoria, propõe aqui, realmente, nas nossas rodovias que estejam nessas regiões montanhosas, que sejam instaladas, então, caixas de brita, que, na verdade, são equipamentos para essas rodovias que freiam, são áreas de escape para que esses acidentes não ocorram ou tenham seus efeitos muito mitigados.

Eu vou ler, então, o relatório para ganharmos tempo, Sr. Presidente.

O senhor já leu o *caput*. Vou direto para o relatório.

Submete-se ao exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 2.773, de 2022, do Senador Mecias de Jesus, que altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, para dispor sobre a instalação de áreas de escape, conhecida popularmente como "caixa de brita", nas rodovias localizadas em regiões serranas.

O projeto em análise, Sr. Presidente, é composto por três artigos. O primeiro enuncia o objeto da lei. O segundo artigo insere na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, o art. 31-A para determinar que incumbe à concessionária que administra trecho rodoviário em região serrana instalar área de escape nas descidas onde há registros de acidentes com veículos pesados. O terceiro e último artigo, Sr. Presidente, contém a cláusula de vigência da lei, que será imediata.

O autor do projeto, que está aqui, honrosamente, ao meu lado, ressalta que as áreas de escape nas rodovias evitam acidentes, principalmente com caminhões, carretas e ônibus...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Jorge, só uma pausinha para eu anunciar o resultado e V. Exa. já continua, de imediato.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Então, atingimos o quórum. Podemos apresentar o resultado.

Por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – O resultado está lá: votos SIM, 12; nenhum voto NÃO.

Abstenção: zero.

Aprovado o projeto.

Parabéns para o senhor. (*Palmas.*)

Parabéns.

Bem, pode continuar, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... nas descidas das serras. Assim, o PL ora proposto, Sr. Presidente, objetiva contribuir para a diminuição de acidentes nas rodovias localizadas em regiões serranas do país.

A matéria foi distribuída exclusivamente à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a transportes e obras públicas em geral.

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 22, inciso XI, que compete à União legislar, com exclusividade, sobre trânsito e transporte. Desse modo, no que se refere à constitucionalidade do projeto sob o aspecto formal, não se faz presente qualquer ofensa à Constituição, tendo sido observados todos os preceitos constitucionais relativos ao processo legislativo constantes dos arts. 59 a 69 da Lei Maior.

Do ponto de vista, Sr. Presidente, da juridicidade, propomos uma emenda ao projeto para alterar a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, por entendermos que o objeto do PL se adéqua melhor à lei que estabelece as competências da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como veremos adiante.

No mérito, Sr. Presidente, reconhecemos a importância da matéria. Os acidentes nas rodovias brasileiras dispensam maiores esforços argumentativos para concluir que é preciso envidar todo e qualquer tipo de esforço que tenha o objetivo de salvar vidas e também os próprios veículos e as cargas transportadas por todo o país.

Nas regiões serranas, Sr. Presidente, o problema é mais grave ainda. Além do natural perigo em razão da geometria das rodovias com descidas e curvas acentuadas, não podemos nos esquecer da falta de manutenção adequada da frota de veículos pesados, que contribui sobremaneira para a ocorrência de acidentes. Em especial, os veículos que transportam cargas acima do peso máximo permitido exigem do sistema de frenagem capacidade nem sempre disponível para trafegar com segurança.

Outro fator determinante, Sr. Presidente, para a ocorrência de acidentes nas rodovias é a idade da frota de veículos de carga. Ainda no ano passado, o Governo Federal editou uma medida provisória que culminou na publicação da Lei nº 14.440, de 2 de setembro de 2022, cujo objetivo é estimular a renovação da frota de veículos de carga.

Segundo dados da Secretaria Nacional de Trânsito, circulam no país mais de 3,5 milhões de caminhões. Desse total, Sr. Presidente, 26% possuem mais de 30 anos. Segundo a ANTT, a idade média da frota de transporte de cargas nacional acima de 3,5 toneladas é de 14,8 anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, 15 anos praticamente, uma idade avançada em comparação com os países desenvolvidos, nos quais a idade média da frota circulante gira em torno de 8 anos.

Identificamos, Sr. Presidente, no entanto, oportunidades de melhoria no PL do Senador Mecias de Jesus. A segurança no trânsito é dever do Estado brasileiro. Citamos o art. 2º do Código de Trânsito Brasileiro, que estabelece que o trânsito em condições seguras é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a criação de um comando em lei que trata dos aspectos gerais das concessões em diversas áreas do serviço público para impor às concessionárias a criação de sistema tão específico não nos parece a melhor solução.

O texto do PL pode causar insegurança jurídica, na medida em que impõe determinação a todos os contratos de concessão vigentes em regiões serranas, e pode alterar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, impactando diretamente nas tarifas pagas pelos usuários.

As áreas de escape, Sr. Presidente, embora desejáveis e indubitavelmente eficientes, devem ser planejadas e construídas levando-se em consideração as características das rodovias e devem ser instaladas quando o projeto de engenharia assim determinar.

Nesse sentido, propomos que a alteração legal seja feita na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que cria a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Acrescentamos o inciso X ao art. 26 da citada lei para determinar que cabe à ANTT, como atribuição pertinente ao transporte rodoviário, considerar, sempre que possível, nos editais e nos contratos existentes ou futuros, a construção de áreas de escape nas rodovias federais, observados os projetos de engenharia, os estudos técnicos pertinentes e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

Meu voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.773, de 2022, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

> EMENDA Nº (SUBSTITUTIVA)
> Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, para dispor sobre a instalação de áreas de escape nas rodovias federais.
> Art. 1º O art. 26 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:
> "Art. 26.
> .....
> .....
> X - considerar, sempre que possível, nos editais e nos contratos de concessão, a construção de áreas de escape nas rodovias federais nos trechos em declive com alto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

índice de acidentes, observados os projetos de engenharia, os estudos técnicos pertinentes e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

.....

....."(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse era, Sr. Presidente, o nosso parecer, parabenizando o senhor e o Senador Mecias de Jesus e agradecendo pela honra de ter relatado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Seif. Foi muito vibrante, entusiasmado, maravilhoso.

Está em discussão o relatório lido pelo Senador Jorge Seif ao projeto de autoria do Senador Mecias de Jesus.

A palavra está à disposição dos Senadores e das Senadoras.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Com a palavra, a Senadora Margareth Buzetti.

Pode falar, Senadora, por gentileza.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Senador, olha, esse projeto é de suma importância. Parabéns pelo projeto, parabéns pelo relatório. Porque a gente que trabalha com transporte... Nós trabalhamos com reforma de pneus, mas você vê caminhões com 30m, com um peso de 40, 42 toneladas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Até 60.

Quer dizer, se ele tiver qualquer problema, uma área de escape salva vidas, e muitas vidas.

Eu já estive numa situação dessas, em que um caminhão faltou freio descendo a serra, chegando a Curitiba. E esse caminhão, eu não sei, parou por sorte de Deus, porque na época não tinha essas áreas de escapes. Nós, lá em Cuiabá mesmo, Senador, na Serra de São Vicente, precisamos de mais áreas de escapes, porque é muito importante.

Então, eu fico feliz com os projetos aprovados hoje aqui na CI, porque vão dar muito mais segurança ao transporte. As pessoas que andam de carro leve falam: "É muito caminhão na rua", e não têm noção do que é um bruto desse, e o cara está lá dentro e não sabe o que fazer, porque ele não tem freio, porque ele não pode parar.

Então, parabéns pelos projetos pautados.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Margareth.

Com a palavra, o Senador Mecias de Jesus.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, deixe-me falar primeiro.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Apesar de você ser mais velho do que eu.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ordem hierárquica, hierárquica.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu quero apenas elogiar o seu projeto, Mecias...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Idade é posto, não é?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Idade é posto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – ... o projeto seu é dez, e da mesma forma o Relator da matéria.

Ontem mesmo teve um acidente em Goiás – não sei se estão acompanhando pela imprensa –, aqui em uma das BRs da região de Abadiânia, em que morreram sete pessoas. Fruto do quê? De uma carreta que vinha numa área de descida, de declive, vinha de lá, enfim foram 14 – se não me falha – automóveis e carretas envolvidos nesse acidente. Só que morreram no local foram seis, e feridos que foram para os hospitais, pelo que eu vi hoje no Jornal da Globo de manhã – se não me falha a memória –, foram 14, também situação crítica que estava lá.

Eu imagino que, se tivesse esse investimento que V. Exa. fez no projeto, Senador Mecias, essa carreta teria condições, eu imagino de buscar uma via de escape ali e sair. Então, o projeto seu é meritório e importante nas privatizações de qualquer rodovia. Eu imagino que em diversas situações, seja estadual, seja federal, tem que ter a obrigatoriedade. Ela foi modesta aqui.

Lá no Mato Grosso tem uma serra chamada Serra de São Vicente, ela dá mais ou menos 4km, do início ao fim. Não tem uma semana – não tem uma semana – que não tenha um acidente, nessas condicionantes, levando a óbito uma, duas, três, quatro pessoas. A única saída que tem para tentar parar a carreta é ir para um desfiladeiro lá. Tem mais ou menos 200m, 300m. Não é o melhor modo de se parar uma carreta, não é isso? Caso contrário, isso acontece toda semana.

Então, é meritório. Parabéns tanto ao Mecias, que foi o autor, como ao Relator, Senador Jorge Seif.

Essa é a minha pequena contribuição para saudar esses dois grandes Senadores da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Confúcio, eu quero, de forma alegre e feliz, verificar que um projeto de minha autoria está recebendo aqui aplausos de Senadores tão importantes para este país, que conhecem a realidade do país, como o Relator, Senador Jorge Seif, que fez um belíssimo relatório, um excelente parecer.

A Senadora Margareth Buzetti fez aqui uma explanação com conhecimento de causa e, em seguida, o Senador Jayme Campos, que é, sem dúvida nenhuma, um homem que todos nós devemos mirar o que ele fala e tê-lo como exemplo aqui. Portanto, fico muito feliz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar para pedir o apoio de todos os Senadores e Senadoras, o voto dos Senadores e Senadoras aqui da Comissão de Infraestrutura, e dizer que esse projeto nada mais foi que uma conversa minha com alguns caminhoneiros que relatavam essa dificuldade que eles tinham para evitar acidentes, caminhoneiros, carretas, ônibus, para evitar acidentes nas estradas, principalmente em áreas serranas. E, quando é inevitável o acidente para eles, eles envolvem uma série de outros veículos que estão na estrada e várias vidas são ceifadas bruscamente.

Portanto, eu entendo que o projeto recebeu aqui o apoio necessário pelo mérito dele. E eu espero que nós não tenhamos dificuldade na aprovação na Câmara dos Deputados e na sanção do Presidente da República, porque certamente vai salvar inúmeras vidas e evitar, principalmente, muitos acidentes; e, evitando acidentes, vai salvar muitas vidas neste país.

Muito obrigado ao Presidente Confúcio e a todos os Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

Mais alguém deseja falar? (*Pausa.*)

Bem, não havendo mais quem queira se pronunciar sobre o projeto que foi lido pelo Senador Jorge Seif, vamos abrir o painel, porque a votação é terminativa.

Pode abrir o painel, por gentileza, para votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Vamos iniciar as chamadas dos colegas que estão em outras Comissões. Vamos votar.

Já fizemos cinco votações terminativas, umas não terminativas, uma produtividade excelente aqui hoje. Temos mais cinco requerimentos de rápida votação.

Então, eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que têm recebido os projetos designados para relatar. Eles têm relatado rapidamente. Nós estamos, assim, com poucos projetos na lista de espera. Tem andado bem a Comissão, está ótima. É um resultado excelente. Não tem aqui acumulado; ficar projeto seis meses, um ano, aqui não existe. Tem que chegar e entrar, porque, primeiro, o Parlamentar cria o projeto, e a gente fica sentado em cima do projeto aí, é uma tristeza, roda um ano ou dois anos e fica esquecido. Na nossa administração aqui da Comissão não, a coisa tem que andar. O colega que em seis meses não fizer o relatório a gente o substitui para outro, para a coisa fluir. Não é, Senador Jader? Tem que andar, senão, é muito ruim. Uma pessoa... Às vezes, tem projeto aqui de 17, 19 anos, tramitando no Senado, nas duas Casas. O licenciamento ambiental é de 2004.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois é. Você vê uma coisa dessa? Rodando, sem destino.

Vamos continuar votando. Quase terminando, faltam mais dois votos somente. A coisa está andando bem, muito bem. E aqui os requerimentos são rápidos também, para a gente fechar essa manhã muito proveitosa.

Pronto. Vamos lá, gente.

Pode abrir o painel e anunciar o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Onze votos a favor, Mecias.

Nenhuma abstenção.

Doze votos presentes. (*Palmas.*)

Está vendo aí o seu prestígio?

Maravilhoso! Parabéns a todos!

Item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 70, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, os termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belo Horizonte, com o objetivo de acompanhar o andamento do contrato de concessão do metrô de Belo Horizonte, sob a responsabilidade do Grupo Comporte.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Está em discussão o requerimento do Senador Carlos Viana. (*Pausa.*)

Não tendo ninguém para discutir, está em votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Carlos Viana permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 71, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão o Senhor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, a fim de prestar informações sobre a composição da tarifa de energia elétrica, o risco de as tarifas ficarem mais caras nas regiões do país com maiores complexidades socioeconômicas e eventuais medidas necessárias para se enfrentar as causas do problema.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

O Dr. Sandoval já se prontificou a comparecer no dia 5.

Está em discussão o requerimento do Senador Jader Barbalho. (*Pausa.*)

Não tendo ninguém que queira discutir, está em votação. (*Pausa.*)

Não tendo ninguém que se manifestasse em contrário, o requerimento está aprovado.

Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 74, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo em agosto de 2023.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Aos Senadores que queiram discutir, a palavra será concedida. (*Pausa.*)

Não tendo ninguém que queira discutir, está em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG) – Senador Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MG. Para discutir.) – Só para fazer um comentário aqui com relação ao seu requerimento, que eu considero de total importância, porque nós temos um Governo da mídia e temos um Governo do orçamento. Eu sou membro do orçamento, tenho o prazer de ser o Segundo-Vice-Presidente, e lá não tem esse dinheiro para o PAC; pelo contrário, a nossa situação é muito preocupante, porque já se herdou do Governo passado um déficit de aproximadamente 35 bilhões. Com a votação daquela PEC da transição que eu fui contra, subiu para 70, quase 80 bilhões o déficit, e agora já se fala num déficit em 2023 de 140 bilhões até 150 bilhões.

Então, é muito importante chamarmos aqui os representantes do Governo para que a gente entenda de onde virão os recursos. Nós estamos falando em 1,5 trilhão para um novo PAC? Espere aí... Então, tem alguma coisa diferente daquilo que nós estamos vivenciando no dia a dia da Comissão de Orçamento. Eu espero fazer parte aqui para ouvir atentamente os argumentos do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Obrigado.

Então os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Último requerimento da manhã.

Item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 77, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que sejam convidados a comparecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura os convidados que menciona, a fim de prestar informações sobre a revisão tarifária extraordinária da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA aprovada pela ANEEL em percentual médio de 44,41%.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Requer, nos termos do art. 58 e também do Regimento Interno, a fim de prestar informações, um convite para comparecer, o Dr. Sandoval – ele foi bem demandado aqui hoje, acho que há vários requerimentos para o Dr. Sandoval vir justificar –, para prestar informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da revisão tarifária extraordinária da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), aprovada pela Aneel, em percentual de 44,41% de aumento.

É muita coisa.

O Sr. Sandoval será convidado, o Sr. Augusto Miranda da Paz Junior, Diretor Presidente da Equatorial Energia e o Sr. Augusto Dantas Borges, Diretor Executivo da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá).

É de autoria do Senador Lucas Barreto.

Para discutir. (*Pausa.*)

Não tendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, está em votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento do Senador Lucas Barreto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Olha que maravilha.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e sete minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Laércio Oliveira e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Augusta Brito, Beto Faro, Marcos Rogério, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** debater o plano de atuação da Agência e a relação entre a regulação e a potencial introdução de fontes de energia renovável no país. **Participante:** Rodolfo Saboia, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Marcelo Castro, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Otto Alencar. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e três minutos do dia cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jader Barbalho e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Augusta Brito e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Rogerio Marinho, Styvenson Valentim, Paulo Paim e Mauro Carvalho Junior, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Teresa Leitão, Beto Faro, Chico Rodrigues, Marcos Rogério, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 38/2023 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 58/2023 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), REQ 71/2023 - CI, de autoria Senador Jader Barbalho (MDB/PA), REQ 76/2023 - CI, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), e REQ 77/2023 - CI, de autoria Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Finalidade:** Debater a composição da tarifa de energia elétrica, o risco de aumento dos valores nas regiões do país com mais complexidade socioeconômica e eventuais medidas necessárias para se enfrentar as causas do problema; além de prestar informações sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da Agência, apresentando avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, incluindo o aumento na tarifa de energia elétrica do Estado do Amapá proposto pela ANEEL. **Participante:** Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica. **Resultado:** audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Lucas Barreto, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho e Izalci Lucas e a Deputada Federal Silvia Waiãpi. De ordem do Senador Esperidião Amin, na condição de Presidente Eventual, são destacados a seguir os trechos das notas taquigráficas em que se discute o PDL 365/2022:

> ***O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO*** *– (...)*
>
> *E aqui eu queria destacar, exatamente porque há uma discussão que está sendo feita no Senado Federal atualmente com relação ao PDL 365, que, conforme a Aneel defende e argumenta, ele é necessário, e é necessário que sejam mantidas as normativas da Aneel, por vários pressupostos. A Aneel cumpriu todas as suas obrigações legais, está atendendo à legislação, que nos obriga a atuar e fazer, calcular a tarifa, respeitando o efeito locacional.*
>
> *Por que isso? Porque está na lei, mas vejam o impacto interessante: a transmissão, o custo de transmissão no Estado do Amapá pesará, no reajuste, apenas 0,63%; no Acre, -0,57%; em Rondônia, 2,38%; e no Piauí, 1,51%.*
>
> *Caso o PDL seja aprovado, em última instância, tanto pela CI como pela CCJ e depois em Plenário, significa que nós teremos que recalcular esses itens.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Senadores, é muito importante lembrar que esses itens são provisórios, mas, caso o PDL seja aprovado, nós teremos que recalcular o custo de transmissão, e isso aumentará a tarifa dos consumidores das Regiões Norte e Nordeste do Brasil – eu diria em 18 estados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou interromper o senhor...*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Pois não.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... por uma única razão.*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Também.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Este PDL é objeto de uma... não de um conflito, mas há uma controvérsia no caso. Eu próprio me envolvi nessa controvérsia porque pedi vista. E pedi vista porque, em princípio eu quero rejeitar o PDL, mas houve quase que um incêndio por causa do teor do voto em separado do Senador Luis Carlos Heinze, que eu convidei para participar desta reunião.*

De forma que eu queria pedir à Secretaria que esta parte da palestra, da exposição do Sr. Sandoval fosse apartada. Tudo o que disser respeito ao PDL, eu queria que fosse destacado da ata, porque será útil para a votação em outras Comissões e na tramitação do PDL, que chegará até a Comissão de Justiça. Confere, Senador Eduardo?

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES *(Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como eu fiz o aparte, eu acho que isso tem que ser apartado.*

O SR. EDUARDO GOMES *(Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela ordem, Presidente, eu queria aproveitar...*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Peço, então, a ajuda do Senador Eduardo Gomes.*

O SR. EDUARDO GOMES *(Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Além de cumprimentar V. Exa., Presidente desta sessão, e o Senador Lucas Barreto, também estudioso do assunto, está fazendo aniversário hoje também o Amapá, por coincidência, o estado em que nós tivemos o apagão, há dois anos, uma série de dificuldades no sistema elétrico.*

Eu quero cumprimentar o Presidente, o Diretor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, reconhecido aqui por esta Casa como um grande executivo do setor de regulação do país; a todos os funcionários da Aneel, das associações aqui presentes.

Sr. Presidente, eu tenho, vindo do Estado do Tocantins – o primeiro estado brasileiro a promover uma privatização do sistema elétrico, antes da queda do Muro de Berlim, ainda com a Celtins – o dever de dizer que, quando cheguei a esta Casa, em 2002 – esta Casa, o Congresso –, ainda como Deputado Federal, num dos três mandatos, participei de todo o processo de fortalecimento e compreensão do sistema regulatório brasileiro e vi que, durante esse período, houve um amadurecimento, houve o surgimento de outras agências. E houve também uma coisa curiosa, um efeito gangorra não só no setor elétrico brasileiro, mas em outros setores, que, via de regra, entram numa espécie de confronto, para que prevaleça a condição de investimento de um setor em detrimento de outro, da mesma cadeia, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compreendo que tem a sua compreensão, tem o seu objetivo, mas longe do objetivo da confiança que o cidadão brasileiro precisa ter no sistema regulatório.

Então, eu queria só chamar a atenção, para que ficasse registrado nesta sessão, que o espírito da necessidade do PDL, que é, eventualmente, um investimento em um setor a mais do que no outro ou uma questão de equilíbrio, não tem nesse instrumento, necessariamente, condições de colocar o legislador contra aquilo que ele aprovou na legislação, na Constituição, e, principalmente, quando é a função principal do Senado fazer a fiscalização do sistema regulatório.

Então, fico imaginando – esses dias, conversando com vários Parlamentares, e todos os que estão em uma corrente e na outra têm o meu respeito – que, além da consequência do aumento de tarifa, além da consequência de uma luta para a regulamentação, que vem de mais de dez anos, eu acredito que o PDL traz uma questão educativa, porque imagine que a gente esteja, daqui a pouco, a qualquer momento, questionando a agência reguladora, a Aneel ou qualquer outra, e o regulador ou o diretor responda simplesmente "qual é a agência que o senhor quer ouvir: a quem tem as suas funções regulatórias ou aquela que é modificada por PDL?". Porque tem um efeito, e eu sinto que esse efeito está sempre ligado à busca de uma fonte, que pode ser legítima, mas não é adequada para favorecer determinados pontos da regulação ou das matrizes de energia.

Então, queria dizer que respeito muito o autor do PDL, tenho uma excelente convivência com o nosso Líder Otto, sei da tramitação nas outras Comissões, mas eu acho que é uma questão conceitual.

Portanto, já aproveitando para fazer a minha passagem, já que estamos no plenário com a sessão dos 35 anos da Constituição, eu queria deixar o meu registro, o meu respeito à Agência Nacional de Energia Elétrica, que tive a oportunidade, em várias vezes... Não vou lá, quase não vou à Aneel, mas todas as vezes que é preciso defender o sistema regulatório brasileiro eles têm o meu apoio, desde a concepção da lei das agências, da qual tive a oportunidade de ser Relator em uma fase, e quero dizer que a minha preocupação está atendida, Presidente, no cuidado que V. Exa. tem, na Presidência desta Comissão, de pedir que a gente separe todos os pontos da exposição que falem das consequências e dos desdobramentos da aprovação ou não do PDL.

Eu acho que é estruturante, é original. Eu acho que, antes de fazer um PDL, a gente tem que exercer o papel do Senado Federal, que é de regulador da regulação, e não de modificador da regulação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

***O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A interrupção, portanto, foi feita e é feita para que este assunto seja apartado para favorecer a tramitação do PDL e iluminá-lo, porque cada um toma a sua decisão, mas, pelo menos, para ter todas essas informações, que eu pretendo acostar ao PDL.*

Ou seja, nós temos que preparar um avulso apartado do conjunto da exposição e de toda a sessão, para... Eu vou propor, eu já deixo aqui consignado, que seja acostado este avulso ao processo de tramitação do PDL.

Com isso, por favor, o senhor continue. Não sei se o Senador ainda quer fazer algum comentário sobre o PDL.

***O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO** – Não. Perfeito...*

***O SR. PRESIDENTE** (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero aproveitar para registrar a presença, entre nós, da Deputada Silvia Waiãpi, do Amapá do Senador Randolfe Rodrigues, que esteve e certamente voltará a estar conosco.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Senador Eduardo Gomes, muito obrigado pela referência e deferência à Agência Nacional de Energia Elétrica. O senhor é sempre muito bem-vindo. De fato, a última vez em que o senhor esteve presencialmente lá foi há quatro anos, em um evento que fizemos junto com o sindicato dos servidores das agências federais. O senhor esteve lá presente e, mais uma vez, é muito bem-vindo.*

O ponto que eu... Senador, me permito apenas lhe mostrar...

Eu não sei o que é que eu fiz aqui. Desculpe. Eu mudei alguma coisa aqui? Eu tirei... Desculpa, Thales. Perdão. Perdão, desculpe. (Pausa.)

Perfeito.

O Senador Eduardo Gomes fez uma pergunta, e eu quero apenas mostrar para ele esse gráfico; e eu já passo para frente para responder à pergunta do Senador Eduardo Gomes.

Senador, é apenas para destacar que esses itens em azul são os itens que compõem a tarifa de energia elétrica. O item transmissão é o item que cresceu entre o IPCA e o IGP-M. Então, guardando esta informação um pouco mais à frente para responder à pergunta do senhor, qual o impacto da rejeição do PDL...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Exato: qual o impacto da aprovação do PDL? O item transmissão, no Estado de Tocantins, aumentará 30% – o item transmissão; e, no Amapá, 33%.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fora do microfone.) – Um pouco. Você sempre será campeão. Ele é vocacionado para ser campeão. Um dia ele chega lá!*

O SR. EDUARDO GOMES *(Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Há alguma previsão do desdobramento disso no valor total da tarifa?*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Sim. Eu tenho também. Eu posso, depois, passar.*

Aqui a gente apresenta os itens principais: transmissão, encargos e distribuição. E aí eu faço um gancho para dizer que medidas estruturais são necessárias. E, quando eu cito medidas estruturais, eu estou citando medidas legislativas.

O SR. EDUARDO GOMES *(Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para interpelar.) – Pela ordem, Presidente, só para concordar com aquilo que nós estávamos levantando aqui.*

Você imagine para o legislador que faz a sabatina de diretores de agência e fortalece a sua atividade, para fortalecer as agências reguladoras, explicar para a sua população – principalmente de um estado gerador, como é o caso do Estado do Tocantins – que você vai, só no item de transmissão, aumentar em 30% a tarifa. Não tem condição.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– E, aí, quando eu digo...*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite? Agora vocês vão me permitir. Desconhecimento do aforismo de Vitorino Freire: "As consequências vêm sempre depois", em homenagem ao nosso vizinho Maranhão.*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *(Para expor.) – É, eu sei. Há uma cidade no Estado do Maranhão com esse nome, Vitorino Freire.*

E aí medidas estruturais são necessárias. Elas seriam aqui, na nossa sugestão, sob três perspectivas: com relação à distribuição, transmissão e encargos setoriais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar com encargos setoriais, que, como eu disse, é o item de custo que mais tem crescido: cresceu, em 13 anos, 281%, cresceu três vezes mais que o custo de distribuição, cresceu duas vezes mais que o IPCA.

E vejam que, neste momento, aqui, Senador Eduardo, Senador Lucas, Senador Randolfe, que também eu cumprimento – acabou de chegar –, esse gráfico também é um gráfico muito importante, muito revelador. Ele relaciona o custo da tarifa de energia elétrica com a capacidade de pagamento, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano das regiões.

Vejam que os estados da Região Norte, que têm um Índice de Desenvolvimento Humano menor, por razões históricas, políticas, regionais... É complexo. Eu não sou especialista, apesar de ser do Piauí, mas reconheço as dificuldades que temos. Vejam que as tarifas da Região Norte e Nordeste são as maiores. E o que eu tenho a dizer para os senhores é que, se nada for feito, elas continuarão sendo as maiores. Precisamos de intervenção legislativa. Precisamos da ajuda dos senhores e das senhoras.

Então, vejam que o Índice de Desenvolvimento Humano, na Região Norte e Nordeste, é de praticamente 0,7 – reconhecemos que aumentou e melhorou muito ao longo dos últimos anos. Agora, quando a gente vai para a capacidade de pagamento, que é o IDH renda, a capacidade é muito reduzida. Então, 0,66, Região Norte; 0,65, Região Nordeste. Vejam que a Região Sul, a Região Sudeste, a Região Centro-Oeste...

(Intervenção fora do microfone.)

***O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO** – Então, têm mais dificuldade de pagar e continuarão tendo, porque a tarifa, com os sinais legais que nós temos, continuará crescendo.*

Então, o que nós temos hoje é uma constatação fática, uma relação inversa entre o IDH e as tarifas. E a CDE, a cada ano, vai ficar mais cara. E eu não estou nem falando de novas políticas públicas que eventualmente sejam aprovadas.

Em 2016, foi aprovada uma lei, a Lei 13.360. Naquele momento, a radiografia era: os encargos setoriais eram pagos pelas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste 4,5 vezes mais que as Regiões Norte e Nordeste. Ou seja, naquele momento, havia um reconhecimento do Legislativo, do Estado brasileiro de que essas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul teriam condições maiores de pagar os encargos – e elas pagavam 4,5 vezes. Com a aprovação dessa lei, o que é que essa lei determina? Que, até 2030, todo mundo vai pagar igual.

Hoje já está pagando 2,1 vezes mais. Ou seja, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que é o encargo, vai continuar subindo ano a ano para os consumidores da Região Norte e Nordeste. É por isso que eu afirmo aqui que, se nada for feito, a tarifa vai continuar aumentando. E o que é que a Aneel pode fazer a respeito disso? Eu não posso descumprir a lei, eu tenho que fazer a lei, cumprir a lei que foi aprovada pelo Estado brasileiro. Então, a cobrança... E aí há uma tese nossa de que a CDE deveria considerar a capacidade de pagamento da população. E então, nessa perspectiva...

(Intervenção fora do microfone.)

***O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO** – Exato.*

Então, nessa perspectiva a tarifa precisa ser eficiente, dar os sinais corretos para que os investimentos necessários continuem sendo feitos, ela precisa ser sustentável, ou seja, não pode haver esse desequilíbrio tão grande como nós estamos percebendo, e tem que ser justa. Então, o que é que nós defendemos? Que a capacidade de pagamento deveria levar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em conta, desculpe... A tarifa deveria levar em conta a capacidade de pagamento da população.

E aqui nós temos um ciclo que nós estamos denominando o ciclo da injustiça tarifária. Se nós pudermos escrever essa história em um livro, nós temos a primeira página do livro, em que a CDE não considera a capacidade de pagamento, ou seja, claramente, nós temos regiões do país que têm uma capacidade menor de pagar a tarifa, e a tarifa continua aumentando. E aí nós temos a perspectiva regional, porque, se a tarifa continua cara, aquela população não consome, as indústrias não se localizam nessas regiões, porque a tarifa continua cara, nesse ciclo a região não se desenvolve, não gera emprego, a população dessas regiões continuará pobre.

Então, na perspectiva do serviço, que é um serviço essencial, que nenhum de nós pode viver sem ele, você incentiva a inadimplência, você incentiva perdas não técnicas, você incentiva que a distribuidora faça uma gestão mais forte, porque ela precisa receber aquela energia que ela compra, então ela aumenta o conflito social nessas regiões, aumenta o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas, aumenta a inadimplência, aumenta o corte, porque a tarifa continua aumentando. Então, esse é o ciclo da injustiça tarifária que nós temos que parar imediatamente.

Então, como é que nós defendemos que deve ser a CDE – e aí nós entramos no ciclo virtuoso da tarifa? Ela tem que considerar a capacidade de pagamento da população. Nós temos um país desigual, mas é um país que tem que distribuir justiça, justiça social. As tarifas nas regiões com maior complexidade socioeconômica não podem continuar crescendo, elas têm que ser menores, para que a gente leve igualdade para a população, igualdade social, igualdade econômica, redução das desigualdades regionais. E aí você, aumentando a capacidade de pagamento da população, ou seja, você trazendo uma tarifa menor, aumenta o consumo, porque todo mundo quer conforto. Não podemos imaginar que uma pessoa com condições difíceis econômicas não quer um ar-condicionado na casa dela. Ela quer. Ela quer um ar-condicionado, ela quer uma TV melhor, ela quer um forno elétrico.

E aí, nessa perspectiva, essa modalidade de tarifa seria autoajustável: à medida em que a população melhora a sua condição, o IDH, o IDH Renda, isso retroalimenta a forma da tarifa e reduz a tarifa e vai aumentando a capacidade de pagamento.

Bem, aqui a gente tem uma parte específica do PDL, que é, Senador, muito importante, que vai ficar aqui apartada. Veja, a Região Norte do Brasil – aqui com destaque de dois representantes aqui, o Senador Lucas e o Senador Randolfe – é uma região que é exportadora de energia. A Região Nordeste era importadora, passou a ser exportadora. Então, quando a Aneel, na sua função, identificou isso e tem o comando dado por esta Casa, que tem que adotar tarifa locacional, nós passamos cinco anos estudando a matéria. E assim o fizemos. Aprovamos a metodologia de tarifas locacionais, e ela reduz a tarifa em 18 estados de todo o país. E aqui eu vou mostrar, na sequência quais os estados que têm redução de tarifa.

Aqui, por exemplo, Rio Grande do Norte, do Senador Presidente da Petrobras, Senador Jean Paul Prates, que é um grande apoiador do trabalho da agência, seja pela perspectiva técnica e legalista, terá um impacto para os consumidores daquela região, que hoje é o maior produtor de energia eólica do Brasil, reduz em 40% a tarifa de transmissão. Então vejam o incentivo para, por exemplo, um grande consumidor intensivo, uma grande siderúrgica, por exemplo, para o Rio Grande do Norte: ela tem 40% de desconto na transmissão. E assim, sucessivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem, claro, o Estado do Rio Grande do Sul, que tem hoje uma das menores tarifas para o consumidor final, ela elevará a componente de transmissão em 23% e aqui o Estado de Tocantins, como eu já falei, 30%.

Senador Eduardo Gomes.

***O SR. EDUARDO GOMES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para interpelar.) – Aí esse primeiro quadro ali, daí para frente é só para trás.*

***O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO** – Isso, exato. Aqui a gente tem a maior redução da transmissão, que é o Rio Grande do Norte, e aí percebam, 18 estados da Federação. Então, basicamente, todos os estados da Região Nordeste, a grande maioria dos estados da Região Norte, com a exceção ali de Rondônia e Acre, com a questão elétrica, que não vale a pena a gente explicar aqui, mas que também têm tarifas menores com relação a outros estados. Aqui nós estamos falando do Distrito Federal, Rio de Janeiro e tudo mais.*

Nós preparamos uma cartilha, Senador Esperidião Amin, que está à disposição, Senador Lucas Barreto, que também temos aqui e podemos entregar aos senhores, bastante explicativa e bastante simples. Aqui temos três unidades. (Pausa.)

Então, medidas estruturais. E aqui, especificamente, que envolvem os Estados do Norte, do Brasil e do Nordeste. Veja, o que é basicamente a tarifa de energia elétrica? Você tem uma base de remuneração de ativos vezes uma taxa de remuneração que é definida, essa pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Basicamente, capital próprio, 10%; capital de terceiros, 4,38%; e a tributação que todas as empresas devem pagar, 34%, sendo 15% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Vejam que os Estados da Região Norte e Nordeste pagam menos tributo, porque é um incentivo para que a região se desenvolva. Então, ela paga em torno de 15,25%.

Quando a Aneel identificou isso, em 2011, a gente disse: opa, então vamos fazer o seguinte você, distribuidora de energia elétrica, que não tem a opção de distribuir energia em outro local... Ou seja, uma distribuidora que está no Amapá, ela só investe no Amapá. É diferente de uma fábrica de carros, por exemplo, um estado toma uma decisão de dar esse incentivo e, se não der, ela fecha a fábrica e vai para outro local, mas uma distribuidora não pode fazer isso.

Então, a Aneel, em 2011, disse: "Olha, então, vamos fazer o seguinte, eu vou reduzir o teu Wacc, porque você paga menos imposto". Assim, todas as distribuidoras teriam uma única remuneração. Quando nós fizemos isso, as distribuidoras foram à Justiça – esse processo está no STJ desde 2011 –, e o que acontece? As distribuidoras da Região Norte e Nordeste têm um duplo incentivo para investir. O incentivo que elas têm: tudo que elas investem, nessa diferença tributária, elas não podem retirar como forma de lucro, mas continuam investindo. Então, a gente defende que, nesse processo que está no STJ – está em discussão judicial, não podemos interferir nessa questão – o Congresso Nacional regule isso, legisle, para que a gente possa dar para o consumidor dessas regiões esse ganho tributário.

***O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Sr. Sandoval, por favor, rapidamente, é que eu devo ter perdido: a ação no STJ é movida por quem?*

***O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO** – Pelas distribuidoras. A associação...*

***O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – E pede o quê?*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Ela impede que a Aneel faça...*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não, ela pede o quê?*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Ela pede que sejam mantidos os incentivos tributários. O que a Aneel defende é: os incentivos tributários permanecem, a Aneel não tem o poder de retirá-los, mas a Aneel tem o poder de reduzir a remuneração das distribuidoras. E é isso que nós propusemos em 2011. Então, nós não conseguimos reduzir a tarifa nesse item específico porque há uma proibição legal, judicial.*

Então, eu acho que esse é um ponto importante, Senadores, Deputados que nos acompanham, Deputada Federal, para que a gente possa capturar esse ganho em benefício do consumidor de energia elétrica.

Bem, com relação ao Amapá, especificamente, Senador Randolfe e Senador Lucas, eu apresentei, ao longo – desculpe, e Deputada Sílvia –, nós apresentamos aqui uma radiografia de um conjunto de ações que podem ser feitas, desculpe, um conjunto de constituição de diagnósticos que impactam na formação da tarifa. Especificamente com relação ao Amapá, o Amapá não foi incluído em uma decisão, em uma ação do Governo Federal, em setembro de 2020, exatamente porque, salvo engano, nesse momento, a distribuidora ainda não tinha sido privatizada. Então, como havia um forte crescimento da base de remuneração das distribuidoras da Eletrobras que foram privatizadas, o Governo Federal publicou essa Medida Provisória 998, que permitia que, com os recursos da RGR, parte da base de remuneração das distribuidoras fosse indenizada. Ou seja, eu pegaria esse recurso, que é um recurso público, indenizaria a distribuidora e diminuiria a base de remuneração e, consequentemente, a tarifa.

Então, Senador Randolfe, Senador Lucas, Deputada, essa lógica pode ser, semelhantemente, adotada para o caso do Amapá. Esse ponto especificamente trata do Amapá.

E esta é a melhor parte: qual é a realidade que nós temos hoje?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– O senhor gostaria de falar?*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – O que provocaria a utilização da RGR, dos recursos da RGR?*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– A RGR é um fundo que, neste momento, agora, eles têm... Eu não saberia dizer exatamente qual o montante que nós temos hoje, mas parte desses recursos são constantemente alimentados a partir de fiscalizações da Aneel. Então, a Aneel fiscaliza, por exemplo, algumas obrigações especificamente da Eletrobras, tem alguns processos de fiscalização que estão em curso que alimentam a RGR. Então, eu poderia ver, depois, para o senhor qual o recurso que há atualmente na RGR e, principalmente, a perspectiva de novos recursos que entrem nesse fundo e o quanto nós poderíamos dispor para medidas semelhantes.*

Então, esse é o último eslaide, Senador.

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou solicitar só que o Dr. Sandoval prossiga...*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– É o último eslaide.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Porque já... Não, é o último eslaide desta – não é?*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Desta. Tem os do senhor, é claro. (Risos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu estou olhando aqui...*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Não. Perfeito.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a missa. A missa é prolongada.*

Então, só para darmos uma investida, depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Como nós conhecemos do tema, está antes ou depois da comunhão? (Risos.)*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, neste momento, está reservado para a confissão dos Parlamentares. É imprevisível a duração.*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Então, como é que o consumidor do Norte e Nordeste está hoje? Ele está exatamente como essa figura mostra. Ele tem uma barreira para ultrapassar e ele não conseguirá ultrapassá-la, porque essa barreira vai continuar crescendo. Como eu já disse, pelos sinais legais que nós temos, a tarifa do Norte e do Nordeste vai continuar aumentando.*

Então, o que é que nós apresentamos aqui? Primeiro, nós apresentamos aqui uma discussão, uma proposta para que a CDE leve em conta a capacidade de pagamento da população.

Então, regiões que teriam a menor capacidade de pagamento pagariam menos encargos setoriais e aquelas regiões que têm uma capacidade maior pagariam mais.

Isso tem o potencial de reduzir a tarifa de 5% a 8%.

É muita coisa, Senador. (Pausa.)

Senador Heinze, muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Anuncio a chegada do Senador Heinze, que vai poder assumir um dos bancos de réu aí do plenário. (Pausa.)*

Por favor, pode prosseguir?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Bem, o outro item é o do PDL que tem também o potencial de reduzir, até 2027, de 1% a 4%, a tarifa de transmissão... Desculpe, a tarifa para o consumidor final.*

Então, apenas para destacar, a rejeição do PDL pode reduzir a tarifa para o consumidor final de 1% a 4%.

A retirada dos subsídios...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – A rejeição?*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– A rejeição.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Quer dizer, a não aprovação? Porque o PDL...*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– A não aprovação.*

Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – A aprovação, pelo que o senhor está dizendo...*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Aumenta.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Aumenta em 1% a 4%.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Um a quatro por cento.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – É o PDL 365, que está sendo discutido nesta Comissão?*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Perfeito. É isso, Senador.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Então, se o PDL for aprovado, pelo que o senhor está aqui expondo, nós podemos ter mais um reajuste?*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Sim, porque em alguns processos...*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, no caso do Amapá, pode chegar a 33%. Só para não ficar atrás do Tocantins, que será de 30%.*

Mas eu só vou pedir para ele terminar a exposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não. Perfeito.*

Só...

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O assunto é candente realmente.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – É tão importante o vosso dado, que coloca, que o reajuste em um ano para o Amapá ficaria em 130%.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.*

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Não. Só...*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, como eu estou contendo aqui o Senador Lucas Barreto, que já tem as perguntas abertas, eu vou solicitar só que ele termine a exposição.*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES *(Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Tá.*

O SR. PRESIDENTE *(Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Temos um pequeno tópico que ele vai apresentar, bem reduzidamente, e eu franquearei a palavra, porque, sem dúvida alguma, os assuntos trazidos por Tocantins e, especialmente, pelo Amapá merecem monopolizar as nossas atenções.*

Por favor.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO *– Perfeito.*

Então, a questão sobre que nós estamos impedidos de aplicar a Resolução da Aneel, que reduz a taxa de remuneração das distribuidoras, considerando o incentivo tributário que elas possuem, também tem um condão de reduzir a tarifa entre 1,5% e 2,5%. E o que eu apresentei especificamente para o Amapá, ali na questão da base de remuneração.

Então, o que nós estamos falando, para simplificar e concluir, é que, com essas ações que são sugeridas, nós podemos reduzir a tarifa final para o consumidor da Região Norte e Nordeste entre 7,5% a 14,5%.

Eu termino aqui a questão do Amapá, desculpe, a questão das tarifas do Norte e do Nordeste, em atenção aos Requerimentos n°s 71, 76 e 77.

(...)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) (...) Por sua vez, também discutimos no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 365, de que falamos agora há pouco, que susta resoluções da Aneel que supostamente prejudicariam a exploração da fonte eólica na Região Nordeste. Eu destaco ainda o Projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei 2.703, de 2022, que prorroga o prazo para que interessados na geração distribuída usufruam de subsídios tarifários. Em comum aos três temas mencionados está o fato de que alguém terá energia elétrica mais cara para que produtores de hidrogênio verde, geradores eólicos na Região Nordeste e pessoas de alta renda que instalam painéis fotovoltaicos em suas residências tenham um custo menor com energia elétrica. Diante disso, também pergunto: é justo que os menos favorecidos, como o Amapá, enfrentem tarifas mais elevadas para financiar projetos como o hidrogênio verde, usinas eólicas e painéis fotovoltaicos para a população de alta renda, especialmente no Sul e Sudeste? Seria correto que os consumidores de regiões mais prósperas paguem tarifas mais altas para balancear as tarifas em estados com IDH como o do Amapá? Qual estratégia a Aneel sugere para equilibrar as disparidades tarifárias no país?

(...)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – (...)

E a última pergunta que o senhor fez foi que, na realidade, o que está se discutindo com relação ao PDL especificamente é que isso prejudicaria as usinas eólicas, favoreceria a instalação de plantas de hidrogênio verde e o senhor não acha justo que isso seja feito sendo custeado pelos consumidores do Amapá, do Pará e tudo mais. Bem, a Aneel já expôs a sua opinião com relação ao PDL 365. A Aneel entende que a resolução da Aneel precisa ser cumprida, porque nós fizemos dentro da melhor técnica possível, nós não descumprimos nenhum dispositivo legal e isso, sim, traz benefícios para a Região Norte e Nordeste, para os consumidores. Como eu disse, no Estado do Amapá tem uma redução muito expressiva para a transmissão que se reverterá na distribuição também. Então o que pode ser feito, se me permitem, é que o PDL não seja aprovado, mas isso é uma decisão que compete a esta Casa. A Aneel se vinculará às decisões que forem tomadas pelo Senado Federal.

(...)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – (...)

Este é um dos momentos de todos os esforços que estamos fazendo – já estivemos com o Ministro de Minas e Energia nesse sentido e quero debater com a Aneel e com a V. Exa. mais detalhadamente os caminhos aqui colocados – para que esse reajuste, inclusive, com a possibilidade de alterações legislativas... V. Exa. traz aqui um alerta importante: um PDL que tramita nesta Comissão pode levar, se aprovado, a ampliar mais os reajustes. Eu acho que isso deve ficar como alerta para todos nós, membros desta Comissão – ainda bem que desse PDL foi pedida a vista necessária para sua apreciação.

(...)

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jader Barbalho
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/05

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Os objetivos e diretrizes da reunião são os seguintes: a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater com o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, a composição da tarifa de energia elétrica, o risco de aumento dos valores nas regiões do país com mais complexidade socioeconômica e eventuais medidas necessárias para se enfrentarem as causas do problema, além de prestar informações sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, apresentando avaliação das políticas públicas, no âmbito de suas competências, incluindo o aumento na tarifa de energia elétrica do Estado do Amapá – aqui sobejamente representado pelo Senador Lucas Barreto e por inúmeras pessoas que, se houver possibilidade, nós identificaremos – proposto pela Aneel, em atenção aos Requerimentos nºs 38 e 58, deste que lhes fala; nº 71, do Senador Jader Barbalho; nº 76, do Senador Randolfe Rodrigues; e nº 77, do Senador Lucas Barreto, já citado e aqui presente.

Convido para tomar lugar à mesa o Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica. Convido, igualmente, o Senador Lucas Barreto, tão logo se desincumba da entrevista que está concedendo.

E, antes de passar a palavra ao nosso convidado, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelo expositor.

Na exposição inicial, o convidado poderá fazer uso da palavra pelo tempo que dispuser, que precisar. O senhor é o único convocado para hoje. Todos estão ansiosos por ouvi-lo e indagá-lo.

Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Concedo a palavra, com essa explicação inicial, ao Sr. Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O Senador Lucas Barreto gostaria de fazer alguma colocação? A palavra lhe é concedida, sem restrições de tempo.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, senhoras e senhores.

Eu acho que no requerimento tem a convocação também do Diretor da CEA Equatorial. (*Pausa.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – O.k. Então, ficou certo que ele virá na próxima sessão da CI.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É. Como o senhor sabe, eu estou aqui substituindo a sabedoria de Confúcio Moura.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu não sei de tudo, eu sei apenas que o único convocado para hoje é o Diretor-Geral Sandoval.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – A experiência dupla de Santa Catarina e Amapá é somente um apagão... No Amapá foi mais demorado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O nosso foi muito doloroso e universal.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – O nosso ainda dói até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É verdade, mas, então, irmanados pela dor, V. Exa. aguarda a próxima sessão, que certamente será presidida por alguém mais liberal e mais simpático do que eu, de forma que o senhor hoje tem o Dr. Sandoval, a quem eu passo a palavra.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin, presidindo esta sessão, esta audiência pública. Bom dia, também, Senador Lucas Barreto. Bom dia a todos os presentes nessa importante audiência pública e também a todos que acompanham esta audiência pública por meio do canal do Senado, da Comissão de Infraestrutura, já citado pelo Presidente desta sessão, Senador Esperidião Amin.

Bem, eu também cumprimento os servidores da agência que estão aqui presentes, técnicos, superintendentes e lideranças e também os servidores do Senado Federal. E aqui faço uma referência especial ao Dr. Pedro Elias, que outrora era servidor da Aneel e hoje contribui no Senado Federal com o conhecimento que apreendeu na Agência Nacional de Energia Elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e todos que nos acompanham, primeiro quero destacar a grande satisfação e a grande alegria da Agência Nacional de Energia Elétrica ter sido convidada para participar desta audiência pública do Senado Federal para que nós possamos explicar, detalhar todos os aspectos relacionados à formação da tarifa de energia elétrica no Brasil, que precisa, Senadores, de ajustes legislativos para que ela seja justa, conforme nós iremos destacar aqui na nossa exposição. E, como eu havia dito, nós precisamos trabalhar conjuntamente com o Congresso Nacional, com o Governo, o Poder Executivo constituído, para que nós possamos trazer justiça tarifária.

Há uma constatação – e ela já tem sido antecipada, tem sido informada, tem sido avisada pela Aneel já há algum tempo – de que nós precisamos fazer justiça tarifária no Brasil. E a Agência Nacional de Energia Elétrica tem uma atuação infralegal, ou seja, nós atuamos na implementação das políticas públicas, das diretrizes, dos leilões de contratação que são definidos tanto pelo Poder Legislativo, pelo Congresso Nacional, pelo Poder Executivo e pelo poder concedente, que determina todas as expansões que o sistema tem que fazer e, de acordo com as regras definidas pela Aneel, calcula as tarifas com base em toda a legislação associada.

Como já foi anunciado, nós estamos aqui em atenção a três requerimentos relacionados às tarifas da Região Norte do Brasil: o Requerimento 71, do Senador Jader Barbalho; o Requerimento 76, do Senador Randolfe Rodrigues, do Estado do Amapá; e o Requerimento 77, do Senador Lucas Barreto, aqui presente e também representando o Estado do Amapá.

Também há dois requerimentos e ambos formulados pelo Senador Esperidião Amin: os Requerimentos 38 e 58, que tratam da tarifa de Itaipu.

Bem, aqui nós apresentamos, Srs. Senadores, senhoras e senhores, a radiografia de como a tarifa de energia elétrica do Brasil se comportou nos últimos 13 anos. Se nós percebermos, nesse gráfico que está apresentado aqui, nós temos que a tarifa residencial média no Brasil, ao longo desses 13 anos, elevou-se em linha com o IPCA, ou seja, essa tarifa residencial aumentou, em 13 anos, 122%; o IPCA, 115%; e o IGP-M, 171% – a tarifa residencial, que está destacada em verde na apresentação, elevou-se, ao longo desses 13 anos, em linha com o IPCA.

No entanto, a tarifa de energia elétrica, de forma estrutural, é formada por quatro itens de custo: distribuição, geração, transmissão e encargos setoriais. Vejam que a distribuição, que é o custo que a distribuidora tem para prestar o serviço, diga-se, é o único item de custo da tarifa em que a Aneel possui atuação direta, porque nós assim fazemos a regulação por meio da regulação econômica e técnica. Colocamos incentivos à distribuidora e, ao perseguir esses incentivos, ela é remunerada para isso. Vejam, esse item cresceu apenas 91% ao longo desses 13 anos, ou seja, menos que o IPCA, menos que o IGP-M, que são os itens inflacionários por assim dizer. As componentes de geração e transmissão ficaram acima do IPCA e abaixo do IGP-M.

Basicamente, Senadores, senhoras e senhores, esses itens são definidos pela necessidade de expansão do sistema. Então, o planejamento setorial determina que a Aneel faça um leilão de geração, a Aneel vai lá, faz o leilão de geração e, da mesma forma, o leilão de transmissão. E, diga-se de passagem, todos eles têm sido contratados com fortes deságios nos últimos anos.

E, por fim, o item que mais cresceu é o item dos encargos setoriais. E o que são encargos setoriais? As políticas públicas definidas em lei pelo Congresso Nacional e pelo Governo Federal que, uma vez aprovadas e tornadas leis, têm que ser incluídas na tarifa. Vejam, eles cresceram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

281%, ou seja, o dobro do IPCA e também um valor expressivo acima do IGP-M. Que encargos são esses? Nós estamos falando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mais de três vezes do que a distribuição.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Mais do que três vezes a distribuição. Muito bem destacado, Senador Esperidião Amin.

Então, vejam, o que são os encargos setoriais? CCC, para custear a geração dos sistemas isolados; tarifa social de baixa renda; desconto para as fontes renováveis; incentivo ao carvão; incentivo ao irrigante – a tarifa rural se encerrou no último ano. São basicamente esses cinco encargos que fazem parte dos encargos setoriais. Vejam, a CCC, o desconto do Fio e a tarifa social de baixa renda são os principais itens de custo dos encargos setoriais.

E aqui não discuto a urgência e a necessidade de vários desses encargos, mas é preciso ter em mente que tudo isso vai para a tarifa, e esse encargo, depois que ele é rateado entre todos os consumidores do Brasil, uns pagam mais e uns pagam menos, que é o que eu vou destacar um pouco mais acima. Então apenas para deixar fixado, o menor item de custo da tarifa é o item de distribuição. E esse item é o único item, Srs. Senadores, senhoras e senhores, em que a Aneel possui discricionariedade para fazer a sua atuação e sua regulação econômica.

Aqui, Senadores, esse talvez seja um dos eslaides mais importantes aqui da minha exposição. Eu apresentei uma perspectiva nacional, e agora nós vamos apresentar uma perspectiva regional. Vamos fixar, e aqui é bem oportuno porque nós temos dois representantes do povo, um da Região Sul e um da Região Norte.

Então vejam, em azul aqui no nosso gráfico ali embaixo, a Região Norte do Brasil tem o maior custo de distribuição do Brasil, R$326 por megawatt-hora; a Região Sul, R$171 por megawatt-hora.

Para simplificar, por que isso acontece? É caro distribuir energia na Região Norte do Brasil e é mais barato fazer isso na Região Sul. Por que isso? Por vários fatores. Primeiro, geograficamente explicando, na Região Norte os estados são regiões muito grandes; são regiões que têm baixa densidade demográfica; são regiões que têm um consumo *per capita* também muito baixo. Então esse custo de distribuição, Senador, tem que ser rateado com os consumidores que pagam a conta. Como na Região Norte, para exemplificar, existem poucos consumidores com baixo consumo *per capita*, na realidade, você acaba tendo que elevar a tarifa de distribuição para remunerar, para custear os investimentos que são feitos.

E veja que tem uma outra perspectiva interessante. As Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em alguma medida... (*Pausa.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Então, cumprimento também, de forma muito especial, o Senador Eduardo Gomes, representante...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ainda bem que o senhor não falou mal do Tocantins. (*Risos.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Hoje é aniversário de 35 anos...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Coincidente com a Constituição, é isso, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Muito bom, muito bom. Parabéns ao Estado do Tocantins e também parabéns ao Estado do Amapá.

Então, como eu vinha dizendo, as Regiões Sul e Sudeste foram regiões que foram mais precocemente eletrificadas. São regiões que têm um atendimento de energia elétrica mais antigo. Então os ativos – linhas, subestações – já foram amortizados pelos consumidores, os consumidores já pagaram por esses ativos. Então, ele tem um custo muito menor, ao contrário das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que precisam cada vez mais ampliar o serviço para atender essa população. E aí são ativos que serão implantados e precisarão ser amortizados durante 30 anos, e, com a regulação atual, com a legislação atual, isso sendo pago pelos consumidores.

Bem, então como eu tinha dito, o custo de distribuição na Região Norte, na Região Nordeste, e aí para colocar essas duas regiões, são os maiores do Brasil. E aí na Região Sul, Sudeste e depois Centro-Oeste, são os menores.

Agora, vejam ali a parte em amarelo, que também traz uma discussão importante. Nós estamos falando dos encargos setoriais. As Regiões Norte e Nordeste ainda pagam encargos menores. No entanto, como eu vou falar um pouco mais à frente, há uma legislação, Senador Lucas Barreto, Senador Eduardo Gomes, Senador Esperidião Amin, que igualará essas regiões, ou seja, os encargos setoriais...

E, aí, eu vou passando logo para o próximo eslaide aqui.

Então, apenas para destacar a discrepância da capacidade de pagamento das regiões: vejam que um consumidor, na Região Nordeste, tem um consumo médio de 274kWh/mês, enquanto um consumidor na Região Sul tem um consumo de 539kWh. Então, veja, é praticamente o dobro a capacidade de consumo mensal *per capita* da Região Nordeste para a Região Sul. Isso é apenas, senhoras e senhores, para trazer uma perspectiva, que é reconhecida de todos, e todos sabem: o nosso país é diverso; nós temos características diferentes. E o que nós vamos trazer aqui são perspectivas importantes e interessantes para o Senado Federal, para os formuladores de políticas públicas, porque, a partir da perspectiva da eletricidade, é possível trazer e fazer uma tarifa mais justa; é isso que nós queremos apresentar para os senhores e as senhoras.

Bem, vejam aqui: nesse momento, nós temos quatro processos tarifários bastante expressivos. Temos aqui, no Piauí, 20% sendo já anunciado – ainda não foi confirmado, mas está em audiência pública; em Rondônia, 16,18%; no Acre, 22,07%; e, no Amapá, 44,41%. E aqui eu trago apenas três perspectivas de custos, que são os principais, para a nossa reflexão. Vejam que, como eu falei, o Estado do Amapá tem 13,74% dos 44%, apenas o custo de distribuição. E, aqui, o Estado do Amapá salta...

Entre outras questões, houve uma decisão do governo do Estado do Amapá de fazer uma privatização da companhia, uma decisão legítima, e nós não temos nenhuma interferência nessa decisão. O Estado tinha uma qualidade de serviço muito depressiva, não possuía capacidade de investimento, e houve essa decisão. No momento em que houve essa decisão, no contrato de concessão, Senador Lucas Barreto, foi colocada a possibilidade de uma revisão tarifária extraordinária, que é o que está acontecendo agora. Essa decisão foi da Aneel? Não. Essa decisão foi do controlador, junto com o banco responsável pelo leilão. A empresa que participou aceitou, e está no contrato que ela tem direito a essa revisão tarifária extraordinária. Cabe a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aneel apenas verificar se tudo que foi investido, que foi declarado, foi realmente feito. Se foi feito, a Aneel é vinculada, ela não tem o que fazer a não ser calcular a remuneração e aplicar o reajuste.

Encargos setoriais: 12.56%. Então, nós estamos falando aqui basicamente de 25%, 26% dos 44% apenas nesses dois itens.

E aqui eu queria destacar, exatamente porque há uma discussão que está sendo feita no Senado Federal atualmente com relação ao PDL 365, que, conforme a Aneel defende e argumenta, ele é necessário, e é necessário que sejam mantidas as normativas da Aneel, por vários pressupostos. A Aneel cumpriu todas as suas obrigações legais, está atendendo à legislação, que nos obriga a atuar e fazer, calcular a tarifa, respeitando o efeito locacional.

Por que isso? Porque está na lei, mas vejam o impacto interessante: a transmissão, o custo de transmissão no Estado do Amapá pesará, no reajuste, apenas 0,63%; no Acre, -0,57%; em Rondônia, 2,38%; e no Piauí, 1,51%.

Caso o PDL seja aprovado, em última instância, tanto pela CI como pela CCJ e depois em Plenário, significa que nós teremos que recalcular esses itens.

E aqui, Senadores, é muito importante lembrar que esses itens são provisórios, mas, caso o PDL seja aprovado, nós teremos que recalcular o custo de transmissão, e isso aumentará a tarifa dos consumidores das Regiões Norte e Nordeste do Brasil – eu diria em 18 estados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou interromper o senhor...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... por uma única razão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Também.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Este PDL é objeto de uma... não de um conflito, mas há uma controvérsia no caso. Eu próprio me envolvi nessa controvérsia porque pedi vista. E pedi vista porque, em princípio eu quero rejeitar o PDL, mas houve quase que um incêndio por causa do teor do voto em separado do Senador Luis Carlos Heinze, que eu convidei para participar desta reunião.

De forma que eu queria pedir à Secretaria que esta parte da palestra, da exposição do Sr. Sandoval fosse apartada. Tudo o que disser respeito ao PDL, eu queria que fosse destacado da ata, porque será útil para a votação em outras Comissões e na tramitação do PDL, que chegará até a Comissão de Justiça. Confere, Senador Eduardo?

Com a palavra, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como eu fiz o aparte, eu acho que isso tem que ser apartado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela ordem, Presidente, eu queria aproveitar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Peço, então, a ajuda do Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Pela ordem.) – Além de cumprimentar V. Exa., Presidente desta sessão, e o Senador Lucas Barreto, também estudioso do assunto, está fazendo aniversário hoje também o Amapá, por coincidência, o estado em que nós tivemos o apagão, há dois anos, uma série de dificuldades no sistema elétrico.

Eu quero cumprimentar o Presidente, o Diretor Sandoval de Araújo Feitosa Neto, reconhecido aqui por esta Casa como um grande executivo do setor de regulação do país; a todos os funcionários da Aneel, das associações aqui presentes.

Sr. Presidente, eu tenho, vindo do Estado do Tocantins – o primeiro estado brasileiro a promover uma privatização do sistema elétrico, antes da queda do Muro de Berlim, ainda com a Celtins – o dever de dizer que, quando cheguei a esta Casa, em 2002 – esta Casa, o Congresso –, ainda como Deputado Federal, num dos três mandatos, participei de todo o processo de fortalecimento e compreensão do sistema regulatório brasileiro e vi que, durante esse período, houve um amadurecimento, houve o surgimento de outras agências. E houve também uma coisa curiosa, um efeito gangorra não só no setor elétrico brasileiro, mas em outros setores, que, via de regra, entram numa espécie de confronto, para que prevaleça a condição de investimento de um setor em detrimento de outro, da mesma cadeia, o que compreendo que tem a sua compreensão, tem o seu objetivo, mas longe do objetivo da confiança que o cidadão brasileiro precisa ter no sistema regulatório.

Então, eu queria só chamar a atenção, para que ficasse registrado nesta sessão, que o espírito da necessidade do PDL, que é, eventualmente, um investimento em um setor a mais do que no outro ou uma questão de equilíbrio, não tem nesse instrumento, necessariamente, condições de colocar o legislador contra aquilo que ele aprovou na legislação, na Constituição, e, principalmente, quando é a função principal do Senado fazer a fiscalização do sistema regulatório.

Então, fico imaginando – esses dias, conversando com vários Parlamentares, e todos os que estão em uma corrente e na outra têm o meu respeito – que, além da consequência do aumento de tarifa, além da consequência de uma luta para a regulamentação, que vem de mais de dez anos, eu acredito que o PDL traz uma questão educativa, porque imagine que a gente esteja, daqui a pouco, a qualquer momento, questionando a agência reguladora, a Aneel ou qualquer outra, e o regulador ou o diretor responda simplesmente "qual é a agência que o senhor quer ouvir: a quem tem as suas funções regulatórias ou aquela que é modificada por PDL?". Porque tem um efeito, e eu sinto que esse efeito está sempre ligado à busca de uma fonte, que pode ser legítima, mas não é adequada para favorecer determinados pontos da regulação ou das matrizes de energia.

Então, queria dizer que respeito muito o autor do PDL, tenho uma excelente convivência com o nosso Líder Otto, sei da tramitação nas outras Comissões, mas eu acho que é uma questão conceitual.

Portanto, já aproveitando para fazer a minha passagem, já que estamos no plenário com a sessão dos 35 anos da Constituição, eu queria deixar o meu registro, o meu respeito à Agência Nacional de Energia Elétrica, que tive a oportunidade, em várias vezes... Não vou lá, quase não vou à Aneel, mas todas as vezes que é preciso defender o sistema regulatório brasileiro eles têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o meu apoio, desde a concepção da lei das agências, da qual tive a oportunidade de ser Relator em uma fase, e quero dizer que a minha preocupação está atendida, Presidente, no cuidado que V. Exa. tem, na Presidência desta Comissão, de pedir que a gente separe todos os pontos da exposição que falem das consequências e dos desdobramentos da aprovação ou não do PDL.

Eu acho que é estruturante, é original. Eu acho que, antes de fazer um PDL, a gente tem que exercer o papel do Senado Federal, que é de regulador da regulação, e não de modificador da regulação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A interrupção, portanto, foi feita e é feita para que este assunto seja apartado para favorecer a tramitação do PDL e iluminá-lo, porque cada um toma a sua decisão, mas, pelo menos, para ter todas essas informações, que eu pretendo acostar ao PDL.

Ou seja, nós temos que preparar um avulso apartado do conjunto da exposição e de toda a sessão, para... Eu vou propor, eu já deixo aqui consignado, que seja acostado este avulso ao processo de tramitação do PDL.

Com isso, por favor, o senhor continue. Não sei se o Senador ainda quer fazer algum comentário sobre o PDL.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Não. Perfeito...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quero aproveitar para registrar a presença, entre nós, da Deputada Silvia Waiãpi, do Amapá do Senador Randolfe Rodrigues, que esteve e certamente voltará a estar conosco.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Senador Eduardo Gomes, muito obrigado pela referência e deferência à Agência Nacional de Energia Elétrica. O senhor é sempre muito bem-vindo. De fato, a última vez em que o senhor esteve presencialmente lá foi há quatro anos, em um evento que fizemos junto com o sindicato dos servidores das agências federais. O senhor esteve lá presente e, mais uma vez, é muito bem-vindo.

O ponto que eu... Senador, me permito apenas lhe mostrar...

Eu não sei o que é que eu fiz aqui. Desculpe. Eu mudei alguma coisa aqui? Eu tirei... Desculpa, Thales. Perdão. Perdão, desculpe. (*Pausa.*)

Perfeito.

O Senador Eduardo Gomes fez uma pergunta, e eu quero apenas mostrar para ele esse gráfico; e eu já passo para frente para responder à pergunta do Senador Eduardo Gomes.

Senador, é apenas para destacar que esses itens em azul são os itens que compõem a tarifa de energia elétrica. O item transmissão é o item que cresceu entre o IPCA e o IGP-M. Então, guardando esta informação um pouco mais à frente para responder à pergunta do senhor, qual o impacto da rejeição do PDL...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Exato: qual o impacto da aprovação do PDL? O item transmissão, no Estado de Tocantins, aumentará 30% – o item transmissão; e, no Amapá, 33%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Um pouco. Você sempre será campeão. Ele é vocacionado para ser campeão. Um dia ele chega lá!

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Há alguma previsão do desdobramento disso no valor total da tarifa?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Sim. Eu tenho também. Eu posso, depois, passar.

Aqui a gente apresenta os itens principais: transmissão, encargos e distribuição. E aí eu faço um gancho para dizer que medidas estruturais são necessárias. E, quando eu cito medidas estruturais, eu estou citando medidas legislativas.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para interpelar.) – Pela ordem, Presidente, só para concordar com aquilo que nós estávamos levantando aqui.

Você imagine para o legislador que faz a sabatina de diretores de agência e fortalece a sua atividade, para fortalecer as agências reguladoras, explicar para a sua população – principalmente de um estado gerador, como é o caso do Estado do Tocantins – que você vai, só no item de transmissão, aumentar em 30% a tarifa. Não tem condição.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – E, aí, quando eu digo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor me permite? Agora vocês vão me permitir. Desconhecimento do aforismo de Vitorino Freire: "As consequências vêm sempre depois", em homenagem ao nosso vizinho Maranhão.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – É, eu sei. Há uma cidade no Estado do Maranhão com esse nome, Vitorino Freire.

E aí medidas estruturais são necessárias. Elas seriam aqui, na nossa sugestão, sob três perspectivas: com relação à distribuição, transmissão e encargos setoriais.

Vamos começar com encargos setoriais, que, como eu disse, é o item de custo que mais tem crescido: cresceu, em 13 anos, 281%, cresceu três vezes mais que o custo de distribuição, cresceu duas vezes mais que o IPCA.

E vejam que, neste momento, aqui, Senador Eduardo, Senador Lucas, Senador Randolfe, que também eu cumprimento – acabou de chegar –, esse gráfico também é um gráfico muito importante, muito revelador. Ele relaciona o custo da tarifa de energia elétrica com a capacidade de pagamento, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano das regiões.

Vejam que os estados da Região Norte, que têm um Índice de Desenvolvimento Humano menor, por razões históricas, políticas, regionais... É complexo. Eu não sou especialista, apesar de ser do Piauí, mas reconheço as dificuldades que temos. Vejam que as tarifas da Região Norte e Nordeste são as maiores. E o que eu tenho a dizer para os senhores é que, se nada for feito, elas continuarão sendo as maiores. Precisamos de intervenção legislativa. Precisamos da ajuda dos senhores e das senhoras.

Então, vejam que o Índice de Desenvolvimento Humano, na Região Norte e Nordeste, é de praticamente 0,7 – reconhecemos que aumentou e melhorou muito ao longo dos últimos anos. Agora, quando a gente vai para a capacidade de pagamento, que é o IDH renda, a capacidade é muito reduzida. Então, 0,66, Região Norte; 0,65, Região Nordeste. Vejam que a Região Sul, a Região Sudeste, a Região Centro-Oeste...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Então, têm mais dificuldade de pagar e continuarão tendo, porque a tarifa, com os sinais legais que nós temos, continuará crescendo.

Então, o que nós temos hoje é uma constatação fática, uma relação inversa entre o IDH e as tarifas. E a CDE, a cada ano, vai ficar mais cara. E eu não estou nem falando de novas políticas públicas que eventualmente sejam aprovadas.

Em 2016, foi aprovada uma lei, a Lei 13.360. Naquele momento, a radiografia era: os encargos setoriais eram pagos pelas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste 4,5 vezes mais que as Regiões Norte e Nordeste. Ou seja, naquele momento, havia um reconhecimento do Legislativo, do Estado brasileiro de que essas Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul teriam condições maiores de pagar os encargos – e elas pagavam 4,5 vezes. Com a aprovação dessa lei, o que é que essa lei determina? Que, até 2030, todo mundo vai pagar igual.

Hoje já está pagando 2,1 vezes mais. Ou seja, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que é o encargo, vai continuar subindo ano a ano para os consumidores da Região Norte e Nordeste. É por isso que eu afirmo aqui que, se nada for feito, a tarifa vai continuar aumentando. E o que é que a Aneel pode fazer a respeito disso? Eu não posso descumprir a lei, eu tenho que fazer a lei, cumprir a lei que foi aprovada pelo Estado brasileiro. Então, a cobrança... E aí há uma tese nossa de que a CDE deveria considerar a capacidade de pagamento da população. E então, nessa perspectiva...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Exato.

Então, nessa perspectiva a tarifa precisa ser eficiente, dar os sinais corretos para que os investimentos necessários continuem sendo feitos, ela precisa ser sustentável, ou seja, não pode haver esse desequilíbrio tão grande como nós estamos percebendo, e tem que ser justa. Então, o que é que nós defendemos? Que a capacidade de pagamento deveria levar em conta, desculpe... A tarifa deveria levar em conta a capacidade de pagamento da população.

E aqui nós temos um ciclo que nós estamos denominando o ciclo da injustiça tarifária. Se nós pudermos escrever essa história em um livro, nós temos a primeira página do livro, em que a CDE não considera a capacidade de pagamento, ou seja, claramente, nós temos regiões do país que têm uma capacidade menor de pagar a tarifa, e a tarifa continua aumentando. E aí nós temos a perspectiva regional, porque, se a tarifa continua cara, aquela população não consome, as indústrias não se localizam nessas regiões, porque a tarifa continua cara, nesse ciclo a região não se desenvolve, não gera emprego, a população dessas regiões continuará pobre.

Então, na perspectiva do serviço, que é um serviço essencial, que nenhum de nós pode viver sem ele, você incentiva a inadimplência, você incentiva perdas não técnicas, você incentiva que a distribuidora faça uma gestão mais forte, porque ela precisa receber aquela energia que ela compra, então ela aumenta o conflito social nessas regiões, aumenta o desequilíbrio econômico-financeiro das empresas, aumenta a inadimplência, aumenta o corte, porque a tarifa continua aumentando. Então, esse é o ciclo da injustiça tarifária que nós temos que parar imediatamente.

Então, como é que nós defendemos que deve ser a CDE – e aí nós entramos no ciclo virtuoso da tarifa? Ela tem que considerar a capacidade de pagamento da população. Nós temos um país desigual, mas é um país que tem que distribuir justiça, justiça social. As tarifas nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regiões com maior complexidade socioeconômica não podem continuar crescendo, elas têm que ser menores, para que a gente leve igualdade para a população, igualdade social, igualdade econômica, redução das desigualdades regionais. E aí você, aumentando a capacidade de pagamento da população, ou seja, você trazendo uma tarifa menor, aumenta o consumo, porque todo mundo quer conforto. Não podemos imaginar que uma pessoa com condições difíceis econômicas não quer um ar-condicionado na casa dela. Ela quer. Ela quer um ar-condicionado, ela quer uma TV melhor, ela quer um forno elétrico.

E aí, nessa perspectiva, essa modalidade de tarifa seria autoajustável: à medida em que a população melhora a sua condição, o IDH, o IDH Renda, isso retroalimenta a forma da tarifa e reduz a tarifa e vai aumentando a capacidade de pagamento.

Bem, aqui a gente tem uma parte específica do PDL, que é, Senador, muito importante, que vai ficar aqui apartada. Veja, a Região Norte do Brasil – aqui com destaque de dois representantes aqui, o Senador Lucas e o Senador Randolfe – é uma região que é exportadora de energia. A Região Nordeste era importadora, passou a ser exportadora. Então, quando a Aneel, na sua função, identificou isso e tem o comando dado por esta Casa, que tem que adotar tarifa locacional, nós passamos cinco anos estudando a matéria. E assim o fizemos. Aprovamos a metodologia de tarifas locacionais, e ela reduz a tarifa em 18 estados de todo o país. E aqui eu vou mostrar, na sequência quais os estados que têm redução de tarifa.

Aqui, por exemplo, Rio Grande do Norte, do Senador Presidente da Petrobras, Senador Jean Paul Prates, que é um grande apoiador do trabalho da agência, seja pela perspectiva técnica e legalista, terá um impacto para os consumidores daquela região, que hoje é o maior produtor de energia eólica do Brasil, reduz em 40% a tarifa de transmissão. Então vejam o incentivo para, por exemplo, um grande consumidor intensivo, uma grande siderúrgica, por exemplo, para o Rio Grande do Norte: ela tem 40% de desconto na transmissão. E assim, sucessivamente.

A gente tem, claro, o Estado do Rio Grande do Sul, que tem hoje uma das menores tarifas para o consumidor final, ela elevará a componente de transmissão em 23% e aqui o Estado de Tocantins, como eu já falei, 30%.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para interpelar.) – Aí esse primeiro quadro ali, daí para frente é só para trás.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Isso, exato. Aqui a gente tem a maior redução da transmissão, que é o Rio Grande do Norte, e aí percebam, 18 estados da Federação. Então, basicamente, todos os estados da Região Nordeste, a grande maioria dos estados da Região Norte, com a exceção ali de Rondônia e Acre, com a questão elétrica, que não vale a pena a gente explicar aqui, mas que também têm tarifas menores com relação a outros estados. Aqui nós estamos falando do Distrito Federal, Rio de Janeiro e tudo mais.

Nós preparamos uma cartilha, Senador Esperidião Amin, que está à disposição, Senador Lucas Barreto, que também temos aqui e podemos entregar aos senhores, bastante explicativa e bastante simples. Aqui temos três unidades. (*Pausa.*)

Então, medidas estruturais. E aqui, especificamente, que envolvem os Estados do Norte, do Brasil e do Nordeste. Veja, o que é basicamente a tarifa de energia elétrica? Você tem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base de remuneração de ativos vezes uma taxa de remuneração que é definida, essa pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Basicamente, capital próprio, 10%; capital de terceiros, 4,38%; e a tributação que todas as empresas devem pagar, 34%, sendo 15% para Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Vejam que os Estados da Região Norte e Nordeste pagam menos tributo, porque é um incentivo para que a região se desenvolva. Então, ela paga em torno de 15,25%.

Quando a Aneel identificou isso, em 2011, a gente disse: opa, então vamos fazer o seguinte você, distribuidora de energia elétrica, que não tem a opção de distribuir energia em outro local... Ou seja, uma distribuidora que está no Amapá, ela só investe no Amapá. É diferente de uma fábrica de carros, por exemplo, um estado toma uma decisão de dar esse incentivo e, se não der, ela fecha a fábrica e vai para outro local, mas uma distribuidora não pode fazer isso.

Então, a Aneel, em 2011, disse: "Olha, então, vamos fazer o seguinte, eu vou reduzir o teu Wacc, porque você paga menos imposto". Assim, todas as distribuidoras teriam uma única remuneração. Quando nós fizemos isso, as distribuidoras foram à Justiça – esse processo está no STJ desde 2011 –, e o que acontece? As distribuidoras da Região Norte e Nordeste têm um duplo incentivo para investir. O incentivo que elas têm: tudo que elas investem, nessa diferença tributária, elas não podem retirar como forma de lucro, mas continuam investindo. Então, a gente defende que, nesse processo que está no STJ – está em discussão judicial, não podemos interferir nessa questão – o Congresso Nacional regule isso, legisle, para que a gente possa dar para o consumidor dessas regiões esse ganho tributário.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Sr. Sandoval, por favor, rapidamente, é que eu devo ter perdido: a ação no STJ é movida por quem?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Pelas distribuidoras. A associação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – E pede o quê?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Ela impede que a Aneel faça...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não, ela pede o quê?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Ela pede que sejam mantidos os incentivos tributários. O que a Aneel defende é: os incentivos tributários permanecem, a Aneel não tem o poder de retirá-los, mas a Aneel tem o poder de reduzir a remuneração das distribuidoras. E é isso que nós propusemos em 2011. Então, nós não conseguimos reduzir a tarifa nesse item específico porque há uma proibição legal, judicial.

Então, eu acho que esse é um ponto importante, Senadores, Deputados que nos acompanham, Deputada Federal, para que a gente possa capturar esse ganho em benefício do consumidor de energia elétrica.

Bem, com relação ao Amapá, especificamente, Senador Randolfe e Senador Lucas, eu apresentei, ao longo – desculpe, e Deputada Sílvia –, nós apresentamos aqui uma radiografia de um conjunto de ações que podem ser feitas, desculpe, um conjunto de constituição de diagnósticos que impactam na formação da tarifa. Especificamente com relação ao Amapá, o Amapá não foi incluído em uma decisão, em uma ação do Governo Federal, em setembro de 2020, exatamente porque, salvo engano, nesse momento, a distribuidora ainda não tinha sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privatizada. Então, como havia um forte crescimento da base de remuneração das distribuidoras da Eletrobras que foram privatizadas, o Governo Federal publicou essa Medida Provisória 998, que permitia que, com os recursos da RGR, parte da base de remuneração das distribuidoras fosse indenizada. Ou seja, eu pegaria esse recurso, que é um recurso público, indenizaria a distribuidora e diminuiria a base de remuneração e, consequentemente, a tarifa.

Então, Senador Randolfe, Senador Lucas, Deputada, essa lógica pode ser, semelhantemente, adotada para o caso do Amapá. Esse ponto especificamente trata do Amapá.

E esta é a melhor parte: qual é a realidade que nós temos hoje?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – O senhor gostaria de falar?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – O que provocaria a utilização da RGR, dos recursos da RGR?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – A RGR é um fundo que, neste momento, agora, eles têm... Eu não saberia dizer exatamente qual o montante que nós temos hoje, mas parte desses recursos são constantemente alimentados a partir de fiscalizações da Aneel. Então, a Aneel fiscaliza, por exemplo, algumas obrigações especificamente da Eletrobras, tem alguns processos de fiscalização que estão em curso que alimentam a RGR. Então, eu poderia ver, depois, para o senhor qual o recurso que há atualmente na RGR e, principalmente, a perspectiva de novos recursos que entrem nesse fundo e o quanto nós poderíamos dispor para medidas semelhantes.

Então, esse é o último eslaide, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou solicitar só que o Dr. Sandoval prossiga...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – É o último eslaide.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Porque já... Não, é o último eslaide desta – não é?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Desta. Tem os do senhor, é claro. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu estou olhando aqui...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Não. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... a missa. A missa é prolongada.

Então, só para darmos uma investida, depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Como nós conhecemos do tema, está antes ou depois da comunhão? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olha, neste momento, está reservado para a confissão dos Parlamentares. É imprevisível a duração.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Então, como é que o consumidor do Norte e Nordeste está hoje? Ele está exatamente como essa figura mostra. Ele tem uma barreira para ultrapassar e ele não conseguirá ultrapassá-la, porque essa barreira vai continuar crescendo. Como eu já disse, pelos sinais legais que nós temos, a tarifa do Norte e do Nordeste vai continuar aumentando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é que nós apresentamos aqui? Primeiro, nós apresentamos aqui uma discussão, uma proposta para que a CDE leve em conta a capacidade de pagamento da população.

Então, regiões que teriam a menor capacidade de pagamento pagariam menos encargos setoriais e aquelas regiões que têm uma capacidade maior pagariam mais.

Isso tem o potencial de reduzir a tarifa de 5% a 8%.

É muita coisa, Senador. (*Pausa.*)

Senador Heinze, muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Anuncio a chegada do Senador Heinze, que vai poder assumir um dos bancos de réu aí do plenário. (*Pausa.*)

Por favor, pode prosseguir?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Bem, o outro item é o do PDL que tem também o potencial de reduzir, até 2027, de 1% a 4%, a tarifa de transmissão... Desculpe, a tarifa para o consumidor final.

Então, apenas para destacar, a rejeição do PDL pode reduzir a tarifa para o consumidor final de 1% a 4%.

A retirada dos subsídios...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – A rejeição?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – A rejeição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Quer dizer, a não aprovação? Porque o PDL...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – A não aprovação.

Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – A aprovação, pelo que o senhor está dizendo...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Aumenta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Aumenta em 1% a 4%.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Um a quatro por cento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – É o PDL 365, que está sendo discutido nesta Comissão?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Perfeito. É isso, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Então, se o PDL for aprovado, pelo que o senhor está aqui expondo, nós podemos ter mais um reajuste?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Sim, porque em alguns processos...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, no caso do Amapá, pode chegar a 33%. Só para não ficar atrás do Tocantins, que será de 30%.

Mas eu só vou pedir para ele terminar a exposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não. Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O assunto é candente realmente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – É tão importante o vosso dado, que coloca, que o reajuste em um ano para o Amapá ficaria em 130%.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Não. Só...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, como eu estou contendo aqui o Senador Lucas Barreto, que já tem as perguntas abertas, eu vou solicitar só que ele termine a exposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Temos um pequeno tópico que ele vai apresentar, bem reduzidamente, e eu franquearei a palavra, porque, sem dúvida alguma, os assuntos trazidos por Tocantins e, especialmente, pelo Amapá merecem monopolizar as nossas atenções.

Por favor.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Perfeito.

Então, a questão sobre que nós estamos impedidos de aplicar a Resolução da Aneel, que reduz a taxa de remuneração das distribuidoras, considerando o incentivo tributário que elas possuem, também tem um condão de reduzir a tarifa entre 1,5% e 2,5%. E o que eu apresentei especificamente para o Amapá, ali na questão da base de remuneração.

Então, o que nós estamos falando, para simplificar e concluir, é que, com essas ações que são sugeridas, nós podemos reduzir a tarifa final para o consumidor da Região Norte e Nordeste entre 7,5% a 14,5%.

Eu termino aqui a questão do Amapá, desculpe, a questão das tarifas do Norte e do Nordeste, em atenção aos Requerimentos n°s 71, 76 e 77.

A próxima apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa parte seguinte agora é a de Itaipu?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Itaipu, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou até justificar antes, e gostaria até que o Líder do Governo desse atenção a esse assunto. Eu entrei pessoalmente em contato com o nosso Deputado Enio Verri, que foi nosso colega na Câmara, e ele a cedeu, ele não é obrigado a vir como Presidente da estatal, mas ele se dispôs a vir e nós vamos ter uma sessão específica de debate sobre a questão de Itaipu. Por isso, eu vou querer a sua apresentação; ela vai constar dos nossos *Anais* e vai ser apartada também para ser anexada.

Quando vai ser a vinda do Dr. Enio Verri? (*Pausa.*)

Mas ele confirmou que virá? (*Pausa.*)

É dia 19 ou 26.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta parte vai ser copiada para estar presente na vinda dele. Por isso que ela tem que ser apresentada.

Mas só para que se tenha uma ideia, rapidamente, o Tratado de Itaipu expirou em agosto passado – 50 anos. A dívida está paga, ou seja, não temos mais que amortizar. Temos um sócio que já discutiu institucionalmente, o Paraguai, com o Governo brasileiro. Na primeira discussão, em 2008, eram Lugo e Lula, então, há alguns passivos pessoais aí nessa discussão.

Os meus alunos, viu, Senador Randolfe, em 2009, da disciplina Empreendimentos e Modelos de Negociação, apresentaram o caso de Itaipu – 35 anos de Tratado como um caso. É muito interessante ver como foi o debate naquela época e o debate de hoje, atualizado. O fato é que o orçamento binacional tem para este ano um valor alocado de US$365 milhões para programas socioambientais, leia-se investimentos, que não têm nada a ver com a distribuição ou geração de energia elétrica e que, se não houver nenhuma providência, vão impactar a tarifa que todos nós brasileiros pagaremos, se isso for computado. Agora, se pudermos incluir isto no RP9, fica mais claro. Eu só queria trazer o aperitivo deste assunto.

O que a Aneel vai oferecer agora é a sua visão neutra, naturalmente, como reguladora desta licenciosidade, permitam-me dizer, que onera os brasileiros.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, finalmente, eu vou anexar aqui a exposição da Abradee do dia 20 de setembro, porque isso tudo aqui é complicado. Agora, vocês imaginem com a reforma tributária. Quantas modalidades de isenção e cruzamento de encargos nós temos pelo sistema tributário atual? E quanto teremos depois da reforma tributária se não atentarmos para esse detalhe?

Então, devolvo-lhe a palavra.

Pode ser uma rápida exposição, porque, neste caso, o senhor não é o réu. Voltará a ser daqui a pouco.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Bem, também, como eu já havia mencionado aqui, em atenção ao convite dos Requerimentos 38 e 58, ambos de autoria do Senador Esperidião Amin.

Quando a gente fala de Itaipu, na Aneel, nós temos apenas dois processos envolvidos na discussão. O primeiro, que calcula a tarifa de repasse de Itaipu – e há um conjunto de pressupostos legais que nós temos que atender –, como também a tarifa de otimização de energia da TEOItaipu. (*Pausa.*)

Muito bom dia.

Quero cumprimentar o Senador Jader Barbalho, que também está presente.

Senador, muito bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi Governador contemporâneo do meu tio, entre 1983 e 1987.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Só para cumprimentar o Senador Jader, eu e o Senador Randolfe estávamos nos sentindo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Órfãos.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Órfãos, mas agora, com a sua chegada, com certeza, nós vamos resolver essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está todo mundo querendo te envelhecer, Jader. (*Risos.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Bem, então, como eu já havia falado, nós temos dois processos que envolvem Itaipu. O primeiro deles é o que trata da tarifa de repasse, e o segundo deles é o que trata da tarifa de otimização da energia de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – A Teo.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – A Teo. Isso, perfeito. Então, Senador Esperidião, aqui nós temos os dispositivos legais aos quais a Aneel está vinculada – nós não temos também nenhuma discricionalidade para mudar o tratado, obviamente –: a Lei 5.899, de 1973; temos também a Lei 11.480 e o Decreto 11.027, ou seja, todos os aparatos e dispositivos legais aos quais a Aneel está vinculada para fazer o cálculo da tarifa de repasse de Itaipu.

E o que é que define a tarifa de repasse de Itaipu? Basicamente, o Cuse (Custo Unitário do Serviço de Eletricidade), que representa 83% do custo da tarifa de Itaipu; o custo da energia cedida ao Brasil; o saldo negativo da conta de comercialização; parcela devida à retirada do fator de ajuste. Com tudo isso aqui, nós calculamos a tarifa de repasse de Itaipu, e nós operacionalizamos isso por meio do Submódulo 6.2 dos procedimentos de rede da Aneel.

Então, basicamente, para verificar como a tarifa de Itaipu se comportou nesses dois anos, 2022 e 2023. Essa tarifa era, de forma histórica, em torno de US$22 por quilowatt-hora/mês. Em 2022, houve uma pequena redução para US$18,97 e depois, em 2023, para US$16,71. Nós tivemos uma redução da tarifa de repasse em torno de 18,19%.

E aqui, Senador Esperidião Amin, que acompanha muito este tema, vejam que essa tarifa vinha praticamente congelada ali até 2022, quando houve uma redução dessa tarifa, inicialmente, como eu falei, de 18,97; depois, de 16,71. Quando a gente avalia aqui todo o rito associado à definição da tarifa de Itaipu, de repasse de Itaipu, percebam que essa tarifa é definida pela Usina de Itaipu, basicamente a parte brasileira e a parte paraguaia. Depois esse custo é informado à Aneel, por meio da ENBPar, que é a empresa que foi criada para ser a responsável pela comercialização de energia elétrica de Itaipu. Depois ela chega para a Aneel apenas para a Aneel homologar a tarifa de repasse do tratado. Então vejam que a Anel não tem nenhuma competência com relação a esse custo que é informado pela Itaipu, depois pela ENBPar. A Aneel é apenas informada para homologar.

Importante, Esperidião Amin e todos que acompanham, que a energia de Itaipu ainda é muito representativa para o Brasil. Vejam que ela representa 15% de toda energia comprada pelas distribuidoras do Sul, Sudeste e Centro-oeste. E individualmente, em cada uma dessas distribuidoras, ainda é a energia mais cara de todas elas –, de uma usina, como o senhor mesmo mencionou, que já foi paga.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desde quando que esse Cuse, Custo Unitário do Serviço...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Custo do Serviço de Energia.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desde quando isso pode conter obras, por exemplo, realizadas em um aeroporto?

É isso que nós vamos discutir nos dias 19 e 26 ou 27, quando vier aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor já participou de uma audiência, o Ministro já participou, em maio ou junho, e é evidente que eu, de minha parte, não vou silenciar sobre isso. Enquanto nós tínhamos que pagar o custo da obra, tudo bem, tinha que pagar mesmo. Foi o Brasil que bancou. Agora, fazer obras num determinado estado, em uma determinada região – hospital, aeroporto, rodovia – e botar na conta da energia elétrica, faça-me o favor!

Então isso vai ser discutido.

Pedi só que o senhor apresentasse. Está apresentado. O senhor manda alguém participar aqui da reunião. Esse assunto ficou segregado para uma outra audiência ou no dia 19 ou 26.

Eu só quero acrescentar, antes de passar a palavra primeiro, até porque o que está mais refreado aqui é o Senador Lucas Barreto, eu só quero dizer...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Eu tenho dois minutos, caso o senhor queira.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, é sobre outro assunto...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Ah, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ...que o senhor já expôs, sobre o qual eu vou transmitir aqui uma pergunta.

Sobre os encargos, a proposta da Aneel envolve aumentar o valor pago por estados das Regiões Sul e Sudeste, a fim de reduzir as tarifas da energia elétrica nas Regiões Norte e Nordeste. Esse aumento de tarifa tornará ainda mais atrativo o que já vem sendo feito, que é consumidores de maior renda e maior consumo instalarem painéis fotovoltaicos e migrarem para a geração distribuída. Isso já está acontecendo.

Essa migração aumentará os encargos e parte do alívio tarifário que se imagina para as Regiões Norte e Nordeste será revertido. Além disso, os consumidores de menor renda das Regiões Sul e Sudeste não poderão migrar para a geração distribuída. A pergunta é se esse arranjo proposto, enunciado há pouco, é sustentável.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – O senhor quer que eu responda agora?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, fica para depois. Fica registrado.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Perfeito.

E aí, apenas para destacar, fizemos um recorte apenas para identificar que a cada R$30 por megawatt-hora comercializada em Itaipu, ele representa 1% a menos nas tarifas Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Ou seja, cada real por megawatt-hora que for reduzido do custo da energia tem um impacto de redução de 1% nas tarifas da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Eu trago esse gráfico aqui, também muito importante, para destacar. Em azul é o custo da energia de Itaipu; e em vermelho ou laranja é o custo das demais distribuidoras do Brasil. Vejam que em 2017, 2018, 2019, 2019 até 2021, em função da pandemia – o custo da energia de Itaipu é atrelado ao dólar, então naquele momento, como todos nós acompanhamos, o dólar disparou muito –, o custo da dívida foi muito alto. E depois, com o fim do pagamento, com a amortização da dívida, o custo de Itaipu está em torno de R$187 por megawatt-hora, menor do que a média, como eu já tinha falado, mas também muito próximo e talvez, como uma usina que já foi completamente paga, talvez esse custo pudesse ser um pouco menor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E aí está computado o Cuse?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Sim, que representa 83% do custo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E ainda tem boi na linha.

Então eu fico grato, considero-me satisfeito. A sua penitência hoje sobre Itaipu está cumprida.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – O senhor me permite apenas um último eslaide?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, claro.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – É apenas para mostrar que todos esses itens que regulam a fixação da nova tarifa de Itaipu, e apenas para dizer que nós, por óbvio, não fazemos parte da discussão do tratado. Em 2019, o Governo criou um grupo de trabalho para discutir o tema. Desse grupo de trabalho, a Aneel não faz parte. Ela nunca foi convidada a participar, nunca foi solicitado nenhum subsídio da Aneel. E apenas reforçar que estamos à disposição do Senado Federal para tratar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quais são os integrantes desse grupo de trabalho?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Basicamente, nós fizemos apenas um recorte até ali, mas eu diria que o Ministério de Minas e Energia, o Ministério das Relações Exteriores, algo nesse sentido. Eu poderia precisar depois e informar o senhor

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito. Muito obrigado pela sua exposição.

Quero registrar a presença do nosso querido amigo Senador Izalci Lucas, renovar o registro da presença do nosso prezado Senador Jader Barbalho e concedo a palavra ao atualmente reprimido – não deprimido, reprimido – Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Senador Esperidião Amin. Cumprimento o Senador Jader Barbalho, a nossa Deputada do Amapá, Silvia Waiãpi, o Senador Randolfe, que também, conosco, convocou esta sessão – que seria uma audiência pública, mas é uma sessão que convidou o Diretor da Aneel para prestar os esclarecimentos –; meu amigo, Senador Izalci Lucas, e o Senador Heinze, que nos prestigia também aqui.

É importante dizer, Sr. Presidente, dizer ao nosso Diretor, Sandoval de Araújo, que a Aneel, para o Amapá, tem sido um desastre. O apagão foi de total responsabilidade da Aneel. Havia um parecer dos técnicos que dizia que um dos transformadores estava em manutenção e que não tinha *backup,* e a Aneel ignorou isso. Ignorou, quando ela era da LMTE, a empresa de transmissão, e nós já estávamos interligados ao Linhão de Tucuruí. E o que resultou disso foi apenas uma multa para a LMTE que, já na venda, transferiu para a Egesa, que eu acho que foi a outra empresa que comprou.

Então, para o povo do Amapá, ficou apenas o dano ao seu patrimônio. O dano moral nós não conseguimos ainda recuperar, porque levaram o foro de uma coisa que aconteceu no Amapá para São Paulo. E agora, uma juíza nossa deu uma sentença de que os consumidores não têm direito à indenização do dano moral, nem individual, nem coletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina a situação do Amapá!

O senhor falou aí que a Aneel está cumprindo o que foi feito na privatização, na licitação.

Então, vamos lá.

Aqui, na subcláusula 13, diz: "As revisões tarifárias ordinárias obedecerão ao seguinte cronograma. A primeira revisão será procedida em 13/12/2026 e as subsequentes serão realizadas a cada 5 anos a partir desta data."

Então, essa é a minha primeira pergunta.

Onde a Aneel achou dezembro de 2023?

Segundo. Nós entendemos que energia não é mercadoria, é insumo de vida. No Amapá, nós temos quase 130 mil pessoas que recebem o Bolsa Família. Se houver esse aumento, é melhor o Governo Federal transferir o Bolsa Família direto para a conta da CEA Equatorial. E ainda os consumidores terão que pagar alguma coisa. Nós somos um estado muito pobre, como mostrou aí o IDH. Lá, 72% da população ganham menos que dois salários mínimos e 54% estão abaixo da linha da pobreza. É o maior número de pessoas no CadÚnico do Governo Federal. E olha que nós injetamos no sistema do Linhão de Tucuruí quase mil megawatts e tem mais uma usina em Paredão sendo construída e vai gerar mais de 230 megawatts. O que nós consumimos hoje, o nosso pico, chega a 320 megawatts.

Então, quando se fala de legislação, também já protocolamos um projeto de lei pelo qual, enquanto o Estado consumidor não equiparar o que produz – ou seja, enquanto nós não tivermos essa equiparação –, nós vamos pelo menos tentar reduzir esse custo de transmissão, porque o Linhão de Tucuruí foi lá para buscar energia, e hoje nós pagamos como se a energia viesse de Tucuruí, o que é um absurdo, se nós geramos. Nós somos o segundo maior gerador, produtor de energia na Amazônia. O primeiro é o Pará e o segundo é o Amapá.

Lembro também que essa expansão do sistema tem que ser cobrada proporcionalmente. A CEA Equatorial, que faz a distribuição, não pode querer cobrar tudo o que ela está fazendo agora, em um ano, nesse aumento, quando o aumento tarifário é 13,7%. Então, ela querer impor 44,1% e a Aneel concordar com isso? Nós não aceitamos, não.

Só para que a gente tenha conhecimento, esse aumento seria um caos social até para a empresa. Seria um caos para a empresa, porque a empresa paga o ICMS, que é 18%... Nós já estamos, eu e o Senador Randolfe, conversando com o Governador Clécio para que também o estado possa fazer a sua parte e reduzir o ICMS de 18% para o que puder, porque a CEA Equatorial, mesmo dos inadimplentes, está obrigada a pagar para o Governo o ICMS. Ou seja, na hora em que se emite a fatura, ela tem que pagar também.

Então, eu não sei, porque a inadimplência lá já está quase em 50%. Nós vivemos em um lugar onde a energia não é só essencial, ela é fundamental. É no meio do mundo, na latitude zero, num Sol... A gente até fala que só tem dois lugares mais quentes que o Amapá: o Piauí e o Sol.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o inferno?

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Não, o inferno é para o pessoal de Santa Catarina.

Nós temos essa situação que é essencial para o Amapá. A energia é essencial. Imaginem um conjunto habitacional com as pessoas mais humildes. Elas já têm que pagar a sua fatura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mensal do financiamento do apartamento; e, hoje, a conta de energia deles está beirando os R$600. Vão comer o quê?

Então, tinha-se que criar um outro auxílio para o Amapá, para as pessoas de baixa renda ou que estão abaixo da linha da pobreza, porque o que eles estão recebendo está tudo indo para a CEA Equatorial, para pagar essa conta de energia, que é um absurdo para um estado gerador.

Eu quero fazer aqui algumas perguntas; e, antes da minha primeira questão, eu quero parabenizar o Senador Jader Barbalho pela qualidade e importância do Projeto de Lei 4.445, de 2023, de V. Exa., que busca melhorar a eficácia e equalização na participação dos entes federativos na composição enigmática da CDE.

A questão 1 seria: Quais são os penduricalhos, além da data que eu lhe falei aqui, de cobrança, que obedecerá ao cronograma da primeira rede de revisão, quais são os penduricalhos e custos da CDE e como esses elementos são pagos pelos entes federativos nacionais?

Questão 2: em 27 de setembro de 2023, a Aneel conduziu uma audiência pública buscando subsídios para aprimorar a proposta de revisão tarifária extraordinária contratual de 2023 da CEA, da Companhia de Eletricidade do Amapá. Durante o encontro, o Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado do Amapá (Conceap) propôs medidas para reduzir o reajuste de 44,47%, sugerido pela Aneel, para 14%. Essas medidas incluem a aplicação de recursos de programas de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento do socorro do Amapá, por ocasião do apagão de 2020, bem como a isenção no pagamento dos custos com transmissão das térmicas contratadas para enfrentar a crise hídrica de 2021 e dos empréstimos para atenuar o impacto tarifário durante a pandemia de covid-19. Adicionalmente, foi proposto que a iluminação pública não integre a composição tarifária. A partir disso, questiono: a Aneel já examinou as sugestões da Conceap? As medidas apresentadas podem, realmente, reduzir o reajuste tarifário de 44,47% para 14%?

O Amapá – questão 3, e essa é específica –, o Amapá é um dos estados com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enfrenta desafios diários em virtude de sua localização geográfica e escassas oportunidades de emprego e renda, e um aumento de 44% nas tarifas de energia elétrica pode intensificar as dificuldades enfrentadas pela população e levar a uma alta – maior ainda do que já temos, de quase 50% –, inadimplência, afetando o crédito de famílias e empresas, impactando a própria CEA nesse contexto. Indago: a Aneel considera apropriado um reajuste desse porte para um público com essas características? Quais as ações que a Aneel recomenda para impedir um aumento médio de 44%? A Equatorial, que controla a CEA, tem que oferecer ao Estado do Amapá a mesma solução que ofereceu para lidar com a elevação das tarifas no Estado do Pará, resultando na diluição do aumento?

Por sua vez, também discutimos no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 365, de que falamos agora há pouco, que susta resoluções da Aneel que supostamente prejudicariam a exploração da fonte eólica na Região Nordeste. Eu destaco ainda o Projeto de Lei 2.703, de 2022, que prorroga o prazo para que interessados na geração distribuída usufruam de subsídios tarifários. Em comum aos três temas mencionados está o fato de que alguém terá energia elétrica mais cara para que produtores de hidrogênio verde, geradores eólicos na Região Nordeste e pessoas de alta renda que instalam painéis fotovoltaicos em suas residências tenham um custo menor com energia elétrica. Diante disso, também pergunto: é justo que os menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favorecidos, como o Amapá, enfrentem tarifas mais elevadas para financiar projetos como o hidrogênio verde, usinas eólicas e painéis fotovoltaicos para a população de alta renda, especialmente no Sul e Sudeste? Seria correto que os consumidores de regiões mais prósperas paguem tarifas mais altas para balancear as tarifas em estados com IDH como o do Amapá? Qual estratégia a Aneel sugere para equilibrar as disparidades tarifárias no país?

E, na sua opinião, o que o Senado pode fazer para que, em curto prazo, a gente tenha resposta?

Qual a sua opinião, da Aneel, sobre o uso de recursos associados de privatização da Eletrobras para diminuir tarifas de energia elétrica em estados com IDH baixo ou com o território predominantemente ocupado por terras indígenas e áreas de conservação, que impedem o desenvolvimento dessa região, ao contrário de Santa Catarina?

Nós, representantes do povo do Amapá, porque aqui nós representamos o povo do Amapá, o Estado do Amapá, nós não entendemos todos esses complexos labirintos de taxas e penduricalhos que transformaram a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) num homem frankenstein, em que não sabemos mais quais as partes que compõem o complexo ser e quais são as verdadeiras funções e necessidades de cada mudança.

Então, essa injustiça tarifária, como foi dito aqui, tem que ser revista, e tem que ser revista antes de se conceder esse aumento, porque o próprio caos vai se instalar na CEA Equatorial, no Estado do Amapá e no Governo do Estado, que uma hora também vai perder tudo de ICMS, porque a CEA não vai conseguir ficar pagando para o Governo 18% de ICMS antecipado de inadimplente, e nós teremos aí uma questão social muito grave para resolver, num estado que é rico, mas travado pela União, porque lá nos impôs reservas, não nos deixa explorar petróleo, não nos deixa explorar minerais, ou seja, nós somos escravos ambientais do Brasil, querem que sejamos escravos ambientais do mundo e agora querem que o povo do Amapá seja escravo da CEA Equatorial, e nós não vamos permitir.

Nós os Senadores, eu, o Senador Randolfe, o Senador Davi, são pautas que nos unem: petróleo, energia, une a bancada da Câmara, capitaneada pela Deputada Silvia, Deputado Acácio, Deputado Malafaia. Essa é uma questão essencial para ser debatida, para que, no dia 14 de novembro, se não me engano, tenhamos uma solução para a redução do aumento dessa tarifa, porque o povo do Amapá está à beira, posso dizer que o estopim está aceso, a revolta está tomando conta do povo do Amapá, porque não se pode aceitar isso. Deram um aumento ano passado e a conta de energia, por mais incrível que pareça, o Senador Randolfe sabe, a Deputada Silvia sabe, aumenta todo mês. Nós mandamos fazer os cálculos, estamos esperando os estudos aqui dos nossos assessores, porque ela aumenta todo mês. Todos os amapaenses reclamam que todo mês aumenta, com todo mundo economizando. Aí a CEA Equatorial veio em julho e disse que aumentou porque o Estado do Amapá, todos os moradores receberam parentes de outros estados e aumentou o consumo. Imagina. Imagina o argumento.

Então, nós estamos levantando para que a gente possa também ver a Equatorial. Lembrando que a CSA Equatorial, que administra agora, que tem a concessão da água no Amapá também, deixou para o Estado do Amapá uma dívida de R$600 milhões, uma dívida trabalhista, e pegou para administrar. Como ela ainda não conseguiu fazer um financiamento de R$500 milhões, ela está praticamente falida, e eu estou aqui avisando o Governador Clécio para que ele se prepare para receber essa massa falida. E vai ter que administrar uma rede que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

totalmente debilitada, que não acompanhou o crescimento da nossa cidade. São duas redes, a da cidade baixa e a da cidade alta, que a gente chama, que é a zona norte. Então, imagina o caos que está para se instalar no Amapá em energia e água.

Então, também quero deixar que os meus colegas possam fazer as perguntas ao Dr. Sandoval, lembrando que essa injustiça não vai poder acontecer no Estado do Amapá porque nós não vamos deixar. Como disse a Ministra Marina Silva, tem questões que são resolvidas tecnicamente, mas tem questões que são resolvidas politicamente. E nós vamos resolver nem que seja na política. Isso é uma decisão que eu, o Senador Davi e o Senador Randolfe já tomamos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para organizar, nós vamos priorizar evidentemente, como manda o Regimento, os requerentes. São requerentes ainda o Senador Randolfe e o Senador Jader Barbalho. Aliás, a ordem é inversa, Senador Jader e Senador Randolfe.

Eu sugiro que o senhor se organize aí para responder...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (*Fora do microfone*.) – Posso já responder?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode, mas o senhor tem um prazo limitado.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Não, bem rápido aqui. Bem, eu iria procurar aqui no contrato. Primeiro, inicialmente, Senador Lucas Barreto, muito obrigado pelas perguntas. Temos resposta para todas elas.

A Aneel é o mensageiro, então às vezes a gente é quem entrega a notícia. Então, nós não somos responsáveis muitas das vezes pela encomenda. Então, apenas levamos. Então, muitas das ações que estão entabuladas, muitas das provocações aqui trazidas dependem, sim, de uma articulação legislativa porque, tudo que fazemos, fazemos vinculados à legislação associada.

O senhor perguntou inicialmente sobre os custos da CDE. A CDE é um encargo hoje que está da ordem de R$36 bilhões e não para de crescer. Por ano. Então, esse valor entra todo na tarifa e tem que ser pago. É claro que a CDE tem algumas outras fontes, mais multas que são aplicadas pela Aneel, mas isso é muito pequeno comparado ao tamanho, R$36 bilhões...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – A multa, por exemplo, da LMTE é R$500 mil para 21 dias de apagão?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Não foi só isso não, Senador. Eu não me recordo aqui do valor, mas ela foi maior multa percentual já aplicada pela Aneel...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Pagaram sim, claro. Pagaram. Então, foi a maior multa já aplicada pela Aneel, percentual.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Você sabe o valor?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Eu posso, minha equipe está aqui, Senador. Eles vão levantar esse valor. Já me falaram aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Qual é o valor? Já que tem dois Senadores pedindo, o senhor pode trazer aqui.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Pode?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode trazer. Enquanto isso, o senhor vai respondendo.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Perfeito.

Então, a CDE consta hoje de um grande subsídio, é o que tem lá na tarifa, R$36 bilhões é o custo que tem lá, e são subsídios, encargos tarifários; 30% da CDE é CCC, é o custo para levar energia elétrica...

Pode trazer aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Eu não consigo, ele vira...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O rebelde.

Continua, depois vê isso.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Perfeito.

Então, hoje, 30% da CDE é a CCC, que é para exatamente custear o suprimento de energia elétrica para regiões isoladas. Uma parte também considerável da CDE é o desconto que é dado para fontes renováveis e uma outra parte também expressiva é a tarifa social de baixa renda. Então, eu diria que esses três itens respondem por, majoritariamente, em torno de 70% a 80% do valor da CDE.

E como é que essa CDE é paga? Como eu já falei, uma parte é multas e outros depósitos que lá entram, mas o principal são os cotistas que pagam – os cotistas. E quem são os cotistas? São os consumidores do Brasil. Em que proporção? Foi aquilo que eu falei: até 2016, os consumidores da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste pagavam 4,5 vezes mais a cota. O Congresso Nacional aprovou a Lei 13.360, que diz que, até 2030, todo mundo vai pagar igual. Hoje, essa transição está em 2,1 vezes. Então, é apenas para dizer que a CDE é paga por todos, em uma proporção... É 3,6, isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para socializar, R$3,6 milhões é o valor da multa?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – É o valor da multa aplicada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, respondendo a ambos os Senadores, R$3,6 milhões.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Reforçando, é a maior multa percentual já aplicada pela Aneel. E, é claro, esse valor, se você verifica, por exemplo, uma grande empresa com a Eletrobras, é uma multa pequena, mas, quando você verifica uma empresa com aquele faturamento, como eu já disse, é a maior multa já aplicada pela Aneel.

O senhor falou também sobre as propostas dos Conselhos de Consumidores. Nós já analisamos todas, e todas elas – todas, sem exceção – passam por mudanças legislativas, então, necessitam da articulação dos senhores, da aprovação nas Casas e da sanção presidencial. Quando estiverem aprovadas, nós as cumpriremos. E, apenas para destacar algumas delas, como o senhor pediu também o impacto, nós o fizemos. O senhor falou sobre a questão do saldo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de P&D, precisa de uma proposta de emenda à Lei nº 9.991; saldo apagão, precisa de uma proposta de emenda à Lei nº 14.146; isenção da transmissão, precisa de uma proposta de emenda à Lei nº 14.146; CDE escassez hídrica, precisa de uma medida legal a ser criada; CDE covid, uma medida legal a ser criada; iluminação pública, não incluir na composição da tarifa; ICMS é uma questão estadual; *royalties* também precisam de uma lei específica. Todas essas ações aqui, o senhor já falou, têm um condão, a primeira delas, de reduzir 3,99%, 3,5%, 7,08%, 10,66% e 4,76%, em torno de 14%.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – No caso do saldo apagão, eu acho que tem que ser total, porque a CEEE Equatorial recebeu um mês de energia. Eles disseram: "Não, nós vamos pagar um mês", mas foi um mês em que não teve energia, em que houve o apagão. Então, o saldo tem que ser total, Senador Randolfe, acho que a gente tem que trabalhar nisso, porque é um valor considerado, não adianta dizer que pagou para CEEE. O quê se não consumiu nada? E ainda tem os danos materiais e morais, que precisam ser revistos, então...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Perfeito, mas, como eu disse ao senhor, essa discussão está na Justiça, é claro, nós nos vinculamos à decisão depois e vamos verificar se dessa decisão, dentro da governança da agência, cabe recurso ou não. Nós da Aneel não temos os nossos atos discricionários. Em qualquer ação na Justiça, a Procuradoria-Geral da Aneel é obrigada a fazer a defesa judicial da agência. Enfim, eu acho que o ponto importante aqui é que todas as propostas que o senhor trouxe, todas elas foram avaliadas, temos o impacto e, claro, o que é que tem que ser feito em cada uma delas.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – O.k.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Tem mais duas ou três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois não.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Então, a outra pergunta é: o Amapá tem o menor IDH... E eu não consideraria justo, foi a minha opinião pessoal, o que o senhor fez, e foi exatamente o que eu expus na nossa apresentação. Os estados da Região Norte e Nordeste, sim, têm tarifas maiores e elas continuarão crescendo – quero deixar isso muito bem consignado – se não houver uma ação legislativa. Equiparar com o Estado do Pará foi a solução que foi colocada. Veja, o processo de revisão tarifária está hoje sob condução de um relator na agência. Então, cada concessão tem a sua particularidade. Apesar de serem estados da Região Norte do Brasil, cada um desses estados tem uma particularidade. Apenas para destacar uma diferença, o Estado do Amapá foi recém-privatizado, como é de conhecimento de todos aqui, e havia, por força do contrato – eu tenho aqui a cláusula que condiciona, faculta à distribuidora solicitar uma revisão tarifária nos cinco primeiros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Não, está aqui, eu tenho a data em outro item do contrato.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Tem a data definida aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Em outro item do contrato fala... Porque o senhor falou da revisão tarifária ordinária, e estou me referindo à revisão tarifária extraordinária, que pode ser solicitada pela empresa a qualquer momento. Isso foi feito no Estado do Piauí, isso foi feito no Estado de Alagoas...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... a avaliação da Aneel.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Mas não cabe, Senador. Eu entendo, está no contrato. Uma vez que a empresa pede e atende aos requisitos, nós somos obrigados a cumprir. Então, foi feito, como eu já disse, no Piauí, em Alagoas, Rondônia e Acre. E agora está sendo solicitado no Amapá.

E a última pergunta que o senhor fez foi que, na realidade, o que está se discutindo com relação ao PDL especificamente é que isso prejudicaria as usinas eólicas, favoreceria a instalação de plantas de hidrogênio verde e o senhor não acha justo que isso seja feito sendo custeado pelos consumidores do Amapá, do Pará e tudo mais. Bem, a Aneel já expôs a sua opinião com relação ao PDL 365. A Aneel entende que a resolução da Aneel precisa ser cumprida, porque nós fizemos dentro da melhor técnica possível, nós não descumprimos nenhum dispositivo legal e isso, sim, traz benefícios para a Região Norte e Nordeste, para os consumidores. Como eu disse, no Estado do Amapá tem uma redução muito expressiva para a transmissão que se reverterá na distribuição também. Então o que pode ser feito, se me permitem, é que o PDL não seja aprovado, mas isso é uma decisão que compete a esta Casa. A Aneel se vinculará às decisões que forem tomadas pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu passo, neste momento, a palavra, para as suas formulações e indagações, ao Senador Jader Barbalho. Com a palavra.

Passo, igualmente, a Presidência da Comissão ao Senador Lucas Barreto, uma vez que eu vou ter que me ausentar agora.

E sugiro que, logo depois de perguntar, o Senador Jader Barbalho seja convidado pelo senhor para presidir a Comissão, pelo tempo que puder.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Eu queria convidar o Senador Jader Barbalho já para presidir e, da Presidência, fazer a sua pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu também subscrevo essa pequena homenagem.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Não, por favor, Lucas. Por favor. O Esperidião passou para você.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Vá para lá. Precedência aqui se dá para quem tem. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Para interpelar.) – A precedência é de todos nós. (*Pausa.*)

Cumprimentando a todos, eu quero manifestar a minha mais profunda preocupação com a última palavra do Dr. Sandoval, respondendo ao Lucas Barreto as várias indagações que fez,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que grande parte são comuns do Amapá com o Pará e até com o Norte do Brasil e o Nordeste do Brasil, em que o Dr. Sandoval disse que as coisas podem piorar. Eu fiquei assustado, Dr. Sandoval, porque, se as coisas estão tão ruins nesse quadro que se desenha e se o senhor, com a sua autoridade, com o seu conhecimento, diz que as coisas podem piorar, eu e aqueles que nos assistem – eu já estava a assistir desde cedo e, depois, antes de chegar aqui, estava ouvindo na Rádio Senado – temos preocupação com essa questão, que é uma questão que diz de perto à população brasileira, que diz de perto aos assalariados. Todos nós sabemos, não é novidade, o profundo quadro de desigualdade econômica e social existente no Brasil. E essa questão do custo da energia elétrica, particularmente da energia residencial, é algo que atinge diretamente as famílias brasileiras, principalmente os mais pobres.

E confesso que, mesmo antes de encerrarmos esta reunião, Randolfe, você, o Lucas e tantos outros interessados nessa questão...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. *Fora do microfone*.) – A Deputada Silvia.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – A Deputada Silvia.

Nós temos que aprofundar medidas, nós temos que aprofundar medidas. Nós não podemos, absolutamente, assistir a esse quadro, que é um quadro, para nós, caótico.

Eu estava vendo um gráfico, Dr. Sandoval, um gráfico comparativo entre as tarifas da Equatorial, do Pará, e as médias de tarifas das demais concessionárias no Brasil. Uma das coisas que mais me assustou foi que, no caso do Pará, na composição, 40% são na distribuição, 40%. Na composição, vem até a questão de criminalidade, a questão de distribuição de lixo. É uma coisa tão complicada que o meu sentimento é o de que é para a gente não entender. "Olha, é melhor não entender, isso é coisa de alguns privilegiados." Certo? E os pobres mortais, que são a maioria neste país, não devem entender, simplesmente devem se conformar com a realidade que está posta aí.

Em compensação, eu pego o caso da Equatorial, que é fornecedora do meu Estado, e é uma coisa fantástica, junto com a energia, o crescimento dela de 2011 a 2023. Em 2011, era só esse pedacinho aqui do território nacional; em 2023, olha aqui: no Pará, em grande parte do Nordeste, no centro do Brasil e no sul do Brasil. Efetivamente, a Equatorial cresce acompanhando o crescimento da tarifa, não é isso? É algo fantástico.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – E o crescimento, como no caso do Amapá, quando ela solicita o aumento, é discricionário. É isso, diretor?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Não, não é discricionário. Permitam-me. Existe no contrato a possibilidade de que, até o quinto ano da licitação, especificamente, no caso, em dezembro de 2023, que é agora, está previsto no contrato – já tenho aqui o item, o inciso específico para informar ao senhor –, ela tem o direito de exercer essa possibilidade de revisão tarifária extraordinária, ou seja, está previsto no contrato que foi assinado que ela tem direito à revisão tarifária extraordinária.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Mas a Aneel tornou discricionário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Uma vez pedido e atendidos todos os critérios, a Aneel não pode, por força do contrato, por força do edital que foi feito, não fazer o processamento da revisão tarifária, ou seja, se a Aneel fizesse o contrário, rejeitasse, nós estaríamos descumprindo a lei e – no meu caso, como eu e os demais servidores da agência – sujeitos a implicações legais, ou seja, não é discricionário da agência decidir se aplica ou não esse processo tarifário específico; o que nós temos que fazer é cumprir todos os procedimentos, verificar se a empresa atendeu todos os critérios e, uma vez atendidos, nós temos que fazer a concessão.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Eu vou passar ao senhor, Dr. Sandoval, aqui, duas contribuições que me foram feitas. Por economia de tempo, eu passaria ao senhor. Se o senhor puder esclarecer, por favor.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – A primeira: proposta para redução imediata da tarifa residencial de energia elétrica que vem sendo paga pelos habitantes da Amazônia. Isentar de pagamento dos subsídios componentes da CDE todos os consumidores residenciais da Amazônia cujo consumo seja inferior a 300kWh/mês.

E a outra sugestão é prover desconto de 50% na parcela de distribuição na conta de energia elétrica para todos os consumidores da Amazônia cujo consumo mensal de energia elétrica seja inferior a 300kWh/mês.

Então, com relação à primeira, como eu disse, a CDE financia políticas públicas. Uma decisão que é soberana do Congresso Nacional, aprovada nas duas Casas e sancionada pelo Presidente da República a Aneel vai cumpri-la, mas eu já antecipo que, como o custo existe, a isenção para uma parcela da população terá que ser paga por outra parcela da população ou, em outra medida, com recurso do orçamento público, e aí é uma discussão que tem que haver. O que eu posso dizer é que o custo não vai desaparecer, ele existe e terá que ser pago. A decisão que compete, mais uma vez, soberanamente ao poder político do Brasil é se será pago pelos consumidores ou se será pago pelos contribuintes. Essa discussão não compete à agência, compete ao poder político do país.

E a outra, com relação ao desconto de 50% da parcela de distribuição, da mesma forma, a distribuidora, seja ela na Região Norte ou Nordeste... No caso aqui, é Norte, apenas na Região Norte. O custo, como eu falei, de distribuição na Região Norte e Nordeste é o maior componente. Por quê? Como eu falei antes, são regiões muito grandes, o custo é pago por uma parcela menor, porque há uma densidade demográfica também muito pequena...

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Isso teria que ser revisto também porque, por exemplo, Macapá, Santana e Mazagão são 83% da nossa população. Então, lá não tem essa dificuldade que o senhor fala e os outros... O Estado do Oiapoque é isolado, é termoelétrica, então...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Como eu disse, cada concessão tem a sua realidade. O Estado do Pará, por exemplo, tem grandes regiões bastante... Mas, veja, isso é verdade, o senhor tem que lembrar, temos que lembrar que nós estamos tratando da revisão tarifária extraordinária, então, essa revisão, em conceito... Para a gente entender, havia uma concessão no Estado do Amapá, gerida pelo Governo do estado, que reconheceu, ou por outras razões, que não tinha condições de fazer investimentos e decidiu – essa decisão não foi da Aneel, essa decisão foi do Governo do Estado do Amapá – fazer a privatização. Uma vez feita a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privatização, ela colocou incentivos para que um operador privado fosse participar do leilão e vencesse a licitação. Entre outras coisas, colocou a possibilidade da realização de uma revisão tarifária extraordinária.

E por que fazia sentido para todas essas concessões, não apenas a do Amapá? E aqui eu me refiro ao Piauí, a Alagoas, a Roraima, a Rondônia e ao Amazonas – eu tinha esquecido essas duas. Então, o que acontece? Essas empresas eram geridas por operadores estatais e havia uma percepção de que nem toda a base de ativos estava devidamente registrada, ou seja, uma distribuidora iria iniciar a operação no estado e corria o risco de ela estar recebendo uma tarifa, por exemplo, para 50 mil quilômetros de linha e, na realidade, lá tinha 80. Então, ela, naturalmente, não teria condições de prestar um serviço eficiente.

E, de novo: essa decisão não foi da agência, foi do poder concedente, no caso da Eletrobras, do Governo Federal, e, no caso do Amapá, do Governo do Estado. Então, nesse momento, decidiu-se fazer uma revisão tarifária extraordinária.

Então, não dá para comparar o caso do processo do Pará, primeiro, pelas características do Estado do Pará, e pela revisão; é um processo diferente. O processo do Pará foi uma revisão tarifária ordinária; no caso do Amapá, uma revisão tarifária extraordinária, mais uma vez, prevista em contrato.

E, respondendo aqui, Senador, objetivamente, o custo de distribuição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Desculpe, Sandoval. Qual o contrato?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – O contrato de concessão. O contrato de concessão, que se vincula ao edital de licitação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – O contrato de concessão com a Equatorial.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Exatamente. Exatamente.

Então, com relação à isenção da parcela de distribuição, eu faço a mesma referência ao que disse anteriormente: o custo continuará existindo. Então, deverá ter... Esse recurso a distribuidora terá que receber por esse investimento. Vamos imaginar, no caso do Pará, o que o Senador Jader colocou ainda há pouco: informou que 40% é custo de distribuição. Esses 20%, se déssemos um desconto de 50%, têm que ser pagos ou pelo orçamento público ou por outros consumidores por meio de encargo setorial.

Veja, o que a gente precisa entender é que houve uma opção do Estado brasileiro, no seu conceito amplo, de levar a eletricidade para um país continental em todas as suas perspectivas. O que a gente colocou aqui, na perspectiva da CDE, é que existe um custo de políticas públicas necessárias, importantes – nós temos um país desigual –, que o Congresso decidiu incluir na tarifa de energia elétrica R$36 bilhões, e eles precisam ser pagos. E aí o que eu coloco na nossa proposta é entender que o próprio Congresso Nacional, em 2016, decidiu igualar o pagamento desses encargos para todo o Brasil. Então, a decisão do Congresso foi que, em 2030, o consumidor da Região Sul e da Norte vão pagar igualmente R$36 bilhões, claro, divididos. A conta de R$36 bilhões não será paga de forma diferenciada por região; a partir de 2030, ela será igual, mas, mais uma vez, essa decisão não foi da agência, foi do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que a gente coloca é que temos uma diferença regional. O senhor mesmo colocou que a Região Norte tem um índice de desenvolvimento menor, é verdade, mas, a partir de 2030, pagará igualmente o encargo. É aqui que eu digo que, se não for rediscutido esse tema...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – É.

Então, temos que achar uma solução. O que eu posso dizer é: a agência foi criada e eu tenho um mandato, nós na Aneel temos um mandato, instituído pelo Congresso Nacional, para fazer cumprir os contratos. Então, uma vez que o contrato foi feito, decidido em edital... E não foi a Aneel que decidiu fazer a venda de empresas públicas; não foi. Então, a Aneel colocou: uma vez feito o processo licitatório, uma vez o investidor aceitando e assinando o contrato com o Estado brasileiro, a Aneel assina o contrato como poder delegado, mas o contrato é com o povo brasileiro, com o Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Randolfe como um dos Senadores que requereram esta reunião.

Com a palavra, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Jader, também signatário desta reunião, aqui, o nosso decano, ao qual todas as homenagens nós aqui prestamos. À condição de decano o senhor não pode renunciar. Lamento muito, entendeu? A condição de decano e de história vossa, isso não é renunciável aqui.

Então, meus cumprimentos ao Senador Jader, Presidente desta sessão, ao meu colega Senador Lucas Barreto, à Deputada Silvia aqui presente, ao Senador Izalci.

Dr. Sandoval, mais uma vez, meu bom dia.

Só, assim, na preliminar, Dr. Sandoval, antes mesmo de entrar na digressão e nas perguntas, tão logo foi concedido o reajuste da tarifa de energia elétrica, o último reajuste, de 44,41%, em comunicado da Aneel, a Aneel, entre outras razões de justificativa do reajuste, afirmou o seguinte, um dos aspectos, tirando do próprio comunicado...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – É claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... que, por fim, a baixa densidade demográfica no Amapá é mencionada como uma das razões do reajuste. Se o senhor puder, assim, na preliminar, só esclarecer por que a baixa densidade demográfica é uma das razões...

E eu queria só trazer um segundo aspecto, também, do comunicado da Aneel, que diz o seguinte:

> Os itens que mais impactaram a revisão tarifária extraordinária da empresa foram: custos com encargos setoriais, pressionados pelo empréstimo da conta escassez hídrica, que, no caso da Equatorial Amapá, também se prestou a pagar diferimentos ocorridos em anos anteriores; custos das atividades de distribuição da concessionária e dos investimentos realizados na área de concessão desde 2017 [aí combinando com a baixa densidade demográfica], em função da característica regional de baixa densidade demográfica e unidades consumidoras dispersas[...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só, antes das outras perguntas, esses dois aspectos, o senhor poderia, rapidamente...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Sim, é claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... no meu tempo mesmo, que estão no comunicado da Aneel, explicar? Ou seja, pelo que está sendo dito aqui no comunicado, tem duas razões o reajuste: uma, a baixa densidade demográfica do Amapá; e a segunda, os investimentos feitos pela concessionária desde 2017.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – E a questão também dos diferimentos anteriores, que o senhor colocou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Perfeito.

Rapidamente, sem embargo e com permissão dos colegas, é só para que V. Exa. explique esses dois itens, para eu que eu faça a minha explanação.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Perfeito.

Inicialmente, o senhor fez referência ao índice de 44%, que foi proposto. Está em discussão a peça pública que não foi ainda aplicada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Sim, perfeito.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Com relação à densidade demográfica baixa, e aí eu vou juntar, eu vou responder associado com a realidade, com a necessidade de investimentos na região, o que acontece? A distribuidora teve que fazer investimentos, é o que foi informado e está sendo fiscalizado pela Aneel. Todos os investimentos informados são fiscalizados para verificar se eles foram de fato implantados. Como esses investimentos são implantados, eles têm que ser pagos pela quantidade de consumidores que compõem a concessão. E aí, Senador, de uma forma muito simplificada, uma mesma linha construída no Amapá para atender a uma determinada quantidade de consumidores agrega poucos consumidores, porque é uma região, como o senhor sabe muito bem, muito dispersa, diferentemente, por exemplo, de outras regiões do país, como, por exemplo, Brasília, onde, para um mesmo quilômetro de linha, você associa mais consumidores. Então, no momento de ratear esse custo, que é a tarifa, em última análise, aquele investimento acaba tendo uma tarifa maior, porque poucas pessoas pagam. É isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Os investimentos... A nota da Aneel fala dos investimentos realizados desde 2017?

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – O período dessa revisão é de 2017 a 2023, cinco anos.

Correto? É isso? (*Pausa.*)

Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Eu trouxe esses dois aspectos pela seguinte questão: primeiro, Roraima tem uma densidade demográfica menor que a nossa. Nós somos o terceiro estado menos populoso do Brasil. Roraima é o menos populoso. Na escala das tarifas de energia elétrica, Roraima é a 14ª ou 15ª menor e, com esse eventual reajuste, se confirmado, nós passaremos a ter a maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os investimentos, os ditos investimentos da concessionária, são citados desde o ano de 2017. Ocorre que a concessionária só assumiu a concessão da distribuição em 2021. Então, eu não consigo entender como há a citação desse investimento de 2017, se a concessão, de 2017 a 2021, ainda era pública pelo fato de a concessionária só ter assumido em 2021 a concessão.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Em 2021. Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – Não me parece que aí... Eu não consigo encontrar a razoabilidade da justificativa.

Dito isso e indo diretamente à razão, o senhor trouxe aqui algumas ações e medidas que são concretamente colocadas para rever o reajuste. Tem uma circunstância primeira, central, e é esta provocação que trago a V. Exa., na verdade, é isso que rogo a V. Exa. em nome dos amapaenses, desse reajuste de 44,41%, a Aneel ainda está na fase de consultas e, em tese, eu queria muito que V. Exa. e a Aneel levassem em consideração essa consulta que está aqui fazendo nesta audiência pública, além das outras, sem embargo das outras que estão sendo feitas. A rigor, a aplicação desse reajuste seria a partir do dia 13 de dezembro. Eu reitero: a aplicação desse reajuste a partir do dia 13 de dezembro levará a nossa tarifa de energia elétrica a ser a mais alta do país...

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – A residencial, o consumo residencial. O senhor está correto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... o que penaliza os que mais sofrem, o que penaliza a ampla maioria dos amapaenses. Então, é, por lógico, a injustiça que é aplicada a partir daí.

Eu rogo, em primeiro lugar, que a Aneel considere não só a audiência pública que foi feita já no Amapá, mas esta audiência aqui sobre a impossibilidade – aí não existe outro termo: impossibilidade – de amapaenses que pagam a tarifa residencial conseguirem dar cabo, conseguirem pagar esse reajuste.

Em segundo lugar, eu rogo para que nós encontremos uma solução. Nós estamos, no dia de hoje, no dia 5 de outubro – inclusive, aqui faço minhas homenagens a quem estava, a quem foi um dos responsáveis pela promulgação da nossa Constituição, o Senador Jader Barbalho, e foi um dos responsáveis também pela redemocratização que nos levou à Constituição –, nesse 5 de outubro, nós estamos há mais ou menos dois meses da aplicação dessa tarifa. Eu rogo para nós, juntos, encontrarmos as soluções para que esse reajuste de 44%, 44,41%, que, repito, nos levará à mais alta tarifa de energia elétrica do país, não seja executado, não seja aplicado.

Este é um dos momentos de todos os esforços que estamos fazendo – já estivemos com o Ministro de Minas e Energia nesse sentido e quero debater com a Aneel e com a V. Exa. mais detalhadamente os caminhos aqui colocados – para que esse reajuste, inclusive, com a possibilidade de alterações legislativas... V. Exa. traz aqui um alerta importante: um PDL que tramita nesta Comissão pode levar, se aprovado, a ampliar mais os reajustes. Eu acho que isso deve ficar como alerta para todos nós, membros desta Comissão – ainda bem que desse PDL foi pedida a vista necessária para sua apreciação. Mas nós temos exatamente dois meses para que esse reajuste ou não seja aplicado ou, eventualmente, não o seja nos termos que foram deferidos na primeira decisão da Aneel, primeiro e sobretudo, porque, reitero, estes dois termos colocados no comunicado da Aneel não guardam coerência com a realidade: primeiro, o Estado com a menor demografia do país tem a 14ª, 15ª tarifa – tudo bem que V. Exa. trará aqui como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

razão, talvez, o fato de Roraima não fazer parte do sistema interligado, mas o fato é que não é compreensível, não é compreensível esse aspecto da menor demografia –; e, segundo, os investimentos ditos, reitero, os investimentos ditos no próprio comunicado da Aneel datam de 2017 e a concessão... E já que V. Exa. disse aqui que uma das razões também é o contrato de concessão e, pela informação que V. Exa. traz, o contrato de concessão de transferência da empresa pública para a empresa privada importou em dispositivos que acarretam esse reajuste, era necessário, acho, todos os amapaenses terem os aspectos desse contrato.

Então, o que é central, e aqui nós rogamos, é trabalharmos juntos, Dr. Sandoval. Temos dois meses até a aplicação desse reajuste para tomar todas as medidas que são necessárias para que esse reajuste não seja de montante. E, sobretudo, Dr. Sandoval – e falo isso para concluir –, em homenagem ao Senador Jader Barbalho, cito um trecho aqui de um célebre pronunciamento daquele que eu considero um dos mais eminentes oradores brasileiros, dito num 5 de outubro, como hoje – no 5 de outubro de 1988. Foi dito por esse orador:

> A Federação é a unidade na desigualdade, é a coesão pela autonomia das províncias. Comprimidas pelo centralismo, há o perigo de serem empurradas para a secessão.
>
> É a irmandade entre as regiões [que faz a Federação]. Para que não se rompa o elo [para que não se rompa o elo], as mais prósperas devem colaborar com as menos desenvolvidas. Enquanto houver Norte e Nordeste fracos, não haverá na União Estado forte, pois fraco é o Brasil.

O orador se chama Ulysses Guimarães. Ele falou isso num outro 5 de outubro, há 35 anos, na promulgação da Constituição, que o Senador Jader Barbalho tão bem conhece. Ele, ao dizer isso, falava do espírito da Constituição de 1988.

Pela exposição que o senhor fez, a realidade aqui colocada, desse reajuste, está incoerente com o que esse orador disse há 35 anos, está incoerente com o espírito da Constituição, que hoje completa 35 anos.

Então rogo ao senhor – temos dois meses – para que esse reajuste não seja aplicado nesse montante por, de fato e por razão, ferir a Federação.

Como disse o Dr. Ulysses: enquanto houver Norte e Nordeste fracos, enquanto houver regiões pobres sendo mais penalizadas pelo aviltar da pobreza, não haverá Brasil.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Bem, obrigado, Senador Randolfe.

Eu apenas gostaria de dizer que me alinho integralmente com o discurso do saudoso Ulysses Guimarães, que o senhor muito bem trouxe e que, em grande medida, foi o elemento central da nossa exposição aqui.

É claro que a Aneel faz parte do Estado brasileiro, mas a Aneel tem suas competências muito bem circunscritas e, eu diria até, limitadas no tempo, no espaço e no ordenamento jurídico brasileiro. Nós precisamos, para fazer essas alterações que o senhor coloca e que os Senadores aqui discutiram, do debate em alto nível no Congresso Nacional e, aí, ouvindo todos os itens da nossa Federação, construir a melhor solução para o fortalecimento do nosso país.

Com relação à comparação que o senhor fez aqui, relativa a Roraima, quando se avalia estritamente a questão da densidade demográfica, o senhor está correto. Apenas, rememorando a minha fala, esse item não pode ser analisado isoladamente, ele tem que ser avaliado com relação aos investimentos realizados. E aqui vem um ponto específico. A Roraima Energia é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa menor do que a empresa do Amapá. Ela não fez os investimentos, o porte de investimentos que a empresa no Amapá fez por vários fatores: o estado tem uma característica diferente e o operador é um operador intensivo em investimentos. Essa é a característica do Grupo Equatorial, razão pela qual, com exceção do Estado do Rio Grande do Sul, onde ela também tem concessão, ela atua nos estados do Norte e do Nordeste, que são estados que precisam, carecem de muitos investimentos.

E o último item também que o senhor colocou, com relação ao contrato de 2017 a 2021. Houve uma revisão em 2017 por uma empresa que era estatal ainda, e, em 2021, houve a assunção do novo controlador. Em todas as outras circunstâncias em que houve a revisão tarifária extraordinária, foi condição vinculada ao edital a realização de uma revisão tarifária extraordinária. Então, desde a revisão que foi feita em 2017 até o momento de 2023, os últimos investimentos que a empresa fez, ela revisitou todos os investimentos que foram feitos. Então, apenas falando em tese, pode ter acontecido de algum investimento que foi realizado em 2017 ou 2018, que não constava na base de ativos da empresa, com a revisão tarifária extraordinária, ter sido identificado e valorado esse novo ativo. Então, o contrato que existe é o mesmo contrato, no entanto tem um aditivo e é esse aditivo que disciplina as condições da prestação do serviço.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Eu indago o Senador Izalci se deseja...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Para interpelar.) – As minhas questões não são exatamente relacionadas à Região Norte.

No dia 15 de agosto último, um apagão atingiu 25 estados e o Distrito Federal, causando grandes prejuízos e muitos contratempos aos consumidores. De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a falha foi devida ao mau funcionamento de equipamentos de controle de tensão de usinas eólicas e solares, ou seja, não foi um problema de uma usina específica. Pelo contrário, várias usinas contribuíram para o desfecho. Depreende-se então haver um problema generalizado que até recentemente passou despercebido pelos órgãos responsáveis pela fiscalização. Falhas graves de fiscalização das empresas do setor elétrico parecem ser recorrentes, haja vista as causas do longuíssimo apagão ocorrido no Amapá em novembro de 2020.

Eu pergunto a V. Sa.: primeiro, qual é o órgão responsável pela fiscalização técnica das instalações e equipamentos que provocaram o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023? Quais são as medidas que a Aneel pretende efetivar para que fatos como esse não se repitam?

Ultimamente, muito tem se falado na transição energética justa, que, em poucas palavras, seria um processo no qual o ônus e o bônus da mudança para o modelo energético descarbonizado seriam equitativamente distribuídos. Nesse contexto, eu pergunto a V. Sa.: os incentivos dados para as energias renováveis, em especial a geração distribuída, resultam de distribuição equitativa de bônus e ônus entre os consumidores de energia elétrica? Qual é, ou será, o impacto da expansão da geração distribuída nas tarifas de energia elétrica?

Para finalizar, no fim de 2021, em razão da aguda crise hídrica daquele ano e da incerteza quanto à melhoria das condições hidrológicas no ano seguinte, foi realizado o leilão para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratação emergencial de energia elétrica e de potência, com o intuito de garantir o fornecimento em 2022. Embora se justificasse o leilão emergencial no contexto em que se deu, a implementação dos projetos vencedores transformou-se num verdadeiro imbróglio. Apenas uma das 17 usinas contratadas começou a operar dentro do prazo previsto. Na nota técnica do Ministério de Minas e Energia nº 24/2022, foi proposta a rescisão unilateral para os casos enquadrados nas hipóteses de resolução por inadimplemento do vendedor, com a consequente cobrança da penalidade de multa por resolução, conforme previsão contratual.

Então, eu pergunto a V. Sa.: qual é o custo dessa contratação emergencial nas tarifas de energia elétrica neste e nos próximos anos? Qual a situação atual dos contratos passíveis de resolução? E qual seria a economia com a resolução desses contratos?

São essas as minhas perguntas, Presidente.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Senador Izalci, muito obrigado pelas perguntas e pela participação também nesta audiência pública.

Mais cedo, o Senador Eduardo Gomes estava presente e citou que vai pouco à Aneel; que, na última vez que foi, estava na companhia de V. Exa., num evento organizado pelo Sinagências, o sindicato dos servidores das agências reguladoras. E eu queria reiterar o convite. Fique à vontade para visitar a agência. O senhor será muito bem-vindo.

Bem, com relação a qual é a autoridade responsável pela fiscalização do serviço de energia elétrica em nosso país, é a Agência Nacional de Energia Elétrica, como também é autoridade tarifária para discutir e implementar tarifas de energia elétrica no Brasil. Nós temos hoje um sistema elétrico que é orgulho, Senador Jader, com mais de 180 mil quilômetros de linhas de transmissão e, apenas para destacar, nos 25 anos de criação da Aneel, nós conseguimos, o Estado brasileiro, atrair mais de 110 mil quilômetros de linhas, que foram implantadas nesse período. Já temos contratados mais de R$50 bilhões e, para os próximos anos, especificamente 2023 e 2024, contrataremos mais R$60 bilhões, o que mostra que o Brasil é um país confiável, é um país que atrai investimentos e – aí é o ponto importante que eu quero trazer aqui na minha fala – que o serviço de energia elétrica no Brasil tem melhorado desde 2020. Em 2020, nós conseguimos atender, na média Brasil, os limites regulatórios pela Aneel, ou seja, desde 25 anos atrás, quando a Aneel foi criada, apenas a partir de 2020, fruto dos pesados investimentos que foram feitos, nós conseguimos, o Brasil, ter um serviço dentro do limite regulatório do Brasil. Não obstante, temos problemas localizados em diversas regiões do país.

Com relação ao apagão, ao blecaute ocorrido no dia 15 de agosto, as análises do evento encontram-se, neste momento, em análise e discussão pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, as centenas – e o nome é este mesmo, Senador Jader: centenas – de empresas envolvidas nesse desligamento, e a Agência Nacional de Energia Elétrica já instaurou o processo de fiscalização e já está realizando diligências para apurar as responsabilidades.

Essa ocorrência, diferentemente das demais, em que houve um gatilho – ou seja, um problema numa cartela, a explosão de um equipamento –, é muito diferente porque não há um elemento único causador do evento, razão pela qual... E também pelo fato de envolver centenas de empresas. Nós estamos debruçados sobre isso, é prioridade para a Agência Nacional de Energia Elétrica e eu diria, Senador, de forma concomitante: no momento em que o relatório for concluído, as diligências da agência já estarão muito avançadas para encaminharmos as responsabilizações associadas ao evento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a investimento em renováveis, o Brasil é um *case* mundial de investimento em renováveis. Nós temos hoje o aprendizado do racionamento de 2001, quando nós tínhamos apenas, naquela época, geração hidrelétrica; termoelétrica a carvão, a diesel; e nuclear. Nós tínhamos basicamente essas três fontes de geração de energia elétrica. Hoje nós temos hidrelétrica.... É muito menor a dependência do que foi no passado. Em 2001, a nossa dependência era de 85% de toda energia, que era gerada em hidrelétricas. Hoje esse número está em torno de 55%. Temos eólicas que contribuem de forma muito grande para o atendimento da nossa necessidade de energia; a solar, que cresce muito; a geração distribuída, que também cresce muito.

Então, eu diria que, hoje, nós somos um grande celeiro de geração renovável, seja a que já está implantada atualmente, sejam os projetos que estão na Aneel. Nós temos 180GW de capacidade instalada no Brasil. Desde a nossa criação enquanto país até hoje, nós temos 180GW. Só em projetos de energias renováveis, nós temos 150GW na Aneel, maciçamente de eólicas e solares, maciçamente localizadas na Região Nordeste do Brasil, graças ao sol maravilhoso que temos, ao vento maravilhoso que temos, graças aos incentivos que foram dados também pelo Estado brasileiro.

Hoje as fontes renováveis gozam do pagamento da metade do custo de transmissão. Essa foi a decisão do Congresso Nacional e isso, em grande medida, permitiu o desenvolvimento dessas fontes renováveis.

O senhor pergunta sobre a geração distribuída. De geração distribuída, em 2019, quando a Aneel iniciou a discussão para alterar as regras de geração distribuída, nós tínhamos aproximadamente 1GW de capacidade instalada. Hoje, nós temos 23GW de capacidade instalada. Até 2021, existia um regramento, basicamente definido pela Aneel, que trazia incentivos para a compensação de energia por meio da geração distribuída. Em 2021, por meio da Lei 14.300, o Congresso Nacional regulou um conjunto de dispositivos para dar incentivo à geração distribuída.

A pergunta do senhor é: esses incentivos aumentam a tarifa de energia elétrica? Quando olhamos isoladamente, sim, porque parte do custo da geração distribuída entra na CDE, que é aquele fundo de que eu falei, de R$36 bilhões, que é pago por todos os consumidores do Brasil. Há outros benefícios da geração distribuída, claro, reconhecemos que é importante essa fonte de geração distribuída.

Se nós olharmos para a sua distribuição equitativa no país, esse benefício não é usufruído de forma igualitária, porque, apesar do sol no Nordeste – e aí estou falando do Nordeste porque sabemos que a região que tem um maior índice de insolação é a Região Nordeste do Brasil –, a maior quantidade de painéis solares fotovoltaicos é instalada nas regiões com o maior poder aquisitivo: Região Sul, Região Sudeste. Então, quando nós olhamos o sol, ele existe, ele brilha mais forte na Região Nordeste, mas a geração distribuída está mais concentrada nas regiões com o maior poder aquisitivo. Por que isso? Porque ainda é caro instalar painéis solares.

Então, respondendo muito objetivamente ao senhor: o Brasil incentiva renováveis? Sim, é talvez um dos países que, associado a nosso ambiente de negócios, que é um ambiente transparente, cumprimos contratos, além disso, temos incentivos regulatórios legais que foram dados pelo Congresso Nacional e pela Agência Nacional de Energia Elétrica, uma vez que o primeiro projeto de geração distribuída ocorreu por meio de um projeto realizado no Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paraná, que aproveitava o gás gerado no esterco de suínos. Então, não foi... Naquela época, não havia ainda a massificação dos painéis solares, o que hoje há de forma muito competitiva. (*Pausa.*)

Ah, o senhor perguntou sobre o PCS também. Desculpe, Senador. Permite-me também complementar? (*Pausa.*)

Bem, em 2021, por decisão do Ministério de Minas e Energia, houve a necessidade de fazer a contratação de usinas termoelétricas, o que nós chamamos de usinas na base, inflexíveis, para gerar de forma ininterrupta, para que, em não se conhecendo como seria o regime hidrológico, guardasse águas nas hidrelétricas. Essa foi a característica de contratação, e, por serem usinas inflexíveis, elas tinham um custo de operação, um custo mais elevado do que as demais.

Como o senhor falou, apenas uma empresa conseguiu concluir no prazo, outras conseguiram concluir dentro de um segundo prazo que existia no contrato, em que constavam também algumas penalidades – elas foram pagas –, e nós temos um conjunto de usinas que não conseguiram concluir. Houve processos de judicialização e, por decisão do Ministério de Minas e Energia, ele fez a solicitação de acordo consensual na recém-criada secretaria de consenso do Tribunal de Contas da União. Então, neste momento, grupos envolvendo a Aneel, o ministério, o TCU e as empresas estão avaliando esses casos especificamente, para verificar se há acordos a serem firmados, mais uma vez, com a anuência do TCU, do ministério e da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Concedo a palavra à Deputada Silvia, para as suas indagações.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Apenas uma proposta, já que nós sabemos que a CDE, essa Conta de Desenvolvimento Energético, foi criada em 2002. O que nós percebemos é que toda a população tem pagado uma conta muito alta por conta dos custos de CDE. Dentro da CDE, está colocado o programa de universalização Luz para Todos, todos os *kits* de instalação, a questão da tarifa social, nós temos também segmentos de irrigação. Esses custos, esses descontos, esses subsídios são todos introduzidos dentro da CDE para que nós venhamos a pagar e os serviços públicos de água e esgoto e saneamento. Bom, os custos estão muito elevados para nós, então, por que nós, enquanto Parlamento, não introduzimos esses custos dentro do Orçamento da União, para que a União pague? Até porque os contribuintes já pagaram, por meio do seu Imposto de Renda, todas as políticas públicas que devem ser implementadas. E nós estamos pagando já um segundo imposto, tendo que financiar água, esgoto, saneamento, sendo que já houve o marco do saneamento. Nós continuamos pagando essa conta embutida dentro da CDE. Toda a população tem pagado a energia da universalização do Luz para Todos. Tem que ser uma política de Governo que deve ser prevista dentro do Orçamento da União, e não cobrar do consumidor. Então, essa conta tem ficado exacerbada para nós. É apenas uma sugestão: que nós venhamos a introduzir isso dentro do Orçamento da União.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Deputada Silvia Waiãpi, muito obrigado pela observação e pela constatação.

De fato, mais uma vez, é uma decisão que compete ao Congresso Nacional, uma vez que esses itens de custo da CDE constam na lei. A CDE foi criada – ela não foi criada em 2020, também não vou saber precisamente o ano –, num primeiro momento, não para comportar todos esses subsídios. Com o passar do tempo, cada um desses subsídios eram introduzidos de forma isolada por algum dispositivo legal. Houve, em algum momento, a decisão do Estado brasileiro de criar uma grande conta para aglutinar todos esses subsídios, e é o que de fato aconteceu com a CDE.

A proposição da senhora é interessante, mas tem que conversar, claro, com o Parlamento, tem que conversar com a Fazenda Nacional, porque, em grande medida, isso constará do orçamento público.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Mais alguma indagação, Deputada? (*Pausa.*)

Dr. Sandoval, não há mais Parlamentares inscritos. Em nome da Presidência da Comissão, nós cumprimentamos o senhor e os que fazem a Aneel, agradecemos as contribuições que o senhor nos trouxe e registramos nessas contribuições alerta de V. Sa. em relação à necessidade do Parlamento, no caso, o Senado e a Câmara dos Deputados, ficar atento à revisão legislativa com vistas a enfrentar, a coibir e atenuar esses episódios, como nós estamos a constatar, inclusive esses episódios que atingem diretamente os mais pobres neste país e a área de energia residencial.

Então, com essas considerações, em nome da Comissão de Serviços de Infraestrutura, eu agradeço a contribuição dada por V. Sa. e desejo sucesso junto com aqueles que fazem a Aneel para que possam, efetivamente, encontrar soluções para esse segmento, que é um segmento fundamental para o desenvolvimento e para o povo brasileiro de um modo geral.

Os meus cumprimentos a V. Sa.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Desta forma, eu agradeço a presença de todos aqueles que compareceram a esta reunião e declaro encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Muito obrigado, Senador.

(*Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e seis minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Cleitinho, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Weverton, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Otto Alencar, Beto Faro, Marcos Rogério e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2023 - CI, de autoria do Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** debater e apresentar o plano de atuação da ANPD no que se refere à proteção de dados e à transformação digital do país. **Participante:** Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior, Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD. **Resultado:** audiência pública interativa realizada. O Senador Eduardo Gomes faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatro minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Beto Faro, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Efraim Filho, Alan Rick, Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Weverton, Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Otto Alencar, Marcos Rogério, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 63/2023-CI, de autoria do Senador Beto Faro (PT/PA), e REQ 80/2023-CI, de autoria do Senador Eduardo Gomes (PL/TO). **Finalidade:** instruir o PL 2788/2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências". **Participantes:** Elisa Stronioli, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB/PA; Joceli Andrioli, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB/MG; Padre Dario, Assessor da Comissão Especial da CNBB para a Ecologia Integral e Mineração; Carlos Bernardo Vainer, Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professor e pesquisador (UFRJ e IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional); economista e sociólogo; doutor em desenvolvimento econômico e social pela Université de Paris I – Panthéon/Sorbonne; Luiza Borges Dulci, Assessora da Secretaria-Geral da Presidência da República; Rinaldo César Mancin, Diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM; e Marcelo Moraes, Presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico – FMASE. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e treze minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Beto Faro
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Zequinha Marinho, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Beto Faro, Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Jussara Lima e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Jorge Seif e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2023 - CDR, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Audiência Pública Interativa, com o objetivo de debater o reflexo da Proposta de Reforma Tributária para o Setor do Turismo no Brasil. **Participantes:** Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo; Marcelo Freixo, Presidente da Embratur; Marco Ferraz, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos - CLIA Brasil; Guilherme Paulus, Conselheiro do Conselho Nacional do Turismo - CNT; Fabiano Camargo, Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo - BRAZTOA; Humberto Machado, Presidente-executivo da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas - ABRACORP; Rodrigo Dias, Consultor jurídico da Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV (representante de: Magda Nassar, Presidente da Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV); Luciano Guimarães, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Consolidadores de Passagens Aéreas e Serviços de Viagens - AIR TKT; e Felipe Oliveira, Especialista Executivo da Diretoria de Relações Institucionais da CNC (representante de: José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de setembro de 2023.

Comunico que recebemos do Instituto Internacional dos Municípios Brics do Brasil, Imbrics+ Brasil, o convite para o lançamento oficial do Fórum Internacional Imbrics "Turismo como Fator de Desenvolvimento dos Países Brics+", que ocorrerá em Brasília no próximo dia 27 de setembro de 2023 – portanto, amanhã. Para mais informações, favor consultar a Secretaria da Comissão.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o reflexo da proposta de reforma tributária para o setor turístico do Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 20, CDR, de minha autoria, com os seguintes convidados, os quais cumprimento e convido para tomarem seus lugares, conforme os prismas posicionados: o Sr. Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo; o Sr. Marcelo Freixo, Presidente da Embratur; o Sr. Marco Ferraz, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (CLIA Brasil); o Sr. Fabiano Camargo, Presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa); o Sr. Guilherme Paulus, Conselheiro do Conselho Nacional de Turismo (CNT); o Sr. Rodrigo Dias, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav); o Sr. Luciano Guimarães, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Consolidadores de Passagens Aéreas e Serviços de Viagens (Air Tkt); o Sr. Humberto Machado, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp); e o Sr. Felipe Oliveira, Especialista Executivo da Diretoria de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Sr. Ministro, senhoras e senhores convidados, nós estamos tratando e vamos tratar hoje aqui da repercussão da reforma tributária, tão almejada e buscada no nosso país, com o objetivo principal de ser simplificada, de trazer um mínimo de justiça social e de transformar o nosso sistema progressivo que temos hoje, em que os mais pobres pagam mais impostos e os mais ricos pagam menos impostos.

A finalidade desta audiência pública de hoje é debater com todas as autoridades relacionadas com o turismo, o Ministro do Turismo, o Presidente da Embratur, e com todos os setores envolvidos no turismo do Brasil, para ver as repercussões que isso terá no nosso setor, porque, como a gente sabe, comparativamente, o turismo é uma atividade normalmente incentivada na maior parte dos países por ser um setor muito intensivo em mão de obra, é um setor que ajuda na preservação do meio ambiente e na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservação das nossas culturas, promovendo desenvolvimento em todas as regiões do país. Então, é um setor a que a gente precisa ter uma atenção muito especial, porque ele pode ajudar tanto no desenvolvimento e na empregabilidade como na preservação da nossa natureza e da nossa cultura.

Nós temos como Relator da matéria aqui no Senado o Senador Eduardo Braga, do MDB, meu Líder, que é uma pessoa muito sensível, do Amazonas e muito aberto ao diálogo e ao entendimento.

O que eu espero desta audiência pública é que, no final, a gente possa tirar uma proposta para levar, como proposta aqui da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para o Relator Geral. Ele vai analisar e, evidentemente, tem que dar conta de todo o trabalho. Não é só o setor de turismo que está envolvido, as reivindicações não são só do nosso setor; e tudo isso ele tem que compatibilizar dentro do relatório geral dele.

Fazendo essa apresentação inicial, eu quero conceder a palavra ao nosso Ministro Celso Sabino, que nos honra aqui hoje nesta audiência, que reputo ser muito importante para o nosso setor.

Ministro Celso Sabino, que nos honra aqui hoje nesta audiência, que reputo ser muito importante para o nosso setor.

V. Exa. disporá de 30 minutos, prorrogáveis por tempo ilimitado, porque, aqui nesta Comissão, V. Exa. não tem prazo determinado.

Com a palavra o Ministro Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento especial e fraternalmente o nosso querido líder, amigo e Senador, Presidente desta Comissão, Senador Marcelo Castro.

Na sua pessoa, Senador, gostaria de saudar todos os Senadores que nos acompanham através do sistema remoto de transmissão das reuniões deste Senado Federal, em seus gabinetes, nos seus escritórios nos estados. É uma honra para mim, enquanto Ministro de Estado, poder estar mais uma vez aqui no Congresso Nacional, especialmente nesta Comissão, composta por Senadores de tão renomado conhecimento, especialmente nessa área do turismo, alguns ex-Governadores, pessoas que têm o preparo técnico, além do preparo político, para debater no mais alto nível as pautas sobre o setor do turismo, em especial o que nos traz hoje aqui, que é a eminência da aprovação de uma transformação no nosso sistema tributário, que vai afetar toda nossa economia, especialmente este importante setor.

Então, sintam-se cumprimentados todos os amigos e Excelências Senadores aqui presentes, ou através do sistema remoto, acompanhando esta reunião.

Cumprimento também, muito carinhosamente, a presença dos meus companheiros e amigos, Deputados Federais aqui presentes: Deputado Benes Leocádio, do Rio Grande do Norte; Deputado Pedro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucas Fernandes, do nosso querido Maranhão; cumprimento o Sr. Fabiano Camargo, Presidente da Braztoa; Marco Ferraz, Presidente da Clia Brasil. Os palestrantes que vão dividir conosco hoje essa pauta: Luciano Guimarães, Humberto Machado, Felipe Oliveira, Guilherme Paulus, Rodrigo Dias. À equipe aqui da Comissão, nossos servidores do Senado Federal, à imprensa e a todos que nos acompanham hoje aqui.

Presidente, é muito oportuno. Eu quero parabenizar o Senado Federal e a Comissão por propor a realização desse debate na manhã de hoje. O setor do turismo possui uma relevância no nosso país ainda com pouco reconhecimento do grau de contribuição que esse setor tem para com a economia. O turismo é a indústria que mais gera emprego no Brasil, ficando atrás apenas da construção civil. O turismo representa quase 8% de toda riqueza interna do Brasil, porque tudo que é produzido de riqueza no nosso país, quase 8%, é através do setor do turismo, ainda carente de um reconhecimento maior na área de infraestrutura, na área da promoção, na área da conectividade, fatos e eventos a que o Governo do Presidente Lula tem dedicado todos os esforços, para vencer esses gargalos.

Para que nós possamos fazer uma comparação, há pouco, o Deputado Pedro Lucas estava mencionando a possibilidade da descoberta de gás natural na costa do Maranhão. Tudo que é investido hoje na nossa indústria e produção de óleo e gás, todas as plataformas na área de tecnologia, na área de pesquisa, na área da

Tudo que é investido hoje na nossa indústria de óleo e gás, todas as plataformas, na área de tecnologia, na área de pesquisa, na área da exploração propriamente dita, na área do transporte do nosso petróleo e do nosso gás, nos rendem anualmente, na *pizza* da divisão da nossa receita interna bruta, aproximadamente 12% – 12,5% do PIB é composto pela contribuição do setor de óleo e gás. E observem que o turismo corresponde a quase 8%, com bem menos investimento, com bem menos atenção e gerando absurdamente muito mais emprego em todo o país, de norte a sul, do Oiapoque ao Chuí, no Centro-Oeste, no nosso Nordeste.

E, como, no mundo, o tratamento tributário dado a esse setor é um tratamento tributário bastante diferenciado – alguns países com alíquota zero; em alguns países, no setor aéreo, a alíquota é zero inclusive –, os investimentos que são feitos na área do turismo nesses países mostram reconhecimento que outras nações no planeta têm com esse setor. Há uma frase que nós já estamos quase cansados de ouvir, mas não podemos deixar de falar: é uma indústria sem chaminé, que pode, de forma sustentável, promover o desenvolvimento em todo o país, gerar emprego, produzir renda para o cidadão brasileiro em todos os cantos do país. Portugal, por exemplo, com o trabalho que fez na área do turismo, já possui mais de 18% do seu PIB devido ao setor do turismo. Isso mostra o tamanho da reserva de mercado que nós possuímos, conhecedores todos nós das belezas e dos incontáveis atrativos turísticos do país.

Peço vênia para poupar a todos de ter que ficar mencionando aqui as belezas do nosso Atins, das nossas cachoeiras, da nossa Foz do Iguaçu, da Costa Atlântica. Enfim, todos conhecemos aqui... O Guilherme Paulus, daqui a pouco, pode dar mais um mestrado para nós sobre esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que Portugal alcançou, o que Singapura alcançou, o que outras nações têm alcançado mostra que, com o tamanho do nosso país, com a quantidade de riqueza que nós temos, nós temos aqui mais do que um pré-sal, Pedro Lucas, para explorar na área do turismo. E isso apresenta aos investidores internacionais e aos nossos empreendedores locais uma visão de futuro que demonstra uma reserva de mercado absurda, um potencial de crescimento estrondoso. Eu não tenho dúvida de dizer que, dentro em breve, nós não vamos mais dizer que o Brasil será o país do futuro para o turismo; nós vamos começar a dizer que o Brasil é a bola da vez no turismo, é o país do presente, é o destino do momento para todo mundo. Mas, para isso, nós precisamos construir aqui um ambiente favorável não só para atrair investidores, mas para motivar os empreendedores nacionais a continuarem investindo, a continuarem acreditando e, enfim, aproveitarem a onda que será feita em todo o mundo, que vai apresentar o Brasil como destino global.

No mundo, como já disse, o tratamento tributário dado ao setor do turismo é muito, muito, muito diferenciado, é muito favorável a essa indústria.

Muito bem colocado por V. Exa., Presidente, quando disse que a discrepância no tratamento tributário às faixas de renda no nosso país é muito dissonante – e chamo a atenção de todos. Vale destacar que esse tributo incidente sobre o consumo, que é alvo hoje de uma proposta de reforma tributária, é o tributo conhecido como o tributo mais desigual que existe.

Não é um tributo que prestigia, reconhece ou busca tratar os diferentes de forma diferente, mas não, ele promove ainda mais o distanciamento entre as classes sociais, porque para um cidadão, para um executivo, para um grande empreendedor que possui uma renda de R$1 milhão por mês, por exemplo, ele vai comprar uma garrafa de refrigerante e vai pagar o mesmo valor de imposto do que um cidadão que recebe um salário mínimo por mês. Isso mostra a desigualdade, isso mostra a forma equivocada de tratarmos os diferentes.

O tributo que deveria receber mais prestígio, mais atenção, Senador, é a tributação sobre a renda, como acontece na maioria dos países do mundo. O foco é a renda, a distribuição de renda, é taxar aqueles que têm maiores receitas e taxar menos e até com zero aqueles que possuem menor renda. E o tributo sobre o consumo é um tributo que provoca o aumento da diferença social, provoca o aumento da diferença econômica entre os cidadãos de um país.

Defendo que deveríamos discutir em conjunto – com essa reforma tributária dos tributos sobre o consumo – a incidência dos tributos sobre a renda, a discussão, a reorganização dos tributos sobre a renda, implantar no Brasil finalmente a cobrança da tributação sobre os lucros e dividendos, o que não acontece no nosso país. No mundo todo, assim como na Letônia, unicamente o Brasil não taxa o lucro e o dividendo. E, claro, ofertando contrapartidas como a redução da taxação sobre a renda corporativa das empresas, que é o nosso Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a nossa CSLL, reduzindo as alíquotas do Imposto de Renda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CSLL sobre a renda corporativa das empresas, e, em contrapartida, passarmos a taxar o lucro e o dividendo.

Todavia, o que estamos hoje aqui a discutir – e vejo como uma reflexão como Deputado também que sou, Deputado aqui no Congresso Nacional – é que essa medida não recua, nós vamos aprovar a reforma tributária, e é interesse do Governo: já foi aprovado na Câmara, o Senado deve seguir na mesma tendência.

O que a gente está aqui para discutir é de que forma nós podemos fazer com que o setor que mais emprega, que mais contribui com o PIB, que representa a divisão da economia, que promove a distribuição de renda de forma eficaz, que oferta empregos de qualidade, mais de 50% dos empregados no setor do turismo são do sexo feminino, e nós temos aqui não apenas camareiras, não apenas cozinheiras, nós temos aqui executivas, nós temos secretárias executivas, atendentes de hotéis, então empregos qualificados que exigem formação profissional, que exigem, por consequência também, salários melhores do que, por exemplo, na construção civil, mas que há a necessidade de nós todos unirmos força: o Congresso Nacional, o Governo e o *trade* turístico, para que isso seja reconhecido como é, por exemplo, o agronegócio; como é, por exemplo, a indústria da construção civil.

Na indústria da construção civil existe um regime tributário diferenciado, alguém pode me lembrar como é o nome desse regime? O RET (Regime Especial Tributário), onde o empreendedor cria uma SPE para empreender e ali, somando todos os tributos, inclusive o Imposto de Renda, os impostos sobre o consumo e as contribuições dá uns 3%, 4%, todos os tributos.

Por quê? Porque há aqui uma força motivada pela sociedade, pelos representantes do povo aqui no Congresso Nacional, com a aquiescência da Fazenda e do Governo, de que esse setor importante emprega muito – então, 4%, todos os tributos –, enquanto esse setor, que oferta empregos de altíssima qualidade, que promove a ocupação de milhares de brasileiros – são cerca de 8 milhões, 9 milhões de brasileiros que atuam nesse setor em todo o país –, nós, infelizmente, ainda não conseguimos atingir o grau de reconhecimento, o grau de importância que esse setor merece receber.

Então, é oportuno este encontro para que nós possamos debater algumas alternativas. E quero destacar aqui o papel essencial que alguns Senadores desta Casa vêm alcançando: cito o nosso querido amigo e Senador Veneziano Vital do Rêgo, que não pôde vir, mas enviou seu sósia, Flávio Pereira, que está ali, o papel do Senador Veneziano tem sido fundamental; juntamente com o Senador Eduardo Braga, que é o Relator da matéria aqui no Senado, sempre disponível, sempre disposto, discutindo no mais alto nível, Governador que já foi do Estado do Amazonas, onde nós temos a Zona Franca de Manaus, então é uma pessoa que entende do assunto e que está muito solícito a contribuir conosco; também o Senador Weverton Rocha, do Estado do Maranhão; além de V. Exa., que é o nosso mago dos orçamentos, das contas públicas – só o fato de estarmos hoje aqui na Comissão que V. Exa. preside para tratar desse assunto já demonstra a sua disponibilidade e a sua posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, de forma muito transparente, em várias reuniões que já tivemos – no Ministério do Turismo, no Ministério da Fazenda, na Câmara e também aqui no Senado –, penso, posso até estar enganado, que nós temos duas alternativas e vamos, ao longo da manhã, falar sobre várias outras e esmiuçar essas duas alternativas: uma seria criarmos um tratamento diferenciado para o setor do turismo, um regime especial, como tem sido bastante dito; e a outra seríamos incluir todos os serviços relacionados, todos os serviços de turismo – na reforma que veio da Câmara, já veio a inclusão de algumas atividades, mas seria incluir todos os serviços, colocarmos no texto "serviços de turismo" para aquele rol de serviços que terão um tratamento diferenciado no que está apresentado no texto, 50% da alíquota nominal que for definida por lei complementar que será aprovada. Então, vejo essas duas alternativas: regime especial ou inclusão no rol de serviços. E nós vamos discutir aqui, durante essa sessão, outras alternativas e esmiuçar essas dúvidas.

Quero aqui colocar o Governo Federal, através do Ministério do Turismo, à disposição do *trade*. Há o reconhecimento do Presidente da República nesse setor – foi ele que criou o Ministério do Turismo há 20 anos –, em todas as reuniões ele tem destacado o reconhecimento e o potencial desse setor, ele está muito animado em fazer do Brasil, o país do presente, o destino global do momento.

E quero convidar todos, daqui a pouco, às 11h30. Eu quero até pedir desculpa ao Senador, mas, às 11h30, nós vamos ter o lançamento do Conheça o Brasil: Voando, lá no Ministério do Turismo, onde assinaremos um termo junto com as companhias aéreas Gol, Latam, Azul e Voepass e a Abear, onde teremos o anúncio de novas rotas, novos destinos que passarão a ser alcançados, destinos que vão ter a ampliação de voos. Também será anunciado em primeira mão aqui no Senado Federal, até antes da assinatura, o *stopover*, onde essas companhias assumem o compromisso de estabelecer esse programa do *stopover*. Todos conhecem o *stopover*, como funciona, a TAP já tem, a Emirates já tem, a Etihad está fazendo lá na Arábia Saudita e nós vamos ter aqui no Brasil com essas companhias também para promover a ampliação do prazo, do tempo que os turistas internacionais permanecem no nosso país. Também teremos anúncio de plotagem de aeronave, de *speech* dentro dos voos, enfim, algumas coisas bastante positivas, às 11h30, lá no Ministério do Turismo.

Amanhã, a Abav, não é isso? Abertura da Abav, onde estaremos lá também assinando o Conheça o Brasil Realiza, que é um programa em parceria com o Banco do Brasil, onde teremos financiamentos a taxas até de 1,79% de pacotes turísticos, de viagens, por até 60 meses o financiamento, em condições bastante favoráveis.

E lembro que, no dia 15 de dezembro, teremos a retomada, o retorno do Salão Nacional do Turismo, que vai acontecer aqui em Brasília, no Estádio Mané Garrincha. Serão três dias de salão, onde pretendemos trazer todos os principais atrativos turísticos do país para o Mané Garrincha, com o público-alvo para os turistas, em Brasília, que é o terceiro emissor nacional. Nós vamos fazer aqui o primeiro, a retomada, com a presença dos nossos embaixadores que estão em missão diplomática das nações amigas aqui em Brasília, com a presença do Fornatur, dos secretários de turismo dos estados. Então vai ser um grande salão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pretende mostrar aqui as belezas do nosso país para os turistas aqui de Brasília e os que porventura estiverem vindo.

Então peço aí, *save the date*, 15 de dezembro. Nessa data provavelmente também tudo caminha para inaugurarmos um momento histórico. Meu amigo Marcelo Freixo, aqui, já quero cumprimentá-lo, a nossa parceria, nossa amizade com a Embratur. Nós vamos estar no dia 15 fazendo a inauguração do escritório oficial do organismo das Nações Unidas, o UNWTO, traduzindo em português é a OMT (Organização Mundial do Turismo), que vai abrir uma sede para a América do Sul e Caribe, para concentrar as políticas da ONU sobre o turismo para a América do Sul e o Caribe. A sede vai ser no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, e nossa perspectiva é a inauguração dessa sede também no dia 15 de dezembro.

E, no dia 16, estamos trabalhando para que tenha um encontro da OMT no Brasil, aqui em Brasília, trazendo representantes desse organismo do mundo todo para estarem aqui. E a Embratur tem sido fundamental nesse processo de retomada, reconquista do nosso país, da imagem do nosso país, para esse novo momento do turismo mundial.

Mas muito obrigado, Presidente.

Eu vou lhe devolver a palavra, saudando agora, antes de terminar, o nosso querido Presidente da Embratur, Marcelo Freixo, que tem desempenhado um grande trabalho na promoção do nosso país na esfera internacional, e desejar uma excelente audiência para todos.

Peço humildemente que V. Exa. possa me liberar antes das 11h30 para que eu possa participar dessa reunião lá com as aéreas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do nosso Ministro do Turismo, Celso Sabino, quero dizer que compreendemos o compromisso que V. Exa. já tinha assumido previamente. De fato, essa audiência pública nós marcamos já na semana passada, de última hora, por causa da

De fato, esta audiência pública nós marcamos na semana passada, de última hora, por causa da premência mesmo do assunto e para o Relator poder apresentar o seu relatório.

Cumprimento o nosso Marcelo Freixo, Presidente da Embratur, e dou boas-vindas, cumprimentando-os aqui pela participação, aos Deputados Benes Leocádio, do Rio Grande do Norte, e Pedro Lucas, do querido Estado do Maranhão.

Então, eu vou passar a palavra ao nobre Deputado... (*Risos.*)

... ao nosso eterno Deputado, Presidente da Embratur, Marcelo Freixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO FREIXO (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todas e a todos.

Senador Marcelo Castro, é um prazer reencontrá-lo nesta Casa por que tenho tanto respeito; Ministro Celso Sabino, meu amigo, com quem a gente trabalha todos os dias junto pela promoção do turismo. A gente sabe que a Embratur tem uma função específica que é a promoção do turismo internacional. O Ministério do Turismo tem a sua especificidade de trabalhar com toda a estrutura interna, mas uma coisa não funciona sem a outra. Então, é muito importante a sintonia, a capacidade de diálogo e o trabalho conjunto.

Quero saudar o Marco Ferraz, que eu conheço bastante. Durante esses anos, estivemos muitas vezes juntos em várias batalhas, e essa talvez seja uma das mais importantes, Marco, para que a gente possa criar um entendimento político nesta Casa e na República do papel do turismo para o futuro do Brasil. Eu sou testemunha da atuação muito forte do Marco por todo o setor e não só pelo setor dele especificamente.

Guilherme Paulus, também é um prazer estar aqui com você.

Saúdo, na pessoa do Presidente, toda a Mesa.

Olha, pelo Embratur, eu quero ser muito objetivo na fala, porque acho que o mais importante é ouvirmos, Presidente, a sociedade civil aqui representada e os setores que hoje não estão contemplados nesse processo do debate da reforma tributária, que já passou pela Câmara e tem, no Senado, a possibilidade de algum nível de revisão. E é esse o funcionamento das Casas, a gente sabe disso.

Eu estive, há pouco tempo, nas terras do Senador Marcelo Castro, e uma das coisas mais emocionantes que eu vi na minha vida foi a ópera na Serra da Capivara, que é uma coisa que poucos brasileiros, inclusive, conhecem e é uma das coisas mais extraordinárias do mundo.

A gente tem o maior parque de pintura rupestre do planeta, que fica no Piauí. Lá ainda a gente encontra a Nièdi Guidon, que é uma pesquisadora que mudou a tese da chegada do homem na América. Com seus 90 anos, ela está lá ainda e foi a pessoa que o criou.

Hoje, falo isso, Marcelo, em sua homenagem e para tornar público a minha admiração, porque eu já falei isso várias vezes. A Serra da Capivara, se estivesse em qualquer outro lugar do mundo, seria um dos lugares mais visitados desse planeta. Eu não tenho a menor dúvida disso. Estou falando isso para a gente entender a diversidade que tem o Brasil.

A Serra da Capivara tem uma história. Hoje, quando você vai lá, você tem a cerâmica, você tem uma rede hoteleira que está crescendo, você tem uma formação de guias, você tem diversas cidades e toda uma sociedade em torno de um parque, em torno de uma promoção do turismo, em torno de uma imagem do Brasil, em torno da ciência. Aquilo é geração de emprego, aquilo é geração de renda, aquilo é toda uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

identidade de um lugar – estou dando um exemplo e poderia dar 500 outros neste país –, mas aquilo precisa ser promovido, e nós precisamos das agências de viagem, nós precisamos dos eventos que lá acontecem, como, por exemplo, a ópera da Serra da Capivara, nós precisamos das companhias aéreas, nós precisamos de uma engrenagem do turismo que faça o brasileiro e o mundo – no caso do Embratur, o nosso interesse é o mundo – conhecer algo que é extraordinário.

No caso da Embratur, o nosso interesse é o mundo conhecer algo que é extraordinário e que não existe em nenhum outro lugar do mundo: um parque daquela relevância em termos de arqueologia e de pintura rupestre. É o maior do mundo, com enorme qualidade. E nós precisamos de uma engrenagem de política pública de turismo para fazer com que o mundo chegue lá. Aquilo é uma identidade de um país, aquilo é geração de emprego e renda.

O turismo hoje, senhoras e senhores, representa 8% do PIB brasileiro. É um número muito relevante, mesmo com toda a sua dificuldade – 8% do PIB brasileiro vem do turismo; oito!

Sem nenhuma provocação e nenhuma tentativa de ser polêmico, mas óleo e gás, que existem há tantos anos, com estatais, investimentos pelo menos há um século, representam 12% do nosso PIB. O turismo, com toda a sua precariedade e falta de entendimento por parte da nossa classe política.... Eu não estou me colocando fora nem me julgando melhor, mas há uma compreensão ainda muito superficial do papel do turismo no Brasil. Ainda se acha que turismo é para quem viaja, não se associa turismo a um modelo de desenvolvimento, não se associa turismo a um modelo de emprego e renda absolutamente compatível com o século XXI. A gente precisa entender que nós estamos no século XXI.

Quando o Presidente da República vai para o mundo inteiro e diz que aqui é um lugar que tem responsabilidade climática, que aqui é um lugar que tem responsabilidade ambiental, que aqui é um lugar que vai superar e vai enfrentar a fome, o Presidente está dizendo que a gente precisa de um outro modelo de desenvolvimento, que seja capaz de atender àquilo que o mundo espera do mundo inteiro e do Brasil, que é um país com grande responsabilidade ambiental, pela sua configuração, pelos seus biomas, pelo seu tamanho, pela sua importância.

O turismo é a atividade econômica do século XXI que pode nos garantir uma outra forma de pensar o desenvolvimento. Quando se fala em sustentabilidade, não se está falando só das florestas em pé. Está se falando das florestas em pé e da possibilidade da dignidade humana diante da preservação da natureza. Que tipo de atividade? A gente ouviu muitas vezes matérias, Senadores, sobre garimpos ilegais. Ninguém vai defender um garimpo ilegal, mas qual é a alternativa que se cria a um garimpo ilegal? Para que não se tenha mão de obra disponível para um garimpo ilegal, qual é a atividade que nós podemos desenvolver ali para que o garimpo legal não seja a única alternativa para tantas e tantas famílias? Eu não tenho a menor dúvida de que essa alternativa é o turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora a gente acabou de ter, na revista *Forbes*, uma pesquisa dos 50 países mais importantes no turismo do mundo. O Brasil ficou em primeiro lugar em ecoturismo. O Brasil foi o primeiro lugar em ecoturismo. Agora, foi no mês passado isso. Isso significa o quê? Que nós temos um enorme potencial, Marco, para desenvolver e trazer cada vez mais gente interessada nisso, e isso é uma possibilidade de todas as regiões brasileiras. Você está no Sul, você está no Centro-Oeste, você está no Norte, você está Nordeste; em todas elas, mesmo no Sudeste.

Quando a gente fala de São Paulo, a gente pensa sempre no turismo de negócio, não é? Em São Paulo você tem ecoturismo, você tem gastronomia, você tem turismo de negócio, você tem uma diversidade de possibilidades, todas geradoras de emprego e renda.

A Fundação Getúlio Vargas tem uma pesquisa de que, a cada R$1 investindo na promoção do turismo, R$20 entram na economia local. A gente agora, ontem... não sei se os senhores e as senhoras tiveram acesso a isso, mas ontem nós tivemos o resultado do Banco Central sobre o quanto o turismo internacional gerou de fonte e de riqueza para o Brasil, no mês de agosto. Foi ontem esse resultado. Só no mês de agosto, o turismo internacional gerou para o Brasil R$3,2 bilhões – só no mês de agosto. Se eu somar de janeiro a agosto, nós temos, só do turismo internacional, R$22 bilhões na economia brasileira.

Eu quero que os senhores me respondam qual é a atividade econômica desse país que deixou, de forma limpa, R$22 bilhões em oito meses no Brasil deste ano. Se me disserem uma, eu me retiro e digo que a reforma tributária aprovada na Câmara está correta. Se não me disserem, é porque a gente precisa olhar com mais cuidado todos os setores do turismo que não podem estar fora dessa possibilidade de ser tratados de forma especial dentro da reforma tributária, porque quem perde – e falo isso com muita tranquilidade... Desculpa.

Eu não sou dono de agências viagens, eu não tenho nenhuma participação em companhia aérea, eu não tenho qualquer negócio no turismo. Eu estou aqui como alguém que tem responsabilidade pública por estar na presidência de uma empresa que tem como sua função promover o país, pela total compreensão do papel econômico que o turismo desempenha e pela possibilidade enorme de este país ser outro se a gente tiver a compreensão deste segmento. Não existe a possibilidade de dividirmos esse segmento. Não existe a possibilidade de uma reforma tributária...

E eu quero dizer que eu sou absolutamente favorável a reforma tributária. Eu sou favorável, sempre fui, como Parlamentar sempre fui. Peguem todas as minhas falas com Parlamentar. Defendi reforma tributária – e o Deputado Aguinaldo sabe disso – o tempo inteiro. É fundamental a simplificação, é fundamental que este país seja mais organizado, é fundamental que a tributação seja mais justa. Não é que a gente não possa continuar tributando só o pobre por causa do consumo. Eu concordo com tudo e defendi isso publicamente minha vida inteira, mas eu não posso achar razoável que, na hora de a gente pensar numa reforma tributária, a gente não pense no turismo como algo absolutamente estratégico para esse país, fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O turismo não é importante para os setores que estão aqui defendendo os seus interesses, o que é legítimo, é republicano, mas o turismo não é importante para esses setores só. O turismo é importante para este país. Então, quando a gente diz que um determinado setor é importante e ele será tratado de forma especial na reforma tributária e a gente diz que outro não é, a gente não entendeu a engrenagem do turismo, porque não tem como você desenvolver o turismo se as companhias aéreas não forem absolutamente atendidas na sua compreensão do seu papel.

O grande problema da gente é a conectividade. O maior emissor de turista do Brasil este ano é a Argentina; o segundo lugar são os Estados Unidos. Eu posso ter muito mais turistas norte-americanos visitando o Brasil, dependendo de quê? Conexão. Eu preciso de conexão. O que fez com que Portugal virasse hoje um *case* de sucesso do turismo internacional? Conectividade. Portugal é porta de entrada e saída da Europa. Portugal quintuplicou o número de turistas nos últimos tempos. O turismo do Brasil, eu falei no início da minha fala, é de 8%. Sabem quanto é em Portugal? É 18% – 18% da economia portuguesa, do PIB vem do turismo. Portugal é do tamanho do meu Rio de Janeiro e tem a população de Pernambuco. O orçamento do turismo de Portugal é 250 milhões de euros. Eu não vou falar da Embratur para não provocar uma depressão coletiva, mas é de 250 milhões de euros, Marcelo, euros, do tamanho de Portugal. Você imagina um país desse tamanho, e a gente acha que ainda pode pegar um setor e ampliar a tributação sobre ele no momento de recuperação?

A gente está num momento de recuperação. A gente recebeu, até agora, 4 milhões de turistas estrangeiros. Nós vamos bater um número semelhante a 2019, pré-pandemia. A gente está no melhor momento. Não é o momento para a gente fragilizar um setor estratégico. Pelo contrário: é o momento de a gente chamar esses setores, fortalecer, porque isso gera emprego e renda e faz o país crescer como um todo.

Isso é bom para toda a economia. Isso não será bom para o mar, não será bom para a Abar, não será bom só para a Azul, não será bom só para um setor ou outro. O turismo precisa pensar no todo.

Há uma engrenagem de funcionamento. Se eu não tiver uma boa conectividade, uma capacidade de ampliar os voos, e isso a gente está fazendo...

A gente já ampliou em mais de 40% o número de voos este ano, em relação ao ano passado. Só para vocês saberem, este ano nós tivemos 40% a mais de voos do que no ano passado.

A gente está num período, está num momento de recuperação, e isso está refletindo na economia de todos os estados. Isso é algo nacional. Não é um pedaço ou outro que vai ganhar. E eu falo do Rio de Janeiro, mas não é só o Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro é uma grande porta de entrada? É. Mas Foz do Iguaçu também é, São Paulo também é, a Amazônia pode ser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fazer a COP 30! Nós vamos fazer a COP. Vamos lá: este Senado vai, daqui a pouco, se debruçar muito fortemente sobre a COP 30. Concordam comigo? A COP 30 terá um legado. É claro que a preocupação, hoje, é fazer com que a COP 30 aconteça, que ela possa acontecer. O desespero toma conta absoluta da gente: tem que acontecer a COP 30. Está bom, mas qual é o legado da COP 30? Qual será o legado da COP 30? Qual será o legado para a Amazônia?

Só tem uma palavra que resume a possibilidade de legado: é turismo. Porque é a possibilidade de desenvolvimento, riqueza, geração de emprego/renda, com sustentabilidade. Não tem outra. Qual é a outra atividade em que você vai gerar na Amazônia, depois da COP 30? Será o turismo.

Para que o turismo seja a grande atividade da Região Norte ou de toda a região da Amazônia e de todos os estados amazônicos, nós temos que ter conectividade, nós temos que ter eventos – ou não temos? – e nós temos que ter agência.

Há uma compreensão – e eu já vou finalizando, Celso, meu amigo – equivocada de alguns setores, que acham o seguinte: "Não, mas a internet já avançou muito, as pessoas hoje organizam as suas viagens pela internet. Não precisam mais das agências". É um equívoco!

A agência não é um *site*. A agência é uma operadora. A agência é uma facilitadora. A agência é uma organizadora de destinos. E, quando nós não fazemos isso, nós perdemos competitividade. Essa é a questão central. Nós perdemos competitividade.

Se as nossas agências... E eu estou falando das agências sérias. Eu não estou falando das agências que organizam, vendem possibilidades de viagens. Isso é uma minoria que não pode caracterizar a grande maioria das agências.

A gente está às vésperas da Abav. A gente está indo para o Rio de Janeiro para fazer parte de um seminário no Rio Centro que é de uma feira que é enorme, é gigantesca, que tem 50 anos.

Então, a gente está diante de um desafio que é de entender o que é que a gente quer para a economia deste país. O turismo é a solução. O turismo é a solução.

A gente, hoje, tem... A gente já recuperou, do período pré-pandemia, meu amigo, Ministro Celso Sabino, dos turistas terrestres. A gente ainda está atrás dos números do turismo aéreo, por razões evidentes de que nós não recuperamos ainda, pós-pandemia, o cenário anterior à pandemia. Se esta reforma tributária não tiver esta compreensão, nós não vamos recuperar o período da pandemia. Nós vamos atrasar esse período ainda mais.

Então, é muito importante que a gente entenda o papel do turismo não como um debate corporativo. Esse debate não é um debate corporativo, por mais que seja republicana e legítima a defesa dos interesses corporativos. Esta Casa sabe disso e convive com isso, mas não é isso que eu estou dizendo. O que eu estou dizendo é que é um debate de destino, é um debate de país, é um debate de modelo de desenvolvimento, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não podemos compartimentar isso, nós não podemos dizer que um setor é atendido pela reforma tributária e outro não precisa. Toda engrenagem do turismo será prejudicada – toda engrenagem será prejudicada. Nós precisamos dos eventos, nós precisamos das agências, nós precisamos das companhias aéreas, como nós precisamos de todos os setores, de todas as engrenagens, para que a gente possa ter política pública. Eu e o Celso, a gente sabe disso, o tempo inteiro, a gente trabalha com gestão pública e gestão privada juntas, o turismo não tem essa separação. Quanto melhor for a política pública para o turismo, melhor para a gestão privada, melhor para os negócios. E é assim que o país vai caminhar.

Então, o meu apelo é de uma fala de quem está mergulhado nesse tema com a sociedade civil, o tempo inteiro, nos desafios.

Nosso Governo, neste ano, tem números muito positivos. No mês de agosto, gente, essa arrecadação – Celso, saiu ontem no Banco Central – foi a maior arrecadação econômica dos últimos 25 anos sobre o destino do turismo internacional – foi a maior arrecadação do mês de agosto dos últimos 25 anos –, ou seja, estamos num momento favorável. Não podemos tomar nenhuma medida que impeça essa retomada de crescimento, geração de emprego e renda.

Enfim, é meu testemunho como Presidente da Embratur da importância fundamental desse setor, mas de todo o setor, e não de parte dele. E que essa reforma, Senador Marcelo Castro, possa fazer bem para este país, possa trazer uma reforma que seja justa, mas que não penalize um setor que será estratégico, em que todos nós vamos perder a média e a longo prazo.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vou agradecer a participação do nosso Presidente da Embratur, Marcelo Freixo, e vamos à audiência aqui dos convidados.

Passo a palavra ao Sr. Marco Ferraz, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (CLIA Brasil).

O SR. MARCO FERRAZ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Presidente. É um prazer estar aqui. Quero agradecer a sua receptividade, dar parabéns pela iniciativa de fazer esta audiência pública num momento tão importante. A gente conversou bastante em outros dias, e o momento não podia ser melhor, porque a gente tem um possível relatório da reforma sendo publicado na semana que vem e é uma forma de a gente repercutir um pouco sobre o turismo hoje, aqui. Muito obrigado.

Na sua pessoa, quero agradecer e cumprimentar a todos os Senadores que nos estão atendendo. Muitas reuniões estão acontecendo, com todos aqui presentes. A gente já tem algumas emendas favoráveis ao setor de turismo, acho que são 13 emendas. A gente espera algumas mais, e já aproveito para agradecer a sua emenda, porque não podia deixar de ter o Presidente da CDR aqui nos apoiando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Ministro Celso, um parceiro, uma pessoa que parece que entrou e já estava na Faculdade de Turismo, porque foi muito rápido. Ele aprendeu a falar de tudo, de todos os setores, de todos os modais, de todos os participantes do turismo. Ele já conhece o Brasil todo, já viajou tudo, então parabéns pela sua atuação, Ministro. A gente está junto – já estivemos juntos muitas vezes – e a gente tem acompanhado essa evolução muito rápida, é difícil de a gente ver isso.

Presidente Freixo, como ele disse, a gente já se reuniu muitas vezes neste ano. E, escutando o Freixo falar, e o Ministro, e o Presidente aqui, a gente escuta o que a gente quer escutar de todos os Parlamentares. É muito difícil a gente conseguir transmitir o que os senhores já estão sabendo do nosso setor, porque o turismo não é feito só das pessoas que viajam, e, sim, do desenvolvimento econômico, da geração de emprego, de tudo que vem por trás disso. Então, é muito bom ver que os dois já estão convertidos e estão ajudando a gente a converter muitos outros. É muito importante.

Bom, a CLIA é a associação de navios de cruzeiros aqui no Brasil, mas a gente está aqui para falar em nome do turismo. Como foi conversado e discutido aqui...

Quero cumprimentar o Guilherme, nosso guru, uma pessoa que nos ensina e que mostra exemplos, não é Guilherme? Acho que ele vai falar um pouquinho de algumas histórias que ele nos ensinou aqui no Brasil, e a gente não cansa de escutar o que ele já construiu junto com as entidades aqui presentes e os Deputados também que estão nos escutando.

Voltando, a gente trabalha pelo turismo. Não é possível a gente ter agências, eventos e companhias aéreas fora, e hotelaria, aviação regional, bares e restaurantes e parques temáticos dentro. A gente trabalha com todos juntos. No setor, como já foi falado, de 8% do PIB e 8 milhões de empregos, a gente pode crescer muito mais. Antes da pandemia, a gente gerava um emprego a cada dez; agora, Ministro, a gente está gerando um a cada cinco; e ninguém está falando isso. É o setor que mais rápido consegue converter em emprego e renda. A gente atua muito rápido. Na temporada de cruzeiros que encerrou em maio, a gente teve 802 mil cruzeiristas. Tudo bem, tinha aqueles cruzeiristas que estavam da pandemia, que não tinham viajado e que a gente embarcou agora, mas já é um número pré-pandemia melhor do que 2019 e 2020. Então, a gente consegue acelerar rápido, não é?

Mas falando aqui do tema da reforma, agenciamento e companhias aéreas que ficaram de fora, do agenciamento, 85% das vendas dos navios de cruzeiro são através dos agentes de viagens. Olhe a importância deles. Eles sabem oferecer o produto e vender isso em todo o Brasil. A agência de viagem tem o avião, o hotel, o navio, o carro alugado, o seguro, o guia de turismo, a *van*, tudo isso num pacote. Imagine que, do jeito que está a reforma, a agência vai ter que pagar um imposto por tudo e se creditar dos impostos que estão diferenciados na cadeia. Tem hotel que é simples, o hotel simples vai emprestar um imposto do simples para o agente de viagem, e o agente de viagem vai ter que pagar a diferença do jeito que está. Quem faz todo o elo, quem junta a cadeia, quem promove o destino, quem financia, vende em dez vezes e dá crédito eu acho que tem que estar incluído junto de todo o turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No internacional, um navio de cruzeiro. As companhias de cruzeiro no Brasil são agências de turismo. Elas fretam um navio que vem para o Brasil e têm que remeter esse dinheiro. O dinheiro não gera crédito, ou seja, a agência de turismo, do jeito que está, se a alíquota for para 27%, vai ter que pagar 27% sobre todo o pacote. Não tem margem para isso, ou seja, vai pegar o que tem hoje e aumentar 27%.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Não vai se creditar nada.

O SR. MARCO FERRAZ – Isso por si só já declara que a gente precisa de um tratamento específico, o que é o nosso pleito. Nosso pleito é entrar no art. 156-A, em que estão os outros nossos parceiros do turismo, junto com prestadores de turismo, que foi a proposta do Ministro e que está inclusive na sua emenda, para que todos sejam tratados de forma específica, pela margem, por uma alíquota diferenciada que têm outros países, como já foi mencionado aqui. Então, é muito difícil a gente não ficar nesse artigo, porque vai inviabilizar. Imagina, Presidente, uma agência de viagem querendo vender Argentina, e a Argentina tem uma agência que não paga o mesmo imposto que a agência brasileira paga; aí todo mundo fala: "Ah, mas estão privilegiando o turismo internacional?", não, estão privilegiando a agência que gera emprego e gera renda. Se ela não for competitiva, ela vai mandar a gente embora, ela vai fechar as portas. O Guilherme, que tem história nisso, não terá interesse em desenvolver destinos, em fretar aviões, fretar navios, porque ele perdeu a competitividade. A gente precisa olhar para isso. Se não tiver um setor competitivo com todos os envolvidos, a gente fica fora do mercado.

Então, chegando ao fim, o nosso pleito, repetindo, é incluir quem não está incluído: eventos, agências, aviação geral, no art. 156-A ou num tratamento específico para o setor. E já aproveitando e pedindo para o Sr. Presidente de repente uma reunião com o Relator, que a gente não conseguiu; e se V. Exa. avançar com o pleito da CDR, que a gente possa de repente entregar em mãos e explicar um pouquinho para o Relator.

Era isso. Agradeço o meu tempo. Agradeço e dou parabéns pela iniciativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Sr. Marco Ferraz, Presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, passamos a palavra ao Sr. Fabiano Camargo, Presidente da Associação Brasileira. Desculpe. Tenho que saltar aqui a ordem.

Passo a palavra ao Sr. Guilherme Paulus, Conselheiro do Conselho Nacional do Turismo (CNT). Com a palavra V. Exa., pelo prazo de 10 minutos, sendo que esta Presidência será tolerante, se houver necessidade de expansão do prazo.

O SR. GUILHERME PAULUS (Para expor.) – Muito bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer enorme de estar aqui hoje, nessa oportunidade de poder contar um pouquinho da história do turismo brasileiro, porque eu estou há 51 anos no turismo. Há 51 anos, eu fundei a CVC, lá em Santo André, no ABC paulista, porque era fortíssimo o ABC paulista. Lá estavam as grandes montadoras de automóveis e foi quando nós começamos a levar o turismo diretamente à mesa dos trabalhadores, iniciando com o turismo rodoviário, desde passeios de um dia, finais de semana, feriados prolongados, férias, programa para aposentados, e foi esse o crescimento da CVC ao longo desses 51 anos.

Quero saudar o nosso Senador Marcelo Castro. Obrigado pela oportunidade; o Ministro Celso Sabino também, que faz um excelente trabalho, como disse o próprio Marco Ferraz. Já é um professor do turismo... E uma aula do nosso Presidente da Embratur, Marcelo Freixo, que brilhantemente colocou todas as posições, desde o posicionamento em que se encontra hoje o turismo nacional, na receptividade do turismo internacional.

Falando sobre contextualização de números de turistas estrangeiros, que nós recebemos quase 8 milhões de turistas, isso traz geração de empregos, 8% do PIB, 1,1 bilhões de turistas estrangeiros. Até 2023, nós temos atendido uma marca muito grande do crescimento do turismo. Acho que depois que abriram as fronteiras, o Brasil... E pelo próprio trabalho feito pela Embratur, ao longo da divulgação do Brasil no exterior, realmente teve um crescimento.

E há geração de emprego e renda. Quando o turista chega a uma cidade, principalmente quando ele chega ao aeroporto e para tomar um cafezinho ou tomar uma água, ele está gerando imposto, está gerando emprego. E muita gente às vezes não faz essa conscientização. Desde que ele pegue um táxi – ou mesmo que ele pegue um Uber, ou mesmo que ele faça uma viagem programada por uma operadora turística ou por uma agência de viagens –, quando ele chega ao destino turístico, ele tem lá o serviço receptivo, que o recebe no aeroporto com um guia ou motorista, que já mostra os principais pontos de atração turística da cidade e o leva até o hotel. Quando ele chega ao hotel, ele já recebe a chave do apartamento, sobe para o apartamento, desarruma a mala, guarda as suas coisas e já sai para fazer um passeio pela cidade. Ele começa a gerar emprego para aquela população. E às vezes a gente não se conscientiza disto: da importância que tem o turista quando visita uma cidade.

E esse trabalho é feito por quem? Por quem organiza a viagem. O trabalho do agente de viagem é organizar a viagem, dar assistência, cuidar do turista com carinho. E eu aprendi, ao longo desses anos todos, que a atenção ao turista – essa responsabilidade quando você faz uma viagem ao exterior e você encontra no aeroporto uma pessoa com um cartaz com o seu nome, e ali está escrito o nome da agência de viagem – dá uma segurança muito grande para ele. Ele sente confiança. Esse é um trabalho que o agente de viagem faz, e poucos sabem desse trabalho que é feito, da estrutura que se tem.

Eu montei uma fábrica de turismo lá em Santo André. Hoje a CVC tem praticamente 1.050 lojas de viagem, mil agentes de viagem – 1.050 agências. Ela gera, entre a operadora turística e as lojas, hoje, mais de 18 mil empregos. Isso para uma operadora turística; se você somar as outras operadoras que nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Brasil, esse número ultrapassa 50 milhões de pessoas que trabalham com o turismo, entre guias, serviço de receptivo... porque é uma cadeia produtiva toda o turismo. Não é só o agente de viagem; é o agente receptivo, são os guias, são as universidades de turismo, que promovem, ensinam e educam as pessoas para trabalhar com o turismo.

O turismo é uma indústria muito séria. Todo mundo acha que viajar é lazer, é divertimento. Não, isso gera emprego e renda rapidamente. Quando se constrói um hotel, além de gerar serviço para construção civil – tijolo, ferro, cimentos, avaliadores –, há o que você recheia um hotel depois de pronto: carpete, televisão, frigobar, todo esse trabalho. Imagina a luz, quantas lâmpadas há em um hotel.

Eu tive dez hotéis no Brasil, 3 mil apartamentos. Eu tinha uma fábrica de lâmpadas e eu não sabia, de tanta lâmpada que eu comprava.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUILHERME PAULUS – Lâmpadas. Quando você faz um hotel, quantas lâmpadas você usa às vezes no hotel? Cozinha no hotel. Você compra tudo, quer dizer, você alimenta uma indústria muito grande. Isso que eu estou falando é do hotel, tudo bem; um hotel sem agente de viagem, vendendo hotel não só no turismo, mas também atendendo às empresas que precisam de apartamentos nos hotéis. Quando um executivo ou um gerente ou um funcionário vai se hospedar em um hotel, ele depende do quê? Do agente de viagem, da agência de viagem que organiza. Quando os Srs. Senadores e Deputados viajam, a agência de viagem é de onde? Do Congresso Nacional. Tem um monte de agência e tem as companhias aéreas que atendem. Então, a cadeia produtiva do turismo é gigantesca.

Então a cadeia produtiva do turismo é gigantesca. E nós não podemos – nós, agentes de viagem – hoje ser penalizados por isso, porque os impostos nos outros países são bem diferentes do que está sendo proposto, de como está sendo penalizado o turismo: no Reino Unido é zero; na Europa gira em torno de 8%, 9%, não mais do que isso. Então a gente tem que estar muito atento para que a gente não destrua uma indústria tão forte, e que pode ser tão forte quanto o agronegócio. O agronegócio, por que vai para frente? Porque tem organização, não é penalizado, tem os impostos; a construção civil tem impostos bem menores do que o turismo.

Nós conseguimos aprovar no Congresso Nacional a Lei Geral do Turismo, foi no início do Presidente Lula, quando se criou o Ministério do Turismo. Nós conseguimos em oito meses – não é, Marco? – aprovar a Lei Geral do Turismo, que está pendente com mais de 110 emendas, e está parado aqui no Senado. É mais uma coisa que a gente tem que caminhar urgentemente, porque a Lei Geral do Turismo determina várias coisas para a cadeia produtiva: a geração de emprego e de renda está voltada ao turismo. E tem que caminhar rápido.

O nosso Relator da lei. Muito obrigado, Senador, pela ajuda na Lei Geral do Turismo. Vai sair. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... agora sai sim.

O SR. GUILHERME PAULUS – Então tudo isso é muito importante para a nossa atividade turística. Eu conto com a colaboração dos Srs. Senadores, o encontro com o nosso Relator, da importância que a gente tem, porque muita gente não sabe... porque viajar é assim, não é? E olha, o Brasil é o único país do mundo em que nós pagamos um salário-férias. Quando a pessoa tira férias, a gente paga um salário a mais, para que a pessoa viaje. Não é para comprar celular novo, pintar casa, trocar de carro, é para viajar, é para gerar emprego e renda. E isso já entrou no gosto do brasileiro.

Antigamente as pessoas compravam viagens de última hora, hoje não, as pessoas se programam, porque elas têm férias anuais. E tem muitas empresas que liberam 10 dias, 15 dias, para o funcionário poder tirar férias. Tira-se em duas etapas, porque ele tem a oportunidade de viajar com a família. Isso é muito importante, e assim o turismo é feito. Hoje nós temos vários hotéis, *resorts* no país que movimentam todo esse clima de férias. Tem os hotéis boutique, nós temos hotéis na Amazônia, no Pantanal, é uma coisa maravilhosa. O Brasil é um país fantástico para o turismo, não tem igual no mundo.

Olha, eu conheço vários países no mundo, a gente aprende muita coisa viajando, é trocar roupa de alma, trocar nossa roupinha, revitalizar. Quando você viaja, você ganha conhecimentos. Muita gente conhece a história do Brasil. Porto Seguro, nós fizemos o destino Porto Seguro, quando nós começamos a operar Porto Seguro, imagina que nós íamos até Ilhéus, porque o aeroporto em Porto Seguro não comportava aviões grandes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME PAULUS – E a gente descia de Ilhéus para Porto Seguro de ônibus. E hoje não, hoje tem aeroporto em Porto Seguro. Você vê, se contou a história, o turismo é educacional, o turismo é cultura. Isso que a gente tem que desenvolver. A Serra Gaúcha, hoje com o enoturismo, você tem o Pantanal, que é maravilhoso, você tem a Amazônia, tem o Nordeste, que simplesmente não tem praias no mundo como nós temos.

Olha, se você pegar do Rio Grande do Sul... tudo bem que há água um pouquinho gelada lá, não é, Torres e tal, a água é fria, mas, se você for para Santa Catarina, o Argentino invade Santa Catarina. Por quê? Porque eles não têm praia como nós temos. Subindo um pouquinho, você tem o Paraná, tem a Ilha do Mel, onde os navios estão parando agora – foi uma conquista da Clia parar os navios lá, porque antigamente não podia parar. Uma coisa que tem que voltar é operar de novo com os navios na ilha de Fernando de Noronha. Tudo bem, existem alguns probleminhas de meio ambiente, etc., etc., mas o turista que vai para lá não vai depredar. Acho que o navio pode ficar parado ali dois, três dias e descerem 700 pessoas, 800 pessoas, até mil pessoas, mas com controle. Não podemos deixar que as pessoas não conheçam esse paraíso que nós temos, não podemos proibir que as pessoas visitem a ilha de Fernando de Noronha. Então, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem o Brasil aí fantástico, você tem o Maranhão, os Lençóis Maranhenses, que é uma coisa que não existe. Tem algum lugar como o Maranhão? Tem um lugar como Belém, Ilha de Marajó, Alter do Chão? Tem? Não tem, gente! Então, a gente não pode penalizar o turismo. É isso que eu mais peço para os senhores.

Sou um profissional da área, atuo há 51 anos no turismo. Eu e o meu filho voltamos, agora, à CVC de novo, somos acionistas de novo. Para vocês terem uma ideia, nós conseguimos captar R$560 milhões só com a volta da família Paulus para a operadora CVC. E ela vai continuar crescendo mais ainda. A CVC tem uma meta já para 2024, Ministro, de abrirmos mais 400 lojas. Então, nós vamos para quase 1,5 mil lojas de turismo. Se a gente for penalizado por isso, lamentavelmente acho que nós vamos perder todo esse trabalho. Não só nós, mas tem várias empresas de turismo crescendo no país, não é? Temos uma empresa nova em Minas Gerais, nova não, já tem alguns anos, que está investindo, que adquiriu outras empresas, que está crescendo. Temos outras empresas até internacionais chegando ao Brasil. Por que estão chegando? É o interesse, não é? E a CVC também está com um plano de crescimento. Nós temos hoje três empresas na Argentina e vamos abrir mais duas no México, na Colômbia e no Peru, isso até 2028. Nós temos um planejamento de crescimento com o turismo, inegavelmente. Graças a Deus, o meu filho está lá, tem conhecimento, que eu acredito que seja uma das pessoas que mais entende de turismo neste país, porque ele nasceu dentro da CVC, trabalhou como *trainee*, trabalhou no setor de operações, teve uma agência de publicidade, trabalhou com a publicidade. Quando eu comprei a Webjet, ele trabalhou na Webjet, foi Diretor da Webjet até vendemos para a Gol. Montamos uma rede de hotéis, ele trabalhou na rede de hotéis, vendemos o ano passado. Hoje só estamos com um hotel lá em Gramado, que é o Castelo Saint Andrews, mas temos planos de crescimento de hotéis também fora do país, para continuar também gerando emprego e renda e para que os brasileiros possam também viajar mais pelo mundo, essa é a grande vantagem.

Muito obrigado e estamos à disposição dos senhores para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós que agradecemos a contribuição, com toda a experiência do Sr. Guilherme Paulus.

O nosso Ministro Celso Sabino, desde o início que chegou aqui, disse que tinha um compromisso às 11h30 e anunciou que precisaria sair.

Eu passo, então, a palavra a V. Exa., Ministro, para que V. Exa. possa fazer a sua justificativa e se despedir dos presentes.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Quero agradecer mais uma vez pela oportunidade e saudar aqui os nossos Senadores do nosso querido e amado Estado do Pará, o Senador Zequinha Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – E Alter do Chão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO SABINO – Não, ele é do sul do Pará, mas é o Senador do estado inteiro, foi votado em todas as regiões. E ele, assim como eu, Senador Marcelo, nós começamos uma reunião anunciando logo que nós somos do Pará, sabe? (*Risos.*)

Para não ofuscar os outros atrativos, a beleza dos outros atrativos turísticos do Brasil, ninguém achar que nós somos convencidos, não é, Senador?

Ninguém ia achar que nós somos convencidos, não é, Senador? Mas quero também saudar aqui o nosso querido Senador Flávio Bolsonaro, Relator da Lei Geral do Turismo, e, por justiça, falar aqui da sua disposição e da sua determinação em construir um texto que atenda o *trade*, que atenda o país e que possa favorecer todo o povo brasileiro na construção desse novo cenário para o turismo. Nós já tivemos algumas reuniões, e o Senador foi muito solícito na construção desse texto, em parceria com o *trade*, em parceria com os técnicos da área do turismo. Eu quero aqui fazer referência ao trabalho do Senador e à perspectiva de que nós tenhamos ainda este ano uma Lei Geral do Turismo aprovada no Senado, aprovada na Câmara e sancionada pelo Presidente da República. E os esforços que o Senado tem feito na apresentação desse texto vão significar um novo momento, um novo ambiente para o país.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ministro, o senhor me permite um aparte, por favor?

O SR. CELSO SABINO – Pois não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para apartear.) – Agradeço, obviamente, as palavras de V. Exa. Eu me comprometo, inclusive uma promessa que eu fiz à minha assessoria, Ministro... A minha assessora está grávida. De quantos meses, Kariza? (*Pausa.*)

Quatro meses. A gente tem que aprovar isso antes de a menininha nascer. Eu queria pedir aqui o apoio de todos.

O SR. CELSO SABINO – E eu quero desafiá-lo, Senador, a deixar essa lei sancionada até o dia.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Melhor ainda esse desafio.

Então, você segura ele aí, tá, Kariza? Ela, não é?

E só para falar o seguinte, eu quero aproveitar, Presidente, que eu estou em contato direto com a assessoria do Ministro. Eu acho que o relatório, que já era para ter sido apresentado, inclusive, mas faltam alguns detalhes, essa semana ainda vai estar à disposição dos Senadores, a nova redação. E já trago a público alguns importantes entendimentos, um deles, por sugestão do próprio Ministro Celso, em que nós vamos prever no texto do relatório, Senador Marcelo Castro, a possibilidade de grandes incentivos aos voos na região da Amazônia Legal, uma região que é maravilhosa, tem muito a ser explorado, e é uma forma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós vamos encontrar de estimular que as companhias aéreas façam esse tipo de pacote mais acessível, por sugestão do Ministro, que eu achei muito importante e oportuna.

E a segunda, que eu acho importante trazer também, o que sempre travou a Lei Geral do Turismo, Sr. Guilherme, foi a questão do Ecad, que não tem que estar na Lei Geral do Turismo. A legislação que trata disso é uma legislação específica. Então, vamos discutir essa questão quando houver a discussão sobre os direitos autorais, se tem, se não tem, onde faz, se é dentro do quarto, fora do quarto, se é em ambiente comum, não é comum. Então, isso sempre foi um grande entrave e também, em conversa com o Ministro Celso, o que nós decidimos é que vamos tirar esse tema desse relatório da Lei Geral do Turismo para que isso possa andar com mais facilidade e ser tratado em legislação específica. (*Palmas.*)

O SR. CELSO SABINO – Obrigado, Senador.

Só aqui, antes de eu agradecer, eu queria deixar combinado com a V. Exa. uma reunião, um diálogo com o Deputado Paulo Azi, que é o Relator na Câmara, para que a gente possa sair daqui com esse texto bem construído e esse projeto aprovado no Senado e, logo, na Câmara, também envolvendo os dois Presidentes, o Senador Rodrigo Pacheco e o Deputado Arthur Lira.

Mas, olha, muito obrigado, Senador. Mais uma vez peço desculpas, nós vamos agora assinar um termo importante com as companhias aéreas, já mencionei há pouco. E peço desculpas também, pois o Presidente Marcelo Freixo vai precisar ir junto comigo, já que ele vai participar lá do evento. Então, eu queria até que o senhor pudesse também conceder aqui um momento para que o Presidente pudesse fazer a sua manifestação final e nós possamos partir.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em seguida.

O Senador Zequinha Marinho pediu a palavra, e, depois, nós a passaremos para o Marcelo Freixo.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar.) – Muito obrigado.

Eu só queria aproveitar, enquanto o Ministro Celso Sabino está conosco, para dizer que ele é nosso conterrâneo.

O Ministério do Turismo representa para a gente um potencial muito grande, assim como representa para o Brasil e, com certeza, está em boas mãos. Tem berço, tem história, tem formação acadêmica, e eu quero aqui homenageá-lo e parabenizá-lo pelo espaço que ocupa, na certeza de que, juntamente aqui com o nosso Flávio Bolsonaro, a gente encontre uma saída para o Pará e para o Brasil, ou para o Brasil e para o Pará. A gente tem um potencial muito grande, não tem igual no mundo – não é, Guilherme? –, mas ainda temos um número pequeno de visitantes. A gente precisa destravar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema do debate, quando aprovamos o requerimento do Presidente sobre esta sessão, era: de que forma a gente libera para que o Brasil avance e a participação do PIB seja bem mais alta?

Parabéns, meu Ministro. Logo, logo estarei chegando por lá.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Pará do Senador Zequinha Marinho e do Ministro Celso Sabino tem a praia do Mosqueiro, que é uma praia fantástica, belíssima! Se o turista, Senador Flávio, não for avisado que a água é doce, ele pensa que está em uma praia...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – E Alter do Chão? Não é bom nem falar, não é bom nem falar...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E Alter do Chão.

E tem uma culinária especialíssima o Pará, famosíssimo pela sua culinária. De toda a culinária do Pará, eu recomendo a caldeirada de filhote, que é inigualável, viu? Estou certo ou estou errado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, eu vou passar a palavra, então, ao nosso Presidente da Embratur, o nobre Deputado Marcelo Freixo.

O SR. GUILHERME PAULUS – Senador Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. GUILHERME PAULUS (Para expor.) – Complementando, Senador, nós tivemos a reunião da Academia Brasileira de Eventos e Turismo, em Belém, em que todos os acadêmicos estiveram presentes. Até o Adenauer, que foi Secretário de Turismo na época, estava presente também. Então, está de parabéns!

Belém mora no nosso coração também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, o nobre Marcelo Freixo.

O SR. MARCELO FREIXO (Para expor.) – Só quero agradecer e pedir desculpas, porque a gente tem realmente esse evento no mesmo horário e é importante, porque é junto às companhias aéreas, que é tema aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para reforçar, Senador Marcelo, que bares e restaurantes são fundamentais – nós que somos do Rio de Janeiro sabemos quantos empregos geram – para o turista, para, enfim. Mas bares e restaurantes são setores decisivos e foram atendidos na reforma tributária da Câmara.

A rede hoteleira também é decisiva, assim como parques.

O meu questionamento, fazendo referência à minha fala anterior, é como esse turista vai chegar ao bar, ao restaurante, ao hotel ou ao parque? Quem vai divulgar e quem vai fazer com que esse turista internacional possa chegar a esse bar, a esse bar e a esse hotel? E como a gente, Guilherme... E não há evento que esse bar, que esse restaurante. Os hotéis do Rio de Janeiro não atendem a uma lógica de eventos anuais? Então, como você compartilha o setor do turismo dizendo que a reforma tributária entenderá a estratégia de um setor, mas não do outro, sendo que um não funciona sem o outro? Não faz sentido a divisão desse setor na reforma tributária num momento de tamanha recuperação do turismo, pós-pandemia, geração de emprego, geração de renda. Acabei de dar o número do Banco Central: agosto foi o melhor resultado dos últimos 25 anos! Isso tem a ver com uma conjuntura mundial. O que nós não podemos fazer é atrapalhar um fluxo que esse país pode... E aí não é país A, B ou C, todo mundo ganha, é geração de emprego e renda. É evidente que depois da COP 30 – e eu falei isso aqui, Senador – toda a Região Amazônica vai ganhar muito com isso. Qual é o grande legado que nós podemos ter da COP 30? É o aumento do fluxo de turismo para a região da Amazônia. Como que isso vai acontecer? Com a maior possibilidade de conexão – já dito aqui pelo Senador Flávio –, a maior possibilidade de agências que possam promover.

A gente sempre fala isto: na Embratur a gente vai divulgar a Amazônia. Não há quem não se encante. Então, eu vou a uma feira internacional, junto com o Celso – sexta-feira participaremos de uma agenda internacional –, e vamos divulgar a Amazônia. "Conheçam a Amazônia!". Aí o turista internacional olha aquilo e fala: "Está bom, eu quero conhecer". Como é que ele faz? "Eu quero ir". Como é que ele faz? Ele vai precisar de uma agência, ele vai pensar em algum evento a que ele possa ir e ele vai precisar de voo. Ele não vai chegar só pelo seu desejo, ele vai chegar se tiver uma engrenagem de uma política pública de turismo que o faça chegar, não é?

Enfim, então o apelo é que eu acho que, quando o Marco fala do desejo de se reunir com o Relator, é muito justo que o Relator receba esse setor e possa conversar. Acho que é uma pauta, um pleito muito justo.

Saúdo o Guilherme pelo tempo de vida e de dedicação ao turismo que ele tem, com sua família, um setor tão importante.

Agradeço a todas e todos.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, sendo assim, estão liberadas V. Exas.

O SR. MARCELO FREIXO (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Prazer. (*Pausa.*)

E nós convidamos para compor a mesa o Presidente da Braztoa, Sr. Fabiano Camargo, e o Diretor-Executivo da Abracorp, Sr. Humberto Machado. (*Pausa.*)

Então, eu vou passar a palavra ao próximo convidado, que é o Sr. Fabiano Camargo, Presidente da Associação Brasileira das Operadores de Turismo, Braztoa.

Com a palavra V. Sa., Sr. Fabiano.

O SR. FABIANO CAMARGO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Marcelo.

Gostaria de agradecer a oportunidade de nós do turismo estarmos aqui apresentando o nosso pleito e agradecer também as emendas apresentadas não só pelo senhor, mas pelos demais Senadores que já estão sensibilizados um pouco pela nossa causa.

Como o Presidente Freixo informou da recuperação do turismo, eu acho muito importante ser colocado que os nossos números de 2022 foram números recordes em número de passageiros – como associação. E números recordes, inclusive, para o nosso mercado doméstico. Infelizmente, como bem ressaltado, nós ainda tivemos muitas cartas de crédito e não recuperamos o faturamento pré-pandêmico, mas nós já recuperamos o número de passageiros. Isso mostra o quanto o mercado está ávido por viajar e por descobrir o Brasil, que, aliás, foi redescoberto durante a pandemia em todos os níveis de hotelaria, desde os mais simples até os *resorts* mais luxuosos. Teve um crescimento muito importante para todos os operadores.

Tendo colocado isso, é importante ressaltar agora, no agenciamento, que nós, que somos o elo, como bem colocado, entre os fornecedores, os hoteleiros e tudo o mais, não fomos contemplados. E o que isso ensejará, na verdade, no futuro? Como nós fazemos a promoção, como nós fazemos o financiamento, muitas vezes. Acredito que a CVC acredito que foi uma das primeiras, com o Paulus, a fazer esse pagamento em parcelas, e isso vai fazer o quê? Vai fazer com que o viajante brasileiro, o consumidor que precisa do parcelamento – estamos falando da classe média e classe média mais baixa – pague 25% a mais, porque, se nós fecharmos com hotel do Simples ou com os guias locais que não têm nenhum crédito a nos conceder, isso ensejará um aumento no custo da viagem de 25%, que será repassado ao consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, todos os esforços colocados na Câmara para que os outros membros da cadeia fossem contemplados na reforma não vão surtir os efeitos desejados também, porque nós teremos que fazer e repassar esses impostos.

Nós temos ainda a questão – principalmente quando nós falamos na operação e o agenciamento – da competição com *players* internacionais. Hoje, no mundo globalizado, Senador, nós temos uma questão muito importante: ele pode comprar um *website*, baseado em qualquer lugar do mundo, um hotel no Brasil, não gerando empregos no Brasil e não gerando nenhum tributo nacional.

Então, se nós, do agenciamento, não tivermos uma competitividade para irmos e para sermos justos, em pés de igualdade com *players* do mundo todo, nós vamos perder. Inclusive, com toda a necessidade que nós temos de receber turistas internacionais, eles podem acabar pulando o operador nacional, porque ele vai comprar de um operador lá de fora, que não paga os 25% a mais de imposto no Brasil. Então, ele compra diretamente do hotel aqui, diretamente com os fornecedores de Simples, que não têm a carga tributária elevada que nós, atualmente, no atual projeto, temos, e vão tirar o emprego de uma grande cadeia nacional.

Então, o que nós estamos pedindo não é que nós sejamos beneficiados, até porque, mesmo com redução, nossos impostos serão elevados. Então, nós não estamos pedindo uma redução de impostos para as nossas empresas; nós estamos pedindo para sermos contemplados para podermos trabalhar em pé de igualdade com os mercados internacionais.

Aí eu gostaria até de levantar o que foi muito bem falado pelo Ministro Sabino, quando nós falamos sobre a reforma, sobre a renda. Este ano foi aprovada, inclusive por essa casa, a redução do Imposto de Renda retido na fonte, que nós temos que pagar para todas as transações internacionais. Ou seja, em qualquer venda para países que não têm acordo de tributação, nós somos obrigados a recolher o imposto aqui, no Brasil, das empresas locais. Ou seja, nós pagaríamos 25% de imposto, que, na verdade, vira 33,3%.

Então, isso é um outro passo na reforma que nós temos que pensar para ser ajustado para que nós não sejamos não competitivos para exportação de serviços também, porque, como bem colocado, o brasileiro vai viajar internacionalmente, mas nós podemos gerar empregos no Brasil quando essa pessoa viaja, e não perdemos esses empregos das empresas nacionais que fazem essa venda.

É um pouco disso que eu só queria colocar e pedir que nós sejamos incluídos no 56-A, que realmente é importante que seja pela lucratividade e também numa alíquota reduzida, para que tenhamos uma competitividade, não só no cenário nacional, mas como no cenário internacional, para trazer turistas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição de V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a contribuição de V. Sa., passo a palavra ao Sr. Humberto Machado, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (Abracorp).

Com a palavra V. Sa.

O SR. HUMBERTO MACHADO (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos.

Eu gostaria de saudar o Presidente Marcelo Castro, todos os componentes da mesa, pares...

Sou da Abracorp, responsável pela Abracorp (Associação Brasileiras das Agências de Viagens Corporativas).

Hoje, a Abracorp representa um terço de toda viagem corporativa do Brasil. Nós vamos fechar o ano de 2023 com quase ultrapassando 15 bilhões de faturamento.

Nós empregamos milhares de pessoas, direta e indiretamente.

Quando nós olhamos a agência de viagem, se a gente for perguntar para as pessoas que não têm a compreensão do que é uma agência, superficialmente elas podem pensar e falar qual é a missão e o propósito de uma agência. A pessoa pode falar que é vender passagem, vender pacote. Vamos para um profundo disso?

Quando uma agência de viagem vende um pacote ou ela realiza um evento corporativo neste Brasil, ela não está atendendo somente ao viajante, mas ao seu público final. Quem é o público final? É aquele guia de turismo, lá na Praia da Pipa, a quem somente essa categoria de turismo pode atender; aquele pai de família que só tem essa renda para poder ajudar e ter dignidade para levar para sua casa.

Só o turismo consegue fazer isso. Não é o óleo e gás, não é a agricultura. Ele só tem o turismo para poder ter o sustento para a sua família. E, quando nós fazemos esse pleito de que o agenciamento não seja impactado por essa reforma, é para que esse pai de família não seja impactado; é para que essas pessoas mais necessitadas, a quem só o turismo pode atender, não sejam impactadas.

Nós precisamos realmente de ajuda, e somente esta Casa... E eu gostaria de agradecer não só ao Presidente, mas as falas aqui do Ministro do Turismo, Celso, e do Presidente da Embratur me enchem de alegria e de esperança, ao ouvir de suas bocas o que nós estamos falando aqui, porque eles estão falando aquilo que nós sempre desejamos ouvir.

Muito obrigado por essa oportunidade, e desejamos que realmente não fique no papel e que, nessa reforma, seja incluído realmente o pleito para que milhares de pessoas – ou milhões de pessoas – que têm emprego através desse turismo não sejam impactadas negativamente.

Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição de V. Sa., vamos aos próximos convidados.

Passo a palavra agora ao Sr. Rodrigo Dias, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav).

Com a palavra V. Sa.

O SR. RODRIGO DIAS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite feito à Abav pelo Senador Marcelo Castro, na pessoa de quem também cumprimento os demais Parlamentares que estão nos assistindo e os demais colegas e membros desta Comissão.

Bom, eu fiz uma apresentação breve, mas, antes de iniciá-la, eu gostaria de também reconhecer o trabalho que vem sendo realizado por esta Casa, por este Senado.

O debate público é fundamental para que a gente tenha uma reforma tributária justa, eficiente e competitiva, como tudo que já foi ouvido até este momento. E, com isso, também quero reconhecer o trabalho feito – que vem sendo feito – pelo Ministro Sabino, pelo Presidente Marcelo Freixo também e o trabalho realizado na Câmara, na pessoa do Deputado Aguinaldo Ribeiro e de toda a equipe do Secretário Especial Appy, a quem também a gente precisa reconhecer o trabalho e o debate que vem sendo feito, que nos trouxe até este momento. E acho que são ajustes pequenos que nós devemos fazer, para que a gente possa ter uma reforma eficiente e eficaz para todo o Brasil.

Bom, para onde eu aponto aqui? Para cá? Para este lado? Foi? (*Pausa.*)

Bom, a Abav, como dito, está fazendo 50 anos neste ano – nós temos um evento no Rio de Janeiro – e representa cerca de 80% do total de vendas. Por que isso é importante para este debate que nós estamos tendo aqui? Mostrar que esta engrenagem que está sendo colocada, que esse elo entre viajante e todo o setor de turismo é feito pelas agências de turismo. Sem as agências de turismo, nós não temos a ligação, esse elo entre viajantes e toda a atividade turística.

Na minha fala – como eu estava dizendo, eu acho que vou tentar ser bastante objetivo –, eu quero responder duas perguntas aos senhores aqui, a V. Exas. Primeiro, por que os regimes específicos precisam existir na PEC? Senador Marcelo, essa é uma pergunta fundamental. Sabe por quê? Porque, diferentemente de outros países, nós estamos trazendo para o nível constitucional regras tributárias que desenham todo o arcabouço jurídico do IVA que nós estamos criando aqui no país. E é disso que nós estamos falando. Não teremos outro momento para discutir regimes específicos senão agora, na votação da PEC 45, salvo se futuramente tivermos que voltar aqui para discutir uma nova emenda à Constituição para endereçar temas relacionados a regimes específicos. E aqui já faço uma ressalva importante: não se trata aqui, especialmente em relação ao setor do turismo, de qualquer tipo de pedido de benefício, de incentivo ou de favorecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos tratando aqui é a criação de regras que enderecem de forma adequada o tratamento tributário do setor turístico, como acontece em todos os países, e nós vamos ver isso. O segundo ponto é por que a atividade do turismo demanda um regime específico.

E volto a dizer: como nós optamos por trazer para o texto constitucional da PEC 45 regras que estão desenhando e limitando a forma como o IVA vai operar dentro do nosso país – e isso está colocado no art. 156-A, §1º, inciso X, quando ele, de forma bastante resumida, determina que não será objeto de concessão nenhum tipo de regime específico, excetuadas as hipóteses que constem da Constituição Federal –, não há como endereçar especificidades que nós vimos aqui, até este momento, relacionadas ao setor do turismo, se isso não for trazido no âmbito da PEC 45, ou seja, no âmbito do texto constitucional. E por que tudo isso é importante? Não é só em relação a compararmos ou identificarmos aspectos relacionados à nossa atividade dentro do nosso país. Precisamos lembrar que o turismo compete de forma internacional. Nós vamos competir com a forma de tributação aplicada ao turismo em outros países.

E aqui peço vênia para trazer alguns dados relacionados a alíquotas aplicadas no mundo. Nossos vizinhos: Chile, 0% em eventos; Equador, 8%; Peru, 10% para o turismo; e Uruguai, 10% – isso sem prejuízo da alíquota padrão do IVA geral deles, que é uma alíquota maior.

Vejam vocês aqui, se a gente não endereçar de forma adequada o tratamento tributário do turismo na nossa Constituição, o que vai acontecer? O nosso turismo não terá a possibilidade de competir internacionalmente em relação à aplicação de um IVA menor em outros países.

A mesma coisa acontece na Europa. O Dr. Guilherme trouxe aqui uma média de cerca de 8% a 10% aplicada para as alíquotas relacionadas ao turismo. Então, isso não é algo colocado num sistema de favorecimento ao turismo. Olhe o que diz a Diretiva Europeia 112, ao analisar e estudar os regimes de turismo, os regimes relacionados aos fornecedores turísticos, em especial as agências de turismo. Houve ali, pela Diretiva Europeia 112, lá em 2016. Em 2006, perdão pelo equívoco. Em 2006, houve ali a determinação da aplicação de um regime especial relacionado ao que eles chamam de margem líquida. O que é essa questão da margem líquida? Ela tributa especificamente aquilo que o Fabiano trouxe aqui para a gente, aquele valor relacionado apenas às agências. E isso só é possível e só será possível se tivermos um regime específico aplicado às nossas atividades.

Vejam, a Câmara dos Deputados reconheceu a necessidade do regime específico e trouxe, como foi colocado aqui pelo Ministro Sabino, que atividades como hotelaria, parques, bares, restaurantes e aviação regional merecem ter um tratamento específico. Volto a dizer: não se trata de benefício e sim de um regime específico. Isso foi contemplado pelo texto aprovado na Câmara, mas faltou um elo, faltou a engrenagem. Quando o viajante vai procurar um destino, vai fechar um avião para poder ir para um hotel, para um parque, ele precisa desse elo. Elo, vejam os senhores e V. Exas. aqui, que não se trata apenas de uma intermediação, mas sim de aconselhamento. O papel da agência de turismo, e aqui incluo tanto as agências de viagens como os operadores turísticos, é de fundamental importância para o viajante, em termos de aconselhamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em termos de dar a segurança que o Dr. Guilherme trouxe aqui, para que a viagem possa ser feita de maneira correta: para qual destino ir? Onde minha família deve procurar? O que eu estou procurando é o correto? Esse hotel é bom? Esse hotel vai atender as minhas necessidades? Esse é o papel fundamental das agências de turismo, e, no texto aprovado, nós não temos esta previsão.

E aí eu queria aqui aproveitar o meu tempo final para fazer um comparativo de como nós funcionamos hoje e o que pode acontecer se não tivermos um regime específico. Como colocado, hoje, se um viajante paga num pacote um valor de mil – e eu não vou aqui dizer reais ou dólares, porque isso tanto faz –, ele vai fazer esse pagamento à agência de turismo, que repassará cerca de 950 desse dinheiro que foi pago pelo viajante para aviação, hotéis, parques, e parte também relacionada ao setor financeiro, de modo que a receita por ela tributada, a receita própria dessa agência é de R$50. Pois bem, imaginem o que pode acontecer se não tivermos um tratamento específico e adequado para as agências de turismo, caso mantenhamos esse exemplo trazido.

Já foi dito aqui que teremos restrições de crédito, seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO DIAS – Peço mais dois minutos aqui para o encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fique à vontade para usar o tempo necessário.

O SR. RODRIGO DIAS – Muito obrigado, Senador.

Nós teremos restrições de crédito relacionadas não só às situações em que a agência repassará valores para empresas lá de fora, internacionais, de modo que não haverá IVA a ser aproveitado nessas situações, nesses pacotes, mas mesmo internamente, na medida em que se eu tiver uma situação de um tratamento específico para empresas aéreas, para hotéis e parques, o crédito a ser repassado será menor para as agências, trazendo uma anulação desse efeito, ao repassar esse valor para os viajantes. Então, ao invés de a gente pagar sobre o IVA, sobre o valor da receita da agência, nós teremos um IVA sobre o valor de nenhum dinheiro, nessa situação.

É evidente que a agência não terá condição de arcar com esse custo do IVA, considerando um IVA de 25%, porque a receita dela seria de 50, nesse exemplo, e, portanto, ela vai repassar esse custo ao viajante. E a pergunta que fica: o viajante pagará esses 1.250 para a agência estabelecida no Brasil? Não. Não fará isso. Ele vai deixar de contratar essa agência brasileira. Para fazer o quê? Para contratar uma agência lá de fora, para contratar uma agência dos nossos países vizinhos, para realizar a sua operação, eventualmente, mesmo que dentro do nosso país, contratando uma agência que tenha uma tributação menor a um percentual de IVA de cerca de 10%. E, portanto, trazendo aí um elemento relacionado à concorrência, para as nossas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agências, insuperável, porque nós não temos condição; a não ser se nos estabelecermos fora do país, para conseguir atender essa demanda dos nossos viajantes.

Com isso, prezados Senadores, eu trago também outros temas que podem gerar reflexos, se não tivermos aqui o endereçamento de um tratamento específico, o primeiro deles relacionado ao Simples Nacional. Quando a gente diz: "Ah, mas a agência de turismo está no Simples Nacional, ela não será afetada". Isso não é verdade, porque dentro da estrutura da cadeia produtiva do turismo, muitas vezes essa agência que está no Simples e atende a pessoa física, também atende e atenderá pessoas jurídicas relacionadas na cadeia: uma outra agência ou uma empresa que está realizando algum tipo de atividade turística, ainda que corporativa. Aí esta empresa, esta agência de turismo vai ter que tomar uma decisão: ou eu saio do Simples para poder repassar crédito integral na cadeia, ou eu fico no Simples para poder conseguir atender as minhas pessoas físicas a um preço equilibrado.

Outro tema que é fundamental também, e caro ao nosso setor, é a questão das indenizações. Hoje as agências de turismo são chamadas a comparecer em situações em que por qualquer defeito do serviço prestado pelo turismo, seja ele do hotel, seja ele da empresa aérea, elas são chamadas a responder, a indenizar, por conta da nossa legislação consumerista. E as nossas agências pagam essas indenizações e não terão direito de crédito caso não tenhamos um tratamento específico.

Por fim, colocado aqui até pelo Presidente Marcelo Freixo, há a questão da neutralidade. Se nós tivermos outras atividades que serão contempladas em um regime específico e se o elo da cadeia, a engrenagem, a mola propulsora que leva o turismo, que pensa o turismo para todo o setor, não estiver colocada dentro desse regime específico, haverá a possibilidade de termos ou informalidade ou uma verticalização da cadeia, incentivando que outras operações tragam para dentro a operação do agenciamento, perdendo aquela característica, que nós colocamos inicialmente, do agenciamento, no sentido de que a agência de turismo opera em favor ou pensando no interesse maior do viajante.

Para o encerramento, Senador Marcelo Castro, o senhor pediu que nós apresentássemos e terminássemos a reunião aqui com uma solução ou um encaminhamento de texto. Temos aqui diversas emendas já apresentadas que a gente coloca. E me parece que ontem, no final do dia, o Senador Otto Alencar também apresentou uma emenda nesse sentido, que acabou não aparecendo aqui na minha apresentação. Mas o que nós estamos pedindo é o apoio para essas emendas, por uma finalidade única: para que a gente consiga colocar, como foi dito pelo Ministro Sabino, toda a atividade do turismo – e aqui entrando a questão das agências de turismo, viagens e operadores turísticos – para dentro do regime específico. Volto a dizer: não se trata de benefício, e sim de tratamento adequado.

E, finalizando, Senador Marcelo, se o agro é *pop*, nós temos que fazer o turismo ser PIB. Queremos isso para todo o Brasil.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, Sr. Rodrigo Dias, da Associação Brasileira de Agências de Viagens.

Acho que foi muito esclarecedora a apresentação de V. Sa., porque, em verdade, como está no texto, a gente chega à conclusão de que a gente vai perder competitividade com agências internacionais, porque hoje, com a internet, a pessoa pode comprar um pacote numa agência brasileira ou numa agência estrangeira para fazer a mesma viagem. E é claro que, se não tiver esse crédito... numa cadeia, tiver um Simples pelo meio, não tem como devolver o crédito. Eu acho que nós temos bons argumentos para levar ao nobre Relator Eduardo Braga.

Eu passo a palavra ao Sr. Luciano Guimarães, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Consolidadores de Passagens Aéreas e Serviços de Viagens (Air Tkt).

Com a palavra, V. Sa.

O SR. LUCIANO GUIMARÃES (Para expor.) – Bom dia, Presidente, Senador Marcelo Castro. Obrigado pela oportunidade.

É difícil falar aqui depois do Rodrigo Dias, porque ele já deu uma aula completa – poderia ter vindo sozinho, a gente viria só complementar. Depois de escutar o Rodrigo falando, o Ministro do Turismo também, com uma fala bastante importante, acho que já está muito bem esclarecido o que a gente precisa colocar aqui.

Eu queria só fazer um complemento. A Air Tkt é uma Associação de Consolidadores. Ninguém sabe o que é o consolidador nesse setor de turismo, então só vou complementar e dar uma pequena explanação sobre as agências de viagens.

O consolidador é um distribuidor de serviço, tecnologia e crédito para agência de viagens. Então, ele é uma grande agência que se tornou um distribuidor. Os consolidadores hoje – só os consolidadores associados da Air Tkt – atendem cerca de 13 mil agências de viagens por todo o Brasil.

Eu acho que vale esclarecer, que é um complemento aqui, muitas são associadas à Abav. Nós somos como agências – empresa da qual sou executivo –, todas são associadas à Abav, muitas são Braztoa, Abracorp, mas é uma pequena associação de poucos associados, mas com muita gente que depende dela, que são os agentes de viagens.

Desses agentes, nem todos são uma CVC, que é uma grande companhia; uma BeFly; Flytour, que é a companhia da qual sou executivo; uma Decolar, que a gente vê muito na mídia, mas você tem 13 mil pequenos agentes de viagens, dependentes, dependentes de muitos serviços. Muita tecnologia que eles não podem prover por eles mesmos, não podem adquirir, a gente provê para eles. E essas pessoas são pequenas agências com dois, três, quatro, cinco colaboradores, muitas vezes uma família tocando, nem todas elas são simples, então elas serão realmente prejudicadas se não houver equilíbrio nessa lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu gostaria só de acrescentar realmente ao que o Rodrigo disse é: nós precisamos entender que existem centenas ou milhares, no nosso caso, de pequenos empresários que são agentes de viagens, além do guia de turismo, além da hotelaria, além do *transfer*, do ônibus, da companhia aérea, de todos esses. São muitas famílias dependentes desse setor e são muitas famílias que, de fato, não terão seu negócio competitivo com uma alíquota de 25%, se não houver um regime especial para o turismo.

Então, é muito importante pensarmos em toda essa cadeia e no tamanho, na proporção que ela tem, além do turismo que a gente enxerga dos grandes. Eu acho que tem os grandes, do qual aqui faço parte também, mas eu acho que a gente tem que olhar muito para esse pequeno agente de viagem. A gente extermina esse agente de viagem se não tiver um regime especial para ele.

Sendo breve, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem. Agradecemos a contribuição do Sr. Luciano Guimarães.

Vamos passar a palavra – eu acho que é o último convidado – ao Sr. Felipe Oliveira, Especialista Executivo da Diretoria de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

O SR. FELIPE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não é pouca coisa, não.

O SR. FELIPE OLIVEIRA – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, V. Sa.

O SR. FELIPE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Em nome da CNC, é uma oportunidade ótima para a gente trazer esse debate. Eu acho que o momento foi muito oportuno e, dessa forma, parabenizo o senhor pela estratégia.

A CNC, como o senhor falou, representa toda a nossa base do comércio, todo o serviço deste país e, especialmente, o turismo. Dentro da confederação, nós temos um conselho empresarial de turismo, em que todos aqui fazem parte e são membros desse conselho, e nós estamos sempre muito preocupados com a temática da reforma tributária, e esse impacto que vamos ter para os nossos setores.

Olhando bem, ficar por último, tem isso também, Luciano, de você pegar, ter uma aula de todos aqui.

O SR. LUCIANO GUIMARÃES – Só agradecer, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE OLIVEIRA – Porém, alguns pontos eu acho interessante mencionar, porque, dentro da fala que nós tínhamos programado, muito foi dito aqui, especialmente pelo Ministro Celso Sabino, quando ele fala da importância de todos os setores serem contemplados e da importância do turismo para o desenvolvimento.

E aqui tem um ponto fundamental para o desenvolvimento do país: quando começamos a olhar para o turismo de forma separada, esquecemos a vocação que este país tem para o desenvolvimento nacional, que é o turismo. E não tem como, Presidente, nós deixarmos de fora qualquer um desses setores que nós representamos, deixarmos de contemplá-los na reforma tributária.

O Presidente da Embratur, o Sr. Marcelo Freixo, fez uma fala muito importante especialmente quando citou a fala do Bacen, o relatório apresentado ontem, em que nós tivemos o melhor agosto dos últimos 25 anos. Nós estamos numa retomada e, no momento de retomada da economia, de investimentos para o setor do turismo, de trazer recursos estrangeiros para cá, nós precisamos fazer com que toda essa engrenagem funcione de uma forma muito consolidada.

O Dr. Guilherme Paulus falou das alíquotas dos outros países, da mesma forma como foi mencionado aqui pelo Rodrigo Dias. Isso é importante, porque em nenhum país do mundo nós temos um IVA de 25%. Quando olhamos para esse IVA de 25%, olhando para os setores do turismo, em nenhum país nós temos uma carga elevada para o turismo, como se está pretendendo. Quando nós olhamos isso para alguns setores que não foram contemplados, isso se torna um negócio inviável. E, como mesmo disse o Sr. Fabiano, haverá o repasse disso para o consumidor.

Então, a alíquota, conforme está desenhada na PEC hoje atual, aprovada pela Câmara, vai gerar um desestímulo para o desenvolvimento da cadeia turística do país. E a expressão "engrenagem" usada pelo Presidente Marcelo Freixo foi muito importante. A engrenagem. Se alguma peça ali não estiver funcionando, todo o setor não irá funcionar da forma correta. Então, nós precisamos... Um pleito nosso da Confederação é fazer com que todos os setores do *trade* sejam contemplados. Isso é fundamental para que nós possamos fazer com que isso funcione de forma real.

Agora, fazendo esses retratos, passando um pouco para os pleitos, esse é o cenário em que nós estamos. Como nós podemos solucionar isso? De duas formas – é aquilo que a CNC trata e temos trabalhado aqui no Senado. O primeiro ponto importante, Senador, é que nós precisamos olhar para o setor, se nós vamos ter uma alíquota diferenciada, contemplar todos eles, ou, então, nós fazermos o Senado aprovar uma emenda que contemple todos os setores de serviço. E por que isso é importante? Quando a gente começa a pensar a respeito, especificamente, dos setores, o que move a economia, o que move as viagens, o que dá disposição para a população, para as pessoas deste país viajarem são preços competitivos. E falar sobre competitividade, como o Rodrigo trouxe aqui, é fundamental, Rodrigo, porque o que nós estamos perdendo, as nossas empresas, é a competitividade. Quando a gente começa a olhar que um cliente nosso pode fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seu investimento numa empresa nacional e ter a oportunidade de dar uma volta, mas tem um desestímulo às empresas nacionais, nós estamos perdendo a competitividade.

Outro ponto importante: essa elevação de alíquota vai gerar uma informalidade muito grande. Nós temos uma preocupação com o Simples Nacional. Todo mundo fala que o Simples não está sendo contemplado, mas ele está sendo desestimulado. E os grandes... E nós temos muitas empresas dentro do *trade* do turismo que são do Simples Nacional. A partir do momento em que essas empresas não geram crédito, nós estamos desestimulando, nós estamos contemplando de forma negativa o Simples dentro da reforma, e nós precisamos corrigir isso.

Outro ponto: o que nós temos em comum, além de tudo isso que eu falei, é a empregabilidade. Todos os setores aqui são intensivos em mão de obra. Todos os setores. Nós não podemos fazer uma reforma tributária que desestimule a empregabilidade, porque o emprego formal é que faz a economia girar. A CNC tem uma preocupação com o trabalho e renda. Quando nós temos pessoas empregadas, dando qualidade de vida e possibilitando que elas pensem em viajar por este país, em conhecer este país, nós estamos gerando ali uma oportunidade muito grande.

Então, a CNC tem trabalhado dentro do Congresso, dentro do Senado, com a emenda de emprego. O que seria essa emenda de emprego, que inclusive foi protocolada pelo Senador Laércio Oliveira? Seria uma possibilidade, Senador, de que as empresas que são intensivas em mão de obra possam ter uma redução do seu IVA a partir da contratação de uma média nacional que é posta pelo IBGE. Então, em cada um dos setores aqui representados, nós temos a capacidade de empregabilidade acima de qualquer outro setor.

Não é justo nós que estamos gerando riqueza neste país sermos penalizados por uma alíquota maior. E, quando isso ocorre, o primeiro fato é: ou eu corro para a informalidade, ou eu corro para a demissão de funcionários. Nenhum de nós aqui, representantes do comércio de bens, serviços e turismo, queremos reduzir a empregabilidade deste país. Ao contrário, nós queremos incentivar isso.

Então o que nós estamos pedindo, uma proposta que trazemos à Comissão, seria essa emenda do emprego, que vai estimular não apenas o setor do turismo, mas qualquer setor da economia que chegue a uma média estipulada pelo IBGE, por uma lei complementar, tendo a redução do seu IVA, e assim a gente pode fazer com que a reforma tributária traga um benefício direto, de fato, para a população, o que não tem ocorrido hoje.

Por fim, Presidente, é importante trazer que, quando a gente passa a olhar para a reforma tributária da forma como ela está posta, nós estamos fazendo com que este país perca, de fato, todo o incentivo que nós temos, todo o esforço que o Ministro do Turismo está fazendo, juntamente com a Embratur, juntamente com todos os nossos setores, para trazer estrangeiros para cá. Porque quando a gente fala sobre o desenvolvimento do turismo, nós temos alguns fatores que geram algumas preocupações, desde a infraestrutura, mas um fator que faz trazer uma preocupação direta são os custos envolvidos nas operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elevar os custos dessas operações, como o Ministro falou aqui na Lei Geral do Turismo, um incentivo para o desenvolvimento do turismo na Amazônia, o custo hoje para você desenvolver o turismo na Amazônia Legal é muito alto.

O custo que nós temos com as empresas aéreas, que elas têm hoje, os preços das passagens, é um desestímulo ao desenvolvimento do turismo nacional. Fazer com que as agências de viagens estejam penalizadas nessa comercialização por conta das suas tarifas, isso também é um prejuízo muito grande. E um ponto importante que o Rodrigo trouxe da verticalização: nós estamos, possivelmente, se essa reforma for aprovada da forma como está, acabando com uma série de setores da economia.

E nas agências de viagens, nós temos uma preocupação direta com que isso ocorra, porque vai ser muito mais fácil você verticalizar, porque você vai reduzir o custo disso. Então, o que nós pedimos é que todo o *trade* do turismo seja contemplado na alíquota diferenciada. Não tem como nós fazermos o desenvolvimento nacional para o turismo sem contemplar todos esses setores. E, por outro ponto, a outra proposta que nós temos seria essa emenda do emprego, uma forma de estimular a economia deste país, fazendo com que as empresas possam, de fato, contratar e gerar. Hoje, infelizmente, a mão de obra não gera insumo. Então, nós precisamos gerar um...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE OLIVEIRA – ... incentivo ao desenvolvimento de mão de obra para este país. A emenda do emprego traria essa possibilidade na redução do seu IVA para aquelas empresas que mais contratarem. E isso também é um estímulo, é uma forma positiva que o Senado traz, dentro da reforma tributária, uma preocupação social e não apenas econômica.

A reforma tributária é uma preocupação social e não apenas econômica.

A fala do Ministro Celso sobre o peso da tributação sobre o consumo está correta. Nós precisamos fazer com que as pessoas entendam que a tributação sobre o consumo, na forma como está estabelecida, gera alguma possibilidade de melhoria.

Muito se falou sobre *cashback*, muito tem se falado sobre como trazer outros recursos para a economia, porém, Presidente, a nossa grande preocupação na CNC é que nós possamos aprovar uma reforma tributária que gere uma insegurança jurídica muito grande às empresas – insegurança na possibilidade daquilo que uma agência de viagem poderá investir.

O Dr. Guilherme falou da promoção e que está sendo prevista a ampliação de uma agência grande para este país. Será que ele tem segurança jurídica para fazer esse investimento, sabendo que talvez a sua alíquota será majorada de uma forma que vai ser impossível caminhar? E quais são os impactos que isso está trazendo para o desenvolvimento nacional?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que nós trazemos quanto à CNC, essas duas possibilidades, essas nossas preocupações e, novamente, colocando a confederação à disposição do setor para o desenvolvimento do país, especialmente do turismo, como tem feito ao longo desses anos, mas, principalmente, Presidente, olhando para a população, essa reforma tributária, na forma como está, vai trazer um impacto negativo para o bem-estar da população e um desestímulo para que nós possamos desenvolver e viajar por este país.

É isso o que a CNC colocaria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, nós temos uma tarefa grande aí pela frente.

Mas eu gostaria de aproveitar a presença dos senhores aqui, que são os entendidos no assunto, para ver se os senhores conseguiriam me dar duas respostas. A primeira: por que as passagens aéreas aqui no Brasil são tão caras quando comparadas em nível internacional?

Eu tenho uma experiência: em uma vez, eu fui com minha esposa – olha que isso é antigo, ainda era a Vasp – a São Paulo. Compramos uma passagem Teresina-São Paulo-Teresina, e, no mesmo voo, foi conosco um casal amigo, que ia fazer o mesmo percurso Teresina-São Paulo, só que de São Paulo eles iriam a Miami-São Paulo-Teresina. Então, eles fariam o mesmo percurso que nós estávamos fazendo, sendo que tinham mais uma perna para Miami, e a passagem que eles estavam pagando era inferior à passagem que nós estávamos pagando.

Recentemente, minha filha foi a Nova York e pagou uma passagem menor do que uma passagem que eu havia pago na mesma semana de Teresina a Brasília. Então, é uma coisa que sempre nos intrigou.

Outra coisa que também nos traz certa preocupação: a gente sabe preço de tudo: quanto custa um carro Toyota, quanto custa uma televisão, um carro de qualquer outra marca... A gente tem uma noção mais ou menos. Quer dizer, vamos supor que uma caminhonete Toyota custe 250 mil. Se chegar uma pessoa dizendo que comprou uma caminhonete por 750 mil, três vezes o valor do preço, não tem cabimento. Ficou doido? Mas passagem, não. Passagem não tem preço. Você pode pagar R$500 para vir de Teresina para cá como pode pagar R$3 mil? Não pode ser uma anarquia dessa, tem que ter. Eu sou a favor do livre mercado, mas, no mínimo, tem que ter uma concorrência, para não ter. Como é que você cobra, em um dia, R$500 e, em outro dia, cobra R$3 mil? É uma coisa que tem que ter alguma previsibilidade, não é? "Não, porque você tirou de última hora". Sim, mas por que em uma passagem de última hora? Se eu chego a uma loja para comprar um sapato, porque eu cheguei na hora que a loja está fechando o sapato triplicou de preço? Não é possível, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro assunto que acho que intriga a todos é por que é que um país tão maravilhoso como o Brasil, de dimensões continentais, com tantos atrativos, de clima ameno... Bom, pelo menos valia até a semana passada. (*Risos.*)

Mas tem um clima ameno, porque não tem aqueles rigores do frio, do gelo, que tem em vários países. Gente, é incomparável, não dá nem para descrever a quantidade de atrações turísticas que nós temos no Brasil. Foram citados aqui o Alter do Chão, a Praia do Mosteiro, o Rio Amazonas, a Floresta Amazônica.

Eu fiz uma viagem uma vez que eu acho que todo brasileiro deveria fazer. Nós pegamos um avião em Manaus e fomos para Tabatinga. São quatro horas de voo num turboélice. É lá no extremo oeste do Brasil com a Colômbia. Todo tempo eu ia olhando na janela ali. Moço, só tem mata e água. Não tem uma clareira deste tamanho assim, que você possa dizer: "Aqui teve ação do homem". Uma coisa linda, não é? O Rio Amazonas e o Solimões...

Eu sou do Nordeste, da Região do Semiárido. Na minha cidade passa o Rio Piauí. O Rio Piauí é assim: de dez em dez anos passa água por ele. (*Risos.*)

E é daqui para ali. Quando você chega ao Rio Negro, lá em Manaus, o lugar mais estreito tem 7km de largura, da dimensão de Copacabana – Copacabana tem 6km do Posto 1 ao Posto 6 –, o mais largo tem 21km. Quer dizer, eu acho que compensa. Só de você olhar uma beleza dessas você já está lucrando, se enriquecendo, conhecendo o país.

Os Lençóis Maranhenses são uma coisa maravilhosa, fantástica, indescritível. E por que é que nós temos tão poucos turistas quando comparamos com outros países? Quer dizer, eu sei que isso é por uma série de fatores: infraestrutura, insegurança...

O SR. LUCIANO GUIMARÃES – Segurança. Talvez a principal seja segurança. Eu estou falando do turista estrangeiro. Quando você olha as grandes corporações de fora do país – o Humberto, da Abracorp, também sabe bastante disso...

O Brasil é um país que não é verde para visitação, ele é amarelo ou vermelho. Quando eu digo amarelo ou vermelho para turismo é por conta de segurança, porque você vai falar para um americano que ele vai ter que pegar um *transfer*, talvez em São Paulo ou no Rio de Janeiro, que são os dois principais portões de entrada para os Estados Unidos, em um carro blindado, o americano custa a entender o que é um carro blindado. "Não, blindado a gente usa...". Eles usam na guerra. Então, assim, as próprias companhias de fora do Brasil não incentivam por conta de segurança, tanto é que uma Argentina – falamos bastante aqui de Argentina, que tem talvez 1% do que o Brasil tenha de beleza natural – recebe mais turistas do que nós, e é um país não tão seguro, mas muito mais seguro do que o Brasil. Eu acho que, enquanto a gente não investir em segurança e entender que a segurança está atrelada ao turismo... O único que não sofre com segurança aqui é o Marco Ferraz, porque o pessoal está fechado dentro do navio. Então a Clia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando está ali dentro, não tem perigo porque no Brasil não tem pirata como nos países da África, mas... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Não temos mais piratas.

O SR. LUCIANO GUIMARÃES – Graças a Deus, mas a segurança eu acho que é o primordial.

O SR. RODRIGO DIAS (Para expor.) – Só um adendo, Senador, se me permite.

Quando a gente fala em segurança, é segurança em todos os níveis. Não é só a segurança pública, mas a segurança jurídica também. Olhar para o país e empreender no país sem a gente saber o que exatamente vai acontecer em relação à nossa atividade em termos de investimento... O Guilherme disse que vai abrir mais 400 lojas. Você imagina a decisão do Guilherme de abrir mais 400 lojas sem entender exatamente como vai ser tributada a atividade dele daqui a dois, três anos.

Então isto também é importante: dar previsibilidade, segurança em todos os sentidos, não só a pública, mas também a segurança jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu acho que essa resposta técnica de vocês aí combina com o senso comum também. Eu desconfiava que o fator principal seria esse. Eu estou com minha família; vou fazer uma viagem de lazer. Eu vou procurar um país que está em guerra, que está com problemas, que não tem segurança? Não vou. Eu vou para um lugar que é seguro, que é tranquilo. Não há menor dúvida.

Agora vocês não responderam a questão da passagem aérea.

O SR. LUCIANO GUIMARÃES (Para expor.) – Talvez precisemos de uns quatro dias falando para explicar.

Eu acho que quando o Guilherme colocou aqui que está há 51 anos no turismo, quando o Guilherme. Lá atrás existiam três preços. Você tinha uma tarifa cheia – não é, Guilherme? – quando ele começou. Você tinha uma tarifa cheia, duas tarifas com desconto e uma tarifa de grupo para acima de dez passageiros. Hoje você tem, em um avião, quase 30 classes de reserva, ou seja, esse preço final.

O senhor falou: "Mas eu cheguei de última hora, eu pago mais caro". A realidade é que eles fazem uma média de preço de ocupação daquele avião. A passagem aérea começa muito cara... O principal o custo de companhia aérea, se for conversar com qualquer uma das companhias, é combustível e dólar, por conta de custo do avião. Eu acho que o Guilherme também pode falar – desculpa Guilherme, estou jogando para você a bomba –, porque já foi dono de companhia aérea. Mas só o combustível e o dólar representam mais 70% do preço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Mas isso não explica...

O SR. FABIANO CAMARGO – Não explica a diferença.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... porque a mesma companhia cobra um preço mais caro dentro do Brasil do que...

O SR. LUCIANO GUIMARÃES – Ela faz o que ela chama de *yield management* ou *revenue management*, que é a composição de preço para que, na média, ela tenha receita naquele voo. Ela começa...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O que a gente conclui é que, para o exterior, elas têm mais concorrência do que aqui, não é isso, não?

O SR. LUCIANO GUIMARÃES – Isso também acontece. Hoje você tem menos companhias aéreas voando no Brasil. Infelizmente muitas se foram.

O SR. FABIANO CAMARGO – É muito a questão de carga, que, no internacional, tem também é muito grande

O SR. LUCIANO GUIMARÃES – Também ajuda bastante.

O SR. GUILHERME PAULUS (Para expor.) – Nós voltamos praticamente, retroagimos praticamente 50 anos, porque se você pegar aqui, tínhamos a Varig, a Cruzeiro do Sul, Vasp, Transbrasil, que não era nem Transbrasil; era Sadia Transportes Aéreos. Quer dizer

Era a Sadia. Transportes Aéreos Sadia. Quer dizer, passaram-se 50 anos e voltamos a ter três. Antigamente tínhamos quatro. Olhe a fusão da Varig com a Cruzeiro...

Mas um dos fatores de que eu me lembro da *web*... O fator dólar é muito complicado, porque, hoje, para você ter uma tarifa mais econômica com o custo do real com o dólar, uma diferença de quase R$5 é muito grande. E outra coisa: existe um subsídio para as viagens internacionais do combustível. É tipo um princípio de reciprocidade, e está na Constituição brasileira. Então, a TAP pode fazer dez voos para o Brasil, a Vale poderia fazer dez voos para Portugal. E essa lei continua até hoje. Então, existe uma restrição.

Antigamente, você tinha duas tarifas aéreas internacionais para a Europa. Eu lembro muito bem, porque eu vendia muito isso. Era US$699 para Lisboa, em Madri, US$870 acima de Madri até Londres – isso, na baixa estação –, e, na alta estação, ela ia para 998 e para US$1,1 mil. Hoje ficam abertas as tarifas, de acordo com as necessidades.

Você voa de Londres para Lisboa, pelas *offers*, por 120 euros. É muito barato. É uma viagem de três horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se comparar uma viagem de três horas de São Paulo a Fortaleza, hoje está na faixa de R$2,5 mil uma perna. Se você dividir por dólar, dá US$500, aproximadamente. Então, existe uma diferença muito grande.

O subsídio, que nós não temos no combustível, tem.

O Governo brasileiro. Cada estado cobra uma taxa de imposto, de ICMS, sobre combustível. Então, realmente, isso daí encarece muito.

Então, o custo, hoje, de uma companhia aérea é muito grande, porque os contratos são todos em dólares e não tem outro jeito, não tem outra solução de você sair disso.

O que realmente precisa é que o Governo crie. Para as empresas americanas existe um subsídio; para as empresas europeias existe subsídio de combustível. Aqui no Brasil a gente não tem. Então, realmente, é um pouco complicada a sobrevivência de todas elas.

Todas elas estão muito endividadas, não é? Então, realmente, o preço é de oportunidade. Não tem outra forma de fazer. E nós temos que nos acostumar com isso.

Agora, a partir do momento em que realmente o país entre num equilíbrio fiscal, eu acredito que vão ser melhoradas muito as tarifas aéreas.

E também temos aeroportos regionais, que a gente não tem para alimentar os grandes aeroportos, não é? Agora que está tendo uma política voltada. Esperamos que tenha, realmente, essa política de preparar melhor os aeroportos regionais. A partir do momento em que você tem aeroporto regional alimentando os aeroportos principais, o custo da passagem aérea vai cair bastante.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, o...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – A nossa Comissão aqui é interativa. Então, as pessoas acompanham pela internet e fazem perguntas aqui. Eu vou enumerar algumas delas aqui, e os senhores vejam aí quem poderá dar a resposta mais adequada.

Nós temos aqui o Washington Júnior, do Rio de Janeiro. Ele faz a seguinte pergunta: "Quais são os maiores desafios da reforma tributária no setor de turismo em um cenário pós-pandemia?".

É o que nós estamos vivendo aqui, não é? Foi debatido aqui hoje.

Neiller Magno, do Paraná: "Quais os tributos que serão substituídos e qual o impacto desta simplificação sobre o sistema tributário?". Aqui já é uma resposta mais ampla.

Gabriela Amaral, do Distrito Federal: "Quais medidas práticas serão [...] [adotadas] para incentivar o turismo no [...] [Brasil]? [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Diana Dias, de Pernambuco: "Quais os principais reflexos [dessa reforma] que podem prejudicar o turismo no Nordeste do Brasil? E quais alternativas [...] [possíveis] para mitigar [esses prejuízos]?".

Quem se atreveria?

O SR. RODRIGO DIAS (Para expor.) – Posso ficar, Senador, com as duas primeiras e talvez comentar um pouco do último questionamento.

Primeiro, quero lembrar que, quando a gente está falando da PEC 45, nós estamos falando da reforma do consumo. E o que é a reforma do consumo? No final do dia, o que a gente tributa é renda em suas mais variadas formas de realização. Quando a gente fala de tributação do consumo, é aquela chamada renda consumida. É o dinheiro que a gente gasta, o dinheiro que a gente utiliza para aquisição de bens e serviços, portanto, relacionados ao consumo efetivo das famílias. É desta reforma que nós estamos falando neste momento pela PEC 45.

E quais são os tributos que eles vão substituir? A PEC 45 pretende substituir o ISS, ICMS, PIS, Cofins e IPI por outro tributo chamado IVA ou IBS, que, na nossa estruturação de tributação, vai ser o chamado IVA dual. Teremos um IVA federal, chamado de CBS, e um IVA subnacional, dos estados e municípios, chamado de IBS, além do imposto seletivo. Então, nós substituiremos todos esses tributos por essa forma de tributação. E a simplificação que a gente precisa reconhecer da PEC 45 é tentar trazer uma legislação que seja aplicada em nível nacional. Hoje a gente tem cada estado com a sua alíquota de ICMS, com a sua regra de creditamento, com a sua regra específica de cálculo e cada um dos 5 mil e tantos municípios com o seu ISS, e isso é que vai ser, de certa forma, unificado numa tentativa de simplificação. E eu falo tentativa, porque, em um primeiro momento, nós vamos conviver com os dois sistemas, Senador. Então, a gente tem um momento que vai complicar ou vai trazer mais complexidade para após a gente passar para um momento de simplificação.

E a última pergunta relacionada à questão do turismo no Nordeste e também ao turismo, o que a gente precisa fazer é exatamente o debate que nós trouxemos hoje: é trazer para a reforma tributária um tratamento adequado. Vamos pensar juntos aqui. Na medida em que esta reforma prioriza um princípio chamado princípio do destino – o que é isso? A gente acaba com a história da guerra fiscal –, as localidades precisarão desempenhar atividades relacionadas à sua vocação.

Então, o Nordeste, que tem uma vocação turística fundamental, se a gente não der atenção dentro da reforma tributária para a atividade turística, pode, sim, ter um prejuízo maior do que outras regiões, porque, tendo como uma atividade vocacional o turismo, se ele não for devidamente endereçado, eu posso ter ali um desincentivo ou afetar a economia e o desenvolvimento econômico da região por conta disso.

Seriam essas as minhas considerações.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Agradecendo a presença de todos os senhores, eu gostaria de encaminhar a seguinte proposta: que vocês fizessem um memorial, uma síntese daquilo que nós discutimos aqui e que os senhores julguem que seja mais importante, bem simples, bem objetivo, para a gente levar ao Relator Geral. Aí eu convidaria o Ministro Celso Sabino e o Marcelo Freixo, da Embratur, não precisaria de todos os senhores, porque moram em lugares distantes, mas um ou dois representando o setor, para que a gente pudesse pedir uma audiência – eu me encarrego disso – ao Relator e levar esses argumentos consistentes.

Eu acho que todos nós estamos de acordo de que não faz sentido ficar uns setores do turismo beneficiados e outros fora, porque aí quebra a continuidade e quebra a cadeia. A gente tem que mostrar que, por ser um setor intensivo de mão de obra, um setor que valoriza a nossa cultura e que respeita o meio ambiente, um setor que tem uma empregabilidade muito grande, é preciso ter um olhar realmente diferenciado.

Eu sei que a tarefa do Relator não é fácil, porque todos os setores se sentem possuidores desses direitos de que nós estamos falando aqui, mas temos que ser práticos e objetivos, mostrar o que é que acontece no mundo e que não tem por que o Brasil ser diferente, mesmo porque estamos num mundo globalizado e vamos competir com essas pessoas. Então, se queremos ser eficientes, temos que estar de acordo com o cenário internacional. Acho que nós temos bons argumentos.

Então, eu, como Presidente aqui da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, estou de acordo; o nosso Ministro já se declarou de acordo; o nosso Presidente da Embratur, de acordo. Tendo um representante do setor e fazendo um memorial simples, objetivo e prático, com números, "se fizer isso aqui, vai repercutir aqui", "fica concreto, mas você não vai receber porque é um simples que não pode devolver"... Então, a gente pode chegar com bons argumentos para convencer o nosso Relator de realmente aqui dar o tratamento de que o setor precisa, e que nós estamos todos de acordo de que não foi dado na Câmara. Convencendo aqui o Senado, a gente depois tem outra batalha, que é levar o problema para ver se a Câmara também será convencida para que o setor – aqui nós não estamos tratando de benefício – não seja prejudicado com essa reforma, visando sobretudo o desenvolvimento do país.

Você queria falar?

O SR. FLÁVIO PERUZZI (Para expor.) – Presidente, eu tomei a liberdade, na saída do Ministro e do Presidente Freixo, de justamente me antecipar a essa sua sugestão, e os dois já toparam. Ele falou: "Eu fico no aguardo da articulação e do convite por parte do Presidente". Estamos exatamente, como o senhor acabou de falar, todos de acordo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião, realizada em 19/09/2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

Informo que, na próxima semana, dia 3 de outubro, terça-feira, a nossa Comissão realizará uma sessão solene para comemorar o Dia Mundial do Turismo. A sessão ocorrerá neste plenário, às 14h30, e já conta com a presença confirmada do Exmo. Sr. Ministro do Turismo, Celso Sabino, e de diversas outras autoridades, conforme Requerimento nº 21, de 2023, também da minha autoria.

Então, eu quero, à frente aqui da Comissão, dar essa conotação, porque é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Então, o turismo sempre fica – "e o turismo?" – um pouco esquecido. Eu quero ver se a gente traz o turismo, para dar a importância, a relevância que a gente julga que o turismo, num país como o Brasil, tem e deve ter, e deve ser incentivado, para ter uma importância cada vez maior.

Então, agradecendo a presença de todos os senhores, fico no aguardo desse memorial. E eu. Se pudesse sair hoje, melhor ainda, porque eu já marcaria com o nosso Relator para a gente implementar isso aí.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e três minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Paulo Paim, Zenaide Maia, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Wilder Morais e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Lucas Barreto e Soraya Thronicke, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Beto Faro, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Jorge Seif e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2023 - CDR, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Celebrar o Dia Mundial do Turismo. **Participantes:** Celso Sabino, Ministro de Estado do Turismo; André Orengel Dias, Gerente de Interlocução Ministerial da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo - EMBRATUR; Bruno Dantas de Brito, Vice-Presidente da Região Norte do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo - FORNATUR; Karina Câmara, Diretora do Centro-Oeste da ANSEDITUR (representante de: Alexandre Pereira, Presidente da Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo - ANSEDITUR); Alexandre Sampaio, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC; Levi Jeronimo Barbosa, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Distrito Federal - ABAV/DF; e Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de outubro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública interativa com o objetivo de celebrar o Dia Mundial do Turismo, com atenção ao Requerimento nº 21, de 2023, da CDR, de minha autoria, com os seguintes convidados, os quais cumprimento e convido para tomarem seus lugares conforme os prismas posicionados:

- Ministro Celso Sabino, que já nos honra aqui com a sua presença;

- André Orengel Dias, Gerente de Interlocução Ministerial da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), que está aqui – é um prazer grande;

- Alexandre Sampaio, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA);

- Levi Jeronimo Barbosa, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Distrito Federal (Abav-DF);

- Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH).

E, ainda, de forma remota, via plataforma Zoom, contamos com a participação do Sr. Bruno Dantas de Brito, Vice-Presidente da Região Norte do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur). (*Pausa.*)

Aqui está escrito Fornatur. (*Pausa.*)

Prossigo: e Diretor do Departamento Estadual de Turismo de Roraima.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que o Sr. Ministro disporá de 30 minutos para fazer a exposição inicial, conforme o Regimento Interno; os demais convidados disporão de dez minutos, prorrogáveis caso haja necessidade; e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Srs. Senadores inscritos para fazerem os seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como esta sessão é interativa, aqui tem algumas perguntas já feitas, que eu aproveito para passar aos palestrantes.

Sr. Neiller Magno, do Paraná: "[...] [De que] formas o governo promove a consciência na sociedade para a importância da atividade turística e de seus valores sociais?".

Quem se achar habilitado, quando der a palestra, já vai aproveitando para responder.

Eduardo de Abreu, de São Paulo: "Quais os principais programas de Estado para o desenvolvimento do turismo? A alternância de governo tem prejudicado as políticas públicas?".

Kátia Costa, de São Paulo: "Quais são as novas políticas públicas para o turismo sustentável? Essas políticas estão associadas ao ecoturismo e ao turismo rural?".

Só tem boas perguntas aqui.

Fernando Ferreira, do Rio de Janeiro: "[...] [Que] medidas que estão sendo tomadas para a área de segurança? Pois no cenário mundial a segurança pública do Brasil é muito mal vista" – é verdade.

Ruth Picanco, do Pará: "Podemos explorar no setor turístico a maior riqueza deste país, a biodiversidade e seus biomas. Os elementos da natureza são fontes de renda".

Leocília de Lourdes, da Bahia: "A carga turística de cada município precisa ser definida. [...] [É] importante uma coordenação nacional para auxiliar as gestões municipais".

José Luiz Machado, do Rio Grande do Sul: "Os governos, em todos os níveis, devem dar atenção ao treinamento das pessoas que interagem com os turistas".

Bom, eu fui o autor do requerimento e vou fazer aqui uma pequena colocação – não tão pequena quanto eu gostaria – para dar o posicionamento aqui da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Quero cumprimentar todos os presentes, agradecendo a presença de todos, em especial a do nosso Ministro Celso Sabino.

Em 1980, a Organização Mundial do Turismo (OMT), agência vinculada à ONU, instituiu o Dia Mundial do Turismo, cuja celebração ocorre em 27 de setembro.

A efeméride foi criada para promover a conscientização sobre a importância das atividades turísticas no desenvolvimento socioeconômico global, na preservação de valores e costumes locais e na conservação do patrimônio cultural e ambiental.

Neste ano, como fio condutor das reflexões ensejadas na luta especial, a OMT elegeu o tema: turismo para uma recuperação inclusiva e sustentável. Tal escolha enfatiza a importância da atividade turística no esforço de recuperação econômica e social pós-pandemia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O turismo pode e deve ocupar um papel central no processo de criação de empregos, de geração de renda, no fortalecimento da coesão social e na percepção coletiva de bem-estar e felicidade.

A celebração deste ano é das mais especiais, depois de tempos tão incertos. Para a alegria de todos, o Dia do Turismo em 2023 dá-se em momento de forte retomada do setor. Os números são eloquentes e alentadores. Segundo o Relatório de Impacto Econômico, conduzido pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo, o setor deve movimentar, só neste ano, cerca de US$9,5 trilhões, respondendo por mais de 9% do PIB mundial, patamar muito próximo ao do período pós-pandêmico.

No Brasil, o setor também dá sinais de recuperação. De acordo com dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada pelo IBGE, entre julho de 2022 e julho de 2023, a atividade turística cresceu 7,8% no país. O segmento, portanto, opera 6,2% acima do patamar de fevereiro de 2020 e apenas 1,4% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em fevereiro de 2014, sendo 2014 o período da Copa.

É com alegria, também, que registramos o aumento de visitantes estrangeiros. Recentemente, o Ministério do Turismo divulgou que, no primeiro semestre deste ano, 3,2 milhões de turistas internacionais visitaram o Brasil. Esse número equivale a 92% do total de visitantes de todo o ano de 2022, quando 3,6 milhões de estrangeiros entraram no nosso país.

Além disso, eles estão gastando mais em suas viagens no Brasil. Para se ter uma ideia, apenas em maio deste ano, os visitantes gastaram cerca de US$567 milhões, maior quantia da série histórica compilada pelo Banco Central do Brasil.

Toda essa efervescência vai render ao setor, este ano, cerca de R$753 bilhões, ou o equivalente a 7,8% do PIB nacional, o que não é pouca coisa neste momento, para superar os 5% registrados no último ano antes da pandemia, quando foram contabilizados ganhos da ordem de R$715 bilhões.

Se o impacto econômico é gigantesco, os ganhos sociais não são menos significativos. São mais de 50 cadeias econômicas unidas sob o manto do turismo, que serão responsáveis por cerca de 7,9 milhões de empregos só no Brasil.

Trata-se, Sras. Senadoras, Srs. Senadores e demais convidados, de uma corrente de boas notícias que pode e deve ser comemorada, mas, apesar das estatísticas animadoras, não devemos nos acomodar. Elas precisam ser encaradas como a centelha de algo maior, de mais um degrau rumo ao topo do turismo global. Sabemos do nosso gigantesco potencial, mas ainda temos muito a fazer, muito a avançar.

O último *ranking* dos países visitados no mundo, divulgado pela OMT em 2020, apontou a França como o destino internacional mais visitado em 2019, com 89 milhões de visitantes. Em segundo lugar, vem a Espanha, com 84 milhões de chegadas internacionais. E os Estados Unidos completam o cobiçado pódio, com 79 milhões de turistas estrangeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar do nosso potencial turístico, a realidade brasileira é bem diferente. Em 2022, o Brasil recebeu apenas 3,6 milhões de turistas estrangeiros. Segundo destino mais visitado da América Latina, a República Dominicana, que é uma pequena nação insular do Caribe, recebeu 7 milhões...

O SR. CELSO SABINO (*Fora do microfone*.) – Metade de uma ilha; não é nem uma ilha inteira... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – ... quase o dobro do que nós recebemos aqui, no Brasil, num país continental como o nosso. E muito à frente de todos os países da América Latina está o México, que recebeu 38 milhões de estrangeiros em 2022.

Falta de qualificação de mão de obra, problemas de infraestrutura, inadequação de preços cobrados e uma renitente percepção da insegurança são alguns dos desafios a serem enfrentados, caso queiramos que o setor seja impulsionado a partir de agora. Além disso, os estrangeiros sabem muito pouco sobre o Brasil, costumam se limitar aos roteiros mais consagrados, como o Rio de Janeiro, as Cataratas do Iguaçu e a Amazônia. Precisamos divulgar outras paragens neste país multifacetado. Como brasileiro, encho-me de orgulho ao saber que quase 2 milhões de pessoas visitam o Cristo Redentor anualmente. Todavia, causa espécie constatar que milhares de outros pontos especiais do nosso território são negligenciados pelas políticas de divulgação, atraindo um número de visitantes muito abaixo do seu potencial.

Tomemos o meu estado, o querido Piauí, como exemplo. Em seu território, repousam joias, como o Parque Nacional de Sete Cidades, o Delta do Parnaíba – o único das Américas – e a Serra da Capivara. Decerto que esses e outros destinos turísticos piauienses vêm angariando fama, como comprova a inclusão da Serra da Capivara na lista dos 52 lugares do mundo para onde se viajar, elaborada pelo jornal norte-americano *The New York Times* em 2022 – está vendo aí, Senador Eduardo Gomes, como São Raimundo Nonato está? Todavia, o fluxo de visitantes ainda está muito aquém do que a beleza e a relevância desses sítios nos permitem almejar. Para se ter uma ideia, no primeiro semestre de 2023, mesmo após o incentivo do renomado jornal, cerca de 16 mil turistas visitaram as inscrições rupestres da minha cidade, São Raimundo Nonato. Por outro lado, como esse número representa um crescimento da ordem de 35% em relação ao mesmo período do ano anterior, intuo que o turismo local e do Piauí como um todo pode estar ganhando tração. Tenho certeza de que investimentos em divulgação e adequação dos nossos inumeráveis pontos de interesse produziriam resultados rápidos e alavancariam os indicadores do turismo.

Sras. e Srs. Senadores, é um país com natureza tão exuberante, com tamanha diversidade cultural, riqueza histórica e atividade turística sempre foi uma vocação natural. Por isso, no Dia Mundial do Turismo, devemos, antes de mais nada, agradecer a Deus por todas as nossas belezas naturais, mas também precisamos debater uma política de turismo mais séria e consistente para o Brasil. Aproveitamos a data para fazer diagnósticos, ler sugestões, apontar caminhos e partir para a ação. Nosso potencial é imenso. O desenvolvimento do turismo gera empregos diretos e indiretos, gera mais renda para os brasileiros e tem efeitos positivos em toda a cadeia econômica. E, além de ser uma atividade ambientalmente sustentável, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turismo nos conecta com o mundo e nos ajuda a preservar a nossa cultura e a nossa identidade. Façamos o turismo crescer, porque com ele o Brasil avança.

Muito obrigado.

Então, vou passar a palavra para o nosso Ministro... (*Pausa.*)

O nosso Deputado Moses Rodrigues nos dá a honra de comparecer aqui à nossa audiência em comemoração ao Dia Mundial do Turismo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – E também o nosso Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Posso? Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com todo prazer, Senador Eduardo Gomes, V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Para discursar.) – Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar todos os nossos expositores e o Deputado Moses, do Estado do Ceará, que criou o nosso Estado do Tocantins através do eterno Siqueira Campos – estado que depois de amanhã faz seu aniversário de 35 anos.

Eu não vou ficar aqui concorrendo com o Presidente, porque eu não sou louco, mas, no nosso estado, temos a Ilha do Bananal, Jalapão, Serras Gerais, Rio Araguaia, Rio Tocantins. O Jalapão tem feito uma verdadeira revolução no ecoturismo. E eu não vou fazer essa provocação hoje porque eu gosto muito dessa foto. Tive a oportunidade de, como Líder do Governo nos últimos anos, principalmente no último ano, ter V. Exa. como Relator do Orçamento e o nosso Ministro como Presidente da Comissão, membro do Congresso que é. Então, vim aqui com muita satisfação cumprimentar o Ministro Celso Sabino e toda sua equipe.

Vou fazer aqui apenas algumas rápidas considerações, Presidente, porque sei que ficarão disponíveis na Secretaria da Comissão e no *site* da Câmara dos Deputados e do Senado as exposições feitas pelo Dia do Turismo. Vejo uma bela oportunidade para que o Governo possa desenvolver propostas perenes de desenvolvimento do turismo no país. Esses números todos são absolutamente inexplicáveis num país que tem... O Brasil ocupa essa posição modesta em número de visitantes, mas precisa também se conhecer como destino turístico entre os próprios brasileiros. Mas, principalmente, se todos aqueles que têm vontade de conhecer o Brasil tivessem alguma facilidade, eu tenho certeza de que a segunda viagem seria muito mais fácil do que a primeira, porque são muitos destinos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago aqui algumas curiosidades. Além do meu apoio, Ministro, nas Comissões a que pertenço nesta Casa, terá o nosso partido, na Comissão de Orçamento, a designação do Senador Wilder como Relator setorial do turismo, e tenho certeza de que... Eu também entendo do desejo dele de apoiar essa questão no Orçamento da União, mas eu falo de políticas públicas que podem ser auxiliares e serem auxiliadas pela política de turismo no nosso país.

Eu, por exemplo, nunca entendi. Eu criei aqui no Congresso – fui Presidente e agora, como Senador, faço parte dela – a Comissão de Mudanças Climáticas, fui o primeiro Presidente dessa Comissão, e não consigo entender, Moses, uma política de compensação ambiental no Brasil que não vincule diretamente financiamento ao turismo. O único jeito de você proteger uma árvore de mogno é cobrar pela visitação; é o único jeito que eu conheço. Senão, a pessoa, que vai precisar comer, vai derrubar aquela árvore para poder comer.

Então, como V. Exa. é do estado que vai chamar a atenção do mundo inteiro na realização da COP, como a gente deve ao Brasil legislação específica, não só na área do turismo, mas nas áreas afins que podem financiar de maneira muito clara e objetiva a atividade turística no nosso país... Então, sinto falta de um fortalecimento estruturante no turismo, nas novas concessões, nas novas privatizações. Eu acho que, se nós tivéssemos um olhar de compensação ambiental e geração de emprego e renda no país através do turismo, vinculado às áreas de mineração, infraestrutura... Isso não foi pensado no país. Então, eu pedi à minha assessoria... Não deve ser uma coisa muito fácil, porque tem cinco anos que eu peço para a minha assessoria me ajudar. Mas eu queria me aliar ao seu ministério, aos técnicos para que a gente pense nisso. Talvez seja um novo olhar.

Talvez o Brasil, na oportunidade de defesa ambiental, apresente como uma das saídas... Porque é o que está acontecendo no meu estado. No meu estado, você só consegue preservar um fervedouro, que é um fenômeno natural que ocorre nas Serras Gerais e no Jalapão, se você explicar para o proprietário que ele vai ganhar muito mais dinheiro com a visitação, com a preservação do que com a utilização daquela água cristalina para produzir algum alimento. Então, isso está mudando toda uma região. Eu acho que isso pode acontecer em Alter do Chão, nos parques do Piauí, no Delta, nas belezas naturais. Eu acho que essa é a grande chave para diminuir e melhorar o humor no Brasil com o debate radical de meio ambiente sem ter acesso à felicidade, que é o turismo, que é uma coisa que consegue mover muito emprego e muita renda. Então, eu queria me colocar à disposição nesse estudo ousado.

Mas eu acho que essa é uma das soluções, porque você sempre tem alguém querendo... Porque é uma área – viu, Ministro? –, assim como Brasília e outros pontos aqui, em que a gente... Eu acho que a área de turismo no Brasil sofre de assédio orçamentário. Sempre que têm que tomar o dinheiro de alguma coisa, tomam o dinheiro do turismo. E é um dinheiro que só circula gerando emprego; ele não circula de outra maneira. O que é mais simbólico no turismo que o guia, o motorista de ônibus, de táxi, de Uber? É o emprego...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero agradecer esta oportunidade, independentemente das questões políticas e ideológicas, entendendo que o Governo coloca um Ministro com muita capacidade de articulação e com muita liderança no Congresso Nacional; não só na Câmara, como no Senado. Então, eu tenho certeza absoluta de que, se a gente achar... Quem sabe seja uma oportunidade, Deputado, de a gente levar as discussões ambientais sempre à agenda do turismo. Porque a outra agenda é aquela agenda radical, de não produzir, de não sei o quê. É aquela briga que não acaba nunca. É uma briga em que todo mundo acha que tem razão e vai para casa sem solução. Então, eu acho que o turismo pode entrar nessa briga com mais altivez, tanto o ministério quanto a Embratur, quanto as outras agências afins e os clubes, o terceiro setor, e também – embora, evidentemente, sempre tenha uma concorrência setorial – já têm feito alguma coisa bem marcante o Sebrae, CNC, CNI, as grandes organizações do país.

Se a gente tiver força para tocar o turismo no Brasil, eu tenho certeza de que a gente vai ter ali parelho com os outros grandes indutores de desenvolvimento do país o turismo, e não vamos ficar levando essa goleada que a gente leva sempre porque acha que só o Carnaval ou só uma festa ou outra podem trazer para a gente o turismo que a gente precisa.

O país pode promover turismo e desenvolvimento, mas eu acho que – eu nunca ouvi isso em palestra nenhuma, estou aqui também chutando um pouquinho –, no dia em que a gente colocar o turismo nesse debate ambiental, a gente consegue gerar emprego e renda na mesma área, com um detalhe: essa área vai estar preservada. Isso eu já vi ao vivo.

Obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, nobre Senador Eduardo Gomes, agradeço aí a sua colaboração.

Comunico que a Sra. Karina Câmara, Diretora do Centro-Oeste da Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais do Turismo (Anseditur), encontra-se presente.

Passo, então, a palavra ao nosso Ministro Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Estou muito alegre de, mais uma vez, estar aqui no Senado Federal. Até, na chegada, de uma forma amistosa, me referi para o Presidente Marcelo que já podia solicitar ao RH aqui do Senado para emprestar um crachá para mim. Toda semana estou aqui com muita alegria e satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pode ser um estágio. (*Risos.*)

O SR. CELSO SABINO – E, na sequência, eu estava... Antes de vir para cá para a Comissão, Senador, e, na sequência desta Comissão, a minha agenda está aqui no Senado Federal, no gabinete da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Liderança do Governo no Congresso, de onde estou despachando e atendendo o Congresso, os Deputados, os Senadores. Fico à disposição de todos aqui lá no gabinete da Liderança do Governo no Congresso, localizado aqui no Senado.

Cumprimento, com muita felicidade, também o querido amigo, um grande professor para todos nós aqui, especialmente na área do orçamento público, um democrata que foi o Relator do Orçamento deste ano, com muita maestria no momento de transição política, administrativa e que usou sua habilidade do diálogo, da construção positiva para garantir ao país um Orçamento digno do atendimento às políticas públicas necessárias, o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão; cumprimento, da mesma sorte, o querido amigo, Líder nesta Casa, também com grande articulação política, um grande soldado dos grandes debates, um Senador aguerrido que defende o seu Estado do Tocantins com muita propriedade, o Senador e amigo Eduardo Gomes – muito obrigado pelas suas palavras endereçadas à minha pessoa –; cumprimento aqui também o amigo, Presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, Deputado Federal pelo Estado do Ceará, também aguerrido, Deputado da educação e também do turismo, o Deputado Moses Rodrigues; cumprimento aqui o meu querido também conterrâneo e hoje membro da Embratur, André Orengel Dias, representando aqui a nossa Embratur, ex-Secretário de Turismo do Estado do Pará; cumprimento também os queridos amigos e parceiros de jornada na defesa do turismo, do empreendimento privado no nosso país, dos trabalhadores do setor do comércio, da indústria, dos hotéis; cumprimento aqui meu amigo Alexandre Sampaio, Presidente da FBHA e representando aqui a nossa parceira CNC e, na pessoa do nosso Presidente Tadros, peço a você que transmita a nossa saudação a todos os integrantes do sistema, especialmente da CNC; o nosso amigo, querido amigo e irmão Manoel Linhares, nosso popularmente conhecido Baixinho lá do Ceará, mas que muito bem representa a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis no nosso país – inclusive, hoje, mais cedo, tivemos a instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Hotelaria Brasileira –; cumprimento também o nosso Nei, Vice-Presidente do CNTur; a nossa Dra. Karina Câmara, Diretora do Centro-Oeste da associação que representa os secretários municipais de turismo; o nosso querido Levi Jeronimo, Presidente da Abav-DF, que realizou – encerrou, eu acho, que domingo, não é? Sexta-feira começou e foi até domingo, não é? (*Pausa.*)

Ah, começou quarta e encerrou na sexta – uma das maiores feiras de turismo do Brasil, da América Latina, numa área de mais de 39 mil metros quadrados. Estavam lá todos os operadores, os agentes de viagens, os representantes dos estados, as empresas relacionadas ao setor. Uma belíssima feira! Quem perdeu neste ano, no ano que vem, não perca, porque vale muito a pena conhecer. No ano que vem, a feira será aqui em Brasília, na Arena Mané Garrincha, em setembro.

E à nossa querida Abav, a todos os presentes, aos assessores, aos membros da imprensa aqui presentes, especialmente à assessoria da Comissão, Senador, que faz aí um grande trabalho – eles já relataram ali para mim que não aguentam mais me ver aqui, mas eu digo que vou continuar vindo assim mesmo; encontrei até uma prima aqui –, e aos nossos servidores do Ministério do Turismo, que estão hoje aqui presentes, muito obrigado pela parceria e pela companhia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 27 de setembro, último, por determinação, por orientação da Organização Mundial do Turismo, foi comemorado o Dia Internacional do Turismo em todo o planeta. É dia de nós celebrarmos com as pessoas que fazem do turismo o seu meio de vida, que colocam o prato na mesa da sua família, que promovem empregos, que ajudam no desenvolvimento do país, com todos que vivem, respiram e trabalham com o turismo.

Em especial, também, no mesmo dia, é festejado o Dia dos Turismólogos, no dia 27 de setembro. Nesta ocasião, quero aqui cumprimentar a todos, saudá-los e agradecer-lhes pelo brilhante trabalho que fazem no desenvolvimento do turismo no nosso país.

Não vou aqui fazer menção – peço a todos a compreensão –, porque senão precisaria, talvez, de uns três dias desta Comissão, e nós não conseguiríamos falar sobre todos os atrativos turísticos do nosso país, as belezas naturais, os encantos dos nossos parques, das nossas montanhas, das nossas cachoeiras e da nossa floresta. E nem teria a ousadia de colocar o Pará na frente do Piauí. Acho que, depois do Piauí, sem dúvida nenhuma, o Pará é um dos melhores atrativos para se visitar. Na nossa Serra da Capivara, a ópera. Quem já esteve na Ópera da Serra da Capivara? Quem já viu, pelo menos, um vídeo? (*Pausa.*)

Então, Senador, se tiver condições de mandar colocar no telão, ainda durante esta cerimônia de hoje, aqueles seus vídeos aí da Ópera na Serra da Capivara, vocês não vão acreditar na beleza desse evento. Num lugar belíssimo, esculpido pelas mãos de Deus, tem a apresentação de uma ópera da mais alta qualidade, e imagens são projetadas nas pedras. Um negócio realmente inacreditável! Se você for à França, à Espanha, aos Estados Unidos, à Austrália, ao México, você não acha um evento igual ao da Ópera na Serra da Capivara. Realmente, um evento único, que vale muito a pena todos conhecerem.

Mas não vou aqui falar dos atrativos turísticos do nosso país, para não os cansar, até porque, muito provavelmente, no próprio auditório aqui, terá pessoas que vão conhecer mais os atrativos turísticos do que nós mesmos, que estamos aqui na mesa, mas vamos falar sobre as alternativas que nós temos para desenvolver o turismo no nosso país, para fazer com que aconteça aqui o que o Senador mencionou há pouco, comparando – muito bem comparando – o nosso país com outras nações do mundo que souberam aplicar, que souberam investir, que souberam, o seu povo e a sua unidade enquanto povo, reconhecer essa indústria como uma grande emissora de emprego, uma grande geradora de divisas e renda para uma nação.

No Brasil, o turismo representa 7,8% da sua riqueza, do que é produzido, o PIB brasileiro é de 7,8% no turismo. Em Portugal, já é 18%, é mais do que o dobro do que tem no Brasil.

Imagine um crescimento nesse setor o que vai causar? Porque eu digo assim, vai causar, porque vai causar, nós vamos fazer isso, todo mundo junto aqui, o que vai proporcionar para o crescimento do PIB em nosso país um crescimento de 7,8% para uma marca acima de dois dígitos, por exemplo. O Brasil que está com uma perspectiva de crescer com a sua economia 3%, imagine o turismo podendo contribuir mais do que está contribuindo hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, o que nós vamos fazer juntos para promover com que isso ocorra? Primeiro, quem não conhece, eu peço que busque e leia um pouco sobre uma parábola que fala de uma fazenda, um rato, uma ratoeira, uma galinha, um porco e uma vaca. É muito ilustrativa e nos mostra que todos nós estamos diretamente relacionados com o problema e também todos nós estamos diretamente relacionados com a solução. Nós não podemos chegar aqui e dizer que a responsabilidade para que o país cresça no turismo ou porque o Brasil ainda não cresceu no turismo é do Congresso Nacional, não podemos falar isso. Também não podemos falar que a responsabilidade, porque o Brasil ainda não é a potência que já deveria ser no turismo, é do Governo Federal, também não podemos falar isso, ou é da Secretaria Municipal, também não, ou é do setor privado, também não. A responsabilidade é de cada um de nós, inclusive do cidadão que vive nas cidades, que vê um turista transitando em sua cidade, que pode ajudar ou não ajudar, que pode ser receptivo ou não ser receptivo, que pode ser hospitaleiro ou não ser hospitaleiro.

A responsabilidade e o sucesso que Portugal empreendeu, que a República Dominicana empreendeu, que Singapura empreendeu foi parte de um conjunto de ações que envolveu o setor privado, envolveu o setor público e envolveu, necessariamente, a sociedade dessas nações. Então, o que a gente está propondo aqui é uma união de esforços, é a unificação das mãos e que todos nós possamos reconhecer, e vamos reconhecer isso, nem que seja igual água mole em pedra dura, mas vamos reconhecer que a força e o potencial dessa indústria, dessa atividade econômica será, para o nosso país, em termos de geração de emprego, redução da desigualdade social, eliminação da pobreza e da fome em nosso país, esse setor do turismo, que é a chave.

Com toda a falta, e o Senador Eduardo Gomes colocou de uma forma muito atenciosa, de recursos para esse segmento, seja para infraestrutura, seja para qualificação, que foi provocado ao longo dos anos, ainda com tudo isso, se nós compararmos – e bem o meu amigo Marcelo Freixo sempre menciona também – o que é investido no setor de petróleo e gás, com plataforma, com gasoduto, com pesquisa, com exploração, com análise, com todos os investimentos que são feitos no setor de óleo e gás, o setor de óleo e gás representa pouco mais de 12% do PIB brasileiro e o turismo 7,8%.

Então, com uma discrepância muito grande de atenção, com uma discrepância muito grande de investimento, com uma discrepância muito grande de relevância privada e pública – vamos fazer a mea-culpa todos nós –, o turismo representa quase 8%, e o petróleo e gás representam 12%. Imaginem todos o que vamos alcançar juntos, mudando esse entendimento, mudando essa concepção, mudando as políticas públicas e mudando também a crença do setor privado e da nossa sociedade.

Hoje o Ministério do Turismo já está programando para o próximo dezembro, agora, 15, 16 e 17, a retomada do Salão Nacional do Turismo, um evento que pretende reunir os principais atrativos turísticos do Brasil em um único local. Será também no Estádio Mané Garrincha. Ali, naquele espaço, nos dias 15, 16 e 17 de dezembro, nós teremos representantes da Associação dos Secretários de Turismo dos Estados, das Secretarias de Turismo dos Municípios e dos Estados. Já disparamos quase 3 mil *save the date*, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que as pessoas possam se organizar para estarem nessa data aqui, inclusive para os embaixadores dos países com os quais o Brasil possui relação diplomática e têm sede aqui em Brasília, para as operadoras de viagens na Europa, na América do Sul e na América do Norte. Estamos enviando e vamos investir muito, junto com a Embratur, na promoção desse evento, inclusive fora do país. O objetivo é fazer, aqui em Brasília, que é hoje o terceiro maior emissor do país na área turística, um grande salão onde os turistas possam conhecer e ver os atrativos em um único local.

Também, no dia 15 de dezembro, nós vamos inaugurar, no Rio de Janeiro, na capital do Rio de Janeiro, uma sede, um escritório, uma oficina, como nós falamos em espanhol, da OMT (Organização Mundial do Turismo) – UNWTO é o nome em inglês. A OMT é uma organização das Nações Unidas, é o braço da ONU para o turismo. E esse escritório, com sede no Brasil, uma importante vitória para todo o nosso país, vai gerenciar, centralizar as ações da ONU para o turismo na América Latina e no Caribe. Então, ele vai ser inaugurado no dia 15 de dezembro, na cidade do Rio de Janeiro. É uma notícia muito importante, é o início de uma nova fase no turismo brasileiro.

No dia 16 de dezembro, já aqui em Brasília, o Secretário-Geral da OMT, Sr. Zurab, um cidadão da Geórgia, país próximo do Azerbaijão, Afeganistão e Rússia, fica ali entre esses três países – a sede da OMT fica em Madri –, se comprometeu já conosco e, no dia 16 de dezembro, vamos fazer, aqui em Brasília, uma reunião, um encontro da OMT. A ONU, através da OMT, estará no Brasil, em dezembro, promovendo uma reunião com seus quase 150 países-membros ao redor do mundo; esses países estarão aqui.

Também, no dia 15, nós vamos fazer aqui a abertura do Natal Luz de Brasília, que vai ser extraordinário. Estive hoje com o Governador Ibaneis. Virá um evento fantástico para a nossa capital.

Lançamos, uma semana atrás, pouco mais de uma semana atrás, o programa Conheça o Brasil, uma campanha envolvendo as companhias aéreas – Gol, Azul, Latam e VoePass – e a Abear, que prevê a plotagem de 10% das aeronaves dessas companhias com imagens de atrativos turísticos nacionais e a expressão "Conheça o Brasil". Em todas as decolagens, nos seus voos, terá um *speech*, que é aquela gravação que fala: "Aperte seu cinto. Use a máscara", uma gravação dizendo assim: "Programa Conheça o Brasil. A companhia X faz parte desse programa. Adquira sua passagem com antecedência de pelo menos cinco meses e tenha acesso a preços a partir de X." Vão ser preços de R$200, R$180, R$150, que é o preço que tem hoje, inclusive, se você quiser comprar passagem para daqui a cinco meses.

Também, nesse programa, foi anunciado o início da operação, do *stopover* dessas companhias, nos voos que trazem turistas estrangeiros para cá, para o Brasil.

Então, um passageiro da Alemanha, de Frankfurt, que compra uma passagem Frankfurt-Recife, com a primeira escala em São Paulo, vai poder, dentro desse programa, ou na ida ou na volta, permanecer em São Paulo por quatro, cinco, seis, sete dias, e depois seguir para Recife; ou na volta de Recife, sem ter que pagar um bilhete a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um programa de sucesso na TAP e na Emirates. A Etihad está aplicando agora também. E as companhias assumindo um compromisso de que vão começar a fazer esse programa, trazendo os estrangeiros para o Brasil, permitindo assim que os turistas estrangeiros permaneçam mais tempo em território brasileiro.

Lançamos, inclusive, no primeiro dia, na abertura da Abav, na última quarta-feira, o programa Conheça o Brasil Realiza, que é uma parceria do Governo Federal, Mistério do Turismo, com o Banco do Brasil, que vai financiar passagens, pacotes turísticos, para brasileiros que queiram viajar dentro do Brasil, em até 60 parcelas, com taxas de juros a partir de 1,79% ao mês. São condições muito favoráveis. Os agentes de viagem gostaram muito. Lançamos na Abav, e realmente está sendo um grande sucesso.

Estamos levando o nosso programa do Fungetur, que é o Fundo Nacional do Turismo, para os estados, num projeto chamado MTur Itinerante, em que nós visitamos as cidades de atrativos turísticos, levamos o fundo para financiar a iniciativa privada de bares, restaurantes, hotéis e pousadas, aqueles que queiram construir, reformar, ampliar. E tem sido um grande sucesso. A demanda realmente multiplicou em larga escala. E, junto com o Fungetur, nós levamos também o nosso programa de captação de investimentos, o nosso programa de treinamento, identificação de novos produtos turísticos, a formação do turismo de base comunitária, do ecoturismo sustentável. Eu vi uma pergunta aqui, Senador, de um internauta que falou: O ecoturismo, o que o Governo está fazendo em relação...

A primeira coisa que nós fizemos foi criarmos uma expressão dentro do Ministério do Turismo. Nós não falamos mais ecoturismo; agora, nós falamos ecoturismo sustentável, que é uma forma de promover o turismo. Foi exatamente o que o Senador Eduardo colocou, utilizando meios sustentáveis de exploração do nosso meio ambiente, do nosso ecossistema. E, o mesmo entendimento, eu compartilho com o Senador, Presidente Marcelo, que a melhor forma de nós preservarmos o meio ambiente, os biomas que nós temos no Brasil, a melhor forma de preservar o meio ambiente e os biomas existentes no Brasil é através da exploração econômica, com o turismo sustentável, porque o cidadão que mora ao lado de uma floresta – Líder Randolfe, muito bem-vindo! –, o cidadão que mora ao lado de uma floresta, às margens de uma nascente, no pé de uma árvore de mogno, que foi o exemplo que o Senador colocou, na hora que ele tiver a possibilidade de proporcionar à sua família a mesma condição de desenvolvimento econômico, de crescimento social que o cidadão que mora na avenida Paulista em São Paulo, na avenida Brasil no Rio de Janeiro, mantendo aquela floresta em pé, que interesse ele vai ter em derrubar sua fonte de renda, sua forma de subsistência?

Então, a preservação dos nossos rios, a manutenção dos nossos mananciais, das nossas florestas – porque no mundo, hoje, uma das palavras mais pronunciadas no mundo é Amazônia – passa pela exploração econômica através do turismo sustentável. Eu estou convicto de que essa é a saída, essa é a alternativa para o crescimento de regiões do nosso país que hoje se mostram ainda com um grau de desenvolvimento muito aquém. Inclusive as cidades que possuem os piores indicadores de IDH são cidades que podem muito bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explorar o ecoturismo sustentável e ter, através dessa atividade econômica, uma forma sustentável, uma forma que possibilite aquele cidadão de dar à sua família o crescimento econômico e social da forma como todos nós queremos.

Mas o Governo Federal não está só aqui no Conheça o Brasil: voando, Conheça o Brasil Realiza, Salão Nacional do Turismo – são coisas que vocês podem perceber em 60 dias, dois meses, mais ou menos, em que nós estamos à frente do ministério –, não se limita a isso. Até o final do mês de outubro agora, nós vamos lançar um programa chamado Conheça o Brasil: cívico, que será um programa piloto para um turismo de contrafluxo, em que nós vamos utilizar os assentos vazios das aeronaves no contrafluxo, a ociosidade dos hotéis naquele período para promover turismo para estudantes universitários, estudantes secundaristas, pesquisadores e professores. E o piloto vai ser aqui em Brasília, por isso o nome é Conheça o Brasil: cívico.

Aqui em Brasília, nos finais de semana – todos conhecemos bem –, quinta e sexta, o fluxo é saindo de Brasília; os voos que vêm para cá vêm vazios. Não é verdade? Domingo e segunda, é o contrário; os voos vêm para cá cheios e retornam aos estados vazios. Então, a ideia desse programa Conheça o Brasil: cívico é, através de uma parceria com as companhias aéreas, ofertarmos passagens a esse público a um preço bem reduzido e também, através da parceria com o setor hoteleiro, dentro dos quartos que possuem ociosidade, instalarmos essas pessoas nesses quartos a um preço também bem mais reduzido e promovemos aqui o turismo cívico nos nossos símbolos pátrios, que remetem à nossa liberdade, remetem à nossa democracia, remetem à nossa República: este Congresso Nacional, a igreja, a Catedral de Brasília, os parques que temos aqui em Brasília, enfim, o museu e toda a nossa estrutura para que o povo brasileiro, especialmente os estudantes, os professores, possam se assenhorar e se apropriar desses símbolos pátrios que a capital federal oferece como uma grande alternativa turística. Esse será o Conheça o Brasil: cívico.

Até agora nos próximos dias, vamos estar submetendo ao Presidente da República o nosso plano nacional de desenvolvimento do turismo, que são metas, objetivos, ações e tarefas que precisaremos realizar para os próximos cinco anos para chegarmos aqui aonde o Senador colocou nas suas palavras, aonde o Senador Eduardo colocou nas suas palavras. E vai ter aqui atribuição não só para o Governo Federal; vai ter também para os municípios, para os estados, para a atividade privada. Como eu disse, isso precisa e será entendido por todos como uma atividade conjunta para que nós possamos lograr êxito nessa empreitada.

Para o ano que vem nós já estamos prevendo a organização, aqui no Brasil, de um grande fórum global sobre economia, turismo e preservação da Floresta Amazônica; quanto à sede, a definição se vai ser em Belém ou em Manaus ainda está em análise. E também vamos realizar aqui, ou no Rio, ou em Foz do Iguaçu, um grande fórum global sobre turismo econômico na América do Sul, no Rio de Janeiro ou em Foz do Iguaçu.

No ano que vem, lembro que nós vamos estar presidindo as ações tanto do G20 quanto do Brics, na área da saúde, na área da educação e também na área do turismo. Nós vamos ter três reuniões do G20,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promovidas aqui pela nossa área do turismo, no Brasil: uma deverá ser em Santarém; outra, no Pantanal; e outra, em Salvador. Também teremos reuniões do Brics promovidas por nós.

Enfim, não quero cansá-los, tem muita coisa para falar no dia de hoje aqui, recebendo o meu querido amigo e Senador, que perdeu toda a parte do Conheça o Brasil: Cívico, mas ele já está sabendo de cor; se não souber, depois...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Tem as notas taquigráficas.

O SR. CELSO SABINO – ...tiro as dúvidas dele pessoalmente, porque é meu amigo pessoal, o Senador Izalci – muito bem-vindo.

Quero festejar o Dia Internacional do Turismo e agradecer a todos que têm nos apoiado, que têm participado das decisões junto conosco no Ministério do Turismo, com sugestões, muitas vezes também com críticas – e são todos muito bem-vindos.

Antes de encerrar, quero cumprimentar o meu querido amigo, conterrâneo da Região Norte, Deputado pelo Estado do Amazonas, o Deputado Saullo Vianna, que esse ano, Senador, nos recebeu lá no Festival de Parintins.

Quem conhece o Festival de Parintins? Quem já foi? (*Pausa.*)

Meus amigos!!!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Ano que vem vamos junto então. Posso levar isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Festival de Parintins, no dia em que você for, Alexandre... Eu não vou lhe falar, porque você não vai...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Se eu falar para você aqui, você vai dizer que não é tudo isso. Só você vendo para você acreditar.

Você já assistiu ao Carnaval na Marquês de Sapucaí? (*Pausa.*)

O SR. CELSO SABINO – Um espetáculo, brilho, pluma, paetê, carro alegórico, música, bateria, um negócio extraordinário. Quem já assistiu ao Carnaval na Marquês de Sapucaí? É extraordinário ou não é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Cirque du Soleil quem já assistiu? (*Pausa.*)

Aquele malabarista, àquela altura, o cara vira, não sei como ele consegue fazer aquilo. O Festival de Parintins, se você pegar o Cirque du Soleil e somar com o Carnaval da Marquês de Sapucaí, o Festival de Parintins é ainda melhor Só você vendo para você crer.

Mas, enfim, que não nos ouçam aí nem os cariocas nem os artistas do Cirque du Soleil...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – E o nosso São João do Cerrado? Também aqui em Brasília.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. CELSO SABINO – Já.

Gente, muito obrigado. Perdão pela extensão da minha fala aqui, mas é o entusiasmo, é o coração. Obrigado, Senador, e lhe devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradeço ao nosso Ministro Celso Sabino. Ele pediu para passar aqui as imagens da Ópera de São Raimundo Nonato. Eu não sei se será possível, mas vocês vão ter a sensação de que vão estar em Las Vegas. (*Risos.*)

Não é Las Vegas, mas é São Raimundo Nonato.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Essa é a Ópera.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Olha o Cirque du Soleil aí.

(*Procede-se exibição de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É a Serra da Capivara.

(*Procede-se exibição de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Isso é dentro da mata.

(*Procede-se exibição de vídeo.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu quero fazer um pacto aqui com vocês: até o próximo ano a gente ir ao Festival de Parintins e à Ópera da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, os sítios arqueológicos mais antigos das Américas, a origem do homem americano.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu acho que já está bom, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O nosso Marcelo Freixo, Presidente da Embratur, esteve lá conosco este ano. Ficou encantado, deslumbrado com tanta beleza que ele viu lá na gloriosa cidade de São Raimundo Nonato! Vocês todos estão convidados.

O Deputado Moses quer usar da palavra. Será um prazer.

Quero cumprimentar o nosso Deputado Saullo Vianna, do Amazonas, que nos honra aqui com a sua presença.

O SR. MOSES RODRIGUES (UNIÃO - CE. Para expor.) – Boa tarde a todos!

Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente, Senador Marcelo Castro; cumprimentar também o nosso Ministro do Turismo, Celso Sabino; o Senador Efraim, que chegou aqui neste momento e esteve mais cedo conosco numa reunião na Liderança do Congresso; abraçar aqui também o pessoal da Embratur, o representante André; Deputado Saullo, Senador Izalci, Senador Eduardo Gomes, que já passou por aqui.

Quero falar, neste momento, que é muito importante a valorização do turismo – e aqui o Prefeito Meu Deus, lá de Santana do Acaraú, da região norte do Estado do Ceará, sabe a importância que o turismo tem, sobretudo para a nossa região ali, pertinho de Jericoacoara, Serra da Ibiapaba, Serra da Meruoca. O turismo tem um potencial muito grande para o desenvolvimento do nosso país. E eu sempre digo que o turismo vai ainda revolucionar a geração de emprego e renda por todo o Brasil. O que nós precisamos hoje é realmente de políticas públicas que possam conduzir para que o turismo possa ter essa força que hoje ainda não tem. Nós precisamos, sobretudo, trazer estrangeiros que possam conhecer o nosso país, e não só desenvolver projetos para que o brasileiro conheça. É importante que o brasileiro circule dentro do país, isso também gera movimento de emprego e renda, mas a gente precisa trazer outras moedas para o nosso país.

Então, quando eu vejo e você vê a Europa, vê os Estados Unidos, o fluxo que apenas uma cidade tem é muito maior do que o fluxo que nós temos aqui no Brasil. Nós recebemos 7 milhões de estrangeiros aqui no Brasil, enquanto só na cidade de Orlando, nos Estados Unidos, se recebem 30 milhões. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimento é de 70 milhões – 40 milhões internos mais, de estrangeiros, 30 milhões por ano – numa única cidade dos Estados Unidos, enquanto no Brasil todo nós temos 7 milhões para conhecer as maravilhas que nós temos aqui, como muito bem colocado pelo nosso Ministro, sobretudo defendendo aqui o nosso Nordeste, o litoral maravilhoso que nós temos. O Brasil é um país lindo, com muito potencial e precisa – e isso faz parte aqui da nossa articulação junto ao Congresso Nacional, junto ao Ministro, junto ao Presidente da República – que a gente tenha ações permanentes, para que a gente possa avançar nesse sentido de fortalecer e ter como tema principal o turismo, que é capaz, sim, de gerar muito emprego e muita renda para o brasileiro. Eu acho que essa é uma aposta que todos nós Congressistas devemos fazer, incentivando para que essas políticas públicas possam avançar nesse sentido.

Então, mais uma vez, quero agradecer o convite ao Presidente, Senador Marcelo Castro, e ao Ministro Celso Sabino pela oportunidade de estarmos hoje aqui comemorando este dia tão especial referente ao turismo no Brasil.

Meu muito obrigado a todos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - DF. Pela ordem.) – Quero cumprimentá-lo pela iniciativa.

É lógico, na terça e na quarta nós temos muitas Comissões, e eu estava na CPI agora, mas não poderia deixar de vir aqui, com a presença do Ministro Sabino, colega nosso por alguns mandatos e um grande líder como Deputado. Quero parabenizá-lo e dizer o seguinte: a gente pode começar tudo isso pela capital da República, que é um museu a céu aberto.

Muita gente vem aqui para o Congresso, para a Esplanada e acha que Brasília é a Esplanada, e não é. Nós temos aqui 3,1 milhões habitantes, com regiões maravilhosas. Nós temos aqui a segunda maior catedral do Brasil; nós temos aqui mais de 60 cachoeiras, o turismo rural é muito grande; há turismo cívico, religioso. Então, um convite que eu faço aqui para as pessoas que têm costume de vir aqui a Brasília e que muitas vezes não a conhece é aproveitar os finais de semana, em que está mais vazio, para conhecer as maravilhas da nossa capital da República, que é a capital de todos os brasileiros.

Está bom, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Izalci, obrigado por suas palavras.

O SR. LEVI JERONIMO BARBOSA – Senador, eu queria usar um minutinho. Posso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

O SR. LEVI JERONIMO BARBOSA (Para expor.) – Muito obrigado, Ministro; muito obrigado pela convocação, Senador Marcelo Castro; muito obrigado a todos.

Nós falamos de muita coisa aqui, mas, como agente de viagem que sou há 40 anos, a gente tem que fortalecer muito regionalmente as nossas entidades, fazer com que essas entidades trabalhem mais para a mão de obra do turismo. É raro o hotel a que a gente chega em que o atendente fala dois idiomas. Nós temos muita dificuldade nisso tudo em todo o Brasil, em todo o território nacional, principalmente no Nordeste. Eu acho que, através das entidades fortes, a gente consegue levantar o turismo melhor, consegue identificar as falhas regionalmente em cada estado – entendeu? –, tanto do lado da segurança como treinamento, capacitação, mão de obra, logística.

Como o Senador Izalci mesmo falou, Brasília é um potencial imenso de turismo rural, cívico. A Karina, que é nossa Secretária Executiva do Turismo aqui em Brasília, pode até falar melhor do que eu. E é por aí o caminho.

Eu queria saudar o agente de viagem, porque a companhia aérea vende o lugar, o hotel vende hospedagem e o agente de viagem vende o sonho, faz fazer acontecer tudo isso. E para isso que a gente está aqui.

Muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem!

Vamos passar a palavra então ao Sr. André Orengel Dias, Gerente de Interlocução Ministerial da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

Com a palavra, V. Sa.

O SR. ANDRÉ ORENGEL DIAS (Para expor.) – Obrigado. Boa tarde.

Queria agradecer aqui a apresentação. Eu sou André Dias, estou na Embratur como Gerente de Interlocução Ministerial, sou advogado e tive a honra de ser Secretário de Estado de Turismo no Governo do Governador Helder Barbalho, lá no Pará. E aí começou a minha experiência com o turismo.

Venho aqui representar o Presidente Marcelo Freixo, da Embratur. Trago o abraço a todos e, em seu nome, quero cumprimentar e agradecer o convite ao Presidente, Senador Marcelo Castro, e parabenizar pela iniciativa.

Cumprimento também os representantes do *trade:* Alexandre Sampaio, Diretor da CNC e Presidente da FBHA; Manoel Linhares, Presidente da ABIH; Levi Barbosa, Presidente da Abav; Karina Câmara, representante da Anseditur.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para mim, é uma honra e um prazer enorme estar aqui hoje celebrando esse dia tão importante. E as falas dos Parlamentares aqui presentes sobre o turismo enchem a gente de esperança e de gratidão neste momento em que nós estamos trabalhando tão duramente para a reconstrução do turismo no Brasil, depois de tudo que a gente passou, especialmente com a pandemia.

A gente, do lado das secretarias estaduais de turismo, enfrentou esse desafio muito grande, e eu fico muito feliz de estar aqui, mais uma vez, com o meu amigo, irmão, colega e meu professor, Bruno Brito, lá de Roraima. É um prazer enorme estar aqui contigo e te ver novamente. Amigo, pode sempre contar aqui com o seu amigo.

É uma data muito feliz, e é muito importante a gente poder celebrar. A correria do dia a dia, os nossos afazeres fazem, às vezes, a gente esquecer de celebrar as várias conquistas. Aqui é um dia para se celebrar esse nosso espírito curioso e aventureiro do ser humano, que nos leva a viajar e a conhecer outras culturas, outras pessoas, outros lugares. É o que move o turismo e é o que move, o que dá oportunidade de emprego e renda para tanta gente. Que esse nosso espírito possa ser, cada vez mais, fomentado e celebrado. Nada disso poderia acontecer se não fosse o trabalho árduo de todos aqueles que trabalham no segmento do turismo.

Aqui celebro também esse trabalho, quer dizer, quando nós, turistas, procuramos um destino, nós vamos lá atrás do nosso agente de viagens e falamos: "Olha, eu quero conhecer tal lugar, ou quero fazer tal atividade". Aí ele fala: "André, basta tu estares no aeroporto tal hora, está tudo arrumado já". Mas, atrás dessa atividade do agente de viagens, tem o hoteleiro, tem o dono do atrativo, tem o transportador, tem uma gama enorme de pessoas que trabalham para que isso seja possível, para que o turista possa realizar esse sonho de conhecer um novo destino. E celebrar o trabalho árduo de cada uma dessas pessoas é algo extremamente importante, e é o que essa data faz, é o que essa iniciativa faz. Então, é uma felicidade muito grande poder estar aqui, hoje, representando a Embratur, celebrando esse momento.

A atividade turística, como já foi destacado aqui, tem uma importância tão grande na economia brasileira; 7,8% do PIB brasileiro, como foi mencionado pelo Senador, é o agrupado de toda atividade turística no Brasil. Isso já é muita coisa, ou seja, o turismo no Brasil já é uma realidade. Incomoda muito a gente... Quando a gente vê o potencial turístico brasileiro e compara com outros países, a gente diz: "Poxa, poderia ser muito mais, poderia ser muito maior". Com certeza, mas é uma realidade: 7,8% do PIB de um país do tamanho do Brasil é muita coisa, e é o somatório desse trabalho de todos os que atuam nas diversas atividades características do turismo.

Aqui, quando o Ministro Celso Sabino mencionou os outros países, o percentual do PIB dos outros países no turismo, a gente identifica que, sim, é uma oportunidade muito grande de crescimento, além da possibilidade das atividades que tem o Brasil para ser descoberto e conhecido. E aqui eu fico muito feliz quando vejo cada Parlamentar, de estados diferentes, ressaltando as atividades do seu estado, sendo verdadeiro garoto-propaganda do seu estado, convidando todos a conhecê-lo. Aliado a isso, a gente vê esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencial latente de crescimento quando a gente compara os números brasileiros com os números de outros países. E, sem dúvida, o turismo é a atividade do século XXI. É aquela atividade que, bem trabalhada, pode ser altamente sustentável do ponto de vista ecológico, preservando a natureza, mas também dando oportunidade, de forma muito democrática, de emprego e renda e ajudando a preservar a cultura, a identidade do povo, porque, afinal, é isso que o turista quer conhecer e o turismo ajuda a preservar isso também.

Mas, para que a gente possa alcançar isso, como também o Ministro Celso mencionou muito bem, é muito importante a união da sociedade, dos empresários e do poder público. Talvez em nenhuma outra atividade seja tão importante essa união. Nos atrativos, os empresários trabalham com o seu negócio e é assim que deve ser feito. Cada empresário tem o dever de promover o seu negócio e cuidar do seu negócio.

Quem cuida do destino é o poder público. Quem promove o destino, quem promove o Brasil é o poder público. Não é papel do empresário essa promoção; é do poder público. Mas, se não trabalharem juntos, empresário e poder público, a gente não vai conseguir desenvolver essa atividade com a competitividade que a gente precisa quando a gente está competindo com destinos como a Espanha, como a Grécia, como os Estados Unidos, como muitos outros.

Foi a união do poder público com a iniciativa privada desses países que os fizeram alçar esses lugares. Então, essa união mencionada pelo Ministro é extremamente essencial nessa atividade, mais do que imagino em qualquer outra. Então, celebrar esse momento de reconstrução, os números que a gente... que também o Ministro mencionou... Hoje, até agosto, nós já recebemos mais turistas internacionais do que no ano passado inteiro, ou seja, a gente já está aí com quatro meses praticamente de folga para superar, para bater recordes e esses recordes devem chegar na apuração do final do ano.

O mês de agosto já foi o mais positivo em décadas e o país nunca teve oportunidade, como está tendo, de realmente desenvolver essa atividade. Que a gente possa cada vez mais manter essa união, que a gente possa cada vez mais construir um turismo que seja democrático, que seja sustentável e que seja inclusivo. A Embratur – em nome do Presidente Marcelo Freixo – está sempre de portas abertas para esta Casa, está sempre de portas abertas para a sociedade, para o *trade*, para construir as estratégias necessárias da promoção do turismo brasileiro de forma que a gente traga maior efetividade e maior aproveitamento dos recursos investidos. A Embratur trabalha incansavelmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ ORENGEL DIAS – ... em diversas estratégias para promover esse turismo através de *press trips*, *fam tours*, mas também participando de feiras importantes internacionais.

Essa agenda do segundo semestre é bem dinâmica. Lançamos agora algumas campanhas importantes com publicidade nos Estados Unidos. Lançamos agora uma campanha também na FIT, num evento na Argentina, uma campanha voltada especificamente para o mercado da América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalto, mais uma vez, que é uma felicidade enorme estar aqui representando o Presidente, que hoje está na Rio Innovation Week, no Rio de Janeiro, em uma outra agenda. Por isso que ele não pôde estar aqui.

É um prazer enorme e parabenizo a todos pela iniciativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós agradecemos a contribuição de V. Sa.

Vamos passar agora ao próximo palestrante, que é o Sr. Bruno Dantas de Brito, Vice-Presidente da Região Norte do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur) e Diretor do Departamento estadual de Turismo de Roraima.

O SR. BRUNO DANTAS DE BRITO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Marcelo, pelo convite.

Acho que me ouvem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ouvimos sim, ouvimos bem.

O SR. BRUNO DANTAS DE BRITO (*Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Fique à vontade.

O SR. BRUNO DANTAS DE BRITO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., na pessoa de todos os Parlamentares que se encontram presentes nesta audiência pública hoje, celebrando uma data importante para todos nós que atuamos no segmento do turismo. Também quero cumprimentar o meu amigo, o meu irmão, André Dias, na pessoa de quem eu saúdo a todos os demais presentes nessa audiência, um grande parceiro do turismo da Amazônia, uma figura fantástica no trabalho que desenvolveu na Secretaria de Turismo do Pará. Muito me orgulha e fico feliz em saber que o amigo André está hoje nos apoiando agora na missão junto à Embratur.

E hoje aqui, Senador Marcelo, quero saudar também, em nome do meu Presidente do Fornatur, o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, meu amigo Fabricio Amaral, e trazer a todos um pouco das nossas expectativas com relação ao desenvolvimento do turismo no Brasil.

O Fornatur é, sem dúvida, um colegiado extremamente qualificado, que hoje dialoga com os municípios, com as empresas, dialoga com diversas esferas do turismo no país, que esteve presente na última edição da Abav, aqui, na semana passada, no Rio de Janeiro, que foi um evento fantástico, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucesso. Tivemos lá os 27 estados representados no evento, levando a imagem dos seus destinos turísticos, dos seus produtos turísticos, criando uma expectativa junto ao empresariado nacional, que também se fez presente no evento. Nós contabilizamos aí uma série de parceiros importantes que lá estiveram.

E é exatamente isso, Senador, que representa a descentralização da nossa atividade turística. Nós sabemos qual é o papel que representa o Ministério do Turismo, a Embratur, como uma agência de promoção da imagem turística nacional, cabendo aos estados a missão de cumprir o desenvolvimento local e regional, certos de que essa é uma política que contribui para o desenvolvimento da atividade turística.

Nós temos aí participado, de maneira itinerante... O Fornatur tem realizado várias reuniões por todo o país, para que nos mantenhamos mais próximos uns dos outros, para que a gente consiga, de fato, avançar a política de descentralização do turismo, que, em minha opinião, é, sem dúvida alguma, o caminho para fazer com que o país cresça e se desenvolva cada vez mais. Nós aqui, nos nossos estados, conhecendo os nossos municípios, é que vamos ter condições para apontar os caminhos de desenvolvimento do nosso país, no crescimento dos nossos fluxos turísticos, na retenção, Senador, desses fluxos, como todos nós sabemos, na importância não só de criar roteiros e rotas turísticas, mas fazer com que esses fluxos turísticos se mantenham cada vez mais frequentes e permanentes na visitação turística aos diversos atrativos e produtos turísticos que nós temos por todo o nosso país.

Daí surge a importância de neste dia, nesta data de comemoração do Dia Mundial do Turismo, nós pensarmos os modelos de pesquisa e desenvolvimento desses produtos e apontarmos os caminhos para que esses produtos possam representar uma pujança ainda maior do nosso turismo.

O Fornatur tem apresentado em diversas ocasiões como isso deve ser feito, observando os municípios de médio e pequeno porte, observando a importância desses municípios e a criação de novas iniciativas capazes de fazer com que esses municípios, com que essas regiões possam se tornar grandes atrativos turísticos.

E não foi à toa que – o André é testemunha disso – nós criamos lá, no auge da pandemia, nas dificuldades da pandemia, a RAI (Rotas Amazônicas Integradas), envolvendo os sete estados da Região Norte e convergindo esforços para que a promoção, o desenvolvimento de produtos, as experiências que os estados têm pudessem gerar sinergia e apontar os caminhos para essa nova regionalização, para os modelos que nós temos aqui exitosos de regionalização.

Isso foi reconhecido pelo Fornatur, foi abraçado pelos estados e hoje é uma realidade, em que nós promovemos desde o início a pesca esportiva, passamos pelo etnoturismo e hoje estamos com uma campanha de turismo em natureza. Nós estamos aí convergindo esforços tanto para desenvolver a Região Norte, para desenvolver e promover a Amazônia, quanto também para oferecer esse modelo de desenvolvimento para todo o país, na medida em que nós sabemos, Senador, das dificuldades que encontramos em cada um dos estados da nossa Federação, desde o estado mais pujante, mais rico, que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais recursos, até aquele que precisa se esforçar e trabalhar de maneira inteligente para chegar junto desses grandes destinos e também mostrar a sua potencialidade e os seus produtos turísticos.

Senhores, nós falamos muito de potencialidade, mas nós temos hoje produtos extraordinários no país. O Jalapão é um exemplo disso; aqui também, o Encontro das Águas no Amazonas. Aqui, no meu Estado de Roraima, o Monte Roraima é um produto de envergadura internacional e que hoje consegue nos promover internacionalmente. E ali nós usamos de maneira inteligente, com poucos recursos, a ideia de desenvolver esse turismo a partir do etnoturismo, dos novos roteiros de natureza, das trilhas de longo curso e de todos os desafios que nós temos aqui, encontrando o tempo do turismo e o tempo social para que isso possa ser sincrônico e desenvolver a nossa atividade por todo o país.

Hoje o Fornatur está presente junto ao Ministério do Turismo. Nós estamos com representantes nas dez câmaras temáticas do ministério: na Câmara de Legislação Turística está o nosso Presidente Fabricio Amaral; na de Regionalização do Turismo estou eu, representando o Fornatur; na de Qualificação Turística, a Secretária Ana Maria Costa, do Rio Grande do Norte; na de Promoção e Apoio à Comercialização, o Secretário Leônidas, de Minas Gerais; na Câmara do Turismo de Eventos, o Secretário Evandro, de Santa Catarina; na Câmara de Incentivo ao Turismo Doméstico, o Secretário Roberto, de São Paulo; na Câmara de Sustentabilidade e Ações Climáticas, meu amigo Bruno Wendling, do Mato Grosso do Sul; na Câmara de Transportes Multimodais e Infraestrutura, o Secretário Cristiano, do Distrito Federal; na Câmara de Crédito e Atração de Investimentos, o meu amigo Luiz Fernando, do Rio Grande do Sul; e, na Câmara de Turismo Social e Segmentação Turística, a Secretária Ivana, do Ceará.

Além disso, nós também temos hoje assento e participamos do Conselho Deliberativo da Embratur, orientando o desenvolvimento dessa promoção turística internacional e encontrando espaço para que possamos, juntamente, superar os grandes desafios, meus amigos, que nós temos para desenvolver o turismo do nosso país. Muitas vezes nós nos comparamos com o mercado internacional, mas nós temos uma economia incrível do turismo aqui. Nós temos que reconhecer isso – e a fala do nosso Ministro Celso Sabino vem ao encontro desse potencial, dessa pujança –, desenvolver o turismo interno e criar mecanismos para fomentar a visitação turística interna no nosso estado, que é muito grande, é muito próspera também.

Dentro desse contexto, quais são os desafios que nós identificamos como importantes de serem trilhados? Um deles são os investimentos privados. Nós temos cada vez mais visto o interesse do empresariado em investir, mas o papel estratégico que agora traz o Ministério, com o Fungetur, representa o anseio de vários empreendedores que querem ampliar a sua participação no mercado turístico nacional.

Aqui, por exemplo, Senador, nós temos, em Roraima, uma ocupação média que beira – acredite – os 90%. Então, nós temos um setor hoteleiro aqui que precisa crescer, porque já tem sinais muito claros desse crescimento. E não só aqui, mas em várias outras regiões do nosso país. Isso também se coloca necessário: o desenvolvimento da regionalização, orientando assim também as pequenas e médias cidades que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidades turísticas, que têm um papel importante na atratividade dos estados e do país e que precisam ter uma oferta de infraestrutura de serviços mais qualificados.

Aí também entra outro desafio que é, obviamente, a qualificação dos nossos profissionais que atuam no segmento turístico. O que o representante da Abav comentou agora há pouco é fato, é realidade: nós precisamos ter mais recepcionistas bilíngues, mais guias de turismo, mais profissionais do setor fortes, para que esse desenvolvimento se faça de fato sentir e oportunize para todos o tão desejado lugar de destaque no turismo internacional, que o Brasil merece e tem direito.

Obrigado, Senador, pelo convite.

Um agradecimento meu aqui de Roraima para todos vocês. E faço o convite para que venham visitar o nosso querido Estado de Roraima.

Uma boa tarde a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Agradecendo a contribuição do Sr. Bruno Dantas de Brito, da Fornatur, passo a palavra à Sra. Karina Câmara, Diretora do Centro-Oeste da Associação Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Turismo (Anseditur).

Com a palavra a Sra. Karina.

A SRA. KARINA CÂMARA (Para expor.) – Boa tarde, Senador. É um prazer enorme estar aqui.

Cumprimento também o nosso Senador Izalci, por Brasília; o nosso querido Ministro Celso Sabino; o nosso representante aqui da Embratur, André; e todos os nossos Presidentes, como o Baixinho, que hoje fez um feito maravilhoso na Frente Mista da Hotelaria – parabéns –, porque a gente sabe que o trabalho é árduo, não é, Ministro?

Que a gente possa ter estas Casas sempre representando tão bem esse setor, que realmente precisa ser, Ministro, como está na sua fala, assim como na do Senador, o primeiro segmento do desenvolvimento deste país, porque nós temos tudo: nós temos as nossas belezas naturais, nós temos um povo receptivo, que abraça, que acolhe e que recebe tão bem as pessoas. E por que não sermos, de fato, o primeiro país em receber esse turismo tão bem? Então, nós precisamos inverter essa mesa. E somente nestas Casas, somente aqui no Senado ou na Câmara que nós podemos, de fato, unir as mãos e nos unir – os municípios, os estados –, para que possamos fazer um trabalho em que nós possamos pegar o setor privado, as entidades e realmente usar a força que nós temos juntos para que possamos fortalecer a todos.

Cumprimento aqui o nosso querido Alexandre Sampaio – ao nosso Presidente Tadros mande meu abraço também. Eu já fui desse sistema e sei da importância que é o sistema para que a gente possa, de fato, qualificar o sistema e qualificar o turismo. Somente com a participação do Sesc no turismo social e do Senac na educação é que nós podemos qualificar, de fato, esse segmento que precisa de tanta ajuda, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos recepcionistas bilíngues, termos, nos nossos aeroportos, recepcionistas realmente abraçando esse turista, desde a chegada dele até a sua ida aos nossos guias. Todo esse sistema e essa cadeia precisam, de fato, de formação. E, para essa formação, o Sistema S tem essa importância e tem esse valor e tem, de fato, desenvolvido um trabalho espetacular no nosso país. Nós temos que aqui os reconhecer.

E o nosso cumprimento aqui também aos membros da Anseditur, que têm lutado tanto pela junção dos municípios e dos estados e que têm fortalecido tanto para que a gente possa, junto com Fornatur, Anseditur, mostrar as belezas do nosso país, cada um lutando cada vez mais pelas suas belezas, pelos seus diferenciais.

Através da promoção da Embratur pelo Presidente Freixo, que tem feito um trabalho belíssimo nessa nova gestão, que a gente possa vender este Brasil, que a gente possa falar cada vez mais das nossas belezas. Afinal de contas, como o Ministro fala, nós não somos indústria e somos, sim, um grande segmento, porque nós não temos nenhuma indústria, não temos fumaça, mas, de fato, temos geração de emprego e temos geração de empreendedorismo. É o segmento em que hoje podem, de fato, crescer os empreendedores e, de fato, pode crescer o serviço, para fomentar toda a cadeia de emprego do nosso país. Nós temos que lutar por isso.

E temos que lutar, inclusive, para que nós possamos ter um conselho dos turismólogos. Há quanto tempo a ABBtur tem lutado para isso, e isso não tem acontecido? Quando a gente lutar, Ministro... E peço a sua ajuda, inclusive, para isto: para que a gente possa lutar para que os turismólogos sejam reconhecidos como um conselho e para que a gente possa reconhecer esse segmento, que faz tanto pelo país e hoje está agregado a outros conselhos. Isso, de fato, teria sua importância, porque a gente fomentaria o sistema.

Quantas faculdades têm sido fechadas, Senador, porque nós não temos essa importância? Está aqui o nosso Senador Izalci, que luta tanto pela educação também na nossa cidade, e a gente tem deixado esse legado. Vamos lutar, porque a educação é a base de tudo. É através da educação e do turismo que a gente pode, de fato, fazer com que o nosso segmento cresça e que este país tenha um outro olhar e tenha uma cadeia desenvolvida do nosso tão querido turismo, através do emprego e de todos esses números, para que eles possam, de fato, chegar aos três dígitos, como o Ministro disse tão bem na sua posse. Que a gente possa elevar e colocar essa notória... Quando a gente fala aqui – e quando o Ministro ou o Senador citam os exemplos – que tão poucas pessoas conhecem o nosso país, que nós possamos ser mais conhecedores do nosso país, começando pela nossa querida Brasília.

Quero passar aqui, agora, um vídeo dos nossos eixos e do nosso mapeamento dessa nova Brasília, que eu deixo aqui também, porque esse é o primeiro ponto, é o ponto de largada – assim como os municípios, as cidades, os estados têm feito seus mapeamentos – para que a Embratur nos ajude, para que a gente possa fomentar através dos nossos agentes de turismo. Como disse tão bem o nosso Presidente Levi, são eles que vendem, são eles que passam esse sonho, são eles que mostram, de fato, o que nós vendemos lá fora, nas promoções internacionais, mas aqui dentro também. Porque, depois da pandemia, nós temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, de fato, nos unir para que possamos mostrar esse Brasil interno aos brasileiros e ser os principais fomentadores, de fato, do turismo interno do nosso país.

Deixo o convite a todos vocês para que conheçam essa Brasília. Como disse tão bem o nosso Ministro Celso Sabino, vamos conhecer Brasília, de quinta a domingo, onde nós temos muitas oportunidades de mostrar a capital do nosso país a todos vocês.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)* (*Palmas.*)

A SRA. KARINA CÂMARA – É isso.

Agradeço aqui a todos. Muito obrigada.

Desejo aqui parabéns a todos os turismólogos e que nós possamos fomentar de fato esse grande segmento, Senador. Muito obrigada.

Boa tarde, Ministro; boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a contribuição de V. Sa. Muito bonita a apresentação.

Passo para o próximo... (*Pausa.*)

O nosso Ministro tem um compromisso agora com o Líder do Governo do Congresso para discutir a pauta de amanhã dos vetos, em que o turismo está envolvido. Então, nós vamos dispensá-lo por esse compromisso.

Vamos ao próximo inscrito, o Sr. Alexandre Sampaio, Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA).

Com a palavra, o Sr. Alexandre Sampaio.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

Quero parabenizá-lo pela iniciativa desta comemoração aqui. O Ministro nos deixou, mas com certeza a presença dele foi importante. Quero saudar o André, que também nos honra com a sua presença.

Fico feliz de o nosso Presidente estar lá no Rio Innovation Week, que é uma iniciativa com patrocínio da CNC também, que se desenrola de hoje até sexta-feira. Lá teremos, Senador, tecnologia, informações, muito conteúdo, muitos desdobramentos de uma tecnologia, ou melhor, de inovações que hoje grassam na área de comércio e de serviços, mas também com o turismo. Lá a CNC tem um estande enorme e nós também, da federação, estamos lá no pavilhão Kobra com uma representação importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar aqui os nossos outros palestrantes: o Manoel, que está aqui, a Karina e o Levi também, que nos dá a honra da sua presença.

Quero também mencionar a presença do Flávio, que está aqui, da Clia Abremar – pelo menos estava aí... Ah, está aqui. Quero saudar a Ana e o Felipe, da DRI – a Ana trabalha conosco no Cetur, aqui de Brasília, e o Felipe aqui.

Senador, eu não vou me estender. É claro que é importante comemorarmos sempre o Dia Internacional do Turismo e devemos ressaltar alguns aspectos que hoje, vamos dizer assim, não impulsionam ou dificultam o crescimento do nosso turismo. Devemos ressaltar alguns deles, aproveitando uma divulgação tão seletiva como esta da CDR, que permite difundir esses problemas ou ressaltar essas atividades também, no sentido de a gente fazer um convencimento cada vez maior da importância do turismo nesse aspecto do desenvolvimento, na alavancagem do crescimento da economia brasileira e também na geração de empregos e de renda.

A confederação nacional, inclusive, levantou que as receitas do turismo projetadas para o faturamento deste ano devem chegar a R$450 bilhões, com crescimento, então, de 8,8% em relação a 2022, o que denota um crescimento célere e que nós vamos realmente superar rapidamente as questões de 2019, pré-pandemia, e voltar aos patamares, numa tendência de crescimento virtual. É importante ressaltar esse processo. O volume de receitas de julho chegou a R$48 bilhões, o maior da história – iniciada em 2012 – por mês, o que significa que nós vamos comprovar e estamos comprovando que, se a gente investir no turismo nós vamos ter, com certeza, crescimento contínuo.

A projeção da CNC para a criação de vagas é de 165,2 mil para 2023 abertas no setor de turismo, o que denota que o setor é vigoroso. Demanda mão de obra com qualificação do Senai, com certeza, mas também uma mão de obra muito eclética, dado que os setores que denotam o primeiro emprego, como o de alimentação fora do lar, são grandes demandadores do processo de empregabilidade, e com certeza uma pequena formação ali na área de restaurantes permite essa alavancagem.

Eu queria ressaltar alguns aspectos que hoje podem estar dificultando o crescimento do turismo de uma maneira maior. Acho que o trabalho da Embratur tem sido brilhante. Tenho tido notícias da FIT, lá de Buenos Aires, de que o estande da Embratur tem bombado. Está ressaltado que está muito bom lá, e isso é importante. Estar o Presidente da Embratur aqui no nosso congresso com a Abav já estava ímpar, em parceria com a Fecomércio, com o Sistema S; já era importante, mas, estando lá em Buenos Aires, há um revigoramento, vamos dizer assim, da presença do Brasil num mercado tão importante, que é o mercado argentino, o mercado portenho. Então, isso deve ser ressaltado, e parabenizo a Embratur nesse sentido.

Temos alguns itens que merecem a nossa atenção. Inclusive, Senador, acho que a Lei Geral do Turismo, que está com o Senador Flávio para relatoria, precisa andar. Acho que o Presidente do Senado já está agendando esse processo, com o concurso do nosso Ministro. Apesar de ter saído ali a questão do Ecad,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma questão complexa mesmo, é importante andar com a lei geral. A lei geral precisa espelhar a realidade do que é o turismo brasileiro hoje. Ela traz, com certeza, com algumas emendas que vão ser feitas lá, a realidade do turismo, que hoje precisa dessa modernidade, dessa contemporaneidade, para podermos avançar e conseguirmos superar os processos, os gargalos, o que a gente está relatando aqui.

Acho também que fica aqui um esforço, conclamar um esforço, todos nós, em relação ao Itamaraty. O Japão acabou de assinar um acordo de reciprocidade com o Governo brasileiro, mas nos causa preocupação a questão de uma ratificação do posicionamento do Itamaraty em relação à exigência da reciprocidade. Está na lei, eu sei disso, mas tudo pode avançar em relação a essa sistemática. O fato de exigirmos visto para americanos, canadenses e australianos nos vai criar uma dificuldade para o ano que vem em relação à gente crescer e trazer novos turistas de alto poder aquisitivo. Os americanos responderam, durante o período do interregno em que não está em vigor a exigência do visto, com um crescimento exponencial de quase 30% a mais de americanos que vieram para o Brasil – e não a negócios, ou seja, eram turistas mesmo. Apesar do custo da taxa de visto para cá, isso não é um inibidor. Dado que agora a questão pode ser feita eletronicamente, a gente tem a burocracia superada, mas a exigência do visto não nos permite passar para outro patamar. A Argentina não exige visto dos americanos e explodiu na questão dos americanos visitando a Argentina. É claro que, se eles viessem... se nós conseguíssemos ter aí uma prorrogação do interregno e uma discussão mais efetiva sobre isso, um americano que viesse para América do Sul claro que poderia visitar a Argentina, poderia visitar o Brasil, eventualmente o Peru, mas conseguiremos trazer um número muito maior de turistas americanos paro Brasil se a gente superasse esse processo.

Outro aspecto que eu quero considerar é a questão da reforma tributária. Eu acho que nós somos do setor de turismo, hotéis, bares, restaurantes, aviação regional e eventos culturais foram contemplados na votação na Câmara. Esperamos que isso possa ser mantido aqui no Senado, Senador, mas a gente também quer suscitar que a intermediação das agências de viagem não foi contemplada. Então, nós precisamos atentar para essa sistemática de a gente ter ali um tratamento tributário adequado. Nós estamos na Comissão Especial, é bem verdade. Temos que ver depois como é que vai ser a alíquota. Essa é uma discussão que vai demandar muita ciência, muito apoio e muito trabalho das entidades patronais ou das entidades empresariais, mas nós temos que construir um arcabouço que permita que o turismo não tenha um recesso em relação a isso.

A reforma tributária é um documento complexo, que envolve toda uma nova sistemática de como atuar ou como encarar o turismo, mas nós precisamos contemplar essa cadeia também das agências de viagem. E eu falo sem ter essa representação, mas tomo aqui a palavra do Levi, que talvez fosse abordar isso. Mas digo que nós precisamos avançar nessa questão também.

O jogo... Eu acho que nós estamos na véspera de votar aqui no Senado a questão do jogo. Acho que o jogo é importante, ele faz parte, é um componente que atrai esse processo. Nós vimos ontem, nesses dias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, a inauguração da The Sphere, que uma nova casa de *show* em Las Vegas, um negócio fantástico, com investimento de bilhões de dólares e que permite uma nova visualização. É extremamente interessante ver os filmes que estão sendo passados. Quer dizer, em Las Vegas, começou com o jogo. Hoje, o jogo não é tão importante lá; ele é um componente, mas, na verdade, ele é uma entrada para a questão de investimentos culturais, atrativos turísticos inúmeros. É um processo que deve ser ressaltado.

O jogo não é, em si, uma definição da necessidade total, mas ele é uma porta de entrada para nós trazermos outros investimentos culturais, artísticos e de tecnologia principalmente.

(*Soa a campainha.*)

O Brasil tem condição de avançar nisso, e traríamos muitos estrangeiros para cá em função desse processo.

Essa é a nossa contribuição. Eu diria que o Sistema S está comprometido com isso. O nosso Presidente Tadros é um entusiasta do turismo. Ele trabalha febrilmente para essa sistemática, junto com a federação também e as outras entidades que compõem o nosso Conselho de Turismo.

Quero dizer que temos muita fé de que o turismo vai ter uma vida, vai ter um momento, vai ter um *quantum* fundamental para o crescimento da economia brasileira nos próximos anos, e a gente tem que trabalhar juntos para que esse processo se materialize.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Agradecendo a contribuição do Sr. Alexandre Sampaio, passamos ao Sr. Levi Jeronimo Barbosa, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens do Distrito Federal (Abav-DF).

O SR. LEVI JERONIMO BARBOSA (Para expor.) – Boa noite... Boa tarde a todos. Boa noite... Escureceu um pouco aqui, Senador.

Senador, obrigado pelo convite. Eu acabei interrompendo o Senador Izalci atrás, falei algumas coisas antecipadamente, mas eu, como Abav-DF, volto a salientar até as palavras do Alexandre Sampaio: nós temos que dar alguns passos para a frente, de maneira positiva para o turismo no Brasil crescer da maneira que deve crescer.

Eu estava saindo da feira da Abav, no Rio de Janeiro – estava até comentando aqui, com a Karina – , e o taxista comentou comigo o perigo que o turista, ao chegar ao Rio de Janeiro, ao desembarcar no Galeão passa, por conta daquela Linha Vermelha ali. É muito preocupante: o engarrafamento é grande ali, na saída. O Galeão não tem metrô que ligue o aeroporto à zona sul nem ao centro, é tiroteio em alguns momentos, não tem policiamento. Eu me preocupo muito ao ver esse tipo de situação, apesar de morar aqui, em Brasília, mas eu vejo como um todo, em nível nacional, o problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, assistindo televisão, em Brasília, já temos visto muito assalto dentro de transporte urbano. Esse tipo de coisa me preocupa demais, porque Brasília hoje é o *hub* onde nós recebemos voo direto de Buenos Aires, Chile, Portugal, que me veio na cabeça aqui. Temos muito... Com incentivo do Governo local e da Secretaria de Turismo, a gente está tentando criar vários atrativos para que o turista venha conhecer Brasília. E a gente se preocupa muito, principalmente com a parte de segurança, para receber esses turistas, porque os números o senhor mesmo falou aí, são preocupantes.

Praticamente, a gente não existe para o turismo mundial, é um percentual muito pequeno. Nós precisamos, em toda etapa, para receber o nosso turista no Brasil, em nível geral, de capacitação. Mais uma vez, eu vou falar para o senhor: a gente precisa pegar as entidades locais como a Abav, a ABIH e Sindhobar, toda a rede produtiva do turismo de maneira regional, e capacitar esse pessoal para trabalhar, para poder receber um turista, para poder dar segurança para ele e poder mostrar os atrativos que cada capital tem – Brasília, Rio, São Paulo e por aí vai, o Nordeste... Nós precisamos ir a fundo nisso para poder melhorar o turismo no nosso país, que é tão lindo, há locais... Eu vou a Maceió, eu fico vendo aquele mar de Maceió, não perde para as Ilhas Maldivas, entendeu? A gente tem orgulho de passear pelo nosso país, mas falta tanta coisa ainda que a gente tem que melhorar e isso tem que envolver o Governo, tem que envolver o empresariado, tem que envolver toda a cadeia produtiva em todos os estados para a gente poder melhorar esses números para trazer os turistas de fora para o Brasil. Nós temos que pensar e repensar tudo que é feito para melhorar o turismo.

E teve uma pergunta no início: a mudança de governo atrapalha o crescimento do turismo no nosso Brasil? Como atrapalha! Quando a gente está pegando um caminho e a gente fala: "Isso aqui vai funcionar", acaba que troca o governo e aquele projeto fica no meio do caminho, não vai adiante. A gente tem que repensar, a gente tem que arrumar uma maneira de preservar, independentemente de mudança de governo, preservar todo esse trabalho que está sendo feito com o turismo.

É com isso que eu posso contribuir aqui, essa é a minha opinião. Senador, olhe pelas entidades, são as entidades que capacitam o profissional, que o fazem crescer. Pouco se falou que hoje do Dia Mundial do Turismo, do agente de viagem. O agente de viagem é muito importante nessa cadeia, o turismólogo, a criança que vende, o ambulante lá na praia, que gera emprego para ela, renda – toda essa cadeia é importante e precisa ser olhada pelo poder público. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem. Vamos então ao último palestrante de hoje, o Sr. Manoel Linhares, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH).

O SR. MANOEL LINHARES (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar meu querido amigo Senador Marcelo Castro, saudar meu amigo André Dias, representante da Embratur; saudar minha amiga Karina; saudar Levi; Alexandre; Flávio e a Aninha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, quero parabenizá-lo por essa iniciativa, fazendo hoje essa comemoração do Dia Mundial do Turismo. Mas hoje, Senador, quem sai daqui mais feliz é seu conterrâneo. O senhor hoje me fez recordar a terra de minha mãe, que é a terra do senhor; a terra de meu pai, onde estava o Moses Rodrigues. Isso para mim... Quando eu olhava para o senhor, olhava para o Moses, eu disse: Meu Deus, que presente que eu estou ganhando nessa tarde! E é isso, Senador, é recordar, é viver. E falar de turismo é falar de duas coisas: turismo só vende felicidade, só vende sorriso. Como a Karina falou, não joga fumaça nas nuvens, não joga dejetos nos rios.

E essa indústria que hoje tenho o prazer de estar representando, a ABIH Nacional, a entidade mais antiga do turismo brasileiro, com 87 anos, presente nos 26 estados e Distrito Federal... Posso dizer que estamos lutando diariamente em busca de dias melhores para essa indústria que se chama turismo.

E aqui a Karina falou e o nosso Senador Izalci falou sobre o problema de sexta a domingo aqui em Brasília. Estamos lutando, Karina. Pode contar com ABIH do Distrito Federal, com o nosso Presidente Henrique, um jovem determinado, que já vinha trabalhando há uns três anos para acabar com essa baixa temporada aqui em Brasília

Tivemos uma reunião com a CVC para a gente procurar fazer um turismo diferenciado nesses três dias – e também a hotelaria não podia ficar de fora.

E quero dizer, Senador, que o Brasil tem tudo para ser o maior país do mundo no turismo. Nós temos o Norte, com a Amazônia; temos Centro-Oeste, com o Pantanal; temos o Nordeste, com essas belezas de praias; temos o Sul e o Sudeste, com essas belezas naturais. Somos o primeiro país do mundo em belezas naturais; somos o oitavo, em cultura. O que está faltando? Digo sempre: se todo Prefeito, todo Governador, todo Presidente da República olhasse para o turismo, eu podia garantir ao senhor – e garanto ao senhor – que nós não teríamos nenhum desempregado neste país.

E agora, com a chegada do nosso Ministro Celso Sabino, esse baixinho lá do Pará, determinado, tipo um cearense, cabra da peste, há tão pouco tempo, com dois meses, mas parece que esse ministro lá está há mais de dois anos, pela sua determinação, pelo seu carinho, pela maneira de olhar para essa indústria, como deve ser olhada... Temos que parar de sempre perguntar, "o que fazer?"; mas, "como fazer?".

Senador, estou no turismo há quase 40 anos. Boto uma graxazinha no cabelo para enganar as pessoas. Mas temos que parar de perguntar, "o que fazer?"; mas, "como fazer?". Tenho certeza de que todos nós sabemos como fazer. Aqui todos já temos uma certa caminhada no turismo e é para isto que precisam olhar os Parlamentares, tanto aqui no Senado como na Câmara: para essa indústria que se chama turismo.

E aqui, neste momento, eu não poderia deixar de deixar meu agradecimento a todos os Senadores pela maneira como têm ajudado o turismo, como no caso do Perse, que salvou essa indústria, a hotelaria e por que não dizer todo o turismo? Na pandemia, a 936 e tantas outras, que, se nós formos citar aqui... Nós temos que... A palavra é de agradecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, Senador, que a reforma tributária está chegando aqui ao Senado, vamos olhar para esse setor de serviços, da hotelaria, de um modo geral para o turismo, uma alíquota diferenciada, como nós conseguimos para a hotelaria, para os parques, lá na Câmara, mas de um modo geral para todo o turismo. E é disso que nós precisamos: olhar, colocar verba dentro do Ministério do Turismo. É um absurdo hoje o Ministério ter um orçamento de 18 milhões, enquanto a Argentina, um país quebrado, tem um orçamento de 500 milhões. É disso que nós precisamos. É isto que eu digo: contamos aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, a nossa eterna gratidão em nome da hotelaria brasileira.

Meu muito obrigado. E peço que passe o vídeo da ABIH Nacional para vocês conhecerem um pouco. E tenho certeza, Senador, de que nosso Piauí faz a diferença – nosso Piauí e nosso Ceará. Sou da terra que foi trocada, Senador, para o Piauí ter mar, nosso querido Crateús.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, vou agradecer aqui a presença de todos, a contribuição que cada um dos senhores deu aqui a esta audiência pública para a gente comemorar, celebrar o Dia Mundial do Turismo. Todos nós temos a compreensão do quanto o turismo é importante para o desenvolvimento nacional, para a geração de empregos, e podemos ver que concordamos em que precisamos avançar muito. Não justifica um país continental com as belezas, com a riqueza cultural que nós temos, ter um nível de turismo tão ainda incipiente como o que temos no Brasil, perdendo para vários monumentos internacionais.

E as causas que foram relatadas aqui, são diversas. Parece que é um consenso de todos nós que essa percepção de insegurança traz uma inibição muito grande para o turismo. Você chega a um país como o Japão, segurança total; chega à Índia, segurança total; à China, segurança total; vai à Índia, segurança total. E, infelizmente, no Brasil a gente não pode dizer isso daí. Além, como foi relatado aqui também, de o nosso pessoal aqui que lida com o turismo ser mais bem capacitado, de nós termos melhor infraestrutura, pessoas que possam falar mais de um idioma, estando preparadas para poderem receber todos esses turistas do exterior.

Então, como eu sou Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, eu estou sempre fazendo aqui reuniões chamando, participando... Trouxe aqui o nosso Ministro, logo que ele tomou posse, para expressar, expor o seu plano. Depois da reunião, a gente discutiu os efeitos da reforma tributária no turismo. Agora para comemorar o Dia Nacional do Turismo. Eu quero dar essa relevância para mostrar o quanto nós Senadores, o quanto a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo está preocupada com o setor de turismo do Brasil. É um setor importantíssimo, que gera emprego, renda, melhoria das condições de vida das pessoas. É uma cadeia complexa, limpa, que preserva o meio ambiente, que preserva a nossa cultura, e nós só temos a ganhar com um incentivo maior ao turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero declarar aqui para vocês que tudo que estiver ao nosso alcance, vocês contem com a nossa participação aqui. Nós queremos ver um turismo cada vez mais forte, mais pujante e ajudando o nosso Brasil a crescer e a melhorar a renda do nosso povo brasileiro, diminuir a desigualdade social, diminuir as desigualdades regionais. Esse é o papel aqui da nossa Comissão.

Então, muito obrigado a todos, mais uma vez. E vamos lutar por um turismo forte em nosso Brasil próspero.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 20ª Reunião, realizada em 26 de setembro de 2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Efraim Filho, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Izalci Lucas, Angelo Coronel, Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Astronauta Marcos Pontes, Wilder Morais, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Marcos do Val e Chico Rodrigues, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Davi Alcolumbre, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Cid Gomes, Irajá, Sérgio Petecão, Beto Faro, Jaques Wagner, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2023 - CDR, de autoria Senador Beto Faro (PT/PA), subscrito pelo Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Audiência Pública Interativa com o objetivo de instruir o PL 3481/2019, de autoria Senador Jader Barbalho (MDB/PA), que "altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças". **Participantes:** Mirna Quinderé Belmino Chaves, Diretora do Departamento de Habitação Rural do Ministério das Cidades; Rodrigo Santos Costa, Gerente da Gerência Nacional de Padrões Empreendimentos Críticos da Caixa Econômica Federal - CEF; Maria Rosilene Bezerra Rodrigues, Diretora de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; José Fernandes Cametá, Representante do Movimento de Pescadores do Estado do Pará; e Ângela Conceição Lopes de Jesus, Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de outubro de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 3.481, de 2019, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para incluir a construção de palafitas em áreas alagadiças, em atenção ao Requerimento 14, de 2023, da CDR, de autoria dos Senadores Beto Faro e Marcelo Castro.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Maria Rosilene Bezerra Rodrigues, Diretora de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento do Incra; Rodrigo Santos Costa, Gerente Nacional de Padrões Empreendimentos Críticos, Caixa Econômica Federal – seja bem-vindo –; Mirna Quinderé Belmino Chaves, Diretora do Departamento de Habitação Rural, Ministério das Cidades; José Fernandes Cametá, representante do Movimento de Pescadores do Estado do Pará; Ângela Conceição Lopes de Jesus, Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Informo que os convidados disporão de dez minutos, prorrogáveis, caso haja necessidade, para fazerem suas apresentações iniciais. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Por meio do e-Cidadania, recebemos algumas manifestações de cidadãos, que gostaria de compartilhar.

Solicito aos nossos palestrantes que, na medida do possível, já respondam aos nossos internautas.

Nós temos dois convidados aqui presentes e três remotamente. Aos cinco convidados, eu já vou fazer as perguntas aqui do Portal e-Cidadania:

Gabriel Romanini, do Amazonas: "Como será feito o estudo e o levantamento das áreas alagadiças? Serão consideradas as problemáticas ambientais extremas que vêm ocorrendo?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Erick Breno, de Rondônia: "Como o Governo pode assegurar que o Programa Minha Casa, Minha Vida evite construções de [...] [risco] em áreas alagadiças [...]?". Quer dizer, aqui já é uma pergunta ao contrário.

Gustavo Toledo, de Goiás: "Quais ações o Programa Minha Casa, Minha Vida [...] [vai implementar] para reforçar a segurança dos residentes em áreas propensas a inundações?".

Aynne Carmencita, de Rondônia: "Como funcionaria o sistema de esgoto [...] [residencial nessas áreas]?". Pergunta interessante essa.

Bom, antes de passar a palavra ao primeiro convidado, eu quero fazer um esclarecimento aqui. Eu sou o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e o Senador Beto Faro apresentou um requerimento para discutir esse projeto de lei que tramita, aqui no Congresso, desde 2019, que é da sua autoria, e pediu esta audiência pública. Nós acertamos, a minha assessoria acertou com a assessoria dele, que ele presidiria a reunião. Já é um hábito das Comissões que, quando um Senador requer uma audiência pública, ele próprio a presida, porque ele é o principal interessado.

O Senador Beto Faro se comprometeu a presidir a Comissão, mas teve um imprevisto. Ele teve uma reunião que ele esperava que se concluísse logo e não concluiu. Então, ele ficou avisando para a Secretaria aqui da Comissão que estaria chegando, que estaria vindo, até finalmente dizer que não poderia vir. Foi quando eu fui acionado e tive que vir imediatamente. Então, quero pedir aqui as nossas desculpas aos convidados, porque foi uma coisa inesperada. Não fica bem a gente convidar as pessoas e chegar atrasado. Então, minhas desculpas aqui. Estou justificando o que aconteceu. Se ele tivesse avisado a gente mais cedo, evidentemente que a gente teria chegado aqui na hora. Eu estava no meu gabinete certo de que as coisas estariam ocorrendo aqui conforme o combinado.

Então, vou passar a palavra à Sra. Mirna Quinderé Belmino Chaves, Diretora do Departamento de Habitação Rural, Ministério das Cidades.

Com a palavra, a Sra. Mirna.

A SRA. MIRNA QUINDERÉ BELMINO CHAVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Oi, bom dia!

Quero, inicialmente, cumprimentar os integrantes da mesa, em especial, o Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, representando o Senador Beto Faro, autor do requerimento que proporcionou este nosso encontro; os representantes dos órgãos de Governo, Incra e Caixa, que estão aí presentes; os representantes também dos movimentos de pescadores e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará; os Parlamentares presentes, senhoras e senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome do Ministro das Cidades, agradeço o convite aos organizadores desta audiência pública, que se propõe a debater a inclusão da função de palafitas em áreas alagadiças no Programa Minha Casa, Minha Vida, objeto do PL 3.481, de 2019, de autoria do Senador Jader Barbalho, que propõe alterar, para isso, a Lei 11.977, de 2009.

O Minha Casa, Minha Vida não é mais regulado por essa lei – é um primeiro ponto aqui que eu trago –, que se mantém vigente somente para dar amparo a contratações em andamento. As novas contratações são reguladas pela Lei 14.620, de 2023, que se originou de uma medida provisória, hoje convertida nessa lei. E essa nova versão do programa amplia as possibilidades de atendimento do Minha Casa, Minha Vida e traz novas diretrizes e prioridades, que se alinham muito com o tema trazido pelo PL do Senador Jader Barbalho.

A gente pode citar, dentro do guarda-chuva do Minha Casa, Minha Vida, um conjunto de linhas de atendimento muito mais diversificado do que o das primeiras fases do programa. Então, a gente pode citar: o Minha Casa, Minha Vida Empresas, com recursos do FAR; o Minha Casa, Minha Vida Entidades, com recursos do FDS; o Minha Casa, Minha Vida Rural, com recursos do OGU, já amplamente testados nas primeiras fases do programa e que agora passaram por um processo de revisão, de aperfeiçoamento; o repasse a ente público, por intermédio do FNHIS, é uma novidade dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, embora seja uma ação que já existisse tradicionalmente e que fez parte das ações do Programa de Aceleração do Crescimento, também na sua primeira fase; o financiamento subsidiado ou não à pessoa física, por intermédio de carta de crédito, com recursos do FGTS; o financiamento a empresas, por intermédio do apoio à produção, com recursos do FGTS também; o financiamento a entes públicos, por intermédio do Pró-Moradia, com recursos do FGTS; o Minha Casa, Minha Vida Cidades também é uma novidade dentro dessa nova fase do programa e é uma parceria entre entes públicos privados para as operações com recursos do FGTS.

Além dessas linhas que já estão em execução dentro do programa, existem outras linhas de atendimento que estão em elaboração, também como inovação dessa nova fase do Minha Casa, Minha Vida, que são os financiamentos subsidiados à melhoria habitacional, à alocação social, à parceria público-privada, ao lote urbanizado, à oferta pública para municípios com população inferior a 80 mil habitantes. Então, são coisas que o ministério ainda está trabalhando no aperfeiçoamento do Minha Casa, Minha Vida nessa sua nova fase que é um grande guarda-chuva para uma série de possibilidades de atendimento habitacional.

A Lei 14.620 também expressou as prioridades de atendimento, o foco do programa, trouxe muito mais explícito o rol de famílias que se pretende atingir: família que tenha a mulher como responsável pela unidade familiar foi uma prioridade e continua sendo – ela está expressa na nova versão do programa e também na lei –; família da qual faça parte pessoa com deficiência, inclusive aquelas portadoras do transtorno do espectro autista; famílias com pessoas idosas; famílias com criança ou adolescente; família que tenha pessoa com câncer ou doença rara crônica degenerativa; família em situação de vulnerabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou risco social; família em situação de emergência ou calamidade, que tenha perdido seu imóvel; família em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais; família em situação de rua; família que tenha mulher vítima de violência doméstica e familiar; família residente em área de risco; integrante de comunidades tradicionais e quilombolas.

E aí, fazendo aqui um recorte acentuando as comunidades tradicionais, que imagino que aqui esteja a maior parte das famílias que se pretende atender com essa proposta de construção de palafitas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Os objetivos e diretrizes que estão expressos na Lei 14.620 também se alinham ao tema do PL, não é? Eu poderia citar aqui o inciso IV do art. 2º, entre os objetivos do programa está a estimular a modernização do setor habitacional e a inovação tecnológica, com vistas à redução dos custos e prazos de produção e entrega, à sustentabilidade ambiental, climática e energética e à melhoria da qualidade da produção habitacional.

Entre as diretrizes do programa, a gente poderia chamar a atenção também para um alinhamento aqui com o propósito do inciso II do art. 3º, que trata da consecução da habitação em seu sentido mais amplo de moradia, com a integração das dimensões física, urbanística, fundiária, econômica, social, cultural, energética e ambiental do espaço em que a vida do cidadão acontece. A utilização de sistemas operacionais, soluções de projetos, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, economia de recursos naturais e a conservação e o uso racional da energia.

Então, nesse contexto, nesse arcabouço legal que rege hoje o Minha Casa, Minha Vida, ou Minha Casa, Minha Vida Rural, por exemplo, ele já regulou a possibilidade de atender comunidades de povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais, em que se enquadram as populações ribeirinhas, com projetos adaptados a realidades culturais, usos, práticas, costumes, mas desde que garantidos alguns aspectos relacionados a padrões técnicos e especificações, em especial aqueles voltados a assegurar solução adequada de abastecimento de água – eu vi que teve uma pergunta sobre a questão de saneamento –, esgotamento sanitário, energia elétrica, respeitadas as características locais; mitigar situações de insalubridade e de doenças; garantir ventilação e iluminação naturais, salubridade das moradias com vistas ao seu conforto térmico e economia do consumo de energia; entregar materiais e técnicas que propiciem segurança estrutural e durabilidade da construção. Também são premissas do programa e precisam ser atendidas em qualquer das suas linhas de atendimento.

A questão da utilização da palafita no programa não parece encontrar nenhum obstáculo na lei, pelo contrário. Então, quem está me escutando vai estar se perguntando aí: por que não acontece, então? Então, por que houve uma preocupação do nosso Parlamento em tentar explicitar essa questão aqui para dentro do programa? Porque, na verdade, a gente encontra alguns desafios, algumas questões, alguns obstáculos que precisam ser enfrentados e que vão muito além do escopo do programa em si ou da vontade do programa em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro ponto que eu poderia levantar, sem querer (*Falha no áudio.*) ... nas questões que envolvem a produção de palafitas em áreas alagadiças, eu acho que um primeiro ponto que a gente precisa (*Falha no áudio.*) ... na caracterização da localização desse fenômeno das palafitas, as diferenças (*Falha no áudio.*) ... se essas populações estão em rios ou em lagos, se estão em áreas alagáveis, se estão em áreas com influência de maré, as questões de adensamento, entre outras. É importante saber, com relação ao dimensionamento, a escala do problema, não é? Então, assim, tem atratividade para o setor da construção? De que volume de produção habitacional a gente está falando nesse segmento? E é fundamental ter a caracterização da demanda também, entender onde é que acontece e quais são as diferenças, pois certamente (*Falha no áudio.*) ... Então, assim...

Opa, está acabando.

Certamente encontraremos soluções diferentes para a população que mora nas proximidades dos rios, que sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado, do extrativismo, que é diferente daquela população que vive em palafita em grandes centros, que mora em cima de cursos d'água que, na verdade, já se deterioraram, já se transformaram em esgoto a céu aberto.

Então, para essa questão do dimensionamento, talvez seja importante incluir nas discussões parceiros estratégicos para isso, que seriam, a meu ver, o IBGE e o Ipea. Eles podem ser importantes aí nessa empreitada.

A questão da regularização fundiária é um ponto. A gente sabe que essas áreas são áreas da União. Então, a SPU já tem formas de autorizar a utilização dessas áreas pelas populações, mas o programa se preocupa com a destinação formal das unidades produzidas. Então, talvez fosse importante que a SPU também pudesse auxiliar nessa discussão para a questão desse aspecto.

Outra questão é o licenciamento ambiental. Então, a gente precisaria contar principalmente com o Ministério do Meio Ambiente para avançar nessa questão. A infraestrutura também é um gargalo. Vi que perguntas vieram nesse sentido aí, que o Senador Marcelo Castro leu logo no início da audiência, porque é necessário que, para que os projetos possam ser implementados, haja diretrizes das concessionárias, tanto de saneamento quanto de energia, para instalação, manutenção e operação dessas soluções técnicas para atendimento dessas localidades.

E, por último – mais uma vez sendo exaustiva aqui nos pontos, mas a gente selecionou alguns pontos principais aqui para trazer –, teria o método construtivo da unidade em si, um método que trouxesse qualidade, durabilidade, baixa manutenção para a família depois, viabilidade, conforto...

Então, assim, talvez, nesse caso aqui, um parceiro importante para o ministério fosse a própria Caixa, como é engenharia da União – a gente costuma brincar que a Caixa é a engenharia geral da União –, e o Ministério da Ciência e Tecnologia, que pode ajudar muito nessa discussão na área inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, por esses pontos que a gente apresenta aqui, e, mais uma vez, sem pretensão de esgotar o tema, é de se concluir que a superação dos obstáculos vai muito além do gestor do programa, que é o Minha Casa, Minha Vida. Então, assim, passa por questões que vão além da vontade do gestor ou da própria lei do Minha Casa, Minha Vida e envolve não só os parceiros que estão presentes aqui na reunião, além dos que eu acabei de citar, acho que envolver as universidades, os institutos de tecnologia, mais movimentos voltados a esse setor, movimentos sociais, que são demandantes de soluções...

Eu acho que seria importante ampliar essa discussão, e o Ministério das Cidades se coloca inteiramente à disposição para participar das discussões que, certamente, se desdobrarão desta audiência, na busca de soluções que objetivem melhorar a situação de habitabilidade, segurança, salubridade das famílias que hoje vivem com condições precárias em áreas alagadiças.

Então, é esse o recado inicial que eu posso dar aqui do ministério, esperando que as discussões aqui prosperem, para que a gente chegue a estas soluções mais costumizadas para o tipo de população que se quer atender, que essa é a intenção, de verdade, do programa Minha Casa, Minha Vida nessa terceira fase.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Agradecendo aí a participação da Dra. Mirna, do Ministério das Cidades, vamos agora à próxima convidada, que é a Sra. Maria Rosilene Bezerra Rodrigues, Diretora de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento, do Incra.

Com a palavra, V. Sa.

A SRA. MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Queria, em nome do nosso Presidente, César Aldrighi, agradecer o convite para participar da audiência.

Cumprimento o Senador Beto Faro, o Presidente, Senador Marcelo Castro, e todos que, junto conosco, estão aqui dividindo conhecimento e *expertise* com relação a esse tema, que é um tema, com certeza, muito importante para todos nós, enquanto cidadãos brasileiros, já que é muito ruim saber que algum brasileiro mora em uma habitação precária, e acho que esta Casa aqui... Parabenizo a iniciativa.

E nós, enquanto autarquia, lá no Incra, que cuida da execução da política pública da reforma agrária, entre outras ações, está também sob nossa responsabilidade a construção das habitações para esse público quilombola e o beneficiado da reforma agrária.

Então, o Incra, logo este ano, tomamos como iniciativa iniciar tratativas e discussões com as universidades, com a própria Caixa. Já nos reunimos com a Mirna, com o Secretário também e com todos que puderam construir, junto conosco, a nossa nova instrução normativa, em que estarão contidos todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passos que podem e devem ser observados antes de serem edificadas as habitações do Incra. Está prestes a ser publicada a nossa IN. Nela ainda consta esse aperfeiçoamento.

E nós chamamos a Universidade de São Carlos, estamos em tratativas com um professor de arquitetura, com alguns grupos de trabalho e, inclusive, com o Conselho de Arquitetura, que também recebemos; fizemos visitas e algumas mesas mesmo. Qual o problema? É que a gente possa construir a casa respeitando a especificidade daquele local. Em se tratando do Norte, onde há nossos assentamentos, é uma região bastante sensível, e o maior objetivo é que a casa onde os assentados da reforma agrária, os quilombolas, vão lá viver tenha também as características daquele local. Que a gente não possa... A casa do campo e as regiões têm uma singularidade, um modo de existir, e precisam também ser capturados esse sentimento e essa necessidade para aquele cidadão, aquela cidadã que ali vai habitar.

Acredito que o Senador Beto Faro, quando tomou esta iniciativa, foi também para poder ver o que temos de tecnologia hoje ambientalmente sustentável, culturalmente sustentável para edificar em áreas alagadiças, como é a mancha de solo hoje lá na nossa Região Norte. E é uma realidade concreta a necessidade dos extrativistas, dos ribeirinhos nas áreas onde vão exercer ali a sua existência, a sua vida com sua família, mas também onde vão tirar seu sustento. Então, a casa precisa também ter uma funcionalidade e precisa respeitar a condição mesmo da própria região.

Esse trabalho e esse termo de cooperação técnica que estamos prestes a assinar com uma universidade, sob a luz de profissionais de engenharia, de arquitetura, com toda a interface dos diversos saberes, são para podermos, em breve, Senador Marcelo Castro, publicar a nossa instrução normativa, já num valor de R$75 mil, pois o Presidente Lula fez a majoração, uma vez que antes era de R$34 mil.

E o grande desafio é como, com um crédito de apenas 75 mil, construirmos todas as necessidades, desde o estudo prévio do solo onde vai ser edificada, como se vai tratar o esgotamento, como que vamos, juntos, respeitar, como tinha acabado de falar, a especificidade; uma coisa é construir uma casa já que o valor é o mesmo, mas, às vezes, a gente precisa de uma engenharia de uma envergadura muito maior para dar a condição de edificar aquela casa naquele local ali maior do que gastaríamos se estivéssemos fazendo no Rio Grande do Sul ou numa área próxima a uma área urbana. Então desde o estudo mesmo do solo, como vai suportar, que material é adequado, como que vão ser tratadas todas essas condições, até mesmo pensar como que o material vai chegar até o local onde aquela casa vai ser construída. Então isso tudo também impacta nos custos, e isso tudo também está sendo colocado.

Então, assim, o Incra não tem *expertise* na construção de palafitas para além da forma, da visão que se tem sobre uma palafita, mas eu falo até mesmo da condição mesmo das casas: como que se dá dignidade a uma construção edificada com madeiras, respeitando as vazantes, seis meses de baixa, seis meses de alta; como que podemos usar toda a tecnologia que nós já produzimos e a ciência tem para nos oferecer, de forma que a gente possa oferecer isso ao cidadão ou à cidadã que vão ser beneficiados e poder dar conta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer ali uma relação de vida, o fato de a construção não significar a morte daquele bioma ou a morte daquela área, seja da diversidade que existe ali enquanto condição para eles estarem.

Então hoje o que a gente pode anunciar como uma boa nova é a condição e a preocupação de que todo o Incra está tendo, antes de anunciar a nossa IN, a nossa instrução normativa sobre a habitação. Já está nessas tratativas e já nos reunimos com a Mirna, já nos reunimos também com todo esse aparato da engenharia civil; um grupo multidisciplinar com diversidade de saberes está tentando minimizar o impacto da hora da construção. Mas o que eu gostaria de ressaltar é a nossa ausência de *expertise*, até porque o Incra nunca construiu palafitas. O que nós estamos tentando corrigir é que a casa rural tenha um respeito à singularidade, ao modo de existir do homem e da mulher do campo e que essa casa também seja uma casa funcional, que dê conta de absorver aquela família produtora e que produz a sua existência com um modo diferenciado do cidadão urbano. E que respeite também à especificidade do bioma em que ela está vivendo.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES – Então é muita oportuna essa discussão e com certeza nós estamos lá no Incra abertos, numa ação suprapartidária, supraministerial, com vários entendimentos, usando e ouvindo a sociedade civil e todos que podem, de forma positiva, impactar, para que a gente possa construir uma habitação com sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e que seja, de fato, sustentável.

Estou à disposição e muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) **–** Agradecendo a colaboração valiosa da Sra. Maria Rosilene, do Incra, vamos ao próximo convidado, o Sr. Rodrigo Santos Costa, Gerente da Gerência Nacional de Padrões Empreendimentos Críticos, Caixa Econômica Federal.

Antes de passar a palavra a V. Sa., eu quero observar aqui que chegaram mais três perguntas dos internautas.

Silvana Carivar, de São Paulo: "Como funcionará a rede de esgoto nessas casas?". Essa pergunta aqui já aconteceu, quer dizer, ela está sendo repetida, porque realmente é uma coisa curiosa: é uma palafita, como é que vai funcionar? Se está em cima de água, como é que vai funcionar o sistema de esgotamento sanitário? "Onde os dejetos serão dispensados? [...] [Como será o] recolhimento do lixo [...]?". Uma pergunta interessante.

Tem também o Marlon Cruz, do Rio de Janeiro: "[...] [Em vez] de gastar verbas construindo em local indevido, por que não realocar [...] [as pessoas] para uma área segura [...]?". Pergunta interessante também.

E tem o Alex Victor, de Pernambuco: "[A] construção em palafitas não afeta gravemente o meio ambiente? As terras da União não utilizáveis [não] seriam uma [...] [alternativa]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra ao Sr. Rodrigo Santos Costa, da Caixa Econômica.

Se puder já ir respondendo aqui aos nossos internautas, a gente agradece.

O SR. RODRIGO SANTOS COSTA (Para expor.) – Ótimo. Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro, a Sra. Maria Rosilene, na pessoa de quem eu cumprimento todos os integrantes aqui da mesa, todos os Parlamentares, demais autoridades e pessoas que acompanham aqui a sessão.

Primeiramente, Senador Marcelo Castro, quero agradecer, em nome da Presidente Rita Serrano e da nossa Vice-Presidente Inês Magalhães, a oportunidade de estar aqui discutindo um tema tão relevante. Como foi colocado aqui e indo um pouco ao encontro do que a Sra. Maria Rosilene colocou, eu acho que é uma iniciativa extremamente relevante trazer esta discussão. Como a Mirna falou, o programa já prevê que, dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, seja contemplada a diferenciação em relação às habitações, contemplando realidades locais e, como a própria lei fala, projetos de acordo com particularidades climáticas, culturais e sociais locais. Então, o próprio programa já prevê isso, mas obviamente é necessário se aprofundar quando se trazem soluções como as palafitas, que atendem uma população muito específica.

Como foi colocado agora: por que não realocar? Muitas vezes, a solução mais aderente não é necessariamente realocar a população que vive em determinada situação socioeconômica, que depende daquele ambiente de vida em termos de que vive da pesca ou vive de situações locais, em que a realocação não necessariamente é a melhor solução, mas o programa prevê que sejam disponibilizadas habitações que atendam as questões de qualidade da habitação, que gerem efetivamente uma melhoria da habitação em todos os aspectos: tanto em termos da habitação em si como os aspectos sociais da população.

Então, é uma iniciativa muito relevante, porque traz para o programa efetivamente determinadas populações que hoje não são atendidas, se considerando a habitação convencional. Nessas regiões, muitas vezes, a habitação convencional não se viabiliza nessas situações, e termina que essa população não é atendida pelo programa. Então, essa iniciativa é muito válida no sentido de trazer essa população para dentro do programa.

As palafitas, efetivamente, são soluções que são utilizadas na prática, elas existem, obviamente que em algumas situações precárias, que o programa... Caso isso venha a fazer parte do programa, teriam que ser evitadas situações de precariedade, trazendo uma solução mais definitiva. E aí é em função disso que a gente traz alguns pontos de atenção, que a gente entende que é necessário serem superados, para que efetivamente se traga para o programa, eventualmente, esse tipo de solução, que muitas vezes vai ser a única solução que, em algumas localidades, será viável para a habitação da população. E, como foi falado aqui, o primeiro ponto, obviamente, é a qualidade da habitação: como garantir a qualidade dessa habitação em palafita, em termos de métodos construtivos, garantindo tanto, no primeiro momento, assim que ela é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entregue, a qualidade necessária como também a durabilidade ao longo do tempo? Já que é investimento público que está sendo colocado, tem que se pensar aí no longo prazo.

A outra questão vai exatamente ao encontro do que foi colocado aqui, diversas perguntas falando da questão do esgoto, do lixo: a questão do saneamento é extremamente fundamental se pensar. Existem tecnologias. Acho que existe muita gente pensando nisto no país: soluções inovadoras em relação ao tratamento do esgoto. O que se tem que pensar – e aí é um desafio para a gente junto com diversos atores da sociedade – é em soluções tecnológicas que viabilizem o saneamento, minimizando o impacto ambiental dessas habitações, mas que viabilizem também a sua operação e manutenção por essa população ao longo do tempo. Às vezes pode se trazer uma solução tecnológica, e como é que vai ser operado e vai ser mantido isso? São preocupações que realmente têm que ser superadas.

A outra questão, como foi falado aqui também, é a regularização fundiária. Como é que fica? Acho que a SPU precisa participar desse debate. Acho que é algo superável. Todas as questões que a gente coloca aqui são pontos de atenção que fazem com que, até o momento, isso não tenha deslanchado. Precisam ser tratadas, mas são situações superáveis – a gente entende que são situações superáveis. Para isso é preciso fazer, a gente entende... E a Caixa vem trabalhando muito com o Ministério das Cidades desde o início do programa, ainda em 2009, e mais recentemente, agora, nessa retomada do Minha Casa, Minha Vida. A gente tem muito contato com a Mirna e com todas as outras diretorias do ministério, da Secretaria Nacional de Habitação, a Caixa subsidiando o ministério no desenho das políticas, e a gente vem conversando. A gente precisa fazer, num primeiro momento, a gente entende, um recorte de onde se pretende atacar efetivamente, para se ter uma ideia de ordem de grandeza e, em termos de soluções técnicas, por exemplo, de engenharia, de como atacar. A realidade, muitas vezes, do Pará – você tem uma situação mais ali de influência da maré, de salinidade – é outra realidade que não é a do Amazonas. Então, como construir isso? Acho que fazer esse recorte para entender onde está o problema e o que a gente quer atacar é fundamental.

Acho que é necessário aí, junto com o ministério, pensar em uma modalidade específica ali dentro do programa, pensada nisso, regulamentada. Acho que, diante dessas discussões que devem avançar, isso venha a ser regulamentado efetivamente pelo ministério – a Caixa está sempre à disposição para ajudar nessa construção –, para que você tenha um programa delimitado ali, bem específico, para poder atacar.

A gente entende, inclusive, que um passo que pode acelerar o processo é não iniciar necessariamente de uma forma mais ampla, mas de repente pensar em pilotos – pensar em pilotos mais localizados, de forma mais controlada –, onde você possa aplicar de repente soluções de engenharia, soluções sociais, um trabalho social, porque é necessário acompanhar também a política. Faz-se uma coisa menor num piloto e, a coisa dando certo, a gente corrigindo eventuais problemas que surjam e a coisa estando mais madura, faz-se uma replicação disso em maior escala. É um caminho que a gente entende que é viável.

E para isso temos que envolver diversos atores da sociedade, seja o setor da construção civil, a academia... A Caixa, por iniciativa própria, inclusive já vem tratando desse tema – uma provocação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa Vice-Presidente –, tem discutido com o setor da academia, o setor dos movimentos sociais, para ouvir as demandas. É importante ouvir quem está na ponta, como a Maria Rosilene falou aqui; é importante a gente perceber exatamente a demanda que existe para poder construir as soluções de forma mais aderente. Então, os movimentos sociais, a academia, outros institutos de tecnologia que já possuem tecnologias pensadas para a construção de madeira, utilização eventualmente de recursos naturais locais, evitando a necessidade de transporte de material, muitas vezes em regiões em que você tem uma dificuldade logística. Então, tudo isso a gente entende que deve ser discutido com os diversos atores e, em cima disso, partir para, eventualmente, inicialmente, um piloto a ser desenvolvido, para que depois a gente possa ganhar escala nesse processo.

E, dentro dessa lógica da discussão, a Caixa, inclusive, se coloca à disposição de participar como fomentadora dessa discussão. Acho que a gente, junto com o ministério, está sempre à disposição. E já está no nosso radar, inclusive – a gente se coloca à disposição aqui –, eventualmente fazer visitas *in loco*: a Caixa, junto com o ministério e com esses diversos atores, para, eventualmente, ir lá ao Pará ou ir ao Amazonas; visitar, de repente, situações de boas práticas, situações em que foram implementadas soluções e em que a coisa está funcionando; eventualmente, identificar até pontos que precisam avançar. Muitas vezes, 90% dão certo, mas 10% não dão. A gente enxergar isso *in loco*, com esses diversos atores de academia, do próprio ministério e dos movimentos, acho que enriquece bastante a discussão, para que a gente possa voltar e sentar para discutir uma regulamentação mais efetiva, conduzida pelo ministério, com a Caixa participando e dando subsídios necessários para essa discussão.

Então é isso. Acho que todas as preocupações que foram colocadas nas perguntas aqui são relevantes realmente, são pontos que precisam ser superados, mas que são superáveis. Nós entendemos que são superáveis, mas que precisam de uma discussão mais aprofundada, que não precisa ser *ad aeternum* – não é, Senador? –, mas que precisa ter celeridade. É preciso sentar e discutir para que, quando isso venha a ser implementado – essa é uma preocupação –, seja implementado de forma assertiva, de forma robusta, para que depois não venha a gerar problemas para essa própria população. O objetivo final é trazer uma habitação de qualidade para essa população, respeitando as singularidades da realidade local, mas trazendo, efetivamente, uma melhoria à qualidade de vida dessa população.

A Caixa se coloca 100% à disposição e agradece mais uma vez aqui a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a colaboração de V. Sa.

Vamos passar ao próximo convidado, que é o Sr. José Fernandes Cametá, representante do Movimento de Pescadores do Estado do Pará.

Com a palavra V. Sa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ FERNANDES CAMETÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador. Bom dia, Senador Marcelo. Bom dia a todos os participantes.

Eu sou José Fernandes. Além de ser Presidente da Colônia de Pescadores de Cametá, Estado do Pará, também sou Presidente da Federação dos Pescadores, da Pesca e da Aquicultura do Pará. Então, pela compreensão que tem o Senador Beto Faro por essa nossa região aqui, acho muito louvável a gente poder estar debatendo isso, até porque muitos dos pescadores aqui no estado já foram contemplados, através do Incra, com uma casa rural, porque também fazem parte desse processo da reforma agrária.

Então, nosso estado sofre influência da maré aqui quando enche, como a gente chama, e quando vaza. E também tem alguns locais aqui no estado que são seis meses de enchente e seis meses que diminui o fluxo da maré. Então, a gente tem maior expectativa com esse projeto porque nós temos a compreensão de que tem muita gente para ser contemplada. E a gente está na expectativa. A gente tem estudado muito essa questão desse projeto, tem lido muito, mas é importante este debate entre os órgãos, porque isso possibilita com que a gente também possa fazer algumas perguntas, tirar nossas dúvidas, para que realmente, na ponta, esses trabalhadores sejam contemplados.

Nós, enquanto representantes deles aqui no Estado do Pará, temos algumas dúvidas também e é importante a gente implementar essa questão. Por exemplo, nós temos algumas dúvidas, porque nós temos um problema aqui: muito embora a gente more perto do rio, em cima do rio, a gente tem o problema dessa questão do sistema de tratamento de água. Então, a gente tem algumas dúvidas de como será feita essa questão da caixa d'água, se tem um sistema de tratamento de água para isso, porque os ribeirinhos estão muito bem sendo influenciados pelas marés, mas às vezes tem esse problema do sistema de tratamento de água que precisa ser colocado, ser implementado em um projeto desse.

E também a grande maioria está nas ilhas, onde não tem energia. Então, existe possibilidade de implementar essa questão da energia solar? São algumas indagações que a gente aproveita para fazer. Também essa questão da internet comunitária e individual.

E também é importante isso que falou o Dr. Rodrigo agora, da Caixa. É importante fazer essa visita ao local, porque a gente *in loco* verifica a situação, para no projeto serem contempladas essas questões.

A gente aqui queria propor algumas questões, aproveitando a oportunidade aqui. Primeiro, é um passo importante a gente poder ter acesso – quero agradecer o convite em nome aí dos pescadores e pescadoras – hoje a esta Comissão, mas também seria importante a gente poder ter um grupo de trabalho em que as entidades representativas pudessem ficar em contato com o Incra, com a Caixa, com o Ministério das Cidades, para a gente poder ir elucidando esses problemas e, juntos, ir contribuindo, com os conhecimentos que nós temos empíricos aqui nas nossas regiões, para que esse projeto realmente seja contemplado e realmente aqueles que estão aqui na ponta sejam beneficiados.

Então, de início, era isso que eu queria colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já agradeço imensamente o convite aqui, em nome aqui dos pescadores e pescadoras do Pará.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não. Nós agradecemos a contribuição do Sr. José Fernandes, representando aí os pescadores do Estado do Pará.

Passamos à última convidada, que é a Sra. Ângela Conceição Lopes de Jesus, Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Pará.

V. Sa. tem a palavra.

A SRA. ÂNGELA CONCEIÇÃO LOPES DE JESUS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia! Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para participar desta audiência aqui da Comissão e agradecer ao Senador Beto Faro por ter feito o convite à federação, em nome dos trabalhadores e trabalhadoras rurais aqui do Estado do Pará. Nosso agradecimento também ao Senador Marcelo Castro por este momento aqui, em que a gente tem vários representantes de instituições que cuidam das políticas públicas e da implementação.

Eu quero começar pelo meu lugar de fala, que é o da Amazônia e principalmente o do Estado do Pará. Eu fico muito feliz quando o Incra diz que não tem habilidade no processo da questão das palafitas. Então, é um desafio para os órgãos que estão aí implementar esta política do Minha Casa, Minha Vida.

Agora, tem especificidades daqui da Amazônia que precisam ser levadas em consideração quando se trata da construção de casas: a característica geográfica, a altitude, os recursos hídricos, a disponibilidade de espaço... Mas tem uma coisa que nos preocupa, e nós já fizemos um debate aqui no Estado do Pará sobre a questão dessas especificidades, inclusive a da madeira que vai ser utilizada nessas casas, porque nós sabemos que não é qualquer madeira. Então, tem que ter uma responsabilidade ambiental e que seja uma madeira certificada.

Por isso, quando nós pensamos no valor de uma casa para terra firme, não será o mesmo valor uma palafita – não é, José Fernandes? –, porque a gente tem que levar em conta o custo amazônico. Então, o que nos incomoda muito em todos os projetos, quando se trata de Amazônia, é que não se leva em conta o custo amazônico.

Eu vivi uma experiência, por ser Conselheira do Comitê Gestor do Luz para Todos, que é uma política maravilhosa que leva desenvolvimento para as pessoas, que muda a vida das pessoas, porém, quando se tratava das travessias para as ilhas, o programa não garantia o recurso. Então, nos preocupa, nessa questão do Minha Casa, Minha Vida, quando se trata de palafitas, levar-se em consideração esse custo amazônico, a logística do material chegar a determinados locais, como as ilhas e as áreas remotas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, a pergunta foi muito feliz: como vai ser tratada a questão do saneamento básico? Tem outra coisa: muitos dos ribeirinhos que estão em cima do rio... Como falou o José Fernandes, a margem do rio não tem água potável. Então, se nós queremos trabalhar a política por completo, nós temos que pensar em todas essas questões para a gente implementar o programa. Eu sei que é lógico que o Incra não vai resolver tudo, a Caixa não vai resolver tudo, mas essa questão do custo amazônico nos preocupa.

A gente fica muito feliz de o PL levar em consideração essa questão das palafitas e de estar sendo feito este debate aqui numa audiência pública. José Fernandes tem muita razão em colocar que precisa ouvir outros atores, os extrativistas, os quilombolas, que estão necessitando de moradias dignas.

Eu represento o campo rural, mas eu não quero só pensar no campo, eu quero pensar também nas periferias das cidades aqui no Estado do Pará. Como elas vão ficar? Porque elas também têm palafitas. Como vai ser pensado o programa dentro desse processo, que é diferenciado? Fazer uma casa de tijolo é diferente de fazer uma palafita. Você tem que pensar, porque são edificações que têm um contato direto com a natureza, quando se fala do rio.

Então, a gente tem que pensar até em minimizar esses impactos dessa construção. E só vivenciando mesmo para saber como operacionalizar, porque tem que fazer a visita, tem que ter as universidades que pesquisam, porque é uma arquitetura diferenciada. Então, se se quer fazer uma moradia digna, pensando no ambiente, na claridade, em todos os espaços dignos, tem que se fazer um projeto arquitetônico em que se tenha um vasto conhecimento das marés, inclusive das mudanças climáticas, que sejam edificações firmes, que possam também enfrentar aquilo que a gente já está vivendo, que uma hora a maré vem muito alta, outra hora o rio dá uma enchente muito grande.

Então, a gente precisa pensar em tudo isso para não comprometer a vida das pessoas, mas entendo que seja necessário, inclusive a gente quer pautar aqui que seja pensado e diferenciado o recurso. Eu não sei se é possível, porque tem uma lei que ordena a questão do Minha Casa, Minha Vida, mas eu acho que a gente pode colocar em discussão essa especificidade da Amazônia, onde se quer fazer a questão da construção nas áreas de palafitas.

No mais, é só agradecer, acho que a gente pode dar importantes contribuições, quem está na Amazônia, quem vivencia de perto, que muitas vezes a gente – e José Fernandes que está muito aí na área ribeirinha – sabe o que observar na construção, a sua essência do início da construção das casas, nas margens ou em cima do rio, onde a maré enche, a maré vaza, como é que a gente vai pensar numa fossa, como é que a gente vai pensar na caixa d'água para poder dizer "não, nós fizemos um projeto de habitação aqui, e ele está com todas as suas condicionantes, condicionalidades, para dar uma vida digna a essas pessoas que estão aqui e não impactar o rio, não impactar aquele território onde vai ser feito o projeto".

Então, acho que é um grande desafio na área rural do Incra, mas também para o Ministério das Cidades, onde é a área urbana, porque a Amazônia é feita de rio. Então, quando eu digo que estou no meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar de fala, que é da Amazônia, é por ter essas especificidades, essas dificuldades de logística, até para levar o material. A gente vê o que é fazer uma casa em Curralinho, o que é fazer uma casa em Breves, que encarece o custo dessa construção, seja ela em terra firme, seja ela nas áreas alagadiças.

Então, no mais, muito obrigada. E quero agradecer aqui por estar compartilhando este momento e poder fazer esta fala para que a gente possa fazer uma discussão bem alinhada, dialogando com o meio ambiente, com o clima e com a vida das pessoas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, agradeço a colaboração de todos. E é evidente que nós estamos aqui com um problema deveras importante para solucionar, porque, além de nós termos um déficit habitacional muito grande no nosso país – e o programa Minha Casa, Minha Vida vem amenizando esse problema gigantesco do déficit habitacional –, infelizmente todos sabem que nos últimos anos esse programa foi praticamente desativado.

No Governo anterior, inclusive se extinguiu esse Programa Minha Casa, Minha Vida, criando o Programa Casa Verde e Amarela, que, na verdade, foi apenas uma jogada de *marketing* e não se construiu casa verde e amarela em lugar nenhum do Brasil.

Eu fui o Relator do Orçamento no ano passado, o Orçamento para este ano, e todo o recurso que havia para o Programa Minha Casa, Minha Vida era de apenas R$36 milhões. Ora, R$36 milhões para um país continental como o Brasil é uma quantia praticamente inexistente, insignificativa, porque não se construiria habitação nem para resolver o problema de um bairro de uma cidade brasileira, quanto mais o problema de déficit habitacional que nós temos, que é crônico. Por isso, na década de 60, o Governo Federal criou o BNH e, de lá para cá, sempre houve, em todos os Governos brasileiros, programa de habitação popular, porque, verdadeiramente, nós temos uma parcela significativa, expressiva e importante da população que não tem condições de construir, de ter sua própria habitação, e as políticas públicas vêm tentando minimizar e resolver esse problema.

Então, graças a Deus, no ano passado, eu como Relator do Orçamento, nós conseguimos aprovar a PEC da transição, a qual trouxe, então, recursos mínimos necessários para fazer o país funcionar, e um dos setores que foram mais beneficiados foi exatamente o da construção da Minha Casa, Minha Vida, quando, de apenas R$36 milhões que havia para todo o país, nós elevamos esse valor para R$10 bilhões – não é o ideal; o ideal seria um valor maior do que esse, mas, como o programa estava parado, que teria que começar do zero, evidentemente que haveria, como de fato está havendo, uma inércia muito grande para o programa ser retomado.

Felizmente, as coisas estão se encaminhando. O Ministério das Cidades, juntamente com a Caixa Econômica Federal, está sendo muito diligente. Os projetos, as propostas já foram apresentadas em todos os municípios brasileiros, já estão aqui no Ministério das Cidades e, esta semana, tudo indica que será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tomada a decisão dos projetos aprovados para poder liberar os recursos para construir as habitações. E o que nós temos que fazer é só acelerar, porque nós estamos parados há praticamente três anos, quatro anos, que o programa praticamente está paralisado. Neste ano de 2023, não teria recurso nenhum para tocar esse programa.

E, além do déficit geral, nós temos essa especificidade. No meu caso aqui, que eu sou do Semiárido, a gente nunca imagina que a água é um grande problema. A gente só pensa na água como uma solução, mas é evidente que nos lugares em que chove muito, lugares alagadiços, sobretudo na Região Amazônica, pegando esses estados do Norte, principalmente, nós temos o problema da palafita. Por isso que o Senador Jader Barbalho apresentou esse projeto, ainda em 2019.

Agora, nós estamos aqui com o Senador Beto Faro, instruindo esse projeto. Foi ele que solicitou esta audiência pública, porque é uma coisa própria da Região Norte, que tem... Quer dizer, há outros lugares alagadiços, tem palafita no Rio de Janeiro, tem em Salvador, em várias regiões do Brasil, mas, sem nenhuma dúvida, é uma questão muito mais da Região Norte do que do restante do país.

Agora, eu queria aproveitar aqui a presença da Mirna...

Mirna, em primeiro lugar, é um prazer grande revê-la aí em ação, em atividade. Já são muitos anos que você está à frente aí, trabalhando no Ministério das Cidades, e essa semana eu tive uma informação de que haveria uma decisão do Governo Federal de não aprovar projetos para a construção de habitação em municípios com menos de 50 mil habitantes. Eu gostaria de ver a sua posição, porque, se for assim, eu acho uma medida muito injusta.

Eu soube, no final da semana passada, cheguei ontem aqui e ainda não pude tomar as providências, porque, por exemplo, o Piauí... Nós só temos, no Piauí, quatro ou cinco municípios com mais de 50 mil habitantes. Quer dizer, o Piauí ficaria de fora de um programa tão importante quanto esse. Ora, se o Piauí ficaria de fora, você imagine estados menos populosos, com uma densidade demográfica maior, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, o Amazonas, o Amapá, Roraima... Evidentemente, isso é uma medida que não pode ser bem recebida e nem pode ser aceita pelo Congresso Nacional. E, pelo que eu vi aqui dos palestrantes, é um problema novo, para o qual nós não temos ainda uma solução já praticada.

O representante da Caixa Econômica aqui, o Sr. Rodrigo Santos, deixou claro ainda, como também a representante do Incra, da falta de *expertise* nessa área. O representante da Caixa sugeriu até que se fizesse um projeto piloto, inicialmente, para depois se expandir isso daí, depois de aprovado, e várias questões que vieram aqui, dos internautas, nos trazem realmente a preocupação de como é que isso pode ser feito, como é que vão ser feitos os serviços de coleta de lixo, de esgoto, de abastecimento d'água, de energia elétrica... São situações para as quais a gente precisa encontrar uma solução. E vem a pergunta, insistentemente: não seria mais prático tirar essas pessoas desses lugares de risco, alagadiços, e levar para um lugar mais seguro? São questões de que a gente tem que tratar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que a gente sabe que as pessoas que moram num determinado local querem, por toda força, ficar naquele local, mas, se é um local de risco, a gente tem que ver a conveniência de permanecer ou não. Não estou advogando de um lado nem do outro. Estou apenas levantando essas questões, que são importantíssimas para o poder público tomar uma decisão de como vai fazer daqui para frente.

Então, vou passar a palavra aqui para a Mirna, para ver o que é que ela nos diz sobre essa questão da não construção de habitações pelo Programa Minha Casa, Minha Vida em municípios com populações inferiores a 50 mil habitantes. Isso é... Eu vou fazer um movimento aqui: nós não temos condições de aceitar uma decisão dessa do Governo Federal.

A SRA. MIRNA QUINDERÉ BELMINO CHAVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na verdade, Senador, acho que talvez o senhor esteja se referindo a uma das modalidades do Minha Casa, Minha Vida, uma das linhas de atendimento, que está no processo de finalização do processo de seleção agora dos projetos que foram recebidos, que é o Minha Casa, Minha Vida FAR. Ele é executado por meio de empresas e foi o primeiro em que a gente divulgou o processo seletivo; agora está finalizando aí a seleção. Essa discussão realmente está ocorrendo no âmbito do Governo, na Casa Civil, e a gente não tem ainda essa definição, essa decisão sobre o recorte populacional para ser atendido ou não.

Agora, só lembro que o Minha Casa, Minha Vida, dentro de todas as suas linhas de atendimento, tem duas voltadas especificamente para atender municípios pequenos. Então, a gente está falando do repasse de recursos via FNHIS, em que a ideia é que seja integralmente destinado para atender municípios abaixo de 50 mil habitantes; e do Minha Casa, Minha Vida Oferta Pública, que a gente está chamando hoje de sub-80, porque, na fase de tramitação da nossa medida provisória no Congresso, foi inserida a possibilidade de fazer oferta pública para municípios abaixo de 80 mil habitantes. Então, essas duas linhas seriam voltadas especificamente para os pequenos. O Minha Casa, Minha Vida empresas, na prática e na verdade, se alinha muito mais aos municípios maiores por identidade mesmo, porque pega empresas maiores, porque tem aí uma necessidade de ter uma escala um pouquinho maior, mas essa decisão não está tomada, até onde sei. E aí eu lembro isto: que o Minha Casa, Minha Vida tem um atendimento específico para município pequeno também, ele tem lá sua esteirinha só para os pequenos. Então, eu acho que esse equilíbrio entre as linhas de atendimento naturalmente deve ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – É, mas a informação que a gente tem é que foi vetada pelo Governo essa possibilidade.

Essa questão de escala não se justifica, Mirna, porque uma empresa pode fazer várias casas em municípios vizinhos, em municípios próximos. Tem município que dista do outro 15km, 20km, 10km... Então, podia se fazer um *pool* de casas de municípios, de quatro, cinco, dez municípios, e a empresa ganhar todos os lotes daquela região e fazer como se fosse praticamente um empreendimento. Agora, eu entendo que isso é uma discriminação e uma falta de visão do ponto de vista social. Nada se justifica que se faça casa em municípios acima de 50 mil habitantes e que não se faça naqueles abaixo de 50 mil. Qual a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justificativa que existe para isso?! A necessidade é a mesma. E o poder público evidentemente não pode fazer discriminação nenhuma.

Antes de encerrar, quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos e me desculpar mais uma vez. Já expliquei aqui as razões. Houve um problema de comunicação, porque o Senador Beto Faro é que iria presidir esta Comissão; de fato, ele estava disposto a isso, mas entrou numa reunião pensando que iria sair mais cedo e não conseguiu sair. Aí eu vim substituí-lo.

Antes de encerramos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da 21ª Reunião, realizada em 03/10/2023.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e nove minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Alan Rick, Izalci Lucas, Ivete da Silveira, Mauro Carvalho Junior, Weverton, Margareth Buzetti, Humberto Costa, Jussara Lima, Angelo Coronel, Flávio Arns, Marcos Rogério, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Paulo Paim, Magno Malta, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo e Romário, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra ainda a presença do Senador Jaime Bagattoli; Laís Pestana, Assessora técnica em pescada da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca); Wéliton Pereira Campos, Prefeito do Município do Espigão d´Oeste (PODE-RO); Dárcio Kischener, Vice-Prefeito do Município do Espigão d´Oeste (PROS-RO). Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento (Req 27/2023-CRA) de autoria do Senador Jorge Seif (PL/SC), para instruir ao PDL 206/2021, de autoria dos Senadores: Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Humberto Costa (PT/PE). Finalidade: Instrução do PDL 206/2021. Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2021. - Ementa: Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, a Portaria nº 115, de 19 de abril de 2021, do Secretário de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto na Costa do Rio Grande do Sul. - Autoria: Senadora Zenaide Maia e Senadores Paulo Rocha, Jaques Wagner e Humberto Costa. - Relatoria na CRA: Senador Jorge Seif. Participantes: Sandra Silvestre de Souza, Coordenadora-Geral de Ordenamento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva do Ministério da Pesca e Aquicultura; Roberto Wahrlich, Professor Pesquisador da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI; José Augusto Negreiros Aragão, Consultor da FAO para o Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe - REBYC.; Agnaldo Hilton dos Santos, Presidente do Sindicato dos Armadores e das Indústrias da Pesca de Itajaí e Região - Sindipi; e Joab Hamilton dos Santos, Pescador e armador do Estado de Santa Catarina. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 30, de 2023 que: "Requer inclusão de convidado na audiência aprovada pelo Requerimento Nº 28 desta Comissão para debater a necessidade de prorrogação dos créditos em razão da crise da pecuária. Solicito a presença de um representante do Ministério da Fazenda." Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Usam da palavra o Senador Jaime Bagattoli e Senador Jorge Seif, Presidente eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde!

Queridos convidados, sejam muito bem-vindos!

Senadores presentes e no sistema virtual, também sejam muito bem-vindos!

Muito obrigado pelo quórum.

Décima oitava reunião. Dia 20 de setembro de 2023.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram, por gentileza. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para instrução do PDL 206, de 2021, em atendimento ao Requerimento 27, de 2023, da CRA, de iniciativa do Senador Jorge Seif, hoje Presidente eventual da Comissão de Agricultura.

Esta audiência pública é interativa. Por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado e pelo telefone 0800 0612211, podem mandar perguntas, podem participar, e agradeço a audiência de todos pela internet, pelo YouTube.

Bom, senhores, os nossos ilustres oradores convidados para esta audiência pública participarão de forma remota pelo sistema de videoconferência Zoom.

São eles: Sandra Silvestre de Souza, Coordenadora-Geral de Ordenamento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva do Ministério da Pesca e Aquicultura. Bem-vinda, Sra. Sandra! Muito obrigado pela participação.

Dr. José Augusto Negreiros Aragão, Consultor da FAO para o Projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe. Dr. José Augusto, muito obrigado. Seja muito bem-vindo!

Prof. Roberto Wahrlich, Professor Pesquisador da Universidade do Vale do Itajaí, do qual sou egresso, Senador Rogério, e me formei na Univali em Administração. Prof. Roberto é um grande parceiro também nosso, nós nos conhecemos há muitos anos. Obrigado, Prof. Roberto, por sua participação.

Os nossos oradores terão a palavra por dez minutos no início da sessão e cinco minutos após as participações, perguntas, etc., cinco minutos para finalizar.

E, obedecendo aqui aos bons costumes e à tradição desta Casa em honrar sempre as nossas mães, as nossas mulheres, há essa pessoa muito especial, que eu admiro muito, grande profissional, com quem eu tive, Marcos Rogério, a honra de trabalhar enquanto fui Secretário Nacional de Pesca, uma pessoa muito especial e que nos ajudou muito na criação e elaboração do plano de manejo sustentável da pesca de arrasto no Brasil. Querida Sandra, seja muito bem-vinda, a palavra é sua. Obrigado pela participação, por aceitar o nosso convite, para nós, então, discutirmos aqui a pesca de arrasto.

Na verdade, antes de passar a palavra, Sandra, eu deixo aqui uma reflexão a todos. Algumas atividades no Brasil criaram alguns mitos ao entorno delas, criaram algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resistências, criaram a pecha de não sustentáveis, devastadoras, como o petróleo, como mineração, como ouro, como fertilizante e, não obstante isso, infelizmente, também a nossa pesca de arrasto. Então, esses nossos debatedores vão nos ajudar, vão esclarecer por que é importante que nós, o Senado Federal, enquanto Deputados, Senadores, legisladores do nosso Brasil, permitamos que essa atividade continue no Brasil, com os devidos cuidados, para que a preservação, a sustentabilidade não seja prejudicada.

Com essas palavras, Sandra, seja muito bem-vinda, o microfone e o palco do Senado Federal são seus.

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senador Jorge Seif. Obrigada pelos elogios, também foi um grande prazer trabalhar com o senhor.

Como o Senador falou, o meu nome é Sandra Souza, sou oceanóloga, hoje estou como Coordenadora-Geral de Ordenamento da Pesca Industrial, Amadora e Esportiva, e eu vou trazer uma apresentação falando sobre o panorama da pesca de arrasto no litoral brasileiro.

Vou compartilhar aqui a minha tela. (*Pausa.*)

Eu não estou conseguindo compartilhar aqui a tela. Só um minutinho aqui, para eu tentar compartilhar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sandra, nós vamos passar. Nós estamos aqui com a sua apresentação, nós vamos virando aqui os eslaides a seu gosto, aí você vai nos orientando que nós vamos mudando aqui de eslaides, está bom?

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Ah, está bom, obrigada. Vocês me escutam? Porque aqui travou tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perfeito, nós a escutamos perfeitamente. Está nos escutando aí?

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Sim, sim, pode passar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k.

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Então, como eu disse, vou falar um pouco sobre o panorama da pesca de arrasto no litoral brasileiro. Primeiro, vamos trazer a definição do que é a pesca de arrasto – só um minuto, deixe-me abrir aqui para mim. A gente tem um ato normativo que traz a definição do que é a pesca de arrasto, essa Instrução Normativa Interministerial do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio Ambiente de 2011. Ela diz que pesca de arrasto é aquela que se realiza com o emprego de rede de arrasto tracionada, com recolhimento manual ou mecânico, cuja operação de pesca requeira o auxílio de embarcação de pesca, ou seja, é uma pesca que tem uma embarcação que vai puxando a rede. Essa pesca pode ser realizada de duas formas: uma embarcação puxando a rede, que a gente chama de arrasto simples, ou duas embarcações puxando a mesma rede, que a gente chama de arrasto duplo ou arrasto de parelha, ou seja, para a pesca de arrasto a gente necessita de uma ou duas embarcações e uma rede sendo tracionada, sendo puxada por uma ou duas embarcações.

Pode passar, por favor.

Essa Instrução Normativa nº 10, de 2011, nós chamamos de “cardápio” das modalidades de permissionamento disponíveis no Brasil. O que isso quer dizer? Quem quer hoje praticar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tipo de pesca no Brasil tem que conhecer essa instrução normativa porque ela traz as modalidades de pesca, que dizem como você pode pescar, o que você pode pescar e onde você pode pescar. Então, essa normativa apresenta seis anexos. O Anexo I fala dos tipos em que você pode pescar com linha no Brasil; o Anexo II, como você pode pescar com rede de emalhe no Brasil; quando a gente chega ao Anexo III, a gente tem todos os tipos que o Governo brasileiro permite com que você possa pescar com arrasto no Brasil; então, são 14 modalidades, por que vou passar rapidamente.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente trouxe um quadro demonstrativo, isso aqui está tudo nessa Instrução Normativa nº 10. A gente tem uma modalidade de arrasto de fundo que é especial para a piramutaba. Quem tem autorização de arrasto para capturar piramutaba no mar territorial do norte do Brasil e na zona econômica exclusiva do norte do Brasil são 46 embarcações hoje permissionadas. Então, quem quer adentrar a pesca de arrasto no Brasil tem que conhecer essas 14 modalidades e verificar se a gente permite que novas embarcações entrem nessa modalidade; então, tem que conhecer essa matriz de permissionamento.

Aqui vocês podem observar que a gente tem modalidades e que a espécie alvo é a pirumataba em específico; a gente tem outra modalidade que são peixes em geral, que podem ser capturados com arrasto, e camarões.

E aqui, na penúltima coluna, onde que essa operação de pesca é permitida. Então, a gente permite que se utilize a pesca de arrasto desde o litoral norte do Brasil até o litoral sul do Brasil.

Próximo, por favor.

Aqui estão as outras modalidades, para vocês verificarem essas 14 modalidades. É como eu disse, nesse caso o cardápio das modalidades de arrasto. Quem é interessado em utilizar o arrasto no Brasil tem que conhecer essas 14 modalidades e verificar qual seria mais adequada para o que se quer.

Próximo, por favor.

Mais uma, por favor.

Então, dessas 14 modalidades de arrasto que a gente tem no nosso ato normativo, totalizando as embarcações hoje legalizadas, a gente tem um total de 5.233 embarcações no Brasil que estão legais e que podem utilizar o arrasto. Dessas 5.233, se a gente for fazer a divisão entre o tamanho da embarcação, o que a gente considera artesanal e o que a gente considera industrial conforme a nossa lei da pesca, a gente tem 4.823 embarcações que praticam o arrasto no litoral brasileiro e que são consideradas embarcações artesanais, que são aquelas embarcações de pequeno porte, que vão até 20 de arqueação bruta – é uma medida que a gente tem na nossa lei da pesca –, e 410 embarcações de médio e grande porte, que são consideradas embarcações industriais. Então, dessas 5.233 embarcações totais hoje legalizadas no Brasil para praticarem o arrasto, a maioria são embarcações artesanais, embarcações que a gente chama de pequeno porte.

Se a gente for considerar nessa atividade de arrasto que em cada embarcação trabalham cinco pescadores, a gente vai ter mais de 26 mil trabalhadores brasileiros que dependem diretamente da pesca de arrasto no Brasil. E se a gente considerar que cada um desses pescadores tem na família uma média de cinco pessoas, a gente está falando de mais de 130

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mil pessoas no litoral brasileiro que dependem diretamente da pesca de arrasto para sobreviverem.

Isso aqui é só um cálculo raso para a gente ter uma ideia da importância da pesca de arrasto para os pescadores brasileiros, sem levar em consideração os outros elos da cadeia produtiva, que é a indústria, que recepciona tanto o camarão quanto os peixes, as pessoas que estão ali envolvidas com o transporte dessa produção, com o beneficiamento, com o comércio e os próprios consumidores. Então, a gente tem um mundo aí muito maior do que 130 mil pessoas que dependem da pesca de arrasto para sobreviverem.

Próximo, por favor.

Então, como a gente tem esse mundo de pessoas que dependem da pesca de arrasto, a gente tem que deixar a pesca de arrasto o mais sustentável possível. Então, o que isso quer dizer? Que a gente tem que ter regras que observem tanto a questão biológica, quanto a questão social e a questão econômica.

Então, hoje para você utilizar o arrasto como sua fonte de renda, você precisa da autorização do Governo brasileiro para sua embarcação e, além disso, você tem que conhecer as regras associadas à pesca de arrasto. Então, a gente tem limitação da frota de arrasto. Hoje para o Sudeste e Sul, não se dá mais nenhuma autorização para novas embarcações adentrarem legalmente na pesca de arrasto. A gente tem estabelecimento de períodos de defesa tanto para os camarões como para várias espécies de peixes que são alvo da pesca de arrasto. A gente tem proibição de áreas de pesca em que essas áreas são mais sensíveis, são áreas de reprodução. Então, ali a gente não deixa, a gente não permite que a pesca de arrasto utilize essas áreas e também, no litoral brasileiro, cada estado tem um limite para, a partir dali, poder arrastar. Tem estados que são cinco milhas náuticas; outros estados que, a partir da praia, cinco milhas náuticas, o que é a grosso modo dá quase 10km e só a partir dali que eles podem arrastar. A gente tem a obrigação da utilização de um dispositivo que a gente chama de TED, que, se cair alguma tartaruga ali na rede, essa tartaruga consegue escapar com vida. A gente tem normativas sobre os petrechos, o tamanho da rede de arrasto, o tamanho da malha que pode ser utilizada. A gente tem normas sobre o tamanho mínimo de captura do camarão, então, não é qualquer camarão que pode ser comercializado, a gente tem o tamanho mínimo dele para ser capturado. A gente tem normas para substituição, conversão e transformação de embarcações que estão na frota de arrasto; e também a gente tem normas bastante rígidas sobre o monitoramento dessa frota.

Só que, apesar de todo esse arcabouço legal... Já estou acabando.

Pode passar o próximo, por favor?

Não, volta, por favor.

Isso.

Apesar de todo esse arcabouço legal, em 2018, foi publicada a Lei 15.223, no Estado do Rio Grande do Sul, e um dos dispositivos dessa lei proibia a pesca de arrasto no litoral gaúcho. Após a publicação da lei, foi impetrada pelo Partido Liberal uma ação direta de inconstitucionalidade. Essa ação foi julgada no STF e houve a suspensão do dispositivo que suspendia a pesca de arrasto.

Aí o Governo Federal, diante dessa suspensão, tomou algumas ações após a decisão do STF – pode passar, por favor –, e a gente começou a elaboração do plano para a retomada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentável da atividade de pesca de arrasto na costa do Rio Grande do Sul. Ele tinha o objetivo principal de estabelecer medidas complementares a essas que eu falei para vocês, para assegurar a sustentabilidade da pesca de arrasto de camarão e de peixes ali no litoral do Rio Grande do Sul.

Próximo, por favor? Só que, infelizmente, quando foi publicada a Portaria SAP/Mapa nº 115 de 2021, que aprovava esse plano para a retomada sustentável da pesca, a partir desse plano, houve a publicação de um ato normativo com essas regras adicionais à pesca de arrasto para camarão, focado no camarão ali no litoral do Rio Grande do Sul, por determinação judicial, tanto a portaria que aprovava o plano de recuperação quanto o ato normativo que trazia as ações adicionais de ordenamento foram suspensas por conta de ação judicial.

Então, era isso que eu tinha para trazer para os senhores. Fico aqui à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Sandra. Obrigado pela sua apresentação.

Quero dar as boas-vindas aqui para o nosso Presidente Senador Alan Rick, um grande parceiro, um grande irmão e também quero dar as boas-vindas aqui para o meu amigo Agnaldo do Sindipi, da minha querida cidade Itajaí, Santa Catarina; para o Joab, que é um pescador, também um grande amigo, que trabalha com camarões há muitos anos, meu querido amigo também, italiano da cidade de Penha. E ali nós temos o... É quem eu estou pensando ou não? Meu querido amigo Giovani Monteiro, quase primo da minha esposa, também nos prestigiando. Muito obrigado pela presença de vocês aqui na nossa audiência. Obrigado, Sandra.

Nós temos aqui algumas perguntas do e-Cidadania, que daqui a pouco eu vou resumir, mas eu vou deixar os nossos expositores apresentarem.

Eu convido agora, para a sua fala, o Professor Pesquisador da Universidade do Vale do Itajaí, o Prof. Roberto Wahrlich.

Professor, seja muito bem-vindo! Obrigado pela sua presença, o microfone é seu. (*Pausa.*)

Fui informado aqui – perdão o equívoco – que houve uma troca. O Prof. José Augusto Negreiros Aragão... Senador Alan Rick, o Dr. José Augusto, foi um dos grandes... Ele é Consultor da FAO e nos ajudou muito a criar o manejo sustentável – só para o senhor e para quem está nos assistindo entenderem. Todas as atividades, se não tiverem hoje um olhar para a questão de sustentabilidade, serão danosas ao meio ambiente. Todas as atividades extrativas – areia, petróleo, ouro, fertilizantes, camarão, peixe –, tudo que é extrativista, geram uma preocupação social muito grande e ecológica, com esse aspecto ecológico, e ambiental. E o Prof. José Augusto também ajudou, no tempo em que nós participamos lá, de construir, junto com a FAO, que é uma organização da ONU, uma fundação de alimentos da ONU, nos ajudou a construir uma forma de capturarmos, de continuarmos essa atividade de captura de camarão no Brasil, com um olhar para a sustentabilidade, preocupados com o futuro não só do pescador, como da própria espécie de camarão, como também, Senador Marcos Rogério, da sustentabilidade do negócio.

O pescador – e eu falo de carteirinha – é o maior preocupado com as questões ambientais, porque, se ele acabar com o camarão – o Joab aqui, por exemplo, que tem tradição nessa captura, nesse trabalho –, se ele acabar hoje com o camarão, não pensar no tamanho do camarão, não utilizar os dispositivos, etc., ele vai acabar com a atividade econômica dele e o filho dele vai ter que escolher outra coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero passar a palavra – mais uma vez agradecendo – ao Dr. José Augusto Negreiros, que vai nos falar, então, sobre a sua consultoria da FAO sobre a fauna acompanhante na pesca de arrasto.

Seja bem-vindo, Dr. José Augusto! A palavra é sua.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos!

Eu vou, então, compartilhar aqui a minha tela.

Os senhores conseguem ver a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Prof. José Augusto, nós vamos fazer como com a Sandra: nós vamos apresentar por aqui, e o senhor vai pedindo para a gente mudar o eslaide, para não termos mais delongas por essas questões técnicas.

A palavra é do senhor. Estamos lhe ouvindo perfeitamente bem.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Estamos lhe ouvindo, e a apresentação já está aqui, o senhor consegue nos acompanhar?

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Eu estou com uma dificuldade, acho que eu tenho que fechar a minha aqui.

Deixa eu ver se fecho a minha apresentação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Bom, estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, senhor. Prossiga.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Então, quem está apresentando são vocês, não sou eu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo, Dr. José Augusto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Bom, eu vou apresentar, de forma bem rápida, o que é uma coisa até difícil, o que foi o nosso projeto Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto de camarão na América Latina. É um projeto que foi desenvolvido durante cinco anos. É um projeto da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), é um projeto do GEF (Fundo para o Meio Ambiente Mundial), e um projeto que teve obviamente a participação do Governo brasileiro, através, na época, da Secretaria de Pesca e Aquicultura.

Bom, o projeto Rebyc começou, porque tinha, aqui na América Latina, a partir de um projeto que já tinha sido conduzido lá na Ásia. O projeto era a redução do impacto ambiental da pesca do camarão tropical. Foi conduzido de 2002 a 2008. Esse projeto – pode ir passando aos poucos – trouxe algumas recomendações importantes em função dos resultados que ele encontrou. Ele viu que era preciso intensificar a introdução de novas tecnologias, porque era preciso desenvolver essas tecnologias para reduzir a questão da fauna acompanhante nas pescarias, adotar estratégias de gestão mais eficientes, ou seja, as gestões que estavam sendo adotadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisavam ser mais objetivas, e processos decisórios transparentes e participativos. Isso é uma questão fundamental.

E daí veio o Rebyc II, que é o nosso, que é o Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na América Latina. Esse é o nosso Rebyc II.

Pode passar.

Esse Rebyc II envolveu seis países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, México, Suriname e Trinidad e Tobago. Esses países foram escolhidos por quê? Pode ir passando, pode ir. Porque alguns deles compartilham recursos pesqueiros comuns, eles possuem importantes pescarias de arrasto de fundo de camarão e de peixes, e essas pescarias geram muito emprego, renda, segurança alimentar e divisa nesses países.

Pode passar.

Bom, a pesca de arrasto tem vantagens e desvantagens. No camarão especificamente, tem vantagens e desvantagens. Como contribuições socioeconômicas, nós podemos dizer que parcela expressiva das capturas mundiais, ou seja, de alimento, é produzida pela pesca de arrasto. A frota de arrasto é constituída por uma grande quantidade de barcos, barcos de pequena, média e larga escala. Estima-se que tem mais de 60 mil embarcações. Vocês viram na apresentação anterior da Sandra que só no Brasil, existe uma quantidade muito expressiva de embarcações. São gerados em torno, no mundo, de 230 mil postos de trabalho diretos, sem contar centenas de milhares de emprego em processamento, comércio e mercado.

Pode passar.

Oitenta por cento da produção camaroneira é exportada. Isso é divisa, são divisas para esses países que estão envolvidos na pescaria. Lógico que a pesca de arrasto pode ter, sim, um elevado impacto ambiental. Estima-se que a quantidade de fauna acompanhante, ou seja, de peixes e outros organismos que vêm junto com o camarão, seja 3 a 15 vezes superior à quantidade de camarão que é capturado. No Brasil, isso está em torno de cinco a sete, à quantidade de camarão que é capturado, mas os efeitos negativos causados pela pesca de arrasto podem ser mitigados. Simplesmente proibir a atividade resultará obviamente, como foi visto aí, num grande impacto socioeconômico. O que é necessário? É necessário buscar um futuro sustentável para a atividade. Nós precisamos de informação, de tecnologia e de participação do setor produtivo. E é nisso que o Rebyc acredita; o Rebyc acreditava nisso, acredita nisso e tocou.

O Rebyc foi construído em cima do conceito da abordagem ecossistêmica da gestão pesqueira. O que é isso? É você olhar a gestão pesqueira não só como um recurso, mas olhar o ecossistema como um todo, olhar a governança, olhar o bem-estar humano e social, preocupado com os resultados atuais e com os resultados futuros. Esse é o enfoque apresentado pela abordagem ecossistêmica na gestão pesqueira.

Pode passar.

Bom, então, no fundo, o Rebyc queria desenvolver práticas de pesca mais sustentáveis para manter saudável o ecossistema marinho.

Pode ir passando.

Isso melhora a governança participativa, conforme os três pilares, os três componentes que eu falei antes. Implica a elaboração de planos de gestão para as pescarias de camarão, introduz soluções viáveis, que são os dispositivos redutores de fauna acompanhante, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minimizar o descarte e a captura incidental, minimizar o impacto do arrasto, melhorar a utilização das capturas.

Pode passar.

Identificar incentivos para a mudança. Não adianta a gente chegar para o setor e dizer: olha, use isso aqui que vai diminuir a captura incidental. Mas, e aí? Nós precisamos reduzir os custos, melhorar a produtividade. Obviamente que quando a gente começa a perder a fauna acompanhante, também perde alguma coisa de camarão. Então, é preciso levar tudo isso em consideração.

Pode passar.

Bom, então o Rebyc atuou em duas frentes principais. Uma foi focar em algumas pescarias. Então, nós focamos na pescaria de arrasto de camarões no Norte, no Nordeste, no Sudeste e Sul. No Nordeste, nós trabalhamos com a pescaria de média escala em Luís Correia, no Piauí; no Nordeste, nós trabalhamos com a pescaria de pequena e média escalas, no Pontal do Peba e em Sirinhaém, em Pernambuco; no Sul, nós trabalhamos com a pesca de média escala, lá na APA de Anhatomirim, Santa Catarina e, em Paraíso, Santa Catarina, nós focamos nas pescarias industriais.

Então, o objetivo de focar nessas pescarias era coletar dados capturados sobre a fauna acompanhante. O que é capturado? Qual é a composição das capturas? Quais são as quantidades, as proporções de cada espécie? Depois, desenvolver, de forma participativa – o Rebyc é todo focado na participação –, inovações tecnológicas para minimizar a captura das espécies ecologicamente sensíveis e sem interesse comercial, aumentar a captura de camarões, reduzindo os descartes e aproveitando melhor aquilo que for capturado.

Pode passar.

O outro enfoque do Rebyc. Esse foi para tornar o projeto efetivamente mais e mais participativo, envolvendo todas as partes interessadas, pescadores, pesquisadores, gente de governo.

Nós realizamos oficinas participativas locais, estaduais e regionais, no Brasil inteiro. Só para dar uma ideia, no Nordeste nós realizamos dez oficinas locais, com quinhentos e trinta e quatro participantes, vinte e duas comunidades envolvidas; cinco oficinas estaduais, com cento e setenta e nove participantes. Na região central, dez oficinas locais, ou seja, a gente ia nas comunidades com o projeto, unia gente de várias comunidades, então, tivemos duzentos e setenta e oito participantes, vinte e seis comunidades envolvidas. Tivemos três oficinas estaduais, sessenta e um participantes. No norte, sete oficinas locais, cento e sessenta e dois participantes...

Opa, volte aí, por favor.

Enfim, vocês veem os números que são muito expressivos da quantidade de gente que participou das reuniões locais e estaduais. Depois que essas reuniões eram feitas, a gente tinha as reuniões regionais. Foi feita uma reunião presencial para o Sudeste e para o Sul. Veio a pandemia, ninguém conseguiu mais e foram feitas reuniões virtuais para as demais regiões, mas em todas as reuniões foram feitas as oficinas onde se discutiam os problemas, se discutiam as propostas, se discutiam as questões, os encaminhamentos, enfim.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois de todo esse trabalho, o Rebyc alcançou basicamente muitos resultados. Entre eles a construção das propostas de planos regionais de gestão das pescarias de camarão. Para todas as regiões foi construído um plano de gestão das pescarias, todo ele discutido com todas as partes interessadas.

A construção, adaptação e implantação de dispositivos redutores de fauna acompanhante. Para vocês terem uma ideia, foi construído um dispositivo lá em Pernambuco, pela equipe da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que foi uma inovação que está sendo divulgada no mundo todo; descrição e caracterização das principais embarcações e artes de pesca utilizadas na pesca de arrasto no Brasil.

Pode passar.

Caracterização da fauna acompanhante. Foi feita toda a caracterização e foi publicado um livro. É todo um trabalho de caracterização.

Caracterização da cadeira produtiva. Em algumas áreas, em alguns estados, foi feito tudo isso.

Caracterização do papel da mulher na pesca de arrasto de camarão. Nós identificamos e procuramos verificar qual era esse papel da mulher.

Fortalecimento da integração entre o Governo, os usuários do recurso e os pesquisadores do processo de gestão. Isso foi uma coisa muito importante, esse fortalecimento dessas relações, essa melhora da convivência com o setor produtivo, com o Governo, enfim, com tudo.

Identificação das pesquisas prioritárias para subsidiar o processo de gestão. O que precisa ser feito para melhorar o processo de gestão? Foram feitos um levantamento e uma sistematização de toda a legislação e da normatização da pesca de camarão no país. Foi feita ainda, e isso foi muito importante, a capacitação de um grande número de técnicos, gestores públicos e pesquisadores na aplicação da AEGP, ou seja, da Abordagem Ecossistêmica na Gestão Pesqueira.

E aí, houve muitas propostas para cada um dos componentes da AEGP, aquele componente ecológico, o componente de governança e o componente social, mas eu não sei se vou ter tempo de falar mais uns três ou quatro minutos sobre todos esses temas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A palavra é sua.

Dr. José Augusto, pode utilizar mais quatro minutos, sem problema.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – O.k.

Então, no componente ecológico, durante as oficinas, durante todo esse processo de discussão com o setor produtivo, nós obtivemos muitas propostas de solução para os problemas enfrentados pela pesca, ou seja, o próprio setor, junto com pesquisadores, junto com o Governo, e nós chegamos a uma série de propostas.

No componente ecológico, melhoria das condições ambientais, favorecendo o desenvolvimento sustentável da pesca e da qualidade do pescado.

O que o setor pede? Que sejam realizados estudos sobre o potencial dos estoques pesqueiros e sobre os períodos de defeso; que sejam realizadas ações que contribuam para a redução da poluição ambiental por meio da conscientização, educação ambiental e fiscalização; que sejam priorizados os planos municipais de saneamento básico, por causa da questão da poluição dos estuários, dos mangues; criação de pontos coleta de lixo para descarga do lixo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realização de campanhas de limpeza dos manguezais. Os manguezais são fundamentais para o desenvolvimento dos camarões; revitalização das margens dos rios; redução do impacto negativo de espécies invasoras no ecossistema.

Hoje, nós temos muitas espécies, muitas não, mas algumas espécies invasoras que estão ocupando o ambiente marinho – e aí eu não vejo uma parte agora, porque eu não vejo o que está aí embaixo –, mas, enfim, redução do impacto negativo de espécies invasoras.

Pode passar.

No componente social e humano, as principais propostas são a melhoria da rentabilidade das pescarias com redução de custos das frotas. Isso significa o quê? Desburocratização do programa de subvenção ao preço do óleo diesel; aprimoramento do acesso a linhas de crédito e apoio à renovação da frota; diminuição das tarifas de importação para alguns insumos; estudos para implantação de preço mínimo de comercialização do pescado; operacionalização efetiva dos terminais pesqueiros públicos.

Pode ir passando mais rápido agora.

Ou seja, existe uma série de ações que têm que ser feitas para que a gente possa dizer que tem uma gestão adequada da pesca; adoção de medidas que valorizem a atividade pesqueira; reconhecimento dos pescadores artesanais como povos e comunidades tradicionais; participação paritária de usuários dos recursos, pesquisadores e órgãos governamentais na formulação de políticas públicas; criação e/ou reativação de escolas de pesca – isso é fundamental! Nós temos que ter formação de pessoal; realização de campanhas para divulgar a pesca e o trabalho dos pescadores; ampliação, melhoria e construção das infraestruturas de descarga, que estejam de acordo com a qualidade do pescado, de acordo com as exigências da inspeção federal, enfim.

Pode passar, por favor.

No componente governança, são as seguintes as propostas:

Implantação de um programa efetivo de monitoramento e fiscalização da pesca: tornar a fiscalização mais eficaz, educativa e preventiva; escalonamento das multas de acordo com a gravidade do delito; revisão da Lei de Crimes Ambientais; capacitação dos agentes de fiscalização.

Recuperação da produtividade e da sustentabilidade dos estoques e da viabilidade econômica e social da atividade: sistema de gestão pesqueira participativo e eficaz, baseado em pesquisa e estatística; revisão frequente dos períodos de defeso com base na atualização dos estudos; ainda dentro do componente governança.

Aumento do nível de regularidade no exercício da atividade pesqueira: modernização e a eficiência do Registro Geral da Atividade Pesqueira; melhoria do processo de concessão do seguro-defeso do pescador artesanal...

Enfim, tudo isso são propostas, são questões que estão sistematizadas nos planos de gestão e muitas outras, com muito mais detalhes. E, aí, a gente vê que um plano de gestão é uma coisa mais complexa, que envolve não só a questão ecológica, mas também a questão da governança – isso é fundamental – e a questão do integrante, do participante da atividade. Nós não podemos simplesmente quebrar um elo desses sem nos preocuparmos com o que vai acontecer com ele.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, melhoria do desempenho do TED – isso é fundamental! Quer dizer, a gente sabe que houve uma certa queda no rendimento das pescarias, e o setor quer trabalhar junto no sentido de melhorar tudo isso.

Bom, toda atividade humana provoca algum impacto no ecossistema: é o plástico, é o petróleo, é tudo. Simplesmente proibir não pode ser solução. Há que se considerar e avaliar os impactos socioeconômicos. Os efeitos negativos podem ser mitigados, sim, com informações, tecnologia e participação.

A insuficiência de informação tem sido uma causa fundamental do fracassado processo de gestão da pesca no Brasil. O Brasil não tem tido sucesso na gestão das pescarias. Algumas iniciativas recentes estão em andamento e irão gerar importantes subsídios para os CPGs, que são os conselhos de gestão das pescarias. O colega Roberto, que vai falar em seguida, vai abordar melhor isso.

Agora, no Brasil, nós não temos uma instituição que esteja dedicada à pesquisa pesqueira. Esse é um problema. As universidades têm dado uma grande contribuição, aliás, a única contribuição, no momento, é das universidades, mas nós não temos, como todo país tem, um instituto nacional de pesquisa pesqueira, alguma coisa que dê continuidade à geração de informação, que é fundamental.

O Rebyc parou! E como vai se a continuidade do Rebyc? Tem muita coisa proposta para ser continuada e nem só as universidades conseguem dar conta de tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. José Augusto, muito obrigado pela participação do senhor.

Eu me alegro porque, durante a nossa gestão, no período de 19 a 22, muitas questões que o senhor aborda como orientações da FAO, da ONU, nós adotamos, nós iniciamos a implementação.

Concordo com o senhor que, por vezes, a pesca no Brasil esteve sempre em duas casas, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Ministério da Pesca, Secretaria da Pesca. Infelizmente, meus pais me ensinaram que cachorro de dois donos morre de fome. E, por vezes, a pesca ficou abandonada. Muitas questões também políticas, ao invés de abordagem técnica, mas muitas questões nós implementamos e esperamos mesmo que o Ministro André de Paula, agora Ministro da Pesca e Aquicultura, siga com a gestão técnica que nós iniciamos em 2019.

Eu queria agradecer aqui a presença do meu querido amigo Jaime Bagattoli, Senador por Rondônia, quarto Senador de Santa Catarina porque ele nasceu em Santa Catarina, tem família até hoje em Santa Catarina, também defensor da questão do marco temporal de terra indígena lá em José Boiteux e toda a nossa região de Santa Catarina. Obrigado pela presença do senhor. Eu quero também saudar a Laís Pestana, que é assessora técnica em pescada da Abipesca (Associação Brasileira das Indústrias de Pescados), pela sua presença. Obrigado.

Nós temos aqui, antes de passar a palavra ao Prof. Roberto Wahrlich, Senador Jaime, uma solicitação de alguns visitantes da nossa Santa e bela Catarina que gostariam de fazer contribuições. O senhor sabe que regimentalmente, para poder falar aqui nas tribunas, tem que ser ou Parlamentar ou ter o requerimento aprovado. Mas nós vamos abrir aqui, se o senhor concordar – o senhor que está representando aqui o Senado junto comigo –, e não tiver nenhuma objeção, eu gostaria de ceder três minutos para que eles pudessem fazer suas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor concorda e nos apoia nessa iniciativa?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu, além de concordar, Senador Jorge Seif, quero parabenizá-lo por esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu gostaria de fazer uma pergunta aqui depois, se... é o José Augusto Aragão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Isso.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se ele ou alguém pudesse depois me responder. O que você prefere? Eu posso fazer a pergunta já?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, se o senhor puder aguardar o terceiro expositor, aí depois a gente direciona a pergunta do senhor para quem for devido, pode ser?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, está bom.

Eu gostaria de convidar aqui para frente o Presidente do Sindipi, Agnaldo, e também nosso querido amigo Joab. Por gentileza, venham aqui na frente.

Podem sentar aqui, por gentileza. (*Pausa.*)

Oi? Pode ser ali. (*Pausa.*)

E enquanto isso... eles estão se organizando aqui também.

Prof. Roberto, bem-vindo! A palavra é do senhor.

O SR. ROBERTO WAHRLICH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Jorge Seif. Gostaria de cumprimentá-lo juntamente com os demais Senadores presentes nesta audiência. Venho trazer aqui uma contribuição ao debate, já com uma afirmação de que, na pesca de arrasto, a sustentabilidade é possível e necessária. Necessária pelo que já foi apresentado aqui pelos demais oradores e possível porque a tecnologia existe e deve ser aplicada de forma adequada, não apenas a tecnologia, mas também outras medidas de gestão pesqueira. Então, é nessa linha a minha contribuição aqui para a audiência. Bom, vou abordar na minha apresentação, de forma mais direcionada, a questão específica do Rio Grande do Sul, até para usar como pano de fundo para o argumento. Vou falar um pouco de quais são as pescarias afetadas e os impactos na cadeia produtiva.

Já deixo essas duas fotografias aqui, até para ilustrar um pouco mais o que a colega Sandra trouxe em relação às modalidades de pesca. A gente tem acima o arrasto duplo, também chamado arrasto de tangones, e embaixo o arrasto de parelha. Essa é a nossa frota industrial. São embarcações, então, consideradas de pesca industrial.

Vou falar da pesca produtiva e sustentável de arrasto, ou seja, qual é o estado da arte no mundo sobre o entendimento de sustentabilidade na pesca de arrasto. E também finalizar aqui com a Rede Pesca Brasil, relacionado especialmente ao CPG, que trata da pesca de arrasto na Região Sul.

Muito bem, aqui a gente tem um mapa mostrando as 12 milhas, essa faixa onde foi proibida a pesca de arrasto no Rio Grande do Sul por uma lei estadual. Ela ocupa 1,37 milhão de hectares. Ela tem uma base técnica, fundamentada pela Universidade Federal do Rio Grande (Furg),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

basicamente trabalhando na biomassa potencial de quatro recursos pesqueiros, que se não fossem capturados na forma juvenil, de pequeno tamanho, e que são descartados por não ter valor comercial... Quanto isso produziria de pescado adulto apto para pescarias por outras modalidades e também com modalidades de arrasto fora das 12 milhas?

O estudo também apresentou uma estimativa de impacto econômico, no caso, para a cidade de Rio Grande e região, Rio Grande do Sul. Essa estimativa aponta para R$40 milhões, isso no segundo ano, considerando o tempo de recuperação dos estoques pesqueiros afetados pela modalidade do arrasto nas 12 milhas. E também aponta benefícios para espécies protegidas nessa área, especialmente tubarões e raias. É importante pontuar também que esse movimento, a base técnica, foi financiada pela Oceana, que estava e mantém ainda mundialmente uma campanha de proteção de *habitats* vulneráveis do arrasto de fundo, ou seja, do arrasto de fundo como uma ameaça para os *habitats* vulneráveis.

Como pescarias afetadas, a gente tem aqui nesse mapa a pegada, ou a área ocupada pela pesca industrial de arrasto no litoral de Santa Catarina no ano de 2017, ou seja, antes dessa proibição. O que se encontra, a partir de dados da própria Univali e de outras instituições de pesquisa, é uma redução significativa da produção de camarão já no ano de 2018, justamente porque, primeiro, a safra ocorre no segundo semestre, a proibição começou em setembro e a pesca nos anos seguintes ficou inviabilizada, por ocorrer somente nessa faixa de 12 milhas. As demais modalidades de arrasto direcionadas a peixe não foram tão afetadas. Elas foram menos afetadas porque puderam buscar alternativas fora dessa área.

E aqui o histórico da produção. Temos aí alguns anos passados com a produção chegando a em torno de 8 mil toneladas, com uma redução já bastante evidente no ano de 2018.

Os impactos estimados em Santa Catarina, segundo informado pelos sindicatos – tanto os sindicatos armadores e indústrias da pesca, bem como os sindicatos de trabalhadores da pesca – apontam para um impacto socioeconômico significativo, resultando em uma perda de renda bruta anual de torno de R$200 milhões no setor da pesca de Santa Catarina.

A pesca de arrasto pode ser produtiva e sustentável. Isso, na verdade, não é uma afirmação minha, é uma afirmação que traz esse recente estudo publicado em uma revista internacional, de cientistas renomados mundialmente, que avaliaram a sustentabilidade e os impactos ambientais do arrasto comparado com outras fontes de alimento, outros sistemas de produção de alimentos.

A gente vê aqui pela extensão de amplitude desse estudo do ponto de vista de pesquisadores envolvidos.

Traz como conclusão – e é importante trazer essa conclusão do estudo – que as preocupações em relação aos impactos do arrasto podem ser significativamente mitigadas quando as possibilidades técnicas relacionadas ao aparelho de pesca e medidas de manejo são adotadas pela indústria e também pelos órgãos de regulação, ou seja, o Governo, de forma participativa e inclusiva.

Também, ele traz que, quando isso ocorre, o que eles encontram é que o arrasto de fundo pode ter menor impacto ambiental do que a própria criação de animais em terra – como a pecuária, por exemplo, e outras, a suinocultura, a produção de frangos – e também a própria aquacultura – de peixes e outros organismos aquáticos –, que seriam aqueles alimentos que substituiriam, que entrariam no espaço que o arrasto deixa de produzir de alimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também ressalta que 83 pescarias de arrasto de fundo estão atualmente certificadas pelo Marine Stewardship Council, que é a principal certificadora mundial para alimentos provenientes da pesca extrativa. Ela é conhecida por um selo azul da MSC, e justamente ela é específica para recursos selvagens, ou seja, a pesca extrativa, com comprovação de rastreabilidade e sustentabilidade.

Como exemplo, eu trago aqui o caso da Guiana, que é a pescaria do *seabob*. O *seabob* é o camarão sete-barbas, muito conhecido no litoral do Brasil – curiosamente exceto no litoral do Rio Grande do Sul, onde ele não ocorre. É uma pescaria costeira, envolve tanto pesca artesanal como industrial. No caso aqui, a pescaria de camarão sete-barbas na Guiana é certificada pelo MSC desde 2019.

Esse certificado, na verdade, expira em 2025. Aqui é uma imagem do ano passado. Atualizando, em 2025.

A MSC tem certificados em vigência de 13 pescarias de arrasto de camarão no mundo. Na América Latina, além da Guiana, também o país vizinho, Suriname, possui sua pescaria de camarão sete-barbas certificada pelo MSC.

Bom, comentando aqui, já trazemos uma questão mais prática sobre os dispositivos para aumentar a seletividade das redes, os chamados BRDs, os dispositivos de escape, que inclusive estão previstos no Plano para a Retomada da Pesca de Arrasto no litoral do Rio Grande do Sul.

Temos aí, na figura superior, o chamado olho de peixe, o *fisheye*, que é uma abertura no ensacador da rede; e, na figura abaixo, a combinação de grelha e painel de malha quadrada.

Na fotografia aqui, eu tenho o resultado de um lançamento de rede, de duas redes simultâneas, no sistema de arrasto duplo, num experimento feito em um barco comercial, em pescaria em operação comercial, direcionado ao camarão sete-barbas, aqui no litoral sul de São Paulo, que mostra ali o efeito da malha quadrada, na parte superior da fotografia, em que, visualmente, sai evidente a redução da captura de peixes que são componentes da fauna acompanhante. Esse experimento foi realizado com o apoio do projeto Rebyc.

Do ponto de vista também de manejo da pesca de camarão, especificamente para o litoral do Rio Grande do Sul, existe conhecimento científico suficiente para a definição de áreas de pesca, que é uma medida reconhecida como redutora de impacto ambiental ou que busca e permite a sustentabilidade da pesca de arrasto de camarão.

Aqui a gente vê, naquela mancha vermelha, na figura, no mapa, justamente a área de maior densidade de camarão. Se for permitido que os pescadores alcancem essa área e joguem suas redes nessa área, a gente tem resultados como os da fotografia, em que há uma captura massiva de camarão com incidência muito baixa de fauna acompanhante.

Então, nós temos aí a possibilidade de fazer uma gestão, utilizando tanto dispositivos de escape como áreas de pesca, ambas medidas previstas no Plano para a Retomada Sustentável da Atividade de Pesca de Arrasto.

Aqui está um infográfico do Inidep, o instituto nacional de pesquisa da Argentina, como bem citado pelo colega José Aragão. O infográfico traz informações gerais sobre o *langostino*, o nosso camarão vermelho, também chamado camarão santana, uma das espécies que ocorrem no litoral do Rio Grande do Sul, onde são capturados nessa pescaria direcionada a eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu destaco aqui, com as setas, a distribuição geográfica – a letra está pequena – do sul da Argentina até o Rio de Janeiro, ou seja, uma ampla distribuição geográfica. O método de captura, na Argentina, também é arrasto de fundo, arrasto duplo, assim como é feito no Sul do Brasil.

A importância pesqueira, que vai aparecer no eslaide seguinte, é relacionada à renda gerada, especialmente como um item importante de exportação da Argentina.

Aqui está o exemplo da Argentina. Argentina tem essa pescaria com uso obrigatório de dispositivos de escape, com áreas de pesca delimitadas e rotativas.

Aqui tem um mapa da semana recente, no mês de agosto, sobre a rotatividade de áreas, na região de Bahía Blanca.

Temporadas de pesca, justamente, para reduzir a captura de juvenis e outros peixes, mas com maior rendimento de camarão. Um pico de produção de 255 mil toneladas contrasta muito com o nosso pico de produção de 8 mil toneladas, como eu mostrei anteriormente.

A gente vê que é o quinto exportador mundial de camarões. Basicamente, o que a Argentina exporta é o *Pleoticus muelleri*, que é o camarão santana. Essa exportação tem uma renda registrada, em 2017, de US$1,2 bilhão.

Quanto aos destinos, mais recentemente, já nos dados de 2022, nós temos que o Brasil é o principal destino dessa produção e outros países do Mercosul também são importantes. Outros países da América Latina e Caribe têm uma fatia importante, mas também Estados Unidos, Canadá e União Europeia, justamente países que têm grande exigência do ponto de vista da sustentabilidade da origem do pescado e da sua captura.

O Rede Pesca Brasil foi instituído, em 2021, por um decreto federal. Ele é importante porque traz aqui um espaço formal para a participação no ordenamento e gestão pesqueira no Brasil, reativando algo que, há muito tempo, não se tinha. Dentro da Rede Pesca Brasil existem dez Comitês Permanentes de Gestão chamados CPGs, que são fóruns participativos compostos tanto por integrantes do Governo como pela sociedade civil e são assessorados por um grupo técnico-científico.

O CPG Demersais Sudeste e Sul é que tem a competência para subsidiar o ordenamento e a gestão da pesca na costa dos estados das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, os estados costeiros – então, isso envolve desde o Rio Grande do Sul até o Espírito Santo –, com membros designados que incluem representantes de todos esses estados.

As atividades do CPG se deram agora em agosto de 2023, e nós temos um GTC, um Grupo Técnico Científico, já composto por técnicos e cientistas de instituições da área pesqueira de todos esses estados e que já está trabalhando. Eu tenho a honra de ser coordenador desse GTC.

Para encerrar, eu tenho aqui só a mensagem de que, para mim, é evidente que o fórum mais adequado para discutir e aprovar regras de eventual retorno para a pesca de arrasto na costa do Rio Grande do Sul, considerando a conservação dos recursos pesqueiros, a proteção da fauna marinha e os melhores benefícios sociais e econômicos à sociedade brasileira é justamente no âmbito da Rede Pesca Brasil no âmbito do CPG Demersais Sudeste e Sul.

Muito obrigado.

Aqui finalizo minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Prof. Roberto, muito obrigado pela participação do senhor, pelas contribuições do senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para os nossos convidados, Senador Bagattoli, quando nós olhamos para os veículos de 1900, 1920, 1930, os primeiros veículos, lá atrás, da década de 40, na verdade, eram grandes carros, com chapa grossa, dois tempos, queimavam óleo, gasolina, não tinham cinto de segurança, não tinham *airbag*, não tinham catalisador, enfim, eram um monumento ao desperdício, um monumento de consumo de petróleo, de gasolina, enfim, veículos que não eram sustentáveis.

Com o passar dos anos, com tecnologia, com consciência, com sabedoria, com engenheiros, e, no caso, aqui, nós temos engenheiros de pesca, engenheiros de aquicultura, nós temos a academia do nosso lado – fazendo um comparativo da pesca de arrasto com a questão dos veículos, os veículos melhoraram muito, e a pesca de arrasto também.

Inclusive, quero agradecer aqui ao Erick Breno, de Rondônia, à Joelma da Silva, do Rio de Janeiro, ao André Ferreira, do Pará, à Amanda Gomes, daqui, do DF, e também à Thaís Fernandes, de São Paulo, todos muito preocupados com a questão da sustentabilidade, alguns aqui com críticas: "Olha, é uma pesca devastadora"...

Então, por essas explicações aí dos nossos professores, da Sandra, que também é uma professora, do Dr. José Augusto e do Prof. Roberto Wahrlich, nós vemos, Senador Bagattoli, que a pesca também evoluiu. Não foram só os veículos. E hoje existem redes sustentáveis, motores mais sustentáveis, existem ações do Governo... Todos nós hoje não jogamos mais lixo na praia, nos rios... Alguns ainda jogam, mas a maioria de nós tem despertado para essa consciência ecológica, e os pescadores também.

O senhor sabe que eu tenho um terminal pesqueiro... Não mais, agora eu sou um Senador da República, mas a minha família segue na atividade da pesca, e nós vemos que lá atrás, há 50 anos, quando meu pai iniciou nessa atividade, quão rudimentar era, e hoje como melhoraram as coisas.

Então, com essas palavras e também desmistificando e apelando aqui para os Senadores que estão nos vendo virtualmente e que, posteriormente, se comprometeram conosco a assistirmos juntos a esta audiência pública, justamente para alguns mudarem os seus entendimentos; porque muitas vezes o que eles acham é que é um bicho de sete cabeças, que vai acabar com o mar, com o peixe, com o camarão, com tudo, e que não se aproveita nada dessa pesca. E nós vimos ali, Senador Bagattoli, praticamente 30%... Porque essa pesca já está proibida no Brasil há quase dois, três anos.

Então, em 2022, a Argentina agradece, a Argentina bate palma – "Obrigado, Brasil, fechamos aqui a pesca" –, e 30% do que eles pescam, que passa na nossa porta, passa nos nossos mares, eles pescam para exportar para quem? Para o Brasil. Isso é inaceitável. Na Argentina, eles conseguiram pescar de forma sustentável e exportar para o Brasil, para o Mercosul e para o mundo. Por que é que nós brasileiros não podemos usufruir dessa fauna, desse grande recurso, um recurso que é inclusive um recurso *gourmet*? Não é todo mundo que pode comer camarão, uma matéria-prima inclusive de valor agregado muito alto. Então, nós podemos, sim, e aqui eu acho que é o âmbito ideal para nós debatermos.

E, com essas palavras, eu passo para suas contribuições, por três minutos, ao Presidente do nosso Sindicato das Indústrias da Pesca de Itajaí, Sr. Agnaldo.

O SR. AGNALDO HILTON DOS SANTOS (Para expor.) – Muito obrigado, meu Presidente. É um prazer estar nesta Casa, sinto-me honrado, o senhor já foi nosso Secretário da Pesca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também aqui. Meu querido também Senador Bagattoli, se eu não me engano... E hoje eu tenho também uma oportunidade de dar um abraço especial também no nosso Secretário Nacional de Pesca Industrial, que é o Expedito Netto, um ex-Deputado de Rondônia. Ele tem se esforçado muito. Não conhecia muito a pesca industrial, estamos aprendendo, estamos fazendo essa parceria, que é muito importante para o setor.

Muito obrigado e convido o senhor também a vir à nossa cidade, ao nosso sindicato, a nos compartilhar muito bem.

Muito bem, Senador, a gente sabe que é uma demanda pesada, a gente sabe que nós estamos trabalhando forte. Eu queria parabenizar os nossos grandes palestrantes, fui um aprendiz aqui. Eu acho que muita gente não conhecia o que é pescada, e isso é bom também, porque quando e muito é só pegar lá no restaurante e comer... mas tem que saber como é que é feita toda essa logística, não é? Então, é muito bom sentir esse prazer de falar com todos.

Eu só queria ratificar as palavras e o que a gente pensa, muito na questão da parte sustentável, da questão nossa também do socioeconômico, Sr. Senador. E, para o senhor ter ideia, na nossa entidade hoje, Senador Bagattoli, nós temos hoje no sindicato 450 embarcações associadas; aproximadamente, no âmbito da nossa região, 600 embarcações – 70% delas são de arrasto de camarão e também duplo. E a gente sabe, é um perfil, como falou aqui a Sandra, muito feliz na sua colocação, o número de embarcações e armadores, diretamente, pescadores e o retorno que se gera dentro das indústrias e também a toda a comunidade.

Então, eu só queria, Senador, agradecer, acho que esse espaço é muito importante. A gente também veio numa... Hoje pela manhã, que queriam banir, na Câmara de Deputados – o Raimundo Costa, Deputado muito gentil também –, queriam banir a pesca do arrasto no Brasil, e nós conseguimos fazer uma apresentação. Essa apresentação foi muito importante, e hoje conseguimos reverter a situação e falar realmente o que tem que rejeitar. Então, quero agradecer a todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AGNALDO HILTON DOS SANTOS – ... aos Deputados, aos Senadores também. Estamos aqui sempre à sua disposição e muito obrigado e sucesso a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Agnaldo, pelas suas contribuições. E também faço referência ao Deputado Raimundo Costa, foi um grande parceiro enquanto estivemos lá na Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca, antes de virar ministério. Foi uma pessoa que contribuiu muito lá com a secretaria.

Um abraço à nossa querida Bahia, de onde tenho três grandes Senadores e amigos, viraram amigos: Senador Angelo Coronel, Senador Otto Alencar, Senador Jaques Wagner, e o Raimundo, que é Deputado pela Bahia, se não me engano é pelo PL, pelo meu partido.

Sr. Joab, bem-vindo, três minutos para suas contribuições.

O SR. JOAB HAMILTON DOS SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador, obrigado por esta audiência, obrigado por dar esta oportunidade para nós. Minha família é de pescadores de camarão, eu trabalhei 19 anos como mestre de camarão.

No Rio Grande do Sul, trabalhei muito tempo, conheço aquela área e, desde que foi proibido, em 2018, foram os quatro maiores anos da história de camarão na Argentina. E o mais interessante, como já foi dito aqui, é que esse camarão não é brasileiro. Nós somos proibidos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pescar num local em que só tem esse camarão, o pescador brasileiro foi proibido de pescar onde só tem esse camarão, ele é por quatro meses no ano.

Eu fui no Rio Grande do Sul, na Câmara de lá, e pedi "Deputado, deixe-nos pescar pelo menos quatro meses", vocês proíbem oito, nós só queremos quatro. Desses quatro, ainda tem o tempo ruim em que os barcos param, ou seja, não pescam também. Nós vamos usufruir dois meses, três meses e meio, dos quatro meses. Não conseguimos.

O camarão é migratório, vem para o Brasil, passa o seu período e volta para a Argentina. Nós não podemos capturar, um absurdo. São 16 milhões por safra, isso é dos pescadores, e pescador de camarão não se faz do dia para a noite. Se não estiver ensinando um ao outro, já estão quatro anos sem pescar lá, se passarem mais dois ou três anos, os que estão acostumados vão mudar, vão sair fora, vão para outra pesca, depois não vão querer mais voltar para lá. Aí quem vai pescar lá novamente? Não é fácil pescar camarão. O pescador de camarão pesca qualquer modalidade, o de outra modalidade não pesca, não é qualquer um que pesca camarão. São diferentes, tem que aguentar o pau, como diz a turma, não é fácil.

Lá no Rio Grande nós fomos proibidos. Quero pedir aos Senadores que revejam isso, quatro meses é o nosso pedido. Pode proibir área, deem quatro meses para nós, a gente vai ficar contente com a safra do camarão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOAB HAMILTON DOS SANTOS – Muito obrigado. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, querido amigo Joab, também dando seu depoimento como um homem do mar, um homem que conhece a realidade, e explicando as questões da proibição na costa do Rio Grande do Sul.

Eu queria agora passar para o nosso querido amigo, nosso querido irmão, produtor rural, defensor do agro, grande Senador pelo Estado de Rondônia, meu amigo do Partido Liberal, e, acima de tudo, patriota e quarto Senador de Santa Catarina, é muita coisa boa, hein, Bagattoli, meu Deus do céu. Mereço um almoço, hein, Bagattoli.

Passo a palavra para o senhor. Obrigado por participar conosco aqui.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado pelas palavras, Senador Jorge Seif.

Quero apresentar aqui neste momento, está me visitando aqui o Weliton, Prefeito de Espigão d´Oeste, Dárcio, Vice-Prefeito. Espigão d´Oeste, para quem não tem conhecimento, lá nós temos uma grande reserva indígena da etnia dos cintas-largas, onde tem a maior reserva de diamante do mundo. Vou repetir: a maior reserva de diamante do mundo hoje é na reserva dos cintas-largas, maior reserva, que abrange entre Vilhena, que é o meu município, que tem mais de 600 mil hectares de reserva indígena.

Com o Espigão d´Oeste entrando no Mato Grosso, nós temos uma reserva que abrange 2,5 milhões de hectares e todas homologadas e discutindo se ainda mais reservas indígenas.

O Senador Jorge Seif acompanhou hoje de manhã e nós vamos votar o marco temporal, se Deus quiser, na quarta-feira que vem. Eu quero dizer para você, Senador, que a mesma coisa que está acontecendo com a pesca nesse privilégio para o nosso país vizinho, a Argentina, a mesma coisa está acontecendo com o leite. Estão acabando com os nossos pequenos produtores do Brasil, com a agricultura familiar de sul a norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não conseguimos entender o porquê... Nós não temos que pensar aqui que nós somos de direita, de centro, de esquerda. Nós temos que pensar pelo Brasil. Nós temos que pensar que nós precisamos defender o nosso pequeno produtor. Nós temos que defender a agricultura familiar. Nós temos que defender o nosso pequeno pescador, igual falou o Joab.

E isso não se faz do dia para a noite...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... é a mesma coisa. Você acabando com a agricultura familiar, como é que você vai renovar isso do dia para a noite?

Eu queria fazer uma pergunta aqui aos palestrantes. Pode ser ao José Aragão, ao Roberto... Eu só queria fazer uma pergunta.

A Portaria nº 115, de 2021, exige a utilização de equipamentos seletivos e tecnologias de monitoramento, garantindo captura de espécies-alvo e minimizando a captura incidental de espécies protegidas e juvenis. Quais outros aspectos da portaria que fortalecem as práticas sustentáveis na pesca de arrasto na região?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador, obrigado pelo seu depoimento.

Bem lembrado. Ontem, inclusive, nós tivemos uma reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária, com o Vice-Presidente Geraldo Alckmin.

Estávamos lá, Parlamentares da FPA, Senadores e Deputados, inclusive Senador Alan Rick, que é nosso Presidente. O senhor, que é nosso Vice-Presidente não estava lá, mas o senhor estava bem representado: Jorge Seif de um lado, Alan Rick de outro comentando o absurdo de hoje a Argentina subsidiar o produtor deles de leite, manda leite para o Brasil, e os nossos produtores estão vendendo o nosso gado leiteiro para corte e saindo da atividade. Exatamente o que o Joab acabou de relatar, saindo da atividade e entrando para o Bolsa Família.

Ou seja, uma pessoa que podia empregar, uma pessoa que podia produzir, uma pessoa que podia pagar impostos, sai de tudo e vira necessitado de Bolsa Família. Assim como muitos pescadores nossos viraram necessitados de seguro-defeso. Então, é inconcebível e inaceitável.

Eu não sei quem vai responder. Não sei se é a Sandra ou o Prof. José Augusto. Quem quer responder ou todos querem fazer as suas contribuições? A palavra é de vocês aí.

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Acho que pode ser eu. Obrigada pela pergunta, Senador.

A Portaria 115 aprovou o plano de retomada sustentável da pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul. Então, o que o Governo fez? Pegou as medidas que estavam naquele plano e transformou em um ato normativo, que foi a Portaria 634, de 2022, que hoje também está suspensa por força judicial.

Então, é nessa Portaria 634 que a gente traz regras adicionais para a pesca de arrasto, no litoral do Rio Grande do Sul. Quais são essas medidas adicionais? Os pescadores que fossem utilizar o litoral do Rio Grande do Sul para capturar o camarão eram obrigados a colocar em uma de suas redes um dispositivo que a gente chama de malha quadrada, esse dispositivo permite que os peixes menores e os que não são o alvo da pescaria, no caso, os que não são camarões, saíssem por essa malha quadrada. Então, a gente teria duas redes, uma estaria com essa malha quadrada e a outra seria uma rede normal, sem a malha quadrada, que a gente chama de rede-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

controle. Então, depois da pescaria, os pescadores seriam obrigados a tirar fotografia da produção que estava com essa rede malha quadrada e da produção que estava sem essa malha quadrada, nos enviar e anotar tudo no mapa de bordo para a gente verificar a efetividade que estava tendo essa modificação na pescaria.

Além disso, eles ficaram obrigados a utilizar o TED, que é o dispositivo de escape de tartarugas com outras medidas, que a gente considera que são mais eficientes do que as medidas que estão postas hoje na Instrução Normativa nº 31 do Ministério do Meio Ambiente. A gente tinha medidas para o monitoramento e controle, como, por exemplo, todas as embarcações teriam que estar com o nosso sistema de monitoramento instalado em suas embarcações. Além disso, teria um mapa de bordo diferenciado, que eles teriam que nos enviar num tempo menor.

E vocês lembram, Aragão e Roberto, as outras medidas? Além dessas? (*Pausa.*)

Além disso, essas embarcações teriam que estar já aderidas às questões higiênico-sanitárias que a gente impôs através da Portaria 310. Então, só poderia utilizar o mar do Rio Grande do Sul para capturar os camarões quem estivesse de acordo com essa Portaria 634, ou seja, com a malha quadrada e que nos fornecesse um mapa de bordo diferenciado, que estivesse com o nosso sistema de monitoramento instalado e funcionando, que é o Preps, além de estar com o nosso certificado higiênico-sanitário em dia, além de todas aquelas outras normas que eles teriam que estar seguindo, que já são postas hoje para todo o Sudeste do Brasil e algumas outras para o Norte e Nordeste do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Sandra.

Bagattoli, o senhor entendeu? Olhe só, lá atrás, quando se inventou a pesca de arrasto, sei lá há cem anos, eles pegavam uma rede, jogavam no fundo do mar e traziam tudo; traziam tartaruga, traziam o que tivesse e moíam tudo. Por isso que as pessoas ainda têm essa visão destrutiva da atividade.

Eu não estou aqui como advogado do arrasto, mas como homem da pesca que sou, não do mar, mas da beira do cais. Nós precisamos esclarecer as pessoas, inclusive, as que estão participando conosco aqui *online*, de que nós tivemos, até agora, três pessoas de área técnica – não é um comerciante, um industrial, um pescador falando – que vão continuar nos ajudando. Uma que representa a ONU, outra que representa a Universidade do Vale do Itajaí, uma das universidades que tem mais *know-how* na pesca no Brasil, ao lado da Furg, do Rio Grande do Sul, e também da Universidade Federal Rural de Pernambuco e tantas outras; e, a outra, um membro do próprio Ministério da Pesca, a Sandra, que é formada na área, é engenheira, conhece, fez aquelas oficinas.

E eu queria, Senador Bagattoli, antes de passar a palavra para o senhor... não tem como a gente não tomar posição na vida. Não dá para a gente ficar aqui de "isentão" e dizer que está normal, que os argentinos, há quatro anos, capturam o bicho que passa nas nossas águas e que eles exportam 30% para o Brasil e estão comemorando as medidas protetivas do Brasil.

Infelizmente, não tem como a gente... com juízo na cabeça, não tem como tolerar isso sem fazer um debate público ouvindo, mais uma vez, a comunidade científica.

O Joab fez uma observação desse tamanhinho, o Agnaldo fez uma observação desse tamanhinho, mas aqui nós ouvimos a academia, a ciência, mostrando que os carros de 1900

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eram poluidores, eram perigosos, matavam pessoas, e os carros de 2023 têm o risco de sobrevivência acima de "x"%, porque medidas tecnológicas foram tomadas.

Passo a palavra para o nosso Vice-Presidente da CRA, meu querido amigo Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente, obrigado, Senador Jorge Seif.

Eu vou só fazer agora o meu comentário. Eu preciso me retirar porque nós temos uma reunião com as empresas de automobilística, de empresas de automóveis, caminhões, sobre a questão tributária, e eu preciso me retirar porque está na hora.

Mas eu quero dizer para você: obrigado pela resposta que eu tive dessa situação. Realmente, quero dizer a você, Senador, que tudo se modernizou. Igual você falou da questão dos automóveis, vou falar um pouquinho só da agricultura.

Antigamente, nós colhíamos 25 sacos de soja por hectare, de 25 a 30 sacos. Hoje, nós estamos colhendo de 75 a 80 sacos por hectare. Quero dizer para você o seguinte, que a tecnologia que temos no campo hoje não pode nem se comparar com aquilo que tínhamos 40 anos atrás. E digo mais, tem a questão de segurança no campo: antigamente, o cara pegava uma bomba daquelas, como se brinca até hoje, que diziam que era uma D-20 – D-20 porque era de 20 litros colocavam nas costas sem nenhuma proteção, sem nada; hoje, você vai aplicar defensivos, venenos, tudo e tem equipamentos modernos, tudo se modernizou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, *drones*, tudo.

Então, quer dizer, não é... sem falarmos que aumentou a produtividade em tudo, e a pesca não é diferente. A gente vê que ninguém está querendo um retrocesso. Tem muita gente no Brasil que quer o retrocesso.

É a mesma coisa que você vê sobre o imposto sindical. Esse é o retrocesso, esse é você querer voltar atrás.

A tecnologia não pode voltar atrás. Ela tem que evoluir. Ano a ano ela tem que evoluir. E ela vem, realmente, evoluindo muito nos últimos anos e com a pesca não foi diferente.

Vamos lutar. Jorge Seif, Senador, você pode contar com o Senador Jaime Bagattoli no que precisar para nós ajudarmos os nossos pequenos pescadores lá de Santa Catarina, as associações de pescadores, e você pode ter ciência disso, ter conhecimento disso porque o Senador Jaime Bagattoli conhece aquela região de Santa Catarina, são muitos municípios, quase igual como conhece o Estado de Rondônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Querido Senador, muito obrigado por suas palavras.

Eu tenho uma pergunta para o Dr. José Augusto.

Obrigado pela participação do nosso Vice-Presidente, que está indo para uma reunião sobre reforma tributária.

Obrigado, Jaime. Obrigado pela sua participação e contribuição.

Dr. José Augusto, eu tenho uma dúvida também. O senhor trouxe...

Obrigado, querido. Deixe-me levantar aqui, cumprimentar devidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. José Augusto, o senhor trouxe aqui algumas informações importantes: se eu não me engano, 70% da pesca no mundo inteiro é de arrasto. É isso? Setenta por cento, segundo as suas apresentações? Se não está me falhando a memória aqui...

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – Não, não, talvez foi uma confusão. O que nós dissemos foi que boa parte, quase 80% do que é produzido na pesca de arrasto é exportado. É isso que foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tá.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Mas que a pesca de arrasto é responsável por grande parte das capturas marinhas. Eu não vou dizer qual é o percentual agora, mas é responsável por grande parte das capturas no oceano. É a pesca de arrasto, sim. E gera aquela quantidade de emprego que a gente comentou. Imagine o tanto de gente que depende dessa pesca direta e indiretamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Professor, só continuando aqui a pergunta, e obrigado já por sua resposta... Existem Senadores que estão nos assistindo remotamente, e outros assistirão posteriormente, então queria aproveitar a experiência, o conhecimento dos senhores para tirar algumas dúvidas dos Senadores que não conhecem muito de camarão, de arrasto, de pesca e de mar.

Prof. José Augusto, hoje, com o projeto Rebyc, algum país do mundo, de que o senhor tem conhecimento – o senhor é um consultor da FAO, o senhor é um consultor da ONU –, algum país do mundo baniu a pesca de arrasto e depois, com o Rebyc, voltou a pescar? Ou algum país se modernizou e voltou a pescar? A pesca de arrasto, como o senhor já falou, é grande responsável pela captura de peixes e crustáceos no mundo inteiro, mas com o que é que o senhor tem a contribuir sobre países que baniram ou modernizaram a pesca de arrasto no mundo?

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (*Por videoconferência*.) – O exemplo mais próximo que a gente tem é a Costa Rica, que chegou a proibir toda a atividade de arrasto no país e depois, com a tecnologia desenvolvida no âmbito do projeto Rebyc, que eles desenvolveram lá também, isso foi revertido, e hoje o que se acredita que, na Costa Rica, você tem uma pesca de arrasto de camarão sustentável. É nisso que a gente acredita. Eu acho que todos os que falaram aqui acreditam nisso.

Claro, a tecnologia ainda precisa ser melhorada. O Rebyc deu o passo inicial, precisa ser continuado. Por isso que eu digo: nós temos que ter uma instituição que dê continuidade a esse trabalho. As universidades estão participando, estão ajudando, hoje estão gerando essas informações, mas nós precisamos dar continuidade ao trabalho.

O setor produtivo aceitou bem, em geral, a introdução dos dispositivos de redução de fauna acompanhante, mas eles precisam ser melhorados. O Rebyc sabe disso, a equipe que trabalhou no Rebyc sabe disso e gostaria, precisa de que seja continuado, mas é viável e é possível. Nós temos que trabalhar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

E eu queria também fazer uma contribuição, porque estou me recordando aqui, Sandra, do nosso querido amigo, do nosso professor, do nosso mestre, que já está hoje morando com o Papai do céu, o Prof. Fábio Hazin, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que nos ajudou muito, assim como o Prof. Roberto Wahrlich que, creio, continua ajudando o Ministério, e também o Dr. José Augusto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Numa viagem que eu fiz com o Fábio Hazin, e nós fomos eu não me lembro a qual país...

Você se lembra de para qual país eu viajei com ele, Sandra? Não sei se foi para a Costa Rica mesmo?

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (*Por videoconferência*.) – Eu creio que foi o México.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – México, desculpa.

Lá nós vimos que o que era descartado antes, na pesca de arrasto... Antigamente, se pegava peixe e camarão. Os peixinhos pequenos se jogavam fora – e está aí a grande crítica da sustentabilidade etc. – e só se aproveitava o camarão.

O projeto Rebyc, além de modernizar a rede, além de salvar a tartaruga, além de cuidar do meio ambiente, de circular áreas, de dar espaços e tempos de defeso, etc., tudo o que vocês já explanaram aqui maravilhosamente, tem um trabalho fantástico que é feito no México e aqui no Brasil também. Nas comunidades tradicionais, as esposas dos pescadores, os filhos dos pescadores, na hora de descarregar esse camarão, pegavam – e eu vi isso ao vivo e em cores, foi numa oficina – esses peixes que antes eram descartados e faziam produtos, e eu falo com vocês diante de Deus, sensacionais: almôndega de peixe, hambúrguer de peixe, *nuggets* de peixe, salgadinhos de pescado. Então, mais uma vez, tecnologia, universidade, FAO, ONU, consultoria, estatística, governança, tudo isso – pessoal que está nos assistindo e que vai nos assistir – nos ajuda a, hoje, poder defender a pesca com tranquilidade e, logicamente, com fiscalização, que é fundamental, por parte do Ibama, por parte do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio. Podemos defender, tranquilamente, que essa atividade, além das questões sociais, do número de pessoas que emprega, etc., é importantíssima para a saúde financeira dos nossos pescadores, não só em Santa Catarina, mas em todo o nosso Brasil.

Eu queria passar agora para a Sandra, para o Prof. Roberto e para o Dr. José Augusto, para as suas considerações finais.

Pode falar, Sandrita. Você é prioridade, viu?

A SRA. SANDRA SILVESTRE DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, obrigada.

Quero só falar rapidamente que a gente nem precisa sair do Brasil para verificar essa importância. Uma das vertentes, um dos braços do projeto Rebyc era diminuir a fauna acompanhante na pesca de arrasto de camarão. Só que, quando se chegou a uma comunidade em Pernambuco, em Sirinhaém, verificou-se que ali, para aquela comunidade, o que vinha da pesca de arrasto como fauna acompanhante era a única fonte de proteína de várias famílias da região. Quando as embarcações de arrasto chegavam da sua pescaria, tinham várias mulheres ali já com vasilhas, com sacos, esperando essa fauna acompanhante para poder se alimentar. Então, o que é que o projeto Rebyc falou? Não, não é diminuir a fauna acompanhante ali naquela região e, sim, melhorar a fauna acompanhante para essas famílias terem segurança alimentar, porque aquilo ali era a única fonte de proteína daquelas famílias.

Então, só quero deixar o recado de que, antes de a gente levantar uma bandeira, falar que uma atividade é extremamente danosa ao meio ambiente, a gente tem que se informar. É justamente isso aí que o Senador colocou durante a reunião: antigamente, era feito de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma; hoje, a gente tem vários mecanismos para deixar essa pescaria o mais sustentável possível.

E quero fazer o alerta de que sustentabilidade não quer dizer só olhar para o meio ambiente. Se a gente não olhar para o tripé da sustentabilidade, que é o social, o biológico e o econômico, a gente não está falando de sustentabilidade. A gente tem que olhar para o tripé. Se a gente olhar só para o biológico, a gente não está falando de sustentabilidade ou está falando de sustentabilidade de uma forma extremamente errada. Eu vi vários comentários falando que é impossível pesca de arrasto sustentável, que tem que se banir a pesca de arrasto... A gente está falando de uma pesca que traz diretamente segurança econômica para 130 mil pessoas. Se a gente acaba com a pesca de arrasto hoje, o que essas 130 mil pessoas vão fazer?

A pior medida de gestão que existe para a pesca é a proibição. Então, a gente está lutando aqui para trazer não só a pesca de arrasto o mais sustentável possível, como as outras modalidades de pesca, que a gente falou que tem ali na IN n° 10, tanto o arrasto, quanto o espinhel, quanto o emalhe, as armadilhas. Então, vocês se informem antes de levantar uma bandeira e sempre pensem: a pior medida de gestão que existe é a proibição.

Muito obrigada pelo convite.

Estou à disposição sempre que precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, querida Sandra, pela sua participação.

Passo a palavra para o Prof. Roberto, e vamos finalizar com o nosso decano do dia, que é o Prof. José Aragão.

Vamos lá, Wahrlich!

O SR. ROBERTO WAHRLICH (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bem, acho que é importante colocar que dizer que o arrasto é predatório por natureza é desconhecimento.

Então, a gente precisa apostar na ciência, apostar na evolução da pesca e também apostar na possibilidade de melhorar bastante o processo de ordenamento pesqueiro no Brasil. E, para isso, nós temos, hoje, a instalação e o funcionamento dos CPGs, que são os espaços que, talvez, se existissem alguns anos atrás, não teríamos a situação que levou à própria lei estadual do Rio Grande do Sul, porque não havia espaço para que as partes interessadas pudessem trazer as suas situações e buscar uma solução conjunta para os problemas, buscar o melhor caminho para a sustentabilidade da pesca, tanto ambiental como socioeconômica.

Obrigado pelo convite e pela oportunidade.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Prof. Roberto.

Passo a palavra, para as suas contribuições finais, ao Dr. José Augusto Negreiros Aragão, Consultor da FAO no Brasil para o Projeto Rebyc, que busca sustentabilidade na pesca de arrasto em toda a costa brasileira.

O SR. JOSÉ AUGUSTO NEGREIROS ARAGÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, eu vou começar por onde a Sandra terminou: a pior medida é proibir a pesca.

Nós temos que acreditar na ciência, na tecnologia e acreditar que é, sim, possível você adotar um padrão de pesca que seja sustentável. E, aliás, não é somente no caso da pesca de arrasto; nós temos problemas na pesca da lagosta, temos problemas em várias outras atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesqueiras em que a gente precisa ter padrões de pesca adequados. Mas, em relação à pesca de arrasto, é perfeitamente possível.

As medidas de controle são adotadas em muitos países e nós não podemos deixar de nos beneficiar de um recurso de alto valor, como o Senador já disse, um recurso que possui um valor extraordinário, não é? Na verdade, o Rebyc tratou não só da redução da fauna acompanhante, mas também do aproveitamento daquelas espécies que têm valor comercial e são importantes para a segurança alimentar, conforme a Sandra falou e conforme o Prof. Roberto bem mostrou aí, pela importância econômica que essa pesca tem.

Então, o que nós temos é que encontrar soluções para mitigar o impacto ambiental, e isso é possível, isso vem sendo adotado em muitos países, e não estão deixando de usar esse valioso recurso pesqueiro que está disponível para uma quantidade enorme de pessoas da cadeia produtiva, todos dependem dessa atividade. Então, o que nós temos que fazer é continuar buscando melhorar a cada dia mais essa pescaria.

E o local certo para se debater o que tem que ser feito, como disse o Prof. Roberto, são os comitês de gestão, o do camarão e de peixes demersais. Na verdade, no Sudeste/Sul não é só camarão, são os peixes demersais, porque hoje está sendo discutido no Sudeste/Sul, liderado inclusive pela Universidade do Vale do Itajaí, essa questão de ver a atividade como um todo, não apenas como uma pescaria de camarão, mas como uma atividade, como uma pescaria de peixes demersais como um todo.

Muito obrigado pela oportunidade.

Eu espero ter contribuído para esclarecer alguns pontos importantes.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Prof. José Augusto, Dr. José Augusto.

Eu quero fazer aqui um requerimento, solicitado pelo Senador Alan Rick.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 30, DE 2023

Requer inclusão de convidado na audiência aprovada pelo Requerimento Nº 28 desta Comissão para debater a necessidade de prorrogação dos créditos em razão da crise da pecuária. Solicito a presença de um representante do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senhoras e senhores, obrigado pela presença, obrigado pela participação. Obrigado, Agnaldo, obrigado, Joab, obrigado, Giovani, obrigado... Como é o nome da moça? Esperem aí... (*Pausa.*)

Laís, desculpe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado aos demais participantes por terem contribuído com esta audiência pública, que, tenho certeza, vai trazer frutos bons, especialmente frutos de entendimento, para esclarecer muitos Senadores que tinham uma posição contrária, justamente por essa imagem velha, antiga, que não existe mais, de um arado no fundo do mar, coisa que... O carro, provavelmente, era lá em mil novecentos e bolinha.

Então, quero agradecer também a todos os servidores aqui do Senado que nos assessoram maravilhosamente bem, como também à minha assessoria do nosso gabinete.

Com essas palavras, agradeço.

Sob a proteção de Deus, e encerramos a reunião da CRA no dia de hoje.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e dezessete minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Alan Rick, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Giordano, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Beto Faro, Jussara Lima, Augusta Brito, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Romário, Mecias de Jesus, Lucas Barreto, Plínio Valério, Paulo Paim, Marcos do Val, Zenaide Maia e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública (Reqs 28 e 30/2023-CRA), em atendimento aos requerimentos REQ 28/2023 - CRA, de autoria Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), e REQ 30/2023 - CRA, de autoria Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). Finalidade: Debater a necessidade de prorrogação dos créditos em razão da crise da pecuária. Participantes: Wilson Vaz de Araújo, Secretário Adjunto de Política Agrícola (Substituto) do Ministério da Agricultura e Pecuária; Roberto Batista Schwartz Martins de Paula, Diretor de Crédito e de Distribuição do Banco da Amazônia S.A.; Jayme Pinto Junior, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil; Gustavo Bastos Soares, Supervisor Comercial de Agronegócio do Banco Sicoob; Luciano Vacari, Consultor em Gestão de Agronegócios; e Gilson Alceu Bittencourt, Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos. Usam da palavra os Senadores: Jaime Bagattoli, Hamilton Mourão, Jayme Campos, Sergio Moro e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro aprovada a ata da reunião anterior.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a necessidade de prorrogação dos créditos em razão da crise da pecuária, em atendimento aos Requerimentos nºs 28 e 30, de 2023, da CRA, de iniciativa desta Presidência.

Esta audiência pública é interativa, por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e pelo telefone 0800 0612211.

Convido, para compor a mesa, nossos ilustres oradores convidados: Sr. Wilson Vaz de Araújo, Secretário Adjunto de Política Agrícola (substituto) do Ministério da Agricultura e Pecuária; Sr. Roberto Batista Schwartz Martins de Paula, Diretor de Crédito e de Distribuição do Banco da Amazônia S.A.; Sr. Jayme Pinto Junior, Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil; Sr. Gustavo Bastos Soares, Supervisor Comercial de Agronegócio do Banco Sicoob; Sr. Luciano Vacari, Consultor em Gestão de Agronegócios; e Sr. Gilson Alceu Bittencourt, Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Estabelecemos aqui, como regra desta audiência pública, um tempo igual para cada um dos nossos oradores. Teremos também a participação dos cidadãos, pelo Portal e-Cidadania. Já recebemos várias perguntas, inclusive. Também temos aqui algumas perguntas oriundas de audiência realizada no Estado do Acre por este Presidente, junto a pequenos produtores rurais, médios produtores, junto à Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre, e a participação de todo o Brasil. Representantes do agronegócio nos estados brasileiros, na Amazônia e em todo o Brasil estão neste momento acompanhando esta audiência pública.

Neste momento, eu convido para fazer uso da palavra, como primeiro orador, o Sr. Wilson Vaz de Araújo, Secretário Adjunto de Política Agrícola Substituto do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Concedo a palavra a cada um dos nossos oradores por dez minutos; e, na sequência, nós faremos também as perguntas e haverá a participação de todos.

Com a palavra, Sr. Wilson Vaz de Araújo.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Sr. Senador, é um prazer estar aqui novamente nesta Casa, nesta Comissão liderada pelo senhor.

Cumprimento meus colegas do Governo Federal, na pessoa do Gilson Bittencourt, meus colegas de bancos – Banco Brasil, Banco da Amazônia, Sicoob –, Vacari também, as senhoras e senhores.

O agro, a cada momento, tem um ou outro produto que inspira um pouco mais de atenção. E, agora, a gente está vendo que é a pecuária de corte, que não tinha batido à porta até recentemente. A pecuária de leite é um pouco mais histórica quanto às dificuldades que atravessa. Nós estamos também agora, neste momento, com o problema dos produtores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trigo, porque os preços estão muito, muito aquém até do preço mínimo. Deveremos fazer algum esforço em relação a isso. Também vamos fazer um apoio à borracha. E há essa questão da pecuária, toda essa crise de mercado e de liquidez que está vivendo, e de preço, que, numa velocidade um pouco forte, caiu e deixou o setor com a sua rentabilidade um pouco mais delicada do que até pouco tempo atrás.

Nós fizemos uma medida no Governo, há uns seis, oito anos, pela qual jogamos a possibilidade de financiar a aquisição de animais para recria e engorda como um recurso de custeio e, portanto, de curto prazo – até então, era de investimento –, porque entendemos que recria e terminação são períodos curtos. Então, a gente conseguiu aprovar que fosse uma operação de custeio. A partir daí, aumentou bastante a demanda de recursos da pecuária no crédito rural. E na ordem aí de 27% dos recursos do Plano Safra têm sido destinados à pecuária como um todo. E ainda está nessa crise de preço, tanto de carnes... O impacto do preço ao produtor, claro, é muito maior. Tem registro aqui de que, nos últimos 20 meses, 22 meses, esses preços decresceram 33%. O preço de carne caiu em torno de 8%, para um nível de preço que variou 9% nesses 20 meses, 22 meses. A relação também de preço com custos ficou também, neste momento, de acordo com estudo do Imea, numa posição de custo maior do que receita.

Enfim, nós temos hoje mecanismos que, em caso de prorrogação de dívidas, já se admitem, tanto de custeio como de investimento. Já se admite uma prorrogação diante de dificuldade de preços de comercialização, dificuldade de frustrações de safras por adversidade climática ou, então, de pragas e doenças desconhecidas, de controle desconhecido. Então, já tem essa automaticidade. E, também, em operações de investimento: até um limite de 8% que os bancos têm em carteira, pode-se fazer uma prorrogação automática dessas dívidas.

Agora, quando essas necessidades ultrapassam esses percentuais que eu mencionei aqui, ou essas condições, e requerem um esforço adicional, não raro precisaria de recursos orçamentários para você viabilizar essas prorrogações, ou, eventualmente, até uma linha de crédito, talvez um custeio de dois anos, e também precisaria de um esforço um pouco maior.

Enfim, o primeiro sinal é a gente ver como que os bancos estão conduzindo essas operações nas suas respectivas áreas de atuação ou estado. Eu creio que a Região Norte tem o Banco da Amazônia atuando forte, o Banco do Brasil também está lá; o Sicoob também tem avançado nas outras regiões; no Centro-Oeste, o Banco do Brasil também tem fundo constitucional e opera os recursos do crédito rural como um todo; da mesma forma que no Sul, não tem fundo constitucional, mas o crédito rural é onde se aplica mais recursos do Plano Safra, na Região Sul; e o Sudeste, na mesma linha.

Então, a primeira leitura que a gente faz é como que os bancos estão administrando essas operações creditícias que estão junto a eles. Se de fato tiver uma situação insustentável para conduzir com o que já está regulamentado, aí é um esforço de Governo e, enfim, de agentes envolvidos para tentar viabilizar uma forma de passar esse momento de dificuldade. E aí teria que ter, claro, as demandas do setor caracterizando o problema, a gente buscar junto ao Banco Central qual é o volume de crédito que está envolvido hoje em termos de dívidas rurais. Nas linhas privadas, não tem muito o que se fazer com o crédito rural ou com o recurso subvencionado, a não ser que se aprove uma lei com orçamento próprio para fazer qualquer coisa. Mas, até agora, o que a gente tem... Dependendo do período em que houver essa dificuldade, a gente acredita que pode ser, até com os bancos tendo suas próprias iniciativas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criar uma linha... Eu penso que já estejam pensando nisso, estão aqui na mesa... Enfim, eu acho que é um esforço para ver como sair lá na frente.

Nesta semana, nestes últimos dez dias, o preço deu uma pequena reagida, mas não tem sinais de uma reação consistente para os próximos meses. Então, eu acho que, para setembro, outubro e novembro, talvez não mude muito essa condição de preço.

O abate de matriz está substancialmente acima da média que se observa, que se observou no passado. De animais abatidos, 40% eram matrizes, eram abates de fêmeas. Neste ano, parece que os números que a gente viu estão em 47%. Quer dizer, abate de fêmeas significa uma dificuldade lá na frente, porque diminui a oferta de bezerros e, consequentemente, animais para engordar. Lá na frente, podemos ter problema de oferta e de preço também.

Então é isso, eu coloquei umas lâminas aí, mas eu não sei nem se eu vou... Acho que é só para mostrar a pecuária no crédito rural, bem rapidinho.

Você coloca aí para mim, amigo? Onde é que está? Aqui, ó.

Bom, esse aqui é o Plano Safra, que todo mundo conhece. Eu não vou entrar em detalhes. Já está o número aí: R$435 bilhões, R$364 bilhões para a agricultura. Eu estou mostrando isso porque nós estamos com 70 dias de Plano Safra, 70, 80 dias de Plano Safra, 85 dias de Plano Safra; portanto, no início do Plano Safra. Então, os recursos praticamente ainda estão aí... Em um banco ou em outro, em alguns bancos, estão disponíveis ainda. Pode ser que, em alguma linha, a disponibilidade tenha acabado, mas em outras tenha à disposição.

Passe, por favor.

É pouco, é rápido.

Aqui é: custeio, nós temos R$272 bilhões que foram alocados; e, investimento, R$92 bilhões.

Pode passar, por favor.

Essa é agricultura empresarial.

Há diversos programas que financiam a agricultura. Eu costumo dizer hoje que não tem nenhum investimento que o produtor necessita, ou até mesmo cooperativo, que não esteja contemplado num ou noutro programa de financiamento, com condições diferenciadas de taxa de juros, prazo, carência. Então, são atendidas, inclusive, cooperativas nessas linhas. Aí está o detalhamento de prazo, juro, volume de recurso, taxa de juros.

Pode passar, por favor.

E aqui é o que nós aplicamos. Então, nesse Plano Safra aí – não está o mês de setembro –, somente no mês de julho e agosto, foram emprestados R$108 bilhões, de acordo com o registro do sistema Sicor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Já estamos encaminhando para o fim.

Então, custeio é o grande tomador.

Agora entra a parte da agricultura e da pecuária. Então, todo esse crédito concedido... No crédito para a pecuária, você tem o crédito agrícola – aí acho que é custeio –: 270 mil operações, sendo 191 mil da agricultura e 79 mil operações da pecuária. Então, R$18,890 bilhões para a pecuária, 27%; e R$49 bilhões, 72%, para a agricultura.

Passe, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o crédito para a pecuária: pecuária bovina leva 82% do crédito da pecuária – não tivemos como separar a pecuária de leite –; e os outros produtos da pecuária, R$3 bilhões.

Passe, por favor.

Aqui é o crédito... Eu estou falando dessa safra agora, o que está acontecendo em cada um dos estados desses principais tomadores de crédito, tá? Então, o maior deles está no Rio Grande do Sul, possivelmente aqui talvez seja a pecuária leiteira um pouco mais forte. Em Minas Gerais também tem um pouco de pecuária leiteira, mas talvez não seja o caso do Mato Grosso, que deve ser genuinamente pecuária de corte, assim como Mato Grosso do Sul. E Paraná e Santa Catarina têm outros produtos também.

Passe, por favor.

Esse último aqui é o histórico anual da pecuária no crédito. Então, V. Exa. tem lá: 2018, 48 mil operações; nós estamos, em 2023, com 74 mil operações. E o volume de recursos saltou de R$4,4 bilhões para R$15,630 bilhões.

Então, esse é o quadro que a gente tem da pecuária em termos de crédito. Então, ele tem uma participação de 27% do crédito total, de maneira que isso é o que está dentro do arcabouço do crédito rural. Agora, tem todo um volume de recursos que é financiado fora do crédito rural, sobretudo para os grandes produtores rurais.

Então, é isso... A gente teria que ver como é que está a situação dessas operações – há regularidade, adimplência, inadimplência – dentro dos agentes financeiros e o que está vencendo nesses próximos períodos e estudar se, eventualmente, precisa fazer alguma medida adicional.

Senador, da minha parte, por ora, é isso e eu fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a explanação do Secretário de Política Agrícola do Mapa, Wilson Vaz de Araújo.

Antes de passar a palavra para os próximos oradores, farei aqui um apanhado de algumas perguntas e já aqui também faço referência à presença dos nossos Senadores Hamilton Mourão e Jaime Bagattoli, que no tempo oportuno farão as perguntas, farão aqui o debate de suma importância para o setor agropecuário brasileiro.

Pelo e-Cidadania chegam as seguintes colocações, perguntas e afirmações aqui dos nossos espectadores:

"De extrema importância [este debate] para um dos setores mais importantes do país", Jorge Felipe, de Minas Gerais.

"Estamos falando em condições de alimentos, [isso é] superimportante para a comercialização e progressão contra a fome". É o Bruno Eduardo Costa, do Rio de Janeiro.

"Isso já devia existir como cláusula para, em caso de crise, haver como postergar os créditos [aos produtores]". É o Luiz Cláudio dos Santos Souza, do Rio de Janeiro.

O Carlos Gustavo Higuchi, de São Paulo, diz: "Existe previsão de orçamento para estes créditos?".

Olhe só, os nossos oradores já podem fazer as suas anotações. E vou fazer mais algumas aqui:

"Os créditos especiais referentes à crise de influenza aviária terão sua MP terminando a vigência em 03/10. Será transformada em lei?", pergunta do Paulo Marcelo Pontes.

A Adriana Soares Leite, de Pernambuco, também fala da emergência sanitária para influenza, a gripe aviária: "[...] está no rol das demandas para recebimento dos créditos?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta aqui também da Jane Viana de Souza, da Bahia: "Será que a prorrogação dos créditos irá amenizar a complexa crise da pecuária que envolve a rede varejista, abatedouros e consumidor?".

São algumas das perguntas, tem muitas aqui.

Antes também dos nossos oradores, quando nós fizemos audiência pública também lá no estado, na verdade uma grande reunião, os nossos produtores rurais também reclamaram da burocracia e das altas taxas de contrapartida solicitadas pelos bancos de fomento. E foi citado pelo pecuarista Sr. Rodrigo Pires o caso do Banco da Amazônia, que esteve presente com o seu representante lá no estado: "O banco tem papel estratégico de fomentar o desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, que neste momento precisa de apoio para continuar saudável. Nesse sentido, é possível o banco arrefecer essas taxas de contrapartida e facilitar o acesso ao crédito dos nossos produtores rurais?". É a pergunta enviada pelo Rodrigo Pires, grato pela participação.

Outra questão aqui apontada: "Haverá uma prorrogação para as operações contratadas entre 1º de janeiro de 2021 e 1º de setembro de 2023, desses produtores que comprovarem as dificuldades temporárias em razão da desvalorização da arroba do boi?". Esse é um questionamento que os senhores terão a oportunidade de colocar.

"Para os produtores que optarem por não comercializar neste momento, aguardando uma melhora no cenário econômico, alguma opção de oferta dos bancos de crédito emergencial e de linha de capital de giro que atenda essas necessidades do produtor?"

São algumas das perguntas que os senhores já podem ir anotando enquanto nós fazemos aqui a explanação de cada um dos nossos oradores.

Na sequência, convido, para fazer uso da palavra, o Diretor de Crédito de Distribuição do Banco da Amazônia, Roberto Batista Schwartz Martins de Paula.

O senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. ROBERTO BATISTA SCHWARTZ MARTINS DE PAULA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Senador Alan, na pessoa de quem eu saúdo todos os presentes aqui na mesa. Boa tarde a todos os que estão aqui no plenário da Comissão e os que nos assistem remotamente.

O primeiro ponto que eu acho importante a gente esclarecer, durante todo esse processo de declínio expressivo que a gente tem visto no preço da arroba do boi gordo, é que o banco lançou mão de todos os mecanismos que hoje a regulamentação nos permite para manter essas operações dentro do seu ciclo de normalidade. Não é de interesse algum do banco ter, na sua carteira, operações em situação de anormalidade e muito menos asfixiar o produtor de qualquer forma.

Eu acho que alguns números são importantes para corroborar isso que eu estou trazendo aqui. Primeiro, que a nossa carteira, especificamente quando a gente fala de pecuária, cresceu de dezembro até agosto. Então, o crédito continuou irrigando para dentro das propriedades dos nossos produtores.

Um dos motivos de isso ter ocorrido é uma política que o banco adota segundo a qual qualquer pagamento das suas operações de custeio garante a renovação dessa operação no dia seguinte. Então, havendo o pagamento dessa operação, no outro dia, o cliente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

automaticamente apto a pleitear uma operação daquele mesmo valor, naquelas mesmas características.

Outro ponto importante é que, tão logo a queda de preço não arrefeceu – pelo contrário, ela continuou se intensificando –, a gente tomou uma medida interna importante: a gente colocou o nosso time de agrônomos e veterinários em campo para cada uma das regiões em que a gente atua e reprocessou toda a capacidade de pagamento dos clientes para os quais a gente tinha concedido. Então, a gente manteve os custos que foram admitidos lá atrás, à época da concessão da operação, e reprocessou com o preço de hoje, para reaferir essa capacidade de pagamento. Obviamente, essa capacidade de pagamento ficou muito menor do que era à época em que a gente tinha concedido o crédito. A partir daí, a gente implantou essa métrica dentro dos nossos sistemas de renegociação, e, ao pedido de renegociação desse cliente, com base nessas métricas, era definida justamente a amortização inicial para essa renegociação com base na margem e no rédito que tinha de sobra dessa proposta. E aqui eu posso externalizar que os percentuais são bem diminutos. A gente está falando aqui em percentuais na ordem de 5% a 10% do valor da parcela desse ano. Ninguém está falando do valor da operação como um todo. A gente estruturou uma esteira para que essas renegociações aconteçam de forma automática, e essa esteira tem funcionado, tem rodado.

Agora, existem casos que acabam destoando um pouco desse processo, casos em que a gente apura um resultado, que normalmente é feito por uma média, e essa média pode não atender um produtor específico. Nesses casos, a gente está tratando individualmente.

Esses números podem ser observados dentro da qualidade da nossa carteira. A gente teve uma pequena deterioração nos nossos números de inadimplência ao longo do ano. A nossa inadimplência média, na carteira de pecuária, gira em torno de 0,5%. A gente inicia o ano próximo desse 0,5%. E esse número começou a crescer justamente no primeiro trimestre deste ano. Janeiro, fevereiro, março é quando o banco toma essas medidas que eu estou citando para vocês, de a gente reprocessar, ter um parâmetro de renegociação um pouco mais permissivo, para que a gente consiga trazer o cliente para dentro dessa condição em que ele possa suportar o pagamento dessas dívidas.

A nossa inadimplência chegou a quase 1%. Hoje ela já voltou para 0,6%, e a nossa expectativa é que a gente feche agora setembro já na ordem também de 0,5%, ou seja, já naquela condição de normalidade que a gente vinha identificando ao longo do ciclo.

Então, respondendo diretamente à pergunta que foi feita lá no Acre, a gente trabalha a contrapartida do produtor no ato da renegociação, com base na capacidade de pagamento dele. E essa contrapartida tem sido reduzida para a ordem de 5% a 10%. A gente tem um processo de renegociação automático, que faz o ciclo ser muito mais célere. Muitas vezes, a gente consegue fechar todo esse ciclo de renegociação com apenas uma conversa do cliente com o seu gerente de relacionamento.

Para operações novas, a gente garante a renovação das operações que foram pagas. Então, o cliente pagou essa operação de custeio em dia, a gente garante a renovação desse custeio para o ciclo seguinte. Isso vale tanto para pecuária quanto para agricultura.

A prorrogação desse saldo que não foi amortizado inicialmente, como eu estou dizendo, é de cinco, dez – em alguns casos pode chegar a zero – de amortização inicial. Ele é composto de acordo com a capacidade de geração de receita desse cliente. E a gente está falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações de custeio se transformarem em uma operação alongada, para serem pagas com um prazo um pouco maior, em caso em que o próprio cliente espera que haja uma melhora de preço no curto prazo, em que pese a gente tenha orientado que seja feita uma diluição desse ciclo por um prazo mais longo, por três, quatro, cinco anos, dessa operação de custeio, para que seja paga com réditos de safras futuras, de ciclos posteriores, justamente para que a gente não asfixie o produtor e ele consiga continuar a rodar.

No que diz respeito a alíneas novas, a contrapartida do produtor geralmente é atrelada – e aqui eu falo muito especificamente do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, que é nossa maior fonte de recurso – às limitações e exigências que são postas dentro do próprio plano de aplicação anual do fundo constitucional. Então, essa contrapartida sempre vem balizada pelo que tem definido no planejamento anual de aplicação. E essas contrapartidas seguem uma lógica mais ou menos assim: quanto maior o produtor, maior a contrapartida – é isso que diz o plano de aplicação –; quanto mais desenvolvido o município, maior a contrapartida também – é isso que diz a regulamentação do fundo constitucional. Qualquer coisa diferente disso são casos excepcionais, e esses casos excepcionais a gente trata individualmente dentro do banco. O que é importante é a gente continuar sendo um banco parceiro da região. O banco é responsável por mais de 60% do crédito de fomento na Região Norte, e aplica seu crédito em todos os 450 municípios da região, anualmente. Briga, obviamente, irmanamente com o Banco do Brasil, mas a disputa, quando a gente fala especificamente de crédito rural, é cabeça a cabeça nos sete estados da região, justamente porque a gente entende que, como empresa pública, como banco público, não adianta a gente ser um banco que não chega à ponta, que não está próximo dos nossos agricultores, que não está próximo dos nossos empreendedores dentro da região.

A Região Amazônica, em que pese todo o discurso de conservação, com o qual a gente concorda, não pode se esquecer dos 33 milhões de amazônidas que moram ali debaixo daquelas árvores. A gente precisa gerar estrutura produtiva, capacidade produtiva para que se gere desenvolvimento e que se gerem condições de prosperidade para cada um de nós – eu me incluo nessa condição de amazônida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO BATISTA SCHWARTZ MARTINS DE PAULA – Muito obrigado.

Após o debate...

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor tem mais um minuto.

O SR. ROBERTO BATISTA SCHWARTZ MARTINS DE PAULA – Eu acho que aqui eu encerro a minha fala e me coloco aqui, obviamente, à disposição para a gente ter um debate mais profundo após o ciclo das exposições de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Diretor de Crédito e Distribuição do Banco da Amazônia, Roberto Martins de Paula.

Na sequência, concedo a palavra, também por dez minutos, ao Diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, Jayme Pinto Junior.

O SR. JAYME PINTO JUNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Senador Alan, Senador Mourão, Senador Jaime, obrigado pelo convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alan, se o senhor permitir, acho que o Wilson já fez um cenário, já deu um *overview*. Até para a economia do tempo e ter mais tempo para o debate, eu dou um *overview* dos números do banco, o que nós estamos fazendo e até alguns pontos que eu anotei aqui das perguntas que o senhor comentou. Acho que já dá para responder duas.

Na carteira de bovinos do Banco do Brasil, hoje nós temos R$106 bilhões, a carteira total do banco. Também fiz um recorte do Rio Grande, até por conta do momento que o estado está passando. Lá no Rio Grande do Sul, nós temos R$3,6 bilhões, uma inadimplência bastante controlada nesse segmento no banco. Só para o senhor ter uma ideia, nos últimos 30 dias, na carteira do banco de bovinicultura, nós prorrogamos R$200 milhões. Então, já tivemos a demanda do segmento, seja no Rio Grande do Sul, no Norte, no Nordeste, enfim, em todos os lugares.

E, no banco, nós estamos prontos para essas necessidades – R$200 milhões, nos últimos 30 dias. Até de acordo com o MCR 2.6.4, ele já permite isso. Então, o banco já está preparado, pronto para qualquer necessidade dos pecuaristas, seja em qual estado for. Nós temos mais de 200 técnicos, pelo Brasil, das ciências agrárias, 50 lá no Rio Grande do Sul, e o time está atento para as necessidades dos nossos clientes e dos nossos pecuaristas.

Só um ponto que eu queria deixar registrado: apesar de não ter nenhuma medida, a gente vem atendendo os clientes com bastante agilidade. Nós temos, mais ou menos, R$3 bilhões de retorno mensal. Nas operações vincendas, nos próximos 12 meses, são aproximadamente R$3 bilhões. Uma das perguntas é se haverá a prorrogação. A gente já está pronto para isso, para os nossos clientes. E alguma opção de crédito, acho que é uma demanda. Na última semana, eu falei com a CNA, falei com a Mariana Tellechea, da Associação Brasileira de Angus, vou falar com o Garcia, da ABCZ, só para fechar a linha que o Banco do Brasil vai divulgar. Então, até para fazer em linha com a necessidade do setor, para ver o que nós estamos pensando, se contempla o segmento. Então, o volume inicial é R$1 bilhão, que atenderá tanto o custeio como o investimento – o custeio com prazo de um ano e o investimento com até cinco anos, de acordo com a necessidade e com a demanda dos nossos clientes. Então, acho que isso já responde uma das perguntas que o senhor comentou. A questão da prorrogação também nós estamos prontos.

Só para finalizar a minha parte, nós estamos com um trabalho bastante grande que eu acho que contribui com o setor, que é a recuperação de área degradada. Acho que é um tema importante para todos os estados, para que o nosso pecuarista possa fazer um bom manejo, que possa ter segurança quando tem um excesso de chuva num curto espaço de tempo. É um programa bastante robusto. Nós já tivemos uma demanda bastante grande nos últimos dois meses e um ponto importante que eu gostaria de ressaltar é que, do que o banco liberou em julho e agosto, nós procuramos focar nas regiões onde a área está moderada ou de forma severa a degradação. Então, o nível de assertividade, nesses dois meses, foi 86%. Nós conseguimos alocar os recursos que nós temos disponíveis nas áreas que têm uma maior necessidade. Acho que isso colabora com o setor numa visão de longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, Jayme Pinto Junior, pela sua explanação.

Convido a fazer uso da palavra, também por até dez minutos, o Supervisor Comercial de Agronegócio do Banco Sicoob, Gustavo Bastos Soares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUSTAVO BASTOS SOARES (Para expor.) – Boa tarde.

Cumprimento o Senador Alan Rick e todos aqui presentes na mesa, em especial o Wilson, um grande parceiro do Ministério da Agricultura.

O Banco Sicoob hoje é um banco cooperativo. A gente trabalha já com todas as linhas e as opções disponibilizadas para renegociação e repactuação de crédito. A gente não toma nenhuma medida de maneira ampla, por região. A gente atende as situações caso a caso, elas são analisadas individualmente. Na safra passada, nós tivemos um volume de renegociação dentro do cabível das condições do MCR, até 8%. Nesta safra, a gente já tem provisionado um volume de recurso para também acolher as situações de necessidade de repactuação devido a condições de taxa ou perda por condições climáticas de maneira geral.

A gente tem avançado bastante na carteira de crédito rural. Na safra passada, nós crescemos 66% nas liberações de crédito rural. Para esta safra, ainda pretendemos crescer mais do que a gente disponibilizou na safra passada. Portanto, é muito importante a gente manter a saúde financeira dos produtores associados ao Sicoob.

A gente ressalva que, no Sicoob, nosso associado é o dono da cooperativa, é o dono do banco. Então, essas decisões são tomadas, inicialmente, dentro de cada um dos CNPJs. Quando a gente detecta alguma situação de urgência maior ou que vá necessitar de um volume maior de recurso, a gente analisa com mais cautela.

Atualmente, entre as nossas 240 cooperativas que operam com crédito rural, em nível nacional – temos presença em todas as unidades federativas –, a gente ainda não detectou, nesta safra, um volume, um pedido de repactuação relevante. A gente, a partir do momento em que mapear essa necessidade real nas cooperativas, vai passar a dar o tratamento devido. Sendo necessário, obviamente, a gente vai envolver Ministério da Agricultura e verificar quais medidas a gente pode tomar.

Concomitante a isso, dentro do portfólio nosso de crédito rural, assim como o colega do Banco do Brasil comentou, nós temos linhas que, em paralelo ao crédito rural tradicional, vêm apoiar eventuais demandas pontuais dos produtores rurais, como o CPR-F, que não tem tanta vinculação a empreendimentos oficiais do crédito rural, e que podem, então, apoiar, de maneira pontual, por um período de tempo no qual o produtor rural precise aguardar uma retomada de preço.

O Wilson comentou que a expectativa é de, sim, nos próximos meses, esse preço do gado voltar a subir. Com isso, a nossa grande expectativa é de que o preço entre num patamar adequado, que viabilize a atividade do produtor rural, nosso parceiro, e que a gente possa, então, continuar as atividades nas linhas adequadas sem precisar fazer operações de longo prazo de repactuação com esse produtor rural.

Hoje, a pecuária é um dos principais empreendimentos financiados e apoiados pelas cooperativas do Sicoob. Aproximadamente 45% de todo o financiamento que o banco Sicoob direciona ao produtor rural é direcionado para a pecuária. Esse acompanhamento, para a gente, é bastante relevante. E estamos atentos a como poder apoiar da melhor maneira os nossos associados, que, enfim, são donos das cooperativas de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Gustavo Bastos Soares, Supervisor Comercial de Agronegócio do Sicoob.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, convido para fazer uso da palavra, também por até dez minutos, Luciano Vacari, consultor em gestão de agronegócios.

O SR. LUCIANO VACARI (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Muito boa tarde.

Quero agradecer, Senador, pelo convite e cumprimentar aqui os colegas de mesa e os Senadores presentes.

Para falar sobre este momento extremamente importante e delicado por que passa a pecuária de corte brasileira, a gente montou uma apresentação bem didática aqui, contextualizando e trazendo números para toda esta crise que está sendo discutida aqui e que já foi colocada pelo banco.

O que a gente vem vivendo hoje aqui é o reflexo do que aconteceu nos últimos anos. E é muito importante a gente poder olhar para trás e entender como é que a gente veio parar aqui. Há muito tempo, a pecuária não passava por uma crise deste tamanho. Infelizmente, muita gente, apesar de todo o esforço dos bancos e do Governo Federal, vai ficar pelo caminho.

A melhor maneira de mostrar isso é mostrando o preço. O Wilson trouxe aqui uma crise de preço. Quando a gente percebe um histórico longo, lá de 2012 até 2023, olhando os últimos 18 meses, em março do ano passado, a arroba do boi valia R$344. E a gente só vai mostrar dados oficiais hoje aqui. Em abril deste ano, R$285, 17% a menos, uma queda de 17%. Quando a gente traz de abril até setembro, a gente tem mais 28% de queda. Isso dá um acumulado de 40%. Não tem atividade econômica que consiga se sustentar num período tão curto de tempo assim com um impacto tão grande como este na receita da atividade.

E a gente vai mostrar, infelizmente, que a grande maioria dos pecuaristas do Brasil de carne e leite são pequenos produtores. O nosso rebanho, apenas para contextualizar, em 2021, de acordo com o IBGE, era de 224 milhões de cabeças. Foi para 234 milhões, um crescimento de 4,5%, em 2022.

E aqui eu já trago um primeiro ponto: e para 2023? Como a gente está vivendo tudo isso, a gente não sabe. Parece um absurdo um negócio que é tão importante para o Brasil não ter dados oficiais atualizados, ano a ano, para a gente poder usar essa informação de maneira que possa ajudar na tomada de decisões. Aqui é uma reflexão.

Entrando no ponto que desencadeia e desencadeou tudo isso, é quando a gente cruza o abate de machos com o abate de fêmeas. É normal a gente ter um abate de fêmea. As fêmeas completam, fazem parte do abate, aquelas fêmeas improdutivas, que são descartadas, ano a ano, da atividade. É normal a gente ter um abate em torno de 37%, 38% ao ano. O restante são machos.

O que não pode acontecer e acontece de vez em quando e gera um impacto gigante é o que aconteceu em 2020, quando começou esse movimento de se diminuir a participação das fêmeas no abate. Começou, lá em 2020, com 36%, chegando, em 2021, a 34%, ou seja, se a gente diminuiu tanto assim, é porque vinha acontecendo alguma coisa, chegando, agora em 2023, a 44% de fêmeas. Olhe o volume de animais que foram colocados. Eu brinco sempre que função social de uma fêmea numa propriedade é produzir bezerro. Se você aumentou tanto assim o abate dela, esse bezerro não vai ser produzido. E isso vai gerar impacto no futuro.

Quando a gente olha o abate de fêmea com o preço, que é o que desencadeia tudo isso, a gente vai perceber que, sempre quando a gente tem um abate de fêmea grande, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um preço de bezerro pequeno. Existe uma relação direta nisso. Quando está valorizado o bezerro, eu não abato as minhas fêmeas, porque, de novo, eu estou ganhando dinheiro com aquele produto. Agora, quando aquele produto não vale nada, que é o caso de hoje... Estão vendendo bezerros, no Brasil, a R$700 reais. Isso é um absurdo, um absurdo para a atividade, mas é mercado, é comércio. Não existe interferência.

É muito oportuna, Senador, essa oportunidade que o senhor está dando aos produtores do Brasil de entenderem o que está acontecendo, porque saíram, por aí, as mais diversas teorias e, enfim...

Olhe, lá em 2021, o que eu falei: a linha azul – o abate de fêmeas – lá embaixo e o preço do bezerro lá em cima. O produtor estava ganhando dinheiro. "Opa, quero viver, quero surfar nessa onda o resto da minha vida." O problema é que chegou a... No preço do boi gordo, a mesma coisa. Eu tenho um boi gordo valorizado e o abate de fêmea está lá embaixo. O cara está ganhando dinheiro. Comparando um com o outro, perceba que acontece o mesmo movimento na mesma época. Isso aqui é ciência, trazer os números para o que todo mundo está falando.

Pois bem, aí a gente cai no tal do ciclo pecuário, que existe – existe, sempre existiu e vai continuar existindo. Acontece que, antigamente, se falava que o ciclo era de sete em sete anos. Era de sete em sete anos quando se abatia animais no Brasil de cinco anos de idade, com 30, 25, 26 arrobas, tínhamos uma pecuária sem tecnologia nenhuma. Hoje, o ciclo está menor, mas ele existe e a gente está vivendo as consequências.

Peguei um ponto qualquer. Começa a retenção de matrizes. Quando começou, a gente viu. A partir do momento em que eu passo a reter matrizes, o preço da arroba do boi gordo aumenta, porque é um sinal de mercado. "Opa, eu estou ganhando dinheiro com a arroba do boi, eu vou diminuir o abate de matriz, vou segurar essa fêmea aqui para ela produzir mais bezerros." Quando o preço do boi gordo aumenta, todo produtor tem a mesma ideia: "Vou produzir mais bezerro, porque eu estou ganhando dinheiro com isso". E é justo. Quem é que não quer ganhar dinheiro na sua atividade?

Quando todo mundo começa a produzir bezerros, o que acontece no próximo passo? O preço do bezerro diminui, isso é oferta e demanda. Quando eu coloco a oferta de um produto no mercado, quanto mais eu tiver, o preço vai cair. O preço do bezerro caiu. O que o cara faz? Começa a se desfazer das fêmeas, porque aquela fêmea está ocupando espaço na propriedade, está comendo pasto, está comendo sal... Eu estou gastando mão de obra com ela, e ela deixa de ser interessante para o negócio. Começa o descarte de fêmeas, o preço do boi gordo diminui, a produção de bezerro diminui, aumenta o preço do bezerro até chegar lá e a gente fechar o ciclo. Isso começou lá em 2020 – a gente percebeu aquilo no gráfico de preço – e hoje nós estamos aqui, em 2023, e o preço da arroba do boi gordo diminui.

Fazendo um exercício, sem exagerar muito, no ano que vem, a gente vai ter uma produção de bezerros menor; ainda no ano que vem, vai começar a aumentar o preço do bezerro; em 2024 e 2025, começará a retenção de matrizes; em 2024 e 2025, o preço da arroba do boi aumentará; e, lá em 2026, a gente vai ter, sim, um mercado de pecuária positivo para a atividade.

Então, é importante que os bancos vejam isso, porque a gente está falando de coisas, primeiro, emergenciais. O produtor precisa sair do buraco em que ele está, mas isso não vai acabar no ano que vem – e não existe absolutamente nada que faça isso acabar no ano que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem. Não tem nenhum tipo de intervenção, nada. "Ah, a China vai comprar mais." Que ótimo! Que ela compre, mas não vai diminuir a oferta.

Senador Jayme...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Tudo bem, amigo?

O SR. LUCIANO VACARI – ... tudo bem?

Isso não vai mudar.

Quando a gente olha a caracterização das propriedades de pecuária no Brasil, a coisa fica muito pior – Senador, está bem? –, porque olhe só que coisa interessante: por tamanho de propriedade, 29% das propriedades de pecuária no Brasil têm entre 20ha e 200ha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCIANO VACARI – ... 27% têm entre 5ha e 20ha, 26% têm entre 1ha e 5ha e – já adiantando – apenas 6% têm entre mil e mais de mil hectares, ou seja, é o pequeno produtor que sofre. Ele é o grande produtor de bezerro no Brasil. Quando a gente olha o número de cabeças dessas propriedades, 42% têm até cinquenta cabeças de gado, 39% têm até dez.

Eu tomei a liberdade de fazer um resumo. Em 2021, o preço da arroba dos animais teve recorde. Tivemos a maior retenção da história em 2020 e 2021. O resultado de toda a retenção foi a venda e produção de bezerros em 2021, 2022 e 2023. Em 2023, estão sendo abatidas as fêmeas retidas lá em 2021, aumentando ainda mais a oferta; e a gente ainda tem pronto para o abate os animais que nasceram em 2021. Nós vivemos uma crise de oferta. Ponto, simples assim.

Algumas sugestões: conceder emergencialmente a renovação das operações de crédito contratadas entre 2020 e 2022; criar uma linha de capital de giro para os pecuaristas de corte e leite – ele precisa de ajuda –; fomentar a criação de um programa nacional de produção de bezerros, porque é um negócio que atende o pequeno produtor, e toda propriedade agrícola no Brasil tem uma cabeça de gado; criar uma base de dados agrícolas eficiente, atualizada e oficial – a gente não pode ficar vivendo de IBGE e Conab soltando dados dois anos depois de que já aconteceu, com toda a tecnologia que a gente tem hoje, esses dados estão aí, são todos disponibilizados –; criar um instituto de carne e leite do Brasil, para vender mais o produto brasileiro, para gerar comércio, gerar negócio disso.

E aqui, Wilson, uma coisa que a gente discute muito: rever as diretrizes da linha de retenção de matrizes, porque o que a gente tem percebido é à qual o produtor sempre vai, porque é uma linha muito fácil de ser acessada, e ele sempre a busca nos piores momentos da pecuária, ele está sempre usando essa linha para se capitalizar emergencialmente em momentos de dificuldade e acaba tendo que vender esses animais depois para pagar o banco quando a conta vence – e, pior, como ele retém as suas próprias matrizes, a gente ainda impede que seja feito o melhoramento genético dos animais. Ele está se capitalizando com um ativo que é dele num momento em que não vale nada. De repente, é pensar em criar alguns gatilhos para que isso continue a ser usado.

É isso.

Muito obrigado, Senador.

Espero ter contribuído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Luciano. Com certeza contribuiu, de forma extremamente rica, a este debate.

Por último, mas não menos importante, convido a fazer uso da palavra, também por até dez minutos, o Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Antes de mais nada, muito obrigado pelo convite para estar aqui podendo participar. Eu o cumprimento e, na sua pessoa, cumprimento os demais Senadores que estão presentes.

Eu vou acho que ser bem rápido. Não vou tomar os dez minutos.

Acho que um ponto importante é o Ministério da Fazenda estar aqui para ouvir o setor. A gente tem acompanhado, juntamente com os bancos, sejam os bancos oficiais, sejam os bancos privados, o andamento da situação em relação à questão da pecuária, tanto da pecuária de leite quanto da de carne, sempre observando e vendo o que os próprios ministérios e bancos estão sinalizando e demandando.

Foi colocada aqui a questão de renegociação. No passado, acho que, até 2007, 2008, sempre que tinha uma crise no setor, para fazer uma renegociação você precisava ter uma alteração na lei ou uma permissão legal. Lá em 2008 e 2009, o Governo alterou a legislação e permitiu as renegociações inclusive com recursos equalizados pelo Tesouro, dentro dos limites que foram colocados, que são de 8%, quando o recurso é equalizado pelo Tesouro, e acho que nos fundos constitucionais chega a 25% essa possibilidade.

Foi uma medida colocada lá atrás exatamente para poder atender momentos de crise e atender no momento em que o produtor esteja mais precisando. No passado, o que acontecia é que você precisava criar uma crise, o processo vinha ao Parlamento, o Parlamento demandava e, quando o Parlamento agia, uma parte importante dos produtores já estava inadimplente, já estava com o seu crédito, com o seu *score* junto às instituições financeiras agravado; e, mesmo que saísse a renegociação, ele enfrentava uma série de dificuldades futuras para renegociar.

Então, aquela medida que até hoje é mantida e é fundamental permite que as instituições vão adotando as renegociações caso a caso e, quando a crise ultrapasse esse limite, a gente tem que buscar uma ação, seja através de um decreto, dependendo se for para a agricultura familiar, ou mesmo de uma atualização aqui do Congresso Nacional.

Especificamente no caso aqui da pecuária, acho que foi muito bem apresentado pelo Luciano que a gente tentou fazer um levantamento de preços. Quando a gente pega aquele primeiro gráfico, Luciano, e o atualiza pelo IPCA, o que a gente encontra? Que o preço médio... Estou usando aqui a base São Paulo. Mas, se a gente olhar o gráfico dos outros, eles têm mais ou menos o mesmo comportamento; embora os preços sejam distintos, o comportamento é similar.

O preço que chegou agora, eu diria que neste momento, antes de ter essa alta pequena ainda, muito pequena, na segunda quinzena de setembro, a gente chegou mais ou menos ao preço médio histórico. Se a gente pegar entre 2015, foi o tempo que eu busquei aqui, e 2019, trazendo aqueles preços pagos pela arroba de boi, estava em torno de R$200. Em R$250 chegou em 2015, em preços agora atualizados até agosto deste ano. E aí, quando vai em 2020, em função até da pandemia, os preços sobem e chegam a R$350, R$360 a arroba. E aí efetivamente teve essa queda, que foi detalhada e sobre a qual não vou aprofundar o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A situação que a gente vislumbra não é a de uma recuperação tão efetiva dos preços, não nos próximos 12 meses. Acredito que, nessa quinzena agora, a primeira quinzena de outubro, ainda a gente possa ter alguma reação, mas vai ficar dentro desse patamar em torno de R$200 e R$250 a arroba, ou seja, mais um respiro do que necessariamente uma retomada.

Para frente, a tendência é voltar para o preço histórico. Com um pouco mais, em determinados momentos, você pode ter uma crise maior, em função até do ciclo que o senhor coloca.

A grande dificuldade – e eu acho que isso foi muito bem explicitado – é que os custos de produção para quem está vendendo atualmente, especialmente o custo do boi, que, quando se comprou, foi um boi mais caro... Então, para não se criar uma expectativa de que o preço vá a R$350 a arroba, nos preços de hoje, e que é um preço normal... Não vai acontecer isso, exceto se a gente tiver uma crise ou alguma situação. Mas, se tiver um custo baseado num preço, sem essa variação de comprar... Foi o que a gente vivenciou um pouco, na safra passada, com soja e milho, em que se plantou com um custo mais alto e, quando se colheu, o custo já estava bem menor, mas só que o custo para aquela produção efetivamente foi mais alto. Acho que é isso que gera essa crise do momento, associada ao seu ciclo. Eu só estou juntando esses elementos ao que você colocou em relação ao ciclo.

Eu acho que, hoje, o que se tem de possibilidade de renegociação, quando se envolvem recursos livres, que não têm equalização do Tesouro – ou mesmo recurso do depósito à vista –, é que as instituições têm liberdade de renegociar dentro desses critérios, especialmente como colocado agora, que são problemas em relação à comercialização, ao preço mais baixo ou à dificuldade de pagamento.

O limite que existe de 8% e 25% de renegociação da carteira de cada instituição financeira foi colocado porque se tem um custo: cada vez que eu prorrogo, eu tenho que ficar bancando a equalização enquanto Tesouro e, se esse recurso não está previsto, eu acabo com o recurso e não consigo nem emprestar novas operações. Então, essa é a principal limitação, por isso é que foi colocado aquele percentual.

Eu acho que o caminho neste momento tem que ser esse caminho que as instituições já estão adotando. O Banco do Brasil falou em R$200 milhões, o Basa também tem um percentual interessante de renegociação. Não é maior porque a renegociação vai acontecendo de acordo com o vencimento, as pessoas não vão procurar a instituição financeira para renegociar uma dívida que ainda não está próxima do vencimento. Então, esses valores do Banco do Brasil e do Basa devem crescer. Agora, é importante que, se possível... É melhor, na linha que o Basa coloca, tentar buscar o novo custeio sem fazer a prorrogação, mas há casos que vão precisar, não há como não ter a renegociação e, nesses casos, deve-se tentar renegociar o mínimo possível.

Exatamente porque qual é a situação? Diferentemente da situação que a gente está enfrentando no Rio Grande do Sul, ou que enfrentamos na seca do Nordeste, onde se tem uma situação em que a renda zera ou que a renda chega próximo a zero, no caso da pecuária, a gente tem uma redução significativa da renda, mas tem renda. Então, o importante é buscar essas renegociações, mas nem sempre elas vão ser no total das dívidas, até porque o que parece um ponto positivo de se prorrogar hoje, amanhã vira um problema, porque esses valores vão se acumulando com as novas operações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que esse processo de fazer as análises, ver quem precisa e, caso esses patamares de 8% ou 25% do fundo constitucional estiverem chegando, as instituições devem procurar o Ministério do Desenvolvimento Agrário – o Ministério da Agricultura –, para que, juntamente com a Fazenda, a gente busque uma solução.

Eu acho que o crédito de custeio, o qual o Jayme coloca pelo Banco do Brasil, já há uma linha especial que o Banco do Brasil está sinalizando. As demais instituições têm o custeio, como o Wilson muito bem colocou. O custeio pecuário tem um peso importante hoje no Plano Safra e a ideia é que essas operações novas possam atender e fazer esse giro da pecuária.

A vantagem do custeio é que não necessariamente eu preciso estar com o bezerro novo. Eu posso estar entrando com o custeio e tanto estar alimentando o bezerro novo quanto aquele bezerro, aquela vaca ou aquele boi, digamos assim, que eu segurei para uma venda um pouco mais à frente, com uma expectativa de uma receita um pouco melhor.

É mais ou menos isso que eu gostaria de colocar.

Estamos à disposição aqui para discussão das perguntas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço a fala do Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

Neste momento, eu abro para a brilhante e importante participação dos nossos Senadores.

Convido os oradores a estarem bastante atentos neste momento, porque temos aqui Senadores que são profundos conhecedores do agronegócio brasileiro ou também participantes desse grande debate, estudiosos e que representam a população brasileira.

Na nossa lista de inscrição, o nosso primeiro inscrito. Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Boa tarde.

Quero cumprimentar o nosso Presidente da CRA, Alan Rick; o Gilson Bittencourt, da Fazenda; os representantes dos bancos, do Banco Brasil; o meu xará Jayme; o Roberto, do Basa....

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Está cheio de Jaime hoje aqui. (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... o Wilson, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; o Gustavo, do Sicoob; e o Luciano, que fez essa explanação sobre a situação do agronegócio no Brasil.

Primeiramente, eu quero dizer para vocês que eu não sou *expert*, mas tenho alto conhecimento sobre boi e soja. Essa é uma praia nossa. Sou do médio para o grande produtor. Acho que deve ser um tratamento totalmente diferenciado.

Mas eu quero iniciar a minha conversa aqui e dizer da grande preocupação nossa com o pequeno produtor da agricultura familiar. Quero dizer a você, Roberto, do Basa – eu sou de Rondônia, conheço o sistema de financiamento do FNO –: se não houver uma prorrogação, não para um ano, mas para dois anos, para o pequeno produtor da agricultura, aquele produtor que tem 100, 150, até de 500 cabeças abaixo, ele vai ter que vender a propriedade, porque ele está com dificuldade no gado de leite e no gado de corte. Ele não vai ter saída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou falando do médio e do grande produtor. Eu, inclusive, tenho recurso no Basa, mas sou do grande produtor, entendeu? E aquilo que o senhor falou aí, Roberto, você está coberto de razão: o grande produtor e o médio produtor estão em condições de ir lá, quitar e fazer a renovação. Só que ele está saindo de juros de 5,5% para 9,5%, 10%. Você sabe disso.

Agora, o pequeno produtor não está em condição de fazer isso. Para o pequeno produtor, vocês vão ter que renegociar, aliás, não são vocês, somos nós, o Senado, o Congresso Nacional. Temos que ver junto ao Ministério da Fazenda um mecanismo para que isso seja prorrogado nas mesmas taxas de juros contratadas; senão, ele só vai acumular dívidas e, daqui a pouco, vai perder a propriedade.

Aquilo que o Luciano falou sobre a situação do gado, é uma situação, realmente... A produtividade de bezerros... Nós somos compradores de bezerros em quase todos os municípios do Estado de Rondônia e dá dó. O meu irmão é comprador, tem diversos compradores e dá dó quando chega ao pequeno produtor – dá dó de ver. O pequeno produtor está de joelhos – ele está de joelhos!

E digo para vocês o seguinte: eu preciso falar também algo sobre os frigoríficos, nós precisamos falar. Isso não é uma coisa que está acontecendo agora, isso veio lá do passado, começou lá em 1994. O que aconteceu no Brasil? Criou-se um grande oligopólio das indústrias de carne, foi um grande oligopólio que se criou. O que está acontecendo agora? Temos aí para passar no Cade e vai chegar agora, nos próximos dias está chegando. A Marfrig vende a todas as unidades, menos Cuiabá, e eu acho que ficaram uma ou duas só no Brasil, que é da parte de bovino...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Várzea Grande e Promissão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, só ficaram duas.

O restante vai tudo para quem? Para a Minerva.

Agora, eu vou, chego ao Mapa, eu chego lá e eu sei como funciona a situação do mercado China. Lá, para vocês entenderem, tem 12 plantas, se não me falha a memória, das 20 que estão na lista, das próximas, de bovinos, tem 12: Minerva, Marfrig e JBS.

Aí eu pergunto aos senhores: por que o BNDES, nos últimos anos, não tem investido em outros produtores, em outras indústrias frigoríficas?

O que aconteceu em Rondônia? Nós temos, em Rondônia, para quem, talvez, não tenha conhecimento, 1,6 milhão de pessoas, próximo de 1,7 milhão. Nós temos 17 milhões de cabeças de gado, são, praticamente, 10 cabeças de gado por habitante.

Aí eu digo para vocês o seguinte, ficaram, no Brasil, poucas plantas. E olhe o terrorismo que foi criado nos últimos dias na cabeça do produtor rural. Eu falei o seguinte: vai chegar o momento em que o frigorífico vai ligar para o pecuarista, ligar para o pequeno produtor e dizer: "Você paga o frete que daí nós aceitamos o boi aqui". Eu cheguei a pensar que, em um momento, iria acontecer isso, porque eles criaram um terrorismo na cabeça.

Agora vocês podem ver, aumentou, um boi chegou, lá em Rondônia, a R$175. Hoje está na casa R$210, R$215. Entendeu? Eu nunca tinha visto isso em 30 anos. E olhe que quem está falando não é um Senador da República, eu não sou só Senador, sou uma pessoa que tem conhecimento do agronegócio brasileiro, desde a agricultura familiar ao grande produtor, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Rondônia, 75%, 80% são de agricultura familiar, são de pequenos produtores; por isso é que eu tenho conhecimento do pequeno produtor. Fui eleito Senador para defender o pequeno produtor rural, não o médio e o grande. Do que o médio e o grande precisam é que o Governo não atrapalhe, porque, se o Governo não atrapalhar, ele vai se mantendo e vai tocando a situação dele.

E, digo mais: boi não é igual a soja. Soja você joga dentro do armazém, soja você embarca para uma *trade* e vai ver o que vai acontecer depois para frente; boi, essa história de a gente escutar: "Ah, o boi está gordo, o pecuarista está segurando". Quem segura boi gordo? Quem segura boi gordo? Eu sei o que é confinamento, nós temos confinamento, uma diária custa quase R$20 por dia. Quem segura um boi gordo para vender mais barato na frente?

Então, a nossa grande preocupação, do Brasil, se chama esse negócio do Cade. Nós queremos ver se... Eu tenho absoluta certeza de que isso aí, na calada da noite, vai passar tudo de novo, vão ficar só duas no Brasil. Então, nós pedimos encarecidamente que os bancos nos ajudem, que o ministério, que o Mapa nos ajude para que não aprove planta da China, só desses grupos, desses grandes oligopólios, nem suíno, porque temos que olhar isso para os suínos, para as aves e para o bovino também. Por quê? Porque se nós não olharmos para o pequeno produtor neste país aqui, nós vamos estar liquidados, e nós sabemos a grande importância que tem o nosso pequeno produtor.

Para terminar as minhas palavras, eu quero dizer que eu nunca tinha visto na história... Vocês sabem quanto está uma arroba de boi nos Estados Unidos? Está US$97, US$98. No Brasil, é menos da metade, menos de 50%. Será que não tem nenhum frigorífico exportando para os Estados Unidos e para a Europa? Em nosso país vizinho aqui, que está de joelhos com o Governo que eles têm, no nosso vizinho, nos *hermanos* argentinos, está em torno de US$65, US$70 a arroba. O nosso aqui está US$40, US$45.

Então, eu quero dizer para vocês, a todos, aos bancos, ao Ministério da Agricultura, ao Ministério da Fazenda: vamos fazer algo para todos os produtores da cadeia, da cadeia bovina, da cadeia de leite, mas temos que olhar urgentemente para o nosso pequeno produtor rural.

Um abraço.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Congratulo o Senador Jaime Bagattoli pela oportuna e, eu digo, até emocionada explanação de um produtor rural, de um homem que conhece a realidade do homem do campo, conhece a realidade do produtor.

Eu quero fazer uma breve contribuição à fala do Senador Jaime.

Como foi apresentado aqui em sua apresentação, Luciano, o preço da arroba caiu, de março de 2022 até agora, mais de 40%. Você sabe quanto diminuiu no supermercado para o consumidor final? Nada! É esse o oligopólio que o Senador Jaime Bagattoli está colocando. No açougue caiu 4%, o mercado fez subir 12%, Senador Sergio Moro, ou seja, os oligopólios estão comprando gado barato e não estão repassando ao consumidor. Isso é muito grave e foi muito oportuna a colocação do Senador Jaime Bagattoli.

Na sequência, concedo a palavra, também como orador e como Parlamentar, para fazer as suas considerações e as suas perguntas, ao Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Alan Rick.

Quero cumprimentar todos os integrantes da mesa: o Roberto, lá da nossa Amazônia; o Jayme, que foi chefe do meu filho lá no Banco do Brasil; o Gilson Bittencourt, do Ministério da Fazenda; o meu amigo Wilson Vaz, lá do Mapa; o nosso representante do Sicoob; e o Vacari, que deu uma aula sobre o ciclo do boi. Eu não entendia nada disso aí – agora eu passei a entender –, porque eu não sou pecuarista a exemplo do meu amigo Bagattoli.

No meu estado, lá no Rio Grande do Sul, nós temos o problema, que é exatamente o que o Bagattoli citou, da questão do pequeno produtor, principalmente aquele da pecuária leiteira, que se concentra ali na região noroeste do Rio Grande do Sul. Então, o que eu peço, como Senador pelo Rio Grande do Sul, é o olhar dos representantes do Governo Federal aqui presentes, dos bancos, no caso aí especificamente do Jayme, para o apoio a essa pecuária, a esse grupo de pequenos produtores. São pequenos municípios. Eu recebo aqui inúmeros Prefeitos, representantes. Achei importante a ideia que o Vacari colocou aí de nós termos realmente uma instituição ligada à questão do gado e do leite. É importante lá no Rio Grande do Sul isso aí.

Muito claras as influências que nós estamos sofrendo, tanto a questão do mercado chinês... Nós temos que abrir mercado. Já há algum tempo, a gente discute isso. Nós temos grandes áreas no mundo que precisam se alimentar e nós somos grandes produtores de alimentos. E, à medida que isso ocorre, nós vamos ter mais espaço para que a nossa produção seja recompensada, vamos falar assim.

Há um problema porque houve essa queda no preço do boi, mas isso não chegou ao mercado. A queda do preço se deu na faixa de 40%. Acho que, no mercado, caiu 5%, quando muito, 10%. E aí, isso vai contra aquilo que o Presidente da República disse: que ele ia botar picanha na mesa de todo mundo, não é, Moro? Então, é bom que a gente entenda por que isso está acontecendo. Isso é necessário.

Então, Alan Rick, eu agradeço aí todas as exposições que foram feitas. É importante a gente poder discutir isso aqui, debater, mas o meu pleito aqui, como Senador do Rio Grande do Sul, é o olhar para a pecuária leiteira.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão, como sempre, com grande contribuição a esta Comissão.

Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, caro amigo Alan Rick, senhores convidados aqui nominados, sejam bem-vindos a esta Comissão. É muito importante esta audiência, na medida em que aqui com certeza nós já tivemos o privilégio de ouvir alguns convidados, entre eles o Vacari, que é um velho conhecido – não é, Vacari? –, profissional do ramo, competente; e os demais aqui, o Gilson aqui, e outros que já falaram, mas que eu não tive a oportunidade de ouvir.

Todavia, o meu xará aqui, o Jaime, foi muito claro, pragmático, sobretudo cirúrgico na sua fala aqui. Essa crise que nós estamos vivenciando na pecuária brasileira – eu confesso para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você, Vacari, que eu já estou bastante velho na área – não tem procedência alguma, não tem nenhuma justificativa plausível.

Como é que você tem um boi que foi negociado – no Mato Grosso não chegou a isto, mas chegou perto, Gilson – a R$330, R$340 – e eu, graças a Deus, tive o privilégio de fazer esse negócio –, e, de lá para cá, a coisa veio de mal a pior? De tudo isso que está acontecendo o que é o mais grave? Quando da alta do boi, eu confesso que, quando saiu de R$170, R$180 e chegou a R$340, R$350, eu achei que, até certo ponto, era aquela velha história: quando a esmola é demais, o santo tem que desconfiar. Abre o olho que alguma vem detrás; daqui a pouco vai chegar uma tempestade. E o que ocorreu? Da mesma forma foi, na agricultura, a questão da soja, que chegou a bater R$180, às vezes até R$190. O milho chegou a R$80, R$85, R$90. De lá para cá, parafusou. Quem não tinha uma poupancinha, ou seja, uma gordurinha, para queimar no futuro, está passando maus pedaços agora, comendo o pão que o diabo amassou.

O que ocorre? Vamos falar aqui da pecuária, porque, na agricultura, você tem os artifícios, como bem disse o xará aqui, outros meios para fazer, naturalmente, outras engenharias financeiras. Mas, na pecuária, o que ocorreu? Quando subiu o boi, a vaca – subiu a novilha, subiu também o bezerro, etc. –, subiram todos os insumos. Vou só dar um exemplo prático que todo mundo sabe: uma bola de arame liso de mil metros valia em torno, mais ou menos, de R$300 a R$350. Chegou ao cúmulo do absurdo de parar em R$780, lá em Mato Grosso, em Cuiabá. Olhe só a disparidade. Subiu mais do que 100%. Pois bem, tudo subiu. Mão de obra subiu; o cidadão que faz a cerca; o diesel, que está altíssimo; peça de automóvel; tudo subiu. O sal, que era R$50, R$40, chega hoje – e sal que não é de boa qualidade – a R$80. Esse mesmo boi que você vendia a R$340...

O xará ainda foi até generoso aqui, está conseguindo vender a R$215 lá no seu Estado de Rondônia. Deve ser boi china, de primeira qualidade. E olhe lá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas só pode... Mas você não acha. Eu não tenho visto.

Um dia desses, estava vendendo agora uma parte de um rebanho grande e, para você ter uma noção, está compensando tirar o boi lá de Mato Grosso, Vacari. Eu tinha uma parceria, como você sabe, lá no confinamento do Camacho, e estávamos tirando boi de Mato Grosso, de Diamantina, e levando para São Paulo – olha só, está compensando –, que é um delta acima, de R$26 a R$30 a arroba. Então, se você faz uma conta ali igual à de padeiro, vale a pena se tirar de lá para vir vender no Estado de São Paulo.

Pois bem, então houve esse descompasso entre o insumo que o pecuarista usa e o preço do boi. Tem vários fatores, entretanto ninguém é capaz de fazer uma narrativa aqui – ninguém. E, olha, eu já especulei, gente. E eu sou do ramo, viu? Não sou um craque, como o Vacari é, como o meu xará aqui é, mas nasci e me criei e, sem falsa modéstia, estou no ramo há muitos anos, conheço muito bem o setor. Ninguém é capaz de dar uma explicação aqui: qual o motivo, qual a razão para, da noite para o dia, acontecer tudo isso que aconteceu? E rápido: foi questão de 45 dias, General Mourão, e isso aqui parafusou, levando, praticamente, todos os pecuaristas a uma situação de penúria. Hoje, eu posso afirmar para os senhores que tem muitos pecuaristas em situação difícil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei qual o socorro que o Governo Federal poderá oferecer: nova linha de crédito, renegociação, repactuação de dívida... Não sei qual a saída. Algo tem que ser feito não só no setor da pecuária de corte mas, sobretudo, também na bacia leiteira, porque é um escárnio o que estão praticando com o cidadão que levanta às 3h, 4h, para tirar o leite de sua vaca e dar de comer para a sua família. Esse leite hoje ele tem que jogar fora, não vale a pena. É um crime que o Governo está promovendo.

Temos o Gilson aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não é o Wilson aqui do Ministério da Agricultura?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Wilson, estão importando leite, não é? Isso é uma sacanagem. Estão nos matando. Leite que praticamente está vencido lá fora, há 30 trinta dias às vezes; importam de lá para cá, injetam um produtozinho, como o senhor deve saber, repõem no mercado. E o leite do brasileiro aqui... Não vale nada o leiteiro. Estão todos quebrados. É humilhante. É deprimente o que tenho visto e tenho acompanhado. Cidadãos pedindo socorro, e não têm para quem pedir. E o Governo tem que estender a mão é nessa hora aqui, Alan Rick, e nada está sendo feito.

Pelo que eu tenho de notícia aí – estou apenas fazendo um levantamento –, vou fazer uma denúncia, como há poucos dias eu fiz aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – ou na de Meio Ambiente, se não me falha a memória –, em relação ao cartel, como bem disse aqui, que montaram no Brasil. E o que é mais grave, Presidente Alan Rick: habilitaram agora – e mandaram para a China – um frigorífico que pegou fogo, que não existe em Mato Grosso. Está sem nenhuma atividade lá, estão fechadas as portas, e você vai habilitá-lo para a China? Você tem que me dar uma razão, um motivo. O que há? Só se é coisa invisível: "Ó, queimou de manhã; à noite, está funcionando a todo vapor". Não existe isso aí. O que mandaram aí... E eu tenho conhecimento, porque eu levantei o documento. Eu não falo conversa fiada aqui; eu "mato a cobra e mostro o pau". Esse é grave! Enquanto isso, algumas dezenas de frigoríficos em melhores condições não têm esse privilégio de ser também um exportador para a China, porque é carta marcada aqui. Qual a lambança que fizeram, que estão fazendo, também não me interessa. Agora, o Governo não pode permitir. É matar a galinha dos ovos de ouro. O pecuarista também é uma força da economia.

Estou vendo aqui os números em relação – só vou dar o número aqui para encerrar minha participação – ao VBP relacionado à bovinocultura de corte mato-grossense: conforme estimativa do Ministério da Agricultura – do Mapa, viu, Wilson? –, para o ano 2023, é superior a R$20 bilhões sua participação no VBP do estado. Fica atrás somente do VBP da soja e do milho.

Diante disso, eu aqui quero perguntar para os senhores o que vocês vão me responder – os senhores convidados aqui. O que vocês me respondem? Qual que é a saída? Não tem muita saída, não tem para onde correr. Não adianta nem apelar para o Papa Francisco, gritar "*Help*! Socorro!". Não tem... A situação é crítica, como bem disse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho pena dos pequenos, viu? Esses dias, tinha pecuarista vendendo novilha, Alan Rick – eu vi! –, a R$800, novilha de 190kg a 200kg. Melhor soltar na estrada – não é, Wilson? – para o urubu comer, porque não tem o que fazer. Não vale a pena: nove meses de gestação; oito a nove meses para fazer a desmama; aí depois não tem quem comprar. Você quer comprar, quer pagar R$800? Gente, nós temos que ter pena dessas pessoas que labutam. Solzinho barato que está aí: 43 graus, 44 graus. O cara está ali escamoteando, está lavado de suor, e não tem nem para quem vender o bezerro, a novilha.

Para você ter uma ideia, aquela região noroeste do Mato Grosso, que demanda ali de Castanheira, Juruena, Colniza, Cotriguaçu, Aripuanã, não tem um comprador, amigo; não tem o comprador, porque não tem a perspectiva de reagir. O pecuarista só compra o bezerro, naturalmente, num preço alto quando o boi está de bom tamanho, a arroba da vaca gorda está de bom tamanho, da novilha... E sem perspectiva. Agora que deu uma reagidinha, mas foi R$10 – agora –; R$10, sujeito a escalas. Ele marca para você o dia em que ele quer matar, ele é que faz a escala – não é você que quer vender, não, Mourão –: "Daqui a 30 dias, eu compro o seu boi". E o que você vai fazer com o boi, como você bem disse aqui, antes de matar? Quando chega um limite, você tem que desovar o boi, amigo. Não tem para onde correr: ele está só comendo, e não está acrescentando nada, não está aumentando 1kg, meia arroba... Nada!

Então, os senhores, que são autoridades aqui, que representam o Governador, o Basa, Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, o Wilson – que já é conhecido nosso aqui –, a Cooperativa Sicoob – que presta um grande trabalho em Mato Grosso –, e a consultoria do Vacari aqui, têm que fazer alguma coisa, gente. Não se pode mais penalizar alguns segmentos da sociedade. Para alguns segmentos aqui, há incentivos fiscais, não sei o quê, não sei o que mais. Aí você pega os coitados da ponta, que não são pouca gente, são milhões de brasileiros, milhões de brasileiros...

Mato Grosso tem sabe quantos assentamentos? Quatrocentos assentamentos. Você vai lá, General, uma pobreza: 80% daqueles assentamentos estão na pobreza, vivem em condições sub-humanas, porque não têm nem linha de financiamento. É uma favela rural, não tem nenhum incentivo. O Governo tem que criar aqui, Jayme, você que é Diretor do Banco do Brasil, Wilson, que representa aqui, tem que ter linha de financiamento mais accessível.

Vou só dar um dado e está encerrado, Presidente. Já falei demais.

O pequeno produtor rural hoje está sem condições de fazer pelo menos uma reforma no seu pasto. Sabe por quê? Ali estão só assa-peixe, malva, dorme-dorme... Tudo que é erva daninha está ali dentro. Se ele não tiver uma linha de financiamento, se for o caso subsidiada, para ele plantar.... A área está ácida já. Tem fazenda por lá em que você entra e só dá sabe o quê? Cupinzeiro, fazenda de cupim, porque não tem uma linha de financiamento, certo? Tinha que ter uma linha de financiamento, um subsídio para comprar um calcariozinho, um fostatozinho, se possível, a semente para replantar essa terra; caso contrário, o leiteirozinho que tem 10, 20, 30 vaquinhas ali não terá nem o que comer, Gilson. Só vendo. Quem conhece a realidade do campo como eu conheço, o Jayme, o Alan, o General aqui, nosso amigo que vem de um estado rico, que é o Paraná, o Senador Sergio Moro, nós temos que fazer alguma coisa.

Se eu for citar números aqui, vou passar horas e mais horas. De forma que eu acho louvável, cumprimento V. Exa. e os demais convidados, na certeza de que desta audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública pode sair alguma coisa de positivo em favor do pequeno e do médio produtor rural, sobretudo dos pecuaristas deste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Jayme Campos, pela oportuna e contundente explanação, que certamente vai ao encontro do coração, do sentimento do produtor rural brasileiro.

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Senador Alan Rick, eu estava também acompanhando a CCJ do marco temporal e depois a CAE da reforma tributária, então não pude pegar o começo das exposições, peço desculpas. Cumprimento todos os presentes.

Eu não sou um grande especialista em agro, como os Senadores Jaime Bagattoli e Jayme Campos aqui presentes, mas, na verdade, eu gostaria mais de ouvi-los, porque tenho recebido do meu estado reclamações exatamente nessa linha, do preço da arroba do boi lá embaixo – e o agricultor e o pecuarista se sentem aí desamparados – e, em particular, no Paraná, que tem uma grande produção leiteira, da crise do leite. A crise do leite seria decorrente de uma importação que estaria mal calibrada – estariam sendo aproveitadas algumas regras favoráveis do Mercosul, mas que, no fundo, haveria alguma espécie de *dumping*. E eu gostaria de ouvir dos expositores sugestões ou propostas nessa área, pedindo escusas para aqueles que eventualmente não tenham exatamente esse setor na sua atividade específica.

Não vou fazer outras considerações, porque não peguei a exposição desde o começo, mas gostaria de ouvir sugestões nessa linha.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Sergio Moro.

Antes de conceder a palavra aos nossos oradores para que possam responder – e coloco a resposta para aqueles que tiverem... Fiquem à vontade. É importante o debate fluir da melhor maneira possível.

Mas, antes, eu passei a cada um dos nossos oradores e aos nossos Senadores presentes a minuta do nosso Projeto de Lei nº 4.507, que está nesta Comissão de Agricultura, que trata exatamente do tema que estamos debatendo, refinanciamento, crédito emergencial.

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Pela ordem, Presidente. Quero só fazer um comentário para o meu xará, o Jayme Pinto Junior, que é do Banco do Brasil.

Eu quero dizer para você o seguinte: essa situação de o produtor rural, hoje, fazer recuperação em áreas degradadas é uma dificuldade muito grande. Eu quero que vocês entendam que, quando a área tem topografia – ou seja, é plana ou semiplana – com aptidão para as duas atividades, para a lavoura e para a pecuária, ele leva para a lavoura, trabalha um tempo com ela na lavoura, três ou quatro anos, para diluir esse custo de correção e, talvez, até possa voltar para a pecuária. Agora, hoje, do jeito que está – nós já tentamos, eu tenho áreas –, é muito difícil dar viabilidade econômica. Você teria que tirar, hoje, a média das áreas no Brasil, para você manter três cabeças por hectare... Não se mantêm três cabeças por hectare no Brasil. Lá no Norte, nós mantemos uma média de quatro, cinco cabeças por alqueire. Então, para você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentar essa produtividade é muito complicado. E quem faz uma recuperação em áreas degradadas, na área de solo, só na pecuária, tem que ser muito bom para zerar a conta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Neste momento, eu abro para os nossos oradores responderem ao questionamento dos nossos Senadores.

Aqueles que já quiserem podem fazer uso da palavra.

O SR. JAYME PINTO JUNIOR – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Jayme.

O SR. JAYME PINTO JUNIOR (Para expor.) – Bom, obrigado.

Acho que, até dentro da pergunta do Senador Sergio Moro, sobre o que eu penso ali para o Paraná: Senador, tem um projeto superbacana, no Rio Grande do Sul – o Senador Mourão comentou –, da pecuária leiteira, que visa a reduzir um pouquinho a assimetria do grupo da pecuária de leite quando eles estão vinculados a alguma cooperativa, a alguma associação. Se a gente pega o caso do Paraná, com várias cooperativas, ali o projeto... Eu sou do Paraná, por isso que eu estou falando; então conheço bem ali as cooperativas, sejam no norte, no noroeste, na cidade do senhor, ou lá no oeste, porque grande parte das cooperativas está lá. Nós temos um projeto – pelo menos eu estou bastante engajado nisso – para reduzir a assimetria que existe. Se a gente pega um grupamento de produtores de leite: um produtor tem lá uma produção média de 8, 10 litros por dia, e, dentro do mesmo grupamento, tem outro produtor que dá 30 litros. Então, como eu faço chegar a produtividade média/dia desse pequeno produtor de 10 para 30 litros? Ou é a questão da genética ou é o manejo do rebanho. Eu estou bem engajado lá. E, acho que, respondendo ao senhor, este é um caminho: como eu ajudo o pequeno produtor, seja da pecuária bovina, seja da pecuária leiteira, como o Senador Jaime comentou, para beneficiar o pequeno produtor. É o que acontece lá no Rio Grande do Sul também, como o Senador Mourão comentou: lá no Rio Grande, tem um programa que se chama RTC, que tem ajudado bastante o pequeno produtor.

Então, respondendo, no caso do Paraná, acho que esse é um caminho para auxiliar o pequeno produtor a ter uma melhor produtividade para ter mais competitividade.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (Para expor.) – As considerações de todos os Senadores são sempre muito relevantes. Que bom se nós pudéssemos viabilizar muitas das propostas que são colocadas aqui.

A gente lança um Plano Safra e fala assim: "Puxa! Agora eu vou relaxar". Como nós lançamos em junho, passamos o primeiro semestre todinho construindo isso. Aí sai o Plano Safra. E, de certo modo, com as dificuldades que a gente tem, foi um volume de recurso bastante bom; as taxas de juros não conseguimos alterar, mas, enfim...

E, neste ano, diferentemente do que a gente observou nos dez anos anteriores, veio uma crise em seis meses. Em seis, sete meses, bateu uma crise de preços – foi com soja, com milho, com leite e com trigo no presente; com a borracha estamos fazendo um esforço também de apoio à comercialização. O leite, Senador, aí talvez seja o maior calo hoje da preocupação de Governo.

Está aí o Gilson da Fazenda. Eu vejo que nós já fizemos algumas reuniões, ora liderados pelo Ministro Mauro Teixeira, ora liderados pelo Vice-Presidente Alckmin e, é claro, pelo Ministro Carlos Fávaro. Então, é uma preocupação que está disseminada em todo o Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As medidas que a gente já tentou fazer... Tentou não; foram feitas. Mexemos inclusive nas alíquotas de importação, não foi isso? Tinha uma redução, e elevamos as alíquotas de importação – isso para os países fora do Mercosul. Temos as regras do Mercosul, que às vezes não nos permitem ter uma medida retaliativa. Aí tem as formas... E acho que foi o senhor ou o Senador Jayme Campos que mencionou a questão das importações: que nem sempre os produtos podem não sofrer as fiscalizações que deveriam. A nossa defesa agropecuária se debruçou em cima disso, na questão da importação – há denúncia, mas nada confirmado ainda –, das reidratações. E o Mercosul teve uma elevação de importação de leite três a quatro vezes maior do que naturalmente acontece no primeiro semestre do ano. Então, gerou-se realmente isso.

Nós estamos agora estudando duas medidas que, segundo o setor de produtores de leite, podem ter impacto. Uma delas é a possibilidade de se fazer um pagamento direto aos pequenos produtores: ele vende a um determinado preço – digamos 100 –, e o Estado dá uma subvenção lá de 30 ou 20. Não está definido isso, mas estamos pensando no Orçamento – talvez tenha que ter uma medida provisória por conta disso –, justamente para tentar dar um suporte ao pequeno.

E outra coisa: tem um programa que nós chamamos de Leite Mais Saudável – acho que é esse o nome do programa –, que concede um crédito presumido mais elevado. O normal é 20%. Então, para quem está engajado nesse Programa Leite Mais Saudável, o crédito presumido é de 50% de que ele pode se beneficiar.

Então, na verdade, estamos pensando nas medidas. Nessa outra parte, seriam duas medidas que, segundo o setor, poderiam ter impacto. Então, isso está na pauta do dia. A gente se deita e se levanta pensando no leite, em como vamos sair disso aí, sabe?

E o trigo agora também está com problema. O senhor é do Paraná, como eu também sou – não tenho culpa, mas também sou do Paraná. Então, o trigo agora também está com problema. Nós vamos ter que dar um apoio. Estamos pensando no orçamento que já temos de 400 milhões para apoiar alguma coisa em torno de 1,5 milhão de toneladas nos estados que produzem trigo e onde a colheita já começou, sobretudo.

A borracha e o leite são questões que estão na pauta. E agora também a pecuária de corte. O milho já teve problema também, mas estamos administrando. Precisariam de intervenção também, mas não temos orçamento para isso.

Então, realmente, nesses primeiros oito meses do ano, a coisa ficou muito, muito mais complicada do que nós vivemos nos últimos dez anos nessa crise de preço. Mas não estamos ignorando o estado. O Ministro Fávaro tem se debruçado sobre isso com as suas equipes...

Opa, tudo bom?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Meu querido amigo, trabalhou comigo no Ministério da Agricultura. É um grande homem, um grande técnico. Boa tarde.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Bom, quero só fazer um relato. Alguém falou na questão de frigoríficos. A gente entende todas as colocações, das plantas, essa questão, mas, de qualquer maneira, é uma conquista.

Olhem aqui, nesses últimos meses, para bovinos, a liberação de plantas lá fora: Rússia, bovinos vivos, reprodutores e de reprodução; Indonésia, bovinos para engorda – isso é exportação, são mercados que foram liberados, agora, recentemente, para exportação –;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República Dominicana, carne, produtos cárneos e miúdos bovinos; Singapura, carne bovina processada; Egito, gelatina e colágeno; Singapura, língua bovina e – olha só que mau gosto – carne de cabeça... (*Risos.*)

Angola, embriões bovinos e bubalinos; México, carne bovina; Argélia, bovinos vivos; Chile, mucosa intestinal bovina; Panamá, sêmen bubalino.

Então, é uma pauta tão diversificada que até nos surpreendemos, às vezes, com o que nós estamos exportando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Cabeça foi... Aqui, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Singapura.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Acho que é.

Singapura: língua bovina e carne de cabeça. Falta chegar a carne de pescoço, não é? (*Risos.*)

Então, está se buscando lá fora, mas nós temos, de fato, esse conjunto de questões para ser equacionado.

Mas estamos debruçados nisso. É claro que parte depende, às vezes, de recurso orçamentário, depende de esforço nosso. Mas vamos lá. A ideia é superar o que temos de problema aí.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedo a palavra ao Prof. Luciano.

Na sequência, o Subsecretário Gilson Bittencourt.

O SR. LUCIANO VACARI (Para expor.) – Senador Moro, se o senhor me permite... (*Pausa.*)

Aqui está bom. Obrigado.

A questão do leite, Senador Moro e Senador Mourão, é questão de política pública. Não tem outra solução. O produtor de leite no Brasil, dadas todas as características de pequena propriedade, de pouca tecnologia, de mão de obra familiar, enfim, não vai conseguir sair dessa com as próprias pernas, por questões de mercado. Ou o Governo Federal ajuda de alguma forma, talvez com essa ideia que o Wilson trouxe de complementar o valor... Mas isso tem que ser, praticamente, como uma doação, porque, sob o ponto de vista mercadológico, a questão é insolúvel. Não tem jeito. Talvez, se se corrigir essa distorção da importação, se se calibrar o que está sendo importado, isso ajude, mas não vai resolver o problema. Infelizmente, a questão é assistencialista.

E o Senador Jayme trouxe um ponto extremamente importante: para se fazer os investimentos que precisam ser feitos, o pecuarista brasileiro precisa ter renda, Senador Alan, porque, se não tiver renda, ele vai simplesmente se endividar cada vez mais. Nós estamos discutindo aqui o endividamento do setor por conta de questões que aconteceram. Então, podem colocar as linhas que forem criadas à disposição que ele vai tomar essa linha, vai fazer o investimento, porque, no Brasil, o produtor rural ficou refém dos índices de produtividade... Hoje, é necessário, é imperativo que ele produza cada vez mais na mesma área para diluir os custos – não para ter renda maior, porque hoje ele não está tendo essa renda. Hoje ele não está tendo essa renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCIANO VACARI – Ele vai continuar endividado.

Então, ou discutimos questões pontuais emergencialmente e possibilitamos que o produtor chegue vivo ao outro ponto do ciclo ou, ano que vem, daqui dois anos, nós vamos estar discutindo de novo uma situação muito pior, muito pior.

A tecnologia é um produto exposto na prateleira. E o consumidor tem que ir lá, ter dinheiro para comprar e levar para casa. Hoje, ele não tem. Ele usa as linhas disponibilizadas no Manual de Crédito, no Plano Safra; pega esse dinheiro, se endivida e fica torcendo para ter uma recuperação. Fica comemorando o boi ter subido R$10 esta semana, sendo que caiu R$120, nos últimos 18 meses.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Secretário Gilson.

O SR. GILSON ALCEU BITTENCOURT (Para expor.) – Bem rapidamente, vou só complementar a questão que o Wilson colocou em relação à questão do leite.

Acho que, além da compra, do aumento da TEC, do aumento da fiscalização em relação à possível – ou não, porque são denúncias até agora não comprovadas – reidratação, o MDIC também está avançando em tentar verificar se Argentina e Uruguai estariam importando leite para exportar. Então, nós também estamos buscando essas informações.

Na questão da pecuária de leite, a gente tem um problema: não basta aumentar a produtividade; a gente tem uma diferença muito grande em relação a custo. A gente tem no leite, hoje – ou talvez nos últimos anos –, uma situação que a gente teve no café no passado, quando o preço mínimo girava em torno de R$300. Parte dos produtores de Minas tinham um custo de R$350; e os produtores do norte de Minas ou pegando já no Cerrado, parte da Bahia, com um custo de R$200. Quanto mais você elevava o preço mínimo, mais quem tinha o menor custo produzia e menos quem tinha o maior custo conseguia se sustentar.

No leite, hoje, a gente tem produtores que têm um custo de R$1,50; e tem produtores, uma quantidade grande, exatamente pela baixa escala, que tem um custo de R$2,50, R$2,30; R$2,40. Então, quanto mais você trabalha a questão de preço, mais você vai ter um segmento que vai estar aumentando a produtividade e a produção, porque está aumentando a rentabilidade; e um segmento que fica para fora desse processo.

Eu concordo que parte disso tem que ser – parte, não necessariamente vá se resolver completamente – com política que vai desde o associativismo à criação de linhas de leite, coisas com que você possa reduzir custo. Não adianta só aumentar a produtividade, até porque no leite, no Brasil, se a gente pegar os últimos cinco anos, a gente tem uma certa estabilidade. O mercado, o consumo praticamente se estagnou. Quanto maior a queda de renda, também há uma queda no consumo.

Então, não basta aumentar a produtividade e produzir mais. Tem que fazer isso com redução de custo, senão a gente nunca vai ser competitivo nem com a Argentina, nem com Uruguai, muito menos com o restante do mundo. Por mais que a gente consiga resolver esta questão do aumento, do aumento das importações, as importações hoje talvez cheguem a 9% – alguns falam entre 9% e 10% – do total do leite industrializado no Brasil. Ainda é um percentual pequeno, mas está influenciando em relação à questão de preço e jogando os preços, especialmente nas regiões mais fronteiriças, para baixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o desafio é: como você resolve uma questão emergencial, mas, ao mesmo tempo, consegue avançar numa questão mais estrutural, especialmente ganhando, insisto, não só produtividade, mas rentabilidade ou redução de custos, especialmente daqueles produtores de menor porte?

E não adianta: se a gente chegar hoje e dizer que um produtor de 50, amanhã, com tecnologia, vai produzir 200 ou vai produzir 2 mil... No final, você vai ter uma produção aumentada em dez vezes com um consumo estabilizado. Quem vai cair? Sempre aquele que tem o maior custo. E, hoje, na pecuária leiteira, a gente tem um grande número de produtores. Quando digo "hoje" é nos últimos 20 anos que esse processo vem se dando, às vezes de forma mais intensa, às vezes de forma menos intensa.

Passaram diferentes governos, mas esse é um processo em que podemos tentar fazer algumas questões, para segurar alguns produtores, mas, se não conseguirmos reduzir custo e virar competidor no mercado internacional, nós vamos estar sempre limitados ao próprio consumo brasileiro. E aí temos uma limitação e não adianta só aumentar a produção com aumento de produtividade.

Acho que esse é o ponto que eu gostaria de colocar, mas o Ministério da Fazenda, junto com o MDA e o Ministério da Agricultura, está acompanhando isso e estamos buscando alternativas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Do Banco da Amazônia, com a palavra, Roberto de Paula.

O SR. ROBERTO BATISTA SCHWARTZ MARTINS DE PAULA (Para expor.) – Também só gostaria de complementar e corroborar os diversos posicionamentos que a gente tem visto aqui. Acho que principalmente o que o Vacari falou é muito relevante.

O crédito *per se* não vai resolver. Se a gente não tiver, na outra ponta, uma estrutura de geração de renda para esse produtor, ele vai aumentar seu endividamento e, no final do outro ciclo, vai continuar sem ter condição de pagar.

Eu também concordo com o Vacari e muito com o Senador Jayme que a gente precisa ter métricas e condições diferentes para o médio, o grande, o micro e o pequeno. Não dá para colocar todo mundo na mesma cesta. E é muito em linha com essa condição que o banco define as suas condições de renegociação.

Hoje, as condições de renegociação para o pequeno têm prazos mais longos, amortização inicial menor, taxa de juros mantida. O pequeno acaba tendo uma condição... Não dá para dizer que é mais favorável porque, no momento, não dá para a gente usar esse tipo de adjetivo, mas a condição do pequeno é mais flexível do que a condição do médio e do grande. E isso não dá para ser diferente.

Talvez a gente ainda não tenha chegado ao nível ótimo e a gente continua buscando uma alternativa que atenda todos os produtores da nossa região, mas a gente precisa sempre ter um olhar um pouco mais específico, um pouco mais direcionado para aqueles produtores de menor porte, que são, em número, sempre a maioria, ainda mais na nossa região, que a gente conhece tão bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Consulto os Senadores se mais algum dos nossos membros do Colegiado deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Só gostaria de fazer um comentário sobre o que o Roberto falou agora.

Quero dizer o seguinte: Roberto, você sabe que, no passado – e o Congresso Nacional e o Senado ajudaram, votando leis –, muitos médios e grandes produtores se beneficiaram muito do dinheiro do Basa – uma coisa erradíssima, erradíssima! Eu vi lá atrás. Eu cheguei a comprar terra de produtor médio ou grande cuja dívida, em 2005, era de R$4,5 milhões e, três anos depois, o produtor pagou R$1,3 milhão.

Então, esse tipo de distorção – distorção! – que aconteceu com o FNO, com o FCO tem que acabar no Brasil. Por quê? Porque o bom pagador paga pelo mau pagador.

Agora, quando se trata da agricultura familiar, do pequeno produtor, do miniprodutor, do hortifrutigranjeiro, esse tem que ter um tratamento diferenciado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu agradeço, mais uma vez, a participação do Senador Bagattoli, a participação dos nossos convidados e dos nossos oradores.

Este debate tem como objetivo levantarmos soluções para o produtor rural brasileiro, principalmente aqueles que enfrentam a crise do leite e a crise do gado de corte, para que nós saiamos daqui com uma proposta plausível e executável.

Está nas mãos de V. Exas., Senadores, e de V. Sas. o nosso Projeto de Lei 4.507, que propõe exatamente medidas que o Governo pode adotar via medida provisória, para que tenha validade imediata, ou para que a gente consiga fazer a tramitação o mais rápido possível. E está aí com a relatoria aberta inclusive, Senadores, esta proposta, que eu reputo como muito importante, que vem ao encontro desta demanda, desta necessidade de socorrermos os produtores rurais brasileiros neste momento de crise.

Diante do nosso tempo, eu agradeço, mais uma vez, a participação de todos os nossos convidados, agradeço a disponibilidade do Governo e dos bancos de estarem debatendo conosco, no Senado, um tema de tanta relevância.

A proposta está na mesa para o Governo e para os bancos que também puderem avaliar essas linhas emergenciais, o prazo de carência e tudo mais.

Agradeço aos nossos Senadores que, de forma brilhante, conduziram as perguntas, os questionamentos e as contribuições para este importante debate.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Alan Rick e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Giordano, Ivete da Silveira, Mauro Carvalho Junior, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Augusta Brito, Teresa Leitão, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Romário, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Carlos Viana, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1440, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece área de semiárido; altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para estender a área de abrangência do Benefício Garantia-Safra aos Municípios que especifica; e cria o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Norte e do Noroeste Fluminense." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3882, de 2019 - Não Terminativo - que: "Autoriza a reabertura do prazo de que trata o art. 4º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, por doze meses, a partir do início da vigência dos efeitos desta Lei, para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3737, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para definir o limite individual anual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar e dá outras providências." Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG). Relatoria: Senadora Tereza Cristina. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com as Emendas 1-CRA a 3-CRA. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 212, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para aumentar o percentual de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, que deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 563, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2008, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para dispor sobre a prevenção e o combate à violência no campo." Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Segurança Pública para prosseguimento da tramitação. ITEM 6 - Projeto de Resolução do Senado n° 73, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui o Prêmio Alysson Paolinelli, a ser conferido anualmente pelo Senado Federal a pessoas físicas ou jurídicas que se destaquem por iniciativas e práticas de produção sustentável de alimentos e que contribuam para a segurança alimentar no Brasil." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1533, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 98 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o uso das faixas de domínio ao longo das rodovias." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Wilder Morais. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3594, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei n° 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, define o vinho como alimento natural e dá outras providências" Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e cinco minutos. Usam da palavra os Senadores: Romário, Tereza Cristina, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Wilder Morais, Hamilton Mourão, Luis Carlos Heinze e Alan Rick Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Alan Rick
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de oito itens não terminativos, conforme a pauta previamente divulgada.

ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1440, DE 2019
- Não terminativo -

Estabelece área de semiárido; altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para estender a área de abrangência do Benefício Garantia-Safra aos Municípios que especifica; e cria o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Norte e do Noroeste Fluminense.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 26.09.2023, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao Projeto.

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Autoria: Deputado Federal Wladimir Garotinho.

Concedo a palavra ao Senador Romário para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Boa tarde, Presidente, Senador Alan Rick. Boa tarde a todas as Senadoras e aos Senadores desta Comissão.

Digo que é um prazer poder estar aqui hoje relatando um projeto de grande importância e relevância para o Brasil, principalmente para o meu Estado do Rio de Janeiro, pelo qual a gente está aqui, beneficiando mais de 15 cidades do norte e noroeste.

É importante dizer também que isso não implica nada contra outras cidades ou contra outros estados. Esse projeto nada mais é, para resumir, que a criação de um fundo somente com recursos privados, ou seja, não tem nenhum tipo de recurso público. Então, o Governo pode ficar tranquilo, porque o Rio de Janeiro, mais uma vez, não dará nenhum tipo de prejuízo ao Erário público.

Vem ao exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o PL nº 1.440, de 2019, do Deputado Wladimir Garotinho, que "estabelece área de semiárido; altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para estender a área de abrangência do Benefício Garantia-Safra aos Municípios que especifica; e cria o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Norte e do Noroeste Fluminense".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Justificação, o autor originalmente argumenta que os municípios citados integram a mesorregião geográfica norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro, que possuiria características climáticas transitórias e entraves inalteráveis para a produção agrícola, com índices pluviométricos baixíssimos, cujo regime vem sofrendo diminuição drástica, o que contribui negativamente para o desempenho das atividades agrícolas, especialmente, pois que dependem de recursos hídricos para a sua execução, que tornam o seu clima idêntico ao da região do Semiárido.

Análise.

Quanto ao mérito, destaco que o autor do PL nº 1.440, de 2019, anexou à proposição estudo científico do Professor José Carlos Mendonça, do Setor de Agrometeorologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, em que constata que "os padrões climáticos do território são contrastantes e com índices pluviométricos baixíssimos, cujo regime vem sofrendo diminuição drástica, o que contribui negativamente para o desempenho das atividades agrícolas, especialmente, pois que dependem de recursos hídricos para a sua execução".

A criação de um fundo contábil com o intuito de destinar recursos para atividades produtivas visando ao desenvolvimento da Mesorregião Geográfica Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, e o estabelecimento das mesorregiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro como áreas que apresentam entraves inalteráveis para a produção agrícola são, portanto, medidas inadiáveis para direcionar políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento.

Pelas razões expostas, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, somos pela aprovação do PL nº 1.440, de 2019, e conto com o voto de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Romário, pela leitura do relatório.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. Está aberta a discussão, Senadora Tereza, Senador Bagattoli, Senador Hamilton Mourão, Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, eu encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório do Senador Romário.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Romário, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para o prosseguimento da tramitação.

Parabenizo o Senador Romário e lhe concedo a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado aos nobres pares. Não esperava outro resultado a não ser a aprovação.

Quero dizer aos nossos Srs. Deputados e às nossas Sras. Deputadas que estamos aqui dando a oportunidade de uma melhora de vida a mais de 15 cidades do meu Estado do Rio de Janeiro, do norte e do noroeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Romário. Parabenizo-o, mais uma vez, pela aprovação de matéria importante para os municípios do norte e do noroeste do Estado do Rio de Janeiro.

Próximo item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
PROJETO DE LEI Nº 3737, DE 2021
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para definir o limite individual anual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar e dá outras providências.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à nobre Relatora, a Senadora Tereza Cristina, para proferir a leitura de seu relatório.

Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Alan Rick. E aqui parabenizo o Senador Carlos Viana pelo projeto do qual sou Relatora. Fiquei muito feliz em relatar um assunto que é tão importante, tão caro, que é o teto para a agricultura familiar.

Compete a esta Comissão... Eu gostaria de já ir direto à análise do projeto. Compete a esta Comissão, nos termos dos incisos IV e VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, opinar em assuntos correlatos às áreas de agricultura familiar e segurança alimentar, e comercialização.

Os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão tratados terminativamente pela CE (Comissão de Educação).

Quanto ao mérito, consideramos importante a iniciativa do PL de garantir em lei o valor mínimo por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou o instrumento legal que venha a substituí-la, bem como o reajuste periódico deste valor. Essa medida obrigará o Governo Federal a alocar os recursos necessários e suficientes para benefício dos agricultores familiares.

Pelo Censo Agropecuário 2017, são 3,89 milhões os estabelecimentos agropecuários enquadrados como de agricultura familiar, de um total de 5,07 milhões de estabelecimentos, mas o número de beneficiários registrados no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), instituído pelo Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que está substituindo a DAP, pode ser diferente e ainda maior, pois o cadastro é feito por Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), e não por estabelecimento agropecuário, sendo conceitos diferentes.

A atualização monetária do valor limite para compras, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), é necessária. Cumpre destacar, no entanto, que a Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), que altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Pnae, já estabeleceu que o limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R$40 mil por DAP Familiar/ano/entidade executora.

O estabelecimento de um valor máximo de R$50 mil poderia pressionar a capacidade do FNDE em promover a ampliação do número de agricultores familiares que seriam beneficiados com as compras institucionais do Pnae. Nesse momento, importa lembrar que está aguardando análise desta Comissão o relatório apresentado pela Senadora Teresa Leitão pela aprovação do PL nº 2.005, de 2023, de autoria do Senador Beto Faro, que também propõe o acréscimo de um §3º ao art. 14 da Lei 11.947, de 2009. Pelo §3º deste PL, "os órgãos locais executores do Pnae comunicarão às entidades de representação legal dos trabalhadores rurais, nos Municípios, a dispensa do percentual de aquisição de gêneros alimentícios junto aos agricultores familiares pelas razões previstas no §2º do art. 14", que são: "[...] I - impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente; II – inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios; e III - condições higiênico-sanitárias inadequadas".

Consideramos boa a proposta, mas ponderamos que o termo "trabalhadores rurais", não presente na lei, deva ser substituído por "agricultores familiares e dos empreendedores familiares rurais".

O PL nº 2.005, de 2023, propõe ainda um §4º ao art. 14 da lei vigente, dispondo que "em prazo a ser definido pelo FNDE, que não prejudique os fluxos regulares de aquisição e distribuição dos produtos, as entidades de que trata o §3º poderão, nos termos do Regulamento, contestar a decisão pela dispensa da aquisição de alimentos junto à agricultura familiar, provocando a sua eventual reconsideração pelos órgãos gestores do Pnae".

Entretanto, há pouco foi publicada a Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023. Oriunda do PLS nº 680, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, a proposição tramitou na Câmara dos Deputados como PL nº 6.856, de 2013, que enfim foi aprovada e encaminhada em 09/08/2023 para a sanção presidencial. A lei publicada alterou o *caput* do art. 14 da Lei nº 11.947, de 2009, para incluir os grupos formais e informais de mulheres agricultoras familiares ou empreendedoras familiares rurais entre as prioridades na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Pnae. A Lei nº 14.660, de 2023, incluiu ainda o §3º no referido art. 14, para determinar que, quando comprados de família rural individual, a aquisição dos gêneros alimentícios será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% do valor adquirido.

Recebemos manifestação do Ministério da Educação, propondo que fosse alterada a proposta de §§ 3º e 4º ao art. 14, do PL nº 3.737, de 2021, para instituir apenas que o limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural, de que trata a Lei nº 11.326, de 2006, para a alimentação escolar seja revisado bianualmente e reajustado, no mínimo, pelo IPCA, vedada a sua redução.

Concordamos com essa proposta, por simplificar o objetivo do PL nº 3.737, de 2021, e orientar em lei o FNDE quanto ao índice de correção monetária a ser utilizado e a periodicidade de sua aplicação, para o reajuste do limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural. Estabelecer na lei vigente um valor nominal implicaria a apresentação periódica de projetos de lei para reajustar esse valor. Com a emenda sugerida pelo Governo, é possível esse reajuste ser automaticamente implementado pelo FNDE. No entanto, estamos propondo que a o reajuste bianual seja a periodicidade máxima, podendo assim o FNDE instituir atualização anual, se assim pretender e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerar pertinente, o que pode ser importante para proteger os agricultores familiares em situações de alta da inflação.

No entanto, para compatibilizar o texto da Lei nº 11.947, de 2009, recém alterada, as propostas contidas no PL nº 2.005 de 2023 e a emenda do Ministério da Educação, é necessária apresentação de emendas ao PL nº 3.737, de 2021, que atualizem corretamente a ementa do PL e a numeração de dispositivos a serem propostos.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do PL nº 3.737, de 2021, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº - CRA

Dê-se à ementa do PL nº 3.737, de 2021, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para prever índice e periodicidade de sua aplicação no reajuste do limite individual de venda anual para a alimentação escolar do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural, e para tratar da dispensa do cumprimento de percentual de aquisição de gêneros alimentícios."

EMENDA Nº - CRA

Dê-se ao art. 1º do PL nº 3.737, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para definir o índice e a periodicidade de reajuste do limite individual de venda anual para a alimentação escolar do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural, de que trata a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006."

EMENDA Nº - CRA

Dê-se ao art. 2º do PL nº 3.737, de 2021, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

'Art. 14. .....

.....

§ 4º O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural, nos termos do art. 3º da Lei n° 11.326, de 24 de junho de 2006, para a alimentação escolar deverá ser revisado no máximo bianualmente, e ser reajustado, no mínimo, pelo IPCA, vedada a sua redução.

§ 5º Os órgãos locais executores do PNAE comunicarão às entidades de representação legal dos agricultores familiares e dos empreendedores familiares rurais nos municípios a dispensa do percentual de aquisição de gêneros alimentícios pelas razões previstas no § 2º deste artigo.

§ 6º Em prazo a ser definido pelo FNDE, que não prejudique os fluxos regulares de aquisição e distribuição dos produtos, as entidades de que trata o § 5º poderão, nos termos do Regulamento, contestar a decisão pela dispensa da aquisição de alimentos junto à agricultura familiar, provocando a sua eventual reconsideração pelos órgãos gestores do PNAE.'"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, é um projeto superimportante para a agricultura familiar. Esse valor ficou, muitos anos, inalterado – foi alterado, se não me engano, em 2020, para R$40 mil o valor máximo – e hoje esse valor fica como um piso, para que o FNDE possa, todo ano ou bianualmente, usando o IPCA, fazer o aumento desses valores sem ter que ter um outro projeto de lei.

Então, eu acho que é um projeto muito bem-vindo para a agricultura familiar. Ele é muito bom para todos os lados: tanto para quem produz, quanto para quem adquire, como para as crianças, que na escola vão receber alimentos de boa qualidade. E isso tem criado uma cultura nos municípios de fornecimento periódico de produtos para alimentação escolar de boa qualidade, melhorando a qualidade nutricional da merenda escolar. Então é um projeto muito bem-vindo.

Eu parabenizo aqui o autor do projeto, o Senador Carlos Viana, e eu espero que ele possa passar nesta Comissão, ir para a sanção e ser implementado o mais rapidamente possível, porque é um projeto de ganha, ganha; ganham os agricultores, ganha a educação e ganha a qualidade dos alimentos das crianças, da merenda escolar dos pequenos brasileiros. Alguns têm essa merenda, às vezes, como uma única alimentação por dia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Parabenizo a Senadora Tereza Cristina pelo brilhante relatório, inclusive pela pauta da melhoria da merenda escolar, da aquisição dos produtos da agricultura familiar através do Pnae. Inclusive, os produtos da nossa indústria leiteira, dos nossos produtores de leite, são pauta hoje do grande debate brasileiro.

O relatório da Senadora Tereza Cristina vem ao encontro das demandas do Brasil e, obviamente, visa a melhoria do pagamento dos nossos produtores da agricultura familiar, que agora dependem desse reajuste anual ou bianual pelo IPCA.

Uma merenda escolar de qualidade, com valor nutricional, como preconiza a própria Organização Mundial de Saúde, é a garantia de que as crianças, além de estarem bem nutridas, vão aprender, porque, para aprender, precisam estar bem nutridas.

Parabéns, Senadora.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente Alan Rick. Eu quero parabenizar aqui o Senador Carlos Viana por esse projeto de lei e dizer para você, Senadora Cristina, que eu acho que é um valor até baixo – R$40 mil – para a agricultura familiar. Seria um valor baixo, mas, que nem se fala aí no projeto, é para nós é não pressionarmos o Governo.

Essa correção pelo IPCA está corretíssima. É um projeto que beneficia, porque a agricultura familiar beneficia todos os produtores rurais da agricultura familiar de todos os municípios do Brasil. Então, é bem-vindo esse projeto.

Parabéns ao Senador Carlos Viana, parabéns aos produtores da agricultura familiar que vão ser beneficiados e parabéns também para a educação, cuja alimentação chegará na hora certa e beneficiará a todos.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço, Senador Jaime Bagattoli.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Só complementando aqui o que o Senador Jaime Bagattoli colocou. Eu também acho que R$40 mil por ano, por CPF, é pouco, mas isso é um piso hoje. É uma realidade um pouco diferente do que acontecia no passado, quando se ficava vários anos na dependência de o FNDE querer aumentar ou poder aumentar ou não. Hoje isso é um piso, não é?

Nós tínhamos, inclusive, pensado em R$50 mil já, mas isso é um piso que pode, bianualmente, ser corrigido pelo IPCA e ir chegando aí a valores maiores.

Eu espero que o FNDE use, cada vez mais, os produtos da agricultura familiar, porque gira a economia local também, faz com que a economia local possa girar e esses produtores possam receber mensalmente uma renda, que acontece, e não só dependam do leite hoje, porque nós estamos aí com sérios problemas com o setor.

Depois, eu acho que nós temos até que conversar, porque é um assunto que está inquietando toda a cadeia do leite brasileira, não é? Eu tenho recebido muitas ligações. Tenho pensado muito sobre esse assunto, em como ajudar, mas, infelizmente, enquanto as importações continuarem a chegar ao Brasil, em uma quantidade enorme... Estão despejando leite – vamos usar a palavra do leite, que é despejar o leite – em pó no Brasil, criando aí esse problema tão sério para o produtor de leite brasileiro, que são milhões.

Acho que no Brasil, Senador Alan Rick, onde nós temos aí cinco mil e muitos, quase seis mil municípios – cinco mil, setecentos e muitos municípios –, há 30 municípios que não tenham essa atividade leiteira. Todos os outros têm, e a gente sabe que a grande maioria são pequenos produtores de leite. E hoje a gente tem notícias de que não estão indo nem buscar o leite nas propriedades, porque não tem mais... o custo não compensa mais.

Então, aqui fica também o nosso protesto aí, porque precisamos... O Governo tem que olhar para esse setor, tem que achar uma solução para um setor tão importante e tão grande dentro da nossa economia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu quero agradeço, Senadora Tereza.

Só para dar o número certinho: são 5.568 municípios no país. É muita coisa!

Indago aos Senadores se algum Parlamentar deseja discutir mais a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório da Senadora Tereza Cristina.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, desta Comissão.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para o prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabenizo a Senadora Tereza Cristina pelo relatório e o Senador Carlos Viana pela autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4
PROJETO DE LEI Nº 212, DE 2022
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências, para aumentar o percentual de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, que deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima, para proferir a leitura do seu relatório.

Senadora.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Boa tarde, Exmo. Sr. Presidente, Alan Rick, Srs. Senadores e Sras. Senadoras,

Vem para o exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei 212, de 2022, de autoria do valoroso Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Peço a dispensa da leitura do relatório e passo à leitura da análise e do voto.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Dispensa concedida.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI) – O PL é meritório e fundamenta-se no dispositivo constitucional do art. 6º, que estabelece a alimentação como um direito social. Ademais, está alinhado à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a qual estabelece que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, levando em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais. Do mesmo modo, se coaduna com os dispositivos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Importante mencionar que a agricultura familiar, conforme demonstrou o Censo Agropecuário 2017, realizado pelo IBGE, produz quantias significativas de milho, mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, mamona, fruticulturas e hortaliças. Nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão, entre outras. De acordo com o Censo Agropecuário citado, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Assim, é possível verificar que há capacidade de abastecimento e de entrega de produtos alimentícios pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há de se lembrar, também, que são objetivos complementares da Pnae dinamizar a economia local, contribuindo para geração de emprego e renda, bem como respeitar os hábitos alimentares e vocação agrícola locais, de modo que a proposição avança para a consecução de tais propósitos. Neste sentido, a agricultura familiar é capaz de produzir os alimentos típicos de uma região, bem como tende a se concentrar na produção e comercialização de alimentos *in natura*, como frutas, verduras e legumes, os quais ajudam na boa nutrição dos estudantes.

Por fim, cabe salientar o papel que Pnae e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) possuem na criação de mercados locais e na integração de agricultores familiares nas cadeias produtivas curtas (locais). Muitos desses agricultores foram integrados aos mercados locais justamente por causa do PAA e do Pnae, de modo que passaram a se organizar em associações e cooperativas por causa de uma demanda cativa criada pelas compras públicas desses programas e que, a partir daí, puderam ter capacidade, com o passar do tempo, de vender em outros canais de distribuição e alcançar parcela ainda maior da população.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PL nº 212, de 2022.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço à nobre Senadora Jussara Lima pelo relatório.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório da Senadora Jussara Lima.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação.

Parabenizo mais uma vez a Senadora Jussara Lima pelo relatório e pela aprovação unânime na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Parabéns, Senadora!

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 563, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2008, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, para dispor sobre a prevenção e o combate à violência no campo.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Segurança Pública para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, considerando que o parecer já está disponível a todos os Parlamentares, Presidente, eu peço a sua anuência para que possa fazer direto a análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes à política fundiária e assuntos correlatos, nos termos dos incisos II e XXI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal. Uma vez que a apreciação terminativa da matéria cabe à CSP, a presente análise ater-se-á ao mérito do PL nº 563, de 2022.

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra, foram registradas, em 2022, 2.018 ocorrências de conflitos no campo, que envolveram 909,4 mil pessoas, números esses que seriam inferiores apenas aos do ano de 2020. É importante ressaltar que esse número computa apenas casos de violência que acontecem no âmbito rural e que tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou, ainda, defesa de direitos por trabalhos realizados no campo.

Sabemos que o meio rural padece de uma série de crimes para além daqueles relacionados aos conflitos fundiários, tais como crimes patrimoniais de furto ou roubo veículos, equipamentos agrícolas, produtos das lavouras ou animais de rebanho, muitas vezes cometidos com emprego de violência. É necessário, no entanto, dar visibilidade ao problema da criminalidade no meio rural.

Estudo conduzido pelo Observatório da Criminalidade no Campo, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, verificou a pouca disponibilidade de dados consistentes sobre os crimes ocorridos em propriedades rurais e a necessidade de se combater a violência no campo em todas suas vertentes, ou seja, independentemente de se relacionar a conflitos fundiários.

O projeto em análise, basicamente, acrescenta a sistematização e o compartilhamento de informações sobre violência no campo à lista de diretrizes da PNSPDS, bem como entre seus objetivos. Inclui também os dados de violência no campo no Sinesp e adiciona a integração de informações sobre violência no campo via Sinesp como meio de integração e coordenação dos órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

Podemos verificar, além disso, que a proposição aperfeiçoa a redação do inciso VIII do art. 5º, do inciso X do art. 6º, do inciso VI do art. 10 e do inciso III do art. 36, todos da Lei 13.675, de 2018, para que esses dispositivos também façam referência ao compartilhamento de informações relativas à rastreabilidade de armas e munições, de material genético e de digitais. Essa alteração traz coerência entre a redação desses dispositivos e o escopo de informações abrangidas pelo Sinesp, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 8º dessa mesma lei.

As alterações propostas pelo PL nº 563, de 2022, aperfeiçoam, portanto, a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, trazendo maior atenção para os crimes relacionados ao campo, permitindo uma melhor sistematização dessas informações, o que certamente proverá subsídios para o combate à violência no campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A medida, a nosso ver, vai ao encontro de uma das propostas apresentada pela CNA no estudo supracitado, no sentido de se incluir, no Sinesp, uma tipologia específica regionalizada e mais detalhada possível das ocorrências criminais mais comuns em áreas rurais, visando à padronização e disponibilização das informações.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 563, de 2022.

Sr. Presidente, eu queria fazer só uma consideração aqui. Eu já tive oportunidade, no mandato anterior, de ser o autor do Projeto de Lei nº 224, de 2017, que assegurava aos homens e às mulheres do campo o direito à arma de fogo, não só à posse, como porte estendido também dentro da sua propriedade.

E agora, também nessa nova Legislatura, apresentei um novo projeto que aumenta as penas relacionadas à invasão de terras do homem do campo, que está gerando violência em todo o nosso Brasil.

Então, quero agradecer a oportunidade, parabenizar o nosso Senador Marcos do Val e dizer do importante projeto para o nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Parabenizo o Senador Wilder Moraes pelo relatório; tema importantíssimo que é a segurança no campo, o combate à violência, aos ataques que os nossos produtores rurais – muitos deles, pequenos produtores – sofrem em suas propriedades.

Está aberta a discussão.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, queria cumprimentar o autor do projeto, o Senador Marcos do Val, e o brilhante relato aqui do meu amigo Senador Wilder Moraes, que conhece do assunto, sofre com o assunto também.

É um problema sério no meu Estado, no Rio Grande do Sul, essa questão do abigeato; é algo que é recorrente. E compete a nós aqui, dentro do Congresso, em particular no Senado, não só legislar, mas fiscalizar para que isso efetivamente não ocorra, porque nós estamos vendo a violência explodir no nosso país, com a narcoguerrilha mantendo verdadeiras áreas liberadas não só naquela que é a vitrine turística do país, que é a cidade do Rio de Janeiro, como na Amazônia, e o recrudescimento da violência na Bahia.

E agora o Governo lança um plano, que é uma fantasia, e aqui uma das grandes fantasias é que eles vão prender mil marginais utilizando inteligência artificial e *drone*, viu, Bagattoli? Eu queria saber como é que esse *drone* vai entrar lá, dentro da favela, combater os indivíduos que estão com arma de guerra e capturá-los. Quando eles conseguirem me provar que isso ocorre, eu vou bater palma.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a palavra, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero aqui, Presidente, parabenizar o Senador Marcos do Val, o Relator, Senador Wilder Morais, e dizer para vocês que, quanto ao maior exemplo do que está acontecendo no campo, é só nós vermos o que aconteceu agora, no final de semana, com o pai do nosso Presidente da FPA, Pedro Lupion: estava na sua fazenda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava lá no seu sítio, foi atacado por um marginal; ninguém sabe ainda direito o que aconteceu, a gente não se inteirou sobre o caso lá.

Mas quero dizer para vocês: é roubo de defensivos, são ataques violentos. Existem hoje muitos municípios que têm uma patrulha. Presidente Alan Rick, há muitos municípios que eu visitei já no Brasil – principalmente aqui no Goiás, no Mato Grosso; está se ampliando agora lá no Estado de Rondônia também –, com essas patrulhas dentro do próprio município, em uma linha direta com o produtor rural, para ajudar nesse patrulhamento dessas questões que acontecem de violência lá no campo. E você sabe que a única forma de o produtor rural se defender é ter uma arma lá registrada, legalizada. Ele precisa ter uma arma dentro da sua propriedade para poder se defender num eventual caso desse.

Parabéns ao Marcos do Val por essa iniciativa!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Cumprimento os nobres Senadores pelo debate.

Este é um tema recorrente no campo, no Brasil. Em todos os estados brasileiros, nós vemos manifestações dos produtores rurais, pecuaristas, não só pelo roubo de gado e outros crimes, mas pelas invasões à mão armada, sequestros relâmpago, produtores que são mantidos em cativeiro privado dentro de casa. Quanto a esse fato relatado aqui pelo Senador Jaime Bagattoli sobre o pai do nosso Deputado Pedro Lupion, Abelardo Lupion, que foi feito refém de criminosos, isso acontece no Brasil inteiro. Então, o projeto é muito importante, permite essa sistematização de compartilhamento de informações dentro do Plano Nacional de Segurança Pública e fortalece o combate. É importante que os governos estaduais tenham apoio do Governo Federal, do Ministério da Justiça para as patrulhas rurais, para as patrulhas que vão fazer o policiamento dentro da zona rural, porque hoje... Antes, no campo, a gente tinha uma paz, uma tranquilidade; hoje, não é mais assim. Então, é muito importante.

Parabenizo, mais uma vez, o Senador Wilder Morais pelo relatório; o Senador Marcos do Val pelo projeto.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Wilder Morais, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Segurança Pública para o prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabenizo, mais uma vez, o Senador Wilder pela aprovação.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1533, DE 2023

- Não terminativo -

Altera o art. 98 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o uso das faixas de domínio ao longo das rodovias.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Wilder Morais

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Autoria: Deputado Federal Misael Varella.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, considerando que o parecer também já está disposto para todos os Parlamentares, eu peço a sua anuência, Presidente, para que a gente vá direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Concedida.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Compete à CRA a apreciação de proposições pertinentes ao uso e conservação do solo na agricultura e concessão de terras públicas com área superior a 2,5 mil hectares, conforme dicção do art. 104-B, incisos VIII e XII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por não se tratar de matéria terminativa, nesta oportunidade, cabe à CRA manifestar-se quanto ao mérito do PL n° 1.533, de 2023.

Em síntese, abro aspas, as "faixas de domínio" são compostas da pista de rolamento e faixas laterais de segurança. Em adição, existe uma área de limitação administrativa para construção conhecida como "área não edificável", nos termos do inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que trata sobre o parcelamento do solo urbano, inclusive rodovias e ferrovias.

Atualmente, o art. 98 original, da Lei nº 8.171, de 1991, autoriza ao Poder Executivo outorgar concessões remuneradas de uso, pelo prazo máximo de até 25 anos, sobre as faixas de domínio das rodovias federais, para fins exclusivos de implantação de reflorestamentos, obedecidas as normas específicas sobre a utilização de bens públicos e móveis, constantes da legislação pertinente.

Portanto, a Lei Agrícola autoriza o uso das faixas de domínio para implantação de reflorestamento, mas não para plantio de cultivo anual. De fato, o Projeto de Lei ataca uma forte contradição da legislação vigente. O uso dessas áreas para manejo florestal pode, em alguns casos, ser menos apropriado do que a expansão de uma cultura de milho, por exemplo. Esta última cultura não traz qualquer risco ao sistema viário.

De outra parte, entende-se que o plantio florestal vulnerabiliza a segurança dos condutores na medida em que eventual acidente pode ter severas consequências, haja vista o porte das árvores de reflorestamento, que tendem a ter forte rigidez e resistência a impactos físicos.

Ante essa reflexão, decidimos propor a exclusão da possibilidade de reflorestamento em faixas de domínio.

O relevante, nesse contexto, é que seja atendida também a legislação específica. Em consequência, a expansão da concessão para a implantação de lavouras de culturas anuais mostra-se medida plenamente compatível com a segurança viária dos motoristas e transeuntes, e apta a promover desenvolvimento e ganhos econômicos ao poder concedente e ao produtor rural.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL nº 1.533, de 2023, com a emenda apresentada, que está disponível a todos os Parlamentares.

Presidente, nessa matéria que chegou para nós, na nossa relatoria, nós fizemos um trabalho e também uma audiência, tanto com a ANTT quanto com o Dnit. Hoje, nas faixas de domínio de todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rodovias federais, o projeto dizia para ter um reflorestamento. E nós temos alguns problemas com isso. Primeiro, que não é apropriado, porque em um acidente em que um veículo tenha que sair, ele vai...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Vai dar de cara na árvore.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Exatamente. Sem contar ainda que não só também esse reflorestamento autorizado; você teria que indenizar caso você tenha que fazer hoje, passar um gasoduto, mineroduto ou qualquer outra coisa nesse sentido, que já é uma faixa de domínio que já está licenciada.

Então, o nosso relatório é pela aprovação, e a gente entende que isso vai ao encontro das necessidades, até para a ampliação das nossas rodovias, no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Wilder Morais pela leitura do relatório.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – É muito bem válida essa autoria da Câmara dos Deputados. Parabéns ao Senador Wilder Morais, que foi o Relator.

Quero dizer para vocês que quem tem conhecimento... A rodovia federal tem 100m de domínio do centro da faixa, 50m para a direita, 50m para a esquerda.

Há muitos lugares no Brasil – viu, Wilder? – em que você pode plantar soja até na beira da rodovia...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Rio Grande do Sul.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... desde que o Dnit não perturbe.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Planta até na beira da rodovia.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque, na verdade, é o seguinte: isso mantém a rodovia, a faixa de domínio limpa, evitando incêndio e muita coisa. O produtor já tem a área dele, que vai até ali, e ele já planta dentro do domínio.

Então, isso é muito bem-vindo. Agora, a questão de reflorestamento, Wilder, realmente, se você vir... Simplesmente, você vai para o Norte, vai para o Mato Grosso, para Rondônia, você já vê o problema, que é onde cruzam as rodovias dentro de mata, mata virgem – dentro de mata virgem. Imaginem o perigo que é, com as árvores ali em volta da rodovia, como, por exemplo, eucaliptos plantados – e a maioria das rodovias hoje tem eucalipto até bem próximo do acostamento.

Parabéns pelo projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o relatório do Senador Wilder Morais, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, e da Emenda nº 1, da CRA.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura para o prosseguimento da tramitação.

Quero convidar o Senador Jaime Bagattoli para assumir a Presidência, para que eu possa fazer a leitura do nosso relatório ao Projeto de Lei 3.594, de 2022.

Senador Jaime Bagattoli, assuma aqui a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3594, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, define o vinho como alimento natural e dá outras providências

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Relatoria: Senador Alan Rick, União Brasil do Acre.

Concedo a palavra ao Senador Alan Rick para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Agradeço, Senador Jaime Bagattoli, Presidente, e solicito a V. Exa. ir direto à análise do voto.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Concedido.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – No mérito, cabe destacar que o vinho é um alimento produzido a partir da fermentação natural de uvas, sem a adição de produtos químicos nocivos ou ingredientes artificiais. Sua composição é rica em antioxidantes, polifenóis e outros componentes benéficos à saúde, o que o coloca em uma categoria única de produtos alimentícios. Além disso, o vinho tem sido parte integrante da dieta e da cultura de diversas civilizações ao longo da história.

Ao classificar o vinho como alimento natural, o projeto moderniza a legislação, alinhando-a com as práticas internacionais e promovendo o desenvolvimento sustentável do setor. Tal reconhecimento é fundamentado no crescente impacto econômico extremamente positivo dessa indústria no Brasil, bem como na sua importância para a cultura e a identidade do País.

O mercado de vinho no Brasil tem experimentado um crescimento significativo nas últimas décadas. O país se tornou um dos principais mercados produtores e consumidores de vinho no mundo, com um aumento constante no consumo *per capita*.

A diversidade de vinhos produzidos localmente e importados reflete a crescente apreciação dos consumidores brasileiros pelo produto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante mencionar que o Brasil é o 14º maior produtor de vinhos do mundo, embora o país seja o 7º mais populoso, e, ainda que a chamada dieta mediterrânea, que comprovadamente aumenta a longevidade, contenha vinho em seu cardápio e que a bebida tenha antioxidantes que preservam a saúde cardíaca – o consumo *per capita* do brasileiro é ainda de cerca de 2 litros por ano. Em contraste, a população de países como Portugal, França e Itália consome, respectivamente, 52, 47 e 46 litros *per capita* por ano. Mesmo em nossa região, na Argentina e no Uruguai, o consumo *per capita* é de 24 litros, e, no Chile, 22.

O setor vitivinícola brasileiro desempenha ainda um papel significativo na geração de empregos. O balanço consolidado mais recente da União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra) revela que, em 2018, Senador Heinze, havia 1,1 mil vitivinícolas cadastradas no Ministério da Agricultura, com estimativa de geração de 200 mil empregos diretos. De acordo com a entidade, cada hectare de vinhedo implantado gera um emprego direto e dois indiretos somente na produção, sem contar o restante da cadeia produtiva, que envolve distribuidores, varejistas e setores de hospitalidade, com destaque para o crescente segmento do enoturismo.

No entanto, aproximadamente 80% dos vinhos finos vendidos no Brasil vêm de fora, e o tratamento dispensado por outros países ao vinho, em sua legislação – tanto ao considerar o produto um alimento como em aspectos tributários –, os coloca em condições de vantagem competitiva em relação ao Brasil, o que traz prejuízos ao produtor local, com impacto significativo na economia e na geração de empregos e renda.

A classificação do vinho como alimento natural fortalecerá esse setor, estimulando investimentos, aumentando a demanda por trabalhadores e apontando para uma possível reconfiguração tributária que seja mais adequada às suas características. Ainda que um possível ajuste de alíquotas não seja automático a partir da redefinição do produto, ela é importante para tal discussão. Assim, se faz necessário que o vinho esteja corretamente classificado na lei de acordo com suas propriedades intrínsecas.

Nessa seara tributária, é fundamental informar que, no Brasil, sobre o vinho incidem o ICMS, o IPI, o PIS e a Cofins. A soma de tais tributos chega a alíquotas que ultrapassam as alíquotas da maioria dos países e regiões do mundo. Para se ter uma ideia, no estado mais populoso do país, São Paulo, a alíquota sobre o vinho alcança 43%, sendo 25% de ICMS, mais 2% de contribuição para o fundo estadual, 6,5% de IPI, e 9,25% de PIS-Cofins. Em contraste, quando o brasileiro viaja para Nova lorque, nos Estados Unidos da América, paga apenas 8% de imposto sobre o vinho, já somados o Imposto sobre Valor Agregado, mais os impostos específicos estadual e federal sobre bebida alcoólica. Na Flórida, 16%. Em Portugal, a alíquota total é de 13%. Na Alemanha, 19%. Na França e na Espanha, 21%, e 22% na Itália. Na África do Sul, também grande produtor, é 23%; na Nova Zelândia, 27%, e, na Austrália, 29%. Essa carga tributária desproporcional incidente sobre o vinho no Brasil inibe seu consumo, o que se traduz em repressão da demanda e, consequentemente, menor atividade agrícola e menor renda para o homem do campo.

Em resumo, a correta definição do vinho como alimento natural visa a corrigir uma deficiência na legislação existente, caracterizando corretamente o produto. Portanto, conclui-se que o projeto de lei é meritório e inova o ordenamento jurídico brasileiro no que diz respeito à correta classificação do vinho e sua aprovação pode trazer avanços importantes para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.594, de 2023.

Sr. Presidente, ilustre Senador Heinze, Senador Hamilton Mourão e todos que nos acompanham nesta Comissão e pelos meios de comunicação do Senado, eu fui o Relator de um importante projeto, como Deputado Federal, que tratava da implantação da zona franca da uva e do vinho na região do Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul. Um projeto que possibilitaria que cada visitante, cada turista ou até mesmo seus próprios moradores pudessem adquirir até 18 litros de vinho com isenção de impostos dentro daquela região compreendida pela zona franca e levassem, inclusive, esses vinhos para seus estados de origem sem pagar esses impostos, o que acarretaria um aumento na atividade do enoturismo, uma atração de turistas para o Vale dos Vinhedos e, obviamente, um incremento da produção, gerando cada vez mais empregos na região. Quando deparei com esse projeto, avoquei a relatoria, porque se coaduna com aquilo que nós pensamos.

Eu estive no Vale dos Vinhedos, conversei com Prefeitos, com Vereadores, com produtores de vinho e pude ser testemunha da grandeza que é a indústria vitivinícola brasileira, mas que precisa de incentivo, precisa de que o Governo não atrapalhe. Quando o Governo não atrapalha, ele já ajuda, uma vez que os senhores viram que, só no Estado de São Paulo, a somatória de todos os impostos chega a 43%, mas, lá no meu Estado do Acre, chega a até 58% o valor de todos os tributos inseridos na garrafa de vinho. Enquanto isso, em Nova York, são 8%; na Flórida, 16%; e, na maioria dos países, entre 20% e 29%, no máximo, a incidência de impostos sobre o vinho.

Quando a gente classifica o vinho como alimento, nós reduzimos o peso tributário sobre ele, até porque estamos debatendo na reforma tributária uma série de benefícios aos produtos da agricultura familiar, aos produtos da cesta básica, aos produtos relacionados a todo o nosso arcabouço de produção agrícola brasileira, e nada mais justo do que colocar o vinho, como a nossa uva – o nosso vinho, especificamente –, como alimento.

Tenho certeza de que o projeto receberá desta Comissão a aprovação, e nós lutaremos para que, nas próximas tramitações, nesta Casa, a gente possa aprovar essa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, obviamente, parabenizar o nosso querido autor do projeto, Senador Luis Carlos Heinze, pela brilhante iniciativa, que se junta ao que nós pensamos, que nós sonhamos para o Brasil: um agro forte, uma produção forte, gerando emprego e renda.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Senador Bagattoli, obrigado; Senador Alan Rick, obrigado pelo relatório, muito mais completo que o meu projeto. Bagattoli, eu vi que o homem estudou o assunto.

Então, é importante para o setor vitivinícola não apenas do Rio Grande do Sul, que é o maior do Brasil, mas do Brasil inteiro. O Senador Mourão conhece, conhece a região, conhece a produção. Hoje nós temos uvas maravilhosas no Nordeste brasileiro.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – No Vale do São Francisco.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – No Vale São Francisco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse processo aumentou e muito. Logicamente, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os três maiores produtores, mas São Paulo também tem uma grande produção de uva de mesa.

Então, acho que é um setor que pode crescer muito, e V. Exa. colocou bem, Senador Alan Rick: em função da carga tributária, nós temos um problema sério. Para quem esteja nos assistindo, que não esteja presente conosco aqui, saiba que a qualidade dos nossos vinhos gaúchos e brasileiros melhorou e muito do que nós tínhamos há dez, quinze anos. Então, as empresas se especializaram, viram o exemplo de Mendoza, na Argentina, e de outros vales no Chile, por exemplo.

Então, essa qualidade não deve nada a qualquer país do mundo, a qualidade dos vinhos que nós temos hoje no Rio Grande do Sul e em outros estados da Federação.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – O senhor me permite, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Os espumantes brasileiros recebem premiações mundiais nos concursos de qualidade de espumantes. Nós tivemos recentemente um espumante brasileiro, o Casa Perini Moscatel, eleito um dos cinco melhores espumantes desta uva no mundo, contribuindo com a fala do Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Então, tanto com vinhos, quanto com espumantes, como também com o próprio suco de uva, nós temos um potencial muito grande para poder evoluir nesse processo e gerar empregos, que é o de que o Brasil precisa.

Então, V. Exa. coloca também da carga tributária.

Nós temos hoje um problema sério da entrada desse vinho chileno, argentino e até europeu no Brasil – americano também –, justamente porque a carga tributária deles é menor, então as grandes empresas importadoras trazem esse vinho e distribuem no Brasil. Isso aí prejudica a produção brasileira, não apenas a do Rio Grande do Sul, que é o maior produtor hoje do Brasil. Portanto, esse é o nosso objetivo.

E falando em saúde. Eu sou apreciador do vinho; muitos de nós somos. Mas veja, Bagattoli: Veranópolis; maior longevidade do Brasil. Pegue aquele gringo lá e veja se, de manhã cedinho, já não tomou um cálice de vinho. Esse é hábito das pessoas já no próprio café da manhã. Aí vai no almoço, no jantar. Então, é tudo moderadamente, mas aí está o exemplo do que pode ser feito. Então, tem um setor muito importante, que já é grande na economia. Nós temos alguns milhares de empregos no Rio Grande do Sul.

V. Exa. falou do enoturismo. Lá a média de 2ha ou 3ha, naquela região da Serra, de produtores. Há as indústrias que também já processam esse vinho, então é importante que nós possamos evoluir o processo não apenas no Rio Grande do Sul, mas em outras regiões produtoras do Brasil.

Tenho certeza de que nessa classificação nós reduziremos a carga tributária e ampliaremos a produção. E os Governos estadual ou Federal vão receber a mesma coisa. Se eu dobrar a produção e diminuir a carga tributária, eu vou arrecadar da mesma forma e gerar muito mais emprego. Então, é uma fonte geradora de riquezas para os estados e para o país.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parabéns, Senador Carlos Heinze, por essa iniciativa, por esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há mais alguém que queira discutir a matéria?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Mourão, você também tem bastante conhecimento lá do Rio Grande do Sul, não é?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Tenho conhecimento do vinho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Hoje...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O Alan Rick fez um relatório brilhante e o Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Apenas uma fala aqui. Na região do General Mourão, Bagé, por exemplo...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Produz vinho também. Lá na fronteira.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Alguns anos atrás, eu estive lá, quando estavam implantando aquele vinhedo em Livramento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Da Miolo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, não era a Miolo, era outra empresa.

E para vocês terem ideia, Bagattoli, o que é que os técnicos examinaram naquele momento? Nós temos aqui, naquela região da Campanha do Rio Grande do Sul, da Fronteira do Rio Grande do Sul, o mesmo paralelo que a França. Então, viu-se que naquela região também dava certo.

Hoje, ali são áreas maiores, em que as grandes empresas que vieram para aquela região se estabeleceram, e os produtores da região também estão fazendo champanhe, uva e vinho, entendeu? Agora entrou o azeite também. Então, é importante, porque isso disseminou essa outra alternativa para uma região das mais pobres do estado; uma alternativa diferente, que tinha na Serra Gaúcha, hoje tem na região da Campanha e também da Fronteira do Rio Grande do Sul.

Obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Só complementando o que o Senador Heinze colocou: existem três capitais no mundo, Bagé, Paris e Londres, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Viu, Alan Rick? Só para você... Um dos grandes empresários do Rio Grande do Sul, conhecido meu, já falecido, da Randon, Sr. Raul Randon, produtor de vinho – não sei se a família continua ainda –, era uma pessoa que era de um outro segmento. Veio, acho, da indústria de queijo, de...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Queijo Grana Padano. Trouxe as vacas de avião, da Itália. (*Risos.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente Bagattoli, eu gostaria de fazer menção, além da proposta extremamente meritória, enriquecedora, brilhante, do Senador Luis Carlos Heinze, da contribuição do Senador Mourão e de V. Exa., eu queria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui citar alguns Parlamentares que lutaram ao longo do tempo por este projeto: o Deputado Carlos Gomes, lá do Rio Grande do Sul; o Deputado Jerônimo Goergen, vários Parlamentares do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Afonso Hamm.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Afonso Hamm, outro grande batalhador. E o setor do enoturismo, o setor vitivinícola, que, ao longo dos anos, tem sofrido para que nós possamos enxergar a produção do vinho brasileiro de uma maneira diferente. Quando eu digo nós é não só o Parlamento, mas principalmente o Executivo.

Então, eu quero parabenizar aqui uma grande guerreira dessa luta pelo fortalecimento do enoturismo no Estado do Rio Grande do Sul. Faço aqui menção não só ao Rio Grande do Sul, mas ao Brasil inteiro, como a Deborah Dadalt, do SPA do Vinho, um excelente hotel lá na região de Bento Gonçalves, e os outros hotéis que fazem do enoturismo um excelente instrumento de captação e geração de emprego e renda naquela região. E para dizer também que o Vale do São Francisco, o Estado de São Paulo e outros estados do Brasil são grandes produtores de vinho, cada um na sua especificidade.

Eu fico muito honrado de poder relatar esse projeto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Alan Rick. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Agradeço o Presidente Bagattoli, a quem convido para estar aqui ao nosso lado.

Quero agradecer aos presentes na reunião neste dia – Senador Jaime Bagattoli, nosso Vice-Presidente, Senador Luis Carlos Heinze, Senador Hamilton Mourão, Senador Jayme Campos, Senadora Soraya Thronicke, Senador Izalci Lucas, Senador Giordano, Senadora Ivete da Silveira, Senador Mauro Carvalho, Senador Wilder Morais, Senador Laércio Oliveira, Senador Romário, Senadora Margareth Buzetti, Senadora Jussara Lima, Senadora Augusta Brito, Senadora Teresa Leitão, Senadora Tereza Cristina e Senador Esperidião Amin.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezessete minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Carlos Viana e Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Alan Rick, Mauro Carvalho Junior, Jussara Lima, Beto Faro, Chico Rodrigues, Augusta Brito, Flávio Bolsonaro, Damares Alves, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Flávio Arns, Zenaide Maia e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Confúcio Moura, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro e Carlos Portinho, conforme REQ 492/2023-CDir e REQ 474/2023-CDir, respectivamente. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 21ª reunião, que é aprovada. A presidência comunica o arquivamento do Ofício nº 101/CMC/2023, da Câmara Municipal de Caldas, do Estado de Minas Gerais, em cumprimento à Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. O senhor presidente designa o Senador Fernando Dueire relator da Avaliação da Política Pública no exercício de 2023, cujo tema é: "Superação dos Obstáculos à Inovação no Brasil", conforme REQ 20/2023-CCT. Passa-se à apreciação da pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 26, de 2023,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da inexistência de obrigatoriedade de divulgação dos diálogos travados durante os jogos online." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 28, de 2023,** que: "Requer a inclusão de Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina) na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 29, de 2023,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a simplificação da legislação de Ciência, Tecnologia e Inovação e disseminar boas práticas já adotadas no Brasil." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática nº 30, de 2023,** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater a autonomia universitária e coletar sugestões de aprimoramento legislativo sobre a temática." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Resultado:** Aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Carlos Viana
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
https://www12.senado.leg.br/multimidia/evento/116692

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Fala da Presidência.) – Meu bom-dia a todos os senhores e senhoras presentes.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Meu bom-dia também a todos os senhores e senhoras que nos acompanham pela TV Senado, pelas redes da Casa.

Obrigado pela presença.

Quero saudar o Senador Fernando Dueire, que está conosco, dando os parabéns ao Senador inclusive, suplente que agora assume definitivamente a cadeira pelo nosso querido Estado de Pernambuco. O senhor, nesse pouco tempo em que nós temos convivido, tem demonstrado uma competência e uma responsabilidade à altura do cargo, que, tenho certeza, cumprirá da melhor maneira possível, representando muito bem o povo de Pernambuco aqui no Senado.

Seja muito bem-vindo, Senador Fernando Dueire!

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A Presidência comunica o arquivamento do Ofício nº 101/CMC, de 2023, da Câmara Municipal de Caldas, do Estado de Minas Gerais, em cumprimento à Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Informo que a reunião se destina à apreciação de matérias não terminativas, que serão votadas pelo processo simbólico.

Nós, já dando sequência aos trabalhos, queremos aqui indicar, por acordo, o Senador Fernando Dueire como o nosso Relator de Políticas Públicas para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Senador Fernando Dueire, se aceitar a sua palavra, já o teremos aqui, com muita alegria, como um parceiro dessa caminhada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Querido Presidente, Senador Carlos Viana, bom dia.

Primeiro, gostaria de agradecer ao querido amigo as palavras iniciais a meu respeito. Assumi ontem a titularidade do mandato de Senador da República pelo Estado de Pernambuco, e suas palavras generosas e fraternas, de confiança, me trazem o tamanho da responsabilidade do exercício do mandato que irei desempenhar até 2026.

Meu querido Presidente, é com muita honra que eu aceito a indicação de V. Exa., e irei, com zelo e dedicação, tentar corresponder a tal relatoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Portanto, está nomeado Relator de Políticas Públicas o nosso Senador Fernando Dueire, que assume e, tenho certeza também, cumprirá com muito esmero a missão que está dada.

Item 1 da nossa pauta:

ITEM 1
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 a fim de incentivar a pesquisa e desenvolvimento da Nanotecnologia no Brasil.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)
Relatoria: Senador Fernando Dueire
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Relator, Senador Fernando Dueire.

Concedo a palavra para a leitura do relatório, Senador.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto de lei complementar extremamente relevante para o país. É de autoria do querido Senador Jorginho Mello.

Portanto, Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 23, de 2019, de autoria do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento da nanotecnologia no Brasil.

Com o exposto, na justificativa do autor, o projeto possui como objetivo incluir no Simples Nacional a possibilidade de que suporte, análises técnicas e tecnológicas, pesquisa e desenvolvimento de nanotecnologia sejam feitos em uma tabela mais amena, incentivando, assim, tais pesquisas.

No que tange aos aspectos constitucionais, Sr. Presidente, não vemos óbices à aprovação do projeto. O PLP preenche, sim, os requisitos exigidos pela Constituição: não afronta cláusula pétrea, respeita o princípio da reserva de iniciativa e materializa-se na espécie adequada da lei.

Do ponto de vista material, também não observamos qualquer inconstitucionalidade. O projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior, particularmente com o art. 179, que prevê tratamento jurídico diferenciado para as microempresas e as empresas de pequeno porte, e com o art. 218, que determina o dever do Estado de promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e de regimentalidade e vem elaborado em muito boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, não temos dúvida quanto à importância do PLP nº 23, de 2019.

A nanotecnologia engloba diversos ramos da ciência e tecnologia que trabalham em dimensões nanométricas – um bilionésimo do metro. O trabalho da nanotecnologia compreende, portanto, diversas atividades: identificação, manipulação, modificação, controle e utilização de materiais e sistemas com propriedades em nível atômico. São diversos os fenômenos que podem surgir quando se trabalha nessa escala diminuta de tamanho, o que faz com que a nanotecnologia possa impactar as mais diferentes áreas do conhecimento e da produção, desde produtos de higiene pessoal a tratamentos muito avançados de saúde.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, apresentamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2019.

Muito obrigado.

Esse é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Nós agradecemos ao Senador Fernando Dueire, que leu o relatório do PLP nº 23, de 2019.

Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Solicito ao Senador Fernando Dueire que assuma a Presidência da Comissão para a leitura dos itens 2, 4 e 5 respectivamente. Como são de minha autoria, precisamos aqui inverter os papéis. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Vamos à apreciação do item 2:

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 26, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da inexistência de obrigatoriedade de divulgação dos diálogos travados durante os jogos online.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Carlos Viana, para a leitura do requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca da inexistência de obrigatoriedade de divulgação dos diálogos travados durante os jogos *online*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença das seguintes convidadas: a Sra. Estela Aranha, Assessora Especial de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Sra. Marina Ganzarolli, Fundadora e Presidente da Me Too Brasil; a Sra. Juliana Cunha, Psicóloga, Diretora de Projetos Especiais da SaferNet Brasil e Coordenadora do Canal de Ajuda (Helpline) para Vítimas de Violência Online; a Sra. Rose Marie Santini, fundadora e Diretora do Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Com a ascensão da internet, Sr. Presidente, justifico que houve um aumento em um tipo de serviço *online* conhecido como *streaming*, que, em tradução livre, significa ouvir música ou assistir a vídeos em tempo real.

Alguns dos serviços mais famosos do mundo têm foco principalmente na transmissão de jogos eletrônicos. Um de seus atrativos é a possibilidade de, paralelamente à transmissão feita ao vivo, ingressar em um *chat* em que as pessoas podem se comunicar anonimamente com quem está fazendo a transmissão. E é esse espaço de interação que, infelizmente, tem abrigado um ambiente de violência.

O marco civil da internet não obriga o armazenamento nem a publicidade da conversa entre os participantes, mas é necessário definir novas responsabilidades para as plataformas de tecnologia a fim de proteger, em especial, as crianças de danos digitais.

Assim, apresentamos este requerimento para a realização de uma audiência pública, para a qual contamos com o apoio dos ilustres Senadores e Senadoras.

É o relatório... É o pedido, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito bem, Senador Carlos Viana.

Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Segue o encaminhamento à Secretaria da Comissão, que tomará as devidas providências.

Requerimento aprovado.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 29, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a simplificação da legislação de Ciência, Tecnologia e Inovação e disseminar boas práticas já adotadas no Brasil.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra ao querido Senador Carlos Viana para a leitura do requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, conforme as regras do Regimento Interno do Senado Federal e da Constituição, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a simplificação da legislação de ciência, tecnologia e inovação e disseminar boas práticas já adotadas no Brasil.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;
- representante da Advocacia-Geral da União;
- representante da Controladoria-Geral da União;
- representante do Tribunal de Contas da União;
- representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);
- representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
- representante do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa e representante do Fórum Nacional dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia.

A justificação, Sr. Presidente.

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, que reformulou os dispositivos relacionados à ciência, tecnologia e inovação, introduziam-se uma série de inovações normativas com o objetivo de estimular o desenvolvimento de iniciativas conjuntas entre instituições científicas, tecnológicas e de inovação e empresas e de desburocratizar a gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, financiados com recursos públicos. A nova legislação regulamentou o acordo de parceria, o convênio, a encomenda tecnológica e o bônus tecnológico, entre outros instrumentos destinados a materializar a cooperação entre entes públicos e privados. Esse conjunto de normas ficou conhecido como Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Apesar desse esforço normativo, avaliações realizadas pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União demonstram que o novo marco carece de implementação mais efetiva.

A CGU, em relatório de avaliação concluído em 2019, identificou insegurança jurídica na aplicação das disposições do novo marco legal cumulada com excessiva burocratização de procedimentos, o que prejudica maior proximidade com o setor produtivo. Ainda no campo da desburocratização dos procedimentos de gestão de projetos, constatou-se implementação não uniforme de importantes disposições introduzidas pelo marco legal como a transposição de recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra – conforme admitido pelo §5º do art. 167 da Constituição, introduzido pela Lei nº 85, de 2015 – e a simplificação na prestação de contas.

Nesse sentido, mostra-se especialmente pertinente aprofundar esse debate, para que esta Comissão possa ter clareza quanto aos desafios de implementação do novo marco legal e das eventuais necessidades de aperfeiçoamento dos normativos relativos ao tema.

Em síntese, esperamos que esse conjunto de entidades possa aportar subsídios úteis e relevantes para a elaboração de uma agenda legislativa construtiva em relação ao tema.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito bem, Senador Carlos Viana, muito bem-posto.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Recomendamos à Secretaria da Comissão que tome as providências necessárias.

Item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 30, DE 2023
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater a autonomia universitária e coletar sugestões de aprimoramento legislativo sobre a temática.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Concedo a palavra ao ilustre Senador para a leitura do requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para encaminhar.) – Senador Fernando Dueire, Senador Izalci, que está conosco presente agora.

Durante o nosso encontro com os representantes das universidades federais, foram levantadas uma série de questões que podem hoje aprimorar – e muito – a independência das universidades e o incentivo à pesquisa, ciência e tecnologia e o melhor uso do orçamento público para as universidades federais, que são um centro importante de pesquisa em nosso país – se não, dentro da área pública, os mais importantes.

Ficou acertado, naquele momento, que nós faríamos uma nova audiência pública para que os representantes pudessem nos trazer as sugestões e que esta Comissão encaminhasse em forma de projeto de lei.

Portanto, dentro do que prevê a Constituição Federal e o Regimento Interno do Senado, propõe a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, com o objetivo de debater a autonomia universitária e coletar sugestões de aprimoramento legislativo sobre a temática.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Educação;
- representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes);
- representante da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- representante da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior;
- representante da União Nacional dos Estudantes (UNE); e
- representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

A autonomia universitária é um princípio fundamental para o funcionamento das instituições de ensino superior e um dos pilares da democracia e do desenvolvimento social. O princípio, assegurado de forma inequívoca no art. 207 da Constituição Federal, reconhece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Entendemos que a universidade é o local por excelência do debate de ideias, que faz o pensamento humano progredir. Reconhecido o princípio, faz-se importante aprimorar a sua aplicação, dirimir as dúvidas e propor eventuais melhorias nas leis e nas práticas existentes, de forma a assegurar a plena vigência do preceito constitucional.

Com objetivo de aprimorar o instituto da autonomia universitária e coletar sugestões de melhoria legislativa, propomos a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática e de Educação e Cultura do Senado Federal para debater o tema com o Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

representantes dos dirigentes das universidades públicas e privadas, assim como docentes e estudantes de graduação e pós-graduação.

É o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Bela iniciativa, Senador Carlos Viana.

Consulto se há quem queira usar a palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar a palavra, coloco em votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Requerimento aprovado.

Encaminho à Secretaria da Comissão, que tomará as devidas providências.

Antes de restituir a Presidência ao nobre e querido Senador Carlos Viana, saúdo o Senador Izalci, que aqui está conosco, no desenvolvimento desses trabalhos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, é só...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Será restituída a Presidência ao Carlos Viana.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Sim, obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado ao Senador Fernando Dueire pelo acompanhamento e pela aprovação dos nossos três requerimentos para debates que considero importantes no âmbito da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia.

Nosso item 3 e último da pauta é o Requerimento, do Senador Izalci Lucas, nº 28, de 2023.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 28, DE 2023

Requer a inclusão de Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina) na Audiência Pública destinada a discutir a proteção regulatória do dossiê de testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano, objeto do REQ 27/2023-CCT.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Concedo a palavra para a leitura do requerimento, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Presidente, trata apenas da inclusão, nessa audiência pública que foi aprovada pelo Requerimento 27, de 2023, da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina), nessa audiência pública para discutir a Proteção Regulatória do Dossiê de Testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano. Essa exigência existe hoje para o setor veterinário, e não tem uma legislação própria com relação ao uso humano. Então, esse debate é muito importante, e peço o apoio dos colegas para a aprovação deste requerimento. Ele é complementar ao Requerimento 27, de 2023, que já foi aprovado nesta Comissão.

É esse o...

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Izalci.

Lido o requerimento.

Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, coloco em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Secretaria tomará as devidas providências.

O.k. Quero chamar aqui também atenção a todos. Ontem, instalamos a Comissão Especial sobre Inteligência Artificial, que foi definida pela Presidência desta Casa, para dar sequência à proposta de lei que já foi entregue pelo Presidente do Senado, e também, na sequência, proceder à análise do relatório que, durante todo o ano passado, foi produzido pelo Judiciário, especialmente pelos representantes do STJ, com relação à legislação sobre inteligência artificial em nosso Brasil. O Brasil é um dos cinco países no mundo, pelo menos de notícia recente, que estuda a legislação de inteligência artificial. E é muito importante a participação, peço, de todos os senhores e senhoras da Comissão de Ciência e Tecnologia que nos acompanham, estão acompanhando remotamente. A Comissão está aberta agora a toda uma fase de audiências públicas para discussão do assunto.

Conversei muito com o Relator, Senador Eduardo Gomes; nossa preocupação é aproveitar ao máximo todo o arcabouço – vamos usar assim, essa palavra ficou muito firme –, que é um calhamaço de propostas legislativas, mas nós não podemos, desde já, a meu ver, criar uma legislação sobre um assunto de que nós ainda não temos domínio, muito menos incentivo para geração. Nós corremos um seríssimo risco de já, por medo – vamos dizer assim – do desconhecido, porque o desconhecido gera uma série de lendas e elucubrações... Então, por medo do desconhecido nós já colocarmos leis que restrinjam inclusive o desenvolvimento de novos projetos.

Corremos um seríssimo risco. Hoje não há mais fronteiras para o investimento na área da tecnologia, para o investimento inclusive na área financeira, e o Brasil precisa entender que ele não é o único país no mundo. Nós somos um país que precisa disputar e precisamos atrair os desenvolvedores, incentivar os nossos jovens, as nossas *startups*. Nós temos que criar, cada vez mais, políticas de liberdade – claro, sem deixarmos de lado os princípios da moralidade, da dignidade humana, da questão da preservação de dados, da possibilidade de o Judiciário agir em cometimento de crime.

Isso tudo são princípios que nós precisamos manter, mas nós temos que tomar muito cuidado para não cercearmos o crescimento da inteligência artificial, de projetos que possam gerar patentes em novos momentos para o Brasil por medo ou simplesmente porque há de se criar uma legislação muito restritiva.

Infelizmente, em nosso país, em praticamente 100% dos assuntos é preciso uma lei. A gente quase não tem consensos aqui. E muitas vezes, nesta Casa, eu observo, nesses quatro anos em que estou Senador, que assuntos que poderiam ser decididos em atos normativos acabam se tornando PECs, vão para a Constituição. Salários de categorias vão para a Constituição.

Não há sentido nenhum. Nós vamos, a cada dia, tornando a Constituição cada vez maior e muito mais pesada para todo o setor brasileiro porque sempre terminam em discussões jurídicas. Esta própria Casa. O debate, muitas vezes, parlamentar aqui, é interrompido por uma decisão do Judiciário.

Isso tudo, a meu ver, nós precisamos tornar mais ágil, mais célere e, principalmente, muito mais transparente a legislação no nosso país. E, nessa questão da inteligência artificial, conversei muito com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o Relator, devemos buscar um relatório que seja realmente de incentivo, de princípios, mas que permita o desenvolvimento cada vez maior desse setor, que vai ser...

Eu vi uma pesquisa, esse final de semana, no jornal *Valor Econômico*: os principais dirigentes de empresas, de fundos, inclusive professores universitários, todos eles entendem a inteligência artificial como um dos pontos primeiros para o investimento nas empresas. Não haverá como nós deixarmos de lado, e o Brasil não pode, mais uma vez, ficar em atraso como os demais.

Vejam países que, nos anos 1980, estavam aí quatro, cinco posições atrás do Brasil na economia e que hoje despontam como um dos primeiros. A Índia, por exemplo, a China. Nesse recente encontro do G-20, por exemplo, o Presidente brasileiro, Lula, ficou isolado porque o Brasil tem assumido posições contrárias ao mundo ocidental.

O Brasil está trazendo para o Brics o Irã, que é uma ditadura religiosa, não respeita as mulheres, condena os homossexuais. Um assunto que para nós aqui é tão vibrante, o Brasil finge que não vê e se alia ao Irã dentro de um bloco totalmente relevante.

De uma Rússia que invade um país soberano, cria uma guerra onde mata 300 mil militares despreparados. E nós estamos *pari passu* com um Presidente como esse, ou seja, o mundo ocidental olha para o Brasil com espanto, Senador Fernando Dueire.

Em Londres, há duas semanas, numa reunião interparlamentar sobre segurança de fronteiras e regras financeiras para combate ao terrorismo e ao tráfico de drogas, eu ouvi várias vezes o questionamento sobre o posicionamento do Brasil, sobre a questão da diplomacia brasileira.

Eu entendo que nós precisamos ser soberanos. O Governo está certo em dizer que o Brasil tem que se firmar, ter uma posição, mas nós temos que ter uma posição com quem faz avançar o mundo, não é com quem faz retroceder o mundo.

Então, o Brasil já perdeu muitas posições. A Índia, por exemplo, se tornou centro de um trabalho internacional diplomático de crescimento de um bloco. A Índia vai se tornar a terceira economia no mundo muito em breve, apesar de todas as dificuldades que a Índia tem, todas as divisões internas e desigualdades. A Índia avançou.

Agora, estão fazendo um acordo inclusive ferroviário.

Esse acordo ferroviário vai ligar a Índia à Europa, passando por Israel e Arábia Saudita. Os senhores vejam o que é isso. Mesmo que não saia, que não se torne realidade tal ferrovia, mas mostra claramente o quanto aquele país soube usar bem da diplomacia, soube se posicionar independente; porque a Índia, inclusive, quer mudar o próprio nome. A Índia agora não quer mais o nome de Índia, que foi dado pelos ingleses. Eles querem o nome Bharat, que é o nome da própria língua hindu. Eles estão se posicionando, soberanos, firmes, mas sabendo lidar com o resto do mundo.

Nós não, nós estamos com uma proposta de termos o Brasil firme diante dos Estados Unidos, e temos que ter mesmo posição firme, mas nós estamos caminhando para o lado avesso do mundo, para o lado escuro. E essa reunião do Brics agora mostrou claramente, a meu ver, o engano, o erro em que está o Brasil hoje na questão da política externa.

Não podemos, portanto, fazer com que a inteligência artificial caia nessa burocratização, nesse ativismo judicial de querer todo tipo de resposta por meio das leis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, só para lembrá-lo que, com relação a esse assunto, nós apresentamos também um requerimento de audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pública para discutir a questão da inteligência artificial no foco da inovação – tanto eu quanto o Senador Marcos Pontes, que também apresentou um requerimento –, porque essa discussão que foi feita por esse grupo é uma discussão mais no foco jurídico, e a gente tem essa mesma preocupação.

Então, a gente precisa discutir isso no foco da inovação, da pesquisa, para evitar, realmente, que seja um retrocesso ou um impedimento para avançar num tema que pode dar ao Brasil um destaque muito grande, tendo em vista a criatividade dos nossos jovens e a competência que nós temos. Então, não podemos deixar limitarem demais em função da questão jurídica.

É só para ver como é que vão ficar essas audiências, porque foram suspensas, em princípio. Como é que nós vamos fazer essas audiências aqui na Comissão? Eu não sei nem... O requerimento, acho que já foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Sim.

A Comissão de Inteligência tem, na próxima semana, a sua primeira reunião. Ontem foi a instalação e teremos a próxima.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Não foi aprovada ainda, não é?

O requerimento ainda não foi colocado em pauta, desculpe.

Ontem nós colocamos em aberto para novos requerimentos.

Então, o de V. Exa. poderá ser apresentado o mais breve possível.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Não, já está. Já foram apresentados...

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Então, já vamos colocar para a próxima...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – São dois requerimentos. Tem o meu e o do Senador Marcos Pontes que tratam do mesmo assunto. É para a Comissão, não é para Comissão Especial.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Ótimo.

Serão recebidos e vamos colocar em votação o mais breve possível.

Senador Fernando Dueire, com a palavra.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É só para registrar, Presidente, a propriedade de suas palavras que foram postas aqui.

A questão da inteligência artificial tem um avanço de ponta e que precisa, de fato, estarmos, não só acompanhando, mas, eu diria, com um pé à frente da bola. É importante, nós temos potencial, nós temos massa crítica, nós podemos desenvolver isso e é interessante que também tenhamos uma condição de trabalhar com a cooperação internacional.

Mas, falando de cooperação internacional e de política externa, espanta-me, a cada dia, a esquizofrenia da narrativa do Governo com relação à política externa.

Precisamos pular essas casas no jogo do extremismo, que negam os princípios básicos da civilidade. Elogiar ditadores é um excesso que deve ser contido com a energia que emana da democracia. E nós temos um papel muito grande aqui no país e nesta Casa para nos colocarmos na resistência a isso.

Portanto, finalmente é para referendar e me associar às palavras que o senhor agora há pouco colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Obrigado, Senador Fernando Dueire.

Cumpridas as funções desta audiência, na quarta-feira, encerro, agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores que nos acompanharam de maneira remota, e, especialmente, daqueles que nos assistem pela TV Senado e pelas redes sociais.

Muito obrigado, senhores. Até a próxima quarta-feira.

(*Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Rogerio Marinho, Mauro Carvalho Junior, Tereza Cristina, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Magno Malta, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Veneziano Vital do Rêgo, Wilder Morais, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Weverton e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 412, de 2022 - Terminativo -** que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2122, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para ativos financeiros associados a mitigação das emissões de gases de efeito estufa." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1684, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4028, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2229, de 2023 - Terminativo -** que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, com base na Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009); institui a Política de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, da Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, do Manejo Sustentável de Florestas e do Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+); altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tipificar a conduta de fraude no registro, emissão ou distribuição de certificados representativos de crédito de carbono; e as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006, para assegurar o direito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comercializar créditos de carbono de atividades silviculturais; 12.187, para prever que o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões será operacionalizado no âmbito do Sistema Nacional de Registro de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SNRI-GEE); e 12.651, de 25 de maio de 2012, para definir certificado representativo de crédito de carbono; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3606, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, na forma do substitutivo apresentado, com acolhimento, total ou parcial, das Emendas nºs 1-T, 2, 3-T, 4-CAE, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23 e 24 ao PL nº 412, de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606, de 2021; e das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL nº 2.229, de 2023; pela rejeição das demais emendas e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; do PL nº 1.684, de 2022; e do PL nº 2.229, de 2023. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 52, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Mauro Pires, informações sobre a atuação de agente do ICMBio que apontou sua arma de fogo na direção de um motorista de turismo e de turistas durante fiscalização no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ocorrida no último domingo, dia 10 de setembro." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 53, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Atualizado o prazo da subcomissão para 90 dias. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 3668, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **Observação:** Não tendo sido oferecidas emendas, é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de setembro de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

Glossário de Finanças Sustentáveis, organizado por Ricardo Abussafy e produzido pelo GT Economia Circular e Indústria, durante os trabalhos do Fórum da Geração Ecológica nesta Comissão do Meio Ambiente.

O Glossário será disponibilizado na página da CMA, na internet, junto aos materiais do fórum, e será enviado à Consultoria Legislativa e aos gabinetes para apoio na elaboração de projetos de leis e relatórios sobre o tema.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

A reunião de hoje, gostaria de reforçar aqui, terá um significado muito importante para mim e para esta Comissão, porque, quando assumi a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também assumi a missão de pautar temas que... Nos últimos anos existia uma expectativa muito grande da população e de vários segmentos que estão em volta desse tema, que nós sabemos que é importantíssimo para o nosso país. Eu sabia da capacidade e do espírito público de todos os integrantes desta Comissão, para juntos trabalharmos pela aprovação, pela proteção das florestas, dos recursos hídricos e da fauna.

Junto a esse desafio, eu assumi também a relatoria das matérias que buscavam regulamentar o mercado brasileiro de emissões ou o mercado de carbono. Um desafio que estava intimamente ligado ao outro. E vivemos em um momento de emergência climática. O tique-taque da bomba climática está muito próximo de explodir, o que exige de nós, representantes do poder público, coragem e celeridade para a tomada de decisões assertivas.

Foi com esse pensamento que me debrucei sobre os projetos de lei desta Casa que tratam do mercado de carbono e de emissões. E aí eu gostaria de reforçar o trabalho da minha assessoria legislativa, a parceria com o Governo Federal, a parceria com a Consultoria, com os Parlamentares envolvidos em diversos setores – como a FPA e os Senadores, também, base de Governo –, para que chegássemos hoje na leitura deste importante projeto.

Com escuta ativa aos diferentes setores da sociedade civil, poder público e entidade do setor privado, pude compreender como esse importante mecanismo poderia nos colocar nos trilhos da transição ecológica. Esse é um dos mecanismos possíveis para alavancarmos nossa economia rumo à chamada economia verde.

É possível que o Brasil saia na frente no desenvolvimento de tecnologias e processos produtivos sustentáveis e que se destaque no cenário mundial.

Destaco que no texto que hoje apresento, fruto do debate neste Colegiado, estivemos eu, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e toda a minha equipe de portas abertas e ouvimos atentos a toda e qualquer contribuição sobre o texto apresentado.

Conto com o apoio dos colegas Parlamentares, não apenas desta Comissão, mas do Parlamento brasileiro, para que possamos avançar com esse texto e, assim, viabilizar esse importante mecanismo de financiamento climático.

É importante destacar: o mercado de carbono não é a bala de prata no combate à crise climática. Precisamos seguir pensando em políticas setoriais, de forma transversal, para incorporar diretrizes de sustentabilidade em toda atividade em solo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, primeiramente, Deus e saúde a todos e todas aqui presentes e aos que nos acompanham por todos os meios de comunicação.

Primeiro, o privilégio de estar nesta Comissão de Meio Ambiente, que deixará um legado inédito no Senado Federal sob a Presidência da futura Governadora do Distrito Federal, nossa querida Leila do Vôlei.

Senadores, amigos do bem, Mauro, Zequinha, minha amiga, histórica Senadora, Ministra da Agricultura – histórica ministra; será também histórica Senadora, Tereza Cristina...

Bem, gente, é com enorme entusiamo que, hoje, nos reunimos para celebrar um passo crucial em direção à construção de um futuro mais sustentável e responsável para o nosso país. Estamos aqui para discutir e aprovar a criação da Subcomissão de Ativos Ambientais Brasileiros do Senado Federal.

Vivemos um momento crítico da história, quando as questões ambientais não podem mais ser ignoradas. A preservação de nossos recursos naturais, a proteção de nossa biodiversidade e o combate às mudanças climáticas tornaram-se imperativos inadiáveis. O Brasil, como uma das nações mais ricas em termos de diversidade ambiental, tem um papel fundamental para desempenhar nesse cenário global. A criação dessa Subcomissão representa um compromisso claro com o desenvolvimento sustentável e com a responsabilidade ambiental.

Pretendo não apenas discutir com todos os senhores e as senhoras as questões ambientais, mas também desenvolver estratégias concretas para fortalecer o mercado de ativos ambientais em nosso país. Sabemos que, ao fazê-lo, poderemos impulsionar significativamente a economia brasileira de maneira ética e responsável. A monetização de ativos ambientais, como créditos de carbono, certificados de energia renovável e serviços ecossistêmicos, não só fomentará a inovação e a geração de empregos verdes, mas também incentivará a conservação de nossos recursos naturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Subcomissão será um espaço de diálogo onde especialistas, representantes do setor produtivo brasileiro, sociedade civil, industriais, empresários e legisladores se reunirão para debater as melhores práticas, regulamentações adequadas e incentivos necessários para o crescimento deste mercado. Além disso, a Subcomissão estará empenhada em promover a educação e a conscientização pública sobre a importância dos ativos ambientais e seu impacto positivo em nossa qualidade de vida.

Portanto, conclamo todos os Senadores e Senadoras a apoiarem a criação desta Subcomissão de ativos ambientais brasileiros. Esse é um passo importante em direção a um futuro mais sustentável, no qual o Brasil não apenas preserve seus recursos naturais, mas também os utilize de maneira responsável para o bem-estar de nossas futuras gerações e prosperidade de nossa nação.

Para concluir rapidamente, a Senadora Leila do Vôlei, Presidente desta Comissão, tem consciência de que forma me preparei para este assunto, convidando, primeiro, de forma voluntária, um dos maiores ambientalistas do mundo, hoje em Londres, cuidando do ambiente como organizador britânico, Divaldo Rezende, que a Senadora o conheceu pessoalmente aqui; também Diana Lins, que trabalha com ele, com pós-graduação na Austrália, na Inglaterra e em Portugal; e o Pablo Rezende. Portanto, estamos preparados e esperando a aprovação desta Subcomissão.

E, para finalizar, apenas pedimos a compreensão para que, assim que ela for aprovada, em vez de 60 dias, ela tenha 90 dias, em função da insofismável importância dela.

Agradecidíssimo a todos e todas, em especial à Presidente desta Comissão, Leila do Vôlei.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Kajuru.

Só comunicando que vocês perceberam que ele leu antes e pediu inversão de pauta, não é? Mas, assim, como é um colega e todos nós... Eu acredito que os colegas aqui não têm nenhuma objeção sobre a leitura antes da inversão de pauta – já teve a inversão de pauta, porque ele leu o requerimento –, quero só dizer que: o Senador Kajuru requer, nos termos do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Temporária, composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 dias – nós vamos avaliar o seu pleito com relação aos 90 dias –, discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.189501/2023-01-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 53, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, discutir e analisar o mercado de ativos ambientais brasileiros no âmbito da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

A votação será simbólica.

Em votação requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, item 3, inversão de pauta, do Senador Jorge Kajuru.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Senadora, isso é o entusiasmo do Senador com a Subcomissão que vai colaborar e muito com esta Comissão – não tenho dúvida –, por ser um assunto tão pertinente, tão próprio para o momento que vivemos.

Então, é o entusiasmo, tanto que ele já fez a inversão de pauta automática.

Parabéns, Senador.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Senadora Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Tereza.

Senador Mauro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, se for possível, Senador Kajuru, eu gostaria de participar dessa Comissão, com o maior prazer e com muita dedicação e responsabilidade. Então, eu coloco o meu nome aqui à disposição.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Mauro.

Já decidindo, esta Presidente decide que o prazo da Comissão será de 90 dias, atendendo ao seu pleito, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, nós vamos para o item 1, já pedindo aqui para que o Senador Jorge Kajuru se sente aqui, assuma esta Presidência, para que eu possa, enfim, fazer a leitura...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode fazer daí...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, eu vou me sentar e você vem...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode fazer daí, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... eu vou fazer a leitura do relatório do 412.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não tenho peso para me sentar na sua cadeira, não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu vou sentar ali. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que Presidente disciplinada, não é? Ela vai para lá. Eu ficaria aqui, teimoso como sou. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Romário fala: "Fica aqui, Kajuru".

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 412, DE 2022

- Terminativo -

Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, na forma do substitutivo apresentado, com acolhimento, total ou parcial, das Emendas nºs 1-T, 2, 3-T, 4-CAE, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23 e 24 ao PL nº 412, de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606, de 2021; e das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL nº 2.229, de 2023; pela rejeição das demais emendas e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; do PL nº 1.684, de 2022; e do PL nº 2.229, de 2023.

Observações:

1. Em 29/11/2022, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2 e 3-T ao PL nº 412 de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN ao PL nº 2122 de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606 de 2021, nos termos da Emenda nº 4 – CAE (substitutivo), e pela prejudicialidade do PL nº 2122 de 2021; do PL nº 3606 de 2021; do PL nº 4028 de 2021; e do PL nº 1684 de 2022.

2. Matérias instruídas, na CMA, por 4 audiências públicas, realizadas em 28/6, 7/6, 25/5, 24/5/2023, em atendimento aos requerimentos 21, 30, 37, 44 e 50/2023-CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Em 24/08/2023, aprovado no Plenário o Requerimento nº 745, de 2023, para tramitação conjunta do PL nº 2229, de 2023 com o PL nº 412, de 2022 (que já tramitava em conjunto com os Projetos de Lei nºs 2.122/2021, 4.028/2021, 3606/2021 e 1.684/2022). As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CMA, em decisão terminativa.

4. Em 29/08/2023, foram apresentadas as Emendas nº 5 a 8, com alterações propostas ao substitutivo ao PL 412/2022 constante do relatório.

5. Em 30/08/2023, lido o relatório, foi concedida vistas das matérias.

6. Após as vistas, foram apresentadas as emendas nº 9 a 22, com alterações propostas ao substitutivo ao PL 412/2022 constante do relatório. Apresentado pelo autor, requerimento para retirada da emenda 17, deferido pela Presidência.

7. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Uma vez que há um novo relatório com manifestação sobre tantas emendas apresentadas após a leitura da primeira versão do substitutivo, passo a palavra à Senadora Leila Barros, neste momento, na Comissão de Meio Ambiente.

Por favor, Senadora e Presidente Leila.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Eu gostaria – não vou poder ficar até o final da leitura, pedindo já desculpas, em um assunto tão importante – de parabenizá-la por essa abertura, diálogo, em receber a todos, discutir, para que realmente esse projeto possa ser o projeto do Estado brasileiro; um projeto de Estado, e não de governo.

Mas eu gostaria de pedir vistas, eu e o Senador Zequinha, para que a gente pudesse ler e, para a próxima reunião, então, o projeto estar pronto para ser votado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, e isso não impede, Senadora Tereza, de a Senadora Leila fazer a leitura, perfeito?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – De maneira alguma. É só porque eu estou saindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, claro. E depois, regimentalmente, concederemos...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Seguindo, seguindo o Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estou impressionado com a sua costumeira vontade de pedir vista.

Eu, agora, iria lhe apresentar, depois do Ivan Lins, o Chico Buarque de Holanda, mas vou repensar. (*Risos.*)

Brincadeiras à parte, Senadora Leila, Presidente, com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Eu quero agradecer à Senadora Tereza, ao Senador Zequinha, ao Senador Mauro, aos Senadores também que estão nesta Comissão, que têm contribuído muito para o nosso trabalho.

Na primeira leitura do nosso relatório, nós tivemos a possibilidade de continuar o debate, ouvindo os setores, conversando com os interessados sobre a regulação do mercado de carbono, e já avançamos bastante.

Acho que é importante esse pedido de vista para esgotarmos e mitigarmos, digamos, qualquer dúvida, e continuamos mais essa última semana – que, eu tenho certeza, será a última – de portas abertas para conversarmos sobre o que está sendo apresentado agora e de possíveis sugestões que possamos agregar, mas eu acredito que o projeto, já através dessa leitura aqui, já maturou bastante.

A gente tem conversado com a Frente Parlamentar da Agricultura e outros setores, os bancos, a indústria, enfim, e temos amadurecido muito esse texto. Eu tenho muita consciência da minha responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É engraçado, eu acho que estou no momento certo e acredito que esse projeto foi feito de uma forma muito séria, muito comprometida com o país, sem grandes paixões – sem grandes paixões. É um projeto em que, de alguma forma, a gente não pode descartar ninguém nesse jogo, e é o que, de alguma forma, a gente está tentando fazer com esse diálogo e essa nova versão do relatório.

Então, vamos à leitura.

Após a leitura do relatório de minha autoria, o PL nº 412, de 2022, recebeu 20 emendas para alterar o texto do substitutivo apresentado.

Essas emendas são a seguir descritas.

O Senador Alessandro Vieira apresentou as Emendas nºs 5 e 6 para, respectivamente, suprimir o art. 25 do substitutivo, que prevê a possibilidade de reconhecimento de créditos de carbono como ativos registrados no SBCE, e prever que os valores de multas do art. 36 sejam determinados para cada tonelada de dióxido de carbono equivalente não conciliada.

O Senador Jorge Kajuru apresentou as Emendas nºs 7 e 8 para, respectivamente, alterar regras sobre a natureza jurídica e a transação de ativos do SBCE e sobre a possibilidade de transferência internacional de resultados de mitigação.

A Senadora Margareth Buzetti apresentou a Emenda nº 9, para prever cota de participação de até 50% do mercado voluntário na Cota Brasileiras de Emissões; e as Emendas nºs 10, 16, 11, 12 e 13 para, respectivamente, prever garantia de acesso aos projetos de soluções baseadas na natureza – com garantia de aceitação para os ativos gerados a partir de projetos de transição energética com base em metodologia aprovada internacionalmente; estabelecer princípio da repartição de benefícios entre âmbitos federal, estadual e municipal; prever a interoperabilidade entre mercado nacional e global; e definir que créditos de carbono comercializados por empresas privadas para o exterior serão descontados da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), na sigla em inglês.

O Senador Giordano apresentou as Emendas nºs 14 e 15 para tratar dos setores, atividades, instalações, fontes e gases de efeito estufa a serem regulados pelo regime proposto no substitutivo e da comercialização de ativos, bem como para alterar o art. 1º do substitutivo quanto ao objeto de aplicação da lei, excetuando da regulação as atividades que possuam como serviço principal ou exclusivo a proteção ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Zequinha Marinho apresentou as Emendas nºs 17 a 20 e a Emenda nº 22 para, respectivamente: incorporar o conceito de remoções líquidas de GEE; estabelecer o ativo de remoções líquidas de GEE; prever que a manutenção ou recomposição de áreas protegidas pelo Código Florestal sejam elegíveis para gerar créditos de carbono para os fins do SBCE; e para prever o objeto de aplicação da lei, retirando de sua regulação emissões de GEE indiretas decorrentes da produção de insumos ou matérias-primas utilizados por operadores bem como a produção primária agropecuária e as atividades relacionadas ao uso alternativo do solo em imóveis rurais. A Emenda nº 20 também prevê que o ente regulado poderá optar por contabilizar as emissões e remoções líquidas ocorridas em áreas rurais a ele pertencentes ou controladas, para fins de cumprimento das obrigações impostas pelo SBCE. A Emenda nº 22 tem conteúdo semelhante ao da Emenda nº 17, que foi retirada.

A Emenda nº 21, do Senador Carlos Viana, inclui parágrafo ao art. 3º do substitutivo para priorizar processos de registro no SBCE que visem à inclusão socioprodutiva para a agricultura familiar, pequenos proprietários rurais, povos e comunidades tradicionais.

A Emenda nº 23, do Senador Carlos Portinho, inclui os projetos de energia renovável nos incisos III, VI, IX e XVI do art. 2º, assim como nos arts. 39 e 49, com vistas a garantir que esta atividade seja considera entre as geradoras de créditos de carbono.

A Emenda nº 24, também do Senador Carlos Portinho, acrescenta novo art. 14 ao texto substitutivo para incorporar a possibilidade de que Reduções Certificadas de Emissões (RCE) geradas a partir de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto possam ser convertidas em ativos integrantes do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

Análise.

Após a leitura deste relatório, concedeu-se vista coletiva da matéria e foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 24, conforme aqui relatamos.

Decidimos pelo aproveitamento total ou parcial de várias dessas emendas, que enriqueceram sobremaneira o conteúdo do texto que a seguir se apresenta. Nesse sentido, foram acatadas total ou parcialmente: as Emendas nºs 7 e 8, do Senador Kajuru, para ajustes nas regras sobre natureza jurídica e transação dos ativos; as Emendas nºs 10, 12 e 16, da Senadora Margareth Buzetti, que harmonizam-se com regras que incentivam soluções baseadas na natureza para geração de créditos de carbono e que determinam a interoperabilidade entre os sistemas nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e internacional; as Emendas nºs 14 e 15, do Senador Giordano, com regras que balizam a regulação proposta no SBCE, sobretudo no sentido de incentivar atividades que promovem proteção ambiental e climática; as Emendas nºs 17, 18, 19, 20 e 22, todas de autoria do Senador Zequinha Marinho, que fortalecem medidas de remoção líquida de emissões, tornam elegíveis para geração de crédito de carbono a recomposição de áreas de passivos ambientais do Código Florestal e estabelecem diretrizes para a regulação do SBCE; e as Emendas nºs 23 e 24 que, respectivamente, tratam do reconhecimento no SBCE dos projetos de energia renovável e MDL.

Nos conceitos e em diversas regras, em relação ao último substitutivo apresentado, acataram-se sugestões dos Senadores, do Consórcio Amazônia Legal, do Observatório do Clima – que representa importantes organizações da sociedade civil no tema da mudança do clima, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Nesse sentido, destaca-se a possibilidade de geração dos ativos previstos a partir de programas – e não apenas a partir de projetos. Ainda, realizaram-se ajustes nos conceitos de: fonte e operador; crédito de carbono; redução das emissões de gases de efeito estufa – para explicitar atividades voltadas a eficiência energética, energias renováveis, sistemas agrícolas e pecuários mais eficientes e mobilidade sustentável; REDD+, para incluir no conceito as abordagens de mercado e não-mercado; remoção de GEE para incluir, entre outras medidas, recuperação da vegetação nativa, restauração ecológica, reflorestamento, incremento de estoques de carbono em solos agrícolas e pastagens; e transferência internacional de resultados de mitigação.

Ainda nesse sentido, destacam-se ajustes para promover maior participação dos estados e dos entes regulados na governança do SBCE por meio do Comitê Técnico Consultivo Permanente, que tem a prerrogativa de apresentar subsídios e recomendações para aprimoramento do SBCE.

Incorporou-se também a obrigatoriedade de submissão a consulta pública, pelo órgão gestor do SBCE, das propostas de normativos e parâmetros técnicos para a regulação, de modo a promover maior transparência e participação dos entes regulados e da sociedade civil na formulação das regras do SBCE. Também incluiu-se comando que veda a tributação de emissões e a dupla regulação institucional, para conferir segurança jurídica e econômica aos setores regulados.

Quanto às obrigações previstas para cumprimento de metas do Plano Nacional de Alocação, incluiu-se previsão de que se aplicam apenas às atividades para as quais existam metodologias de mensuração, relato e verificação consolidadas, conforme definido pelo órgão gestor do SBCE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o cálculo de emissões e remoções, considerando fatores específicos aplicáveis a cada tipo de atividade em particular, nos termos do regulamento. Com essa alteração, buscou-se atender preocupação legítima do setor agropecuário.

Entende-se que o principal foco de um sistema de comércio de emissões, em relação à agricultura, é fomentar técnicas de baixo carbono para que esse setor seja um fundamental ofertante de ativos de carbono, num ciclo virtuoso que promove proteção climática e, ao mesmo tempo, aumento da renda do produtor rural e maior resiliência dos sistemas agrícolas aos cenários negativos da alteração climática.

Objetiva-se assim garantir a segurança alimentar doméstica e global e o equilíbrio da balança de exportações. Nesse aspecto, incorporou-se artigo com base em emenda do Senador Zequinha Marinho para que a recomposição de áreas de preservação permanente, de reserva legal ou de uso restrito, conforme exigidas pelo Código Florestal, seja atividade elegível para a constituição de créditos de carbono – reforçando a questão da recomposição.

Ainda quanto à possibilidade de geração de ativos de carbono, realizaram-se ajustes na Seção II do substitutivo, que trata da geração desses ativos em áreas tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais, para prever a possibilidade de realização de projetos e programas de geração em unidades de conservação e em florestas públicas não destinadas.

Incorporou-se regra para dar tratamento adequado à natureza jurídica dos ativos de modo a promover o ganho de escala na sua geração e transação, definindo-se que só serão classificados como valores mobiliários quando negociados no mercado financeiro e de capitais. No aspecto tributário, incorporou-se regra para prever que poderão ser deduzidas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas no lucro real as despesas incorridas para a redução ou remoção de emissões de gases de efeito estufa vinculadas à geração dos ativos definidos no art. 10 desta lei e dos créditos de carbono, inclusive os gastos administrativos e financeiros necessários à emissão, ao registro, à negociação e à certificação ou às atividades do escriturador.

Entendemos que o substitutivo é fruto de um amplo consenso, de aproveitamento do mérito dos projetos em trâmite conjunto e de valiosas contribuições feitas pelos principais atores associados à matéria da mudança climática, de modo a viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono e a posicionar o Brasil como um exemplo de proteção ao regime climático, em benefício de nossa população e das atividades socioeconômicas, em especial a nossa agricultura,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tanto depende do equilíbrio do clima e que determina e determinará a segurança alimentar não só do Brasil como do planeta nas próximas décadas.

O voto.

Considerando o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei 412, de 2022, pelo acolhimento, total ou parcial, da Emenda nº 4-CAE, das Emendas nºs 1-T, 2 e 3-T ao PL nº 412, de 2022; das Emendas nºs 7, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23 e 24 ao PL 412, de 2022; da Emenda nº 1-Plen ao PL 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL 3.606, de 2021; e das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL 2.229, de 2023, na forma do substitutivo que apresentamos; pela rejeição das demais emendas e pela prejudicialidade do PL 2.122, de 2021; do PL 3.606, de 2021; do PL 4.028, de 2021; do PL 1.684, de 2022; e do PL 2.229, de 2023.

Sr. Presidente, nós teremos agora uma semana decisiva. Com esse pedido de vista da Senadora Tereza Cristina, acredito que teremos mais uma semana para encerrarmos o nosso debate e aproveitarmos para continuarmos a ouvir, mas acredito que nós estamos entrando em um consenso nesta Casa, com os Parlamentares da base e todos os interessados – Governo, setores –, e fico aguardando mais uma vez no gabinete a colaboração de todos aqueles que, porventura, queiram ainda dar suas contribuições.

Esse é o nosso voto.

Quero agradecer a oportunidade de estar relatando esse projeto tão importante para o nosso país – obrigada –, porque esse projeto não tem lado ideológico, ele não tem emoções...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É água.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Exatamente. É um projeto importantíssimo para o nosso país.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É vista coletiva, Senadora? (*Pausa.*)

O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, para variar, mais um exímio relatório apresentado pela Senadora Leila do Vôlei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – (*Fora do microfone.*) Senadora Tereza e Senador Zequinha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu concedo vista da matéria.

Alguém deseja fazer a discussão, por fineza? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

Senador Carlos Portinho, exemplar Senador, por gentileza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado. Eu só queria elogiar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu, que sou Vice-Líder do Governo Lula, o chamo de exemplar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sou seu fã também – já lhe falei – desde garoto.

Senadora Leila, quero só elogiar o seu trabalho e a forma participativa – aliás, em todo projeto você se disponibiliza a atender a todos. Fizemos algumas reuniões em equipe, aliás, como já tínhamos feito na Lei Geral do Esporte. E também nada é ideológico, porque isso é um projeto de Estado, como os outros que a gente tem discutido, e sempre chegamos a algum consenso ou ficamos vencidos, mas convencidos das razões.

Eu queria fazer este registro público, porque esse é um dos projetos mais importantes que tramitam hoje nesta Casa. Que a gente possa aprová-lo, atendendo aos setores, ao interesse e valorizando, acima de tudo, os créditos ambientais brasileiros.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sou eu que agradeço.

Sei que a Senadora Margareth e o Senador Mauro também pensam da mesma forma, com as mesmas palavras do Senador Portinho.

A Senadora Margareth, também exemplar Parlamentar, quer a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Só quero parabenizá-la, Leila, pelo relatório e dizer que esse é realmente um dos maiores projetos que estão tramitando na Casa hoje. E nós não temos que ter ideologia, nós temos que ter realmente um projeto que seja consenso, e você está dando esse exemplo, abrindo, conversando com todos. Então, parabéns. Conte comigo.

Eu sei que tem emenda minha aí, eu só fiquei em dúvida em uma emenda, mas nós vamos conversar sobre ela, está bem?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Excelente.

Eu concedo vista da matéria, nos termos do art. 132.

Já vou fazer o convite para devolver e reassumir a Presidência desta Comissão – histórica – do Meio Ambiente. Como eu não tenho cara de Jó, da Bíblia, a minha paciência com o "enganeis" já acabou; eu volto, então, para a futura e próxima Governadora do Distrito Federal, Leila Barros, a Presidência desta Comissão, e vou lá porque o Romário já está brigando comigo, porque temos um debate quentíssimo na Comissão de Esportes, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Convide a todos, convide a todos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E, para quem puder ir lá, o bicho vai pegar! (*Pausa*.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, mais uma vez reitero os agradecimentos a esta Comissão, a todos os Senadores que compõem esta Comissão e a todos os Senadores da Casa. A gente tem trabalhado firme – quero pedir desculpas porque nós estamos com sessão de debates temáticos sobre jogos eletrônicos, *fantasy games* –, tem outras sessões, mas nós estamos à disposição para tratarmos ainda nesta próxima semana para que possamos concluir e votar na próxima semana o 412, que é o nosso projeto principal aqui da CMA neste momento para o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, tem um item extrapauta, que é o turno suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 3.668, de 2021.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3668, DE 2021

Dispõe sobre a produção, o registro, comercialização, uso, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, inspeção e fiscalização, a pesquisa e experimentação, e os incentivos à produção de bioinsumos para agricultura e dá outras providências.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório:

Observações: *até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

Eu gostaria de esclarecer que este projeto estava na pauta, e nós, em um acordo aqui, ficamos aguardando a inclusão de mais duas emendas. E, por uma falta, de repente, de uma comunicação melhor, foi passado a mim que isso seria colocado, e, na verdade, nós não podemos atrapalhar, porque não houve a apresentação de emendas. Acredito que é um tema que está contemporizado, resolvido, já é acordo dentro da Comissão de Meio Ambiente.

Então, como não houve a apresentação dessas emendas, nós já estamos em turno suplementar e já está contemporizado entre os interessados, eu, por bem, como Presidente desta Comissão, inclusive, consultando os Senadores, a Senadora Tereza e outros – todos estão de acordo –, então, vou colocar em votação a...

Ao relatório, até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Não sei se a Senadora Margareth deseja discutir... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.189501/2023-01-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tendo sido oferecidas as emendas, reforço mais uma vez aos Senadores, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

Bom, o dia ainda aqui está pegando fogo.

Então, eu agradeço a todos que nos acompanharam nesta Comissão de Meio Ambiente, vamos correr agora para a sessão temática dos *games*.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Rogerio Marinho, Mauro Carvalho Junior, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas de reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação de uma(s) emenda(s) da Câmara dos Deputados e rejeição da(s) outra(s). **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 412, de 2022 - Terminativo -** que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2122, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para ativos financeiros associados a mitigação das emissões de gases de efeito estufa." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1684, de 2022 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4028, de 2021 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2229, de 2023 - Terminativo -** que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, com base na Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009); institui a Política de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, da Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, do Manejo Sustentável de Florestas e do Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+); altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tipificar a conduta de fraude no registro, emissão ou distribuição de certificados representativos de crédito de carbono; e as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006, para assegurar o direito de comercializar créditos de carbono de atividades silviculturais; 12.187, para prever que o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões será operacionalizado no âmbito do Sistema Nacional de Registro de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SNRI-GEE); e 12.651, de 25 de maio de 2012, para definir certificado representativo de crédito de carbono; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3606, de 2021 - Terminativo -** que: "Institui o marco regulatório para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)." **Autoria:** Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, na forma do substitutivo apresentado, com acolhimento, total ou parcial, das Emendas nºs 1-T, 2, 3-T, 4-CAE, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23 e 24 ao PL nº 412, de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606, de 2021; e das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL nº 2.229, de 2023; pela rejeição das demais emendas e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; do PL nº 1.684, de 2022; e do PL nº 2.229, de 2023. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3649, de 2023 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Mauro Carvalho Junior. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 54, de 2023** que: "Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3649/2023, que “dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães”" **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de setembro de 2023.

Comunico que foi apresentado a esta Comissão: Ofício nº 879, de 2023, do gabinete do ICMBio, que encaminha três informações técnicas a respeito do Projeto de Lei nº 3.649, de 2023, que trata sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; e Carta do Presidente da IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores) e Presidente da Amif (Associação Mineira da Indústria Florestal), na qual enfatizam a importância do Substitutivo do Projeto de Lei nº 412, de 2022, que institui a regulação do mercado de reduções de emissões de carbono no Brasil, em tramitação nesta CMA, reforçando a importância de incluir as remoções de carbono geradas na base florestal por meio do plantio e manutenção das florestas plantadas dedicadas.

Nos termos do §2º do art. 261, as manifestações e documentos serão anexados aos processos das matérias.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de relatórios e matérias apresentados a esta Comissão.

Dou início à reunião de hoje celebrando o aniversário de oito anos da criação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que se deu na última segunda-feira, 25 de setembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa agenda foi criada pela ONU e estabeleceu 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável, os chamados ODS.

As ações da agenda ambiental que, cotidianamente, trabalhamos neste Parlamento e, em especial, nesta Comissão permeiam, de forma direta ou indireta, todos os ODS. Precisamos reconhecer que as desigualdades socioeconômicas, tão presentes em tantos lugares do mundo, se apresentam como um grande obstáculo ao objetivo de conter as mudanças do clima.

Nunca é demais repetir que estamos em um cenário de emergência climática e é urgente implementarmos ações de mitigação e adaptação à frente das mudanças climáticas.

Recentemente, vimos os efeitos de eventos extremos no Rio Grande do Sul, que se ceifaram vidas, lares e histórias. Aqui no Planalto Central, estamos experienciando... Perdão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É. Experimentando, melhor. Muito técnico. (*Risos.*)

... efeitos de onda de calor extremo, o que coloca em risco a vida de pessoas em estado de saúde sensível.

Ainda temos, em nosso país, o desafio do combate à fome e da redução das desigualdades socioeconômicas.

Entretanto – e tentando acreditar na virada desse jogo –, podemos enxergar este momento como uma janela de oportunidades e transformar nosso país em um produtor e exportador de sustentabilidade. Pela transição ecológica, podemos gerar novos empregos, agregar valores aos nossos produtos, desenvolver novas tecnologias e garantir um futuro justo e sustentável para o nosso povo.

Nesta Comissão, tenho tido a honra de liderar discussões de extrema importância para o futuro. Tenho visto meus pares em um exercício constante de democracia, de escuta e produção de um conteúdo legislativo inovador. Na pauta de hoje, temos matérias importantes que estão sendo construídas com o devido debate junto aos diferentes setores da sociedade civil.

Em nosso trabalho como membros da Comissão de Meio Ambiente, devemos garantir, entre a ampla gama de questões aqui discutidas de forma meritória, que a erradicação da pobreza e a promoção da igualdade sejam um imperativo moral e político que nos orientam em nossas decisões. Devemos agora de maneira decisiva, assertiva e principalmente colaborativa para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assegurar que esse olhar sobre as lentes da sustentabilidade e de um novo paradigma de desenvolvimento, que é o posto à nossa frente, nos leve a um futuro comum que tanto queremos.

O tempo está se esgotando e é nossa responsabilidade fazer a diferença. Uma ótima reunião a todos nós.

Bom, antes de iniciarmos a nossa reunião, eu gostaria de comunicar a todos que o dia de ontem foi um dia muito intenso, de várias reuniões com, principalmente, os membros da Comissão de Meio Ambiente, Senadora Tereza Cristina, Senador Jaques Wagner. Em comum acordo, decidimos adiar a discussão e a votação do PL 412, devido às demandas de mais emendas e à necessidade, depois de muita conversa, de adiarmos para a próxima semana. Deixo claro que isso foi um acordo entre a Senadora Tereza Cristina e esta Relatora, para que, na próxima semana, adiando mais essa, para mais discussões e mais compreensão dos diversos pontos que nós estamos tratando, pelo menos nas últimas três semanas... Próxima semana... Mais uma vez, não retirando de pauta, estamos adiando para que, na próxima semana, façamos a discussão e a votação do 412.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 412, DE 2022

- Terminativo -

Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, na forma do substitutivo apresentado, com acolhimento, total ou parcial, das Emendas nºs 1-T, 2, 3-T, 4-CAE, 7, 8, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 22, 23 e 24 ao PL nº 412, de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606, de 2021; e das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL nº 2.229, de 2023; pela rejeição das demais emendas e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; do PL nº 1.684, de 2022; e do PL nº 2.229, de 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 29/11/2022, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2 e 3-T ao PL nº 412 de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN ao PL nº 2122 de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606 de 2021, nos termos da Emenda nº 4 – CAE (substitutivo), e pela prejudicialidade do PL nº 2122 de 2021; do PL nº 3606 de 2021; do PL nº 4028 de 2021; e do PL nº 1684 de 2022.

2. Matérias instruídas, na CMA, por 4 audiências públicas, realizadas em 28/6, 7/6, 25/5, 24/5/2023, em atendimento aos requerimentos 21, 30, 37, 44 e 50/2023-CMA.

3. Em 24/08/2023, aprovado no Plenário o Requerimento nº 745, de 2023, para tramitação conjunta do PL nº 2229, de 2023 com o PL nº 412, de 2022 (que já tramitava em conjunto com os Projetos de Lei nºs 2.122/2021, 4.028/2021, 3606/2021 e 1.684/2022). As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CMA, em decisão terminativa.

4. Em 20/09/2023, lido novo relatório, foi concedida vistas das matérias.

5. Após a leitura do relatório e até a publicação desta pauta, foram apresentadas as emendas 25 a 34.

6. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.)

Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1459, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 1999)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação de uma(s) emenda(s) da Câmara dos Deputados e rejeição da(s) outra(s)

Observações:

Pela rejeição das emendas que veiculam o inciso LIII do art. 2º; os §§ 6º a 10 e 22 a 24 do art. 3º; o § 4º do art. 4º; o inciso VI do art. 5º; o inciso IX do art. 7º; o § 4º do art. 12; o § 1º do art. 17; o § 3º do art. 26; os incisos V e VII do art. 27; o art. 28, caput e parágrafos; o § 2º do art. 29; o § 2º do art. 30; os §§ 2º e 9º do art. 41; os incisos do § 2º do art. 59; os §§ 1º e 3º do art. 62; o art. 64; e o inciso IV do art. 66; renumerando-se os demais dispositivos, e pela aprovação em globo das demais emendas que compõem o Projeto de Lei nº 1.459, de 2022, (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), com os ajustes de texto, sem alteração do mérito, conforme fundamentado na análise, que apresenta.

A autoria é do Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Fabiano Contarato para a leitura do seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Sra. Presidente, senhoras e senhores, colegas Senadores e Senadoras, quero inicialmente parabenizar a querida Senadora Leila pela forma como vem conduzindo a Comissão de Meio Ambiente, que muito nos orgulha aqui nesta Casa, ao passo que saúdo todos os presentes.

Eu tomaria a liberdade – já que este relatório foi disponibilizado, Senadora, há sete dias, e ele é um tanto quanto extenso – de fazer uma síntese dele de forma bem direta, e a gente passa ao voto, porque acho que ganharíamos tempo com isso em relação à discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero deixar claro que este relatório deste PL 1.459 foi construído a partir de um diálogo contínuo, um diálogo permanente com o Ministério da Agricultura, com a Anvisa, com o Ibama, com o Governo Federal, com o agronegócio. A querida Senadora Tereza Cristina teve participação em todas as reuniões que nós concluímos ali para construir este texto.

Eu tenho aprendido aqui, Senadora Leila, em pouco tempo como Senador, meu querido Jaques Wagner, que o ótimo é inimigo do bom, e a gente tem que saber construir pontes diante de convergências. Eu acho que esta é a verdadeira função, eu acho que esta é a magia da verdadeira, da boa política: se unir com o antagonismo na construção daquilo que seja muito mais positivo para toda a população brasileira, que é o principal destinatário, porque todo o poder emana do povo – isso não sou eu que estou dizendo, mas a própria Constituição – e deve ser exercido por nós, seus representantes.

Então, nós temos uma limitação regimental que impossibilita acréscimos no texto depois da aprovação na Câmara dos Deputados. Só podemos aprovar ou rejeitar os artigos. Vale lembrar que esse texto foi aprovado inicialmente no Senado com apenas três artigos, e voltou da Câmara com 67 artigos.

Levando tudo isso em consideração e cientes do interesse de setores do Parlamento em aprovar o texto sem a necessária reflexão para os riscos ambientais, conseguimos avançar com diálogos e acordos entre as partes. Apesar das limitações, permitimos que o projeto fosse amplamente avaliado e discutido.

Retiramos do projeto trechos que permitiam, aspas, "anuência tácita", caso o órgão federal registrante não homologasse ou alterasse a solicitação ou complementação de informações em 30 dias. A anuência tácita abriria possibilidade para a efetiva concessão de registro e comercialização de moléculas que nem sequer foram avaliadas pelos órgãos brasileiros competentes.

Em atenção ao pedido da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), suprimimos a expressão, aspas, "quando couber", no inciso VIII do art. 5º, no inciso IV do art. 6º, no inciso III do art. 7º, e no inciso III do art. 8º. O objetivo é garantir as competências e a atuação da Anvisa e do Ibama na homologação e na elaboração de pareceres técnicos apresentados nos pleitos de registro dos produtos, conforme as análises de risco à saúde e ao meio ambiente.

O nosso relatório também apresentou a retirada do inciso LIII do art. 2º, que definia o conceito de risco inaceitável para o uso de determinados agrotóxicos, sem a definição clara de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quais produtos poderiam ser considerados inaceitáveis. O conceito levaria, a nosso ver, ao aumento de risco de judicialização e de insegurança jurídica quanto à delimitação do termo. A supressão não prejudica o texto, uma vez que o §3º do art. 4º especifica que será proibido o registro de agrotóxico ou produto de controle ambiental quando permanecerem inseguros de acordo com parâmetros objetivos adotados internacionalmente, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e o Codex Alimentarius, normas que buscam garantir a segurança sanitária desses produtos.

Também fizemos a retirada dos §§22 a 24 do art. 3º, que abordavam produtos fitossanitários no texto, levando em consideração que esses produtos são destinados à agricultura orgânica e que são objeto de outro projeto de lei aprovado recentemente pela Comissão do Meio Ambiente.

As alterações promovidas no regimento de licenciamento para exportação não alteram a realidade brasileira, uma vez que a legislação vigente já permite a fabricação de produtos com finalidade exclusiva de exportação, conforme detalhado no *site* do órgão federal.

Reiteramos o nosso compromisso na defesa intransigente da saúde humana e da preservação ambiental.

O relatório foi entregue com diálogo e foco nos pontos sensíveis.

Diante das limitações regimentais, agora cabe ao Plenário do Senado avaliar a proposta.

O voto, Sra. Presidente.

Diante do exposto, somos pela rejeição das emendas que veiculam o inciso LIII do art. 2º; os §§6º a 10 e 22 a 24...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Só peço vênia aos colegas, porque nós estamos finalizando aqui a leitura de um relatório muito importante para todos nós.

Obrigada, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querida.

... do inciso IX do art. 7º; o §4º do art. 12; o §1º do art. 17; o §2º do art. 29; o §2º do art. 30; os §§2º e 9º do art. 41; os incisos do §2º do art. 59; os §§1º e 3º do art. 62; o art. 64; e o inciso IV

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do art. 66; renumerando-se os demais dispositivos, e pela aprovação em globo das demais emendas que compõem o Projeto de Lei 1.459,(Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 526, de 1999), com os seguintes ajustes de texto, sem alteração do mérito...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – ... conforme fundamentado na análise:

Na alínea "c" do inciso VI do art. 2º, suprima-se o termo "políticos".

No título do Capítulo II, substitua-se a expressão "DOS ÓRGÃOS REGISTRANTES" pela expressão "DO REGISTRO".

No §3º do art. 4º, suprima-se a expressão "nas condições recomendadas de uso", com fim de aprimorar o dispositivo, sem qualquer alteração de mérito.

Inclua-se, entre vírgulas, no §3º do art. 4º, a expressão "observado o disposto no §1º do art. 4º" após a palavra "inaceitável".

No inciso V do §5º do art. 4º, suprima-se a expressão "definir os procedimentos e os critérios de reanálise de produtos, bem como autorizar a sua execução".

No inciso VII do *caput* do art. 5º, suprima-se, para promoção de maior clareza, sem alteração de mérito, a expressão "de acordo com os alvos biológicos de maior importância econômica".

Suprima-se a expressão "quando couber" no inciso VIII do art. 5º, no inciso IV do art. 6º, no inciso III do art. 7º e no inciso III do art. 8º.

No inciso IX do art. 5º, suprima-se a expressão "cabendo ao órgão registrante a divulgação dos resultados do monitoramento".

Acrescente-se ao final dos incisos III do art. 7º e III do art. 8º a expressão "facultada a solicitação de complementação de informações".

No inciso X do art. 7º, suprima-se a expressão "de acordo com os alvos biológicos de maior importância econômica".

No *caput* e no parágrafo único do art. 9º, suprima-se a expressão "desde que cientificamente fundamentados" para deixar clara a preservação das competências constitucionais dos estados e municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No *caput* dos arts. 29 e 30, suprimam-se, respectivamente, as seguintes expressões "pelo órgão federal responsável pelo setor da agricultura" e "pelo órgão federal responsável pelo setor do meio ambiente".

Suprima-se, no inciso IV do art. 50, a expressão "por dolo".

Promova-se o ajuste de texto para que seja dada a seguinte redação ao §2º do art. 59, aspas: "A taxa a que se refere o caput deste artigo será objeto de regulamentação pelo Poder Executivo".

Substitua-se, em todo o texto do substitutivo, os termos "pesticida" ou "pesticidas" por "agrotóxico" ou "agrotóxicos", respectivamente, em consonância com a Constituição Federal.

Substitua-se, no Projeto de Lei nº 1.459, de 2022, onde couber, a expressão, aspas, "Engenheiros Agrônomos ou florestais, conselhos da categoria profissional da engenharia agronômica ou florestal" por "profissionais legalmente habilitados e conselhos de categorias profissionais legalmente habilitadas".

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Obrigado pela paciência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Fabiano Contarato.

A matéria está em discussão.

Com a palavra, Senadora Tereza Cristina, e, na sequência, Senador Zequinha.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Senadora Leila.

Parabéns pelo relatório, Senador Contarato, vamos dizer, o relatório construído a várias mãos!

É claro que o ótimo é inimigo do bom. Temos alguns pontos que nós debatemos muito, mas, pela relevância do assunto, pela importância do assunto, nós gostaríamos de pedir vista para poder avaliar. Apesar de já estar há alguns dias, há uma semana, no aplicativo, no sistema virtual, mas nós gostaríamos de pedir vista para poder fazer uma análise mais profunda sobre esse relatório tão importante, de um assunto que, há muitos anos, é esperado pelo setor agropecuário brasileiro. Nós aprovamos aqui, nesta Comissão, os bioinsumos, que são tão importantes quanto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e, agora, eu espero que, na semana que vem, enfim, na sua pauta, Presidente Leila, nós possamos também aprovar o PL dos pesticidas, é o nome que eu gosto de usar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senadora.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – É só para pedir vista coletiva.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vista coletiva, o.k.

Senador Rogerio.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sobre as considerações da Senadora Tereza, rapidamente, não existe nada bom que não possa ficar melhor ainda. Eu tenho certeza de que a gente vai trabalhar isso essa semana e vai poder oferecer ao Brasil perto do ideal daquilo que a gente precisa, até porque a nossa concorrência lá fora já avançou, está lá na frente, com moléculas muito mais modernas, menos impactantes. Enfim, a gente precisa disso.

Vamos à vista coletiva, então.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Zequinha.

Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, minha irmã, Presidente.

Senadora Tereza Cristina, eu acabei de falar com a redação da revista *Veja* agora, e ela está ansiosa para aquela mudança da capa em relação à senhora. Perfeito? Ou seja, sai "garota veneno" e entra "garoto veneno", Fabiano Contarato. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Presidenta, queria cumprimentar o Senador Contarato, meu querido Líder do partido e Relator desta matéria, todas as Senadoras e Senadores aqui presentes e aqueles que nos acompanham aqui, presencialmente, ou pela televisão.

Eu vou ser um pouquinho menos econômico do que a Senadora Tereza e o Senador Zequinha.

Apesar de já termos visto, eu queria valorizar bastante, porque eu acho que esse é o exercício da política necessário numa Casa plural de diferentes, elogiar muito a coragem responsável do Senador Contarato. Eu fui Governador oito anos e sempre dizia para a minha equipe que ninguém governa sem princípios, mas também ninguém governa só com seus princípios, porque a sociedade é plural e nós temos que respeitar os que pensam diferentemente. Quando você está no ato de governar, você tem que buscar a agregação da sua comunidade, do seu estado, da sua cidade e do seu país, e não estimular a divisão entre aqueles que devem estar juntos, trabalhando pela melhoria da vida do povo brasileiro.

Então, apesar de saber... Se alguém perguntar se o Senador Contarato hoje está feliz ou triste, eu posso responder por ele, porque a gente já se conhece há algum tempo, que não está nem feliz nem triste. Ele, na verdade, está com a sensação de que fez o que achava necessário ser feito.

A matéria é muito delicada. A matéria apaixona lados e lados.

Toda a minha reverência àqueles que pugnam – e todos nós pugnamos – por uma vida mais saudável, mas a verdade é que nós convivemos com alguns bilhões de seres humanos a serem alimentados. Então, na minha opinião – e foi isso sempre que eu defendi, por isso eu quero dividir com o Senador Contarato a responsabilidade –, eu sempre defendi o seguinte: conter a solução de qualquer impasse na sociedade é como um político que não tem posição. Esta é a pior posição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na política: não ter posição. Por isso eu digo que tenho os meus princípios, mas eu tenho que ter a flexibilidade de não ficar atrelado a eles para governar uma sociedade de diferentes.

Então, o que eu acho que o Senador Contarato... E, de novo, eu divido com ele, porque eu fui dos que trabalhei para construir essa saída, porque toda vez que você contém um problema a tendência é como uma panela de pressão: a temperatura vai subindo, vai subindo, vai subindo, e, aí, você que achava que não dar solução era a solução vai ver que realmente não tem mais solução, porque a panela explode e ninguém mais controla nada, ninguém mais segura nada.

Então, eu acho que o que fizemos aqui num tema tão delicado... E eu quero aqui elogiar os dois lados da negociação: e vou chamar, na falta de outro termo – aliás, não vou nem dar termo para não estragar... Mas quero dizer àqueles que defendiam os defensivos, os pesticidas, ou o nome que quiserem dar, nós todos sabemos do que estamos falando, e que também tiveram, eu diria, a mesma compreensão – não quero nominar, porque muitos trabalharam por isso, porque essa coisa já se arrasta há, sei lá, 30, 40 anos.

Então, alguém tinha que se movimentar no tabuleiro, senão nós íamos levar mais 40 estimulando o contrabando, estimulando eventualmente o uso de defensivos ou pesticidas mais agressivos. A mim ninguém vai convencer que uma indústria vai produzir hoje um defensivo de pior qualidade do que produzia há dez anos. Não é razoável, não é racional.

Não há ninguém que racionalmente sustente uma empresa, se o mundo clama por proteção ao meio ambiente, por combate à mudança climática, por combate ao aquecimento, por uma vida saudável, cada vez com maior volume de defensivo ou pesticida nos alimentos que ingerimos, não há ninguém que vai me convencer de que alguém prospere produzindo pesticidas mais agressivos do que se produzia há 10, há 20, há 30 anos.

É assim também na indústria farmacêutica. E eu não estou fazendo loas à indústria farmacêutica não, porque tenho meus senões com a indústria farmacêutica. Mas ninguém acha que alguém vai fazer algum método, algum combate a alguma doença com um produto mais nocivo ao ser humano do que fazia há dez anos ou 20 atrás. Não é razoável.

Então, às vezes, conter o que a gente não quer que chegue é alimentar o que de pior está sendo usado ou alimentar o contrabando.

Então, eu quero elogiar mais uma vez o Senador Contarato, que eu sei que fez um esforço hercúleo, que é próprio dos que têm honestidade intelectual, que têm coragem pessoal e que, quando se convencem, dizem: "Bom, eu vou apanhar, mas eu vou para casa sabendo que eu fiz o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que era correto; pelo menos nesse momento, na minha consciência. Amanhã eu posso até dizer: 'me arrependo, errei'". Mas hoje eu tenho certeza de que ele está fazendo tudo aquilo que ele acha correto.

Então, eu espero a vista. Permita-me só ponderar com o Senador Zequinha, porque já foi um esforço muito grande. Deus queira que V. Exa. traga alguma coisa que seja consensual como melhora. Porque, se for não consensual, a gente pode arriscar a andar para trás ao invés de andar para frente. Sem querer tolher a iniciativa de V. Exa., evidentemente.

Mas eu queria, então, meu amigo, parabenizar a sua coragem, a sua determinação. Como está tendo também a Presidenta desta Comissão com a questão do crédito de carbono. E eu digo assim, quando eu converso com ela: nem a rapidez do malfeito, nem a lentidão do inoperante! Eu acho que há a velocidade correta de curso de cruzeiro para a gente chegar.

Eu acho que a matéria estava madura. Na minha opinião, demorar mais, repito, é aumentar tensões. E agora vamos ver se cada lado cumpre a sua parte porque é um código de procedimento que a gente acabou de aprovar. E eu espero que cada um consiga, tanto o Governo quanto os produtores, andar dentro daquilo que nós pactuamos a fazer aqui.

Então, parabéns ao Senador. Parabéns à Senadora – me refiro à Senadora Tereza –, não que tenha sido a única, mas que, talvez pelo fato de ter sido Ministra da Agricultura, sempre é a mais demandada para essa negociação.

Então, muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jaques Wagner.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para discutir.) – Apenas para registrar, eu acho importante, que eu concordo com as palavras do Líder do Governo: eu também acho que a pior posição política é aquela em que não se assume posição, acho horrível isso. Eu, por exemplo, disse claramente: "Votei na PEC da transição", e fui muito criticado por quem votou em mim, etc., mas eu tinha consciência de que, se o meu candidato tivesse vencido, ele ia ter que fazer uma PEC da transição, então, eu não podia votar contra porque eu perdi a eleição. Então, a pessoa precisa assumir um compromisso.

Como homens públicos que somos, estamos sujeitos à crítica de quem votou com a gente, de quem gosta da gente, mas, se você é um Senador, se está como Deputado Federal, tem a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

obrigação de agir conforme a sua consciência e tentar convencer aqueles que não estão convencidos de que esse é o resultado da negociação. Porque geralmente não é o que eu quero 100% e nem o que o outro quer, é o que é possível.

Nós temos um mundo ideal, o mundo ideal é como a minha filha mais nova deseja: todos nós comeríamos produtos sem agrotóxicos. Isso é o mundo ideal, mas ele é irrealizável, porque o mundo sem os defensivos agrícolas não alimentaria 8 bilhões de pessoas: ou você usa o defensivo agrícola, ou o inseto come a sua comida, é simples assim. Então, não há como. E os defensivos agrícolas no Brasil, ao enfrentarem uma imensa burocracia, perdem concorrência para países que os utilizam e utilizam mais do que a gente, mais inseticida por hectare do que o Brasil, e acabam se beneficiando com a burocracia brasileira, que atrasa muitas vezes o licenciamento de um novo produto que, como disse o Senador Jaques Wagner, é sempre melhor do que aquele que ele está sucedendo.

Então, também cumprimento não só o Relator, o Senador Contarato, pela coragem de fazer a convergência, como o Líder do Governo, que também está aqui hoje colocando o seu nome, a sua história e assinando embaixo deste relatório, e, claro, a querida Tereza e o Zequinha, que também representam a liderança da FPA, que teve também esse bom senso de chegar a este denominador comum. Também espero que o Zequinha traga alguma coisa já consensuada, porque eu acho que está mais do que maduro para a gente votar e vencer esta pauta.

Parabéns, Senador Contarato, pela coragem, pela inteligência e pela coragem intelectual de assumir uma posição que talvez não agrade a algumas pessoas, mas é aquilo que é o fruto da negociação, é o resultado do possível que o Brasil precisa.

Muito obrigado. Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Presidente Leila, demais colegas Senadores e Senadoras, só para contribuir, sobretudo, eu quero manifestar aqui primeiro a satisfação de estar participando deste evento – você deve estar aí na Comissão –, na medida em que, já lá no ano passado, em dezembro, eu estive com o Senador Jaques Wagner, que inclusive está aqui...

E quero registrar a presença do eminente Deputado Federal, meu ex-colega Senador Sergio Souza, que também é um professor, um mestre que conhece muito bem este assunto e outros assuntos inerentes ao campo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E ali teve a participação do Sergio, do Senador Jayme Campos e, se não me falha a memória, do Zequinha Marinho e do Acir Gurgacz, que era o nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ali foi feita uma tratativa para que nós pudéssemos colocá-la em dezembro do ano passado. Essa matéria estava praticamente madura, mas entrou um requerimento da Presidência do Senado – na verdade, Senadora Leila, vamos esclarecer aqui os fatos: ela estava pronta para ser votada – e, com o requerimento que foi protocolado na Presidência, ela foi remitida para a CMA. Essa matéria já tinha sido discutida aqui. Não somos contra. Quanto mais se democratizar, de forma mais transparente, é óbvio e evidente que quem ganha é a sociedade brasileira.

Feito isso, eu acho que o Senador Contarato – responsável, competente, eu tenho maior admiração por ele – está procurando fazer o melhor. Nós não podemos partir para radicalismo. Não é verdade, Senador Fabiano? Nós temos que ter uma solução. Hoje nós somos dominados, como o senhor sabe, por cinco ou seis grandes multinacionais. O que se pretende com este projeto, a bem da verdade, é melhorarmos com certeza. O mundo mudou, o mundo avançou e as moléculas que são usadas para a produção, naturalmente, desses pesticidas – como se fala –, que são defensivos agrícolas, melhoraram sobremaneira.

Nós vamos baratear os custos com esse projeto, abrir novos mercados para novas empresas, novas indústrias e, sobretudo – é bom nós acrescentarmos –, porque para isso aqui nós temos os órgãos de controle, desde o próprio Ministério da Agricultura, à Anvisa, ao Ibama. Todo esse processo tem, com certeza, um rito. Não pode a pessoa achar que é da noite para o dia, que vai mudar, que qualquer um vai produzir com mais veneno ou menos veneno. Ninguém quer isso.

Nós estamos todos os dias avançando no mundo, melhorando, aprimorando com tecnologia, para minimizarmos, com certeza, o que havia no passado, talvez mais recentemente. Muitas pessoas poderiam ter sido prejudicadas, no caso da saúde, que, lamentavelmente, houve talvez um... Mas hoje nós estamos aprimorando.

Dessa forma, eu acho que nós podemos, nesta próxima semana, diante do ponto de vista coletivo, Senador Fabiano, chegar a um bom termo. Eu acho que tem que ser bom para o Brasil. Isso vai diminuir o custo sobremaneira da produção agrícola brasileira. Não tenho dúvida alguma. O Brasil não pode continuar a ser refém das grandes indústrias multinacionais que sempre estão explorando o povo brasileiro.

V. Exa. talvez seja mais novo do que eu, mas o senhor lembra, lá atrás, quando inventaram o genérico aqui, uma coragem determinada do ex-Ministro, colega nosso, Senador José Serra: aquilo era quase impossível! E, hoje, estamos com o mercado aí trabalhando, a diferença de preço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é enorme e o pobre, particularmente, é muito beneficiado. Caso contrário, talvez não tivéssemos esse privilégio de termos hoje essa competitividade do mercado nacional.

De forma que eu espero que possamos aprovar, até porque esse projeto, Senadora Tereza, não é novo aqui na Casa, é de 1999. O Blairo era suplente do finado Jonas Pinheiro, que era o Senador titular. Ele assumiu por uns dias aqui e fez esse projeto.

Então, não é nada novo aqui: 1999. Simplesmente tem 24 anos que está circulando aqui na Casa.

É o caso do marco temporal: 17 anos. Nós temos de dar celeridade aos trabalhos aqui no Congresso Nacional, sobretudo a projetos relevantes, meritórios, que atendem, com certeza, ao anseio e às aspirações da sociedade brasileira. Nós não podemos ir para o campo ideológico, o campo de interesse econômico, de quem quer que seja, do grupo que seja. Nós temos que trabalhar aqui defendendo o interesse da sociedade brasileira, sobretudo daqueles que produzem, daqueles que geram emprego, renda e que querem o melhor para o Brasil.

Dessa forma, eu quero concluir dizendo: Senador Fabiano, eu aposto no bom senso de V. Exa. Eu respeito, tenho a maior admiração pela sua coragem, toda vez que vem ao Plenário, defendendo causas justas que, muitas vezes, o homem público não tem coragem de defender, e V. Exa. tem a coragem suficiente. O senhor tem a minha admiração.

Todavia, nós temos que chegar agora aqui, Tereza, com uma nova proposta semana que vem, se possível esta semana, para que possamos votar na próxima quarta-feira.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Parabéns, Senador Fabiano.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Bom, foi...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu só queria fazer aqui um registro de agradecimento especial à Consultoria do Senado. Os Consultores do Senado tiveram uma participação fundamental, construindo esse texto dentro daquilo que era possível, dentro do processo legislativo, dentro daquilo que foi amplamente discutido.

Eu, mais uma vez, faço um apelo aqui, respondendo ao meu querido Líder, Senador Jaques Wagner. Eu não estou alegre, nem estou triste, mas eu estou com minha consciência tranquila do dever cumprido, porque eu acho que a mola propulsora de um político é ele ter a coragem de enfrentar temas e não se acovardar diante de temas que são relevantes para a população. E faço aqui até uma reflexão, porque, Senadora Leila, quando eu vejo colegas aqui dentro falarem em ativismo judicial, nós temos que entender o que se faz, o que se leva a esse ativismo, não é? E aí eu não tenho dúvida de que por vezes é o nosso acovardamento, é a nossa omissão diante de temas importantes, porque a regra é constitucional. Isso não sou eu que estou dizendo; é o legislador constituinte. O art. 5º, item XXXV, diz: "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Então, se nós não legislamos, alguém tem que dizer o direito.

Então, eu faço aqui esse apelo aos colegas que, legitimamente, estão pedindo vista para que mantenhamos esse acordo daquilo que foi possível no texto construído e votemos o texto, o relatório semana que vem, na certeza de que nós estamos dando um grande passo.

Quero agradecer todas as palavras de apoiamento e falar, mais uma vez, para a população, tanto para os segmentos ambientais, porque todos sabem da minha luta em defesa da pauta ambiental... Eu fui Presidente desta Comissão de Meio Ambiente, o que muito me orgulha, mas nós temos que ter a plena convicção de que é perfeitamente possível andar de mãos dadas, sustentabilidade, gerando emprego e renda, alavancando a economia, reduzindo as desigualdades, na certeza de que nós estaremos dando vida, vez e voz ao art. 225, que diz que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu pediria, se for possível, para a senhora colocar como requerimento extrapauta o Requerimento 54, que é um pedido de audiência pública para instruir o PL 3.649, que dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Se for possível, colocar extrapauta para uma audiência pública com relação a esse projeto de lei.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, ele está incluído no item 3, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está subscrevendo?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Estou.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Senador Fabiano Contarato, só quero dizer da sua competência em fazer as negociações, ouvir todo mundo, sempre de maneira muito organizada; também parabenizar os assessores aqui do Senado, que sempre estiveram à disposição para tirar dúvidas, enfim, para fazer o bom encaminhamento desse projeto; e dizer que, com a aprovação desse PL, que eu espero que, já na próxima reunião, nós possamos aprovar, para depois ir para Plenário, eu acho que ganha o Brasil, ganha a segurança alimentar do Brasil e do mundo, ganham os produtores rurais. E, como disse muito bem aqui o Líder Jaques Wagner, esse tema é um tema que... Ninguém vai fazer uma molécula pior do que as que já existem. Todo mundo tende a fazer a modernização e a melhoria das condições, a menor toxidez. Aliás, isso está na lei. Nós temos sempre que fazer uma molécula melhor, menos tóxica do que as que estão aí aprovadas.

E o Brasil vai entrar numa rota de modernidade, de custos mais baixos, acabar com o contrabando, que é seriíssimo.

Eu estive agora na Argentina, neste final de semana. Lá eles levam dois anos para aprovar uma molécula, e, no Brasil, a média nossa tem sido de sete anos – média de sete anos. Então, tem coisas que são muito mais que dez anos para serem aprovadas.

Então, eu acho que hoje nós saímos daqui, desta Comissão, com a sensação de que agora nós realmente vamos tirar da pauta e vamos entrar com outras coisas, mas vamos resolver um assunto que está há 20 anos nesta Casa sendo discutido.

Então, parabéns. Eu acho que esta Comissão está de parabéns. Parabéns ao Senador Contarato, que pegou essa matéria. Eu sei que foi difícil para ele no início, mas ele levou a bom termo, e hoje nós podemos estar aqui ouvindo a sua leitura e, na próxima, com a discussão e depois a votação.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vou registrar só a presença do Deputado Sergio Souza e do Deputado Lupion também, que são da Frente Parlamentar da Agricultura.

Só para encerrar a nossa discussão sobre o item 1, quero reforçar a minha fala da última semana, quando nós tivemos um debate aqui acalorado sobre, mais uma vez, mercado de carbono e outros temas, e a minha preocupação é de que todos entendam que, para a Comissão de Meio Ambiente, nós iremos, sim, tratar temas referentes a impactos ambientais importantes para o país. Entendemos que temos que valorizar quem produz, quem gera emprego, mas temos que ter a devida atenção com a responsabilidade coletiva. Atender a um setor, mas ter a responsabilidade coletiva, porque iremos, sim, tratar sobre os temas que são pertinentes a esta Comissão. Esta Presidente não vai se abster, em nenhum momento, de fazer o devido debate.

Eu quero agradecer aos Senadores desta Comissão, reforçando, mais uma vez, Senador, a sua coragem, porque, quando eu designei o Senador Fabiano Contarato, eu falei: vai ser um tema polêmico, é um tema polêmico, que vai gerar discussão, assim como eu avoquei para mim o mercado de carbono. E é como o Senador Jaques Wagner falou: já temos uma certa maturidade, estamos aqui no Senado há cinco anos, conhecemos as regras do jogo, mas, acima de tudo, temos a capacidade de dialogar. Nós não podemos perder isso.

Tivemos anos difíceis, não é, Senador Fabiano? Tivemos anos muito difíceis aqui, nesta Casa, e nós aprendemos muito que o mais importante para o país avançar, em todos os sentidos, é a nossa capacidade – nós desenvolvermos a nossa capacidade – de dialogar. Perdemos isso no ambiente político e estamos, aos poucos, resgatando essa capacidade de dialogar.

Então, quero agradecer a você, Senadora Tereza Cristina, que está o tempo todo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... à frente de pautas que são importantes para nós, à Bancada Feminina e também à Frente Parlamentar da Agricultura, porque nós temos dialogado.

Eu quero falar isto bem claro: que, dentro desta Comissão, é óbvio que nós temos um apreço pela pauta ambiental, mas nós não podemos tratar nem a questão econômica nem a ambiental com paixões, movidos por paixões. Nós temos que priorizar o coletivo, escutando os diversos setores, os diversos atores que se interessam, porque a pauta é importante, e assim o faremos, e assim o trataremos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero agradecer a civilidade de estarmos fazendo este debate, e já colocaremos, esta Presidente colocará para a próxima semana duas pautas importantíssimas: o PL 1.459 e o 412. Mais uma vez, reforço que não estou retirando de pauta; estou apenas adiando a discussão, a pedido da FPA, na pessoa da Senadora Tereza Cristina. Também concordo com o Senador Jaques Wagner, já está bem amadurecido o texto, mas, mais uma vez, exercitando o nosso poder de diálogo, procurando esgotar qualquer possibilidade de se ter mais alguma divergência ou mais alguma necessidade de debate, nós vamos adiar mais uma semana e vamos finalizar, na próxima semana, esses dois debates.

Já agradeço a todos os que estão conosco aqui, na CMA, e aos pares aqui, que têm feito o devido debate e trabalhado muito nos gabinetes, que não têm faltado à conversa, ao diálogo – eu quero deixar bem claro a todos –, o tempo todo debatendo muito sobre esses dois temas.

Obrigada.

Bom, pedido de vista concedido. Na semana que vem, teremos as duas pautas, iremos debater e votar as duas pautas.

Do item 2, mais uma vez reforçando, está adiada a votação.

Passo agora para o item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3649, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações: dia 26 de setembro foi apresentado o Requerimento 54, de 2023, de autoria dos Senadores Teresa Leitão e Alessandro Vieira, com subscrição do Senador Hamilton Mourão, que não é membro desta Comissão, para realização de audiência pública de instrução da matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 54, DE 2023

Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3649/2023, que "dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães"

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros

O requerimento deve ser votado antes da matéria, conforme os art. 255 e 315, §1º, do Regimento desta Casa.

O Senador Fabiano Contarato subscreveu o requerimento.

Eu boto em votação, de forma simbólica... Já adiantando, eu gostaria já de deixar muito claro aqui, aos dois Senadores, Senadora Margareth Buzetti e Senador Mauro, que, seguindo o mesmo caminho do entendimento que foi para o 412, foi para a questão do PL. Peço vênia aos dois para que façamos ao menos uma audiência, um debate nesta Casa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, já adiantando que podemos fazer esse debate, essa audiência, já marcando para a próxima semana, quinta-feira, que nós temos disponibilidade.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – A senhora está propondo a votação do requerimento nominal feito pelo eminente Senador Contarato, é isso?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, a votação será simbólica, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu vou pedir verificação, Senadora Leila.

Eu quero, inclusive, justificar aqui o nosso pedido, com todo o respeito ao Senador Contarato.

Quero elogiar aqui o que foi feito há pouco, que mostra aqui a maturidade desta Casa. O fato de o Senador Contarato ter toda essa tradição na questão ambiental e fazer esse processo de transigência, de negociação, de se debruçar sobre o tema, de ouvir as partes, sem dúvida nenhuma é uma demonstração de maturidade aqui do Parlamento brasileiro.

Parabéns, Senador Contarato, pela interlocução com a Senadora Tereza, com o Senador Marcio, com o Senador Mauro, com a Senadora Margareth Buzetti, que aqui está, com o Senador Jayme, com a senhora, como Presidente aqui da Comissão, mas o nosso pedido de verificação se dará após a votação simbólica, já que já foi anunciada a votação simbólica, em função do processo que está ocorrendo, institucional, de invasão de competências por parte do Judiciário, em função das ações e prerrogativas do Parlamento brasileiro.

O nosso posicionamento é um posicionamento institucional também, não tem nada de pessoal, e nós vamos aguardar o que vai ocorrer agora na CCJ por ocasião da votação do marco temporal. Ultrapassada essa etapa, Sra. Presidente, é evidente que nós teremos todo o interesse de que possamos continuar aqui a trabalhar dentro do Parlamento com as pautas e com as nossas prerrogativas intactas. É isto que espera de nós o povo brasileiro: que o Senado de fato funcione, que seja pertinente, que cumpra o seu dever.

Então, o privilégio do nosso pedido aqui é à instituição e não a um partido político ou a um segmento.

Peço o apoiamento aqui do Senador Marcio Bittar e do Senador Mauro ao nosso pedido de votação nominal.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Tem o meu apoiamento, Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Tem o meu apoio também.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Tem o meu apoio também, mas eu só queria completar essa fala do Senador Rogerio Marinho, Presidente Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, eu e a Senadora Margareth tomamos o cuidado de marcar uma audiência com o Ministro Padilha, e nos reunimos com ele para tratar exclusivamente deste assunto do projeto de lei de estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Por sugestão do Ministro, ele colocou na mesa, para que não haja nenhum tipo de divergência, que nós nos reuníssemos com a AGU, que seria um órgão conciliador com o Executivo, com o ICMBio, com o Ministério do Meio Ambiente, para que a gente chegasse realmente a um denominador comum que atendesse todos os interesses republicanos da estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Na mesma hora, a Senadora Margareth concordou com o Ministro Padilha, e, de fato, nós já iremos dar esse encaminhamento, solicitando à AGU que marque essa reunião de conciliação.

Então, eu não vejo necessidade nenhuma de uma audiência pública, já que nós iremos ter essa conciliação junto com a AGU e o ICMBio, o Ministério do Ambiente. E até o Ministro Padilha falou: "Bom, já que vocês concordaram com essa conciliação, eu também não vejo necessidade de haver uma audiência pública para tratar desse tema".

Então foi isso que foi acordado ontem à noite com a Senadora Margareth, com o Ministro Padilha.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu só acho assim, abrindo meu coração aqui para os colegas: o espaço para debater a matéria é aqui. Por mais que o Ministro Padilha esteja aberto... Daí a importância de a oposição ver como o Governo está aberto ao diálogo. Isso vai ter... Uma coisa não suprime a outra.

Eu faço um apelo aos colegas, à minha querida Senadora Margareth Buzetti. Gente, nós estamos adiando para uma semana uma audiência pública na quinta-feira. O espaço, a discussão é sempre saudável. Nós estamos vendo aí o mercado de carbono, estamos vendo aí o marco temporal, estamos vendo vários temas. Ora, nós estamos simplesmente pedindo um requerimento de audiência pública para a semana que vem, numa quinta-feira, já que o espaço para dialogar e debater isso é aqui nesta Casa, é na Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, a gente vai suprimir isso com o argumento de que o Ministro Padilha autorizou ter uma reunião com a AGU, porque lá vai... Óbvio, esses movimentos políticos se dão e são legítimos, mas isso não suprime a função do Legislativo, porque senão nós estamos aqui sucumbindo a esse tipo de comportamento, que não é...

Então, eu faço um apelo aos colegas: nós não estamos fazendo nada, absolutamente nada de mais; apenas transferindo isso para uma audiência pública na semana que vem. Hoje é quarta-feira. Eu faço esse apelo à minha querida Senadora Margareth Buzetti, a quem eu queria ouvir, por gentileza.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, querida amiga, Senadora Leila, prezados colegas Senadores... Senador Fabiano Contarato, me ouça dois minutinhos só.

Esse assunto eu vou explicar para V. Exa. aqui. Já foi feita uma licitação através do Ibovespa. O que ocorre? O Parque Nacional da Chapada o Governo do Estado de Mato Grosso quer assumir, porque, lamentavelmente, o Governo Federal não assumiu até hoje lá. Não tem um ano que lá não tenha grandes incêndios, as invasões... Na hora do incêndio, quem vai combater? O Corpo de Bombeiros, as forças de segurança do Governo do estado é que vão combater lá o incêndio, certo? Quando invadem um pedacinho lá, quem vai? É o Governo do Estado de Mato Grosso.

Pois bem, o Governo do Mato Grosso fez uma proposta tão decente que isso não existe. O Governador Mauro Mendes pediu para fazer a assunção, através do estado, daquela área, daquele parque, para que o estado fizesse os investimentos necessários. O investimento previsto, em quatro anos, é na ordem de R$200 milhões. Preço da entrada no parque? Zero, ninguém ia pagar nada.

Quando foi feita essa licitação através do Ibovespa, uma empresa ganhou lá por R$18 milhões, para explorar por 30 anos, um verdadeiro escândalo – ia investir R$18 milhões e explorar por 30 anos. E tem mais um adendo que quero fazer para o senhor: o senhor sabe quanto iam cobrar do coitado, do pobre, do cidadão trabalhador do meu estado, um ingresso para entrar lá? Chegava ao cúmulo do absurdo: em determinados dias da semana, iria chegar a R$100. Início de partida, R$25, no primeiro ano. Segundo ano e terceiro ano, R$50. Se um cidadão tivesse o pai, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mãe e dois filhos, ele teria que moer, no primeiro ano, só para entrar no parque, R$100. O senhor acha que um trabalhador que ganha R$1,3 mil teria capacidade de frequentar aquele parque? Não.

Lá já – mal e porcamente – são abertos os portões. Claro, sem nenhuma infraestrutura.

E é o mais importante: o Governo do estado está se comprometendo a investir R$200 milhões, sem nenhum custo para a Federação, assumindo os compromissos na manutenção, na conservação. Um parque... Se o senhor tiver a possibilidade de nos atender, eu quero trazer para o senhor aqui o projeto para nós colocarmos aqui no painel. É uma maravilha. São poucos os parques deste país que teriam essa infraestrutura.

Então, o que acontece? Foi feita essa concorrência. Ganhou uma empresa privada. O TCU, depois do reclame feito pelo estado, anulou a concorrência. Depois iria fazer uma exposição de motivo.

Todos nós Parlamentares de Mato Grosso, toda a bancada federal, os Senadores, os Deputados, o Governador, a sociedade mato-grossense reagimos de bate-pronto. Como é que você vai pegar um parque, investir R$18 milhões durante 30 anos? Só no primeiro ano, ele ia puxar os R$18 milhões. Só que esse investimento é por 18 anos. Ora, é questão de bom senso, Leila. Lá precisa ser assumido pelo estado. Não adianta nós privatizarmos. Mais uma privatização para cobrar do cidadão para frequentar um parque que é um patrimônio do povo do Mato Grosso?! Ali é um patrimônio do trabalhador. O senhor está convidado a ir a Cuiabá, meu convidado especial. O senhor vai à Chapada dos Guimarães, se não foi ainda; vai lá ao parque, vai lá à Cachoeira... É da Fumaça?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Véu da Noiva, uma maravilha. Maravilhoso lá. Está convidado, é o meu hóspede especial. O senhor vai ver que maravilha.

Ali quem frequenta sabe quem é? É filho de trabalhador, é o pobre, é o cidadão do nosso estado que não tem capacidade de pagar para ir a um parque privado. Agora querer cobrar R$25 por cabeça; pai, mãe, dois filhos, R$100. Ele não tem essa estrutura. E Cuiabá, aquele calorzinho que a senhora sabe, são 42º, 43º na sombra, ali é para onde o povo recorre. Você passa lá no fim de semana, tem 10 mil, 20 mil pessoas, porque são várias cachoeiras no longo da estrada que demanda Cuiabá a Chapada dos Guimarães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, com todo respeito e admiração por V. Exa., isso aqui não precisa... O Governo Federal tem que ter bom senso, entregar para o estado, entregar de imediato para o estado fazer esses investimentos e nós termos um parque decente para incrementarmos o turismo no Mato Grosso. Está sendo feita uma obra lá magnífica, que é um parque, ou seja, Novo Mato Grosso, que vai ter pista de corrida, autódromo, vai ter vários locais para grandes eventos nacionais e internacionais. E nós construímos ali um complexo turístico para nós termos uma nova fonte da economia no Mato Grosso, que é a indústria, que não polui o planeta nada.

Agora, nesse caso, com todo respeito, eu acho que não precisamos dessa audiência pública. Estamos procurando aquilo que é direito do cidadão mato-grossense, direito dos brasileiros que ali moram, naquele estado, que precisam de mais lazer, e que não sejam cobrados R$25 no primeiro ano, no segundo ano, R$50 por cada cidadão que entrar lá. Eu faço esse adendo para o senhor tomar conhecimento.

E o TCU anulou a concorrência. Para o senhor ter noção, foi licitado pelo Ibovespa, foi anulado porque entendeu que o que estavam fazendo era contra a população do nosso estado. Era ali um verdadeiro caça-níquel que queriam montar lá no Parque Nacional da Chapada.

E o Mauro tem toda a razão de estar lutando, a Margareth aqui, todos nós, no sentido de viabilizar esse parque com a maior urgência possível para atender naturalmente a sociedade mato-grossense.

Muito obrigado, Sra. Presidenta Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senadora Margareth Buzetti, autora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Presidente, querido Senador Contarato, eu quero colocar aqui um pouco do que é o Parque da Chapada hoje.

O Parque da Chapada hoje está sem nenhuma infraestrutura, nada de infraestrutura, todos os anos pega fogo. O Governo tem que acudir, tem que fazer, porque é função do estado. Mas o que o Governo está propondo é fazer essa infraestrutura, como tem lá em Bonito, no Mato Grosso do Sul, para visitação. Nós temos um terço da população cuiabana, da população mato-grossense morando na Baixada Cuiabana – um terço. E aí essa população ficar sem o parque, por não poder fazer essa visitação ao parque que é nosso... E o Governo está se propondo a fazer uma coisa e preservar, porque essa é a primeira condição, a preservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, a gente se preocupou ontem em falar com o Governo para não ter essa questão de inconstitucionalidade, porque o ICMBio está questionando, mas o ICMBio não tem condições de cuidar do Parque da Chapada dos Guimarães, porque hoje ele não cuida – hoje ele não cuida. Então, se ele delegasse ao Governo do estado a gestão e os investimentos, estaria tudo certo. Seria só delegar. São 200 milhões e agora já não são mais quatro anos; tem que ser em três, e são 66 milhões por ano. Então, eu não vejo o porquê. Eu acho que a gente poderia ler este relatório, transformar em vista coletiva e, depois, na próxima, votar. É isso que eu proponho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, vamos ter a verificação de...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Bom, eu tento sempre lutar pelo diálogo, eu tento buscar aqui um melhor aprofundamento da matéria. Na minha humilde opinião, uma semana a mais, uma semana a menos não muda absolutamente nada nisso; acho que, pelo contrário, fortalece o projeto e lhe dá mais sustentação.

O apelo que fiz aos colegas foi justamente, sem entrar no mérito, porque eu não estou entrando no mérito do projeto... Eu simplesmente estou falando o seguinte: olha, vamos cumprir – aqui é a Comissão de Meio Ambiente –, vamos cumprir. Em uma semana, uma audiência pública; mata a audiência pública e, em seguida, a audiência pública vota. Simplesmente isso, nada além disso.

Mas, como sempre tento pautar a minha vida observando essa humildade com o diálogo – e como fui subscritor deste requerimento –, atendendo à solicitação dos colegas, eu vou retirar a subscrição deste requerimento, em que pese, na minha consciência moral, eu achar que uma semana seria positivo para o próprio Senado e para o próprio Parlamento, na certeza de que nós poderíamos debater melhor sobre o assunto.

E faço aqui o apelo aos colegas, então, para que, assim deliberando V. Exa. após a leitura do relatório, seja concedida vista coletiva.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Rogerio.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Parece-me que o pedido de audiência que foi solicitado pelo Senador Contarato, pela palavra dele, está reiterado. Então, a nossa verificação, por via de consequência, também.

O que eu peço a V. Exa. – e já conversei aqui com o Senador Mauro – é que haja a leitura do relatório, e, em seguida, a Senadora Margareth poderá pedir vista.

A nossa preocupação, eminente Presidente e Senador Contarato, não é aqui sequer a discussão do mérito. Nós temos a nossa opinião, nós temos o nosso posicionamento, nós temos as nossas diferenças que são absolutamente saudáveis dentro do processo democrático. A nossa questão aqui é o privilégio da instituição, a prerrogativa do Senado. Então, a nossa posição é política. E o que nós solicitamos aqui ao eminente Relator e à eminente autora é que, após a leitura, com a anuência da Presidente e daqueles que aqui estão, a Presidente que estiver aqui presente, possa pedir vista e a gente não tenha votação hoje. Eu vou, inclusive, caso haja essa concordância, me deslocar para a CCJ, onde está sendo feita a leitura do marco temporal para votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Perfeito, é esse o acordo que eu proponho aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, só reforçando, assim, a fala do Senador Contarato, a política são gestos, e um lado sempre promoveu gestos. Esse projeto é terminativo.

Eu escuto muito a fala do Senador Jayme, de vocês que conhecem a região, mas eu não conheço e eu acho que seria um direito dos demais membros desta Comissão não só ouvir a opinião dos que estão aqui e conhecem a região, mas trazer o Governo do estado, trazer o ICMBio, trazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Desculpe, Senador, eu estou só concluindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu vejo aqui é uma tentativa de muitas vezes se ouvir um lado e não se levar em consideração a posição do que também não converge, enfim, com o assunto aqui. Então, se for minha opinião, eu gostaria de continuar a questão do requerimento, porque eu acho sinceramente... Entendo a argumentação de todos vocês enquanto Presidente e membro desta Comissão e companheira de Senado de vocês, mas não estão nos dando a possibilidade de ouvir o Governo do estado, o ICMBio, a secretaria, o Governo Federal, enfim. Essa é a minha posição.

Tudo bem, nós vamos adiar por mais uma semana. Por que não fazer uma audiência pública para estarmos todos aqui presentes para ouvir o Governo do estado, para ouvir o Governo Federal, as argumentações, para termos o devido debate, porque é um projeto terminativo, assim como o mercado de carbono, assim como o PL dos pesticidas, e não está se tendo o mesmo tratamento. Peço vênia aos colegas, mas não está se tendo o mesmo tratamento com relação a uma posição levantada, digamos, por quem não está convergindo, enfim, com o assunto que vocês estão trazendo, que é o PL.

Então, eu peço sinceramente... Eu não entendo, se temos uma necessidade de fazer o devido debate e toda vez é levantado isso nas pautas aqui, há retirada, há um diálogo, conversamos nos gabinetes, por que não fazemos com esse. Eu pergunto aos senhores: por que não podemos neste momento... Enlouqueci o pobre do Airton aqui. Olhe, eu preciso... Já chegando preocupada, já sabia a reação, já sabia qual seria a reação. Por que não fazemos isso numa quinta-feira com todo mundo de manhã? Fazemos isso e o compromisso é já de pautar na outra semana. Seria muito tranquilo e nos daria a tranquilidade inclusive para fazermos o debate e fazermos a votação. Eu não entendo.

Sinceramente é isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu acho que o grande problema aqui é que nós estamos discutindo o mérito, que é razoável dentro de uma Comissão de mérito, mas eu estou dizendo à senhora que é uma posição política. E coloquei aqui inclusive que houve já o pedido de votação nominal, com apoiamento dos Srs. Senadores.

Se houver a votação do requerimento, eu vou manter a posição que inclusive já foi consignada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k., Senador.

Todas as posições aqui, na maioria, são políticas, Senador Rogerio, com todo o respeito ao senhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não tenha dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Mas assim, respeitando o senhor...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu estou distribuindo a questão do mérito com a questão política, que é institucional.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu só quero fazer o registro de que eu concordo, *ipsis litteris*, com a fala da Presidente, porque, mais uma vez, o local adequado para o debate é aqui. E passar numa Comissão de Meio Ambiente um requerimento de uma audiência pública, em uma semana, numa matéria dessas, sendo que nós temos aqui... Foi aberto um diálogo com o PL dos pesticidas, com tanta coisa que nós fizemos. Apresentei isso, apresentei esse relatório. Agora, essa via de mão dupla...

Eu acho que nós não estamos pedindo absolutamente nada demais quando se faz uma audiência pública. Gente, fala-se em prerrogativa do Senado. Nós estamos tirando a prerrogativa do Senado não tendo o direito de fazer uma audiência pública sobre um tema desse, para ouvir todos os lados. Então, eu falo assim, eu confesso que eu fico triste, porque eu não sou do Mato Grosso; eu sou do Espírito Santo e eu estou aqui, simplesmente, nessa função de tentar fazer com que esta Comissão, em uma semana, debata esse assunto e, cumprido esse pré-requisito, faça, em seguida, a leitura. Agora, tirar, suprimir isso, não ouvir todos os lados? Eu, sinceramente, acho lamentável que os colegas não tenham essa sensibilidade, porque, hoje, eu estou pedindo um requerimento; amanhã, os colegas também vão pedir, mas podem ter certeza de que eu não vou ter esse tipo de comportamento, porque eu vou respeitar o direito de cada um dos Parlamentares de solicitar, em uma semana, uma audiência pública para se debruçar sobre um tema desse, que tem interesse diretamente da Comissão do Meio Ambiente.

É apenas esse o registro, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador.

Bom, a pedido do Senador Rogerio, nós vamos fazer – como não há acordo –, nós vamos fazer uma...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Senadora Leila, ouvindo todos aqui da Comissão – Senador Jayme, Senadora Margareth, Senador Fabiano, Senador Rogerio Marinho –, ontem, com essa... O Senador Jayme explicou muito bem: o interesse do Estado de Mato Grosso é dentro de um complexo turístico que envolve a Chapada dos Guimarães, sem querer levar vantagem nenhuma, muito pelo contrário. Agora, ontem, com o Ministro Padilha, nós comentamos sobre essa reunião, envolvendo todos os atores, para que a gente chegue a um bom senso, realmente, com relação ao Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, porque a população mato-grossense não ficou nada satisfeita com o que aconteceu no Ibovespa.

Mas, Senador Fabiano, se a gente tiver realmente... O problema é que, quando a gente fala: "Vamos convocar o Governo do estado, a Secretária de Meio Ambiente, para o Governo ter a oportunidade de apresentar todos os projetos de revitalização do parque, porque o parque está totalmente abandonado", para a gente fazer isso amanhã, Senadora Leila, é muito difícil. Nós estamos falando numa distância grande. A senhora falou, deu a proposta, mas, se a gente quer votar na quarta-feira que vem, Senador Fabiano, como nós vamos fazer na quinta-feira? Entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nós podemos alterar a audiência – eu posso ver, aqui – para terça-feira. Vou tentar fazer, eu acho que existe a possibilidade – nós vamos organizar aqui – para chamar... Nós temos hoje, que é quarta-feira. Nós ainda temos até a próxima terça-feira e, na quarta-feira, nós colocaremos. Entendeu?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu gostaria de convocar – viu, Senador Fabiano? – também a AGU para essa audiência pública, o ICMBio, o ministério, o Governo do estado, todos os envolvidos para que, realmente, a gente ouça. E aí nós vamos ter a discussão democrática e da forma que deve ser feita. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Mauro. Eu agradeço ao senhor, à Senadora Margareth e a todos. O debate faz parte do jogo, Senador Rogerio; peço desculpa se fui um pouquinho mais... Mas faz parte do debate isso aqui. É importante, simplesmente, que, nós, os outros Senadores que não sejam da região tenham o conhecimento, participem do debate para tomar a melhor decisão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas é isto: terça-feira. Nós vamos antecipar essa sessão, essa audiência pública para terça-feira. Vamos nos organizar aqui para quarta-feira estarem esses itens, os três itens que foram acordados aqui, durante esta Comissão. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Esse acordo informal que eu acho que está dentro do espírito democrático de ouvir as partes, eu não tenho nenhuma ressalva contra ele. Acho saudável e salutar.

Eu só lhe peço, dentro do Regimento, que nós não tenhamos votação desse requerimento. Apenas isso porque, se houver a votação ou formalização...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k. Já estamos de acordo aqui, já está acordado.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O.k. Entendido.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não tem como... Assim, vamos fazer uma votação simbólica apenas... Não, pedido de requerimento. Como é que eu vou fazer uma audiência pública sem ler o requerimento, Senador?

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Senadora, eu entendo V. Exa. Entendo o espírito de conciliação.

O nosso gesto eu vou reiterar para quem não entendeu, e eu sei que a senhora entendeu, o Senador Contarato também. Nós não temos nada contra o mérito da relação entre as partes, que conclui, inclusive por orientação de V. Exa., a necessidade de ampliar essa conversação e esse diálogo.

Nada contra, eu acho que está correto. Apenas é que, neste momento, por deliberação inclusive da Oposição – nós já tivemos aqui o apoiamento, que foi verbalizado inclusive no microfone, do Senador Jayme, do Senador Mauro, do Senador Marcio Bittar, que saiu há pouco –, de que, havendo votação de requerimento, nós solicitamos que ela seja feita de forma nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k. Então, nós vamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O que eu proponho a V. Exa. aqui para tentar dirimir esse impasse e à autora do projeto e ao eminente Relator, para dirimir esse impasse?

A senhora pode fazer uma sessão extraordinária na terça-feira ou na segunda-feira, sem nenhum problema. Na terça, nós nos propomos a vir aqui e votar como pauta única esse requerimento. Não tenho nenhuma dificuldade de vir aqui e votar. Eu acho que os outros também não.

Mas hoje, Sra. Senadora, em função das questões externas, não.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – O.k.

Bom, vamos tentar entrar num acordo aqui porque é necessária essa audiência. Então, nós vamos fazer uma convocação extraordinária para terça-feira a votação e, na sequência, a audiência pública. O.k.? (*Pausa.*)

Nada havendo mais a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão.

Obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e nove minutos do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Jayme Campos e, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Otto Alencar, Ana Paula Lobato, Eduardo Gomes, Mauro Carvalho Junior e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Wilder Morais, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos encaminhados à Comissão. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa de instrução do PL 3649/2023, de autoria Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Finalidade: Instruir o PL 3649/2023, que "Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães". Participantes: Sr. Mauro Pires, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Sr. Mauro Mendes, Governador de Estado de Mato Grosso; Sra. Edilene do Amaral, Consultora jurídica do Observatório Socioambiental de Mato Grosso (Observa-MT); Sra. Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente - MT; Sr. Douglas Herrera Montenegro, Advogado da Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação (Rede Pró-UC); Sr. Luiz Gustavo Gonçalves, Chefe-Substituto do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; e Sr. Lúdio Cabral, Deputado Estadual (PT-MT). Resultado: Audiência pública interativa realizada. Antes de encerrar, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dezoito minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Efraim Filho, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Carlos Viana, Zequinha Marinho, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Teresa Leitão, Ana Paula Lobato, Rogerio Marinho, Jaime Bagattoli, Mauro Carvalho Junior, Carlos Portinho, Tereza Cristina, Damares Alves e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Sérgio Petecão e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada, e segue com pronunciamento de abertura. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1459, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação de umas emendas da Câmara dos Deputados e rejeição de outras. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 412, de 2022 - Terminativo - que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017." Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2122, de 2021 - Terminativo - que: "Institui o marco regulatório para ativos financeiros associados a mitigação das emissões de gases de efeito estufa." Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1684, de 2022 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE) previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências." Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 4028, de 2021 - Terminativo - que: "Dispõe sobre diretrizes gerais para regulamentação do mercado de carbono no Brasil." Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 2229, de 2023 - Terminativo - que: "Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões – MBRE, com base na Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009); institui a Política de Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, da Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, do Manejo Sustentável de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Florestas e do Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+); altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tipificar a conduta de fraude no registro, emissão ou distribuição de certificados representativos de crédito de carbono; e as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006, para assegurar o direito de comercializar créditos de carbono de atividades silviculturais; 12.187, para prever que o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões será operacionalizado no âmbito do Sistema Nacional de Registro de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SNRI-GEE); e 12.651, de 25 de maio de 2012, para definir certificado representativo de crédito de carbono; e dá outras providências." Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 3606, de 2021 - Terminativo - que: "Institui o marco regulatório para o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)." Autoria: Senador Chiquinho Feitosa (DEM/CE). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, na forma do substitutivo apresentado, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1-T, 2, e 3-T, 4-CAE, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18 a 29, 31, 34 a 36, 38, 42, 44 a 48, 50, 52 a 54, 56 a 58 e 61 ao PL nº 412, de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606, de 2021; das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL nº 2.229, de 2023; pela rejeição das demais emendas e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; do PL nº 1.684, de 2022; e do PL nº 2.229, de 2023. Resultado: Aprovada por 17 votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma Abstenção a Emenda nº 64-CMA (Substitutivo) ao PL 412/2022, nos termos do relatório e novo complemento de voto. Nos termos do inciso XVI do art. 300 do Regimento, ficam prejudicados os Projetos de Lei nºs 2.122/2021, 3.606/2021, 4.028/2021, 412/2022, 1.684/2022 e 2.229/2023, que tramitam em conjunto, e as demais emendas a eles apresentadas. Com a concordância do Plenário, foi submetido o Substitutivo a turno suplementar e, não tendo sido apresentadas emendas, foi definitivamente adotado pela Comissão, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Observação: Destacada a Emenda nº 28, pela liderança do UNIÃO, em votação simbólica, conforme proposta do líder Efraim Filho, foi mantida a manifestação da relatora com voto contrário do senador Efraim Filho. Destacada a Emenda nº 63, pela liderança do MDB, em votação nominal, por 14 votos SIM, 2 votos NÃO, dos senadores Giordano e Rogerio Marinho, e nenhuma abstenção, foi mantida a manifestação da relatora. Retirados os destaques da liderança do PL, apresentados pelo líder Carlos Portinho, às Emendas nº 50 e 55, por acordo a relatora acolheu no novo complemento de voto a Emenda nº 55 e manteve a manifestação anterior quanto à Emenda nº 50. Retirados pelo autor, senador Efraim Filho, os requerimentos individuais para destaque das Emendas nº 26 e 27. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3649, de 2023 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Vista concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de outubro de 2023.

A antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 31ª Reunião, realizada ontem.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e relatórios apresentados a esta Comissão.

Eu gostaria, antes de iniciar a presente reunião, de agradecer aos meus colegas membros desta Comissão pela excelente audiência pública que tivemos ontem. Na ocasião, foi possível perceber o espírito público e colaborativo de todos os envolvidos, buscando diálogo em um debate pautado em ideias a fim de encontrar a melhor solução para a região de influência do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, que, de certa forma, melhor atenda aos interesses do povo brasileiro.

Ontem pudemos observar a garantia do amplo debate público, que, com a participação do contraditório, pôde nos levar a soluções que sozinhos talvez nunca alcançaríamos.

Hoje, novamente, temos um dia muito importante nesta Comissão. Estão pautados projetos de lei que também puderam contar com a construção de um texto a várias mãos.

Sabemos que o ótimo é inimigo do bom. E aqui vejo os membros deste Colegiado priorizando o melhor para a sociedade como um todo, compreendendo a diversidade que forma a sociedade brasileira.

Discutiremos acerca do projeto que trata dos pesticidas agrícolas, cujo trabalho do Relator também contou com a contribuição de diferentes setores da sociedade.

Ainda, e finalmente, esperamos deliberar sobre o projeto de lei que trata do mercado de carbono, também construído com a contribuição dos membros desta Comissão, com a participação importantíssima do Governo Federal, dos ministérios, secretarias, entidades do agronegócio, entidades ambientalistas, pesquisadores da indústria e tantos outros atores que querem reduzir as emissões atreladas às suas atividades ou que esperam desse instrumento uma oportunidade de desenvolvimento.

Parabenizo os membros desta Comissão, que vêm mostrando um exemplo de como fazer a boa política, construir pontes, buscar consensos e produzir resultados que sejam o melhor para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, tenho certeza de que não será diferente e poderemos alcançar isso com a melhor análise de projetos que não foram construídos por seus Relatores sozinhos, mas pelo esforço coletivo dos diversos setores da sociedade e por esta Comissão.

Uma ótima reunião a todos nós.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Fabiano Contarato.

Bom dia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Bom dia.

Inicialmente quero parabenizar, mais uma vez, V. Exa. pelos trabalhos desta Comissão, parabenizar também a audiência pública de ontem, que eu reputo como sendo... Eu não estive aqui presencialmente, mas pude acompanhar e sei da participação de todos aqueles que contribuíram para um melhor aperfeiçoamento e uma melhor decisão responsável para o meio ambiente e para a população brasileira, ao passo que eu quero aqui também pedir a compreensão de V. Exa. e solicitar a retirada de pauta do item 1 para reanálise do meu relatório.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k., Senador Fabiano Contarato..

Como de praxe, o pedido será atendido, já está atendido.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1459, DE 2022 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 526, DE 1999)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins; altera a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1962; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e dispositivo da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação de umas emendas da Câmara dos Deputados e rejeição de outras

Observações:

1. Voto pela rejeição das emendas que veiculam o inciso LIII do art. 2º; os §§ 6º a 10 e 22 a 24 do art. 3º; o § 4º do art. 4º; o inciso VI do art. 5º; o inciso IX do art. 7º; o § 4º do art. 12; o § 1º do art. 17; o § 3º do art. 26; os incisos V e VII do art. 27; o art. 28, caput e parágrafos; o § 2º do art. 29; o § 2º do art. 30; os §§ 2º e 9º do art. 41; os incisos do § 2º do art. 59; os §§ 1º e 3º do art. 62; o art. 64; e o inciso IV do art. 66; renumerando-se os demais dispositivos, e pela aprovação em globo das demais emendas que compõem o Projeto de Lei nº 1.459, de 2022, (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 526, de 1999), com os ajustes de texto, sem alteração do mérito, conforme fundamentado na análise, que apresenta.

2. Em 27/09/2023, foi concedida vista, nos termos regimentais.)

Eu vou passar para o próximo item, que é o item 2 e já convidar o Senador Fabiano Contarato para presidir esta sessão aqui para a leitura do meu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – De nada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Bom dia a todos e todas.

Anuncio o item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 412, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), previsto pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera as Leis nºs 11.284, de 2 de março de 2006; 12.187 de 29 de dezembro de 2009; e 13.493 de 17 de outubro de 2017.

Autoria: Senador Chiquinho Feitosa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, na forma do substitutivo apresentado, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1-T, 2, e 3-T, 4-CAE, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18 a 29, 31, 34 a 36, 38, 42, 44 a 48, 50, 52 a 54, 56 a 58 e 61 ao PL nº 412, de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606, de 2021; das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL nº 2.229, de 2023; pela rejeição das demais emendas e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; do PL nº 1.684, de 2022; e do PL nº 2.229, de 2023.

Observações:

1. Em 29/11/2022, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer favorável ao projeto e pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1-T, 2 e 3-T ao PL nº 412 de 2022; da Emenda nº 1 – PLEN ao PL nº 2122 de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3606 de 2021, nos termos da Emenda nº 4 – CAE (substitutivo), e pela prejudicialidade do PL nº 2122 de 2021; do PL nº 3606 de 2021; do PL nº 4028 de 2021; e do PL nº 1684 de 2022.

2. Matérias instruídas, na CMA, por 4 audiências públicas, realizadas em 28/6, 7/6, 25/5, 24/5/2023, em atendimento aos requerimentos 21, 30, 37, 44 e 50/2023-CMA.

3. Em 24/08/2023, aprovado no Plenário o Requerimento nº 745, de 2023, para tramitação conjunta do PL nº 2229, de 2023 com o PL nº 412, de 2022 (que já tramitava em conjunto com os Projetos de Lei nºs 2.122/2021, 4.028/2021, 3606/2021 e 1.684/2022). As matérias passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da CMA, em decisão terminativa.

4. Em 20/09/2023, lido o relatório, foi concedida vistas das matérias.

5. Após a leitura do relatório e até a publicação desta pauta, foram apresentadas as emendas 25 a 62.

6. Em 03/10/2023, a relatora apresentou complemento ao voto constante do relatório apresentado em 19/09/2023.

7. Em 03/10/2023, foi apresentada a emenda 63.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

8. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pediria, por gentileza... Por gentileza, silêncio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para complemento do seu voto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Fabiano Contarato, Presidente, que preside agora, neste momento, a sessão.

Antes de iniciar a leitura do complemento do meu voto ao PL 412, Sr. Presidente, eu gostaria que... eu não poderia, antes de finalizar todo esse processo, acredito que será uma... hoje, 4 de outubro, é uma data muito importante, em que votar esse projeto tem todo um simbolismo. Eu lembro muito bem que, quando eu entrei, pleiteei a Presidência desta Comissão, eu já sabia dos desafios que eu iria enfrentar, primeiramente presidindo, e sabia também que nós tínhamos pautas importantíssimas que precisavam ser destravadas aqui na CMA, e não o foram porque nós vivemos um período muito difícil – pandemia, as questões políticas, polarização –, em que essas pautas realmente... não tínhamos clima para fazer o debate. E a partir do momento em que eu assumi a CMA, era um processo de transição, um novo Governo que trazia, que traz no seu DNA a questão da pauta ambiental.

Então, eu quero agradecer muito – muito mesmo – a parceria dos membros desta Comissão com relação à elaboração deste relatório, que eu acredito que é um relatório que vem amadurecendo e hoje, para a leitura, eu acredito que esteja amadurecido, porque é fruto de um consenso, de muito diálogo, da colaboração imprescindível, importantíssima do Governo Federal, porque o tempo todo estivemos ali... Aliás, todo o trabalho foi fruto de uma comissão interministerial e com a contribuição desta Casa, dos Parlamentares, desta Relatora, das audiências públicas e do diálogo com todos os setores interessados.

Eu acredito que não tenha faltado, digamos, eu e a minha assessoria, nós não faltamos com ninguém. Acho que, na medida do possível, todas as solicitações que foram feitas ao meu gabinete nós atendemos prontamente, ouvimos com muita atenção. Se eu não estava presente, estava a minha assessoria. Quero reforçar e agradecer o apoio da minha assessoria e da Consultoria do Senado, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente também foram gigantes, nos ajudaram muito para a leitura deste complemento de voto do 412, que nós vamos fazer agora.

Vamos ao relatório e à análise.

Após a apresentação do meu relatório, em 19 de setembro último, foram apresentadas as Emendas nºs 25 a 63, que passo agora a relatar e analisar, juntamente com análise mais detalhada de algumas emendas anteriormente apresentadas.

As Emendas nºs 5 e 6, do Senador Alessandro Vieira, não foram acolhidas para garantir a segurança jurídica e econômica aos entes regulados e às empresas que desenvolveram projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), instrumento de mercado instituído pelo Protocolo de Quioto. A primeira emenda propõe desconsiderar a possibilidade, prevista no art. 26 do substitutivo, de reconhecimento das Reduções Certificados de Emissões (RCEs) geradas no âmbito do MDL. Muitas empresas de energia renovável e de saneamento básico, entre outras empresas de diversos setores, investiram imensos recursos em projetos de MDL. Ponderamos que, na condição de país que contribui para construção do MDL, o mercado brasileiro de carbono deve reconhecer estas metodologias, porém, com o cuidado de que os procedimentos para internalização dos créditos ao sistema serão definidos em ato do órgão gestor do SBCE.

A Emenda nº 6 propõe que, em vez de valores em reais, a multa a ser aplicada pelo descumprimento da meta de emissões do SBCE seja determinada para cada tonelada de dióxido de carbono equivalente não conciliada. Contudo, pondera-se que não se trata da melhor forma de aplicar multas no âmbito do novo sistema, especialmente pelo fato de que as características de cada operador são específicas e impõem desafios diversos para o cumprimento da meta. Em outras palavras, o esforço em reduzir a emissão de uma tonelada de dióxido de carbono equivalente pode ser muito diverso entre diferentes tipos de atividades, fontes ou operadores. A Emenda nº 30, do mesmo autor, repete sua Emenda nº 6.

As Emendas nºs 9 e 11, da Senadora Margareth Buzetti, não foram acolhidas. A primeira emenda determina que o mercado voluntário poderá participar com até 50% das Cotas Brasileiras de Emissão (CBE) do mercado regulado. Estamos rejeitando a emenda por entender que tal proposição inviabiliza e desvirtua o objetivo principal do mercado regulado, qual seja a efetiva redução das emissões dos setores regulados e o incentivo à transição tecnológica destes setores para uma economia descarbonizada. Entende-se a preocupação em garantir o ganho de escala do mercado voluntário, mas o marco regulatório explicita que a CBE não resulta de conversão de créditos de carbono em ativos do SBCE, mas, sim, é outorgada pelo órgão gestor do SBCE, como um direito de emissão aos entes regulados, que consta no art. 2º, inciso V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 11 propõe a inclusão do princípio da repartição de benefícios entre âmbitos federal, estadual e municipal. Porém, não nos parece adequada esta repartição diante da distribuição de recursos do SBCE direcionados: 1) à operacionalização e manutenção do sistema, o que presumimos será o principal uso, pois espera-se que sejam custos elevados para esta finalidade; 2) ao fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias de baixo carbono nos setores regulados; 3) ao apoio à implementação de atividades relacionadas à Política Nacional de Mudanças Climáticas; e 4) à compensação pela contribuição dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais para a conservação da vegetação nativa e dos serviços ecossistêmicos.

A Emenda nº 13, da Senadora Margareth Buzetti, sugere dispositivo que aponta que os créditos de carbono de empresas privadas negociados no exterior devam ser descontados da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês). Entendemos que a emenda está parcialmente acatada, pois o substitutivo, em atendimento ao que dispõe o Acordo de Paris, disciplina as transferências internacionais de resultados de mitigação, que obrigatoriamente serão computadas em nossa NDC. Todavia, no que se refere às transferências no mercado voluntário, que não envolvam ajuste correspondente, o substitutivo não interfere, também em sintonia com o que prevê o Acordo de Paris.

As Emendas nºs 14 e 15, de autoria do Senador Giordano, têm por objetivo excluir do mercado regulado de carbono setores que possuam como serviço principal ou exclusivo a proteção do meio ambiente e a minimização de impactos ambientais. Entendemos que as preocupações do Senador estão contempladas na alteração que fizemos no inciso I, do §2º do art. 21, determinando que o Plano Nacional de Alocação poderá estabelecer tratamento diferenciado para determinados operadores ou setores econômicos em razão de particularidades inerentes às atividades desenvolvidas, entre outros critérios estabelecidos em ato específico do órgão gestor do SCBE. Além disso, acrescentamos no conceito de remoção de gases de efeito estufa, constante do art. 2º, a restauração ecológica que beneficia o setor.

A Emenda nº 17, do Senador Zequinha Marinho, foi retirada pelo autor.

A Emenda nº 21, do Senador Carlos Viana, foi acatada parcialmente, pois a seção que trata da geração de ativos em áreas de povos e comunidades tradicionais (Capítulo IV, Seção II) incorpora regras semelhantes ao mérito da emenda para potencializar a geração e comercialização de créditos de carbono em territórios de povos e comunidades tradicionais.

A Emenda nº 25, do Senador Luis Carlos Heinze, propõe a exclusão da regulação proposta pelo SBCE de atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes e instalações despacháveis pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A emenda foi acolhida parcialmente, pois a regra contida no art. 21, §2º, inciso I, possibilita que o Plano Nacional de Alocação estabeleça tratamento diferenciado para determinados operadores ou setores econômicos em razão de particularidades inerentes às atividades desenvolvidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 26, do Senador Efraim Filho, propõe que créditos de carbono poderão ser ofertados voluntariamente por qualquer pessoa física ou jurídica e detalha as variadas possibilidades de geração desses créditos. Pondera-se pelo seu acolhimento parcial. A Emenda nº 28, do mesmo autor, é acolhida, pois altera o conceito de crédito de carbono para adequá-lo ao mérito da Emenda nº 26.

A Emenda nº 27, também do Senador Efraim Filho, prevê diversas possibilidades de uso dos ativos do SBCE...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... e dos créditos de carbono, bem como definição de sua natureza. A emenda está parcialmente acatada, no que se refere à definição de valores mobiliários, apenas aos ativos e créditos de carbono negociados no mercado financeiro e de capitais.

A Emenda nº 29, do Senador Alessandro Vieira, altera o atual art. 45 para promover ajustes redacionais que melhor contemplam os direitos de populações indígenas e povos tradicionais em relação à geração de créditos de carbono e ativos para o SBCE, pois faz referência às políticas nacionais pelo nome, e não aos decretos que as instituem. Com isso, impede que a eventual revogação dos decretos, inclusive por novos atos que passem a disciplinar essas políticas, resulte numa remissão vazia no texto da lei.

A Emenda nº 31, também do Senador Alessandro Vieira, altera o art. 46 do substitutivo para exigir que os projetos de geração de créditos de carbono e de Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões incidentes sobre unidades de conservação que tenham populações tradicionais vivendo em seu interior sejam condicionados ao consentimento expresso das organizações representativas desses grupos, quando não forem elas as titulares do projeto. Dispõe, ainda, que o carbono florestal se inclui entre os bens sujeitos ao usufruto exclusivo dos povos indígenas, referido no §1º do art. 231 da Constituição Federal. Conclui-se pelo acolhimento parcial da emenda no que se refere à previsão de atendimento ao Plano de Manejo das unidades de conservação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perdão, Senadora.

Eu pediria, por gentileza... A Senadora está procedendo à leitura da complementação do relatório. Vamos prestar atenção, por gentileza. É uma matéria de extrema importância, esse é um tema que vai gerar discussão, que tem destaques, que vai ter um momento oportuno... Então, pediria que as pessoas que estão aqui, por gentileza, respeitassem a Senadora que está procedendo à leitura.

Muito obrigado, hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Presidente.

A Emenda nº 32, do Senador Alessandro Vieira, altera o art. 17 da Lei 14.119, de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, para estender o tratamento tributário dado aos pagamentos por serviços ambientais às receitas obtidas com a comercialização de créditos de carbono e de Certificados de Redução e Remoção Verificada de Emissões. Assim, isenta tais receitas da tributação pelo IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. A emenda não deve ser acolhida por se tratar de ativos distintos que devem ter tratamento correspondente.

A Emenda nº 33, do Senador Alessandro Vieira, propõe significativa alteração na governança do SBCE para promover maior participação social. Assim, em vez do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, o órgão deliberativo – e de caráter participativo – seria a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (Cimgc), prevista no inciso II do art. 7º da Lei 12.187, de 2009. Entendemos que o substitutivo já foi ajustado para incluir o Comitê Técnico Consultivo Permanente – que contará com uma Câmara de Assuntos Regulatórios –, como órgão consultivo do SBCE, ao qual compete apresentar subsídios e recomendações para aprimoramento do SBCE e com ampla participação social, composto por representantes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... da União, dos Estados e de entidades setoriais representativas dos operadores, da academia e da sociedade civil, com notório conhecimento sobre a matéria.

A Emenda nº 34, do Senador Alessandro Vieira, altera o texto do atual art. 49, para especificar a exclusão de créditos de carbono do mercado voluntário dos limites de transferência internacional a serem autorizados pela autoridade nacional designada para o art. 6º do Acordo de Paris. Conclui-se pela sua aprovação parcial.

A Emenda nº 35, da Senadora Tereza Cristina, é idêntica à Emenda nº 20, do Senador Zequinha Marinho, e altera o art. 1º para excluir da regulação proposta pelo SBCE a produção primária agropecuária e as emissões indiretas pela produção de insumos ou matérias-primas para atividades reguladas; ainda, para prever que a atividade, fonte ou instalação regulada, inclusive para fins de cumprimento das obrigações impostas ao SBCE, poderá optar por contabilizar as emissões e remoções líquidas ocorridas em áreas rurais pertencentes ou controladas pelo operador. Ponderamos pelo acatamento parcial das emendas na forma de texto pactuado com os autores. O mérito das emendas reflete o que se observa nos principais mercados regulados de carbono em que a agropecuária não é incluída na regulação, sobretudo pela importância do setor para a segurança alimentar e pelas muitas incertezas ainda existentes na metodologia de estimativa dos inventários de emissões do setor. Entendemos que mais importante do que regular atividades agropecuárias é incentivar a difusão de técnicas de agricultura de baixo carbono que, ao mesmo tempo, aumentem a renda do produtor rural, tornem mais resilientes os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemas rurais aos efeitos adversos da mudança do clima e proporcionem redução e sequestro de emissões.

A Emenda nº 36, da Senadora Tereza Cristina, altera o art. 38 para aperfeiçoar regras sobre sanções, inclusive para evitar dupla penalidade, deixando à CVM competência para a infração e propondo conceitos a serem considerados na aplicação das sanções, como a boa-fé. Assim a emenda merece ser parcialmente acatada.

A Emenda nº 37, da mesma autora, pretende suprimir os §§1º e 2º do art. 49, que tratam de limites máximos para transferência internacional, bem como prever que a criação, emissão, registro ou aprovação de Cota Brasileira de Emissões e de Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões não ensejam autorização para essa transferência. Entendemos que as regras do substitutivo não merecem ajustes, já que refletem as regras do Acordo de Paris sobre transferências de resultados de mitigação. Em relação ao mercado voluntário, as transferências internacionais são livres.

A Emenda nº 38, da Senadora Tereza Cristina, exclui o §1º do art. 31, que prevê que os patamares de emissão para regulação poderão ser modificados por ato do órgão gestor do SBCE. A proposta é acolhida parcialmente, aprimorando-se a regra de forma que o órgão gestor do SBCE somente possa elevar os patamares de emissão, ou seja, apenas para beneficiar os operadores.

A Emenda nº 39, da mesma autora, altera o conceito de crédito de carbono e introduz o de certificado de depósito de crédito de carbono. A emenda não é acolhida, pois, entendemos que não há necessidade da criação de um novo certificado, visto que o conceito de crédito está bem delineado no substitutivo.

A Emenda nº 40 propõe a exclusão do art. 44, que prevê a elegibilidade de constituição de créditos de carbono a partir de recomposição de áreas de passivos ambientais do Código Florestal. Pondera-se pelo não acolhimento da emenda, já que as atividades de recomposição da vegetação dessas áreas precisam ser aprimoradas e têm grande potencial de geração de créditos de carbono.

A Emenda nº 41, da Senadora Tereza Cristina, altera as regras dos arts. 17 e 18, que tratam da tributação dos ativos do sistema, e não deve ser acolhida, pois entendemos que o tratamento tributário conferido pelo substitutivo é adequado.

A Emenda nº 43, da mesma autora, altera os arts. 6º, 7º e 8º, que cuidam da governança do SBCE, inclusive substituindo o CIM pelo Comitê para Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa, órgão não existente no ordenamento e composto por diversas entidades do Executivo federal. Quanto à última emenda, ainda que não seja acolhido seu mérito integralmente, realizaram-se aprimoramentos na governança do SBCE de modo a promover maior participação dos entes regulados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 42, também da Senadora Tereza Cristina, inclui parágrafo único ao art. 2º para excluir da regulação do SBCE as atividades primárias agropecuárias e florestais ou os empreendimentos relacionados ao uso alternativo do solo desenvolvidos no interior de propriedades rurais. Seu mérito merece acolhimento parcial, a exemplo do que se concluiu para as Emendas nºs 20 e 35.

A Emenda nº 44, do Senador Zequinha Marinho, é idêntica à Emenda 18, também de sua autoria, que foi parcialmente acatada. O mesmo se conclui em relação às Emendas nº 45, que equivale à Emenda nº 19; nº 46, que equivale às Emendas nºs 20 e 35, aprovadas parcialmente; e nº 47, que é idêntica à Emenda nº 22, do mesmo autor, também acolhida parcialmente.

A Emenda nº 48, do Senador Carlos Portinho, altera o art. 21 para incluir prazo mínimo para cronogramas de planos setoriais e prever que se aplicam a atividades com metodologias consolidadas de mensuração, registro e verificação (MRV). A emenda é acolhida parcialmente, sendo atendida integralmente na pretensão de regulação apenas para atividades com metodologia consolidada de MRV. No que se refere ao prazo mínimo, o substitutivo já estabelece que o Plano Nacional de Alocação deve ser aprovado com antecedência de pelo menos 12 meses antes do início de seu período de vigência.

A Emenda nº 49, do Senador Carlos Portinho, altera o art. 7º para incluir entre as competências do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) a aprovação de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas. Entende-se o mérito da emenda, porém os planos setoriais são objeto de outra legislação, a Lei 12.187, de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e os planos setoriais já são aprovados pelo CIM, conforme Decreto 11.550, de 2023.

A Emenda nº 50, do Senador Carlos Portinho, que altera as regras do art. 37 para excluir penalidades de publicação pelo infrator de decisão condenatória e de embargo e suspensão das atividades, bem como penas restritivas de direito, foi acolhida também parcialmente.

A Emenda nº 51, do Senador Carlos Portinho, altera o art. 49, que trata de regras sobre autorização para transferência internacional dos ativos, para: resguardar projetos já aprovados; possibilitar autorização por ato do Poder Executivo antes da implementação do SBCE; retirar da restrição de limites para transferência os créditos de carbono geradores de cobenefícios socioambientais positivos e certificados; e viabilizar a adoção de metodologias de certificação de cobenefícios reconhecidas internacionalmente. A emenda não foi acolhida em função de preocupações externadas pelo Ministério das Relações Exteriores no sentido de que o estabelecimento de *fast tracks* e a exclusão de limites para a transferência internacional de resultados de mitigação do mercado voluntário ensejariam descontrole, pelo país, sobre o cumprimento de sua NDC perante o Acordo de Paris.

As Emendas nºs 52, 53 e 54, do Senador Carlos Portinho, respectivamente: altera o art. 36 para garantir duplo grau recursal no julgamento de infrações administrativas; exclui a possibilidade de órgão gestor instituir encargos setoriais como receita do SBCE; e inclui créditos oriundos de projetos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) como ativos do SBCE (repetindo o mérito da Emenda nº 24, do mesmo Senador). Essas emendas merecem ser parcialmente acolhidas, definindo-se, no caso da Emenda nº 53, que os encargos previstos somente poderão ser instituídos por meio de lei.

A Emenda nº 55, do Senador Carlos Portinho, altera os arts. 24 e 52, sobre a natureza jurídica dos ativos como valores mobiliários, para tornar optativa a negociação dos ativos do mercado de carbono em ambientes do mercado de capitais, como as bolsas de valores, deixando explícita a possibilidade de negociação desses ativos em negociações privadas, fora do mercado de capitais. A emenda não é acolhida porque as regras do substitutivo regulamentam a matéria com adequada segurança jurídica.

As Emendas nºs 56 e 57, do Senador Jorge Seif, respectivamente: modifica o art. 2º sobre o conceito de conciliação periódica de emissões para especificar que a titularidade de ativos seja igual ou superior às emissões líquidas; e modifica o art. 21 para prever que o Plano Nacional de Alocação deverá guardar estrita proporcionalidade entre emissões líquidas e conjunto das emissões nacionais. As emendas são parcialmente acolhidas, com ajustes redacionais.

A Emenda nº 58, do Senador Jorge Seif, suprime regra do art. 37 que exige publicação, pelo infrator, de decisão condenatória e deve ser parcialmente acolhida, de modo a restringir essa possibilidade aos casos de reincidência de infração gravíssima.

A Emenda nº 59, do Senador Confúcio, é idêntica à Emenda nº 51, do Senador Carlos Portinho, e altera regras sobre autorização para transferência internacional dos ativos. Tal como ponderado em relação à Emenda nº 51, entende-se que o substitutivo trata a matéria de modo adequado e com a segurança jurídica necessária em relação às regras do Acordo de Paris.

As Emendas nºs 60 e 62, do Senador Eduardo Gomes, propõem alterações significativas no tratamento tributário do sistema e não são acolhidas pela compreensão de que a tributação sugerida no substitutivo é adequada para o novo mercado se busca criar, ressaltando que já foram concedidas isenções de PIS e Cofins, além de deduções para todas as despesas com projetos de redução e remoção de carbono.

A Emenda nº 61, do mesmo autor, propõe alterações nas regras sobre sanções e repete parte das propostas da Emenda nº 36, inclusive regra para evitar dupla penalidade – deixando à CVM competência para a infração. A emenda é parcialmente acolhida, recepcionando-se alguns conceitos a serem considerados na aplicação das sanções, como boa-fé, e, ainda, a regra que evita a dupla penalidade.

A Emenda nº 63, de autoria do Senador Giordano, exclui da regulação as atividades que promovam a preservação ambiental ou mitigação da poluição, bem como aqueles cujas emissões de suas instalações ou fontes sejam oriundas da destinação ambientalmente adequada de resíduos ou rejeitos. Entendemos que as preocupações do Senador estão contempladas na alteração que fizemos no inciso I, do §2º do art. 21, determinando que o Plano Nacional de Alocação poderá estabelecer tratamento diferenciado para determinados operadores ou setores econômicos em razão de particularidades inerentes às atividades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvidas, seu faturamento, níveis de emissão líquida e localização, entre outros critérios estabelecidos em ato específico do órgão gestor do SCBE.

Além das propostas das emendas apresentadas, acolhemos sugestões dos principais atores do setor público, do setor empresarial e da sociedade civil dedicados à matéria, incluindo: Governadores do Consórcio da Amazônia Legal; Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica); Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Federação Brasileira de Bancos (Febraban); Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima); diversas entidades de proteção ambiental, como a WWF e Observatório do Clima; diversas empresas atuantes no mercado voluntário de carbono; Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema); Confederação Nacional do Transporte (CNT); Indústria Brasileira de Árvores (Ibá); Associação Brasileira do Alumínio (Abal); Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema); Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg); Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (Fmase); Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon/Sindcon); e Associação Brasileira do Biogás (Abiogás).

Entre as sugestões acolhidas destacamos alterações no sistema de governança, de forma a fortalecer a participação dos entes regulados e sua interação com o CIM e o órgão gestor, por meio da criação da Câmara de Assuntos Regulatórios. Reforçamos ainda a garantia à ampla defesa e ao contraditório e explicitamos o direito ao recurso administrativo por parte dos operadores. Acrescentamos também a possibilidade de notificação para que infrações e desconformidades leves possam ser sanadas sem a abertura de processo administrativo sancionatório. Por fim, prolongamos o processo de implantação do sistema, introduzindo uma fase de um ano para operacionalização dos instrumentos para relatos de emissões pelos operadores, e determinando que durante a vigência do primeiro Plano Nacional de Alocação, a distribuição de outorgas das Cotas Brasileiras de Emissões (CBEs) seja exclusivamente gratuita.

Reforçamos que o substitutivo é fruto de um amplo consenso, de aproveitamento do mérito dos projetos em trâmite conjunto e de valiosas contribuições feitas pelos principais atores associados à matéria da mudança do clima, de modo a viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono e a posicionar o Brasil como um exemplo de proteção ao regime climático, em benefício de nossa população e das principais atividades socioeconômicas.

Voto.

Considerando o exposto, somos pela regimentalidade, juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 412, de 2022, na forma do substitutivo apresentado, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1-T, 2, e 3-T, 4-CAE, 7, 8,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10, 12, 13, 14, 15, 16, 18 a 29, 31, 34 a 36, 38, 42, 44 a 48, 50, 52 a 55, 56 a 58, 61 e 62 ao PL nº 412, de 2022; da Emenda nº 1- PLEN, ao PL nº 2.122, de 2021; das Emendas nºs 1-T e 2-T ao PL nº 3.606, de 2021; das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T e 4-T ao PL nº 2.229, de 2023; pela rejeição das demais emendas...

Ufa!

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Só um minuto. Estamos finalizando.

... e pela prejudicialidade do PL nº 2.122, de 2021; do PL nº 3.606, de 2021; do PL nº 4.028, de 2021; do PL nº 1.684, de 2022; e do PL nº 2.229, de 2023.

Sr. Presidente, esse é o meu complemento de voto ao relatório do PL 412, já, mais uma vez, reforçando a participação, a colaboração e a ajuda de todos na elaboração.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Parabéns, Senadora Leila, pelo brilhante relatório, pela complementação do relatório, pelo acolhimento parcial ou total das emendas que foram propostas!

Quero aqui fazer o registro, com bastante alegria, da presença do Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, o Ministro Alexandre Padilha. Bem-vindo a esta Casa, Ministro. Sinta-se acolhido por todos nós. Esta Casa está de portas abertas sempre.

Em discussão a matéria.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e a todas aqui presentes, especialmente aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Presidente, qualificado e raro, Fabiano Contarato, Ministro Padilha, meu amigo pessoal e amigo de Sócrates – Sócrates, que eu falo, o ex-jogador de futebol...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Faz falta, viu, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque, às vezes, você fala Sócrates, e o cara acha que é outro Sócrates, que é o filósofo grego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Fez falta ontem o Sócrates.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fez falta ontem, é verdade, o nosso Magrão.

Mas, rapidamente, eu queria só colocar aqui o seguinte: gente, eu conheço a Leila do Vôlei, a Leila Barros, há 30 anos; uma amiga, uma irmã, que dedicou a vida dela a esse relatório. Ela faltou, como de costumeira, a vários jantares comigo e com amigos. Até no aniversário dela, ela trabalhou nesse relatório. Então, eu sei que vai haver discussão aqui, mas eu espero que a gente aprove o exímio relatório apresentado por ela, detalhado e tudo. Penso eu que não temos como não o aprovar.

Quero só pedir desculpas a todos os senhores e a todas as senhoras, aos meus amigos aqui, porque nós vamos ter uma homenagem aos 70 anos da Petrobras agora – na quarta-feira, todo mundo sabe aqui que a vida é de Bolt: é ficar aqui, ali, ali – e a um companheiro de que todos aqui gostam, que admiram e que vai ser homenageado – vai estar lá presente –, o nosso querido Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras. Então, eu vou ter que sair para dar um abraço nele e depois eu tenho que assumir a Comissão de Esportes, com o Romário, hoje, em uma pauta muito importante.

Aliás, desde já, nesse encontro com o Jean Paul – eu não sei se eles estão aqui, pela minha visão, mas eu vou dizer aos dois o seguinte: se os dois não forem lá dar um abraço no Jean Paul Prates, eu vou parar de chamar, primeiro, o Rogerio Marinho, de melhor adversário político que eu conheci na minha vida; e o Portinho, de melhor advogado esportivo que o Brasil já teve. Então, se os dois não forem lá, eu paro de fazer esse elogio aos dois.

Era só isso o que eu queria dizer, com toda alegria.

Deus e saúde a vocês.

E vamos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Só uma colocação, Sr. Presidente. Eu fiz um acordo sobre os meus dois destaques com a Senadora Leila. O principal, que era uma melhoria para deixar apenas mais claro o texto, que é a minha Emenda 55, parece que será acatada – em contrapartida, eu abro mão do meu destaque sobre a Emenda 50.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, está registrado. Obrigado pela compreensão, Senador Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para discutir, Senadora Tereza.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Sr. Presidente, só reforçando: o destaque do Senador Carlos Portinho...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Foi retirado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Exatamente. Quero agradecer ao Governo, que está fazendo as negociações junto com a minha equipe. E nós acatamos, sim, a Emenda nº 55, tá?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Com a palavra, a Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Bom dia, Presidente, hoje nosso Presidente da CMA, Fabiano Contarato. Quero aqui cumprimentar todos os colegas e dar os parabéns para a Senadora Leila pela dedicação, trabalho e diálogo durante o tempo que levou para ter a conclusão desse relatório. Quero agradecer também a sua paciência e todas as discussões que tivemos para que o agro fosse, neste momento, excluído, não porque ele não quer participar. O agro é o grande vendedor. Nós vamos ser os grandes fornecedores de crédito de carbono. Então, nós fizemos um acordo e quero dizer que ele foi integralmente cumprido, pela Senadora Leila, nesse relatório.

Então, aqui agradecendo a vocês, quero dizer que a FPA e a bancada do agronegócio estão muito confortáveis com a aprovação do seu relatório.

Muito obrigada, Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Para discutir, Senador Confúcio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Inscrevo-me também na sequência, Presidente. Senadora Eliziane.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadores, Senadoras, nós estamos hoje aqui votando, discutindo um projeto extremamente importante para o Brasil. Há uma demanda na sociedade muito grande, enfim, em todos os setores que articulam com o mundo as negociações do crédito de carbono e, infelizmente, não tem ainda disponível uma legislação acabada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Senadora Leila pegou esse desafio muito grande no início desse ano e vem incessantemente estudando muitas audiências públicas para, ao fim e ao cabo, apresentar esse relatório, fruto de um acordo com todos os interesses de todos os setores, desde o sistema bancário ao agronegócio, enfim, a todas as pessoas, pequenas e grandes, detentoras de florestas nativas, sobre esse assunto.

Então, eu chamo essa lei de um admirável mundo novo para o Brasil, extremamente importante. Eu creio, pelo sentimento que eu estou aqui auscultando do Plenário, que ele será aprovado, justamente porque todos os grupos, todos os setores foram contemplados. Eu fico muito satisfeito por esse marco histórico, hoje debatido e apresentado aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Efraim, para discutir.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Meu caro Presidente Contarato, Senadora Leila, o projeto traz uma evolução extraordinária dentro da lógica do sistema. Qual é o ponto, Presidente, que eu agrego? Conversava, há pouco, também com a equipe técnica da Senadora. Basicamente a Emenda 28 traz um conceito ampliado para o crédito de carbono. Nós temos, basicamente, no conceito do crédito de carbono: a retenção, a redução e a preservação. O sistema brasileiro, o sistema que nós estamos votando aqui, está contemplando a retenção e a redução das emissões. O que a emenda propõe – e é o que se coloca aqui para debate e discussão – é que a gente agregue a todo o sistema que está sendo colocado a preservação das florestas, a preservação da biodiversidade, que é o grande ativo brasileiro que nós temos.

A discussão com a equipe técnica está dizendo que, internacionalmente, se trabalham os conceitos apenas de retenção e de redução; não se trabalha o conceito de preservação. Eu acredito que a gente poderia liderar esse processo. O Brasil tem condições de liderar esse processo e, claro, é um mercado privado. Se internacionalmente esse crédito será, num primeiro momento, visto como os demais, de retenção e de manutenção, é uma decisão que será feita. O mercado privado é quem vai regular.

O que eu pondero e coloco para o debate é: a gente abrir mão de o conceito de preservação da biodiversidade ser considerado crédito é um grande prejuízo para o Brasil. Então, eu acredito que é esse debate que fica. É o apelo que a gente faz à Senadora Leila, que está brilhantemente conduzindo a relatoria, mas eu acho que é um pouco tímido. É tímido da parte da nação brasileira a gente se submeter a esse critério do Hemisfério Norte, e aquilo que seria um ativo brasileiro ficar em segundo plano.

Então, corretamente, a Senadora Leila traz o conceito da retenção das emissões, traz o conceito da redução das emissões, mas o conceito da preservação acabou não sendo contemplado, e é esse o apelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós encaminhamos. Ele não mexe com nada, ele não suprime nada do texto, ele não altera nada do texto, ele não gera um inciso novo; ele apenas adiciona, de forma redacional, a questão do crédito carbono no inciso que já está contemplado, que é o inciso VI, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Antes de conceder a palavra à Senadora Leila para discutir... desculpe à Senadora Eliziane para discutir, eu só queria consultar o Senador Portinho, porque V. Exa. apresentou dois destaques: a 50 e 55. Eu pergunto a V. Exa. se está mantido algum desses destaques, apenas para registro.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Eu acatei...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, o 55 foi acatado pela Senadora Leila...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Só o 55 e o outro V. Exa. retira?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu retiro o acatamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o 50, no acordo, eu retiro pelo acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Está ótimo.

Muito obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama, para discutir.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, só, antes da Senadora Eliziane, até porque ela tem uma filha maravilhosa que vai explodir no Brasil inteiro, como cantora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Amém! (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É evidente, é um talento extraordinário. Eliziane, é só para dizer sabe o quê? Que a sua amiga Tereza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cristina, nossa Senadora, virou a musa de Ivan Lins, o músico brasileiro mais reconhecido no mundo inteiro.

Só para dar uma notícia para vocês todos aqui, Ministro Padilha – tentei falar com o senhor ontem, ao telefone –, extraordinária: a Tereza Cristina, o Eduardo Gomes e eu estivemos ontem com a Ministra Margareth Menezes, Presidente Contarato, e graças a Deus o Brasil vai voltar a ter cultura, ou seja, os festivais vão voltar ao Brasil. E nós três estivemos, ontem, em uma reunião maravilhosa com a Ministra, por videoconferência, com quem vai comandar todo esse projeto, que é o músico Ivan Lins, com Sá e Guarabyra, com Chico Buarque e com tantos outros nomes da música popular brasileira. No ano que vem, teremos um festival mundial, com 30 países, aqui em Brasília. A volta dos festivais!

Para quem aqui não tem idade, muita gente aqui no auditório... Não enxergo, mas aqui tem gente que nunca viu. Festival da TV Record, festival da TV Globo. Os festivais, que mereciam voltar, vão voltar. Portanto, só para fazer esse registro aqui e agradecer à Senadora Tereza Cristina, ao Senador Eduardo Gomes e à Senadora Leila do Vôlei, pois tudo isso começou com nós quatro, em um jantar com o músico Ivan Lins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama, para discutir o projeto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para discutir.) – Está.

Eu queria, Presidente, cumprimentá-lo; cumprimentar o meu amigo querido, Kajuru, que é uma referência na valorização da música, da cultura brasileira, para além do esporte também.

Cumprimento o meu amigo, Senador... Presidente... Senador... Já estou... Ministro Padilha... (*Risos.*)

Ministro... Presidente Padilha... Ministro... Enfim, pode ser o que quiser na vida, porque tem competência e carisma para isso.

E cumprimento minha amiga Leila, a Senadora Leila, que é uma pessoa muito diligente, muito dedicada e, como presença feminina, vai à exaustão do debate, do diálogo.

Essa matéria não é uma matéria relativamente simples, Presidente Contarato, exatamente pela complexidade do tema, na verdade, e pela expectativa que o Brasil e o mundo têm sobre essa temática. Eu acho que a Senadora Leila trabalhou com muita efetividade, com muita responsabilidade, discutindo, fazendo, na verdade, uma mediação em relação às várias emendas que foram apresentadas. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queria parabenizá-la de fato pela iniciativa e dizer, na verdade, que essa lei, quando estiver efetivada, sancionada e for uma realidade no Brasil, não há dúvida nenhuma de que se tornará um marco muito importante no que se refere a uma política que é uma necessidade para o Brasil, que é referente à emissão de gases de efeito estufa.

Quando nós temos as conferências internacionais – aí eu cito especificamente a COP –, quando há, por exemplo, acordos internacionais, de que uma boa parte desses acordos, sobretudo na área ambiental, o Brasil na verdade é signatário, para depois do acordo... E aí é bom lembrar, Presidente Contarato, que, quando você vai a uma conferência internacional, você assina um acordo. O Brasil assina o acordo, como os países do mundo inteiro assinam o acordo. Mas eles voltam para os seus lugares de origem, Padilha, e eles poderão ou não cumprir esse acordo. Quer dizer, não há uma ação tácita, não há uma ação coercitiva, não há de fato um mecanismo, nessas conferências internacionais, que obrigue esses países de fato a cumprirem esses acordos que foram assinados. Aí vai da responsabilidade individual e de ações como essas que nós estamos acompanhando aqui, ou seja, de o arcabouço legal de cada um desses países criar, na verdade, mecanismos para que isso possa se tornar real.

Veja, nós temos um compromisso brasileiro de até 2030, por exemplo, a eliminação – zero – do desmatamento ilegal. Para isso, nós precisamos de mecanismos e de instrumentos legais para que nós possamos chegar até lá. É o caso que nós estamos aqui... Porque, quando se fala, por exemplo, do mercado de carbono, você fala de todo um debate internacional. Aí é bom a gente lembrar, mais uma vez, que mercado de carbono cria, eu diria, uma referência internacional, ou seja – um país emite muito ou não tem as condições, às vezes, adequadas para que haja, de fato, essa redução; outro país tem um comprometimento maior –, você acaba, de fato, fazendo um equilíbrio de toda a Terra, de toda a humanidade.

E, nesse sentido, há um ponto que é muito importante: é o compromisso dos países ricos com os R$100 bilhões em relação aos outros países em desenvolvimento, que é o caso aqui em que o Brasil, pela riqueza, na verdade, que nós temos, poderá, de uma forma direta, ser abarcado e contemplado com investimentos, de fato, dessa natureza.

Então, eu queria cumprimentar a Senadora Leila. Eu acho que é muito fundamental o olhar voltado exatamente para essa emissão, Leila, de fontes fixas – não é? –, permanentes, que é o caso das indústrias, e você faz um relatório, de fato, com muita inteligência, com muita competência, como de fato lhe é peculiar. Então, parabéns a você, parabéns a todos os demais Senadores, Parlamentares que contribuíram também para a construção desse importante relatório.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, com todo...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Heinze, só um segundo, é porque o Efraim fez uma colocação. Quando ele fala sobre a parte mais do campo, mais agrícola, que eu acho que é um passo que nós também deveríamos trabalhar, é bom lembrar que hoje nós temos o Código Florestal, que já é uma legislação, Padilha, muito acabada, de fato, nesse sentido. E há também a Lei de Serviços Ambientais.

Então, nós levamos, eu diria, até décadas para construir uma legislação que foi primorosa, que foi acabada em relação ao campo, em relação aos espaços, em relação à vegetação. Então, a garantia, de fato, de vegetação é um dos elementos fundamentais para que nós possamos, de fato, reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado.

Antes de conceder a palavra ao Senador Heinze, eu só queria consultá-lo, Senador Efraim, se V. Exa. vai manter os requerimentos dos dois destaques ou se vai fazer a retirada?

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu já retirei dois deles, o 26 e o 27.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Remanesce, por enquanto, a Emenda 28.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Ministro Padilha fez um apelo aqui a nós. Agora, é um tema que eu acredito que podemos até evoluir, se for o caso, já que há o acordo com a bancada ruralista nos outros temas, está certo? Eu posso até fazer uma coisa aqui com o destaque: mantê-lo para marcar a posição, porque é o que eu acredito por convicção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Brasil abrir mão desse ativo para se submeter ao que internacionalmente é tido de retenção e de redução... Eu pondero – eu acho que até, Leila, não é o momento para se decidir isso agora; o projeto caminha por outras casas – se criar uma outra unidade, porque quem regula isso é o mercado... perdão, quem regula é o Governo, mas quem adquire é o mercado privado. Então, a regulação é do mercado privado. Então, você ter uma outra unidade para o carbono de preservação de biossustentável.

Portanto, você teria um crédito de carbono tradicional internacionalmente, de retenção e de redução das emissões, mas que o Brasil criasse uma segunda modalidade de crédito de carbono, que só seria negociada por quem tivesse interesse. Então, se eu tenho uma empresa na Europa que valoriza a preservação da biodiversidade e quer pagar por isso, o Brasil estaria criando um novo mercado. Entendeu? Então, eu não atrapalharia o que é tradicional, o que é importante para a nação brasileira, mas eu não me acanharia, eu não ficaria tímido diante de algo que o Brasil tem a capacidade de liderar e para o qual tem o maior ativo do mundo.

Então, eu pondero... mantenho aí o destaque da Emenda 28.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Referente à Emenda 28, está mantido o destaque.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... nem que seja para marcar posição.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

Está mantido o destaque referente à Emenda 28 e retirados os dois destaques.

Concedo a palavra à Senadora...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Não, não, só vou pedir...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Por gentileza... Não... Tem uma lista aqui de oradores inscritos, por gentileza.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, só rapidinho...

Só dizer ao nosso equilibrado Efraim, querida Leila: nós temos uma Subcomissão do Meio Ambiente agora, criada e aprovada por unanimidade. Então, o que não for discutido aqui poderá, nessa Subcomissão, ser colocado e conversado. Eu acho que isso não impede o que vai acontecer aqui hoje, que é a aprovação insofismável desse relatório da Senadora Leila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito, Senador.

Eu só pediria, por gentileza, Senador Heinze, mais paciência de V. Exa., um minuto...

Senadora Leila, a senhora quer se manifestar?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Eu me manifesto depois do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Bom, bom dia, Presidente. Bom dia, nossa querida Senadora Leila, todos os colegas Senadores e Senadoras, todos que estão aqui acompanhando.

Eu primeiro quero, evidentemente, chover no molhado, como se diz, e elogiar o trabalho longo, árduo e bastante persuasivo da nossa Senadora Leila.

É um tema desafiador, é um tema relativamente novo, que nós estamos, na verdade, tateando, e, portanto, não é fácil você, quando está num território novo, firmar base. Eu acho que nós todos temos que ter essa compreensão.

A matéria, evidentemente, ainda vai para a Câmara; havendo mudanças, voltará ainda para esta Casa.

Evidentemente que o gosto do Governo seria poder levar a posição a que a gente chegou para a uma evolução, mesmo que não definitiva, para a COP de novembro – não sei se isso será possível. Depende um pouco da Câmara –, mas eu quero dizer que, de qualquer forma, isso aqui é um avanço grande.

Ontem, no gabinete do Ministro Padilha, fechamos o acordo com a Frente Parlamentar do agronegócio, com Deputados, com a Senadora Tereza, com o Ministro da Agricultura, ou seja, estamos fazendo o caminho correto, que é do diálogo, para chegarmos lá.

Eu quero, em relação ao destaque do Senador Efraim, dizer que eu gosto, mesmo como Líder do Governo – e eu digo sempre que Líder tem que se arriscar –, eu gosto da ousadia proposta por ele.

Há uma regulação até o momento, e, evidentemente, os países do Norte, não tendo o contingente, o volume de florestas que nós temos aqui, não estão muito preocupados com o item manutenção. Mas, se a gente quiser colocar, evidentemente que pode despertar no mercado internacional, vou dizer, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconfiança, porque estaríamos fugindo à regra já tida por eles, que é de que a manutenção já tem outras formas de remuneração e que, portanto, não caberia falar em crédito nas florestas mantidas. Mas, como ele próprio colocou, o Senador Efraim, pode ser outro tipo, vou aqui arriscar: mesmo que um tenha o valor X e outro um valor X menos alguma coisa, você tem... É óbvio que têm os serviços ambientais outras formas de remuneração, mas eu não acho, Senadora Leila – dando minha opinião não como Governo formalmente, mas me arriscando como tal – que é lançar um risco. Não vejo maiores problemas, não acho que isso vai macular o trabalho feito por V. Exa. Essa é minha opinião. Vai, pode gerar no mercado internacional, mas vocês estão falando uma coisa que nós não aceitamos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k., cara pálida. Então, você não compra. (*Risos.*)

Mas nós estamos colocando. Então, eu não vejo...

Eu quero me antecipar, porque eu vou ter que ir para CCJ, por conta de matérias como PEC do plasma e outras que são também bastante delicadas. Quero me antecipar aqui a, eventualmente, um destaque do Senador Giordano, que está preocupado com eventual cobrança dos chamados aterros sanitários, que são um bem em relação ao lixão, mas nem todos canalizam o metano para já produzir energia, o que seria, vamos dizer, a situação ideal. Seria ideal sair do lixão. É um absurdo a gente, nos dias de hoje, ainda ter lixão – e muitos no Nordeste. E não é fácil uma prefeitura pequena fazer um aterro tendo que trabalhar com conceito de consórcio, juntar 10, 20 prefeituras para fazer um lixão e tentar compartilhar a manutenção dele. Mas óbvio que o ideal é que você canalize e gere energia. Esse é o zero, é o *top*. E ele está preocupado se poderia vir uma cobrança.

Primeiro, Senador, aqui nós estamos regulando o crédito; não estamos ainda regulando cobrança – é óbvio que abre a possibilidade; na frente será regulado. Permita-me, eu acho que seria mais próprio esse debate quando se fosse regular as cobranças dos emissores. Nós não estamos, por enquanto, cobrando os emissores. É verdade que está dito no texto que, em um próximo momento, teremos que regular. Creio eu que a preocupação de V. Exa. estaria mais própria na outra regulação, porque, por enquanto, também vocês não são geradores de crédito; seriam na medida que você retira o lixão de lá. Mas também aqui não tem nenhuma regulamentação sobre cobrança. Então, só estou querendo ponderar com V. Exa., sem tirar a verdadeira e legítima preocupação, que não tem nenhum capítulo, nenhum artigo que diga que tal setor pagará tanto por tanto que emite, etc. Então, eu acho que seria mais próprio essa discussão, que eu entendo que é pertinente, ser feita quando da regulação de cobrança. Nós estamos regulando, por enquanto, o crédito.

Então, eu queria só emitir essa opinião, Senadora Leila, porque eu acho que, como eu disse, a ousadia bem-vinda de Efraim, na minha opinião, não ofende. Eu sei que alguns vão dizer: "Não, mas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é assim que é regulado no mundo". Eu sei que não é regulado no mundo. E a gente não pode inovar, mas nós inovamos com o pré-sal – aproveitando que, hoje, comemoram-se os 70 anos da criação da Petrobras –, porque ninguém chegou lá. Quem chegou fomos nós, brasileiros, com tecnologia brasileira.

Então, eu acho que já fizemos um acordo com a FPA, de tal forma que a gente deixa para um próximo momento. Não que vocês não serão provocados para o tema, mas, como, no mundo inteiro, ainda não tem isso, eu acho que nessa questão a gente não inovou, não puxou a fila.

Na questão manutenção, eu acho que pode puxar a fila.

Eu deixo aqui a minha opinião, porque infelizmente eu vou ter que me retirar lá para a CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente Jaques.

Eu queria consultar – temos o Senador Heinze e a Senadora Margareth ainda para falar –, por conta das várias Comissões em funcionamento, se poderíamos abrir o painel para iniciar a votação do projeto de lei?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Pode ser, pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, vamos iniciar a votação.

Com a palavra...

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 412, de 2022, nos termos do relatório apresentado, ressalvadas as emendas.

Os Senadores que votam com a Relatora votam "sim", ressalvadas as Emendas de nº 28, do União Brasil, e de nº 63, do MDB.

Os Senadores que votam com a Relatora Leila votam "sim".

Os Senadores, portanto, já podem votar.

O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Com a palavra o Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, quero cumprimentar a Senadora Leila pelo relatório e a Ministra Tereza pelo trabalho sobre a questão do agro, de retirar a situação do agro desse processo.

Agora, uma preocupação. O Deputado Busato fez uma proposta que o Senador Efraim levantou. Estava conversando agora com o Rollemberg.

Nós precisamos nos debruçar sobre esse tema. É um ativo que nenhum país do mundo tem, mas que o Brasil tem – não é, Ministra Tereza? Não é apenas a Floresta Amazônica. Para vocês terem uma ideia, no meu Estado do Rio Grande do Sul, em 28 milhões de hectares, dentro das propriedades rurais são preservados mais de 3 milhões de hectares por conta dos produtores, que não recebem nada por isso. Assim, cada estado também tem, dentro das propriedades rurais, as suas áreas preservadas.

E apenas um detalhe aqui. Foi feito um cálculo do sequestro e da emissão do agro. Nós temos hoje 190 milhões de hectares com todo o agro plantado e as pecuárias no Brasil. Prestem atenção: 7,572 bilhões de toneladas de carbono sequestradas, com emissões de apenas 211 milhões. Então, o agro é altamente credor.

Esse é o processo, Ministro Padilha, que nós temos que discutir. Falava com o Rollemberg desse tema. Aqui tem um balanço positivo para o agro. Isso é quem planta.

O sistema de plantio, Tereza, que foi inventado por produtores rurais no Brasil, chamado plantio direto – agricultores fizeram esse assunto e os técnicos aperfeiçoaram –, é ímpar no mundo.

Então, nós temos crédito, e é o que nós temos que reivindicar no mundo.

E mais: o Protocolo de Quioto, de 1997, ainda não está implementado. O Acordo de Paris, de 2012, ainda não está implementado. E eu estou trazendo aqui agora mais um ônus para o consumidor brasileiro, porque alguém vai pagar essa conta.

Essa é a preocupação que tenho, e, sim, nós temos que nos debruçar sobre esse processo, seja das áreas plantadas, Tereza, seja também das florestas em pé não só na Amazônia, mas em todo o Brasil. Cada estado, dentro das propriedades, tem um pedacinho preservado por conta dos produtores, que é a chamada reserva legal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Finalizou, Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Tá, muito obrigada.

Com a palavra, a Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Presidente, eu só quero cumprimentar a Senadora Leila pela paciência, pela resiliência de conversar com todos. Eu me sinto contemplada. É um tema que está em pauta no mundo. Eu me sinto contemplada, porque, das minhas cinco emendas, três ela acatou.

Eu entendo a emenda, o destaque do Efraim, porque eu até falei numa entrevista: "Nós somos os maiores produtores de soja, e a bolsa está lá em Chicago". Nós temos que ter a bolsa do carbono lá em Manaus, lá no Amazonas; nossa, bolsa do carbono brasileiro.

Então, é isso. É um passo gigante que o Brasil está dando e importante, para que a gente possa caminhar em consonância com as pautas ambientais e mundiais.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senadora Margareth.

Senadora Eliziane, é rapidinho.

Falando com o Senador Efraim sobre a Emenda da 28, dos cinco dispositivos que estavam citados na Emenda 28, quatro foram acatados, não é? Eu entendo... Já pedindo vênia ao Senador Efraim e entendendo muito bem a argumentação dele, a minha preocupação é a mensagem que a gente passa em nível mundial. A gente tem um compromisso, inúmeros compromissos, acordos multilaterais e, se a gente acata nesse momento, nesse primeiro momento, acho que a gente desvirtua o conceito do mercado de carbono, do crédito de carbono. E o Governo já está trabalhando em outros mecanismos justamente para remunerar a preservação da vegetação com algum pagamento de compensação ambiental. Então, a gente já está trabalhando nesse sentido.

Existe uma lei que foi aprovada na última legislatura. Falta regulamentação, mas isso não impede, Senador, que a gente faça o debate na Câmara, como nós conversamos. Nós temos lá o Relator do mercado voluntário, que é o Deputado Sergio Souza, e nós estamos, tranquilamente, disponíveis para esse debate, entendeu? Já pedindo vênia, desculpas ao senhor, mas eu acho que nós precisamos manter esse texto aqui justamente pelo conceito que nós já elaboramos dentro desse dispositivo, desse relatório.

Aproveito também para agradecer, já que está todo mundo votando, à Senadora... acho que mais à pessoa da Senadora Tereza.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, ao Senador Zequinha, mas a Senadora Tereza teve mais carinho comigo. (*Risos.*)

O Senador Zequinha é mais durão. O Senador... Com o jeitinho todo dela, que lhe é peculiar, a Senadora sempre esteve disponível. Claro, a gente sabe da rotina no nosso dia a dia aqui. Então, na pessoa dela, na do Senador Zequinha, é claro, na de todos aqui que representam a FPA, agradeço trabalho que foi realizado. Eu acho que...

Não, faltou... Eu volto a reforçar: a nossa Comissão não vai deixar de tratar os temas que são fundamentais à área ambiental, mas o que nós temos prezado aqui é a civilidade. Temos, assim, dialogado incansavelmente para tentarmos entrar num acordo.

Acho que a Senadora... Eu liguei para ela às 23 horas, meia-noite, uma da manhã, assim, incansavelmente. E aí eu quero agradecer todos, todos, sem exceção mesmo, a colaboração de todos vocês aqui nessa votação histórica. Nós estamos estartando um processo, porque, saindo da Casa, vamos começar outro debate na Câmara. Mas é fundamental que a gente faça prevalecer o nosso trabalho enquanto Senadores da República – é a expectativa que temos não só na questão ambiental, na questão da nossa economia verde. É um processo histórico que, mais uma vez, esta Legislatura está estartando para o nosso país.

Eu quero agradecer a todos vocês pela confiança.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem.

Senadora Tereza quer falar? Não?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Quero.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pois não, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Primeiro, Senadora Leila, é para dizer que realmente nós tratamos desse assunto à exaustão. E esta Casa é uma Casa da votação do que é possível.

Eu quero dizer que eu concordo com o Senador Efraim. Esse é um mercado importantíssimo, porque nós temos que trabalhar para o agro. Ele é fundamental. Ele é uma outra receita dentro das atividades agropecuárias. Então, ele é um assunto que vai ter que ser tratado sim. Nós já o temos no Código Florestal, mas nós precisamos regular isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez, Efraim, como disse aqui o Senador Jaques Wagner, eu acho que... Não sei se atrapalharia. Disse para mim aqui o meu querido amigo, Secretário Rodrigo Rollemberg, que hoje o mercado, como ele está posto... E nós queremos vender os nossos créditos também lá para fora – internamente, mas também lá para fora. E isso, neste momento, talvez atrapalhasse esse início desse processo, que é um processo novo. O agro, eu tenho certeza, nós tiramos; a minha opinião pessoal é de que ele ficasse com condicionantes. Mas não houve esse acordo, e a Senadora entendeu. No mundo todo é assim. Mas eu tenho certeza...

Ontem à noite mesmo eu estive com a Presidente da Embrapa e nós já estamos trabalhando – não é, Senador Zequinha? – para que o agro tenha suas métricas e que ele possa estar nesse mercado em breve, mas com a segurança e com as métricas nossas, da agricultura tropical, como muito bem disse o Senador Heinze, olhando para o nosso plantio direto, que captura muito carbono; enfim, para o nosso solo, que precisa ser estudado ainda. Nós temos um programa belíssimo no Ministério da Agricultura, junto com a Embrapa. Então hoje realmente é um marco.

E esse projeto, como disse muito bem a Senadora Leila, só está começando. Ele vai ainda para a Câmara, vai ser aprimorado, e depois volta aqui para a gente, para a gente dar o *start* nesse mercado, em que eu acho o Brasil será protagonista sim.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Senador, nós já temos...

Todos os Parlamentares já votaram.

O Senador Zequinha quer falar ainda?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quero.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Então, nosso último orador é o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Rapidamente, Presidente.

Muito obrigado.

É para cumprimentar a Senadora Leila pelo esforço, pela vontade, pela flexibilidade com que encarou tudo isso, Leila. Parabéns!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Às vezes o caipira é meio durão mesmo. (*Risos.*)

Lá na roça a vida é dura, viu, Ministro? Não é fácil não.

Mas, buscando alternativas, quando você bota o pé na parede, você evita conversa – e como diz um Deputado amigo nosso, Gilberto Nascimento, lá na Câmara: "Política é conversa e o resto é conversa também" – e termina encontrando caminhos. Então, parabéns pelo trabalho e pelo legado que está deixando.

Tenho certeza de que o projeto continua na Câmara e lá, certamente, algumas contribuições ainda irão acontecer. Mas a gente começa – começa.

Se Deus fez o homem, daí uns dias fez a mulher. E a mulher saiu bem mais bonita do que os homens. Então melhorou muito de um para o outro.

Aqui também não é muito diferente, tudo que é da primeira vez, da primeira forma... O mundo também vai começar a trabalhar essas coisas e a gente tem certeza de que, daqui a pouco tempo, nós teremos... Porque como nós temos, digamos assim, o maior patrimônio nesse setor, também precisamos protagonizar uma legislação inteligente, capaz de transformar isso em ativos que rendam ao país tudo isso que ele tem em termos de riqueza, está certo?

Então, sinceros cumprimentos a toda a Comissão, especialmente à nossa Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito obrigada, Senador Zequinha Marinho. Então, vamos encerrar...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente, pela ordem, só uma questão de procedimento...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – ... para aclarar o debate que houve aqui, tendo o apelo aqui do Líder Jaques Wagner, do Ministro Padilha e da Relatora Leila. O nosso destaque mantido, apenas para questão de manter posição, está certo? Pode ser simbólico, sem nenhum problema, já está aclarado, não vou fazer a defesa do destaque mais, já foi feita. Mas, só para a questão de marcar a posição, a manutenção do destaque pode ser imediatamente após a votação do mérito, mas eu gostaria de marcar a posição na defesa dessa tese que, particularmente, eu defendo e vamos procurar dar vazão a ela, melhor trabalhada talvez em um projeto apartado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Verdade. Obrigada, Senador Efraim?

Vamos, então... Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Aprovado o projeto por unanimidade. (*Palmas.*)

Para um tema complexo votado na Comissão de Meio Ambiente por unanimidade, teria que ser uma mulher como a Leila. Parabéns a você, querida!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Uma craque, literalmente.

Vamos, então...

Em votação simbólica a Emenda 28, destacada pelo União Brasil, de propositura do Senador Efraim.

Quem concorda com a Relatora, portanto, contra o destaque, permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Derrubado o destaque, contra o voto do Senador Efraim.

Vamos, então, ao nosso segundo destaque, que é a Emenda nº 63, destacada pelo MDB.

Nós podemos também submeter, mais uma vez, à votação simbólica? O MDB está presente? (*Pausa.*)

Nominal.

Então, vamos à votação nominal da Emenda nº 63, destacada pelo MDB.

Quem vota a favor da Relatora, vota "sim". Quem vota a favor do destaque... Ou melhor, vou fazer aqui uma leitura mais simples. A favor do destaque, vota "não". A favor da Relatora, "sim"; a favor do destaque, "não", o.k.?

O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Eu queria a palavra, rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – O Senador Giordano fazendo o encaminhamento a favor do destaque.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP. Para encaminhar.) – Só para esclarecer essa emenda minha. É que, quando você fala de saneamento básico, a situação se gera universal. Mas eu só estou pedindo destaque numa matéria chamada "resíduos sólidos".

Todos os resíduos das indústrias e o alimentício das residências vão para o aterro sanitário. O aterro sanitário, automaticamente, na movimentação desses resíduos, produz gases. Eu só estou pedindo para não regulamentá-lo como crédito de carbono, porque é automático, é um destino fim. O aterro sanitário é um destino fim, porque as prefeituras mal têm como fazer um aterro sanitário, imaginem pagar imposto ou comprar crédito de carbono por emissão dos seus resíduos, que, de novo, eu ressalto, não é indústria. Um aterro sanitário é um destino fim, é uma necessidade universal o aterro sanitário. Já as prefeituras não conseguem nem pagar o preço normal de um aterro sanitário, imaginem tributar qualquer tipo de tributação.

Por isso, eu insisto nesse destaque – insisto nesse destaque –, só para destacar esse tipo de serviço, esse destino fim de serviço.

De resto, acompanho totalmente a Relatora e a parabenizo pelo excelente trabalho. Ela sempre deu atenção...

Então, eu peço só para votar isto em destaque: que não tributemos, de nenhuma forma, na parte de crédito de carbono, os aterros sanitários, senão os municípios não vão aguentar.

Eu recebi ontem 35 ligações de Prefeitos do Sudeste pedindo para não tributarem com o crédito de carbono os aterros sanitários, que é um destino fim.

E eu queria o voto "não", só para esclarecer. Para acompanhar esse destaque, o voto é "não", por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada, Senador Giordano.

Portanto, quem vota a favor da proposta da Senadora Leila, do relatório como foi apresentado pela Senadora Leila, o voto é "sim". Quem vota pelo destaque vota "não".

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Sra. Presidente, no art. 21, já se possibilita o tratamento diferenciado para certos setores. E a exclusão... De certa forma, se a gente colocasse explícita ali a exclusão desse setor, prejudicaria o sistema, entendeu? Então, no art. 21, Giordano... Quer ver?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê o art. 21, pessoal? Só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Fique à vontade, Senadora.

Eu queria chamar aqui os colegas Senadores e Senadoras que possam votar.

A assessoria pode informar aos Parlamentares que a votação pode ser feita pelo aplicativo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – No inciso I do §2º do art. 21 do Plano Nacional de Alocação:

> [...]estabelecer tratamento diferenciado para determinados operadores dos setores econômicos em razão de particularidades inerentes às atividades desenvolvidas, seu faturamento, níveis de emissão líquida e localização, entre outros critérios estabelecidos no ato específico do órgão gestor do SBCE.

Como a gente não colocou o setor, a gente fez uma abordagem mais horizontal, nós entendemos que contempla essa preocupação do Senador Giordano e que vai ser, mais para frente, regulamentado pelo próprio sistema, pelo órgão gestor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Muito bem, Senadora.

Os Senadores e as Senadoras ainda podem votar e podem votar pelo aplicativo. Nós temos 17 Parlamentares nesta Comissão, e 12 Senadores já votaram.

O Senador Fabiano Contarato também vai votar agora, e, logo após essa votação, nós vamos abrir o painel. (*Pausa.*)

Votou, Senadora Leila? Posso abrir o painel? (*Pausa.*)

Senador Zequinha...

Aguardando o Senador Zequinha Marinho. E, na sequência, abriremos o painel. (*Pausa.*)

Já posso abrir?

O Senador Zequinha já votou? (*Pausa.*)

Eu vou abrir o painel, pode ser? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – São 14 SIM; NÃO, 2.

Portanto, derrubado o destaque, mantido... Rejeitada a Emenda 63, mantido o relatório da Senadora Leila Barros.

Para mim é minha Leila do Vôlei, não é? (*Risos.*)

Consulto se podemos fazer o turno suplementar na data de hoje. (*Pausa.*)

Portanto, não havendo objeção, discussão da matéria em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos para discussão.

A Presidência informa que não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Fica definitivamente adotado o substitutivo, nos termos do art. 284, sem necessidade de votação.

Chamo, então, a minha querida Leila, para que venha sentar no posto que é seu, querida. Parabéns a você, como Presidente desta Comissão, e como Relatora deste importante projeto, como já foi colocado, um marco nessa política de mercado de carbono no Brasil.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3649, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Matéria instruída por audiência pública em 3/outubro.

Concedo a palavra, agora, ao Relator, Senador Mauro Carvalho Junior, para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Presidente Leila, é o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – ... eu desejo pedir vista desse projeto.

Eu não sei se o Relator faz a leitura, a senhora me concede vista...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu vou ter que conceder vista para o Senador Confúcio e a leitura para o Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Pela ordem. Pela ordem, Presidente.

Senador Confúcio, na semana passada, nós tivemos... Esse projeto veio para a pauta, para votação e, num acordo com o Senador Fabiano Contarato, foi solicitada realmente uma audiência pública, que foi realizada ontem. E, nessa audiência pública, a própria Presidente da Comissão, Senadora Leila, elogiou muito a forma com que foi conduzida essa audiência, inclusive com o Governador do estado, Mauro Mendes, que veio aqui pessoalmente fazer a defesa do parque, juntamente com a Secretária do Meio Ambiente e o Presidente do ICMBio. E, naquele momento ali, ficou mais ou menos acordado que nós faríamos essa audiência pública ontem e colocaríamos em votação, e não seria... Pelo menos no acordo ali, nós não teríamos esse pedido de vista hoje, aqui, já que foi combinada essa audiência pública para ontem, e hoje realmente seria a votação.

Então, eu pediria a compreensão de V. Exa. – esse projeto de lei já caminha na Casa há algum tempo – para que o senhor tivesse um pouco mais de compreensão e que a gente colocasse realmente... E desse a mim a oportunidade para ler esse relatório e colocar em votação. Peço muito a sua compreensão aí nesse sentido.

Obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – É só uma pequena pausa de um minuto, para eu conversar aqui com a equipe do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Pela ordem.

Senador Confúcio, está havendo um acordo entre as partes, mas é uma mesa de negociação. Existe um edital, no Ibovespa, que não foi retirado. Então, nós também não queremos retirar o projeto por isso. Fechou o acordo, para o projeto, o Presidente veta, não tem problema nenhum. Esse projeto ainda vai para a Câmara.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Pela ordem.) – É o seguinte, eu aqui ouvindo a equipe do Governo, responsável, Senador, o acordo foi feito apenas para a audiência pública antecipada, e a equipe do próprio Estado do Mato Grosso ficou de conversar com o Ministério do Meio Ambiente para fazer esse fechamento. Então, esse prazo de uma semana seria só para esse fechamento desse acordo.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Mas foi feito ontem, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – A audiência foi feita ontem.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Não. Foi uma conversa entre as partes. Com o Meio Ambiente foi feito ontem. Depois da audiência...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Não. Segundo aqui a equipe, não foi fechado esse acordo ainda com o Ministério.

É um precedente assim que eu vejo... Por exemplo, a estadualização de uma chapada que é um parque federal é um caso raro. É um precedente também realmente interessante. Porque, normalmente, é muito mais fácil estadualizar, e logo no decorrer do tempo...

Eu tiro, porque eu fui Governador de estado. Quando você... Das reservas estadualizadas, quase todas estão antropizadas, quase todas estão ocupadas. Entra devagarzinho e quando pensa que não, você perde o controle! Então, isso é extremamente sério e eu acredito no seguinte, que é fundamental que essa solicitação que foi me solicitada a fazer nesse momento aqui, por equipes técnicas do Governo, eu acho que seria prudente, só por uma semana.

A vista não é tão longa assim; é rápida.

Então, eu solicitaria ao Relator e à autora, Dra. Margareth, que realmente são pessoas extraordinárias, de muito bom senso... Nada de provocativo às pessoas deles, nada negando o meu próprio apoio ao relatório, mas precisaria ter essa compreensão.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Mauro.

Obrigada, Senador Confúcio.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Senador Confúcio, só a título de esclarecimento...

Espera aí, deixe-me posicionar-me melhor aqui para até falar olhando para a V. Exa.

Ontem, se fosse o caso... Nós teríamos negociado, inclusive, um pedido de vista na semana passada. Chegamos até a tocar nesse assunto, mas houve o comprometimento de se colocar em votação hoje.

Quando o senhor fala, e pela experiência que o senhor tem de Governador do estado, o senhor tem 100% de razão. Só que, no caso do Estado de Mato Grosso, eu vou citar dois exemplos para o senhor. Nós assumimos a BR-163, que inclusive era uma concessão federal. Nós também, numa região norte do Mato Grosso, nós assumimos a BR-174, que há mais de quatro anos está licitada, com licenças ambientais; o governo do estado também assumiu. Com o ajuste fiscal que foi feito no Governo do estado, nesses quatro anos e meio, foi possível o Governo do estado assumir a concessão da BR-163 e também a estadualização da BR-174.

O normal seria os parques estaduais serem federalizados, e não estadualizados. Acontece que o ICMBio colocou um edital, um leilão previsto agora para dezembro, no Ibovespa, com investimento de R$18 milhões em 30 anos – são R$600 mil por ano. Mal dá para fazer a limpeza do parque. E esse edital contempla hotel, contempla loja, contempla estacionamento, contempla placas de publicidade. A senhora imagina só a gente fazer uma placa de empresas de agrotóxicos dentro do Parque Nacional de Chapada. Está dentro do edital. O Governo do estado se propôs a investir R$200 milhões em quatro anos. Apresentou, inclusive, na audiência pública, qual é o conceito desses projetos. Então, olha a diferença.

E qual é a proposta do Governo do estado? Não é estadualizar o parque eternamente, não. Nós pedimos para o Ministério do Meio Ambiente, ontem à tarde, à Ministra Marina Silva, uma delegação de cinco anos. Nós fazemos as obras, fazemos todos os investimentos; depois faremos uma concessão. Lógico, o estado não tem como administrar isso, o Governo Federal não tem como administrar isso, com todos esses investimentos implantados, porque a iniciativa privada não tem como fazer esses investimentos hoje.

E o que nós pedimos? Da mesma forma que nós queremos essa delegação por cinco anos e faríamos esse investimento todo, nós também pedimos para a Ministra Marina que ela retirasse. Da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma forma que foi pedido para retirar esse projeto de lei aqui, de autoria da Senadora Margareth, nós também pedimos: "Então, você retira também esse edital que está acontecendo no Ibovespa, que vai ter o leilão em dezembro". "Não tenho meios legais". Como não tem meios legais? O senhor como gestor público, como Governador de estado, sabe que um gestor a qualquer momento, por interesse público, pode tirar o edital de licitação – a qualquer momento. Então, a resposta que o Ministério do Meio Ambiente deu e o próprio ICMBio foi: "Eu não tenho legalidade para isso". Como não tem legalidade?

Eu coloquei na audiência pública, hoje... Só para o senhor ter uma ideia, o último leilão de parque... Que esse parque já foi para o Ibovespa, o ano passado, e foi cancelado por irregularidade – esse leilão – pelo Tribunal de Contas da União.

Agora, um fato interessante: neste leilão da Ibovespa, Senadora Tereza, todos os parques que foram para leilão, no Ibovespa, foram ganhos por apenas uma empresa, para administrar todos os parques no Brasil.

Então, a gente está pedindo aqui é um bom-senso do...

Olha só a ousadia do Governador Mauro Mendes – o senhor já foi Governador – de estadualizar um parque... Ou estadualizar ou delegar, para que se faça um investimento de R$200 milhões e aí, sim, o ICMBio pode pegar o parque de volta e fazer a concessão para a iniciativa privada. E esses investimentos, lógico, respeitando todos os preceitos de regras ambientais do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

É isso.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Senador, leia o seu relatório, daí...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Eu só solicito vista – são só sete dias –, para que a gente possa dirimir essas questões que me foram apontadas aqui, agora, e os pontos de vista que eu também apresentei nesse momento exato.

Semana que vem eu já procuro o nosso Relator, já vejo se há necessidade de alguma alteração ou negociação, e a gente encerra e vota. E eu até assumo o compromisso de votar favorável. É só uma questão de uma semana. Por favor.

Eu não costumo pedir vista. É muito raro. É um dos raríssimos casos em que eu peço vista aqui nas Comissões. Mas é um assunto realmente palpitante, no meu caso, em particular, chama a atenção, e eu me comprometo, Senador, semana que vem, a gente estar de boa aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Eu só estou deixando claro que isso é uma iniciativa do próprio Senador Confúcio com o Governo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tá bom.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... deixando claro que não houve, assim... Às vezes as pessoas ficam preocupadas aqui, e eu sou muito objetiva e clara com vocês: quando nós colocamos, semana passada, pedindo audiência, já estava o compromisso aqui.

Realmente não houve a leitura do relatório, talvez nos escapou essa questão, poderíamos ter feito essa leitura e, na sequência, ter esse respaldo regimental de ter pedido já vista, e isso não aconteceu, fui até alertada aqui...

O que eu sugiro, Senador Mauro: vamos para a leitura... Assim...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito. Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... temos esta semana, agora, e é isso.

Eu vou conceder ao senhor a leitura...

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... eu acho que o mínimo que eu tenho que fazer é conceder a leitura, e, nesses próximos sete dias, sentar Governo estadual, Federal, e o próprio Senador Confúcio, que está interessado sobre a temática, sentar para resolver...

Ontem eu presenciei, Senador – e, aí, eu dou este testemunho –, uma civilidade entre o Governo Federal... Representantes do Governo Federal, ICMBio e o Governo estadual, que eu tenho certeza que, em uma semana, como o senhor falou nesse pedido de vista, nós vamos tentar resolver essa situação. Tá?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Por favor.

Eu vou passar à leitura agora... A palavra para o Senador Mauro Carvalho Junior, para a leitura do seu relatório.

Fique à vontade, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Tá bom.

Muito obrigado, Senadora Tereza.

Obrigado, Senadora Leila, e eu tenho aqui enorme gratidão pela forma que a senhora tem conduzido esse projeto de lei dentro aqui da Comissão de Meio Ambiente, de uma forma transparente, verdadeira, e com bom-senso e um equilíbrio muito grande.

Agradeço também ao Senador Confúcio, e estamos à disposição do Ministério do Meio Ambiente, de outras autoridades, eu e a Senadora Margareth, para discutir o assunto.

Peço licença, Senadora, para ir direto à análise do meu relatório.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente a conservação da natureza, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal. O projeto tramita em caráter terminativo, portanto será examinado nos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Quanto à constitucionalidade, conservação da natureza é um tema de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, cabendo à União estabelecer normas gerais, conforme art. 24, VI, e §1º da Constituição Federal. Verificamos que a iniciativa parlamentar é legítima e não invade assuntos de competência privativa do Presidente da República dispostos no §1º do art. 61 da Constituição Federal.

No tocante à juridicidade, observamos que a matéria inova no ordenamento jurídico e possui os atributos da generalidade e da abstratividade.

A técnica legislativa da proposição é adequada e observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Temos apenas um reparo formal a ser feito: alterar a nomenclatura "§ 1º" para "parágrafo único", no art. 2º do projeto de lei, conforme emenda que apresentamos ao final.

No mérito, saudamos a Senadora Margareth Buzetti pela iniciativa, que tem como objetivo alavancar o potencial turístico do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. A União já teve oportunidade de desenvolver esse potencial por quase 35 anos e não o fez, considerando que sua criação se deu pelo Decreto nº 97.656, de 12 de abril de 1989. O Estado do Mato Grosso, por outro lado, conforme explanado na justificação, está disposto a investir R$200 milhões em obras de infraestrutura e elevar o potencial turístico do Parque no prazo máximo de três anos.

Esse compromisso, feito por escrito pelo atual Governador, foi reproduzido no art. 2º do projeto de lei. Não podemos perder essa oportunidade de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerando emprego e renda. Estabelecida estrutura apropriada, a Chapada dos Guimarães poderá atrair inúmeros turistas do eixo do Pantanal, para em uma mesma viagem conhecer outro tipo de paisagem do nosso Estado. E temos certeza de que ninguém melhor do que o Governo de Mato Grosso para estabelecer uma gestão de excelência no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do PL nº 3.649, de 2023, com a seguinte emenda.

EMENDA Nº – CMA
Modifique-se no art. 2º do PL nº 3.649, de 2023, o termo "§ 1º" por "Parágrafo único."

É só, Presidente. Muito obrigado pela oportunidade e parabéns à Senadora Margareth por ter colocado esse projeto de lei tão importante para o Estado do Mato Grosso e para o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senadora, gostaria de falar alguma coisa?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Sim, Leila.

Eu só gostaria que o Governo não perdesse essa oportunidade dos investimentos do Governo do estado, que o Governo Federal não perdesse a chance dos recursos que o Governo do Estado do Mato Grosso está fazendo no Parque da Chapada, porque o Governo está por um triz para largar isso.

Ele está – desculpem-me – com o saco cheio disso aí. A gente só conseguiu conversar com todos os entes quando o bode foi para a mesa.

E é isso. Mas, enfim, foi lido o relatório agora. Não tem mais como ir para outras Comissões, certo? Ou tem? Não, agora não. Então, daí na semana que vem vota.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – A discussão está aberta. Aqui nós vamos manter essa discussão.

Como foi pedida vista, segundo o art. 132 do Regimento, já tem um compromisso desta Presidência para, na próxima reunião, retornarmos à pauta e à discussão e votação. O.k.? Já acreditando que teremos um acordo, não é? Só reforçando, tenho certeza de que teremos um acordo entre o Governo estadual e o Federal.

É isso, pessoal. Muito obrigada, Senadora Margareth Buzetti e Senador Mauro Carvalho.

Bom, eu quero agradecer a todos pela participação nessa histórica sessão da Comissão de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais a declarar, está encerrada a reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia onze de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Mauro Carvalho Junior, Jorge Seif, Tereza Cristina, Damares Alves, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Zenaide Maia e Wilder Morais, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência comunica documentos recebido pela Comissão e submete ao colegiado a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Faz pronunciamento de abertura e passa à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3649, de 2023 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães." Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Aprovado o Projeto de Lei nº 3649, de 2023 com a Emenda nº 1-CMA, em caráter terminativo. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1641, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. Observação: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3097, de 2021 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Agente Jovem Ambiental e altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que “dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências”, para tratar de programa para formação e atuação de jovens agentes ambientais “Lei Alfredo Sirkis”." Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA). Relatoria: Senadora Teresa Leitão. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de outubro de 2023.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento:

- Ofício CMH nº 285-02/2023, da Câmara Municipal de Hortolândia/SP, que encaminha a Moção 220/2023, da parabenização pela aprovação do PL 1.494, de 2021, que tipifica o crime de zoofilia na Lei de Crimes Ambientais.

Anexado à matéria, nos termos do inciso III, §2º do art. 261 do Regimento do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 32ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e relatórios apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores registrarem presença e votarem nas deliberações nominais por meio do aplicativo Senado Digital. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que declarem verbalmente o voto. As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* do Zoom, para os Senadores que participam remotamente.

Amanhã, 12 de outubro, se comemora, além do Dia da Criança, claro, o Dia Nacional do Mar. A Zona Costeira e Marinha do Brasil se estende por mais de 8 mil quilômetros, abrangendo 17 estados e mais de 400 municípios, distribuídos de norte a sul, do Oiapoque, no Amapá, ao Chuí, no Rio Grande do Sul.

Apesar das belezas da nossa costa brasileira, trata-se de uma região de alta vulnerabilidade aos impactos da atividade humana e aos eventos extremos, sobretudo às tempestades e aos ciclones.

A próxima sexta-feira, dia 13 de outubro, é o Dia Internacional para Prevenção de Desastres Naturais, algo com que sempre me preocupei, desde o meu primeiro dia nesta Casa. Esse é um tema que tem sido cada vez mais central nos debates acerca da agenda ambiental. O Secretariado da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima divulgou, na última quarta-feira, relatório que visa facilitar as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussões na próxima Conferência da ONU sobre o Clima, a COP 28, que acontecerá no final do ano, em Dubai. O documento aponta para a necessidade de se elevar a ambição climática global.

Um levantamento do Unicef, publicado esta semana, apontou que desastres relacionados com o clima provocaram 43,1 milhões de deslocamentos de crianças ao longo de seis anos. Só as inundações dos rios deverão deslocar quase 96 milhões de crianças nos próximos 30 anos. No Brasil, inundações, tempestades e outros fenômenos podem deslocar aproximadamente 1,5 milhão de crianças nos próximos 30 anos. Um dado triste para pensarmos um dia antes do Dia da Criança.

Os efeitos da mudança do clima já estão bastante presentes. A alteração no regime das chuvas da Região Norte nos obriga a estudar como deslocar populações inteiras que vivem em áreas que se tornarão improdutivas. Esse é um cenário que teremos que enfrentar cada vez mais com frequência. As ações de adaptações diante dos efeitos das anomalias climáticas são urgentes e não se apresentam como uma possibilidade, mas, claro, uma necessidade.

A semana começou com terríveis atos terroristas. O mundo se depara com mais uma guerra. Quero me solidarizar com as vítimas desses atos terroristas que tanto nos chocaram e com seus familiares. Solidarizo-me também com a população civil inocente, que tanto sofre, vítima dessas guerras. Neste momento é importante ressaltarmos a necessidade de construir diálogos com respeito a quem pensa diferente. Isso se aplica também à nossa pauta ambiental, repleta de questões profundas, que demandam um diálogo constante.

Precisamos conversar, cuidar e evitar guerras. Precisamos conversar, cuidar e evitar desastres climáticos.

Nesta Comissão, tenho repetido diversas vezes sobre a necessidade de avaliarmos as matérias que aqui tramitam, com atenção especial ao equilíbrio ambiental de forma socialmente justa e economicamente viável, como coloca o conceito da sustentabilidade. As decisões aqui tomadas deverão afetar diretamente a população brasileira e ainda as futuras gerações que estão por vir.

A próxima Conferência das Partes sobre o Clima, a COP 28, deverá ser um espaço fundamental para endereçar as ações necessárias e urgentes diante desse cenário que é posto à nossa frente. Temos a oportunidade, caros amigos e amigas, de levar ao mundo o compromisso deste Parlamento para o enfrentamento de tamanha crise climática.

Uma ótima reunião a todos nós. Muito obrigada.

Agora vamos à pauta, item 1.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.189501/2023-01-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI N° 3649, DE 2023

- Terminativo -

Dispõe sobre a estadualização do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. Em 03/10/2023, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

2. Em 04/10/2023, foi concedida vista, nos termos regimentais.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Uma vez lido o relatório, eu consulto o Senador Mauro se gostaria de acrescentar algo.

Então, vamos à sua leitura, ou, se quiser, Senador – houve já a leitura –, acrescentar algo, após essa semana, porque foi concedida vista.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Bom dia, Senadora Presidente Leila Barros. Obrigado por mais essa oportunidade. Bom dia, Senadores presentes aqui, Senador Zequinha, Senadora Margareth, autora do projeto, Senador Jaime Bagattoli, nosso vizinho de estado.

Senadora Leila, apenas quero ressaltar a importância desse projeto. Nós tivemos reuniões com o Ministério do Meio Ambiente e, dentro do cenário que nós temos hoje, fizemos algumas propostas e não tivemos nenhum tipo de contraproposta. A intenção do Governador Mauro Mendes, inclusive, seria de uma delegação por cinco anos e depois, em seguida, poderia até ser – Senador Jorge Seif, obrigado pela presença – devolvido o parque para o Governo Federal, após os investimentos. Mas não teve nenhum encaminhamento nesse sentido, então, dada a importância desse investimento no *trade* turístico do Estado de Mato Grosso, eu gostaria que V. Exa. pudesse conduzir a votação desse projeto de lei tão importante para o Estado de Mato Grosso.

É só isso, Presidente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – A votação será nominal, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Projeto de Lei nº 3.649, de 2023, nos termos do relatório já apresentado pelo Senador Mauro.

Os Senadores que votam com o Relator, obviamente, votam "sim", e os Senadores e as Senadoras...

Vou pedir para a Mesa já abrir o painel para que os Senadores possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Enquanto acontece a votação, eu queria me solidarizar com toda a população do Vale do Itajaí, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Paraná, que estão com problemas de enchente. Quero dizer para V. Exa., Senadora Leila, Presidenta desta CMA, que, em 1983, Jorge Seif, houve a maior enchente no Vale do Itajaí. A Prefeitura de Blumenau ficou debaixo d'água.

Olha o que aconteceu nesse final de semana.

Na década de 70... Para quem não conhece, foram construídas três represas: uma no Município de Taió, outra no de Ituporanga e outra no de José Boiteux, entre a década de 70 e a década de 80.

Eu conheço toda aquela reserva indígena, Presidente, toda a reserva indígena. Conheço até mais do que o nosso Senador Jorge Seif. Fui motorista de caminhão e conheço a reserva inteira. Eu nasci próximo da reserva.

O que aconteceu nesse final de semana foi um negócio lastimável para o Estado de Santa Catarina. Quem tem o comando da represa de José Boiteux, para evitar enchente em Blumenau – porque só em Blumenau são mais de 300 mil pessoas, mas não é só Blumenau, é Indaial, é Blumenau, é Timbó, é Itajaí... O Senador Jorge Seif conhece. São todos os municípios. Será que isso não vale mais?

E outra coisa: na década de 70, foram feitas audiências públicas, e a represa não foi construída dentro da reserva indígena, mas numa área privada. Infelizmente, anos atrás, um Ministro foi lá, Senador Zequinha, e entregou a represa. Já pensou entregar a represa para um comando indígena? Foi o maior absurdo da história que aconteceu para o Estado de Santa Catarina.

Infelizmente, nesse final de semana, para se evitar que em Blumenau aumentasse a água e a cidade ficasse mais 3m, 4m debaixo da água, sabe o que aconteceu? Parabéns ao Governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, que agiu, foi lá, teve que levar a polícia e, infelizmente, teve que usar a força para que isto pudesse acontecer, para irem se fechando as comportas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, hoje, nós sabemos, Senador Seif, que começou a chover novamente. Acho que, ontem ou hoje, começou a chover. Essa enchente pode se agravar, principalmente em Taió e Rio do Sul, e vai chegar a Blumenau. Mas eu quero dizer para você o seguinte: todo mundo fala desses casos climáticos, dessas catástrofes que têm acontecido. Em 1983, houve a maior catástrofe no Vale do Itajaí – a maior. Graças a Deus, desta vez eu acredito que não vai chegar àquele ponto, a não ser que chova três ou quatro dias seguidos. Mas eu sei que nós temos uma grande responsabilidade com o fator climático, a gente sabe disso. Entendeu? O fator de terem asfaltado todas as cidades, que é para um benefício da sociedade, também ajuda a influenciar as grandes enchentes. A gente sabe disso.

Eu quero, neste momento, me solidarizar com toda a população de Santa Catarina por esses acontecimentos que estão lá.

Se Deus quiser, eu acho que o maior já passou.

Obrigado.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Presidente, pela ordem. A senhora me concede um minutinho?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jaime Bagattoli.

Pois não, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senadora Leila, primeiramente, quero agradecer as palavras do Senador Jaime Bagattoli, que é catarinense também. Ele conhece a região melhor do que eu, porque eu sou do litoral e ele é lá do Médio Vale ou do Alto Vale.

Quero fazer o reconhecimento ao nosso Jorginho Mello, que foi Senador junto com a senhora e foi nosso colega aqui – meu, não; da senhora –, e à Defesa Civil do meu estado. Também quero reconhecer o trabalho da Defesa Civil do Governo Federal, que não tem medido esforços para nos ajudar lá no estado. Tivemos, ontem, aqui inclusive, várias reuniões com o Jorginho Mello.

Essa questão, na verdade, Senador Jaime Bagattoli, só corrigindo a informação, melhorando a informação... A polícia estava lá para dar segurança aos técnicos que estavam fazendo a manutenção na barragem e, no final, infelizmente, quatro indígenas se rebelaram contra a polícia. A polícia não fez nada, senão se defender logicamente, mas fecharam as comportas de José Boiteux. Estão se esperando, entre hoje e amanhã, mais 100mm de chuva. Na cidade de Taió – inclusive, eu postei nas minhas redes sociais –, Senadora, das casas só se mostra o telhado.

Infelizmente nós estamos sofrendo bastante, mas, com a ajuda de Deus, em primeiro lugar, e com os esforços lá do Governador Jorginho Mello, da Defesa Civil de lá, do Coronel Armando, que foi colega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso aqui Deputado Federal, e também aqui do Governo Federal, que está nos ajudando, sem dúvida não podemos deixar de reconhecer, vamos superar mais esse grande desafio e esse grande sofrimento por que os catarinenses estão passando.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Jorge, eu, em nome desta Comissão, como Presidente desta Comissão, também me solidarizo com a população de Santa Catarina, também agradeço o trabalho da Defesa Civil tanto federal como estadual.

E nós temos que crer na ajuda de Deus, no trabalho dos governos, mas, acima de tudo, no compromisso que eu muitas vezes reforço, porque essa questão do clima está afetando diretamente, e nós já estamos sentindo uma realidade... Nos estados do Norte, uma seca nunca vista, estados do Norte e Nordeste, e a parte do Sul do nosso país sofrendo muito, com ciclones, com tempestades. Então, reforço, mais uma vez, o compromisso de todos nós aqui, de termos a capacidade de dialogar e debatermos de forma muito célere e responsável essa temática ambiental, que é o nosso compromisso aqui.

Mais uma vez, parabenizando o senhor e também o Governador Jorginho, que realmente foi um grande companheiro nosso aqui no Senado, pelo trabalho que vem desenvolvendo ali no Estado de Santa Catarina.

Deus é maior e vamos superar mais uma enchente no estado, não é?

Obrigada.

Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Como catarinense, eu não poderia deixar de me solidarizar com esse povo tão sofrido. Eu era criança quando... Eu nasci entre Alto Bela Vista e Marcelino Ramos, Estreito do Rio Uruguai, e eu vi uma das enchentes do Rio Uruguai, e eu era criança, eu lembro que eu ficava na casa da minha avó vendo aquele rio, levando tudo, levando casas... Quer dizer, a nossa responsabilidade na parte ambiental tem que ser muito efetiva, pensada e realmente feita, porque as coisas estão acontecendo.

Tem coisas que eu falo que o Cerrado no Mato Grosso, por exemplo, é cíclico, ele queima todo ano, não tem como, mas as enchentes, e olha que aquele povo de Blumenau, você vê Blumenau todo embaixo d'água, daí no outro ano você vai lá, você vê aquela cidade toda arrumadinha, com florzinha, tudo certinho. É um povo que merece realmente o nosso respeito. Minha solidariedade aos nossos irmãos catarinenses.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Margareth.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Eu quero me solidarizar com o pessoal do Sul, mas também com o do Norte, porque este ano é ano de El Niño, e o El Niño termina fazendo o que o La Ninã faz no sentido inverso: o La Niña dá seca no Sul e muita chuva no Norte; El Niño dá cheia no Sul e seca no Norte.

O nosso pessoal do oeste do Pará, na divisa com o Amazonas, e o próprio Estado do Amazonas estão passando por muitas dificuldades, muitas mesmo. Em 2005 e 2010, houve duas grandes secas naquela época, depois a gente não teve mais tanta dificuldade, mas agora, novamente o problema é relacionado à natureza: o peixe, que morre muito, porque os rios ficam rasos, a água esquenta, o oxigênio falta, e, lamentavelmente, cardumes e cardumes são devorados. Que Deus nos ajude.

E aí, aquela turma que encheu o mundo de CO_2 podia ajudar a pagar essas despesas por aqui também.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Zequinha.

Eu pergunto se as Sras. Senadoras e Senadores já votaram todos?

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Acho que podemos abrir o painel, não é, Senadora Leila?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vamos encerrar a votação.

O Senador Jayme Campos já votou? (*Pausa.*)

Já.

Então, vamos abrir o painel, por favor.

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Votaram SIM 11 Senadores; NÃO, 3 Senadores.

Nenhuma abstenção.

Aprovado o Projeto de Lei 3.649, de 2023, com a Emenda nº 1-CMA.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Item 2 da pauta. Projeto de lei...

Senadora Margareth Buzetti, por favor, autora do PL.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Senadora Leila, a gente tem o compromisso do Governador Mauro Mendes com a preservação ambiental desse parque, ressalvados os investimentos. Estamos aqui eu e Mauro Carvalho. Nós iremos cobrar dele esse compromisso, essa responsabilidade de preservação ambiental, porque é um parque muito lindo, que vai virar um polo turístico para a baixada cuiabana e para o Brasil inteiro.

Ali pertinho nós temos Nobres, Bom Jardim. Então, é uma maneira de você dizer ao povo da baixada cuiabana que eles também podem fazer turismo pertinho de casa, que eles têm aonde ir, sem cobrar para adentrar o parque, o que é muito importante.

Então, a gente tem esse compromisso do Governador. E a senhora tem a nossa palavra de que nós iremos cobrar dele.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senadora Margareth Buzetti.

Nosso Relator, Senador Mauro.

O SR. MAURO CARVALHO JUNIOR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Senadora Leila, primeiro, quero agradecer a V. Exa. pela forma como conduziu esse projeto de lei, uma forma transparente, verdadeira, sempre colocando a sua posição.

Temos um Estado, o Mato Grosso, que tem uma gratidão muito grande à senhora pela forma como vem conduzindo esta Comissão de Meio Ambiente. Parabéns pela condução dos trabalhos. A senhora pode ter certeza absoluta de que o Estado de Mato Grosso é comprometido com a sustentabilidade. Eu serei um grande fiscal do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. Pode ter certeza absoluta de que nós teremos a oportunidade de convidar vários Senadores para visitar esse parque após os investimentos que foram comprometidos pelo Governador Mauro Mendes para que seja constatada, por todos os Senadores e por todo o público que irá visitar o Parque Nacional da Chapada, a preservação ambiental e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

logicamente, para a contemplação turística daquele cenário, que é um dos cenários mais bonitos do mundo.

Muito obrigado pela condução dos trabalhos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente. Rapidinho.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Mauro.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Acho que os bons exemplos precisam ser copiados. Essa história do Mato Grosso, com o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, pode servir de modelo para outros estados, para outros parques. Por exemplo, no Governo passado, o Ministro Ricardo Salles fez uma campanha: Adote um Parque, adote uma reserva. Por quê? Porque o ICMBio, que é o responsável pela gestão dessas unidades de conservação, não tem perna, não tem braço para chegar lá, para proteger, para monitorar, para manter, digamos assim, a cerca, o aceiro, a proteção, porque o negócio fica lá no meio do mundo, entregue a qualquer tipo de possibilidade de acidente.

Essa ideia de o Governo do Mato Grosso querer, trabalhar e melhorar suas estruturas, utilizar também, economicamente, o turismo, eu acho fantástico. O pessoal precisa conhecer o que de bonito e de bom o nosso país tem. Pode ser um exemplo a ser seguido. Isso é uma concessão por quantos anos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por quantos anos a concessão.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Na realidade, a gente pediu a estadualização, mas nada impede que o Governo depois entregue isso para uma concessão, porque isso não faz parte, não é papel do Governo do estado ficar cuidando do parque. Ele tem que fazer os investimentos, deixar tudo certo, e aí, sim, chamar uma concessão, que é o que o ICMBio está fazendo agora, que tem um edital para dezembro, e é um edital que não vai funcionar. Já foi cancelado pelo TCU, suspenso e depois cancelado.

Então, eu acredito que o Governo do estado fará isso, não é, Mauro? Fará uma concessão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, nós poderemos encontrar aí um caminho que, de repente, atenda não só as questões de proteção, cuidar melhor, cuidar de perto, mas também de tirar dali alguma coisa para que se possa ter uma política de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turismo em cima disso e aquela unidade ter dinheiro para se manter, porque o grande problema é falta de recursos para ter *drone*, para ter monitoramento, para ter gente andando, para ter gente protegendo, para ter famílias morando, sei lá, com aquela incumbência o tempo todo. Tudo isso é custo.

Eu vejo, nesse aspecto, a questão do Mato Grosso como uma luz no fim do túnel para as nossas milhares de unidades de conservação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Zequinha.

Por favor, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu quero parabenizar, mais uma vez, o Senador Mauro e a Senadora Margareth e eu até faço um desafio aqui, aos Senadores, à senhora, a quem está nos assistindo: me apontem um parque que tenha sido concedido para a iniciativa privada que seja inferior a um cuidado pelo patrimônio público; não há. Conheço vários parques cedidos, vários parques de administração federal, vários parques de administração estadual, e, quando vai para a iniciativa privada, Senadora, dá certo, funciona, incentiva, cuida, visita, promove turismo, gera emprego. Infelizmente, o Estado brasileiro tem que dar saúde, segurança pública, educação, talvez infraestrutura; o restante, iniciativa privada – funciona.

E não é uma questão aqui, Senadora Leila, ideológica ou partidária; é só visitar. Visite parques concedidos à iniciativa privada. Vou falar para a senhora nem de lugares longínquos. Eu conheço Itaipu; lá é apaixonante. Está cuidando de Itaipu uma empresa privada. Agora veja o que aconteceu com o Parque Ibirapuera, no centro de São Paulo, depois que foi concedido. É inacreditável, é água e óleo – ou água e vinho, como preferir –, o cuidado, a limpeza, a conservação, os atrativos, o investimento. É outro mundo.

Então, eu creio que, com essa iniciativa, essa proposição dos nossos Senadores do Mato Grosso e com a concessão – e eu torço para que apareçam pessoas boas lá para cuidarem disso –, eu tenho certeza de que o Mato Grosso e o próprio parque vão ganhar muito. A natureza ganha, os visitantes ganham, os animais ganham e os brasileiros ganham.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata, Senador Jorge Seif.

Eu vou para o item 2, terminativo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1641, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir entre os fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos a determinação sobre o emprego da água de menor qualidade em usos menos exigentes.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

Observações:

1. Em 10/10, foi apresentado novo relatório, substituindo os anteriormente publicados na pauta.

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Eu concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senadora Leila, Presidente desta Comissão da CMA, eu peço a sua compreensão: nós queremos tirar de pauta, porque teve novas informações sobre esse projeto, para nós deixarmos para análise, e vamos talvez pautar na próxima semana ou nos próximos 15 dias. Tá bom?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k., Senador Jaime. (*Pausa.*)

Quanto ao item 3. Eu acabo de ser informada aqui pela Secretaria da nossa Comissão que a Senadora Teresa Leitão também tirou da pauta de hoje o item 3, referente ao Projeto 3.097, de 2021. Então, acredito que nós vamos encerrar a sessão.

Então...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – ... uma semana mais curta, uma semana mais curta, a Casa está mais vazia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a todos... Pois não, Senador Jorge.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, quem tem que agradecer é o Brasil, e quem agradece somos nós. Hoje, a única Comissão que está funcionando no Senado Federal, em plena quarta-feira, foi porque a senhora decidiu vir aqui presidir. Então, nós é que agradecemos à senhora e parabenizamos a senhora por estar aqui, representando o povo não só do DF, mas de todo o Brasil, e honrando as nossas presenças na Casa.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador, eu prezo muito pela palavra. Se é uma coisa que eu aprendi, estando na política, nesses últimos quatro anos dentro do Senado, é cumprir palavras. Então, eu agradeço...

Ó, por ter sido atleta, sou muito disciplinada e já falo para vocês: não será a primeira; teremos várias outras.

Então, nada mais havendo a tratar... Eu agradeço a presença de todos, inclusive a assessoria, todos que estiveram conosco nesta sessão, agradeço e declaro encerrada a nossa presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e dez minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Jorge Kajuru, Giordano e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Marcos do Val, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Beto Faro, Teresa Leitão, Jorge Seif, Damares Alves e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Izalci Lucas, Paulo Paim, Magno Malta e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Confúcio Moura, Sérgio Petecão, Jaques Wagner, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 226, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto n° 10.347, de 13 de maio de 2020, que dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3097, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Agente Jovem Ambiental e altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para tratar de programa para formação e atuação de jovens agentes ambientais "Lei Alfredo Sirkis"." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senadora Teresa Leitão. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 725, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Disciplina a inserção do hidrogênio como fonte de energia no Brasil, e estabelece parâmetros de incentivo ao uso do hidrogênio sustentável." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 55, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os propósitos e as bases operacionais da chamada Coalizão Verde , firmada durante a Cúpula da Amazônia , por instituições financeiras dos países amazônicos, lideradas pelo BNDES e BID, os programas de investimentos específicos do BNDES para a Amazônia visando o desenvolvimento econômico e social sustentável da região, no dia 31 de outubro de 2023, nesta Comissão, com a presença do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 63, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apurar e debater as denúncias veiculadas, entre outros, pelo jornal britânico The Guardian (edição de 18/01/2023) e Portal G1 (edição de 02/08/2023) envolvendo a "apropriação" de terras públicas no estado do Pará, por cinco empresas brasileiras e três estrangeiras, para práticas fraudulentas no mercado voluntário de carbono." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encerra-se a reunião às dez horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, inicialmente, Deus e saúde a todos e a todas que nos acompanham pessoalmente aqui na Comissão de Meio Ambiente e através dos meios de comunicação.

Eu estou iniciando presidindo a sessão em função de um motivo pessoal da nossa amiga, irmã, Presidente desta Comissão, a exímia Senadora Leila do Vôlei, que a qualquer momento chega, e já dou início com o tradicional texto.

Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de outubro de 2023.

Objetivos e diretrizes desta reunião.

A presente é destinada à deliberação de relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

Aprovação da ata.

Havendo quórum, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião, realizada em 11 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata, portanto, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria a compreensão aqui, em função de ser rápido, para irmos ao item 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 55, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre os propósitos e as bases operacionais da chamada Coalizão Verde , firmada durante a Cúpula da Amazônia , por instituições financeiras dos países amazônicos, lideradas pelo BNDES e BID, os programas de investimentos específicos do BNDES para a Amazônia visando o desenvolvimento econômico e social sustentável da região, no dia 31 de outubro de 2023, nesta Comissão, com a presença do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Autoria do Senador Beto Faro, aqui presente como sempre.

Concedo a palavra ao Senador Beto Faro, autor deste requerimento, e, depois, daremos início à votação simbólica.

Pois não, Senador Beto. Bom dia! É um prazer.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente e Senador Vital, obrigado pela deferência de a gente ter feito inversão da pauta.

Na verdade, são dois requerimentos. Eu vou falar logo dos dois.

Um é o item 4, que trata dessa, como você já explicou, audiência pública. Durante a Cúpula da Amazônia, o BNDES e o BID formaram uma coalizão de bancos, em que tratam do financiamento de projetos na Região Amazônica em busca do desenvolvimento sustentável. Apresentaram uma série de programas e de projetos. E acho justo que possam trazê-los aqui.

Já conversei, inclusive, como próprio Presidente Mercadante para que ele possa estar disposto nesta data, inclusive, que nós estamos sugerindo, para vir a esta Comissão fazer essa exposição, haja vista que é um momento extremamente importante, próximo a COP 30, que vai se realizar em Belém.

Eu sou daqueles que acha que nós já temos que chegar apresentando resultados, e esses financiamentos são fundamentais para que a gente possa diminuir o desmatamento – se não chegar a zero,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas diminuir – até 2025, como está sendo trabalhado em elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável. Esse é o primeiro.

O segundo é o quinto item da pauta, que eu também peço para encaminhar, sobre o mercado de carbono...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu posso só resumir para o senhor fazer a sua leitura, Senador?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Esse requerimento é o item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 63, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apurar e debater as denúncias veiculadas, entre outros, pelo jornal britânico The Guardian (edição de 18/01/2023) e Portal G1 (edição de 02/08/2023) envolvendo a "apropriação" de terras públicas no estado do Pará, por cinco empresas brasileiras e três estrangeiras, para práticas fraudulentas no mercado voluntário de carbono.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

A autoria é sua.

Pode, então, dar sequência.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Como Relator.) – Esse é um debate que, inclusive, a nossa Casa faz hoje, que é a questão de regulamentação dessa questão no mercado de carbono. E ali há denúncias já feitas, pelo Ministério Público e por várias instituições, do que está se fazendo, sem nenhum critério, dentro de terras públicas, sem ouvir as comunidades locais, e a vinda dessas instituições, que a gente se refere no requerimento é para fazer esse esclarecimento. E, a partir daí, a gente, quem sabe, inclusive contribuir, porque a gente precisa nesta Casa também acelerar essa votação, esse debate todo sobre a regulamentação do mercado de carbono.

Então são dois requerimentos, duas audiências públicas que eu peço para que a gente possa aprovar e realizar, porque acho que isso contribuirá muito com o nosso trabalho aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida, Senador Beto Faro. E a votação, portanto, já se inicia simbolicamente dos dois requerimentos.

Os Senadores que concordam com os dois requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovados os dois requerimentos.

Iniciamos esta reunião da Comissão de Meio Ambiente, daqui a pouco presidida por ela, a titular, a Senadora Leila Barros do Vôlei.

Eu vou para o item 3, pois sempre presente, atuante e implacável no horário, o Senador Veneziano Vital do Rêgo – se a sessão começa às 14h, ele chega às 13h55. Se você atrasar, você dança lá com ele.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 725, DE 2022

- Não terminativo -

Disciplina a inserção do hidrogênio como fonte de energia no Brasil, e estabelece parâmetros de incentivo ao uso do hidrogênio sustentável.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

A autoria é do Senador, hoje Presidente da Petrobras e lá fazendo um trabalho histórico, Senador Jean Paul Prates. A relatoria só poderia ser do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O relatório é pela aprovação, nos termos do substitutivo. As observações rápidas: a matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Portanto, com a palavra para o relatório, o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fineza, querido.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Obrigado, meu estimado, nosso estimado Senador, que, neste momento, preside-nos em substituição à querida Senadora Leila Barros e, não menos de forma competente, assim o faz.

Eu quero agradecer a sua generosidade por entender a pertinência no pedido de inversão, assim como fez em relação aos dois requerimentos que trazem consigo a importância nas causas expendidas pelo Senador Beto Faro e, ao final, aprovados.

V. Exa., Senador Jorge Kajuru, já fez a leitura da ementa.

Esse é um projeto de suma importância, que tem como autor o nosso ex-companheiro de Senado – mas companheiro continua – Senador Jean Paul Prates, respondendo pela Presidência da Petrobras, e entre outras matérias de sua lavra, esta coube-me na designação generosa também por parte da Senadora Leila Barros.

Eu pediria a V. Exa., na sua compreensão e na compreensão dos presentes, que nós pudéssemos fazer a leitura já a partir da sua análise, tendo em vista que também, Senador Beto Faro, essa é uma matéria que não estará tendo a sua conclusão em definitivo nesta manhã. Nós poderemos tratá-la, e assim haveremos de fazê-lo, proximamente. E, se porventura vier a ser aprovada nesta sessão, nós haveremos também de aprimorá-la na Comissão de Infraestrutura. Se V. Exa. me permite fazer a leitura a partir da análise para que nós abreviemos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... a sua apreciação, tendo em vista também, Senador Jorge Kajuru, que às terças e quartas somos tomados de inúmeras outras atribuições, entre as quais temos que participar da CPMI.

Pois bem, análise.

Na forma do nosso Regimento, no seu art. 102-F, cabe a esta Comissão opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente: proteção do meio ambiente; recursos naturais; recursos hídricos; política e sistema nacional de meio ambiente; direito ambiental; agências reguladoras na área de meio ambiente; e outros assuntos correlatos. Muitos desses assuntos tangenciam o conteúdo do PL em tela.

Portanto, há pertinência do objeto da proposição a temas de competência desta CMA.

A inserção do hidrogênio no setor energético nacional representa importante alteração em favor do desenvolvimento energético nacional, seja promovendo fontes de geração elétrica limpas e renováveis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a eólica e a solar fotovoltaica, ou também contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa por parte de indústrias relacionadas aos setores de biocombustíveis e de hidrocarbonetos fósseis, implicando grande incentivo em prol de uma transição energética sustentável.

Esse é o tema, Presidente Jorge Kajuru, que toma todas as atenções do mundo e não poderá o Brasil estar fora; muito antes, pelo contrário, e V. Exa. ontem fazia um justo pronunciamento no reconhecimento do trabalho que tem sido feito pela Presidência da Petrobras, tornando-a de novo uma empresa que ousa, arrojadamente, em estímulos, investimentos e, entre esses, aquilo que diz respeito ao hidrogênio verde. Nós poderíamos e poderemos, e eu creio, Senador Beto Faro, quando estivermos a recepcionar a todos os países, proximamente, na COP no ano de 2025, que será realizada no Pará, na capital Belém, nós já poderemos estar com passos avançados quando o assunto for hidrogênio verde.

Ademais, a adição de hidrogênio no ponto de entrega ou ponto de saída nos gasodutos de transporte, seguindo percentuais mínimos obrigatórios em volume, conforme percentuais estabelecidos pela proposição, além de contribuir para a descarbonização da indústria, contribui também para o aumento da demanda por hidrogênio, com potencial não desprezível de desenvolvimento de todo o segmento do hidrogênio. Ocorre, entretanto, que este dispositivo requer estudos quanto à infraestrutura do fluxo do gás natural, de modo a suportar um carregamento de hidrogênio na matriz energética que evidencie impactos na malha de gás, buscando compatibilizar a competitividade esperada com os consequentes impactos sobre a infraestrutura do gás.

A proposta do ex-Senador Jean Paul, portanto, confere abrangência ao setor energético do país e contribui para a pesquisa e o desenvolvimento do segmento do hidrogênio, em sintonia com iniciativas que podem ser notadas em vários países do mundo, em sua grande maioria aliadas a movimentos em favor de uma desejável transição energética sustentável e descarbonizada.

Entretanto, alguns aspectos do texto original merecem seu aperfeiçoamento. Assim, somos favoráveis ao PL em tela, mas considerando as seguintes alterações:

1ª) ao invés de dispor sobre o hidrogênio sustentável, dispor sobre o hidrogênio sustentável de baixo carbono, reforçando a isonomia e a competitividade entre as rotas tecnológicas, além de reforçar a característica de uso do hidrogênio como alternativa para contribuir com as metas de redução de emissões de gás de efeito estufa;

2ª) excluir o disposto no art. 4º do PL, de modo a aguardar estudos que consigam estabelecer marcos de misturas de hidrogênio no gás natural em que se melhor equilibrem os ganhos a serem obtidos com os impactos provocados pela mistura na infraestrutura do gás natural.

São essas duas sugestões que nós estamos a fazer ao Projeto de Lei 725, considerando a sua pertinência, e que apresentamos à apreciação das senhoras e dos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o que nós expusemos, votamos – e pedimos aos demais companheiros o acompanhamento – pela aprovação do Projeto 725, de 2022, na forma do substitutivo de que os senhores e senhoras têm conhecimento.

Esse é o nosso voto, Presidente Jorge Kajuru.

Ao término, agradeço sua atenção, mais uma vez, a do Senador Giordano, a do Senador Beto Faro e a dos demais companheiros que participam desta reunião e que podem colaborar efetivamente para que nós avancemos nesse tema, que é marcantemente presente nos dias atuais.

Muito grato, Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos pela sua objetividade e propriedade de sempre em leituras de relatórios.

Eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

Coloco em votação, de forma simbólica, o relatório apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aprovado o relatório, Senador Veneziano, ele passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 725, de 2022, nos termos da Emenda nº1-CMA (Comissão de Meio Ambiente), substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – É só para, agradecendo-lhe e, evidentemente, aos demais pares pelo acompanhamento ao que nós desenvolvemos em nosso relatório, pedir licença a V. Exa., se assim nos autorizar, para que continuemos no nosso périplo nas Comissões. Agora, neste instante, nos dirigiremos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Corra, Bolt! (*Risos.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e, depois, à CCJ.

Muito grato, Presidente e nobres companheiros.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Um abraço! Vamos para o trabalho.

Bem, eu queria pedir a compreensão, como sempre, costumeira, do meu amigo pessoal, o Senador Giordano, que aqui está, para assumir a Presidência, já que eu sou o Relator do projeto... (*Pausa.*)

A Senadora Leila chegou?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É só para um registro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É que me cutucaram aqui, e eu achei que era a Leila. Senti que era uma mão feminina, mas não era. (*Risos.*)

Pois não, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Tudo bem. É só para um registro.

Está presente aqui nesta sessão, acompanhando o debate, o Sr. Daniel Santos, que é diretor da Seaster, que é a Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do Governo do Estado do Pará, e coordena na secretaria a área de qualificação profissional, um importante programa que nós temos no estado; além do Kennedy Souza, que é um empresário de uma região chamada Região Bragantina, próxima ali à Bragança, Município de Tracuateua. Então, eu queria fazer esse registro dessas duas pessoas que estão acompanhando o nosso debate e são lá do meu Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que se registrem em ata as presenças! Sejam bem-vindos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito aqui para agradecer a competência sempre inquestionável da Secretaria desta Mesa desta Comissão de Meio Ambiente: do Secretário, o nosso querido Airton, da Mariana, do Marcus, do Leife, da Yeda, da Simone, da Jéssica. Aqui só tem mulher na mesa e só mulher competente, segundo o Secretário Airton me falou, mas eu já sabia evidentemente.

Então, como disse, o querido Senador paulista Giordano assume a Presidência para que eu faça a leitura do projeto do qual sou o Relator.

Acaba de chegar a nossa querida e qualificada Senadora Teresa Leitão.

Presidente Giordano, por gentileza, à Presidência. Eu o espero para fazer a leitura do projeto, porque tenho que assumir a Presidência da Comissão de Esporte, onde, hoje, o Senador Romário apresenta o primeiro relatório sobre as casas de apostas esportivas. Giordano querido, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Giordano. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Senador Kajuru, Senadores presentes aqui, é uma satisfação imensa assumir momentaneamente a Presidência tão respeitosa do Meio Ambiente, nesta Comissão tão importante.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226, DE 2020

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 10.347, de 13 de maio de 2020, que dispõe sobre as competências para a concessão de florestas públicas, em âmbito federal.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Kajuru, para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Pois não, Presidente Giordano, muito obrigado.

Eu já vou diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, analisar proposições que tratem de assuntos pertinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e da flora, além, é claro, de exploração e manejo de florestas, temas abrangidos pela proposição em análise.

Preliminarmente, saliento que o Decreto nº 10.347, de 2020, objeto da sustação pretendida pelo PDL nº 226, de 2020, transferiu as competências relativas ao poder concedente acerca das florestas públicas, estabelecidas pelo art. 49 da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2003, Lei de Gestão das Florestas Públicas, do Ministério do Meio Ambiente, atualmente Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, atualmente Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

No atual Governo, as competências e a estrutura do MMA foram recompostas pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e pelo Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, que aprovou a nova estrutura regimental do ministério. Consequentemente, no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, que aprovou a nova estrutura regimental do Mapa, não estão previstas competências para a concessão de florestas públicas.

Apesar dessas alterações promovidas pelo novo Governo nas estruturas do Mapa e do MMA – no caso deste, para recompô-lo –, o art. 2º do Decreto nº 10.347, de 2020, ora atacado pelo PDL nº 226, de 2020, nunca fora expressamente revogado. Contudo, posso afirmar que há revogação tácita desse dispositivo e do decreto como um todo, dado que suas disposições afrontam a legislação posterior, especificamente a Lei nº 14.600 e os Decretos nºs 11.332 e 11.349, todos de 2023, já mencionados.

Ante o exposto, opino pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2020, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Fui o mais objetivo possível, Presidente Giordano, a quem devolvo a Presidência depois deste relatório aqui apresentado.

Senadora Teresa, que está aqui...

Quem mais chegou? (*Pausa.*)

Ah, o Zequinha Marinho, o rei das PECs, sempre presente.

Presidente Giordano.

O SR. PRESIDENTE (Giordano. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Senador Kajuru...

A matéria está em discussão.

Com a palavra, para discutir, algum Senador? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha, está com a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Relator, Senadora Teresa.

É só uma solicitação de informação. Eu não estudei a matéria aqui. Tudo indica que a transferência para o Ministério da Agricultura, em função dessa questão da concessão florestal, seja um ativo interessante, não é? Porque, efetivamente, quem tem esse ativo quer transformá-lo em recurso, quer monetizar isso.

A pergunta é: o Ministério do Meio Ambiente tem foco hoje, está focado também nesse aspecto de concessão, de monetizar isso, de comercializar isso, ou teremos que construir, de futuro, uma estrutura para isso?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Bom, Senador Zequinha Marinho, permita-me a sinceridade. Eu fui pego de surpresa. A Presidente Leila Barros está com um motivo pessoal, porém, em dez minutos, ela chega para assumir a Presidência.

Eu perguntaria ao Secretário Airton se a Comissão, nessa pergunta feita pelo Senador Zequinha Marinho, está com foco ou se eu aguardo a Presidente Leila. (*Pausa.*)

É isso? É melhor, não é? Seria melhor, Senadora Teresa, a gente aguardar a Senadora Leila para essa resposta?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, tudo bem, vamos avançando.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu entendi. Eu entendi perfeitamente.

Se você quiser a minha opinião, eu concordo com você, mas eu não posso responder pela Presidência.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu acho que tem a ver exatamente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem a ver, eu também acho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A concessão está mais ligada à questão ambiental...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ambiental.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... do que à questão comercial.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Correto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Ministério da Agricultura é o ministério do agro, que transforma tudo em negócio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em negócio.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não é?

Resta só saber se o que vai assumir ou continuar com ela também tem a mesma competência, está aberto para comercializar isso, porque existe alguma coisa errada na cabeça da maioria da imprensa e de todo mundo que a concessão florestal, que colher madeira, isso está errado. Está errado é devastar. E quem devasta a floresta não é quem colhe madeira, é quem abre fazenda, quem cria, digamos, gado e a terra está ainda intacta, vai ter que abrir. A colheita de madeira dentro da regra legal é corretíssima, porque a madeira, como qualquer ser vivo, animal ou vegetal, tem um tempo de vida. Se não for colhida, ela vai morrer. E vai cair para dar lugar à sua descendência. Naturalmente, é importante que a gente possa colher, fazer a concessão, transformar isso em ativo, em dinheiro, em emprego, em renda, em desenvolvimento.

A Europa é contra, literalmente, que a gente explore madeira, faça manejo aqui, mas vai lá para você ver uma coisa: tanto a floresta nativa quanto a floresta plantada são extremamente comerciais. Nós conhecemos países que têm mais casa de madeira do que de tijolo e cimento. Então, por que são contra o Brasil nesse aspecto? Porque querem proteger seus mercados lá.

Eu fui atrás disso, meu caro Senador Jorge Kajuru, e fiquei encantado. Disse: "Mas por que este país aqui é tão contra, se manifesta tão contra?". "Ah, o mercado precisa ser protegido." Interessante. Então, nós temos também que nos posicionar. Eu sou a favor do manejo florestal. Não me interessa aqui quem deve, quem não deve. Eu só quero saber se quem vai fazer tem *know-how*, tem competência, tem estrutura, está debaixo do guarda-chuva legal e *c'est fini*.

Vamos para a frente. Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Entendido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho, chegou uma informação agora da Consultoria de que, na verdade, no Governo Bolsonaro foi entregue ao Mapa. Perfeito? No Governo atual, o Governo Lula, houve uma nova posição, qual seja se entregar à Comissão de Meio Ambiente, exclusivamente a ela. Portanto, seria uma questão mera... (*Pausa.*)

Ao ministério, desculpe. Em relação ao ministério. Então, seria realmente aqui uma questão de mera formalidade, que o Presidente Giordano poderia dar sequência. Perfeito? E só lembro que aqui não é terminativo, vai para a CCJ – certo? – este projeto e lá que será terminativo.

Fale, querido Sérgio catarinense, que me prometeu uma lagosta e dessa vez vai cumprir. Querido Sérgio Seif, fique à vontade.

Presidente Giordano...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Jorge, igual ao senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Xará.

O SR. PRESIDENTE (Giordano. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Também, lembro, Senador Kajuru, que não é terminativo na CCJ, vai para o Plenário ainda.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, vai para o Plenário ainda?

O SR. PRESIDENTE (Giordano. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Vai para o Plenário ainda, tá?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Giordano. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Senadora Teresa Leitão gostaria de... (*Pausa.*)

Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão pela prejudicialidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Obrigado a todos.

Parabéns pela aprovação do relatório!

Kajuru, estou te devolvendo a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sou eu que agradeço, Senador Giordano.

Aproveito aqui para ler o item 2 da nossa Comissão de Meio Ambiente, enquanto não chega a querida amiga e irmã de 30 anos, a Senadora Leila do Vôlei, para dar sequência.

Tomei conhecimento de que o Senador Romário ainda não chegou, para que eu presida a Comissão de Esporte e ele apresente a leitura do relatório, que é o primeiro, sobre as casas de apostas esportivas.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3097, DE 2021

- Não terminativo -

Institui o Programa Agente Jovem Ambiental e altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para tratar de programa para formação e atuação de jovens agentes ambientais "Lei Alfredo Sirkis".

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senadora Teresa Leitão

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações: *1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 11/10/2023.*

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.

Portanto, com a palavra, a Relatora, Senadora Teresa Leitão, deste relatório.

Por fineza, Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos os Senadores aqui presentes.

Eu acho que, pelo meu sotaque, o senhor já sabe que eu sou pernambucana, não catarinense. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi um erro gravíssimo meu, não é?

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Gosto muito daquele povo, mas não posso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É porque eu vejo sempre você ali no Plenário com o Amin, uma má companhia, por sinal. (*Risos.*)

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E o Senador Jorge entrou, e o senhor foi direto para o sul. Aí não volta para o Nordeste. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpe.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Desculpe, é brincadeira, Senador, nada demais.

Sob exame da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal chega o Projeto de Lei nº 3.097, de 2021, de autoria do Senador Jaques Wagner, que institui o Programa Agente Jovem Ambiental e altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que "dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para tratar de programa para formação e atuação de jovens agentes ambientais "Lei Alfredo Sirkis".

Vou passar diretamente à análise, Sr. Presidente, destacando apenas que, segundo o autor, o enfrentamento dos efeitos da mudança do clima, a proteção de territórios indígenas e a conservação da biodiversidade por meio de áreas protegidas são das mais vitais e modernas políticas públicas socioambientais, e trazer os jovens para atuar na implementação da Política Nacional de Meio Ambiente é dar-lhes a justa oportunidade de se engajar na reconstrução da tão necessária governança ambiental, começando pelo nível local, em suas comunidades.

Podemos desde já declarar – já na análise – que o projeto precisa de uma emenda de redação, pois foi publicada, depois da apresentação do PL nº 3.097, de 2021, a Lei nº 14.393, de 4 de julho de 2022, que altera essa mesma lei, a Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

A Lei nº 14.393, de 4 de julho de 2022, adiciona na Seção III do Capítulo II da Lei nº 9.795, de 1999, um art. 13-A. Portanto, o art. 13-A incluído pelo art. 5º desta proposição deve ser renumerado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao mérito, a proposição busca apoiar a gestão ambiental no desenvolvimento de ações voltadas à defesa do meio ambiente e de espaços especialmente protegidos, ajudar na recuperação de áreas degradadas e contribuir para a execução de projetos de educação ambiental, apoiando o desenvolvimento de atividades de educação ambiental com vistas a ampliar a consciência ambiental. Trazer isso para o âmbito da escola é muito importante.

Todavia, consideramos que o Programa Agente Jovem Ambiental deve ser oferecido apenas para aqueles que estejam matriculados ou que tenham concluído o ensino médio em escola pública. Desse modo, é necessária a modificação do parágrafo único do art. 3º do projeto de lei.

Em consequência, o PL nº 3.097, de 2021, aperfeiçoará a legislação ambiental e de educação e, sendo assim, defendemos a sua aprovação com duas emendas.

> EMENDA Nº -CMA (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se a numeração do artigo adicionado à Seção III do Capítulo II da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, pelo art. 5º do Projeto de Lei nº 3.097, de 2021, de 13-A para 13-B.
> EMENDA Nº -CMA
> Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 3º do Projeto de Lei nº 3.097, de 2021:
> "Art. 3º .....
> Parágrafo único. A seleção prevista no *caput* deste artigo fica restrita a jovens que estejam matriculados ou que tenham concluído o ensino médio em escola pública, vedada a participação de estudantes que tenham cursado parte desse nível de ensino em escolas privadas."

Esse critério é utilizado em vários programas que as escolas públicas implementam. Como ele vai ainda para a Comissão de Educação, eu creio que essa abordagem educativa, pedagógica também será muito bem-vinda.

Então, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, com as duas emendas relatadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como sempre, objetiva e competente a Senadora Teresa Leitão em seus relatórios nesta legislatura.

Apresentado o relatório, eu concedo a palavra a quem queira discuti-lo.

Senador Zequinha Marinho, por fineza.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Primeiro, quero dizer que o projeto é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho algumas recomendações a fazer, mas eu queria ampliar esse debate da questão ambiental. Eu não sou de Belém, eu sou do interior do Estado do Pará. Sou lá do sul do Pará, de uma cidadezinha chamada Conceição do Araguaia. Mas eu não vou atrás do problema nos estados dos outros, eu vou atrás do problema no meu estado. Nós somos um estado rico na questão florestal. E a gente trabalha aqui, dia e noite, para combater desmatamento, combater qualquer tipo de crime ambiental, mas tem uma coisa, Presidente, que a gente precisa enxergar também. E aí eu amplio, além do Pará, para a Amazônia, que é a menina dos olhos de todo o mundo, não só do brasileiro, que nem conhece a Amazônia, mas também dos gringos que financiam para a coisa rolar por lá.

Dentro da Amazônia, nós temos mais de 300 cidades jogando lixo e esgoto sem tratamento nos rios. Entendeu? Por exemplo, se nós formos para Belém – não sei se o senhor conhece Belém, deve ter passado por lá –, nós temos problemas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só umas 200 vezes, como jornalista esportivo, Remo e Paysandu, Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eita-pau.

Então, vamos lá.

A gente precisava, Senadora Teresa, trazer um foco importante para essa questão ambiental na zona urbana. O que a gente vê não só em Belém, mas em tantas outras cidades de gente jogando sofá velho, fogão velho, geladeira velha, tudo quanto é tipo de lixo para tudo quanto é lado... Isso é pior do que botar fogo na floresta praticamente. Que coisa louca, não é? E aquilo entra nos canais, entope os canais. Quando chove muito, a água em vez de correr pelo canal, sai, vai entrar nas casas, derrubar construções, trazer todo tipo de desconforto que se possa imaginar.

Então, quando eu vi esse item hoje aqui, eu me lembrei exatamente dessa realidade que é complicadíssima. Se a gente conseguir trabalhar... E aí, na verdade, o que os governantes precisavam fazer – no caso, a prefeitura – é implementar, na grade curricular, a educação ambiental desde a alfabetização para, quando esses meninos chegarem a 20 anos, chegarem com a cabeça mudada. Eu conheço criança que anda duas, três horas com a mãozinha fechada. Se tu fores lá abrir os dedinhos para olhar, é um pouquinho de papel, um pedacinho de papel que alguém deixou e ela teve que pegar, esperando o momento para jogar aquele pedacinho de papel que ela tem na mão numa lixeira. Por quê? Porque o pai e a mãe botaram na cabecinha daquele bebê que lixo não pode ser descartado em qualquer lugar. Então, prefeituras deveriam fazer isso aqui não apenas nessa faixa de 16 a 21, porque, no meu ponto de vista, também não é 21, é 24. Há uma faixa etária trabalhada pelos governos exatamente de 15 a 24. Mas, tudo bem, vamos lá.

Então, a prefeitura precisa realmente transformar tudo quanto é estudante... E aí não deve ser só na rede pública, porque você tem uma grande parcela na rede privada. Todo mundo é responsável pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão ambiental. Por que eu educo esse camarada aqui e deixo de educar esse outro aqui? Então, se eu quero fazer uma sociedade que realmente trabalhe, eu tenho que olhar todo mundo. O Governo não pode ficar olhando para um ou para outro. Não, tem que olhar para todo mundo. Todo mundo tem que ter seus direitos, mas, naturalmente, tem que ter seus deveres. E o dever de um cidadão é proteger o seu meio ambiente, e isso começa quando criança, não é?

Eu entendo aqui que o Senador Jaques Wagner, de repente, quer estimular um pouco mais... Ela fala um negócio aqui, Senadora Teresa: art. 3º: Poderão incluir a concessão de auxílio financeiro para prestação das ações ambientais previstas. Seriam bolsas? Seria importante que a lei... A lei não pode deixar a coisa em aberto, a lei tem que ser precisa, tem que definir o que ela quer: bolsa disso, meio salário, um salário, não sei o quê, mais ou menos; e aí, então, quando eu falo em dinheiro, eu preciso falar também da Comissão de Assuntos Econômicos, para poder ver de que forma isso é visto pelos Senadores daquela Comissão.

Mas é interessante, a gente precisa focar a zona urbana, não tem rio no mundo que aguente o que nós estamos fazendo com os nossos rios. Então, a questão ambiental não é só olhar para floresta... Estamos olhando com um pedaço do olho. Com um olho a gente olha a floresta e o outro olho não vê mais nada? Nós temos que preservar a floresta, trabalhar pela sustentabilidade, pelos nossos solos, porque também vem o outro lado técnico da coisa. Não é só deixar árvore em pé. Se eu não estiver trabalhando a questão do solo, se eu não souber...

Todo mundo que olha a sua pele, essa pele aqui tem algumas camadas. Na medida em que eu prejudico a primeira, a segunda, a terceira... A terra é do mesmo jeito. Eu tenho que saber tratar com o solo, não é? Eu tenho que saber tratar com o solo. E não é qualquer um que sabe mexer com isso. Então, a gente tem que aprimorar não só essa questão ligada à preservação da árvore, da planta e tal... É um lado muito bom, muito importante, muito interessante, mas vamos abrir um pouco mais esse ângulo de visão e olhar para ver o que nossas cidades estão fazendo Brasil afora, e principalmente a Amazônia, jogando... É uma coisa absurda!

Pense numa cidade do tamanho de Belém. Aí, junto com Belém você pega Ananindeua – você conhece lá, não é? Só ali no bloco Belém, Ananindeua, Marituba, você já tem 2,2 milhões de pessoas. Quando você amplia isso mais... E todo mundo se serve do rio. Os canais levam para o rio, ou para um ou para outro. Toda cidade quase tem um rio para onde jogar esgoto sem tratamento, certo? Se você conseguir mensurar esse problema ambiental das zonas urbanas do Brasil, especialmente da Amazônia, você vai cair de costa e vai ver... Até vai esquecer um pouco dessa questão ligada à questão florestal, ao campo, ao cerrado, a essas coisas todas, porque o crime é muito maior, o problema é muito maior, é muito grande!

Mas vamos avante com o projeto, que é interessante. Eu recomendaria colocar isso dentro da sala de aula. Tem que impor educação ambiental, tem que ensinar essa geração – que não sabe se comportar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a educação é curta, que é pouca – a ser gente, daqui mais uns 10, 15, 20 anos, quando assumir a responsabilidade de pai de família, de profissional, de mãe de família, porque senão a gente enxerga de uma banda e não enxerga da outra, e estamos prejudicando o meio ambiente do mesmo jeito, contaminando, matando peixe, matando tudo e fazendo tudo errado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu o cumprimento, Senador Zequinha Marinho, pela observação da atenção que tem que ser dada a dois olhares; são dois olhares, ou seja, um olho no gato e outro na frigideira. Essa é a sua...

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... observação, que a Senadora Teresa Leitão segue, após o início do seu debate proposto neste relatório.

Pois não, Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relatora.) – Eu também considero de muita pertinência a observação feita pelo Senador Zequinha e digo que esse projeto vai para a Comissão de Educação e Cultura. E, quanto a essa possibilidade de se incluir este debate na organização curricular ou como conteúdo curricular, ela é bem-vinda. E acredito que já haja muita experiência nesse sentido.

Em relação a se tratar também do meio ambiente urbano, o art. 4º considera isso também. O art. 4º fala em atuar para a conscientização voltada a enfrentamento dos efeitos da mudança do clima, conservação da biodiversidade, implementação das regras da Política Nacional de Resíduos Sólidos e adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços – eu me lembro muito desses sofás e dessas coisas jogadas, geralmente, em canais que passam nas grandes cidades – e em disseminar boas práticas agrícolas e urbanas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

É uma observação pertinente. Como a lei é uma lei de diretrizes, é uma lei geral, esse regramento que vai se dar nos estados e municípios certamente vai acolher essa preocupação. E a gente pode, Senador, na Comissão de Educação, da qual eu sou membro, levar essa preocupação e reforçar a questão dos conteúdos de meio ambiente e de educação ambiental na organização curricular das escolas de educação básica.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senadora Teresa Leitão. Foi muito importante a sua observação.

E para concluir a discussão, já aqui presente há algum tempo, a nossa querida Presidente da Comissão de Meio Ambiente, a próxima Governadora do Distrito Federal, até porque o Distrito Federal está cansado de "inganeis", Senadora Leila do Vôlei.

Leila Barros, com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – É rapidinho.

Obrigada, Senador Kajuru. Mais uma vez, quero lhe agradecer por estar abrindo a CMA, conduzindo a CMA, com a sua forma peculiar, não é, amigo? Você é um amigo, um irmão. Eu lhe agradeço demais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Mais uma vez, você está me ajudando aqui na Comissão.

Quero só reforçar também o que a Senadora Teresa Leitão falou da pertinência da sugestão que o Senador Zequinha passou aqui para a nossa Comissão com relação a tratarmos sobre uma possível inserção do debate ambiental, da matéria ambiental dentro da grade curricular dos nossos jovens. Eu acho bastante pertinente. E, como a próxima Comissão é a de Educação, eu acho que encaixa muito no que foi sugerido pela Senadora Teresa Leitão aprovarmos aqui a matéria para encaminharmos à CE e fazermos este debate.

Também sou membro da Comissão de Educação e já reforço, com a Senadora, o compromisso de tratarmos com o Senador Flávio Arns a sugestão do Senador Zequinha Marinho.

É isso.

Obrigada, Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senadora Leila.

Com certeza o Senador Flávio Arns estará aberto a este diálogo e a estas observações.

Senador Giordano, quer fazer alguma observação? (*Pausa.*)

Posso concluir? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele está em uma chamada telefônica. É que daqui eu não enxergo, por isso eu fiz a pergunta.

Segundo o Datena, eu só enxergo o que eu quero. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você já iria falar isso.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Sr. Presidente, eu estava com o Veneziano falando da outra Comissão, agora, sobre a votação lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que isso.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SP) – Sem comentários, tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não.

Então, vamos à votação simbólica.

Olha quem está aqui: Mecias de Jesus – para que não haja nenhuma dúvida. (*Risos.*) Senador Mecias, querido.

A votação, então, será simbólica. O relatório, apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório da Senadora Teresa Leitão, como sempre brilhante, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Este parecer da Comissão do Projeto de Lei nº 3.097, de 2021, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Meio Ambiente.

A matéria vai, então, à Comissão de Educação e Cultura, como aqui já foi apresentado.

Bem, não tem mais item, mas, evidentemente, eu gostaria que a Presidente desta Comissão do Meio Ambiente encerrasse a sessão com as suas palavras, com as suas observações.

Eu vou para a Comissão de Esportes, porque eu tenho que presidi-la, em função do relatório que o Senador Romário vai apresentar da Comissão de Apostas, da Comissão, não, das casas de apostas esportivas, que também é um assunto de interesse evidentemente da exemplar Senadora Leila Barros do Vôlei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leila, querida, a Presidência é sua, é sempre sua, aliás.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Rapidamente, eu só quero, primeiro, agradecer ao Senador Kajuru por ter comandado a CMA.

Inicio essa minha breve participação já para encerrar a Comissão em tom de alerta: os efeitos da mudança do clima em diversas regiões do nosso país nos colocam em posição de atenção. Ano após ano, assistimos a tempestades e ciclones que alagam cidades inteiras, tirando vidas e destruindo lares, como a triste realidade que este ano vimos no Rio Grande do Sul, lembrando que o período de chuvas intensas ainda nem começou.

Os enormes rios da Amazônia, que fornecem à região uma infraestrutura diferenciada desde as casas até os sistemas de transporte, estão irreconhecíveis. A capital Manaus registrou a pior seca em 121 anos desde o início de sua medição. O Rio Negro chegou a 13,59m, superando a marca histórica de 2010. O Rio Madeira, outro importante rio da região, atingiu o menor nível em quase 60 anos. Essa seca histórica já impacta, inclusive, a produção e escoamento de alimentos pela região. Sem o sistema hidroviário e sem condições climáticas para a produção de alimentos, teremos cada vez mais alimentos escassos e a preços elevados, agravando ainda mais nossas desigualdades socioeconômicas.

Na última semana, a temporada intensa de incêndios levou a capital Manaus a registrar a terceira pior qualidade do ar do mundo. Dados do Inpe indicam que o último mês foi o segundo pior setembro em termos de focos de queimadas no Amazonas, desde 1998, quando começaram as medições. Essa, meus amigos, é uma realidade que se colocará diante de nós, cada vez com maior frequência e gravidade.

Dados da instituição ligada à NASA dizem que 2023 tem 99% de chance de fechar como o ano mais quente da história. A emergência climática afeta todos nós, mas com maior gravidade as populações em situação de vulnerabilidade. Tudo isso gera mais gastos do poder público com saúde, infraestrutura, defesa civil e outras ações de emergência. Na China, estima-se que prejuízos com desastres climáticos já somam – pasmem! – mais de US$40 bilhões em 2023.

Deixo aqui minha solidariedade ao povo de toda a Região Amazônica, que hoje enfrenta essa triste realidade.

Bom, encerro a sessão de hoje com esse alerta, mais uma vez agradecendo a participação de todos, já agradecendo à minha equipe aqui da Comissão, da CMA, sempre uma grande parceira nessa caminhada, nesse grande desafio que é conduzir esta Comissão.

Obrigada.

Nada mais havendo a tratar, porque, afinal, hoje é quarta-feira e temos outras Comissões, eu declaro encerrada a presente sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Confúcio Moura, Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Beto Faro, Mauro Carvalho Junior e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Magno Malta, Angelo Coronel, Augusta Brito e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Marcos do Val, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 439, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências, para proibir em todo território nacional a fabricação, importação, comercialização e utilização de artigos pirotécnicos que produzam poluição sonora." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei n° 5516, de 2020** que: "Dispõe sobre a identificação de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 1 – PLEN ao PL 5516/2020. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3020, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 486, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista coletiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 775, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1011, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Prevenção da Exposição ao Mercúrio no país e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.011, de 2023, das Emendas nº 1-T e 2-T e de mais uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 65, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as potencialidades econômicas das reservas previstas de petróleo e gás na chamada margem equatorial brasileira, e sobre os desafios para a garantia de condições ambientais seguras para a exploração desses recursos, com os convidados sugeridos." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 66, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater casos de contaminação e ameaças às águas do Distrito Federal, com os convidados sugeridos." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 68, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 66/2023 - CMA seja incluído o seguinte convidado: • representante do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT)." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 67, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelos REQ's 47/2023, 48/2023 e 49/2023 - CMA, destinados a instruir o Projeto de Lei nº 4129, de 2021, que dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Correção da ementa do requerimento para fazer referência aos Requerimentos 47, 48 e 49/2023-CMA, dispensando a realização das três audiências públicas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo o número regimental, eu declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, em 25 de outubro de 2023.

Antes de iniciarmos os trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 34ª Reunião, realizada em 18 de outubro.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Novamente usarei tempo de fala nesta reunião para tratar de eventos relacionados a mudanças do clima.

Com a aproximação da COP 28, considero importante não nos esquecermos de como nosso povo já está sofrendo com os efeitos do aumento da temperatura média do planeta. A seca que assola a Região Norte, os incêndios no Pantanal e as chuvas torrenciais no Sul do Brasil são alarmantes indicadores do impacto iminente das mudanças climáticas.

Na Amazônia, testemunhamos uma seca histórica. De acordo com a Defesa Civil do Amazonas, 158 mil famílias foram impactadas pela seca, deixando 59 das 62 cidades do estado em estado de emergência. No Pantanal, segundo dados do Inpe, os incêndios tomaram mais de 250 mil hectares nas últimas duas semanas. Não nos esqueçamos do fogo que atingiu o bioma em 2019 e, mais intensamente, em 2020, cujas imagens de animais mortos, queimados e agonizando nos chocaram. No Sul, as chuvas torrenciais causam inundações em várias cidades, resultando em mortes e deixando milhares de pessoas desabrigadas.

Todos os biomas são afetados. Um estudo realizado por pesquisadores brasileiros e publicado em revista internacional prevê a perda de mais de 90% das comunidades de animais na Caatinga, com 87% das espécies perdendo habitat até 2060; no bioma Amazônia, foram registrados, até setembro deste ano, mais de 25 mil focos de incêndios; a falta de chuvas levou oito estados das Regiões Norte e Nordeste a registrarem a pior seca dos últimos 40 anos.

Não podemos nos permitir a retirada indiscriminada ilegal da nossa vegetação nativa, que é tão importante na regulação do clima regional e global, além de ser fator determinante para a segurança hídrica do nosso país. As alterações no uso da terra estão colocando em risco nossa população, nossa biodiversidade e o nosso futuro. Precisamos agir agora! Como nação, temos a responsabilidade de enfrentar os efeitos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança do clima de frente. A ciência é clara, e os impactos das mudanças climáticas são evidentes em nosso país.

Que possamos nos unir para enfrentar esse desafio! O futuro de nossos filhos e netos depende das nossas ações hoje. É hora de agir em prol de um Brasil mais resiliente, sustentável e seguro para todos.

Bom dia a todos.

Nós estamos com a ausência de alguns Relatores para a deliberação de hoje.

Então, vou começar pelos requerimentos, porque eu subscrevi os dois requerimentos, que são os itens 7 e 8. Vou passar por eles.

Item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 65, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre as potencialidades econômicas das reservas previstas de petróleo e gás na chamada margem equatorial brasileira, e sobre os desafios para a garantia de condições ambientais seguras para a exploração desses recursos, com os convidados sugeridos.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Os convidados sugeridos aqui para a audiência são os seguintes: o Sr. Presidente da Petrobras, o Sr. Presidente do Ibama, o representante do Governo do Estado do Pará, o representante do Governo do Estado do Amapá e o representante da Casa Civil da Presidência da República.

A autoria é do Senador Beto Faro, e a votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 65, de 2023.

Item 8, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 66, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater casos de contaminação e ameaças às águas do Distrito Federal, com os convidados sugeridos.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Os convidados são: representante da Procuradoria da República no Distrito Federal; o Sr. Vicente Bernardi, Professor de Geofísica da Universidade de Brasília (UnB); a Sra. Maria Silvia Rossi, Diretora de Planejamento e Administração do Iphan; representante do Fórum das Águas do DF; representante dos Guardiões das Águas Emendadas (GAE); representante da Secretaria do Meio Ambiente do Distrito Federal; representante da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa).

Eu vou aproveitar também... Tem o Requerimento nº 68, que é do Senador Jorge Kajuru.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 68, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 66/2023 - CMA seja incluído o seguinte convidado:

• *representante do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT).*

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Ele pede um aditamento, colocando, junto a esses convidados, o representante do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (Cirat).

Então, eu vou incluí-lo. É aditamento do 68, do Senador Jorge Kajuru, ao 66.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do item 8 da pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço ao Senador Zequinha e ao Senador Mecias, se puderem me ajudar... Nós temos uma pauta extensa. Eu já mandei lá no grupo dos Senadores.

O primeiro item, item 1, foi pedido pela Senadora Ana Paula para ser retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 439, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942, que dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências, para proibir em todo território nacional a fabricação, importação, comercialização e utilização de artigos pirotécnicos que produzam poluição sonora.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Ana Paula Lobato

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O item 2, a Senadora Tereza Cristina também... Ah, não, ela não pediu para retirar.

Então, Senador Zequinha, se puder... (*Pausa.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) **–** Alguém tem o relatório aí?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) **–** O Senador Fabiano Contarato acabou de chegar. Então nós vamos para o item 4.

Mas, como eu falei para o senhor, Senador Zequinha, temos o item 2, da Senadora Tereza Cristina, de autoria da Câmara dos Deputados, que dispõe sobre a identificação de produtos alimentícios artesanais de origem vegetal; e dá outras providências. (*Pausa.*)

Dá uma respirada aí, Senador Fabiano... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terça e quarta-feira são dias bem corridos. Eu peço desculpas e agradeço ao Senador Fabiano Contarato, que nos atendeu prontamente e veio fazer a leitura do seu relatório do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 486, DE 2022

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para estabelecer a destinação de florestas públicas; 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para tipificar o crime de inscrição fraudulenta no Cadastro Ambiental Rural; 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para vedar a conversão para uso alternativo do solo de florestas públicas não destinadas; e 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para vedar o registro no Cadastro Ambiental Rural de imóveis rurais localizados em áreas protegidas e em florestas públicas não destinadas.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

A autoria é do nosso querido Senador José Serra.

Eu concedo a palavra agora ao Relator da matéria, Senador Fabiano Contarato, para a leitura do seu relatório.

Seja bem-vindo e bom dia, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, querida Senadora Leila do Vôlei, que muito dignifica e muito bem conduz esta Comissão de Meio Ambiente. Muito me honrou também, logo que assumi aqui nesta Casa, ter presidido esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo direto à análise, Sra. Presidente, tendo em vista que o relatório já foi disponibilizado para os colegas Senadoras e Senadores.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente defesa, exploração, conservação e manejo das florestas e da biodiversidade, temas do projeto em análise.

O PL 486, de 2022, é meritório, e sua justificação está muito bem fundamentada em dados oficiais e outros produzidos pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), todos atuais, o que dispensa a apresentação de argumentos, números e dados que seriam repetitivos. O nosso querido Senador José Serra chegou a publicar um artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, em março do ano passado, com muita propriedade, no qual refletiu acerca dos temas em discussão no âmbito do PL em análise, o que foi uma importante contribuição ao debate público sobre tão relevante pauta. Assim, trataremos de complementar as alegações do autor e reforçar seu raciocínio, com alguma atualização das informações.

Quero aqui também render minhas homenagens tanto à Raps como ao Ipam e ao Senador José Serra, que ajudaram até mesmo na construção e elaboração desse projeto de lei.

A maior parte do desmatamento da Amazônia tem sua origem na questão fundiária. É a apropriação ilegal de terras públicas com cobertura florestal, o que conhecemos por grilagem, que dá origem à degradação do bioma amazônico. O CAR, instrumento criado com a finalidade de aumentar o controle ambiental sobre a utilização dos imóveis rurais, tem sido usado muitas vezes para a prática e a consolidação da grilagem, mediante registros fraudulentos de áreas públicas.

A aprovação do PL 486 tem grande potencial de combater essa atividade ilegal, uma das maiores causas de desmatamento na Amazônia. As ocupações irregulares e criminosas de terras públicas cobertas por vegetação nativa são seguidas de desmatamento e ocorrem devido à expectativa de regularização futura por meio da titulação das terras ocupadas aos seus ocupantes, prática que infelizmente tem sido reiteradamente adotada pelo poder público. Com a futura lei decorrente do PL 486 acabariam de uma vez as expectativas de sucessivas regularizações fundiárias sobre florestas públicas e, consequentemente, seria suprimido um dos grandes motivadores do desmatamento e da grilagem.

Muitos registros no CAR estão sendo feitos relativamente a terras indígenas, unidades de conservação de domínio público e, principalmente, florestas públicas não destinadas, que são áreas para as quais o domínio privado é legalmente vedado. Ao vedar esses registros, determinar seu cancelamento e imputar sanção penal a quem os faz de maneira intencional e dolosa a proposição avança no controle sobre a grilagem e o crime ambiental.

O projeto também cuida de instituir banco de dados integrado ao Sicar para que todos, poder público e administrados, saibam com precisão onde estão as áreas protegidas e detectem sobreposições com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadastros. O cruzamento de dados do CAR, com bases georreferenciadas dos limites de terras e florestas públicas, tem sido defendido por especialistas como medida importante de combate à grilagem.

Como bem apontado pelo Senador José Serra, autor do projeto, em sua justificação, em 2020, 18 milhões de hectares de áreas de florestas públicas não destinadas na Amazônia estavam registrados como propriedades privadas no Sicar, o que se caracteriza como fraude. Para se ter uma ideia dessa dimensão, equivale a pouco menos que a área do Estado do Paraná, que é de 199.315Km^2. Quase metade desse total é ocupada por grandes propriedades. Comparada a 2016, a área declarada no CAR em florestas públicas não destinadas aumentou 232%, um forte indício de grilagem. Trata-se de uma estratégia de tentar legitimar, por meio do CAR, a ocupação irregular de terras públicas.

Segundo o Ipam, as florestas públicas não destinadas apresentam uma concentração considerável de alertas de desmatamento na Amazônia compilados pelo Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Em 2020, essas áreas responderam por 32% do desmatamento no bioma – em 2019, a contribuição já era alta, de 29%, com a quase totalidade dos registros em FPND federais.

Entre 1997 e 2020, 87% do desmatamento nas terras públicas atingiram as florestas públicas não destinadas, e 52% deste desmate ocorreram nos últimos dez anos. As terras indígenas e unidades de conservação são as terras públicas menos desmatadas, o que reforça a necessidade de destinação das áreas ainda não destinadas para finalidades conservacionistas.

O impacto ambiental da ocupação e do desmatamento nas florestas públicas não destinadas é enorme e de difícil reversão. Das áreas desmatadas nessas florestas, cerca de 75% viraram pasto – geralmente após a extração ilegal das madeiras nativas de maior interesse econômico – e se mantiveram assim após dez anos da conversão. Em média, 22% da área desmatada nas glebas públicas não destinadas são abandonadas, apresentando algum grau de regeneração da vegetação após cinco anos. As emissões de carbono estimadas do desmatamento ocorrido em florestas públicas não destinadas de 1997 a 2018 foram de 1,2 bilhão de toneladas, valor equivalente a 60% do total de emissões reportadas pelo Brasil em 2018.

Impedir que florestas públicas não destinadas tenham como finalidade o uso privado e vedar sua conversão para uso alternativo do solo, como pretende o PL nº 486, é medida que merece ser implementada com a máxima urgência. É mais do que necessário que essas florestas sejam alocadas, o mais rapidamente possível, a finalidades conservacionistas, como forma de combater o desmatamento. Nesse sentido, o PL em análise é certeiro ao propor a proibição de sua titulação ou a designação a pessoas físicas e jurídicas privadas, vinculando sua destinação à criação de unidades de conservação da natureza, à homologação de terras indígenas e à concessão florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do projeto, ainda que o poder público não dê às FPND o destino determinado, estas passariam a se submeter ao regime jurídico das estações ecológicas, o que lhes garantiria proteção legal integral.

O texto da proposição em análise normatiza de maneira positiva uma importante ação da política de combate ao desmatamento.

Portanto, o Brasil só tem a ganhar com a aprovação dessa matéria, a não ser na óptica daqueles que lucram com a degradação ambiental em detrimento da vida, da conservação da biodiversidade e da estabilidade climática. Considerando que o PL tem grande potencial de combate ao desmatamento e à grilagem, é direcionado a garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, nos termos da Constituição Federal.

Na medida em que combate o desmatamento, a proposição é positiva até mesmo para a economia, ao contrário do que muitos pensam. O valor da Floresta Amazônica preservada supera em até sete vezes os lucros potencialmente obtidos por meio de diferentes formas de exploração econômica privada que envolvam desmatamento na região, como agricultura extensiva, exploração madeireira ou mineração. A estimativa foi divulgada em recente relatório do Banco Mundial, intitulado "Equilíbrio Delicado para a Amazônia Legal Brasileira: Um Memorando Econômico", que defende uma revisão do modelo de crescimento da Amazônia a fim de possibilitar uma maior proteção da floresta e da biodiversidade.

De acordo com esse estudo, a floresta preservada vale, ao menos, US$317 bilhões – cerca de R$1,5 trilhão – por ano. Por outro lado, a derrubada de 20% a 35% da Floresta Amazônica para a exploração agropecuária renderia lucros de US$25 a US$75 bilhões por ano, ao passo que a extração de madeira renderia lucros anuais de US$10 a US$15 bilhões e a mineração, US$8 bilhões. Por conseguinte, a conservação é muito mais vantajosa do ponto de vista econômico do que qualquer atividade degradadora.

Voto.

Diante do exposto, Sra. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 486, de 2022.

Aqui, mais uma vez, eu quero parabenizar o nosso querido e sempre brilhante Senador José Serra pela iniciativa.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Fabiano Contarato.

O projeto é não terminativo.

Colocamos a matéria em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Senador Contarato pelo relatório, pelo esforço que é feito, mas eu queria dar alguns dados aqui só do próprio Governo. Aqui é só da Região Amazônica, um pedaço do Maranhão, um pedaço do Mato Grosso e os sete estados da Região Norte: o Governo criou assentamentos numa área de 69 milhões de hectares nessa região; alocou 447 mil famílias nessa região. Estão distribuídas aí em 2.275 projetos de assentamentos consolidados. Mais do que isso: são áreas que estão, digamos, ocupadas, esperando regularização, esperando que o Governo um dia transforme aquilo em projeto de assentamento.

Em que pese a ideia ser louvável... Aqui eu estou me referindo só à ação governamental – só! –, então não estou citando aqui a ação de outras pessoas.

No meu estado por exemplo, o Estado do Pará, nós podemos chegar a produzir em 9 milhões de hectares sem precisar derrubar uma árvore, avançar absolutamente nada, só usando as áreas abertas ou degradadas, e assim sucessivamente.

Então, eu vejo temeroso para o próprio Governo, que tem a maior ocupação da Amazônia – ninguém tem esses números que o Governo tem; ninguém tem 69 milhões de... E esses assentamentos não são só em área aberta; também tem a área destinada à reserva. E, de repente, se eu permitir um projeto que ainda não sei como é a sua aplicação na vida real...

Eu, particularmente, tenho minhas dificuldades, a menos que a gente transforme isso em alguma coisa muito prática, porque não é pouca gente – 447 mil famílias, numa área de quase 70 milhões de hectares, em quase 2,3 mil projetos de assentamento, é muita coisa com realidades completamente diferentes. Eu posso até não ter problema com um assentamento, mas posso ter problema com dez ali, em função do enquadramento jurídico.

Portanto, eu recomendo da minha parte aqui: mais, digamos assim, sensatez e menos romantismo com relação a essa questão ambiental. Nós temos que fazê-la de forma a levar em consideração a existência do elemento humano. Para mim fazer a questão ambiental sem a presença humana... Eu observo sempre nas relatorias que a gente não se preocupa com o ser humano. O cara que foi para lá, levado pelo próprio Governo, está lá vivendo de ribeirinho, de assentado do Incra, de tudo quanto é figura de projeto. Está lá o povo que ou era de lá ou que foi para lá. Então, eu começo a discussão ambiental pelo elemento humano, porque eu acho que ele é mais importante do que um inseto, do que uma cobra, do que um animalzinho. Então, por ele é que nós vamos chegar à questão da sustentabilidade. Se ele está explorando de forma errada, eu, o Governo, tenho obrigação de ajudar a explorar de forma correta e de forma sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom dia, Senador Mecias, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente, quero agradecer a oportunidade e dizer que, embora eu entenda o belo parecer do Senador Contarato, eu gostaria de pedir vista.

Peço vista do projeto de lei em tela.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito. Pergunto se será... Eu vou passar a palavra para o Senador Fabiano, mas pergunto se será vista coletiva.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Não, Sra. Presidente, é só para...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Não vou entrar no mérito da discussão, mas o projeto aqui não está versando sobre terras para assentamento, porque essas terras são terras destinadas, já são terras perfeitamente... O projeto ataca grilagem de terra. Só isso. O projeto é muito simples, porque até 2020, 14 milhões de hectares de terras públicas estavam registradas ilegalmente como propriedade particular no CAR. Então, o que o projeto objetiva é impedir e acabar com essa sobreposição e com grilagem de terra. Não está versando sobre terras destinadas, públicas, para assentamento.

Só essa ressalva que eu quero para deixar claro aqui qual é o objetivo do projeto...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Mas a vista foi dada. A discussão será oportunamente. Espero que seja na próxima sessão, por gentileza.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) **–** Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) **–** Perfeito.

Pois não, Senador.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) **–** Sr. Presidente, na verdade esta é mais uma dúvida que Senador Contarato tirou das dúvidas que eu tenho com relação ao projeto. Eu gostaria, inclusive de verificar se, no âmbito do relatório dele, ele verificou, de fato, onde são essas grilagens, para a gente poder votar um projeto, de fato, fundamentado. Então, eu pedi vista não com outra intenção a não ser requerer essas informações para poder trazer no bojo do projeto...

Não estou falando aqui que o projeto está mal instruído e que o parecer não está bem elaborado. Eu só gostaria de conhecer melhor o projeto e verificar as informações que culminaram com a aprovação do projeto e o parecer do relator.

É isso, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) **–** Perfeito.

Vista coletiva concedida, já me comprometendo a, na próxima semana, retornarmos para o debate sobre o PL do item 4, o Projeto de Lei 4.86 de 2022, de autoria do ex-Senador José Serra e da relatoria do Senador Fabiano Contarato.

Eu vou passar agora para o item 5 e, na sequência, volto para o item 3, para aproveitar o Senador Fabiano, que está aqui, para fazer a relatoria do item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 775, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; e a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para garantir o acesso e o uso público das praias e do mar.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Eu concedo a palavra agora para o Relator, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Passo direto à análise.

Nos termos dos incisos I e IV do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente e à conservação e gerenciamento do uso do solo.

No tocante ao mérito, a proposição representa um avanço na legislação para assegurar o livre trânsito dos cidadãos em áreas públicas e, desse modo, merece ser aprovado. Todavia, consideramos que o projeto necessita de algumas modificações.

Em primeiro lugar, o inciso IV do art. 20 da Constituição Federal estabelece que as praias marítimas se incluem entre os bens da União. Em consequência, não consideramos razoável a alteração total do art. 10 do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro proposta no art. 1º do projeto, pois essa modificação limita a ação da União às praias não urbanizadas, enquanto que o dispositivo constitucional determina que todas as praias marítimas, sejam elas em regiões urbanizadas e não urbanizadas, pertencem à União. Desse modo, o PL n° 775, de 2022, não pode substituir o art. 10 da Lei nº 7.661, de 1988.

Entretanto, alguns dos ditames feitos pelo art. 10 que o art. 1º da proposição altera podem ser alocados na modificação feita no Estatuto das Cidades pelo art. 2º da matéria. De fato, a introdução do art. 57-B, feita pelo art. 2º do projeto, é necessária, porque a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos (posteriormente alterada pela Lei nº 13.813, de 9 de abril de 2019), em seu art.14, autoriza a União a transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos.

No entanto, até hoje nem todos os municípios costeiros assinaram o termo de adesão com a União e, dessa maneira, as normas estabelecidas pelo PL n° 775, de 2022, que alteram o Estatuto das Cidades, devem ser limitadas aos municípios que aderiram ao termo.

Finalmente, será preciso realizar um ajuste para a definição proposta para praia, pois difere do texto vigente para esse conceito contido na Lei 7.661.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.189501/2023-01-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em consequência, o art. 57-B, incluso no Estatuto das Cidades pelo art. 2º do projeto, necessita sofrer modificações para adequá-lo à legislação vigente.

Voto.

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 775, na forma do substitutivo que está disponibilizado aos colegas.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) **–** Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Fabiano Contarato.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (substitutivo).

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Obrigada, Senador Fabiano.

Agora, nós vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 3020, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para aumentar as penas aplicadas aos crimes ambientais praticados na vigência de reconhecimento de estado de emergência ou de calamidade pública.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura de seu relatório.

Seja bem-vindo, Senador. Bom dia!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente. Peço licença para ir diretamente à análise do projeto.

Nos termos dos incisos I e VI do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre matérias pertinentes à proteção do meio ambiente e ao direito ambiental.

No tocante ao mérito, concordamos com a necessidade de aumentar as penas para crimes ambientais nos casos de emergência ou de calamidade pública. Isso se torna necessário para reprimir mais fortemente essas infrações num período em que a fiscalização da proteção ao meio ambiente está fragilizada.

Conforme disposto no art. 225 da Constituição Federal de 1988, o meio ambiente é apresentado como um direito fundamental para o ser humano. O referido artigo visa à proteção e à preservação do meio ambiente, pelo poder público e pela coletividade, onde as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos.

É muito difícil reparar danos ambientais, primeiro por serem extremamente distintos e demorar muito tempo para determinar exatamente a proporção dos danos, quando reparáveis. Dessa forma, entende-se que os responsáveis deverão responder pelos danos causados ao meio ambiente ou pelo descumprimento das normas tuteladas, dividindo-se a reparação ambiental em: reparação civil, administrativa e penal. A responsabilidade civil seria a reparação do dano; a administrativa, a prevenção do dano; e a penal, a efetiva punição pelo dano causado.

A Lei 9.605/98 é um grande marco e conquista para a proteção do meio ambiente, visto que foram estabelecidos os dispositivos relacionados à prevenção de crimes e reparação de danos ambientais, passando a servir como orientação para o sistema de Justiça brasileira quanto aos crimes ambientais.

Contudo, mesmo diante de uma legislação cautelosa, faz-se necessária uma pena mais severa para os momentos de calamidade pública ou estado de emergência, uma vez que a responsabilização penal serve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para prevenir e reprimir condutas praticadas contra o meio ambiente, sendo indispensável, principalmente quando as demais esferas punitivas não surtem os efeitos desejados.

Dessa forma, entendemos que aumentar as penas dos crimes ambientais nesses casos incrementará a dissuasão e desencorajará indivíduos e empresas de cometerem infrações contra o meio ambiente. Penas mais severas servirão como um fator de inibição, uma vez que os indivíduos terão mais cautela nas suas condutas para não arriscar uma punição mais significativa.

Desse modo, entendemos que a proposição merece ser aprovada.

Então, Sra. Presidente, o voto é pela aprovação, fazendo o registro, embora o texto e o relatório sejam bastante claros, de que não estamos criando novos crimes; estamos apenas agravando, em situações específicas, as penas para crimes já definidos em lei.

O voto é pela aprovação, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Alessandro Vieira.

A matéria está em discussão.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discutir.) – Quero fazer um comentário rápido.

Em que pese que a gente precisa esclarecer exatamente o agravamento dessas penas, eu vivo a realidade lá no meu Estado, e a realidade lá me recomenda outra coisa: o Governo tem que ser eficiente no monitoramento, no acompanhamento. Então, acho que o foco de qualquer lei que busca eficiência é o acompanhamento. O aumento da pena não significa que a lei vai ser observada; agora, o acompanhamento, sim.

O Governo anterior do Pará adquiriu equipamento, tecnologia que é capaz de colocar três metros de distância na imagem, detectando qualquer tamanho de desmatamento, crime. Qualquer coisa que se possa imaginar, é só puxar. Se tiver disposição para fazer isso, nós vamos ter rigorosamente toda a legislação, principalmente o Código Florestal, sendo colocado em prática no dia a dia, correto? Não há outra forma de a gente fazer isso a não ser acompanhar. A pessoa precisa saber que, se ela abrir uma clareira aqui, se ela cometer um crime aqui, tem alguém lá em cima olhando para ela, e ela vai ser penalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu vejo lá também? O Ibama aplica multas em pessoas cujos valores, se elas trabalharem dez vidas e se forem vendidas as dez vidas, nunca serão pagos, porque é um negócio incalculável. Não sei se tem coisa pior do que isso para se aplicar.

Diante disso – e a gente precisa analisar de forma bem detalhada a aplicação prática disso –, eu solicito vistas à V. Exa. do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Zequinha, pedido de vista concedido.

Pergunto ao Relator se ele gostaria de fazer algum comentário.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – A vista é regimental, é vista coletiva.

Eu apenas peço uma reflexão muito breve, de acordo com o padrão de conduta desta Casa.

Vamos esquecer a vítima meio ambiente, que eu sei que é um ponto sensível para uma determinada bancada, e vamos pensar em crime contra o patrimônio, subtração de um bem, destruição de um bem. A prática desta Casa é considerar o aumento de pena uma ação efetiva no combate à criminalidade, mas, quando a gente fala em meio ambiente, o aumento de pena deixa de ser efetivo, e passamos a ter uma defesa teórica de medidas preventivas.

Eu me somo à ideia do Senador Zequinha: é preciso, sim, aumentar a prevenção, reforçar os mecanismos de fiscalização e controle, mas nessa seara também, o aumento de pena tem seu papel. E eu espero que após a vista o projeto seja aprovado.

Sra. Presidente, eu aproveito para pedir a inclusão extrapauta do Requerimento 67, de 2023, que é o requerimento para dispensa de audiências públicas que tinham sido solicitadas e aprovadas em requerimentos anteriores. Requerimentos 47, 48 e 49, de 2023, para reduzir a carga de V. Exa. nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Agradeço, Senador.

Bom, como é costume aqui, desta Presidente, geralmente eu consulto os membros da Comissão se podemos colocar esse requerimento do Senador Alessandro extrapauta. Como está o Senador Zequinha, eu consulto S. Exa. se podemos fazer...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Positivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Positivo?

Então, primeiro concedo o pedido de vista do item 3, o Projeto de Lei 3.020, de 2020, do Senador Jaques Wagner, relatoria do Senador Alessandro Vieira.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 67, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelos REQ's 47/2023, 48/2023 e 49/2023 - CMA, destinados a instruir o Projeto de Lei nº 4129, de 2021, que dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Concedo a palavra, para a leitura do requerimento, ao Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para encaminhar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de audiência pública proposta pelo REQ 47/2023 - CMA, destinada a instruir o PL 4.129/2021, que "dispõe sobre diretrizes gerais para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima".

Justifico esse pedido de dispensa pela compreensão de que outros requerimentos idênticos já foram aprovados com a mesma finalidade e seria um retrabalho desnecessário para esta Comissão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Alessandro.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento apresentado pelo Senador Alessandro Vieira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento é aprovado.

Obrigada, Senador Alessandro.

Sobre o item 2, Senador Zequinha, na verdade, a relatoria era da Senadora Tereza. A nossa equipe consultou a equipe da Senadora Tereza Cristina e ela disse que gostaria de fazer a leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Então, vamos pautá-lo na próxima semana.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Combinado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Está bom. Obrigada.

Bom, agradeço mais uma vez a colaboração e a participação de todos. Vamos para a nossa quarta-feira, que está bem movimentada na Casa.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão. Bom dia a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e oito minutos do dia cinco de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais e Mecias de Jesus, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2326, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização." **Autoria:** Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2522, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para criar hipóteses de não restituição de bens ao acusado de tráfico de drogas, nos casos de absolvição, extinção da punibilidade ou de nulidade do processo." **Autoria:** Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1-CSP e 2-CSP. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5236, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para tornar imprescritíveis os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e de lavagem de dinheiro." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Durante a reunião, é designado relator "ad hoc" o Senador Hamilton Mourão. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/05

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, semipresencial, Extraordinária, da nossa Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 28ª Reunião, realizada no dia 29 de agosto.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados e documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Segurança Pública os seguintes documentos:

- Primeiro, Ofício nº 513, de 2023, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, São Paulo, contendo moção de repúdio às declarações da Deputada Federal Delegada Ione Barbosa, ao argumentar que as pessoas mortas pela Polícia Militar na Operação Escudo, em Guarujá, São Paulo, "merecem morrer";

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Ofício nº 266, do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), que encaminha parecer sobre a inconstitucionalidade do Decreto nº 88.540, de 1983, e dos Decretos 667, de 1992 e 2010, de 1983, por violação do pacto federativo e da concepção de segurança pública estabelecida na Constituição Federal de 1988;

- Ofício nº 145, de 2023, da Câmara Municipal de Ouro, Santa Catarina, que encaminha a Moção de Repúdio nº 48, de 2023, à Comissão de Juristas do Senado Federal, em razão de aprovar a proposta de reforma do Código Penal no que diz respeito à democratização do porte de drogas para o consumo próprio.

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que qualquer membro desta Comissão se manifeste no sentido de autuarmos para que sejam analisados por este Colegiado.

A presente reunião destina-se à deliberação de itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nesta reunião, os Senadores poderão registrar a presença tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.

Esta Presidência comunica aos Srs. Senadores e Senadoras, antes de começarmos a nossa deliberação, que o item 1 da pauta, o PL 2.326, de 2022, foi retirado da pauta a pedido do Senador Fabiano Contarato, Relator da matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2326, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes da Fundação Nacional do Índio em atividades de fiscalização.

Autoria: Comissão Temporária Externa para investigar, "in loco", as causas do aumento da criminalidade e de atentados na região Norte.

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Em 4/9/2023, foram apresentadas as emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

2. A matéria seguirá posteriormente à CMA e, após, à CCJ.)

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2522, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para criar hipóteses de não restituição de bens ao acusado de tráfico de drogas, nos casos de absolvição, extinção da punibilidade ou de nulidade do processo.

Autoria: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Então, saindo daqui ele vai à CCJ.

Passo a palavra ao nobre Senador Alessandro Vieira, para leitura do relatório.

Antes da leitura do relatório, comunico ao Senador Alessandro Vieira que recebi o seu *e-mail* e que estamos aqui, com a nossa assessoria da Mesa, avançando no pedido de V. Exa.

Com a palavra, o Senador...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, primeiro, um abraço ao querido irmão Alessandro.

Eu vou ser rápido, Senador.

Presidente desta importantíssima Comissão de Segurança Pública, voz consagrada do Acre, Senador Petecão, aqui presente – o meu sonho é vê-lo Presidente da República, e ele cada vez se irrita mais quando eu faço essa observação – o General Hamilton Mourão, eu gostaria de dividir com os dois, que estão aqui, uma sugestão.

Primeiro, Deus e saúde a todos e todas aqui presentes e àqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado e pelas redes sociais.

Presidente e Mourão, o que os amigos acham de fazermos aqui uma audiência pública sobre algo que está incomodando de novo o futebol brasileiro?

O Mourão é apaixonado por futebol. O Petecão, nem sei para que time ele torce.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu torço pelo melhor do Brasil, o Fluminense.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Diferente do Mourão. O Mourão é vascaíno. Nasceu vascaíno. Era apaixonado pelo Eurico Miranda. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Era. Mas não é mais. É flamenguista.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O que os senhores acham de fazermos aqui uma audiência pública sobre a volta da violência nos estádios de futebol? Ou seja, as torcidas organizadas retornaram para valer. Todo fim de semana, tem morte. A última delas foi aquela lamentável de uma jovem de 23 anos, do Palmeiras, por um estilhaço de uma garrafa. Ou ficar apenas na Comissão de Esportes, este tema que, para mim, também é da Comissão de Segurança Pública?

Eu precisava saber a opinião dos senhores.

Aproveito para pedir, Presidente Petecão, que desejo subscrever o Requerimento nº 42/2023, do Senador sergipano, meu amigo também, Rogério Carvalho, solicitando que, na próxima reunião, esteja em pauta esse requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, por enquanto.

Aguardo a opinião dos senhores sobre essa sugestão de audiência pública sobre a volta da violência nos estádios de futebol e mortes toda semana.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Kajuru, o tema é bastante delicado. O Brasil todo acompanha.

Eu não consigo entender como uma pessoa vai para um estádio para tirar a vida de outro.

Mas V. Exa. tem a autoridade para pedir uma CPI aqui nesta Comissão. Você é uma pessoa que conhece e conhece muito. E o General Mourão ali, com certeza, pode ajudar.

O que depender da Mesa, da nossa equipe, conte conosco.

Eu não sei se pode uma CPI conjunta – não pode, não é? – com a Comissão de Esporte.

Fique à vontade. O que depender desta Comissão, pode ter certeza de que nós estaremos à sua disposição, até porque o senhor e o General Hamilton Mourão...

Eu cheguei cedo aqui e conversava com a minha assessoria, dizendo: "acho que não vai dar ninguém nesta Comissão". Eu passei em outras Comissões, e não deu ninguém. Mas são assíduos. O General e o Kajuru não perdem uma sessão desta Comissão. Temos aí o Moro. Estou vendo que ele está nos acompanhando. O nosso Senador Alessandro, também.

Mas eu fico muito feliz. A nossa Comissão, todas as terças-feiras, está firme aqui. As minhas palavras são de agradecimento.

General, o senhor pediu a palavra ou não?

Vamos ouvir o Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Eu só queria entender. Você pediu audiência pública ou CPI, Kajuru? Não entendi direito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Audiência pública.

Depois dela, General Mourão, se a gente sentir que merece uma CPI, o futebol, estenderia para outros assuntos. Nós dois somos autores do único projeto de lei aqui no Senado Federal em relação às casas de apostas esportivas, apostadores comprando jogadores literalmente para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cometerem pênaltis, para levarem cartão vermelho. Depois, pode se estender a tantas outras pautas, a volta do racismo no futebol, aí teria que virar uma CPI.

Inicialmente, a minha proposta é uma audiência pública para discutir com todos os segmentos que tenhamos punições mais rigorosas a esses torcedores que provocam mortes. Esse negócio de o sujeito ficar, no dia do jogo, 90 minutos, numa sala de uma cadeia e, depois, ir embora é brincadeira.

A Inglaterra acabou com isso. Na Inglaterra, o sujeito fica dois dias na cadeia e fica na cela e não na sala.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Exatamente.

Eu acho que a gente tem que aprender com o exemplo que o ocorreu lá no Reino Unido, porque era uma situação que extrapolava, inclusive, as próprias fronteiras do país. E nós, até hoje, não conseguimos controlar esse problema. Então eu concordo contigo, Senador Kajuru, que nós precisamos realmente iniciar com uma audiência pública e depois ver se a gente necessita evoluir isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu já peço desculpas ao meu amigo Kajuru. Eu entendi errado. O senhor falou em audiência pública.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Mas pode virar CPI.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Fui eu que falei em CPI. Então só quero reafirmar o nosso compromisso. Conte conosco.

E tem um pedido aqui de V. Exa., que é o Requerimento nº 0042, de 2023. Já consultei a minha assessoria aqui e nós vamos dar prioridade ao seu pedido. É isso aqui, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Alessandro, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de um projeto extremamente meritório, apresentado pelo Senador Sergio Moro, e que tenta dar uma solução para a questão de bens apreendidos na hipótese de declaração de nulidade ou mesmo absolvição no processo criminal.

Peço licença para ir diretamente à análise do projeto.

Indiscutivelmente, sequer se pode cogitar, em nenhuma hipótese, a restituição das drogas apreendidas (conforme o art. 63-G, *caput*, I, da lei específica) ou dos instrumentos do crime que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito (também segundo o art. 63-G, *caput*, II, da Lei Antidrogas). Aliás, neste último caso, a vedação de restituição se aplica a qualquer espécie de crimes e não penas aos relacionados ao tráfico de drogas, por força do art. 91, II, "a", do próprio Código Penal.

Também não vemos problema em vedar a restituição dos bens, direitos e valores apreendidos ou sequestrados, se existirem elementos probatórios que indiquem serem provenientes dos crimes previstos na Lei Antidrogas, no caso de extinção da punibilidade ou mesmo nulidade do processo, desde que, neste último caso – nulidade do processo – a ação penal seja retomada a partir do ato decretado nulo. Não havendo pendência de ação penal, não se justifica tornar perenes os efeitos de uma medida cautelar.

No caso de absolvição, todavia, a questão é mais complexa. O PL pretende vedar a restituição dos bens, direitos e valores apreendidos ou sequestrados, se existirem elementos probatórios que indiquem serem provenientes dos crimes previstos na Lei Antidrogas, ainda que o acusado tenha sido absolvido.

Parece-me incoerente e até mesmo inconstitucional, todavia, aplicar à absolvição um efeito inerente e típico da condenação. Ainda que o proposto §3º do art. 63-G estabeleça que o perdimento dos bens, direitos e valores de que trata o inciso III do *caput* dependa da existência de elementos probatórios independentes das provas ilícitas, o que o PL promove, nesse aspecto, é o perdimento de bens e valores sem que haja uma condenação que a justifique.

Se há – abro aspas – "elementos probatórios independentes das provas ilícitas" – fecho aspas –, entendemos que deve ser promovida nova ação penal, que poderá até mesmo ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precedida de medida cautelar de apreensão e sequestro. O que o ordenamento jurídico não pode admitir é que se promova ao confisco de bens e valores, sem que haja uma causa que o determine. Aliás, um dos efeitos da absolvição é justamente a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas, nos termos do art. 386, parágrafo único, II, do Código de Processo Penal.

Então, Sr. Presidente, caros colegas, o voto é pela aprovação do projeto de lei com as emendas seguintes, da forma que já foi apresentado, e está posto para análise de todos. O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão o parecer que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo...

Desculpe. Senador Moro, com a palavra.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Petecão.

Quero aqui, primeiro, agradecer ao Senador Alessandro por ter assumido a relatoria desse projeto e ter feito esse parecer.

Nós temos visto, infelizmente, Senador Petecão, algumas decisões judiciais que têm liberado alguns traficantes de drogas, inclusive pessoas que foram apreendidas ou foram encontradas na posse ou na guarda de grande quantidade de drogas. Às vezes, envolve um traficante pequeno, mas, às vezes, acontece também com traficante de certa dimensão.

Eu, particularmente, fiz esse projeto imediatamente após as notícias envolvendo a devolução de um helicóptero que havia sido apreendido pela polícia desse chefão do crime, André do Rap. Consta que seria um chefe do PCC. Foi preso, acabou sendo colocado por uma liminar em liberdade e simplesmente sumiu. Mas, para a surpresa, ele responde a múltiplos processos e em um desses processos teria havido a apreensão de drogas, mas também de patrimônio vinculado às drogas desse indivíduo e por um vício processual... Eu não vou entrar aqui no mérito do vício processual, mas eu entendo que as cortes realmente têm que proteger os direitos fundamentais, mas também têm que ter uma atenção especial para as peculiaridades da ação policial e isso – o Senador Alessandro sabe muito bem – é difícil, existe uma diferença muito grande entre a capacidade e a cognição que você tem numa diligência policial de imediato na qual as coisas estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo, daquela percepção que você tem numa poltrona, num gabinete em Brasília, decidindo esses processos. Então, tem que se respeitar a percepção que o policial tem, muitas vezes, de uma fundada suspeita relativamente ao cometimento de um crime. E nesse caso do André do Rap, foram até divulgadas pela televisão cenas lamentáveis. A polícia do Estado de São Paulo, que estava com esse helicóptero, estava utilizando-o, com autorização da Justiça, para fazer transporte de órgãos para transplantados, e de repente esse helicóptero foi devolvido. Até foi filmada a retirada desses materiais apostos, os adesivos apostos no próprio helicóptero.

Eu apresentei um projeto que era um pouco até mais abrangente do que esse que está sendo aprovado no relatório, mas conversando com o Senador Alessandro, eu me curvei aqui à cautela. O projeto avança. Ele pelo menos deixa expressamente em nossa lei que uma sentença de anulação do processo e uma sentença de extinção da punibilidade não impedem o eventual decretação do perdimento de bens vinculados ao tráfico de drogas, e isso acho que é um grande avanço da nossa legislação, e assenti com o relatório dele em adotar uma posição mais cautelosa em relação à questão da absolvição, embora entenda até, respeitosamente ao Senador, que haveria espaço, mas talvez isso prejudicasse a tramitação do projeto como um todo.

Nós podemos pensar na seguinte situação, Senador Petecão, até para ilustrar: temos um processo grande contra um traficante de drogas, vamos dizer, Fernandinho Beira-Mar, com bens apreendidos, com demonstração de que eles são vinculados ao tráfico de drogas. E, inadvertidamente, durante o processo – e os processos demoram no Brasil –, o acusado vem a óbito. Vindo a óbito, vem uma sentença de extinção da punibilidade. Pela nossa legislação atual, todos os bens sequestrados desse indivíduo, mesmo se demonstrado que eles são provenientes do tráfico de drogas, não poderiam ser objeto de perdimento ou de confisco criminal, como seria o apropriado. Então, esse projeto muito bem relatado pelo Senador Alessandro, vem corrigir essa falha na nossa legislação, deixando expresso: olha, não é porque o processo não teve um julgamento de mérito por alguma causa especial, seja por uma anulação, seja por um óbito, seja por prescrição, que os bens vão ser devolvidos. Se existirem provas que relacionem os bens ao tráfico de drogas, seja como instrumento, seja como produto do tráfico de drogas, o juiz pode, mesmo na extinção da punibilidade, mesmo reconhecendo uma nulidade, decretar o perdimento dos bens.

Acho que esta Comissão de Segurança, que está muito bem conduzida com a sua presença, Senador Petecão, tem um dever muito grande, porque a gente está vendo, infelizmente – não quero fazer disso uma questão política –, um certo afrouxamento do combate à criminalidade no país, no presente momento. Esta Comissão de Segurança do Senado tem a responsabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental de dar uma resposta àqueles da sociedade que veem esse declínio da combatividade com maus olhos, que veem enfraquecer a segurança dos cidadãos, que veem o risco de, inclusive, liberar o tráfico de drogas das ruas para os pequenos traficantes. Muitas vezes, pune-se o policial seja porque ele acertou, seja porque ele cometeu um erro menor, dadas as dificuldades do seu trabalho, sendo tratado como se fosse uma espécie de bandido dentro do nosso sistema jurídico. Então, esta Comissão tem uma responsabilidade fundamental e este projeto é um pequeno avanço nessa direção, a demonstrar que, acima de tudo, o crime não deve compensar. Quanto ao crime de tráfico, jamais a gente pode admitir que bens relacionados ao tráfico de drogas, como foi esse caso do helicóptero desse traficante do PCC, fossem devolvidos para a criminalidade para serem usados contra a sociedade, contra novamente as vítimas. Então, a gente corrige um lapso da nossa legislação.

Espero que, adiante, possamos, no avançar do debate deste assunto, inclusive, avançar ainda mais. Mas este é um projeto singelo, simples, mas, a meu ver, muito importante para contrariar esta onda de liberação de criminalidade, de tráfico de drogas que a gente está vendo no nosso país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Senador Moro.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 2.522, de 2023, e às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai à CCJ.

Item 2... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5.236, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), para tornar imprescritíveis os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e de lavagem de dinheiro.

Autoria: Senador Marcos do Val.

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

A relatoria seria do Senador Esperidião Amin, mas, por conta da ausência do nosso Relator, nós convidamos e convocamos o nobre Senador Mourão para a relatoria.

Passo a palavra ao nobre Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

Senador, por favor.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos!

Peço permissão ao senhor para ir direto à análise.

Ressaltamos, de início, que a competência para a análise da constitucionalidade da proposição, bem como de critérios próprios do direito penal e do processo penal será feita na CCJ, cabendo à presente Comissão, portanto, analisar o projeto no contexto de políticas públicas de prevenção aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, nos termos do art. 104-F, I, "l", do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno e trata de tema de suma importância.

Como bem apontado pelo autor do projeto, a corrupção é um crime de enorme desvalor, pois gera prejuízo direto aos cofres públicos e perdas indiretas à população, que vê comprometida a implementação de políticas públicas sociais voltadas à melhoria da saúde, educação, segurança pública etc. Também é certo que a lavagem de dinheiro busca conferir ar de legalidade a valores oriundos não só da corrupção, como de vários outros crimes, a exemplo do tráfico de drogas e armas e dos crimes contra o patrimônio. Esse entrelaçado de crimes impacta fortemente na violência urbana e, consequentemente, na segurança pública.

Assim, a atuação deste Parlamento no combate aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro é muito bem-vinda e aguardada pela população, que há muito não se conforma em ver corruptos e impunidade prosperando. Demais disso, um Estado que não consegue implementar adequadamente políticas públicas básicas cria espaço para a desigualdade social, o aumento da violência e o cometimento de crimes.

Sobre o combate à corrupção é sempre importante lembrar que o Brasil tem um compromisso internacional com o tema. Nesse sentido, já ratificamos a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Convenção de Mérida), a Convenção Interamericana contra a Corrupção e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. Ademais, cabe lembrar que entre as orientações dessas convenções está a previsão de que a corrupção e a lavagem de dinheiro tenham prazos prescricionais amplos.

Dessa forma, a previsão de que a corrupção e a lavagem de dinheiro passem a ser imprescritíveis é providência com a qual concordamos. É necessário endurecer as regras relacionadas à apuração e julgamento desses crimes, sob pena de que criminosos saiam impunes. E considerando todos os percalços existentes em nosso sistema de justiça criminal, nada mais razoável do que a nossa legislação passe a prever a imprescritibilidade das referidas infrações penais.

Por fim, do nosso ponto de vista, a alteração legislativa que ora se propõe não somente possuirá um importante efeito dissuasório, como também permitirá a punição de quem optar por prosseguir cometendo atos de corrupção e lavagem de dinheiro.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.236, de 2020.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já agradecemos, de antemão, aqui ao nosso querido amigo Senador Hamilton Mourão, sempre à disposição desta Comissão, quando precisamos, para o relatório *ad hoc*.

Em discussão a matéria que acaba de ser lida. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a construir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 5.236, de 2020.

A matéria vai à CCJ.

Mais uma vez, agradecemos aqui a participação de todos os Senadores e Senadoras que estão presentes à nossa reunião de hoje.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Weverton, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Carlos Viana, Omar Aziz, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Wilder Morais, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Alessandro Vieira, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 933, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para garantir que o agressor reincidente seja monitorado por dispositivo eletrônico, como forma de proteger a mulher em situação de violência doméstica e familiar." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (MDB/PA). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nºs 1 e 2, na forma das três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e às emendas nºs 1 e 2, na forma das emendas nºs 3, 4 e 5-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2816, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir a prisão no período eleitoral nos casos de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à emenda nº 1-CSP. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 42, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2253/2022, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado com alterações. **Observação:** Foram incluídos os seguintes convidados: Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná e Secretário de Estado de Segurança Pública de São Paulo. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 45, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 42/2023 - CSP, com o objetivo de instruir o PL 2253/2022, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária", seja incluído convidado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/19

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 29ª e 30ª Reuniões, realizadas respectivamente em 5 e 12 de setembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

Senador Weverton, amigo, o item 1 é o projeto do qual V. Exa. é Relator, mas o nosso amigo Kajuru fez uma cirurgia e pediu que houvesse uma inversão de pauta – o dele é o item 2.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, o Senador Kajuru não precisa justificar a cirurgia; basta dizer que, pelo critério de idade, ele quer falar primeiro (*Risos.*),

e eu vou ter sempre que aderir – e de experiência também.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador, a sua...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – O meu grande amigo Kajuru tem preferência.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A sua gentileza cada dia me surpreende.

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – A sorte de V. Exa. é que está sendo gravada esta reunião. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 2816, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, para permitir a prisão no período eleitoral nos casos de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 18/9/2023, foi apresentada a emenda º 1, de autoria do Senador Styvenson Valentim.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Eu passo a palavra à Senadora Damares para a leitura...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Kajuru, Senadora Damares, antes de a senhora fazer o relatório, queria só falar um pouquinho sobre o projeto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e àqueles que nos acompanham.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre um orgulho estar nesta Comissão de Segurança Pública pela importância dela. Presidente Petecão, meus cumprimentos porque ela é a única Comissão que nunca falha, que sempre, toda semana, começa a trabalhar. Nunca faltamos nenhuma vez! E eu fico triste porque tem Comissão – e eu vou dar um exemplo aqui, a Comissão de Meio Ambiente – que já teve reunião com apenas um Senador presente. Aqui sempre temos quatro, cinco Senadores presentes, além de remotamente, com um quórum necessário.

Eu gostaria de expressar aqui, sinceramente, a minha gratidão à admirável Senadora Damares Alves, pelo seu trabalho incansável como Relatora do meu Projeto de Lei nº 2.816, de 2022, que visa proteger as mulheres durante o período eleitoral. Essa proposta permite a prisão de eleitores, membros das mesas receptoras, fiscais de partido e candidatos envolvidos em crimes de violência doméstica contra mulheres, abrangendo o período eleitoral.

Isso é uma resposta urgente ao alarmante aumento da violência contra a mulher, com mais de 18 milhões, General Hamilton Mourão, de vítimas no último ano. Como o senhor gosta de futebol, é é vascaíno, isso significa um estádio de futebol lotado todos os dias – brincadeira, é rubro-negro.

É nosso dever, como legisladores, agir para proteger as mulheres, tornando um ambiente seguro e livre de violência. E peço aqui o apoio unânime desta Comissão para avançar com este projeto, em prol da igualdade e segurança das mulheres em nosso País.

Agradeço.

E, sobre ser vascaíno, o membro titular desta Comissão que é vascaíno é o futuro Prefeito do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro – para não se ter dúvida sobre time aqui.

Presidente, gostaria de solicitar como item extrapauta, rapidamente, a inclusão do Requerimento 45/2023, desta Comissão de Segurança Pública, de aditamento ao Requerimento 42/2023, com o objetivo de convidar o Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), para participar da audiência pública sobre o PL 2.253/2022.

E, assim, agradeço a compreensão, em função do meu repouso, pela cirurgia – pela cirurgia, não; por duas cirurgias – de intestino.

Graças a Deus, tudo bem!

Obrigado, Presidente.

Obrigado, senhoras e senhores, amigos e amigas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Passo a palavra à nobre Senadora Damares Alves, para a leitura do seu relatório e para dar parecer sobre a Emenda nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise.

O Código Eleitoral atualmente prevê que nenhuma autoridade poderá, desde cinco dias antes e até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou ainda por desrespeito a salvo-conduto.

A regra tem o objetivo de garantir ao eleitor o direito de votar sem que autoridade ou qualquer pessoa o impeça, ou evitar que grupos políticos cometam abusos, restringindo a liberdade de locomoção para as urnas.

De fato, cresce a violência contra a mulher no Brasil. Assim como nos anos anteriores, a violência contra a mulher cresceu em 2022. Os números do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023 são preocupantes: os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres. Os homicídios dolosos de mulheres também cresceram 1,2% em relação ao ano anterior.

Além dos crimes contra a vida, as agressões em contexto de violência doméstica tiveram aumento de 2,9%, totalizando 245.713 casos; as ameaças cresceram 7,2%, resultando em 613.529 casos. E os acionamentos ao 190, número de emergência da Polícia Militar, chegaram – olhem o número, senhores – a 899.485 ligações, o que significa uma média de 102 acionamentos por hora.

O Brasil atravessa um momento sensível, com um fervilhar recente de movimentos extremos na política brasileira, em que o Parlamento não pode abrir brechas para criar incentivos para mais violência doméstica, como a imunidade temporária no período eleitoral.

A proposta é importante e oportuna.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL 2.816, de 2022.

Ontem, foi apresentada uma emenda do Senador Styvenson, que acrescenta – além do crime, além da violência contra a mulher, a violência doméstica e familiar contra a mulher –, Senador Kajuru, criança, adolescente ou idoso.

Eu não vejo nenhuma objeção a essa emenda e de acolhê-la ao seu texto. Seu texto ficaria mais robusto.

Eu, então, quero ler a emenda apresentada pelo Senador Styvenson:

> Dê-se a seguinte redação ao art. 236 da Lei nº 94.737 [só tenho que fazer uma correção no texto dele, porque não é a Lei nº 94.737, mas a Lei nº 4.737], de 15 de julho de 1965, modificado pelo artigo 1º do Projeto de Lei nº 2.816 de 2022:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art.
1º.....
'Art.
236.....
II - crime que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente ou idoso;
.....'(NR)

Eu acolho a emenda do Senador Styvenson.

Somos pela aprovação do projeto, acolhendo a emenda do Senador Styvenson.

Esse é o voto, senhores.

Parabéns, Senador Kajuru!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O senhor foi bem assertivo nessa proposta – muito, muito boa. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a votação será simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto e à emenda.

A matéria vai à CCJ. (*Pausa.*)

Item 3...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – De novo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Tem outro dele. O senhor...

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É que o senhor foi tão gentil com ele que... Aí, ele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Esse é o último...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Comunico a V. Exa., que, segundo aqui o Senador, esse é o último.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Segundo o General Mourão, na linguagem militar, é aproveitamento do êxito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Funciona assim: feita a penetração, aproveita-se o êxito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Lá no Acre, o goleiro saiu da trave, e o cabra agora diz: "Eu quero passar tudo".

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 42, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2253/2022, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e Senador Kajuru (PSB/GO).

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do requerimento. (*Pausa.*)

Ah, ele já leu, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já apresentei, Presidente, para não deixar o Weverton triste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Quer discutir?

Com a palavra, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, com todo respeito e vênia ao Senador Kajuru e ao Senador Rogério Carvalho, que são os autores desse requerimento de audiência pública para tratar de um tema altamente já debatido na sociedade brasileira, sobre "saidinhas", permissão ou não de "saidinhas" temporárias, as famosas "saidinhas", que a gente vê constantemente na televisão, Senador Kajuru – aquela massa de pessoas saindo dos presídios, e uma parte grande delas não retornando aos presídios, algo que, sem dúvida alguma, assola muito e vitimiza demais os cidadãos ordeiros deste país... Uma audiência pública, Senador Kajuru, com todo o respeito, não vai mudar voto de Senador nenhum. Claramente – não falo da parte de V. Exa. – é uma tentativa de postergar ainda mais a apreciação desse projeto aqui pela Comissão de Segurança Pública.

Pela relação de quem está aqui sendo convidado a participar dessa audiência pública, vê-se claramente que são pessoas contra o projeto de lei. E tudo bem, é um direito delas, não tem problema nenhum.

Agora, a gente vai deixar de apreciar por esta Comissão algo que já é consolidado no juízo de valor de todos os Senadores aqui desta Comissão de Segurança Pública, e é o tipo de debate que pode ser feito em Plenário. Se é que vai chegar ao Plenário, porque já há uma cobrança dos autores do projeto, de Deputados na Câmara, solicitando inclusive ao Presidente Petecão, porque esse projeto não avança na Comissão de Segurança Pública. Então, mais uma medida protelatória desnecessária.

E eu queria pedir a V. Exa., então, Presidente, se pudesse, dispensar a audiência pública, nos termos do art. 93, §2º do Regimento Interno, em forma de consenso aqui. Quando formos votar o projeto, os Senadores se colocam a favor ou contra, e vamos dar o segmento para que a Comissão de Segurança Pública possa aumentar a quantidade de projetos analisados, para que não fiquem mais represados nesta Comissão.

Em algum momento, em Plenário, a gente vai fazer a discussão sem problema nenhum, que inclusive vai ter cobertura mundial, porque é um tema que preocupa demais a sociedade brasileira, e não tem porquê ficar protelando isso aqui na Comissão de Segurança Pública. Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Presidente, eu apenas quero fazer uma observação ao amigo e Senador Flávio Bolsonaro. A ideia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater, apenas, é do Senador Rogério Carvalho, mas, de minha parte, eu não tenho nada contra e acompanho o seu pensamento, até porque haverá votação no Plenário, e aí cada um se pronunciará e apresentará o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu participei recentemente de um encontro dos Secretários de Segurança Pública da Região Sul e da Região Sudeste. Estavam lá, por exemplo, o Guilherme Derrite, de São Paulo, estava o Secretário de Segurança do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, e houve um pedido expresso deles para que fosse dada prioridade a esse projeto. Porque há tempos nós observamos a mesma situação recorrente, principalmente naqueles estados que têm uma grande população carcerária, como São Paulo, em que há essas saídas em massa do presídio por conta dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal, e normalmente é um percentual menor, mas é um percentual que em números absolutos fica significativo, de presos que não retornam, e presos muitas vezes perigosos. Ou até, o que é mais grave, presos que saem nessa saidinha e cometem novos crimes, até se aproveitando da situação dessa saída temporária.

Há uma reclamação da sociedade para que se tenha mais rigor na execução penal, ela tem realmente que levar à recuperação do preso. Mas esse expediente que foi criado pela 7.210, embora bem-intencionado na sua origem, tem trazido muitas dificuldades para as Forças de Segurança Pública do Brasil: presos que não voltam e presos que cometem novos crimes.

Eu aqui endosso a posição do Senador Flávio, de, se possível, nós evitarmos esta audiência. Mas caso ela seja realizada por decisão de todos, que nós colocássemos para votar esse projeto logo em seguida, imediatamente em seguida então, para que nós pudéssemos dar uma resposta para essas demandas das forças de segurança. Porque as pessoas que estão na ponta... o secretário vê quantas forças policiais ele tem que mobilizar para ficar capturando pessoas que de repente foram colocadas em saída temporária quando não estavam preparadas para tanto. Então, de repente o Estado coloca em liberdade e a pessoa foge, e ao invés de ter o policial na rua tentando prender novos criminosos, tem que ficar indo atrás daqueles que fugiram por conta de uma decisão equivocada do próprio sistema legal.

Faço apenas essa ponderação, Presidente, para que nós coloquemos uma vez esse projeto para votar, se possível não realizando audiência pública; mas se a alternativa for a audiência pública – e a gente respeita evidentemente a posição dos requerentes sobre esse tema –, que ela possa ser realizada, então, na próxima semana, e já possamos, em seguida, eventualmente votar esse projeto.

Esse projeto é um projeto, no fundo, suprapartidário, não tem nada a ver com oposição ou com o Governo, é como esta Comissão de Segurança tem se posicionado, sempre deliberado, tratando esses temas suprapartidariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente, eu queria, primeiro, antes de entrar no mérito, porque como foi falado aqui pelo Senador Moro, eu acho que não é um projeto partidário de lado A, de lado B. É um projeto que tem que ser, sim, discutido, melhorado e votado, porque nós temos que aperfeiçoar a legislação, principalmente, no que trata de um tema tão sensível e que todos sabem que é preciso ser encarado.

Mas eu estou sentindo falta aqui nesta audiência pública, Senador Kajuru, da presença de algum secretário de Estado que trate o tema, que trate essa política no dia a dia. Eu vou lhe dar um exemplo: um dos presídios do Brasil mais conhecidos por degolar cabeça, muita confusão, onde tinha lá muita confusão, era o Presídio de Pedrinhas, no Maranhão. E, há mais ou menos oito anos, o secretário, que era de Minas Gerais, Murilo Andrade, que ainda é o secretário de Estado do sistema penitenciário lá do Maranhão, foi para lá e conseguiu fazer uma revolução dentro de Pedrinhas. Vocês nunca mais viram uma matéria sobre rebelião, cabeças degoladas e tudo.

Então, ele vive o dia a dia lá e tem feito um trabalho fantástico. E, detalhe, quando ele foi para lá, estava saindo de um Governo do PSDB. Então, assim, trouxeram-no porque era realmente muito bom, e Pedrinhas era uma referência muito negativa no que trata da questão do sistema penitenciário.

Então, eu queria, independente do mérito, de quem é a favor ou contra – possivelmente nós vamos nos juntar todos, porque isso aqui é muito importante –, mas eu queria pedir vênia aqui aos colegas Senadores, para que a gente realizasse logo a audiência pública sob o argumento de que não dá para dizer que se já tem opinião formada não se pode ter audiência pública, porque senão eu tenho várias matérias aqui na Casa em que vocês mesmos estão pedindo audiência pública, e nós estamos fazendo para melhorar, para aprofundar, e já tivemos casos de melhoramento de projetos. Por conta de uma semana, não se vai mudar muita coisa.

Então, se o Presidente marcar logo para a semana que vem, por exemplo, incluindo o Secretário Murilo Andrade, lá do Maranhão, que eu acho que é uma ótima referência – mineiro, foi para lá com êxito –, a gente poderia fazer logo essa audiência pública e votar logo em seguida esse projeto, que, sem dúvida nenhuma, vai ser um projeto importante.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho muito pertinente a ponderação de incluir secretários de segurança pública.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Sim, de sistema penitenciário, não da segurança...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ou de segurança pública, ou de sistema penitenciário, porque conhecem ali a prática

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E eu tenho quase certeza – a gente também não pode ser aqui categórico – que ele deve ter uma visão mais restritiva, se não de diminuir, de eliminar, se não pelo menos de diminuir e ter mais critérios...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... nessas saídas.

E a minha sugestão é, se forem incluir o secretário, se formos fazer essa audiência, de incluir também o secretário de segurança pública do Estado do Paraná.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Ah, eu sou contra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Weverton, o senhor poderia formalizar?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Oralmente não pode, não, Presidente? Pode.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A minha assessoria... Pode, mas o caso é tão delicado, se pudesse a sua assessoria formalizar?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não, o Senador Weverton requer que seja convidado o Secretário de Administração Penitenciária Murilo Andrade, do Governo do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor está sem papel lá no gabinete?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Estou. (*Risos.*)

O senhor sabe que a crise é grande. Se ficar gastando papel, não vai ter condições de fazer as missões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Então, se serve para o senhor, serve aqui para o Senador...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O Secretário Coronel Hudson, Secretário de Segurança do Estado do Paraná. Oitiva dele, ou presencial, ou por videoconferência. Eu não falei com ele.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Senador Moro, não é oitiva. É só convidado para uma audiência pública.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Audiência pública.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Está chamando para uma oitiva. (*Risos.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Presidente, retifico, então, aqui, já que fui aqui corrigido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

Só para dar um encaminhamento, então.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo que eu estou entendendo, há aqui um consenso de que haja audiência pública.

Correto? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É. Isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu tenho o compromisso do senhor de, imediatamente após a audiência pública, nós votarmos aqui... Acabou a audiência pública, a gente faz a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu não vejo nenhum problema. Por mim, quanto mais celeridade nós pudermos dar aqui...

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu não vejo problema nenhum fazer a audiência pública e V. Exa. deliberar já para marcar a data da deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Até porque a audiência pública faz parte do rito da Comissão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, o complemento disso, até para não ficar algo cansativo, porque tem quatro sugestões de nomes no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento original... Eu acho que não tem necessidade de... Senão, vão ficar dez pessoas sendo ouvidas aqui. Se pudesse, sei lá, ao todo, quatro, dois de cada lado, já... Para dar utilidade.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Eu te confesso que eu só estou sugerindo o Murilo Andrade, do Maranhão, porque, primeiro, ele não é nem do Maranhão, mas de Minas Gerais, porque é um caso muito específico, e, inclusive, eu queria ouvi-lo. Eu nunca tive essa oportunidade de entender o que foi que ele fez lá dentro e qual é a visão dele sobre o tema.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho importante, Senador, só para a gente organizar a audiência pública, para não ficar um troço... Vai durar o dia inteiro a audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas tem quantos convidados? (*Pausa.*)

Só sete?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eu queria sugerir também mais gente. Esse que é o problema. A gente pode fazer... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor quer que tire o dele e chame o seu?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, não, pelo contrário. Não tem necessidade de ouvir quatro pessoas sobre o mesmo tema, que vão falar na mesma direção. O Senador Moro sugeriu o Secretário do Paraná, eu quero sugerir o Secretário de São Paulo, que, inclusive, é autor de um dos projetos de lei sobre esse tema, o Derrite.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Tudo é importante, mas, aqui, representante do Conselho Federal de Psicologia, que está ali tratando do tema no dia a dia, é muito importante, não é? Então, acho que a gente podia filtrar, não tem problema, mas é importante ver os secretários que estão lá na ponta também, para darem a opinião deles.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou tentando chegar num consenso do total, quatro ou seis, no máximo. Metade para cada lado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Representante da Rede Justiça Criminal? Quem seria?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é uma ONG política, entendeu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que nós temos que ouvir técnicos, técnicos e pessoas que tenham experiência aqui. A minha sugestão seria ouvir aqui o Rafael Velasco, o Mauro Martins, que já estão estabelecidos, o secretário ali sugerido... O Secretário é o Derrite, porque ele é Secretário do Estado de São Paulo, que é o estado que tem mais problemas, e, se for o caso também, para ajudar, eu abro mão do Coronel Hudson, do Secretário.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, mas eu acho que tem que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu gostaria, mas, se, de repente, tirar aqui da Psicologia e a Rede Justiça Criminal, eu tiraria esse aqui para não ficar uma audiência pública pesada.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, deixa ele tirar para dizer que liberou da oitiva o convidado lá, o convocado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Vamos avançar! Vamos avançar!

Olha, nós temos aqui a sugestão do Kajuru, que é o Rodolfo Queiroz... Aí, temos o Rafael Velasco, o Mauro Martins, o representante do Conselho Federal de Psicologia e o representante da Justiça criminal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou falando, Sr. Presidente, vai ficar muito grande a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Já teve audiência aqui com 20, 30...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eram seis... Está bom.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor vai participar?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, V. Exa. vai presidir.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o Weverton. O Senador Weverton preside para a gente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não tem problema. Não tem problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas só para incluir, então, Sr. Presidente, o Secretário de Segurança de São Paulo e o Secretário de Segurança do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – São Paulo, Paraná e Maranhão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E o Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Que não é do Maranhão, é de Minas, mas eu acompanhei o trabalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas aí ficam sete...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas está bom.

Pelo amor de Deus...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, Kajuru, vamos tirar este aqui, Rede Justiça Criminal, porque isso é uma ONG, gente... Isso aí...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só 15 minutos a mais, não é?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Terça... Próxima terça, às...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Avançamos?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual o horário da audiência pública então, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Olha, eu estarei numa missão, lá em Lima...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também estarei na CPMI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu estarei numa missão lá...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Agora, se for quarta-feira a audiência, quinta, sexta, aí eu posso realizar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Teria que ser no horário da reunião ordinária para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – No horário da reunião, terça-feira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estou prontinho para presidir.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, cuidado com o trânsito lá em Lima que é muito intenso, hein?

Não precisa levar guarda-chuva, porque lá não chove.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu sou da região. Eu sou da fronteira lá do Peru...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só para a gente se organizar então, a próxima terça-feira aqui.

Qual o horário da audiência?

Próxima terça-feira, às 11h da manhã?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Terça? Terça, Flávio?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Dia 3, terça, não é melhor não? Porque todo mundo participa presencialmente?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Terça. Ele não está sugerindo terça?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Não, ele está falando terça, dia 26.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos fazer essa audiência semana que vem logo, para matar o...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ah, ele quer...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, vamos fazer logo agora, na próxima terça.

V. Exa. vai estar no celular, lá na praia... É sempre mais refrescante. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – V. Exa. só falou isso porque eu não o convidei ainda para ir lá.

Mas não se preocupe, não, que eu vou chamá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E enquanto não chamar eu vou estar aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como em Goiás não tem praia, eu presido.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor vai vir?

O senhor vai estar aqui, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro que vou. Eu só não venho aqui se eu morrer.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está resolvido.

Aqui, meu irmão, aqui é soldado.

Em votação o Requerimento nº 42, de 2023, e o de nº 45, de 2023, com a seguinte alteração...

Requerimento de inclusão dos Secretários de Segurança de São Paulo, Maranhão e Paraná. É isso?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Maranhão não é Segurança... Lá são duas Secretarias, a de Segurança e tem a de Sistema Penitenciário.

Sistema Penitenciário é Murilo Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Com a correção do Senador Weverton, o do Maranhão não é Secretário de Segurança, é....

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. *Fora do microfone.*) – Sistema Penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sistema Penitenciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O.k. Está feita a correção.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 42, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2253/2022, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e Senador Kajuru (PSB/GO)

EXTRAPAUTA

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 45, DE 2023

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 42/2023 - CSP, com o objetivo de instruir o PL 2253/2022, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária", seja incluído convidado.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO).

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 933, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para garantir que o agressor reincidente seja monitorado por dispositivo eletrônico, como forma de proteger a mulher em situação de violência doméstica e familiar.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao projeto e às emendas nºs 1 e 2, na forma das três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao nobre Senador para a leitura do seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu vou direto para a análise do meu relatório.

Cumpre destacar que cabe à esta Comissão de Segurança Pública, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições legislativas pertinentes à segurança pública, ao sistema penitenciário e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social.

No mérito, verificamos que a proposição tenciona agravar o tratamento conferido aos agressores de mulheres no âmbito de violência doméstica e familiar, mormente com a determinação de imposição obrigatória de medida cautelar de monitoramento eletrônico caso os autores sejam reincidentes.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, foram praticadas 230.861 lesões corporais dolosas no âmbito da Lei Maria da Penha. Observa-se, contudo, que esse valor é subestimado, considerando a existência de inúmeros casos que não são registrados nas delegacias de polícia Brasil afora. Esse número alarmante representa uma taxa de aproximadamente 221 casos de lesão corporal dolosa por 100 mil mulheres.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça, em 2021 foram registrados 630.742 casos de violência doméstica e familiar contra a mulher em geral, que engloba toda e qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause à mulher morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, ou dano moral ou patrimonial nas circunstâncias dos incisos do art. 5º da Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha tem como uma de suas funções principais conceder tratamento mais protetivo às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Nesse sentido, são as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, previstas especialmente, mas de forma não exaustiva, no art. 22 da Lei Maria da Penha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pese a previsão genérica da monitoração eletrônica no art. 319, IX, do Código de Processo Penal, não há previsão específica da utilização dessa medida cautelar no âmbito da Lei Maria da Penha. Ainda que a monitoração eletrônica possa ser determinada contra o agressor no âmbito dessa lei, por autorização do próprio Código de Processo Penal, o projeto visa, na verdade, a obrigar a imposição dessa medida cautelar no caso de o agressor ser reincidente, ou seja, o juiz não poderia deixar de impor a medida cautelar em caso de reincidência.

Apesar de haver entendimentos jurisprudenciais contrários, entendemos que a previsão do projeto está respaldada pelos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e adequação, mormente pela teleologia da Lei Maria da Penha, que busca a máxima proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar. Agressores reincidentes já demonstraram, de forma suficiente, que não merecem ser tratados de modo menos severo, e a imposição obrigatória de monitoração eletrônica mostra-se adequada, visando, frise-se, não à punição do agressor pura e simplesmente, mas sim à proteção da mulher.

Caso essa medida cautelar seja descumprida, também se mostra proporcional, razoável e adequada a imposição obrigatória da prisão preventiva, que é considerada a *ultima ratio* entre as medidas cautelares. Isso porque, nesse caso, o agressor se demonstrou ainda mais perigoso para a segurança da vítima: primeiramente, ao reincidir em uma conduta delituosa; e, depois, porque ignorou a imposição judicial de uma obrigação.

Pensamos que esse é o típico caso de demonstração do *periculum libertatis*, exigida para a imposição da prisão preventiva.

No que tange à inclusão do inciso V-A no art. 12 da Lei Maria da Penha, entendemos que é desnecessária. Conforme o inciso VI do mesmo artigo, deverá a autoridade policial juntar aos autos à folha de antecedentes criminais do agressor ou os registros de outras ocorrências policiais contra ele. A adoção desse expediente pela autoridade policial já engloba o fim pretendido.

Com relação à alteração da LEP visada pelo projeto, entendemos que a redação do dispositivo é contraditória à finalidade pretendida. O art. 1º do projeto enuncia que a lei objetiva garantir que o agressor reincidente seja monitorado por dispositivo eletrônico. Também pela interpretação global da justificação do projeto, é possível inferir que a imposição da medida cautelar de monitoração eletrônica – caso o agressor seja reincidente – é obrigatória, inclusive por meio do realce do termo "poderá" no parágrafo 7º, sugerindo sua substituição.

Entretanto, observamos que o *caput* do art. 146-B da LEP enuncia que "o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica" nos casos dos incisos apresentados. A inclusão desejada do inciso VI ao art. 146-B, portanto, não implicaria a imposição automática da monitoração eletrônica ao agressor reincidente – como, novamente, entendemos que pretende o projeto –, mas, sim, uma opção.

Por esse motivo, optamos por modificação topológica do dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, feitas essas considerações, não obstante o mérito do projeto, com relação à técnica legislativa, é necessário fazer pequenas alterações, visando adequá-lo, o que será objeto de emendas propostas ao final.

No que se refere às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Segurança Pública, entendemos que ambas dever ser acolhidas.

A prioridade na tramitação de processos criminais que envolvam violência contra a mulher, na forma da Emenda nº 1 é medida muito bem-vinda, pois, ainda que não estejamos falando de violência no âmbito doméstico e familiar, não restam dúvidas de que, como regra, as mulheres são mais vulneráveis, sobretudo quando estamos falando de crimes contra a dignidade sexual e daqueles em que haja violência física ou grave ameaça.

Nessa perspectiva, estamos limitando a prioridade aos processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher e, como se trata de uma regra procedimental genérica, prevendo a alteração no Código de Processo Penal, na forma da emenda apresentada ao final.

De igual modo, concordamos com a inovação disposta na Emenda nº 2, da Comissão de Segurança Pública, para que a monitoração eletrônica passe a ser uma das possíveis medidas protetivas aplicáveis a qualquer agressor que pratica violência doméstica e familiar contra a mulher. A emenda teve por objetivo deixar a norma mais clara, a fim de que não pairem dúvidas de que esse tipo de fiscalização poderá ser aplicado tanto ao agressor primário, como ao reincidente. Já o monitoramento bilateral consentido aprimora a proteção da vítima, pois permite aferir se o agressor está efetivamente próximo à vítima. Por fim, quanto à obrigatoriedade da imposição da medida protetiva ao agressor reincidente, conforme já mencionado acima, entendemos ser previsão adequada, proporcional e razoável.

Por todo o exposto, o voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 933, de 2023, e das Emendas nº 1, da Comissão de Segurança Pública, e nº 2, também da Comissão de Segurança Pública, na forma das emendas abaixo.

Aí eu deixo aqui as emendas.

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei nº 933, de 2023:
"Art. 2º O art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:
"Art. 22 .....
VIII - monitoramento eletrônico.
.....
§ 5º O monitoramento eletrônico será aplicado pelo juiz quando verificada sua necessidade para evitar a prática de novas infrações penais previstas nesta lei e sua adequação à gravidade do crime, às circunstâncias do fato e às condições pessoais do indiciado ou acusado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 6º A autoridade responsável pelo monitoramento eletrônico informará imediatamente à vítima eventual aproximação do agressor.

§ 7º Imposto o monitoramento eletrônico contra o agressor, a mulher vítima de violência doméstica e familiar poderá participar voluntariamente de programa de monitoramento bilateral, desde que preste consentimento.

§ 8º Sendo o agressor reincidente, a medida protetiva de monitoramento eletrônico será obrigatória e, em caso de descumprimento, ensejará a conversão do monitoramento eletrônico em prisão preventiva." (NR)

Na emeda seguinte, sobre a redação do art. 3º, fica:

"Art. 3º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 146-E:

'Art. 146-E. No caso de agressor reincidente, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, o juiz deverá determinar o monitoramento eletrônico, sem prejuízo da imposição de outras medidas cautelares.'"

Por último, a emenda ao PL 933.

No art. 394-A, fica:

"Art. 394-A. Os processos que apurem a prática de crime hediondo ou que envolva violência ou grave ameaça contra vítima mulher, independentemente de ter sido cometido em âmbito doméstico ou familiar, terão prioridade de tramitação em todas as instâncias."

Esse é o relatório e o meu voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço ao Senador Weverton.

Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, só gostaria de agradecer o Senador Weverton pelo acolhimento da emenda que foi apresentada e pelo brilhante relatório com que ele acabou de nos brindar.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - MA. Como Relator.) – Eu queria aqui fazer duas referências. Na semana passada mesmo, eu gravei um vídeo a esse respeito.

A Arlete, uma professora de 23 anos, na cidade de Governador Archer, mãe de um garotinho de dois anos de idade, foi assassinada, no início de setembro, pelo seu ex-namorado, que estava inconformado com o fim do namoro de apenas um mês.

A jovem Taís Lopes, de 28 anos, moradora de Codó, também no Maranhão, saiu de casa para ir ao trabalho e foi encontrada morta no dia seguinte, no início de agosto, com o corpo abandonado em uma região de mata. A polícia não descobriu ainda quem cometeu esse terrível crime.

O número, Sr. Presidente, de feminicídios bateu recorde, no Brasil, em 2022. Em média, uma mulher foi morta a cada seis horas. Isso é gravíssimo. Gravíssimo. Eu sei que não é só legislação, não adianta apenas legislação. A sociedade, como um todo, precisa se envolver. Isso não é um problema de A, de B e C, é um problema nosso, de todos.

Aqui nós vamos fazer a nossa parte. Estamos fazendo. Só neste ano, eu já mandei, para o Maranhão, sete viaturas, Patrulhas Maria da Penha, para ajudar em abertura de novas delegacias.

Temos reforçado os *kits* de Conselhos Tutelares para ajudar, porque na hora em que você protege uma criança pobre, vulnerável, você está ajudando a mãe e a família como um todo. Eu tenho essa luta forte dos Conselhos Tutelares lá no Estado.

Ainda como Deputado, fui o autor da emenda que tornou crime hediondo o crime de feminicídio contra idosos, crianças e vulneráveis. Temos o Hospital do Amor, que é um hospital exclusivo para a mulher lá em Imperatriz, com duas carretas fazendo exames preventivos e lutando a favor da vida, cuidando das nossas mulheres.

Eu sei que é um pinguinho no oceano, mas se cada um se dedicar e fizer a sua parte, quem tem mandato e quem não tem e a sociedade como um todo, nós poderemos um dia ter o orgulho de virar essa página. O Brasil, infelizmente, é o país mais covarde do planeta Terra, que mais está matando as nossas mulheres.

Por isso, nós temos que ter uma atenção muito forte a esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Weverton, primeiramente quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho que V. Exa. tem feito aqui, nessa bandeira que, é lógico, toca a todos nós, que é a defesa da mulher.

Infelizmente, no meu Estado, o Estado do Acre, nós temos um dos maiores índices de feminicídio do Brasil. Infelizmente. No Acre hoje nós lideramos os números de feminicídio do Brasil. Inclusive, eu aprovei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora, está tramitando aqui nesta Casa um projeto de minha autoria, em que você cria uma espécie de auxílio às crianças, porque ali acontece o feminicídio e quem vai cuidar dessas crianças que ficam? Quem vai cuidar? As leis são rigorosas, o cabra vai para a cadeia, e as crianças ficam aí vagando.

Então, eu acho que esta Comissão aqui, não só V. Exa., mas todos os membros aqui, o nosso líder maior aqui, o General também tem sido aqui um grande guerreiro nessa luta, para que nós possamos fazer esse enfrentamento da violência contra a mulher no nosso País.

Vamos lá?

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Weverton.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 933, de 2023, e às Emendas nºs 1 e 2, na forma das Emendas nºs 3, 4 e 5, da Comissão de Segurança Pública.

A matéria vai à CCJ.

Agradecendo mais uma vez a presença das Sras. e Srs. Senadores, e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas do dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Marcos do Val, Professora Dorinha Seabra, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Carlos Viana, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Jussara Lima, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wilder Morais e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Alessandro Vieira, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Rogério Carvalho e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 42/2023 - CSP, de autoria do Senador Rogério Carvalho (PT/SE) e do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), REQ 45/2023 - CSP, de autoria do Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), e PL 2253/2022, de autoria Câmara dos Deputados. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2253 de 2022, que "altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária". **Participantes:** Sr. Rafael Velasco Brandani, Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sra. Alessandra Almeida, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia; Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Incidência e Litigância Estratégica na Conectas Direitos Humanos (representante de: Rede Justiça Criminal); Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - Adepol; Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná; Sr. Guilherme Derrite, Secretário de Estado de Segurança Pública de São Paulo; Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão; e Sr. Douglas de Melo Martins, Juiz de Direito e Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resultado:** Audiência pública realizada com a inclusão do seguinte convidado: Douglas de Melo Martins, Juiz de Direito e Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2253, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Lido o relatório, é concedida vista coletiva. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/26

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, desta Comissão de Segurança Pública, que, felizmente, o Senador Sergio Moro é testemunha, sempre esteve presente aqui, ela nunca faltou até hoje, desde o começo do mandato nunca estivemos ausentes, tanto o Presidente Sérgio Petecão, como eu – ele, Presidente, e eu, Vice-Presidente.

Esta presente reunião é composta por duas partes. A primeira parte se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2.253, de 2022, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária. Em atenção ao Requerimento nº 42/2023, nesta Comissão de Segurança Pública, de minha autoria e do Senador Rogério Carvalho, e ao Requerimento nº 45/2023, desta Comissão de Segurança Pública, também de minha autoria, a segunda parte se destinará à liberação do item constante da pauta.

Sobre a primeira parte, portanto, da audiência pública, é necessário informar que temos sete convidados para participar desta nossa audiência pública, sendo cinco de forma presencial e apenas dois de forma remota. Aqui os nomes: Sr. Rafael Velasco Brandani, que é Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública; a Sra. Alessandra Almeida, já aqui presente, chegou inclusive bem mais cedo, é conselheira do Conselho Federal de Psicologia; o Sr. Gabriel Sampaio é Diretor de Incidência e Litigância Estratégica na Conectas Direitos Humanos, representando a Rede Justiça Criminal; o Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol); o Sr. Hudson Leôncio Teixeira, que foi o primeiro a chegar, desde 9h30 da manhã aqui, é Secretário de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná; o Sr. Guilherme Derrite, Secretário de Estado de Segurança Pública de São Paulo, que participará por videoconferência; o Sr. Murilo Andrade de Oliveira é Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, que também participa por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que foi convidado, para esta audiência, mas infelizmente não pôde comparecer, o Sr. Mauro Pereira Martins, Conselheiro Supervisor do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, do Conselho Nacional de Justiça.

Comunico que a primeira audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/e-cidadania ou pelo telefone 0800 0612211 – repito o número: 0800 061 2211, e aqui já há perguntas feitas, inclusive.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, mas, como é de meu costume quando estou na Presidência, naturalmente tenho a devida tolerância.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou seus comentários.

Feitas as considerações iniciais pelos nossos convidados, aí, então, passaremos a palavra às Sras. e aos Srs. Senadores.

A prioridade – eu peço a compreensão da Sra. Alessandra – é em função de que haverá, daqui a pouco, uma reunião do Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, lá no Ministério da Justiça. Também por ter sido o primeiro a chegar, que ele faça o uso da palavra e, depois, obedecendo também à ordem de chegada, aqui presente está a Sra. Alessandra Almeida, que é Conselheira do Conselho Federal de Psicologia.

Sr. Hudson, por gentileza, com a palavra. Fique à vontade.

Pode vir à mesa e a Sra. Alessandra também, se puder, por fineza, pode ficar à Mesa Diretora dessa nossa audiência pública, com muito prazer. (*Pausa.*)

Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, que foi, inclusive, convidado pelo Senador paranaense Sergio Moro, aqui presente como sempre.

Sr. Hudson, com a palavra.

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Jorge Kajuru, Presidente da audiência. Cumprimento, de modo especial, o Senador Sergio Moro, que foi quem me fez o convite para esta audiência, o Senador Flávio Arns e o Senador Oriovisto Guimarães, que representam o Estado do Paraná.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então foi o Paraná inteiro?

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA – Sim.

Trago os cumprimentos fraternos do nosso Governador do Estado do Paraná, Carlos Massa Ratinho Júnior, e, cumprimentando essas pessoas, eu cumprimento todas as pessoas que se fazem presentes e que participam de forma remota desta audiência.

Então, antes de iniciar a apresentação, eu gostaria de fazer uma breve introdução sobre o meu histórico e por que eu farei a apresentação pautada nas experiências operacionais que tive.

Eu sou Oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná, atualmente estou na reserva.

Comandei várias unidades, entre elas o Batalhão de Operações Especiais e trabalhei nas tropas de choque do Estado do Paraná.

Tive a oportunidade de interagir, de forma muito efetiva, em várias situações, no sistema prisional, quer em situações de rebeliões, quer em situações de manifestações de familiares de pessoas privadas de liberdade, e também no combate ao crime organizado, nas atividades do Batalhão de Operações Especiais em situações de roubo a banco, de novo cangaço, de retomada de cidades.

Então, a minha fala, hoje, vai ser pautada nas experiências que tive ao longo destes 35 anos de carreira e, agora, na gestão da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Paraná, em que o Deppen é uma das polícias que está sob minha responsabilidade.

Por gentileza, gostaria que botassem a minha apresentação.

Roubo a banco, novo cangaço, retomada de cidades. (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O volume, por favor, Secretaria.

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA – Pode passar, por favor.

É necessário que nós observemos este tema que diz respeito ao Projeto de Lei 2.253, levando-se em conta três espectros: o primeiro é a visão da sociedade sobre o tema, o que ela pensa; o segundo, o preso autor; e o terceiro, o preso vitimado.

Então, sob o espectro da visão da sociedade, o que a sociedade pensa a respeito, o que nós vimos ao longo de todos estes anos em algumas situações de que participamos? A questão da sensação de impunidade... (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Questão de ordem.

Tem alguma coisa errada com o som.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Peço à Secretaria que deixe apenas o Sr. Hudson fazer uso da palavra, porque, senão, vamos ter dois áudios simultâneos.

Eu não enxergo, mas eu ouço muito bem demais.

O.k., Flávio Bolsonaro? (*Falha no áudio.*)

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA – Pode passar, por favor.

Pode passar.

Como eu falava, sobre os três espectros, esta contribuição nossa é uma contribuição singela, sem juízo de valor, só para oferecer mais subsídios e argumentos para que os senhores tomem a decisão mais adequada.

Então, dentro do espectro sociedade – por favor, pode passar.

Pode passar. (*Pausa.*)

O som.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA – Eu vou falando então, se o senhor assim permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro que permito e lhe peço desculpas inclusive pelo que está acontecendo.

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA – Aquele caso ali foi um caso de uma senhora que foi estuprada por uma pessoa privada de liberdade que foi liberada na saída temporária e cometeu o estupro.

Nesse outro caso, o temor que causa na sociedade: "Saidinha do Dia dos Pais vai colocar milhares de presos na rua".

Pode passar.

"Após liberdade temporária, 107 presos não voltam às penitenciárias", exemplo de evasão.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Colônia agrícola virou uma porta de saída para detentos, 92% dos detentos não retornaram", descredibilização do Estado.

Pode passar.

Agora o preso como autor, esses são os presos, nas saídas temporárias, nós fizemos um levantamento, que cometem crimes durante o período da saída temporária ou antes do retorno, ou são evadidos.

Pode passar, por favor.

Então, eu vou repassar aos senhores vários exemplos reais que ocorreram no Estado do Paraná, tem em outros estados também. "Homem que estava em liberdade no fim do ano é preso após roubo de carro em Curitiba", Polícia Rodoviária Federal.

Pode passar o outro.

Um preso que foi liberado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA – ... em liberdade temporária, em Santa Catarina, foi pego também no Estado do Paraná pela Polícia Civil e pela Polícia Militar.

Pode passar.

Este caso é um caso emblemático, convém uma atenção especial, porque esse preso estava na colônia penal agrícola, saiu em um período de liberdade temporária e participou de uma chacina, em que matou o ex-Secretário de Meio Ambiente de Pinhais. Foi um caso bastante emblemático, à época, no Estado do Paraná. Ele se evadiu e cometeu essa chacina.

Por gentileza, o próximo. Tem um vídeo aí. (*Pausa.*)

Pode passar, acho que não vai rodar o vídeo, infelizmente.

Eu falei da visão que a sociedade tem, de alguns exemplos práticos, falei do preso como autor e do envolvimento. Eu vou apresentar alguns dados estatísticos de forma bem rápida.

Agora, falo do preso vitimado, que é aquela pessoa que, em tese, deveria estar sob a custódia do Estado. Ele é colocado em liberdade temporária e ou ele é vítima por parte de gangues rivais ou ele coloca pessoas que estão à sua volta em risco. Tem um vídeo aí, mas eu não sei se vai passar.

Por favor.

O próximo eslaide é um vídeo sobre esse preso. É importante passar isso aí. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, infelizmente, acho que não vai rodar, mas o que esse vídeo mostra? Aquele rapaz ali que foi liberado estava na rua. Fazia uns seis dias, se eu não me engano, que ele estava em liberdade temporária. Chegaram dois motociclistas e executaram esse rapaz. Só que, junto com esse rapaz, havia uma senhora e uma criança. No vídeo, fica bem claro. (*Pausa.*)

Então, foram vários disparos em via pública e esse rapaz deveria estar sob a proteção do Estado, deveria estar no sistema. Também aquelas pessoas que estavam lá, inclusive aquela senhora com uma criança, foram submetidas a esse risco de forma desnecessária.

Então, tem vários outros casos que eu menciono de preso que é executado ou de algum familiar que acaba sendo executado em razão da saída temporária.

Por gentileza, adiante bastante, por favor.

Agora, algumas reflexões sobre o Projeto de Lei 2.253. Ele fala dos avanços, ele defende o projeto. O exame criminológico, a ampliação do monitoramento e, quanto à saída temporária, a extinção total.

Então, o que acontece no Estado do Paraná? Acerca do exame criminológico, nós tivemos vários exemplos em que nós não tivemos um exame criminológico adequado e pessoas que não deveriam estar no sistema semiaberto avançaram de regime sem essa avaliação criteriosa. Tem vários casos ali de psicopatas que deveriam estar no regime fechado e foram para o semiaberto e ganharam o benefício da saída temporária. Inclusive, em um dos casos, houve o estupro de uma menina de 13 anos. Se vocês puderem ver depois, na internet, foi o caso do Monstro de Imbituva. Foi um caso bem chocante no Estado do Paraná. Era uma pessoa que não poderia ter progredido de regime se houvesse essa questão do exame criminológico.

Então, nós defendemos, no Paraná, tanto a realização do exame criminológico na entrada da pessoa, para avaliação de perfil, como também na progressão que, obrigatoriamente, seja feito esse exame.

Situação com monitoração eletrônica: no semiaberto, nós temos em torno de 15 mil pessoas que são monitoradas por tornozeleiras no Estado do Paraná, das quais algumas são também do regime fechado; no sistema aberto, nós temos em torno de 44 mil pessoas.

Então, para nós, é um pouco inviável essa medida se não houver uma avaliação de perfil – exemplos: pedófilo, estuprador, entre outras questões, violência doméstica –, porque é um volume muito grande de pessoas a serem monitoradas com tornozeleiras. Então, aí, sim, se houver a triagem desse perfil, seria adequado para nós.

Você consegue soltar esse vídeo? (*Pausa.*)

Esse é o exemplo de um indivíduo que não poderia ter sido solto, como eu falei. É um caso que não poderia ter progredido para o regime semiaberto, o caso do Monstro de Imbituva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pena que o vídeo não possa ser mostrado, tem a fala dele, na qual fica clara a banalização do crime que ele cometeu contra aquela criança, colocando a culpa na criança e na mãe.

Pode prosseguir, por favor.

Vamos para as estatísticas.

Então, no Estado do Paraná, nós temos em torno de 50 mil presos, pessoas privadas de liberdade, das quais 35.418 estão no sistema fechado e semiaberto e, como eu falei anteriormente, 14.250 monitoradas com tornozeleiras eletrônicas.

Temos 40 presídios e 81 cadeias públicas.

Na colônia penal, nós temos 1.629 pessoas, que têm o direito à saída temporária.

Por favor, a próxima.

Do pessoal que está na colônia penal, nós temos, em processo de ressocialização: 772 trabalhando e 667 estudando.

No Estado do Paraná, 28% dos presos trabalham, 29% estudam. Temos 166 pessoas privadas de liberdade que fazem o ensino superior.

Então, essa é uma oferta... São duas opções que nós passamos para essa pessoa, e a primeira – que é o que todos nós buscamos – é a ressocialização.

Por favor, a próxima.

Então, nós temos os canteiros de trabalho. Em todas as unidades de progressão, é oferecida essa possibilidade ao preso, em que parte do investimento da empresa vai para o fundo penitenciário, parte vai para o próprio detento e permite a ele ser inserido no mercado de trabalho tão logo ele cumpra a sua pena.

A próxima.

E a outra possibilidade é para aqueles que não querem a ressocialização, que não buscam a ressocialização, que não buscam o estudo: é o cumprimento humanizado, o cumprimento digno da pena que lhe foi aplicada.

Então, são as duas possibilidades que nós temos: a ressocialização e condições dignas para que ele cumpra a pena que lhe foi aplicada.

Por favor.

Então, eu peguei alguns exemplos de saídas temporárias e evasões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Dia dos Pais, em 2022, nós tivemos 1.223 pessoas privadas de liberdade que tiveram direito a essa liberdade, das quais 91 não retornaram ao sistema. No Natal, de 2022 para 2023, nós tivemos 910 pessoas que foram liberadas, das quais 133 não retornaram ao sistema. E, próximo ao Carnaval, tivemos 1.016 pessoas liberadas, das quais 99 não retornaram ao sistema.

Próximo, por favor.

Das 91 pessoas que se evadiram, não retornaram ao sistema, 36 pessoas cometeram crimes, tiveram envolvimentos em ocorrências criminais. Isso são ocorrências que foram geradas pelas polícias, que foram identificadas, notificadas, fora os crimes que ocorreram e a pessoa não foi identificada. Das 133, 33 também foram identificadas que se envolveram em ocorrências. Das 99, 25 pessoas também geraram um boletim de ocorrência.

Por gentileza.

Isso aí é o período em que há maior liberação, que é no final de ano, e a evasão ali que é no começo de ano – por favor –, o que representa, aproximadamente, de pessoas evadidas, envolvidas em crimes identificados, notificados, em torno de 32% das pessoas que não retornaram e que se envolveram em ocorrências criminais.

Por gentileza. Próximo.

E aí são os crimes que eles cometem: tráfico de drogas, porte de arma, homicídio, situação de violência doméstica. Então, são vários crimes, que foram identificados, em que a pessoa foi identificada e foi levada à responsabilidade.

Por favor. Pode passar.

Concluindo, eu não vou passar esse vídeo, porque ele não vai... Só pode passar as fotos, por favor.

Rapidamente, eu vou citar um caso que ocorreu no Paraná agora.

Domingo retrasado, houve uma situação em que cinco elementos, no Município de Cianorte, entraram em confronto com a Polícia Militar do Estado do Paraná, uma equipe de Rotam, e nesse confronto o cabo Reinaldo faleceu em confronto. Dois faleceram no local, um foi preso e dois desses elementos se evadiram. Nós fizemos o cerco até sexta-feira passada. Eu estive na região lá. Um desses indivíduos, que estava na colônia penal agrícola, Moretti, elemento de alta periculosidade... Ali demonstra as passagens que ele tem. "Após explosão de muro, presos fogem de penitenciária do Paraná". Enfim, são várias situações, inclusive na situação do Paraguai, em que Moretti estava envolvido. E esse indivíduo, que estava na colônia penal agrícola, se evadiu, cometeu esse crime, matou o policial militar, e, na sexta-feira passada, no cerco policial, ele invadiu uma residência, fez um senhor de 60 anos como refém e um neto dele como refém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos o gerenciamento da crise e obtivemos êxito aí na prisão desse indivíduo, sem ferimento dele, tampouco dos reféns.

Então, o que eu quero dizer com isso? Essa pessoa não deveria estar na colônia penal agrícola, se houvesse a situação do exame criminológico.

Então, o que a gente defende é esta pauta de que as pessoas tenham o direito à ressocialização, que tenham o direito ao cumprimento da pena de forma humana e de forma digna – o que a gente propicia no Estado do Paraná –, mas sou pessoalmente, particularmente, contrário à liberação, à saída temporária de detentos.

Sinto pela apresentação, me desculpe, mas eu fico à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senhoras e senhores, primeiro, por tudo o que o Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, falou até aqui – mesmo com alguma dificuldade do ponto de vista técnico, mas ele traduziu o que cada vídeo apresentaria a nós –, a palavra, portanto, não é mais "saidinha". A palavra é "saidão". Então, não tem nada a ver com "saidinha".

Eu vou pedir aqui a compreensão da Sra. Alessandra Almeida, que é Conselheira do Conselho Federal de Psicologia, e do senhor também, porque sei que tem um compromisso no Ministério da Justiça.

Então, antes de ouvirmos a Sra. Alessandra Almeida, gostaria que os Senadores que já estão aqui desde o início, especialmente o Senador Sergio Moro, o Senador Flávio Bolsonaro e o Senador Seif, que também já chegou, fizessem algumas perguntas, porque eu creio que ficaria com um conteúdo melhor a sua apresentação. Pode ser? (*Pausa.*)

Eu lhe agradeço.

Peço que componha a mesa desta audiência pública – chega neste momento – o Sr. Rafael Velasco Brandani, que é o Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e da Segurança Pública.

Por gentileza, componha a mesa aqui, Sr. Rafael. Será um prazer daqui a pouco também ouvi-lo!

Eu começo com o Senador Sergio Moro, em função de ter sido o primeiro a chegar e também ter sido o proponente do convite feito ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, o Sr. Hudson.

Pois não, Senador Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Agradeço, Senador Jorge Kajuru.

Primeiro, quero cumprimentar o Secretário Coronel Hudson, do Estado do Paraná, que tem feito lá um brilhante trabalho no estado, na área de segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é importante, Senador Kajuru, que nós, nessas audiências, ouçamos todas as perspectivas sobre essa questão, mas é importante também a gente ter pessoas que lidam com a segurança pública no nosso dia a dia, que trazem para nós os dados concretos e a realidade. Muitas vezes algumas ideias são muito bem-intencionadas em relação à execução penal, mas que, nós vamos ver na prática, não funcionam muito bem.

Eu fui Juiz de execução penal do presídio federal de Catanduvas, de segurança máxima. Nós tínhamos lá os criminosos mais perigosos do país. Foi o primeiro presídio que foi inaugurado, em 2006. Depois vieram outros, mas nós tínhamos ali a nata da criminalidade organizada no país.

Como eu era Juiz de execução, Senador Flávio, nós tínhamos uma situação peculiar, porque – e vários dos presos vinham lá do seu estado até, o Rio de Janeiro, que gostava de mandar alguns presos do crime organizado –, não raramente, nós nos deparávamos com a situação de presos perigosíssimos, líderes de facção, líderes de quadrilha, pessoas que não eram só envolvidas em tráfico de drogas de grande dimensão, mas envolvidas em assassinatos, porque há a violência inerente ao tráfico de drogas. E, de repente, nós nos víamos numa situação em que a pessoa pleiteava a progressão de regime, porque tinha cumprido o requisito objetivo – e o requisito objetivo, na época, era bem modesto, era a pena de um sexto, porque o Supremo, a meu ver, cometeu uma decisão errada, entendendo que no crime hediondo não se podia vedar a progressão de regime.

O que nós fazíamos? Nós mandávamos fazer o exame criminológico, mesmo quando a lei não dava muita margem para isso – mandávamos fazer o exame criminológico –, porque a progressão de regime tem que estar condicionada à verificação de que o preso está em condições de ir para um regime de semiliberdade ou um regime semiaberto. Aqui no Brasil se faz sem qualquer critério, Senador Jorge Seif: um ladrão de uma bolsa com um estuprador, ou um assassino, ou um líder do crime organizado, todos eles vão para o regime semiaberto sem que haja um controle.

E a resposta para isso, muito bem colocada pelo Secretário, é fazer o exame criminológico. Se for para cumprir a pena integralmente em regime fechado, tem que cumprir, porque, se o indivíduo não estiver preparado para voltar à vida em sociedade, o que vai acontecer no semiaberto, numa colônia penal agrícola, com condições de segurança mais precárias, é que ele vai voltar a cometer crime, e nós, ao invés de estarmos aplicando uma pena que protege... Sim, é preventivo, é uma punição, mas também tem o aspecto de proteção da sociedade.

Então, nós temos que voltar a exigir o exame criminológico para todo preso que ofereça alguma espécie de periculosidade, seja por ação violenta, seja por ter uma posição dentro de uma organização criminosa.

Do outro lado, também aqui colocado, pelos números do Coronel Hudson, 10% dos presos que saem em saída temporária, no universo ali coletado, no Paraná, não voltam. E quando se vai vendo os detalhes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são presos que mobilizam a polícia, por ter que mandar gente lá para procurar presos que deveriam estar presos, mas que estão soltos por conta de uma benesse mal direcionada do Governo, e dois presos que depois... Como esse Monstro de Imbituba, que invadiu uma casa, matou uma menina de 13 anos, depois de tê-la violentado, porque o Governo, porque a lei permite que ele saia numa saída temporária. Quando um monstro desses deveria ter permissão do Estado para sair do presídio para cometer crimes?

E não se engane, não, Senador Jorge Kajuru, eu entendo que a principal função da pena é a reabilitação, a ressocialização, temos que perseguir esse ideal, mesmo que ele seja algo, às vezes, inalcançável, por conta... A gente sempre tem uma expectativa de redenção da natureza humana, mas, às vezes, infelizmente, isso não acontece, mas se o preso não estiver pronto para se reabilitar, se não se tiver convicção de que ele não oferece mais perigo para a sociedade, não tem por que colocá-lo em liberdade.

Eu só vou fazer uma pergunta, Coronel, Secretário. Quando acontece uma situação dessas de os presos não voltarem, simplesmente não voltarem, o que isso implica em termos de mobilização da força policial – que podia estar na rua, que podia estar investigando novos crimes – ao ter que procurar esses presos foragidos, que fugiram não porque pularam o muro ou cerraram as grades, mas simplesmente porque o Estado abriu as portas e disse "vamos liberar vocês aí para vocês passarem um tempo em casa" ou coisa parecida? O que isso implica em termos de mobilização?

E outro ponto que eu perguntaria também a V. Sa., que foi muito bem colocado: qual é a sua visão... Há uma necessidade, ao meu ver, além dos casos individuais, de se resgatar a efetividade e a moralidade da execução penal, que é a moralidade e a integridade do nosso sistema de execução penal.

Eu fico imaginando o pai dessa menina que tem o assassino, o estuprador libertado e o vê cometer um crime de novo. O que ele pensa quando o Estado coloca em liberdade um indivíduo desse?

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA (Para expor.) – Como o senhor falou no início, onera muito, sim, a segurança pública, toda a inteligência, e é conveniente que se ressalte também que eu citei aqui os casos dos presos evadidos que cometem crimes, mas tem aqueles que saem, cometem crimes e voltam para o sistema. Também é outro dado que é preocupante.

E toda essa questão da ressocialização, que o senhor muito bem disse, da Lei de Execução Penal, também é o que nós buscamos. São oferecidas a ele várias oportunidades de ressocialização, é garantida a visita íntima, é garantida a visita da família, é garantida a visita dos filhos no Dia dos Pais... Enfim, são várias situações, então não vejo a necessidade da saída temporária considerando tudo que é oferecido pelo Estado a essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com a palavra, sempre presente nessas reuniões – todas elas – da Comissão de Segurança Pública, o Senador carioca Flávio Bolsonaro.

Por fineza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde!

Boa tarde a todos os convidados aqui!

Obrigado pelo seu tempo para nos ajudar aqui nesta discussão.

Primeiro, registro, Presidente, que é sempre muito saudável este tipo de audiência, porque a gente sempre aprende alguma coisa, a gente vê dados atualizados, mas, para fins de instrução do relatório, e eu sou o Relator do projeto de lei que está em discussão aqui agora, eu quero só registrar que o autor do requerimento de audiência pública não está presente, o Senador Rogério Carvalho. Mais uma vez, a minha suspeita de tomar esse tipo de...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas eu estou, Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas é porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, eu sei. É só para dizer que eu também sou autor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está acontecendo em todas as Comissões, Presidente; vamos falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estou me referindo a mim só.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qualquer projeto em que a gente tenha alguma dificuldade, a audiência pública protela, enrola, mas, no fim das contas, acho que acaba sendo positivo, porque dará ainda mais legitimidade para o parecer, e, mais uma vez, a gente sempre aprende com quem está na ponta da linha, na prática.

Eu quero falar que eu, com... Antes do meu primeiro mandato de Deputado Estadual, no Rio de Janeiro, a partir de 2003, Senador Moro, eu fui estagiário da Defensoria Pública por quase um ano no Rio de Janeiro, e a gente atendia num presídio chamado Alfredo Tranjan, mais conhecido como Bangu 2, de alta periculosidade. Então, eu comecei a minha carreira jurídica, ainda como estagiário, entendendo como funcionava na prática o sistema penitenciário, conhecendo os seus pontos mais negativos do que positivos, mas essa experiência me ajudou muito na formação, em especial na parte de Direito Penal.

E aqui, no fim das contas, acaba sendo uma discussão, Senador Moro, sempre de quem opera na prática a segurança pública, o sistema prisional, e aqueles que operam mais na teoria. E me preocupa muito quando nós temos um momento como o atual em que a teoria acaba prevalecendo em detrimento daqueles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que compartilham conosco a prática, porque o que nós vimos aqui agora do Secretário de Segurança do Paraná foi a prática: números reais, as dificuldades...

E hoje – eu vou devolver a brincadeira saudável ao Senador Moro, que disse que o Rio de Janeiro exportava criminosos para o Paraná –, pela ADPF 635, de autoria do Partido Socialista Brasileiro, do atual Ministro da Justiça, do partido dele, o Rio de Janeiro virou o grande *hub*, centralizador, capitalizador de bandido do Brasil inteiro. Porque, se você para para conversar com um cabo ou um soldado PM na porta dali, na viatura, sabe o que eles falam, Presidente Kajuru? "Eu prefiro não me arriscar, porque, para que eu faça uma determinada diligência, para que eu cumpra um mandato de busca e apreensão, para que eu cumpra um mandato de prisão em algum lugar, eu tenho que fundamentar ao Ministro Fachin do STF, para ver se eu posso ou se eu não posso, se é oportuno ou se não é", porque uma decisão tomada no contexto de pandemia, que já não existe mais, continua valendo até hoje. E fica o Judiciário dando ordens ao profissional de segurança pública sobre o que tem que fazer e o que não tem. Resultado: desde a decisão do Ministro Fachin, já foram mais de mil criminosos presos ou mortos no Rio de Janeiro de outros estados.

E eu peguei uma recente aqui – o senhor deve conhecer –, do dia 16 de dezembro de 2022: "Suspeito de chefiar organização criminosa no Paraná é preso na Zona Oeste do Rio". O nome do bandido é Luiz Fernando, conhecido como Gasolina, justamente por ter colocado fogo em uma mulher.

O Rio de Janeiro, essa sensação de impunidade que o Rio está transbordando hoje, já que, para haver uma fiscalização policial corriqueira, tem que ter a preocupação do que vai acontecer, como é que o Ministério Público vai reagir, como é que o Judiciário vai reagir... E eu sempre disse isso, Senador Seif: o policial está mais preocupado com o juiz do que com o bandido. Ontem – matéria da CNN – mais de cem policiais num estado americano – não lembro agora de cabeça qual é – devolveram o seu porte de arma, porque houve uma ocasião em que um policial, no estrito cumprimento do seu dever legal, acabou matando uma pessoa negra que estava desarmada, e então ele começou a sofrer as sanções por parte de um juiz. Não se considera que um policial tem que tomar uma decisão em uma fração de segundo. Porque analisar o que o policial faz, aqui, no ar condicionado, assistindo ao VAR, aqui nessa televisão gigante, maravilhosa, vai e volta, vai e volta, "tinha que ter feito assim", "tinha que ter feito assado", "não, na teoria tinha que..."... Mas, em fração de segundo, isso pode custar a própria vida do policial. E, em protesto, esses policiais americanos estão devolvendo o porte de arma, porque "olha, eu não quero virar réu por cumprir o meu trabalho".

Se houve algum equívoco, algum erro, vamos responder na medida da razoabilidade, dentro da lei. Porque aqui virou moda, Secretário de Segurança: o juiz, para dar uma satisfação à sociedade, ou um governador, para dar uma satisfação à sociedade, acaba, desgraça a vida de um policial, que estava ali cumprindo seu dever para defender a nossa liberdade, a nossa segurança, sem nem saber quem a gente é.

Então, esse contexto todo de olhar para o policial sempre com esse viés criminoso, de prejulgá-lo como se ele estivesse sempre errado, é que hoje está prevalecendo na hora de nós fazermos a legislação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Congresso Nacional, o que é muito perigoso, porque essa política de desencarceramento usa os argumentos mais falaciosos para promover as mudanças legais, e, quando não conseguem, vão ao Supremo. A discussão sobre liberação da maconha é isso. Usam um falso argumento de que muitas pessoas estão presas como traficantes, mas são usuários. Ora, só quem vai poder definir isso de verdade vai ser o juiz, na hora de tomar a ciência dos fatos no caso concreto e tomar a decisão. Mas eu ouso falar, Senador Moro, que esse deve ser o caso de zero vírgula zero, zero, alguma coisa por cento das pessoas que estão presas hoje equivocadamente como traficantes e que deveriam ser enquadradas como usuárias. É isso que vai fundamentar uma decisão do Supremo querendo dizer que isso vai promover uma grande política de desencarceramento?

Então, faltam argumentos, faltam princípios claros, objetivos e científicos para esse tipo de decisão, que, digo mais uma vez, deveria ser tomada pelo Congresso Nacional, e não pelo Supremo.

Desculpe por me alongar, Presidente. Foi só uma breve explanação, e eu estou aqui também ouvindo para aprender com os palestrantes hoje.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu quero pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Primeiro, nenhum problema em relação ao tempo porque o senhor falou, o Sergio Moro, por um tempo também igualzinho ao do Flávio Bolsonaro. O senhor quer um aparte?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Quero...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Depois eu quero falar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu só queria pedir a compreensão sua, Jorge, que eu sempre tenho – e já estou tendo a da Sra. Alessandra, que está há muito tempo aqui –, porque o Sr. Guilherme Derrite, que é o Secretário de Estado de Segurança Pública de São Paulo...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Seu amigo, então? Não é meu amigo, mas tenho o maior respeito por ele.

Ele tem uma reunião com o Governador de São Paulo, Tarcísio, e está por videoconferência. Vocês permitem que a gente dê os dez minutos para que ele faça uso da palavra? (*Pausa.*)

Pois não, Sr. Guilherme Derrite – e já agradecemos aqui de novo a compreensão da Sra. Alessandra, por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como diz o meu irmão Datena, põe na tela!

O SR. GUILHERME DERRITE (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Os senhores me ouvem?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo, Derrite. Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito bem.

O SR. GUILHERME DERRITE (Para expor. *Por videoconferência.*) – É uma satisfação. Quero agradecer o convite para contribuir com essa Comissão de Segurança Pública do Senado Federal, tão importante.

Estou no segundo mandato como Deputado Federal, licenciado, exercendo a função de Secretário de Segurança Pública no Estado de São Paulo. Tive o privilégio, na Câmara dos Deputados, no ano passado, de ser o Relator do Projeto de Lei 2.253, que é o objeto deste debate salutar e extremamente viável a respeito das saídas temporárias e exame criminológico.

Eu trago aqui, primeiro, um diagnóstico do que eu senti durante a tramitação desse projeto na Câmara. Teve uma aceitação muito grande, tanto é que a votação lá foi de 311 votos favoráveis ao meu relatório na época, como Deputado, e somente 98 votos contra dos presentes na sessão, inclusive com um Deputado do Partido dos Trabalhadores votando favoravelmente ao meu relatório.

Fazendo justiça aqui, ele teve origem aí no Senado Federal. Esse projeto é da Senadora Ana Amélia, um projeto de 2013, que originou todo esse debate sobre saídas temporárias. Eu fiquei durante três anos tentando encontrar um ambiente político favorável para que a gente colocasse em pauta no Plenário, e o Presidente Arthur Lira cumpriu a sua promessa, cumpriu a palavra, colocando em pauta. E aí nós chegamos a essa aprovação.

O que é mais importante ressaltar aqui – eu tenho dois aspectos – primeiro, é o que traz de inovações. Esse projeto voltou para o Senado Federal, porque, no projeto original da Senadora Ana Amélia, ela entendia que se estava permitindo a possibilidade ainda de uma saída temporária por ano, e, no meu entendimento e no da maioria dos representantes do povo ali na Câmara dos Deputados, nós entendemos que esse benefício que o criminoso, infelizmente, possui no Brasil traz malefícios para a sociedade, então nós resolvemos extingui-lo da Lei de Execução Penal. Mas as inovações que ele traz são: além de acabar com a saída temporária, permite o exame criminológico para progressão de regime.

Enquanto a progressão de regime é uma realidade no Brasil, nós retomamos o exame criminológico, que existia e deixou de existir, salvo engano, no ano de 2010. E, aí, possibilitou-se a progressão de regime de diversos indivíduos de alta periculosidade, de facções criminosas, inclusive do Primeiro Comando da Capital, saindo à rua. Por quê? Deixou-se de aplicar o exame criminológico, que é um exame composto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por uma equipe multidisciplinar, com psicólogos, que avaliam ali. Inclusive, um dos pontos a serem avaliados é a possibilidade de esse indivíduo que está progredindo de regime cometer novos delitos. E quando a gente fala disso... Passou-se a avaliar, única e exclusivamente, o bom comportamento do indivíduo no sistema prisional.

Senhores, os criminosos de alta periculosidade, integrantes de facções criminosas, em especial aqui em São Paulo, no Primeiro Comando da Capital, como os senhores acham que é o comportamento desses indivíduos nos presídios? Eles têm, se formos analisar objetivamente, os melhores comportamentos possíveis, porque eles não se envolvem em nada que vá prejudicar o cumprimento de suas penas ou trazer mais alguma imputação criminosa a eles.

Então a retirada do exame criminológico possibilitou, inclusive, a liberação de indivíduos como a que aconteceu em 2014: desse indivíduo aqui chamado Valdeci Alves dos Santos. Para quem não sabe quem é o Valdeci Alves dos Santos, o apelido dele, na facção criminosa, no PCC, ele é conhecido como Colorido, apontado por muitos relatórios de inteligência como estando entre os sete principais líderes da facção criminosa. Ele foi liberado numa saída temporária em 2014, porque apresentava bom comportamento, por razões óbvias. Não existia a necessidade de exame criminológico. Ele foi preso somente em abril de 2022, pela Polícia Rodoviária Federal.

Então, nesse aspecto, o exame criminológico seria fundamental para que os indivíduos de alta periculosidade pudessem permanecer sem esse benefício da progressão de regime.

O segundo ponto que traz inovação nesse relatório: amplia-se a questão do monitoramento por tornozeleira eletrônica de indivíduos que cumprem pena no regime aberto. Por que é que eu falo isso? Porque, segundo o nosso ordenamento jurídico, somente são tornozelados e monitorados os indivíduos que cumprem pena no regime semiaberto, durante os períodos de suas saídas temporárias.

No Estado de São Paulo, nós temos 200 mil indivíduos cumprindo pena no sistema prisional. E aqui, em São Paulo, nós temos uma secretaria, a Secretaria de Administração Penitenciária, só para cuidar da questão do sistema penitenciário. São 200 mil cumprindo pena entre regime fechado e semiaberto; e, para surpresa e para infelicidade do povo paulista, mais de 300 mil indivíduos, já chegamos ao número de 350 mil indivíduos cumprindo pena no regime aberto. E não existe, por parte do Estado, o nosso ordenamento jurídico não possibilita que o Poder Executivo exerça algum tipo de fiscalização contra esses que estão cumprindo pena em regime aberto.

Então, quanto a essa medida inovadora de ampliar o monitoramento, qual seria a nossa ideia? Por razões óbvias, não dá para monitorar 300, 350 mil indivíduos com tornozeleira eletrônica.

O preço disso seria algo gigantesco, mas daria para que o Poder Executivo selecionasse, por um critério do serviço de inteligência, quais são os indivíduos que pertencem às facções criminosas que devem ser monitorados por tornozeleira eletrônica. Sem dúvida alguma, traria uma segurança muito maior para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população. Esse é o segundo aspecto, além de trazer o exame criminológico, amplia o monitoramento por parte da tornozeleira eletrônica.

O terceiro ponto é o que extingue, no ordenamento jurídico, a possibilidade das saídas temporárias. Nesse aspecto, eu trago dados importantes. Primeiro, um estudo científico do Major Rodrigo Vilardi, que eu vou disponibilizar e posso enviar para os senhores. O Major Rodrigo Vilardi, que é a major da ativa da Polícia Militar e trabalha aqui na assessoria policial militar da Secretaria de Segurança Pública, escreveu: "Saídas temporárias em São Paulo: benefício para alguns, violência para muitos e crime para todos". Ele comprovou, cientificamente, que durante o período das saídas temporárias ocorrem dois fenômenos: primeiro, os indicadores criminais aumentam substancialmente; segundo, uma parte dos criminosos não retorna para o cumprimento de suas penas. Nesse aspecto, quando a gente fala que os crimes aumentam, por razões óbvias, é por conta da liberação desses indivíduos temporariamente. Quando se fala que alguns não voltam, a imprensa, por vezes, ou parte dela, tem o costume de dizer: "Não, mas são só 5%, 7%, 10%". Na última saída temporária, agora, que nós tivemos, no Estado de São Paulo foram mais de 33 mil indivíduos liberados nessa saída temporária.

Eu peguei dados estatísticos dos anos de 2006 até 2023. De todas as saídas temporárias, das cinco por ano a que eles têm direito, eu fiz a soma de quantos não voltaram, não retornaram, desde 2006. A média bate uns 6 a 7 mil, no total, de 2006 a 2023, e 126.095 indivíduos não retornaram para o sistema prisional para o cumprimento de suas penas no regime semiaberto. Vou repetir para os Srs. Senadores da República, 126.095 indivíduos não retornaram. Então, o número não é baixo, muito pelo contrário, é um número absurdamente gigantesco.

Nesse estudo produzido pelo Major Rodrigo Vilardi ele comprova, cientificamente, que a saída temporária é um prejuízo muito grande para a população. Então, nós temos uma questão técnica – o Major Rodrigo Vilardi é mestre e doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo, pela USP – e tem uma questão moral, ou melhor, imoral, porque nós temos indivíduos que mataram os próprios pais que são liberados na saída dos pais ou que mataram seus filhos e são liberados no Dia das Crianças, por exemplo. Então...

Os senhores estão me ouvindo? Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, estamos ouvindo. Pode concluir à vontade.

O SR. GUILHERME DERRITE (*Por videoconferência.*) – Então, vou partindo já para a conclusão cumprimentando o Sr. Senador Kajuru, que preside esta audiência pública, o Senador Sergio Moro, o Senador Flávio Bolsonaro, o Senador Jorge Seif Júnior.

É um apelo. Não é do Deputado Derrite, não é do Secretário de Segurança Pública do maior estado da Federação, do maior estado do nosso país; é um apelo da população que eu ouço diariamente, e que nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui nas polícias de São Paulo, é fato, estamos implementando medidas de gestão enquanto a legislação não fornece a segurança jurídica para os policiais ou até mesmo para a população. Enquanto esse benefício para o criminoso ainda existe, um de tantos que, infelizmente, ainda existem para os criminosos, nós implementamos medidas de gestão aqui, um acordo de cooperação com o Poder Judiciário para que a gente possa monitorar indivíduos que cumprem pena no regime aberto. Mas isso deveria estar fundamentado, no meu ponto de vista, na legislação, como foi feito no relatório do Projeto de Lei 2.253.

Um outro ponto. Nós fizemos um acordo de cooperação com o Tribunal de Justiça e estamos monitorando, o primeiro estado da Federação a monitorar agressores de violência contra a mulher quando são liberados na audiência de custódia. Temos mais de 25, salvo engano, já monitorados. Começamos na semana retrasada. Um deles se aproximou da residência da vítima, da sua ex-companheira e um alerta foi emitido para nossa Central de Operações da Polícia Militar. A patrulha da Polícia Militar foi até o local e realizou a prisão desse indivíduo. Ele está preso. Então, são medidas protetivas sobre que a gente aqui no Poder Executivo tem que ficar fazendo acordos de cooperação com o Tribunal de Justiça para que a gente possa trabalhar.

Então, o que eu quero, enquanto Secretário, enquanto cidadão e até enquanto Parlamentar, é fazer com que a vontade do povo seja ouvida. Eu tenho certeza de que nessa respeitada e honrada Casa de leis, que é o Senado Federal da República, muito bem representada pelos senhores aqui que compõem esta Comissão de Segurança Pública, fazendo justiça, mais uma vez, à Senadora Ana Amélia, que teve um papel brilhante aí no Senado Federal enquanto exerceu seus mandatos. Eu tenho certeza absoluta de que, se o Senado Federal colocar isso em pauta no Plenário e ouvir a população, como nós, na Câmara, a ouvimos, a votação tende a ser superior à que nós tivemos lá na Câmara, com 322 votos favoráveis, uma votação que, para a Câmara, poderia até alterar a Constituição Federal, haja vista esse ser um quórum maior do que três quintos.

Então, eu me coloco à disposição dos senhores para contribuir com esse debate, para enviar esse trabalho. Pelo que eu ouvi, o Senador Flávio Bolsonaro é o Relator aí na Comissão de Segurança Pública. Se o Senador assim permitir, achar viável, eu vou enviar para o gabinete do Senador esse trabalho científico, comprovando que, durante o período das saídas temporárias, os indicadores criminais aumentam substancialmente, para que os senhores possam discutir e fazer um debate de altíssimo nível. Tenho certeza de que isso acontecerá e agradeço demais a possibilidade de falar com essa Casa de leis que eu respeito tanto, até porque faço parte do Congresso Nacional na condição de Deputado Federal licenciado do mandato.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, primeiro, nós aqui é que agradecemos, a Comissão de Segurança Pública, Deputado Federal e Secretário do maior estado brasileiro de segurança pública, Sr. Guilherme Derrite, que trouxe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, posso só pedir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já vou passar ao senhor – já vou passar ao senhor.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... porque ele pode sair e, depois, não ouça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não – não. Eu vou pedir a ele que fique mais um minuto, até para a gente obedecer àquela coerência, Senador Flávio, como eu permiti ao senhor e permiti ao Moro, vou permitir ao Senador catarinense Jorge Seif, que é, inclusive, amigo do Guilherme, que ele faça uma colocação, já aqui agradecendo a paciência da nossa querida Alessandra, que está aqui desde 9h30 da manhã, depois dela... Todos vocês vão concordar comigo que nós temos que ouvi-la.

Então, só para dizer que ele foi brilhante em todas as informações que trouxe, importantíssimas, e, ao mesmo tempo, de trazer a nós aqui a lembrança de uma Senadora histórica deste Senado Federal, a nossa querida gaúcha Ana Amélia.

Então, Senador Jorge Seif, o Senador Bolsonaro quer falar sobre a documentação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Secretário Derrite, está nos ouvindo ainda? É só para pedir que envie esse material, até porque o projeto, passando aqui desta Comissão de Segurança Pública, vai à CCJ, da qual muitos dos integrantes aqui fazem parte, para a gente defender com ainda mais velocidade e amparo também na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Obrigado, Derrite.

O SR. GUILHERME DERRITE (*Por videoconferência.*) – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Jorge Seif, catarinense, por gentileza, o seu comentário e a sua pergunta ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Deputado Federal Guilherme Derrite, e depois retornaremos à Mesa Diretora para a sequência das pessoas convidadas a fazerem uso da palavra dessa importantíssima audiência pública que estamos fazendo hoje, 26 de setembro de 2023, aqui no Senado Federal.

Senador Jorge, querido.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Cumprimento a Sra. Alessandra, ao Sr. Hudson, ao Sr. Rafael e também ao meu amigo Guilherme Derrite, que foi Secretário, sempre um orientador de todos nós que temos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente preocupação com a segurança pública no Brasil. Na verdade, eu não tenho pergunta nem para o senhor, nem para ninguém, Sr. Presidente, nem para o Derrite, senão a minha gratidão pelas colaborações.

Agora, Sr. Presidente, nós, o senhor, eu, todos os Senadores aqui presentes e que nos acompanham também virtualmente, nós somos funcionários, empregados, servos do povo brasileiro. Não dá mais, Sr. Presidente. É um deboche com o nosso agente de segurança pública, é um deboche acima de tudo com a população que paga o nosso salário, Senador Kajuru. Como aconteceu em Blumenau, ao lado lá da minha casa: um bandido é preso pela polícia, a polícia faz todos os esforços, empenha viatura, noites sem dormir, investigação, cerco, tudo, prende. O cara vai, é liberado na audiência de custódia, sai – ou seja, o policial fez o trabalho dele, enxugando gelo –, sai, vai a uma creche e mata um monte de inocentes. Como?

Qual é o sinal, Sr. Presidente, que nós estamos dando para a nossa sociedade, dizendo que o crime compensa? O Ministro Fachin proibiu a nossa polícia de fazer atividades nos morros, que são os maiores concentradores de drogas, distribuidores de drogas e de marginais no Brasil, até hoje não liberou. Juízes, infelizmente, do nosso Judiciário, agentes do Judiciário têm sido agentes da injustiça, quando numa audiência de custódia soltam vagabundo com droga, com antecedente, com fuzil, com metralhadora, com doze, com faca, que volta para as ruas, assassina nossos verdadeiros heróis, que não são a Mulher-Maravilha, nem o Super-Homem, nem o Batman, senão os policiais civis, militares, forças penais, polícia de investigação, nossos guardas municipais, nossa Polícia Federal, nossa Polícia Rodoviária Federal.

Sr. Secretário, a saidinha é um deboche com o Brasil. Deboche! Procurei, Senador Kajuru, procurei em todo o mundo, um ou outro país tem essas concessões, depois que o bandido já comprovou que ele está reabilitado, que trabalhou na penitenciária, depois que fazem exames psicológicos, sob monitoramento, mas no Brasil não. Explica para uma mãe, para um pai que está nos assistindo, Flávio Bolsonaro, que Suzane Richthofen saía, no Dia dos Pais, para a saidinha. Deboche! Deboche, Senador Kajuru!

E isso não envolve nem direita, nem esquerda, porque esse mesmo marginal que traficou droga, assassinou, cometeu delito, não é preso pelo nosso Judiciário, é visto como coitadinho pelo nosso Judiciário, pelos nossos juízes. Qual é o incentivo que o policial tem de arriscar sua própria vida, de deixar seus pais, sua família, órfãos, quando faz o enfrentamento? Porque esses caras não vêm de 38, não. Esses caras vêm de fuzil 357, 762. Eu conheço arma de fogo. Eles vêm pesados. Eles derrubam avião com ponto 30, ponto 50. E o nosso herói do dia a dia, nossos policiais, nossas forças policiais, enfrentam isso para, depois, um vagabundo, um marginal, um assassino, um traficante voltar para a rua.

Explica, Senador Kajuru, para o povo brasileiro que está nos acompanhando agora, Senador Moro, que André do Rap saiu pela porta da frente do presídio e teve helicóptero... Tudo que ele usou, com o dinheiro do crime organizado, com venda de droga, com destruição de famílias, com sangue de policiais nas mãos, devolvemos – nós, serviço público brasileiro –, Senador Kajuru, para um traficante, para um assassino os bens que ele comprou com a destruição de vidas de famílias e jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, finalizo por aqui, parabenizando-o, Senador Flávio Bolsonaro, por essa proposição. Quero agradecer e parabenizar o Derrite, que sempre foi um orientador de todos nós, Parlamentares, sobre segurança pública. Quero agradecê-lo, Secretário Hudson; parabéns pelo trabalho do senhor; mande um abraço para o Governador Ratinho! Derrite, mande um abraço para o Tarcísio, de São Paulo.

Quero mandar também um abraço forte para o Senador Jorginho Mello e parabenizar, Senador Kajuru, e já finalizo, a Polícia Militar e a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, considerada pelo povo, na eleição – uma pesquisa que teve, se eu não me engano, do Instituto Quaest –, a melhor polícia do Brasil. Enquanto a média, Secretário – e isso aí o senhor precisa perseguir no Paraná –, enquanto a média de mortos, a cada 100 mil habitantes, a média Brasil, são 23, na minha Santa Catarina, são cinco. O segundo melhor Estado é o do Derrite, São Paulo, que são nove. Então, parabéns aos nossos heróis da Polícia Militar, da Polícia Civil e de outras forças policiais do Estado de Santa Catarina!

Com essas palavras, Senador Kajuru, nós temos responsabilidade com o povo brasileiro. Não dá mais para, indiscriminadamente, liberar vagabundo que não volta, que mata de novo, que assassina, trazendo insegurança e risco para a vida de cidadãos de bem, que nós representamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço. Palavras fortes e necessárias do Senador catarinense Jorge Seif.

Queria permitir, mas pedir que fosse objetivo, por gentileza, Deputado Federal e Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Sr. Guilherme Derrite.

O Senador Jorge não lhe fez pergunta, fez comentário, mas, para que o senhor concluísse, o senhor quer fazer alguma outra observação, para a gente dar sequência, a nossa Mesa Diretora, com as demais autoridades, prontas para o uso da palavra?

Pois não, Sr. Derrite

O SR. GUILHERME DERRITE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Quero dizer aos senhores que tenham a certeza de que essa proposta, sendo aprovada no Senado Federal, não vai ajudar única e exclusivamente São Paulo a combater o crime organizado, mas vai ser um duro golpe em todo o crime organizado do Brasil, tenham certeza disso.

Eu usei o exemplo aqui do indivíduo que pertence ao alto escalão do PCC, que foi liberado na saída temporária e demoramos quase 10 anos para capturá-lo, para prendê-lo. Foi no Estado de Pernambuco que ele foi preso, em 2022, e saiu na saída temporária de 2014.

Quero dizer também que eu tive a oportunidade de ouvir a explanação do Secretário de Segurança Pública do Paraná, que é um grande parceiro, o Coronel Hudson. Nós estamos combatendo inclusive os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes nas fronteiras de nossos estados e seguiremos em frente, tendo a certeza de que o Senado Federal vai ter esse papel preponderante para nos ajudar e ajudar a população brasileira acima de tudo.

Muito obrigado pela oportunidade e um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado ao senhor.

Dando sequência...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu tinha pedido um aparte aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Um aparte para o Senador Flávio Bolsonaro, estou ansioso para ouvi-lo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Não, eu fiz ali uma brincadeira sobre os presos no Rio de Janeiro, mas, realmente, tem quadrilhas poderosas lá, o Comando Vermelho, aqueles amigos, não sei quem, veio de lá um conjunto muito grande, mas a gente sabe do esforço da população do Rio de Janeiro, gente de bem, que é a principal vítima dessa criminalidade.

Eu aqui endosso e parabenizo o Senador Flávio Bolsonaro pelo relatório desse projeto, que nós temos que aprovar, Senador Jorge Kajuru, com rapidez, nesta Casa – depois ainda vai para a CCJ.

Quero registrar aqui, Senador Seif, que a Polícia Civil e a Polícia Militar do Paraná fazem também lá um grande trabalho. A gente tem um grande desafio, pois para o Estado do Paraná, pela questão fronteiriça ali, da tríplice fronteira, da própria fronteira extensa com o Paraguai, vem muito contrabando de droga da Bolívia, até mesmo passa por ali, então, tem uma tarefa enorme, e a gente sabe que com a droga vem a violência, esse mundo de violência que cerca as drogas. Apesar dos indicadores dos crimes violentos serem um pouco maiores do que os de Santa Catarina, a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná fazem um excelente trabalho, estão bem dirigidas aí com o comando do Secretário Coronel Hudson.

E o nosso dever aqui, e este é o ponto do meu aparte, é que nós temos, Senador Flávio e Senador Seif, hoje, uma crise de segurança no Brasil. Nós não vemos uma política de segurança nacional. Se me perguntarem qual é a política de segurança nacional do Governo Lula, eu, sinceramente, não consigo responder, ainda não consegui descobrir. Nós não recebemos um projeto, até hoje, vindo do Ministério da Justiça e da Segurança Pública sobre essa temática. E é aí que nós temos uma responsabilidade maior, Senador Kajuru, de tomar a frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre este projeto – temos aqui o Secretário Derrite, que foi o responsável por ele na Câmara dos Deputados –, nós tivemos uma reunião dos Estados do Sul e do Sudeste lá em São Paulo recentemente, inclusive com a presença também de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul também, convidado não exatamente ali do Sudeste. O fato é que nós tivemos como um dos pleitos principais a aprovação desse projeto de lei, porque a polícia, às vezes, diz que enxuga gelo, faz um grande trabalho, mas o que não dá é a gente ficar, de repente, admitindo progressão de regime de preso que já foi um trabalho prender, investigar e prender, progressão de regime sem que ele esteja preparado para a ressocialização ou casos, também, igualmente, de saída temporária, para cometer novos crimes, de gente que não tem condições. Então, faço apenas esse registro e agradeço a tolerância do Presidente da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nenhum problema. O que é isso!

Bem, apenas para ser justo, o senhor falou do Paraná, Ministro, juiz e Senador Moro. Eu costumo brincar com ele, porque trabalhei com ele demais – trabalhei quase dez anos com ele na mesma emissora, em rede nacional, então, costumo brincar com ele –, que o filho dele é muito melhor do que ele. Eu falo do Ratinho pai. Então, que o Ratinho filho aqui seja cumprimentado no quesito de segurança pública como Governador, já que o senhor fez vários elogios.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Encaminho meus elogios ao Governador Ratinho Júnior, também necessários, que faz um grande trabalho e também soube escolher bem os seus secretários, especialmente de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida alguma.

Então, só para ser justo aqui, vou já chamar a Sra. Alessandra Almeida, conselheira do Conselho Federal de Psicologia, e dar o direito, porque todos tiveram esse objetivo encerramento, ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, o Sr. Hudson Leôncio Teixeira, que tem seu compromisso no Ministério da Justiça, mas quer, evidentemente, fazer uso de sua conclusão acerca de tudo que nós ouvimos aqui, de tudo que nós discutimos e principalmente de tudo que o senhor apresentou aqui.

Sr. Hudson, fique à vontade.

O SR. HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA (Para expor.) – Agradeço pela oportunidade e faço também o apelo que o Derrite fez. O Derrite é meu amigo, parceiro, trabalhamos juntos, mas nós temos que fazer uma reflexão porque agora, exatamente neste momento, no nosso país, alguém está morrendo, vítima de arma de fogo, arma branca – tenho certeza absoluta de que neste momento isso está acontecendo –, alguma criança está sendo vítima de um pedófilo, alguma mulher está apanhando em sua residência, algum menor está sendo aliciado pelo tráfico de drogas. Então, em segurança pública, nós não temos muito tempo a perder. Por isso eu reforço o apelo que o Derrite fez de que a gente agilize esses processos, que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente agilize essa questão do projeto de lei, também a questão do Código Penal, do Código de Processo Penal. É necessário que a gente faça uma revisão disso.

Agradeço muito pela oportunidade, me sinto honrado em representar o Estado do Paraná e reforço o abraço fraterno do Governador Ratinho Júnior a todos os senhores e senhoras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos, Sr. Hudson, muito obrigado mesmo.

E agora, primeiro, quero dizer para a senhora baiana, a Sra. Alessandra: a senhora já leu sobre o Jó da Bíblia? A paciência? A senhora supera a paciência dele. Desde 9h30 da manhã aqui. O Senador Flávio lembrou: a paciência.

Então, convido a Sra. Alessandra Almeida, conselheira do Conselho Federal de Psicologia, para fazer uso da palavra pelo tempo de dez minutos, mas é claro que eu também darei a ela o que dei aos demais convidados, a tolerância de mais minutos, querendo falar.

Pois não, Sra. Alessandra. Fique à vontade, por fineza.

A SRA. ALESSANDRA ALMEIDA (Para expor.) – Senador, eu já inicio, antes de tudo, agradecendo.

Quero desejar bom dia às pessoas aqui presentes e às que nos acompanham na internet. Gostaria de cumprimentar os colegas expositores e agradecer mais uma vez ao Senador Jorge Kajuru pela realização desta audiência pública sobre matéria tão importante e cara a nós, como por convidar o Conselho Federal de Psicologia para que participasse dessa discussão, dada as suas funções precípuas de orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina de classe determinados pela Lei nº 5.766, de 1971.

Meu nome é Alessandra Almeida, como já fui apresentada, mas eu gostaria de fazer a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher baiana, nordestina, negra. Tenho meus cabelos crespos, aloirados. Estou com um sobretudo de crochê (*Risos.*) vinho e com vestido no tom marrom.

Sou psicóloga de formação. Sou psicóloga social, especialista em saúde coletiva, e mestra pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente sou conselheira do 19º Plenário do Conselho Federal de Psicologia e represento essa instituição na Comissão de Privação de Liberdade do Conselho Nacional de Direitos Humanos. É a partir dessas vinculações institucionais e o acúmulo de discussões possibilitado por ela que pretendo compor essa nossa discussão de hoje, relacionada às proposições contidas no Projeto de Lei 2.253, de 2022, que altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a monitoração eletrônica das pessoas privadas de liberdade, prever a realização do exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício de saída provisória.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que cientistas do campo têm dito há muito tempo, de modo recorrente, a constatação de que o Brasil vive atualmente um ápice de superencarceramento, em uma estrutura sucateada e ineficiente, situação causada primordialmente pela combinação entre:

1. políticas de segurança pública de caráter punitivo;

2. a demasia de condenações; e

3. a falta de apuro técnico do Poder Judiciário, fundamentada no racismo estrutural e em desigualdades de classe e gênero, nos quais se fundamenta o nosso país.

Não à toa, o Supremo Tribunal Federal (STF) já declarou, por meio da ADPF 347, a realidade do sistema prisional brasileiro como um estado de coisas inconstitucional, em função das inúmeras ilegalidades que lhe são recorrentes.

Em que pese esse destaque e o posicionamento relativo às três propostas contidas no projeto, gostaria de concentrar minha exposição em uma delas, que diz respeito diretamente à atuação da psicologia no sistema prisional: o exame criminológico.

A prática, instituída pela LEP, é realizada por psicólogas e psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, que compõem as Comissões Técnicas de Classificação, responsáveis por duas atribuições:

1. a elaboração do Plano de Individualização da Pena, quando do início do seu cumprimento; e

2. a avaliação de adequação do cumprimento desse plano, chamada de exame criminológico, quando transcorrido o tempo relativo a um sexto da pena.

Tal como previsto, os dois documentos indicam a possibilidade de uma atuação da psicologia, no âmbito da execução penal, que avalie não somente aspectos da personalidade da pessoa presa, como o bom comportamento e o arrependimento em relação ao tipo penal cometido, mas também as condições ambientais e estruturais para a efetivação do objetivo de ressocialização, como ações de educação, trabalho e outras.

Entretanto, desde que instituída a lei, as formas, conteúdos e apropriações dessa prática, tanto por parte de profissionais das equipes técnicas quanto de operadores do direito, constituíram-na em violação permanente à ética e ao conjunto de técnicas psicológicas.

Neste sentido, o CFP tem se posicionado desfavoravelmente em relação a esse dispositivo, e aqui buscarei elencar quatro razões que justificam esse posicionamento.

A primeira delas é que o exame criminológico não é meio eficaz de avaliação psicossocial. Reitero: o exame criminológico não é um meio eficaz de avaliação psicossocial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A avaliação psicológica, que é atribuição privativa da psicologia brasileira, é regida principalmente por meio da Resolução do CFP nº 6, de 2019, e veda – abro aspas – "o uso dos instrumentos, técnicas psicológicas e experiência profissional de forma a sustentar modelo institucional e ideológico de segregação dos diferentes modos de subjetivação".

Ademais, há que se considerar, em sua realização, o objetivo da avaliação, seu tempo de execução e elaboração, o cuidado com as condições físicas, psíquicas e estruturais e a preservação do sigilo e da dignidade do avaliando para que a validade, coerência, confiança e fidedignidade do trabalho de profissionais da psicologia sejam garantidos. Para tanto, ao produzir documentos escritos, a psicóloga ou o psicólogo deve prestar serviços psicológicos de qualidade em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desse serviço utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.

Infelizmente, tal como ocorre em outras instituições e políticas públicas, o exame criminológico está permeado pela crença através da qual se busca analisar o ser humano a fim de definir, a partir da verificação da sua essência como boa ou má, se estará apto ao convívio na sociedade.

Por tudo isso, considera-se o exame criminológico uma prática desvinculada da ética e do compromisso social da Psicologia na medida em que se apoia em um viés individualista e reducionista, sem a devida atenção às complexidades institucionais, sociais e culturais presentes.

Informo, portanto, que, de forma categórica, não existe nas ciências psicológicas qualquer forma, meio ou instrumento que possibilite a execução de um prognóstico criminológico de reincidência, porque a reincidência, no contexto definido, é considerada como um comportamento criminal repetitivo que, como qualquer comportamento humano, não pode ser completo ou plenamente previsto por um único recurso. Nesse sentido, é importante frisar que o parecer técnico indica que qualquer prognóstico que tenha como mérito probabilidades não pode, por si só, justificar a negação de direitos, visto que são hipóteses impossíveis de serem verificadas empiricamente.

Portanto, é nitidamente problemática a tentativa de aferir a periculosidade a partir de uma relação causal entre personalidade e o ato delituoso cometido. Essa inviabilidade está expressa tanto no próprio Código de Ética Profissional como a vedação à prática ou conivência de atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão e a emissão de documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica, como também na literatura científica de pesquisadores do campo.

Ainda, autores afirmam ser totalmente contraditória a atuação da psicóloga ou psicólogo no que se refere à elaboração de laudos e pareceres...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ALESSANDRA ALMEIDA – ... no contexto do sistema prisional. Chegam a falar que as solicitações que esses profissionais recebem têm a ver com "fazer previsões de comportamentos através de laudos que instruem a concessão de benefícios e a progressão de regimes, exercendo uma espécie de futurologia científica sem qualquer respaldo teórico", o que nos leva à segunda razão que justifica nosso posicionamento: a ausência de efeito técnico e condições adequadas de trabalho e a realização de exames e procedimentos necessários à correta individuação da pena em todo o território nacional.

Segundo o levantamento da Secretaria Nacional de Políticas Penais, estima-se que existem cerca de 1,3 mil psicólogas e psicólogos atuando em 1,4 mil unidades brasileiras, com realidades completamente distintas em porte, território e outros critérios, que eu posso aqui falar, fome e doenças como tuberculose, conhecidas por serem doenças da miséria.

O parecer técnico do CFP e as disputas em torno da suspensão da Resolução do CFP 12, de 2011, ambos com conteúdo relativo à atuação das profissionais de psicologia no âmbito do sistema prisional, apontam que as condições de trabalho das psicólogas e psicólogos ainda são precárias, o que impossibilita a execução correta em mérito e em forma da construção do plano individualizador da pena, bem como o exame criminológico. Sendo assim, é questionável o tipo de documento produzido em local em que há combinação de superlotação, precariedade, insalubridade, com toda a população vulnerável a qualquer tipo de doenças, não garantia de sigilo e conhecidas violações de direitos. Sendo assim, a prática acaba por servir a um propósito classificatório que fundamenta o exercício do poder de punir de modo indiscriminado e estigmatizante.

Acho que é importante lembrar que são os dados oficiais que nos mostram que parte significativa da população carcerária brasileira é de pessoas negras de baixa renda. Cabe destacar que temos notícias de contextos em que profissionais de psicologia são demandadas a produzir exames criminológicos em massa, a partir de um único contato com a pessoa presa e sem a devida ciência do seu respectivo plano individualizado, o que desconfigura completamente o devido trabalho da psicologia no âmbito da execução penal.

Quando tratamos da origem da encomenda pelo exame criminológico, chegamos à terceira razão da nossa posição. Essa prática atende à demanda de respostas simples para questões extremamente complexas nas relações de poder do sistema de Justiça brasileiro e da própria história brasileira.

A partir da vigência da Lei 10.792, de 2003, o exame criminológico passou a ser restrito aos casos em que é demandado pelo Judiciário, ou seja, cabe ao juiz da execução penal decidir sobre a realização desse exame, que passa a ser exigido somente no início do cumprimento da sentença, com vistas à individualização da pena. Apesar disso, o exame criminológico continua sendo utilizado como medida pelo juiz da execução penal, que o exige como um pré-requisito para a concessão dos direitos constitucionais do apenado, banalizando o que é, de fato, uma excepcionalidade legal, sem que haja razoável fundamentação jurídica, como já determinado pelos supremos tribunais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por conseguinte, são os profissionais de psicologia, entre outros, que ficam à mercê do Poder Judiciário, com sua autonomia retirada, e são forçados a executar um procedimento insatisfatório e controverso em sua função, qual seja, a de avaliar se a pessoa presa merece ou não a progressão do regime ou o livramento condicional. Ao contrário, a atuação da psicologia no sistema penal não deve ser de predição de conduta, mas, sim, de articular ações de cuidado que favoreçam a construção de projetos de vida e reduzam os danos psíquicos e emocionais decorrentes das péssimas condições de encarceramento, como já sabido pelas autoridades judiciais brasileiras.

Acerca das outras possibilidades do trabalho da psicologia no cárcere, chegamos à quarta e última razão que gostaria de destacar, na direção de posição desfavorável à aprovação do projeto. A potência do trabalho das psicólogas e dos psicólogos de equipes multiprofissionais habilitados, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Privada de Liberdade (Pnaisp).

Implementada, em 2014, a partir da portaria interministerial entre os Ministérios da Justiça e da Saúde, a Pnaisp é fundamentada em princípios, diretrizes e objetivos que destaco aqui: apontam para a atenção integral resolutiva, contínua e de qualidade às necessidades da saúde da população privada de liberdade no sistema prisional, com ênfase em atividades preventivas, sem prejuízo aos serviços assistenciais, e para a garantia à autonomia dos profissionais da saúde para a realização do cuidado integral com pessoas privadas de liberdade.

Mesmo com questões relativas ao financiamento das equipes – não vou adentrar isso –, os aspectos que destaquei anteriormente, na política nacional, indicam uma mudança importante quanto às intervenções psicológicas em comparação à prática exclusivamente avaliativa da CTC, principalmente em se tratando de uma política nacional de corresponsabilização.

Em abril de 2021, o CFP lançou a edição revisada das referências técnicas da atuação das psicólogas no serviço prisional, que os senhores receberam. Eu gostaria de destacar que é a partir da prática que o Sistema Conselhos de Psicologia produz essas referências e que a psicologia está no sistema prisional desde 1984, ou seja, são quase 40 anos de atuação, não é?

Então é fundamental que psicólogas se ocupem de estabelecer redes, não só dentro das prisões, enquanto durar o cumprimento da pena, mas também fora delas, para que as pessoas presas, ao saírem do cárcere, seja na condição de progressão de regime, de saída temporária, seja de livramento condicional, possam ser acompanhadas por profissionais da rede de políticas públicas do SUS e do Suas, de modo a lhes garantir a assistência psicossocial necessária para a garantia de laços sociais, possibilitando estratégias de enfrentamento às condições sociais que levaram ao mundo do crime.

Desse modo, pautados na prevenção e na promoção à saúde, no resgate e na manutenção dos vínculos familiares e afetivos, também no entendimento enquanto sujeitos ativos da sociedade, estaremos favorecendo o bem-estar do indivíduo e da própria sociedade. Em que pese o fato de o acesso aos serviços

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde para o atendimento psicológico à população privada de liberdade ainda ser escasso, a ampliação e implementação da Pnaisp apresenta-se como urgente nas práticas psicossociais nesse campo.

Só para finalizar, Senador – obrigada –, destaco, inclusive, que a aplicação das medidas propostas pelo projeto não traria qualquer mudança significativa para o caso concreto, com o que se busca justificá-la, pois a obrigatoriedade do exame criminológico não mitigaria a incapacidade de administração carcerária, do exercício de suas funções, inclusive da vigilância, eximindo o Estado da sua responsabilidade, que, inclusive, é anterior ao cárcere – precisa ser anterior ao cárcere.

Além do mais, a própria Lei de Execução Penal dispõe sobre procedimentos disciplinares em caso de evasão ou fuga, sendo a falta grave medida razoável nessa circunstância.

Assim, pelos motivos aqui expostos, o Conselho Federal de Psicologia se posiciona de forma desfavorável à aprovação do Projeto de Lei 2.253, de 2022.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço, a Comissão de Segurança Pública, à Sra. Alessandra Almeida, que é Conselheira do Conselho Federal de Psicologia e, no campo dela, fez a sua exposição.

Democraticamente, esse é o objetivo da Comissão, ouvir todos os lados.

Senador Flávio Bolsonaro, eu sou testemunha do seu relacionamento aqui, há quatro anos e meio convivemos, da sua justiça, da forma educada como o senhor trata cada colega. Então, só veio aqui ao meu zap agora, e eu tinha esquecido... Peço até perdão a ele.

O Senador Rogério Carvalho está ausente – o senhor comentou sobre a ausência dele –, pois está se submetendo a uma cirurgia muito grave no olho direito. Inclusive foi até recomendação minha a oftalmo que está cuidando dele.

Então, só para justificar essa ausência dele aqui hoje, em função dessa cirurgia dele visual, o.k.?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Ele estava na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Hein? Ele?

Uai, então, não entendi o meu zap aqui! (*Risos.*)

Bom, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro é terrível. Ele está aqui e fica sabendo do que está acontecendo lá. Mas tudo bem. Desculpa, é porque ele que me falou dessa cirurgia aqui.

A seguir, dando sequência aqui, eu só quero registrar e pedir que componha a mesa, por fineza, o Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, que é Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol).

Que o senhor continue conosco aqui, daqui a pouco vamos ouvi-lo, para que o senhor já fique, então, aqui posicionado na nossa mesa diretora, por fineza.

Chegou a vez de ouvirmos o importante posicionamento...

Também está aqui o Sr. Gabriel Sampaio, que é Diretor de Incidência e Litigância Estratégica na Conectas Direitos Humanos, representando a Rede Justiça Criminal.

Então, agora é a vez do Sr. Rafael Velasco Brandani, que é o Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Sr. Rafael, o seu uso da palavra, por dez minutos, com a nossa devida tolerância, por fineza.

O SR. RAFAEL VELASCO BRANDANI (Para expor.) – Sr. Senador Jorge Kajuru, muito obrigado pelo convite. É um privilégio poder estar aqui nesta Casa novamente, um privilégio poder colaborar com esta tão importante Comissão.

Dra. Alessandra, muito obrigado pelo entendimento, pelo conhecimento compartilhado com todos nós.

Às demais autoridades nominadas à mesa, ao Senador presente muito obrigado pela oportunidade de estar participando do projeto.

Eu gostaria de colaborar com algumas questões de aprimoramento do projeto. Entendemos perfeitamente a concepção geral dele. Acredito que, com determinado dilapidamento, a gente consegue atingir um coeficiente bem adequado para uma melhor execução.

É de consenso, acredito que de todos, que é preciso atualizar a legislação penal. O Lei de Execução Penal fará 40 anos dentro em breve e precisa de uma atualização; mais ainda, o nosso Código Penal; mais ainda, o nosso Código de Processo Penal. A gente precisa atualizar, não apenas com pequenos retalhos – é necessário fazer essas pequenas atualizações –, mas devemos, acredito que devemos todos nós, nos debruçar juntos por uma revisão do que nós entendemos como uma adequada legislação penal para o Brasil. É passada já a hora nesse contexto.

Eu gostaria muito de poder pontuar com o Senador Moro, que nos deixou. Ele fez uma pontuação, e eu devo apenas tergiversar brevemente acerca disso, sobre projetos e programas de segurança pública. Atuamos, sim, no Ministério da Justiça, do qual trago um abraço do nosso Ministro da Justiça e Segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública, Flávio Dino, que nos incentiva e nos determina trabalhar sempre em sinergia e em permanente planejamento.

Então, os diversos programas em que atuamos, como, por exemplo, o programa PAS, que se lança agora, envolve todas as secretarias do Ministério da Justiça; todos nós, cada qual com o seu conjunto de ações para atingir um resultado com maior eficiência. Mas não tratemos disso hoje, haverá oportunidade adequada.

O Senador Bolsonaro pontuou sobre estudos e pesquisas sobre alternativas penais. À esquerda do Senador se posiciona o Dr. Ivonaldo, um dos maiores especialistas que a gente tem no Brasil sobre monitoração eletrônica, inclusive escreve artigos específicos sobre isso e realiza, dentro da Secretaria Nacional de Políticas Penais, pesquisas e estudos específicos, junto com a Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais, especificamente para essa área. A gente tem muito material para poder compartilhar em conjunto com esta Comissão, para a gente poder avançar colaborativamente para podermos atingir melhores resultados acerca do que nuclearmente se trata aqui, sobre a saída temporária.

Há diversas experiências que acontecem no Brasil. O cenário do Paraná, que é bem distintivo, o de São Paulo também, acerca das saídas, sobre os picos de violência dentro das saídas temporárias. Um cenário a se considerar, por exemplo, nos estados: em Ribeirão das Neves, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, aplica-se hoje e se aplicou durante muito tempo uma mecânica de saída temporária não concentrada, como acontece na maioria dos estados. Boa parte dos estados escolhe sete datas e concentra todos os presos nessas sete datas, então você tem picos de saídas temporárias. E nessa experiência que foi realizada em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte, ali em Minas Gerais, eles dispersaram as saídas temporárias, individualizando para cada um dos internos. Então, há quem escolhesse o aniversário da mãe, há quem escolhesse o aniversário dos filhos, e datas ao longo do ano, assim pulverizando a saída temporária – você não tem um pico de saída – e os acompanhamentos.

Pernambuco é uma outra experiência: é um trabalho que é feito em sinergia com a Secretaria de Segurança Pública, com os delegados de polícia – com a Polícia Civil, com a Polícia Militar –, e todos os presos que saem, em Pernambuco, são acompanhados, principalmente aqueles que têm envolvimento com organizações criminosas, com o tráfico de drogas, exatamente para que seja feito o acompanhamento e aquela pessoa não tenha a oportunidade da continuidade delituosa.

Um importante trabalho que é feito em alguns estados são as equipes multidisciplinares atuando sobre o preso em saída temporária: o assistente social, antes da saída; o acompanhamento dessa pessoa durante essa saída, exatamente para atingir os objetivos da saída, que é a aproximação dele com a família, a aproximação dele com a comunidade novamente, para ele não ter uma queda abrupta entre o regime fechado e o regime semiaberto, a saída absoluta.

Uma das experiências muito interessantes – e o Dr. Murilo vai poder falar conosco, que é o Secretário do Maranhão; eu vi que ele está na pauta – é no Maranhão: os presos, quando saem nas saídas temporárias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente saem com monitoração eletrônica, na primeira saída, exatamente para poderem ter esse acompanhamento, nas primeiras saídas, antes que eles estejam efetivamente dentro da monitoração.

E eu acho que um ponto nevrálgico a se questionar aqui é sobre a revisão da execução dos regimes que nós temos de cumprimento de pena. Bem, a gente tem uma ferramenta incrível hoje, que é a tecnologia, a monitoração eletrônica. Em qualquer um dos estados do Brasil – você pode escolher qualquer um deles –, à frente das unidades de regime semiaberto, você vai ter aquela mesma cena que é gravada nas manhãs da saída temporária, de centenas de pessoas saindo. Bem, isso acontece todos os dias. Centenas de presos saem, todos os dias, das unidades de semiaberto. A grande maioria, a absoluta maioria dos presos que saem na saída temporária são os presos que já saem todos os dias na saída de semiaberto. Então, não faz o menor sentido. Na verdade, o pico da violência tem um vínculo muito maior – e essas outras experiências mostram muito bem isso – com o fato de ser feriado do que, objetivamente, com o fato de o preso do semiaberto estar saindo naquela data. Então, principalmente nos estados, nas localidades em que você faz a pulverização dos presos, você não tem concentração de presos no semiaberto, e ainda assim você tem alguns picos de violência. E você consegue dissociar isso muito mais quando você tem a monitoração eletrônica. Você consegue, objetivamente, apontar se naquela pessoa há uma potencialidade; você tem uma evidência ali, com a tornozeleira eletrônica, se ela esteve ou não na proximidade onde houve o cometimento do crime, podendo assim inocentá-la ou já direcionar a investigação para aquela pessoa, porque a ferramenta te dá isso.

Hoje nós temos 118 mil pessoas no Brasil em regime semiaberto. Isso tem um impacto de custo bilionário. Se todos eles estivessem hoje em monitoração eletrônica, a um custo médio de R$300 aproximadamente – mas não é só isso, estou falando apenas do equipamento; a gente vai tratar sobre outras questões incidentais que são muito importantes –, isso vai custar em torno de R$400 milhões por ano aproximadamente. Você tem uma redução do custo da operação do sistema prisional e você desassocia crimes que, usualmente, são sem violência e sem grave ameaça daqueles cujos presos têm vinculação com organizações criminosas, cometidos com violência, com grave ameaça, ou seja, crimes mais graves, tratados em regime de reclusão. Aqueles a gente poderia tratar de outra forma, com monitoração eletrônica, contudo com as mesmas previsões de atendimento ali do começo da Lei de Execução Penal: atendimento do assistente social, atendimento do psicólogo, atendimento do advogado, atendimento material daquela pessoa.

Quanto à prestação de todos esses serviços, hoje, na Senappen, nós fomentamos nos Estados o estabelecimento de equipes multidisciplinares para o acompanhamento dos presos, para o acompanhamento das pessoas em alternativas penais e, de forma apartada, para uma monitoração eletrônica também. Ela é tratada de forma separada, é uma forma específica e objetiva de alternativa penal hoje, mas, se estabelecido como uma forma substitutiva absoluta do regime semiaberto, essa equipe precisa ver a potencialidade...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL VELASCO BRANDANI – ... a potencialidade do serviço de acompanhamento do preso no semiaberto. O volume de pessoas que não retornam das saídas temporárias é ínfimo em relação aos estados que não aplicam esse mesmo serviço, que acabam tendo índices de 10% a 12%. Então, a diferença absolutamente é esta: quem tem um serviço de acompanhamento de psicólogo, assistente social, outros profissionais multidisciplinares; e quem não foca dessa mesma forma, com esse mesmo empenho, como tem, por exemplo, do regime fechado para o semiaberto. Quando tem para o semiaberto, você tem uma redução bem acentuada em relação ao não retorno da saída temporária. Então, são instrumentos e ferramentas que nós temos à mão.

Sobre a participação do psicólogo na classificação do preso, quando a gente tem um mecanismo estabelecido de forma objetiva, de RNR (risco, necessidade e responsividade), nas Comissões Técnicas de Classificação, e tem ali um acompanhamento continuado do psicólogo em relação ao preso, tem as equipes estruturadas em todas as unidades, você tem um resultado muito mais eficiente. O não retorno dessa pessoa ao sistema penitenciário é muito elevado quando você tem, para depois do sistema prisional, que é dentro da entrada das equipes de classificação da pessoa... No momento da prisão o delegado da Polícia Civil já encaminha a audiência de custódia; e, antes da audiência de custódia, você já tem as equipes de classificação para poder identificar as características singularizadoras daquela pessoa, para poder oficiar ao juiz, oficiar ao defensor público, oficiar ao promotor de justiça quais são as características daquela pessoa que a trouxeram, até aquele momento, para uma melhor decisão, apontando se é uma alternativa penal, se é uma monitoração, se vai ser encaminhada efetivamente para execução penal dentro do sistema penitenciário convencional. Isso traz um mecanismo de desencarceramento consciente, porque você passa a racionalizar quem deve entrar ou não no sistema prisional, com essas equipes trabalhando dentro do sistema prisional para poder elevar o *status quo* dessa pessoa, poder trazer elevação de escolaridade, profissionalização, acompanhamento de trabalho e, quando ela deixa o sistema prisional, por meio dos escritórios sociais. Porque ela retornar...

Por exemplo, um estudo foi feito em Pernambuco: dentro da primeira janela de 120 dias, metade das pessoas que reincidem – especificamente dentro da regionalidade de Pernambuco – na vida... Metade das pessoas que reincidem vão reincidir dentro de uma janela de 120 dias. É muito mais barato para o Estado brasileiro a gente trabalhar essas pessoas dentro dessa janela, para ela não retornar para o sistema prisional, cadastrando-as em programas adequados, acompanhando a profissionalização, acompanhando o retorno delas à comunidade, acompanhando-as até a família delas, como é o seio do núcleo familiar delas, para onde elas estão retornando. Essas pessoas trabalham? Essas pessoas estudam? Elas têm vinculação também com alguma organização criminosa? Você potencializa o retorno dessa pessoa à comunidade de forma saudável, como cidadão produtivo, pagador de seus impostos, e abaixa o custo de operação do sistema prisional. Então, você o torna mais barato, mais eficiente e mais seguro para todo mundo. O que a gente precisa é ajustar a normativa para isso ficar mais adequado, para a gente ter essa linearidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro, há pequenos percalços, há pequenos ajustes que deverão ser feitos, mas a gente precisa ajustar, para ele se tornar mais eficiente. Então, a proposição é boa; a gente precisa fazer só pequenos ajustes para torná-la um pouquinho mais eficiente, com base em dados que a gente tem de todos os estados.

Presidente, é um resumo. Eu gostaria de poder ter algumas horas para a gente poder debater. E eu estou aberto, absolutamente, a colaborar com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos, da Comissão de Segurança Pública, pelas suas posições aqui apresentadas, Sr. Rafael Velasco Brandani, que é o Secretário Nacional de Políticas Penais do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Dando sequência à nossa audiência pública, chegou a vez de ouvirmos o Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, que é o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol), aqui presente, para os dez minutos de tempo, com a devida tolerância, evidentemente.

Faça uso de sua palavra, Sr. Rodolfo, por finesa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Só para a gente se organizar, quantos faltam para falar aqui ainda?

Eu estou na quarta Comissão já e estou aqui atrasado para outros compromissos, mas estou aqui, respeitosamente, ouvindo todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Faltam... (*Pausa.*)

Nós temos dois aqui – perfeito? –; depois, aqui, só temos mais um; e temos dois remotamente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não vou ficar até o final, Presidente. Eu vou ouvir aqui até onde der e, depois, vou acompanhar pela internet.

Quero só pedir essas desculpas a todos os que vão falar. Eu vou acompanhar remotamente também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não há nenhuma dúvida. Você fica o dia inteiro aqui mesmo, só não dorme aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Estou na quarta Comissão. A CPMI está correndo solta lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É? Eu não tenho quer ir para lá, eu tenho que ficar aqui. Não posso me ausentar, como Presidente, não é?

Então, Sr. Rodolfo, por gentileza.

Pode ficar à vontade.

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA (Para expor.) – Bom dia a todos.

Inicialmente, cumprimento V. Exa., Senador Jorge Kajuru, parabenizando-o pela iniciativa desta audiência pública.

Muito obrigado pela oportunidade conferida à Adepol do Brasil, para podermos debater um tema tão relevante.

Cumprimento todos os participantes que compõem esta mesa, o eminente Senador Flávio Bolsonaro e os demais aqui presentes.

Gostaria de destacar, de forma muito empírica, as questões relacionadas ao PL 2.253 – cumprimento o Senador Mourão. Tudo bem?

O que acontece? É importante primeiramente destacar... Eu vou por partes, segmentando. Primeiro, eu gostaria de destacar a importância da defesa do exame criminológico, com toda a vênia, com todo o respeito às considerações críticas, que são considerações críticas que advêm muito dos fundamentos originários da criminologia.

O que acontece? Lombroso caracterizou primeiro a necessidade do exame criminológico. Aí, associa-se à realização de exame criminológico a chamada criminologia positiva, ou seja, da época lombrosiana, em que você faz avaliações pelo caráter atávico, instintivo ou mesmo muito individualizado, particularizado do indivíduo, de modo que você o segregue ou o estereotipe.

Só que o exame criminológico, assim como outros conceitos doutrinários, foi evoluindo. Ele foi adquirindo uma roupagem, ao longo de inúmeros sistemas de política criminal, em que ele tem uma importância para a avaliação da prognose de voltar ou não a delinquir.

E o exame criminológico é essencial para balizar a prevenção especial, que é justamente fazer uma avaliação de se o apenado vai ter a probabilidade ou não de voltar a delinquir, de acordo com as suas características, de acordo com o seu comportamento no cárcere, de acordo com o seu comportamento mesmo, baseado na sua periculosidade e no seu histórico. Tanto é que é muito triste a gente analisar que o boletim de vida pregressa, que permeia os inquéritos policiais, é desconsiderado nas circunstâncias da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fixação da pena base, do art. 59 do Código Penal, e é um instrumento importante, inclusive para você equilibrar a fixação das penas. Então o exame criminológico deixou de ser obrigatório, com a Lei 10.792, de 2003, fundamentalmente para a progressão de regime de livramento condicional – ele é necessário quando se tem o início de um regime de cumprimento fechado –, mas, a meu ver, aboli-lo seria um retrocesso muito grande da política criminal na fase de execução penal. Nós temos, com todo o respeito, uma necessidade de melhor compartilhamento e integração da execução penal com a segurança pública. É um desafio que nós temos no Brasil.

E, independentemente... Sou contra, por exemplo, você impedir o livramento condicional; sou contra impedir a progressão de regime. Eles são instrumentos necessários, repito, para balizar a prevenção especial, mas simplesmente acabar com o exame criminológico seria um retrocesso muito sério no âmbito da execução penal. Até porque ele é um instituto utilizado em outros regimes democráticos; é um instituto necessário para os egressos do sistema prisional, justamente por quê? Para se verificar características da periculosidade do indivíduo e, justamente, até para garantir a segurança de esse indivíduo voltar para a sociedade e também para se avaliar a capacidade do sistema prisional de reeducar, ou seja, se o sistema prisional está tendo uma adequada prevenção especial sobre aquele indivíduo.

Então, eu acho que, justamente, ajustar critérios mais objetivos para o exame criminológico...

O problema também é você considerar o exame criminológico fundamentalmente psiquiátrico, e não é. A criminologia é multidisciplinar: ela avalia a conduta social, ela avalia as circunstâncias da dinâmica delitiva, que, justamente, criam esse juízo de valor por parte da Comissão Técnica de Classificação, que é, lamentavelmente, muito esvaziada no âmbito da execução penal do Brasil. As Comissões Técnicas de Classificação deveriam ser mais fortalecidas para, justamente, fazer as prognoses mais adequadas, com método científico e, logicamente, preservando a dignidade da pessoa humana. Ninguém discute que o exame criminológico, tal como qualquer instrumento de caráter restritivo por parte do Estado, tem que respeitar a dignidade humana – isso aí não se discute. Então, este é um ponto que eu gostaria de destacar: da importância, sim, de se aperfeiçoar o exame criminológico, com todo o respeito, por favor, dentro do debate que o critica, a meu ver, dentro do âmbito reminiscente da criminologia clássica, a criminologia positiva e clássica – a gente teve a oportunidade de, através da nossa especialização em Criminologia e, também, na docência, trabalhar com esse âmbito.

Outro ponto é a saída temporária.

A saída temporária nós sabemos que são, salvo engano, cinco. Têm direito, se não me engano, a sete ao ano, ao todo, dentro de uma certa periodicidade, com intervalo mínimo de 45 dias. Os critérios objetivos são, até, a meu ver, suficientes, como a obrigatoriedade de comunicar ao instituto de administração penitenciária a localização onde aquele reeducando estará, porque a saída temporária já é um processo inerente ao regime semiaberto. Então, ela é importante, justamente, para fazer um enquadramento por parte daquele reeducando em relação ao seu ambiente familiar, ao seu ambiente social, mas, realmente, tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter critérios objetivos, como a proibição de frequentar determinados lugares e, também, no caso, a obrigatoriedade de comunicação ao Instituto de Administração Prisional e, também, aos juízos de execução onde será, justamente, o recolhimento domiciliar em determinado horário. Para isso não é obrigatório, pelo sistema atual, pela saída temporária de preso, o monitoramento eletrônico, por tornozeleira eletrônica, o que por vezes é criticado. E aqui eu não estou dizendo porque eu não tenho uma base estatística, Dr. Rafael, mas é criticado justamente a saída temporária não ter mecanismos de monitoramento em tempo real adequado para certos casos, para certas categorias, porque você não tem como impedir que, por exemplo, de cem reeducandos que saiam, um venha a cometer um delito. Mas também, proibindo o instituto, creio que ele não se adequaria ao que ele serve, que é próprio do regime semiaberto. Porém, ter critérios rigorosos e de monitoramento em tempo real seria uma condição *sine qua non*, a nosso ver.

Outro ponto importante é que nós conseguimos, mediante um forte apoio na Câmara dos Deputados, apoiar o PL 992, de 2022, que prevê a possibilidade de, mediante determinados critérios, fundamentação e procedimento instaurado, comunicação ao Ministério Público, aos juízos de execução, aos órgãos de segurança pública, fundamentalmente as polícias civis e federais, terem acesso aos dados de monitoramento das tornozeleiras eletrônicas, porque é um problema que muitas vezes se tem de compartilhamento, não por causa do sistema penitenciário, mas justamente porque nós temos dificuldade de interoperabilidade no sistema de segurança pública e prisional no Brasil como um todo. É um problema mesmo de protocolo operacional, e o PL vem avançar nesse aspecto. É uma ideia que nós gostaríamos de, de repente, trazer do PL 992, que já está em caráter conclusivo na CCJ, da Câmara para vir ao Senado, de repente incorporar para o PL 2.253 e sugerir esse tipo de debate.

Finalmente, outro ponto a destacar é a questão que nós aqui consideramos da própria tornozeleira eletrônica. É uma medida cautelar substitutiva de prisão, prevista lá no 319, do Código de Processo Penal, necessária para determinadas categorias de criminosos ou infratores da lei penal, que não oferecem risco ou periculosidade, mas ele tem que ser um instrumento necessário de efetividade da tutela penal e da garantia de ordem pública. E é sempre importante ter um sistema de auditagem, de monitoramento, porque de acordo com auditorias feitas, existem alguns problemas pontuais de funcionalidade do sistema. E como o senhor muito bem fundamentou em um brilhante esclarecimento e exposição, é custoso para alguns estados. Alguns estados têm dificuldade de implementar o monitoramento da tornozeleira eletrônica de forma efetiva, e consequentemente isso gera por vezes certas crises, certos problemas. Aí vêm críticas ao instituto em si. O instituto não é o problema. O problema é a efetividade do Estado em estabelecer o monitoramento adequado.

Então, cremos que são aperfeiçoamentos, como o senhor, Dr. Rafael, mencionou, e que vêm ao encontro do que o PL vem a propor. Talvez ajustar o PL, em vez de opor-se totalmente ao PL, seja muito mais razoável. O PL tem méritos, sim, o 2.253.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA – A lei de execução penal precisa ter reconfigurações, novos pensamentos, novos debates. Aqui, me desculpe, eu sei que não faz parte a questão da visita íntima. Tem que ter um fortalecimento da autoridade prisional de se avaliar quem pode ou não visita íntima, no caso no ambiente carcerário, porque nós sabemos que o problema é grave. Eu já chefiei carceragem, e a visita íntima simplesmente banalizada é um problema muito sério, até de ordem pública, até de ordem de saúde pública. Então, são questões que nós temos que debater, e debater fundamentalmente com dados e com embasamentos, logicamente aqui sem ter a pretensão da verdade, porque é muito complexo. Mas é importante nós trazermos, como o senhor bem falou, dados empíricos.

Muito obrigado. Fica aqui a nossa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O agradecimento é da nossa Comissão de Segurança Pública, Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, pessoalmente aqui na Mesa Diretora. Ele que é o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol).

Faço um registro aqui, com a maior felicidade, da presença sempre – eu nunca vi, aliás, esse homem público faltar a Comissões, sendo que terça e quarta, normalmente, a vida dele aqui é uma vida de Bolt; ele não para em Comissão, ele vai para lá, vai para cá – dessa reserva moral do país, o General Hamilton Mourão, que eu chamo carinhosamente de Presidente da República, porque para mim merece ser Presidente. E, mesmo triste com o seu Flamengo, diferentemente de Sampaoli, o treinador rubro-negro, ele é competente, talentoso e presente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Inclusive vou substituir o Sampaoli. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Olha, seria melhor, hein? Seria melhor, porque aquele não foi campeão em lugar nenhum, e o seu time vai e o contrata.

Obrigado pela presença, General Hamilton Mourão.

Vamos dar sequência para os últimos convidados.

Agora é a vez do Sr. Gabriel Sampaio, que é Diretor de Incidência e Litigância Estratégica na Conectas Direitos Humanos, ele que representa a Rede Justiça Criminal.

Sr. Gabriel, o tempo é de dez minutos, com a devida tolerância. Queremos ouvi-lo aqui na Comissão de Segurança Pública. Fique à vontade.

O SR. GABRIEL SAMPAIO (Para expor.) – Muito boa tarde a todas e a todos.

Gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes na pessoa do Senador Jorge Kajuru, a quem parabenizo pela iniciativa desta audiência pública. Gostaria de cumprimentar os colegas de mesa: amigo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Laterza, Dr. Velasco e Dra. Alessandra Almeida, na pessoa de quem cumprimento todo o público que nos acompanha.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, trago aqui as contribuições de uma sociedade civil que tem sido bastante atuante e vigilante em relação às questões que envolvem o nosso sistema prisional.

Nós tivemos, muito recentemente, num recorte de duas décadas, o Brasil se tornando um dos maiores países a encarcerar no mundo. Nós estamos já no terceiro lugar no *ranking* entre os países que mais encarceram.

Nós temos um sistema prisional, Sr. Senador, que está em situação de total sobrecarga. Nós não podemos mais tratar como uma crise o que acontece no sistema prisional, porque os nossos dados em relação não só à superlotação mas em relação às diversas outras violações de direitos humanos são tão recorrentes ao longo dos últimos anos que a crise já não é mais uma forma adequada de designar a situação do sistema.

Eu digo isso, Sr. Senador, Sr. Senador Mourão, para reforçar que nós temos um problema estrutural. E o problema estrutural exige de nós atenção aos dados empíricos e àquilo que mais vai nos aproximar de gerar medidas eficazes para lidar com o problema estrutural. E, nesse sentido, Srs. Senadores, diante da atual carga do sistema, diante dos atuais problemas que envolvem a massa da população carcerária, eu tomo a liberdade de dizer que a atual medida não é adequada aos principais dados hoje colocados em relação à crise do sistema.

Aí vou dividir a fala em alguns dos aspectos que eu acho centrais para demonstrar ou para reforçar essa preocupação. Inicialmente, sobre o exame criminológico, já foi tratado aqui pela Dra. Alessandra, que faz parte do Conselho Federal de Psicologia. O Dr. Laterza trouxe uma visão também sobre exame criminológico, mas eu insisto no argumento que é o argumento hoje mais aceito pela academia, o mais aceito pela área científica, que está mais autorizada a trazer contribuições nesse sentido, de que o exame criminológico não traz dados eficientes para aquilo que se pretende.

Nós, com a formação jurídica, muitas vezes... A formação jurídica e os diplomas jurídicos, Senador Kajuru, muitas vezes precisam simplificar a linguagem de outras ciências para construir um método que seja capaz de dar resposta às demandas judiciais. E nesse caso do exame criminológico, nós afastamos muito da ciência e da psicologia uma das áreas mais importantes para avaliar os resultados que se pretende no exame criminológico. E não é só esse o exemplo desse atraso, desse descompasso dos nossos institutos jurídicos para aqueles da ciência.

Recentemente, eu fiz parte do grupo do CNJ que discutiu o reconhecimento pessoal, Sr. Senador, e é um tema sobre o qual esse Senado também já fez debates importantes. O processo penal está trabalhando com uma dinâmica sobre o reconhecimento que é superada na ciência do testemunho há pelo menos cinco décadas; desde a década de 70, foi provado por evidências científicas que o modelo de reconhecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoal aplicado no nosso processo penal, pelo menos até recentemente, quando isso foi tratado de forma mais científica, tinha um descompasso de pelo menos 50 anos.

Assim como esse exemplo, nós podemos trazer outros tantos. Medidas de segurança. A gente não precisa talvez fazer um recuo tão longe. Nós temos uma legislação que trata do tema da saúde mental desde 2001. Então, 2001 é um período histórico que nos permite um recorte que não seja enviesado. Desde 2001, há uma contribuição científica nessa área. Nós estamos em 2023 aplicando a legislação penal da década de 40, com todo o descompasso científico que há entre a prática do tema... Pensando nessa área do conhecimento sobre a qual nós estamos dialogando e que tem total relação com a ideia do exame criminológico. Ele não serve, do ponto de vista científico, para ser retomado para o sistema penitenciário e para a nossa legislação de execução penal.

Talvez... Dialogando com aqueles que ainda têm o sentido de que possa haver alguma alternativa nesse campo, talvez nós precisemos de mais estudos, não só do ponto de vista científico, mas pensando na dinâmica do sistema. É um pouco isso que eu também gostaria de trazer.

Além do descompasso científico, nós temos uma consequência da prática, do cotidiano, porque, diante de um sistema com problema estrutural, tudo que é de defasagem científica tem um potencial de violação de direitos ainda maior na prática, no cotidiano do gestor, de organizar a realização de um exame que tem pouco efeito prático, que tem a mesma capacidade de julgar o potencial criminológico de alguém que teria de qualquer cidadão que estivesse prestes a cometer qualquer conduta ilícita ou aqueles que sequer passam pelos critérios das agências de criminalização do Estado. É um investimento, pensando na parte, inclusive, orçamentária e da gestão pública, que está fadado a um resultado ruim ou pouco efetivo para instrumentalizar as agências de atuação do Estado.

Então, do ponto de vista do exame criminológico, eu entendo que, de fato, a proposta não avança, ela recupera, em verdade, sendo justo com a análise e com a iniciativa legislativa... Não é novo, é um tema que já aparecia em outras propostas legislativas. Ao longo da discussão da nova lei de execuções penais, esse tema apareceu, e, em diversas outras vezes que este Senado e que o Congresso Nacional tratou disso de forma sistêmica, em geral, esses argumentos prevaleceram na discussão da nova Lei de Execução Penal, e, em outras iniciativas legislativas, esses argumentos científicos prevaleceram.

Eu espero que, em relação a essa proposta, isso também possa ou que a gente possa ter a prevalência desses argumentos, mas também podendo debatê-los de forma mais ampla, caso os Srs. Senadores entendam que assim seria importante.

Entrando no tema da saída temporária, Srs. Senadores, nós temos um instituto – e aqui o Dr. Velasco foi bastante exaustivo ao trazer, do ponto de vista da gestão, esse assunto –, que lida com pessoas presas que já estão no regime semiaberto, num universo, segundo os dados trazidos pelo Dr. Velasco, de 118 mil pessoas presas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL SAMPAIO – ... para um total do sistema que deve estar em 800, 900... É isso. Então, é uma porcentagem menor de pessoas presas. As pessoas em regime semiaberto já são aquelas que estão em maior contato com a sociedade.

E, tentando dialogar com a proposta legislativa, Sr. Senador, quando a medida legislativa trata de forma abstrata, vedando a possibilidade dessa forma de contato, ela tira uma expectativa que é fundamental para conseguir o equilíbrio, a expectativa da pessoa presa da ressocialização, dentro daqueles critérios que nós pactuarmos em que é possível se tratar de ressocialização nesse modelo. Há uma ampla discussão sobre essa capacidade, diante de um sistema com problema estrutural. E o problema estrutural não é daqueles triviais, é da realização de direitos, é da capacidade mínima de o Estado oferecer condições para que se cumpra a pena criminal. Mas, nesse caso, Sr. Senador, quando se tira a possibilidade de uma medida e de uma iniciativa que é absolutamente compatível com o regime, e o regime é o semiaberto, Senador, daquela pessoa que está apta a sair para trabalhar e voltar para o sistema, as chances de voltar – até pensando, tentando simplificar a linguagem, me permitam esta simplificação: a pessoa está apta a ir trabalhar e voltar para dormir no presídio –, por que a saída temporária vai aumentar o risco em relação àquele da pessoa na ida ao trabalho, na ida para uma atividade laboral? Não aumenta! Não há dados que digam que aumenta, até porque é contraintuitivo mesmo. E é importante para o sistema trabalhar com essa expectativa.

É nesse momento que a pessoa que consegue ter um laço familiar, quando ele não é destruído pelo Estado, vai ter contato com a família, vai ver a mãe no Dia das Mães, vai ver o pai no Dia dos Pais. Se tem um caso de exceção para ser tratado, que seja tratado de forma individualizada, mas não para todos. Aquele preso que tem um laço familiar, que consegue demonstrar para o Estado que tem condições de ir trabalhar e voltar para o sistema prisional, vai estar privado do contato com um filho no Dia dos Pais? Com a mãe? Num conceito de família que todos nós aqui pactuamos que é central para o Estado, nós vamos tirar dessa pessoa esse direito?

Sendo muito sincero, entendo até que esse é um dos institutos que poderia até avançar para outras condições, inclusive para determinados presos em regime fechado, mas não é isso que a gente está discutindo. Nós estamos discutindo, é por isso que eu uso esse exemplo, aquela situação do preso que está em regime semiaberto.

Então, para esse caso, Sr. Senador, eu vejo até aqui, acho que numa tentativa de ponderação, dizendo que há alguma compatibilidade – o Dr. Velasco fala que eventualmente a monitoração eletrônica pode ser uma medida compatível –, eu tenho dúvidas, mas acho que aqui a gestão pode dizer mais se esse é um investimento que vale a pena diante desse momento de problemas estruturais, já que nós estamos falando de um sistema que muitas vezes não oferece condições mínimas para muita coisa. Então, está-se discutindo colocar a monitoração. Eu, de fato, coloco essa dúvida de que a gente precisaria, empiricamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que este Senado, nessa capacidade que esta Comissão tem demonstrado e que os Srs. Senadores têm demonstrado de fazer análise mais apurada sobre esses assuntos, deve eventualmente colocar na balança. É um dinheiro que vai para monitoração, nessa situação e nesse exemplo que eu dei, que, de repente, pode estar faltando para a realização de outro direito ou até, numa integração de um trabalho de investigação, lidar com pessoas que tenham um grau maior de probabilidade de uma ação que tenha mais impacto para o Estado. Eu acho que, para o público de pessoas presas em regime semiaberto, seria talvez um gasto muito oneroso para o Estado investir nessa articulação com a monitoração, lembrando que também a pessoa que progride ao regime semiaberto também tem um bom comportamento, ou seja, não passou por falta grave, então, é aquele preso que potencialmente tem demonstrado para o sistema prisional que tem amplas condições de gozar desse benefício.

Então, para o tema saída temporária, eu também manifesto aqui essas ponderações no sentido de entender que é um tema que não resistiria a uma análise mais aprofundada do ponto de vista dos dados empíricos e das condições que estão postas aqui.

Em relação à monitoração eletrônica, como falei aqui, Sr. Senador, acho que é essa a ponderação em relação à execução da política pública, também com as reservas que tenho aqui.

E nos colocamos à disposição também para apresentar uma agenda que também possa ter um impacto, e acho que esta Comissão pode colaborar muito com isso.

Agradeço pela oportunidade e me coloco à disposição para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós que agradecemos, Sr. Gabriel Sampaio, Diretor de Incidência e Litigância Estratégica na Conectas Direitos Humanos, que representa a Rede Justiça Criminal. Agradecemos também pela sua objetividade em suas palavras, em sua exposição.

General Hamilton Mourão, Senador, deseja fazer algum comentário ou podemos continuar? Podemos continuar aqui?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Podem continuar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado.

Bom, então, incluindo, de ofício, o Sr. Douglas de Melo Martins, que é Juiz de Direito e Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, em virtude da importância do assunto em discussão, gostaríamos, por videoconferência, de sua participação nesta Comissão de Segurança Pública, como o penúltimo a falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Douglas de Melo Martins, repito, Juiz de Direito e Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ao dispor. Por fineza, o seu tempo é de dez minutos, com a devida tolerância de nossa parte.

O SR. DOUGLAS DE MELO MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Jorge Kajuru, em primeiro lugar, o meu agradecimento pela gentileza, pela generosidade do convite para participar desta importante audiência pública, que trata de um tema muito relevante, que é a Lei de Execução Penal. Permita-me, Senador Kajuru, antes de já entrar nos três tópicos de que este projeto de lei trata, além da informação de que atualmente presido o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, acrescentar o fato de que trabalho com execução penal na condição seja de magistrado no exercício da jurisdição de execução penal, seja em funções administrativas no Conselho Nacional de Justiça e, agora, no âmbito do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária há mais de 26 anos – desde 1997, este assunto tem sido a minha lida diária, tratar de execução penal, acompanhar a execução de pena e refletir sobre esses temas que são objeto deste projeto de lei em discussão. Então, iniciei parabenizando-o, Senador Kajuru, pelo debate, pela audiência pública, e, no decorrer desta minha exposição, quero reiterar o meu agradecimento pelo convite para participar desta audiência pública.

Pois bem, quanto ao projeto de lei, Senador Kajuru, demais Senadores aqui presentes – cumprimento também as outras pessoas que me antecederam e trataram desse assunto, expondo os seus pontos de vista: o Gabriel, o Rafael Velasco e todos os demais que aqui já emitiram as suas opiniões sobre esse projeto de lei –, então, nós estamos tratando aqui, basicamente, Senador Kajuru, de três assuntos muito relevantes, que são o exame criminológico, a monitoração eletrônica obrigatória para as hipóteses e também, por fim, as saídas temporárias.

Senador Kajuru, eu vou começar pelas saídas temporárias, porque foi o assunto que o Gabriel, da Conectas, mais abordou e sobre ele penso que, aqui, apoio as palavras dele sobre esse assunto. Então, quero falar um pouco sobre essas saídas temporárias.

A saída temporária tem um objetivo claro de promover gradativamente, dentro do sistema progressivo, que é uma das características da execução penal brasileira – é uma das características mais elogiadas no mundo, quanto à execução penal brasileira, exatamente esse reencontro gradativo de quem sofre uma condenação pelo Poder Judiciário, que precisa cumprir uma pena em determinadas condições, e essas condições, nos termos da legislação brasileira... A nossa lei de execuções penais – que, nesse aspecto, como disse, é muito elogiada mundialmente – estabelece que esse reencontro é gradativo: você começa no regime fechado, com regras muito rigorosas; progride para o regime semiaberto; depois, o aberto; o livramento condicional; até que, ao final, se alcance a extinção da pena. E nesse caminho, nesse trânsito, que é o caminho inverso ao que levou à prisão, o sistema progressivo permite ao Estado brasileiro que nós experimentemos, ao mesmo tempo que o preso, se aquela pessoa de fato já está preparada para esse encontro, esse reencontro pacífico com a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as saídas temporárias são, de alguma maneira, da essência do sistema progressivo. E essa experimentação precisa ser gradativa e, como muito bem explicado pelo Gabriel e pelo Rafael Velasco, ocorre de uma maneira tal que, no regime semiaberto, em que ela ocorrerá, já é da natureza do próprio regime – e para a pessoa é, inclusive, caro Senador Kajuru, desejável – que ela saia para trabalhar. Muitas pessoas que são levadas ao sistema prisional, e eu não quero aqui falar de vitimismo, que todas as pessoas que vão para o sistema prisional são por decorrência da falta de trabalho, educação, enfim, de políticas públicas, nem quero entrar neste aspecto da discussão: do que levou a pessoa ao sistema prisional, mas penso que seja uma certa unanimidade no país e no mundo que, se a pessoa tiver a oportunidade de trabalhar uma devida qualificação e puder, quando se tornar egresso do sistema prisional, ter uma ocupação lícita que lhe permita viver com dignidade, ele próprio e sua família, é não apenas lícito que ocorra, como desejável que ocorra, para que nós tenhamos um aspecto fundamental da segurança pública que é a diminuição da reincidência. Talvez esse seja um dos grandes desafios que nós precisamos enfrentar para alcançarmos uma sociedade mais segura, uma sociedade de paz.

O Rafael Velasco fez até referência a uma política pública que tem sido feita em parceria – Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Justiça, tribunais de justiça, secretarias de estados e municípios –, uma política pública muito ampla, que são os escritórios sociais, que têm exatamente essa finalidade de promover de forma mais tranquila esse reencontro do egresso com a sociedade.

Então, tratando das saídas temporárias – reitero aqui e apoio as palavras que me antecederam, do Rafael Velasco e do Gabriel –, quanto a esse aspecto da natureza do regime semiaberto, que elas ocorram, essa experimentação é positiva, é necessária, é adequada, é esse o meu ponto de vista.

Sobre a monitoração eletrônica, que é o segundo tópico relevante aqui, para não me estender muito, a monitoração eletrônica foi muito cara e ainda continua cara. Aqui, quando digo isso, não estou a afirmar que ela é desnecessária; ela é muito necessária em vários casos, ela é muito importante em vários casos. Torná-la obrigatória em todos os casos em que vá se conceder uma progressão ou um livramento condicional, aí, sim, seria, sob o meu ponto de vista, algo absolutamente negativo. O custo é elevado. A sociedade não aguenta mais os custos de um sistema prisional que caminha a passos largos para termos 1 milhão de presos no país. Aqui já foi dito, e nem preciso ficar repetindo, que nós... Eu digo, Senador Kajuru, que, quando fui aprovado no concurso da magistratura, em 1996, nós tínhamos aproximadamente 200 mil pessoas presas; hoje, em 2023, estamos bem próximos já de 1 milhão de pessoas presas, com a terceira maior população carcerária do mundo. Isso tem um custo muito elevado e, ao mesmo tempo, dificuldade em fazer investimentos em escritórios sociais, políticas públicas voltadas ao egresso, por exemplo, para tentarmos vencer essa difícil guerra que travamos hoje em dia de termos o egresso alcançado pelo Estado e pelas políticas públicas para que ele não reincida, em vez de acontecer o inverso, fato que, lamentavelmente, tem ocorrido muito, de perdermos a guerra para as facções do crime organizado, que conseguem, muito mais facilmente, alcançar essas pessoas. Então, eu penso que aqui esse investimento exagerado que o projeto de lei levaria quanto à monitoração eletrônica só servirá para diminuir políticas públicas mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficazes voltadas à diminuição da reincidência, sob o meu ponto de vista, entre elas, deixo claro aqui, os escritórios sociais definidos pelo Secretário Nacional Rafael Velasco, como uma política pública voltada a diminuir a reincidência criminal.

Digo mais, Senador Kajuru: quanto àquele que efetivamente deseje voltar para a criminalidade, não será a colocação da tornozeleira eletrônica que o impedirá – em todos, por exemplo. É preciso que a administração tenha – e quando eu falo de administração é da administração da Justiça criminal e de execução penal como um todo, vista desde o Poder Judiciário, com os pareceres do Ministério Público, os requerimentos da Defensoria Pública e as informações das administrações penitenciárias – poder de tomar decisões mais específicas, individualizadas e voltadas a cada caso concreto em que, em alguns, sim, seja desejável a monitoração eletrônica e outras, que a administração possa avaliar se aquele custo é desnecessário, como bem explicado aqui pelo Secretário Rafael Velasco.

Senador Kajuru, deixei para o final talvez o mais polêmico dentre os três tópicos que são abordados nesse projeto de lei, que é o exame criminológico. Deixei para o final, Senador Kajuru, porque, mesmo sendo juiz e trabalhando com execução penal há mais de 26 anos, encaminhando-me para três décadas trabalhando com execução penal, nunca consegui encontrar um padrão de exame criminológico, nos anos em que ele foi obrigatório, nos anos em que ele foi vigente e nos anos em que ele foi muito utilizado por muitos magistrados antes de decidir sobre progressões de regime prisional. Como foi dito aqui, eu ocupei, durante um tempo, a função de coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do CNJ, e uma das grandes políticas públicas do CNJ foi a realização de mutirões carcerários no país inteiro. Participei de muitos deles e vi muitos exames criminológicos sendo realizados.

Senador Kajuru, aqui, bem rapidamente, já contando com a sua tolerância, quero dizer da frustração que vi em muitas pessoas que foram submetidas ao exame criminológico e não entendiam por que não eram devidamente aprovadas no exame criminológico para ter direito à progressão de regime.

Senador Kajuru, não há padrão e nunca houve padrão e sempre houve... E não pude assistir aqui à manifestação do Conselho Federal de Psicologia, nem sei se foi consultado também o de Medicina, porque esta é uma das discussões: esse é um exame médico que discute a saúde mental do preso, é um exame psicológico ou é um exame multiprofissional?

Então, eu encontrei de tudo nesses quase 30 anos de magistratura, Senador Kajuru, nesses exames criminológicos, e eu, como magistrado, tomei a decisão de não delegar a jurisdição. Eu considerava que o juiz passar para o psicólogo, assistente social ou mesmo o médico definir sobre se aquela pessoa teria um diagnóstico de que tinha determinados problemas, sejam médicos... E, aí, se o exame tiver uma conotação de saúde mental, se eventualmente for descoberto por um médico, no exame criminológico – se assim o juiz entender, que se trata de um exame médico –, que ele tenha problemas de saúde mental, ele não passará no exame criminológico e, portanto, não progredirá de regime. Isso é, absolutamente, uma penalização pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema de saúde mental. É um problema de saúde, por exemplo, se transformar em um impedimento não objetivo, para impedir que a pessoa tenha o direito à progressão.

Se ele é um exame psicológico – e, em vários casos, eu vi dessa maneira – ou um exame multiprofissional – como eu vi em vários locais sendo aplicado, Senador Kajuru –, eu via as perguntas que eram feitas e via os resultados dos exames criminológicos. Perguntas como se a pessoa tinha residência para onde voltar, se tinha família estruturada para onde voltar, se tinha emprego para receber, se estava resignado com a sentença proferida contra ele, se estava arrependido do que praticou e muitas outras perguntas dessa natureza.

Algumas das perguntas apontam no sentido da criminalização da pobreza, como essa de você não ter uma residência. Se ele era abandonado pela família, por exemplo, já pesava negativamente. E a culpa é dele se ele foi abandonado, por exemplo? Porque, eventualmente, o fato de não ter família para onde voltar, proposta de emprego apresentada ou, eventualmente, um problema de saúde mental, ele vai então ser criminalizado por conta dessas condutas?

E eu encerro sobre um caso concreto que eu vi de um preso que eu estava entrevistando no Presídio Central de Porto Alegre, Senador Kajuru. Encerro com esse exemplo e com esse caso, que nunca esqueci, porque o preso me falou isso chorando, com um certo desespero e depositando em mim, que sabia que se tratava de um Juiz do Conselho Nacional de Justiça, e ele respondia sempre de forma negativa a uma das perguntas que aqui eu listei como daquelas que eram sempre apresentadas no exame criminológico para esse cidadão que eu deixei por último aqui como relato.

A pergunta feita a ele, no exame criminológico, era se ele estava resignado com a sentença e arrependido do que fez, como uma, entre tantas outras perguntas, que era avaliada negativamente, porque ele respondia sempre da mesma forma: "Não estou resignado com essa sentença, pelo simples fato de que fui condenado injustamente. Eu sou inocente, Doutor". E começou a chorar. "Portanto, eu nunca vou me resignar. Se for preciso, passarei o resto da minha vida na prisão dizendo que não estou resignado com a sentença nem arrependido do que fiz, pelo mesmo motivo, porque sou e sempre fui inocente".

Agora imagine, Senador Kajuru, alguém ser reprovado no exame criminológico, porque continua insistindo, mesmo depois da sentença, que se trata de uma pessoa inocente.

Então, entre tantas perguntas absurdas que, muitas vezes, são realizadas no exame criminológico...

E aqui não adianta dizer, Senador Kajuru e demais Senadores que nos acompanham, que vamos aperfeiçoar o exame criminológico, que não vamos mais fazer essas, vamos fazer outras perguntas. Eu não acredito que essas perguntas não direcionam no mesmo sentido do que sempre ocorreu, que é o da criminalização da pobreza, como quando, por exemplo, responde negativamente à falta de residência; da criminalização da falta de saúde mental, quando se descobre nos exames que a pessoa tem algum problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de saúde mental; ou mesmo da criminalização de um sentimento de que a pessoa continua se sentindo inocente, se sentindo injustiçada com aquilo que recebeu.

Senador Kajuru, muito obrigado pela generosidade não só do convite, como também pela generosidade de me permitir mesmo extrapolar alguns minutos do meu tempo. E estou aqui também à disposição para eventuais questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Douglas de Melo Martins, Juiz de Direito e Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a Comissão de Segurança Pública é quem agradece, é quem teve o privilégio de vê-lo bem acrescentar a esse nosso debate democrático, que vai ser encerrado neste momento, com a última fala.

Só antes, para ser justo, houve aqui uma palavra, no início desta reunião, do Senador Flávio Bolsonaro quanto à ausência do primeiro autor deste requerimento da audiência pública, o Senador Rogério Carvalho. Eu sou o segundo autor e estou presidindo a sessão.

Realmente tem razão o Senador Flávio Bolsonaro. A sua cirurgia foi anterior à reunião de hoje, e ele está aqui, no Senado, trabalhando, só que preferiu atuar em outra Comissão. É uma decisão dele, cabe à gente respeitar, mas cabe também fazer justiça ao que falou o Senador Flávio Bolsonaro anteriormente nesta nossa reunião.

Portanto, para concluir, o Sr. Murilo Andrade de Oliveira é o Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão. Ele foi convidado pelo nosso querido Senador Weverton.

Por videoconferência, a sua fala por dez minutos, com a nossa devida tolerância, e muito obrigado pela paciência de esperar aí do Maranhão.

O Sr. Murilo com a palavra, por fineza.

O SR. MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Presidente Kajuru. Boa tarde a todos os amigos.

Cumprimento o nosso colega, o Secretário Rafael Velasco; o nosso Presidente do conselho nacional, o Juiz Douglas, do qual faço parte e sou Vice-Presidente.

É com imenso prazer que eu participo desta Comissão, porque são temas muito propícios ao sistema penitenciário não só do Maranhão, mas de todo o Brasil. E foram sábias as palavras que me antecederam, do Rafael, do Juiz Douglas, da representante do Conselho de Psicologia, do representante da Conectas, no que concerne aos três temas que foram elencados nesse projeto de lei.

Como foi bem falado por todos, iniciando aqui pela questão do exame criminológico, eu falo muito mais, Presidente, como gestor público do sistema penitenciário há 24 anos, inicialmente em Minas Gerais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e agora no Estado do Maranhão, no que concerne a esses três exemplos que foram colocados nessa lei: a questão do exame criminológico, da saída temporária e da monitoração eletrônica.

No que concerne ao exame criminológico, nós sabemos, como foi colocado pela Presidente, pela representante do conselho federal, dos problemas que envolvem o exame criminológico no que concerne aos conselhos, não só o Conselho de Psicologia, mas, se não me falha a memória, também temos a questão do Conselho de Psiquiatria e do Conselho de Medicina: tempos atrás, saíram recomendações no sentido de não participarem desses exames.

Outro fator que também levou a acabar com os exames criminológicos no Brasil foi a falta e o custo dessas equipes para o Estado. Além da ineficiência, como foi colocado pelo Dr. Douglas e pelo conselho, também teve a questão do custo e do pouco que se tinha de contato com os presos. Eu não sei se vocês sabem, a maioria desses conselhos que faziam os exames criminológicos não tinham uma convivência diária com as pessoas que se encontravam presas; eram momentos específicos em que se faziam esses exames e não se tinha mais contato. Por isso que a norma atual retirou os exames criminológicos e permanece hoje um atestado de conduta do diretor. Se a gente for levar ao pé da letra, o diretor dá aquele atestado, mas embasado em ações internas da unidade, como, por exemplo, o Conselho Disciplinar, para saber se ele tem alguma falta disciplinar, e também, hoje, as Comissões Técnicas de Classificação, que fazem um trabalho próximo ao interno, próximo ao preso, e ali confeccionam os seus PIPs, como a gente chama, seus programas individualizados. Então, seria o diretor, que com esses conselhos e com essa comissão consegue ter realmente uma forma mais fácil de saber qual a disciplina daquele indivíduo dentro do cárcere e se ele estaria mais apto ou não a ter esse benefício da progressão e da saída temporária. O exame criminológico, acredito eu, seria menos eficaz, no nosso entendimento, do que essa conjugação de esforços de quem convive no dia a dia ali com os internos.

Outro ponto também colocado nessa norma é a questão das saídas temporárias. Foi muito bem colocado pelo Rafael que nós temos diversas situações em que você pode modular a questão da saída temporária. A proibição por si só a todo o grupo de internos que cumprem pena no Brasil seria um problema muito grave no nosso entendimento, porque você iria generalizar a questão do cumprimento de pena e, assim, perder a característica do sistema progressivo da pena, como bem colocado pelo Juiz Douglas. Eu entendo que poderemos trabalhar com modulações, como acontece aqui no Maranhão, como acontece no Estado de Minas Gerais e em outros estados, em que você pode trabalhar com grupos, com datas. Isso realmente facilitaria o trabalho no que concerne às saídas temporárias.

E por fim, sendo bem breve, a questão da monitoração eletrônica. A gente tem que ter muito cuidado também nessa questão da monitoração eletrônica, porque, como o Juiz Douglas falou, ela tem um custo. Além do custo, tem que saber se será efetiva essa questão da monitoração, seja ela, como está proposto aí, no regime aberto, seja no livramento condicional, até mesmo porque ela hoje é utilizada em algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situações, como, por exemplo, em prisões domiciliares, em presos provisórios e em saídas temporárias também.

Fato é que, no nosso entendimento, o projeto de lei da forma como está não atenderia aos anseios de quem trabalha no dia a dia da execução penal. Noto que talvez seja um anseio muito mais focado em segurança pública, de quem é da área de segurança pública, do que da área do sistema penitenciário, que trabalha a questão da progressividade da pena, do contato com a família. A retirada desses benefícios geraria uma ruptura entre a família e o preso e talvez seria até mais maléfico do que é hoje. Então, acho que deveríamos discutir mais essa proposta, até mesmo porque ela é uma proposta que generaliza, como um todo, todos os presos do regime semiaberto e os que têm o livramento condicional.

Acho que, no dia a dia, um dos primeiros artigos da Lei de Execução Penal fala em individualização da pena. Então, se trabalhamos na lei a individualização da pena, não podemos generalizar, da forma como está sendo feita nesse projeto de lei, para que todos passem por exame criminológico, para que todos percam a saída temporária ou para que todos que estejam em livramento condicional tenham que usar tornozeleira. Eu acho que talvez o que seja mais ineficaz nesse projeto de lei, na minha opinião, seja a questão de generalizar todos os presos da mesma forma, tratar todos da mesma forma, sem trabalhar, talvez, grupos ou tipos de preso ou regimes. Isso tudo atrapalha o cumprimento de pena estabelecido pela Lei nº 7.210, que, em sua essência, trabalha a questão da progressividade da pena. Seria uma perda muito grande essas mudanças da forma como estão postas.

Acredito – e sugiro isto – que esse projeto de lei deva ser mais discutido para que a gente consiga chegar a um consenso que atenda aos anseios do sistema penitenciário e que atenda aos anseios da segurança pública em sentido estrito.

Essa é a nossa opinião, é o nosso ponto de ver esse assunto no que concerne à Secretaria de Administração Penitenciária do Maranhão e também como Conselheiro, hoje, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Uma boa tarde, Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Maranhão, por videoconferência. Obrigado pelo tempo, pela sua paciência.

Encerramos, assim, essa nossa primeira parte da Comissão de Segurança Pública.

Vamos, agora, já dar início, com a presença e retorno de Senadores que estavam em outra Comissão, à pauta deliberativa.

Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2253, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.

A relatoria, aqui na Comissão de Segurança Pública, é do Senador carioca Flávio Bolsonaro.

Passo agora, então, a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, para a leitura de seu relatório.

Fique à vontade, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu peço permissão para ir direto à análise do projeto.

A proposição em exame, do nosso ponto de vista, é conveniente e oportuna.

A exigência de realização de exame criminológico para a progressão de regime é admitida pelos nossos tribunais superiores, desde que por meio de decisão fundamentada. Sobre o assunto, há a Súmula Vinculante 26, do Supremo Tribunal Federal ("Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico") e a Súmula 439, do Superior Tribunal de Justiça ("Admite-se o exame criminológico pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada"). Assim, o condicionamento proposto pelo PL se encontra alinhado com a jurisprudência das nossas Cortes superiores.

Na forma do projeto, a determinação de fiscalização por monitoração eletrônica passa a ser possível para a concessão do regime aberto ou semiaberto ou para a progressão para esses regimes, bem como quando da concessão do livramento condicional ou quando o juiz aplicar pena restritiva de direitos que estabeleça limitação de frequência a lugares específicos. Entendemos que essa previsão se mostrou acertada, pois estamos falando de um instrumento de fiscalização moderno e eficaz. Demais disso, é um regramento razoável, uma vez que não há a imposição da monitoração de forma absoluta, o que confere ao magistrado a possibilidade de fazer uma análise individualizada de cada caso.

Em relação à monitoração eletrônica, o projeto também propõe que a violação dos deveres relacionados a essa forma de fiscalização possa culminar na revogação do livramento condicional ou na conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade. Entendemos que essa consequência também é razoável e, a nosso sentir, terá um significativo efeito persuasivo no que diz respeito ao adequado uso do equipamento de fiscalização. Sobre o tema, vale informar que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o estudo *Monitoração Eletrônica Criminal – evidências e leituras sobre a política no Brasil*, em que se informa que o uso da monitoração eletrônica contribuiu para diminuir as taxas de reincidência no Estado da Flórida, nos Estados Unidos, e em países como Noruega, Austrália e França. A exitosa experiência dos referidos países é, portanto, um indicativo de que também teremos bons resultados.

A revogação do benefício da saída temporária, da mesma forma, é medida necessária e que certamente contribuirá para reduzir a criminalidade. São recorrentes os casos de presos detidos por cometerem infrações penais durante as saídas temporárias – vimos aqui alguns casos específicos de São Paulo e do Paraná. É necessário compreender que o nosso sistema carcerário infelizmente encontra-se superlotado e, em muitos estados, com instalações precárias, o que impede a devida ressocialização dos presos. Assim, ao se permitir que presos ainda não reintegrados ao convívio social se beneficiem da saída temporária, o poder público coloca toda a população em risco.

O voto, Presidente.

Com essas considerações, somos pela aprovação do Projeto de Lei 2.253, de 2022.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

Em discussão a matéria. Algum Senador deseja...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu queria pedir vista do projeto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, quero só deixar registrado que havia uma composição exatamente concordando que houvesse esta audiência pública, como houve hoje, por várias horas.

O Senador Contarato chegou agora e talvez não tenha acompanhado as seis pessoas que colaboraram com os trabalhos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Oito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Oito.

E isso era exatamente para que fosse votado na sequência da audiência pública, Senador Contarato. Só para saber se o senhor vai cumprir o acordo ou não. Ele foi feito com a base do Governo, com Líder do seu Governo, inclusive, com o Senador Rogério Carvalho...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Eu sou Líder do PT.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, só para ficar consignado, Presidente, o precedente no sentido de que, se não vier da boca dele, mesmo com todo o Governo concordando, ele não cumpre acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, o pedido de vista é regimental. Eu, como Presidente, não posso fazer nada. O senhor já sabe qual era a minha opinião.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só peço a V. Exa. que bote na próxima pauta da Comissão de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, já para a próxima semana, evidentemente. Quanto a isso, não há nenhuma discussão, correto?

Não havendo mais quem queira...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Espere aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Jorge Seif – perdão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, então, eu peço vista também para que façamos vista coletiva...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Coletiva.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... para que, na próxima semana, ninguém mais fique pedindo vista no varejo.

Eu peço vista, o Flávio também e o Hamilton Mourão também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E o Senador Hamilton Mourão, coletivamente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nada havendo mais a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e um minuto do dia três de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Efraim Filho, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Ivete da Silveira, Leila Barros, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Jaques Wagner, Ana Paula Lobato, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Paulo Paim, Zenaide Maia e Rodrigo Cunha, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Sergio Moro, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Eduardo Girão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 150, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto e às emendas nº 1, 2 e 3-CDH. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3706, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta os arts. 24-A e 24-B na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para tipificar a constituição de pirâmide financeira e a intermediação ou a negociação de criptoativos com o objetivo de praticar crimes." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto na forma da emenda nº 1-CSP (substitutivo). **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2253, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4503, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 47, de 2023** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4503/2023, que “institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências”." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/03

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciarmos o trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 31ª e 32ª Reuniões, realizadas respectivamente nos dias 19 e 26 de setembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

Comunicado de documento recebido.

Comunico que foi apresentada à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o seguinte documento: Ofício nº CM 337, de 2023, da Câmara Municipal de Araras, que encaminha moção de apelo para que se legisle sobre a matéria que está sendo julgada no STF, sendo contrária à aprovação e liberação do consumo e porte de *Cannabis* (maconha) no Brasil e visa tornar inconstitucional o art. 28 da Lei nº 11.343, de agosto de 2006.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo prazo de 15 dias para que qualquer membro desta Comissão se manifeste no sentido de atuarmos para que seja analisado por este Colegiado.

Antes de começarmos nossa deliberação, informo que o item 1 da pauta, PLP 150, de 2021, foi retirado a pedido do Senador Otto Alencar, Relator da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiamento de deliberação. Informo também que a deliberação do item 3 da pauta, PL 2.253, de 2022, foi adiada a pedido do Senador Flávio Bolsonaro, Relator da matéria.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 150, DE 2021

- Não terminativo -

Alteração da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para instituir mecanismos de proteção à população LGBT+ encarcerada.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto e às emendas nº 1, 2 e 3-CDH.

Observações:

1. A matéria seguirá para deliberação pelo Plenário do Senado.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2253, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a monitoração eletrônica do preso, prever a realização de exame criminológico para progressão de regime e extinguir o benefício da saída temporária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 26/9/2023, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a desistência aqui dos pedidos, vamos inverter a pauta aqui.

Vamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4503, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *A matéria seguirá posteriormente à CCJ.*

Passo a palavra ao nobre Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu peço licença para ir diretamente à parte de análise.

De acordo com a alínea "b" do inciso I do art. 104-F do Risf, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes à polícia civil.

Quanto ao mérito, o projeto é conveniente e oportuno.

O projeto traz os princípios institucionais básicos, as diretrizes, as competências e a estrutura organizacional básica das polícias civis. Apresenta também normas sobre investidura, promoção, prerrogativas, garantias, direitos, deveres e vedações dos policiais civis.

Até hoje não há uma lei orgânica nacional das polícias civis.

O projeto foi apresentado pela Presidência da República em 04/09/2007, tramitou 16 anos na Câmara dos Deputados e só agora veio ao Senado Federal.

Finalmente chegou o momento de reconhecer, valorizar e dar segurança jurídica para os milhares de servidores das nossas 27 polícias civis, que desempenham as importantes funções de apuração das infrações penais, cumprimento de mandados judiciais e perícia criminal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.503, de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em discussão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Não, sem discussão, Presidente, mas é o recorde neste Senado Federal. Em quatro anos e meio, eu nunca vi um relatório...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aprendendo sempre com os mestres.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... tão rápido. Só podia ser dele mesmo, desse Senador diferenciado, Alessandro Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O Senador Alessandro é competentíssimo. (*Pausa.*)

Não havendo quem que ele discutir, encerrada a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4.503, de 2023.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, eu tenho sobre a mesa requerimento de urgência para Plenário, para apreciação da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Excelência, o senhor se incomoda em ler, ou quer que eu leia? Faça a leitura aí, o requerimento é seu.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 47, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4503/2023, que "institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis; dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento; e dá outras providências".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para encaminhar.) – Pois não.

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4.503, de 2023, que institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2023.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido. (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3706, DE 2021

- Não terminativo -

Acrescenta os arts. 24-A e 24-B na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, para tipificar a constituição de pirâmide financeira e a intermediação ou a negociação de criptoativos com o objetivo de praticar crimes.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda substitutiva que apresenta.

Observações: *A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.*

Passo a palavra à nobre Senadora Soraya Thronicke para a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Sr. Presidente Sérgio Petecão, Sr. Vice-Presidente, meu amigo, Jorge Kajuru, e todos os que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui estão e os que estão nos acompanhando pela TV Senado e pelas redes sociais, este tema é de suma importância para que possamos trazer segurança jurídica nesta questão de criptomoedas, antes que virem, Senador Kajuru, "cleptomoedas".

Nós vimos ontem, ou melhor, antes de ontem, no Fantástico, uma reportagem sobre isso. Até mesmo pessoas muito conhecidas envolvidas, tendo sido vítimas de golpes com criptoativos. Por isso, a necessidade de nós tratarmos desse tema e tipificarmos os crimes relativos a criptomoedas.

Sr. Presidente, eu vou pular o relatório, se V. Exa. me permitir, e irei direto à análise.

Análise.

Não restam dúvidas sobre a competência desta Comissão para analisar a matéria que dispõe sobre prevenção e repressão a crimes por meio de alteração de uma tipificação penal mais dura.

Em muitos casos, as pirâmides financeiras que envolvem os mercados de ativos virtuais possuem outros desdobramentos, como lavagem de dinheiro, financiamento de crime organizado, tráfico de drogas e outras situações previstas no art. 104-F do nosso Regimento Interno.

A temática abordada no projeto é meritória em todos os seus fundamentos. E por isso eu quero aqui elogiar a autoria do Senador Eduardo Braga, que foi muito pertinente neste tema.

Nos últimos anos, o Congresso Nacional realizou avanços importantes nesse âmbito.

A aprovação do novo marco legal dos criptoativos ou "Lei dos Criptoativos" – Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022 –, construído a partir da fusão de diversos projetos de lei de iniciativa do Senado, inclusive um de minha autoria, bem como de propostas da Câmara dos Deputados, inaugurou no Brasil a oportunidade de uma necessária regulamentação para esse mercado se desenvolver, gerar empregos e trazer investimentos para o país. (*Pausa.*)

Este novo marco regulatório traz diretrizes para a era das tecnologias digitais do setor financeiro no Brasil e pode permitir uma transição mais segura para a economia digital.

Há, contudo, diversos aperfeiçoamentos a serem feitos no novo marco dos ativos digitais, como este PL nº 3.706, de 2021.

O marco mencionado no parágrafo anterior, a saber a Lei nº 14.478, de 2022, também promoveu inovações na esfera penal para:

1) aumentar a pena de um terço a dois terços para o crime de lavagem de dinheiro se a prática ocorrer reiteradamente por intermédio de organização criminosa ou por meio da utilização de ativo virtual;

2) prever punições para crimes contra o sistema financeiro realizados por meio de corretoras de criptoativos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3) impor reclusão – reclusão –, de 4 a 8 anos, e multa para aqueles que realizarem atividades que envolvam ativos virtuais com o fim de obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio; e, por último,

4) aplicar as penas previstas no Código de Defesa do Consumidor, quando cabíveis.

Outra inovação importante é a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Lei 13.506, de 13 de novembro de 2017, em caso de infrações administrativas identificadas pelo Banco Central do Brasil ou pela (CVM) Comissão de Valores Mobiliários no exercício de suas funções de supervisão e fiscalização.

Entendemos que a legislação para combate a ilícitos envolvendo ativos virtuais teve avanços importantes para instrumentalização das autoridades de persecução criminal e do Judiciário, com a finalidade de reprimir os mais diversos crimes.

De toda forma, compreendemos que a presente proposição legislativa sob análise também merece prosperar, com o substitutivo que apresentaremos a seguir, com a finalidade de ampliar a legislação de combate a diversos crimes que ocorrem na economia digital.

A digitalização do sistema monetário e dos meios de pagamento contribui para a ampliação da transparência das relações econômicas e sociais, ajuda a prevenir evasão fiscal, dificulta a lavagem de dinheiro e confere mais velocidade nas interações entre agentes econômicos. O país ganha competitividade e reduz custos para empreendedores, além de ampliar a comodidade dos consumidores.

Por outro lado, surgem novos riscos que precisamos analisar e, por essa razão, precisamos oferecer ajustes e complementos à versão original do projeto de lei.

Temos visto um crescimento exponencial do número de fraudes bancárias e de golpes contra consumidores brasileiros no âmbito digital. Isso é consequência da aceleração da digitalização da economia, que, apesar de ser salutar, conforme já nos manifestamos, carece de maior regulação para proteção da sociedade.

Parece que sempre estamos atrasados em relação ao crime organizado. É impressionante como eles são incríveis na hora de ter criatividade e competência para diversificar e inovar na criminalidade. É impressionante.

Segundo a Febraban, transações bancárias por canais digitais, Kajuru, cresceram 23% em 2021 e já são 7 em cada 10 operações no país. É algo assustador.

De acordo com o levantamento da entidade, no período entre março de 2021 e março de 2022, o número de usuários que pagaram mais de 30 Pix por mês cresceu 809%, enquanto a base geral de usuários cadastrados cresceu 72%. Já a base de usuários que receberam mais de 30 Pix por mês avançou – pasmem – 464%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a revista *Veja*, os bancos enfrentam prejuízos mensais de R$300 milhões com fraudes realizadas por meio do Pix. O pior do Pix é que às vezes você faz uma transferência – você não está em um assalto nem em nada – dentro de um engano, mas aquilo foi autonomia da vontade. É complicado provar, muitas vezes.

Esse custo, direta ou indiretamente, vai causar impactos para o consumidor. Esse prejuízo do banco vai ser transferido para quem? Para o consumidor. Teremos a elevação dos custos financeiros por conta disso.

De acordo com matéria da *Folha de S.Paulo*, pesquisa do Datafolha indica que, no Estado de São Paulo, 30% acham essa forma de pagamento nada segura, enquanto 47% consideram o Pix apenas um pouco seguro, não totalmente; mas a transferência bancária é a mesma coisa.

Nesse cenário, precisamos aprovar uma legislação que dê segurança aos brasileiros para continuarem utilizando, cada vez mais, os pagamentos instantâneos. Nosso substitutivo cuida basicamente de medidas simples e eficazes que podem reduzir severamente o número de fraudes e golpes financeiros. No âmbito do Pix, pretendemos garantir que os bancos sejam obrigados a estabelecer limites de transações conforme o histórico de cada cliente.

Quando um celular é furtado, o cliente fica exposto a um grande risco de ter grandes quantias subtraídas de suas contas.

Não temos dúvidas de que o Pix é uma revolução superpositiva para os brasileiros – eu, mesma, adoro, só gosto de fazer Pix. É uma inovação mundialmente reconhecida, mas não podemos desrespeitar o direito de escolha das pessoas que não querem usar o Pix e que desejam desabilitar ou excluir essa funcionalidade para se sentirem mais seguras em relação aos seus recursos financeiros.

Deve ser uma opção e não uma imposição, mas, sinceramente, dizem que é mais fácil porque é instantâneo, mas as transferências também, às vezes... As pessoas caíam em golpes antes mesmo do advento do Pix. E nós não podemos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... desrespeitar o direito de escolha das pessoas que não querem usar o Pix.

Temos a certeza de que os investimentos para o contínuo aperfeiçoamento da comodidade, da segurança e da simplicidade contribuirão para a manutenção dos elevados índices de uso do Pix.

É preciso facultar ao cidadão a possibilidade de desabilitar ou de excluir essa funcionalidade de seus aplicativos bancários ou de pagamentos – porque, de repente, você tem isso habilitado e você não usa, mas está no seu dispositivo e o obrigam a usar num roubo, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Banco Central do Brasil recentemente editou a Resolução nº 6, de 2023, que promoverá maior cooperação entre os diversos atores do sistema bancário e do setor de pagamentos para combater fraudes, evitar triangulações entre contas de "laranjas", proteger os depósitos dos consumidores, e garantir mecanismos e dados que ampliem a efetividade dos bancos, instituições de pagamentos e demais participantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro e do Sistema de Pagamentos Instantâneos.

Da mesma forma, as *big techs*, como principais desenvolvedoras e fornecedoras de *hardwares* e *softwares* que permitem o uso de *smartphones* no mercado de pagamentos, devem contribuir de modo mais efetivo para garantir a segurança dos consumidores no uso desses aparelhos para instalar aplicativos bancários e de pagamentos.

Nesse contexto, propomos que as instituições participantes do mercado de pagamentos, de modo geral, tenham uma atuação adequada, independentemente do enquadramento regulatório decidido pelo Banco Central, para que o consumidor seja efetivamente protegido.

Não podemos permitir que *exchanges*, instituições de pagamentos, bancos, cooperativas e outros agentes do mercado de pagamentos não adotem políticas de prevenção a crimes e de proteção efetiva do consumidor.

Nosso substitutivo propõe as sanções da Lei nº 13.506, de 2017, que preveem multas, suspensão de atividades ou até mesmo encerramento da atuação das empresas que, na avaliação do Banco Central do Brasil, não atuarem com seriedade e não protegerem os consumidores de golpes, fraudes e outros crimes.

Precisamos corrigir assimetrias regulatórias e mirar a ampliação da proteção dos recursos dos consumidores depositados em *fintechs* de modo a prevenir riscos para os recursos financeiros da nossa população. Temos visto o importante crescimento das *fintechs* e sua efetiva contribuição para a inclusão financeira, o que é absolutamente louvável.

Todavia, não podemos deixar lacunas legislativas que coloquem em risco a saúde financeira das famílias, especialmente as mais pobres, em decorrência de eventual quebra dessas instituições.

Propomos alterações no Código Penal com a finalidade de combater quadrilhas especializadas em golpes e de evitar o acesso de pessoas envolvidas com ilícitos ao sistema bancário. A medida diminuirá o risco de golpes e de circulação de recursos financeiros de atividades criminosas.

Propomos, por fim, a inserção no novo marco dos ativos digitais – Lei nº 14.478, de 2022 – da regra que prevê segregação patrimonial de ativos entre as contas dos investidores-consumidores e as contas das *exchanges*, de forma a salvaguardar os dados pessoais e as carteiras virtuais dos investidores-consumidores.

Não identificamos vícios de inconstitucionalidade neste projeto de lei.

O projeto possui, porém, vício de injuridicidade, especificamente no que diz respeito à proposta de acréscimo do art. 24-B à Lei nº 7.492, de 1986.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a apresentação da proposição, foi publicada a Lei nº 14.478, de 2022, a supracitada legislação, que criou o crime de fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros, incluindo o art. 171-A – bem propício, não é? Caiu bem no 171-A – ao Código Penal, com a seguinte redação:

> Fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros [é o título, e aí foi para o Código Penal]
> Art. 171-A. Organizar, gerir, ofertar ou distribuir carteiras ou intermediar operações que envolvam ativos virtuais, valores mobiliários ou quaisquer ativos financeiros com o fim de obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
> Pena - reclusão [Kajuru, reclusão é prisão; é diferente de detenção], de 4 (quatro) a 8 (oito) anos [...] [quando não se acrescenta nesses golpes que estamos vendo, formação de quadrilha, etc.]

O tipo penal que se pretende incluir no art. 24-B, na forma do PL nº 3.706, de 2021, incidiria, essencialmente, sobre as mesmas condutas. Daí, o motivo da antijuridicidade.

Em primeiro lugar, todos os verbos do tipo objetivo que se almeja criar – organizar, gerir e ofertar carteiras – já estão abarcados pelo art. 171-A do Código Penal.

Em segundo lugar, o objeto da conduta também é mais amplo no tipo penal já existente: este se refere a ativos virtuais, valores mobiliários ou quaisquer ativos financeiros – então, ele é mais abrangente do que o que nós pretendíamos aqui, Senador Eduardo Braga –, ao passo que o novo tipo penal proposto no PL nº 3.706, de 2021, se restringiria apenas e tão somente aos criptoativos. Então, o que já temos vai mais além, vai a valores mobiliários ou quaisquer ativos financeiros.

Em terceiro lugar, embora os elementos subjetivos sejam distintos – o crime do art. 171-A alude ao fim de "obter vantagem ilícita, em prejuízo alheio", entre aspas aqui, enquanto o crime do art. 24-B prevê o fim de, aspas, "constituir processo fraudulento, ou ainda de praticar evasão de divisas, sonegação fiscal ou qualquer outro crime" –, tal diferença não possui relevância suficiente para justificar a criação de mais um tipo penal praticamente idêntico. Destaca-se, ademais, que o novo crime do art. 24-B da Lei nº 7.492, de 1986, será de competência da Justiça Federal, ao passo que o crime do art. 171-A do Código Penal é, como regra, da competência da Justiça Estadual.

Já se vislumbra a existência de potenciais conflitos de competência aí, que serão suscitados e vão desaguar... Assim, vão ser questões debatidas à margem do processo e vão atrasar uma resolução do conflito, então, em casos que envolvam controvérsia sobre a ampliação dos tipos penais, podendo produzir, ao fim e ao cabo, a impunidade, inclusive até numa... É mais um motivo aí para atrasar processos, e acabarmos tendo uma... Falhou-me aqui na memória... Uma prescrição intercorrente. Então, isso aí vai ajudar só o bandido, só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à proposta de inclusão do art. 24-A à Lei nº 7.492, de 1986, entendemos que a proposição atende a uma demanda antiga da sociedade brasileira. Esquemas fraudulentos contra o patrimônio dos investidores existem há muito tempo. São várias as formas de ataque à poupança popular, como as realizadas por meio de pirâmides financeiras, esquemas Ponzi, ofertas de investimentos inexistentes, entre outros tipos de fraude. Com o desenvolvimento da internet, dos criptoativos e das redes sociais, o potencial lesivo desse tipo de fraude cresceu exponencialmente. A captação de vítimas não ocorre mais pessoalmente, pelo correio ou por telefone, tampouco se limita a uma cidade, um estado ou um país. Virtualmente, qualquer pessoa do planeta Terra pode ser vítima desses arranjos criminosos.

Atualmente, a pirâmide financeira configura crime contra a economia popular, tipificado no art. 2º, IX, da Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951. A pena cominada – de detenção, de seis meses a dois anos, além de multa – é considerada muito baixa e claramente não coíbe a prática de delito nem cumpre a função de prevenção e desincentivo à concepção e prática das fraudes mencionadas. Com a inclusão do art. 24-A à Lei nº 7.492, de 1986, cria-se um tipo penal mais adequado à prevenção e à repressão das pirâmides financeiras, que passam a ser punidas com pena de reclusão, de quatro a oito anos, mantendo-se a aplicação de multa. Reclusão; agora não seria mais detenção. Detenção de seis meses a dois anos é pouco demais. Agora, é reclusão de quatro a oito anos.

Como é sabido, as pirâmides financeiras não beneficiam somente os seus idealizadores, mas também aqueles que recrutam novos integrantes, beneficiando-se de fraude. Por isso, o parágrafo único do art. 24-A, oportunamente, prevê a responsabilidade penal não apenas dos constituidores do sistema fraudulento, mas também dos investidores que, cientes da natureza fraudulenta do esquema, recrutam ou tentam recrutar novos participantes.

Para além das alterações sugeridas, propomos, também, as modificações no Código Penal e na Lei nº 13.506, de 2017, que dispõe sobre o processo administrativo sancionador nas esferas de atuação do Banco Central do Brasil e da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), com o objetivo de tornar os responsáveis por golpes financeiros incapacitados, Sr. Presidente, de continuar a utilizar o sistema que lhes permitiu cometer crimes.

A medida diminuirá o risco de golpes e de circulação de recursos financeiros de atividades criminosas.

Também são propostas alterações no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal –, e no novo marco dos ativos digitais, a Lei nº 14.478, de 2022.

Voto.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 3.706, de 2021, na forma do seguinte substitutivo...

Eu acho que já me estendi, Sr. Presidente. Se o senhor acha que seja importante, eu vou direto... Já fui para o voto, é que eu iria fazer a leitura do substitutivo. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não? O.k. Já foi publicado.

O que eu gostaria de dizer aqui é que peço perdão pela extensão da análise.

Eu não li o relatório inicial nem também o substitutivo, mas já foram colocados à disposição dos Srs. Senadores, mas a leitura da análise é necessária justamente para que a gente possa entender as modificações extremamente técnicas, feitas em conjunto, em conversa com a nossa consultoria, com o gabinete do Senador Eduardo Braga, até mesmo com membros da CVM e do Banco Central – conversamos com todos –, e, inclusive, com o Governo Federal, para que construíssemos uma legislação pertinente, uma legislação que seja justa, para que possamos, inclusive, proteger os consumidores brasileiros, e, ao mesmo tempo, seja rigorosa para com os criminosos. Não há como permitir que o Brasil seja uma terra frutífera para o crime.

Então, esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Queremos parabenizar a nobre Senadora pela leitura do relatório.

Eu conversava aqui com o Senador Otto e com o Senador Kajuru, a gente falando exatamente da importância deste projeto. Eu vi um depoimento, agora neste final de semana – não sei se foi do Fantástico, foi em algum local –, em que o nosso amigo Popó disse que tinha sido pego num nocaute, e são milhares de pessoas. Quem não tem um amigo que não foi enganado? Famílias foram destruídas por conta desses golpes. Eu conheço muitos, no meu estado, que criaram essa perspectiva de ganhar dinheiro e, no final, se deram muito mal. E o Popó, que é um cara que eu tenho como uma pessoa tão inteligente, meu amigo pessoal, fui Deputado Federal junto com ele, fez um depoimento que, com certeza, chamou a atenção das autoridades brasileiras para esse problema.

A senhora apresenta aqui o seu relatório num momento oportuno para que nós possamos, esta Comissão aqui...

Espero que a CCJ possa dar celeridade ao projeto.

Não é isso, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para discutir.) – Quero parabenizar a Senadora Soraya pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma legislação que precisa ser logo avaliada, não é terminativa aqui, será terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, mas devo dizer que a imprensa já publicou várias vezes o engano, a fraude que foi feita com aquele que investe de bom senso achando que terá o retorno do seu capital, são vários casos.

No domingo à noite, eu assisti, no Fantástico, a uma exposição que me deixou até um tanto consternado, Presidente, porque os autores, pelo menos dois ou três autores, tiveram a liberdade dada pelo Poder Judiciário. Isso é muito ruim, porque a polícia identifica a fraude, o crime financeiro, da má aplicação, do enriquecimento ilícito dessas pessoas, e depois de uma decisão, às vezes até monocrática ou por uma decisão coletiva, eles estão livres para usufruir da fraude e do enriquecimento ilícito. Portanto, esse projeto é fundamental.

Eu parabenizo a Senadora Soraya e esperamos que, na Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente Davi Alcolumbre possa pautá-lo logo, que ele saia como lei para ser cumprida com uma punição rigorosa a todas essas fraudes, essa maneira profissional que está acontecendo agora, sobretudo via internet, com verdadeiros bandidos travestidos de investidores, que fazem isso já com vários casos identificados, que foram punidos, presos pela polícia e depois com o relaxamento pelo Poder Judiciário, o que é lamentável para um país como o Brasil.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Eu queria apenas, rapidamente, Presidente Petecão, aplaudir a dobradinha feita neste projeto pelo Eduardo Braga e pela Soraya Thronicke, como se fosse um dueto musical.

E já que o Otto Alencar está aqui, para quem não sabe, o Otto não só encanta, ele canta. Aliás, ele canta Gilberto Gil hoje, que o Gilberto Gil está muito velho, melhor do que o Gilberto Gil.

Então, você e o Eduardo Braga fizeram um dueto Otto Alencar e Diana Krall.

Mas o que eu mais gostei no seu relatório, entre tantas virtudes, foi trocar a palavra inclusão por reclusão, e ela ser rigorosa, de quatro...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora. *Fora do microfone*.) – Detenção...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... porque antes era uma inclusão, era convidar o canalha para continuar.

Agora, sim, agora tem a punição de 4 a 8 anos. Portanto é cadeia mesmo, que é o que merece, como bem disse o Senador Otto Alencar, quem se traveste dessa canalhice.

Parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só destacar, Sr. Presidente, também a proibição futura de continuar agindo no nosso mercado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer favorável ao Projeto de Lei nº 3.706, de 2021, e a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública, substitutivo.

A matéria vai à CCJ.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Só gostaria de agradecer, Sr. Presidente. Quero agradecer por designar à minha pessoa a relatoria desse tão importante projeto de lei. Eu já estou familiarizada com o tema, por conta dos outros projetos.

E quero parabenizar o Senador Eduardo Braga e toda a sua equipe. O momento é absolutamente oportuno. E como eu não sou membro, Kajuru e todos os senhores da CCJ, acredito que os senhores sejam, peço, por favor, que consigamos agilizar junto ao Presidente Davi Alcolumbre, principalmente porque...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Farei isso hoje, eu janto com ele hoje. Farei isso com ele, hoje.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... esse caso que aconteceu com o Popó não vai pegar essa lei aqui porque a lei não retroage em malefício do réu, somente em benefício. Aqui é malefício.

Portanto, estes escaparam, mas a agilidade que a gente precisa dar infelizmente não é a mesma que este crime consegue trabalhar. Principalmente agora, com isso aqui, Kajuru, eles vão intensificar. Então, olhos abertos. Por quê? Vão pegar agora tudo que tem condição de pegar até a sanção e entrada em vigor deste projeto de lei para, depois, darem uma acalmada.

Então, este é um momento de muito alerta, alerta para todo o povo brasileiro. Cuidado. Vamos investir com segurança nas empresas que já estão aí no mercado há mais tempo e, de repente, aguardar a sanção desse projeto.

Obrigada, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, eu quero aqui fazer um registro para a sociedade brasileira, em especial aos amantes do futebol.

Eu nem sei qual é o time na Bahia do Otto. De repente ele não vai falar, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sou rubro-negro na Bahia; e também no Rio de Janeiro – eu sou Flamengo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso é que você era amigo do Mário Sérgio.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mário Sérgio, um grande amigo meu.

Lá em São Paulo eu sou Santos, em homenagem ao Pelé, que é um exemplo de atleta. Sou pelezista.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelezista. Claro.

Mas, olha, apenas para cumprimentar aqui a coragem de sempre e a sensibilidade do Presidente Sérgio Petecão desta Comissão de Segurança Pública, porque ele concordou de fazermos uma sessão conjunta com a Comissão de Esporte, da qual eu sou o Vice-Presidente e o Romário é o Presidente, e o Romário está ciente. Uma sessão conjunta da Comissão de Segurança Pública com a Comissão de Esporte para um tema forte que vamos discutir e entrarmos de sola nesse vespeiro, que é a volta da violência nos estádios de futebol. E sairá – o Presidente concordou, por isso o meu agradecimento – desta Comissão de Segurança Pública um projeto de lei, por essa nossa reunião, depois do feriado de 12 de outubro em relação ao VAR.

Não sei se o Otto vai concordar e os senhores e as senhoras com o que é o VAR hoje no futebol. Ele tem cinco câmeras para a visão do que acontece dentro de campo; todavia, não tem nenhuma câmera que mostra os torcedores, o comportamento do torcedor no estádio. Então, o torcedor faz o que ele quer no estádio. Agora, nós vimos, 15 dias atrás, um torcedor quebrar um vaso na cabeça de uma torcedora em Belo Horizonte.

Isso além... eu, por exemplo, fui com esposa em estádio de futebol. Eu sou do tempo em que eles urinavam em um copo e jogavam a urina na cabeça da sua esposa, ou da sua namorada, ou do seu filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós vamos apresentar aqui – o Presidente Petecão concordou – um projeto de lei em que vamos exigir do VAR – que ganha uma fortuna em cada jogo de futebol – que ele acrescente duas câmeras exclusivamente para flagrar o comportamento dos torcedores nos estádios de futebol, para, com uma imagem, você poder condenar um torcedor em função do crime que ele cometer.

Portanto, era este o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado, Presidente Petecão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar o Senador Jorge Kajuru, pois ele conhece bem o que é o futebol brasileiro e militou muitos anos, mas, sobretudo, como Senador. A iniciativa de indicar esse projeto para ser deliberado aqui na Comissão de Segurança é fundamental; não só o crime da violência física, da agressão física por torcedores, por torcidas organizadas, mas também o crime – que eu acho de uma violência estúpida e grande – da discriminação e do racismo que acontece no futebol. Acontece no Brasil e fora do Brasil também, com muita intensidade.

Ultimamente, isso se ampliou muito. Inclusive, recentemente, lá no estádio da Argentina, quando o time do Brasil jogou contra o Boca Juniors e também contra o River Plate.

E aqui no Brasil também acontece essa discriminação odiosa quanto à questão do racismo, de avaliar as pessoas pela cor da pele, que é uma estupidez, uma ignorância muito grande.

O que vale, na verdade, é o comportamento das pessoas. O sangue é vermelho e a alma dessas pessoas é que vale a pena ser avaliada pelo comportamento ético, do procedimento, pela maneira respeitosa como se trata.

Portanto, tem que se incluir também e se aumentar a pena para essa coisa odiosa que acontece nos estádios do Brasil, que é a discriminação racial, tão frequente nos últimos anos.

Eu quero te parabenizar, Kajuru. Você tem essa militância e essa sensibilidade, como Senador do Estado de Goiás, de encaminhar um projeto tão relevante – eu considero – como esse de que você toma iniciativa agora na Comissão de Segurança.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na mesma linha do colega Otto Alencar – um bom Senador baiano, Presidente da maior bancada do Senado, a do PSD, Líder maior –, quero parabenizar o colega Kajuru pela iniciativa e dizer que todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos... Senador Kajuru, V. Exa. sabe disso, como Vice-Presidente desta Comissão de Segurança, também, que tem nos ajudado muito, nunca faltou a uma sessão. Nunca faltou a uma sessão.

Então, eu penso que todos os projetos que forem de interesse desta Comissão, e também da Comissão que trata do esporte brasileiro, nós podemos, sim, fazer parceria e trabalhar juntos, até porque esse tema que V. Exa. levanta é um tema que vem afastando o torcedor dos estádios.

As pessoas de bem vão para assistir ao futebol, as pessoas vão para se divertir, e uma minoria, porque isso é uma minoria, de mau elemento, de mau-caráter vai para poder trazer insegurança e transtorno para as pessoas, principalmente para as famílias, para as crianças que vão ver futebol.

Nós vamos ajudar a CBF, nesse sentido nós vamos ajudar, criar aqui mecanismos, criar uma lei que possa...

Lá na CBF temos um grande baiano, o Ednaldo, não é? Gente boa esse cara.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ednaldo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Ednaldo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O primeiro Presidente da CBF honesto...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu não sei...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e negro, porque toda vez a CBF teve Presidente branco e corrupto até na medula, até na essência.

Quer nome? (*Pausa.*)

Ricardo Teixeira, que nunca pegou cadeia.

Então, finalmente, a CBF tem um negro honesto na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu sei que é uma pessoa muito simples, é uma pessoa muito humilde.

Às vezes em que falei com o Ednaldo, ele me chamou muito a atenção, a forma de receber as pessoas, de atender. Eu tenho um carinho muito especial pelo Presidente da CBF e, com certeza, a sua Comissão lá, com dois craques, Kajuru e Romário, pode ajudar e ajudar muito o esporte brasileiro.

No mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Sim...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... mais uma notícia boa para dois exemplos em todos os sentidos aqui no Senado, que são os Srs. Petecão e Otto Alencar, uma satisfação a quem está presente e a quem nos assiste, de uma outra novidade boa que eu quero trazer para cá e tenho certeza de que nós vamos aprovar.

O Goiás Esporte Clube é o primeiro time do Brasil a aceitar essa minha sugestão, porque eu praticamente sou dividido entre São Paulo e Goiás, a minha vida profissional e pessoal, e, a partir de agora, seis meses vai ser o prazo, todo estádio de futebol deverá ter, sabe o quê? O reconhecimento facial do torcedor quando ele chegar à bilheteria e à catraca, para você saber o seu passado, o seu antecedente, porque quantos torcedores que cometem crimes em estádios, crimes como o Senador Otto comentou aqui, de todo o tipo, e voltam ao estádio no próximo domingo, frequentam estádios do mesmo jeito e voltam a cometer os mesmos crimes.

Então, agora será obrigação de todo estádio de futebol ter o reconhecimento facial de quem chegar, porque quem tiver antecedente ruim será proibido de entrar no estádio e assistir ao jogo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mais uma vez, Senador Kajuru, parabéns por mais essa iniciativa.

Você faz um trabalho maravilhoso aqui na Comissão de Segurança e na Comissão de Esporte também, junto com o Romário. Tenho certeza de que medidas como essa irão trazer mais segurança e afastar dos estádios esses maus elementos que não querem... Eu não acredito que uma pessoa vá para um estádio de futebol, uma pessoa normal, trazer transtorno para as pessoas.

No mais, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Giordano, Zequinha Marinho, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Beto Faro, Magno Malta, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Marcos do Val e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Flávio Bolsonaro e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 111, de 2018 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 437, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária de Sertanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertanópolis, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 489, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Artística Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Campina, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 558, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borborema, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1034, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 603, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Vida de Promoção Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoc), substituiu Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 674, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 867, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocencience de Comunicação e Marketing para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 889, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 511, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 248, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Monte Santo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Santo do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Retirado de pauta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Vice-Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Nós temos o número regimental – dez senhores e senhoras registraram a presença –, portanto nós declaramos aberta a 8ª Reunião da nossa Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da nossa 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada a deliberações de matérias apresentadas à Comissão.

Justifico a ausência na Presidência do nosso Presidente, o Senador Eduardo Gomes, porque cumpre agenda em solenidade fora do Senado Federal e pediu-me para que pudesse dar sequência na condição de Vice-Presidente desta Comissão.

A Presidência comunica a retirada de pauta, a pedido do Relator, Senador Nelsinho Trad, dos seguintes itens: o item 8, que é o Projeto de Decreto Legislativo 867; e o item 9, Projeto de Decreto Legislativo 889. Assim o fazemos.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 867, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Inocencience de Comunicação e Marketing para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Inocência, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela prejudicialidade.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 889, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.)

Quero agradecer a pronta e competente colaboração da nossa equipe que nos secretaria.

Vamos passar, agora, à análise dos demais projetos terminativos da pauta.

A pauta da presente reunião, depois da retirada dos dois itens já citados, possui nove outros itens, sendo oito itens com relatório pela aprovação ou aprovação com emendas de redação e um item com relatório pela apresentação de requerimento de informações.

Nós questionamos V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos nossos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e, ao final, proceder à discussão de todos os itens e à votação das matérias em globo, evidentemente sem prejuízos ao debate de mérit, apenas para que nós garantamos a economicidade dos procedimentos. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, nós vamos – e assim já o fazemos – anunciar o item 1 da nossa pauta, Senador General Hamilton Mourão.

Projeto de Decreto Legislativo 111, terminativo. (*Pausa.*)

Temos que ter votação nominal. (*Pausa.*)

Vamos fazer as leituras. Tudo bem.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 111, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A relatoria é do Senador Izalci Lucas.

O nosso Senador Izalci Lucas não se encontra presente. Deve estar na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque ontem fez a leitura de voto em separado, e hoje nós teremos as discussões em torno do relatório para sua apreciação, inclusive com a presença nossa como integrante.

Eu pergunto ao Senador Mourão se S. Exa. poderia se dispor, como costumeiramente e generosamente o faz, à leitura na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Positivo, Presidente Veneziano. Sem problema.

Por experiência anterior também, Presidente, todas as análises desses projetos de decreto em relação a rádios comunitárias e outros são idênticas. Então, talvez, a gente pudesse ler a análise do primeiro completa e, a partir daí, leríamos só os votos, se o senhor concordar.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito. Eu agradeço a sua sugestão, até para que garantamos essa dinâmica na apreciação dos mesmos.

Com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Então, parto aqui para a análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, inciso VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Acerca das questões apontadas no Parecer nº 97, de 2019, da Comissão de Ciência e Tecnologia, destaca-se que, conforme informações recebidas, ainda não foi apurada a reportada vinculação da entidade. Entretanto, a nota informativa do então Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações destaca que, ainda que a mencionada vinculação fosse caracterizada, não se configuraria a reincidência específica, capaz de levar à revogação da autorização, pelo fato de a infração anterior ter sido cometida há mais de cinco anos.

Nesses termos, nada impede a aprovação da proposta.

Registramos apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação do ente responsável pela edição da Portaria nº 3.638, de 19 de agosto de 2015, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. O referido ato foi editado pelo Ministério das Comunicações, e não pelo extinto Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 111, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária Estância Velha (Aercom FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Estância Velha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2018, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

É o relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Explorando a sua boa vontade, reconhecida e por todos nós referenciada, eu pergunto – e a forma de perguntar –, mas já lhe pedindo que V. Exa. também se permita fazer, na condição de Relator *ad hoc*, a leitura do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária de Sertanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertanópolis, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Essa relatoria é do Senador Flávio Arns. Se V. Exa. nos distinguir mais uma vez, eu agradeço.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Positivo, Senador Veneziano. É uma honra e um privilégio relatar no lugar do Senador Flávio Arns.

Então, conforme combinado, eu vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 437, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária de Sertanópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sertanópolis, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É isso aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mais uma vez agradecido, Senador Mourão.

Os itens 3, 4 e 5 são também nessa mesma toada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 489, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Artística Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Campina, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Desta feita, a relatoria coube ao Senador Dr. Hiran, que nos traz o seu relatório pela aprovação com uma emenda de redação.

Se V. Exa. se permite fazer a leitura, na condição de Relator *ad hoc*, mais uma vez nós agradecemos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Positivo, Sr. Presidente.

Ressalto que, nesse caso, igual ao item 1, haverá uma emenda de redação para a substituição de "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Indo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 489, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural Artística Desportiva e de Comunicação Social Nova Campina para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Nova Campina, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Hamilton Mourão, o item 4 da nossa pauta traz:

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 558, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borborema, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria Ad hoc: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações.

Nosso Relator, o Senador Dr. Hiran, não estando presente, peço à V. Exa., Senador Mourão, para que possa, *ad hoc*, fazer a leitura do seu relatório, que traz requerimento de informações.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Positivo, Presidente Veneziano.

Nesse caso, é necessário um requerimento para o Ministério das Comunicações, em virtude de ainda restarem dúvidas a respeito dessa entidade.

Então, o voto é: em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 558, de 2021, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as seguintes informações referentes à renovação da autorização outorgada à Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Borborema, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 558, de 2021:

- situação da entidade no que diz respeito ao débito de receitas administradas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- situação da entidade no que diz respeito aos processos de apuração de infrações ativos;
- confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mais uma vez agradecemos a leitura que faz e sua prestimosidade, Senador Mourão, em nome do Relator, Senador Dr. Hiran, que sugeriu requerimento de informações ao Ministério das Comunicações para que sejam dirimidos alguns pontos, e aí fica sobrestado esse PDL.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 1034, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

Também sob a responsabilidade do Senador Dr. Hiran, eu convido, indicando o Senador Hamilton Mourão, que se predispõe a fazê-lo, para realizar a leitura de seu relatório, que é pela provação.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 1.034, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores da Quadra 404 Norte (Arne 51) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Palmas, Estado do Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Mais uma vez agradecemos, Senador Mourão.

Nós estamos partindo para os dois últimos itens.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 603, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Vida de Promoção Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Teve como Relator o Senador Carlos Portinho. Na sua ausência, designamos o Senador Hamilton Mourão, para, como Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório trazido pelo Senador Portinho, que é pela aprovação, com uma emenda de redação.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Positivo, Sr. Presidente.

Caso idêntico aos outros anteriores, em que haverá uma emeda de redação para substituição do nome do ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 603, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Vida de Promoção Social para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 603, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Reitero o nosso agradecimento, Senador Mourão.

O último item, Senador.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 674, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Assistencial dos Moradores da Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cascavel, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatoria *Ad hoc*: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

A relatoria coube à Senadora Daniella Ribeiro.

Nós não temos a presença da Senadora Daniella Ribeiro e, por isso, fazemos a designação, para a leitura do seu relatório, ao Senador Hamilton Mourão, na condição de Relator *ad hoc*.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2021, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CCDD (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Gratíssimo, Senador Mourão.

Antes de abrirmos a discussão dos itens que foram relatados pelo Senador Hamilton Mourão, itens de 1 a 7, nós, a pedido do Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Gomes, que é Relator dos itens 10 e 11, e por força da sua ausência, atendemos à sua solicitação para a retirada do PDL 511 e a retirada do PDL 248.

Assim nós o fazemos.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 511, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 248, DE 2021

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Monte Santo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Santo do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.)

Aberta a discussão dos itens de 1 a 7.

As senhoras e os senhores que desejarem discutir... (*Pausa.*)

Não há quem deseje discutir as matérias.

A votação será nominal, processo terminativo.

Os Senadores que votam com o Relator *ad hoc*, Senador Hamilton Mourão, votarão "sim".

Solicitamos a presta atenção da Secretaria para que abramos o painel e, assim, procedamos à votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem registrar os seus votos.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Nós alcançamos o quórum regimental para que possamos abrir o nosso painel e termos o resultado final das votações dos itens 1, 2, 3, 5, 6, 7, sob relatorias *ad hoc* trazidas pelo Senador Hamilton Mourão.

Com dez votos registrados, nós encerramos a votação, pedindo para que a nossa Secretaria possa abrir, no painel, o nosso resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Votaram SIM 9; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Estão aprovados os projetos, nos termos dos seus respectivos pareceres, agradecendo, em nome desta Presidência, aos Srs. Relatores e as Sras. Relatoras e, principalmente, a disponibilidade do Senador Hamilton Mourão, que, gentilmente, desde o início, participou conosco, fazendo as relatorias *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Mourão.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa Diretora para as providências cabíveis, esclarecendo a V. Exas. que o item 4 possui, no relatório, o encaminhamento de requerimento de informação ao Ministério das Comunicações. O relatório foi do Dr. Hiran. Nós aguardaremos essas informações, para que as tragamos, posteriormente, à apreciação deste PDL.

Portanto, a votação desse item será realizada por processo simbólico.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa com a constitui o parecer preliminar da Comissão, pela apresentação do requerimento.

A matéria vai ser encaminhada à nossa SGM (Secretaria-Geral da Mesa).

Antes de concluirmos os nossos trabalhos, a Presidência submete à deliberação do nosso Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, que foi realizada no dia 20 de setembro de 2023.

As senhoras e os senhores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Não houve objeção.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a atenção dispensada pelos senhores e senhoras integrantes da Comissão e a confiança do Presidente Eduardo Gomes para que nós assumíssemos e conduzíssemos esta reunião, agradecendo também a participação sempre prestativa, eloquente, diligente e competente dos que fazem a nossa Secretaria... Não é, Senador Hamilton Mourão? Sempre registro, porque, de fato, a nossa equipe no Senado é distinguida pelas atenções e competência.

Nada mais havendo a tratar, agradecido pela presença de todos, nós declaramos encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Eduardo Gomes e Hamilton Mourão, reúne-se a Comissão de Comunicação e Direito Digital com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Zequinha Marinho, Rodrigo Cunha, Mauro Carvalho Junior, Daniella Ribeiro, Zenaide Maia, Paulo Paim, Flávio Arns, Angelo Coronel, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Carlos Portinho, Dr. Hiran e Esperidião Amin, e ainda da Senadora Augusta Brito, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Giordano, Nelsinho Trad, Rogério Carvalho e Flávio Bolsonaro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 377, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 625, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiassucê, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 683, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim - ABCCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatim, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão (*Ad hoc*), substituiu Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações. **Resultado:** Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 511, de 2019 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 248, de 2021 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Monte Santo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Santo do Tocantins, Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda de redação. **Resultado:** Aprovado com a Emenda 1/2023-CCDD (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 411, de 2022 - Terminativo -** que: "Aprova o ato que outorga permissão à Faculdade Atenas (Centro Educacional Hyarte-ml Ltda.) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. A presidência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Gomes
Presidente da Comissão de Comunicação e Direito Digital

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/25

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Comunicação e Direito Digital da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

Passaremos agora à análise das propostas dos projetos terminativos da pauta.

Informo às Sras. e aos Srs. Senadores que a pauta da presente reunião é composta de seis itens, sendo cinco itens de relatório pela aprovação ou aprovação com emendas de redação, e de um item com relatório pela apresentação do requerimento de informações.

Questiono a V. Exas. se, por uma questão de racionalização dos trabalhos, podemos efetuar a leitura de todos os relatórios e ao final proceder à discussão de todos os itens e à votação das matérias em globo. (*Pausa.*)

Havendo concordância e não havendo objeção, anuncio o item 1 da pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, na verdade, ao item 2 da pauta, pois o Senador Rogério Carvalho está na Comissão de Constituição e Justiça e pediu que fizéssemos a inversão, se todos concordarem. (*Pausa.*)

Havendo concordância, passo ao item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 625, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiassucê, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

A relatoria é do Senador Izalci Lucas e *ad hoc* do Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, bom dia.

Peço permissão para ir direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-G, VI, cumpre à CCDD opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 625, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 625, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Ibiassucê para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibiassucê, Estado da Bahia, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Passamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 683, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim - ABCCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Itatim, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações.

Relatoria do Senador Izalci Lucas, com designação de Relator *ad hoc* ao Senador Hamilton Mourão.

Passo a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Peço permissão para ler algum trecho aqui da análise que difere da análise anterior, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. *Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O exame da documentação que acompanha o PDL nº 683, de 2019, por sua vez, revelou a ausência de alguns documentos. Não foram localizados a ata de eleição da diretoria em exercício à época da edição do ato de renovação da outorga (mandato entre 15 de junho de 2017 e 15 de junho de 2021) e os comprovantes de maioridade e nacionalidade de todos os seus integrantes, conforme estão exigidos pelo art. 130, incisos III e IV, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, do Ministério das Comunicações.

Por conseguinte, de forma a dotar esta Comissão de todos os elementos necessários para a deliberação da matéria, propõe-se o sobrestamento da tramitação da matéria e concomitante encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério das Comunicações para suprir as omissões identificadas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pelo sobrestamento do exame do PDL nº 683, de 2019, e concomitante encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição:

> REQUERIMENTO Nº , DE 2023
> Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao ministro de estado das Comunicações as seguintes informações referentes ao processo de renovação da autorização outorgada à Associação Beneficente e Comunitária do Movimento Sócio-Cultural e Educativo de Itatim - ABCCI para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Itatim, estado da Bahia, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2019:
> - cópia da ata de eleição da diretoria da entidade com mandato entre 15 de junho de 2017 e 15 de junho de 2021 e comprovantes de maioridade e nacionalidade de todos os seus integrantes, nos termos do art. 130, incisos III e IV, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, do Ministério das Comunicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Neste instante, para continuar com a pauta, passo a Presidência ao Senador Hamilton Mourão, para que eu possa fazer leitura de relatórios dos itens 4 a 6. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Passamos, então, ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 511, DE 2019

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto Legislativo nº 511, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Educativa de Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Barra do Ouro, Estado do Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a emenda de redação para substituir a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Eduardo Gomes.

Vamos passar, então, ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 248, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Monte Santo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Santo do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação com uma emenda de redação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 248, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Rádio Comunitária Monte Santo FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Monte Santo do Tocantins, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a emenda de redação para substituir a denominação "Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Senador Eduardo Gomes.

Não havendo quem queira discutir, vamos passar ao item meia dúzia da pauta.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 411, DE 2022

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Faculdade Atenas (Centro Educacional Hyarte-ml Ltda.) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Senador Eduardo Gomes, a palavra está com o senhor.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Hamilton Mourão, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Faculdade Atenas para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o relatório, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Gomes.

Aprovado o relatório.

Não havendo quem queira discutir, eu devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 377, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação.

O Relator é o Senador Rogério Carvalho, designado Relator *ad hoc* o Senador Hamilton Mourão.

Tem V. Exa. a palavra para a leitura do relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 377, de 2019, complementada pela resposta ao Requerimento nº 21, de 2022, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Batalha, Estado do Piauí, na forma do PDL originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Está aberta a discussão dos itens 1 a 6 da pauta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Colocamos em votação, em grupo, os seguintes itens da pauta: item 1 (PDL nº 377/2019), item 2 (PDL nº 625/2019), item 4 (PDL nº 511/2019), item 5 (PDL nº 248/2021) e item 6 (PDL nº 411/2022).

A votação será nominal.

Os Senadores que votarem com os Relatores votam "sim".

Solicito à Secretaria que abra o painel de votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Mesa que coloque o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - TO) – Resultado: aprovado.

Com um quórum de 9, votaram 8 votos SIM.

Estão aprovados os projetos nos termos dos seus respectivos pareceres.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Esclareço a V. Exas. que o item 3 da pauta possui relatório pelo encaminhamento de requerimento de informação ao Ministério das Comunicações.

Portanto, a votação desse item será realizada pelo processo simbólico.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer preliminar da Comissão pela apresentação de requerimento.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião, realizada no dia 18 de outubro de 2023.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia treze de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Zequinha Marinho, Fernando Dueire, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Mauro Carvalho Junior e Eduardo Girão, e ainda dos Senadores Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Carlos Viana, Fernando Farias, Leila Barros, Sérgio Petecão, Humberto Costa, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2023 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Romário (PL/RJ). **Finalidade:** Debater sobre as políticas necessárias à prevenção e à repressão ao racismo no futebol. **Participantes:** Sr. Diogo André Silvestre da Silva, Assessor Especial (representante de: Ministério do Esporte); Sr. Dênis Rodrigues da Silva, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade (representante de: Ministério do Esporte); Sr. José Perdiz de Jesus, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol; Sra. Anielle Franco, Ministra de Estado da Igualdade Racial; Sr. Marcelo Medeiros Carvalho, Diretor-Executivo do Observatório da Discriminação Racial no Futebol; Sr. Bruno Otávio de Lacerda Abrahão, Professor da Universidade Federal da Bahia; e Sr. Ricardo Leão de Andrade, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da CBF (representante de: Ednaldo Rodrigues Gomes - Presidente da CBF). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Leila Barros, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Humberto Costa, Paulo Paim, Carlos Portinho, Mauro Carvalho Junior e Cleitinho, e ainda dos Senadores Damares Alves, Magno Malta, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Wilder Morais e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Fernando Farias, Sérgio Petecão e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às dez horas e dezessete minutos, a reunião é suspensa. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3276, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de despesas com academias, centros de saúde física e outros estabelecimentos especializados na prática de atividade física." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3613, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Concede prioridade de acesso a recursos do FNAC a empresa de transporte aéreo regular que destine passagens aéreas gratuitas para atletas olímpicos e paraolímpicos em formação." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3723, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 11, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1779, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 469, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências." **Autoria:** Senador Alexandre Silveira (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com acolhimento parcial das emendas nºs 1 e 2 - PLEN e contrário à emenda nº 3 - PLEN. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2667, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 41-H à Lei nº 10.671, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para aumentar as penas previstas para os crimes que especifica quando a fraude, alteração ou falseamento de resultado de competição esportiva, ou de evento a ela associado, se der com o intuito de obter vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza, inclusive loterias." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 10, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5926/2019, que "institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado o requerimento. **Observação:** Foram incluídos como convidados pelo autor do requerimento, senador Carlos Portinho, os senhores José Perdiz de Jesus, Luís Antônio Silva Santos, Marcelo Jucá, Péricles Bassols Pegado Cortez, Wilton Pereira Sampaio, e também os assistentes que trabalharam na operação do VAR (Árbitro Assistente de Vídeo) na partida de futebol masculino disputada em 18 de setembro de 2023 entre Sport Club Corinthians Paulista e Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 11, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os constantes erros de arbitragem no futebol brasileiro." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 12, de 2023** que: "Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2023-CESP, seja incluído, como convidado, o senhor Gutemberg Fonseca, ex-árbitro de futebol pela FIFA." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), REQ 6/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), REQ 7/2023 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), e REQ 8/2023 - CEsp, de autoria Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Finalidade:** Debater sobre a manipulação de resultados, casos concretos e medidas para o seu combate. **Participantes:** Sr. Fernando Martins Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás; Sr. José Francisco Manssur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda; Sra. Juliana Picoli Agatte, Secretária-Executiva (representante do Ministério do Esporte); Sr. Guilherme Benages Alcantara, Consultor Jurídico (representante do Ministério do Esporte); Sr. Rafael Bozzano, Subprocurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol; Sr. Andrei Kampff, Advogado e Jornalista; Sr. Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas - ABAESP; Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Sr. Bruno Arleu de Araújo, Árbitro de Futebol; Sr. Guilherme Buso, Diretor da Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte – ABRADIE; e Sr. Julio de Souza Avellar Bisneto, Diretor de Competições da CBF (representante de Ednaldo Rodrigues Gomes - Presidente da CBF). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/20

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 20 de setembro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 4ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; e a segunda, audiência pública interativa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e contará com a possibilidade de os Senadores e as Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais, desde que tenham registrado a presença em um dos terminais instalados no Senado.

Vamos dar início à nossa sessão deliberativa.

Eu sou autor de alguns projetos que estão na pauta como item... enfim, são os primeiros itens, mas, a pedido do nosso colega, amigo, grande irmão Senador Portinho, eu abro mão de relatar esses itens e passo a palavra ao Senador Portinho para relatar o item 8.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.189501/2023-01-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 10, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5926/2019, que "institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente Senador Romário, amigo, ídolo, uma das pessoas que mais entendem do assunto esportivo aqui no nosso Senado Federal junto com o nosso Senador Kajuru. Desde garoto eu o acompanho e agora tenho a oportunidade de dividir esse espaço com você...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, porque eu sou muito mais jovem, não é, Kajuru? Por favor.

Mas, então, este requerimento, em breves linhas, se torna a cada dia, a cada rodada do Campeonato Brasileiro, mais fundamental, porque é um requerimento para, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública para instruir o PL, ao qual me cabe a relatoria, 5.926, de 2019, que institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro.

Como advogado de direito desportivo, eu sei que poderemos ter alguma limitação nessa regulação para não invadir a esfera privada, mas é um assunto de clamor público, do torcedor, do consumidor, que é quem tem direitos: consumidor dos eventos esportivos.

A cada rodada, os erros da arbitragem, Senador Jorge Kajuru, são mais flagrantes. É como se antes do VAR a arbitragem fosse melhor do que ela é hoje, é a impressão que eu tenho. E a tecnologia vem para nos ajudar, tem a capacidade de definir.

É lógico que, se uma bola entrou no gol ou não, vai apitar lá no ouvido do árbitro. A tecnologia nas linhas de impedimento, que é muito usada pelo VAR, não deveria dar dúvida, porque imagino que ali é um algoritmo – isso deveria resolver com facilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, mesmo assim, a gente tem visto tantos erros quanto antes na marcação de impedimentos, que influem no resultado das partidas, e agora os lances polêmicos como o do jogo Corinthians e Grêmio, um jogo espetacular, que infelizmente ficou marcado por um erro absurdo de arbitragem. Nem a minha pelada teria um erro daquele, lógico que seria pênalti na hora. O próprio atleta que botou a mão na bola iria se acusar, se fosse na minha pelada, o que leva também – e tem a ver com a audiência de hoje – a gente a se preocupar se são erros intencionais ou não porque, por trás, pode haver uma manipulação de resultado: quanto é que valia o resultado, nas casas de apostas, de um jogo de Corinthians e Grêmio, decisivo, importante como um todo, e que foi definido no último lance como esse?

Às vezes a manipulação não está só nos atletas, pode estar nos árbitros também. Então, esta audiência pública, para que a gente possa discutir o PL 5.926, de 2019, de transparência do VAR, se torna ainda mais relevante.

Por isso eu proponho a presença dos seguintes convidados, sem prejuízo de outros que meus colegas poderão acrescer. Eu relaciono aqui:

- representante do Ministério dos Esportes;

- representante da Academia Nacional de Direito Desportivo, que certamente contribuiu muito na SAF, e tem muito para contribuir aqui;

- Sr. Ednaldo Rodrigues, Presidente da CBF – até já me adianto, o mais importante é ter o Diretor Jurídico, o Sr. Gamil Föppel, que acho que ainda é o Diretor Jurídico – peço até que seja confirmado – da CBF;

– Sr. Wilson Luiz Seneme, principalmente esse não pode deixar de vir – se tem alguém para poder dar explicações a nós é ele, que é o Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, e ele vai estar aqui hoje, então já pode até ser comunicado de que haverá esta reunião;

- Sr. Paulo César Salomão Filho, que é o Presidente da Comissão Especial de Direito Desportivo da OAB;

- Sra. Renata Mansur, que é presidente, uma mulher importante, advogada também da Comissão de Direito Desportivo, no caso da OAB/RJ;

- Sr. José Carlos Silveira Barbosa Júnior, Consultor Legislativo do Senado Federal;

- Sr. Gabriel Penna Firme de Melo, Consultor legislativo do Senado Federal.

- Presidente do STJD – eu acrescento aqui oralmente –, que é quem decide essas polêmicas em última instância no Brasil, o Dr. José Perdiz de Jesus, meu antigo colega de tribunal; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Dr. Marcelo Jucá, que é um advogado especialista em Direito Desportivo, advogado de diversos clubes, inclusive do Vasco da Gama, e que tem muito conhecimento também sobre essa matéria e poderá nos ajudar.

Esse é o requerimento, com a justificativa que eu antecipei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho, eu quero parabenizá-lo pelo requerimento. Realmente, V. Exa. já deu aqui alguns exemplos que a gente tem tido aí – negativamente falando – do VAR, e uma audiência pública desse tamanho, dessa relevância, neste momento, principalmente, é um momento muito importante para o nosso futebol.

Senador Kajuru, quer fazer algum comentário em relação a esse requerimento?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discutir.) – Quero sim, irmão e Presidente Romário nesta Comissão, em que você vai fazer história mais uma vez, evidentemente, com todos nós juntos, porque nada aqui é singular, tudo é plural em nosso trabalho.

O Senador Carlos Portinho, melhor advogado esportivo do Brasil antes de ser Senador da República, conversou muito comigo sobre a questão do VAR, sobre esse requerimento, e no jogo de anteontem, o Portinho chegou a ver, porque ontem nós conversamos meia hora por telefone à noite, e tenho certeza de que o Romário também viu, mas eu trouxe o vídeo dos áudios do VAR no jogo Corinthians e Grêmio. É muito revoltante, Presidente Romário, porque o funcionário do VAR questiona a imagem, ou seja, então agora o funcionário do VAR acha que a imagem é inferior a ele. Então não precisa de câmera, fica só ele sozinho lá na cabine com os demais, porque a discussão no áudio deles sobre aquele lance ridículo do jogo Corinthians e Grêmio até levou o Renato Gaúcho a fazer aquela ironia de que até Stevie Wonder... Ele, Renato Gaúcho, nunca nem ouviu Stevie Wonder. Aliás, com certeza, nem sabe que é um músico mundial, embora com deficiência visual...

Mas, enfim, é importante que realmente essa questão do VAR seja pela primeira vez discutida desde a sua invenção e, principalmente, aqui no Senado Federal, Presidente, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Portinho, eu não prestei muita atenção em todos os nomes, mas tem algum profissional do VAR, da cabine, convidado nessa sua relação?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parece que não tem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu me foquei no chefe da Comissão de Arbitragem, mas acho que é muito válido, sim, Senador Romário, a gente trazer. E trazer também, eu quero acrescentar aqui já, o Sr. Luis Antônio Silva Santos, que é um dos maiores árbitros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil, árbitro da nossa cidade, e que poderia também contribuir pela sua experiência, árbitro de diversos Flamengo e Vasco, para quem não se lembra, em todo o tricampeonato do Flamengo, e outros jogos.

Eu estou fazendo a inclusão do Luis Antônio Silva Santos, e acho que pegar, Kajuru, o nome dos árbitros do VAR...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive deste, que foi suspenso anteontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, na verdade, exatamente isso. Eu acredito que esse árbitro do jogo e o...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... funcionário, que é o principal lá do VAR, são duas pessoas importantíssimas nesse requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E ambos foram suspensos ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente vai colocar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não foi por uma brincadeira, porque isso não é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ontem foi o Péricles Bassols, que já foi árbitro e foi o Gerente Técnico do VAR, o coordenador.

Então, vou incluir aqui Péricles Bassols, vou incluir Luis Antônio Silva Santos, porque esse vai contribuir; o outro vai explicar o inexplicável, junto com os outros. Eu vou ver quem estava na cabine anteontem e pedir todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

Dando seguimento à votação do requerimento, essa votação será simbólica.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Passo a presidência da reunião ao Senador Jorge Kajuru, para que eu possa fazer os relatórios das matérias das quais eu sou Relator. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, o item 1 é o Projeto de Lei 3.276, de 2021, não terminativo.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3276, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução da base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) de despesas com academias, centros de saúde física e outros estabelecimentos especializados na prática de atividade física.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo, então, a palavra ao Senador e Presidente desta histórica Comissão de Esportes, Romário de Souza, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

Esta Comissão avalia o mérito do PL, enquanto aspectos econômicos e requisitos legais são examinados pela CAE, conforme nosso Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PL visa a promover a atividade física como essencial para a saúde mental e física, destacando que estudos comprovam seus benefícios, busca estimular atividades físicas, vitais para a saúde, reduzindo o risco de doenças.

O Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano de 2019 destaca o vínculo entre inatividade e mortes prematuras, enquanto estudos também apontam menor risco de morte entre indivíduos ativos.

Além disso, os exercícios beneficiam a saúde cardiovascular, fortalecendo músculos, resistência, coordenação e peso, e ainda contribuem para a saúde mental, reduzindo o estresse e a ansiedade, aumentando a autoestima, habilidades cognitivas e prevenindo depressão.

Os esportes também favorecem a saúde social, promovendo interações, cooperações, inclusão e coesão.

A Organização Pan-Americana da Saúde e a OMS recomendam atividades físicas semanais para todos. Ainda assim, uma pesquisa recente do Sesi, de junho de 2023, revela que 52% dos brasileiros são inativos. Aumentar a atividade física não só traria benefícios à saúde, mas também economizaria recursos do sistema de saúde. Estudos da Universidade Federal Fluminense mostram que a inatividade custou ao SUS cerca de R$300 milhões em internações no ano de 2019.

O PL se alinha às vontades da sociedade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2015 revelou que 73,3% dos entrevistados apoiam o investimento público em atividades físicas.

Assim sendo, o projeto é valioso ao incentivar práticas saudáveis, melhorar a qualidade de vida e gerar economia nos gastos da saúde pública.

Portanto, o projeto é considerado meritório e oportuno.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.276, de 2021.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Não havendo Senadores que desejam discutir o relatório, exímio, por sinal, apresentado pelo Senador e Presidente desta Comissão, o nosso irmão Romário, a gente coloca em votação simbólica.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, esse projeto de lei do Senador Veneziano Vital do Rêgo, com relatório do Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volto a Presidência ao Presidente Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, na verdade, Senador, eu tenho mais um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, desculpa. Não recebi aqui.

Este, então, Presidente, é o item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3613, DE 2021

- Não terminativo -

Concede prioridade de acesso a recursos do FNAC a empresa de transporte aéreo regular que destine passagens aéreas gratuitas para atletas olímpicos e paraolímpicos em formação.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

E, já de imediato, concedo a palavra ao Senador e Presidente Romário para leitura de seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito bem, Senador. Esse é bem curto. Vou à análise diretamente.

O projeto busca estimular a participação de atletas olímpicos ou paraolímpicos em competições esportivas, concedendo prioridade de acesso a recursos do FNAC a empresas de transporte aéreo regular que ofereçam passagens gratuitas a esses atletas.

A falta de recursos financeiros é um desafio enfrentado por muitos atletas, o que pode afetar seu desempenho e bem-estar. Ao estabelecer essa prioridade, a proposta está alinhada ao dever constitucional de fomentar a prática desportiva e promover a justiça social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estímulo à prática esportiva contribui para a saúde e o bem-estar da população e a viabilização por meio de incentivos públicos é benéfica para a sociedade como um todo. Portanto, o projeto é considerado meritório e oportuno.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.613, de 2021, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Objetivo e irretocável o relatório do Senador Romário, com a sua aprovação.

Não havendo quem queira discutir, evidentemente, nós já vamos para a votação simbólica, em que os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Devolvo a Presidência da Comissão de Esportes ao Presidente e irmão Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Dando prosseguimento a esta sessão.

Item 6.

Projeto de Lei n° 2.667, de 2023 - não terminativo.

Acrescenta o art. 41-H à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para aumentar as penas previstas para os crimes que especifica quando a fraude, alteração ou falseamento de resultado de competição esportiva, ou de evento a ela associado, se der com o intuito de obter vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza, inclusive loterias.

Autoria do genial Senador, como sempre, Jorge Kajuru...

Só um momento.

Um minuto. Houve um equívoco aqui do nosso Secretário.

Vamos achar. Calma. (*Pausa.*)

1ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 469, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o crime de rixa em decorrência de eventos esportivos e dá outras providências.

Autoria: Senador Alexandre Silveira

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto, com acolhimento parcial das emendas nºs 1 e 2 - PLEN e contrário à emenda nº 3 - PLEN.

Observações:

1. Em 23/08/2023, constou da pauta mas foi retirado para reexame a pedido do relator.

2. Em 28/08/2023, recebido novo relatório.

3. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Romário.

Vou direto à análise.

De acordo com o art. 104-H, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CEsp manifestar-se em propostas que versem sobre normas gerais em relação ao esporte e outros assuntos correlatos.

A análise empreendida no âmbito desta Comissão cinge-se ao mérito da proposição, uma vez que o exame dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade será realizado pela CCJ, quando a matéria for deliberada por aquele colegiado, nos termos do art. 101 do Risf.

O Projeto de Lei nº 469, de 2022, busca enfrentar a urgente e gravíssima situação referente à violência que assola o contexto esportivo em nosso País.

Dia após dia, nos deparamos com episódios revoltantes que chocam a nossa sociedade e clamam por uma atuação mais firme de todos, tanto daqueles de dentro do mundo esportivo, quanto do Poder Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No último mês de julho, assistimos estarrecidos, aturdidos, à morte de uma torcedora do Palmeiras ferida por estilhaços de garrafa arremessada em tumulto envolvendo supostos torcedores da equipe do Flamengo. Infelizmente, não se trata de caso isolado.

Pesquisa coordenada pelo sociólogo Mauricio Murad no âmbito do programa de pós-graduação da Universidade Salgado de Oliveira identificou a ocorrência de 157 mortes em jogos das Séries A, B e C do Campeonato Brasileiro de Futebol entre os anos de 2009 a 2019.

Naquele ano de 2019, aconteceram 160 eventos violentos, nas 38 rodadas do Campeonato Brasileiro, uma média assustadora, Presidente Romário, de mais de quatro episódios por rodada. No corrente ano de 2023, já foram contabilizadas oito mortes em conflitos envolvendo torcedores.

Além dos danos físicos e emocionais causados aos envolvidos, esses episódios de violência afastam os torcedores dos estádios, ensejando prejuízos não apenas ao esporte em si, mas também às próprias entidades de prática esportiva. A pesquisa já mencionada apontou que cerca de 70% dos torcedores que deixam de ir ao estádio alegam como principal razão a violência.

O contexto é gravíssimo e exige atuação direta deste Parlamento. É preciso tomar medidas concretas para impedir que trágicos episódios de homicídios, agressões, vandalismos e depredações continuem ocorrendo.

É necessário promover a conscientização, investir em segurança, oferecer estrutura adequada aos torcedores e punir rigorosamente os infratores, de acordo com a égide legal. A violência nos estádios não pode ser tratada como algo inevitável. O esforço deve ser contínuo e coletivo para erradicar esse problema, garantindo a segurança e o prazer de torcer para os fãs de futebol em todo o Brasil.

A atuação de Estados nacionais frente à violência em arenas esportivas não é fenômeno recente. Em 1989, o Governo inglês publicou o *Relatório Taylor*, documento considerado como marco do assunto. O relatório versava sobre a conhecida Tragédia de Hillsborough, episódio que deixou 96 mortos e quase mil feridos em partida disputada por Liverpool e Nottingham Forest. Além de apontar responsabilidades, o *Relatório Taylor* recomendava a adoção de diversas ações voltadas para a segurança no futebol e foi peça fundamental para a transformação do futebol inglês, como é de conhecimento do Presidente Romário.

No contexto brasileiro, o debate público voltado à implementação de legislação específica se intensificou a partir de recorrentes episódios de violência no final da década de 1990 – quando, aliás, eu o conheci, Romário, na Itália – e início dos anos 2000. Nesse sentido, a Lei nº 12.299, de 27 de julho de 2010, veio a alterar o Estatuto do Torcedor, para dispor sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas. Foram, então, incluídos no Estatuto tipos penais específicos para o contexto esportivo, dentre os quais o de promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores em eventos esportivos, cuja pena cominada foi de um a dois anos de reclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nova resposta aos constantes casos de violência, o Congresso Nacional editou a Lei nº 13.912, de 25 de novembro de 2019, alterando novamente o Estatuto do Torcedor, para ampliar o prazo de afastamento de torcidas organizadas ou desorganizadas que promoverem atos de violência, estender sua incidência a atos praticados em datas e locais distintos dos eventos esportivos e instituir novas hipóteses de responsabilidade civil objetiva de torcidas organizadas.

Apesar de possuir legislação específica para a temática, é inegável que as respostas que o Brasil está oferecendo ao drama são insuficientes – insuficientes!

Além de ações de prevenção e de conscientização, é fundamental que haja a devida identificação e a adequada punição dos criminosos, reduzindo, assim, a profunda impunidade que contribui para o caso.

Porém, ainda que seja realizada a devida responsabilização criminal dos envolvidos, constata-se que a atual pena cominada para o crime previsto no art. 41-B do Estatuto do Torcedor – promover tumulto, praticar ou incitar a violência ou invadir local restrito aos competidores ou aos árbitros e seus auxiliares em eventos esportivos trata-se de uma reclusão de um a dois anos – mostra-se também insuficiente para coibir as práticas de violência no contexto esportivo.

O pesquisador Maurício Murad, autor do livro *A Violência no Futebol: Novas Pesquisas, Novas Ideias, Novas Propostas*, em entrevista concedida ao portal de notícias do Senado Federal, apontou ele como uma das medidas necessárias para o combate à violência o endurecimento das leis, ressaltando, ainda, a importância da aplicação efetiva dos dispositivos legais.

Diante desse contexto, não há dúvidas de que a proposição sob análise tem o mérito de pretender endurecer o tratamento penal conferido pelo Estado brasileiro aos casos de violência ocorridos em decorrência de eventos esportivos.

E aqui observo que a proposição normativa, ao criar tipo penal – rixa em decorrência de eventos esportivos –, acaba por ensejar possível conflito jurídico com o crime contra a paz no esporte já previsto no art. 41-B do Estatuto do Torcedor – promover tumulto, como eu já disse.

Diante disso, a fim de se manter o intuito da presente proposta, revela-se oportuna não a criação de nova previsão legal, mas sim a exasperação da pena prevista para o supracitado crime contra a paz no esporte, já tipificado no Estatuto do Torcedor.

De fato, noto que a atual pena cominada para o crime previsto neste artigo – a reclusão de que já falei aqui, de dois anos...

E, ademais, saliento que, com a recente promulgação da Lei Geral do Esporte, a Lei nº 14.597, de 14 de junho deste ano, 2023, o Estatuto do Torcedor acabou revogado e o seu conteúdo incorporado à lei. Dessa sorte, proponho uma emenda para que as alterações sejam feitas na Lei Geral do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feitas essas considerações sobre o projeto de lei, passo à análise das três emendas apresentadas.

A nº 1 propõe criar uma gradação, a fim de diferenciar as penas relativas às hipóteses de ocorrência de morte e lesão corporal de natureza grave. Entendo pertinente o teor da emenda apresentada, porquanto revela uma dosimetria mais equilibrada, distinguindo o tratamento jurídico a ser dado conforme o resultado da conduta praticada. No entanto, como a Emenda nº 1 volta-se à alteração do Código Penal, incorpora-se essa sugestão de diferenciação da gradação das penas à emenda que ora apresento e detalho ao final deste parecer.

A Emenda nº 2 busca diminuir a pena indicada no projeto original, sob a justificativa de que a majoração pretendida se configura demasiada. Não nos alinhamos a tal entendimento – sei que o Presidente Romário e os demais membros também não. Assim, diante da necessidade de oferecer resposta dura e efetiva ante o contexto de violência extrema que assola as arenas esportivas e que já foi exposto no presente parecer, digo então que, no que tange à segunda parte da emenda, referente ao ajuste de redação que permite ao juiz determinar cautelarmente o afastamento de indiciado ou denunciado do local em que se realizam competições ou práticas desportivas, entendo que se trata de medida adequada. Essa parte, inclusive, pode ser combinada com a redação original do projeto.

Por fim, a Emenda nº 3 pretende restringir o tipo penal apenas aos integrantes de torcidas organizadas que se envolverem em rixa. No entanto, não me parece adequado impor requisito específico – no caso, filiação a torcida organizada – para que o indivíduo que pratique a conduta vedada possa ser responsabilizado.

Portanto, entendo que as Emendas nºs 1 e 2 devam ser parcialmente acolhidas e que a Emenda nº 3 mereça ser rejeitada.

Diretamente ao voto – desculpe por me alongar em função das emendas –, ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 469, de 2022, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 1 e 2 e pela rejeição da Emenda nº 3, na forma das emendas que apresento, Presidente irmão Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Não havendo aqui ninguém para discutir, a votação será simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.189501/2023-01-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 11, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os constantes erros de arbitragem no futebol brasileiro.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, autor do requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para encaminhar.) – Eu vou ser objetivo, Presidente Romário, porque a violência nos estádios não acontece toda rodada. A manipulação de resultados também não acontece em toda rodada. Agora, erros de arbitragem, a gente está vendo em toda rodada, tanto da Série A como da Série B. Em toda rodada tem erro.

E eu já ouvi a sua opinião – já li suas opiniões na imprensa nacional. Há erros que a gente passa a suspeitar, não de erros técnicos, e sim de erros por manipulação. O jogo Corinthians e Grêmio, por exemplo, o Senador Carlos Portinho me telefonou e disse: "Kajuru, para mim tem cheiro de manipulação." Que foi aquele pênalti não marcado. Então, essa prioridade de uma audiência pública nossa para os erros de arbitragem é porque, se demorarmos, daqui a pouco o campeonato acaba. Até porque o Botafogo, que você tanto ama, começou a ser prejudicado. Por quê? Porque muita gente acha que daqui a pouco o campeonato brasileiro vai perder a graça com a pontuação do Botafogo. Então, o Botafogo está sendo perseguido – a meu ver –, especialmente nos últimos dois jogos e agora Grêmio, Goiás, tantos outros times. Daí a necessidade desse pedido de requerimento para uma audiência, como vamos ter aqui hoje, histórica da manipulação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento meu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 12, DE 2023

- Não terminativo -

Requer que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2023-CESP, seja incluído, como convidado, o senhor Gutemberg Fonseca, ex-árbitro de futebol pela FIFA.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Muito obrigado a todos pela participação.

A votação desse requerimento será simbólica.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim. Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Romário. Rapidamente aqui, trago o Projeto de Lei de nº 2.667/2023, de minha autoria, que aumenta em dobro, ou, se o senhor discordar, em triplo até, as penalidades de crimes de manipulação de resultados em competições esportivas.

Lá na Inglaterra, já se fala em banimento de jogadores de futebol. Banimento!. E, aqui no Brasil, nós tivemos um jogador que cometeu um crime aqui e saiu do Brasil e foi jogar na Turquia. A Inglaterra acaba de proibir. O jogador que cometer esse tipo de erro, esse tipo de crime lá, não poderá se transferir para outro país.

Então, na questão dos crimes de manipulação de resultados em competições esportivas, quando cometidos para obter vantagem financeira em jogos de azar ou apostas de qualquer tipo, penso que é importante relembrar casos notórios, como a Máfia da Loteria Esportiva, desvendada pela revista *Placar*, em minha época na imprensa esportiva, em 1982, e a Máfia do Apito, em 2005, quando também era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comentarista esportivo, que envolveu o aliciamento de árbitros de futebol e resultou na anulação e remarcação de várias partidas do Campeonato Brasileiro.

E é bom lembrar, Presidente Romário, a impunidade. Não aconteceu nada no caso da Máfia da Loteria Esportiva e nem da Máfia do Apito. Alguns árbitros apenas foram suspensos. Condenação? Rigorosamente nenhuma.

Em fevereiro deste ano, o Ministério Público de Goiás deu um exemplo ao iniciar a Operação Penalidade Máxima. O corajoso Presidente do Vila Nova Futebol Clube levou ao conhecimento do Ministério Público a tentativa de aliciamento de jogadores de seu time para cometer pênaltis, receber cartões amarelos, Senador Cleitinho, ou forçar intencionalmente uma expulsão. Mais de 15 pessoas, entre jogadores, aliciadores, investidores e apostadores já foram denunciados à Justiça pela prática dos crimes de associação e organização criminosa, por lavagem de dinheiro e pelos crimes de corrupção previstos no Estatuto do Torcedor.

A aprovação deste meu projeto de lei contribuirá para a mais justa repressão, bem como incentivará a prevenção desses crimes. Eu, aqui, publicamente, vou até discordar da minha assessoria, que propunha o dobro. Eu quero mudar aqui e proponho o triplo da pena, Presidente Romário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Senador Kajuru, eu sou, inclusive, Relator desse seu projeto. Vamos deixar para relatar na próxima semana.

Chegamos ao final desta primeira parte da sessão deliberativa. Nós suspenderemos a presente reunião e iniciaremos, às 10h30, a segunda parte, com a audiência pública.

Muito obrigado a todos pela presença até o momento.

(*Suspensa às 10 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 30 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais uma vez, bom dia a todos e obrigado pela presença.

Declaro reaberta a reunião.

Primeiramente, vou fazer aqui uma fala.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores e todos presentes, hoje trazemos à Comissão um tema que diz respeito à alma e à essência do nosso esporte, a incerteza do resultado é o que move a nossa paixão pelo jogo e o que traz emoção e engajamento, é o que cria e fundamenta toda a indústria e o universo esportivo. Temos, portanto, o dever e a obrigação de lutar com todas as nossas forças contra essa grande ameaça a toda e qualquer prática ou modalidade esportiva, não só o futebol.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, não podemos baixar a guarda, a punição deve ser rigorosa até para inibir futuros infratores, mas isso não basta, precisamos estabelecer políticas eficientes de regulação e, sobretudo, de fiscalização, pois não se trata de prática clara, feita à luz do dia, em seus meandros escuros e tenebrosos a luz do controle e da lei deve ser sentida e percebida a cada passo, em todo instante.

Proteger a integridade do jogo, minhas senhoras e senhores, é deixar viva não apenas a paixão dos torcedores, mas centenas de milhares de empregos diretos e indiretos gerados pela atividade esportiva do nosso país. Temos uma missão hoje de debater essas questões e apresentar, principalmente, soluções. A crise é séria, talvez a mais grave da história que realmente esteja batendo à nossa porta, mas temos certeza de que o Papai do Céu e os deuses da bola nos iluminarão e sairemos daqui com a esperança renovada de que os malfeitores não passarão e não aceitaremos mais esse tipo de ações.

Esta parte da reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a manipulação de resultados, casos concretos e medidas para o seu combate, em atenção ao Requerimento nº 1, de 2023, aqui desta Comissão e de minha autoria, e do Requerimento, também, nº 6, de 2023; de autoria do Senador Jorge Kajuru temos o Requerimento nº 8, de 2023, e o Requerimento nº 7, de 2023.

Tendo em vista o elevado número de debatedores, faremos a divisão dos participantes em grupos.

Convido para tomar lugar à primeira mesa os seguintes convidados, se aqui estiverem:

Sr. Martins Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás.

Presente? (*Pausa.*)

Por favor, Sr. Martins.

Sr. José Francisco Manssur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda, que participará por videoconferência e se encontra, agora, neste momento, em Barcelona.

Muito obrigado, Sr. Manssur, pela participação.

Sra. Juliana Picoli Agatte, Secretária-Executiva do Ministério do Esporte.

Está presente? (*Pausa.*)

Sr. Guilherme Benages Alcantara, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte. (*Pausa.*)

Sr. Rafael Bozzano, Subprocurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do nosso futebol. (*Pausa.*)

Muito obrigado a todos os participantes que estão aqui sentados à mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Com a palavra o nosso primeiro orador, Sr. Fernando Martins Cesconetto, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás.

Por favor, Sr. Fernando.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCONETTO (Para expor.) – Bom dia, Exmo. Presidente desta Comissão de Esporte, Senador Romário, Exmo. Sr. Vice-Presidente desta Comissão de Esporte, Senador Jorge Kajuru, peço vênia para cumprimentar os demais componentes da mesa, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, profissionais da imprensa e todos os presentes que nos acompanham.

Gostaria, neste início, de agradecer o gentil convite feito ao Ministério Público do Estado de Goiás. É um motivo de grande honra estarmos aqui hoje, poder tentar contribuir num debate tão importante, num tema tão caro à toda a sociedade brasileira.

Eu pretendo, de maneira bem breve, apenas expor alguns detalhes da Operação Penalidade Máxima, que é conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado de Goiás, que se iniciou em novembro de 2022, e somente iniciou e somente teve investigação graças à iniciativa do Presidente do Vila Nova Futebol Clube, Sr. Hugo Jorge Bravo de Carvalho, que procurou o Ministério Público, confiou no Ministério Público, em novembro, e já nos apresentou as suas suspeitas, os dados que tinha relacionados à manipulação de resultados na última rodada da Série B do ano passado.

Naquela oportunidade, o Presidente do Vila Nova nos procurou já contendo dados da suposta identidade de um dos apostadores, de um dos atletas possivelmente vinculado ao esquema do seu próprio clube, o Vila Nova, mas não apenas isso, também outras duas partidas da mesma rodada da Série B, alvo de potencial manipulação, inclusive valores envolvidos nas negociatas – R$10 mil de maneira antecipada aos atletas e R$140 mil em caso de êxito. E, a partir dessa representação, dessa procura e desse encaminhamento de documentos feitos pelo Presidente do Vila Nova é que se iniciou a investigação, ainda em novembro de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram realizadas inúmeras diligências – inúmeras, com autorização judicial. O caso todo tramita perante a 2ª Vara dos feitos contra o crime organizado e a lavagem de capitais do Estado de Goiás.

Então, chega-se em fevereiro, deflagramos a primeira fase da operação, para o cumprimento de nove mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão temporária, em cinco estados, simultaneamente – além do Estado de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso.

No mês seguinte, em março, foi oferecida a primeira denúncia contra 14 pessoas, imputando os crimes de organização criminosa em face de seis acusados, bem como corrupção em âmbito esportivo, em face de atletas profissionais de futebol e outros agentes, em razão da manipulação praticada em quatro jogos da Série B do ano passado, voltados à encomenda, pagamento para cometimento de pênaltis no primeiro tempo das partidas da Série B e também cartão vermelho de um dos atletas.

A investigação prosseguiu.

No mês de abril, foi realizada a segunda fase, para o cumprimento de 20 mandados de busca e apreensão e três mandados de prisão preventiva, desta vez em seis estados: Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

No mês seguinte, em maio, foi oferecida a nova denúncia, em face de 16 pessoas, novamente imputando organização criminosa em face de três novos acusados, e outros atletas, também por conta de corrupção esportiva, agora envolvendo oito partidas da Série A, uma partida da Série B, de 2022, e quatro jogos de torneios estaduais de 2023. E os eventos manipulados cingiam-se a pênaltis durante os jogos, cartões amarelos e cartões vermelhos.

Recentemente, no mês de julho, porque a investigação prosseguiu, foi oferecida a terceira denúncia em face de 14 pessoas, novamente em razão de corrupção em âmbito esportivo, em face de 13 partidas da Série A do campeonato de 2022, voltadas à prática de cartão amarelo e cartão vermelho, sempre mediante oferta de pagamento, elevados pagamentos a atletas profissionais.

Então, ao todo, no presente momento, são três denúncias que estão tramitando no Poder Judiciário goiano, em face de 32 pessoas, com a imputação de organização criminosa, bem como de corrupção em âmbito esportivo. E, neste momento, foi possível verificar que é uma atuação criminosa especializada na prática de corrupção em âmbito esportivo, voltada a aliciar atletas profissionais de futebol, oferecendo valores entre R$50 mil a R$500 mil para que esses atletas praticassem condutas nas partidas, seja pênalti, cartão amarelo, cartão vermelho, ou garantir o placar parcial em etapas, visando a garantir o lucro desses apostadores em inúmeras apostas feitas em casas esportivas, em detrimento, óbvio, da imprevisibilidade, decorrente de qualquer competição esportiva, e em detrimento da moralidade, que é intrínseca a qualquer competição esportiva, da lisura da competição esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como é uma atuação difusa, é evidente que tudo isso que nós estamos narrando aqui era impossível uma pessoa apenas praticar. É evidente que tem que haver uma organização criminosa, uma atividade organizada, com divisão de tarefas, escalonamento... E foi possível identificar assim a atuação de núcleos, como só ocorreram em casos de organização criminosa.

Temos um núcleo de financiadores, pessoas que atuavam para garantir a existência de verba para pagar prêmio, se é que dá para se dizer assim, aos atletas cooptados, bem como assegurar a existência de contas em casas de apostas esportivas, já com o saldo abastecido para fazer essas apostas. É possível identificar a atuação de núcleos apostadores, que são aquelas pessoas que efetivamente entram em contato com os jogadores profissionais oferecendo essas quantias, mandando pagamentos em contas bancárias próprias dos atletas ou de laranjas, como um sinal da manipulação espúria, da negociação espúria, e, depois, também, promovendo pagamentos em razão do "êxito", entre aspas, das apostas.

É possível identificar a atuação de intermediadores, que aproximam os atletas dos aliciadores e cooptadores, bem como o núcleo de apoio operacional que visa a garantir anotações, controle de contas, controle de pagamentos. Essa organização criminosa, volto a dizer, agia especializada na corrupção de atletas profissionais, sempre visando à manipulação de resultados em competições esportivas e, em troca, buscando o lucro fácil em detrimento da imprevisibilidade que é inerente a qualquer partida, em detrimento da moralidade e da lisura de todas as competições esportivas.

O Ministério Público do Estado de Goiás ofereceu essas três denúncias. Em todas as etapas, promoveu o compartilhamento de provas com a Justiça Desportiva para que lá fossem analisadas – sob a ótica da Justiça Desportiva – eventuais punições a serem aplicadas aos envolvidos. No presente momento, também, já foram celebrados nove acordos de não persecução penal, como a lei prevê. Nesses casos em que foram preenchidos os requisitos é possível oferecer esse acordo. Nove atletas profissionais confessaram a prática delitiva, fizeram jus a esse acordo de não persecução penal, com pagamentos de prestação pecuniária, a título de punição, por assim dizer, que ultrapassam R$640 mil reais.

No breve tempo que me sobra, eu só gostaria de acrescentar o primeiro fator. Passados vários meses da investigação, nós temos a plena certeza de que é uma minoria de jogadores que cede a essas tentações porque, ao mesmo tempo em que nós deflagramos, em que nos deparamos com inúmeros episódios em que os atletas cederam e concordaram em fazer os eventos manipulados, nos deparamos também com inúmeros episódios em que os atletas, simplesmente, cortaram e recusaram, rechaçaram qualquer oferta, porque já sabem que se trata – não tem outro nome – de crime. Embora se tente, muitas vezes, atenuar, normalizar esse tipo de conduta, sob a nossa ótica, sob a ótica da legislação brasileira, isso é crime. Seja pela antiga previsão do Estatuto do Torcedor, que foi revogado recentemente pelo Congresso Nacional, em junho... Passou a previsão criminal a ser na Lei Geral do Esporte. O art. 198 e o art. 199 da Lei Geral do Esporte tipificam exatamente a corrupção em âmbito esportivo, porque é disso de que se trata. Trata daquele que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solicita ou aceita uma vantagem devida para falsear ou manipular o resultado de qualquer evento vinculado àquela partida e também daquele que propõe, oferece e entrega vantagem devida, também, a esses atletas.

Se me permitem dizer, ainda no breve tempo que me resta, ficarmos apenas sob a ótica de atuação na esfera repressiva não será suficiente para coibir essas condutas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO MARTINS CESCONETTO – É necessário que tenhamos também uma atuação sob o viés preventivo, integrado, com todos os atores envolvidos, aí se incluindo também clubes, federações, fiscalizações, sejam as casas de apostas que atuem, que venham a atuar legalmente nesse sistema, empresas que realizem esse monitoramento e também os órgãos de fiscalização, tudo para que se tenha uma comunicação maior, um fluxo de comunicação maior e mais ágil, procurando, até, a não se chegar ao aspecto repressivo. Que a própria prevenção já sirva como um modo de evitar essas condutas que têm se proliferado no cenário nacional e que têm, sim, o condão de macular o esporte e a competição esportiva.

Eu encerro e agradeço novamente o convite.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Fernando, Promotor de Justiça do Ministério Público. Para aproveitar a oportunidade, quero agradecer pelo Ministério Público de Goiás ter estartado essas denúncias, que culminaram, claro, em punições, e que o senhor realmente colocou perfeitamente.

Na minha opinião, todas essas pessoas que participaram, direta e indiretamente – empresários, amigos, jogadores, enfim –, são criminosos, sim, e têm, sim, que pagar pelos seus crimes.

Senador Kajuru, alguma colocação?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Objetivamente, Presidente e irmão Romário, só lembro que a coragem do Presidente do Vila Nova Futebol Clube também tem que ser enaltecida aqui, porque ele falou de jogadores do seu próprio time.

Agora, a independência do Ministério Público de Goiás eu conheço há mais de 20 anos. Quando vi a ação, eu não tinha nenhuma dúvida de que haveria providências; e fica aqui um exemplo para os demais Ministérios Públicos do Brasil.

A palavra usada pelo Dr. Fernando é a palavra que o Presidente Romário usou e que eu usei na semana passada aqui. Não há outro adjetivo a não ser definir tudo isto como crime. Nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de chamar o próximo orador presente, eu gostaria aqui de agradecer à TV Senado e à Band News, que estão, neste momento, transmitindo ao vivo essa nossa reunião.

Eu passo a palavra agora ao Sr. José Francisco Manssur, Assessor Especial do Ministério da Fazenda, que se encontra em Barcelona – ele falará *online*.

Já está preparada participação do Sr. Manssur? Por favor, Secretaria. (*Pausa.*)

Bom dia, Sr. Manssur, aqui; boa tarde aí – ou melhor, boa tarde aqui e aí. (*Risos.*)

Com a palavra, V. Sa.

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSSUR (Para expor. *Por videoconferência.*) – Exmo. Sr. Senador Romário; Exmo. Sr. Senador Jorge Kajuru, profundo conhecedor da matéria em voga; Exmo. Dr. Rafael Bozzano, meu caro e dileto colega e amigo; Exmo. Sr. Promotor Fernando, que já demonstrou, na primeira fala, o trabalho histórico que tem feito no enfrentamento da manipulação de resultados; Exma. Sra. Juliana Agatte, do Ministério do Esporte; Exmo. Dr. Guilherme, do Ministério do Esporte, com quem temos trabalhado ao longo desses últimos meses em intensa parceria na regulação das apostas esportivas; senhores e senhoras; Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores; senhores e senhoras presentes ou nos assistindo por qualquer outro meio; peço desculpas por não estar presencialmente. Estou em Barcelona, num evento de reguladores de apostas esportivas do mundo inteiro.

Destaco que ontem houve uma mesa redonda de operadores do mundo inteiro, e a mesa redonda do Brasil recebeu algo como quatro ou cinco vezes mais audiência do que todas as outras, o que mostra que o mundo inteiro está olhando para o que está se fazendo em relação à regulação das apostas esportivas no Brasil. O mundo inteiro está interessadíssimo em saber como o Brasil vai tratar desse assunto. Por quê? Porque o mundo inteiro já tem suas regulações, e o Brasil ainda não. Em 2018, foi editada a Lei 13.756, que previu, pela primeira vez no nosso ordenamento, a aposta em resultado esportivo que não aquela realizada na tradicional loteria esportiva e deu ao Governo Federal de então dois anos para regulamentar as apostas, o Governo Federal não o fez, o Governo anterior; deu mais dois anos, também não aconteceu; e, nos primeiros sete meses deste ano de 2023, neste Governo, o Ministério da Fazenda, comandado pelo Ministro Fernando Haddad, entregou ao Congresso Nacional uma medida provisória e um projeto de lei para regulamentar, enfim, as apostas esportivas.

Regulamentar para quê? Para enfrentar todas as externalidades negativas que as apostas nos apresentam. Quais? Uma delas, o objeto da nossa conversa: a manipulação de resultado; a outra: lavagem de dinheiro; a outra: a publicidade abusiva precisa ser regulamentada também naquilo que vier a ser "abusiva", porque a publicidade das casas de aposta hoje fomenta os canais esportivos e a programação esportiva das TVs abertas, fechadas e as mídias sociais e patrocina, de 40 clubes das séries A e B do futebol brasileiro, 39 clubes, mas é muito mais que isso, porque ela patrocina as modalidades outras, aquelas que são importantíssimas, como as modalidades olímpicas ou as não olímpicas ou as paraolímpicas, que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são patrocinadas pelas empresas operadoras de apostas; o vício em jogo, as pessoas cada vez mais procuram o sistema de saúde brasileiro para apontar que elas ou parentes delas estão viciadas em jogo, estão jogando por horas e horas e dias e noites seguidas, sem conseguir parar, perdendo dinheiro. Esta é a mensagem que o Governo Federal precisa passar à sociedade: a aposta é um lazer, a aposta não é um mecanismo para se ficar rico, as pessoas não devem ter a ilusão de que vão enriquecer apostando, se quiserem e tiverem recursos para fazê-lo, que o façam como lazer, mas não caiam nas mentiras que às vezes são contadas de que aposta é um meio para enriquecer, porque isso não é verdade, os estudos do mundo inteiro mostram isso.

A manipulação de resultado, Senador Romário, Senador Kajuru, é possivelmente, e na minha opinião é certamente, a maior crise que o esporte brasileiro e o esporte mundial poderão enfrentar desde o momento, no caso do futebol brasileiro, em que Charles Miller não trouxe a bola, a bola já estava no Brasil, mas trouxe o primeiro livro de regras do futebol, de como ele era jogado na Europa, estabelecendo o marco inicial da fundação do futebol no Brasil. De lá para cá, esse futebol brasileiro, que é cinco vezes campeão do mundo, revelou, sem dúvida, numa lista de 20 maiores jogadores de todos os tempos, que no mínimo dez são brasileiros e um, na minha visão e na visão do mundo inteiro, está sentado à mesa, presidindo esta sessão. A manipulação de resultado é a maior crise que nós já enfrentamos. E, como o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, em parceria estrita com o Ministério do Esporte, com o Ministério da Justiça, mas trabalhando em cooperação com o protagonismo do Ministério do Esporte, com dois representantes à mesa, tem pensado as medidas para enfrentar a manipulação de resultado. Primeiro, a criação de um grupo interministerial e da sociedade civil envolvendo o Ministério da Fazenda; o Ministério do Esporte; o Ministério da Justiça; a nossa CGU; entidades da sociedade civil, como a OAB; representantes das entidades esportivas, como COB, CBF e Comitê Paralímpico Brasileiro; entidades como o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável, que congrega um grande número de operadores, a Associação Nacional de Jogos e Loterias, que congrega outro grande número, e a Associação de Apostadores – todos em volta de uma mesa para a gente estabelecer uma portaria específica de enfrentamento à manipulação de resultado, e, para isso, a participação do Congresso Nacional é fundamental. Esta audiência pública que o Senado faz hoje tem relevância fundamental para que a gente discuta também com a sociedade, por meio do Parlamento, as medidas a serem tomadas.

O maior mecanismo de enfrentamento de manipulação de resultado no mundo inteiro é tecnologia, apostar em tecnologia, ter um sistema que nos aponte, em tempo real, se uma aposta sai de um padrão comum. Por exemplo, se em algum lugar nós temos uma aposta de R$600 mil num saque para fora numa partida de vôlei de um campeonato estadual de vôlei, é preciso que, praticamente ao mesmo tempo, essa aposta seja identificada nos sistemas tecnológicos que nós vamos implantar no Governo Federal. E, para isso, nós temos, inclusive, o auxílio e a participação, já foi anunciado...

Na secretaria nacional de apostas, que vai ser criada no âmbito do Ministério da Fazenda, nesse primeiro momento, com a participação efetiva do Ministério do Esporte, nós teremos, como Subsecretário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Policial Federal Tiago Horta, que tem uma atuação em estudos no mundo inteiro sobre o enfrentamento de manipulação de resultado, teremos o jornalista Fred Justo, que, ao longo de anos de sua vida como jornalista – e nós temos um brilhante jornalista à mesa, também copresidindo a sessão –, se infiltrou em diversas gangues, é esse o nome, quadrilhas de fraudadores, de manipuladores de apostas e as conhece por dentro. Essas duas figuras vão estar participando da secretaria de apostas do Ministério da Fazenda para trazer sua experiência e sua vontade de colaborar com a sociedade brasileira para enfrentar esse sistema.

Mas o mais importante, Senadores, Sras. Senadoras, é que a gente invista. E, por isso, a gente vai cobrar uma outorga cara dos operadores, mais justa, pelo valor que eles precisam contribuir para o enfrentamento dessa situação, para que a gente possa implementar, nesses três ministérios – Fazenda, Esporte e Justiça –, um sistema tecnológico que faça com que a gente faça o acompanhamento em tempo real.

Então, como eu disse, uma aposta de R$1 milhão numa dupla falta numa partida de tênis ou num cartão amarelo numa partida de um campeonato estadual de segunda ou terceira divisão vai ligar um alerta, vai ligar um sinal amarelo no sistema do Governo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSSUR (*Por videoconferência.*) – ... e, numa escala de um a cinco, se a gente chegar a um nível três de suspeita de manipulação, nós queremos ter mecanismos para, inclusive, oficiar as empresas, as *bets*, as operadoras e dizer "Tire essa aposta do seu *card*. Essa aposta está sob suspeita"; a partir disso, oficiar o Ministério da Justiça para que envolva a Polícia Federal, o sistema de segurança dos estados e do Governo Federal; e também, numa participação essencial – está aí o Rafael Bozzano –, oficiar a Justiça Desportiva brasileira para que ela faça as investigações, as averiguações e, se entender pertinente, para que ela torne as medidas no âmbito do Código Brasileiro de Justiça Desportiva necessárias para o enfrentamento da questão.

Então, o Governo Federal supriu algo que estava pendente, que foi a regulamentação. Nós estamos, assim, no contexto da regulamentação, no intervalo do jogo, porque semana passada o PL foi aprovado na Câmara, agora ele vai ser discutido nesta Casa, no Senado Federal, e o Governo está pertíssimo de ouvir dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras suas ponderações sobre tudo o que estiver ao nosso alcance para enfrentar, com toda a seriedade, com toda a responsabilidade, essa questão da manipulação de resultado, mas, mais do que isso, para também deliberar, como obrigação do Governo, sobre todos os temas, inclusive para estruturar a taxação, a arrecadação de impostos.

Os segmentos produtivos do país pagam seus impostos, o segmento que produz alimentos, que produz itens essenciais, vestuário, tudo o que é essencial, e não é justo que, nos últimos cinco anos, as empresas operadoras tenham operado no Brasil, movimentando algo entre R$100 bilhões e R$150 bilhões por ano, colocando o Brasil – e eu estou podendo presenciar isso aqui em Barcelona – como se não o maior, um dos três maiores mercados do mundo, e não arrecadem os impostos que precisam ser arrecadados para que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo possa cumprir suas obrigações de investir em segurança, de investir em educação, de investir em saneamento básico, de investir em saúde.

Então, vamos taxar sim as empresas, com muita convicção, com muita seriedade, com equilíbrio, para que o mercado se sustente, mas temos sim, como Governo Federal, a obrigação de instituir, a partir de janeiro de 2024, um sistema por meio do qual os operadores paguem seus impostos e, pagando a outorga, que nos deem os meios tecnológicos e físicos, a criação de equipes para o enfrentamento desse gravíssimo problema da manipulação de resultado.

Muito obrigado e desculpe-me por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Manssur, pela sua interessante e brilhante participação, e mande um abraço a todos de Barcelona, terra em que tive o prazer de viver quase dois anos.

Kajuru, alguma colocação?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Bem rápido, Presidente.

Primeiro, sobre Barcelona, mando um abraço para toda a Barcelona, que te ama.

Sr. Manssur, parece que o senhor trabalha no meu gabinete aqui no Senado Federal, porque eu fico orgulhoso de pensar que eu telefonei para o senhor e pedi que, ao redigir o texto do primeiro projeto de lei aqui no Senado, apresentado por mim, sobre as casas de apostas esportivas, tenha rigorosamente todas as suas palavras, o conteúdo do que o senhor acabou de falar aqui.

Eu serei também o Relator da medida provisória e creio que voltaremos a conversar com o senhor para, no dia da apresentação do relatório, eu poder ter mais subsídios de V. Exa.

Obrigado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSSUR (*Por videoconferência*.) – Seria uma honra para mim trabalhar no gabinete de V. Exa., Senador.

E aqui em Barcelona, realmente, quando eu disse que ia interromper para a audiência presidida pelo Senador Romário, as pessoas queriam vir à audiência, mas eu falei que era remota, então, infelizmente, estou sozinho aqui, mas a cidade realmente ama o Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Senador Portinho, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Vou fazer um aparte.

Primeiro, quero elogiar, e é verdadeiro, Senador Jorge Kajuru: o Dr. Manssur é uma das maiores sumidades do esporte, do direito desportivo, que eu tive a oportunidade de trabalhar como advogado e tive oportunidade que nos auxiliasse, porque ele é, junto com o Dr. Rodrigo de Castro, a mãe da SAF. Foi concebido por eles o projeto original. Facilita muito ter uma pessoa como o Manssur à frente desse tema.

Eu tive a oportunidade de, em reunião, manifestar ao Dr. Manssur a minha preocupação. Ninguém aqui é purista de ficar discutindo questão dos jogos por esse espectro purista de "sou contra" ou até mesmo por questões religiosas, embora a gente saiba que influi, mas eu tenho uma preocupação muito grande que é com a fiscalização. Se todo recurso arrecadado com as loterias pudesse ir para a fiscalização, eu seria o primeiro a levantar a mão e bater palma. Por quê? Porque é lá que está o problema. As casas de apostas até são vítimas da manipulação, por exemplo, em muitos casos. Em muitos casos. Não sei se em todos, mas em muitos casos.

Eu sempre cito duas séries de TV até para ilustrar e faço aqui novamente. Não deixem de assistir a Cães de Berlim, na Netflix. Cães de Berlim, além de ser um excelente seriado do ponto de vista da sua direção e construção do roteiro, trata do problema como ficção, mas do problema na Alemanha, e na Alemanha lá atrás, no início, na origem. Eu tenho até um artigo sobre isso chamado "O azar do futebol", publicado em alguns veículos de imprensa, quando eu denunciava, lá atrás, em 2009, se eu não me engano, Senador Romário, essa questão, porque foi um escândalo na Alemanha a manipulação das apostas, como começa o assunto aqui também com um escândalo, que a gente já vive. A CBF suspendendo, aumentando as penas, sendo rigorosa, como tem que ser... A gente fica com pena porque são atletas, e a gente sabe da origem da maioria – não é, Senador Romário? –, mas a gente tem que defender o esporte acima de tudo. E nesse episódio, nesse seriado dá para você ver que é imprescindível, embora seja ficção, é imprescindível a fiscalização. É imprescindível que tenha um grupo tático na Polícia Federal especializado no assunto, no Ministério Público, que, certamente, será um dos maiores parceiros no combate à manipulação de resultado, especializado também. E, por isso, todo recurso que puder ser destinado a isso é de suma importância para preservar o esporte.

Eu sou filho de turfista. Meu pai era criador de cavalo, e desde garoto eu fui às tribunas do jóquei-clube, única atividade esportiva permitida no âmbito privado aqui, no país, historicamente, e que deve se manter, sim, mas a gente olha para as arquibancadas e entende que elas se esvaziaram, porque não é o esporte, mas é a aposta que move.

Meu pai, como turfista, eu me lembro que... Quando eu tinha 14 anos de idade, eu vi... No *O Globo*, antigamente, ele dava os prognósticos e os resultados finais, para quem quisesse apostar. E eu vi que o cavalo do meu pai tinha corrido e tinha pagado dez vezes. Eu era um garoto. Eu falei: "Papai, você nem me avisou que seu cavalo ia correr. Teria eu ido lá apostar". Ele falou: "Meu filho, eu gosto é da corrida de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cavalo. Eu nunca apostei num cavalo na minha vida". Ele gostava do esporte. Eu também. Eu venho do esporte, em outra área, não tive o talento do Senador Romário, mas, como advogado desportivo, ex-atleta também, o que a gente tem que defender é o esporte.

Então, eu queria fazer esse reparo e dizer também, já que eu falei, que o outro seriado – eu não tenho nome aqui, mas também é da Netflix – mostra a manipulação em várias modalidades, e o primeiro episódio, inclusive, é no basquete. E você vê o atleta que veio de baixo também, que passou pelo *draft* e foi escolhido, chega a um clube da NBA e você começa a ver – é uma sensação – os jogos dele e ele começa a errar cestas, a bola sai pela lateral e você fala "pô, ele está num dia ruim". E eles só descobriram que o cara estava envolvido em manipulação – e o cara tinha um bom salário, Kajuru; ele ganhava quase o mesmo salário em manipulação – porque a ciência, confrontando os dados da aposta – e é por isso que se tem que ter um grupo tático para isso – alertou que tinha ali apostas, o movimento das apostas nos jogos desse atleta, conseguiu cruzar tudo isso e comprovar que havia manipulação e prender quem agenciava o atleta – porque nunca é um atleta, é alguém que agencia, é sempre um aproveitador.

Eu sugiro a gente assisti-lo e faço aqui o registro em cima do que disse o Manssur. Foi o que eu disse a ele, a fiscalização... Qualquer legislação que queira combater a manipulação de resultado, ou melhor, que queira estimular as apostas, porque infelizmente o esporte hoje é refém dessa receita – acho que a gente vai se arrepender no futuro, mas não sou eu a apontar o dedo contra, porque já é um fato, já é refém –, a forma que a gente tem para enfrentar é com muita fiscalização, e o Governo tem que estar preparado para isso – Polícia Federal e o Ministério Público. Porque o STJD, como disse o Manssur, aplica a pena, mas ele não tem os instrumentos do Ministério Público para a investigação, e isso periga, inclusive, ele julgar de forma equivocada, porque ele precisa dos instrumentos de prova, e só o Ministério Público, como representante do Estado, terá essa capacidade junto com a Polícia Federal, e daí a importância, por isso, também do Ministério da Justiça além, é claro, do Ministério dos Esportes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador. É sempre brilhante a sua participação.

Agora eu passo a palavra à Sra. Juliana Picoli Agatte, Secretária-Executiva do Ministério do Esporte.

Por favor, Sra. Juliana.

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, justificar a ausência do Ministro André Fufuca, que neste momento está em uma atividade no Ministério da Justiça, no lançamento do acordo de cooperação Projeto Estádio Seguro.

Quero cumprimentar o Senador Romário, Presidente da Comissão do Esporte; o Kajuru também, Vice-Presidente desta Comissão; o Sr. Fernando, Promotor de Justiça; o Rafael, que é o Subprocurador-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral do STJD de futebol; meu parceiro de trabalho, o Guilherme; todos representantes aqui do Ministério do Esporte, e também o Manssur, representando aqui o Ministério da Fazenda, e, desde o início, quero parabenizá-lo por esse esforço imenso de organização dessa proposta, que foi submetida inicialmente à Câmara dos Deputados e que, agora, segue pelo Senado Federal, como uma forma de a gente trazer legitimidade, credibilidade, publicidade a esse debate tão importante que a gente está vivenciando neste momento aqui em nosso país.

Inicialmente, quero ressaltar a importância dessa iniciativa do Governo brasileiro, sob a liderança do Presidente Lula, encabeçada pelo Ministério da Fazenda, em conjunto com o Ministério do Esporte, em tratar esse tema de tamanha relevância, que desde 2018 tem sinalização para funcionamento. E apenas após quase cinco anos que a gente consegue trazer a proposta de regulamentação de todos esses processos das apostas esportivas.

Então, essa é uma decisão que merece destaque porque ela é uma decisão política, ela é uma decisão técnica, ela é uma decisão em defesa daquele esporte que a gente acredita. Então, a proposta que segue para esta Casa é permeada por debates de extrema importância, considerando todas as representações que aqui estão.

Aqui neste espaço, em que são recepcionadas as contribuições dos comitês, das confederações, da diversidade do mundo esportivo, de todo o ecossistema do mundo esportivo, de todos aqueles que de certa forma são impactados por esse processo relacionado às apostas esportivas.

Então, da mesma forma que ele foi construído com toda a credibilidade pelo Governo Federal, nessa agenda articulada e integrada do Governo para apresentar uma proposta para esta Casa, ele segue. É importante que ele siga nessa mesma linha nas duas Casas para que de fato, ao final, a gente tenha um produto a partir do qual a gente consiga regulamentar todo esse processo no nosso país.

No bojo dessa discussão está a centralidade da importância da tributação, até mesmo porque é uma espécie de política econômica. É uma atividade econômica e lucrativa que o Governo brasileiro, a partir dessa regulamentação, dessa regulação, sinaliza os percentuais tributáveis.

Nesse escopo, tem o Ministério do Esporte e é importante que tenha, além de outras políticas de seguridade social, políticas relacionadas à educação, questões relacionadas ao Fies. Então, no bojo dessa discussão da tributação, a gente traz uma arrecadação, mas uma arrecadação com enfoque na destinação social dos recursos adquiridos desse processo.

Então, a tributação é uma ênfase de extrema importância que está no conteúdo desse projeto de lei que está circulando. E tem também uma discussão de fundamental importância, que é muito atinente e pertinente ao Ministério do Esporte, que é toda a discussão de integridade no esporte, toda a discussão contra a manipulação de resultados, toda a discussão pela defesa dos valores do esporte e pela defesa da imprevisibilidade dos resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente sabe que, nesse entendimento, envolve aí uma agenda muito intensa de interlocução com todas as representações que se fazem presentes aqui na mesa, mas também representações na sociedade. Nesse entendimento, o Ministério do Esporte traz o conceito de integridade relacionado à manipulação de resultados e às apostas num escopo ainda mais amplo.

Por isso, proponho para o Governo, e esse é um acúmulo de discussão que a gente desenvolveu no âmbito do Ministério da Fazenda, além do GT de criação para a gente discutir manipulação e as consequências e desdobramentos do fato identificado, de que forma ele vai se desencadear num fluxo até que esse processo seja impune, porque é isso que a gente tem que mostrar... A gente não pode permitir que as situações que a gente identifica não sejam punidas. Então, essa é a força que a gente tem que fazer valer. Além de toda essa discussão que vai ser encabeçada pelo GT, que a gente tenha a criação de uma agência de regulação em defesa da integridade no esporte.

A gente entende que o tema assume essa relevância de uma agência, é importante que ele tenha uma autonomia, apesar de vinculado ao Ministério do Esporte e toda a estrutura de Estado, para que, além da discussão de manipulação dos resultados, abarque temas que a gente vivencia, na mesma dimensão, relacionados ao racismo no mundo dos esportes, à violência no mundo dos esportes e ao combate a todas as formas de discriminação e de violência que são desencadeadas nas arenas esportivas.

Aqui a gente não fala só do futebol, embora o futebol seja o grande destaque e a modalidade que está na imprensa. A maior veiculação dos casos é no âmbito do futebol, mas sabemos que todas as modalidades têm situações relacionadas à manipulação dos resultados.

A proposta dessa agência de integridade tem um enfoque de fiscalização e tributação que será conduzido pelo Ministério da Fazenda, no bojo da secretaria que está sendo criada, mas tem uma parcela muito importante da discussão de integridade que está totalmente relacionada às discussões de prevenção e educação em defesa dos valores do esporte.

A gente tem experiência exitosa nisso. Uma das nossas grandes políticas, no Ministério do Esporte, é a política antidopagem, legado das Olimpíadas de 2016. É uma política estruturada que coíbe o uso de medicamentos que fortaleçam a prática esportiva e interfiram no potencial de competitividade. Com essa política, a gente tem reconhecimento mundial e tem a experiência de uma autoridade que funciona, no âmbito do Ministério, em defesa de uma política antidopagem. Essa experiência traz, para o Ministério do Esporte, a maturidade de, junto a essa discussão, trazer a implementação e a possibilidade de uma agência de regulação de integridade no esporte, tanto que os percentuais sinalizados nesse projeto de lei, direcionados ao esporte, em parte, têm o objetivo de que a gente consiga constituir esse propósito de integridade.

Por que é tão relevante para o Ministério do Esporte essa discussão? Justamente, porque o que nos une aqui, em essência, acredito eu, é o princípio e o que nos rege enquanto valores do esporte. Todos nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando assistimos a uma partida esportiva, torcemos pela imprevisibilidade. Vamos a uma arquibancada – as famílias e as crianças –, quando iniciam as práticas esportivas, sejam lá quais forem, e o objetivo central é este: você torcer, junto com o atleta, você poder assistir àquele espetáculo sem você ter a desconfiança de ele estar comprado ou não, se ele está já programado ou não. Então, é isso o que nos rege.

Sendo isso o que nos motiva e o que nos rege, entendemos nós, do Ministério do Esporte, que o conceito de integridade contra quaisquer formas de manipulação de resultados é a grande possibilidade que a gente tem de construir uma política pública em defesa da integridade dos valores no esporte.

Então, para além da fiscalização, para além da tributação, o braço central e a sobrevivência do esporte – o Manssur muito bem disse que pode ser uma grande crise pela qual o esporte e o futebol, em si, passam –, a sobrevivência do mundo do esporte é exatamente esta: a gente preservar os valores do esporte. Até mesmo, porque é, nessas arenas esportivas, que a gente consegue transmitir...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE – ... fazer com que as pessoas consigam sonhar, seja sonhar em ser um jogador de futebol como o nosso querido Romário, seja ter um momento de alegria e de descontração. Esse conceito central do valor do esporte – a imprevisibilidade – é o que a gente entende que é importante que o nosso país demarque, já que a gente é o país do futebol, mas não só do futebol, nós somos reconhecidos pela nossa liderança no esporte. Por isso que o Manssur menciona que, lá na Espanha, agora, está todo mundo querendo participar, justamente porque estamos neste momento de discussão.

E essa discussão precisa ter essas frentes: da tributação, da fiscalização, do olhar para os diversos atores envolvidos, ter uma política de inteligência artificial e de TI que dê conta, para conseguirmos fazer com que os eventos que ocorram não sejam impunes. E, ao mesmo tempo, temos que fortalecer todo o processo educativo, da base ao alto desempenho, fazendo com que o atleta não seja o único punido, porque ele também deve responder, mas muitas vezes ele é a ponta do *iceberg* e a gente precisa saber o que está por trás disso.

Então, o Ministério do Esporte está junto nessa missão, junto com o Ministério da Fazenda, fazendo a interlocução necessária dentro do Governo e com toda a rede envolvida no esporte, para que a gente consiga ter êxito na implementação dessa política.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sra. Juliana, pela sua participação importante aqui nesse tema, que é a manipulação dos jogos, dos resultados.

Passo agora a palavra ao Sr. Guilherme Benages Alcantara, Consultor Jurídico do Ministério do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Portinho, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu não sei se é possível fazer perguntas agora, ou se o melhor...

Como V. Exa. quer conduzir?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente dividiu em dois blocos. Depois do final da palavra – o último será o Sr. Rafael Bozzano –, a gente pode fazer as perguntas.

Por favor.

Com a palavra, o Sr. Guilherme Benage Alcantara, por favor.

O SR. GUILHERME BENAGES ALCANTARA (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Romário; Exmo. Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Jorge Kajuru; demais membros da mesa; Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes; e demais presentes; antes de mais nada, quero agradecer pelo fato de ter esse espaço aqui em nome da Consultoria Jurídica do Ministério do Esporte.

Eu queria deixar só algumas provocações que eu acho que valem a pena, para que a gente possa situar bem o âmbito do problema, do que se trata. A primeira delas é a seguinte: a gente fala muito em manipulação de resultado, mas o escopo é muito maior, é a manipulação de eventos ou de condutas.

O Senador Portinho mencionou, a bola que sai pela lateral, ou o escanteio, em sequência, que é concedido...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou é o árbitro.

O SR. GUILHERME BENAGES ALCANTARA – Pois é. Ou o próprio treinador.

Enfim, todos os agentes – era outra coisa que eu ia mencionar –, são vários atores. Nem sempre a conduta fraudulenta envolve todos eles, mas, eventualmente, um ou outro. Há uma miríade de circunstâncias que precisam ser conhecidas, fiscalizadas, combatidas, reprimidas e, eventualmente, até serem objeto de sensibilização e conscientização da sociedade, que é um papel que o Ministério do Esporte tenta também implementar nesse cenário.

Então, lembrando: não é só manipulação de resultados, são várias condutas que não necessariamente importam em um resultado diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, já foi falado aqui, não é apenas futebol, embora os casos que a gente conheça, são vinculados ao futebol. As outras modalidades, também, o Senador Portinho mencionou, as outras modalidades também padecem disso. Há estudos, aos quais nós tivemos acesso, que afirmam que, das modalidades, a que mais é suscetível a isso é o tênis. Então, é um outro âmbito que eu acho que a gente precisa ter um pouquinho essa visão ampliada.

Por fim, o Dr. Manssur, meu colega e amigo, mencionou também a questão da internacionalização dessa rede de fraude. Nós estamos tratando como uma máfia internacional, e disso é importante que a gente tenha conhecimento para lidar e para identificar esses mecanismos de verificação e de fiscalização.

Eu falei dos atores diversos, de todos os tipos de atores – o Dr. Fernando mencionou no começo, os financiadores, apostadores, intermediadores, apoio operacional e aqueles que são mais óbvios, como o atleta, o técnico, o árbitro, o dirigente esportivo, ou até a organização esportiva. Claro, a gente tem que respeitar a questão da autonomia, mas quando se trata de condutas puníveis criminalmente, acho que isso pode, de alguma maneira, ser relevado. Pensando que o Estado brasileiro destina recursos para essas organizações e que esses atores, além de serem agentes do crime, também são corresponsáveis pela prevenção e pela repressão a eles, eventualmente até orientar que uma parte dos recursos destinados a eles sejam destinados também aos da fiscalização, como o Senador Portinho brilhantemente falou, mas também sejam direcionados a que essas organizações executem ações relacionadas à prevenção da manipulação.

Por fim, só para não me alongar, outra grande preocupação do Ministério é com a questão do jogo patológico. Há outros estudos também a que tivemos acesso, um deles dizia que na Grã-Bretanha, onde a questão está toda instalada, há dois suicídios por dia em razão de apostas esportivas ou dos insucessos, que são de 95% dos apostadores – dois suicídios por dia! Isso extrapolando para a população brasileira, a gente está falando em sete suicídios diários no Brasil em razão de apostas esportivas. Isso é uma coisa que para o Ministério é muito relevante, mesmo porque também isso importa, de alguma maneira, desqualificar o esporte. Esses prejuízos ao esporte são evidentes.

Toda vez que se fala em manipulação, o primeiro a ser consultado é o Ministério do Esporte. Finalmente, em relação à agência, a Dra. Juliana mencionou, nossa visão é de que a agência, de fato, pode ser um centro de concentração dessas atividades de regulação e fiscalização com mais independência. É a atividade típica de agência reguladora, com independência para poder apurar, para poder tomar decisões e ter até um poder de polícia para eventualmente suscitar algumas ações de supressão de apostas ou de retenção de recursos antes que eles sejam efetivamente retirados pelos beneficiários. E a gente sabe que isso acontece em minutos, não é? Então, tem que ter uma força especial para que isso se desenvolva em tempo real.

Basicamente, da nossa parte, aqui no Ministério, acho que é isso que eu queria acrescentar ao que a Dra. Juliana falou e agradecer novamente a paciência dos senhores e ao Presidente e ao Sr. Vice-Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Guilherme Benages. Dado muito importante e muito relevante, hoje aqui, dito pelo senhor em relação a esse suicídio. Realmente, esse dado eu não tinha.

Passo agora a palavra ao Sr. Rafael Bozzano, Subprocurador-Geral do Supremo Tribunal de Justiça Desportiva.

O SR. RAFAEL BOZZANO (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Senador Romário. Cumprimento V. Exa., o Senador Kajuru, a Sra. Secretária Juliana, o Sr. Consultor Guilherme, o Dr. Fernando Cesconetto, nas pessoas de quem eu estendo os meus cumprimento a todos aqui presentes e também aos que nos acompanham. Faço também um cumprimento especial ao Dr. Manssur, que é um amigo – e, Senador Portinho, se me permite, eu subscrevo os elogios feitos por V. Exa. ao Manssur.

Eu, inicialmente, gostaria aqui de fazer também uma justificativa: o Dr. Ronaldo Piacente, Procurador-Geral, que também se encontra no Ministério da Justiça para esse acordo de cooperação que está sendo assinado agora, incumbiu-me aqui de trazer esse panorama, esse olhar e de como funcionam essas questões envolvendo manipulação de resultado no âmbito da Justiça Desportiva.

A nossa competência, na Justiça Desportiva, é muito clara para trazer quem são os nossos jurisdicionados, que são as entidades, os atletas, as pessoas físicas que desempenham alguma função nessas entidades e também as questões envolvendo disciplina e infrações disciplinares de competição.

Toda essa máfia que foi desencadeada e essas ações iniciadas pela operação, como muito bem trazido pelo Procurador, o Sr. Cesconetto, foram de extrema importância e só foram possíveis em razão dessa cooperação envolvendo o Ministério Público, quando o presidente de um clube deflagrou e trouxe esses dados para que o Ministério Público avançasse e trouxesse essas ferramentas e subsídios para que nós, da Justiça Desportiva, conseguíssemos iniciar um processo com essas provas.

De novo, Senador Portinho, eu fico muito feliz em ouvir a manifestação de V. Exa. quanto à cooperação. Essa cooperação é de extrema importância, em razão de a Justiça Desportiva não ter o poder de polícia, o poder do Ministério Público de quebra de sigilo bancário, de sigilo telefônico, que foram as provas que nos foram encaminhadas e pelas quais foi possível essa deflagração e esse rito, esse andamento desse processo com a quantidade de provas que foi produzida.

A Justiça Desportiva tem um processo célere, a própria Constituição Federal traz essa celeridade da questão envolvendo, de preferência, 60 dias para a conclusão de um julgamento, desse rito juris desportivo. E essas provas recebidas, em razão do compartilhamento dessas provas, tornaram possíveis essas ações e as consequentes condenações envolvendo os atletas na Operação Penalidade Máxima, nas três fases em que foram compartilhadas as provas com o STJD.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tivemos alguns envios, alguns ofícios encaminhados pela Confederação Brasileira de Futebol de suspeitas trazidas pela empresa Sportradar, que presta esse serviço. Para V. Exas. que não tiveram ainda contato com esse documento, ele traz uma explanação de apostas. Existem umas apostas suspeitas em determinado ponto envolvendo uma determinada partida e o rito é: com esse relatório, o STJD, por meio da procuradoria, abre um inquérito para averiguar essas informações.

Aqui é um ponto importantíssimo, porque com o relatório – em que pese existir essa presunção, essa suspeita de uma atividade atípica dos apostadores –, existe uma dificuldade de chegar ao ponto de quem, de fato, no campo do futebol, da partida, participou. Por quê? Porque existe uma subjetividade. No inquérito, nós ouvimos os atletas, árbitros, e a gente trabalha na questão da subjetividade. Será que aquele cartão não foi merecido? Será que um gol que o goleiro não defendeu, de fato, estava combinado ou não? Então, nós temos essa dificuldade, em razão justamente dos nossos limitadores, para prosseguir com essas ações desportivas.

Por conta disso, eu faço aqui, de novo, essa importante ideia trazida – e também o Dr. Manssur trouxe –, essa cooperação entre as entidades e os órgãos, de fato, para combater essas questões envolvendo manipulação não apenas de resultados, mas de eventos durante a partida. Sabemos que os apostadores utilizam cartão amarelo, escanteios, então, todas essas questões envolvendo a atuação dentro do campo de futebol é passível de apostas e é possível, sim, uma repressão na Justiça Desportiva.

Quanto aos julgamentos, eu gostaria também de fazer aqui uma breve explanação do porquê de alguns atletas serem punidos com uma eliminação, alguns atletas serem punidos com uma quantidade de partidas, e outros não. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva, o qual nós utilizamos, que tipifica as infrações disciplinares, trata uma situação daquele atleta ou pessoa física que atua como intermediário. Ele não é o responsável por aquela conduta dentro de campo, mas ele é utilizado como meio para que os apostadores influenciem e cooptem aqueles atletas. O CBJD é muito claro que, para essa pessoa, a pena é de R$100 a R$100 mil e a pena de eliminação. Não existe uma subjetividade nessa eliminação ou não. A pena é de eliminação, a multa e a eliminação. Por isso, a alguns atletas a punição foi já de eliminação. Outros, em que ficou devidamente comprovado que atuaram para alterar o resultado da partida, foram suspensos por prazos de dias e multa.

Por que às vezes variou também a questão envolvendo dias? Alguns atletas, ficou devidamente comprovado que atuaram em três partidas; outros, em uma partida. No momento da dosimetria da pena, é utilizado o concurso material ou formal, então, a esses atletas que participaram de mais de uma partida, as penas acabam sendo somadas.

A pena trazida pelo CBJD em caso de atuação para alterar eventos durante a partida mediante uma recompensa – a pena mínima – é de 360 a 720 dias. É por isso que essas penas são somadas ou elas ficam naquele limite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outros fatores também são utilizados no momento da punição dos atletas pelos auditores, que são os julgadores, os fatos de atenuantes e agravantes: se primário, a questão do resultado que foi feito, a quantidade, o valor, a forma como foi empregado. Então, essas diferenças, envolvendo a dosimetria, contam, especificamente, segundo as regras trazidas pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva também.

Como citado pelo Dr. Guilherme também, lembro a importância do que ocorreu, na semana passada, na segunda-feira, porque a FIFA estendeu essa punição dos atletas punidos, no âmbito do STJD, com eliminação e suspensão. Foi um trabalho conjunto, com o STJD, e faço aqui também referência à Confederação Brasileira de Futebol, que é responsável por esse encaminhamento e a solicitação para que a FIFA estenda e amplie essa punição para os atletas, em todo o sistema piramidal desportivo, porque nós observamos alguns atletas sendo punidos aqui, em dias ou até com a própria eliminação, e se transferindo para fora do Brasil para atuar, ou seja, isso traria... Nós estamos sob uma nuvem de descrédito e isso faria com que essa nuvem permanecesse, essa ausência de extensão para todo o sistema desportivo mundial. É muito importante essa decisão da entidade máxima do futebol – FIFA –, chancelando a decisão do Superior Tribunal de Justiça Desportiva, chancelando essas punições em dias e em eliminação.

Agradeço aqui, mais uma vez, a oportunidade e o trabalho de V. Exas., com esta Comissão. O Superior Tribunal de Justiça Desportiva está à disposição para contribuir no que for preciso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Rafael Bozzano, Subprocurador-Geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol.

Nós, agora, encerramos a primeira fase desta reunião.

Vamos passar às perguntas dos três Senadores aqui presentes, no caso, eu, o Senador Portinho e o Senador Kajuru. Os nossos participantes terão cinco minutos para responder.

Como Presidente, como é de praxe, na Casa, vou seguir o protocolo. Eu tenho seis perguntas a fazer. Dentro do que a gente ouviu, do que os senhores acabaram de colocar, as perguntas são as seguintes.

Primeiro, para o Sr. Manssur, que continua nos acompanhando: quais seriam os maiores desafios enfrentados pelos órgãos reguladores e pelas autoridades desportivas na detecção e na investigação de casos de manipulação de resultados? Essa seria a minha primeira pergunta para o Sr. Manssur.

A outra pergunta será para o Sr. Fernando, Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás: como a manipulação de resultados afeta a credibilidade das competições e a participação e o apoio dos torcedores? Existem medidas específicas sendo tomadas para reconstruir a confiança do público?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira e a quarta pergunta serão para o Sr. Rafael Bozzano: quais são as possíveis consequências legais e disciplinares para atletas, técnicos, árbitros, dirigentes e outros envolvidos em casos de manipulação de resultados? Há espaço para aprimorar a discussão e a punição nesse sentido?

A outra pergunta, Sr. Rafael: o senhor concorda com a decisão da FIFA de banimento dos três jogadores brasileiros feito nessas últimas semanas?

Enfim, essas são, em princípio, as minhas perguntas.

Eu gostaria de passar aqui para o Senador Portinho, que, com certeza, gostaria também de fazer suas perguntas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Só para acrescentar.

Como os temas, por hipótese somente, podem ser complementares, até para informar a todos, hoje a gente está aqui fazendo esta audiência pública sobre manipulação de resultado, e hoje esta Comissão, com a eficiência com que ela tem promovido os temas, aprovou a audiência pública sobre o VAR. Essa é a minha questão com as apostas. A partir do momento em que as apostas entram no mundo esportivo, tudo fica sob suspeita. É a atrasada de bola que o jogador dá e o outro faz o gol e define o campeonato, é o goleiro que não pula na... Infelizmente, entra no imaginário popular. Esse é um mal das apostas para o esporte.

Outro mal... Outro dia, eu estava no estádio de futebol, e meu time estava ganhando de 2 a 0, e o torcedor ao meu lado torcia para o próprio time não fazer mais um gol, porque, senão, ele ia perder as apostas. Então, você vê como é que ela desvirtua a integridade, o amor, a devoção pelo esporte e pelo resultado esportivo.

E, nesse aspecto, como esses dois temas se entrelaçam, eu estava vendo aqui, até repostei no meu Twitter, o Planeta Futebol, aqui no Twitter, diz os *top* cinco casos de erros do VAR: o nº 1, de todos, disparado, é o do Corinthians e Grêmio desta semana; o nº 2: Atlético 2, Palmeiras 2, a cotovelada do Zé Ivaldo em Endrick; Santos 4, Goiás 3, pênalti mal marcado de Lucas Halter em Joaquim; Atlético 1, Botafogo 0, pênalti não marcado de Zé Ivaldo em Janderson; Atlético Mineiro 1, Flamengo 2, origem do gol do Paulinho com falta dele em Bruno Henrique. Esses foram eleitos por esse *site*, por esse Planeta Futebol, como os cinco maiores erros, e isso é o que, infelizmente, afeta o imaginário do torcedor.

É por isso, fazendo esta introdução e já encaminhando a pergunta, que é muito importante a fiscalização, que a agência tenha o aparato para isso. E por isso eu pergunto e considero de suma relevância que tenha um grupo tático especial da Polícia Federal que possa, junto com a iniciativa privada, que já acompanha os casos de apostas suspeitas... Porque é todo fim de semana. Todo dia, praticamente, você tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um evento esportivo, você tem um jogo de vôlei, um jogo de basquete, um jogo de futebol... Então, é uma atividade de rotina, tem que ser, e não, eventualmente, um ou outro caso que vai ser apurado.

Então, eu pergunto ao Ministério dos Esportes se, nessa cooperação, inclusive com o Ministério da Justiça, com o STJD, das modalidades esportivas, cada um, se haverá um grupo tático da Polícia Federal especializado para fiscalização e do próprio Ministério Público, se ele terá ou já tem um grupo tático, um grupo, perdão, especializado no acompanhamento, que tem que ser integrado, e aí, sim, o papel da agência é importante para integrar esses agentes com as empresas...

Como é o nome que a CBF usa, que você disse, Bozzano, a empresa?

O SR. RAFAEL BOZZANO (Para expor.) – Os relatórios vêm da Sportradar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Da Sportradar, não é?

A FIFA tem a dela, e não sei se é a mesma. Enfim, já há associações preocupadas com a integridade e que querem promover esse serviço de acompanhamento.

Então, a pergunta é se haverá um grupo tático especializado da Polícia Federal, ou, se não foi cogitado, se é possível encaminhar isso, e se o Ministério Público tem um grupo especializado também nesse acompanhamento, que é praticamente diário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Portinho. Essa pergunta está direcionada para algum...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – É ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ministério Público, o.k.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ao Ministério do Esporte, representando o Governo; o Ministério da Justiça não está aqui, mas, como agência, será vinculado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Tá. Eu acabei me esquecendo de fazer duas perguntas. A próxima é para a Sra. Juliana.

Sra. Juliana, dentro da importância dessas agências reguladoras, eu gostaria de saber quais seriam as agências que seriam implantadas para essa situação que a senhora acabou de colocar.

E a outra pergunta será para o nosso Sr. Guilherme: quais são as ações concretas que deverão ser tomadas em relação a esses suicídios relatados pelo senhor aqui, agora, na sua fala?

O Senador Kajuru também tem algumas perguntas para fazer, mas ele foi votar lá na outra reunião. Enquanto ele não vem, a gente já pode ouvir as respostas dos senhores. Quem quiser começar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Manssur, por favor, que está *online*.

O SR. JOSÉ FRANCISCO MANSSUR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Romário, quero primeiro saudar o Senador Portinho e dizer a ele que o futebol brasileiro tem uma enorme dívida de gratidão para com ele, pela forma como ele conduziu a relatoria da Lei da SAF e pela luta que ele fez para essa evolução do futebol brasileiro. Eu sou alguém que reconhece isso. Já o conhecia da advocacia e levarei comigo sempre a lembrança dessa trincheira em que estivemos juntos. Quem fica junto na trincheira não deixa de ser amigo nunca mais. Por mais que a vida às vezes afaste momentaneamente, quem luta junto nunca mais se esquece. E o futebol lhe deve muito, Senador Portinho.

Quero dizer que o maior desafio, Senador Romário, é enfrentar essa que pode ser a maior crise do futebol brasileiro sem estigmatizar os atletas. É muito ruim, uma vivência de estádio – o Senador Portinho citou uma, eu vou citar uma também –, você está num jogo de futebol, o jogador erra qualquer lance, e a criança sentada do seu lado, na sua frente, com o pai, fala: "Pai, ele fez isso de propósito ou isso aí é manipulação de resultado?". Isso machuca, porque você vê... Puxa vida! As crianças já estão começando a desconfiar daquilo que a Sra. Juliana falou, da imprevisibilidade do resultado.

Então, nós não podemos estigmatizar os atletas, sabe? Os atletas são gente que lutou muito para chegar ao nível que eles conseguiram chegar – alguns como atletas de ponta em nível mundial, como o Senador Romário; outros em outras prateleiras. Mas o atleta é um lutador, o atleta não é, em regra, alguém que se deixa corromper. Alguns poucos, às vezes, cometem esse erro, e devem ser punidos com rigor da lei, com o rigor da punição (*Falha no áudio.*) ... esportiva, como tem acontecido, infelizmente, e a gente tem visto.

Então, não estigmatizar os atletas, enfrentar a crise de credibilidade do resultado, para que os esportes não padeçam dessa crise. E o mais importante, Senador Romário: como identificar a manipulação? Porque, num jogo de tênis, um atleta faz 20 duplas faltas. Como a gente vai identificar que aquela especificamente foi manipulação? E existe como, olhando pela outra linha. A outra linha é a linha da aposta. Se a gente consegue monitorar a aposta em tempo real, a gente identifica que aquela dupla falta no segundo *game* do terceiro *set* recebeu um volume de apostas que não deveria ter recebido, exagerado, e aí você liga o sinal amarelo. Então, se você tiver tecnologia para acompanhar em tempo real, a Sportradar, a Siga, essas empresas que foram citadas pelo Dr. Bozzano fazem o comportamento, inclusive o comportamento padrão do atleta, mas isso não é suficiente. O atleta, às vezes, está num dia ruim, erra de uma forma como nunca tinha errado antes na carreira, e talvez não volte a errar. Quando a gente casa as duas linhas, Senador, a gente compara a linha das apostas com a linha do comportamento padrão do atleta, a gente começa a criar níveis de desconfiança: isso aqui está suspeito. Porque, ao mesmo tempo ele cometeu um erro estranho, mas não é só isso, porque, senão nós vamos, como falei no começo, tirar toda a credibilidade do esporte, mas, ao mesmo tempo, aqui tem um volume de apostas fora do padrão. Então, aqui vale a pena investigar. Quando você casa isso e faz isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero me manifestar publicamente que sou absolutamente partidário ao conceito da agência que a Dra. Juliana e o Dr. Guilherme colocaram – absolutamente favorável – e quero dizer também que, assim que tive a conversa com o Senador Portinho sobre a criação do grupo tático, fui, um ou dois dias depois, ao Ministério da Justiça, e, no Ministério da Justiça, conversamos ali sobre a destinação de um percentual daqueles 2,55 do Fundo Nacional de Segurança Pública para a criação desse grupo tático. Então, mais uma vez, a ideia do Senador Portinho prosperou, porque é muito importante para que a gente faça o que a gente tem que fazer.

Mas o maior desafio, Senador, é enfrentar a manipulação de forma efetiva sem tirar toda a credibilidade do esporte, sem cometer injustiças. E é duro, porque quem julga – o Rafael Bozzano sabe – tem sempre esta espada de não cometer injustiça, mas, com tecnologia, casando a linha da aposta com a linha do comportamento, conseguir encontrar um manipulador sem estigmatizar o esporte como um todo, porque o esporte é essencial para a nossa sociedade, e nós não podemos, ao enfrentar o problema, acabar com ele.

Então, se respondi à sua pergunta, acho que esse é o maior desafio que a gente tem quando quer enfrentar a manipulação de resultado. E estamos fazendo o melhor com todos esses entes envolvidos para nos desincumbir desse desafio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Muito obrigado, Sr. Manssur, mais uma vez, pela participação excepcional.

Sra. Juliana, por favor.

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE (Para expor.) – Vamos lá.

Primeiro, a agência, a gente trouxe o nome Agência Nacional de Proteção e Fomento à Integridade Esportiva é uma proposta que a gente está apresentando para o Governo, que deve tramitar nesta Casa porque é um projeto de lei também, e a gente traz já alguns escopos relacionados também...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ela não vem nesse projeto de lei que foi aprovado na Câmara, não?

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE – Não, ela não está nesse projeto de lei. O que está...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente poderia, Senador Romário, talvez incluir aqui como...

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE – É, eu acho que a gente pode ter uma conversa depois para mostrar um pouco o escopo de como está essa discussão. A gente conversou muito com o Ministério da Fazenda sobre essa importância, tanto que o Manssur corrobora. É importante que se tenha uma estrutura no Ministério da Fazenda, que é essa que está circulando também na Casa, mas que a gente consiga ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa agência, porque as ações precisam ser contínuas e ser aperfeiçoadas ao longo do tempo. Então, hoje para um evento que chega, ligam lá para o Ministério do Esporte querendo uma resposta em relação a uma situação de manipulação de resultados. A gente não tem muito...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sra. Juliana, desculpe-me interromper. Só uma pergunta: quem faria parte dessa agência?

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE – Na realidade, é uma agência de Governo, é uma agência nacional aos moldes da Agência Nacional de Saúde, da Agência Nacional de Águas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE – É uma estrutura pública, com esse conceito de agência por conta da regulação, é importante que esse escopo esteja presente.

Para que a gente, a partir da ajuda da inteligência artificial, que é o que o Manssur traz muito – a gente recebeu muita empresa sinalizando sobre essa discussão –, a partir desse indicador, desse indício, dessa potencial situação de manipulação de eventos, para não falar de resultados apenas, o que a gente desencadeia a partir disso? É isso o que a gente precisa estruturar. Qual é esse fluxo? Quais são os atores e interlocutores envolvidos? Qual é o papel do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Interpol, do Ministério Público? Qual é o papel de todos esses atores e interlocutores que vai fazer com que a gente tenha uma experiência que não seja impune?

Então, a proposta da agência hoje é uma proposta – e acho que a gente está aí para essa conversa – que estrutura de um jeito que a gente entendeu que poderia ser o melhor formato para a implementação de uma política pública nesse sentido.

A gente tem algumas sinalizações já na redação dela relacionadas: parcerias com a Polícia Federal, com o Ministério da Justiça. E aí seria uma primeira proposta para que a gente pudesse discutir e avançar nessa sinalização.

Nos espaços em que a gente esteve, a recepção foi bem recebida, nos espaços em que estivemos fazendo esse debate. Então, essa é uma proposta para a qual, com certeza, toda contribuição do Senado, da Câmara também, e das experiências de vocês será muito bem-vinda.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fico preocupado só de o Projeto de Lei das Apostas, que já está tramitando no Senado, ser aprovado antes da criação da agência. Por isso, talvez, se você puder fazer chegar a minuta ao Senador Romário, a gente possa, pela Comissão, inclusive, apresentar essa emenda, Romário, conjunta no próprio projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque, senão, você vai ter as apostas e ainda não vai ter a agência. Ela ainda demora para se estruturar exatamente nesses convênios.

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE – Sim. Está bem, a gente pode ter esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

A SRA. JULIANA PICOLI AGATTE – Você quer complementar, Dr. Guilherme?

O SR. GUILHERME BENAGES ALCANTARA (Para expor.) – Posso complementar, até para responder à pergunta do Presidente.

A agência seria gerida, gerenciada por cinco diretores aprovados pelo Senado em sabatina e nomeados pelo Presidente da República, como é, normalmente, para a Anatel e para outras agências que têm esse viés de fiscalização.

A Dra. Juliana mencionou que, na proposta que já está estruturada e que inclusive já foi enviada ao Presidente da República, há a menção a ações de cooperação com Polícia Federal, Receita Federal, Interpol e outras entidades de fiscalização e também uma concessão a essa agência de, a rigor, poder requisitar das entidades fiscalizadas o acesso instantâneo e em tempo real a dados e transações, que é o caminho para que se possa fazer essa suspensão de imediato. Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quer aproveitar? Pode responder também.

O SR. GUILHERME BENAGES ALCANTARA – Pois não.

Sobre a questão dos suicídios. É uma questão dramática mesmo, é ruim a gente ter essa percepção. Extrapolando para o Brasil, aqueles dois viram sete por dia. Agora, o que se poderia fazer? Eu acredito que ações educativas, um *benchmarking* internacional para entender, uma análise de risco dos apostadores. Se eu conseguir antecipar que aquele apostador está adotando condutas que indiquem o risco de ele eventualmente vir a cometer suicídio no futuro, adotar medidas de supressão dele ou de limitações para que ele não chegue a esse ponto.

Eu acho que o trabalho com esses dados pode trazer muita informação relevante. É o que eu imagino a princípio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma curiosidade: alguma entidade federal já detectou algumas pessoas que se suicidaram por causa dos jogos, das apostas no nosso país?

O SR. GUILHERME BENAGES ALCANTARA – Aqui no Brasil, eu não tenho conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não. Está bom, obrigado.

Sr. Rafael Bozzano, por favor. Eu fiz duas perguntas, por favor.

O SR. RAFAEL BOZZANO (Para expor.) – Sr. Senador, a primeira é quanto às possíveis implicações dos envolvidos.

O Código Brasileiro de Justiça Desportiva é de 2009, ou seja, é possível, sim, que as infrações, em especial as penas pecuniárias... Está-se no momento de fazer uma adequação com a realidade, assim como o tipo e algumas atuações em razão da evolução da própria mecânica utilizada, algumas adequações envolvendo as infrações disciplinares passíveis de punição.

Então, acredito que exista espaço, sim, para uma reforma, para uma adequação, seja na questão envolvendo as punições, valores. Eu sei que existe já um trabalho, um estudo envolvendo essa alteração do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. Então, acredito que seria bem-vinda, sim, uma adequação dele para a nova realidade.

Quanto à segunda pergunta, Sr. Senador, se me permite também, quanto à concordância com a punição estendida pela FIFA, nós observamos que isso é uma questão estrutural do próprio entendimento da FIFA. Os códigos de ética da FIFA, seguido pela Conmebol, que é sul-americana, e também pela Confederação Brasileira de Futebol, são muito rigorosos quanto à essa atuação envolvendo a manipulação de eventos. Então, a questão de a FIFA internacionalizar essa punição e aplicar em âmbito internacional está seguindo, de fato, o seu próprio entendimento do código de ética e do estatuto, que prevê essas punições. Então, eu acredito aqui que ela fez cumprir a sua própria intenção que tem com essa integridade com o esporte, que é o grande produto e é o que faz todos nós aqui sermos apaixonados por esse esporte.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Bozzano.

Eu também concordo com a FIFA. Um atleta que é punido aqui nosso país por dias, meses ou anos não pode sair daqui e jogar em outros países. Isso aí não é conforme. E, mais uma vez, eu realmente entendo que essa decisão da FIFA foi muito bem tomada.

Sr. Fernando, por favor, agora.

O SR. FERNANDO MARTINS CESCONETTO (Para expor.) – Sr. Presidente, eu faço coro com o que foi respondido pelo Sr. Manssur porque creio que o principal ponto aqui se trata de não generalizar condutas ou torneios ou competições, tanto que, na minha primeira exposição, eu fiz questão de frisar que são condutas pontuais, são algumas partidas.

Claro que o ideal é que não houvesse nenhuma, mas existem e estão sendo apuradas. Mas eu acho que se trata de buscar não generalizar e, sim, procurar combater o problema conforme ele se apresenta. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imprevisibilidade do futebol é parte intrínseca do próprio esporte, isso nunca pode ser suprimido e nunca será suprimido. Da nossa parte, o que tem havido é uma atenção especial para que se promovam uma rápida investigação e rápida responsabilização, célebre encaminhamento aos órgãos devidos, por exemplo, à justiça esportiva, e também, com outro viés preventivo, tem havido também, no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás, palestras, encontros com os próprios atletas, principalmente da base, para procurar conscientizar sobre esse problema e sobre essas condutas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Infelizmente o nosso Senador e Vice-Presidente desta Comissão ainda não voltou, mas vamos dar prosseguimento a esta reunião.

Encerrada agora a fala destes primeiros oradores, gostaria que os senhores trocassem de lugar com o nosso próximo grupo, que são o Sr. Julio de Souza Avellar Bisneto – antes disso, mais uma vez, obrigado; quero agradecer a presença de todos vocês e vocês podem continuar participando diretamente desta reunião –, Diretor de Competições da CBF; Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Sr. Bruno Arleu de Araújo, árbitro de futebol; Sr. Guilherme Buso, Diretor da Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte (Abradie); Sr. Andrei Kampff, advogado e jornalista que participará por videoconferência; Sr. Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Apostas Esportivas (Abaesp), que participará também por videoconferência.

Muito obrigado a todos os senhores pela presença. Por favor, podem se sentar. (*Pausa.*)

Podemos começar com os dois que estão por videoconferência? (*Pausa.*)

Com a palavra, o Sr. Andrei Kampff, advogado e jornalista.

Está nos ouvindo, Sr. Andrei?

O SR. ANDREI KAMPFF (*Por videoconferência.*) – Senador, tudo bem? Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia, seja muito bem-vindo. Obrigado pela participação do senhor.

O SR. ANDREI KAMPFF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu que agradeço demais o convite. Quero dar um bom dia ao Presidente da Comissão de Esporte, o Senador Romário, que sempre foi um lutador das causas em que o direito de esporte se encontra, e também das causas sociais – é sempre um prazer conversar contigo –; ao Vice-Presidente Kajuru, que é uma referência também na área de jornalismo esportivo, na qual eu militei durante muito tempo, inclusive entrevistando o Romário algumas vezes pela TV Globo. E sempre foi um prazer gigante não só entrevistá-lo, como acompanhá-lo como jogador de futebol, mas eu fico muito contente com esse caminho que ele trilhou da causa pública e do cuidado social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um prazer conversar contigo. Parabenizo também todos os Senadores e Senadoras por propor este debate necessário, fundamental.

Agradeço também a companhia de todos na mesa para reforçar algumas questões que foram colocadas aqui.

Primeiro, o fundamental, e para vencer a desesperança, eu terminei de ler, Senador Romário, há pouco, o livro do Piketty, em que ele fala sobre uma angústia de todos nós: a desigualdade no mundo, mas ele começa com uma mensagem de esperança. Ele diz que, apesar de todos os problemas e desafios que nós temos pela frente, a gente tem andado e andado muito nos últimos cem anos.

Se a gente for pensar, Senador Romário, que até 60 anos atrás – 60 anos atrás –, nos Estados Unidos, negros não tinham os mesmos direitos de brancos, a gente imagina o que a gente está avançando na discussão.

Claro que essa conquista legal, essa conquista civil, que aconteceu agora, ainda desencadeia e precisa desencadear uma conquista emancipatória, mas é sinal de que a gente está avançando em diálogos necessários.

E, quando a gente fala de manipulação de resultados, a gente também encontra uma visão otimista quando a gente vê o Senado da República propondo um debate com a comunidade esportiva, onde a gente vê o Seneme por ali representando a CBF, onde a gente vê representantes de federações, de confederações, participando, junto com o poder público, com o Poder Judiciário, para a gente proteger algo que é fundamental, e o Senador Romário (*Falha no áudio.*)... da explanação dele, que é o coração, Senador, ou a alma do esporte, uma das duas palavras que o senhor usou. Isso é fundamental para a gente reforçar, porque ela garante a incerteza de um resultado que alimenta a paixão do torcedor.

O torcedor vai para o estádio, Senador, e não sabe se o Romário vai fazer um gol, ele acredita que ele vai fazer, mas ele torce da arquibancada para que o Romário faça aquele gol. Isso que alimenta a paixão do torcedor e protege a integridade inegociável.

A gente viu alguns dos companheiros de mesa falando sobre a importância do negócio, das apostas esportivas. A gente não pode contrariar um mercado que hoje já é fundamental para o esporte, mas a gente precisa entender que a proteção desse mercado e entender que esse mercado passa pela proteção inegociável – eu diria, Senador Romário – da integridade esportiva.

Então, o desafio de todos vocês, legisladores, é justamente este: entender o mercado sem abrir mão da inegociável integridade esportiva em que o (*Falha no áudio.*)... passa a ser fundamental, e esse é um *outdoor* para a gente vencer a desesperança.

E mais uma questão importante: entender esse diálogo transconstitucional, ou seja, de dois ordenamentos jurídicos distintos que muitas vezes se encontram, ou seja, você tem do movimento privado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do esporte, um ordenamento jurídico que precisa ser respeitado, inclusive por força constitucional (*Falha no áudio.*)... e você tem, do outro lado, o poder estatal, que precisa ter uma vigilância.

Tanto que a gente tem hoje, dentro do movimento desportivo, jurídico, no esporte, algumas angústias que precisam ser resolvidas. Uma delas é a proteção inegociável de direitos humanos em ambiente esportivo, outra delas é a vigilância estatal, ou seja, o trabalho que vocês, Senadores, fazem, e o poder público faz, sobre o esporte, uma forma para proteger a autonomia. E o terceiro grande debate, o terceiro grande problema, é justamente esse da manipulação de resultados que o esporte precisa combater.

Mas vocês trouxeram um exemplo que mostra como o movimento autônomo do esporte é importante para tornar eficaz as punições, porque vocês também colocaram – o nobre Senador Romário colocou – que se precisa, obviamente, que essas punições sejam efetivas.

E como essa punição da Justiça Desportiva do Brasil, do nosso companheiro Bozzano, se tornou efetiva no mundo? Porque houve um comunicado da CBF, a FIFA pedindo justamente para que essa medida tivesse um efeito global, para que o atleta olímpico do Brasil não saísse para jogar aqui do lado na Argentina, Senador.

Então, foi o movimento privado do esporte, dentro da sua autonomia, que conseguiu a eficácia dessa punição. Se fosse culpa do Judiciário brasileiro, olha só, não teria essa força. Não teria essa força. Agora, dentro do Brasil, dentro da soberania, o Poder Judiciário precisa trabalhar de acordo com a legislação, com o que traz a lei.

Foi colocado aqui que a nova Lei Geral do Esporte reforça o combate à manipulação, e quem participa desse tipo de crime pode pegar pena de dois a seis anos de prisão. E o movimento privado do esporte também (*Falha no áudio.*)... obviamente em função da preservação da integridade dos seus regulamentos privados, punições para esse tipo de conduta. Quando o estatuto da FIFA, que é a constituição do movimento privado do esporte, a proteção, lá no art. 3º do compromisso de combate à manipulação do resultado, para proteger a integridade.

No Código de Ética, Senador Romário, está escrito Código de Ética da FIFA. Quem se submete ao Código de Ética da FIFA? O Senador Romário já foi submetido ao Código de Ética da FIFA. Eu não sou submetido, porque eu não faço parte da cadeia suscetível da FIFA. Agora, todos os jogadores, atletas, técnicos que têm relação com a cadeia de futebol, dirigentes, estão proibidos de ter qualquer relação, direta ou indireta, com qualquer *site* de aposta. Está no Código de Ética da FIFA. As federações internacionais também têm regulada nesse sentido, para proteger a integridade.

Em Londres, inclusive alguns com que eu trabalho já colocam dentro do contrato com o atleta reforçando essa questão, que é o esporte em defesa do seu compromisso de proteger a integridade, também de acordo com o direito que traz a regra estatal, porque a gente precisa entender que, por mais autônomo que seja o movimento privado do esporte, o direito é um só. O direito vale para todos. E a constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídica privada do esporte precisa respeitar o direito. Para quê? Para proteger a própria autonomia e evitar interferências externas. Quando ele não se protege, obviamente o Poder Judiciário precisa agir, como agiu o Ministério Público de Goiás.

Então é fundamental esse diálogo, reforçando o que eu já trouxe aqui, que é justamente o cerne desse debate que propõe a Comissão de Esportes do Senado, reforçar esse diálogo necessário entre público e movimento privado do esporte, no combate à manipulação de resultados.

Se a gente conseguir avançar só um pouquinho, eu acho que é fundamental para a gente proteger ainda mais a integridade, do ponto de vista particular meu, mas em cima do que foi provocado também, diante de todas as reflexões que apareceram aqui, é imediatamente regulamentar – imediatamente. O Brasil tem uma atividade que é licita do Brasil, desde 2018, que ainda não foi regulamentada e fiscalizada. (*Falha no áudio.*)... fiscalização e regulamentação numa atividade lícita, que é, por exemplo, abrir um restaurante numa cidade. Se não há fiscalização, não há regulamentação, como é que vai ficar a saúde pública nesse lugar onde não há fiscalização e não há regulamentação?

Então precisa urgentemente regulamentar, esse é um caminho necessário, fiscalizar, investindo em ciência obviamente. A CBF vem fazendo um trabalho muito bacana, junto com a FIFA, para investir em ciência, para monitorar justamente apostas suspeitas. Isso tem sido um trabalho de referência para o mundo.

Mas também é fundamental o cumprimento da lei. O direito só tem força quando se cumpre lei. Senão uma lei vazia, sem efetividade é só uma recomendação. Aí não vale absolutamente mais nada. Então, neste primeiro momento, o que é urgente é avançar nessas questões regulatórias, de fiscalização e no cumprimento da lei. Mas eu acho duas questões importantes, Senador Romário, para ficar sob análise e para reflexão de vocês legisladores: investir em conformidade no esporte. Como é que o poder público pode trabalhar, junto com a iniciativa privada, ou seja, o movimento privado do esporte, o topo da cadeia olímpica, Comitê Olímpico Brasileiro, topo da cadeia associativa do futebol, CBF, para se criar, quem sabe, um selo de gestão do esporte, em que se garantam vantagens, nem que seja uma vantagem institucional, para aquela instituição, Senador Romário, que age em conformidade, que entenda as leis e trabalhe justamente com essas leis e com planos de integridade, com governança, com políticas de *compliance,* e que essa instituição ganhe um selo de qualidade.

Isso pode ser discutido, pode estar, obviamente, dentro do objeto da análise de todos para a gente investir em conformidade dentro do ambiente esportivo, talvez essa seja uma recomendação, um conselho, que eu acho fundamental. O clube de futebol tem a obrigação de acrescentar um selo, uma certificação de qualidade na gestão... (*Falha no áudio.*)

... empresarial. Isso é investir em educação, Senador Romário, isso é fundamental.

Os atletas que me procuraram, que são objeto de análise, justamente, de investigação por manipulação de resultados, não sabiam, colegas, amigos Senadores e Senadoras, que se envolver, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer forma, com manipulação de resultados é crime. E não estou falando só de atletas de série D e de série C, estou falando de atletas de série B e de série A, da elite da elite do futebol brasileiro.

Então, é fundamental que a as instituições esportivas promovam debates, promovam educação, justamente para fomentar essa cultura, para mudar, justamente, essa ideia educativa, educacional, para as pessoas terem a consciência, para os atletas terem consciência, do que podem e do que não podem.

Como última sugestão – vocês comentaram há pouco, Senador Romário, e eu acho importante – é a questão da saúde pública, no que isso afeta a saúde pública, para observação e análise de todos. Será que o Ministério da Saúde e o SUS não poderiam ser contemplados com uma parte, com um percentual, dessa arrecadação? Justamente porque muitos dos que se envolvem com apostas podem ter algum tipo de problema de saúde...

Muito obrigado pela participação, Senador Romário. É um prazer conversar com o senhor e com os Senadores e as Senadoras nesse debate, que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Andrei. Mais uma vez, o prazer é todo meu, de ouvi-lo.

O segundo expositor é o Sr. Rodrigo Alves, Presidente da Associação Brasileira de Aposta Esportiva (Abaesp). Ele também está *online.*

Por favor, Sr. Rodrigo. Nos ouve?

O SR. RODRIGO ALVES (*Por videoconferência.*) – Escuto perfeitamente.

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom dia, seja bem-vindo.

O SR. RODRIGO ALVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Primeiramente, cumprimento todos. Agradeço a oportunidade de participar dos trabalhos desta Comissão. Peço vênia, de maneira antecipada, se eu faltar com o devido vernáculo. Somos apostadores esportivos, representamos essa modalidade e, para nós, é muito importante termos oportunidades como esta de trazer um pouco daquilo que a gente vivencia e daquilo que a gente conhece tão bem.

A atividade, no Brasil, existe há pelo menos 15 anos. Então, por mais que hoje o assunto esteja em evidência, o fato é que a atividade já é existente, que já existe todo um ecossistema: existem milhões de apostadores, existem centenas de casas de apostas e existem diversas consequências que isso tudo gera. A questão da manipulação de resultados é uma delas, a questão de erros de árbitros é outra, mas as apostas esportivas já existem e essa realidade tem que ser tratada de maneira correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa que nos incomoda um pouco, por assim dizer, é quando esses aliciadores, esses criminosos que trouxeram esse esquema de manipulação são chamados de apostadores, porque eles não são apostadores, são pessoas que se utilizam das apostas para cometerem ilícitos e crimes. Então, acho importante ter essa diferenciação.

Contando, brevemente, um pouco do trabalho da Abaesp, a Abaesp é uma associação criada pós-legalização, então foi em 2019. E nós, como já acompanhávamos o mercado, já fazíamos parte do universo das apostas esportivas, sabíamos que, em determinado momento, precisaríamos ter uma voz, uma voz do consumidor, porque, como nós sempre tivemos uma proximidade muito grande com o mercado português, com os apostadores portugueses, já desde 2015, assistimos aqui, de camarote, à regulamentação do mercado lá de Portugal e vimos como foi ruim para o consumidor, para as casas de apostas e para o Governo português, que também teve ali frustradas as expectativas de arrecadação. E, a partir dali, então, de 2015, nós entendemos que, no momento oportuno, teríamos que ter essa espécie de voz do consumidor, e a Abaesp foi criada nesse sentido. Então, já faz mais de quatro anos que nós buscamos ter oportunidades como esta, hoje, nesta Comissão, de trazer um pouco do nosso conhecimento prático, da indústria.

E não tem como iniciar, de fato, não falando da questão da Lei nº 13.756, que, de maneira equivocada, respeitosamente falando, equiparou ou trouxe a figura das apostas de cota fixa como uma modalidade lotérica. Então, esse é um aspecto que já, há muito tempo, nós batemos na tecla, porque aposta esportiva não é loteria; é uma categoria própria de jogo, assim como o cassino é uma outra categoria e loteria é uma outra categoria. Se nós partimos aí do pressuposto de que a aposta esportiva é uma loteria, estamos falando que, quando um evento como o futebol for acontecer, todas as vezes nós teremos chances fixas e imutáveis de que o time A ganhe, o time B ganhe ou que o empate ocorra. E, como nós bem sabemos, as probabilidades são sempre variáveis. Enquanto que, se a gente pegar as loterias convencionais, essas probabilidades são sempre fixas, sempre imutáveis.

Então, eu faço esse comentário porque nos parece ser um vício de origem que nunca foi corrigido, talvez nunca seja, mas isso cria uma série de consequências negativas, porque as apostas esportivas deveriam ser tratadas de maneira individualizada, com o cuidado próprio que a atividade merece, assim como o cassino também, que deve ter tratamento próprio.

E, agora, vivemos um momento interessante, importante, que é justamente o da tramitação do PL nº 3.626, de 2023, que, aprovado na Câmara dos Deputados, agora vem para apreciação do Senado. Então, ter a oportunidade de falar com o Senado, neste momento, é muito válido, porque esse projeto de lei – e peço desculpas aqui pela franqueza – é muito negativo. Nós, como consumidores e mesmo os operadores, que temos essa experiência de mercado e temos diversos mercados para nos espelharmos mundo afora, vemos tudo que está sendo feito como uma receita para o insucesso.

Poderíamos citar aqui, claro, a questão da tributação do operador, os 18%o do GGR, que somados aí a todos os encargos empresariais, que toda empresa brasileira já tem, teria aí um custo da ordem de uns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

35% do seu faturamento, ou seja, extremamente elevado. A própria taxa de outorga, ali na faixa dos R$30 milhões, por um prazo extremamente pequeno, de três anos, também onera muito o operador, porque também tem taxa de fiscalização mensal, e tudo isso vai tirando, ali da casa de apostas, todo esse investimento que a gente vê em *marketing*, em patrocínios e tudo isso, porque vai ficando uma operação muito custosa, muito arriscada, em que, com certeza, grandes *players* globais e grandes operadores vão pagar o preço, vão pagar para ver, para arriscar mesmo, porque o mercado brasileiro é indiscutivelmente gigante e com potencial enorme. Mas isso vai tirar também muitos operadores intermediários, mais novos de repente, que não vão ter o poder econômico de ter tudo isso.

E tem um agravante nisso tudo, que é a questão da tributação do apostador, porque, como eu disse anteriormente, uma vez que a aposta de cota fixa é considerada uma modalidade lotérica, as regras de tributação já existem, que é a tal história dos 30% acima de ganhos de R$2.112, esses 30% retidos na fonte. O que é extremamente danoso, porque o apostador, e até em termos de experiência do usuário mesmo, que hoje a aposta, como já é muito existente no Brasil, imaginem quando o apostador vê que ele tem um ganho potencial maior do que esses R$2.112 e já vê ali subtração de 30% a título de Imposto de Renda retido na fonte?

Então, esses elementos todos combinados, essa carga tributária alta da casa de apostas, a experiência do apostador, vai certamente contribuir para que não haja uma boa canalização do mercado. Quando a gente fala de canalização, é tirar os jogadores, os apostadores desse mercado, digamos, cinza hoje, para o mercado regular, verde, canalizar para lá, e aqui a gente entende que vai ser o efeito contrário, o mercado ilegal é o que mais vai ser fomentado.

Ainda no projeto de lei, houve ali a inserção do que todos entenderam serem os jogos de cassino, e o que foi feito de maneira também muito pouco técnica talvez, e de maneira até podemos dizer preocupante, porque, para deixar bem claro, como apostadores, nós somos totalmente a favor da legalização dos jogos de cassino, da devida regulamentação, não existe um não jogo, o jogo é uma realidade, então, é preciso que as regras sejam estabelecidas para que justamente tudo aconteça bem, mas, se aposta esportiva não é modalidade lotérica, imagina dizer que o cassino é modalidade de aposta de cota fixa. Então, foi muito reducionista, por assim dizer, e essa questão do cassino também deveria ser bem observada em relação ao projeto de lei.

E quando a gente pega todo esse conjunto da obra e já entende que em termos de mercado não é positivo, acordamos hoje, ou dormimos ontem também, com o desfecho da CPI da manipulação de resultados, em que, com todo respeito, *data maxima venia*, foi trazida ali uma sugestão de projeto de lei que limita os mercados somente ao resultado final e total de gols, ou seja, todos os outros dezenas ou centenas de mercados existentes para se apostar hoje estariam excluídos das casas de apostas licenciadas no Brasil, o que seria horrível e poderia aqui falar longamente por quê, mas certamente não vem ao caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria só aproveitar esse meu tempo curto aqui para tentar trazer o máximo de ponderações possíveis e uma delas é a questão do apostador recreativo em relação ao apostador profissional, porque é indiscutível que a imensa maioria dos apostadores são recreativos, tem que ser tratada a aposta esportiva de maneira realmente como um a título de diversão, de maneira responsável, mas existe uma parcela, uma porcentagem ainda pequena de apostadores que são profissionais, que têm lucratividade e atividade das apostas, por conta disso, tem que ter uma visão mais realista sobre isso. O que não se pode é usar o argumento de que existem alguns profissionais de apostas para vender a ilusão de que se pode ganhar dinheiro de maneira fácil com as apostas ou de maneira garantida, porque isso, certamente, não é possível.

Então, correndo aqui na parte final do que eu tenho a dizer, os estados e os municípios também estão nessa briga da regulamentação para ter suas próprias licenças. Isso, em nosso ponto de vista, também é uma demonstração de que essa regulamentação federal tem que ser muito bem-feita, não adianta carregar muito ali no que vai ser colocado no papel, porque isso pode gerar um efeito contrário, como eu disse, a canalização pode não ser atingida. A regulamentação tem que ser mais técnica do que política, e eu tenho essa liberdade de falar isso em nome de apostadores porque nós não temos o poder econômico, quer dizer, o nosso poder econômico, o de apostador, é dissipado, o consumidor é sempre visto como realmente um grande beneficiário ou a pessoa mais importante nesse processo todo, mas, na prática, não é. Inclusive, vi com muitos bons olhos a fala do Dr. Manssur anteriormente, dizendo que, no grupo de trabalho, a associação dos apostadores, ou seja, nós, da Abaesp, seremos convidados para nos sentar a essa mesa. Assim como também nós fizemos um requerimento junto ao Conar, porque entendemos ser importante que o consumidor tenha também uma oportunidade de opinar ou de colaborar em relação à autorregulação da publicidade, porque nós somos, de fato, o público para quem essa publicidade é direcionada.

Então, agradeço a oportunidade. Eu estou aqui, querendo ou não, falando em nome de milhões de apostadores, é uma responsabilidade muito grande; falo também em nome de todos os membros fundadores da nossa associação. E tenho certeza de que, assim como eu, tem muitas pessoas que têm muito conhecimento e estão muito dispostas a contribuir. Então, permanecemos à disposição de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo Alves. Gostaria só de pedir a V. Exa., e serve também ao Sr. Andrei Kampff, que continuasse *online*, porque a gente, ao final dos nossos oradores aqui, gostaria de fazer algumas perguntas para os senhores. Muito obrigado pela sua participação.

Agora, com a palavra, o Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Temos aqui a volta do nosso brilhante Senador Jorge Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perdão, Presidente, a todos e todas, estive lá no momento da Comissão do Meio Ambiente para um requerimento da Subcomissão e presidi a sessão lá por instantes, como o senhor faz sempre. Quarta-feira aqui, a gente vive vida de Bolt.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Boa tarde a todos, boa tarde ao Exmo. Sr. Senador Romário, Presidente da Comissão de Esporte para manipulação; ao Exmo. Sr. Senador Jorge Kajuru; a todos os presentes, companheiros de mesa; ao árbitro Bruno Arleu, em especial! Bruno Arleu, talvez seja a primeira vez em que haja a presença de um árbitro em tão importante evento e isso é extremamente importante. Gostaria de agradecer o convite a mim estendido e à Comissão de Arbitragem.

Gostaria de iniciar a minha fala, porque é muito importante dizer que as pessoas muitas vezes me conhecem pelo ex-árbitro que fui. Tive a honra de trabalhar em jogos com – posso aqui citar – o Romário, porque, quando fomos trabalhar juntos, na camiseta dele, não estava escrito Senador Romário, e, sim, Romário. Quero brevemente, vou tomar 30 segundos do meu tempo para uma passagem bastante interessante que eu tive com o Romário num jogo em Fortaleza, no Ceará. O jogo era Ceará e Vasco da Gama, em que ocorre uma situação de área penal. Eu estava bem colocado na ação, o Romário também estava bem colocado na ação, próximo à jogada. Um companheiro do Romário se jogou na área, e o Romário percebeu. O jogador companheiro dele levantou e veio me cobrar o pênalti e, nesse momento, o Romário entrou na frente do jogador e falou: "Não, não, não foi pênalti, vai jogar".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E outras coisas mais eu falei, mas deixa isso para lá. (*Risos.*)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Era um jovem jogador, e isso me marcou. E eu uso essa referência, Senador Kajuru, eu uso essa referência em muitas palestras que eu dou, dessa relação que é o meio esportivo entre árbitro e jogadores de futebol, e ganhei, a partir disso, muita admiração pelo Senador Romário, era importante eu falar sobre isso.

Em relação a mim, é importante que todos saibam que eu, como Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, tenho extrema consciência da minha responsabilidade. E ao longo dos últimos anos... Eu encerrei a minha carreira em 2014, como árbitro internacional, depois de ter trabalhado por dez anos no quadro da FIFA. Ao encerrar minha carreira, eu recebi o convite para fazer parte da Comissão de Arbitragem da Conmebol e, nesse período – e é importante dizer isso, porque tem relação com o tema, foi em 2016 –, em 2016, eu assumo o cargo de Presidente da Comissão de Arbitragem da Conmebol em pleno olho do furacão do FIFAgate, das ações que todos conhecem, das prisões que ocorreram na Suíça, e tudo o que veio a ocorrer, numa reação em cadeia, na América do Sul e na Conmebol.

Eu fui convidado pelo novo Presidente da Conmebol, Alejandro Domínguez, a assumir a Comissão de Arbitragem naquele momento. E eu vivi situações muito piores do que essa no FIFAgate, de perda de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credibilidade de instituições, perda de credibilidade de setores do futebol, como, no caso, setores de direção. Não eram jogadores, não eram árbitros, mas era a direção, era a gestão. Isso tomou muito tempo da Conmebol para ela resgatar a sua credibilidade, e, hoje, apesar de, como toda instituição esportiva, receber críticas, até porque as críticas nos impulsionam a melhorar, a Conmebol hoje reagiu e é uma instituição muito mais respeitada do que era em 2016, e eu, orgulhosamente, fiz parte disso.

Estive na Presidência da Comissão de Arbitragem da Conmebol durante seis anos; foi quando eu recebi um convite para a Presidência da Comissão de Arbitragem da CBF, que passava por um momento extremamente difícil. Assumi a Comissão da CBF em abril do ano passado, ou seja, há praticamente um ano e quatro meses. Tive o tempo inicial de três meses para organizar uma nova comissão, ou seja, eu iniciei o meu processo de trabalho na Comissão de Arbitragem há, praticamente, um ano, não é? Então, assim, o trabalho que a gente tem feito é um trabalho extremamente técnico.

Eu considero que está havendo uma mudança de filosofia e mentalidade da arbitragem brasileira. A arbitragem brasileira nunca foi considerada uma arbitragem atleta. Vou explicar isso. Ela sempre esteve vinculada à administração e à dirigência do futebol. E para mim essa é uma via extremamente importante que nós temos que modificar, que a arbitragem...

Quando eu escuto o Dr. Manssur dizer: "Sem estigmatizar atletas, porque são poucos os atletas que cometeram esses erros", os outros erros cometidos por atletas são erros que não podem ser estigmatizados, como o erro de um gol, o erro de um pênalti, o erro de uma reclamação do momento de um jogo, o erro de uma discussão... Tudo isso faz parte do esporte e nós não podemos... Entendo extremamente feliz e importante este debate – extremamente feliz e importante – e me sinto muito feliz de fazer parte dele, porque é de alto nível este debate que eu escutei até agora aqui.

Então, o árbitro de futebol também tem que estar dentro dessa preocupação, porque, às vezes, por mais que pareça que o árbitro cometeu um erro grave no jogo, e comete – e comete –, deve ser uma preocupação muito grande que esse árbitro também não seja estigmatizado, até porque, até o atual momento, salvo alguma outra informação que a gente não tenha, nesses casos de apostas, os recentes, não houve detecção de nenhuma ação de árbitro que pudesse colocar em dúvida a honestidade desse árbitro. O erro, a capacidade técnica limitada de cada ser humano, a individualidade esportiva, de personalidade de cada um, isso tudo vai fazer parte do esporte.

A minha fala inicial é esta: de que nós, ao longo do tempo, ao longo dos anos, possamos transformar, Senador Romário, com a sua experiência prática de futebol, com a experiência do Senador Kajuru de mais de 40 anos de comunicação, com o respeito enorme que tem...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... que a gente possa transformar também a figura do árbitro de futebol num atleta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... relacionado a atleta. Nós não vemos mais árbitros gordos. Nós não vemos mais. E a gente via. Os árbitros são atletas. Por isso que eu gostaria que a parte de perguntas sobre situações de jogo que serão respondidas sem nenhum problema, que escutassem do Bruno Arleu, Romário, a opinião dele de como melhorar a arbitragem de uma maneira profunda, através de um árbitro de futebol que está aqui presente, aproveitando essa oportunidade, porque somos, sim, atletas de futebol. A arbitragem se considera atleta de futebol, está bom?

Seriam essas as minhas palavras iniciais, sinceramente agradecendo também a uma feliz notícia, Senadores, Ilmos. Senadores, uma feliz notícia, que trouxe para gente o Ilmo. Senador Portinho, da fiscalização do VAR. Considero extremamente importante. A CBF já proporciona, hoje, ferramentas de transparência que a grande parte do mundo não tem. Os áudios que ontem escutamos, do erro do árbitro...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Anteontem.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Desculpa. De anteontem, que escutamos, do erro do árbitro e do árbitro de vídeo, numa jogada de determinado jogo... Se ocorreram erros, por exemplo, na Copa do Mundo da FIFA, nós não sabemos o que foi falado, nós não sabemos!

Então, existe a ouvidoria da arbitragem para os clubes, não é? Existem... Hoje nós criamos inclusive para a transparência um programa chamado Papo de Arbitragem, que não tem nenhuma referência para promover uma pessoa em particular. O único objetivo desse programa é dar transparência, é tentar passar ao público o que diz a regra do jogo, porque nem sempre o que a opinião pública representa de opinião é o que está escrito na regra do jogo. Então, quanto mais a gente puder também divulgar a interpretação correta das ações, mais o esporte vai estar dentro de um nível de justiça maior, que é o objetivo principal dos árbitros de futebol.

Desculpa passar um pouco do tempo, mas essas seriam as minhas palavras iniciais, e a gente fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Seneme, pela sua brilhante participação.

Quero aqui passar agora a palavra ao Sr. Bruno Arleu de Araújo, Árbitro de Futebol.

Por favor, seu Bruno.

O SR. BRUNO ARLEU DE ARAÚJO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas! Boa tarde a V. Exa., Sr. Senador Romário, e a V. Exa., Sr. Senador Jorge Kajuru!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço o convite para estar participando desta audiência. Como o Presidente Seneme colocou, é um convite pelo qual nós árbitros temos a oportunidade de explanar, nos posicionar e, acima de tudo, humanizar a classe Árbitro de Futebol, com tão poucas oportunidades de falar, de colaborar, oportunidade esta em que me sinto extremamente feliz, extremamente lisonjeado, por poder falar um pouco da vida do árbitro, em particular, poder falar brevemente aqui da minha trajetória.

Tenho 40 anos, sou formado em Direito. Talvez não seja de conhecimento de todos, mas o árbitro de futebol não é profissional, é apenas uma atividade. Talvez, dentro do mundo do futebol, seja a única classe amadora ainda, por isso a importância do que o Seneme trouxe ao debate acerca dessa evolução. Sou árbitro internacional há quatro anos, componho o quadro da FIFA. Hoje, no Brasil, nós só temos dez árbitros FIFA, e eu, graças a Deus, sou um deles, desde 2020. Sou árbitro há 15 anos, formado em Direito, policial no Rio de Janeiro, minha atividade principal hoje, e pude conduzir alguns jogos internacionais de eliminatórias, Libertadores da América, Copa Sul-Americana. Fui eleito, no ano de... Nós estamos a uma semana da final da Copa do Brasil. Pude conduzir, por duas oportunidades, 2020 e 2021, a final da Copa do Brasil. Fui eleito, no ano de 2021, o melhor árbitro brasileiro. Então, esse é um breve resumo da minha carreira.

Vou falar um pouco do objeto da audiência. A nossa classe permanece muito atenta a tudo isso. Faço parte da diretoria da Associação Nacional dos Árbitros de Futebol. Temos tido constantes reuniões tanto entre os membros quanto com a CBF. Somos, diariamente, semanalmente, orientados pela Comissão de Arbitragem da CBF, pela FIFA, porque hoje eu represento quatro entidades: FIFA, Conmebol, CBF e Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, todas elas imbuídas nesse assunto de manipulação de resultados em eventos esportivos. Então, estamos atentos, debatendo e com condutas a serem seguidas diante de qualquer contato estranho ou alheio que eventualmente possa ocorrer.

Já aproveitando a fala do Presidente Seneme, é motivo de muita atenção da nossa parte... Hoje nós não temos, graças a Deus, nenhum árbitro ainda envolvido em qualquer tipo de esquema de manipulação. Não sei... Muito provavelmente não seja do conhecimento de todos, mas, anualmente, todos os árbitros de futebol, tanto nas suas federações, quanto na confederação da CBF, na Conmebol e na FIFA, precisamos apresentar certidões de débitos, certidões cíveis e criminais, e, só assim, aprovadas pela Corregedoria – porque nós temos uma Corregedoria na CBF –, é aceita a nossa matrícula para o ano corrente. Como nós somos uma classe muito heterogênea, uma classe composta de funcionários públicos, militares, dentistas, educadores físicos, como nós não temos uma "formação", entre aspas, a não ser a do curso de arbitragem lá no nosso início, nós somos exigidos, e só assim nós conseguimos essa matrícula para podermos exercer a atividade de árbitro de futebol.

Importante ressaltar também que nós temos uma cartilha da FIFA a ser seguida – todo ano a FIFA nos manda –, e temos um código de ética. O Presidente Seneme foi, por seis anos, Presidente da Comissão de Arbitragem da Conmebol. E, e, ao final de cada pré-temporada, nós temos uma palestra sobre ética; assim como, na CBF, nós temos uma comissão responsável por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para finalizar, é isso que nós temos, enquanto classe árbitro de futebol, a trazer, aproveitando, sim, para ressaltar o que foi dito em relação à necessidade do desenvolvimento da categoria: é importante nós estarmos debatendo, sim, a profissionalização, a evolução, de que forma nós podemos colaborar e de que forma federações, clubes, entidades podem colaborar com a nossa classe, para que, definitivamente, nós consigamos representar – como, na minha opinião, nós bem fazemos –, acima de tudo, de uma forma profissional, transparente, honesta e capaz de podermos ser apenas coadjuvantes do futebol, porque, como eu costumo dizer, os verdadeiros protagonistas são os atletas.

Então, mais uma vez, quero agradecer o convite de V. Exa., Senador Romário, do Senador Jorge Kajuru, e permanecer à disposição para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Bruno Arleu de Araújo.

Antes de darmos aqui prosseguimento aos nossos dois últimos oradores, o nosso Senador Kajuru tem outros compromissos e gostaria já de antecipar as suas perguntas para o nosso Presidente Seneme, da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira (CBF), e também para o árbitro Bruno Arleu de Araújo.

Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, primeiro, quero agradecer a compreensão de sempre daquele que não é apenas meu ídolo – inclusive, maior do que Pelé –, Romário, é meu irmão mais novo.

Desde já, eu digo que ele, sobre o presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, modificou aqui uma posição que eu iria apresentar, porque eu não tenho compromisso com o erro. Eu já cometi alguns erros em opiniões dadas sobre a sua presidência da Comissão de Arbitragem, e o Romário me relatou as posições que tem, de que é um presidente honesto que finalmente a CBF tem hoje, porque, até hoje, a CBF só teve presidente corrupto até a medula, até a essência – e livres, soltos, leves. Portanto, eu nem vou tocar nesse assunto, porque acredito cegamente no Romário e, se o Presidente pensa assim do senhor, eu fico feliz.

Todavia, eu gostaria que o senhor entendesse que, primeiro, sobre a sua honradez, que eu considero intocável, eu aqui não posso fazer nenhuma observação. Só quero lamentar um fato de que eu não sei se o senhor tomou conhecimento – de repente, eu liguei para o número errado –: eu telefonei para o senhor, como Senador da República, como empregado público e como um simples ser humano, para fazer um comentário em que eu disse, na gravação para o senhor, no zap, que era de um minuto, sobre a arbitragem de futebol... O senhor nem resposta deu a mim. Pelo menos, poderia dar uma resposta, porque eu nunca

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixei ninguém sem resposta – o Romário sabe disso – no meu zap. Portanto, essa parte é a única que eu lamento sobre o senhor.

Eu queria saber o motivo das decisões diferentes do VAR em lances similares. Queria saber do senhor, falando em VAR, se o senhor é contra ou favorável à tecnologia. E, permita-me aqui, Presidente Romário, senhoras e senhores, apresentar, rapidamente – vou até cortá-lo para não ficar até o fim –, algo irritante e revoltante, que é este vídeo dos áudios do jogo de anteontem. Foi 4 a 4 – Série A, Brasileirão, Corinthians e Grêmio. O erro escandaloso, para mim, do pênalti a favor do Grêmio.

Ouçam esses áudios, torcedores brasileiros, e comentem. Depois, o Presidente da Comissão de Arbitragem vai poder responder, democraticamente.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Prestem atenção!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O.k., é suficiente, Secretaria. É suficiente.

Com o áudio do VAR, juntamente com as imagens, não restaram dúvidas de que o erro escandaloso da arbitragem no jogo Corinthians e Grêmio, anteontem, se deu única e exclusivamente pela interpretação absurda do árbitro de vídeo, acompanhada pelo árbitro principal, de acordo com o que a mente dele achou – desculpe-me, Presidente Seneme, "axou" com "x".

Enquanto as decisões interpretativas existirem, teremos, a cada rodada, escândalo, como nos jogos entre Corinthians e Grêmio e Santos e Goiás, de que daqui a pouco falarei com o árbitro Bruno Arleu.

Portanto, essa é uma pergunta. Eu gostaria que o senhor falasse sobre esse assunto, porque entendo eu que punir árbitro por três jogos – perdoe-me – não adianta nada, não serve para nada. Ele volta depois e comete erro do mesmo jeito. Ele tinha que sofrer uma punição dura, de três meses, para ficar assistindo a jogos de futebol e refletir sobre os erros que cometeu.

Com todo respeito às palavras do árbitro Bruno aqui, o Senador Carlos Portinho me telefonou no dia do jogo, à noite, e falou: "Kajuru, para mim – eu não estou acusando, mas, para mim –, há suspeita de manipulação nesse erro", e eu concordei com ele, sem aqui dizer que estou acusando. Eu fiquei na dúvida. Olha, aí pode ter tido uma manipulação de resultado, porque infelizmente isso está acontecendo, sim, no futebol brasileiro.

Então, punir, como o senhor viu a punição ao funcionário do VAR, também não vai adiantar nada. É uma punição, para mim, pífia. Ele volta a trabalhar daqui a pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais – Presidente Seneme, não sei se o senhor concorda –, tem funcionários do VAR que acham que eles são superiores à imagem. Eles brigam com a imagem, ou seja, eles acham que a opinião deles é mais importante do que a imagem. Nesse caso, então, é melhor a gente parar de gastar dinheiro com essas câmeras todas, eles ficam lá na cabine e basta, então, a opinião de cada um e o áudio de cada um. Porque como é que pode você brigar com a imagem? Foi esse o caso do jogo Corinthians e Grêmio.

Há outros jogos em que a gente viu, por exemplo, um árbitro de costas não ter visto um pênalti – eu comentei com o Romário sobre isso, o Presidente – e o VAR não o chamou, e deveria chamá-lo, porque ele estava de costas. Ele não viu um pênalti escandaloso em um jogo da Série A do Campeonato Brasileiro. E outros erros do VAR também a gente tem visto sempre.

Vamos aqui apresentar uma discussão com que o Presidente já concordou, eu também, por unanimidade, um requerimento do Senador Portinho. Eu queria que o senhor comentasse essa dúvida do Portinho e minha, se, de repente, nesse jogo, não houve a manipulação. Eu sei que o senhor ainda não sabe, pode de repente tomar conhecimento e sei que tomará decisão, porque sei da sua seriedade.

Por fim, em relação ao senhor: por que os árbitros goianos ficaram duas semanas sem serem escalados, até mesmo na Série D do Campeonato Brasileiro, depois da nota oficial da Federação Goiana condenando os erros de arbitragem contra o Goiás? Gostaria da sua resposta.

Depois, Presidente, rapidamente, eu vou fazer só uma colocação, porque tenho que fazer a consulta e ver a biópsia de minhas duas cirurgias intestinais. O Sr. Ednaldo vai falar e eu queria saber dele por que, no Brasil, os árbitros têm levado o VAR ao descrédito enquanto, na Europa, é uma referência?

Para concluir, com o árbitro Bruno Arleu: o senhor, no jogo Goiás e Santos... Perdoe-me, eu não o conheço, não posso fazer nenhuma acusação contra o senhor, mas eu fiquei indignado, porque eu sou do futebol goiano. Lá tive rádio, tive equipe de esportes, vivi 20 anos e lá fui casado. Com qualquer time goiano prejudicado, eu fico mais revoltado do que com o meu time em São Paulo ou do que com o meu time no Rio. E eu vi um erro gravíssimo, porque o senhor contrariou, Sr. Bruno, o VAR e deu um pênalti inexistente contra o Goiás. Então, cabe aqui uma pergunta sobre esse erro seu. O senhor prejudicou o Goiás? Se tem a tecnologia, por que o senhor ir contra ela, especificamente neste jogo Goiás e Santos? Por quê? Porque o senhor comete um erro desse e o Goiás perde três pontos, como o Grêmio perdeu três pontos anteontem. Amanhã, no caso do Goiás, um time desse é rebaixado e, aí, meu Deus do céu, o que acontece? E o sofrimento que esse time vai ter? E a situação financeira que esse time vai viver por causa de um erro de arbitragem?

Para fechar, com o Presidente da Comissão de Arbitragem, Seneme: por que, quase sempre, Presidente, os erros de arbitragem acontecem contra equipes com menor repercussão e com menor faturamento?

São essas as perguntas que eu deixo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço, mais uma vez, a compreensão do meu ídolo e irmão, Presidente Romário, nesta histórica Comissão de Esportes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, mais uma vez, pela sua brilhante participação, Senador. Eu já vou deixar o nosso querido Presidente Seneme responder e o árbitro Bruno de Araújo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Obrigado, Presidente Romário.

Senador Kajuru, nota-se a paixão que tem pelo futebol, a eterna paixão, desde a época de comentarista, quando todos o admiravam como comentarista de futebol, o que o levou a ser eleito pelo povo Senador da República. Que continue assim, um apaixonado, buscando a melhora do futebol, seja onde você estiver, Kajuru.

Eu vou responder primeiro sobre o WhatsApp. Como Presidente da Comissão de Arbitragem, peço aqui desculpas por esse fato, porque eu não reconheci a chamada, pois eu não tenho o registro de quem estava me ligando. Como muita gente... Vocês podem fazer ideia de quantas pessoas conseguem o meu contato. Mas fica o convite ao Senador para que, quando queira, agende, de maneira virtual ou de maneira presencial, quando estiver em visita ao Rio de Janeiro. Está lá a nossa sala da Comissão de Arbitragem aberta para tirar qualquer dúvida em relação a qualquer decisão que os árbitros tomam no campo de jogo.

Mas fica o convite ao Senador para que, quando quiser agendar, de maneira virtual ou de maneira presencial, quando estiver de visita ao Rio de Janeiro, está lá a nossa sala da Comissão de Arbitragem aberta para tirar qualquer dúvida em relação a qualquer decisão que os árbitros tomem no campo de jogo.

Dando sequência às punições... que eu não considero punições, porque é punido quem comete crime. Não são punições. Os árbitros são afastados das escalas por cometerem erros que chamam a atenção, para poder evitar que próximos jogos sejam influenciados pelo mesmo erro. Então, eles são afastados e passam por um programa de assistência ao desempenho do árbitro, que foi criado por nós, porque não havia na CBF esse programa. Aí, sim, eles eram punidos. Sabe por quê, Senador Kajuru, ilustríssimo Senador Kajuru? Porque, quando um árbitro é punido, o que é diferente de ser trabalhado para melhorar, ele volta o mesmo árbitro. Porque, se eu deixá-lo em casa por 90 dias, sem conversar com ele, sem retroalimentá-lo, sem desenvolver aquele erro, ele vai voltar o mesmo árbitro, mesmo tendo passado 90 dias.

Então, o nosso trabalho é, sim, um trabalho técnico, psicológico, para identificar o erro e aperfeiçoar esse árbitro, para ele voltar melhor, no caso. Até porque, se nós fôssemos eliminar um árbitro, eliminar um árbitro por um erro grave, provavelmente, o Wilson Seneme não seria Presidente da Comissão, porque ele teria sido eliminado lá no começo da carreira dele, porque o Wilson Seneme, também como árbitro, cometeu erros graves no início da carreira, e superou tudo isso. Os erros fazem parte, sim, do jogo de futebol, e os erros dos árbitros fazem parte, sim, do esporte. Por isso que o árbitro tem que ser considerado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um esportista, e não um gestor, não um administrador do futebol. Ele não está vinculado a isso; ele está vinculado à área técnica. E não, não, não são três jogos.

Peço aqui a gentileza para o Bruno, para fazer a pergunta, por favor... Se eu posso fazer a pergunta ao Bruno, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro, fique à vontade.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Para que o Bruno responda quanto tempo ele ficou afastado em virtude do erro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO ARLEU DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom, já aproveitando e falando um pouco do que V. Exa. me perguntou, eu, ao chegar na área de revisão, não visualizei nada de novo que eu não tivesse visualizado em campo, do impacto com que o corpo do atleta de verde tinha atingido o corpo do atleta de branco. E, via de regra, quando o árbitro de futebol chega na área de revisão e nada de novo se apresenta, e você está diante de uma jogada interpretativa, é uma prerrogativa do árbitro, sim, manter ou não a sua decisão. Como eu já mudei... Inclusive, nesse jogo, eu tinha sido chamado para, inclusive, marcar um pênalti em favor do Goiás, que eu não tinha visualizado no início do jogo. E, já partindo para a pergunta do Presidente Seneme, eu voltei para a Série A do Campeonato Brasileiro 60 dias depois – 60 dias depois; 35 passando pelo programa de assistência...

O SR. WILSON LUIZ SENEME (*Fora do microfone.*) – O senhor se recorda em qual rodada foi que ocorreu aquilo?

O SR. BRUNO ARLEU DE ARAÚJO – Talvez na rodada...

Não recordo. Fica difícil agora, realmente.

Então, foram 35 dias sem dirigir uma partida, 60 afastado da Série A, e, depois disso, ao voltar, voltei na Série C, na Série B, e agora, recentemente, no último final de semana, na Série A.

Então, sim, nós temos um treinamento, no qual essa jogada, em especial, pude visualizá-la várias vezes, debatê-la tanto com o presidente quanto com a sua comissão, com os instrutores, para que nós possamos, a partir daí, oferecer um melhor serviço, melhores interpretações e melhor entendimento do jogo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Obrigado.

Dando sequência rapidamente... Eu sei que estourou o tempo, mas é importante, porque foram várias questões, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Assumimos, sim, quando é um erro. E, nesse jogo do Santos com o Goiás, nós prontamente, diferente... Não sei se V. Exa. tem, em relação aos erros dos árbitros contra equipes de... pequenas, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) **–** Eu tenho aqui a relação, eu vou entregar ao senhor para não alongar.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Equipes pequenas. Eu tenho aqui uma relação...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) **–** Eu tenho uma relação de todos os jogos com erros de arbitragem contra times menores.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso. É, eu tenho um relatório aqui da Ouvidoria da Arbitragem que registra... é o registro de todos os clubes que entraram com pedido, pareceres, contra decisões de árbitro. E eu vou... faço questão, isso é um documento oficial da CBF, da Ouvidoria da Arbitragem. O América de Minas Gerais entrou com cinco pareceres contra decisões da arbitragem; o Flamengo entrou com cinco; o Coritiba entrou com três; o Grêmio entrou com três; o São Paulo entrou com três; o Vasco da Gama, com três; o Atlético Mineiro, com duas representações contra a arbitragem; o Internacional, duas; o Goiás, duas; o Botafogo, uma; o Athletico Paranaense, uma; o Cruzeiro, uma; e o Cuiabá, uma. De 223 jogos, até o momento do relatório, foi apresentada, em 32 partidas, alguma queixa contra a arbitragem. Esse é um relatório que eu posso... se eu puder, ou deixo ou encaminho, porque são números importantes e são oficiais do departamento de arbitragem.

Não considero, assim, que o Brasil tenha o VAR pior que o VAR da Europa. Nós não vivemos a semana dos jogos da Europa. Nós vivemos... nós assistimos ao jogo da Premier, da La Liga, e desligamos a televisão ou mudamos de canal. Não acompanhamos os programas esportivos, não acompanhamos os comentários semanais pós-jogo. Então, nós não temos muitas referências do pós-jogo e dos comentários que se faz em relação à arbitragem. Eu particularmente tenho, porque também sou membro da Comissão de Arbitragem da FIFA, e por isso tenho que acompanhar os árbitros de outros continentes também. E eu, sinceramente... Sim, Senador Kajuru, sim, temos muito o que melhorar no VAR. É uma realidade. E essa jogada demonstra isso. Essa jogada demonstra isso. Mas não considero, não, que estamos abaixo do nível europeu – não considero; não considero.

Brasil é o país... Não recomendo não ter VAR nos jogos, tirarmos o VAR. Se está mau com ele, pior seria sem ele. E a gente tem essa referência quando assistimos partidas sem uso do VAR e ocorre uma situação que poderia, sim, ter sido reformada, ter sido corrigida, como são a maioria das jogadas no Brasil, que são corretamente corrigidas. Então, não recomendo, sou muito a favor do VAR, vejo o futebol num caminho sem volta em relação ao VAR. É, sim, uma questão de encontrar também os profissionais que tenham qualificação pessoal para isso e treiná-los para um melhor desempenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Europa, em relação aos pênaltis, é importante ressaltar que é grave realmente quando um árbitro deixa de assinalar um pênalti ou assinala um pênalti errado, isso é um erro grave, mas, necessariamente, não impactou diretamente no resultado do jogo, porque a gente não sabe se esse pênalti seria feito ou não. Então, a gente considera que um erro grave de um árbitro é quando ele anula um gol de maneira equivocada; aí, sim, é um erro direto, só para deixar um pouco...

Mas, sim, temos trabalhado fortemente para corrigir esses erros. A similaridade das ações corresponde a que nenhuma jogada é igual a outra, não existe jogada igual a outra. Apesar de serem similares, uma é diferente da outra. E, para analisar se jogadas similares foram interpretadas de maneira diferentes, eu teria que ter muito mais tempo para explicar, porque eu teria que passar aqui instruções e conceitos da regra do jogo que a FIFA nos oferece. Está bom?

Em relação aos árbitros de Goiás, quando a gente recebeu o documento, quando a gente recebeu a nota oficial da Federação, essa nota oficial nos chamou a atenção porque é uma nota – salvo engano meu, nos últimos tempos, nenhuma federação colocou uma nota pública solicitando e exigindo punições de árbitros contra ações de determinados clubes, ou de determinado clube –, porque ali, na nota, não estava a Federação Goiana defendendo os clubes de Goiás; ela estava pedindo a punição de uma situação específica de um clube específico. Isso nos alertou. Alertou inclusive pelo motivo de que havíamos passado, estamos passando por situações de manipulação, Excelência, que tiveram origem com a denúncia feita por um presidente de um clube goiano, e nós precisávamos, Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que foi punido por 90 dias e sofreu uma multa de R$75 mil.

Presidente, isso é ditadura. Um presidente de clube, Romário, Presidente, ele não poder reclamar da arbitragem? Ele não ofendeu o Presidente Ednaldo em sua honra. Ele criticou os erros de arbitragem contra o seu time. Ele foi punido 90 dias e o time pagou uma multa de R$70 mil, me desculpe, isso é ditadura.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Quando eu quis dizer dos casos de manipulação, era em relação ao presidente do Vila Nova, que o denunciou por casos de manipulação. E isso nos alertou.

E por prevenção, Excelência, nós resolvemos tomar um tempo de análise e esperar uma resposta definitiva da Federação Goiana se aquilo realmente era verdadeiro porque foi a primeira vez, na história da arbitragem brasileira, que uma federação, que é a representante da CBF no estado, estava solicitando punição oficialmente e abertamente contra um árbitro.

Não houve nada que me motivou a retaliar árbitros ou qualquer profissional de Goiás. Até porque eu tenho estatísticas de que Goiás, de acordo com o número de profissionais que tem a Federação Goiana, das 27 federações, ela ocupa a décima posição em termos de designações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sabia, isso foi uma estratégia nossa até receber uma resposta dos árbitros de Goiás e da própria federação, que, numa carta posterior, assumiu que o texto foi feito de maneira equivocada. O Presidente da Federação Goiana assumiu, através de uma carta que a gente tem, que a carta foi feita com termos utilizados de maneira errada.

A partir disso e a partir de que identificamos que os árbitros, através de uma carta, não compactuavam com nada que fosse negativo, nos deu tranquilidade e segurança a voltar a designá-los. Num universo de mais de 2.500 jogos numa temporada, foram 90.

E, ao final da temporada, Excelência, isso não vai impactar porque é possível recuperar esse tempo que eles ficaram sob análise. Esse foi o motivo... Desculpe eu ter me estendido, Presidente, mas era importante.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tudo bem. Só para fechar, o senhor só deixou de responder aquela posição do Senador Portinho e a minha não de afirmarmos...

Eu nem pedi a opinião do Presidente Romário porque eu não sei se ele viu o jogo Corinthians e Grêmio, 4 x 4, de anteontem. Mas nós ficamos na dúvida. Será que foi um erro de arbitragem ou foi uma manipulação? Só faltou essa sua resposta só.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Perfeito. Desculpe.

Então, volto à frase do Dr. Manssur. Sem estigmatizar atletas, os árbitros são honestos até que se comprove o contrário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Eu gostaria de pedir ao senhor, se possível – são outros questionamentos feitos, que eu e, tenho certeza, a grande imprensa brasileira, especialmente aqueles que fazem críticas às arbitragens, no Brasil aos erros –, que o senhor pudesse responder ao meu gabinete por fineza e também ao árbitro Bruno, por fineza. E, quando da vez do Sr. Ednaldo, posteriormente – não precisa responder agora, porque o Presidente Romário vai lhe fazer perguntas com certeza –, se o senhor puder enviar ao meu gabinete também, a minha assessoria vai dar o telefone e o *e-mail*... Queria deixar ao Sr. Ednaldo também essas perguntas.

Desculpe aqui pela minha visão, o senhor Ednaldo está onde?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não apareceu, não veio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, ele não veio. Assim como o Presidente da CBF que não veio, mas por motivos justificáveis.

Presidente Romário, muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru.

Passo agora a palavra ao Sr. Guilherme Buso, Diretor da Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte (Abradie).

O SR. GUILHERME BUSO (Para expor.) – Obrigado, Exmo. Presidente da Comissão Senador Romário e Vice-Presidente Senador Kajuru.

É uma honra estar aqui representando a Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte e que a gente possa falar um pouco do que já vem sendo feito. A Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte foi fundada no começo deste ano e, de lá para cá, muitas coisas já foram realizadas.

Eu trouxe uma apresentação breve para manter os meus dez minutos aqui. Se você puder já passar para o próximo eslaide, eu agradeço. Esse aí.

A Associação Brasileira de Defesa da Integridade do Esporte tem como principal objetivo fazer uma colaboração, juntar as forças de todos os *stakeholders*, de todas as entidades envolvidas no cenário esportivo, que atuam e que têm interferência nas apostas esportivas. E a gente trabalha em cima de três pilares fundamentais.

Primeiro, a promoção da justiça no esporte, que é basicamente o que já se falou muito aqui, que é o monitoramento, usar tecnologia para conseguir monitorar e alertar as entidades esportivas, o Governo Federal, o Ministério Público, a polícia.

Em segundo lugar, a gente tem educação e conscientização, porque não adianta nada a gente ter esses alertas, receber relatórios, mas não começar a fazer um trabalho proativo de educação e conscientização de todos esses *players* que vão, de fato, contribuir dentro e fora do campo. Então, a gente fala de educação e conscientização de atletas, clubes, federações, porque hoje, quando a gente vê alguns relatos desses escândalos, não de arbitragem, mas no futebol brasileiro, a gente vê que os jogadores, às vezes, minimizam tomar um amarelinho, minimizam focar em escanteios. Então, a gente, às vezes, não fala só de manipulação de resultado, a gente fala de manipulação de ações que fazem parte desse universo de apostas e de como é que a gente pode conscientizar todo mundo.

E, por último, a adoção de melhores práticas de integridade. Hoje, a Abradie, que tem alguns meses de fundação, já tem, dentro do seu ecossistema, alguns *players* bem importantes e que fazem esse trabalho já de maneira proativa. A Liga Nacional de Futsal; a Liga de Basquete Feminino; o NBB; e o Club Athletico Paranaense são entidades esportivas que já são membros da Abradie; a Genius Sports, que é uma empresa de tecnologia inglesa e que também consegue fazer esse monitoramento, presta *workshops*; dois grupos de *iGaming*, que é o Grupo Entain e o Grupo Rei do Pitaco; e duas empresas de advocacia, uma muito focada,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito especialista no futebol, que é a Bichara e Motta, e outra especialista no mundo do *iGaming*, que é a Maia Yoshiyasu.

Pode passar o próximo eslaide, por favor, e avançar também. Não precisa manter aí. Esse.

Quando a gente fala de monitoramento das apostas esportivas, um dos principais fundadores, membro da Abradie, é a Genius Sports, que é uma empresa de tecnologia que trabalha hoje monitorando mais de 150 parcerias esportivas ao redor do mundo.

Quando vocês olham essas "logos", é fácil de reconhecer. São marcas extremamente conhecidas, marcas que já trabalham a preocupação com integridade há bastante tempo, como a Premier League, a Associação do Futebol Argentino, a Federação Alemã de Futebol, algumas marcas brasileiras, a NBB, a CBV...

Então, quando a gente fala de monitoramento, a gente já tem essa *expertise* e já faz esse trabalho ao redor do mundo, monitorando e trabalhando diretamente, alertando essas ligas sempre que há – falou-se muito aqui – os alertas em tempo real de tudo o que está acontecendo no mundo das apostas referente às competições dessas equipes.

Podemos passar para o próximo eslaide, por favor.

E, quando a gente fala de Brasil, a gente tem, naturalmente, uma preocupação muito maior, porque hoje o Brasil, quando a gente olha... De 2014, quando começa a se monitorar os mercados, até hoje, o Brasil é o quarto lugar com mais alertas ao redor do mundo: são 319 alertas.

Só este ano, as casas de apostas acionaram a Genius Sports para dizer que 78 jogos tiveram alertas de manipulação. A inteligência da Genius Sports, a inteligência artificial, também reconheceu outros 40 alertas dentro do cenário esportivo e de apostas global.

E, no mundo, um time que até não deixei ali visível propositalmente – a gente não vai dizer que time é esse – é o time que mais tem alertas no mundo inteiro: de 2022 a 2023, 11 jogos desse time brasileiro foram alertados.

Então, obviamente, a gente está aqui para isso, e esses dados até são conhecidos, mas o quanto isso vem evoluindo ano a ano é que nos preocupa e por isso a gente está aqui.

Pode passar para o próximo eslaide?

O próximo eslaide é só para mostrar uma lâmina, que são 319 jogos por ano desde 2014. Então, o Brasil é o quarto lugar globalmente.

Próximo eslaide, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, em 2023, a gente tem ali, em termos de *insights* das casas de apostas... As casas de apostas entram em contato com a Genius e acusam: "Olha, teve um jogo estranho aqui. Vocês podem identificar mais detalhes sobre essa partida?". Então, em 78 vezes foram jogos brasileiros e, em 40 vezes, o sistema identificou alertas sobre partidas realizadas aqui no Brasil.

Próximo eslaide, por favor.

E como é que a gente monitora apostas esportivas?

No centro desse eslaide tem um "g" ali, ali é o servidor, então a gente recebe dados dos jogos, dados dos mercados de apostas, dados do nosso sistema de inteligência artificial, que vai fazendo uma predição desses jogos. Então, ele consegue ir medindo o que pode acontecer, de acordo com o que acontece na partida, e os alertas são enviados.

Tudo isso é analisado, e, quando há uma distorção muito grande, o sistema reconhece esse alerta e automaticamente envia o alerta para a Federação. Ele pode, obviamente, dentro de uma parceria que a gente pode fazer aqui com o Governo Federal, enviar esse alerta rapidamente para o Governo, para o Ministério Público, tudo isso 24x7, pré-jogo e durante o jogo. Não é só durante o jogo. Antes do jogo, a gente também consegue reconhecer se o jogo levanta suspeitas ou não.

Próximo eslaide, por favor.

Eu vou pular esses dois eslaides, por causa de tempo, mas basicamente era mostrar para vocês como é que funciona.

Você tem ali o monitoramento sendo feito o tempo inteiro, enquanto a partida está acontecendo, ou antes de a partida acontecer.

Eu vou falar agora dum segundo aspecto, que é a educação.

A gente tem obviamente empresas que monitoram, outras empresas que monitoram, relatórios que são enviados, mas, neste momento, desde a criação da Abradie e desse ecossistema que foi firmado, a gente entende a necessidade de educação e conscientização. Então, um dos primeiros passos da Abradie aqui no Brasil foi a segunda edição da Cúpula de Integridade Esportiva, que foi realizada aqui em Brasília, no mês de maio, onde a gente juntou esse ecossistema e começou a debater mais ainda a integridade esportiva no Brasil.

Na sequência, nós realizamos reuniões com o Ministério da Fazenda, reuniões com o Ministério do Esporte, para detalhar exatamente como funciona o mundo das apostas, como é que a gente pode reconhecer esses possíveis alertas de jogos suspeitos. E, agora, a gente está num momento muito importante, que é a educação dos atletas, técnicos, árbitros das entidades esportivas. Já realizamos dois *workshops* no basquete,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um, no basquete feminino, outro, no basquete masculino. Agora, em outubro, a gente tem um *workshop* com os 24 times da Liga Nacional de Futsal. E a gente tem como premissa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME BUSO – ... que a educação é fundamental para que a gente consiga prevenir a manipulação de resultado aqui no país.

Próximo eslaide, por favor.

Já pode avançar para o próximo.

E um outro aspecto é auditoria de integridade, como a Abradie pode olhar regulamentos de competições, trabalhar junto com o Governo Federal na questão legislativa e trazer boas práticas de lugares onde esse trabalho já foi realizado, como Inglaterra e Estados Unidos, onde a integridade esportiva está totalmente vinculada a sanções.

Então, quanto a esse trabalho de auditoria, a gente também enxerga como algo fundamental para que o Brasil se prepare para essa regulação que está por vir e as competições também consigam se preparar dentro dos seus regulamentos e das medidas que elas vão tomar em relação aos atletas, técnicos e árbitros, quando houver manipulação de resultado ou antes disso.

Último eslaide, por favor.

E, por último, eu trago uma visão.

A gente falou muito, o Manssur aqui falou de tecnologia, muita gente falou de tecnologia, e tecnologia, através de um monitoramento de apostas, sim, é fundamental. Ela é o primeiro pilar ali que a gente mencionou, mas a gente tem também a evolução da análise de *performance*, através de tecnologias como a Second Spectrum.

Second Spectrum é uma tecnologia que faz todo o traqueamento, todo o rastreamento do campo de futebol, do campo de basquete, do campo de futebol americano, o que seja, de todos os passos do atleta dentro do campo, mas não só o GPS dele, onde ele está traçando a sua velocidade no campo, e sim também os movimentos desses atletas. Tudo isso, através de inteligência artificial. A bola também é rastreada.

E, aí, a gente consegue estatísticas, avaliações muito mais avançadas para o lado da *performance*, mas a gente também consegue usar isso para monitorar uma possível manipulação de resultado baseada em análise de desempenho.

Então, é aí que a gente enxerga também a evolução dessa análise, conseguindo uma métrica mais avançada de análise de desempenho, e não somente se basear nos relatórios e nos alertas que as casas de apostas podem colocar para a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que tinha que ser muito rápido, tentei acelerar essa apresentação, mas fica aqui o meu obrigado novamente à Comissão de Esporte por poder falar um pouco da associação. E a gente fica superdisponível para continuar conversando com vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Guilherme Buso.

Passo agora a palavra ao nosso último orador, Sr. Julio de Souza Avellar Bisneto, Diretor de Competições da CBF.

O SR. JULIO DE SOUZA AVELLAR BISNETO (Para expor.) – Exmo. Presidente Senador Romário, senhoras e senhores, boa tarde. Muito obrigado pelo convite para poder contribuir com esta Comissão.

Venho aqui representando o Presidente Ednaldo. O Presidente Ednaldo tem uma agenda, hoje, no Ministério da Justiça e, infelizmente, não pôde estar presente.

Meu nome é Julio Avellar. Eu trabalho há muito tempo com a proteção ao esporte e com a organização de eventos esportivos.

Eu tive a oportunidade de cursar o mestrado da FIFA, considerado o melhor mestrado no mundo da indústria do esporte.

Trabalhei 14 anos na organização dos principais eventos esportivos do ano, 12 anos dedicados à FIFA, especialmente a Copas do Mundo.

Trabalhei dentro do Departamento de Competições da FIFA.

Assim que o Presidente Ednaldo Rodrigues assumiu a Presidência da CBF, ele estabeleceu uma cooperação inédita com a FIFA. Não sei se os senhores sabem, hoje a Confederação Brasileira de Futebol é a única, entre as 211 federações associadas à FIFA, que tem um escritório permanente de projetos dentro da FIFA. Fisicamente, estamos representados dentro da FIFA.

A gente já tem, hoje, mais de cem iniciativas em andamento, visando ao melhoramento e ao aprimoramento do futebol brasileiro.

E, dentro dessa cooperação entre CBF e FIFA, o Presidente Ednaldo solicitou referência de profissionais que pudessem ajudar nessa nova administração da CBF, e foi dentro dessa cooperação que eu recebi o convite do Presidente Ednaldo. Então, hoje, assim como o Seneme, eu estou há um ano e quatro meses dentro da CBF, ajudando nesse novo momento que a entidade vive.

Eu tenho um vídeo que eu queria mostrar um pouco, para contextualizar tudo que foi falado aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que todos os oradores, Presidente João Romário, que falaram sobre manipulação de resultados aqui mencionaram aspectos que estão dentro desse vídeo.

Não vou passar o vídeo todo, mas apenas alguns minutos, porque ilustra bem a situação que nós vivemos hoje não só no Brasil, mas no mundo inteiro.

Se puder passar o vídeo, por favor... (*Pausa.*)

Está com um problema no áudio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A voz é em inglês, não é?

O SR. JULIO DE SOUZA AVELLAR BISNETO – A voz é em inglês, mas tem legenda em português.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. JULIO DE SOUZA AVELLAR BISNETO – Pode interromper agora.

Obrigado.

Acho que, como os senhores puderam ver, a gente está diante de um problema que não é único e exclusivo do Brasil; ele envolve muito mais do que está sendo discutido aqui. São organizações criminosas no mundo inteiro que estão acabando com o nosso esporte.

Gostaria de passar agora a apresentação para mostrar o que é que a CBF vem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO DE SOUZA AVELLAR BISNETO – ... fazendo e o que nós vamos ainda fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É outro vídeo?

O SR. JULIO DE SOUZA AVELLAR BISNETO – Não, é uma apresentação. (*Pausa.*)

Pode botar em modo de apresentação, por favor.

Tudo bem.

Pode passar para o próximo eslaide.

Bom, um pouco sobre as iniciativas em andamento na CBF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já trago, de cara, um resumo de que, até o ano de 2021, a CBF não estava com contrato de monitoramento com o Sportradar, que é a empresa referência no mundo. Esse contrato não havia sido renovado. O serviço estava sendo prestado, mas foi um pouco do contexto da pandemia.

Até o momento de 2021, nós tínhamos cerca de mil jogos que estavam sendo monitorados dentro de um guarda-chuva, de um contrato guarda-chuva que a CBF tem junto à FIFA.

Não havia monitoramento de campeonatos estaduais, e, pelo menos nessa nova gestão, nós não herdamos processos ou registros do que era feito anteriormente.

Já em 2022, quando se inicia essa nova gestão do Presidente Ednaldo, a CBF renova esse contrato de monitoramento com o Sportradar, englobando também o monitoramento de todos os campeonatos nacionais, todos os 27 campeonatos estaduais de primeira divisão... Nós criamos um banco de dados. Ou seja: hoje tem algo em torno de 5 mil jogos monitorados por ano e mais de 45 campeonatos sendo monitorados por ano. Ou seja: houve um aumento em torno de 347% em jogos monitorados e um aumento de 700% de campeonatos monitorados.

Até o momento, nós tivemos cerca de cem denúncias enviadas às federações, STJD, comissão de ética, e dois envios diretos a ministérios públicos.

Nós fizemos também uma revisão do RGC (Regulamento Geral de Competições), atribuindo importância e rigor à integridade e sanções administrativas, independentemente de outras já existentes na legislação, e nós estamos sempre fazendo um alinhamento constante com as entidades e autoridades públicas.

Próximo eslaide, por favor.

Então, isso é um pouco na linha do tempo, mostrando que houve sempre um contrato guarda-chuva provido pela FIFA, desde 2018 até os dias de hoje. Em 2018, havia poucos jogos de um contrato direto da CBF com a Sportradar, que cobria alguns jogos das Séries C e D. Esse contrato é renovado no ano de 2019, e, para o ano de 2020 e 2021, não houve renovação desse contrato. Repito, serviço, porém, provido pela Sportradar. E, já na nova gestão, nós temos todos os campeonatos nacionais, estaduais, Série A, de acesso, além de estaduais de base, ou seja, houve um aumento significativo da cobertura sob essa nova gestão.

Próximo eslaide, por favor.

A Sportradar, não sei se os senhores sabem, é uma empresa líder em serviços de integridade esportiva e faz esse trabalho de monitoramento para diversas entidades. Eu cito aqui apenas algumas: a FIFA, a Conmebol, a Uefa, a NBA, do basquete, a FIA, do automobilismo, a Confederação Asiática de Futebol, etc. Eles têm uma série de recursos e ferramentas tecnológicas para combater a corrupção no esporte por meio de monitoramento permanente, atuando em estreita colaboração com entidades esportivas, agências reguladoras, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo eslaide, por favor.

Isso aqui é um pouco em números do que eu pude explicar até o momento.

Até o ano de 2020, algo em torno de 1,2 mil partidas eram monitoradas; a partir de 2022, já subimos para 5,4 mil, mais ou menos. Repetindo, aumento de 347% de jogos monitorados e um aumento de 700% nos campeonatos monitorados.

Próximo eslaide, por favor.

Mais um.

Qual é o processo interno na casa? Eu não vou passar todo o eslaide em detalhes, mas há um monitoramento diário dos jogos. Ele monitora clubes, atletas, árbitros, dirigentes, outros agentes. Nós prestamos suporte às federações envolvidas em casos suspeitos de manipulação e nós provemos também um suporte ao STJD e aos Ministérios Públicos, quando solicitados.

Então, como a gente processa? Como a CBF processa quando recebe um relatório de um caso suspeito enviado pela Sportradar? Primeiro, a gente faz uma distinção se é um relatório de campeonato nacional ou se é de um relatório de campeonato estadual. Qual é a diferença? Quando a gente envia esse relatório de campeonato nacional, ele é enviado ao STJD diretamente e à Comissão de Ética da CBF. No caso de uma competição estadual, além dos dois órgãos que eu acabei de citar, nós enviamos também à federação respectiva. E esse trabalho conjunto que a gente vem fazendo junto a esses órgãos vem desde uma melhora do que está escrito nesses relatórios, até para poder subsidiar o STJD nas suas investigações ou a própria Comissão de Ética. Então, há um esforço diário para a gente melhorar esses relatórios e suprir com mais informações os órgãos competentes, para que possam atuar de forma ostensiva.

Próximo eslaide, por favor.

Então, aqui é um pouco em números.

Até o ano de 2022, nós recebemos 27 relatórios e, no ano de 2023, nós recebemos 56 relatórios, perfazendo um total de 83 relatórios. Desses relatórios, basicamente, três relatórios foram distribuídos para as federações diretamente, por conta de suspeitas em competições estaduais, e 78 relatórios foram para o STJD e para a Comissão de Ética. Nesse número tem alguns números que foram enviados também para as federações e dois casos diretamente ao Ministério Público do local da partida.

Aqui eu já faço uma ressalva ao que foi explicado por alguns colegas: uma coisa é o número de relatórios, outra coisa é o número de casos suspeitos. São coisas distintas. Pode ser que tenha um caso suspeito, mas não necessariamente isso tenha gerado um relatório.

Outro ponto também importante: o Brasil, muito corretamente mencionado pelo Sr. Guilherme Buso, está entre os quatro primeiros no mundo de casos suspeitos, mas outro número bastante importante é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui se joga mais futebol do que em qualquer lugar no mundo. Então, quando você tem uma maior incidência de jogos, naturalmente você pode ter uma maior incidência de casos suspeitos. Por isso que isso nos coloca no topo ali da pirâmide.

Próximo eslaide, por favor.

Nós fizemos modificações no regulamento de competições deste ano. Do lado esquerdo, nós temos ali como era o regulamento de competições em 2022, que eu leio aqui para os senhores:

> Art. 55 – Com o objetivo de evitar a manipulação de resultado de partidas, considerar-se-á conduta ilícita praticada por atletas, técnicos, membros de comissão técnica, dirigentes e membros da equipe de arbitragem e todos aqueles que, direta ou indiretamente, possam exercer influência no resultado das partidas, os seguintes comportamentos:

Senhoras e senhores, esse dispositivo, para este ano, foi acrescido da seguinte frase: "Com o objetivo de evitar a manipulação de resultado de partidas, ou a ocorrência de um fato ou eventos específicos no seu decurso...". Por que isso é importante? Porque isso aqui se assemelha diretamente ao caso da Operação Penalidade Máxima, em que houve atos isolados de atletas para tomar cartão amarelo, configurando uma manipulação pontual do resultado da partida. Não é manipulação do resultado do jogo, mas, sim, de um evento específico dentro da partida.

Próximo eslaide, por favor.

Aqui eu trago para os senhores um novo dispositivo já no regulamento deste ano, que possibilita sanções administrativas, independentemente de outras existentes no Código Brasileiro de Justiça Desportiva e da legislação federal. Não vou ler tudo aqui para os senhores, mas eu vou fazer uma ressalva ao §3º do art. 135, que diz o seguinte: "A CBF, em razão da gravidade da infração, solicitará à FIFA a extensão, no âmbito mundial, da sanção imposta em tais casos". E isso, senhoras e senhores, foi exatamente o que a CBF fez. Desde o começo, todos os casos suspeitos que nós recebemos nós enviamos às organizações pertinentes ou, no caso da Operação Penalidade Máxima, nós viemos trabalhando diretamente em parceria com o STJD, aqui representado pelo Sr. Rafael Bozzano. Nós demos todo o suporte em tudo o que era feito e nós sabemos, sim, da parceria do STJD com o Ministério Público de Goiás. Então, nós, indiretamente, trabalhamos em conjunto para poder coibir essa prática.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO DE SOUZA AVELLAR BISNETO – E não só enviamos a extensão das punições diretamente para a FIFA... Quando recebemos os casos e já entramos protocolando isso junto ao STJD, imediatamente, por solicitação do Presidente Ednaldo, nós enviamos já, *a priori*, os casos à FIFA, ou seja, quando não estava julgado ainda em segunda instância, a FIFA já sabia dos casos que estavam acontecendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui no Brasil, independentemente do que sai na mídia, mas sim pelas atitudes da CBF e do Presidente Ednaldo.

Passando rapidamente – não vou me alongar aqui mais, porque já estourei o tempo –, nós criamos um banco de dados hoje completamente acessível a todos os agentes que trabalham aqui no combate à manipulação de resultados, e isso também protege a integridade dos dados.

Próximo eslaide.

Pode passar.

Pode passar.

Quais são as iniciativas hoje e o que tem sido feito? Então, só para ilustrar aqui para os senhores, são postagens da FIFA reconhecendo o trabalho e a atuação das organizações brasileiras e todo o movimento que a CBF tem feito de internacionalização das penas.

Pode passar.

São dois eslaides, depois eu deixo a referência protocolada aqui na Casa.

Mais um eslaide.

O que a gente vem trabalhando agora em conjunto com a FIFA e com a Conmebol? O primeiro passo é a criação de uma unidade de integridade dentro da CBF, que vai estar dedicada especificamente a esse tema. Hoje a gente trabalha numa comissão que é representada por mim e pela Diretoria de Competições, assim como pela Diretoria de Conformidade, *compliance*, e a Diretoria Jurídica. Então, a gente vai criar essa nova unidade.

O segundo ponto é a criação de uma rede de proteção de integridade do esporte, ou seja, uma cooperação internacional com diversos órgãos, alguns deles já mencionados aqui pelos colegas presentes.

Terceiro, a gente trabalha numa consultoria estratégica com o ICSS, que é referência de integridade no mundo.

Próximo eslaide.

Quarto, trabalhamos também numa unidade de investigação particular global e permanente. Se os senhores conhecem o escritório Kobre & Kim, que tem muitos ex-funcionários do FBI e, então, já trabalha estabelecendo essa parceria...

Aliança SIGA é a quinta iniciativa, também já mencionada aqui, acho que pelo Senador Portinho.

E, por fim, a Sportradar, que já é o nosso parceiro, e a gente vai aumentar essa parceria com eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estamos trabalhando também na contratação da Stats Perform, porque ela provê um monitoramento do *spot-fixing*, do que foi mencionado aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO DE SOUZA AVELLAR BISNETO – ... dessas iniciativas isoladas.

Próximo eslaide.

Essa é só uma representação gráfica disso que eu acabei de explicar.

E, por fim – próximo eslaide –, nessa gestão, a gente trabalha para tirar o futebol brasileiro da posição de maior vítima da corrupção e da manipulação de resultados para a liderança global na proteção da integridade do esporte.

Então, senhoras e senhores, nós queremos... Essa gestão do Presidente Ednaldo quer trabalhar junto com todos os agentes esportivos para o combate da manipulação. Nós estamos inteiramente abertos.

Por fim, eu só queria citar aqui uma coisa que eu tive a oportunidade de mencionar quando eu estive presente na CPI, na semana passada. Antes mesmo da instauração da CPI, a CBF havia encaminhado ao Presidente Lula um ofício solicitando a adesão do Brasil à Convenção de Macolin. Eu não sei se os senhores conhecem, mas a Convenção de Macolin é o único instrumento jurídico internacional que dispõe sobre o tema da manipulação de resultados. Essa convenção foi aprovada pelo Conselho da Europa em 2014 e entrou em vigor já em 2019, e diversos países já aderiram à Convenção de Macolin. Essa foi uma sugestão, Presidente Romário, que nós fizemos à CPI e temos total convicção de que sairá como uma das recomendações no relatório que será divulgado hoje pela CPI.

Muito obrigado. Sigo à disposição. Obrigado e desculpe por estender o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Sr. Julio de Souza Avellar Bisneto.

Bem, é claro que aqui a gente poderia continuar essa reunião, mas ela se estendeu muito. Eu vejo, pelo semblante de todos, cansaço e fome. Eu teria aqui algumas perguntas a fazer nesse bloco, assim como o Portinho também me falou que teria e o nosso Vice-Presidente, Senador Kajuru, também, mas a gente vai fazer de uma forma em que a gente vai preparar isso e a nossa Secretaria mandará para todos vocês, para o escritório e o gabinete de vocês, para que vocês possam responder essas perguntas com mais tranquilidade e menos cansaço.

Quero agradecer, mais uma vez, a presença de todos que participaram aqui presentes e daqueles que participaram também *online* e dizer que realmente foi uma reunião muito proveitosa, uma reunião muito interessante, uma reunião muito relevante. E saímos daqui hoje, pelo menos eu, como Presidente desta Comissão, bastante cientes da importância de tudo que foi dito aqui em relação à manipulação de resultados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no esporte, principalmente sobre o que vem acontecendo no futebol, particularmente. E eu tenho certeza de que, depois dessa reunião, a gente – pelo menos eu, como Presidente desta Comissão, assim como o Kajuru, o Portinho e outros Senadores que participam também – fará um relatório muito proveitoso e positivo desses ensinamentos que nós tivemos aqui hoje.

Mais uma vez, obrigado pela possibilidade de vocês terem participado, pelo enriquecimento feito pelas palavras de todos vocês, participantes, e digo que o Senado e esta Comissão estarão sempre abertos para coisas inovadoras, situações novas e que realmente tragam positividade para esses assuntos, como para esse assunto de hoje, que é a manipulação. E digo também que, na próxima quarta-feira – não é, Secretário? –, teremos aqui, através do Requerimento – você tem aí? – nº 3, uma audiência pública relacionada à profissionalização dos árbitros de futebol.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, mais uma vez.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Leila Barros, Plínio Valério, Jayme Campos, Fernando Dueire, Jorge Kajuru, Paulo Paim e Cleitinho, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Humberto Costa e Carlos Portinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 13, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2023 - CEsp, sejam incluídos novos participantes convidados." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 14, de 2023** que: "Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ 11/2023 - CEsp, sejam incluídos novos participantes convidados." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 2/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), REQ 12/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ), REQ 13/2023 - CEsp, de autoria Senador Romário (PL/RJ). **Finalidade:** Instruir o PL 864/2019, que “altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que ‘institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências’, para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações”. **Participantes:** Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; Sr. Anderson Daronco, Árbitro de Futebol; Sr. Luis Antonio Silva dos Santos, Ex-Árbitro de Futebol; Sr. Rafael Bozzano, Advogado; Evandro Rogério Roman, Ex-Árbitro de Futebol e ex-Deputado Federal; Sr. Rodrigo Darbilly, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol - CBF; e Sr. Marcelo Van Gasse, Presidente da Associação Brasileira de Árbitros de Futebol - ABRAFUT. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/09/27

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Esportes da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de setembro de 2023.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 5ª Reunião, realizada em 20 de setembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Submeto, também, à deliberação do Plenário, como item extrapauta, o Requerimento nº 13, de 2023, da CEsp, de minha autoria.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 13, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 2/2023 - CEsp, sejam incluídos novos participantes convidados.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Inclui como convidados para a audiência pública que realizaremos hoje o Sr. Rodrigo Darbilly, representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Marcelo Van Gasse, Presidente da Associação de Árbitros de Futebol do Brasil (Abrafut).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 864, de 2019, que altera o art. 88 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dispor sobre a relação de emprego entre os árbitros e as federações, em atenção ao Requerimento nº 12, de 2023, CEsp, e ao Requerimento nº 13, de 2023, CEsp, de minha autoria.

Hoje debateremos um tema da mais alta relevância para o futebol brasileiro, sobretudo em seus aspectos econômicos e sociais.

Em um universo de maioria de atores que são altamente profissionalizados e onde circulam cifras que chegam à casa dos bilhões, temos na arbitragem do jogo uma última fronteira do amadorismo. Lidando com atletas, treinadores, preparadores, agentes e dirigentes profissionais exclusivamente dedicados, esses árbitros que também fazem parte do espetáculo estão hoje em uma posição de fragilidade e vulnerabilidade do exercício de sua atividade, sem garantias ou direitos. A solução não é fácil. Questões jurídicas e econômicas complexas precisam ser endereçadas, mas tenho certeza de que essa audiência e a continuidade desse difícil, mas fundamental debate contribuirão para encontrarmos juntos essas saídas.

Esta Comissão está à disposição desse objetivo que é de toda a comunidade do nosso futebol.

Nesta audiência, teremos a participação de oito convidados, que serão divididos em dois grupos.

Convido para tomarem lugar à mesa inicial e seguintes convidados: o Sr. Rafael Bozzano, Subprocurador-Geral do STJD, o Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol; o Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); o Sr. Anderson Daronco, árbitro de Futebol; o Sr. Luís Antônio Silva Santos, ex-árbitro de Futebol. (*Pausa.*)

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até sete minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, o Senador e Vice-Presidente desta Comissão, meu amigo, irmão, Senador Kajuru, com a palavra.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, inicialmente, Deus e saúde a todos e a todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Presidente Senador irmão Romário, esta nossa Comissão de Esportes vem tendo repercussão nacional e hoje traz mais um tema, mais uma pauta da maior importância. E eu queria, objetivamente, aqui dizer que gostaria de agradecer o empenho desta Comissão na aprovação do meu requerimento de audiência pública.

Antes conversei, por telefone, com o Presidente Romário sobre os constantes erros de arbitragem no futebol brasileiro e esta audiência será realizada em data mais oportuna possível.

Aproveito para solicitar o apoio dos nobres amigos desta Comissão para que, na referida audiência, sejam incluídos os seguintes convidados que proponho: o locutor esportivo, empresário, radialista e apresentador Galvão Bueno; o locutor esportivo, apresentador, ex-árbitro de futebol, ex-ator, inclusive, para quem não sabe, Silvio Luiz; e também o comentarista esportivo, jornalista e ex-jogador de futebol, Walter Casagrande.

Agradecidíssimo, Presidente Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Sr. Senador.

Incluo, nesta pauta, esses três nomes citados pelo nosso Vice-Presidente.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Começamos aqui a nossa exposição.

Com a palavra do Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Exmo. Sr. Senador e Presidente da Comissão de Esportes Romário, Exmo. Vice-Presidente da Comissão de Esportes, Senador Jorge Kajuru, é uma satisfação, companheiros de mesa, companheiros participantes, participar deste debate, é um momento bastante ímpar e importante para os árbitros e para a categoria.

Fui árbitro por mais de 20 anos, sei muito bem das dificuldades da função, o quanto se avançou e o quanto é necessário se avançar para a profissionalização, para que essa categoria efetivamente busque a evolução e que seja uma categoria compatível com o futebol profissional brasileiro. Isso é fundamental, esse desenvolvimento, por isso a minha felicidade e os meus parabéns aos Senadores Romário e Jorge Kajuru por essa iniciativa, que vai contribuir muito para esse avanço, sim.

Eu tenho uma pequena apresentação, porque eu entendo que, como Presidente da Comissão de Árbitros, tenho alguns números e alguns controles que podem já ser efetivamente importantes para a gente pautar aqui e ter como base. Não são muitos, tenho muito mais números a apresentar, mas, em função do tempo, eu gostaria, se possível, de passar a minha apresentação.

Se puder passar já para a próxima, por favor.

O Brasil, hoje, para o futebol profissional, sem contar as categorias de base, árbitros que trabalham somente nas categorias de base e no futebol amador, mas para a categoria profissional, nas 27 federações que compõem o futebol brasileiro, nós somos 1.869 oficiais que trabalham no futebol profissional: sendo 842 (45,1%) como árbitros centrais; e 1.027 (54,9%) como árbitros assistentes.

Se puder avançar um pouquinho.

Agora, para o quadro desses 1.869 árbitros, existe a lista Senaf. A lista Senaf é a Seleção Nacional de Árbitros de Futebol que compõe o quadro de árbitros da CBF.

No quadro de árbitros da CBF, a seleção é feita pelos 27 estados. São 706 oficiais, o que dá 37,8% do mercado desse total de árbitros nacional, sendo 318 – 45% – árbitros centrais e 388 – 55% – árbitros assistentes. Ou seja, da totalidade de árbitros profissionais, a CBF seleciona, via federações, 37,8% dessa totalidade.

Lembrando aqui que as indicações desses árbitros são feitas pela federação. As federações indicam os seus árbitros para o quadro nacional, e a gente absorve esses árbitros.

Pode seguir, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um número geral, não vou detalhar muito, mas por estado do Brasil, em relação a esse mercado de trabalho, o Acre, por exemplo, que trabalha no futebol profissional, tem 14 árbitros e 14 árbitros assistentes.

Se a gente for lá para o Rio de Janeiro, por exemplo, que trabalham no futebol profissional e são vinculados à federação, nós temos 60 árbitros centrais e 90 árbitros assistentes. Por exemplo, seriam, só no Estado do Rio de Janeiro, 150 árbitros, no total, que trabalham no futebol profissional. E, assim, cada estado tem a sua cota, de acordo com o desenvolvimento do futebol. Isso é importante, porque esse número é baseado no número de jogos que cada estado tem. Cada estado tem um desenvolvimento, e isso corresponde ao número de árbitros de cada estado.

Podemos avançar um pouquinho mais.

Aqui, no caso do quadro da CBF, daqueles 706, como esse quadro é distribuído entre os estados, entre as federações?

E a gente tem aqui, por exemplo, São Paulo, que, sim, é o estado que mais jogos de futebol tem, por isso a gente vê lá que, no quadro da CBF, são 34 árbitros, por exemplo, centrais e 35 assistentes, não chegando a 70 árbitros no Estado de São Paulo que trabalham nas competições profissionais, por exemplo, da CBF, está o.k.?

Pode avançar. Alguns outros números.

Profissão; absorvidos pela CBF por federação. A porcentagem... aquele número anterior, que era o número físico, agora transformado em porcentagem.

Trinta e dois por cento do quadro, por exemplo, do Acre... do quadro total de árbitros, daqueles 14 totais, 32% se tornam árbitros da CBF. E esse é um parâmetro com que a gente pode contribuir.

E existem outros números mais, Presidente, com que a gente pode contribuir para embasar, para dar um mapa geral do que é a arbitragem para a gente poder desenvolver um trabalho.

Pode avançar, por favor.

Aqui, só como curiosidade, nós entramos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... na Comissão de Arbitragem, na Presidência da Comissão de Arbitragem, em abril do ano passado, e de lá até aqui, nós realizamos dez cursos. São aí praticamente um ano e seis meses. Em 16 meses, nós realizamos dez cursos, sendo oito pré-temporadas, intertemporadas, concentrações, treinamentos práticos com árbitros e dois de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira virtual. Foram capacitados, pela CBF, durante todo esse período, um total de 719 oficiais, nesse período de um ano e meio em que a gente está à frente da Comissão de Arbitragem.

Pode seguir?

Aqui um mapa, só para completar, um mapa geral de aonde a CBF enviou instrutores também, porque isso também é feito para cada federação que solicita à CBF instrutores nos estados, para formação ou capacitação (*Falha no áudio.*) A CBF envia, o Departamento de Arbitragem. Ali em azul estão os estados que, no ano de 2023, solicitaram para a CBF instrutores para capacitar os árbitros, tá? Os que estão em cinza, como Pará, Goiás, Rondônia, São Paulo, Ceará, Piauí, não solicitaram instrutores para a Comissão de Arbitragem, está bom?

Pode seguir.

E aqui fica a minha apresentação. Eu sei que terminou o meu tempo. Eu só quero concluir, Presidente, peço a permissão de um segundo mais, porque não são só números, são realidades. Eu não vim... Realmente eu acho que o número, desta vez, ajudaria muito para embasar um *start*, um começo de trabalho, mas eu sugiro, em princípio, a V. Exa., Presidente da Comissão, Senador Romário, a formação de um grupo de trabalho técnico, para que a gente possa partir não só desses números.

Como bem dito pelo Presidente, é um tema muito complexo, e para a gente poder evitar que os árbitros impactem tanto o futebol brasileiro, como vem ocorrendo ultimamente e como sempre ocorreu. Essa é a realidade. Os erros de arbitragem não são novidades. Talvez hoje eles tenham uma maior repercussão, devido às redes sociais, devido ao avanço da comunicação. Mas nós sabemos que desde antes da minha época, até na época do próprio Presidente Romário, isso sempre houve, e o que a gente sempre viu foi uma categoria efetivamente fragilizada. Sempre se viu isso.

E para a gente poder avançar nesse tema tão complexo, eu sugiro ao Presidente Romário a formação de um grupo de trabalho de todas as áreas, área jurídica, área técnica, área dos árbitros, área dos clubes, área do Governo Federal, enfim, de todas as áreas, inclusive a área da imprensa, eu acho que é importante que acompanhe os trabalhos, para que a gente possa avançar e chegar a um consenso de qual é a melhor solução para a profissionalização da arbitragem brasileira.

Seriam essas minhas palavras e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Wilson Luiz Seneme.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Anderson Daronco, árbitro de futebol. O senhor tem sete minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON DARONCO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui.

Exmo. Presidente Sr. Senador Romário, Exmo. Vice-Presidente Senador Jorge Kajuru, demais componentes da Mesa, fico muito feliz de poder estar aqui e de contribuir com um debate tão importante para a nossa categoria que é a profissionalização da arbitragem.

Além de estar aqui na condição de árbitro atuante, há 24 anos exercendo essa profissão, estou na condição de Vice-Presidente da Associação de Árbitros de Futebol do Brasil, uma entidade de classe recém-formada com o reconhecimento da instituição, da CBF. Visamos a defender a nossa categoria, ter voz atuante junto a todos os meios da sociedade. Diante disso, também sugiro, como o próprio Presidente da nossa Comissão Nacional disse, a formação de um grupo de trabalho com todos os interessados nessa questão, com todos os envolvidos no meio do futebol, para que a gente possa chegar a um denominador comum que é, enfim, quem sabe, profissionalizar a arbitragem. Mas isso é algo que tem que ser extremamente debatido. A gente sabe que não é algo tão simples.

Coloco-me à disposição para poder ajudar e esclarecer todos os questionamentos que V. Exas. tenham e que os demais, também, possam vir a ter em relação à arbitragem e a como funciona no momento atual.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Daronco.

Passo a palavra agora ao Sr. Luis Antonio, meu amigo Índio.

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia. Obrigado, Senador.

Um bom-dia a todos. Saúdo o Presidente Romário, nosso Senador, o seu Vice-Presidente Kajuru e todos os presentes.

Senhores, a participação do árbitro, no meu olhar de ex-árbitro atuante, mas ainda árbitro, porque uma vez árbitro sempre árbitro serei, é mais num contexto social da questão.

O árbitro faz parte do futebol, mas não está inserido. Eu vejo que o fomento da arbitragem vai muito além do campo, vai muito além da aplicação das regras, vai na formação. Devemos ter a preocupação desde a formação desse árbitro até a sua profissionalização, que vai passar por vários segmentos e vários momentos. Entendo que o árbitro deve exercer a sua função – e a profissionalização é um meio –, mas que também devemos criar ferramentas e meios para que ele trabalhe o futebol como um todo, como um fomento do esporte educação, do esporte participação e alto rendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, como já foi dito à Mesa e, tenho certeza de que, com excelência, prática e entendimento, esta Casa vai conduzir esse projeto e vai nos dar – ao árbitro e à sociedade – um caminho próspero e bem relevante para a arbitragem.

Devemos ter a preocupação de que o árbitro não é só um árbitro profissional atuando pela CBF, pela entidade a que pertenci, o que me honra muito, mas dentro das suas federações, nas séries de acesso, nas quais ele também é um árbitro profissional. Então, devemos também ter esse cuidado de não negligenciar a participação de toda essa classe.

É claro que sabemos que no alto rendimento temos um grupo mais seleto, mas também devemos ter a preocupação lá atrás, com a formação, com os sonhos, com os desejos, com as realizações de vários profissionais que iniciam essa carreira com esse objetivo, de galgar torneios internacionais e, quiçá, uma Copa do Mundo, que acho é o desejo de todos.

Então, senhores, a minha participação aqui eu vejo mais nesse sentido, no sentido de trazermos o árbitro, responsabilizá-lo, sim, pela condução e pelas regras do jogo, mas, também, conduzi-lo a uma formação, a uma formação acadêmica, que seja, envolvendo escolas, universidades, faculdades e, com isso, com certeza, atingiremos níveis de excelência, tanto em nível estadual, como em níveis nacional e internacional.

E, aproveitando a fala do Presidente, do meu ilustre colega Seneme, esse grande estudo, acredito eu e entendo que o Senador terá esse entendimento ou não, aqui é o pontapé inicial, é o primeiro jogo desse grande campeonato, em que não só a arbitragem terá resultados positivos, mas a sociedade e o esporte como um todo, como eu já falei.

Ficam aqui os meus agradecimentos a todos, ao Senador, à Mesa, à Casa, e coloco-me à disposição para futuros debates.

Agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Luis Antonio Silva dos Santos, pelas palavras.

Passo a palavra ao Sr. Rafael Bozzano, advogado.

O SR. RAFAEL BOZZANO (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a V. Exa., Senador Romário, a V. Exa., Senador Jorge Kajuru, ao Presidente Wilson Luiz Seneme, ao Luis, ao Daronco, cumprimento todos da mesa e os demais aqui presentes.

É uma satisfação retornar hoje! Semana passada nós estávamos aqui também debatendo referente à manipulação de resultados e hoje eu estou aqui como advogado, porque, além de um apaixonado pela causa, eu vivi muito próximo de tudo isso. Eu sou filho de árbitro, irmão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

árbitro, então, a família é muito ligada à arbitragem. Eu costumo dizer que se tivesse um outro árbitro na família, acho que a minha avó e a minha mãe iriam ficar muito tristes, mas eu, na carreira jurídica, sempre tive um desejo muito grande de analisar as questões envolvendo a arbitragem.

No trabalho de conclusão de curso, no qual eu tive o prazer de ser orientado pelo hoje Desembargador Wanderley Godoy, de Santa Catarina, eu falei: "Professor, mas não é possível o árbitro ser autônomo, ele está intrinsecamente ligado, desempenha uma função indispensável para o futebol".

Eu convivi com o meu pai... O Daronco está aqui, o Seneme, quem puder confirmar, mas eu via o meu pai às segundas-feiras e às sextas de manhã. Por quê? Porque era quando ele estava em casa, porque, para o árbitro, não é só quando ele está apitando o jogo, existe a viagem anterior, posterior, às vezes engata uma escala em outra. Então, há a necessidade, neste trabalho, dessa profissionalização. Eu costumo dizer que não há profissionalização no caso da atuação do árbitro, porque esses árbitros que atuam hoje, o nível de exigência e de atuação, na palavra, eles já são profissionais, eles atuam e se dedicam a essa atuação.

Nós temos aqui, quem teve a oportunidade de ouvir na semana passada o árbitro Bruno Arleu, da FIFA, a dedicação que eles têm é enorme, mas existe uma outra questão que impossibilita essa atuação exclusiva. Muitos árbitros necessitam ter uma outra profissão, paralela ao árbitro de futebol, justamente porque eles ficam dependentes da escala, dependentes dessa atuação, o que impossibilita, muitas vezes, essa dedicação exclusiva.

Recordo, um tempo atrás, uma conversa com um dirigente de clube em uma semifinal de Copa do Brasil. Ele me perguntou sobre o árbitro que iria apitar: "Poxa, Bozzano, como que é?" Eu falei assim: "Olha, o árbitro, ele é excelente". Ele disse: "Nossa, porque nós estamos concentrados há uma semana. Essa partida, para nós, vale a classificação para a Libertadores. E ele está concentrado também? Ele está se dedicando?". Eu disse: "Olha, ele é um excelente árbitro, mas ele desempenha outra função durante a semana. No sábado, ele vai pegar o avião e vai apitar a final". "Nossa, mas como isso?" Então, nós vemos um anseio de clubes da própria categoria. É muito importante nós ouvirmos aqui os árbitros também clamando por essa nova visão, por essa nova condução de como é visto o árbitro de futebol no Brasil.

Sr. Luis, quando eu ouvi o senhor falar da expectativa, da intenção desse grupo de trabalho, de que seja o pontapé inicial para essa nova mudança, Senador Romário, Senador Kajuru, eu digo para V. Exas. que o que está na mão de V. Exas. talvez não seja um pontapé inicial. Em 1979, o PL 1.549, do Deputado Peixoto Filho, já tinha como projeto a disciplina profissão do árbitro de futebol. Ou seja, há muito tempo já se debate, há muito tempo se tenta essa profissionalização da categoria e espero que essa oportunidade seja alcançada, seja utilizada para fazer do futebol brasileiro, que é rico, um dos mais disputados, quiçá, do mundo, que tenha também no árbitro essa profissionalização que os atletas também recebem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Wilson Seneme trouxe semana passada essa visão de que o árbitro tem que ser visto como um atleta, e de fato ele é. Nós temos testes físicos em que é impossível, é humanamente impossível alguém que não se dedique à função do árbitro chegar para fazer um teste desse, ele não vai passar. A cobrança é enorme. Eu costumo dizer que em um campo de futebol a responsabilidade acaba sendo pulverizada ali entre 11 e 22 jogadores. O árbitro assume toda essa responsabilidade, então é necessário dar a esse profissional, a essa peça indispensável para a prática do futebol, toda a condição necessária para que ele possa desempenhar essa atribuição que é importantíssima e fundamental para a disputa desse trabalho profissional.

Em 2013 existiu um avanço. Houve a regulamentação, a nova Lei Geral do Desporto manteve, possibilitando, reconhecendo a atuação do árbitro de futebol, e possibilitando aqui a formação, pelos árbitros, de sindicatos, de organizações para prestar esse serviço.

Acredito que estamos próximos. Exemplos existem: a própria Inglaterra, a Argentina, a Espanha, Portugal, com os árbitros de elite e FIFA. Eles já são profissionais, existe já uma atuação nesses países, que poderia ser utilizada como uma forma de exemplo. Claro, nós temos uma particularidade do Brasil, vendo os números trazidos pelo Presidente Wilson Seneme, de 1.869 de um espectro total, o Brasil, por conta dessa questão continental, de fato, é um trabalho a mais, mas, com certeza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAFAEL BOZZANO – ... como todas essas falas que me antecederam sugerindo esse grupo de trabalho, eu espero que V. Exas. deem seguimento a esse projeto que, lembrando aqui – até pesquisando – que, em 2010, o então Presidente da FIFA, Joseph Blatter, deu uma declaração falando que, em 2014, somente árbitros profissionais iriam atuar na Copa do Mundo. Nós estamos em 2023 e a realidade ainda não é essa.

Então, fico aqui, coloco-me à disposição para também trabalhar junto e, mais uma vez, parabenizo-os pelo trabalho aqui desenvolvido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Rafael Bozzano.

Antes de entrarmos aqui nas perguntas, só vou ler aqui algumas perguntas e comentários que chegaram elo Portal e-Cidadania.

Marcos Takao, de São Paulo: "[...] árbitros são trabalhadores e devem ter seus direitos trabalhistas considerados, sejam eles celetistas, autônomos ou microempreendedores individuais (MEI)".

Jefferson Barbosa, da Bahia: "Devem ser maiores as oportunidades e empregar mais pessoas no esporte".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente, concordo com os comentários dos dois.

E temos uma pergunta aqui do Valdemagno Torres, de Pernambuco: "Será que, finalmente, a categoria dos árbitros de futebol será regulamentada [...]?".

Eu acredito, Valdemagno, que, depois desta audiência pública de hoje, a gente dará um passo muito importante e relevante para essa possibilidade. É como o nosso Presidente da Associação dos Árbitros aqui citou muito bem, respaldado pelo Índio e pelo Daronco, vamos tentar fazer um grupo de trabalho que vai envolver várias pessoas – árbitros, CBF, federações, Parlamentares, entidades privadas, advogados –, e a gente acredita que, depois desse grupo, vamos dar aí de seis a nove meses, de três a seis meses para esse grupo ser concretizado e, ao final dessa discussão, eu tenho certeza de que chegaremos a um denominador comum e a uma resposta que seja a melhor possível para os nossos árbitros.

Eu, normalmente, teria que começar a fazer as perguntas, mas meu amigo aqui é mais velho... (*Risos.*)

Assim, eu lhe passo a palavra, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – E ele me chama de irmão e eu o chamo de irmão, e ele me chama de mais velho. É verdade! Sou, com o maior prazer.

Bem, meu ídolo, Presidente Romário, eu vou fazer apenas uma colocação, então, serei um pouco mais longo. Começo colocando aqui, para que todos tenham essa satisfação, telefonemas que recebo: "Por que em toda reunião da Comissão de Esportes somente o Romário e você estão presentes, Kajuru?"

Bom, primeiro, pela nossa obrigação. Agora, há uma compreensão, que eu peço aos senhores, que é um erro grave deste Senado Federal, que eu tento mudar desde 2019, quando aqui cheguei, através de um projeto de lei, porque, para mim, trata-se um pouco de preguiça. Ou seja, numa quarta-feira, temos cinco Comissões simultâneas. Então, os Senadores, que são membros desta Comissão, gostariam de estar aqui – eles não estão errados –, só que cada um tem a sua prioridade. Neste momento, está tendo uma reunião quentíssima sobre o marco temporal, na CCJ, entre outras pautas. Da mesma forma, a questão do carbono na Comissão de Meio Ambiente, cuja Presidente, inclusive, é nossa titular aqui na Comissão, a Leila do Vôlei.

O que deveria mudar aqui no Senado Federal? É essa bobagem que existe de começar a sessão às 2h da tarde no Plenário e que fica até as 4h da tarde para ouvir um monte de baboseira que é dita na tribuna, até porque tem colega que não pode nem subir na tribuna porque ofende o Ruy Barbosa. Eu já vi Senador falar "pobrema", falar "o pessoal foram", e o Ruy Barbosa passa mal, além de assuntos irrelevantes. Então, poderia, tanto na terça como na quarta, esse horário,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse espaço das 14h às 16h, ter a oportunidade de as Comissões trabalharem, porque nós ficamos até a uma e meia da tarde no máximo, e a partir das 14h já tem Plenário.

Então, esse aqui é um momento de justificar a ausência de alguns que concordam comigo e que acham que na terça e na quarta nós estamos perdendo quatro horas em que as Comissões poderiam trabalhar e não haveria essa necessidade de você ser um Bolt, de sair de uma CPI, de uma Comissão, ir para outra e acabar não sendo produtivo. Vamos lá.

O Sr. Wilson Seneme, como Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, não tem nada a ver com o assunto que eu vou colocar, mas a pergunta vai ser direcionada a ele em função de representar a CBF. O atual Presidente da CBF, que o Romário conhece melhor do que eu, o Sr. Ednaldo, é, para mim, o primeiro Presidente da CBF que não tem o atestado de corrupto na medula e até na essência. É um homem honesto – isso é raro em se tratando de CBF, que só teve Presidentes brancos e canalhas até hoje.

Agora, ele poderia ficar na história do futebol brasileiro, Presidente Seneme, senhoras e senhores convidados aqui, especialmente o Presidente Romário, que é mais do que todos nós do ramo. Se ele analisasse o projeto que existe nesta Casa de autoria dupla, minha e do Senador Alvaro Dias, do Paraná, que tornaria a Seleção Brasileira de Futebol em um patrimônio nacional, ou seja, um patrimônio da cultura brasileira, consequentemente, a Confederação Brasileira de Futebol não seria mais uma empresa privada, porque ela é uma empresa privada, aliás, antes ela vivia na privada. Ela fatura bilhões, o Romário não sabe, eu não sei, ninguém aqui sabe para onde vão esses bilhões, quais são suas despesas, qual é o seu lucro. Ninguém tem conhecimento disso no Brasil.

Como é que pode uma empresa que tem uma Seleção Brasileira, que pertence ao país, e repito, é um patrimônio cultural do país, e ela não dá satisfação? Nesse projeto, ela teria que dar satisfação mensal através de uma prestação de contas ao TCU, ao Tribunal de Contas da União. E é claro que, antes, esse nosso projeto era motivo de revolta de ex-Presidentes da CBF – o Presidente Ednaldo poderia pensar sobre isso.

E aí entro na pergunta ao Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, o correto e íntegro Wilson Seneme: o árbitro, hoje, tem o futebol como bico, vocês concordam? Bico. Porque a taxa de arbitragem, para quem não sabe, é de R$5 mil, na Série A, para quem não é da FIFA. Para quem é da FIFA, a taxa é de R$6 mil por jogo; Série B, a taxa cai; Série C, a taxa cai mais ainda.

Se você, então, descobrir o faturamento verdadeiro que tem a CBF, com seus bilhões, com tudo que ela arrecada, será que ela não poderia uma parte desta receita destinar à qualificação do árbitro de futebol e a um pagamento de taxa de arbitragem maior para que ele se dedicasse – o árbitro – exclusivamente à arbitragem? Ou seja, ele seria proibido de ter um segundo emprego – proibido –, como nós aqui somos. O Romário e eu, como Senadores, não podemos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, ser comentaristas de uma rede de televisão. Qualquer rede de televisão quereria principalmente um Romário como comentarista, e ele teria um salário dez vezes maior do que o que ele ganha aqui no Senado – porque tem gente que acha que o salário do Senador é uma coisa maravilhosa.

Então, o árbitro tendo a profissão de arbitragem como única; tendo todo dia que fazer um trabalho ou uma palestra ou uma reunião com o presidente da comissão; discussão sobre o último jogo, sobre a sua arbitragem; uma análise de um conselho; ele ter treinamentos diários eu acho que seria uma forma de pararmos de ver tantos erros de arbitragem, alguns que são técnicos, que não são criminosos, não são corruptos; outros, que são corruptos porque o árbitro ganha muito mal.

E aí finalizo: aqui alguns devem ter lido Millôr Fernandes, quando escreveu o livro *Millôr Definitivo – a Bíblia do Caos*. Isto porque, Presidente Romário, um Senador chegou até mim numa discussão na tribuna sobre a arbitragem e disse: "Kajuru, mas você acha que o árbitro se vende?". Aí eu falei: amigo querido, você leu o Millôr Fernandes? Ele – parece que não leu nunca nem gibi – virou e falou assim para mim: "Kajuru, eu nem sei quem é Millôr Fernandes".

Eu falei: então tá, vou te contar uma frase dele. A frase dele é: "o dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo". Não vai comprar juiz de futebol?! Não vai comprar jornalista?! Não vai comprar político?! Claro que – graças a Deus! – temos várias exceções em todos esses meios, mas que um árbitro pode se vender, pode, principalmente em função do que ele recebe.

Então, a minha pergunta direta, Presidente Wilson Seneme, é sobre esses comentários que eu fiz e sobre essa questão de a CBF poder destinar da sua receita uma taxa de arbitragem mais decente e um investimento na qualificação dos nossos árbitros.

Obrigado.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente Seneme com a palavra.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Obrigado, Presidente Romário.

Bem, eu vou começar pelo final, porque me parece um pouco excessivo falar de uma classe de árbitros e tocar na palavra "corrupção" sem ter provas. Eu acho que a prova é o elemento fundamental para a gente estabelecer a realidade, e não distorcer, eventualmente, esporadicamente. Na minha visão, Ilmo. e Exmo. Senador, na minha visão, é o contrário...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem querer interromper o senhor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... as exceções, as exceções são...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... provas nós já tivemos, nós tivemos a máfia do apito.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Em 2005 e hoje nós não temos nada. As provas que há hoje...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, nós estamos tendo notícia aí, ué!

O SR. WILSON LUIZ SENEME – As provas que há hoje são contra jogadores, e não contra árbitros. No dia em que tiver uma prova contra um árbitro, a gente debate aqui essa prova em relação à corrupção da arbitragem, coisa que hoje não existe, salvo alguma prova.

Eu gostaria de fazer esse comentário breve, porque ele é importante. Se existem exceções, são do lado negativo. As exceções não são positivas. A maioria é positiva e nós não temos provas se existem exceções. Isso é preciso ser falado amplamente. Os árbitros hoje, dentro da categoria do futebol, não passaram a vergonha que a categoria jogador passou no último ano. Essa é a realidade de hoje.

Antes de qualquer maior detalhe, eu gostaria de mencionar a presença de vários árbitros que eu vejo aqui. O Presidente da Comissão de Arbitragem do Distrito Federal, o Marrubson. Um abraço a todos! Obrigado pela presença, pela participação e pelo interesse no desenvolvimento da categoria.

Sim, acredito que sim, acredito que a CBF pode fazer muito mais para contribuir para a evolução, Senador, da categoria. Acredito sim. Assim como eu acredito que os clubes, que são peça fundamental no trabalho do árbitro, também deveriam contribuir com a parte deles.

Acredito que como nós...

E esse projeto, bonito projeto do Senador Kajuru, em relação a tornar a Seleção Brasileira um patrimônio nacional, que também tem o dever e a responsabilidade de contribuir com isso, o Governo também teria essa responsabilidade. Por isso que acredito que, com o apoio do Presidente Romário, desta Comissão, a partir dos trabalhos que serão realizados, Senador Kajuru, com esta Comissão... Deus queira que sejam escolhidas pessoas íntegras com a independência e pensando na categoria árbitro sem nenhum objetivo pessoal, que possam ser incluídas nesta Comissão para no futuro, Senador, estarmos aqui todos felizes, com melhores árbitros, com menos erros e os árbitros felizes, tendo efetivamente a sua profissionalização garantida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou rápido aqui.

É só para lembrar ao senhor o seguinte: eu não quero questionar nenhuma colocação que o senhor fez. É a sua opinião e eu respeito. E que cada um julgue aqui o pensamento que estamos expondo.

Agora, eu vou usar a nossa profissão, Presidente Romário. A arbitragem, eu saio dela, e vou falar da nossa profissão política.

Eu me lembro de uma vez em que o notável e falecido, infelizmente, jornalista Paulo Francis, em um debate com outros jornalistas, dizia o seguinte sobre um político conhecido do Brasil inteiro com aquela frase: "Rouba, mas faz". Todo mundo se lembra dele: o Paulo Maluf. Aí o Paulo Francis se virou e falou assim: "Gente, é claro que na política tem corrupto. Agora, tem corrupto que você não precisa nem de prova. Você precisa de prova de que o Paulo Maluf roubou? É evidente que você não precisa de prova", tanto que ele foi parar na cadeia, inclusive. Demorou, mas foi.

Você precisa de prova de que o Ricardo Teixeira roubou na CBF?

Por que ele está solto. Ele nunca foi preso. Ele e tantos outros.

Então, tem coisas que a gente não precisa de prova.

Essa é a minha opinião.

Respeito a opinião do Wilson Seneme. Ele tem que defender a classe dele, evidentemente, e ele ainda não viu provas, mas que temos ainda arbitragem corrupta no Brasil, temos. Falar que ela acabou, eu respeito a opinião, mas não é a minha. Para mim, ela não acabou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito bem. Sr. Seneme, eu tenho uma pergunta aqui, bem simples e objetiva.

Na opinião do senhor, pelo que eu vi aqui, os árbitros têm que se profissionalizar, definitivamente. Falando hoje do futebol brasileiro, qual seria a entidade responsável e a fonte pagadora da profissionalização desses árbitros, na sua opinião?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Na minha opinião, não pode ser uma fonte única.

É impossível, dentro de um grupo de praticamente 1,8 mil árbitros, se somarmos a categoria em si – como o Luis Antonio, o Índio, falou das categorias de base dos árbitros, da formação dos árbitros, e isso é muito importante –, eu vejo como impossível hoje que uma instituição única cumpra com toda essa responsabilidade e com os encargos tributários que virão com essa profissionalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que eu acredito que o debate tem que ser amplo.

Respondendo diretamente à pergunta do Presidente, acredito que nós temos várias fontes. Nós temos escolas de arbitragem das federações que podem contribuir com uma... Porque elas cobram dos alunos... São escolas particulares. Essas escolas de formação podem ter uma parte nessa contribuição que vá para a formação do árbitro. Nós temos as loterias esportivas. Por que não? Um 0,0000... Nós temos as casas de apostas, que é algo novo. O direito de televisão, os patrocínios das camisas. Mas essa fonte, Presidente Romário, hoje muito nova e muito promissora, que são as casas de apostas, para a gente poder – por que não? – ter aí uma cota mínima de contribuição, para colaborar e facilitar algo que não é fácil, porque se fosse tão simples, já teria sido feito, mas não é.

Por isso, volto a repetir. Esta Comissão tem que buscar o caminho, Presidente, prático, para que isso ocorra – e não teorizar num papel e ficar no papel desde 1979 –, para que se torne algo prático, viável, para os árbitros e para os clubes que também são interessados.

Por exemplo, nós tivemos duas rendas também, agora, de quase R$60 milhões.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – De R$60 milhões, em São Paulo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – E por que não uma, mínima que seja, contribuição para um fundo que garanta a profissionalização do árbitro?

Eu acho que existem muitas maneiras de fazer isso. E nós temos só que, de uma maneira equilibrada e com bom senso, Kajuru, chegar a esse consenso para que isso se torne algo prático, para que não fique preso só no papel.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma outra pergunta: vocês já pleitearam, alguma vez, o direito de imagem dos árbitros?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não existe o direito de imagem, Presidente, como, por exemplo, tem o jogador, porque o jogador é um atleta profissional. O jogador tem uma regulamentação que o protege, coisa que o árbitro não tem.

O árbitro, por ser um prestador de serviços, torna-se muito difícil pleitear direito de imagem. Então, nós precisamos, sim, regulamentar essa profissão, para que todos esses direitos, na nossa visão, que são pertinentes...

Hoje, o Daronco falou que foi criada a Abrafut. Dos 706 árbitros da CBF, quase 500, em quatro meses de fundação da Abrafut, já fazem parte desse grupo. Para que eles possam também ter voz, nós precisamos regulamentar essa profissão, efetivamente, para que eles possam ter direito de arena, direito a patrocinador da camisa, direito a uma porcentagem das cotas de renda dos estádios, direito a uma porcentagem mínima nas casas de apostas, direito a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento da CBF e das federações, e que tudo isso seja controlado via regulamentação, Presidente.

Eu não vejo, hoje, muita ferramenta para os direitos de arena – para o árbitro conseguir –, pela regulamentação que a gente tem hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Sr. Bozzano, o senhor também pode responder...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, só rapidinho, essa sua colocação foi tão importante que me fez lembrar algo. Nós dois podemos conversar com os demais membros, porque nós vamos discutir aqui a pauta casa de apostas.

O tributo seria de 18% ao mês, então, está havendo, em todo o Governo, uma discussão de quem vai ter direito. Agora, quem quer também ter uma parte desses 18% do imposto que cada casa vai ter que pagar é a Polícia Federal, que vai querer uma parte. Então, a gente poderia propor, aqui na Comissão de Esportes, que também houvesse uma parte dessas casas de apostas para a arbitragem no Brasil, porque, cá entre nós, elas faturam, para quem não sabe – as casas de apostas – R$65 bilhões por mês.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador.

Sr. Bozzano, por favor.

O SR. RAFAEL BOZZANO (Para expor.) – Sr. Presidente, quanto a esse ponto referente ao direito de arena e o direito de imagem dos árbitros, é muito importante. Houve já duas oportunidades para essa aprovação: uma, em 2015; a mais recente, o veto da Medida Provisória 671, em que acabou sendo vetado o direito de arena para o árbitro.

Por ser uma questão que deriva da legislação, esse repasse acaba sendo inviável. Então, fica aqui, novamente: o atleta, o jogador tem uma porcentagem desse valor, que é transferido aos clubes, aos sindicatos, repassados para os atletas. Acredito que nada mais justo seria que tivesse uma destinação dessa quantia, referente ao direito de arena, também para os árbitros.

Em um primeiro momento, esse veto ocorreu não em razão de que não seria devido ao árbitro, a razão do veto foi de que não ficou claro como essa fonte seria repassada para os árbitros e que isso não deveria ser fonte para subsidiar os custos da categoria.

Então, essa foi a razão do veto. Então, isto é importante ficar claro, que não se questionou a importância ou se a imagem, se a arena é utilizada ou não, mas faltou a forma como ela seria destinada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quanto ao direito de imagem, aquele direito constitucional, previsto no Código Civil, o árbitro também acaba sofrendo uma questão quanto ao seu direito de imagem específico, quanto – o Presidente Seneme trouxe materiais – às outras utilizações, até com a própria transmissão do espetáculo, justamente por conta dessa ausência da regulamentação da profissão, porque ele fica à margem. O atleta, quando ele firma um contrato profissional de trabalho, cede a sua imagem para que aquele terceiro a explore, e ele recebe uma remuneração por essa utilização.

Então, todos esses pontos, do direito tanto de arena como de imagem, com certeza, caso seja criado – espero que sim – esse grupo de trabalho, será uma questão que também deverá ser abordada para solucionar essas lacunas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

A pergunta aqui agora vai para o Daronco ou para o Índio, sobre essa questão de vocês terem, praticamente, duas profissões: árbitro de futebol e... praticamente todos os árbitros têm uma segunda profissão ou a primeira profissão. Isso interfere ou atrapalha um pouco na concentração em determinado momento ou em determinado jogo de vocês árbitros?

O SR. ANDERSON DARONCO (Para expor.) – Eu posso dizer que, hoje em dia, eu vivo exclusivamente da arbitragem, desde que eu me tornei árbitro FIFA, até um pouco antes. Eu me tornei árbitro FIFA no ano de 2015, mas lá, desde o início, enquanto eu ainda era um árbitro, digamos, promissor na Federação Gaúcha de Futebol, já se debatia muito sobre essa questão da profissionalização da arbitragem e esses trabalhos paralelos que o árbitro tem que ter.

Houve uma época, inclusive, que o árbitro tinha que ter um outro trabalho, ele tinha que comprovar esse outro trabalho, e muito lá atrás eu, com uma visão de carreira, pensei assim: "Não, eu penso que, se tiver um trabalho e tiver que me dedicar à arbitragem, não vai dar certo". Então, eu acabei abdicando da minha profissão. Sou formado em Educação Física, era concursado, trabalhava em escola e acabei abrindo mão disso, porque entendia, pela minha paixão à arbitragem, que essa dedicação exclusiva à arbitragem propiciaria um melhor rendimento no campo de jogo.

E eu não tenho a menor dúvida sobre isto: que, o árbitro se dedicando exclusivamente a isso, o trabalho, o serviço que ele presta é melhor. E digamos que o produto, o futebol, se torna melhor, porque o árbitro não pode ir carregado de outros problemas para um jogo que vão além do seu próprio jogo, ele não pode estar pensando num outro ofício, no problema do seu trabalho, qualquer que seja a função que ele exerça, tanto no aspecto técnico, psicológico, no aspecto da preparação física também, porque, daqui a pouco, se o árbitro tem uma outra função, se torna muito complicado.

Não me recordo quem na mesa falou que muitas das pessoas pensam que o árbitro, muitas vezes, atua somente nos 90 minutos, e não é assim. Eu mesmo, para estar nesta Comissão hoje, viajei toda essa madrugada. Estou aqui sem dormir porque ontem eu tive que prestar uma prova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

física para permanecer na lista de árbitros internacionais. Saí da minha cidade... Eu percorro 300km em todo jogo para ir até o aeroporto, para chegar a Porto Alegre e fazer uma partida de futebol. Então, se eu estou escalado numa quarta-feira à noite, por exemplo, essa minha partida de futebol começa na terça-feira de manhã, que é quando eu saio da minha casa, e termina na quinta-feira à noite, que é quando eu retorno para minha casa. Então, sem dúvida nenhuma que essa dedicação exclusiva traz uma melhora de *performance* ao campo de jogo. E quem não tem a oportunidade de, muitas vezes, ter essa dedicação, seja por estar vinculado a um funcionalismo público ou com algum outro tipo de função que seja mais vantajosa para ele do que a arbitragem, pode, sim, acabar comprometendo o seu trabalho no campo de jogo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Daronco.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Presidente, só para falar com o Daronco, nessa sua pergunta como sempre oportuna. Daronco, você é uma exceção, concorda? Você é um árbitro internacional, apita jogo de Libertadores, você apita em média uns cinco jogos por mês. A sua taxa é de 6 mil, portanto, 6x5=R$30 mil de salário. Libertadores... Você é uma exceção. Aliás, você ganha mais do que o Romário e eu juntos... (*Risos.*)

Correto? Então você é uma exceção. Agora, a maioria esmagadora não é uma exceção como você, que inclusive é um qualificado árbitro.

O SR. ANDERSON DARONCO (Para expor.) – Prezado Vice-Presidente, eu lembro, se isso for verdade, que eu ganho mais do que o senhor momentaneamente. (*Risos.*)

Eu não vou ganhar, como o senhor, para a vida inteira, eu ganho neste mês, mês que vem eu não sei como vai ser, vai depender do meu rendimento no campo de jogo, vai depender de eu manter uma regularidade de *performance* que me permita seguir fazendo jogos de Libertadores da América, fazer essa média de quatro, cinco jogos no campeonato brasileiro, enquanto o campeonato brasileiro dura, porque chega dezembro ou final de novembro, ele termina. Aí a gente tem esse hiato, começa um campeonato estadual em que a gente não tem esses mesmos vencimentos e eu só vou começar a perceber esses vencimentos novamente lá em abril, maio, quando retorna a competição, e novamente eu dependo do meu rendimento, eu dependo do meu apito na primeira rodada.

E sim, talvez eu seja uma exceção, eu e outros árbitros, digamos, *top* de linha no Brasil que, devido a essa remuneração, momentaneamente podem se dedicar exclusivamente à arbitragem, mas a gente aqui também está para debater arbitragem desde o seu processo de formação. Eu estou no topo da pirâmide, mas milhares de colegas, como o próprio Presidente Wilson Seneme colocou ali, formam essa base da pirâmide. A gente tem que pensar em todos desde o seu processo de formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS (Para expor.) – Sim, com licença, Senador. Obrigado pela oportunidade.

Eu chego a dizer que interfere sim. Como ex-árbitro, eu abordo que vai interferir, porque o árbitro é, na sua totalidade, um homem e, com isso, ele carrega suas emoções e é um ser humano, acima de tudo. Ele ali executa uma função profissional, mas é um ser humano. Eu olho muito pelo lado humano. Como bem abordado pelo Sr. Senador, não devemos deixar de lado os árbitros que não são FIFA, porque a grande maioria... e a cadeia é sustentada pelos que não são FIFA, e aos que não são FIFA... São aplicados os mesmos testes aos FIFA, aos da base, que apitam Série B, Série D, etc., e nas suas federações, porque ele tem que abdicar também para poder chegar a esse nível. Então há de ser uma preocupação na sua totalidade, não só com um grupo seleto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Seneme, uma curiosidade: assim como o Daronco, quantos árbitros mais ou menos temos hoje, no país, que são independentes, que só trabalham como árbitros? Você tem mais ou menos a noção desse percentual?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Não tenho um número exato, mas aqui, por exemplo, nesta sala nós temos alguns árbitros que trabalham na Série A do Campeonato Nacional e que não são da categoria FIFA, mas não conseguem ter essa liberdade que o Daronco tem – não conseguem ter essa liberdade. Mesmo sendo da categoria nacional, muitos árbitros têm que se dedicar a uma outra profissão.

Um detalhe importante, Senador Romário, é que isso tem que ser muito debatido, porque muitos árbitros têm carreiras, por exemplo, dentro de governos, fazem carreira. E, por exemplo, se ele se torna um profissional, ele teria que optar entre ser árbitro ou seguir sua carreira dentro dos governos, como uma categoria pública que ele tem, porque é incompatível. Então, existe todo tipo de situação que tem que ser averiguada para a gente poder avançar. Mas, sim, efetivamente, o árbitro não tem garantias e uma outra profissão para ele é fundamental. E, quando o Daronco fala, e eu me coloco no lugar do Daronco, porque eu fiz isso por 20 anos... Não é, Índio? Fizemos isso por tanto tempo e era igual, era a mesma coisa que acontece com o Daronco: nós não sabíamos a semana que vem.

E, para mim, esse é um ponto interessantíssimo, Presidente Romário, porque eu acho que afeta... A profissionalização tem que vir para tirar essa pressão do árbitro. O jogador sabe, Presidente, que, se ele se machucar em um jogo, ele vai para o departamento médico e o salário dele está garantido. O árbitro de futebol, em um erro grosseiro dele, em um erro grosseiro por ser um ser humano...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu ia lhe fazer essa pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... não garante para ele a rodada seguinte, e isso é uma forma de pressão, sim. E este é, para mim, um dos pontos principais da profissionalização, que vai fazer com que o árbitro tenha essa liberdade, essa espontaneidade e essa melhora de rendimento na sua profissão: quando ele tiver essa possibilidade de trabalhar, tendo os seus rendimentos garantidos. Essa é uma ponta importante da profissionalização.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma outra curiosidade: eu acho que, na época do Índio, quando ele apitava, e na minha, quando eu jogava, os árbitros, não sei se era proibido, não tinham nenhum tipo de propaganda nas suas camisas. Acho que não podia, não é isso, Índio? Hoje eu vejo que praticamente todos os árbitros, quando apitam jogos, independentemente dos jogos, ou na maioria dos jogos, têm algum tipo de patrocínio na sua camisa. Sobre esse patrocínio, o árbitro recebe algum percentual desse valor?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Então, Presidente, na minha época e na época do Índio, havia, sim, os patrocínios já. Nós trabalhamos já com patrocínios.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas era uma coisa individual.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, havia já os patrocínios na camiseta. Já não é de hoje que o patrocínio...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não na minha época, quando eu jogava.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim, havia sim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não lembro, mas, enfim, tudo bem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Também não.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, havia.

Eu sempre trabalhei nas minhas camisetas com patrocínio, não só patrocínio de jogos da CBF ou da federação de que eu fazia parte, como também da Conmebol, por exemplo.

Lembro muito bem disso, de eu trabalhando em jogos da Libertadores, com patrocínio nas minhas costas, tá?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, enfim, que seja.

Esses valores, quem recebe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eu não tenho o detalhe dos contratos que são feitos com essas empresas. O que a gente tem é que o orçamento anual da CBF, em função do investimento que é feito na arbitragem, para o departamento de arbitragem, gira em torno de R$30 milhões por ano. E esse investimento...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse é o gasto da CBF com vocês?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Aproximadamente, no total, entre tudo o que se...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para aqueles mil e poucos árbitros que o senhor citou?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, para os 706...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – O.k.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... que são do quadro da CBF.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Com tudo, viagem, hotel?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Tudo: capacitação, treinamento, recursos, enfim, essa taxa de arbitragem, que teve um aumento no ano passado de 20%... E o detalhe desses contratos, eu realmente não posso lhe dar essa resposta, mas está dentro, sim, do rol de investimentos que retornam para o próprio árbitro nas capacitações que ele faz.

Mas acredito, sim, Presidente, que isso possa avançar. Por exemplo, por que não os árbitros, além de haver o patrocínio... é de direito de uma instituição, por exemplo, a CBF, porque ela detém a competição, ter o patrocínio, mas o árbitro também. Por que não uma parte dessa roupa, por exemplo, a frente da camiseta, ser dos árbitros? Por que não negociar isso?

Mas, para isso, Presidente, a gente precisa de uma categoria representada, efetivamente, e não de uma representação de pessoas com interesses próprios. Volto a repetir: hoje os árbitros – e o Daronco está aqui – formaram uma associação porque não eram representados, efetivamente não eram representados. Por isso. Se eles fossem representados, eles não formariam uma associação, mas eles não se sentiam assim.

Então, eles tiveram que formar uma associação para ser representados, para exatamente correr atrás desses direitos, que, sim, são deles.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Antes de finalizar este primeiro bloco, só para a gente encerrar aqui, há um comum acordo aqui, do Dr. Bozzano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Seneme, do Índio e do Daronco, de que a profissionalização do árbitro é realmente importante para que seja uma carreira totalmente independente.

É bom saber disso, porque eu sou Relator do projeto. Formaremos esse grupo e, com certeza, através desse grupo, a gente vai chegar a um resultado positivo para que esses árbitros tenham mais tranquilidade de trabalhar.

Sr. Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sr. Kajuru? Senhor? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa., irmão, amigo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Irmão, não é?

É o seguinte, o Romário poderia ter sido também – poderia não, pode – craque como repórter, porque toda pergunta do Romário é picante, é impressionante. Porque a profissão nossa é a profissão que pior se pergunta. Você sabe muito bem porque você já foi entrevistado demais e raras vezes você concedeu grandes entrevistas.

Eu sou do tempo em que o Fla-Flu, Maracanã lotado, na época do Zico, um repórter – da Rádio Globo, hein? – chegou ao Zico, antes do jogo, e falou: "Zico, você está animado?". Ele falou: "Não, eu tô pê da vida, eu tô revoltado, o Maracanã lotado, eu tô disputando uma final do Campeonato Carioca...".

Então, o Romário fez perguntas picantes aqui, no que tange a direito de imagem. Só aqui uma brincadeira: a colocação que você fez, Bozzano, foi muito importante, sobre o direito de imagem do árbitro, até porque, meu Deus, seria uma homenagem às mães dos árbitros, porque o que elas são homenageadas em jogo de futebol... É filho da, filho da, filho daquilo e tal... Não é? Então, o direito de imagem tinha que ser do árbitro de futebol, exclusivamente dele, não é? O do jogador é dividido. Ou seria dividido, mas ele deveria ter, não é? Seria uma melhoria, evidentemente, do salário dele, da renda dele, mensal.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Concordo planamente, Senador.

Vamos lá.

Encerrada a participação desse primeiro grupo de convidados, agradeço a todos pela relevante contribuição e solicito que ocupe a segunda fileira de cadeiras do plenário, para que os próximos convidados possam compor a mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, senhores convidados.

E realmente é um debate muito interessante, muito importante, muito relevante. Daqui a gente, da Comissão, eu como Presidente, com certeza, sairemos com novas ideias. E comprometo-me com vocês de formarmos esse grupo, de que antecipadamente já convido para serem membros, participar, o Dr. Bozzano, o Daronco, como árbitro atual, e o Índio, como ex-árbitro, para que a gente possa... E o nosso grande Kajuru também, claro, para que a gente possa começar a fazer planos para esse próximo projeto, que será de uma importância muito grande para essa profissão.

Muito obrigado a todos pela participação.

Convido para formar a mesa os seguintes convidados: Evandro Rogério Roman, ex-árbitro de futebol e ex-Deputado Federal; o Sr. Rodrigo Darbilly, assessor jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); e o Sr. Marcelo Van Gasse, Presidente da Associação Brasileira de Árbitros de Futebol (Abrafut).

Informo que também foram convidados o Sr. Sandro Meira Ricci, ex-árbitro de futebol; o Sr. Salmo Valentim, Presidente da Associação Nacional de Árbitros de Futebol (Anaf); o Sr. Raphael Claus, árbitro de futebol; o Sr. Leonardo Gaciba da Silva, ex-Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); o Sr. Gutemberg de Paula Fonseca, ex-árbitro de futebol; e o Sr. Oscar Roberto Godói, ex-árbitro de futebol, que não puderam comparecer a esta audiência por problemas particulares.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até sete minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Nosso primeiro expositor será o Sr. Evandro Rogério Roman, ex-árbitro de futebol, ex-Deputado Federal.

Com a palavra, Sr. Deputado, por favor.

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN (Para expor.) – Meu bom-dia a todos.

Obrigado, Presidente da Comissão de Esporte, Senador Romário, Vice-Presidente, Senador Kajuru, a todos os ex-árbitros, dirigentes, pessoas que aqui estão, vários que aqui estão colegas meus, com quem eu tive a oportunidade de trabalhar junto, do Seneme hoje, sou grande amigo, que é Presidente da Comissão, e principalmente o Presidente Romário aqui, com quem nós tivemos a satisfação – de muitos que aqui estão – de termos trabalhado em jogos, de termos sido companheiros, de termos sido grandes amigos, que o futebol nos uniu e nos proporcionou. E quis o destino que, tempos depois, eu chegasse aqui à Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquei por dois mandatos, fiquei no período de 2015 a 2019, e agora estou na suplência. Então, talvez, a qualquer momento possamos estar aqui retornando à Casa, para que nós possamos dar continuidade.

Primeiro, quero parabenizar e dizer, Senador Romário, que tanto V. Exa. como também o Senador Kajuru terão uma dificuldade muito grande, por estar à frente desta relatoria, pois, quando eu entrei aqui, em 2015, eu digo a todos vocês que eu cheguei carregado de sonhos, trazendo na minha essência, na origem, a questão de ter sido um árbitro do quadro da FIFA por um bom tempo. Lá se foram 23 anos junto à questão da profissionalização, pois trabalhava de forma profissional em jogos profissionais. Então, de cara, nós chegamos e nós tivemos uma possibilidade de fazer esse trabalho junto à questão da arbitragem. Até porque nós já tínhamos uma lei que foi muito bem conduzida, à época, pelo Deputado Edinho Bez, na Câmara dos Deputados, que é a Lei 12.867, que criou a profissionalização, sancionada em 10 de outubro de 2013, e essa lei já proporcionou e criou a profissionalização da arbitragem.

Mas, e regulamentar esta lei... Como, Senador Kajuru, nós fazemos um trabalho para regulamentar essa lei?

Na época, nós usávamos muito uma expressão internamente aqui: "Quem é que assinaria o cheque?". Hoje seria: quem faz o Pix? Como? Qual era?

Mas, de cara, ao chegar aqui, nós tivemos a oportunidade – porque o Relator do Profut, na Câmara dos Deputados, era o Deputado Otavio Leite – de estar com ele e conseguimos colocar na Lei do Profut, passou pela Câmara, passou pelo Senado, mas quando chegou, sob a sanção da então Presidente da República, nós tivemos 36 vetos. E, desses 36 vetos, um deles foi essa questão de nós trabalharmos já com a regulamentação dentro daquele projeto de lei do Profut. Podem buscar. Dos 36 vetos, um era a questão da regulamentação e organização da profissionalização do árbitro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Quem era o Presidente da República?

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN – Dilma Rousseff.

Trinta e seis! Nossa, foi, assim... Vamos dizer que, de 50 artigos que nós tínhamos, 36 foram derrubados, vetados. Foi tudo por terra!

Bom, vamos esperar um segundo momento, e esse momento chega – depois eu faço toda uma análise – em 2018.

Em 2018, eu assumo a Presidência da Medida Provisória 846, que gerou a Lei 13.756, que é a Lei dos Bets. Não é que regulamentou, mas ela autorizou os *bets*, ou seja, as apostas eletrônicas, e a regulamentação só veio agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até digo: se nós demoramos 4,5 anos, praticamente, para regulamentar – e ainda não está, porque está passando pelo Senado agora – algo que daria, no mínimo – no mínimo –, de arrecadação, com todos os estudos que nós fizemos à época, 30 bilhões de arrecadação de impostos, e nós não conseguimos regulamentar, do dia 12 de dezembro de 2018, quando a lei foi sancionada pelo então Presidente Michel Temer, e que dava a possibilidade das apostas esportivas. E, aí, começaram todos os patrocínios nas camisas.

Eu lembro muito bem – eu, como Presidente dessa medida provisória, o Senador Flexa Ribeiro, colega dos senhores aqui, foi o Relator – que nós conseguimos trabalhar, fomos trabalhando, trabalhando, mas chegou a um determinado momento, Daronco, que qual foi a nossa dificuldade de incluir? Como colocar – olha o estigma! – em uma lei de apostas em que, nos jogos, estarão ali árbitros de futebol naquele ponto?

Mais uma vez, não conseguimos avançar. Por quê? Poderia até ser legal, mas moralmente não seria legal.

Então, convencido à força, foi; dificuldades, foi, foi... Não conseguimos avançar.

Então, esse não conseguir avançar fez com que, realmente, nós recomeçássemos novamente a discussão.

E, quando eu fui convidado – primeiramente, quero agradecer –, eu pensei o seguinte: "Bom, vamos poder recomeçar mais um ciclo para nós sentarmos". Então, eu fiz esse breve levantamento de passado, porque eu sei, Senador Romário, o quanto V. Exa. terá de dificuldades em relação a trabalhar isso na profissionalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN (Para expor.) – A questão é que, a todo momento, barrava-se numa situação assim, ó... A CBF é uma entidade privada; a CBF não recebe recursos públicos desde a antiga... Na última vez, ainda ela era CBD e tinha Manoel Gomes Tubino como presidente. Ela não recebe! Como que nós vamos legislar sobre uma ação que é como você chegar para uma empresa e falar: "Olha, a partir de agora, você tem que fazer isso, fazer isso, fazer isso, fazer isso"? Então, barrava sempre nessa dificuldade. Então, o senhor vai encontrar isso, vai encontrar essa dificuldade e tem, sem dúvida, mas sem dúvida, pela frente um caminho muito forte. Tentamos desde 2015.

Inclusive, nessa lei...

Eu ouvi, quando a gente senta primeiro aqui, respeitosamente, Senador Kajuru, o senhor falando que existe, sim, corrupção. Eu falo que a arbitragem é dos meios...

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN (Para expor.) – Se puder me acrescentar um tempo aqui, para que eu possa dar continuidade, eu agradeço.

De todos os meios em que eu trabalhei, de todas as situações em que eu tive a oportunidade de trabalhar, o meio acadêmico... Eu falo que eu consegui ter a minha formação acadêmica – e vendo o Daronco falar – junto à Unicamp e fazer o meu mestrado, fazer o meu doutorado lá, porque eu era um árbitro profissional. Então, eu me dava o direito de dizer para a CBF: "Eu não quero ser escalado no meio de semana porque eu tenho que estudar, eu tenho meus compromissos nos meus créditos de mestrado, de doutorado; eu tenho que cumprir a minha dissertação, a minha tese aqui". Então, final de semana, eu usava isso para poder me manter.

Então, eu devo muito ao futebol, muito à arbitragem, e é o meio mais íntegro e honesto onde eu já trabalhei. Eu falo assim: a opinião a gente respeita, mas é o local mais íntegro de todos os meios em que eu tive a oportunidade de trabalhar, seja na vida acadêmica, seja dentro da política, dentro desta Casa, desse sistema bicameral, Câmara dos Deputados e Senado, o mais íntegro em que eu já trabalhei. E falo isso... Não estou mais no meio; não faço parte da Federação Paranaense de Futebol, que é a minha casa; não faço parte da CBF... Inclusive, devo uma visita há muito tempo.

Olha, eu não visito a CBF há mais de cinco anos. Então, eu me sinto muito à vontade, muito livre para poder falar isso. Não milito em nenhum meio nesse sentido.

Então, agora, nós temos que ter em mente que o árbitro não pode ser, ele não deve ser – em determinados momentos aqui eu falo – o mordomo do filme de terror. O que é o mordomo do filme de terror? Houve um crime na mansão; o primeiro suspeito é o mordomo. Houve uma situação, o primeiro é o árbitro.

E nós fomos, na Medida do Provisória 846, Senador Romário e Senador Kajuru, nós tivemos a oportunidade... eu fui a Macau, eu fui a Hong Kong, eu fui a Las Vegas, fui a Montevidéu, nós fomos tentar entender como funcionava – à ilha de Malta –, como funcionava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN – ... esse sistema dos jogos.

E nós fomos bloqueando para que as empresas não tivessem, para que não tivéssemos os problemas nos condutores, que fossem os árbitros, regulando tudo. Mas nós não conseguimos bloquear o quê? O humano.

Hoje não tem nenhuma situação voltada para os árbitros. As casas de apostas que temos, pela Lei nº 13.756, são vítimas dos humanos dentro de campo na manipulação de resultados. Então, são vítimas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu quero dizer – fechando já a minha fala, e agradecendo até – que nós tivemos a oportunidade... Eu falo que nós vamos conseguir em determinado momento isso aqui, mas tem que ser muito bem discutido com a iniciativa privada que conduz o futebol chamada CBF. E, numa boa, eu tenho certeza de que o Presidente Ednaldo... Não converso com o Ednaldo há mais de dez anos, mas eu tenho certeza de que o Presidente Ednaldo está aberto, mas encontrar um meio... A saída que foi dada da distribuição dos 18%, que veio para cá, talvez seja uma. Mas quero dizer que é um meio que requer, não só – encerrando, Senador Romário – num momento como esse, de repente, em que a arbitragem aflora por algum problema aqui, uma situação ali, eu entendo, mas que ela seja permanente.

Só que, à medida em que V. Exa. conseguir avançar sobre – isso eu passei – a regulamentação do árbitro de futebol, todas as demais modalidades vão lhe procurar também. E aí, volto a falar: quem faz o Pix? Como pagar? Como remunerar? Trata-se de iniciativas privadas. Algumas federações recebem, mas a Confederação Brasileira não recebe recursos públicos.

Então, eu deixo aqui a minha contribuição com um pouco do histórico do que nós vivemos até agora dentro da casa. Orgulho-me muito de ter sido árbitro durante esses 23 anos da minha carreira. Hoje, não estou mais na arbitragem, não estou mais no futebol. Na política ainda acabo militando um pouco, mas quero dizer que nós temos um bom trabalho pela frente, mas é unânime entre todos nós: é necessária, sim, a profissionalização. Como encaixar, isso agora eu tenho a certeza de que está nas mãos do senhor, Presidente Romário, com a força que o senhor tem como Senador e como ídolo que é do futebol, acho que o senhor vai poder contribuir muito, o Senador Kajuru da mesma forma, sempre uma pessoa voltada como um cronista, um jornalista esportivo, hoje, como Senador; vocês poderão auxiliar muito para que isso realmente ocorra.

Meu muito obrigado. Obrigado pelo convite. Obrigado realmente por poder ter a oportunidade de rever vários amigos meus que estão aqui, da arbitragem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Evandro Rogério Roman.

Com a palavra agora o Sr. Rodrigo Darbilly, Assessor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

O SR. RODRIGO DARBILLY (Para expor.) – Bom dia a todos e todas.

Primeiro, saúdo o Senador Romário, Presidente; o Senador Kajuru, Vice-Presidente desta Comissão de Esporte, na pessoa de quem eu agradeço a deferência por ter possibilitado a participação da CBF nesta audiência pública tão relevante para o futebol brasileiro e, até como o Deputado Evandro Roman mencionou, não somente para o futebol, porque a questão da arbitragem também passa por todas as outras modalidades esportivas que temos em nosso país,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e até o projeto em si, aqui, trata, engloba a profissão da arbitragem como um todo, e não algo específico para o futebol propriamente, mas é óbvio, pela relevância do futebol, por todos os recursos que giram em torno dele, que é essencial, sim, até um debate mais aprofundado dedicado ao futebol e, em paralelo, também algo dedicado para as outras modalidades esportivas, atendendo as especificidades de cada uma delas.

Em nome do Presidente Ednaldo, mais uma vez agradeço esta oportunidade e reitero o compromisso assumido pelo Presidente Ednaldo em sua eleição de, de fato, purificar e mudar os rumos da CBF, abrir a casa ao diálogo para todas as autoridades sempre, e é exatamente em função disso que estou aqui representando o Presidente Ednaldo e mais uma vez colocando a casa à disposição deste debate. A CBF está totalmente aberta a debater a profissionalização dos árbitros, é essencial, é fundamental e, como já foi ressaltado aqui por todos anteriormente, entendo também essencial a criação desse grupo de trabalho envolvendo pessoas do Ministério do Trabalho, Parlamentares, presidentes de federações, é importante trazer as federações a este debate porque a vida do árbitro se inicia e o vínculo principal dele é com a federação inicialmente, então é extremamente relevante que as federações sejam trazidas para este debate.

Quero apenas destacar, para que a gente possa prosseguir com o debate, que a CBF, na gestão do Presidente Ednaldo, vem investindo e tentando, da melhor forma, possibilitar todas as ferramentas possíveis para que o árbitro tenha um trabalho mais seguro, que ele possa ter melhores meios para executar o seu trabalho. Dentre essas questões, eu posso aqui destacar que hoje em dia a CBF tem, por exemplo, a aplicação do VAR em praticamente mil jogos. Acho que é a única entidade no mundo que tem aplicação do VAR nas Séries A, B, C, D, tem aplicação no campeonato feminino, Copa do Brasil, enfim, em praticamente todas as suas competições.

Além disso, eu também destaco aqui o trabalho do Seneme, que vem brilhantemente conduzindo a Comissão de Arbitragem da CBF. Há um trabalho muito forte que talvez muitos não saibam, há uma análise, cada árbitro tem uma análise de integridade para fazer parte dos quadros da CBF. Não é qualquer árbitro que consegue fazer parte, há toda uma investigação da vida pessoal para saber exatamente as especifidades de cada um, os problemas de cada um, exatamente para que possa ter esse trabalho de integridade, como já foi dito aqui, para que a gente não tenha absolutamente nenhum caso noticiado envolvendo algum tipo de participação de árbitro em manipulação de resultado.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, estou à disposição para as perguntas, para esclarecer o que V. Exa. e os demais debatedores entenderem necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Rodrigo Darbilly.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora ao Sr. Marcelo Van Gasse, Presidente da Associação Brasileira de Árbitros de Futebol (Abrafut).

O SR. MARCELO VAN GASSE (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

A V. Exa., Senador Romário, obrigado pela oportunidade. Senador Kajuru também, obrigado por esta oportunidade de estar...

Eu estou vendo, aqui no plenário, os meus árbitros associados lá no fundo, o que é uma conquista recente de nós árbitros. A gente fez essa associação tem cerca de quatro meses. E dos 706 árbitros que o Presidente Seneme colocou aqui, nós temos quase 500 associados, em pouco tempo, com a nossa credibilidade, como o Daronco falou. O Daronco tem 20, eu estou um pouco mais velho que o Daronco, tenho quase 25 anos de arbitragem.

E vendo vocês falando aqui, é claro que a Abrafut está a favor de o árbitro ser profissional, porque a gente passa por todos os estágios. Eu iniciei na arbitragem no ano de 1999, querendo fazer um jogo do meu campeonato local, que é no Estado de São Paulo. E cheguei a duas Copas do Mundo. Fomos fazer duas Copas do Mundo, 2014 e 2018.

E tenho certeza de que o meu caminho poderia ter sido mais fácil se, lá atrás, a gente tivesse uma condição melhor de trabalho. A gente poderia ter muito mais, Anderson Daronco, muito mais árbitros de elite, se o caminho tivesse sido facilitado.

Mas a minha associação hoje, a Abrafut, está aqui para ficar do lado da arbitragem. A gente só se lembra do árbitro quando tem um problema nos jogos. A gente está cansado de ser lembrado só nesse sentido. A gente está querendo um investimento para nossa categoria, o que eu acho que é muito justo, porque a gente vive num mundo, no entorno do futebol, e a nossa categoria ainda continua, diria, amadora, e no meio de tantos investimentos.

Então, falando pela minha associação, que foi criada nesse sentido de dar a humanização para o árbitro de futebol, que é um ser humano, que acerta, que erra, a gente quer, através da nossa associação, buscar o respeito para a nossa categoria. Eu tenho falado muito isso na imprensa, porque todo mundo vai lá e fala do árbitro, lembra do árbitro, mas esquece que o árbitro é um pai de família, que o árbitro tem filho no colégio, que o árbitro tramita pela sociedade normalmente. Quando ele tem um erro de arbitragem, ele não pode nem sair de casa – não pode nem sair de casa –, porque a gente sabe o que vai acontecer aí fora.

Então, nesse sentido, a minha associação, a associação dos árbitros que estão aqui... E eu agradeço a confiabilidade, a confiança, porque, por ser uma associação nova, que a CBF reconheceu na semana passada como a que representa realmente os árbitros, eu queria agradecer ao Presidente Ednaldo pela confiança, porque em tão pouco tempo, a gente conquistou coisas que eram o sonho dos árbitros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente Romário, trabalhei em jogo, porque eu sou árbitro há quase 25 anos, trabalhei em jogo, e você foi um atleta de excelência, um atleta que não reclamava com a arbitragem, que deixava o ambiente tranquilo para o árbitro trabalhar. Porque hoje em dia, a pressão que a gente sofre no campo de jogo é uma pressão enorme. A gente toma cerca de 200 decisões num campo de jogo. E uma decisão que é errada, o mundo cai em cima do árbitro. E aí, os clubes, um direito que eles acham que têm, de tirar o foco dos problemas que se passaram durante o jogo, repassam para quem? Para o árbitro de futebol, que nem profissional é.

Então, eu venho aqui também em favor desse grupo de trabalho futuro aí e me coloco à disposição para isso. Entendeu?

Eu tenho escutado muito meus árbitros. A gente está nessa luta aí, diária, de prestar o melhor serviço para o futebol, o que é muito justo, é muito justo, e a gente veio aqui para isso. E, principalmente, para ter o respeito do meio que a gente trabalha, porque, sem esse respeito, a gente não vai chegar a lugar nenhum.

Ficar colocando em desconfiança o árbitro de futebol, que, desde quando eu comecei, eu tenho que tirar todas as coisas morais, como você falou aqui, Rodrigo, de integridade, o meu nada-consta... Eu tenho que provar que eu não tenho nada com o SPC, eu tenho provar que eu não tenho nada no Serasa... Coisas que só o árbitro de futebol faz.

Então, quando eu sou aceito lá pela minha federação, anualmente, eu passo por um crivo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO VAN GASSE – ... um crivo de honestidade. E, como o Rogério Roman falou aqui, eu assino embaixo o que ele falou: a nossa classe, a nossa classe é uma classe honesta; é uma classe honesta. E eu tramito pelo futebol há 20 anos. No meu vestiário, eu nunca vi nada de anormal. Erramos e acertamos como qualquer profissional, como qualquer profissional, só que o nosso erro é posto perante a mídia como uma situação de "ah, será que está pra cá, será que está pra lá, situação desfavorável ao árbitro, né...". Isso a gente não quer mais.

Por isso eu venho agradecer, Senador, pela oportunidade e, principalmente, pela sua iniciativa de criar essa situação, que já vem de tempos atrás, e eu também, o meu sonho, da minha associação, é que o árbitro seja profissional, e eu acho que um dia vai ser e espero que V. Exa., Senador, consiga – não é, Kajuru? –, nesse sentido... E quem sabe eu ainda possa ver isso como um atuante no futebol, porque eu não sei se vou ficar mais dois, três anos. Eu acho que eu gosto do que faço... Que eu possa ver isso aí ainda atuando. Está bom?

Então, estou à disposição. Muito obrigado pela oportunidade, e estou à disposição. Está bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Marcelo Van Gasse, e quero dizer que eu também aqui quero corroborar a fala de todos vocês em relação à honestidade da profissão, vamos dizer assim, de vocês.

Eu tive a oportunidade de jogar futebol – vamos falar profissionalmente – dos 20 aos 41 anos e eu, realmente... Assim como eu já errei e muitos outros jogadores também erraram, durante o jogo, muitos dos árbitros também já erraram, mas eu sempre entendi que nunca foi em relação a um erro intencional. Nunca tive... Nunca presenciei nenhum tipo de sacanagem – desculpem a expressão – ou até corrupção em relação aos erros que aconteceram ao longo desses anos.

Então, quero aproveitar a oportunidade, publicamente, e parabenizar vocês por tudo que vocês fizeram, fazem e vão continuar fazendo pelo futebol, que vocês têm uma importância e uma relevância muito grande.

Senador Kajuru, alguma pergunta?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não. Prefiro que, agora, o Presidente comece.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

A minha primeira pergunta vai para o Sr. Rodrigo Darbilly.

Sr. Rodrigo, eu fiz uma pergunta ao Seneme e eu queria perguntar também ao senhor: na concepção do senhor, o senhor também entende e enxerga que a CBF poderá vir a ser também uma fonte pagadora, a partir do momento em que se profissionalizar essa profissão de árbitro?

O SR. RODRIGO DARBILLY (Para expor.) – Senador, certamente essa discussão vai envolver todos os entes, como eu já disse, e, obviamente, a CBF tem totais condições de gerar algum tipo de recurso para investir na profissionalização. Ela é totalmente interessada em que a arbitragem seja cada vez mais profissional, melhor, e que a gente possa cada vez...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ela é agora, não é? Porque ela nunca foi, não. Ela só existiu para enriquecer os presidentes.

O SR. RODRIGO DARBILLY – Senador, Kajuru, eu trabalho na CBF, com a CBF, sou Assessor Jurídico da Presidência desde o Presidente Ednaldo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Desse você pode falar bem.

O SR. RODRIGO DARBILLY – Então, assim, eu posso lhe falar com absoluta tranquilidade desde que o Presidente Ednaldo está lá até agora. Isso eu posso lhe garantir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Mas a pergunta do Romário...

O SR. RODRIGO DARBILLY – Não, não. Sim, a CBF tem, tem sim...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Foi respondida.

Ao Rogério Roman: Rogério, definitivamente... Quando você era Deputado aqui, a gente chegou a conversar umas duas, três vezes sobre esse tema. Só para entender: você, definitivamente, também é a favor da profissionalização do árbitro?

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN (Para expor.) – Tranquilo.

Primeiramente, quero dizer, até acabei esquecendo, que, na lei do Profut, em agosto de 2015, o Senador Romário, juntamente com o Deputado Deley, nos auxiliaram muito para que nós pudéssemos colocar esse artigo dentro da lei do Profut. Foi muito, muito importante. E eu falo assim: ela é, ela será um divisor de águas, porque vai dar toda a tranquilidade.

Ouvindo o Daronco falar aqui, Senador Romário e Kajuru, sobre a questão de você ir para o jogo, quando chega dezembro, até não começar o estadual, até não começar, você fica ali... E aí? Você trabalha com as economias que você fez? Você vai segurando? Como é que fica o aluguel, o condomínio, a luz, a água, as coisas com que você vai vivendo, a escola dos filhos? Elas vão continuando. E o árbitro para, praticamente para a sua arrecadação no mês de dezembro, no mês de janeiro inteirinho, e é o período em que ele faz os testes, em que ele investe. Então, isso vai dar tranquilidade.

Acho que minimizar os erros, já estão sendo minimizados, o VAR veio, tem as suas dificuldades, a calibragem está sendo feita no mundo – pode ver –, mas estão diminuindo. Agora, isso vai dar tranquilidade para o árbitro.

Então, sim, a profissionalização trará para a arbitragem, para aquele grupo, para aquela estrutura que vai trabalhar, principalmente nos jogos que envolvem milhões e milhões, desde folha de pagamento, patrocínios, enfim, interesses que se têm, uma segurança e uma tranquilidade para o árbitro ir para essa partida mais solto e fazer ali, realmente, o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Para finalizar as minhas perguntas, eu vou perguntar ao Sr. Marcelo Van Gasse: como a Abrafut enxerga o atual momento da arbitragem brasileira, especialmente após as mudanças implementadas por meio de árbitro assistente, ou seja, do VAR? Quais os novos desafios para a categoria a partir dessas tecnologias adotadas?

O SR. MARCELO VAN GASSE (Para expor.) – É muito boa a pergunta, Senador. Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vive um bom momento... Eu sei que... Não é que é difícil falar, mas eu acho que o meu sentimento com os árbitros é de que a gente vive um bom momento de arbitragem, porque eu estava conversando com eles um tempo atrás... Acabei de até agradecer ao Presidente Seneme, porque, na verdade, ele ficou seis, sete anos na Conmebol como Presidente, estava em alto nível, e o Presidente Ednaldo teve a coragem de contratar um Presidente de Comissão de Arbitragem sério, honesto e com todas as qualidades para ser um gestor de arbitragem.

E, nessa contratação, na verdade, quando chegou na CBF, ele implantou o trabalho que ele viu em nível FIFA. Então, a cobrança que a gente tem hoje em dia de prestação de serviço é nível FIFA. A gente, quando chega no campo de jogo, se você olhar um jogo europeu, olhar um jogo aqui no Campeonato Brasileiro, apesar do distanciamento de Europa e Brasil, a gente, quando chega no campo de futebol, faz as mesmas coisas que um árbitro europeu faz. Então, a gente costuma muito comparar a arbitragem nossa com a arbitragem europeia, mas também esquece que, quando você entra em um campo de jogo na Europa, os jogadores, o entorno do árbitro é muito mais tranquilo. O árbitro tem que gerir muitas situações no campo de jogo, o que não seria preciso. Ele poderia ter uma *performance* aqui no Brasil ainda melhor se tivesse tranquilidade para apitar. Se não tivesse aqueles bolinhos normalmente de jogadores, de pressão, ele certamente teria uma qualidade melhor no jogo.

Então, o investimento que é feito hoje na CBF é um investimento muito maior do que tempos atrás, porque eu passei por todos os períodos. Eu acho que a gente vive um bom momento, sim. A implantação do VAR é uma segurança para o produto futebol, não só para o árbitro. O VAR veio para o produto futebol, que é o que a gente aqui está discutindo. É o que a imprensa, é o que os jogadores, é o que os treinadores... A gente vive do produto futebol. E quando algum jogador chega lá na televisão e profere algumas palavras de desconfiança, ele está esquecendo que ele está perdendo um pouquinho do produto. Quando o meu filho quer assistir – eu tenho um filho de 14 anos – ao campeonato europeu, não sei, campeonato francês, campeonato espanhol, a gente está perdendo uma fonte de visualização, porque a gente põe em desconfiança o nosso próprio produto. É isso que eu não entendo. Quando um jogador ou um treinador chega e profere palavras que normalmente estão erradas, eu sei que é difícil, que ali está todo mundo com sangue quente e tal, mas ele tem que lembrar que todo mundo vive do mesmo produto. E a gente não pode desmerecer o nosso produto.

O Romário, o Senador Romário, jogando como atleta de alto nível pelo mundo, fez muito bem, fez muito bem. Ele, na verdade, quando jogava, queria excelência. E o árbitro também, quando entra no campo de jogo, eu te garanto, ele quer excelência. Ele não quer chegar lá em casa... porque quando eu erro eu tenho um problema. Eu já tive vários erros na minha carreira, eu tenho 25 anos de carreira. E eu chego na minha casa, cara, essa cobrança comigo mesmo, eu falo: "Puxa, como é que foi passar aquilo?". Porque eu sou um ser humano. As pessoas que convivem com o mundo do futebol têm que entender que o árbitro é um ser humano. E o erro faz parte do jogo, gente. Senão todo jogo terminaria zero a zero. A aceitação para com o árbitro que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é o problema. Isso não existe. A gente tem que começar a mudar isso e entender que o produto futebol precisa melhorar, Senador.

Então, eu estou à disposição, mais uma vez, com a nossa associação, para chegar nesse ponto final, viu?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Van Gasse.

Kajuru, por favor, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Bom, para encerrar, da minha parte, Presidente e meu irmão Romário. Primeiro, o Sr. Seneme está aqui ainda? Está. É que eu me lembro é que o senhor fez uma boa citação aqui do árbitro de futebol, que já houve época, não sei se ainda há, em que ele apitava futebol e durante a semana ele era servidor público, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então eu vou contar uma história rápida para o senhor.

Lá em Goiás, onde eu trabalhei muito com a equipe Feras do Kajuru e Rádio K do Brasil, tinha um árbitro que trabalhava no governo durante a semana, e o Governador era dono de um time do interior, o da Jataiense. Esse time não perdia nunca, Seneme! (*Risos.*)

Esse time não perdia nunca, Presidente Romário. Era terrível! Era pênalti aos 44 minutos e tudo. Então, o senhor tem toda razão.

E aquela pergunta que eu fiz do árbitro não ter um segundo emprego e ser bem qualificado e bem valorizado...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Pela ordem, Presidente. Posso comentar algo ou não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – É só para não ficar associado à minha pessoa, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, não ficou!

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É, não ficou mesmo!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Até porque você não é de Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não ficou mesmo, não ficou mesmo! Espero que não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas você entendeu o que eu quis dizer, não é? É que isso, infelizmente, já aconteceu. A gente não pode dizer que nunca um árbitro que trabalhasse em governo e apitava jogo de futebol...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Assim como Senadores, Presidentes da República...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qualquer um!

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... árbitros, jogadores, técnicos, como em qualquer função onde exista um ser humano.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Porque o problema é um Governador virar dono de time de futebol. Também é algo muito estranho, não é?

O SR. MARCELO VAN GASSE – Pela ordem, Senador. Posso tocar nesse assunto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não.

O SR. MARCELO VAN GASSE (Para expor.) – É ruim a gente escutar isso, porque veio aqui ao sangue, e o sangue da gente um pouco esquenta, pois a gente sabe o quanto é difícil chegar ao alto nível no futebol. É muito difícil, gente. Eu tenho esposa, eu tenho dois filhos, eu não tenho final de semana – eu não tenho final de semana! –, eu não posso ter um aniversário, os aniversários têm que ser segunda-feira, porque eu, por escolha própria, resolvi ser árbitro de futebol. E os jogos são em finais de semana, são na quarta-feira; as viagens são extremamente longas, porque o Brasil é grande. E escutar isso, Senador, para a gente... Cara, é o que eu falei: o sangue vem fervendo. Gente boa e gente ruim têm em todos os lugares...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em todos os lugares.

O SR. MARCELO VAN GASSE – ... e em todos os setores – em todos os setores! E a pessoa que tem caráter, ética, que aprende lá no berço o que a gente aprendeu lá no berço, no seio da minha família, com meus pais, a quem eu agradeço muito... E eu quero ser exemplo para os meus filhos. Quando você toca nesse assunto, para mim, é inacreditável, porque eu ajo sempre com correção, com ética e com caráter – e com caráter! E aí eu venho aqui, em defesa dos meus árbitros, em defesa dos meus árbitros, dizer que a nossa classe... Eu venho dizer, mais uma vez, que a nossa classe é uma das melhores classes do futebol! Eu lhe dou certeza disso. Agora, se alguém resolve ir para outros lados, isso tem em qualquer lugar! Eles que paguem! A gente não pode...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nesse caso, pagou. Ele foi expulso da arbitragem.

O SR. MARCELO VAN GASSE – Corretíssimo! E eu assinaria embaixo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele foi condenado.

O SR. MARCELO VAN GASSE – Perfeito, perfeito!

Eu só queria... É porque eu sinto a mesma coisa que o Presidente Seneme. Ter esse tipo de... Eu entendo você, você é um Senador, você tem esse direito, mas a gente também tem o direito de se defender. Então, a gente está à disposição, mais uma vez, para qualquer pauta no sentido de arbitragem. A gente veio aqui para isso. Eu lhe agradeço muito, mais uma vez, por esta oportunidade de estar aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro! Acontece que eu fui jornalista esportivo por 45 anos. Então, eu vi muita coisa errada na arbitragem brasileira e denunciei. Inclusive, eu fiz parte da denúncia da máfia da loteria esportiva, da máfia do apito. E, quanto à máfia do apito, também se puniu; alguns árbitros pararam de apitar. Então, algum tipo de suspensão tiveram. Essa é a realidade, isso a gente não pode negar, assim como, na nossa profissão, a gente não pode chegar aqui e dizer: "Não, na nossa profissão, todo mundo é honesto". Não tem como dizer isso. A gente sabe aqui, a gente convive aqui, tanto o Romário como eu, e a gente vê coisas aqui com que a gente não concorda evidentemente e que nos entristecem.

A última pergunta minha é a seguinte. O Romário tocou na palavra VAR. Quem aqui pode responder para mim a pergunta simples: vocês confiam cegamente no VAR? Quem quiser responder, por favor.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Eu acredito que a melhor resposta quem tem que dar é um árbitro atuante, que trabalha com a ferramenta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Por isso, eu estou colocando à disposição de quem quiser.

O SR. ANDERSON DARONCO (Para expor.) – Em primeiro lugar, eu vou compartilhar da indignação do Marcelo Van Gasse e do Presidente Seneme também. A arbitragem brasileira não pode pagar eternamente pelo que aconteceu em 2005. Eu acho que a arbitragem aprendeu com esse erro e soube conviver com ele. Eu já era árbitro atuante nessa época, e como feria, quando ia para um campo de jogo, você escutar pelo crime de alguém. Só que a gente não precisa mais disso. A gente tem que crescer. A gente tem que olhar para frente. Olhar para trás só no sentido daquilo que a gente não quer repetir, e a gente não repete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, sim, eu acredito plenamente na questão da ferramenta do VAR. Eu faço parte de um grupo de árbitros que está na implementação do VAR desde quando ele começou na Conmebol, quando o Seneme era Presidente – acho que em 2017, se não me engano.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Em 2017.

O SR. ANDERSON DARONCO – Em 2017. E foi-nos dada uma responsabilidade muito grande, lembrando que naquela época a gente foi familiarizado com o VAR em competições internacionais. Apresentou-se uma ideia e, daqui a pouco, se pensa que o VAR – vou utilizar um ditado gaúcho daqui a pouco – é a salvação da lavoura. Sim, ele é. Eventualmente, daqui a pouco, pode acontecer um equívoco, pela nossa natureza humana também.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aconteceu agora na última vez, lembra? Um funcionário foi até punido, não é? No jogo Grêmio e Corinthians.

O SR. ANDERSON DARONCO – Sim, vão acontecer equívocos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Equívocos, não; erros.

O SR. ANDERSON DARONCO – Erros, é um erro. Assim como um cidadão, um advogado, daqui a pouco, esquece uma letra num relatório, assim como V. Sa. pode se esquecer de uma letra, de uma frase em algum documento, o árbitro também pode se equivocar no jogo, cometer um erro, um erro de interpretação. Não existe erro de desconhecimento de regra e, sim, de interpretação. Interpretou errado ou viu errado, pois não estava bem posicionado. O cidadão, o colega que está no VAR também pode estar num dia em que poderia não estar trabalhando, no sentido de que, às vezes, não dá certo. É aquele dia em que a gente diz assim: "Não, hoje eu deveria ter ficado em casa". Isso acontece com todo mundo, em qualquer profissão, mas eu acredito, sim, plenamente na ferramenta, eu acredito nos meus colegas.

A gente ainda... Se for pegar, desde essa implementação, em 2017, o quanto a arbitragem brasileira já evoluiu com o uso desta ferramenta... A gente teve que aprender o seu manuseio e a sua aplicabilidade. Foi como se dessem para um piloto de avião um avião no ar e dissessem assim: "Agora, meu querido, pilota isso daí". Foi basicamente assim que aconteceu com a arbitragem, pelo clamor popular que se tinha, de torcedores, de imprensa, no sentido de melhoria. Como o Marcelo falou, o VAR não veio para o árbitro; o VAR veio para o futebol. O árbitro se tornou apenas um aplicador dessa ferramenta, alguém que a manuseia. E a gente cresceu muito com isso.

Se o senhor me perguntar: há espaço pra gente crescer mais? É óbvio, mas, se olharmos para trás... Hoje, em 2023, estamos melhores que em 2022, melhores que em 2021. E, a cada ano, a gente vai crescendo. A partir do momento em que novas gerações de árbitros vão surgindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já de posse dessa ferramenta – sem dúvida, esse é um processo de médio e longo prazo, em que a gente consegue fazer um milagre, de acordo com a nossa capacidade do ser humano árbitro e também com a capacidade das nossas gestões aqui capitaneadas pelo Seneme –, a gente consegue entregar ainda assim um excelente produto.

O senhor há pouco se referiu a um erro num universo de quantos jogos? Se a gente pegar isso percentualmente – eu acho que o Seneme pode falar sobre isso de uma forma mais contundente –, a quantidade de equívocos que a arbitragem comete sobre o número de jogos totais de um campeonato brasileiro é muito pequena. E isso...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Bem pequena mesmo?

O SR. ANDERSON DARONCO – A gente sabe que, em algum momento ou outro, um erro pode impactar, e infelizmente isso acontece.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas o senhor concorda com o fato de que, mesmo pequeno, um erro pode levar um time ao rebaixamento?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Posso tomar a palavra, Presidente?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perde três pontos! Como faz?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Pela ordem, posso tomar a palavra? Porque eu tenho alguma experiência nisso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, claro.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Rapidamente para não...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O debate faz parte.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Isso. É para não deixar... A bola que está pingando na minha frente, e eu tenho que chutar, não é?

Nós tivemos duas finais de Copa do Brasil, e ninguém fala delas. Foram duas finais de Copa do Brasil, com eventos espetaculares, grandiosos, em que a arbitragem cumpriu seu papel. Está aqui o Anderson Daronco, que foi o que trabalhou com a sua equipe no primeiro jogo no Maracanã. E houve o jogo da volta agora. Elas valiam milhões, e ninguém falou em arbitragem.

Aqui, mais uma vez, na minha humilde visão, nós estamos perpetuando uma jogada, e foram milhões ao longo do futebol mundial. Um clube de futebol tem que pôr na conta dele, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

final do campeonato, o erro de árbitro. O investimento de um clube de futebol passa pela contratação de jogadores, contratação de comissão técnica, previsão de lesões, previsão de venda de jogadores e compra de jogadores, troca de treinadores ou não e erros de arbitragem eventuais que podem ocorrer. Essa margem tem que ser superada pelos atletas dentro do campo de jogo, até porque um erro de arbitragem, especificamente, não é para um único clube. Eu passei dados, na semana passada, aqui, de que, em mais de 250 jogos até hoje no campeonato nacional da Série A, foram 32 reclamações de arbitragem, e não foi verdadeiro que era para clube A ou clube B. A distribuição era para o clube que tem 40 milhões de torcedores ou para o clube que tem 2 milhões de torcedores. Não existe essa...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Flamengo e América.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É, Flamengo, América, Cuiabá...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cinco cada um.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Exatamente, Presidente. Exatamente esse número. Eu o tenho aqui ainda.

Isso vai fazer parte do esporte. É impossível zerar! Isso não é *videogame*. Nós não vamos zerar o jogo. E tem que estar contabilizado, quando você organiza um clube e você se determina a ser campeão de uma competição, que o árbitro pode acertar ou errar. E a superação do atleta... Eu tenho certeza de que, quando eu estou falando aqui, o Romário sabe bem do que eu estou falando, porque em quantos jogos o árbitro errou ao não marcar um pênalti, e o Romário foi lá e fez três gols e superou?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muitos. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí, Seneme, você está brincando! Você quer colocar o Romário nessa comparação?! Por favor!

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Mas isso é o esporte. Vai...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele deixou a bola quicando, não é? (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Deixou a bolinha quicando. (*Risos.*)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Futevôlei. Deixei...

Na verdade, vai fazer parte de qualquer esporte, não só do futebol. Há o erro do árbitro de voleibol, o erro do árbitro... Quantos tenistas quebram raquetes em função de erro de um árbitro? Em futebol profissional, jogo da NBA, com três árbitros, NBA, basquete profissional... Quantas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reclamações existem de arbitragem na NBA? Na Fórmula 1, quantos recursos ocorrem após a corrida de Fórmula 1 por um erro específico, por uma interpretação de um *pit stop* ou não! É o esporte! O árbitro é atleta, o árbitro não é robô, não é máquina. Isso vai fazer parte, por favor! Não perpetuemos situações esporádicas e mínimas que ocorreram, sim. Elas são graves, pontualmente? São. Vão ser trabalhadas para melhorar? Sim, mas nenhum clube vai ser rebaixado por um erro específico de árbitro; um clube vai ser rebaixado ou vai ser campeão de um campeonato por tudo o que ele fez ou deixou de fazer! Essa é a realidade, essa é a verdade, para quem é esportista e sabe do que eu estou falando.

Ah, Senador Kajuru, dói no coração? Dói, quando um árbitro erra. Nós vamos trabalhar, estamos trabalhando para melhorar. E isto é um avanço! A gente estar sentado debatendo arbitragem é um sonho da categoria! Árbitro estar debatendo isso, Presidente Romário, é um sonho! E mais um sonho ainda é ter um ex-atleta de alto nível como o senhor à frente disso, porque, quando eu falo aqui, quando o Evandro Roman fala, o Marcelo Van Gasse, o Anderson Daronco, o Índio fala, a gente sabe que a gente está sendo identificado. O *bluetooth* está ligado, porque é um *bluetooth* de esportista, que sabe o quanto é difícil acertar e errar dentro de um campo de jogo.

Não vou me estender mais, porque acho que eu me empolguei um pouco na minha explanação. (*Risos.*)

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN – Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só uma curiosidade, rapidamente, Roman.

É um trio ou é um quarteto que faz parte do VAR?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Ele pode ser desde uma dupla até um quarteto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa dupla ou quarteto também está abaixo da sua comissão?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim, sim. Eles são treinados...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eles são única e exclusivamente para ficarem ali? Ou eles também são árbitros...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eles são árbitros formados. Alguns preferiram, por preferência... É porque a gente deu opção, neste último ano: se ele queria seguir a carreira dupla, entre campo e cabine, ou se ele queria simplesmente ser cabine para se especializar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem-se demonstrado, Presidente Romário, que quanto mais ele se especializa na função, quanto mais ele está dentro da cabine, melhora o seu rendimento; quanto mais ele alterna campo e cabine, menos desenvolvido ele se torna.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os senhores entendem que esses profissionais do VAR têm vida longa, ou seja, o VAR continuará para sempre o futebol?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não há dúvida para mim de que o VAR veio para ficar. Basta olharmos um jogo profissional sem VAR. É uma Ferrari sem seguro. Hoje em dia, o benefício é extremamente maior do que eventuais prejuízos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Antes da fala do Sr. Rogério Roman, eu queria agradecer aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só um minuto, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, pois não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... a alguns árbitros presentes: a Sra. Isabela Vivas, os Srs. Marrubson Melo Freitas, Rodrigo Paulino de Souza, Raimundo Nonato Lopo de Abreu, Daniel Henrique, Rodrigo Raposo, Maguielson Lima Barbosa, Lucas Modesto, Kinberlyn Morais, Milton Alves, Lucas Guerra, Marconi Souza, Pedro Alves, Maricleber Gois, Evandro Ferreira e Brehmer Souza.

Inclusive, apesar de os senhores não estarem participando diretamente aqui da mesa, se quiserem participar de alguma forma, fazer algum comentário, fazer alguma pergunta ou responder alguma coisa, podem ficar à vontade, pois esta Comissão aqui é democrática.

Sr. Roman, por favor.

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN (Para expor.) – É só para fazer um breve comentário sobre essa questão do VAR. E, também não querendo pôr panos quentes, mas eu entendi muito bem o Seneme. E falo não querendo pôr panos quentes na colocação do Senador Kajuru, porque nós temos, Senador Kajuru – nós da velha guarda, embora eu não esteja mais atuando –, uma ferida aberta dentro do coração e da reputação da arbitragem por aquilo que ocorreu em 2005. Então, essa ferida abre. Pode ver que, quando citam alguma coisa assim, nós reagimos. Por quê? Porque aquilo foram casos isolados, que mancharam todo um quadro. E eu entendo V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa. e, repito, não quero pôr panos quentes. E vou lhe dizer, Seneme, sabe por quê? Quando eu deixei de ser árbitro em 2013, eu era Secretário de Esporte e Turismo do Paraná. E, com aquilo, eu fui me despindo de pensar como árbitro, fui me despindo daquela função, mas muitas vezes eu me pegava, já como Deputado aqui em 2017, em 2018... E, quando eu via, eu estava... Então, eu ia me despindo. Então, eu tenho certeza de que, quando o Senador Kajuru fez o comentário agora aqui, o *chip* do jornalismo está ativado ainda, porque ele não sai... Volta e meia, eu me pego hoje, dez anos que eu parei... Esse *chip* do jornalista de fazer o comentário... Eu me vejo: há dez anos que eu parei, e tem momentos que, quando eu vejo, é aquela coisa assim: "Não, eu tomei a decisão. Não, calma, na política não é bem assim; eu tomei a decisão, mas vamos conversar, vamos dialogar, vamos compor".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN – Então, essa é uma situação. E cada vez mais eu tenho me despido desse *chip*.

Quando falou, até eu falei no ouvido do Senador Romário: "O Senador Kajuru falou agora mais como jornalista do que como Senador". Por quê? Porque faz parte disso. (*Risos.*)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Evandro, rapidamente, só para não cortá-lo, eu espero que esse *chip* da arbitragem entre no sangue do Senador Kajuru. (*Risos.*)

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN – Encerrando também aqui, em relação à questão de erros, eu ouvi o áudio do VAR, do Wilton, da situação que teve...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do Grêmio e Corinthians?

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN – É. Eu tenho certeza de que, se... E entre eles teve dúvida. Teve um ainda que tentou salvar dizendo :"Olha, o braço não está aberto demais?". Teve uma discussão, mas ele foi meio que derrotado – não lembro se eram três ou se eram quatro. Se chamam o Wilton ali, o Wilton ia falar na hora... Ele é experiente, mundialista, mas não foi chamado. Passaram para ele: "Segue, ato, gesto natural – gesto natural".

E o erro é uma situação assim... Eu como brasileiro em primeiro lugar, mas tenho a cidadania italiana também, e por conviver muito... Eu falo assim: em 1994, o Romário foi o terceiro batedor, até eu perguntei para ele qual era... Foi o terceiro batedor. E, não tirando o mérito, não tirando o mérito da seleção, lá nos meus 21 anos, chorei muito quando ficamos campeões, mas o selo, o selar, o fechar daquela conquista nossa foi de um erro do Baggio. Ele é punido; até hoje, ele não é perdoado na Itália. Então, um erro decidiu um título...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Amém. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EVANDRO ROGÉRIO ROMAN – Imaginem o seguinte. Vamos pegar o Corinthians e o Grêmio. Está bom, eu também achei... De tanto que teve que a comissão afastou, mas quem garantiria que ele não chutaria essa bola por cima? Quem garantiria que seria gol? Quem garantiria? Então, eu estou apenas não vendo... Agora entra o *chip* do árbitro ainda, pensando e vendo do lado de cá, Senador Kajuru, de dizer que os erros vão fazer parte do humano, os erros fazem parte. E você não controla o humano no acertar e no errar; você não controla o humano no caráter dele, haja vista o que aconteceu nos *bets*, os jogadores levando cartão amarelo, o número de escanteios, um monte de coisa prejudicando todo o espetáculo... É o humano. Então, é neste ponto que eu quero dizer: o erro vai continuar ocorrendo, sim.

Agora, o VAR veio para ficar mesmo, e o VAR minimizou... Tranquilamente, hoje talvez nós tenhamos aí... Não sei os números, mas eu chutaria talvez 2%, 3% de erro do que nós tínhamos no passado e que aí decidiram.

Este caso isolado, Corinthians e Grêmio, foi porque no entendimento... É achismo meu, eu não tenho compromisso com o que acho, até porque eu não faço parte da comissão, achismo meu. Se chamam o Wilton, o Wilton teria resolvido ali, entendido. Por quê? Pela experiência que ele tem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só para dar um seguimento nesse assunto, prometo que é a última resposta sobre isso. Quem é que determina – Seneme, Daronco, Índio, nosso Van Gasse aqui – que houve um erro do VAR? Por exemplo, na opinião pública e na opinião do Senador Kajuru, foi um erro grave. Nós conversamos uma vez, e V. Exa. colocou para mim que isso é um erro gravíssimo. Eu também acho que foi um erro, talvez não tão grave como o Kajuru, mas é um erro. Quem é que determina que teve o erro?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – A Comissão de Arbitragem. A Comissão de Arbitragem...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Rapidamente, determinado o erro, tem punição para essa pessoa?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – A gente não trabalha com punição, mais uma vez, porque a punição...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Afastamento?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A palavra é essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Exatamente, porque punição é para quem comete crime, na nossa visão, e não está sendo cometido nenhum crime.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Como esse que foi afastado, não é?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Exatamente. O afastamento se dá... A Comissão de Arbitragem é formada por, além de ex-árbitros, instrutores da FIFA. O grupo de instrutores que nós temos é um grupo formado que representa a FIFA. Por exemplo, em eventos da FIFA na América do Sul, cursos RAP, como é chamado o curso da FIFA, esses nossos instrutores vão à América do Sul toda dar esses cursos e são, anualmente, atualizados pela FIFA. Então, toda a interpretação que a gente dá para as regras do jogo é em função do que a FIFA determina. Ela nos dá a base.

Se eventualmente, Senador Romário, existe uma jogada extremamente difícil, nós consultamos a FIFA, nós consultamos a Conmebol e quem produz a regra *board*, a IFAB, para ver a opinião deles também, quando é uma jogada extremamente difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Independentemente dos árbitros de VAR e dos árbitros de campo, existem alguns tipos de erro. Tem aqueles erros que são por incapacidade, tem aqueles que são por infelicidade e tem aqueles de propósito, na minha opinião. Vocês conseguem identificar que tipo de erro existe quando um árbitro erra ou se equivoca?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim, conseguimos identificar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais uma pergunta: identificando esse erro, a punição se torna maior?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O trabalho que a gente faz é de acordo e proporcional ao erro do árbitro, salvo esse último, que a gente nunca identificou, que é intencional. Na verdade, se isso ocorrer, ele é banido. Ele não é afastado, ele deveria ser banido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Banido.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eu não vivenciei, nos dez anos que eu tenho de gestão, nenhum caso, salvo o caso do Edílson, que foi comprovado na máfia do apito, em 2005, em que eu vivia, assim como o Evandro, aquela situação.

Mas, sim, a gente dá peso para cada situação. Por exemplo, existe também o erro por falta de visão, às vezes ele não viu.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que é infelicidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Exatamente. Então, tudo isso é pesado.

Nesse caso específico dessa jogada, nós compreendemos, sim, que houve um erro, mas não foi um erro absolutamente grosseiro. Não foi isso que ocorreu na nossa visão. O jogador, sim, faz um movimento de proteção, ele faz um movimento para proteger o próprio corpo, só que ele não teve tempo de fazer isso e, quando a bola toca no braço, ele ainda estava aberto. Por esse erro de interpretação que se deu a falha do árbitro de vídeo de não ter chamado o Wilton, que estava não bem posicionado e não teve a visão ideal para poder tomar a decisão. Então, por isso que para nós, só para dar como exemplo, Romário, o erro do Wilton do campo é menor do que o erro do VAR, porque o VAR...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Concordo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... teve as condições ideais para poder decidir, coisa que o Wilton não teve no momento do jogo.

É mais ou menos assim que é feita a avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Concordo.

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Primeiro, desculpe-me por aquela hora em que era a sua vez, eu apenas entrei, porque, na verdade, eu queria perguntar exatamente o que o Presidente Romário perguntou sobre os nomes, por causa da minha visão – só tenho 8% de visão em função do diabetes –, por isso que eu perguntei se o Seneme ainda estava aqui. Então, desculpe-me por aquele erro que eu cometi com você aqui.

Mas nós dois, na verdade, formamos uma tabelinha Pelé-Coutinho, não é, Pelé? Concorda? (*Risos.*)

Para ficar bem claro.

Mas olha, só rapidinho, é porque o árbitro que fez aquele comentário... Por favor, o seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, foi o Daronco que fez?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas só para dizer uma coisa: primeiro, o novo apelido meu ao Seneme, o Seneme é o Tom Jobim da arbitragem, porque eu nunca vi um cara defender a arbitragem igual a ele no Brasil. Eu tenho 45 anos de profissão como jornalista esportivo. Eu nunca vi. Ele defende veementemente. Isso é um exemplo, porque a classe precisa ter isso. Então, ele defende mesmo.

E, seguindo nessa defesa sua – só entendam uma coisa, eu respeito a opinião de cada um dos senhores –, eu comecei a perder a fé no VAR, porque, do mesmo jeito que você defende a arbitragem, eu defendo o futebol goiano, porque eu nasci ali, eu devo gratidão. E quem não tem gratidão não tem caráter. A minha vida foi formada ali. Eu sou o que eu sou em função do futebol goiano – tudo.

Então, eu vi um jogo – não sei se o senhor viu – do Goiás e Athletico Paranaense. O Senador Eduardo Girão estava vendo junto comigo, inclusive. Foi algo impressionante, um pênalti escandaloso. O árbitro estava de costas, literalmente de costas. Eu não sei se você lembra e se você viu esse jogo. O que o VAR tinha que ter feito?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Seneme não viu esse jogo. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não viu, é o que eu estou vendo lá. Senão, já estaria defendendo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também não vi, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você também não viu, não, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu estou dizendo que ele não viu, porque, senão, ele já tinha defendido. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Então, o árbitro simplesmente estava de costas no lance, um pênalti escandaloso. O que o VAR tinha que ter feito? Chamado o árbitro, não? Concorda comigo? O Goiás perdeu esse jogo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Não concordo, porque, na minha visão, eu me lembro muito bem do lance e não foi pênalti.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, essa é a sua opinião. Aí, não.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu não vou concordar com tudo que você fala também, não é, Seneme? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Claro que não, mas é uma opinião importante, porque eu sou Presidente da Comissão de Arbitragem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu sou jornalista esportivo. Não tem diferença nenhuma.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Diferença enorme.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, nenhuma.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – As minhas decisões impactam a carreira do árbitro. E, naquele caso, não houve erro. Inclusive, a gente pode liberar os áudios, os vídeos e a nossa opinião sobre ele, de que o contato físico não foi suficiente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou mostrar esse vídeo para o Romário dar a opinião dele.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Tudo bem, isso vai fazer parte.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós não somos perfeitos, nós erramos.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Claro que sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De repente, essa sua opinião...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – E a gente acaba de assumir um erro, não é? No caso Corinthians e Grêmio, houve erro, assim como houve outros erros, mas esse especificamente, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para mim, houve. É um erro que pode levar o Goiás ao rebaixamento e o time perder 150 milhões de receitas no ano que vem.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Senador, das informações que a gente tem registrado de clubes, eu volto a repetir: o América tem cinco; o Flamengo tem cinco reclamações; o Grêmio tem cinco; o Coritiba tem três; o São Paulo tem três; o Vasco tem três; o Atlético Mineiro tem duas...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Goiás tem quantas, Seneme?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Vou chegar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Goiás tem duas. Será que isso determina o rebaixamento de um clube?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Duas que o Goiás mandou para ti então?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eu entendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Goiás foi prejudicado oito vezes.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eu entendo, Senador... Eu entendo que, se um clube...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu sou o "Seneme" de Goiás. Não venha discutir comigo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não, não tem discussão. Eu entendo que é pouco inteligente um clube se sentir prejudicado e não oficializar a reclamação, via ouvidoria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele oficializou, fez críticas duríssimas ao Presidente. Não foi culpa sua, a decisão não foi sua. Ele simplesmente sofreu uma punição de suspensão de 90 dias, o Presidente do clube – para mim é uma ditadura um presidente não poder criticar a arbitragem, porque ele não ofendeu o Presidente da CBF, até porque não tinha motivos para isso –, e mais ainda uma multa de R$75 mil reais, que se registre.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nós temos aqui algumas perguntas para aqueles que quiserem responder, inclusive os árbitros presentes. São dos internautas.

Daniela Lavalle, de São Paulo: "Qual é o *status* de emprego típico dos árbitros esportivos em relação às federações [...]?".

Jorge Felipe, de Minas Gerais: "Quais são os direitos e deveres dos árbitros perante a federação?".

Isadora Silva, da Bahia: "Qual é o *status* legal dos árbitros em relação às federações esportivas? Como são estabelecidas as remunerações dos árbitros?".

E os comentários.

Diego Alves, Distrito Federal: "O reconhecimento da arbitragem como uma profissão pode impulsionar um enorme desenvolvimento para os árbitros em todo o país".

Paula Soares, do Rio Grande do Sul: "Oportunidade de uma nova visão [...] [dessa] profissão, oficializando direitos e deveres [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém quer responder a algumas perguntas dessas?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Volto a...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quais são os deveres e direitos dos árbitros perante a federação?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Primeiro, Presidente, o *status* é de prestador de serviços, é de prestador de serviços eventuais. Esse é o *status* em que ele se enquadra dentro das leis.

Em relação a quem estabelece as taxas de arbitragem, são as instituições que são independentes e que têm essa prerrogativa...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No caso, as federações?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Federações e...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Confederações.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – E confederações. Conmebol e FIFA para os eventos da FIFA.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O.k.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Qual é a outra?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quais são os deveres e direitos dos árbitros perante a federação?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Também cada federação tem um regulamento interno em relação ao departamento de arbitragem, entre deveres e direitos. Aqui foram citados alguns, como o nada consta, que é uma gama de documentos que o árbitro tem que apresentar para poder estar... No caso da CBF, esses documentos são enviados à Corregedoria, a Corregedoria analisa antes que ele seja liberado – é o Dr. Edson Rezende o Corregedor – para os jogos. Eles têm, como o Anderson Daronco ontem fez o teste físico... É exatamente para habilitá-lo, para ele seguir fazendo parte da lista internacional. Então, ele faz uma prova física, ele passa por avaliações teóricas para ele poder iniciar esse processo. Existe toda uma gama de regulamento entre o que ele pode e o que ele deve cumprir, mas basicamente é uma regulamentação que vem da FIFA. Ela tem as suas variantes que são permitidas para que cada federação possa ser responsável pela constituição dos seus regulamentos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar a oportunidade para já deixar aqui, de antemão, um convite feito para os senhores três aqui que estão sentados para participarem também desse novo grupo que faremos, que montaremos aí em relação a esse novo projeto, com essa ideia de profissionalizar a arbitragem.

Vamos aqui para as considerações finais.

Tem alguém aqui da mesa ou aí que quer ter a palavra?

Sr. Índio, por favor, com a palavra.

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS (Para expor.) – Senador, seguindo tudo que já foi discutido e falado, entendo que é o momento de desconstruir ideias e construir um novo ideal para a arbitragem. Até se falando do VAR, a gente tem total conhecimento de que é uma ferramenta nova, tecnológica, em que, com o tempo, o árbitro vai se aperfeiçoar. Criando essas ferramentas que aqui estamos, profissionalizando ou dando uma melhor condição de trabalho, com certeza, ele se irá se aprimorar, se desenvolver de uma forma tecnológica, técnica, porque nem todo árbitro é um romário da vida, se é que o senhor me entende. Existe a questão do ser humano, da natureza dele. Então, alguns vão levar algum tempo para se desenvolver tecnicamente em todas as funções e em tudo aquilo que é direcionado ao árbitro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Mais alguém? Alguém que não foi convidado diretamente para a mesa quer fazer algum comentário, alguma colocação?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eu gostaria, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Se ninguém mais me questionar de nada, eu gostaria de simplesmente, como Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, agradecer pessoalmente ao Senador Romário, Presidente da Comissão de Esporte, por dar esse tempo ao árbitro, porque é uma Comissão de esportes, e incluir o árbitro como um esportista, para analisar tudo isso, escutar e sair daqui com a certeza de que isso não para e de que nós vamos constituir uma Comissão em que, sim, Deputado Roman, vamos fazer a diferença que não conseguimos fazer anteriormente.

Então, fica aqui o meu agradecimento. Estou extremamente feliz de poder viver e poder colaborar com a evolução da arbitragem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos vocês, declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.189501/2023-01-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E muito obrigado, mais uma vez, a todos pela participação.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Leila Barros, Jayme Campos, Mara Gabrilli, Paulo Paim e Mauro Carvalho Junior, e ainda da Senadora Zenaide Maia, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Carlos Portinho e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3723, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 11, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1779, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos de Lei nº 11, de 2022 e nº 1.779, de 2022. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2667, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 41-H à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para aumentar as penas previstas para os crimes que especifica quando a fraude, alteração ou falseamento de resultado de competição esportiva, ou de evento a ela associado, se der com o intuito de obter vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza, inclusive loterias." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com as duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3739, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 15, de 2023** que: "Requer realização de Audiência Pública para instruir o PL 4149/2023" **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 16, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o tema da nova liga para o futebol brasileiro, seus desafios, oportunidades e soluções." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Foi incluído como convidado, a pedido do senador Jorge Kajuru, o Senhor Edmo Mendonça Pinheiro, Presidente do Conselho Deliberativo do Goiás Esporte Clube. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 19, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre o Plano Nacional do Esporte." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 20, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater desafios e oportunidades para o Futebol Feminino." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Foi incluída como convidada, a pedido do senador Jorge Kajuru, a Senhora Marta Vieira da Silva, jogadora de futebol. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 21, de 2023** que: "Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater as dificuldades e soluções do combate ao doping no Esporte." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ), Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de outubro de 2023.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada em 27 de setembro de 2023.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão e contará com a possibilidade de os Senadores e as Senadoras votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais, desde que tenham registrado a presença em um dos terminais instalados no Senado Federal.

Passo a Presidência da reunião ao Senador Jorge Kajuru para que eu possa fazer a leitura dos relatórios das matérias das quais sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e aos que nos acompanham pelos meios de comunicação.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3723, DE 2021

- Não terminativo -

Altera as Leis nos 11.345, de 14 de setembro de 2006 (Lei da Timemania), e 13.756, de 12 de dezembro de 2018 (Lei das Loterias), para estabelecer critério para destinação dos recursos oriundos do concurso de prognóstico específico e prever a atualização das entidades desportivas aptas a participarem desse concurso.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

Obviamente, a relatoria só poderia ser do meu irmão, do nosso ídolo, Presidente Romário.

E eu concedo agora, neste momento, a palavra, na Comissão de Esporte, ao Senador Romário, para a leitura do seu relatório.

Por fineza, ídolo e irmão, Presidente Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Obrigado, amigo e irmão, Senador Kajuru.

Vou direto à análise.

A Timemania é uma modalidade lotérica em que se utilizam elementos de identidade visual e de marca dos times brasileiros de futebol, com forte apelo emocional aos torcedores, e que, como contrapartida, permite o pagamento de débitos tributários e trabalhistas das equipes mediante parcelamento.

É pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa.

Com a atualização do regulamento, os times de futebol passarão a ser separados em dois grupos: o grupo 1, composto pelos qualificados a participar da Série A, da Série B e da Série C do Campeonato Brasileiro de Futebol e por aqueles qualificados no *ranking* da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), até o limite de 80 entidades; o grupo 2, composto pelos times de futebol profissional que tenham participado da Timemania até 2021 e que não integrem o grupo 1. Todos os times de futebol profissional que integrarem o grupo 1 figurarão no volante da Timemania.

Os valores da remuneração destinada aos clubes de futebol são 11% do total dos recursos arrecadados em cada sorteio, divididos igualmente entre os times (grupos 1 e 2), e 11% do total dos recursos arrecadados em cada sorteio distribuídos entre os times do grupo 1 (os que figuram nos volantes de apostas), conforme a proporção de apostas indicadas como Time do Coração a cada concurso.

Concordo com o Senador Veneziano, a escolha das entidades aptas a participarem do concurso e a definição dos critérios para arrecadação e distribuição dos recursos são pontos cruciais da Timemania. Por sua relevância, deve ser disciplinada pela lei e não ser delegada para regulamentação infralegal.

Positiva a proposta de reabrir bianualmente a entrada de novas equipes à Timemania, tornando-a mais democrática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alteração da Lei da Timemania e da Lei das Loterias garante a própria existência dessa modalidade lotérica, protegendo a modalidade de modificações realizadas por regulamento, cujos critérios não são suficientemente debatidos.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.723, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado, como sempre, eximiamente pelo Senador Romário.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

E agora já vamos para o próximo item, que é o de número 2.667, de 2023, também não terminativo.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2667, DE 2023

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 41-H à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para aumentar as penas previstas para os crimes que especifica quando a fraude, alteração ou falseamento de resultado de competição esportiva, ou de evento a ela associado, se der com o intuito de obter vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza, inclusive loterias.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação com as duas emendas que apresenta

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A autoria é minha – meu nome é Jorge Kajuru – e a relatoria, evidentemente, só poderia ser do Senador Romário, que é pela aprovação, com as duas emendas que apresenta.

Concedo, de imediato, a palavra ao nosso histórico Romário, como Senador, para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador.

Como a matéria irá à CCJ após, vou direto à análise.

Após a análise deste Colegiado, fica a cargo daquela Comissão a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto.

No mérito, somos favoráveis à matéria.

São enormes a tristeza e a indignação de nosso povo a cada vez que se tem notícia de casos envolvendo a manipulação de resultados de competições esportivas. Trapaça e manipulação são valores completamente opostos àqueles encampados pelo esporte e descritos na Carta Olímpica.

Ainda mais odiosa é a manipulação de resultados quando seu objetivo é a obtenção de vantagem em jogos de azar ou apostas. Essas condutas retiram a credibilidade do esporte, provocando gradual perda de interesse e sua desvalorização não somente econômica, mas especialmente moral.

Por essas razões, concordamos inteiramente com o autor do projeto no sentido de apenar em dobro os crimes de falseamento de resultados esportivos quando o objetivo dos criminosos for a obtenção de vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza.

Há, apenas, um ajuste a ser feito no projeto. Ocorre que o Estatuto de Defesa do Torcedor foi recentemente incorporado e revogado pela Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, que institui a Lei Geral do Esporte (LGE). Dessa forma, as previsões contidas em seus arts. 41-C, 41-D e 41-E passaram a constar dos arts. 198, 199 e 200 da LGE, respectivamente.

Assim, propomos que a alteração legislativa sugerida pelo projeto conste na nova Lei Geral do Esporte, para que seja realmente efetiva.

Voto

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.667, de 2023, com as seguintes emendas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CEsp

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.667, de 2023, a seguinte redação:
"Acrescenta o art. 200-A à Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), para aumentar as penas previstas para os crimes que especifica quando a fraude, a alteração ou o falseamento de resultado de competição esportiva, ou de evento a ela associado, se derem com o intuito de obter vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza, inclusive loterias."
EMENDA Nº -CEsp
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.667, de 2023, a seguinte redação:
"Art. 1º A Seção I do Capítulo V do Título III da Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 200-A:
'Art. 200-A. Aplicam-se em dobro as penas cominadas nos arts. 198, 199 e 200 se o crime é cometido com o intuito de obter vantagem patrimonial em jogo de azar ou em aposta de qualquer natureza, inclusive loterias.' (NR)"

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, eu gostaria apenas de iniciar a discussão da matéria, como autor deste projeto, falando, Presidente Romário, de resultados, quando visam obter vantagens em jogos de azar ou apostas.

Eu concordo 100%, integralmente, com a correção que fez, através de sua emenda, meu ídolo e irmão, e deixo aqui o meu reconhecimento por todo o seu apoio e pelo cuidadoso exame dado a este projeto, refletindo uma visão atenta – atenta – e comprometida com a integridade do esporte e com o bem-estar da sociedade.

Finalizo.

Fico à disposição, Presidente Romário, para contribuir e cooperar no que for necessário para que esta proposta se concretize de forma efetiva e benéfica para o nosso país.

Atenciosamente, coloco aqui que a votação será simbólica deste relatório apresentado pelo Presidente desta Comissão de Esporte, o Romário.

Os Senadores que concordam com o relatório permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Esporte.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E seguimos a nossa reunião desta quarta-feira, 4 de outubro, já colocando o item 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 15, DE 2023

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para instruir o PL 4149/2023

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Este requerimento requer realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei 4.149/2023, que institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência. E aqui é só merecedor de aplauso.

A autoria também só poderia ser, neste país, nossa pátria amada, do Senador Romário. E eu concedo a ele a palavra, como autor desse requerimento. É sua, peixe! Vai para o gol.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4.149/2023, que "institui o dia 22 de setembro como o Dia Nacional do Paradesporto e o mês de setembro como o Mês de Conscientização quanto à Importância da Prática de Atividades Físicas por Pessoas com Deficiência".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados – inclusive, se V. Exa. também quiser colocar algum outro convidado aqui, está aberta essa possibilidade:

- o Sr. Mizael Conrado, Presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro;

- o Sr. André Fufuca, Ministro do Esporte;

- o Sr. Fabio Augusto Araujo, Secretário Nacional de Paradesporto;

- o Sr. Daniel Dias, ex-atleta paralímpico;

- o Sr. Clodoaldo Silva, ex-atleta paralímpico;

- a Sra. Evelyn Oliveira, atleta paralímpica;

- a Sra. Rosinha da Adefal, representante do Comitê de Clubes Paralímpicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente Romário, os nomes são inquestionáveis, portanto, não há necessidade de apresentar um outro nome.

A votação será simbólica deste requerimento.

Os Senadores que concordam com ele permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o requerimento – repito – merecedor de aplausos.

Agora vamos para o item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 16, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o tema da nova liga para o futebol brasileiro, seus desafios, oportunidades e soluções.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

A autoria, para variar, tinha que ser do Senador Romário. E eu concedo a ele a palavra, como autor deste requerimento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito bem, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o tema da nova liga para o futebol brasileiro, seus desafios, oportunidades e soluções.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Alessandro Barcellos, Presidente do Sport Club Internacional;

- o Sr. Mário Bittencourt, Presidente do Fluminense Football Club;

- o Sr. Guilherme Bellintani, Presidente do Esporte Clube Bahia;

- o Sr. Rodolfo Landim, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo;

- o Sr. Flavio Zveiter, representante da Libra;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Sr. Guilherme Benchimol, CEO da XP Investimentos;

- o Sr. Sergio Carneiro, Diretor-Executivo do Fundo Mubadala;

- o Sr. Frederico Luz, Alvarez & Marsal.

Esses são os convidados.

Dos dez campeonatos nacionais mais importantes e rentáveis do mundo, apenas o brasileiro não é organizado por uma liga independente de clubes. Tal circunstância tem impedido os clubes de se organizar de maneira autônoma, construir um pacote único de comercialização dos jogos e realizar as reformas estruturais e modernizantes em nosso mercado da bola.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, posso acrescentar um nome?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Deve, deve.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Apenas um: o Presidente do Conselho Deliberativo do Goiás Esporte Clube, Edmo Mendonça Pinheiro, por toda a sua experiência.

Em votação simbólica, este requerimento.

O Senadores que concordam com ele permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: evidentemente, aprovado o requerimento.

Vamos agora, de imediato, ao item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 19, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, para debater sobre o Plano Nacional do Esporte.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Evidentemente também, a autoria só poderia ser do Senador Romário, a quem concedo a palavra para este requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o Plano Nacional do Esporte.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Humberto Panzetti, Presidente da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esporte;

- o Sr. Laércio Elias Pereira, fundador do Centro Esportivo Virtual;

- a Sra. Magic Paula, ativista e ex-atleta;

- o Sr. Alípio Dias dos Santos Neto, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do TCU;

- representante do Ministério do Esporte;

- representante do Ministério da Educação;

- representante do Ministério da Saúde;

- representante do Comitê Olímpico do Brasil;

- representante do Comitê Paralímpico Brasileiro;

- representante da Confederação Brasileira de Futebol;

- representante da Confederação Brasileira do Desporto Universitário;

- representante da Confederação Brasileira do Desporto Escolar.

Justificação.

Considerando a importância de um plano estratégico abrangente para o desenvolvimento e fortalecimento das políticas públicas esportivas no país, o Plano Nacional do Esporte, já aprovado na Câmara dos Deputados e tramitando agora nesta Casa, assume posição central para os trabalhos desta Comissão. Nesse sentido, propomos um diálogo com especialistas, representantes de entidades esportivas, sociedade civil e demais interessados para discutirmos as diretrizes, metas e ações propostas no Plano Nacional do Esporte, com o objetivo de garantir sua efetividade e contribuir para a promoção do esporte em suas diversas dimensões, sobretudo em sua vertente educacional e de formação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em votação simbólica este, outra vez, oportuno requerimento.

Os Senadores que concordam com ele permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o requerimento apresentado pelo nosso Presidente, Senador Romário. E fica aqui prejudicado o Requerimento da Comissão de Esportes nº 17, de 2023, por tratar de indicações que constam no Requerimento da Comissão de Esportes nº 19, de 2023, ora aprovado aqui, nesta Comissão.

Vamos aqui agora o item 9, de imediato, que é o Requerimento da Comissão de Esportes nº 20, de 2023.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 20, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater desafios e oportunidades para o Futebol Feminino.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

Autoria também, para variar, só poderia ser do Senador Romário, e a ele a palavra para este requerimento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater desafios e oportunidades para o futebol feminino.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Arthur Elias, Técnico da Seleção Brasileira Feminina de Futebol;

- a Sra. Ana Thaís Matos, comentarista esportiva;

- a Sra. Victoria Pissolato, Gerente de Futebol Feminino da Federação Paulista de Futebol (FPF);

- a Sra. Aline Pellegrino, Coordenadora de Seleções Femininas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Exmo. Sr. André Fufuca, Ministro do Esporte;

- o Sr. José Luís Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor;

- o Sr. Ednaldo Rodrigues, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

E, mais uma vez, se V. Exa. quiser incluir algum nome, fique à vontade.

Justificação.

Um debate a fundo sobre o futebol feminino é fundamental para fomentar o crescimento e a consolidação desse esporte. Durante essa audiência pública, uma série de temas críticos pode ser explorada. Isso inclui, por exemplo, o desenvolvimento de talentos e a necessidade de uma infraestrutura adequada para a evolução das atletas, assim como a alocação de recursos e apoios financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Presidente. Tenho certeza de que o senhor vai concordar, permitir apenas um nome nesta audiência pública, de uma mini-Romário de saia, a Marta, pode ser?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deve.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Deve? Concordado, então.

Em votação simbólica esse requerimento.

Os Senadores que concordam com ele permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o requerimento. Fica aqui prejudicado o Requerimento da Comissão de Esporte nº 18, de 2023, por tratar de indicações que constam no Requerimento da Comissão de Esporte nº 20, de 2023, ora aqui aprovado.

Diretamente vou ao item 9...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dez...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpa...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dez...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Desculpa, dez. Aqui é pela visão, gente, me perdoem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 21, DE 2023

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater as dificuldades e soluções do combate ao doping no Esporte.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ) e outros

Autoria: também, para variar, do Senador Romário, bem acompanhado pelo Senador e Advogado Esportivo Carlos Portinho.

Concedo a palavra ao Senador Romário, o autor deste requerimento, por fineza.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as dificuldades e soluções do combate ao *doping* no esporte.

Propomos para a audiência pública a presença dos seguintes convidados:

- a Sra. Adriana Taboza de Oliveira, Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem;

- o Dr. Thomaz de Sousa Lima Mattos de Paiva, advogado especialista;

- o Dr. Terence Zveiter, da Academia Nacional de Direito Desportivo;

- a Dra. Raquel Lima, do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo;

- o Dr. Marcelo Franklin, advogado especialista;

- o Sr. André Fufuca, Ministro do Esporte;

- o Dr. Eduardo Henrique De Rose, pioneiro no controle de *doping* no Brasil.

A justificação é simples: aprofundar a discussão sobre o *doping* no esporte tem o potencial de promover a transparência no cenário esportivo, assim como prevenir o uso de substâncias proibidas e revisar as regulamentações já existentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bem, senhoras e senhores, mais um requerimento indiscutível, insofismável, que eu coloco em votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado mais este requerimento.

Eu devolvo, com o maior prazer, a Presidência da Comissão de Esporte ao nosso amigo, irmão, ídolo e Presidente Romário, só lembrando a todos e todas aqui que – como toda quarta-feira, na nossa vida de Bolt – há no Plenário, Presidente Romário, e eu sei da sua admiração por ele, como nosso companheiro por quatro anos, aqui no Senado, uma homenagem aos 70 anos da empresa estatal Petrobras, e lá está um Presidente que para mim vai fazer história na Petrobras, Jean Paul Prates, para quem puder aqui comparecer e dar um abraço nele pessoalmente, dessa empresa respeitada em todo o mundo.

Voltemos, então, a Presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru, muito obrigado a V. Exa. por essa brilhante participação, como sempre, ajudando a Presidência desta Comissão.

Vou concordar 100% com V. Exa. em relação ao Presidente da Petrobras. Fará história, com certeza!

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e quatro minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Romário, Jorge Kajuru e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Leila Barros, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Fernando Dueire, Humberto Costa, Mara Gabrilli, Paulo Paim, Eduardo Girão e Cleitinho, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Marcos do Val, Eliziane Gama, Magno Malta, Augusta Brito, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Rodrigo Cunha, Fernando Farias, Sérgio Petecão e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 7ª reunião, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e quarenta e quatro minutos e reaberta às onze horas e quarenta e cinco minutos. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3626, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3626/2023 e das Emendas nºs 14-U, 48-U e 61, contrário às demais emendas e, ainda, com as três emendas que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3739, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, para incluir a promoção gratuita de atividades desportivas entre as atividades passíveis de serem realizadas pelas entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2889, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 11, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, e nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 1779, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Desportos Eletrônicos (CBDEL) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela rejeição dos Projetos de Lei nº 11, de 2022 e nº 1.779, de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 22, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da prática de apostas de cota fixa nas constatadas manipulações de resultados e o envolvimento dessa atividade com organizações criminosas." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 23, de 2023** que: "Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ 19/2023 - CEsp, seja incluído como convidado o Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF." **Autoria:** Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 25, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 16/2023 - CEsp seja incluído um convidado." **Autoria:** Senador Fernando Dueire (MDB/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 24, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e discutir sobre os jogos de azar e suas consequências e impactos na saúde mental da população brasileira." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 10/2023 - CEsp, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ), e PL 5926/2019, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 5926, de 2019, que "institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro". **Participantes:** Sra. Renata Mansur Fernandes Bacelar, Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OABRJ; Sr. José Perdiz de Jesus, Presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol - STJD; Sr. Paulo Sérgio Feuz, Vice-Presidente Acadêmico da Academia Nacional de Direito Desportivo - ANDD (representante de: Academia Nacional de Direito Desportivo - ANDD); Sr. Marcelo Jucá Barros, Especialista em Direito Desportivo; Sr. Péricles Bassols Pegado Cortez, Árbitro de Futebol; Sr. Luis Antonio Silva dos Santos, Ex-Árbitro de Futebol; Sr. José Luiz Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT (representante de: Ministério do Esporte); Sr. José Carlos Silveira Barbosa Júnior, Consultor Legislativo do Senado Federal; e Sr. Gabriel Penna Firme de Melo, Consultor Legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/10/18

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 18 de outubro de 2023.

Aprovação da ata.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2023.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam com se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira, deliberativa; e a segunda, audiência pública interativa.

Na primeira parte, deliberativa, a presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Solicito ao Senador e amigo Jorge Kajuru, Vice-Presidente desta Comissão, que ocupe a Presidência desta reunião para que eu possa fazer a leitura do relatório do item 1 da pauta.

Por favor, Sr. Senador Kajuru. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Romário, o senhor se esqueceu do "irmão".

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Irmão! Irmão, isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Meu querido ídolo, Presidente Romário, com prazer apresento aqui o item 1 da pauta da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa Comissão de Esporte, presidida, evidentemente, por ti com a minha Vice-Presidência, prazerosamente.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3626, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs 5.768, de 20 de dezembro de 1971, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 3626/2023 e das Emendas nºs 14-U, 48-U e 61, contrário às demais emendas e, ainda, com as três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria se encontra em urgência constitucional.

2. A matéria está sendo apreciada simultaneamente pela CEsp e pela CAE.

A autoria é da Presidência da República, embora já tivesse anteriormente sido apresentado – e está à disposição do Presidente Rodrigo Pacheco – um projeto de lei de minha autoria.

A relatoria só poderia começar por quem tem a competência devida, o preparo, a independência, a coragem, que é o Senador Romário.

Eu concedo de imediato a palavra ao Senador Romário, para a leitura, importante e esperada por todo o Brasil, com transmissão da Agência Senado, Rádio e TV Senado, YouTube e também da BandNews, a quem agradecemos.

O relatório é seu, Presidente Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Senador e irmão Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão de Esporte o Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, de iniciativa do Presidente da República, na forma do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, que "dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa", e dá outras providências.

O projeto possui 56 artigos divididos em 11 capítulos.

O Capítulo I contém disposições preliminares.

O Capítulo II estabelece as bases para a exploração das apostas de quota fixa.

O Capítulo III trata do Agente Operador das Apostas.

O Capítulo IV trata do Procedimento de Autorização.

O Capítulo V trata da oferta e da realização das apostas.

O Capítulo VI trata das transações de pagamento.

O Capítulo VII trata dos apostadores.

O Capítulo VIII trata da forma de pagamento dos prêmios, da tributação e da prescrição.

O Capítulo IX trata da fiscalização.

O Capítulo X trata do regime sancionador.

E, finalmente, o Capítulo XI, intitulado “Disposições Finais”, contém várias alterações nas leis existentes relacionadas a loterias, apostas e distribuição de prêmios.

A matéria, de lei de iniciativa do Presidente da República, tramita em regime de urgência no Senado Federal e será apreciada simultaneamente por esta Comissão de Esporte (CEsp) e pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Encerrado o prazo regimental de cinco dias úteis, foram apresentadas 49 emendas perante a primeira Comissão pelo prazo único de cinco dias úteis, e mais 12 emendas perante à CEsp até o dia 17 de outubro, das seguintes Senadoras e seguintes Senadores: Senador Styvenson Valentim (Emendas nº 1-U); Senador Ciro Nogueira (Emendas nºs 2-U a 4-U e 18-U); Senador Dr. Hiran (Emenda nº 5-U); Senador Rogério Carvalho (Emendas nºs 6-U a 8-U); Senadora Soraya Thronicke (Emendas nºs 9-U a 16-U e 28-U); Senador Jorge Kajuru (Emendas nºs 17-U, 55, 61 e 71); Senadora Professora Dorinha Seabra (Emendas nºs 19-U a 21-U); Senador Mecias de Jesus (Emendas nºs 22-U a 26-U); Senadora Margareth Buzetti (Emenda nº 27-U); Senador Nelsinho Trad (Emendas nºs 29-U, 30-U e 48-U); Senador Izalci Lucas (Emendas nºs 31-U a 37-U); Senador Eduardo Girão (Emendas nºs 38-U a 47-U); Senadora Ana Paula Lobato (Emenda nº 49-U); e Senador Carlos Portinho (Emendas nºs 73 a 79 e 81).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Da Constitucionalidade e Legalidade

Não se encontram óbices de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou de técnica legislativa para a aprovação do projeto.

Do mérito.

Como a matéria também será examinada pela CAE, nos deteremos mais aos aspectos relacionados ao esporte, sua integridade, recursos e seu desenvolvimento.

Das emendas.

No julgamento do mérito das emendas a seguir, adotamos o critério de avaliar na ordem do dispositivo alterado e buscamos respeitar ao máximo as referências ao regulamento a ser editado pelo Ministério da Fazenda por entender que, como órgão regulador desse mercado, é necessário que seja mantida a discricionariedade mínima para que possa atuar tempestivamente. O texto do projeto já aponta as bases da atuação do referido ministério e os princípios da regulamentação.

As Emendas nºs 13-U e 27-U alteram definições presentes no art. 2º sobre agente operador de apostas, apostador e canal eletrônico. Julgamos que tais alterações são desnecessárias, pois a caracterização adicional de cada um desses termos é feita em outros dispositivos do PL, na forma e especificidade apropriadas.

A Emenda nº 45-U objetiva suprimir o inciso IX do art. 2º que conceitua "evento virtual de jogo *online*", o §2º do art. 14, que estabelece que as apostas de quota fixa que tenham por objeto os eventos de jogo *online* somente poderão ser ofertadas em meio virtual, bem como a expressão "ou ato de jogo *online*", do inciso VIII do mesmo artigo. Ocorre que a justificação da referida emenda intenciona vedar que as apostas de quota fixa tenham por objeto eventos virtuais de jogos *online*. Para tanto, deveria suprimir, ainda, o inciso II do art. 3º, que é o objeto da Emenda nº 40-U.

Acolhemos as Emendas nºs 14-U e 48-U, que alteram o art. 5º, inciso III, com o objetivo de permitir que o Ministério da Fazenda possa outorgar a autorização para exploração das apostas de quota fixa por um prazo de duração de até cinco anos, em vez de apenas três anos.

Não merece prosperar a Emenda nº 76, que pretende alterar de discricionário para vinculado a natureza de ato administrativo de autorização para exploração das apostas de quota fixa. Ocorre que, o referido ato do Ministério da Fazenda, mesmo sendo discricionário, ainda assim deve ser procedida a avaliação do pedido de autorização segundo critérios de conveniência e oportunidade, mas nunca se afastando da finalidade do ato, que é o interesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público e os princípios elencados no projeto. Além disso, o ministério poderá, em regulamento, editar exigências adicionais para a expedição da autorização.

A Emenda nº 3-U insere o art. 7º-A para estabelecer que o sócio ou acionista controlador de uma empresa operadora de loteria de apostas de quota fixa não pode ter qualquer participação direta ou indireta em Sociedade Anônima do Futebol ou em organização esportiva profissional, nem atuar como dirigente de equipe desportiva brasileira.

A Emenda nº 15-U altera o inciso I do art. 7º para estabelecer que a regulamentação do Ministério da Fazenda acerca dos requisitos gerais para a autorização para a exploração de apostas de quota fixa, ao dispor sobre o valor mínimo e a forma de integralização do capital social de uma pessoa jurídica interessada, deverão respeitar a Política Nacional de Apoio e Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, especialmente no que diz respeito às micro, pequenas e médias empresas.

A Emenda nº 44-U altera o §2º do art. 7º para proibir de atuar no mercado de apostas de quota fixa, por um período de dez anos a partir da data da sentença, independentemente de outras penalidades penais ou administrativas aplicáveis, o operador autorizado de jogos ou qualquer diretor da empresa que tenha sido condenado em processo judicial com sentença confirmada em segunda instância por crimes relacionados a fraudes em resultados esportivos, especificamente por incitar, aliciar, coagir, recrutar ou praticar atividades similares envolvendo atletas, árbitros ou treinadores de modalidades esportivas.

Não merece prosperar a Emenda nº 2-U, que objetiva conceder preferência às empresas nacionais no processo de autorização para a exploração de apostas de quota fixa. Lembramos que o PL nº 3.626, de 2023, em seu art. 7º estabelece que somente serão elegíveis à autorização as pessoas jurídicas constituídas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no território nacional. Além disso, a Emenda Constitucional nº 6, de 1995, eliminou do ordenamento jurídico pátrio a possibilidade de concessão de proteção ou benefícios às então chamadas “empresas brasileiras de capital nacional”. Também não merece prosperar a Emenda nº 75, que avança na regulamentação do Ministério da Fazenda ao determinar a exigência de certificação, em vez de facultar.

A Emenda nº 6-U altera o parágrafo único do art. 12 para estabelecer que o valor estipulado a título de outorga para exploração de apostas de quota fixa deverá considerar o limite de até duas marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização, em vez de o limite de até um canal eletrônico por ato de autorização.

Entendemos a preocupação do autor da emenda, já que o art. 2º, inciso IV, define que canal eletrônico é sítio eletrônico ou aplicação de internet que viabiliza a realização de aposta por meio exclusivamente virtual. Assim, fica a dúvida se operadores de apostas deverão pagar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas vezes o valor da outorga caso queriam disponibilizar um sítio eletrônico e uma aplicação de internet.

A Emenda 16-U altera o mesmo dispositivo, mas apenas para deixar claro que o valor da outorga estará limitado a “no máximo” R$30 milhões. Oferecemos uma emenda que combina essas duas propostas. Por outro lado, não merecem acolhimento a Emenda nº 31-U, que altera o art. 12 para prever emissão de autorização especial, sem ônus, para a Caixa Econômica Federal ou a Caixa Loterias S/A e permissionários lotéricos, e a Emenda nº 81, que altera o mesmo dispositivo, mas para inverter a lógica do valor de outorga estabelecendo que o valor de R$30 milhões será o limite mínimo, em vez de máximo.

O art. 14, que trata da forma de realização de apostas, é objeto de três emendas. A Emenda nº 35-U altera o §1º para estabelecer que a Caixa Econômica Federal ou Caixa Loterias e os permissionários lotéricos atuarão em ambas as modalidades, de forma a utilizá-las para oferta de todos os produtos lotéricos autorizados, outros decorrentes de convênios e demais instrumentos subsequentes a estas medidas. Ocorre que tal redação substitui o texto original que estabelece que o ato de autorização do Ministério da Fazenda especificará se o agente operador poderá atuar em uma ou em ambas as modalidades. A referida emenda não deve prosperar, pois, caso aceita, provocará perda de coerência da norma.

A Emenda nº 36-U altera o §2º para acrescentar que apostas de quota fixa que tenham por objeto os eventos de jogo *online* poderão ser ofertadas também em meio físico. A Emenda nº 41-U acrescenta o §2º para vedar aos operadores autorizados oferecer no mesmo canal de distribuição, seja na modalidade física ou virtual, quaisquer outras modalidades de jogos não expressamente autorizadas pela legislação.

A Emenda nº 1-U altera o art. 16 do PL nº 3.626, de 2023, e a Lei nº 13.675, de 2018, para vedar a veiculação, em qualquer meio de comunicação, de ações de comunicação, publicidade e *marketing* que promovam a loteria de apostas de quota fixa. Entendemos a preocupação com a excessiva exposição de jovens às peças publicitárias em diversos meios de comunicação. Entretanto, acreditamos que o melhor caminho seja a regulamentação adequada da publicidade e da propaganda, com as sanções previstas no projeto.

As Emendas nºs 25-U, 33-U, 61 e 78 buscam alterar disposições referentes ao art. 16 do projeto, que dispõe sobre ações de comunicação, publicidade, e *marketing* da loteria de apostas por quota fixa.

A Emenda nº 25-U insere dois novos parágrafos ao art. 16 do PL, para prever que essas ações devem conter aviso de classificação indicativa de faixa etária, conforme normas do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda, prevê a vedação dessas ações em ambientes escolares e em outras instituições de ensino, inclusive de ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de meritória a intenção do nobre Senador, entendemos que já há na legislação citada pela emenda mecanismos suficientes que resguardam os interesses das crianças e consumidores.

A Emenda nº 33-U insere §2º ao art. 16 para prever que essas ações se aplicam à Caixa Econômica Federal, à Caixa Loterias S/A e aos permissionários lotéricos. O objetivo é alcançar o público mais diverso possível, de modo abranger a divulgação de produtos lotéricos e autorizados, convênios e demais instrumentos derivados. Entendemos salutar a iniciativa, contudo essa medida necessitaria de debate profundo, sendo merecedora de iniciativa legislativa própria em outra oportunidade.

A Emenda nº 61 altera o art. 16, parágrafo único, III para estabelecer que as ações de publicidade e propaganda devem ser destinadas ao público adulto, excluindo-se crianças e adolescentes. Acolhemos a emenda na medida em que o texto deixa mais claro o objetivo e resguarda os critérios à regulamentação própria ou pública.

A Emenda nº 78 insere o inciso IV e altera o inciso III, ambos do parágrafo único do art. 16, para restringir ações de publicidade e propaganda cujo público-alvo seja de menores de idade e vedar a veiculação de propaganda de apostas esportivas por meio televisivo, radiodifusão, ou quaisquer meios digitais, entre os horários de 6h (seis horas) às 21h (vinte e uma horas). Entendemos que esse nível de detalhamento deve ser deixado a cargo dos órgãos regulamentadores, não sendo, portanto, objeto de análise nesta oportunidade.

As Emendas nºs 4-U, 38-U, 42-U, 60 e 79 visam a alterar o art. 17 do projeto de modo a vedar publicidade ou propaganda comercial em condições que especifica.

A Emenda nº 4-U altera os incisos IV e V para vedar ações que promovam o *marketing* em escolas e universidades ou promova apostas esportivas dirigidas a menores de idade e que realizem ações sem o aviso de classificação indicativa da faixa etária direcionada, conforme previsto no ECA. Entendemos que as medidas já se encontram amparadas no texto do projeto de lei, em especial no art. 16 do Projeto.

A Emenda nº 38-U insere dois novos incisos ao art. 17 para vedar publicidade ou propaganda comercial em arenas esportivas e em quaisquer meios de comunicação de massa como jornais, revistas televisão, rádios e mídias sociais, entre 6h e 22h59. Ainda, vedar ações que patrocinem equipes, atletas individuais, ex-atletas, árbitros, membros de comissões técnicas profissionais e amadores de todas as modalidades esportivas, bem como campeonatos organizados por confederações esportivas olímpicas, reconhecidas e vinculadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), assim como as federações a elas filiadas de todas as modalidades esportivas. Entendemos que as vedações sugeridas são amplas e podem conflitar com o princípio constitucional da livre iniciativa e da liberdade de contratar, de modo que não merece acolhimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 42-U, na mesma linha da Emenda nº 38-U, pretende considerar abusiva a publicidade ou propaganda realizada por equipes esportivas, atletas, ex-atletas, bem como apresentadores ou comentaristas de qualquer modalidade e de qualquer meio de comunicação; pessoas consideradas celebridades ou que possam influenciar o comportamento de número significativo de pessoas. Ademais, prevê que compete ao Judiciário, no caso concreto, apontar quem estaria vedado.

Entendemos que as vedações sugeridas são amplas e podem conflitar com o princípio constitucional da livre iniciativa e da liberdade de contratar, de modo que não merece acolhimento.

A Emenda nº 60 pretende vedar publicidade ou propaganda comercial que veiculem afirmações inverídicas sobre as probabilidades de ganhar. Ainda, estabelece que empresas que divulgarem campanhas de agente operador não autorizado devem promover a exclusão após notificação do Ministério da Fazenda. Apesar de meritória a intenção do Senador, entendemos que a medida já está contemplada pelo texto do projeto.

A Emenda nº 79 insere inciso VI ao art. 17 para vedar publicidade que tenha a participação de atleta individualmente, ressalvado por contrato coletivo, por meio de sindicatos, associações, federações, entidades de práticas desportivas ou entidade de desporto por contrato próprio e escrito. Entendemos que essa vedação, a princípio, poderia violar o princípio da liberdade de contratar do atleta sem correspondência direta com a manipulação de resultados, razão pela qual não acolhemos a emenda.

A Emenda nº 9-U altera o art. 18 do PL para permitir que as operadoras das atividades de loteria de apostas de quota fixa relativas a eventos reais de temática esportiva, bem como suas controladas e controladoras, possam explorar o mercado de direitos de eventos desportivos de forma ampla. Entendemos que esse assunto não está maduro para análise nesta oportunidade, sendo merecedor de tratamento específico por iniciativa própria, razão pela qual rejeito a presente emenda.

A Emenda nº 28-U altera o art. 21 para que seja apenas em território nacional a vedação aos instituidores de arranjos de pagamento e às instituições de pagamento de permitir ou dar curso a transações que tenham por finalidade a realização de apostas com pessoas jurídicas que não tenham recebido a autorização prevista nesta lei. Entendemos a preocupação da autora, mas a vedação neste dispositivo atinge apenas a eventuais transações com cassas de apostas não autorizadas dentro do território nacional, não abarcando outras jurisdições. Sendo assim, a emenda não deve ser acolhida.

As Emendas 19-U e 26-U propõem a inserção de dispositivo que trata da autenticação com protocolo de segurança das transações para efetivação de pagamento de apostas por meio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cartões. As emendas não devem ser acolhidas, pois tal matéria é tratada e constantemente atualizada por meio de resoluções do Banco Central do Brasil.

As Emendas 47-U e 73 alteram o art. 23, que determina ao agente operador de apostas a adoção de procedimentos de identificação que permitam verificar a validade da identidade dos apostadores, para inserir exigências adicionais de verificação de identidade, como tecnologia de reconhecimento facial ou confirmação via canais alternativos de comunicação informados pelo usuário. Julgamos que tais detalhamentos devem ficar ao critério do Ministério da Fazenda, que poderá manter as exigências dos procedimentos de identificação em consonância com a evolução da tecnologia.

A Emenda nº 23-U insere dois incisos ao art. 26, que veda a participação na condição de apostador de pessoa diagnosticada com ludopatia, por laudo médico. Entendemos que, apesar de meritória, a implementação dessa medida parece-nos de difícil alcance, com potencial de gerar alto custo de supervisão regulatória para os agentes e para a administração pública.

A Emenda nº 11-U altera o art. 29 para, essencialmente, excluir das vedações previstas ao agente operador de apostas acordos, promoções ou patrocínios firmados entre o agente operador e terceiros, notadamente, clubes esportivos. Entendemos que a emenda não merece prosperar.

As Emendas nº 18-U e 29-U alteram o art. 31 para permitir uma espécie de benefício tributário para apostadores, em que se pagaria imposto sobre a diferença entre o que se ganhou de prêmios e o valor gasto em apostas. A emenda não merece prosperar, pois fere princípios tributários.

A Emenda nº 21-U altera o art. 32 para dar destinação integral, e não metade, do valor dos prêmios não reclamados ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) até 31 de dezembro de 2035. Entendemos a preocupação da autora, mas tal alteração retira recursos para calamidades públicas, tão necessários nesses tempos de tragédias climáticas. Além disso, não prevê qual a destinação após o ano de 2023. Já a Emenda nº 24-U, o mesmo artigo, destina o mínimo de 10% dos recursos do Fies a estudantes das populações do campo, dos povos originários, incluídos os indígenas, e dos quilombolas. Embora meritórias, acreditamos que a redação original do projeto é mais equilibrada.

A Emenda nº 34-U altera o art. 34 para definir que a regulamentação do Ministério da Fazenda sobre as informações a serem prestadas pelos agentes operadores deve incluir “cadastro de apostadores”. O objetivo é proporcionar mais informações ao órgão regulador e proporcionar maior segurança aos apostadores. Entendemos mais adequado deixar para a regulamentação do Ministério da Fazenda o detalhamento das informações que julgar pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Emendas nºs 5-U, 7-U, 8-U, 10-U, 12-U, 17-U, 20-U, 22-U, 30-U, 32-U, 39-U, 43-U, 46-U, 49-U, 55, 71, 74 e 77 alteram o art. 51 do PL, o qual promove mudanças na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, voltada, precipuamente, à destinação dos recursos provenientes das loterias. Dessa forma, a análise das supracitadas emendas fará referência direta às alterações pretendidas na Lei 13.756, de 2018.

Nesse contexto, a Emenda nº 5-U insere dois parágrafos ao art. 29, para prever que o agente operador que obtiver a autorização, permissão ou concessão para explorar loterias de quota fixa não fica exonerado de negociar com as entidades organizadoras de competição, em conjunto com as entidades de prática esportiva, a cessão de direitos de uso de eventos esportivos reais, dados, marcas, apelidos, símbolos e similares; e que também será objeto de negociação o direito da organização nacional de administração da modalidade de perceber parcela da arrecadação quando os participantes do evento não integrarem o Sistema Nacional do Esporte (Sinesp).

A Emenda nº 5-U busca ainda inserir parágrafo ao art. 33-D, para impor ao agente operador, à administração pública e ao Banco Central, o dever de firmar acordos com as entidades nacionais de administração do esporte, visando ao repasse de informações para garantir o monitoramento na prevenção à manipulação de resultados. Por fim, pretende inserir parágrafo ao art. 35-D da referida lei, para configurar a possibilidade de cassação de autorização, extinção da permissão ou da concessão para exploração da loteria, na hipótese de utilização de denominações, apelidos, imagens, marcas e similares sem a devida celebração do instrumento contratual.

Estamos chegando na metade.

No mesmo sentido, a Emenda nº 77 também prestigia as entidades esportivas organizadoras das competições, a partir da necessidade de celebração de acordos comerciais de natureza privada a serem negociados pelos operadores com as entidades esportivas de forma individual ou coletiva. Essa emenda também estabelece que o agente operador somente poderá atuar no Brasil mediante cadastro atualizado na entidade nacional de administração do esporte da modalidade em que o evento for utilizado na aposta, ou, quando não houver entidade específica, no Comitê Olímpico do Brasil.

A Emenda nº 7-U altera o §1º-A do art. 30, para incluir, antes da destinação de recursos do produto da arrecadação, as deduções referentes aos insumos essenciais da atividade, tais como publicidade, propaganda, marketing, pessoal, e infraestrutura tecnológica, entre outras que venham a ser especificadas pelo Ministério da Fazenda. A Emenda nº 30-U possui idêntico teor.

A Emenda nº 8-U trata da Taxa de Fiscalização, prevista no art. 32. Busca assentar a dedução das importâncias previstas no §1º-A do art. 30 na base de incidência da referida taxa. Objetiva estabelecer ainda que a Taxa de Fiscalização não incidirá de acordo com as faixas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prêmios ofertados mensalmente, tal como previsto atualmente na Lei nº 13.756, de 2018, mas, sim, de acordo com as faixas de valores destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador.

A Emenda nº 43-U também aborda a Taxa de Fiscalização, alterando o teor do §5º do art. 32 para estabelecer que o valor decorrente da referida taxa deva ser utilizado para financiar o orçamento das instituições de fiscalização e controle por meio de recursos humanos, bem como desenvolvimento e aperfeiçoamento de ferramentas tecnológicas voltadas para impedir fraudes no mercado de jogos.

A Emenda nº 10-U pretende alterar a definição de eventos reais de temática esportiva a fim de afastar a atual previsão de exclusão daqueles eventos que envolvem exclusivamente a participação de menores de dezoito anos de idade. A justificativa decorre da elevada participação de menores de idade em esportes eletrônicos. No entanto, a nosso ver, a exclusão prevista no PL é salutar.

A Emenda nº 12-U acrescenta o art. 35-E à Lei nº 13.756, de 2018, com o fim de vedar a participação, em apostas esportivas, de pessoas formalmente inadimplentes, inclusive por pessoa interposta, na forma do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Tanto a Emenda nº 17-U quanto a Emenda nº 49-U destinam o percentual para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal (Funapol), previsto na Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997. Ambas retiram tais valores do montante proposto para a cobertura das despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa. Embora louvável a intenção, a diminuição do montante já destinado ao custeio e manutenção poderia comprometer a atividade do agente operador.

A Emenda nº 20-U pretende aumentar em 1% a destinação de recursos para a área de educação, remanejando, para tanto, da verba originalmente destinada à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa. Conforme já assentamos, embora louvável a intenção, a diminuição do montante já destinado ao custeio e manutenção poderia comprometer a atividade do agente operador.

Tanto a Emenda nº 22-U quanto a Emenda nº 39-U destinam o percentual de 2% para medidas de prevenção e mitigação de danos sociais decorrentes da ludopatia. Para tanto, ambas as emendas diminuem o percentual destinado à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria. Acatamos parcialmente essas emendas na forma de uma nova redação.

Tal iniciativa revela-se, a nosso ver, bastante louvável e meritória. No entanto, a retirada de recursos voltados às despesas de custeio e manutenção do agente operador poderia comprometer a própria atividade de exploração das apostas de quota fixa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, o referido percentual de 2% mostra-se elevado, uma vez que impactaria sobremaneira o setor que arcar com essa perda. Assim, acolhemos parcialmente as emendas, direcionando o montante de 0,50% ao Ministério da Saúde para o desenvolvimento de medidas de prevenção, controle e mitigação dos danos sociais advindos da prática de jogos.

A Emenda nº 32-U altera o art. 29 com o escopo de incluir o §2º e os incisos I a X, referentes à atuação da Caixa Econômica Federal, da Caixa Loterias S/A e dos permissionários lotéricos no mercado de apostas de quota fixa. Essa atuação ocorreria sem ônus da outorga.

A Emenda nº 46-U suprime as modificações feitas ao §1º do art. 29, mantendo-se, assim, a redação atual da Lei nº 13.756, de 2018. Na prática, a supressão refere-se ao vocábulo "virtuais", de modo que se possa permitir apenas as apostas relativas a eventos reais de temática esportiva.

A Emenda nº 55 pretende destinar os recursos arrecadados com taxas de autorização e multas ao Ministério do Esporte, bem como para outras instituições esportivas brasileiras.

A Emenda nº 71 buscar alterar a destinação de recursos decorrentes da exploração das loterias de prognósticos numéricos, estabelecida no art. 16 da Lei nº 13.756, de 2018. É nesta modalidade que se inserem jogos tradicionais como a Mega-Sena e a Quina. A nosso ver, tal modificação fugiria do escopo do PL nº 3.626, de 2023.

A Emenda nº 74 destina 0,05% do Comitê Brasileiro do Esporte Master (Cbem), remanejando essa verba daquela prevista originalmente do PL para o Ministério do Esporte. A esse respeito consideramos a emenda meritória, ao prestigiar segmento esportivo que carece de maior atenção pelo poder público, tendo em vista o poder do esporte master para promoção de saúde e do bem-estar. No entanto, entendemos que esse percentual de 0,05% deve advir não do Ministério do Esporte, diretamente relacionado com a temática do PL, mas, sim, do Ministério do Turismo, de modo como acolhemos parcialmente essa emenda na forma de uma nova redação.

Por fim, observamos a necessidade de destinação de recursos à entidade e à sociedade civil que desempenham um papel fundamental na promoção do bem-estar e na inclusão de diversas parcelas da população. Notadamente, a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes), a Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi) e a Cruz Vermelha Brasileira. Essas entidades foram incluídas na destinação prevista na Lei nº 13.756, de 2018, para os recursos advindos da loteria de prognósticos esportivos, a revelar o reconhecimento da importância da sua atuação social.

A Emenda nº 37-U altera o art. 55 para que, em vez de revogar o art. 1º do Decreto-Lei nº 204, de 1967, o mesmo passe a vigorar com a supressão da expressão “exclusivo da União não suscetível de concessão”, para que não se fragilizem os conceitos no que tange as Loterias Federais serem um serviço público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das Emendas nºs 14-U, 48-U e 61, pela rejeição das demais emendas apresentadas, e pelo oferecimento das seguintes emendas:

EMENDA Nº - CEsp

Dê-se ao parágrafo único do art. 12 do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, a seguinte redação:

"Art. 12.....

Parágrafo único. O valor estipulado a título de outorga fixa será limitado a, no máximo, R$30 milhões, considerado o limite de até duas marcas comerciais a serem exploradas pela pessoa jurídica em seus canais eletrônicos por ato de autorização."

EMENDA Nº - CEsp

Dê-se a seguinte redação ao §1-A do art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, na forma do art. 51 do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023:

"Art. 51. .....

'Art. 30.....

..... § 1-A.....

.....

III – 6,68% (seis inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) para a área do esporte, por meio da seguinte decomposição:

.....

j) 0,05% (cinco centésimos por cento) para o Comitê Brasileiro do Esporte Master.

.....

V – 4,30% (quatro inteiros e trinta centésimos por cento) para a área do turismo, por meio da seguinte decomposição:

a) 0,80% (oitenta centésimos por cento) para a Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur); e

b) 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) para o Ministério do Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao Ministério da Saúde, para medidas de prevenção, controle e mitigação de danos sociais advindos da prática de jogos nas áreas de saúde.
VII – 0,15% (quinze centésimos por cento) divididos entre as seguintes entidades da sociedade civil:
a) 0,05% (cinco centésimos por cento) para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes);
b) 0,05% (cinco centésimos por cento) para a Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi);
c) 0,05% (cinco centésimos por cento) para a Cruz Vermelha Brasileira.
.....
.....'" (NR)
EMENDA Nº - CEsp
Acrescenta ao art. 14 do Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, os seguintes parágrafos:
"Art.
14.....
.....
§ 3º Como forma de coibir a manipulação de resultados, na modalidade futebol ficam vedadas apostas sobre eventos isolados ocorridos durante o evento esportivo.
§ 4º Na modalidade futebol, consideram-se eventos isolados escanteio, lateral, cartão vermelho e amarelo.

Esse é o resumo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inscrevo-me também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só, antes...

Um minutinho, por gentileza.

Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar o Senador Romário, como Presidente desta Comissão de Esporte, porque considerei quase que irretocável o seu relatório.

Quero apenas anunciar aqui a todos os membros presentes, Senador Portinho, para mim o melhor advogado esportivo do Brasil...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... que deveria estar inclusive lá, e não aqui, como Senador, ganharia muito mais, inclusive.

Senadora Leila, querida irmã, Senador Girão, Senador Cleitinho, ontem, o Ministro competente e talentoso da Economia, Fernando Haddad, me convidou para um almoço e perguntou a minha opinião e alguns pontos sobre o relatório, porque poderá, Presidente Romário, haver um diálogo, que já começou, por sinal, para que, depois deste seu relatório aqui na Comissão de Esporte, tenhamos o Senador baiano Angelo Coronel como Relator na Comissão de Assuntos Econômicos e, aí, no Plenário, por fim, encerraria tendo eu como Relator em função de eu ter começado – o primeiro projeto foi apresentado por mim aqui no Senado – e em função deste, repito, acordo. É claro que, sendo feito esse acordo, eu vou aproveitar muitíssimo, para não dizer quase tudo, do que o senhor colocou muito bem aqui.

Então, eu vou ouvir os companheiros para a discussão da matéria e depois apresentarei os meus pontos, que ontem comentei com o Ministro Haddad, que, felizmente, concordou com todos eles, e espero que também haja aqui a concordância da maioria do Senado Federal.

Quem pediu primeiro a palavra foi o Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não. Foi o Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Foi o Senador Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pode.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas devia ser a nossa Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, eu quero ouvir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu coloquei a Leila como... mas ela disse que quer ouvir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Eduardo Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... eu não queria ouvi-lo; eu queria ouvir a Leila. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Todos nós.

Mas, olha, em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo, Senador Kajuru. O senhor foi o primeiro Senador aqui, neste Senado Federal, a levantar a importância de se debater esse assunto extremamente polêmico. Mas, olha, se tem matérias que a gente viu polêmicas nesses quatro anos e meio... Para mim, desde que eu cheguei aqui, esse é o assunto mais polêmico, mais perigoso, mais grave, porque nós estamos tratando da paixão nacional – porque aí, transcende o futebol, esporte brasileiro que é reconhecido no mundo todo. Um dos fatores pelos quais o Brasil é tão querido internacionalmente é justamente por aquela alegria dos nossos atletas. O porta-bandeira do país é o esporte brasileiro. Então, eu fico muito feliz em estar nesta Comissão recém-fundada.

Só o debate desse projeto aqui, com profundidade, já justifica a criação desta Comissão de Esporte. Olhem só a nossa responsabilidade como Senadores da República – o que nós estamos apenas, não somos; estamos –, mas como seres humanos preocupados com o patrimônio brasileiro, que é o esporte, e também com a população mais vulnerável, porque essa é a população atingida por isso aqui.

Quero cumprimentar o Senador Romário. Confesso que a nossa assessoria aqui teve que ser rápida, porque o relatório foi entregue hoje, pouco antes da sessão, e a gente deu uma pincelada em alguns pontos. Necessariamente vamos precisar de vista para mergulhar – vou pedir vista –, mas eu queria tecer alguns pontos aqui com os senhores para já começar um aperitivo desse debate.

É extremamente importante, Presidente, que a gente faça pelo menos duas audiências públicas sobre esse assunto – pelo menos. Vai ter uma na CAE, quinta-feira, amanhã, mas esta Comissão, que é a Comissão de Esporte, tem mais responsabilidade ainda. Então, eu sugeri alguns nomes aqui no nosso requerimento. Já conversando com a Senadora Leila, ela tem nomes para sugerir, o Senador Portinho tem nomes para sugerir, o Senador Cleitinho também, para que a gente possa fazer... Eu sei que existe uma urgência nesse projeto, mas a pressa é inimiga da perfeição, ainda mais com as consequências devastadoras que esse projeto aqui causa no Brasil.

Então, podemos fazer uma audiência pública na segunda-feira...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Terça, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... ou terça, porque a nossa Comissão aqui é às quartas – muito bem lembrado, Senadora Leila –, já que a deliberação, lá na CAE, nós já tivemos a informação, Presidente, que vai acontecer na próxima semana – a deliberação. Então, é o tempo em que a sociedade pode tomar conhecimento do que está aqui nesse relatório.

Mas eu queria alertar para o seguinte: eu fui Presidente do Fortaleza Esporte Clube. O Fortaleza Esporte Clube é meu grande amigo de infância, Senador Cleitinho. Eu entrava em campo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Girão, só rapidinho...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O senhor gostaria de aceitar aqui uma sugestão do Presidente Romário, com que eu concordei, de que essa nossa audiência pública fosse conjunta com a da Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Deixa eu falar, se os colegas permitirem, por que não seria o ideal: porque vai perder em qualidade, Senador Kajuru. Por quê? Porque os nomes sugeridos lá para a Comissão de Assuntos Econômicos são nomes mais voltados para a área econômica. Aqui nós vamos ouvir mais esporte, ouvir a população vulnerável, ouvir atletas, ouvir... – entendeu? –, fazer uma coisa mais ampla. Então, uma – eu estou sugerindo duas audiências públicas para cá –, mas que a gente fizesse pelo menos uma...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelo menos uma!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... pelo menos uma aqui! Essa era a solicitação.

Mas, para ser bem objetivo aqui – porque eu também quero ouvir a Senadora Leila, o Senador Portinho, o Senador Cleitinho –, eu fui Presidente do clube, e eu confesso que não... As coisas na vida, quando são assim despropositadas, quando não são planejadas, são todas com uma experiência mais forte. Eu não quis ser Presidente, mas fui levado à Presidência do clube para pacificá-lo. Os conselheiros me tiraram lá dos Estados Unidos, onde eu estava morando. Foi muito marcante para mim, porque meu projeto era lá, e voltei para assumir o clube na Série C do Campeonato Brasileiro, há oito anos, na Série C; quebrado financeiramente, três meses de folha atrasada. O Romário sabe... Sabe, não, porque ele só passou por clube; ele não sabe, mas também viveu isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. Então, com três meses de folha atrasada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Botou também.

A Diretoria estava brigada, funcionário com jogador... Era um negócio complicado, mas Deus abençoou para que a gente fizesse uma pacificação. Era chegada a hora e com todas as limitações e imperfeições, porque eu sei que tem muitas, mas deu tudo certo lá. Tudo fluiu, a bola entrou, porque a ética entrou, a cultura da paz entrou, inclusive o respeito ao nosso principal adversário, que é o Ceará.

E uma das coisas com que eu tive muito cuidado, Senador Kajuru, foi com relação a algo que tira a essência do esporte. O que é que tira... O esporte foi feito para quê? Vocês sabem muito mais do que eu, vocês são catedráticos nisso: foi feito para unir, para entreter. Ser saudável é a beleza do esporte. E eu sempre fui contra essa coisa de bebida alcoólica dentro de praça esportiva, Senador Cleitinho, e me posicionei sobre isso; um lobby poderosíssimo. O Senador Romário teve a coragem de votar contra na época da Copa do Mundo, para que se pudesse vender... Eu vi coisas dentro do estádio Castelão que eu jamais imaginaria ver por causa da bebida.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Imagine quando é esporte feminino!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Vai acontecer...

Imagine quando é esporte feminino, a Senadora Leila está dizendo.

Infelizmente, há tendência muito grande, segundo pesquisadores, de acontecer tragédia por causa disso, porque você já está ali, vibrando pelo seu time, naquela energia, vendo o outro – infelizmente se vê muito isso – como inimigo; você potencializa com a bebida, você sai da razão. E eu vi coisas acontecendo na Copa do Mundo, Senador Portinho. Eu não reconheci uma pessoa que conhecia desde a infância, porque estava bebendo; os filhos foram embora, a esposa pegou e foi embora chateada por causa de bebida.

Enfim, a gente sabe do poder do *lobby* e tal, mas isso aqui é muito mais danoso do que a bebida alcoólica em estádio – um dia eu espero que a consciência faça com que a gente volte atrás nesse aspecto –, porque aqui, quanto à essa questão das apostas *bets*, elas estão se entranhando de uma maneira tal que o torcedor está adoecendo, gente que nunca botou uma gota de álcool na boca. Senadora Leila, evangélico – a senhora sabe que eles são muito firmes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e álcool na boca. Senadora Leila, evangélicos – a senhora sabe que eles são muito firmes – estão me procurando, aos montes. No começo foi um. Eu falei para o Senador Kajuru e o Senador Romário. Mas a coisa está avançando tanto, que – eu estou toda semana, praticamente, agora, lá em Fortaleza – é uma fila de pessoas. Perderam. Perderam o dinheiro todo por causa de *bets.* Perderam o emprego, a família, e, em alguns casos, tentaram suicídio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Um deles te procurou, inclusive.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Procurou-me e eu mostrei para o senhor tudo; se dispôs a vir aqui. Vamos ver se nessa audiência, dependendo do prazo, a gente pode trazer o torcedor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas somente sobre o evangélico beber. Eu conheço muito evangélico cachaceiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim, mas isso não invalida o...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, claro que não. Mas só para não dizer que evangélico não bebe.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A questão dos atletas, Senador Kajuru. A questão de atletas, a manipulação que a gente está vendo; jogador sendo tirado, lá na Itália, da concentração. Os casos aqui pertinho – não vamos longe, não –, lá no seu estado, Goiás; no meu Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Lá começou tudo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Inclusive, o presidente do Vila Nova se dispôs a vir aqui, é um dos nomes que eu estou sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele que denunciou, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele que denunciou, teve a coragem de denunciar. Está se perdendo sabe o que, Senador Romário? Aquela essência, aquela pureza do futebol, aquela coisa... sabe? Está virando algo preocupante.

Eu trouxe só alguns dados. Eu já me excedi muito, e eu e eu quero ouvir, mas eu trouxe os seguintes dados aqui. Olha só os pontos que eu estou trazendo aqui, em que a gente vai se aprofundar. "As modalidades *online* aumentam o potencial de acesso ao jogo, os problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

associados e custos significativos sobre o sistema de saúde, de previdência, judicial, de supervisão, de segurança pública". Isso aqui são todos estudos, com fontes, com tudo.

Um estudo do Reino Unido... Lá se proibiu, não foi, Senador Portinho?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Faz tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Já se proibiu lá já, inclusive há propaganda... Porque você chega hoje para assistir a um futebol, que a gente adora... A gente gosta, é um negócio que a gente vem da infância. Eu sei que a Leila é flamenguista e tudo, mas ela gosta do vôlei, a que a gente também assiste e que está vivendo um momento bom agora, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – É.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É esporte. Você não aguenta mais assistir... Pelo menos no futebol, que é, semanalmente, a minha válvula de escape, meu *hobby*, rapaz, é o tempo todo "aposte, aposte, aposte". Não tem cristão que consiga se segurar num negócio daquele, porque vai no coração. É o time dele, a camisa tem o nome lá. É um jogador, um ídolo nosso que chega e diz, "olha, vamos apostar, vamos lá, é aqui...". Rapaz, não tem cristão que aguente.

O que nós estamos vendo aqui, Cleitinho, dessas pessoas que estão me procurando, é a ponta do *iceberg.* O que vai explodir de bola de neve depois, de gente adicta, vulnerável... E outra coisa: vai deixar de ser sócio torcedor, porque perdeu tudo, não vai poder ser sócio; vai deixar de ir para o estádio; vai pegar abuso, porque vai ficar com a marca para a vida toda, na família. Ave Maria! Não falo nem da família, não falo nem da família.

Então, um estudo do Reino Unido revelou que jogos *online* viciam quatro vezes mais do que os jogadores em geral. Jogos *online*, repito: quatro vezes mais do que jogadores em geral. Os jogos *online* ampliam as oportunidades de jogo, inclusive com acesso de 24 horas. E eu vi que no relatório apresentado tem uma coisa muito preocupante, que é a questão dos jogos ilegais, está certo?

–, dos jogos hoje ilegais *online* que estão indo para mesma plataforma desses jogos *bets*. Então, você está pegando caça-níquel, que não tem nada a ver, cassino, aquelas coisas de bingo, aquelas coisinhas estão indo para o projeto. Entendeu? Então, isso é muito preocupante.

Tem outros dados aqui que eu vou deixar, porque... Só um último: artigo do *The New York Times* indica que 50% a 80% dos ludopatas pensaram em tentar o suicídio. Repito, Senador Kajuru, 50% a 80% dos ludopatas... O que é ludopata? É o viciado em jogo, inclusive a Organização Mundial da Saúde assim classifica. Você sabe quanto é que aumenta... Você sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto é a média da população? Chuta quanto é dos ludopatas? De 50% a 80%, quanto é a média da população? Cinco por cento. Aumenta mais de dez vezes. E entre 13% e 20% tentaram ou conseguiram se matar. Sabe qual é a média da população? Meio por cento. Aqui é muito mais do que dez, porque dez seriam 5%. É entre 13% e 20% dos que tentaram. Então, é um negócio que não tem volta. É um caminho que vai o dedo, depois vai a mão, vai o braço.

Eu tenho muitos outros dados, mas eu acho que eu já me excedi. Nós vamos ter oportunidade de fazer esta audiência pública, de ouvir este debate. E eu quero apenas pedir, Sr. Presidente, que a gente possa fazer, até para ter qualidade, esta audiência pública segunda-feira ou terça – segunda ou terça –, já que nós vamos votar aqui na quarta, pelo que eu estou sentindo.

Então, muito obrigado. Que Deus nos abençoe e nos ilumine nessa decisão tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na terça, haverá já a leitura do relatório na CAE, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Parece-me que vai ser na terça-feira. E a CAE, amanhã, às 4h da tarde, fará uma audiência pública. Eu concordo com você, lá os convidados têm outra visão evidentemente, mas eu respeito, é um direito – assim foi combinado.

Senadora Leila do Vôlei, por gentileza, para a gente seguir o debate aqui desse assunto tão importante.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Para discutir.) – Cumprimento o Presidente da Comissão de Esporte, Senador Romário; o Vice também, Senador Kajuru, que está presidindo a sessão. Cumprimento aqui os colegas.

Bom, eu vou ser mais, assim, rápida. É perigoso – o Portinho está até falando aqui, mas essa é a preocupação – o jogo que o esporte está escolhendo, porque a gente sabe a fatia aqui do bolo, é uma fatia interessante para vários setores que aqui defendemos, um deles é o esporte, o turismo. Mas, assim, pela nossa responsabilidade enquanto Parlamentares, enquanto atleta que fui, eu acho que a gente não pode deixar de debater uma decisão tão, assim, complexa, tão polêmica que nós temos em mãos aqui.

E aí eu acho, já pedindo vênia ao Senador Romário e elogiando o trabalho dele, que esse projeto estando nas mãos do Romário, do Senador Romário, de certa forma me deixa tranquila, porque eu tenho certeza de que o Romário vai querer ouvir. Eu vou pedir vista, já agradecendo o trabalho do Romário, pedindo vênia a ele e a todos os colegas, porque nós precisamos mergulhar, independentemente do tempo que o Presidente der, se vai ter ou não a audiência, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir de agora é foco total nessa temática aqui, porque nós A partir de agora, é foco total nessa temática aqui, porque nós não estamos só tratando de recursos que vão ser importantes para vários setores, para pastas importantes do Governo, enfim... Não é isso. É o reflexo, todas as consequências que teremos depois, a médio e a longo prazo, se hoje formos acelerados, se hoje... "Ah! Vamos aprovar." Não, não vamos fazer isso, porque realmente nós precisamos debater as consequências desta decisão nesta Comissão, desses Senadores desta legislatura e deste Relator que está conduzindo, a médio e a longo prazo. Então, essa é uma responsabilidade muito grande.

Há a questão emocional, a questão financeira, a questão da relação sócio, torcedor e clube e as futuras gerações. Hoje, os jovens também estão ali direto. Existem regramentos que são fundamentais: identificação facial que não tem, eu não sei qual é a idade, o *timing* de acesso... Não é qualquer idade que vai poder...

Enfim, realmente, nós vamos ter que debater com maior profundidade, respeitando, porque a gente sabe que isso é uma realidade. Nós não podemos mais simplesmente dizer que não queremos, mas precisamos reforçar essas regras, precisamos ter uma maior responsabilidade, aprovando ou revendo o relatório, independentemente disso.

Eu faço um apelo aos dois Senadores, ao nosso Presidente Relator e ao nosso Vice, e a todos aqui para que, nesta semana aí, criemos a possibilidade de ter esta audiência, Senador Romário, e, na sequência, com certeza, fazer um debate mais produtivo, porque o relatório chegou agora, e foram pelo menos cem emendas apresentadas, apenas três ou quatro aprovadas... Eu acho que nós precisamos de um debate mais amadurecido. Claro, ficou na Câmara, ficou lá sendo debatido, mas a Câmara é a Câmara, e aqui, agora, estamos no Senado. A gente tem que cumprir com a nossa responsabilidade.

Como Senadora, mulher, ex-atleta e base de Governo também, peço vista do projeto, já agradecendo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado ao Senador Eduardo Girão, obrigado à Senadora Leira do Vôlei.

Senador Carlos Portinho, por fineza, com a palavra, enriquecendo este debate.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Esta é uma Comissão muito importante, e aqui ela só reforça a sua importância, como disse o Senador Girão, na apreciação desta matéria, porque aqui – a CAE talvez tenha um viés mais econômico – a gente está preocupado com o esporte. E ter o Senador Romário relatando é fundamental, porque ele é um ídolo, ele é um símbolo do esporte nacional, assim como a gente poder ter aqui, na discussão, a Senadora Leila, de igual maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Senador Girão, eu dou minhas contribuições em outro campo do esporte, o campo jurídico. Já me manifestei e acho que a gente vai, lá na frente, se arrepender.

Mas é verdade: o esporte escolheu as apostas. Então, não interessa o que o Portinho acha, com toda sinceridade, porque o esporte já escolheu as apostas como o seu principal patrocinador. É uma pena.

Eu gosto sempre de citar isto: eu estava no Maracanã, meu time ganhava de 2x0, estava prestes a fazer o terceiro gol, e um torcedor do meu time, do meu lado, torcia contra o terceiro gol, porque senão ele não ganharia a aposta porque ele apostou no resultado 2x0. É isso que faz a aposta, Girão. Essa essência do esporte é que o próprio esporte escolheu sacrificar, porque o esporte escolheu as apostas. Lamento que tenha acontecido.

Então, não sou eu que vou aqui me posicionar contra a lei. A gente tem que regular, regulamentar de uma forma que a gente proteja a saúde, o que, aliás, é um dever constitucional, e o Estado vai ter que prover meios para isso, porque vai aumentar a procura por psicólogo, por grupos de jogadores anônimos. Eu não sei... O SUS já é sobrecarregado com tudo que tem hoje, e a gente vai estar sobrecarregando ainda mais. Então, é bom que parte desse recurso vá, sim, para o Ministério da Saúde.

A outra preocupação – e aí eu faço um apelo ao Senador Romário e à Senadora Leila para o apoio – é o atleta. É o atleta, porque a manipulação de resultado nos esportes reais depende da participação de um atleta ou de um árbitro. E são eles que estão sendo sacrificados, como no caso aí de Goiânia, que, graças a Deus... Se não fosse o Vila Nova, a gente não saberia do que estava acontecendo. Ali foi a ponta, e a gente tem que proteger o atleta. Tem que proteger, Senador Romário, a imagem do atleta.

Quando eu apresento a emenda, Senador Cleitinho, que foi rejeitada... Mas eu faço um apelo, aí é de atleta para atleta, eu até me deixo de fora. Quando tem um atleta fazendo uma propaganda de uma casa de aposta, e essa casa de aposta... E geralmente não são as casas de aposta, também deixo registrado, que manipulam o resultado em jogos reais. Geralmente não são; elas são vítimas. Mas a imagem do atleta que fez a propaganda fica tão vinculada quanto a imagem da casa de aposta. E eu estou aqui para proteger o atleta.

Então, quando eu faço uma emenda que obriga, que na verdade veda a propaganda individual, eu estou olhando para preservar a imagem do atleta, Senador Romário, porque, se apenas um atleta faz, a imagem dele está associada.

E vou dar um exemplo recente, numa outra questão. Olha o que aconteceu na Câmara com o Ronaldinho Gaúcho, porque fez a propaganda de uma criptomoeda, e está lá na CPI respondendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês verem como é que... A gente tem que ter cuidado com a imagem do atleta. O dever, o direito de contratar, eu não tenho dúvida nenhuma, é uma liberdade individual, mas ele pode, sim, dentro desse escopo, sofrer uma restrição, que não é um impedimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Ele foi indiciado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele foi indiciado pela CPI.

Não é um impedimento, é uma limitação. E isso faria com que, pelo menos, mais de um atleta estivesse vinculado, porque é muito mais difícil você associar uma manipulação num esporte coletivo, por exemplo. Num esporte individual, é perigoso; num tênis...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Eu acho que ele estando na função ainda como atleta...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu até iria... A minha emenda original seria para proibir que o atleta em atividade fizesse propaganda. Mas é isso, os atletas também escolheram as apostas como o esporte escolheu as apostas. Eu não vou mexer lá no ganha-pão do atleta. Agora, preservar a imagem dele, obrigando que mais de um atleta, que seja feito através do seu sindicato, da federação de atletas, de uma federação esportiva, de uma confederação, eu acho que é um zelo, Senador Romário.

Eu faço um apelo: eu não vou destacar esta emenda. Por isso, faço um apelo, porque temos aqui atletas e temos que preservá-los.

Uma outra emenda minha, que, neste pedido de vista, é boa para a gente poder discutir – esta, possivelmente, eu vou destacar –: quando a lei exige a identificação do jogador na plataforma, porque não exigir a identificação facial? Como é que a gente sabe que não é uma criança que está jogando, um adolescente? Como é que a gente sabe que não é um atleta? E aí a autorregulamentação das federações esportivas e dos clubes podem limitar o atleta. E muitos contratos já são feitos assim hoje, limitando que o atleta aposte.

Mas quem se autorregulamentou como é que você vai fiscalizar? Se você exigir o reconhecimento facial. "Ah, mas isso é muito complicado." Não; para você abrir uma conta num banco digital, a primeira coisa que ele pede é a identificação facial.

A gente tem que ter o cuidado com o apostador e evitar que crianças, que adolescentes, que já são torpedeados – torpedeados – pela propaganda, participem do jogo de forma precoce.

E, por isso, eu faço também um apelo, Senador Romário: incluir a identificação facial, que é um instrumento simples hoje em dia. Você viu o caso do Paquetá, Senador Kajuru, lá na Inglaterra, onde é proibido – devia estar aqui na lei, proibindo o atleta de participar, mas não está,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e espero e sei que muitos clubes e federações já estão colocando nos seus regulamentos. Na Inglaterra, o Paquetá, pegaram... Não foi ele, mas, pela identificação facial, viram que era uma pessoa ligada, próxima a ele.

Então, eu acho que é um cuidado. De novo: é um cuidado com o atleta, é um cuidado com o apostador. É o sentido, tenho certeza. Participei de um debate outro dia com casas de apostas. As casas de apostas não querem atingir as crianças. Não é o público-alvo das casas de apostas. Então, vamos ser honestos, todo mundo: as casas de apostas e o legislador. Então, vamos evitar, criar dificuldade.

A identificação facial é fundamental, Senador Romário. Peço, com todas as vênias, sua ponderação a respeito.

Assim como, Senador Kajuru, eu vi a sua emenda sobre a limitação da propaganda. A minha limitava no horário, seguindo a da cerveja a do Girão também; limitava a do horário, seguindo a do cigarro, que é um pouco mais tarde; a sua deixa para regulamentação do Ministério da Fazenda. Eu não vou destacar a minha, vou acompanhar a sua, que foi aceita pelo Relator, porque eu insisto: não são as crianças e os adolescentes o público-alvo das casas de apostas, então sejamos todos honestos e vamos criar dificuldade.

Queria agradecer ao Senador Romário. Acho que a minha assessoria já fez contato com a sua, Senador, porque eu vi que na parte final, V. Exa. admitiu o percentual para a confederação do esporte máster. Sabia que V. Exa. acataria, porque, assim como a Senadora Leila, nós nos comprometemos na Lei Geral do Esporte, e essa foi a nossa oportunidade de pagar o nosso compromisso, no bom sentido.

Acho que se tem que fazer só um ajuste porque, no corpo do texto, ela está como recusada, mas ela foi admitida. Apenas o percentual não sai do Ministério dos Esportes, sai do Ministério do Turismo, que já está recebendo também muito recurso para a Embratur – o Ministério do Turismo –, então, tira um pouquinho para o máster, porque, muitas vezes, atletas que tiveram uma vida boa enquanto atletas, vivem hoje na pobreza e vivem da prática do esporte máster, dos jogos de exibição e tudo mais.

Então, quero agradecer ao Senador Romário, em nome inclusive do nosso campeão Djan Madruga, da natação, que, junto com o Deputado Luiz Lima, nosso grande campeão olímpico, nadador também, me procurou para apoiar essa emenda sobre o máster, que o Senador Romário muito bem acatou.

Tem uma outra emenda que eu, até discutindo com... Neste debate, tinha casa de aposta, tinha o instituto do jogo legal, e eu a cogitei e foi muito bem recebida. A lei precisa exigir dos agentes operadores alguma certificação, seja nacional, seja internacional, até porque amanhã... A gente já viu isso na lei dos bingos, que não deu certo e voltou atrás, porque o jogo do bicho tomou de assalto, o tráfico tomou de assalto. Então, se a gente não exigir o mínimo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certificação, seja nacional, seja internacional, dos agentes operadores das apostas, a gente está deixando uma porta aberta que me preocupa muito, Senadores. Aliás, já me preocupa hoje, porque eu nunca vi a disseminação de tanta casa de aposta. Não sei se elas fracionam para o apostador ser enganado, achar que está postando numa, e tudo é do mesmo grupo econômico. Porque eu nunca vi tamanha proliferação de casas de aposta.

Então, a gente tem um valor da outorga, da concessão, da autorização na verdade, que eu acho que não pode ser o valor máximo de 30 milhões. Primeiro porque a gente está fixando o valor em real, e não sei se 30 milhões daqui a dez anos valem os 30 milhões de hoje. E, segundo, se a gente estabelece o máximo de quanto eles vão pagar para autorização, se esse produto tiver valorizado ou tiver uma proliferação e o Estado quiser reduzir ou quiser uma vantagem maior, a gente está limitando o poder do Estado. Por que criar um teto do pagamento da autorização? Eu entendo o valor mínimo, agora, o valor máximo... Até 30 milhões é o máximo que se pode cobrar, por quê? E, se você quiser restringir; já tem muita casa de aposta e você quer restringir? Você aumenta o valor da autorização. E, se você... Enfim, eu acho que é um instrumento do Estado. Eu acho que a gente limitar em valor de real... Inclusive, queria também registrar que eu tenho uma emenda a respeito disso – queria registrar isso.

Eu estou destacando uma emenda também com o Senador Girão, que é sobre... A sua, Senador Girão, era a do horário, que eu já estou acompanhando e estou retirando.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Permitindo o jogo ilegal...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, e aí entro talvez na questão mais polêmica, para a qual eu peço a reflexão de todos.

A gente está muito preocupado com a manipulação, porque ela existe, existe no jogo real – real. No jogo coletivo é difícil, às vezes, você chegar ao resultado, mas a gente viu que há. Imagine, Senador Cleitinho, o que a lei está fazendo – e não era o texto original –: está permitindo que também haja aposta em jogos virtuais. Está falando de cassino, de caça-níquel, ou seja, está liberando o jogo no Brasil. Vamos falar português, claro, gente! A lei está liberando geral o jogo no Brasil. Depois vai vir a lei do *resort*, mas isso vai passar primeiro nessa, se assim se mantiver este texto. Agora, a manipulação de resultado no jogo virtual é a coisa mais corriqueira. Você já viu algum cassino perder, a banca perder? A gente sabe que, no jogo virtual, se ele quiser, ele mexe ali, para o apostador ganhar de vez em quando, aí ele aposta mais, porque ele está ganhando; aí, daqui a pouco, ele começa a perder, começa a perder, começa a perder; aí, daqui a pouco, ele ganha um pouquinho, "Opa, estou ganhando de novo!", aí ele aposta mais, aposta mais e perde tudo depois. A gente vai liberar o jogo geral, é isso?

Eu pergunto até se os Senadores evangélicos – porque isso foi uma discussão que teve na Câmara – foram consultados. Isso vai ser, Girão, a maior desgraça. Vamos fazer um balão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ensaio, começar com as apostas fixas em jogos reais, em que a manipulação de resultado, embora aconteça, é muito mais difícil. Vamos ver se dá certo. Porque o bingo não deu certo, gente; teve que voltar atrás. E era a Lei Zico, do meu ídolo. Ficou manchado, porque foi tomado aí de tráfico, de jogo de bicho e tudo. Então, a gente está liberando o jogo de bicho virtual nessa lei, porque, depois que abrir a porta, vai passar a boiada toda. Um negócio em que, muitas vezes – aí, sim, eu posso falar –, é manipulado o resultado, e você não tem nem como descobrir.

Essa emenda eu estou destacando; não estava no texto original, a gente estava tratando de jogos, aposta fixa em jogos reais. Jogos virtuais, do jeito que está, passível, sujeito à manipulação, é um "liberou geral" do jogo no Brasil. Vamos ter responsabilidade no que a gente está fazendo. Aí eu acho que é demais, gente. Se o esporte escolheu as apostas, vá lá. Eu não vou ser contrário, vamos regular e acertar aqui. Agora, jogo virtual ninguém escolheu. Quem está escolhendo é o legislador. Vamos deixar claro quem está escolhendo. Então, essa vai ser destacada.

E eu acho que a gente deve, numa audiência pública, discutir mais. Porque, vamos falar português claro, se quer liberar o jogo, então vamos fazer um projeto só para isso. Então, faz o projeto dos *resorts* para gerar emprego – pelo menos tinha um argumento, que eu acho até que é falho hoje em dia, mas tudo bem. Agora, no virtual, nem emprego está gerando. É máquina; máquina viciada.

Queria deixar essas ponderações, Relator, e deixar um campo aberto para a gente tentar alcançar consensos, o que eu acho possível, porque sei que a mesma preocupação que eu tenho com a imagem do atleta, com o alcance da publicidade às crianças, reconhecimento facial... Acho bem palatáveis essas emendas, que não prejudicam o jogo, mas restringem a quem tem que ser restrito, principalmente a crianças e adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Cleitinho, quer também fazer a discussão?

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Quero deixar aqui só uma passagem de contribuição rápida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Embora o Cleitinho – eu o conheço bem – seja de ir ao Mineirão e perguntar quem é a bola, quanto ao assunto ele é preparadíssimo para discutir.

Por favor.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Para discutir.) – Eu quero só deixar minha parcela de contribuição aqui. Fui muito bem contemplado pelos Senadores que falaram antes de mim aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teve uma pesquisa no *site* do Senado, que terminou agora, em que 1,3 mil pessoas votaram nessa matéria – 1,3 mil pessoas, gente –: 14 votaram favoravelmente; 1.286 votaram contra – 99% são contra a matéria. Então, acho que a gente aqui é representante do povo, a gente tem que ouvir o povo.

E uma situação de que eu queria falar é: eu sou sempre a favor de menos Estado, acho que o Estado tem que interferir o menos possível na vida do cidadão; mas eu não sou contra o Estado. O Estado é importante para poder organizar e equilibrar. A gente sabe que o ser humano é desobediente desde a época de Adão e Eva – já mostrou isso, que ele é desobediente. Então, às vezes, o Estado precisa entrar nas situações, como nessa de aposta aí, para poder equilibrar.

E, assim, essa questão de aposta, gente, não é só questão de esporte e de saúde, não; ela é de economia. Eu posso falar de amigo meu que começou a jogar esse jogo e estava batendo no peito, falando assim: "Olha, eu ganhei R$20 mil, ganhei R$30 mil". Passaram uns cinco meses, Romário, fui perguntar, e ele falou assim: "Eu estou quebrado, não tenho dinheiro nenhum mais". Então, mexe na economia do país também, porque a maioria das pessoas ficam é quebradas.

E isso tira a essência do que é o esporte, do que a gente quer do esporte mesmo, principalmente o torcedor e o jogador. Vou dar um exemplo do futebol: semana passada, jogaram Brasil e Venezuela. Garanto que muita gente jogou para a Venezuela ganhar, porque o valor era mais alto. Estava lá torcendo contra o Brasil.

Então, a gente tem que fazer essa audiência pública aqui mesmo, a gente tem que debater mais, para que a gente possa não dar mais prejuízo para o cidadão brasileiro. Porque é o que eu estou falando: isso é ser humano, gente; ser humano é desobediente desde a época de Adão e Eva.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço, Senador Cleitinho.

Eu só gostaria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só um aviso, se o senhor puder permitir, porque é uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Está bem.

Por gentileza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para comunicação inadiável.) – Hoje é o aniversário do Fortaleza...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, é? Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... coincidentemente. Os 105 anos do Fortaleza, que vai ter uma... (*Palmas.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que vai ter uma decisão da vida, o jogo mais importante dos 105 anos, Romário, contra a LDU, lá no Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu vou apostar na LDU.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Girão, deixa eu falar aqui, porque eu estou profetizando tudo.

Eu não jogo não – viu, gente? –, mas ele me perguntou do jogo da seleção do Brasil na semana passada, disse "vai dar empate". Eu falei assim: o Brasil vai perder. E acertei o resultado do Fortaleza e Corinthians – não foi? –, 2 a 1 para o Fortaleza. Deu Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E agora?

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – O Fortaleza vai ser campeão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em nome de Jesus.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Mas não vou jogar não, viu, gente? (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Só para complementar um dado, porque olha... alto nível, viu, Romário? Parabéns.

Neste debate, Kajuru, vocês estão de parabéns, os que estão comandando aqui. O que a gente ouviu da Leila, o que ouviu do Portinho... Olhe como esse grupo é multidisciplinar. Olhe só: tem um que foi dirigente de um clube; tem um dos maiores homens do direito esportivo no país; Cleitinho, um homem do povo – a humildade desse homem aqui é um presente trazer para cá –; Kajuru, jornalista esportivo, combativo inclusive contra jogo – eu o conheci contra essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história de cassino, de bingo, em que você segurou as pontas em momentos delicados da nação –; e o Romário...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu quase morri, não é?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mexi com bicheiro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu sei. Isso aqui é pesado.

... e o Romário, que é o *hors concours* da gente aqui.

Então, só para dar uma informação importante, que é fundamental para a gente entender: o jogo de azar, Romário – o jogo de azar, Senador – faz uma canibalização. Esse dinheiro que é colocado pelo brasileiro em aposta não é só o da comida que sai da mesa dele, não, da família dele; é um dinheiro que vai sair do comércio – comércio: restaurante, loja, lazer com a família dele. Esse dinheiro vai para essas casas de aposta.

O que o Senador Portinho colocou agora aqui... Olhe a gravidade disso: é 70% o lucro, Portinho, desses jogos que você falou, virtuais, desses que são ilegais hoje e que o projeto está contemplando – mas não tem nada a ver com o projeto inicial –, é 70% o lucro. Você sabe quanto é o dos *bets*? É 30%. Já cai. Então, por quê?

São coisas... A gente tem que preservar. A nossa responsabilidade é muito grande com essa matéria, porque nós vamos embora, Kajuru. Daqui a alguns anos, nós vamos embora. A vida é passageira para todo mundo, mas a consciência... Eu tenho a minha fé. A consciência da gente por uma atitude, por botar o nosso dedo lá para votar uma matéria dessas, e, daqui a pouco, ver pessoas se suicidando, se matando... porque é isso que vai acontecer. É paixão nacional. É isso que já está acontecendo. É muito grande, por isso exige um profundo debate aqui nesta Casa, e eu espero muito que todos nós possamos ter essa matéria à exaustão debatida antes de votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, Senador Girão.

Antes de voltar a Presidência ao nosso ídolo e irmão Romário, eu queria colocar aqui – para reflexão, ouvir as opiniões de todos – a questão da licença. Falei isso para o Ministro Haddad, e ele, inclusive, concordou comigo; eu achei até que ele iria discordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da licença me preocupa, porque eu ouvi vários donos de casas de apostas – o Girão sabe, fui procurado por eles – quando eu apresentei aqui o projeto de lei, juntamente com o General Hamilton Mourão, que me acompanhou.

A licença, para mim, tem que ser proporcional, ou seja, de acordo com o tamanho da casa. Se você fixar em R$30 milhões a licença, qual é o risco que nós corremos? O risco de Portugal. O Governo de Portugal colocou um valor alto, e as casas de apostas que não tinham condições de pagar essa licença, o que elas fizeram? Elas foram para a clandestinidade, foram embora de Portugal, levaram os apostadores, e o Governo português perdeu 35 milhões de euros em tributos.

Então, para mim, ela tinha que ser – e eu disse ao Ministro Haddad – proporcional. De acordo com o tamanho da casa, você estipula e dá um prazo de três anos, de cinco anos – aí a gente discute. Agora, ao fixar em R$30 milhões, nós corremos esse risco...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas é o teto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... de virar jogo do bicho, de virar clandestinidade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o teto, Kajuru.

Eu acho até que a lei não deveria trazer valor, até porque R$30 milhões hoje vale uma coisa e, daqui a dez anos, vale outra. Eu acho que até não deveria. Isso deveria ser por regulamentação do ministério, é política pública. Se o cara quer arrecadar mais, se o cara quer ter mais casas de apostas, menos casas de apostas, evitar a clandestinidade, aí é política pública do Executivo.

O problema é que o projeto de lei fixa um teto. É isso que eu não entendo. Por que um teto? Eu acho que deveria ser que nem a sua do horário – em que eu estava fixando o horário e abri mão e acompanho. Acho que também isso é política pública. O governo é que vai regulamentar a publicidade disso, o.k., evitando criança, como é a sua emenda.

Com relação ao valor da licença, eu concordo. Eu acho que tem que ser regulamentado pelo governo. Se ele vai arrecadar mais, menos, promover concorrência; isso é política pública. Agora, a lei fixa um teto, ou seja, não se pode cobrar mais de R$30 milhões. Por que não?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem casa que tem condições de pagar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu nem vou entrar... Eu só queria entender por que fixar um teto. Eu acho que não tinha que ter valor nenhum, não; é regulamentação do governo. É lógico que ele vai ter que fazer um preço – num ano, pelo menos, num período – igual para todo mundo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Posso colaborar, Senador Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim.

Apenas dizendo, Senador Girão, esperando a sua colaboração: eu estou muito preocupado, Presidente Romário, com essa questão da divisão do imposto, se ele vai ser 18% ou 23%. Por quê? Não sei se vocês vão concordar.

Eu entendo que é um absurdo. A CBF, sabe quanto ela está querendo? Ela quer 5% dos impostos. Gente, a CBF é uma empresa privada - perfeito? –, que você não sabe quanto fatura, porque ela não presta contas. Ela fatura bilhões – e a gente sabe quem é que já enriqueceu com esses bilhões nela, a CBF. A CBF tinha era que pagar imposto. Ela não tem dono; você não sabe quanto é que ela fatura; você não sabe, portanto, quanto ela paga de imposto. Como é que ela pode querer 5% dos impostos? Não tem cabimento.

Então, eu disse isso ao Ministro Haddad. A Polícia Federal precisa ter uma participação, porque é ela que vai ficar investigando a manipulação de resultados...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Claro, o imposto tem que ser para ela e para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E para a saúde.

Então, essa questão dos impostos tem que ser bem debatida, bem discutida, porque senão nós vamos cometer aqui erros graves e injustiças inaceitáveis.

A sua colaboração, Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Com todo o respeito à CBF, Senador Kajuru – e eu estou com você... E ela esteve sentada aqui na minha frente! O senhor estava aqui, o Senador Romário estava, quando nós participamos aqui de uma audiência histórica, sobre o racismo no futebol. E eu disse, sobre essa questão de jogo de aposta: vocês estão matando a galinha dos ovos de ouro.

Porque, eu confesso, eu tenho uma divergência com os irmãos. Perdoem-me, mas, assim... Eu vi aqui que o texto reduz: de 10% da arrecadação que ia para a seguridade social, que é o grande gargalo hoje no Brasil, ficou apenas 2%; e os outros setores... Por exemplo, o esporte foi para 6,63%, e o turismo, 5%; justamente aquela parte que foi entregue para o chamado centrão, porque aí tem uma questão política envolvida. Você tira da seguridade social e coloca em pastas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí cujo objetivo é aquele... Com todo o respeito, é um "toma lá, dá cá", aqui nesse caso. Então, isso é bom para quem? Para o povo que não é. Para o esporte que não é. Porque essa aqui vai ser... é outra coisa.

E um detalhe, eu não sei se essa informação você tem: as casas lotéricas, Senador Romário, Presidente – está aqui uma nota técnica da Associação dos Lotéricos, que geram quase cem mil empregos no Brasil hoje – estão desesperadas. É uma nota técnica contra esse PL, para reprovar esse PL.

As outorgas de que o senhor falou, os valores de outorga. Olha, com todo o respeito, o Governo... Você ganhar dinheiro de tributo de algo que vai gastar três vezes mais com o problema mental da população, com saúde da população, com segurança pública... Não tem dinheiro no mundo que vá compensar o estrago social dos vulneráveis. Então, o Governo português ganhou em ter errado na questão da outorga aí e ter perdido os apostadores para outro lugar. Eu espero que não tenham voltado atrás, eu não sei a história lá de Portugal – na realidade eu vou até pesquisar –, mas eu acredito que... Como a Inglaterra fez: a partir do ano que vem, não vai poder mais ter patrocínio em camisa de clube. Está certo! Está certo, a gente tem que preservar o torcedor, a beleza do esporte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O.k.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, posso só fazer um acréscimo? Porque eu tinha uma emenda aglutinada com outras questões, mas eu queria levantar... Depois até à minha assessoria eu vou pedir para que destaque... destaque, não, separe essa emenda.

É uma questão que não está sendo levada em consideração, que são os direitos patrimoniais... imateriais, na verdade, dos clubes. Porque a gente até viu agora, recentemente, nessa disputa aí das ligas, que uma liga estava fazendo propaganda usando os escudos de outros clubes. Inclusive, foi suspenso um fundo pela CVM, por conta dessa publicidade, que era enganosa. E a gente tem que tomar esse cuidado também, porque tem que ter na lei a obrigação de ter a autorização dos clubes para o uso das suas imagens, símbolos, sua propriedade imaterial. A lei não traz isso, então, hoje, uma casa de apostas, para pegar o escudo do Flamengo, do Vasco, botar lá... E aí o Flamengo e o Vasco vão ter que se acertar com a federação que recebeu ou com a confederação que vai receber um quinhão. Não é assim, não! Não é assim, não. Isso é direito; é propriedade imaterial.

Eu peço até para a minha assessoria, porque estava aglutinada em outra emenda, mas essa eu também vou defender, e peço também a reflexão do Senador Romário a respeito. A gente tem que preservar, e não pode ter a pirataria no uso dos dísticos, dos símbolos por parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas casas de apostas. E, sim, elas vão ter que pagar, não é isso? Então, que elas paguem aos clubes para poderem usar os seus símbolos e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Eu vou deixar para o Presidente Romário, naturalmente, a decisão sobre a audiência pública, a data e a escolha de nomes. Eu apenas já deixei clara aqui a questão da publicidade e agradeço ao Senador Portinho por ter concordado, ao Senador Girão por ter compreendido, pois entendo que os veículos de comunicação não podem ser culpados por uma ilegalidade de uma casa de apostas. Isso é uma questão da Justiça, e não do veículo de comunicação. A gente já, no Brasil, não tem mais programa infantil. Por quê? Porque foram cortadas as publicidades. Hoje não tem mais programa infantil na televisão brasileira, que era aquilo que toda criança amava.

Então, eu declaro concedida a vista coletiva ao Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, pelo prazo de 24 horas, nos termos do art. 375, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Devolvo a Presidência desta Comissão de Esportes, neste dia importante e histórico da leitura do primeiro relatório, esperado por todo o Brasil e apresentado pelo Senador Romário, e volta ele, nosso amigo, nosso irmão, nosso ídolo, à Presidência desta Comissão.

Presidente, por fineza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem. Obrigado, Senador Kajuru.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sobre o requerimento de audiência pública, ele foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Encontram-se aqui, sobre a mesa, o Requerimento nº 22, de 2023, de autoria do Senador Eduardo Girão; o Requerimento nº 23, de 2023, de autoria do Senador Carlos Portinho; e o Requerimento nº 25, de 2023, de autoria do Senador Fernando Dueire.

Consulto os Senadores e Senadoras se podemos incluí-los para apreciação como itens extrapauta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão dos itens extrapauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu queria depois apresentar um nome para essa audiência também, Senador Romário, mas eu não estou com ele aqui agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 5.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 22, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da prática de apostas de cota fixa nas constatadas manipulações de resultados e o envolvimento dessa atividade com organizações criminosas.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

Concedo a palavra ao Senador Girão, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Já defendi.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em votação simbólica o requerimento.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Da mesma forma, Senador Portinho. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Senador Fernando Dueire, da mesma forma.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(São os seguintes os itens:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 23, DE 2023

Requer que, na Audiência Pública objeto do REQ 19/2023 - CEsp, seja incluído como convidado o Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF.

Autoria: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE N° 25, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 16/2023 - CEsp seja incluído um convidado.

Autoria: Senador Fernando Dueire (MDB/PE).)

Informo que iremos suspender a presente reunião por alguns minutos para...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Desculpe, Sr. Presidente, eu tenho... Já aprovou?

Perdão, porque o confesso que estava alheio...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Tem o do Senador Cleitinho também, não é, Senador Romário?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tem o pedido de audiência pública do Senador Cleitinho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aqui, não. Hoje?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não foi pedido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Está documentado?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Estava no sistema. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não foi pedido, não. Espere aí. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Segunda-feira é a data da reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Terça tem muita coisa aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tentarei. (*Pausa.*)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 24, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater e discutir sobre os jogos de azar e suas consequências e impactos na saúde mental da população brasileira.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Cleitinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, só uma pergunta, por fineza.

Eu tenho uma cirurgia na segunda-feira, às 3h da tarde, no DF Star. Essa audiência pública seria pela manhã?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Às 10h. Às 10h está bom?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Dez horas da manhã?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu ia fazer o requerimento inverso, para que ela fosse às quatro, mas o seu caso é de saúde.

Eu acho que eu não vou poder participar, mas...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. *Fora do microfone*.) – Nem eu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você pode participar *online*, não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Claro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É... Eu tenho uma consulta às 10h, mas tudo bem, isso é um problema pessoal meu; a sua é mais séria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É sempre importante os autores dos requerimentos estarem presentes para presidirem as reuniões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Eu vou estar.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Então, é melhor retirar o meu requerimento, Presidente, porque eu não estarei presente aqui segunda-feira. Eu chego à noite. Eu tenho uns compromissos...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, mas, no caso desses requerimentos, será presidida pelo Senador...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Pelo Girão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Eu posso estar, mas, se pudesse botar terça...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Informo que iremos suspender a presente reunião por alguns minutos para prepararmos a segunda parte da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos pela presença.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A segunda parte é sobre o VAR, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso, e V. Exa. será o Presidente dessa reunião.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vai ser remota? (*Fora do microfone.*)

A do VAR é remota, não é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A segunda parte é a audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 5.926, de 2019, que institui o Programa de Transparência dos Árbitros Assistentes de Vídeos e dos Áudios no futebol brasileiro, em atenção ao Requerimento nº 10, de 2023, da CEsp, de autoria do Senador Carlos Portinho, a quem passarei a Presidência desta reunião.

Nesta audiência, teremos a participação de nove convidados, que serão divididos em dois grupos. Serão convidados para tomar lugar à mesa inicialmente os seguintes convidados – o Senador Portinho chamará os convidados.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Senador Portinho, por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Vou dar início, até porque temos presentes aqui alguns dos convidados. Peço desculpa, mas o tema anterior era caloroso e também do interesse do esporte e de todos nós.

Abrindo a audiência...

Nesta audiência, teremos a participação de nove convidados, que serão divididos em dois grupos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para tomar lugar à mesa, ao meu lado, o Sr. José Luís Ferrarezi, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, representando o Ministério do Esporte, o nosso Ministro Fufuca – não sei se o José Luís Ferrarezi já está presente... Ah, perdão. Muito obrigado.

Convido o Sr. José Carlos Silveira Barbosa, Consultor Legislativo do Senado.

Espere aí. Eu vou inverter aqui a assessoria.

Eu estou aqui com o Dr. José Perdiz, Presidente do STJD, e queria convidá-lo à mesa; e convidar uma grande mulher aqui à mesa, a Dra. Renata Mansur, que é Presidente da Comissão de Direito Desportivo da OAB-RJ.

Ah, todos estão... Consegue? (*Pausa.*)

Estava com saudade de dividir – estava dizendo aqui, Renata – uma tribuna aqui com vocês dois, que me acompanharam durante muitos anos nos tribunais esportivos.

Dando seguimento à leitura, antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, com alguma tolerância deste Presidente, sem dúvida. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos.

Minha assessoria, Fran, por favor.

Antes de começar a sessão, quero fazer um esclarecimento público. Um veículo de comunicação, rapaz, espinafrou todo mundo aqui por eu ter convocado uma audiência pública para tratar do assunto do VAR, perguntando se nós não tínhamos mais nada melhor a fazer. Pois saibam que aqui é do pepino ao foguete. E, segundo, eu não sou censor de proposta legislativa alguma; é direito do Parlamentar fazer a proposição que ele bem entender.

Eu pedi a relatoria desse projeto. Esse projeto de lei...

Se puder me passar o número, Fran, por favor!

Esse projeto de lei é de autoria do Senador Nelsinho Trad – é o 5.926, de 2019. Vejam bem: é um projeto de 2019! Também estão equivocados aqueles que pensam que isso foi aberto para a gente ter holofote, porque no jogo do Corinthians erraram, no jogo do Flamengo erraram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não! Esse projeto é o 5.926, de 2019. Então, vejam que há a preocupação do legislador em regular, porque ele, que propôs a lei, entende que é possível e deve ser regulado, e eu não sou sensor. A mim me cabe aqui a relatoria. E, para relatar esse projeto, que tem um apelo popular, até porque o Parlamentar representa o seu estado, os seus eleitores, eu decidi por bem chamar uma audiência pública – uma audiência pública construtiva.

Eu, como advogado de direito desportivo, conheço as limitações e, por isso, inclusive, chamei aqui outros especialistas, para que todos tenham conhecimento de como funciona o VAR e quais são as limitações legais de uma regulação nessa matéria. E tenho certeza de que, desta audiência pública, a gente poderá transmitir sugestões de aprimoramento também à CBF, no caso, e a outras entidades que se utilizem no meio tecnológico para as decisões de campo.

Isso se chama, gente, democracia participativa. Todos aqui, agora, que estão nos acompanhando, vão poder entender melhor como funciona o VAR. Já sabem agora o porquê desta audiência, que nasce de um projeto de lei do Senador Nelsinho Trad de 2019 – então, não é porque houve um erro no jogo aqui ou acolá; esse já é um projeto que tem mais de três anos tramitando –, e eu, como Relator, vou dar voz a todos. E a gente chegará... E vai me ajudar muito no meu relatório final, dentro também dos meus conhecimentos de direito desportivo, das limitações e do que é possível a gente fazer.

Originalmente, para as exposições iniciais, eu vou dar a palavra... Se meus colegas me permitem, eu vou dar a palavra, primeiramente, para a Dra. Renata Mansur, porque assim me ensinaram. (*Risos.*)

Então, vou pedir para a Dra. Renata iniciar.

Por favor, nos seus dez minutos.

A SRA. RENATA MANSUR FERNANDES BACELAR (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos!

Eu agradeço o gentil convite ao meu amigo e colega de profissão, quando ainda era advogado de direito desportivo, o Senador Carlos Portinho. E muito me honra sentar nesta cadeira hoje para discutirmos o que nós mais gostávamos – não é, Senador? –, o direito desportivo.

Já dizia o Senador que, na verdade, não é uma discussão em vão, porque o futebol é a paixão nacional. Então, toda discussão que é relacionada ao futebol nunca será em vão. E, justamente, o momento em que erros ou supostos erros de arbitragem ocorrem em casos concretos é o momento oportuno para discutirmos exatamente o que vamos fazer, daqui para frente, com os desígnios do VAR.

Bom, cabe-me falar em dez minutos, e quem me conhece sabe que eu sou extremamente objetiva e perfunctória nas minhas colocações e vou procurar ser bastante didática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma análise aqui do projeto que me foi colocado, e o projeto, na verdade, é curto e estabelece, basicamente, a transparência dos árbitros assistentes de vídeos e áudios do futebol brasileiro, em que, na verdade, se abriria a oportunidade de ouvirmos, haveria a transparência da oitiva para todos do que ocorre nas cabines do VAR.

Na verdade, na minha humilde análise, parece-me que esse projeto parece ir em desencontro com o que a Constituição Federal determina no que tange especificamente ao princípio da autonomia desportiva. O art. 217, inciso I, da Constituição Federal estabelece que: "É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento".

Nesse sentido, estamos diante de um sistema privado. O futebol é um sistema privado; é um sistema associativo; e é um sistema federativo. Então, ele é totalmente dissociado do que nós conhecemos como sistema público. Então, parece-me, senhores, que não podemos pensar que o Poder Público, *data maxima venia*, possa editar regras sobre uma entidade privada. Ademais, é do evento desportivo, do evento do futebol que a própria *alea*, que a própria sorte possa acontecer.

É claro: com a vinda do VAR, pensamos que a gente quer, cada vez mais, a transparência e a gente quer, obviamente, que seja o futebol o mais justo possível. Mas a gente tem que prestigiar, primeiro, a autonomia da entidade desportiva, que vai estabelecer, nos seus regulamentos, efetivamente o que vai ser colocado. E quem decide isso são os clubes de futebol, quando se reúnem para decidir como será o seu campeonato e as regras de funcionamento do seu campeonato, e, nesse sentido também, estamos a falar sobre o VAR. Então, parece-me que não seria possível estabelecer regras e, ademais, custos para entidades de administração do desporto para que haja funcionamento do VAR.

Eu já estou me encaminhando para o final e me parece que, para finalizar, esse sistema associativo e federativo já tem o seu sistema de freios e contrapesos, que é a Justiça Desportiva, que também é ditada pela Constituição Federal. Então, nesse sentido, qualquer questão que possa acontecer contrária à disciplina no sistema, não só do futebol, mas de qualquer esporte, é regulamentada, regulada e freada pelas decisões da Justiça Desportiva.

Parece-me que a ideia é boa, a ideia é salutar, mas, infelizmente, o projeto de lei vai de encontro ao que a Constituição estabelece. Mas é claro que estamos abertos aqui a discussões.

Senador, muito obrigada pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dra. Renata, sempre objetiva e precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse no início, há limitações, e eu, como operador de direito desportivo, as conheço, mas é importante que, em uma audiência pública, fiquem claras, até para o próprio autor do projeto, sem prejuízo, quero registrar, de que sugestões possam ser encaminhadas para a CBF, como, aliás, qualquer um pode fazê-lo, mas aqui com a legitimidade da participação de todos os presentes.

E, aliás, desculpando-me, agora dou as boas-vindas ao Dr. Paulo Feuz, meu querido amigo também, auditor – já foi – do Tribunal Desportivo, hoje Vice-Presidente Acadêmico da Academia Nacional Direito Desportivo, que é um órgão dos mais importantes no direito desportivo do nosso país, já devidamente com o assento dado. Peço perdão por não tê-lo feito antes.

Eu vou sugerir... A gente está, primeiro, entrando nesse tema, como muito bem colocou a Renata, que é como pode ser tratado isso pelo Congresso Nacional ou como não pode ser tratado, e vou seguir aqui os nossos juristas do direito desportivo, se me permitem o José Luiz e o Luis Antonio, que é o árbitro que vai poder também nos ajudar bastante, assim como o Gabriel também, nosso Consultor, que vai poder acrescentar – perdão –, pedindo aqui para o meu querido Presidente do STJD, o Sr. José Perdiz de Jesus, para, na sequência então da Dra. Renata, fazer a sua manifestação em dez minutos.

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos!

Saúdo o Senador Carlos Portinho por esta oportunidade de estarmos aqui. Saúdo a todas e a todos os integrantes aqui da mesa, o pessoal da Secretaria do Senado, que auxilia.

Já indo direto ao assunto, a questão que eu pretendo trazer aqui ao Senado é a visão da Justiça Desportiva. Penso que isso importante. A Dra. Renata já fez excelentes colocações, e a Justiça Desportiva é um modelo de justiça privada que deu certo. Constitucionalmente, nós temos aqui a previsão de julgarmos todos os processos em até 60 dias, e essa celeridade é porque os julgamentos ocorrem durante as competições.

E quais são os tipos e as questões jurídicas trazidas para a Justiça Desportiva? São aquelas ocorridas no ambiente desportivo da competição. E a arbitragem é um tema palpitante; é um tema que chama a atenção porque mistura, obviamente, a regra do jogo, a técnica do árbitro em realizar a arbitragem da partida e a paixão e a interpretação de cada um. Vejam todas e todos que um mesmo lance, se observado por um dado ângulo, pode ser entendido como uma falta ou como alguma infração, como a mão na bola, a bola na mão – hoje, já não existe mais essa diferenciação praticamente. Então, é uma análise muito importante. E, ainda, o impedimento, que era sempre uma regra muito contestada.

O que ocorreu? Ao meu modo de ver, a invenção do VAR e a possibilidade de o futebol brasileiro trazer o VAR para as competições nacionais e estaduais foi de grande valia. Hoje, eu não sei informar especificamente as estatísticas de 2023, mas posso dizer que, em relação aos impedimentos, praticamente 99% das infrações marcadas sobre impedimento estão dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daquele fato exatamente ocorrido. Muitos podem dizer: "Opa, mas por cinco centímetros, por três centímetros?". É a tecnologia; é o que temos, e penso que isso é um auxílio grandioso para o futebol.

Pois bem; o que temos, então, que é o mais significativo para a Justiça Desportiva?

Existem questões que são colocadas através de impugnação à partida – é um processo específico. A impugnação do resultado de uma partida só pode ocorrer se tiver um erro de direito por parte da arbitragem. O erro de fato, que é o erro do ser humano, o erro que é colocado pela rapidez... Imaginem todas as senhoras e os senhores: em menos de uma fração de segundo, em menos de um segundo, o árbitro é obrigado a decidir algumas questões que nós mesmos, em casa, no conforto, revendo o lance por dez vezes na repetição, não podemos chegar a uma conclusão realista, podemos estar equivocados. E o árbitro é obrigado, em menos de um segundo, a fazer a opção de soprar ou não o apito – perdoe-me o termo aqui o mestre Luis, nosso árbitro que está presente na mesa. Então, é uma situação difícil e que é uma interpretação do lance.

Mas o que é o erro de direito? É quando a arbitragem houver marcado uma infração que não conste da regra do jogo. Em resumo, de forma popular, é nesse sentido. E o erro de fato é aquele erro que todos nós podemos cometer. Todos estamos habilitados a dirigir um veículo, mas podemos cometer alguma infração no dia a dia; e o árbitro está sujeito a essa questão de fato. De direito, todos eles estão absolutamente preparados, estão absolutamente em condições de realizar a mediação de uma partida.

Bom, o que é que temos pelo STJD? Quando veio o VAR, começaram os pedidos de impugnações de partidas, e o STJD, então, oficiava à CBF ou às federações estaduais, nos casos, para que o áudio e o vídeo do VAR, em toda a sua extensão – em toda a sua extensão – , fossem disponibilizados para o julgamento do processo. E o que deparamos? Deparamos uma realidade, às vezes, muito distinta daquela interpretação que o autor da impugnação de partida trazia, que, na primeira leitura, já se pensava logo: "Ah, vamos ter que anular essa partida porque há aqui um erro de direito". E não há! Na verdade, o tribunal se debruça sobre as questões na sua inteireza, sobre as imagens e o áudio quando o VAR está presente. E, por ser uma tecnologia de valor expressivo, ele não está presente nas quatro séries dos campeonatos brasileiros e em algumas fases de campeonatos estaduais. Por quê? Porque ele é uma solução excelente, porém de custo elevado.

E, quando nós do STJD deparamos o áudio e o vídeo do VAR, com certeza, a decisão é a mais acertada. A Justiça Desportiva decide com bases absolutamente técnicas e jurídicas, e, sem sombra de dúvida, não conheço aqui uma recente – recente – nulidade de uma partida por as questões. Até nós temos, recentemente, uma questão em que os autores da impugnação trouxeram uma parte do áudio disponibilizado, o vídeo e o áudio do VAR, mas estava no YouTube

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

editado. E, quando veio a inteireza e a CBF disponibilizou, nós pudemos ver quantas vezes foram checados pela cabine do VAR e pela arbitragem.

Então essa é uma questão que eu entendo muito difícil. E aqui o Luis , que vai falar pelos árbitros, tem mais capacidade para definir, porque o VAR não decide nada, quem decide é o juiz de campo. O VAR é apenas um auxiliar da arbitragem, então ele tira a dúvida. E, às vezes, "Ah, mas demora muito!". É claro, o lance é passado; se nós vemos um lance com a velocidade normal, a interpretação é uma; um lance do jogo com a velocidade em câmera lenta a interpretação poderá ser outra, então a dificuldade é muito grande.

Para nós da Justiça Desportiva, o VAR foi uma solução muito importante, diminuiu em expressões gigantescas as possibilidades de erro ocorrido, como eu citei esse exemplo aí de impedimento e de outras questões. E agora qual é a novidade? Antigamente tinha a interpretação se foi bola na mão ou mão na bola; hoje a regra mudou e o VAR está sendo chamado muito para interpretar essas questões: se o movimento era natural do braço do jogador, que colocou a mão na bola, ou se não era... Mas isso é o árbitro quem decide.

Então eu penso que essa disponibilização no estádio, no calor da torcida, e o áudio, a quem tiver oportunidade de ouvir um áudio, é o tumulto do campo, porque às vezes o lance é decisivo, o árbitro é cercado pelos jogadores, cercado por dirigentes que estão ali ou por treinadores, a pressão é muito grande e o vocabulário é aquele de campo. Então, para disponibilizar isso ao vivo na TV aberta ou na TV fechada, é muito complicado, porque vai ser só "pi, pi, pi,", o sinalzinho que impede o palavrão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ PERDIZ DE JESUS – Já vou concluir, Presidente.

E o palavrão no futebol é de um contexto às vezes ofensivo e de um outro de desabafo. Então a gente, quando ouve o áudio em sua inteireza, nós muitas vezes temos que ouvi-lo dez vezes, porque é muito tumulto, muita gritaria. Então talvez, por melhores intenções que tenha o projeto, não vai surtir esse efeito; e, no campo, não vai existir.

Nós temos que lembrar, por exemplo, que, na Série B, alguns estádios não têm telão, não têm um som adequado para uma questão dessas. Então vale a reflexão: eu digo que o VAR é um instrumento excelente. Nós do STJD e de toda a Justiça Desportiva o temos como auxiliar da melhor qualidade. E penso que auxiliou muito o futebol, o engrandecimento do futebol brasileiro.

Muito obrigado, Presidente da Mesa, Senador Carlos Portinho, um gigantesco operador do Direito Desportivo e agora emprestando a sua capacidade junto ao Senado.

Muito obrigado a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Presidente José Perdiz, apenas fazendo aqui um breve resumo, que traz aqui uma boa informação de que, primeiro, essa transparência no áudio que a lei busca, nos julgamentos, a qualquer momento, o STJD pode e deve, quando necessário e provocado, requerer, ou seja, há o acesso à integra do áudio. Aliás, a própria CBF – e a gente vai poder ouvir já, já o Péricles Bassols...

Eu diria, Péricles, para você preparar aí mais 20 minutos. Pode ficar tranquilo mais uns 20 minutinhos. Vamos terminar aqui os nossos juristas e depois vamos passar para quem está lá no calor da emoção, apitando ou instruindo os árbitros.

Mas, inclusive, a CBF já divulga posteriormente o áudio, para a gente saber que o STJD tem o poder de fiscalizar, até porque ele tem o poder até de impugnar uma partida se houver erro de direito – ou seja, o árbitro desconhecia a regra do jogo –, diferentemente de um erro de fato. Um erro de fato não dá causa à impugnação de partida. A interpretação equivocada de um lance, seja pelo árbitro, seja mesmo com o auxílio do árbitro de vídeo – que a gente vai ver que às vezes acontece –, não dá causa à impugnação.

Antes de passar para o próximo palestrante convidado, reforço aqui que o projeto de lei do Senador Nelsinho Trad é um tema que desperta o país. A nossa função aqui no Senado é representar. Justamente...

O Michael Lourenço, do Paraná, pelo e-Cidadania, elogia a iniciativa. Ainda que tenha as limitações – não é, Renata? –, o que a gente puder produzir de sugestão à CBF será encaminhado. O Michael Lourenço, do Paraná, diz: "Excelente iniciativa de lei. O futebol no Brasil precisa de mais transparência, inclusive diante de tantas polêmicas com o VAR", e, curiosamente, como bem diz o Dr. José Perdiz, o VAR é justamente para dar mais transparência, mas a gente tem sempre que perseguir a transparência absoluta. Obrigado, Michael.

O Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro: "O VAR já é regulamentado [e a gente vai ver aqui com a fala do Luiz Antônio, está lá nas regras, do Péricles também; como árbitros, vão poder dizer, está lá, o VAR já é regulamentado, regulamentação interna, própria, da entidade privada que dirige o futebol no caso], mas deveria [...] ser modernizado nos estádios para manter um padrão [...] de excelência".

É o que diz também o Dr. Perdiz, Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro. O que acontece? Muitos estádios, na Série B, por exemplo, têm o VAR, mas não necessariamente todos os estádios dispõem da tecnologia de vídeo. É lógico que hoje, no Maracanã, se tiver um lance de VAR, você vai ver depois no telão, e a TV vai passar o lance – não tem acesso ao áudio, que é o que o projeto do Senador Nelsinho Trad pede –, mas, na Série B, isto é muito difícil: exigir esse nível de excelência, esse padrão de excelência. Um dia a gente vai chegar lá, Luiz Cláudio. O futebol brasileiro tem crescido muito nas suas tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Eduardo de Abreu, de São Paulo, por exemplo, também concorda no seu comentário com o Senador Nelsinho Trad. Ele diz: "Como garantir transparência para as decisões [...]? A transmissão ao vivo do áudio da cabine do VAR não seria uma boa medida?". É justamente a razão desta audiência pública e a origem do projeto do Senador Nelsinho Trad.

Depois eu vou ler as outras perguntas pelo e-Cidadania. Todo cidadão pode se manifestar pelo portal, por www.senado.leg.br/ecidadania. Isso é o exercício da democracia participativa.

Eu vou agora seguir e pedir ao Dr. Paulo Feuz, nosso colega da... Eu vou deixar nossos consultores por último, se não tiver nenhum problema. Depois dos juristas, falam os árbitros, fala o nosso Ministério do Esporte e os consultores.

Então, querido Paulo Feuz, Vice-Presidente da Academia Nacional de Direito Desportivo, para poder acrescentar suas considerações em dez minutos.

O SR. PAULO SÉRGIO FEUZ (Para expor.) – Bom dia a todos, todas e "todes".

É um prazer imenso estar com V. Exa., Senador Carlos Portinho, e com todos aqui presentes.

Saúdo o Presidente da Academia Nacional de Direito Desportivo, Dr. Terence Zveiter, que gentilmente me convidou a estar aqui o substituindo e me acompanha neste momento; meu Presidente José Perdiz; minha querida Renata Mansur; Dr. José Luiz Ferrarezi; e todos os demais membros da mesa.

Senador, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa. O senhor foi Relator de uma das leis mais importantes do futebol, que é a Lei da SAF, e o senhor conduziu de forma democrática todos os debates. Só eu participei de umas três ou quatro audiências públicas, cada hora com um chapéu de algum lugar que tinha me chamado a participar. Independentemente de a gente aceitar, de certa forma, tudo aquilo que está na lei com que você concorda ou não, a gente sabe que foi democrático e que V. Exa. optou pelo melhor texto possível dentro da razoabilidade. Dessa forma, eu estou vendo que V. Exa., assim, traz esses elementos.

Nós temos aqui um projeto de lei de 2019, do Senador Nelson Trad, a quem também já elogio por sua vontade na participação legislativa, até porque eu acho que o Poder Legislativo representa a sociedade e, com a representação da sociedade, mesmo na Casa do Senado, trazendo o instituto federativo, nós temos aí a concepção do quê? De ditar um ponto que interessa à sociedade. Futebol interessa a toda a sociedade.

Inclusive, trazendo na linha do que a Profa. Renata trouxe, o §3º do art. 217 traz o lazer, o entretenimento. Então, o *stakeholder* do torcedor – hoje, pela nova lei, espectador – também está dentro do mesmo contexto da proteção efetivamente da tutela jurisdicional. O antigo Estatuto do Torcedor, revogado pela Lei do Esporte – e esta é uma crítica que eu faço, Senador, com todo o respeito, sem querer jogar para aquilo que já foi –, eu acho que dificultou o acesso do torcedor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o torcedor sabia que tinha uma lei dele, e hoje ele tem que procurar dentro do contexto da Lei Geral do Esporte.

Mas, enfim, lá já havia, de forma constitucional, garantida pelo Supremo Tribunal Federal, a transparência, na concepção dos árbitros, na relação árbitro de futebol perante o evento esportivo, já havia a relação de transparência, tanto é que já tinha lá a obrigatoriedade ou do sorteio, ou da audiência pública. Hoje a CBF opta por audiência pública, mas a Lei Geral do Esporte retirou essa obrigatoriedade. Em tese, a entidade de organização de esporte pode até tirar e voltar a estabelecer o critério que ela bem entender. Dessa mesma forma, nós trouxemos aí, hoje nós temos aí, a tecnologia como apoio, um apoio suplementar.

Aí, na concepção de se falar o seguinte, "olhe, eu vou transmitir ao vivo o debate dos árbitros", eu acho que talvez nós tenhamos que pensar o seguinte: acho que, num primeiro momento, em tudo que nós fazemos efetivamente em nível legislativo, a primeira tutela que nós temos que ter é a vida e a dignidade. E eu acho que, a partir do momento em que eu coloco, dentro de um estádio, dentro de uma arena, 50 mil pessoas, 70 mil pessoas, 20 mil pessoas e transmito publicamente o que está acontecendo dentro de campo de alguma forma, eu não consigo talvez controlar a segurança. Então, se eu não concordar com o que está falando ali, qual será a reação do torcedor? Nós não temos hoje o controle do estádio.

V. Exa. foi advogado atuante na Justiça Desportiva e quantas vezes "olhe, mas o clube é responsabilizado por um copo arremessado?". E a defesa vem, "mas como é que nós vamos impedir que isso aconteça?". Agora vocês imaginem se isso for trazido dentro de um contexto efetivo de uma motivação por eu não concordar com o que o árbitro de vídeo está falando efetivamente com o árbitro de campo e assim por diante?! Então, eu acho que a gente estaria colocando em risco a saúde, a vida dos torcedores, dos espectadores e também efetivamente dos árbitros e dos atletas. Acho que a gente não teria condição de dar segurança efetivamente para isso. Então, no primeiro momento é isso.

Mas a ideia do Senador é boa. Acho que temos, de certa forma, não é simplesmente falar "não cabe", viramos as costas e vamos embora. Então quem, de certa forma, critica esse debate critica porque tem medo do novo. Talvez, como sugestão para a CBF, seria hoje, na CBF, se não me falha a memória, o Luis depois pode me corrigir, o VAR não fica mais dentro do estádio, ele fica dentro de uma sede efetivamente própria. E acho que talvez, tomando como exemplo a Justiça Eleitoral, a gente pudesse ter, dentro da cabine do VAR, não diretamente ligado, mas que os clubes pudessem indicar dois agentes de fiscalização, que ficassem ali, eles, ouvindo de fora da cabine tudo que acontece. Quer dizer, ninguém mais interessado do que o próprio clube participante, a agremiação, ouvir o que está sendo debatido ali, sem que ele pudesse interferir no que está acontecendo, mas sabendo efetivamente o que está ali. Talvez isso fosse uma solução que mostrasse a transparência para a sociedade, porque, é claro, todo erro é punível, o nosso sistema jurídico traz a concepção de que todo erro é punível de responsabilidade, faz parte do Estado democrático de direito. Mas o erro, aquele erro da atividade, a gente tem por hábito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não punir. Se o centroavante erra o chute, ele não vai ser demitido por justa causa. O árbitro errou um lance da partida, errou de boa-fé, não é punido, agora, se ele errar de má-fé, aí sim vem o erro do direito, trazido aqui pelo Dr. José Perdiz.

Então talvez essa transparência dessa vontade, efetivamente, se dê através de representantes dos próprios clubes, que acompanhariam, que, de certa forma, teriam acesso aos áudios e tudo aquilo que estivesse em tempo real e saberiam tomar as medidas jurídicas, caso fosse necessário, em tempo real, junto à Justiça Desportiva. A Justiça Desportiva responde muito rápido, as ações são muito rápidas, o Dr. Perdiz trabalha fim de semana, sábado, domingo, vem do plantão, está à disposição 24 horas da sociedade brasileira, disse a Dra. Renata também, do TJD do Rio de Janeiro, e assim efetivamente.

Então talvez essa fosse a minha sugestão para a CBF e talvez, aí sim, como recomendação, Senador, que a CBF, que é uma entidade com o poder aquisitivo que nós sabemos que detém, que é uma entidade que tem condições de investimento, investisse em tecnologia permanentemente e que essa tecnologia fosse cada vez mais se aprimorando, que ela tivesse, principalmente na Séria A do Campeonato Brasileiro, Série B do Campeonato Brasileiro, a melhor tecnologia disponível no mundo, para que isso possa passar essa transparência.

Como o Dr. Perdiz falou, às vezes a gente está em casa assistindo a um jogo e, de certa forma, a gente pode assistir a ele uma, duas, três vezes e não chegamos à conclusão alguma. Então, com isso, em medida rápida, em atuação rápida, o árbitro tem um raciocínio, é exigido dele um julgamento muito rápido, algo em que um ser humano comum muitas vezes não consegue atuar se não tiver muito treinamento.

E aí vem essa questão que a Lei Geral do Esporte traz do árbitro, que aí talvez nós tivéssemos que exigir efetivamente a qualificação mesmo, a profissionalização mesmo do árbitro para que ele pudesse estar atuando da melhor maneira possível nos campeonatos de futebol pelo Brasil afora.

Senador, acho que é essa a minha contribuição. Estou no tempo, vou devolver para o senhor aí para tirar o atraso do Dr. Perdiz, meu amigo, aqui.

Muito obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dr. Paulo Feuz, muito obrigado.

Primeiro, quero também agradecer a presença do Dr. Terence Zveiter, Presidente da Academia Nacional de Direito Desportivo, e a cortesia de dar a palavra aqui ao nosso Vice-Presidente da Academia, Dr. Paulo Feuz, um colega, um grande advogado de direito desportivo, que trouxe aqui, também fazendo um breve resumo, uma questão interessante: como é que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência que o projeto de lei busca – e o próprio VAR já é um instrumento de transparência, mas me refiro à transparência da transparência que o projeto de lei busca com a divulgação do áudio – pode ser recebida num estádio? Talvez, se realmente você ouvisse toda a discussão, que é natural na interpretação de um lance, como o próprio torcedor discute com o colega do lado, quem está em casa discute com a família, dentro de um campo a gente sabe que é filho disso, é palavrão daquilo, "eu vi", "eu sei", "eu tenho certeza", isso realmente poderia deixar muito mais exposto o árbitro, a pessoa, a dignidade do árbitro, que já é, dos profissionais, o mais contestado dentro de campo. Porque o centroavante pode perder realmente três gols cara a cara; agora, se o árbitro errar, ele vai ouvir durante uma semana, vai ouvir os comentaristas esportivos, batendo, do sofá de casa, nele, e podem acontecer erros de fato.

O Dr. Paulo Feuz traz uma sugestão, a título de sugestão, dentro das nossas limitações legislativas aqui no Congresso: a presença de um representante de cada clube, que eu entendo que teria a função – não precisaria nem ter contato com o VAR; poderia ficar atrás de um vidro – de só ouvir. Porque o que passa na cabeça do torcedor é "ah, o árbitro estava mancomunado com o VAR para prejudicar meu time". Então, se tivesse a presença, por isso sugere Paulo Feuz, de um representante de cada clube, na sede onde o VAR está instalado, talvez pudesse dar a certeza com a presença de que não estão mancomunados o árbitro do VAR com o árbitro de campo.

Eu trago também uma outra questão, em cima tanto do que disse o Perdiz quanto Paulo Feuz, da importância dessa discussão, porque não é só a transparência do VAR. A gente estava aqui, antes dessa audiência pública, discutindo apostas esportivas. E é mais um requisito, seja com a presença ou com a divulgação do áudio, de que o jogo não está sendo afetado também por isso, porque, infelizmente, quando entram as apostas esportivas no mundo do futebol, cria-se mais ainda no torcedor a impressão ou a falsa impressão, certamente, de que o árbitro pode estar se beneficiando de um resultado da partida, de um escanteio a mais que deu, do pênalti que marcou, porque tem lá, hoje, apostas esportivas.

Antigamente ninguém pensava nisso. O goleiro do meu time num jogo de futebol tomou um frango horroroso, e eu recebi várias "pô, esse cara aí deve ter apostado no resultado, perdeu o título". O outro que atrasa uma bola, numa final de campeonato, para o outro fazer o gol no último minuto, que aconteceu também, "pô, esse cara..."! Mas a gente só passa a pensar isso por causa da aposta esportiva; antes seria um erro só.

Então, essa transparência, essa discussão vai muito além do VAR, e eu acho que é muito válida. Eu sei que a CBF tem essa preocupação, assim como o Dr. Paulo Feuz colocou, o STJD e o TJD, Dra. Renata e Dr. Perdiz.

Seguindo ainda os juristas, eu vou chamar aqui o Dr. Marcelo Jucá, que acho que agora está no ponto, nosso querido colega advogado. Vou trazer um advogado de direito desportivo, já que eu não advogo, estou licenciado – por opção, não por obrigação. Vamos ouvir um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado. Escutamos aqui o Tribunal Desportivo, a academia e, agora, o Dr. Marcelo Jucá, um dos maiores advogados de direito desportivo, nosso conterrâneo colega do Rio de Janeiro.

Por dez minutos.

O SR. MARCELO JUCÁ BARROS (*Por videoconferência*.) – Senador, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora sim. Muito bem. Ouvindo e vendo.

O SR. MARCELO JUCÁ BARROS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito bem. Bom ver cada um dos senhores e a minha querida amiga Dra. Renata Mansur.

Bom dia a todos. Gostaria de estar aí com vocês, mas, infelizmente, devido a compromissos profissionais aqui no Rio de Janeiro, eu não pude ir até Brasília. Mas estou aqui num local agradabilíssimo, legado olímpico, que é o Campo Olímpico de Golfe, na Barra da Tijuca. Estou muito feliz por dividir estes momentos da minha manhã com cada um dos senhores.

É bom registrar, Senador, que falo aqui hoje na qualidade de especialista. Foi o convite que recebi. Então, não estou aqui falando como assessor jurídico da Fenapaf, nem como advogado de nenhum clube; falo como especialista. E o melhor de falar como especialista é que a gente pode falar o que quiser, não é, Portinho? Então, eu aqui estou dando a minha opinião mais sincera.

Acrescentando ao que cada um dos senhores falou e tratando-se aqui de uma grande mesa de debates, uma resenha, eu gostei muito do que o Dr. Paulo Feuz disse. Eu pensava aqui que o desafio nessa questão toda é conseguir um equilíbrio entre a transparência que se busca e a autonomia da entidade esportiva, que é algo constitucional. Como buscar esse equilíbrio? Se a entidade é autônoma e ela pode estabelecer as regras de algo que nem existia, como pode o poder público entrar na casa privada e ditar uma regra? E o Dr. Paulo Feuz foi muito feliz, foi perfeito – o meu querido amigo foi muito feliz –, porque, estando os dois clubes, as duas entidades em prática representados ali dentro da sala VAR, e claro que sem ter contato, esse problema estaria resolvido e até, também, a questão de transmitir imediatamente o que está sendo falado, o que pode gerar, claro, uma confusão generalizada na arena esportiva.

Por fim, continuo sendo aqui bem breve, é bom, também, a gente deixar aqui muito bem registrado que VAR e empresas de apostas vieram para ficar, vieram para ficar. E com relação às empresas de apostas elas estão, de fato, salvando muitos dos clubes brasileiros e muitas das competições regionais. Então, que sejam muito bem-vindas, entrem, a casa é de vocês. Mas, é claro, isso tem que ser feito através de regras.

E hoje, mais cedo, Senador, V. Exa. falou algo muito bacana que vem ao encontro de questões relacionadas aos atletas na Fenapaf. O senhor falou que não se pode tirar o ganha-pão com relação ao anúncio, às propagandas que eles fazem dessas empresas – e o Ronaldinho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gaúcho teve um problema até – e que, por isso, deveria se regular com, talvez, mais de um fazendo. Mas o ponto principal da sua fala é que o senhor reconheceu que é o ganha-pão deles. Os atletas estão ganhando com isso, e, por eles estarem ganhando com isso, V. Exa. não vai querer proibi-los de ganhar o dinheiro deles, mas vai também regular essa atividade. É como se tivesse aquela camerazinha olhando para a gente, aquela pessoa que não tem certos valores éticos, digamos assim, coisa que eu aprendi muito com o Dr. Paulo Feuz nos seus textos, quando ele teve a honra de compor minha banca no doutorado: aquela ética, os valores internos são nossos, mas às vezes é necessário que o Estado se imponha. Como aquela pessoa que acha uma carteira no chão, e está lá escrito "Marcelo Jucá", com R$5 ali dentro, e a pessoa fecha a carteira, pega o dinheiro, joga a carteira fora. Isso é a índole dela, são os valores dela. Mas, se tiver lá uma camerazinha com "sorria, você está sendo filmado", ele vai olhar, "não vou fazer isso, vou ligar para o Marcelo Jucá e vou devolver a carteira dele".

Então, às vezes é importante que o Estado faça esse papel da camerazinha pra que a sociedade evolua. Somos um país que tem tradições, assim, não muito republicanas, um país com tradições de corrupção, com tradições de escravidão, e em 1988 nos foi colocada uma Carta Constitucional com valores democráticos perfeitos. Estamos ainda nesse processo, estamos ainda em um processo para que todos entendam que essa Carta Constitucional tem que ser respeitada. E nesse processo é necessária a atuação do Estado.

Essa é a minha contribuição, querido Senador. Essa é a minha contribuição, queridos amigos.

Mais uma vez agradeço pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado ao advogado, bom advogado de direito esportivo, especialista, nosso colega Dr. Marcelo Jucá. Ele traz a importância de que haja essa camerazinha também, que é talvez a ideia da sugestão dada pelo Dr. Paulo Feuz, um representante dos clubes, ali apenas acompanhando, sem contato, porque senão a Justiça Desportiva vai ter que julgar a briga deles junto, e vai ser uma coisa horrível. Mas é isso, é transparência. O Dr. Marcelo Jucá, assim como a Dra. Renata Mansur já havia se manifestado, reconhece a limitação constitucional do art. 217, que prevê a autonomia das entidades de prática desportiva.

Acredito que a gente esgotou os nossos juristas, e agora, Luis Antonio, eu vou chamar primeiro, até por uma questão hierárquica, nosso querido Dr. Péricles Bassols, árbitro de futebol, representando a CBF também, que participará por videoconferência. Ele é responsável pelo VAR, e eu deixo claro, até falei com o Presidente Ednaldo, da CBF, que o interesse maior era ouvir aquele que é responsável, que possa trazer mais transparência, mais esclarecimento, até para o torcedor, para quem assiste. Não seria necessária a presença... Aliás, a presença do Presidente da CBF seria muito bem-vinda, mas eu acho que teria mais a acrescentar – eu disse ao Presidente Ednaldo – o convite feito ao responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Péricles Bassols, árbitro, responsável pelo VAR na CBF, por favor, se a gente puder ouvi-lo por dez minutos, e na sequência...

Deixe-me só inverter um instantinho, Péricles!

Algumas mensagens que chegaram citam alguns casos recentes que, na cabeça do torcedor, geraram a confusão de que poderia estar acontecendo algum conluio, alguma manipulação. Vamos só mostrar, porque é importante também, talvez, que V. Exa. possa se manifestar sobre esses casos, como é que internamente foram tratados, nesse sentido, por favor.

A gente pode colocar os vídeos agora, antes do Péricles? Até para que todos entendam. O projeto de lei, repito, é de 2019, não é por causa desses eventos, mas são eventos recentes. E agora, quando a gente vai ouvir o árbitro, com toda dificuldade de conduzir uma arbitragem, junto com a fala posterior do Dr. Péricles, eu queria ouvir um pouco como é que foi tratado internamente esse assunto pela Comissão de Arbitragem da CBF. Esses assuntos.

Se puderem passar, são cinco vídeos breves dos cinco casos mais polêmicos, segundo o Twitter, que listou os cinco casos mais polêmicos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Temos os outros?

Deixo claro que é a opinião do narrador.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse é o mesmo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Temos mais dois ainda. Aqui é transparência total.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é esse. Esse é o gol do Atlético. Eu, como torcedor do Flamengo, já não gostei de ter visto.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem. É o lance do Éverton Ribeiro – não é? O torcedor do Flamengo se lembra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Péricles, é o lance do Éverton Ribeiro, que deu também o que falar.

Então, assim, foram lances recentes, repito, projeto de 2019. Os lances são muito posteriores, são mais recentes, têm quase três anos, são recentes de agora. Estavam falando, nesse campeonato, então, do Corinthians, do Palmeiras, do Santos, do Flamengo e do Botafogo. São os cinco lances que a internet elegeu como os cinco maiores erros do VAR neste ano.

Péricles, com a palavra, por dez minutos, para nos ajudar aqui nesse processo de transparência e democracia participativa.

Muito obrigado pela participação pela CBF.

O SR. PÉRICLES BASSOLS PEGADO CORTEZ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Eu é que agradeço o convite para esta audiência pública na Comissão de Esporte do Senado.

Agradeço ao Senador Carlos Portinho pela oportunidade de poder falar para vocês um pouco sobre a ferramenta do VAR no Brasil, como ela se desenvolve, como ela vem se desenvolvendo, ao longo desses anos, desde a sua implantação.

Quero também agradecer, e saudá-lo, ao Presidente Relator Romário desta Comissão, ao Vice-Presidente Kajuru e aos demais membros da mesa. Aqui a minha saudação e o meu boa-tarde.

Sim, esses lances foram lances recentes desse campeonato, todos esses, e, da mesma maneira que a internet considerou esses lances equivocados e erros, nós também os consideramos, inclusive alguns com áudios. Um tinha a minha voz narrando como nós entendíamos os lances tecnicamente.

Todos esses árbitros desses lances, especificamente, passaram por um programa de auxílio ao desempenho do árbitro, que é um programa interno, em que a gente faz ações internas técnicas para ajudá-los no desenvolvimento e na melhora da interpretação dos conceitos e considerações, para que eles possam chegar à melhor decisão final em cada jogada.

Algumas considerações talvez valha a pena fazer daqui a respeito de algumas coisas que foram ditas.

Sobre tecnologia, por exemplo, nós já temos a melhor tecnologia empregada hoje no mundo do futebol no que diz respeito à ferramenta VAR. A melhor provedora é a provedora que a CBF contratou para as Séries A e B, e é através dela e com a tecnologia dela que a gente opera a ferramenta VAR no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós somos a federação que mais realiza jogos VAR no mundo. Não há ninguém que faça mais jogos do que a Confederação Brasileira de Futebol. Nós temos uma estrutura, sim; não somos só, também como foi dito, não temos só uma central VAR, mas temos a central VAR, que é o centro de excelência do Ceab, onde inclusive é o local onde eu trabalho e desenvolvo os treinamentos e aperfeiçoamento da equipe VAR e também ali funciona a parte de educação e desenvolvimento da escola de arbitragem, do desenvolvimento do ensino da arbitragem e da manutenção de toda a estrutura que a gente aporta para os árbitros no que diz respeito a ensino e treinamento.

Então, dali funcionam dez cabines VAR, que operam ao vivo, com pouquíssimo *delay* e ótima tecnologia em todos os jogos, aliás, em quase todos os jogos da Série A, porque agora, recentemente, a gente conseguiu homologar São Januário, mas na Arena MRV, do Atlético, parece que falta pouco, e ela está muito próxima de ser homologada também para funcionar daqui. Temos quatro campos, quatro estádios da Série B que funcionam daqui e os demais funcionam dos estádios ainda. Então, as equipes VAR têm que ir para os estádios.

Essa basicamente é a estrutura que nós operamos, com uma excelente tecnologia, talvez a melhor do mundo. Conheço outras tecnologias, visitamos outras tecnologias, inclusive foi um pedido e foi através da CBF que eu, na função de gerente técnico VAR, junto com o gerente tecnológico VAR, que é o Lucas, fomos à Europa no ano passado, no primeiro ano, no meu primeiro ano aqui – porque recentemente deixei a função de VAR para assumir a função de gerente técnico VAR –, fomos à Europa conhecer as tecnologias, porque muito se dizia, e ainda muito se fala, sobre o melhor VAR ser na Europa, a melhor tecnologia estar na Europa, estar na Premier League, por exemplo, que é algo que a gente escuta muito nos programas de esporte.

Nós levamos um projeto ao Presidente, e ele, de pronto, tanto o Presidente Ednaldo como o Seneme aprovaram a nossa ida lá para ver de perto como funcionava uma central VAR na Holanda, uma central VAR na Inglaterra, na Espanha e na Alemanha. E encontramos lá os mesmos problemas, Senador, que nós temos aqui. Engraçado que, numa conversa com um dos instrutores ingleses, depois de um jogo que nós fomos ver *in loco* – lá nós tivemos duas atividades: uma de ver os jogos na central VAR deles, que estava em reforma à época, e outra de ver um jogo *in loco* –, a gente conversou sobre situações de arbitragem e como era visto pela imprensa inglesa o VAR inglês. Perguntei isso já imaginando que a resposta dele seria que todos lá entendem que o VAR inglês era uma referência, mas não! As mesmas reclamações que a gente escutava aqui, que a gente escuta aqui, eles escutavam lá, inclusive dizendo que o VAR inglês deveria imitar ou ser igual ao VAR alemão, porque de fato sempre a grama do vizinho é um pouco mais verde. E o VAR alemão, para os ingleses, era melhor do que o VAR inglês, assim como para nós o VAR inglês é melhor do que o nosso VAR.

Mas o que eu tenho para dizer é que esses lances apontados são lances de interpretação; são lances, como já dito por alguns da mesa, que para o campo dependem da visão específica e da melhor visão, do melhor ângulo de visão no campo para a tomada de decisão. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escuta isso muito nos cursos internacionais, quando a gente participa, dos instrutores internacionais e dos nossos instrutores aqui. Hoje, como instrutor, eu falo para os árbitros de campo e para os árbitros de cabine, para os árbitros de vídeo, que em geral os nossos árbitros e os árbitros ao redor do mundo erram quando eles não conseguem ver, porque conceitos e considerações a respeito da jogada eles têm. E, quando você não tem o ângulo de visão adequado para identificar uma falta ou identificar uma nuance de mão, como um dos lances mostrou, ou uma nuance de uma entrada, o detalhe de um cotovelo tocando em determinada parte do corpo, para quem está no campo, essa dificuldade é milimétrica e de segundos; para quem está no vídeo, ela é mais confortável, mas também não deixa de ter pressão, porque ele também tem que obedecer a um tempo, ele também tem que ser ágil e ele precisa também, para aquela jogada, usar as considerações corretas e os ângulos corretos. Se ele não o fizer dessa forma, pode ser que ele erre.

E para esses lances passados aqui, sim, nós consideramos tecnicamente – se eu não me engano agora, para todos os lances que vocês passaram – que erramos; tratamos esses erros técnicos internamente; tratamos deles auxiliando os árbitros e tratando os árbitros no seu tempo, no devido tempo, sem congelar o árbitro. O CNM usa uma analogia, uma figura de linguagem muito legal, que é referente ao fato dessa punição que se espera para o árbitro de futebol e que não se espera para o jogador quando ele erra.

Para o árbitro que não é profissional, inclusive, que não atua e que não treina como todos os jogadores treinam no seu dia a dia – o árbitro treina com menos intensidade e rotina do que os jogadores –, punir um árbitro sem dar nenhum tratamento técnico ao erro ou equívoco técnico e de consideração que ele teve, quando é um árbitro de vídeo ou quando é um árbitro de campo, punir o árbitro afastando-o é congelar o árbitro. Eu vou ter esse árbitro de volta congelado, o mesmo árbitro que eu tinha quando errou.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Péricles, muito obrigado.

Eu tenho duas perguntas.

Uma delas associada aqui à participação pelo e-Cidadania, de quem nos assiste, do Heron de Lima, da Paraíba, que pergunta: "Como a regulamentação proposta no PL 5926/2019 [o projeto de lei que está em discussão, de 2019, do Senador Nelsinho Trad] pretende abordar questões como transparência, padronização e responsabilidade no uso do VAR?".

Aí eu aproveito para lhe fazer a pergunta que eu tinha ao longo desse nosso debate.

O projeto de lei – a gente sabe das limitações do Congresso, mas vou tratar dessa maneira – sugere se seria uma boa recomendação abrir o áudio do VAR. A gente sabe que a CBF e outras federações ao redor do mundo já passaram a transmitir a imagem no estádio depois da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão. É lógico que, naqueles estádios que têm esse recurso – na Série A, praticamente todos –, as imagens são transmitidas após a decisão do VAR.

O que o projeto do Senador Nelsinho traz, buscando maior transparência, é que fosse também disponibilizado o áudio. E foi muito bem colocado aqui que talvez não o áudio na íntegra, mas que talvez no final, quando ele vai proferir a sua decisão, ele pudesse anunciar ao público que, com base no VAR, ele tomou tal decisão, conforme a regra do jogo. Essa é a sugestão primeira que traz o projeto.

E ao longo da discussão, Péricles, talvez pela dificuldade de divulgação do áudio ou de dar mais uma função para o árbitro de ter que anunciar a sua decisão final, seria a presença de dois representantes, um de cada clube, não com contato próximo ao VAR, mas que eles pudessem, da mesma sala, acompanhar o que está sendo dito, apenas por uma questão de transparência, para afastar de vez qualquer desconfiança de que "possa haver um conluio entre o árbitro da partida e o árbitro do VAR para prejudicar o meu time", dizem os torcedores.

Então, assim, a título de sugestão, eu queria a sua opinião sobre isso.

E gostaria de encaminhar também uma segunda pergunta.

A gente sabe que muitas vezes o árbitro do campo, por exemplo, é um árbitro FIFA. E aí é até uma dúvida minha: o árbitro que fica no VAR também é FIFA, ou seja, hierarquicamente é da mesma patente? Ou, se não é, acontece de o árbitro do VAR, até pelo respeito que ele tem ao árbitro FIFA, pela experiência, não firmar a sua posição? Como é que a CBF está tratando disso? Se hierarquicamente há uma equivalência entre o árbitro de campo e o árbitro, até de experiência, não é?

A gente sabe que muitas vezes...

Imagina, quem sou eu para criticar o Zico, como é que ele bateu a falta dele. Deixe-o bater a falta dele como ele bate. Então eu imagino o árbitro também do VAR falando: "Não, eu vi uma coisa. Mas se ele, que é árbitro FIFA lá no campo, está dizendo, eu vou respeitá-lo". É lógico que a gente sabe que as decisões finais serão sempre do árbitro. Mas pode haver algum constrangimento se não há essa equivalência. Essa seria a segunda pergunta.

O SR. PÉRICLES BASSOLS PEGADO CORTEZ (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

Vou começar pelos áudios.

Os áudios têm uma limitação que é uma autorização da FIFA. Essa fala do árbitro, ao final da decisão, está sendo testada pela FIFA, foi testada no Mundial de Clubes, no Marrocos, e, agora, no Mundial Feminino. Ela é muito bem-vista por nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa do Presidente Seneme e do Presidente Ednaldo, foi solicitado à FIFA que já implementássemos isso neste Campeonato Brasileiro, e nos foi negado, nesse momento, porque há um processo de desenvolvimento e de teste que a FIFA faz junto com a Board. Principalmente, a FIFA executa. A Board pensa as leis e apresenta à FIFA, e eles aprovam em conjunto, mas, na execução, a FIFA, nos seus campeonatos, é responsável pela execução. Nesse momento, quando solicitado, foi-nos negada a possibilidade de fazê-lo de imediato. A gente já queria fazer de imediato e não pôde. Então, a gente tem limitações que obedecem a uma hierarquia entre as instituições.

No âmbito da arbitragem, a gente, em geral, solicita tudo que deseja fazer com relação a novidades. Inclusive me parece que essa de membros de clubes presentes à cabine VOR, como a gente chama a VAR Office Room, não me parece algo autorizado, nesse momento, pela FIFA, e também teria que passar por uma aprovação.

Então, com respeito aos áudios, se eu não me esqueci de nada, sim, nós entendemos e vemos com bons olhos, mas depende de aprovação, e essa aprovação inclusive não nos foi concedida.

Com relação às patentes, não é uma regra que o árbitro FIFA no campo precise ter um árbitro FIFA na cabine. A gente não tem árbitro FIFA suficiente para todos os jogos da rodada. A gente tem árbitros capacitados, apesar de nem todos serem FIFA. São só dez árbitros FIFA e dez assistentes FIFA no quadro masculino. No quadro feminino, a gente tem um número um pouco menor, são duas árbitras FIFA e, se eu não me engano, sete árbitras, mas com condições de dirigir as Séries A e B. Aí a gente tem uma limitação um pouco maior.

Quando a gente designa árbitros para jogos, não necessariamente um FIFA tem que estar escalado com outro na cabine ou no campo, não é uma regra isso. A gente trabalha, sim, para os árbitros de cabine e os árbitros de campo, não só os de cabine. O trabalho é completo. Porque, às vezes, você pode ter um árbitro que não é FIFA no campo com um árbitro FIFA de cabine. O árbitro não FIFA de campo poderia, segundo o raciocínio exposto pelo senhor, acatar algo que não fosse o correto.

O que a gente trabalha é técnico, para que tanto o árbitro FIFA como o não FIFA, ao se depararem com um lance, terem a capacidade de analisar esse lance, com considerações e conceitos, independentemente de quem tomou a primeira decisão, porque, ao final, a decisão é do árbitro de campo.

Num lance interpretativo, só para que vocês possam entender, que o árbitro de campo não tenha, por exemplo, marcado um pênalti e o árbitro de vídeo entenda que é pênalti, ele deve chamar o árbitro à área de revisão, que é a área que a gente chama, no termo inglês, de *on-field review*, que é uma revisão no campo, naquela areazinha onde ele vai olhar a tela, porque esse é um lance interpretativo. Já lances factuais, como dentro e fora, por exemplo, ele marcou um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pênalti e o árbitro de vídeo, ao checar, vê que a infração não foi dentro da área, foi fora da área, essa não precisa de revisão porque não é interpretativa, não precisa ser revista, precisa apenas do sinal da informação dizendo para ele "Olha, o pênalti que você marcou, recomendo revisão factual, o pênalti que você marcou não foi dentro da área, foi fora da área, na entrada da área, a um passo da área", e assim ele reforma a decisão dele com um sinal de televisão, a janelinha, o sinal de televisão, que a gente chama, ele coloca a decisão que havia tomado de dentro para fora da área.

Então a gente tenta trabalhar tecnicamente isso para que não haja essa intimidação, essa coisa que você falou, da cobrança de falta do Zico. Aqui nós temos árbitros de alto nível que poderiam, pela sua patente, talvez deixar um árbitro intimidado, mas ele trabalha fortemente, tecnicamente e conceitualmente para que todos eles atuem sem esse tipo de intimidação e apenas com considerações e conceitos técnicos a respeito da jogada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Péricles, eu queria lhe agradecer profundamente. Acho até que é muito importante, talvez conste aqui como uma sugestão, que a própria CBF e as federações possam fazer uma divulgação ao torcedor porque, por exemplo, o que você disse responde a uma das perguntas do Reinaldo Plesen, da Bahia: "Por que as análises do VAR não têm um critério padrão", assim interpreta o torcedor, "em cada análise vemos uma interpretação diferente". E você colocou: tem lances em que o árbitro de campo é chamado que são de interpretação, é chamado para olhar lá a telinha, quando ele corre para a lateral para olhar a telinha; e tem lances em que o torcedor fala assim "mas o árbitro não foi nem lá ver", porque não são lances de interpretação, o próprio VAR já vai ver o impedimento, uma falta dentro ou fora da área, e o torcedor às vezes não entende que lances são sujeitos ao VAR – isso a gente vai deixar para o Luis Antonio poder explicar, como bom árbitro que é. Mas eu achava que seria interessante, a título informativo, nas partidas, com o torcedor no estádio, para entender que lances, porque também é novo isso, tudo isso é novo para o torcedor. Eu tenho certeza, como disse o Perdiz, de que os erros eram em maior escala antes do que agora; agora a gente discute poucos erros e na maioria de interpretação, estamos sujeitos como pessoa humana a errar a interpretação.

Só para concluir, o Nilton Fábio, de São Paulo: "[...] até que ponto o sistema de julgamento do Var é influenciável?". Primeiro, a gente também, graças à participação do Péricles Bassols, que a decisão final, quando o lance é interpretativo, é do juiz de campo, então o VAR até tem menos influência, e os árbitros de VAR estão afastados do próprio estádio, estão numa cabine própria, nem os representantes dos clubes podem estar presentes, o que é até uma sugestão, não que tenham contato físico com eles, mas que pudessem acompanhar os áudios para entender. E talvez isso reduzisse muito as reclamações. É uma das sugestões que surgem.

Então, Péricles, eu quero agradecer. Você trouxe outra informação importante, que os árbitros estão constantemente sendo checados também, passando pelo que alguns chamam de reciclagem, por um aperfeiçoamento técnico deles. Esses lances não passaram despercebidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Arbitragem da CBF, fiz questão de mostrar os lances para entender como era tratado. Também trouxe isso o Péricles Bassols. E não sabia nem que o primeiro áudio era a sua voz, achei que era o narrador que estava emitindo opinião.

E no final, a gente viu que a própria Comissão de Arbitragem reconhece que houve um erro. E o árbitro é sujeito então, não à geladeira, mas ao aperfeiçoamento, a um maior treinamento. Também eu acho certo. Acaba estigmatizando o árbitro você colocar, depois o Luis Antonio até pode falar como árbitro, colocar na geladeira. É muito melhor que ele seja reciclado, digamos assim, seja treinado para aquelas situações. E isso, a CBF tem feito.

Muito obrigado Péricles. Em resumo, foram essas contribuições que você trouxe. E aqui nós sabemos das nossas limitações.

É importante também, desculpe-me por me estender, mas também outra informação importante, porque aliás, atende ao projeto do Senador Nelsinho Trad. Tem projetos que precisam ser aprovados, tem outros que nem precisam. Você vê que a própria CBF está esperando a autorização da FIFA justamente, está sendo testado no mundo, para que esse áudio, que é o objeto, a intenção do legislador, a própria FIFA, em sua autorregulamentação como entidade privada que é, já está em teste para que seja anunciada a decisão final do árbitro. "Com base no vídeo, eu decidi que a bola não foi na mão. O lance foi fora da área. O lance foi dentro da área". Para que o torcedor tenha também a transparência que persegue o projeto do Senador Nelsinho Trad.

A mesma coisa com a presença dos representantes. Depende de autorização da FIFA.

Isso, para que a gente entenda, quem assiste – e aí eu falo agora um pouco como advogado esportivo –, quem nos assiste e também os próprios Senadores, o próprio Senador Nelsinho Trad, a gente não poderia, primeiro pelo art. 217, invadir a competência, que é a autonomia absoluta que confere a Constituição às entidades de prática desportiva.

Segundo, a gente está vendo aqui que não adianta o Brasil ser uma ilha. Além de a interferência ser certamente sancionada, se assim ocorresse através de um projeto do Congresso Nacional, que interferisse nessa questão, que é própria da norma interna da entidade, a gente sabe que ela poderia valer para os jogos aqui do Campeonato Brasileiro, mas na hora em que viesse um jogo sul-americano, um jogo da Libertadores, mesmo aqui no Brasil, não poderia ser imposto isso, porque é preciso compreender, para quem assiste, o sistema federativo.

A CBF é a franquia, no Brasil, da FIFA, para ver se assim a gente entende de forma mais ilustrativa. Ela é uma franquia da FIFA, e a FIFA detém, é a única que detém o futebol. Se você quiser jogar futebol e não for associado à FIFA, você muda o nome, põe uma bola maior ou menor, vai ter que mudar a modalidade, porque essa está sujeita ao *board* que faz as regras do jogo e a um sistema jurídico desportivo internacional, de filiação, de associação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente pode até trazer esse debate, discutir, buscar o aperfeiçoamento. É bom saber do Péricles que exatamente o que persegue o projeto de lei já está sendo testado pela FIFA e a CBF aguarda a autorização. Então, será atendido, mesmo não sendo aprovada a lei. E, quem nos assiste, tem essa explicação.

Muito obrigado, Péricles.

Eu vou passar, agora, para o nosso árbitro aqui presente, Luís Antonio Silva Santos, um dos maiores árbitros que eu já vi, inclusive porque, nas finais do campeonato carioca, jogos difíceis, tensos, estava presente. Apitou, quando não existia o VAR, é *old school*, digamos assim, da velha-guarda. Vai trazer em dez minutos. E, na sequência, o nosso representante aqui do Ministério dos Esportes. Para finalizar, os nossos consultores, porque, depois de ouvir todos, acho que vocês fecham com chave de olho. Obrigado.

Luís Antonio, dez minutos.

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS (Para expor.) – Obrigado, Senador. Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador. Obrigado pelo convite.

Não podemos falar de futebol, não podemos falar do jogo, jogado na sua prática, sem termos a regra do jogo. O VAR é novo, é um instrumento novo, como tantas outras ferramentas que estão sendo criadas para o futebol.

O futebol não é novo, mas tudo que vem acontecendo, jogos etc...Aqui mesmo nesta Casa nós já discutimos, falamos, sobre a profissionalização que se faz necessária. Então é muito oportuno, Senador – e mais uma vez parabéns pela iniciativa, a todos aqui da mesa –, porque, como estávamos conversando ali – não é, senhor José Luiz? – o futebol é tão importante que deveria ser tombado. O futebol é o sobrenome do povo brasileiro, é o nosso sangue, é o nosso DNA. Todo mundo tem uma paixão e a paixão número um do nosso povo brasileiro, em questões desportivas, é o futebol.

Dito isso, a FIFA e a International Board, quando assim criaram o VAR... O pilar é esse, são quatro situações: uma situação de gol e não gol, o VAR é consultado; a situação de tiro penal, como já foi dito, e não penal, como o Péricles bem falou; e um cartão vermelho que não preceda um cartão amarelo. O que eu quero dizer com isso? Para todo atleta que venha a ser punido diretamente com o cartão vermelho, cabe revisão. E, não tão importante, mas importantíssimo, o erro de identificação, geralmente naquelas situações onde há um conflito generalizado em que, aos olhos dos árbitros... É claro que se tem toda uma técnica para averiguar e não se cometer nenhuma injustiça, que o VAR entra e identifica. É claro, sabemos, que com as câmeras espalhadas no estádio, 40, 50, 60, o poder de visão e de acerto é muito maior. Esse é o objetivo e foi o objetivo para o qual o VAR foi criado: não cometer injustiça. O que a FIFA quer é isso: que os jogos se iniciem e terminem sem erros, sem que esses erros venham gerar impactos nas decisões e sendo claro, objetivo é direto o resultado do jogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bem objetiva a minha fala, e eu tenho que ser, porque falar depois do Péricles e de todos aqui que já falaram, pode ser uma questão até redundante, mas se faz importante sim a discussão. O áudio vem a contribuir muito para que tudo fique bem claro, sem nenhum senão pela decisão do árbitro, que já é tão massacrado, tão perseguido, pelas suas tomadas de decisão.

Acredito que, com o tempo... Como eu falei, o VAR vem se aperfeiçoando e tem muito pouco tempo, ainda, o manuseio da ferramenta. E aí a gente tem que entender a qualificação e a prática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – ... desse VAR de vídeo.

Hoje a CBF já tem o seu quadro específico, o que é louvável. Passou-se a entender que uma decisão, quando o árbitro a toma em campo, é uma. Quando ele está no VAR, é outra. Há o fator emocional na sua decisão sob pressão. E todos nós sabemos que não é pouca. Isso tudo contribui para que o VAR, de fora, possa entrar e ser um suporte. Bem dizendo: a decisão final era, é e sempre será do árbitro. E também entendendo que, sobre todas essas questões que aqui estão sendo discutidas, mais uma vez, sendo repetitivo – desculpa –, deve-se passar por um processo de treinamento, de busca constante pelo aperfeiçoamento. Isso a Ifab, junto com a FIFA, que são os órgãos responsáveis por tal, com certeza, vão desenvolver técnicas, como o áudio que vem e vai... Não acredito, porque, até então, a questão da revisão não era transmitida ao vivo. Passou a ser, pela necessidade apresentada por todos e pela sociedade. E acredito que, em pouco tempo, em curto tempo, o áudio também, ao vivo, vai ser implantado e, com certeza, será mais um instrumento para que possamos contribuir para a nossa paixão nacional chamada futebol.

Essa é minha fala.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Luis Antonio, eu tenho duas perguntinhas a respeito.

Primeiro, o árbitro do VAR deve ser um árbitro que está em atividade ou são usados... Por exemplo, você foi um excelente árbitro. Você pode ser usado como árbitro de VAR? Talvez, pela sua idade, você não possa mais, porque tem a regra da FIFA e tudo mais, estar em campo, mas você, com sua experiência, com isso, pode ser usado – é um desconhecimento meu – dentro de uma cabine de VAR?

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – Não – não –, não mais.

Quando todo o processo foi implantado, eu já não estava mais no quadro da CBF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe um *timing* de treinamento, existem horas de VAR, de treinamento para que você venha a ser qualificado para ali estar. Mas é uma sugestão. Eu entendo que, mesmo um árbitro que não é mais do quadro, mas que apresente qualidades técnicas, físicas, por que não ser aproveitado? É mais uma ferramenta de inclusão dentro desse mundo, que não é só daqueles portadores de deficiência, mas, sim, de uma sociedade como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É muito interessante isso, Luis, porque eu tinha essa dúvida e, quando o Péricles falou que são só dez árbitros FIFA, e a gente tem aí árbitros que, talvez, pela sua idade, não possam mais acompanhar, não só pela limitação, até fisicamente, a intensidade de uma partida de dentro do campo e se aposentam, poder dar a eles a oportunidade de voltar.

Não sei se tem algum impedimento da FIFA a respeito disso, desconheço, mas acho que podemos até encaminhar como sugestão, porque tem tanto quadro bom... E aí a questão da equivalência da patente de que a gente estava falando até traz aí...

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – Um equilíbrio – não é?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... um equilíbrio maior, porque o árbitro que já exerceu durante anos em campo, vai ser respeitado, estando no VAR, tanto quanto um árbitro FIFA que está em campo entre colegas – não é?

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A outra pergunta me veio aqui.

A gente vê e o torcedor fica com isso na mente... Muitas vezes, ele comemora um gol. Aí, daqui a pouco, para tudo, a bola não começa. Aí o VAR vai lá atrás no início da jogada, lá, quando saiu da área, iniciando um ataque, lá na área de defesa ainda e aí pega uma falta.

Se eu não me engano, um desses lances, acho que o que a gente não mostrou do Flamengo, se eu não me engano, era isso. Onde se encaixa essa hipótese de você voltar o lance ao seu início para ver se teve alguma infração que, em tese, não seria apreciada, porque eu não sei onde se encaixa realmente?

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se é gol ou não gol, se é por isso?

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – Toda jogada de ataque é revisada na sua origem, para que se entenda que, como eu falei, não ocorreu nenhuma irregularidade, não se gerou um gol a uma equipe fruto de uma falta, fruto de uma irregularidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, todo ataque é revisado. Aí vêm as perguntas que, com certeza, podem cair. A partir de que momento? A partir do momento em que o atleta tem esse domínio, direção e posse da bola em condições de efetivamente gerar um ataque.

Uma disputa no meio de campo, onde essa bola tem aquele *timing*, onde vai para o zagueiro, volta e acontece uma irregularidade, ali você já começa a analisar o lance. Se houve, ali será punido e aí, infelizmente – ou felizmente –, mas para as regras, para a clareza e para que não haja injustiça, se volta ao lance.

Infelizmente, é o que diz a regra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ela se encaixa no gol não gol?

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – Gol não gol. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que obriga a ver a jogada desde o início.

Isso é bom para esclarecer. É por isso que eu acho – é até é uma sugestão – que se intensifique junto ao torcedor a explicação de como funciona o VAR. A gente está tendo essa oportunidade aqui com o Péricles e com um árbitro renomado como o Índio, o Luis Antônio.

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – O senhor me permite, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lógico.

O SR. LUIS ANTONIO SILVA DOS SANTOS – Eu acho que é muito oportuno tudo isso e, querendo ou não, o nosso esporte é o único que todos jogam e ninguém conhece as regras do jogo.

Eu acho que a CBF, junto com a Casa, poderia, como o senhor bem falou, implementar uma questão de educação aos clubes na base, sabe? Essa união de todos eu acho que só tem a contribuir com o nosso esporte, com a nossa paixão, como eu falei.

E aí, se você forma bons atletas, você vai formar bons cidadãos e entendimento de regra. Se você entende aquilo que você está praticando – como os senhores aqui bem conhecem os seus afazeres – teremos grandes profissionais. Procura-se, capacita-se o homem e teremos excelentes profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É verdade.

E as reclamações em campo, certamente, se na base já viessem com essa instrução, iriam reduzir muito e ajudar, facilitar não só ao árbitro como ao espectador, porque a diferença do futebol brasileiro para o europeu também está nisso. É um cai-cai, é um querendo enganar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

árbitro, reclama-se junto ao árbitro, geram-se processos disciplinares no STJD e fica chato. O jogo fica parado toda hora, é uma grande diferença.

Eu vou aqui rapidamente – preciso –, à participação popular.

Valdemagno Torres, de Pernambuco: "[Há risco de] essa medida [...] ser considerada [a que o projeto de lei propõe] interferência estatal no futebol, podendo o Brasil sofrer sanções pela FIFA?".

Sim, Valdemagno, muito boa pergunta. Essa é a limitação a que eu me referi desde quando abrimos aqui, e a Dra. Renata colocou muito bem, e a gente também pôde ver pelo Péricles. Tem questões que são a feitas, próprias da entidade de administração, dentro da sua autonomia desportiva que a Constituição confere. E a gente viu que essa iniciativa do Senador Nelsinho Trad está abraçada já pela CBF, que pede autorização da FIFA para que possa divulgar o áudio. Não todo, mas só a decisão.

"Qual é o impacto financeiro [pergunta Heron de Lima, da Paraíba] esperado, e quais medidas estão sendo propostas para tornar o VAR acessível a clubes de diferentes níveis?". Também foi colocada a dificuldade disso, Heron, aqui em outras séries. Mas a gente já avançou, não é só mais a Série A, é Série A e B e algumas partidas decisivas de outras séries. A gente também tem a questão da infraestrutura dos estádios e certamente no futebol brasileiro, com o desenvolvimento dele, depois aqui da SAF também – muito obrigado, Feuz, pela referência ao projeto que eu relatei –, há cada vez melhor governança, melhor transparência. Isso vai refletindo também nos estádios, qualidade do gramado e outras coisas.

Triumphus, de São Paulo: "Em que medida a aprovação do projeto pode favorecer políticas públicas de incentivo aos esportes em regiões precárias?". Como eu disse, é esperar esse desenvolvimento chegar. Realmente não dá para, na Série B do Campeonato Carioca, do qual a Dra. Renata julga muitos casos... A gente lá, como advogado esportivo, sentia falta até da imagem de vídeo. A Federação do Rio – aliás, iniciativa do Presidente Rubens Lopes –, passou a gravar e disponibilizar, o que facilitou o trabalho dos tribunais esportivos e dos advogados na defesa e nos julgamentos dos processos. Mas vejam que há a dificuldade natural da infraestrutura.

Eu vou agora passar, por seus dez minutos, ao representante do Ministério dos Esportes, agradecendo ao Ministro Fufuca pela sua presença, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, Sr. José Luiz Ferrarezi.

O SR. JOSÉ LUIZ FERRAREZI (Para expor.) – Boa tarde! Quero dizer do privilégio de estar fazendo parte desta mesa com os senhores, o Senador Carlos Portinho, a Dra. Renata, o árbitro Luis Antonio, que a gente via pela televisão apitando e agora estamos aqui compartilhando esta mesa, os advogados da Casa e os amigos aqui presentes, e não são poucos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema é um tema também recheado de passionalidade. Estava dialogando com nosso querido amigo árbitro Luis. O futebol no Brasil é tão importante que ele deveria ser tombado como patrimônio histórico imemorial, porque a cada final de semana ou cada meio de semana que tem uma partida de futebol, o nosso humor de brasileiro e de brasileira se altera, então o nosso humor hoje não precisa nem dizer. Quando a nossa seleção perde, parece que estamos de ressaca e sem beber, porque nós somos afetados pelo futebol. E eu lamento quem questiona uma audiência como essa, Senador. Lamento muito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, porque eu apanhei muito. Disseram que eu queria aparecer.

O SR. JOSÉ LUIZ FERRAREZI – Porque nos dá a possibilidade de todos e todas se manifestarem sobre o tema. Ninguém está debatendo aqui se será aprovado ou não aprovado o PL. Nós estamos debatendo justamente para que tenha esse entendimento da viabilidade de aprovar ou não esse projeto. E ele engrandece o tema, no meu ponto de vista. A presença de a minha equipe estar aqui. Eu estou como Secretário no Ministério do Esporte e o nosso Ministro André Fufuca foi claro: tem que participar, tem que levar sua equipe, porque também é um momento de grande aprendizado para nós no ministério.

Existe um senso comum relacionado ao futebol, de que todo mundo sabe tudo, e não é assim. E o que foi posto aqui até agora, pelos membros do Judiciário Esportivo do Brasil, é fundamental. Nós temos um entendimento de que as entidades de prática esportiva têm que ser respeitadas, e está na Constituição. E o futebol, assim como todas as outras modalidades, é hierarquizado, mas o futebol tem a FIFA, que tem as suas regras, tem a Confederação Brasileira, a CBF, tem as federações. Isso foi dito muito claramente. O Senador Portinho, na fala dele, basicamente, resumiu toda esta sessão, toda esta audiência, naquilo que é importante.

Nós fizemos um contrato de adesão à FIFA. Ali está claro o que deve ser respeitado e o Governo brasileiro respeita a CBF como a entidade de prática do futebol no Brasil.

O VAR vem, no nosso entendimento, exatamente, para colocar em prática o respeito ao torcedor. Essa integridade e essa transparência no resultado esportivo são fundamentais para o Governo brasileiro, e que ele tenha clareza, e o VAR cumpre esse papel.

Já foi dito aqui o que ele pode, o que ele não pode, o que ele deve e não deve. Isso tem que ser respeitado. O momento do futebol brasileiro merece essa atenção desta Casa. O momento do futebol brasileiro – desse produto futebol, dessa paixão nacional – merece, sim, esta audiência e outras. Nós estamos passando por um momento que não é tranquilo para o futebol brasileiro. Não é só porque ganha um par de jogo, porque aí é do jogo.

Este momento do futebol brasileiro requer atitudes muito sérias como está sendo feito aqui, porque isso mostra ao torcedor que existe a preocupação do Senado, que existe a preocupação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Governo Federal, que debate a integridade, e que existe uma preocupação muito grande com esse árbitro.

Quando só tinha um trio de arbitragem, era um momento. Hoje, quantas câmeras tem um jogo de futebol? Imagina a pressão sobre esse profissional da arbitragem... Imagina a pressão de tomar uma decisão, com 50 mil, 60 mil pessoas, em um estádio, se isso é recheado de passionalidade... Imagina tomar uma decisão, com 60 mil pessoas, do meu Palmeiras contra o Corinthians, com todo mundo ouvindo, todo mundo influenciando uma decisão...

Nós temos que preservá-lo, tem que ter essa integridade para preservar esse árbitro, porque, cada vez mais, ele é exigido na sua preparação. Não é só física. Eu imagino a preparação mental de um árbitro hoje... Ele não tem a sua profissão, ele não tem uma aposentadoria e, ao mesmo tempo, ele é cobrado, exageradamente, pela produção. Talvez mais do que o jogador no dia de hoje. Essa preservação do resultado, do profissional, da integridade, isso, sim, interessa ao Governo brasileiro. Nós estamos atentos.

Aquilo que o PL coloca já foi discutido aqui, com clareza, no meu ponto de vista, mas foi dito, também pelo Senador Portinho, e foi objeto, hoje, de um diálogo, antes de eu vir para cá com a equipe: toda e qualquer ação da FIFA, aqui no Brasil, tem que passar por um teste, tem que passar por avaliações.

Não é em 30 dias, como diz o PL, que aprova, e a CBF tem que colocar em prática. Imagina se isso é possível... Não dá, é impossível colocar em prática, porque isso tem que ser testado e avaliado – Deu certo? Não deu certo? –, porque nós fazemos parte de um sistema, e aqui não existe rebeldia, não é isso, é ter claro o papel que cada um tem.

Por isso, eu me sinto muito feliz de estar presente aqui, Senador, e entendo, perfeitamente, que o processo é longo. A gente tem que estar dentro da escola debatendo essas questões.

Quando a gente vê clássicos com torcida única pelo Brasil, é meio que negar a presença do outro. É você dizer para o seu filho que nós vamos lá, mas não tem ninguém, não tem outro para torcer. Você está negando o outro. Só tem jogo se tiver o outro. Nós precisamos educar. E aí, quando você educa a partir da escola, você educa para ter mais respeito.

O comportamento do jogador brasileiro, do meu ponto de vista, é lamentável. Ele influencia o humor do árbitro, que influencia o humor da torcida, dos comentaristas e por aí vai. Mas se nós tivermos, dentro da escola, do meu ponto de vista, um trabalho, desde que se entenda que o futebol é isso para o povo brasileiro, lá vai ser fundamental, e nós vamos crescer, dentro da escola, como seres humanos melhores, brasileiros e brasileiras melhores.

E aí, nós vamos ter uma arbitragem também mais qualificada. Por mais que se prepare, isso vem de berço, vem da escola, vem daquilo que se mostra para o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência cumpre, sim, do meu ponto de vista, um papel relevante. Por isso que o Governo brasileiro se fez presente, por isso que eu estou aqui com a minha Diretora de Futebol Feminino, a Sandra Santos. Ela é Diretora de Futebol e fomenta o futebol feminino. Eu estou aqui com o nosso Diretor Ronaldo Tavares, que é de um tema espinhoso, que é de uma diretoria que cuida das relações com as torcidas, com os torcedores, que é o Direito dos Torcedores, a defesa desses direitos, que nós temos que debater. Nós estamos aqui com o nosso Diretor-Presidente da APFUT, o Fábio. E estamos aqui com os assessores, com a Chris Souza, que estava sentada aqui, mas temos o Thiago, nós temos o Edcarlos. Dizem as más línguas que jogou um pouco futebol, foi até campeão mundial pelo São Paulo. Porque é fundamental que enquanto Governo, nós tenhamos um entendimento do futebol como um todo no país. E esta audiência, eu fico muito feliz, porque ela debate algo essencial, que é respeitar, valorizar a transparência e valorizar o torcedor.

No limite, nós queremos dizer ao torcedor: confie no sistema, não é só no VAR. O VAR só é parte de um sistema maior e fundamental, e ele tem que ser objeto de proteção da arbitragem inclusive, porque tem que ficar claro que aquele resultado foi o resultado do jogo. E é isso que nós estamos avaliando, avalizando e dando suporte do Governo brasileiro à integridade do VAR no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ FERRAREZI – E isso é muito importante para nós, e nós confiamos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dra. Renata Mansur pediu um comentário breve. Por favor.

A SRA. RENATA MANSUR FERNANDES BACELAR (Para expor.) – Aproveitando a fala do Secretário, eu queria fazer um registro, considerando que eu sou a única representante feminina aqui na mesa. O futebol é tão importante, e discutir o futebol é tão importante, que, no Rio de Janeiro, nós temos dados estatísticos dos Juizados de Violência Doméstica, de que quando há jogos do Flamengo, e eu digo Flamengo, obviamente não é culpa do nosso clube, mas quando há jogos do Flamengo, em que o Flamengo perde, os casos de aumento de violência doméstica são exponenciais. O aumento é exponencial, considerando que os torcedores chegam a casa descontentes com a perda no jogo e descontam nas mulheres.

E além disso, nós temos estudos, posso ceder para o Senador, nós temos estudos científicos com esses dados, que comprovam isso.

Então discutir o futebol em cada segmento é importantíssimo. E discutir o VAR é apenas um dos segmentos. É só para registrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ LUIZ FERRAREZI – Senador, eu acabei me esquecendo de um membro da minha equipe, muito importante, que é o Alex, que faz parte também da minha equipe, desse grande desafio, que é a relação com os torcedores.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom.

O Ministério dos Esportes, primeiro, está presente, prestigia esta Casa, o Senado Federal, e prestigia todos os brasileiros, porque é importante saber que com a sua equipe em cada segmento, feminino, um ex-jogador, certamente, deve contribuir muito com a sua experiência ao Ministério. É muito importante tê-los. Saber que vocês estão acompanhando os assuntos de interesse aqui do Senado na área esportiva e do interesse da população, porque é como disse a Dra. Renata.

Quando me perguntam aqui, eu vou passar à Bruna, Bruna de Souza Rodrigues, do Pará: "Há real necessidade de interferência do Estado para a regulamentação do VAR?", a gente já viu aqui que tem limitações e que o Estado não pode interferir numa regra de uma entidade privada. Mas a gente vê aqui, hoje, não a interferência, mas a contribuição do Estado para o aperfeiçoamento de algo que reflete no ânimo e no comportamento do brasileiro, como disse aqui a Dra. Renata, quando a gente vê que o VAR é um dos elementos, muitas vezes, a que se atribui a responsabilidade de um time perder uma partida e que isso, no final da linha, chega numa violência doméstica.

Então, para aqueles que, realmente, achavam que isso aqui não tinha razão de ser, que eu devia ter coisas mais importantes para fazer... Aqui é do pepino ao foguete. Já falei: a gente aqui dá atenção a tudo. Mas você vê que a contribuição aqui é importante. A gente, por exemplo, pode daqui sair com uma recomendação, porque o Estado não vai interferir numa entidade privada, mas pode sair com uma sugestão para que os árbitros aposentados sejam aproveitados no VAR se não tiver nenhum impedimento da FIFA para isso, que eu não sei. Mas a sugestão vai.

A gente pode estar aqui gerando oportunidades de trabalho para quem tem uma experiência acumulada na função de árbitro. A gente pode estar aqui sugerindo a presença de clubes, de representantes dos clubes junto ao VAR, ou o anúncio, como é o projeto do Senador Nelsinho Trad, e sai daqui sabendo que a CBF já está fazendo isso, já pediu à FIFA autorização, porque ela depende da FIFA.

Então, o cidadão sai muito mais instruído.

Muito obrigado pela presença do ministério.

É lógico, Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO SÉRGIO FEUZ (Para expor.) – Na verdade, acho até, se o Dr. Perdiz me autorizar também, falando em nome da Escola do STJD, a qual dirijo, eu acho que, talvez, podemos manter como sugestão até para difusão aí, efetivamente, em relação a árbitros, base, envolver a própria Academia Nacional de Direito Desportivo e o Senado Federal aí, com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma grande contribuição – grande contribuição.

Eu agradeço.

O SR. PAULO SÉRGIO FEUZ (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E estamos aqui na Comissão de Esporte empenhados em quanto maior transparência se puder levar ao público e ao conhecimento dos atletas.

Eu vou agora encerrar com os nossos consultores jurídicos daqui do Senado, nossos Consultores do Senado, que acompanharam toda – esqueci de alguém? Acho que não –, que acompanharam toda a discussão.

Vou, só, antes, passar a palavra aqui ao nosso José Carlos, a alguns comentários pelo e-Cidadania de brasileiros se manifestando sobre o tema desta audiência.

Adrian Barros, do Ceará: "É fundamental a profissionalização [Luis Antonio] dos árbitros no futebol brasileiro."

No mesmo sentido, o Marçal Rodrigues Mendes, do Rio de Janeiro: "A classe dos árbitros precisa de autonomia, organização, recrutamento, formação, prestação de serviço, longe das entidades esportivas". Eu particularmente só discordo, acho que as entidades são um veículo para isso, mas, na mesma linha aqui também do Adrian lá do Ceará, buscando uma maior profissionalização, aperfeiçoamento.

Antônio Carlos, do Rio de Janeiro: "Acredito que seja viável a regulamentação, já que isso torna o futebol uma prática mais eficiente e justa". E a gente viu aqui que a CBF está buscando essa regulamentação dentro da sua alçada junto à FIFA.

José Carlos, os seus dez minutos e, na sequência, a gente termina com o nosso Gabriel, também concluindo.

O SR. JOSÉ CARLOS SILVEIRA BARBOSA JÚNIOR (Para expor.) – Olá, boa tarde! Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador, pelo convite. Obrigado, Sra. Renata, pela presença de todos os colegas da Mesa. Saúdo a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero fazer um registro: é uma satisfação enorme reencontrá-lo Senador. A gente pôde trabalhar não só no marco legal das *startups*, mas também no projeto da Sociedade Anônima de Futebol. E eu sou prova viva da quantidade de debates que foram realizados – se não me engano, mais de 40 reuniões. Realmente foi bastante intenso.

O que eu tinha para trazer aqui um pouco, sob o ponto de vista da visão aqui da Consultoria Legislativa da Casa, é com o olhar de que todo projeto, de fato, tem um mérito, tem uma boa intenção, mas às vezes ele pode esbarrar em procedimentos que é importante os Senadores, os colegas olharem e colocarem, infelizmente, um freio para cogitar possíveis inconstitucionalidades e ilegalidades que podem surgir com o debate.

Nesse caso, especificamente, com relação ao projeto de lei, que em síntese trata essencialmente de obrigar a disponibilização de áudios e vídeos de todos os integrantes da comissão de arbitragem, ele poderia, de fato, como foi aqui tratado, esbarrar na autonomia desportiva prevista na Constituição Federal, no art. 217, e também, no art. 2º da Lei Geral do Esporte, recente lei aprovada. Isso é um ponto de atenção. A gente sempre sofre um pouco com essa análise de constitucionalidade, não é, Senador? E no fim do dia, quem diz que é ou não constitucional é o Supremo Tribunal Federal, mas existe uma responsabilidade de olhar com muita acurácia e trazer para discussão. E nessa mesma linha, é importante também registrar que o protocolo do VAR está dentro das regras do jogo, do esporte. Como bem tratado aqui, essas leis são regulamentos editados por entidades internacionais, que são aplicadas também, no caso, pela CBF no Brasil, e poderiam em alguma medida conflitar, e até gerar um precedente um pouco perigoso, se algumas legislações fossem entrar e regular a regra do jogo em si.

Por outro lado, eu faço registro que a audiência pública gera... Não se desculpe, não, Senador, porque a audiência pública de fato gera, como aqui saiu, a Sra. Renata comentou ali atrás, aqui na Secretaria, na Comissão, falou realmente das ideias da possibilidade de incentivar a parte de educação. O Sr. José Luiz Ferrarezi também citou. O nosso árbitro Luis Antonio também. E o que é muito útil é que daqui pode sair, inclusive, um projeto de lei para resguardar esses interesses.

Então, a Consultoria se coloca à disposição aqui para continuar os trabalhos e agradeço novamente com o convite.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – José Carlos, muito obrigado. A Consultoria Legislativa do Senado Federal é de altíssima qualidade, eu recorro a ela sempre, e ela é construtiva.

A gente pôde exercer isso tanto no que eu relatei de grandes projetos como no marco legal das *startups* e na Sociedade Anônima do Futebol, a Consultoria esteve lado a lado conosco no tema e, mais recentemente, também na Lei Geral do Esporte, o que nos ajudou bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu vou passar a palavra ao nosso Gabriel Penna Firme também, da Consultoria aqui do Senado Federal, para concluir aqui com os nossos convidados nesse interessante debate, no qual vão sair contribuições, se não avançar o projeto de lei, pela sua limitação, mas com contribuições que já atendem, inclusive, ao seu autor, o Senador Nelsinho Trad.

O SR. GABRIEL PENNA FIRME DE MELO (Para expor.) – Senador, agradeço pelo convite e quero agradecer pelo convite também do Senador Romário. Para mim, é uma honra estar aqui como servidor do Senado Federal, especialmente da Consultoria Legislativa.

Quando a gente trabalha com o gabinete do Senador Carlos Portinho há sempre ouvidos abertos para a opinião da Consultoria, questões muitas vezes chatas de constitucionalidade ou juridicidade que têm que ser colocadas na mesa, mas tive a oportunidade de trabalhar com o senhor na SAF, em algumas emendas da Lei Geral do Esporte também, muitas propostas relevantes e interessantes que partem do senhor e de sua equipe.

O que há de mais importante em relação a esse projeto já foi dito aqui. Muito do que foi falado colocamos também em nota informativa, feita em parceria com o meu colega José Carlos. Basicamente, eu acredito que tudo de mais importante foi dito. O VAR é um organismo vivo, porém relativamente muito recente, tem apenas seis anos e teve destaque, inicialmente, ali na Copa da Rússia, e vem sendo transformado, ao longo dos anos, com uma série de melhorias, destacando mudanças em questões de impedimento, de linhas de impedimento, que eram muito finas, agora se tornam um pouquinho mais largas, a experiência que teve destaque na Copa Feminina recente, em que a decisão do VAR era divulgada mediante áudio pelas árbitras e isso trazia a participação do público, integrava ali o público do estádio naquela decisão final do VAR, de cada uma das decisões e, a meu ver, promoveu essa aproximação que, por sua vez, reduz eventuais críticas ao VAR.

Só lembrando que outras modalidades esportivas também possuem elementos semelhantes. A gente vê, principalmente no esporte americano, as revisões que acontecem na NBA, o próprio futebol americano e do tênis também. Então, são mecanismos que existiam até mesmo antes do VAR, alguns deles, que foram implementados e, a meu ver, também acredito que a maioria da crítica do público, vêm trazendo resultados que promovem a justiça do esporte, promovem realmente o aprimoramento das competições.

E tudo que sair daqui desta audiência pública, porque é muito relevante debater esse tema, propostas, pareceres, notas técnicas, a Consultoria Legislativa se coloca à disposição para atender ao gabinete do Senador Carlos Portinho e dos demais Senadores para apoiar nesse processo legislativo o que vier nos próximos passos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Gabriel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, o meu elogio à qualidade da Consultoria aqui do Senado Federal e das assessorias dos Senadores.

A gente também quer agradecer aqui à Fran, minha assessora, que está presente. Sem assessoria, olha, pode ser até advogado especializado, mas eu não saberia nem por onde começar.

Obrigado Fran, a todos aqui e toda a sua equipe também do ministério, mais uma vez, muito obrigado pela presença.

Vou aqui encerrando.

Feitas as considerações iniciais pelos nossos convidados... (*Pausa.*)

Perdão, perdi o roteiro.

Estou no encerramento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 555EFC5E005969E0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.